

Relatório do Desenvolvimento Humano **2006**

A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água

AGRADECIMENTO:
A tradução e a publicação da edição portuguesa
do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Copyright © 2006
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema informático ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia.

Capa e apresentação gráfica: Grundy & Northedge Information Designers, Londres
Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz, Narestø, Noruega
Edição técnica, composição e gestão de produção: Communications Development Incorporated, Washington, D.C.
Tradução e composição: euroscript Luxembourg S.à r.l.

Para consultar uma lista de quaisquer erros ou omissões descobertos após a impressão, visite o nosso site em http://hdr.undp.org

Equipa para a preparação do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Director e redactor principal
Kevin Watkins

Pesquisa, redacção e estatística
Liliana Carvajal, Daniel Coppard, Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson (Chefe de Estatística em exercício), Papa Seck, Cecilia Ugaz (Conselheira Política Principal) e Shahin Yaqub.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin
Responsável pela produção e pela coordenação da tradução: Carlotta Aiello e Marta Jaksona
Revisores: Bruce Ross-Larson, Meta de Conquereaumont e Christopher Trott
Capa e apresentação gráfica: Peter Grundy e Tilly Northedge
Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH)
O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o resultado de um esforço colectivo. Os membros da equipa Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional (NHDR) forneceram comentários detalhados e conselhos ao longo do processo de investigação. Também associaram o Relatório a uma rede global de RDH nos países em desenvolvimento. A equipa do NHDR, liderada por Sarah Burd-Sharps (Directora-Adjunta), é constituída por Amie Gaye, Sharmila Kurukulasuriya, Hanna Schmitt e Timothy Scott. A equipa administrativa do GRDH faz funcionar o gabinete e inclui Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik, Melissa Hernandez, Fe Juarez e Mary Ann Mwangi. As operações são geridas por Sarantuya Mend. Marisol Sanjines é responsável pelo programa de divulgação e promoção do GRDH.

Prefácio

O desenvolvimento humano tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com deixar as pessoas viverem a vida que valorizam e permitir-lhes realizar todo o seu potencial como seres humanos. O quadro normativo para o desenvolvimento humano reflecte-se hoje na visão ampla definida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conjunto de objectivos com limites temporais acordados internacionalmente e que visam reduzir a pobreza extrema, alargar a igualdade de géneros e promover oportunidades de saúde e educação. O progresso em direcção a estes objectivos fornece um ponto de referência para avaliar a determinação da comunidade internacional em traduzir os compromissos em acção. Mais do que isso, é a condição para construir uma prosperidade partilhada e uma segurança colectiva no nosso mundo cada vez mais interdependente.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano aborda uma questão que influencia profundamente o progresso e o potencial humano em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo. A água para a vida no agregado familiar e a água para sustento através da produção são duas das bases para o desenvolvimento humano. No entanto, para uma grande parte da humanidade, essas bases não existem.

A palavra *crise* é, por vezes, usada em excesso quando se fala de desenvolvimento. Mas quando se trata de água, existe o reconhecimento crescente de que o mundo enfrenta uma crise que, se não for controlada, vai pôr em perigo o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e atrasar o desenvolvimento humano. Para algumas pessoas, a crise global da água prende-se com faltas absolutas de fornecimento físico. O presente Relatório rejeita esta visão. Defende que as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez.

O acesso a água para sempre é uma necessidade humana elementar e um direito humano fundamental. No entanto, num mundo cada vez mais próspero como o nosso, há mais de mil milhões de pessoas a quem se nega o direito a água potável e 2,6 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento adequado. Estes valores apenas captam uma dimensão do problema. Todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado directo de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo. Todos os dias, milhares de mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias — um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação. Entretanto, as más condições de saúde, associadas a faltas de água e de saneamento põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade que caracterizam os actuais padrões de globalização e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza.

Como este Relatório mostra, as fontes do problema variam de país para país, mas aparecem diversos problemas. Em primeiro lugar, há poucos países a tratar a água e o saneamento como uma prioridade política, como o testemunha as limitadas distribuições orçamentais. Em segundo lugar, algumas das pessoas mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais altos do mundo pela água, reflectindo a cobertura limitada dos prestadores de serviços de água nos bairros degradados e nos povoamentos informais em que vivem as pessoas carenciadas. Em

terceiro lugar, a comunidade internacional fracassou em dar maior prioridade à água e ao saneamento nas parcerias para o desenvolvimento que se estabeleceram em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Subjacente a cada um destes problemas está o facto de as pessoas que mais sofrem com a crise da água e do saneamento — pessoas carenciadas em geral e mulheres carenciadas em particular — muitas vezes não terem a voz política necessária para fazer valer os seus direitos à água.

Estas e outras questões são cuidadosamente analisadas no Relatório. Os desafios que coloca são assustadores. Mas os autores não aconselham a desesperar. Como as provas tornam claro, esta é uma batalha que podemos vencer. Muitos países fizeram progressos extraordinários no fornecimento de água potável e saneamento aos seus cidadãos. Por todo o mundo em desenvolvimento, as pessoas que vivem em bairros degradados e em aldeias rurais lideram através do exemplo, mobilizando recursos e evidenciando energia e inovação na forma como lidam com os seus problemas. No início do século XXI, temos os meios financeiros e tecnológicos e a capacidade de fazer a crise da água e do saneamento passar à história, com tanta certeza como os países ricos de hoje fizeram há um século. O que tem faltado é o desejo concertado de alargar o acesso à água e ao saneamento a todos, através de planos nacionais bem elaborados e devidamente financiados, suportados por um plano de acção global para galvanizar a vontade política e para mobilizar recursos.

A água para sustento coloca um conjunto diferente de desafios. O mundo não está a ficar sem água, mas muitos milhões das pessoas mais vulneráveis vivem em regiões sujeitas a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais em que a utilização da água ultrapassa as taxas de recarga. Os sintomas de utilização excessiva são perturbadoramente claros: os rios estão a secar, os lençóis freáticos estão a diminuir e os ecossistemas que têm por base a água estão a ficar rapidamente degradados. Basicamente, o mundo está a perder um dos seus recursos naturais mais preciosos e a aumentar de forma insustentável uma dívida ecológica que as gerações futuras herdarão.

Também há muito mais a fazer perante as ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelas mudanças climáticas. Como o Relatório realça, esta não é uma ameaça futura. O aquecimento global já está a acontecer — e, em muitos países, tem o potencial para repelir os ganhos em termos de desenvolvimento humano que se alcançaram ao longo de gerações. Os fornecimentos reduzidos de água em zonas já afectadas por uma pressão crónica sobre os recursos hídricos, por padrões climatéricos mais extremos e pela fusão dos glaciares, fazem parte do desafio sombrio. A acção multilateral para atenuar as mudanças climáticas através da redução das emissões de carbono é uma das formas de resposta da política pública necessária para fazer face a esse desafio. Outra forma é dar maior atenção ao apoio a estratégias de adaptação.

Já se torna claro que as próximas décadas serão marcadas por uma luta mais intensa pela água. O crescimento populacional, a urbanização, o desenvolvimento industrial e as necessidades da agricultura estão a fazer aumentar a procura por um recurso finito. Entretanto, existe cada vez mais o reconhecimento de que as necessidades do ambiente também devem ser decompostas em termos de padrões de utilização futura da água. Dois perigos óbvios emergem. Em primeiro lugar, à medida que a luta nacional pela água se intensifica, as pessoas com os direitos mais fracos — entre eles, os pequenos agricultores e as mulheres — verão os seus direitos à água destruídos por eleitorados mais poderosos. Em segundo lugar, a água é o derradeiro recurso fugaz, atravessando fronteiras através de rios, lagos e aquíferos — um facto que aponta para o potencial das tensões transfronteiriças nas regiões com pressão sobre os recursos hídricos. Os dois perigos podem ser tratados e evitados através de políticas públicas e da cooperação internacional — mas os sinais de perigo estão claramente visíveis nas duas frentes.

Este Relatório, o produto de investigação e análise envolvendo peritos internacionais e pessoal de todo o sistema das Nações Unidas, visa estimular o debate e o diálogo em torno de um conjunto de questões com um impacto profundo no progresso, no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o desenvolvimento humano.



Kemal Derviş
Administrador
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do ***Relatório do Desenvolvimento Humano***. Kevin Watkins, Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu este trabalho.

Agradecimentos

Não teria sido possível preparar este Relatório sem os generosos contributos de muitos indivíduos e organizações. Os autores gostariam de reconhecer especialmente a sua dívida para com Amartya Sen, cujo trabalho deu forma à evolução do *Relatório do Desenvolvimento Humano* ao longo dos anos. Kemal Dervis, o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deu-nos constantemente apoio e encorajamento. Agradecemos profundamente o seu empenho pessoal. Os erros de acção e de omissão são da responsabilidade exclusiva dos autores.

Contributos

Prepararam-se estudos de fundo, artigos e notas sobre uma grande variedade de questões temáticas relacionadas com o Relatório. Os contributos foram de: Martin Adams, José Albiac, Rajindra Ariyabandu, Jacob Assa, Karen Bakker, Bernard Barraqué, James Bartram, Jeremy Berkoff, Anders Berntell, Helen Bryer, Stephanie Buechler, Ximing Cai, Belinda Calaguas, Lorenzo Cotula, Elizabeth Daley, Andre DeGeorges, Malin Falkenmark, Matthew Gandy, Leonardo Gasparini, Toni German, Micheal Grimm, Alejandro Guevara-Sanginés, Laurence Haller, Ken Harttgen, Léo Heller, Juan Emilio Hernández Mazariegos, Caroline Hunt, Guy Hutton, Anders Jägerskog, Marion W. Jenkins, Stephan Klasen, Michelle Kooy, Jakub Landovsky, Jan Lundqvist, Boris Marañón, Richard R. Marcus, Ernst-Jan Martijn, Gordon McGranahan, Lyla Mehta, Ruth Meinzen-Dick, Mark Misselhorn, Erik Mostert, Synne Movik, Sobona Mtisi, Arnold Michael Muller, Sunita Narain, Alan Nicol, Tobias Pfütze, David Phillips, Brian Kevin Reilly, Claudia Ringler, Vicente Sánchez Munguía, Juan J. Sánchez-Meza, David Sattherthwaite, Christopher Scott, Dajun Shen, Nur Endah Shofiani, Steven Sugden, Erik Swyngedouw, Oumar Sylla, Sahnaz Tigrek, Leopoldo Tornarolli, Cecilia Tortajada, Håkan Tropp, Erika Weinthal, Dale Whittington e Aaron T. Wolf.

Diversas organizações partilharam generosamente os seus dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dioxido de Carbono, Secretariado da Comunidade das Caraíbas, Centro de Comparações Internacionais da Universidade da Pensilvânia, Iniciativas de Desenvolvimento, Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, Comissão Económica e Social para a América Latina e as Caraíbas, Comissão Europeia, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento, Centro de Monitorização das Deslocações Internas, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, Instituto Internacional do Ambiente e Desenvolvimento, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Organização Internacional do Trabalho, Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional para as Migrações, União Internacional das Telecomunicações, União Interparlamentar, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Consultoria de Acção Prática, Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo, Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Divisão de Estatística e Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Secção dos Tratados do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade, Gabinete de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas,

WaterAid, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde, Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio.

Painel Consultivo

Este Relatório beneficiou bastante de conselhos e orientações intelectuais de um painel consultivo externo de peritos. O painel incluía Karen Assaf, Michel Camdessus, Margaret Catley-Carlson, Leonid Dmitriev, Jan Eliasson, David Grey, Wang Hao, Sylvy Jaglin, Sir Richard Jolly, Inge Kaul, Roberto Lenton, Bindeshwar Pathak, Gérard Payen, Riccardo Petrella, Claudia W. Sadoff, Miguel Solanes, Olinda Sousa, Sandra Suarez Perez, Anna Kajumulo Tibaijuka, Klaus Toepfer, SAR o Príncipe Willem-Alexander dos Países Baixos, Ngaire Woods e Gordon Young. Um painel consultivo na área da estatística deu um contributo essencial. Os membros deste painel foram Carla Abou-Zahr, Tony Atkinson, Hubert Escaith, Haishan Fu, Gareth Jones, Ian D. Macredie, Anna N. Majelantle, John Male-Mukasa, Marion McEwin, Saeed Ordoubadi, Francesca Perucci, Tim Smeeding, Eric Swanson, Pervez Tahir e Michael Ward. A equipa gostaria de agradecer a Karen Frenken, Angela Me e David Pearce, os revisores pares na área da estatística, que examinaram atentamente os dados do Relatório e colaboraram com a sua perícia estatística.

Consultas

Muitos dos indivíduos consultados durante a elaboração do Relatório deram-nos conselhos, informações e material inestimável. A equipa que elaborou o Relatório gostaria de agradecer a Nigel Adderley, Wondu Alemayehu, Serge Allegrezza, Juan Carlos Alurralde, Paul Appasamy, Glauco Arbix, Togzhan Assan, Kaisha Atakhanova, Dan Banik, Michelle Barron, Aparna Basnyat, Ivar A. Baste, Charles Batchelor, Sylvia Beales, Rosangela Berman Bieler, Åsa Blomström, Rutgerd Boelens, Anne Bousquet, Benedito Braga, Marcia M. Brewster, Tony Burton, Eva Busza, Fernando Calderon, Ken Caplan, Markela Castro, Tarek Abou Chabake, Lekha Chakraborty, Mary Chamie, Jacques Charmes, Declan Conway, Esteve Corbera, Priti Darooka, Raj Kumar Daw, Partha Deb, Manuel Dengo, Catalina Devandas Aguilar, Philip Dobie, Moez Doraid, Kassym Duskayev, Arne Eide, Melissa Eisdell, Pauline Eizema, Elin Enge, Janique Etienne, Merle Douglas Faminow, Jean-Marc Faurès, Kimberly Fisher, Richard Franceys, Sakiko Fukuda-Parr, Ludmila Funso, Oscar Garcia, Maria Genina, Uladzimir Gerus, Peter Ghys, Donna L. Goodman, Maurizio Guadagni, Irene Guimarães Altafin, SAR o Príncipe Herdeiro Haakon, Brian Hammond, Bente Herstad, Hans Olav Ibrekk, Artemy Izmestiev, Kareen Jabre, S. Janakarajan, David Jones, Hazel Jones, Andrei Jouravlev, Tim Kasten, Ashfaq Khalfan, Nariman Kipshakbayev, Aloysius Kiribaki, Karoly Kovacs, Radhika Lal, Jean Langers, Christopher Langton, Bruce Lankford, James Lenahan, Michael Lipton, Edilberto Loaiza, Mitchell Loeb, Jan Lundqvist, Nora Lustig, Rolf Luyendijk, Maureen Lynch, Howard Mann, Sebastien Martin, Wariara Mbugua, Charlotte McClain-Nhlapo, Patrick McCully, Angela Me, David Molden, Daniel Mont, Federico Montero, Trevor Mulaudzi, Carlos Muñoz, Teresa Munzi, Naison Mutizwa-Mangiza, Ngila Mwase, Rohini Nayyar, Gunhild Oerstavik, Siddiq Osmani, P. Sainath, Richard Palmer-Jones, Eric Patrick, David Pearce, Agueda Perez, Chris Perry, Henrik Pilgaard, Will Prince, Shammy Puri, Eva Quintana Mourelle, Xavi Ramos, Kalyan Ray, Chris Reij, Nils Rosemann, Shea Rutstein, Steven Sabey, Bharati Sadasivam, Zhanara Sagimbaeva, Julio Sanjines, Lisa Schipper, Janet Seeley, Sharda Sekaran, Yuriko Shoji, Yuriy Shokamanov, Vladimir Smakhtin, David Smith, Petter Stålenheim, Ashok Subramanian, Morten Svelle, Michel Thieren, Håkan Tropp, Tuong To Phuc, Vanessa Tobin, Kerry Turner, Sriti Vadera, Imraan Valodia, Imraan Valodia, Henk van Norden, Veronique Verdeil, Saïd Ould A. Voffal, Charles Vorosmarty, Bill Walker, Tessa Wardlaw, Dominic Waughray, Siemon Wezeman, Peter Whalley, Howard White, Florian Wieneke, Lars Wirkus, Albert M. Wright, Nancy Yanez Fuenzalida, Bulat Yessekin, Elizabeth Zaniewski e Windy Zhang.

Leitores do PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, fez-nos comentários e sugestões e forneceu-nos informações extremamente úteis aquando da redacção do Relatório. A equipa que elaborou o Relatório está particularmente grata a Nada Al-Nashif, Amat Al Aleem Ali Alsoswa, Johan Arvling, Walid Badawi, Michel Balima, Mohamed Bayoumi, Robert G. Bernardo, Razina Bilgrami, Aeneas C. Chuma, Niamh Collier-Smith, Pedro Conceição, Philip Dobie, Jafet Enriquez, Sergio Feld, Emilie Filmer-Wilson, Bjoern Foerde, Edith Gassana, Prema Gera, Tegegnework Gettu, Rebeca Grynspan, Tim Hannan, Joakim Harlin, Gilbert Fossoun Houngbo, Andrew Hudson, Ragnhild Imerslund, Abdoulie Janneh, Bruce Jenks, Gordon Eric Johnson, Nanak Kakwani, Douglas Keh, Rima Khalaf Hunaidi, Olav Kjorven, Elie Kodsi, Oksana Leshchenko, Carlos Linares, Metsi Makhetha, Lamin Manneh, Elena Martinez, Pratibha Mehta, Kalman Mizsei, Cielo Morales, David Morrison, Abdoulaye Ndiaye, Shoji Nishimoto, Joseph Opio-

Odongo, William Orme, Hafiz Pasha, Stefano Pettinato, Gonzalo Pizarro, Martin Santiago, Susanne Schmidt, Guido Schmidt-Traub, Salil Shetty, Moustapha Soumare, Juerg Staudenmann, Mounir Tabet, Sarah Timpson e Louisa Vinton.

Edição, Produção e Tradução

O Relatório beneficiou imenso dos conselhos e dos contributos da equipa editorial da Communications Development Incorporated. Bruce Ross-Larson deu conselhos sobre a estrutura e apresentação do argumento. A edição técnica e de produção foi levada a cabo por Meta de Coquereaumont, Elizabeth Collins e Christopher Trott. A apresentação gráfica e a revisão também foram feitas pela Communications Development Incorporated. O Relatório (incluindo a capa) foi projectado por Grundy & Northedge Information Designers. Os mapas e os gráficos para o Relatório foram concebidos por Philippe Rekacewicz., assistido por Laura Margueritte.

A produção, tradução, distribuição e promoção do Relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicações do PNUD: Niamh Collier-Smith, Maureen Lynch, David Morrison e William Orme. As traduções foram revistas por Yu Gao, Cecile Molinier, Vladimir Scherbov, Rosine Sori Coulibaly, Mounir Tabet e Oscar Yujnovsky.

Susana Franco (que geriu o projecto sobre os indicadores de género) e Jonathan Morse deram contributos valiosos para a equipa de estatística. O Relatório também beneficiou do trabalho dedicado de estagiários: Paola Adriazola, Carolina Aragon, Nurit Bodemann-Ostow, Torsten Henricson-Bell, Roshni Menon, Sarai Nuñez Ceron, Agueda Perez e Min Zhang.

Gloria Wightman e Juan Arbelaez do Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Projecto deram apoio administrativo fundamental, bem como serviços de gestão.



Kevin Watkins
Director
Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Índice

Prefácio v
Agradecimentos vii

Introdução A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água 1

Capítulo 1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico 25

Lições da História 28
O modo como a insegurança da água estrangulou o crescimento económico e o desenvolvimento humano 30
O problema da água e do saneamento interrompeu — e atrasou o progresso 31
A actual crise mundial no sector da água e do saneamento 31
Mundo rico, mundo pobre 31
A riqueza é importante 35
... e o saneamento vem atrás do acesso à água 36
As estatísticas minimizam sistematicamente a dimensão da escassez 37
Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano 42
Agravamento do problema dos salários baixos — o efeito da crise sobre os rendimentos 42
Adiamento da redução das taxas de mortalidade infantil — ameaça mortal à nascença 42
A proliferação de consequências crónicas 45
O aumento das despesas de saúde 46
Prejuízo para a educação das raparigas 47
O agravamento do binómio tempo-pobreza e da desigualdade de género 48
A redução da dignidade humana 48
Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise 49
A população pobre representa a maior parte do défice 49
Os pobres pagam mais — e muito além do que podem 51
Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas — voltar ao caminho certo 55
Um relatório em torno da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 56
Os ganhos da prossecução das metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 58
Fazer do progresso uma realidade 59
Reconhecer o direito humano à água e ao saneamento 60
Desenvolver estratégias nacionais fortes 61
Ampliar a ajuda internacional à água e saneamento 66
Construir a parceria global — Argumentos em prol de um plano internacional de acção global para a água e o saneamento 69

Capítulo 2 Água para consumo humano 75

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água 80
Água «tratada» e «não tratada» — uma fronteira enganadora entre pura e suja 80
Arranjar água em fornecedores múltiplos 82

Subir a escada dos preços nos bairros urbanos degradados 83
Porque motivo é que os preços importam 84
Os pobres rurais — os últimos da fila 86
Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade 88
Fornecedores públicos — a chave do fornecimento e do financiamento 89
Fornecedores privados — para além das concessões 91
Apresentar os resultados — as políticas 96
Financiamento público e acesso para os pobres urbanos 97
A regulamentação é crítica 100
Alcançar as pessoas carenciadas 102
Apoio internacional para financiamento local 105

Capítulo 3 O grande défice no saneamento 109

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento 112
Quem está onde na escada do saneamento? 113
O ciclo de benefícios água-saneamento-higiene 115
Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água? 118
A barreira das políticas nacionais 118
A barreira do comportamento 119
A barreira da percepção 119
A barreira da pobreza 119
A barreira do género 120
A barreira da oferta 120
Colocar o saneamento ao alcance de todos 120
A acção vinda do povo faz a diferença 121
A liderança do governo é fundamental 122
O problema do financiamento 127
Desenvolver mercados que dão resposta 127
O caminho a seguir 128

Capítulo 4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados 131

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água 134
Compreender a escassez 134
Transpor os limites do consumo sustentável — problemas, políticas e respostas 138
Aumentar a oferta — Opções e constrangimentos 148
Regulamentação da procura de um recurso escasso 152
Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza 155
O papel vital das infra-estruturas 155
O aquecimento global — o estado de emergência previsível 159
O caminho a seguir 169

Capítulo 5 A competição pela água na agricultura 171

Água e desenvolvimento humano — Os vínculos com os meios de subsistência 174
Agricultura sob pressão — os cenários emergentes 175
Objectos inamovíveis e forças irresistíveis 177
A competição, os direitos e a luta pela água 178
Os limites aos mercados privados de água 179
A agenda dos direitos da água — a ausência da equidade e da legitimação 181

Direitos consuetudinários e formais — Evidências da África Subsariana 183
Os direitos da água dão forma às habilitações 186
Melhor governação nos sistemas de irrigação 187
Reduzir o risco de pobreza 188
Financiar com equidade 189
Legitimação — o elo perdido 192
Maior produtividade da água para os pobres 195
Recolha de água e microirrigação 195
Soluções de baixa tecnologia com elevados retornos em desenvolvimento humano 197
O caminho a seguir 198

Capítulo 6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços 201

Interdependência hidrológica 204
Partilhar os recursos hídricos mundiais 205
Ao longo das margens do rio 206
Os custos da falta de cooperação 209
A transmissão de tensões ao longo do curso dos rios 209
Contracção de lagos, rios que secam 211
A defesa da cooperação 215
As regras do jogo 215
No rio e para além do rio 218
O estado da cooperação 221
Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais 224
Cooperação a nível das bacias hidrográficas 224
Estruturas institucionais fracas de gestão de recursos hídricos 226
Criação de condições para a cooperação 228

Notas 233
Nota bibliográfica 236
Bibliografia 238

Caixas

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 22
1.1 Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha 29
1.2 Acabar com a relação entre as raças, as doenças e as desigualdades nas cidades dos EUA 32
1.3 Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi 38
1.4 A discrepância entre o abastecimento de água e o saneamento básico nas Filipinas 40
1.5 As despesas de saúde fomentadas pela falta de acesso a água e a saneamento 46
1.6 África do Sul — actuar sobre o direito à água 64
2.1 O peso da História: muitas redes não se destinavam a chegar aos pobres 86
2.2 Água, género e pobreza temporal 87
2.3 Os serviços públicos podem funcionar — o Departamento de Água e Saneamento de Porto Alegre mostra-nos como 90
2.4 O que correu mal com as concessões? Três fracassos e três lições a aprender 93
2.5 Práticas de definição de preços da água a favor dos pobres na Costa do Marfim 94
2.6 Subsídios ao consumo de água no Chile — maior eficiência e equidade 98

2.7 As fontes públicas — chegar aos pobres, mas muitas vezes a um preço demasiado elevado 100
2.8 Relatórios dos cidadãos — a voz como agente de mudança 101
2.9 Fornecimento de água rural no Gana — uma abordagem participativa que funciona 103
2.10 «Alguns por todos, nem todos por alguns» no Uganda 104
2.11 Legitimar as pessoas rurais em Marrocos — a procura local leva a uma maior cobertura 105
3.1 As deficiências e o saneamento 114
3.2 As crianças enquanto agentes de mudança 116
3.3 Acção popular, o Projecto Orangi 121
3.4 A campanha de saneamento total do Bangladeche 123
3.5 Sulabh — a fazer chegar o saneamento aos pobres da Índia 124
3.6 Lesoto — Progresso no saneamento rural 125
3.7 A abordagem de condomínios do sistema de esgotos em Brasília — Políticas e tecnologia 126
4.1 China — Como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico 142
4.2 O Iémen apresenta pressão sobre os recursos hídricos 144
4.3 Subsídios de exploração de água subterrânea no México 146
4.4 O valor real dos ecossistemas baseados na água 147
4.5 Aumentar as reservas através da redução da poluição — mercados e tecnologias 148
4.6 A dessalinização — e as suas limitações 150
4.7 Gestão Integrada de Recursos Hídricos 154
4.8 Secas, cheias e insegurança da água no Quénia 157
4.9 Os bancos de água estão a derreter — o derretimento dos glaciares estão a alterar os fluxos de água 166
5.1 Chile — Mercados de água e reforma numa economia de elevado crescimento 179
5.2 Negociação de água na região ocidental dos Estados Unidos 180
5.3 Direitos da água e redistribuição na África do Sul 182
5.4 Sobreposição de direitos da água e permuta desigual nas Filipinas 183
5.5 Têxtil versus agricultores em Java Ocidental 184
5.6 Direito consuetudinário e desigualdade no Senegal 185
5.7 Vencedores e perdedores da reforma da política da água no rio Pangani, na Tanzânia 187
5.8 Irrigação e gestão da água na Ásia Central 190
5.9 Delegação de poderes na governação da água em Andhra Pradesh 193
6.1 Para além do rio — os custos da falta de cooperação na Ásia Central 214
6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina 216
6.3 A experiência europeia na gestão das bacias fluviais: os rios Reno e Danúbio 219
6.4 A cooperação ao nível das bacias fluviais pode assumir muitas formas 225
6.5 África Austral — integração regional através da cooperação em rios internacionais 227
6.6 Projecto Ambiental Global — aquisição de conhecimentos e capacidades e criação de instituições. 229

Quadros

1.1 A meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: desempenho anterior e metas futuras em termos de água e saneamento 56
2.1 Cebu, Filipinas: padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água 81
2.2 Fornecedores independentes de água: agentes importantes mas caros nas cidades da América Latina 84
2.3 A participação privada nas redes de abastecimento de água tem muitas formas... 91
4.1 Previsões do consumo global de água e da parcela utilizada em sectores não agrícolas por região, em 2000 e em 2050 139
4.2 Limiares e metas de redução do aquecimento global 160
5.1 Despesas de irrigação e valor de produção de alguns sistemas de irrigação na Ásia 191
6.1 As bacias hidrográficas internacionais unem vários países 206
6.2 Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras 210
6.3 Os países estão a extrair água a uma velocidade maior do que a sua capacidade de reposição 210
6.4 Benefícios potenciais na sub-bacia do Kagera 226

Figuras

1.1	Lenta redução: o défice global de água e saneamento básico	33
1.2	Mundos separados: a discrepância da água a nível mundial	34
1.3	Muitos países ainda têm um longo caminho a percorrer até atingirem uma cobertura plena	36
1.4	Rendimentos e resultados no acesso à água e ao saneamento básico: o bem-estar financeiro e a eficácia divergem frequentemente	37
1.5	A diarreia: o segundo maior assassino de crianças	43
1.6	O acesso à água potável e a instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil	43
1.7	O acesso à água potável reduz o risco de diarreia …	44
1.8	… e o mesmo se aplica ao acesso ao saneamento básico	44
1.9	A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento	48
1.10	A divisão da água	49
1.11	A grande divisão do saneamento básico	50
1.12	A população pobre tem uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa no Brasil	50
1.13	O preço da pobreza: a água representa uma grande parte das despesas dos 20% mais pobres	51
1.14	Os custos de estar longe do abastecimento de água	52
1.15	Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos	53
1.16	A divisão da água dentro dos países: Quénia, Tanzânia e Uganda	53
1.17	A divisão rural-urbano: as disparidades no acesso a saneamento básico continuam elevadas	54
1.18	Alguns grupos étnicos têm muito menos acesso a água	54
1.19	Divisão regional: no Peru, a baixa cobertura nas províncias mais pobres custa vidas	55
1.20	Algumas regiões não estão no bom caminho para atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em termos de água e saneamento	57
1.21	A cobertura de água está a melhorar com a rápida urbanização em alguns países	58
1.22	Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos	62
1.23	O investimento público em água e saneamento é insuficiente para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em muitos países	67
1.24	O compromisso dos doadores é bastante variável — e o financiamento é imprevisível	68
1.25	Alguns doadores dão mais prioridade à água e ao saneamento do que outros	69
2.1	A maior parte dos agregados familiares em Jacarta obtém água em fontes múltiplas	81
2.2	Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata	83
2.3	Os preços dos serviços públicos de abastecimento de água aumentam normalmente de acordo com o volume	85
2.4	Quão progressivos são os subsídios da água?	99
2.5	As tarifas de sobrevivência resultam se as taxas de ligação forem altas	100
3.1	Subir na escada do saneamento tem implicações tanto financeiras como de saúde	113
3.2	Os benefícios do saneamento dependem da acção doméstica e da comunidade	115
3.3	No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás	119
3.4	O fosso de riqueza no saneamento no Camboja	120
3.5	O crescimento pró-pobreza em acesso ao saneamento na Colômbia e em Marrocos	124
4.1	Disponibilidade da água em declínio	136
4.2	A pressão sobre os recursos hídricos é planeada para acelerar de intensidade em várias regiões	136
4.3	Intensificação da pressão mundial sobre a água	137
4.4	O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede	137
4.5	Como o mundo utiliza a sua água	138
4.6	A agricultura continua a ser a maior consumidora de água	138
4.7	A variabilidade de rendimento acompanha a variabilidade das chuvas na Etiópia	156
4.8	Grandes desigualdades põem em risco a capacidade de minimização	158
4.9	O nosso planeta estará muito mais quente no próximo século	160
4.10	Aquecimento do planeta: estabilização necessitará de reduções drásticas nas emissões	161
4.11	Redução dos fluxos de ajuda à agricultura	169
5.1	O acesso a água de irrigação pode reduzir a pobreza e a vulnerabilidade	175
5.2	A África Subsariana tem o mais baixo rácio entre agricultura de regadio e de sequeiro	177

5.3 A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada 177
5.4 A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento 188
5.5 Produtividade agrícola e equidade estão muitas vezes estreitamente associadas 189
5.6 Quem está no início ganha, quem está no final perde em quantidade … 189
5.7 … e a pobreza é maior entre os agricultores da parte final 189
5.8 Recolha de água em recuo na Índia 196
6.1 Os conflitos relacionados com a água têm que ver com o volume dos caudais — aqui, a cooperação pode ser muito mais abrangente 221
6.2 Para além da quantidade — os acordos sobre água abrangem muitas áreas 222

Mapas

4.1 O consumo abusivo de água está a prejudicar o ambiente em muitas das principais bacias 140
4.2 As alterações climáticas causarão um declínio da abundância de águas em muitas regiões 162
4.3 As alterações climáticas ameaçam reduzir a produção de cereais em grande parte da África Subsariana 164
4.4 As alterações climáticas terão como consequência a diminuição dos dias de chuva na Índia 167
6.1 As bacias hidrográficas de rios e lagos da África atravessam muitas fronteiras 207
6.2 O rio Mekong liga os meios de subsistência além fronteiras 208
6.3 O Lago Chade em vias de extinção 211
6.4 A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão 213

Contributos especiais

Concentrar os custos no início do período de financiamento para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, *Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala* 72
O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar, *Kofi Annan* 78
A água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano e a base do desenvolvimento económico e social, *Luiz Inácio Lula da Silva* 79
Água e saneamento: um desafio assustador mas que podemos ultrapassar, *Jimmy Carter* 117

Indicadores do desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano **263**
Guia do leitor e notas relativas aos quadros **274**

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .
1 Índice de desenvolvimento humano 283
1a Indicadores básicos para outros países membros da ONU 287
2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 288
3 Pobreza humana e de rendimentos: países em desenvolvimento 292
4 Pobreza humana e de rendimentos: países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI 295

. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .
5 Tendências demográficas 297
6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços 301

7 Água, saneamento e estado da nutrição 305
8 Desigualdades na saúde maternal e infantil 309
9 Principais crises e riscos de saúde mundiais 311
10 Sobrevivência: progressos e retrocessos 315

. . . para adquirirem conhecimentos . . .
11 Compromisso com a educação: despesa pública 319
12 Literacia e escolarização 323
13 Tecnologia: difusão e criação 327

. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .
14 Desempenho económico 331
15 Desigualdade no rendimento ou consumo 335
16 Estrutura do comércio 339
17 Responsabilidades dos países ricos: ajuda 343
18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida 344
19 Prioridades na despesa pública 348
20 Desemprego nos países da OCDE 352

. . . enquanto os preservam para as gerações futuras . . .
21 Energia e ambiente 353

. . . protegendo a segurança pessoal . . .
22 Refugiados e armamentos 357
23 Vítimas da criminalidade 361

. . . e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens
24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 363
25 Medida de participação segundo o género 367
26 Desigualdade de género na educação 371
27 Desigualdade de género na actividade económica 375
28 Género, trabalho e afectação de tempo 379
29 Participação política das mulheres 380

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho
30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos 384
31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho 388

Nota Técnica 1 **393**
Nota Técnica 2 **400**
Nota Técnica 3 **402**
Definições de termos estatísticos **404**
Referências estatísticas **411**
Classificação dos países **413**
Índice dos indicadores **417**
Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores **421**



Introdução

A água para lá da escassez

Poder, pobreza e a crise mundial da água

A crise global da água condena uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança

A água deste lago não é boa. Recolhemo-la porque não temos alternativa. Todos os animais bebem água deste lago, assim como a comunidade. É também por causa da água que estamos a ser infectados por várias doenças.

Zenebech Jemel, Chobare Meno, Etiópia

Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever... Mas como posso fazê-lo? A minha mãe precisa de mim para ir buscar água.

Yeni Bazan, 10 anos, El Alto, Bolívia

As condições aqui são terríveis. Há esgotos por todo o lado. É por isso que a nossa água está poluída. A maioria das pessoas utiliza baldes e sacos de plástico para as suas necessidades fisiológicas. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, Kibera, Nairobi, Quénia

Elas [as fábricas] utilizam tanta água e nós mal dispomos de quantidade suficiente para as nossas necessidades básicas, já para não falar na rega das nossas colheitas.

Gopal Gujur, agricultor, Rajastão, Índia

Quatro vozes de quatro países unidas por um único tema: a privação do acesso à água. Esta privação pode ser medida por estatísticas, mas os números não mostram os rostos humanos dos milhões de pessoas a quem é negada a oportunidade de realizar o seu potencial. A água, a essência da vida e um direito humano básico, encontra-se no cerne de uma crise diária que afecta vários milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo — uma crise que ameaça a vida e destrói os meios de subsistência a uma escala arrasadora.

Ao contrário das guerras e das catástrofes naturais, a crise global da água não ocupa lugar de destaque nos títulos da imprensa. Também não galvaniza uma acção internacional concertada. Tal como a fome, a privação do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. No entanto, esta é uma crise que está a bloquear o progresso humano, condenando uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança. Esta crise ceifa mais vidas por doença do que qualquer conflito armado. Reforça também as obscenas desigualdades nas oportunidades de vida que dividem nações ricas e pobres num mundo cada vez mais próspero e interligado e também as pessoas de um mesmo país com base na riqueza, género e outros indicadores de desvantagem.

Superar a crise da água e do saneamento constitui um dos grandes desafios do desenvolvimento humano no início do século XXI. O êxito na abordagem deste desafio através de uma resposta concertada nacional e internacional funcionaria como catalisador de progresso na saúde pública, na educação, na redução da pobreza e, ainda, como fonte de dinamismo económico. Daria um impulso decisivo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas adoptadas pelos governos enquanto parte integrante de uma parceria global para a redução da

A escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física

pobreza. A alternativa de deixar tudo como está representa tolerar um nível de sofrimento e de perda de potencial humano evitáveis, que todos os governos deveriam considerar injustificável do ponto de vista ético e de desperdício económico.

Água para a vida, água para a subsistência

«Através da água», diz o Alcorão, «damos vida a tudo». Este ensinamento simples encerra uma profunda sabedoria. As pessoas necessitam tanto de água como de oxigénio: sem ela não haveria vida. Mas, para além dos lares, a água também dá vida num sentido muito mais lato. As pessoas necessitam de água potável e de saneamento para manterem a sua saúde e dignidade. Mas para além dos lares, a água também sustenta os sistemas ecológicos e contribui para os sistemas de produção que mantêm os meios de subsistência.

Em última análise, o desenvolvimento humano consiste na realização do potencial. Prende-se com aquilo que as pessoas podem fazer e naquilo em que se podem tornar — as suas capacidades — e com a liberdade de que dispõem para exercer escolhas reais nas suas vidas. A água está presente em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Quando as pessoas vêem negado o seu acesso à água potável no lar ou quando não têm acesso à água enquanto recurso produtivo, as suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade. A água dá vida a tudo, incluindo o desenvolvimento humano e a liberdade humana.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano debruçamo-nos sobre dois aspectos específicos da crise global da água. O primeiro, explorado nos capítulos 1 a 3, consiste na água para a vida. O fornecimento de água potável, a eliminação de águas residuais e a oferta de saneamento são três dos alicerces mais básicos do progresso humano. Analisámos os custos da não implementação destes alicerces e delineámos algumas das estratégias necessárias para que se consiga alcançar o acesso universal à água e ao saneamento. O segundo aspecto, a água enquanto meio de subsistência, é o tema dos capítulos 4 a 6. Neles abordamos a água enquanto recurso produtivo partilhado por países e no interior dos mesmos, salientando os desafios enormes com que muitos governos se confrontam actualmente para gerir a água de forma equitável e eficiente.

Alguns comentadores relacionam o desafio global da água com um problema de escassez. O espírito de Thomas Malthus, que, no século XIX, desconcertou os líderes políticos com a previsão de um futuro de escassez alimentar, está cada vez mais presente nos debates internacionais sobre a água. Face ao crescimento populacional e ao aumento da procura mundial pela água, refere o argumento, o futuro aponta para uma «aritmética sombria» de escassez. Rejeitamos este ponto de partida. A disponibilidade de água é uma preocupação para alguns países. Mas a escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física.

É no domínio da água para a vida que esta situação está mais patente. Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm um acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões não dispõem de saneamento básico. Estes dois défices têm a sua origem nas instituições e nas escolhas políticas, não na disponibilidade da água. As necessidades de água doméstica representam uma ínfima fracção da utilização da água, normalmente menos do que 5% do total, mas existe uma tremenda desigualdade no acesso a água potável e a saneamento a nível doméstico. Em zonas de elevado rendimento de cidades da Ásia, da América Latina e da África Subsariana, as pessoas usufruem do acesso a várias centenas de litros de água por dia, entregue em suas casas a baixos preços pelos serviços públicos de abastecimento. Entretanto, os moradores de bairros degradados e as famílias carenciadas das zonas rurais dos mesmos países têm acesso a bem menos do que os 20 litros de água por dia e por pessoa necessários para satisfazer as necessidades humanas mais básicas. As mulheres e as raparigas são duplamente afectadas, já que são elas que sacrificam o seu tempo e a sua educação para recolher água.

Algo de semelhante se verifica na questão da água enquanto meio de subsistência. Em todo o mundo a agricultura e a indústria estão a ajustar-se a constrangimentos hidrológicos cada vez mais rigorosos. Mas se a escassez é um problema generalizado, nem todos são afectados por ela. Em regiões da Índia que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos, as bombas de irrigação extraem água de aquíferos 24 horas por dia para os agricultores abastados, ao passo que os pequenos agricultores vizinhos dependem dos caprichos da chuva. Aqui também, a principal causa de escassez na grande maioria dos casos tem raízes institucionais e políticas e não se deve a uma deficiência física de água. Em muitos países a escassez é produto de políticas públicas que têm encorajado a utilização abusiva de água.

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema é que algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são sistematicamente excluídas do acesso pela sua pobreza, pelos seus reduzidos direitos legais ou por políticas públicas que limitam o acesso às infra-estruturas que fornecem água para a vida e para a subsistência. Resumindo, a escassez é produto de processos políticos e

de instituições desfavoráveis às pessoas carenciadas. No que respeita à água potável, o que acontece em muitos países é que as pessoas carenciadas recebem menos, pagam mais e suportam o fardo dos custos de desenvolvimento humano associados à escassez.

Segurança humana, cidadania e justiça social

Há pouco mais de uma década, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994* introduziu a ideia da segurança humana no debate mais genérico sobre o desenvolvimento. O objectivo era olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada nas vidas das pessoas.

A segurança da água faz parte integrante desta concepção mais vasta da segurança humana. Em termos genéricos, a segurança da água consiste em assegurar que cada pessoa disponha de um acesso fiável a água suficiente a um preço acessível para levar uma vida saudável, digna e produtiva, não deixando de manter os sistemas ecológicos que fornecem água e que também dependem da água. Quando não se verificam estas condições, ou quando o acesso à água é interrompido, as pessoas confrontam-se com graves riscos de segurança humana, causados por más condições de saúde e pela ruptura dos meios de subsistência.

No mundo do início do século XXI, os problemas nacionais de segurança têm um forte peso na agenda internacional. Conflitos violentos, preocupações com ameaças terroristas, a proliferação de armas nucleares e o crescimento da comercialização ilícita de armas e drogas representam desafios de peso. Face a este cenário, é fácil perder de vista alguns imperativos básicos de segurança humana, incluindo os que se relacionam com a água. O número de 1,8 milhões de mortes infantis anuais relacionadas com a água imprópria para consumo e com um saneamento inadequado ofusca as mortes associadas aos conflitos violentos. Nenhum acto de terrorismo gera uma devastação económica à escala da crise da água e do saneamento. No entanto, a questão mal é aflorada na agenda internacional.

Não é somente o contraste com os imperativos de segurança nacional que é perturbante. Hoje, a acção internacional para lidar com a crise do VIH/SIDA encontra-se institucionalizada na agenda dos países do Grupo dos Oito. Ameaçado por uma potencial crise de saúde pública sob a forma de gripe das aves, o mundo rapidamente se mobiliza para elaborar um plano de acção global. Mas a realidade concreta da crise da água e do saneamento merece apenas uma resposta mínima e fragmentada. E porquê? Uma explicação plausível é a de que, ao contrário do VIH/SIDA e da gripe das aves, a crise da água e do saneamento representa a ameaça mais imediata e mais directa às pessoas carenciadas dos países pobres — um eleitorado sem voz na formação das percepções internacionais da segurança humana.

Para além de impactos destrutivos altamente visíveis sobre as pessoas, a insegurança da água viola alguns dos princípios mais básicos da justiça social. Entre eles:

- *Cidadania igual.* Cada pessoa tem direito a um conjunto igual de direitos civis, políticos e sociais, incluindo o meio de exercer estes direitos de forma eficaz. A insegurança da água compromete estes direitos. Uma mulher que passa horas a fio a recolher água ou que sofre de constantes doenças relacionadas com a água tem menos capacidade de participar na sociedade, mesmo que possa participar da eleição do seu governo.
- *O mínimo social.* Todos os cidadãos devem ter acesso a recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas e levar uma vida digna. A água potável faz parte do mínimo social, com um requisito mínimo de 20 litros por pessoa e por dia.
- *Igualdade de oportunidades.* A igualdade de oportunidades, um requisito-chave para a justiça social, é diminuída pela insegurança da água. A maioria das pessoas aceitaria que a educação é essencial para a igualdade de oportunidades. Por exemplo, as crianças impossibilitadas de frequentar a escola quando se encontram afectadas por acessos constantes de doenças causados por água imprópria para consumo não usufruem, em qualquer sentido positivo, do direito à educação.
- *Distribuição justa.* Todas as sociedades estabelecem limites à extensão justificável da desigualdade. A forte desigualdade do acesso a água potável doméstica ou a água produtiva no campo não cumpre os critérios de distribuição justa, especialmente quando associada aos elevados níveis, evitáveis, de morte infantil ou de pobreza.

A ideia da água enquanto direito humano reflecte estas preocupações subjacentes. Como declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas, «O acesso seguro a água potável é uma necessidade humana fundamental e, portanto, um direito humano básico». A preservação do direito humano à água é um fim em si mesmo e um meio de consubstanciar os direitos mais genéricos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos com vínculo jurídico — incluindo o direito à vida, à educação, à saúde e a um alojamento adequado. Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável e por dia para satisfazer as suas ne-

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema consiste em que algumas pessoas — nomeadamente os pobres — são sistematicamente excluídas

Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia é um requisito mínimo para respeitar o direito humano à água

cessidades básicas é um requisito mínimo para respeitar o direito à água — e uma meta mínima para os governos.

Os direitos humanos não são extras facultativos. Tal como não são uma disposição legal voluntária a abraçar ou abandonar segundo o capricho de cada governo. São obrigações vinculativas que reflectem valores universais e implicam responsabilidades por parte dos governos. No entanto, o direito humano à água é violado impunemente de uma forma generalizada e sistemática — e são os direitos humanos das pessoas carenciadas que estão sujeitos aos abusos mais graves.

Atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em 2015 — um teste de humanidade

Faltam neste momento menos de 10 anos para a data-alvo de 2015 para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas temporais da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema e a fome, diminuir a mortalidade infantil, proporcionar educação às crianças e ultrapassar as desigualdades de género. O progresso em cada uma destas areas sera condicionado pelo modo como os governos respondem à crise na água.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma referência para medir o progresso em direcção ao direito humano à água. É por esta razão que reduzir a metade a parcela de população mundial sem acesso sustentável a água potável e a saneamento básico — o Objectivo 7, meta 10 — constitui uma meta fundamental por mérito próprio. Mas atingir aquela meta é crucial para que se possam atingir outros objectivos. A água potável e o saneamento poupariam as vidas de inúmeras crianças, promoveriam o progresso na educação e libertariam as pessoas de doenças que as mantêm na pobreza.

A urgência de alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento nunca poderá ser exagerada. Mesmo que as metas sejam atingidas, continuarão a existir mais de 800 milhões de pessoas sem água e 1,8 mil milhões sem saneamento em 2015. No entanto, apesar dos progressos, o mundo está a conseguir resultados aquém dos que são necessários, especialmente nos países mais pobres. Para alterar este cenário, será necessária uma acção sustentada ao longo da próxima década, aliada a um corte decisivo com o actual modelo que privilegia a opção de deixar tudo como está.

A data-alvo de 2015 é importante por razões práticas e simbólicas. Ao nível prático, recorda-nos que o tempo está a esgotar-se — e que o prazo para os investimentos e políticas necessários traduzirem resultados está a aproximar-se rapidamente. Ao nível simbólico, 2015 tem uma importância mais profunda. O estado do mundo naquele ano constituirá um julgamento do estado actual da cooperação internacional. Será um reflexo da geração de líderes políticos que assinou o compromisso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e pronunciará o veredicto sobre o incumprimento ou a observância do compromisso.

Em determinado momento de 2015, terá lugar outro evento de menor importância, mas não menos simbólico. A Agência Espacial Norte-Americana lançará o Projecto das Luas Geladas de Júpiter. Recorrendo a tecnologia actualmente em desenvolvimento, será lançada uma nave espacial que entrará na órbita de três das luas de Júpiter para investigar a composição dos vários lagos de água salgada que se encontram por debaixo das suas superfícies de gelo — e para determinar se existem condições de vida. A ironia que representa a despesa de milhares de milhões de dólares por parte da humanidade na exploração do potencial de vida noutros planetas seria imensa, e trágica se, ao mesmo tempo, permitirmos a destruição da vida e das capacidades humanas no planeta Terra por falta de tecnologias muito menos exigentes: a infra-estrutura para oferecer água potável e saneamento para todos. Oferecer um copo de água potável e uma instalação sanitária pode ser um desafio, mas não é ciência aeroespacial.

Mahatma Gandhi declarou uma vez que «a diferença entre aquilo que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer seria suficiente para resolver a maioria dos problemas do mundo». Esta observação reveste-se de crucial importância para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A combinação sem precedentes de recursos e de tecnologia à nossa disposição actualmente torna intelectual e moralmente indefensável o argumento de que as metas de 2015 se encontram além do nosso alcance. Não deveremos dar-nos por satisfeitos com um progresso que fique aquém dos objectivos estabelecidos — ou com meias medidas que excluam partes inteiras da humanidade.

Água para a vida — a crise global da água e do saneamento

A água potável e o saneamento constituem alguns dos motores mais poderosos do desenvolvimento humano. Alargam a oportunidade, aumentam a dignidade e ajudam a criar um ciclo virtuoso de melhoria da saúde e de crescimento da riqueza.

As pessoas que vivem actualmente em países ricos não têm praticamente ideia de como a água potável promoveu o progresso social nos seus próprios países. Há pouco mais de cem anos, Londres, Nova Iorque e Paris eram focos de doenças infecto-contagiosas, com a saúde pública minada pela diarreia, a disenteria e a febre tifóide. As taxas de mortalidade infantil eram tão elevadas então como o são agora em grande parte

da África Subsariana. A crescente riqueza proporcionada pela industrialização aumentou os rendimentos mas a mortalidade infantil e a esperança de vida mantiveram-se praticamente inalteradas.

Reformas abrangentes na água e no saneamento alteraram aquele cenário. A água potável permitiu um passo em frente no progresso humano. Impelidos por coligações para a reforma social, por preocupações morais e por interesses económicos próprios, os governos colocaram a água e o saneamento no centro de um novo contrato social entre Estado e cidadãos. No espaço de uma geração, reuniram o financiamento, a tecnologia e as regulações necessárias para colocar a água e o saneamento ao alcance de todos.

A nova infra-estrutura destruiu o vínculo entre água contaminada e doenças infecto-contagiosas. Segundo se estima, a purificação da água foi responsável pela redução de quase metade da mortalidade nos Estados Unidos no primeiro terço do século XX. No Reino Unido, a expansão do saneamento contribuiu para um aumento de 15 anos na esperança de vida nas quatro décadas que se seguiram a 1880.

A linha de ruptura entre o saneamento e a água

Hoje, nos países ricos, basta girar uma torneira para ter água potável. Instalações sanitárias privadas e higiénicas são um dado adquirido. As preocupações com a escassez de água podem surgir ocasionalmente em alguns países. Mas esta preocupação tem de ser colocada em perspectiva. As crianças dos países ricos não morrem por falta de um copo de água potável. As raparigas não são impedidas de frequentar a escola por terem de efectuar longas jornadas para recolher água de ribeiros e rios. E as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água constituem tema de livros de história, não de enfermarias de hospital e de morgues.

O contraste com os países pobres é perturbante. Se a privação está distribuída desequilibradamente entre regiões, os factos relativos à crise global da água falam por si. Cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento não têm acesso a uma quantidade mínima de água potável. As taxas de cobertura são mais baixas na África Subsariana, mas a maioria das pessoas sem água potável vive na Ásia. A privação de saneamento é ainda mais generalizada. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, metade da população do mundo em desenvolvimento, não têm acesso a um saneamento básico. E a subnotificação generalizada dos dados significa que estes números não dão conta da dimensão real do problema.

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana. Não ter acesso a água e a saneamento significa que as pessoas recorrem a fossas, rios e lagos poluídos com excrementos humanos ou animais ou utilizados por animais. Significa também não ter água suficiente para satisfazer até as necessidades humanas mais básicas.

Se as necessidades básicas variam, o limite mínimo é de cerca de 20 litros por dia. A maioria dos 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável utiliza cerca de 5 litros por dia — um décimo da quantidade média diária utilizada nos países ricos para puxar o autoclismo. Em média, na Europa as pessoas utilizam mais de 200 litros, e nos Estados Unidos mais de 400 litros. Quando um europeu puxa o autoclismo ou quando um americano toma banho utiliza mais água da que é disponibilizada a centenas de milhões de indivíduos que vivem em bairros degradados ou zonas áridas do mundo em desenvolvimento. As torneiras que pingam nos países ricos desperdiçam mais água da que está disponível diariamente a mais de mil milhões de pessoas.

A falta de acesso a saneamento força as pessoas a defecar nos campos, fossas e baldes. Os «sanitários voadores» de Kibera, um bairro degradado de Nairobi, no Quénia, são sintomáticos daquilo que representa não ter acesso a saneamento. Sem acesso a instalações sanitárias, as pessoas defecam em sacos de plástico que atiram para as ruas. A ausência de instalações sanitárias coloca problemas particularmente graves de saúde pública e de segurança para as mulheres e as raparigas. No saneamento como na água, a desigualdade de género estrutura os custos humanos do desfavorecimento.

O acesso à água e ao saneamento reforça algumas velhas lições do desenvolvimento humano. Em média, as taxas de cobertura em ambas as áreas crescem com o rendimento: uma maior riqueza tende a ser acompanhada por um melhor acesso à água e ao saneamento. Mas existem enormes variações em torno da média. Alguns países, como o Bangladeche e a Tailândia, no saneamento, e o Sri Lanca e o Vietname, na água, apresentam um desempenho muito melhor do que se poderia esperar somente com base no rendimento. Outros, como a Índia e o México, no saneamento, apresentam um desempenho bastante mais fraco. A lição a tirar é a seguinte: o rendimento é importante, mas a política pública modela a conversão do rendimento em desenvolvimento humano.

Os custos do desenvolvimento humano — imensos

A privação de água e de saneamento gera efeitos multiplicadores. Do currículo constam os seguintes custos para o desenvolvimento humano:

- Cerca de 1,8 milhões de mortes de crianças por ano causadas por diarreia (4.900 mortes por dia), ou seja, uma população menor de cinco

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana

A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas

anos de dimensão equivalente à existente em Nova Iorque e Londres combinadas. Em conjunto, a água imprópria para consumo e o mau saneamento constituem a segunda maior causa mundial de morte infantil. As mortes por diarreia em 2004 foram seis vezes mais numerosas do que a média anual de mortes em conflitos armados nos anos 90.

- A perda de 443 milhões de dias escolares por ano devido a doenças relacionadas com a água.
- Perto de metade do total de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem, em determinada altura, de um problema de saúde causado pela falta de acesso a água e saneamento.
- Milhões de mulheres passam várias horas por dia a recolher água.
- Ciclos de vida de desfavorecimento afectam milhões de pessoas, com a doença e as oportunidades de educação perdidas na infância resultando em pobreza na vida adulta.

A estes custos humanos pode acrescentar-se o desperdício económico maciço associado à falta de acesso a água e saneamento. A medição destes custos é intrinsecamente complexa. No entanto, novos estudos conduzidos para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano salientam as enormes perdas suportadas por alguns dos países mais pobres do mundo. Os estudos determinam os custos associados com a despesa de saúde, as perdas de produtividade e os desvios de mão-de-obra.

As perdas são mais consideráveis nalguns dos países mais pobres. A África Subsariana perde cerca de 5% do PIB, ou cerca de 28,4 mil milhões de dólares por ano, valor que excede os fluxos totais de ajuda e de alívio da dívida para a região em 2003. De uma forma perturbante, estes custos económicos acumulados ocultam o verdadeiro impacto da falta de acesso à água e ao saneamento. A maioria das perdas é sustentada por famílias abaixo do limiar de pobreza, o que atrasa os esforços das pessoas carenciadas para se conseguirem libertar da pobreza.

Seja qual for a medida de eficiência aplicada, os investimentos em água e saneamento têm o potencial de gerar elevados retornos. Cada dólar gasto no sector gera em média 8 dólares em poupança de custos e ganhos de produtividade. Para além deste ganho estático, um melhor acesso à água e ao saneamento tem o potencial de gerar efeitos dinâmicos de longo prazo que impulsionarão a eficiência económica.

Quer seja medida com base nos indicadores de referência de sofrimento humano, de desperdício económico ou de pobreza extrema, a falta de acesso à água e ao saneamento gera resultados aterradores. O reverso da moeda é o potencial de redução daquele défice como meio para o progresso humano. A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas. Os estudos conduzidos para este Relatório demonstram que o acesso à água potável reduz as taxas de mortalidade infantil em mais de 20% nos Camarões e no Uganda. No Egipto e no Peru, a presença de uma retrete com autoclismo em casa reduz o risco de mortalidade infantil em mais de 30%.

Uma crise para os pobres, fundamentalmente

A crise da água e do saneamento é, acima de tudo, uma crise dos pobres. Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, com uma em cada três a viver com menos de 1 dólar por dia. Mais de 660 milhões de pessoas sem saneamento vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 385 milhões com menos de 1 dólar por dia.

Estes factos comportam importantes implicações para a política pública. Apontam claramente para a reduzida capacidade das populações sem serviço de abastecimento de financiarem um acesso melhorado através da despesa privada. Se o sector privado pode ter um papel a desempenhar no abastecimento, o financiamento público constitui a chave para ultrapassar a falta de acesso à água e ao saneamento.

Em muitos países, a distribuição do acesso adequado a água e saneamento reflecte a distribuição de riqueza. O acesso a água canalizada nos lares é, em média, de 85% para os 20% mais ricos, em comparação com 25% para os 20% mais pobres. A desigualdade vai além do acesso. O princípio perverso que se aplica a grande parte do mundo em desenvolvimento é que as pessoas mais pobres não só têm acesso a menos água, e a menos água potável, como também pagam alguns dos preços mais elevados do mundo:

- As pessoas que vivem nos bairros degradados de Jacarta (Indonésia), Manila (Filipinas) e Nairobi (Quénia) pagam 5 a 10 vezes mais por água e por unidade do que as que vivem nas zonas de elevado rendimento das suas

próprias cidades — e mais do que pagam os consumidores em Londres ou Nova Iorque.

- As famílias de elevado rendimento utilizam muito mais água do que as famílias carenciadas. Em Dar es Salam (Tanzânia) e Bombaim (Índia), a utilização de água per capita é 15 vezes mais elevada nos subúrbios de alto rendimento ligados ao serviço de abastecimento público do que nos bairros degradados.
- Os preços desiguais da água têm consequências perversas para a pobreza das famílias. Os 20% de famílias mais pobres em El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam em média mais de 10% do seu rendimento familiar em água. No Reino Unido, um limiar de 3% é considerado um indicador de dificuldades.

Prognóstico para o cumprimento da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não constituem o primeiro conjunto de metas ambiciosas adoptado pelos governos. Conseguir «água e saneamento para todos» no espaço de uma década era uma das metas incluídas num ambicioso conjunto de objectivos adoptado no seguimento de conferências de alto nível nos anos 70 e 80. Os resultados ficaram bem aquém da promessa. Será diferente desta vez?

Em conjunto, o mundo está na pista certa para atingir a meta para a água, devido, em grande parte, a fortes progressos na China e na Índia, mas apenas duas regiões estão no caminho certo no que se refere ao saneamento (a Ásia Oriental e a América Latina). O cenário global oculta grandes variações regionais e nacionais.

- Com base nas actuais tendências, a África Subsariana atingirá a meta da água em 2040 e a meta do saneamento em 2076. No que se refere ao saneamento, a Ásia do Sul está 4 anos desviada da meta e, no domínio da água, os países árabes apresentam um atraso de 27 anos.
- Numa análise país a país, a meta da água não será atingida por 234 milhões de pessoas, com 55 países longe de atingir a meta.
- A meta do saneamento não será atingida por 430 milhões de pessoas, com 74 países que não encontraram o caminho certo.
- Para que a África Subsariana entre no caminho certo, os níveis de ligação da água terão de passar de 10 milhões por ano na década passada para 23 milhões por ano na próxima década. A taxa de prestação de saneamento na Ásia do Sul terá de passar de 25 milhões de pessoas por ano para 43 milhões por ano.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem ser encarados como um limiar mínimo de abastecimento, não como um tecto. Mesmo que sejam atingidos, continuará a persistir um enorme défice global. O que é preocupante, a manter-se a actual trajectória global, é que o mundo não atingirá o limiar definido pela promessa do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as metas

Alterar este cenário não é somente o passo certo a tomar, mas o mais sensato. É o passo certo a tomar porque a água e o saneamento são direitos humanos básicos — e nenhum governo deve estar disposto a fechar os olhos ao actual nível de violação de direitos humanos ou à perda associada de potencial humano. E é o passo sensato a tomar porque o acesso à água e ao saneamento dota as pessoas de meios para se libertarem da pobreza e de contribuírem para a prosperidade nacional.

É difícil quantificar os potenciais ganhos para o desenvolvimento humano decorrentes do progresso na água e no saneamento. Mas as melhores estimativas sugerem que os benefícios ultrapassam em grande medida os custos. Os custos suplementares associados ao cumprimento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base na opção tecnológica sustentável de mais baixo custo ascenderiam a cerca de 10 mil milhões de dólares por ano. Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as da meta para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento teria por resultado:

- Cerca de menos 203.000 mortes de crianças em 2015 e mais de 1 milhão de vidas de crianças poupadas ao longo da próxima década.
- Um ganho adicional de 272 milhões de dias de frequência escolar, só como resultado da redução de casos de diarreia.
- Benefícios económicos totais de cerca de 38 mil milhões de dólares por ano. Os benefícios para a África Subsariana — de cerca de 15 mil milhões de dólares — representariam 60% dos seus fluxos de ajuda em 2003. Os ganhos na Ásia do Sul representariam quase 6 mil milhões de dólares

Poderá o mundo dar-se ao luxo de suportar os custos de um progresso acelerado em direcção

Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia

O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global

ao abastecimento de água e saneamento? A questão que deve ser colocada é: poderá o mundo dar-se ao luxo de não realizar estes investimentos?

O preço de 10 mil milhões de dólares anexado ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parece uma quantia avultada — mas há que considerá-lo contextualmente. Representa menos do valor global da despesa militar em cinco dias e menos de metade do que os países ricos despendem anualmente em água mineral. É um pequeno preço a pagar por um investimento que pode poupar milhões de vidas jovens, libertar um potencial de educação desperdiçado, salvar as pessoas de doenças que as privam da sua saúde e gerar um retorno económico que impulsionará a prosperidade.

Quatro pilares para o sucesso

Se as conferências internacionais de alto nível, as declarações de incentivo e as metas ambiciosas pudessem fornecer água potável e saneamento básico, há muito que a crise mundial já teria sido resolvida. Desde meados dos anos 90, tem-se verificado um florescimento de conferências internacionais sobre o tema da água, acompanhado por uma proliferação de parcerias internacionais de alto nível. Entretanto, existem 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento.

Tantas conferências, tanta actividade — e tão pouco progresso. Analisando a década passada, é difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento sofreram de um excesso de palavras e de um défice de acção. O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global. Não há planos prontos a usar para a reforma, mas quatro pilares são fundamentais para o sucesso.

- *Converter a água num direito humano — e fazer com que seja cumprido.* Todos os governos deveriam ir além dos vagos princípios constitucionais para a preservação do direito humano à água na legislação em vigor. Para ser cumprido, o direito humano deve corresponder a uma habilitação a um abastecimento de água seguro, acessível e a um preço razoável. A habilitação apropriada deverá variar por país e circunstâncias familiares. Mas implica, no mínimo, uma meta de pelo menos 20 litros de água potável por dia para cada cidadão — e sem qualquer custo para as pessoas com falta de meios para o seu pagamento. Devem ser estabelecidos indicadores de referência claros para o progresso em direcção à meta, com a responsabilização dos governos nacionais e locais e também dos fornecedores de água. Se os fornecedores privados têm um papel a desempenhar no abastecimento de água, alargar o direito humano à água é uma obrigação dos governos.
- *Delinear estratégias nacionais para a água e o saneamento.* Todos os governos deveriam preparar planos nacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento, com metas ambiciosas apoiadas por financiamento e estratégias claras para ultrapassar as desigualdades. A água e, ainda mais, o saneamento, são os parentes pobres do planeamento da redução da pobreza. Sofrem de um subfinanciamento crónico, usufruindo geralmente de uma despesa pública inferior a 0,5% do PIB. Os investimentos na água e no saneamento, que podem salvar vidas, são ofuscados pela despesa militar. Na Etiópia, o orçamento militar é 10 vezes superior ao da água e saneamento — no Paquistão, 47 vezes. Os governos deveriam ter como objectivo um mínimo de 1% do PIB para a água e o saneamento. Lidar com a desigualdade exigirá um compromisso com estratégias de financiamento, incluindo transferências fiscais, subsídios cruzados e outras medidas, que ofereçam às pessoas carenciadas água e saneamento a preços acessíveis. As estratégias nacionais deveriam englobar indicadores de referência para uma maior equidade, incluindo:
  - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.* Complementar a meta de 2015 de reduzir a metade a proporção de pessoas sem acesso a água e saneamento com políticas para reduzir a metade a discrepância nos rácios de cobertura entre ricos e pobres.
  - *Documentos de estratégia para a redução da pobreza.* Fazer da água e do saneamento prioridades fundamentais, com metas e objectivos claros ligados a medidas de financiamento de médio prazo.
  - *Fornecedores de água.* Assegurar que os prestadores de serviços, públicos e privados, em conjunto com os organismos municipais, incluem indicadores de referência claros relativamente à equidade, com penalidades associadas ao incumprimento.
- *Apoio a planos nacionais através da ajuda internacional.* Para muitos dos países mais pobres a ajuda ao desenvolvimento é essencial. O progresso na água e no saneamento exige

substanciais investimentos iniciais com longos períodos de reembolso. As restrições às receitas governamentais limitam a capacidade de financiamento de muitos dos países mais pobres, ao passo que o potencial de recuperação de custos é limitado por elevados níveis de pobreza. A maioria dos doadores reconhece a importância da água e do saneamento. No entanto, a ajuda ao desenvolvimento diminuiu em termos reais ao longo da última década e poucos doadores encaram o sector como uma prioridade: o sector representa agora menos de 5% da ajuda ao desenvolvimento. Os fluxos de ajuda devem ser praticamente duplicados para que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estejam ao alcance, com um crescimento de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano. São essenciais estratégias de financiamento inovadoras, como as que são preconizadas no quadro do Mecanismo de Financiamento Internacional, para oferecer actualmente o financiamento inicial para prevenir a iminente discrepância face à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Os doadores devem agir em apoio de estratégias detidas e lideradas nacionalmente, oferecendo um apoio previsível e a longo prazo. Existe também raio de acção para apoiar os esforços dos governos locais e dos serviços de abastecimento municipais para angariar financiamento a partir dos mercados de capitais locais.

- *Desenvolvimento de um plano de acção global.* Os esforços internacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento têm-se mostrado fragmentados e ineficazes, com um excesso de conferências de alto nível e uma ausência crónica de acção prática. Em contraste com a força da resposta internacional ao VIH/SIDA e à educação, a água e o saneamento não têm figurado em posição proeminente na agenda global do desenvolvimento. Tendo-se comprometido com um plano de acção global há dois anos, os países do Grupo dos Oito não estabeleceram a água e o saneamento como prioridade. O desenvolvimento de um plano de acção global para mobilizar financiamento à ajuda, apoiar os governos dos países em desenvolvimento para tirarem partido dos mercados de capitais locais e aumentar a criação de capacidade poderia funcionar como um núcleo central para a defesa pública e os esforços políticos na água e no saneamento.

Fornecer água para a vida

«O direito humano à água», declara o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU, «habilita cada pessoa a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico». Estes cinco atributos básicos representam os pilares da segurança da água. No entanto, são violados em larga escala.

Por que razão as pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela? Nas áreas urbanas, a fonte de água mais barata e mais fiável é habitualmente o serviço de abastecimento que mantém a rede. As famílias carenciadas têm menor probabilidade de estarem ligadas à rede — e maior probabilidade de receber água de uma série de fontes não tratadas. Em Dar es Salam, na Tanzânia, ou em Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos lares têm ligação a um serviço de abastecimento.

Quando os lares não têm ligação, as suas opções são limitadas. Ou recolhem água de fontes não tratadas ou de uma fonte pública, ou compram água a uma série de intermediários, incluindo operadores de fontanários, vendedores ambulantes de água e operadores de camiões-cisterna. O debate sobre a privatização da água tem ignorado o facto de que a grande maioria das pessoas carenciadas está já a comprar a sua água em mercados privados. Estes mercados fornecem água de variada qualidade a preços elevados.

As pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela

Preços elevados para as pessoas carenciadas

A distância do serviço de abastecimento público inflaciona os preços. Como a água passa por vários intermediários e cada um acrescenta custos de transporte e de comercialização, os preços são progressivamente elevados. As pessoas carenciadas que vivem em bairros degradados pagam frequentemente 5 a 10 vezes mais por litro de água do que as pessoas abastadas que vivem na mesma cidade.

As políticas de preço dos serviços de abastecimento público agravam o problema. A maioria dos serviços de abastecimento implementa agora tarifas por escalão progressivamente crescentes. O objectivo é aliar a equidade à eficiência através da elevação do preço em consonância com o volume de água utilizado. Na prática, acabam frequentemente por aprisionar as famílias mais carenciadas nos escalões mais altos. A razão: os intermediários que servem as famílias carencia-

O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas

das compram água a granel à taxa mais elevada. Em Dacar as famílias carenciadas que recorrem a fontes públicas pagam mais de três vezes o preço cobrado às famílias ligadas ao serviço de abastecimento.

Se os preços dos serviços de abastecimento público são bastante mais baixos, por que razão os lares carenciados não se ligam ao serviço? Frequentemente porque não têm meios de pagar a taxa de ligação: mesmo nos países mais pobres, esta taxa pode ultrapassar os 100 dólares. Em Manila, o custo de ligação ao serviço de abastecimento representa cerca de três meses de rendimentos dos 20% de famílias mais pobres, elevando-se a seis meses no Quénia urbano. A localização é outro obstáculo à ligação. Em muitas cidades, os serviços de abastecimento público recusam-se a efectuar a ligação em lares sem títulos de propriedade formais, excluindo assim algumas das famílias mais carenciadas.

As famílias rurais enfrentam outro tipo de problemas. Como vivem longe das redes formais, as comunidades rurais costumam gerir os seus próprios sistemas de água, embora os organismos governamentais estejam envolvidos na prestação do serviço. A maioria destes organismos tem funcionado através de um modelo de «comando e controlo», fornecendo frequentemente tecnologias inadequadas a localizações inadequadas praticamente sem qualquer consulta. O resultado tem sido uma combinação de subfinanciamento e de baixa cobertura, cabendo às mulheres das zonas rurais suportar o custo através da recolha de água em fontes distantes.

O papel crucial dos fornecedores públicos

Nos últimos anos, o debate internacional sobre o direito humano à água tem sido dominado por discussões acaloradas sobre os papéis específicos dos sectores privado e público. Foram levantadas questões importantes, mas o diálogo tem gerado mais entusiasmo do que luz.

Alguns programas de privatização têm gerado resultados positivos. Mas os progressos, de uma maneira geral, não são encorajadores. Da Argentina à Bolívia, das Filipinas aos Estados Unidos, a convicção de que o sector privado constitui a panaceia para libertar a equidade e eficiência necessárias para acelerar o progresso em direcção à água para todos mostrou-se errada. Se estes fracassos passados relativos às concessões de água não oferecem provas de que o sector privado não tem qualquer papel a desempenhar, apontam efectivamente para a necessidade de uma maior cautela, regulação e compromisso com a equidade nas parcerias público-privadas.

Dois aspectos específicos do fornecimento de água em países com taxas de cobertura baixas contrariam a deposição de uma confiança indevida no sector privado. Em primeiro lugar, o sector da água possui muitas das características de um monopólio natural. À falta de uma forte capacidade reguladora para proteger o interesse público através das regras de fixação de preços e de investimento, subsistem perigos de abuso de monopólio. Em segundo lugar, em países com elevados níveis de pobreza entre as populações sem serviço, o financiamento público é fundamental para ampliar o acesso, independentemente do facto do fornecedor ser público ou privado.

O debate sobre a privatização desviou algumas vezes a atenção da questão mais urgente da reforma dos serviços públicos de abastecimento. Os fornecedores públicos dominam o abastecimento de água, respondendo por mais de 90% da água fornecida através de redes de abastecimento nos países em desenvolvimento. Muitos serviços de abastecimento de propriedade estatal não chegam às pessoas carenciadas, numa combinação de ineficiência e desresponsabilização na gestão com desigualdade no financiamento e na fixação de preços. Mas alguns serviços públicos de abastecimento — Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo notável — conseguiram tornar a água acessível a todos e a bom preço.

Existem agora algumas oportunidades reais de aprender com os fracassos e construir com base nos sucessos. O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas.

Alguns países registaram um progresso rápido no fornecimento de água. Da Colômbia ao Senegal e à África do Sul, foram desenvolvidas estratégias inovadoras para alargar o acesso às famílias carenciadas das áreas urbanas. Apesar das populações rurais continuarem globalmente atrasadas face às populações urbanas, países tão diferentes como Marrocos e o Uganda conseguiram crescimentos rápidos na cobertura. Quais são as chaves para o sucesso?

A liderança política e objectivos realistas fazem a diferença

Como é sublinhado ao longo deste Relatório, não existem soluções prontas a usar. As políticas que produzem resultados positivos para as pessoas carenciadas num determinado cenário podem fracassar noutro. No entanto, algumas lições gerais podem ser retiradas de histórias de sucesso. A primeira, e talvez a mais relevante, é que a liderança política é importante. A segunda é que o progresso depende

do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade.

O que não significa conferir um apoio inócuo a subsídios generalizados. Subsídios bem concebidos no Chile, na Colômbia e na África do Sul chegam efectivamente às pessoas carenciadas e fazem de facto a diferença. Mas, em muitos casos, subsídios ostensivamente projectados para aumentar a equidade na fixação de preços dos serviços de abastecimento oferecem vastas transferências aos mais abastados, com poucos benefícios para as famílias carenciadas que não estão ligadas aos serviços de abastecimento. De igual modo, em grande parte da África Subsariana, são as famílias de maior rendimento com ligações aos serviços de abastecimento que mais beneficiam da água comercializada a preços bastante mais baixos do que o nível necessário para cobrir as operações e os custos de manutenção.

A regulação e a recuperação sustentável de custos são fundamentais para a equidade e a eficiência

Como as redes de água são monopólios naturais, a regulação deve assegurar que os fornecedores cumprem as normas de eficiência e equidade — que protejam, efectivamente, os interesses do consumidor. Tem sido difícil estabelecer órgãos reguladores fortes e independentes em muitos países em desenvolvimento, o que conduz a interferências políticas e a desresponsabilização. Mas os esforços para criar regulação através do diálogo entre os serviços de abastecimento e os cidadãos geraram alguns avanços de peso — como aconteceu em Hyderabad, na Índia.

De uma forma mais genérica, é importante que os governos alarguem a esfera da regulação dos fornecedores de redes formais aos mercados paralelos a que as pessoas carenciadas recorrem. Regular não significa restringir as actividades dos fornecedores que servem as pessoas carenciadas. Significa antes trabalhar com estes fornecedores para assegurar a adesão a regras de fixação de preços equitativos e de qualidade da água.

Qualquer programa de reforma deve integrar uma recuperação de custos sustentável e equitativa. Em muitos casos, existem bases sólidas para elevar os preços da água para níveis mais realistas e para melhorar a eficiência da gestão da água: em muitos países as perdas de água são demasiado elevadas e a angariação de receitas demasiado baixa para financiar um sistema viável.

A definição de sustentável e de equitativo varia de país para país. Em muitos países de baixos rendimentos, o raio de acção para a recuperação de custos é limitado pela pobreza e por baixos rendimentos médios. Uma despesa pública apoiada pela ajuda é fundamental. Os países de rendimentos médios têm um maior raio de acção para uma recuperação de custos equitativa caso os governos implementem mecanismos que limitem a carga financeira suportada pelas famílias carenciadas.

Os países de rendimentos médios e alguns de rendimentos baixos detêm também potencial para tirar maior partido dos mercados de capitais locais. Esta é uma área em que o apoio internacional pode fazer a diferença através de garantias de crédito e outros mecanismos que reduzem as taxas de juro e as percepções de risco por parte do mercado.

Com base na estrutura de planeamento nacional e global descrita no Capítulo 1, entre as estratégias nucleares para ultrapassar as desigualdades nacionais no acesso à água contam-se:

- Estabelecer metas claras para a diminuição da desigualdade enquanto parte integrante da estratégia nacional de redução da pobreza e do sistema de notificação do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução a metade das disparidades de cobertura entre ricos e pobres.
- Estabelecer tarifas subsidiadas que ofereçam água suficiente para as necessidades básicas gratuitas ou a taxas acessíveis, tal como na África do Sul.
- Assegurar que nenhuma família tenha de despender mais de 3% do seu rendimento para satisfazer as suas necessidades de água.
- Orientar os subsídios das ligações e da utilização de água para as famílias carenciadas, tal como se fez no Chile e na Colômbia.
- Aumentar os investimentos no fornecimento de fontes públicas como estratégia transitória para disponibilizar água potável e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
- Promulgar legislação que legitime as pessoas a obrigarem os fornecedores a prestarem contas.
- Incorporar nos contratos de parceria público-privados indicadores de referência claros relativos à equidade na extensão do acesso a bom preço às famílias carenciadas.
- Desenvolver sistemas de regulação que sejam eficazes e politicamente independentes, cujo alcance não se limite à rede de abastecimento público mas que abranja os fornecedores paralelos.

Colmatar o enorme défice de saneamento

«Os esgotos são a consciência da cidade», escreveu Victor Hugo em *Os Miseráveis*. Ele descrevia a Paris do século XIX, mas o estado do saneamento continua a ser um poderoso indicador do estado do desenvolvimento humano em qualquer comunidade.

O progresso depende do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade

Mais ainda do que a água, o saneamento ressente-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político

Quase metade do mundo em desenvolvimento não tem acesso a saneamento. São ainda mais as pessoas que não têm acesso a um saneamento de boa qualidade. Este défice encontra-se amplamente disseminado. As taxas de cobertura são escandalosamente baixas em muitos dos países mais pobres do mundo: o acesso está disponível apenas a 1 em cada 3 pessoas, aproximadamente, na África Subsariana e no Sul da Ásia — na Etiópia este valor diminui para 1 em cada 7. E as taxas de cobertura não dão conta da dimensão real do problema, especialmente em países de rendimentos mais elevados. Em Jacarta e Manila, os velhos sistemas de esgotos foram esmagados por uma rápida urbanização e um subinvestimento crónico, conduzindo à rápida disseminação de latrinas com fossa. Estas latrinas contaminam agora a água subterrânea e desaguam nos rios, poluindo as fontes de água e colocando em perigo a saúde pública.

O acesso ao saneamento oferece benefícios a vários níveis. Estudos conduzidos em vários países demonstram que o método de eliminação de excrementos é um dos determinantes mais fortes da sobrevivência infantil: a transição do saneamento não tratado para o melhorado reduz a mortalidade infantil geral em cerca de um terço. Um saneamento melhorado proporciona também vantagens à saúde pública, aos meios de subsistência e à dignidade — vantagens que, das famílias, se estendem a comunidades inteiras. As instalações sanitárias podem parecer um catalisador improvável do progresso humano — mas as evidências são esmagadoras.

Por que razão o défice é tão vasto

Se o saneamento é tão fundamental para o progresso económico e social, por que razão o défice é tão vasto — e por que razão se encontra o mundo tão longe de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? Há muitos factores em jogo.

O primeiro é a liderança política ou, melhor, a sua ausência. As políticas públicas de saneamento são tão relevantes para o estado de uma nação como a gestão económica, a defesa ou o comércio e, no entanto, o saneamento é uma prioridade de segunda ou terceira ordem. Mais ainda do que a água, o saneamento ressente-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político.

A pobreza é outro obstáculo ao progresso: as famílias mais carenciadas não dispõem frequentemente de meios financeiros para adquirir instalações sanitárias. Mas outros factores limitam igualmente o progresso, incluindo a procura doméstica e a desigualdade de géneros. As mulheres tendem a dar mais importância ao saneamento do que os homens, mas as prioridades femininas têm menos peso no orçamento familiar.

De que forma as parcerias entre a comunidade e o governo podem ajudar

A assustadora escala do défice de saneamento e o lento progresso realizado para colmatá-lo são encarados por alguns como provas de que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é agora irrealista. Esta preocupação é justificada, mas a conclusão é falaciosa. Existem muitos exemplos de progresso rápido no saneamento, alguns dinamizados a partir de baixo, pelas comunidades locais, e outros liderados pelos governos:

- Na Índia e no Paquistão, as associações de moradores de bairros degradados colaboraram para proporcionar saneamento a milhões de pessoas, recorrendo ao poder das comunidades para mobilizar recursos. A Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados, na Índia, e o Projecto-Piloto de Orangi, no Paquistão, entre muitas outras organizações comunitárias, demonstraram o que é possível fazer através de acções práticas.
- A Campanha para o Saneamento Total, no Bangladeche, começou por ser um projecto comunitário que aumentou de escala e se converteu num programa nacional que está a alcançar rápidos incrementos no acesso ao saneamento. O Camboja, a China, a Índia e a Zâmbia também o adoptaram.
- Programas governamentais na Colômbia, no Lesoto, em Marrocos e na Tailândia expandiram o acesso ao saneamento em todos os escalões de rendimentos. Bengala Ocidental, na Índia, também alcançou progressos extraordinários.
- No Brasil, o «sistema condominial de esgotos» reduziu custos e levou o saneamento a milhões de pessoas — e está agora a ser adoptado por outros países.

Cada uma destas histórias de sucesso tem raízes diferentes. Foram desenvolvidas políticas públicas amplamente divergentes para responder aos problemas locais. Mas em cada um dos casos a tónica foi colocada no desenvolvimento da procura pelo saneamento e não na aplicação de modelos de fornecimento do lado da oferta, emanando do topo para a base. A iniciativa e o envolvimento da comunidade foram fundamentais. Mas igualmente fundamental foi a interacção entre os organismos governamentais e as comunidades locais.

Soluções locais para problemas locais podem constituir o ponto de partida para a mudança. Mas cabe aos governos criarem as condições para solucionar problemas nacionais através da mobilização de financiamento e da criação de condições para que os mercados possam oferecer tecnologias apropriadas a um preço acessível. As

iniciativas lideradas pela comunidade são importantes — fundamentais, até. No entanto, não se substituem à acção governamental. E o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços.

Superar o estigma dos detritos humanos

Uma das lições mais importantes das histórias de sucesso do saneamento é que um progresso rápido é possível. Com o apoio dos doadores de ajuda, até os países mais pobres têm capacidade para mobilizar recursos para alcançar a mudança. Talvez o maior obstáculo possa ser resumido a uma única palavra: estigma.

Verificam-se alguns paralelos desconfortáveis entre o saneamento e o VIH/SIDA. Até muito recentemente, os tabus culturais e sociais que rodeavam o VIH/SIDA impediam o desenvolvimento de respostas nacionais e internacionais eficazes, com um enorme custo humano. Este tabu tem estado a enfraquecer, em parte devido à escala da destruição — mas também porque o VIH/SIDA afecta todos os membros da sociedade ignorando distinções baseadas na riqueza.

No saneamento, o tabu persiste em manter-se intacto. Isto ajuda a explicar porque é que a questão não é alvo de uma liderança política de alto nível e raramente figura em campanhas eleitorais ou no debate público. Uma das razões pelas quais o estigma tem levado tanto tempo a dissipar-se é porque a crise do saneamento, ao contrário da crise do VIH/SIDA, é mais discriminatória: é, na sua esmagadora maioria, uma crise dos pobres, não dos ricos. Lidar com a crise exigirá uma maior consciencialização da escala dos custos gerados pelo défice de saneamento, bem como um reconhecimento mais generalizado de que o saneamento é um direito básico.

Entre os principais desafios políticos do saneamento, encontram-se:

- Desenvolver instituições políticas nacionais e locais que reflictam a importância do saneamento para o progresso social e económico.
- Tirar partido de iniciativas ao nível comunitário através de intervenções governamentais destinadas a disseminar as melhores práticas.
- Investir em abordagens lideradas pela procura através das quais os prestadores de serviços respondam às necessidades das comunidades, dando voz às mulheres no ordenamento de prioridades.
- Alargar o apoio financeiro às famílias mais carenciadas de modo a garantir que o saneamento seja uma opção a preços acessíveis.

Gerir a escassez, o risco e a vulnerabilidade da água

Nestes primeiros anos do século XXI, os debates em torno da água reflectem um diagnóstico malthusiano do problema. Têm sido avançados alertas inquietantes apontando para a «aritmética sombria» do crescimento populacional e da diminuição da disponibilidade de água. Estará o mundo a esgotar a sua água?

De modo nenhum. Mas a insegurança da água representa efectivamente uma ameaça ao desenvolvimento humano para uma vasta parcela, e crescente, da humanidade. A competição, o stress ambiental e a imprevisibilidade do acesso à água enquanto recurso produtivo constituem poderosos catalisadores da insegurança da água para uma vasta parcela da população global.

Do ponto de vista global, existe água mais do que suficiente para todos e para satisfazer todas as necessidades da humanidade. Então por que razão a escassez da água constitui um problema? Em parte porque a água, tal como a riqueza, encontra-se desigualmente distribuída entre os países e no interior dos mesmos. Qual a vantagem para os países do Médio Oriente que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos que o Brasil e o Canadá disponham de mais água do que alguma vez virão a usar? De igual modo, as áreas sujeitas à seca no Nordeste do Brasil em nada são ajudadas pelo facto da disponibilidade média de água do país ser uma das mais elevadas do mundo. Outro problema é que o acesso à água enquanto recurso produtivo exige o acesso a infra-estrutura, também este alvo de distorções entre países e no interior dos mesmos.

Medido com base em indicadores convencionais, a pressão sobre os recursos hídricos está a aumentar. Hoje, cerca de 700 milhões de pessoas em 43 países vivem abaixo do limiar da pressão sobre os recursos hídricos de 1.700 metros cúbicos por pessoa — uma linha divisória assumidamente arbitrária. Em 2025, aquele número elevar-se-á a 3 mil milhões de pessoas, à medida que a pressão sobre os recursos hídricos se intensificar na China, Índia e na África Subsariana. Baseando-se em médias nacionais, esta previsão não dá conta da real dimensão do problema actual. Os 538 milhões de pessoas do Norte da China vivem já numa região intensamente afectada pela pressão sobre os recursos hídricos. Globalmente, cerca de 1,4 mil

As iniciativas lideradas pela comunidade são importantes, mas não se substituem à acção governamental — e o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços

A escassez foi induzida por fracassos políticos — no que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito

milhões de pessoas vivem em zonas de bacias fluviais onde a utilização da água ultrapassa os níveis sustentáveis.

A pressão sobre os recursos hídricos reflecte-se no stress ecológico. Os sistemas fluviais que já não conseguem atingir o mar, a contracção dos lagos e a descida dos lençóis freáticos são alguns dos sintomas mais visíveis da utilização abusiva de água. O declínio dos sistemas fluviais — do rio Colorado, nos Estados Unidos, ao rio Amarelo, na China — é um resultado altamente visível da utilização abusiva. Menos visível, mas não menos prejudicial ao desenvolvimento humano, é o rápido esgotamento da água subterrânea no Sul da Ásia. Nalgumas zonas da Índia, os lençóis freáticos estão a cair mais de 1 metro por ano, pondo em risco a produção agrícola futura.

Estes são os verdadeiros sinais de escassez, mas a escassez foi induzida por fracassos das políticas. No que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito. Muito simplesmente, os países têm usado muito mais água do que dispõem, tal como definido pela taxa de renovação. Resultado: uma vasta dívida ecológica baseada na água que será transferida às gerações futuras. Esta dívida levanta questões importantes sobre os sistemas de contabilidade nacionais que fracassam na medição do esgotamento de um capital natural escasso e precioso — e suscita questões importantes sobre a equidade transgeracional. A subcotação (ou custo zero em alguns casos) apoiou a utilização abusiva: se os mercados fornecessem automóveis Porsche a baixo preço, estes também se tornaram escassos.

Os futuros cenários de utilização de água constituem motivo de séria preocupação. Ao longo de quase um século, a utilização de água tem crescido quase duas vezes mais rapidamente do que a população. Esta tendência é para continuar. A agricultura de regadio continuará a ser a maior utilizadora de água — responde actualmente por mais de 80% da utilização nos países em desenvolvimento. Mas as exigências da indústria e dos utilizadores urbanos estão a crescer rapidamente. Do momento actual até 2050, a água do mundo terá de sustentar os sistemas agrícolas que alimentarão e constituirão o meio de subsistência de mais 2,7 mil milhões de pessoas. Entretanto, a indústria, e não a agricultura, será responsável pela maior parte do aumento previsto na utilização de água até 2025.

Aumentar a oferta

No passado, os governos respondiam à pressão sobre os recursos hídricos procurando aumentar a oferta. Programas de desvio de rios de grande escala na China e na Índia atestam o apelo continuado desta abordagem. Outras opções do lado da oferta também cresceram em importância. A dessalinização da água do mar está a ganhar terreno, embora os elevados custos energéticos que lhe estão associados tornem esta opção mais adequada para países mais ricos e cidades costeiras. As importações de «água virtual» — água utilizada na produção de produtos alimentares importados — constituem outra opção. No entanto, também aqui, se verificam opções limitadas para os países de baixos rendimentos com vastos défices de alimentação, além de ameaças à segurança alimentar ligadas a uma potencial perda de autonomia.

Atenuar a procura

É provável que as políticas do lado da procura sejam mais eficazes. O aumento do rácio de «colheitas por gota» (produzir mais com menos água) através de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade tem o potencial de reduzir a pressão sobre os sistemas hídricos. De uma forma mais genérica, as políticas de fixação de preços da água devem reflectir melhor o valor da escassez da água. A remoção atempada de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva constituiria um passo decisivo na direcção certa para países como a Índia e o México, que criaram inadvertidamente incentivos ao esgotamento das águas subterrâneas através de subsídios à electricidade conferidos às grandes explorações agrícolas. Com efeito, os governos têm estado a subsidiar o esgotamento de um recurso natural precioso, transferindo os custos para o ambiente — e para as gerações futuras.

Gerir a incerteza

Muitos governos do mundo em desenvolvimento enfrentam agora a necessidade de gerir severos ajustamentos na água. O realinhamento da oferta com a procura no seio das fronteiras da sustentabilidade ecológica e da disponibilidade de água — um objectivo central nas novas estratégias de gestão integrada de recursos hídricos — tem o potencial de criar simultaneamente vencedores e perdedores. E existem cenários mutuamente benéficos. Mas o perigo reside na possibilidade de que os interesses das pessoas carenciadas sejam ignorados pela proclamação das reivindicações dos grandes produtores agrícolas e da indústria — eleitorados de peso com uma forte voz política. A água é poder em mui-

tas sociedades — e as desigualdades no poder podem induzir fortes desigualdades no acesso à água.

A infra-estrutura da água é fundamental para reduzir a imprevisibilidade e mitigar o risco. Globalmente, as desigualdades no acesso à infra-estrutura são bastantes vastas. Reflectem-se em indicadores simples relativos à capacidade de armazenamento de água: os Estados Unidos armazenam cerca de 6.000 metros cúbicos de água por pessoa e a Etiópia, 43. No entanto, até os países ricos estão expostos a rupturas relacionadas com a água como se comprovou pelo impacto do furacão Katrina em Nova Orleães. Mas os riscos têm maior peso nos países pobres.

As secas e as cheias, formas extremas da insegurança da água, têm consequências devastadoras para o desenvolvimento humano. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas no Corno de África foram afectadas pela seca. Entretanto, as secas que assolaram Moçambique reduziram, calcula-se, o seu RNB em cerca de 20%. A inconstância do regime pluviométrico e as mudanças extremas dos fluxos de água podem destruir activos, enfraquecer os meios de subsistência e reduzir o potencial de crescimento de economias inteiras: a inconstância reduz o potencial de crescimento da Etiópia em cerca de um terço, de acordo com o Banco Mundial. Sociedades inteiras são afectadas. Mas são as pessoas carenciadas que mais sofrem os efeitos das catástrofes relacionadas com a água.

Lidar com as alterações climáticas

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água. Apesar da ameaça que o aumento da temperatura representa se encontrar agora solidamente instituída na agenda internacional, pouca atenção tem sido prestada às implicações para os produtores agrícolas vulneráveis dos países em desenvolvimento. A Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas adoptada em 1992 deu o seguinte alerta aos governos: «onde existem riscos de danos sérios e irreversíveis, uma ausência de uma total certeza científica não deve constituir justificação para o protelamento da acção». Poucos alertas foram ignorados de forma mais perigosa.

O aquecimento global transformará os padrões hidrológicos que determinam a disponibilidade da água. Os exercícios de modelação apontam para resultados complexos desencadeados pelos microclimas. Mas o peso esmagador das evidências pode ser resumido numa simples formulação: muitas das zonas do mundo mais sujeitas à pressão sobre os recursos hídricos receberão menos água e os fluxos de água tornar-se-ão menos previsíveis e mais dependentes de acontecimentos adversos. Entre os resultados previstos, contam-se:

- Acentuadas reduções na disponibilidade de água na África Oriental, no Sahel e no Sul de África devido ao declínio do regime pluviométrico e à subida da temperatura, com fortes perdas de produtividade nos produtos alimentares básicos. As previsões relativas às áreas de sequeiro na África Oriental apontam para potenciais perdas de produtividade que podem chegar aos 33% no milho e a mais de 20% no sorgo e de 18% no milho-miúdo.
- A ruptura dos sistemas de produção alimentar, expondo uma proporção suplementar de 75 a 125 milhões de pessoas à ameaça da fome.
- O acelerado degelo dos glaciares, conduzindo a reduções a médio prazo na disponibilidade de água num vasto grupo de países da Ásia Oriental, da América Latina e da Ásia do Sul.
- Rupturas nos padrões das monções no Sul da Ásia, com o potencial de aumento de precipitação mas também de menos dias chuvosos e de mais pessoas afectadas pela seca.
- Subidas crescentes do nível do mar, resultando em perdas de água doce em sistemas de deltas de rios em países como o Bangladeche, o Egipto e a Tailândia.

A resposta internacional à ameaça da segurança da água colocada pelas alterações climáticas tem sido inadequada. Os esforços multilaterais têm-se concentrado na mitigação de futuras alterações climáticas. Estes esforços são fundamentais — e a negociação de reduções mais acentuadas das emissões de carbono após a expiração do actual Protocolo de Quioto, em 2012, é uma prioridade. Restringir o futuro aquecimento global a um aumento não superior a 2 graus centígrados relativamente a níveis pré-industriais deve constituir uma prioridade. Alcançar essa meta exigirá importantes ajustamentos nas políticas de energia quer de países industrializados, quer em desenvolvimento, apoiados pelo financiamento à transferência de tecnologias limpas.

Mais adaptação — não apenas mitigação

Mesmo através da redução drástica das emissões de carbono, as emissões feitas no passado significam que o mundo tem que viver actualmente

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas

com alterações climáticas perigosas. As alterações climáticas não constituem uma ameaça futura, mas uma realidade a que os países e as pessoas têm de se adaptar. Em nenhuma outra área o desafio do desenvolvimento de estratégias de adaptação eficazes se revela mais urgente do que na agricultura de sequeiro, onde os meios de subsistência de milhões das pessoas mais carenciadas do mundo se tornarão mais precários devido à inconstância dos padrões do regime pluviométrico e, nalguns casos, à diminuição da disponibilidade de água.

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas. No entanto, as transferências de ajuda têm-se mostrado desastradamente inadequadas. O Fundo de Adaptação associado ao Protocolo de Quioto mobilizará apenas cerca de 20 milhões de dólares até 2012, com base em previsões correntes, ao passo que o Fundo Global para o Ambiente — o principal mecanismo multilateral para a adaptação — atribuiu 50 milhões de dólares ao apoio de actividades de adaptação entre 2005 e 2007.

Para além da estrutura multilateral, um declínio na ajuda ao desenvolvimento à agricultura limitou o financiamento disponível à adaptação. A ajuda diminuiu rapidamente tanto em termos absolutos como relativos ao longo da última década. Considerando os países em desenvolvimento no seu conjunto, a ajuda à agricultura caiu em termos reais de 4,9 mil milhões de dólares por ano para 3,2 mil milhões, ou de 12% para 3,5% da ajuda total desde o início dos anos 90. Todas as regiões foram afectadas. A ajuda à agricultura na África Subsariana encontra-se agora justamente abaixo dos mil milhões de dólares, menos de metade do nível de 1990. Reverter estas tendências será fundamental para uma adaptação bem sucedida.

O caminho a seguir

Os países enfrentam desafios bastante diferentes na gestão da água. Mas há alguns temas genéricos que emergem — em conjunto com alguns requisitos genéricos para a elaboração de estratégias bem sucedidas. Entre os mais importantes, contam-se:

- Desenvolver estratégias de gestão integradas de recursos hídricos que estabeleçam níveis nacionais de utilização de água dentro dos limites da sustentabilidade ecológica e que ofereçam uma estrutura de planeamento coerente de todos os recursos hídricos.
- Colocar a equidade e os interesses das pessoas carenciadas no núcleo da gestão integrada de recursos hídricos.
- Fazer da gestão da água uma parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza.
- Reconhecer o real valor da água através de políticas apropriadas de fixação de preços, procedimentos de contabilidade nacional revistos e remoção de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva.
- Ampliar o abastecimento de água de uma forma que seja favorável às pessoas carenciadas através do fornecimento de águas residuais seguras para utilização produtiva, separando resíduos industriais e domésticos, e da colaboração com os agricultores para reduzir os riscos para a saúde.
- Incrementar o investimento nacional e a ajuda internacional para o investimento em infra-estruturas hídricas, incluindo armazenamento e controlo de cheias.
- Recalibrar a resposta ao aquecimento global colocando uma maior ênfase em estratégias de adaptação nas políticas nacionais de gestão da água e nos esforços de ajuda.
- Triplicar a ajuda à agricultura até 2010, com o aumento dos fluxos anuais de 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões. Incluída neste montante global, a ajuda a África terá de passar de cerca de 900 milhões de dólares para aproximadamente 2,1 mil milhões por ano, tal como planeado para as actividades agrícolas no quadro do Programa Alargado de Desenvolvimento Agrícola para a África, da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

Gerir a competição pela água na agricultura

Há cem anos, William Mulholland, superintendente do Departamento de Água de Los Angeles, solucionou o problema de falta de água da cidade através de uma inovação brutalmente eficaz: uma apropriação de recursos hídricos. Através da transferência forçada de água utilizada por agricultores em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros de distância, possibilitou que Los Angeles se tornasse numa das cidades de mais rápido crescimento dos Estados Unidos.

Os tempos mudaram. Actualmente, os californianos resolvem as suas disputas relativas à água nos tribunais. Mas em grande parte do mundo em desenvolvimento a competição pela água está a crescer a um nível alarmante,

suscitando conflitos intensos e, por vezes, violentos. O perigo é que o modelo de Mulholland ressurja sob uma nova indumentária, em que o poder, e não a preocupação pela pobreza e pelo desenvolvimento humano, ditará os resultados.

Os padrões da competição variam de país para país. Mas destacam-se duas grandes tendências. Em primeiro lugar, com o aumento da procura por água por parte dos centros urbanos e da indústria, quem perde é a agricultura — e continuará a perder. Em segundo lugar, no seio da agricultura, a competição pela água está a intensificar-se. Em ambas as frentes existe o perigo de que a agricultura, em geral, e as famílias carenciadas rurais, em particular, venham a sofrer com o ajustamento.

Tal resultado poderia acarretar graves implicações para os esforços globais de redução da pobreza. Apesar da rápida urbanização, a maioria das pessoas extremamente carenciadas do mundo ainda vivem em áreas rurais — e os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas representam o grosso da subnutrição global. Enquanto maior utilizadora individual de água na maioria dos países, a agricultura de regadio será sujeita a uma enorme pressão. Dado o papel destes sistemas no aumento da produtividade agrícola, na alimentação de uma população crescente e na redução da pobreza, tal representa um desafio de peso para o desenvolvimento humano.

A mediação através de estruturas económicas e políticas

Com o aumento da procura pelos recursos hídricos, é inevitável que se dê uma redistribuição entre utilizadores e sectores. Em qualquer processo de competição por recursos escassos, as reivindicações concorrentes são mediadas através de estruturas económicas e políticas e de sistemas de direitos e habilitações. À medida que a competição pela água se intensifica, o acesso futuro reflectirá cada vez mais a força das reivindicações de diferentes agentes. Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais.

Equilibrar eficiência e equidade

Os processos de ajustamento já estão a ter lugar. As cidades e as indústrias estão a alargar o seu alcance hidrológico a áreas rurais, suscitando disputas e, ocasionalmente, protestos violentos. Conflitos paralelos entre diferentes partes do mesmo país e diferentes utilizadores são cada vez mais patentes.

O desenvolvimento da negociação de direitos da água através de mercados privados é encarado por alguns como uma solução para equilibrar eficiência e a equidade nos ajustamentos à redistribuição de água. Habilitando os produtores agrícolas a vender água, segundo o argumento defendido, os governos podem criar condições para orientar um recurso escasso para saídas mais produtivas, simultaneamente compensando e gerando rendimentos para os agricultores.

Os mercados privados de água oferecem uma solução questionável para um problema generalizado. Mesmo nos Estados Unidos, onde estes se encontram enfraquecidos por regras e instituições altamente desenvolvidas, tem sido frequentemente difícil proteger os interesses das pessoas carenciadas. No Chile, a introdução de mercados privados de água nos anos 70 aumentou a eficiência mas conduziu a elevados níveis de desigualdade e a distorções de mercado causadas por concentrações de poder e informações imprecisas. Para os países em desenvolvimento com uma capacidade institucional mais fraca, existem limites distintos ao mercado.

Gerir alocações e licenciamento

Não se restringindo aos mercados de água, muitos governos procuram gerir as pressões do ajustamento através de alocações e licenças quantitativas. Esta abordagem promete melhores resultados. No entanto, mesmo aqui, os desequilíbrios de poder formais e informais frequentemente debilitam a posição das pessoas carenciadas. Em Java Ocidental, na Indonésia, as fábricas têxteis usurparam os direitos da água dos pequenos agricultores. E nas Filipinas os agricultores em sistemas de irrigação perderam para os utilizadores municipais. A ausência ou o incumprimento de regulações é outra ameaça de peso. Na Índia, a extracção não regulada de águas subterrâneas do rio Bhavani resultou em menos água e mais pobreza nos sistemas de irrigação.

Os direitos da água são fundamentais para a segurança humana nas áreas agrícolas. A repentina perda ou deterioração de direitos à água pode minar meios de subsistência, aumentar a vulnerabilidade e intensificar a pobreza em grande escala. Os direitos da água têm muito mais importância para as pessoas carenciadas do que para as abastadas por uma razão óbvia: as pessoas carenciadas não dispõem dos recursos

Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade

financeiros e da voz política para proteger os seus interesses fora de um sistema baseado em regras. Os direitos da água têm pouca importância se, na implementação, canalizarem as vantagens para os que detêm poder.

Equilibrar direitos formais e consuetudinários

A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Ali, os governos procuram, com o apoio dos doadores, expandir a fronteira da irrigação e estabelecer sistemas formais de direitos como suplemento — ou substituição — de direitos consuetudinários. O que representará isto para o desenvolvimento humano?

Os resultados dependerão das políticas públicas. A expansão da capacidade de irrigação é importante porque tem o potencial de elevar a produtividade e reduzir o risco. A região é esmagadoramente dependente da agricultura de sequeiro. Mas a infra-estrutura de irrigação é um recurso escasso e contestado. Evidências da região do Sahel, na África Ocidental, demonstram que os pequenos agricultores perdem frequentemente na competição pela irrigação para produtores comerciais de grande escala.

A gestão de direitos consuetudinários envolve outros problemas. Ao contrário do que alguns pensam, os direitos consuetudinários à água incorporam disposições pormenorizadas de gestão e utilização para a manutenção da sustentabilidade ecológica. Mas desfavorecem frequentemente as famílias mais carenciadas e as mulheres. A introdução de regras e leis formais não altera automaticamente a situação. No vale do rio Senegal, os detentores de direitos consuetudinários utilizaram o seu poder para manter a exclusão social da água. Entretanto, na Tanzânia, a introdução de direitos da água formais beneficiou os agricultores comerciais no rio Pangani em detrimento dos pequenos agricultores a jusante.

Prestar mais atenção à equidade

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade. Em contraste com a reforma da terra, por exemplo, as preocupações de distribuição não ocuparam um lugar proeminente na agenda da gestão integrada de recursos hídricos. Há algumas excepções — como na África do Sul — mas mesmo aqui mostrou-se difícil alcançar resultados redistributivos.

Os sistemas de irrigação encontram-se no cerne do ajustamento. A infra-estrutura de irrigação tem importantes implicações para a pobreza. Estudos conduzidos em vários países sugerem que a prevalência da pobreza é geralmente 20% a 40% mais baixa nas redes de irrigação do que fora delas, mas com grandes variações. A irrigação parece ser um motor para a redução da pobreza muito mais poderoso nalguns países do que noutros. A desigualdade da terra é um factor de peso. Países altamente desiguais (Índia, Paquistão e Filipinas) classificam-se pior em eficiência e equidade do que países mais iguais (China e Vietname).

Esta revelação sugere que não existe, de forma intrínseca, qualquer contrapartida mútua entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza na irrigação. Existe um considerável raio de acção para gerir as pressões do ajustamento na agricultura através de medidas que aumentem quer a eficiência, quer a equidade num círculo virtuoso mutuamente fortalecedor. A partilha de custos equitativa, os investimentos públicos favoráveis às pessoas carenciadas e a participação de produtores na gestão constituem a chave do sucesso da reforma.

Abordar desigualdades de género fortemente enraizadas

Uma verdadeira legitimação nos sistemas de irrigação exige medidas que abordem desigualdades de género fortemente enraizadas. As mulheres são duplamente desfavorecidas nos sistemas de irrigação. Sem direitos formais à terra em muitos países, elas são excluídas da gestão dos sistemas de irrigação. Simultaneamente, as desigualdades informais — incluindo a divisão doméstica do trabalho, normas relativas às mulheres falarem em público e outros factores — contribuem para que as mulheres não tenham voz na tomada de decisões.

A destruição destas estruturas tem-se mostrado difícil mesmo nos sistemas mais ambiciosos de transferência da autoridade da gestão dos organismos governamentais para os utilizadores. Em Andhra Pradesh, na Índia, os agricultores pobres têm agora uma voz muito mais forte na gestão — mas as agricultoras pobres mantêm-se em silêncio. No entanto, a mudança é possível. No Uganda, a legislação que obriga à representação feminina nas associações de consumidores de água está a fazer a diferença.

Alcançar as pessoas carenciadas

Relativamente ao futuro, um dos maiores desafios é o de garantir que as estratégias para aumentar a produtividade da água se estendam

às pessoas carenciadas. A tecnologia não tem uma posição neutra no que respeita aos seus efeitos distributivos — e o perigo é que os esforços para conseguir mais colheitas por gota dos recursos hídricos não alcancem as famílias carenciadas.

Não tem de ser assim. A implementação de programas de recolha de água em pequena escala na Índia em resposta à crise da água subterrânea demonstrou ter o potencial de gerar fortes retornos do investimento e, simultaneamente, de reduzir o risco e a vulnerabilidade. De igual modo, as tecnologias de microirrigação não têm de se destinar apenas aos grandes produtores de capital intensivo. Sistemas novos e inovadores e tecnologias de baixo custo para a irrigação gota a gota foram extensamente adoptados. Aqui, também, os retornos sociais e económicos são consideráveis. Estima-se que a extensão das tecnologias de irrigação de baixo custo a 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos superiores a 100 mil milhões de dólares, com fortes efeitos multiplicadores na geração de rendimento e de emprego.

A forma como os governos dos países em desenvolvimento abordarem o desafio do equilíbrio entre os objectivos de equidade e de eficiência na gestão da água terá importantes implicações para o desenvolvimento humano. Colocar os interesses das pessoas carenciadas no centro das políticas de gestão integrada dos recursos hídricos é um princípio organizador. Mas este princípio tem de ser apoiado por políticas práticas favoráveis aos pobres.

Entre as mais importantes, contam-se:

- Reforçar os direitos da água e da terra das famílias carenciadas.
- Respeitar direitos consuetudinários e integrá-los nos sistemas formais legais.
- Melhorar a capacidade das pessoas carenciadas reivindicarem e defenderem direitos da água através da legitimação legal e de instituições responsáveis.
- Aumentar os investimentos nacionais na irrigação e reverter os cortes na ajuda ao sector da irrigação, com a duplicação da ajuda ao desenvolvimento para cerca de 4 mil milhões de dólares anuais nos próximos 20 anos.
- Ampliar a equidade no interior de sistemas de irrigação de forma a apoiar objectivos de redução da pobreza e de eficiência através de mecanismos sustentáveis e equitativos de partilha de custos.
- Descentralizar a gestão e o financiamento de sistemas de irrigação legitimando os utilizadores.
- Integrar o desenvolvimento da irrigação em programas de desenvolvimento rural de âmbito mais vasto de forma a que a agricultura seja mais rentável para os pequenos agricultores.
- Colocar a igualdade de género no direito à água no centro do desenvolvimento nacional e implementar políticas que dêem mais voz às mulheres nas decisões de gestão da água.
- Desenvolver políticas integradas de águas subterrâneas e de recolha de água que se estendam da infra-estrutura de pequena escala até à de grande escala.
- Promover o desenvolvimento, distribuição e adopção de tecnologias favoráveis aos pobres.

Gerir a água transfronteiriça para o desenvolvimento humano

A água é uma fonte de interdependência humana. Em qualquer país, a água é um recurso partilhado que serve múltiplas partes interessadas, do ambiente à agricultura, à indústria e aos lares. Mas a água é também o derradeiro recurso fugidio. Cruza fronteiras nacionais, ligando utilizadores de diferentes países num sistema de interdependência hidrológica.

À medida que a competição pela água se intensifica no interior de países, as pressões resultantes serão disseminadas pelas fronteiras nacionais. Alguns comentadores receiam que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água. Este receio é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito. Porém, o potencial de tensões transfronteiriças e o conflito não podem ser ignorados. Se a maioria dos países detém mecanismos institucionais para a alocação de água e resolução de conflitos no interior do seu território, os mecanismos institucionais transfronteiriços são muito mais fracos. A interacção entre pressão sobre os recursos hídricos e instituições sem poder acarreta riscos reais de conflito.

Interdependência hidrológica

A interdependência hidrológica não é um conceito abstracto. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem em bacias hidrográficas internacionais partilhadas por mais que um país. Os rios internacionais constituem uma corrente que liga os países: 9 países partilham o Amazonas e 11 o Nilo, por exemplo. Os rios ligam também os meios de subsistência das pessoas. O Mekong,

O receio de que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito

A gestão das águas transfronteiriças é um assunto da esfera do desenvolvimento humano: a cooperação pode reduzir o potencial de conflito e gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros

um dos maiores sistemas fluviais do mundo, gera energia nos seus trechos superiores na China e sustenta a produção de arroz e os sistemas pesqueiros que apoiam a subsistência de mais de 60 milhões de pessoas nos trechos inferiores da sua bacia.

Com a interdependência hidrológica surge uma interdependência mais profunda. Enquanto recurso produtivo, a água é única na medida em que nunca pode ser gerida com vista a um único uso: ela flui entre sectores e utilizadores. Isto acontece no interior dos países e entre os mesmos. A forma com um país a montante utiliza um rio afecta inevitavelmente a quantidade, a regularidade e a qualidade de água disponível aos utilizadores a jusante. A mesma interdependência se aplica a aquíferos e lagos.

Por que razão a governação da água transfronteiriça é uma questão de desenvolvimento humano? Porque o fracasso nesta área pode produzir resultados que geram desigualdade, insustentabilidade ambiental e perdas sociais e económicas de âmbito mais vasto.

Os exemplos abundam. O Mar Aral, descrito por alguns como o pior desastre ecológico do mundo causado pelo Homem, é um caso extremo em evidência. Menos conhecidos são os prejuízos causados em sistemas de partilha de rios e de lagos pela utilização abusiva: a contracção do lago Chade na África Subsariana é um exemplo.

A gestão não equitativa da água pode aumentar as desigualdades e a insegurança da água. As pessoas que vivem nos Territórios Ocupados da Palestina, por exemplo, confrontam-se com uma acentuada escassez de água. O acesso limitado à água superficial é uma das razões. Mais importante é a partilha desigual entre Israel e a Palestina dos aquíferos situados abaixo da Margem Ocidental. A utilização média de água per capita pelos colonos israelitas da Margem Ocidental é cerca de nove vezes superior à dos palestinianos que partilham muitas das mesmas fontes de água.

Benefícios da cooperação para o desenvolvimento humano

A cooperação bem sucedida na gestão de águas partilhadas pode gerar benefícios para o desenvolvimento humano a diversos níveis. Para além de reduzir o potencial de conflito, a cooperação pode gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros e abrindo caminho para uma cooperação mais alargada.

A experiência coloca em evidência quer os potenciais benefícios da cooperação, quer os custos da não cooperação. Os países da União Europeia melhoraram drasticamente a qualidade das águas fluviais através da cooperação, gerando ganhos para a indústria, para a saúde humana e para os utilizadores domésticos. No Sul de África, um programa conjunto de infra-estrutura está a produzir rendimentos para o Lesoto e água melhorada para a África do Sul. O Brasil e o Paraguai conseguiram benefícios decorrentes da gestão partilhada de rios através da geração de energia. Em contrapartida, os países da Ásia Central, estão a pagar um elevado preço pela não cooperação, com fortes perdas para a irrigação e para a energia hidroeléctrica.

Contrariamente às reivindicações dos pessimistas da guerra da água, os conflitos relacionados com a água têm sido a excepção e não a regra. Observando os últimos 50 anos, verificaram-se cerca de 37 casos de violência declarada entre Estados devido à água — e a maioria dos episódios envolveram disputas menores. Entretanto, foram negociados mais de 200 tratados da água. Alguns destes tratados — como o Tratado da Bacia do Indo, entre a Índia e o Paquistão — mantiveram-se em vigor mesmo durante conflitos armados.

Apesar da ausência de conflito armado, a cooperação tem sido frequentemente limitada. Maioritariamente, tem-se concentrado na gestão técnica dos fluxos de água e nas alocações volumétricas. Algumas iniciativas de bacias hidrográficas — nomeadamente a Iniciativa da Bacia do Nilo — começam a alterar este cenário. O progresso tem sido travado, contudo, por mandatos limitados, fraca capacidade institucional e subfinanciamento. Estas são áreas em que a cooperação internacional e as parcerias podem fazer a diferença.

* * *

A água perpassa todos os aspectos da vida humana. Ao longo da história, a gestão da água tem confrontado as pessoas e os governos com desafios técnicos e políticos de longo alcance. A história da gestão da água é simultaneamente uma história de ingenuidade e de fragilidade humanas. Dos aquedutos da Roma antiga às grandes obras públicas da Europa e dos Estados Unidos do século XIX, o fornecimento de água potável para a vida foi possibilitado por tecnologias inovadoras. Simultaneamente, a água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno — e em muitos países em desenvolvimento assim continua a acontecer.

A gestão da água para subsistência tem um passado ainda maior. Desde a aurora da civilização no Vale do Indo e na Mesopotâmia, a gestão de água como um recurso produtivo foi marcada por engenhosos sistemas de infra-estrutura que procuraram tirar partido do potencial produtivo da água, não deixando de limitar o seu potencial de destruição. A vulnerabilidade humana à luz do fracasso destes esforços, ou como resultado de mudanças no ciclo hidrológico, reflecte-se na extinção de civilizações, no colapso de sistemas agrícolas e na destruição ambiental. Confrontado com a ameaça das alterações climáticas e com as crescentes pressões sobre os recursos mundiais de água doce, o desafio da governação da água no século XXI pode vir a revelar-se um dos mais intimidativos com que a história humana já se deparou.

A água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem as metas temporais estabelecidas pelo mundo para acabar com a pobreza extrema e generalizar a liberdade humana. Representando algo mais do que um conjunto de pontos de referência quantitativos a atingir até 2015, condensam uma visão mais ampla das prioridades do desenvolvimento partilhado. Esta visão enraíza-se na ideia básica de que a pobreza extrema e as grandes disparidades de oportunidade não são aspectos inevitáveis da condição humana, mas um flagelo remediável cuja persistência nos diminui a todos e ameaça a nossa segurança e prosperidade colectivas.

As metas multifacetadas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio contemplam um vasto leque de dimensões interligadas do desenvolvimento, desde a redução da pobreza extrema até à igualdade de género, passando pela saúde, pela educação e pelo ambiente. As dimensões ligam-se entre si através de uma complexa teia de interacções. O progresso sustentado em qualquer uma das áreas depende decisivamente de avanços em todas as outras áreas. A ausência de progresso em qualquer uma das áreas pode bloquear os avanços num vasto campo de acção. A água e o saneamento constituem um reflexo paradigmático destas interligações. Sem um progresso acelerado nestas áreas, muitos países não atingirão os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para além de condenar milhões das pessoas mais pobres do mundo a vidas de pobreza evitáveis, com más condições de saúde e oportunidades limitadas, tal resultado perpetuaria profundas desigualdades entre os países e no interior dos mesmos. Apesar do desenvolvimento humano não se resumir aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as metas estabelecidas oferecem uma estrutura de referência útil para a compreensão das interligações entre o progresso em diferentes áreas — e da importância crucial do progresso na água e no saneamento.

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome	• A ausência de água potável e de saneamento adequado é uma das principais causas de pobreza e de subnutrição: • Uma em cada cinco pessoas do mundo em desenvolvimento — 1,1 mil milhões no total — não tem acesso a uma fonte de água melhorada. • Uma em cada duas pessoas — 2,6 mil milhões no total — não tem acesso a um saneamento adequado. • As doenças e as perdas de produtividade ligadas à água e ao saneamento nos países em desenvolvimento ascendem a 2% do PIB, elevando-se a 5% na África Subsariana — mais do que a região recebe em ajuda. • Em muitos dos países mais pobres, apenas 25% das famílias mais carenciadas têm acesso a água canalizada em casa, em comparação com 85% das mais abastadas. • As famílias mais carenciadas chegam a pagar dez vezes mais pela água do que as famílias mais abastadas. • A água é um recurso produtivo vital para os pequenos agricultores, que representam mais de metade da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia. • A crescente pressão pela transferência de água da agricultura para a indústria ameaça aumentar a pobreza rural.	• Inserir a água e o saneamento nas estratégias nacionais e internacionais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige políticas orientadas para: • Converter o acesso à água num direito humano e promulgar legislação para a implementação progressiva daquele direito, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia. • Aumentar o investimento público no alargamento da rede de água nas áreas urbanas e na expansão do abastecimento em áreas rurais. • Introduzir «tarifas subsidiadas», subsídios cruzados e investimentos em fontes públicos para garantir que ninguém seja impedido de ter acesso à água devido à pobreza, com uma despesa máxima em água de 3% do rendimento familiar. • Regular os serviços de abastecimento de água para melhorar a eficiência, aumentar a equidade e assegurar a responsabilização perante as pessoas carenciadas. • Introduzir políticas públicas que aliem a sustentabilidade à equidade no desenvolvimento de recursos hídricos para a agricultura. • Apoiar o desenvolvimento e a adopção de tecnologias de irrigação favoráveis aos pobres.
Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal	• A recolha e o transporte de água a longa distância impedem que milhões de raparigas frequentem a escola, condenando-as a um futuro de analfabetismo e de escolhas restritas. • As doenças provocadas pela água, como a diarreia e as infecções parasitárias, custam 443 milhões de dias lectivos por ano — o equivalente a um ano lectivo inteiro para todas as crianças de sete anos na Etiópia — e diminuem o potencial de aprendizagem. • Em muitos países, o abastecimento inadequado de água e saneamento nas escolas constitui uma ameaça para a saúde das crianças. • A ausência de água e saneamento adequados nas escolas é uma das principais razões para o abandono escolar por parte das raparigas. • As infecções parasitárias transmitidas pela água e pelo mau saneamento atrasam o potencial de aprendizagem de mais de 150 milhões de crianças.	• Associar as metas e estratégias para alcançar o ensino primário universal às estratégias para assegurar que cada escola disponha de um abastecimento adequado de água e saneamento, com instalações separadas para as raparigas. • Fazer do saneamento e da higiene partes integrantes do programa curricular, dotando as crianças do conhecimento de que necessitam para reduzir os riscos para a saúde e permitindo-lhes tornarem-se agentes de mudança nas suas comunidades. • Estabelecer programas de saúde pública nas escolas e nas comunidades que evitem e tratem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água.

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	• A privação de água e saneamento perpetua a desigualdade de género e retira poder às mulheres. • São as mulheres que suportam o fardo da responsabilidade pela recolha da água, demorando frequentemente até 4 horas por dia a andar, a esperar em filas e a transportar água. Esta é uma das principais fontes de privação de tempo. • O tempo que as mulheres despendem a tratar de crianças infectadas por doenças transmitidas pela água diminui a sua oportunidade de se envolverem num trabalho produtivo. • O saneamento inadequado é experimentado por milhões de mulheres como uma falta de dignidade e fonte de insegurança. • As mulheres respondem pelo grosso da produção alimentar em muitos países, mas detêm direitos restritos à água.	• Colocar a igualdade de género na água e no saneamento no centro das estratégias nacionais de redução da pobreza. • Promulgar legislação que exija representação feminina nos comités da água e noutros organismos. • Apoiar campanhas de saneamento que confiram às mulheres uma maior participação nas decisões de investimento público e nas despesas familiares. • Reformar os direitos de propriedade e as regras que governam as associações de irrigação e outras associações de consumidores de água para garantir que as mulheres usufruam de direitos iguais.
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil	• A água contaminada e as más condições de saneamento constituem a principal causa dos 1,8 milhões de mortes anuais de crianças por diarreia — quase 5.000 por dia — o que converte este factor na segunda principal causa de mortalidade infantil. • O acesso a água potável e saneamento pode reduzir o risco de morte de uma criança em 50%. • A diarreia causada por água insalubre constitui uma das principais causas de morte no mundo, ceifando cinco vezes mais vidas de crianças do que o VIH/SIDA. • O acesso a água potável e saneamento constitui uma das medidas mais poderosas de prevenção da mortalidade infantil: alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, mesmo ao nível mais básico de abastecimento, pouparia mais de 1 milhão de vidas na próxima década; o abastecimento universal elevaria o número de vidas poupadas a 2 milhões. • As doenças transmitidas pela água intensificam disparidades profundas e socialmente injustas, enfrentando as crianças de famílias carenciadas um risco de morte cerca de três a quatro vezes superior ao das crianças de famílias abastadas.	• Considerar a morte de crianças devido à água e ao saneamento como uma emergência nacional — e como uma violação de direitos humanos básicos. • Utilizar a ajuda internacional para reforçar a prestação de cuidados básicos de saúde na prevenção e no tratamento da diarreia. • Estabelecer ligações explícitas entre metas para a redução da mortalidade infantil e metas para a expansão do acesso à água e ao saneamento. • Dar prioridade às necessidades das famílias mais carenciadas no investimento público e nas estratégias de prestação de serviços de água e saneamento. • Assegurar que os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza reconheçam a ligação entre água e saneamento e mortalidade infantil. • Publicar estimativas anuais de mortes de crianças causadas por problemas de água e saneamento.
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna	• A prestação de água e saneamento reduz a incidência de doenças e enfermidades — como anemia, deficiência de vitaminas e tracoma — que debilitam a saúde materna e que contribuem para a mortalidade materna.	• Considerar a prestação de água e saneamento como uma componente chave nas estratégias de igualdade de género. • Legitimar as mulheres para que estas participem das decisões sobre água e saneamento aos níveis familiar, local e nacional.
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	• O acesso inadequado à água e ao saneamento restringe as oportunidades de higiene e expõe as pessoas portadoras do VIH/SIDA a riscos de infecção acrescidos. • As mães infectadas pelo VIH necessitam de água potável para preparar leite artificial. • Alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento reduziria os custos de tratamento de doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água em 1,7 mil milhões de dólares nos sistemas de saúde, aumentando os recursos disponíveis para o tratamento do VIH/SIDA. • As más condições de saneamento e de drenagem fomentam a infecção por malária, que ceifa cerca de 1,3 milhões de vidas por ano, 90% das quais de crianças com menos de cinco anos.	• Integrar a água e o saneamento nas estratégias nacionais e globais para combater a malária e melhorar as condições de vida das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA. • Assegurar que as famílias que cuidam de pessoas infectadas pelo VIH/SIDA tenham acesso a pelo menos 50 litros de água gratuita. • Investir em instalações de drenagem e de saneamento, que reduzem a presença de moscas e mosquitos.

(continua na pág. seguinte)

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental *Reduzir a metade a percentagem de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico*	• Com base nas tendências actuais, o objectivo de reduzir a metade a percentagem da população sem acesso a água e saneamento não será atingido por 235 milhões de pessoas na água e por 431 milhões no saneamento. • A África Subsariana necessitará de aumentar as novas ligações ao saneamento, de 7 milhões por ano na década passada para 28 milhões por ano até 2015. • Um progresso lento na água e no saneamento atrasará avanços noutras áreas.	• Implementar medidas práticas que transformem os compromissos do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em acções concretas. • Proporcionar liderança política nacional e internacional para superar os défices de água e saneamento. • Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com a meta de reduzir a metade as disparidades na cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. • Autonomizar organismos reguladores independentes que forcem os prestadores de serviços a responsabilizarem-se pela oferta de serviços eficientes e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
Inverter a tendência de perda de recursos ambientais	• A exploração insustentável de recursos hídricos representa uma ameaça crescente para o desenvolvimento humano, produzindo uma dívida ecológica insustentável que será transferida às gerações futuras. • O número de pessoas que vive em países que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos passará de cerca de 700 milhões, actualmente, para mais de 3 mil milhões até 2025. • Mais de 1,4 mil milhões de pessoas vivem actualmente em bacias hidrográficas onde a utilização de água excede os níveis mínimos de reposição, conduzindo à dissecação dos rios e ao esgotamento das águas subterrâneas. • A conjunção da insegurança da água e das alterações climáticas ameaça aumentar o número de pessoas subnutridas em 75 a 125 milhões até 2080, com uma queda superior a 25% na produção de produtos alimentares básicos em muitos países da África Subsariana. • O esgotamento das águas subterrâneas representa uma grave ameaça para os sistemas agrícolas, para a segurança alimentar e para os meios de subsistência na Ásia e no Médio Oriente.	• Tratar a água como um recurso natural precioso e não como um produto básico que pode ser gasto ilimitadamente e explorado sem qualquer preocupação pela sustentabilidade ambiental. • Reformar os sistemas nacionais de contabilidade de forma a que reflictam as perdas económicas reais associadas ao esgotamento dos recursos hídricos. • Lançar políticas integradas de gestão de recursos hídricos que restrinjam a utilização de água aos limites da sustentabilidade ambiental, levando em consideração as necessidades ambientais. • Institucionalizar políticas que criem incentivos para poupar água e eliminem subsídios perversos que encorajam padrões insustentáveis de utilização de água. • Intensificar as disposições do Protocolo de Quioto relativas ao limite das emissões de carbono em linha com os objectivos de estabilização de 450 partes por milhão, fomentando mecanismos de transferência de tecnologias limpas e congregando todos os países numa estrutura multilateral reforçada para a redução das emissões em 2012. • Desenvolver estratégias nacionais de adaptação para lidar com o impacto das alterações climáticas — e aumentar a ajuda para a adaptação às alterações climáticas.
Objectivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	• Não existe nenhuma parceria global eficaz na água e no saneamento e, por outro lado, sucessivas conferências de alto nível não conseguiram criar o impulso necessário para colocar a água e o saneamento na agenda internacional. • Muitos governos nacionais fracassam no esforço de implementar as políticas e o financiamento necessários para acelerar o progresso. • A água e o saneamento são mal integrados nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. • Muitos países com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fracção do valor que afectam aos orçamentos militares. • Os países ricos fracassaram no esforço de conferir prioridade à água e ao saneamento nas parcerias internacionais de ajuda e a despesa na ajuda ao desenvolvimento para o sector tem vindo a cair em termos reais, representando actualmente apenas 4% dos fluxos totais de ajuda. • A ajuda internacional à agricultura diminuiu em um terço desde o início dos anos 90, de 12% para 3,5% da ajuda total.	• Implementar um plano de acção global para galvanizar a acção política, colocando a água e o saneamento na agenda do Grupo dos Oito, mobilizando recursos e apoiando processos de planeamento de propriedade nacional. • Desenvolver planos de propriedade nacional que associem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento a fluxos claros de financiamento a médio prazo e a políticas práticas de combate à desigualdade. • Autonomizar os governos e as comunidades locais através da descentralização, do desenvolvimento de capacidade e de um financiamento adequado, destinando pelo menos 1% do PIB à água e ao saneamento, por via da despesa pública. • Aumentar a ajuda à água em 3,6 a 4 mil milhões de dólares anuais até 2010, com a atribuição suplementar de 2 mil milhões de dólares à África Subsariana. • Aumentar a ajuda à agricultura de 3 para 10 mil milhões de dólares anuais até 2010, com um enfoque reforçado na segurança da água.



1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico

«O direito humano à água habilita todas as pessoas a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico»

Comentário Geral n.º 15 das Nações Unidas, sobre o direito à água, 2002

«Não há missão mais nobre para o homem civilizado do que melhorar as condições sanitárias da humanidade»

Conselho de Saúde de Boston, 1869

CAPÍTULO 1

Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico

A violação do direito de acesso do ser humano à água potável e ao saneamento básico está a destruir o potencial dos povos a um nível inaudito

A existência ou não de água potável e de saneamento básico pode promover ou, pelo contrário, impedir o desenvolvimento humano. São factores determinantes do que as pessoas podem ou não fazer, ou daquilo em que podem vir a tornar-se — em suma, para as suas capacidades de realização. O acesso à água não constitui somente um direito humano fundamental e um importante indicador do progresso dos povos. Também constitui a base a outros direitos humanos e é condição necessária para que se atinjam metas de desenvolvimento humano mais exigentes.

No limiar do século XXI, a violação do direito de acesso do ser humano à água potável e ao saneamento básico está a destruir o potencial dos povos a um nível inaudito. No mundo actual, cada vez mais próspero e interdependente, morrem mais crianças devido à falta de água potável e de instalações sanitárias do que por qualquer outra causa. A exclusão do acesso à água potável e ao saneamento básico destrói mais vidas humanas do que qualquer conflito armado ou acção terrorista. E também acentua as profundas desigualdades em termos de oportunidades de vida que separam os países e as suas populações, com base na saúde, no género e noutro tipo de indícios de carência.

Para além do sofrimento e da perda de vidas humanas, a escassez de água e de saneamento básico a nível mundial está a minar a prosperidade e a retardar o crescimento económico. As perdas de produtividade resultantes desta escassez estão a anular o esforço desenvolvido por milhões de pessoas das mais carenciadas do mundo, na sua tentativa de saírem da pobreza, e estão a conduzir países inteiros à estagnação. Quer do ponto de vista dos direitos humanos, quer da justiça social ou do senso comum económico, os danos infligidos pela falta de água e de saneamento básico são insustentáveis. A solução para esta escassez não é somente um imperativo moral e um acto de justiça. É também a atitude mais sensata, porque o desaproveitamento do potencial humano associado a águas insalubres e a um saneamento básico deficiente acaba por afectar negativamente toda a Humanidade.

Este capítulo explica a dimensão da crise da água e do saneamento básico e identifica as suas causas. Sublinha os custos do problema em termos de desenvolvimento humano — e os potenciais benefícios da sua resolução. Um melhor acesso à água e ao saneamento funcionaria como agente catalisador de um avanço gigantesco em termos de desenvolvimento humano, proporcionando benefícios a nível da saúde pública, da educação e do crescimento económico. Por que será, então, que estas oportunidades têm vindo a ser tão desperdiçadas?

Em parte, devido à fraca tomada de consciência da gravidade do problema, e por outro lado, por culpa do esforço insuficiente desenvolvido pelos governos nacionais e pela comunidade internacional para acabarem com a pobreza e as desigualdades que perpetuam a crise. Contrastando com algumas outras ameaças globais ao desenvolvimento humano — tais como o VIH/SIDA — a crise da água e do saneamento básico é sobretudo uma crise dos pobres em geral e das mulheres em particular, dois eleitorados com fraco poder reivindicativo na definição das prioridades nacionais. A água e o saneamento também são os parentes pobres da cooperação para o desenvolvimento internacional. A mesma comunidade internacional que se mobilizou de forma impressionante, para preparar a resposta a uma potencial ameaça resultante da epidemia de gripe das aves, finge não ver a epidemia real que aflige todos os dias centenas de milhões de pessoas.

A crise da água e do saneamento básico com que se defrontam as famílias carenciadas no mundo em desenvolvimento encontra paralelo com os primórdios da história dos países ricos da actualidade. Poucas pessoas no mundo industrial são capazes de reflectir acerca da enorme importância que a água potável e o saneamento básico tiveram na evolução

O mundo dispõe da tecnologia, dos meios financeiros e da capacidade humana para acabar de vez com a praga da insegurança da água na vida de milhões de seres humanos

da história dos seus países ou nas suas próprias oportunidades de vida. Ainda não há muitas gerações que os habitantes de Londres, Nova Iorque e Paris enfrentaram ameaças de insegurança no abastecimento de água idênticas às que hoje se vivem em Lagos, em Bombaim ou no Rio de Janeiro. Águas poluídas com detritos de toda a espécie mataram crianças, originaram crises sanitárias, minaram o crescimento económico e mantiveram os povos na pobreza. As novas tecnologias e os dinheiros públicos tornaram possível o acesso universal à água potável. Mas a principal mudança foi de cariz político. Reformistas sociais, médicos, líderes autárquicos e industriais formaram coligações poderosas que fizeram subir o tema da água e do saneamento básico ao topo da agenda política. Eles forçaram os governos a admitir que a cura das doenças provocadas pela água imprópria para consumo era ineficaz e ruinosa: a prevenção através do acesso à água potável e ao saneamento básico constituía a melhor opção.

No início do século XXI, o mundo tem oportunidade de dar mais um passo em frente em termos de desenvolvimento humano. A crise mundial no sector da água e do saneamento básico poderá ser relegada para a história no espaço de uma geração. O mundo dispõe da tecnologia, dos meios financeiros e da capacidade humana para acabar de vez com a praga da insegurança da água na vida de milhões de seres humanos. O que falta é a vontade política e a visão necessárias para aplicar estes recursos em prol do bem comum. O progresso dos países ricos foi possível graças a um novo contrato social entre governos e população — um contrato baseado na ideia da cidadania comum e no reconhecimento das responsabilidades governamentais. O mundo pode estar hoje diferente. Mas agora, tal como outrora, o progresso continua a depender da criação de parcerias e de liderança política. O ponto fulcral reside nas políticas nacionais, porque sem políticas nacionais firmes não se consegue alcançar um progresso sustentável. O desafio que se coloca hoje aos governos dos países desenvolvidos é desenvolverem um esforço nacional credível junto dos países em desenvolvimento, através de um grande esforço de ajuda apoiado num plano de acção global para o sector da água e do saneamento básico.

Lições da história

Ao longo de quase toda a História da Humanidade, a vida tem-se mostrado coincidente com a descrição de Thomas Hobbes, que a classificou como «deplorável, brutal e curta». A esperança de vida à nascença para os nossos antepassados caçadores era de, aproximadamente, 25 anos, e na Europa da década de 20 de 1800, ainda andava pelos 40 anos. A partir de finais do século XIX, este quadro começou a mudar de forma dramática para aquela parcela afortunada da Humanidade que vive nos actuais países ricos.[1] O aparecimento de novos medicamentos, uma alimentação cuidada, melhores condições de habitação e salários mais elevados contribuíram para esse facto. Mas um dos factores que mais contribuíram para essa mudança foi a separação entre as águas para consumo e os excrementos humanos.

No que diz respeito à água e ao saneamento básico, os países tendem a ter memória curta. Hoje em dia, os habitantes das cidades da Europa e dos Estados Unidos vivem sem o medo de contraírem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água. Mas no limiar do século XX, a situação era bem diferente. A grande expansão da riqueza que se seguiu à industrialização originou um aumento dos salários, mas a evolução nos indicadores mais importantes como a esperança de vida, a sobrevivência infantil e a saúde pública ficaram muito aquém. A razão: as cidades proporcionaram aos seus habitantes maiores oportunidades de acumular riqueza, mas também os expuseram ao risco das águas contaminadas pelos excrementos humanos. A crua realidade da água imprópria para consumo veio acabar com a relação que se estabelecera entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Só depois de a revolução no sector da água e do saneamento básico ter restaurado essa ligação é que a criação de riqueza e o bem-estar humano começaram a caminhar de mãos dadas (caixa 1.1).

Aquela revolução foi o prenúncio de avanços sem precedentes na esperança de vida e na taxa de sobrevivência infantil — e uma melhor saúde pública fomentaria o progresso económico. À medida que as pessoas se foram tornando mais saudáveis e ricas graças ao abastecimento de água potável e ao saneamento básico, começou a despontar um poderoso ciclo de crescimento económico e desenvolvimento humano. Mas as receitas crescentes geradas pelo investimento em redes de água potável também

Caixa 1.1 **Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha**

«O Parlamento viu-se praticamente obrigado a aprovar legislação para pôr fim aos protestos dos londrinos contra o mau cheiro.» O *Times* de Londres comentava, nestes termos, um episódio que ficou conhecido como o «Grande Fedor». O fedor a esgoto que emanava do rio Tamisa, naquele longo Verão escaldante de 1858, era de tal modo insuportável que a «casa-mãe dos parlamentares» se viu forçada a fechar temporariamente as portas. Mas os problemas eram ainda mais sérios fora das paredes do Parlamento.

À medida que a industrialização e a urbanização avançavam no século XIX, cidades em rápido crescimento como Birmingham, Londres e Manchester tornaram-se pólos de doenças infecto-contagiosas. Os esgotos transbordavam e derramavam através das fossas, em número limitado, em direcção aos bairros carenciados e, por último, para os rios como o Tamisa, que era a fonte de água potável da cidade.

As narinas dos parlamentares sentiam-se incomodadas — enquanto os pobres morriam. No final da década de 90 de 1800, a taxa de mortalidade infantil na Grã-Bretanha era de 160 óbitos por cada mil nascimentos (figura 1) — sensivelmente o equivalente à actual Nigéria. As crianças morriam principalmente de diarreia e disenteria. Morriam pelas mesmas razões que ainda hoje levam tantas crianças à morte nos países em desenvolvimento: os esgotos não eram separados da água para consumo. Entre as décadas de 40 e 90 de 1800, o salário médio duplicou enquanto a mortalidade infantil aumentou ligeiramente — uma prova evidente do hiato existente entre a criação de riqueza e o desenvolvimento humano.

A crescente tomada de consciência dos custos humanos da vida industrial urbana fez com que a questão da água fosse incluída na agenda política. Em 1834, foi constituído o Gabinete de Registos Gerais, que iria produzir regularmente uma série de dados sobre mortalidade que causaram preocupação na opinião pública. A investigação social tornou-se outra ferramenta poderosa para a reforma. A obra de Edwin Chadwick, *Relatório das Condições Sanitárias da População Trabalhadora da Grã-Bretanha*, um registo da crise amplamente documentado por meio de gráficos, aponta em detalhe as consequências do problema da água e do saneamento. Entre os primeiros factores mencionados incluía-se a água fornecida por empresas privadas a preço proibitivo, as drenagens deficientes e as fossas a transbordar. «A perda anual de vidas humanas resultante da imundice e da falta de ventilação adequada», concluiu Chadwick, «é maior do que as perdas provocadas pelas mortes e ferimentos sofridos em qualquer das guerras em que o país se viu envolvido nos tempos mais recentes» (p. 369). E recomendava: a instalação de uma torneira privativa e de uma latrina ligada a uma fossa para todas as famílias e a responsabilização municipal pelo abastecimento de água potável.

A reforma foi levada a cabo em duas grandes vagas. A primeira concentrou-se na questão da água e teve início na década de 40 de 1800, com a Lei de Saúde Pública (1848) e a Lei das Águas Metropolitanas (1852), que estenderam a rede de abastecimento público de água potável. A descoberta de John Snow, em 1854, de que a cólera — o maior surto epidémico de sempre — era uma infecção transmitida pela água e que a sua disseminação poderia ser detida através do acesso a fontes de água descontaminadas veio reforçar essas medidas. Por volta de 1880, os municípios já tinham substituído os operadores de água privados como principais fornecedores de água às vilas e cidades.

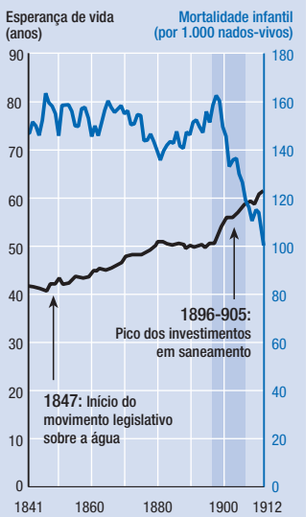
A segunda grande vaga de reformas caracterizou-se pela mudança da área de intervenção pública, da água para o saneamento básico. Esta vaga ganhou ímpeto depois de 1880. E isso reflectiu-se num acréscimo de investimento público. Entre meados das décadas de 80 e 90 de 1800, a verba despendida per capita em saneamento básico mais do que duplicou a preços constantes. E voltaria a duplicar na década seguinte.

O fosso existente entre a rede de abastecimento de água e a rede de saneamento básico efectivo constituía um verdadeiro desastre em termos de saúde pública. Ruas e rios foram-se tornando seriamente poluídos sob a carga crescente de excrementos flutuantes. A incidência de doenças como a cólera e a febre tifóide decresceu, mas o número de mortes devido a doenças gastrointestinais — em particular a diarreia infantil — permaneceu elevado. O resultado da primeira fase desta intervenção irracional do governo local saldou-se por uma tendência crescente da incidência de doenças transmitidas pela água.

As estatísticas relativas à esperança de vida e à mortalidade infantil ilustram bem o problema (ver figura). A partir de 1840, a esperança de vida começou a aumentar, em parte devido à primeira vaga de reformas no sector da água. Contudo, esta tendência voltou a estabilizar abruptamente em finais da década de 70 de 1800. Só depois do início dos anos 1880, quando as grandes reformas de saneamento básico entraram em cena, é que foi retomada a tendência ascendente, resultante de uma redução acentuada da mortalidade infantil. Os créditos não cabem apenas às reformas no saneamento básico. Mas a coincidência no tempo entre o auge do investimento sanitário e o começo de um declínio geral da mortalidade infantil sugere a existência de uma relação de causa e efeito. No espaço de pouco mais de uma década a seguir a 1900, a taxa de mortalidade infantil caiu de 160 para 100 óbitos por cada 1.000 nascimentos para 100 — uma das quedas mais acentuadas de toda a história.

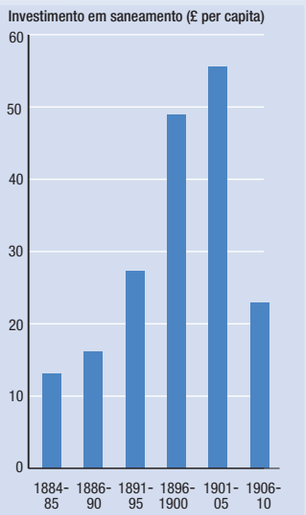
Figura 1 **A mortalidade infantil desce...**

Inglaterra e Gales, 1841-1912



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006.

Figura 2 **...à medida que o saneamento básico melhora**



Fonte: Bell e Millward 1998.

(continua na pág. seguinte)

Caixa 1.1 Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha *(continuação)*

O agente catalisador disto foi o investimento público no sector do saneamento básico, e não o crescimento dos rendimentos privados. Os salários subiram, em média, uns escassos 6% entre 1900 e 1912.

As novas formas de financiamento desempenharam um papel crucial na segunda vaga de reformas. As pressões políticas crescentes para que os governos actuassem tiveram como consequência a procura de novos mecanismos fiscais para enfrentar um problema comum aos países em desenvolvimento de hoje: como custear as grandes despesas iniciais partindo de uma receita-base limitada e sem ter de aumentar os impostos e taxas a níveis politicamente impraticáveis. Os governos desenvolveram soluções inovadoras. As cidades obtiveram crédito do governo central a juros baixos através de pedidos de empréstimo municipais junto de mercados obrigacionistas. A água e o saneamento básico foram responsáveis por cerca de um quarto da dívida de governos locais em finais do século XIX.

Esta enorme mobilização de dinheiros públicos reflectia a nova posição assumida pelo sector da água e do saneamento nas prioridades políticas. A reforma do saneamento básico transformou-se na pedra de toque dos reformadores sociais, líderes autárquicos e organismos de saúde pública, que encaravam cada vez mais o saneamento básico deficiente como um constrangimento não só para o progresso dos homens como para a prosperidade da economia. A voz da sociedade civil desempenhou um papel chave na implementação da reforma do saneamento básico que tornou possível a melhoria da saúde pública.

Mas porquê este intervalo entre as duas grandes vagas da reforma? Um dos maiores parceiros da coligação reformista na primeira vaga foi o sector dos industriais que pretendiam ter água nas fábricas, mas mostravam-se relutantes em pagar mais impostos para custear a expansão da rede de saneamento até aos bairros degradados. Segmentos da sociedade politicamente fortes continuavam mais interessados em se protegerem a si próprios dos efeitos nocivos do saneamento deficiente que atingia os mais carenciados, do que em promoverem uma rede de abastecimento universal. Só depois da reforma eleitoral que alargou os direitos de voto às classes mais carenciadas é que a voz dos pobres começou a fazer-se ouvir.

Estamos a falar de uma história passada no século XIX na Grã-Bretanha, e não no século XXI num mundo em desenvolvimento. Mas existem paralelismos de realçar entre os constrangimentos provocados pelo problema da água e do saneamento

Fonte: Bell e Millward 1998; Szreter 1997; Hassan 1985; Woods, Watterson e Woodward 1988; Bryer 2006.

ajudaram a criar e a aumentar progressivamente as profundas clivagens em termos de riqueza, saúde e oportunidades que caracterizam o mundo de hoje.[2]

O modo como a inseguraçaa da água estrangulou o crescimento económico e o desenvolvimento humano

No início do século XXI, as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água são coisa do passado nos países ricos, sendo responsáveis por uma percentagem de 1% da mortalidade total. No virar do século XIX, a maior ameaça provinha de doenças como a diarreia, a disenteria e a febre tifóide. Em finais do século XIX, elas eram responsáveis por uma em cada 10 mortes registadas nas cidades dos E.U., sendo as crianças as principais vítimas. As taxas de mortalidade infantil em Detroit, Pittsburg e Washington D.C. ultrapassavam as 180 mortes por cada 1.000 nascimentos — quase o dobro da taxa registada, hoje em dia, na África Subsariana.[3] Chicago era a capital da febre tifóide no país, apresentando uma média anual de 20.000 casos. No Reino Unido, meio século após a primeira vaga de reformas na saúde pública, o problema da água também continuava a ser uma potencial ameaça. A taxa de mortalidade infantil em Birmingham e em Liverpool ultrapassava as 160 mortes por cada 1.000 nascimentos, contribuindo a diarreia e a disenteria com mais de metade desses óbitos.[4] A elevada taxa de mortalidade infantil funcionou como um travão para o aumento da esperança de vida. Até ao último quartel do século XIX, a esperança de vida quase não aumentara no mundo industrializado. As pessoas estavam a tornar-se mais ricas, mas não mais saudáveis.[5]

Por que será que, numa época de grande generalização do bem-estar material fruto da industrialização, a sobrevivência infantil e a esperança de vida, dois dos mais elementares indicadores de bem-estar do ser humano, não registaram progressos? Em parte porque a industrialização e a urbanização atiraram a população rural migrante carenciada para os bairros degradados da periferia das cidades, onde não havia infra-estruturas de abastecimento de água nem esgotos — um cenário ainda hoje bem visível em muitos dos países mais pobres do mundo. Ao mesmo tempo que as cidades ofereciam emprego e salários mais elevados, também iam aumentando a exposição dos seus habitantes a agentes patogénicos letais transmitidos através das descargas de fossas, esgotos e drenagens.[6]

Quase todas as grandes cidades se confrontaram com este problema. Em finais do século XIX, um relatório de saúde pública publicado em Paris lastimava que os bairros pobres da cidade se tivessem transformado num «esgoto a céu aberto», constituindo uma ameaça quotidiana para a saúde e a vida dos habitantes.[7] A crise sanitária de Chicago surgiu porque a cidade utilizava o lago Michigan como fonte de abastecimento de água e, simulta-

neamente, meio de eliminação de resíduos. Este sistema funcionou até à expansão populacional registada após a Guerra Civil, quando a cidade passou a beber as suas próprias águas residuais, com efeitos desastrosos: 12% da população sucumbiu a doenças transmissíveis pela água em meados da década de 80 de 1800. Epidemias de tifóide e de cólera assolaram regularmente cidades como Nova Orleães e Nova Iorque.[8] Em parte para combater as doenças, Londres e Paris já tinham construído redes de esgotos antes de 1850. Mas os esgotos escoavam para o Tamisa e para o Sena, fazendo com que os rios ficassem putrefactos — no caso do Tamisa, a tal ponto que, no Verão escaldante de 1858, o Parlamento viu-se forçado a encerrar temporariamente na sequência de um episódio que ficou conhecido como o «Grande Fedor».[9]

O problema da água e do saneamento interrompeu — e atrasou o progresso

O progresso no sector da água e do saneamento foi dinamizado pelos avanços no conhecimento científico, na tecnologia e, sobretudo, por coligações políticas que reuniam industriais, municípios e reformadores sociais. Contudo, os avanços foram graduais, sendo que o abastecimento de água excedeu rapidamente o desenvolvimento de esgotos e sistemas de drenagem necessários para a gestão de águas residuais. Resultado: registou-se um aumento na transmissão de doenças (ver caixa 1.1).[10]

Perto do final do século XIX, os governos agiram no sentido de acabar com a separação entre a água para consumo e as redes de saneamento. Na Grã-Bretanha, o investimento público financiou uma ampliação do sistema de esgotos. A esperança de vida aumentou, nas quatro décadas posteriores a 1880, uns surpreendentes 15 anos, tendo a redução dos óbitos infantis contribuído para a dimensão desta melhoria. Nos Estados Unidos, o Conselho de Saúde de Nova Iorque, um organismo municipal criado em 1866, recebeu a incumbência de acabar com os surtos de cólera e de outras doenças epidémicas que afligiam a cidade. A sua constituição assinalou o reconhecimento de que as doenças associadas à água e ao saneamento não podiam ser confinadas às zonas carenciadas da cidade — e de que eram necessárias medidas governamentais que se sobrepusessem aos interesses privados.[11] O exemplo seria seguido noutros locais, tendo as autarquias assumido o controlo do abastecimento de água e introduzido sistemas de depuração e clorinação.[12] Segundo uma estimativa, a depuração de água explicará, por si só, uma redução para metade da mortalidade nos Estados Unidos, no primeiro terço do século XX (caixa 1.2).[13] Nenhum outro período da história dos EUA testemunhou tão rápido decréscimo nas taxas de mortalidade. Por volta de 1820, quase todas as grandes cidades do mundo industrial actual procediam ao tratamento de águas. No espaço de mais uma década, a maioria tinha construído grandes estações de tratamento de esgotos que recolhiam, tratavam e vazavam os detritos humanos para zonas onde não poderiam contaminar a água destinada ao consumo.[14]

O progresso no domínio da água e do saneamento foi motivado por avanços nos conhecimentos científicos, na tecnologia, e — acima de tudo — por coligações políticas que iniram industriais, municípios e reformadores sociais

A actual crise mundial no sector da água e do saneamento

Os debates sobre a globalização centram-se, invariavelmente, na enorme discrepância que separa os países ricos dos países pobres. Esta discrepância é manifestamente visível (ver *O estado do desenvolvimento humano*). Presta-se menor atenção a outro tipo de desigualdades que determinam o grau de prosperidade dos países e o nível de bem-estar dos seus cidadãos. A questão fulcral reside no conjunto de outras carências globais que separam quem tem, de quem não tem acesso à água e ao saneamento básico.

Mundo rico, mundo pobre

Para quem reside nos países ricos, é difícil imaginar as repercussões da insegurança da água nos países em desenvolvimento. As preocupações resultantes da crise da água dão periodicamente origem a manchetes na comunicação social. A descida do nível das águas nos reservatórios, os rios a secarem, as restrições ao uso de mangueiras de rega e os apelos dos governos para que se consuma menos água estão a tornar-se cada vez mais frequentes em algumas zonas da Europa. Nos Estados Unidos, a gestão da

Caixa 1.2 Acabar com a relação entre as raças, as doenças e as desigualdades nas cidades dos EUA

Pensamos ser nosso dever afirmar que a venda de água a preços elevados não serve os interesses da saúde pública. O abastecimento de água limpa em abundância, a um preço acessível a todas as bolsas, constitui uma das medidas mais importantes para a promoção da saúde de qualquer comunidade. É por este motivo que acreditamos sinceramente nas vantagens da posse da água por parte dos municípios

Conselho de Saúde da Carolina do Norte, 1898

Há cem anos atrás, as pessoas que residiam em Chicago, Detroit e Nova Iorque, teriam compreendido que as cidades dos países mais pobres enfrentem hoje problemas de saúde pública — e compreenderiam, graças à sua amarga experiência, a importância do acesso à água potável.

No início do século XX, as doenças infecto-contagiosas foram responsáveis por 44% da mortalidade nas cidades dos EUA. Doenças transmissíveis através da água como a febre tifóide, a cólera e a diarreia contavam-se entre as maiores assassinas, contribuindo para uma quarta parte das mortes provocadas por doenças infecto-contagiosas. Apenas a tuberculose era responsável por um maior número de óbitos.

Dois problemas, ambos familiares aos actuais habitantes dos bairros degradados de Lagos, Manila ou Nairobi, impediram avanços no domínio da saúde humana. Em primeiro lugar, as redes de abastecimento de água tinham sido melhoradas pelos fornecedores privados, mas as famílias mais carenciadas não tinham dinheiro para mandar fazer ligações. A declaração supracitada proferida pelo Conselho de Saúde da Carolina do Norte reflecte a preocupação crescente sentida pelos organismos de saúde pública da época. Em segundo lugar, os sistemas primitivos de abastecimento de água públicos e municipais acusavam um outro problema. Grandes quantidades de excrementos humanos e de detritos de rua eram arrastados pela água para dentro dos sistemas de drenagem e de esgotos sobrecarregados, que por sua vez voltavam a descarregá-los para a rede pública de abastecimento de água.

Embora todos os sectores da sociedade fossem afectados, alguns eram-no mais do que outros. Impossibilitadas de custear ligações de água canalizada ou comprar água engarrafada, as famílias carenciadas ficavam dependentes dos poços e das reservas de água à superfície. Essas pessoas também eram vítimas de alguns dos mais graves problemas de drenagem. A desigualdade no acesso à água potável exacerbava as desigualdades na saúde. A percentagem de óbitos por febre tifóide registada entre os americanos de origem africana que residiam em cidades como Nova Orleães era cerca do dobro da dos brancos.

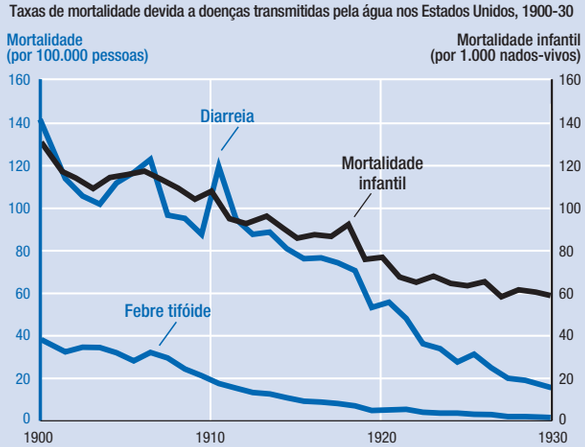
Que terá estado na origem dos avanços registados no controlo das doenças infecto-contagiosas? O principal factor foi a municipalização da água (figura 1). A partir de 1900, as vereações começaram a substituir gradualmente os fornecedores privados. Em Nova Orleães, que municipalizou a água em 1908, os fornecedores públicos alargaram a rede e baixaram os preços em 25% relativamente aos valores cobrados pelos privados. Na década anterior a 1915, o sistema de abastecimento de água, medido em quilómetros de condutas, cresceu 4,5 vezes mais, tendo-se concentrado esta expansão em algumas das zonas mais carenciadas.

A tomada de medidas destinadas a proteger as pessoas das bactérias nocivas presentes na água constituiu mais um aspecto da revolução municipal empreendida. Os projectos de construção de infra-estruturas assumiram grande importância. A cidade de Jersey deixou de recorrer ao rio Passig para procurar água potável numa zona mais acima. Chicago construiu canais de drenagem para transportar os resíduos mais para abaixo, nos rios Illinois e Mississipi, em vez de os descarregar ali ao lado, no lago Michigan, fonte de abastecimento de água da cidade. E Cleveland prolongou por mais 6 quilómetros o seu sistema de captação de águas, até ao lago Erie. Mas o factor chave consistiu na introdução dos sistemas de filtração e clorinação da água, conforme ilustrado por Cincinnati (figura 2) e Detroit. Entre 1880 e 1940, a percentagem de população dos EUA que utilizava água tratada subiu de 1% para mais de 50%.

As reformas realizadas no sector da água contribuíram para progressos ainda maiores no domínio da saúde pública. Nas quatro décadas que se seguiram a 1900, a esperança de vida à nascença aumentou 16 anos, as taxas de mortalidade infantil baixaram acentuadamente e a febre tifóide foi virtualmente erradicada. Nenhum outro período da história dos EUA testemunhou uma redução tão rápida das taxas de mortalidade. Segundo uma estimativa, os sistemas de abastecimento e depuração de água explicam quase metade desta descida da mortalidade. Cada uma das vidas poupadas desta forma custou 500 dólares (a preços de 2002). Mas cada dólar gasto representa 23 dólares ganhos com o aumento da produtividade e a redução das despesas de saúde. No início do século XX, o montante investido pelos EUA nos sistemas de água e saneamento foi bem recompensado — tal como o poderá vir a ser nos actuais países em desenvolvimento.

Figura 1 A municipalização da água fez baixar os preços, melhorou a qualidade e salvou vidas

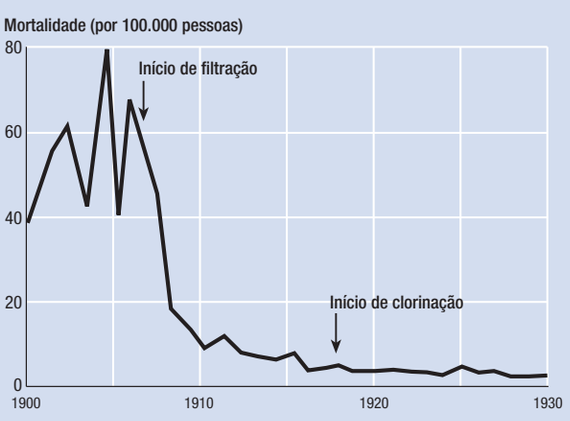
Taxas de mortalidade devida a doenças transmitidas pela água nos Estados Unidos, 1900-30



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006; CDC 2006; Cutler e Miller 2005

Figura 2 A água potável reduziu as mortes por tifóide

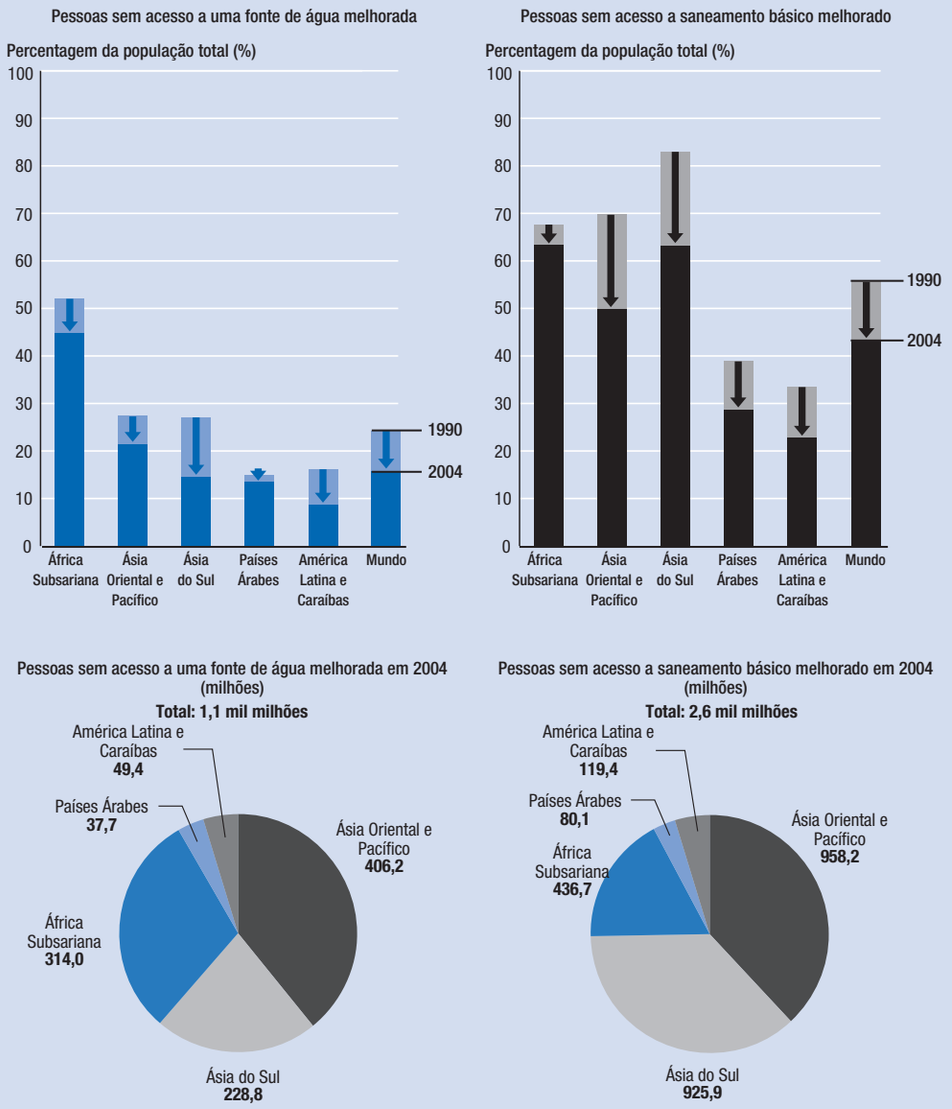
Mortalidade devido à febre tifóide em Cincinnati, Ohio, 1900-30



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006, CDC 2006; Outler e Miller 2005.

Fonte: Cutler e Miller 2005; Cain e Rotella 2001; Troesken 2001; Blake 1956.

Figura 1.1 Redução lenta: o défice global de água e saneamento básico



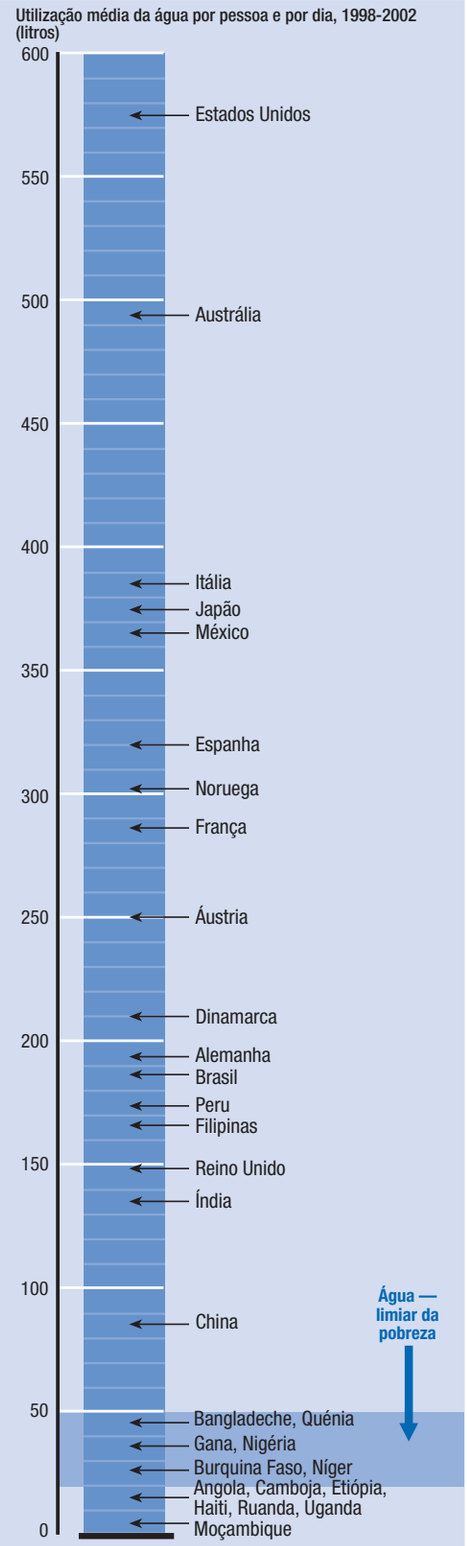
Fonte: Calculado com base em UNICEF 2006a.

escassez dos recursos hídricos desde há muito que faz parte das preocupações da política governamental em Estados como o Arizona ou a Califórnia. Mas quase todos os habitantes do mundo desenvolvido têm acesso a água segura com um simples girar da torneira. O acesso a sistemas de saneamento básico privado e a instalações sanitárias é universal. Praticamente ninguém morre por falta de água potável ou saneamento — e as raparigas não são obrigadas a faltar à escola para irem buscar água para consumo da família.

Agora comparemos esta situação com o que se passa nas zonas em desenvolvimento. Tal como sucede noutras vertentes do desenvolvimento humano, têm-se registado progressos no sector da água e do saneamento (figura 1.1). E no entanto, no início do século XXI, uma em cada cinco pessoas residentes em países em desenvolvimento — cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no total — não tem acesso a água potável. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, quase metade da população total dos países em desenvolvimento, não têm acesso a saneamento básico em condições. Qual o verdadeiro significado destes números impressionantes?

Em aspectos importantes, eles escondem a realidade experimentada diariamente pelas pessoas por detrás das estatísticas. Essa realidade significa que as pessoas são obrigadas a defecarem em valas, sacos

Figura **1.2** **Mundos separados: a discrepância da água a nível mundial**



a. OFWAT 2001.
Fonte: FAO 2006.

de plástico ou nas bermas das estradas. «Não ter acesso a água potável» é um eufemismo que oculta outras carências profundas. Significa que há pessoas que vivem a mais de 1 quilómetro da fonte de água potável mais próxima e que são obrigadas a extrair água de valas, regos ou riachos que podem estar contaminados com agentes patogénicos e bactérias que podem provocar doenças graves e até a morte. Na África Subsariana rural, milhões de pessoas partilham as suas fontes de água doméstica com animais ou dependem de poços descobertos que constituem caldos de cultura de agentes patogénicos. E o problema não se restringe aos países mais pobres. No Tajiquistão, quase um terço da população abastece-se de água proveniente de canais e valas de irrigação, com risco de exposição a descargas agrícolas poluídas.[15] O problema não está em as pessoas não terem consciência do perigo que correm — é que não existe alternativa. Paralelamente aos riscos para a saúde, o acesso a água imprópria para consumo significa que as mulheres e as raparigas perdem horas a ir buscar água e a carregá-la até casa.

Uma simples comparação entre países ricos e países pobres basta para sublinhar as desigualdades mundiais (figura 1.2). O consumo médio de água varia entre 200-300 litros por dia e por pessoa na maioria dos países da Europa, e os 575 nos Estados Unidos. Os habitantes de Phoenix, no Arizona, uma cidade situada no deserto onde existem alguns dos mais verdejantes relvados dos Estados Unidos, consomem mais de 1.000 litros por dia. Pelo contrário, o consumo médio em países como Moçambique é inferior a 10 litros. As médias nacionais escondem, inevitavelmente, variações muito grandes. As pessoas privadas do acesso a água melhorada nos países em desenvolvimento consomem muito menos, em parte porque são obrigados a transportá-la ao longo de enormes distâncias, e a água é pesada. Os 100 litros diários apontados pelas normas internacionais como consumo mínimo para uma família de cinco pessoas pesam 100 quilos — um fardo demasiado grande para carregar durante duas ou três horas, sobretudo por raparigas. Outro problema reside no facto de as famílias carenciadas muitas vezes não terem meios para pagar mais do que uma pequena porção de água comprada nos mercados informais — um assunto a que voltaremos mais adiante.

Qual será o princípio básico para um abastecimento de água condigno? É difícil estabelecermos uma relação entre o acesso à água e a pobreza por causa das variações relacionadas com o clima — as pessoas das zonas áridas do Norte do Quénia precisam de beber mais água do que os habitantes de Londres ou de Paris —, das condições sazonais, e das características de cada família, entre outros factores. As normas internacionais definidas por organismos como a Organização Mundial de Saúde

(OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sugerem um requisito mínimo de 20 litros por dia proveniente de uma fonte situada até 1 quilómetro do lar. Esta quantidade é considerada suficiente para beber e garantir a higiene pessoal da família. Abaixo deste nível, considera-se que as pessoas estão limitadas na sua capacidade de manter o sem bem-estar físico e a dignidade inerente à higiene pessoal. Se atendermos a outros factores tais como tomar banho ou lavar a roupa, as necessidades fariam aumentar o requisito mínimo por pessoa para cerca de 50 litros diários.

Largas faixas da humanidade situam-se abaixo do limiar das necessidades básicas no que diz respeito ao acesso à água, quer permanente quer intermitente. Para cerca de 1,1 mil milhões de pessoas que residem a mais de 1 quilómetro de uma fonte de água, o consumo é frequentemente inferior a 5 litros diários de água imprópria para consumo.[16] Se quisermos ser mais concretos, os requisitos mínimos para uma mulher que esteja a amamentar e que desenvolva uma actividade física moderada é de 7,5 litros por dia. Por outras palavras, uma em cada cinco pessoas no mundo em desenvolvimento tem falta de acesso a suficiente água para garantir até mesmo os requisitos básicos para o bem-estar e o desenvolvimento infantil. Os problemas são particularmente graves nas zonas rurais. No Uganda, o consumo médio nas zonas rurais varia entre os 12 e os 14 litros por dia.[17] O consumo na estação seca diminui acentuadamente, na medida em que a distância das fontes de água também aumenta. Nas regiões áridas da Índia Ocidental, do Sael e da África Oriental, as disponibilidades de água durante a estação seca podem descer muito abaixo dos 5 litros por dia. Mas as pessoas que vivem nas zonas urbanas também enfrentam situações de grande escassez. O consumo de água pode registar uma média de 5-10 litros nas pequenas cidades do Burquina Faso e de 8 litros por dia em aglomerações espontâneas de Chennai, na Índia.[18]

Para além deste 1,1 mil milhões de pessoas que experimentam diariamente enormes carências, existe uma população muito mais vasta que também enfrenta privações. Para os que têm acesso a uma fonte de água a menos de 1 quilómetro de casa, mas mesmo assim ainda distante, a média de consumo situa-se normalmente nos 20 litros por dia. Um estudo da OMS/UNICEF realizado em 2001, estimou que cerca de 1,8 mil milhões de pessoas se encontravam nesta situação.[19]

Sem pretendermos minimizar a gravidade daquilo que se considera escassez de água nos países ricos, os contrastes são gritantes. No Reino Unido, as pessoas consomem, em média, mis de 50 litros de água por dia só por puxarem o autoclismo quando usam os sanitários — ou seja, mais de dez vezes o total de água disponível para as pessoas que não têm acesso a uma fonte de água melhorada na maioria das zonas rurais da África Subsariana. Um americano consome, a tomar um simples duche de cinco minutos, mais água do que consome, num dia inteiro, um residente-tipo de um bairro degradado situado num país em desenvolvimento. Sem dúvida que as restrições ao uso de aspersores de rega de jardim e de mangueiras causam incómodo às famílias dos países ricos. Mas os pais não têm falta de água para manter os filhos asseados, garantirem os padrões elementares de higiene que previnem as doenças mortais ou para manterem a sua saúde e dignidade.

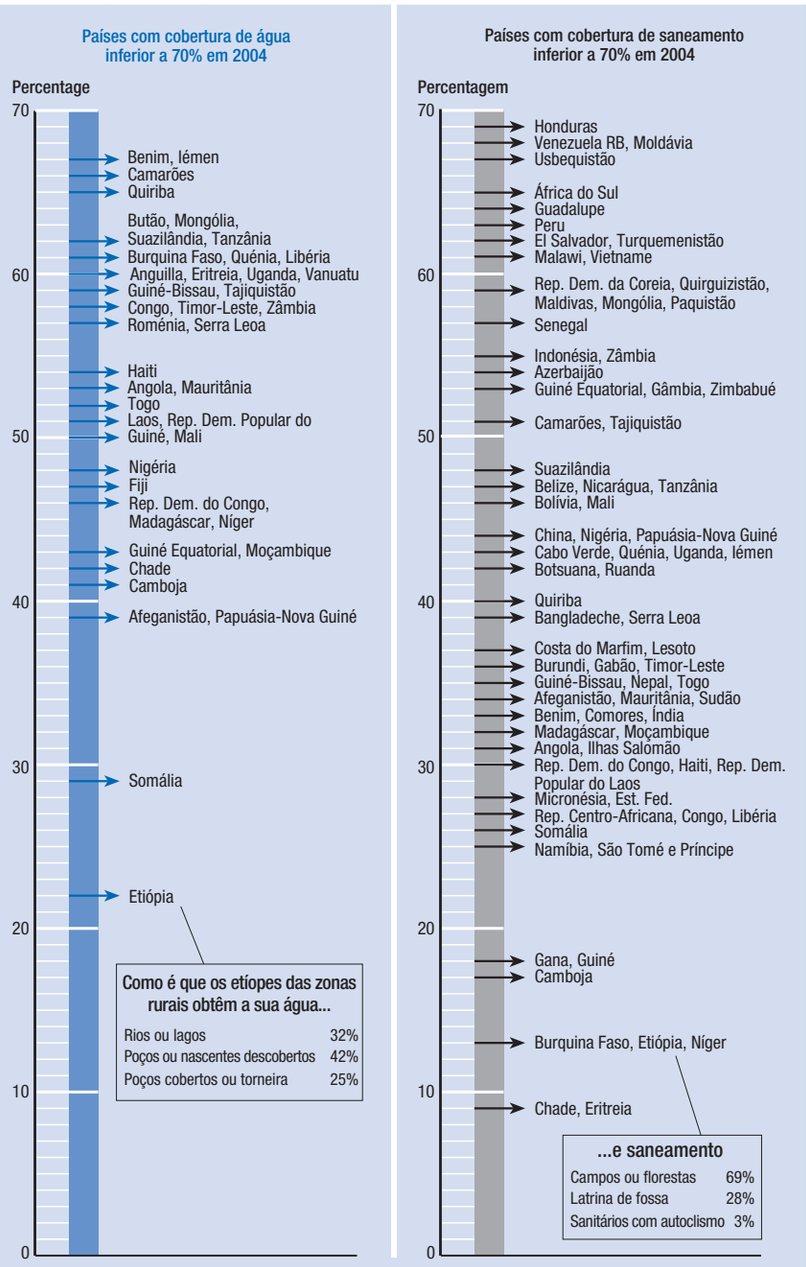
Claro está que o consumo de água nos países ricos não diminui os recursos hídricos disponíveis nos países pobres. O consumo global não funciona como uma conta de somar ou subtrair em que um país fica com menos quando outro gasta mais. Mas estas comparações servem para realçar as disparidades existentes no acesso a água potável — e à água mineral engarrafada em particular.[20] Os 25 mil milhões de litros de água mineral consumidos anualmente pelas famílias dos EUA ultrapassam o consumo total de água potável de 2,7 milhões de pessoas no Senegal que não têm acesso a uma fonte de água tratada. E os alemães e os italianos consomem, entre si, água mineral em quantidade suficiente para cobrir as necessidades básicas de mais de 3 milhões de pessoas no Burquina Faso para cozinhar, lavar e outras tarefas domésticas. Enquanto uma parte do mundo sustenta um mercado de *designers* de garrafas de água que não trazem qualquer benefício tangível para a saúde, outra parte enfrenta graves riscos de saúde pública porque as pessoas são obrigadas a beber água de valas ou de lagos e rios partilhados com os animais e contaminados com bactérias nocivas.

Enquanto uma parte do mundo sustenta um mercado de designers de garrafas de água que não trazem qualquer benefício tangível para a saúde, outra parte enfrenta graves riscos de saúde pública porque as pessoas são obrigadas a beber água de valas ou de lagos e rios

A riqueza é importante...

Os valores globais relativos à cobertura de água e saneamento ocultam as grandes diferenças que existem entre as diversas regiões. No caso da água, a África Subsariana possui, de longe, as taxas de cobertura mais baixas (55%), embora a maioria da população sem acesso a água potável resida no Sul da Ásia. Relativamente ao saneamento, as carências são ainda mais alargadas. A taxa de cobertura no Sul da Ásia é quase tão baixa como na África Subsariana, onde duas em cada três pessoas dessas regiões não têm acesso. Metade da população no Leste da Ásia e um quarto da população da América Latina não têm acesso ao mais elementar sistema de saneamento básico. Cerca de 40 países em desenvolvimento fornecem água potável a menos de 70% dos seus cidadãos e 54 países fornecem uma rede de saneamento segura a menos de metade (figura 1.3).

Figura 1.3 Muitos países ainda têm um longo caminho a percorrer até atingirem uma cobertura plena



Fonte: Quadro de indicadores 7.

Este rápido relance mostra bem a estrondosa dimensão da crise do acesso à água e ao saneamento básico. Mas também deixa à vista dois problemas mais vastos. O primeiro diz respeito à relação entre o bem-estar material e as redes de abastecimento de água e de saneamento. De modo geral, os níveis de cobertura de água e saneamento aumentam na mesma proporção dos rendimentos: quanto mais rico é o país, maior a cobertura. Esta conclusão não deve surpreender-nos, já que os serviços têm de ser financiados quer através dos orçamentos familiares quer dos dinheiros públicos. Mais surpreendente é a grande variação nos valores médios.

Muitos países são demonstrativos da relação imperfeita entre a capacidade financeira e a qualidade do fornecimento de água e saneamento. As Filipinas possuem um rendimento médio superior ao Sri Lanca, mas uma menor percentagem de cidadãos com acesso ao saneamento básico. Da mesma forma, a Índia pode superar o Bangladeche enquanto caso de sucesso em termos de crescimento global, mas a situação inverte-se quando a medida para o sucesso passa a ser o saneamento básico: apesar de registar uma receita média superior em cerca de 60%, a Índia possui uma taxa de cobertura de saneamento básico inferior. Podemos constatar falhas semelhantes entre os níveis de riqueza e as redes de abastecimento de água. Apesar de apresentar uma receita média inferior, o Egipto possui níveis mais elevados de acesso à água potável do que a China, e a Tanzânia dispõe de uma maior cobertura do que a Etiópia. No que diz respeito à água e ao saneamento básico, tal como acontece com outras vertentes do desenvolvimento humano, os países divergem bastante quanto ao ritmo a que convertem a riqueza em progressos a nível do desenvolvimento humano — um resultado que evidencia a importância das políticas públicas (figura 1.4).

... e o saneamento vem atrás do acesso á água

O segundo problema realçado pelas estatísticas mundiais consiste na divergência entre as redes de fornecimento de água e de saneamento básico. Em todas as regiões e em quase todos os países, os sistemas de saneamento básico têm ficado bem aquém do abastecimento de água — e não existem sinais de que esta discrepância esteja a diminuir. No Sul da Ásia, o acesso a uma rede de esgotos tratados representa menos de metade do acesso às redes de abastecimento de água. Noutras regiões, o fosso de cobertura varia entre os 29% na Ásia Oriental e os 18% na África Subsariana. Estas discrepâncias são relevantes, não só porque o acesso a um sistema de saneamento básico é naturalmente importante, como também porque os benefícios de um acesso à água e ao saneamento melhorados se reforçam mutuamente — um aspecto evidenciado pela Europa e pelos Estados Unidos, no século XIX (ver caixas 1.1 e 1.2). No Egipto, os níveis elevados de poluição provenientes das águas residuais presentes na região do Delta do rio Nilo eliminam os potenciais benefícios que um acesso à água quase universal proporcionaria à saúde pública. As taxas de incidência de diarreia e hepatite A em muitos aglomerados da cintura urbana são de longe superiores ao que seria esperado com base no

nível dos rendimentos, sendo a poluição de águas residuais um factor predominante.[21] Os países que adiam a sua cobertura do saneamento básico irão confrontar-se com a consequente redução dos benefícios do progresso no sector da água.

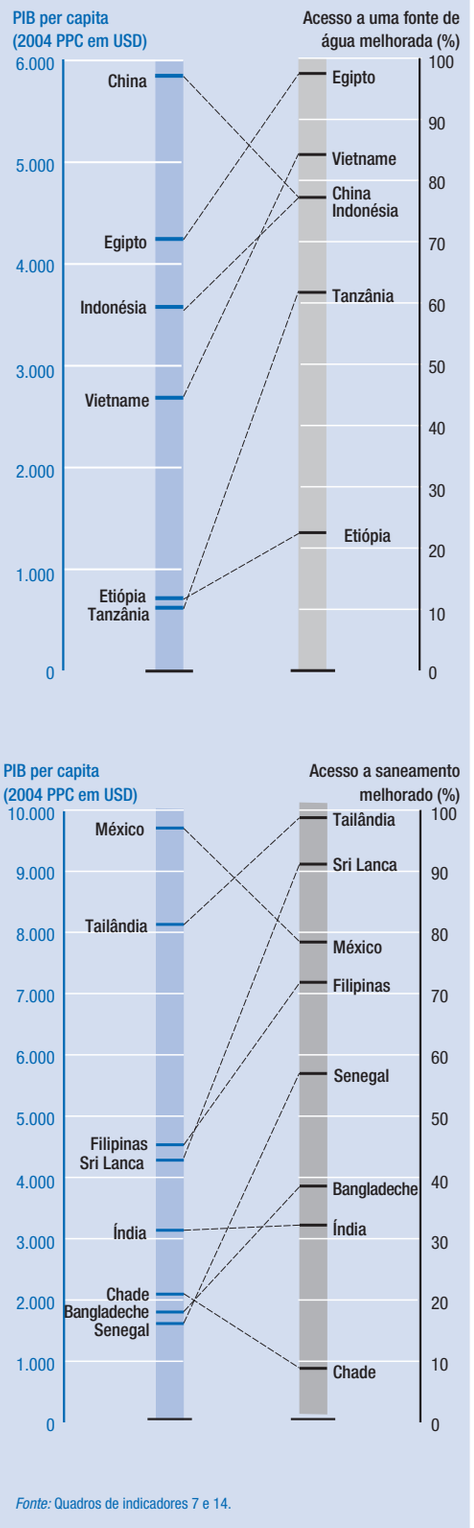
As estatísticas minimizam sistematicamente a dimensão da escassez

As estatísticas mundiais relativas ao sector da água e do saneamento básico são divulgadas através do Programa de Monitorização Conjunta da OMS e da UNICEF. Estes dados apresentam-nos um cenário desolador. Mas a realidade é ainda mais desoladora do que aquilo que as estatísticas mostram. Apesar de a metodologia de recolha de dados ter melhorado, os valores atenuam os problemas por várias razões. Parte do problema assenta no facto de a presença física de uma fonte «melhorada» — como é o caso da latrina de fossas ou fontes públicas — nem sempre ser um indicador rigoroso de melhoria das condições de acesso: as tecnologias podem nem sempre funcionar como deviam. Uma outra dificuldade prende-se com o alcance das estatísticas. No que diz respeito aos inquéritos nacionais, algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são só parcialmente contabilizadas pelo facto de residirem em zonas cuja existência não é oficialmente reconhecida pelos governos. A ausência ou a degradação de infra-estruturas também não está devidamente contabilizada nas estatísticas, tal como sucede com a frequente falta de fiabilidade dos serviços de fornecimento de água existentes, e que obriga as populações a apoiarem-se, quase sempre, noutras fontes.

Milhões em falta. Milhões de pessoas carenciadas não figuram nas estatísticas nacionais. Como residem em aglomerados improvisados, não são simplesmente contabilizadas.

- *Bombaim*. Os dados apresentados indicam que Bombaim, a quinta maior cidade do mundo, desfruta de uma cobertura de rede de abastecimento de água segura que abrange mais de 90% da população. Estes números são quase de certeza exagerados. Através de algumas estimativas, verifica-se que quase metade dos 18 milhões de habitantes da cidade residem em *zopadpatti* — literalmente, zonas de cabanas — que surgem assinaladas nos mapas urbanos como zonas cinzentas amorfas agrupadas ao longo das linhas férreas e estendendo-se por riachos e velhos matagais pantanosos. Os habitantes destes locais não figuram nos registos municipais. Uma zona deste tipo é Dharavi, um extenso bairro degradado situado entre o aeroporto internacional e o centro financeiro de

Figura 1.4 Rendimentos e resultados no acesso à água e ao saneamento: o bem-estar financeiro e a eficácia divergem frequentemente



Fonte: Quadros de indicadores 7 e 14.

Caixa 1.3 Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi

As condições aqui são terríveis. Vejam com os vossos próprios olhos. Há esgotos por todo o lado. Algumas pessoas possuem latrinas com fossa, mas estas são pouco profundas e transbordam quando chove. A maioria das pessoas usa baldes e sacos de plástico como retretes — e as crianças fazem as necessidades nas ruas e nos quintais. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, aldeia de Mugomo-ini, Kibera

A menos de 7 quilómetros do Parlamento Queniano, no centro de Nairobi, o aglomerado urbano de Kibera, em franco crescimento, é um dos maiores bairros degradados da África Subsariana. Os seus habitantes experimentam uma das piores situações de falta de água e de saneamento básico no mundo. No entanto, pessoas como Mary Akinyi quase nunca constam das estatísticas.

De acordo com o relatório do governo queniano sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 93% dos residentes de Nairobi têm acesso a água potável e 99% dispõem de saneamento. Estes números dificilmente colam com as condições de vida em Kibera. Vivem no bairro degradado entre 500.000 e um milhão de pessoas — desconhecem-se os números verdadeiros. Com 2.000 a 3.000 pessoas por hectare quadrado, esta será por certo a área com maior densidade populacional de toda a África Subsariana. Uma família média de três a quatro indivíduos vive numa habitação de uma só divisão, feita de lama, madeira, plástico e chapas de ferro ondulado.

Um simples olhar para as ruas de Kibera levanta questões acerca dos dados apresentados. A alta densidade populacional, a concentração de pessoas e a falta de infra-estruturas criaram um verdadeiro pesadelo no que diz respeito ao acesso à água e ao saneamento básico. Os canais de escoamento nas bermas das estradas estão frequentemente entupidos, as latrinas com fossa transbordam na época das chuvas e as crianças brincam em montes de lixo não recolhido.

Os dados relativos ao fornecimento de serviços não são fiáveis. Menos de 40% dos lares têm acesso a ligações legais à rede de abastecimento de água, geralmente através de uma fonte pública. Entre os que possuem um acesso à rede, cerca de um terço apenas recebe água dia sim, dia não. Cerca de 80% dos lares adquirem toda ou uma parte da água que consomem através de vendedores privados cujos preços rondam os 3,50 dólares por metro cúbico, subindo para quase o dobro na estação seca. Este preço médio é cerca de sete vezes superior àquele que os moradores de bairros ricos pagam pelos serviços fornecidos pela Companhia das Águas e Esgotos de Nairobi — e é também superior aos preços praticados em Londres ou Nova Iorque. Existem quase 700 quiosques de água disponíveis em bairros degradados, embora as vendas estejam concentradas em quiosques geridos pelos senhorios — um factor que limita a capacidade de protesto público contra algumas práticas injustas.

Os habitantes que dependem dos quiosques gastam, geralmente, cerca de uma hora para recolherem a água, e durante os períodos de seca, chegam a demorar ainda mais. Também gastam com isso uma grande parte dos seus magros rendimentos. Para uma família com dois adultos a receberem o salário mínimo, os gastos médios com a água representam cerca de 20% dos seus rendimentos — um peso tremendo nos orçamentos domésticos.

A cobertura de saneamento básico é ainda mais limitada. Em algumas zonas, uma única latrina chega a ser partilhada por 150 pessoas. Em muitos casos, estas latrinas não oferecem privacidade e segurança e são anti-higiénicas e mal cuidadas, apresentando paredes degradadas e fossas a transbordar. A Câmara Municipal de Nairobi não fornece quaisquer serviços de saneamento básico a Kibera.

Um dos indícios mais marcantes que contrariam os dados relativos à prestação de serviço consiste nos «sanitários voadores». Sem disporem de quaisquer latrinas públicas ou privadas, muitos dos residentes de Kibera defecam para dentro de sacos de plástico que largam em valas ou atiram para a berma da estrada. Duas em cada três pessoas em Kibera indicam os sanitários voadores como tratando-se do principal meio que têm à sua disposição para defecarem. E não é difícil percebermos porquê. No final da década de 1990, numa zona de bairros degradados — Laina Saba — existiam em funcionamento 10 latrinas com fossa para 40.000 pessoas. Tendo em conta as limitações de qualquer estimativa relacionada com os bairros degradados em geral, a cobertura de saneamento em Kibera estará, provavelmente, muito abaixo dos 20%.

A saúde pública fornece-nos mais indícios da situação real que se vive em Kibera, no que respeita ao acesso à água e ao saneamento básico. Os donos dos quiosques oferecem aos habitantes um meio de salvação. No entanto, as torneiras que utilizam para aceder à rede de abastecimento de água estão frequentemente danificadas. Uma das consequências desta situação é o lançamento à água de excrementos e outros detritos que flutuam nas águas residuais. O fornecimento de água de má qualidade e a falta de infra-estruturas para a eliminação de excrementos e de gestão das águas residuais estão directamente associados à alta incidência de diarreia, doenças de pele, febre tifóide e malária. As taxas de mortalidade devido à diarreia são largamente superiores às do resto de Nairobi (ver quadro).

Taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de cinco anos e incidência de diarreia no Quénia

Localidade	Taxa de mortalidade infantil (por cada 1.000 nascimentos)	Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (por cada 1.000 nascimentos)	Incidência de diarreia sanguinolenta em crianças com menos de 3 anos nas duas semanas anteriores à entrevista (%)
Quénia (rural e urbano)	74	112	3,0
Rural	76	113	3,1
Nairobi	39	62	3,4
Outros locais urbanos	57	84	1,7
Nairobi, bairros clandestinos	91	151	11,3
Kibera	106	187	9,8
Embakasi	164	254	9,1

Fonte: APHRC 2002.

(continua na pág. seguinte)

Caixa 1.3 **Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi** *(continuação)*

Os serviços públicos apresentam um fraco historial no suprimento das necessidades de Kibera. Existem apenas 25 quilómetros de rede de abastecimento de água canalizada, e os bairros degradados recebem substancialmente menos água que outros aglomerados, em parte devido ao desvio da água que os serviços de abastecimento efectuam, para abastecer os bairros ricos durante os períodos de escassez. A Companhia das Águas e Esgotos de Nairobi perde 40% da água fornecida a Kibera devido a fugas e a ligações clandestinas. As receitas obtidas pelos serviços públicos representam menos de um terço do valor facturado, o que indicia graves problemas de gestão. Os habitantes gastam cerca de 5 milhões de dólares por ano em água adquirida em quiosques — dinheiro que poderia ser utilizado no alargamento da rede de abastecimento de água canalizada e no financiamento das ligações nos bairros carenciados.

Porquê uma rede de fornecimento tão limitada? Em parte, como Kibera é um aglomerado «ilegal», as autoridades municipais e os senhorios não se sentem obrigados a fornecer-lhe quaisquer serviços.

Os mercados privados não têm conseguido diminuir os custos e aumentar o abastecimento por diversas razões. Os vendedores declaram terem sido obrigados a pagar subornos a representantes do governo e à companhia de abastecimento da água para poderem efectuar ligações à rede — um custo que transferem para os seus próprios clientes. Os montantes pagos pelos privados para estabelecerem ligações à rede e criarem condutas de água também são elevados, já que os vendedores não beneficiam das economias de escala. Montar um quiosque tem um custo médio de 1.000 dólares — um investimento que é depois amortizado através da cobrança das tarifas da água.

Um outro factor que inflaciona o preço da água é a interacção entre os quiosques e os serviços públicos de abastecimento. Como os quiosques são considerados empresas comerciais, pagam uma tarifa de quantidade que corresponde ao dobro da tarifa de consumo mínimo por habitação, custos que são depois transferidos para o consumidor.

O desafio que se apresenta em Kibera tem que ver com a necessidade de as autoridades governamentais reconhecerem a dimensão do problema — e trabalharem em conjunto com as comunidades locais para encontrarem soluções. É fundamental que os direitos de propriedade sejam consignados, que os fornecedores do sector privado sejam devidamente regulamentados, que se acabe com os monopólios do sector da água mantidos nas mãos dos senhorios de bairros degradados e que se aumente o orçamento público destinado à recolha e tratamento das águas residuais. Da mesma forma, devem ser tomadas medidas legislativas que obriguem os senhorios a melhorar as condições de fornecimento de água e saneamento básico.

Fonte: Quénia 2005, ONU-HABITAT 2003; WSP-AF 2005c; Collignon e Vézina 2000.

Bombaim e local de residência de quase um milhão de pessoas. Os moradores dos bairros degradados vivem num ambiente que representa uma ameaça diária para a saúde pública. Calcula-se que exista um sanitário para cada 1.440 pessoas. Na época das chuvas, as ruas, por não terem um sistema de escoamento, transformam-se em canais de água putrefacta que transporta excrementos humanos. Os habitantes de zonas como Dharavi estão dependentes de poços, cisternas ou fontes de fornecimento inseguras quando procuram água para beber. Para além destas zonas, existem os edifícios de arrendamento degradados, ou *chawls,* onde os habitantes improvisam canalizações com canos enferrujados, torneiras defeituosas e cisternas completamente danificadas. Num cenário típico, 15 famílias partilham uma torneira que apenas funciona durante duas horas por dia.[22]

- *Jacarta*. As estatísticas nacionais indicam taxas de cobertura de abastecimento de água tratada em mais de 90% das zonas urbanas da Indonésia. No entanto, os inquéritos abrangendo um grande número de residentes clandestinos em Jacarta, uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes, concluem que menos de um quarto da população usufrui em pleno de fontes de abastecimento de água tratada. Os restantes dependem de uma variedade de fontes, incluindo rios, lagos e vendedores ambulantes de água. A discrepância: cerca de 7,2 milhões de pessoas.[23]
- *Nairobi*. Os dados para esta cidade dão conta de uma cobertura de acesso à água e ao saneamento básico superior a 90%. Este número é difícil de enquadrar na experiência de vida das pessoas mais carenciadas. Em Nairobi, mais de um milhão de pessoas que habitam em bairros degradados ou aglomerados clandestinos — cerca de um terço da população da cidade — dependem de vendedores ambulantes como fonte de abastecimento de água secundária. No que diz respeito ao saneamento básico, o panorama é ainda pior. Os «sanitários voadores» de Kibera — sacos de plástico para onde as pessoas defecam, atirando-os de seguida para a rua — são um testemunho da extensão limitada relativamente à cobertura de saneamento básico em Nairobi, o que também acontece em relação à alta taxa de mortalidade infantil nos bairros degradados (caixa 1.3).

Saneamento básico e poluição da água. Em muitos países, o velho problema da separação entre a água para consumo e os esgotos continua a constituir um enorme desafio para as políticas governamentais — e para a saúde pública. O défice de infra-estruturas e a sua degradação estão no centro deste desafio. Na América Latina, a percentagem de excrementos humanos que recebe qualquer tipo de tratamento situa-se abaixo dos 14%: o restante é despejado nos rios e lagos ou abandonado, infiltrando-se no solo e contaminando águas subterrâneas. A China tem um forte historial no alargamento do acesso às redes de

Caixa 1.4 A discrepância entre o abastecimento de água e o saneamento básico nas Filipinas

O actual sistema de sanitários, cujas vantagens foram tão aclamadas, é o pior que alguém poderia algum dia adoptar... Este sistema limita-se a remover todos os excrementos das nossas casas, para entupir com eles os nossos rios, transformando-os em depósitos pútridos que vão apodrecendo à porta dos nossos vizinhos. É um sistema que traz para dentro das nossas casas um inimigo mortífero.

Scientific American, 24 de Julho, 1869

No século XIX, reformistas sociais e engenheiros oriundos da Europa e dos Estados Unidos denunciaram o facto de a generalização de latrinas sem o adequado dispositivo de eliminação de detritos representar uma ameaça para a saúde pública. Manila, a capital das Filipinas, é um exemplo de como este problema ainda não foi resolvido. As taxas de cobertura de saneamento básico foram situadas acima dos 80%, mas este valor esconde um sério desafio à saúde pública.

Desde 1997, ano em que as autoridades municipais privatizaram os serviços de abastecimento de água e a rede de esgotos, tem havido um grande esforço no sentido de alargar o acesso à água potável, tanto na zona Leste da cidade, onde os serviços privatizados oferecem um melhor abastecimento, como na zona Oeste, onde os privados falharam. O saneamento tem merecido muito menos atenção, em parte devido à dimensão das dificuldades de abastecimento e a um passado parco em investimentos neste sector.

A percentagem da população residente na área metropolitana de Manila que possui uma ligação à rede de esgotos não chega aos 4%. As famílias mais abastadas encontraram a solução através da criação das suas próprias estações de saneamento. Os sanitários com autoclismo são largamente usados, ligados a fossas sépticas privadas, servindo frequentemente grandes condomínios. Cerca de 40% das famílias dispõem, hoje, de latrinas em casa, o que conta como factor de melhoria. Calcula-se que haja um milhão ou mais de fossas sépticas em Manila.

O problema é que estações de tratamento e eliminação de águas residuais escasseiam. Resultado: Assiste-se ao lançamento indiscriminado de descargas mal tratadas para o rio Pasig — uma complexa rede de canais que liga o lago Laguna de Bay ao porto de Manila através de uma profusão de subúrbios urbanos. Outras 35 toneladas de resíduos sólidos domésticos são depositadas todos os anos no rio Pasig pela mão de ocupantes ilegais que residem em povoamentos improvisados ao longo das margens do rio. No total, cerca de dez milhões de pessoas descarregam resíduos não tratados para o rio.

Este factor apresenta graves consequências para a saúde pública. O rio Pasig é um dos mais poluídos do mundo, representando os detritos humanos 70% da totalidade da sua poluição. Os níveis de coliformes fecais excedem largamente os padrões definidos pelo Departamento do Ambiente e Recursos Naturais — cerca de um terço de todas as doenças em Manila está relacionado com a qualidade da água. Os 4,4 milhões de habitantes que vivem ao longo das margens do rio enfrentam problemas particularmente graves, sobretudo durante as inundações na época das chuvas de Junho a Outubro. Durante a época de poucas cheias, o rio Pasig muda de direcção e transporta a poluição para o Lago Laguna, criando ainda mais complicações para a saúde pública.

Têm sido traçados planos ambiciosos para limpar o rio Pasig, embora nenhum tenha saído da fase de planeamento, em parte devido ao fracasso do governo e dos fornecedores de água em desenvolverem uma estratégia coerente para combater a crise do saneamento básico em Manila

Fonte: WSP–EAP 2003; AusAID 2006.

abastecimento de água tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, embora a poluição resultante dos desperdícios humanos e industriais seja um problema grave. Dezasseis cidades com níveis populacionais de mais de meio milhão de habitantes não usufruem de estações de tratamento de águas residuais.[24] A nível nacional, menos de 20% dos resíduos municipais recebe qualquer tratamento, obrigando os habitantes a ferverem a sua água em casa antes de a beberem. Em 2003, a Administração Pública para a Protecção Ambiental indicou que mais de 70% da água em cinco dos sete principais sistemas fluviais na China estava demasiado poluída para utilização humana.

Um problema adicional reside no facto de, em muitos países, as cidades não possuírem as infra-estruturas de recolha dos resíduos das latrinas com fossa, o que resulta na entrada de águas residuais nos sistemas de abastecimento de água. «Saneamento melhorado» para uns pode transformar-se em poluição e, para outros, numa ameaça para a saúde pública — como é o caso de Manila (caixa 1.4)

Uma infra-estrutura de abastecimento de água deficiente pode criar situações de alto de risco, mesmo em cidades com taxas de cobertura de rede elevadas. As taxas urbanas de cobertura de rede de água tratada no Paquistão estão avaliadas acima dos 90%. Mas o que significa este valor na prática? Vejamos as cidades de Lahore (com 5 milhões de habitantes) e Carachi (10 milhões), onde se estima que metade da população viva em zonas de bairros degradados clandestinos. Ambas as cidades dependem de uma com-

binação de águas captadas no subsolo e águas provenientes de canais. Contando com mais de 40% da água fornecida não filtrada e 60% dos afluentes sem tratamento, as doenças epidémicas transmissíveis pela água são comuns. Em Lahore, somente três empresas industriais em 100 procedem ao tratamento químico das suas águas residuais. Não existe nenhuma estação de tratamento de esgotos. Em Carachi, duas das maiores regiões industriais do país não possuem estações de tratamento de efluentes. O sistema de esgotos está em mau estado e não existem instalações de tratamento de resíduos. Os detritos humanos e a poluição industrial degradaram gravemente as águas do subsolo subterrâneas de que depende um número cada vez maior de lares enquanto fonte de água potável.[25] Ao longo de toda a área urbana do Paquistão, a água imprópria para consumo representa uma ameaça constante para a saúde pública. Só na primeira metade de 2006, surgiram violentos surtos de doenças epidémicas transmissíveis pela água que varreram Faisalabad, Carachi, Lahore e Peshawar como resultado da fuga de esgotos e de detritos industriais que contaminaram a água potável através de condutas danificadas. A crise é tão grave que foi lançado um programa de investimento público significativo para financiar mais de 6.000 estações de filtração das águas.

Envenenamento mineral. As substâncias naturais na água não tratada são geradoras de riscos para milhões de pessoas. A utilização de água subterrânea não tratada para consumo público já expôs cerca de 60 milhões de pessoas à contaminação por arsénico, pertencendo mais de metade deste número ao Bangladeche. Os custos humanos projectados para os próximos 50 anos incluem 300.000 óbitos devido a cancro e 2,5 milhões de casos de envenenamento por arsénico. As zonas de concentração de fluorite colocam uma ameaça adicional. Uma das zonas em África estende-se ao longo do Vale do Rift situado na África Oriental, desde a Eritreia até ao Malawi, uma outra parte da Turquia e atravessa o Iraque, Irão, Afeganistão, Índia, o nordeste da Tailândia e a China. As informações mais recentes demonstram que a fluorose é endémica em, pelo menos, 25 países do mundo. Desconhece-se o número total de pessoas afectadas, mas fazendo uma estimativa por defeito, teremos valores na ordem das dezenas de milhões.[26]

Tempo, fluxos e disponibilidade. A presença de uma tecnologia de fornecimento de água melhorada, como por exemplo uma torneira ou uma fonte pública, constitui outro indicador parcial de acesso aos recursos hídricos. Para muitas pessoas, as torneiras permanecem secas durante longos períodos, obrigando as famílias a recorrerem aos mercados clandestinos de comercialização de água que não oferecem condições de segurança. De uma forma mais lata, milhões de famílias carenciadas recorrem regularmente a fontes de abastecimento de água tratada e não tratada, o que levanta dúvidas sobre o quadro que as estatísticas mundiais pretendem traçar.

Embora as estatísticas nacionais possam apontar para a existência física de uma fonte de abastecimento de água tratada, os lares com acesso às redes de abastecimento deparam-se com o problema do fornecimento intermitente, sobretudo na estação seca. Em Nova Deli, Carachi e Catmandu, a percentagem de lares que dispõem de água canalizada 24 horas por dia não chega aos 10%. Considera-se normal um fornecimento de duas ou três horas diárias.[27] Embora as famílias carenciadas enfrentem as maiores dificuldades de acesso à água fornecida pelos serviços de abastecimento, por terem menor probabilidade de estarem ligados à rede, a falta de qualidade das redes de abastecimento afecta a maioria da população. Isto sugere-nos uma forte complementaridade de interesses no melhoramento e expansão dos sistemas de abastecimento.

O facto de se viver na proximidade de uma fonte pública não é garantia de um acesso fácil à rede de abastecimento. O tempo de viagem pode ser curto, mas as filas de espera podem ser longas. Dhaka tem uma taxa de cobertura de abastecimento para uma fonte de água tratada superior a 90%, mas este valor inclui as torneiras públicas que servem os habitantes dos bairros degradados, onde o ratio de torneiras por utilizador é de 1:500.[28] As dificuldades em áreas rurais são ainda mais marcantes. No Burquina Faso, Malawi e Mali, os estudos realizados sugerem que um terço ou mais dos pontos de água está sistematicamente avariado.[29] Têm sido referidos valores semelhantes na Ásia do Sul. No Andhra Pradesh, onde uma sondagem revelou a existência de uma boa cobertura de pontos de água, a população declarou que mais de metade desses pontos de água estavam constantemente danificados.[30] O problema mais grave nas áreas rurais relaciona-se com factores sazonais, em que a média de tempo de fornecimento esconde grandes variações entre a estação seca e a das chuvas. Um estudo elaborado numa região semi-árida da Nigéria concluiu que a percentagem de famílias que recolhiam água de uma fonte situada a mais de um quilómetro de distância aumentou de 4% para 23% na estação seca, enquanto o consumo médio diário diminuiu de 38 para 18 litros.[31] As oscilações no acesso à água reflectiam-se nos indicadores de saúde infantil, registando o dobro da incidência de diarreias durante a estação seca.

Para os indivíduos, para os lares e para sociedades inteiras, o acesso a água limpa e a saneamento é uma das bases para o progresso no desenvolvimento humano

Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano

Para os indivíduos, famílias ou sociedades completas, o acesso a água potável e a saneamento é um dos pilares para o progresso do desenvolvimento humano. Esta secção irá centrar-se no papel mais alargado da água e do saneamento básico representa no desenvolvimento humano, com vista a:

- Reduzir o problema dos baixos salários.
- Reduzir a mortalidade infantil.
- Acabar com os desequilíbrios ao longo de um ciclo de vida.
- Impedir que haja maiores danos em termos de saúde.
- Melhorar o nível de educação das raparigas.
- Conceder mais tempo livre às mulheres e às raparigas.
- Garantir o respeito pela dignidade humana.

Agravamento do problema dos salários baixos — o efeito da crise sobre os rendimentos

Os custos financeiros da redução do défice de água e saneamento básico suscitam, por vezes, alguma preocupação. Os governos nacionais têm perfeita consciência do impacto que os múltiplos apelos ao aumento das despesas podem ter em orçamentos restritos. Tem-se prestado menor atenção aos custos económicos da crise no sector da água e do saneamento e das implicações destes custos na pobreza e na prosperidade das pessoas.

A investigação levada a cabo pela OMS tendo em vista este relatório recorreu a um modelo universal para daí extrapolar uma melhor estimativa dos custos associados ao défice de água e saneamento básico.[32] Esse modelo baseia-se na interrogação sobre quantas regiões diferentes poderiam ser poupadas se a população mundial tivesse acesso a uma tecnologia básica de acesso à água e ao saneamento a baixo custo. E chega, entre outras, às conclusões que se seguem:

- Os custos globais do défice actual totalizam 170 mil milhões de dólares, ou 2,6% do PIB dos países em desenvolvimento.
- Os custos para a África Subsariana totalizam 23,5 mil milhões de dólares, ou 5% do PIB — um valor que excede a soma dos fundos de ajuda e o alívio da dívida no ano de 2003.
- As perdas regionais ascendem a 29 mil milhões de dólares na América Latina, 34 mil milhões de dólares na Ásia do Sul e 66 mil milhões de dólares na Ásia Oriental.

Estes valores devem ser tratados com prudência. No entanto, sublinham dois aspectos importantes. O primeiro é uma variante da máxima de que mais vale prevenir do que remediar. Atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que aponta para a redução para metade da percentagem de pessoas sem acesso à água e ao saneamento custaria anualmente cerca de 10 mil milhões de dólares, só para se obter uma tecnologia sustentável de baixo custo. O acesso universal elevaria este montante para os 20 a 30 mil milhões de dólares, dependendo da tecnologia utilizada.[33] As estimativas mais moderadas, baseadas em custos mínimos, indicam que permitir que o défice do acesso à água e ao saneamento básico se mantenha custa aproximadamente nove vezes mais caro do que solucioná-lo. Em última análise, a defesa de medidas políticas que garantam o acesso de todos à água e ao saneamento básico encontra-se consubstanciada nos direitos humanos e em imperativos de ordem moral. Ao mesmo tempo, uma análise de custo-benefício sugere-nos que o senso comum económico constitui um poderoso argumento a favor.

O segundo aspecto relaciona-se com a distribuição. A estimativa de perdas económicas associadas ao défice de água e saneamento básico baseiam-se em dados regionais. No entanto, a maioria dessas perdas são sentidas por pessoas que se situam próximas ou mesmo abaixo do limiar de pobreza. Essas perdas são suportadas, de forma desproporcionada, pelos mais carenciados por serem estes que representam uma larga fatia da população sem acesso à água e ao saneamento básico. Isto implica que algumas das famílias mais carenciadas do mundo vejam os seus esforços de mobilização de recursos destinados à alimentação, saúde, educação e — o que é crucial — à produção, postos em causa graças a investimentos insuficientes nos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Segue-se que as pessoas mais carenciadas seriam os principais beneficiários de um maior investimento nesta área, com os consequentes benefícios para o esforço de redução da pobreza.

Adiamento da redução das taxas de mortalidade infantil — ameaça mortal à nascença

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, a água imprópria para consumo representa uma ameaça infinitamente maior para a segurança humana

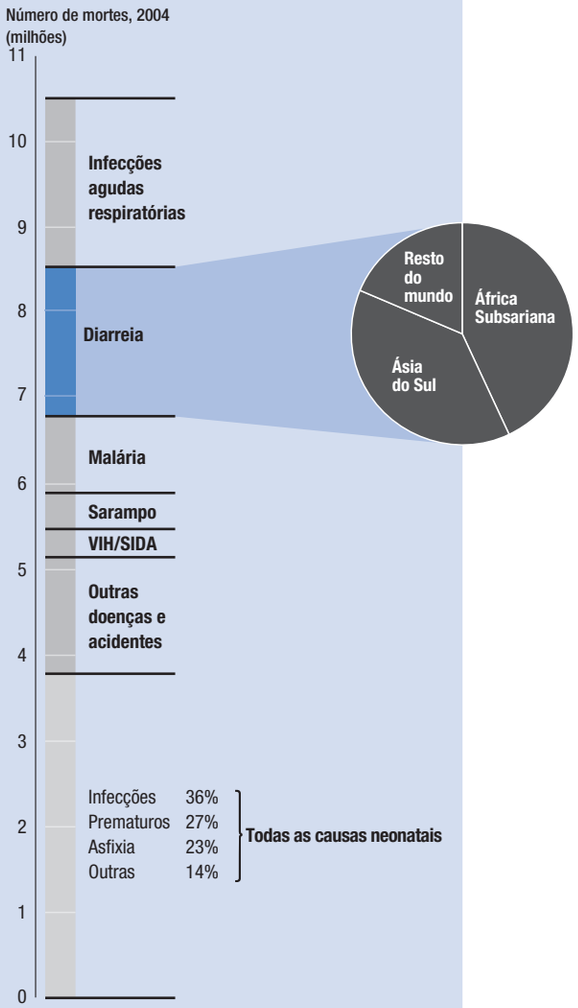
do que os conflitos violentos. Essa ameaça ataca logo à nascença. A água imprópria para consumo e a falta de saneamento básico estão directamente relacionadas com a enorme discrepância que separa logo à nascença as crianças nascidas nos países ricos das nascidas nos países pobres. Embora a esperança de vida esteja a aumentar nos países em desenvolvimento, a percentagem desse aumento e a aproximação a uma convergência com os países ricos têm sido prejudicadas pelo défice existente no acesso à água e ao saneamento básico.

Dos 60 milhões de óbitos registados no mundo inteiro em 2004, 10,6 milhões — quase 20% — dizem respeito a crianças com menos de cinco anos de idade. A mortalidade infantil representa um terço do total de óbitos registados em regiões em desenvolvimento como a África Subsariana ou o Sul da Ásia, enquanto nos países ricos, não chega a 1% do total de óbitos. O problema do acesso à água e ao saneamento básico está directamente relacionado com grande parte de óbitos de crianças com menos de cinco anos de idade. Eis a ligação: registam-se todos os anos 5 mil milhões de casos de diarreia em crianças oriundas de países em desenvolvimento. Este tipo de doenças representa a segunda maior causa de mortalidade infantil a seguir às infecções agudas do tracto respiratório. Trata-se de uma doença que ceifa anualmente a vida a 1,8 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos, o que equivale a uma taxa de mortalidade de 4.400 crianças por dia (figura 1.5). O número de óbitos associadas à ameaça dupla do consumo de água imprópria e das más condições de saneamento não tem sido suficientemente avaliado. A nível global, a diarreia mata mais pessoas do que a tuberculose ou a malária — e morrem cinco vezes mais crianças de diarreia do que de VIH/SIDA.

A ameaça à segurança humana provocada pela falta de acesso à água e ao saneamento básico tem vindo a aumentar em muitos países. A maioria das mortes por diarreia — mais de um milhão em 2004 — é provocada pela *shigella* ou diarreia sanguinolenta. Ao contrário de outras formas de diarreia, não se consegue tratar eficazmente a *shigella* através de uma simples terapia de hidratação por via oral — esta bactéria exige antibióticos mais dispendiosos. Mesmo para as famílias que têm possibilidades de pagar o tratamento, a *shigella* constitui uma ameaça crescente porque tem vindo a criar rapidamente resistência aos antibióticos. No Norte e Leste da Índia, voltou a surgir uma forma de *shigella* resistente aos fármacos após um intervalo de 14 anos. Também nas zonas rurais da parte ocidental do Quénia, metade dos casos de diarreia registados apresentaram resistência aos tratamentos.[34]

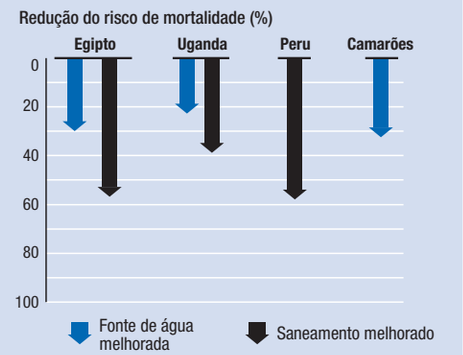
A água potável e o saneamento básico figuram entre os mais poderosos remédios preventivos na luta pela redução da mortalidade infantil. Eles estão

Figura 1.5 Diarreia: o segundo maior assassino de crianças



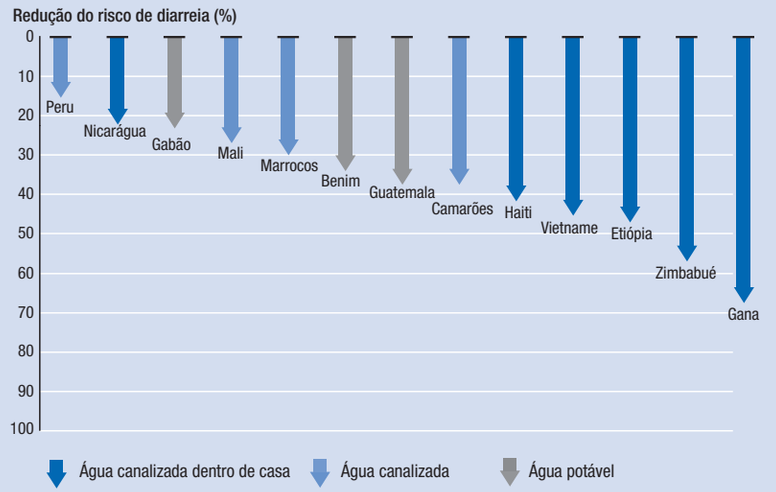
Fonte: OMS 2005.

Figura 1.6 O acesso a água potável e instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil



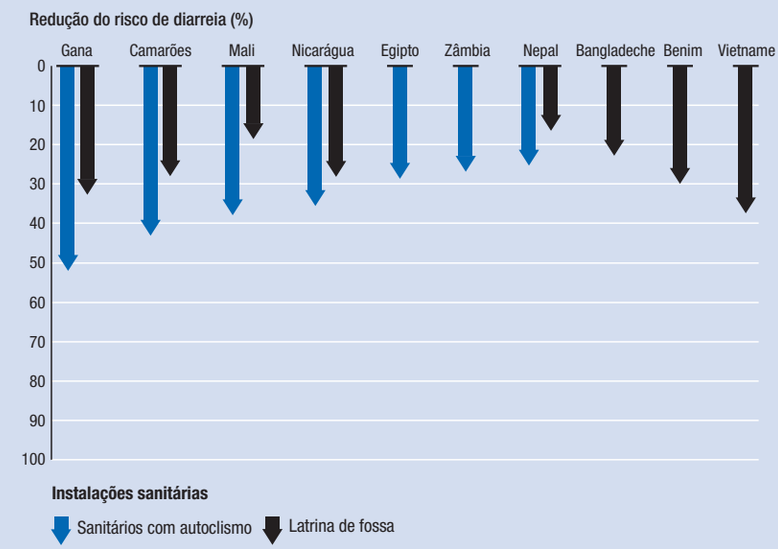
Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais pormenores ver a Nota técnica 3. Dados relativos a mortes pós-neonatais (1-12 meses).
Fonte de água e saneamento melhorados referem-se a um ou mais tipos de acesso considerados, de forma geral, melhorados.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

Figura 1.7 O acesso à água potável reduz o risco de diarreia...



Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais pormenores ver a Nota técnica 3.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

Figura 1.8 ...e o mesmo se aplica ao acesso ao saneamento básico



Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais informações ver a Nota técnica 3.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

para a diarreia como a vacinação está para doenças mortais como o sarampo ou a poliomielite: trata-se de mecanismos de redução do risco de doença e de prevenção da mortalidade. Para além de salvar vidas, o investimento preventivo na criação de redes de abastecimento de água e de saneamento básico faz sentido de um ponto de vista económico, já que pode ajudar a reduzir os custos do sistema de saúde curativo. O acesso universal até mesmo às instalações mais rudimentares de água e saneamento reduziria o peso financeiro dos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento em cerca de 1,6 mil milhões de dólares anuais — 610 milhões de dólares só na África Subsariana, o que representa cerca de 7% de todo o orçamento para a saúde nesta região.

Até que ponto a transição de uma rede de abastecimento de água e saneamento básico não tratada para uma tratada poderá reduzir o risco de mortalidade infantil? Esta questão foi alvo de uma investigação levada a cabo em vários países, a pensar neste relatório (ver *Nota técnica 3*). Foram utilizados para o efeito dados de um inquérito realizado junto de famílias oriundas de 15 países, com o objectivo de analisar as variações do perfil de risco dessas famílias tomando por base o abastecimento de água e as redes de esgotos tratados. As conclusões sublinharam a influência de um eficiente acesso à água e ao saneamento básico na prevenção da mortalidade infantil:

- *Uganda*. O acesso a uma fonte de água tratada reduz o risco de mortalidade infantil em 23%.
- *Egipto*. O acesso a sanitários com autoclismo reduz o risco de mortalidade infantil em 57% quando comparado com as crianças que vivem em lares sem acesso a saneamento básico (figura 1.6).
- *Peru*. O acesso a sanitários com autoclismo reduz o risco de mortalidade infantil em 59% quando comparado com crianças que residem em lares sem acesso a saneamento básico.

O principal caminho para reduzir os riscos passa pela diminuição da incidência de casos de diarreia. As variações registadas na redução do risco evidenciam a importância de um vasto conjunto de factores que por sua vez influenciam os resultados dessa estratégia de redução do risco. Como já fizemos notar, as tecnologias melhoradas não podem ser vistas isoladamente. No entanto, elas podem desencadear avanços significativos no domínio da saúde pública. Recorremos a dados estatísticos dos lares inquiridos para investigar os perfis de risco da diarreia associados às diferentes tecnologias sanitárias. Desta análise resultaram duas descobertas importantes. Em primeiro lugar, o acesso à água potável e ao saneamento básico têm um papel preponderante na incidência de diarreia. Nos lares em que existe água canalizada, a taxa de incidência diminui cerca de 70% no Gana, e mais de 40% no Vietname (figura 1.7). Da mesma forma, os sanitários com autoclismo reduzem o risco de contaminação em mais de 20%, em países como o Mali, a Nicarágua e o Egipto (figura 1.8). Em segundo lugar, existe uma hierarquia na redução do risco. As latrinas com fossa reduzem o risco, embora menos que os sanitários com autoclismo; e o acesso a uma fonte de água tratada fora do lar reduz menos o risco do que quando existe acesso a água canalizada dentro da casa.[35]

Por que motivo existem tão grandes variações na redução do risco consoante o tipo de tecnologia usada e os diferentes países? Em termos genéricos, o risco diminui sempre que os lares sobem um degrau na escada tecnológica. A existência de sanitários com autoclismo e de água canalizada dentro de casa potenciam níveis de redução do risco mais elevados do que, por exemplo, as latrinas com fossa ou fontes públicas. Há vários factores que explicam estas diferenças. A quantidade de água disponível é obviamente um factor a ter em conta. Inquéritos promovidos junto das famílias no Quénia, Tanzânia e Uganda revelaram que os lares com água canalizada utilizavam uma média de 16 litros por dia para limpeza e higiene. As casas sem água canalizada utilizavam menos de 6 litros. A nossa pesquisa não se debruçou directamente sobre o porquê de, perante situações de tecnologia similar, os resultados registarem variações tão grandes entre os diferentes países. No entanto, os resultados mostram a importância de factores que transcendem a tecnologia implementada no lar, como é o caso da qualidade da água comunitária e das infra-estruturas sanitárias (por exemplo, mesmo as famílias que possuem latrina e torneira em casa estão expostas aos riscos relacionados com o deficiente sistema de escoamento nas ruas).

O que a nossa pesquisa sublinha sem sombra de dúvida é a importância da melhoria do acesso à água e ao saneamento básico como meio de reduzir a mortalidade infantil em larga escala. Esta conclusão tem relevância óbvia para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Atendendo a que os progressos registados na prossecução do objectivo de redução da mortalidade infantil em dois terços têm ficado menos metade aquém da evolução esperada — havendo hoje uma diferença estimada de 4 milhões de óbitos infantis entre os objectivos traçados para 2015 e os resultados alcançados até à data — a melhoria do acesso à água potável e ao saneamento básico poderá desempenhar um papel vital no regresso do mundo ao bom caminho.

A proliferação de consequências crónicas

A mortalidade prematura pode ser a consequência mais grave resultante da falta de acesso a água e a saneamento. Contudo, os casos de doenças não fatais podem ter efeitos nocivos ao longo de toda uma vida. A enfermidade na infância pode estar associada a doenças crónicas, sejam elas de índole cognitiva ou física.

Repetidas crises de diarreia em crianças com idade inferior a um ano contribuem para uma deficiência vitamínica e para situações de subnutrição. As crianças subnutridas têm, pois, uma maior probabilidade de vir a sofrer de diarreia, sendo os casos de doença mais prolongados. Por seu turno, a diarreia contribui para situações de baixo peso, de enfezamento e de deficiência vitamínica. Estudos realizados na Gâmbia, no Sudão e no Uganda mostraram como a diarreia dificulta a recuperação de peso, especialmente em crianças dos 7 aos 12 meses.[36]

As crianças que sofrem constantemente de doenças provocadas pela falta de água potável acabam por transportar problemas para o contexto escolar. Uma saúde débil reduz o potencial cognitivo e acaba por, indirectamente, prejudicar a conjuntura educacional, acarretando absentismo, falta de atenção e abandono escolar prematuro. As doenças relacionadas com a falta de acesso a água potável custam, por ano, 443 milhões de dias de escola; o equivalente a um ano escolar de todas as crianças de sete anos de idade na Etiópia.

Quase metade destes dias é perdida devido a infecções intestinais provocadas por parasitoses e transmitidas através da água e de matérias fecais. Mais de 150 milhões de crianças em idade escolar são gravemente afectadas pelos principais helmintos, como sejam as lombrigas, os tricocéfalos e os ancilostomas. As crianças infectadas, comparativamente com as que nada sofrem, têm o dobro da probabilidade de apresentar absentismo escolar. Mas mesmo quando as crianças infectadas frequentam a escola, o seu desempenho acaba por se apresentar baixo e pouco regular: vários estudos apontam mesmo para efeitos adversos em termos de memória, capacidade de resolução de problemas e falta de atenção.[37]

A relação entre a insegurança dos recursos hídricos e vectores como a saúde e a educação prolonga-se pela idade adulta. Estudos realizados em muitos países revelaram uma estreita correlação entre a estatura do indivíduo em idade adulta e o seu rendimento económico. As crianças que sofrem de repetidas crises de doenças infecciosas e de diarreia apresentam grandes probabilidades de serem adolescentes e adultos de baixa estatura, encontrando-se esta, por sua vez, relacionada com a diminuição cognitiva e com o fraco rendimento escolar. Assim sendo, as crises de diarreia na infância abrem caminho para reduzir o poder económico e conduzir a um estado de pobreza do indivíduo em idade adulta.[38]

Os custos imediatos de uma consequência crónica traduzem-se, naturalmente, em riscos para a saúde e em rendimentos económicos mais reduzidos, não descurando uma maior vulnerabilidade. No entanto, todo o país acaba por perder com a diminuição da produtividade e o enfraquecido capital humano.

Actualmente, perto da metade da população do mundo em desenvolvimento sofre de uma ou mais das principais doenças associadas a um fornecimento inadequado de água e saneamento

Caixa 1.5 As despesas de saúde devido à falta de acesso a água e a saneamento

Perguntámos a uma mulher de uma área em estudo inserida no programa como poderia a triquíase [um desenvolvimento do tracoma] afectar a sua capacidade de trabalho. Ao que ela respondeu: «As minhas pálpebras mordem como um cão e arranham como um espinho. Consegue aguentar-se em cima de um espinho? Imagine que tem um espinho no pé e não o consegue tirar - depois, tente falar em trabalhar.»

Dr. Paul Emerson, director técnico do Programa de Controlo do Tracoma do Centro Carterr

O mais importante para mim é voltar a ser saudável. Significa que conseguirei trabalhar e sustentar a minha família.

Mare Aleghan, paciente com tracoma, etíope, 42 anos

Os problemas de saúde associados a um inadequado fornecimento de água e de saneamento ultrapassam em muito os evitáveis óbitos infantis. As doenças provocadas por falta de acesso a água potável representam cerca de 5% do total global de enfermidades. A angústia e o sofrimento associados estão muito além do que se possa estimar.

Convencionou-se que as doenças provocadas por falta de acesso a água potável se dividiam em três categorias: *doenças de transmissão hídrica* (tal como infecções que provocam diarreia transmitidas através de água contaminada por fezes), *doenças causadas por condições insalubres* (quando a pele ou a vista entram em contacto com água contaminada, como o tracoma) e *doenças atribuídas à água* (causadas por parasitoses encontradas em água contaminada, como seja a esquistossomose e outros helmintos). Uma quarta categoria, não considerada nas linhas que se seguem, compreende doenças provocadas por insectos, como a dengue e a malária. Em países em desenvolvimento, algumas destas doenças chegam mesmo a atingir proporções epidémicas:

- *Helmintos internos.* Cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento sofre de doenças provocadas por parasitoses intestinais como lombrigas, triquíase e ancilostomas. As infecções estão fortemente relacionadas não só com a eliminação de excrementos por meio de condições sanitárias precárias, mas também com uma fraca higiene. O que contribui para uma subnutrição, para uma redução do potencial cognitivo e para casos de anemia. As crianças infectadas com helmintos têm quatro vezes mais probabilidade de apresentarem baixo peso.
- *Cólera.* As epidemias de cólera são um grande risco em áreas com elevada concentração populacional e fraco saneamento básico. As fortes chuvas podem provocar inundações nas latrinas, contaminar as águas e expor as populações às bactérias da cólera. Em 2005, a África Ocidental apresentou mais de 63.000 casos de cólera que conduziram a 1.000 mortes. O Senegal foi gravemente afectado na sequência de cheias provocadas pelas chuvas na cidade de Dacar. Durante o primeiro semestre de 2006, uma das mais graves epidemias a afectar a África Subsariana nos últimos anos registou, por mês, mais de 400 óbitos em Angola.
- *Tracoma. Chlamydia trachomatis,* o organismo que provoca o tracoma é transmitido pelas mãos e por moscas que pousam na cara e se alimentam da secreção ocular. As crianças são o alvo preferido. De acordo com a OMS, cerca de 6 milhões de pessoas já cegaram devido a esta doença. E outros 150 milhões precisam de tratamento, estimando-se a existência de 500 milhões de pessoas em situação de risco. A doença é endémica em 55 países, contribuindo a China e a Índia com 2 milhões de casos (ver quadro). Calcula-se que a Etiópia seja o país com o índice mais elevado de pessoas cegas, sendo o tracoma responsável por um terço dos casos.

  Assim que a doença atinge um estádio avançado, o único tratamento é a intervenção cirúrgica. Apesar de ser relativamente simples e custar apenas 10 dólares, esta intervenção não está, contudo, ao alcance de muitos pacientes: na Etiópia, cerca de 1 milhão de pessoas necessita desta operação mas apenas 60.000 são sujeitas a este tratamento anualmente. As famílias mais pobres acabam por ser desproporcionalmente afectadas, uma vez que a doença se encontra fortemente relacionada com o excesso populacional e com a ausência de água potável para consumo. Estima-se que as perdas de produtividade provocadas pelo tracoma totalizem anualmente 2,9 mil milhões de dólares.
- *Esquistossomose.* Cerca de 200 milhões de pessoas em 74 países encontram-se infectadas com esquistossomose, e pelo menos 600 milhões estão em situação de risco. Dos indivíduos infectados, 20 milhões apresentam um estádio já avançado da doença e 120 milhões apresentam apenas os respectivos sintomas. Estima-se que 80% da transmissão desta doença ocorra na África Subsariana, causando milhares de óbitos por ano. Fortemente relacionada com a eliminação de excrementos em condições sanitárias precárias, a esquistossomose é transmitida através do contacto humano com água contaminada (beber, lavar, ir buscar água e tomar conta de animais).

Número de pessoas com tracoma por país ou região em 2004

Região	Número de pessoas com tracoma
China	1.174.000
Índia	865.000
Outros países e ilhas asiáticas	1.362.000
África Subsariana	1.380.000
Médio Oriente	927.000
América Latina	158.000
Total	**5.866.000**

Fonte: Sight Savers International 2006.

Fonte: Sight Savers International 2006; OMS 2006a; Carter Center 2006.

O aumento das despesas de saúde

Um fraco acesso a água e a saneamento gera condições crónicas não fatais em todas as fases da vida. Actualmente, perto de metade da população dos países em desenvolvimento sofre de uma ou mais das principais doenças associadas a um inadequado fornecimento de água e de saneamento, como por exemplo diarreia, dracunculose, tracoma e esquistossomose (caixa 1.5.). Metade das camas dos hospitais dos países em desenvolvimento está ocupada por pessoas que sofrem destas doenças. E, provavelmente, estas representam uma percentagem ainda maior dos pacientes tra-

tados em clínicas de cuidados básicos, nomeadamente os localizados em bairros degradados e em zonas rurais. Os indicadores de saúde a nível global convencionais apontam para uma enorme percentagem de doenças relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento: de acordo com a OMS, esta representa uma perda anual de 60 milhões de anos de vida ajustados pelas incapacidades, ou 4% do total global.[39]

O que os números não conseguem espelhar é a dor e o sofrimento associados a este tipo de doenças. Nem mesmo assinalar a forma como estas enfermidades podem conduzir pessoas já muito vulneráveis a estados de verdadeira pobreza. O tracoma é disso um forte exemplo. A doença é transmitida pela mosca *musca sorbens*, um insecto que tem como alvo preferido de procriação as fezes humanas. Estas moscas aterram nos olhos de qualquer humano (desde crianças da mais tenra idade a idosos), conduzindo a décadas de infecção recorrente. As suas vítimas equiparam a infecção a ter espinhos nos olhos.

Para milhões de pessoas, o tracoma é um passaporte para a pobreza. À medida que a doença avança de estádio em direcção à cegueira, o indivíduo perde a respectiva capacidade de trabalho, ficando completamente entregue aos cuidados de familiares (ver o contributo especial de Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter no capítulo 3). As crianças são fortemente infectadas e as mulheres acabam por ser mais vulneráveis do que os homens, apresentando taxas de infecção três vezes mais elevadas. Uma situação causada fundamentalmente pelo facto de serem elas a tomar conta dos filhos. Embora já tenha sido comum nos Estados Unidos, o tracoma está, nos dias de hoje, quase integralmente confinado aos países em desenvolvimento, nos quais se registam 150 milhões de ocorrências e 2 milhões de novos casos de cegueira por ano.

O tracoma é um exemplo da vasta relação existente entre as doenças provocadas por falta de acesso a água potável e o estado de pobreza. Estas doenças conseguem simultaneamente reduzir o rendimento económico, incrementar as despesas das famílias e conduzir à perda de ganhos futuros. Quando os elementos de famílias mais carenciadas contraem doenças, a sua produtividade diminui e, com ela, também diminui a capacidade de gerar rendimento ou de plantar alimentos. E porque as famílias pobres raramente possuem seguros de saúde, as despesas acabam por ser suportadas pelo actual rendimento, pela venda de bens ou contraindo um empréstimo. Ora, o esgotamento de recursos daí resultante reforça o depauperamento e aumenta a vulnerabilidade futura.

Prejuízo da educação das raparigas

Para as raparigas, a falta de acesso a água e a saneamento traduz-se na perda de oportunidades de índole educacional e na falta de possibilidades de legitimação associada. O défice de água e de saneamento acaba por ameaçar todas as crianças. Mas são as jovens e as mulheres que arcam com uma percentagem desigual dos custos suportados pelo agregado familiar.

Em muitos países, o tempo perdido a ir buscar água é uma das razões para o enorme fosso entre géneros verificado a nível da frequência escolar. Na Tanzânia, estes níveis de frequência escolar são 12% mais elevados nas raparigas que moram a 15 minutos ou menos das fontes de água, comparativamente com as que moram a uma hora ou mais das mesmas. Os índices de frequência escolar dos rapazes apresentam um nível de dependência em relação à distância das fontes de água bem mais reduzido.[40] Para milhões de famílias carenciadas, existe um claro conflito entre o tempo despendido na escola e o tempo gasto a ir buscar água. Observe-se, pois, as palavras de uma rapariga de 10 anos que se encontra na fila de espera junto a uma fonte de água em El Alto, Bolívia:

> *Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever; e quero estar lá com os meus amigos. Mas como? A minha mãe precisa que eu venha buscar água, e a fonte só está aberta das 10h00 às 12h00. Tenho de vir cedo para a fila porque são muitas as pessoas que aqui vêm.*

As raparigas, principalmente após a puberdade, também apresentam menos probabilidades de frequentar a escola se esta não tiver as condições de higiene apropriadas. Devido a preocupações com segurança e privacidade, é frequente os pais retirarem as suas filhas de uma escola que não oferece casas de banho adequadas e separadas dos rapazes. Estima-se que metade das raparigas da África Subsariana abandona a escola primária devido à falta de água potável e de instalações sanitárias em condições.[41] Esta é uma situação que ajuda a explicar como a melhoria das condições sanitárias no contexto escolar pode aumentar a frequência escolar entre as raparigas: entre 1990 e 2000, o programa de saneamento escolar levado a cabo pela UNICEF no Bangladeche foi instrumental no aumento de 11% registado a nível das matrículas efectuadas por raparigas.[42] Contrariamente, um inadequado abastecimento de água e de saneamento pode retardar o desenvolvimento de países que lutam por conseguir condições educacionais universais. No Uganda, apenas 8% das escolas têm latrinas suficientes e somente um terço apresenta latrinas separadas para rapazes e rapari-

Para as raparigas, a falta de acesso a água e a saneamento traduz-se na perda de oportunidades de índole educacional e na falta de possibilidades de legitimação associada

A perda de dignidade associada à falta de privacidade na área do saneamento básico ajuda a explicar porque as mulheres lhe atribuem uma maior relevância do que os homens

gas; um défice que ajuda, naturalmente, a explicar a dificuldade em reduzir os índices de abandono escolar entre as raparigas após a puberdade.[43]

As disparidades existentes a nível educacional relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento acarretam impactos que se arrastam por toda uma vida e que se transmitem de gerações em gerações. A educação pode legitimar as mulheres para a participação nas tomadas de decisão das respectivas comunidades. Já na idade adulta, as raparigas com um bom grau de educação têm maior probabilidade de ter famílias mais pequenas e mais saudáveis; e os seus filhos menos probabilidade de morte prematura, recebendo níveis de educação escolar mais elevados do que os filhos de mães menos alfabetizadas. Estas vantagens são cumulativas, assim como o são as perdas associadas a desigualdades de género relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento.

O agravamento do binómio tempo-pobreza e da desigualdade de género

Em quase todos os países, a divisão de géneros em termos laborais atribui às mulheres responsabilidades que não são partilhadas pelos homens. A divisão de tarefas no seio familiar interage com os problemas a nível do fornecimento de serviços de modo a reforçar as profundas desigualdades de género.

O tempo perdido a ir buscar água representa um pesado fardo para as mulheres. Nas zonas rurais de Moçambique, do Senegal e da parte leste do Uganda, as mulheres passam, em média, entre 15 a 17 horas semanais a ir buscar água. É muito usual ver as mulheres percorrerem mais de 10 quilómetros durante as estações secas. Estudos realizados na parte leste do Uganda revelaram que as famílias gastam, em média, 660 horas por ano a ir buscar água. E isto representa dois meses inteiros de trabalho, com custos a nível da frequência escolar, do rendimento económico e do tempo livre das mulheres.[44] Estima-se que, na África Subsariana, sejam despendidas, por ano, cerca de 40 mil milhões de horas a ir buscar água[45] — o equivalente a um ano de trabalho de toda a mão-de-obra de França. Reduzindo o tempo dedicado a outras actividades, como o cuidar dos filhos, o descanso ou o trabalho produtivo, o tempo gasto a ir buscar água acaba por aumentar a falta de tempo para lazer, retirar legitimidade à mulher e reduzir o respectivo rendimento económico.

Os estudos efectuados na Índia, pela Associação Feminina de Trabalhadoras Independentes (SEWA), demonstram bem esta relação. As mulheres ocupadas com bem sucedidos projectos de micro-empresas na zona semiárida de Gujarat despendem entre três a quatro horas por dia para ir buscar água. Durante os meses de Verão, quando o tempo gasto a ir buscar água aumentou para mais duas horas por dia, elas tiveram de se adaptar reduzindo o tempo dedicado ao trabalho nas micro-empresas. Esta associação estimou que reduzir o tempo de recolha de água para uma hora por dia permitiria às mulheres auferir mais 100 dólares por ano, dependendo da empresa - o que representa uma enorme perda de rendimentos para famílias em áreas de extrema pobreza. Contudo, importante não era apenas a perda de rendimento económico. As mulheres realçaram igualmente a importância deste factor para a sua independência.[46]

A redução da dignidade humana

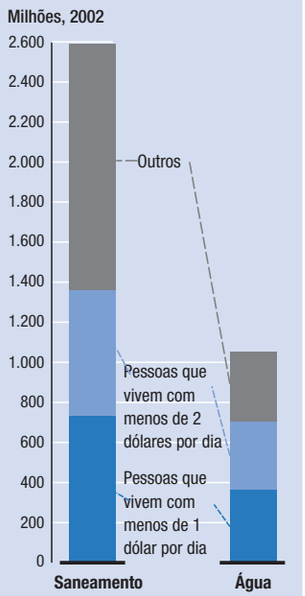
No Verão sentimo-nos tão sujas. Passam-se semanas que não lavamos as nossas roupas. As pessoas dizem que nós estamos sujas e cheiramos mal. Mas como podemos estar limpas sem água? [47]

Estas palavras, proferidas por uma mulher indiana de classe baixa, espelham a relação entre os vectores dignidade humana e água. A dignidade não é mensurável; contudo, é o cerne do desenvolvimento humano e do nosso sentido de bem-estar, tal como Adam Smith reconheceu. Ao escrever a obra A *Riqueza das Nações*, Adam Smith incluiu entre as «necessidades» para o bem-estar aqueles elementos de conforto que «até a pessoa mais pobre, homem ou mulher, teria vergonha de aparecer sem eles em público».[48]

O acesso a instalações de saneamento seguras, higiénicas e privadas é um dos mais indicadores sólidos de dignidade. Para milhões de mulheres a nível mundial, o acesso inadequado a estas instalações é fonte de vergonha, desconforto físico e insegurança. As normas culturais controlam rigorosamente o comportamento nesta área, e em muitos casos as mulheres não podem mesmo ser vistas a defecar; uma exigência que as força a sair de casa antes do amanhecer ou após o anoitecer, no sentido de poderem ter privacidade. Tal como uma mulher no Bangladeche descreveu: «Os homens podem fazer face às necessidades fisiológicas sempre que quiserem ... mas as mulheres têm de esperar até ao anoitecer, seja qual for o problema que tenham.» [49] Em muitos países, a protelação das necessidades fisiológicas é uma das principais causas de infecções a nível do fígado e de obstipação intestinal aguda.

A perda de dignidade associada à falta de privacidade na área do saneamento básico ajuda a explicar porque as mulheres lhe atribuem uma maior relevância do que os homens. Quando questionados acerca dos benefícios das latrinas, tanto os homens como as mulheres do Camboja, da Indonésia e do Vietname afirmaram que a principal vantagem seria a limpeza das casas e um ambiente livre de cheiros e moscas.[50] No entanto, as mulheres eram mais a favor

Figura 1.9 **A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento**



Fonte: Calculado com base em Chen e Ravallion 2004 e OMS e UNICEF 2004b.

de despenderem dinheiro nas casas de banho (para elas um importante investimento), dando especial ênfase à privacidade. Eram igualmente elas que com mais facilidade iniciavam o processo de aquisição de latrinas (ver capítulo 3). A carência de recursos financeiros para a criação de condições de saneamento básico por parte das famílias e das entidades governamentais deve-se pois, parcialmente ao facto de as mulheres não terem uma voz activa no estabelecimento de prioridades.

Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise

Os números médios nacionais ofuscam profundamente as desigualdades estruturais no acesso a água e a saneamento. Em muitos países, estas desigualdades são equivalentes a um sistema de apartheid a nível da água potável baseado na riqueza, na localização e noutros indicadores de vantagem e desvantagem. Para além disso, traduzem as profundas desigualdades de oportunidades de vida que corroem os princípios básicos da cidadania partilhada e da igualdade de oportunidades.

A população pobre representa a maior parte do défice

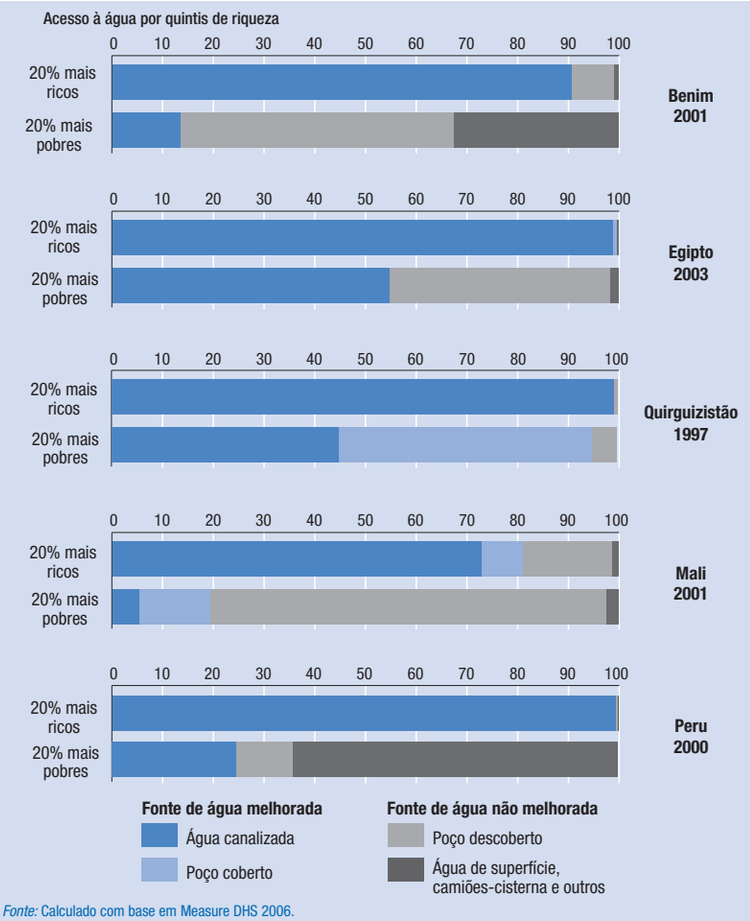
Qual a relação entre a falta de acesso a água e a saneamento e a distribuição global da pobreza?

Analisando os dados referentes a um estudo social a nível das famílias, é possível ter uma percepção aproximada da sobreposição entre a pobreza e a falta de acesso a água e a saneamento. A associação é ainda mais marcante a nível da água potável. Cerca de um terço das pessoas sem acesso a uma fonte de água potável vivem com menos de um 1 dólar por dia. E o dobro destas pessoas vive com menos de 2 dólares por dia. Estes valores significam que 660 milhões de pessoas que não têm acesso a água potável possuem, na melhor das hipóteses, uma limitada capacidade financeira para pagar uma ligação a serviços de abastecimento de água. Deste total, cerca de 385 milhões de pessoas encontram-se no limiar da pobreza absoluta, sobrevivendo com menos de 1 dólar por dia (figura 1.9). Mais de metade de 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável encontram-se nos 40% mais pobres em termos de distribuição de rendimento.

Estes valores não mostram a real relação causal: as pessoas podem não ter acesso a água potável porque são pobres, ou podem ser pobres porque não possuem acesso a água potável. Contudo, as estatísticas são altamente sugestivas relativamente à existência de uma relação recíproca entre a pobreza e a falta de acesso a água.

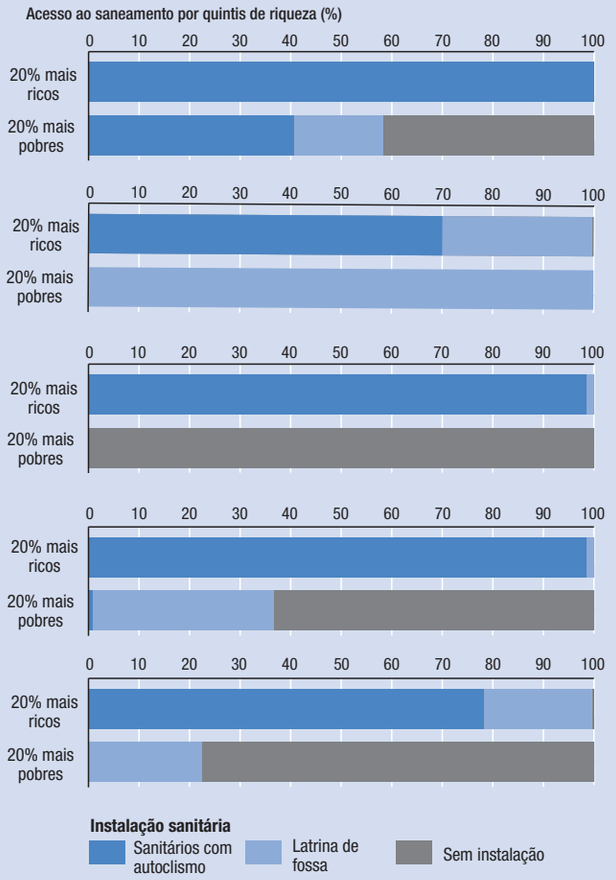
Em termos de saneamento, também existe uma forte associação entre a pobreza e o acesso à água: dois quintos das famílias mais pobres representam mais de metade do défice a nível global. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável vivem com menos de 2 dólares por dia. No entanto, as taxas de cobertura de saneamento básico são bem mais reduzidas do que as de água potável, mesmo em grupos com um

Figura **1.10** **A divisão da água**



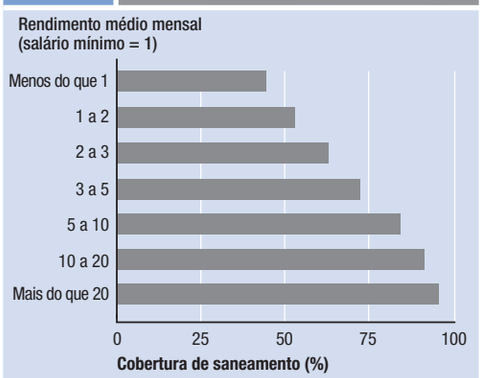
Fonte: Calculado com base em Measure DHS 2006.

Figura 1.11 A grande divisão do saneamento básico



Fonte: Calculado com base em Measure DHS 2006.

Figura 1.12 A população pobre tem uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa no Brasil



Fonte: Heller 2006.

rendimento mais elevado. Nos países em desenvolvimento, um quarto dos 20% mais ricos não têm acesso a saneamento básico melhorado, e esse valor ascende a metade para os segundos 20% mais ricos.

A distribuição da riqueza em populações sem acesso a água e a saneamento acarreta importantes implicações de ordem prática, tanto em termos de política pública como de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As principais fontes nacionais de financiamento para vectores como a água e o saneamento são as famílias (através do pagamento de tarifas, de custos de ligação, de custos com mão-de-obra e de investimento) e o Estado (impostos ou subsídios). Em qualquer país, a fusão mais apropriada em termos de financiamento público e financiamento das famílias dependerá de várias circunstâncias, incluindo o rendimento médio, a pobreza e o perfil económico dos agregados familiares que não têm acesso a uma rede de água potável. Em países de rendimento elevado e médio, existe a possibilidade de as famílias financiarem os custos operacionais do fornecimento deste bem, apesar de o Estado desempenhar um papel fundamental no financiamento dos custos de investimento na criação de uma rede de água potável. Em países de rendimento baixo e médio, com taxas de cobertura reduzidas entre a população pobre, o financiamento público é a chave do desenvolvimento do acesso a este bem. Os 660 milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e que não têm acesso a água potável, bem como os 1,4 mil milhões de pessoas que carecem de saneamento básico, não têm condições para financiar o abastecimento de água através dos seus rendimentos.

A desigualdade em termos de acesso a água potável é um tema abrangente. Nos países mais ricos, as pessoas não são diferenciadas pelo local onde obtêm água nem pelo tipo de instalações sanitárias que utilizam. Em muitos países em desenvolvimento, a distribuição da riqueza é definida pelo local onde se obtém água e pelos recursos de saneamento básico que se possui.

O acesso a água canalizada é altamente diferenciador. Uma análise efectuada em 17 países em desenvolvimento (Estudos Demográficos e de Saúde), e levada a cabo propositadamente para este relatório, concluiu que a disponibilidade deste bem era de aproximadamente 85% para os 20% mais ricos do total de famílias, comparativamente com 25% para os 20% mais pobres. Num grupo grande de países, o rácio de cobertura de água canalizada entre os mais ricos e os mais pobres é, normalmente, 4:1 ou 5:1. No Peru, o acesso a água canalizada é universal para os 20% mais ricos, enquanto dois terços dos 20% mais pobres compram água directamente aos vendedores ou adquirem-na em fontes de água (figura 1.10). As disparidades registadas a nível do acesso a saneamento básico são igualmente marcantes. Estas desigualdades desempenham um papel primordial no desenvolvimento humano devido à sua correlação com a distribuição de meios de sobrevivência, educacionais e de pobreza.

Alguns países registam elevadas desigualdades mesmo que apresentem um baixo nível de abastecimento de água. Na Zâmbia, três quartos dos 20% mais ricos têm acesso a uma casa de banho com autoclismo. Entre os 20% mais pobres, uma proporção similar utiliza espaços abertos, não havendo qualquer acesso registado a casa de banho com autoclismo (figura 1.11). À medida que o rendimento económico aumenta, assiste-se igualmente a um incremento da cobertura média. Mas, mesmo os rendimentos económicos nacionais relativamente elevados não garantem elevadas taxas de cobertura entre as populações pobres. No Brasil, 20% da população mais rica goza de um acesso a água e saneamento em níveis amplamente comparáveis aos registados nos países ricos. Entretanto, 20% dos mais pobres registam taxas de cobertura mais baixas do que no Vietname, em níveis directamente proporcionais ao rendimento económico (figura 1.12).

As desigualdades no acesso a água e a saneamento encontram-se intimamente relacionadas com as ainda maiores disparidades de oportunidades, a começar pela oportunidade de sobrevivência. Neste capítulo, já foi enfatizada a importância das desigualdades em termos de acesso a água e a saneamento na protelação de enormes disparidades de saúde que abrandam a convergência dos níveis de esperança de vida dos vários países. O mesmo acontece internamente em cada país.

As famílias pobres têm uma maior probabilidade de vir a sofrer de doenças infecciosas e as crianças pertencentes a essas famílias de morrerem prematuramente. Uma investigação realizada em vários países concluiu que as doenças transmissíveis são a causa de 56% dos óbitos registados em 20% da população mais pobre, comparativamente com 8% dos 20% mais ricos. De igual modo, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos nos 20% mais pobres é frequentemente duas vezes mais elevada do que a registada nos 20% mais ricos[51]— na Bolívia e no Peru, estas taxas são 4 a 5 vezes mais elevadas. E a taxa de mortalidade entre os 20% mais pobres está a descer a menos de metade da taxa média de redução em muitos países; um problema identificado no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005* como uma das principais ameaças para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Muitos factores relacionados com a pobreza estão na base das desigualdades em termos de mortalidade infantil, incluindo a subnutrição e o acesso aos necessários cuidados de saúde. Contudo, o aumento da exposição ao risco de doenças de transmissão hídrica é a maior causa de todas. Na cidade filipina de Cebu, a diarreia é a segunda maior causa de mortalidade infantil; no entanto, a mortalidade é quatro vezes mais elevada nas crianças provenientes dos 20% mais pobres da população do que dos 20% mais ricos. A diarreia representa 12% dos óbitos registados na cidade, mas representa 20% das desigualdades em termos de taxas de mortalidade entre as crianças provenientes das famílias mais ricas e aquelas pertencentes aos agregados familiares mais carenciados. [52]

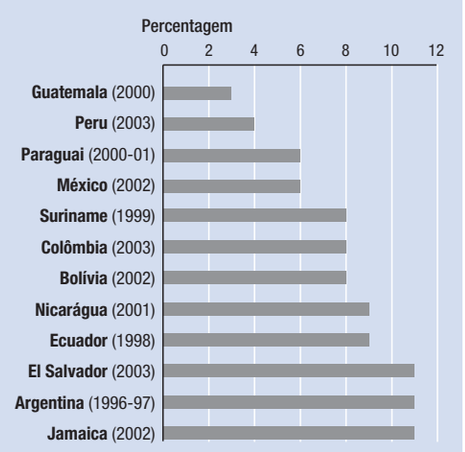
As desigualdades de saúde e de mortalidade reforçam a necessidade de olhar para além dos números e de analisar os problemas específicos enfrentados pelas famílias mais pobres. Dado o papel central desempenhado por factos como a água insalubre e as fracas condições sanitárias na transmissão de doenças infecciosas, qualquer estratégia no sentido de reduzir as desigualdades de saúde terá de se empenhar consideravelmente na diminuição das disparidades em termos de distribuição da riqueza. Tal como existem fortes fundamentos para o estabelecimento de metas relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que olham para lá das médias sociais no sentido de reduzir as disparidades enquanto objectivo explícito, também em vectores como a água e o saneamento subsiste uma base para o estabelecimento de objectivos claros e orientados para a equidade. Por exemplo, reduzir para metade as disparidades entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres poderia ajudar a focalizar a política pública.

Os pobres pagam mais — e muito além do que podem

Vários debates em torno do abastecimento de água têm conduzido a posições polarizadas em relação ao factor preço. Um dos pólos quer dar maior ênfase à participação nas despesas, com as famílias a pagarem mais do que utilizam. O outro pólo receia que a par-

O preço da água potável reflecte um princípio de injustiça muito simples: quanto mais pobre se é, mais se paga

Figura 1.13 O preço da pobreza: a água representa uma grande parte das despesas dos 20% mais pobres



Fonte: Gasparini e Tornarolli 2006.

As pessoas mais carenciadas nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento não só pagam, pela aquisição de água, mais do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados, como também despendem mais por este bem do que as populações dos países mais ricos

ticipação nas despesas e os princípios do mercado possam pôr em risco o acesso a custos reduzidos a água potável por parte da população mais pobre. Ambas as perspectivas reforçam pontos importantes. No entanto, ambas descuram algumas das realidades fundamentais experienciadas pelas famílias mais pobres. Muitas delas carecem de capacidade para fazer face a encargos de recuperação de custos numa base comercial. Ao mesmo tempo, a visão de que a população mais pobre tem acesso a um abundante abastecimento de água a custos reduzidos é uma ilusão. Recorrendo a mercados que aumentam mais a sua pobreza, a maioria está já a pagar mais do que aquilo que poderia no sentido de fazer face às suas necessidades mais básicas. O preço da água potável reflecte um princípio de injustiça muito simples: quanto mais pobre se é, mais se paga.

Existe, no entanto, muito pouca investigação em torno da percentagem do orçamento das famílias pobres que é dedicada à água. Para milhões de famílias, o elevado preço de um bem como a água traduz-se, claramente, num esforço excessivo em termos de recursos económicos. Prova disso é o estudo realizado, para este Relatório, na América Latina que concluiu que 20% dos mais pobres na Argentina, El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam mais de 10% do seu rendimento económico na aquisição de água potável.[53] Cerca de metade dessas famílias vivem no limiar da pobreza absoluta, com menos de 1 dólar por dia (figura 1.13).

Padrões similares de consumo final doméstico são registados noutras regiões. No Uganda, as despesas com um bem como a água representam cerca de 22% do rendimento médio dos 20% das famílias urbanas mais pobres[54]. Um estudo realizado em Jacarta concluiu que mais de 40% das famílias gasta 5% ou mais dos seus rendimentos na aquisição de água potável.[55] (As autoridades regulamentadoras no Reino Unido decretam que qualquer despesa feita para a aquisição de água acima dos 3% do consumo final doméstico representa um indicador de esforço.)

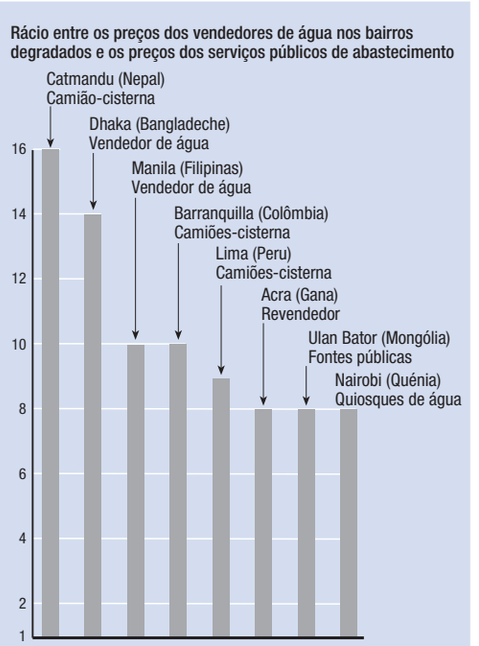
Estes valores em torno do consumo final doméstico alertam para a adopção indiferenciada de uma maior recuperação de custos como estratégia financeira. Existe um enorme espaço de manobra para mais recuperação de custos por parte de grupos com rendimentos mais elevados, muitos dos quais beneficiam de grandes subsídios. O mesmo princípio não se aplica aos grupos abaixo do limiar de pobreza. As elevadas despesas da população mais pobre são, muitas vezes, interpretadas como prova da sua capacidade financeira. Ou seja, o facto de as famílias mais carenciadas gastarem muito na aquisição de água é prova de que têm disponibilidade e capacidade financeira. Dado que as alternativas tanto podem ser consumir água que ponha em risco a saúde como despender demasiado tempo a ir buscar água, as famílias mais carenciadas poderão preferir gastar os seus limitados recursos na aquisição deste bem.

Contudo, o querer gastar não significa o mesmo que poder gastar; pelo menos, não da forma em que o conceito interage com o desenvolvimento humano. Ora, se a despesa na água correspondea uma grande parte do orçamento das famílias que vivem no limiar da pobreza (ou abaixo), as despesas com outros vectores como a saúde, a educação, a nutrição e a produção acabam por ficar comprometidas. Para além disso, os pagamentos médios anuais podem esconder os elevados preços que levam a uma enorme taxa de esforço durante a estação seca, quando o orçamento familiar é mais prejudicado.

Na verdade, as famílias estão a ponderar os benefícios de gastar num bem como a água, comparativamente aos benefícios de gastar noutras áreas que devem ser vistas como o mínimo dos direitos de ordem social. Reduzir as despesas com água potável por parte das famílias mais carenciadas poderia, em muitos casos, aumentar o rendimento económico destas, melhorando assim as perspectivas de fugir à pobreza e a capacidade de recuperação.

A desigualdade em termos de abastecimento de água relaciona-se não só com o acesso e despesas inerentes, mas também com o preço deste serviço. Um dos temas mais recorrentes no abastecimento

Figura 1.14 Os custos de estar longe do abastecimento de água



Fonte: Conan 2003; Solo 2003; ADB 2004; WUP 2003; WSP–AF 2005c.

de água nos países em desenvolvimento é o preço ser inversamente proporcional à capacidade financeira das famílias. De facto, algumas das populações mais pobres que vivem em bairros urbanos degradados pagam pela aquisição deste bem alguns dos preços mais elevados. Em Jacarta, Lima, Manila e Nairobi, as famílias que vivem com baixos rendimentos pagam normalmente 5 a 10 vezes mais (ou ainda mais) por este bem do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados. Em Manila, estima-se que 4 milhões de pessoas se abasteçam de água através de quiosques, vendedores com carrinhos de mão e camiões. A média das suas contas mensais com água é de 10 a 20 dólares; e as famílias que possuem um abastecimento directo de água potável pagam, em média, apenas 3 a 6 dólares por mês mas consomem cinco vezes mais água[56] (figura 1.14). Existe uma dimensão internacional relativamente à divisão da riqueza quanto ao preço da água. As pessoas mais carenciadas nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento não só pagam, pela aquisição de água, mais do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados, como também despendem mais por este bem do que as populações dos países mais ricos. Algumas das pessoas mais pobres do mundo que vivem nos bairros degradados de Acra e Manila pagam mais pela aquisição de água do que as pessoas que vivem em Londres, Nova Iorque ou Roma (figura 1.15).

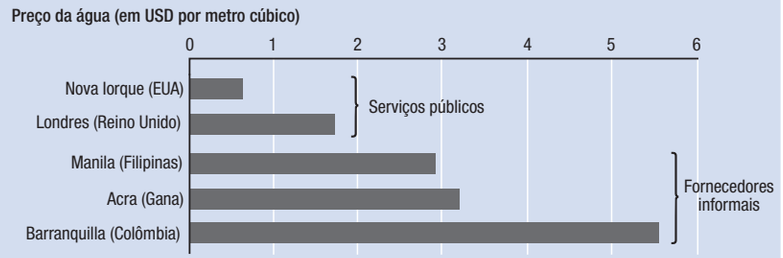
Porque é o preço da água inversamente proporcional à capacidade financeira em muitos países? As razões variam, mas em áreas urbanas o factor mais crítico é a distância entre o utilizador e a fonte de abastecimento de água. Os fornecedores de água que operam nas redes municipais oferecem, normalmente, os serviços mais baratos. As famílias com uma ligação directa à rede através de uma torneira em casa têm acesso a essa água potável. As famílias mais carenciadas sem esta ligação têm de adquirir água por meio de uma rede de intermediários. Assim, os preços aumentam de forma exagerada através dos intermediários: camiões, vendedores e outros. Ora, assegurar uma ligação à rede iria certamente baixar o preço unitário deste bem. No entanto, duas grandes barreiras limitam esta opção: os elevados custos de capital e as proibições que existem em estabelecer uma ligação devido ao facto de existirem populações a viver sem direitos de propriedade formais.

Estas barreiras ajudam a explicar as desigualdades no acesso à rede. Em Acra, na República do Gana, as taxas de ligação rondam, em média, os 90% nas áreas com rendimento mais elevado e 16% em zonas com rendimentos mais baixos.[57] As populações de Madina e Adenta, zonas urbanas de bairros degradados no sudeste da cidade, compram água potável a associações de camionistas que, por sua vez, a adquirem em grandes lotes ao abastecimento público. Resultado: muitas das 800.000 pessoas que vivem em Acra no limiar de pobreza, ou abaixo deste, pagam 10 vezes mais por este bem do que os residentes de áreas com rendimentos mais elevados. Como se não bastasse, o volume de água disponível para os utilizadores nos bairros degradados é normalmente reduzido devido a um sobreconsumo por parte das famílias de áreas com rendimentos mais elevados. A água fornecida nos bairros degradados de cidades como Acra e Nairobi é reduzida durante os períodos de escassez, no sentido de manter o fluxo em áreas com rendimentos mais elevados, onde o abastecimento diário deste bem é superior a 1.000 litros cúbicos por pessoa. Os residentes do próspero distrito de Parklands em Nairobi recebem água 24 horas por dia. Contudo, os residentes dos bairros degradados de Kibera são forçados a gastar, em média, mais de duas horas por dia a ir buscar água a fontes que funcionam 4 a 5 horas diárias (ou menos).

A relação entre o preço e a desvantagem geográfica ajuda a explicar as profundas disparidades existentes a nível do abastecimento de água que dividem tantas cidades. A escassez absoluta raramente é o problema que se encontra subjacente: a maioria das cidades possui água mais do que suficiente. O problema é que este bem está distribuído de forma desigual:[58]

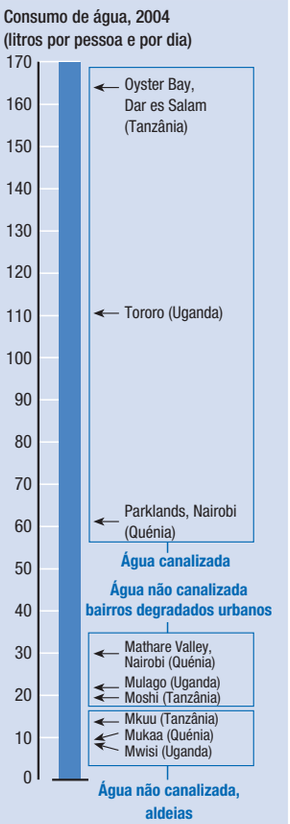
- A cidade de Lima produz mais de 300 litros diários de água per capita, mas 60% da população recebe apenas 12% deste bem.
- Em Guayaquil, no Equador, passam diariamente pela cidade mil milhões de litros de água no Rio Guayas. E os subúrbios com rendimentos elevados gozam de acesso universal a água potável. Só que cerca de 800.000 pessoas, que vivem com baixos rendimentos e sem direitos de propriedade formais, dependem dos vendedores de água. Cerca de 40% da população tem de viver com 3% da água canalizada.
- Em Chennai, na Índia, o abastecimento médio é de 68 litros por dia, mas as áreas que estão dependentes dos camiões apenas utilizam 8 litros. Em Ahmedabad, 25% da população utiliza 90% da água potável.

Figura 1.15 Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos



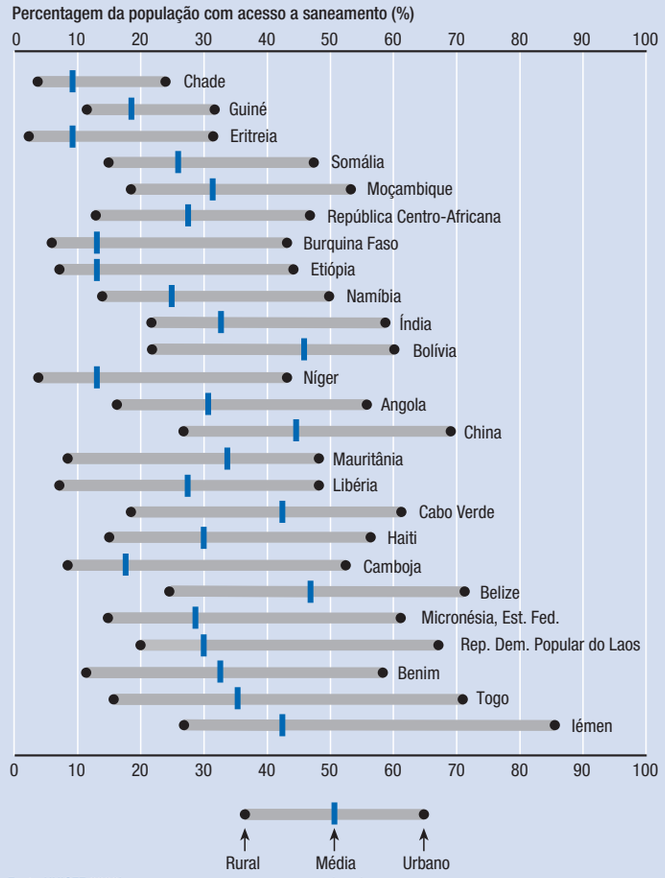
Fonte: Solo 2003; WUP 2003.

Figura 1.16 A divisão da água dentro dos países: Quénia, Tanzânia e Uganda



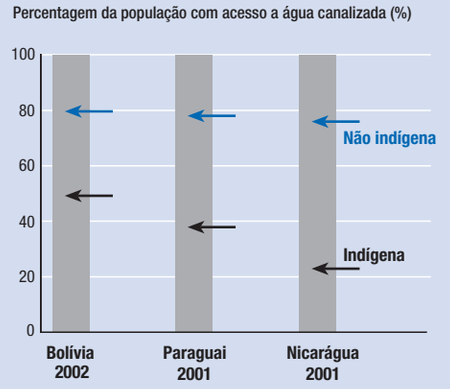
Fonte: Thompson e outros 2002.

Figura 1.17 A divisão rural-urbano: as disparidades no acesso a saneamento básico continuam elevadas



Fonte: UNICEF 2006b.

Figura 1.18 Alguns grupos étnicos têm muito menos acesso à água



Fonte: Gasparini e Tornarolli 2006.

- Muitos países na África Subsariana enfrentam uma crise nacional no que concerne o abastecimento de água — mas esta é partilhada de forma desigual. Os residentes de Oyster Bay, uma zona de elevados rendimentos em Dar es Salam, Tanzânia, utilizam em média 166 litros de água por dia, enquanto as famílias em Moshi sem uma ligação a água canalizada consomem uma média de 19 litros diários (figura 1.16).

As desigualdades a nível da riqueza não operam isoladamente. No seio de um agregado familiar, a divisão de géneros em termos de tarefas significa que cabe às mulheres e às raparigas uma fatia maior das desvantagens em comparação aos homens, porque são responsáveis por ir buscar água, cozinhar, tomar contas das crianças, dos idosos e dos doentes. Fora desse núcleo, a desigualdade a nível dos rendimentos interage com desigualdades mais amplas. As mais importantes são as seguintes:

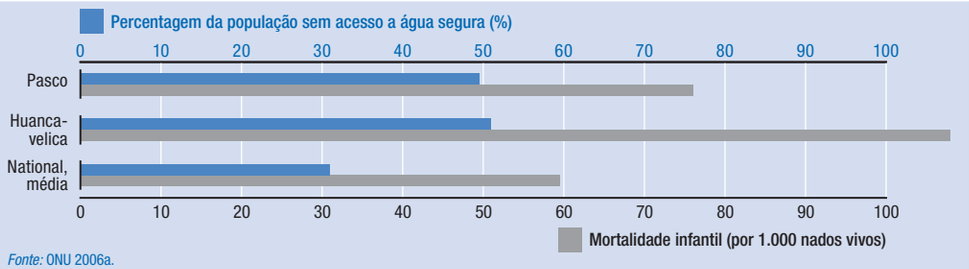
- *Divisão rural-urbano*. Umas das maiores disparidades em termos do abastecimento de água e de saneamento é entre as áreas urbanas e as zonas rurais. Para os países em desenvolvimento, a cobertura de água potável é de 92% nas áreas urbanas e de apenas 72% em zonas rurais. A cobertura em termos de saneamento básico é ainda mais assimétrica: a cobertura urbana é o dobro da cobertura rural (figura 1.17). Parte do fosso rural-urbano corresponde a disparidades a nível dos rendimentos e da pobreza: a privação de rendimento é geralmente mais marcante nas zonas rurais. Contudo, há outros factores igualmente importantes. O abastecimento de água e de saneamento é mais difícil e acarreta custos mais elevados per capita em populações rurais do que em populações urbanas. Os factores políticos também não devem ser descurados junto das populações das zonas rurais — normalmente provenientes de áreas marginais — pois têm uma voz muito mais fraca que os seus parceiros urbanos.
- *Divisão por grupos*. A identidade perante um grupo é um indicador de desvantagem em muitos países. Na América Latina, este factor reflecte-se em disparidades entre as populações indígenas e não indígenas (figura 1.18). Na Bolívia, a percentagem média do acesso a água canalizada é de 49% nos falantes indígenas e de 80% nos não indígenas. As minorias étnicas no Vietname têm menos de um quarto da cobertura do que a maioritária população Kinh.[59] Na Ásia do Sul, a casta continua a ser uma importante fonte de desigualdade. Na Índia, as regras ditadas pela casta que governam o acesso a água enfraqueceram; contudo, continuam a ter a sua importância embora de uma forma mais subtil. Em Andhra Pradesh, as mulheres oriundas de castas mais baixas

têm permissão para ir buscar água a poços localizados em zonas de casta mais elevada; no entanto, não podem elas próprias tirar a água - uma lei que conduz a enormes filas de espera e à dependência da cooperação por parte de pessoas da casta mais elevada.[60]

- *Divisão regional*. Aumentar o rendimento médio cria novas oportunidades de redução das disparidades regionais através de transferências fiscais para as áreas mais pobres. No entanto, as transferências são frequentemente demasiado limitadas para fazer face às desvantagens do passado e à privação local. No México, mais de 90% da população possui uma ligação a uma fonte segura de água e dois terços das famílias têm ligação a um esgoto. Mas a cobertura desce consideravelmente das áreas urbanas mais desenvolvidas e das pequenas cidades dos estados mais prósperos do Norte do país para as zonas rurais mais remotas e os estados do Sul do México, onde a pobreza aperta. Os três estados de Chiapas, Guerrero e Oaxaca sublinham o facto de a disponibilidade física de água e o acesso a esta apresentarem conceitos muito diferentes: estes estados têm a disponibilidade de água mais elevada do México, devido às chuvas, e o acesso mais restrito a água potável. O acesso é mais baixo do que nos países em desenvolvimento e com rendimentos mais baixos, como o Sri Lanca e a Tailândia.

  As desigualdades regionais em termos de acesso a água e a saneamento encontram-se associadas a maiores disparidades a nível do desenvolvimento humano. No Peru, as províncias de Huancavelica e Pasco têm uma taxa de cobertura de água potável muito abaixo da média nacional, apresentando-se a taxa de mortalidade infantil muito acima da média. Mais uma vez, a associação pode não ser a causa, mas é difícil evitar a conclusão de que há uma interacção em jogo (figura 1.19).

Figura 1.19 Divisão regional: no Peru, a baixa cobertura nas províncias mais pobres custa vidas



Fonte: ONU 2006a.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas: voltar ao caminho certo

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos pelos líderes mundiais na Cimeira do Milénio da ONU, procuram reduzir para metade o número de pessoas sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada até ao ano 2015 (objectivo 10). Não é a primeira vez que a comunidade internacional estabelece objectivos tão ambiciosos. No início dos anos 80, os governos abraçaram entusiasticamente o objectivo da consecução do acesso a Água e a Saneamento para Todos até 1990. No início dos anos 90, a terceira década da Água, foi determinado o mesmo objectivo. Nos dias de hoje, 1,1 mil milhões de pessoas sem abastecimento de água potável e 2,6 mil milhões sem acesso a saneamento básico são a prova viva de que as conferências internacionais e os impressionantes objectivos não substituem as acções práticas no sentido de providenciar água, instalações sanitárias e sistemas de esgotos.

Será que o mundo em 2015 contemplará mais uma década de objectivos não conseguidos? Ou será esta a década que acabará com as disparidades entre os objectivos internacionais e os resultados no ter-

reno? As respostas dependerão das políticas nacionais e da cooperação internacional. O que é indubitável é que o sucesso é possível e que falhar estes objectivos tem um preço muito elevado em termos de vidas humanas perdidas e de potencial humano desperdiçado. Ao mesmo tempo, o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio deverá ser visto como uma base e não como um tecto, isto é, um incentivo para se conseguir o acesso destes bens a nível global. É muitas vezes esquecido que, mesmo que a meta 10 seja atingida em 2015, ainda sobram 800 milhões de pessoas com falta de acesso a água potável e 1,8 mil milhões de pessoas sem recursos a nível do saneamento básico. O crescimento populacional significa que qualquer desvio da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio deixará o mundo na mesma situação relativamente à água e ao saneamento.

Um relatório em torno da meta do objectivo de desenvolvimento do milénio

Estima-se que, ao longo da próxima década, a população dos países em desenvolvimento cresça 830 milhões, contribuindo a África Subsariana com um quarto do aumento e a Ásia do Sul com um terço. Tendo em conta este crescimento da população, a versão simples do desafio estabelecido pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é que, até 2015, mais 900 milhões de pessoas necessitem de acesso a água potável e 1,3 mil milhões de pessoas necessitem de acesso a saneamento básico. Ora, estas metas não serão atingidas se o mundo continuar com a trajectória que tem seguido até agora.

Isto implica várias centenas de milhares de novas ligações por dia em alguns dos países mais pobres. Para algumas regiões, o índice de novas ligações precisa de ser consideravelmente aumentado, no sentido da consecução das metas estabelecidas (tabela 1.1). A Ásia do Sul necessitará de fornecer anualmente uma cobertura de saneamento básico a 43 milhões de pessoas, comparativamente com os anuais 25 milhões de pessoas ao longo da década anterior. A África Subsariana enfrenta um desafio igualmente ambicioso. Entre 1990 e 2004, a região aumentou as taxas de cobertura de água potável numa média de 10,5 milhões de pessoas por ano. No sentido de atingir a meta durante a próxima década, esse valor terá de mais do que duplicar para os 23 milhões por ano. Em termos de saneamento básico, o número de pessoas, por ano, com uma nova ligação directa a este bem precisa de ser quadruplicado — de 7 milhões para quase 28

Quadro 1.1 A meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: desempenho anterior e metas futuras em termos de água potável e de saneamento básico

Pessoas com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (milhões)

				Média anual de pessoas	
	1990	2004	Objectivo 2015	A obter acesso 1990-2004	A necessitar de acesso para atingir a meta estabelecida 2004-15
África Subsariana	226,6	383,8	627,1	10,5	23,1
Países Árabes	180,1	231,8	335,8	4,7	6,5
Ásia Oriental e Pacífico	1.154,4	1.528,2	1.741,2	22,9	24,3
Ásia do Sul	840,6	1.296,4	1.538,1	32,5	22,1
América Latina e Caraíbas	334,3	499,0	527,8	9,0	6,1
Mundo	2.767,7	4.266,4	5.029,5	79,5	82,4

Pessoas com acesso sustentável a saneamento básico melhorado (milhões)

				Média anual de pessoas	
	1990	2004	Objectivo 2015	A obter acesso 1990-2004	A necessitar de acesso para atingir a meta estabelecida 2004-15
África Subsariana	148,4	256,5	556,0	7,2	27,9
Países Árabes	120,6	196,0	267,2	4,9	6,9
Ásia Oriental e Pacífico	467,0	958,2	1.284,9	32,0	33,6
Ásia do Sul	242,9	543,8	1.083,3	24,7	42,5
América Latina e Caraíbas	279,6	423,2	492,2	8,6	8,4
Mundo	1.456,9	2.663,9	3.994,0	77,5	120,4

Fonte: Calculado com base em OMS e UNICEF 2006 e ONU 2005.

milhões. Para atingir estes resultados regionais, muitos países têm pela frente um desafio muito ambicioso:

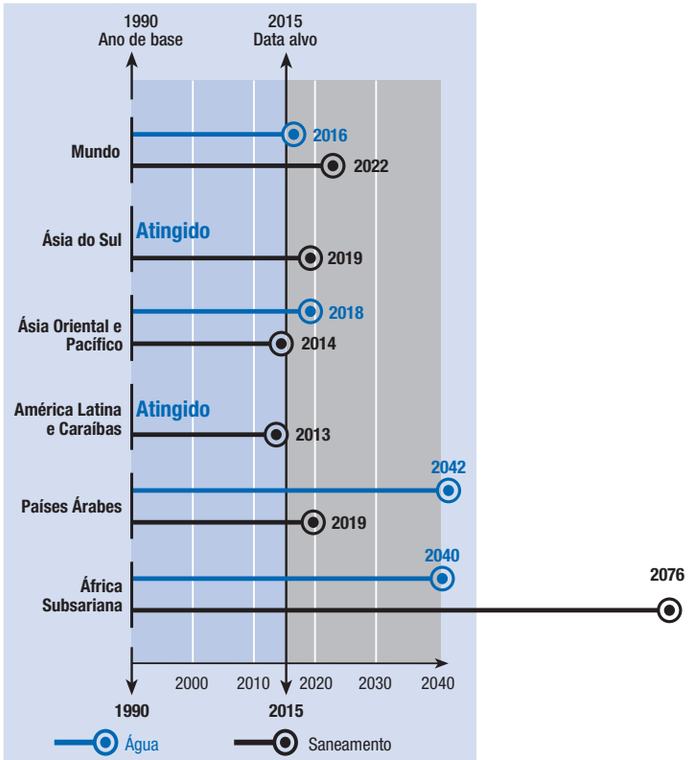
- O Burquina Faso necessitará de providenciar o acesso a saneamento básico a mais 8 milhões de pessoas até 2015 — quase 6 vezes a população actualmente abrangida.
- A Etiópia necessitará de aumentar a cobertura de saneamento básico num factor três, providenciando o acesso a mais 40 milhões de pessoas.
- O Gana necessitará de aumentar a taxa da cobertura de água e saneamento pelo factor 9.
- O Quénia necessitará de aumentar, em 11,6 milhões, o número de pessoas com acesso a água e, em 16,5 milhões, as com acesso a saneamento.

Estes objectivos são intimidantes, contudo, atingíveis. Nalguns casos, o desenvolvimento foi mesmo acelerado nos últimos anos, criando situações de optimismo. Muitos dos países mais pobres do mundo demonstram hoje, através de consecuções práticas, que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são susceptíveis de serem atingidos. No entanto, a taxa de desenvolvimento exigida está muito além da registada desde 1990.

Quais são as perspectivas de o mundo atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água e de saneamento? O cenário agregado global é variado. Com um forte desenvolvimento nos países de grande densidade populacional, como a China e a Índia, o mundo está no caminho certo para a redução para metade das pessoas com falta de acesso a água potável; contudo, a mesma situação não se verifica a nível do saneamento básico. O problema deste cenário mundial é que esconde as enormes diferenças entre as regiões e os países. A perspectiva regional revela resultados menos positivos (figura 1.20). De acordo com as actuais tendências, algumas regiões não conseguirão atingir a meta referente a água e a saneamento. A África Subsariana passará à margem da meta referente a água durante toda uma geração, e a meta relativa a saneamento básico levará mais de duas gerações a ser alcançada. A Ásia do Sul também não verá a sua meta de saneamento atingida senão daqui a cinco anos, e os Países Árabes não conseguirão atingir a meta de água durante os próximos 27 anos. Ao passar do nível regional para o âmbito nacional, o motivo para preocupação cresce ainda mais. Dado que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são estabelecidos para todos, o que conta é o desempenho a nível dos países — e o actual desempenho está muito abaixo do nível exigido:

- *Água*: 55 países não estão no bom caminho, e a meta não será atingida para cerca de 234,5 milhões de pessoas, com um total de 800 milhões de pessoas ainda com falta de acesso a água potável.

Figura 1.20 **Algumas regiões não estão no bom caminho para alcançarem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio referente à água e saneamento.**

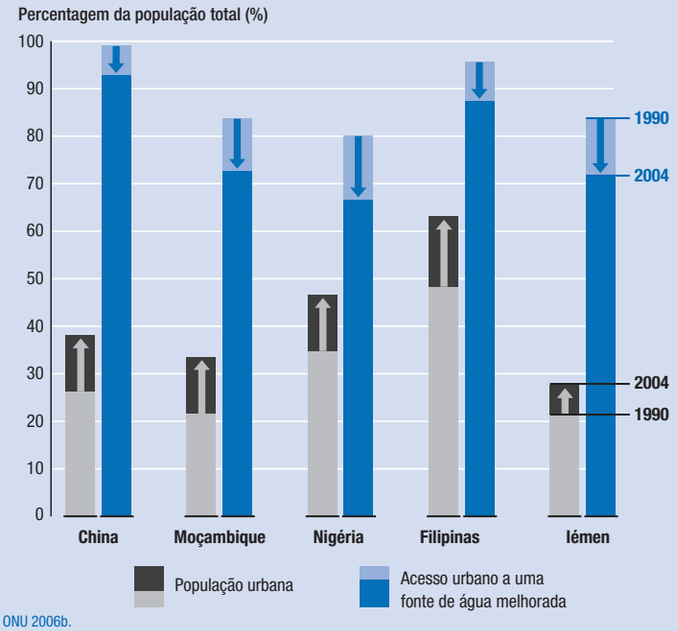


Fonte: Calculado com base em UNICEF 2006b.

- *Saneamento*: 74 países não estão no bom caminho, e a meta não será atingida para cerca de 430 milhões de pessoas, com 2,1 mil milhões de pessoas ainda com falta de acesso a saneamento básico.

Estes valores não revelam toda a extensão da diferença existente: não abrangem os problemas relacionados, por exemplo, com a qualidade e a continuidade do abastecimento discutido anteriormente. Nem reflectem os problemas enfrentados pelos países cujas necessidades ultrapassam o abastecimento básico. Contudo, a projecção espelha dois aspectos importantes do desafio do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Primeiro, a África Subsariana, a região mais pobre do mundo, enfrenta o maior défice perspectivado para 2015. Em termos de água e saneamento, tal como noutras áreas do desenvolvimento humano, a África Subsariana está muito atrás das outras regiões. Até 2015, esta região do mundo representará mais de metade do défice global de água e pouco mais de metade do défice de saneamento, sendo a Ásia do Sul responsável pelo remanescente. Esta enorme disparidade entre a África Subsariana e o

Figura 1.21 A cobertura da água está a melhorar com a rápida urbanização em alguns países



Fonte: ONU 2006b.

resto do mundo conduzirá a ainda maiores desigualdades em termos de saúde, educação e erradicação da pobreza.

Em segunda instância, a disparidade água-saneamento também deverá ser marcante. O perigo é que os potenciais benefícios do progresso em termos de água possam ser banidos por uma não consecução de avanços equiparados na área do saneamento. De facto, um aumento do abastecimento de água em locais onde os esgotos e a eliminação de excrementos sejam desadequados poderia exacerbar problemas de saúde pública, especialmente em cidades com elevada densidade populacional. Poderia corresponder a um sério atraso no desenvolvimento humano se o mundo repetisse, no início do século XXI, os erros cometidos na segunda metade do século XIX na Europa.

A divisão rural-urbano continuará a desempenhar um papel importante. As zonas rurais não cessarão de representar grande parte do défice em 2015. No entanto, a urbanização gerará pressões crescentes. Ao longo da década que decorrerá até 2015, a percentagem de população das cidades do mundo em desenvolvimento aumentará de 42% para 48%, ou seja, 675 milhões. Ora, só para manter os níveis de cobertura actuais, as cidades terão de assegurar o abastecimento a esta população aumentada. A maioria do crescimento ocorrerá em bairros degradados já sobrepovoados (ou à volta destes) e em áreas do perímetro urbano e clandestino, com pessoas com um elevado índice de pobreza a viver sem as mínimas infra-estruturas de água e saneamento. Os sinais de aviso são bem visíveis. Cerca de 29 países — como por exemplo, a China, a Indonésia, Moçambique, a Nigéria, as Filipinas, o Uganda e o Iémen — viram as respectivas taxas de cobertura descer ao longo da década transacta (figura 1.21).

Os ganhos da prossecução das metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Quanto custaria alterar a actual trajectória global de vectores como a água e o saneamento no sentido de atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? A resposta depende dos pressupostos em torno do nível e do tipo de tecnologia, bem como dos custos de abastecimento. Dados pouco fiáveis fazem com que as estimativas sejam arriscadas, mas a verdade é que existe um nível surpreendentemente elevado de consonância nas várias investigações.

Estima-se que as despesas actuais em água e saneamento nos países em desenvolvimento rondem anualmente os 14 a 16 mil milhões de dólares (excluindo o tratamento de águas residuais). O consenso generalizado em torno do financiamento adicional exigido no sentido de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base em tecnologias sustentáveis de baixo custo é de cerca de 10 mil milhões de dólares anuais[61] Este é o patamar mínimo de financiamento. Reflecte o custo do alargamento do abastecimento de água e saneamento recorrendo ao mais baixo nível de tecnologia. Oferecer um nível de serviços mais elevado e manter o abastecimento nos padrões actuais às pessoas que já estão abrangidas acrescentaria a esse valor outros 15 a 20 mil milhões de dólares por ano. E se a meta incluísse os custos de recolha e tratamento de águas residuais a nível dos agregados familiares estaríamos a falar de montantes muito mais elevados.

Estes valores dizem respeito aos custos da equação. E os benefícios? A investigação levada a cabo pela OMS para este Relatório aborda esta questão. Os resultados apontam para a enorme necessidade de haver mais investimento em água e saneamento. A resposta ultrapassa os simples cálculos em torno dos rácios custo-benefício, por muito impressionantes que estes valores sejam, exige mesmo uma maior acção pública. Entre as principais conclusões, encontram-se as seguintes:

- Assistir-se-ia a menos 203.000 óbitos de crianças em 2015, se a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio fosse atingida; 124.000 delas na África Subsariana. Cumulativamente, mais de 1 milhão de vidas poderiam ser salvas

ao longo da próxima década se o mundo seguisse no caminho certo em direcção à consecução desta meta.

- A taxa económica de retorno em tempo poupado, no aumento da produtividade e nos reduzidos custos a nível da saúde para cada dólar investido corresponde a 8 dólares.
- Os benefícios económicos totais equivalem a 38 mil milhões de dólares, contribuindo a África Subsariana com 15 mil milhões de dólares (mesmo abaixo dos 2% do PIB), a América Latina com 8 mil milhões de dólares e a Ásia do Sul com 5 mil milhões de dólares.
- A redução dos casos de diarreia resultaria num ganho de 272 milhões de dias em termos de frequência escolar, a maior parte deles na África Subsariana e na Ásia do Sul.
- Atingir a meta estabelecida para a água e saneamento levaria a uma poupança anual de cerca de 1,7 mil milhões de dólares a nível dos custos inerentes ao tratamento de doenças provocadas por falta de acesso a água potável. A África Subsariana pouparia cerca de 2 dólares per capita — o equivalente a cerca de 12% das despesas de saúde pública.[62] A redução na despesa ajudaria a conseguir recursos para outras prioridades como o VIH/SIDA.
- Tendo somente em conta o impacto da redução dos casos de diarreia, poderiam ser conseguidos 3,2 mil milhões de dias de trabalho para pessoas entre os 15 e os 59 anos. Os ganhos anuais em termos de tempo totalizariam mais 20 mil milhões de dias de trabalho, a maioria dos quais conseguidos por mulheres. Juntamente com o aumento da produtividade conseguida através de uma saúde melhorada, estes ganhos representam uma enorme e potencial fonte de crescimento económico e de incremento do rendimento das famílias[63]

Estes valores oferecem apenas uma visão muito parcial. Não registam, por exemplo, os benefícios em termos de educação, de legitimação das mulheres, de dignidade humana, ou de redução da angústia e do sofrimento associados à diminuição das taxas de mortalidade infantil. Contudo, reforçam o esforço económico e de desenvolvimento humano no sentido de investir no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Os valores para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parecem muito elevados. Mas necessitam de ser contextualizados. Os 10 mil milhões de dólares exigidos anualmente para que o mundo possa atingir estes objectivos até 2015 representam cerca de oito dias das despesas militares a nível global. Em termos de melhorias da segurança humana, em oposição às noções de segurança nacional definidas de modo mais restrito, a conversão de pequenas quantias de despesas militares em investimentos com o acesso a água e saneamento iria gerar enormes retornos. A segurança nacional é, naturalmente, um imperativo para qualquer país. Contudo, se o objectivo é proteger a vida dos cidadãos, é difícil pensar num investimento público que tenha o potencial de salvaguardar ainda mais vidas.

De acordo com qualquer critério razoável, o preço para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é uma mais-valia para um investimento de capital. Esse investimento poderia economizar mais de 1 milhão de vidas ao longo da próxima década, eliminar a perda de potencial educativo e agir como um catalisador do crescimento económico. Da perspectiva do desenvolvimento humano, a questão real que se coloca é se o mundo tem capacidade (ou não) para atingir as metas estabelecidas pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Trata-se, pois, de saber se o mundo pode dar-se ao luxo de não investir e se pode (ou não) descurar a meta estabelecida. Se o mundo conseguisse concretizar até 2015 o acesso universal a água e saneamento, evitaria 2 milhões de óbitos ao longo da próxima década. É claro que muitas pessoas irão argumentar que este objectivo nada tem de realista. Mas o facto de muitos dos países mais pobres terem registado uma taxa de desenvolvimento muito acima da exigida, no sentido da prossecução dos objectivos, coloca a seguinte questão: será que o objectivo de 2015 é pouco ambicioso?

Da perspectiva do desenvolvimento humano, a questão real que se coloca é se o mundo tem capacidade (ou não) para atingir as metas estabelecidas pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. A questão é se o mundo poderá dar-se ao luxo de *não* realizar estes investimentos

Fazer do progresso uma realidade

No início da contagem decrescente dos dez anos que faltam para 2015, a comunidade internacional aproxima-se rapidamente de uma encruzilhada. Existe uma oportunidade ao longo da próxima década de fazer pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o que os grandes movimentos de reforma do século XIX fizeram pela água e pelo saneamento na Europa e nos Estados Unidos. Estes movimentos têm muito a ensinar-nos sobre a mobilização de coligações para a mudança: é ainda na política, e não nas finanças, na tecnologia ou na economia, que reside a chave do progresso. Realizar os objectivos de 2015 e progredir rapidamente em direcção ao acesso universal ajudaria a libertar milhões de pessoas do flagelo da pobreza, promoveria o crescimento económico e melhoraria a sobrevivência das crianças, a educação e a igualdade de género.

O princípio unificador da acção pública para a água e o saneamento é o reconhecimento de que a água é um direito humano básico

O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e 2015 constituem um primeiro marco do caminho e não o seu destino final. Esta declaração é duplamente verdadeira. Em primeiro lugar, o derradeiro objectivo em matéria de água e saneamento é o acesso universal. Se contar com uma liderança política eficaz, a maioria dos países detém o potencial para superar a meta e progredir rapidamente no sentido do abastecimento universal. Em segundo lugar, os níveis de abastecimento exigidos para satisfazer os critérios de acesso melhorado devem ser encarados como o primeiro degrau da escada e não como o final da jornada. A garantia de que todas as pessoas têm acesso às tecnologias mais básicas constituiria uma enorme diferença. Em 2015, morreriam quase 600.000 crianças a menos. Seria um progresso notável. No entanto, um milhão de crianças continuariam a morrer de diarreia em cada ano. Para reduzir este número será necessário um progresso sustentado em níveis mais elevados de abastecimento. Tal como os seus congéneres do mundo desenvolvido, as pessoas dos países em desenvolvimento têm o direito de aspirar a sistemas de abastecimento que contemplem água canalizada nos seus lares, acesso a redes de saneamento e uma infra-estrutura de água e saneamento com capacidade de tratamento de águas residuais. Estas aspirações podem não se encontrar ao alcance imediato de muitos países, mas é importante que as políticas públicas trabalhem gradualmente no sentido de alcançar este progresso.

A preocupação imediata no início da contagem decrescente dos dez anos que faltam para 2015 reside numa ameaça real, e que tem vindo a crescer, de que até mesmo a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio não seja cumprida. Para evitar que tal aconteça é necessária uma acção imediata. Os défices de água e saneamento não se resolvem com soluções pontuais. Os investimentos e as políticas actualmente em vigor levarão vários anos a produzir resultados à escala necessária. O tempo é um luxo a que os governos dos países em desenvolvimento e os países doadores de ajuda não se podem dar. Se as políticas e os investimentos não forem rapidamente implementados, será tarde de mais para a recuperação.

Os Capítulos 2 e 3 analisam mais pormenorizadamente algumas das políticas específicas necessárias para que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e metas mais amplas relacionadas com a água e o saneamento estejam ao alcance. Aqui, o objectivo é concentrarmo-nos em algumas das políticas de base e abordagens mais vastas que se tornam necessárias em quatro áreas, que representam os pilares do progresso futuro:

- Direitos humanos.
- Estratégias nacionais.
- Ajuda internacional.
- Um plano de acção global para a água e o aneamento.

Reconhecer o direito humano à água e ao saneamento

O ponto de partida e o princípio unificador da acção pública para a água e o saneamento é o reconhecimento de que a água é um direito humano básico. Em 2002, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU adoptou um Comentário Geral sobre «o direito humano à água (...) para uso pessoal e doméstico», estabelecendo uma estrutura normativa não vinculativa em termos jurídicos para a «realização progressiva» do direito humano à água e saneamento.

Fazer com que esta estrutura dê frutos é agora o principal desafio da política pública. Uma característica central de uma abordagem baseada em direitos é que esta se alicerça nos princípios da igualdade, da universalidade e da não discriminação. A exclusão do acesso à água e aos serviços de saneamento com base na pobreza, capacidade de pagamento, adesão a determinados grupos ou local de habitação é uma violação do direito humano à água. Apesar da água ser um direito humano que os governos têm o dever de sustentar, muitos dos governos do mundo, tanto desenvolvido como em desenvolvimento, encontram-se bastante aquém das suas obrigações. Estão a violar em larga escala os direitos humanos dos seus cidadãos.

A nível nacional, a adesão a uma abordagem baseada em direitos exige o desenvolvimento de leis, políticas, procedimentos e instituições que conduzam progressivamente à realização do direito à água. O abastecimento de pelo menos 20 litros de água por dia a cada pessoa deve ser encarado como o objectivo mínimo para a satisfação do direito à água, cabendo às políticas o estabelecimento de estratégias de propriedade nacional para alcançar esta meta e referências para medir o progresso. É também crucial a implementação de mecanismos de rectificação e de responsabilização dos governos.

Uma das características de um direito humano é a universalidade. É aos governos nacionais que cabe o dever principal de cumprir a obrigação de fornecer água a todos — mas existem também responsabilidades globais. O Comentário Geral de 2002 reconheceu uma responsabilidade especial dos estados desenvolvidos de auxiliarem os países mais pobres através da «prestação de assistência técnica e financeira e da ajuda necessária».

Alguns comentadores vêem a aplicação da linguagem de direitos à água e a outros direitos sociais e económicos como um exemplo de «conversa retórica». Esta opinião está errada. É evidente que

declarar que a água é um direito humano não significa que a crise da água venha a ser resolvida em pouco tempo. Uma estrutura de direitos também não oferece respostas automáticas a complexas questões de política relativas ao preço, investimento e prestação do serviço. No entanto, os direitos humanos representam uma poderosa reivindicação moral. Podem também funcionar como fonte de legitimação e mobilização, criando expectativas e permitindo que as pessoas mais carenciadas ampliem os seus direitos através de canais jurídicos e políticos — e através da reivindicação dos recursos dos governos nacionais e da comunidade internacional.

Desenvolver estratégias nacionais fortes

O ponto de partida óbvio para um movimento em direcção ao acesso universal à água e saneamento é a vontade política, definida em termos gerais como a determinação de colocar a questão no centro da agenda nacional. Não é difícil identificar os obstáculos financeiros, tecnológicos e institucionais ao progresso, mas estes constituem frequentemente emanações de um mal-estar mais profundo — um défice de liderança política. O acesso a água salubre e saneamento é tão fundamental para o desenvolvimento humano e prosperidade nacional como a política económica, o comércio internacional, a saúde ou a educação. No entanto, a água e o saneamento são geralmente encarados como merecedores de reduzida atenção no quadro dos recursos financeiros e políticos.

A água e o saneamento não gozam de grande representatividade nas preocupações governamentais. Retirar a questão da água e do saneamento do espectro político e massificá-la constitui um ponto de partida para a mudança. A responsabilidade pelo abastecimento doméstico de água costuma estar dividida por vários ministérios que lidam com questões mais abrangentes, sendo a autoridade pela água e saneamento domésticos atribuída a responsáveis governamentais sem estatuto de ministro, no quadro de um mandato mais vasto (que vai do ambiente à habitação ou assuntos rurais). O saneamento está ainda mais afastado do centro do poder político. O estabelecimento de ministérios dedicados à água e ao saneamento, liderados por ministros, daria origem a uma estrutura política capaz de superar a fragmentação da política e a resultante sub-atribuição de recursos. Esta seria uma medida de tal forma relevante que o governo ganharia claramente a consciência de que a água e o saneamento se encontram entre as primeiras prioridades da política nacional.

À sub-representação política alia-se a estigmatização. Um saneamento inadequado pode levar à morte um elevado número de crianças, comprometer a saúde pública, debilitar a dignidade humana e travar o crescimento económico, mas a questão está ligada a um estigma político cuja intensidade encontra paralelo no que rodeia o VIH/SIDA. Para ultrapassar aquele estigma e o puritanismo político em torno do saneamento será necessária uma liderança política nacional mais sólida.

Talvez um obstáculo ainda maior à mudança seja a interacção entre o estigma e a exclusão social. No que respeita ao VIH/SIDA, a natureza indiscriminada da doença, bem como o seu devastador impacto em pessoas de todos os estratos sociais nacionais, forçou os líderes políticos e os grupos de elevado rendimento a confrontarem os seus próprios preconceitos: a doença não tem respeitado as fronteiras sociais. No que respeita à água e saneamento, o cenário é bastante diferente. De uma forma esmagadora, os custos da exclusão são suportados pelos lares pobres, especialmente pelas mulheres. Se é verdade que alguns custos são suportados pelo conjunto da sociedade, são as pessoas que vivem em bairros degradados urbanos e em áreas rurais marginais que carregam o fardo mais pesado. São os filhos das pessoas mais carenciadas, e não das altas patentes militares e dos funcionários públicos de topo, que enfrentam o maior risco de morte prematura por diarreia. São as raparigas dos lares pobres que enfrentam a probabilidade mais elevada de não frequentar a escola.

A crise da água e do saneamento é, na sua esmagadora maioria, uma crise de grupos sociais marginalizados. Esta crise é vista de uma maneira geral — e incorrectamente — como um problema a circunscrever ou a tratar de forma progressiva e não como uma ameaça a toda a sociedade. Esta perspectiva é uma barreira tão grande ao progresso como as questões financeiras ou a tecnologia. Para alterá-la, os líderes políticos terão de colocar a desigualdade e a cidadania partilhada no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento, e isto de uma forma como raramente se vê. As pessoas carenciadas e as mulheres terão também de ter uma voz mais forte entre os políticos e os fornecedores de água.

A baixa prioridade conferida à água e ao saneamento é visível a diversos níveis. Salvo algumas notáveis excepções, a água salubre raramente é uma questão de notoriedade nas eleições nacionais — e é difícil recordar um único caso em que o acesso a instalações sanitárias tenha sido uma das principais preocupações. A pressão por uma reforma radical tem-se evidenciado pela sua ausência. No seio do governo, a responsabilidade pelo abastecimento de água está frequentemente a cargo de um responsável sem estatuto de ministro e o saneamento, em geral, nem sequer merece qualquer representação ministerial.

As agendas nacionais de redução da pobreza reflectem a crescente negligência passiva da água e do saneamento. O sector raramente figura em lugar

A água e o saneamento não gozam de grande representatividade nas preocupações governamentais. Retirar a questão da água e do saneamento do espectro político e massificá-la constitui um ponto de partida para a mudança

As agendas nacionais de redução da pobreza reflectem a crescente negligência passiva da água e do saneamento

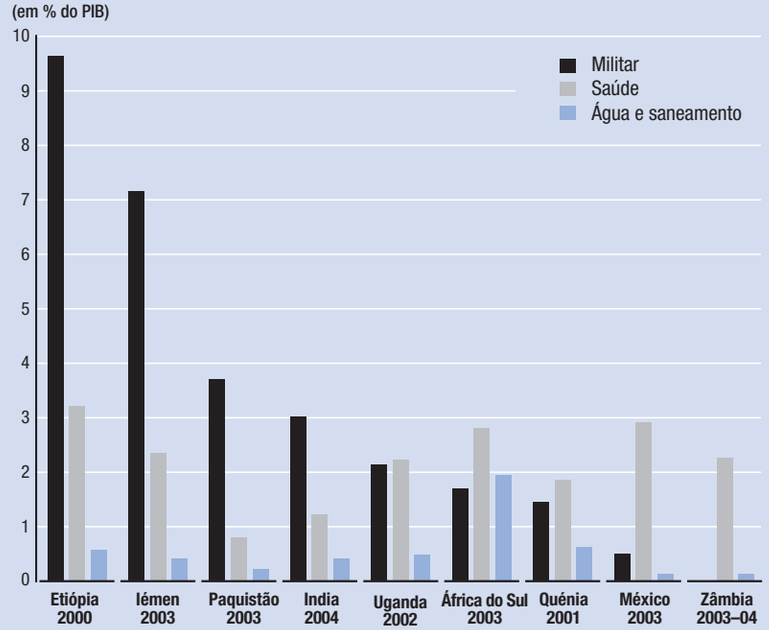
proeminente nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP) — os documentos que estabelecem os planos nacionais e definem os termos de cooperação entre doadores e receptores de ajuda. Numa análise de cinco países, foi encontrado apenas um caso — o do Uganda — de integração bem sucedida.[64] Na maioria dos DERP, a água e o saneamento, em contraste com a reforma macroeconómica, a educação e a saúde, são tratados de forma depreciativa, não merecendo mais do que alguns parágrafos descritivos e declarações de princípio gerais, sem a mínima semelhança com uma agenda de reforma estratégica ou de prestações financeiras. A fraqueza dos DERP reflecte, por sua vez, o reduzido interesse dos doadores na água e no saneamento.

As afectações orçamentais reforçam o cenário de negligência. Poucos investimentos públicos contribuem mais para o aumento da segurança humana ou para a criação de prosperidade do que os investimentos na água e no saneamento. A água limpa e as instalações sanitárias encontram-se entre as intervenções de saúde mais potentes que o governo pode empreender, rivalizando com a vacinação em termos de potenciais benefícios. Tal como a despesa de saúde ou de educação, a despesa pública em água e saneamento cria benefícios tanto para os indivíduos como para a sociedade. Gera também bens públicos de âmbito mais vasto, como uma maior igualdade de género e menores desigualdades de oportunidade. Há sempre solicitações concorrentes na despesa pública, mas os elevados retornos sociais e económicos dos investimentos na água e no saneamento sugerem que estes deveriam ser uma prioridade e não uma preocupação secundária do orçamento.

Os padrões da despesa nacional falam por si. É difícil apurar a despesa pública real na água e no saneamento devido, por um lado, à fragmentação do financiamento entre ministérios, por outro, à descentralização e, por outro ainda, ao facto do financiamento dos doadores frequentemente não figurar no orçamento. Contudo, o total da despesa pública no sector representa geralmente menos de 0,5% do PIB, caindo para 0,1% no Paquistão e na Zâmbia (figura 1.22). Considerando todo o sector, a despesa em saneamento é geralmente muito menor do que a destinada à água. O investimento no saneamento representa em média 12% a 15% do total na África Subsariana e na Ásia. A despesa global é baixa não apenas relativamente ao rendimento nacional, mas também a outras áreas de despesa social, como a saúde pública. Quando comparada com a despesa militar, a diferença atinge proporções bastante elevadas. A Índia, por exemplo, gasta oito vezes mais da sua riqueza nacional em orçamentos militares do que em água e saneamento. O Paquistão gasta 47 vezes mais. Na África Subsariana, os baixos rendimentos médios restringem claramente a capacidade da despesa pública. Simultaneamente, a Etiópia, um dos países mais pobres do mundo, com algumas das taxas de cobertura mais baixas (e algumas das taxas de mortalidade infantil por diarreia mais elevadas) ainda consegue mobilizar um orçamento militar superior em quase dez vezes ao da água e saneamento. A África do Sul é um dos poucos países que gasta menos na área militar do que na água e no saneamento.

As prioridades orçamentais levantam algumas questões importantes sobre a despesa pública. Todos os países encaram a segurança e a defesa nacionais como prioridades. Mas, do ponto de vista da segurança humana, é difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento se encontram subfinanciados relativamente à despesa militar. A diarreia ceifa cerca de 450.000 vidas por ano na Índia — mais do que em qualquer outro país — e 118.000 no Paquistão. Ambos os países contam com taxas de mortalidade por diarreia muito mais elevadas do que se poderia prever com base nos seus rendimentos médios. O Paquistão classifica-se 28 lugares mais acima no quadro da liga global de mortalidade por diarreia do que no do PIB per capita e a Índia classifica-se 14 lugares mais acima. Naturalmente, estão em jogo diversos factores, mas os baixos níveis de despesa na água e no saneamento têm certamente o seu contributo.

Figura 1.22 Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos



Fonte: Etiópia, Quénia e África do Sul, WSP 2003; Iémen, Iémen 2002; Paquistão, Paquistão 2004; Índia, Nayyar e Singh 2006; Uganda, Slaymaker e Newborne 2004; México, INEGI 2006a; Zâmbia, Zâmbia 2004b.

Os últimos anos testemunharam alguns desenvolvimentos encorajadores nos orçamentos destinados à água e ao saneamento. Começando a reconhecer a importância vital dos progressos nesta área, muitos governos elevaram a despesa no quadro de estratégias nacionais para alcançar — ou ultrapassar — o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. O Uganda aumentou rapidamente a despesa pública em água e saneamento, tanto em percentagem do RNB — de 0,1% em 1997 para 0,4% em 2002 (prevendo-se 0,7% para 2004) —, como em termos absolutos devido a um elevado crescimento.[65] Na Índia, a despesa do governo central no saneamento rural quadruplicou relativamente a 2002, ao passo que a despesa no abastecimento de água rural duplicou. A despesa pública foi identificada como uma prioridade para alcançar um crescimento generalizado e um desenvolvimento humano acelerado. Representando cerca de 0,41% do RNB em 2005/2006, a despesa cresceu cerca de 30% face ao período de 2002/2003. A maior parte do aumento foi contemplada pelo orçamento nacional, tendo-se verificado restrições na despesa estadual devido a enormes défices fiscais e, nalguns dos estados em maiores dificuldades, decisões de afectação questionáveis.

A orçamentação nacional é uma das principais componentes de qualquer estratégia para alcançar progressos na água e no saneamento. Sem fluxos de capitais previsíveis, o estabelecimento de metas ou a adopção de objectivos pode transformar-se num exercício sem sentido. Uma das características dos países que apresentam um progresso sustentado é o envolvimento político apoiado por compromissos orçamentais reais. O capital político é tão importante como o financeiro. E estabelecer a água como um direito humano pode ser encarado como uma forma de investimento capital político — mas tem de significar algo mais do que a mera adopção de um princípio vago. Muito frequentemente, os governos adoptam a linguagem dos direitos humanos sem adoptar uma estrutura política para o seu cumprimento.

Existem excepções. Na África do Sul, a água já foi um símbolo da desigualdade do apartheid. Agora é tratada como um direito humano básico. Não se trata de um aspecto único em si mesmo. Mais de 90 países têm o direito à água nas suas constituições.[66] Mas, de uma maneira geral, esta tem sido uma questão de profunda irrelevância para os seus cidadãos. A disposição constitucional não tem sido apoiada por uma estratégia coerente para o alargamento do acesso à água. Mas a África do Sul demonstrou como o direito humano à água pode funcionar como um mecanismo de legitimação e um guia para a política. A reforma da água com base em direitos permitiu-lhe alargar o acesso e ultrapassar o legado de desigualdade racial herdado do apartheid, em parte através de direitos baseados em titularidades (caixa 1.6). As histórias nacionais de sucesso no saneamento são menos significativas. Contudo, mesmo aqui, verificam-se alguns poderosos efeitos de demonstração. Países tão distintos como o Bangladeche, o Brasil, o Lesoto e a Tailândia superaram restrições financeiras e tecnológicas ao progresso através de estratégias nacionais ousadas e inovadoras (ver capítulo 3).

Em muitos países, os progressos na água e no saneamento foram dinamizados a partir de baixo. O poder local e municipal e os prestadores de serviços desenvolveram estratégias práticas para lidar com as desigualdades no acesso. As comunidades não esperaram passivamente pela ajuda governamental. As pessoas carenciadas nos meios rurais, as organizações de mulheres e as associações de moradores de bairros degradados urbanos mobilizaram os seus próprios recursos. Nalguns casos, aquela mobilização deparou-se com indiferença ou mesmo hostilidade. Noutros, emergiram novas parcerias entre os governos e o povo, com as iniciativas da comunidade a ganhar escala.

Um bom exemplo é o da Índia. No início dos anos 90, a Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados; a Mahila Milan, uma rede de grupos de poupança e crédito formada por mulheres residentes em bairros degradados; e a Sociedade para a Promoção de Centros de Recursos Regionais (SPARC), uma organização não governamental com sede em Bombaim, foram pioneiras na criação de novos projectos para instalações sanitárias públicas para reduzir a poluição por excrementos nos bairros degradados e oferecer maior privacidade às mulheres. No final da década, Pune, uma cidade com mais de dois milhões de habitantes, adoptou este modelo, tendo as autoridades locais trabalhado com as três organizações pioneiras para identificar necessidades e mobilizar as comunidades. Este tipo de mobilização comunitária apoiada por acções governamentais constitui uma poderosa força para a mudança.

Estes exemplos demonstram que é possível um progresso rápido. Por mais assustador que o desafio possa parecer, os governos e o povo já demonstraram que a pobreza e o baixo rendimento são obstáculos que podem ser ultrapassados. O problema é que o progresso tem sido parcial e gradual. Os pequenos focos de sucesso mostram o que é possível — mas também revelam as falhas que perpetuam défices enormes na água e no saneamento.

Cada país tem de delinear o seu próprio percurso político para ultrapassar estes défices. Os países mais pobres com uma baixa cobertura enfrentam restrições diferentes das dos países de médio rendimento com uma cobertura mais elevada, uma infra-estrutura mais extensa e mais recursos. No entanto, é possível identificar uma estrutura indicativa para a acção. Esta estrutura assenta em cinco pilares:

Uma das características dos países que apresentam um progresso sustentado é o envolvimento político apoiado por compromissos orçamentais reais

Caixa 1.6 África do Sul — Actuar sobre o direito à água

O acesso à água foi uma das divisões raciais definidoras da África do Sul do apartheid. Desde que o apartheid chegou ao fim, uma estrutura legislativa baseada em direitos e políticas públicas destinadas a alargar o acesso à água legitimaram as comunidades locais e reduziram as desigualdades. Esta tarefa ainda não se está concluída — mas há importantes lições a retirar para outros países.

Inquéritos realizados antes das eleições de 1994, que marcaram o fim do apartheid, demonstraram que o acesso a serviços básicos, em conjunto com o emprego, era a principal expectativa do povo relativamente ao governo a eleger. A Constituição de 1996 incluiu uma Carta de Direitos que preservava «o direito à água e alimentação adequadas». Este direito constitucional recebeu conteúdo legislativo no quadro da Lei de Serviços de Água (1997) e da Lei Nacional da Água (1998). Entre as principais disposições contam-se as seguintes:

- Metas a médio prazo claramente definidas para fornecer 50 a 60 litros de água salubre a todos os lares, em conjunto com um saneamento adequado a todos os lares urbanos e a 75% dos lares em meios rurais.
- Tarifas subsidiadas para garantir que todos os sul-africanos possam pagar serviços de água suficientes para uma saúde e higiene adequadas. O governo recorreu aos seus poderes regulatórios para exigir que todos os municípios fornecessem um mínimo básico de 25 litros gratuitos a cada lar. O objectivo é fornecer o acesso a um serviço básico e gratuito de água para todos até 2008, encontrando-se cada lar a um máximo de 200 metros de uma fonte de água.
- Tarifas escalonadas que proporcionem uma subsidiação cruzada entre utilizadores de elevado volume e utilizadores de baixo volume.
- Transferências equitativas de quotas que levam em consideração o número de pessoas carenciadas em cada município numa fórmula de transferências fiscais.

A nova estrutura política alcançou avanços importantes. Desde 1994 que 10 milhões de pessoas receberam acesso a água salubre, tendo as taxas de cobertura aumentado de 60% para 86%. Cerca de 31 milhões de pessoas recebem agora um serviço básico e gratuito de água.

A legitimação tem sido um aspecto menos tangível, mas importante, da reforma. O Departamento de Assuntos da Água oferece uma estrutura reguladora nacional, mas a responsabilidade pela implementação foi transferida para o poder local. A regulação coloca as obrigações nas mãos dos fornecedores municipais e nas autoridades locais eleitas e confere aos utilizadores uma titularidade baseada em direitos para exigir que estas obrigações sejam cumpridas. Por outro lado, as empresas municipais de abastecimento de água têm de publicar informações pormenorizadas sobre o abastecimento de água por distrito, divididas por utilizadores carenciados e não carenciados.

À medida que as reformas foram sendo implementadas, suscitaram um debate público sobre a projecção e a implementação. Alguns argumentam que o limiar de 25 litros para um serviço básico e gratuito de água é demasiadamente baixo. O abastecimento em algumas zonas tem-se mostrado errático, forçando os lares a recolher água em locais mais remotos. Além disso, as políticas de preços do governo conduziram a cancelamentos do abastecimento por falta de pagamento em algumas zonas, aumentando as preocupações sobre a capacidade de pagamento.

O progresso no saneamento foi menos significativo do que na água. Há ainda 16 milhões de pessoas — um terço dos sul-africanos — sem acesso a saneamento básico. A ausência de um consenso face a um nível de saneamento básico e aceitável, aliado a problemas na geração de procura, tem contribuído para o fracasso.

A experiência sul-africana coloca em destaque três ingredientes vitais da política para o progresso: um plano nacional claro com metas bem definidas, um forte quadro regulamentar nacional delegada às autoridades locais e uma monitorização constante do desempenho e do progresso.

Fonte: Muller 2006; Sinanovic e outros 2005.

1. Planeamento nacional. Cada país deve ter um plano nacional para a água e o saneamento, integrado em estratégias nacionais de redução da pobreza e reflectido em estruturas de financiamento a médio prazo e prioridades orçamentais. Não há receitas globais para um planeamento bem sucedido. No entanto, entre os ingredientes contam-se objectivos claros apoiados por um financiamento adequado e o desenvolvimento de estruturas de abastecimento que legitimam o poder local, não deixando de criar responsabilidade perante as comunidades. O desempenho tem sido variável — mas existem sinais de progresso. Uma maior igualdade é vital para o progresso. A maioria dos países não alcançará o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e objectivos mais generalizados simplesmente através da expansão da infra-estrutura. Necessitam também de abordar a distribuição desigual do acesso à água e saneamento

relacionada coma riqueza, localização, género e outros factores. Cada plano nacional deve, consequentemente, incluir tanto indicadores de referência para medir o progresso global como indicadores para a redução das desigualdades. Entre as medidas tendentes a envolver um maior compromisso com a igualdade nas estratégias nacionais, contam-se:

- *Estabelecer níveis de abastecimento social mínimos*. Cada pessoa tem o direito humano a um mínimo de cerca de 20 litros de água por dia, independentemente da riqueza, localização, género ou grupo racial, étnico ou outro. Todos os planos nacionais devem incluir políticas para satisfazer o mínimo social e referências para medir o progresso.
- *Rever as referências do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio relativas à desigualdade*. Os direitos básicos de cidadania e as considerações de justiça social exigem igualdade no abastecimento de água para necessidades básicas. Ultrapassar a desigualdade deve ser encarado como parte integrante das políticas nacionais de água. A actual estrutura do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio concentra-se em reduzir a metade a percentagem de populações nacionais sem acesso a água e saneamento. Este objectivo deve ser complementado por objectivos para reduzir a metade a lacuna nas taxas de cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres até 2010, cabendo aos governos a apresentação de relatórios sobre estratégias para alcançar os objectivos e os seus resultados.
- *Reforçar o tratamento da desigualdade nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza*. Todos os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza devem incluir objectivos e estratégias para diminuir as disparidades extremas no abastecimento de água e saneamento, com uma atenção especial às desigualdades baseadas na riqueza, localização e género.
- *Adoptar regulações e formas de contratação favoráveis aos pobres*. Todos os fornecedores de água devem obedecer a objectivos de desempenho na igualdade, estipulando objectivos para alargar o acesso aos lares pobres. Os objectivos devem incluir indicadores claros para alargar o abastecimento a comunidades urbanas e rurais sem cobertura, a expansão do abastecimento por fonte públicas em bairros degradados e o abastecimento de água, gratuito ou a baixo custo, a lares de baixo rendimento. Os contratos concebidos por parcerias público-privadas devem incluir objectivos nestas áreas, publicamente divulgados, monitorização por um organismo regulador independente e penalidades por resultados aquém dos objectivos (ver Capítulo 2).

2. Financiamento do sistema. Os planos nacionais têm de incluir estimativas claras de financiamento para atingir as suas metas. Todo o financiamento provém, em última análise, dos orçamentos governamentais (uma categoria que inclui a ajuda) ou dos utilizadores. A divisão adequada entre os dois varia. Em países de baixo rendimento com uma cobertura limitada e elevados níveis de pobreza, um indicador de referência é uma despesa pública em água e saneamento de cerca de 1% do PIB (dependendo do rendimento per capita e do rácio entre as receitas e o PIB), com uma soma equivalente proporcionada pela recuperação de custos e pelas contribuições da comunidade. As referências para os países de médio rendimento são mais variáveis, embora a capacidade de recuperação de custos cresça com o rendimento médio. Devido ao facto da infra-estrutura de água e saneamento exigir investimentos iniciais significativos, provindo os retornos do investimento em divisas locais durante um longo período, as estratégias para mobilização de recursos nos mercados locais de capitais podem ajudar a disseminar os custos.

3. Expansão do acesso às pessoas sem serviço. O desafio principal e imediato tanto na água como no saneamento é alargar o acesso e melhorar a qualidade para as pessoas sem serviço ou mal servidas. Os últimos capítulos delineiam algumas das estratégias que funcionaram e produziram resultados práticos, embora as mesmas políticas possam produzir resultados diferentes em ambientes diferentes. Um pacote de expansão favorável aos pobres inclui:

- *Tarifas subsidiadas* que proporcionam água gratuita até um determinado limite aos lares pobres, tal como foi desenvolvido na África do Sul.
- *Subsídios cruzados* que transferem recursos dos lares de rendimentos mais elevados para os de menores rendimentos através do sistema de preços dos serviços de abastecimento público ou de transferências fiscais dirigidas a alvos específicos, tal como acontece no Chile e na Colômbia. Na utilização dos subsídios, estes devem estabelecer alvos de forma a garantir que as pessoas que não são pobres paguem uma proporção mais elevada do custo de prestação dos serviços do que o valor actual na maioria dos países.
- *Medidas de recuperação de custos sustentáveis e equitativas*. Os prestadores de serviços devem estabelecer tarifas para cobrir custos recorrentes, cabendo às finanças públicas a cobertura dos custos de capital para a expansão da rede. Mas a acessibilidade dos preços é uma das condições cruciais para a igualdade. Em regra, nenhum lar deveria gastar mais de 3% do seu rendimento em água e saneamento.

Cada pessoa tem o direito humano a um mínimo de cerca de 20 litros de água por dia, independentemente da riqueza, localização, género ou grupo racial, étnico ou outro

Os governos têm a responsabilidade de assegurar que os fornecedores e os mercados sejam governados para evitar o abuso de poder monopolista e proporcionar água e saneamento seguros, fiáveis e a preços acessíveis às pessoas mais carenciadas

- *Estratégias de apoio à procura de água e saneamento pelos lares mais pobres*. As estratégias devem levar em conta o facto de que as pessoas sem acesso à água vivem esmagadoramente abaixo do limiar de pobreza extrema, ao passo que o défice de saneamento atravessa a faixa abaixo do limiar de pobreza extrema e chega até níveis superiores de rendimento, em que os lares têm maior capacidade de financiar o abastecimento.

4. Aumento de escala das iniciativas que emanam a partir da base. A distinção entre iniciativas que emanam do topo para a base e, ao contrário, da base para o topo é frequentemente alvo de uma importância exagerada. O progresso depende dos governos fazerem aquilo que é suposto fazerem: criar um ambiente encorajador, mobilizar recursos e estabelecer uma estrutura política nacional clara. Mas na água e no saneamento, tal como na maioria das áreas, os governos funcionam melhor quando trabalham em parcerias que tiram partido da energia, orientação e inovação a nível da comunidade — e quando ouvem o povo. As parcerias baseadas na participação real criam o potencial para o rápido aumento de escala de histórias de sucesso locais.

5. Regulação para o desenvolvimento humano. A prestação do serviço de água e saneamento implica um vasto leque de fornecedores e estende-se ao longo de mercados complexos. Os governos têm a responsabilidade de assegurar que os fornecedores e os mercados sejam governados para evitar o abuso de poder monopolista e proporcionar água e saneamento seguros, fiáveis e a preços acessíveis às pessoas mais carenciadas. Um dos problemas que se prende com as actuais estruturas reguladoras é que o seu alcance não se estende para além dos fornecedores formais de larga escala.

A agenda é bastante ampla. Vai além da mera preocupação com a propriedade público-privada que tem dominado os debates sobre a água e o saneamento. Se estes debates têm destacado preocupações importantes, também têm desviado a atenção de importantes questões da política pública. Em última análise, a água é um direito humano — e os governos são os detentores do dever de alargar esse direito. Os organismos públicos são também os principais fornecedores e financiadores do abastecimento de água na maioria dos países. No entanto, o financiamento, fornecimento e regulação dos serviços de água e saneamento colocam difíceis desafios de política pública que não podem ser resolvidos pela simples reivindicação de que a água é um direito humano ou pelo debate entre operadores públicos e privados, questões que voltam a ser abordadas nos capítulos 2 e 3.

Ampliar a ajuda internacional à água e saneamento

Os debates internacionais sobre o desenvolvimento bloqueiam frequentemente numa discussão inútil sobre qual o aspecto mais importante para o progresso do desenvolvimento humano, se o dinheiro, se a reforma política.[67] A realidade é que ambos são essenciais. É evidente que o dinheiro por si só não pode resolver problemas na prestação do serviço, especialmente aqueles que resultam de más políticas, mas pode ajudar a atenuar restrições e a apoiar boas políticas. Na água e no saneamento, tal como noutras áreas, o progresso depende em última análise das acções dos próprios países em desenvolvimento — mas a ajuda tem um papel fundamental. Num grande grupo de países de baixo rendimento, a mobilização de recursos nacionais é demasiado limitada pela pobreza e por rendimentos médios baixos para financiar investimentos à escala necessária. Os investimentos financiados pela ajuda podem ajudar a libertar os elevados retornos para o desenvolvimento humano através da redução dos condicionantes financeiros sobre os governos e os lares pobres.

A África Subsariana é o exemplo mais significativo da importância da ajuda para a concretização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio da água e do saneamento e de outros, de âmbito mais vasto. As estimativas dos vários países sugerem que alcançar a meta 10 exigirá investimentos anuais ao longo da próxima década de cerca de 2,7% do PIB, ou seja, sete mil milhões de dólares por ano.[68] A análise orçamental dos vários países indica que a despesa corrente é de cerca de 0,3% do PIB, o que equivale a 800 milhões de dólares por ano. Não há estimativas fiáveis relativamente aos vários países de receitas de fontes domésticas e de serviços de abastecimento públicos. Mas a recuperação de custos por parte dos prestadores de serviços e a mobilização de recursos financeiros pelas comunidades para financiar o abastecimento de água iria provavelmente aumentar a despesa corrente total para 1% do PIB, ou seja, 2,5 mil milhões de dólares.

Com base no pressuposto optimista de que a despesa pública na água e no saneamento e a partilha de custos poderiam ser elevados para 1,6% do PIB, continuaria a persistir uma lacuna de financiamento de 2,9 mil milhões de dólares por ano. Os fluxos de ajuda cobrem actualmente parte da lacuna de financiamento, oferecendo uma média de cerca de 830 milhões de dólares anualmente. Mas o défice de financiamento para cumprir os requisitos míni-

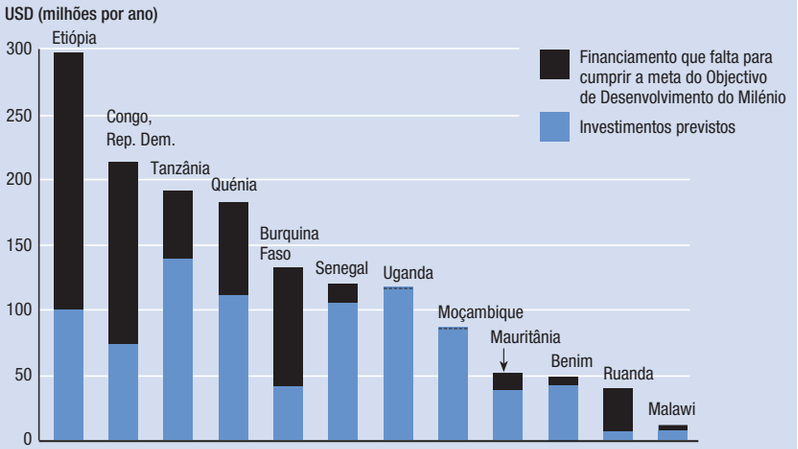
mos de acesso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ascende ainda a dois mil milhões de dólares por ano. A tentativa de colmatar esta lacuna através da recuperação de custos colocaria os serviços de água e saneamento fora do alcance precisamente das pessoas que necessitam do serviço para alcançar a meta. Estimativas recentes relativas aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apontam para uma enorme lacuna entre os requisitos de financiamento e os fundos reais para muitos países da África Subsariana (figura 1.23). A menos de uma década de 2015, colmatar aquela lacuna constitui uma prioridade urgente devido ao atraso entre o investimento e a cobertura ampliada.

A maioria dos doadores reconhece a importância vital da água e do saneamento para o desenvolvimento humano. Mas os fluxos de ajuda têm uma história pouco encorajadora. Exceptuando o enorme aumento na ajuda ao desenvolvimento no Iraque, a ajuda ao desenvolvimento total para a água ascendeu a 3,4 mil milhões de dólares em 2004.[69] Em termos reais, os níveis de ajuda actuais encontram-se mais baixos do que em 1997, em significativo contraste com a educação, em que a ajuda duplicou ao longo do mesmo período, ou com a saúde. A ajuda destinada à água e ao saneamento também declinou em percentagem do total da ajuda ao desenvolvimento — de 8% para 5%. E os fluxos internacionais de ajuda para o sector foram marcados por grandes variações, o que aponta para a imprevisibilidade do financiamento. É verdade que há muitas solicitações que concorrem pela ajuda. Mas a comunidade de doadores há muito que reconheceu a importância da água e do saneamento para uma ampla gama de objectivos de desenvolvimento, pelo que estas são tendências preocupantes.

Os doadores variam enormemente nos seus compromissos para com a água e o saneamento. O Japão é, de longe, o maior doador bilateral, contribuindo com uma média de 850 milhões de dólares em 2003-04 (figura 1.24). Este número representa mais de um quinto de toda a ajuda para o sector da água e do saneamento. Os doadores multilaterais representam agora cerca de um terço dos fluxos de ajuda, face a 20% há cinco anos, liderados pelos empréstimos suaves da Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pela União Europeia. O desvio em direcção à ajuda multilateral tem sido importante para o financiamento do Objectivo do Desenvolvimento do Milénio porque se concentra mais em países de baixo rendimento e na África Subsariana do que na ajuda bilateral.

Para além dos números, os doadores variam imenso no que respeita a parcela de ajuda atribuída à água e ao saneamento. Por exemplo, no seio do Grupo dos Oito, a Alemanha e o Japão investem mais de 6% da ajuda total neste sector, ao passo que a Itália, o Reino Unido e os Estados Unidos investem menos de 3% ou menos (figura 1.25).

Figura 1.23 O investimento público em água e saneamento é insuficiente para alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em muitos países

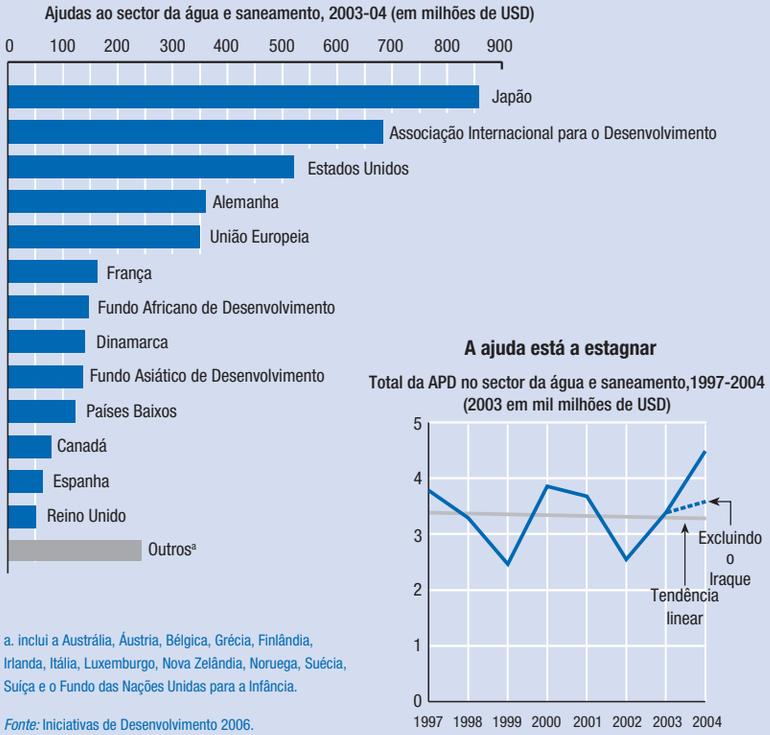


Fontes: WSP–AF a publicar.

A distribuição dos fluxos de ajuda é importante para ultrapassar os condicionantes financeiros. Também aqui há motivo para preocupações. Os fluxos de ajuda encontram-se fortemente concentrados: apenas 20 países respondem por cerca de três quartos da ajuda total. Os 10 maiores receptores de ajuda bilateral recebem dois terços dos desembolsos totais. Quatro destes países têm rendimentos médios baixos. A África Subsariana, a região que enfrenta a maior lacuna financeira e os maiores défices de água e saneamento, recebe apenas cerca de um quinto da ajuda. Tal como a despesa governamental em água e saneamento, os fluxos de ajuda são desviados em direcção às populações urbanas. O financiamento em larga escala da infra-estrutura de água e saneamento responde por cerca de metade do total da ajuda ao sector, indicando uma forte distorção no sector urbano.

É necessária cautela na avaliação das actuais afectações da ajuda. Encaradas pelo prisma do desenvolvimento humano, associações simples entre a ajuda e os países de rendimento baixo podem induzir em erro. Os países de rendimento médio mais baixo, como Marrocos, África do Sul e Tunísia, são grandes receptores de ajuda em água e saneamento — e cada um deles enfrenta grandes problemas que justificam apoio externo. O mesmo vale para países de baixo rendimento como a China, a Índia e o Vietname, todos eles com lugar de destaque na afectação da ajuda bilateral. O crescimento da ajuda à África Subsariana não deve ser efectuado à custa de reivindicações legítimas de outras fontes. De igual modo, é importante evitar distinções simplistas entre infra-estruturas de pequena e de larga escala. Existem ar-

Figura 1.24 O compromisso dos doadores é bastante variável — e o financiamento é imprevisível



a. inclui a Austrália, Áustria, Bélgica, Grécia, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento 2006.

gumentos fortes em termos de desenvolvimento para o apoio de infra-estruturas de água e saneamento de larga escala enquanto parte de uma estratégia global do sector: o desenvolvimento de instalações de tratamento de águas residuais e de redes de água e saneamento não são luxos do desenvolvimento.

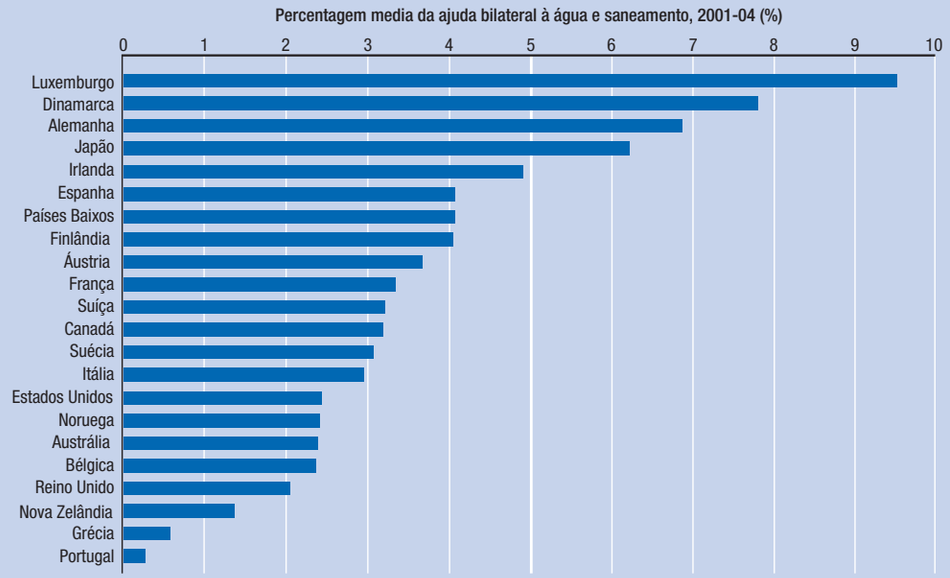
Também a pequena parcela de ajuda atribuída à África Subsariana não pode ser exclusivamente atribuída a predisposições do doador. Muitos governos africanos não conseguiram fazer do sector uma prioridade ou lidar com velhos problemas de fragmentação institucional. Em muitos países, uma fraca interacção entre governos e doadores contribui para a marginalização da água e do saneamento. Os doadores exprimem frequentemente as suas preferências estabelecendo as prioridades da despesa em áreas com fortes planos sectoriais ou com abordagens à escala do sector. Que estão cronicamente subdesenvolvidos na água e no saneamento, o que cria desincentivos ao envolvimento dos doadores. Por seu turno, um reduzido apoio dos doadores restringe o potencial para o desenvolvimento de abordagens à escala do sector, criando um círculo vicioso de fraco planeamento e de subfinanciamento.

Para o financiamento global do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, os actuais padrões de ajuda ao desenvolvimento padecem de duas limitações. A mais visível é o enorme défice de ajuda relativamente a requisitos de financiamento. Como indicador geral, os fluxos de ajuda para a água e o saneamento terão de aumentar em cerca de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano para que o objectivo passe a estar ao alcance, para além de mais 2 mil milhões de dólares designados à África Subsariana. Esta é uma prioridade imediata. Sem mais ajuda, muitos governos não disporão da base de receitas para efectuar os investimentos iniciais necessários para colocar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ao alcance. E as reformas da política e os investimentos na água e no saneamento levam um tempo considerável a produzir resultados.

O segundo problema é que os recursos da ajuda são inevitavelmente desviados em direcção a países com uma forte presença de doadores — mais especificamente, em direcção a países com uma massa crítica de doadores que dão prioridade à água e ao saneamento. Trata-se de um resultado que não surpreende e que é bastante importante. Os países nos quais o Japão é um parceiro importante têm maior probabilidade de assegurar ajuda para a água e saneamento. A consequência é que as boas políticas nem sempre são apoiadas por ajuda suficiente para a água e saneamento em países em que os doadores revelam um fraco compromisso com o sector. Se muitos factores determinam a afectação da ajuda, é difícil escapar à conclusão de que muitos países se debatem com uma disparidade entre as necessidades nacionais de financiamento e os fluxos de ajuda. Em 2004, o Gana e a Tunísia receberam cada um 88 dólares em ajuda para cada pessoa sem acesso a uma fonte de água melhorada; o Burquina Faso e Moçambique receberam 2 dólares por pessoa. A África do Sul recebeu 11 dólares; o Chade e a Nigéria receberam entre 3 e 4 dólares.

Os que exprimem pessimismo em relação à ajuda questionam o papel da ajuda ao desenvolvimento na promoção do desenvolvimento humano. Aquele pessimismo é infundado. A ajuda internacional ao desenvolvimento tem sido essencial no apoio ao progresso no acesso à água em países como o Gana, a África do Sul e o Uganda — e continua a apoiar o progresso em direcção ao saneamento para todos no Bangladeche e no Lesoto. Para milhões de pessoas dos países mais pobres do mundo a ajuda tem feito uma enorme diferença. Tal não significa que não se possa fazer mais, tanto pelos doadores como pelos receptores de ajuda, para aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Uma fraca coordenação entre os doadores, uma preferência, nalguns casos, para operar através de projectos e não de programas governamentais, e a ajuda ligada diminuem o impacto da ajuda ao desenvolvimento e elevam os custos transaccionais para os governos dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o fracasso de

Figura **1.25** **Alguns doadores dão mais prioridade à água e ao saneamento do que outros**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento 2006.

alguns governos em assegurar que os resultados do orçamento reflectissem compromissos planeados, fez com que muitos doadores hesitassem em aumentar a ajuda aos programas. Mas num vasto grupo de países a qualidade da ajuda está a melhorar, à medida que as políticas nacionais se tornam mais eficazes.

Outro motivo para optimismo reside no ímpeto subjacente às parcerias internacionais para a ajuda desenvolvidas deste o lançamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A cimeira de Gleneagles do Grupo dos Oito (G8), realizada em 2005, comprometeu-se a duplicar a ajuda até 2010 — compromisso que se traduz num valor extra de 50 mil milhões de dólares, metade dos quais destinados à África Subsariana. Foram desenvolvidos mecanismos inovadores para concentrar os custos no início do período da ajuda ao desenvolvimento através de desembolsos pré-financiados orçamentados contra futuros fluxos de ajuda. Em vista da intensidade de capital dos investimentos na água, da necessidade de concentrar os custos no início do período de ajuda e do longo prazo de implementação dos planos de água e saneamento, é importante mobilizar um aumento inicial nos desembolsos de ajuda — e pré-financiar os desembolsos orçamentados para períodos posteriores.

Os países ricos financiaram a sua revolução na água e no saneamento há mais de um século recorrendo a uma ampla gama de novos mecanismos de financiamento, incluindo obrigações municipais que disseminam os custos durante um longo período. No mundo globalizado do início do século XXI, é importante que as novas parcerias para a ajuda desenvolvidas em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio alarguem as mesmas oportunidades aos países mais pobres do mundo. O Mecanismo de Financiamento Internacional proposto pelo ministro das Finanças britânico, Gordon Brown, é um exemplo (ver contributo especial).

Para além da ajuda, muitos países necessitarão de mobilizar um vasto volume de financiamento nos mercados de capitais internos. Nalguns casos, aqueles mercados são limitados e os riscos perceptíveis associados às obrigações emitidas pelos municípios ou prestadores de serviços podem elevar as taxas de juro a níveis proibitivos. Esta é uma área em que as políticas nacionais e uma regulação eficaz do mercado de capitais são críticas. Os países desenvolvidos e as instituições financeiras multilaterais podem apoiar os esforços nacionais através de medidas destinadas a reduzir o risco e a baixar os custos dos empréstimos, bem como as garantias ao crédito (ver Capítulo 2).

Construir a parceria global — argumentos em prol de um plano internacional de acção global para a água e o saneamento

Um planeamento nacional sólido é a base de um movimento acelerado em direcção à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e — em última análise — ao acesso universal à água e ao saneamento. A mobilização de recursos nacionais, o desenvolvi-

Um planeamento nacional sólido é a base de um movimento acelerado em direcção à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e — em última análise — ao acesso universal à água e ao saneamento

mento de instituições eficientes, responsáveis e com capacidade de resposta, e a implementação de estratégias para superar as desigualdades são alicerces do progresso em todos os países. Mas em alguns países não são suficientes. Por isso a ajuda é tão importante. Em termos mais amplo, o planeamento nacional e as iniciativas internacionais de ajuda poderiam beneficiar de um plano de acção global mais vasto para a água e o saneamento.

A justificação para a existência de tal plano enraíza-se, por um lado, no estatuto marginal da água e do saneamento na agenda internacional de desenvolvimento e, por outro, nas lições das iniciativas internacionais noutras áreas, como o VIH/SIDA e a educação.

À excepção da água e do saneamento, é difícil pensar em qualquer outra área de comparável importância para o desenvolvimento humano que usufrua de uma liderança global tão reduzida. O problema não reside na ausência de conferências de alto nível ou de relatórios ambiciosos. Estas têm sido características tradicionais das agendas das conferências internacionais durante mais de três décadas, desde que a ONU realizou a sua primeira conferência sobre a água, em Mar del Plata, na Argentina, em 1977. Aquele evento levou à adopção de um plano de acção que deu origem à primeira Década Internacional da Água Potável e do Saneamento Seguro. Até à data, aquela conferência mantém-se um marco em termos de influência. Mas a impressionante meta da «água e saneamento para todos» até 1990 e a subsequente reafirmação do mesmo objectivo não atingido em 2000, noutra conferência de alto nível, puseram a descoberto uma enorme lacuna entre o estabelecimento de metas e o planeamento estratégico para atingir as mesmas.

Desde meados dos anos 90, verificou-se uma proliferação de conferências dedicadas à água. Emergiram duas grandes parcerias internacionais, o Conselho Mundial da Água e a Parceria Global para a Água, que supervisionaram uma impressionante série de encontros globais, como o Fórum Mundial da Água, de periodicidade trienal, realizado na Cidade do México em 2006, e de relatórios. A água também figurou proeminentemente em encontros da ONU de âmbito mais vasto, como a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, é difícil escapar à conclusão de que hoje, tal como nos anos 70, existe uma enorme lacuna entre as declarações ministeriais e relatórios de conferências e as estratégias práticas para alcançar o objectivo da água e saneamento para todos. Não se pretende com isto diminuir o papel vital das conferências internacionais para a informação da opinião pública e crescimento da consciencialização dos problemas entre os políticos e o público em geral. Mas, se o derradeiro objectivo é o de melhorar o acesso dos homens e mulheres mais carenciados à água, os progressos são menos impressionantes — o que diminui a justificação para a realização de mais conferências internacionais sem uma agenda objectiva para alcançar a mudança.

Muito francamente, no que respeita à água e ao saneamento, o mundo sofre de um excesso de actividade de conferências e de um défice de acção. Sofre também de fragmentação. Existem nada menos do que 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento. Para além de problemas de coordenação e de custos transaccionais no interior dos países, a diversidade de agentes obstou ao desenvolvimento de fortes defensores internacionais da água e do saneamento.

A agenda dos países do G8 oferece testemunhos deste problema. Há três anos, na sua cimeira em Evian, na Suíça, o G8 adoptou um Plano de Acção para a Água que pretendia alcançar um vasto leque de objectivos, «ajudando prioritariamente os países que assumiram um compromisso político de dar prioridade à água potável e ao saneamento básico».[70] Desde então, não surgiu nada que mereça ser descrito como plano de acção. Os níveis de ajuda estagnaram e não foi efectuada qualquer tentativa credível de traduzir em estratégias globais práticas capazes de oferecer resultados os compromissos assumidos em conferências internacionais como o 3º e o 4º Fóruns Mundiais da Água, realizados em 2003 e 2006.

Se fossem necessárias evidências da baixa notoriedade da água e do saneamento na agenda do G8, estas ficaram patentes na Cimeira de Gleneagles realizada em 2005. Não só não houve qualquer referência ao que foi acordado em Evian, como a questão não foi sequer mencionada na estratégia que o G8 definiu para a África Subsariana.

A uma década de 2015, é tempo de agir e assumir o compromisso para desenvolver um plano de acção global para a água e o saneamento. Tal não significa a implementação de processos de planeamento complexos, burocráticos e rigidamente hierarquizados. Ao contrário, o objectivo seria o de fornecer um núcleo institucional para os esforços internacionais mobilizarem recursos, criarem capacidade e, acima de tudo, galvanizarem a acção política colocando a água e o saneamento numa posição mais central na agenda do desenvolvimento.

Para que qualquer estrutura global produza resultados, tem de estar alicerçada a nível nacional e integrada nos processos nacionais de planeamento. Tem também de estar fundamentada numa parceria de desenvolvimento genuína. Em última análise, é responsabilidade dos governos nacionais delinearem planos nacionais credíveis e desenvolverem instituições transparentes e responsáveis para a implementação. Mas o princípio de base subjacente ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é que os governos

comprometidos com o progresso não sejam retidos por falta de apoio internacional e recursos financeiros. O desenvolvimento de um plano de acção global ajudaria a fazer com que este compromisso passasse das palavras à acção.

As iniciativas correntes oferecem um ponto de referência útil. Tanto o Fundo Global de luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária e, a uma menor escala, mas nem por isso menos significativa, a Iniciativa para a Aceleração da Educação para Todos (FTI — Fast Track Initiative) têm produzido resultados reais.[71] Nenhum deles envolve grandes estruturas organizacionais. O Fundo Global tem pouca burocracia, não dispõe de qualquer delegação nacional e age apenas como um instrumento de financiamento e de criação de capacidade. Está baseado nas estratégias governamentais e facilita o fortalecimento do papel da sociedade civil. O valor acrescentado do Fundo Global tem sido um ponto central para a acção política, potenciando recursos de apoio das boas políticas e criando capacidade. Da mesma forma, a Iniciativa para a Aceleração da Educação ajudou a reduzir as lacunas de financiamento e coordenar a ajuda dos doadores para a educação em dezenas de países.[72]

Como funcionaria um plano de acção global para a água e o saneamento? E que diferença faria um plano de acção global nas vidas das pessoas mais carenciadas? Em termos operacionais, um plano global reuniria os doadores sob um único tecto multilateral, organizado sob os auspícios de agências relevantes da ONU, da União Europeia e do Banco Mundial. A ênfase seria colocada na disponibilização de recursos e apoio à criação de capacidade e na coordenação e coerência; não na criação de novos sistemas burocráticos.

Uma estrutura global, alicerçada a nível nacional e integrada nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza e nos planos nacionais de desenvolvimento, poderia oferecer uma plataforma para lidar com as questões políticas, institucionais e de financiamento à medida que os países procurassem ampliar a escala das estratégias de água e saneamento e acelerar o progresso. A direcção no sentido da globalização não substitui os esforços iniciais locais. Mas pode ajudar à construção do pacto básico dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: que as boas políticas e a intenção séria de disponibilizar serviços a nível nacional atrairá o apoio da comunidade internacional: Um plano deste tipo poderia gerar outros benefícios para os países com governos comprometidos com a acção:

- *Galvanizar o compromisso internacional e elevar a notoriedade da água e do saneamento*. A adopção de um plano de acção pelo G-8 e pela vasta comunidade de doadores colocaria em destaque a importância central do progresso na água e no saneamento para o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Com uma concepção e implementação adequadas, um plano deste tipo poderia fazer pela água e pelo saneamento o que o Fundo Global fez pelo VIH/SIDA — oferecer um núcleo central institucional que eleve a notoriedade do problema da água e do saneamento. Poderia fazer com que os governos nacionais ganhassem a clara consciência de que o sector virá a ser uma prioridade crescente, criando incentivos para um planeamento nacional mais forte. Na frente política, o plano global poderia identificar estratégias gerais de melhores práticas para ultrapassar desigualdades e acelerar o progresso, criando uma estrutura indicativa global como base para avaliação da política. A monitorização da implementação e do progresso destas estratégias tornar-se-ia um elemento central para a água e o saneamento nos encontros do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e do G8.
- *Monitorizar o desempenho.* Os doadores de ajuda exigem justificadamente um elevado nível de responsabilização e transparência da parte dos receptores de ajuda. Os padrões aplicados à comunidade doadora são muito menos rigorosos. Não há mecanismos para fazer com que os países desenvolvidos prestem contas pela entrega de ajuda face aos seus compromissos ou à qualidade da ajuda. O plano de acção global da água e do saneamento criaria este mecanismo. Incluiria uma avaliação global do desempenho dos doadores. O exercício de avaliação anual consistiria de duas partes. Incluiria uma análise, por parte dos receptores de ajuda, do grau pelo qual os doadores estão a cumprir os critérios de água e saneamento face às directrizes e objectivos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico adoptados em 2005 para aumentar a eficácia da ajuda através de um maior apoio orçamental, maior previsibilidade nos fluxos de ajuda e menores custos transaccionais através de uma maior harmonização e coordenação. Incluiria também uma avaliação independente dos programas de ajuda face às metas estabelecidas no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e nas estratégias nacionais, ajudando a melhorar a compreensão, tanto de doadores como de receptores de ajuda, daquilo que funciona e daquilo que não funciona (ver contributo especial de Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala).
- *Mobilizar recursos suplementares de ajuda*. O plano de acção global ofereceria um núcleo central para que os esforços internacionais alinhassem os recursos externos necessários para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com as lacunas de financiamento em cada país. Tendo este aspecto em mente, o principal in-

A uma década de 2015, é tempo de agir e assumir o compromisso para desenvolver um plano de acção global para a água e o saneamento

Contributo especial

Concentrar os custos no início do período de financiamento para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento

Do Japão à União Europeia, e passando pelos Estados Unidos, as pessoas do mundo desenvolvido tomam a água potável e o saneamento básico por garantidos. Mas, em várias zonas do mundo, muitas pessoas ainda não têm acesso a estes direitos humanos básicos. Este Relatório documenta devidamente os custos sociais e económicos de uma crise na água e no saneamento.

A água e o saneamento não somente são essenciais para a vida humana como constituem os blocos de construção do desenvolvimento em qualquer país. É por esta razão que um dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tem uma meta específica de reduzir a metade o número de pessoas sem acesso sustentável a água potável e a saneamento até 2015.

A falta de água potável e de saneamento afecta desproporcionalmente as mulheres e as raparigas, tradicionalmente responsáveis pela obtenção de água para a família. Para as raparigas em idade escolar, o tempo gasto a viajar — horas, por vezes — até à fonte de água mais próxima é tempo perdido em educação, negando-lhes a oportunidade de conseguir trabalho e de melhorar a saúde e os padrões de vida das suas famílias e de si próprias. As escolas sem acesso a água potável ou a saneamento constituem uma poderosa prova da interligação entre o desenvolvimento humano e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: não é possível criar sistemas de educação eficazes quando as crianças estão constantemente doentes e ausentes da escola. E não é possível oferecer educação a todos quando as raparigas são mantidas em casa porque os seus pais se preocupam com a ausência de instalações sanitárias separadas.

Hoje todos compreendem o vínculo existente entre água potável, melhor saúde e maior prosperidade. Temos o conhecimento, a tecnologia e os recursos financeiros para tornar a água potável e o saneamento uma realidade para todos. Devemos agora alinhar estes recursos com a vontade política para agir.

A infra-estrutura de um sistema eficaz de água e saneamento à escala nacional — desde canalização de água a estações de bombagem e redes de esgotos — exige um investimento a uma escala superior à que os países mais pobres podem aspirar neste momento. Por outro lado, exige avultados investimentos iniciais, bem como custos de manutenção de mais longo prazo. Dada a elevada proporção de pessoas dos países em desenvolvimento sem acesso a água e saneamento e que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, não é viável satisfazer estes custos iniciais através de tarifas dos utilizadores.

Em 2005, os governos dos países desenvolvidos prometeram aumentar o montante global da ajuda para o desenvolvimento. A União Europeia comprometeu-se a aumentar a ajuda para 0,7% do seu rendimento até 2015. O G8 comprometeu-se a duplicar a ajuda a África até 2010. Ao efectuar aquela promessa, o G8 reconheceu que uma das finalidades desta ajuda era assegurar que as populações dos países em desenvolvimento teriam acesso a água salubre e saneamento. Contudo, os aumentos tradicionais nos orçamentos da ajuda dos doadores não serão suficientes para fornecer os recursos adicionais e cumprir as metas de ajuda que foram estabelecidas. São necessários mecanismos de financiamento inovadores para reunir o financiamento urgentemente necessário para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — e em nenhuma área tal se torna mais evidente do que na água e no saneamento.

Muito francamente, o mundo não pode esperar que os fluxos de financiamento graduais comecem a produzir retornos antes de lidar com a crise da água e do saneamento. Esta crise está a matar crianças e a impedir o desenvolvimento actual — e temos de agir agora. Foi por esta razão que se analisou e implementou uma série de mecanismos de financiamento inovadores com vista a mobilizar financiamentos iniciais para o desenvolvimento. O Mecanismo de Financiamento Internacional (MFI) é um exemplo.

O MFI mobiliza recursos de mercados de capitais internacionais através da emissão de obrigações de longo prazo que são amortizadas pelos países doadores no prazo de 20 a 30 anos Uma massa crítica de recursos pode assim ser disponibilizada imediatamente para o investimento no desenvolvimento, ao passo que a amortização é efectuada ao longo de um período maior, com base nos orçamentos para a ajuda dos países desenvolvidos.

Os princípios da concentração dos gastos no início do período já foi aplicado ao MFI para a Vacinação, que, através do investimento imediato de 4 mil milhões de dólares extra em vacinas para doenças evitáveis, poupará o impressionante número de 5 milhões de vidas entre o momento actual e 2015 e outros 5 milhões de então em diante.

Estes princípios podem também ser bastante relevantes para a água. As taxas de retorno dos investimentos iniciais na água e no saneamento ultrapassariam largamente os custos de empréstimos realizados nos mercados de obrigações, mesmo levando em conta os custos dos juros. Efectivamente, a OMS estimou que o retorno de um investimento de 1 dólar em saneamento e higiene nos países de baixo rendimento é de 8 dólares, em média. Trata-se de um bom investimento, qualquer que seja o sistema de contabilidade que o avalie.

A mobilização de recursos de mercados de capitais para investimento em água e saneamento não é nova. Os países industriais utilizaram emissões de obrigações e mercados de capitais para obter financiamento para o investimento em água e infra-estruturas de saneamento no começo do século passado. E, mais recentemente, países como a África do Sul emitiram obrigações municipais para aumentar rapidamente a massa crítica de recursos para efectuar um investimento de tal ordem.

Evidentemente, temos de reconhecer que as novas parcerias para a ajuda subjacentes aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem um compromisso de dois sentidos. Há obrigações e responsabilidades de parte a parte. Os países em desenvolvimento devem ser julgados pela sua capacidade de utilizar os recursos da ajuda com eficiência e transparência de forma a fazer chegar água salubre e saneamento aos mais pobres. Mas eles e os seus cidadãos têm o direito de esperar que boas políticas sejam apoiadas por um fluxo previsível de financiamento à ajuda proporcional à escala do desafio.

Os países desenvolvidos devem ser julgados não somente pelo seu apoio aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também pela disponibilização de recursos para alcançá-los. Ajudar a fornecer água salubre e saneamento básico demonstrará que estas promessas são mais do que uma simples moda passageira — que são um compromisso para a nossa geração.

Gordon Brown, deputado parlamentar,
Ministro das Finanças, Reino Unido



Ngozi Okonjo-Iweala, ex-Ministro das Finanças, Nigéria



grediente reside na criação de um compromisso fiável e de longo prazo de recursos desde que os países adoptem e implementem planos de reforma credíveis. A solidez de compromissos prévios dos doadores pode oferecer aos países a garantia de que, se eles honrarem os seus compromissos, os doadores disponibilizarão o financiamento.

Devido ao facto da expansão do acesso à água e ao saneamento exigir investimentos iniciais de vulto, mas oferecer retornos durante um longo período, o sector perde frequentemente para projectos de investimento mais imediatos e tangíveis relativamente aos quais os líderes políticos podem assumir o crédito mais rapidamente. O financiamento garantido pode reforçar a posição dos reformadores através do potenciamento que decorre dos compromissos de apoio financeiro externo. O plano teria como aspecto crucial um calendário concreto para aumentar a ajuda à água e ao saneamento em 3,4 a 4 mil milhões de dólares ao longo da próxima década, com recursos para a concentração dos custos no início do período. A África Subsariana seria um elemento central no plano de acção global, não somente pela mobilização de 1,5 a 2 mil milhões de dólares de ajuda suplementar, como pela colocação da água e do saneamento no núcleo da estratégia para a África adoptada pelo G8 em Gleneagles. O plano global ofereceria uma estrutura para a ajuda baseada no desempenho, estabelecendo os receptores de ajuda referências claras de desempenho no quadro de planos nacionais e aderindo os doadores a referências relativas ao cumprimento dos seus compromissos de ajuda.

- *Mobilizar recursos nacionais*. O plano de acção global apoiaria e complementaria a mobilização de recursos nacionais. Na maioria dos países de médio rendimento, e nalguns países de baixo rendimento, os mercados de capitais nacionais representam uma potencial fonte de financiamento a longo prazo. Devido ao facto das receitas dos investimentos de água e saneamento serem contabilizadas na moeda nacional, é importante que os empréstimos de apoio àquele investimento sejam em moeda nacional e não estrangeira — uma das duras lições dos fracassados episódios da privatização. O problema é que as percepções de risco do mercado e a fraqueza dos mercados de capitais locais podem simultaneamente elevar o custo dos empréstimos e diminuir o fluxo de recursos disponíveis. O apoio internacional, através de instituições multilaterais e bilaterais, pode mitigar aqueles efeitos através do fornecimento de garantias de crédito a serviços de abastecimento público ou entidades municipais, permitindo-lhes assegurar uma notação AAA. Esta área tem testemunhado um crescimento rápido nos últimos anos (ver Capítulo 2). Se um plano de acção global não institucionalizaria a prestação de crédito, poderia oferecer uma estrutura para coordenar e apoiar parcerias público-privadas, desenvolvendo melhores práticas e oferecendo aconselhamento técnico.
- *Apoiar o desenvolvimento de capacidade e o planeamento nacional*. Ultrapassar o défice de água e saneamento confronta muitos dos países mais pobres com complexos problemas de planeamento. O legado da fragmentação, do fraco desenvolvimento institucional e do subinvestimento em criação de capacidade técnica é, em si mesmo, um obstáculo ao progresso. No VIH/SIDA e na educação, as iniciativas globais ofereceram apoio técnico e de criação de capacidade como mecanismo de reforço da elegibilidade à ajuda ao desenvolvimento. Na água e no saneamento, a estrutura do plano global apoiaria o planeamento à escala do sector e mobilizaria recursos para a criação de capacidade. Tal como acontece no VIH/SIDA e na educação, um forte programa vertical facilitaria a disseminação de melhores práticas, responsabilização, medições de desempenho e comunicação às partes interessadas da política e à sociedade civil. Ajudaria também a assegurar que os recursos da ajuda ultrapassam realmente o financiamento geral ao invés de substituírem os recursos governamentais.
- *Melhorar a coerência e coordenação dos doadores*. A nível nacional, uma estrutura de planeamento global credível ofereceria um instrumento para os doadores definirem os seus programas no quadro de uma estratégia nacional, apoiando esforços correntes para harmonizar procedimentos dos doadores e requisitos relativos a relatórios. Estabeleceria um conjunto comum de normas, reduzindo os custos transaccionais associados aos requisitos de relatórios de múltiplos doadores e garantindo que os doadores não estão a duplicar projectos e esforços em apoio dos seus programas preferidos. A estrutura de planeamento global ajudaria também a identificar maus alinhamentos entre a afectação da ajuda e o compromisso governamental. Ofereceria um veículo multilateral para colmatar lacunas de financiamento nos países inadequadamente cobertos pela ajuda bilateral, tal como acontece com o Fundo Global e a Iniciativa para a Aceleração da Educação para Todos.

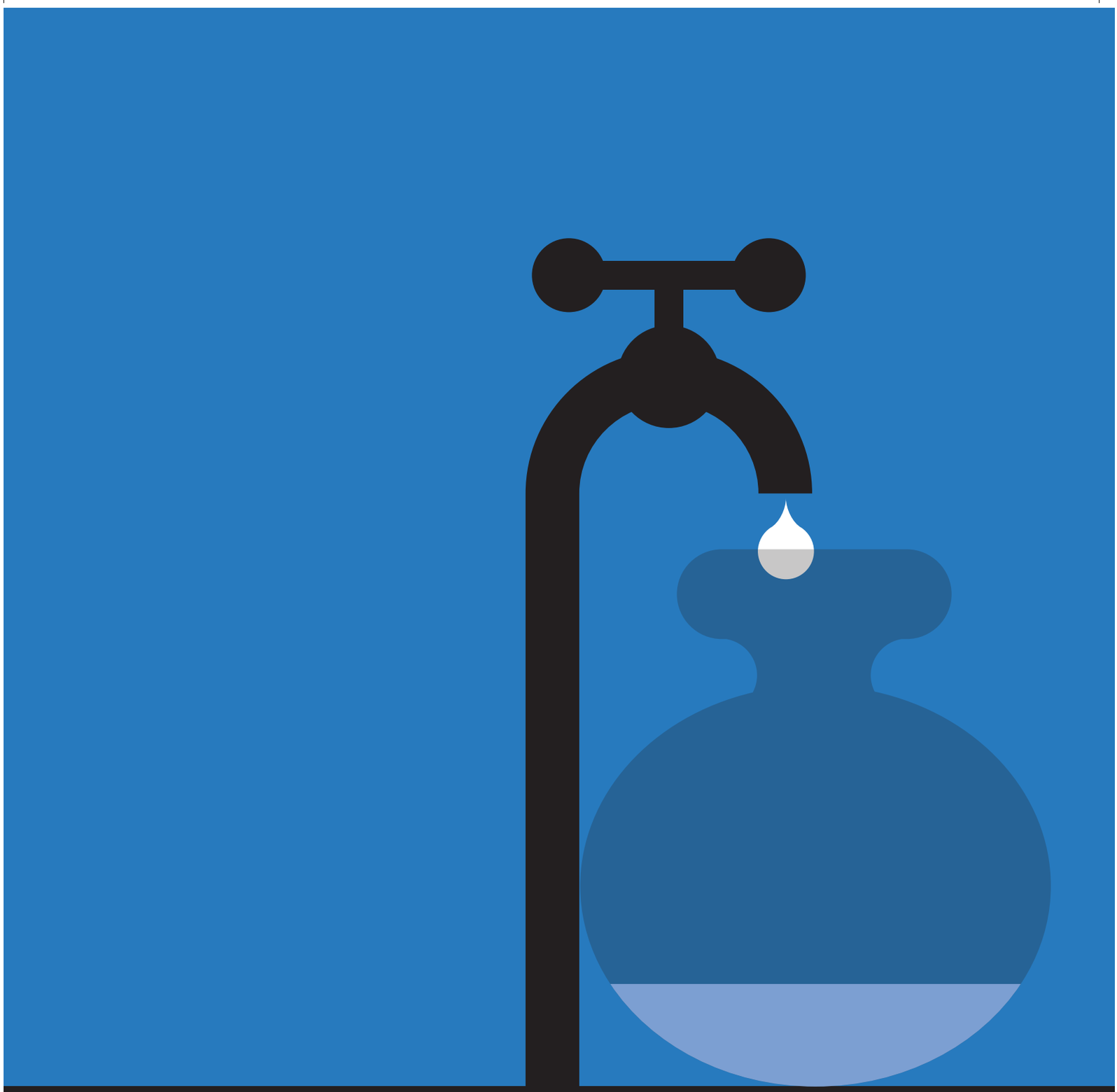
Os últimos desenvolvimentos na África Subsariana destacam o potencial de um pacto para a água e o saneamento. Reconhecendo que o défice de água e saneamento está a travar avanços na saúde,

O plano global poderia identificar estratégias gerais de melhores práticas para ultrapassar desigualdades e acelerar o progresso

A forma exacta de qualquer plano global constitui, obviamente, uma questão aberta ao diálogo e ao debate. Mas uma opção que já não deve ser encarada é a de deixar tudo como está

na educação e no crescimento económico, o Banco Africano de Desenvolvimento estabeleceu um Fundo Especial para a Água para apoiar o progresso em direcção ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e ao abastecimento universal até 2025. Foi desenvolvido um plano de acção de médio prazo indicativo, através do Conselho Africano de Ministros da Água e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, para 2005-2009. Através de negociações independentes com oito doadores, o Banco Africano de Desenvolvimento assegurou garantias de cerca de 50 milhões de dólares ao longo de períodos de um a três anos face a uma meta de 615 milhões de dólares.[73] Uma estrutura global apoiada por doadores de renome ajudaria quer a reduzir os custos transaccionais, quer a assegurar o financiamento à escala necessária.

Um plano de acção global para a água e o saneamento não é um fim em si mesmo. É um meio de promover a eficácia da cooperação internacional e de construir parcerias para a ajuda que podem colocar o mundo no caminho certo para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e progredir em direcção ao acesso universal à água e ao saneamento. A menos de uma década de 2015, um plano de acção global poderia oferecer a estrutura previsível e de longo prazo necessária às parcerias de ajuda que poderia funcionar como catalisador do progresso humano, conduzindo ao alargamento dos benefícios da água e do saneamento a outras áreas do desenvolvimento humano. A forma exacta de qualquer plano global constitui, obviamente, uma questão aberta ao diálogo e ao debate. Mas uma opção que já não deve ser encarada é a de deixar tudo como está.



2 Água para consumo humano

«Pensamos ser nosso dever afirmar que a venda de água a preços elevados não serve os interesses da saúde pública. O abastecimento de água limpa em abundância, a um preço acessível a todas as bolsas, constitui uma das medidas mais importantes para a promoção da saúde de qualquer comunidade.»

Conselho de Saúde da Carolina do Norte, 1898

CAPÍTULO 2

Água para consumo humano

O debate acerca dos méritos relativos do desempenho dos sectores público e privado constitui uma distracção em relação ao mau desempenho dos fornecedores de água dos sectores público e privado na tentativa de ultrapassar a falta global de água

«O direito humano à água», afirma o Comité das Nações Unidas sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, «garante a todas as pessoas o direito a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço, para uso doméstico e pessoal.»[1] Estes cinco atributos centrais representam a base da segurança em termos de água. Representam igualmente pontos de referência de um direito humano que é ampla e sistematicamente violado para uma grande parte da humanidade. Para cerca de 1,1 mil milhões de pessoas, a água suficiente, segura, aceitável, acessível e a bom preço para toda a vida representa uma esperança para o futuro e não uma realidade para o presente.

Fornecer acesso universal à água é um dos maiores desafios de desenvolvimento com que a comunidade internacional se depara no início do século XXI. O acesso restrito constitui um entrave ao crescimento económico, uma fonte de profundas desigualdades que têm por base a riqueza e o género e uma das principais barreiras ao rápido progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ver o contributo especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan). Há países inteiros a ficar prejudicados pela interacção fatal entre a insegurança da água e a pobreza. A justificação moral, ética e normativa para alterar esta situação prende-se com o reconhecimento de que a água pura é um direito humano — e uma condição essencial para que se obtenham outros direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e documentos internacionais mais abrangentes. Porque motivo é que o progresso em direcção à água para todos tem sido tão desigual e tão lento?

Durante anos, a troca de ideias acerca dos méritos relativos dos sectores público e privado tem dominado o debate sobre essa questão. Durante a década de 90, defendeu-se muito a privatização como solução para os fracassos do sector público. O sector privado, conforme se defendia, iria criar ganhos de eficiência, gerar novos fluxos financeiros e ser mais responsabilizável. Embora a experiência tenha sido mista, o sector privado não se apresentou como uma solução mágica. Em muitos casos, não se materializaram as vantagens de governo, finanças e eficiência que se esperava do sector privado. Ao mesmo tempo, são indiscutíveis os problemas no sector público existentes em diversos países. Muitas vezes, o sector público combina a ineficiência com a falta de responsabilização e com a injustiça, fornecendo água a baixo custo a grupos de rendimentos elevados e serviços de baixa qualidade — ou nenhum serviço — aos pobres. Do ponto de vista dos agregados familiares pobres, o debate acerca dos méritos relativos do desempenho dos sectores público e privado constitui uma distracção em relação ao que devia ser a preocupação fundamental: o mau desempenho dos fornecedores de água dos sectores público e privado na tentativa de ultrapassar a falta global de água.

Em última análise, os governos nacionais é que são os responsáveis por garantir a progressiva concretização do direito à água através de um enquadramento legislativo e regulamentar que se aplica a todos os fornecedores de serviços, públicos e privados. Esse enquadramento deve abordar dois obstáculos, identificados no capítulo 1, que têm sido ensombrados pelo debate entre os sectores público e privado.

O primeiro obstáculo é a desigualdade. Há, invariavelmente, uma menor probabilidade de os agregados familiares pobres estarem ligados a uma fonte de água segura, por não a poderem pagar ou por viverem longe da rede dos prestadores de serviços. Existe também uma relação inversa entre o preço e a capacidade de pagar: milhões de pessoas

Contributo especial: **O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar**

Muitas pessoas tomam a água como certa: abrem a torneira e sai água. Ou vão ao supermercado, onde podem escolher entre dúzias de marcas de água engarrafada. Mas para mais de mil milhões de pessoas no nosso planeta, a água pura está fora do seu alcance. E cerca de 2,6 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento adequado. As consequências são devastadoras. Perto de 2 milhões de crianças morrem todos os anos de doenças relacionadas com água suja e com mau saneamento — muitas mais do que as que morrem em resultados de conflitos violentos. Entretanto, por todo o mundo, a poluição, o consumo excessivo e a má gestão da água estão a diminuir a qualidade e a quantidade da água.

Foi tendo isto em mente que no Dia Mundial da Água em 2004, criei uma Comissão de Aconselhamento sobre Água e Saneamento. A comissão de 20 membros é composta por peritos técnicos, indivíduos de relevo e outras pessoas com provas dadas na área do funcionamento da máquina governamental. Foi liderada com grande sabedoria pelo falecido Primeiro Ministro do Japão, Ryotaro Hashimoto, até à sua morte prematura em Julho de 2006. Apesar dessa perda trágica, a comissão continua os seus esforços, trabalhando de perto com o sistema das Nações Unidas, com instituições internacionais e regionais, governos nacionais, os meios de comunicação de massas, o sector privado e a sociedade civil em geral para aumentar a tomada de consciência, mobilizar recursos e promover a criação de capacidades. A crise da água — como muitas questões com que o nosso mundo se confronta — só pode ser completamente resolvida através de parcerias que combinam o empenho nacional com a acção internacional.

Os enormes números que usamos para falar dos actuais desafios em termos de água e saneamento não devem ensombrar a luta individual que as pessoas normais enfrentam. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano lembra de modo forte e oportuno que a crise global da água tem um rosto humano: uma criança ameaçada por surtos mortais de diarreia, uma rapariga que não vai à escola para recolher água ou uma mãe a quem negaram as oportunidades de desenvolver todo o seu potencial, devido às exigências de tomar conta de familiares que estão doentes devido à água poluída. As Nações Unidas estão extremamente empenhadas nesta luta. O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar. E a água e o saneamento estão no centro da nossa luta para permitir que as pessoas de todo o mundo, e não apenas uns quantos privilegiados, possam viver com dignidade, prosperidade e paz.



Kofi Annan
Secretário-Geral
Nações Unidas

das mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais elevados do mundo pela água, em detrimento do seu bem-estar e potencial produtivo. Se a água é um direito humano, deve ser um direito de cidadania protegido para todos, independentemente da sua riqueza, capacidade de pagar, género ou localização.

O segundo obstáculo é a legitimação. Os direitos humanos podem ser um forte impulsionador da mudança. No entanto, esses direitos têm de ser garantidos não só em declarações normativas, mas também na legislação nos sistemas regulamentares e nos sistemas governativos que responsabilizam os governos e os fornecedores de água perante todos os cidadãos, inclusivamente perante os pobres. Muitas vezes, a linguagem dos direitos humanos funciona como uma desculpa para que as instituições pouco ou nada responsabilizáveis continuem a violar os direitos dos pobres.

É possível progredir rapidamente em direcção ao fornecimento universal de água. Muitos países têm caminhado rapidamente para a água para todos, tanto nas zonas urbanas como rurais. As parcerias inovadoras público-privado-comunidade aumentaram o acesso à água em algumas das zonas mais desfavorecidas do mundo. Mas este avanço tem sido feito aos poucos. Existe uma necessidade urgente de mais governos reconhecerem a crise de segurança em termos da água — e uma necessidade paralela de desenvolver estratégias nacionais para pôr fim a essa crise.

Alargar as infra-estruturas hídricas a pessoas sem água «suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço» levanta questões de financiamento muito difíceis. A água pode ser um direito humano, mas alguém tem de pagar os investimentos em termos de capital e cobrir os custos operacionais — os utilizadores ou os contribuintes e o governo. Além disso, o investimento necessário em termos de capital é «pesado», exigindo um financiamento à cabeça com períodos de reembolso de 20 ou mais anos. Nos países onde uma grande parte da população desfavorecida vive abaixo do limiar de pobreza e onde as finanças governamentais estão limitadas, isto coloca questões que vão para além do sector público ou privado. O mesmo acontece também com o desenvolvimento de sistemas regulamentares transparentes e responsabilizáveis que legitimem os pobres e que responsabilizem os fornecedores de serviços.

Faltando menos de 10 anos para o prazo limite definido para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (o ano de 2015), o desafio de acelerar o progresso assume uma nova urgência. Em termos de política, uma década é muito tempo. Mas é pouco tempo quando se trata de desenvolver e im-

plementar estratégias para reduzir para metade o número de pessoas que no mundo inteiro não têm acesso à água. O perigo é que esse atraso ponha fora de alcance o alvo do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, sabotando o progresso noutras áreas e perpetuando uma forma de privação que está a atrasar o progresso humano na luta contra a pobreza extrema, contra a desigualdade e as ameaças à saúde pública (ver o contributo especial do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva).

Este capítulo analisa alguns dos temas relacionados com o governo e com as finanças que se devem abordar para garantir a todos o direito a água. Começa por colocar uma questão que vai até ao fulcro da violação do direito humano à água: porque motivo é que os pobres pagam mais? Compreender de onde as pessoas pobres conseguem a sua água e quais as estruturas de mercado em que operam é a chave para responder a esta questão — e para desenvolver políticas públicas que ponham fim à injustiça subjacente. Este capítulo debruçar-se-á agora no debate mais amplo sobre a gestão da água e sobre os fornecedores de serviços. Defendemos que tanto o sector privado como o público têm papéis a desempenhar para garantir o direito à água, embora a responsabilidade final seja do governo. A última parte mostra que a experiência não tem de ser um guia para os resultados futuros. As boas políticas funcionam e o progresso rápido é possível, não só nas zonas urbanas, mas também nas regiões rurais que estão a ficar para trás.

Contributo especial: **A água pura, acessível e a bom preço é um direito humano e a base do desenvolvimento económico e social**

A adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio representou uma vitória para a cooperação internacional e para o triunfo dos valores da solidariedade humana em relação à doutrina da indiferença moral. No entanto, seremos julgados pelos resultados que apresentarmos e não pelas promessas que fizemos. E faltando menos de uma década até 2015, temos de enfrentar uma verdade pouco confortável: a comunidade global ainda está longe de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O que melhor demonstra isto é o acesso à água pura e ao saneamento. Ninguém deveria estar disposto a tolerar um mundo em que 1,8 milhões de crianças morrem anualmente devido a diarreia, muitas por falta de água pura e de uma casa de banho, um mundo em que se nega o ensino básico a crianças e em que milhões de pessoas são vítimas da pobreza e da falta de saúde.

No Brasil, temos estado a tentar abordar o problema da água e do saneamento como fazendo parte de uma iniciativa mais ampla para criar uma sociedade mais justa, menos dividida e mais humana. Temos estado a fazer alguns progressos. As taxas de cobertura de água pura têm estado a melhorar em todo o país — e a nova legislação fará com que os fornecedores de serviços que fornecem serviços de água se tornem mais responsáveis perante as pessoas que servem. Na área do saneamento, o sistema desenvolvido no Brasil está a ser amplamente seguido e os investimentos neste sector têm estado a crescer de forma significativa.

Não faço referência a estes aspectos para que o Brasil seja encarado como um modelo que os outros devem seguir ou para fingir que todos os nossos problemas estão completamente resolvidos. Estamos conscientes de que precisamos de fazer mais para expandir o acesso à água e ao saneamento aos mais pobres, sobretudo nas zonas rurais. Mas o que quero salientar é que, enquanto presidente, vejo o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento como parte integrante das estratégias para reduzir a desigualdade, combater a pobreza e garantir uma distribuição mais abrangente dos benefícios do crescimento. Foi por esse motivo que adoptámos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio como pontos de referência obrigatórios para todas as políticas governamentais — nomeadamente as relacionadas com água e saneamento.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006* retrata muito bem os custos da falta global de água e saneamento. Devemos acabar mais rapidamente com esse défice se queremos cumprir com o que nos comprometemos no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para 2015. Os governos nacionais têm de fazer mais. E a comunidade internacional também tem de fazer muito mais, através do auxílio, da transferência tecnológica, da criação de capacidades e de parcerias. Realço a necessidade de pôr a água e o saneamento no centro da agenda de desenvolvimento global, dentro de um plano de acção global para ir ao encontro do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Essa medida levaria a uma mobilização de recursos e a que as pessoas se centrem no desafio que todos nós temos de enfrentar.

A água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano. É também uma das bases do desenvolvimento económico e social. Nem sempre é fácil fortalecer estas bases: é necessário haver liderança política e custa dinheiro. Mas não investir hoje capital político e financeiro implica o preço elevado em termos de oportunidades perdidas no progresso social e no crescimento económico de amanhã.



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Por todo o mundo em desenvolvimento, a luta diária para ter acesso à água esgota os bens humanos, financeiros e físicos dos agregados familiares pobres

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água

Porque motivo há cerca de 1,1 mil milhões de pessoas a quem se nega o acesso a água pura suficiente para fazer face às suas necessidades básicas? E porque é que tantas pessoas são forçadas a recorrer a fontes de água que põem em perigo a sua saúde e, por vezes, a sua vida?

Os estudos nacionais sobre falta de água não constituem um ponto de partida útil para abordar estas questões. Relativamente aos agregados familiares, os indicadores nacionais de disponibilidade per capita são pouco significativos. Por todo o mundo em desenvolvimento, a luta diária para ter acesso a água esgota os bens humanos, financeiros e físicos das famílias pobres, independentemente do facto de o país — ou localidade — em que vivem ter falta de água ou não. Conforme se viu no capítulo 1, as pessoas nos bairros degradados de Jacarta, Bombaim e Nairobi enfrentam a falta de água pura, enquanto os seus vizinhos nos subúrbios ricos têm água suficiente para fazer face às necessidades domésticas e para manter a relva verde e as piscinas cheias.

Para as famílias, existem alguns paralelos óbvios entre a insegurança em termos de água e em termos de comida. A fome continua a afligir uma grande parte da população mundial. No entanto, raramente é a falta de comida nos mercados locais que causa a fome ou o problema mais frequente da subnutrição. Algumas das piores fomes da História da humanidade ocorreram sem que houvesse qualquer alteração significativa no fornecimento de alimentos. E alguns dos níveis mais elevados de subnutrição a nível mundial ocorrem actualmente em países com muita comida: por exemplo, uma em cada cinco pessoas na Índia, que é «auto-suficiente» em termos de comida, sofre de subnutrição (ver tabela de indicadores 7). Há pessoas subnutridas em locais onde existe comida abundante, pelo mesmo motivo de haver pessoas que não têm acesso a água potável em locais onde ela existe em quantidades suficientes: distribuição desigual e pobreza.[2]

O conceito de direitos pode ajudar a resolver o paradoxo aparente de escassez na abundância. Desenvolvido por Amartya Sen para explicar o paradoxo aparente da fome no meio da abundância, podemos ver os direitos como «o conjunto de pacotes de bens alternativos que se podem adquirir através da utilização de diversos canais legais».[3] Não se referem a direitos ou a reivindicações morais em sentido normativo, mas à capacidade que as pessoas têm para garantir um bem ou um serviço através da compra (um direito de troca) ou através de uma reivindicação legalmente reconhecida e juridicamente válida perante um fornecedor (um direito de serviço).

A abordagem dos direitos oferece-nos perspectivas úteis sobre a insegurança em termos de água, uma vez que chama a nossa atenção para as estruturas de mercado, para as regras institucionais e para padrões de fornecimento de serviços que excluem os pobres. Realça também as estruturas de mercado subjacentes que têm como resultado os pobres pagarem muito mais pela sua água do que os ricos. As pessoas conseguem o acesso à água através da troca sob a forma de pagamentos (a prestadores de serviços, a fornecedores informais ou a associações hídricas), de reivindicações legais perante os fornecedores e da sua própria mão-de-obra (na recolha e transporte de água dos riachos e dos rios ou cavando poços, por exemplo). Se os agregados familiares conseguem, ou não, ir ao encontro das suas necessidades básicas em termos de água pura depende em parte dos seus recursos e em parte de como as políticas públicas moldam o acesso às infra-estruturas e à água através de decisões de investimento, de políticas de preços e da legislação que regula os fornecedores.

Água «tratada» e «não tratada» — uma fronteira enganadora entre pura e suja

Na maior parte dos países, a expressão «acesso à água» tem um significado simples e de fácil compreensão. Quase todas as pessoas têm, nas suas casas, acesso a uma torneira que está ligada a uma rede mantida por prestadores de serviços. Os prestadores de serviços são responsáveis pela manutenção da rede e por ir ao encontro dos padrões de qualidade da água — e estão autorizados a cobrar um preço estipulado pelo serviço que prestam. Nos países mais pobres do mundo, o «acesso à água» tem um significado completamente diferente.

Por vezes, a linguagem da recolha internacional de dados pode ensombrar a forma como os agregados familiares pobres têm acesso à água. A estatística internacional estabelece uma distinção entre acesso «tratado» e «não tratado». Tratado inclui três dimensões de segurança em termos de água: qualidade, proximidade e quantidade. Para efeitos dos relatórios internacionais, classificam-se as pessoas como tendo acesso à água se têm, pelo menos, 20 litros de água pura

disponíveis por dia numa fonte a menos de 1 quilómetro das suas casas. A tecnologia define, em termos gerais, se a fonte respeita os critérios de estar tratada. Consideram-se tratadas as ligações interiores, as fontes públicas, as bombas e os poços protegidos. A água que se consegue junto dos vendedores e em camiões de água, bem como a que se tira dos riachos ou de poços desprotegidos, não é.

A distinção entre tratada e não tratada é muito clara e conveniente para efeitos de elaboração dos relatórios internacionais. Mas é também um guia profundamente enganador relativamente à realidade no terreno. No mundo real dos agregados familiares com insegurança em relação à água, a simples fronteira entre água tratada e não tratada é muito ilusória. Para milhões de agregados familiares pobres, os padrões de utilização diária da água combinam o recurso a água tratada e não tratada. As mulheres que vivem em bairros degradados na cidade indiana de Pune referem que utilizam água de torneiras públicas (uma fonte tratada) para beber mas que vão a um canal para tomar banho. A pesquisa feita em Cebu, nas Filipinas, mostrou que existem cinco padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água (quadro 2.1). Nos bairros degradados urbanos e nas aldeias rurais, os agregados familiares pobres podem tirar água de uma fonte pública ou de um poço protegido durante uma parte do ano mas depois são forçados a tirar água dos rios ou dos riachos durante a estação seca. A configuração da água que se usa num dia qualquer dependerá de factores tão diversos como o preço, a disponibilidade ou as percepções de qualidade.

Ainda que o sistema global de relatórios possa fornecer perspectivas muito úteis, continua a constituir uma espécie de artefacto estatístico. Debrucemo-nos sobre o exemplo de Jacarta. Os sistemas globais de relatórios indicam que praticamente 90% dos residentes na Indonésia têm acesso a água tratada. No entanto, os inquéritos aos agregados familiares mostram que quase duas em cada três pessoas em Jacarta usam múltiplas fontes de água, incluindo poços superficiais e profundos (tanto protegidos como desprotegidos), fontes públicas (tratada) e vendedores de água (não tratada). As três combinações mais citadas foram as águas subterrâneas e os vendedores, os prestadores de serviços e as águas subterrâneas e os prestadores de serviços e os vendedores de água (figura 2.1).

Porquê esta diversidade em termos da procura? A utilização das fontes de água varia de acordo com o tempo e com as estações do ano, devido a alterações na pressão e na qualidade da água. A baixa pressão e a irregularidade de fornecimento na rede de canalização implica que os agregados familiares em Jacarta procurem uma fonte alternativa — normalmente um poço superficial. Mas em muitas zonas urbanas, não se podem usar as águas subterrâneas para beber devido à salinização ou à poluição. Só se usam as águas subterrâneas para limpar ou para tomar banho ou para reduzir os custos da água para níveis mais baixos.

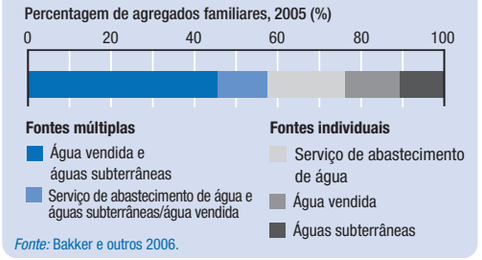
O que a investigação feita num grande número de países mostra é que os padrões de utilização da água são bastante mais complexos e dinâmicos do que a imagem estática que é apresentada nos sistemas globais de relatórios. Os padrões reais ajustam-se constantemente para tomar em linha de conta as preocupações com a qualidade, proximidade, preço e fiabilidade da água. Em Bangalore, na Índia, perto de um terço dos agregados familiares na área servida pela Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore usam torneiras públicas. Desse grupo, 7% não tem qual-

Quadro 2.1 Cebu, Filipinas: padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água

Principal fonte de água	Parcela da população (%)	Principal utilização	Comentários/outras fontes
Tipo 1 Vendedores	4	Todas as finalidades (para beber, cozinhar, tomar banho)	A maior parte destes utilizadores vive em zonas isoladas e não têm qualquer outra escolha disponível
Tipo 2 Poço público	34	Todas as finalidades	—
Tipo 3 Poço	15	Cerca de metade usa-a para todas as finalidades	Cerca de metade usa-a apenas para fins não potáveis e arranja a água para beber junto de um vizinho ligado ao sistema de água
Tipo 4 Fonte pública	8	Dois terços usa-a para todas as finalidades	Um terço guarda-a para beber, usando a água de um poço público para tomar banho e para lavar a roupa. Algumas pessoas, de vez em quando, compram água a um vizinho ligado ao sistema de água.
Tipo 5 Vizinho ligado ao sistema de água	38	Cerca de metade usa-a para todas as finalidades	Cerca de metade usa-a apenas para beber e para cozinhar, dependendo de um poço público para todas as finalidades.

Fonte: Verdeil 2003a.

Figura 2.1 A maior parte dos agregados familiares em Jacarta obtém água em fontes múltiplas



Fonte: Bakker e outros 2006.

As desigualdades que têm por base a riqueza e a localização desempenham um papel fundamental na estruturação dos mercados da água

quer outra fonte de água. O resto da população usa a água das torneiras públicas e as águas subterrâneas, bem como a água canalizada para o agregado familiar. Mais de metade destes agregados familiares afirma ter acesso à água da rede em média apenas três dias por semana. O fornecimento diário é de cerca de sete horas durante a estação das chuvas e de quatro horas durante a estação seca.[4]

Subjacentes aos complexos padrões de utilização da água na maior parte das cidades do mundo em desenvolvimento, as desigualdades que têm por base a riqueza e a localização desempenham um papel fundamental na estruturação dos mercados da água. Como se viu no capítulo 1, existem profundas divisões nos países, em termos do acesso às fontes de água classificadas como tratadas. O facto de se ser pobre aumenta de forma drástica a probabilidade de depender de uma fonte de água não tratada — bem como os riscos de saúde associados a essa dependência. Mais de 70% das pessoas que não têm acesso a água tratada sobrevivem com menos de 2 dólares por dia e cerca de metade deste grupo sobrevive com menos de 1 dólar por dia. Em muitos países, o rendimento é um forte indiciador do acesso a água tratada e do tipo de tecnologia que se usa para a recolha da água.

Arranjar água em fontes múltiplas

No mundo desenvolvido, as pessoas normalmente obtêm a sua água junto de um único fornecedor. Na maior parte do mundo em desenvolvimento, as pessoas obtêm água a partir de uma confusa e enorme quantidade de prestadores de serviços. A rede primária, normalmente explorada por uma única entidade de prestação de serviços em toda a cidade, funciona a par de uma grande diversidade de prestadores de serviços, muitos dos quais intermediários entre os prestadores de serviços e o agregado familiar. Qualquer análise do acesso à água tem de começar pelo estudo da grande diversidade da oferta.

Os governos autorizam os prestadores de serviços da área das águas a fornecer água através da rede de bombas e canos que constituem o sistema formal de água da cidade. Os utilizadores domésticos, com canos em casa, e as empresas constituem o principal mercado para estes prestadores de serviços. Mas as taxas de ligação variam imenso — e estão muito distorcidas para os bairros ricos. Nas cidades como Dar es Salam, na Tanzânia, e Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos agregados familiares estão ligados.

Para muitos agregados familiares pobres, o ponto de contacto com a rede de prestadores de serviços não é uma torneira doméstica, mas uma fonte pública. Uma vez que a maior parte dos utilizadores das fontes públicas são de agregados familiares pobres, esta fonte é uma corda de salvação em termos de água para os agregados familiares pobres das zonas urbanas nas cidades do mundo em desenvolvimento. Cerca de 30% dos agregados familiares em Nuakchott, na Mauritânia, e 49% em Bamaco, no Mali, refere que recolhe água em fontes públicas. Em Dacar, no Senegal, as fontes públicas servem metade da população sem água canalizada privada.[5] Da mesma forma, em Uagadugu, os prestadores de serviços cobrem cerca de 80% dos agregados familiares, sendo as fontes públicas responsáveis por dois terços do total.

Noutras regiões encontram-se padrões semelhantes. Quando se afirma que os pobres no sul da Ásia têm acesso a água canalizada, é mais provável que isso signifique acesso a uma fonte pública ou a uma torneira pública do que a água canalizada para casa. Por exemplo, na cidade indiana de Bangalore, a Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água chega a cerca de 80% da população, cerca de 73% da qual tem torneiras privadas. Contudo, os agregados familiares mais pobres usam regularmente as torneiras públicas. Para os agregados familiares mais ricos, essa percentagem cai para 3%.[6] Em Catmandu, no Nepal, os prestadores de serviços municipalizados de água abrangem cerca de três quartos da população, mas metade dos pobres depende de torneiras públicas.[7]

Podemos encarar as fontes públicas como centros para a revenda da água dos prestadores de serviços. As comissões de bairro, outras organizações locais ou indivíduos contratados por prestadores de serviços municipalizados podem gerir estes centros. Mas, em praticamente todos os casos, as fontes públicas são apenas a ponta do iceberg da revenda. Em muitas cidades, eles não chegam a todas as zonas, e os locais peri-urbanos, os bairros degradados e as regiões mais remotas continuam mal servidos. Mesmo nas regiões abrangidas, o fornecimento é muitas vezes insuficiente e irregular, sendo aplicado um racionamento durante as estações secas. Os vendedores de água são elos importantes entre as famílias mais carenciadas e a rede. Alguns vendedores operam em quiosques, revendendo água que adquiriram a camionistas com acesso a água canalizada ou a fontes públicas dos prestadores de serviços. Em Acra, capital do Gana, e em Guayaquil, no Equador, todas as manhãs há grandes frotas de tanques de água que partem para as povoações pobres, onde a vendem aos lares e a intermediários. Outros transportam água em bicicletas ou em carros puxados por burros para regiões que não têm qualquer ligação à rede de prestadores de serviços. É difícil encontrar números precisos, mas estima-se que, nas cidades africanas subsarianas, 10%-30% dos agregados familiares pobres compram água a vizinhos e a quiosques de água.[8]

Resumindo, as famílias urbanas pobres, com acesso limitado, ou sem qualquer acesso, à rede formal obtêm a sua água a partir de muitas fontes diferentes. Para além dos rios e riachos, estas fontes

incluem uma grande variedade de vendedores, tais como vendedores de água em camiões, operadores privados de fontes públicas, operadores de quiosques de água e agentes de fornecimento de água. Enquanto o debate sobre o fornecimento público ou privado de água continua, no mundo real, as famílias pobres já estão a funcionar em mercados privados de água altamente comercializados, mercados que fornecem água (muitas vezes de má qualidade) a preços excepcionalmente elevados.

Subir a escada dos preços nos bairros urbanos degradados

Os revendedores de água expandem a cobertura da rede de canalização. Ao levar água às pessoas, fornecem um serviço que produz importantes benefícios para os agregados familiares — mas fazem-no por um determinado preço. Esse preço aumenta com a distância dos prestadores de serviços, definida pelo número de intermediários existentes entre a rede e o consumidor final.

Ter um fornecimento regular de água pura canalizada para o agregado familiar constitui o tipo de fornecimento mais adequado ao desenvolvimento humano. A experiência relativa a todo o país sugere que os agregados familiares onde a água chega através de uma torneira num lote de agregados familiares (ou numa área de 100 metros) normalmente usam cerca de 50 litros de água por dia, chegando a 100 litros ou mais nos agregados familiares com várias torneiras.[9] De acordo com a investigação feita ao nível dos agregados familiares nas zonas urbanas do Quénia, da Tanzânia ou do Uganda, as famílias com água canalizada em casa usavam uma média de três vezes mais água do que as famílias que não tinham água canalizada.[10] O facto de se ter água em casa também faz com que as mulheres e as raparigas não tenham necessidade de recolher água.

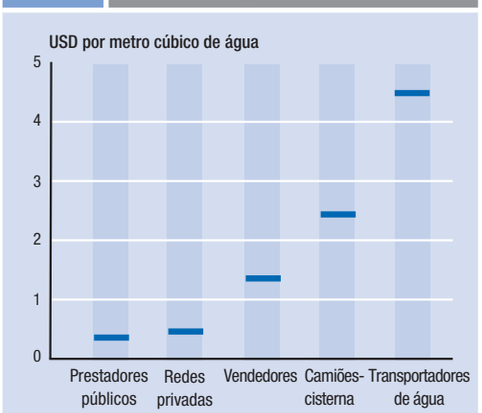
As ligações domésticas a um prestador de serviços também trazem benefícios financeiros. Em termos de preços unitários, a água dos prestadores de serviços é, de longe, a opção de custo mais baixo. Devido às economias de escala, logo que a rede está montada, o custo marginal de entregar cada unidade adicional de água cai de forma abrupta. Os subsídios constituem um outro mecanismo importante de redução dos preços: os prestadores de serviços são normalmente os guardiães de uma variedade de subsídios directos e indirectos que mantêm o preço da água muito abaixo do custo.

Cada passo que nos afaste da opção de uma torneira em casa acrescenta uma deformação à espiral dos preços (figura 2.2). Os vendedores de água funcionam muitas vezes como um elo entre os agregados familiares não ligados e o prestador de serviços. Em determinados casos, compra-se a água aos prestadores de serviços e vende-se aos agregados familiares. Os operadores privados de fontes públicas são um exemplo disso. Noutros casos, compra-se a água aos prestadores de serviços e vende-se aos intermediários que, por sua vez, a vendem aos agregados familiares. Em Acra, por exemplo, as empresas privadas que exploram os tanques de água compram água aos prestadores de serviços e vendem-na a uma grande diversidade de intermediários que levam a água aos bairros degradados.

Quando a água passa pela cadeia de mercado, os preços sobem em flecha. A água que se obtém junto de vendedores ou de carroceiros é, muitas vezes, 10 a 20 vezes mais cara do que a água fornecida pelos prestadores de serviços (quadro 2.2). Em Barranquilla, na Colômbia, o preço médio da água é de 0,55 dólares por metro cúbico, junto dos prestadores de serviços, e de 5,50 dólares junto dos camionistas. Da mesma forma, nos bairros degradados de Acra e de Nairobi, as pessoas que compram água aos vendedores normalmente gastam 8 vezes mais por litro do que os agregados familiares a quem a água canalizada chega através dos prestadores de serviços.

As grandes diferenças de preços são por vezes interpretadas como um sinal de especulação, mas essa interpretação está errada. Nalguns casos, as grandes empresas de transporte de água em camiões e os operadores de quiosques poderão estar numa posição de gerar lucros excessivos. Mas as causas subjacentes à inflação dos preços da água entre o prestador de serviços e os agregados familiares pobres podem estar associadas a causas estruturais mais amplas. Os preços de revenda sobem com a distância, dado que os custos de transporte são elevados para os bairros degradados e para as zonas peri-urbanas distantes dos pontos de revenda ou situados em locais de difí-

Figura 2.2 Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata



Nota: Com base numa revisão dos dados de 47 países e 93 localizações.
Fonte: Kariuki e Schwartz 2005.

No mundo real, os agregados familiares pobres já estão a funcionar em mercados privados de água altamente comercializados — mercados que fornecem água (muitas vezes de má qualidade) a preços excepcionalmente elevados

Quadro 2.2 Fornecedores independentes de água: agentes importantes mas caros nas cidades da América Latina

Cidade	Agregados familiares servidos por fornecedores independentes (%)	Preço médio (dólares EUA/por metro cúbico)		Tipo de fornecedor
		Fornecedores independentes	Prestador de serviços	
Córdoba, Argentina	15-20	1,25-2,50	0,54	Rede
Assunção, Paraguai	30	0,30-0,40	0,40	Pequena rede
Barranquilla, Colômbia	20-25	5,50-6,40	0,55	Camionistas
Cidade da Guatemala	>32	2,70-4,50	0,42	Camionistas
Lima, Peru	26-30	2,4	0,28	Camionistas

Fonte: Solo 2003.

cil acesso. Sobem também com o número de transferências entre os intermediários, uma vez que cada agente acrescenta a sua própria margem de lucro.

Os utilizadores das fontes públicas não estão imunes à espiral dos preços. Ainda que as fontes públicas possam ser usadas sobretudo pelos agregados familiares pobres com menos possibilidade de pagar, os preços são normalmente um múltiplo dos preços cobrados pela água canalizada para os agregados familiares. Em Dacar, um estudo mostra que os utilizadores de uma fonte pública pagavam 3,5 vezes a taxa de tarifa social aplicada às famílias de baixos rendimentos ligadas à rede.[11] Este não é um caso raro. Dados de outros países — incluindo o Benim, o Quénia, o Mali e o Uganda — mostram que as pessoas que compram água nas fontes públicas enfrentam normalmente os mesmos preços do que os pagos pelos consumidores de grandes volumes de água. Estes correspondem ao dobro do preço pago pela utilização básica da água doméstica no Benim, ao triplo do preço pago no Mali e ao quíntuplo do preço pago na Costa do Marfim e na Mauritânia.[12]

A preocupação com a transformação da água num produto básico tem sido uma forte reacção à privatização e, em termos mais gerais, à comercialização dos prestadores de serviços de água. De certa forma, essa preocupação é compreensível. Enquanto fonte de vida, não se deve tratar a água como um produto básico. Nem se deve comercializar em mercados regidos pelos mesmos princípios que, por exemplo, os mercados de brinquedos ou de automóveis de luxo. No entanto, a crua realidade é que milhões das pessoas mais pobres e mais vulneráveis do mundo já estão a funcionar em mercados que tratam a água como um produto básico e que fazem os preços tender para aí.

Porque motivo é que os preços importam

O preço da água faz alterar o acesso dos agregados familiares pobres à água. A maior parte dos governos regula os preços como forma de alcançar vários objectivos de igualdade e de eficiência. Destinam-se a fornecer água aos agregados familiares a bom preço e a gerar receitas suficientes para cobrir parte ou a totalidade dos custos da entrega. Em muitos casos, o problema é que as estruturas de preços destinadas a promover a igualdade acabam por ter o efeito contrário.

Existem variações importantes, nos diversos países, em termos da elaboração dos preços (figura 2.3). Em certos casos — Dhaka, no Bangladeche, é um exemplo — aplica-se uma *taxa inalterada* a todos os utilizadores, qualquer que seja o volume de água que usam. Esse tipo de estruturas, que não dão quaisquer incentivos à conservação da água, são frequentemente aplicadas quando os prestadores de serviços não têm capacidade para monitorizar a utilização através de contadores. Ainda mais típico é o sistema de *tarifa por escalão*, em que os preços aumentam com base em camadas, a par do volume de água utilizado. Tanto a quantidade das camadas como o declive do aumento dos preços podem variar ao longo de escalões tarifários.

As tarifas crescentes por escalão visam alcançar diversos objectivos de política pública. Um sistema de tarifa baixa ou zero aplicado ao primeiro escalão poderá aumentar a capacidade de pagamento. Por exemplo, Durban, na África do Sul, fornece 25 litros de água gratuita por dia [13] — a tarifa de sobrevivência ou tarifa social — com um aumento acentuado acima deste nível. Esta é uma parte muito importante do enquadramento legislativo de actuação sobre o direito à água de que se falou no capítulo 1. As camadas mais elevadas destinam-se a permitir que os prestadores de serviços aumentem a eficiência, dissuadindo a utilização excessiva, e a mobilizar receitas para cobrir os custos. As tarifas por escalão criam, assim, o potencial para colocar as receitas a par dos custos de fornecimento dos serviços, promovendo um modelo de financiamento sustentável, ao mesmo tempo que se fornece água para as necessidades básicas a um preço inferior ao custo de funcionamento e manutenção.

Muitos países aplicam uma tarifa baixa para um volume inicial de água, embora sejam poucos os países a seguir a política de água gratuita praticada na África do Sul. O tamanho da tarifa de base e dos aumentos entre os escalões varia de um país para o outro. Os aumentos são particularmente elevados em países como o Burquina Faso e o Senegal, enquanto Bangalore, na Índia, tem aumentos limitados de preços até um nível de utilização alto.

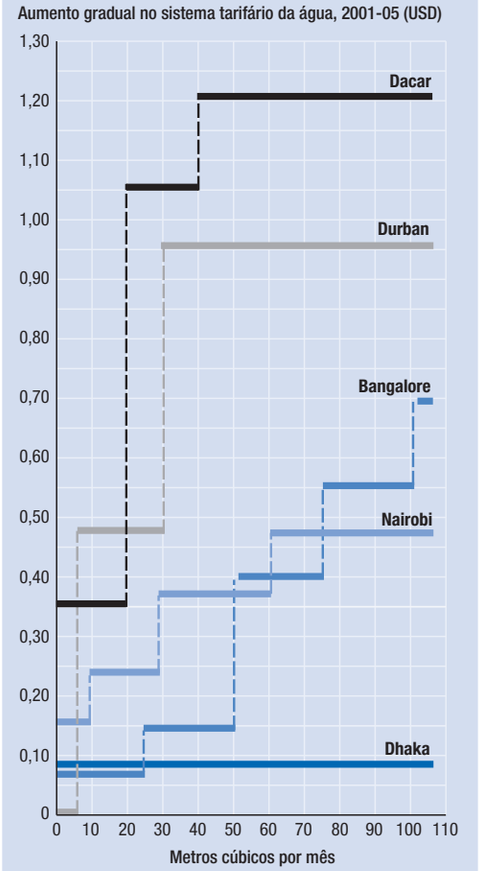
Sob as condições adequadas, as tarifas crescentes por escalão podem realçar o acesso à água e a equidade. Mas os resultados dependem de uma grande variedade de factores. Muitos prestadores de serviços estabelecem as tarifas muito abaixo dos níveis necessários para fazer face aos custos totais do funcionamento e manutenção. Consequentemente, isto implica atribuir um subsídio a todos os agregados familiares com canalizações privadas. No outro prato da balança, o desequilíbrio entre receitas e custos reflecte-se nas transferências do governo, nas dívidas crescentes, na redução das despesas em manutenção ou numa combinação destes três factores. Se os subsídios aos prestadores de serviços são graduais, ou não, depende do perfil dos agregados familiares com ligações aos prestadores de serviços: quanto mais baixa for a proporção de agregados familiares pobres ligados à rede, menos gradual é o subsídio. Apresentar uma camada social subsidiada só constitui uma estratégia eficaz para alcançar os agregados familiares pobres se estes estiverem ligados. E os subsídios cruzados, desde os agregados familiares de consumo elevado (e rendimento elevado) até aos de consumo reduzido (rendimento baixo) só são eficazes se houver um número suficiente de clientes a utilizar os escalões mais elevados. O perigo óbvio é que os preços excessivamente elevados podem levar os utilizadores a procurar fontes alternativas de fornecimento.

As tarifas por escalão podem criar desvantagens estruturais para os pobres. Isto deve-se ao facto de os operadores privados e os intermediários que fornecem os agregados familiares sem ligações privadas comprarem normalmente a água em grandes quantidades nas camadas mais altas de preço. Os operadores das fontes públicas, os vendedores de água e os camionistas estão, assim, a revender a água de custo mais elevado que é vendida pelos prestadores de serviços. Da mesma forma, quando os agregados familiares pobres se agrupam para partilhar uma ligação com contador, uma situação comum em muitos países, o seu nível de consumo agregado leva-os para as camadas de preço mais elevado.

Se os mercados informais de água são tão pouco favoráveis aos pobres, porque não passar a procura dos intermediários para os fornecedores de redes formais? As taxas de ligação constituem uma parte da explicação. Estas taxas variam muito mas são, em média, de cerca de 41 dólares na Ásia do Sul e 128 dólares na América Latina. Nos países da África Subsariana, tais como Benim, Quénia e Uganda, as taxas de ligação são superiores a 100 dólares [14]. E as taxas normalmente aumentam com a distância em relação à rede. Para os agregados familiares pobres sem acesso aos mercados de crédito, custos tão elevados como estes constituem uma barreira impenetrável. O custo médio da ligação para os agregados familiares nos 20% mais pobres da população oscila entre cerca de três meses de rendimento em Manila e seis meses no Quénia e mais de um ano no Uganda.

As barreiras legais acrescem normalmente às barreiras financeiras. Muitos prestadores de serviços, para garantir uma recompensa pelos seus investimentos no alargamento da rede, só fornecem água a agregados familiares com títulos formais de propriedade. No entanto, há mais de mil milhões de pessoas a viver em zonas peri-urbanas e urbanas sem autorização formal nos países em desenvolvimento. Com um crescimento esperado da população nas zonas urbanas dos países em desenvolvimento na ordem dos 80%-90%, este é um constrangimento ao fornecimento de

Figura 2.3 Os preços dos serviços públicos de abastecimento de água aumentam normalmente de acordo com o volume



Fonte: ADB 2004; Vircoulon 2003; WSP–AF 2005c.

A água é um sector em que os pobres e os que não são pobres partilham o interesse em investir na expansão da rede e na melhoria da eficiência para garantir o fornecimento regular

serviços que ficará cada vez mais apertado. Abidjan, na Costa do Marfim, a cidade mais próspera da África Ocidental, tem mais de 80 zonas residenciais não autorizadas. Estima-se que um quarto da população de Uagadugu, vive em zonas não autorizadas, pelo que não podem receber serviços básicos de água.[15] Uma vez que a urbanização afasta cada vez mais pessoas do campo para urbanizações informais, a incapacidade de reconhecer direitos de residência pode tornar-se uma barreira cada vez mais importante à concretização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água. De facto, este problema já está na base das taxas decrescentes de cobertura urbana para algumas cidades (ver capítulo 1).

Para além das barreiras imediatas, existem alguns constrangimentos mais básicos. Em comparação com os países ricos, em muitos países em desenvolvimento, a rede formal de água tem um alcance muito limitado. Não se criaram as redes de água e esgotos para chegar às partes mais pobres das cidades nem para fornecer acesso universal (caixa 2.1). Destinavam-se, antes de mais, a cuidar dos interesses das elites.

Os esforços para haver um afastamento do modelo de enclave herdado do período colonial têm enfrentado diferentes graus de sucesso. Mas existem alguns problemas recorrentes. Muitos prestadores de serviços têm estado presos num ciclo de financiamento, manutenção e expansão insuficientes. Uma vez que as receitas das tarifas são muito inferiores ao nível necessário para fazer a manutenção da rede, não existe dinheiro para financiar a expansão até aos agregados familiares desfavorecidos na escala necessária. Muitos países em desenvolvimento também enfrentam uma forma aguda do dilema com que os países ricos se deparam há mais de um século: como alargar o acesso aos agregados familiares pobres sem aumentar as tarifas para níveis proibitivos. Ao contrário do que aconteceu nos países ricos durante a fase crucial do seu desenvolvimento, a maior parte dos países em desenvolvimento não tem os recursos financeiros para resolver o dilema através das finanças públicas, mesmo que tenham a disposição política para o fazer.

Esta secção centrou-se nos problemas específicos com que se deparam os agregados familiares pobres, mas este não é o único eleitorado afectado. Em muitos países em desenvolvimento, os agregados familiares ligados aos prestadores de serviços podem ter acesso a água nominalmente barata, mas enfrentam problemas agudos na regularidade do fornecimento. A falta de água tem levado um número crescente de agregados familiares de rendimentos médios a procurar os mercados informais de água e o auto-fornecimento. Talvez mais do que em qualquer outra área, a água é um sector em que os pobres e os que não são pobres partilham o interesse em investir na expansão da rede e na melhoria da eficiência para garantir o fornecimento regular.

Caixa 2.1 O peso da História: muitas redes não se destinavam a chegar aos pobres

O legado histórico não determina o estado da actual infra-estrutura de água e saneamento nos países em desenvolvimento — mas tem um grande peso. Na Europa e na América do Norte, o objectivo político era alcançar um progresso rápido em direcção ao acesso universal. Esse objectivo deu um impulso ao financiamento e à tecnologia. Mas não tanto na maior parte do mundo em desenvolvimento.

Tomemos em consideração Lagos, na Nigéria. No início do século XX, a elite empresarial e política europeia da cidade investiu numa infra-estrutura de água e saneamento urbano. Mas esta infra-estrutura concentrava-se nos enclaves ricos. Rapidamente se abandonaram os esforços iniciais para alargar a infra-estrutura às regiões mais pobres face aos custos crescentes e a uma estratégia de segregação. Padrões semelhantes de inclusão e exclusão caracterizavam algumas cidades, desde Puebla a Jacarta e Argel. Este modelo de desenvolvimento não conseguiu o acesso universal para o bem público, gerando antes segregação e paraísos de elite de segurança em termos de água.

O financiamento seguiu um modelo semelhante. Na América Latina, as elites financiaram o investimento em água e saneamento através de impostos, com as tarifas a ser impostas abaixo dos custos de funcionamento. Conforme o descreve um autor, tratava-se de um «sistema a trabalhar com deficiências estruturais, funcionando com intervenções *adhoc*, fragmentadas e de emergência, com empréstimos e subsídios provenientes de entidades nacionais, estatais ou internacionais de empréstimo. Desde o início, o custo elevado de trabalhos de engenharia urbana necessitava de níveis elevados de financiamento (normalmente externo), enquanto as forças políticas e económicas exigiam preços baixos para a água.»

Fonte: Gandy 2006; Bakker e outros 2006; Swyngedouw 2006: Chikhr Saïdi 2001.

Os pobres rurais — os últimos da fila

Tal como nas zonas urbanas, também nas zonas rurais a água segura, acessível e a bom preço traz diversos benefícios para a saúde, educação e a subsistência. Os ganhos em termos da igualdade de género tendem a ser ainda mais acentuados nas zonas rurais, uma vez que as mulheres e as raparigas passam mais tempo a recolher água, sobretudo durante a estação seca. Relativamente aos ganhos em desenvolvimento humano e em melhorias nas vidas dos pobres, os investimentos feitos na água rural têm poucos rivais. No entanto, na maior parte dos países em desenvolvimento, as zonas rurais têm taxas de cobertura bastante mais baixas. Porque motivo é que a divisão entre rural e urbano esboçada no capítulo 1 tem sido tão difícil de ultrapassar?

O custo financeiro não é a barreira mais óbvia. Os custos per capita de fornecer água pura são mais elevados nas zonas urbanas e nas regiões rurais pouco povoadas, mas em média a expansão da cobertura custa menos nas zonas rurais do que nas zonas urbanas densamente povoadas. Há três características distintivas do fornecimento de água rural que ajudam a explicar a baixa cobertura:

- *Escassez local*. A nível nacional, a escassez de água raramente constitui um problema, mas os pobres das zonas rurais vivem muitas vezes em regiões secas, sujeitos a faltas de água sazonais. No Quénia do norte, na região Sahel ou nas zonas de Gujarat na Índia, zonas propensas à seca, os poços ficam secos durante longos períodos. Nas regiões semi-áridas da Nigéria ocidental, o tempo de recolha da água sobe de quatro para sete horas na estação seca. A pobreza temporal é uma consequência da escassez sazonal (caixa 2.2).
- *Comunidades e fornecedores*. Na maior parte das zonas rurais, as comunidades fornecem, mantêm e expandem sistemas hídricos. Sobretudo nas zonas áridas ou semi-áridas, isto exige níveis elevados de mobilização da comunidade. As entidades de governo locais, mais do que os grandes fornecedores municipais, funcionam muitas vezes como guardiães de furos e de bombas manuais. A responsabilização destas entidades e a força das associações comunitárias de utilizadores de água influenciam a cobertura.
- *Política e pobreza*. Para além das questões técnicas e de financiamento, as comunidades rurais têm sobre os seus ombros o peso duplo da grande pobreza e da pouca influência política. As populações rurais extremamente dispersas, sobretudo nas zonas marginais, têm pouca influência sobre as escolhas institucionais que estão na base das decisões e que definem as prioridades para a distribuição de recursos.

A maior parte dos agregados familiares rurais pobres obtém a sua água de uma diversidade de fontes. As fontes não tratadas — lagos, riachos, rios — têm aqui um papel de relevo. Os poços protegidos das aldeias são as fontes mais comuns de água tratada. Os esforços para alargar a cobertura têm-se centrado nos furos e nas bombas. Mais do que nas zonas urbanas, o sucesso depende da vontade e da capacidade das comunidades contribuírem com mão-de-obra e com financiamento para a manutenção — e da rapidez de resposta dos fornecedores de serviços às exigências de tecnologia adequada.

Caixa 2.2 Água, género e pobreza temporal

Uma das melhores recompensas do acesso tratado à água é em termos de poupanças de tempo para as mulheres e raparigas e do alargamento das suas escolhas. A recolha de água faz parte de uma divisão de trabalho em termos do género que reforça a desigualdade nos agregados familiares, contribui para a pobreza temporal e retarda as perspectivas de desenvolvimento humano para uma grande parte da população mundial.

As normas sociais e culturais influenciam a divisão do trabalho em casa. Nos países em desenvolvimento, tomar conta das crianças, cuidar dos doentes e dos velhos, cozinhar e recolher água e lenha são tarefas dominadas pelas mulheres. Neste caso, as normas traduzem-se por horas de trabalho desiguais entre homens e mulheres: os estudos feitos em termos do tempo no Benim, em Madagáscar, na Maurícia e na África do Sul apontam para diferenças semanais que variam entre as 5 e as 7 horas.

Carregar água faz parte das desigualdades de género. Na zona rural do Benim, as raparigas com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos passam em média 1 hora por dia a recolher água, por comparação com os 25 minutos dos seus irmãos. No Malawi, existem grandes variações na quantidade de tempo destinado à recolha de água com base em factores sazonais, mas as mulheres passam sempre quatro a cinco vezes mais tempo a fazer esta tarefa do que os homens.

Porque é que isto importa para o desenvolvimento humano? O tempo é um bem importante para o desenvolvimento de capacidades. As exigências excessivas em termos de tempo para fazer trabalho essencial conduzem à exaustão, reduzem o tempo disponível para descansar e para olhar pelas crianças e limitam a escolha — reduzem as liberdades substantivas que as mulheres gozam. Também colocam dilemas de escolha impossível. Uma mulher deve tomar conta de uma criança doente ou deve passar duas horas a recolher água? As raparigas devem ficar em casa, sem ir à escola, para recolher água, libertando algum tempo às mães para cultivarem comida ou para gerar rendimento? Ou será que devem ir à escola para obter as competências e os bens necessários para escapar à pobreza?

A pobreza temporal também contribui para a pobreza de rendimentos. Reduz o tempo disponível para participar na geração de rendimento, limita o espaço que as mulheres têm para aproveitar as oportunidades de mercado e impede a capacidade de expandir aptidões e competências, reduzindo as futuras recompensas económicas.

As mulheres enfrentam um peso muito maior em termos de tempo na recolha de água, sobretudo nas zonas rurais (minutos por dia)

	Benim, 1998		Gana, 1998/99		Guiné, 2002/03		Madagáscar, 2001	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Urbano	16	6	33	31	10	3	16	10
Rural	62	16	44	34	28	6	32	8
Nacional	45	12	41	33	23	5	27	9

Fonte: Wodon e Blackden 2006.

O acesso mais fácil à água segura reduz as exigências em termos do tempo das mulheres e abre novas oportunidades para gerar rendimentos

Tal como acontece nas zonas urbanas, os dados sobre as tecnologias mais avançadas podem apresentar números que vão muito além da cobertura real. Uma manutenção inadequada de infra-estruturas, formação insuficiente para os trabalhos de reparação e recursos financeiros inadequados para o funcionamento contribuíram para um desgaste dos sistemas de fornecimento de água nas zonas rurais em muitos países. Um inquérito levado a cabo na Etiópia, para analisar apenas um exemplo, mostrou que 29% das bombas manuais e 33% dos furos mecanizados nas zonas rurais não estavam em funcionamento devido a problemas de manutenção.[16] No Ruanda, estima-se que um terço da infra-estrutura da água rural requeira uma recuperação urgente. Para além dos factores mecânicos, a principal fonte de colapso das zonas rurais é o fracasso da capacidade de envolver as comunidades rurais — sobretudo as mulheres — na escolha, instalação e gestão de tecnologias mais avançadas.

Se a água segura é muitas vezes escassa nas zonas rurais, a água segura gratuita é um produto básico ainda mais raro. A utilização de pontos de água e de comissões de água nas aldeias requer contributos de mão-de-obra (cavando poços) e de dinheiro para fazer face aos custos de capital e de manutenção dos materiais das bombas e dos poços. Num ciclo típico, uma comissão de água numa aldeia junta fundos para construir um furo e para comprar uma bomba manual. Os direitos a tirar água requerem o pagamento de uma taxa inicial de membro e uma taxa mensal para fazer face aos custos de funcionamento e manutenção.

Os custos humanos e económicos da cobertura inadequada nas zonas rurais são muito elevados, o que reflecte a importância da água para o desenvolvimento humano. Os benefícios para a saúde de melhorar a cobertura incluem reduções na incidência da diarreia e de outras doenças. No estado indiano de Kerala, a investigação que se seguiu à implementação de sete projectos de água rural mostrou que a incidência de doenças transmitidas através da água desceu para metade nos cinco anos após a construção de poços profundos, sem qualquer alteração nas áreas não abrangidas pelos projectos.[17] O mesmo inquérito fez também referência a um decréscimo nos gastos domésticos em água comprada aos vendedores. Cerca de metade das famílias abrangidas pelo programa estavam a gastar uma média de 12% de um rendimento que roçava o limiar de pobreza para comprar água aos vendedores. Após a implementação do projecto, a média caiu para 4%, libertando recursos para gastar noutras áreas.

Para além dos ganhos financeiros directos, o acesso mais fácil à água segura reduz as exigências em termos do tempo das mulheres e abre novas oportunidades para gerar rendimentos. No Sri Lanca, os agregados familiares rurais num programa financiado por um dador referiram que poupavam 30 horas por mês — três dias de trabalho numa aldeia típica.[18]

Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade

As redes de água estão entre os bens mais preciosos de um país. A forma como se gerem e como funcionam esses bens é essencial para o desenvolvimento humano, sobretudo nos países que enfrentam sérios desafios na área da segurança da água. Em muitos dos países mais pobres do mundo, as redes de prestadores de serviços só chegam a uma pequena fracção das pessoas mais pobres. Um financiamento insuficiente crónico, a baixa eficiência e uma base de capital limitado para a expansão da rede são factores que garantem que o sistema continua a ser um enclave.

Nos anos mais recentes, tem-se debatido de forma vigorosa o equilíbrio entre o envolvimento dos sectores privado e público em relação à água. Algumas pessoas defendem que um envolvimento crescente do sector privado é um percurso automático para alcançar mais e melhores serviços por cada dólar dispendido e para uma maior responsabilização e transparência. Outras pessoas afirmam que a água é um bem público essencial e que o direito humano à água está essencialmente em conflito com os princípios do mercado.

Os elementos disponíveis apontam para algumas conclusões mais prosaicas. O envolvimento privado não constitui uma linha de divisão clara entre o sucesso e o fracasso na área do fornecimento de água. Nem sequer é uma garantia de eficiência do mercado. O fornecimento de água através de uma rede constitui um monopólio natural, reduzindo a margem para ganhos de eficiência através da concorrência e tornando a regulamentação efectiva para assegurar os interesses do consumidor um imperativo. O papel chave da regulamentação neste contexto consiste na criação de pressões concorrenciais, estabelecendo preços e padrões de qualidade, estabelecendo metas de investimento e manutenção e garantindo que se transferem para os consumidores os benefícios dos ganhos de eficiência. Nas condições institucionais certas, o sector privado pode fornecer as tecnologias, competências e recursos necessários para valorizar o acesso à água. Mas a criação destas condições através de instituições reguladoras eficazes é uma questão complexa que vai para além de legislar e de adoptar os modelos de outros países.

As decisões quanto à proporção adequada entre o sector público e o sector privado têm de ser tomadas caso a caso em função das condições e dos valores locais. O desafio para todos os fornecedores, públicos e privados, consiste em alargar o acesso e em ultrapassar a desvantagem de preço que as famílias pobres enfrentam.

Fornecedores públicos — a chave do fornecimento e do financiamento

Os actuais debates acerca do fornecimento de água têm uma longa história. No início do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, as empresas privadas eram as principais fornecedoras de água. A ideia de que o estado se deveria manter afastado do fornecimento de serviços para manter os impostos baixos era amplamente aceite. Perto do final do século, os operadores privados tinham sido substituídos por fornecedores municipalizados ou estavam sujeitos a uma regulamentação rígida.[19] A água era vista como um bem demasiado importante para a saúde pública, para a prosperidade nacional e para o progresso humano para ficar nas mãos de empresas cujo objectivo era maximizar o lucro, em vez de optimizar as recompensas sociais.

Mais recentemente, os papéis dos fornecedores públicos e privados têm constituído uma fonte de acalorados debates públicos, mas de muito menos ideias brilhantes. Em certos casos, a intensidade do debate está curiosamente distante da realidade. Enquanto o número de pessoas abastecidas por empresas privadas de água aumentou — de cerca de 51 milhões em 1990 para perto de 300 milhões em 2002 — as empresas públicas de água são responsáveis globalmente por mais de 70% do investimento total e há menos de 3% das pessoas nos países em desenvolvimento a receber água ou serviços de saneamento que são completa ou parcialmente privados.[20] No Brasil, 25 das 27 capitais estaduais são servidas por empresas públicas e apenas 2 por empresas parcialmente privatizadas.[21]

A fraqueza dos fornecedores públicos em muitos países faz claramente parte do problema do fornecimento de água. As causas dessa fraqueza variam bastante, embora uma má governação e a decadência da infra-estrutura provocada por investimento insuficiente sejam temas recorrentes. As estruturas de governação desempenham um papel central. Muitos prestadores de serviços públicos trabalham com base num modelo descendente de prestação de serviços que não é transparente nem dá resposta às necessidades dos seus utilizadores. Partindo da premissa que funciona, qualquer responsabilização está nas mãos dos intermediários do poder político e não nas mãos das comunidades servidas (ou evitadas) pelos prestadores de serviços. Em muitos casos, as operações combinam a inequidade com a ineficiência. Muita da água que os prestadores de serviços públicos fornecem não é levada em conta, seja porque pinga de canos aos quais não foi feita manutenção ou seja devido a sistemas defeituosos de facturação.

Por sua vez, as receitas baixas estão na base de um ciclo vicioso de bens em deterioração, de perdas de água, cobrança de receitas baixas, baixo investimento e uma maior deterioração das infraestruturas. Em cidades como Deli, Dhaka[22] e Cidade do México[23], cerca de 40% da água que é canalizada para o sistema pinga de canos corroídos ou é vendida ilegalmente. A água perdida traduz-se em perda de receitas para a manutenção ou expansão da rede. No entanto, nenhum destes problemas se limita ao sector público. Os prestadores de serviços privados no Reino Unido, por exemplo, têm sido multados diversas vezes por entidades reguladoras por não reduzirem os níveis de fugas de água. O investimento insuficiente também não é uma fonte de ineficiência apenas nos países pobres. A Agência de Protecção Ambiental dos Estados Unidos estima que serão necessários 68 mil milhões de dólares ao longo das próximas duas décadas só para restaurar e fazer a manutenção dos bens dos prestadores de serviços de água nas principais cidades dos Estados Unidos.[24]

A definição de preços pelos prestadores de serviços constitui a parte central do problema de financiamento em muitos países em desenvolvimento. Muitas vezes, as tarifas são estabelecidas para cobrir apenas uma pequena parte dos custos de funcionamento. De acordo com um estudo sobre os prestadores de serviços de água asiáticos no final da década de 90, o rendimento de funcionamento em 35 dos 49 fornecedores não era suficiente para

O desafio para todos os fornecedores, públicos e privados, consiste em alargar o acesso e em ultrapassar a desvantagem de preço que as agregados familiares pobres enfrentam

fazer face aos requisitos de manutenção e funcionamento.[25] Sem investimento público para cobrir a diferença, esta é uma receita para a decadência. Uma crescente recuperação dos custos dos agregados familiares com capacidade para pagar poderia mobilizar as receitas para a manutenção e para os ganhos de eficiência associados, ao mesmo tempo que gerava fundos para sustentar a procura dos agregados familiares sem meios para pagar. Mas, muitas vezes, os prestadores de serviços públicos estão mais preocupados em fornecer água barata aos ricos do que água a bom preço aos pobres.

Os prestadores de serviços de água não podem ser analisados isoladamente. A cultura política mais abrangente de fornecimento de serviços — e as políticas mais abrangentes de investimento público — condiciona a forma como os fornecedores públicos vão ao encontro dos padrões de eficiência, equidade e responsabilização. Na maior parte dos países ricos, o investimento de capital em infra-estruturas de água vem do investimento público ou do investimento privado apoiado por garantias governamentais. Em muitos países em desenvolvimento, as ineficiências nos sectores hídricos devem-se em parte a um financiamento insuficiente crónico da rede, ao longo de um período muito longo.

Reconhecer os fracassos de alguns prestadores de serviços públicos não implica que seja necessário recorrer ao fornecimento do sector privado para haver sucesso. Alguns prestadores de serviços públicos nos países em desenvolvimento respeitam ou ultrapassam os padrões de funcionamento das empresas privadas com melhor desempenho. Os prestadores de serviços públicos em Singapura perdem menos água do que os prestadores de serviços privados no Reino Unido. Em Porto Alegre, no Brasil, a reforma do sector da prestação de serviços produziu ganhos em termos de eficiência e de responsabilização democrática (caixa 2.3). O departamento municipalizado de água da cidade fornece aos agregados familiares acesso universal a água segura a bom preço — e melhorou de forma drástica as taxas de recolha de receitas e reduziu as perdas de água. A transparência e autonomia política e financeira contribuiram de forma crítica para o sucesso.

Como prova o exemplo de Porto Alegre, a reforma do sector da prestação de serviços pode reforçar o desempenho sem alterar os detentores das empresas que prestam os serviços. Este não é um caso isolado. No Sri Lanca, a Comissão Nacional de Fornecimento de Água e Drenagem surgiu como um fornecedor eficiente, no seguimentos das refor-

Caixa 2.3 Os serviços públicos podem funcionar — o departamento de água e saneamento de Porto Alegre mostra-nos como

Com 1,4 milhões de pessoas, Porto Alegre, a capital do estado de Rio Grande do Sul, no Brasil, tem uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas do país (14 óbitos em 1.000 nascimentos, num país onde a média nacional é de 65) e um índice de desenvolvimento humano comparável ao dos países ricos. Uma governação municipal eficaz em termos de fornecimento de água e de saneamento desempenhou um papel importante nesta história de sucesso.

Os fornecedores municipalizados de água conseguiram acesso universal à água. Os preços para a água — 0,30 dólares por litro — estão entre os mais baixos do país. Entretanto, o tratamento das águas residuais aumentou de 2% em 1990 para quase 30% actualmente, com o objectivo de chegar aos 77% dentro de cinco anos. Os indicadores de eficiência são semelhantes aos das empresas privadas com melhor desempenho a nível mundial. O rácio entre empregados e ligações domésticas, um indicador de eficiência amplamente utilizado, é de 3:1.000. Este rácio é de 20 para Deli e 5 para as empresas privadas de Manila.

As condições de funcionamento do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), totalmente detido pelo município de Porto Alegre, ajudam a explicar o seu sucesso:

- Sendo uma entidade legal distinta, goza de autonomia financeira e operacional.
- Estando isolada, não recebe quaisquer subsídios e, em termos financeiros, é autónoma.
- Sendo financeiramente independente, pode pedir empréstimos para financiamento sem o apoio municipal.

A autorização de funcionamento combina objectivos sociais e comerciais. O prestador de serviços segue uma política sem dividendos: todos os lucros são reinvestidos no sistema. A isenção de impostos de que beneficia permite a manutenção de baixas taxas da água. E é necessário que invista, pelo menos, um quarto das suas receitas anuais em infra-estruturas de água.

Porque motivo é que Porto Alegre alcançou acesso universal apesar de existir uma concentração elevada de pobreza entre os seus clientes? Em parte porque, em média, os preços são baixos e em parte porque os agregados familiares pobres, as instituições de solidariedade social e os residentes dos projectos de alojamento municipal e estatal para as pessoas desfavorecidas pagam uma taxa social inferior a metade da taxa básica. As estruturas de governação dos prestadores de serviços combinam uma supervisão normativa com um nível elevado de participação pública. O prefeito nomeia o director geral mas é o conselho deliberativo — constituído por engenheiros, pessoal médico, ambientalistas e representantes de diversas organizações da sociedade civil — que exerce um controlo sobre a gestão e tem poder deliberatório sobre todas as decisões importantes.

O processo orçamental participativo de Porto Alegre constitui uma forma de democracia directa com 44 reuniões públicas por ano, em 16 zonas da cidade. Os participantes votam nas suas prioridades e ouvem as propostas apresentadas pelos gestores, relativamente a seis áreas centrais, uma das quais a água. No início, colocam-se painéis em locais públicos para mostrar as despesas reais face às despesas previstas, bem como o plano de investimento que acompanha o processo. O escrutínio público do orçamento municipal e a prioridade associada à água criam fortes incentivos para o fornecimento de serviços de qualidade elevada.

Fonte: Viero 2003; Maltz 2005.

mas de governação que melhoraram a coordenação entre as agências e valorizaram o desempenho financeiro.[26] Na Índia, os prestadores de serviços de água são muitas vezes caracterizados como pouco eficientes. Mas em Hyderabad, a prestação de serviços de água aumentou a cobertura e melhorou o desempenho na recolha de receitas, reparações e fornecimento de serviços.[27] Em muitos países, existem grandes variações de eficiência dentro do sector público. Na Colômbia, por exemplo, os prestadores de serviços em Bogotá e em Medellin têm padrões de eficiência elevados, enquanto as empresas públicas municipalizadas que servem as cidades da costa das Caraíbas funcionam no outro extremo do espectro da eficiência.

Quais são, então, os requisitos-chave para uma reforma dos prestadores de serviços? Ao passo que as circunstâncias variam, os bons prestadores de serviços públicos funcionam tradicionalmente num ambiente de política pública que respeita quatro condições essenciais:

- Isolamento e autonomia financeira, para se protegerem de interferência política na distribuição de recursos.
- Actuação política participativa e transparente para apoiar a responsabilização.
- Separação entre o fornecedor de serviços e as entidades reguladoras, sendo as entidades reguladoras responsáveis por supervisionar e publicar padrões de desempenho bem definidos.
- Financiamento público adequado à expansão da rede, a par de uma estratégia nacional para se progredir no sentido de haver água para todos.

Estas condições são tão importantes para o enquadramento de governação das empresas privadas como dos prestadores de serviços públicos. Como defendemos mais à frente, é difícil criar estas condições, embora a legitimação dos cidadãos através de um enquadramento legislativo para a reforma possa desempenhar um papel fundamental.

Fornecedores privados — para além das concessões

A introdução da concorrência pelo direito a pôr em funcionamento a rede principal de água tem sido um aspecto central da reforma em muitos países em desenvolvimento. A criação de concessões tem sido o ponto central do debate. No entanto, o envolvimento privado vai além de um espectro bastante mais amplo.

A diversidade das parcerias público-privado adverte-nos contra a ideia de agrupar todo o envolvimento do sector privado sob o título geral de «privatização».

Os termos em que o sector privado participa nos mercados de água são importantes a diversos níveis. É possível haver um complexo conjunto de disposições de mercado (quadro 2.3). Estas disposições só trazem implicações para a propriedade no caso de uma privatização total. A nível mais geral, os termos em que os governos contratam o sector privado influenciam as estruturas de gestão, os padrões de investimento e a distribuição do risco. As concessões transferem para o sector privado a gestão, o risco e a responsabilidade

A diversidade das parcerias público-privadas adverte-nos contra a ideia de agrupar todo o envolvimento do sector privado sob o título geral de «privatização»

Quadro 2.3 Participação privada nas redes de água assume várias formas

Opção	Propriedade	Gestão	Investimento	Risco	Duração (anos)	Exemplos
Contrato de serviços	Público	Partilhado	Público	Público	1-2	Finlândia, Maharashtra (Índia)
Contrato de gestão	Público	Privado	Público	Público	3-5	Joanesburgo (África do Sul), Monagas (Venezuela), Atlanta (Estados Unidos)
Aluguer (arrendamento)	Público	Privado	Público	Partilhado	8-15	Abidjan (Costa do Marfim), Dacar (Senegal)
Concessão	Público	Privado	Privado	Privado	20-30	Manila (Filipinas), Buenos Aires (Argentina), Durban (África do Sul), La Paz-El Alto (Bolívia), Jacarta (Indonésia)
Privatização (alienação estatal)	Privado	Privado	Privado	Privado	Ilimitado	Chile, Reino Unido

Fonte: Jaglin 2005.

Nos países em desenvolvimento, uma infra-estrutura limitada e por vezes delapidada, os níveis baixos de ligação e os níveis elevados de pobreza aumentam as tensões entre a viabilidade comercial e o fornecimento de água a bom preço para todos

do investimento no sector privado, enquanto outras disposições público-privadas envolvem a contratação de alguns aspectos de gestão ou operações de redes de água.

A privatização (alienação total do estado) é rara

Há poucos países — a França é um deles — com uma longa história de gestão privada da água. O Chile privatizou na década de 80, mas apenas depois de o acesso à água ser quase universal. Desde essa altura, o país tem tido um bom desempenho tanto em termos de eficiência como de equidade. O Reino Unido privatizou bastante tarde, com os prestadores de serviços públicos a fazer uma espécie de liquidação no final da década de 80 — introduzindo um interesse pela privatização da água em vários países em desenvolvimento.

Desde essa altura, o registo tem sido variado. Ao longo da década que se seguiu à privatização, as empresas de água no Reino Unido tiveram lucros muito superiores ao previsto, pagando aos accionistas dividendos muito acima das receitas médias dos mercados de valores. Isto contribuiu para que se esgotasse um bem pouco valorizado de escassos recursos de capital necessário ao desenvolvimento. A ausência de um qualquer mecanismo explícito para partilhar os benefícios dos ganhos de desempenho entre os accionistas e os consumidores — e o que era encarado como margens de lucro excessivas — provocou várias críticas. Também levou ao desenvolvimento de uma forte entidade independente de regulamentação para proteger os interesses dos consumidores, estabelecer metas de investimento e monitorizar os ganhos de eficiência.[28] No entanto, existem problemas sérios como resultado de um investimento inadequado e elevados níveis de perdas de água. A experiência do Reino Unido mostra que é difícil elaborar e organizar a reforma normativa, mesmo em países com uma capacidade institucional extremamente desenvolvida. Na pressa de liquidar os bens públicos, os interesses públicos sofreram em resultado da privatização, embora a valorização da regulamentação tenha abordado alguns dos fracassos sofridos.

Têm-se feito diversas tentativas e testes às concessões, com resultados variados

Na década de 90, as concessões eram o principal canal para o investimento privado em água, com empresas privadas domésticas e estrangeiras a assumir a responsabilidade pelo financiamento e funcionamento dos sistemas. Certas concessões melhoraram a eficiência, reduziram as perdas de água, aumentaram o fornecimento, alargaram o número de contadores e a recolha de receitas e aumentaram a cobertura. Em Marrocos, que criou quatro concessões entre 1997 e 2002, a cobertura aumentou (actualmente, as concessões servem cerca de metade da população), bem como os níveis de satisfação dos consumidores[29]. Em Manila oriental, uma outra concessão alargou a proporção de população, recebendo um fornecimento de 24 horas de cerca de 15%-20% em 1997 para mais de 60% em 2000 e alargou a sua cobertura total de 65% para 88%. Como parte de uma estratégia nacional de água para todos, a África do Sul transferiu um prestador de serviços de água em Durban para uma concessão. Apesar das preocupações com a equidade, tem havido uma melhoria notável no acesso junto dos agregados familiares pobres.

Por oposição a estes casos encontram-se alguns fracassos particularmente emblemáticos.[30] Por oposição a estes casos encontram-se alguns fracassos particularmente emblemáticos. Na Argentina, um acordo de concessão de 30 anos fracassou juntamente com a economia do país em 2001. A concessão cedida a Manila ocidental sofreu o mesmo destino, tendo havido uma rescisão em 2003. Em 2004, uma concessão em Jacarta terminou numa disputa em tribunal entre as autoridades municipais e a empresa. O entusiasmo relativo às concessões arrefeceu agora a ponto de haver uma certa relutância do sector privado em estabelecer acordos. As mais importantes empresas internacionais como Suez, a maior empresa de água do mundo, a Veolia Environnement e a Thames Water estão a afastar-se das concessões nos países em desenvolvimento, por vezes face à pressão do governo e entidades reguladoras. Por exemplo, a Thames Water desistiu do funcionamento de uma fábrica na China em 2004, dois anos depois de o governo chinês ter determinado que a taxa de retorno era demasiado elevada.[31]

Então, o que correu mal? Quando as empresas privadas entram nos mercados dos países desenvolvidos como fornecedores, herdam uma pesada infra-estrutura (paga pelos investimentos públicos passados) que fornece acesso universal num mercado definido por rendimentos médios bastante elevados. Nos países em desenvolvimento, uma infra-estrutura limitada e por vezes delapidada, os níveis baixos de ligação e os níveis elevados de pobreza aumentam as tensões entre a viabilidade comercial e o fornecimento de água a bom preço para todos. Podemos associar a estas limitações três fracassos comuns, relacionados com a regulamentação, a transparência e a sustentabilidade financeira na contratação (caixa 2.4):

- *Expansão da rede.* Um objectivo fundamental para os governos que estabelecem concessões consiste na expansão das redes. Na concessão de Buenos Aires, o número de ligações aumentou mas a níveis mais baixos do que os estipulados no contrato. O progresso foi mais lento nas zonas mais pobres da cidade.[32] Em Jacarta, três quartos das novas ligações feitas no âmbito da concessão

destinavam-se aos agregados familiares de rendimento médio e elevado e a empresas governamentais e comerciais.

- *Renegociação de preços.* Os preços da água dependem muito de aspectos políticos. De uma perspectiva comercial, as receitas dos preços geram lucros para os accionistas e capital para o investimento futuro. Mas as políticas de preços destinadas a optimizar os lucros podem minimizar o bem-estar social e provocar descontentamento político. Em Cochabamba, o concessionário aumentou os preços para transferir parte do custo de expansão da infra-estrutura para os actuais utilizadores de água, com consequências explosivas. Em Buenos Aires, reduziram-se primeiro os preços e depois aumentaram-nos seis vezes entre 1993 e 2002, passando quase para o dobro em termos reais, dado que o operador privado procurava combinar os lucros e o atingir das metas.
- *Financiamento.* A aglomeração de investimentos de capital em água faz com que o crédito seja fundamental para a expansão da rede. As grandes dívidas externas eram uma característica do funcionamento da concessão em Manila ocidental e em Buenos Aires. Em Buenos Aires, os investimentos foram financiados essencialmente através de pedidos de empréstimo e de ganhos acumulados, sendo a participação de capitais próprios responsável por menos de 5%. Com o pedido de empréstimo externo feito em dólares e uma entrada de receitas na moeda local, o resultado foi uma exposição elevada às flutuações de câmbio da moeda estrangeira. As crises financeiras da Ásia oriental e da Argentina criaram situações de dívida insustentáveis para as concessões de Manila oriental e de Buenos Aires. A perda líquida de 1,6 mil milhões de dólares registada pelo concessionário em Buenos Aires em 2002 deveu-se quase integralmente à desvalorização que triplicou o valor do endividamento estrangeiro da empresa.

Caixa 2.4 O que correu mal com as concessões? Três fracassos e três lições a aprender

O efeito dominó do colapso das concessões deu origem a um debate acalorado acerca do papel passado, presente e futuro do sector privado no fornecimento de água. Embora os factores envolvidos nestes colapsos variem, existem lições importantes a tirar de três casos fundamentais:

- *Cochabamba.* O acordo de 1999, ao abrigo do qual o governo da Bolívia atribuíu uma concessão de 40 anos a um consórcio de empresas estrangeiras continua a ser um ponto de referência. Ao abrigo da Lei de Saneamento e Água Potável de 1999, o governo autorizou a privatização de fornecimento de água e acabou com os subsídios. Para além dos clientes terem de pagar mais pela sua água, os camponeses nas áreas vizinhas tiveram de começar a pagar pela água que anteriormente estava disponível de forma gratuita nas fontes públicas. Os aumentos de preços deveriam, supostamente, contribuir para os custos de capital da construção de uma nova barragem e de uma central de purificação. Os protestos levaram à revogação da lei de 1999, ao colapso da concessão e a um caso em tribunal iniciado por uma das empresas contra o governo da Bolívia.
- *Manila.* As concessões de 25 anos concedidas em 1997 a Manila ocidental fracassaram em 2003. A dívida estrangeira foi um impulsionador chave. Durante os primeiros cinco anos da concessão, a Maynilad, um empreendimento conjunto da Ondeo, uma empresa transnacional, e de um grupo empresarial filipino, teve perdas operacionais e ficou endividada em 800 milhões de dólares para financiar a sua expansão. A cobertura passou de 58% para 84%, mas a crise financeira da Ásia Oriental fez aumentar o endividamento. Quando o Sistema Metropolitano de Fornecimento de Água e Esgotos se recusou a sancionar um ajuste de taxas para cobrir as perdas da empresa, a concessão rescindiu.
- *Buenos Aires.* A concessão por 30 anos concedida em 1993 a um consórcio de empresas estrangeiras e de grupos empresariais locais terminou com o colapso económico da Argentina. Durante o concurso, o consórcio tinha indicado que tencionava reduzir as taxas em 29%, mas as perdas operacionais conduziram a aumentos de preço e a renegociações dos contratos. Não se tomaram quaisquer medidas para fazer ajustes face aos colapsos da taxa de câmbio, expondo o consórcio aos riscos associados a um pesado endividamento externo.

Temos a tirar daqui, pelo menos, três importantes lições. A primeira lição, que melhor se ilustra no caso de Cochabamba, é que a transparência é importante. O governo, as empresas ou os doadores e as instituições financeiras internacionais que apoiavam as negociações não fizeram qualquer tentativa credível para medir a opinião pública ou para tomar em consideração os pontos de vista dos pobres. Consequentemente, não se tomaram quaisquer medidas para proteger os habituais direitos dos nativos, que eram extremamente vulneráveis — um factor que se tornou politicamente explosivo.

A segunda lição diz respeito à tensão entre os imperativos comerciais e sociais. As empresas responsabilizam-se por concessões como forma de gerar lucros para os accionistas. Mas aumentar os preços para financiar os lucros e os investimentos pode prejudicar a segurança da água para os agregados familiares pobres. Também aumenta a probabilidade de um retrocesso político que reflicta a importância crítica da água para a comunidade. Os esforços para proteger os lucros através do aumento dos preços para cobrir o endividamento criado pelo empréstimo em moeda forte e pela depreciação da moeda foram social e politicamente insustentáveis.

A terceira lição é plausivelmente a mais importante. A complexidade do aumento do acesso por parte dos pobres foi extremamente subestimada. Se o problema tivesse sido devidamente avaliado, as finanças públicas e as ligações subsidiadas teriam assumido um papel de maior relevo.

Fonte: Slattery 2003; Castro 2004.

O aluguer tem dado resultados positivos para o desenvolvimento humano em ambientes onde os governos estabeleceram objectivos bem definidos com o apoio da capacidade normativa

Outras formas de envolvimento do sector privado

Embora as empresas privadas se estejam a afastar das concessões, continuam extremamente envolvidas em diversas operações de fornecimento de serviços de água. A gestão público-privada continua a ser um tema central nos debates sobre a governação da água.

O aluguer (ou arrendamento) é uma forma comum de parceria público-privada. Sob este modelo, o governo delega a gestão do serviço público a uma empresa em troca de uma taxa específica, normalmente baseada no volume de água, ao passo que a propriedade de activos permanece junto de uma empresa gestora a operar para o governo. O Departamento Nacional para a Água e Saneamento (ONEA) do Burquina Faso funciona através de acordos de aluguer que abrangem 36 cidades em todo o país. O modelo de *arrendamento* também é usado em Abidjan, na Costa do Marfim, e no Senegal, onde a água urbana é gerida pela Empresa Nacional de Água do Senegal (SONES), uma sociedade gestora de activos, e pela Senegalese Water (SDE), um empreiteiro privado contratado para dirigir o sistema.

O aluguer tem dado resultados positivos para o desenvolvimento humano em ambientes onde os governos estabeleceram objectivos bem definidos com o apoio da capacidade normativa. O ONEA, é um dos poucos prestadores de serviços da África Subsariana a desenvolver uma estratégia para garantir que as fontes públicas se tornam uma fonte de água a bom preço para os pobres. As taxas pagas nas fontes públicas estão muito abaixo da tarifa máxima (embora ainda estejam acima da tarifa mínima). No Senegal, o contrato de aluguer estabelece metas crescentes para o fornecimento de água nas fontes públicas. O objectivo é que as fontes públicas sejam responsáveis por 30% das ligações em Dacar e por 50% noutras cidades e que forneçam 20 litros por pessoa. Em Abidjan, o acordo de aluguer aumentou as taxas de cobertura com um sistema administrado através de um enquadramento normativo claro (caixa 2.5). Tem havido graves problemas de implementação em cada um destes casos. Por exemplo, os subsídios e a definição de preços sociais na Costa do Marfim e no Senegal têm um registo misto para beneficiar os agregados familiares mais pobres. Ainda assim, demonstram algumas das estratégias que os governos podem adoptar para colocar o direito à água num enquadramento prático.

Os *contratos de gestão* representam outra forma de parcerias público-privado. Trata-se de acordos em que um município ou o governo local compra os serviços de gestão a uma empresa. O Gana adoptou uma nova lei da água em 2005 em que o governo se compromete a alargar o papel dos operadores privados no fornecimento de serviços através de contratos de gestão. Como parte da reforma política, escolheu-se um operador privado no final de 2005 para um contrato de gestão por cinco anos, abrangendo Acra e outras das cidades mais importantes. Devido a uma combinação de financiamento insu-

Caixa 2.5 Práticas de definição de preços da água a favor dos pobres na Costa do Marfim

As políticas de definição de preços que os prestadores de serviços aplicam podem ter um efeito marcante no acesso à água. Embora o desempenho tenha sido misto, o prestador de serviços privado a actuar em Abidjan, a Sociedade da Água da Costa do Marfim (SODECI) desenvolveu algumas estratégias inovadoras para alargar o acesso. A cobertura aumentou de forma constante ao longo dos últimos 10 anos em Abidjan e noutras partes do país.

A SODECI aplica três mecanismos para expandir o acesso dos pobres: ligações domésticas subsidiadas, uma tarifa crescente por escalão e revendedores autorizados de água em povoamentos informais. O subsídio para as ligações domésticas resulta de uma sobretaxa nas contas da água administrada pelo Fundo de Desenvolvimento Hídrico (FDE), um organismo público. A SODECI cobra aos agregados familiares pobres 40 dólares por ligação, em vez de 150 dólares. Este subsídio, financiado por recursos internos, reduz a dependência das contribuições dos doadores e aumenta a sustentabilidade a longo prazo.

A tarifa crescente por escalão subsidia quem tem um consumo mais baixo (os pobres) e dissuade os gastos de água. O preço unitário que se aplica aos grandes consumidores é moderado, para os encorajar a permanecer no sistema. Para resolver o problema do abastecimento de água em povoamentos ilegais, onde a SODECI não é autorizada a operar, o prestador de serviços concede autorizações a revendedores de água. Estes revendedores compram água a preços normais e pagam um depósito (300 dólares) para reduzir o risco de falta de pagamento. Os revendedores são responsáveis pelos investimentos no alargamento da rede dentro da sua área e são autorizados a recuperar os custos através das vendas de água. Embora esta prática aumente efectivamente a cobertura, as famílias pobres, que são os clientes dos revendedores de água, têm de pagar duas vezes pelos custos de investimento da rede: uma vez na tarifa cobrada ao revendedor para obter a água e outra vez no preço final pago aos revendedores que também cobram pelo seu investimento para abastecer essa zona.

Há quatro lições a aprender com a experiência da SODECI:

- As estratégias a favor dos pobres têm de ser bem coordenadas.
- Os subsídios cruzados podem servir os pobres.
- A força financeira e de gestão do prestador de serviços é mais importante do que ser público ou privado.
- Uma boa regulamentação aproveita melhor as forças relativas dos agentes públicos e privados.

Fonte: Collignon 2002.

ficiente, falta de eficiência e de definição de preços injustos, o prestador de serviços de propriedade pública, a Companhia das Águas do Gana, não estava a conseguir fornecer água às zonas urbanas de todo o país e os contratos de gestão são actualmente encarados como uma parte da solução.

O novo acordo dará bons resultados? Algumas das metas definidas são encorajadoras. Para Acra, incluem o estabelecimento de 50.000 novas ligações domésticas e a restauração do fornecimento regular de água aos actuais consumidores. O programa também visa criar 350 fontes públicas por ano para as áreas urbanas não abrangidas.[33] Os resultados dependerão da clareza dos contratos e da regulamentação. Uma preocupação é com a falta de adequação das estratégias de financiamento e distribuição para chegar aos agregados familiares mais pobres. Para além disso, os detalhes acerca da definição de preços para as fontes públicas e da forma de atingir as zonas pobres continuam vagos.

O que é claro é que os contratos de gestão não são uma solução simples para problemas bem enraizados relacionados com o fornecimento de água. Por exemplo, desde 1998 que a Mauritânia introduziu uma série de reformas ousadas. Só em 2001, foram criadas quatro novas instituições para a gestão da água e do saneamento. Nas zonas rurais e nas pequenas cidades, a nova estratégia visa um aumento importante do papel do sector privado. Foram assinados mais de 350 contratos para o fornecimento de serviços da rede, estando os operadores privados envolvidos em dois terços desses contratos. No entanto, só em 2005 é que foi criada uma nova entidade nacional para supervisionar a gestão e o financiamento de instalações e para monitorizar o progresso — a Agência Nacional para a Água Potável e Saneamento. Ainda agora, as metas e as estratégias de estabelecimento de preços para os acordos de aluguer não estão bem definidos e os planos sectoriais estão claramente a ter um financiamento insuficiente. As estimativas para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio apontam para uma necessidade de financiamento de 65 milhões de dólares para os gastos públicos — os gastos actuais são aproximadamente 5 milhões de dólares. Os contratos de gestão não podem ser efectivos sem um financiamento adequado e sem metas muito bem definidas.

A criação de condições institucionais para contratos de gestão bem sucedidos é inerentemente difícil. A pesquisa feita spbre os acordos de contratos de gestão em Joanesburgo, na África do Sul, e em Monagas, na Venezuela, evidenciou duas dificuldades. Em primeiro lugar, a delegação dupla — a transferência da autoridade de funcionamento do governo local para o prestador de serviços e do prestador de serviços para empresas terceiras — pode ensombrar a responsabilização e o fornecimento. Isto pode desautorizar os utilizadores, tornando difícil a identificação do lugar institucional para responsabilizar os fornecedores. Em segundo lugar, as autoridades locais são, muitas vezes, tanto prestador de serviços accionista como entidade reguladora. É difícil fazer a reconciliação desta dupla identidade, sobretudo porque pode envolver o prestador de serviços na política do governo local. Os exemplos internacionais constituem uma forte justificação para existir uma entidade reguladora independente.[34]

A complexidade é outro dos problemas dos contratos de gestão, sobretudo nos países onde não existe uma capacidade administrativa forte. A negociação de contratos, responsabilidades, metas de distribuição e penalizações por incumprimento é um grande desafio. Isto é verdade mesmo em países ricos com uma capacidade administrativa muito desenvolvida. Em 1999, a cidade americana de Atlanta, atribuiu a um consórcio empresarial um contrato de gestão por 20 anos para o funcionamento e manutenção — uma acção estimulada em parte pelas multas da Agência de Protecção Ambiental pelas violações dos padrões de qualidade da água devido a uma infra-estrutura em más condições. O contrato foi rescindido ao fim de quatro anos, com as autoridades da cidade a afirmar que a empresa não tinha cumprido os padrões de desempenho. Mas o processo de rescisão envolveu um longo litígio de ambos os lados.

Uma outra forma de os fornecedores municipalizados poderem tentar aproveitar os ganhos de eficiência que o sector privado coloca à sua disposição é através de contratos de serviços. Ao abrigo deste acordo, os fornecedores compram um serviço a uma empresa que esteja pouco envolvida na gestão ou financiamento do prestador de serviços. Estes contratos são cada vez mais frequentes tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Os contratos de serviços já provaram ser muito eficazes em certos casos. A investigação levada a cabo em Maharashtra, na Índia, mostra que libertar-se de um compromisso de facturação, reparações, tratamento da água e melhorias de infra-estruturas pode melhorar o desempenho. Os inquéritos aos clientes apontam para uma satisfação crescente.[35] No entanto, o sucesso depende duma forte capacidade normativa.

A Finlândia pratica a subcontratação em grande escala na área dos serviços não centrais de água, sendo responsável por 60% a 80% do fluxo de dinheiro das empresas municipalizadas de água.[36] A Finlândia pratica a subcontratação em grande escala na área dos serviços não centrais de água, sendo responsável por 60% a 80% do fluxo de dinheiro das empresas municipalizadas de água. Um pequeno grupo de empresas privadas e um

Os contratos de gestão não podem ser efectivos sem um financiamento adequado e sem metas muito bem definidas

Sem um plano nacional coerente e sem uma estratégia de financiamento para obter água para todos, nem o sector público nem o privado se conseguirão afastar do actual modelo de enclave

prestador de serviços público, a Água de Helsínquia, começou recentemente a oferecer serviços de gestão. No entanto, o mercado ainda é limitado, com apenas três operadores privados a fornecer serviços, sobretudo para o tratamento das águas residuais.

Público ou privado — alguns dos problemas continuam os mesmos

A lição mais óbvia a tirar de qualquer análise do fornecimento público e privado é provavelmente que não existem planos fáceis e rápidos de conseguir o sucesso em todo o país. Alguns fornecedores de propriedade pública (Porto Alegre) têm um desempenho excelente a nível mundial, tal como algumas empresas privatizadas (Chile). Muitos prestadores de serviços de propriedade pública estão, por qualquer critério razoável, a deixar os pobres mal servidos — e essa situação prende-se com o financiamento insuficiente e com uma má governação. Mas a ideia de que os fracassos do sector público se podem corrigir rapidamente através de supostas vantagens de eficiência, responsabilização e financiamento das concessões privadas é enganadora, como se viu pelos desenvolvimentos em Cochabamba, em Buenos Aires e em Manila ocidental. Sem um plano nacional coerente e sem uma estratégia de financiamento para obter água para todos, nem o sector público nem o privado se conseguirão afastar do actual modelo de enclave.

Apresentar os resultados — as políticas

A água é um direito humano. Mas os direitos humanos pouco importam se estiverem separados das políticas práticas que os protegem e os tornam abrangentes — ou dos mecanismos de responsabilização que legitimam os pobres a exigir os seus direitos. Se o acesso à água potável e a bom preço é um direito humano, quem tem o dever de fornecer esses serviços de água? E como deve ser financiada a infra-estrutura de que depende o fornecimento de água? A água tem sido descrita como uma «dádiva de Deus» — mas alguém tem de pagar para assentar os canos no solo, para fazer a manutenção das bombas e para purificar a água. O financiamento e fornecimento de serviços de água que os pobres possam pagar por fornecedores que sejam transparentes e responsáveis continua a colocar difíceis desafios de política pública. A forma como esses desafios vão ser abordados nos anos vindouros será fundamental para a questão da segurança da água e do desenvolvimento humano.

O ponto de partida para o progresso acelerado em termos de água pode resumir-se em duas palavras: estratégia nacional. Como se sugeriu no capítulo 1, cada país deveria apresentar um plano nacional de água e saneamento. Os planos nacionais serão diferentes, mas existem quatro ingredientes básicos para o sucesso:

- Definição de objectivos claros e de pontos de referência para medir o progresso através de uma política nacional de água.
- Garantir que as políticas no sector da água são apoiadas por meios de financiamento seguros previstos em orçamentos anuais e num enquadramento das despesas de médio prazo.
- O desenvolvimento de estratégias claras para ultrapassar as desigualdades estruturais que têm por base a riqueza, a localização e outros sinais de desvantagem.
- A criação de sistemas de governação que responsabilizem os governos e os fornecedores de água pelo alcançar dos objectivos traçados ao abrigo das políticas nacionais.

Dentro deste enquadramento amplo, a reforma da política da água deveria ser encarada como parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza. No capítulo 1, definimos alguns dos requisitos institucionais para este enquadramento. Aqui debruçamo-nos sobre as políticas específicas do sector da água.

Financiamento público e acesso para os pobres urbanos

O financiamento dos serviços de água constitui a chave para o alargamento do acesso. De uma perspectiva comercial, o objectivo é levar os fornecedores de água a gerar receitas suficientes para cobrir os seus custos recorrentes, com os custos de capital de expansão das infra-estruturas a serem cobertos por uma mistura de despesa pública e investimento do fornecedor de serviços. De uma perspectiva do desenvolvimento humano, existem limites para a recuperação dos custos através das taxas. Esse limite é o ponto em que a água deixa de poder ser paga pelos agregados familiares pobres.

Recuperação de custos sustentável e justa

Ter em vista a completa recuperação dos custos colocaria a segurança da água para além do alcance de milhões de pessoas que actualmente não têm acesso à água. Lembremo-nos que mais de 363 milhões de pessoas sem acesso a água pura vivem com menos de 1 dólar por dia. E 729 milhões vivem com menos de 2 dólares por dia. A pobreza impõe limites naturais ao preço da água. A investigação levada a cabo na América Latina indica que as tarifas de recuperação completa dos custos trariam problemas de capacidade de gestão financeira para um em cada cinco agregados familiares da região. Para alguns países — incluindo a Bolívia, as Honduras, a Nicarágua e o Paraguai — conseguir a recuperação dos custos implicaria problemas de capacidade de gestão financeira para cerca de metade da população. A capacidade de gestão financeira é um problema igualmente grave em África Subsariana , onde cerca de 70% dos agregados familiares poderiam ter problemas em pagar as contas se os fornecedores procurassem atingir a recuperação completa dos custos.[37]

Para além das pressões sobre os agregados familiares, a recuperação completa dos custos colocaria um entrave aos esforços de redução da pobreza num sentido muito imediato. Com a recuperação completa dos custos da água, a incidência da pobreza aumentaria cerca de 1% nos países de rendimentos médios da América Latina e 2% nos países de baixos rendimentos na região. O impacto ainda seria mais grave na Ásia e em África, onde os preços teriam de subir a partir de uma base ainda mais baixa. Relativamente à Mauritânia e a Moçambique, a pobreza poderia aumentar 7% se os preços da água aumentassem para níveis de recuperação completa dos custos.[38]

Estes números apontam para o papel fundamental da despesa pública no financiamento do alargamento dos sistemas de água aos agregados familiares pobres. Também realçam o papel potencialmente importante dos subsídios cruzados ou das transferências dos utilizadores de rendimento mais elevado para os de rendimento mais baixo, em termos dos preços dos prestadores de serviços. Em relação ao financiamento da expansão da rede, os diversos países enfrentam diferentes constrangimentos. Em determinados países, sobretudo nos de rendimento médio, o desafio consiste em mobilizar mais receitas através da cobrança de impostos ou da reestruturação das actuais prioridades de despesas. Noutros, o auxílio tem um papel fundamental. Mas o ponto de partida tem de ser uma avaliação daquilo que os pobres podem pagar. Embora exista margem para debate, um tecto de 3% do rendimento dos agregados familiares poderia ser um ponto de referência aproximado.

A reforma da política da água deveria ser encarada como parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza

Equidade valorizada através da definição de preços e de subsídios

A água faz parte de um pacote de bens que define a justiça social e a cidadania. Uma forma de expressar a solidariedade social e um compromisso de cidadania partilhada é através das políticas de definição de preços e de transferências financeiras que tornam a água disponível e a bom preço para todos. É necessária uma combinação de políticas de acesso e de estabelecimento de preços, incluindo os subsídios para destinatários definidos, para alcançar resultados equitativos.

Subsídios de ligação. Subsidiar as ligações para os agregados familiares pobres pode afastar uma importante barreira à rede. O mesmo se pode afirmar das estratégias de pagamento inovadoras. Os prestadores de serviços de Jacarta sugeriram os pagamentos a prestações. Na Costa do Marfim, acrescenta-se nas contas uma sobretaxa do Fundo de Desenvolvimento Hídrico, com cerca de 40% dos lucros a reverter para subsídios de ligação. No entanto, o subsídio não tem os pobres como alvos específicos. Noutros locais, os prestadores de serviços adoptaram sistemas de definição de preços por camadas. Em El Alto, na Bolívia, apenas 20% dos agregados familiares que recebiam ligações no primeiro ano do programa de concessão da cidade é que pagaram as taxas completas. Uma inovação muito importante permitiu que os agregados familiares fornecessem a sua própria mão-de-obra para cavar valas para as ligações, com o prestador de serviços a encarar isto como uma forma de pagamento em géneros.[39] No entanto, também aqui não se desenvolveram as

Uma forma de valorizar a capacidade de gestão financeira dos agregados familiares pobres consiste em fornecer a quantidade de água suficiente para cobrir as necessidades básicas a um preço baixo ou gratuitamente

regras como parte de uma estratégia integrada para alcançar metas de ligações específicas para os mais pobres.

Subsídios para destinatários definidos. Alguns países financiam o consumo para os grupos de rendimentos baixos através de subsídios para destinatários definidos. No Chile, aumentaram-se os preços da água para níveis de recuperação completa dos custos, sem sacrificar os objectivos de distribuição. Os subsídios abrangem 25% a 85% dos custos da água doméstica, numa escala deslizante para famílias de baixo rendimento elegíveis (caixa 2.6). Uma das condições para o sucesso do modelo do Chile é a capacidade das agências estatais identificarem os agregados familiares pobres e transferirem subsídios sem que muito dinheiro vá para os que não são pobres, uma capacidade que desenvolveram durante um longo período de experiência com um sistema de solidariedade social abrangente.

Tarifas de sobrevivência. Uma outra forma de valorizar a capacidade de gestão financeira dos agregados familiares pobres consiste em fornecer a quantidade de água suficiente para cobrir as necessidades básicas a um preço baixo ou gratuitamente. Actualmente, a maior parte dos países aplica tarifas por escalão, mas a progressividade varia. A tarifa de sobrevivência na África do Sul disponibiliza 25 litros de água gratuita — uma prática que se podia aplicar de forma mais ampla. O modelo de tarifa de sobrevivência vem com duas advertências. Em primeiro lugar, em países com taxas baixas de tarifas de ligação de sobrevivência, não se pode chegar aos agregados familiares pobres que não estão ligados à rede. Esta é uma preocupação mesmo na África do Sul, onde as taxas de cobertura entre os pobres varia. Muitas vezes, os agregados familiares que não estão cobertos têm de comprar água aos revendedores de grandes quantidades, que compram água ao prestador de serviços no escalão mais elevado. Em segundo lugar, o acordo de tarifa social ou de sobrevivência exige a medição por contadores, que não estão muito divulgados em várias povoações pobres.

Escolher como destinatários as povoações informais. Em muitos países, a maioria dos agregados familiares urbanos sem acesso a uma ligação doméstica vivem em povoações informais. Os milhares de pessoas que vivem nestas áreas revelaram uma iniciativa extraordinária para conseguir o acesso aos serviços de água, colocando vários quilómetros de tubos, cavando valas e cooperando para o benefício mútuo. No entanto, o esforço da comunidade, por si só, não pode resolver o problema. Os prestadores de serviços têm estado pouco dispostos a alargar as redes aos agregados familiares que não têm um título legal, por temerem que isso possa pôr em perigo a cobrança das receitas. São necessárias novas abordagens. As autoridades podem fornecer direitos de residência completos ou intermédios aos povoamentos informais estabelecidos. Também podem exigir que os prestadores de serviços forneçam água a todas as pessoas, sem ter em atenção a localização, se necessário através de garantias financeiras ou de incentivos ao investimento. Os prestadores de serviços também podem marcar a diferença. Uma empresa em Manila aumentou as linhas subterrâneas de água até ao perímetro dos bairros degradados e permitiu que os agregados familiares fizessem ligações por cima da terra, através de pequenos tubos de plástico, ligados a contadores das associações de residentes e das agências não governamentais. Esses tipos de acordos podem ser bons para a equidade (em Manila, levou à redução dos custos da água em 25% nas zonas dos bairros degradados que agora estão abrangidas) e para a eficiência (reduz as perdas de receitas associadas às ligações ilegais).

Caixa 2.6 Subsídios ao consumo de água no Chile — maior eficiência e equidade

O fornecimento de água no Chile é privatizado ao abrigo de um forte regime normativo que combina níveis elevados de eficiência no fornecimento e níveis igualmente elevados de equidade no acesso. Muitos factores contribuíram para isso. As vantagens iniciais incluíam a cobertura quase universal antes da privatização e uma rede extremamente desenvolvida. O forte crescimento económico também foi importante. O mesmo se pode afirmar acerca dos subsídios de água para destinatários definidos.

O Chile introduziu subsídios de consumo da água com base em testes de médias no início da década de 90, para garantir a capacidade de gestão financeira para os agregados familiares pobres antes de as companhias da água terem sido privatizadas. O subsídio cobre 25% a 85% da conta mensal de um agregado familiar até 15 metros cúbicos de água por mês. O governo reembolsa a empresa com base na quantidade real de água consumida. O subsídio é completamente financiado a partir do orçamento do governo central. Os agregados familiares têm de se candidatar ao subsídio junto do poder local, que determina a elegibilidade. O subsídio pode ser visto como uma tarifa crescente por escalão, sendo os subsídios inversamente relacionados ao rendimento do agregado familiar: o apoio diminui à medida que os rendimentos sobem acima do limiar mínimo, com base em testes de médias.

Em 1998, cerca de 13% dos agregados familiares chilenos — quase 450.000 pessoas — receberam subsídios, num valor total de 33,6 milhões de dólares. O esquema tornou possível o aumento das taxas, a mobilização de recursos para a manutenção e expansão da rede e a minimização dos efeitos adversos nos pobres.

Existem dois ingredientes básicos para o sucesso deste modelo no Chile, nenhum deles fáceis de reproduzir noutros países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, o esquema exige a capacidade de identificar, destinar e entregar o apoio aos agregados familiares pobres. Em segundo lugar, todos os agregados familiares precisam de ter um contador para monitorizar a utilização da água.

Fonte: Alegría Calvo e Celedón Cariola 2004; Gómez-Lobo e Contreras 2003; Paredes 2001; Serra 2000.

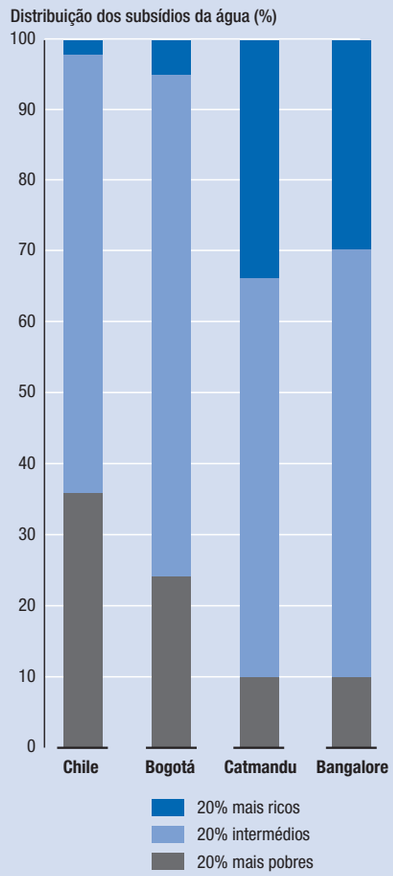
Subsídios cruzados. Os subsídios cruzados dos utilizadores de água de rendimentos mais elevados são outra forma de fazer com que a água tenha um preço mais acessível para os agregados familiares pobres. Na Colômbia, os subsídios cruzados estão previstos na Lei de Serviços Residenciais Públicos de 1994 e os seus destinatários eram escolhidos de forma geográfica.[40] O esquema aumentou o acesso à água para os 20% mais pobres da população, permitindo que o país ultrapassasse a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Os subsídios podem gerar grandes benefícios públicos e privados. Para além de criar oportunidades de melhor saúde e bem-estar, podem reduzir as profundas desigualdades no acesso descrito no capítulo 1. Mas nem todos os subsídios são equivalentes em termos dos seus efeitos — e alguns são melhores a realçar a equidade do que outros.

Os subsídios à água baseiam-se numa ideia simples. Se uma grande parte da população não pode pagar o custo do fornecimento de serviços e ainda assim existe um imperativo de desenvolvimento humano de fornecer os serviços, os subsídios cruzados, o estabelecimento de preços progressivos e as transferências fiscais fornecem os meios para o fazer. De facto, estes acordos financiam as necessidades dos agregados familiares que, de outro modo, ficariam excluídos do fornecimento devido à pobreza. Mas nem todos os subsídios produzem resultados que favorecem os pobres. O Fundo de Desenvolvimento Hídrico da Costa do Marfim destinava-se a financiar as ligações para os agregados familiares pobres, mas passou ao lado das zonas mais pobres da cidade porque os povoamentos não autorizados não são elegíveis. Para além disso, como as taxas de ligação sobem de forma acentuada com a distância em relação à rede principal (reflectindo os custos mais elevados da ligação), alguns agregados familiares pobres não puderam pagar as ligações, nem mesmo com um subsídio.

Os subsídios distribuídos através da taxa da água podem ter resultados mistos (figura 2.4). Se as taxas de ligação são baixas e a maior parte dos agregados familiares que não têm uma ligação são pobres, é pouco provável que a tarifa social por escalão dê resultados progressivos. Por exemplo, Bangalore, na Índia, e Catmandu, no Nepal, aplicam uma estrutura de tarifa por escalão crescente, mas os subsídios beneficiam mais quem não é pobre do que os pobres.[41] Em Bangalore, os 20% de agregados familiares mais ricos recebem 30% do subsídio da água e os 20% mais pobres recebem 10,5 %.[42]. Em Catmandu o agregado familiar não pobre médio recebe 44% mais de subsídio do que o agregado familiar pobre médio.[43]

Figura 2.4 Quão progressivos são os subsídios da água?



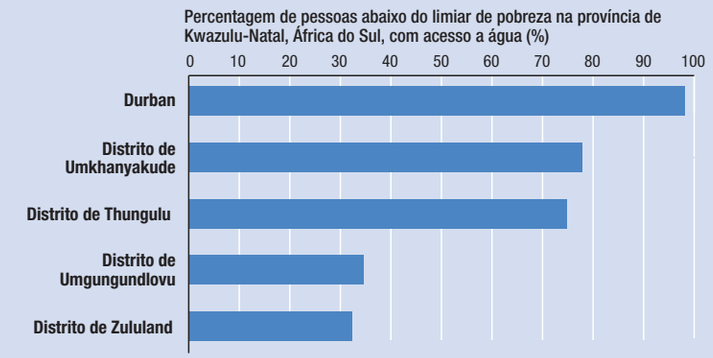
Fonte: Komives e outros 2005.

Comparados com estes exemplos, alguns esquemas de subsídios têm sido extremamente eficazes. O Chile recorre ao teste de médias para identificar os residentes de baixos rendimentos para receber subsídios à água e compensa o prestador de serviços através de pagamentos governamentais. A Colômbia usa os valores das propriedades e a residência para identificar os agregados familiares pobres. Nos dois casos, os agregados familiares pobres captam uma grande parte dos subsídios ligados à utilização da água. Da mesma forma, em Durban, África do Sul, a tarifa de sobrevivência resulta numa distribuição progressiva dos subsídios de água porque 98% dos agregados familiares pobres estão ligados (figura 2.5). Noutras zonas da Província de Kwazulu-Natal, o subsídio dá origem a resultados menos progressivos porque as taxas de ligação entre os pobres são mais baixas. A lição a tirar daqui é que: distribuir subsídios através das taxas de água só favorece os pobres se estes estiverem ligados à rede de água.

Subsidiar as instalações que os pobres usam proporciona ganhos de equidade potencialmente maiores. As fontes públicas são um lugar óbvio para se

começar. Embora o objectivo último seja ter ligações privadas para todos os agregados familiares, esse não é um objectivo viável no curto prazo em muitos países. As fontes públicas são a principal fonte de água para milhões de agregados familiares pobres, fazendo com que os subsídios às fontes públicas estejam entre os mais progressivos que se podem dar através do sistema da água (caixa 2.7). No entanto, em muitos países, os utilizadores de fontes públicas compram água na faixa mais elevada de preços, fazendo o subsídio cruzado do consumo doméstico dos agregados familiares de rendimentos elevados com o acesso a torneiras privadas. Alguns países conseguiram arranjar forma de evitar esta situação. Em Bangalore, apenas 14% dos subsídios às fontes públicas é que não chegam aos pobres — para as torneiras privadas, esse número sobe para 73%.[44] No Burquina Faso, os agregados familiares pobres urbanos conseguem comprar água das fontes públicas aos preços mais baixos da África Subsariana.

Figura 2.5 As tarifas de sobrevivência resultam se as taxas de ligação forem altas



Fonte: África do Sul 2006.

Caixa 2.7: As fontes públicas — chegar aos pobres, mas muitas vezes a um preço demasiado elevado

As fontes públicas podem dar aos agregados familiares pobres acesso à água a bom preço. Também podem funcionar como uma conduta para o apoio governamental com destinatários definidos já que são essencialmente usadas pelos pobres e não pelos ricos. Contudo, a experiência tem sido mista.

No Senegal, uma parceria entre o fornecedor de água privado, a Autoridade Nacional da Água, e uma organização nacional não governamental alargou o fornecimento de água a 500.000 pessoas em zonas de baixos rendimentos através de fontes públicas. Os subsídios são concedidos para construir fontes públicas e para as ligar à rede. Este acordo alargou o acesso mas como se cobram taxas mais elevadas aos utilizadores das fontes públicas, os custos unitários ainda são mais do triplo da taxa doméstica mais baixa.

Nas Filipinas assistiu-se a problemas semelhantes. As empresas privadas de água em Manila alargaram as ligações da água a cerca de 50.000 agregados familiares pobres nas zonas muito povoadas e de baixo rendimento através de fontes públicas, com as organizações comunitárias a funcionar como intermediárias. Ao permitir que os agregados familiares tirem água de uma fonte com contador, os contratos reduzem o preço unitário em cerca de um quarto. Mas o preço final é ainda mais do dobro do preço mais baixo do prestador de serviços para o fornecimento de água doméstica.

Mudar os subsídios para as fontes públicas ajudaria a melhorar o acesso e a valorizar a equidade. Também teria um efeito de arrastamento, forçando os outros fornecedores privados a baixar os preços.

Fonte: WUP 2003; McIntosh 2003.

A regulamentação é crítica

A regulamentação é crítica para a realização progressiva do direito humano à água e para a protecção do interesse público em termos do fornecimento de água. Num mercado com concorrência limitada e para um produto que é essencial para o bem-estar humano, as autoridades reguladoras precisam de se certificar que os fornecedores são geridos de forma a garantir tanto a equidade como a eficiência.

Muitos países têm sofrido devido à falta de instituições regulamentares efectivas. Em Buenos Aires, criou-se um organismo regulador para supervisionar a concessão de água. No entanto, havia fraquezas inerentes ao sistema. Este organismo estava altamente politizado — entre os seus membros havia representantes da presidência, da província e do município, trazendo para este enquadramento partidos políticos concorrentes. No entanto, os interesses dos consumidores não estavam representados. Muitos aspectos do contrato de concessão foram negociados em segredo, pelo que a entidade reguladora tinha um acesso limitado à informação das empresas e do governo.

Algumas das características chave dos organismos reguladores mais bem sucedidos do Chile, do Reino Unido, dos Estados Unidos e de outros locais estavam ausentes do sistema de Buenos Aires:

- *Independência política,* com uma forte cultura de promoção do interesse público.
- *Autoridade investigativa e poder sancionatório,* tendo o organismo regulador poderes para pedir informações às empresas sobre uma grande variedade de pontos de referência de desempenho, para impor sanções pelo incumprimento e para limitar os aumentos de preço. Num caso recente, a entidade reguladora chileno exigiu os documentos internos das declarações fiscais da empresa para investigar os custos de transferência e as declarações de margens de lucro mais baixas do que as reais.
- *Partilha de informação* com o público relativamente à definição de preços, qualidade da água e estruturas de custos.
- *Participação pública* para garantir que os interesses do público estão representados. Nos Estados Unidos, as comissões de cidadãos de prestadores de serviços põem um fórum à disposição dos clientes para monitorizarem os fornecedores de serviços. A entidade reguladora do Reino Unido,

o Departamento de Serviços de Água (Ofwat) fornece um acesso estruturado aos grupos de consumidores.

O problema em muitos países em desenvolvimento é que existem limites bem definidos à capacidade que as entidades reguladoras têm para regular. Muitas vezes faltam os recursos para uma regulamentação efectiva. Falta muitas vezes legislação que regule a separação dos poderes entre os governos e as entidades reguladoras. Em termos mais vastos, quando a responsabilização democrática é fraca, a falta de pressão sobre os governos e sobre as empresas para revelar informação enfraquece a posição das entidades reguladoras.

Nos países onde falta capacidade administrativa e as instituições necessárias para regulamentar de forma efectiva, a transparência e a acção pública por parte dos cidadãos pode criar um impulso normativo a partir dos níveis mais baixos. A acção social por parte de grupos comunitários bem organizados tem desempenhado um papel importante na redução dos estragos ambientais por parte das empresas nos países em desenvolvimento, forçando o cumprimento dos padrões e a revelação de informação. A sociedade civil também tem estado activa, pressionando no sentido de os prestadores de serviços de água revelarem informação e divulgarem as situações de mau desempenho. A utilização de relatórios de cidadãos em Bangalore, na Índia, deu voz às associações de residentes e aos grupos comunitários em termos da reforma dos prestadores de serviços de água, melhorando a responsabilização através da avaliação e divulgação das avaliações de desempenho dos prestadores de serviços (caixa 2.8). O modelo tem sido amplamente exportado. Sempre que os gestores dos prestadores de serviços e os responsáveis municipais responderam através do diálogo, houve melhorias significativas na prestação dos serviços.

Estas iniciativas que surgem dos níveis mais baixos são importantes. Mas têm limites. Os grupos de cidadãos, a sociedade civil e as associações de utilizadores de água não funcionam no vazio. As suas actividades e área de abrangência para alcançar a mudança são afectadas pelas instituições e políticas governamentais, sobretudo o enquadramento normativo e legislativo e o espaço político que os governos criaram. No período pós-apartheid da África do Sul, a adopção de uma abordagem baseada em direitos ao abastecimento de água foi combinado com a articulação a um enquadramento legislativo claro para a prestação de serviços. O importante foi a criação de expectativas e de sentido de legitimação entre os cidadãos, dando poder às comunidades locais para responsabilizarem os governos locais, os prestadores de serviços privados e o governo nacional. Inevitavelmente, o direito humano à água continua a ser um domínio político contestado na África do Sul, como evidenciam as disputas pertinentes no que respeita o abastecimento, os preços e um limite adequado para o abastecimento de água gratuita. Contudo, o que é verdadeiramente importante é a forma de que a legislação em matéria de direitos humanos deu aos cidadãos uma voz na política da água. Em termos da água, como noutras áreas, a eficácia da pressão exercida a partir de baixo depende, pelo menos em parte, de leis que definam e suportam os direitos das pessoas a responsabilizar as empresas e os prestadores de serviços públicos.[45] O activismo por parte da sociedade civil é, por direito próprio, uma importante força impulsionadora da mudança — mas pode ser fortalecida ou enfraquecida pela política governamental.

Um outro problema das actuais abordagens da regulamentação é que o mandato governamental apenas se estende aos fornecedores formais da rede. Apesar de o fazerem de forma pouco adequada, a maior parte dos governos procura regular os preços, monitorizar a qualidade e avaliar a possibilidade de fazer previsões sobre a água através da rede. Tem-se dado muito menos atenção à regulamentação dos vendedores, dos operadores de camiões cisterna e dos outros fornecedores de água. Esta é uma grave lacuna normativa, sobretudo da perspectiva dos agregados familiares pobres nos bairros degradados e em povo-

Caixa 2.8: Relatórios dos cidadãos — a voz como agente de mudança

Os prestadores de serviços de água, públicos e privados, estão muitas vezes distantes, não são responsabilizáveis, falta-lhes transparência e não respondem às preocupações públicas. Dar voz aos utilizadores na estrutura de governação pode alterar esta situação.

Há dez anos atrás, o Centro de Negócios Públicos, uma organização não governamental (ONG) indiana, sediada em Bangalore, promoveu uma nova abordagem de supervisão normativa. Utilizando reuniões públicas e um estudo baseado em questionários, levou a cabo uma vasta auditoria social sobre as percepções acerca dos serviços públicos prestados pelas autoridades municipais, incluindo a Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore. A auditoria, resumida num relatório de cidadãos, salientou a fraca orientação do consumidor, os níveis elevados de corrupção e o fornecimento de serviços de má qualidade e de custo elevado.

Após uma segunda auditoria em 1999, o governo estatal e as agências municipais envolveram-se num processo de consulta estruturada. A Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore iniciou alguns programas conjuntos com grupos de cidadãos locais e com associações de residentes para melhorar os serviços, alargar a ligação aos agregados familiares pobres e debater as opções de reforma. Definiram-se novos processos de reclamação para tratar a questão da corrupção. Em 2003, a auditoria social já registava melhorias reais, com os agregados familiares pobres a fazer referência a uma acentuada redução dos subornos para as ligações e para as melhorias de eficiência.

Desde o início, a auditoria dos cidadãos foi alargada de modo a abranger as zonas rurais e urbanas em 23 estados indianos. Também foi exportada para as Filipinas, Tanzânia, Ucrânia e Vietname. Em meados de 2005, três cidades do Quénia — Kisumu, Mombasa e Nairobi — iniciaram uma auditoria social à água e ao saneamento, aproximando associações de residentes, ONGs e fornecedores de serviços.

Fonte: Paul 2005; Adikeshavalu 2004.

A força da comunidade pode ser um catalisador do progresso acelerado – mas é necessário um sistema de governação que apresente respostas, para que as coisas aconteçam

amentos informais. Pôr fim a essa lacuna através de intervenções políticas públicas que regulam a quantidade, qualidade e preço da água disponível para além da rede formal de prestadores de serviços é uma prioridade. Um dos mais efectivos instrumentos para tratar este desafio normativo é o fornecimento público de água através de fontes públicas a preços que reflectem as camadas mais baixas da estrutura de tarifa por escalão que os prestadores de serviços aplicam. Isto forçaria os operadores privados, os vendedores e outros fornecedores de pequena dimensão a ajustarem-se a um preço de mercado social estipulado pela política governamental.

Alcançar as pessoas carenciadas

O progresso lento nas zonas rurais continua a constituir uma ameaça para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água. Em muitos países, as taxas de cobertura para a água pura estão a aumentar de forma demasiado lenta para se conseguir atingir a meta — e as disparidades que já são grandes estão a aumentar. No entanto, a experiência mostra que é possível haver um progresso rápido para ultrapassar a desvantagem rural.

A participação da comunidade requer o enquadramento de governação correcto

As populações rurais têm sido o alvo das experiências relativamente a demasiadas modas em termos de desenvolvimento. A água tem muitas vezes sido fornecida pelas agências governamentais através de um modelo descendente de entrega de serviços, usando tecnologias pouco adequadas e caras que não conseguiram ir ao encontro das necessidades locais. Mais recentemente, a participação da comunidade e a tecnologia adequada surgiram como a resposta mais recente para o fornecimento de água rural. No entanto, em muitos casos, tem-se usado a participação da comunidade como instrumento para implementar políticas governamentais, para aumentar as finanças e para ultrapassar obstáculos tecnológicos em vez de um meio de dar poder às pessoas ou de lhes permitir expressar a procura. Actualmente, o elevado número de pontos de água destruídos nas zonas rurais em muitos dos países em desenvolvimento testemunham o fracasso deste modelo.

O enquadramento de governação para a água começou a mudar num sentido mais positivo, com o reconhecimento crescente de que os problemas especiais que as zonas rurais enfrentam e o papel central das comunidades locais no fornecimento de serviços colocam desafios institucionais distintivos. As comunidades não vão cooperar na manutenção das tecnologias da água que considerarem inadequadas ou irrelevantes para as necessidades locais. Nem, como a História nos mostra, vão agir como agentes de implementação de políticas definidas por entidades de planeamento distantes, irresponsabilizáveis e opacas. A força da comunidade pode ser um catalisador do progresso acelerado — mas é necessário um sistema de governação que apresente respostas, para que as coisas aconteçam.

Actualmente, os governos e os doadores valorizam uma abordagem de resposta às exigências. A um nível elementar, isto significa apenas que as abordagens do fornecimento se deveriam centrar naquilo que os utilizadores querem, nas tecnologias que estão dispostos e que podem pagar e naquilo que podem sustentar. O ponto de partida é a participação das comunidades no processo de desenho, na elaboração dos seus próprios planos e a decisão, conjunta, sobre que tipo e que nível de serviços pretendem. Claro que este processo envolve alguns problemas. As comunidades rurais não são homogéneas e a participação da comunidade pode ensombrar a exclusão das mulheres e dos pobres rurais da tomada de decisões. Mas o envolvimento com as comunidades fornece uma base para o progresso.

A criação de condições para abordagens de resposta às exigências bem sucedidas é difícil. A descentralização e a devolução da autoridade aos níveis locais são factores importantes — mas nem sempre bem sucedidos. Na Etiópia, a descentralização transferiu um nível elevado de autoridade para órgãos ao nível das aldeias e dos distritos. Mas as capacidades financeiras e humanas continuam fracas e, em algumas áreas, não se reconhece o estatuto legal das comissões de saneamento e fornecimento de água das aldeias.[46] Isto enfraquece a capacidade das comunidades rurais para defenderem exigências através do governo local. Noutros casos, a governação da água e o progresso da cobertura beneficiaram de uma combinação da descentralização e da prioritização política e financeira crescente. A descentralização do fornecimento de água rural no Gana é uma abordagem de resposta às exigências que está a resultar (caixa 2.9).

As estratégias nacionais de planeamento e redução da pobreza para a água deram resultados mistos

Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP) são declarações importantes de enquadramentos e intenções políticas para a cooperação internacional. Os países com uma estratégia claramente definida para alcançar metas de saneamento e água demonstram que o empenho político nacional, suportado pelo apoio podem ter resultados dramáticos.[47] As más notícias são que a maior

Caixa 2.9 Fornecimento de água rural no Gana — uma abordagem participativa que funciona

Em pouco mais de uma década, o Gana transformou a estrutura para o fornecimento de água rural, alargando a cobertura através de sistemas de fornecimento mais participativos — e mais eficientes.

A mudança foi dramática. No início da década de 90, a gestão do fornecimento de água rural estava nas mãos da Empresa de Esgotos e Água do Gana, um prestador de serviços públicos responsável por planear, construir e fazer a manutenção do fornecimento de água rural. Os furos que se fizeram no Gana estavam entre os mais caros do mundo e apenas 40% das bombas manuais estavam a trabalhar numa dada altura devido a uma manutenção deficiente.

O acesso à água está agora a ser alargado a cerca de mais 200.000 pessoas por ano. A cobertura aumentou de 55% em 1990 para 75% em 2004, com especial incidência nas zonas rurais. O Gana conseguiu este progresso através de uma reforma abrangente de um sistema que era descendente, não dava respostas e que era incumpridor.

A responsabilidade pelos fornecimentos de água rural foi transferida para os governos locais e para as comunidades rurais. A autoridade para coordenar e facilitar a estratégia nacional de saneamento e água gerida pela comunidade foi transferida para a Agência Comunitária de Água e Saneamento — uma entidade altamente descentralizada com pessoal multidisciplinar em 10 regiões do país. As equipas regionais prestam apoio directo às assembleias distritais no planeamento e gestão dos serviços de saneamento e água segura.

Desenvolveram-se novas estruturas políticas para a governação da água, como parte de um programa mais vasto de descentralização. As assembleias distritais, uma camada importante do governo local eleito, são responsáveis por processar e prioritizar as candidaturas da comunidade ao fornecimento de água, atribuindo contratos para poços cavados manualmente e para a construção de casas de banho e dirigindo um programa de subsídios para casas de banho. Também fornecem 5% dos custos de capital das instalações de água.

As estruturas de aldeia fazem parte do novo sistema. Para se candidatarem às concessões de capital, as comunidades têm de formar comissões de água de aldeia e elaborar planos onde descrevam detalhadamente de que forma vão gerir os seus sistemas, contribuir com uma quantidade de dinheiro equivalente a 5% dos custos de capital e ir ao encontro dos custos de manutenção.

Uma avaliação feita em 2000 identificou grandes melhorias:

- Mais de 90% das pessoas estavam satisfeitas com a localização, quantidade e qualidade da água.
- A grande maioria das pessoas tinha contribuído para os custos de capital, com 85% das pessoas a pagar também para os custos de funcionamento e manutenção. A maior parte acreditava que o princípio do pagamento era justo e tencionavam continuar a pagar.
- Mais de 90% das comissões de água e saneamento tinham recebido formação, aberto contas bancárias e feito reuniões regulares. As mulheres desempenhavam papéis activos e influentes nessas comissões.

Fonte: Lane 2004; WSP-AF 2002e, quadro de indicadores 7.

parte dos DERP sofrem de um ângulo morto de água e saneamento — uma expressão da baixa prioridade atribuída ao sector.

Alguns países usaram o enquadramento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e o processo DERP para levar o fornecimento de água rural para o centro do planeamento nacional para a redução da pobreza. No Benim, o Conselho Nacional de Água, uma entidade ministerial de alto nível, colocou as zonas rurais e as pequenas cidades no centro de uma estratégia nacional para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. O Programa Orçamental da Água, que se iniciou em 2001, proporciona um enquadramento financeiro estável e define de forma clara as medidas financeiras para cada distrito do país. O Senegal também identificou a água e o saneamento como uma prioridade no seu DERP. Estabeleceu um programa nacional em 2004 para coordenar as actividades de diversas agências através de uma entidade nacional de alto nível. Os objectivos explícitos incluem o alargamento do fornecimento de água a 3.300 povoamentos através de um programa nacional escalonado de furos. Os custos financeiros detalhados possibilitaram a identificação de lacunas de financiamento potencialmente grandes: o requisito de despesa projectado para as zonas rurais é de 42 milhões de dólares, com uma lacuna financeira de 22 milhões de dólares.[48] O sucesso da estratégia de água do Senegal dependerá bastante da resposta dos doadores de ajuda, mas o enquadramento para o sucesso já existe.

A experiência mostra que é possível haver um progresso rápido. O governo do Uganda tem uma estratégia nacional forte, com objectivos claros suportados pelos recursos financeiros (caixa 2.10). Fundamentalmente, o financiamento das metas de água foi incluído no enquadramento do governo para o financiamento a médio prazo, garantindo que os compromissos políticos encontram uma expressão orçamental. A Tanzânia está nas fases iniciais da reforma e os desenvolvimentos são encorajadores. Mais 2 milhões de pessoas conseguiram acesso desde 1999 e o governo impôs uma meta de 85% de fornecimento de água rural até 2010.[49] No entanto, existem grandes desigualdades em termos da cobertura: dos 113 distritos rurais, 76 têm uma cobertura inferior a 50%, com uma grande concentração no centro e no sudeste do país. Nos Distritos de Rufiji e Liwale, no sudeste, as taxas de cobertura são inferiores a 10%.[50] O progresso futuro vai depender da criação de estratégias para ultrapassar estas desigualdades.

Isto também requer que os doadores revejam as suas estratégias de ajuda. Alargar a cobertura de água rural é uma prioridade bem definida em termos de redução da pobreza para a Tanzânia. Mas

Caixa 2.10 «Alguns por todos, nem todos por alguns» no Uganda

O Uganda tem sido um líder mundial na reforma do sector da água. Desde meados da década de 90 que se desenvolveram enquadramentos políticos e de financiamento coerentes, com a água a ser identificada como uma prioridade na estratégia nacional de redução da pobreza. A política da água de 1999 define uma estratégia e um plano de investimento que visa a cobertura a 100% em 2015. O princípio organizador: «Alguns por todos, nem todos por alguns».

O empenho político significava financiamento. As distribuições orçamentais para a água aumentaram de 0,5% das despesas públicas em 1997 para 2,8% em 2002. A ajuda dada através do orçamento geral esteve na base deste aumento. Transferiu-se a gestão e os recursos para as entidades distritais. Os níveis de cobertura aumentaram de 39% em 1996 para 51% em 2003. Isto equivale a mais 5,3 milhões de pessoas a ter acesso a água segura em 2003, a maior parte das quais nas zonas rurais.

A água e o saneamento foram definidos como áreas prioritárias ao abrigo do Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza do Uganda. Os objectivos intermédios foram aumentar 3,9 milhões o número de pessoas com água pura e 4,4 milhões o número de pessoas com saneamento em 2009. Os planos distritais incluem medidas para alargar o saneamento adequado e a água a 75% das escolas pela mesma data, com acentuadas melhorias no rácio de casas de banho por alunos nas zonas rurais. Estão a estabelecer-se associações de utilizadores da água, com as mulheres a constituir metade dos membros, como pontos centrais para a formação e gestão.

O Uganda é considerado, com razão, um líder em termos de água e saneamento. O país desenvolveu um forte processo de planeamento, incluindo mecanismos bem definidos de coordenação com uma abordagem sectorial, objectivos suportados por medidas de financiamento de médio prazo e uma revisão anual do progresso feito. Mas o progresso do passado não significa que o Uganda tenha ultrapassado o défice em termos de água e saneamento, e a implementação de políticas enfrenta vários desafios. Nas zonas rurais, a cobertura tem estado fortemente correlacionada com o estatuto sócio-económico. A política nacional em termos de água afirma que cada ponto de água deveria servir 300 pessoas, o que implica 3,3 pontos de água para cada 1.000 pessoas. Mas no Distrito de Tororo, no Uganda oriental, a disponibilidade de pontos de água varia entre menos de 1 por 1.000 pessoas em dois sub-condados, e mais de três nos dois sub-condados melhor servidos. A cobertura está intimamente correlacionada com o estatuto sócio-económico das comunidades, com os pobres a ficar para trás.

Esta desigualdade ajuda a explicar porque motivo os tempos médios de recolha de água para os pobres rurais não desceram de forma significativa, apesar do aumento da cobertura. Combinado com o lento progresso em termos de saneamento, também ajuda a explicar uma das anomalias do registo de desenvolvimento humano do Uganda: o facto de as taxas de mortalidade infantil não conseguirem diminuir com o decréscimo da pobreza de rendimentos e com o crescimento económico elevado. A fraca coordenação entre as agências de planeamento locais em algumas das zonas rurais mais pobres foi considerada um obstáculo importante. Legitimar o governo local e aumentar o poder de voto das zonas pobres são medidas cruciais para afastar esse obstáculo.

Fonte: Slaymaker e Newborne 2004; Uganda 2004; AfDB 2005a,b.

em 2002/2003, as zonas urbanas receberam mais de 60% do orçamento de financiamento do desenvolvimento. Uma razão é que esta ajuda justifica mais de metade do orçamento do sector da água — e existe uma clara preferência dos doadores pelos programas de reabilitação da água urbana por haver a percepção de um maior potencial de recuperação dos custos e de auto-financiamento.[51] Para além disso, a descentralização política superou a descentralização financeira, deixando aos governos locais nas zonas rurais um controlo limitado dos recursos. Embora os doadores de auxílio sejam muitas vezes críticos em relação ao que entendem como parcialidade urbana na política, muitas vezes reflectem e reforçam essa parcialidade nos seus programas.

Alguns países definiram objectivos impressionantes para o alargamento do fornecimento de água rural mas não conseguiram desenvolver as políticas para os alcançar. As medidas de financiamento não têm andado a par dos objectivos. A água é sistematicamente sub-financiada e em alguns países a lacuna existente entre as distribuições orçamentais e o investimento público real é grande. Na Zâmbia, gastou-se menos de 5% da distribuição orçamental para a água em 1999 e 2000, antes de subir de forma abrupta para mais de 30% em 2001, um ano de eleições. Ainda que o desempenho orçamental tenha melhorado, os níveis de ajuda e de distribuição são menos de metade dos requisitos de financiamento necessários para alcançar os objectivos definidos na estratégia nacional da Zâmbia.

Uma má gestão orçamental pode criar um ciclo vicioso. No Malawi, falta a definição de metas coerentes, estratégias e financiamento, o legado de uma longa história de má governação no sector das águas, ligado a uma má gestão orçamental. A falta de confiança entre o governo e os doadores chegou ao ponto de os doadores estabelecerem sistemas paralelos, funcionando independentemente dos programas governamentais. O Ministério do Desenvolvimento Hídrico controla menos de 12% do orçamento para o desenvolvimento, enquanto os doadores administram o equilíbrio através dos seus próprios programas. Os gastos não orçamentais são, provavelmente, o triplo dos gastos orçamentais. Para além disso, os fluxos de auxílio desceram de 14 milhões de dólares em 2003 para 2 milhões de dólares em 2005, o que reflecte a preocupação dos

doadores com a gestão orçamental e com a incapacidade de prioritizar a água nos DERP. O Malawi demonstra claramente as consequências de uma má capacidade governamental para a implementação, a ausência de um enquadramento de planificação coerente e as preocupações dos doadores com a corrupção.[52] Não existem vencedores nesta situação: os governos enfrentam custos de transacção mais elevados (tendo de informar múltiplos doadores), a eficácia da ajuda diminui e os pobres rurais perdem vendo a disponibilidade de água diminuída.

Os governos inovadores combinaram um enquadramento político claro e compromissos de investimento público com reformas de governação que visam gerar a procura a partir de baixo. Isto é particularmente necessário em zonas rurais onde a gestão comunitária é importante para manter a infra-estrutura hídrica (caixa 2.11).

As parcerias entre os governos e as pessoas podem funcionar como um poderoso catalisador da mudança. Estas parcerias podem basear-se em iniciativas locais, levando-as rapidamente a uma cobertura mais ampla. Na década de 80, Olavanna, uma comunidade essencialmente rural no estado indiano de Kerala, promoveu um sistema de fornecimento de água para uma pequena aldeia, inspirando a reforma do programa de saneamento e fornecimento de água rural de Kerala.[53] Em quatro distritos, o estado e o governo local estão agora a cooperar com as aldeias para tornar esta abordagem mais abrangente. O modelo de Olavanna fornece água potável a 93.000 agregados familiares — 60% dos quais vivem abaixo do limiar de pobreza. Como acontece com outros modelos baseados na procura, os custos de capital são cobertos pelo governo, sendo a manutenção e a gestão devolvidas às organizações comunitárias locais.

Caixa 2.11 Legitimar as pessoas rurais em Marrocos — a procura local leva a uma maior cobertura

A prestação de serviços tem a ver com mais coisas do que finanças, infra-estrutura e tecnologia. Também tem a ver com a legitimação — como mostra o Programa de Fornecimento de Água para a População Rural de Marrocos (PAGER).

Há dez anos atrás, as zonas rurais ficaram para trás em relação às zonas urbanas no fornecimento de água potável em Marrocos. Menos de 1 pessoa em cada 5 tinha acesso à água no campo, por comparação com 9 em cada 10 a viver nas cidades. As mulheres e as crianças normalmente percorriam 10 quilómetros ou mais para recolher água na estação seca. A dependência de fontes desprotegidas de água, tais como os rios, resultou numa elevada incidência de esquistossomose, diarreia e cólera. A planificação nacional estava fragmentada e não havia uma estratégia clara para alcançar os povoamentos rurais dispersos com a cobertura mais baixa.

Esta situação mudou com o PAGER. Em 1995, o novo programa descentralizou o fornecimento de água dentro de um forte enquadramento nacional de planificação. Pediu-se às autoridades locais que levassem a cabo uma avaliação das necessidades, trabalhando através de organizações comunitárias. As intervenções são despoletadas pelos pedidos de infra-estruturas por parte das populações rurais. Cerca de 80% do orçamento para fornecimento vem do governo central, 15% das associações comunitárias locais e 5% dos beneficiários. A gestão da infra-estrutura foi transferida para as comunidades locais, apoiada por engenheiros e por peritos técnicos.

Na última década, mais 4 milhões de pessoas rurais conseguiram acesso a água pura, aumentando a cobertura rural para 50%. Para além de reduzir a carga temporal para as mulheres, houve fortes efeitos multiplicadores. A frequência das escolas primárias rurais entre as raparigas aumentou de 30% para 51% entre 1999 e 2003. Também houve óbvias melhorias na saúde pública. E a água tem sido um catalisador para mudanças sociais mais profundas. A descentralização e as associações de utilizadores de água transformaram as comunidades de recipientes passivos dos serviços governamentais em pessoas que exigem mudança, com a legitimação das mulheres como agentes de mudança a constituir uma grande parte da história.

Fonte: Dubreuil e Van Hofwegen 2006.

Apoio internacional para financiamento local

Os países ricos de hoje conseguiram financiar os investimentos públicos para universalizar o acesso à água e ao saneamento através das despesas públicas e da dívida pública. Os rendimentos baixos e as fracas receitas restringem a área de abrangência da despesa pública crescente em muitos países — daí a necessidade de um maior auxílio apresentada no capítulo 1. O acesso ao crédito também está limitado em muitos países devido à fraqueza dos mercados locais de capital e às percepções de risco elevado. O auxílio internacional pode ajudar a mobilizar o crédito, da mesma forma que ajuda a ultrapassar as barreiras ao financiamento.

Conforme se pode ver pelo fracasso da experiência de programas de concessões, importa mobilizar o crédito em mercados locais de capital para evitar os riscos cambiais. Uma nova fonte de receitas para investimentos antecipados pode dar aos prestadores de serviços o capital necessário para instalar uma nova infra-estrutura e melhorar a velha infra-estrutura face as futuras fontes de receitas. O apoio internacional pode ajudar a ultrapassar os constrangimentos e melhorar o acesso aos mercados de capital para as entidades sub-soberanas — tais como os municípios e os prestadores de serviços públicos — ao mesmo tempo que reduz o risco:[54]

- *Garantias parciais.* Em 2002, as autoridades municipais da cidade de Joanesburgo emitiram uma obrigação no valor de 153 milhões de dólares. A Empresa Internacional de Finanças (IFC) e o Banco de Desenvolvimento da África do Sul forneceu uma garantia parcial de crédito que aumentou a cotação de crédito da obrigação e que alargou a maturidade para 12 anos. No México, em 2003, o município de Tlanepantla emitou uma obrigação de 10 anos, apoiada pelo município e pela sua empresa da água nos mercados de capital mexicanos. As garantias parciais de cré-

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fornecem um conjunto de metas para alargar a cobertura, mas os planos nacionais de água também deveriam incluir objectivos explícitos de qualidade

dito da IFC fizeram aumentar a classificação da obrigação para AAA. As valorizações do crédito melhoraram a confiança na emissão de obrigações e reduziram os custos de financiamento da água e saneamento.

- *Recursos comuns.* A cooperação entre os municípios e os fornecedores privados pode estimular a mobilização de recursos. O Fundo de Desenvolvimento Urbano de Tamil Nadu, criado pelas autoridades estatais em 1996, desenvolveu o Fundo Comum de Água e Saneamento — uma instalação de 300 milhões de rúpias gerada através de mercados de obrigações para 14 pequenos municípios — com uma garantia parcial de crédito da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional. O seu sucesso levou o estado de Karnataka a adoptá-lo, com apoio do governo indiano, através de um fundo comum de desenvolvimento financeiro.
- *Cooperação descentralizada.* As ligações entre os municípios nos países ricos e os fornecedores municipalizados nos países em desenvolvimento geraram novos fluxos financeiros. O governo da província de Drenthe, nos Países Baixos, em conjunto com 11 municípios, estabeleceu uma organização não governamental e celebrou contratos de empreendimentos conjuntos com 12 governos locais da Indonésia. A organização não governamental funciona através da compra de uma participação maioritária no prestador de serviços de água local indonésio, melhorando a eficiência de funcionamento e vendendo as acções de novo ao governo local.

Há outras iniciativas nacionais a emergir para além do tradicional enquadramento de auxílio. A abordagem descentralizada de financiamento internacional desenvolvida em França é um exemplo. A nova legislação de 2005 — a Lei Oudin — estabeleceu um enquadramento para a cooperação descentralizada em termos de água e saneamento que abrange seis agências francesas de gestão de bacias hidrográficas. As autoridades locais podem agora dedicar até 1% dos seus orçamento de água e saneamento a programas internacionais de desenvolvimento. Em 2005, foram canalizados cerca de 37 milhões de dólares. Se outros países de rendimento elevado adoptassem este tipo de esquema, estima-se que poderia gerar cerca de 3 mil milhões de dólares por ano, um importante novo fluxo de financiamento para água e saneamento.[55]

* * *

A obrigação de os governos trabalharem no sentido da completa realização do direito de acesso a água potável a bom preço como um direito humano elementar e do fornecimento de serviços adequados aos seus cidadãos implica desafios financeiros, institucionais e técnicos muito abrangentes.

Como se afirmou no capítulo 1, a maior parte dos governos precisa de aumentar os recursos orçamentais atribuídos à água no contexto das estratégias nacionais de planificação que abordam os problemas conjuntos da pobreza e da desigualdade. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fornecem um conjunto de metas para alargar a cobertura. Mas os planos nacionais de água também deveriam incluir objectivos explícitos de equidade. Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável com a meta de reduzir para metade, até 2010, a lacuna existente no fornecimento de serviços entre os 20% mais ricos e mais pobres ou entre as zonas rurais e urbanas, poderia ser um ponto de partida adequado. Um tal objectivo de equidade poderia ser adoptado mesmo para os países que estão no bom caminho para atingir os objectivos para 2015.

As políticas específicas para tornar o direito humano à água uma realidade serão diferentes para os vários países. O nível de cobertura, a estrutura específica de desigualdades, o estado das instituições e os níveis de rendimento interagem para definir os padrões para a elaboração de políticas. No entanto, da análise deste capítulo, emergem algumas abordagens abrangentes:

- *Legislar a água como um direito humano.* É importante ter o direito constitucional à água — mas não é tão importante como a obrigação legislativa dos governos e dos fornecedores de água darem substância política prática a esse direito. Definir o investimento, estabelecer preços e monitorizar os acordos para alargar de forma progressiva o direito a um mínimo elementar de 20 litros de água por cada cidadão são o ponto de partida.
- *Colocar a água no centro das estratégias de redução da pobreza e da planificação orçamental.* O primeiro passo é ter um plano coerente de água. Basear esse plano em estratégias para reduzir a pobreza e as desigualdades extremas e em medidas de financiamento de médio prazo é o segundo passo — e um requisito para o progresso sustentado. Frequentemente, os planos de água arrojados sofrem da síndrome de «metas sem financiamento».
- *Alargar o investimento a favor dos pobres.* A água é sub-financiada. As maiores lacunas de financiamento encontram-se nas zonas rurais e nos povoamentos urbanos informais. Acabar com essas lacunas exige um maior financiamento e uma reorientação da despesa pública para as comunidades rurais, através do fornecimento de

poços e furos, e para as zonas de bairros degradados urbanos, através do fornecimento de fontes públicas.

- *Alargar as tarifas de sobrevivência.* O fornecimento a todos os agregados familiares de um mínimo de água que satisfaça as necessidades elementares, gratuito para os mais pobres, deveria fazer parte das estratégias nacionais de água para todos.
- *Repensar e redesenhar os subsídios cruzados.* Os subsídios cruzados podem desempenhar um papel fundamental na distribuição de água a bom preço para os pobres. Muitas vezes, entregam-se os grandes benefícios financeiros a quem não é pobre, enquanto os agregados familiares pobres que usam as torneiras públicas enfrentam os escalões de preços mais elevados. Usar os subsídios cruzados para ajudar os utilizadores de fontes públicas onde as taxas de cobertura são baixas seria dar um passo na direcção certa. Garantir que as fontes públicas são uma fonte de água a bom preço devia ser o principal aspecto das estratégias nacionais.
- *Estabelecer objectivos claros — e responsabilizar os fornecedores.* As disposições contratuais ao abrigo de acordos de gestão público-privada deveriam estabelecer objectivos claros para alargar o acesso para os agregados familiares pobres que vivem em bairros degradados, estipulando os números a atingir, os níveis de investimento e as disposições para definição de preços. O incumprimento deveria resultar em sanções financeiras. As mesmas regras deveriam aplicar-se aos fornecedores públicos, com o incumprimento a ser sancionado através de sistemas de incentivos.
- *Desenvolver e alargar o enquadramento normativo.* É essencial criar uma entidade reguladora independente para supervisionar os fornecedores de água, de forma a garantir que o fornecimento de água reflecte os interesses públicos. O alcance normativo tem, simultaneamente, de ser alargado para além da rede de prestadores de serviços em grande escala até chegar aos intermediários que servem os pobres.
- *Prioritizar o sector rural.* O fornecimento de água rural coloca desafios especiais. Baseando-se em abordagens de resposta às exigências bem sucedidas, os governos precisam de tornar os fornecedores de serviços mais aptos em termos de resposta e responsabilizáveis perante as comunidades que servem. A descentralização da governação da água pode desempenhar um papel importante, desde que as entidades descentralizadas tenham a capacidade técnica e financeira para prestar serviços.

A ajuda internacional é essencial para acabar com as lacunas financeiras que ameaçam o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água, sobretudo nos países de baixos rendimentos. Mas muitos países também precisam de mobilizar novos recursos através dos mercados privados de capital. Ainda que o desafio institucional seja local, existem soluções de parceria global que podem ajudar os prestadores de serviços públicos a beneficiar dos fluxos financeiros. Desenvolver os actuais acordos de garantias de crédito poderia ajudar os municípios e os prestadores de serviços mobiliza o capital necessário para a expansão da rede. A União Europeia podia fazer muito, alargando os modelos inovadores de financiamento de alguns Estados-Membros. Alargar o modelo francês da lei Oudin à Europa, por exemplo, poderia fornecer o enquadramento para a aumentar as capacidades dos países pobres. Sem dúvida que existiriam obstáculos legais e financeiros. No entanto, um passo como esse iria marcar um forte empenho da Europa para com a justiça social global e dar um forte impulso aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A ajuda internacional é essencial para acabar com as lacunas financeiras que ameaçam o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água, sobretudo nos países de baixos rendimentos



3 O grande défice no saneamento

«”Queremos latrinas!” exclamaram eles para estupefacção geral. “Temos que sair e ir fazer as nossas necessidades ao ar livre. As latrinas são para vocês, gente importante”»

Mahatma Gandhi contando as dores dos intocáveis, Comissão de Saneamento de Rajkot, 1896

«Água suja não pode ser lavada»

Provérbio africano

CAPÍTULO 3

O grande défice no saneamento

O acesso a saneamento básico é, por direito próprio, um objectivo de desenvolvimento humano crucial, mas o saneamento também é um meio para atingir objectivos de desenvolvimento humano muito mais vastos

«A história dos homens,» segundo Victor Hugo em *Os Miseráveis*, «reflecte-se na história dos esgotos.... O esgoto é a consciência de uma cidade.»[1] Ele usou os esgotos de Paris dos meados do século XIX como metáfora do estado da cidade. Contudo, num sentido mais lato, e Victor Hugo também o viu, o estado do saneamento diz alguma coisa sobre o estado de uma cidade ou nação, e diz algo de forma ainda mais profunda sobre o estado do desenvolvimento humano.

Como comunidade global enfrentamos um enorme défice no saneamento, um défice extremamente concentrado nos países em desenvolvimento. Hoje em dia, nos países em desenvolvimento, quase uma em cada duas pessoas está privada de acesso a saneamento melhorado. E muitas mais não têm acesso a saneamento de boa qualidade. Embora a disponibilização de saneamento para todos seja um objectivo de desenvolvimento fulcral desde a década de 70, o progresso tem sido extremamente lento. As taxas de cobertura estão a melhorar. Mas sem um rápido aumento em termos de dimensão e eficácia dos programas de saneamento, a meta para 2015 do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio não será alcançada por uma larga margem.

Esse resultado seria um grande revés para o desenvolvimento humano. Cada ponto percentual de diferença entre a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e os resultados reais significa dezenas de milhões de pessoas afectadas por doenças e dezenas de milhares de óbitos infantis evitáveis. O acesso a saneamento básico é, por direito próprio, um objectivo de desenvolvimento humano crucial: para milhões de pessoas o facto de não terem uma instalação sanitária segura, privada e conveniente é uma fonte diária de indignidade, assim como uma ameaça ao bem-estar. Mas o saneamento também é um meio para atingir objectivos de desenvolvimento humano muito mais vastos. Sem saneamento básico, os benefícios do acesso a água potável diminuem e as desigualdades de saúde, género e outras, associadas ao défice de saneamento, dificultam sistematicamente o progresso na educação, na redução da pobreza e na criação de riqueza.

As melhorias no saneamento podem aumentar as escolhas reais e as liberdades essenciais de que as pessoas gozam, actuando como catalisadoras de um vasto leque de benefícios de desenvolvimento humano. Podem proteger as pessoas (especialmente as crianças) de condições de saúde precárias. Podem retirar as pessoas da pobreza, reduzindo os riscos e as vulnerabilidades que perpetuam os ciclos de privação. Podem aumentar a produtividade, incrementar o crescimento económico e criar emprego. E podem também fazer aumentar o orgulho das pessoas nas suas casas e comunidades.

Este capítulo evidencia a dimensão do défice global em termos de saneamento. Após indicar sucintamente os contornos do défice de saneamento, levanta a questão sobre a razão do progresso lento na redução desse défice e identifica alguns dos factores estruturais que explicam a razão do atraso do saneamento em relação ao fornecimento de água. A incapacidade de ultrapassar desigualdades e de criar escolhas para as secções mais pobres da sociedade é uma parte central do problema. Este capítulo explora algumas políticas e estratégias que tornaram possível a criação de condições para que haja progresso acelerado. As intervenções organizadas por moradores de bairros degradados e pelos pobres de zonas rurais mostram o que é possível fazer, através de intervenções de iniciativa comunitária, sob as condições institucionais certas. No entanto, a acção popular é uma condição insuficiente para o progresso acelerado. As parcerias entre as comunidades e os governos locais, sob a alçada de estratégias nacionais eficazes, são a chave para fazer aumentar o progresso.

É preciso remover muitos obstáculos se o mundo pretender realmente acelerar o progresso no saneamento. O maior obstáculo de todos talvez seja o estigma. Já muito foi escrito sobre a sensação de vergonha experienciada pelas pessoas que não têm acesso a instalações sanitárias. Nos níveis mais altos da

A simples distinção entre tecnologias «melhoradas» e «não melhoradas» tende a subvalorizar a dimensão do défice no fornecimento de saneamento

política existe uma enorme tendência para tratar o saneamento como um problema que deve ser escondido. A realidade que é imposta a mais de metade do mundo em desenvolvimento pela defecação a céu aberto, e os custos a ela associados em termos do desenvolvimento humano e da economia nacional, não compelem os líderes políticos a nomear comissões ou ministros ao mais alto nível para tratar esta emergência nacional. Em vez disso, o saneamento é relegado para o segundo plano da política.

O paralelismo entre o VIH/SIDA é tão instrutivo como desconcertante. O VIH/SIDA era visto como um problema que deveria ser varrido para debaixo do tapete. O mundo ainda está a pagar o preço da falta de vontade de providenciar uma liderança decisiva na altura em que teria sido possível alcançar uma rápida inversão da pandemia. No caso do saneamento, milhões de pessoas estão a pagar diariamente a incapacidade que há em confrontar o problema do abastecimento inadequado, especialmente as crianças em famílias pobres que pagam com as suas vidas. No caso do VIH/SIDA, o problema só ganhou importância na agenda política quando os líderes políticos, os grupos da sociedade civil, a comunicação social e as pessoas comuns começaram a falar abertamente sobre o problema, e foi só nessa altura que começou a gerar uma resposta política eficaz. O que é necessário neste momento é que os apoiantes do saneamento exerçam uma força de mudança semelhante.

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento

No caso do saneamento, assim como no da água, os dados internacionais não são uma boa referência para o estado do acesso a estes vectores. A tecnologia é um aspecto importante do abastecimento, mas a simples distinção entre tecnologias «melhoradas» e «não melhoradas» tende a subvalorizar a dimensão do défice e a representar erradamente a sua natureza.

Talvez o aspecto mais assustador do défice de saneamento seja o seu tamanho. Tal como foi mostrado no capítulo 1, cerca de 2,6 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento melhorado, o que representa um défice 2,5 vezes superior ao défice de acesso a água potável. Só para alcançar a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade o défice global do nível de cobertura de 1990, seria necessário fazer chegar saneamento melhorado a mais de 120 milhões de pessoas todos os anos desde agora até 2015. Mesmo que esse objectivo fosse conseguido, restariam 1,9 mil milhões de pessoas sem acesso.

Quando as pessoas em países ricos pensam em saneamento básico, a sua percepção é formada pelas experiências históricas referidas no capítulo 1. Quase todas as pessoas a residir no mundo desenvolvido têm acesso uma casa de banho privada, com autoclismo, com abastecimento contínuo de água canalizada, com torneiras e sanitários próximos. Do ponto de vista da saúde, estas são as condições óptimas. Os detritos humanos são levados por canalizações para sistemas de esgotos e infra-estruturas de tratamento, garantindo que a água potável é separada dos agentes patogénicos transportados pelas matérias fecais. Entretanto, as torneiras localizadas nas instalações sanitárias permitem que as pessoas mantenham a sua higiene pessoal.

Mas, do outro lado do espectro do saneamento estão milhões de pessoas que são obrigadas a defecar em sacos, baldes, campos ou valetas à beira da estrada. Se o modelo dos países desenvolvidos fosse o ponto de referência, o número de pessoas privadas de saneamento seria bem maior do que os dados registados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O défice global subiria de 2,6 mil milhões para cerca de 4 mil milhões.[2]

A lacuna no sector de saneamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é um exemplo perturbante de desigualdade no desenvolvimento humano. É claro que recursos financeiros e capacidade técnica inadequados, aliados em alguns casos a faltas de água, tornam irrealista assumir que o modelo de um país desenvolvido poderia ser rapidamente implementado nos países em desenvolvimento. Mas é importante olhar para além dos valores mínimos de abastecimento necessários para alcançar a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na década de 40

do século XIX, os reformadores britânicos eram a favor da acção pública para garantir que todas as casas tivessem acesso a água potável e um sanitário próprio. Mais de 150 anos mais tarde, esse objectivo continua fora do alcance de um grande número de pessoas no mundo em desenvolvimento.

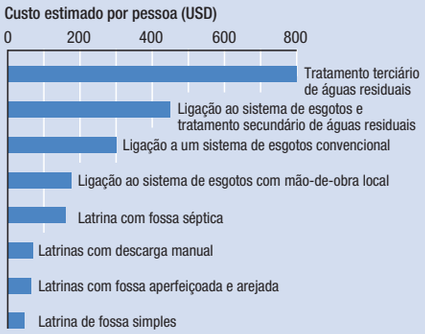
Quem está onde na escada do saneamento?

A ampla categoria de acesso a saneamento «melhorado» pode ser entendida como uma «escada» de saneamento, indo da mais básica latrina com fossa até latrinas com fossa aperfeiçoadas, instalações com descarga manual que utilizem água e fossa séptica, até aos esgotos convencionais (figura 3.1). Subir nesta escada tem implicações financeiras. O custo de ligar uma casa a um sistema de esgotos moderno é 20 vezes superior ao de adquirir uma latrina com fossa básica.

A escada do saneamento chama a atenção para um problema de política pública importante mas amplamente negligenciado. A maior parte dos exercícios de identificação de custos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo os do capítulo 1, começam com a identificação dos requisitos financeiros necessários para alcançar o degrau apropriado mais baixo possível na escada. O custo estimado de 10 mil milhões de dólares para alcançar a meta sanitária dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio baseia-se no acesso ao primeiro degrau na escada do saneamento, as latrinas de fossa simples. Um exercício semelhante, mas para alcançar os degraus superiores da escada do saneamento, incluindo ligação doméstica a instalações de esgoto e acesso a tratamento municipal de águas residuais, faria subir o custo para 34 mil milhões de dólares.[3] A oposição a estas diferenças de custos e subir a escada do saneamento oferece benefícios fundamentais para a saúde. Embora o saneamento melhorado mais básico ofereça benefícios, o retorno em termos de desenvolvimento humano sobe progressivamente em cada nível. Nas zonas urbanas do Peru, por exemplo, ter uma latrina de fossa em casa baixa o risco de incidência de diarreia em 50%, ao passo que ter uma sanita com autoclismo reduz o risco em 70%.

A transição de um extremo, a defecação a céu aberto, para a recolha, armazenamento e destruição em segurança dos dejectos humanos e o tratamento ou reciclagem de efluentes de esgotos apresenta diferentes desafios em diferentes contextos. Em áreas rurais, as redes de esgotos são muitas vezes inexistentes. Normalmente, o saneamento melhorado significa a passagem por uma hierarquia de latrinas com fossa, latrina de descarga de água manual ou uma latrina com fossa séptica, sendo estas as opções plausíveis. Nas áreas urbanas, o quadro torna-se mais diferenciado. Em áreas urbanas com alta densidade populacional, os sistemas de esgoto têm vantagens óbvias. A ligação a um ramal colector e a um ramal de alimentação é a maneira mais segura de separar as pessoas e a água potável dos detritos humanos: um desafio muito antigo para o desenvolvimento humano. Mas nos locais onde o alcance da rede de saneamento é limitado e onde a população que não é abrangida é grande, os custos de capital para desenvolver um sistema de esgotos capaz de ligar todos os domicílios podem ser proibitivos. Nestas condições, o saneamento no local ou as instalações públicas podem ser a opção mais viável a curto e médio prazo.

Figura 3.1 Subir na escada do saneamento tem implicações tanto financeiras como de saúde



Fonte: Adaptado de Lenton, Wright e Lewis 2005.

Para além da latrina

A diversidade de padrões de fornecimento actual acautela quanto a receitas políticas universais. Grande parte da África Subsariana tem uma baixa cobertura de redes de esgotos, com menos de 10% da população urbana ligada a esgotos. O mesmo acontece em países com médias de rendimentos altas. Cidades como Jacarta e Manila têm níveis de cobertura de esgotos mais baixos (8%-10%) do que cidades da África Ocidental como Dacar e Abidjan. Nos locais onde os níveis de cobertura são baixos mas existe um grande sistema de ramais colectores, o custo de ligação das casas a ramais de alimentação pode não ser proibitivo. No entanto, os custos sobem rapidamente nos locais em que as ligações domésticas necessitam de grandes investimentos em termos de instalação de ramais colectores.

Nalgumas cidades, as taxas de cobertura são altas mas os sistemas de esgotos estão em muito mau estado de conservação. Deli tem muitos dos

luxos de um modelo de saneamento de um país desenvolvido, mas debaixo das aparências existem alguns problemas graves. Uma grande parte dos 5.600 km de ramais de alimentação está entupida e menos de 15% dos ramais colectores está a funcionar. As 17 estações de tratamento que servem a cidade têm capacidade para processar menos de metade dos resíduos produzidos e a maior parte delas funcionam abaixo das suas capacidades. Resultado: menos de um quinto dos detritos da cidade é processado antes de ser despejado no Rio Yamuna, transmitindo os perigos a jusante.[4] Na América Latina muitas cidades têm sistemas de ramais de alimentação e de ramais colectores que cobrem uma grande parte da população. Mas a capacidade de tratamento de resíduos é muito limitada: menos de um quinto das águas residuais do Brasil e do México são tratadas.[5]

As infra-estruturas de saneamento vão muito para além dos sistemas de esgotos. Em cidades como Jacarta e Manila, a cobertura limitada do sistema de esgotos deu origem a uma infra-estrutura altamente desenvolvida de latrinas com fossa. Essa infra-estrutura possibilita a remoção dos resíduos dos domicílios, mas grande parte deles acaba nos rios. As latrinas com fossa e as fossas sépticas têm de ser esvaziadas regularmente, de outra forma transbordam, bloqueiam os canais de drenagem e causam graves problemas sanitários. O problema em Manila é que a infra-estrutura de latrinas com fossa é mais desenvolvida do que as infra-estruturas de tratamento e remoção de resíduos. Muitas cidades da África Subsariana enfrentam o mesmo problema. Por exemplo, estima-se que 13% das latrinas em Kibera, Nairobi, estejam inutilizáveis por estarem muito cheias.[6] Esvaziar latrinas em áreas urbanas densamente povoadas

Caixa 3.1 As deficiências e o saneamento

Para as pessoas com deficiências, a presença física de uma instalação sanitária melhorada não é o mesmo que o acesso à mesma. As pessoas com deficiência enfrentam problemas especiais em habitações sem saneamento melhorado.

As pessoas com deficiência não são um assunto secundário nas políticas de saneamento. A OMS estima que cerca de 10% da população mundial tem algum tipo de incapacidade que impede a sua mobilidade. O número total está a aumentar, devido ao envelhecimento da população, ao aumento de doenças crónicas, de acidentes de trânsito e de lesões causadas por conflitos armados. As consequências humanas das deficiências são muitas vezes mais graves em países em desenvolvimento devido à generalização da pobreza e a programas de segurança social mais limitados.

As pessoas com deficiências estão entre os membros da sociedade mais vulneráveis e entre os mais pobres. Um ciclo vicioso liga as deficiências à pobreza crónica: quando se é pobre há mais probabilidades de se ser deficiente e quando se é deficiente há mais probabilidade de se ser pobre. No Equador, 50% das pessoas deficientes pertencem aos 40% daqueles que têm a menor parte da distribuição de rendimentos. Da mesma forma, os inquéritos mostram que as condições de vida das pessoas com deficiências no Malawi, Namíbia e Zimbabué vivem em agregados familiares com a média de rendimentos mais baixa. Na Namíbia, 56% dos agregados familiares em que um dos membros tem uma deficiência não têm nenhum membro da família empregado no sector formal, em comparação com os 41% dos agregados familiares sem membros com deficiência.

Alguns inquéritos captaram as desvantagens especiais de saneamento que as pessoas com deficiências enfrentam. Na Namíbia, os agregados familiares com pessoas deficientes têm uma menor probabilidade de ter acesso a uma sanita privada com autoclismo e maior probabilidade de ter de recorrer ao céu aberto. Instalações sanitárias inacessíveis em espaços públicos, tais como escolas e hospitais podem afectar o acesso à educação e aos serviços de saúde. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estima que 90% das crianças com deficiências em países em desenvolvimento não frequentam a escola, em parte devido à inacessibilidade dos sanitários. No Uganda, o pai de uma criança com deficiência, que queria tanto ir para a escola que não comia nem bebia nada até chegar a casa à noite para não ter de usar as instalações sanitárias, refere que:

> *O meu filho sofre muito. Ele nunca toma o pequeno-almoço nem outra refeição na escola até regressar a casa. As casas de banho da escola são imundas. O facto de ele só conseguir gatinhar porque não tem uma cadeira de rodas, faz com que ele tenha medo de entrar nas casas de banho, que já estão sujas. A par dessa situação, as portas da casa de banho não são suficientemente largas para deixar o nosso triciclo entrar. Portanto, ele fica sem comer o dia todo até voltar para casa.*

Há a consciência generalizada de que para tratar do assunto dos deficientes serão precisos investimentos e tecnologia que os agregados familiares e os fornecedores não têm capacidade de providenciar. Mas, frequentemente, são necessárias apenas algumas alterações mínimas para dar às pessoas com deficiências acesso a serviços normais de água e saneamento. Os custos adicionais são irrisórios: as pesquisas mostram que a incorporação de características de «acesso para todos» no projecto inicial só aumentam os custos em 1%, em comparação com os custos muito mais elevados que implicam adaptar e renovar instalações já existentes. Cinco estudos de caso feitos na África do Sul que cobrem uma variedade de aplicações sugerem que o custo de providenciar acessibilidade pode ser tão baixo como 0,5% a 1% do custo do projecto. No Centro Comunitário Ikwezi em Gugulethu, a leste da Cidade do Cabo, os custos adicionais da construção de instalações sanitárias acessíveis foram de 0,31%.

Fonte: CONADIS, BID, INEC e Banco Mundial 2004; SINTEF Unimed 2002, 2003a,b; Jones e Reed 2005; Metts 2000; Metts 2000, anexo I.

requer uma grande infra-estrutura de serviço. As águas residuais têm de ser retiradas manualmente ou através de bombas de sucção, transferidas para camiões e levadas para locais de tratamento de resíduos. Se os locais de tratamento não forem devidamente mantidos, os efluentes podem infiltrar-se nas águas subterrâneas e fluir para ribeiros ou rios, criando assim perigo de saúde pública.

Quantificar a qualidade e a igualdade

Os problemas relacionados com a informação são uma grande preocupação quando se lida com saneamento. Alguns países (Quénia e Tanzânia para nomear dois) registam números de cobertura de saneamento improvavelmente altos, enquanto outros (Brasil) têm taxas de cobertura muito mais altas do que os dados da OMS/UNICEF indicam.[7] Além disso, os dados sobre a cobertura dizem pouco sobre a qualidade. Latrinas com fossa aperfeiçoadas danificadas ou em mau estado podem aumentar as taxas de cobertura, mas são um grande risco de saúde pública para famílias e comunidades.

Embora um saneamento inadequado provoque riscos de saúde e perdas de dignidade para todos os que são afectados, as pessoas com deficiências enfrentam problemas especiais. Na maior parte dos países de baixo rendimento, a informação recolhida pelos censos nacionais e pelos inquéritos sobre habitação criaram uma base de informação mais forte no que diz respeito à qualidade e aos problemas de cobertura. No entanto estas fontes raramente são detalhadas o suficiente para identificar os distritos, bairros, nível de rendimentos e outros indicadores de desvantagens que possibilitam aos governos e fornecedores de serviços a criação de um mapa de quem não é servido. Este é um factor importante porque a distribuição das desvantagens tem implicações na criação de políticas públicas. As informações e as respostas políticas demonstraram estar muito aquém do necessário no que diz respeito às pessoas com deficiências (caixa 3.1).

O ciclo de benfícios água-saneamento-higiene

Subir a escada do saneamento oferece perspectivas de grandes benefícios de saúde pública. Mas os progressos no trabalho de saneamento funcionam melhor quando associados a avanços no campo da água e higiene.

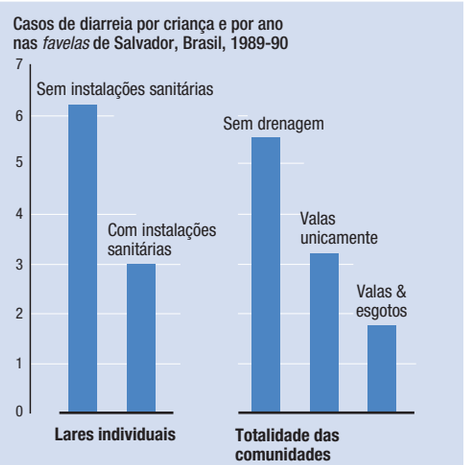
Estudos transnacionais mostram que o método de tratamento de dejectos é um dos determinantes mais fortes na sobrevivência infantil. Em média, a transição entre saneamento não melhorado e melhorado é acompanhada por uma redução superior a 30% na mortalidade infantil, estando as sanitas com autocolismo associadas a reduções muito maiores do que as latrinas com fossa.[8]

O saneamento melhorado ajuda a quebrar a circuito de transmissão fecal-oral que perpetua os problemas de saúde pública referidos no capítulo 1. O saneamento confere benefícios de saúde a dois níveis. A família que investe numa latrina garante muitas vantagens, mas possivelmente será a comunidade a ter o maior benefício.

Isto pode ser exemplificado por dados de *favelas* em Salvador, no Brasil (figura 3.2). A incidência de diarreia é duas vezes mais alta entre crianças de famílias sem instalações sanitárias do que entre crianças de famílias com acesso a saneamento, ao passo que é três vezes superior em crianças que vivem em comunidades sem infra-estruturas de saneamento do que em comunidades com sistemas de drenagem e de esgotos.[9] Assim sendo, a ausência de medidas para promover o desenvolvimento de infra-estruturas de saneamento, pode reduzir as vantagens associadas ao investimento de famílias no saneamento.[10] Contrariamente, quando uma família instala uma latrina, não oferece apenas protecção contra o contacto com os seus próprios excrementos, mas também protege os seus vizinhos. As fortes externalidades associadas aos investimentos individuais e comunitários no saneamento suscitam políticas públicas, tais como a despesa pública, subsídios e regulamentação.

A transição entre saneamento não melhorado e melhorado é acompanhada por uma redução superior a 30% na mortalidade infantil

Figura 3.2 Os benefícios do saneamento dependem da acção doméstica e da comunidade



Fonte: Caimcross e outros 2003.

As graves ameaças à saúde pública que os habitantes das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos enfrentaram há algumas gerações atrás, eram o resultado do fraco saneamento e das águas sujas

A higiene é outro factor predizente da saúde pública. As mãos transmitem agentes patogénicos para alimentos e bebidas e para a boca de hospedeiros susceptíveis. Porque as doenças diarreicas são de origem fecal, a lavagem das mãos com sabão e água tem sido identificada como um dos maiores determinantes da reduzida mortalidade infantil, a par de intervenções que previnam a entrada de matérias fecais no ambiente doméstico das crianças.[11]

Elementos recolhidos no Burquina Faso demonstram a interacção entre o saneamento e a higiene. Nos meados da década de 90, a segunda maior cidade do país, Bobo-Dioulasso, tinha um sistema de fornecimento de água bem gerido e a maior parte dos agregados dispunha de latrinas com fossa, no entanto, as crianças ainda estavam expostas ao risco de falta de higiene. O Ministério da Saúde e Grupos Comunitários promoveu alterações comportamentais que reduziram a incidência de diarreia, por exemplo, encorajando as mães a lavarem as mãos com água e sabão depois de mudar as fraldas. Em três anos, o programa evitou cerca de 9.000 episódios de diarreia, 800 consultas externas, 300 encaminhamentos para o hospital e 100 óbitos, por um custo de 0,30 dólares por habitante.[12]

Os factores comportamentais podem ser importantes na higiene, mas o acesso a água potável é essencial. Um estudo feito em aldeias do Quirguizistão revelou que poucas pessoas lavavam as mãos e que quase metade dos agregados vazavam as fezes em jardins ou ruas.[13] O problema não era a falta de sensibilidade para as necessidades de higiene, era sim a falta de oportunidade para o fazer em casas onde não havia abastecimento de água e onde não havia posses para comprar sabão. As taxas de lavagem das mãos eram três vezes mais altas em casas com água canalizada e lavatório.

A tentativa de separar os efeitos do abastecimento de água, saneamento e higiene é um exercício recorrente mas infrutífero. Nos países ricos dos dias de hoje, as grandes obras públicas que levaram à revolução do saneamento e da água, a saber, as condutas, os esgotos, a filtragem de água e as instalações de tratamento de águas residuais, foram cruciais. Mas, de igual forma, foram encorajadas algumas alterações ao nível micro em termos de saúde pública através da educação. Campanhas de promoção da lavagem das mãos, amamentação e fervura de água para os biberões de bebés aumentaram o retorno dos investimentos nas obras públicas. O que é importante é que as políticas públicas expandam o acesso às infra-estruturas e que desbloqueiem as complementaridades que operam através das barreiras artificiais entre a água, a higiene e o saneamento. As crianças são dos mais efectivos agentes de mudança (caixa 3.2).

A água potável, a remoção sanitária dos excrementos e a higiene pessoal são os três fundamentos para qualquer estratégia de melhoria da saúde pública. Em conjunto, estes são os mais potentes antídotos para doenças parasitárias e outras infecções transmitidas por moscas e outros vectores que colhem tantas vidas em áreas onde as águas estagnadas são a principal fonte de água para beber, cozinhar e lavar. Enquanto a água potável e a higiene pessoal podem fazer a diferença por si só, os benefícios para a saúde pública serão reduzidos se não houver saneamento adequado, drenagem e uma infra-estrutura alargada de tratamento de dejectos. Esta é a razão porque as políticas públicas de água e saneamento devem ser vistas como parte de uma estratégia integrada.

A dimensão assustadora do sofrimento humano causado pelo défice no saneamento global pode dar a impressão de estarmos perante um problema inultra-

Caixa 3.2 As crianças enquanto agentes de mudança

A sala de aula é um dos melhores locais para se conseguir alterações positivas de higiene. Ensinar as crianças a lavar as mãos e outros bons hábitos de higiene protege a sua saúde e promove transformações para além da escola. Em Moçambique, uma campanha nacional ensinou crianças a ensinar outras crianças sobre a lavagem das mãos e sobre outros problemas relacionados com o saneamento. Na China e na Nigéria projectos escolares apoiados pela UNICEF para a higiene reportam aumentos de 75% a 80% na lavagem das mãos com sabão.

Em alguns países, a higiene e o saneamento foram colocados nos programas de ensino nacionais. No Tajiquistão, mais de 11.000 alunos estão envolvidos numa campanha de grande alcance sobre o saneamento. No Bangladeche, escolas e organizações não-governamentais formaram brigadas de estudantes para levar mensagens de higiene e saneamento das suas escolas para as suas comunidades.

Esses programas escolares fornecem água e saneamento adequados e instalações sanitárias separadas para rapazes e raparigas.

Fonte: IRC International Water and Sanitation Centre 2004; International Training Network Centre 2003; UNICEF e IRC International Water and Sanitation Centre 2005; UNICEF 2005a, 2006a.

Contributo especial

Água e saneamento: um desafio assustador mas que podemos ultrapassar

É penoso ver o futuro de uma criança ser ameaçado ou diminuído por uma doença que se pode prevenir. Os direitos a serviços de saúde e a água segura, limpa e a preços comportáveis são fundamentais para uma vida digna e são protegidos pela lei internacional. No entanto, milhões de pessoas morrem todos os anos devido a doenças relacionadas com a água e muitas mais sofrem desnecessariamente. Nenhum de nós deve fechar os olhos perante as consequências chocantes do acesso inadequado a água potável e saneamento que é referido neste Relatório.

A escala do problema da água e saneamento apresenta-se como um desafio assustador mas que podemos ultrapassar. As graves ameaças à saúde pública que os habitantes das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos enfrentaram há algumas gerações atrás, eram o resultado do fraco saneamento e das águas sujas. No final do século XIX, essas ameaças foram debeladas através de acção política concertada a nível nacional. No início do século XXI, é necessário alargar à escala global a liderança que possibilitou o progresso nos países ricos de hoje.

No Centro Carter, eu e os meus colegas estamos a trabalhar para erradicar a dracunculose (*dracunculiasis*) e controlar o tracoma, que são dois flagelos terríveis que podem ser prevenidos com o acesso a água potável, a saneamento e a serviços de saúde. Há 50 anos atrás, uma data não tão distante como isso, o tracoma, a maior causa evitável de cegueira a nível mundial, ainda afectava zonas dos Estados Unidos, incluindo a minha cidade natal, Plains, na Geórgia. Apesar de hoje em dia sabermos como evitar tais doenças, mais de 1,4 milhões de crianças continuam a morrer todos os anos devido a parasitas intestinais e milhões de pessoas continuam a sofrer de tracoma nos países em desenvolvimento. Mas têm havido progressos.

A dracunculose, uma doença parasitária transmitida pela água, está à beira de ser a primeira doença a ser erradicada sem uma vacina ou tratamento médico. A presença da dracunculose numa determinada área geográfica significa a existência de pobreza extrema, o que inclui a ausência de água potável. A doença é tão dolorosa e debilitante que os seus efeitos vão muito para além da própria vítima, reduzindo a produção agrícola e a frequência à escola. Devasta as comunidades já empobrecidas e torna ainda mais difícil a obtenção de boas condições de saúde e de prosperidade económica.

A dracunculose tornou-se na segunda doença da história a ser visada para a erradicação, no seguimento do início da Década Internacional da Água Potável e do Saneamento Seguro (1981-90). Em 1986, o Centro Carter, os Centros norte-americanos para o Controlo e Prevenção de Doenças (CDCP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e os países flagelados pela dracunculose abraçaram o desafio de erradicar a doença.

Quando o programa começou, existiam aproximadamente 3,5 milhões de casos, incapacitando milhões de pessoas em 20 países na Ásia e África. Desde então, a dracunculose foi reduzida em mais de 99,7%. Em 2005 só foram relatados 10.674 casos de dracunculose em nove países — todos em África. Hoje em dia, os parceiros da coligação, em colaboração com milhares de trabalhadores comunitários do ramo da saúde, continuam a intensificar esforços para lutar contra o restante 1% de incidência da doença. Como participante activo na campanha da dracunculose, o meu objectivo principal é a erradicação deste terrível flagelo. Os nossos progressos no sentido de atingir este objectivo fazem-me acreditar que em conjunto somos capazes de eliminar esta doença ainda durante a minha vida.

Devem ser envidados mais esforços na erradicação da dracunculose, mas a maior tarefa é abastecer todos com água potável e saneamento. O primeiro passo é reduzir para metade o número de pessoas que estão privadas de acesso a água e saneamento até 2015, tal como é proposto nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Não conseguir alcançar esse objectivo será um grande revés para o projecto do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Sem progressos na água e saneamento, não poderemos acelerar o progresso social noutras áreas, tais como a sobrevivência infantil, o acesso à educação e a redução da pobreza extrema.

É adequado dizer que, à medida que nos aproximamos da erradicação da dracunculose, outro grande esforço internacional está em marcha com o objectivo de dar água potável e saneamento a 1,1 mil milhões de pessoas e saneamento adequado a 2,6 mil milhões de pessoas. Estes nobres esforços ajudarão a minorar o maior desafio do nosso tempo, reduzir o crescente fosso entre os ricos e os pobres do nosso mundo.



Jimmy Carter, 39.º Presidente dos EUA
Fundador do Centro Carter. Laureado com o Prémio Nobel da Paz em 2002

A ausência de políticas nacionais é ainda mais evidente para o saneamento do que para a água

passável. Acreditar nisso é um erro. Uma das lições da década passada é a de que uma acção concertada a nível nacional e internacional pode fazer a diferença. Há vinte anos, a doença da dracunculose era das maiores causas de sofrimento e pobreza numa grande faixa de países ao longo da África Subsariana. Em meados da década de 80, cerca de 3,5 milhões de pessoas estavam infectadas com *dracunculiasis*, o parasita da dracunculose que entra no organismo quando as pessoas bebem água de charcos que contêm a larva da dracunculose. Dentro do corpo, o parasita pode atingir um metro de comprimento. Ao sair do corpo, causa a formação grave de bolhas e efeitos muitas vezes incapacitantes. Hoje em dia, depois da intervenção de uma parceria que envolveu a UNICEF, a OMS e o Centro Carter, a dracunculose foi praticamente consignada aos livros de história (ver contributo especial do ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter). A doença foi erradicada de 11 países, oito deles em África. Embora ainda existam grandes nichos de infecção, especialmente no Sudão, esta batalha contra as doenças causadas pelas águas estagnadas e o saneamento deficitário está quase ganha.

O sucesso na batalha contra a doença da dracunculose aumentou as capacidades humanas de muitos milhões de pessoas. Mas é necessária uma acção mais urgente para enfrentar problemas como o tracoma e outras infecções parasitárias.

Em todo o caso, as iniciativas globais, para atingirem os efeitos óptimos, têm de ser apoiadas pelo desenvolvimento de infra-estruturas de fornecimento de água potável e saneamento. As estratégias nacionais apoiadas por um plano de acção global de mobilização dos recursos necessários para fazer chegar água potável e saneamento a todos são a chave do sucesso.

Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água?

As instalações sanitárias podem ser um catalisador improvável para o progresso humano, mas os dados que o provam são esmagadores. O saneamento adequado tem o potencial de, cumulativamente, produzir benefícios para a saúde pública, o emprego e o crescimento económico. Então, porque é que no início do século XXI se desperdiça tanto potencial humano por falta de tecnologias relativamente simples? E qual a razão para o grande atraso do fornecimento público de saneamento em relação ao da água? Estas questões sobre o desenvolvimento humano são tão pertinentes hoje como eram nos países desenvolvidos há mais de um século atrás. Seis barreiras inter-relacionadas dão as respostas: políticas nacionais, comportamento, percepção, pobreza, género e fornecimento. Nenhuma das seis barreiras pode ser ponderada isoladamente. Mas cada uma delas ajuda a explicar o porquê da lentidão do progresso em direcção ao objectivo do saneamento para todos há muito estabelecido.

A barreira das políticas nacionais

O capítulo 2 enfatizou o papel das políticas nacionais e das lideranças políticas no aceleramento do acesso à água. A ausência de políticas nacionais é ainda mais evidente para o saneamento do que para a água. O estado do saneamento de um país condiciona as perspectivas de desenvolvimento humano, no entanto, o saneamento, nunca ou raramente, é um ponto importante na agenda política nacional.

Isto aplica-se mesmo em países que progrediram rapidamente no abastecimento de água. A África do Sul não igualou o seu próprio sucesso na expansão do acesso e redução das desigualdades no fornecimento de água com um esforço comparável ao nível do saneamento. O mesmo se aplica a Marrocos. Neste caso, o Gabinete Nacional de Água Potável, tem sido a responsável altamente efectiva na expansão do acesso à água em muitas cidades e áreas rurais. No entanto, o

progresso no saneamento tem sido abrandado por uma estratégia nacional mais fraca, pela fragmentação de sistemas governamentais, pelo financiamento inadequado e as limitações da capacidade em municípios rurais.

A barreira do comportamento

Os frágeis enquadramentos políticos nacionais e a baixa prioridade conferida ao saneamento relativamente à água, reflectem em parte os sinais recebidos das famílias. Pesquisas sobre a participação mostram que as pessoas tendem a dar maior prioridade à água do que ao saneamento. Existem algumas explicações óbvias. A falta de água potável é uma ameaça mais imediata à vida do que a ausência de uma sanita. Além disso, a água canalizada numa casa confere benefícios rápidos e tangíveis em termos de tempo poupado e de riscos de saúde evitados, independentemente do que acontece nas outras casas.

Os benefícios do saneamento podem parecer mais evidentes em factores extra casa. Por exemplo, as vantagens para a saúde pública de instalar uma latrina podem não se verificar se outros domicílios não fizerem o mesmo, a instalação numa casa não a protege contra os excrementos de outras casas em bairros degradados com maus sistemas de esgotos. Além do mais, a instalação duma latrina pode ser vista como um bem público, onde a comunidade beneficia com uma redução de riscos de saúde e o domicílio tem menos vantagens em comparação com o que aconteceria com a água. Do ponto de vista doméstico, os custos associados à falta de água potável podem parecer mais evidentes do que os custos de práticas sanitárias há muito estabelecidas, tais como defecar em campos ou em cursos de água. Os benefícios do saneamento melhorado não são tão bem entendidos como os benefícios do acesso a água potável.

A barreira da percepção

Para os governos e muitas organizações de desenvolvimento, os argumentos a favor da acção pública no saneamento passam pelos benefícios públicos de saúde e riqueza. Do ponto de vista doméstico, a opinião é muitas vezes outra. As sondagens feitas em aldeias do Camboja, da Indonésia e do Vietname demonstram invariavelmente que «um lar limpo e uma aldeia com um ambiente livre de maus cheiros e moscas» são os benefícios mais importantes identificados pelas famílias, seguidos da conveniência. Os benefícios de saúde aparecem em terceiro lugar. Também no Benim, entre as famílias rurais, dá-se mais importância ao estatuto da habitação, relacionado com a ausência de maus cheiros e a conveniência, do que à saúde. [14]

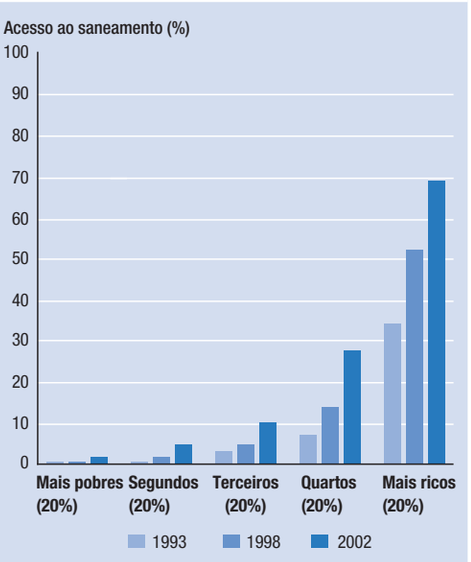
O facto de, frequentemente, as famílias entenderem um melhor saneamento como uma comodidade privada e não como uma responsabilidade pública pode ter enfraquecido a noção de que o desenvolvimento de estratégias nacionais é um imperativo político. Perceber o que as pessoas valorizam no saneamento melhorado, e por que razão o valorizam, é o primeiro passo para uma abordagem de resposta à necessidade. Mas a necessidade não pode ser vista com algo estático. A educação, o marketing social e as campanhas políticas podem alterar os padrões de necessidade aumentando desejos e criando novas expectativas.

A barreira da pobreza

O custo do saneamento melhorado pode ser proibitivo quando grandes segmentos da população não têm acesso ao mesmo. A hierarquização dos povos sem saneamento melhorado é menos dominada pelos muito pobres do que a hierarquização daqueles que não têm acesso à água, mas a pobreza mantém-se como um dos maiores obstáculos à entrada. Aproximadamente 1,4 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento vive com menos de 2 dólares por dia. Para a maior parte deles, mesmo a tecnologia melhorada de baixo custo pode estar além do seu alcance financeiro.

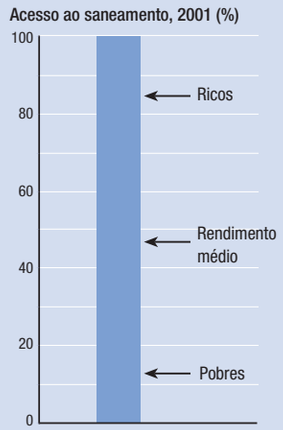
As vantagens para a saúde pública de instalar uma latrina podem não se verificar se outros domicílios não fizerem o mesmo

Figura 3.3 No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás



Fonte: Phan, Frias e Salter 2004

Figura 3.4 O fosso de riqueza no saneamento no Camboja



Nota: pobres, de rendimento médio e ricos indicam a categoria com a qual os inquiridos se identificam.
Fonte: Mukherjee 2001.

Vejamos o Vietname, que já atingiu a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para o saneamento. A cobertura rural cresceu rapidamente, embora a partir de uma base baixa. Mas os agregados mais pobres foram deixados muito atrás (figura 3.3). No Camboja, o ordenado diário de um trabalhador rural não chega para cobrir os requisitos nutricionais básicos, não sobrando nada para saúde, roupa e educação. Seria preciso o ordenado de 20 dias de trabalho para adquirir uma simples latrina de fossa, o que ajuda a compreender a grande discrepância entre as taxas de cobertura para os ricos e para os pobres (figura 3.4) Em Kibera, Nairobi, construir uma latrina de fossa custa cerca de 45 dólares, o equivalente a dois meses de rendimentos para quem aufere o ordenado mínimo. Para ajudar os agregados mais pobres a obter financiamento para o saneamento melhorado é necessário que se arranjem formas de providenciar subsídios ou permitir que o reembolso de empréstimos seja feito ao longo de algum tempo através do micro-crédito.

A barreira do género

As desigualdades entre os géneros ajudam a explicar a baixa procura de saneamento em várias comunidades. Dados de muitos países sugerem que as mulheres dão mais importância ao acesso a instalações sanitárias privadas do que os homens, resultado este que reflecte as maiores desvantagens que as mulheres enfrentam, assim como a insegurança, a perda de dignidade e as condições adversas de saúde que estão associadas à falta de acesso. Pesquisas no Camboja, Indonésia e Vietname revelaram que as mulheres dão, invariavelmente, mais valor a instalações sanitárias do que os homens.[15]

Mas a pouca preponderância que as mulheres têm na decisão das prioridades de investimento do lar, significa que a parte mais interessada nas necessidades de saneamento pouco controlo tem sobre as despesas. Pela mesma razão, a prioridade que as mulheres dão ao saneamento é raramente reflectida nas tomadas de decisão extra lar, em estruturas políticas que vão das aldeias, passando pelos governos locais até aos níveis nacionais. A legitimação das mulheres pode ser um dos mais importantes mecanismos para aumentar a eficácia das necessidades de saneamento.

A barreira da oferta

A passagem da procura para a oferta mostra que o progresso é impedido não só pela ausência de tecnologia sanitária a preços suportáveis, mas também pela oferta excessiva de tecnologias inadequadas, o que leva a um desajuste entre o que as pessoas querem e o que os governos oferecem. Por exemplo, as latrinas de descarga manual fornecidas pelos programas governamentais têm baixas taxas de aceitação porque as comunidades têm falta de um abastecimento seguro de água. Noutros casos, as tecnologias comercializadas pelas agências governamentais são de manutenção difícil ou dispendiosa. Os produtos criados por engenheiros que não levam em conta as necessidades e prioridades das comunidades, e que são distribuídos por agências governamentais não responsabilizáveis, deixaram um legado de produtos sanitários abandonados. Outro dos factores é o enquadramento cronológico. Dados de muitos países sugerem que o progresso no saneamento, muito mais do que o da água, requer um planeamento de 10 a 15 anos, sendo que a média dos ciclos de doação e dos ciclos de planeamento nacional funciona por períodos de 2 a 3 anos.

Colocar o saneamento ao alcance de todos

O lento progresso do saneamento há muito que é uma fonte de preocupação. Depois de três décadas de conferências ao mais alto nível, mudanças de política radicais e objectivos ambiciosos por realizar, existe agora uma forte corrente de pessimismo em torno do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio no que se refere ao saneamento. Esse pessimismo é tão injustificável como o optimismo desmesurado das abordagens iniciais.

Visto à distância, o quadro do saneamento global é sombrio. Mas uma observação mais próxima revela uma enorme proliferação de histórias de sucesso

Caixa 3.3 Acção popular, o Projecto Orangi

Orangi é uma grande povoação informal pobre, ou katchi abadi, em Carachi, Paquistão. Com mais de um milhão de habitantes, é uma história de sucesso da capacidade comunitária em expandir o acesso ao saneamento.

Em 1980, uma organização não-governamental começou a trabalhar com as comunidades locais através do Projecto-piloto Orangi para fazer face à terrível situação sanitária da povoação. O ponto central para a mobilização foi a rua. Através do diálogo e da educação, os residentes de cada rua foram convencidos a formar grupos para construir canalizações de esgoto para recolher as águas residuais de suas casas. A cooperação entre os gestores de rua facilitou a construção de canalizações de bairro para recolher as águas residuais de várias ruas. Inicialmente, as águas residuais eram vazadas em fossas nas redondezas. Mas após um período de diálogo com as autoridades municipais, a administração local aceitou financiar um ramal colector para recolher os esgotos e transportá-los para fora da comunidade.

As taxas de mortalidade infantil deste bairro degradado desceram de 130 óbitos por cada mil no início da década de 80 para menos de 40 hoje em dia. Quase 100.000 famílias em mais de 6.000 ruas, representando 90% da população estiveram envolvidas. A formação de trabalhadores da comunidade em manutenção e a mobilização de mão-de-obra reduziram os custos para um quinto dos custos do abastecimento oficial, permitindo assim que o projecto recuperasse os custos sem inflacionar demasiado os serviços.

Fonte: Satterthwaite e outros 2006; Hasan 2005; Zaidi 2001.

locais e mesmo nacionais dentro deste quadro alargado. Nalguns casos, as pessoas que se encontram no lado mais problemático desta crise de saneamento, que são os moradores de bairros degradados e as comunidades rurais privadas de saneamento mais básico, operam eles próprios a mudança. Noutros casos, as agências governamentais e os prestadores de serviços tomaram a dianteira ou desempenharam papéis cruciais ao darem maior dimensão às acções vindas do povo. O ponto comum destas histórias de sucesso são os princípios indissociáveis de direitos partilhados e responsabilidades conjuntas, que são as pedras basilares para qualquer contrato social entre o governo e os cidadãos. Neste enquadramento alargado, os temas recorrentes são as necessidades da comunidade, a tecnologia apropriada e a prestação de um serviço responsável que responde às exigências.

A acção vinda do povo faz a diferença

Os princípios de direitos partilhados e de responsabilidades conjuntas têm uma importância muito prática. Nos bairros urbanos degradados de grande dimensão e com uma grande densidade populacional, o sucesso de qualquer iniciativa depende da participação individual, especialmente no caso do saneamento melhorado. Através da mobilização popular, o Projecto-piloto de Orangi em Carachi, Paquistão, evoluiu durante as duas últimas décadas para um programa que leva o saneamento a milhões de moradores de bairros degradados.[16] A participação quase total tem sido baseada numa compreensão colectiva dos benefícios e numa aceitação de responsabilidade conjunta para desbloquear esses benefícios (caixa 3.3).

O Projecto Orangi, que começou como uma pequena iniciativa comunitária, cresceu através da cooperação com governos locais. O crescimento destes projectos é importante porque projectos isolados de pequena dimensão não conseguem iniciar ou sustentar o progresso a nível nacional. Ao mesmo tempo, a energia e inovação das acções comunitárias podem fortalecer a capacidade governamental de operar mudanças.

Na Índia, no início da década de 90, a Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados (NSDF), a Sociedade para a Promoção de Centros de Recursos Regionais (SPARC), uma organização não-governamental de Bombaim (ONG) e a Mahila Milan, uma rede de grupos de poupanças formada por moradoras de bairros degradados e sem abrigo, foram pioneiros duma nova abordagem à criação e gestão de blocos sanitários públicos como resposta à incapacidade das famílias mais pobres de instalar latrinas em áreas de grande densidade populacional. A construção foi precedida de inquéritos nos bairros, mobilização de poupanças e desenvolvimento de organizações de gestão dos sanitários. As inovações do projecto incluíam a construção de instalações separadas para homens e mulheres. Inicialmente, as autoridades locais desencorajaram esses esforços. Mas este modelo foi usado em Pune, uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes, através da colaboração das autoridades municipais com a NSDF, SPARC e a Mahila Milan. Entre 1999 e 2001, foram construídos mais de 440 blocos de sanitários, com mais de 10.000 novos sanitários. O financiamento foi concedido através do governo de Maharashtra, sendo a responsabilidade da concepção e da manutenção das ONG.

A participação comunitária é provavelmente a maior influência para o sucesso, ou fracasso, das instalações sanitárias públicas. Até há muito pouco tempo, as instalações criadas pelos municí-

Mas a divisão entre a acção do agregado familiar ou comunitária e a acção pública de cariz governamental é enganadora e inútil. A liderança do governo continua a ser fundamental

pios proporcionavam um serviço com manutenção precária, localização inapropriada e problemas semelhantes que levavam a uma baixa utilização por parte do público. Esses números começaram a mudar. As autoridades locais de Windhoek, na Namíbia, reconheceram que as instalações sanitárias governamentais não estavam a chegar à população mais pobre porque os padrões de qualidade de construção tornavam os custos proibitivos. Em cooperação com a Federação Nacional de Moradores de Cabanas (NSDF), as autoridades municipais criaram um novo enquadramento jurídico que possibilita às comissões de bairro construir e gerir os seus próprios blocos sanitários. Os padrões tornaram-se menos rígidos e os regulamentos foram aplicados com maior flexibilidade. Em Chittagong, Bangladeche, a ONG internacional Water Aid, as ONG locais e as autoridades locais desenvolveram aglomerados de latrinas para a utilização de 150 famílias pelo custo mensal de 0,60 dólares por família.[17] Estas latrinas, cuja manutenção era feita por organizações comunitárias, trouxeram saneamento para muitas mais pessoas do que teria sido possível pela aquisição individual dos agregados.

O fracasso de abordagens feitas sob o ponto de vista do fornecimento provocou uma grande mudança na orientação política. A expressão mais profunda dessa mudança é a campanha comunitária para o saneamento total, uma abordagem concebida para criar a necessidade de saneamento melhorado.[18] No Bangladeche a campanha de saneamento total começou com as ONG locais e foi transformada num programa de dimensão nacional. O seu sucesso ajudou o país a manter-se no bom caminho face ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (caixa 3.4).

A abordagem inicial da campanha de saneamento total começa com uma avaliação dos hábitos sanitários da comunidade, que normalmente incluem a defecação a céu aberto.[19] Os residentes elaboram um mapa com os domicílios para identificar os locais de defecação, as rotas de transmissão que causam doenças e a contribuição de cada domicílio para o problema. O objectivo é apelar a três propulsores básicos de mudança: a repulsa, o interesse próprio e o sentido de responsabilidade individual para com o bem-estar da comunidade. Esta abordagem tem sido amplamente desenvolvida e aplicada com algum sucesso em países como o Camboja, China, Índia e Zâmbia.

Divulgação e concepção inovadoras podem colocar o saneamento melhorado ao alcance até dos mais desfavorecidos. Veja-se o exemplo de Sulabh na Índia. Fundada sob os princípios de Ghandi, desenvolveu produtos dirigidos a alguns dos sectores mais pobres da sociedade indiana, que incluem as castas inferiores e os trabalhadores migrantes. O factor mais impressionante é a sua escala de operações, que fornece saneamento melhorado a 10 milhões de pessoas, e o seu modelo de empresa (caixa 3.5).

A liderança do governo é fundamental

O papel central do financiamento doméstico no saneamento, a enorme falha de algumas iniciativas governamentais altamente subsidiadas e o papel crucial das necessidades domésticas como catalisador de mudança, levaram algumas pessoas a defender um papel minimalista para o governo. Mas a divisão entre a acção do agregado familiar ou comunitária e a acção pública de cariz governamental é enganadora e inútil. A liderança do governo continua a ser fundamental.

Estabelecer estratégias nacionais

No saneamento, tal como na água, o ponto de partida para o sucesso em termos de expansão de cobertura é um planeamento nacional eficaz. Muitos países precisam de alterar a mentalidade que desvaloriza o saneamento. Essa mentalidade reflecte-se muitas vezes na afectação institucional da responsabilidade pelo saneamento no governo. Uma situação corrente é a de delegar o saneamento a uma unidade técnica dentro do Ministério da Saúde, um abordagem que limite o raio de acção para iniciativas políticas ousadas. Outro problema é a fragmentação da autoridade. No Gana, os papéis e as responsabilidades pela água estão bem definidos dentro do enquadramento de um planeamento nacional. Este não é o caso do saneamento, onde a autoridade está dividida entre o Ministério dos Recursos Hídricos, do Trabalho e Habitação e uma série de ministérios de outros assuntos. No Níger, o saneamento pertence ao Ministério da Água, mas a coordenação para o saneamento é feita por um comité nacional com poderes limitados. Em qualquer dos casos, o planeamento nacional seria melhorado se fosse liderado por uma figura ministerial experiente que coordenaria o desenvolvimento e a implementação de estratégias de saneamento.

Alguns governos têm bons registos em termos de disponibilização de acesso a saneamento. Desde 1990, a Tailândia aumentou a taxa de cobertura nacional de saneamento de 80% para 100%. O progresso em zonas rurais tem sido particularmente marcante: nas zonas rurais mais de 13 milhões de pessoas obtiveram acesso em duas décadas. Estes resultados reflectem a prioridade

Caixa 3.4 A campanha de saneamento total do Bangladeche

Há dez anos atrás, o Bangladeche, entre os países mais pobres do mundo, tinha um dos níveis mais baixos de cobertura rural de saneamento. Hoje, tem planos ambiciosos para alcançar a cobertura total de saneamento em 2010. Fortemente apoiado pelos parceiros de ajuda do país, esses planos têm como meta o aumento realista da cobertura de saneamento de 2,4 milhões de lares por ano.

A campanha de saneamento total é fundamental para o sucesso do Bangladeche. Nasceu das mãos de uma ONG do Bangladeche no final da década de 90 e envolve agora mais de 600 ONG que trabalham com as autoridades locais para divulgar mensagens de saneamento melhorado.

O ponto de partida é o envolvimento das comunidades locais na identificação dos problemas associados à defecação a céu aberto, calculando a quantidade de excrementos depositada no ambiente da aldeia, identificar num mapa as zonas «sujas» e reconhecer as rotas de transmissão de diarreia e de problemas de saúde pública mais graves. O «passeio da vergonha» aos locais de defecação e o «cálculo dos excrementos» são duas ferramentas utilizadas inicialmente para gerar uma preocupação comunitária partilhada. As comunidades debatem e documentam a defecação a céu aberto e consideram as suas consequências para a saúde. Uma vez desencadeado o interesse, existe o impulso para que os habitantes trabalhem com as agências governamentais, ONG, organizações religiosas e outras estabelecendo fóruns sobre o saneamento para identificar as suas preocupações.

À medida que a campanha se desenvolveu e a procura por saneamento aumentou, surgiu um pequeno sector empresarial muito activo. O Bangladeche é agora um líder mundial na produção, venda e manutenção de latrinas de baixo custo. No final de 2000, havia 2.400 pequenos centros de produção de latrinas registados. Esse número está agora nos 3.000, demonstrando uma vez mais a capacidade de resposta dos fornecedores de pequena dimensão aos mercados locais. O custo das latrinas caiu em flecha. Entretanto, os esforços das aldeias têm tido o apoio de ONG em esquemas de micro financiamento, mobilização de poupanças e concessão de empréstimos.

Embora o programa tenha tido como base abordagens de resposta às necessidades, a política nacional também tem sido importante. Governos sucessivos têm tornado o saneamento rural numa prioridade. A Política Nacional para a Água e Saneamento, de 1998, estabelece um enquadramento político para parcerias entre empresas de pequena dimensão e grupos comunitários, providencia também apoio para a divulgação e formação através de agências governamentais locais e nacionais.

Para ter uma ideia da eficácia desta parceria, façamos a comparação entre o Bangladeche e a Índia. Há dez anos atrás os dois países enfrentavam problemas semelhantes. Desde então, a Índia tem gozado dum crescimento económico bem mais rápido, alargando o fosso de rendimentos entre os dois países. Mas o saneamento rural na Índia tem ficado bem mais para trás do que no Bangladeche (ver quadro), embora tenha havido progressos em alguns estados indianos.

Nos próximos 10 anos, os maiores desafios serão manter o impulso criado ao longo dos últimos anos e reduzir as desigualdades no acesso. Uma vez que os dados são desiguais, o governo do Bangladeche está preocupado que a taxa nacional de cobertura do saneamento possa esconder o facto de os agregados rurais mais pobres serem incapazes de financiar até mesmo latrinas de baixo custo. A resposta tem sido dada transferindo toda a fatia destinada ao programa de desenvolvimento anual para o saneamento para subsidiar as necessidades dos 20% mais pobres da população.

Melhorias no saneamento e na mortalidade infantil: Bangladeche e Índia, de 1990-2004

	Bangladeche			Índia		
Indicador	**1990**	**2004**	**Variação**	**1990**	**2004**	**Variação**
Saneamento, nacional %	20	39	19	14	33	19
Saneamento rural %	12	35	23	3	22	19
Mortalidade infantil (por 1.000 nados vivos)	96	56	–40	84	62	–22

Fonte: Quadro de indicadores 10; OMS e UNICEF 2006

Fonte: Bangladeche 1998, 2005; Kar e Pasteur 2005; Pratical Action Consulting 2006a; VERC 2002; WSP-SA 2005.

conferida ao saneamento no planeamento nacional.[20] Segundo a estratégia nacional, todos os distritos deveriam identificar as falhas de cobertura das aldeias até às cidades e desenvolver estratégias para as resolver. As agências governamentais na Tailândia desenvolveram tecnologias acessíveis

Caixa 3.5 Sulabh — a fazer chegar o saneamento aos pobres da Índia

Fundada em 1970 para tratar dos problemas de saneamento das castas inferiores e dos grupos pobres na Índia, Sulabh surgiu como um dos maiores fornecedores de instalações sanitárias não governamentais do mundo. Além da sua escala, aquilo que confere ao seu sistema de abastecimento um maior interesse é a sua viabilidade comercial.

Em pouco mais de três décadas, Sulabh, que inicialmente era um modesto projecto no estado de Bihar, tornou-se numa operação que cobre 1.080 cidades e 455 distritos em 27 estados indianos. Construiu mais de 7.500 blocos sanitários públicos e 1,2 milhões de latrinas privadas, fazendo chegar o saneamento a 10 milhões de pessoas. Investigações em Hyderabad revelaram que cerca de metade dos utilizadores das instalações da Sulabh têm ordenados inferiores ao do limiar de pobreza, sendo este grupo dominado por negociantes de pequena dimensão, trabalhadores manuais e um amplo leque de trabalhadores informais.

A Sulabh segue um modelo empresarial, não de caridade. Celebra contratos com os municípios e com os fornecedores do sector público para construir blocos sanitários com fundos públicos. As autoridades locais fornecem os terrenos e financiam as ligações iniciais de abastecimento, mas todos os restantes custos são financiados pelas tarifas cobradas ao utilizador. As tarifas são de cerca de 1 rupia (2 cêntimos). O acesso é grátis para as crianças, pessoas com deficiências e para os que não podem pagar. Em 29 bairros degradados, a Sulabh construiu blocos de sanitas que funcionam sem custos para o utilizador devido a contratos de serviços com os municípios.

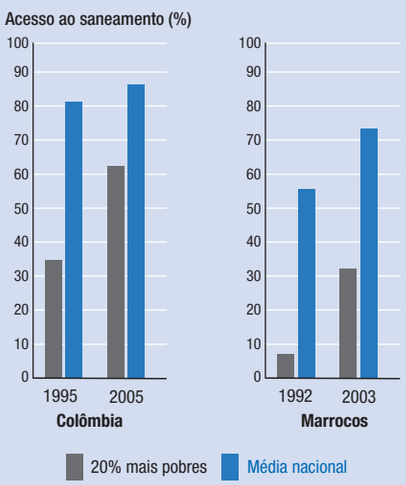
A Sulabh também produz e comercializa latrinas, com preços que vão dos 10 aos 500 dólares. As latrinas de baixo custo são concebidas para famílias pobres e são comercializadas com a ajuda de um subsídio do governo que financia metade do custo e concede suaves empréstimos que se podem pagar ao longo de 12 a 30 anos.

Fonte: Bathia 2004; Chary, Narender e Rao 2003; Patak 2006.

e razoáveis para os mais pobres, deram formação em manutenção e financiaram fundos rotativos para fazer face aos custos de capital. Programas de saúde comunitária aumentaram a percepção dos benefícios de saúde do saneamento.

Os sucessos governamentais nalgumas zonas podem dar relevo a fracassos de políticas públicas noutras zonas. Tanto a Colômbia como Marrocos estenderam o acesso a saneamento melhorado a alguns dos mais pobres da sociedade. A taxa de cobertura na Colômbia, cerca de 86% em 2005, é muito maior do que aquela que o rendimento médio nacional faria prever (figura 3.5). Em Marrocos, a cobertura dos 20% mais pobres quadruplicou desde 1992. Mas em ambos os países, o progresso tem sido travado por um visível preconceito que sublinha as desigualdades entre as zonas rurais e urbanas.[21]

Figura 3.5 O crescimento pró-pobreza no acesso ao saneamento na Colômbia e em Marrocos



Fonte: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Measure DHS 2006.

O preconceito urbano pode dever-se em parte ao planeamento de política nacional. Na Colômbia, a responsabilidade sobre a água e o saneamento foi devolvida aos municípios que registam um bom nível de prestação de serviços. As transferências fiscais do governo central para os municípios representam dois terços do investimento em água e saneamento e os municípios mais pobres e mais pequenos recebem mais per capita.[22] Outros programas do governo central são dirigidos para subsidiar os agregados mais pobres na obtenção de ligação e serviço (ver capítulo 2) e providenciam aos serviços mais pequenos empréstimos e assistência técnica. Estas políticas trouxeram benefícios palpáveis para famílias urbanas pobres. Também em Marrocos, as políticas do governo criaram incentivos para que os serviços alargassem o abastecimento a famílias urbanas pobres. O problema dos dois países é a inexistência de uma estratégia nacional eficaz de saneamento para as zonas rurais. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Nacional colombiano tem como objectivo a cobertura das zonas urbanas, não das zonas rurais. Os objectivos políticos e os padrões nacionais são estabele-

cidos para as redes e ligações de tubagens, mas as latrinas de fossa podem ser mais adequadas para as zonas rurais.

Parcerias com a comunidade

Criar um ambiente onde o saneamento tanto é visto como uma responsabilidade doméstica como um direito da comunidade pode alterar as atitudes e os comportamentos que limitam o progresso. Esse tal ambiente requer uma interacção dinâmica entre as agências governamentais e as comunidades. O que significa usar o capital social das comunidades e construir um sentido de solidariedade social e cidadania partilhada, com os governos a criar um ambiente político que permita às pessoas progredirem em direcção ao saneamento melhorado.

Alguns dos mais evidentes casos de sucesso no saneamento são produto de parcerias entre os governos e as comunidades, com um amplo leque de organizações da sociedade civil a fazer a ponte entre os dois. A política pública pode criar procura e amplificar as iniciativas comunitárias. A campanha de saneamento total do Bangladeche é um exemplo. Outro exemplo é o rápido progresso do saneamento rural no Lesoto, onde um forte processo de planeamento nacional e liderança política com grande ênfase no envolvimento comunitário obteve progressos reais (caixa 3.6).[23]

Muitas intervenções governamentais foram justificadamente criticadas por fornecer tecnologias desadequadas, mas as histórias de sucesso são menos valorizadas em termos globais. No Brasil, os governos municipais modificaram a prioridade dada a tecnologias convencionais de esgoto passando para uma alternativa de menor custo, o sistema de condomínios. Esse sistema facilitou um aumento sustentado das taxas de cobertura.[24]

Num sistema convencional de esgotos, presta-se o serviço a cada uma das habitações. No modelo de esgotos de condomínio, o serviço é prestado a quarteirões ou grupos de residências, evitando a necessidade de tubagens para cada lote ou mesmo em cada rua de um bairro. Essa rede tem duas partes. O sistema da cidade tem um ramal colector ligado a micro sistemas paralelos que recebem águas residuais dos blocos de condomínios. Estes sistemas têm em consideração a topografia local e as condições de escoamento, reduzindo dramaticamente o comprimento do sistema de tubagens. E podem funcionar independentemente até que possam estar ligados ao colector geral.

O desenvolvimento do sistema de condomínios no Brasil teve um carácter tanto político como tecnológico. A participação comunitária nas tomadas de decisão é amplamente entendida como um direito e um dever de cidadania, e o condomínio gera uma unidade social que facilita as decisões colectivas. Os membros do condomínio têm de concordar na localização adequada da rede de ramais e têm de se organizar para levar a cabo actividades complementares, incluindo a sua construção e manutenção. Neste momento, este sistema é uma parte central do sistema de esgotos que serve 2 milhões de pessoas só em Brasília (caixa 3.7).

Caixa 3.6 Lesoto — progresso no saneamento rural

Há vinte anos, o Lesoto começou um pequeno projecto piloto para o saneamento rural financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Fundo das Nações Unidas para a Infância. Desde então, a cobertura rural cresceu de 15% para 32%, mais do que em muitos países com níveis de rendimento mais altos. O objectivo actual é a cobertura total até 2010.

O programa tem fomentado a procura e providenciado apoio para a formação em construção de latrinas. Equipas de saneamento distritais trabalham, através de estruturas comunitárias, para aumentar a consciência dos benefícios do saneamento, criando a necessidade de latrinas aperfeiçoadas. A resposta em termos de oferta surgiu sob a forma de prestadores de serviços locais de pequena escala, apoiados por agências governamentais locais.

A integração da educação para a higiene e saúde, com actividades técnicas e de construção, é suportada por uma cooperação nacional envolvendo o Ministério do Interior (para os aspectos relacionados com o equipamento) e o Ministério da Saúde. A coordenação entre o sector de abastecimento de água também foi melhorada.

Um dos desafios para atingir o objectivo de 2010 é chegar a alguns dos agregados mais pobres do país. A recuperação total dos custos e a política de subsidiação zero criou incentivos para a inovação. Mas mesmo as latrinas básicas continuam além das capacidades económicas dos mais pobres. Só muito recentemente foram postas em prática medidas para reduzir os custos das latrinas através de programas de microcrédito que oferecem períodos de reembolso alargados.

Fonte: Jenkins e Sugden 2006; Banco Mundial 2004b

Criar condições para o progresso

A liderança governamental é essencial na criação de progresso no saneamento por algumas razões óbvias. As comunidades ou ONG agindo individualmente podem criar núcleos de sucesso, por vezes numa escala impressionante. Mas os avanços criados por projectos não podem substituir os recursos financeiros, políticos e administrativos que os governos podem comportar.

Veja-se o caso de Bengala Ocidental na Índia. Desde 1990 que o governo estadual desenvolveu uma estratégia para expandir o saneamento rural, recorrendo a parcerias a longo-prazo com agências internacionais como a UNICEF, ONG a nível estadual e outros grupos e envolvendo-as na campanha de saneamento total da Índia.[25] A campanha de Bengala Ocidental é a única na

Caixa 3.7 A abordagem de condomínios do sistema de esgotos em Brasília — políticas e tecnologia

Desenvolvido na década de 80 para fazer chegar o saneamento a famílias pobres, o sistema de condomínios surgiu como uma solução para a gestão de saneamento em áreas urbanas inteiras, independentemente dos seus rendimentos. A Companhia de Água e Esgotos de Brasília demonstra como tecnologias inovadoras podem ser ampliadas a partir de pequenos projectos para cobrir cidades inteiras.

No início da década de 90, a falta de saneamento nas zonas peri-urbanas de Brasília e a contaminação do lago Paranoa levaram as autoridades municipais a embarcar num grande programa de saneamento. A companhia precisava de fazer chegar a rede de esgotos a 1,7 milhões de pessoas. As tecnologias convencionais teriam sido financeiramente incomportáveis, o que estimulou a procura de alternativas de baixo custo.

Depois de estudos piloto iniciais, foi adoptado o modelo de condomínios tanto para bairros peri-urbanos como para áreas mais abastadas da capital. Os fundos vieram do Banco Federal de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com ajudas adicionais da capital e do distrito federal. De 1993 a 2001, estima-se que 188.000 ligações de esgotos de condomínios no distrito federal tenham beneficiado cerca de 680.000 pessoas.

O envolvimento comunitário foi fundamental desde o início. Os agregados tinham a opção de fazer o trabalho de ligação eles próprios, sob a supervisão dos serviços, ou de pagar a ligação. As tarifas foram estabelecidas de forma a reflectir os custos, sendo as tarifas mais baixas aplicadas a agregados dispostos a instalar tubagens nos seus quintais e a serem responsáveis pela manutenção do sistema.

O que ditou o sucesso do modelo de Brasília? Em primeiro lugar, os serviços tomaram uma forte decisão sobre a tecnologia a utilizar, comunicaram claramente esta decisão ao público e consequentemente adaptaram a sua estrutura interna. Em segundo lugar, um sistema de saneamento descentralizado com potencial para se integrar numa rede para toda a cidade conferiu-lhe uma flexibilidade considerável. Resposta às necessidades, prestava-se a ser aplicado a blocos de condomínios e a micro sistemas diferentes. Em terceiro lugar, a participação da comunidade manteve os custos baixos e melhorou a eficiência.

Fonte: Melo 2005.

Índia que tem um organismo próprio, o Instituto Estadual de Panchayats e Desenvolvimento Rural (SIPRD), que é responsável pela monitorização da cobertura, pela condução de revisões e avaliações, e por dar apoio e formação ao governo local. A campanha dá ênfase à educação em termos de higiene e ao envolvimento comunitário para gerar procura. Mas as agências governamentais e as ONG também estiveram fortemente envolvidas no lado da oferta. Os governos locais têm apoiado as redes de comércio de sanitários rurais no fabrico de lajes de latrina de baixo custo, têm apoiado também a formação de pedreiros para trabalharem nas aldeias.

Os resultados têm sido impressionantes. Em 1990, quando o governo estadual deu o impulso para o saneamento rural em Midnapur, o maior distrito da Índia na altura, as taxas de cobertura eram inferiores a 5%. A cobertura actual é de 100%. Em todo o estado, foram construídos e instalados 2 milhões de sanitários nos últimos 5 anos, fazendo aumentar a cobertura estadual de 12% em 1991 para mais de 40% actualmente. Os subsídios governamentais cobrem cerca de 40% do custo da latrina, mas a maior parte dos gastos públicos vão para campanhas e programas de comercialização e construção de latrinas.

Os feitos conseguidos em Bengala Ocidental nos últimos cinco anos são fruto de décadas de investimento político e institucional. Os dados de outros estados dão relevo às dificuldades em alcançar um rápido progresso sem estes investimentos. Por exemplo, Andhra Pradesh lançou uma enorme campanha de saneamento em 1997. Mas a campanha incidiu em latrinas de custo relativamente alto e fortemente subsidiadas (o preço médio era 5 vezes mais alto do que em Bengala Ocidental). As avaliações indicam que a campanha chegou a poucas pessoas pobres e que muitas das novas latrinas foram abandonadas. O problema não reside no uso de subsídios mas na incapacidade de os afectar e de criar procura através de parcerias comunitárias.

Os altos custos da ligação a um sistema significam que o saneamento no local continuará a ser a opção mais viável em muitas áreas de baixo rendimento. As casas de banho públicas do modelo desenvolvido pela Sulabh e outros ilustram uma abordagem a usar em zonas de alta densidade populacional. No entanto, os governos poderiam fazer muito mais para criar um ambiente que fomentasse o desenvolvimento de serviços, como o vazamento de fossas e o tratamento das águas residuais que neste momento fazem falta em tantas cidades. Como consequência, os agregados mais pobres estão a suportar não só os custos da construção das latrinas como os de fornecer a infra-estrutura para o tratamento dos dejectos.

O serviço público ou as parcerias público-privadas podem fazer a diferença. Os serviços públicos podem fazer o abastecimento ou criar condições para o seu desenvolvimento através de contratos com o sector privado. Em Dar es Salam, as autoridades municipais emitem licenças a pequenas empresas para fazer a prestação do serviço de remoção de esgotos com uma variedade de preços suportáveis para os agregados mais pobres. As empresas são obrigadas a depositar as águas residuais em locais de tratamento autorizados. À medida que mais empresas entraram no mercado, os preços caíram. Uma condição para o desenvolvimento duma infra-estrutura de tratamento de águas residuais devidamente

regulada é a existência de locais de tratamento de águas. Nos bairros degradados de Kibera em Nairobi, empresas de pequena dimensão funcionam numa base informal durante a época das chuvas, altura em que vazam os detritos de forma a serem levados pela água das chuvas. Não existem alternativas imediatas porque não há nenhum local destinado a esse fim.

O problema do financiamento

Tal como com a água, as habitações que se querem ligar a uma rede formal de saneamento têm de pagar a ligação e os custos habituais do seu uso. Para a vasta maioria dos agregados sem ligação, instalar uma latrina de fossa implica custos financeiros como custos de mão-de-obra. Ultrapassar a barreira do financiamento é uma parte importante da estratégia de aceleramento do progresso.

No passado, os governos aplicavam subsídios directamente a material de saneamento, tentando assim aumentar a sua procura diminuindo os preços. Muito frequentemente estes subsídios beneficiavam desproporcionalmente os agregados com rendimentos mais altos, que eram normalmente os únicos a conseguir pagar as instalações sanitárias que se podiam candidatar a subsídios do governo. Aparentemente foi isto que aconteceu no Zimbabué, onde os subsídios do governo apoiavam os gastos do agregado familiar sem que os pobres fossem claramente visados. O súbito corte dos subsídios levou a uma queda abrupta na construção de sanitários. Em Moçambique, um programa nacional para a expansão da cobertura de saneamento urbano, que durou duas décadas, entrou em colapso no final da década de 90 quando a redução dos fluxos de auxílio levaram ao corte dos subsídios governamentais e os preços das lajes de latrina subiram 400%.

Desenvolver mercados que dão resposta

Com as novas abordagens de resposta às necessidades, as atenções desviaram-se para o estímulo da procura. Em alguns casos, estas abordagens têm sido baseadas no poder das finanças dentro das comunidades. O Bangladeche e o Lesoto têm políticas de zero-subsídios para os mais favorecidos, indo a maior parte do apoio financeiro para o marketing social de latrinas.[26] Nesta abordagem está implicitamente assumido que os investimentos crescentes em tecnologia e construção de latrinas farão baixar os preços para níveis suportáveis à medida que o mercado se desenvolve.

Essa premissa é em parte suportada pelas evidências. No Bangladeche, a campanha de saneamento total foi o berço de muitas pequenas empresas altamente inovadoras, especializadas em fornecer e manter saneamento de baixo custo. No Lesoto, o investimento público em formação e marketing gerou uma forte resposta do sector privado. Os preços das latrinas baixaram, o seu design foi melhorado e as pequenas empresas tornaram-se altamente especializadas para trabalhar no mercado local.[27] Mas existem limites para aquilo que o mercado consegue fazer quando a pobreza é generalizada. Tanto o Bangladeche como o Lesoto têm enfrentado grandes dificuldades na expansão do acesso entre os sectores mais pobres da sociedade; um problema que pode atrasar o progresso se não for resolvido.

A experiência do Vietname, um país com um alto desempenho no alargamento de acesso ao saneamento, é elucidativa. Como já foi referido, os números nacionais escondem grandes desigualdades na cobertura entre as zonas rurais e urbanas, e entre as zonas ricas e pobres. Os factores de custos ajudam a explicar a existência dessas desigualdades. Os programas de ajuda estão agora a comercializar latrinas para agregados com baixo rendimento, a preços que vão dos 35 aos 90 dólares.[28] Em média, estes agregados gastam 72% dos rendimentos em alimentos. Caso o resto dos rendimentos fosse para a aquisição de uma latrina, isso implicaria um enorme desvio dos recursos destinados à saúde e à educação.

Alguns governos desenvolveram estratégias inovadoras para subsidiar transversalmente o saneamento. No Burquina Faso, os serviços de água e saneamento cobram uma pequena taxa de saneamento aos utilizadores de água; metade dessas verbas é usada para financiar o marketing social do saneamento. Outro quarto das verbas apoia a construção de instalações de saneamento melhoradas em zonas com baixo rendimento. Essa taxa foi usada para financiar as instalações sanitárias de todas as escolas primárias de Uagadugu. Os agregados têm direito a receber ajuda financeira para latrinas de fossa melhoradas e para latrinas com descarga manual. No entanto, os agregados devem financiar 70 a 80% do custo das instalações de saneamento.[29] Estes custos são altos em relação aos recursos das pessoas com baixo rendimento, o que significa que os agregados mais pobres podem não ser alcançados.

O financiamento doméstico e outros problemas

A maior parte dos países que conseguiram alcançar um rápido progresso fizeram uma grande mobilização dos recursos domésticos, apoiando

Ultrapassar a barreira do financiamento é uma parte importante da estratégia de aceleramento do progresso no saneamento

A maior parte dos países que conseguiram alcançar um rápido progresso fizeram uma grande mobilização dos recursos domésticos, apoiando simultaneamente os mercados que forneciam manutenção e tecnologia

simultaneamente os mercados que forneciam manutenção e tecnologia. Mais uma vez, o factor principal é a força do processo político nacional. Na China, o progresso do saneamento nas zonas rurais estava muito atrás do das zonas urbanas até meados da década de 90, atrasando os avanços em termos de sáude. Desde então, o saneamento rural tem sido parte integrante da estratégia nacional de saúde. Os governos provinciais e regionais supervisionam planos para atingir os objectivos estabelecidos pelo governo. Foram investidos recursos no desenvolvimento e na comercialização de latrinas sanitárias criadas para as zonas rurais. O resultado tem sido impressionante, com a duplicação da cobertura rural de saneamento em cinco anos. O financiamento provém duma série de fontes: os utilizadores pagam 70% do custo, as associações das aldeias 15% e o governo cerca de 15%. Estes números dão uma indicação do nível de mobilização de recursos domésticos, embora se mantenham as questões de incapacidade financeira por parte dos agregados mais pobres.[30]

Em todos os países em desemvolvimento, os recursos domésticos continuarão a ser uma fonte fundamental para o financiamento no saneamento. Mas existem limites para o que os agregados mais pobres podem pagar. Muitos governos e doadores de auxílio continuam a ser profundamente contra o uso de subsídios para o saneamento doméstico. No entanto, sem os subsídios, o saneamento adequado continuará fora do alcance de uma grande parte da população do mundo em desenvolvimento, implicando riscos de saúde pública assim como pobreza. Embora seja verdade que a história dos subsídios para o saneamento não é encorajadora, não se devem excluir os sistemas inovadores de financiamento, como o microfinanciamento para o investimento inicial e o reembolso a longo prazo. Na Índia, a Water-Aid cooperou com os governos locais no desenvolvimento desses sistemas de microfinanciamento.[31] Iniciativas deste tipo podem ser aplicadas em programas nacionais quando enraizados em sistemas de participação comunitária.

À medida que os governos tentam colocar os seus países em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2015, torna-se importante colocar as questões de igualdade de uma forma clara nas agendas políticas. Para uma grande parte da humanidade, o saneamento básico continuará a ser financeiramente incomportável num futuro imediato. Sem apoio financeiro para os agregados mais pobres, as medidas de recuperação de custos demasiadamente ambiciosas e as estratégias de ausência de subsídios irão progredir lentamente. Alguns dos custos serão suportados pelos que são excluídos. Mas outros custos serão transmitidos a toda a comunidade. O argumento a favor da existência de subsídios no saneamento, como na água, encontra-se parcialmente no facto de todos terem os seus direitos humanos básicos reconhecidos, independentemente da sua capacidade de pagar, e parcialmente no facto de os custos da exclusão saírem da esfera dos agregados passando para a esfera pública.

O caminho a seguir

A enorme diversidade de experiências dos países em desenvolvimento em termos de saneamento adverte-nos contra receitas universais. Nalgumas áreas, existe um claro paralelismo entre a água e o saneamento. Noutras, o saneamento apresenta desafios diferentes porque envolve não só a reforma de políticas públicas e financeiras mas também alterações de comportamento radicais. Surgem quatro grandes questões como indicadores para o sucesso futuro.

Primeiro, o problema da liderança política e das políticas nacionais. Países tão diferentes como o Bangladeche, a China e o Lesoto registaram um rápido progresso no saneamento, e todos eles seguiram diferentes políticas. Mas em todos os casos, os líderes políticos nacionais transmitiram claramente a mensagem que o saneamento fazia parte da política de desenvolvimento nacional. A Colômbia e Marrocos progrediram nas zonas urbanas porque têm fortes estratégias municipais de abastecimento de saneamento através serviços públicos, mas as zonas rurais sofreram por terem enquadramentos políticos mais fracos. As estratégias de redução de pobreza deviam ser um ponto fulcral nos planos nacionais, mas planos sem apoio político credível e sustentado não obtêm os resultados ideais. Fortalecer o peso financeiro e político dos ministérios envolvidos e fortalecer as estruturas de governo locais que lidam com o saneamento é o ponto de partida para resolver a desfragmentação actual.

Segundo, a participação pública deve ser parte do planeamento nacional, a todos os níveis. Uma das consequências da fraca participação é a longa história do fornecimento implementado pela oferta que esbarra contra a falta de procura por parte das comunidades. O envolvimento das comunidades pode identificar tecnologias de baixo custo adequadas à melhoria da cobertura, como aconteceu com o programa de condomínios no Brasil e no Projecto-piloto Orangi no Paquistão.

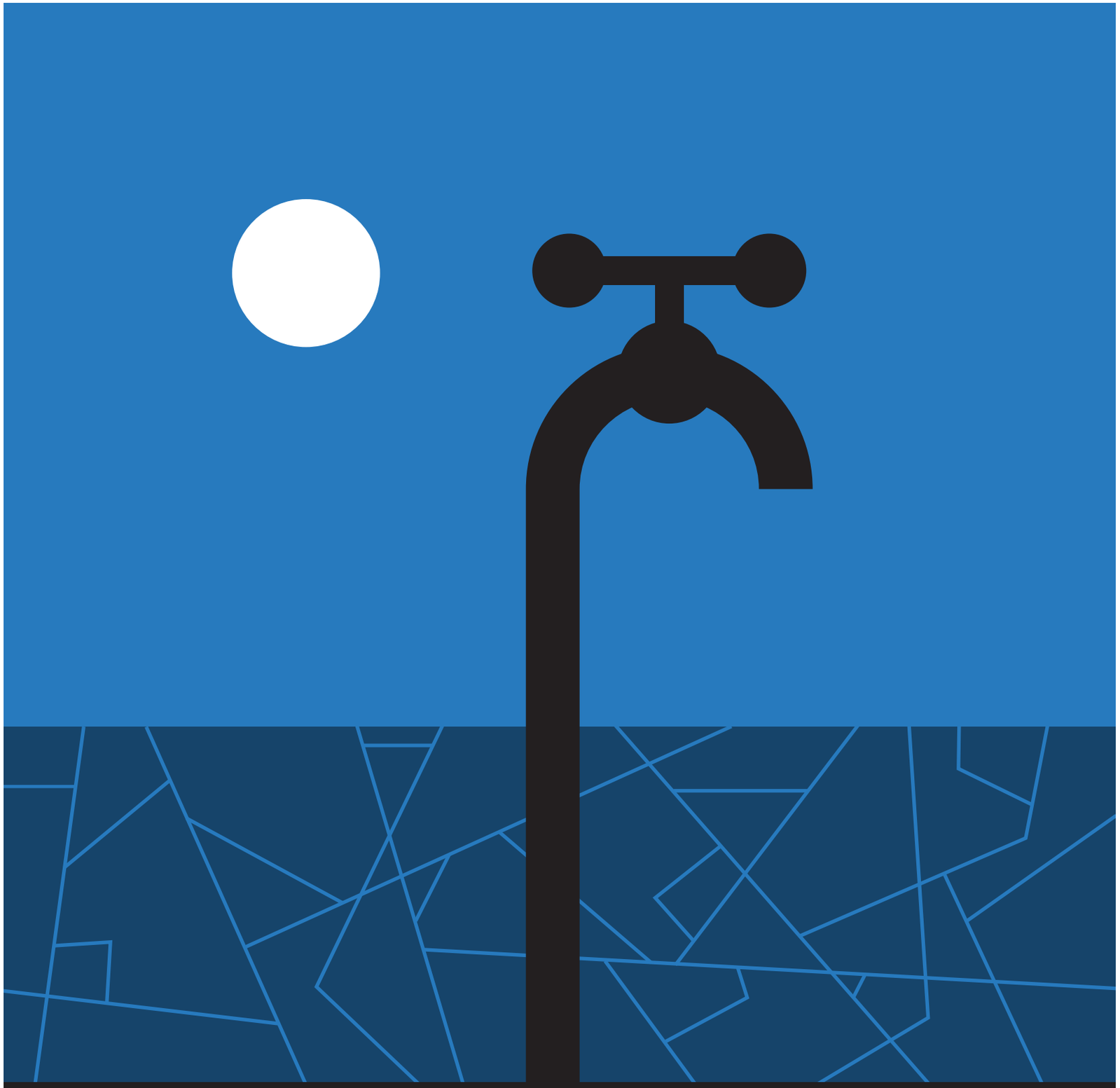
Terceiro, acelerar o progresso requer a identificação de quem não é servido e porquê. Um objectivo transversal é colocar as pessoas pobres no centro do serviço de abastecimento, permitindo que sejam elas a monitorizar e a disciplinar os prestadores do serviço e incentivando os prestadores de serviço a ouvir quais são as necessidades dos clientes. Complementar as actuais metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para o saneamento com metas explícitas de redução das desigualdades baseadas na riqueza e na localização iria ajudar de duas formas: iria concentrar a atenção da política pública e aumentar a importância do problema das desigualdades na agenda política. Reduzir para metade as desigualdades entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, ou entre as zonas rurais e urbanas, seria um complemento óbvio da meta de redução para metade do défice nacional em termos de níveis de cobertura dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As desigualdades de género são críticas no atraso do progresso do saneamento. Aumentar a voz das mulheres no debate sobre as políticas públicas e nos mercados para o saneamento iria fortalecer os incentivos para um melhor abastecimento. Mas eliminar as desigualdades de género ultrapassa a política de saneamento indo até às profundamente enraizadas relações de poder dentro das famílias. Da mesma forma, dar voz aos moradores dos bairros degradados, aos pobres rurais e a outros grupos marginalizados nos debates sobre as políticas nacionais envolve mudanças políticas de fundo.

Quarto, as parcerias internacionais podem fazer a diferença. A água e o saneamento continuam marcados por parceiros de auxílio fracos e fragmentados, e por subfinanciamento constante. O saneamento é o parente pobre. Ainda que vários doadores financiem as infra-estruturas de saneamento, o diálogo sobre o alargamento do saneamento aos pobres está subdesenvolvido. Tanto no saneamento como na água, as parcerias de auxílio eficazes criadas com base em processos participativos de planeamento nacional podem aproximar-nos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A proposta para o plano de acção global delineada no capítulo 1 poderia desempenhar um papel construtivo.

Há trinta anos, as conferências internacionais sobre a água e saneamento apontavam a tecnologia como o maior obstáculo para o progresso. Desse ponto de vista, a invenção e o desenvolvimento de opções de baixo custo criaria o ímpeto tecnológico para resolver o programa. Mais recentemente, o financiamento foi identificado como sendo o maior obstáculo. As experiências nacionais e os estudos de caso mostrados neste capítulo demonstram que as barreiras tecnológicas e financeiras podem ser ultrapassadas.

A maior barreira é a falta de vontade dos líderes políticos nacionais e internacionais em pôr os excrementos e o seu tratamento seguro na agenda internacional do desenvolvimento. Até muito recentemente, outro assunto tabu estava ausente da agenda internacional do desenvolvimento — o VIH/SIDA. Esse tabu tem sido agora desafiado em muitos países por líderes políticos e coligações dispostas a fazer frente a esta pandemia que abalou o bem-estar humano duma forma sem precedentes. Então porque é que o tabu do saneamento tem sido tão difícil de ultrapassar? Parte da razão pela qual isso acontece, ao contrário do VIH/SIDA que afecta da mesma forma ricos e pobres, é que os custos do défice do saneamento são esmagadoramente suportados pelos pobres. A outra parte da razão é que os custos são menos visíveis. Mesmo assim, o VIH/SIDA é semelhante ao saneamento num ponto crucial: o seu potencial de destruição sustentada. Sem fortes aliados que despertem consciências, mobilizem recursos e dêem dimensão às parcerias que possam fazer a diferença, o saneamento desadequado permanecerá um dos maiores potenciadores de pobreza, falta de saúde e desigualdades. Logo, uma das maiores ameaças ao projecto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A maior barreira é a falta de vontade dos líderes políticos nacionais e internacionais em pôr os excrementos e o seu tratamento seguro na agenda internacional do desenvolvimento



4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados

«Só sentirás falta da tua água quando o poço secar»

Bob Marley

«O sapo não bebe do mesmo charco em que vive»

Ditado nativo americano

CAPÍTULO 4

Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados

A escassez é um resultado induzido pelos políticos, consequência previsível da interminável busca de recursos a baixo custo

A segurança humana só está garantida quando existem meios de defesa contra situações imprevisíveis que podem originar perturbações na vida e na subsistência dos povos. Poucos recursos têm uma influência tão decisiva na segurança humana como a água. Enquanto recurso produtivo, a água é essencial para garantir a subsistência dos povos mais vulneráveis do mundo. Mas a água também possui poderes destrutivos, como o poderão testemunhar as tempestades e as inundações. A garantia de acesso à água enquanto investimento produtivo e defesa contra as vulnerabilidades associadas à incerteza dos cursos de água constitui um dos elementos chave do desenvolvimento humano.

A avaliação que hoje se faz da segurança da água é fortemente influenciada pelos conceitos associados à sua escassez. As faltas de água são genericamente encaradas como aspectos determinantes para se avaliar o grau de insegurança do acesso à água. O receio de que o mundo esteja «a ficar sem água» surge com cada vez maior frequência. Mas encararmos o problema da insegurança da água só em função da sua escassez é uma visão simultaneamente distorcida e redutora do problema. Distorcida porque grande parte daquilo que é interpretado como escassez não passa de uma consequência da má gestão dos recursos hídricos por parte do poder político. E limitativa porque as reservas físicas de recursos hídricos são apenas uma das vertentes do problema da insegurança da água.

Há uma semelhança espantosa entre a percepção que hoje existe da crise dos recursos hídricos ao nível mundial e o receio da iminente crise alimentar que se viveu em eras anteriores. No início do século XIX, Thomas Malthus preconizou um futuro sombrio para a Humanidade. No seu *Ensaio sobre a População*, ele previu, de forma amplamente divulgada — e errada — que o crescimento populacional iria exceder o crescimento da produção agrícola, o que por sua vez daria origem a um desequilíbrio cada vez maior entre o número de bocas a alimentar e a comida disponível. A escassez de alimentos, argumentava ele, iria produzir ciclos de fome recorrentes. «A capacidade da população se reproduzir é tão superior à capacidade da terra de produzir meios de subsistência para muitos», concluía Malthus, «que o espectro de uma morte prematura irá atingir, de uma forma ou de outra, a raça humana.»[1]

Essa visão apocalíptica coincide com as estimativas mais pessimistas relativas aos cenários futuros da disponibilidade da água. O Comité Mundial da Água identificou «a obscura aritmética da água» como uma das maiores ameaças para a Humanidade.[2] «A escassez dos recursos hídricos», escreve outro comentador, «será condição de vida determinante para muitos seres humanos neste novo século.»[3] A imagem de lagos a secarem e de rios a desaparecerem contribui para reforçar a ideia de que o mundo está a caminhar para uma crise Malthusiana, em que as pessoas irão competir entre si por um recurso cada vez mais escasso, dando origem a conflitos internos nacionais e provocando guerras pela posse da água entre diferentes países.

Este capítulo começará por abordar as reservas actuais de recursos hídricos. A escassez física da água, definida como quantidade insuficiente de recursos para satisfazer a procura, é uma das características inerentes à questão da segurança da água em alguns países. Mas as situações de penúria absoluta ainda são a excepção e não a regra. A maioria dos países dispõe de água suficiente para satisfazer as necessidades domésticas, industriais, agrícolas e ambientais. O problema reside na sua gestão. Até muito recentemente, a água era encarada como um recurso inesgotável que poderia ser desperdiçado, escoado ou poluído em nome da produção de riqueza. A escassez é uma consequência induzida pelos políticos, consequência previsível da interminável busca de recursos a baixo custo. Como escreveu um comentador com alguma ironia, «Se

A escassez dos recursos hídricos pode ser de carácter físico, económico ou institucional, e — tal como acontece com as próprias reservas de água — pode variar consoante o tempo e o espaço

começarmos a vender modelos da Porsche a 300 dólares a unidade, estas viaturas também irão em breve escassear no mercado.»[4]

Para além da escassez, a segurança do acesso à água também tem que ver com questões de risco e vulnerabilidade — temas a que iremos dedicar parte deste capítulo. Desde as mais remotas civilizações até ao mundo globalizado de hoje, o êxito — ou o fracasso — das sociedades no aproveitamento do potencial produtivo dos recursos hídricos limitando, ao mesmo tempo, o seu potencial destruidor é determinante para o progresso humano. A previsibilidade e confiança no acesso à água, e a protecção contra os riscos a ela associados, revelam-se cruciais para o bem-estar do ser humano. Tal como nos mostram de forma dramática as imagens do sofrimento provocado pelas cheias em Moçambique ou em Nova Orleães, ou pelas secas no Norte do Quénia, a escassez ou o excesso de um bem tão precioso como a água pode transformá-lo num agente de destruição. O progresso é determinado, em parte, pela forma e local onde a Natureza nos disponibiliza os recursos hídricos, mas mais decisivamente pelas instituições e infra-estruturas através das quais as pessoas e as sociedades garantem o acesso aos caudais de água previsíveis, bem como a sua capacidade de resistência face aos choques.

Alguns choques são mais previsíveis do que outros. O presente capítulo irá abordar as implicações de um choque iminente que, por culpa de má gestão, poderá neutralizar os avanços acumulados ao longo de gerações em termos de desenvolvimento humano junto de largas camadas da população. As alterações climáticas representam uma ameaça séria, e perfeitamente previsível, à segurança dos recursos hídricos para muitos dos países mais pobres e para muitas das famílias mais carenciadas do mundo inteiro. Claro está que esta ameaça não se confina aos países pobres. Os países ricos também sentirão o impacto das alterações verificadas nos padrões da precipitação, nas más condições meteorológicas e na subida do nível dos oceanos. Mas os países pobres — e as pessoas carenciadas que habitam nesses países — não possuem os recursos financeiros de que os países ricos dispõem para fazer face aos riscos como seria exigível. A medida internacional de reduzir as emissões de carbono para a atmosfera é importante porque irá limitar os danos futuros provocados pelas alterações climáticas. No entanto, as alterações climáticas perigosas continuarão a verificar-se porque as actuais concentrações atmosféricas conduzirão inevitavelmente a um aquecimento global. Para milhões de povos carenciados em todo o mundo que tiveram um contributo insignificante na geração das actuais emissões, a prioridade reside em melhorar a sua capacidade de adaptação à nova realidade. Infelizmente, as estratégias de adaptação estão bem menos desenvolvidas, quer a nível nacional quer internacional, do que as estratégias de mitigação do problema.

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água

Até que ponto existe falta de água no mundo? Não é fácil responder esta questão. A escassez dos recursos hídricos pode ser de carácter físico, económico ou institucional, e — tal como acontece com as próprias reservas de água — pode variar consoante o tempo e o espaço. A escassez depende, em última análise, das leis da oferta e da procura. Mas em que as duas componentes da equação oferta/procura são definidas de acordo com opções políticas e medidas governamentais.

Compreender a escassez

«Água, só vejo água por toda a parte, e nem uma só gota que se beba», lamenta o marinheiro no *Poema do Velho Marinheiro*, de Samuel Coleridge. Esta observação continua a ser um bom ponto de partida para melhor compreendermos os problemas relativos ao abastecimento mundial de água doce.

A Terra pode ser chamado o planeta da água, mas 97% dessa água está nos mares e nos oceanos.[5] A maior parte da restante água está retida nos gelos da Antártida ou subterrada nas camadas profundas do subsolo, deixando disponível menos de 1% para consumo humano, em lagos e rios de água doce de acesso fácil. Ao contrário do petróleo ou da hulha, a água é um recurso infinitamente renovável. Ela segue um ciclo natural: a água da chuva cai proveniente das nuvens, regressa ao mar salgado através das correntes dos rios de água doce, para voltar depois a evaporar-se e a formar nuvens. Este ciclo pode explicar o motivo pelo qual não se pode dizer que a água está a acabar, mas as reservas disponíveis são, de facto, limitadas. O sistema hidrológico do planeta Terra bombeia e transfere anualmente para o solo aproximadamente 44.000 quilómetros cúbicos de água, o equivalente a 6.900 metros cúbicos por cada habitante do planeta. Uma grande parte desta água não corresponde a caudais de cheias incon-

troláveis ou a água demasiado inacessível para poder ser utilizada pelo homem. Mesmo assim, o mundo dispõe de mais água do que 1.700 metros cúbicos por pessoa definidos pelos hidrologistas (embora seja arbitrário) convencionado-se como a quantidade mínima necessária para garantir a alimentação, manter as indústrias em funcionamento e conservar o meio ambiente.[6]

Infelizmente, a média internacional acaba por ser um número perfeitamente irrelevante. Neste ponto, os recursos hídricos mundiais são como a saúde mundial. Em termos globais, temos mais do que o suficiente para cobrir as necessidades: o problema é que alguns países têm bastante mais do que outros. Cerca de um quarto das provisões mundiais de água doce encontram-se no Lago Baikal, situado na região escassamente povoada da Sibéria.[7] O desnível das reservas das diversas regiões e, mesmo, no interior destas, contribuem para acentuar ainda mais o problema da distribuição. Dispondo de 31% dos recursos universais de água doce, a América Latina tem 12 vezes mais água por habitante do que, por exemplo, a Ásia do Sul. Algumas regiões, como o Brasil e o Canadá, dispõem de mais água do que aquela que conseguem consumir; outras, como alguns países do Médio Oriente, possuem muito menos do que necessitam. O Iémen, um país pressionado pela escassez de água (198 metros cúbicos por pessoa) não ganha nada com o facto de o Canadá ser abundante em água doce (90.000 metros cúbicos por pessoa). E algumas regiões que lutam com falta de água na China e na Índia em nada beneficiam com o facto de as reservas de água na Islândia serem 300 vezes superiores ao limiar de 1.700 metros cúbicos.

No interior de cada região, também é frequente existir uma desproporção entre os recursos hídricos disponíveis e o número de habitantes. Enquanto região vista como um todo, a África Subsariana está razoavelmente bem dotada de água. Mas a gestão da sua distribuição altera por completo este quadro. A República Democrática do Congo dispõe de mais de um quarto da água da região, ou seja, 20.000 metros cúbicos ou mais por cada habitante, enquanto países como o Quénia, o Malawi e a África do Sul ainda se encontram abaixo do limiar que define uma situação de pressão sobre os recursos hídricos.

Dado que a água, ao contrário da alimentação ou do petróleo, não é facilmente transferível em grandes quantidades, o raio de acção para atenuar estes desequilíbrios é reduzido. O que importa é dispor de reservas locais e garantir o acesso entre as populações através de infra-estruturas de abastecimento de água. Isto aplica-se, também, ao interior dos próprios países. Por exemplo, o Norte da China tem menos de um quarto das disponibilidades de água per capita existentes no Sul.[8] As estatísticas nacionais relativas ao Brasil colocam este país perto dos lugares de topo no clube dos países com maiores reservas de água no mundo. No entanto, milhões de pessoas que habitam no vasto «polígono seco», uma região semi-árida que abrange nove estados e 940.000 quilómetros quadrados do Nordeste, experimentam regularmente faltas de água crónicas. A Etiópia, com vários lagos e rios de grande caudal, abundância de lençóis de água subterrâneos e um elevado índice de precipitação, praticamente atravessa o limiar mínimo que define a situação de pressão sobre os recursos hídricos. Mas, infelizmente, a precipitação é eminentemente sazonal e varia muito no tempo e no espaço. Se associarmos a isto infra-estruturas de armazenamento limitadas e bacias hidrográficas mal protegidas, estas oscilações expõem milhões de pessoas à ameaça ora da seca ora das cheias.

O tempo é outra parte importante da equação da disponibilidade da água. Para os países que dependem das monções ou de estações de chuvas curtas, as médias nacionais transmitem-nos uma visão errada das disponibilidades reais existentes. Grande parte da Ásia recebe quase 90% da sua precipitação anual, em menos de 100 horas, o que origina riscos de escassez, cheias intensivas durante alguns períodos do ano e uma seca prolongada no resto do tempo.[9] As disponibilidades reais ao longo de todo o ano não dependem apenas da precipitação, mas também da capacidade de armazenamento e do ritmo a que os caudais dos rios e as águas subterrâneas vão sendo repostos.

Pressão e escassez crescentes

Os hidrologistas costumam calcular o grau de risco de escassez de uma determinada região através da análise da equação água/população. Mas como já fizemos notar, convencionou-se adoptar os 1.700 metros cúbicos por pessoa como sendo o limiar mínimo nacional para atender às necessidades em termos de agricultura, indústria, energia e meio ambiente. Considera-se que uma disponibilidade inferior a 1.000 metros cúbicos representa uma situação de «escassez de água» — e abaixo dos 500 metros cúbicos equivale a «escassez absoluta».[10]

Presentemente, cerca de 700 milhões de pessoas oriundas de 43 países vivem abaixo do limiar mínimo que define a situação de falta de água. Dispondo de uma reserva anual média de, aproximadamente, 1.200 metros cúbicos por pessoa, o Médio Oriente é a região do mundo mais atingida pela pressão da falta de água; somente o Irão, o Iraque, o Líbano e a Turquia se encontram acima do limiar mínimo. Os Palestinianos, sobretudo em Gaza, experimentam algumas das crises mais agudas de escassez de água do mundo inteiro — têm apenas cerca de 320 metros cúbicos por pessoa. A África Subsariana tem o maior número de países pressionados pela falta de água de toda aquela zona. Quase um quarto da população da África Subsariana habita em países actualmente sujeitos à pressão da falta de água — e essa percentagem tem vindo a aumentar.

Em termos globais, temos mais do que o suficiente para cobrir as necessidades: o problema é que alguns países têm muito mais do que outros

Por volta do ano 2025, mais de 3 mil milhões de pessoas poderão viver em países sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos — e 14 países irão passar de uma situação de pressão sobre os recursos hídricos para uma de escassez efectiva

Com muitos dos países mais atingidos pela pressão da falta de água a registarem taxas de crescimento populacional muito elevadas, as reservas per capita têm vindo a diminuir rapidamente. Tomando o ano de 1950 como marco, a distribuição do crescimento global da população tem vindo a modificar, de forma acentuada, as disponibilidades de água per capita. Enquanto as reservas estabilizaram nos países ricos, na década de 70, nos países em desenvolvimento elas continuam a diminuir, e em particular nos países em desenvolvimento de clima árido (figura 4.1).

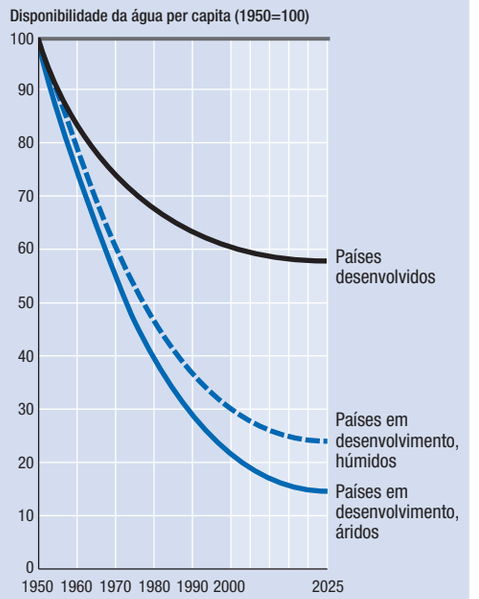
O ritmo a que esse declínio tem vindo a registar-se está bem patente nas actuais previsões de evolução futura. Por volta do ano 2025, mais de 3 mil milhões de pessoas poderão viver em países sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos — e 14 países irão passar de uma situação de pressão sobre os recursos hídricos para uma de escassez efectiva (figuras 4.2 e 4.3). A evolução prevista para 2025 inclui:

- Intensificação da pressão sobre a África Subsariana, onde a percentagem de população da região residente em países ameaçados pela falta de água aumenta de pouco mais de 30% para 85% em 2025.
- Agravamento dos problemas no Médio Oriente e no Norte de África, com uma disponibilidade média de água a cair mais de um quarto. Prevê-se que, por volta de 2025, as reservas de água médias se situarão em cerca de 500 metros cúbicos por pessoa, e mais de 90% da população da região viverá em países atingidos pela escassez de água.
- Países densamente povoados como a China e a Índia integrarão o clube mundial dos ameaçados pela falta de água.

0zonas do Norte de África: por exemplo, é inferior à de Marrocos.

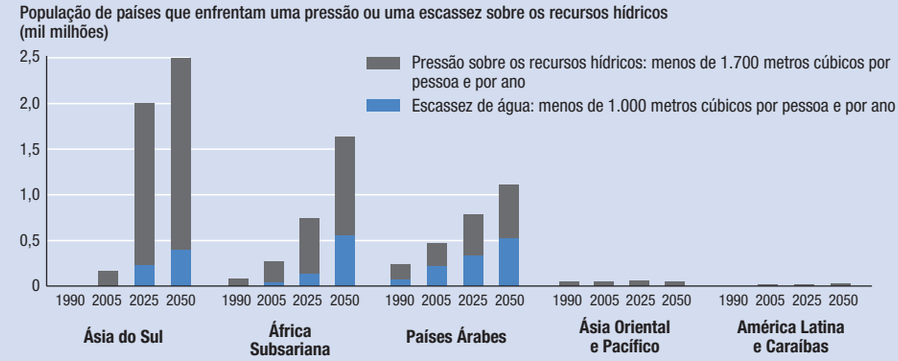
O mundo debate-se hoje com problemas relacionados com os limiares para a pressão sobre os recursos hídricos. Conforme demonstrado em cima, as médias nacionais podem ocultar a disponibilidade real. Além dos problemas relativos à distribuição, os países diferem muito no que respeita à quantidade de água de que necessitam para produzir um determinado volume de riqueza, manter o meio ambiente e satisfazer as necessidades das populações. Apenas a precipitação que engrossa os rios e repõe os lençóis de água subterrâneos conta como água renovável para as estatísticas nacionais. Esta «água azul» representa apenas 40% da precipitação total. A restante — a «água verde» (água rica em matéria orgânica) — nunca chega aos rios mas alimenta o solo, evapora-se ou é expelida pela transpiração das plantas.[12] Trata-se de um recurso que mantém húmidos os terrenos agrícolas, fonte de sustento para largas camadas da população ca-

Figura 4.1 Disponibilidade da água em declínio



Fonte: Pitman 2002.

Figura 4.2 A pressão sobre os recursos hídricos é planeada para acelerar de intensidade em várias regiões



Fonte: Calculado com base em FAO 2006.

renciada de todo o mundo. No entanto, apesar de todos estes problemas e omissões, os níveis das reservas de água nacionais ainda conseguem fornecer quantidades muito razoáveis.

O crescimento da procura de água é superior ao crescimento populacional

No historial da utilização dos recursos hídricos, alguns aspectos vão-se alterando mas outros mantém-se sempre iguais. Hoje em dia, tal como no passado, o ser humano usa a água principalmente para irrigação. Algumas das mais importantes civilizações — Egípcia, Mesopotâmica, Indiana e Chinesa — assentavam no controlo da água dos rios para efeitos agrícolas. Hoje, como então, a irrigação e a agricultura continuam a ser as principais consumidoras de água. Contudo, desde o início do século XX que a utilização da água na indústria e ao nível autárquico tem vindo a crescer. O mesmo tem vindo a acontecer com o fosso existente entre a taxa de crescimento populacional e as necessidades de água: à medida que o mundo enriquece e se industrializa, as pessoas vão consumindo cada vez mais água.[13] Esta tendência tem levado alguns a darem uma certa credibilidade às preocupações Malthusianos que previam um futuro sem água.

Desde há um século, pelo menos, que o consumo de água tem vindo a crescer a um ritmo muito mais rápido do que a população — e esta tendência mantém-se. Nos últimos cem anos, a população quadruplicou, enquanto o consumo de água cresceu pelo factor sete. À medida que o mundo vai enriquecendo, também se vai tornando mais sequioso de água (figura 4.4). Os padrões de consumo também se alteraram. Em 1900, a actividade industrial utilizava em média 6% das reservas de água mundiais. Hoje, utiliza quatro vezes mais. Durante o mesmo período de tempo, a percentagem de água consumida pelos municípios triplicou, atingindo os 9%.[14]

Contudo, enquanto as necessidades industriais e municipais de água mundiais cresciam de forma espectacular no século XX, a agricultura continuou a ficar com a parte de leão. Nos países em desenvolvimento a agricultura continua a absorver mais de 80% do consumo de água (figuras 4.5 e 4.6).

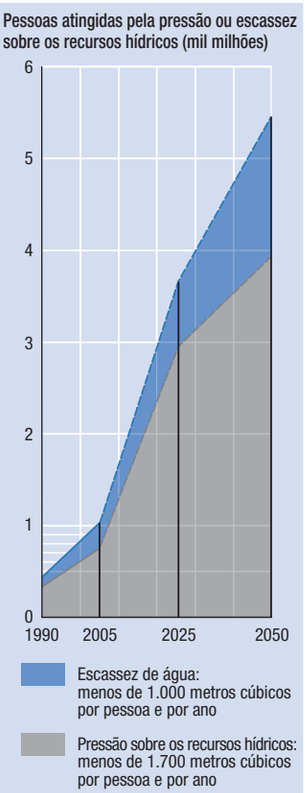
E não é difícil percebermos porquê. Por vezes, considera-se que a escassez de água equivale a não haver água suficiente para satisfazer as necessidades domésticas ou as exigências de consumo urbanas. Embora algumas cidades se debatam com problemas de pressão sobre os recursos hídricos, caberá à agricultura enfrentar o verdadeiro desafio. O problema pode ser explicado através da aritmética mais elementar. Cada ser humano tem como requisito mínimo de consumo de água 20-50 litros por dia. Comparemos isto com os 3.500 litros necessários para produzir alimentos que garantam um mínimo diário de 3.000 calorias (a produção de comida para alimentar uma família de quatro pessoas consome o equivalente a uma piscina olímpica cheia). Por outras palavras, é preciso cerca de 70 vezes mais água para produzir comida do que para satisfazer as necessidades domésticas de cada família.[15] A produção de um único quilo de arroz consome 2.000-5.000 litros de água[16]. Mas alguns alimentos são mais sequiosos do que outros. A produção de uma tonelada de açúcar consome oito vezes mais água do que a produção de uma tonelada de trigo — por exemplo. A produção de um simples hambúrguer consome cerca de 11.000 litros — mais ou menos a quantidade disponível para cada 500 residentes dos bairros urbanos degradados que não possuem água canalizada em casa. Estes números servem para explicar o motivo por que a subida dos salários e as alterações na dieta — à medida que as pessoas vão enriquecendo também consomem mais carne e açúcar — mantêm o crescimento do consumo de água acima da taxa de crescimento da população.

Em termos de futuro, é claro que é o padrão de consumo de água continuará a mudar. Atendendo a que o ritmo de urbanização e o crescimento da produção continuam a ganhar terreno, a procura de água por parte da indústria e dos municípios irá continuar a aumentar (ver figura 4.6).[17] Ao mesmo tempo, o crescimento da população e dos rendimentos estimularão a procura de água para irrigação, a fim de satisfazer as necessidades de produção alimentar. Em 2025, haverá perto de 8 mil milhões de pessoas no mundo, registando-se uma taxa de crescimento nos países em desenvolvimento de 79% para 82%. Em 2050, os sistemas agrícolas mundiais terão de alimentar mais 2,4 mil milhões de pessoas.

Duas importantes consequências podem desde já retirar-se desta tendência geral. Em primeiro lugar, haverá um aumento das captações de água nos países em desenvolvimento: o nível de captações previstas nos países em desenvolvimento será, em 2025, 27% superior ao registado em meados da década de 90. É o inverso do que se prevê para os países rios. Nos Estados Unidos, o consumo de água é hoje inferior ao que se registava há três décadas, mesmo com um aumento da população na ordem dos 40 milhões.[18] Em segundo lugar, haverá uma redistribuição da água, indo da agricultura para a indústria e municípios. As previsões apontam para uma diminuição gradual do peso da agricultura de regadio no consumo total de água para cerca de 75% do total em 2025.[19] Mas estes números subestimam a dimensão desse ajustamento. Em algumas partes da Ásia do Sul, a percentagem de consumidores de água não agrícolas irá aumentar de menos de 5% actualmente para 25% em 2050 (quadro 4.1).

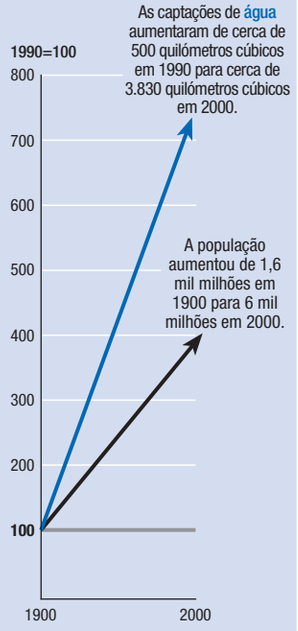
Por detrás destas estatísticas colocam-se algumas questões com implicações profundas para o desenvolvimento humano. A mais óbvia, como conse-

Figura 4.3 Intensificação da pressão mundial sobre a água



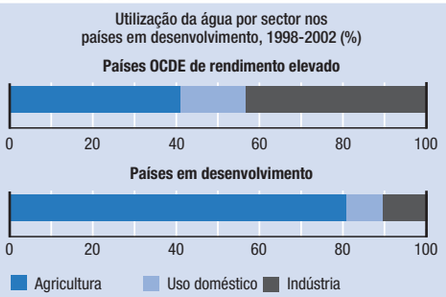
Fonte: Calculado com base em FAO 2006.

Figura 4.4 O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede



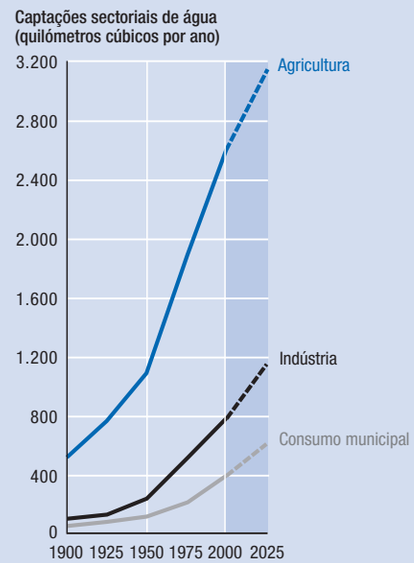
Fontes: SIWI e outros 2006.

Figura 4.5 Como o mundo utiliza a sua água



Fonte: FAO 2006.

Figura 4.6 A agricultura continua a ser a maior consumidora de água



Fonte: IWMI Forthcoming

guirá o mundo alimentar mais 2,4 mil milhões de pessoas no ano 2050, com base em recursos hídricos que já hoje estão em crise profunda? Num mundo onde hoje existem cerca de 800 milhões de pessoas subnutridas, esta questão exige uma reflexão séria. O mesmo é válido para a ausência de um debate internacional sério sobre este problema. Dado que a distribuição da água pelos diferentes sectores vai sofrendo alterações, isso terá implicações importantes na distribuição de água entre os povos. Um dos perigos óbvios é o de que as pessoas cuja subsistência depende da agricultura mas que não têm direitos reconhecidos, poder económico e peso político venham a ficar para trás — assunto a que voltaremos no capítulo 5.

Transpor os limites do consumo sustentável — problemas, políticas e respostas

Ao longo da história, as sociedades humanas têm-se estabelecido sobretudo nas margens dos rios. Segundo a história, os povos eram obrigados a instalar-se junto das reservas de recursos hídricos que lhes proporcionavam água para beber, meio de escoamento de resíduos, fonte de irrigação e energia para a actividade industrial. Nos últimos cem anos, o desenvolvimento industrial trouxe consigo uma crescente capacidade de transportar e controlar a água — paralelamente a uma também crescente capacidade de consumir mais, desperdiçar mais e poluir mais. Em grande parte do mundo a humanidade ultrapassa cada vez mais as fronteiras da sustentabilidade ecológica, criando ameaças ao desenvolvimento humano de hoje e custos que as gerações de amanhã terão de pagar.

Para além dos limites da sustentabilidade

Que poderá acontecer quando os limites do consumo de água sustentável forem ultrapassados? Os hidrologistas encaram esta questão à luz dos modelos intricados destinados a aproveitar os ecossistemas das bacias hidrográficas. Para respondermos a isto de uma forma simplificada, a integridade dos ecossistemas que sustentam os caudais de água — e em última análise a vida humana — entraram em ruptura.

As percepções face à água têm vindo a mudar lentamente. Em 1908, Winston Churchill postou-se junto da margem norte do Lago Victoria a observar o segundo maior caudal lacustre do mundo no seu percurso em direcção às Cataratas de Owen, que culminam no Nilo. Mais tarde, ele viria a recordar os seus pensamentos de então: «Tanta energia assim desperdiçada... uma força tão poderosa, capaz de controlar todas as forças naturais da África, deixada assim à solta.»[20] Decorridas duas décadas, José Estaline, ficaria célebre ao lamentar a água desperdiçada no Volga, no Don e noutros rios, abrindo assim as portas a uma era de grandes sistemas de irrigação e barragens gigantescas que fizeram encolher o Mar Cáspio. Em meados da década de 70, a União Soviética consumia oito vezes mais água do que em 1913, na sua maior parte para irrigação.

Churchill e Estaline tinham em comum, tal como a maioria dos outros líderes políticos das primeiras nove décadas do século XX, a ideia de que a água existia para ser utilizada sem qualquer preocupação com a sustenbilidade ambiental. Esta abordagem criou raízes fortes nos modelos de governação da água. Em quase toda a história recente, os governantes

Quadro 4.1 Previsões do consumo global de água e da parcela utilizada em sectores não agrícolas por região, em 2000 e em 2050

	2000		2050	
Região	Volume (quilómetros cúbicos)	Total (%)	Volume (quilómetros cúbicos)	Total (%)
África Subsariana	10	6	60	38
Ásia Oriental	101	6	511	35
Ásia do Sul	34	3	207	25
Ásia Central e Europa Oriental	156	29	301	49
América Latina	53	15	270	53
Médio Oriente e Norte de África	24	6	93	28
OCDE	518	93	774	72
Mundo	897	18	2.216	41

Fonte: IWMI a publicar.

concentraram a sua atenção em três grandes consumidores de água: indústria, agricultura e uso doméstico. Como não contava com o apoio de um eleitorado politicamente forte, o quarto grande consumidor, o meio ambiente, viria a ser ignorado. Hoje, estamos a aprender da pior maneira que os recursos hídricos canalizados para fins agrícolas e industriais através do investimento em infra-estruturas não tinham sido anteriormente «desperdiçados». Os sistemas hídricos interiores tais como as bacias hidrográficas, os lagos e os aluviões desempenham funções ecológicas vitais que dependem da água.

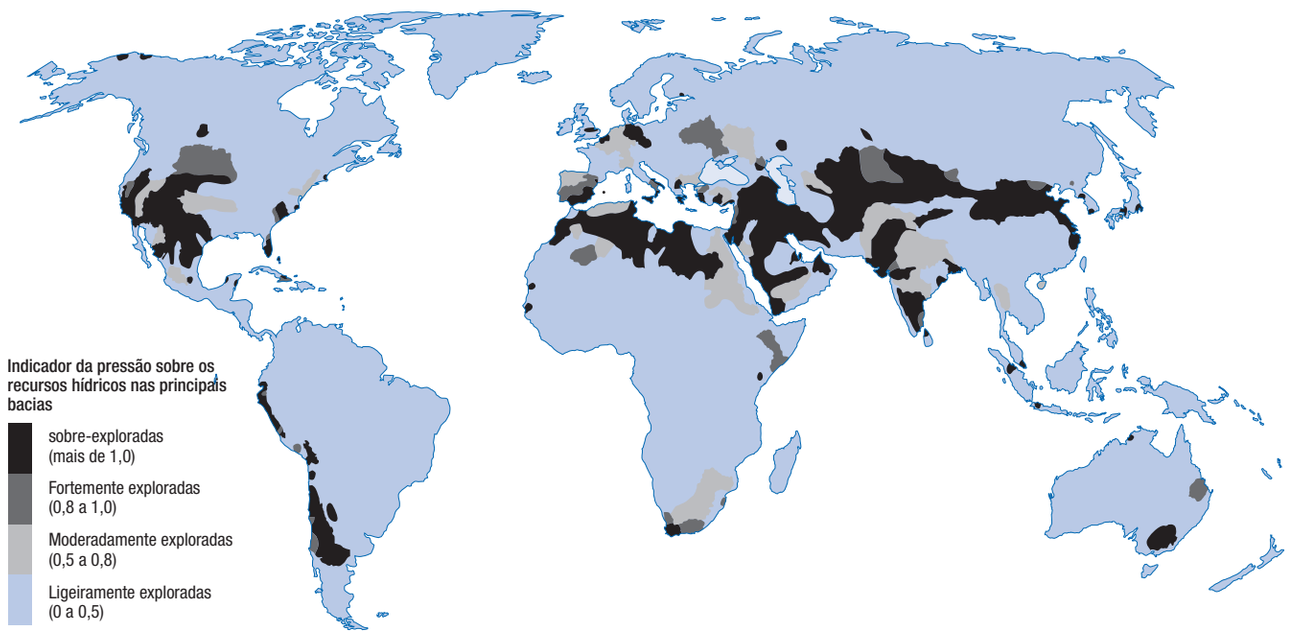
Os caudais de água naturais provenientes dos rios ou retidos em lagos e aquíferos determinam os parâmetros de disponibilidade de água. Quando esses parâmetros são quebrados, as reservas de água esgotam-se. Poderemos explicar este raciocínio através de uma analogia com as finanças. Os povos e os países podem aumentar o seu consumo para além dos seus rendimentos actuais, recorrendo para tal a pedidos de empréstimo e ao aumento das dívidas por conta de rendimentos futuros. Se a receita for aumentando o suficiente para cobrir as amortizações, a dívida manter-se-á sustentável. Mas a água difere dos rendimentos num aspecto fundamental. Dado que os futuros caudais de água (diferente dos rendimentos) estão mais ou menos pré-estabelecidos, o consumo excessivo conduz a situações de ruptura e a um débito hidrológico insustentável.[21] Com efeito, nós estamos a lidar hoje com uma crise de débito hidrológico de várias décadas. Esta crise está a crescer em dimensão e gravidade.

O débito hidrológico, devido à sua natureza, é difícil de medir mas acarreta consequências bem visíveis em muitas regiões. O Instituto Internacional de Gestão da Água utiliza uma escala quadripartida para classificar os países no que diz respeito à sustentabilidade do consumo de água, tomando em linha de conta as necessidades de água dos ecossistemas. Estas necessidades não são uma mera questão teórica de contabilidade ambiental. Se as necessidades ecológicas não forem respeitadas, o meio ambiente que sustenta a subsistência de todos nós ir-se-á desgastando, em detrimento do desenvolvimento humano no longo prazo. A pressão ecológica mostra bem até que ponto o consumo de água por parte do ser humano ultrapassa o nível exigido para se manter a integridade ecológica das bacias hidrográficas (mapa 4.1). Seguem-se os pontos críticos da crise do débito hidrológico.

O consumo em excesso tende a verificar-se em regiões fortemente dependentes da agricultura de regadio — como as Planícies do Indo-Ganges na Ásia do Sul, as Planícies do Norte da China e as Grandes Planícies da América do Norte — e em zonas sujeitas a um processo de urbanização e de industrialização acelerado. Calcula-se que 1,4 mil milhões de pessoas habitem hoje em zonas de bacias hidrográficas que se encontram «fechadas», e onde o consumo de água ultrapassa os níveis mínimos de reposição, ou estão mesmo perto de ruptura total.[22] Estas bacias abrangem mais de 15% da superfície do planeta. Entre os exemplos mais elucidativos, incluem-se:

- No Norte da China, calcula-se que a conservação do meio ambiente consome um quarto do caudal do Rio Amarelo. A captação de água para consumo humano deixa menos de 10% desse caudal. Durante a década de 90, o rio secou todos os anos na estação de menor caudal e atingiu, em 1997, o recorde de 226 dias de seca numa faixa até 600 quilómetros para lá das margens.[23] A seca do rio fez baixar a produção agrícola na ordem das 2,7-8,5 milhões de toneladas por ano, com prejuízos estimados em 1,7 mil milhões de dólares em 1997.
- Na Bacia do Murray-Darling, na Austrália, a agricultura de regadio consome perto de 80% do caudal de água disponível. Com necessidades ambientais estimadas na ordem dos 30%, o resultado cifra-se numa destruição

Mapa 4.1 **O consumo abusivo de água está a prejudicar o ambiente em muitas das principais bacias**



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.
Fonte: Smakhtin, Revenga e Döll 2004.

ambiental extensiva, incluindo a salinidade, poluição de nutrientes e a perda de pântanos e aluviões. A bacia hidrográfica abrange dois terços dos terrenos de regadio do país. A sua produção de arroz, algodão, trigo e gado contribui com cerca de 40% das receitas agrícolas do país — mas a um preço ambiental demasiado alto e insustentável. Nos últimos anos, não houve praticamente nenhuma água do Rio Murray que conseguisse chegar ao mar.[24]

- O Rio Orange, na África do Sul, é palco de uma crescente ameaça ambiental. Os níveis desta bacia hidrográfica têm sido de tal modo modificados e regulados que a armazenagem de reservas realizadas na bacia já excede o caudal anual.[25]

Tal como milhões de pessoas que habitam em zonas ameaçadas pela falta de água têm vindo a descobrir, o meio ambiente está a ser sufocado por débitos de água insustentáveis, verificados em grande escala. Por exemplo, os agricultores que vivem perto de Saná, no Iémen, têm vindo a perfurar os respectivos poços em mais 50 metros ao longo dos últimos 12 anos, enquanto o volume de água que conseguem extrair diminuiu em dois terços.[26] Alguns povos residentes em zonas de pressão sobre os recursos hídricos possuem os recursos económicos, capacidades e oportunidade para não terem de se preocupar com o problema da água. Muitos milhões — de pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pastores oriundos de países pobres — não têm a mesma sorte.

Será que um grau de ameaça ecológica elevado ao nível dos sistemas de água é suficiente para sustentar a tese Malthusiana de que o mundo está a ficar sem água? Só numa leitura muito superficial. Tomemos como exemplo o caso da Bacia do Murray-Darling. Os indícios de pressão sobre os recursos hídricos são inequívocos. Essa ameaça é produto de políticas governamentais que, no passado, acharam que valia a pena sacrificar um ecossistema inteiro, em nome da produção de arroz, algodão e açúcar três dos produtos agrícolas mais sequiosos — destinados à exportação. No interior daquela bacia, o maior reservatório do mundo — Estação de Cubbie — reúne mais água do que o porto de Sydney, e perde cerca de 40% através da evaporação.[27] Até há pouco tempo atrás, os consumidores de água pagavam tarifas insignificantes pelo uso e desperdício desse bem precioso — e os contribuintes australianos têm vindo a pagar a factura de programas de engenharia multimilionários destinados a interceptar a água salgada das drenagens. O problema na Bacia do Murray-Darling não é haver água em muito pouca quantidade. É, isso sim, haver ali demasiado algodão, arroz e gado.

Os governos em regiões de pressão sobre os recursos hídricos começaram agora a aperceber-se da necessidade para lidar com o débito hidrológico

insustentável. Na China, a gestão da procura desempenha um papel cada vez mais importante na governação da água. Desde 2000, a Comissão do Rio Amarelo impôs restrições às captações de água levadas a cabo pelas províncias situadas a montante, tendo aumentado assim os caudais nas zonas mais baixas do rio. Também foram criadas provisões ao longo da Bacia do Rio Hei para uso ambiental e consumo humano, embora sejam necessárias medidas mais severas no futuro. Na Austrália, a Comissão de Murray-Darling definiu um quadro bem mais institucional com vista ao reequilíbrio das necessidades dos consumidores humanos e do ambiente. Esse quadro estabelece taxas de extracção anuais num rácio determinado de acordo com os padrões de consumo de água de 1993, embora alguns comentadores argumentem que esses números ainda excedem os limites ecológicos recomendados. Os governos da África do Sul, e não só, promulgaram legislação que exige que se tenha em conta as necessidades ambientais antes de emitir licenças de exploração para consumo humano (ver caixa 4.7 mais adiante neste capítulo). Qualquer destes exemplos demonstra até que ponto os governos se viram agora forçados a chegar para fazer face às consequências dos erros políticos do passado. Contudo, de futuro serão necessárias abordagens bastante mais radicais.

Maiores sintomas de pressão

Os sintomas físicos de consumo de água abusivo variam de caso para caso. Entre os problemas menos visíveis mas mais agudos inclui-se o declínio das camadas freáticas, resultado de um ritmo de consumo de água do subsolo muito mais rápido do que aquele a que o ciclo hidrológico consegue repô-la.[28] No Iémen, em partes da Índia e do Norte da China, as camadas freáticas estão a diminuir mais de 1 metro por ano. No México, a taxa de extracção em cerca de uma quarta parte dos 459 aquíferos do país ultrapassa a capacidade de reposição a longo prazo em mais de 20%, situando-se a maior parte desse débito nas zonas áridas do país.[29]

A dissecação dos rios é outro sintoma de pressão sobre os recursos hídricos. Segundo a Avaliação Ecológica do Milénio das Nações Unidas, os ecossistemas aquáticos são hoje em dia o recurso natural mais depauperado do mundo — uma consequência do desrespeito das fronteiras ecológicas.[30] Na China, os rios Yangtze e Amarelo estão secos nas zonas mais baixas durante a maior parte do ano. A lista de sistemas fluviais que registam maiores perdas e caudais mais reduzidos inclui o Colorado, o Ganges, o Jordão, Nilo e o Tigre-Eufrates.

Os lagos e os cursos de água interiores também fornecem indicadores de avaliação do grau de depauperação existente. Em 1960, o Mar de Aral era do tamanho da Bélgica, sustentando uma economia local fulgurante. Hoje em dia, é um lago virtualmente morto e hipersalino, com um quarto da sua antiga dimensão. A razão: uma geração anterior de tecnocratas soviéticos determinou que os grandes rios da Ásia Central — o Syr Darya e o Amu Darya — deveriam ser postos ao serviço de uma vasta cintura de regadio para o cultivo de algodão. Esta visão arrogante da gestão dos recursos hídricos veio ditar o destino de todo um sistema ecológico, com consequências devastadoras para o bem-estar da Humanidade (ver capítulo 6). A sobre-exploração contribuiu para o retraimento de muitos dos maiores lagos de África, incluindo os Lagos Chade, Nakivale e Nakaru. O Lago Chade decresceu para cerca de 20% do seu volume inicial, em parte fruto das alterações climáticas resultantes da extracção abusiva.

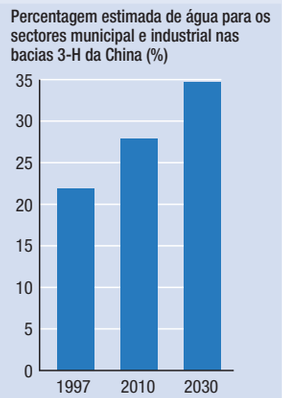
A quantidade de água não constitui o único indício de escassez. A qualidade também tem influência no volume disponível para consumo — e em muitas das bacias mais ameaçadas pela escassez, a quantidade tem vindo a ser comprometida pelos índices de poluição. Qualquer dos 14 grandes sistemas fluviais da Índia se encontra gravemente poluído. Em Deli, e só para exemplificar, 200 milhões de litros de resíduos e 20 milhões de litros de desperdícios são despejados diariamente no Rio Yamuna. Na Malásia e na Tailândia, a poluição da água é tão grave que os rios contêm frequentemente 30-100 vezes mais a percentagem de agentes patogénicos admitida pelos padrões de saúde. O Rio Tiete, que atravessa São Paulo, no Brasil, encontra-se cronicamente poluído com efluentes não tratados e altas concentrações de chumbo, cádmio e outros metais pesados.[31] Por que motivo isto contribuirá para a escassez? Porque a poluição da água afecta negativamente o ambiente, constituindo uma ameaça para a saúde pública reduz a quantidade de água disponível para consumo humano.

Os sintomas físicos de falta de água e a competição entre consumidores não funcionam isoladamente. O Norte da China mostra-nos de forma irrefutável o modo como as diferentes formas de pressão podem criar um ciclo vicioso — a interacção letal entre caudais fluviais em declínio, lençóis freáticos a definharem, a procura crescente dos consumidores urbanos e industriais e o aumento da poluição deu origem a uma crise de água de grandes proporções.[32] Esta crise não ameaça apenas retrair o futuro crescimento económico. Ela também representa uma séria ameaça à segurança alimentar, à redução da pobreza e à futura sustentabilidade ecológica. A necessidade de reverter este ciclo constitui hoje a preocupação central dos governantes na China (caixa 4.1).

Entre os problemas menos visíveis mas mais agudos inclui-se o declínio das camadas freáticas, resultado de um ritmo de consumo de água do subsolo muito mais rápido do que aquele a que o ciclo hidrológico consegue repô-la

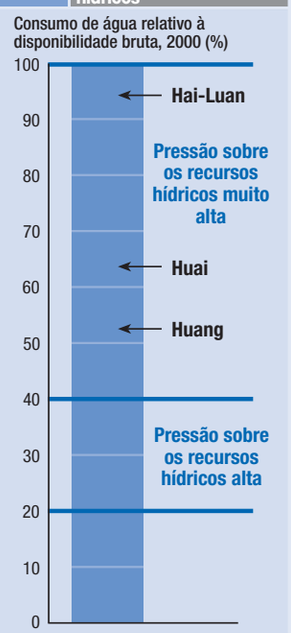
Caixa 4.1 China — como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico

Figura 1 A agricultura está a perder para os outros consumidores



Fonte: Cai 2006.

Figura 2 As bacias chinesas dos 3-H encontram-se hoje com níveis muito elevados de pressão sobre os recursos hídricos



Fonte: Shalizi 2006.

Desde 1979, a China tem vindo a registar o crescimento económico mais acelerado do mundo. A pobreza diminuiu de forma abrupta, não obstante a coexistência de um aumento das desigualdades, e a educação e a saúde melhoraram a um ritmo impressionante. Mas este crescimento rápido teve um efeito de pressão sobre os recursos hídricos da China. O bom desempenho económico foi mantido, em parte, à custa de um crescente saque ecológico, tendo agora a zona Norte da China de enfrentar uma crise de gestão da água cada vez maior.

O Norte da China é o epicentro dessa crise. As bacias dos rios Huai, Hai e Huang (Amarelo) — as chamadas bacias hidrográficas 3-H — fornecem pouco menos de metade da população do país, 40% das terras agrícolas, uma grande parte da produção de cereais e um terço do PIB. Cerca de metade da população rural pobre do país habita nas zonas das bacias hidrográficas. E contudo, esta região contribui com menos de 8% dos recursos hídricos nacionais. É por isso que cada uma destas bacias fica reduzida a menos de 500 metros cúbicos per capita, transformando esta região numa zona de escassez aguda.

O crescimento acelerado fez aumentar as necessidades de água. Desde 1980, as percentagens anuais de captação nas bacias 3-H aumentaram 42 mil milhões de metros cúbicos, o equivalente ao caudal médio total do rio Hai. Também se registou uma alteração na procura, com o sector agrícola a perder para os consumidores industriais e municipais (figura 1). A percentagem representada pela indústria no consumo de água duplicou desde 1980 para 21%, e a parcela dos consumidores urbanos triplicou.

As previsões actuais apontam para um crescimento da procura superior a 20% no ano 2030. A pressão daí resultante ameaça exacerbar o grave problema relacionado com a qualidade.

- *Poluição das águas de superfície.* Mais de 80% das bacias do Hai e do Huai encontram-se seriamente poluídos. A agricultura e as agro-indústrias são responsáveis por cerca de metade dessa poluição. Indústrias em franco crescimento como os têxteis, a indústria química e de produtos farmacêuticos são responsáveis por um quarto, e os resíduos humanos não tratados pelo restante. Segundo a Administração Estatal de Protecção do Ambiente, mais de 70% da água da bacia 3-H estão demasiado poluídos para consumo humano.
- *Descargas reduzidas.* O caudal dos rios 3-H que chega ao oceano decresceu cerca de 60% desde 1956-79. O consumo de água nos três sistemas fluviais ultrapassa, hoje em dia, os níveis de sustentabilidade por larga margem. Uma avaliação dos riscos de escassez sugere que qualquer captação de água que exceda os 20% dos caudais disponíveis representa uma ameaça ao consumo sustentável, sendo as captações acima dos 40% consideradas já de risco de escassez extremo (figura 2) No sistema hidrográfico 3-H, as captações de água oscilam entre mais de 50% no caso da Bacia do Rio Huang (Amarelo), 65% na do Rio Huai ou mais de 90% na do Rio Hai-Luan. Estes valores situam-se bem acima dos limites da sustentabilidade. A transformação que se tem vindo a registar nas últimas décadas reflectiu-se no caudal do Rio Huang, em tempos considerado a grande dor de cabeça da China devido ao facto de os seus elevados níveis de água terem provocado tantas inundações. Presentemente, os fracos caudais do rio ficaram reduzidos a um fiozinho de água que mal consegue chegar ao mar. A duração dos períodos de baixo caudal aumentou de 40 dias no início da década de 90 para mais de 200 dias no final dessa mesma década.
- *Captação de águas subterrâneas.* As captações de água para a agricultura têm sido alimentadas através da canalização dos lençóis subterrâneos, mas os aquíferos estão a esgotar-se a um ritmo mais rápido do que a sua capacidade de reposição. Na bacia do Hai, as reservas de água sustentáveis rondam os 17,3 mil milhões de metros cúbicos por ano, enquanto as descargas ultrapassam os 26 mil milhões de metros cúbicos. Os lençóis freáticos estão hoje 50-90 metros abaixo do nível que tinham há quatro décadas, o que contribui para a salinização e para os aluimentos subterrâneos em cidades como Pequim, Xangai e Tianjin — bem como para o aumento do custo da bombagem de água.

São tudo sintomas clássicos de pressão sobre os recursos hídricos. A eles poderemos acrescentar os constrangimentos crescentes no consumo de água em cidades do norte do país. Os problemas de Pequim são sobejamente conhecidos, mas existem outras sete cidades na região norte com populações acima dos 2 milhões — e todas elas enfrentam situações de escassez de água.

Estaremos então perante uma crise mundial de escassez de água? Em certo sentido, não será bem assim. Os níveis de pressão sobre os recursos hídricos actuais reflectem anteriores incentivos a padrões de consumo de água insustentáveis. Até há muito pouco tempo atrás, a água era grátis. Uma das consequências disto foi a ausência de incentivos à sua conservação. Os cereais de baixo custo e de consumo intensivo de água dominavam a produção agrícola. Na actividade industrial, as empresas chinesas consumiam 4-10 vezes mais água do que as suas congéneres dos países industrializados, reflectindo em parte o avanço tecnológico, mas indiciando também a fragilidade dos incentivos financeiros à contenção do consumo de água.

A China respondeu à crise da água com medidas políticas dirigidas à oferta e à procura. No que respeita à oferta, criou um sistema de desvio de águas do Sul para o Norte, a fim de canalizar mais de 40 mil milhões de metros cúbicos de água — superior ao caudal total do Rio Colorado — até às regiões industriais e urbanas da bacia do Huai, a mais de 1.000 quilómetros de distância.

No que toca à procura, as medidas visaram um reajustamento do consumo de água à luz das suas potencialidades ecológicas. A partir de 2000, a Comissão de Conservação do Rio Amarelo passou

Caixa 4.1 China — como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico (*continuação*)

a ser autorizada a promover transvases para os sistemas ambientais — uma medida incentivada por secas constantes. Também foram adoptadas medidas de fomento da eficiência para aumentar os índices de produtividade da água na agricultura, incluindo tecnologias de irrigação e incentivos à produção de colheitas de maior valia. Na indústria, os preços da água estão a aumentar, e encontram-se em preparação novas medidas regulamentares.

O esforço desenvolvido no sentido de reequilibrar a oferta e a procura através de uma redistribuição administrativa em situações de pressão sobre os recursos hídricos constitui hoje um dos maiores desafios da governação:

- *Igualdade social.* Os apoios concedidos pelo governo com vista à expansão dos sistemas avançados de irrigação tiveram como consequência um aumento do custo da água. Os agricultores pobres poderão não ter capacidade financeira para aceder a esses sistemas devido ao seu fraco rendimento e aos elevados custos do investimento. Isto poderá forçá-los a consumir menos água e a desistirem das colheitas mais rentáveis ou até mesmo a abandonarem a agricultura. A solução poderá passar pelo contributo de associações de consumidores de água que apoiem e protejam os interesses dos grupos mais vulneráveis.
- *Fragmentação e política da força.* A política actual de transvase de água respeita as prioridades dos governos locais, frequentemente influenciados por preocupações económicas sem visão, com o único intuito de irem ao encontro dos objectivos nacionais. A fiscalização da poluição e os programas de aplicação de coimas são adoptados de forma selectiva. Para manter as indústrias lucrativas, os fiscais locais contornam muitas vezes a lei e as normas que restringem a poluição.
- *Direitos e titularidades frágeis.* Os agricultores estão a perder os seus direitos à água, frequentemente sem receberem qualquer compensação em troca. As associações de consumidores de água, geralmente apoiadas pelos governos locais, desenvolvem iniciativas no sentido de tentar garantir direitos à água e responder às reclamações relacionadas com os transvases. Mas os modelos de redistribuição adoptados reflectem decisões marcadas por burocracias relativas à divisão da água, resultantes de pressões levadas a cabo por grupos poderosos da indústria e dos municípios. Outro problema reside no facto de as actuais comissões das bacias hidrográficas funcionarem sob a tutela do Ministério dos Recursos Hídricos e faltar-lhes autoridade para se imporem a outros ministérios e províncias.
- *Gerir reclamações relacionadas com a ecologia.* Para os executivos locais, o imperativo do crescimento económico continua a ser uma prioridade face a qualquer tipo de preocupação ecológica, o que ajuda a perpetuar situações de grave stress ambiental.

Diversas províncias e municípios estão a implementar reformas com o objectivo de fundirem as competências de diferentes unidades de gestão da água num único Gabinete para os Assuntos da Água. Estes organismos poderiam assim assegurar direitos mais consistentes sobre os recursos hídricos através da colaboração com as associações de consumidores, por forma a criar um sistema de transvase compatível com o compromisso de maior equidade social e sustentabilidade ecológica.

Fonte: Banco Mundial 2001; Shen e Liang 2003; CAS 2005; Cai 2006; Shalizi 2006.

O esgotamento dos aquíferos— quem vai pagar por isso?

O desenvolvimento intensivo e o esgotamento insustentável dos recursos hídricos criam vencedores e vencidos. O ambiente fica sempre a perder — enquanto o balancete entre os consumidores humanos fica ela por ela. Nalguns casos, está a verificar-se um aumento dos rendimentos a curto prazo através de meios que comprometem a subsistência das pessoas a longo prazo. Noutros, o esgotamento de recursos hídricos está a gerar lucros para alguns, enquanto acentua a pobreza e a marginalização de outros. O agravamento da situação dos lençóis de água subterrâneos vem acentuar ainda mais as dificuldades.

A exploração da água subterrânea trouxe um enorme contributo para o desenvolvimento humano. Deu aos pequenos proprietários agrícolas — que totalizam 16 milhões só na Índia — acesso a fontes de água seguras para a produção. Como afirmaria um comentador, as águas subterrâneas funcionaram como «uma importante força democrática» no âmbito da produção agrícola.[33] Um estudo sugere que ela terá contribuído anualmente com 25-30 mil milhões de dólares para as economias agrícolas asiáticas.[34] Mas que sucede quando a exploração dessa água subterrânea atinge níveis excessivos? Os lençóis freáticos esgotam-se, os custos de bombagem aumentam e os problemas ambientais, como o da salinização dos solos, alastram. No Paquistão, o esgotamento dos lençóis de água subterrâneos tem evoluído paralelamente à salinização dos solos, comprometendo a subsistência rural ao reduzir a produtividade.[35]

Os custos e benefícios da exploração insustentável da captação de água subterrânea não são iguais para todos. Nalguns países, o esgotamento da água subterrânea está associado ao processo de marginalização da agricultura (caixa 4.2). No sector agrícola, a sobre-exploração da água subterrânea pode contribuir para a existência de desigualdades ainda maiores. À medida que os lençóis freáticos vão diminuindo, os custos energéticos da bombagem da água aumentam, assim como aumentam os custos de perfuração de novos furos. Como os agricultores mais abastados possuem meios financeiros para escavar mais fundo e bombear em maior quantidade, criaram monopólios nos mercados da água em algumas zonas.

O Estado indiano de Gujarat é um exemplo deste problema. Na zona norte deste Estado, a diminuição das camadas freáticas representa uma séria ameaça para a pequena indústria de lacticínios, comprometendo a subsistência de centenas de milhares de pessoas vulneráveis. Nalgumas regiões, os proprietários de terras com acesso ao mercado de capitais financiaram a construção de furos de grande profundidade, privando assim de água

Caixa 4.2 O lémen apresenta pressão sobre os recursos hídricos

A água e a pobreza estão intimamente ligadas no lémen, que tem um dos mais baixos níveis de reservas de água doce do mundo — 198 metros cúbicos por pessoa — e uma das percentagens mais altas de consumo de água na agricultura. Para agravar o problema da escassez, depara-se com grandes variações no tempo e no espaço. E com uma previsão de crescimento populacional para o dobro em 2025, as disponibilidades de água per capita irão descer um terço.

Os sintomas físicos e sociais de pressão sobre os recursos hídricos aguda já são visíveis. As captações de água subterrânea começaram a ultrapassar a capacidade de reposição desde há 20 anos. A percentagem de captação do aquífero situado junto da cidade de Saná é 2,5 vezes superior à taxa de reposição. A crescente procura urbana está a impor-se ao consumo agrícola. As captações realizadas sem controlo nas zonas rurais (de um total de 13.000 furos no activo, apenas 70 são propriedade do Estado) e o desenvolvimento de mercados privados de transferência de água para os consumidores urbanos colocam, hoje em dia, sérias ameaças à pequena agricultura acentuadas pela incerteza dos direitos consuetudinários sobre a água. Noutras cidades como Ta'iz, as tensões urbanas por causa do consumo de água e da exploração de água subterrânea já conduziram a confrontos violentos.

Os esforços desenvolvidos no sentido de reencher os aquíferos são neutralizados pela extracção descontrolada, nomeadamente por parte das empresas privadas de camiões-cisterna que fornecem água à cidade. Cerca de dois terços da água da cidade provém de fontes de abastecimento privadas. Com este ritmo de esgotamento, a escassez de água irá reduzir muito a viabilidade de subsistência da população rural.

Fonte: Molle e Berkoff 2006; Grey e Sadoff 2006; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006.

as aldeias vizinhas. Os «senhores da água» dominam, hoje em dia, um extenso mercado de regadio e de água para consumo — vendendo frequentemente às referidas aldeias e arredores a água dos poços que lhes pertenciam e que eles efectivamente esvaziaram. Milhares de aldeias ficaram privadas de água, estando dependentes do abastecimento de camiões-cisterna.[36]

A exploração de água subterrânea contribui para realçar os custos públicos que a actuação dos consumidores privados poderá ainda originar. A água constitui um veículo de transferência de custos ambientais, ou «exterioridades», distorcendo os indicadores do mercado. As pessoas poderão sentir-se menos inclinadas a desperdiçar ou a poluir a água se tiverem de arcar depois com as consequências. Em Java, Indonésia, as fábricas de têxteis poluíram as reservas de água a tal ponto que a produção de arroz registou uma quebra e a capacidade de pesca nas enseadas a jusante do rio ficaram comprometidas.[37] Coube aos agricultores, e não às fábricas, suportarem os custos. Também na Índia, os rios Bhavani e Noyyal, em Tamil Nadu, estão virtualmente inutilizáveis para os consumidores agrícolas situados a jusante, por culpa das indústrias intensivas de tinturaria e branqueamento que laboram a montante, em Tiruppur.[38]

Escassez induzida por medidas políticas

Os sintomas de escassez parecem confirmar alguns dos piores receios Malthusianos acerca da interacção existente entre o ser humano e a água. Os efeitos conjuntos do aumento do crescimento da população e da crescente procura de recursos hídricos numa base fixa dão origem à escassez de água a um nível sem precedentes. É muitas vezes ignorado o papel da política como factor de escassez, através de actos e omissões.

Os actos concretos podem assumir muitas formas. Os incentivos perversos ao excesso de consumo incluem-se entre os mais prejudiciais. Mais uma vez, a exploração da água subterrânea constitui um bom exemplo. Os custos de captação da água subterrânea dependem dos custos dos sistemas de bombagem e das tarifas de energia no momento. Uma vez instalada uma bomba, o único entrave ao seu funcionamento reside no preço da electricidade. Em muitos casos, a electricidade para os consumidores agrícolas tem sido gratuita ou subsidiada, em detrimento dos incentivos à poupança. Na Índia, a agricultura é responsável por um terço das vendas de electricidade subsidiada, mas só contribui com 3% da receita. Segundo o Banco Mundial, os subsídios ao consumo de electricidade foram responsáveis por cerca de um terço do défice fiscal da Índia em 2001.[39] Estes subsídios constituíram um desincentivo à poupança da água e incentivaram modelos de cultura desaconselháveis. Por exemplo, é improvável que as colheitas de regadio intensivo como a cana-de-açúcar continuassem ao ritmo actual na maior parte da região de Gujarat se o preço da água fosse justo e devidamente controlado.[40] Como os subsídios ao consumo de electricidade tendem a aumentar com a dimensão da exploração e a profundidade dos poços, são altamente regressivos: quanto mais rico é o produtor, maior o subsídio (caixa 4.3).

Podemos encontrar subsídios perversos em muitos ambientes sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos. Um exemplo flagrante é a antiga prática da Arábia Saudita de utilizar as receitas provenientes do petróleo para bombear água de rega de um aquífero fóssil não renovável, a fim de produzir culturas altamente consumidoras de água como o trigo e a alfalfa em pleno deserto. Nos anos 80, o país lançou-se num programa de desenvolvimento de um sistema de rega rápida a partir de um aquífero fóssil. Com apoios aos preços, concessão de subsídios e garantias estatais de investimento em infra-estruturas, a Arábia Saudita começou por tornar-se auto-suficiente na produção de trigo e, depois, passou a ser um importante exportador. Quase um terço da terra arável ainda se encontra destinado à produção irrigada de trigo. Os custos de produção estimados são 4 a 6 vezes superiores aos preços médios mundiais, não contando já com os subsídios e a depauperação das reservas sub-

terrâneas. Para produzir cada tonelada de trigo são necessários 3.000 metros cúbicos de água — o triplo do normal. Em 2004, foi implementada uma nova estratégia de poupança de recursos hídricos destinada a reduzir o consumo de água e a manter as reservas do aquífero.[41]

As políticas de preços sustentam frequentemente sistemas de subsídios perversos. Os subsídios à produção para culturas de consumo intensivo de água como é o caso das sementes oleaginosas, do açúcar, do trigo e do gado criaram incentivos ao investimento nessas áreas. Entretanto, a depreciação da água para irrigação funcionou como um desincentivo à poupança. Até no Médio Oriente e no Norte de África, onde a escassez de água é óbvia, o preço fixado pela água situa-se muito abaixo dos custos da sua reposição. Na Argélia, as tarifas actuais são estimadas a 1%-7% do custo marginal do abastecimento de água.[42] Uma política de preços como esta desencoraja o consumo eficiente e ameaça a sustentabilidade. Para o Médio Oriente e Norte de África enquanto região, estima-se que apenas 30% do caudal de água utilizada em rega chega, efectivamente, às sementes.[43]

Será que o recurso a políticas de preços como forma de promover a eficiência e a sustentabilidade ambiental poderia prejudicar o princípio da igualdade, por excluir os agricultores pobres dos mercados da água? A resposta depende da política ambiental em geral e de um conjunto de outros factores de distribuição. As investigações levadas a cabo no Egipto sugerem que a tarifa, para cobrir os custos operacionais e de manutenção, teria de ser equivalente a 3% do rendimento médio dos agricultores (ou o dobro, caso se incluíssem os custos do capital). Embora não sendo um montante insignificante, não é nada que os agricultores empresários não pudessem suportar. Se se fizesse depender directamente os preços do tamanho, localização e receita das explorações agrícolas, seria possível limitar o seu impacto sobre os pequenos agricultores mais carenciados. Os governos justificam muitas vezes os subsídios que concedem ao consumo de água com critérios de igualdade. Contudo, a forma discutível como se distribuem as terras em alguns países põe em causa essa afirmação porque o consumo de água aumenta com o tamanho da propriedade. Por exemplo, na Tunísia, 53% dos proprietários de terras ocupam apenas 9% da terra, o que sugere que a maior parte dos subsídios ao consumo de água são apanhados pelos grandes produtores.

Os subsídios perversos não se confinam aos países em desenvolvimento. Os Estados Unidos e a Europa concedem generosos subsídios à exploração de água subterrânea. Os agricultores do Projecto de Central Valley, na Califórnia — um núcleo de produção de grandes plantações de regadio de arroz e trigo para exportação — utilizam cerca de um quinto das reservas de água do Estado. Eles pagam preços estimados em menos de metade do custo da água, recebendo um subsídio que totaliza os 416 milhões de dólares por ano. Aqui, também, as transferências são altamente regressivas: os 10% maiores agricultores recebem dois terços do total de subsídios concedidos.[44] Em países do Sul da Europa, como a Espanha, a produção de colheitas que consomem grandes quantidades de água constitui uma fonte de pressão sobre os recursos hídricos. Esta produção é possível, em parte, graças aos subsídios concedidos no âmbito da Política Agrícola Comum.

Os subsídios ao consumo de água nos países ricos têm implicações além fronteiras, sobretudo relativamente a produções em que a União Europeia e os Estados Unidos são grandes exportadores. Quando os Estados Unidos exportam produções de consumo intensivo de água como o arroz — são o terceiro maior exportador mundial — também estão a exportar grandes subsídios virtuais ao consumo de água. Os produtores de outros países exportadores (como a Tailândia e o Vietname) e importadores (como o Gana e as Honduras) têm de competir em mercados distorcidos por estes subsídios.

Mais prejudicial do que o acto de subsidiar indevidamente, poderá ser o acto de omissão. A água poderá ser um bem disponível em quantidades limitadas — mas tem sido tratada como recurso ambiental sem risco de escassez. Os ecossistemas baseados na água criam as condições e mantêm o processo que sustenta a vida humana, incluindo o fornecimento de água para a produção. No entanto, estes serviços raras vezes são comercializados no mercado, não têm cotação e não são, como tal, devidamente valorizados — não obstante o seu contributo muito concreto para o enriquecimento dos ecossistemas baseados na água (caixa 4.4).

As convenções de contabilidade nacionais vêm reforçar o ângulo morto do mercado em relação à água. Existe uma óbvia assimetria na forma como os governos actuam, e consequentemente como pensam, face ao valor do capital financeiro e do capital de recursos naturais como a água. A deterioração ou o esgotamento das reservas de água não figuram na contabilidade geral como perdas, ou desvalorizações, na avaliação dos recursos naturais. Com efeito, a exploração de água subterrânea, a drenagem de lagos e a poluição de rios podem figurar perversamente nas contabilidades nacionais como meras consequências do crescimento. Se ajustássemos a contabilidade do PIB às perdas de capital de água, os indicadores de desempenho económico sofreriam alterações marcantes num grande número de países, indiciando ao mesmo tempo uma ameaça para as gerações futuras. [45]

Os subsídios à produção para culturas de consumo intensivo de água como é o caso das sementes oleaginosas, do açúcar, do trigo e do gado criaram incentivos ao investimento nessas áreas, padrões que leveram à sobre-exploração

Caixa 4.3 Subsídios de exploração de água subterrânea no México

Os aquíferos armazenam água sob a superfície da terra. Estes lençóis de água subterrâneos mantêm os pântanos e fornecem água para beber e para rega. Mas, em muitos países, a taxa de consumo ultrapassa largamente a taxa de reposição, com implicações nas previsões de desenvolvimento humano. Este consumo excessivo tem sido sistematicamente encorajado por incentivos perversos.

O México tem uma história positiva de gestão da água em muitas áreas. Mas nas regiões norte e centro do país, a procura de água para a irrigação e a indústria está a exceder as reservas existentes (ver mapa). A exploração de água subterrânea veio cobrir esse fosso.

A agricultura é responsável por 80% do consumo de água no México. A produção de regadio contribui com mais de metade da produção agrícola total e cerca de três quartos das exportações, dominadas por produtos tão dependentes da água como as frutas, os legumes e a pecuária. A água subterrânea representa agora aproximadamente 40% do consumo total de água na agricultura, mas mais de 100 dos 653 aquíferos do país estão sobre-explorados, com enormes prejuízos ambientais e uma redução das pequenas explorações agrícolas.

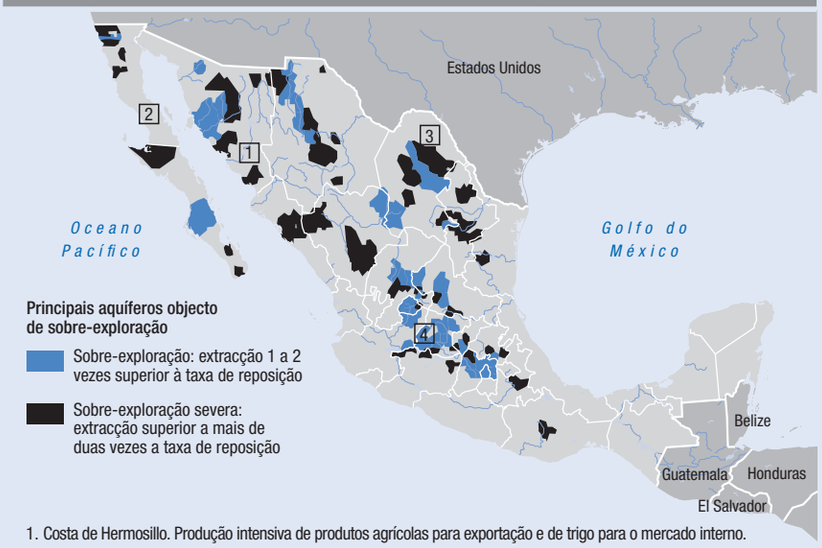
A sobre-exploração, encorajada por subsídios ao consumo de electricidade, ameaça a produtividade agrícola de longo prazo. No Estado de Sonora, o aquífero costeiro de Hermosillo forneceu água a uma profundidade de cerca de 11 metros nos anos 1960. Hoje, o sistema de bombagem capta água a uma profundidade de 135 metros — o que seria antieconómico sem subsídios energéticos. O excesso de captação conduziu à intrusão salina e a perdas de terrenos aptos para a agricultura. As empresas exportadoras de produtos agrícolas estão a transferir-se do interior para as zonas menos atingidas da costa, em busca de novos recursos.

O custo anual dos subsídios ao consumo de electricidade é de 700 milhões de dólares. Como o consumo de electricidade está relacionado com a dimensão das explorações agrícolas, as transferências são altamente regressivas (ver figura). Isto significa que muitos dos maiores consumidores receberam uma média de 1.8000 dólares por ano, enquanto os mais pequenos receberam em média 94 dólares. O coeficiente de Gini, que mede as desigualdades, é de 0,91 (1 corresponde à desigualdade absoluta) no que respeita à distribuição de subsídios, comparada com um índice de Gini nacional da ordem dos 0,54.

Ao subsidiarem o consumo, os subsídios energéticos mantêm artificialmente uma elevada procura de água. A análise econométrica sugere que a suspensão dos subsídios levaria três quartos dos irrigadores a adoptarem práticas mais eficazes, como por exemplo, o sistema de aspersores. Também funcionaria como um incentivo para que os agricultores produzissem menos colheitas de uso de água intensivo. A poupança geral de água representaria cerca de um quinto do consumo corrente — um volume equivalente ao consumo urbano total.

Fonte: CNA 2004; Ezcurra 1998; Guevara-Sanginés 2006; Ponce 2005; Texas Center for Public Studies 2002; Duinhof e Heederik 2002.

O esgotamento dos aquíferos do México

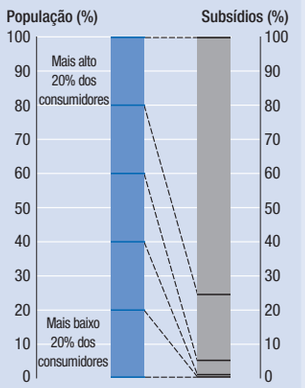


1. Costa de Hermosillo. Produção intensiva de produtos agrícolas para exportação e de trigo para o mercado interno.
2. Baja California. Produção comercial de grande escala de frutos e legumes por empresas ligadas ao mercado norte-americano.
3. Coahuila. Um dos aquíferos do México que mais se esgota e a principal zona de produção de alfafa para fornecer alimento ao sector da criação de gado.
4. El Bajio. Origem de 90% das exportações mexicanas de fruta e legumes congelados. Produção dominada por grandes explorações agrícolas comerciais e instalações agro-industriais que abastecem o mercado norte-americano.

Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Guevara-Sanginés 2006.

Os grandes agricultores obtêm a maioria dos subsídios à irrigação



Fonte: Guevara-Sanginés 2006.

No centro da ideia de sustentabilidade do consumo de recursos está a afirmação de que os sistemas de produção deveriam ser geridos de forma que pudéssemos esgotar os actuais recursos sem com isso destruir as bases que irão ser um dia herdadas pelas futuras gerações. Este aspecto é vital para o desenvolvimento humano. Implícito nesta ideia está o princípio da igualdade distributiva transgeracional — a crença de que temos obrigações para com as futuras gerações.[46] Os actuais governos estão a violar esse princípio, ao esgotarem por completo as reservas de água nacionais.

O principal desafio que se coloca à gestão dos recursos hídricos é reajustar o consumo de água à procura de modo a manter a integridade do meio ambiente. Embora as políticas variem consoante o país, é preciso garantir cinco grandes factores:

- *Desenvolvimento de uma estratégia nacional.* Um objectivo central da gestão integrada de recursos hídricos é adaptar os padrões de consumo de água às disponibilidades existentes, tendo em atenção as necessidades ambientais. Para atingir esta meta, é necessário haver informação de alto nível acerca dos recursos hídricos. Tmabém se exige uma capacidade por parte dos governos locais e nacionais de implementarem políticas de preços e de distribuição que reduzam a procura para valores consentâneos com os limites da sustentabilidade. O planemanto nacional efectivo deverá prever disposições para o ambiente como um consumidor de água.
- *Acabar com os subsídios perversos e repensar o preço da água.* Pôr fim à exploração de água subterrânea subsidiada pelo Estado através do corte de subsídios ao consumo de electricidade para rega poderia aliviar alguma da pressão que hoje se faz sentir sobre os recursos hídricos. Em termos mais gerais, os governos não podem continuar a tratar a água como se ela fosse um produto gratuito. Aumentar os preços paralelamente à implementação de políticas destinadas a proteger os interesses dos agricultores pobres permitiria avanços importantes na concretização dos objectivos da eficiência e da sustentabilidade ambiental.
- *Os poluidores que paguem.* Garantir que as indústrias paguem os custos de limpeza da poluição que elas próprias provocam seria uma forma de contribuir para a redução da pressão actual sobre os recursos hídricos. Isto tem que ver, em parte, com a legislação governamental. Ao adoptar o princípio do poluidor pagador através de impostos e ao impor leis ambientais fortes, a política governamental poderia melhorar a situação das reservas de recursos hídricos. Uma legislação eficaz também poderá criar incentivos à adopção de novas tecnologias e padrões de intervenção. Na Índia, por exemplo, as empresas privadas introduziram tecnologias que reduzem a poluição aquática e aumentam as disponibilidades para uso dos consumidores a jusante (caixa 4.5).
- *Valorizar os serviços ecológicos.* Se compararmos o princípio do poluidor pagador com o princípio do pagamento da prevenção da poluição, concluiremos que este último oferece maiores vantagens. Como o valor da água enquanto recurso produtivo aumentou, ganhou-se maior consciência das vantagens económicas associadas à comercialização de ecossistemas através do pagamento de serviços hidrológicos. Na Costa Rica, a vila de Heredia utiliza uma tarifa de água ambiental

Caixa 4.4 O valor real dos ecossistemas baseados na água

Quanto vale a água? Os mercados dão uma fraca resposta porque os serviços dos ecossistemas não estão geralmente cotados — e também porque fornecem bens públicos a que é difícil atribuir um preço.

Os ecossistemas constituem uma enorme fonte de riqueza. Eles desempenham funções ecológicas — como a filtragem de águas — e conservam as condições ambientais vitais para a produção de alimentos e outros produtos. Uma estimativa do valor económico das zonas pantanosas da Bacia do Zambeze feita pela União Mundial para a Conservação avaliou as suas funções ecológicas em 63 milhões de dólares, mais de metade dos quais em depuração de água e sistemas de tratamento. Nos pântanos de Hadejia Nguru, na Nigéria, a utilização tradicional das planícies de aluvião rende 12 dólares por metro cúbico de água em produção de arroz, comparados com os 0,04 dólares por metro cúbico obtidos a partir dos esquemas de irrigação.

Os pântanos também se revelam cruciais para a subsistência do povo carenciado. No Mali, as zonas pantanosas do Delta do Níger sustentam 550.000 pessoas, incluindo pescadores, pastores e produtores que cultivam metade do arroz produzido no Mali.

A cidade de Nova Iorque fornece um dos melhores exemplos de um ecosserviço em funcionamento. Ela desvia a maior parte da água que consome a partir de reservatórios localizados nas Montanhas Catskill. À medida que a região se foi desenvolvendo, a poluição começou a ameaçar a água potável da cidade. Confrontada com a opção entre um projecto de depuração orçado em 6-8 mil milhões de dólares ou uma reconstrução ambiental avaliada em 1,5 mil milhões de dólares, as autoridades da cidade escolheram a reconstrução. Recorrendo a um empréstimo obrigacionista ambiental, a cidade adquiriu terras que se encontravam dentro e à volta da bacia hidrográfica e aprovou a concessão de um subsídio para um projecto de gestão sustentável de recursos.

Tal como o responsável pelo meio ambiente da cidade fez notar: «A depuração mais não faz do que resolver um problema. Mas prevenir o problema através da defesa da bacia hidrográfica é mais rápido, mais barato e traz muitas outras vantagens.»

Fonte: Bos e Bergkamp 2001; Postel e Richter 2003; WRI 2005.

Caixa 4.5 Aumentar as reservas através da redução da poluição — mercados e tecnologias

Cotar a água a um preço que ignore a sua escassez, ou a protecção ecológica, poderá constituir um incentivo disfarçado ao desperdício e à poluição. Criar os incentivos apropriados pode fazer aumentar muito as disponibilidades de água. A Índia é exemplo tanto do problema como das potenciais soluções.

A legislação aprovada em 2003, introduzindo multas para controlar a poluição, provou ser ineficaz. As multas representaram apenas uma fracção insignificante dos custos para a maioria das indústrias poluentes. Para a energia térmica, papel, ferro e aço, a percentagem foi de 0,1%-0,5% dos custos operacionais. As tarifas também se revelaram ineficazes. Muitas indústrias autoabasteceram-se através da bombagem de águas subterrâneas. E mesmo quando as tarifas são aplicadas, são geralmente baseadas em preços médios e não em preços de custo marginal. E ignoram as exterioridades ambientais.

A escassez de água começou a gerar soluções tecnológicas inovadoras. Os custos operacionais dessas tecnologias tornaram-se mais competitivos com o aumento do preço de compra da água nas regiões onde ela escasseava. Por exemplo, o custo de tratamento dos resíduos líquidos municipais através da osmose inversa em Chennai oscila entre 25-50 rupias por metro cúbico, equivalente às tarifas da água doce cobradas pelo Organismo de Abastecimento de Água e Lixos de Madras.

Algumas das melhores práticas de consumo de água na Índia emergiram em regiões atingidas pela escassez, de que é exemplo Chennai, uma das cidades mais atingidas pela pressão sobre os recursos hídricos naquele país. Diversas indústrias locais investiram no tratamento de águas através da osmose inversa e nas tecnologias de reciclagem, conseguindo assim depurar eficazmente as águas residuais. Com um investimento inicial ligeiramente inferior a 3 milhões de dólares, a empresa Fertilizantes de Madras recicla mais de 80% dos 15,12 milhões de litros de água utilizados diariamente nas torres de refrigeração da fábrica. A empresa também fornece diariamente 3 milhões de litros de água doce à cidade de Chennai.

Esta eficiência no tratamento das águas também foi seguida noutras regiões. Uma das empresas de pasta de papel com controlo de água mais eficiente no país, a Papéis J.K., fica situada em Rayagada, uma zona escassa em água do Distrito de Orissa, e a indústria açucareira com tratamento de águas mais eficaz, a Açúcar Natural e Indústrias Associadas, fica no distrito de Latur, em Maharastra, onde também há falta de água. A primeira unidade fabril têxtil com «zero descargas» do país, a Fábrica Arvind, está localizada em Santej, em Gujarat, onde as faltas de água são um problema recorrente.

Estas histórias de sucesso servem para sublinhar a forma como os incentivos e a tecnologia podem alterar os parâmetros da escassez de água. A maioria das inovações foi implementada pelo sector privado. Olhando para o futuro, há perspectivas de os impostos e outros incentivos virem a encorajar a expansão das tecnologias de tratamento eficaz da água, em nome do interesse público geral.

Fonte: Bhushan 2004.

ajustada que ajuda a financiar a conservação das bacias hidrográficas, sendo pagos 30-50 dólares por hectare aos agricultores que façam uma boa gestão das suas terras.[47] É uma abordagem que poderia ser mais aplicada.

- *Regulação das captações de água subterrânea.* A água subterrânea é uma reserva ecológica estratégica. A gestão correcta deste recurso de forma a satisfazer as necessidades humanas e ambientais representa um dos maiores desafios da segurança da água neste início do século XXI. Países como a Jordânia lançaram-se numa ofensiva regulamentar da água subterrânea. Foram realizados estudos detalhados das bacias hidrográficas subterrâneas como primeiro passo para a adopção de medidas no lado do abastecimento (regulamentação através do recurso a licenças) e no lado da procura (com a instalação de contadores e o aumento dos preços). Estes métodos poderão ser adoptados de forma mais ampla, combinados com outras estratégias que monitorizam localmente os níveis de água subterrânea e estabelecem limites flexíveis de captação em conformidade.

Aumentar a oferta — opções e constrangimentos

Desde tempos imemoriais que os governos têm respondido às tensões sentidas entre as disponibilidades e a procura de água enquanto recurso produtivo, alterando a posição das disponibilidades na equação. As grandes obras de engenharia realizadas no século XX são testemunho desta forma de encarar o problema. Será que o aumento das disponibilidades também poderá ser uma solução para os constrangimentos da água no século XXI?

Desviar rios

Alguns governos ainda encaram o desvio do curso dos rios, uma das maiores intervenções hidrológicas verificadas no século XX, como solução parcial para a falta de água. O esquema de desvio dos rios de Sul para Norte, levado a cabo na China, foi um dos maiores projectos de infra-estruturas algum dia realizados no mundo inteiro. Com um custo total de 40-60 mil milhões de dólares, fez com que o orçamento da Barragem dos Três Desfiladeiros parecesse pequeno. O objectivo é desviar qualquer coisa como

40 mil milhões de metros cúbicos de água por ano — aproximadamente o volume de outro Rio Amarelo — de Yangtze para as planícies sequiosas do Norte da China e para as megacidades dessa região. O projecto chinês não é caso único. Na Índia, o Projecto de Interligação de Rios é um plano ambicioso e de cortar a respiração, que pretende redesenhar o mapa hidrológico do país, aproveitando o caudal dos rios do Norte bafejados com monções perenes, tais como o Brahmaputra e o Ganges, para encher os rios do Sul, permanentemente secos e a retraírem-se, como são os casos do Kavery e do Krishna, que foram sendo esvaziados por causa das excessivas captações destinadas à agricultura, indústria e centros urbanos.

Avaliado numa perspectiva meramente quantitativa, o desvio dos caudais dos rios oferece uma melhoria de curto prazo para um problema de longo prazo. Não constitui panaceia para o uso excessivo. Além disso, qualquer transvase de rio implica o risco de elevados custos sociais e ecológicos e a possibilidade de aparecimento de novos obstáculos ambientais. Em Espanha, um plano para desviar o Rio Ebro do Norte para as zonas de comércio agrícola do Sul acabou por ser metido na gaveta, em parte devido a uma reavaliação política dos custos e em parte porque o projecto não se coadunava com as orientações de sustentabilidade ambiental impostas pela Directiva da Água da UE. Na China, a faceta mais ambiciosa do plano de transvase de Sul para Norte pressupunha transferir as águas glaciais a montante de Yangtze, no Tibete, até ao Rio Amarelo. No entanto, o aquecimento global coloca sérias interrogações sobre o volume e a duração das futuras correntes glaciais.

Dessalinização

«Se nos fosse possível obter água doce da água salgada a um preço acessível e competitivo, essa seria a solução ideal de longo prazo no interesse da Humanidade [e] tornaria insignificante qualquer outra descoberta científica,» observou um dia o Presidente dos EUA John F. Kennedy. Experimentada desde tempos bíblicos, a criação de água doce através da extracção do sal da água do mar não constitui uma ambição humana recente. Mas seria esta uma solução para os problemas relacionados com a falta de água?

O maior constrangimento à dessalinização comercial reside nos custos energéticos. Com o progresso das novas tecnologias de osmose inversa, os custos de produção diminuíram drasticamente e os resultados são cada vez mais animadores. Israel, um dos líderes mundiais, consegue dessalinizar a água a custos por metro cúbico comparáveis aos das instalações de tratamento de água convencionais. Contudo, a dependência dos custos de produção face aos preços enérgicos, aliada a elevados custos da bombagem de água a longas distâncias, apresenta factores restritivos. Para os países ricos em petróleo e para as cidades relativamente próximas do mar, a dessalinização constitui uma promessa como fonte de água para consumo doméstico. A capacidade de resolução dos problemas das cidades pobres em países de baixos recursos é mais limitada — e é improvável que a dessalinização resolva o desequilíbrio fundamental entre a oferta e a procura de água. Este método contribui presentemente com apenas 0,2% das captações de água mundiais e tem um potencial reduzido na agricultura e indústria (caixa 4.6).[48]

Água virtual

As importações de água virtual são uma outra opção da vertente abastecimento para aliviar a escassez de água. Quando os países importam cereais e outros produtos agrícolas, eles também estão a importar a água utilizada na produção desses produtos. O comércio de água virtual gera poupanças de água para os países importadores, bem como poupanças de água mundiais, por causa do diferencial existente em termos de produtividade de água entre exportadores e importadores.

O comércio da água virtual tem vindo a crescer exponencialmente com o comércio alimentar. Em termos globais, estimou-se que o comércio efectuado em 2000 tenha rondado os 1.340 mil milhões de metros cúbicos, o que equivale ao triplo dos níveis de 1960. Para melhor percebermos o alcance disto, este número representa cerca de um quarto da água necessária à produção alimentar em todo o mundo. Alguns analistas encaram o comércio de água virtual como uma forma de os países com escassez de recursos hídricos pouparem água através da sua importação de países que têm menores custos de oportunidade na utilização da água e maior índice de produtividade. Desta perspectiva, o comércio da água virtual é visto como um exercício de vantagens comparativas que ultrapassa os constrangimentos inerentes ao comércio da água propriamente dita.[49]

Será que o comércio de produtos agrícolas oferece uma saída para o problema da falta de água? Para alguns países, sobretudo do Médio Oriente e do Norte de África, o comércio de água virtual já é parte integrante das estratégias de segurança alimentar nacionais.[50] Para o Egipto produzir uma quantidade de cereais equivalente às suas importações nacionais, seria necessário um sexto da água existente no lago Nasser, o principal reservatório da barragem de Assuão. Para os países em desenvolvimento enquanto grupo, as importações de água virtual em 2025 representarão 12% do consumo previsível de água para irrigação. Contudo, a hipótese de reduzir o problema

O desvio dos caudais dos rios oferece uma melhoria de curto prazo para um problema de longo prazo. Não constitui panaceia para o uso excessivo

Caixa 4.6 A dessalinização — e as suas limitações

A dessalinização é uma opção técnica para obter água doce a partir da água do mar. Destilar a água do mar através da sua ebulição e recolher posteriormente o vapor consiste numa prática muito antiga — uma actividade que se foi transformando ao longo dos últimos 20 anos, através do recurso a novas tecnologias. Mas há limites para a sua utilização.

Em 2002, o mercado mundial de dessalinização andava pelos 35 mil milhões de dólares. Hoje, há mais de 12.500 fábricas a operar em 120 países. Tradicionalmente, a dessalinização era feita através do aquecimento térmico com a ajuda de petróleo e energia como fonte de calor. As fábricas mais modernas substituíram esta tecnologia pela osmose inversa — pressionando a água através de uma membrana e recolhendo assim as moléculas de sal. Os custos de produção de água através deste método diminuíram substancialmente, de mais de 1 dólar por metro cúbico há uma década, para menos de metade hoje em dia. A energia que produz a conversão representa uma parcela insignificante do custo total.

Israel dispõe dos mais elevados padrões no processo de dessalinização da água. Na sequência da implementação da estratégia de planificação lançada em 2000 — o Plano Director de Dessalinização — este país produz agora cerca de um quarto da sua água doce para consumo doméstico através da dessalinização. A fábrica de Ashkelon, orçada em 250 milhões de dólares, e que começou a operar em 2005, é a maior unidade de osmose inversa e a mais avançada do mundo, produzindo água doce ao custo de 0,52 dólares por metro cúbico. Ela fornece cerca de 15% da água doce utilizada em Israel para consumo doméstico. Os projectos actuais prevêem um aumento da produção diária das fábricas de dessalinização dos actuais 400 milhões de metros cúbicos para cerca de 750 milhões de metros cúbicos em 2020.

A actual capacidade de dessalinização encontra-se altamente concentrada. Os estados do Golfo são responsáveis pelo grande aumento da capacidade, sendo a Arábia Saudita responsável por um décimo da produção total. Outras zonas, como Tampa Bay, na Florida, e Santa Cruz, na Califórnia, adoptaram fábricas de osmose inversa, e a China anunciou o projecto de uma fábrica em Tianjin, a terceira maior cidade do país. Em Espanha, o novo governo abandonou as fábricas de bombagem de água existentes por todo o país, desde o Norte húmido ao Sul árido, em benefício de 20 fábricas de osmose inversa (o suficiente para satisfazer 1% das necessidades), embora o custo da água dessalinizada possa não ser suficientemente tentador para levar os agricultores a abandonarem as suas actuais fontes de irrigação subterrâneas. No Reino Unido, a estação de tratamento de águas que serve Londres tem uma unidade de osmose inversa que começará a operar em 2007.

Este padrão de distribuição permite-nos sublinhar as potencialidades e as limitações da dessalinização. Embora os custos estejam a diminuir, os custos de capital das novas fábricas são consideráveis e os custos operacionais são altamente dependentes dos preços da energia. Projectos recentes levados a cabo em Israel e noutros países demonstram-no, tendo os orçamentos de abastecimento de água aumentado para 0,80-1 dólar por metro cúbico. Os custos da bombagem de água também aumentam muito com a distância, pelo que as cidades do interior dispõem de estruturas com custos mais elevados. Estes factores ajudam a explicar o motivo por que os Estados ricos em petróleo e as cidades costeiras situadas em zonas de escassez de água continuarão, provavelmente, a ser os principais consumidores.

Mas os padrões de consumo estão a mudar lentamente por toda a parte. Nalguns países, é provável que a dessalinização venha a contar com um aumento da percentagem de consumidores de água domésticos e industriais. Os municípios já representam dois terços dos consumidores e a indústria um quarto. O potencial na agricultura é reduzido, devido ao preço de custo. Isto acontece, sobretudo, no caso dos produtores de culturas básicas de baixo valor acrescentado, que necessitam de grandes quantidades de água.

Fonte: Rosegrant e Cline 2003; Schenkeveld e outros 2004; Rijsberman 2004a; BESA 2000; Water-Technology.net 2006.

da falta de água através da expansão do comércio de água virtual peca por exagero, pelo menos numa perspectiva de desenvolvimento humano.

Consideremos, em primeiro lugar, o argumento de que o comércio de água virtual representa um exercício de vantagem comparativa. Os países ricos contribuem com mais de 60% das exportações agrícolas mundiais. Se considerarmos que estes países forneceram mais de 280 mil milhões de dólares de ajuda agrícola em 2005, decorre daí que este mercado da água virtual sofreu distorções idênticas às sentidas pelos mercados que forneceram os produtos que facilitaram este intercâmbio de água.[51] No que respeita aos custos de oportunidade associados ao consumo de água, não é seguro que os principais exportadores de produções que consomem intensivamente água, tais como o algodão e o arroz — por exemplo, a Austrália e os Estados Unidos — entrem em linha de conta com os prejuízos ambientais (ou subsídios a água virtual) quando definem os seus preços de exportação.

A complexa interacção entre a importação de alimentos e a segurança alimentar constitui outro factor de preocupação. Podem surgir graves problemas de segurança alimentar quando as importações alimentares são resultado de fraco crescimento e de declínio da produtividade agrícola, como sucede na África Subsariana. Por exemplo, as importações de cereais na África Subsariana já estão programadas para mais do triplo no ano

de 2025, isto é, para 35 milhões de toneladas.[52] É pouco provável que esta região esteja em posição de financiar essas importações numa base previsível e sustentável, o que sugere uma dependência crescente da ajuda alimentar. Além disso, quando os países importam água virtual, também estão a importar subsídios virtuais e reais, contra os quais os seus próprios agricultores têm de competir nos mercados locais. Estes subsídios podem baixar os preços e reduzir as quotas de mercado com implicações negativas para os esforços de redução da pobreza rural.

Reciclar as águas residuais

Algumas políticas simples de gestão de água, aliadas às tecnologias apropriadas, podem ajudar a aliviar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de água. Um exemplo disso é a reutilização das águas residuais através do tratamento dos detritos de modo a poder devolvê-las aos rios, usá-las para irrigação ou disponibilizá-las para a indústria.

A reciclagem das águas residuais para utilização na agricultura peri-urbana já é feita em larga escala. Estima-se que as águas residuais irrigam, directa ou indirectamente, cerca de 20 milhões de hectares de terras em todo o mundo — ou seja, cerca de 7% do total da área irrigada.[53] No Vale Mezquital, no México, cerca de meio milhão de famílias rurais são abastecidas por sistemas de irrigação mantidos a partir de águas residuais não tratadas. No Gana, os agricultores que habitam à volta de Kumasi utilizam águas residuais nos seus 12.000 hectares, mais do dobro da área coberta pelos sistemas formais de irrigação usados em todo o país. Calcula-se que a irrigação na estação seca com águas residuais aumente a receita agrícola média de Kumasi em 40%-50%, enquanto a previsibilidade das disponibilidades e o alto teor de nutrientes das águas residuais permitem aos agricultores entrarem nos mercados dos vegetais, de maior valor acrescentado.[54]

A expansão da capacidade de reciclagem de águas residuais, através do aumento das disponibilidades e da produtividade da água, poderia gerar múltiplos benefícios para os produtores agrícolas pobres e vulneráveis. As águas residuais também podem ser utilizadas para reencher os aquíferos, aliviando os problemas relacionados com o esvaziamento dos lençóis de água subterrâneos. Havendo previsões de um aumento do consumo de água urbano e industrial para o dobro em 2050, as águas residuais poderiam transformar-se numa fonte de abastecimento crescente e segura: aquilo que entra nas cidades tem de voltar a sair de alguma maneira. Contudo, o uso das fontes de águas residuais sem as devidas salvaguardas pode expor os produtores agrícolas e as zonas urbanas periféricas a graves riscos de saúde. Um estudo realizado em Haroonabad, no Paquistão, descobriu taxas de incidência de diarreia e de infecções por ancilostomas entre os agricultores utentes de águas residuais duas vezes superiores às registadas entre os agricultores que utilizavam canais de irrigação.[55]

O uso controlado de água tratada poderia atenuar significativamente as pressões de adaptação enfrentadas hoje em dia pela gestão dos recursos hídricos na agricultura. Israel é uma prova desse potencial. Mais de dois terços das águas residuais produzidas todos os anos no país são agora tratados e utilizados para irrigação agrícola. A maior parte provém da empresa nacional de águas, que também estabeleceu normas restritas para os níveis de tratamento de água: as águas residuais de menor qualidade são canalizadas para as colheitas mais tolerantes, como o algodão, sendo as águas com tratamento de melhor qualidade utilizadas para regar vegetais ou reencher os lençóis freáticos.[56] Deste modo, as águas residuais de Telavive sustentam a irrigação agrícola em toda a região árida do Sul. Outros países estão a seguir as pegadas de Israel. Cidades situadas nas zonas de escassez de água da Califórnia estão a investir fortemente em fábricas de tratamento de alto nível de todo o tipo de resíduos domésticos e industriais, reutilizando depois essa água para a agricultura e a refrigeração industrial. A cidade mexicana de San Luís Potosi recicla 60% das águas residuais da cidade para as distribuir pelos agricultores depois de tratadas numa fábrica moderna.

Muitos países em desenvolvimento partem de uma posição de considerável desvantagem em termos de recursos de águas residuais. A maioria das cidades de países em desenvolvimento com baixo rendimento tem uma capacidade de tratamento de águas residuais mínima ou mesmo igual a zero. Contrariamente ao que acontece com Israel ou com a Califórnia, eles também não possuem a tecnologia e a capacidade de repartirem as águas residuais por diferentes tipos de tratamento e de distribuição. Terá isto como consequência um menor entusiasmo na utilização das águas residuais como fonte de abastecimento?

Mesmo com severas restrições em termos de recursos, poderá ainda ser feito muito mais. O subdesenvolvimento da capacidade das águas residuais em muitos países é, por si só, produto de um planeamento desgarrado e sem sequência. Muitos governos têm encarado o investimento em unidades de tratamento como um luxo inacessível, mas se avaliassem melhor os potencialmente elevados retornos económicos e sociais de um aumento do abastecimento de água para a irrigação, essa equação custos-benefícios iria mudar por completo. Se os departamentos de água e saneamento básico dialogassem com os departamentos de irrigação, haveria quase de certeza maior investimento nesta área.

O uso controlado de água tratada poderia atenuar significativamente as pressões de adaptação enfrentadas hoje em dia pela gestão dos recursos hídricos na agricultura

Os povos e os governos de todo o mundo estão a tomar consciência do valor da água e dos custos a pagar por terem ignorado esse valor no passado.

Embora poucos países em desenvolvimento estejam em posição de duplicar o sistema de distribuição de águas residuais de Israel, bastaria um conjunto de regras simples para fazer toda a diferença. O México usa o expediente de banir as águas residuais na irrigação de frutos e legumes. A Jordânia e a Tunísia desenvolveram campanhas de educação pública altamente inovadoras entre os produtores rurais para lhes ensinar estratégias de redução dos riscos de saúde associados ao uso de águas residuais.

Regulamentação da procura de um recurso escasso

«Quando os poços secam», observou Benjamin Franklin, um dos arquitectos da Declaração de Independência dos Estados Unidos, «é que nos damos conta do valor da água». Hoje em dia, os povos e os governos de todo o mundo estão a tomar consciência do valor da água e dos custos a pagar por terem ignorado esse valor no passado. Os políticos estão a pagar, agora, a factura de uma postura anterior que encarou a água como um recurso que podia ser explorado de forma ilimitada.

E, como as pessoas ganharam maior consciência do valor dos recursos hídricos, tem-se registado uma preocupação crescente em aumentar a produtividade da água. Que significado terá isto na prática? Embora sejam frequentemente confundidas, existem duas formas distintas de abordar o problema da produtividade da água, quando se debate a sua utilização. Uma dessas abordagens privilegia a importância de se aumentar a produtividade física deste recurso, através do incremento do rácio «mais colheita por gota». Paralelamente a esta abordagem, concentram-se esforços no sentido de aumentar a produtividade, medida em função do valor acrescentado da produção: a água é um recurso escasso de capital importância, que deveria ser consumido sobretudo nas situações em que pode gerar maior riqueza.

Fomentar o conceito da colheita por gota

Que implicações terão estas alterações no desenvolvimento humano? A defesa do aumento da produtividade da água em função do conceito mais colheita por gota poderá ter consequências avassaladoras. Conciliar a satisfação das necessidades de uma população em crescimento com a protecção dos ecossistemas naturais, de que depende a própria vida no planeta, constitui um factor crucial para o desenvolvimento humano sustentável. Para fazer face a este desafio, o mundo terá de adoptar uma gestão da água para irrigação mais exigente e engenhosa — por exemplo, trocando tecnologia e conhecimento por água.

O aumento da produtividade constitui uma forma de reduzir o problema da falta de água — e o conceito de mais colheita por gota também tem muito por onde se expandir. A boa nova é que o aumento da produtividade dos recursos hídricos registado nas últimas décadas tem-se revelado espectacular. A quantidade de água necessária para produzir cereais para alimentar cada habitante do planeta desceu para metade, desde 1960. O lado negativo disto é que, em muitas das bacias hidrográficas mais atingidas pela escassez no mundo inteiro, a produtividade permanece muito baixa. As análises comparativas realizadas em diversos países mostram, sem margem para dúvidas, o alcance de uma política de fomento da produtividade da água medida simplesmente em função do conceito mais colheitas por gota. Na Califórnia, 1 tonelada de água dá para produzir 1,3 quilogramas de trigo. No Paquistão, a mesma quantidade de água produz menos de metade.[57] A produção de uma tonelada de milho em França consome menos de metade da quantidade de água que seria necessária na China. As variações existentes entre os diferentes sistemas de irrigação nos países em desenvolvimento também são enormes: por exemplo, a China produz o dobro da quantidade de arroz da Índia com o mesmo volume de água.

O padrão de referência da eficácia da água na agricultura consiste na irrigação gota a gota, um método que distribui a água directamente nas raízes das plantas.[58] Na Jordânia, a irrigação gota a gota permitiu reduzir o consumo de água em cerca de um terço. Contudo, a Jordânia é a excepção. A tecnologia gota a gota foi até agora adoptada em menos de 1% das terras irrigadas do mundo inteiro — e 90% da sua capacidade está sediada nos países desenvolvidos.[59] A criação de parcerias mundiais que promovessem a transferência tecnológica financiada através da ajuda internacional poderia fazer toda a diferença.

Numa perspectiva de desenvolvimento humano, o problema da irrigação gota a gota e da expansão das tecnologias é de índole distributiva. As novas tecnologias podem reequilibrar a oferta e a procura para níveis de consumo de água reduzidos. Contudo, a distribuição dessas tecnologias no mundo é raramente neutra. A nível global, as tecnologias para a conservação de água são estão concentradas nos países ricos, em parte devido aos custos de capital envolvidos. E mesmo no interior de cada país, o acesso aos métodos inovadores de poupança de água exige disponibilidade de capital, conhecimento e melhores infra-estruturas. Os agricultores pobres das regiões marginais, e nomeadamente as mulheres agricultoras, são os que têm menos capacidade de acesso a esse tipo

de benefícios. A questão está em sabermos se, ao aumentar a produtividade e reduzir o consumo de água, as novas tecnologias hídricas irão ajudar a resolver um dos aspectos da crise da água, e, ao mesmo tempo, acentuar as desigualdades sociais e económicas. Mas isso não é uma inevitabilidade: como iremos demonstrar no capítulo 5, as tecnologias gota a gota a baixo custo estão cada vez mais generalizadas.

Desvio da água para utilizadores de maior valor acrescentado

A tentativa de transferir as maiores percentagens de consumo de água para zonas de maior valor acrescentado também levanta alguns problemas análogos. Trata-se de uma das principais recomendações dos defensores de uma solução «suave» para o problema da escassez dos recursos hídricos. Em vez de se pretender fomentar o conceito mais colheita por gota, o objectivo — para deixarmos de parte os rodeios — é ganhar mais dinheiro por metro cúbico. O pressuposto subjacente a isto é de que a água, enquanto recurso cada vez mais escasso, tem de ser utilizada nas regiões onde possa gerar maiores dividendos.[60]

Em termos de valor nominal, esse pressuposto parece bastante razoável. Aplicado à Califórnia, onde a água usada, por exemplo, na produção de micro-chips, gera mais lucro e emprego do que a água utilizada nas zonas de cultivo de arroz e algodão fortemente subsidiadas e de capital intensivo, as opções políticas parecem claras. Na prática, contudo, os defensores de soluções brandas tendem a exagerar o seu ponto de vista — e a mostrar-se insensíveis às desigualdades. A situação tende a ser empolada para ambos os lados.

Em primeiro lugar, é difícil separar o valor da água dos restantes custos necessários à produção de bens de elevado valor acrescentado. Em segundo lugar, e mais importante ainda, não está de forma alguma provado que o desenvolvimento das indústrias de maior valor acrescentado tenha regredido devido à concorrência entre este sector e a agricultura pelo acesso à água. Na maior parte dos casos, a agricultura até tem ficado a perder (ver capítulo 5).

Os problemas de equidade resultam do facto de não se ter em atenção a dimensão das consequências de distribuição que advêm das transferências de água. Não está em dúvida o facto de existirem grandes variações de valor acrescentado resultantes do consumo de água na produção agrícola. Um estudo sobre os sistemas de irrigação que abrangeu 40 países levou à descoberta de uma diferença décupla em termos de valor bruto da produção por unidade de água consumida.[61] Mantendo-se os restantes factores inalteráveis, poderia esperar-se que um volume de água equivalente viesse a gerar maiores lucros quando aplicada à produção de frutas, vegetais, gado ou produtos lácteos de elevado valor acrescentado, em vez de alimentos básicos como o arroz.[62] O mesmo se aplica à indústria de elevado valor acrescentado.

Contudo, em países onde a grande maioria da população depende da agricultura como meio de subsistência, e onde a produção de produtos alimentares básicos representa uma grande fatia dos rendimentos e do emprego das famílias carenciadas, as perdas de água podem traduzir-se numa importante ameaça ao desenvolvimento humano. O perigo óbvio é que o desvio de água possa gerar mais riqueza e, ao mesmo tempo, destrua os meios de subsistência de alguns dos povos mais vulneráveis do mundo.

Gestão integrada de recursos hídricos

Voltaremos a abordar estes problemas da distribuição no capítulo 5. Mas começa a emergir já, como pano de fundo, um certo consenso em torno da gestão da água. Na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002, os governos adoptaram a gestão integrada dos recursos hídricos como um modelo a seguir no futuro. Esta opção incide sobre a importância de uma gestão dos sistemas de distribuição de água dentro dos limites ecológicos das reservas disponíveis, com a contrapartida de três factores: equidade, eficácia e sustentabilidade ambiental (caixa 4.7). Na prática, é difícil equilibrar os direitos concorrenciais dos diferentes consumidores de um recurso que está na génese das relações de poder em sociedade — e que interfere no peso político dos cidadãos e nas responsabilidades ao nível institucional.

O maior desafio consiste em desenvolver uma nova ética na gestão dos recursos hídricos apoiada num compromisso de resolução das profundas desigualdades que conduzem à insegurança da água. A questão central foi expressa de forma taxativa por Sandra Postel e Brian Richter:[63]

Far-nos-ia parar de perguntar como podemos continuar a manipular rios, lagos e nascentes com o objectivo de satisfazermos os nossos desejos insaciáveis, para passarmos a perguntar como poderemos satisfazer as necessidades do ser humano, conciliando-as com as exigências ecológicas de sistemas hídricos saudáveis . E isso levar-nos-ia, inevitavelmente, a colocar questões mais profundas, relativas aos valores humanos — designadamente, a de como reduzir o inaceitavelmente grande fosso que separa quem tem tudo de quem não tem nada.

O maior desafio consiste em desenvolver uma nova ética na gestão dos recursos hídricos apoiada num compromisso de resolução das profundas desigualdades que conduzem à insegurança da água

Caixa 4.7 Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Atingir um desenvolvimento e gestão coordenada da água, das terras e dos recursos a eles associados no sentido de maximizar, de forma equitativa, o bem-estar económico e social daí resultante, sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais.

É esse o objectivo da gestão integrada de recursos hídricos. Adoptado em 2002 pela Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, como parte da estratégia internacional alargada para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conceito marca o que de mais recente existe na evolução das estruturas de gestão da água desenvolvido desde a Conferência Internacional da Água, realizada em 1992. Essa conferência estabeleceu três princípios chave para uma boa gestão:

- O *princípio ecológico* que deve nortear a introdução do conceito da gestão da água nas zonas das bacias hidrográficas em detrimento dos consumidores institucionais independentes, com a adopção de uma gestão integrada de terras e de água ditada por razões ambientais.
- O *princípio institucional* que baseia a gestão dos recursos hídricos no diálogo entre as partes interessadas através de instituições transparentes e responsáveis orientadas pelo princípio da subsidiariedade — a desconcentração de autoridade ao mais baixo nível, desde os grupos de consumidores até aos executivos locais e aos organismos de gestão das bacias hidrográficas.
- O *princípio económico* que aconselha o recurso a maiores incentivos e princípios baseados nas leis do mercado, com vista a melhorar a eficácia da água enquanto recurso cada vez mais escasso.

Trata-se de princípios gerais que constituem fortes alicerces de qualquer sistema de gestão da água. O ponto de partida de qualquer gestão integrada de recursos hídricos reside na necessidade de se encarar a água como um recurso ambiental único e de se proceder à sua distribuição dentro dos parâmetros de uma política pública coerente, concertada entre os principais grupos de consumidores de água: agricultura, indústria e consumidores domésticos. Ao garantir a sustentabilidade, este modelo também reconhece a existência de limitações ecológicas ao consumo da água, bem como a necessidade de o meio ambiente ser encarado como um consumidor de direito próprio. Mas a transposição destes princípios para medidas políticas concretas já será mais problemática.

Provavelmente, um dos casos mais frequentemente mencionado como modelo de boas práticas de gestão integrada de recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas talvez seja o da Iniciativa da Bacia Murray-Darling, no Sudeste da Austrália, que abrange 20 rios e um grande número de sistemas de lençóis subterrâneos que se estendem por cinco estados. A bacia hidrográfica representa três quartos de toda a área irrigada da Austrália, estando mais de um quarto destinado à exploração pecuária e metade aos ovinos e campos de cultivo. Esta iniciativa nasceu como uma tentativa de cooperação entre parceiros no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos, em resposta à crise gerada pela grave degradação ecológica sentida e pelo excesso de captação de águas para irrigação numa região que já é semi-árida.

O alcance desta cooperação é impressionante. A Comissão da Bacia Hidrográfica de Murray-Darling, criada em 1988, impôs um limite ao consumo de água, tendo em consideração os requisitos ecológicos para a conservação da integridade do sistema. São atribuídos a cada Estado direitos quantitativos de consumo de água que, por sua vez, os distribui pelos diferentes consumidores Os conflitos são dirimidos através de procedimentos legais predefinidos, incluindo cláusulas que prevêem a venda de direitos de consumo de água por parte das entidades colectivas e dos consumidores individuais.

A participação pública na gestão tem vindo a evoluir ao longo do tempo e passou a incluir grupos ambientais, comités de controlo de represas, organizações de agricultores e outros representantes das partes interessadas envolvidas nos processos de consulta. Um Comité de Aconselhamento Comunitário disponibiliza ampla informação técnica sobre as redes de distribuição de água. A autoridade pública da Comissão da Bacia Murray-Darling baseia-se numa estrutura institucional que funciona por delegação de poderes de um Conselho Ministerial de alto nível.

Reproduzir estas condições nos países em desenvolvimento não será tarefa fácil. A estrutura de gestão da água no período pós-apartheid na África do Sul apresenta algumas características institucionais comuns à iniciativa de Murray-Darling. O plano nacional dos recursos hídricos está altamente descentralizado. Os ministérios envolvidos na distribuição dos recursos hídricos estão todos reunidos num poderoso organismo de cúpula. As redes de distribuição de água também concedem direitos de consumo ambiental sob a forma de reservas inegociáveis, definidas pelo governo com o objectivo de garantir a quantidade, a qualidade e a fiabilidade da água necessárias à conservação da integridade dos sistemas ecológicos. Neste ciclo de planificação anual, não são concedidas licenças de consumo de água até que a reserva ambiental tenha sido definida.

Contudo, os processos institucionais levam o seu tempo. O Brasil é por vezes citado como um modelo em determinados aspectos da gestão integrada de bacias hidrográficas. Mas mesmo no Ceará, muito provavelmente o estado que apresenta melhor desempenho, levou mais de uma década a desenvolver um modelo de gestão participada dos recursos hídricos.

A Lei Nacional da Água, de 1997, veio revolucionar os modelos de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Esta legislação foi passada ao papel após cinco anos de debates organizados a nível nacional, que incluíram milhares de reuniões e audições públicas. A descentralização da gestão dos recursos hídricos surgiu como um objectivo político de crucial importância, uma vez que as bacias hidrográficas foram consideradas como plataformas ideais para se promover uma transferência do poder. Foram criados novas instituições a todos os níveis de gestão, incluindo um órgão de cúpula que reunia representantes de todos os ministérios da tutela dos recursos hídricos, representantes estatais, consumidores e agências não governamentais.

O Estado do Ceará tem sido um dos reformadores mais bem sucedidos. Situado numa região propensa à seca e semi-árida, no Nordeste, trata-se de um dos estados mais pobres do Brasil, com mais de 70% de famílias rurais abaixo do limiar da pobreza. O Ceará tem cinco grandes bacias hidrográficas, mas nenhum rio com caudal natural perene. Os conflitos nestas bacias hidro-

Caixa **4.7** **Gestão Integrada de Recursos Hídricos** (*continuação*)

gráficas têm vindo a intensificar-se à medida que a crescente procura por parte dos consumidores industriais e dos municípios de Fortaleza, a capital do Estado, entra em competição com os consumidores da agricultura de regadio, que consomem mais de 80% das reservas existentes.

A reforma da água no Ceará insere-se num processo mais amplo de democratização e descentralização. A Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe ilustra bem esse processo político. A Empresa de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (EGRHC), a agência estatal da bacia hidrográfica daquele rio, convocou uma assembleia-geral com 180 grupos de consumidores da zona. A referida assembleia, que incluía representantes da indústria, agricultores comerciais, sindicatos e cooperativas de trabalhadores rurais, desenvolveu um plano operacional para a gestão do consumo de água na bacia hidrográfica apoiado pelo aconselhamento técnico fornecido pelos hidrologistas da EGRHC. A implementação foi supervisionada pelo Comité de Representantes eleitos pela assembleia. Após um ano de baixa precipitação em 2000, a Comissão de Consumidores reuniu-se para esboçar estratégias de redução das captações de água aprovadas naquela assembleia.

Conseguiram-se bons resultados graças ao elevado número de participantes e ao debate público realizado no âmbito da Comissão de Utentes, que contribuiu para instituir as normas de regulamentação da concorrência. Também foi importante o contributo de um organismo de aconselhamento técnico sólido, considerado competente e independente dos interesses dos diversos grupos de consumidores. E o apoio das coligações partidárias à EGRHC e outros processos de participação política similares ao nível da saúde e da educação em todo o Estado contribuíram para despolitizar alguns aspectos da gestão da água.

A experiência acabou por ser aplicada noutros locais, de uma forma híbrida. A Cimeira de Joanesburgo convidou todos os países a esboçarem planos de gestão integrada de recursos hídricos num prazo de cinco anos; um objectivo irrealista entretanto já alterado face aos constrangimentos das reservas. No final de 2005, apenas 20 dos 95 países contemplados pela Parceria Mundial da Água tinham elaborado esse plano ou estavam em vias de o fazer. E apenas cinco pertenciam à África Subsariana, e um (Brasil) à América Latina.

Nalguns casos, houve um grande empenho neste planeamento, sem resultados tangíveis. Por exemplo, a Nicarágua levou mais de dois anos a preparar um plano de 13 volumes, mas não conseguiu estabelecer mecanismos de acompanhamento eficazes. Nada disto deverá pôr em causa os progressos registados até à data. Partindo de uma situação fragilizada, o Bangladeche, o Burquina Faso, a Namíbia e o Uganda levaram a cabo importantes reformas institucionais, embora a sua implementação possa parecer desanimadora.

A gestão integrada dos recursos hídricos requer a existência de instituições que levam vários anos a desenvolver, mesmo quando existe um forte compromisso político, e não oferece soluções já feitas para alguns problemas clássicos associados à gestão da água. Um plano teoricamente integrado de gestão da água diz muito pouco acerca dos interesses que serve e das vozes que ouve. Em muitos casos, a gestão integrada de recursos hídricos peca por ter um enfoque técnico limitado. Tem-se dado muito mais atenção ao aumento da eficácia do consumo de água através do seu transvase para zonas de maior valor acrescentado ou por meio de novas tecnologias, do que à equidade e à justiça social, que são fundamentais para o desenvolvimento humano (ver capítulo 5).

Fonte: GWP 2000, 2004, 2006a; Biswas 2004; Shah 2005; Haisman 2005; Kemper, Dinar e Bloomquist 2005; Muller 2006; Lemos e de Oliveira 2005; Tortajada 2006a; Rogers 2002.

Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza

A capacidade das reservas de recursos hídricos é um dos factores de avaliação da escassez. Mas o equilíbrio entre a segurança da água e o volume das reservas disponíveis é garantido, na generalidade dos países, através das infra-estruturas e das instituições que têm a seu cargo a gestão dos recursos hídricos. Os países distinguem-se muito em termos de capacidade nessa áreas, e isso tem implicações na segurança da água. E nunca essas implicações foram tão evidentes como perante a ameaça do aquecimento global — uma ameaça que só poderá ser controlada com a ajuda de uma infra-estrutura de base forte, que facilite a adaptação.

O papel vital das infra-estruturas

Existem grandes desigualdades mundiais no âmbito das infra-estruturas hídricas. Em todos os países industrializados, os caudais dos rios são regulados e geridos por meio do armazenamento de água para múltiplos fins. Poucas pessoas nesses países têm consciência do modo como os investimentos em infra-estruturas hídricas criam condições para a segurança da água, o crescimento económico e a criação de emprego — ou de como elas combatem o poder destruidor da água nos períodos de cheias ou

A distribuição mundial de infra-estruturas hídricas é inversamente proporcional à distribuição mundial dos riscos de insegurança da água

de seca. É durante os períodos de crise que as infra-estruturas hídricas ganham destaque no debate político público em épocas de crise ou na iminência da sua aproximação. Nos Estados Unidos, o furacão Katrina veio-nos recordar de forma trágica a importância das infra-estruturas — e da vulnerabilidade humana. Este acontecimento foi tão chocante, em parte por se terem perdido tantas de vidas e pela destruição ter sido tão devastadora. Em contrapartida, na maior parte do mundo em desenvolvimento, os custos a nível humano a pagar por infra-estruturas débeis e vulnerabilidade de choques hídricos são vividos diariamente.

Mitigar o risco nos países ricos

A escalada de investimentos em infra-estruturas hídricas nos países ricos não é muito bem vista. Os investimentos em infra-estruturas hidráulicas têm gerado, em alguns casos, grandes prejuízos ambientais, mas também têm sido base de sustentação de maior prosperidade económica e progresso social.

Nos Estados Unidos, muitos dos investimentos federais da história tiveram por objectivo armazenar água, aproveitá-la para produzir energia e diminuir as hipóteses de ocorrência de cheias. Segundo uma estimativa, o Corpo de Engenharia do Exército dos EUA gastou 200 mil milhões de dólares desde 1920 só na gestão de cheias e na sua minimização (o que rendeu cerca de 700 mil milhões de dólares de lucro).[64] A Autoridade do Vale do Tennessee, fundada em 1933 como parte do Novo Pacto para a construção de barragens, unidades de energia hidroeléctrica e reservatórios, transformou o Vale do Tennessee de zona propensa a cheias e empobrecida de Dust Bowl, com alguns dos piores indicadores de desenvolvimento humano nos Estados Unidos, numa região de prosperidade agrícola. O ciclo de pobreza rural que afecta mais de 2 milhões de pessoas numa das regiões mais pobres dos Estados Unidos foi quebrado no espaço de uma geração.[65]

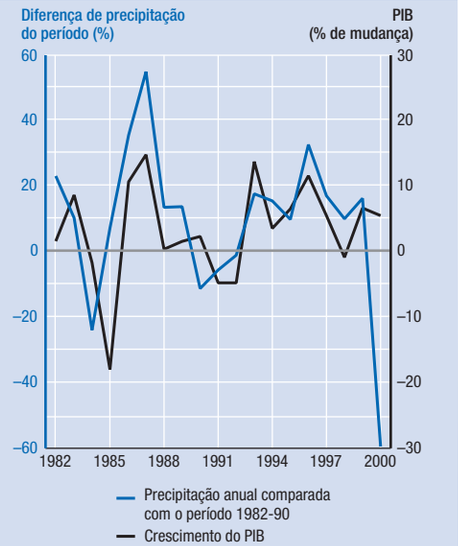
A diminuição do risco na gestão dos recursos hídricos através de sistemas de controlo de inundações e do desenvolvimento de infra-estruturas económicas tem-se revelado fundamental para o progresso humano em muitos países ricos. E é no Japão que esta situação se torna mais evidente, um país onde os fortes investimentos pós-guerra em infra-estruturas impulsionaram o rápido desenvolvimento da energia hidroeléctrica, do controlo de inundações e da agricultura de regadio. Até à Segunda Guerra Mundial, as cheias causadas pelas fortes chuvadas sazonais e pelos tufões tiveram efeitos desastrosos na economia japonesa, com perdas a exceder, por vezes, os 20% do rendimento nacional bruto (RNB). A partir dos anos 70, o impacto das cheias nunca ultrapassou 1% do RNB.[65] A maioria da população japonesa e 60% dos seus bens produtivos situam-se, actualmente, nas planícies baixas vulneráveis às cheias, mas as infra-estruturas e a gestão da água reduziram o risco numa média de cerca de 9 mil milhões de dólares por ano.

O défice de infra-estruturas nos países pobres

A distribuição mundial de infra-estruturas hídricas é inversamente proporcional à distribuição mundial dos riscos de insegurança da água. Os climas sazonais, as variações de pluviosidade e os riscos de inundações e de secas são uma ameaça ainda maior nos países em desenvolvimento do que nos países ricos, enquanto as instituições e as infra-estruturas necessárias à segurança da água são bastante mais fracas.[67]

As secas são um excelente exemplo dos custos a pagar quando as infra-estruturas são fracas. Uma fraca pluviosidade contribui para a depauperação das bacias hidrográficas, terrenos agrícolas e pastagens, degrada a terra e arruína as colheitas. Desde o Dust Bowl dos anos 30, nos Estados Unidos, ao Sahel dos anos 70 e à África Oriental dos nossos dias, as secas têm mostrado uma enorme capacidade de destruição e a erosão dos solos duros teve repercussões em termos de desenvolvimento humano. As secas afectam as zonas rurais pobres devido a uma redução da produção, à perda de cabeças de gado e da fertilidade dos solos e à extrema escassez de água potável. Quando o gado morre e as colheitas se per-

Figura 4.7 **A variabilidade de rendimento acompanha a variabilidade das chuvas na Etiópia**



Fonte: Banco Mundial 2006f.

Caixa 4.8 Secas, cheias e insegurança da água no Quénia

A seca em Wajir e Turkana, no Nordeste do Quénia, representa uma catástrofe humanitária. A dimensão desta tragédia atraiu a atenção dos *media* internacionais, mas não se tratou de uma situação invulgar: o Quénia tem vindo a ser afectado por uma sucessão de secas e de cheias desde meados dos anos 90. As cheias de 1997-98 foram imediatamente seguidas por uma seca, entre 1998 e 2000. A seca que hoje se faz sentir no Nordeste é ainda uma continuação daquela, e mais de 3 milhões de pessoas enfrentam a ameaça da fome.

Para além do sofrimento humano, os custos têm sido enormes. Comunidades pastoris inteiras perderam os seus rebanhos e demais bens, o que veio aumentar a sua vulnerabilidade. Os enormes prejuízos financeiros atrasaram toda a economia e os esforços de redução da pobreza.

Estima-se que as inundações de 1997/98 provocadas pelo El Niño tenham provocado prejuízos equivalentes a 11% do PIB (ver quadro). As secas de 1998-99 e 1999-2000 provocaram perdas superiores a 16% do PIB. Estima-se que a indústria e a energia hidroeléctrica tenham contribuído com 80% do total de perdas. Provavelmente, os prejuízos globais em termos de economia são ainda maiores, uma vez que as perdas não contabilizam as consequências ao nível da má nutrição, a redução do investimento na agricultura e uma quebra do investimento na indústria.

As perdas sofridas em termos de colheitas e cabeças de gado representaram uma parte relativamente pequena dos prejuízos globais, atingindo menos de 16% do total, mas tiveram um impacto devastador nas populações pobres, provocando uma situação geral de má nutrição, a depauperação de bens e o aumento das vulnerabilidades perante situações de risco futuras.

Os impactos das cheias e da seca no Quénia, 1997-2000

Impacto	Valor (Em milhões de dólares)	Total (%)
Cheias de 1997-98		
Infra-estruturas de transportes	777	88
Infra-estruturas de abastecimento de água	45	5
Sector da saúde	56	6
Total	878	
% do PIB		11
Seca de 1998-2000		
Perdas em energia hidroeléctrica	640	26
Perdas em produção industrial	1.400	58
Perdas em produção agrícola	240	10
Perdas de cabeças de gado	137	6
Total	2.417	
% do PIB		16

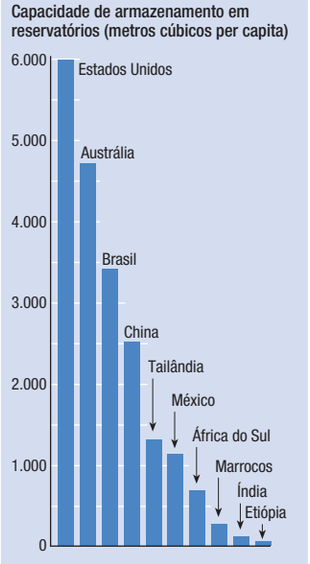
Fonte: Banco Mundial 2004c, 2006e

dem, as famílias pobres perdem o seu rendimento e a qualidade da nutrição agrava-se. Restaurar activos pode levar anos.

A África Subsariana é a região mais afectada. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas viviam sob a ameaça da seca só na região do Corno de África. Por quase todo o Sahel e África Oriental e Austral, as secas são endémicas, com ocorrências significativas todos os 3-5 anos. Mas a África Subsariana não é a única região atingida. Na Sul da Ásia, cerca de 15% da população vive em zonas que foram atingidas pela seca nos últimos dois anos. Também se registaram secas mais frequentes e prolongadas no Médio Oriente. Em Marrocos, uma seca grave registada em meados dos anos 90 reduziu a produção agrícola em 45%, estimando-se em 100 milhões de dias de trabalho as perdas na agricultura sofridas por trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras.[68]

A variabilidade do abastecimento de água é outra fonte importante de insegurança da água — para as populações e para as economias nacionais. Consideremos, a título de exemplo, o caso da Etiópia, mais dotada de água do que a maioria dos países propensos a secas. Este país abrange 12 bacias hidrográficas e dispõe de mais de 1.600 litros de água por pessoa e por ano.[69] O problema para a Etiópia, onde os meios de subsistência para a grande maioria das pessoas dependem da agricultura de sequeiro, é a incerteza. No entanto, estima-se que a variabilidade das chuvas tenha empurrado mais 12 milhões de pessoas para um nível abaixo do limiar da pobreza absoluta, na segunda metade dos anos 90. Com mais de 80% da população a viver no campo e metade desta subalimentada, a água desempenha um papel chave nas perspectivas do desenvolvimento humano das famílias. É por isso que as populações pobres indicam a variabilidade das chuvas como sendo a maior ameaça à sua subsistência. Contudo, tal como noutros países predominantemente agrícolas, a fraca pluviosidade na Etiópia lança ondas de choque muito para além dessas famílias, atingindo toda a economia do país (figura 4.7). Bastará que ocorra uma única seca num período de 12 anos para que o PIB diminua 7%-10% e a pobreza aumente 12%-14%. O modelo económico proposto pelo Banco Mundial sugere que a incapacidade revelada pela Etiópia para atenuar os efeitos da variabilidade das chuvas reduz, em um terço, o potencial de crescimento económico deste país — com consequências óbvias ao nível da redução da pobreza.[70] Estima-se que a variabilidade hidrológica venha a aumentar, em 2015, os níveis de pobreza entre um quarto e um terço, ou seja, atingindo cerca de 11 milhões de pessoas.

Figura 4.8 Grandes desigualdades põem em risco a capacidade de minimização



Fonte: Banco Mundial 2005c.

As infra-estruturas hídricas têm enorme influência no grau de vulnerabilidade e na capacidade das famílias absorverem mudanças violentas. Estima-se que a Indonésia perca 25.000 vidas por ano devido a problemas relacionados com a seca — a Austrália, com um grau de exposição aos riscos de seca similar, não sofre nenhuma perda. Os investimentos feitos no Japão minimizaram o impacto das cheias, pelo que os danos raramente sobem acima de 0,5% do RNB e as perdas de vida são raras. Mas quando as cheias atingiram Moçambique, em 2000, provocaram 700 mortes e meio milhão de desalojados. As colheitas ficaram destruídas e as infra-estruturas danificadas. Estima-se que o total de perdas tenha atingido os 20% do RNB, com o crescimento económico a descer de 8% em 1999 para 2% em 2000. As inundações também danificaram ou destruíram 500 escolas primárias e sete escolas secundárias.[71]

Tendo em conta que se tratou de uma situação pontual, a experiência de Moçambique sublinha a forma como os eventos climáticos podem diminuir os ganhos de desenvolvimento em grande escala. Em muitos casos, porém, os países são obrigados a enfrentar cheias e secas consecutivas, ou até mesmo simultâneas (caixa 4.8). Os riscos resultantes da debilidade das infra-estruturas atingem, sobretudo, as pessoas pobres. Em Moçambique, são as famílias pobres das planícies ao longo das margens dos rios que mais sofrem com as cheias. Em Nova Orleães, a devastação provocada pelo furacão Katrina afectou toda a cidade, mas os bairros pobres da população negra foram os mais prejudicados. Embora os efeitos das fortes intempéries atinjam toda a sociedade, as famílias pobres estão mais expostas ao risco e menos preparadas para minimizar esse risco através de seguros ou poupanças.

As desigualdades sentidas ao nível dos equipamentos hidráulicos põem em evidência os custos humanos e económicos associados às intempéries mais graves. A maioria dos desastres naturais tem origem no facto de haver muito pouca ou, pelo contrário, demasiada água. Os factores cíclicos e as alterações climáticas conjugam-se para aumentar a frequência com que ocorrem intempéries tais como secas e inundações. E todos os países acabam por ser afectados. Contudo, os países ricos conseguem proteger os seus cidadãos e o seu desempenho económico através da criação de vastas infra-estruturas hidráulicas. A capacidade de armazenamento de água é um indicador alternativo para compararmos a capacidade das infra-estruturas entre os diversos países (figura 4.8). Os Estados Unidos armazenam 6.000 metros cúbicos de água por pessoa, e a Austrália cerca de 5.000, em comparação com os 43 metros cúbicos da Etiópia. O rio Colorado tem uma capacidade de armazenagem equivalente a 1.400 dias, enquanto a do rio Indus nem chega bem aos 30 dias.[72]

As análises comparativas realizadas em diversos países ao nível do armazenamento de água dão-nos o retrato de um dos aspectos da sua capacidade de minimização de risco. Contudo, a capacidade de armazenamento é apenas um exemplo da ligação existente entre infra-estruturas e vulnerabilidades. Países como o Gana e a Zâmbia apresentam níveis muito elevados de armazenamento de água per capita — na verdade, mais elevados do que nos Estados Unidos — mas com uma capacidade de minimização do risco limitada. A maior parte da capacidade de armazenamento é orientada para fins energéticos, havendo uma infra-estrutura muito limitada destinada aos pequenos produtores agrícolas. Existe igualmente um lado mais negativo nas infra-estruturas hídricas em grande escala, destacado no actual debate sobre o grau de intervenção mais adequado.

As grandes barragens têm sido protagonistas desse debate — e por uma boa razão. Estima-se que 40-80 milhões de pessoas tenham sido desalojadas nos últimos 50 anos por culpa de projectos de barragens mal concebidas, e em muitos casos sem receberem a devida indemnização. Na pressa de desenvolver infra-estruturas de larga escala para irrigação ou produção energética, muitos governos descuraram os direitos e reivindicações das comunidades que necessitam de energia a baixo custo, encontrando-se frequentemente as populações indígenas entre as mais afectadas[73]. Para além disso, muitas barragens causaram imensos danos sociais e ecológicos. Os efeitos indirectos incluem a sedimentação, a salinização e a desarborização; os efeitos directos vão desde a redução dos bancos de pesca e a degradação das reservas naturais, até à diminuição das camadas sedimentares e de nutrientes. Nalguns casos, os benefícios económicos foram exagerados. O equilíbrio dos ganhos de produtividade para os utilizadores indirectos trouxe efeitos prejudiciais directos e alterações nos ecossistemas dos leitos de cheias. A Comissão Mundial de Barragens descobriu uma tendência sistemática para se subestimarem os custos de capital das barragens (numa média de 47%) e para se sobrevalorizarem os retornos económicos da irrigação em larga escala.[74]

Este cenário veio tornar claro que os grandes projectos de infra-estruturas deveriam ser submetidos a um escrutínio crítico no que respeita aos seus possíveis impactos sobre o meio ambiente e as populações pobres. Ao mesmo tempo, o contributo das infra-estruturas de grande escala para o desenvolvimento humano também não deveria ser desdenhado. Em muitos países, este tipo de infra-estruturas fornece água para a irrigação, reduzindo a variabilidade dos fluxos hídricos de que os produ-

tores dispõem e mitigando os riscos de segurança da água resultantes das flutuações da precipitação. O acesso a meios de irrigação é uma das estratégias mais elementares para minimizar a insegurança do abastecimento de água.[75] Na Ásia, a prevalência da pobreza é normalmente 20%-40% mais elevada onde não existem sistemas de irrigação, do que onde eles existem (ver capítulo 5). As infra-estruturas hídricas também oferecem uma importante fonte de energia renovável: a elas se devem 22% da electricidade produzida na África Subsariana.

Embora o contributo das infra-estruturas de grande dimensão para a irrigação e produção energética não deva ser subestimado, o mesmo se aplica ao contributo potencial das infra-estruturas de pequena dimensão. A captação de água em pequena escala tem a vantagem, não só de armazenar água de forma eficaz, minimizando deste modo os riscos, mas também de armazenar água em zonas próximas das populações que dela necessitam. O facto de se armazenarem enormes volumes de água na Barragem de Kariba, na Zâmbia, em nada ajuda os pequenos agricultores das zonas do país mais propensas a sofrer secas.

A polarização do debate em torno dos méritos relativos associados às infra-estruturas de grande ou pequena dimensão não passa de uma manobra de diversão relativamente ao que está verdadeiramente em causa. A escolha do modelo de infra-estrutura mais indicado deve ser decidida a nível nacional e local, através do diálogo entre governos e populações. Mas a verdadeira opção não se baseia, geralmente, entre grandes ou pequenas infra-estruturas. A maioria dos países em desenvolvimento não necessita de maior quantidade de um tipo e menos do outro: necessita maior quantidade de ambos.

O aquecimento global — o estado de emergência previsível

Em 1992, a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro produziu uma Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas, em que ficou estabelecido o princípio de que os gases com efeito de estufa deveriam ser estabilizados para níveis que pudessem prevenir a influência da acção humana sobre o clima. Os países desenvolvidos foram incentivados a estabilizar as suas emissões em 2000, para níveis idênticos aos registados em 1990. A Convenção adoptou, igualmente, uma abordagem precautória, alertando que «sempre que exista o risco de ocorrência de danos sérios e irreparáveis, a falta de certezas científicas não deverá justificar a protelação das acções que se impõem.»[76]

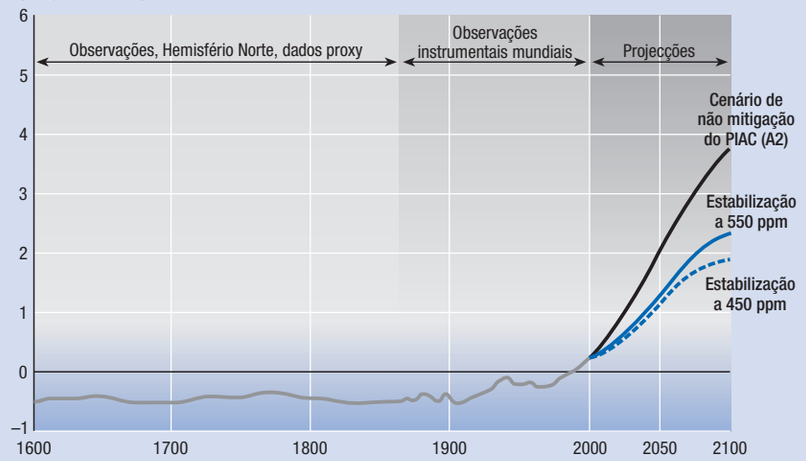
Poucos avisos terão sido, algum dia, tão perigosamente ignorados. As alterações climáticas representam hoje aquilo que poderemos considerar uma ameaça sem paralelo ao desenvolvimento humano. Grande parte dessa ameaça far-se-á sentir através de alterações ao nível dos ciclos hidrológicos e dos padrões de precipitação, bem como pelo impacto das elevadas temperaturas de superfície sobre a evaporação da água. Os efeitos em termos globais consistirão na exacerbação dos riscos e vulnerabilidades, com a consequente ameaça à subsistência, saúde e segurança de milhões de pessoas.

Os testes de comportamento do clima apontam para uma complexa gama de efeitos possíveis, como consequência das alterações climáticas. Para além da complexidade da situação, ainda existem dois temas recorrentes. O primeiro diz respeito à tendência de as regiões secas ficarem ainda mais secas e as zonas húmidas ainda mais húmidas, com graves consequências para a distribuição da produção agrícola. O segundo prevê que se verifique um aumento da imprevisibilidade dos fluxos hídricos, associado a intempéries mais frequentes. Embora os resultados variem de região para região e no interior de cada país, é possível antecipar algumas das principais consequências:

- *O desenvolvimento agrícola e rural irá suportar o embate dos riscos climáticos*. Este dado é importante porque o sector rural abrange cerca de três quartos da população que vive com menos de 1 dólar por dia e qualquer coisa como entre um quarto e dois terços do RNB dos países de baixo rendimento. Em algumas regiões, uma redução das reservas de água, combinada com alterações da pluviosidade, poderiam provocar uma quebra da produção em 2050 em qualquer coisa como um terço, pondo em risco a subsistência de milhões de famílias rurais.[77]
- *Os índices de pobreza extrema e de subnutrição irão aumentar à medida que a insegurança da água também for crescendo*. Têm sido feitas tentativas no sentido de avaliar o impacto quantitativo das alterações climáticas na segurança alimentar e nos níveis de nutrição. Qualquer projecção que façamos será inevitavelmente arriscada, dado que as alterações climáticas, elas próprias sujeitas a consideráveis variações, irão interagir com muitas outras variáveis e tendências. Mesmo assim, os sinais de aviso são claramente visíveis nos resultados dos testes de comportamento. Esses testes sugerem que as alterações climáticas poderão fazer aumentar 15%-26% a subnutrição mundial, aumentando o número absoluto de 75-125 milhões de pessoas subnutridas até 2080.[78] Mas a ameaça de pobreza sistémica irá afectar um número de pessoas bastante mais elevado. As quebras na produção agrícola originarão efeitos múltiplos que irão repercutir-se em economias inteiras, fazendo alastrar a pobreza das zonas rurais para as áreas urbanas.

Para uma larga percentagem da população mundial residente nos países em vias desenvolvimento, as previsões relativas às alterações climáticas apontam para uma menor garantia de meios de subsistência, uma maior vulnerabilidade à fome e à pobreza, um agravamento das desigualdades sociais e uma maior degradação ambiental

Figura 4.9 O nosso planeta estará muito mais quente no próximo século



Nota: As projecções de alterações climáticas do PIAC são baseadas em cenários que modelizam o impacto do crescimento económico, da população e outros factores. O cenário de não mitigação (A2) supõe um crescimento económico médio e um elevado crescimento demográfico, mas não apresenta medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Os cenários de estabilização indicam limites específicos de reduções.
Fonte: PIAC 2001.

- *O agravamento dos padrões climatéricos irá aumentar o risco e as vulnerabilidades*. As alterações climáticas contribuirão para agravar as consequências das monções asiáticas e o efeito El Niño, com importantes implicações na produção agrícola. O grau de susceptibilidade às secas e às cheias tenderá a aumentar com o passar do tempo.[79]
- *A redução dos glaciares e o aumento do nível do mar representarão uma nova ameaça para a segurança humana*. A diminuição da área de glaciares poderá provocar, a curto prazo, a ocorrência de cheias, e a longo prazo, um decréscimo das reservas de água por toda a Ásia, América Latina e partes da África Oriental.[80] A subida do nível do mar irá reduzir as reservas de água doce, afectando milhões de habitantes dos países situados abaixo do nível do mar e dos deltas dos rios.[81]

Para uma larga percentagem da população mundial residente nos países em desenvolvimento, as previsões relativas às alterações climáticas apontam para uma menor garantia de meios de subsistência, uma maior vulnerabilidade à fome e à pobreza, um agravamento das desigualdades sociais e uma maior degradação ambiental. As alterações climáticas — ao contrário do tsunami no Oceano Índico ou do terramoto em Cachemira — ameaçam provocar não propriamente uma catástrofe pontual, mas antes um desastre que irá desenrolar-se lentamente no tempo. Enquanto que a extensão de futuras alterações climáticas podem ser moderadas, estamos longe do ponto que não tem retorno. As alterações climáticas perigosas são agora inevitáveis. A forma como a comunidade internacional responder a esta ameaça irá determinar as perspectivas de desenvolvimento humano das gerações presentes e futuras. Uma prioridade imediata consiste em providenciar estratégias com vista a minimizar os efeitos das alterações climáticas com estratégias que apoiem a adaptação às inevitáveis mudanças do clima.

O nosso mundo está a aquecer

No século XX, a acção do homem fez aumentar a presença na atmosfera de gases com efeito de estufa — principalmente, dióxido de carbono, metano e ozono — para cerca de 30% acima dos níveis da era pré-industrial. Esta evolução terá consequências gravíssimas para a humanidade neste século XXI, e posteriormente.

O impacto do aumento de gases com efeito de estufa já está a tornar-se evidente. A Terra aqueceu 0,7°C ao longo do século passado — mas a velocidade a que se está a registar esta alteração tem vindo a aumentar. Os 10 anos mais quentes ocorreram desde 1994 para cá. A década de 90 foi a mais quente desde o século XIV. Os glaciares estão a encolher e o nível do mar está a aumentar muito mais depressa do que os meteorologistas previam há uma década atrás.

As concentrações de dióxido de carbono, o principal gás com efeito de estufa, têm vindo a aumentar progressivamente. Actualmente, as emissões estão a registar-se a um ritmo de cerca de 7 mil milhões de toneladas por ano, com as concen-

Quadro 4.2 Limiares e metas de redução do aquecimento global

Meta de estabilização (concentração equivalente de dióxido de carbono, ppm)	Prazo para a redução das emissões globais abaixo dos níveis de 1990, para atingir a meta de estabilização	Alteração das emissões globais em 2050, relativamente aos níveis de 1990 (%)	Alteração da temperatura com base nos modelos climáticos do PIAC (graus Celsius)
400	2020-30	–40% a –55%	1.2-2.5
450	2030-40	–15% a –40%	1.3-2.7
550	2045-65	–10% a +10%	1.5-3.2

Nota: cenários de estabilização das temperaturas segundo o PIAC: inclui a totalidade dos principais gases com efeito de estufa, com equivalência ao dióxido de carbono.
Fonte: Stern Review on the Economics of Climate Change (Relatório Stern sobre os Efeitos Económicos das Alterações Climáticas) 2006.

trações atmosféricas a atingirem as 380 partes por milhão (ppm). A evolução exacta das emissões no futuro dependerá de muitos factores — incluindo o crescimento da população, o crescimento da economia, as alterações tecnológicas, o preço do petróleo e, acima de tudo, a actuação dos governos. Mas a evolução geral dos níveis de dióxido de carbono revela uma tendência clara para o aumento. O *World Energy Outlook* (Panorama Energético Mundial) prevê que, até ao ano de 2030, as emissões de dióxido de carbono irão aumentar cerca de 63%, relativamente aos níveis de 2002.[82]

O que significa isto para as alterações climáticas? Mesmo que as emissões parassem já amanhã, as temperaturas continuariam a subir, como resultado do efeito retardado das emissões do passado. Se a tendência registada nos últimos 50 anos se mantiver, as concentrações de dióxido de carbono aumentarão para 500 ppm em meados do século XXI, e continuarão a crescer depois disso.

Há mais de duas décadas que organismos internacionais como o Painel Inter-governamental sobre as Alterações Climáticas têm vindo a consolidar uma base científica que permita compreender estas transformações.[83] De acordo com os cenários de não mitigação, a tendência destas emissões poderá levar a um aumento global das temperaturas entre 1,4º e 5,8ºC até ao ano 2010. Numa perspectiva mais positiva, com a estabilização das emissões nos 450 ppm, o mundo ainda estaria sujeito a um aumento de cerca de 2ºC (figura 4.9 e quadro 4.2).[84] O que ambos os cenários realçam é que as actuais concentrações atmosféricas e oceânicas de gases com efeito de estufa nos condenam a um determinado grau de alterações climáticas.

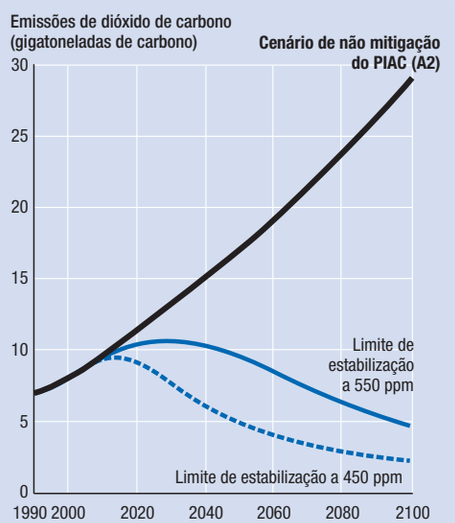
Embora a análise das perspectivas de estabilização a diferentes níveis esteja fora do âmbito deste Relatório, não deixaremos de fazer duas observações que têm influência directa na segurança da água. A primeira tem que ver com o facto de a actual estrutura multilateral ficar muito aquém do que seria exigível. O Protocolo de Quioto prevê que os países signatários promovam, até 2012, uma redução de 5% nas emissões de dióxido de carbono, relativamente aos níveis de 1990. No entanto, dois importantes países industrializados (a Austrália e os Estados Unidos) não ratificaram o protocolo, e as metas enunciadas não se aplicam aos países em desenvolvimento. Resultado: o protocolo abrange, agora, menos de um terço do total de emissões ao nível mundial.

A segunda observação tem que ver com o facto de a estabilização nos 550 ppm, ou abaixo deste valor, exigir um nível de cooperação internacional sem precedentes. Presentemente, as emissões continuam a aumentar: conseguir uma estabilização nos 550 ppm implicará que, em 2050, as emissões de dióxido de carbono tenham regredido para valores próximos dos actuais, e que continuem a diminuir daí em diante, até atingirem emissões próximas de zero; reduzir o nível para os 450 ppm (continua a ser um cenário perigoso das alterações climáticas) implicará que as emissões globais de dióxido de carbono em 2050 se situem em cerca de metade dos valores actuais. A diferença entre estes requisitos e os cenários traçados pelo PIAC diz muito sobre o desafio com que a comunidade internacional hoje se depara (figura 4.10).

A resposta a esse desafio exigirá um nível de ambição muito superior ao que está patente no actual Protocolo de Quioto. Alguns governos de países desenvolvidos já começaram a exercer pressões para que o próximo protocolo estabeleça um limite de estabilização próximo dos 550 ppm — quase o dobro dos níveis da era pré-industrial. Outros — incluindo a União Europeia — defenderam uma meta baseada nas temperaturas, com o objectivo de restringirem o aumento da temperatura para valores nunca superiores a 2ºC acima dos níveis da era pré-industrial. Isto implicaria um compromisso por parte dos países desenvolvidos no sentido de, em 2020, reduzirem as emissões para 15%-30% abaixo dos níveis de 1990, para aumentarem até aos 80% no ano 2050.[85] Para melhor percebermos o alcance deste desafio, bastará dizer que as emissões por pessoa a nível mundial terão de descer das cerca de 4 toneladas de dióxido de carbono actuais, para 1,2-2,8 toneladas no ano de 2050. Quanto mais tempo demorarmos a atingir o nível de emissões definido, maiores serão os cortes necessários.[86]

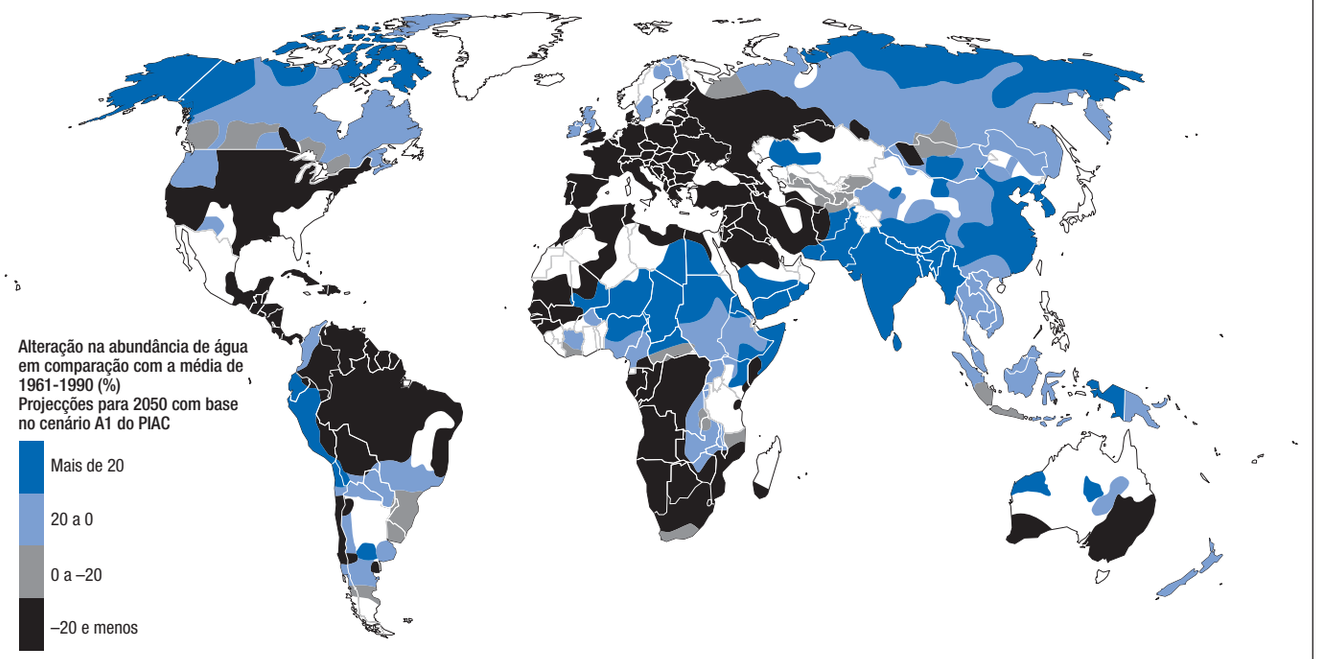
Mas as piores previsões de aquecimento para o século XXI produzirão grandes alterações em termos de níveis de evaporação e de precipitação, aliadas a um ciclo hidrológico mais imprevisível

Figura 4.10 Aquecimento do planeta: estabilização necessitará de reduções drásticas nas emissões



Nota: As projecções de alterações climáticas do PIAC são baseadas em cenários que modelizam o impacto do crescimento económico, da população e outros factores. O cenário de não mitigação (A2) supõe um crescimento económico médio e um elevado crescimento demográfico, mas não apresenta medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Os cenários de estabilização indicam reduções nas emissões de gases com efeito de estufa com limites específicos.
Fonte: PIAC 2001.

Mapa 4.2 As alterações climáticas causarão um declínio da abundância de águas em muitas regiões



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.
Os traçejados representam aproximadamente a Linha de Controlo em Jammu e Cachemira acordada entre a Índia e o Paquistão. O estatuto final de Jammu e Cachemira ainda não foi acordo entre as partes.

Fonte: Arnell 2004.

O sucesso de qualquer tentativa de minimização dos efeitos das alterações climáticas implicará a adopção de novas abordagens multilaterais. As actuais instâncias internacionais reconhecem um princípio fundamental que determina «responsabilidades comuns, mas diferenciadas» entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Os países ricos têm de se empenhar manifestamente mais no sentido de «descarbonizarem» as suas economias. Ao mesmo tempo, o crescente impacto ambiental dos países em desenvolvimento não pode ser ignorado. Daí a necessidade de o eventual sucessor do Protocolo de Quioto abranger não apenas todo o mundo desenvolvido, mas também os países em desenvolvimento mais importantes, como o Brasil, a China e a Índia. A adopção de formas de financiamento, a transferência de tecnologias e uma divisão equitativa dos direitos de emissão são a chave para que os países aceitem integrar uma estrutura multilateral capaz de promover uma efectiva minimização de riscos.

Alterações climáticas e segurança da água

O aquecimento global pode ser já hoje um facto, mas as piores previsões de aquecimento para o século XXI produzirão grandes alterações em termos de níveis de evaporação e de precipitação, aliadas a um ciclo hidrológico mais imprevisível. Temperaturas do ar mais elevadas conduzirão a um aumento da evaporação dos oceanos em todo o planeta, acelerando dessa forma o ciclo hidrológico. Esse aumento das temperaturas também implicará uma evaporação mais acelerada da água dos solos, de tal forma que haverá cada vez menos água das chuvas a atingir os rios. Estas alterações serão acompanhadas por novos padrões de precipitação e intempéries cada vez mais violentas, incluindo cheias e períodos de seca.

Que implicações terão estas alterações em termos de segurança da água e de desenvolvimento humano, nos países mais pobres do mundo? Poderemos assistir, por toda a parte, a numerosas alterações nos ciclos hidrológicos associados a microclimas. Alguns hidrologistas também alertam para a possibilidade de surgirem «situações de aviso», à medida que as alterações climáticas forem dando lugar a novos e menos previsíveis ciclos de mudança.[87] Por exemplo, o derretimento acelerado das camadas de gelo do Árctico poderia provocar uma série de episódios hidrológicos de consequências imprevisíveis. O que já não oferece contestação é a previsibilidade do aumento generalizado da pressão da falta de água num grande número de países.

Podemos encontrar nas projecções relativas às disponibilidades de água para 2050 (mapa 4.2) referências a uma série de consequências plausíveis, resultantes dos diversos cenários de desenvolvimento analisados pelo PIAC. Estas projecções apontam para um declínio de 30% ou mais do escoamento de água proveniente das chuvas em largas faixas do mundo em desenvolvimento, incluindo:

- Países propensos à ocorrência de secas na África Austral, incluindo Angola, Malawi, Zâmbia e Zimbabué. Esta região enfrenta alguns dos mais graves desafios mundiais no domínio da segurança alimentar, registando elevados níveis de pobreza, subnutrição e uma crise prolongada no sector agrícola dependente das chuvas.
- Uma longa faixa que vai do Senegal à Mauritânia, atravessando a maior parte do Norte de África e do Médio Oriente. Nestes países, incluem-se algumas das nações mais atingidas pela pressão de falta de água a nível mundial, onde já são visíveis os grandes desafios resultantes da insegurança da água, traduzidos em taxas de crescimento populacional elevadas e rendimentos per capita reduzidos.
- Grande parte do Brasil, incluindo as regiões semi-áridas do Nordeste, bem como algumas regiões da Venezuela e a Colômbia.

Relativamente a alguns aspectos importantes, as projecções de precipitação de escoamento como aquelas referidas no mapa 4.2 subestimam o problema. As disponibilidades de água também serão influenciadas pelas alterações de temperatura e pela periodicidade das cheias. Partes da África Subsariana — incluindo a região do Sahel e a África Oriental — irão experimentar situações de maior abundância de água, mas menores caudais disponíveis devido ao aumento da evaporação. Da mesma forma, grande parte do Sul Asiático depara-se com a perspectiva de um aumento da média anual de fluxos de água, distribuídos por menos dias de chuva. Motivo: as monções tornar-se-ão mais intensas à medida que as temperaturas forem aumentando o volume de água liberto dos oceanos através do ciclo hidrológico.

É difícil fazerem-se extrapolações acerca das condições de subsistência da humanidade a partir das disponibilidades dos recursos hídricos, mas há três conclusões que poderemos tirar. A primeira é de que a produção agrícola de sequeiro, e que constitui o modo de subsistência da maioria das populações mais carenciadas do mundo, enfrenta graves ameaças em muitas regiões. Para a África Subsariana as ameaças são particularmente sérias, devido à sua enorme dependência de uma agricultura de sequeiro e à vulnerabilidade associada aos elevados índices de pobreza. Contudo, a dimensão da ameaça que atinge a África Subsariana tende a desviar as atenções da situação que se vive noutras regiões. Por exemplo, as simulações do impacto das alterações climáticas na produção agrícola no Brasil apontam para uma diminuição de 12%-55% nas colheitas das regiões áridas dos estados do Ceará e de Piauí, que apresentam concentrações extremamente elevadas de pobreza e de subalimentação nas zonas rurais.[88]

A segunda grande conclusão que podemos tirar é de que a vulnerabilidade e a insegurança associadas à água vão aumentar. A produtividade na produção agrícola, e em particular de sequeiro, é influenciada tanto pela periodicidade como pelo volume da precipitação. E uma das conclusões mais óbvias a retirar dos diversos testes de simulação realizados é de que os níveis de precipitação tendem a tornar-se mais variáveis e instáveis. Haverá também uma crescente incidência de intempéries, sob a forma de secas e de inundações, o que contribuirá para aumentar a ameaça que paira sobre as populações dos países com infra-estruturas de adaptação limitadas.

A terceira conclusão a emergir do PIAC é de que, em termos gerais, a produção de cereais irá aumentar nos países desenvolvidos, enquanto se prevê uma redução em muitos países em desenvolvimento. Também aqui o impacto de uma maior dependência de importações de alimentos apresenta implicações potencialmente adversas para a segurança alimentar em vários países.

A produção agrícola dependente das chuvas, e que constitui o modo de subsistência da maioria das populações mais carenciadas do mundo, enfrenta graves ameaças em muitas regiões

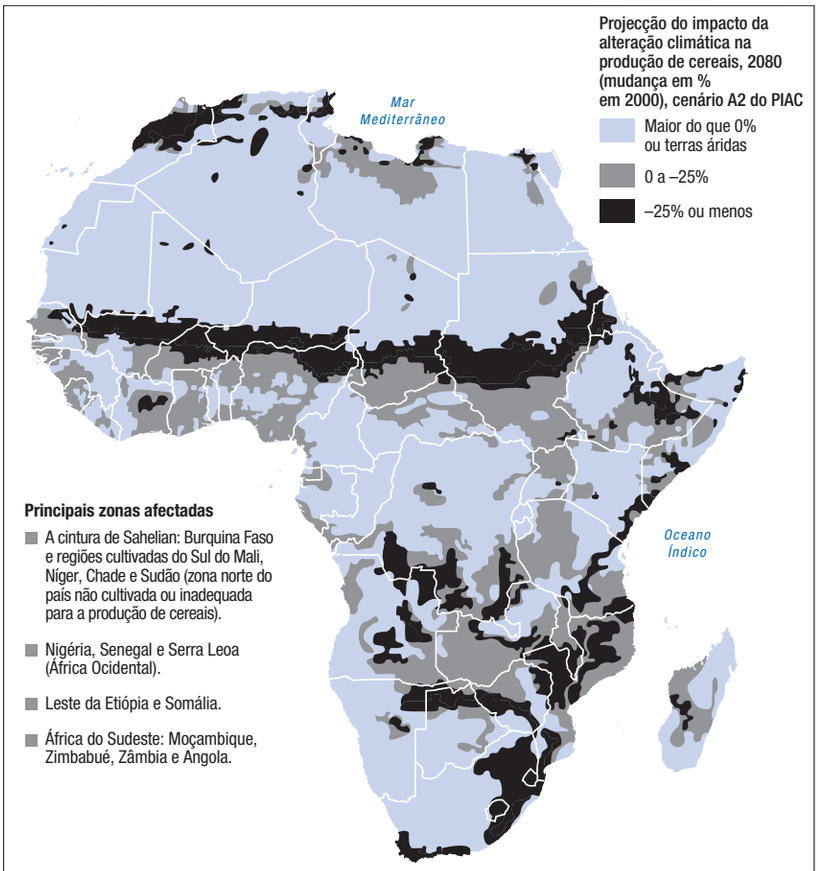
África Subsariana — toda uma região em risco

A África Subsariana é espelho da complexidade e dimensão da ameaça de insegurança dos recursos hídricos provocada pelas alterações climáticas ao nível mundial.[89]

Qualquer avaliação da ameaça colocada pelas alterações climáticas na África Subsariana terá de levar em conta os elevados índices de pobreza e de vulnerabilidade pré-existentes. Quase metade da população da região — cerca de 300 milhões de pessoas — vive com menos de 1 dólar por dia. A maioria vive nas zonas rurais, onde o rendimento e o emprego dependem quase por completo de uma agricultura alimentada pelas chuvas. A África Subsariana já tem um clima altamente variável e imprevisível, e é fortemente vulnerável à ocorrência de cheias e secas. Um terço da população da região vive em zonas propensas a secas, e as cheias são uma ameaça recorrente em vários países. Com as alterações climáticas, grandes parcelas da região tornar-se-ão mais secas, o que contribuirá para aumentar em dezenas de milhões o número de pessoas em risco de fome e de pobreza.

As alterações climáticas já estão a afectar a região. Entre os indícios hoje visíveis, incluem-se os níveis reduzidos de precipitação no Sahel, um aumento da incidência de secas e uma maior volatilidade. Mas o futuro aponta para alterações bem mais sérias: um

Mapa 4.3 As alterações climáticas ameaçam reduzir a produção de cereais em grande parte da África Subsariana



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Fischer e outros 2005.

aquecimento entre 0,2ºC e 0,5ºC por década, com uma redução de 10% na precipitação verificada nas regiões interiores atingidas por cenários de aquecimento global intermédios, e um aumento das perdas de água provocado pela subida das temperaturas. O aquecimento será maior nas margens semi-áridas do Saara, por todo o Sahel e nas zonas interiores da África Austral. As alterações induzidas pelo clima no produto das colheitas e nos limites dos ecossistemas irão afectar de forma dramática algumas das populações mais pobres da África Subsariana (bem como da América Latina e do Sul Asiático), em parte porque muitas delas vivem em zonas muito propensas a intempéries, e por outro lado, porque têm pouca capacidade de adaptação a uma agricultura de regadio, a técnicas de sementeira avançadas ou a estilos de vida alternativos.

Fazer uma simulação do impacto das alterações climáticas nas colheitas e respectivo rendimento é uma tarefa arriscada. Convém começar por sublinhar que não estamos perante uma ciência exacta. Contudo, o estudo recente de alguns casos forneceu dados importantes que deverão servir-nos de advertência. Um exemplo, apresentado no mapa 4.3, baseia-se num dos cenários de alterações climáticas criado pelo PIAC e em indícios concretos da relação existente entre as disponibilidades de água e os índices de produtividade no sector cerealífero.[90] Este caso permite sublinhar as zonas mais seriamente ameaçadas. Nestas zonas inclui-se uma larga faixa que atravessa a região do Sahel, e se estende da Mauritânia à Nigéria, Burquina Faso, Chade e Sudão. Os grandes campos de trigo da África Austral deparam-se com a perspectiva de sofrerem reduções abruptas da produção, a par com países atingidos por uma insegurança alimentar crónica, tais como a Etiópia e a Somália. Conjugada com a probabilidade crescente de ocorrerem períodos de seca, a quebra da produção agrícola irá traduzir-se em mais pobreza, rendimentos mais baixos e condições de subsistência menos seguras, para além da crescente ameaça de episódios de fome crónicos.

Por mais desconcertante que isto possa parecer, até mesmo este cenário desolador pode pecar por excesso de optimismo. Mais de 600.000 quilómetros quadrados de terrenos agrícolas, agora classificados como moderadamente degradados, poderão atingir um nível de degradação ainda maior como resultado das alterações climáticas, na maioria dos casos no Sahel. Essa situação poderá intensificar as pressões sobre a terra arável, originando tensões ambientais crescentes e potenciais conflitos relacionados com o uso da terra. Algumas colheitas básicas poderão vir a ser bastante mais afectadas do que aquilo que o cenário supracitado fazia antever. Pesquisas levadas a cabo em vários países sugerem que a produção de milho, um alimento básico na maior parte da região, é altamente sensível à variabilidade das disponibilidades hídricas durante o período de floração. Os cenários sub-regionais de médio prazo chamam a atenção para algumas das ameaças emergentes:

- *África Oriental*. As projecções para 2030 indicam que esta região registará maior precipitação mas tornar-se-á mais seca, à medida que a temperatura for aumentando. No caso da Tanzânia, o aumento de temperatura previsto oscila entre 2,5ºC e 4ºC. Prevê-se um aumento da precipitação em algumas zonas do país, enquanto as restantes — incluindo as regiões propensas a secas, situadas a sul — registarão índices mais baixos. Algumas simulações prevêem uma quebra da produção de milho da ordem dos 33%.[91] A precipitação no Quénia deverá aumentar em média, mas prevê-se uma descida nas zonas semi-áridas. A produtividade das colheitas em ambos os países será afectada. De acordo com algumas

projecções de cenários elaborados pelo PIAC, as colheitas de produtos alimentares básicos, café e chá poderão sofrer uma quebra de um terço, devido às alterações climáticas.[92]

- *África Austral*. A temperatura média da região deverá registar um aumento entre 1,5ºC e 3,0ºC nos cenários de aquecimento global intermédio, prevendo-se um decréscimo de 10%-15% na precipitação anual média, sobretudo na época de sementeiras. O rio Zambeze depara-se com uma perspectiva de redução da água das chuvas de cerca de um terço no ano 2050, percentagem que poderá chegar aos 40% ou mais na bacia do Zambeze. Prevê-se que as situações de emergência alimentar que afectam ciclicamente o Malawi, Moçambique, a Zâmbia e o Zimbabué venham a tornar-se mais frequentes. A produção de milho diminuirá abruptamente, graças a um aumento da temperatura de 1ºC-2ºC e a uma redução das reservas de água.[93].
- *O Sahel*. No último quarto de século, o Sahel registou a mais acentuada e sustentada descida de sempre em termos de precipitação, pontuada com secas recorrentes no Burquina Faso, Mali e Nigéria. Na África Ocidental, os caudais dos rios sofreram uma redução superior a 40% desde os anos 70. Antecipando o futuro, o rio Níger, que fornece água a dez países pobres e áridos, poderá vir a perder um terço do seu caudal. As simulações baseadas em estudos desenvolvidos no Sudão apontam para uma redução do potencial de produção de 20%-76% no que diz respeito ao sorgo e de 18%-82% no que toca ao milho miúdo.[94]

O derretimento glaciar

Em muitas regiões do globo, os glaciares funcionam como bancos de água. Armazenam gelo e neve no Inverno e libertam-nos lentamente à medida que as temperaturas sobem, enviando assim torrentes de água para as zonas baixas onde se concentram os produtores agrícolas. Hoje em dia, esses bancos de água estão a derreter a ritmo acelerado. E à medida que os glaciares regridem, as reservas de água vão sendo depauperadas em larga escala.

Em grande parte da Ásia Central, da América Latina e do Sul da Ásia, a subsistência das populações rurais depende dos glaciares. Só os glaciares dos Himalaias e do Tibete alimentam sete dos maiores rios do mundo — Brahmaputra, Ganges, Indus, Irrawady, Mekong, Salween e Yangtze — que por sua vez fornecem água a mais de 2 mil milhões de pessoas. Com o aquecimento global, os glaciares estão a derreter mais depressa, aumentando o risco de inundações na Primavera, seguidas de períodos de escassez de água no Verão. Nos próximos 50 anos, o derretimento glaciar poderá surgir como umas das mais sérias ameaças ao progresso humano e à segurança alimentar (caixa 4.9).

Intempéries graves

A localização e a periodicidade das intempéries graves e dos desastres humanitários permanecem imprevisíveis. Mas pode-se prever hoje em dia o seu aumento com um grau de certeza razoável. Para muitos milhões de pessoas, os caudais de água serão ditados por um crescente grau de incerteza e de imprevisibilidade.

Para além das complexas variações que afectam individualmente os sistemas atmosféricos, têm vindo a registar-se algumas alterações de base no conjunto de forças que governam o ciclo hidrológico. O aquecimento global está a fazer aumentar a temperatura dos continentes, enquanto que o derretimento glaciar está a fazer descer a temperatura dos oceanos. A variação entre estes dois factores influencia as monções asiáticas. Um clima mais quente significa que o ar pode conter maior quantidade de vapor de água, pelo que os ventos da monção de Verão transportarão mais humidade. A maior parte dos modelos climáticos sugere que os padrões das chuvas das monções irão sofrer alterações de 25%-100%. Sabe-se que flutuações de apenas 10% provocam inundações e secas de graves repercussões.[95] As chuvas mais intensas têm consequências devastadoras, tal como ficou demonstrado com as cheias de 2005, em Bombaim: 500 pessoas morreram.

Os modelos simples de ganhos e perdas não conseguem transmitir a dimensão real da ameaça que as alterações climáticas representam para os sistemas hidrológicos. Isto deve-se, em parte, ao facto de a análise das alterações acumuladas poder esconder grandes variações no interior de cada país. Alguns países na África Subsariana, como os situados na região do Sahel, poderão obter maiores quantidades de água graças às chuvas, mas acabarão por perder quantidades ainda maiores através da evaporação, à medida que a temperatura aumentar. É provável que a reduzida retenção de humidade no solo provoque uma diminuição da produtividade e um aumento do risco de colheitas falhadas, ainda que a média de precipitação anual venha a aumentar.

As projecções para a Índia realçam a complexidade dos padrões de alteração climática (mapa 4.4). A maioria dos testes de comportamento aponta para um aumento da precipitação em todo o país. Contudo, deverá registar-se um aumento das percentagens de precipitação durante os períodos intensivos de monção em algumas zonas do país já de si bem dotadas de chuvas. Entretanto, dois terços do país — incluindo as zonas semi-áridas de Andhra Pradesh, Gujarat, Madhya Pradesh, Maharashtra e Rajasthan — registarão menos dias de precipitação. Isto traduzir-se-á numa perda líquida em termos de segurança de recursos hídricos, o que por sua vez irá incentivar a captação e armazena-

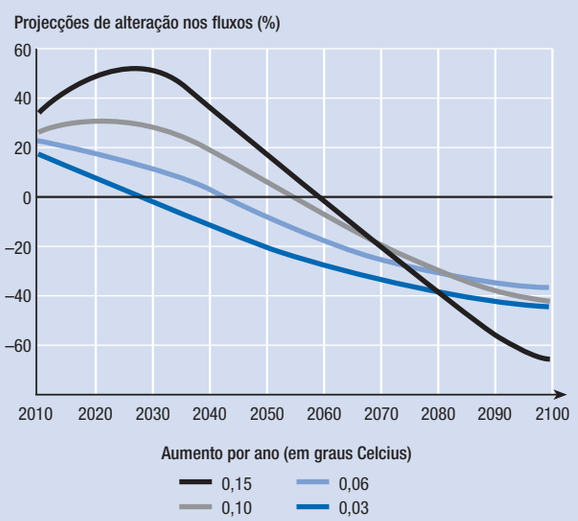
Nos próximos 50 anos, o derretimento glaciar poderá surgir como umas das mais sérias ameaças ao progresso humano e à segurança alimentar

Caixa 4.9 Os bancos de água estão a derreter — o encolhimento dos glaciares estão a mudar os caudais de água

Os glaciares são verdadeiros bancos de água. Eles conservam a água sob a forma de gelo e neve durante o Inverno, libertando-a lentamente para os rios e lagos à medida que as temperaturas aumentam. O aquecimento global registou o seu maior impacto nos glaciares. Nos anos 90, a massa glaciar diminuiu a um ritmo três vezes superior ao registado na década anterior, o que indicia uma aceleração generalizada do processo de derretimento. Mas as consequências mais profundas serão experimentadas nas décadas que se seguem.

Paquistão. Os glaciares dos Himalaias fornecem todos os anos ao Paquistão cerca de 180 mil milhões de metros cúbicos de água, através do rio Indus e de outros sistemas fluviais. Os caudais de água provenientes dos glaciares sustentaram a actividade agrícola dos primeiros colonatos humanos que floresceram nas margens do Indus, em Harappa e em Mohenjo-Daro. Hoje, ainda alimentam o sistema de rega do Indus, considerado o maior do mundo em termos de contiguidade. Mesmo com uma intervenção correctiva a nível global, o encolhimento glaciar irá continuar durante, pelo menos, mais meio século. Os caudais dos rios aumentarão, aumentando a probabilidade de cheias inesperadas e acentuando os problemas de escoamento de irrigação, que neste momento já são graves. Na segunda metade do século XXI, deverá registar-se uma diminuição dramática do caudal dos rios, provavelmente em mais de 30% (ver figura). Esta enorme redução permanente dos fluxos terá enormes consequências para as condições de subsistência na Bacia Hidrográfica do Indus e para o abastecimento alimentar do Paquistão.

O derretimento dos glaciares mudará drasticamente os fluxos do rio Indus



Fonte: Banco Mundial 2005b.

Nepal. No Nepal, os glaciares estão a encolher 30-69 metros por década, existindo mais de 20 lagos glaciares agora identificados como estando em risco de verem os seus bancos de água soltarem-se e provocarem inundações. Para gerir esta ameaça, serão necessários enormes investimentos públicos adicionais.

China. Quase todos os glaciares da China já deram sinais de derretimento substancial. O retraimento dos glaciares no Tibete foi descrito como uma catástrofe ecológica, e a maior parte dos glaciares poderá mesmo desaparecer até 2100. Enquanto esta catástrofe se mantiver, a China estará sob forte ameaça. Há quem argumente que o retraimento dos glaciares poderá ajudar a ultrapassar a pressão da falta de água através da libertação de novos caudais em direcção às zonas áridas do Norte e do Ocidente. A maioria dos casos estudados sugere agora que estaremos perante um falso benefício. Embora o derretimento glaciar no Tibete esteja a libertar mais água, as temperaturas mais elevadas conduzirão à evaporação da maior parte desse volume adicional. É provável que os 300 milhões de agricultores das regiões áridas da China Ocidental assistam, pois, a uma diminuição do volume de água proveniente dos glaciares.

Os Andes. Durante as estações secas, os glaciares da região dos Andes representam a principal fonte de água potável e de irrigação para os residentes nas cidades e os agricultores. Estes glaciares estão a registar algumas das reduções de massa mais rápidas do mundo. Prevê-se que alguns glaciares de pequena e média dimensão possam mesmo desaparecer até 2010. No Peru, as camadas glaciares decresceram uma quarta parte nos últimos 30 anos. A curto prazo, os responsáveis pela gestão da água enfrentam a perspectiva de uma rápida diminuição dos caudais dos reservatórios e sistemas de irrigação, com um aumento de custos para os consumidores urbanos destinado a financiar a construção de novos reservatórios. Os efeitos a longo prazo incluem uma redução dos caudais de água para fins agrícolas durante a estação seca.

Ásia Central. A maior parte da Ásia Central — Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão — situa-se em zonas semi-áridas, onde o processo de evaporação natural excede de forma significativa os níveis de precipitação. Quase toda a água doce provém de campos de neve e glaciares eternos situados nas montanhas do Quirguizistão e do Tajiquistão. A água resultante do derretimento dos glaciares corre para os rios Amu-Darya e Syr Darya - os rios e os respectivos leitos de cheias, que garantem a subsistência de 22 milhões de pessoas no Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão. A agricultura de regadio representa 25% do RNB no Usbequistão e 39% no Turquemenistão. A água do Quirguizistão e do Tajiquistão proveniente da mesma fonte é utilizada para gerar energia hidroeléctrica nas zonas a montante. O retraimento dos glaciares representa uma enorme ameaça para as condições de subsistência e para a economia de toda a região. A velocidade desse retraimento tem vindo a aumentar. Em 1949, os glaciares cobriam cerca de 18.000 quilómetros quadrados do interior montanhoso do Tajiquistão. Imagens de satélite captadas no ano 2000 indicam que esta área encolheu para 12.000 quilómetros quadrados — um decréscimo de 33% em 50 anos. Se a tendência actual se mantiver, os glaciares do Tajiquistão desaparecerão dentro de um século.

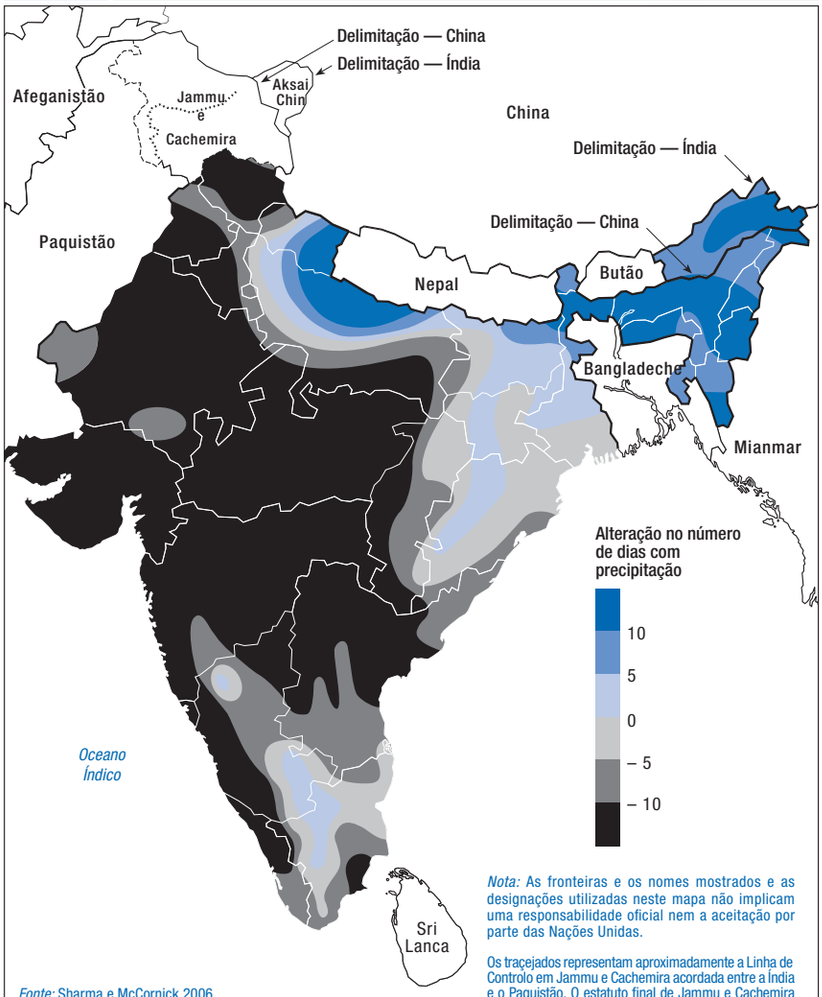
Fonte: Maslin 2004; PNUD 2005a; Banco Mundial 2005c; Programa do Nepal do WWF 2005; Programa Mundial de Avaliação Hídrica 2006; Schneider e Lane 2006.

mento de água. Um factor que irá determinar o perfil de ganhadores e perdedores consiste na capacidade de adaptação de cada um. Os sistemas de irrigação poderão oferecer alguma protecção, e os agricultores comerciais de grande escala estão em boa posição de investir em tecnologias que aumentem a produtividade da água. Os riscos serão transferidos para os produtores que dependem das chuvas e que não possuem meios para se adaptarem através de uma política de investimentos.

Os padrões gerais de precipitação também serão profundamente afectados pelas alterações verificadas nos sistemas atmosféricos. A Oscilação periódica do Sul, designada por El Niño, é fruto de uma alteração da intensidade e da direcção de correntes marítimas e de ventos no Pacífico. Esteve associada às secas na África Oriental, no Norte da Índia, no Nordeste do Brasil e na Austrália, bem como a cheias e furacões catastróficos, desde Nova Orleães até Moçambique. Tem havido um considerável debate sobre as condições meteorológicas e a forma como o El Niño está relacionado com o aquecimento global, uma das maiores — e mais ameaçadoras — incógnitas nos cenários das alterações climáticas.

O que se sabe é que a incidência das intempéries graves está a aumentar, assim como o número de pessoas que vitimam. Durante os anos 90, os desastres climáticos atingiram anualmente uma média de 200 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, e cerca de um milhão nos países desenvolvidos. Ferimentos, mortes e perdas em termos de bens, rendimentos e emprego resultantes dessas intempéries contribuem para debilitar os esforços desenvolvidos por comunidades e governos com o objectivo de melhorarem o desenvolvimento humano. Os impactos negativos são inevitavelmente maiores para as pessoas com recursos mais limitados. Desde o ano 2000 até à data, a taxa de crescimento do número de pessoas afectadas por desastres relacionados com o clima duplicou. Poderá ser difícil atribuir culpas — mas existe, pelo menos, uma forte probabilidade de que o aquecimento global seja responsável por esta situação.[96]

Mapa 4.4 **As alterações climáticas terão como consequência a diminuição dos dias de chuva na Índia**



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Os traçejados representam aproximadamente a Linha de Controlo em Jammu e Cachemira acordada entre a Índia e o Paquistão. O estatuto final de Jammu e Cachemira ainda não foi acordo entre as partes.

Fonte: Sharma e McCornick 2006.

A subida do nível dos oceanos

A subida do nível dos oceanos inclui-se entre os factores mais determinantes da segurança da água para uma larga percentagem da população mundial, neste século XXI. A salinização crescente poderá reduzir de forma dramática as disponibilidades de água doce de muitos países, enquanto as inundações costeiras ameaçam milhões de pessoas.

Há um grupo substancial de países condenados a sofrerem com esta situação. O Bangladeche, o Egipto, a Nigéria e a Tailândia têm largas camadas da população a residir em deltas de rios ameaçados pela intrusão salina. As regiões baixas de Bangladeche sustentam mais de 110 milhões de pessoas numa das regiões do mundo com maior densidade populacional, sendo que mais de metade do Bangladeche está situado 5 metros abaixo do nível do mar. O Banco Mundial estimou que, no final do século XXI, o nível dos oceanos naquele país poderá subir até 1,8 metros, prevendo-se nos piores cenários uma perda de território da ordem dos 16%. A área afectada sustenta 13% da população e produz 12% do PIB. Da mesma forma, o nível do oceano no Egipto também poderá enfraquecer a cintura de areia que protege o delta do Nilo, com graves consequências para as reservas de água subterrâneas, que são essenciais, para os pesqueiros interiores de água doce e para os campos de agricultura intensiva.[97]

A dimensão das potenciais pressões de ajuste ainda não foi suficientemente avaliada. Alguns governos dos países ricos começaram a planear programas de investimento para contrariar os efeitos das alterações climáticas, como é o caso dos Países Baixos. Destaca-se a protecção das áreas costeiras de baixio, através de defesas oceânicas reforçadas e de medidas destinadas a melho-

A partir de 2012, será imprescindível adoptar um ambicioso conjunto de metas bem definidas, que estabeleçam claramente um conjunto de sinais de mercado e uma estrutura executiva representativa dos governos nacionais, das indústrias e dos consumidores domésticos

rar as capacidades de armazenamento no planeamento nacional para países desenvolvidos. As companhias de seguros têm vindo a ajustar as avaliações de risco e a criar reservas para prevenir futuras reclamações. Mas os países pobres enfrentam problemas de diferente ordem, quer no número de pessoas afectadas quer nos custos do controlo da subida do nível dos oceanos. As pessoas nestes países encaram riscos maiores ao passo que a capacidade dos seus governos para reduzir o risco é limitada pela capacidade financeira.

A resposta internacional — fraca em termos de adaptação

A mitigação e a adaptação constituem dois elementos base de qualquer estratégia orientada para fazer face à ameaça colocada pelas alterações climáticas. A mitigação consiste na minimização de futuras alterações climáticas através do enfraquecimento da ligação entre o crescimento económico e as emissões de carbono. A adaptação tem a ver com encarar o facto de as alterações climáticas serem inevitáveis e de muitos dos países mais ameaçados terem menor capacidade de adaptação. A resposta internacional em ambas as frentes tem sido desajustada — especialmente, no que diz respeito à adaptação.

Os últimos anos assistiram a uma mudança acentuada na resposta multilateral à mitigação das alterações climáticas. O Protocolo de Quioto, que entrou em vigor em 2005 com o apoio de 130 países (mas não a Austrália nem os Estados Unidos), representa a tentativa mais abrangente de negociar limites de emissões compulsivos. Inclui mecanismos de flexibilidade que permitem o comércio de emissões entre países, e introduz o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que possibilita que os países desenvolvidos ganhem créditos de emissões através do financiamento de projectos orientados para a redução das emissões de gases com efeito de estufa em países em desenvolvimento. Apesar de restrito a projectos individuais, o número desses Mecanismos de Desenvolvimento Limpo tem vindo a crescer.[98] Para além de Quioto, importantes estratégias de mitigação estão a emergir a vários níveis. Também relacionado com o Protocolo de Quioto, mas simultaneamente independente daquele, funciona o comércio entre os 25 Estados-Membros da UE através do Esquema de Comercialização de Emissões. Sete estados do Nordeste dos Estados Unidos estão a participar, igualmente, num esquema de comércio voluntário — a Iniciativa Regional de Gases com Efeito de Estufa, lançada em finais de 2005. Entretanto, 28 estados norte-americanos desenvolveram planos de acção para reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa. O estado da Califórnica introduziu os seus próprios objectivos inovadores para a redução de emissões.

O Protocolo de Quioto em vigor sofre as consequências de um horizonte temporal limitado (o que restringiu o desenvolvimento de um mercado de comercialização de carbono), da ausência de países desenvolvidos de vital importância e da não inclusão de países em desenvolvimento. Com efeito, o seu alcance equivale a uma parte cada vez mais reduzida de emissões de carbono e de outros gases de efeito estufa que estão a provocar o aquecimento global. O aumento desse campo levanta importantes questões de equidade e de partilha de sobrecarga. Os países industrializados, que contam com 12% da população mundial, são responsáveis por metade das emissões registadas presentemente no mundo inteiro. Os seus cidadãos também deixam atrás de si um rasto de carbono bem maior. A média de emissões per capita oscila entre as 10 toneladas de dióxido de carbono ou equivalentes na Europa, e as 20 toneladas nos Estados Unidos. Os valores equivalentes são de 1,2 toneladas na Índia e de 2,7 toneladas na China. O elevado crescimento de países como a China e a Índia poderia, contudo, fazer aumentar a parcela de emissões de carbono dos países em desenvolvimento, de cerca de metade registada hoje, para cerca de dois terços em 2050. Traçar um modelo de crescimento que permita melhorar os padrões de vida e reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento dentro de uma estratégia global de contenção do aquecimento global implicará uma mudança radical nas políticas nacionais, de modo a facilitar a generalização das tecnologias limpas, assente numa estratégia de cooperação internacional.

A partir de 2012, será imprescindível adoptar um ambicioso conjunto de metas bem definidas, que estabeleçam claramente um conjunto de sinais de mercado e uma estrutura executiva representativa dos governos nacionais, das indústrias e dos consumidores domésticos. A manutenção da subida da temperatura dentro do limite de 2ºC acima dos níveis de 1990 deverá ser encarada como um ponto a atingir obrigatoriamente. Para que tal se concretize, as emissões globais em 2050 deveriam situar-se abaixo dos níveis de 1990 (cerca de 13% abaixo dos níveis actuais), com concentrações de gases com efeito de estufa (medidos em equivalentes ao dióxido de carbono) estabilizadas em cerca de 450 ppm. Para se atingir este objectivo, serão necessárias reformas fundamentais nas políticas de energia a nível mundial. Os impostos sobre as emissões de carbono, o aprofundamento dos mercados de licenças de emissões transaccionáveis, incentivos ao desenvolvimento de tecnologias limpas, e — o que é decisivo — estratégias visando a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento incluem-se entre os instrumentos políticos para a reforma. Ao contrário do que afirmam alguns críticos, o processo de adaptação não deverá colocar em risco as perspectivas de crescimento dos países ricos: os custos de consecução da meta dos 450 ppm para os países desenvolvidos representam anualmente cerca de 0,02%-0,1% do RNB, comparativamente com as taxas de crescimento médio anual de 2%-3%.[99] Para os países em desenvolvimento, a perspectiva de um crescimento sustentado no âmbito de um enquadramento multilate-

ral destinado a reduzir as alterações climáticas implicará o financiamento de transferências de tecnologia a uma escala bem mais vasta do que a prevista nos actuais acordos aprovados sob a égide do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

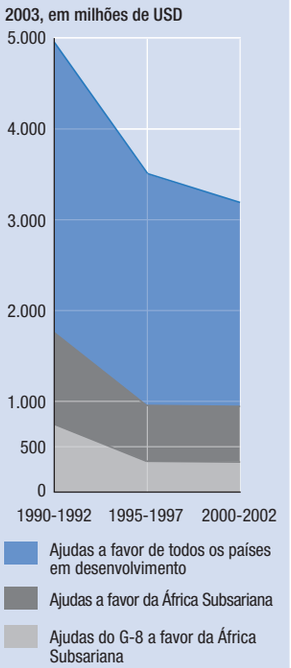
Para além da mitigação, o apoio destinado a processos de adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento tem sido desgarrado e incompleto. A resposta multilateral tem sido lastimavelmente inadequada, denunciando maiores falhas na forma como os sistemas globais de gestão estão a responder aos problemas mundiais. O mesmo se aplica a nível nacional. Muito poucos países em desenvolvimento deram prioridade ao processo de adaptação em documentos de planeamento chave como os estudos estratégicos de redução da pobreza, ou mesmo os documentos referentes à gestão integrada de recursos hídricos.

As provisões destinadas ao financiamento dos processos de adaptação falam por si. Foram aprovados vários mecanismos financeiros destinados aos processos de adaptação, mas as verbas envolvidas são limitados. O Protocolo de Quioto inclui uma provisão que estabelece um Fundo de Adaptação. O financiamento destinado a este vector provém de uma pequena contribuição (com um tecto de 2%) sobre as compras de créditos ao abrigo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Segundo as actuais projecções da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, esta contribuição irá gerar cerca de 20 milhões de dólares até 2012. O principal mecanismo multilateral de financiamento da adaptação é o Fundo Global para o Meio Ambiente. Mas também aqui os parâmetros de financiamento são modestos: cerca de 50 milhões de dólares foram atribuídos a fim de apoiar as actividades de adaptação que criem benefícios ambientais a nível global. Através de um outro Fundo para as Alterações Climáticas Especiais gerido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente, os doadores contribuíram com mais 45 milhões de dólares. Em 2001, e sob os auspícios de programas nacionais de adaptação do Fundo Global para o Meio Ambiente, foi criado um fundo especial para os Países menos Desenvolvidos, que contou com o apoio de 12 doadores. Desde Agosto de 2006, foram contribuídos 100 milhões de dólares para este fundo, mas apenas 9 milhões de dólares em projectos levados a cabo em 43 países — portanto, uma resposta muito limitada.[100]

Terá a ajuda bilateral compensado as falhas do sistema multilateral? A resposta é não, se tomarmos como referência o apoio concedido à adaptação na agricultura, o sector que enfrenta as ameaças mais graves. O duplo desafio neste sector reside em pôr em funcionamento infra-estruturas destinadas a mitigar os riscos e estratégias de redução da pobreza que contribuam para aumentar a capacidade adaptativa das famílias. O apoio ao desenvolvimento desempenha um papel crucial, em especial na África Subsariana. Contudo, os fluxos de ajuda à agricultura diminuíram de uma média anual de cerca de 4,9 mil milhões de dólares no início dos anos 90 para 3,2 mil milhões de dólares nos dias de hoje, e de 12% para 3,5% da ajuda total. Todas regiões foram afectadas: as ajudas à agricultura na África Subsariana diminuíram, em termos reais, de 1,7 mil milhões de dólares, em 1990-92, para pouco menos de 1 mil milhões de dólares em 2004. O Grupo dos Oito (G8) promoveu cortes nos apoios à agricultura da região que chegaram aos 590 milhões de dólares — ou seja, mais de metade do total — durante o mesmo período (figura 4.11).[101] Ora, tendo em conta os interesses do desenvolvimento humano a longo prazo, isto é precisamente o oposto do que deveria acontecer.

Temos de reconhecer, naturalmente, a incerteza dos impactos futuros. Contudo, a incerteza é ambígua: o resultado poderia ser bem mais grave do que indicado nas projecções actuais. Para serem bem sucedidas, as estratégias de adaptação terão de ser desenvolvidas no contexto de estratégias mais alargadas e orientadas para o desenvolvimento sustentável, incluindo medidas para reduzir a vulnerabilidade a situações de choque e de pressão. Isto significa que a adaptação é uma especificidade que deve ser altamente contextualizada, e que a chave do sucesso reside num planeamento nacional baseado na participação local. Contudo, a ajuda internacional é uma condição prévia a qualquer processo de adaptação bem sucedido.

Figura 4.11 Redução dos fluxos de ajuda à agricultura



Fonte: OCDE 2006b.

O caminho a seguir

O mundo não corre o risco de ficar sem água. Mas muitos países correm o risco de já não irem a tempo de lidar com os problemas gravíssimos que a pressão da escassez de recursos hídricos coloca.

A nível nacional, o ponto de partida reside na necessidade de se encarar a água como um recurso escasso, colocando-se um enfoque ainda maior na gestão da procura *dentro* das fronteiras de susten-

Os sistemas de contabilidade ambiental que valorizam a água como um recurso natural e classificam o seu desperdício como uma perda poderiam contribuir para alterar a forma como os políticos encaram a água

tabilidade ecológica. A gestão integrada de recursos hídricos proporciona uma ampla estrutura através da qual os governos poderão conciliar os padrões de consumo de água com as necessidades e exigências dos diferentes consumidores, incluindo o meio ambiente (ver caixa 4.7). As políticas públicas visando a alteração dos sinais do mercado e dos incentivos de preços com o objectivo de conferirem maior peso à conservação, através do incremento das colheita gota a gota e da redução da poluição, também se revelam de importância vital.

Os sistemas de contabilidade ambiental que valorizam a água como um recurso natural e classificam o seu desperdício como uma perda poderiam contribuir para alterar a forma como os políticos encaram a água. A Avaliação de Ecossistemas do Milénio identificou as falhas dos mercados e das receitas nacionais, com o objectivo de avaliar os ecossistemas como factores contributivos para a degradação ambiental. E esta situação é sobretudo evidente em relação à água, em que o desperdício dos activos é contabilizado como um contributo para o aumento da riqueza. A contabilidade ambiental que atribui valores económicos reais a ecossistemas baseados nos recursos hídricos deveria contribuir para a discussão política dos preços da água, da sua distribuição e das necessidades ambientais.[102]

A gestão integrada de recursos hídricos proporciona um veículo importante para reformas mais amplas, ao passo que a estrutura política varia inevitavelmente conforme os países. Os principais requisitos incluem:

- O desenvolvimento de estratégias hídricas nacionais que monitorizem as disponibilidades de água existentes, a avaliação dos limites sustentáveis para o consumo humana e a regulação das captações dentro desses limites.
- A adopção de estratégias de definição de preços que reflictam os níveis reais de escassez da água, mantendo por outro lado a equidade entre os consumidores.
- O corte de subsídios perversos concedidos em situações de excesso de consumo de água, por forma a garantir que os agentes poluidores paguem, e a criação de incentivos destinados a evitar a poluição.
- A realização de auditorias nacionais às reservas de água subterrâneas e às percentagens de captação, e a definição de preços e a implementação de sistemas de regulação para prevenir o consumo em excesso..
- A valorização dos serviços ecológicos prestados pelas reservas naturais e por outros sistemas baseados nos recursos hídricos.

As alterações climáticas apresentam desafios de outra ordem. A mitigação constitui um imperativo. Se a comunidade internacional falhar nesta área, as perspectivas para o desenvolvimento humano no século XXI sofrerão um sério revés. Os principais objectivos, incluindo a meta de estabilização nos 450 ppm para emissões equivalentes de dióxido de carbono, deveriam ser apoiadas por claras estratégias a longo prazo para o comércio de emissões, incentivos para a implementação de tecnologias limpas e o financiamento das transferências de tecnologia.

Para além da mitigação, o desenvolvimento de estratégias de adaptação deveria ser encarado como uma prioridade de primeira ordem. E isto é válido tanto para a ajuda bilateral como para as iniciativas multilaterais. Mais uma vez, o ponto de partida reside no planeamento a nível nacional. Constrangidos por uma capacidade limitada e, por vezes, por uma fraca gestão, poucos países em desenvolvimento deram até agora início a estratégias nacionais de adaptação.

A ajuda internacional desempenha um papel decisivo no apoio aos processos de adaptação, especialmente na agricultura. Na prática, é difícil separar os efeitos das alterações climáticas dos problemas mais graves que os produtores agrícolas enfrentam nos países em desenvolvimento. Contudo, são necessários recursos adicionais para fazer face aos problemas de pressão de falta de água que irão acompanhar as alterações climáticas. Ampliar a ajuda destinada à agricultura do presente nível de aproximadamente 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões de dólares até 2010 deverá, pois, ser encarado como um requisito mínimo.

A África Subsariana é uma prioridade. Tal como acontece noutras regiões, os fluxos de ajuda deverão reflectir as estimativas dos planos nacionais para o financiamento da agricultura. O Programa Global de Desenvolvimento Agrícola Africano desenvolvido pela União Africana e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África contempla uma estrutura do género. Este programa constitui uma estratégia de financiamento a médio prazo que tem por objectivo criar as infra-estruturas necessárias para aumentar a produtividade e reduzir a fome, com especial ênfase para o desenvolvimento de sistemas hídricos sustentáveis. As provisões de financiamento implicarão um aumento da ajuda principalmente, à agricultura, dos cerca de 0,9 mil milhões de dólares actuais para 2,1 mil milhões de dólares no ano 2010. Estes valores inserem-se no aumento acordado pelos países do G8, em Gleneagles — e é importante para o bem-estar de milhões de agricultores pobres que esta promessa seja cumprida.



5 A competição pela água na agricultura

«Entre as muitas coisas que aprendi enquanto presidente figura o papel central da água nas questões sociais, políticas e económicas do país, do continente e do mundo»

Nelson Mandela, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2002

CAPÍTULO 5

A competição pela água na agricultura

Uma questão com implicações importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza mundial é a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência

Há cem anos, William Mulholland, o superintendente do Departamento de Água de Los Angeles (LAWD), apresentou à Califórnia um novo conceito de política estadual: a apropriação de recursos hídricos. Confrontado com a necessidade de satisfazer a procura de água numa pequena cidade no deserto, em rápido crescimento, Mulholland adquiriu tranquilamente direitos da água em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros a norte, construiu um aqueduto ao longo do abrasador deserto Mojave e levou a água para o centro de Los Angeles. Seguiram-se protestos violentos. Os rancheiros de Owens Valley tentaram dinamitar o aqueduto e o LAWD respondeu com uma possante exibição de forças armadas. A transferência de água cimentou o caminho para o crescimento de Los Angeles. Os utilizadores urbanos puderam contar com um abastecimento ilimitado de água e os grandes agricultores receberam água para irrigação que cobriu os desertos de algodão e de outras culturas de rega intensiva. Os agricultores de Owens Valley ficaram a perder.

Mudam-se os tempos — mas há coisas que não mudam. Actualmente, os californianos do sul resolvem as suas disputas relativas à água pela via jurídica e não com dinamite e armas. Mas o feito de Mulholland evidencia duas características persistentes na governação da água. Em primeiro lugar, a água é poder — e quando não há água suficiente, as relações de poder assumem um papel preponderante na determinação de quem acede à água e em que condições. Em segundo lugar, quando a escassez de água se intensifica, as pessoas sem voz nas decisões de distribuição tendem a ser as primeiras a ter de se adaptar à redução do abastecimento.

Ao longo das próximas décadas, muitos países em desenvolvimento confrontam-se com a perspectiva de uma maior competição pela água. O crescimento populacional, o aumento dos rendimentos, a mudança nos hábitos alimentares, a urbanização e o desenvolvimento industrial ampliarão a procura por aquilo que consiste, basicamente, num abastecimento fixo de água. Em zonas onde as bacias hidrográficas se encontram já excessivamente exploradas, surgirão fortes pressões para o ajustamento, mesmo com ganhos de eficiência. A agricultura — a principal utilizadora de água e a fonte de alimentação de uma população em crescimento — será um dos alvos centrais destas pressões. O poder e a voz influenciarão fortemente a forma como o processo de ajustamento afectará os pobres.

À medida que crescem as preocupações relativas à escassez, o debate global sobre a gestão de recursos hídricos tem-se concentrado na segurança alimentar. A questão que frequentemente se coloca é se o mundo terá água suficiente para satisfazer as necessidades alimentares de uma população em crescimento. Menos atenção tem sido prestada a outra questão com implicações igualmente importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza global: a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência. A outra questão com implicações igualmente importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza global: a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência.

Esta questão está relacionada directamente não somente com as perspectivas de atingir uma vasta gama dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, mas também com o bem-estar das gerações futuras. O mundo pode encontrar-se em vias de urbanização, mas a maioria das pessoas pobres e subnutridas ainda vive em zonas rurais e depende da produção agrícola para o seu emprego, rendimento e

A terra e a água são dois activos fundamentais de que as pessoas mais carenciadas dependem para a sua subsistência, geralmente muito mais do que as pessoas em melhor situação de vida

alimentação. A segurança da água é vital para a sua subsistência — e para as suas perspectivas de se libertarem da pobreza. O perigo é que as cidades e as indústrias em rápido crescimento, em busca de mais água, estendam a sua capacidade hidrológica às zonas rurais, reduzindo o acesso das famílias carenciadas a um meio de subsistência fundamental.

O ajustamento à competição está já a acontecer. Em muitos países, o modelo de governação dominante consiste numa abordagem do caminho de menor resistência, com um poderoso eleitorado na indústria, na agricultura comercial e nos municípios, que transferem água às escondidas dos que têm uma voz política mais fraca — incluindo as pessoas carenciadas das zonas rurais. Os resultados desiguais no ajustamento a uma maior competência reflectem desigualdades de âmbito mais vasto baseadas na terra, riqueza, género e influência política. Os sistemas de governação podem rectificar estas desigualdades mas muito frequentemente exacerbam-nas, tal como aconteceu em Owens Valley.

Este capítulo analisa de forma resumida os vínculos entre a água e os sistemas de subsistência rurais e os cenários emergentes de utilização da água que podem influenciá-los. Concentra-se posteriormente em três temas que terão uma relação directa com a possibilidade da governação da competição pela água apoiar ou minar os esforços de redução da pobreza e da desigualdade.

- A competição, os direitos e a luta pela água.
- Melhor governação dos sistemas de irrigação.
- Maior produtividade da água para os pobres.

Água e desenvolvimento humano — os vínculos com os meios de subsistência

As pessoas pobres na agricultura sentem na pele o vínculo entre a água e o desenvolvimento humano. Um Ministro das Finanças indiano ficou célebre pela sua declaração de que o orçamento do seu país era um «jogo de apostas na chuva».[1] Para milhões de pequenos agricultores, pastores e trabalhadores agrícolas, as apostas em jogo são muito mais altas. As variações no regime pluviométrico ou as interrupções no abastecimento de água podem fazer a diferença entre uma alimentação adequada e a fome, entre a saúde e a doença e, em última análise, entre a vida e a morte.

A segurança da água na agricultura perpassa todos os aspectos do desenvolvimento humano. A terra e a água são dois activos fundamentais de que as pessoas mais carenciadas dependem para a sua subsistência, geralmente muito mais do que as pessoas em melhor situação de vida. A água não pode ser considerada separadamente de potencialidades mais vastas, como a saúde e a educação, ou do acesso a outros activos produtivos, incluindo a terra, o capital e a infra-estrutura. Mas a insegurança da água representa um poderoso factor de risco para a pobreza e a vulnerabilidade.

Os meios de subsistência abrangem as capacidades e activos de que as pessoas necessitam para ganhar o seu sustento e manter o seu bem-estar. Nas zonas rurais, a água desempenha um papel crucial, por algumas razões óbvias. Tal como a terra, faz parte da base de capital natural subjacente aos sistemas de produção que sustentam os meios de subsistência. O acesso a um abastecimento fiável de água possibilita às pessoas diversificarem os seus meios de subsistência, aumentarem a produtividade e reduzirem os riscos associados à seca. Permite aos produtores penetrarem em áreas de produção de maior valor acrescentado, cria rendimento e emprego e confere às pessoas a segurança necessária para realizarem investimentos (figura 5.1). Os vínculos entre os meios de subsistência rurais, a água e as iniciativas globais de redução da pobreza são imediatamente visíveis. Cerca de três quartos do total de pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia vivem em zonas rurais, onde os seus meios de subsistência dependem da agricultura. Os pequenos agricultores e os trabalhadores agrícolas representam também dois terços dos 830 milhões de pessoas subnutridas do mundo. O vínculo entre a segurança da água e os meios de subsistência ajuda a explicar a relação generalizadamente observada entre a água e a pobreza. Na Etiópia, a distância de um ponto de água constitui um dos indicadores mais precisos da vulnerabilidade e da pobreza.[2]

A previsibilidade do abastecimento de água e a sustentabilidade de ecossistemas que nela se baseiam constituem dimensões fundamentais da segurança da água. A previsibilidade ajuda a explicar a razão

Figura **5.1** **O acesso a água de irrigação pode reduzir a pobreza e a vulnerabilidade**



Fonte: Adaptado de Hussain e Hanjra 2003.

pela qual o acesso à irrigação está associado a uma menor prevalência e rigor da pobreza. Estudos que cobrem vários países demonstram que os níveis de pobreza são frequentemente 20%-30% mais baixos em sistemas irrigados do que em áreas não irrigadas.[3] A irrigação proporciona uma série de benefícios relacionados com a segurança da água que reduzem a pobreza, desde uma maior produção alimentar a rendimentos reais mais elevados, maior taxa de emprego e preços mais baixos de alimentos. No entanto, a solidez do vínculo entre irrigação e pobreza está condicionada por uma série de factores institucionais, incluindo eficiência e equidade na distribuição da terra.

Agricultura sob pressão — os cenários emergentes

A futura gestão da água está sujeita a pressões em duas frentes. No lado da procura, a industrialização, a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares farão crescer a procura por alimentos e pela água utilizada na sua produção. No lado da oferta, o espaço para alargar o acesso à água de irrigação é limitado. É este desequilíbrio entre a oferta e a procura que está a provocar as pressões do ajustamento.

O futuro da gestão da água na agricultura será muito diferente do passado. Considere-se a história recente da irrigação. Ao longo das últimas quatro décadas, a área global de terra irrigada duplicou. Aliada aos aumentos de produtividade que estiveram na base da revolução verde, a expansão da fronteira da irrigação permitiu que a agricultura alimentasse uma população em crescimento. No Sul da Ásia, a disponibilidade anual per capita de cereais passou de 162 quilos em meados dos anos 60 para 182 quilos em meados dos anos 90.[4] A produção de culturas predominantemente irrigadas — como arroz e trigo — cresceu a um factor de dois a quatro e mais de dois terços dos ganhos provieram de aumentos dos rendimentos da colheita. Estes fortes ganhos de produtividade constituíram um elemento central na melhoria da segurança alimentar e na redução da fome mundial. Sem a expansão da área irrigada, o cenário da pobreza rural e da segurança alimentar global seria hoje bastante diferente. O contraste com a África Subsariana, onde os ganhos de produtividade só à tangente acompanharam o crescimento populacional, é bastante esclarecedor.

Considerando o futuro, as perspectivas de alargamento da irrigação são reduzidas, ao passo que as pressões da indústria e dos utilizadores domésticos de água continuam a aumentar. As novas fontes de

Considerando o futuro, as perspectivas de alargamento da irrigação são reduzidas, ao passo que as pressões da indústria e dos utilizadores domésticos de água continuam a aumentar

água para irrigação são cada vez mais dispendiosas e a sua exploração é nociva ao ambiente, o que impõe limites ao potencial do tipo de expansão que caracterizou as décadas posteriores aos anos 60. O custo real de novas fontes de irrigação em países como a Índia, a Indonésia e o Paquistão mais que duplicou desde 1980.[5] Entretanto, durante as próximas quatro décadas, a agricultura em muitos países em desenvolvimento irá competir pela água em bacias onde a utilização abusiva está já a provocar o encerramento ou a proximidade do mesmo, com a utilização de água a exceder os níveis mínimos de reposição. Vastas zonas da China, do Sul da Ásia e do Médio Oriente mantêm actualmente a irrigação através de práticas insustentáveis de extracção de águas subterrâneas ou de extracção excessiva de água dos rios. A taxa de sobrexploração de águas subterrâneas é superior a 25% na China e de 56% em algumas zonas da Índia.[6] A correcção desta exploração abusiva exigiria a redução da utilização de água subterrânea de 817 mil milhões de metros cúbicos para 753 mil milhões, diminuindo consideravelmente a água para irrigação em muitas zonas.[7] O problema das águas subterrâneas constitui agora um risco para a produção alimentar em vastas regiões do mundo em desenvolvimento, com riscos suplementares para os sistemas de subsistência rurais.

Recentes exercícios sobre o cenário de utilização de água desenvolvidos pelo Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresentam histórias ligeiramente diferentes — mas com temas comuns. Entre as principais características do cenário para as próximas quatro décadas, contam-se as seguintes:[8]

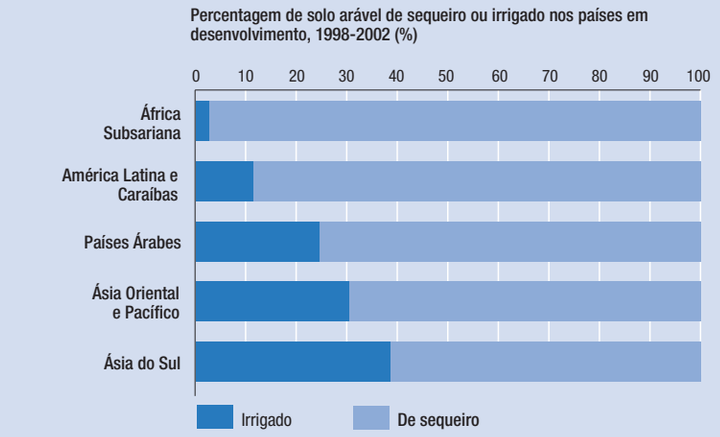
- *Continuação do crescimento populacional e rápida urbanização.* A população crescerá em cerca de 80 milhões de pessoas por ano ao longo das próximas três décadas, alcançando os 9 mil milhões em 2050, cabendo aos países em desenvolvimento praticamente a totalidade do aumento. O crescimento populacional será acompanhado por uma rápida urbanização. Em 1960, dois terços da população mundial viviam em áreas rurais. Esta proporção diminuiu para metade e em 2050 dois terços da população mundial viverão em cidades. A manutenção dos recursos alimentares exigirá fortes aumentos de produtividade de forma a garantir que menos produtores rurais possam satisfazer as necessidades de uma crescente população urbana.
- *Crescente procura de água.* As previsões relativas à extracção de água nos países em desenvolvimento apontam para um aumento de 27% em 2025 face a 1995. A utilização de água para outros fins que não a irrigação duplicará, ao passo que o consumo de água para irrigação crescerá apenas 4%. Tal como se demonstra no Capítulo 4, a utilização prevista de água para irrigação crescerá muito mais lentamente do que a destinada à indústria, aos centros urbanos e à pecuária.
- *Procura mais intensiva em rega, mas expansão mais lenta na irrigação.* A crescente procura alimentar nos países em desenvolvimento exigirá aumentos na produção de colheitas de 1,4% ao ano em média, valor que se eleva a 2,5% na África Subsariana. A procura alimentar tornar-se-á mais intensiva em rega, com rendimentos crescentes. Entretanto, a taxa de aumento na irrigação abrandará drasticamente. Até 2030, a extracção de água para irrigação aumentará apenas 14%. Nalgumas regiões, as restrições de água serão ainda mais severas. Na Ásia, a utilização de água para irrigação crescerá 1%, em comparação com 14% para os outros utilizadores.
- *O imperativo de aumentar a produtividade.* Como irá o mundo satisfazer a sua crescente procura por alimentos? Nos cereais, a Organização para a Alimentação e a Agricultura prevê que as culturas irrigadas nos países em desenvolvimento terão de crescer em cerca de um terço (para níveis superiores aos que se verificam actualmente no mundo desenvolvido), com aumentos de dois terços na produção. A agricultura de sequeiro terá de responder por 47% do aumento global da produção de cereais, o que coloca em destaque a importância crucial de aumentar a produtividade da água rica em matéria orgânica (água absorvida pelo solo e «transpirada» pelas plantas) através de uma maior retenção da humidade e de melhores práticas de lavoura. A produção de sequeiro é substancial e oferece um considerável potencial. Representa cerca de dois terços da produção de cereais, no entanto, a rentabilidade por hectare constitui apenas metade, em média, das 3,2 toneladas métricas produzidas nas áreas irrigadas.

Estas são previsões globais genéricas. Não levam em consideração os factores distributivos que diferenciam a verdadeira segurança alimentar da disponibilidade alimentar. Nem captam as enormes variações entre regiões e no seio das mesmas. Mas apontam, efectivamente, para uma pressão intensificada sobre recursos hídricos já de si explorados excessivamente. A Índia, só para mencionar um exemplo, terá mais 270 milhões de pessoas a viver em zonas urbanas em 2025 do que em 1995. Muitas destas pessoas estarão

empregadas em indústrias intensivas em água, e em mão-de-obra, operando em regiões do país pressionadas pela disponibilidade de recursos hídricos.

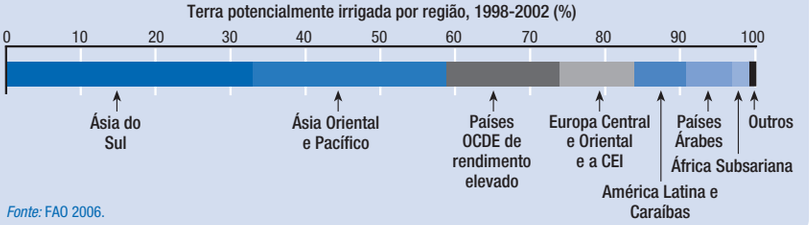
A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Na medida em que constitui a região em desenvolvimento mais dependente da agricultura de sequeiro (figura 5.2), a gestão da água rica em matéria orgânica continuará a ser a prioridade central. A região representa menos de 5% da irrigação global (figura 5.3) e apenas dois países (África do Sul e Madagáscar) respondem por dois terços da capacidade actual. Moçambique e a Tanzânia desenvolveram apenas 5% a 10% do seu potencial. [9] Cada vez mais os governos da região e os doadores de ajuda encaram o desenvolvimento da irrigação como uma via para o aumento da produtividade e da segurança alimentar. A Comissão para África recomendou uma duplicação da área sob irrigação para a próxima década, o que equivale ao acréscimo de mais 7 milhões de hectares até 2010.[10] O progresso nesta direcção poderia gerar ganhos importantes para o desenvolvimento humano: estudos sobre a produtividade do arroz na Tanzânia sugerem que a irrigação poderia elevar o rendimento das colheitas em 5% ao ano. No entanto, os resultados dependerão da distribuição dos benefícios — uma questão de governação a que regressamos abaixo.

Figura 5.2 A África Subsariana tem o mais baixo rácio entre agricultura de regadio e de sequeiro



Fonte: FAO 2006.

Figura 5.3 A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada



Fonte: FAO 2006.

Objectos inamovíveis e forças irresistíveis

Ao longo das próximas quatro décadas, a governação da água funcionará no espaço que medeia entre um objecto inamovível e uma força irresistível. O objecto inamovível é o limite ecológico à utilização de água. A força irresistível começa a ser produzida pela crescente procura de água pela indústria e de alimentação pelas populações urbanas. Os cenários baseados em estatísticas ocultam algumas das importantes questões de desenvolvimento humano levantadas pelos ajustamentos que inevitavelmente se produzirão.

Os recursos hídricos desenvolvidos são utilizados quase na totalidade em muitos países. Com o crescimento dos custos financeiros, ambientais e políticos associados ao desenvolvimento de novos recursos hídricos, a competição pela água entre utilizações e utilizadores está destinada a aumentar progressivamente. Com efeito, um bolo de dimensão fixa terá de ser repartido em fatias desiguais e algumas pessoas ficarão a perder. Face a este cenário, é provável que a transferência intersectorial de água se converta numa das principais questões do desenvolvimento humano no século XXI. Grande parte do debate tem-se concentrado na eficiência económica e na tecnologia. Tem sido prestada menos atenção à equidade e às consequências para as pessoas vulneráveis que vivem em zonas rurais, ainda que estas questões tenham forte probabilidade de se tornarem graves. À medida que a competição nacional pela água se intensificar, as pessoas com os direitos mais fracos — entre elas, os pequenos agricultores e as mulheres — verão o seu acesso à água diminuído por partes interessadas mais poderosas.

As consequências da competição não constituem meros resultados teóricos de um plausível cenário futuro. Estão já patentes no crescente conflito relacionado com os ajustamentos à escassez de água em muitos países. Considerem-se estes conflitos recentes:[11]

- Na Índia, a competição pela água está a crescer em várias regiões do país. Chennai, no estado de Tamil Nadu, constitui um modelo paradigmático de uma cidade com escassez de água que estende a sua capacidade hidrológica. Está a terminar a construção de uma conduta de 230 quilómetros para extrair água da bacia do rio Cauvery, uma das bacias da Índia mais pressionadas pela extracção de água e fonte

Direitos seguros da água podem expandir as oportunidades das pessoas mais carenciadas se libertarem da pobreza, enquanto que a ausência de direitos seguros sujeita as pessoas ao risco de não poderem vir a satisfazer as suas reivindicações à luz da competição

de um persistente conflito entre Tamil Nadu e Karnataka. A competição entre utilizadores está a intensificar-se. No distrito de Pallakad, em Kerala, a extracção de água subterrânea por uma empresa multinacional de refrigerantes esgotou o aquífero, secou vários poços e provocou graves prejuízos ao meio ambiente.[12] Numa repetição do episódio nas periferias de Bombaim, a mesma empresa provocou os protestos dos agricultores contra as suas operações de extracção de água para servir o mercado de água mineral destinado à classe média, em rápido crescimento, da cidade.[13] Gujarat e Rajasthan também testemunharam distúrbios repetidos de violentos conflitos ligados à utilização da água.

- Na China, o governo lançou-se num programa de 2,7 mil milhões de dólares com o objectivo de desviar água de zonas irrigadas nas províncias de Shanxi e Hebei, deparando-se com uma significativa oposição. Em toda a extensão do rio Amarelo e ao longo das planícies nortenhas que sofrem pressão sobre os recursos hídricos, as autoridades estão a mediar conflitos relativos à água entre agricultores, municípios e indústria. Em Julho de 2000, violentos protestos se seguiram ao anúncio de um plano para desviar água de um reservatório, da agricultura para a indústria, em Shandong, a última província antes do rio Amarelo desembocar no mar.
- Na Tailândia, produtores agrícolas do sistema de irrigação de Mae Teng protestam contra a transferência de água para Chiang Mai, onde as autoridades municipais lutam para satisfazer a crescente procura de utilizadores urbanos e industriais.
- No Iémen, os agricultores protestam contra a transferência de água da agricultura para centros urbanos em rápido crescimento, como Ta'iz e Saná.
- Na província paquistanesa de Sindh, centenas de agricultores da «fase final» do sistema de irrigação protestaram contra a escassez de água e a gestão de um sistema de irrigação que favorece a produção de culturas de rega intensiva a montante. As disputas relativas ao acesso a canais de irrigação são cada vez mais frequentes. Em Junho de 2006, morreram 14 pessoas na região de Karrum devido a conflitos entre aldeias relativamente a canais de irrigação, na sequência de um declínio na disponibilidade de água.[14]

Se os observadores internacionais reflectem sobre o potencial das guerras da água entre países, conflitos como estes no interior dos países estão já a intensificar-se a um ritmo preocupante. A violência está a tornar-se cada vez mais comum em muitos países e o potencial de conflitos irá inevitavelmente aumentar com a intensificação da competição. Os ajustamentos aos cenários anteriormente descritos criarão vencedores e perdedores. A determinação de quem ganha e quem perde será efectuada não através do simples cálculo da oferta e da procura, mas por meio de sistemas institucionalizados de direitos e reivindicações que determinam a habilitação à água. É a governação destes sistemas que determinará, em última análise, os resultados do desenvolvimento humano (ver Capítulo 6).

A competição, os direitos e a luta pela água

As habilitações têm importância em qualquer processo de competição e estas surgem envolvidas por direitos. Genericamente definidos, os direitos da água representam reivindicações à água socialmente aceites e juridicamente válidas. Definem os termos que autorizam a remoção de água do seu ambiente natural, a utilização de água numa fonte natural e a gestão de fluxos de água. Tal como acontece com a terra, direitos seguros da água podem expandir as oportunidades das pessoas mais carenciadas se libertarem da pobreza. De modo inverso, a ausência de direitos seguros sujeita as pessoas ao risco de não poderem vir a satisfazer as suas reivindicações à luz da competição.

Os primeiros estatutos legais do mundo reconheceram o carácter especial da água. Na lei romana do século III, a *aqua profluens* (água corrente)

era um bem comum, nem público nem privado, o que sublinhava a equidade e a sua posse por parte de toda a sociedade. Hoje, os direitos da água variam bastante de país para país, aglutinando frequentemente uma série de distintos consumidores de água. Mas existem três grandes categorias de direitos comuns à maior parte das sociedades: *direitos da água públicos*, detidos pelo Estado, *direitos comuns ou consuetudinários*, legitimados por normas e tradições, e *direitos de propriedade privada* para utilizar ou transferir água (através, por exemplo, de extracção de água subterrânea ou irrigação). Estes direitos sobrepostos assumem extrema relevância na forma como as reivindicações e as habilitações de utilizadores rivais são esgrimidas em caso de aumento da competição.

À medida que cresce a pressão pela transferência intersectorial de recursos e a competição no seio da agricultura, os sistemas de direitos e reivindicações tornar-se-ão crescentemente importantes. O processo de transferência da água pode ocorrer através de decreto administrativo, intercâmbio no mercado ou outros tipos de negociação. Aspectos como que partes interessadas estão envolvidas nas decisões, quem recebe compensação e quem molda as regras e normas para gerir o ajustamento serão inevitavelmente afectados pela natureza e extensão dos direitos da água e pelo poder relativo dos diferentes agentes.[15]

Os limites aos mercados privados de água

À medida que a competição pela água se intensifica, algumas pessoas têm defendido o desenvolvimento de mercados baseados em direitos da água negociáveis para resolver os problemas associados à competição. O estabelecimento de direitos inequívocos de propriedade privada da água, alegam, permitiria que os ajustamentos à crescente competição tivessem lugar através do mercado, ao passo que o mecanismo do preço garantiria a canalização da água para a sua utilização mais produtiva. Constituirá este um modelo viável para abordar os desafios sociais e económicos colocados pelos cenários anteriormente descritos?

Os direitos privados da água têm uma longa história. Na região ocidental dos Estados Unidos, foram introduzidos há mais de um século, através de leis que contemplavam não somente a autoridade para extrair água, mas também para negociar a sua utilização.[16] Hoje, o sistema de negociação de água permite que cidades como Los Angeles adquiram água a agricultores do Vale Central, que detêm o direito privado da água de irrigação nas suas terras. No mundo em desenvolvimento, o Chile detém o sistema mais desenvolvido de direitos da água privados e negociáveis. Introduzido no início dos anos 80, o sistema permite que os agricultores negoceiem o direito de extrair água com outros utilizadores (caixa 5.1).

Os mercados da água privados proporcionam um mecanismo de reequilíbrio da oferta e da procura e elevam a eficiência, medida através dos preços do mercado. No entanto, os mercados não equilibram automaticamente os objectivos de eficiência e de equidade — e a eficiência de mercado pode ser comprometida por fracassos institucionais na correcção de imperfeições do mercado.

Considerem-se algumas das questões de equidade que surgiram nos mercados da água dos Estados Unidos. Estes mercados facilitaram os ajustamentos à escassez e à competição (caixa 5.2). A região ociden-

Caixa 5.1 Chile — mercados de água e reforma numa economia de elevado crescimento

O Chile é frequentemente citado como uma história de sucesso na integração da água em estratégias mais vastas de gestão sustentável de recursos e de crescimento económico acelerado. Os mecanismos baseados no mercado ocupam uma posição central na política pública. Mas a eficiência e a equidade seguiram por vezes direcções diferentes.

Os direitos da água negociáveis foram institucionalizados pela Lei Nacional da Água de 1981, integrados num esforço de liberalização económica de longo alcance. Desenvolveram-se mercados privados e os direitos da água eram negociados como produtos básicos. Os proprietários de terras podiam trocar água por dinheiro. E as transferências efectuadas ao abrigo de mercados da água ajudaram a sustentar o rápido crescimento de produtos agrícolas de rega intensiva, como frutas, legumes e vinho, bem como pasta de madeira e cobre (extraído e processado no deserto do Atacama).

As reformas aumentaram o valor da escassez da água e criaram incentivos ao investimento em ganhos de eficiência. Sofisticados sistemas de gestão da água no sector das exportações agrícolas colocaram o Chile na linha da frente dos utilizadores eficientes de água. Entre 1975 e 1992, a eficiência da irrigação aumentou entre 22%-26%, o equivalente a libertar 264.000 hectares suplementares para cultivo e a poupar 400 milhões de dólares no desenvolvimento de novas fontes de água. Desde 1980, a água utilizada no sector da pasta de madeira diminuiu 70%.

No entanto, se não nos restringirmos à eficiência empresarial, os indicadores apontam para um balanço menos homogéneo. Os preços da escassez da água não reflectiram os custos dos prejuízos ambientais relacionados com a utilização abusiva por uma razão bem conhecida: o preço das externalidades ambientais não é fixado de forma adequada nos mercados livres. E os subsídios estatais para a promoção das exportações silvícolas enfraqueceram os indicadores de preço dos mercados da água, criando incentivos à deterioração ambiental.

A lei de 1981 aumentou a eficiência económica, mas o seu êxito foi bastante menor se a medirmos por um padrão de equidade. A afectação de direitos da água sem limites nem restrições suscitou, como era de prever, especulação e monopólios de água. E devido ao facto dos direitos da água se encontrarem associados a direitos da terra num sistema marcado por uma distribuição altamente desigual da terra, os benefícios foram desviados dos pobres. Estudos conduzidos na bacia de Limari demonstram que os direitos da água se concentraram principalmente nas mãos dos grandes agricultores comerciais e de negociantes urbanos de água. O terço dos agricultores mais pobres viu a sua parcela de direitos da água cair em mais de 40% desde 1981.

As reformas de 2005 têm por objectivo realinhar os mercados privados com o interesse público. As disposições reguladoras para restringir a actividade especuladora, desmantelar monopólios e reforçar a protecção ambiental constituem uma parte central da nova estrutura legislativa orientada para a governação dos mercados da água.

Fonte: Rosegrant e Gazmuri S. 1994; Romano e Leporati 2002; Peña, Luraschi e Valenzuela 2004; GWP 2006c.

Os direitos jurídicos do povo não têm grande valor se as instituições encarregadas de protegê-los forem inacessíveis ou não tiverem capacidade de resposta

tal dos Estados Unidos, particularmente, conta com regras e instituições altamente desenvolvidas para governar os mercados e mediar as reivindicações. Mas a equidade nem sempre é acautelada de forma adequada. Um estudo sobre a distribuição de ganhos e perdas de transferências de água em Mendota, na Califórnia, revelou que o número de quintas em regiões exportadoras de água baixou 26% entre 1987 e 1992. Mas o número de quintas de pequena dimensão caiu 70% e a procura de trabalho diminuiu ainda mais em virtude da falência de empresas grossistas de frutas e legumes.[17] Apesar da prosperidade conjunta ter crescido, entre os perdedores encontrava-se um grande grupo de produtores pobres.

A experiência dos Estados Unidos demonstra também a importância da legitimação na utilização da lei como complemento de uma igualdade anterior à lei. Os direitos jurídicos do povo não têm grande valor se as instituições encarregadas de protegê-los forem inacessíveis ou não tiverem capacidade de resposta. Isto vale até para países com regras e normas altamente desenvolvidas para a administração da justiça. No Novo México, o gabinete de engenharia estadual é obrigado a adjudicar os direitos dos pequenos utilizadores de água, bem como os efeitos contra terceiros. Ainda assim, os pequenos agricultores de sistemas de irrigação tradicionais geridos por agricultores (*acequias*) depararam-se com dificuldades na defesa dos seus direitos estabelecidos. Na sua maioria são de descendência hispânica, socialmente marginalizados e raramente fluentes em inglês, a língua utilizada em tribunal. No que respeita à implementação, a legitimação tem tanta importância como o poder da lei.[18]

A evolução dos mercados da água privados no Chile colocou em destaque a complexa interacção — e as potenciais tensões — entre os objectivos de eficiência e de equidade. A eficiência da água cresceu drasticamente desde meados dos anos 70, reflectindo os incentivos e indicadores de mercado que emergiram da negociação de direitos da água. Produtores na agricultura e em indústrias intensivas em água, como

Caixa 5.2 Negociação de água na região ocidental dos Estados Unidos

A região ocidental dos Estados Unidos é talvez aquela que é mais citada pelos reformistas como um modelo de negociação eficiente de direitos da água. Mas pouco se tem falado das leis e instituições desenvolvidas durante um longo período para governar aquele modelo.

As transferências de água na região ocidental dos Estados Unidos foram facilitadas por leis que separam os direitos da água dos direitos da terra. Foi esta separação, assumidamente reforçada pela desconsideração por outros processos legais, que permitiu que William Mulholland se apropriasse da água de Owens Valley na década de 20 do século passado e a transferisse para Los Angeles. A informação é crucial para o regime de transferência de água. Registos estaduais extensivos sobre os volumes e quotas de água associados a direitos individuais constituem outra característica dos sistemas da região ocidental dos EUA.

As transferências intersectoriais são governadas por processos institucionais que diferem de estado para estado. No Arizona, no Novo México e no Utah, o gabinete de engenharia do estado está encarregado de avaliar as características técnicas de todas as transferências e de conduzir audiências sobre os seus efeitos contra terceiros. O Colorado recorre a tribunais da água para resolver disputas entre utilizadores rivais, o que resulta em custos de transacção muito mais elevados para aqueles que propõem e que se opõem a acções contestadas. E apenas os direitos de «utilização benéfica» são considerados, o que descarta o recurso a reclamações à utilização pública por parte de pessoas afectadas por fluxos reduzidos ou perda de meios de subsistência, à medida que diminui a produção de regadio.

Na Califórnia, foram conduzidas algumas transferências através de um «banco de água para o combate da seca» estadual, que negoceia aquisições de agricultores individuais para a transferência para outras utilizações. A maioria das transferências assume a forma de alugueres temporários, em parte devido às restrições sobre os direitos da água, mas também porque a maioria dos proprietários não pretende transferir os direitos de forma permanente. Alguns municípios asseguram água suplementar em anos de seca através do pagamento aos agricultores pela instalação de dispositivos de conservação da água ou do aumento da reposição em anos húmidos, recebendo a cidade a água suplementar poupada ou armazenada.

As transferências de água na região ocidental dos Estados Unidos constituem uma esfera política altamente contestada e objecto de grande controvérsia. O que distingue o sistema, especialmente do ponto de vista dos países de baixo rendimento que buscam implementar instrumentos políticos — como permissões negociáveis e redistribuições administrativas — é a profundidade das regras e normas institucionais. Mas, mesmo com estas regras e normas, a equidade na utilização de água tem sido difícil de proteger — resultado que deve figurar proeminentemente no debate político público nos países em desenvolvimento.

Fonte: Meinzen-Dick e Ringler 2006; NNMLS 2000.

a exploração mineira, responderam ao aumento dos preços da água através da adopção de novas tecnologias, como os sistemas de irrigação gota a gota que sustentaram a explosão das exportações de frutos e legumes de alto valor acrescentado.

O desenvolvimento de mercados da água no Chile aumentou inquestionavelmente a eficiência e ajudou a concretizar o crescimento sustentado das exportações agrícolas de alto valor acrescentado. No entanto, os ganhos de eficiência na gestão da água foram superiores à gestão da equidade. Durante os anos 80 e 90, a ausência de estruturas de regulação eficazes conduziu a monopólios da água, distorções de mercado e resultados altamente desiguais. Os pequenos agricultores foram marginalizados e não conseguiram capitalizar os direitos da água. Entretanto, as comunidades indígenas perderam os direitos de utilização da água para empresas de exploração mineira aptas a estabelecer reivindicações de propriedade privada.

A Reforma da Lei da Água adoptada pelo Chile em 2005 representa uma tentativa de abordar estes problemas e de colmatar a lacuna de regulação nos mercados da água. A nova legislação limita a actividade especuladora, extingue monopólios de direitos da água e protege os pequenos agricultores.[19] Os grupos indígenas também se mobilizaram para a utilização do sistema legal numa tentativa de restabelecer as suas reivindicações. Em 2004, as tribos dos Aymara e dos Atacemenos no Norte do Chile asseguraram uma norma histórica, segundo a qual a utilização consuetudinária estabelece uma reivindicação prévia que se sobrepõe a direitos da água privados subsequentes.[20]

Em última análise, os direitos da água não podem ser considerados separadamente das estruturas políticas e institucionais que os governam. Neste aspecto, os mercados da água não diferem de forma alguma de qualquer outro mercado. O que distingue a água é o seu papel central nos meios de subsistência das pessoas e no ambiente de um país. Estas características únicas apontam para a necessidade de sistemas de regras e instituições altamente desenvolvidos que assegurem que importantes objectivos da política pública em matéria de justiça social e de sustentabilidade ecológica não se subordinem à busca de ganhos privados.

As propostas relativas a direitos da água transferíveis suscitaram um debate intenso no mundo em desenvolvimento. Na Indonésia, no Sri Lanca e na Tailândia, estes planos deram origem a preocupações de que o poder de mercado dos grandes produtores e da indústria venha a negar aos pequenos agricultores o seu acesso à água de irrigação. Estas preocupações são justificadas. Teoricamente, o aluguer ou a venda de direitos da água poderia oferecer uma fonte de rendimento aos agricultores pobres — tal como aconteceu com os agricultores da região ocidental dos Estados Unidos. Mas existem relações de poder bastante assimétricas, desigualdades no acesso à informação e disparidades na capacidade de acesso a recursos jurídicos. A estes problemas alia-se o perigo óbvio dos agricultores serem obrigados à «venda forçada» de direitos da água durante períodos de crise causados pela seca ou pela ruína de colheitas, com as famílias vulneráveis a perderem os direitos da água em troca de um ganho monetário de curto prazo.

O que a água possui de distintivo é o seu papel crucial nos meios de subsistência das pessoas e no ambiente de um país. Estas propriedades únicas apontam para a necessidade de sistemas de regras e instituições altamente desenvolvidos, garantindo que importantes objectivos de política pública ligados à justiça social e à sustentabilidade ecológica não sejam subordinados à perseguição do ganho privado.

Não é muito provável, nos países em desenvolvimento, que os direitos de propriedade privada na água ofereçam soluções fáceis para a redistribuição da água, especialmente se a equidade for um objectivo político. Desenvolver as instituições, as regras e as normas para regular os mercados da água sob o ponto de vista do interesse público é um exercício complexo, como as experiências do Chile e dos Estados Unidos demonstram. Na maioria dos casos, mudanças rápidas para sistemas de direitos transferíveis conduzem geralmente a consequências sociais e políticas inaceitáveis nos países em desenvolvimento confrontados com uma intensa competição por recursos hídricos. A opção mais viável é a de desenvolver progressivamente os direitos existentes e reforçar os recursos destinados aos pobres.

A agenda dos direitos da água — a ausência da equidade e da legitimação

Nos últimos anos, as reformas baseadas no modelo de gestão integrado de recursos hídricos devolveram aos direitos da água o seu lugar central na agenda política. Se os caminhos da reforma foram vários, duas vias destacaram-se claramente. Num grande grupo de países, incluindo o Gana, a Indonésia, a África do Sul, o Sri Lanca, a Tanzânia e a Tailândia, a nova legislação declarou formalmente a água como sendo propriedade estatal. O objectivo era o de criar uma estrutura legal unificada para que os governos distribuíssem os direitos da água no quadro dos limites da sustentabilidade ambiental, tratando os recursos hídricos de uma forma integrada. A segunda via enquadra as permissões de extracção de água numa economia formal da água. Com efeito, pretende-se que as permissões e os acordos de licenciamento associados constituam uma alternativa ou um complemento

É importante que os objectivos da política pública em matéria de justiça social e de sustentabilidade económica não se subordinem à busca de ganhos privados

Os direitos da água, as licenças e as autorizações têm por objectivo facilitar o ajustamento à crescente competição, mas verifica-se uma lacuna de equidade altamente visível

da fixação pura de preços de mercado, baseando-se as distribuições em prioridades governamentais.

Tal como os direitos da água, as licenças e as permissões têm por objectivo facilitar o ajustamento à crescente competição. No entanto, prevalece uma lacuna de equidade altamente visível. Uma característica que se destaca nas abordagens que emergiram é a ausência de disposições relativas à redistribuição. Neste aspecto, a equidade tem sido um objectivo muito mais fraco na reforma da governação da água do que nos direitos de posse da terra. Uma excepção é a Lei da Água da África do Sul de 1998 (ver caixa 5.3). Oferece uma estrutura legislativa para uma redistribuição favorável aos pobres, mas os resultados têm ficado aquém das expectativas devido ao ritmo lento da redistribuição da terra, um requisito essencial para as famílias mais carenciadas ampliarem a sua quota de utilização de água na agricultura.

O fracasso em alcançar a equidade tem-se agravado na implementação. Os controlos governamentais reforçados sobre a distribuição de água através de permissões de utilização têm sido acompanhados por políticas que apoiam as reivindicações urbanas e industriais face à agricultura. Na implementação da legislação, se não na própria concepção, as vozes políticas de poderosos utilizadores de água urbanos e industriais têm-se invariavelmente sobreposto às reivindicações dos habitantes rurais. Esta tendência tem sido especialmente pronunciada em países que procuram equilibrar as reivindicações concorrentes de utilizadores rurais e de indústrias em alto crescimento. Embora a China tenha legislado os direitos da água em 1993, tem gerido a procura através de uma política centralizada e de mecanismos de distribuição, por vezes sem compensar de forma suficiente os agricultores.[21] Este aspecto está particularmente patente nas planícies nortenhas, onde a extracção de água para a agricultura tem vindo a cair desde meados dos anos 90, ao passo que as exigências industriais e urbanas têm crescido notoriamente.

Outro exemplo é o das Filipinas. Manila extrai a quase totalidade da sua água de uma única fonte, o Reservatório de Angat, partilhado com os agricultores num dos maiores sistemas de irrigação do país. Tanto os utilizadores municipais como agrícolas têm direitos estabelecidos. Mas os ajustamentos à escassez desviam-se bastante dos interesses dos agricultores devido à força política do Sistema Metropolitano da Rede de Água e Esgotos em Manila. Assim, os meios de subsistência tornaram-se mais precários para os produtores agrícolas (caixa 5.4).

Os sistemas formais de licenciamento destinados a gerir a redistribuição para a obtenção de uma maior eficiência, não deixando de proteger a equidade, frequentemente obscurecem a realidade da existência de relações de poder desiguais. Regra geral, a importância do poder na modelação de resultados da legislação está em relação inversa com a capacidade reguladora. Uma fraca capacidade reguladora amplia o raio de acção para a exploração de relações desiguais. Na Indonésia, a água para fins comerciais é governada por permissões formais que limitam o volume. As licenças não podem ser negociadas e a utilização de água não pode ser complementada por negociações irregulares. Por lei, os pequenos agricultores têm acesso prioritário à água. Na prática, a eficácia destas disposições depende da capacidade das instituições de governação regularem a extracção de água. A indústria têxtil em Java Ocidental contornou as regras através da aquisição irregular de direitos da água a montante, o que provocou uma perda dos meios de subsistência dos agricultores a jusante (caixa 5.5). [22]

Como estes casos sugerem, os direitos formais não oferecem qualquer garantia de equidade à luz de relações de poder desiguais. Mas a ausência de uma estrutura de direitos bem definida, com regulação adequada e dotada de poder coercivo dificultará ainda mais o aumento da segurança da água, abrindo caminho a «apropriações de recursos hídricos» institucionais baseadas no poder.

A gestão da água subterrânea é representativa deste problema. Em muitos países em desenvolvimento, a extracção privada de água subterrânea permitiu a ocorrência de transferências de água entre o meio rural e urbano através de mercados paralelos não regulados, com efeitos devastadores, nalguns

Caixa 5.3 Direitos da água e redistribuição na África do Sul

Ao contrário da maioria dos governos, a África do Sul elegeu explicitamente a redistribuição como um objectivo político na gestão integrada da água.

No período do apartheid, a utilização de água baseava-se no comum princípio legislativo inglês que associava o controlo e os direitos de utilização à propriedade privada da terra. Com mais de 80% da terra na posse de agricultores brancos, que também controlavam as associações de irrigação, a maioria das pessoas das zonas rurais via negado o seu acesso à água subterrânea, nascentes e barragens das propriedades privadas. A Lei Nacional da Água de 1998 declarou a água um recurso público detido por todos os cidadãos.

Encontra-se agora garantida uma quantidade mínima de água potável sob a forma de direito legalmente válido (ver Capítulo 1). Nas comunidades rurais, os indivíduos têm direitos de utilização da água para fins domésticos ou jardinagem de pequena escala sem necessidade de pagamento nem de registo. No caso da água para fins comerciais, os indivíduos têm de adquirir uma licença. Pretende-se que o dinheiro gerado pelo sistema de licenciamento contribua para os custos de gestão da água. Garante-se aos indivíduos direitos de utilização da água durante um período que vai até 40 anos.

O objectivo da regulação pública é estabelecer controlos sobre o volume de água utilizado para limitar a exploração abusiva. Abolindo os «direitos dos proprietários ribeirinhos» e qualificando a água como bem de propriedade pública, distribuída por licenciamento estatal, a legislação cria uma estrutura para a redistribuição de parte das reservas de capital natural do país. Mas os resultados da redistribuição serão condicionados pela redistribuição do outro pilar central do capital natural — a terra.

Fonte: Perret 2002; Hodgson 2004; Faysse 2004; Muller 2006.

Caixa 5.4 Sobreposição de direitos da água e permuta desigual nas Filipinas

A diversidade e a sobreposição de direitos da água podem ser geridas através de sistemas de governação que medeiam as diferentes reivindicações. A extensão pela qual a equidade figura na equação da governação é determinada pela política de gestão da água.

O sistema do rio Angat-Maasim, nas Filipinas, serve uma vasta área de irrigação e os sectores municipal e industrial da Manila Metropolitana — uma mega-cidade com mais de 10 milhões de habitantes e que cresce a um ritmo superior a 1% ao ano. Três diferentes organismos detêm direitos da água reconhecidos pelo Estado sobre os reservatórios: a Administração Nacional de Irrigação (NIA), o Sistema Metropolitano da Rede de Água e Esgotos e a Corporação Nacional de Energia. A NIA ocupa o lugar cimeiro de uma hierarquia de direitos, mas a lei da água consagra disposições de emergência que dão prioridade aos utilizadores domésticos.

Na maioria dos anos, existe água suficiente para satisfazer as necessidades de todos os utilizadores. No entanto, em períodos de seca e de escassez, a agricultura perde fortemente não somente para os municípios como também para a indústria. Na seca de 1997, relacionada com o El Niño, a agricultura não recebeu qualquer água para a colheita da estação seca ao passo que o volume recebido pela indústria só marginalmente baixou. O sistema de irrigação perdeu 125 toneladas métricas de produção de arroz e rendimentos associados, mas os agricultores ainda tiveram de pagar o aluguer. Muitos endividaram-se ou perderam as suas terras. Como é a NIA que se encontra investida dos direitos à água, e não uma associação de consumidores de água, os agricultores não foram compensados. A capacidade de financiamento da NIA viu-se comprometida pela perda de rendimentos associada às taxas do serviço de irrigação, enfraquecendo a sua capacidade de manter o sistema de irrigação.

Os direitos limitados dos agricultores à água, em conjunto com o poder político de lobbies industriais de Manila, provocaram uma distribuição desigual dos custos do ajustamento.

Fonte: Meinzen-Dick e Ringler 2006.

casos, para a pobreza rural. Um exemplo desta situação é dado pelos sistemas de irrigação do rio Bhavani, cujas águas têm sofrido um considerável esgotamento por obra da indústria e de urbanizações de Coimbatore, no estado de Tamil Nadu. Desde 1990, as transferências de água reduziram os rendimentos agrícolas a quase metade para aqueles que se encontram na fase final dos sistemas de irrigação. A pobreza entre as famílias agrícolas passou de 3% em 1999/2000 para 15% em 2002/2003. Os mais atingidos foram os trabalhadores agrícolas que perderam o emprego em sistemas de irrigação: as suas taxas de pobreza passaram de 15% para 34%.[23]

Direitos consuetudinários e formais — evidências da África Subsariana

Os direitos formais à água desempenharão um papel importante na modelação de resultados relacionados com a transferência intersectorial da água. Simultaneamente, a utilização de água em muitos países é governada por uma interacção complexa entre direitos consuetudinários e formais. Aquela interacção apresenta importantes implicações não somente para as transferências de água entre sectores como para a distribuição de direitos à água no seio da agricultura. O desenvolvimento de potencial de irrigação na África Subsariana demonstra como a interacção entre direitos da água formais e consuetudinários pode influenciar as perspectivas do desenvolvimento humano. As questões relativas a que direito é reconhecido por quem e com referência a que normas e leis, desempenha um papel central na determinação da equidade dos resultados.

A competição pela irrigação pode marginalizar os pobres — a experiência do Sahel

Os planos para desenvolver capacidade de irrigação na África Subsariana estão a ganhar ritmo em muitos países. O resultado que se pretende é um aumento na produtividade e uma menor dependência dos caprichos do regime pluviométrico. No entanto, quando um activo tão precioso como a água de irrigação é introduzido num ambiente com escassez de água, torna-se inevitavelmente um foco de reivindicações concorrentes. O perigo é que as reivindicações daqueles que detêm o poder político e comercial se sobreponham às reivindicações dos pobres e marginalizados.

Os desenvolvimentos no Sahel são representativos do problema. Ali, os grandes sistemas de irrigação são comparativamente raros, embora seja provável que se tornem mais comuns no futuro. O desenvolvimento de grandes sistemas tem sido frequentemente acompanhado pela introdução de direitos formais da terra. Num grande projecto, o Office du Niger, no Mali, os sistemas consuetudinários foram eficazmente substituídos por regulações governamentais. Devido ao facto do custo

Caixa 5.5 Têxtil versus agricultores em Java Ocidental

Os produtores agrícolas de Java Ocidental detêm fortes direitos legais à água, o que reflecte o papel dos agricultores de arroz no desenvolvimento cultural, político e económico do país. Mas os direitos legais deterioraram-se em algumas zonas por acção das reivindicações concorrentes dos utilizadores industriais.

Java Ocidental tem sido o foco de uma indústria têxtil em rápida expansão. As fábricas têm obtido mais água através de três vias: permissões atribuídas pelo governo para extrair água superficial e de irrigação ou subterrânea, negociações com os agricultores locais para a compra ou aluguer de terra com vista à aquisição de direitos de utilização da água e instalação de bombas e condutas adicionais.

A primeira destas vias, a permissão, é ratificada pelo governo. A segunda, a aquisição ou aluguer de terras, não está ratificada na lei estatal, mas é generalizadamente aceite na lei local como meio legítimo de adquirir água. A terceira, a instalação de bombas e condutas adicionais, não é ratificada nem pela lei estatal nem pela lei local, mas torna-se possível devido ao poder político dos proprietários das fábricas.

De que forma a estrutura legislativa estabeleceu o padrão de vencedores e perdedores? Muitas empresas têm explorado a lacuna existente entre a lei estatal e a prática local para comprar ou alugar terras, adquirindo assim direitos da água. Devido ao facto das fábricas terem adquirido terras e direitos da água aos produtores a jusante, estes agricultores foram compensados, mas os que se encontravam a montante viram-se a braços com fluxos de água reduzidos e uma bombagem abusiva ilegal por parte das fábricas. Como consequência da produção perdida e de uma maior insegurança no abastecimento, muitos agricultores a jusante foram forçados a vender as suas terras — e os que estão a receber compensações não são os que estão suportar os maiores custos. Consequência: apesar dos agricultores na Indonésia deterem os direitos da água mais fortes tanto na lei local como estatal, estruturas reguladoras em conflito e, acima de tudo, o maior poder económico e político dos proprietários das fábricas deixam-nos frequentemente mal preparados para defenderem aqueles direitos.

Fonte: Kurnia, Avianto e Bruns 2000.

público de investimento para o desenvolvimento de instalações de irrigação ser elevado — os custos directos na África Subsariana são mais do triplo por hectare face ao Sul da Ásia [24], a geração de elevados retornos tem sido importante. Para atrair capital privado, os sucessivos governos do Mali reforçaram a segurança da posse e criaram direitos de propriedade privada na terra. Atrair o investimento de produtores comerciais de grande escala tem sido um objectivo explícito. Uma preocupação que subsiste é de que os pequenos agricultores venham a ser desfavorecidos. Esta preocupação será justificada?

Os produtores de grande escala não são intrinsecamente mais eficientes do que os produtores de pequena escala em áreas irrigadas. Com efeito, existem provas de vários países de que os pequenos agricultores podem ser mais eficientes do que os grandes agricultores comerciais. No entanto, uma maior orientação para o mercado pode favorecer significativamente os produtores comerciais de grande escala. Em 2004, por exemplo, o governo do Mali decidiu vender cerca de 3.000 hectares de terra no Office du Niger a operadores privados, reservando menos de 10% para os pequenos agricultores. Simultaneamente, cerca de 4.000 ordens de despejo foram enviadas a pequenos agricultores acusados de não terem pago as taxas da água. Como sempre acontece com a água, as questões enraízam-se na política local. Mas o Office du Niger, um dos sistemas de irrigação mais eficientes da África Subsariana, enfrenta agora o difícil desafio de gerir as reivindicações concorrentes dos pequenos agricultores e dos produtores de grande escala com influência política.[25]

Problemas semelhantes emergiram no Senegal. O futuro dos pequenos agricultores familiares encontra-se no centro de um longo debate no país. Alguns encaram o sector como uma fonte de emprego, inovação e segurança alimentar num ambiente marcado por uma extrema incerteza, dificuldades financeiras e pobreza generalizada. Outros defendem a necessidade de modernizar a agricultura através de investimentos de capital de grande escala. O programa de desenvolvimento rural do governo busca desenvolver ambos os sectores. Mas, no vale do rio Senegal, conselhos rurais descentralizados procuraram atrair investidores estrangeiros de grande escala da França e da Arábia Saudita, oferecendo acesso a terras e recursos de irrigação. A resultante competição pela água atraiu a oposição de agricultores que reivindicam direitos consuetudinários à terra e à agua, forçando as autoridades nacionais a intervir.[26]

O direito consuetudinário tanto pode reforçar a governação como exacerbar as desigualdades

Algumas pessoas encaram o direito consuetudinário como um obstáculo ao progresso e à modernização na agricultura e outras como uma garantia de equidade. Ambas as percepções são exageradas. O direito consuetudinário faz frequentemente parte de um conjunto altamente sofisticado de instituições que gerem a água como um recurso escasso. Pode também ser um catalisador da desigualdade.

As evidências no vale do rio Senegal revelam a complexidade das questões de governação levantadas. Os defensores dos direitos da propriedade privada consideram o direito consuetudinário como um caminho para a «tragédia dos comuns». Sem qualquer vínculo jurídico formal sobre a utilização da água, alegam, os utilizadores individuais ficam sem qualquer incentivo para reduzir a procura, o que conduz ao esgotamento dos recursos hídricos partilhados pela utilização abusiva. Com efeito, o direito consuetudinário envolve frequentemente rigorosos controlos sobre a utilização da água, encontrando-se os direitos da água estruturados de forma a equilibrar as reivindicações baseadas na herança, necessidades sociais e sustentabilidade. A cooperação institucional é comum. Um estudo sobre o canal Dieler, no Senegal, revelou que as aldeias cooperavam para financiar a manutenção de canais e sistemas de drenagem e para regular a quantidade de água extraída do lago afluente. Estas aldeias encontram-se agora a dialogar com empresas agro-industriais de grande escala, incentivando métodos de irrigação que consomem menos água, como a irrigação gota a gota. [27]

No outro lado da equação, o direito consuetudinário não é intrinsecamente mais equitativo do que os direitos formais da terra. Em muitos sistemas de irrigação, as regras consuetudinárias subjacentes à estratificação social tendem a regressar à superfície após a renegociação dos direitos da terra. Os latifundiários tradicionais encontram-se frequentemente bem colocados para utilizar a sua posição como chefes ou conselheiros para contornarem regras formais, perpetuando assim o seu acesso privilegiado à terra. Foi o que aconteceu no vale do rio Senegal, onde a descentralização e a introdução de leis da terra formais permitiu que os guardiães do direito consuetudinário promovessem a desigualdade e a exclusão social (caixa 5.6).

As desigualdades de género perpassam tanto os direitos da terra formais como os informais. Na maioria dos sistemas consuetudinários, as mulheres detêm direitos de utilização bem definidos, mas o seu poder de tomada de decisões é bastante reduzido. Na província de Comoé, no Burquina Faso, os homens têm tradicionalmente controlado as terras altas para o cultivo do amendoim e do algodão, ao passo que as mulheres cultivam arroz e detêm direitos de utilização nas terras baixas. Quando um arrojado programa de infra-estrutura foi lançado no início da década de 90 para alargar a irrigação às terras baixas, a sua concepção e implementação foram orientadas por chefes tradicionais do sexo masculino e por uma interpretação masculina do direito consuetudinário.

Caixa 5.6 Direito consuetudinário e desigualdade no Senegal

Os direitos da água consuetudinários são por vezes encarados como intrinsecamente mais equitativos e democráticos do que os direitos da água formais, cabendo às instituições locais oferecer um elevado nível de responsabilização no seio das estruturas tradicionais. Mas as evidências aconselham cautela face a tal idealismo. Em vários contextos, os latifundiários tradicionais utilizam a sua posição na comunidade para contornar as regras formais e perpetuar o seu acesso privilegiado à terra.

No final dos anos 80, o Senegal transferiu as responsabilidades de gestão das terras irrigadas para o poder local. Desde então, os conselhos rurais eleitos assumiram a responsabilidade pela distribuição de lotes irrigados a grupos de utilizadores, que posteriormente distribuem os lotes a utilizadores individuais.

No vale do Fleuve, no rio Senegal, as comunidades encontram-se divididas por hierarquias rígidas que diferenciam os descendentes de escravos e de nobres. Ambos os grupos exploram lotes no sistema de irrigação do vale do rio Senegal. As eleições democráticas do conselho rural oferecem aos descendentes de escravos as mesmas oportunidades formais de exercer funções que aos descendentes de nobres — e todos os aldeões são candidatos à terra irrigada com base em critérios de distribuição ligados à dimensão do agregado familiar. Mas o estatuto social tem o seu papel no processo de eleição. Na comunidade rural de Bokidiawe, um exemplo típico, 30 dos 32 conselheiros eleitos são de origem nobre.

Os estudos demonstram a forma como a rígida linha divisória por vezes traçada entre acordos formais e tradicionais pode ser ilusória. As elites locais de latifundiários desempenham várias funções, com uma mão nas instituições regulamentares e outra nas consuetudinárias. Em Bokidiawe, o líder da comunidade é simultaneamente chefe da aldeia, conselheiro rural, presidente do grupo de utilizadores da terra, membro de um partido político e um produtor de arroz de relativamente grande escala.

As elites locais recorrem frequentemente à sua posição para manterem o controlo sobre a terra irrigada. No Senegal, os latifundiários tradicionais conseguiram não somente captar uma quota desproporcionalmente elevada de terra irrigada, como distribuir e vender terra irrigada a pessoas de fora poderosas (incluindo políticos, responsáveis do exército e do governo e juízes), apesar da legislação restringir o acesso à terra irrigada a residentes locais. Entretanto, os agricultores de casta inferior foram forçados a formar contratos de parceria agrícola para ganharem acesso a terra irrigada, pagando a renda com parte da sua colheita, ainda que os contratos de parceria agrícola em sistemas de irrigação sejam ilegais.

O caso do vale do rio Senegal é de maior relevância. As reformas da governação da água geralmente acentuam o acesso igual a lotes irrigados a todas as pessoas elegíveis para tal. Mas se as leis regulamentares pretendem promover a equidade no acesso à água e uma maior participação e responsabilização, os princípios democráticos e igualitários que lhes estão subjacentes chocam frequentemente com princípios consuetudinários em que as hierarquias sociais e as desigualdades de género se encontram fortemente enraizadas.

Fonte: Cotula 2006; Sylla 2006.

Os direitos da água são importantes porque dão forma às habilitações à água, tanto no sentido legal e formal como através de processos informais que legitimam as pessoas ou que lhes retiram poder

Consequência: as melhores terras foram atribuídas aos chefes de família do sexo masculino, a produtividade decresceu e a desigualdade de género aumentou. Mais tarde, o programa corrigiu esta inclinação masculina através do envolvimento de mulheres na atribuição de terras.[28]

Os direitos formais não são um caminho garantido para a equidade

Se os direitos de propriedade formais que ligam a terra à água podem proporcionar maior segurança, podem também entrar em conflito com os direitos consuetudinários. Em caso de conflito, os direitos formais frequentemente têm primazia sobre os direitos consuetudinários.

Esta situação é bastante comum em áreas com sistemas de produção em regime de pastoreio. Em várias zonas da África Subsariana, os pastores têm sido perdedores regulares devido à escassez de água, à pressão acrescida sobre a terra e à extensão dos direitos da terra formais. O encerramento de um ponto de água, a criação de um sistema de irrigação ou a imposição de um direito legal à terra podem alterar a relação de poder entre os produtores sedentários e os pastores, cujos direitos se alicerçam em reivindicações consuetudinárias mais fracas (frequentemente sem valor jurídico).

No Norte do Uganda, no Sul da Tanzânia e no Nordeste do Quénia, disputas violentas entre agricultores e pastores tornaram-se cada vez mais comuns. As tensões entre reivindicações privadas e consuetudinárias estão a intensificar-se. No Níger, a legislação introduzida no quadro das reformas da governação da água autoriza a existência de pontos de água privados em áreas de pastoreio. Em toda a África Ocidental, novos poços de acesso livre construídos pelo Estado deterioraram os sistemas tradicionais de partilha. Os poços públicos foram apropriados por criadores maiores e mais poderosos, incluindo chefes tradicionais, negociantes e políticos, reduzindo o acesso dos outros pastores à água. [29]

Os conflitos entre direitos da terra formais e informais são por vezes agravados por um mau planeamento político e por uma fraca capacidade reguladora. Gerir a interface entre os diversos grupos de utilizadores com diferentes reivindicações legais e interesses, mas ligados pelo mesmo sistema de água, constitui um desafio institucional. Na Tanzânia, a bacia do rio Pangani tem sido o foco de um ambicioso esforço no âmbito da gestão integrada de recursos hídricos. A grande maioria dos utilizadores de água na bacia são criadores de gado e pequenos agricultores em zonas de terra húmida. A crescente pressão da população e as exigências da indústria e da irrigação criaram problemas de escassez de água, especialmente durante a estação seca. Os direitos formais de extracção de água e as taxas não conseguiram resolver estes problemas e, em muitos casos, agravaram-se através da criação não intencional de incentivos perversos para os grandes utilizadores extraírem água em excesso (caixa 5.7).

Os direitos da água dão forma às habilitações

Os direitos da água são importantes porque dão forma às habilitações à água, tanto no sentido legal e formal como através de processos informais que legitimam as pessoas ou que lhes retiram poder. Se os direitos são importantes para toda a gente, são mais importantes para uns do que para outros. As pessoas ricas e poderosas têm várias formas de proteger os seus interesses, quer através de vias legais, quer políticas. A ausência de direitos seguros e com valor jurídico constitui um problema muito maior para os pobres, especialmente no que diz respeito à água. Se o acesso das famílias carenciadas a um recurso tão essencial como a água pode ser retirado sem qualquer consulta, compensação ou mesmo notificação prévia, os meios de subsistência tornam-se mais precários e os incentivos para as pessoas investirem na melhoria das suas vidas ficam seriamente comprometidos.

Os direitos e mecanismos coercivos mais fortes podem ajudar os produtores vulneráveis a resistir às usurpações por parte dos grandes utilizadores industriais, urbanos e da agricultura comercial. Mas os direitos da água podem ser uma faca de dois gumes. A formalização dos direitos pode também ampliar as oportunidades dos mais ricos, mais poderosos e melhor relacionados, marginalizando os que não dispõem de capacidade, confiança ou ligações políticas para reclamar os seus direitos. Os direitos consuetudinários podem não conferir valor legal aos seus detentores enquanto grupo. Um perigo óbvio é o de que as interpretações literais dos direitos da água, baseadas em leis estatais formais, excluam grupos como as mulheres, os pastores e os pequenos agricultores.

Os direitos da água individuais ou pertencentes a grupos constituem um instrumento importante para o desenvolvimento humano. A ausência de direitos seguros pode expor pessoas já de si vulneráveis a níveis acrescidos de risco e incerteza, aumentando a sua vulnerabilidade à pobreza. Muito depende do contexto e das instituições locais. Mas uma lição genérica a retirar é que, para que os direitos da água tenham valor para os pobres, devem estar associados a estratégias de legitimação e de equidade de âmbito mais vasto. Entre estas estratégias contam-se disposições legislativas que preservem os direitos dos pobres e processos jurídicos abertos aos pobres.

Caixa 5.7 Vencedores e perdedores da reforma da política da água no rio Pangani, na Tanzânia

A reforma da política da água na Tanzânia lança luz sobre as consequências acidentais da introdução de novos direitos da água em sistemas de regulação consuetudinária.

Ao longo da última década, o governo da Tanzânia colocou em vigor, com o apoio da comunidade internacional, novos sistemas de direitos administrativos para melhorar a gestão ao nível da bacia e elevar a recuperação de custos pela prestação do serviço. A bacia hidrográfica na parte alta do Ruaha no rio Pangani tem sido o foco da reforma. Ali, a maioria dos utilizadores de água são irrigadores e criadores de gado de pequena escala que geriam tradicionalmente os recursos hídricos através de acordos consuetudinários sem apoio estatal. A competição cresceu devido a uma maior actividade de irrigação a montante e às crescentes solicitações dos utilizadores urbanos.

Desde as reformas lançadas em meados dos anos 90, a Tanzânia devolveu a autoridade a associações de consumidores de água e introduziu taxas. Os grupos de consumidores de água têm agora de pagar uma taxa rasa mínima com vista à poupança de água e à mobilização de receitas. As taxas, de 35 a 40 dólares, em média, para os indivíduos e grupos, aplicam-se a todos os utilizadores de água superficial e subterrânea.

A obrigação de pagar por um recurso anteriormente gratuito acarretou imensas dificuldades para os agricultores e produtores de gado de pequena escala. Como efeito perverso, os custos de cobrança para a administração das receitas excederam os fluxos de receitas, frustrando assim um dos objectivos pretendidos. Outro resultado negativo foi o de que um processo de reforma destinado a poupar água encorajou, pelo contrário, a utilização abusiva. Os utilizadores da irrigação de grande escala aceitaram a nova estrutura de taxas, mas encararam o pagamento da taxa formal como um direito de utilizar água sem qualquer limite, independentemente dos fluxos sazonais. Os grandes produtores têm vindo a expandir a área de terra irrigada, alegando o pagamento da taxa da água como justificação. A utilização abusiva por parte dos irrigadores a montante, prática a que anteriormente estavam restringidos pelas regras consuetudinárias, aumentou a escassez entre os utilizadores a jusante durante a estação seca. Desequilíbrios na voz política agravaram o problema: nem uma única associação de consumidores de água foi estabelecida nas planícies a jusante até 2003, seis anos depois da instituição das reformas. Consequentemente, a reforma administrativa criou também problemas de equidade mais graves.

As taxas pela utilização de água fazem sentido para os utilizadores de grande escala, fornecedores urbanos e indústria, mas os utilizadores de pequena escala que gerem os seus próprios sistemas de água deveriam estar isentos. De igual modo, a aquisição de direitos da água formais não deve ser tratada como uma licença para a utilização ilimitada: são necessários controlos volumétricos e proporcionais para alinhar a oferta com a procura. Numa estrutura de planeamento orientada para o problema da pobreza, as distribuições volumétricas e proporcionais a utilizadores modernos e de grande escala devem levar em conta as necessidades dos utilizadores vulneráveis e de pequena escala.

Fonte: Van Koppen e outros 2004; Lankford e Mwaruvanda 2005.

Melhor governação nos sistemas de irrigação

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, serão os sistemas de irrigação a suportar o fardo do acréscimo de competição por parte de outros utilizadores. Este é, especialmente, o caso da Ásia, onde a irrigação está a perder a sua posição privilegiada de primeira entre iguais na reivindicação da água. A forma de gerir as transferências dos utilizadores agrícolas para os não agrícolas constitui um desafio. Apesar das quantidades envolvidas poderem parecer reduzidas face ao volume de água utilizado na agricultura, o seu desvio pode exercer um impacto profundo nos meios de subsistência. Simultaneamente, os próprios sistemas de irrigação converter-se-ão no núcleo de uma crescente competição, à medida que os produtores procurarem manter o acesso a um recurso cada vez mais escasso.

Com o aumento da pressão sobre os sistemas de irrigação para produzirem mais com menos água, sobrevém o perigo de que direitos e habilitações desiguais ampliem as desigualdades. Tal resultado acarretaria implicações de peso para o desenvolvimento humano. O acesso à irrigação está associado a níveis de pobreza inferiores. Ainda assim, cerca de um terço das pessoas que vivem em sistemas de irri-

Com o aumento da pressão sobre os sistemas de irrigação para produzirem mais com menos água, sobrevém o perigo de que direitos e habilitações desiguais ampliem as desigualdades

gação encontram-se abaixo do limiar de pobreza de rendimentos devido à partilha desigual de benefícios e ao fraco desempenho.

O aumento de eficiência necessário nos sistemas de irrigação para elevar a produtividade da água poderá entrar automaticamente em conflito com os objectivos da equidade? As melhores evidências sugerem que não existem, de forma intrínseca, contrapartidas mútuas entre eficiência e equidade. Efectivamente, em muitos países uma maior equidade é um dos requisitos para a melhoria da eficiência ao nível das bacias hidrográficas. Os outros são um investimento acrescido, a reforma do planeamento centralizado rigidamente hierarquizado e o desenvolvimento de uma prestação de serviços mais responsabilizada.

Reduzir o risco de pobreza

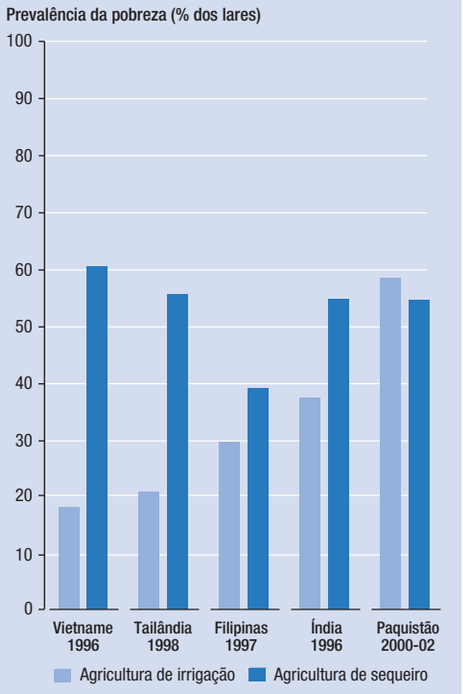
Os sistemas de irrigação reduzem o risco de pobreza, mas alguns reduzem mais o risco do que outros. As razões são várias, mas a distribuição da terra e as diferenças na governação são temas recorrentes.

Pobreza, desigualdade e ineficiência

As comparações entre países do Sul da Ásia e Ásia Oriental comprovam a relação existente entre pobreza e desigualdade e eficiência. A prevalência de pobreza em sistemas de irrigação no Vietname, por exemplo, é bastante mais baixa do que no Paquistão e na Índia. O Paquistão distingue-se por constituir um dos poucos países em que, conforme se revelou, os níveis de pobreza são tão elevados no interior das redes de irrigação como fora delas (figura 5.4).

No interior dos sistemas de irrigação, o acesso desigual à água representa o corolário do acesso desigual à terra. No Paquistão, os 2,5% das quintas de maior dimensão (mais de 50 hectares) representam 34% da terra cultivada, ao passo que os 55% das quintas de menor dimensão (menos de cinco hectares) representam 12%.[30] Devido ao facto da distribuição de água nos sistemas de irrigação se basear na dimensão da propriedade, as quintas maiores obtêm a maioria da água. Este factor reveste-se de importância para a eficiência da água porque a intensidade e produtividade das culturas está em relação inversa com a dimensão da quinta: os pequenos agricultores conseguem uma maior produção por hectare e mais colheitas por gota. Estudos comparativos sobre diferentes sistemas de irrigação revelaram que a produtividade por hectare varia entre 230 a 690 dólares no Sul da Ásia e 665 a 1.660 dólares na Ásia Oriental. Medida com base neste indicador (relativamente igual), a China, com uma distribuição de terra relativamente equitativa, é a irrigadora mais eficiente e o Paquistão é o menos eficiente (figura 5.5). A China produz o dobro de arroz por hectare relativamente ao Paquistão.[31]

Figura 5.4 A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

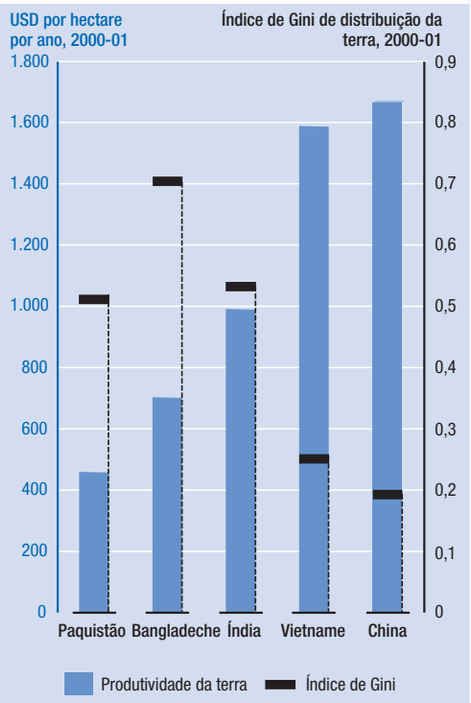
Fonte: Hussain e Hanjra 2003.

Uma maior produtividade é o vínculo entre a irrigação e uma menor pobreza por via do aumento dos rendimentos e, em muitos casos, de mais oportunidades de emprego. Uma estimativa indica que o Paquistão poderia reduzir a prevalência de pobreza nos seus sistemas de irrigação em 20% se aumentasse o seu rendimento por hectare até aos níveis da China.[32] Tal feito seria vantajoso para os pobres e também para o país devido aos benefícios para o crescimento, mas exigiria um compromisso com a redistribuição de terra e o desenvolvimento de sistemas de comercialização e de apoio aos factores de produção.

A desvantagem do utilizador da fase final

A escassez de água não é a principal causa de pobreza na maioria dos sistemas de irrigação. O problema de base reside nas regras, nas instituições e nas relações de poder que governam o acesso à água. O local que um produtor ocupa num sistema de irrigação determina a disponibilidade e fiabilidade dos fluxos de água.

Figura 5.5 Produtividade agrícola e equidade estão muitas vezes estreitamente associadas



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Hussain 2005.

Os agricultores da fase final, afastados da fase inicial ou intermédia dos canais, sofrem uma desvantagem dupla: menos água e mais incerteza. Os agricultores entre a fase inicial e intermédia de um canal de irrigação obtêm um abastecimento de água abundante, frequentemente em excesso, ao passo que os que se encontram na fase final recebem muito pouca (figura 5.6). Na Índia e no Paquistão é costume os produtores da fase final receberem menos de um terço da água dos agricultores que se encontram na fase inicial do canal.

Este tipo de desigualdades deteriora os potenciais benefícios da irrigação para o desenvolvimento humano. Baixos fluxos de água restringem a possibilidade de adoptar novas variedades de sementes e novas tecnologias para aumentar a produtividade, contribuindo assim para níveis mais elevados de pobreza entre os irrigadores da fase final (figura 5.7) A incerteza e as flutuações associadas ao abastecimento de água aumentam a vulnerabilidade e o risco das famílias, para além de criarem desincentivos ao investimento. Mais uma vez, a modelação da irrigação revelou que a transferência de água dos utilizadores da fase inicial para os que se encontram na fase final pode gerar resultados benéficos no Paquistão — a produção e os rendimentos da fase final podem crescer com um reduzido impacto na fase inicial. Existe, assim, um considerável raio de acção para a melhoria da produtividade geral do sistema e da eficiência.[33]

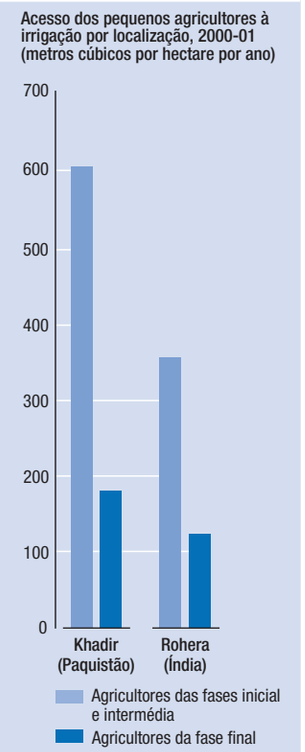
Então por que razão os governos não aproveitam as oportunidades existentes para alcançar resultados benéficos para ambas as partes? A resposta está na política, não na economia. É o poder relativo, e não a eficiência comparativa, que governa os sistemas de distribuição de água em muitos países. Os agricultores ricos com poder político podem influenciar a regularidade e o volume dos lançamentos de água através da manipulação dos gestores do canal. Entretanto, sistemas de governação sem transparência e, por vezes, corruptos prejudicam os pobres favorecendo as pessoas com ligações políticas e capacidade de suborno. Estudos sobre um sistema de irrigação na província do Punjab, no Paquistão, revelaram que um grupo de grandes agricultores se apropriava ilegalmente de grandes quantidades de água a partir de nove pontos de escoamento, recebendo lucros de 55 dólares por hectare e por ano, ao passo que as perdas a jusante, de cerca de 7 dólares por hectare e por ano, foram disseminadas por um vasto grupo de produtores servidos por 40 pontos de escoamento.[34] Os pequenos agricultores da fase final apontaram a sua incapacidade de pagar acções jurídicas e a corrupção dos sistemas jurídicos locais como os principais obstáculos à contestação da apropriação ilegal — problema documentado no *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano do Paquistão 2004* e que se verifica em várias zonas da Ásia.[35]

Financiar com equidade

O financiamento dos sistemas de irrigação levanta questões fundamentais de eficiência e de equidade. O subfinanciamento da infra-estrutura de irrigação conduz à rápida erosão de canais e sistemas de drenagem, o que implica custos suplementares para a eficiência e o ambiente. A Ásia Central constitui um caso extremo de problemas de desenvolvimento humano associados a uma má governação de sistemas de irrigação de grande escala (caixa 5.8). Mas o problema está muito mais generalizado.

No Sul da Ásia, o modelo dominante de fornecimento de infra-estrutura de irrigação foi pertinentemente descrito como um modelo de «construção-negligência-reconstrução».[36] Pelo padrão internacional, a substituição e manutenção da infra-estrutura de irrigação exige uma despesa anual de cerca de 3% do valor das reservas de capital. Na província do Punjab, no Paquistão, a despesa real é de menos de um décimo deste indicador de referência. A despesa na manutenção

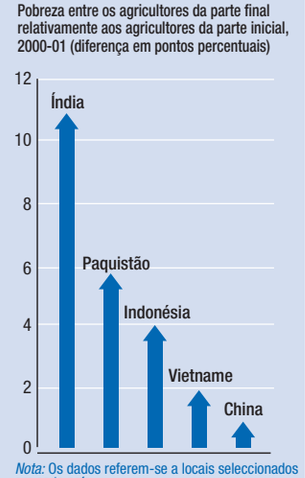
Figura 5.6 Quem está no início ganha, quem está no final perde em quantidade ...



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Bhattarai, Sakthivadivel e Hussain 2002.

Figura 5.7 ... e a pobreza é maior entre os agricultores da parte final



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Hussain 2005.

Caixa 5.8 Irrigação e gestão da água na Ásia Central

A Ásia Central é abençoada por uma abundante quantidade de água doce que desce dos glaciares das montanhas do Hindu Kush. A região conta também com um dos sistemas de irrigação mais extensos do mundo — legado de um modelo soviético que frequentemente pressionava o desenvolvimento da irrigação de forma a gerar receitas agrícolas de curto prazo à custa do ambiente. O colapso do sistema está agora a travar o desenvolvimento humano e a intensificar a pobreza.

Face a um clima árido que grassa em grande parte da região, a água para irrigação é indispensável à agricultura — e a agricultura é o pilar das economias nacionais e da subsistência na Ásia Central. A agricultura de regadio representa mais de um quarto do PIB no Tajiquistão e no Turquemenistão e mais de um terço no Quirguizistão e no Usbequistão. Cerca de 22 milhões de pessoas dependem da irrigação para a sua subsistência. A herança regional do planeamento soviético inclui um grande número de barragens, canais e estações de bombagem, na sua maioria situados em sistemas fluviais transfronteiriços. Outra herança é o desastre ecológico do Mar Aral, causado pelo desvio de sistemas fluviais para a irrigação de algodão (Capítulo 6).

A má gestão e a deterioração da infra-estrutura de drenagem conduziram ao excesso de água no solo e à salinização, especialmente nos estados a jusante. Nas bacias hidrográficas dos rios Amu Darya e Syr Darya, no Cazaquistão e no Usbequistão, a salinização aumentou em mais de 50% numa década. O crescimento da água subterrânea, um dos catalisadores da salinização, representa agora uma enorme ameaça à agricultura.

A escassez de água em grande parte da região deve-se menos à disponibilidade e mais à deterioração da infra-estrutura. Medida por hectare, a utilização de água nos sistemas de irrigação da Ásia Central é 30% mais elevada do que no Egipto e no Paquistão — apesar de estes nem serem os utilizadores mais eficientes de água. A evaporação, o assoreamento dos canais e as fugas nas condutas fazem com que menos de 40% da água desviada dos rios alcance o campo. A degradação das estações de bombagem utilizadas para elevar água em várias centenas de metros tem constituído outra fonte de escassez. A ineficiência gera perdas enormes: estima-se que os países da Ásia Central percam 1,7 mil milhões de dólares por ano devido à má gestão da irrigação.

O Tajiquistão é representativo da escala do problema. Desde 1991, mais de um quinto da terra irrigada do país deixou de receber água, o que conduziu a uma perda de 4% do RNB, segundo se estima. Dois terços das 445 estações de bombagem do país estão fora de funcionamento, o que reduz os fluxos em 40%. E as perdas de água ao longo da infra-estrutura de irrigação estão a crescer face a níveis já de si elevados. O colapso da infra-estrutura foi acompanhado por um declínio do investimento público. O financiamento atribuído ao sector em 2002 foi declarado em um décimo do valor de 1991.

As soluções não são fáceis. A gestão da irrigação na era soviética estava fortemente centralizada em Moscovo. Na era pós-soviética, alguns governos passaram ao outro extremo, transferindo a autoridade para associações privadas de consumidores de água. A falta de financiamento para a manutenção da infra-estrutura global, a incapacidade de fazer face a custos de electricidade crescentes para a bombagem e restrições à mobilização de financiamento local provocaram o colapso de muitas daquelas associações.

A fraca cooperação regional tem sido outra dificuldade. Os sistemas de subsistência rurais na região ligam-se entre si através de estruturas de partilha de rios. A gigante cascata de bombagem Karhsi eleva água do Amu Darya para irrigar 400.000 hectares de terra agrícola nas estepes do Sul do Usbequistão. Seis das sete estações de bombagem encontram-se no Turquemenistão. As diferenças entre as autoridades do Turquemenistão e do Usbequistão têm provocado um subinvestimento no sistema de bombagem e o protelamento de planos internacionais de ajuda para a promoção da sua modernização.

Uma maior cooperação na região e para além dela é fundamental para a recuperação (Capítulo 6). Os utilizadores a jusante, como o Usbequistão e o Cazaquistão, dependem fortemente do volume e da regularidade dos lançamentos do Quirguizistão, a montante. As autoridades do Quirguizistão estão a explorar opções para expandir a geração de energia hidroeléctrica, que reduziriam ainda mais os fluxos a jusante. Os custos da falta de cooperação serão bastante elevados: o financiamento da autonomia da água através de novas barragens no Usbequistão e no Cazaquistão é uma opção de elevado custo. Os benefícios económicos da cooperação são substanciais, mas a cooperação encontra-se subdesenvolvida.

A interdependência da água na Ásia Central estende-se a outros vizinhos. O fracasso da gestão desta interdependência exacerbará a escassez de água na agricultura. Os países da região dependem de rios que nascem no Afeganistão, na China e na Rússia e que se desenvolvem ao longo de sistemas de partilha de rios. Os rios Irtysh e Ili, por exemplo, nascem na China e percorrem o Cazaquistão. Em face do aumento da escassez de água na China, as autoridades anunciaram planos para desviar água destes rios em direcção à província de Xinjiang. Se o Afeganistão expandir a irrigação na sua zona da bacia do Amu Darya, influenciará os fluxos para o Tajiquistão, o Turquemenistão e o Usbequistão. Estes casos são ilustrativos das implicações bem reais da interdependência da água e dos perigos igualmente reais do fracasso no desenvolvimento de sistemas cooperativos de governação.

Fonte: PNUD 2003a, 2005a.

da irrigação na Índia é mais elevada, mas ainda assim não chega a metade do mínimo exigido. O subinvestimento crónico na manutenção do sistema conduziu a problemas generalizados de assoreamento, salinização dos solos, excesso de água no solo e fluxos reduzidos em ambos os países.[37]

O financiamento dos sistemas de irrigação intensifica frequentemente o ciclo ineficiência-desigualdade. No Sul da Ásia, as despesas de irrigação são geralmente bastante baixas em comparação com as que se verificam no leste do continente, tanto em termos absolutos como em percentagem do valor de produção (quadro 5.1). A defesa desta baixa despesa alicerça-se por vezes no argumento de que é benéfica para a segurança alimentar e para a redução da pobreza. Este argumento negligencia alguns problemas graves de equidade.

Saber como e onde os governos gastam em irrigação é também importante para a equidade no acesso à irrigação. Na América Latina, a água

Quadro 5.1 Despesas de irrigação e valor de produção de alguns sistemas de irrigação na Ásia

País	Despesa média em água (dólares por hectare)	Despesa média em água enquanto percentagem do valor bruto de produção (%)
Paquistão	7,4 (4,6-10,6)	2,5 (1,7-3,9)
Índia	10 (10)	2,8 (1,6-4,3)
China	46,5 (26-67)	3,6 (1,8-5,1)
Vietname	59,5 (58-61)	5,5 (4,6-6,3)

Nota: Os dados referem-se à média de regiões seleccionadas de cada país, sendo a faixa de variação apresentada em parênteses.

Fonte: Adaptado de Hussain e Wijerathna 2004a.

é um activo que provoca disparidades extremas nas zonas rurais — e a despesa governamental por vezes amplia-as. O projecto Majes no Sul do Peru, por exemplo, envolveu um investimento público de cerca de 1,2 mil milhões de dólares para captar e recolher água do Vale do Colca para irrigar as terras baixas do deserto. O sistema irriga cerca de 15.000 hectares de terra para 3.000 produtores — com um investimento de capital de 400.000 dólares por beneficiário. Uma avaliação da Comissão Económica para a América Latina calculou que menos de 1% dos benefícios do investimento público teriam lugar na parte alta da bacia, um foco de pobreza indígena no Peru. Este é um exemplo extremo de um padrão mais generalizado. No Equador, os camponeses constituem 60% da população rural mas recebem apenas 13% dos benefícios da despesa estatal em irrigação. No outro extremo da clivagem social rural, menos de 5% dos irrigadores rurais detêm mais de 50% das concessões de direitos da água.[38]

A cobrança da água

As despesas de irrigação são geralmente cobradas sob a forma de uma taxa rasa calculada com base na área cultivada para que os agricultores da fase final paguem o mesmo ainda que recebam menos água (e com menor fiabilidade) do que os utilizadores das fases inicial e intermédia. Por outro lado, os pequenos agricultores pobres pagam mais por hectare já que geralmente cultivam uma parcela maior da sua terra, o que se alia ao facto dos agricultores da fase final também pagarem mais porque a falta de fiabilidade da água de irrigação força-os a investir na extracção de águas subterrâneas (cerca de nove vezes mais cara do que a irrigação por canal). Tal como os consumidores urbanos de elevado rendimento pagam menos pela sua água doméstica do que as pessoas dos bairros degradados (ver Capítulo 2), alguns dos agricultores mais pobres do Sul da Ásia pagam mais pela sua água de irrigação do que os grandes latifundiários dos seus países. Na China e no Vietname, as despesas são globalmente mais elevadas do que no Sul da Ásia — mas a água é distribuída de forma mais equitativa e fiável ao longo do sistema, permitindo que os produtores pobres financiem os seus pagamentos através de uma melhor produtividade.[39]

Não há planos que assegurem garantidamente a equidade no financiamento da infra-estrutura de irrigação. Os custos de investimento envolvidos na construção de sistemas de irrigação são demasiado elevados para os produtores. É por esta razão que os governos, desde a época do antigo Egipto, passando pelos Mongóis, até às administrações norte-americanas dos anos 20 e 30, têm financiado os custos de investimento com base nas receitas fiscais globais. O financiamento da manutenção e do funcionamento dos sistemas, contudo, deve ser suportado principalmente pelos utilizadores, com preços diferenciados em consonância com a capacidade de pagamento e com o serviço prestado.

É isto o que acontece, de uma maneira geral, na Ásia Oriental e nos sistemas de irrigação de bom desempenho em todo o mundo, como os do Egipto, de Marrocos e da Turquia, mas não no Sul da Ásia, onde os subsídios estatais têm um peso bastante maior. O Paquistão recupera menos de metade dos custos de funcionamento e manutenção da despesa em irrigação e a maioria dos benefícios é canalizada para produtores de grande escala. Na Índia, cerca de 13% da população tem acesso à irrigação. No interior deste grupo, o terço de agricultores mais ricos recebe 73% dos subsídios.[40] Entretanto, as taxas baixas de recuperação de custos conduzem frequentemente a um mau serviço, especialmente na fase final dos canais. Conduzem também a uma maior desigualdade.

Cobrar impostos

A recuperação de custos não pode ser considerada isoladamente — faz parte de um sistema mais vasto de governação da prestação do serviço. Uma das alterações institucionais que mais influenciou a governação nos últimos anos foi a introdução da gestão participativa da irrigação e o desenvolvimento de associações de consumidores de água. Nos melhores casos, como os da Indonésia, do México e da Turquia, as reformas institucionais transferiram a gestão para os utilizadores da irrigação, com acentuados aumentos na cobrança de impostos, despesa de manutenção e retornos da irrigação. A lição a tirar é a seguinte: quando os produtores têm mais auto-

Desde a época do antigo Egipto, os governos têm financiado os custos de investimento nas infra-estruturas de irrigação com base nas receitas fiscais globais

As reformas têm-se concentrado frequentemente mais em conferir voz aos utilizadores de água do que em legitimá-los com os seus direitos

ridade e responsabilidade pela gestão da água, a transparência pode melhorar o sistema de preços, a recuperação de custos e o desempenho.[41]

Mas conferir mais autoridade aos produtores, ser financeiramente sustentável e oferecer benefícios tangíveis aos agricultores exige uma legitimação financeira e institucional que inverta os modelos de governação do topo para a base que têm dominado a gestão da irrigação. A transformação do modelo subjacente aos organismos estatais, desde o abastecimento e controlo ao apoio e desenvolvimento da capacidade de gestão local, exige uma profunda reforma institucional, tarefa que frequentemente é mais fácil de declarar do que executar.

De igual modo, a transferência da responsabilidade de gestão para os agricultores só será bem sucedida nas zonas em que a agricultura tem potencial para ser rentável. O retorno do investimento na irrigação é produto não somente da governação da irrigação, mas também da infra-estrutura de comercialização, dos serviços de extensão agrícola e do acesso à informação, crédito e outros recursos produtivos. Um dos problemas documentados ao longo da África Subsariana é o de que as transferências da gestão da irrigação frequentemente desviavam o passivo relacionado com a manutenção do sistema sem abordar os problemas de mercado, transporte e abastecimento de factores de produção que restringem a geração de rendimentos.[42] Em Madagáscar, em 1980, a transferência de uma infra-estrutura de irrigação deteriorada de organismos regionais do sector público para os utilizadores de água sem qualquer apoio orçamental do governo conduziu ao colapso do sistema.[43]

Este tipo de consequência não é inevitável. Nas condições adequadas, as associações de consumidores de água podem permitir que os seus membros participem da concepção de sistemas de recuperação de custos, melhorando as cobranças e assegurando que as taxas cobradas beneficiam localmente os sistemas. A responsabilização dos prestadores é fundamental. Na província de Sindh, no Paquistão, os agricultores que se negam a pagar taxas de irrigação sublinham que a razão não se deve à incapacidade de pagar a água mas à corrupção da gestão e ao fracasso da prestação de um bom serviço de água.

Legitimação — o elo perdido

O financiamento sustentável e equitativo é um dos requisitos para um ajustamento com igualdade nos sistemas de irrigação. A legitimação é outro. No quadro do emergente consenso sobre a gestão integrada de recursos hídricos, a descentralização e a delegação de poderes às associações de consumidores de água são encaradas como vias rápidas para a legitimação. Mas a legitimação é mais complexa do que a reforma administrativa.

Ao longo de mais de uma década, a descentralização tem sido um tema central nas reformas da governação da água. Nalguns casos, as reformas foram parciais e incompletas, concentrando-se especialmente na promoção da recuperação de custos e na redução da pressão sobre os orçamentos de Estado. Noutros, geraram benefícios notáveis através da melhoria da capacidade de resposta dos sistemas burocráticos aos utilizadores de água. A descentralização pode criar novos padrões de incentivos para uma maior responsabilização dos prestadores de serviços. Os contratos de serviço, as auditorias e os tribunais da água independentes contam-se entre alguns dos mecanismos utilizados para promover a responsabilização tanto de prestadores como de utilizadores.

Na Indonésia, na sequência das reformas de 2001, as associações de consumidores de água receberam controlo total sobre a administração financeira das instalações de irrigação, incluindo o estabelecimento de orçamentos e preços. Os representantes eleitos das associações participam agora em organismos de irrigação distritais e conselhos de bacias hidrográficas de alto nível. Um exemplo mais significativo da delegação de poderes é o do estado de Andhra Pradesh, onde o sistema de governação da água foi convertido por ocasião da Lei de Irrigação Agrícola de 1997 (caixa 5.9).[44]

Ter o direito de ser ouvido não é o mesmo que ter o poder de influenciar decisões. Um problema relativo ao modelo de governação da irrigação tem sido a sua abordagem parcial à legitimação. As reformas têm-se concentrado frequentemente mais em conferir voz aos utilizadores de água do que em legitimá-los com os seus direitos. A descentralização e a delegação de poderes ao nível local podem reforçar a participação política e a responsabilização. A capacidade de tal reduzir a desigualdade depende da abordagem às disparidades no acesso à terra, à água e à electricidade.

Os velhos hábitos são difíceis de desaparecer ...

A descentralização da governação da água na irrigação não é uma via automática para uma melhor equidade, mesmo quando a política apresenta uma concepção abertamente redistributiva. Na África do Sul, a legislação da água de 1998 institucionalizou a participação de utilizadores de água de pequena escala naquilo que eram anteriormente associações de irrigação compostas apenas por brancos. As asso-

Caixa 5.9 Delegação de poderes na governação da água em Andhra Pradesh

A delegação de poderes na governação da água consistia frequentemente em transferir responsabilidade sem capacidade financeira. O estado indiano de Andhra Pradesh constitui uma notável excepção.

A Lei de Irrigação Agrícola de 1997 surgiu no seguimento de um intenso debate político e consulta entre os organismos nacionais, organismos federais, grupos de agricultores e associações de aldeias. Foram criadas mais de 10.000 associações de consumidores de água através de eleições ao nível estadual.

O Departamento de Irrigação de Andhra Pradesh foi descentralizado para proporcionar apoio técnico a associações de consumidores de água, cada uma delas legitimada pela autoridade de tomar decisões de forma a desenvolver e implementar planos de serviço, velar pelo cumprimento das regras e determinar a despesa em manutenção. A responsabilidade e o controlo financeiro pela recuperação de custos foram transferidos para as associações, que podem envolver prestadores de serviços e gerir contratos. Mais de 90% das taxas cobradas são retidas localmente. A melhor prestação de serviços financiada pelas taxas resultou em decisões voluntárias de muitos agricultores de aumentar a recuperação de custos, revertendo o antigo ciclo de subfinanciamento e de deterioração da infra-estrutura.

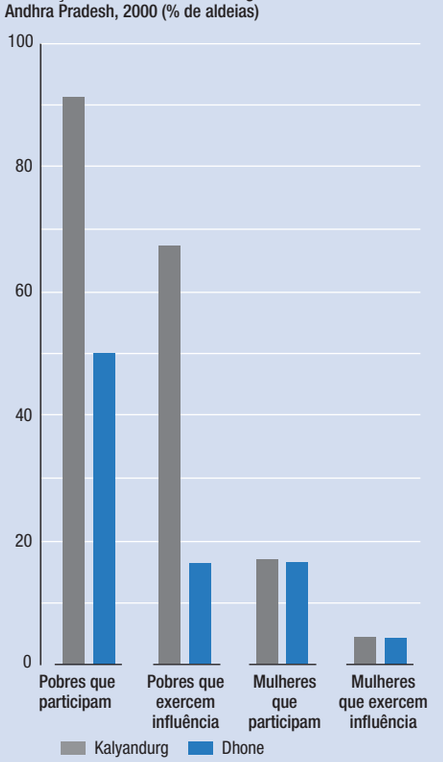
Auditorias públicas de elevada notoriedade, conduzidas juntamente por associações de consumidores de água e pelo departamento de irrigação, analisam a participação política no seio das associações, bem como questões de desenvolvimento da água. A delegação de poderes representou uma verdadeira mudança no equilíbrio do poder entre utilizadores de água e prestadores estatais do serviço de irrigação, além de que estes últimos são agora muito mais flexíveis e responsáveis perante as comunidades locais.

Mas nem todos os membros da comunidade têm uma voz igual na forma como as prioridades são definidas. Estudos conduzidos ao nível das aldeias identificaram amplas variações na participação formal — e ainda mais amplas na forma como as pessoas carenciadas e as mulheres exercem a sua influência. Uma auditoria conduzida em 102 aldeias de dois subdistritos representativos, Dhone e Kalyandurg, revelou enormes discrepâncias na participação em reuniões de aldeias sobre o tema da água (ver figura). Em Kalyandurg, onde uma organização não governamental trabalhava com agricultores há já 25 anos, as pessoas pobres sentiam que tinham influência sobre as decisões que as afectavam em dois terços das aldeias cobertas. Em Dhone, as classificações de participação e de influência eram bastante mais baixas, já que apenas 16% das aldeias registavam uma influência activa dos pobres (ver figura).

A delegação de poderes teve muito menos êxito na abordagem das preocupações das mulheres: apenas em 4%-5% das aldeias as mulheres acreditavam que poderiam influenciar as decisões em reuniões de aldeias. Como conclui a auditoria: «As mulheres, e particularmente as mulheres pobres, raramente participam das reuniões. Apesar de impressionantes avanços em direcção à legitimação (...) as mulheres ainda não participam eficazmente na tomada de decisões da comunidade».

Gestão da água — algumas pessoas têm mais peso do que outras

Influência e participação dos pobres e das mulheres em associações de consumidores de água nos dois subdistritos de Andhra Pradesh, 2000 (% de aldeias)



Fonte: Rao e outros 2003.

Fonte: Rao e outros 2003; Vermillion 2005; Sivamohan e Scott 2005.

ciações de consumidores de água estão agora legalmente obrigadas a incluir os utilizadores de pequena escala, como trabalhadores agrícolas, grupos de jardinagem comercial e rendeiros. Se a presença de utilizadores de pequena escala nas estruturas de gestão deu uma voz mais forte aos grupos marginalizados,

As desigualdades de género na irrigação estão profundamente enraizadas como resultado de regras formais e informais que retiram voz às mulheres

as velhas relações de poder mostraram-se altamente resistentes. Os agricultores comerciais de grande escala ainda dominam a tomada de decisões. Por outro lado, os utilizadores de pequena escala recebem frequentemente muito menos água do que têm direito. Estudos no Cabo Ocidental e noutros distritos de irrigação revelaram que alguns agricultores de pequena escala utilizam menos de metade daquilo a que têm direito. A fraca organização política dos utilizadores de pequena escala e a sua incapacidade de fazer valer as reivindicações à terra parecem ser as principais causas desta situação.[45]

A experiência da África do Sul demonstra que os velhos hábitos de desigualdade e de governação são difíceis de desaparecer. O mesmo vale para a corrupção. Um dos objectivos da descentralização foi o de estabelecer estruturas de governação mais responsáveis e transparentes. Mas o progresso tem registado resultados variáveis. Os inquéritos aos agricultores no sistema de irrigação de Hakra, na província do Punjab, no Paquistão, são esclarecedores. Mais de metade dos entrevistados considerava que a descentralização melhorara a eficiência e que o assalto à água era menos frequente. Mas alguns agricultores afirmaram que o suborno não constituía problema, um quarto considerava que os responsáveis oficiais favoreciam os amigos e parentes e metade declarou que não havia ocorrido «qualquer mudança» nos benefícios para os agricultores pobres e de pequena dimensão. Estes são sinais de que a descentralização não é uma via automática para resolver problemas de corrupção e má governação.[46]

... assim como a desigualdade de género

As tensões entre a descentralização e a equidade são também aparentes ao nível das famílias. As desigualdades de género na irrigação estão profundamente enraizadas como resultado de regras formais e informais que retiram voz às mulheres. Em muitos países, as mulheres têm direitos de utilização sobre a água de irrigação, mas direitos de controlo altamente restritos. Os direitos de controlo estão frequentemente associados a direitos de propriedade à terra de alcance mais vasto, que são extremamente desiguais entre homens e mulheres. Desprovidas de direitos à terra, milhões de mulheres no Sul da Ásia e na África Subsariana confrontam-se com a negação de direitos formais de adesão para participarem em reuniões de associações de consumidores de água. Entretanto, em muitos sistemas de irrigação comunitários tradicionais, as pessoas ganham o direito de utilizar água através do trabalho na manutenção. No entanto, as regras culturais frequentemente impedem as mulheres de se envolverem nesta actividade. E mesmo quando o fazem, os direitos da água não lhes são automaticamente conferidos, como documentam estudos realizados no Quénia e no Nepal.[47]

As reuniões públicas sobre irrigação são frequentemente um domínio masculino. As mulheres são excluídas da participação por necessidade de trabalho noutras áreas, por falta de confiança para discursar ou pela reticência em fazer exigências. Um estudo sobre a participação das mulheres em projectos de agricultura de regadio no Equador apresenta um resumo das realidades da desigualdade de género informal pela voz de uma mulher: «As reuniões [da associação de irrigação] são às sextas-feiras à noite. Nessa altura, depois de cozinhar para o meu marido e os meus filhos, ainda tenho muito trabalho para fazer em casa... Mesmo que vá à reunião é só para ouvir o que os homens têm a dizer. São os homens que falam e discutem».[48] Em Andhra Pradesh, a descentralização pode ter legitimado os utilizadores de água do sexo masculino nas suas relações com os organismos governamentais, mas pouco fez para dar voz às mulheres na gestão (ver caixa 5.9).

Ultrapassar estas barreiras de género é difícil. As mulheres são partes interessadas importantes na produção alimentar em cenários de regadio e de sequeiro: estima-se que elas produzam dois terços da alimentação na maioria dos países em desenvolvimento. Mas a fraca participação das mulheres nas associações de consumidores de água é um problema generalizado que não pode ser facilmente resolvido através da descentralização ou da delegação de poderes às associações de utilizadores de água. A força motriz da mudança tem de vir de baixo. No Bangladeche, Índia e Quénia, organizações não governamentais têm trabalhado com grupos em aldeias com o intuito de aumentar o envolvimento das mulheres, mas as barreiras culturais à participação mantêm-se elevadas.

O fracasso da legitimação e consulta sistemáticas das mulheres não é apenas negativo para a justiça social e a equidade. É também negativo para a eficiência: enquanto produtoras, as mulheres têm competências e conhecimentos fundamentais para a gestão da água. Reconhecendo este facto, alguns países lançaram medidas ousadas para acabar com as barreiras culturais. No Uganda, a legislação exige que todos os organismos políticos e administrativos, começando nos ministérios e acabando nas associações de consumidores de água, incluam pelo menos 30% de mulheres.[49] A discriminação positiva pode não eliminar as barreiras culturais, mas desafia a sua legitimidade.

Maior produtividade da água para os pobres

Conseguir mais colheitas por gota, ao invés de canalizar mais água para os campos, está a converter-se na principal preocupação dos debates da política pública

Durante grande parte dos últimos cem anos, a escassez de água na agricultura tem sido combatida com barragens e sistemas de irrigação de grande escala. Nos próximos anos, o enfoque desviar-se-á decisivamente para a gestão da procura. Conseguir mais colheitas por gota, ao invés de canalizar mais água para os campos, está a converter-se na principal preocupação dos debates da política pública.

Aumentar a produtividade da água é uma resposta óbvia à sua escassez. O mercado dará um poderoso impulso aos ganhos de produtividade. À medida que a água se tornar mais escassa, os preços subirão. Caso outros factores não se alterem, é de esperar que sejam criados incentivos ao investimento no desenvolvimento e implementação de novas tecnologias para reduzir a utilização de água. No entanto, a capacidade de concretizar estes investimentos e de beneficiar de novas tecnologias não se encontra igualmente distribuída. Com grande probabilidade, os pequenos agricultores com falta de meios, os produtores da fase final da irrigação e as mulheres não conseguirão ter acesso às novas tecnologias a menos que sejam estabelecidas instituições e políticas que evitem este cenário.

Esta secção analisa resumidamente o importante lugar que a recolha de água e a microirrigação através de novas tecnologias ocupam no desenvolvimento de opções de governação de água favoráveis aos pobres. Ambas promovem a segurança da água e aproximam mais a água, bem como o seu armazenamento, das pessoas. Oferecem às famílias um activo que pode elevar a produtividade e reduzir o risco, tal como acontece com os grandes reservatórios e barragens ao nível nacional. De igual modo, as novas tecnologias favoráveis aos pobres oferecem uma vantagem dupla: substituindo os *inputs* de mão-de-obra e os pequenos volumes de investimento de capital por terra e água, podem elevar a produtividade e reduzir a pressão sobre a água.

Recolha de água e microirrigação

A gestão da água é ainda encarada, muito frequentemente, como uma questão associada a projectos e programas de grande escala. Mas a gestão da água em pequena escala pode tornar a agricultura dos pequenos exploradores mais produtiva e menos arriscada, com importantes benefícios para o desenvolvimento humano. As tecnologias e abordagens são bem conhecidas. O desafio reside no desenvolvimento de políticas públicas que coloquem a tónica nas parcerias entre comunidades e organismos governamentais.

Recolha de água

A experiência da recolha de água demonstra como as iniciativas lideradas pela comunidade podem aumentar de escala através de parcerias. Os pequenos reservatórios e as estruturas de recolha de águas pluviais oferecem um sistema de infra-estrutura que, quando associado a práticas adequadas de gestão da terra, podem aumentar a disponibilidade de água para os pobres e impulsionar a eficiência e produtividade locais de utilização de água. Este sistema pode incrementar a segurança da água em áreas de sequeiro, conferindo segurança alimentar e potencial de diversificação à produção comercial de pequena escala.

A recolha de águas pluviais é uma das actividades hidrológicas mais antigas de que se tem registo. Era utilizada há 8.000 anos nas primeiras colónias humanas no Sul da Ásia e há 4.000 anos na Grécia e na Palestina. O sul da Ásia tem uma história rica em matéria de recolha de água, desde os complexos sistemas de tanques integrados desenvolvidos pelos reinados Vijayanagar do Sul da Índia, no século XIV, aos milhares de lagos cavados nas aldeias que suportam actualmente uma série de actividades locais domésticas e de produção. Também ao longo da África Subsariana se verifica a existência de diversas práticas tradicionais de recolha de água, muitas das quais envolvem a transferência directa de águas pluviais para a reposição da humidade do solo. Mais de metade da produção de arroz da Tanzânia é cultivada através de sistemas de recolha construídos e geridos pelos agricultores. Na África Ocidental, a recolha regenera a terra e recupera nutrientes levados pela chuva. [50]

Na moderna era da irrigação, contudo, as estruturas de recolha de águas pluviais têm-se caracterizado por um recuo forçado. Na Índia, o crescimento da irrigação por canal e, mais recentemente, a revolução da água subterrânea conduziram a uma negligência sistemática dos sistemas tradicionais (figura 5.8). Desde os anos 80, o número de tanques e outras estruturas de água superficial diminuiu em quase um terço, reduzindo significativamente as capacidades locais de reposição de água subterrânea — esta é uma grande preocupação em vista do desenvolvimento da tecnologia de poços tubulares.[51]

Com o agravamento da crise da água subterrânea, os organismos do governo estadual e federal estão agora a rever prioridades e a procurar um

Na moderna era da irrigação, as estruturas de recolha de águas pluviais têm-se caracterizado por um recuo forçado

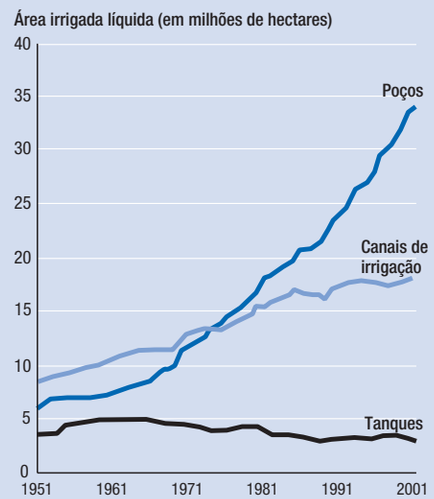
novo equilíbrio. Em Gujarat, um dos epicentros da crise da água subterrânea, o governo estadual tem apoiado iniciativas da comunidade com vista à criação de mais de 10.000 barragens de contenção (pequenas barragens que armazenam a água em excesso durante as monções e que ajudam a fazer com que a água regresse ao solo) para promover a irrigação e repor a água subterrânea. Mais de 40% do investimento proveio de comunidades locais sob a forma de mão-de-obra, materiais e financiamento. No espaço de três anos, cada dólar investido teve um retorno de 1,50 dólares. Estudos conduzidos na aldeia de Maharashtra sugerem a existência de um potencial de retorno económico ainda mais elevado a longo prazo.[52]

O alargamento das barragens de contenção a todas as áreas agrícolas de sequeiro da Índia elevaria o valor da colheita da estação húmida de 36 mil milhões de dólares por ano para 180 mil milhões, face a um investimento inicial de 7 mil milhões de dólares. É evidente que esta é uma estimativa de custo-benefício que não contempla os enormes desafios de governação que tal programa acarretaria. Mas, dada a elevadíssima taxa de pobreza que se verifica nas áreas de sequeiro, é difícil contemplar outro investimento com mais potencial para melhorar o desenvolvimento humano e alargar os benefícios do sucesso económico da Índia às áreas rurais.[53]

As comparações de eficiência relativa entre sistemas de recolha de água de grande e de pequena escala são difíceis — e geralmente não têm grande valor. As duas actividades são complementares e não devem ser encaradas como substitutas. No entanto, as reivindicações de eficiência atribuídas às infra-estruturas de larga escala são por vezes exageradas. Interceptar e recolher águas pluviais onde elas caem, ao invés de transportá-las através de canais de irrigação, aumenta a humidade de água rica em matéria orgânica no solo, contribui para a reposição da água subterrânea e oferece uma reserva para as pessoas se abastecerem sob a forma de irrigação suplementar em períodos secos. Apesar de algumas estruturas pequenas de recolha de água apresentarem elevados custos unitários relativamente aos grandes reservatórios, não deixam de oferecer um elevado potencial de ganhos de eficiência. Estudos conduzidos recentemente na Índia, no Arizona (Estados Unidos) e no deserto do Negev (Israel), demonstram que as barragens de contenção retêm mais água por hectare do que os grandes reservatórios.[54]

A recolha de água não torna as grandes barragens obsoletas. Na Índia, a infra-estrutura de grande escala tem uma capacidade de armazenamento 10 vezes superior à dos pequenos tanques, e os pequenos reservatórios dependem do regime pluviométrico altamente variável nas suas próprias zonas de captação.[55] Como argumenta o Capítulo 4, o debate grande versus pequeno está rapidamente a tornar-se num anacronismo. Ainda assim, os sistemas de pequena dimensão maximizam a produtividade da água disponível localmente e contribuem para a reposição da água subterrânea. Começam por abordar os problemas localmente, aliviando a pressão sobre sistemas centrais e de grande dimensão.

Figura 5.8 Recolha de água em recuo na Índia



Fonte: Índia 2001.

Irrigação de pequena escala

A elevação da produtividade em grandes sistemas de irrigação através da melhoria da manutenção e da legitimação de utilizadores de água é uma das respostas possíveis aos cenários emergentes de utilização de água anteriormente descritos. A expansão da fronteira da irrigação através de investimentos em irrigação ao nível micro é também importante, especialmente em áreas de sequeiro.

Considere-se o caso da Etiópia, um país abundante em água. Na nascente do Nilo cobre 12 bacias hidrográficas e dispõe de uma disponibilidade de água per capita de 1.644 metros cúbicos — um volume relativamente grande. Mas, devido a enormes variações espaciais e temporais no regime pluviométrico, os agricultores só conseguem produzir uma colheita por ano. Frequentes secas e períodos secos provocam uma elevada vulnerabilidade e pobreza, estando o bem-estar das populações rurais ligado ao regime pluviométrico. O principal problema é a previsibilidade e não a disponibilidade.

A irrigação oferece uma forma de reduzir o risco e a vulnerabilidade associados à imprevisibilidade. A terra com potencial de irrigação na Etiópia chega aos 2,7 milhões de hectares, mas apenas 300.000 hectares se encontram desenvolvidos.[56] Entretanto, o país detém uma das taxas mais baixas do mundo de capacidade de armazenamento em reservatórios artificiais, num total inferior a menos de 50 metros cúbicos per capita. O desenvolvimento da irrigação poderia resolver o problema, mas o financiamento é um obstáculo de peso. A reduzida infra-estrutura faz com que a Etiópia, tal como a maioria dos países da África Subsariana, enfrente custos por hectare bastante mais elevados em sistemas de irrigação de grande escala do que o Sul da Ásia. Mas estudos efectuados pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água demonstraram o potencial de expansão da irrigação de pequena escala. Em conjunto com as tecnologias de irrigação gota a gota de baixo custo, calcula-se que com a infra-estrutura de irrigação de pequena escala a Etiópia poderia duplicar os rendimentos ao longo dos próximos 10 a 15 anos a custos por hectare e per capita mais baixos do que os necessários para os investimentos formais em irrigação.[57]

Soluções de baixa tecnologia com elevados retornos em desenvolvimento humano

Face ao aumento dos constrangimentos provocados pela escassez de água, a indústria respondeu com novas tecnologias. Do Sul da Califórnia a Israel e à bacia do Murray-Darling, na Austrália, os produtores comerciais tem procurado produzir mais colheitas por gota através de sistemas de irrigação gota a gota sofisticados, frequentemente informatizados, que fornecem às culturas o volume correcto de água no momento correcto. Hoje, a inovação está a criar condições para que os agricultores mais pobres e mais pequenos possam aceder à revolução tecnológica na gestão da água. Tirar partido da oportunidade assim criada para o desenvolvimento humano exigirá políticas públicas que superem obstáculos relacionados com a pobreza.

A irrigação ao nível micro encontra-se na vanguarda das tecnologias emergentes de gestão da água. Tem um enorme potencial. As tecnologias gota a gota utilizam menos água do que a irrigação de superfície, transportam-na directamente para a cultura e reduzem a salinização e o excesso de água no solo. A distribuição desigual destas tecnologias explica algumas das acentuadas diferenças nas taxas de saída de água a nível mundial. Em França, os aspersores e sistemas gota a gota são utilizados em 90% da área irrigada, em comparação com 1%-3% na China e na Índia.[58]

Até recentemente, os mercados de tecnologia de microirrigação estavam orientados para grandes produtores de capital intensivo. Este cenário alterou-se, já que as tecnologias se tornaram mais baratas e mais generalizadamente disponíveis. As tecnologias de irrigação gota a gota acessíveis aos agricultores pobres assumiram diferentes formas. Foram desenvolvidos kits baratos e de pequena escala de irrigação gota a gota para o cultivo de legumes em lotes familiares. Uma organização não governamental internacional, a International Development Enterprises, desempenhou um papel central na destruição das barreiras de custo ao acesso. Um dos modelos utiliza filtros de tecido e contentores de plástico disponíveis no mercado para substituir emissores metálicos sensíveis, reduzindo os custos de irrigação para 250 dólares por hectare. Os resultados de campo em Andhra Pradesh (Índia) e no Nepal demonstram que a área de cultivo duplicou com a mesma quantidade de água.[59]

Estudos conduzidos pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água no Quénia e no Nepal apontam para uma maior produtividade, com cada dólar investido a gerar 2 dólares depois de subtraídos todos os custos à excepção da mão-de-obra. Na Índia, kits de microirrigação de baixo custo, conhecidos como kits Pepsee, foram desenvolvidos e amplamente adoptados pelos agricultores em áreas semi-áridas de Madhya Pradesh e Maharashtra, elevando os rendimentos das colheitas e a área de cultivo. Estudos demonstram que as técnicas gota a gota reduzem a utilização de água em 30% a 60% e elevam os rendimentos das colheitas em 5% a 50%.[60] Os agricultores no Burquina Faso, no Quénia e no Sudão citam triplicações e quadruplicações dos rendimentos das colheitas por via da irrigação gota a gota e da rega manual a partir de tanques de recolha de água.[61]

Outra inovação consiste na bomba de pedal. Esta tecnologia barata e acessível (12 a 30 dólares) extrai água de fontes de água subterrânea próximas da superfície para irrigar uma área que pode chegar a meio hectare. Foi generalizadamente adoptada no Bangladeche e no leste da Índia, onde os lençóis freáticos são bastante elevados. Mais de um milhão de bombas são agora utilizadas na Ásia e as tecnologias de bomba adoptadas estão a disseminar-se rapidamente na África Subsariana [62] Os custos de produção na África Subsariana, situados em 50 a 150 dólares por unidade, são ainda mais elevados do que no Sul da Ásia mas o seu potencial de redução da pobreza é elevado, tendo em conta retornos anuais documentados de 130% a 850% quando as bombas são associadas à produção orientada para o mercado. [63]

Face ao aumento dos constrangimentos provocados pela escassez de água, a indústria respondeu com novas tecnologias — algumas acessíveis aos agricultores pobres

Os incentivos ao desenvolvimento e investimento em novas tecnologias para aumentar a produção de água foram desenvolvidos de forma inadequada

A combinação da microirrigação e das novas tecnologias tem o potencial de distribuir os benefícios da irrigação de forma muito mais ampla. Abre também a perspectiva de facilitar a entrada dos pequenos agricultores em mercados de maior valor acrescentado, tanto nacionais como de exportação. Para que esta perspectiva se concretize, o investimento público terá de apoiar a disseminação de novas tecnologias de irrigação e, acima de tudo, construir infra-estrutura de comercialização em áreas mais marginalizadas. Mas muitos países terão primeiro de analisar as actuais abordagens ao crescimento da agricultura. Se muitos governos enaltecem as virtudes da pequena agricultura, a maioria concentra o escasso investimento público em áreas de agricultura comercial de relativamente grande escala e de capital intensivo. Esta abordagem pode ser negativa para o crescimento a longo prazo e para a redução a pobreza.

O potencial em perspectiva para o aumento de escala é considerável. A microirrigação pode estar em rápida expansão, mas ainda cobre somente cerca de 1% da área irrigada do mundo. Os resultados variam com a localização e a tecnologia, mas a produtividade da água no terreno geralmente duplica com a irrigação gota a gota. Calcula-se, com base na observação de retornos do investimento corrente, que a adopção de novas tecnologias por 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos de 100 mil milhões de dólares ou mais.[64] Este valor é um quarto mais elevado do que a ajuda actual. Mais importante, talvez, é o facto de que os retornos seriam captados directamente pelas comunidades com elevada concentração de pobreza. Incluindo os efeitos multiplicadores da procura acrescida, do investimento e do emprego, os resultados líquidos totais poderiam ser triplicados, aumentando os rendimentos anuais daqueles que vivem com menos de 1 dólar por dia num valor que poderia chegar aos 500 dólares.[65]

Por que razão, então, os investimentos na microirrigação não acontecem em maior escala? Entram em jogo os factores da procura e da oferta. Na Jordânia, a medição volumétrica da água ajudou a expandir rapidamente a irrigação gota a gota. Os agricultores receberam um forte incentivo do mercado para adoptar a nova tecnologia. Mas os sistemas de irrigação na Jordânia são dominados por grandes produtores que cultivam culturas de alto valor acrescentado. O alargamento da medição volumétrica a centenas de milhões de pequenos agricultores na Ásia que utilizam águas subterrâneas e irrigação de superfície, muitos dos quais produzem culturas de baixo valor acrescentado para consumo próprio, criaria enormes dificuldades.

Os incentivos ao desenvolvimento e investimento em novas tecnologias foram desenvolvidos de forma inadequada. Os sistemas de oferta baseados no mercado e com capacidade de resposta constituem a fonte mais eficiente de apoio social para os pequenos agricultores. Mas os governos poderiam fazer muito mais para promover a investigação, apoiar programas sociais de divulgação e desenvolver sistemas de extensão que poderiam ajudar os mercados a alcançar as pessoas mais carenciadas. Repensar os subsídios poderia ajudar. Ao invés de oferecerem incentivos à extracção de água subterrânea através de subsídios de electricidade, os governos poderiam oferecer apoio objectivo à conservação da água através da microirrigação. Foi o que aconteceu no quadro do Programa Nacional de Conservação da Água na Tunísia, onde os produtores podem candidatar-se a subsídios estruturados de forma a reflectirem a dimensão da quinta e o tipo de tecnologia adoptada.[66]

O caminho a seguir

Com o mundo cada vez mais preocupado com o abastecimento de água e a disponibilidade de alimentação, os governos deveriam olhar além da equação da escassez e considerar questões mais vastas do desenvolvimento humano. Dar uma maior importância à equidade e à legitimação na estrutura de governação é um ponto de partida.

Na abordagem a este desafio colocam-se três grandes requisitos. O primeiro consiste em elaborar uma estratégia nacional transparente que estabeleça a forma como os recursos hídricos irão ser distribuídos nos próximos anos, o que proporcionará previsibilidade. O segundo reside em integrar aquela estrutura em exercícios nacionais de planeamento de redução da pobreza, como o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, de forma a assegurar que a política da água se encontra alinhada com objectivos de desenvolvimento humano de âmbito mais vasto. O terceiro é reconhecer os direitos à água das famílias mais carenciadas com habilitações consuetudinárias e conferir direitos legais através da criação de instituições que legitimem os pobres. A protec-

ção e alargamento dos direitos da água das mulheres agricultoras deverão ser uma prioridade central em todos os países.

A irrigação coloca desafios especiais. A delegação de poderes associada à legitimação oferece uma estrutura para a reforma. Reconhecer os direitos das mulheres nos sistemas de irrigação e promover uma participação feminina representativa na gestão são aspectos fundamentais para converter a retórica da legitimação em resultados práticos. Simultaneamente, o financiamento deve facilitar, e não obstruir, ganhos de equidade e eficiência que se intensifiquem mutuamente. É importante conseguir uma recuperação de custos sustentável e equitativa para financiar a operação e manutenção dos sistemas de irrigação. O ponto de partida deverá ser a tomada de decisões transparentes sobre que custos deverão ser recuperados e de quem, levando em consideração a capacidade de pagamento. Uma opção é a aplicação de sistemas de pagamento escalonados, com taxas baixas para uma quantidade básica e taxas mais altas associadas ao volume de utilização ou à área. Como defendeu a Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem, os princípios-chave da recuperação de custos são precisamente os mesmos que se aplicam à gestão da irrigação: transparência, legitimação, sustentabilidade e incentivos económicos às boas práticas.

As reformas institucionais e legais que legitimem os utilizadores de água rurais constituem um primeiro passo. O desafio inicial é o de desenvolver sistemas legais que clarifiquem e reforcem os direitos existentes ao invés de introduzir direitos de propriedade privada indiscriminados e negociáveis. Esta poderia ser a base do desenvolvimento de mecanismos de transferência equitativos. Tais mecanismos, utilizados voluntariamente e com disposições para a compensação, são mais vantajosos para o garante da segurança da água do que transferências administrativas arbitrárias ou mercados imperfeitos. Reconhecer direitos consuetudinários através da legitimação de instituições locais também faz parte do processo. Mas o direito consuetudinário não deve sobrepor-se ao recurso a processos legais formais para defender princípios como a igualdade de género e a não discriminação.

As actuais abordagens ao desenvolvimento da irrigação negligenciam frequentemente as oportunidades de aumentar a segurança da água através de reformas que se reforçam mutuamente em direcção à eficiência e à equidade. A colocação em prática de sistemas eficientes de recuperação de custos, associada aos benefícios dos sistemas de irrigação, contribuiria para racionalizar a utilização e financiar a manutenção.

Quase todos os países reconhecem a componente de bem público da prestação de irrigação. É por esta razão que a construção e os custos de investimento são fortemente subsidiados. Mas estes subsídios criam a responsabilidade de garantir que os benefícios sejam disseminados tão amplamente quanto possível. Em muitos casos não é isto que acontece. Nos países em que a posse desigual de terra compromete os benefícios de eficiência e equidade da irrigação, a estratégia de reforma deve incluir mecanismos de redistribuição. De uma forma mais genérica, as regras da irrigação podem instituir quotas de água equitativas para os pobres e um sistema de preços equitativo. As políticas orientadas para os pobres também podem ajudar, como a distribuição de água em condições preferenciais na fase final dos sistemas de irrigação, onde a prevalência de pobreza é elevada.

Mas as políticas favoráveis aos pobres não produzirão resultados óptimos em locais onde os pobres se encontram privados de poder. Devolver a autoridade e a capacidade financeira às associações de consumidores de água pode alterar o equilíbrio de poderes entre utilizadores e organismos governamentais, criando estruturas de governação mais responsáveis e com maior capacidade de resposta. Mas a legitimação dos pobres e das mulheres no seio das associações de consumidores de água é um desafio de maior envergadura. A discriminação positiva pode ajudar. Assim como a clarificação de direitos de utilização da água e habilitações. Em última análise, contudo, a legitimação exige desafiar normas e estruturas de poder em que a inferioridade baseada no género e na riqueza se encontra fortemente enraizada. A orientação explícita para as mulheres agricultoras no desenvolvimento da água e a integração das mulheres na gestão é essencial para o sucesso social e económico dos programas de irrigação.

Em muitos países, a despesa pública em irrigação e gestão da água caiu abaixo dos níveis necessários para manter a infra-estrutura. A despesa nacional presente no financiamento da irrigação está estimada em 30 a 35 mil milhões de dólares, mas encontra-se numa acentuada tendência para a baixa.[67] A mesma tendência se verifica na ajuda ao desenvolvimento. Embora as estatísticas internacionais não sejam fiáveis, os empréstimos destinados à irrigação e drenagem pelas organizações multilaterais passaram de cerca de 3 mil milhões de dólares por ano em meados dos anos 80 para cerca de 2 mil milhões em meados dos anos 90, não se tendo registado qualquer recuperação desde então.[68] Face à crescente pressão sobre os sistemas de água e à ameaça das alterações climáticas globais, é importante reverter esta tendência. O principal impulso para a mudança terá de ser dado pelo financiamento privado e pela despesa pública dos governos. Mas a ajuda também desempenha um papel. O Banco Mundial calcula que o apoio dos doadores terá de duplicar ao longo dos próximos 20 anos para cerca de 4 mil milhões de dólares por ano.[69]

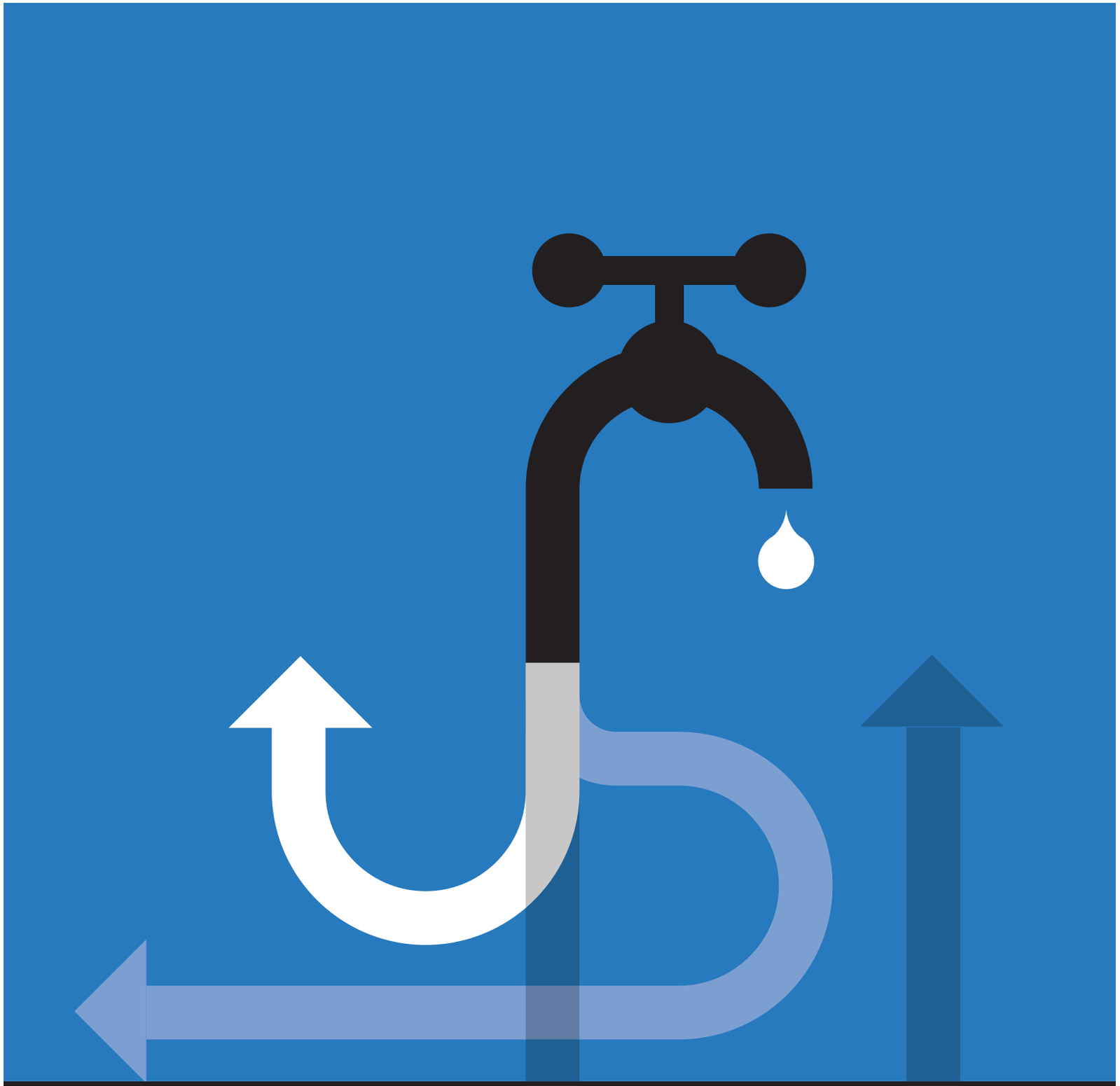
Os governos deveriam olhar além da equação da escassez e considerer questões mais vastas do desenvolvimento humano, dando uma maior importância à equidade e à legitimação

A legitimação exige desafiar normas e estruturas de poder em que a inferioridade baseada no género e na riqueza se encontra fortemente enraizada

A África Subsariana deverá constituir uma prioridade para o apoio dos doadores. No âmbito de um conjunto mais vasto de medidas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural, a Comissão para África propôs que a África duplicasse a área irrigada até 2010, com uma tónica no abastecimento de pequena escala. O custo seria de cerca de 2 mil milhões de dólares por ano, cabendo aos doadores a cobertura de metade daquele valor.[70]

É importante que as tecnologias favoráveis aos pobres e outras intervenções figurem proeminentemente nas estratégias de gestão da água desenvolvidas pelos governos para lidar com a escassez. No caso da tecnologia, os governos devem concentrar-se não na produção, mas em programas sociais de divulgação, no apoio ao microfinanciamento e em investimentos públicos em infra-estrutura, necessários para promover a aceitação. A tecnologia de microirrigação e as estratégias de desenvolvimento de mercados deveriam constituir parte integrante de todas as estratégias nacionais de redução da pobreza e de desenvolvimento rural.

Já é mais que tempo de abandonar a velha dicotomia entre abordagens de grande e de pequena escala. No Sul da Ásia e em regiões da Ásia Oriental, a recolha de água em pequena escala constitui uma componente vital da resposta às crises locais de água subterrânea. De uma forma mais genérica, programas em maior escala nesta área têm o potencial de melhorar a segurança da água através do aumento da disponibilidade e da proximidade da água para as pessoas. A recolha de água em pequena escala deve constituir uma componente central da gestão da água, do nível local ao nacional — e parte integrante de iniciativas de legitimação dos pobres de âmbito mais vasto.



6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

«Uma guerra pela água seria a última das obscenidades»

Rainha Noor da Jordânia

«Bebemos whisky mas lutamos pela água»

Mark Twain

CAPÍTULO 6

Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

A gestão dos recursos hídricos partilhados pode constituir um pretexto para a paz ou para a guerra, mas cabe aos políticos decidirem por que via optar

A água constitui o ponto fulcral da interdependência humana de qualquer país — um recurso partilhado que serve a agricultura, a indústria, os consumidores domésticos e o meio ambiente. Uma boa gestão nacional dos recursos hídricos pode conduzir a um equilíbrio entre estes consumidores concorrentes entre si. Mas a água também é um recurso bastante fugidio. Os países bem podem legislar sobre a água como se ela fosse um bem nacional, mas o facto é que este recurso atravessa fronteiras políticas sem precisar de passaporte, através de rios, lagos e aquíferos. As águas transfronteiriças estendem a interdependência hidrológica para além das fronteiras nacionais, ligando consumidores de diferentes países dentro de um sistema partilhado. Gerir essa interdependência constitui um dos grandes desafios de desenvolvimento humano que a comunidade internacional enfrenta.

O desafio é, em parte, institucional. A competição pela posse da água no território de um determinado país pode originar pretensões geradoras de conflitos, confrontando os governantes com opções que terão repercussões ao nível da equidade, do desenvolvimento humano e da redução da pobreza. As instituições e organismos legislativos nacionais aprovaram mecanismos destinados a abordar estas opções. Não existe nenhuma estrutura institucional equivalente que regule os caudais de água que atravessam fronteiras. E isto tem as suas implicações. À medida que a água for escasseando relativamente à procura, a competição transfronteiriça pela partilha dos rios e de outros recursos hídricos também irá aumentar. Sem mecanismos institucionais capazes de responder a estes problemas transfronteiriços, esta competição poderá conduzir a conflitos insanáveis.

O espectro de uma competição crescente pelo direito à água deu origem a um debate público por vezes extremado. Alguns sectores prevêem um futuro dominado por «guerras de água» à medida que os estados começarem a reclamar os seus direitos sobre os recursos hídricos. Outros sectores chamam a atenção para o facto de não assistirmos a guerras de água desde um episódio registado há 4.000 anos atrás, na região hoje correspondente ao Sul do Iraque — e nessa época, os países terão resolvido normalmente o problema da competição pela posse da água transfronteiriços através de uma maior colaboração, em vez do conflito. Na óptica desta corrente mais optimista, a competição crescente é vista como um catalisador de uma cooperação mais aprofundada no futuro.

Este relatório defende que a água pode alimentar conflitos generalizados, mas também poderá funcionar como ponte para futuras relações de cooperação. Ao longo da História, os governos têm sabido encontrar soluções inovadoras e cooperantes para resolver as tensões relacionadas com a gestão das águas transfronteiriças, mesmo nos climas políticos mais complicados. Do Rio Indus ao Jordão ou ao Mekong, os estados atingidos por conflitos políticos e, até mesmo, militares encontraram formas de manter uma colaboração estreita no domínio dos recursos hídricos. Quando os estados partem para a luta armada, geralmente fazem-no por motivos bem menos importantes do que a água. Mas a complacência não é o antídoto mais indicado para combater o pessimismo da luta pela água. Os cursos de água transfronteiriços provocam quase sempre alguma tensão entre as comunidades limítrofes. Estas tensões não podem ser consideradas de forma isolada. Elas estão ligadas a factores que ultrapassam as meras relações entre estados, incluindo aspectos de segurança nacional, oportunidades económicas, sustentabilidade ambiental e justeza

Dado que a água é um recurso circulante e não uma entidade estática, o seu uso num determinado local é afectado pelo uso que dela fazem noutros lugares, incluindo noutros países

de princípios. A gestão dos recursos hídricos partilhados pode constituir um pretexto para a paz ou para a guerra, mas cabe aos políticos decidirem por que via optar.

Um dos problemas suscitados pela polarização do debate gerado pela retórica da guerra da água foi o desviar das atenções gerais de problemas de segurança humana muito mais prementes e relevantes. Se a gestão das águas transfronteiriças for tratada de uma forma mais cooperante, isso poderá produzir ganhos reais em termos de desenvolvimento humano. Poderá reforçar-se a segurança do acesso à água por parte das pessoas mais vulneráveis de ambos os lados da fronteira, melhorando assim a qualidade, a quantidade e o grau de previsibilidade dos fluxos que atravessam os diversos países. A partilha da água não é um jogo em que uns ganham e outros perdem: os ganhos de um país não são equivalentes aos prejuízos do outro. Assim como a interdependência comercial pode proporcionar benefícios económicos para toda a gente, o mesmo poderá acontecer com uma interdependência da água cooperante. Isto não é válido somente na esfera económica, em que a comercialização de energia hidroeléctrica e de serviços ambientais permite a adopção de estratégias benéficas para todos — mas também em termos de uma política mais alargada de cariz público, social e ambiental.

O oposto também é verdadeiro. Quando a cooperação não existe ou é interrompida, todos os países ficam a perder — e os pobres são os que mais perdem. O fracasso da cooperação pode provocar catástrofes sociais e ambientais, como aconteceu no Lago Chade e no Mar de Aral. Também expõe os países mais pequenos e mais vulneráveis à ameaça de acções unilaterais desencadeadas pelos seus vizinhos maiores e mais poderosos. Acima de tudo, a ausência de cooperação impossibilita os países de gerirem os recursos hídricos partilhados de forma a optimizarem condições para o progresso da humanidade.

Dois enormes desafios definem as estratégias de gestão das águas transfronteiriças neste início do século XXI. O primeiro consiste em ir além das estratégias nacionais e das acções unilaterais voltadas para os interesses internos de cada país, possibilitando a adopção de estratégias partilhadas com vista a uma cooperação multilateral. Em certa medida, isto já está a acontecer, mas a resposta dos governos tem sido desconexa e desajustada. O segundo desafio é colocar o desenvolvimento humano no centro da cooperação e da governação transfronteiriça.

Este capítulo começará por se debruçar sobre o significado da interdependência hidrológica na vida das nações e dos povos. Para seguidamente analisar os custos ecológicos, económicos e humanos mais alargados do fracasso da cooperação ao nível da gestão das águas transfronteiriças, e concentrar-se no corolário destes custos: a defesa da cooperação.

Interdependência hidrológica

A água é diferente de outros recursos escassos em aspectos importantes. Ela serve de alicerce a aspectos da sociedade humana que vão desde a ecologia à agricultura e à indústria — e não tem substitutos conhecidos. Tal como o ar que respiramos, ela é fundamental para a vida. Também é parte integrante dos sistemas de produção geradores da riqueza e do bem-estar. Dado que a água é um recurso circulante e não uma entidade estática, o seu uso num determinado local é afectado pelo uso que dela fazem noutros lugares, incluindo noutros países. Ao contrário do petróleo ou do carvão, a água não pode ser canalizada para um único propósito — ou no caso das águas transfronteiriças, para um único país.

A forma como cada país utiliza a água produz efeitos nos outros países, geralmente através de um de três mecanismos:

- *Competição por uma fonte de água finita*. Quando os países dependem da mesma fonte de água para proteger o seu meio ambiente, sustentar a subsistência das populações e gerar crescimento económico, as águas transfronteiriças tornam-se elos de ligação entre os respectivos cidadãos e meio ambiente. O consumo num local restringe as disponibilidades noutro. Por exemplo, a retenção de caudais de água para irrigação ou produção de energia num país a montante restringe os fluxos disponíveis para os agricultores e o meio ambiente a jusante.
- *Impacto na qualidade da água*. A forma como um país a montante utiliza a água afecta o meio ambiente e a qualidade da água que chega a outro país situado a jusante. A cons-

trução descontrolada de barragens pode provocar uma maior deposição de sedimentos nos reservatórios, impedindo esses sedimentos enriquecidos de chegarem às planícies das zonas mais baixas. Da mesma forma, os rios podem transportar a poluição industrial ou humana para outros povos e países. Em Novembro de 2005, quando um acidente industrial provocou um derramamento químico de 80 quilómetros de extensão no Rio Songhua, na China, isto constituiu uma ameaça não só para os 3 milhões de habitantes de Harbin, mas também para os residentes da cidade russa de Khabarovsk, do outro lado da fronteira.

- *Periodicidade dos fluxos aquáticos*. Quando e em que quantidade a água é libertada pelos consumidores situados a montante tem implicações cruciais a jusante. Por exemplo, os consumidores agrícolas de um país situado a jusante poderão precisar de água para irrigação ao mesmo tempo que um outro país situado a montante precisa dela para produzir energia hidroeléctrica — um problema hoje em dia comum na Ásia Central (ver mais abaixo).

Tal como as tensões existentes nestas regiões podem originar um clima de competição e de conflito dentro de um determinado país (ver capítulo 5), também a interdependência tem consequências sobre os diferentes padrões de consumo de água além fronteiras.

Partilhar os recursos hídricos mundiais

A água partilhada constitui uma vertente cada vez mais importante da geografia humana e do panorama político. Os rios, lagos, aquíferos e zonas húmidas internacionais mantêm ligadas entre si as pessoas que estão separadas por fronteiras internacionais, nalguns casos instaladas ao longo dos cursos de água. Esta água partilhada constitui a base de sustentação da interdependência hidrológica de milhões de pessoas.

As bacias hidrográficas internacionais — represas ou reservas, incluindo lagos e lençóis de água subterrânea pouco profundos, partilhados por mais de um país — cobrem quase metade da superfície terrestre da Terra. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem actualmente nestas bacias hidrográficas, que também são responsáveis por 60% do total de caudais fluviais. O número de bacias hidrográficas partilhadas tem vindo a crescer, em grande medida devido ao desmembramento da antiga União Soviética e da antiga Jugoslávia. Em 1978, havia 214 bacias hidrográficas internacionais. Hoje, existem 263.

A profunda interdependência que estes números sugerem fica patente na quantidade de países situados em bacias hidrográficas partilhadas — 145 ao todo, englobando mais de 90% da população mundial.[1] Mais de 30 países estão integralmente situados dentro dos limites de bacias transfronteiriças.

O grau de interdependência é ilustrado pelo número de países que partilham as mesmas bacias hidrográficas internacionais (quadro 6.1). Por exemplo, 14 países partilham o Danúbio (outros 5 têm parcelas marginais), 11 o Nilo e o Níger, e 9 o Amazonas. Nenhuma outra região nos mostra a realidade da interdependência hidrológica melhor do que a África. Os mapas políticos traçados nas conferências de Berlim, Lisboa, Londres e Paris, e há mais de um século atrás deixaram mais de 90% de toda a superfície aquática da região inserida em bacias hidrográficas transfronteiriças, que por sua vez abrigam mais de três quartos da população da zona.[2] Um total de 61 bacias hidrográficas cobre cerca de dois terços daquele território (mapa 6.1).

Os governos podem escolher entre cooperar ou não cooperar na gestão das águas transfronteiriças. Seja qual for a decisão, os rios e outros sistemas hídricos transfronteiriços ligam os países através de acordos de partilha de recursos ambientais que determinam as oportunidades de sustento das respectivas populações.

O consumo de água a montante determina as opções a jusante em termos de gestão de água, criando o cenário para a disputa ou para a cooperação. E em nenhum outro sector isto é tão visível como na irrigação. Contando-se entre os países detentores de sistemas de irrigação altamente desenvolvidos, o Egipto, o Iraque, a Síria, o Turquemenistão e o Usbequistão dependem de rios em que dois terços ou mais do respectivo caudal correm nos países vizinhos. Quaisquer alterações nos padrões de consumo de água dos países situados a montante podem afectar seriamente os sistemas agrícolas e a subsistência rural dos que se situam a jusante. Para exemplificar, a Bacia Hidrográfica do Tigre-Eufrates serve o Iraque, a Síria e a Turquia, abrangendo uma população conjunta de 103 milhões. O Projecto do Sudeste da Anatólia, na Turquia, que compreende a criação de 21 barragens e 1,7 milhões de hectares de terra irrigada, poderia reduzir os caudais na Síria em cerca de um terço, fazendo com que uns ficassem a ganhar e outros a perder na zona da bacia.[3]

A distribuição de água entre os consumidores constitui uma tarefa delicada em qualquer país. Se a esse dilema juntarmos o problema das fronteiras nacionais, a governação complica-se ainda mais,

Os rios, lagos, aquíferos e zonas húmidas internacionais mantêm ligadas as pessoas que estão separadas por fronteiras internacionais

Quadro 6.1 As bacias hidrográficas internacionais unem vários países

Bacia fluvial	Número de países dependentes desta bacia	Países dependentes desta bacia
Danúbio	19	Albânia, Alemanha, Áustria, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Macedónia, Moldávia, Montenegro, Polónia, República Checa, Roménia, Sérvia, Suíça, Ucrânia
Congo	13	Angola, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Malawi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia
Nilo	11	Burundi, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quénia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda
Níger	11	Argélia, Benim, Burquina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa
Amazonas	9	Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela
Reno	9	Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália, Listenstaine, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça
Zambeze	9	Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué
Lago Chade	8	Argélia, Camarões, Chade, Líbia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Sudão
Mar de Aral	8	Afeganistão, China, Cazaquistão, Paquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão, Usbequistão
Jordão	6	Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Territórios Ocupados da Palestina
Mekong	6	Camboja, China, Mianmar, República Democrática Popular do Laos, Tailândia, Vietname
Volta	6	Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Gana, Mali, Togo
Ganges-Brahmaputra-Meghna	6	Bangladeche, Butão, China, Índia, Mianmar, Nepal
Tigre-Eufrates	6	Arábia Saudita, Irão, Iraque, Jordânia, Síria, Turquia
Tarim	5 (+1)	Afeganistão, China, território chinês reclamado pela Índia, Paquistão, Quirguizistão, Tajiquistão
Indus	5	Afeganistão, China, Índia, Nepal, Paquistão
Neman	5	Bielorrússia, Letónia, Lituânia, Polónia, Rússia
Vístula	5	Bielorrússia, Eslováquia, Polónia, República Checa, Ucrânia
La Plata	5	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai

Fonte: Adaptado de Wolf e outros 1999.

sobretudo quando a competição pela água está a intensificar-se. Em teoria, a solução ideal seria fazer uma gestão integrada da água em toda a bacia hidrográfica, cabendo aos países comercializarem entre si os recursos agrícolas, a energia hidroeléctrica e outros serviços, de acordo com as vantagens comparativas do consumo de água de cada um. Se quisermos um exemplo óbvio, a energia hidroeléctrica é mais rentável quando produzida nas regiões situadas no topo de encostas montanhosas, ao passo que a irrigação produz melhores resultados nos vales e planícies: trocar energia hidroeléctrica por produtos agrícolas é uma forma de obter este tipo de vantagens comparativas. Na prática, não existem instituições que resolvam os diferendos e coordenem a partilha de recursos na maioria das bacias fluviais, e factores como a confiança ou as preocupações estratégicas têm um peso considerável nas políticas governamentais.

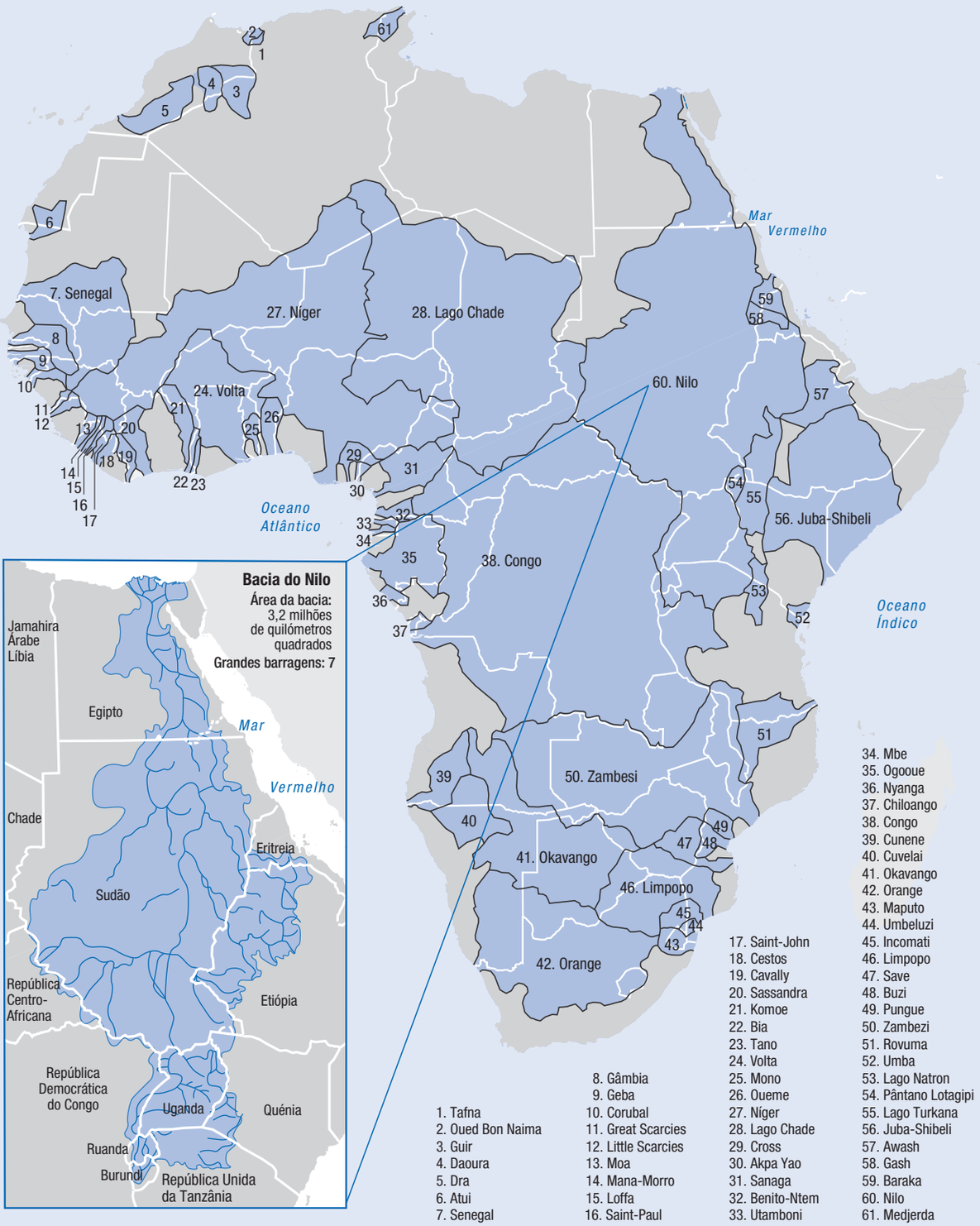
A partilha de bacias hidrográficas, fornece-nos apenas um retrato parcial da interdependência hidrológica. Os países não apresentam todos o mesmo grau de interdependência dos sistemas partilhados. Em alguns casos, os estados que representam uma pequena parcela da bacia em termos geográficos, revelam-se altamente dependentes dela em termos hidrológicos, enquanto o inverso também sucede. Por exemplo, o Bangladeche consome apenas 6% dos recursos da Bacia Hidrográfica do Ganges-Brahmaputra-Meghna, e contudo, esta bacia ocupa três quartos do território daquele país.[4] E embora um quinto da Bacia Hidrográfica do Mekong se situe na China, esses recursos representam menos de 2% do consumo do território chinês. Mais a jusante, para cima de quatro quintos do Laos e quase 90% do Camboja estão situados no interior da bacia.

Ao longo das margens do rio

A maioria das pessoas não tem noção das consequências para a Humanidade da interdependência hidrológica que condiciona os países. E no entanto, isto faz parte de uma realidade que determina as nossas vidas e oportunidades.

O Nilo é um exemplo desta realidade. Cerca de 150 milhões de pessoas vivem na Bacia Hidrográfica do Nilo — um sistema hídrico que liga os 96% de egípcios que habitam no Vale e no Delta do Nilo aos povos que residem nas terras monta-

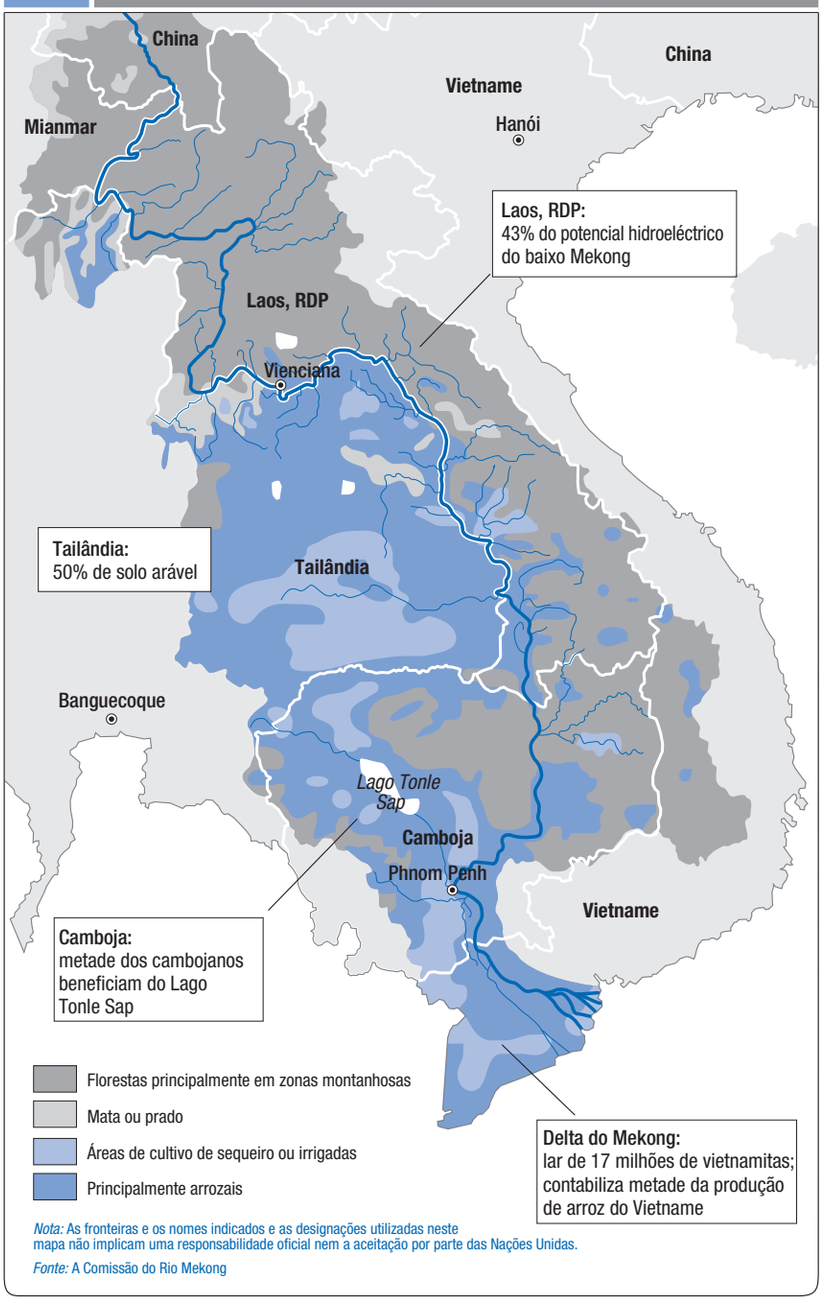
Mapa 6.1 As bacias hidrográficas de rios e lagos da África atravessam muitas fronteiras



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Wolf e outros 1999; Revenga e outros 1998; Rekacewicz 2006; Jägerskog e Phillips 2006.

Mapa 6.2 O rio Mekong liga os meios de subsistência além fronteiras



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: A Comissão do Rio Mekong

nhosas da Etiópia e do Norte do Uganda, entre outros países.[5] A água e os sedimentos, sobretudo provenientes da Etiópia, tornaram habitável uma longa faixa de deserto e têm sustentado o Delta do Nilo. Da mesma forma, o Rio Jordão liga pessoas, modos de vida e ecossistemas de Israel, Jordânia e dos Territórios Ocupados da Palestina, através de um recurso hídrico comum a todos eles.

A maneira mais fácil de compreendermos o que significa a interdependência hidrológica em termos humanos talvez seja seguirmos o curso de um rio. Tomemos o caso do Mekong, um dos principais sistemas hídricos do mundo (mapa 6.2). Desde a sua origem, no Planalto do Tibete, ele lança 5.000 metros de caudais que atravessam seis países antes de atingir o seu delta. Mais de um terço da população do Camboja, do Laos, da Tailândia e do Vietname — qualquer coisa como 60 milhões de pessoas — residem na Bacia Inferior do Mekong,[6] utilizando o rio como fonte de água potável, alimento, irrigação, energia hidroeléctrica e comércio.

Mais alguns milhões na China e no Mianmar, e para além das fronteiras da bacia beneficiam deste rio. Nas zonas de planície, a bacia do rio representa metade da terra arável da Tailândia. Mais a jusante, no Camboja, o Lago Tonle Sap, um dos maiores bancos de pesca de água doce do mundo, é alimentado pelo Mekong. Perto de metade da população do Camboja beneficia directa ou indirectamente dos recursos deste lago.[7] À medida que o rio se aproxima do mar, o Delta do Mekong fornece mais de metade da produção de arroz do Vietname e um terço do seu PIB.[8] Aproximadamente 17 milhões de pessoas vivem no Delta do Mekong, situado no Vietname. Para além deste contexto humano, o rio também ilustra de forma categórica o campo de acção que se abre à partilha de interesses — e à competição.

Os rios são apenas uma das teias da interdependência hídrica. Em muitos países, os lagos partilhados são de crucial importância para a segurança da água — e para a subsistência humana. Estima-se que 30 milhões de pessoas dependam do Lago Vitória — um terço da população global do Quénia, da Tanzânia e do Uganda.[9] Outros 37 milhões habitam na Bacia do Lago Chade.[10] Embora o Lago Vitória seja o banco de pesca de água doce mais produtivo do mundo e o Lago Chade forneça três quartos do peixe capturado em toda a região, os índices de pobreza da população desta zona são excepcionalmente elevados.[11] A gestão do lago tem implicações importantes para o esforço de redução da pobreza. O mesmo acontece na Bacia do Lago Titicaca na América Latina. Mais de 2 milhões de pessoas vivem na bacia, que se estende pela Bolívia e o Peru. Estimam-se que os níveis de pobreza aí sejam superiores a 70%. Duas cidades bolivianas situadas na bacia hidrográfica —El Alto e Oruro, que somam um quarto da população do país — dependem do lago para satisfazer as suas necessidades de água.[12]

Os lagos colocam desafios específicos em termos de cooperação. Além de sofrerem pressões resultantes da concorrência, também são menos renováveis do que os rios. Enquanto ecossistemas «fechados» mas interdependentes, são ainda mais

sensíveis à poluição e às captações de água do que os rios, o que tem implicações na transmissão de água de má qualidade. Têm ainda outras dificuldades resultantes das disputas associadas à sua classificação. Os cinco estados que partilham o Cáspio não conseguem chegar a acordo sobre se se trata de um mar ou de um lago. Esta disputa legal tem implicações na gestão deste recurso partilhado, graças às diferentes normas aplicáveis.

Ao contrário dos rios e dos lagos, os aquíferos são invisíveis. Os aquíferos também são repositórios de mais de 90% da água doce existente no planeta — e à semelhança dos rios e dos lagos, também atravessam fronteiras.[13] Só na Europa, existem mais de 100 aquíferos transfronteiriços. O aquífero Guarani, na América do Sul, é partilhado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Países fortemente pressionados pela escassez de água como o Chade, o Egipto, a Líbia e o Sudão partilham entre si o aquífero Núbio de Sandstone. O Grande Rio Feito pelo Homem, um sistema de dois grandes gasodutos enterrados por baixo das areias do Saara, transfere água deste aquífero fóssil até à zona costeira da Líbia, a fim de irrigar os campos à volta de Benghazi e de Tripoli. O Aquífero Montanha, que atravessa Israel e os Territórios Ocupados da Palestina, é de importância crucial para a segurança da água dos consumidores de ambos os lados. Ele constitui a principal fonte de água de irrigação da Margem Ocidental e é uma importante fonte de água para Israel.

A cooperação no domínio de água subterrânea confronta os governos com alguns desafios óbvios. Os problemas de medição dificultam a monitorização das taxas de captação nos aquíferos. Mesmo quando os governam cooperam entre si, a água subterrânea pode ser explorada por sistemas privados de bombagem, conforme tem sido testemunhado pelo rápido esgotamento dos lençóis freáticos na Ásia do Sul. As consequências ecológicas da extracção descontrolada de água subterrânea têm implicações para os habitantes de ambos os lados das fronteiras nacionais. A extracção excessiva feita por consumidores individuais pode conduzir a uma «tragédia dos bens comuns», ou seja, à sobre-exploração de um recurso comum para além dos limites da sustentabilidade.

No interior de cada país, o consumo excessivo de água subterrânea por parte de um conjunto de consumidores pode reduzir as reservas básicas de toda a população. A extracção excessiva de água subterrânea no estado indiano de Gujarat, por exemplo, representou uma dupla ameaça para os produtores agrícolas ao reduzir as disponibilidades de água e ao aumentar a salinidade dos solos (ver capítulo 4). Problemas semelhantes poderão surgir além-fronteiras. À medida que os aquíferos se vão esgotando devido à extracção excessiva de um lado da fronteira, a intrusão gradual de água do mar e de arsénico, nitratos e sulfatos, se não for fiscalizada, poderá tornar a água subterrânea imprópria para consumo nos países vizinhos. Foi isto que aconteceu em grande parte do aquífero da Faixa de Gaza, onde a poluição agravou os já de si graves problemas de escassez de água.

Muito daquilo que é entendido como «água nacional» é, na realidade, água partilhada

Os custos da falta de cooperação

Por que será a gestão das águas transfronteiriças uma assunto da esfera do desenvolvimento humano? A resposta a esta pergunta é idêntica à resposta à mesma pergunta formulada ao nível nacional. A maneira como cada país se comporta perante os interesses antagónicos associados à gestão dos recursos hídricos escassos tem profundas implicações nos índices de pobreza, na distribuição de oportunidades de vida e no desenvolvimento humano dentro das fronteiras desse país. Essas implicações não são menos profundas além-fronteiras.

A transmissão de tensões ao longo do curso dos rios

A dependência de caudais vindos do exterior constitui um dos vínculos óbvios entre os recursos hídricos e o desenvolvimento humano. Os governos e a maioria das pessoas encaram a água que circula no interior do seu país como um recurso nacional. Do ponto de vista legal e constitucional, até podem ter razão. Mas muito daquilo que é entendido como «água nacional» é, na realidade, água partilhada.

Quadro 6.2 Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras

Região	Países que recebem entre 50% e 75% da sua água de fontes externas	Países que recebem mais de 75% da sua água de fontes externas
Países Árabes	Iraque, Somália, Sudão, República Árabe Síria	Barém, Egipto, Koweit
Ásia Oriental e Pacífico	Camboja, Vietname	
América Latina e Caraíbas	Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai	
Ásia do Sul		Bangladeche, Paquistão
África Subsariana	Benim, Chade, Congo, Eritreia, Gâmbia, Moçambique, Namíbia	Botsuana, Mauritânia, Níger
Europa Central e Oriental e a CEI	Azerbeijão, Croácia, Eslováquia, Letónia, Ucrânia, Usbequistão	Hungria, Moldávia, Roménia, Sérvia e Montenegro[a], Turquemenistão
Países OCDE de rendimento elevado	Luxemburgo	Países Baixos
Outros	Israel	

Fonte: FAO 2006.
a. Embora a Sérvia e o Montenegro se tenham tornado dois Estados independentes em Junho de 2006, à data de impressão deste Relatório ainda não estavam disponíveis os dados individuais relativos aos recursos hídricos externos destes países.

Pelo menos metade dos recursos hídricos de 39 países abrangendo uma população de 800 milhões de pessoas tem origem no exterior das suas fronteiras (quadro 6.2). A maior parte da água consumida pelo Iraque e a Síria depende dos rios Tigre e Eufrates, que provêm da Turquia. Do total de água consumida pelo Bangladeche, 91% vem da Índia — para irrigar colheitas e repor as reservas dos aquíferos. Os agricultores e trabalhadores rurais deste país que habitam na Bacia Hidrográfica do Ganges-Brahmaputra-Meghna são consumidores finais da água que atravessa milhares de quilómetros e as fronteiras de cinco países. Da mesma forma, o Egipto depende quase exclusivamente de fontes de água externas que chegam através do Nilo, mas são originárias da Etiópia.

Em todos estes casos, até mesmo as alterações mais modestas nos padrões de consumo de água a montante podem afectar profundamente o desenvolvimento humano em todos os aspectos. As prioridades hídricas podem ser encaradas de forma muito diversa em cada um dos lados da fronteira. Um terço da terra irrigada da Turquia situa-se nas oito províncias a sudeste, onde nascem os rios Tigre e Eufrates. Perante este pano de fundo, não nos será difícil avaliar a importância do Projecto do Sudeste da Anatólia para a Turquia. Mas um em cada cinco Sírios habita na região à volta do Eufrates, e os dois rios atravessam as duas cidades mais populosas do Iraque, Bagdade e Basra. Gerir as pretensões rivais de forma a encontrar o equilíbrio entre os interesses nacionais e as responsabilidades mais alargadas exige uma liderança política de alto nível.

As pretensões cada vez maiores ao uso dos rios partilhados produzem claros efeitos colaterais. Quando os Rios Ili e Irtysh, que percorrem a China até ao Cazaquistão, vão vendo o seu caudal reduzir-se devido aos desvios canalizados para a agricultura e a indústria na China, o Cazaquistão, situado a jusante, vê os seus interesses nacionais ameaçados. Esta ameaça foi em parte resolvida através de um acordo sobre o Irtysh assinado entre os dois países, em 2001. Contudo, o acordo é frágil e não aborda o problema central relativo à gestão das flutuações anuais do caudal.

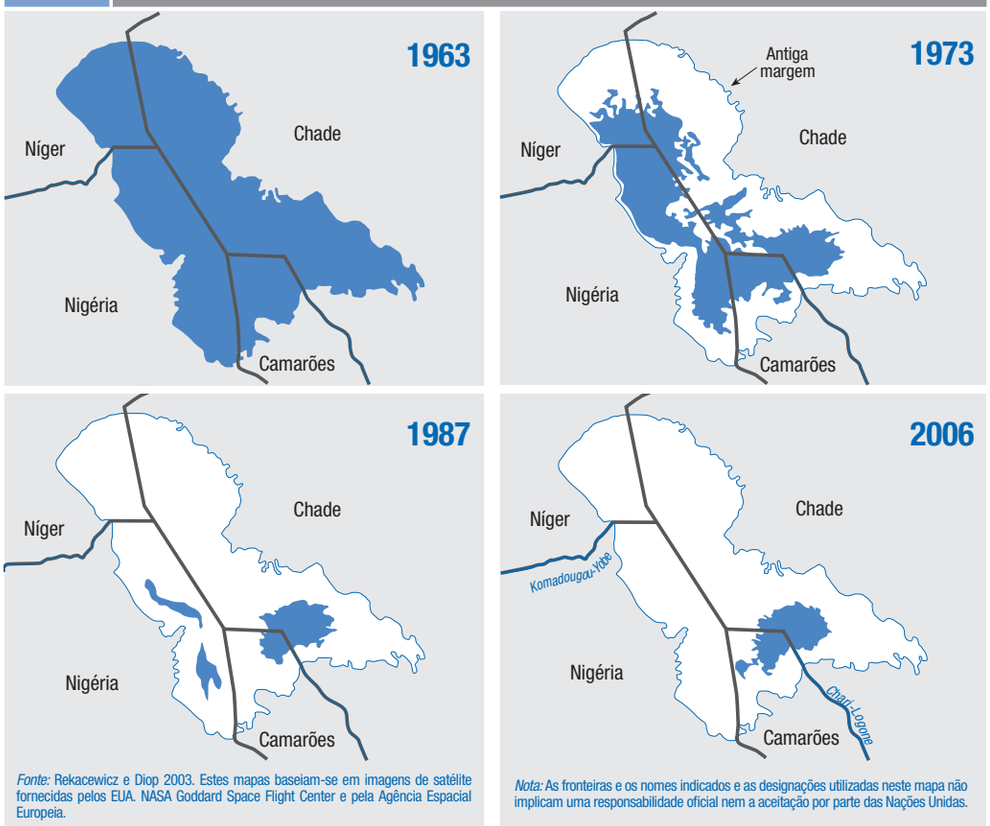
A competição não se restringe aos países em desenvolvimento. Como o caudal do Rio Colorado e do Rio Grande diminuiu nas zonas mais baixas graças aos desvios de água destinados à indústria, agricultura e cidades, o México quase não recebe água daquela fonte. Isto tem constituído uma fonte de tensões permanente nas negociações entre o México e os Estados Unidos.

Quadro 6.3 Os países estão a extrair água a uma velocidade maior do que a sua capacidade de reposição

País	Percentagem de extracção de água comparativamente à totalidade dos recursos hídricos renováveis (%)	Percentagem de recursos hídricos externos comparativamente à totalidade dos recursos hídricos renováveis (%)
Koweit	2.200	100
Emirados Árabes Unidos	1.553	0
Arábia Saudita	722	0
Jamahira Árabe Líbia	711	0
Catar	547	4
Barém	259	97
Iémen	162	0
Omã	138	0
Israel	123	55
Egipto	117	97
Usbequistão	116	68
Jordânia	115	23
Barbados	113	0
Malta	100	0
Turquemenistão	100	94

Fonte: FAO 2006.

Mapa 6.3 O Lago Chade em vias de extinção



Fonte: Rekacewicz e Diop 2003. Estes mapas baseiam-se em imagens de satélite fornecidas pelos EUA. NASA Goddard Space Flight Center e pela Agência Espacial Europeia.

Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Em nenhuma outro o problema da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços é tão evidente como nos países que se debatem com problemas de escassez. Quinze países, na maioria do Médio Oriente, consomem anualmente mais de 100% dos seus recursos hídricos renováveis. O esgotamento das águas subterrâneas e dos lagos cobre o défice, colocando frequentemente pressão sobre os recursos hídricos transfronteiriços (quadro 6.3). Algumas das bacias hidrográficas transfronteiriças mais densamente povoadas — no Sul da Ásia, em parte da Ásia Central e no Médio Oriente — também se debatem com a ameaça da falta de água. Nestes casos, um maior recurso aos recursos hídricos partilhados como forma de cobrir os défices pode ter enormes repercussões no desenvolvimento humano de outras zonas — e nas relações políticas entre estados.

Contracção de lagos, rios que secam

A má gestão das bacias hidrográficas internacionais ameaça a segurança humana em aspectos muito concretos. A contracção dos lagos e os rios que secam vão afectar a subsistência da agricultura e das pescas, deteriorando a qualidade da água, o que acarreta graves consequências para a saúde, e as perturbações imprevisíveis dos caudais de água podem agravar os efeitos das secas e das cheias.

Algumas das maiores catástrofes ambientais do mundo são testemunho dos custos para o desenvolvimento humano da falta de cooperação ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. O Lago Chade é um exemplo disso mesmo (mapa 6.3). Hoje, o lago tem um décimo da dimensão que tinha há 40 anos. A escassez de chuvas e a seca foram factores importantes — mas a acção do homem também.[14] Entre 1966 e 1975, quando o lago encolheu em um terço, a culpa cabia quase exclusivamente à ausência de precipitação. Mas entre 1983 e 1994, a procura da irrigação quadruplicou, depauperando rapidamente um recurso já de si diminuído, e abrindo assim caminho para uma rápida quebra dos caudais.

A fraca cooperação entre os países da bacia hidrográfica do Lago Chade explica em parte o problema. A degradação ambiental e o desgaste do potencial de subsistência e produtivo andaram aqui de mãos dadas. Institucionalizou-se agora um

Algumas das maiores catástrofes ambientais do mundo são testemunho dos custos para o desenvolvimento humano da falta de cooperação ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

esforço excessivo de pesca, sem o devido respeito pelas normas que regulam as captações no Chade, Camarões, Níger e Nigéria.[15] Projectos de irrigação mal concebidos também contribuíram para a crise actual. As barragens do Rio Hadejia, na Nigéria, ameaçaram as comunidades situadas a jusante, que dependem da pesca, dos pastos e da agricultura em leito de cheias, e os acordos destinados a garantir os fluxos de água tardam em ser implementados.[16] O sistema do Rio Komadougou-Yobe, partilhado pelo Níger e pela Nigéria, costumava contribuir com 7 quilómetros cúbicos de água para o caudal do Lago Chade. Hoje em dia, com a água retida em reservatórios, o sistema fornece menos de metade de um quilómetro cúbico, o que afecta gravemente a zona norte da bacia do lago.[17] Noutras zonas, os diques construídos em finais dos anos 70, no Rio Logone, situado nos Camarões, afectaram os meios de subsistência dos pequenos agricultores das zonas húmidas a jusante: no espaço de duas décadas, as colheitas de algodão caíram em um terço e as de arroz em três quartos.[18]

As consequências ambientais do consumo de água insustentável poderão eventualmente repercutir-se numa quebra dos investimentos em infra-estruturas. O Projecto de Irrigação do Sul do Chade, um esquema ambicioso iniciado em 1974, mal logrou atingir a décima parte do seu objectivo inicial de irrigar 67.000 hectares na Nigéria. Com o passar do tempo, e à medida que os caudais dos rios diminuem, os canais em vias de secar ficam obstruídos com plantas da espécie *typha aiustralis*, local de nidificação preferido da codorniz, um pássaro que agora destrói vastas extensões de plantação de arroz e de outros grãos. À medida que o lago foi encolhendo, intensificou-se a competição entre os pastores nómadas e os agricultores sedentários, entre os consumidores de grande e os de pequena escala, e entre as comunidades a montante e a jusante. As comunidades ribeirinhas transferiram-se para zonas mais próximas da água, atravessando áreas antes cobertas pelo lago e onde não foram estabelecidas fronteiras nacionais, o que conduz a novas disputas territoriais.

Outro exemplo de catástrofe ambiental provocada pelo homem ainda maior do que o Lago Chade, é o Mar de Aral. Há meio século atrás, a ingenuidade tecnológica, o excesso de zelo ideológico e a ambição política levaram os projectistas da União Soviética a opinar que o Syr Darya e o Amu Darya, os grandes rios da Ásia Central, estavam a ser desperdiçados. Estes rios transportavam as neves derretidas provenientes das montanhas altas até à bacia fechada do Mar de Aral, então o quarto maior lago do mundo. O desvio das águas para o sector produtivo era encarado como uma via para a criação de mais riqueza, sendo a perda do Mar de Aral um pequeno preço a pagar pelo facto. Como diria um responsável contemporâneo: «Secar o Mar de Aral é bem mais vantajoso do que tentar preservá-lo ... A plantação de algodão por si só bastará para compensar o Mar de Aral [e] o desaparecimento do Mar não afectará a paisagem da região.»[19]

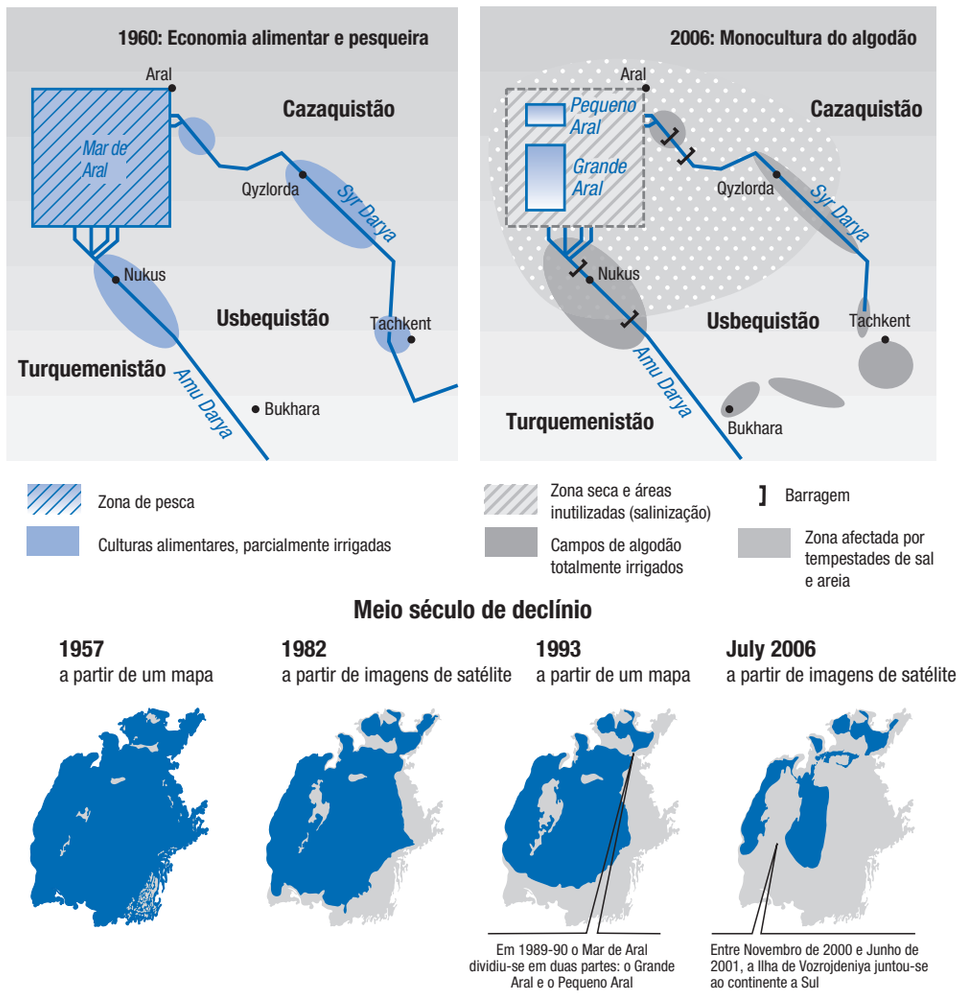
O desvio de águas destinadas à plantação de algodão através de um sistema de irrigação ineficaz acabou por estrangular o Mar de Aral. Nos anos 90, ele recebia menos de um décimo do seu caudal anterior — e por vezes, nem isso. No final da década, o seu nível encontrava-se 15 metros abaixo dos valores registados em 1960, e veio a transformar-se em dois mares pequenos e altamente salinos, separados por uma ponte de areia. A morte deste mar constituiu uma catástrofe social e ambiental (mapa 6.4).[20]

A independência dos estados da Ásia Central não logrou evitar esta crise. Com efeito, a ausência de cooperação acabou por levar a uma deterioração gradual dos indicadores de subsistência, saúde e bem-estar. A produção de algodão caiu em cerca de um quinto, desde o início dos anos 90, mas o consumo excessivo de água mantém-se. A perda de quatro quintos de todas as espécies de peixes arruinou uma indústria pesqueira outrora florescente nas províncias situadas a jusante.

As consequências para a saúde foram igualmente negativas. As populações de Oyzlorda no Cazaquistão, de Dashhowuz no Turquemenistão e de Karakalpakstan no Usbequistão recebem água contaminada com fertilizantes e químicos que é imprópria para consumo humano ou para a agricultura. As taxas de mortalidade infantil atingem, em algumas regiões, as 100 mortes por cada 1.000 nascimentos — mais elevadas do que a média no Sul da Ásia. Cerca de 70% dos 1,1 milhões de habitantes de Karakalpakstan sofrem de enfermidades crónicas — doenças respiratórias, febre tifóide, hepatite e cancro do esófago. O Mar de Aral constitui um testemunho bem dramático da forma como os ecossistemas podem vingar-se da loucura dos homens — a criação de riqueza funcionou como catalisador não de progresso humano mas antes de retrocesso para o desenvolvimento humano da zona.

Mas até mesmo neste caso podemos constatar um lado bom em estado embrionário. Desde 2001 que o Cazaquistão, através de um projecto conjunto com o Banco Mundial, começou a construir a Barragem de Kok-Aral e uma série de diques e canais destinados a reabilitar os níveis de água nas zonas norte (e, eventualmente, também sul) do Mar de Aral. O projecto já começou a produzir frutos: a zona norte do mar expandiu-se em mais

Mapa 6.4 A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Scientific Information Center of Interstate Coordination Water Commission; International Fund for Saving the Aral Sea; Banco Mundial; National Aeronautics and Space Administration; United States Department of the Interior 2001; Agência Espacial Europeia; Rekacewicz 1993.

um terço, e os níveis de água subiram de 30 para 40 metros.[21] Se a situação continuar a melhorar, há perspectivas promissoras de uma reabilitação das comunidades piscatórias e da recuperação da sustentabilidade. Se houver um envolvimento dos restantes países desta bacia hidrográfica, as perspectivas de reabilitação de toda a bacia aumentarão de forma sensível.

O Lago Chade e o Mar de Aral ilustram de maneira dramática o que sucede quando os caudais de água sofrem alterações radicais. Em ambos os casos, a escassez de água foi parte central do problema. Contudo, a escassez de água foi construída — literalmente, no caso do Mar de Aral — pela intervenção e os desvios promovidos pelo homem, pondo em relevo o papel dos políticos na implementação de padrões de consumo de água insustentáveis.

Tal como os lagos, os riscos também são uma fonte de vida. Mas também podem exportar poluição para outros países. A descarga de efluentes provenientes de fábricas de metalomecânica e de produtos químicos para os rios Ili e Irtysh tornou as águas praticamente impróprias para consumo humano em vastas zonas do Cazaquistão. Da mesma forma, surgiram problemas na bacia de Kura-Araks, no interior dos territórios da Arménia, do Azerbaijão e da Geórgia. A bacia hidrográfica sustenta 6,2 milhões de pessoas na zona de maior concentração urbana e industrial

Caixa 6.1 Para além do rio — os custos da falta de cooperação na Ásia Central

Os países da Ásia Central estão presos numa teia de interdependências hidrológicas. As bacias hidrográficas do Syr Darya e do Amu Darya ligam o Cazaquistão, o Quirguizistão, o Tajiquistão e o Usbequistão num vínculo energético vital para as perspectivas de desenvolvimento humano destes três países — perspectivas essas gravemente prejudicadas pela fraca cooperação existente.

Este vínculo poderá ser melhor entendido se seguirmos o curso destes rios. O caudal de água do Syr Darya nas suas zonas mais altas corre velozmente pelas encostas íngremes abaixo. O enorme reservatório de Toktogul, no Quirguizistão, foi utilizado nos anos 70 para armazenar e nivelar os caudais da água para irrigação entre as estações secas e de chuvas no Usbequistão e no Sul do Cazaquistão. Na era Soviética, cerca de três quartos da água era libertada nos meses de Verão e um quarto no Inverno. A electricidade produzida pelas descargas nos meses de Verão também servia para exportação, recebendo o Quirguizistão em troca gás natural do Cazaquistão e do Usbequistão para ajudar a satisfazer as suas necessidades energéticas durante o Inverno.

A partir da independência, esta estrutura de cooperação quebrou-se. Após a liberalização dos mercados, o intercâmbio energético passou a ser encarado numa base puramente comercial, o que obrigou os responsáveis do Quirguizistão a pagarem o combustível importado a preços do mercado mundial. Os responsáveis começaram a aumentar as descargas de Inverno no Reservatório Toktogul, a fim de produzirem electricidade, reduzindo assim o caudal disponível para irrigação no Cazaquistão e no Usbequistão, durante os meses de Verão. Durante os anos 90, as descargas de Verão diminuíram para metade, provocando graves problemas de escassez de água para irrigação.

Em 1992, tiveram início negociações com vista à partilha da água e da energia, mas poucos resultados tiveram. Embora os estados a jusante e a montante tenham consciência de que o armazenamento de água a montante deve ser uma medida económica comum e que é preciso desenvolver permutas de água destinada à produção de electricidade e de combustíveis fósseis, tem sido difícil obter um acordo relativamente a quantidades e a preços. Em 2003 e 2004, os governos não conseguiram chegar a acordo sequer para a elaboração de uma programação anual básica.

Quais os efeitos da falta de cooperação no âmbito das políticas nacionais? No Usbequistão, esta situação levou os políticos a aumentarem a auto-suficiência e a reduzirem a sua dependência do Reservatório Toktogul A estratégia incluiu a construção de reservatórios capazes de armazenar 2,5 mil milhões de metros cúbicos de água. O Cazaquistão também está a estudar uma resposta nacional para este problema regional e admite a hipótese de construção de um reservatório com capacidade para 3 mil milhões de metros cúbicos em Koserai.

Dispondo de água em abundância, o Quirguizistão enveredou por uma produção energética auto-suficiente. Os responsáveis estão a estudar a construção de duas novas barragens e complexos hidroeléctricos capazes de produzirem electricidade suficiente para satisfazer as necessidades nacionais, e ainda um excedente para exportação, mas o orçamento necessário ao investimento, avaliado em 2,3 mil milhões de dólares, representa 1,2 vezes o RNB do país. Uma alternativa seria a criação de um complexo de energia térmica, de custos mais baixos, e que pudesse satisfazer as necessidades energéticas de Inverno. Sendo uma opção mais económica, ela vai contrariar o rumo da política nacional, que pugna por uma completa auto-suficiência energética. Esta unidade iria aumentar o grau de dependência do Quirguizistão do abastecimento de gás natural proveniente do Usbequistão, que tem sido periodicamente suspenso por decisão unilateral. A fraca cooperação existente neste caso constitui um obstáculo ao reforço de trocas comerciais eficazes.

A incapacidade para se chegar a acordo em torno de soluções de cooperação criou um cenário de «todos ficam a perder». Isto forçou os países a adoptarem estratégias que não eram propriamente as ideais, com o intuito de desenvolverem infra-estruturas alternativas, o que por sua vez implicou grandes perdas económicas potenciais. O Banco Mundial estima que o Usbequistão poderia ganhar 36 milhões de dólares e o Cazaquistão 31 milhões de dólares caso o Reservatório de Toktogul operasse para a irrigação em vez da produção de energia. Os custos acrescidos suportados pelo Quirguizistão teriam atingido os 35 milhões de dólares. Para falarmos apenas numa relação custos-benefícios, a bacia hidrográfica como um todo teria ganho 32 milhões de dólares com a cooperação, enquanto todos os países poderiam ganhar também, se os estados a jusante compensassem devidamente o Quirguizistão.

Noutras circunstâncias, o Tajiquistão teria potencial para se tornar o terceiro maior produtor mundial de energia hidroeléctrica. Mas essa possibilidade tem sido adiada porque a falta de cooperação entre os países faz com que as instituições financeiras internacionais se mostrem relutantes em conceder empréstimos para projectos de energia hidroeléctrica.

Sendo assim, se a via para a auto-suficiência está a infligir pesados custos económicos por toda a bacia, e se as vantagens económicas da cooperação são tão substanciais, o que é que está a deter os países da Ásia Central? Numa palavra, os interesses políticos. Uma gestão eficaz dos recursos hídricos transfronteiriços exige um diálogo construtivo e negociações que permitam identificar os cenários ganhadores e desenvolver estratégias de financiamento e de maior cooperação para os atingir. Esse diálogo tem estado manifestamente ausente na região.

Fonte: Greenberg 2006; Micklin 1991, 1992, 2000; Peachey 2004; PNUD 2005a; Weinthal 2002, 2006.

da região do Cáucaso. Uma legislação subdesenvolvida a nível regional, uma monitorização de água descoordenada e a falta de mecanismo de cooperação regional — nenhum destes itens pode ser resolvido independentemente — fizeram da poluição da água um problema grave para os três países, e que nenhum deles poderá resolver autonomamente.[22]

As catástrofes podem funcionar como catalisadores de uma futura cooperação. A Ucrânia ocupa mais de metade da Bacia do Dniepre, que partilha com a Bielorrússia e a Rússia. Um processo de industrialização acelerado colocou o terceiro maior rio da Europa sob enorme pressão: apenas menos de um quinto dos fluxos de água que atravessam a Ucrânia chega hoje ao Mar Negro. A poluição é endémica, para o que contribuem o uso excessivo de fertilizantes, as descargas descontroladas de resíduos das minas de urânio e águas residuais. Só depois do desastre de Chernobyl, que originou depósitos de césio radioactivo nos reservatórios e aumentou o risco de exposição radioactiva numa área que se estende até ao Mar Negro, é que os governos responderam ao desafio de melhorarem a qualidade do rio.[23] Foram tomadas medidas nas Bacias de

Kura-Araks e do Dniepre com o objectivo de promover a cooperação, a começar pelo diagnóstico ambiental e programas de acções concretas, mas a reabilitação ainda vai demorar muito tempo.

A periodicidade dos fluxos hídricos constitui outro aspecto transfronteiriço com implicações no desenvolvimento humano. A garantia da subsistência das populações está dependente de um fornecimento de água previsível. O consumo de água num país pode afectar a periodicidade dos fluxos que chegam aos consumidores a jusante, mesmo quando o caudal de água permanece inalterável. Exemplo disso é a produção de energia hidroeléctrica a montante. Na Ásia Central, o Quirguizistão consegue controlar a periodicidade dos seus caudais de água, enquanto o Usbequistão e o Cazaquistão dependem das descargas alheias para irrigarem os seus campos. O fracasso do caduco sistema soviético de transferência de gás do Cazaquistão para o Usbequistão levou o Quirguizistão a procurar ser auto-suficiente na produção de energia eléctrica durante o Inverno. Para produzir energia hidroeléctrica, limita agora a saída de água do Reservatório Toktogul nos meses de Verão, mas provoca inundações a jusante no Inverno — uma preocupação central que está a ser discutida nas negociações sobre os recursos hídricos da região (caixa 6.1).

A gestão da água transfronteiriça pode influenciar as disponibilidades hídricas de outras formas. Israel, a Jordânia e os Territórios Ocupados da Palestina estão situados numa das zonas de maior escassez de água do mundo — e partilham uma grande parte da sua água. A população palestiniana depende quase exclusivamente das águas transfronteiriças, na sua maior parte partilhadas com Israel (caixa 6.2). Mas os recursos comuns não são partilhados em pé de igualdade. A população palestiniana representa cerca de metade da população israelita, mas consome apenas 10-15% da água consumida por esta última. Na Margem Ocidental, os colonos israelitas consomem anualmente uma média de 620 metros cúbicos por pessoa, e os Palestinianos menos de 100 metros cúbicos. As faltas de água sentidas nos Territórios Ocupados da Palestina e que representam um enorme entrave ao desenvolvimento agrícola e à subsistência daquelas populações, também são uma notória fonte de injustiças, porque as actuais normas regulamentares do consumo de água impõem-lhes um acesso desigual aos aquíferos partilhados.

O ponto de partida para que se possa avaliar o raio de acção de uma futura cooperação terá de passar pelo reconhecimento de que os países soberanos têm obviamente o seu próprio esquema racional e legítimo para retirarem o máximo de proveito dos recursos hídricos

A defesa da cooperação

A água partilhada pode gerar sempre situações de competição. A língua portuguesa reflecte isso mesmo: a palavra *rival* vem do Latim *rivalis*, que significa uma pessoa a usar o mesmo rio que a outra. Os países ribeirinhos são frequentemente rivais em luta pela água que partilham. Tendo em consideração a importância da água para o desenvolvimento nacional, cada país tem o seu próprio esquema nacional para a utilização de um rio internacional. O ponto de partida para que se possa avaliar o raio de acção de uma futura cooperação terá de passar pelo reconhecimento de que os países soberanos têm obviamente o seu próprio esquema racional e legítimo para retirarem o máximo de proveito dos recursos hídricos.

As regras do jogo

No interior de cada país, o consumo de água é regulado por instituições, leis e normas elaboradas por meio de processos políticos de diversos graus de transparência. As instituições, leis e normas para regulação dos recursos hídricos que atravessam as fronteiras já são menos definidas.

Caixa 6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina

Em nenhuma outra região os problemas da gestão da água são tão visíveis como nos Territórios Ocupados da Palestina. Os Palestinianos enfrentam um dos maiores níveis de escassez de água do planeta. Para esta escassez contribuem quer as disponibilidades físicas quer a gestão política dos recursos hídricos partilhados.

Em termos de consumo per capita, a população residente nos Territórios Ocupados da Palestina tem acesso a 320 metros cúbicos de água por ano, um dos mais baixos níveis de disponibilidade de água do mundo, e que se situa muito abaixo do limiar de escassez absoluta. A distribuição desigual de água dos aquíferos partilhados com Israel, reflexo do desequilíbrio das relações de poder na gestão dos recursos hídricos, constitui parte do problema. Com o rápido crescimento populacional, a diminuição das disponibilidades de água constitui um sério constrangimento para a agricultura e o consumo humano.

A partilha desigual encontra-se reflectida nas grandes discrepâncias existentes nos padrões de consumo de água entre Israelitas e Palestinianos. A população israelita não chega a ser o dobro da população palestiniana, mas o seu consumo total de água é sete vezes e meia superior (figura 1). Na Margem Ocidental, os colonos israelitas consomem muito mais água per capita do que os Palestinianos, e os Israelitas em Israel (figura 2): aproximadamente nove vezes mais água por pessoa do que os Palestinianos. Seja qual for o critério de avaliação, estamos perante enormes disparidades.

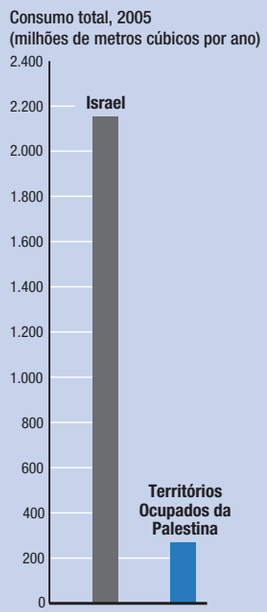
Qual o motivo destas disparidades? Os Palestinianos não vêem reconhecidos os seus direitos à água do Rio Jordão — a sua principal fonte de água à superfície. Isto significa que quase todas as necessidades de água dos Territórios Ocupados da Palestina são satisfeitas pelos aquíferos subterrâneos. As leis que regulam as captações levadas a cabo nestes aquíferos têm enorme influência no acesso à água.

A gestão dos aquíferos situados a ocidente e na zona costeira constitui um bom exemplo. Fazendo parte da Bacia do Jordão, o aquífero ocidental é a única importante fonte de água renovável dos Territórios Ocupados da Palestina. Perto de três quartos do aquífero são repostos na zona da Margem Ocidental, e correm daqui em direcção à costa de Israel Grande parte desta água não é utilizada pelos Palestinianos. Motivo: Os representantes israelitas no Comité Conjunto da Água regulam de forma restritiva a quantidade e profundidade dos poços explorados pelos Palestinianos. Mas aos colonos israelitas são aplicadas normas muito menos restritivas, permitindo-lhes extrair água dos poços até maior profundidade. Apesar de disporem de apenas 13% do total de poços da Margem Ocidental, os colonos são responsáveis por cerca de 53% das captações de água subterrânea. A água não utilizada nos Territórios Ocupados da Palestina acaba por correr para o subsolo do território israelita e ser extraída através dos poços instalados no lado de Israel (ver mapa).

Registam-se problemas semelhantes com as águas da Bacia Costeira. Estas raramente chegam à Faixa de Gaza, devido às elevadas taxas de captação no lado israelita. Resultado: as taxas de captação dos aquíferos de superfície na Faixa de Gaza ultrapassam largamente as taxas de reposição, originando uma crescente salinização dos recursos hídricos.

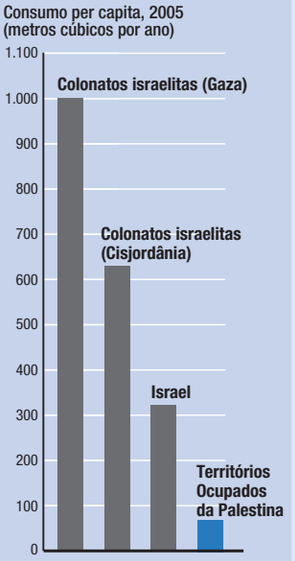
As restrições de acesso à água estão a atrasar o desenvolvimento da agricultura palestiniana. Embora o sector represente uma fatia cada vez mais pequena da economia palestiniana — mal terá atingido os 15% do rendimento e do emprego em 2002 —, ele é, não obstante, crucial para a subsistência de algumas

Figura 1 O consumo de água entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina é desigual



Fonte: Jägerskog e Phillips 2006.

Figura 2 A água é um bem mais escasso para uns do que para outros



Nota: População em movimento-média ponderada; os colonatos israelitas na Faixa de Gaza foram evacuados em Agosto e Setembro de 2005.

Fonte: Jägerskog e Phillips 2006.

Caixa 6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina (continuação)

das pessoas mais pobres. A irrigação está presentemente subdesenvolvida, abrangendo menos de um terço da área que devia ocupar, em consequência da falta de água.

O subdesenvolvimento dos recursos hídricos faz com que muitos Palestinianos dependam do fornecimento de água por parte de empresas israelitas. Isto constitui uma fonte de vulnerabilidade e de incerteza, porque os fornecimentos são frequentemente suspensos durante os períodos de maior tensão.

A construção do controverso Muro de Separação ameaça agravar ainda mais a insegurança da água. A construção do muro teve como resultado a perda de alguns poços palestinianos e a separação dos agricultores dos seus terrenos agrícolas, sobretudo em zonas alimentadas pelas chuvas e altamente produtivas, situadas à volta dos distritos de Belém, Jenin, Nablus, Oalqilya, Ramallah e Tulkarem.

As condições existentes nos Territórios Ocupados da Palestina contrastam com os acordos mais cooperantes que se firmaram noutras zonas do globo. Desde o acordo de paz de 1994, Israel e a Jordânia têm colaborado na construção de instalações de armazenagem de água no Lago Tiberias, que vieram melhorar a distribuição de água aos agricultores jordanos. A estrutura institucional também ajudou na arbitragem de conflitos surgidos a propósito das variações de caudal sazonais e anuais, ainda que este aspecto não tenha sido originalmente abrangido pelo acordo. Noutra zona, o Centro de Pesquisa de Dessalinização do Médio Oriente, sediado em Muscat, Omã, há mais de uma década que tem vindo a promover com êxito investigações multilaterais com vista à descoberta de técnicas de dessalinização eficazes. Da sua direcção fazem parte representantes da Comissão Europeia, Israel, Japão, Jordânia, República da Coreia, Países Baixos, Autoridade Palestiniana e Estados Unidos.

Gestão dos aquíferos — Palestinianos e Israelitas fazem uma partilha desigual das águas subterrâneas



Talvez mais do que em qualquer outro cenário mundial, a segurança da água nas relações entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina está ligada a problemas mais vastos, de conflito e de diferentes noções sobre a segurança nacional. Contudo, a água também é um poderoso símbolo do amplo sistema de interdependência hidrológica que liga todas as partes. Gerir esta interdependência de forma a aumentar a equidade poderá constituir um grande contributo para a segurança humana.

Fonte: Elmusa 1996; Feitelson 2002; Jägerskog e Phillips 2006; MEDRC 2005; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; Phillips e outros 2004; Rinat 2005; SUSMAQ 2004; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; Weinthal e outros 2005.

Uma das mais importantes facetas da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços é a soberania dos estados. Nas disputas relacionadas com os rios que partilham com o México, os Estados Unidos adoptaram, em 1895, a Doutrina Harmon. Sendo um modelo de soberania absolutista, a Doutrina Harmon defende que, na ausência de legislação contrária, os estados deverão ser livres de usar os recursos hídricos sob a sua jurisdição sem terem em conta os efeitos produzidos além fronteiras. A legislação nacional de muitos países ainda conserva variantes desta forma de encarar a questão. A Lei Parlamentar de 2001 do Cazaquistão estipula que todos os recursos hídricos que têm origem dentro do território deste país lhe pertencem.

Uma fórmula de análise da gestão das águas transfronteiriças que se revelou útil identifica quatro patamares de vantagens potenciais da cooperação: benefícios para o rio, benefícios a retirar do rio, benefícios resultantes do rio e benefícios para além do rio

O princípio, essencialmente concorrencial, da integridade territorial absoluta sugere que as nações ribeirinhas a jusante têm direito de acesso aos caudais naturais dos rios provenientes das zonas ribeirinhas a montante. Por vezes, com o objectivo de contestarem esta visão de soberania absoluta, os estados situados a jusante recorrem ao princípio paralelo da propriedade primitiva, ou seja, à ideia de que a utilização no passado confere o direito à utilização futura do mesmo volume de água.[24]

Na prática, a maioria dos governos assume que a visão absolutista dos direitos à água é uma orientação inútil que serve desígnios políticos. Após décadas de debates sobre a matéria, a Convenção das Nações Unidas para o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-Navegáveis, reunida em 1997, sistematizou princípios de partilha da água baseados nas Normas de Helsínquia de 1966. Os princípios fundamentais assentam numa «utilização equitativa e razoável», «não demasiado nociva» e «sujeita a notificação prévia». A ideia genérica é de que a gestão dos cursos de água internacionais deveria ser realizada tendo em linha de conta os efeitos do consumo noutros países, a existência de recursos hídricos alternativos, a dimensão da população afectada, as necessidades económicas e sociais dos estados a que os cursos de água dizem respeito, e a conservação, protecção e evolução do curso de água propriamente dito.

A aplicação destes princípios está repleta de dificuldades, em parte devido ao argumento óbvio de que eles não fornecem instrumentos de resolução de reivindicações antagónicas. Os consumidores a montante podem argumentar com as suas necessidades socio-económicas para defenderem, por exemplo, a construção de barragens destinadas à produção de energia hidroeléctrica. Os estados a jusante podem opor-se a estas medidas, argumentando com as suas próprias necessidades socio-económicas e com o consumo que já faziam no passado. A dificuldade associada aos princípios da concorrência e as preocupações relacionadas com a soberania nacional ajudam a explicar o motivo por que apenas 14 países fazem parte da convenção da ONU. E também por que não existe na prática um mecanismo de coacção—em 55 anos, o Tribunal Internacional de Justiça condenou apenas um caso relacionado com rios internacionais.

E no entanto, apesar de todas as suas limitações, a convenção de 1997 estabeleceu princípios cruciais para o desenvolvimento humano. Ela fornece um quadro legal que coloca as pessoas no centro da gestão das águas transfronteiriças. Igualmente importante é a Comissão Económica das Nações Unidas para a Convenção Europeia sobre Protecção e Uso dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais (CEPUCT) de 1992. Esta convenção concentra-se, sobretudo, na qualidade da água, considerando explicitamente as bacias hidrográficas como unidades ecológicas únicas. A convenção de 1992 também enfatiza as responsabilidades dos estados membros, com base nas necessidades de água presentes e não no seu historial de consumo de água — um importante princípio de desenvolvimento humano. O CEPUCT já está em vigor e poderá tornar-se universal se 23 países que não são membros da Comissão Económica para a Europa o subscreverem: quatro deles já o fizeram. Depois de todos os apelos intuitivos lançados por ambas as convenções, o desafio político que se coloca agora é o de pôr em execução estes enquadramentos legais, ajustando-as aos problemas de gestão da água sentidos no mundo real.

No rio e para além do rio

A defesa da cooperação, e dos mecanismos que a conformam, varia inevitavelmente conforme o sistema internacional de água partilhada em causa. No seu modelo mais básico, a cooperação implica actuar de forma a minimizar as consequências adversas da procura concorrencial, enquanto se maximizam os potenciais benefícios das soluções partilhadas. Se partirmos do princípio de que os estados procuram defender os seus interesses racionais e legítimos, a cooperação só resultará se os seus benefícios previsíveis ultrapassarem os custos de uma não-cooperação. Se pudermos realçar os interesses que cada parte tem na matéria, mais facilmente poderemos identificar e alargar o leque de potenciais benefícios.

Uma fórmula de análise da gestão das águas transfronteiriças que se revelou útil levou à identificação de quatro patamares de vantagens potenciais da cooperação:[25]

- Benefícios *para* o rio.
- Benefícios *a retirar* do rio.
- Benefícios *resultantes do* rio.
- Benefícios *para além* do rio.

Benefícios para o rio

A conservação, protecção e melhoramento dos rios podem gerar benefícios para todos os consumidores. Na Europa, o Plano de Acção do Reno, implementado em 1987, marca a última etapa de uma cooperação destinada a melhorar a qualidade do rio no interesse de todos os seus utilizadores. Este plano assinala o culminar de

Caixa 6.3 A experiência europeia na gestão das bacias fluviais: os rios Reno e Danúbio

Os rios são elos de ligação entre as pessoas e os seus meios de subsistência, para além das fronteiras nacionais. Os rios limpos são um bem público — os rios poluídos são veículos de circulação de males públicos transfronteiriços. A história europeia mostra-nos os benefícios do investimento que encara os rios como bem públicos à escala regional.

O Reno. O Rio Reno, um dos maiores sistemas fluviais da Europa, desce os Alpes Suíços e atravessa o leste da França até ao Vale de Ruhr, na Alemanha, para chegar finalmente aos Países Baixos. No início do século XIX, ele já era sinónimo de poluição. Em 1828, uma visita à cidade de Colónia impeliu Samuel Coleridge a escrever:

O rio Reno, todos sabemos
Lava esta vossa cidade de Colónia
Mas dizei-me vós, ó Ninfas, que poder divino
Poderá doravante lavar o rio Reno?

Nenhum poder, divino ou terrestre, lavou o rio. À medida que a industrialização foi avançando, o Reno transformou-se num enorme vazadouro poluído. Arrastava nas suas correntes os resíduos das indústrias químicas da Suíça, da indústria de potassa da França e das indústrias metalúrgicas e de carvão da Alemanha, transferindo-os para os Países Baixos. Entre 1900 e 1977, as concentrações de crómio, cobre, níquel e zinco subiram para níveis tóxicos. Na década de 50, o peixe quase desaparecera das zonas média e montante do Reno. Além de envenenar o rio, a poluição das indústrias da Alemanha e da França ameaçava a água para consumo humano e para a indústria de floricultura nos Países Baixos.

A operação de limpeza teve início após a Segunda Guerra Mundial. Em 1950, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos e Suíça criaram a Comissão Internacional para a Protecção do Reno (CIPR). O seu objectivo inicial era a pesquisa e recolha de dados, mas em meados dos anos 70, foram concluídos dois acordos sobre poluição química e cloretos. Estes últimos visavam reduzir a poluição em França e na Alemanha, embora a cooperação se tenha mostrado difícil de início. A Alemanha, os Países Baixos e a Suíça concordaram em contribuir com 70% dos custos de redução das emissões de cloreto em França. Mas confrontado com uma séria oposição interna, o governo francês recusou-se a submeter a convenção ao Parlamento, para ratificação.

Uma crise ambiental surgida em finais de 1986 — um incêndio numa fábrica de produtos químicos suíça — serviria de estímulo a uma nova ronda de conversações para a cooperação. Por volta de Maio de 1987, nasceria o Plano de Acção do Reno. O seu objectivo era uma redução drástica dos níveis de poluição. Quando ocorreram as cheias de 1993, o campo de acção da CIPR alargou-se, passando a abranger a protecção contra cheias. No ano seguinte, foi assinado um novo Tratado do Reno, e em 2001, foi adoptado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Reno para 2020.

O CIPR é hoje em dia um organismo intergovernamental eficaz, ao qual os estados membros têm de prestar contas das suas acções. Dispõe de uma assembleia plenária, um secretariado e um departamento técnico — e uma considerável autoridade política, exercida através de uma conferência de ministros com poder decisório politicamente vinculativo. As organizações não-governamentais gozam do estatuto de observadores, o que facilita a participação da opinião pública. Estas estruturas e instituições cooperativas levam tempo a formar-se e funcionam melhor se dispuserem de lideranças políticas de alto nível.

O Danúbio. Talvez mais do que nenhum outro rio, o Danúbio reflecte a história turbulenta do século XX na Europa. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, o maior país servido pela bacia hidrográfica era o Império Austro-Húngaro. No final da Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos países ribeirinhos do Danúbio passou a fazer parte do bloco soviético. Com a desagregação da Checoslováquia, da União Soviética e da Jugoslávia, o Danúbio passou a ser a bacia hidrográfica mais internacionalista do mundo.

O fim da guerra fria e a posterior adesão de diversos países da bacia à União Europeia fizeram com que toda a bacia hidrográfica pudesse ser encarada numa base de cooperação internacional. Em Fevereiro de 1991, todos os estados à volta da bacia concordaram em criar a Convenção para a Protecção e Gestão do Rio. Em 1994, foi assinada a Convenção do Danúbio e criada a Comissão Internacional para a Protecção do Rio Danúbio (CIPRD), que entraria em vigor em Outubro de 1998. A Sérvia e Montenegro aderiu ao tratado em 2002, e a Bósnia e Herzgovina em 2004.

A direcção institucional da CIPRD assenta numa conferência de todos os países envolvidos, numa comissão plenária, em nove grupos de peritos e de trabalho e num secretariado permanente sediado em Viena. Entre os 11 observadores da comissão incluem-se diversos organismos profissionais, o Forum Ambiental do Danúbio, o Fundo Mundial para a Natureza e a Associação Internacional de Empresas de Abastecimento de Água na Zona de Captações do Rio Danúbio.

Desde 2001, quando teve início a Parceria Estratégica para a Redução de Nutrientes do Danúbio — Mar Negro, o investimento do Projecto Ambiental Global, no valor de aproximadamente 100 milhões de dólares, rendeu quase 500 milhões de dólares em co-financiamentos, além de outros investimentos adicionais destinados à redução dos nutrientes, por parte da União Europeia, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e outros, num total de 3,3 mil milhões de dólares. Os ecossistemas do Mar Negro e do Rio Danúbio já mostram sinais de recuperação da séria eutrofização dos anos 70 e 80. A depauperação dos níveis de oxigénio já quase não se fazia sentir em anos recentes. E a diversidade de espécies quase duplicou comparativamente com os valores de 1980. O ecossistema do Mar Negro está prestes a atingir as condições observadas nos anos 60.

O Danúbio é um exemplo da forma como a cooperação institucional consegue despoletar benefícios mútuos que vão reforçar a posição de todas as partes além fronteiras. À medida que os governos e a opinião pública dos países ribeirinhos foram vendo emergir os benefícios da cooperação, a autoridade e a legitimidade destas instituições também se viu reforçada. Mas o sucesso da cooperação implicou enormes investimentos, quer em termos de capital financeiro quer político.

Fonte: Barraqué e Mostert 2006.

mais de meio século de intercâmbios sucessivos entre a França, a Alemanha, os Países Baixos e a Suíça, com vista à elaboração gradual de uma resposta proporcional à dimensão da ameaça com que os seus interesses partilhados se confrontavam (caixa 6.3).

O aumento dos benefícios retirados do rio e a diminuição dos custos resultantes do rio poderão proporcionar maiores possibilidades de desenvolvimento humano, de crescimento económico e de cooperação a nível regional

Em regiões do mundo mais pobres, a manutenção da integridade dos sistemas fluviais pode gerar enormes benefícios para a subsistência das pessoas. Um exemplo disto é a prevenção ou a inversão de problemas como a degradação das bacias hidrográficas a montante e a exploração de água subterrânea, que expõem os consumidores situados a jusante perante o risco de inundações ou de faltas de água. As cheias de 2000 e 2001 dos rios Limpopo e Save tiveram um impacto severo nas populações pobres que residiam nas zonas mais vulneráveis dos leitos de cheia, em Moçambique. A erosão dos solos, a perda de árvores que cobriam as vertentes montanhosas e o consumo excessivo de água nas regiões a montante contribuíram para a gravidade das inundações. A cooperação entre estados com vista à resolução destes problemas é um reflexo da noção de partilha do risco e dos benefícios mútuos que os sistemas fluviais podem proporcionar aos povos.

Benefícios a retirar do rio

O facto de a água ser um recurso limitado leva as pessoas a pensarem que nada têm a ganhar com a sua partilha. Esta ideia está errada em aspectos importantes. A gestão da água das bacias fluviais pode ter por objectivo um aumento dos benefícios gerais, através da optimização do consumo de água com vista ao aumento da terra irrigada, da produção de energia e de benefícios ambientais.

A cooperação ao nível de uma bacia hidrográfica pode promover técnicas eficazes de armazenamento e de distribuição de água, por forma a aumentar o número de acres irrigados. O Tratado das Águas do Indus, de 1960, foi precursor da expansão massiva dos sistemas de irrigação na Índia, que por sua vez desempenharam um papel importante na revolução verde. No Rio Senegal, o Mali, a Mauritânia e o Senegal estão a cooperar entre si na regulação dos caudais do rio e na produção de energia hidroeléctrica através de infra--estruturas em regime de co-propriedade. Na África Austral, o Lesoto e a África do Sul estão a cooperar na construção de infra-estruturas no Rio Orange e no Projecto da Serra do Lesoto, que irá fornecer água a baixo custo à África do Sul, e fluxos financeiros ao Lesoto, que lhe permitirão proceder à manutenção das suas bacias hidrográficas.[26] Na Ásia do Sul, a Índia financiou o complexo hidroeléctrico de Tala, situado no Butão, ganhando com isso uma fonte de energia enquanto o Butão conquistou uma garantia de acesso ao mercado energético indiano.

O Brasil e o Paraguai constituem um exemplo dos benefícios potenciais a descobrir através do intercâmbio e da cooperação. O Acordo de Itaipu, datado de 1973, pôs fim a uma longa disputa fronteiriça que já durava há 100 anos, possibilitando a construção conjunta do gigantesco complexo hidroeléctrico de Guairá-Itaipu. Em grande parte financiada pelo investimento público brasileiro, a Barragem de Itaipu, na Bacia Hidrográfica Paraná-La Plata, possui 18 geradores com uma capacidade de 700 megawatts cada, o que faz dela uma das maiores unidades de energia hidroeléctrica do mundo. Gerida através da Itaipu Binacional, uma companhia conjunta detida pelos dois governos, a unidade consegue satisfazer quase todas as necessidades do Paraguai, mantém uma indústria que é hoje em dia a maior fonte de receitas de câmbios com o estrangeiro, e ainda cobre um quarto do consumo de electricidade do Brasil.[27] Ambos os países ficaram a ganhar com esta cooperação. Um contraste avassalador com a Ásia Central, onde o fracasso da cooperação deu origem a enormes prejuízos.

Benefícios resultantes do rio

Entre os ganhos com a cooperação, podemos incluir os custos evitados através da redução das tensões e disputas entre vizinhos. As relações tensas entre estados resultantes da gestão dos recursos hídricos podem inibir as acções de cooperação regional em várias frentes, incluindo o comércio, os transportes, as telecomunicações e o mercado de mão-de-obra. Como afirmariam dois comentadores, «em algumas bacias fluviais internacionais, pouca coisa circula entre os países ribeirinhos à excepção do próprio rio.»[28] É sempre difícil distinguir os efeitos da gestão da água através da dinâmica mais vasta que regula as relações entre os estados, mas em alguns casos, os custos da não-cooperação podem ser elevados, especialmente em ambientes marcados por preocupações simultâneas de escassez de água e de segurança nacional. Entre os exemplos óbvios do que acabamos de dizer incluem-se as Bacias Hidrográficas do Eufrates, do Indus e do Jordão. As vantagens da cooperação resultantes do rio são, como não podia deixar de ser, difíceis de quantificar, mas os custos humanos e financeiros da não-cooperação podem ser bem reais.

Benefícios para além do rio

O aumento dos benefícios retirados do rio e a diminuição dos custos resultantes do rio poderão proporcionar maiores possibilidades de

desenvolvimento humano, de crescimento económico e de cooperação a nível regional. Em certa medida, é o que acontece com as iniciativas associadas às bacias fluviais.

A abordagem dos sistemas fluviais numa perspectiva de cooperação também poderá gerar benefícios políticos tangíveis. A Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo liga política e economicamente o Egipto a países pobres da África Subsariana. Estes vímculos têm o poder de criar benefícios ainda mais alargados. Por exemplo, o estatuto político que o Egipto conquistou através da Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo poderá reforçar o seu papel enquanto parceiro e campeão dos interesses africanos no âmbito da Organização Mundial de Comércio. Além dos benefícios da cooperação em termos de economia e de segurança, o estatuto internacional dos países também pode ser influenciado pela forma equitativa e justa como, aos olhos dos outros, eles gerem a água em sintonia com os seus vizinhos mais vulneráveis.

Nenhum modelo institucional oferece, por si só, a chave para se alcançarem benefícios da cooperação transfronteiriça. Em termos básicos, a cooperação que visa trazer benefícios ao rio pode optar entre a adopção de acções defensivas e acções mais pró-activas. Um incêndio catastrófico num armazém de produtos químicos situado perto de Basileia, Suíça, preparou o cenário para uma cooperação mais aprofundada na zona do Reno. Mas quando os países ribeirinhos procuram passar das estratégias de cooperação básicas para as mais ambiciosas, têm de recorrer inevitavelmente a uma interacção política mais dinâmica entre a gestão da água e a cooperação política.

No âmbito da União Europeia, a integração política e económica abriu caminho a novas e mais ambiciosas abordagens de gestão das bacias fluviais. A Directiva-Quadro Europeia relativa à Água, datada de 2000, constitui um dos mais arrojados modelos de gestão de água partilhada. O seu principal objectivo é alcançar um «bom estatuto» para todos os recursos hídricos da Europa em 2015: respeitar os padrões de qualidade da água, evitar a extracção excessiva de águas subterrâneas e preservar os ecossistemas aquáticos. Consta, ainda, da referida directiva que os estados devem designar «zonas de bacia fluvial» a contemplar com projectos de desenvolvimento e gestão e com programas previstos para seis anos. No caso das bacias internacionais, estipulou-se inclusivamente que os membros da UE devem coordenar-se com os não-membros da UE. E enquanto isto, deve ser garantida a participação activa de representantes da comunidade.

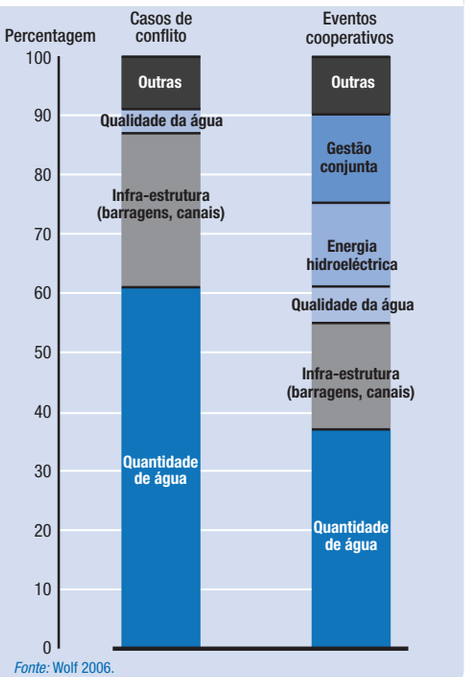
O estado da cooperação

Em contraste gritante com a corrente habitual que prevê um clima de hostilidades associado aos recursos hídricos, os testemunhos da história apresentam-nos uma outra versão. Os conflitos relacionados com a água acontecem e dão origem a tensões políticas, mas a maioria das disputas acaba por se resolver por meios pacíficos. Porém, a ausência de conflitos é, quando muito, apenas um indício de uma boa cooperação.

É, como tal, difícil medirmos o grau de conflitualidade entre governos por causa dos recursos hídricos. Como já tivemos ocasião de sublinhar, a água raras vezes representa uma matéria isolada de política externa. A Universidade do Estado de Oregon tentou compilar um conjunto de dados abrangendo todos os registos de interacções relacionadas com a água, até 50 anos atrás. O que mais surpreende nesses dados é que houve apenas 37 casos de registo de violência entre estados relacionados com a água (e apenas 7 não foram no Médio Oriente). No mesmo período, foram negociados mais de 200 tratados relativos à água entre países. Ao todo, foram registados 1.228 casos de cooperação, comparativamente com os 507 casos de conflito, mais de dois terços dos quais envolvendo apenas hostilidades verbais de pouca gravidade.[29] A maioria dos casos de

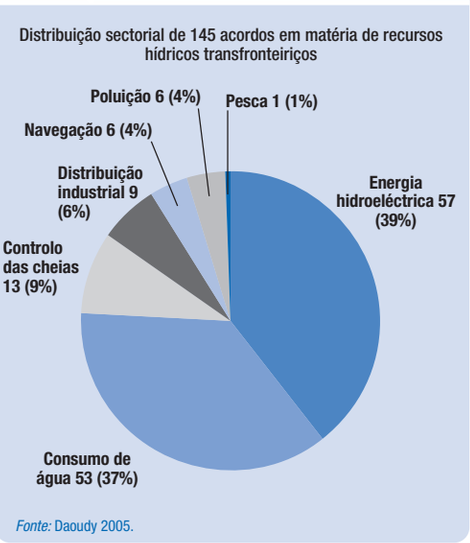
Se olharmos para a última metade do século passado, descobrimos que o resultado porventura mais extraordinário da gestão dos recursos hídricos foi a percentagem de resolução de conflitos — e a durabilidade das instituições de gestão da água

Figura 6.1 **Os conflitos relacionados com a água têm que ver com o volume dos caudais — aqui, a cooperação pode ser muito mais abrangente**



Fonte: Wolf 2006.

Figura 6.2 Para além da quantidade — os acordos sobre água abrangem muitas áreas



Fonte: Daoudy 2005.

contestação relacionavam-se com alterações do volume do caudal das águas e com a criação de novas infra-estruturas, que por sua vez tentavam antecipar o volume e a periodicidade dos futuros fluxos (figura 6.1).

Se olharmos para a última metade do século passado, descobrimos que o resultado porventura mais extraordinário da gestão dos recursos hídricos foi a percentagem de resolução de conflitos — e a durabilidade das instituições de gestão da água. A Comissão Permanente de Água do Indus, que fiscaliza um tratado de partilha dos recursos hídricos e um mecanismo de resolução de conflitos, conseguiu sobreviver e continuou a funcionar durante dois graves conflitos armados que opuseram a Índia e o Paquistão. O Comité Mekong, um organismo conjunto que engloba o Camboja, o Laos, a Tailândia e o Vietname, continuou a trocar dados e informações durante a Guerra do Vietname. Israel e a Jordânia iniciaram uma cooperação de base ao nível dos recursos hídricos sob os auspícios da ONU, no início dos anos 50, quando os dois países estavam formalmente em guerra. Em 1994, criaram um Comité Conjunto da Água destinado a coordenar, partilhar e debater a colonização do território — acordo que já sobreviveu a algumas situações de tensão.

Destas experiências poderemos retirar uma mensagem clara, é que até os inimigos mais hostis conseguem cooperar quando está em jogo a água. A maioria dos governos reconhece que a violência associada à água raras vezes será uma opção estrategicamente exequível ou economicamente viável. As instituições que criaram para evitar os conflitos demonstraram até à data um extraordinário poder de resistência. O tempo considerável que levou a negociar a criação destas instituições — 10 anos no caso do Tratado do Indus, 20 anos para a Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo ou 40 para o acordo sobre o Jordão — é testemunho da sensibilidade destas matérias.

Se o conflito constitui a excepção à regra, como cooperam então os países? Uma análise exaustiva de 145 tratados internacionais fornece-nos algumas pistas (figura 6.2). Porventura surpreendente é o facto de apenas cerca de um terço dos casos de cooperação abrangerem regras de distribuição volumétrica. Aspectos como a energia hidroeléctrica, o controlo de inundações e poluição e a navegabilidade são mais comuns.[30] Nos últimos anos, colocou-se especial ênfase na partilha de benefícios, talvez porque as exigências da negociação de regras de distribuição volumétrica representem um maior desafio. E sob uma perspectiva de segurança futura da água, não abordar a volumetria dos caudais pode acarretar problemas.

Um dos aspectos mais graves é que criam condições para o aparecimento de conflitos relacionados com a compatibilização das diversas reivindicações sobre os rios e outros recursos hídricos partilhados, sempre que as disponibilidades diminuem devido a factores sazonais ou a uma depauperação de longo prazo. O acordo Israel-Jordânia de 1994 permite à Jordânia armazenar descargas de Inverno no Lago israelita Tiberias. O acordo também permite a Israel arrendar à Jordânia um determinado número de poços para captação de água destinada aos terrenos agrícolas. Como parte integrante do acordo, foi criado um Comité Conjunto da Água que gere os recursos partilhados. Mas o acordo não pormenoriza o que aconteceria às regras de distribuição em caso de seca. No início de 1999, a maior seca de que há memória provocou um clima de tensão quando o abastecimento de água à Jordânia começou a diminuir. Mas o acordo propriamente dito manteve-se incólume — um balanço que demonstra o grau de compromisso de ambas as partes na prossecução de uma cooperação bem sucedida.

Embora os conflitos sejam raros e a cooperação comum, a maioria dos acordos de cooperação são deveras superficiais. Os governos tendem a negociar acordos sobre projectos de partilha de benefícios muito específicos, tais como a partilha de energia hidroeléctrica ou de informação. Em muitos casos, os factores externos servem para incitar os governos a adoptarem estratégias de cooperação minimalistas. Uma interdição da comercialização de peixe proveniente do Lago Victória, promovida pela UE em 1999 e que teve sérias implicações nas trocas comerciais externas, levou os países da bacia hidrográfica a adoptarem uma regulamentação da pesca comercial através da Organização Piscatória do Lago Victória.

Mas esta reacção visava, sobretudo, a recuperação das receitas comerciais, e não a resolução do enorme impacto que a poluição e o excessivo esforço de pesca estavam a provocar nas condições de subsistência das populações.

Até à data, tem havido pouca cooperação realmente empenhada em atingir as metas mais abrangentes do desenvolvimento humano definidas nas Normas de Helsínquia ou na Convenção da ONU sobre o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-navegáveis, datada de 1997. E o âmbito geográfico da cooperação também é limitado: de 263 bacias hidrográficas internacionais, 157 não dispõem de qualquer modelo de cooperação associado.[31]

E onde estes modelos existem, tendem a ser mais bilaterais do que multilaterais. Das 106 bacias que dispõem de instituições de regulação da água, cerca de dois terços têm três ou mais estados ribeirinhos, e contudo, apenas menos de um quinto possui acordos multilaterais. Frequentemente, até as bacias multilaterais são geridas através de conjuntos de acordos bilaterais. Por exemplo, na Bacia Hidrográfica do Jordão, existem acordos entre a Síria e a Jordânia, entre a Jordânia e Israel, e entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina.

Que obstáculos impedem uma cooperação mais aprofundada? Podemos destacar quatro:

- *Reivindicações antagónicas e imperativos de soberania nacional compreensíveis*. Muitos países continuam profundamente divididos na forma como encaram a partilha da água. A Índia vê os caudais dos Rios Brahmaputra e Ganges como seus recursos nacionais. O Bangladeche vê a mesma água como recurso cuja propriedade reclama com base em padrões anteriores de utilização e nas suas necessidades actuais. As diferenças ultrapassam a simples doutrina: elas relacionam-se directamente com reivindicações que ambos os países entendem legítimas e necessárias às respectivas estratégias de desenvolvimento nacional. Noutras zonas, a realidade da água partilhada tem fraco impacto nas estratégias nacionais. Os países da Ásia Central são fortemente dependentes da água partilhada. Desde a independência que cada um dos países da região elaborou planos de desenvolvimento nacional económico que têm por base os mesmos recursos hídricos. Contudo, esses planos nacionais, desenhados à margem de qualquer estratégia regional de partilha de recursos coerente, não têm em atenção as reais disponibilidades de água. Se os planos tivessem sido agrupados, a compatibilização das necessidades de irrigação e de produção de energia hidroeléctrica teriam mostrado que defendem uma via de utilização de recursos insustentável. Existe o perigo óbvio de os planos nacionais rivais se tornarem fonte de tensões e um obstáculo à cooperação relacionada com os problemas ecológicos partilhados, tais como a recuperação do Mar de Aral.
- *Liderança política fraca*. Os líderes políticos devem explicações aos respectivos eleitorados nacionais, não às comunidades que partilham a mesma bacia hidrográfica ou aos governos que as representam. Nos países onde os problemas da água figuram no topo da agenda política, os factores internos podem constituir um desincentivo à partilha da água e aos benefícios a ela associados: uma partilha de água mais equitativa poderá ser positiva para o desenvolvimento humano no contexto de uma bacia hidrográfica, mas poderá fazer perder votos em casa. Também se levantam problemas de horizonte temporal: os benefícios internos da partilha dificilmente serão visíveis durante o mandato de qualquer elenco governamental. Os incentivos à cooperação passam a ser mais fortes quando os líderes conseguem vislumbrar ganhos políticos imediatos (por exemplo, as receitas adicionais para o financiamento de projectos de irrigação no Paquistão) ou quando estão perante uma crise concreta (como o caso do derramamento químico no Reno).
- *Assimetrias de poder*. Os rios correm através de países marcados por enormes disparidades em termos de riqueza, poder e capacidade negocial. Seria irrealista presumirmos que estas disparidades não influenciam a vontade de cooperar, negociar e partilhar benefícios. Também existem assimetrias gritantes nas zonas de influência de muitos recursos hídricos partilhados, existindo nalguns casos um actor avassaladoramente dominante. O Egipto na Bacia do Nilo, a Índia na zona de captação do Ganges, Israel no Jordão, a África do Sul na Bacia do Incomati e a Turquia na bacia hidrográfica do Tigre-Eufrates são exemplos disso mesmo. As relações de poder desiguais podem ter como efeito a perda do clima de confiança.
- *Ausência de participação em iniciativas associadas à bacia*. A percepção dos benefícios da participação em iniciativas multilaterais associadas à bacia é influenciada pela qualidade dos parceiros envolvidos. O facto de a China não participar na Comissão do Rio Mekong é visto por alguns parceiros como potencial factor de fragilidade da própria comissão. Os países situados a jusante como o Camboja e o Vietname encaram as barragens construídas pela China a montante como uma ameaça ao «pulso de caudal» do rio e aos meios de subsistência que dele dependem. A Comissão do Mekong não é vista como um fórum útil para o debate dos problemas devido à ausência da China.

Uma partilha de água mais equitativa poderá ser positiva para o desenvolvimento humano no contexto de uma bacia hidrográfica, mas poderá fazer perder votos em casa

Os governos reconhecem hoje em número cada vez maior que a realidade da independência hidrológica requer modelos de gestão multilateral mais abrangentes para as bacias hidrográficas

Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais

Cada sistema fluvial, desde a sua nascente no interior das florestas até à sua desembocadura numa linha de costa, é uma entidade única e deveria ser tratado como tal.
—Theodore Roosevelt[32]

Atendendo às enormes sensibilidades políticas que rodeiam a questão dos recursos hídricos, seria irrealista presumirmos que vai surgir uma nova cultura internacional capaz de transformar a gestão da água nos próximos anos. A perspectiva do interesse nacional continuará a ter enorme influência a esse nível. Mas o interesse nacional pode ser perseguido em termos mais — ou menos — esclarecidos. Como os governos reconhecem hoje em número cada vez maior, a realidade da independência hidrológica requer modelos de gestão multilateral mais abrangentes para as bacias hidrográficas. Os esforços desenvolvidos futuramente ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços deveriam conduzir-se pelo reconhecimento de dois princípios:

- *A segurança humana na gestão das águas partilhadas é parte integrante da segurança nacional*. A água pode ser um factor de preocupação para a segurança nacional, particularmente nos países que dependem de recursos transfronteiriços para a satisfação de uma percentagem significativa das suas necessidades de água. Mas a segurança humana constitui um argumento poderoso para a adopção de novos modelos de gestão. A gestão das águas partilhadas pode reduzir os riscos imprevisíveis e as vulnerabilidades resultantes da dependência de recursos hídricos partilhados. A cooperação oferece uma via para uma maior previsibilidade e redução de riscos e vulnerabilidades, com benefícios de grande alcance em termos de subsistência dos povos, do meio ambiente e da economia. Além disso, a gestão partilhada dos recursos hídricos pode abrir caminho para um vasto conjunto de benefícios visando a melhoria da segurança humana através de maiores oportunidades de cooperação além fronteiras.
- *As bacias hidrográficas são tão importantes como as fronteiras*. A maioria dos governos defende hoje o princípio da gestão integrada dos recursos hídricos e reconhece a necessidade de estratégias de planeamento que abranjam todo os modelos de utilização. Contudo, o planeamento integrado não pode terminar na linha de fronteira. As bacias dos rios e dos lagos são ecossistemas que se estendem para lá das fronteiras nacionais, e a integridade de qualquer parcela desses sistemas depende da integridade do seu todo. Como tal, a lógica reside em gerir a água ao nível de toda a bacia hidrográfica, mesmo quando ela atravessa as fronteiras para o outro lado.

Cooperação ao nível das bacias hidrográficas

A cooperação ao nível das bacias hidrográficas no seu conjunto já está a ser seguida em muitas regiões. Os modelos de cooperação variam entre a coordenação (como a partilha de informação) até à colaboração (através da elaboração de planos nacionais adaptáveis ao conjunto) ou as acções conjuntas (que incluem parcerias de co-propriedade de infra-estruturas). Nalguns casos, a cooperação conduziu à criação de estruturas institucionais permanentes, através das quais os governos podem interagir regularmente (caixa 6.4).

Uma forma de encarar a cooperação consiste em vê-la como um intercâmbio de pacotes de benefícios que irão aumentar o grau de bem-estar de ambas as partes. Esta perspectiva vai além do simples regateio de quotas volumétricas, para identificar os múltiplos benefícios previsíveis para ambos os lados. Um exemplo deste tipo de abordagem é o diálogo travado entre a Índia e o Nepal acerca dos rios Bagmati, Gandak e Kosi (todos afluentes do Ganges). Os tratados daí resultantes incluíram cláusulas que contemplavam uma série de projectos relacionados com os recursos hídricos, incluindo a irrigação, a produção de energia hidroeléctrica, a navegação, a pesca e, até mesmo, a florestação, cabendo à Índia o financiamento da plantação de árvores no Nepal, a fim de conter a sedimentação a jusante. Apesar dos tratados terem sido emendados por forma a atenderem aos receios nepaleses, as suas estruturas alargadas são bons exemplos da importância que os pacotes de benefícios podem assumir na concepção de soluções criativas.

Os modelos de gestão cooperativos demonstram ter capacidade para atrair benefícios que ultrapassam o âmbito do rio propriamente dito. Mais de 40% dos tratados relativos às águas transfronteiriças incluem cláusulas que vão além da mera gestão das águas partilhadas.[33] Seguem-se alguns exemplos:

- *Fluxos de recursos financeiros*. Vários acordos incluem cláusulas relativas aos investimentos, como é o caso do financiamento de um projecto

Caixa 6.4 A cooperação ao nível das bacias fluviais pode assumir muitas formas

Existem instituições de cooperação em inúmeras bacias fluviais, embora o seu impacto seja bastante diversificado. Os exemplos aqui apresentados demonstram que os governos podem unir-se em contextos muito diferentes, com o objectivo de gerirem os recursos hídricos partilhados. O desafio consiste em reforçar e aprofundar a noção de interesses partilhados que fundamenta a cooperação e conceber instituições eficazes, transparentes e responsáveis que respondam aos desafios do futuro.

A Comissão do Rio Mekong. A Comissão do Rio Mekong foi fundada em 1995 com o estatuto de agência inter-governamental para os quatro países da bacia inferior do Mekong: Camboja, Laos, Tailândia e Vietname. A comissão substituiu o Comité do Mekong (1957-1976) e o Comité Interino do Mekong (1978-1992), estabelecendo assim um novo patamar de cooperação na Bacia do Mekong. Esta comissão é constituída por três departamentos permanentes: o secretariado, o comité técnico conjunto e o conselho ministerial. Foram instituídos comités nacionais do Mekong em cada estado-membro, para coordenar os ministérios nacionais e departamentos afins, e para estabelecer a ligação daqueles com o Secretariado. Desde 2002 que representantes seleccionados da sociedade civil também têm sido convidados a participar nas reuniões dos comités e do conselho.

Iniciativa da Bacia do Nilo. A Iniciativa da Bacia do Nilo possui uma estrutura semelhante: um conselho de ministros, um comité de aconselhamento técnico e um secretariado. No entanto, a iniciativa é muito mais recente e possui pouca experiência em programas de parceria. Até há pouco tempo, as questões relacionadas com os recursos hídricos estavam circunscritas às quotas volumétricas acordadas entre o Egipto e o Sudão. Mas hoje em dia, a iniciativa centra-se num conjunto de benefícios que podem estender-se a toda a bacia, desde a energia hidroeléctrica até ao controlo das cheias ou à sustentabilidade ambiental, estando também em preparação um Programa de Acção Estratégica destinado a identificar novos projectos de cooperação. Alguns doadores estão a tentar promover a participação de grupos da sociedade civil, através do Secretariado do Gabinete Internacional do Nilo.

Organização de Desenvolvimento do Rio Senegal. A Bacia do Rio Senegal tem registado sólidos progressos ao nível da gestão integrada de recursos hídricos entre o Mali, a Mauritânia e o Senegal. A Guiné associou-se a esta organização recentemente. A cooperação teve início pouco depois de os estados ribeirinhos se terem tornado independentes, quando em 1964 o rio foi declarado um curso de água internacional. Em 1972, a Organização de Desenvolvimento do Rio Senegal foi lançada com uma conferência de chefes de estado, um conselho de ministros, um alto-comissário, três departamentos de aconselhamento e os respectivos gabinetes nacionais. Uma forte liderança política garantiu a angariação de fundos a tempo de financiar a construção de duas barragens em regime de co-propriedade, geridas por empresas independentes.

Paralelamente ao desenvolvimento institucional e de infra-estruturas, foram elaborados planos contemplando esquemas de gestão integrada dos recursos hídricos de bacias hidrográficas. Uma Comissão Permanente para a Água reúne-se três vezes por ano, a fim de determinar o padrão de consumo mais indicado para a água proveniente das duas barragens. As barragens fornecem electricidade aos três países e água para irrigação aos agricultores de zonas de precipitação mais instável. Também foram desenvolvidos esforços no sentido de controlar as cheias nas regiões do vale situado a montante e no delta. Foram implementados programas destinados a minimizar os impactos ambientais negativos, tais como a propagação do jacinto aquático e o aumento da salinidade do solo.

O Projecto de Recursos Hídricos da Zona Montanhosa do Lesoto na Bacia Hidrográfica do Rio Orange. O acordo de 1986 contempla a transferência de águas do Rio Senqu, situado no território rico em recursos hídricos do Lesoto, até ao rio Vaal, na África do Sul. Em troca, o Lesotho recebe direitos aduaneiros. Na mesma linha dos princípios de gestão de recursos hídricos integrados, o projecto hídrico também está ligado à Comissão da Bacia do Orange-Senqu, fundada em 2000.

Comissão da Bacia do Rio Limpopo. O primeiro acordo multilateral entre o Botsuana, Moçambique, a África do Sul e o Zimbabué deu origem, em 1986, à Comissão Técnica Permanente da Bacia do Limpopo, criada com o objectivo de prestar aconselhamento para a melhoria da água em termos quantitativos e qualitativos. No entanto, as tensões políticas impediram uma cooperação entre as partes. Após o fim do apartheid, foram reatadas as negociações, a começar pela comissão permanente de 1997, que visava a cooperação entre o Botsuana e a África do Sul. Em 2003, foi acordada a criação de uma Comissão do Curso de Água do Limpopo, com o objectivo de implementar o protocolo de água da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão da Bacia do Rio Limpopo, com o objectivo de gerir a bacia como um todo.

Fonte: Amaaral e Sommerhalder 2004; Lindemann 2005.

hidroeléctrico no Laos por parte da Tailândia, o auxílio da Índia ao Paquistão na construção de infra-estruturas de irrigação ao abrigo do Tratado de Águas do Indus, e o papel da África do Sul na melhoria dos recursos hídricos das zonas montanhosas do Lesoto.

- *Comércio de recursos energéticos*. A criação de mercados de comercialização de energia hidroeléctrica pode gerar benefícios quer para os importadores quer para os exportadores. Entre os exemplos destas trocas contam-se a aquisição por parte do Brasil de electricidade proveniente da barragem de Itaipu, situada na bacia do Paraná-La Plata, pertencente ao Paraguai, e a aquisição por parte da Índia de energia hidroeléctrica proveniente da barragem de Tala, pertencente ao Butão.
- *Partilha de dados*. A troca de informação é um aspecto crucial na gestão integrada dos recursos hídricos, em termos de bacias hidrográficas. O primeiro plano quinquenal do Comité do Mekong consistia, quase exclusivamente, em projectos de recolha de dados que visavam a criação de condições para uma gestão mais eficaz da bacia hidrográfica.
- *As ligações políticas como parte das conversações gerais de paz*. Os acordos relativos aos recursos hídricos podem contribuir para negociações po-

Quadro 6.4 Benefícios potenciais na sub-bacia do Kagera

Alcance geográfico do benefício	Benefício
Região	• Estabilidade e «dividendos de paz» • Integração económica (Comunidade da África Oriental, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo) • Unidades infra-estruturais regionais
Países ribeirinhos	• Controlo de sedimentos • Gestão da bacia hidrográfica • Fornecimento de energia e electrificação rural • Irrigação e comércio agrícola • Regulação fluvial • Conservação da biodiversidade • Desenvolvimento comercial • Desenvolvimento do sector privado
Regiões ribeirinhas a jusante	• Controlo de qualidade da água • Controlo do jacinto aquático • Redução dos sedimentos • Estabilidade regional • Mercados em crescimento

Fonte: Jägerskog e Phillips 2006; Banco Mundial 2005f.

líticas mais alargadas. O acordo hídrico entre Israel e a Jordânia fez parte do acordo de paz firmado entre os dois países, em 1994. Um eventual acordo politico definitivo entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina teria de incluir, também, um acordo relativo aos recursos hídricos partilhados por ambas as partes.

Algumas iniciativas associadas às bacias fluviais poderiam vir a gerar benefícios significativos para o desenvolvimento humano, no âmbito de um vasto grupo de países. Vejamos o caso da Iniciativa da Bacia do Nilo. Cinco dos 11 países que partilham o Nilo incluem-se entre os mais pobres do mundo. Qualquer dos 11 considera os recursos do Nilo como essenciais para a sua sobrevivência. Numa situação em que não houvesse cooperação, isto poderia constituir uma fonte de conflito e de insegurança. Mas a gestão cooperativa contribui para a partilha de benefícios por toda a bacia hidrográfica e ajuda a prevenir situações de risco. A cooperação pode identificar formas de reduzir as perdas decorrentes das inundações, de explorar o potencial de energia hidroeléctrica e de irrigação e de conservar um ecossistema que se estende do Lago Vitória até ao Mediterrâneo.

Se olharmos mais longe do que as fronteiras nacionais, poderemos constatar que a sub-bacia nos oferece uma perspectiva mais alargada das possíveis opções de cooperação. A sub-bacia do Kagera, integrada no sistema fluvial do Nilo e partilhada pelo Burundi, Ruanda, Tanzânia e Uganda, é a principal fonte de água que alimenta o Lago Vitória e o Nilo Branco.[34] Os depósitos de aluvião, os pântanos, as florestas e a fauna da bacia constituem um ecossistema que tem sido submetido a grande pressão devido à crescente densidade dos povoados humanos. As tentativas de cooperação institucional levadas a cabo nas décadas de 70 e 80 sofreram constrangimentos financeiros e de capacitação. Nos primeiros cinco anos de funcionamento, a Organização da Bacia do Kagera registou um aumento orçamental de apenas um décimo.[35] Na década de 90, as guerras civis no Burundi e no Ruanda praticamente mataram o processo de cooperação. Só recentemente têm sido lançados, sob a égide da Iniciativa da Bacia do Nilo e do Programa de Acção Subsidiário dos Lagos do Nilo Equatorial, um conjunto de projectos mais sustentáveis. Caso seja bem sucedido, o Kagera poderá tornar-se num modelo para mais projectos de cooperação integrada na bacia do Nilo (quadro 6.4).

A África Austral constitui mais um exemplo marcante de cooperação regional. Os recursos hídricos são uma importante área de cooperação e integração no contexto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Durante a era do apartheid, poucos países na região estavam dispostos a cooperar com a África do Sul. Desde o fim do apartheid que a gestão partilhada da água tem sido parte integrante da cooperação regional, cabendo aos líderes políticos um papel importante na definição de novas regras e na criação de novas instituições. O elevado nível de cooperação existente reflecte o facto de todos os países na região terem consciência de que quando um perde perdem todos, e quando um ganha também ganham todos (caixa 6.5). Seguindo o exemplo desta iniciativa, a União Africana adoptou, em Fevereiro de 2005, a Declaração Sirte que incentiva os estados-membros a estabelecerem protocolos regionais que possam promover a gestão integrada da água e um desenvolvimento sustentado da agricultura em África.

A perspectiva da cooperação à luz de pacotes de benefícios representa mais do que um mero enquadramento analítico. Pode ajudar certos países a verem para lá dos objectivos limitados de autonomia e oferece aos líderes políticos opções «vendáveis» junto dos respectivos eleitorados. Esta perspectiva permite aos países mais pequenos negociarem numa posição reforçada, através da oferta de cedências, em troca de um leque de benefícios. Também pode gerar fluxos financeiros, alargar o âmbito da cooperação e abrir a possibilidade de novas parcerias para além dos recursos hídricos. Contudo, para atingir estes fins, são necessárias instituições fortes.

Estruturas institucionais fracas de gestão de recursos hídricos

As instituições internacionais de recursos hídricos servem diversos objectivos. Podem servir como fóruns de discussão neutrais, levar a cabo iniciativas de recolha de dados e de investigação por conta dos

Caixa 6.5 África Austral — integração regional através da cooperação em rios internacionais

A África Austral tem 15 grandes rios internacionais. Na década subsequente ao fim do apartheid, a África do Sul usou os recursos hídricos como forma de sustentar a sua integração regional. As relações políticas melhoradas constituem um factor de: tentativas anteriores de cooperação no Rio Zambeze fracassadas sem o envolvimento da África do Sul. Tal é a dimensão da economia da África do Sul, que encabeça os incentivos económicos para a cooperação na região. O processo de criação de parcerias nas bacias hidrográficas foi desencadeado por uma exigência operacional de aumento do fornecimento de água ao centro económico da África do Sul. No entanto, desde então que a cooperação na bacia hidrográfica tem sido consolidada através da melhoria dos relacionamentos políticos entre os estados adjacentes à bacia.

Inovação legislativa. O protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (CDAA), assinado em Agosto de 1995, baseou-se nas Normas de Helsínquia, que davam forte ênfase à soberania dos estados. Quando Moçambique e a África do Sul assinaram, em 1997, a Convenção da ONU para o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-navegáveis, Moçambique insistiu para que fossem feitas revisões posteriores. Um protocolo revisto, assinado em 2000, conferiu uma maior predominância aos estados a jusante e às necessidades ambientais. Também estabeleceu procedimentos formais para a notificação, negociação e resolução de conflitos. Este protocolo reforçado também tinha por base a legislação nacional. O Acto Sul-Africano da Água, datado de 1998, estipula como um dos seus objectivos o respeito pelas obrigações internacionais no capítulo da gestão da água ao nível regional. Como resultado disto, a credibilidade da África do Sul no processo aumentou.

Reforçar o enquadramento institucional. A finalidade do protocolo revisto era promover a agenda CDAA para a integração regional e o alívio da pobreza. Os estados-membros adoptaram acordos e instituições relativos aos cursos de água, encorajando a coordenação e a harmonização da legislação e das políticas, e promovendo a investigação e a troca de informação. Foram iniciados vários programas visando estes objectivos, como a formação profissional para a gestão integrada de recursos hídricos, trabalhos conjuntos para a recolha de dados, e mudanças implementadas desde 2001 com vista à concentração da gestão.

Plano de acção estratégico regional. Está em preparação um plano de acção estratégico para a gestão da água no período entre 2005 e 2010. Este plano centra-se no desenvolvimento dos recursos hídricos através da monitorização e da recolha de dados, no desenvolvimento de infra-estruturas (para aumentar a segurança no acesso à energia e à alimentação, bem como na criação de sistemas de fornecimento de água às pequenas cidades e aldeias fronteiriças), na construção de instalações (para fortalecer as organizações da bacia fluvial) e na gestão dos recursos hídricos. Cada área conta com os seus próprios projectos, envolvendo a participação de comités nacionais da CDAA, uma comissão técnica, as organizações das bacias fluviais e os departamentos executivos.

Mas ainda subsistem vários desafios. Não existe uma política regional de longo prazo para os recursos hídricos, pelo que os projectos vão sendo implementados bacia a bacia. As variações sazonais continuam a impor uma pressão concorrencial sobre as disponibilidades de água. Também existem atrasos na implementação das leis nacionais reformistas e incertezas quanto aos procedimentos a adoptar na resolução de conflitos.

Fonte: Lamoree e Nilsson 2000; Leestemaker 2001; Nakayama 1998; SADC 2000, 2005a,b; UNEP 2001; van der Zaag e Savenije 1999; Conley e van Niekerk 2000.

estados-membros, monitorizar o cumprimento das directivas dos tratados e aplicar sanções aos estados transgressores. Atendendo à fragilidade dos tratados enquanto documentos isolados, o investimento de energias na criação de instituições sustentáveis seria altamente benéfico. A sustentabilidade é uma necessidade básica, porque as bacias hidrográficas são constantemente sujeitas a pressões, sejam elas biofísicas, geopolíticas ou socio-económicas. As instituições são, como tal, os amortecedores que aumentam a capacidade de resistência das bacias perante mudanças súbitas.

Não existe falta de iniciativas ou de instituições nas bacias fluviais. A maioria possui duas características em comum. O seu funcionamento quotidiano é dominado por técnicos especializados que realizam um trabalho fundamental e que não têm envolvimentos políticos de alto nível. O lado positivo reside na existência de uma estrutura institucional para a cooperação nas bacias fluviais que se centra em projectos comedidos, em vez de ganhos em larga escala no rio e para além dele. Destacamos alguns sinais:

- *Mandatos limitados*. Na maioria dos casos, espera-se que as organizações nas bacias fluviais trabalhem em áreas técnicas circunscritas, como a recolha de dados ou a monitorização de fluxos hídricos para lá das fronteiras. Isto limita a sua capacidade de enfrentarem os desafios socio-económicos e ambientais que se colocam na bacia hidrográfica — ou de desenvolverem sistemas mais alargados de partilha de benefícios para promover o desenvolvimento humano.
- *Autonomia restrita*. A maior parte da cooperação no âmbito das bacias fluviais é realizada através de uma autonomia institucional altamente limitada. Isto constitui uma fragilidade, porque uma certa dose de autonomia pode contribuir para aumentar quer a objectividade quer a legitimação das instituições. A Autoridade Autónoma Binacional do Lago Titicaca, criada pela Bolívia e pelo Peru em 1996, demonstra como a autonomia plena sobre as decisões técnicas, administrativas e financeiras pode tornar as instituições mais eficazes. Esta autoridade preparou uma estratégia a 20 anos para gerir as disponibilidades de água e monitorizar a sua qualidade. Apesar de não ser independente do governo, a visão desta instituição vai além da mera luta por interesses nacionais e é vista pelas duas partes como uma fonte de aconselhamento credível em assuntos relacionados com a gestão do lago. Em

Atendendo aos diferentes contextos estratégicos, políticos e económicos existentes nas bacias hidrográficas internacionais, é de admitir a promoção e apoio a qualquer tipo de cooperação, por mais insignificante que ela seja

contrapartida, a Comissão Hídrica de Coordenação Inter-Estadual na Bacia do Mar de Aral e o Fundo Internacional para o Mar de Aral, que gozam de uma capacidade e autonomia limitadas, têm sido palco de rivalidades inter-estaduais, que por sua vez se reflectem em disputas associadas à contratação do seu pessoal e à representatividade dos países.

- *Fraca capacidade institucional*. As organizações ligadas às bacias fluviais têm, frequentemente, falta de técnicos qualificados, pessoal pouco preparado e responsáveis sem linhas de orientação definidas ao nível da programação de objectivos e da concepção de projectos. A Autoridade da Bacia do Níger, criada em 1980, manteve-se ineficaz mau grado às diversas reestruturações por que passou. Devido à falta de apoio financeiro ou político, foi-lhe impossível desenvolver estratégias para um desenvolvimento socioeconómico e uma conservação ambiental integrados, conforme previsto nos seus pressupostos. Só desde há pouco tempo atrás os países das bacias hidrográficas começaram a assumir a sua interdependência da bacia e a darem o seu contributo financeiro para a autoridade.
- *Financiamento insuficiente*. O processo de negociação para a criação de instituições ligadas às bacias fluviais pode ser tão importante como os resultados obtidos. As negociações equilibradas são dispendiosas, porque se prolongam, muitas vezes, por longos períodos de tempo, e também devido à necessidade de dados técnicos e de formação jurídica. Sobretudo as iniciativas na África Subsariana têm sido afectadas pela falta de financiamento adequado, o que tem inviabilizado a cooperação institucional. Nos últimos 15 anos, a Comissão da Bacia do Lago Chade tem vindo a debater o desvio de águas do Rio Ubangi para o Rio Chari, que desagua no lago. Trata-se de uma prioridade urgente face à contracção acelerada do lago. No entanto, até à data, os cinco países membros apenas conseguiram angariar 6 milhões de dólares para custear um estudo de viabilidade. De acordo com as tendências actuais, o projecto em si deverá levar mais 10 a 20 anos a atingir, o que já poderá revelar-se tarde demais.[36] Da mesma forma, o Fundo Internacional para o Mar de Aral, destinado a funcionar como mecanismo de financiamento para projectos no Mar de Aral, não conseguiu reunir as contribuições dos cinco estados da Ásia Central.
- *Falta de mecanismos coercivos*. A capacidade das instituições para obrigarem ao cumprimento dos acordos é um facto importante, principalmente porque a ausência de obrigatoriedade enfraquece a credibilidade e desincentiva o cumprimento dos acordos negociados. Uma fraco poder de coacção pode abalar até os tratados mais imaginativos. Em 1996 e 1997, após anos de disputa, foram assinados dois tratados destinados a encontrar soluções equitativas de partilha dos recursos hídricos no Syr Darya e a explorar os recursos energéticos. A sua implementação foi afectada pelo não-cumprimento e pela falta de mecanismos coercivos. Pelo contrário, a experiência de Israel e da Jordânia durante a seca de 1999 demonstra como as instituições conseguem solucionar conflitos que, de outro modo, poderiam vir a ter repercussões políticas significativas. Diferença: os acordos entre Israel e a Jordânia contemplavam mecanismos coercivos.

Criação de condições para a cooperação

Existe um vasto leque de casos que recorreram à cooperação. A cooperação não tem de ser sempre aprofundada — no sentido de concordar com a partilha de todos os recursos e envolver-se em todo o tipos de iniciativas cooperativas — para que os estados retirem benefícios dos rios e lagos. Na verdade, atendendo aos diferentes contextos estratégicos, políticos e económicos existentes nas bacias hidrográficas internacionais, é de admitir a promoção e apoio a qualquer tipo de cooperação, por mais insignificante que ela seja. Existem, no entanto, alguns procedimentos muito claros que os estados, os organismos da sociedade civil e as organizações internacionais podem adoptar, no sentido de criarem as condições para uma cooperação inicial e a implementação de sistemas de partilha de benefícios mais alargados. Destacamos alguns requisitos:

- Avaliação das necessidades e metas do desenvolvimento humano.
- Criação de um clima de confiança e reforço da legitimação.
- Aumento da capacidade institucional.
- Financiamento da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.

Avaliação das necessidades e metas do desenvolvimento humano. A gestão das águas transfronteiriças não pode ser separada de metas de desenvolvimento internacional mais alargadas, como é o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A maioria das iniciativas associadas às bacias fluviais centra-se em acordos de partilha dos rios negociados por técnicos altamente qualificados. Esse processo cria os alicerces para uma relação de cooperação. No entanto, os líderes políticos poderiam contribuir para a criação destes alicerces, se identificassem, no âmbito da bacia hidrográfica, os objectivos partilhados para o desenvolvimento humano — em termos de redução da pobreza, de criação de emprego e da gestão do

Caixa 6.6 Projecto Ambiental Global — aquisição de conhecimentos e capacidades e criação de instituições.

Criado em 1991 e contando com fortes apoios aprovados na Cimeira da Terra de 1992, o Projecto Ambiental Global (PAG) tornou-se a maior fonte de ajuda multilateral para as questões ambientais universais. O PAG foi instituído como parceiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cujo poder de intervenção assenta na execução de projectos de criação de capacidades; do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cujo poder de intervenção assenta na identificação de prioridades regionais e na implementação de planos de acção; e no Banco Mundial, cujo poder de intervenção assenta no financiamento.

No que respeita às águas internacionais, uma das seis áreas nucleares, o PAG assume-se a si próprio como facilitador para programas de acção baseados em ecossistemas a implementar pelos departamentos de gestão de águas transfronteiriças. A sua crescente importância poderá ser avaliada através dos diferentes papéis que desempenham na promoção da cooperação.

- *Definição de prioridades e criação de parcerias*. Em cada uma das bacias internacionais, a PAG apoia processos de recolha de factos em múltiplos países, a fim de preparar a análise dos diagnósticos transfronteiriços que servirão de base aos programas de acção estratégica adoptados a alto nível, e que irão ser implementados ao longo de vários anos. O processo apresenta várias vantagens: a produção de conhecimentos científicos, a criação de um cima de confiança, a análise das causas de origem, a harmonização de políticas, a transformação das preocupações relacionadas com as situações de ruptura dos recursos hídricos e ambientais em problemas solucionáveis, e a promoção da gestão dos recursos hídricos ao nível regional. Também contribui para sublinhar a ligação existente entre as preocupações sociais, económicas e ambientais. Por exemplo, no Lago Victória, conseguiu identificar ligações entre as espécies invasivas, a desflorestação, a biodiversidade, a navegabilidade, a produção de energia hidroeléctrica, as migrações e o aparecimento de doenças.
- *Promoção da gestão de água ao nível regional*. Cerca de dois terços dos projectos do PAG contribuem para a criação ou o fortalecimento de tratados, legislações e instituições. Desde 2000, foram adoptados ou estão em adiantada fase de preparação, nada mais nada menos que 10 novos tratados regionais. Os exemplos mais bem sucedidos talvez sejam a Comissão Internacional para a Protecção do Rio Danúbio e a Comissão do Mar Negro. Em 2000, o Centro de Alerta Internacional para o Danúbio recebeu uma notificação de um derramamento de cianeto a tempo de poder evitar uma catástrofe ambiental de efeitos potencialmente dramáticos.
- *Criação de capacidades ao nível nacional*. Um ponto-chave para garantir programas sustentáveis consiste na criação de capacidades que possam responder às exigências e preocupações a nível local. Embora existam numerosos workshops de treino, os constrangimentos financeiros impõem limites à participação de apoiantes locais. Na Bacia do Mekong, as organizações não-governamentais estão activas na Tailândia, mas não no Camboja, no Laos ou no Vietname. No Lago Victória, a pobreza e a iliteracia são obstáculos a um efectivo alargamento da educação ambiental.
- *Catalizar investimentos*. Nos últimos 15 anos, o PAG atribuiu mais de 900 milhões de dólares em subsídios, a que se juntaram 3,1 mil milhões de dólares em co-financiamentos destinados a programas de gestão de águas transfronteiriças desenvolvidos por mais de 35 organismos, englobando 134 países. Cerca de três quartos dos seus fundos são directamente canalizados para projectos (em vez de países) a nível regional.

Fonte: Gerlak 2004; Skalerew e Duda 2002; Uitto 2004; Uitto e Duda 2002.

risco — e fizessem destes objectivos uma parte integrante do planeamento das bacias hidrográficas.

O primeiro passo para uma cooperação eficaz em termos de desenvolvimento humano consiste na criação de um banco de informações comum. A informação é necessária para que os países ribeirinhos reconheçam as insuficiências dos programas unilaterais, que não levam em consideração as interdependências. Este banco de informação também poderá ajudar a identificar os interesses partilhados. Muitos focos de conflito surgem mais pela desconfiança e falta de informação relativamente ao uso e abuso de recursos hídricos do que por diferenças substanciais. A investigação conjunta e as trocas de informação podem contemplar a notificação prévia da criação de infra-estruturas, a identificação dos interesses partilhados e do potencial de desenvolvimento, maiores hipóteses de chegar a acordo e, principalmente, as bases para uma relação de confiança a longo prazo.

Esta é uma área em que o apoio internacional pode marcar a diferença. O Projecto Ambiental Global (PAG) tem vindo a liderar o apoio às reformas legais e institucionais no âmbito da gestão dos recursos hídricos (caixa 6.6). Desde 1991 que o PAG tem apoiado missões de recolha de dados em mais de 30 bacias hidrográficas transfronteiriças, tendo atingido bons resultados a vários níveis no Mar de Aral, no Lago Victória, no Lago Tanganica, no Danúbio (incluindo o Mar Negro) e no Mekong. Para além do PAG, o Programa Mundial para as Águas Internacionais identificou 66 sub-regiões com vista à avaliação das causas e efeitos dos problemas ambientais nas unidades hídricas transfronteiriças.

Mas também é importante que os estudos de recolha de dados possam ir além dos aspectos técnicos. As recolhas de dados baseados na comunidade e nos inquéritos de opinião são um veículo de identificação dos problemas do desenvolvimento humano. As comunidades das bacias fluviais retiram benefícios directos dos recursos hídricos partilhados e pertencem simultaneamente à faixa da população mais vulnerável aos riscos. Elas constituem, pois, uma importante fonte de informação sobre os episódios ambientais e os seus impactos nas condições de vida dos habitantes. Também aqui a ajuda pode contribuir para a criação de capacidades institucionais. As comunidades da Bacia do Rio Bermejo, partilhada pela Argentina e pela Bolívia, apresentam elevados índices de pobreza. Uma excessiva desflorestação provocou graves problemas ambientais, induzindo os governos dos dois países

À medida que a cooperação nas bacias hidrográficas for evoluindo, os líderes políticos terão de subir a fasquia para um nível de ambição mais exigente

a desenvolverem uma estratégia bilateral de gestão da bacia. A estratégia incluiu a consulta a mais de 1.300 participantes da sociedade civil, no âmbito de um projecto do PAG destinado a identificar problemas e soluções em áreas como a erosão de solos, a disputa de terras e o controlo de sedimentação. As vozes da comunidade conduziram à reavaliação do projecto de construção de diversas barragens e exigiram a adopção de práticas ambientais sustentáveis.

À medida que a cooperação nas bacias hidrográficas for evoluindo, os líderes políticos terão de subir a fasquia para um nível de ambição mais exigente. As Normas de Helsínquia e a convenção da ONU para o Uso dos Cursos de Água Não-navegáveis, de 1997, identificaram as necessidades sociais e económicas como prioridades. Contudo, as actuais abordagens têm partido de negociações que visam antes as trocas económicas, a partilha de informação e a resolução de conflitos. Todos estes aspectos são cruciais — e constituem a base de qualquer acção bem sucedida. Mas os organismos ligados às bacias fluviais também oferecem uma oportunidade aos líderes políticos para que se preocupem com o desenvolvimento humano para lá das suas próprias fronteiras. Até certo ponto, isto já começa a acontecer na Iniciativa da Bacia do Nilo e na África Austral. Mas muito mais poderá ser feito, incluindo a avaliação das necessidades de desenvolvimento humano de cada bacia fluvial.

Criação de um clima de confiança e reforço da legitimação. A informação deficiente ou a sua falta constituem um obstáculo a uma cooperação mais aprofundada em muitas bacias fluviais. A cooperação transfronteiriça ao nível da água depende da vontade dos estados ribeirinhos em partilharem a sua gestão. Também aqui é necessário que o apoio internacional ajude a criar formas de cooperação ambiental bem sucedidas.

Como acontece em qualquer processo de mediação, as partes que tiverem uma postura imparcial poderão ajudar a criar um clima de confiança e de legitimação. O Banco Mundial apoiou processos de gestão de bacias hidrográficas durante um longo período, a partir das negociações do Tratado do Indus, nos anos 50, até à aprovação da actual Iniciativa da Bacia do Nilo. O Banco Mundial também tem um peso político e uma capacidade que lhe permitem formular objectivos e criar instituições. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contribuiu para a criação de capacidades no Acordo do Modelo Cooperativo da Bacia do Rio Nilo. Para poder desempenhar este papel, terceiros devem gozar de uma imagem de facilitadores neutrais, alheios a quaisquer ambições geopolíticas relacionadas com a gestão dos recursos hídricos.

Um dos requisitos para o sucesso da cooperação a longo prazo é a existência de envolvimento político a longo prazo. As negociações sobre as águas partilhadas são invariavelmente demoradas, exigindo o apoio dos doadores ao longo do processo. Em 1993, o Banco Mundial e outros doadores aprovaram o Programa da Bacia do Mar de Aral com o objectivo de estabilizarem o meio ambiente, reabilitarem esta zona de catástrofe e melhorarem a capacidade de gestão local. Decorrido um ano, a Assistência Técnica da União Europeia para os Países Independentes da Commonwealth iniciou o projecto de Gestão de Recursos Hídricos e de Produção Agrícola, para apoiar a Comissão Internacional do Mar de Aral. O PNUD lançou, desde então, o projecto de Desenvolvimento de Capacitação da Bacia do Mar de Aral. A Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional foi de importância crucial no estabelecimento da ligação entre as preocupações hídrica e o sector energético, no âmbito dos acordos do Syr Darya. Mau grado persistirem problemas na Bacia do Mar de Aral, a intervenção das organizações internacionais desde o início dos anos 90 tem evitado uma possível agudização de conflitos relacionados com os recursos hídricos.

Fortalecer a capacidade institucional. Organizações das bacias fluviais fortes deverão servir de modelo para o futuro. Embora a concepção das instituições difira de acordo com as regiões e as circunstâncias, muitas delas enfermam do mesmo problema de falta de capacidade técnica adequada. A cooperação nesta área poderá ser intensificada através da transferência de conhecimento institucional. Por exemplo, a União Europeia, com a sua imensa experiência na gestão de águas transfronteiriças, poderia fazer muito mais para apoiar o desenvolvimento institucional em países pobres, através de um trabalho com agências como o Banco Mundial e o PNUD, a fim de desenvolverem programas de treino e de formação de capacidades.

Também existe raio de acção para um trabalho ao nível da legislação regional. A falta de políticas hídricas harmoniosas ou estruturadas nos países ribeirinhos pode neutralizar os esforços de gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços. Contudo, a harmonização da legislação sobre a água representa um desafio técnico e uma dificuldade politica. Dada a sua experiência neste sector, o Programa Ambiental dos Estados Unidos poderia assumir a liderança na avaliação dos enquadramentos legislativos nacionais e na identificação de lacunas. Isto poderia servir de base à criação de políticas hídricas regionais, à semelhança do que aconteceu com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Financiamento da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. A gestão dos recursos hídricos transfronteiriços gera importantes vantagens públicas internacionais. Residindo mais de 40% da população mundial em zonas de bacias transfronteiriças, a gestão destas bacias tem implicações na paz e se-

gurança regionais, bem como na redução da pobreza e na sustentabilidade ambiental. Entre os aspectos negativos que advêm de uma má gestão incluem-se os refugiados ambientais, a poluição e a pobreza, todas elas passíveis de atravessarem fronteiras — tal como a própria água. Este contexto fornece-nos um forte argumento de apoio ao financiamento através de programas de assistência ao desenvolvimento.

A gestão transfronteiriça atraiu muito pouca ajuda financeira internacional de um total de 3,5 mil milhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento dispendidos com a água e o saneamento, somente menos de 350 milhões de dólares foram atribuídos aos recursos hídricos transfronteiriços. Os doadores deveriam pensar em aumentar substancialmente a ajuda às águas transfronteiriças. Os custos operacionais das instituições de gestão hídrica são bastante modestos. Os fundos de auxílio deveriam garantir uma fonte de financiamento previsível e apoiar a participação dos estados-membros pobres; eles também constituem uma fonte útil de capitalização de fundos para a implementação de projectos. A experiência mostra que este tipo de apoio financeiro poderia revelar-se particularmente útil na África Subsariana e na Ásia Central. Em comparação com o número de países que partilham as bacias hídricas internacionais e com os elevados custos ambientais e perdas de desenvolvimento, o apoio financeiro destinado ao aumento de eficácia das instituições ligadas às bacias fluviais poderá ser considerado um investimento rentável. Mas a criação de um clima favorável à cooperação e a manutenção do diálogo durante muitos anos também poderão tornar-se dispendiosas — um bom campo de acção para fontes de financiamento internacional inovadoras.

No interesse dos próprios, os países ribeirinhos terão de suportar uma fatia substancial da carga financeira necessária à gestão das instituições e abordagens transfronteiriças. A ajuda financeira corre o risco de criar um clima propenso à definição de prioridades com base nos apoios recebidos, em que as prioridades dos próprios doadores passem a definir a agenda. Uma área onde a ajuda é fundamental, é o financiamento dos custos de arranque, treino e desenvolvimento de capacidades. A ajuda financeira levará a melhores resultados se for prestada através de subsídios em vez de empréstimos, porque os custos da coordenação entre países são elevados e dificultam a responsabilização dos parceiros pelo pagamento da dívida. O PAG continua a ser um dos principais instrumentos financeiros de canalização de ajudas para os recursos hídricos transfronteiriços. Nos últimos 15 anos, consignou 900 milhões de dólares para financiamento de subsídios, tendo as verbas de co-financiamento atingido três vezes aquele montante. Os mercados financeiros poderiam utilizar modelos de financiamento semelhantes com o objectivo de subsidiarem, por exemplo, grandes projectos de infra-estruturas. Os financiamentos de risco e os acordos contratuais que mantêm as organizações das bacias fluviais manietadas poderiam atrair o capital privado, ao mesmo que ofereciam maior estabilidade à cooperação transfronteiriça.

* * *

Pondo de parte a retórica da ameaça das guerras da água, duas coisas são certas. Primeira, é que para um grande número de países, a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços continuará a ser um assunto de importância crescente no contexto do diálogo bilateral e regional. Segunda, é que a competição crescente pela água terá consequências marcantes no desenvolvimento humano, que irão atravessar fronteiras.

Para além destas duas certezas, nada mais está garantido. Estará a água destinada a ser uma fonte crescente de tensões entre vizinhos? Isso vai depender, em parte, das questões mais abrangentes relacionadas com a paz e com a segurança, que nada têm que ver com a água, e por outro lado, de os governos optarem por resolver as suas diferenças através da cooperação. O que parece claro é que as pessoas residentes em zonas atingidas pela pressão da falta de água e que têm por isso preocupações de segurança humana, vão continuar interessadas na adopção de abordagens de gestão de água mais ambiciosas e menos desordenadas.

Os doadores deveriam pensar em aumentar substancialmente a ajuda às águas transfronteiriças, mas no interesse dos próprios, os países ribeirinhos terão de suportar uma fatia substancial da carga financeira necessária à gestão das instituições e abordagens transfronteiriças

Notas

Capítulo 1

1 Deaton 2004.
2 McNeill 2000.
3 Cain e Rotella 2001.
4 Woods, Watterson e Woodward 1988; Szreter e Mooney 1998.
5 Cutler, Deaton, Lleras-Muney 2005.
6 Hassan 1985; Szreter e Mooney 1998.
7 Citado em Bryer 2006.
8 Troesken 2001.
9 Halliday 1999.
10 Hassan 1985.
11 Rosenberg 1962.
12 Cutler e Miller 2005.
13 Cutler e Miller 2005; Cain e Rotella 2001.
14 McNeill 2000.
15 PNUD 2003a.
16 OMS e UNICEF 2005b.
17 Uganda 2004.
18 Molle e Berkoff 2006.
19 Howard e Bartram 2003.
20 Earth Policy Institute 2006.
21 Allen, Davila e Hoffman 2006.
22 Gandy 2006.
23 Bakker e outros 2006.
24 Ito 2005; Shalizi 2006; Cai 2006.
25 Sobre Lahore e Karachi ver Banco Mundial 2005c; Urban Resource Centre 2004; Molle e Berkoff 2006.
26 OMS e UNICEF 2005; OMS 2001.
27 ADB 2004.
28 ONU-Habitat 2003.
29 Redhouse 2005.
30 Rao e outros 2003.
31 Nyong e Kanaroglou 2001.
32 OMS e outros 2006.
33 Smets 2004; Van Hofwegen 2006.
34 Dutta e outros 2003; Sang e outros 1997.
35 Estes resultados são consistentes com uma investigação mais alargada a um micronível sobre outros indicadores para a doença-saúde. Por exemplo, um estudo realizado no Norte do Gana revelou que a percentagem de infecções por parasitas em lares que obtinham a água que consumiam em riachos e rios era oito vezes superior à registada nos lares que utilizavam água canalizada. Também se descobriu que a incidência de doenças descritas pelas famílias subiu de 5% para 24% durante períodos de escassez de água. Buor 2004.
36 Comissão de Macroeconomia e Saúde 2001.
37 Kremer e Miguel 1999.
38 Strauss e Thomas 1998.
39 Hutton e Haller 2004.
40 Tanzânia 2002.
41 UNICEF 2005b.
42 UNICEF 1999.
43 Uganda 2005.
44 Uganda 2004.
45 Lenton, Wright e Lewis 2005.
46 James e outros 2002.
47 Joshi 2005.
48 Smith, Adam [1776] 1976.
49 Redhouse 2005.
50 Mukherjee 2001.
51 Wagstaff 2000.
52 Wagstaff 2001.
53 Gasparini e Tornarolli 2006.
54 Uganda 2004.
55 Bakker e outros 2006.
56 McIntosh 2003.
57 Collignon e Vézina 2000.
58 Swyngedouw 2004; Molle e Berkoff 2006.
59 Phan, Frias e Salter 2004.
60 Rao e outros 2003.
61 Sobre as estimativas de financiamento ver Camdessus e Winpenny 2003; Toubkiss 2006; Smets 2004.
62 Calculado com base na população a partir do quadro de indicadores 5, PIB a partir do quadro de indicadores 14 e despesa de saúde a partir do quadro de indicadores 6.
63 Hutton e Haller 2004.
64 Slaymaker e Newborne 2004; WSP 2003.
65 WSP - AF 2004e.
66 Scanlon, Cassar e Nemes 2004.
67 Esta secção é baseada nas Iniciativas de Desenvolvimento 2006; Van Hofwegen 2006.
68 WSP - AF 2005a.
69 Iniciativas de Desenvolvimento 2006.
70 G-8 2003.
71 The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006a; Sperling e Balu 2005.
72 Banco Mundial 2006c; Sperling e Balu 2005; Banco Mundial e FMI 2003: Global Fundo to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006b; AfDB 2005b.
73 AfDB 2005.

Capítulo 2

1 CESCR 2002.
2 Sen 1982.
3 Sen 1981.
4 Connors 2005.
5 Collignon e Vézina 2000
6 Komives e outros 2005.
7 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
8 Collignon e Vézina 2000.
9 Howard e Bartram 2003.
10 Thompson e outros 2002.
11 WUP 2003.
12 Collignon e Vézina 2000.
13 Equivalente a 7,5 metros cúbicos por mês.
14 Collignon e Vézina 2000.
15 Collignon e Vézina 2000.
16 WSP—AF 2004b.
17 Parker e Skytta 2000.
18 Parker e Skytta 2000.
19 Bakker 2003b.
20 Wolff e Hallstein 2005.
21 Hall e outros 2002.
22 McIntosh 2003.
23 Tortajada 2006c.
24 Wolff e Hallstein 2005.
25 Komives e outros 2005.
26 Franceys 1997.
27 Caseley 2003.
28 Bakker e outros 2006.
29 De Miras e Le Tellier 2005; Jamati 2003.
30 Slattery 2003.
31 *The Economist* 2004.
32 Delfino, Casarin e Delfino 2005.
33 *Afrol News* 2006.
34 Coing 2003; Smith 2005.
35 Pangare, Kulkarni e Pangare 2005.
36 Pietilä e outros 2004.
37 Foster e Yepes 2005. A capacidade de pagamento é definida no limiar da água representando no máximo 5% do rendimento familiar.
38 Foster e Yepes 2005.
39 Komives 1999.
40 Gómez-Lobo e Contreras 2003.
41 Komives e outros 2005.
42 Com base em dados de Komives e outros 2005. Ver também Raghupati e Foster 2002; Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
43 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
44 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
45 Graham e Woods 2006.
46 WSP–AF 2004b.
47 Slaymaker e Newborne 2004.
48 WSP—AF a publicar.
49 Tanzânia 2002.
50 WaterAid 2005.

51 Tanzânia 2002.
52 Slaymaker e Newborne 2004.
53 WSP—SA 1999; Dhanuraj, Das Gupta e Puri 2006.
54 Van Hofwegen 2006.
55 Van Hofwegen 2006.

Capítulo 3

1 Hugo [1862] 1982, Livro II, Capítulo 1.
2 Satterthwaite e McGranahan 2006; Satterthwaite 2006.
3 Winpenny 2003.
4 Briscoe 2005.
5 Ringler, Rosegrant e Paisner 2000.
6 WSP–AF 2005d.
7 Satterthwaite e McGranahan 2006; Hunt 2006.
8 Hunt 2006; Esrey e outros 1991.
9 Cairncross e outros 1996.
10 Cairncross e outros 2003.
11 Curtis e Clarke 2002; Curtis e Cairncross 2003.
12 WSP–AF 2002b.
13 Biran, Tabyshalieva e Salmorbekova 2005.
14 WSP–AF 2004a,f.
15 Mukherjee 2001.
16 Satterthwaite 2006.
17 Hanchett e outros 2003.
18 Kar e Bongartz 2006.
19 WSP–SA 2005.
20 Luong, Chanacharnmongkol e Thatsanatheb 2002.
21 Levine and the What Works Working Group 2004; OMS e UNICEF 2004a; Banco Mundial 2004d; 2005d; 2006g.
22 Banco Mundial 2004a; Crook e Sverrisson 2001.
23 Jenkins e Sugden 2006; Practical Action Consulting 2006a, c.
24 Melo 2005; Heller 2006.
25 WSP–SA 2005.
26 Jenkins e Sugden 2006; Practical Action Consulting 2006a, c.
27 Banco Mundial 2004b.
28 Phan, Frias e Salter 2004.
29 WSP–AF 2004c.
30 Banco Mundial 2004b; WSP 2002d.
31 Sakthivel e Fitzgerald 2002.

Capítulo 4

1 Malthus [1798] 1826.
2 WWC 2000.
3 Brown, Lester 2003.
4 Reisner 1986.
5 Esta secção baseia-se em McNeil 2000; World Water Assessment Programme 2006; Postel 1992.
6 Rijsberman 2004c. Esses limiares são, pela sua própria natureza, arbitrários. A escassez está sujeita a uma considerável variação regional devido a factores que não são abrangidos por estes limiares. Esses factores incluem o estado das infra-estuturas de armazenamento de água e factores que influenciam a procura de água, tais como o clima, a natureza e a extensão da utilização produtiva da água e o desenvolvimento de sistemas agrícolas. Contudo, uma grande vantagem é a sua simplicidade: os dados estão relativamente disponíveis e o seu significado é intuitivo e fácil de compreender.
7 McNeill 2000.
8 Shalizi 2006.
9 Rijsberman 2004a.
10 Rijsberman 2004c.
11 Shalizi 2006.
12 Falkenmark e Rockström 2005; SIWI e outros 2006.
13 McNeill 2000.
14 McNeill 2000.
15 Rijsberman, Manning e de Silva 2006.
16 Rijsberman, Manning e de Silva 2006.
17 Rosegrant, Cai e Cline 2002a; Meinzen-Dick e Rosegrant 2001; Alcamo, Henrichs, e Rösch 2000.
18 FAO 2006. Contudo, os valores de captação de água anual per capita nos Estados Unidos continuam a figurar entre os mais altos do mundo: 1.650 metros cúbicos comparados com a média mundial de pouco mais de 600 metros cúbicos.
19 IWMI 2006; Rosegrant e Cai 2001.
20 Citado em Worthington 1983.
21 Ballabh 2005.
22 Smakhtin, Revenga e Döll 2004.
23 Cai 2006; Postel 1999.
24 Pearce 2006.
25 Smakhtin, Revenga e Döll 2004.
26 Shetty 2006.
27 Pearce 2006.
28 Sobre o esgotamento das águas subterrâneas, ver Molden, Amarasinghe e Hussain 2001; Banco Mundial 2004e; Buechler e Mekala 2005.
29 Guevara-Sanginés 2006.
30 WRI 2005.
31 Hinrichsen, Robey e Upadhyay 1997.
32 Banco Mundial 2001; Cai 2006; Shalizi 2006.
33 Shah e outros 2003.
34 Moench, Burke e Moench 2003.
35 Banco Mundial 2005c.
36 Vira, Iyer e Cassen 2004.
37 Kurnia, Avianto e Bruns 2000.
38 Vira, Iyer e Cassen 2004; Saravanan e Appasamy 1999.
39 Briscoe 2005.
40 Hanchate e Dyson 2004.
41 Abderrahman 2002; Csaki e De Haan 2003; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006.
42 Shetty 2006.
43 Shetty 2006.
44 Environmental Working Group 2005.
45 Sobre o problema em termos de contabilidade nacional, ver Repetto e outros 1989; Solórzano e outros 1991; Daly e Cobb 1989.
46 Anand e Sen 1994.
47 Pagiola, Arcenas e Platais 2005.
48 Sobre a dessalinização, ver World Water Assessment Programme 2006; Rijsberman 2004a.
49 Banco Mundial 2006h.
50 Allan 1998; Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
51 OCDE 2006a.
52 Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
53 World Water Assessment Programme 2006
54 Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; IWMI 2006
55 Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; IWMI 2006.
56 BESA 2000.
57 Cai e Rosegrant 2003.
58 Shah e Keller 2002.
59 Banco Mundial 2006h.
60 Ver p.ex. Gleick 2003, 2005.
61 Banco Mundial 2006h.
62 Gleick 2003.
63 Postel e Richter 2003.
64 Grey e Sadoff 2006.
65 Miller e Reidinger 1998.
66 Grey e Sadoff. 2006.
67 Brown e Lall 2006.
68 Shetty 2006.
69 Awulachew e outros 2005
70 Banco Mundial 2006f.
71 Banco Mundial 2006e
72 Grey e Sadoff 2006.
73 Comissão Mundial de Barragens
74 Comissão Mundial de Barragens; Berkamp e outros 2000.
75 Hussain e Hanjra 2003.
76 ONU 1992.
77 Dixon, Smith e Guill 2003; Fischer e outros 2005; Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
78 Fischer, Shah e van Velthuizen 2002.
79 PIAC 2001; Arnell e Liu 2001.
80 Briscoe 2005; World Water Assessment Programme 2006.
81 Conway 2005; Maslin 2004.
82 Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
83 PIAC 2001.
84 Hare e Meinhausen 2004.
85 Den Elzen e Meinhausen 2005.
86 Den Elzen e Meinhausen 2005. No sentido de atingir uma meta de 450 ppm ao nível das emissões globais, necessitaremos de um decréscimo de 2,5% por ano de um pico em 2012. Atrasar 10 anos esse pico duplicará a exigida taxa de redução para 5% por ano.
87 Hadley Centre 2004.
88 Bronstert e outros 2005.
89 Fischer e outros 2005; Parry, Rosenzweig e Livermore 2005; Nyong 2005 .
90 Stern 2006. O cenário A2 do PIAC que corresponde a níveis de dióxido de carbono entre 520 ppm e 640 ppm até 2050 — não é um panorama inaceitável.
91 A apresentação da Tanzânia ao PIAC citada em Murray e Orindi 2005.
92 Murray e Orindi 2005.
93 Dixon, Smith e Guill 2003; Desanker e Magadza 2001.

94 Fischer e outros 2005.
95 Barnett, Adam e Lettenmaier 2005.
96 Banco Mundial 2006a.
97 Maslin 2004.
98 Ellis, Corfee-Morlot e Winkler 2004; Ellis e Levina 2005. No final de 2005, existiam 35 projectos registados ao abrigo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com mais de 600 em preparação. Este mecanismo estima fluxos financeiros projectados de mil milhões de dólares para 2012. A maioria dos projectos envolvidos são do sector energético e com uma forte concentração na Índia, China, Brasil, Coreia e México (que representam cerca de 70% do esquema de comércio de emissões do mecanismo). O único país da África Subsariana envolvido é a Nigéria que representa menos de 2% dos créditos do mecanismo. Foi feito um maior esforço de ajuda multilateral em torno do aquecimento global por parte do Fundo Global para o Meio Ambiente, que até 2004 se tinha comprometido com cerca de 1,8 mil milhões de dólares para projectos sobre as alterações climáticas, equilibrando o co-financiamento em cerca de quatro vezes mais. Cerca de dois terços do total foram atribuídos a grandes projectos de mitigação. Tal como o mecanismo de desenvolvimento limpo, tem havido um enfoque em países em desenvolvimento maiores, com 10 países a receber mais de metade do financiamento total.
99 Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
100 PAG 2006.
101 Calculado com base em dados de OCDE 2006b.
102 Sachs e outros 2005.

Capítulo 5

1 Citado em Briscoe 2005.
2 Banco Mundial 2006f.
3 Hussain 2005.
4 Banco Mundial 2006h.
5 Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
6 Banco Mundial 2006h.
7 Banco Mundial 2006h.
8 Seckler e outros 2000; Rosegrant, Cai e Cline 2002b; FAO 2003b.
9 FAO 2005; Grey e Sadoff 2006.
10 Commission for Africa 2005
11 Molle e Berkoff 2006; Narain 2006; Cai 2006.
12 Molle e Berkoff 2006.
13 Gandy 2006.
14 *Gulf Times* 2006.
15 Meinzen-Dick e Pradhan 2005.
16 Kenney 2005; Meinzen-Dick e Ringler 2006.
17 Villarejo 1997, em Meinzen-Dick e Ringler 2006.
18 NNMLS 2000, em Meinzen-Dick e Ringler 2006.
19 Peña, Luraschi e Valenzuela 2004.
20 Miguel Solanes, comunicação pessoal.
21 Cai 2006; Banco Mundial 2001; Shalizi 2006; Molle e Berkoff 2006.
22 Kurnia, Avianto e Bruns 2000.
23 Palanisami 1994; Palanisami e Malaisamy 2004.
24 Rosegrant e Perez 1997.
25 Cotula 2006; Sylla 2006.
26 Sylla 2006.
27 Sylla 2006.
28 Van Koppen 1998; Pander 2000.
29 Cotula 2006; Adams, Berkoff e Daley 2006.
30 Banco Mundial 2005c.
31 Hussain e Wijerathna 2004b; Lipton 2004a. A análise da produção agrícola na Índia e no Paquistão identificou a desigualdade na distribuição de terra e água do canal, a má qualidade da água subterrânea (especialmente em áreas da fase final do canal, onde há menor disponibilidade de água) e as práticas agrícolas (sementeira de variedades mais antigas, atrasos de sementeira e aplicação de factores de produção) como os principais factores de explicação da baixa produtividade agrícola.Ver também Banco Mundial 2002.
32 Hussain 2005; Hussain e Wijerathna 2004b.
33 Hussain e Hanjra 2003; Hussain 2005.
34 Azam e Rinaud 2000, pp. 8–10, citado em Lipton 2004, pág. 17.
35 Lipton 2004a.
36 Briscoe 2005.
37 Briscoe 2005; Banco Mundial 2005c.
38 Boelens, Dourojeanni e Hoogendam 2005.
39 Hussain 2005.
40 Briscoe 2005.
41 Tortajada 2006b.
42 Shah et al. 2002.
43 Marcus 2006.
44 Sarwan, Subijanto e Rodgers 2005; Vermillion 2005.
45 Faysse 2004.
46 Hussain 2004, citado em Lipton 2004a.
47 Meinzen-Dick e Zwarteveen 1998; van Koppen 2002.
48 Bastidas 1999, pág. 16.
49 Interagency Task Force on Gender and Water 2004.
50 Oweis, Hachum e Kijne 1999; Vaidyanathan 2001.
51 Narain 2006.
52 Rijsberman 2004b.
53 Rijsberman 2004b.
54 Narain 2006.
55 Vaidyanathan 2001.
56 FAO 2005.
57 Awulachew e outros. 2005; Inocencio e outros 2005.
58 Banco Mundial 2006h.
59 Shah e Keller 2002.
60 Shah e outros 2002.
61 Inocencio, Sally e Merrey 2003.
62 Shah e outros 2000; Polak 2005a.
63 Namara 2005.
64 Rijsberman 2004b. Assume uma taxa de desconto de 10%.
65 Polak 2005b.
66 Brown 2003.
67 Cleaver e Gonzalez. 2003.
68 Cleaver e Gonzalez. 2003.
69 Banco Mundial 2006h.
70 Commission for Africa 2005.

Capítulo 6

1 Giordano e Wolf 2003.
2 Jägerskog e Phillips 2006.
3 Medzini e Wolf 2006; Banco Mundial 2006h.
4 Calculado com base em Wolf e outros 1999, quadro 4; CIA 2006.
5 Elhance 1999, pág. 60.
6 MRC 2006; cálculos GRDH.
7 Bonheur 2001; Keskinen e outros 2005.
8 Nguyen e outros 2000, pág. 4.
9 Kayombo e Jorgensen 2006, pág. 433.
10 UNEP 2004b.
11 Jolley, Béné e Neiland 2001, pág. 31; Kayombo e Jorgensen 2006, pág.433; Klohn e Andjelic 1997, pág.1; Odada, Oyebande e Oguntola 2006, pág. 77.
12 ALT 2003, pág. 468.
13 Puri e Arnold 2002.
14 Coe e Foley 2001.
15 Sarch e Birkett 2000.
16 IUCN 2004.
17 Sikes 2003; UNEP 2004a, pág. 19.
18 Odada, Oyebande e Oguntola 2006, pág. 83.
19 Citado em McNeill 2000.
20 Peachey 2004; Weinthal 2006.
21 Greenberg 2006.
22 PNUD 2002.
23 PAG 2002.
24 Há nisto uma certa dose de ironia. Historicamente, a doutrina da «apropriação primitiva» foi utilizada pelos EUA para sustentar as suas reivindicações de país a montante contra o México.
25 Sadoff e Grey 2002.
26 Wolf 2006.
27 Itaipu Binacional 2006.
28 Sadoff e Grey 2005.
29 Wolf, Yoffe e Giordano 2003.
30 Hamner e Wolf 1998.
31 Wolf 2006.
32 Citado em Priscoli 1998, pág. 633.
33 Fischhendler e Feitelson 2003, pág. 563.
34 WSP International 2003; NEL-SAP 2002.
35 UNECA 2000.
36 White 2006.
37 Nicol 2002; Jägerskog e Phillips 2006, pág. 20.

Nota Bibliográfica

Capítulo 1 recorre a ADB 2004; AfDB 2005b; African Population and Health Research Center 2002; Allen, Davila e Hoffman 2006; Alves e Belluzzo 2005; Amani, Kessy e Macha 2004; AquaFed 2006; AusAID 2006; Bakker 2003b; Bakker e outros 2006; Bartram e outros 2005; Bell e Millward 1998; Blake 1956; Bryer 2006; Buor 2004; Cain e Rotella 2001; The Carter Center 2006; CDC 2006; Chen e Ravallion 2004; Clermont 2006; Collignon e Vézina 2000; Commission on Macroeconomics and Health 2001; CSA 2004; Curtis 2001; Cutler e Miller 2005; Cutler, Deaton e Ileras-Muney 2005; Deaton 2002, 2003, 2004; Deaton e Paxson 2004; Development Initiatives 2006; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Dutta e outros 2003; Earth Policy Institute 2006; Environmental Health at USAID 2004; European Regional Committee 2006; FAO 2006; Filmer-Wilson 2005; Freedman e outros 2005; Fuentes, Pfütze e Seck 2006a,b; G-8 2003; Gandy 2006; Gasparini e Tornarolli 2006; Gleick 2002; The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006a,b; The Global Public-Private Partnership for Handwashing with Soap 2003; Gwatkin 2002; Halliday 1999; Hamlin 1988; Hassan 1985; Heller 2006; Hernández Mazariegos 2006; Hunt 2006; Hutton e Haller 2004; IDS 2006; INEGI 2006a,b; Ito 2005; James e outros 2002; Joshi 2005; Kenya 2005; Kisima Newsletter 2005; Kremer e Miguel 1999; Larrea, Montalvo e Ricuarte 2005; McIntosh 2003; Measure DHS 2006; Mehta 2000; Miller 2001; Milliband 2005; Miovic 2004; Mukherjee 2001; Muller 2006; Nayyar e Singh 2006; Neumayer 2004; Nyong e Kanaroglou 2001; ODI 2004; Pakistan 2004; Payen 2005; Phan, Frias e Salter 2004; Redhouse 2005; Rosenberg 1962; Ruxin e outros 2005; Salmon 2002; Sang e outros 1997; Scanlon, Angela e Nemes 2004; Schuttelar e outros 2003; Shiklomanov 1993; Sight Savers International 2006; Sinanovic e outros 2005; Slaymaker e Newborne 2004; Smets 2004; Smith 1976; Sperling e Balu 2005; Strauss e Thomas 1998; Swyngedouw 2004; Szreter 1997; Szreter e Mooney 1998; Tanzania 2002; Thompson e outros 2002; Toubkiss 2006; Troesken 2001; UCLG Committee on the Local Management of Water and Sanitation 2006; Uganda 2004, 2005; ONU 2005, 2006a,b; PNUD 2005e; ONU-Habitat 2003; UNICEF 1999, 2005b, 2006b; United Nations Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation 2006; University of California, Berkeley, e MPIDR 2006; Urban Resource Centre 2004; Van Hofwegan 2006; Wagstaff 2000, 2001; Whittington, Mu e Roche 1990; OMS 2001, 2005, 2006a,b; OMS e UNICEF 2004b, 2005, 2006; OMS e outras 2006; Winpenny 2003; Woods, Watterson e Woodward 1988, 1989; Banco Mundial 2004b, 2005a,b,c; 2006c; Banco Mundial e FMI 2003; WSP 2002c, 2003, 2004; WSP-AF 2003a, 2004c,e, 2005a,c, a seguir referidos; WSP-EAP 2003; WUP 2006; Iémen 2002; Yepes 1999; Zâmbia 2004a,b.

Capítulo 2 recorre a Abeyasekere 1987, 1989; ADB 2003, 2004, 2006; Adikeshavalu 2004; AfDB 2005a; Afrol News 2006; Alegria Calvo e Caledón Cariola 2004; Allain-El Mansouri 2001; Argo e Laquian 2004; Armstrong, Cowan e Vickers 1995; Baker, Hern e Bennett 1999; Bakker 2003a,b; Bakker e outros 2006; Baldwin e Cave 1999; Bapat e Agarwal 2003; Bhatnagar e Dewan 2006; Black 1998; Bousquet 2004; Breuil 2004; Brown 2005; Budds e McGranahan 2003; Caseley 2003; Castro 2004; CESCR 2002; Chan 2006; Chikhr Saïdi 1997, 2001; Coing 2003; Colin 1999; Collignon 2002; Collignon e Vézina 2000; Connors 2005; Corporate Europe Observatory 2003; Davis 2005; de Miras e Le Tellier 2005; Delfino, Casarin e Delfino 2005; Dhanuraj, Gupta e Puri 2006; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Economist 2004; Elamon 2005; Esguerra 2002, 2005; Etienne 1998; Etienne e outros 1998; Foster e Yepes 2005; Foster, Pattanayak e Prokopy 2003; Fournier 2003; Franceys 1997; Gandy 2004, 2005, 2006; Gasparini e Tornarolli 2006; Gleick 2004; Gómez-Lobo e Contreras 2003; Graham e Woods 2006; Graham e Marvin 2001; Grimsey e Lewis 2002; Guasch e Spiller 1999; Guislain e Kerf 1995; Haarmeyer e Mody 1998; Hall e Viero 2002; Heller 2006; ID21 2006d; IEG 2006a, 2006b; Isham e Kahkonen 2002; Jaglin 1997, 2001a,b, 2002, 2003, 2004a,b,c, 2005; Jaglin e Dubresson 1999; Jamati 2003; Jouravlev 2001a,b; Juuti e Katko 2005; Kähkönen 1999; Kariuki e Schwartz 2005; Kerf 2000; Kjellén 2000; Kjellén e McGranahan 2006; Kleiman 2004; Komives 1999; Komives e outros 2005; Lane 2004; Lauria, Hopkins e Debomy 2005; Ledo 2005; Lenton, Wright e Lewis 2005; Maltz 2005; Mapetla 2006; Marin 2002; Maronier 1929; Matthew 2005; McGranahan e outros 2001; Ménard 2001; Menegat 2002; Mitlin 2004; Morel à l'Huissier, Verdeil e Le Jallé 1998; Narayan 1995; Oxera Consulting Ltd. 2002; Pangare, Kulkarni e Pangare 2005; Paredes 2001; Parker e Skytta 2000; Paul 2005; Pietilä e outros 2004; Pitman 2002; Raghupati e Foster 2002; Rayaleh 2004; Santiago 2005; Sara e Katz 1998; Schneier-Madanes e de Gouvello 2003; Sen 1981, 1982; Serra 2000; Shen 2006; Slattery 2003; Slaymaker e Newborne 2004; Smets 2004; Smith 2005; Solo 1999, 2003; Summers 2005; Surjadi 2003; Surjadi e outros 1994; Susantono 2001; Swyngedouw 2006; Taylor 1983; Tortajada 2006; Trémolet 2002; Ugaz 2003; US Agency for International Development 2005a,b; Valfrey 1997; Van Breen 1916; Van Hofwegen 2006; Van Leeuwen 1920; Verdeil 2003a,b, 2004; Vickers e Yarrow 1998; Viero 2003; Viero e Cordeiro 2006; Vircoulon 2003; WaterAid 2005, 2006; Weitz e Franceys 2002; Whittington 2006; Winpenny 2003; Wodon e Blackden 2006; Banco Mundial 2004f, 2006e,h; Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos 2003; Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos 2003; WSP 2002, 2006; WSP-AF 2002a,b,e, 2003b, 2005c, a seguir referidos; WSP-LAC 2004; WSP-SA 1999; Yescombe 2002; Zérah 2000.

Capítulo 3 recorre a Amarasinghe e outros 2006; Bangladeche 1998, 2005; Bartram e outros 2005; Bhatia 2004; Biran e outros 2005; Cain, Daly e Robson 2002; Cairncross 2003; Cairncross e outros 1996, 2003; Canelli 2001; Chary, Narender e Rao 2003; Collignon e Vézina 2000; CONADIS e outros 2004; Crook e Sverrisson 2001; Curtis e Cairncross 2003; Curtis e Clarke 2002; Esrey e outros 1991; Fewtrell e outros 2005; Foxwood 2005; Fuentes, Pfütze e Seck 2006a,b; HABITAT 2001; Halim 2002; Hanchett e outros 2003; Hasan 2005; Heller 2006; Hugo 1862; Hunt 2006; International Training Network Centre 2003; IRC International Water and Sanitation Centre 2004; Jenkins e Sugden 2006; Jensen e outros 2005; Jones e Reed 2005; Kar e Bongartz 2006; Kar e Pasteur 2005; Keohane e Ostrom 1995; Kiribaki 2006; Levine e outros 2004; Luong, Chanacharnmong e Thatsanatheb 2002; Mehta 2004; Mehta e Knapp 2004; Melo 2005; Metts 2000; Mukherjee 2001; Patak 2006; Phan, Frias e Salter 2004; Practical Action Consulting 2006a,b,c; Ringler, Rosegrant e Paisner 2000; Sakthivel e Fitzgerald 2003; Satterthwaite 2006; Satterthwaite e McGranahan 2006; Shuchen, Yong e Jiayi 2004; SINTEF Unimed 2002, 2003a,b; Slaymaker e Newborne 2004; UNA e WSSCC 2004; UNICEF 2005a, 2006a; UNICEF e IRC International Water and Sanitation Centre 2005; VERC 2002; WaterAid Uganda 2003; Waterkeyn e Cairncross 2005; OMS e UNICEF 2004a; Winpenny 2003; Banco Mundial 2004a,b,d, 2005d, 2006g; WSP 2000, 2002a,d; WSP-AF 2002b,c,d, 2004a,c,d,f, 2005b,d; WSP-EAP 2003, 2005; WSP-LAC 2005; WSP-SA 2000, 2005; Zaidi 2001.

Capítulo 4 recorre a Abderrahman 2002; ACTS 2005a,b; Albiac 2006; Alcamo, Henrichs e Rösch 2000; Allan 1998; Anand e Sen 1994; Arnell 2004; Arnell e Liu 2001; Assaf 2006; Ballabh 2005; Barnett, Adam e Lettenmaier 2005; Berkamp e outros 2000; BESA 2000; Bhushan 2005; Biswas 2004; Biswas e Tortajada 2005; Biswas, Ünver e Tortajada 2004; Black e outros 2003; Bos e Bergkamp 2001; Briscoe 2005; Bronstert e outros 2005; Brown e Lall 2006; Brown

2003; Buechler e Mekala 2005; Buechler e Scott 2006; Cai 2006; Cai e Rosegrant 2003; CAS 2005; Cassen, Visaria e Dyson 2004; Chenowweth e Bird 2005; CNA 2004; Conan 2003; Conway 2005; Corbera e outros 2006; Csaki e De Haan 2003; CSO 2004; Cyranoski 2005; Daly e Cobb 1989; DeGeorges e Reilly 2006; den Elzen e Meinshausen 2005; Desanker e Magadza 2001; Dixon, Smith e Guill 2003; Earth Policy Institute 2002; The Economist 2003; Ellis e Levina 2005; Ellis, Corfee-Morlot e Winkler 2004; Environmental Working Group 2005; Esteller e Diaz-Delgado 2002; Ezcurra 1998; Falkenmark 2003; Falkenmark e Rockström 2004, 2005; FAO 2003; Feld, Prajamwong e Sherman 2003; Fischer e outros 2005; GEF 2006; Gleick 2000, 2003, 2005; Gleick e outros 2002; Greenfacts.org 2006; Grey e Sadoff 2006; Guevara-Sanginés 2006; GWP 2000, 2004, 2006a,b; Hadley Centre 2004; Haile 2005; Hanchate e Dyson 2004; Hansen e Bhatia 2004; Hare e Meinhausen 2004; Hildebrandt e Turner 2005; Hinrichsen, Robey e Upadhyay 1997; Hoanh e outros 2003; Hussain e Hanjra 2003; ID21 2006b,c; IFAD 2001, 2006; IPCC 2001; IWMI 2003, 2006, seguintes; Jewitt 2002; Jones 1998; Jones 1995; Kemper, Dinar e Bloomquist 2005; Kibreab e Nicol 2002; Kijne, Barker e Molden 2003a,b; Krol e Bronstert, seguintes; Kumar 2005; Lankford 2005a; Lawrence e outros 2002; Lemos e de Oliveira 2004, 2005; Lomborg 2004; Lucas e Hilderink 2004; Mace 2005; Malthus [1798] 1826; Marañón 2006; Maslin 2004; Mayer 2002; McNeill 2000; Meinzen-Dick e Rosegrant 2001; Merrey e outros 2006; Miller e Reidinger 1998; Moench, Burke e Moench 2003; Moench 2001; Moench e outros 2003; Molden, Amarasinghe e Hussain 2001; Molden e de Fraiture 2004; Molden e outros 2003; Molle e Berkoff 2006; Movik e outros 2005; Murray e Orindi 2005; Myers 1998; Narain 2006; Noble e outros 2005; Nyong 2005, 2006; OECD 2006a,b; Ostrom, Schroeder e Wynne 1993; Oweis e Hachum 2003; Pagiola, von Ritter e Bishop 2004; Pagiola, Arcenas e Platais 2005; Pander 2000; Parry, Rosenzweig e Livermore 2005; Pearce 2006; Perry 2001; Pitman 2002; Polak 2005a; Ponce 2005; Postel 1992, 1999; Postel e Richter 2003; Rahman e Alam 2003; Raskin e outros 1997; Repetto e outros 1989; Reyes-Sánchez e outros 2006; Rijsberman 2003, 2004a,b; Rijsberman e Molden 2001; Rijsberman, Manning e de Silva 2006; Ringler, Rosegrant e Paisner 2004; Rodgers, de Silva e Bhatia 2002; Rogers 2002; Rosegrant e Cai 2001; Rosegrant e Cline 2003; Rosegrant e Perez 1997; Rosegrant e Ringler 2000; Rosegrant e Sohail 1995; Rosegrant, Cai e Cline 2002a,b; Sachs e outros 2005; Sánchez Munguía 2006; Sanctuary e Tropp 2005; Saravanan e Appasamy 1999; Schenkeveld e outros 2004; Schneider e Lane 2006; Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; Seckler e outros 2000; Shah 2005; Shah e Keller 2002; Shah e outros 2003; Shalizi 2006; Sharma e McCornick 2006; Shen e Liang 2003; Shetty 2006; Shiklomanov 2000; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; SIWI e outros 2005, 2006; Smakhtin, Revenga e Döll 2004; Solórzano e outros 1991; Soussan 2003, 2004; Stern 2006; Stern Review on the Economics of Climate Change 2006; Texas Center for Policy Studies 2002; Tortajada 2006; Tuinhof e Heederik 2002; Turner e Hildebrandt 2005; Turner e outros 2004; ONU 1992; PNUD 2003b; UNEP-FI 2004; Université Catholique de Louvain 2006; Vira, Iyer e Cassen 2004; Vogel e Nyong 2005; Vörösmarty e outros 2000; Water-Technology.net 2006; Wax 2006; WBCSD 2005; Wolff e Hallstein 2005; Wolfowitz 2005; Banco Mundial 2001, 2004c,e, 2005c, 2006a,b,e,f,h; Comissão Mundial de Barragens 2000; Worthington 1983; WRI 2005; WRI e outros 2005; WWC 2000; WWF Nepal Programme 2005.

Capítulo 5 recorre a Adams 2000; Adams, Berkoff e Daley 2006; Agarwal e Narain 1997; Agarwal, Narain e Khurana 2001; Albiac e Martinez 2004; Al-Ibrahim 1991; Araral 2005; Awulachew e outros 2005; Azam e Rinaud 2000; Bakker e outros 1999; Bastidas 1999; Batchelor e outros 2002; Bhattarai e Narayanamoorthy 2003; Bhattarai, Sakthivadivel e Hussain 2002; Bird, Haas e Mehta 2005; Black e outros 2003; Boelens, Dourojeanni e Hoogendam 2005; Briscoe 2005; Bruns 1997; Bruns e Meinzen-Dick 2000; Bruns, Ringler e Meinzen-Dick 2005; Cai 2006; Cai e Rosegrant 2003; Chenoweth e Bird 2005; Commission for Africa 2005; Cotula 2006; DeGeorges e Reilly 2006; Iniciativas de Desenvolvimento 2006; Dubash 2000; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Ebarvia 1997; Environmental Justice Coalition for Water 2005; FAO 2002, 2003a,b, 2004a,b, 2005; Faysse 2004; Figuères, Tortajada e Rockström 2003; Garduño 2005; Gleick 2000; Gleick e outros 2002; Grey e Sadoff 2006; Guerquin e outros 2003; Guevara-Sanginés 2006; Gulf Times 2006; GWA 2003; GWP 2004, 2006c; Haisman 2005; Hildebrandt e Turner 2005; Hoanh e outros 2003; Hodgson 2004; Hussain 2004, 2005; Hussain e Hanjra 2003; Hussain e Wijerathna 2004a,b; ID21 2006a; IFAD 2001, 2006; India 2001; Inocencio, Sally e Merrey 2003; Inocencio e outros 2005; Interagency Task Force on Gender and Water 2004; IWMI seguintes; Iyer 2003; Jones, T. 1998; Jones, W. 1995; Kemper 2005; Kenney 2005; Kerr 2002; Kibreab e Nicol 2002; Kurian e Dietz 2005; Kurnia, Avianto e Bruns 2000; Lankford 2005a,b; Lankford e Mwaruvanda 2005; Lipton 2004a,b; Lipton e outros 2003; Liu 2005; Marcus 2006; Mayer 2002; McCully 2006; Meinzen-Dick e Nkonya 2005; Meinzen-Dick e Pradhan 2005; Meinzen-Dick e Ringler 2006; Meinzen-Dick e Zwartevenn 1998; Meinzen-Dick, Zwartevenn e Zwartevenn 1998; Moench 1998; Moench e outros 2003; Molden e de Fraiture 2004; Molden e outros; Molle 2005; Molle e Berkoff 2006; Moriarty e Butterworth 2005; Muller 2006; Namara 2005; Narain 2006; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; NNMLS 2000; ODI 1999, 2004; OCDE 2006b; Ostrom, Schroeder e Wynne 1993; Oweis, Hachum e Kijne 1999; Palanisami 1994; Palanisami e Malaisamy 2004; Pander 2000; Peña e Valenzuela 2004; Perret 2002; Perry 2001; Pitman 2002; Polak 2005a,b; Postel 1999; Postel e Richter 2003; Rao e outros 2003; Rathgeber 2003; Ravallion e van de Walle 2003; Reij 2004; Reisner 1986; Rijsberman e Molden 2001; Rijsberman e Manning 2006; Rijsberman 2003; Rodgers, de Silva e Bhatia 2002; Rogers 2002; Romano e Leporati 2002; Rosegrant e Perez 1997; Rosegrant e Ringler 2000; Rosegrant e Gazmuri Schleyer 1994; Roy e Crow 2004; Saleth e outros 2003; Sanctuary e Tropp 2005; Sánchez Munguía 2006; Sarwan, Subijanto e Rodgers 2005; Schreiner e van Koppen 2003; Schuttelar e outros 2003; Scoones 1998; Shah e Keller 2002; Shah e outros 2000, 2003; Shivakoti e outros 2005; Sivamohan e Scott 2005; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; SIWI e outros 2006; Solanes 2006; Soussan 2003, 2004; Sylla 2006; Thébaud, Vogt e Vogt 2006; Tortajada 2006a,b; Turner e Hildebrandt 2005; Turner e outros 2004; PNUD 2003a,b, 2005a,b; Upadhyay 2003; Vaidyanathan 2001; van der Hoeck 2001; Van Hofwegen 2006; van Koppen 1998, 2002; van Koppen e outros 2004; van Koppen, Namara e Safilios-Rothschild 2005; van Koppen, Parthasarathy e Safiliou 2002; Vermillion 2005; Water Policy Briefing 2002; Wax 2006; WBCSD 2005; Wolff e Hallstein 2005; Banco Mundial 2001, 2002, 2004e, 2006b,f,h; Comissão Mundial de Barragens 2000; WRI e outras 2005.

Capítulo 6 recorre a AAAS 2002a,b; Abu-Zeid 1998; Allan 1996; Allan 1999; Allouche 2004; ALT 2003; Amaaral e Sommerhalder 2004; Aspinall e Pearson 2000; Assaf 2004; Barraqué e Mostert 2006; Beaumont 2000; Bell, Stewart e Nagy 2002; Bonetto e Wais 1990; Bonheur 2001; Bonn International Center for Conversion 2006; Carlisle 1998; CIA 2006; Clarke e King 2004; Coe e Foley 2001; Commission on Human Security 2003; Conley e van Niekerk 2000; Crow e Singh 2000; Daoudy 2005; de Mora e Turner 2004; Elhance 1999; Elmusa 1996; FAO 2006; Feitelson 2000, 2002; Fischhendler e Feitelson 2003; Formas 2005; Frisvold e Caswell 2000; Fürst 2003; GEF 2002; Gerlak 2004; Giordano e Wolf 2002; Gleick 1993; Greenberg 2006; Grover 1998; GWP 2001a,b; Haftendorn 1999; Hamner e Wolf 1998; Hirsch e outros 2006; Homer-Dixon 1994; Itaipu Binacional 2006; IUCN 2004; Jacobs 1998; Jägerskog e Phillips 2006; Jansky, Pchova e Murakami 2004; Jolley e Béné e Neiland 2001; Kamara e Sally 2003; Karaev 2005; Kayombo e Jorgensen 2006; Kemelova e Zhalkubaev 2003; Keohane e Ostrom 1995; Keskinen e outros 2005; Kliot 1994; Klohn e Andjelic 1997; Lamoree e Nilsson 2000; Landovsky 2006; Lankford 2005a; Leestemaker 2001; Lindemann 2005; Lonergan 2000; Matsumoto 2002; Matthews 2000; McKinney 2003; MEDRC 2005; Medzini e Wolf 2006; Micklin 1991, 1992, 2000; Mostert 1999, 2005; MRC 2006; Murphy e Sabadell 1986; Nakayama 1998; NEL-SAP 2002; Nguyen e outros 2000; Nicol 2002; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; Nishat 2001; O'Lear 2004; Odada, Oyebande e Oguntola 2006; Peachey 2004; Phillips e outros 2004; Priscoli 1998; Puri 2001; Puri e Arnold 2002; Puri e Aureli 2005; PWA 2005; Rekacewicz 1993, 2006; Rekacewicz e Diop 2003; Revenga e outros 1998; Rinat 2005; Russell e Morris 2006; SADC 2000, 2005a,b; Sadoff e Grey 2002, 2005; Sánchez Munguía 2006; Sarch e Birkett 2000; Shmueli 1999; Sievers 2002; Sikes 2003; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; Sklarew e Duda 2002; Sneddon e Fox 2006; Struckmeier, Rubin e Jones 2005; SUSMAQ 2004; Thébaud e Batterbury 2001; Toset, Gleditsch e Hegre 2000; Uitto 2004; Uitto e Duda 2002; PNUD 2002, 2005a; UN-DPI 2002; UNECA 2000; UNEP 2001, 2004a,b,c; United States Department of the Interior 2001; van der Zaag e Savenije 1999; VanDeveer 2002; Vinogradov e Langford 2001; Waterbury 1979; Weinthal 2002, 2006; Weinthal e outros 2005; White 2006; Wolf 1998, 2000, 2006; Wolf, Yoffe e Giordano 2003; Wolf e outros 1999, 2005; Banco Mundial 2005f, 2006; WSP International 2003; Yang e Zehnder 2002; Yetim 2002; Yoffe e Wolf 1999.

Bibliografia

Investigações encomendadas

Documentos de apoio

Bakker, Karen, Michelle Kooy, Nur Endah Shofiani, e Ernst-Jan Martijn. 2006. "Disconnected: Poverty, Water Supply and Development in Jakarta, Indonesia."

Cotula, Lorenzo. 2006. "Water Rights, Poverty and Inequality: The Case of Dryland Africa."

Fuentes, Ricardo, Tobias Pfütze, e Papa Seck. 2006a. "Does Access to Water and Sanitation Affect Child Survival? A Five Country Analysis."

———. 2006b. "A Logistic Analysis of Diarrhea Incidence and Access to Water and Sanitation."

Gandy, Matthew. 2006. "Water, Sanitation and the Modern City: Colonial and Post-colonial Experiences in Lagos and Mumbai."

Grimm, Michael, Kenneth Harttgen, Stephan Klasen, e Mark Misselhorn. 2006. "A Human Development Index by Income Groups."

IDS (Institute of Development Studies). 2006. "Water and Human Development: Capabilities, Entitlements and Power."

Iniciativas de Desenvolvimento. 2006. "Development Assistance for Water and Sanitation."

Jägerskog, Anders, e David Phillips. 2006. "Managing Trans-boundary Waters for Human Development."

Narain, Sunita. 2006. "Community-led Alternatives to Water Management: India Case Study."

Nicol, Alan, Rajindra Ariyabandu, e Sobona Mtisi. 2006. "Water as a Productive Resource: Governance for Equity and Poverty Reduction."

Satterthwaite, David, e Gordon McGranahan. 2006. "Overview of the Global Sanitation Problem."

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), Håkan Tropp, Malin Falkenmark e Jan Lundqvist. 2006. "Water Governance Challenges: Managing Competition and Scarcity for Hunger and Poverty Reduction and Environmental Sustainability."

Swyngedouw, Erik. 2006. "Power, Water and Money: Exploring the Nexus."

Tortajada, Cecilia. 2006b. "Water Governance with Equity: Is Decentralisation the Answer? Decentralisation of the Water Sector in Mexico and Intercomparison with Practices from Turkey and Brazil." Com Sahnaz Tigrek e Juan J. Sánchez-Meza.

———. 2006c. "Who Has Access to Water? Case Study of Mexico City Metropolitan Area."

WaterAid. 2006. "Getting the 'Off Track' on Target."

Whittington, Dale. 2006. "Pricing Water and Sanitation Services."

Wolf, Aaron T. 2006. "Conflict and Cooperation Over Transboundary Waters."

Estudos conceptuais

Adams, Martin, Jeremy Berkoff, e Elizabeth Daley. 2006. "Land-Water Interactions: Opportunities and Threats to Water Entitlements of the Poor in Africa for Productive Use."

Barraqué, Bernard, e Erik Mostert. 2006. "Transboundary River Basin Management in Europe."

Gasparini, Leonardo, e Leopoldo Tornarolli. 2006. "Disparities in Water Pricing in Latin America and the Caribbean."

Guevara-Sanginés, Alejandro. 2006. "Water Subsidies and Aquifer Depletion in Mexico's Arid Regions."

Heller, Léo. 2006. "Access to Water Supply and Sanitation in Brazil: Historical and Current Reflections; Future Perspectives."

Hernández Mazariegos, Juan Emilio. 2006. "Water and Basic Sanitation in Latin America and the Caribbean."

Hunt, Caroline. 2006. "Sanitation and Human Development."

Jenkins, Marion W., e Steven Sugden. 2006. "Rethinking Sanitation: Lessons and Innovation for Sustainability and Success in the New Millennium."

Marcus, Richard R. 2006. "Local Responses to State Water Policy Changes in Kenya and Madagascar."

Muller, Arnold Michael. 2006. "Sustaining the Right to Water in South Africa."

OMS (Organização Mundial de Saúde), Guy Hutton, Laurence Haller e Jamie Bartram. 2006. "Economic and Health Effects of Increasing Coverage of Low Cost Water and Sanitation Interventions."

Satterthwaite, David. 2006. "Appropriate Sanitation Technologies for Addressing Deficiencies in Provision in Low- and Middle-Income Nations." Com Arif Hassan, Perween Rahman, Sheela Patel e Allan Cain.

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), Håkan Tropp e Anders Jägerskog. 2006. "Water Scarcity Challenges in the Middle East and North Africa (MENA)."

Weinthal, Erika. 2006. "Water Conflict and Cooperation in Central Asia."

Notas desta edição

Albiac, José. 2006. "The Case of the Water Framework Directive and Irrigation in Mediterranean Agriculture."

Bryer, Helen. 2006. "England and France in the Nineteenth Century."

Buechler, Stephanie, e Christopher Scott. 2006. "Wastewater as a Controversial, Contaminated yet Coveted Resource in South Asia."

Cai, Ximing. 2006. "Water Stress, Water Transfer and Social Equity in Northern China: Implications for Policy Reforms."

DeGeorges, Andre,e B. K. Reilly. 2006. "Dams and Large Scale Irrigation on the Senegal River. Impacts on Man and the Environment."

Landovsky, Jakub. 2006. "Institutional Assessment of Transboundary Water Resources Management."

Marañón, Boris. 2006. "Tension Between Agricultural Growth and Sustainability: The El Bajio Case, Mexico."

Meinzen-Dick, R. S., e Claudia Ringler. 2006. "Water Reallocation: Challenges, Threats, and Solutions for the Poor."

Patak, Bindeshwar. 2006. "Operation, Impact and Financing of Sulabh."

Practical Action Consulting. 2006a. "Bangladesh Rural Sanitation Supply Chain and Employment Impact."

———. 2006b. "Peru SANBASUR Rural Sanitation Financing Mechanisms."

———. 2006c. "Rural Sanitation in Southern Africa: A Focus on Institutions and Actors."
Sánchez Munguía, Vicente. 2006. "Water Conflict Between the US and Mexico: Lining of the All-American Canal."
Shen, Dajun. 2006. "Access to Water and Sanitation in China: History, Current Situation and Challenges."
Sylla, Oumar. 2006. "Decentralized Management of Irrigation Areas in the Sahel: Water User Associations in the Senegal River Valley."
Tortajada, Cecilia. 2006a. "São Francisco Water Transfer."
UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2006a. "Children and Water, Sanitation and Hygiene: The Evidence."

Referências

AAAS (American Association for the Advancement of Science). 2002a. "Mekong Exploratory Mission: Trip Report. Thailand, Cambodia, Vietnam, and the Lao People's Democratic Republic. January 4–22, 2002." Summary. [www.aaas.org/international/ssd/mekong/trip_report.shtml]. Julho de 2006.
———. 2002b. "Mekong River Basin Project." [www.aaas.org/international/ssd/mekong/]. Maio de 2006.
Abderrahman, Walid. 2002. "Policy Analysis of Water, Food Security and Agriculture in Saudi Arabia." Review paper prepared for the World Bank for the Third World Water Forum, 16–23 de Março de 2003, Kyoto. King Fahd University of Petroleum and Minerals, Dhahran, Árabia Saudita.
Abeyasekere, Susan. 1987. "Death and Disease in 19th Century Batavia." In Norman G. Owen, ed., *Death and Disease in Southeast Asia: Explorations in Social, Medical and Demographic History.* Singapore: Oxford University Press.
———. 1989. *Jakarta: A History.* Singapore: Oxford University Press.
Abu-Zeid, Mahmoud A. 1998. "Water and Sustainable Development: The Vision for World Water, Life and the Environment." *Water Policy* 1 (1): 9–19.
ACTS (African Centre for Technology Studies). 2005a. "Climate Change and Development in East Africa: A Regional Report." Nairobi.
———. 2005b. "Climate Change and Development in Kenya." Nairobi.
Adams, A. 2000. "Social Impacts of an African Dam: Equity and Distributional Issues in the Senegal River Valley." Contributing Paper, Thematic Review I.1: Social Impacts of Large Dams Equity and Distributional Issues. World Commission on Dams, Cape Town. [www.dams.org/docs/kbase/contrib/soc193.pdf]. Julho de 2006.
ADB (Asian Development Bank). 2003. "Water in Asian Cities. Summary of Findings of the Study and a Regional Consultation Workshop." Manila.
———. 2004. "Water in Asian Cities. Utilities' Performance and Civil Society Views." Manila.
———. 2006. "Water in Asian Cities. Utility Profile." Manila.
Adikeshavalu, Ravindra. 2004. "An Assessment of the Impact of Bangalore Citizen Report Cards on the Performance of Public Agencies." ECD Working Paper Series 12. World Bank, Washington, DC.
AfDB (African Development Bank). 2005a. "Appraisal Report. Rural Water Supply and Sanitation Program: Uganda." Infrastructure Department, North, East and South Region. Tunis Belvedere. [www.afdb.org/pls/portal/url/ITEM/084B449D5E817267E040C00A0C3D4328]. Julho de 2006.
———. 2005b. "The Rural Water Supply and Sanitation Initiative." Nova Iorque.
África do Sul, República da. 2006. Department of Water Affairs and Forestry. "Free Basic Services: Water." [http://www.dwaf.gov. za/FreeBasicWater/scripts/FrmImpStatus.asp?ServiceType=1&Pro vID=5&Perspective=Households]. Junho de 2006.
Afrol News. 2006. "Ghana Goes Ahead with Controversial Water Privatisation." 13 de Janeiro. [www.afrol.com/articles/15312]. Julho de 2006.
Agarwal, A., and Sunita Narain. 1997. "Dying Wisdom: The Rise, Fall and Potential of India's Traditional Water Harvesting Systems." Centre for Science and the Environment, Nova Deli.
Agarwal, A., Sunita Narain, e I. Khurana. 2001. "Making Water Everybody's Business: Practice and Policy of Water Harvesting." Centre for Science and Environment, Nova Deli.
Albiac, José, e Yolanda Martinez. 2004. "Agricultural Pollution Control Under Spanish and European Environmental Policies." *Water Resources Research* 40 (10).
Alcamo, J., T. Henrichs, e T. Rösch. 2000. "World Water in 2025: Global Modeling and Scenario Analysis for the World Commission on Water for the 21st Century." Report A0002, Center for Environmental Systems Research, University of Kassel. Kassel, Alemanha.
Alegría Calvo, María Angélica, e Eugenio Celedón Cariola. 2004. "Analysis of the Privatization Process of the Water and Sanitation Sector in Chile." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.
Al-Ibrahim, Abdulla Ali. 1991. "Excessive Use of Groundwater Resources in Saudi Arabia: Impacts and Policy Options." *Ambio* 20 (1): 34–37.
Allain-El Mansouri, Béatrice. 2001. *L'eau et la ville au Maroc. Rabat-Salé et sa périphérie.* Paris: L'Harmattan.
Allan, J. Anthony, ed. 1996. *Water, Peace and the Middle East: Negotiating Resources in the Jordan Basin.* Londres: I.B. Tauris.
Allan, T. 1998. "Moving Water to Satisfy Uneven Global Needs: 'Trading Water' as an Alternative to Engineering it." *ICID Journal* 47 (2): 1–8.
Allan, Tony. 1999. "Israel and Water in the Framework of the Arab-Israeli Conflict." Occasional Paper 15. School of Oriental and African Studies Water Issues Group, Conference on Water and the Arab-Israeli Conflict, 29 de Abril –1 de Maio, Center of Law, Bir Zeit University. [www.soas.ac.uk/waterissues/occasionalpapers/OCC15.PDF]. Março de 2006.
Allen, Adriana, Julio Davila, e Pascale Hoffman. 2006. "Governance of Water and Sanitation Services for the Peri-Urban Poor: A Framework for Understanding and Action in Metropolitan Regions." University College London, Development Planning Unit, Londres.
Allouche, Jeremy. 2004. "A Source of Regional Tension in Central Asia: The Case of Water." CIMERA, Geneva. [www.cimera.org/sources/92_104.pdf]. Março de 2006.
ALT (The Binational Autonomous Authority of Lake Titicaca). 2003. "Lake Titicaca Basin, Bolivia and Peru." In *Water for People, Water for Life: The United Nations World Water Development Report.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Berghahn Books.
Alves, Denisard, e Walter Belluzzo. 2005. "Child Health and Infant Mortality in Brazil." Research Network Working Paper R-493. Inter-American Development Bank, Washington, DC.
Amaaral, Helena, e Rubik Sommerhalder. 2004. "The Limpopo River Basin: Case Study on Science and Politics of International Water Management." ETH, Zurique.
Amani, Haidari K. R., Flora Lucas Kessy, e Deogratias Macha. 2004. "Tanzania Country Study. Millennium Development Goals Needs Assessment." Dar es Salaam, Tanzânia.
Amarasinghe, Upali A., Bharat R. Sharma, Noel Aloysius, Christopher Scott, Vladimir Smakhtin, and Charlotte de Fraiture. 2006. "Spatial Variation in Water Supply and Demand Across River Basins of India." Research Report 83. International Water Management Institute, Colombo.
Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. "Sustainable Human Development: Concepts and Priorities." United Nations Development Programme, Nova Iorque.
APHRC (African Population and Health Research Center). 2002. *Population and Health Dynamics in Nairobi's Informal Settlements.* Nairobi.

AquaFed (The International Federation of Private Water Operators). 2006. "Private Water Operators Call to Turn the Right to Water into a Reality for All People." Press Release. [www.aquafed.org/pdf/Operators_Right-to-Water_PR_Pc_2006-03-19.pdf]. Junho de 2006.

Araral, Eduardo. 2005. "Water User Associations and Irrigation Management Transfer: Understanding Impacts and Challenges." In Priya Shyamsundar, Eduardo Araral and Suranjan Weeraratne, eds., *Devolution of Resource Rights, Poverty and Natural Resource Management: A Review.* Environmental Economics Series Paper 104. Washington, DC: Banco Mundial.

Argo, Teti, e Aprodicio Laquian. 2004. "Privatization of Water Utilities and Its Effects on the Urban Poor in Jakarta Raya and Metro Manila." Forum on Urban Infrastructure and Public Service Delivery for the Urban Poor. Regional Focus: Asia, 24–25 de Junho, Nova Deli. [www.wilsoncenter.org/topics/docs/Argo.doc]. Maio de 2006.

Armstrong, Mark, Simon Cowan, e John Vickers. 1995. *Regulatory Reform: Economic Analysis and British Experience.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

Arnell, Nigel W. 2004. "Climate Change and Global Water Resources: SRES Emissions and Socio-economic Scenarios." *Global Environmental Change* 14 (1): 31–52.

Arnell, Nigel W., e Chunzhen Liu. 2001. "Hydrology and Water Resources." In James J. McCarthy, Osvaldo F. Canziani, Neil A. Leary, David J. Dokken e Kasey S. White, eds., Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press for the Intergovernmental Panel on Climate Change.

Aspinall, Richard, e Diane Pearson. 2000. "Integrated Geographical Assessment of Environmental Condition in Water Catchments; Linking Landscape Ecology, Environmental Modelling and GIS." *Journal of Environmental Management* 59 (4): 299–319.

Assaf, Karen. 2004. "Joint Projects and Programs Promoting Middle East Cooperation and Knowledge in the Water Sector." Second Israeli-Palestinian International Conference on Water for Life in the Middle East, 10–14 Outubro, Antalya, Turquia.

———. 2006. Personal correspondence. "The Water Usage Cycle—The Key Management Concept for the Protection of Water and the Environment." Water Studies Center, Arab Scientific Institute. 12 de Abril. Nova Iorque.

AusAID. 2006. "The Pasig River—Life after Death." Canberra. [www.ausaid.gov.au/publications/pdf/pasigriver.pdf]. Julho de 2006.

Awulachew, S. B., D.J. Merrey, A. B. Kamara, B. van Koppen, F. Penning de Vries, e E. Boelee. 2005. "Experiences and Opportunities for Promoting Small-Scale/Micro Irrigation and Rainwater Harvesting for Food Security in Ethiopia." Working Paper 98. International Water Management Institute, Colombo.

Azam, Jean-Paul, e Jean-Daniel Rinaud. 2000. "Encroached Entitlements: Corruption and Appropriation of Irrigation Water in Southern Pun jab (Pakistan)." Development Studies Working Paper 144. Centro Studi Luca D'Agliano, Milão, Itália. [www.qeh.ox.ac.uk/pdf/lda/lda144.pdf]. Junho de 2006.

Baker, William, Richard Hern, e Matthew Bennett. 1999. *Capital Structure, Interest Coverage and Optimal Credit Ratings.* Londres: National Economic Research Associates.

Bakker, Karen. 2003a. "Gouvernance urbaine et services de l'eau: la participation du secteur privé à Djakarta (Indonésie)." In Graciela Schneier-Madanes and Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

———. 2003b. *An Uncooperative Commodity: Privatizing Water in England and Wales.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Bakker, Margaretha, Randolph Barker, Ruth Meinzen-Dick, e Flemming Konradsen. 1999. "Multiple Uses of Water in Irrigated Areas: A Case Study from Sri Lanka." SWIM Paper 8. Colombo.

Baldwin, Robert, e Martin Cave. 1999. *Understanding Regulation. Theory, Strategy, and Practice.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Ballabh, Vishna. 2005. "Emerging Water Crisis and Political Economy of Irrigation Reform in India." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan e Robert Yoder, eds., Asian Irrigation in Transition: Responding To Challenges. Nova Deli e Londres: Sage.

Banco Mundial. 2001. *"China: Agenda for Water Sector Strategy for North China." Washington, DC.*

———. 2002. "Pakistan Poverty Assessment, Poverty in Pakistan, Vulnerabilities, Social Gaps and Rural Dynamics." Report 24296-PAK. Poverty Reduction and Economic Management Sector Unit, South Asia Region, Washington, DC.

———. 2004a. "Colombia Recent Economic Developments in Infrastructure." Report 20279-CO. Washington DC.

———. 2004b. "Scaling Up Poverty Reduction." The Shanghai Conference, 25–27 de Maio, Shanghai, China.

———. 2004c. "Towards a Water-Secure Kenya: Water Resources Sector Memorandum." Washington, DC.

———. 2004d. "Water and Sanitation Sector: Morocco." Report 29634-MOR. Washington DC.

———. 2004e. Water Resources Sector Strategy. Strategic Directions for World Bank Engagement. Washington, DC.

———. 2004f. World Development Report 2004: Making Services Work For Poor People. Washington, DC.

———. 2005a. Ethiopia: A Country Status Report on Health and Poverty. Volume II: Main Report. Washington, DC.

———. 2005b. "Ethiopia: Risk and Vulnerability Assessment." Washington, DC.

———. 2005c. "Pakistan's Water Economy: Running Dry." Report 34081-PK. South Asia Region, Agriculture and Rural Development Unit, Washington DC.

———. 2005d. "Project Appraisal Document: Morocco." Report 33881-MOR. Washington DC.

———. 2005e. "Scaling Up Support to Water Supply and Sanitation in Ethiopia." Water Supply and Sanitation Feature Story, Washington, DC.

———. 2005f. "Support to Multi-Purpose Development of the Kagera River Basin and the Rusumo Falls Project: Approach Paper." Washington, DC.

———. 2005g. World Development Indicators 2005. CD-ROM. Washington, DC.

———. 2006a. "Clean Energy and Development: Towards an Investment Framework." Washington, DC.

———. 2006b. "The Diversity, Contributions, and Achievements of Agricultural Water Management." In Reengaging in Agricultural Water Management. Challenges and Options. Washington, DC.

———. 2006c. "Education for All—Fast Track Initiative." Informal World Bank Executive Board Briefing. Washington, DC.

———. 2006d. Global Economic Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration. Washington, DC.

———. 2006e. Hazards of Nature, Risks to Development. An IEG Evaluation of World Bank Assistance for Natural Disasters. Independent Evaluation Group, Washington, DC.

———. 2006f. "Managing Water Resources to Maximize Sustainable Growth: A Country Water Resources Assistance Strategy for Ethiopia." Washington, DC.

———. 2006g. *"Promoting Rural Sanitation and Hygiene in Morocco." Water Supply and Sanitation Feature Story Number 11, Washington DC.*

———. 2006h. Reengaging in Agricultural Water Management. Challenges and Options. Washington, DC.

Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). 2003. Progress Report and Critical Next Steps in Scaling up: Education for All, Health, HIV/AIDS, Water and Sanitation. Washington, DC.

Bangladeche, governo do. 1998. *Country Strategy Paper for Community Led Total Sanitation.* Dhaka.

———. 2005. *National Sanitation Strategy.* Ministry of Local Government, Rural Development and Cooperatives. Dhaka. [www.buet.ac.bd/itn/publications/NSS_2005.pdf]. Julho de 2006.

Bapat, Meera, e Indu Agarwal. 2003. "Our Needs, Our Priorities; Women and Men from the Slums in Mumbai and Pune Talk about Their Needs for Water and Sanitation." *Environment and Urbanization* 15 (2): 71–86.

Barnett, T. P., J. C. Adam, e D. P. Lettenmaier. 2005. "Potential Impacts of a Warming Climate on Water Availability in Snow-dominated Regions." *Nature* 438: 303–09.

Bartram, Jamie, Kristen Lewis, Roberto Lenton, e Albert Wright. 2005. "Millennium Project: Focusing on Improved Water and Sanitation for Health." *Lancet* 365 (9461): 810–12.

Bastidas, Elena P. 1999. "Gender Issues and Women's Participation in Irrigated Agriculture: The Case of Two Private Irrigation Canals in Carchi, Ecuador." Research Report 31. International Water Management Institute, Colombo.

Batchelor, Charles, Ashok Singh, M. S. Rama Mohan Rao, e John Butterworth. 2002. "Mitigating the Potential Unintended Impacts of Water Harvesting." IWRA International Regional Symposium "Water for Human Survival," 26–29 de Novembro, Nova Deli.

Beaumont, Peter. 2000. "Conflict, Coexistence, and Cooperation: A Study of Water Use in the Jordan Basin." In Hussein A. Amery e Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin: University of Texas Press.

Bell, Frances, e Robert Millward. 1998. "Public Health Expenditures and Mortality in England and Wales, 1870-1914." *Continuity and Change* 13 (2): 221–49.

Bell, Ruth Greenspan, Jane Bloom Stewart, e Magda Toth Nagy. 2002. "Fostering a Culture of Environmental Compliance through Greater Public Involvement." *Environment* 44 (8): 34–44.

Berkamp, G., M. McCartney, P. Dugan, J. McNeely, e M. Acreman. 2000. "Dams, Ecosystem Functions and Environmental Restoration." Thematic Review II.1, Background study for the World Commission on Dams, Cidade do Cabo.

BESA (The Begin-Sadat Center for Strategic Studies). 2000. "Efficient Use of Limited Water Resources: Making Israel a Model State." Israel. [www.biu.ac.il/SOC/besa/water/project.html]. Julho de 2006.

Bhatia, Ramesh. 2004. "Community-Managed Sanitation Services for the Urban Poor in Asia, Africa and Latin America: Constraints to Scaling-up of 'Islands of Success.'" Oslo.

Bhatnagar, Deepti, e Ankita Dewan. 2006. "Citizens' Report Cards on Public Services: Bangalore, India." [http://povlibrary.worldbank.org/files/14832_Bangalore-web.pdf]. Junho de 2006.

Bhattarai, Madhusudan, e A. Narayanamoorthy. 2003. "Impact of Irrigation on Rural Poverty in India: An Aggregate Panel-data Analysis." *Water Policy* 5 (5): 443–58.

Bhattarai, Madhusudan, R. Sakthivadivel, e Intizar Hussain. 2002. "Irrigation Impacts on Income Inequality and Poverty Alleviation: Policy Issues and Options for Improved Management of Irrigation Systems." IWMI Working Paper 39. International Water Management Institute, Colombo.

Bhushan, Chandra. 2004. "Water Use in Industry." A *Down to Earth* Supplement, Centre for Science and the Environment. [www.cseindia.org/dte-supplement/industry20040215/non-issue.htm]. Dezembro de 2005.

Biran, Adam, Anara Tabyshalieva, e Zumrat Salmorbekova. 2005. "Formative Research for Hygiene Promotion in Kyrgyzstan." *Health Policy and Planning* 20 (4): 213–21.

Bird, Jeremy, Larry Haas, e Lyla Mehta. 2005. "'Rights, Risks and Responsibilities' Approach to Implementing Stakeholder Participation. Scoping Report." [www.accountability21.net/default.aspx?id=61]. Julho de 2006.

Biswas, Asit K. 2004. "Integrated Water Resources Management: A Reassessment." *Water International* 29 (2): 248–56.

Biswas, Asit K., e Cecilia Tortajada, eds. 2005. *Water Pricing and Public-Private Partnership*. Oxon, Reino Unido: Routledge.

Biswas, Asit K., Olcay Ünver, e Cecilia Tortajada, eds. 2004. *Water as a Focus for Regional Development*. Nova Deli: Oxford University Press.

Black, Maggie. 1998. "1978-1998 Learning What Works. A 20 Year Retrospective View on International Water and Sanitation Cooperation." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Black, Maggie, Ramesh Bhatia, Kumbulani Murenga, and the Global Water Partnership Technical Committee. 2003. "Poverty Reduction and IWRM." GWP TEC Background Paper 8. Stockholm.

Blake, Nelson M. 1956. *Water for the Cities: A History of the Urban Water Supply Problem in the United States*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Boelens, Rutgerd. 2003. "Local Rights and Legal Recognition: The Struggle for Indigenous Water Rights and the Cultural Politics of Participation." Paper presented at the Third World Water Forum, 16–23 de Março, Quioto, Japão.

Boelens, Rutgerd, Axel Dourojeanni, and Paul Hoogendam. 2005. "Improving Water Allocation for User Communities and Platforms in the Andes." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Bonetto, A. A., e I. R. Wais. 1990. "Powerful Paraná." Geographical Magazine 62 (3): 1–3.

Bonheur, Neou. 2001. "Tonle Sap Ecosystem and Value." Technical Coordination Unit for Tonle Sap, Ministry of Environment, Phnom Penh.

Bonn International Center for Conversion. 2006. "Transboundary Waters and Crisis Prevention." [www.bicc.de/water/index.php]. Maio de 2006.

Bos, Elroy, e Ger Bergkamp. 2001. "Water and the Environment." In R. S. Meinzen-Dick e Mark W. Rosegrant, eds., *Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints*. 2020 Vision Publications, Focus Brief 9, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Bousquet, Anne. 2004. "Desserte collective des quartiers pauvres en Zambie, un long apprentissage." Flux 56/57: 71–86.

Breuil, Lise. 2004. *Renouveler le partenariat public-privé pour les services d'eau dans les pays en développement*. Thèse de doctorat. Paris: Ecole National du génie Rural, des Eaux et des Forêts.

Briscoe, John. 2005. "India's Water Economy: Bracing for a Turbulent Future." Banco Mundial, Washington, DC.

Bronstert, Axel, A. Gäuntner, J. C. de Araújo, A. Jaeger, e M. S. Krol. 2005. "Possible Climate Change Impacts on Water Resources Availability in a Large Semi-arid Catchment in Northeast Brazil." IAHS-Publications 295. Wallingford, Reino Unido.

Brown, Casey, e Upmanu Lall. 2006. "Water and Economic Development: The Role of Interannual Variability and a Framework for Resilience." Working Paper. International Research Institute for Climate and Society, Nova Iorque.

Brown, Julia. 2005. "Water Service Subsidies and the Poor: A Case Study of Greater Nelspruit Utility Company, Mbombela Municipality, África do Sul." Working Paper 112. Centre on Regulation and Competition, Institute for Development Policy and Management, Manchester. [www.competition-regulation.org.uk/publications/working_papers/WP112.pdf]. Maio de 2006.

Brown, Lester R. 2003. *Plan B: Rescuing a Planet Under Stress and a Civilization in Trouble*. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton & Company.

Bruns, Bryan Randolph. 1997. "Participatory Management for Agricultural Water Control in Vietnam: Challenges and Opportunities." National Seminar on Participatory Irrigation Management, 7–11 de Abril, Vinh City, Nghe An Province, Vietname.

Bruns, Bryan Randolph, e Ruth S. Meinzen-Dick, eds. 2000. *Negotiating Water Rights*. Londres: ITDG Publishing.

Bruns, Bryan Randolph, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick. 2005. "Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Budds, Jessica, e Gordon McGranahan. 2003. "Privatization and the Provision of Urban Water and Sanitation in Africa, Asia and Latin America." Human Settlements Discussion Paper Series, Theme: Water-1. International Institute for Environment and Development, Londres.

Buechler, Stephanie, e Gayathri Devi Mekala. 2005. "Local Responses to Water Resource Degradation in India: Groundwater Farmer Innovations and the Reversal of Knowledge Flows." *Journal of Environment and Development* 14 (4): 410–38.

Buor, Daniel. 2004. "Water Needs and Women's Health in the Kumasi Metropolitan Area, Ghana." *Health & Place* 10 (1): 85–103.

Cai, Ximing, e Mark W. Rosegrant. 2003. "World Water Productivity: Current Situation and Future Options." In Jacob W. Kijne, Randolph Barker, e David Molden, eds., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement.* Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture Series, No. 1. Colombo: International Water Management Institute.

Cain, Allan, Mary Daly, e Paul Robson. 2002. "Basic Service Provision for the Urban Poor: The Experience of Development Workshop in Angola." Working Paper 8. International Institute for Environment and Development, Londres.

Cain, Louis P., e Elyce J. Rotella. 2001. "Death and Spending: Urban Mortality and Municipal Expenditure on Sanitation." *Annales de Démographie Historique* 2001/1 (101): 139–54.

Cairncross, Sandy. 2003. "Sanitation in the Developing World: Current Status and Future Solutions." *International Journal of Environmental Health Research* 13 (Supplement 1): 123–31.

Cairncross, Sandy, Dominic O'Neill, Anne McCoy, e Dinesh Sethi. 2003. "Health, Environment and the Burden of Disease; a Guidance Note." UK Department for International Development, Londres.

Cairncross, Sandy, Ursula Blumenthal, Peter Kolsky, Luiz Moraes, e Ahmed Tayeh. 1996. "The Public and Domestic Domains in the Transmission of Disease." *Tropical Medicine and International Health* 1 (1): 27–34.

Canelli, N. 2001. "El Alto Condominial Pilot Project Impact Assessment. A Summary." Water and Sanitation Program Andean Region, Lima.

Carlisle, H. L. 1998. "Hydropolitics in Post-Soviet Central Asia: International Environmental Institutions and Water Resource Control." Institute on Global Conflict and Cooperation, University of California, San Diego. [www.ciaonet.org/wps/ria01/igcc29ad.html.]. Maio de 2006.

CAS (Chinese Academy of Science). 2005. "The Impacts of Human Activities on Droughts in Arid Regions." Beijing. [http://pd973.tea.ac.cn/download/middle/kt4.pdf]. Dezembro de 2005.

Caseley, J. 2003. "Blocked Drains and Open Minds: Multiple Accountability Relationship and Improved Service Delivery Performance in an Indian City." IDS Working Paper 211. Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Cassen, Robert, Leela Visaria, and Tim Dyson, eds. 2004. *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Castro, José Esteban. 2004. "Barriers to and Conditions for the Involvement of Private Capital and Enterprise in Water Supply and Sanitation in Latin America and Africa: Seeking Economic, Social, and Environmental Sustainability." Final Project Report (draft version). In J. E. Castro, coordinator, *PRINWASS Project (European Commission, Framework V – INCO-DEV Project Contract: PL ICA4-2001-10041).* Oxford, University of Oxford. [http://users.ox.ac.uk/~prinwass/documents.shtml]. Julho de 2006.

CDC (Center for Disease Control and Prevention). 2006. "National Center for Health Statistics." Hyattsville, Md. [www.cdc.gov/nchs/products/pubs/pubd/vsus/historical/historical.htm]. Junho de 2006.

Centro Carter. 2006. "Carter Center's Trachoma Control Program." Atlanta, Ga. [www.cartercenter.org]. Julho de 2006.

CESCR (Committee on Economic, Social and Cultural Rights). 2002. "The Right to Water." Twenty-Ninth Session, General Comment No. 15 (E/C.12/2002/11), 11–29 de Novembro, Genebra. [www.unhchr.ch/html/menu2/6/gc15.doc]. Julho de 2006.

Chan, Ngai Weng. 2005. "Some Comments on Water Privatisation in Malaysia." The Second Southeast Asia Water Forum, Global Water Partnership Southeast Asia, 29 de Agosto – 3 de Setembro, Bali. [www. gwpsea.org/web/Proceedings%20-%202nd%20SEA%20Water%2 0Forum,%20Bali%202005/Water-Privatisation.pdf]. Julho de 2006.

Chary, Srtinivas V., A. Narender, e K. Rajeswara Rao. 2003. "Serving the Poor with Sanitation: The Sulabh Approach." Third World Water Forum, 19 de Março, Osaka.

Chen, Shaohua, e Martin Ravallion. 2004. "How Have the World's Poorest Fared Since the Early 1980s?" *World Bank Research Observer* 19 (2): 141–69.

Chenoweth, Jonathan, e Juliet Bird. 2005. *The Business of Water and Sustainable Development: Making Environmental Product Information Systems Effective.* Sheffield, Reino Unido: Greenleaf Publishing.

Chikhr Saïdi, Fatiha. 1997. *La crise de l'eau à Alger: une gestion conflictuelle.* Paris: L'Harmattan.

———. 2001. "Alger: des inégalités dans l'accès à l'eau." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 32 (166): 305–15.

CIA (Central Intelligence Agency). 2006. "The World Factbook." Washington, DC. [www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html]. Maio de 2006.

Clarke, Robin, e Jannet King. 2004. *The Water Atlas: A Unique Visual Analysis of the World's Most Critical Resource.* Nova Iorque: The New Press.

Cleaver, K., e F. Gonzalez. 2003. "Challenges for Financing Irrigation and Drainage." World Bank, Agriculture and Rural Development Department, Washington, DC.

Clermont, Florence. 2006. "Official Development Assistance for Water from 1990 to 2004." [www.worldwatercouncil.org/]. Junho de 2006.

CNA (Comisión Nacional del Agua). 2004. "Statistics on Water in Mexico." Mexico. [www.cna.gob.mx/eCNA/Espaniol/Estadisticas/Central/Estadisticas_Agua_2004/SWM_2004.htm]. Julho de 2006.

Coe, Michael T., e Jonathan A. Foley. 2001. "Human and Natural Impacts on the Water Resources of the Lake Chad Basin." *Journal of Geophysical Research (Atmospheres)* 106 (D4): 3349–56.

Coing, Henri. 2003. "Décentralisation et gérance privée à Monagas (Venezuela): A quoi servent les contrats?" In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

Colin, Jeremy. 1999. "VLOM for Rural Water Supply: Lessons from Experience." Task 162. WELL, Water, Engineering and Development Center, Loughborough University, Loughborough, Reino Unido.

Collignon, Bernard. 2002. "Urban Water Supply Innovations in Côte d'Ivoire: How Cross-Subsidies Help the Poor." Field Note 11. Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Collignon, Bernard, e Marc Vézina. 2000. "Independent Water and Sanitation Providers in African Cities. Full Report of a Ten-Country Study." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Comissão Mundial de Barragens. 2000. *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making.* Londres: Earthscan.

Commission for Africa. 2005. "Our Common Interest: Report of the Commission for Africa." Londres.

Commission on Human Security. 2003. "Human Security Now: Protecting and Empowering People." Nova Iorque.

Commission on Macroeconomics and Health. 2001. "Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development." World Health Organization, Genebra.

CONADIS, BID, INEC e Banco Mundial. 2004. *Ecuador: la Discapacidad en cifras. Análisis de resultados de la Encuesta Nacional de Discapacidades.* CD-ROM. Quito, Equador

Conan, Hervé. 2003. "Small Piped Water Networks: Helping Local Entrepreneurs to Invest." Water for All Series 13. Asian Development Bank, Manila.

Conley, Alan H., e van Niekerk, Peter H. 2000. "Sustainable Management of International Waters: The Orange River Case." *Water Policy* 2 (1–2): 131–49.

Connors, Genevieve. 2005. "When Utilities Muddle Through: Pro-poor Governance in Bangalore's Public Water Sector." *Environment and Urbanization* 17 (1): 201–18.

Conway, Declan. 2005. "From Headwater Tributaries to International River Basin: Adaptation to Climate Variability and Change in the Nile River Basin." *Global Environmental Change* 15 (2): 99–114.

Corbera, Esteve, Declan Conway, Marisa Goulden, and Katharine Vincent 2006. "Climate Change in Africa: Linking Science and Policy for Adaptation." Workshop Report. Londres.

Corporate Europe Observatory. 2003. "Alternatives to Privatization: The Power of Participation." [www.tni.org/altreg-docs/participation.pdf#search='porto%20alegre%20brazil%20water]. Julho de 2006.

Crook, Richard C., e Alan Sturla Sverrisson. 2001. "Decentralisation and Poverty Alleviation in Developing Countries." Working Paper 130. Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, Reino Unido.

Crow, Ben, e Nirvikar Singh. 2000. "Impediments and Innovation in International Rivers: The Waters of South Asia." *World Development* 28 (11): 1907–25.

CSA (Central Statistical Agency of Ethiopia). 2004. "Indicators on Living Standard, Accessibility, Household Assets, Food Security and HIV/AIDS." In *Ethiopia Welfare Monitoring Survey 2004*, Addis Ababa.

Csaki, Csaba, e C. De Haan. 2003. *Reaching the Rural Poor: A Renewed Strategy for Rural Development.* Washington, DC: World Bank.

CSO (Central Statistical Organization of India). 2004. *Statistical Abstract India, 2003.* Ministry of Statistics and Programme Implementation, Government of India. Nova Deli: Controller of Publications.

Curtis, Val. 2001. "The Hand Wash Initiative: Third Quarterly Progress Report. Sept 15th–Dec 15th 2001." World Bank and London School of Hygiene and Tropical Medicine. [http://globalhandwashing.org/Global%20activities/Attachments/ppphw_3rdrpt.pdf]. Julho de 2006.

Curtis, Val, e Sandy Cairncross. 2003. "Effect of Washing Hands with Soap on Diarrhoea Risk in the Community: A Systematic Review." *Lancet Infectious Diseases* 3 (5): 275–81.

Curtis, Val, e Rachel Clarke. 2002. "Hygene: the Art of Public Health." London School of Hygiene and Tropical Medicine, Environmental Health Group, London. [www.lshtm.ac.uk/art/hygiene/danger.html]. Junho de 2006.

Cutler, David, e Grant Miller. 2005. "The Role of Public Health Improvements in Health Advances: The Twentieth-Century United States." *Demography* 42 (1): 1–22.

Cutler, David, Angus Deaton, e Adriana Lleras-Muney. 2005. "The Determinants of Mortality." NBER Working Paper 11963. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.

Cyranoski, David. 2005. "The Long-range Forecast." *Nature* 438 (17): 275–76.

Daly, Herman, e J. Cobb. 1989. *Of the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment, and a Sustainable Future.* Boston, Mass.: Beacon Press.

Daoudy, Marwa. 2005. *Le Partage des Eaux Entre la Syrie, l'Irak et la Turquie: Négociation, Sécurité et Asymétrie des Pouvoirs.* Paris: CNRS Éditions.

Davis, Jennifer. 2005. "Private Sector Participation in the Water and Sanitation Sector." *Annual Review of Environment and Resources* 30: 145–83.

de Miras, Claude, e Julien Le Tellier. 2005. *Gouvernance urbaine et accès à l'eau potable au Maroc. Partenariat Public-Privé à Casablanca et Tanger-Tétouan.* Paris: L'Harmattan.

de Mora, Stephen J., e Tim Turner. 2004. "The Caspian Sea: A Microcosm for Environment Science and International Cooperation." *Marine Pollution Bulletin* 48 (1–2): 26–29.

Deaton, Angus. 2002. "Policy Implications of the Gradient of Health and Wealth." *Health Affairs* 21 (2): 13–30.

———. 2003. "Health, Inequality and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 41 (1): 113–58.

———. 2004. "Health in an Age of Globalization." NBER Working Paper 10669. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.

Deaton, Angus, e Christina Paxson. 2004. "Mortality, Income and Income Inequality Over Time in Britain and the United States." In David Wise, ed., *Perspectives on the Economics of Aging.* Chicago, Ill.: University of Chicago Press.

Delfino, José, Ariel Casarin, e María Eugenia Delfino. 2005. "How Far Does it Go? The Buenos Aires Water Concession a Decade after the Reform." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

den Elzen, M. G. J., e M. Meinshausen. 2005. "Meeting the EU 2°C Climate Target: Global and Regional Emission Implications." Netherlands Environmental Assessment Agency. Bilthoven, Netherlands.

Desanker, P. V., e C. Magadza. 2001. "Africa." In James J. McCarthy, Osvaldo F. Canziani, Neil A. Leary, David J. Dokken e Kasey S. White, eds., Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Intergovernmental Panel on Climate Change, Genebra.

Dhanuraj, D., Prateep Das Gupta, e Swati Puri. 2006. "Community Innovations in Water Delivery: Case Studies of Olavanna e Sangam Vihar." Alternative Reality Series 1. Centre for Civil Society, Nova Deli.

Dixon, Robert K., Joel Smith, e Sandra Guill. 2003. "Life on the Edge: Vulnerability and Adaptation of African Ecosystems to Global Climate Change." *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change* 8 (2): 93–113.

Drèze, Jean, e Amartya Sen. 1989. *Hunger and Public Action.* New York: Oxford University Press.

Dubash, N. K. 2000. "Ecologically and Socially Embedded Exchange: The 'Gujarat Model' of Water Markets." *Economic and Political Weekly.* 15 de Abril.

Dubreuil, Céline, e Paul Van Hofwegen. 2006. "The Right to Water: From Concept to Implementation." World Water Council, Marseille, France. [www.worldwatercouncil.org/]. Junho de 2006.

Dutta, S., D. Dutta, P. Dutta, S. Matsushita, S. K. Bhattacharya, e S. Yoshida. 2003. "*Shigella dysenteriae* Serotype 1, Kolkata, India." *Emerging Infectious Diseases* 9 (11): 1471–74. [www.cdc.gov/ncidod/EID/vol9no11/02-0652.htm]. Julho de 2006.

Earth Policy Institute. 2002. "Water Scarcity Spreading." Washington, DC. [www.earth-policy.org/Indicators/indicator7.htm]. Junho de 2006.

———. 2006. "Bottled Water: Pouring Resources Down the Drain." Washington, DC. [www.earth-policy.org/Updates/2006/Update51.htm]. Julho de 2006.

Ebarvia, M. C. M. 1997. "Pricing for Groundwater Use of Industries in Metro Manila, Philippines." Economy and Environment Program for Southeast Asia, Singapore.

***The Economist.* 2003.** "Priceless. A Survey of Water." 19 de Julho.

———. 2004. "The Flood Dries Up." 28 de Agosto.

Elamon, Joy. 2005. "People's Initiative in Water-Olavanna Village in Kerala, India Shows the Way." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, e Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World.* Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Elhance, Arun P. 1999. *Hydropolitics in the Third World: Conflict and Cooperation in International River Basins*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press.

Ellis, Jane, e Ellina Levina. 2005. "The Developing CDM Market." Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

Ellis, Jane, Jan Corfee-Morlot, e Harald Winkler. 2004. "Taking Stock of Progress Under the Clean Development Mechanism (CDM)." Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

Elmusa, Sharif S. 1996. "Negotiating Water: Israel and the Palestinians." Institute for Palestine Studies Working Paper. [www.ciaonet.org/wps/els01/]. Julho de 2006.

Environmental Health at USAID. 2004. "Water, Sanitation, Hygiene, and Diarrheal Diseases Bibliography." EHProject Information Center. Arlington, Va. [www.ehproject.org/PDF/Others/WSDD-Bibliography%202004.pdf]. Junho de 2006.

Environmental Justice Coalition for Water. 2005. "Thirsty for Justice: A People's Blueprint for California Water." Oakland, Calif.

Environmental Working Group. 2005. "California Water Subsidies." Oakland, Calif. [www.ewg.org/reports/watersubsidies/]. Novembro de 2005.

Esguerra, Jude. 2002. "The Corporate Muddle of Manila's Water Concessions: How the World's Biggest and Most Successful Privatisation Turned Into a Failure." WaterAid, Londres.

———. 2005. "Manila Water Privatization: Universal Service Coverage after the Crisis?" United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Esrey, S. A., J. B. Potash, L. Roberts, e C. Shiff. 1991. "Effects of Improved Water Supply and Sanitation on Ascariasis, Diarrhoea, Dracunculiasis, Hookworm Infection, Schistosomiasis, and Trachoma." *Bulletin of the World Health Organization* 69 (5): 609–21.

Esteller, Maria Vicenta, e Carlos Diaz-Delgado. 2002. "Environmental Effects of Aquifer Overexploitation: A Case Study in the Highlands of Mexico." *Environmental Management* 29 (2): 266–78.

Etienne, Janique. 1998. *Formes de la demande et modes de gestion des services d'eau potable en Afrique subsaharienne: spécificité des milieux semi-urbains*. Thèse de doctorat. Marne-la-Vallée: Ecole Nationale des Ponts et Chaussées.

Etienne, Janique, Henri Coing, Hervé Conan, Sylvy Jaglin, Alain Morel à l'Huissier, Michel Tamiatto, e Yves Vailleux. 1998. "Analyse comparative des performances de divers systèmes de gestion déléguée des points d'eau collectif. Bénin, Burkina Faso, Guinée, Mali, Namibie, Niger, Sénégal." BURGEAP, Boulogne, France.

The European Regional Committee. 2006. "Europe, Water and the World." European Regional Document. Prepared for the Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México. [www. worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/ WWF4/Regional_process/EUROPE.pdf]. Junho de 2006.

Ezcurra, Exequiel M. 1998. "Conservation and Sustainable Use of Natural Resources in Baja California: An Overview." Briefing paper prepared for San Diego Dialogue. San Diego, Calif. [http://sandiegodialogue.org/pdfs/Baja%20Natural%20Resources%20doc.pdf]. Julho de 2006.

Falkenmark, Malin. 2003. "Freshwater as Shared between Society and Ecosystems: From Divided Approaches to Integrated Challenges." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 358 (1440): 2037–50.

Falkenmark, Malin, e Johan Rockström. 2004. *Balancing Water for Humans and Nature*. Earthscan: Londres.

———. 2005. "Rain: The Neglected Resource. Embracing Green Water Management Solutions." Swedish Water House Policy Brief 2. Stockholm International Water Institute, Stockholm.

FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas). 2002. "The State of Food and Agriculture 2002." Rome.

———. 2003a. "Groundwater Management. The Search for Practical Approaches." Water Report 25. Rome.

———. 2003b. "Projections Largely Vary by the Extent to Which It Is Estimated Productivity of Rainfed Agriculture Will Increase." Rome.

———. 2004a. "Gender and Food Security." [www.fao.org/Gender/en/agri-e.htm]. Abril de 2006.

———. 2004b. "The State of Food Insecurity in the World (SOFI)." Rome.

———. 2005. "Irrigation in Africa in Figures: AQUASTAT Survey–2005." Water Report 29. Rome.

———. 2006. The AQUASTAT Database. Rome. [www.fao.org/ag/agl/aglw/aquastat/dbase/index.stm]. Julho de 2006.

FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas) e Jelle Bruinsma, eds. 2003. *World Agriculture: Towards 2015/2030—An FAO Perspective*. Londres: Earthscan.

Faysse, Nicolas. 2004. "An Assessment of Small-Scale Users' Inclusion in Large-Scale Water User Associations of South Africa." IWMI Research Report 84. International Water Management Institute, Colombo.

Feitelson, Eran. 2000. "The Ebb and Flow of Arab-Israeli Water Conflicts: Are Past Confrontations Likely to Resurface?" *Water Policy* 2 (4): 343–63.

———. 2002. "Implications of Shifts in the Israeli Water Discourse for Israeli-Palestinian Water Negotiations." *Political Geography* 21 (3): 293–318.

Feld, Sergio, Somkiat Prajamwong, e Susan Sherman. 2003. "Proposed Integrated Land and Water Resources Management System (ILWRMS) for the Bang Pakong River Basin: Lessons from a User Needs Assessment." *Journal of Water Supply Research and Technology - AQUA* 52 (6): 435–42.

Fewtrell, Lorna, Rachel B. Kaufmann, David Kay, Wayne Enanoria, Laurence Haller, e John M. Colford, Jr. 2005. "Water, Sanitation, and Hygiene Interventions to Reduce Diarrhoea in Less Developed Countries: A Systematic Review and Meta-Analysis." Lancet Infectious Diseases 5 (1): 42–52.

FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola). 2001. "Rural Poverty Report 2001. The Challenge of Ending Rural Poverty." Roma.

———. 2006. Plan to Cut Global Poverty by 50% is Failing: Needs of Rural Majority Neglected." Rome. [www.ifad.org/poverty/pr.htm]. Junho de 2006.

Figuères, Caroline M., Cecilia Tortajada, e Johan Rockström, eds. 2003. *Rethinking Water Management: Innovative Approaches to Contemporary Issues*. London and Sterling, Va.: Earthscan.

Filmer-Wilson, Emilie. 2005. "The Human Rights-Based Approach to Development: The Right to Water." *Netherlands Quarterly of Human Rights* 23 (2): 213–41.

Fischer, Günther, Mahendra Shah, e Harrij van Velthuizen. 2002. "Climate Change and Agricultural Vulnerability." Report prepared for the World Summit on Sustainable Development, Joanesburgo, 26 de Agosto –4 de Setembro. International Institute for Applied Systems Analysis, Laxenburg, Áustria.

Fischer, Günther, Mahendra Shah, Francesco N. Tubiello, e Harrij van Velthuizen. 2005. "Socio-economic and Climate Change Impacts on Agriculture: An Integrated Assessment, 1990-2080." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 360 (1463): 2067–83.

Fischhendler, Itay, e Eran Feitelson. 2003. "Spatial Adjustment as a Mechanism for Resolving River Basin Conflicts: the US-Mexico Case." *Political Geography* 22 (5): 557–83.

Formas (Swedish Research Council for Environment, Agricultural Sciences and Spatial Planning). 2005. "Groundwater under Threat." Stockholm. [www.formas.se/upload/dokument/PDF%20filer/groundwater_under_threat.pdf]. Maio de 2006.

Foster, Vivien, e Tito Yepes. 2005. "Latin America Regional Study on Infrastructure. Is Cost Recovery a Feasible Objective for Water and Electricity?" Banco Mundial, Washington, DC.

Foster, Vivien, Subhrendu Pattanayak, e Linda Stalker Prokopy. 2003. "Do Current Water Subsidies Reach the Poor?" Water Tariffs and Subsidies in South Asia, Paper 4. Water and Sanitation Program and Public-Private Infrastructure Advisory Facility, Washington, DC.

Fournier, Jean-Marc. 2003. "Service de l'eau, inégalités socials et heritage colonial à Puebla, (Mexique)." In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation*. Paris: IHEAL-CREDAL.

Foxwood, Naomi. 2005. "Making Every Drop Count. Financing Water, Sanitation and Hygiene in Sierra Leone." Water Supply and Sanitation Collaborative Council and Tearfund, Genebra e Teddington, Reino Unido.

Franceys, R. 1997. "Sri Lanka: Urban Water Supply. Role of Government in Adjusting Economies." Paper 17. Development Administration, University of Birmingham, Reino Unido.

Freedman, Lynn P., Ronald J. Waldman, Helen de Pinho, Meg E. Wirth, A. Mushtaque R. Chowdhury, e Allen Rosenfield. 2005. "Transforming Health Systems to Improve the Lives of Women and Children." *Lancet* 365 (9463): 997–1000.

Friedman, Thomas L. 2005. *The World is Flat*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.

Frisvold, George B., e Margriet F. Caswell. 2000. "Transboundary Water Management: Game-Theoretic Lessons for Projects on the U.S.-Mexico Border." *Agricultural Economics* 24 (1): 101–11.

Fürst, Heiko. 2003. "The Hungarian-Slovakian Conflict over the Gabcikovo-Nagymaros Dams: An Analysis." Institute for Peace Research and Security Policy. University of Hamburg, Hamburg, Germany. [www.columbia.edu/cu/sipa/REGIONAL/ECE/furst3.pdf]. Julho de 2006.

G-8 (Grupo dos Oito). 2003. "G-8 Evian 2003." [www.g8.fr/evian/]. Julho de 2006.

Gandhi, Mohandas Karamchand. [1927–29] 1993. *An Autobiography: The Story of My Experiments with Truth*, trans. Mahadev Desai. Boston, Mass.: Beacon Press.

Gandy, Matthew. 2004. "Rethinking Urban Metabolism: Water, Space and the Modern City." *City* 8 (3): 363–79.

———. 2005. "Learning from Lagos." *New Left Review* 33 (Maio/Junho): 37–52.

Garduño, Héctor. 2005. "Making Water Rights Administration Work." International Workshop on African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, Joanesburgo, África do Sul.

Gerlak, Andrea K. 2004. "One Basin at a Time: The Global Environment Facility and Governance of Transboundary Waters." *Global Environmental Politics* 4 (4): 108–41.

Giordano, Meredith A.,e Aaron T. Wolf. 2002. "The World's International Freshwater Agreements." In *The Atlas of International Freshwater Agreements*. United Nations Environment Programme. Nairobi. [www.transboundarywaters.orst.edu/publications/atlas/atlas_html/foreword/internationalAgreements.html]. Maio de 2006.

Gleick, Peter H. 1993. "Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security." *International Security* 18 (1): 79–112.

———. 2000. "The Changing Water Paradigm: A Look at Twenty-First Century Water Resources Development." *Water International* 25 (1): 127–38.

———. 2002. "Dirty Water: Estimated Deaths from Water-Related Diseases 2000-2020." Pacific Institute for Studies in Development, Environment, and Security. [www.pacinst.org/]. Junho de 2006.

———. 2003. "Global Freshwater Resources: Soft-Path Solutions for the 21st Century." *Science* 302 (5650): 1524–28.

———. 2004. *The World's Water 2004-2005: The Biennial Report on Freshwater Resources*. Washington, DC: Island Press.

———. 2005. "Water for Our Future." Testimony to a Joint Hearing of the California Senate and Assembly Committees on "The State of California's Environment: Obstacles and Opportunities," 2 de Março. Sacramento, Calif.

Gleick, Peter H., Gary Wolff, Elizabeth L. Chalecki,e Rachel Reyes. 2002. "The New Economy of Water: The Risks and Benefits of Globalization and Privatization of Fresh Water." Pacific Institute, Oakland, Calif.

The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. 2006a. "How the Fund Works." Genebra. [www.theglobalfund.org/en/about/how/]. Julho de 2006.

———. 2006b. "Investing in Impact. Mid-Year Result Report." Genebra. [www.theglobalfund.org/en/files/about/replenishment/progress_ report_midyear_2006.pdf]. Julho de 2006.

The Global Public-Private Partnership for Handwashing with Soap. 2003. "First Public-Private Handwashing Initiative." Country-Sharing and Orientation Workshop, 14–17 Maio, Accra.

Gómez-Lobo, Andrés, e Dante Contreras. 2003. "Water Subsidy Policies: A Comparison of the Chilean and Colombian Schemes." *The World Bank Economic Review* 17 (3): 391–407.

Graham, David, e Ngaire Woods. 2006. "Making Corporate Self-Regulation Effective in Developing Countries." *World Development* 34 (5): 868–83.

Graham, Stephen, e Simon Marvin. 2001. *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. Londres: Routledge.

Greenberg, Ilan. 2006. "As a Sea Rises, So Do Hopes for Fish, Jobs and Riches." *New York Times*. 6 de Abril.

Greenfacts.org. 2006. "Scientific Facts on Ecosystem Change." Brussels. [www.greenfacts.org]. Junho de 2006.

Grey, David, e Claudia W. Sadoff. 2006. "Water for Growth and Development: A Framework for Analysis. A Baseline Document for the 4th World Water Forum. Theme 1: Water for Growth and Development." [www.worldwaterforum4.org.mx/uploads/TBL_DOCS_46_55.pdf]. Junho de 2006.

Grimsey, Darrin, e Mervyn K. Lewis. 2002. "Evaluating the Risks of Public-Private Partnerships for Infrastructure Projects." *International Journal of Project Management* 20 (2): 107–18.

Grover, Brian. 1998. "Twenty-five Years of International Cooperation in Water-related Development Assistance, 1972-1997." *Water Policy* 1 (1): 29–43.

Guasch, J. Luis, e Pablo Spiller. 1999. "Managing the Regulatory Process: Design, Concepts, Issues, and the Latin America and Caribbean Story." Latin American and Caribbean Studies, *Viewpoints*. Washington, DC: Banco Mundial.

Guislain, Pier, e Michel Kerf. 1995. "Concessions—The Way to Privatize Infrastructure Sector Monopolies." *Public Policy for the PRIVATE Sector* Note 59. Banco Mundial, Washington, DC.

***Gulf Times*. 2006.** "Clashes Over Water Claims 14 Lives." 21 de Junho.

GWA (Gender and Water Alliance). 2003. "The Gender and Water Development Report 2003: Gender Perspectives on Policies in the Water Sector." Delft, Netherlands.

Gwatkin, Davidson. 2002. "Who Would Gain Most from Efforts to Reach the Millennium Development Goals for Health? An Inquiry into the Possibility of Progress that Fails to Reach the Poor." Health, Nutrition and Population Discussion Paper. Banco Mundial, Washington, DC.

Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou. 2005. "Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population. Second edition." Banco Mundial, Washington, D.C.

GWP (Parceria Global para a Água). 2000. "Integrated Water Resources Management." TEC Background Paper 4. Technical Committee. Stockholm.

———. 2001a. "Senegal—Establishing a Transboundary Organisation for IWRM in the Senegal River Basin." GWP Toolbox Case 45. Stockholm. [www.gwptoolbox.org/ZappEngine/objects/ACFA73.pdf]. Maio de 2006.

———. **2001b.** "West Africa—IWRM in the Niger River Basin." GWP Toolbox Case 46. Stockholm. [www.gwptoolbox.org/ZappEngine/objects/ACFA76.pdf]. Maio de 2006.

———. **2004.** "Catalyzing Change: A Handbook for Developing Integrated Water Resources Management (IWRM) and Water Efficiency Strategies." Stockholm.

———. **2006a.** "Setting the Stage for Change." Stockholm. [www.gwpforum.org]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Setting the Stage for Change: Second Informal Survey by the GWP Network Giving the Status of the 2005 WSSD Target on National Integrated Water Resources Management and Water Efficiency Plans." Stockholm. [www.gwpforum.org/gwp/library/IWRMSurvey-final.pdf]. Abril de 2006.

———. **2006c.** "Water and Sustainable Development: Lessons from Chile." Stockholm. [www.gwpforum.org/gwp/library/Policybrief2Chile.pdf]. Junho de 2006.

Haarmeyer, David, e Ashoka Mody. 1998. "Financing Water and Sanitation Projects—The Unique Risks." *Public Policy for the Private Sector* Note 151 (Setembro). Banco Mundial, Washington, DC.

HABITAT (Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos). 2001. *Cities in a Globalizing World. Global Report on Human Settlements 2001*. London e Sterling, Va.: Earthscan.

Hadley Centre. 2004. "Uncertainty, Risk and Dangerous Climate Change." Exeter, Reino Unido. [www.metoffice.com/research/hadleycentre/ pubs/brochures/B2004/global.pdf]. Julho de 2006.

Haftendorn, Helga. 1999. "Water and International Conflict." International Studies Association. 40th Annual Convention, 16–20 de Fevereiro, Washington, DC.

Haile, Menghestab. 2005. "Weather Patterns, Food Security and Humanitarian Response in sub-Saharan Africa." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 360 (1463): 2169–82.

Haisman, Brian. 2005. "Impacts of Water Rights Reform in Australia." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Halim, Shaikh A. 2002. "Shifting Millions from Open Defecation to Hygienic Latrines." Village Education Resource Center, Dhaka.

Hall, David, Emanuele Lobina, Odete Maria Viero, e Hélio Maltz. 2002. "Water in Porto Alegre, Brazil - Accountable, Effective, Sustainable and Democratic." A Public Services International Research Unit and Municipal Department of Water and Sanitary Sewage paper for the World Summit on Sustainable Development, 26 de Agosto –4 de Setembro, Joanesburgo. [www.psiru.org/reports/2002-08-W-dmae.pdf]. Julho de 2006.

Halliday, Stephen. 1999. *The Great Stink of London. Sir Joseph Bazalgette and the Cleansing of the Victorian Metropolis*. Phoenix Mill: Sutton Publishing.

Hamlin, Christopher. 1988. "Muddling in Bumbledom: On the Enormity of Large Sanitary Improvements in Four British Towns, 1855-1885." *Victorian Studies* 32 (1): 55–83.

Hamner, Jesse, e Aaron T. Wolf. 1998. "Patterns in International Water Resource Treaties: The Transboundary Freshwater Dispute Database." *Colorado Journal of International Environmental Law and Policy. 1997 Yearbook*. University of Colorado at Boulder.

Hanchate, Amresh, e Tim Dyson. 2004. "Prospects for Food Demand and Supply." In Robert Cassen, Leela Visaria, e Tim Dyson, eds., *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Hanchett, Suzanne, Shireen Akhter, Mohidul Hoque Khan, Stephen Mezulianik, e Vicky Blagbrough. 2003. "Water, Sanitation and Hygiene in Bangladeshi Slums: An Evaluation of the WaterAid-Bangladesh Urban Programme." *Environment and Urbanization* 15 (2): 43–55.

Hansen, S., e R. Bhatia. 2004. "Water and Poverty in a Macroeconomic Context." Paper commissioned by the Norwegian Ministry of the Environment in preparation for the United Nations Commission on Sustainable Development 12, 19–30 de Abril, Nova Iorque.

Hare, Bill, e Malte Meinhausen. 2004. "How Much Warming Are We Committed to and How Much Can Be Avoided?" Potsdam Institute for Climate Impact Research, Potsdam, Alemanha.

Hasan, Arif. 2005. "The Orangi Pilot Project: Research and Training Institute's Mapping Process and Its Repercussions." Orangi Pilot Project, International Institute for Environment and Development, Karachi.

Hassan, J. A. 1985. "The Growth and Impact of the British Water Industry in the Nineteenth Century." *The Economic History Review* New Series, 38 (4): 531–47.

Hildebrandt, Timothy, e Jennifer L. Turner. 2005. "Water Conflict Resolution in China." *China Environment Series* 7: 99–103.

Hinrichsen, D., B. Robey e U. D. Upadhyay. 1997. "Solutions for a Water-Short World." Population Reports, Series M, No. 14. Johns Hopkins School of Public Health, Population Information Program, Baltimore, Md.

Hirsch, Philip, e Kurt Mørck Jensen. 2006. "National Interests and Transboundary Water Governance in the Mekong." With Ben Boer, Naomi Carrard, Stephen FitzGerald, e Rosemary Lyster. Australian Mekong Resource Center and Danish International Development Assistance. [www.mekong.es.usyd.edu.au/projects/ mekong_water_governance2.htm]. Julho de 2006.

Hoanh, C. T., T. P. Tuong, K. M. Gallop, J. W. Gowing, S. P. Kam, N. T. Khiem, e N. D. Phong. 2003. "Livelihood Impacts of Water Policy Changes: Evidence from a Coastal Area of the Mekong River Delta." *Water Policy* 5 (5): 475–88.

Hodgson, S. 2004. "Land and Water—The Rights Interface." LSP Working Paper. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Homer-Dixon, Thomas F. 1994. "Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases." *International Security* 19 (1): 5–40.

Howard, Guy, e Jamie Bartram. 2003. "Domestic Water Quantity, Service Level and Health." WHO/SDE/WSH/03.02. World Health Organization, Genebra.

Hugo, Victor. [1862] 1982. *Les Misérables*, trans. Norman Denny. New York: Penguin Classics.

Hussain, Intizar. 2004. "Pakistan Country Report: Pro-poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia: Issues and Options." With Waqar A. Jehangir, Muhammad Ashfaq, Intizar Hussain, Muhammad Mudasser, e Aamir Nazir. International Water Management Institute and Asian Development Bank, Colombo.

———. **2005.** "Pro-poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia. Final Synthesis Report." International Water Management Institute, Colombo.

Hussain, Intizar, e Munir Hanjra. 2003. "Does Irrigation Water Matter for Rural Poverty Alleviation? Evidence from South and South-East Asia." *Water Policy* 5 (5): 429–42.

Hussain, Intizar, e Deeptha Wijerathna. 2004a. "Implications of Alternate Irrigation Water Charging Policies for the Poor Farmers in Developing Asia: A Comparative Analysis." International Water Management Institute, Colombo.

———. **2004b.** "Irrigation and Income-Poverty Alleviation: A Comparative Analysis of Irrigation Systems in Developing Asia." International Water Management Institute, Colombo.

Hutton, Guy, e Laurence Haller. 2004. "Evaluation of the Costs and Benefits of Water and Sanitation Improvements at the Global Level." World Health Organization, Genebra.

ID21. 2006a. "Can Targeting Family Farms Help to Reduce Poverty?" Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/n1ml1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Is Trade in Virtual Water a Solution for Water-Scarce Countries?" Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/r2cd1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006c.** "Managing the Business Costs of Water Scarcity." Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/urban/u3ac1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006d.** "The Role of Water Security in Poverty Reduction." Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/n6js1g1.html]. Junho de 2006.

IEG (Independent Evaluation Group). 2006a. "India—Comparative Review of Rural Water Systems Experience: The Rajastan Water Supply and Sewerage Project, and the Rural Water Supply and Environmental Sanitation Projects for Maharastra and Karnataka." Banco Mundial, Washington, DC.

———. **2006b.** "Irrigation: Operation, Maintenance, and System Performance in Southeast Asia: An OED Impact Study." Banco Mundial, Washington, DC.

Iémen, governo do. 2002. "Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) 2003-2005." International Monetary Fund, Washington, DC.

Índia, governo da. 2001. "Land Use Statistics at a Glance (1998– 99 and 1999–2000)." Department of Agriculture and Cooperation, Ministry of Agriculture. [http://agricoop.nic.in/statistics/st3.htm]. Maio de 2006.

INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática) . 2006a. "Gasto programable ejercido del sector público presupuestal por clasificación funcional." Aguascalientes, Mexico. [www.inegi.gob.mx/est/contenidos/espanol/rutinas/ept.asp?t=fipu05&c=5031]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Porcentaje de la población con servicios de agua potable por entidad federativa, 1990 a 2003." Aguascalientes, Mexico. [www.inegi.gob.mx/est/contenidos/espanol/rutinas/ept.asp?t=mamb105&c=5850]. Junho de 2006.

Inocencio, A., H. Sally, e Douglas J. Merrey. 2003. "Innovative Approaches to Agricultural Water Use for Improving Food Security in Sub-Saharan Africa." International Water Management Institute, Colombo.

Inocencio, A., M. Kikuchi, D. Merrey, M. Tonosaki, A. Maruyama, I. de Jong, H. Sally, e F. Penning de Vries. 2005. "Lessons from Irrigation Investment Experiences: Cost-Reducing and Performance-Enhancing Options for Sub-Saharan Africa." International Water Management Institute, Colombo.

Interagency Task Force on Gender e Water. 2004. "A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation." Background Paper submitted to the Commission on Sustainable Development, United Nations Department of Economic And Social Affairs, Nova Iorque.

International Training Network Centre. 2003. "Chapter 5: Thematic Presentations and Discussions." South Asian Conference on Sanitation, 21–23 October, Bangladesh University of Engineering and Technology, Dhaka.

IRC International Water and Sanitation Centre. 2004. "School Sanitation and Hygiene Education: Symposium Proceedings & Framework for Action." The Way Forward: Construction is Not Enough, Symposium, 8–10 de Junho, Delft, Netherlands.

Isham, Jonathan, e Satu Kahkonen. 2002. "Institutional Determinants of the Impact of Community-Based Water Services: Evidence from Sri Lanka and India." Middlebury College Working Paper Series 0220. Middlebury College, Department of Economics, Middlebury, Ind.

Itaipu Binacional. 2006. "Itaipu Binacional Technical Data: Production." [www.itaipu.gov.br/]. Julho de 2006.

Ito, Chieko. 2005. "Urbanization and Water Pollution in China." Policy and Governance Discussion Paper 05-13. Canberra.

IUCN (União Mundial para a Conservação). 2004. "Komadugu-Yobe (Nigeria): Laying the Foundation for Joint Action." Gland, Suiça. [www. iucn.org/themes/wani/1d.html]. Julho de 2006.

IWMI (Instituto Internacional para a Gestão da Água). 2003. "Confronting the Realities of Wastewater Use in Agriculture." Water Policy Briefing 9. Colombo.

———. **2006.** "Recycling Realities: Managing Health Risks to Make Wastewater an Asset." Water Policy Briefing 17. Colombo.

———. **Forthcoming.** "Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture." Colombo.

Iyer, Ramaswamy. 2003. *Water. Perspectives, Issues, Concerns.* New Delhi: Sage.

Jacobs, Jeffrey W. 1998. "The United States and the Mekong Project." *Water Policy* 1 (6): 587-603.

Jaglin, Sylvy. 1997. "La commercialisation du service d'eau potable à Windhoek (Namibie). Inégalités urbaines et logiques marchandes." *Flux* 30: 16–29.

———. **2001a.** "L'eau potable dans les villes en développement: les modèles marchands face à la pauvreté." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 42 (166): 275–303.

———. **2001b.** "Villes disloquées? Ségrégations et fragmentation urbaine en Afrique australe." *Annales de géographie* 619: 243–65.

———-. **2002.** "Diversifier pour intégrer? La difficile regulation des modes d'approvisionnement en eau potable dans les villes d'Afrique subsaharienne." Rencontres scientifiques franco-africaines de l'innovation territoriale, 22–28 de Janeiro, Grenoble, France. [http://iga.ujf-grenoble.fr/teo/Innovation/PDF/ 36%20Jaglin%20Contrib%20cor.pdf]. Maio de 2006.

———. **2003.** "Les échelles des réformes des services urbains de l'eau." In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

———. **2004a.** "Etre branché ou pas. Les entre-deux des villes du Sud." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 4–12.

———-. **2004b.** "Les services d'eau urbains en Afrique subsaharienne: vers une ingénierie spatiale de la diversité?" NAERUS Annual Conference, 16–17 de Setembro, Barcelona, Spain. [www.naerus.net/sat/workshops/2004/papers/Jaglin.pdf]. Maio de 2006.

———. **2004c.** "Vingt ans de réformes dans les services d'eau urbains d'Afrique subsaharienne: une géographie de la diversité." *Cybergéo.* L'eau à la rencontre des territoires.

———. **2005.** *Services d'eau en Afrique subsaharienne. La fragmentation urbaine en question.* Paris: Editions du CNRS. Collection Espaces et Milieux.

Jaglin, Sylvy, e Alain Dubresson. 1999. "Les décentralisations au risque de la fragmentation urbaine en Afrique subsaharienne." L'Europe et le sud à l'aube du XXIe siècle. Enjeux et renouvellement de la coopération. Conférence générale de l'EADI, Setembro, Paris. [www.euforic.org/eadi/pubs/pdf/jaglin.pdf?&username=guest@ eadi.org&password=9999&groups=EADI&workgroup=]. Maio de 2006.

Jamati, Claude. 2003. "Casablanca (Morocco): An Example of Public-Private Partnership." *International Journal of Water Resources Development* 19 (2): 153–58.

James, A. J., Joep Verhagen, Christine van Wijk, Reema Nanavaty, Mita Parikh, e Mihir Bhatt. 2002. "Transforming Time into Money Using Water: A Participatory Study of Economics and Gender in Rural India." *Natural Resources Forum* 26 (3): 205–17.

Jansky, Libor, Nevelina I. Pchova, e Masahiro Murakami. 2004. "The Danube: A Case Study of Sharing International Waters." *Global Environmental Change* 14 (Supplement 1): 39–49.

Japan Water Forum. 2005. "A Study on Water Infrastructure Investment and its Contribution to Socioeconomic Development in Modern Japan." Tóquio. [www.waterforum.jp/eng/]. Junho de 2006

Jensen, Peter Kjær, Pham Duc Phuc, Anders Dalsgaard, e Flemming Konradsen. 2005. "Successful Sanitation Promotion Must Recognize the Use of Latrine Wastes in Agriculture: the Example of Viet Nam." *Bulletin of the World Health Organization* 83 (11): 873–74.

Jewitt, Graham. 2002. "Can Integrated Water Resources Management Sustain the Provision of Ecosystem Goods and Services?" *Physics and Chemistry of the Earth* 27 (11–22): 887–95.

Jolley, Thomas H., Christophe Béné, e Arthur E. Neiland. 2001. "Lake Chad Basin Fisheries: Policy Formation and Policy Formation Mechanisms for Sustainable Development." *Research for Sustainable*

Development 14 (1–4): 31–33. [http://europa.eu.int/comm/development/body/publications/fish/120131.pdf]. Maio de 2006.

Jones, H. E., e R. A. Reed. 2005. "Water and Sanitation for Disabled People and Other Vulnerable Groups: Designing Services to Improve Accessibility." Water, Engineering, and Development Centre, Loughborough University, Loughborough, Reino Unido.

Jones, T. 1998. "Recent Developments in the Pricing of Water Services in OECD Countries." Paper presented at the World Bank Sponsored Workshop on Political Economy of Water Pricing Implementation, 3–5 de Novembro, Washington, DC.

Jones, William. 1995. "The World Bank and Irrigation." Banco Mundial, Washington, DC.

Joshi, Deepa. 2005. "Water Access, Poverty and Social Exclusion in India." Overseas Development Institute/Economic and Research Council "Water Governance—Challenging the Consensus." "Seminar 2: Access, Poverty and Social Exclusion." 1 de Março, University of Bradford, Overseas Development Institute and World Wildlife Fund, Londres. [www.bradford.ac.uk/acad/bcid/seminar/ water].

Jouravlev, Andrei. 2001a. *Regulación de la industria de agua potable. Volumen I: Necesidades de información y regulación estructural.* Serie Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

———. 2001b. *Regulación de la industria de agua potable. Volumen II: Regulación de las conductas.* Serie Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

Juuti, Petri, e Tapio Katko, eds. 2005. *Water, Time and European Cities. History Matters for the Futures.* Tampere, Finland: Tampere University of Technology.

Kähkönen, Satu. 1999. "Does Social Capital Matter in Water and Sanitation Delivery? A Review of Literature." Social Capital Initiative Working Paper 9. Banco Mundial, Washington, DC.

Kamara, A., e H. Sally. 2003. "Water for Food, Livelihoods and Nature: Simulations for Policy Dialogue in South Africa." *Physics and Chemistry of the Earth* 28 (20–27): 1085–94.

Kar, Kamal, e Petra Bongartz. 2006. "Update on Some Recent Developments in Community-Led Total Sanitation." University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Kar, Kamal, e Katherine Pasteur. 2005. "Subsidy or Selfrespect? Community Led Total Sanitation. An Update on Recent Developments." Working Paper 257. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Karaev, Zainiddin. 2005. "Water Diplomacy in Central Asia." *Middle East Review of International Affairs* 9 (1): 63–69.

Kariuki, Mukami, e Jordan Schwartz. 2005. "Small-Scale Private Service Providers of Water Supply and Electricity—A Review of Incidence, Structure, Pricing and Operating Characteristics." Policy Research Working Paper 3727. Banco Mundial, Washington, DC.

Kayombo, S., e S. Jorgensen. 2006. "Lake Victoria." Experience and Lessons Learned Brief. International Lake Environment Committee, Lake Basin Management Initiative. [www.ilec.or.jp/lbmi2/ reports/27_Lake_Victoria_27February2006.pdf]. Maio de 2006.

Kemelova, Dinara, e Gennady Zhalkubaev. 2003. "Water, Conflict, and Regional Security in Central Asia Revisited." *NYU Environmental Law Journal* 11 (1): 479–502.

Kemper, Karin E. 2001. "Markets for Tradable Water Rights." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints. Brief 11. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Kemper, Karin E., Ariel Dinar, e William Bloomquist. 2005. "Institutional and Policy Analysis of River Basin Management Decentralisation: The Principle of Managing Water Resources at the Lowest Appropriate Level—When and Why Does It (Not) Work in Practice?" Banco Mundial, Washington, DC.

Kennedy, John F. 1962. Remarks in Pueblo, Colorado, 17 de Agosto. *The Public Papers of the Presidents of the United States.*

Kenney, Douglas S. 2005. "Prior Appropriation and Water Rights Reform in the Western United States." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Keohane, Robert, e Elinor Ostrom, eds. 1995. *Local Commons and Global Interdependence: Heterogeneity and Cooperation in Two Domains.* Londres: Sage Publications.

Kerf, Michel. 2000. "Do State Holding Companies Facilitate Private Participation in the Water Sector? Evidence from Côte d'Ivoire, The Gambia, Guinea, and Senegal." Policy Research Working Paper 2513. Banco Mundial, Washington, DC.

Kerr, John. 2002. "Watershed Development, Environmental Services, and Poverty Alleviation in India." *World Development* 30 (8): 1387–1400.

Keskinen, Marko, Jorma Kopenen, Matti Kummu, Jussi Nikula, Juha Sarkkula, e Olli Varis. 2005. "Integration of Socio-Economic and Hydrological Information in the Tonle Sap Lake, Cambodia." International Conference on Simulation and Modeling, SimMod 2005, 17–19 de Janeiro, Bangkok, Tailândia. [www.mssanz. org.au/simmod05/papers/C1-02.pdf]. Julho de 2006.

Kibreab, Gaim, e Alan Nicol. 2002. "Returning Thirsty: Water, Livelihoods and Returnees in the Gash-Barka Region, Eritrea." Overseas Development Institute, Londres.

Kijne, Jacob W., Randolph Barker, e David Molden. 2003a. "Improving Water Productivity in Agriculture: Editors' Overview." In Jacob Kijne, Randolph Barker e David Molden, eds., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement.* Wallington, Reino Unido: CABI Publishing.

Kijne, Jacob W., Randolph Barker, e David Molden, eds. 2003b. Water Productivity in Agriculture: Limits e Opportunities for Improvement. Wallington, Reino Unido: CABI Publishing.

Kiribaki, Aloysius. 2006. Personal correspondence on sensitization of education authorities in Busia District. Action on Disability and Development. 20 de Fevereiro. Kampala, Uganda.

Kisima Newsletter. 2005. "Long Road to Regulating Water Services in Kenya." Issue 2. Nairobi.

Kjellén, Marianne. 2000. "Complementary Water Systems in Dar es Salaam, Tanzania: The Case of Water Vending." *Water Resources Development* 16 (1): 143–54.

Kjellén, Marianne e Gordon McGranahan. 2006. "Informal Water Vendors and The Urban Poor." Human Settlements Discussion Paper Series, Theme: Water-3. International Institute for Environment and Development, Londres.

Kleiman, Mauro. 2004. "Pratiques quotidiennes des communautés populaires mal branches aux réseaux d'eau et d'assainissement dans les métropoles brésiliennes: les cas de Rio de Janeiro et Salvador." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 44–56.

Kliot, Nurit. 1994. *Water Resources and Conflict in the Middle East.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

Klohn, Wulf, e Mihailo Andjelic. 1997. "Lake Victoria: A Case in International Cooperation." Food and Agriculture Organization of the United Nations and Water Resources, Development and Management Service. [www.fao.org/waicent/FaoInfo/Agricult/AGL/AGLW/webpub/VICPUB.HTM]. Maio de 2006.

Komives, Kristin. 1999. "Designing Pro-Poor Water and Sewer Concessions: Early Lessons from Bolivia." Policy Research Working Paper 2243. Banco Mundial, Washington, DC.

Komives, Kristin, Vivien Foster, Jonathan Halpern, e Quentin Wodon. 2005. *Water, Electricity, and the Poor: Who Benefits from Utility Subsidies?* With support from Roohi Abdullah. Washington, DC: Banco Mundial.

Kremer, M., e T. Miguel. 1999. ""The Educational Impact of De-Worming in Kenya." Northeast Universities Development Conference, 8–9 de Outubro, Harvard University.

Krol, Maarten S., e Axel Bronstert. Forthcoming. "Regional Integrated Modelling of Climate Change Impacts on Natural

Resources and Resource Usage in Semi-arid Northeast Brazil." *Environmental Modelling & Software*, doi:10.1016/j.envsoft.2005.07.022.

Kumar, Pushpam. 2005. *Market for Ecosystem Services*. Manitoba, Canada: International Institute for Sustainable Development.

Kurian, Mathew, e Ton Dietz. 2005. "How Pro-Poor are Participatory Watershed Management Projects? An Indian Case Study." Research Report 92. International Water Management Institute, Colombo.

Kurnia, G., T. W. Avianto, e Bryan Randolph Bruns. 2000. "Farmers, Factories and the Dynamics of Water Allocation in West Java." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., Negotiating Water Rights. Londres: Intermediate Technology Publications.

Lamoree, G., e A. Nilsson. 2000. "A Process Approach to the Establishment of International River Basin Management in Southern Africa." *Physics and Chemistry of the Earth, Part B: Hydrology, Oceans and Atmosphere* 25 (3): 315–23.

Lane, Jon. 2004. "Rural Water Supply and Sanitation in Africa: Global Learning Process on Scaling up Poverty Reduction." Scaling Up Poverty Reduction: A Global Learning Process, and Conference; Shanghai, 25–27 de Maio, 2004. Water and Sanitation Program–Africa, Kenya. [www.wsp.org/publications/af_globalstudy.pdf]. Julho de 2006.

Lankford, Bruce A. 2005a. "Rural Infrastructure to Contribute to African Agricultural Development: The Case of Irrigation." Report for the Commission for Africa. Overseas Development Group, Norwich, Reino Unido. [www.uea.ac.uk/dev/faculty/lankford/cfa_irrig_may05.pdf]. Julho de 2006.

———. 2005b. "Water Resources Management: Finding Space in Scarcity." Scarcity and the Politics of Allocation workshop, 6–7 de Junho, University of Sussex, Brighton, Reino Unido.

Lankford, Bruce A., e W. Mwaruvanda. 2005. "A Framework to Integrate Formal and Informal Water Rights in River Basin Management." African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, 26–28 de Janeiro, Joanesburgo, África do Sul.

Larrea, Carlos, Pedro Montalvo, e Ana María Ricuarte. 2005. "Child Malnutrition, Social Development and Health Services in the Andean Region." Research Network Working Paper R-495. Inter- American Development Bank, Washington, DC.

Lauria, Donald, Omar Hopkins, e Sylvie Debomy. 2005. "Pro-Poor Subsidies For Water Connections in West Africa. A Preliminary Study." Water Supply and Sanitation Sector Board Working Note 2. Banco Mundial, Washington, DC.

Lawrence, Peter, Jeremy Meigh, e Caroline Sullivan. 2002. "The Water Poverty Index: An International Comparison." Keele Economics Research Paper 2002/19. Keele, Reino Unido.

Ledo, Carmen. 2005. "Inequality and Access to Water in the Cities of Cochabamba and La Paz-El Alto." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Leestemaker, Joanne Heyink. 2001. "An Analysis of the New National and Sub National Water Laws in Southern Africa: Gaps between the UN-Convention, the SADC Protocol and National Legal Systems in South Africa, Swaziland and Mozambique." [www.thewaterpage.com/leestemaker.htm]. Maio de 2006.

Lemos, Maria Carmen, e Lúcio Farias de Oliveira. 2004. "Can Water Reform Survive Politics? Institutional Change and River Basin Management in Ceará, Northeast Brazil." *World Development* 32 (12): 2121–37.

———. 2005. "Water Reform Across the State/Society Divide: The Case of Ceará, Brazil." *International Journal of Water Resources Development* 21 (1): 133–47.

Lenton, Roberto, Albert M. Wright, e Kristen Lewis. 2005. *Health, Dignity, and Development: What Will it Take?* UN Millennium Project Task Force on Water and Sanitation. London and Sterling, Va.: Earthscan.

Levine, Ruth, and the What Works Working Group. 2004. "Millions Saved: Proven Successes in Global Health." With Molly Kinder. Center for Global Development, Washington DC.

Lindemann, Stefan. 2005. "Explaining Success and Failure in International River Basin Management - Lessons from Southern Africa." Sixth Open Meeting of the Human Dimensions of Global Environmental Change Research Community, 9–13 de Outubro, Bonn, Alemanha.

Lipton, Michael. 2004a. "Approaches to Rural Poverty Alleviation in Developing Asia: Role of Water Resources." Plenary address at the Regional Workshop and Policy Roundtable, "Pro-Poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia," 25–27 de Agosto, International Water Management Institute, Colombo. [www.sussex.ac.uk/Units/PRU/iwmi_irrigation.pdf]. July 2006.

———. 2004b. "New Directions for Agriculture in Reducing Poverty: The DfID Initiative."Poverty Research Unit, University of Sussex, Brighton, Reino Unido. [http://dfid-agriculture-consultation.nri.org/launchpapers/michaellipton.html]. Julho de 2006.

Lipton, Michael, Julie Litchfield, e Jean-Marc Faurès. 2003. "The Effects of Irrigation on Poverty: A Framework for Analysis." *Water Policy* 5 (5): 413–27.

Liu, Bin. 2005. "Institutional Design Considerations for Water Rights Development in China." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Lomborg, Bjørn, ed. 2004. *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lonergan, Steve. 2000. "Forces of Change and the Conflict over Water in the Jordan River Basin." In Hussein A. Amery e Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin: University of Texas Press.

Lucas, P. L., e H. B. M. Hilderink. 2004. "The Vulnerability Concept and Its Application to Food Security." RIVM (National Institute for Public Health and the Environment), Bilthoven, Netherlands.

Luong, T. V., O. Chanacharnmongkol, e T. Thatsanatheb. 2002. "Universal Sanitation in Rural Thailand." *Waterfront* 15: 8–10.

Mace, M. J. 2005. "Funding for Adaptation to Climate Change: UNFCCC and GEF Developments Since COP-7." *Reciel* 14 (3): 225–46.

Malthus, Thomas Robert. [1798] 1826. *An Essay on the Principle of Population, As It Affects the Future Improvement of Society. With Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*. Londres: John Murray.

Maltz, Hélio. 2005. "Porto Alegre's Water: Public and for All." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, e Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World*. Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Mapetla, Matseliso. 2006. "Brewing and Housing Strategies in Lesotho." In Ann Schlyter, ed., *A Place to Live: Gender Research Housing in Africa*. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet.

Marin, Philippe. 2002. "Output-Based Aid: Possible Applications in the Design of Water Concessions." Banco Mundial, Washington, DC.

Maronier, V. F. C. 1929. "De Drinkwatervoorziening van Batavia. (The Drinking Water Network of Batavia)." *De Waterstaats-Ingenieur* 8: 223–39.

Maslin, Mark. 2004. *Global Warming. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Matsumoto, Kyoko. 2002. "Transboundary Ground Water and International Law: Past Practices and Current Implications." Department of Geosciences, Oregon State University, Corvallis, Ore.

Matthew, Brian. 2005. "Ensuring Sustained Beneficial Outcomes for Water and Sanitation Programmes in the Developing World." Occasional Paper Series 40. IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, Netherlands.

Matthews, Mary M. 2000. "International Lending Agencies and Regional Environmental Cooperation in the Black and Caspian

Sea." Annual Meeting of the International Association for the Study of Common Property, 31 de Maio – 4 de Junho, Bloomington, Ind. [http://dlc. dlib.indiana.edu/archive/00000300/00/matthewsm042400.pdf]. Maio de 2006.

Mayer, Enrique. 2002. *The Articulated Peasant: Household Economies in the Andes.* Boulder, Colo., and Oxford, Reino Unido: Westview Press.

McCully, Patrick. 2006. "Spreading the Water Wealth: Making Infrastructure Work for the Poor." IRN Dams, Rivers and People Report 2006. International Rivers Network, Berkeley, Calif.

McGranahan, Gordon, Pedro Jacobi, Jacob Songsore, Charles Surjadi, e Marianne Knellen. 2001. *The Citizens at Risk: From Urban Sanitation to Sustainable Cities.* Londres: Earthscan.

McIntosh, Arthur C. 2003. "Asian Water Supplies. Reaching the Urban Poor." Asian Development Bank and International Water Association, Manila.

McKinney, Daene C. 2003. "Cooperative Management of Transboundary Water Resources in Central Asia." In D. Burghart and T. Sabonis-Helf, eds., *In the Tracks of Tamerlane - Central Asia's Path into the 21st Century.* Washington, DC: National Defense University Press.

McNeill, John. 2000. *Something New Under the Sun. An Environmental History of the Twentieth Century.* Londres: Penguin Books.

Medida DHS. 2006. Demographic and Health Surveys Database. Calverton, Md. [www.measuredhs.com]. Julho de 2006.

MEDRC (Middle East Desalination Research Center). 2005. "MEDRC Project Portfolio 2005." Muscat, Oman. [www.medrc.org/]. Julho de 2006.

Medzini, Arnon, e Aaron T. Wolf. 2006. "The Euphrates River Watershed: Integration, Coordination, or Separation?" In Matthias Finger, Ludivine Tamiotti, e Jeremy Allouche, eds., The Multi-Governance of Water: Four Case Studies. Albany, N.Y.: SUNY Press.

Mehta, Lyla. 2000. "Water for the Twenty-First Century: Challenges and Misconceptions." Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

———. 2003. "Problems of Publicness and Access Rights: Perspectives from the Water Domain." In Inge Kaul, Pedro Conceição, Katell Le Goulven, e Ronald U. Mendoza, eds., *Providing Global Public Goods*: Managing Globalization. Nova Iorque: Oxford University Press.

Mehta, Meera. 2004. "Meeting the Financing Challenge for Water Supply and Sanitation. Incentives to Promote Reforms, Leverage Resources and Improve Targeting." Summary Report. Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Mehta, Meera, e Andreas Knapp. 2004. "The Challenge of Financing Sanitation for Meeting the Millennium Development Goals." Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Meinzen-Dick, R. S., e Leticia Nkonya. 2005. "Understanding Legal Pluralism in Water Rights: Lessons from Africa and Asia." International Workshop on African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, 26–28 de Janeiro, Joanesburgo, África do Sul.

Meinzen-Dick, R. S., e Rajendra Pradhan. 2005. "Recognising Multiple Water Uses in Intersectoral Water Transfers." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yoder, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

Meinzen-Dick, R. S., e Mark W. Rosegrant, eds. 2001. "Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints." 2020 Vision Publications, Focus Brief 9. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Meinzen-Dick, R. S., e Margreet Zwarteveen. 1998. "Gender Participation in Water Management: Issues and Illustrations from Water Users' Associations in South Asia." International Irrigation Management Institution, Colombo.

Meinzen-Dick, R. S., Ruth Zwartevenn, e Margreet Zwartevenn. 1998. "Gendered Participation in Water Management: Issues and Illustrations from Water Users' Associations in South Asia." *Agriculture and Human Values* 15 (4): 337–45.

Melo, Jose Carlos. 2005. *The Experience of Condominial Water and Sewerage Systems in Brazil: Case Studies from Brasilia, Salvador and Parauapebas.* Lima: World Bank–Bank-Netherlands Water Partnership and Water and Sanitation Program.

Ménard, Claude. 2001. "Enjeux d'eau: la dimension institutionnelle." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 42 (166): 259–74.

Menegat, Rualdo. 2002. "Participatory Democracy and Sustainable Development: Integrated Urban Environmental Management in Porto Alegre, Brazil." *Environment and Urbanization* 14 (2): 181–206.

Merrey, Douglas J., Ruth Meinzen-Dick, Peter P. Mollinga, e Eiman Karar. 2006. "Policy and Institutional Reform Processes for Sustainable Agricultural Water Management: The Art of the Possible." Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture, Colombo.

Metts, Robert. 2000. "Disability Issues, Trends and Recommendations for the World Bank." Social Protection Discussion Paper 0007. World Bank, Washington, DC.

Micklin, Philip. 1991. "The Water Management Crisis in Soviet Central Asia." Carl Beck Paper 905. University of Pittsburgh Center for Russian and East European Studies, Pittsburgh, Penn.

———. 1992. "The Aral Crisis: Introduction to the Special Issue." *Post-Soviet Geography* 33 (5): 269–82.

———. 2000. *Managing Water in Central Asia.* Londres: Royal Institute of International Affairs.

Miller, Barbara A., e Richard B. Reidinger. 1998. "Comprehensive River Basin Development. The Tennessee Valley Authority." World Bank Technical Paper 416. Banco Mundial, Washington, DC.

Miller, David. 2001. *Principles of Social Justice.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Milliband, David. 2005. "Building a Modern Social Contract." Together We Can, 29 de Junho, Londres. [www.neighbourhood.gov.uk/news.asp?id=1524]. Junho de 2006.

Miovic, Peter. 2004. "Poverty Reduction Support Credits in Uganda: Results of a Stocktaking Study." Banco Mundial, Washington, DC.

Mitlin, Diana. 2004. "Beyond Second Best: The Whys, Hows and Wherefores of Water Subsidies." Centre on Regulation and Competition, Institute for Development Policy and Management. Paper 93. Manchester, Reino Unido.

Moench, M., J. Burke, e Y. Moench. 2003. "Rethinking the Approach to Groundwater and Food Security." Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Moench, Marcus. 1998. "Allocating the Common Heritage: Debates over Water Rights and Governance Structures in India." *Economic and Political Weekly* 33 (26): A46–A53.

———. 2001. "Groundwater: Potential and Constraints." In Ruth S. Meinzen-Dick e Mark W. Rosegrant, eds., *Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints.* 2020 Vision Publications, Focus Brief 9, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Moench, Marcus, Ajaya Dixit, S. Janakarajan, M. S. Rathore, e Srinivas Mudrakartha. 2003. "The Fluid Mosaic: Water Governance in the Context of Variability, Uncertainty and Change." Nepal Water Conservation Foundation and the Institute for Social and Environmental Transition; Kathmandu, e Boulder, Colo.

Molden, D. J., U. Amarasinghe, e I. Hussain. 2001. "Water for Rural Development." Working Paper 32. International Water Management Institute, Colombo.

Molden, David, e Charlotte de Fraiture. 2004. "Investing in Water for Food, Ecosystems and Livelihoods." Blue Paper. Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture. International Water Management Institute, Colombo.

Molden, David, Hammond Murray-Rust, R. Sakthivadivel, e Ian Makin. 2003. "A Water-Productivity Framework for Understanding and Action." Colombo.

Molle, François. 2005. "Irrigation and Water Policies in the Mekong Region: Current Discourses and Practices." International Water Management Institute, Colombo.

Molle, François, e Jeremy Berkoff. 2006. "Cities Versus Agriculture: Revisiting Intersectoral Water Transfers, Potential Gains and Conflicts." Comprehensive Assessment Research Report 10. Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture. International Water Management Institute, Colombo.

Morel à l'Huissier, Alain, Véronique Verdeil, e Christophe Le Jallé. 1998. "Modes de gestion des bornes-fontaines dans les quartiers périurbains, le cas de trios villes maliennes." Programme Solidarité Eau. Cahier Technique 11. Paris.

Moriarty, Patrick, e John Butterworth. 2005. "Water, Poverty and Productive Uses of Water at the Household Level." Background paper for PRODWAT Thematic Group Meeting, 7–8 de Dezembro, Overseas Development Institute, Londres.

Mostert, Erik. 1999. "Perspectives on River Basin Management." *Physics and Chemistry of the Earth (B)* 24 (6): 563–69.

———. 2005. "How can International Donors Promote Transboundary Water Management?" Discussion Paper 8. German Development Institute, Bonn.

Movik, Synne, Lyla Mehta, Sobona Mtisi, e Alan Nicol. 2005. "A 'Blue Revolution' for African Agriculture?" *IDS Bulletin* 36 (2): 41–45.

MRC (Mekong River Commission). 2006. "About Mekong." Vientiane. [www.mrcmekong.org/about_mekong/people.htm]. Julho de 2006.

Mukherjee, Nilanjana. 2001. "Achieving Sustained Sanitation for the Poor. Policy and Strategy Lessons from Participatory Assessments in Cambodia, Indonesia, Vietnam." Water and Sanitation Program–East Asia and the Pacific, Jakarta.

Murphy, Irene L., and Eleonora J. Sabadell. 1986. "International River Basins: A Policy Model for Conflict Resolution." *Resources Policy* 12 (1): 133–44.

Murray, Laurel, e Victor Orindi. 2005. "Adapting to Climate Change in East Africa: A Strategic Approach." Gatekeeper Series 117. International Institute for Environment and Development, Londres.

Myers, Norman. 1998. "Perverse Subsidies: Tax $s Undercutting Our Economies and Environments Alike." With Jennifer Kent. International Institute for Sustainable Development, Winnipeg, Canada.

Nakayama, Mikiyasu. 1998. "Politics behind Zambezi Action Plan." *Water Policy* 1 (4): 397–409.

Namara, Regassa. 2005. "Synthesis of Sub-Saharan African Case Study Reports by Peacock, Omilola, e Kamara et al." Part Two in "Reducing Poverty through Investments in Agricultural Water Management." International Water Management Institute and African Development Bank. [www.iwmi.cgiar.org/Africanwaterinvestment/files/Theme_Reports/5_Reducing_Poverty.pdf]. Julho de 2006.

Narayan, Deepa. 1995. *The Contribution of People's Participation: Evidence from 121 Rural Supply Projects*. Washington, DC: World Bank.

Nayyar, Rohini, e Nagesh Singh. 2006. Personal communication. Water and Sanitation Expenditure in India. Junho. Nova Deli.

NEL-SAP (Nile Equatorial Lakes Subsidiary Action Project). 2002. "Nile Equatorial Lakes Subsidiary Action Program ICCON1: Proposal for Preparation Phase." Project Identification Document. Program 3. [www.nilebasin.org/nelsapbackup/documents/p3-2_kagera_river_basin.pdf]. Julho de 2006.

Neumayer, Eric. 2004. "HIV/AIDS and Its Impact on Convergence in Life Expectancy, Infant and Child Survival Rates." Londres.

Nguyen, Pham Thanh Nam, Phuoc Minh Hiep, Mai Van Nam, Bui Van Trinh, e Pham The Tri. 2000. "Human Resources Development in the Mekong Delta." CAS Discussion Paper 31. Centre for ASEAN Studies and the Centre for International Management and Development, Antwerp. [http://143.129.203.3/cas/PDF/CAS31.pdf]. Julho de 2006.

Nicol, Alan. 2002. "Financing Transboundary Water Management." Water Policy Brief 2. Overseas Development Institute, Londres. [www.odi.org.uk/wpp/publications_pdfs/BP_2.pdf]. Julho de 2006.

Nishat, Ainun. 2001. "Development and Management of Water Resources in Bangladesh: Post-1996 Treaty Opportunities." In Asit K. Biswas and Juha I. Uitto, eds., *Sustainable Development of the Ganges-Brahmaputra-Meghna Basins*. Tóquio: United Nations University Press.

NNMLS (Northern New Mexico Legal Services). 2000. "*Acequias* and Water Rights Adjudications in Northern New Mexico." In Bryan Randolph Bruns e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Negotiating Water Rights*. Londres: Intermediate Technology Publications.

Noble, I., J. Parikh, R. Watson, R. Howarth, R. J. T. Klein, A. Abdelkader, e T. Forsyth. 2005. "Responses to Climate Change." In K. Chopra, R. Leemans, P. Kumar, e H. Simons, eds., *Ecosystems and Human Well-Being: Policy Responses*. Volume 3 of the Millennium Ecosystem Assessment. Washington, DC: Island Press.

Nyong, Anthony. 2005. "Impacts of Climate Change in the Tropics: The African Experience." Avoiding Dangerous Climate Change: A Scientific Symposium on Stabilization of Greenhouse Gases, 1–3 February, Met Office, Exeter, UK.

———-. 2006. "Reducing Africa's Vulnerability to Climate Change through Adaptation." Climate Change in Africa: Linking Science and Policy for Adaptation, 30 de Março, Tyndall Centre, University of East Anglia, Norwich, Reino Unido.

Nyong, Anthony, e P. S. Kanaroglou. 2001. "A Survey of Household Domestic Water-Use Patterns in Rural Semi-Arid Nigeria." *Journal of Arid Environments* 49 (2): 387–400.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2006a. "Agricultural Policies in OECD Countries." At a Glance.Paris.

———-. 2006b. International Development Statistics (IDS) Online. Database on Aid and Other Resource Flows. Paris. [www.oecd.org/dac/stats/idsonline]. Junho de 2006.

Odada, Eric O., Lekan Oyebande, e Johnson A. Oguntola. 2006. "Lake Chad." Experience and Lessons Learned Brief. Lake Basin Management Initiative, International Lake Environment Committee. Shiga, Japão. [www.ilec.or.jp/lbmi2/reports/06_Lake_Chad_27February2006.pdf]. Maio de 2006.

ODI (Overseas Development Institute). 1999. "What Can We Do with a Rights-based Approach to Development?" ODI Briefing Paper. Londres.

———. 2004. "Right to Water: Legal Forms, Political Channels." ODI Briefing Paper. Londres.

O'Lear, Shannon. 2004. "Resources and Conflict in the Caspian Sea." *Geopolitics* 9 (1): 161–86.

OMS (Organização Mundial de Saúde). 2001. *WHO World Water Day Report*. Genebra. [www.worldwaterday.org/wwday/2001/report/index.html]. Junho de 2006.

———. 2005. *World Health Report 2005: Make Every Mother and Child Count*. Genebra.

———. 2006a. Water and sanitation related diseases fact sheets. Genebra. [www.who.int/water_sanitation_health/diseases/diseasefact/en/index.html]. Julho de 2006.

———. 2006b. Water-related Disease. Genebra. [www.who.int/water_sanitation_health/diseases/en/]. Junho de 2006.

OMS (Organização Mundial de Saúde) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2004a. "Coverage Estimates. Improved Sanitation: Morocco." Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation. Genebra e Nova Iorque.

———. 2004b. "Meeting the MDG Drinking Water and Sanitation Target: A Mid-term Assessment of Progress." Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation, Genebra e Nova Iorque.

———. 2005. *Water for Life: Making it Happen*. Joint MonitoringProgramme for Water Supply and Sanitation, Genebra e Nova Iorque.

———. **2006.** Correspondence on access to improved water and sanitation. Abril. Nova Iorque.

ONU (Nações Unidas). 1992. "United Nations Framework Convention on Climate Change." Nova Iorque.

———. **2005.** *World Population Prospects 1950–2050*. Database. Nova Iorque.

———. **2006a.** "Hacia el cumplimiento de los objetivos de desarrollo del Milenio en el Perú. Un compromiso del país para acabar con la pobreza, la desigualdad y la exclusión." Lima.

———. **2006b.** *World Urbanization Prospects*: The 2005 Revision. Department of Economic and Social Affairs. Nova Iorque.

ONU DPI (United Nations Department of Public Information). 2002. "Water: A Matter of Life and Death." Fact sheet. Nova Iorque. [www.un.org/events/water/factsheet.pdf]. Maio de 2006.

ONU–HABITAT (Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos).2003. *Water and Sanitation in the World's Cities. Local Action for Global Goals*. London and Sterling, Va.: Earthscan.

ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA). 2006. Correspondence on HIV Prevalence. Maio. Genebra.

Ostrom, Elinor, Larry Schroeder, e Susan Wynne. 1993. *Institutional Incentives and Sustainable Development: Infrastructural Policies in Perspective*. Boulder, Colo.: Westview Press.

Oweis, Theib, e Ahmed Hachum. 2003. "Improving Water Productivity in the Dry Areas of West Asia and North Africa." In Jacob Kijne, ed., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement*. Colombo: International Water Management Institute.

Oweis, Theib, Ahmed Hachum, e Jacob Kijne. 1999. "Water Harvesting and Supplemental Irrigation for Improved Water Use Efficiency in Dry Areas." Swim Paper 7. International Water Management Institute, Colombo.

Oxera Consulting Ltd. 2002. "The Capital Structure of Water Companies." Commissioned by the UK Office of Water Services. [www.ofwat.gov.uk/aptrix/ofwat/publish.nsf/AttachmentsByTitle/oxera_report_1002.pdf/$FILE/oxera_report_1002.pdf]. Julho de 2006.

PAG (Projecto Ambiental Global). 2002. "UNDP-GEF Dnipro Basin Environment Program." Washington, DC. [www.dnipro-gef. net/about/summary.php]. Julho de 2006.

———. **2006.** Correspondence on adaptation funds. Setembro. New York.

Pagiola, Stefano, Agustin Arcenas, e Gunars Platais. 2005. "Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and Evidence to Date from Latin America." *World Development* 33 (2): 237–53.

Pagiola, Stefano, Konrad von Ritter, e Joshua Bishop. 2004. "Assessing the Economic Value of Ecosystem Conservation." Environment Department Paper 101. Banco Mundial, Washington, DC.

Paquistão, governo do. 2004. "Pakistan: Poverty Reduction Strategy Paper." IMF Country Report 04/24. International Monetary Fund, Washington, DC.

Palanisami, K. 1994. "Evolution of Agricultural and Urban Water Markets in Tamil Nadu, India." Irrigation Support Project for Asia and the Near East, United States Agency for International Development, Arlington, Va.

Palanisami, K., e A. Malaisamy. 2004. "Taking Water Out of Agriculture in Bhavani Basin: Equity, Landscape and Livelihood Consequences." Water Technology Centre. Tamil Nadu Agricultural University, Coimbatore, India.

Pander, H. 2000. "Gender and Land Tenure—Women's Access to Land and Inheritance Rights: The Cases of Burkina Faso and Lesotho." Paper written for the Food and Agriculture Organization of the United Nations and German Technical Cooperation.

Pangare, Ganesh, Neelesh Kulkarni, e Vasudha Pangare. 2005. "An Assessment of the Water Sector Reform in the Indian Context: The Case of the State of Maharashtra." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Paredes, Ricardo. 2001. "Redistributive Impact of Privatisation and Deregulation of Utilities in Chile." WIDER Discussion Paper 2001/19. United Nations University, World Institute for Development Economics, Helsinki.

Parker, Ronald, e Tauno Skytta. 2000. "Rural Water Projects. Lessons from OED Evaluations." OED Working Paper Series 3. Banco Mundial, Washington, DC.

Parry, Martin, Cynthia Rosenzweig, e Matthew Livermore. 2005. "Climate Change, Global Food Supply and Risk of Hunger." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 360 (1463): 2125–38.

Paul, Samuel. 2005. "Holding the State to Account: Lessons of Bangalore's Citizen Report Cards." Public Affairs Centre, Bangalore.

Payen, Gérard. 2005. "The Right to Have Access to Drinking Water: Economic, Institutional and Practical Factors." Institut de droit d'expression et d'inspiration françaises, Lausanne Conference, 29 Setembro, Lausanne, Suiça.

Peachey, Everett J. 2004. "The Aral Sea Basin Crisis and Sustainable Water Resource Management in Central Asia." *Journal of Public and International Affairs* 15: 1–20.

Pearce, Fred. 2006. *When the Rivers Run Dry: What Happens When our Water Runs Out?* London: Eden Project Books.

Peña, H., M. Luraschi, e S. Valenzuela. 2004. "Water, Development, and Public Policies: Strategies for the Inclusion of Water in Sustainable Development." South American Technical Advisory Committee, Global Water Partnership, Santiago.

Perret, S. R. 2002. "Water Policies and Smallholding Irrigation Schemes in South Africa: A History and New Institutional Challenges." *Water Policy* 4 (3): 283–300.

Perry, C. J. 2001. "Charging for Irrigation Water: The Issues and Options, with a Case Study from Iran." International Water Management Institute, Colombo.

Phan, K. T., J. Frias, e D. Salter. 2004. "Lessons from Marketbased Approaches to Improved Hygiene for the Rural Poor in Developing Countries." 30th WEDC International Conference. People-centered Approaches to Water and Environmental Sanitation, 25–29 de Outubro, Vientiane.

Phillips, David J. H., Shaddad Attili, Stephen McCaffrey, e John S. Murray. 2004. "Factors Relating to the Equitable Distribution of Water in Israel and Palestine." 2nd Israeli-Palestinian International Conference on Water for Life in the Middle East, 10–14 de Outubro, Antalya, Turkey. [www.ipcri.org/watconf/papers/davidp.pdf]. Julho de 2006.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2001. "Climate Change 2001: Synthesis Report. A Contribution of Working Groups I, II, and III to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change." R. T. Watson e the Core Writing Team, eds., Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido, e Nova Iorque.

Pietilä, Pekka E., Tapio S. Katko, Jarmo J. Hukka, and Osmo T. Seppälä. 2004. "Water Services in Finland: Flexible Organizational Arrangements and Competition for Non-Core Operations." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Pitman, George Keith. 2002. "Bridging Troubled Waters: Assessing the World Bank Water Resources Strategy." Banco Mundial, Washington, DC.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2002. "Regional Partnership for Prevention of Transboundary Degradation of the Kura-Aras River Basin." Nova Iorque. [www.undp.org.ge/Projects/ kura.html]. Julho de 2006.

———. **2003a.** "Tapping the Potential: Improving Water Management in Tajikistan." Tajikistan Human Development Report. Duchambé.

———. **2003b.** "Water As a Key Human Development Factor. Kazakhstan Human Development Report." Almaty, Cazaquistão.

———. **2005a.** "Bringing Down the Barriers: Regional Cooperation for Human Development and Human Security in Central Asia." Central Asia Human Development Report. Bratislava.
———. **2005b.** "Decentralization and Human Development. Uzbekistan Human Development Report." Tachkent.
———. **2005c.** "Ethnic and Cultural Diversity: Citizenship in a Plural State. National Human Development Report for Guatemala 2005." Cidade da Guatemala.
———. **2005d.** "Linking Industrialisation with Human Development. National Human Development Report for Kenya 2005." Nairobi.
———. **2005e.** "Poverty and the City." In Focus. International Poverty Centre, Brasília.
———. **2005f.** "Towards Human Development with Equity. National Human Development Report for China 2005." Pequim.
Polak, Paul. 2005a. "The Big Potential of Small Farms." *Scientific American* 293 (3): 84–91.
———. **2005b.** "Water and the Other Three Revolutions Needed to End Rural Poverty." *Water Science & Technology* 51 (8): 133–43.
Ponce, Victor M. 2005. "Groundwater Utilization and Sustainability." San Diego State University, College of Engineering. San Diego, Calif. [http://groundwater.sdsu.edu/]. Julho de 2006.
Postel, Sandra. 1992. *Last Oasis: Facing Water Scarcity.* New York and London: W.W. Norton & Company.
———. **1999.** *Pillar of Sand: Can the Irrigation Miracle Last?* New York and London: Worldwatch Institute; Norton.
Postel, Sandra, e Brian Richter. 2003. *Rivers for Life: Managing Water for People and Nature.* Washington, DC: Island Press.
Priscoli, Jerome Delli. 1998. "Water and Civilization: Using History to Reframe Water Policy Debates and to Build a New Ecological Realism." *Water Policy* 1 (6): 623–36.
Puri, Shammy, ed. 2001. *Internationally Shared (Transboundary) Aquifer Resources Management: Their Significance and Sustainable Management.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. [http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001243/124386e.pdf]. Maio de 2006.
Puri, Shammy, e Geo Arnold. 2002. "Challenges to Management of Transboundary Aquifers: The ISARM Programme." Second International Conference on Sustainable Management of Transboundary Waters in Europe, 21–24 de Abril, Miedzyzdroje, Poland. [www.unece.org/env/water/meetings/conf2/3-transboundaquifers_puri.pdf]. Maio de 2006.
Puri, Shammy, e Alice Aureli. 2005. "Transboundary Aquifers: A Global Program to Assess, Evaluate, and Develop Policy." *Ground Water* 43 (5): 661–69.
PWA (Palestinian Water Authority). 2005. "Technical Data of the Palestinian Water Authority." Ramallah, Occupied Palestinian Territories.
Quénia, governo do. 2005. *MDGs Status Report for Kenya 2005.* Nairobi. [www.ke.undp.org/MDGs05status.pdf]. Julho de 2006.
Raghupati, Usha P., e Vivien Foster. 2002. "A Scorecard for India." Paper 2, Water Tariffs and Subsidies in South Asia. Water and Sanitation Program and Public-Private Infrastructure Advisory Facility, Washington, DC.
Rahman, Atiq, e Mazharul Alam. 2003. "Mainstreaming Adaptation to Climate Change in Least Developed Countries. Bangladesh Country Case Study." Working Paper 2. Londres.
Rao, M. S. Rama Mohan, C. H. Batchelor, A. J. James, R. Nagaraja, J. Seeley, e J. A. Butterworth. 2003. "Andhra Pradesh Rural Livelihoods Programme Water Audit Report." Andhra Pradesh Rural Livelihoods Programme. Rajendranagar, India.
Raskin, Paul, Peter Gleick, Paul Kirshen, Robert G. Pontius, Jr., e Kenneth Strzepek. 1997. "Water Futures: Assessment of Long-Range Patterns and Problems." In *Comprehensive Assessment of the Freshwater Resources of the World.* Stockholm: Stockholm Environment Institute.
Rathgeber, Eva. 2003. "Dry Taps...Gender and Poverty in Water Resource Management." Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
Ravallion, Martin, e Dominique van de Walle. 2003. "Land Allocation in Vietnam's Agrarian Transition Part 1: Breaking Up the Collective Farms." Centre for the Evaluation of Development Policies, Washington, DC.
Rayaleh, Hassan-Omar. 2004. *La gestion d'une pénurie: l'eau à Djibouti.* Thèse de doctorat. Orléans: Université d'Orléans.
Redhouse, David. 2005. "Getting to Boiling Point: Turning Up the Heat on Water and Sanitation." WaterAid, Londres.
Reij, Chris. 2004. "Indigenous Soil and Water Conservation in Africa." International Institute for Environment and Development, Londres.
Reisner, Marc. 1986. *Cadillac Desert. The American West and Its Disappearing Water.* Nova Iorque: Viking Press.
Rekacewicz, Philippe. 1993. "An Assassinated Sea." *In Histoire-Géographie, initiation économique, Classe de Troisième.* Data updated in Junho de 2006. Paris: Hatier.
———. **2006.** "Atlas de poche." Librairie Générale Française, Paris.
Rekacewicz, Philippe, e Salif Diop. 2003. *Atlas mondial de l'eau: Une pénurie annoncée.* Paris: Éditions Autrement.
Repetto, Robert, William Magrath, Michael Wells, Christine Beer, e Fabrizio Rossini. 1989. *Wasting Assets: Natural Resources in the National Income Accounts.* Washington, DC: World Resources Institute.
Revenga, Carmen, Siobhan Murray, Janet Abramovitz, e Allen Hammond. 1998. "Watersheds of the World." World Resources Institute, Washington, DC.
Reyes-Sánchez, Laura Bertha, Alejandra Irazoque Reyes, Javier Medina Barrón, Raúl Espinoza S., e René Miranda Ruvalcaba. n.d. "The Mexican Bajío: Yesterday the Grain Growing Country; Today, Degraded Soils, Polluted Waters and Human Poverty." Torba Soil Society, Montpellier, France. [www.torba-soilsociety. org/docs/Reyes_Sanchez_et_al_article.pdf]. Julho de 2006.
Rijsberman, Frank R. 2003. "Can Development of Water Resources Reduce Poverty?" *Water Policy* 5 (5): 399–412.
———. **2004a.** "Sanitation and Access to Clean Water." In Bjørn Lomborg, ed., *Global Crises, Global Solutions.* Cambridge: Cambridge University Press.
———. **2004b.** "The Water Challenge." Paper prepared for the Copenhagen Consensus Project of the Environmental Assessment Institute, Copenhagen. [www.copenhagenconsensus.com]. Junho de 2006.
———. **2004c.** "Water Scarcity: Fact or Fiction?" New Directions for a Diverse Planet, Fourth International Crop Science Congress, 26 de Setembro –1 de Outubro, Brisbane, Australia. [www.cropscience.org. au]. Junho de 2006.
Rijsberman, Frank R., e Nadia Manning. 2006. "Beyond More Crop per Drop. Water Management for Food and the Environment." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.
Rijsberman, Frank R., e David Molden. 2001. "Balancing Water Uses: Water for Food and Water for Nature." International Conference on Freshwater, 3–7 de Dezembro, Bona, Alemanha.
Rijsberman, Frank R., Nadia Manning, e Sanjiv de Silva. 2006. "Increasing Green and Blue Water Productivity to Balance Water for Food and Environment." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.
Rinat, Zafrir. 2005. "The Water Crisis Is Already Here in Gaza." Haaretz. 23 de Setembro. [www.haaretzdaily.com/hasen/pages/ShArt.jhtml?itemNo=208392&contrassID=2&subContrassID=4&sbSubContrassID=0&listSrc=Y]. Maio de 2006.
Ringler, Claudia, Mark W. Rosegrant, e Michael S. Paisner. 2000. "Irrigation and Water Resources in Latin America and the Caribbean: Challenges and Strategies." EPTD Discussion Paper 64. International Food Policy Research Institute, Environment and Production Technology Division, Washington, DC.

Rodgers, P., R. de Silva, e R. Bhatia. 2002. "Water is an Economic Good: How to Use Prices to Promote Equity, Efficiency and Sustainability." *Water Policy* 4 (1): 1–17.

Rogers, Peter. 2002. "Water Governance in Latin America and the Caribbean." Inter-American Development Bank, Washington, DC.

Romano, Donato, e Michel Leporati. 2002. "The Distributive Impact of the Water Market in Chile: A Case Study in Limarí Province, 1981-1997." Case Study Report, United Nations Development Programme. [http://europeandcis.undp.org/ WaterWiki/ images/2/29/Romano_Leporati_2002.pdf]. Julho de 2006.

Rosegrant, Mark W., e Ximing Cai. 2001. "Water for Food Production." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints, Brief 2. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., e Sarah A. Cline. 2003. "Global Food Security: Challenges and Policies." *Science* 12 (302): 1917–19.

Rosegrant, Mark W., e Renato Gazmuri S. 1994. "Reforming Water Allocation Policy through Markets in Tradable Water Rights: Lessons from Chile, Mexico, and California." Discussion Paper 6. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C.

Rosegrant, Mark W., e Nicostrato D. Perez. 1997. "Water Resources Development in Africa: A Review and Synthesis of Issues, Potentials and Strategies for the Future." EPTD Discussion Paper 28. International Food Policy Research Institute, Environment and Production Technology Division, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., e Claudia Ringler. 2000. "Impact on Food Security and Rural Development of Transferring Water Out of Agriculture." *Water Policy* 1 (6): 567–86.

Rosegrant, Mark W., e Malik Sohail. 1995. "A 2020 Vision for Food, Agriculture, and the Environment in South Asia: A Synthesis." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., Ximing Cai, e Sarah A. Cline. 2002a. *Global Water Outlook 2025: Averting an Impending Crisis.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

———. 2002b. *World Water and Food to 2025: Dealing with Scarcity.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Rosenberg, Charles E. 1962. *The Cholera Years. The United States in 1832, 1849, and 1866.* Chicago and London: University of Chicago Press.

Roy, Jessica, e Ben Crow. 2004. "Armed Forces Are Put on Standby to Tackle Threat of Wars over Water." The Independent. 28 de Fevereiro. [http://news.independent.co.uk/environment/ article348196.ece]. Maio de 2006.

Russell, Ben, e Nigel Morris. 2006. "Armed Forces Are Put on Standby to Tackle Threat of Wars over Water." *The Independent.* 28 February. [http://news.independent.co.uk/environment/ article348196.ece]. May 2006.

Ruxin, Josh, Joan E. Paluzzi, Paul A. Wilson, Yesim Tozan, Margaret Kruk, e Awash Teklehaimanot. 2005. "Emerging Consensus in HIV/AIDS, Malaria, Tuberculosis, and Access to Essential Medicines." *Lancet* 365 (9459): 618–21.

Sachs, Jeffrey, Glen-Marie Lange, Geoffrey Heal, e Arthur Small. 2005. "Global Initiative for Environmental Accounting. A Proposal to Build a Comprehensive System of Environmental and Economic National Accounts." Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, United Nations, Nova Iorque.

SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). 2000. "Revised Protocol on Shared Watercourses in the Southern African Development Community." Windhoek. [www.internationalwaterlaw.org/RegionalDocs/SADC2.htm]. Maio de 2006.

———. 2005a. "Regional Strategic Action Plan on Integrated Water Resources Development and Management: Annotated Strategic Action Plan." Gaborone.

———. 2005b. "Regional Water Policy." Gaborone.

Sadoff, Claudia W., e David Grey. 2002. "Beyond the River: the Benefits of Cooperation on International Rivers." *Water Policy* 4 (5): 389–403.

———. 2005. "Cooperation on International Rivers: A Continuum for Securing and Sharing Benefits." *Water International* 30 (4): 1–8.

Sakthivel, S. Ramesh, e Roger Fitzgerald. 2002. "The Soozhal Initiative: A Model for Achieving Total Sanitation in Low-Income Rural Areas." WaterAid India Fieldwork Report, Londres.

Saleth, Maria R., Regassa E. Namara, e Madar Samad. 2003. "Dynamics of Irrigation-poverty Linkages in Rural India: Analytical Framework and Empirical Analysis." *Water Policy* 5 (5): 459–73.

Salmon, Katy. 2002. "Nairobi's Flying Toilets—Tip of an Iceberg." *Terra Viva.* 26 de Agosto. [www.ipsnews.net/riomas10/2608_3.shtml]. Julho de 2006.

Sanctuary, Mark, e Hakân Tropp. 2005. "Making Water a Part of Economic Development: The Economic Benefits of Improved Water Management and Services." Stockholm International Water Institute, Stockholm.

Sang, W. K, J.O. Oundo, J.K. Mwituria, P.G. Waiyaki, M. Yoh, T. Iida, e T. Honda. 1997. "Multidrug-Resistant Enteroaggregative *Escherichia coli* Associated with Persistent Diarrhea in Kenyan Children." *Emerging Infectious Diseases* 3 (3): 373–74. [www.cdc.gov/ncidod/eid/vol3no3/sang.htm]. Julho de 2006.

Santiago, Charles. 2005. "Public-Public Partnership: An Alternative Strategy in Water Management in Malaysia." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, and Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World.* Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Sara, Jennifer, e Travis Katz. 1998. "Making Rural Water Supply Sustainable: Report on the Impact of Project Rules." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Saravanan, V., e P. Appasamy. 1999. "Historical Perspectives on Conflicts over Domestic and Industrial Supply in the Bhavani and Noyyal River Basins, Tamil Nadu." In M. Moench, E. Caspari, and A. Dixit, eds., *Rethinking the Mosaic: Investigations into Local Water Management.* Kathmandu and Boulder, Colo.: Nepal Water Conservation Foundation and the Institute for Social and Environmental Transition.

Sarch, M. T., e C. Birkett. 2000. "Fishing and Farming at Lake Chad: Responses to Lake-level Fluctuations." *Geographic Journal* 166 (2): 156–72.

Sarwan, Suharto, Tjoek Walujo Subijanto, e Charles Rodgers. 2005. "Development of Water Rights in Indonesia." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Scanlon, John, Angela Cassar, e Noémi Nemes. 2004. "Water as a Human Right?" IUCN Environmental Policy and Law Paper 51. World Conservation Union, Gland, Switzerland and Cambridge, Reino Unido.

Schenkeveld, Maarten M., Richard Morris, Bart Budding, Jan Helmer, e Sally Innanen. 2004. "Seawater and Brackish Water Desalination in the Middle East, North Africa and Central Asia: A Review of Key Issues and Experiences in Six Countries." Working Paper 33515. Banco Mundial, Washington, DC.

Schneider, S. H., e J. Lane. 2006. "An Overview of 'Dangerous' Climate Change." In H. J. Schellnhuber, ed., *Avoiding Dangerous Climate Change.* Cambridge: Cambridge University Press.

Schneier-Madanes, Graciela, e Bernard de Gouvello, eds. 2003. *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

Schreiner, Barbara, e Barbara van Koppen. 2003. "Policy and Law for Addressing Poverty, Race and Gender in the Water Sector: The Case of South Africa." *Water Policy* 5 (5): 489–501.

Schuttelar, Marlies, Vedat Ozbilen, Tetsuya Ikeda, Mia Hua, François Guerquin, e Tarek Ahmed. 2003. *World Water Actions. Making Water Flow for All.* Londres: Earthscan.

Scoones, Ian. 1998. "Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis." IDS Working Paper 72. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Scott, Christopher, N. I. Faruqui, e L. Raschid-Sally. 2004. "Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Management Challenges in Developing Countries." In C. A. Scott, ed., *Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Confronting the Livelihood and Environmental Realities.* Ottawa, Canada: CAB International, International Water Management Institute, and International Development Research Centre.

Seckler, D., D. Molden, U. Amarasinghe, e C. de Fraiture. 2000. "Water Issues for 2025: A Research Perspective. IWMI's Contribution to the 2nd World Water Forum." International Water Management Institute, Colombo.

Sen, Amartya. 1981. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation.* Oxford: Clarendon Press.

———. 1982. "The Right Not to Be Hungry." In Guttorm Fløistad, ed., *Contemporary Philosophy: A New Survey,* Volume 2: *Philosophy of Science.* The Hague: Martinus Nijoff.

———. 1999. *Development as Freedom.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Sen, Amartya, e Jean Drèze. 1999. *The Amartya Sen and Jean Drèze Omnibus: "Poverty and Famines," "Hunger and Public Action," and "India: Economic Development and Social Opportunity."* New Delhi: Oxford University Press.

Serra, Pablo. 2000. "Subsidies in Chilean Public Utilities." Policy Research Working Paper 2445. Banco Mundial, Washington, DC.

Shah, Tushaar. 2005. "Integrated Water Resources Management in Informal Water Economies: Fitting Reforms to Context." Presentation at the SDC Roundtable, Swiss Agency for Development and Cooperation, 29 de Novembro, Bern, Suiça.

Shah, Tushaar, e J. Keller. 2002. "Micro-irrigation and the Poor: Livelihood Potential of Low-cost Drip and Sprinkler Irrigation in India and Nepal." In H. Sally e C. Abernethy, eds., *Private Irrigation in Sub-saharan Africa.* Colombo: Food and Agriculture Organization of the United Nations and International Water Management Institute.

Shah, Tushaar, Aditi Deb Roy, Asad S. Qureshi, e Jinxia Wang. 2003. "Sustaining Asia's Groundwater Boom: An Overview of Issues and Evidence." *Natural Resources* Forum 27 (2): 130–41.

Shah, Tushaar, M. Alam, M. Dinesh Kumar, R. K. Nagar, e Mahendra Singh. 2000. "Pedaling Out of Poverty: Social Impact of a Manual Irrigation Technology in South Asia." IWMI Research Report 45. International Water Management Institute, Colombo.

Shah, Tushaar, Barbara van Koppen, Douglas Merrey, Marna de Lange, e Madar Samad. 2002. "Institutional Alternatives in African Smallholder Irrigation: Lessons from International Experience with Irrigation Management Transfer." IWMI Research Report H30202. International Water Management Institute, Colombo.

Shalizi, Zmarak. 2006. "Addressing China's Growing Water Shortages and Associated Social and Environmental Consequences." Policy Research Working Paper 3895. Banco Mundial, Washington, DC.

Sharma, Bharat R., e Peter G. McCornick. 2006. "India: Country Case Study on Domestic Policy Frameworks for Adaptation in the Water Sector." Paper presented at the Annex I Expert Group Seminar in Conjunction with the OECD Global Forum on Sustainable Development, "Working Together to Respond to Climate Change," 27–28 de Março, Paris.

Shen, Dajun, e Ruiju Liang. 2003. "State of China's Water." Research Report. Third World Centre for Water Management with the Nippon Foundation. [www.thirdworldcentre.org/epubli.html].

Shetty, Shobha. 2006. "Water, Food Security and Agricultural Policy in the Middle East and North Africa Region." MNA Working Paper 47. World Bank, Middle East and North Africa Region, Washington, DC.

Shiklomanov, I. 1993. "World Fresh Water Resources." In Peter H. Gleick, ed., *Water in Crisis: A Guide to the World's Fresh Water Resources.* Nova Iorque: Oxford University Press.

———. 2000. "Appraisal and Assessment of World Water Resources." *Water International* 25 (1): 11–32.

Shivakoti, Ganesh P., Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yoder, eds. 2005. *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

Shmueli, Deborah. 1999. "Water Quality in International River Basins." *Political Geography* 18 (4): 437–76.

Shuchen, Meng, Tao Yong, e Liu Jiayi. 2004. "Rural Water Supply and Sanitation in China: Scaling Up Services for the Poor." World Bank, Washington, DC.

Sievers, Eric W. 2002. "Water, Conflict, and Regional Security in Central Asia." *NYU Environmental Law Journal* 10 (3): 356–402.

Sight Savers International. 2006. "Prevalence of Trachoma." [www.sightsavers.org/html/eyeconditions/trachoma_extent.htm]. Accessed in Julho de 2006.

Sikes, S. 2003. *Lake Chad versus the Sahara Desert.* Newbury: Mirage Newbury.

Sinanovic, Edina, Sandi Mbatsha, Stephen Gundry, Jim Wright, e Clas Rehnberg. 2005. "Water and Sanitation Policies for Improving Health in South Africa: Overcoming the Institutional Legacy of Apartheid." *Water Policy* 7 (6): 627–42.

SINTEF Unimed. 2002. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Namibia. A Representative, National Survey." Oslo.

———. 2003a. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Malawi. A National Representative Study." Oslo.

———. 2003b. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Zimbabwe. A Representative Regional Survey." Oslo.

Sivamohan, M. V. K., e Christopher Scott. 2005. "Coalition-Building for Participatory Irrigation Management under Changing Water Resource Trends: Reflections on Reforms in Andhra Pradesh, India." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yodereds, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), IFPRI (Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares), IUCN (União Mundial para a Conservação), e IWMI (Instituto Internacional para a Gestão da Água). 2005. "Let It Reign: The New Water Paradigm for Global Food Security." Stockholm International Water Institute, Stockholm.

Sklarew, Dann M., e Alfred M. Duda. 2002. "The Global Environment Facility: Forging Partnerships and Fostering Knowledge Transfer to Sustain Transboundary Waters in Europe, Central Asia and Around the World." IW:LEARN, Washington, DC. [www.iwlearn.net/publications/misc/presentation/File_112866880982]. Maio de 2006.

Slattery, Kathleen. 2003. "What Went Wrong: Lessons from Manila, Buenos Aires e Atlanta." Institute for Public-Private Partnerships, Washington, DC.

Slaymaker, Tom, e Peter Newborne. 2004. "Implementation of Water Supply and Sanitation Programmes under PRSPs. Synthesis of Research Findings from Sub-Saharan Africa." Overseas Development Institute and WaterAid, Londres.

Smakhtin, Vladimir, Carmen Revenga, e Petra Döll. 2004. "Taking into Account Environmental Water Requirements in Global-scale Water Resources Assessments." Comprehensive Assessment Research Report 2. Comprehensive Assessment Secretariat, Colombo.

Smets, Henri. 2004. "The Cost of Meeting the Johannesburg Targets for Drinking Water. A Review of Various Estimates and a Discussion of the Feasibility of Burden Sharing." Académie de l'eau, Nanterre, France.

Smith, Adam. [1776] 1976. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.* Oxford: Oxford University Press.

Smith, Laila. 2005. "Neither Public nor Private: Unpacking the Johannesburg Water Corporatization Model." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Sneddon, Chris, e Coleen Fox. 2006. "Rethinking Transboundary Waters: A Critical Hydropolitics of the Mekong Basin." *Political Geography* 25 (2): 181–202.

Solanes, Miguel. 2006. Personal email communication. "Indigenous groups in Chile." UN adviser on water law and public utilities. 7 de Junho.

Solo, Tova Maria. 1999. "Small-scale Entrepreneurs in the Urban Water and Sanitation Market." *Environment and Urbanization* 11 (1): 117–32.

———. 2003. "Independent Water Entrepreneurs in Latin America: The Other Private Sector in Water Services." Banco Mundial, Washington, DC.

Solórzano, Raúl, Ronnie de Camino, Richard Woodward, Joseph Tosi, Vicente Watson, Alexis Vásquez, Carlos Villalobos, Jorge Jiménez, Robert Repetto, e Wilfrido Cruz. 1991. *Accounts Overdue: Natural Resources Depreciation in Costa Rica.* Washington, DC: World Resources Institute.

Soussan, John. 2003. "Povetry, Water Security and Household Use of Water." International Symposium on Water, Poverty and Productive Uses of Water at the Household Level, 21–23 de Janeiro, Muldersdrift, África do Sul.

———. 2004. "Water and Poverty. Fighting Poverty through Water Management." Asian Development Bank, Manila.

Sperling, Gene, e Rekha Balu. 2005. "Designing a Global Compact on Education." *Finance and Development* 42 (2): 38–41.

Stern, Nicholas. 2006. "Remarks by Sir Nicholas Stern." Delhi Sustainable Development Summit, 3 de Fevereiro, Nova Deli. [www.hm-treasury.gov.uk/media/91C/23/Stern_DSMS_030206. pdf]. Julho de 2006.

Stern Review on the Economics of Climate Change. 2006. "What is the Economics of Climate Change?" Discussion Paper. Londres. [www.hm-treasury.gov.uk/media/213/42/What_is_the_Economics_of_Climate_Change.pdf]. Julho de 2006.

Strauss, John, e Duncan Thomas. 1998. "Health, Nutrition, and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 36 (2): 766–817.

Struckmeier, Wilhelm, Yoram Rubin, e J. A. A. Jones. 2005. "Groundwater—Reservoir for a Thirsty Planet?" Leiden, Países Baixos, Earth Sciences for Society. [www.esfs.org/downloads/Groundwater.pdf]. Maio de 2006.

Summers, Robert James. 2005. "Indigenous Institutions of Water Point Management. A Study of Three Cases in Rural Malawi." Doctoral dissertation. Faculty of Graduate Studies of the University of Guelph: Guelph, Canada.

Surjadi, C., L. Padhmasutra, D. Wahyuningsih, G. McGranahan, e M. Kjellén. 1994. "Household Environmental Problems in Jakarta." Stockholm Environment Institute, Stockholm.

Surjadi, Charles. 2003. "Public Private Partnerships and the Poor: Case Study: Jakarta, Indonesia—Drinking Water Concessions." Loughborough University, Water, Engineering and Development Centre, Loughborough, Reino Unido.

Susantono, Bambang. 2001. "Informal Water Services in Metropolitan Cities of Developing World: The Case of Jakarta, Indonesia." Doctoral dissertation, Department of City and Regional Planning, University of California, Berkeley, Calif.

SUSMAQ (Sustainable Management of the West Bank e Gaza Aquifers Project). 2004. Aquifer map developed by SUSMAQ, 1999-2004, and received from Dr. Karen Assaf, former water minister, Palestinian National Authority, and Dr. Amjad Aliewi, former head of SUSMAQ. Palestinian Water Authority, University of Newcastle upon Tyne, British Geological Survey, and the Department for International Development. Ramallah, Occupied Palestinian Territories.

Swyngedouw, Erik. 2004. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Szreter, Simon. 1997. "Economic Growth, Disruption, Deprivation, Disease, and Death: On the Importance of the Politics of Public Health for Development." *Population and Development Review* 23 (4): 693–728.

Szreter, Simon, e Graham Mooney. 1998. "Urbanization, Mortality, and the Standard of Living Debate: New Estimates of the Expectation of Life at Birth in Nineteenth-Century British Cities." *The Economic History Review* New Series, 51 (1): 84–112.

Tanzânia, governo da. 2002. Poverty and Human Development Report. Poverty Monitoring Service. Dar es Salaam.

Taylor, John. 1983. "An Evaluation of Selected Impacts of Jakarta's Kampung Improvement Program." Doctoral dissertation, Department of Urban Planning, University of California, Los Angeles.

Texas Center for Policy Studies. 2002. "Los efectos de la industrialización y del sector industria maquiladora de exportación en la economía, la salud y el ambiente en Aguascalientes." Austin, Tex. [www.texascenter.org/publications/aguas.pdf]. Julho de 2006.

Thébaud, B., K. Vogt, e G. Vogt. 2006. "The Implications of Water Rights for Pastoral Land Tenure: The Case of Niger." In Lorenzo Cotula, ed., *Land and Water Rights in the Sahel: Tenure Challenges of Improving Access to Water for Agriculture.* Londres: International Institute for Environment and Development.

Thébaud, Brigitte, e Simon Batterbury. 2001. "Sahel Pastoralists: Opportunism, Struggle, Conflict and Negotiation. A Case Study from Eastern Niger." *Global Environmental Change* 11 (1): 69–78.

Thompson, John, Ina T. Porras, James K. Tumwine, Mark R. Mujwahuzi, Munquit Katui-Katua, Nick Johnstone, e Libby Wood. 2002. *Drawers of Water II: 30 Years of Change in Domestic Water Use and Environmental Health in East Africa.* Londres: International Institute for Environment and Development. [www.iied.org/pubs/pdf/full/9049IIED.pdf]. Julho de 2006.

Toset, Hans Petter Wollebæk, Nils Petter Gleditsch, e Håvard Hegre. 2000. "Shared Rivers and Interstate Conflict." *Political Geography* 19 (8): 971–96.

Toubkiss, Jérémie. 2006. "Costing MDG Target 10 on Water Supply and Sanitation: Comparative Analysis, Obstacles and Recommendations." World Water Council, Montreal, Canada.

Trémolet, Sophie. 2002. "Rural Water Service. Is a Private National Operator a Viable Business Model?" World Bank Note 249. World Bank, Washington, DC.

Troesken, Werner. 2001. "Race, Disease, and the Provision of Water in American Cities, 1889-1921." *The Journal of Economic History* 61 (3): 750–76.

Tuinhof, Albert, e Jan Piet Heederik, eds. 2002. "Management of Aquifer Recharge and Subsurface Storage: Making Better Use of Our Largest Reservoir." NNC–IAH publication No. 4. Seminar, 18–19 de Dezembro, Netherlands National Committee and International Association of Hydrogeologists, Wageningen. [http://siteresources.worldbank.org/INTWRD/Resources/GWMATE_Final_booklet.pdf]. Julho de 2006.

Turner, Jennifer L., e Timothy Hildebrandt. 2005. "Navigating Peace: Forging New Water Partnerships: U.S.-China Water Conflict Resolution Water Working Group." *China Environment Series* 7: 89–98.

Turner, R. Kerry, Stavros Georgiou, Rebecca Clark, Roy Brouwer, e Jacob Burke. 2004. *Economic Valuation of Water Resources in Agriculture: From the Sectoral to a Functional Perspective of Natural Resource Management.* Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

UCLG (United Cities and Local Governments) Committee on the Local Management of Water and Sanitation. 2006. "Declaration on Water by Mayors and Local Elected Representatives." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.

Uganda, governo do. 2004. "Poverty Eradication Action Plan (2004/5–2007/8)." Ministry of Finance, Planning and Economic Development, Kampala.

———. 2005. "Uganda: Poverty Reduction Strategy Paper." Kampala.

Ugaz, Cecilia. 2003. "Universal Access to Water: Are There Limits to Commodification of a Basic Need?" Background Issues Paper and Project Proposal. United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Uitto, Juha I. 2004. "Multi-country Cooperation around Shared Waters: Role of Monitoring and Evaluation." *Global Environmental Change* 14 (Supplement 1): 5–14.

Uitto, Juha I., e Alfred M. Duda. 2002. "Management of Transboundary Water Resources: Lessons from International Cooperation for Conflict Prevention." *The Geographical Journal* 168 (4): 365–78.

UNA (Associação das Nações Unidas) e WSSCC (Water Supply and Sanitation Collaborative Council). 2004 . "Conference Report." UNA-WSSCC Conference for World Water Day, 22 de Março, Londres.

UNECA (United Nations Economic Commission for Africa). 2000. "Transboundary River/Lake Basin Water Development in Africa: Prospects, Problems, and Achievements." Addis Ababa. [www.uneca.org/publications/RCID/Transboundary_v2.PDF]. Maio de 2006.

UNEP (United Nations Environment Programme). 2001. "SADC Consultative Process on Dams and Development." Dams and Development Project. Information Sheet 5. Nairobi. [http://hq.unep.org/dams/files/information_sheet_5.pdf]. Maio de 2006.

———. 2004a. "Analyzing Environmental Trends using Satellite Data: Selected Cases." Nairobi. [http://grid2.cr.usgs.gov/publications/Analyzing_Environment.pdf]. Junho de 2006.

———. 2004b. *Lake Chad Basin*, M. P. Fortnam and J. A. Oguntola, eds. GIWA Regional Assessment 43. Kalmar, Sweden: University of Kalmar.

———. 2004c. *Understanding Environmental Conflict and Cooperation.* Nairobi: United Nations Environment Program and Division of Early Warning and Assessment.

UNEP–FI (United Nations Environment Programme–Finance Initiative). 2004. "Challenges of Water Scarcity. A Business Case for Financial Institutions." Nairobi.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 1999. "Sanitation and Hygiene: A Right for Every Child." Nova Iorque.

———. 2005a. "Water, Sanitation and Hygiene Education: Children and Adolescents Leading the Way in Tajikistan." Dushanbe.

———. 2005b. "Women, Water and Hygiene Are Key to Change in Africa." Press release, 14 de Setembro, Nova Iorque.

———. 2006b. *State of the World's Children 2006.* Nova Iorque.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e IRC International Water and Sanitation Centre. 2005. "Water, Sanitation and Hygiene Education for Schools: Roundtable Proceedings and Framework for Action." Roundtable Meeting, 24–26 de Janeiro, Oxford, Reino Unido.

United Nations Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation. 2006. "Hashimoto Action Plan: Compendium of Actions." Reported at the Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México. [www.unsgab.org/Compendium_of_Actions_en.pdf]. Julho de 2006.

United States Department of the Interior. 2001. *Earthshots*, 8th ed. Washington, DC. [http://edcwww.cr.usgs.gov/earthshots/]. Julho de 2006.

Université Catholique de Louvain. 2006. *EM-DAT: The International Disaster Database.* Office of U.S. Foreign Disaster Assistance and Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. Brussels. [www.em-dat.net/]. Julho de 2006.

University of California, Berkeley, and MPIDR (Max Planck Institute for Demographic Research). 2006. Human Mortality Database. Berkeley, Calif., and Munich. [www.mortality.org]. Maio de 2006.

Upadhyay, Bhawana. 2003. "Water, Poverty and Gender: Review of Evidences from Nepal, India and South Africa." *Water Policy* 5 (5): 503–11.

Urban Resource Centre. 2004. Sewerage and water supply news update. [www.urckarachi.org/sewerage%20update.htm]. Julho de 2006.

U.S. Agency for International Development. 2005a. "Case Studies of Bankable Water and Sewerage Utilities. Volume I: Overview Report." Washington, DC.

———. 2005b. "Case Studies of Bankable Water and Sewerage Utilities. Volume II: Compendium of Case Studies." Washington, DC.

Vaidyanathan, A., ed. 2001. *Tanks of South India.* Nova Deli: Centre for Science and Environment.

Valfrey, Bruno. 1997. "Les opérateurs privés du service de l'eau dans les quartiers irréguliers des grandes métropoles et dans les petits centers en Afrique. Burkina Faso, Cap-Vert, Haiti, Mali, Mauritanie, Senegal." Action de recherche 9. Hydro Conseil, Paris. [http://ww3.pseau.org/outils/ouvrages/pseau_epaqppc_act_rech_9_haiti.pdf]. Maio de 2006.

Van Breen, H. 1916. *Beschouwingen: van de Technische-en Watervoorzieningscommissies betreffende de verschillende in zake de voorgenomen verbetering van de watervoorziening der Gemeente Batavia verschenen artikelen en uitgebrachte adviezen* (Reviews: of the Technical and Water Supply commissions concerning the different articles and advice dealing with the intended improvement of water provision for the Municipality of Batavia). [Batavia] Jakarta, Indonesia: Ruygrok and Co.

van der Hoeck, Wim. 2001. "Water and Rural Livelihoods." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints Brief 5. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

van der Zaag, P., e H. Savenije. 1999. "The Management of International Waters in EU and SADC Compared." *Physics and Chemistry of the Earth (Part B)* 24 (6): 579–89.

Van Hofwegen, Paul. 2006. "Enhancing Access to Finance for Local Governments. Financing Water for Agriculture." Task Force on Financing Water for All, Report 1. Chaired by Angel Gurria. World Water Council, Marseilles, France.

van Koppen, B. 1998. "Gendered Water and Land Rights in Construction: Rice Valley Improvement in Burkina Faso." Paper presented at the 8th Biennial Conference of the International Association for the Study of Common Property, 31 de Maio – 4 de Junho, Bloomington, Ind.

———. 2002. "A Gender Performance Indicator for Irrigation: Concepts, Tools and Applications." IWMI Research Report 59. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, B., C. Sokile, N. Hatibu, B. Lankford, H. Mahoo, e P. Yanda. 2004. "Formal Water Rights in Tanzania: Deepening the Dichotomy?" Working Paper 71. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, Barbara, Regassa Namara, e Constantina Safilios-Rothschild. 2005. "Reducing Poverty through Investments in Agricultural Water Management: Poverty and Gender Issues and Synthesis of Sub-Saharan Africa Case Study Reports." Working Paper 101. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, Barbara, R. Parthasarathy, e Constantina Safiliou. 2002. "Poverty Dimensions of Irrigation Management Transfer in Large-Scale Canal Irrigation in Andhra Pradesh and Gujarat, India." Research Report 61. International Water Management Institute, Colombo.

Van Leeuwen, C. A. E. 1920. "Het rioleeringsvraagstuk in Nederlandsch-Indie (The question of water treatment in Netherlands Indie)." *De Waterstaats-Ingenieur* 5: 196–212.

VanDeveer, Stacy D. 2002. "International Environmental Cooperation at Sea: Caspian, Mediterranean and North Sea Cases." *Global Environmental Politics* 2 (1): 111–19.

VERC (Village Education Resource Center). 2002. "Shifting Millions from Open Defecation to Hygienic Latrines." Dhaka.

Verdeil, Véronique. 2003a. "Etudier les comportements et les demandes des usagers: Un préalable indispensable pour réduire les inégalités d'accès a l'eau." La Lettre du Programme Solidarité Eau 44. Paris.

———. 2003b. *Marchés locaux de l'eau. Pratiques et territoires de l'approvisionnement en eau à Metro Cebu, Philippines*. Paris: Thèse de Doctorat en Urbanisme et Aménagement, Université de Paris 8.

———. 2004. "Branchements collectives et pratiques sociales à Metro Cebu, Philippines: des services d'eau en quête de légitimation." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 57–70.

Vermillion, Douglas L. 2005. "Irrigation Sector Reform in Asia: From 'Participation with Patronage' to 'Empowerment with Accountability'." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, and Robert Yoder, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges*. New Delhi and London: Sage.

Vickers, John, e George Yarrow. 1998. *Privatization: An Economic Analysis*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Viero, Odete Maria. 2003. "Water Supply and Sanitation in Porto Alegre, Brazil." Paper presented at PRINWASS Second International Conference, "Private Participation in Water and Sanitation: Tools for Exploring and Evaluating Current Policies in the Sector," Latin American Faculty of Social Sciences (FLASCO) Mexico, 2–3 de Abril, Cidade do México. [http://users.ox.ac.uk/~prinwass/PDFs/DMAE.PDF#search='porto%20alegre%20brazil%20water']. Julho de 2006.

Viero, Odete Maria, e Andre Passos Cordeiro. 2006. "Public Interest vs. Profits: The Case of Water Supply and Sewage in Porto Alegre, Brazil." In *Dynamics of Urban Change: A Collection of Resources*. CD-ROM. Department for International Development, Urban Infrastructure, Services and Management, Basic Infrastructure, London. [www.ucl.ac.uk/dpu-projects/drivers_urb_change/urb_infrastructure/pdf_public_private_services/W_WaterAid-Public_Porto%20Alegre.pdf#search='porto%20alegre%20brazil%20water']. Julho de 2006.

Vinogradov, Sergei, e Vance P. E. Langford. 2001. "Managing Transboundary Water Resources in the Aral Sea Basin: In Search of a Solution." *International Journal of Global Environmental Issues 1* (3–4): 345–62.

Vira, Bhaskar, Ramaswamy Iyer, e Robert Cassen. 2004. "Water." In Robert Cassen, Leela Visaria, e Tim Dyson, eds., *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.

Vircoulon, Thierry. 2003. "L'eau gratuite pour tous? L'exemple de la nouvelle politique de l'eau en Afrique du Sud." *Afrique contemporaine* 1 (205): 135–150.

Vogel, Coleen, e Anthony Nyong. 2005. "The Economic, Developmental and Livelihood Implications of Climate Induced Depletion of Ecosystems and Biodiversity in Africa." Avoiding Dangerous Climate Change: A Scientific Symposium on Stabilization of Greenhouse Gases, 1–3 de Fevereiro, Met Office, Exeter, Reino Unido.

Vörösmarty, Charles J., Pamela Green, Joseph Salisbury, e Richard B. Lammers. 2000. "Global Water Resources: Vulnerability from Climate Change and Population Growth." *Science* 289 (5477): 284–88.

Wagstaff, Adam. 2000. "Socioeconomic Inequalities in Child Mortality: Comparisons across Nine Developing Countries." *Bulletin of the World Health Organization* 78 (1): 19–29.

———. 2001. "What Do Poor Children Die from? Some Evidence from Cebu, the Philippines." Banco Mundial, Washington, DC.

Water Policy Briefing. 2002. "The Socio-Ecology of Groundwater in India." Issue 4. IWMI-TATA, Colombo.

WaterAid. 2005. "Water and Sanitation in Tanzania: An Update Based on the 2002 Population and Housing Census." London and Dar es Salaam. [www.wateraid.org/documents/2002_census_update.pdf]. Julho de 2006.

WaterAid Uganda. 2003. "Sustainable Hygiene Behaviour Change. A Study of Key Determinants." Kampala.

Waterbury, John. 1979. *Hydropolitics of the Nile Valley*. Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press.

Waterkeyn, Juliet, e Sandy Cairncross. 2005. "Creating Demand for Sanitation and Hygiene Through Community Health Clubs: A Cost-effective Intervention in two Districts in Zimbabwe." *Social Science & Medicine* 61 (9): 1958–70.

Water-Technology.net. 2006. "Ashkelon Desalination Plant, Seawater Reverse Osmosis (SWRO) Plant, Israel." Londres. [www.watertechnology. net/projects/israel/]. Julho de 2006.

Wax, Emily. 2006. "Dying for Water in Somalia's Drought: Amid Anarchy, Warlords Hold Precious Resource." Washington Post Foreign Service. 14 de Abril.

WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). 2005. "Collaborative Actions for Sustainable Water Management." Genebra.

Weinthal, Erika. 2002. *State Making and Environmental Cooperation: Linking Domestic and International Cooperation in Central Asia*. Cambridge, Mass., e London: MIT Press.

Weinthal, Erika, A. Vengosh, A. Marei, A. Gutirrez, e W. Kloppmann. 2005. "The Water Crisis in the Gaza Strip: Prospects for Resolution." *Ground Water* 43 (5): 653–60.

Weitz, Almud, e Richard Franceys, eds. 2002. *Beyond Boundaries. Extending Services to the Urban Poor*. Manila: Asian Development Bank.

White, David. 2006. "Local Ways Start to Change as Waters of Lake Chad Recede." *Financial Times*. 4 de Fevereiro.

Whittington, Dale, Xinming Mu, e Robert Roche. 1990. "Calculating the Value of Time Spent Collecting Water: Some Estimates for Ukunda, Kenya." *World Development* 18 (2): 269–80.

Winpenny, James. 2003. *Financing Water for All: Report of the World Panel on Financing Water Infrastructure*. Chaired by Michel Camdessus. 3rd World Water Forum. World Water Council and Global Water Partnership.

Wodon, Quentin, e C. Mark Blackden, eds. 2006. *Gender, Time Use, and Poverty in Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: World Bank.

Wolf, Aaron T. 1998. "Conflict and Cooperation along International Waterways." *Water Policy* 1 (2): 251–65.

———. 2000. "'Hydrostrategic' Territory in the Jordan Basin: Water, War, and Arab-Israeli Peace Negotiations." In Hussein A. Amery and Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin, Tex.: University of Texas Press.

Wolf, Aaron T., Shira B. Yoffe, e Meredith Giordano. 2003. "International Waters: Identifying Basins at Risk." *Water Policy* 5 (1): 29–60.

Wolf, Aaron T., Annika Kramer, Alexander Carius, e Geoffrey D. Dabelko. 2005. "Managing Water Conflict and Cooperation." In *State of the World 2005: Redefining Global Security*. Washington, DC: Worldwatch Institute.

Wolf, Aaron T., Jeffrey A. Natharius, Jeffrey J. Danielson, Brian S. Ward, e Jan K. Pender. 1999. "International River Basins of the World." *International Journal of Water Resources Development* 15 (4): 387–427. [www.transboundarywaters.orst.edu/publications/register/]. Julho de 2006.

Wolff, Gary, e Eric Hallstein. 2005. "Beyond Privatization: Restructuring Water Systems to Improve Performance." Pacific Institute, Oakland, Calif.

Wolfowitz, Paul. 2005. "Environment and Development: Reaching for a Double Dividend." Address to the Special Session of the Sao Paulo Forum on Climate Change, 20 de Dezembro. São Paulo, Brasil.

Woods, R. I., P. A. Watterson, e J. H. Woodward. 1988. "The Causes of Rapid Infant Mortality Decline in England and Wales, 1861-1921. Part I." *Population Studies* 42 (3): 343–66.

———. 1989. "The Causes of Rapid Infant Mortality Decline in England and Wales, 1861-1921. Part II." *Population Studies* 43 (1): 113–32.

World Water Assessment Programme. 2003. *The United Nations World Water Development Report: Water for People, Water for Life*. Barcelona: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Berghahn Books.

———. **2006.** *The United Nations World Water Development Report 2: Water, A Shared Responsibility.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Worthington, E. Barton. 1983. *The Ecological Century: A Personal Appraisal.* Oxford: Clarendon Press.

WRI (Instituto Mundial de Recursos). 2005. *Ecosystems and Human Well-Being: Wetlands and Water Synthesis: A Report of the Millennium Ecosystem Assessment.* Washington DC.

WRI (Instituto Mundial de Recursos), UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente) e o Banco Mundial em colaboração com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005. *World Resources 2005: The Wealth of the Poor—Managing Ecosystems to Fight Poverty.* World Resources Institute, Washington, DC.

WSP (Water and Sanitation Program). 2000. "The Treadle Pump. An NGO Introduces a Low-Cost Irrigation Pump to Bangladesh." Washington, DC.

———. **2002a.** "New Designs for Water and Sanitation Transactions. Making Private Sector Participation Work for the Poor." Washington, DC.

———. **2002b.** "Taking Sustainable Rural Water Supply Services to Scale: A Discussion Paper." Washington, DC.

———. **2002c.** "Water Supply and Sanitation in Social Funds. A Rapid Assessment of the Ethiopian Social Rehabilitation and Development Fund." Sector Finance Working Paper 3. Washington, DC.

———. **2002d.** "Willingness to Charge and Willingness to Pay: The World Bank-assisted China Rural Water Supply and Sanitation Program." Washington, DC.

———. **2003.** "Factors behind the Poor Integration of the Water Supply and Sanitation Sector in PRSPs in Sub-Saharan Africa." Sector Finance Working Paper 6. Washington, DC.

———. **2004.** "The Case for Water and Sanitation. Better Water and Sanitation Make Good Fiscal and Economic Sense, and should be Prominent in PRSPs and Budget Allocations." Sector Finance Working Paper 3. Washington, DC.

———. **2006.** "Featured News - Strengthening Voice of Water Consumers in Kenya." [www.wsp.org/06_FeaturedNews.asp?FeatureID=174]. Junho de 2006.

WSP–AF (Water and Sanitation Program–Africa). 2002a. "Blue Gold: Building African Solutions for Water, Sanitation and Hygiene." Blue Gold Introductory Field Note. Nairobi.

———. **2002b.** "Hygiene Promotion in Burkina Faso and Zimbabwe: New Approaches to Behaviour Change." Blue Gold Series, Field Note 7. Nairobi.

———. **2002c.** "The National Sanitation Programme in Mozambique: Pioneering Peri-Urban Sanitation." Blue Gold Series, Field Note 9. Nairobi.

———. **2002d.** "The National Water and Sanitation Programme in South Africa: Turning the 'Right to Water' into Reality." Blue Gold Series, Field Note 8. Nairobi.

———. **2002e.** "Rural Water Sector Reform in Ghana: A Major Change in Policy and Structure." Blue Gold Series, Field Note 2. Nairobi.

———. **2003a.** "Governance and Financing of Water Supply and Sanitation in Ethiopia, Kenya and South Africa. A Cross Country Synthesis." Sector Finance Working Paper 5. Nairobi.

———. **2003b.** "Water Supply and Sanitation in Poverty Reduction Strategy Papers in Sub-Saharan Africa: Developing a Benchmarking Review and Exploring the Way Forward." Nairobi.

———. **2004a.** "The Case for Marketing Sanitation." Nairobi.

———. **2004b.** "Ethiopia Water Supply Sector. Resource Flows Assessment." Sector Finance Working Paper 10. Nairobi.

———. **2004c.** "Mobilizing Resources for Sanitation." Field Note. Nairobi.

———. **2004d.** "Sanitation and Hygiene in Kenya: Lessons on What Drives Demand for Improved Sanitation." Nairobi.

———. **2004e.** "Strengthening Budget Mechanisms for Sanitation in Uganda." Nairobi.

———. **2004f.** "Who Buys Latrines, Where and Why?" Sanitation and Hygiene Series. Nairobi.

———. **2005a.** "Financing the Millennium Development Goals for Water and Sanitation: What Will It Take?" Sector Finance Working Paper 10. Nairobi.

———. **2005b.** "A Review of EcoSan Experience in Eastern and Southern Africa." Nairobi.

———. **2005c.** "Rogues No More? Water Kiosk Operators Achieve Credibility in Kibera." Field Note. Nairobi.

———. **2005d.** "Understanding Small Scale Providers of Sanitation Services: A Case Study of Kibera." Nairobi.

———. **Forthcoming.** "Is Africa on Target to Meet the Millennium Development Goals on Water Supply and Sanitation? A Status Overview of Sixteen African Countries." Washington, DC.

WSP–EAP (Water and Sanitation Program—East Asia and the Pacific). 2003. "Urban Sewerage and Sanitation. Lessons Learned from Case Studies in the Philippines." Jakarta.

———. **2005.** "Harnessing Market Power for Rural Sanitation. Making Sanitation Attractive and Accessible for the Rural Poor." Jakarta.

WSP International (War-torn Societies Project International). 2003. "Kagera River Basin Integrated Water Resources Management Project." [ftp://ftp.fao.org/agl/agll/kageradocs/ch3/IWRMDraftFinalReportKagera.pdf]. Julho de 2006.

WSP–LAC (Water and Sanitation Program–Latin America and the Caribbean Region). 2004. "New Roles for Rural Water Associations and Boards in Honduras." Field Note. Lima.

———. **2005.** "Delegating Water and Sanitation Services to Autonomous Operators." Field Note. Lima.

WSP–SA (Water and Sanitation Program–South Asia). 1999. "Villagers Treat Water As an Economic Good, Olavanna, Kerala, India." Nova Deli.

———. **2000.** "Marketing Sanitation in Rural India." Nova Deli.

———. **2005.** "Scaling-Up Rural Sanitation in South Asia. Lessons Learned from Bangladesh, India, and Pakistan." Nova Deli.

WUP (Water Utility Partnership for Capacity Building). 2003. "Better Water and Sanitation for the Urban Poor: Good Practice from Sub-Saharan Africa." Kenya.

WWC (World Water Council). 2000. *A Water Secure World: Vision for Water, Life and the Environment.* Commission Report. Marseille, France.

WWF Nepal Programme. 2005. "An Overview of Glaciers, Glacier Retreat and Subsequent Impacts in Nepal, India and China." Kathmandu. [www.panda.org/downloads/climate_change/himalayaglaciersreport2005.pdf]. Junho de 2005.

Yang, Hong, and Alexander J. B. Zehnder. 2002. "Water Scarcity and Food Import: A Case Study for Southern Mediterranean Countries." *World Development* 30 (8): 1413–30.

Yepes, Guillermo. 1999. "Do Cross-Subsidies Help the Poor to Benefit from Water and Wastewater Services? Lessons from Guayaquil." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Yescombe, Edward, e E. R. Yescombe. 2002. *Principles of Project Finance.* San Diego, Calif.: Academic Press.

Yetim, Muserref. 2002. "Governing International Common Pool Resources: The International Watercourses of the Middle East." *Water Policy* 4 (4): 305–21.

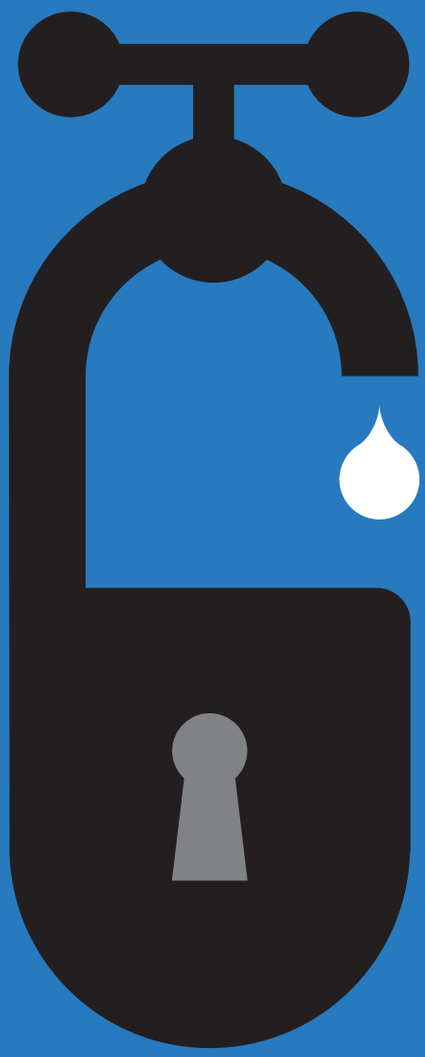
Yoffe, Shira B., e Aaron T. Wolf. 1999. "Water, Conflict and Co-operation: Geographical Perspectives." *Cambridge Review of International Affairs* 12 (2): 197–213.

Zaidi, Akbar. 2001. "From the Lane to the City: The Impact of the Orangi Pilot Project's Low Cost nitation Model." WaterAid, Londres.

Zâmbia, governo da República da. 2004a. "Water Supply and Sanitation Sector. Finance and Resource Flow Assessment." Sector Finance Working Paper 7. Water and Sanitation Program, Washington, DC.

———**2004b.** "Zambia: Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report." IMF Country Report 04/181. International Monetary Fund, Washington, DC.

Zérah, Marie-Hélène. 2000. *Water: Unreliable Supply in Delhi.* New Delhi: Manohar.



Indicadores de desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano

«O objectivo básico do desenvolvimento», escreveu Mahbub ul Haq no primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* em 1990, «é criar um ambiente favorável em que as pessoas possam gozar vidas longas, saudáveis e criativas.» Dezasseis anos depois, essa visão continua a ter uma forte repercussão.

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Por vezes, esquecemos essa verdade simples. Impressionados pelas subidas e descidas dos rendimentos nacionais (medidas pelo PIB), temos tendência para pôr no mesmo prato o bem-estar humano e a riqueza material. Não se deve subvalorizar a importância da estabilidade e do crescimento do PIB: são ambos essenciais para o progresso humano sustentado, como se torna óbvio nos vários países que sofrem com a sua ausência. Mas o último parâmetro para medir o progresso é a qualidade de vida das pessoas. Como Aristóteles afirmou, «A riqueza, obviamente, não é o bem que procuramos; apenas é útil e para bem de qualquer outra coisa.»[1] Essa «outra coisa» é a oportunidade das pessoas realizarem o seu potencial como seres humanos. A verdadeira oportunidade prende-se com ter verdadeiras escolhas — as escolhas que surgem com rendimento suficiente, estudos, boa saúde e com o facto de viver num país que não é governado pela tirania. Como escreveu Amartya Sen: «O desenvolvimento pode ser visto ... como um processo de alargar as verdadeiras liberdades que as pessoas gozam.»[2]

Nas últimas décadas houve aumentos sem precedentes na riqueza material e na prosperidade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estes aumentos têm sido muito irregulares, com imensas pessoas a não participarem do progresso. Além disso, o PIB ainda é medido de uma forma que não toma em consideração a degradação ambiental e o esgotamento de recursos naturais.

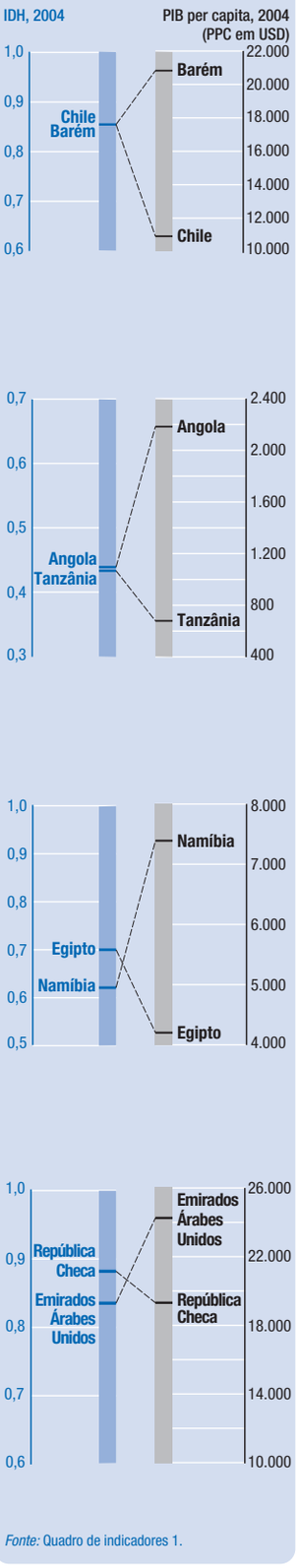
Índice de desenvolvimento humano

Todos os anos, desde 1990, este relatório tem publicado um índice de desenvolvimento humano (IDH) que olha para além do PIB para uma definição mais ampla de bem-estar. O IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC). O índice não é, de forma alguma, uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

O IDH deste ano, que se refere a 2004, realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado. Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré cheia levanta todos os barcos.»[3] Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos — mas alguns estão a afundar-se rapidamente. Os entusiastas que enfatizam os aspectos positivos da globalização deixam-se levar muitas vezes por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres. A pessoa média na Noruega (no topo da liga do IDH) e a pessoa média em países como o Níger (na base) vivem, sem dúvida, em distritos diferentes de desenvolvimento humano da aldeia global. As pessoas na Noruega são mais de 40 vezes mais ricas do que as pessoas no Níger. Vivem quase duas vezes mais. E gozam de uma taxa de matrícula quase universal nos ensinos primário, secundário e superior, em comparação com uma taxa de matrícula de 21% no Níger. Para os 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo — um grupo com 9% da população mundial — a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado.

O IDH sublinha outro tema central que aparece no *Relatório do Desenvolvimento Humano* desde o seu início. Em média, os indicadores de desenvolvimento humano tendem a subir e a des-

Figura 1 **Do rendimento ao IDH – uns têm melhores resultados que outros**



Fonte: Quadro de indicadores 1.

cer com o rendimento. Essa descoberta não tem nada de surpreendente. Os rendimentos médios muito baixos e os níveis elevados de privação de rendimento contribuem para a falta de liberdades substantivas no mundo, tirando às pessoas a capacidade de conseguir uma nutrição adequada, de tratar as doenças ou de obter estudos. O IDH reflecte a associação positiva entre rendimento, por um lado, e saúde e educação, por outro: as pessoas nos países mais ricos tendem a ser mais saudáveis e a ter mais oportunidades educativas. Também chama a nossa atenção para o facto de alguns países serem muito melhores do que outros a converter a riqueza material em oportunidades de saúde e educação.

Alguns países têm um nível de IDH muito inferior ao seu nível de rendimentos, enquanto outros invertem esta relação. Por exemplo, o Vietname continua a ser muito pobre, mas tem um nível de IDH muito superior a inúmeros outros países com rendimentos per capita superiores. O Barém, pelo contrário, tem um rendimento médio quase duas vezes superior ao do Chile mas, não obstante o progresso recente, tem um nível de IDH inferior porque o seu desempenho é pior em termos da educação e da alfabetização. Na África Subsariana, a Tanzânia tem um rendimento médio de um terço do de Angola, mas um nível de IDH similar — um resultado que reflecte os elevados custos humanos do conflito em Angola (figura 1).

Os governos olham frequentemente para o IDH como um instrumento de avaliação do seu desempenho, por comparação com o dos países vizinhos. A competição pelo desenvolvimento humano é uma rivalidade saudável — mais saudável, poder-se-ia afirmar, do que a competição relacionada com o PIB. No entanto, tem havido uma certa tendência para os governos negligenciarem questões mais prementes, incluindo as razões subjacentes às grandes discrepâncias entre a posição nacional nas tabelas de rendimento global e no IDH. Em determinados casos, como na África Austral, estas discrepâncias prendem-se com problemas específicos (tais como o VIH/SIDA). Em muitos outros, podem ter a ver com fracassos da política doméstica de promover oportunidades de saúde e educação.

O IDH é uma medida menos eficaz do desempenho transversal dos diversos países no topo da tabela da liga. Uma taxa de matrículas no ensino e uma alfabetização quase universais, aliadas a limites superiores de esperança de vida (consultar *Nota técnica 1*), tornam o índice uma medida imperfeita de desempenho transversal aos diversos países. Mas mesmo a esse nível, realça algumas discrepâncias entre o rendimento e o nível global do IDH. Por exemplo, os Estados Unidos, cujos cidadãos são, em média, os segundos mais ricos do mundo depois do Luxemburgo, estão seis lugares abaixo no seu nível de IDH do que no seu nível de rendimento. Uma razão para isso é que a esperança média de vida é de menos três anos do que na Suécia — um país com um rendimento médio um quarto inferior. Dentro do grupo de desenvolvimento humano elevado, o Chile e Cuba gozam de níveis de IDH muito superiores aos seus níveis de rendimento.

Como acontece com qualquer índice que agrupe dados transversais em diversas áreas de desempenho, o IDH está sujeito a ajustes constantes, à luz das mudanças nos sistemas de relatórios estatísticos. Em certos casos, essas mudanças podem afectar a classificação de um país, num sentido positivo ou negativo, independentemente do seu desempenho subjacente. O IDH deste ano demonstra o problema. Vários países viram os seus níveis de IDH cair, não devido a uma mudança subjacente ao desempenho, mas devido a uma mudança nos sistemas de relatórios para a educação. Por definição, os dados relativos à taxa de escolarização utilizados no IDH não devem incluir o ensino de adultos. No entanto, cerca de 32 países incluíam no passado a educação de adultos quando forneciam os dados das matrículas escolares para os relatórios. Este ano esses países mudaram o sistema de fornecimento de dados para os relatórios de forma a corrigir essa anomalia. Os novos conjuntos de dados estão agora mais uniformes e mais correctos. Mas a mudança teve um efeito adverso nos níveis de IDH de vários países, incluindo a Argentina, a Bélgica, o Brasil, o Paraguai, o Peru e o Reino Unido. Para o Brasil, o declínio no nível do IDH — de 63 para 69 — deve-se quase por completo às mudanças nos relatórios estatísticos e não à deterioração real no desempenho educativo. Resultados semelhantes podem ser observados para outros países do grupo.

Tendências em termos de desenvolvimento humano — o IDH e outras

As tendências em termos de desenvolvimento humano contam uma história importante. Desde meados da década de 70 que quase todas as regiões têm estado a aumentar progressivamente a sua pontuação no IDH (figura 2). A Ásia Oriental e a Ásia do Sul aceleraram o progresso desde 1990. A Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), após um declínio catastrófico na primeira metade da década de 90, também recuperaram bastante e reconquistaram

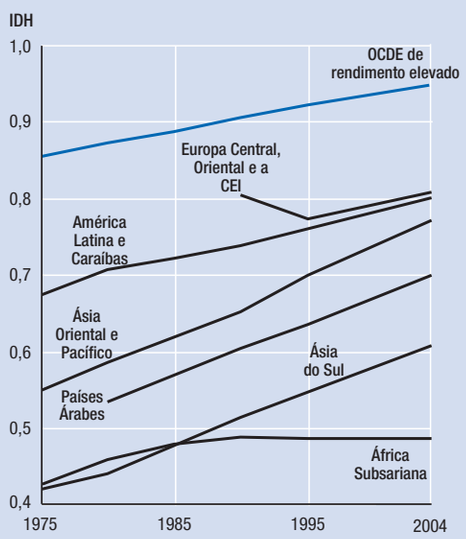
o nível que tinham antes deste recuo. A principal excepção é a África Subsariana. Desde 1990 que estagnou, em parte devido a recuos económicos mas sobretudo devido ao efeito catastrófico do VIH/SIDA sobre a esperança de vida. Há dezoito países que actualmente têm um nível de IDH mais baixo do que em 1990 — a maioria deles na África Subsariana. Hoje, 28 dos 31 países com desenvolvimento humano baixo situam-se na África Subsariana. Isto vem sublinhar a extrema importância de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através de esforços nacionais e parcerias globais para ultrapassar a herança de grandes desvantagens que as pessoas enfrentam hoje em África.

O progresso em termos de desenvolvimento humano é por vezes encarado como um sinal da convergência entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Em termos gerais, esta ideia está correcta: tem havido uma melhoria constante nos indicadores de desenvolvimento humano para o mundo em desenvolvimento ao longo de várias décadas. Mas a convergência está a ocorrer a ritmos muito diferentes em regiões diferentes — e de pontos de partida diferentes. As desigualdades em termos do desenvolvimento humano continuam grandes e, para um grande grupo de países, a divergência está na ordem do dia. Isto pode ser ilustrado fazendo referência a alguns dos indicadores centrais que estão na base do IDH.

Esperança de vida

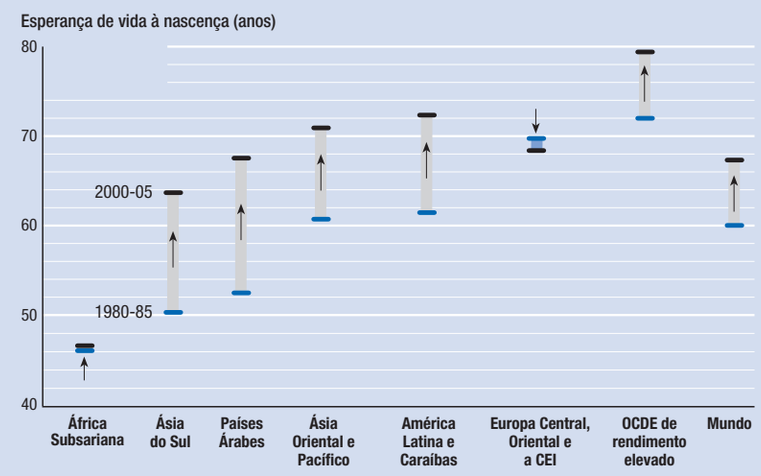
Ao longo das últimas três décadas, os países em desenvolvimento, considerados como um grupo, têm estado a convergir para os países desenvolvidos em termos da esperança de vida. A sua esperança média de vida à nascença aumentou nove anos, em comparação com os sete anos que aumentou nos países de rendimento alto (figura 3). A excepção é novamente a África Subsariana. Para a região como um todo, a esperança de vida hoje é inferior à de há três décadas atrás — e mesmo esta história de primeira página subvaloriza o problema. Vários países na África Austral sofreram recuos catastróficos: 20 anos no Botsuana, 16 na Suazilândia e 13 no Lesoto e na Zâmbia. Estes recuos demográficos são maiores do que o da França após a Primeira Guerra Mundial (consultar o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2005). Também houve um recuo no padrão de género da esperança de vida. Por toda a África Subsariana, as mulheres são as responsáveis por uma parcela crescente de infecções por VIH/SIDA — uma tendência que está a diminuir de forma dramática a esperança de vida das mulheres em relação à dos homens. A prevenção e o tratamento do VIH/SIDA continuam a estar entre as mais importantes condições para a continuação das tendências positivas em termos de desenvolvimento humano numa grande parte da região (caixa 1).

Figura 2 **A tendência de desenvolvimento humano – para cima mas de forma irregular**



Fonte: Calculado com base no quadro de indicadores 2.

Figura 3 **As lacunas em termos de esperança de vida estão a diminuir — mas existem excepções**



Fonte: ONU 2005b.

Caixa 1 A feminização do VIH/SIDA na África Subsariana

O VIH/SIDA fez recuar o desenvolvimento humano num vasto grupo de países. Mais de 39 milhões de pessoas estão infectadas com o VIH, o vírus que causa a SIDA, e 3 milhões de pessoas morreram desta doença apenas em 2005. O decréscimo da esperança de vida foi um dos impactos mais visíveis do VIH/SIDA no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Menos visível foi a feminização da doença e as consequências para a igualdade de género.

Na África Subsariana, o epicentro da crise, as taxas de infecção têm estado a crescer muito mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (figura 1). As mulheres agora são responsáveis por 57% das infecções por VIH na região e as raparigas africanas (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) têm agora uma probabilidade três vezes superior à dos homens de ficarem infectadas.

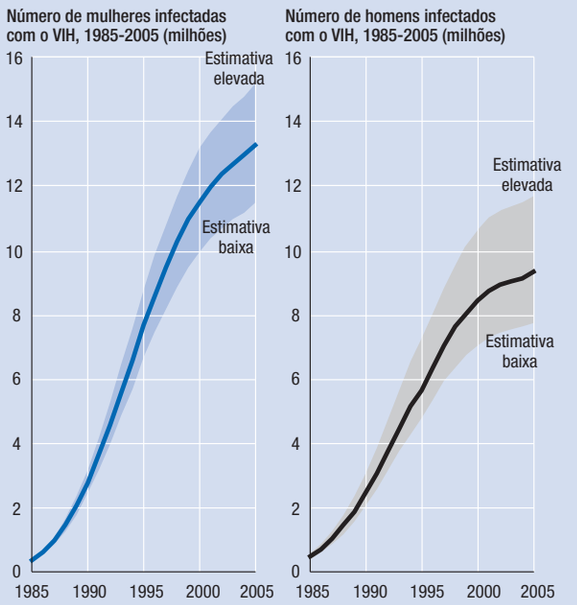
A pandemia está a dar forma à estrutura demográfica de muitos países africanos. As mulheres têm uma probabilidade maior de contrair a infecção — e é mais provável que morram da doença mais cedo. Na África Austral, isto está a inverter o padrão de esperança de vida para os homens e para as mulheres (figura 2). Pelas tendências actuais, a esperança média de vida no Botsuana, no Lesoto, na África do Sul e na Suazilândia será de menos dois anos para as mulheres do que para os homens em 2005-10, por comparação com mais 7 anos em 1990-95. Parte do enviesamento de género nas taxas de morte por VIH/SIDA pode prender-se com casamentos ou uniões sexuais que aumentam a exposição das mulheres e das raparigas ao risco por se realizarem quando estas ainda são muito jovens.

Ainda assim, os indícios dos 11 países estudados em detalhe pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA mostram um declínio em oito países na proporção de pessoas a ter relações sexuais antes dos 15 anos e um aumento do uso de preservativos. Os números relativos ao tratamento também estão no caminho certo: a utilização de medicamentos antiretrovirais na África Subsariana passou de 100.000 pessoas em 2003 para 810.000 no final de 2005. Mas apenas cerca de uma pessoa em cada seis dos 4,7 milhões que precisavam de tratamento o estão a receber actualmente. E as taxas de cobertura variam bastante — de mais de 80% no Botsuana a 4% em Angola. A África do Sul, sozinha, é responsável por cerca de um quarto das pessoas que recebem tratamento.

O enviesamento de género também torna assimétricos a prevenção e o tratamento? As provas são mistas. As relações desiguais de poder podem criar desvantagens para as mulheres e para as raparigas em termos da prevenção, uma vez que têm menos controlo sobre a tomada de decisões. A desvantagem educativa também é um factor. Como a escola é um local importante para a educação sobre o VIH/SIDA, as disparidades de género em termos da frequência da escola também colocam as raparigas em desvantagem. As provas actuais não apontam para um enviesamento sistemático no tratamento. Na Etiópia e no Gana, as mulheres são responsáveis por uma proporção mais pequena de tratamento do que o previsto com base nas taxas de infecção, mas na África do Sul e na Tanzânia, elas são responsáveis por uma maior proporção.

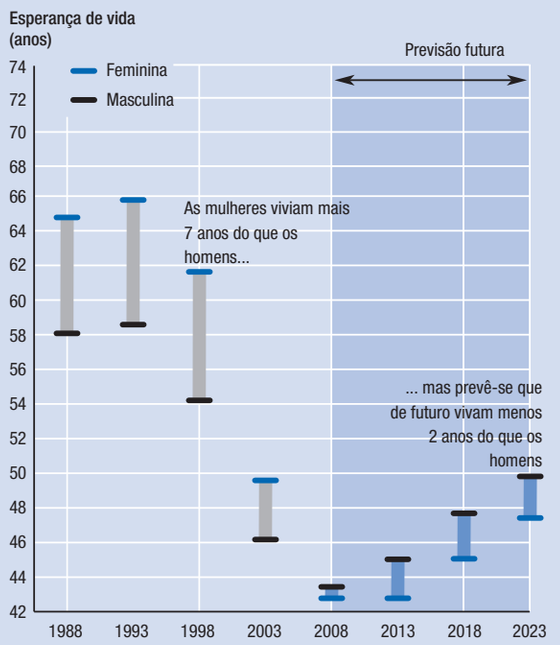
Tal como os homens, as mulheres na África Subsariana sofrem do estigma, do medo, da fraca liderança e da participação política inadequada que tem atrasado o desenvolvimento de uma resposta eficaz para o VIH/SIDA em muitos países. Também têm a ganhar se se conseguir alcançar o objectivo do Fundo Global da Luta contra a SIDA, a Malária e a Tuberculose de, até 2010, se fornecer tratamento antiretroviral a 10 milhões de pessoas a nível global. É muito importante que o compromisso assumido pelo Grupo dos Sete países líderes em termos industriais de fornecer, o mais próximo possível, acesso universal ao tratamento até 2010. Ao mesmo tempo, os governos nacionais deviam pôr o género e o ultrapassar das desigualdades de género no centro das estratégias de prevenção e tratamento.

Figura 1 África Subsariana — uma crise cada vez mais feminina



Nota: Refere-se a adultos com 15 anos e mais.
Fonte: ONUSIDA 2006.

Figura 2 Esperança de vida — a grande inversão de género na África Austral



Fonte: ONU 2005b.

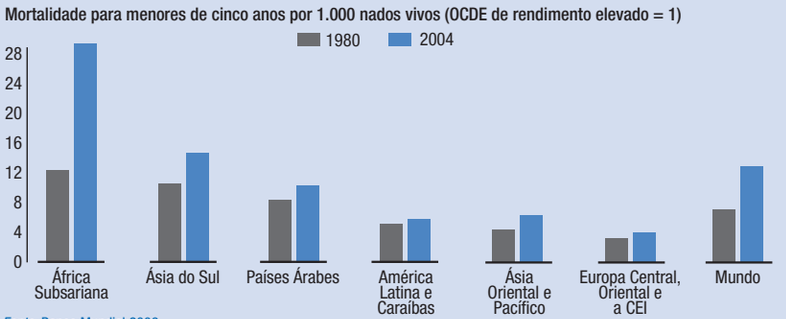
Mortalidade infantil

As taxas de sobrevivência para as crianças estão entre os determinantes mais importantes do bem-estar humano. Também aqui existem algumas tendências encorajadoras. As taxas de mortalidade infantil estão a cair: houve menos 2,1 milhões de mortes em 2004 do que em 1990. As perspectivas de sobrevivência estão a melhorar em todas as regiões (figura 4). No entanto, os 10,8 milhões de mortes infantis em 2004 testemunham a desigualdade existente em relação à mais elementar de todas as oportunidades de vida — a oportunidade de permanecer vivo. Nascer na rua errada da aldeia global envolve um risco elevado em termos das perspectivas de sobrevivência.

Para as crianças na maior parte do mundo em desenvolvimento, o diferencial de risco está a aumentar. As taxas de mortalidade infantil em quase todas as regiões em desenvolvimento estão a aumentar quando expressas como um múltiplo da taxa nos países de rendimento elevado. Para além disso, o ritmo do progresso na redução da mortalidade infantil abrandou para um grande número de países. Se se tivesse mantido, desde essa altura, o ritmo de progresso registado na década de 80, em 2004 teria havido menos 1,5 milhões de mortes de crianças no mundo. O atraso na redução das taxas de mortalidade infantil tem implicações para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De acordo com as actuais tendências, a meta de reduzir em dois terços as taxas gerais de mortalidade até 2015 falhará em cerca de 4,4 milhões de mortes nesse ano. Apenas três países da África Subsariana estão no caminho certo para alcançar o objectivo.

Talvez melhor do que qualquer outro indicador, a mortalidade infantil demonstra que os aumentos de rendimento não são equivalentes a melhorias no desenvolvimento humano. Medido pela geração de rendimentos, a Índia é uma das histórias de sucesso da globalização: o PIB per capita cresceu em média 4% por ano desde 1990. Mas a taxa de tendência para reduzir a mortalidade infantil abrandou de 2,9% por ano na década de 80 para 2,2% desde 1990. Ao passo que a Índia teve um melhor desempenho do que o Bangladeche em termos de crescimento económico e de rendimento médio, o Bangladeche teve um melhor desempenho do que a Índia na redução das taxas de mortalidade infantil, mantendo uma taxa de declínio de 3,45% desde 1990. O contraste da sorte das crianças na Índia e no Bangladeche, quando avaliadas em termos das perspectivas de sobrevivência, aponta para os limites da riqueza como a métrica para medir o desenvolvimento humano.

Figura 4 **Divergência global em termos das mortes de crianças**



Fonte: Banco Mundial 2006.

Educação

O progresso em termos de educação é essencial para o desenvolvimento humano por si só e devido às ligações à saúde, à equidade e à legitimação. Também aqui o relatório de progresso se traduz por um copo meio vazio e meio cheio. Muito se conseguiu — mas continuam a existir grandes lacunas.

Os padrões de analfabetismo hoje em dia são um legado das lacunas do passado em termos de educação. Desde 1990, as taxas de alfabetização de adultos subiram de 75% para 82%, reduzindo em 100 milhões o número de pessoas analfabetas no mundo. Em termos de equidade de género tem havido menos progresso. As mulheres continuam a ser responsáveis por cerca de dois terços do analfabetismo entre os adultos — o mesmo que acontecia na década de 90. Os rácios líquidos de matrículas no ensino primário aumentaram por todo o mundo em desenvolvimento e a lacuna em termos de equidade de género nas matrículas está a diminuir em todas as regiões. Por comparação com estas boas notícias, as más notícias são que 115 milhões de crianças continuam fora da escola — e cerca de 62 milhões dessas crianças são raparigas.

As diferenças de matrículas no nível primário captam uma importante dimensão do progresso na educação, mas apenas uma dimensão. Numa economia global baseada no conhecimento, um ensino primário de qualidade é apenas o primeiro degrau numa escada e não um destino. Nesta perspectiva mais abrangente, as diferenças na distribuição das oportunidades globais de educação continuam a ser assustadoras. Em média, uma criança no Burquina Faso pode esperar ter menos de 4 anos de educação, em comparação com os mais de 15 anos na maior parte dos países de rendimento elevado. Estas profundas desigualdades existentes hoje em termos de educação são as diferenças de amanhã em termos

de rendimento e de saúde. Entre os desafios centrais a ser abordados:

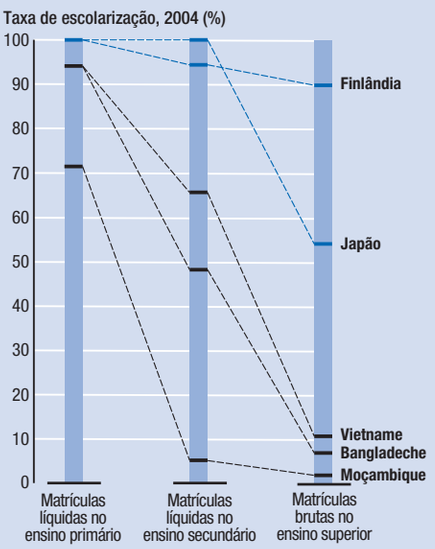
- *A lacuna entre a matrícula e a conclusão*. Há quase uma criança em cada cinco, nos países em desenvolvimento, a abandonar a escola antes de terminar o ensino primário. Em certos casos, as elevadas taxas de matrícula disfarçam o progresso limitado em direcção à aquisição de alfabetização elementar e de competências de numeracia. Em países como o Chade, o Malawi e o Ruanda menos de 40% das crianças que se matriculam na escola terminam o ciclo de ensino primário.
- *Taxas reduzidas de transição para o ensino secundário e mais* (figura 5). Nos países ricos, mais de 80% das crianças que chegam ao final do ensino primário continuam a estudar no nível secundário mais baixo. Mais de metade vão para o ensino superior. A imagem é muito diferente na África Subsariana, onde menos de metade das crianças fazem a transição do ensino primário para o secundário. Existem 37 países com taxas líquidas de matrícula no ensino secundário inferiores a 40%, 26 dos quais na África Subsariana.
- *Níveis elevados de desigualdade de género no ensino pós-primário*. Ainda que as lacunas em termos de matrículas entre raparigas e rapazes estejam a diminuir, continuam a existir profundas disparidades nos níveis secundário e superior (figura 6). As disparidades reflectem uma discriminação sexual institucionalizada que deixa as mulheres em desvantagem, ao restringir as suas escolhas e ao reduzir as suas oportunidades de rendimento e emprego. Devido às ligações entre ensino materno e a saúde infantil, a discriminação sexual também impede o progresso na redução da mortalidade infantil.

Pobreza e distribuição de rendimento

A pobreza de rendimento caiu em todas as regiões desde 1990, excepto na África Subsariana. A proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia desceu de 28% para 21%, deixando apenas um pouco mais de mil milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza. O elevado crescimento económico na China e na Índia tem sido o mais forte motor da redução da pobreza de rendimento. A África Subsariana é a única região que testemunhou um aumento tanto da incidência da pobreza como do número absoluto de pobres. Aí, cerca de 300 milhões de pessoas — quase metade da população da região — vivem com menos de 1 dólar por dia.

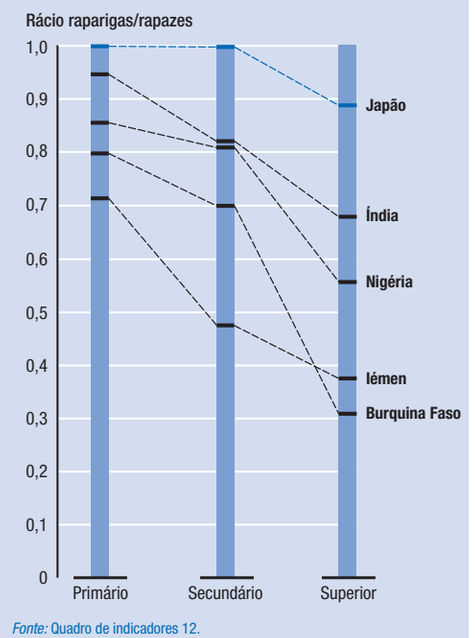
Ainda que o mundo como um todo esteja no caminho certo para alcançar a meta para 2015 de reduzir para metade a privação extrema de rendimento, a África Subsariana está no caminho errado, tal como muitos países noutras regiões. Os dados sobre o nível do país indicam que os objectivos para 2015 não serão alcançados por

Figura 5 **Do ensino primário à universidade — a lacuna crescente em termos de oportunidades**



Fonte: quadro de indicadores 12.

Figura 6 **A discriminação sexual acompanha as raparigas na educação em alguns países**



Fonte: Quadro de indicadores 12.

uma diferença de cerca de 380 milhões de pessoas. Esses níveis tão elevados de pobreza numa economia global mais próspera reflectem as extremas disparidades em termos de riqueza e as pequenas proporções de rendimento mundial que os pobres captam:

- Os 20% mais pobres da população mundial, correspondendo em termos gerais à população que vive com menos de 1 dólar por dia, são responsáveis por 1,5% do rendimento mundial. Os 40% mais pobres, correspondentes ao nível do limiar de pobreza de 2 dólares por dia, são responsáveis por 5% do rendimento mundial.
- Nove em cada 10 pessoas nos países de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico estão nos 20% superiores da distribuição global de rendimento. Na outra ponta da escala, um em cada dois habitantes da África Subsariana está entre os 20% mais pobres — e a proporção de pessoas da região nos 20% inferiores mais do que duplicou desde 1980 (passando para 36% do total).
- O rendimento médio para o mundo em geral é de 5.533 dólares (PPC) — mas 80% do mundo vive com menos do que esta média. A desigualdade global é apanhada na profunda lacuna existente entre rendimentos médios e medianos (1.700 dólares em 2000).
- As 500 pessoas mais ricas do mundo têm um rendimento de mais de 100 mil milhões de dólares, sem tomar em consideração a riqueza de activos. Isso excede os rendimentos combinados dos 416 milhões mais pobres. A acumulação de riqueza no topo da distribuição de rendimento global tem sido mais impressionante do que a redução de pobreza na base. O *Relatório Mundial sobre Riqueza* de 2004, preparado por Merrill Lynch, avança que a riqueza de activos financeiros dos 7,7 milhões de «indivíduos de elevado valor líquido» atingiu os 28 biliões de dólares em 2003, com um crescimento previsto de 41 biliões de dólares até 2008.

A globalização deu origem a um longo debate acerca da direcção precisa e rigorosa das tendências em termos da distribuição global de rendimento. Do que por vezes se perde a noção é que existe uma enorme desigualdade — e que existe um potencial associado a uma maior igualdade para acelerar a redução da pobreza. Medida pelos termos de paridade de poder de compra de 2000, a lacuna existente entre os rendimentos dos 20% mais pobres da população mundial e os rendimentos de quem vive no limiar de pobreza de 1 dólar por dia chega a cerca de 300 mil milhões de dólares. Esse número parece grande, mas é menos de 2% do rendimento dos 10% mais ricos do mundo. Alcançar uma maior equidade na distribuição mundial de rendimento através de estratégias de crescimento nacional inclusivas e amplas — apoiadas por acções internacionais, através de auxílios, da transferência de tecnologia e de comércio — é uma das chaves para colocar ao nosso alcance os objectivos definidos para 2015 em termos de privação de rendimentos.

Desigualdade e desenvolvimento humano

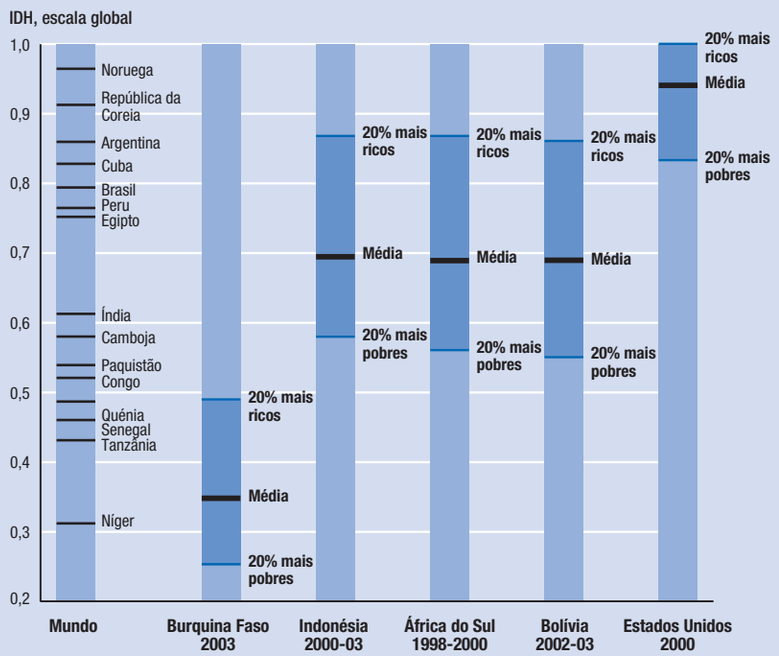
O IDH dá-nos uma imagem do desempenho nacional médio em termos do desenvolvimento humano. No entanto, as médias podem ocultar as grandes disparidades existentes nos países. As desigualdades que têm por base o rendimento, a riqueza, o género, a raça e outras formas de desvantagens herdadas, bem como a localização, podem tornar as médias nacionais um indicador de bem-estar humano ilusório.

Pode o IDH ser usado para captar as desigualdades de desenvolvimento humano dentro dos países? A pesquisa levada a cabo para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano abordou esta questão tentando desagregar os níveis de IDH por quintis de rendimento. O exercício abrangeu 13 países em desenvolvimento e dois países desenvolvidos — a Finlândia e os Estados Unidos — com suficientes dados disponíveis.

A construção das classificações do IDH para diferentes grupos de rendimento dentro dos países coloca desafios técnicos (consultar a *Nota técnica 2*). Os inquéritos padronizados de rendimento do agregado familiar e os Inquéritos Demográficos e de Saúde permitem gerar dados para o índice em diferentes pontos da distribuição de rendimentos. Mas os problemas existentes na disponibilidade dos dados e na sua comparabilidade tornam difícil construir índices que se possam comparar entre países diferentes. Um problema acrescido é que os dados necessários para a construção dos níveis de IDH por grupo de rendimento não estão disponíveis para muitos países de rendimento elevado. Apesar destes problemas, a construção de níveis de IDH passíveis de comparação internacional, com base em grupos nacionais de rendimento, tem o potencial de fornecer um poderoso instrumento para compreender as dimensões da privação de capacidade.

O IDH por grupos de rendimento aponta para desigualdades extremas no desenvolvimento humano (figura 7). Para o Burquina Faso, Ma-

Figura **7** **O mesmo país, um mundo diferente — um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento**



Fonte: Grimm e outros 2006.

dagáscar e Zâmbia, o nível de IDH para os 20% mais ricos é cerca do dobro dos 20% mais pobres. As lacunas observadas na Bolívia, na Nicarágua e na África do Sul também são muito grandes. As disparidades de IDH por rendimento entre os ricos e os pobres nos países de rendimento elevado são menores, em parte porque os diferenciais de rendimento se traduzem de forma menos enfática em diferenças na esperança de vida e nos resultados do ensino básico. Ainda assim, os Estados Unidos exibem disparidades significativas no IDH por grupo de rendimento.

Para além das classificações domésticas, as comparações transversais entre países realçam a desigualdade de desenvolvimento humano:

- Os 20% das pessoas mais ricas da Bolívia têm uma classificação que os colocaria no grupo de desenvolvimento humano elevado, a par da Polónia, enquanto os 20% mais pobres se classificariam num nível comparável à média do Paquistão. Os dois grupos encontram-se separados por 97 lugares na classificação global do IDH. Para a Nicarágua, a lacuna no IDH entre os 20% mais ricos e mais pobres é de 87 lugares na liga global.
- Na África do Sul, os 20% mais ricos têm uma classificação no IDH 101 lugares acima dos 20% mais pobres.
- Na Indonésia, o desenvolvimento humano vai desde um nível comparável ao da República Checa para os 20% mais ricos até ao do Camboja para os 20% mais pobres.
- Enquanto os 20% mais ricos nos Estados Unidos (seguidos da Finlândia) se situariam no topo da lista de sucesso em termos do desenvolvimento humano, o quintil mais pobre nos Estados Unidos só conseguiria uma classificação de 50.

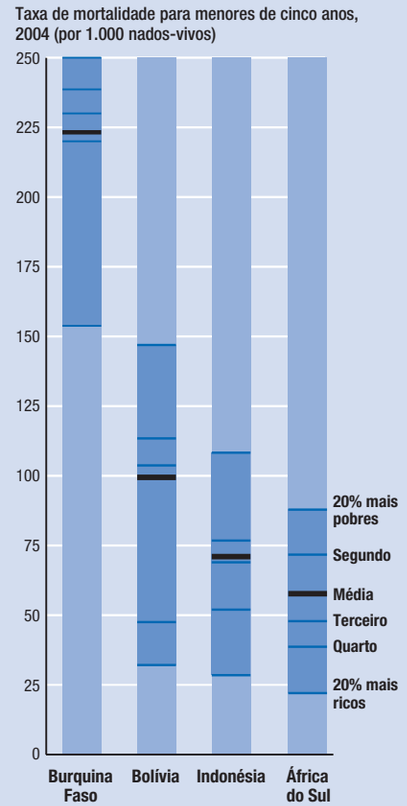
Por trás das desigualdades do IDH — a mortalidade infantil e as desigualdades de educação

O IDH por grupos de rendimento fornece um indicador agregado de algumas dimensões importantes do bem-estar. Por detrás dele encontram-se algumas desigualdades muito profundas em termos das capacidades e das oportunidades de vida ligadas a desigualdades de rendimento. Estas desigualdades podem ser realçadas por referência aos dados dos inquéritos a agregados familiares para alguns dos países abrangidos pelo exercício de investigação.

As crianças que nasceram nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos em países como a Bolívia, a Indonésia e a África do Sul correm o risco de morrer antes do seu quinto aniversário, ou seja, um risco quatro vezes mais alto do que aquele das crianças que nasceram nos 20% mais ricos (figura 8). As taxas de conclusão da escola também variam, com desigualdades de género a interagir com disparidades que têm por base a riqueza. Também é muito menos provável que tanto as raparigas como os rapazes nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos no Burquina Faso terminem a escola em comparação com os seus colegas de rendimento elevado, embora a disparidade entre raparigas e rapazes seja igualmente marcante (figura 9). Estas grandes variações nas oportunidades de vida, com base em marcadores herdados para as vantagens e desvantagens apontam para a necessidade de políticas públicas que proporcionem escolhas e oportunidades iguais, ao alargar as liberdades substantivas.

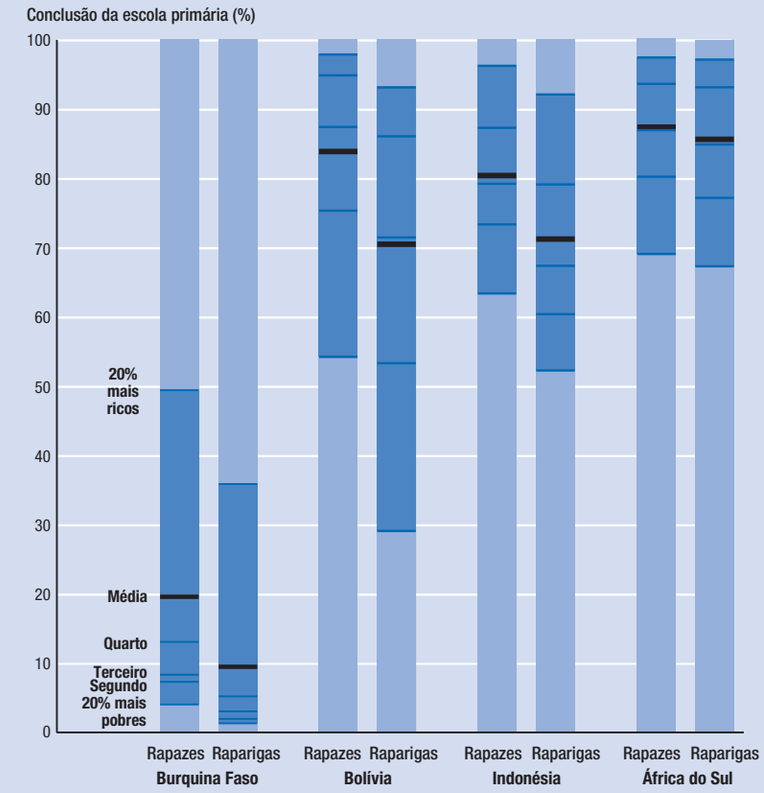
Para além do imperativo moral de ultrapassar as disparidades extremas nestas áreas, as desigualdades têm implicações importantes para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Consideremos o objectivo de reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil. Os agregados familiares pobres, com taxas de mortalidade infantil que são tipicamente duas ou três vezes a média nacional, são responsáveis por uma parte desproporcional das mortes infantis totais. Na Nicarágua e no Peru, por exemplo, cerca de 40% das mortes infantis ocorrem nos 20% dos agregados familiares mais pobres. As

Figura 8 **Permanecer vivo — oportunidades ligadas à riqueza**



Fonte: Gwatkin e outros 2005.

Figura 9 **As oportunidades de educação são moldadas pelo rendimento e pelo género**



Fonte: Gwatkin e outros 2005.

políticas para reduzir as taxas de mortalidade entre os pobres podem acelerar o progresso em direcção à meta, embora na maior parte dos países as desigualdades em termos da mortalidade infantil estejam a aumentar: as taxas de mortalidade entre os pobres estão a cair em média menos de metade da taxa entre os ricos.

Olhando para além do rendimento doméstico, a desagregação do IDH pode captar as desigualdades em diversos níveis. Em muitos países, revela grandes diferenças entre as regiões. O Quénia tem um IDH que varia entre 0,75 em Nairobi (quase ao mesmo nível da Turquia) e os 0,29 em Turkana, uma região pastoril no norte do país (figura 10). Se Turkana fosse um país, afastar-se-ia da escala actual do IDH por uma margem considerável, reflectindo as secas recorrentes da região, o mau acesso à saúde e às infra-estruturas de água e as elevadas taxas de subnutrição.

As diferenças rural-urbano interagem com as disparidades regionais. Na China urbana, Xangai classificar-se-ia em 24º na liga global do IDH, mesmo acima da Grécia, enquanto a Província de Guizhou rural ficaria classificada a par do Botsuana (figura 11).

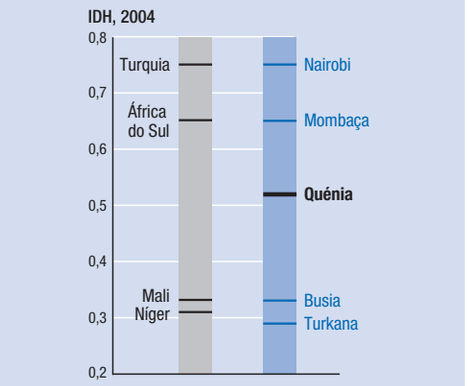
Para alguns países, o IDH revela profundas desigualdades que têm por base a pertença a um grupo. Um exemplo disso é a Guatemala, onde as oportunidades de desenvolvimento humano se encontram extremamente enviesadas contra os grupos indígenas. Os Q'eqchi têm uma classificação no IDH a par dos Camarões e 32 lugares abaixo da classificação para os ladinos (aproximadamente equivalentes à Indonésia) (figura 12).

Desigualdade de rendimentos

A desigualdade coloca questões importantes enraizadas nas ideias normativas acerca da justiça social e da justiça em todas as sociedades. Uma vez que os padrões de distribuição de rendimentos afectam directamente as oportunidades em termos de nutrição, saúde e educação, a desigualdade de rendimento também está intimamente relacionada com maiores desigualdades na capacidade e, em alguns casos, com privação absoluta.

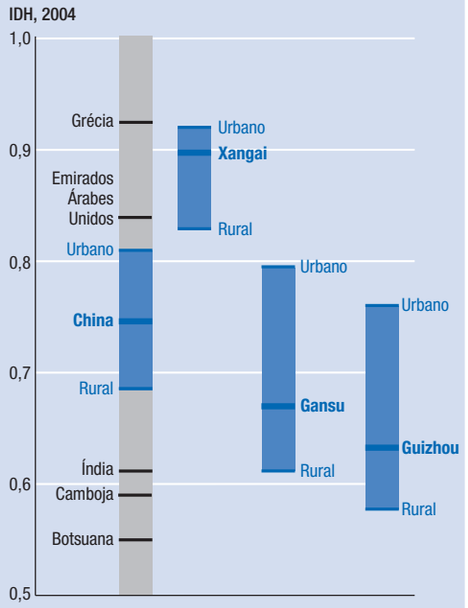
As variações regionais em termos de desigualdade de rendimentos são grandes. O coeficiente Gini, uma medida da desigualdade gradu-

Figura 10 **Enormes desigualdades no desenvolvimento humano entre os distritos do Quénia**



Fonte: PNUD 2005c.

Figura 11 **As diferenças rural-urbano intensificam as disparidades regionais na China**



Fonte: PNUD 2005d.

ada numa escala de 0 (igualdade perfeita) a 100 (desigualdade perfeita), varia de 33 na Ásia do Sul a 57 na América Latina e a mais de 70 na África Subsariana. Ainda que seja necessário cuidado nas comparações transversais das diversas regiões, estas diferenças regionais estão associadas a grandes variações nas proporções de rendimento dos 20% mais ricos e mais pobres. Também reflectem a lacuna entre rendimento médio e rendimento mediano, que se torna maior com a desigualdade. Num país de profundas desigualdades como o México, o rendimento mediano é de apenas 51% do médio. Para o Vietname, onde a distribuição de rendimento é mais justa, o mediano sobe até 77% do médio.

Porque motivo é que a distribuição de rendimentos importa para a redução da pobreza? De forma mecânica, a taxa de redução da privação de rendimento num país é função de duas coisas: da taxa de crescimento económico e da proporção de qualquer aumento no crescimento conseguido pelos pobres. Mantendo-se tudo o resto igual, quanto maior for a proporção de rendimento conseguida pelos pobres, mais eficiente é o país na conversão do crescimento em redução da pobreza. Mantendo constantes os padrões de distribuição de rendimentos e projectando as actuais taxas de crescimento para o futuro, demoraria três décadas para o agregado familiar mediano em termos de pobreza atravessar o limiar de pobreza no México. Duplicar a parte dos pobres no futuro crescimento de rendimento reduziria este horizonte temporal para metade. Para o Quénia, o horizonte temporal seria reduzido em 17 anos, de 2030 para 2013 — uma transição que faria com que o país ficasse a uma distância que lhe permitiria atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que de outra forma não conseguiria alcançar — reduzir para metade a privação de rendimento.

Como os exemplos mostram, a distribuição importa porque afecta a taxa em que o crescimento económico se converte em redução da pobreza (a elasticidade do crescimento da pobreza). Assim, cada aumento de 1% no crescimento reduz a pobreza em cerca de 1,5% no Vietname — duas vezes os 0,75% do México. A boa notícia é que a desigualdade extrema não é um facto da vida que não se possa alterar. Ao longo dos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países do mundo onde existem mais desigualdades, combinou um forte desempenho económico com um declínio na desigualdade de rendimentos (segundo fontes nacionais, o índice de Gini desceu de 56 em 2001 para 54 em 2004) e na pobreza. O crescimento económico criou emprego e aumentou os salários reais. E um vasto programa de bem-estar social — a Bolsa Família — fez transferências financeiras para 7 milhões de famílias que vivem em pobreza extrema ou moderada para apoiar a nutrição, a saúde e a educação, criando benefícios hoje e activos para o futuro. [4]

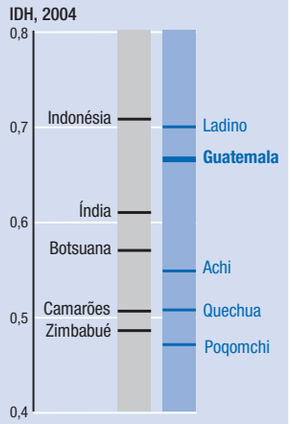
A distribuição de rendimentos não é apenas uma questão para os países em desenvolvimento. Conforme realça o IDH por quintis de

rendimento para os Estados Unidos, também é importante em alguns dos países mais ricos do mundo. Ao longo do último quarto de século, a lacuna existente entre a base da distribuição de rendimentos dos Estados Unidos e o meio e topo aumentou de forma dramática. Entre 1980 e 2004, o rendimento dos 1% dos agregados familiares mais ricos (rendimentos médios de mais de 721.000 dólares em 2004) subiu 135%. Ao longo do mesmo período, os salários reais da manufactura desceram 1%. A proporção de rendimento nacional dos 1% mais ricos duplicou para 16% ao longo do mesmo período. Por outras palavras, os frutos dos ganhos de produtividade que conduziram o crescimento nos Estados Unidos foram fortemente enviesados para as partes mais ricas da sociedade.

A desigualdade crescente restringe as oportunidades? Uma forma de abordar esta questão consiste em medir a influência do poder económico dos pais sobre os futuros ganhos dos seus filhos. Em países com desigualdade reduzida — como a Dinamarca e a Noruega — os rendimentos dos pais explicam cerca de 20% dos ganhos dos filhos. Para os Estados Unidos — e para o Reino Unido — esse número sobe para mais de 50%.

Dentro de qualquer país, os níveis elevados de desigualdade de rendimentos e de oportunidades representam um constrangimento ao desenvolvimento humano. Para além das implicações adversas que têm para o dinamismo económico, crescimento e coesão social, limitam a conversão do crescimento em desenvolvimento humano. O mesmo se aplica a nível global, onde as divisões cada vez mais visíveis que separam os ricos dos pobres se tornaram um ponto central de descontentamento. Um dos principais desafios em termos de desenvolvimento humano nas décadas à nossa frente consiste em diminuir a tolerância pelas desigualdades extremas que caracterizaram a globalização desde o início da década de 90 e em garantir que a maré cheia da prosperidade se estenda a muitos e não apenas a uns quantos privilegiados.

Figura **12** **Grandes diferenças étnicas no IDH da Guatemala**



Fonte: PNUD 2005b.

Notas

1 Aristóteles, *Nicomachean Ethics*, Livro 1, Capítulo 5.
2 Sen 1999, p.3.
3 Kennedy 1962, p. 626.
4 IBGE 2005.

Guia do leitor e notas relativas aos quadros

Os quadros de indicadores do desenvolvimento humano oferecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano. Os principais quadros estão organizados de forma temática, tal como indicado pelos cabeçalhos no topo de cada quadro. Os quadros disponibilizam dados referentes a 175 países membros da ONU — aqueles para os quais foi possível calcular o índice de desenvolvimento humano (IDH) — em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados, não foi possível calcular o IDH dos restantes 17 países membros da ONU. Os indicadores básicos de desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

Nos quadros, os países e áreas são classificados pelo valor do seu IDH. Para localizar um país nestes quadros, consulte a *Chave de países* na contracapa, que apresenta os países por ordem alfabética com a sua respectiva posição no IDH. A maioria dos dados dos quadros refere-se a 2004 e constituem aqueles que foram disponibilizados ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano até 1 de Agosto de 2006, salvo indicação em contrário.

Fontes e definições

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é principalmente um utilizador, e não um produtor, de estatísticas. Conta com as agências internacionais de dados que têm os recursos e o conhecimento necessários para recolher e compilar dados sobre indicadores estatísticos específicos. As fontes de todos os dados utilizados na compilação dos quadros de indicadores são apresentadas em curtas notas no final de cada quadro. Estas correspondem às referências completas apresentadas nas *Referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que recolheu junto de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseia no trabalho de uma série de outras fontes, apenas ela é mencionada como fonte. As notas sobre as fontes também apresentam as componentes dos dados originais utilizadas em quaisquer dos cálculos efectuados pelo Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, de forma a garantir que todos os cálculos possam ser facilmente reproduzidos. Os indicadores relativamente aos quais possam ser fornecidas definições curtas e significativas estão incluídos na secção *Definições de termos estatísticos*. Outras informações relevantes surgem nas notas no final de cada quadro. Para informações técnicas mais pormenorizadas sobre estes indicadores, consulte os sites relevantes das agências que forneceram dados no site do *Relatório do Desenvolvimento Humano* em http://hdr.undp.org/statistics/.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

Quando recolhem séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados aplicam frequentemente normas e procedimentos de harmonização internacionais de forma a melhorar a comparabilidade entre países. Quando os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode surgir a necessidade de ajustar os dados nacionais. Quando não existem dados para um país, uma agência internacional pode elaborar uma estimativa, caso possa ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências de dados nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem revelado estas discrepâncias com frequência. Quando surgiram discrepâncias de dados, o Gabinete ajudou a articular as autoridades de dados nacionais e internacionais para estas poderem resolver estas discrepâncias. Em muitos casos, tal conduziu à optimização das estatísticas do Relatório. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano defende a melhoria dos dados internacionais, tem um papel activo no apoio aos esforços para melhorar a qualidade dos dados e trabalha com agências nacionais e organismos internacionais para

melhorar a consistência dos dados através de uma maior sistematização da notificação e monitorização dos dados.

Comparabilidade no tempo

As estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis, devido a revisões dos dados ou a mudanças na metodologia. Por esta razão, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha firmemente a análise de tendências com base em dados de diferentes edições. De igual modo, os valores e classificações do IDH não são comparáveis entre diferentes edições do Relatório. Para uma análise das tendências do IDH baseada em dados e metodologia consistentes, consulte o quadro 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano).

Classificações de países

Os países são classificados de quatro formas: por nível de desenvolvimento humano, por rendimento, por principais agregados mundiais e por região (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem necessariamente um julgamento sobre a fase de desenvolvimento de um dado país ou área. O termo *país*, tal como utilizado no texto e nos quadros, refere-se, conforme aplicável, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano

Todos os países incluídos no IDH são classificados num dos três grupos atendendo aos seus progressos no desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500).

Classificações de rendimento

Todos os países são agrupados por rendimento, de acordo com as classificações do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 10.066 dólares em 2004), rendimento médio (entre 826 e 10.065 dólares) e rendimento baixo (825 dólares ou menos).

Principais classificações mundiais

Os três grupos globais são os *países em desenvolvimento, Europa Central e Oriental* e *a CEI (Comunidade de Estados Independentes)* e *OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico)*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. (A substituição do grupo da OCDE pelo grupo de rendimento elevado da OCDE e a exclusão da República da Coreia dariam lugar a grupos mutuamente exclusivos.) Salvo indicação em contrário, a classificação *mundo* representa o universo dos 194 países e áreas cobertos — 192 países membros da ONU em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

Classificações regionais

Os países em desenvolvimento são ainda classificados nas regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Delegações Regionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Existe uma classificação adicional, a de *países menos desenvolvidos*, tal como definida pela ONU (ONU-OHRLLS 2006).

Agregados e taxas de crescimento

Agregados

Os agregados das classificações acima descritas são apresentados no final dos quadros sempre que se trate de uma informação significativa do ponto de vista analítico e caso se disponha de dados suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como no caso da população) são indicados por um *T*. Todos os outros agregados constituem médias ponderadas.

Em geral, apresenta-se um agregado de um agrupamento de países apenas quando há disponibilidade de dados relativamente a metade dos países e quando estes representam pelo menos dois terços do peso disponível naquela classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados em falta para efeitos de agregação. Consequentemente, salvo indicação em contrário, os agregados de cada classificação representam apenas os países para os quais existem dados disponíveis, correspondem ao ano ou período especificado e dizem respeito somente aos dados das principais fontes enumeradas. Não são apresentados agregados em caso de indisponibilidade de procedimentos adequados de ponderação.

Os agregados dos índices, taxas de crescimento e indicadores correspondentes a mais de um ponto no tempo baseiam-se apenas em países para os quais existem dados disponíveis para todos os pontos necessários no tempo. Quando não se apresenta um agregado para uma ou mais regiões, nem sempre se

apresentam os agregados da classificação *mundial*, que respeita apenas ao universo dos 194 países e áreas.

Os agregados que constam deste Relatório nem sempre correspondem aos que são indicados noutras publicações devido a diferenças nas classificações de países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pelo organismo de estatística que forneceu os dados do indicador.

Taxas de crescimento

As taxas de crescimento plurianuais são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas de crescimento, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza somente os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

Notas sobre países

Salvo indicação em contrário, os dados relativos à China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau ou Taiwan (Província da China). Na maioria dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Alemanha dizem respeito à Alemanha unificada, salvo indicação em contrário. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999, salvo indicação em contrário. Os dados da Jordânia dizem respeito apenas à Cisjordânia. Os dados económicos da Tanzânia contemplam apenas o território continental. Os dados do Sudão baseiam-se frequentemente em informações recolhidas na região norte do país. Enquanto a Sérvia e o Montenegro se tornaram dois Estados independentes em Junho de 2006, os quadros dos indicadores fornecem geralmente dados apenas para o país Sérvia e Montenegro, uma vez que os dados desagregados ainda não estavam disponíveis aquando da impressão. Quaisquer dados da República do Iémen dizem respeito a este país a partir de 1990, ao passo que os dados de anos anteriores dizem respeito a dados acumulados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

Símbolos

Na ausência das expressões *anual, taxa anual* ou *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, como em 1995-2000, indica que os dados foram recolhidos durante um dos anos desse período. Uma barra entre dois anos, como em 1998/2001, indica uma média para os anos apresentados salvo indicação em contrário. São utilizados os seguintes símbolos:

.. Dados não disponíveis.
(.) Maior (ou menor) do que zero, mas pequeno o suficiente para que o número ronde zero no número visível de casas decimais.
< Menor que.
— Não aplicável.
T Total.

Quadro 1: sobre o índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um índice composto que mede as realizações médias num país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo produto interno bruto (PIB) per capita em PPC (paridade do poder de compra) em dólares. O índice é construído com base em indicadores disponíveis a nível mundial através de uma metodologia simples e transparente (ver *Nota Técnica 1*).

Se o conceito de desenvolvimento humano é muito mais vasto do que qualquer resultado que um índice composto possa oferecer, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento enquanto medida sumária do bem-estar humano. Oferece um ponto de partida útil para a riqueza de informação sobre os diversos aspectos do desenvolvimento humano que consta dos quadros de indicadores subsequentes.

A disponibilidade dos dados determina a cobertura dos países no IDH

O IDH deste Relatório diz respeito a 2004. Cobre 175 países membros da ONU, em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados comparáveis, não foi possível incluir 17 países membros da ONU no IDH deste ano. Os indicadores básicos do desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

De forma a permitir comparações transversais entre países, o IDH é calculado, na medida do possível, com base em dados das principais agências de dados internacionais disponíveis no momento em que o Relatório foi preparado (ver abaixo *Principais fontes de dados internacionais)*. Mas estas agências não dispõem de dados relativos a alguns países no que toca a uma ou mais das quatro componentes do IDH.

Em resposta ao desejo expressado pelos países de serem incluídos no quadro do IDH, e em conformi-

dade com o objectivo de incluir o máximo possível de países membros da ONU, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano levou a cabo diligências especiais para obter estimativas de outras fontes internacionais, regionais ou nacionais quando as principais agências internacionais não dispõem de dados relativos a uma ou duas componentes do IDH de um país. Foram poucos os casos em que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano elaborou estimativas. Estas estimativas de outras fontes que não as principais agências internacionais encontram-se claramente documentadas nas notas de rodapé do quadro 1. A sua qualidade e fiabilidade é variável, pelo que não são contempladas noutros quadros de indicadores que apresentam dados semelhantes.

Principais fontes de dados internacionais

Esperança de vida à nascença. As estimativas da esperança de vida à nascença são provenientes do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005b), a fonte oficial de estimativas e projecções sobre a população da ONU. São preparadas bianualmente pela Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas recorrendo a dados de sistemas de estatísticas vitais, censos da população e inquéritos nacionais.

Na *2004 Revision*, a Divisão da População das Nações Unidas incorporou dados nacionais que lhe foram disponibilizados até ao final de 2004. Para avaliar o impacto do VIH/SIDA, aliaram-se as últimas estimativas sobre a prevalência do VIH disponíveis na altura, preparadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, a uma série de pressupostos sobre tendências demográficas e mortalidade, tanto da população infectada como não infectada de cada um dos 60 países nos quais o impacto da doença foi explicitamente formulado.

Estas estimativas da esperança de vida são publicadas pela Divisão da População das Nações Unidas com intervalos de cinco anos como ponto de referência. As estimativas para 2004 apresentadas no quadro 1 e as que estão subjacentes ao quadro 2 são interpolações anuais baseadas nestes dados de cinco anos (ONU 2005a). Para pormenores sobre o *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005h), ver www.un.org/esa/population/unpop.htm.

Taxa de alfabetização de adultos. Os dados sobre a alfabetização de adultos resultam de censos nacionais da população ou inquéritos às famílias. Este Relatório recorre a estimativas nacionais sobre a alfabetização de adultos da Avaliação de Abril de 2006 do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (Instituto de Estatística da UNESCO 2006c) e a estimativas UIS do Instituto de Estatística da UNESCO (2003). As estimativas nacionais, disponibilizadas através de esforços concertados do UIS para recolher dados recentes sobre a alfabetização dos países, são obtidas através de censos nacionais ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005 (à excepção de alguns casos que dizem respeito ao período de 1995-1999). As estimativas do UIS, realizadas em Julho de 2002, basearam-se maioritariamente em dados nacionais recolhidos antes de 1995. Para pormenores sobre estas estimativas de alfabetização, ver www.uis.unesco.org.

Muitos países de elevado rendimento, tendo atingido altos níveis de alfabetização, deixaram de compilar estatísticas sobre alfabetização, pelo que não foram incluídos nos dados do UIS. Para o cálculo do IDH, aplicou-se a estes países uma taxa de alfabetização de 99,0%.

Quando recolhem dados sobre alfabetização, muitos países estimam o número de pessoas alfabetizadas com base em dados fornecidos pelos próprios. Outros recorrem a informações sobre habilitações literárias como medida de substituição, mas os dados sobre frequência escolar ou conclusão de graus de ensino podem divergir. Como as definições e métodos de recolha de dados variam de país para país, as estimativas de alfabetização devem ser analisadas com precaução.

O UIS, em colaboração com agências parceiras, está activamente empenhado na implementação de uma metodologia alternativa de medição da alfabetização, o Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (LAMP, na sigla em inglês). O LAMP procura ir além das simples categorias de alfabetizado e analfabeto através do fornecimento contínuo de informação sobre competências de alfabetização.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. As taxas de escolarização bruta são calculadas pelo UIS com base em dados sobre matrículas compilados pelos governos nacionais (normalmente a partir de fontes administrativas) e em dados da população do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005), da Divisão da População das Nações Unidas. Os rácios são calculados através da divisão do número de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino (excluindo o ensino de adultos) pela população total dos grupos etários oficiais para aqueles níveis. O grupo etário do ensino superior é fixado nas cinco coortes imediatamente seguintes ao fim do último ciclo do ensino secundário em todos os países.

Embora se pretenda que funcione como uma medida de substituição das habilitações literárias, as

taxas de escolarização bruta combinada não reflectem a qualidade dos resultados educativos. Mesmo quando usadas para captar acesso a oportunidades de educação, as taxas de escolarização bruta combinada podem ocultar importantes discrepâncias entre países devido a diferenças na faixa etária correspondente a um nível de educação e na duração dos programas educativos. As taxas de repetência e abandono escolar também podem distorcer os dados. Medidas como os anos médios de escolaridade de uma população ou a esperança de vida escolar poderiam representar de forma mais adequada as habilitações literárias e, idealmente, deveriam substituir a taxa de escolarização bruta no IDH. No entanto, este tipo de dados ainda não se encontra disponível com regularidade num número suficiente de países.

Tal como está actualmente definida, a taxa de escolarização bruta combinada não contempla os estudantes matriculados noutros países. Os dados actuais referentes a muitos países de pequena dimensão, onde é comum prosseguir o ensino superior no estrangeiro, poderão estar a subrepresentar significativamente o acesso à educação ou as habilitações literárias de uma determinada população, produzindo assim um valor inferior no IDH.

Em edições anteriores, os dados relativos a alguns países incluíam o ensino de adultos, contrariamente à definição preferida do indicador de escolarização. Os dados contidos no Relatório deste ano excluem o ensino de adultos para estes países, fazendo com que os seus dados estejam conformes à definição padrão. Como resultado, as taxas de escolarização e os valores do IDH para estes países são mais baixas do que se o ensino de adultos tivesse sido incluído.

PIB per capita (PPC em USD). Na comparação dos padrões de vida entre países, as estatísticas económicas têm que ser convertidas para termos de paridade do poder de compra (PPC) de forma a eliminar diferenças nos níveis de preços nacionais. O IDH contempla dados do PIB per capita (PPC em USD) de 164 países, fornecidos pelo Banco Mundial, com base em dados de preços dos últimos inquéritos do Programa de Comparação Internacional (PCI) e no PIB em moeda local, segundo dados das contas nacionais. A última ronda de inquéritos PCI cobriu 118 países. As PPC para estes países são estimadas directamente, por extrapolação dos últimos resultados de referência. Para países não incluídos nos inquéritos PCI, foram efectuadas estimativas através de regressões econométricas. Para países não cobertos pelo Banco Mundial, foram utilizadas estimativas da PPC fornecidas pela *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia (Heston, Summers e Aten 2001, 2002).

Embora as últimas décadas tenham testemunhado um significativo progresso, o conjunto de dados actuais da PPC apresenta várias deficiências, como a ausência de cobertura universal, de actualidade dos dados e de uniformidade na qualidade dos resultados de diferentes regiões e países. A importância das PPC na análise económica reforça a necessidade de melhoria dos dados PPC. Foi criada uma nova Ronda do Milénio do PCI que promete dados PPC bastante mais fiáveis para a análise da política económica, incluindo a avaliação internacional da pobreza. Para pormenores sobre o PCI e a metodologia PPC, consultar o site do PCI em www.worldbank.org/data/icp.

Comparações no tempo e entre edições do Relatório

O IDH é uma importante ferramenta para monitorizar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar a análise de tendências entre países, o IDH é calculado em intervalos de cinco anos para o período de 1975-2004. Estas estimativas, apresentadas no quadro 2, baseiam-se numa metodologia consistente e em dados de tendências comparáveis, disponíveis quando o Relatório é preparado.

Como as agências internacionais de dados aperfeiçoam constantemente as suas séries de dados, inclusivamente através da actualização periódica de dados históricos, as variações anuais nos valores e classificações do IDH ao longo das edições do *Relatório do Desenvolvimento Humano* reflectem frequentemente revisões dos dados — tanto relativos a um país específico como a outros países — e não mudanças reais num país. Por outro lado, mudanças ocasionais na cobertura de países poderão também afectar a classificação de um país no IDH, mesmo quando é utilizada metodologia consistente para calcular o IDH. Como resultado, a classificação de um país no IDH pode baixar consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos. Mas quando se utilizam dados comparáveis e revistos para reconstruir o IDH dos últimos anos, a classificação e o valor do IDH podem efectivamente apresentar melhorias.

É por todas estas razões que a análise de tendências do IDH não deve ser baseada em dados de diferentes edições do Relatório. O quadro 2 oferece dados actualizados de tendências do IDH baseados em dados e metodologias consistentes. Para consultar valores e classificações do IDH recalculados para 2003 (o ano de referência do IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*), com base nas fontes de dados utilizadas para o IDH do Relatório deste ano, aceda a http://hdr.undp.org/statistics.

IDH para países com desenvolvimento humano elevado

O IDH neste Relatório foi construído de forma a comparar o progresso dos países em todos os níveis do desenvolvimento humano. Assim, os indicadores escolhidos não são necessariamente aqueles que oferecem uma melhor diferenciação entre países ricos. Os indicadores actualmente utilizados no índice produzem diferenças muito pequenas entre os países melhor classificados no IDH, pelo que o topo da classificação do IDH reflecte frequentemente apenas diferenças mínimas nestes indicadores subjacentes. Para estes países de elevado rendimento, um índice alternativo – o índice de pobreza humana (apresentado no quadro 4) – reflecte melhor a extensão da privação humana que ainda persiste nas populações destes países e ajuda a orientar o enfoque das políticas públicas.

Para mais informações sobre a utilização e as limitações do IDH e dos indicadores que o compõem, ver http://hdr.undp.org/statistics.

Quadros 24 e 25: passagem em revista do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género e da Medida de Participação segundo o Género

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* apresentou, pela primeira vez, o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG) e a Medida de Participação segundo o Género (MPG) em 1995. Estas medidas têm sido utilizadas desde então como ferramentas de intervenção e de monitorização em análises e debates políticos subordinados ao tema do desenvolvimento humano ajustado ao género. Assinalando o décimo aniversário do IDG e da MPG, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano lançou uma avaliação dos índices para identificar as áreas susceptíveis de melhoria e ponderar outros instrumentos alternativos de medida por forma a examinar a igualdade de género como um aspecto chave do desenvolvimento humano. Esta parte do relatório pretende fazer um resumo das principais conclusões deste projecto e sublinhar as possíveis alterações a introduzir nos índices. As comunicações elaboradas para este projecto, bem como os resultados de um *workshop* organizado para as debater, foram publicados numa edição especial do *Journal of Human Development*.[1]

O IDG tem sido (mal) interpretado

A reavaliação concluiu que os índices têm sido frequentemente mal interpretados, especialmente o IDG. O IDG não pretende medir a *desigualdade de género*. Pelo contrário, trata-se de um método de medição do *desenvolvimento humano* que ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de forma a penalizar as disparidades existentes entre homens e mulheres, nas três dimensões contempladas no IDH: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno (medido em função do rendimento auferido estimado) (ver *Nota técnica 1*).

A fórmula de cálculo do IDG implica que o mesmo irá registar sempre um valor inferior ao do IDH. Mas um valor de IDG baixo pode ser resultante de disparidades a nível do grau de realizações alcançadas por mulheres e homens, assim como de uma média de realizações baixa, em qualquer das dimensões consideradas no índice, ainda que o nível de igualdade de género seja elevado. Pelo contrário, um país pode apresentar um valor de IDG relativamente alto, ainda que se registem grandes desigualdades entre homens e mulheres, desde que o seu nível de *desenvolvimento humano* seja elevado. A forma correcta de se obter uma medida de *desigualdade de género* é comparar o IDG com o IDH, utilizando como indicador para tal, quer a diferença quer o rácio entre os dois, em vez de se utilizar apenas o IDG.

As diferenças entre o IDG e o IDH tendem a ser pequenas na generalidade dos casos. O IDG é, em média, 0,6% inferior ao IDH. Isto poderá transmitir-nos a ideia, altamente enganadora, de que as disparidades de género são completamente irrelevantes para o *desenvolvimento humano*. O problema reside no facto de as disparidades de género apuradas nas três dimensões em análise serem geralmente pequenas — e mais reduzidas ainda por oposição à fórmula de desigualdade utilizada no cálculo do IDG. Pela mesma razão, grandes desigualdades associadas ao salário e às promoções no emprego, bem como ao grau de educação, não são detectadas no IDG.

MPG — uma medida de níveis de actividade

A MPG foi introduzida com o objectivo de medir a capacidade de participação activa na vida política e económica por parte de mulheres e homens, bem como o seu controlo sobre os recursos económicos.

Ao contrário do IDG, que se ocupa do bem-estar, a MPG concentra-se na vida activa. A medida nesta área engloba três dimensões: participação política e intervenção na tomada de decisão, participação económica e participação na tomada de decisão, e poder sobre os recursos económicos. O cálculo da MPG, cuja explicação também poderá encontrar na *Nota técnica 1*, reflecte o do IDG. As duas primeiras componentes são calculadas a partir dos rácios de participação feminina para masculina, a que é apli-

cada uma penalização por aversão à desigualdade. A componente do rendimento auferido incorpora, por outro lado, a desigualdade ajustada aos níveis de rendimentos.

Isto tem implicações na interpretação do índice. Um país pobre não pode alcançar um valor de MPG elevado, ainda que o rendimento auferido seja equitativamente distribuído. Pelo contrário, um país rico pode estar bem posicionado em termos de MPG, quer porque a disparidade de género nas três dimensões é pequena, quer porque se trata de um país rico (o que por sua vez faz subir o seu valor MPG devido à componente dos rendimentos).

Questões levantadas na reavaliação do IDG e da MPG

A reavaliação do IDG e da MPG aborda um vasto leque de questões analíticas e metodológicas. Entre os aspectos chave relativos à medição e as propostas de soluções incluem-se:

- *Melhorar a apresentação e explicação do IDG e da MPG*. Compreensão dos problemas conceptuais e empíricos identificados aqui ajudarão os leitores a fazer melhor uso dos dois índices. O IDG e a MPG continuarão a ser objecto de aperfeiçoamento e clarificação em futuros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*.
- *Criar um IDH separado para homens e mulheres em substituição do IDG*. Uma forma de tornar mais perceptíveis as diferenças relacionadas com o género nos indicadores do desenvolvimento humano passaria pela criação de IDH para homens e para mulheres. A interpretação das diferenças entre os dois índices pode ser mais fácil do que no IDG.
- *Resolver os problemas relativos ao rendimento auferido por homens e mulheres:* Dado que os valores relativos aos rendimentos desagregados não estão normalmente disponíveis, fazer a estimativa do rendimento auferido para homens e mulheres constitui um dos aspectos mais problemáticos do actual método de cálculo do IDG e da MPG. A estimativa do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano para os rendimentos auferidos masculinos e femininos baseia-se no rácio de salários do sector não agrícola e na taxa de participação de mão-de-obra por género. Esta abordagem apresenta lacunas graves. Primeiro, porque os dados essenciais estão, muitas vezes, indisponíveis. Segundo, porque as transferências de rendimento no agregado familiar mostram, muitas vezes, que as diferenças de padrões de vida dos membros do agregado são menores do que aquelas que os rendimentos reais auferidos poderiam sugerir. Nenhum destes problemas tem solução fácil, embora o trabalho em curso possa vir a aperfeiçoar os meios de medição das disparidades de género.
- *Produzir uma MPG que contemple parcelas de rendimento.* A MPG inclui o nível de rendimento médio absoluto em cada país, o que quer dizer que só os países ricos conseguem atingir um valor de MPG elevado. A solução deste problema poderia passar por se considerar somente a parcela de rendimento de homens e mulheres, em vez dos níveis de rendimento médios.
- *Ter em atenção novos indicadores*. Nos indicadores actuais, não estão inseridos alguns aspectos importantes da discriminação de género no desenvolvimento humano. Um exemplo disto é o trabalho de assistência, que não consta do IDG ou da MPG, porque estes se concentram exclusivamente no mercado de trabalho. Trata-se de uma área em que os investigadores e a comunidade estatística internacional poderiam ajudar a criar e a consolidar, progressivamente, uma base de dados mais sólida. A violência contra as mulheres é outra lacuna importante dos índices. Embora as estatísticas relativas à violência tenham melhorado muito nos últimos anos, continuamos a deparar-nos com enormes dificuldades para fazer a comparação de dados entre países e avaliar a evolução nessa área. Como só dispomos de dados fiáveis para um número relativamente pequeno de países, ainda não nos é possível incluir um indicador sobre a violência relacionada com o género, mas o *Relatório do Desenvolvimento Humano* irá incentivar e monitorizar uma maior recolha deste tipo de dados.

Tanto o IDH como a MPG estimularam um debate público sobre a igualdade de género. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* está empenhado em prosseguir com esse debate. Os problemas levantados durante a reavaliação do IDG e da MPG, e que se encontram sublinhados aqui, serão abordados em Relatórios futuros à medida que as investigações forem progredindo.

Nota

1 *Journal of Human Development* 7 (2).



Indicadores de desenvolvimento humano

Quadros de indicadores

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

1 Índice de desenvolvimento humano 283

1a Indicadores básicos para outros países membros da ONU 287

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 288

3 Pobreza humana e de rendimentos: países em desenvolvimento 292

4 Pobreza humana e de rendimentos: países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI 295

. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .

5 Tendências demográficas 297

6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços 301

7 Água, saneamento e estado da nutrição 305

8 Desigualdades na saúde materna e infantil 309

9 Principais crises e riscos de saúde mundiais 311

10 Sobrevivência: progressos e retrocessos 315

. . . para adquirirem conhecimentos . . .

11 Compromisso com a educação: despesa pública 319

12 Literacia e escolarização 323

13 Tecnologia: difusão e criação 327

. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .

14 Desempenho económico 331

15 Desigualdade no rendimento ou consumo 335

16 Estrutura do comércio 339

17 Responsabilidades dos países ricos: ajuda 343

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida 344

19 Prioridades na despesa pública 348

20 Desemprego nos países da OCDE 352

. . . enquanto os preservam para as gerações futuras . . .

21 Energia e ambiente 353

. . . protegendo a segurança pessoal . . .

22 Refugiados e armamentos 357

23 Vítimas da criminalidade 361

. . . e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 363

25 Medida de participação segundo o género 367

26 Desigualdade de género na educação 371

27 Desigualdade de género na actividade económica 375

28 Género, trabalho e afectação de tempo 379

29 Participação política das mulheres 380

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos 384

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho 388

TABLEAU 1

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]		Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1	Norvège	0,965	79,6	.. [e]	100 [f]	38 454	0,91	0,99	0,99	3
2	Islande	0,960	80,9	.. [e]	96 [g]	33 051	0,93	0,98	0,97	3
3	Australie	0,957	80,5	.. [e]	113 [f]	30 331	0,92	0,99	0,95	11
4	Irlande	0,956	77,9	.. [e]	99	38 827	0,88	0,99	1,00	-1
5	Suède	0,951	80,3	.. [e]	96	29 541	0,92	0,98	0,95	11
6	Canada	0,950	80,2	.. [e]	93 [g, h]	31 263	0,92	0,97	0,96	4
7	Japon	0,949	82,2	.. [e]	85	29 251	0,95	0,94	0,95	11
8	États-Unis	0,948	77,5	.. [e]	93	39 676	0,88	0,97	1,00	-6
9	Suisse	0,947	80,7	.. [e]	86	33 040	0,93	0,95	0,97	-3
10	Pays-Bas	0,947	78,5	.. [e]	98	31 789	0,89	0,99	0,96	-1
11	Finlande	0,947	78,7	.. [e]	100 [f]	29 951	0,89	0,99	0,95	4
12	Luxembourg	0,945	78,6	.. [e]	85 [h, i]	69 961 [j]	0,89	0,94	1,00	-11
13	Belgique	0,945	79,1	.. [e]	95	31 096	0,90	0,98	0,96	-2
14	Autriche	0,944	79,2	.. [e]	91	32 276	0,90	0,96	0,96	-7
15	Danemark	0,943	77,3	.. [e]	101 [f]	31 914	0,87	0,99	0,96	-7
16	France	0,942	79,6	.. [e]	93	29 300	0,91	0,97	0,95	1
17	Italie	0,940	80,2	98,4 [e]	89	28 180	0,92	0,96	0,94	3
18	Royaume-Uni	0,940	78,5	.. [e]	93 [g]	30 821	0,89	0,97	0,96	-5
19	Espagne	0,938	79,7	98,0 [e, k]	96	25 047	0,91	0,98	0,92	3
20	Nouvelle-Zélande	0,936	79,3	.. [e]	100 [f]	23 413	0,90	0,99	0,91	5
21	Allemagne	0,932	78,9	.. [e]	89 [g]	28 303	0,90	0,96	0,94	-2
22	Hong Kong, Chine (RAS)	0,927	81,8	.. [l]	77	30 822	0,95	0,88	0,96	-10
23	Israël	0,927	80,0	97,1	90	24 382	0,92	0,95	0,92	0
24	Grèce	0,921	78,3	96,0 [e]	93	22 205	0,89	0,97	0,90	3
25	Singapour	0,916	78,9	92,5	87 [m]	28 077	0,90	0,91	0,94	-4
26	Corée, République de	0,912	77,3	98,0 [e, k]	95	20 499	0,87	0,98	0,89	5
27	Slovénie	0,910	76,6	.. [e, l]	95	20 939	0,86	0,98	0,89	1
28	Portugal	0,904	77,5	92,0 [e, k]	89	19 629	0,87	0,96	0,88	5
29	Chypre	0,903	78,7	96,8	79 [g]	22 805	0,90	0,91	0,91	-3
30	Tchèque, République	0,885	75,7	.. [e]	81	19 408	0,85	0,93	0,88	4
31	Barbade	0,879	75,3	.. [e, h, l]	89 [h]	15 720 [h, n]	0,84	0,96	0,84	10
32	Malte	0,875	78,6	87,9 [o]	81	18 879	0,89	0,86	0,87	5
33	Koweït	0,871	77,1	93,3	73 [g]	19 384 [p]	0,87	0,87	0,88	2
34	Brunéi Darussalam	0,871	76,6	92,7	77 [g]	19 210 [h, q]	0,86	0,88	0,88	2
35	Hongrie	0,869	73,0	.. [e, l]	87	16 814	0,80	0,95	0,86	4
36	Argentine	0,863	74,6	97,2	89 [h]	13 298	0,83	0,95	0,82	10
37	Pologne	0,862	74,6	.. [e, l]	86	12 974	0,83	0,95	0,81	11
38	Chili	0,859	78,1	95,7	81	10 874	0,89	0,91	0,78	18
39	Bahreïn	0,859	74,5	86,5	85 [g]	20 758	0,82	0,86	0,89	-10
40	Estonie	0,858	71,6	99,8 [e]	92	14 555	0,78	0,97	0,83	4
41	Lituanie	0,857	72,5	99,6 [e]	92	13 107	0,79	0,97	0,81	6
42	Slovaquie	0,856	74,3	100,0 [e, k]	77	14 623	0,82	0,92	0,83	1
43	Uruguay	0,851	75,6	.. [l]	89 [g, h]	9 421	0,84	0,95	0,76	19
44	Croatie	0,846	75,2	98,1	73 [h]	12 191	0,84	0,90	0,80	7
45	Lettonie	0,845	71,8	99,7 [e]	90	11 653	0,78	0,96	0,79	9
46	Qatar	0,844	73,0	89,0	76	19 844 [h, r]	0,80	0,85	0,88	-14
47	Seychelles	0,842	72,7 [h, m]	91,8	80 [g]	16 652	0,80	0,88	0,85	-7
48	Costa Rica	0,841	78,3	94,9	72	9 481 [p]	0,89	0,87	0,76	13
49	Émirats arabes unis	0,839	78,3	.. [l]	60 [g, h]	24 056 [p]	0,89	0,71	0,92	-25
50	Cuba	0,826	77,6	99,8 [e]	80 [h]	.. [s]	0,88	0,93	0,67	43
51	Saint-Kitts-et-Nevis	0,825	70,0 [h, m, t]	97,8 [m]	80 [g]	12 702 [h]	0,75	0,92	0,81	-2
52	Bahamas	0,825	70,2	.. [l]	66 [g]	17 843 [h]	0,75	0,86	0,87	-14
53	Mexique	0,821	75,3	91,0	75	9 803	0,84	0,86	0,77	7

TABLEAU 1

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]		Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
54	Bulgarie	0,816	72,4	98,2	81	8 078	0,79	0,92	0,73	12
55	Tonga	0,815	72,4	98,9 [o]	80 [g]	7 870 [p]	0,79	0,93	0,73	13
56	Oman	0,810	74,3	81,4	68 [g]	15 259	0,82	0,77	0,84	-14
57	Trinité-et-Tobago	0,809	69,8	.. [l]	67 [g]	12 182	0,75	0,88	0,80	-5
58	Panama	0,809	75,0	91,9	80	7 278	0,83	0,88	0,72	18
59	Antigua-et-Barbuda	0,808	73,9 [h, m, t]	85,8 [h, u]	69 [h, m]	12 586	0,82	0,80	0,81	-9
60	Roumanie	0,805	71,5	97,3	75	8 480	0,78	0,90	0,74	3
61	Malaisie	0,805	73,4	88,7	73 [h]	10 276	0,81	0,84	0,77	-4
62	Bosnie-Herzégovine	0,800	74,3	96,7	67 [h, v]	7 032	0,82	0,87	0,71	16
63	Maurice	0,800	72,4	84,4	74 [g]	12 027	0,79	0,81	0,80	-10
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	0,798	73,8	.. [l]	94 [g, h]	7 570 [h, w]	0,81	0,86	0,72	7
65	Russie, Fédération de	0,797	65,2	99,4 [e]	88 [g]	9 902	0,67	0,95	0,77	-6
66	Macédoine, ERYM	0,796	73,9	96,1	70	6 610	0,82	0,87	0,70	16
67	Bélarus	0,794	68,2	99,6 [e, o]	88	6 970	0,72	0,95	0,71	12
68	Dominique	0,793	75,6 [h, u]	88,0 [h, u]	83 [g]	5 643	0,84	0,86	0,67	27
69	Brésil	0,792	70,8	88,6	86 [h]	8 195	0,76	0,88	0,74	-5
70	Colombie	0,790	72,6	92,8	73	7 256 [p]	0,79	0,86	0,72	7
71	Sainte-Lucie	0,790	72,6	94,8 [h, u]	76	6 324	0,79	0,89	0,69	16
72	Venezuela, RB	0,784	73,0	93,0	74 [g, h]	6 043	0,80	0,87	0,68	17
73	Albanie	0,784	73,9	98,7	68 [h]	4 978	0,82	0,88	0,65	26
74	Thaïlande	0,784	70,3	92,6	74	8 090	0,75	0,86	0,73	-9
75	Samoa occidentales	0,778	70,5	.. [l]	74 [g]	5 613	0,76	0,90	0,67	22
76	Arabie Saoudite	0,777	72,0	79,4	59	13 825 [p]	0,78	0,72	0,82	-31
77	Ukraine	0,774	66,1	99,4 [e]	85	6 394	0,69	0,94	0,69	9
78	Liban	0,774	72,2	.. [l]	84	5 837	0,79	0,86	0,68	13
79	Kazakhstan	0,774	63,4	99,5 [e, o]	91	7 440	0,64	0,96	0,72	-5
80	Arménie	0,768	71,6	99,4 [e]	74	4 101	0,78	0,91	0,62	32
81	Chine	0,768	71,9	90,9	70	5 896 [x]	0,78	0,84	0,68	9
82	Pérou	0,767	70,2	87,7	86 [g]	5 678	0,75	0,87	0,67	12
83	Équateur	0,765	74,5	91,0	.. [y]	3 963	0,82	0,86	0,61	30
84	Philippines	0,763	70,7	92,6	82	4 614	0,76	0,89	0,64	19
85	Grenade	0,762	65,3 [h, u]	96,0 [u]	73 [g]	8 021	0,67	0,88	0,73	-18
86	Jordanie	0,760	71,6	89,9	79	4 688	0,78	0,86	0,64	16
87	Tunisie	0,760	73,5	74,3	75	7 768	0,81	0,75	0,73	-18
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,759	71,3	88,1 [u]	68	6 398	0,77	0,81	0,69	-3
89	Suriname	0,759	69,3	89,6	72 [g, h]	.. [p, z]	0,74	0,84	0,70	-5
90	Fidji	0,758	68,0	.. [l]	75 [g]	6 066	0,72	0,87	0,69	-2
91	Paraguay	0,757	71,2	.. [l]	70 [g, h]	4 813 [p]	0,77	0,86	0,65	9
92	Turquie	0,757	68,9	87,4	69	7 753	0,73	0,81	0,73	-22
93	Sri Lanka	0,755	74,3	90,7	63 [g]	4 390	0,82	0,81	0,63	13
94	Dominicaine, République	0,751	67,5	87,0	74 [g]	7 449 [p]	0,71	0,83	0,72	-21
95	Belize	0,751	71,8	75,1 [h, u]	81	6 747	0,78	0,77	0,70	-15
96	Iran, République islamique d'	0,746	70,7	77,0	72 [g]	7 525	0,76	0,75	0,72	-24
97	Géorgie	0,743	70,6	100,0 [e, k, aa]	75	2 844	0,76	0,91	0,56	23
98	Maldives	0,739	67,0	96,3	69 [g]	.. [h, p, z]	0,70	0,87	0,65	3
99	Azerbaïdjan	0,736	67,0	98,8 [o]	68	4 153	0,70	0,89	0,62	12
100	Territoires palestiniens occupés	0,736	72,7	92,4	81 [g]	.. [ab]	0,80	0,89	0,53	26
101	El Salvador	0,729	71,1	.. [l]	70 [g]	5 041 [p]	0,77	0,76	0,65	-3
102	Algérie	0,728	71,4	69,9	73	6 603 [p]	0,77	0,71	0,70	-19
103	Guyane	0,725	63,6	96,5 [h, u]	76 [h]	4 439 [p]	0,64	0,90	0,63	2
104	Jamaïque	0,724	70,7	79,9 [o]	77 [g]	4 163	0,76	0,79	0,62	6
105	Turkménistan	0,724	62,5	98,8 [o]	.. [y]	4 584 [h]	0,63	0,91	0,64	-1
106	Cap Vert	0,722	70,7	.. [l]	67	5 727 [p]	0,76	0,73	0,68	-14

Classement selon l'IDH [a]	Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
107 Syrienne, République arabe	0,716	73,6	79,6	63 [g]	3 610	0,81	0,74	0,60	8
108 Indonésie	0,711	67,2	90,4	68	3 609	0,70	0,83	0,60	8
109 Viet Nam	0,709	70,8	90,3 [o]	63 [g]	2 745	0,76	0,81	0,55	12
110 Kirghizistan	0,705	67,1	98,7 [o]	78	1 935	0,70	0,92	0,49	32
111 Égypte	0,702	70,2	71,4	76 [g]	4 211	0,75	0,73	0,62	-2
112 Nicaragua	0,698	70,0	76,7	70 [g]	3 634 [p]	0,75	0,75	0,60	2
113 Ouzbékistan	0,696	66,6	.. [e, l]	74 [g]	1 869	0,69	0,91	0,49	32
114 Moldova, République de	0,694	68,1	98,4	70 [g]	1 729	0,72	0,89	0,48	33
115 Bolivie	0,692	64,4	86,7	87 [g]	2 720	0,66	0,87	0,55	7
116 Mongolie	0,691	64,5	97,8	77	2 056	0,66	0,91	0,50	18
117 Honduras	0,683	68,1	80,0	71 [g]	2 876 [p]	0,72	0,77	0,56	2
118 Guatemala	0,673	67,6	69,1	66 [g]	4 313 [p]	0,71	0,68	0,63	-11
119 Vanuatu	0,670	68,9	74,0 [o]	64 [g]	3 051 [p]	0,73	0,71	0,57	-1
120 Guinée équatoriale	0,653	42,8	87,0	58 [g, h]	20 510 [h, p]	0,30	0,77	0,89	-90
121 Afrique du Sud	0,653	47,0	82,4 [o]	77 [h]	11 192 [p]	0,37	0,80	0,79	-66
122 Tadjikistan	0,652	63,7	99,5 [e]	71	1 202	0,65	0,90	0,41	34
123 Maroc	0,640	70,0	52,3	58	4 309	0,75	0,54	0,63	-15
124 Gabon	0,633	54,0	71,0 [k]	72 [g, h]	6 623	0,48	0,71	0,70	-43
125 Namibie	0,626	47,2	85,0	67 [h]	7 418 [p]	0,37	0,79	0,72	-50
126 Inde	0,611	63,6	61,0	62 [g]	3 139 [p]	0,64	0,61	0,58	-9
127 São Tomé-et-Principe	0,607	63,2	83,1 [h, m]	63	1 231 [h, r]	0,64	0,76	0,42	28
128 Salomon, Îles	0,592	62,6	76,6 [h, m]	47 [g, h]	1 814 [p]	0,63	0,67	0,48	18
129 Cambodge	0,583	56,5	73,6	60 [h]	2 423 [p]	0,52	0,69	0,53	-4
130 Myanmar	0,581	60,5	89,9	49 [g]	1 027 [h, w]	0,59	0,76	0,39	33
131 Botswana	0,570	34,9	81,2	71 [g]	9 945	0,16	0,78	0,77	-73
132 Comores	0,556	63,7	.. [l]	46 [g]	1 943 [p]	0,64	0,53	0,50	8
133 Lao, Rép. dém. pop.	0,553	55,1	68,7	61	1 954	0,50	0,66	0,50	5
134 Pakistan	0,539	63,4	49,9	38	2 225	0,64	0,46	0,52	-6
135 Bhoutan	0,538	63,4	47,0 [k]	.. [y]	1 969 [h, r]	0,64	0,48	0,50	2
136 Ghana	0,532	57,0	57,9	47 [g]	2 240 [p]	0,53	0,54	0,52	-9
137 Bangladesh	0,530	63,3	.. [l]	57 [h]	1 870	0,64	0,46	0,49	7
138 Népal	0,527	62,1	48,6	57 [h]	1 490	0,62	0,51	0,45	13
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	0,523	55,7	57,3	41 [g, h]	2 543 [p]	0,51	0,52	0,54	-15
140 Congo	0,520	52,3	.. [l]	52 [g]	978	0,46	0,72	0,38	25
141 Soudan [ac]	0,516	56,5	60,9	37 [g]	1 949 [p]	0,53	0,53	0,50	-2
142 Timor oriental	0,512	56,0	58,6 [h, m]	72 [g, h]	.. [ad]	0,52	0,63	0,39	20
143 Madagascar	0,509	55,6	70,7	57 [g]	857	0,51	0,66	0,36	26
144 Cameroun	0,506	45,7	67,9	62 [g]	2 174	0,34	0,66	0,51	-13
145 Ouganda	0,502	48,4	66,8	66	1 478 [p]	0,39	0,67	0,45	7
146 Swaziland	0,500	31,3	79,6	58 [g, h]	5 638	0,10	0,72	0,67	-50
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	0,495	54,5	53,2	55 [g]	1 536 [p]	0,49	0,54	0,46	3
148 Djibouti	0,494	52,9	.. [l]	24	1 993 [p]	0,47	0,52	0,50	-13
149 Lesotho	0,494	35,2	82,2	66 [g]	2 619 [p]	0,17	0,77	0,54	-26
150 Yémen	0,492	61,1	.. [l]	55 [g]	879	0,60	0,51	0,36	18
151 Zimbabwe	0,491	36,6	.. [l]	52 [g, h]	2 065	0,19	0,77	0,51	-18
152 Kenya	0,491	47,5	73,6	60 [g]	1 140	0,37	0,69	0,41	7
153 Mauritanie	0,486	53,1	51,2	46	1 940 [p]	0,47	0,49	0,49	-12
154 Haïti	0,482	52,0	.. [l]	.. [y]	1 892 [h, p]	0,45	0,50	0,49	-11
155 Gambie	0,479	56,1	.. [l]	50 [g]	1 991 [p]	0,52	0,42	0,50	-19
156 Sénégal	0,460	56,0	39,3	38 [g]	1 713	0,52	0,39	0,47	-8
157 Érythrée	0,454	54,3	.. [l]	35	977 [p]	0,49	0,50	0,38	9
158 Rwanda	0,450	44,2	64,9	52	1 263 [p]	0,32	0,61	0,42	-5
159 Nigeria	0,448	43,4	.. [l]	55 [g]	1 154	0,31	0,63	0,41	-1

TABLEAU 1

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]	Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
160 Guinée	0,445	53,9	29,5	42	2 180	0,48	0,34	0,51	-30
161 Angola	0,439	41,0	67,4	26 [g, h]	2 180 [p]	0,27	0,53	0,51	-32
162 Tanzanie, Rép. unie de	0,430	45,9	69,4	48 [g]	674	0,35	0,62	0,32	13
163 Bénin	0,428	54,3	34,7	49 [g]	1 091	0,49	0,40	0,40	-2
164 Côte d'Ivoire	0,421	45,9	48,7	40 [g, h]	1 551	0,35	0,46	0,46	-15
165 Zambie	0,407	37,7	68,0 [o]	54 [g]	943	0,21	0,63	0,37	2
166 Malawi	0,400	39,8	64,1 [o]	64 [g]	646	0,25	0,64	0,31	10
167 Congo, Rép. dém. du	0,391	43,5	67,2	27 [g, h]	705 [p]	0,31	0,54	0,33	6
168 Mozambique	0,390	41,6	.. [l]	49	1 237 [p]	0,28	0,47	0,42	-14
169 Burundi	0,384	44,0	59,3	36	677 [p]	0,32	0,52	0,32	5
170 Éthiopie	0,371	47,8	.. [l]	36	756 [p]	0,38	0,40	0,34	1
171 Tchad	0,368	43,7	25,7	35 [g]	2 090 [p]	0,31	0,29	0,51	-39
172 Centrafricaine, République	0,353	39,1	48,6	30 [g, h]	1 094 [p]	0,24	0,42	0,40	-12
173 Guinée-Bissau	0,349	44,8	.. [l]	37 [g, h]	722 [p]	0,33	0,39	0,33	-1
174 Burkina Faso	0,342	47,9	21,8	26 [g]	1 169 [p]	0,38	0,23	0,41	-17
175 Mali	0,338	48,1	19,0 [o]	35	998	0,39	0,24	0,38	-11
176 Sierra Leone	0,335	41,0	35,1	65 [g]	561	0,27	0,45	0,29	1
177 Niger	0,311	44,6	28,7	21	779 [p]	0,33	0,26	0,34	-7
Pays en développement	0,679	65,2	78,9	63	4 775	0,67	0,72	0,65	..
Pays les moins avancés	0,464	52,4	63,7	45	1 350	0,46	0,50	0,43	..
États arabes	0,680	67,3	69,9	62	5 680	0,71	0,66	0,67	..
Asie de l'Est et Pacifique	0,760	70,8	90,7	69	5 872	0,76	0,84	0,68	..
Amérique latine et Caraïbes	0,795	72,2	90,2	81	7 964	0,79	0,87	0,73	..
Asie du Sud	0,599	63,7	60,9	56	3 072	0,64	0,58	0,57	..
Afrique subsaharienne	0,472	46,1	63,3	50	1 946	0,35	0,57	0,50	..
Europe centrale et orientale et CEI	0,802	68,2	99,2	83	8 802	0,72	0,94	0,75	..
OCDE	0,923	77,8	..	89	27 571	0,88	0,95	0,94	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	0,946	79,0	..	95	32 003	0,90	0,98	0,96	..
Développement humain élevé	0,923	78,0	..	91	26 568	0,88	0,95	0,93	..
Développement humain moyen	0,701	67,3	80,5	66	4 901	0,71	0,75	0,65	..
Faible développement humain	0,427	45,8	57,9	46	1 113	0,35	0,53	0,40	..
Revenu élevé	0,942	78,8	..	94	31 331	0,90	0,97	0,96	..
Revenu moyen	0,768	70,3	89,9	73	6 756	0,76	0,84	0,70	..
Faible revenu	0,556	58,7	62,3	54	2 297	0,56	0,58	0,52	..
Monde	0,741	67,3	..	67	8 833	0,71	0,77	0,75	..

NOTES

a Le classement selon l'IDH est déterminé par les valeurs d'IDH à la sixième décimale.

b Sauf indication contraire, les données se réfèrent à des estimations de l'alphabétisation nationale issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site http://www.uis.unesco.org.

c En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

d Un chiffre positif indique que le classement selon l'IDH est supérieur au classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD), un chiffre négatif indique le contraire.

e Une valeur de 99,0 % a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

f Une valeur de 100 % a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

g Estimation préliminaire de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Les données concernent une année autre que celle indiquée pour cette rubrique.

i Statec 2006. Les données concernent les personnes inscrites dans leur pays ainsi que celles inscrites à l'étranger et diffèrent par conséquent de la définition classique.

j Une valeur de 40 000 USD (en PPA en USD) a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

k UNICEF 2004

l En l'absence de données récentes, les estimations suivantes ont été utilisées pour le calcul : Bahamas 95, Bangladesh 41, Barbade 100, Cap Vert 76, Comores 56, Congo 83, Djibouti 65, El Salvador 80, Émirats arabes unis 77, Érythrée 57, Éthiopie 42, Fidji 93, Gambie 38, Guinée-Bissau 40, Haïti 52, Hong Kong, Chine (SAR) 94, Hongrie 99, Jamahiriya arabe libyenne 82, Liban 86, Mozambique 46, Nigeria 67, Ouzbékistan 99, Paraguay 93, Pologne 99, Samoa occidentales 99, Slovénie 99, Trinité-et-Tobago 98, Uruguay 98, Yémen 49, Zimbabwe 90 Ces estimations fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO en 2003 sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection.

m Données provenant de sources nationales.

n Banque mondiale 2005

o Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999, selon l'année la plus récente pour laquelle des données sont disponibles.

p Estimations basées sur une régression.

q Banque mondiale 2003

r Heston, Summers et Aten 2002 Les données diffèrent de la définition classique.

s Des efforts sont mis en œuvre afin de produire des estimations plus précises et plus récentes *(voir Guide du lecteur et note relative aux tableaux)*. Une estimation préliminaire de 5 700 USD (en PPA en USD) a été utilisée.

t Données fournies par le Secrétariat de l'Organisation des États des Caraïbes orientales, sur la base de sources nationales.

u Données fournies par le Secrétariat de la Communauté caribéenne, sur la base de sources nationales.

v PNUD 2005a.

w Heston, Summers et Aten 2001 Les données diffèrent de la définition classique.

x Estimations basées sur une comparaison bilatérale entre la Chine et les États-Unis (Ruoen et Kai. 1995).

y Le taux brut de scolarisation combiné n'étant pas disponible, les estimations suivantes du Bureau du Rapport mondial sur le développement humain ont été utilisées : Bhoutan 49, Équateur 75, Haïti 48, et Turkménistan 75

z En l'absence d'une estimation officielle du PIB par habitant (en PPA en USD), des estimations préliminaires de la Banque mondiale, sujettes à des révisions ultérieures, ont été utilisées comme suit : Maldives 4,798; et Suriname 6,552

aa Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

ab En l'absence d'une estimation du PIB par habitant (en PPA en USD), l'estimation de 2 331 USD établie par le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain à partir de la valeur du PIB en dollars US et de la proportion moyenne pondérée de PPA en dollars US par rapport aux dollars US dans les États arabes, a été utilisée.

ac Estimations basées principalement sur des informations concernant le Nord du Soudan.

ad Une estimation nationale de 1 033 USD (en PPA en USD) a été utilisée.

SOURCES

Colonne 1 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 6-8 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 2 : ONU 2005a, sauf indication contraire.

Colonne 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, sauf indication contraire.

Colonne 4 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c, sauf indication contraire.

Colonne 5 : Banque mondiale 2006, sauf indication contraire ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données de la colonne 2

Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3 et 4

Colonne 8 : calculs effectués sur la base des données de la colonne 5

Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 5

TABLEAU 1a

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateurs de base pour les autres pays de l'ONU

	Composants de l'indicateur du développement humain						OMD	OMD		OMD	OMD
	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [b]	Taux d'alpha-bétisation des adultes (en % des 15 ans et plus) 2004 [c]	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [d]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Population totale (en milliers) 2004	Taux de fecondité total (naissances par femme) 2000-05 [b]	Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naiss. vivantes) 2004	Taux net de scolari-sation dans le primaire (en %) 2004 [d]	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	Pers. souf-frant de malnutrition (en % de la pop. totale) 2001/03 [e]	Population ayant un accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 2004
Afghanistan	46,0	28,1	45,3	..	28 574	7,5	257	..	<0,1 [<0,2]	..	39
Andorre	..	..	66,9	..	67	..	7	89 [f]	..	..	100
Iraq	58,8	74,1	59,7	..	28 057	4,8	125	88	[<0,2]	..	81
Kiribati	..	..	77,2	..	97	..	65	97 [f, g]	..	6	65
Corée, Rép. pop. dém. de	63,0	..	..	..	22 384	2,0	55	..	[<0,2]	35	100
Libéria	42,5	..	57,4	..	3 241	6,8	235	66 [h]	[2,0-5,0]	49	61
Liechtenstein	..	..	69,3	..	34	..	5	88 [i]	..	..	..
Marshall, Îles	..	..	..	..	60	..	59	90 [f]	..	..	87
États fédérés de Micronésie	67,6	..	..	..	110	4,4	23	..	..	..	94
Monaco	..	..	..	..	35	..	5	..	..	..	100
Monténégro [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Nauru	..	..	50,6	..	13	..	30	..	..	..	..
Palaos	..	..	94,6	..	20	..	27	96 [f, h]	..	..	85
Saint-Marin	..	..	..	..	28	..	4	..	..	..	..
Serbie [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Somalie	46,2	..	..	..	7 964	6,4	225	..	0,9 [0,5-1,6]	..	29
Tuvalu	..	..	69,2	..	10	..	51	..	..	..	100

NOTES

a Ces données correspondent à des estimations précises et des fourchettes d'estimations calculées sur la base de nouveaux modèles développés dans le cadre du Programme commun des Nations Unies sur le VIH/SIDA (ONUSIDA). Les fourchettes d'estimations sont présentées entre crochets.

b Données correspondant à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

c Les données correspondent à des estimations de l'alphabétisation nationale issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection.

d En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004).

e Les données correspondent à la moyenne des années indiquées pour cette rubrique.

f Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

g Données concernant l'année scolaire 1999

h Données concernant l'année scolaire 2000

i Estimations nationales.

j Données concernant la Serbie-et-Monténégro avant la séparation de celle-ci en deux États indépendants, en juin 2006

k À l'exception du Kosovo et Metohia.

l La population cumulée de la Serbie et du Monténégro était de 10,51 millions d'habitants.

m Données concernant l'année scolaire 2001

SOURCES

Colonnes 1. 5 et 6: ONU 2005b.

Colonne 2 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 3 et 8 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonne 4 : Banque mondiale 2006

Colonne 7 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

Colonne 9 : ONUSIDA 2006

Colonne 10 : ONU 2006c, sur base de données fournies par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture.

Colonne 11 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

TABLEAU 2

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateur du développement humain : tendances

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,965
2 Islande	0,865	0,888	0,897	0,916	0,921	0,945	0,960
3 Australie	0,848	0,866	0,878	0,893	0,933	0,947	0,957
4 Irlande	0,813	0,828	0,848	0,873	0,897	0,932	0,956
5 Suède	0,868	0,878	0,890	0,901	0,933	0,949	0,951
6 Canada	0,870	0,886	0,909	0,929	0,935	..	0,950
7 Japon	0,859	0,884	0,897	0,914	0,927	0,939	0,949
8 États-Unis	0,868	0,889	0,902	0,917	0,930	0,940	0,948
9 Suisse	0,882	0,893	0,900	0,914	0,925	0,941	0,947
10 Pays-Bas	0,871	0,883	0,898	0,913	0,932	0,944	0,947
11 Finlande	0,843	0,864	0,882	0,904	0,917	0,938	0,947
12 Luxembourg	0,843	0,854	0,861	0,887	0,913	0,930	0,945
13 Belgique	0,849	0,867	0,881	0,902	0,932	0,945	0,945
14 Autriche	0,846	0,861	0,874	0,897	0,916	0,937	0,944
15 Danemark	0,874	0,883	0,891	0,898	0,913	0,932	0,943
16 France	0,853	0,869	0,884	0,904	0,923	0,935	0,942
17 Italie	0,844	0,859	0,868	0,890	0,908	0,924	0,940
18 Royaume-Uni	0,851	0,859	0,868	0,889	0,927	0,939	0,940
19 Espagne	0,844	0,861	0,875	0,893	0,910	0,927	0,938
20 Nouvelle-Zélande	0,849	0,855	0,868	0,876	0,906	0,925	0,936
21 Allemagne	..	0,861	0,868	0,887	0,912	..	0,932
22 Hong Kong, Chine (RAS)	0,761	0,801	0,829	0,864	0,883	0,917	0,927
23 Israël	0,804	0,829	0,850	0,867	0,890	0,918	0,927
24 Grèce	0,839	0,854	0,868	0,876	0,880	0,897	0,921
25 Singapour	0,727	0,763	0,786	0,823	0,862	..	0,916
26 Corée, République de	0,712	0,746	0,785	0,823	0,860	0,890	0,912
27 Slovénie	..	..	..	..	0,855	0,888	0,910
28 Portugal	0,791	0,807	0,830	0,853	0,883	0,902	0,904
29 Chypre	..	0,803	0,823	0,846	0,868	0,893	0,903
30 Tchèque, République	..	..	..	..	0,850	0,865	0,885
31 Barbade	..	..	..	..	..	..	0,879
32 Malte	0,730	0,766	0,793	0,828	0,855	0,876	0,875
33 Koweït	0,763	0,778	0,781	..	0,814	0,841	0,871
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	0,871
35 Hongrie	0,783	0,798	0,811	0,811	0,815	0,845	0,869
36 Argentine	0,787	0,802	0,811	0,813	0,835	0,860	0,863
37 Pologne	..	..	..	0,807	0,820	0,848	0,862
38 Chili	0,706	0,741	0,765	0,787	0,818	0,843	0,859
39 Bahreïn	..	0,747	0,784	0,812	0,828	0,842	0,859
40 Estonie	..	..	..	0,813	0,793	0,831	0,858
41 Lituanie	..	..	..	0,825	0,789	0,830	0,857
42 Slovaquie	..	..	..	..	..	..	0,856
43 Uruguay	0,761	0,781	0,788	0,806	0,819	0,841	0,851
44 Croatie	..	..	..	0,810	0,803	0,828	0,846
45 Lettonie	..	0,795	0,809	0,803	0,769	0,815	0,845
46 Qatar	..	..	..	..	..	..	0,844
47 Seychelles	..	..	..	..	..	..	0,842
48 Costa Rica	0,745	0,772	0,776	0,793	0,812	0,832	0,841
49 Émirats arabes unis	0,734	0,769	0,786	0,810	0,819	0,833	0,839
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	0,826
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	0,825
52 Bahamas	..	0,811	0,820	0,823	0,812	0,831	0,825
53 Mexique	0,691	0,737	0,757	0,766	0,784	0,811	0,821

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
54 Bulgarie	..	0,768	0,788	0,794	0,783	0,797	0,816
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,815
56 Oman	0,492	0,546	0,639	0,695	0,740	0,776	0,810
57 Trinité-et-Tobago	0,751	0,783	0,790	0,793	0,791	0,801	0,809
58 Panama	0,712	0,739	0,750	0,751	0,774	0,797	0,809
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	0,808
60 Roumanie	..	..	..	0,775	0,770	0,778	0,805
61 Malaisie	0,616	0,659	0,696	0,723	0,761	0,791	0,805
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	..	..	..	..	0,800
63 Maurice	..	0,661	0,692	0,726	0,749	0,779	0,800
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	0,798
65 Russie, Fédération de	..	..	..	0,818	0,771	0,785	0,797
66 Macédoine, ERYM	..	..	..	..	..	..	0,796
67 Bélarus	..	..	..	0,788	0,753	0,775	0,794
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	0,793
69 Brésil	0,647	0,684	0,699	0,720	0,749	0,785	0,792
70 Colombie	0,664	0,693	0,710	0,730	0,754	0,775	0,790
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	..	0,790
72 Venezuela, RB	0,719	0,734	0,742	0,760	0,768	0,774	0,784
73 Albanie	..	..	0,693	0,704	0,704	0,738	0,784
74 Thaïlande	0,615	0,654	0,680	0,717	0,751	0,775	0,784
75 Samoa occidentales	..	..	0,705	0,700	0,742	0,765	0,778
76 Arabie Saoudite	0,606	0,661	0,674	0,708	0,742	0,765	0,777
77 Ukraine	..	..	..	0,800	0,748	0,755	0,774
78 Liban	..	..	..	0,682	0,729	0,748	0,774
79 Kazakhstan	..	..	..	0,768	0,723	0,736	0,774
80 Arménie	..	..	..	0,738	0,701	0,736	0,768
81 Chine	0,527	0,560	0,596	0,628	0,685	0,730	0,768
82 Pérou	0,645	0,675	0,699	0,708	0,735	0,760	0,767
83 Équateur	0,632	0,676	0,700	0,716	0,732	..	0,765
84 Philippines	0,655	0,689	0,695	0,722	0,738	0,759	0,763
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	0,762
86 Jordanie	..	0,643	0,665	0,685	0,710	0,744	0,760
87 Tunisie	0,516	0,572	0,623	0,659	0,700	0,739	0,760
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	..	0,759
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,759
90 Fidji	0,663	0,686	0,701	..	0,742	0,744	0,758
91 Paraguay	0,671	0,705	0,712	0,721	0,740	0,754	0,757
92 Turquie	0,591	0,614	0,650	0,682	0,713	0,743	0,757
93 Sri Lanka	0,612	0,653	0,684	0,706	0,729	0,747	0,755
94 Dominicaine, République	0,622	0,652	0,674	0,682	0,703	0,733	0,751
95 Belize	..	0,709	0,719	0,748	0,770	0,780	0,751
96 Iran, République islamique d'	0,567	0,571	0,612	0,651	0,695	0,723	0,746
97 Géorgie	..	..	..	..	..	..	0,743
98 Maldives	..	..	..	..	..	..	0,739
99 Azerbaïdjan	..	..	..	..	..	..	0,736
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	0,736
101 El Salvador	0,593	0,589	0,610	0,651	0,690	0,715	0,729
102 Algérie	0,508	0,560	0,611	0,650	0,672	0,701	0,728
103 Guyane	0,679	0,685	0,678	0,684	0,687	0,716	0,725
104 Jamaïque	0,687	0,695	0,699	0,719	0,725	0,737	0,724
105 Turkménistan	..	..	..	..	..	..	0,724
106 Cap Vert	..	..	..	0,628	0,679	0,711	0,722

TABLEAU 2

Indicateur du développement humain : tendances

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
107 Syrienne, République arabe	0,543	0,589	0,625	0,646	0,673	0,690	0,716
108 Indonésie	0,469	0,532	0,585	0,626	0,665	0,682	0,711
109 Viet Nam	..	..	..	0,618	0,661	0,696	0,709
110 Kirghizistan	..	..	..	..	..	..	0,705
111 Égypte	0,439	0,488	0,541	0,580	0,613	0,654	0,702
112 Nicaragua	0,585	0,595	0,603	0,610	0,642	0,667	0,698
113 Ouzbékistan	..	..	..	..	0,681	0,688	0,696
114 Moldova, République de	..	..	..	0,740	0,683	0,679	0,694
115 Bolivie	0,514	0,550	0,582	0,605	0,637	0,675	0,692
116 Mongolie	..	..	0,642	0,646	0,634	0,659	0,691
117 Honduras	0,519	0,570	0,602	0,625	0,642	0,654	0,683
118 Guatemala	0,511	0,546	0,561	0,586	0,617	0,656	0,673
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	0,670
120 Guinée équatoriale	..	..	0,484	0,501	0,519	0,643	0,653
121 Afrique du Sud	0,653	0,673	0,703	0,735	0,741	0,691	0,653
122 Tadjikistan	..	..	0,700	0,697	0,631	0,627	0,652
123 Maroc	0,432	0,479	0,517	0,549	0,580	0,610	0,640
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	0,633
125 Namibie	..	..	..	..	0,694	0,647	0,626
126 Inde	0,413	0,439	0,477	0,515	0,548	0,577	0,611
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	0,607
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	..	0,592
129 Cambodge	..	..	..	..	0,536	0,545	0,583
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	0,581
131 Botswana	0,500	0,575	0,636	0,680	0,660	0,598	0,570
132 Comores	..	0,483	0,500	0,506	0,521	0,539	0,556
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	..	0,425	0,451	0,488	0,523	0,553
134 Pakistan	0,365	0,388	0,420	0,463	0,493	0,511	0,539
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	0,538
136 Ghana	0,438	0,467	0,482	0,511	0,531	0,555	0,532
137 Bangladesh	0,347	0,366	0,391	0,422	0,454	0,510	0,530
138 Népal	0,299	0,336	0,378	0,425	0,467	0,500	0,527
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	0,424	0,444	0,466	0,481	0,514	0,530	0,523
140 Congo	0,454	0,500	0,541	0,528	0,533	0,502	0,520
141 Soudan	0,350	0,376	0,396	0,427	0,465	0,496	0,516
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	0,512
143 Madagascar	0,404	0,440	0,438	0,448	0,459	0,482	0,509
144 Cameroun	0,417	0,464	0,506	0,515	0,495	0,502	0,506
145 Ouganda	..	..	0,414	0,411	0,413	0,474	0,502
146 Swaziland	0,529	0,561	0,583	0,622	0,604	0,536	0,500
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	0,424	0,475	0,472	0,498	0,507	0,504	0,495
148 Djibouti	..	..	..	..	0,479	0,485	0,494
149 Lesotho	0,463	0,511	0,535	0,572	0,573	0,524	0,494
150 Yémen	..	..	..	0,394	0,438	0,467	0,492
151 Zimbabwe	0,548	0,576	0,642	0,639	0,591	0,525	0,491
152 Kenya	0,465	0,513	0,533	0,548	0,525	0,504	0,491
153 Mauritanie	0,342	0,365	0,386	0,390	0,425	0,447	0,486
154 Haïti	..	0,451	0,458	0,446	0,451	..	0,482
155 Gambie	0,286	..	..	..	0,426	0,459	0,479
156 Sénégal	0,313	0,342	0,378	0,405	0,422	0,439	0,460
157 Érythrée	..	..	..	..	0,420	0,441	0,454
158 Rwanda	0,342	0,388	0,401	0,339	0,337	0,426	0,450
159 Nigeria	0,317	0,376	0,387	0,407	0,419	0,433	0,448

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
160 Guinée	..	..	..	..	..	..	0,445
161 Angola	..	..	..	..	..	..	0,439
162 Tanzanie, Rép. unie de	..	..	..	0,437	0,423	0,420	0,430
163 Bénin	0,310	0,341	0,365	0,372	0,397	0,416	0,428
164 Côte d'Ivoire	0,415	0,445	0,449	0,443	0,428	0,427	0,421
165 Zambie	0,470	0,477	0,486	0,464	0,425	0,409	0,407
166 Malawi	0,327	0,357	0,368	0,372	0,414	0,398	0,400
167 Congo, Rép. dém. du	0,414	0,423	0,431	0,422	0,392	..	0,391
168 Mozambique	..	0,302	0,290	0,316	0,330	0,364	0,390
169 Burundi	0,285	0,312	0,344	0,351	0,325	0,344	0,384
170 Éthiopie	..	..	0,293	0,314	0,322	0,349	0,371
171 Tchad	0,269	0,272	0,313	0,335	0,344	0,357	0,368
172 Centrafricaine, République	0,345	0,365	0,387	0,384	0,367	..	0,353
173 Guinée-Bissau	0,255	0,263	0,283	0,313	0,341	0,353	0,349
174 Burkina Faso	0,256	0,277	0,301	0,308	0,312	0,330	0,342
175 Mali	0,232	0,258	0,264	0,285	0,309	0,332	0,338
176 Sierra Leone	..	..	..	..	..	..	0,335
177 Niger	0,234	0,250	0,240	0,246	0,254	0,268	0,311

NOTE

Les valeurs de l'indicateur du développement humain de ce tableau ont été calculées sur la base d'une méthodologie et d'une série de données cohérentes. Elles ne sont pas strictement comparables à celles des précédents *Rapports mondiaux sur le développement humain*. Pour des notes détaillées, voir *Guide du lecteur et note relative aux tableaux*.

SOURCES

Colonnes 1-6 : calculs effectués sur le base des données relatives à l'espérance de vie, ONU 2005a ; données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2003, 2006a ; données relatives au taux brut de scolarisation combiné fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 1999, 2006c ; et données relatives au PIB par habitant (2000 en PPA en USD) et au PIB par habitant (en PPA en USD) fournies par la Banque mondiale 2006

Colonne 7 : colonne 1 du tableau statistique 1

TABLEAU 3

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays en développement

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	1,5	..	..	..	..	..	..	..
25 Singapour	7	6,3	1,8	7,5	0	14 [e]	..	..	..	..
26 Corée, République de	..	..	2,7	2,0 [e]	8	..	2,0	<2	..	..
29 Chypre	..	..	2,8	3,2	0	..	..	..	..	..
31 Barbade	5	4,5	6,3	.. [f]	0	6 [e]	..	..	..	..
33 Koweït	..	..	2,5	6,7	..	10	..	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	..	..	2,8	7,3	..	..	..	..	..	..
36 Argentine	3	4,3	5,0	2,8	4	5	7,0	23,0	..	-16
38 Chili	2	3,7	3,5	4,3	5	1	2,0	9,6	17,0	1
39 Bahreïn	..	..	3,8	13,5	..	9 [e]	..	..	..	..
43 Uruguay	1	3,3	4,4	.. [f]	0	5 [e]	2,0	5,7	..	0
46 Qatar	13	7,9	4,7	11,0	0	6 [e]	..	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	8,2	12	6 [e]	..	..	..	..
48 Costa Rica	4	4,4	3,7	5,1	3	5	2,2	7,5	22,0	-7
49 Émirats arabes unis	34	15,9	2,2	.. [f]	0	14 [e]	..	..	..	..
50 Cuba	6	4,7	3,2	0,2	9	4	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	0	..	..	..	..	..
52 Bahamas	..	..	13,4	..	3	..	..	..	..	..
53 Mexique	9	7,2	6,0	9,0	3	8	4,4	20,4	20,3	-10
55 Tonga	..	..	5,0	1,1 [g]	0	..	..	..	..	..
56 Oman	..	..	3,9	18,6	..	24 [e]	..	..	..	..
57 Trinité-et-Tobago	17	8,8	11,6	.. [f]	9	7 [e]	12,4	39,0	21,0	-12
58 Panama	12	7,9	6,8	8,1	10	7	6,5	17,1	37,3	-9
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	9	10 [e]	..	..	..	..
61 Malaisie	15	8,3	4,3	11,3	1	11	2,0	9,3	15,5 [h]	9
63 Maurice	24	11,3	5,0	15,6	0	15 [e]	..	..	..	..
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	4,2	..	..	5 [e]	..	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	12,0 [h, i]	3	5 [e]	..	..	..	..
69 Brésil	22	10,1	10,3	11,4	10	6	7,5	21,2	22,0	-5
70 Colombie	10	7,6	8,3	7,2	7	7	7,0	17,8	64,0	-12
71 Sainte-Lucie	..	..	5,9	..	2	14 [e]	..	..	..	..
72 Venezuela, RB	16	8,8	8,2	7,0	17	4	8,3	27,6	31,3 [h]	-11
74 Thaïlande	19	9,3	9,9	7,4	1	19 [e]	2,0	25,2	13,1	13
75 Samoa occidentales	..	..	6,5	..	12	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	..	..	5,8	20,6	..	14	..	..	..	..
78 Liban	20	9,6	5,7	.. [f]	0	3	..	..	..	..
81 Chine	26	11,7	6,9	9,1	23	8	16,6	46,7	4,6	-14
82 Pérou	25	11,6	10,3	12,3	17	7	12,5	31,8	49,0	-8
83 Équateur	18	8,9	8,6	9,0	6	12	15,8	37,2	46,0	-17
84 Philippines	31	15,3	7,2	7,4	15	28	15,5	47,5	36,8	-6
85 Grenade	..	..	..	4,0 [i]	5	..	..	..	..	..
86 Jordanie	11	7,6	6,4	10,1	3	4	2,0	7,0	11,7	6
87 Tunisie	39	17,9	4,7	25,7	7	4	2,0	6,6	7,6	26
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	6,6	11,9 [i]	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	23	10,3	10,1	10,4	8	13	..	..	..	..
90 Fidji	45	21,3	7,0	.. [f]	53	8 [e]	..	..	..	..
91 Paraguay	14	8,3	8,1	.. [f]	14	5	16,4	33,2	21,8	-22
92 Turquie	21	9,8	8,9	12,6	4	4	3,4	18,7	27,0	1
93 Sri Lanka	38	17,7	4,3	9,3	21	29	5,6	41,6	25,0	10
94 Dominicaine, République	27	11,9	14,1	13,0	5	5	2,5	11,0	28,6	7
95 Belize	..	..	10,6	..	9	6 [e]	..	..	..	..
96 Iran, République islamique d'	35	16,4	7,2	23,0	6	11	2,0	7,3	..	23

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
98 Maldives	36	16,9	11,4	3,7	17	30	..	..	..	..
100 Territoires palestiniens occupés	8	6,5	5,3	7,6	8	4	..	..	..	..
101 El Salvador	32	15,7	9,9	.. [f]	16	10	19,0	40,6	48,3	-12
102 Algérie	46	21,5	7,8	30,1	15	10	2,0	15,1	22,6	31
103 Guyane	..	..	18,2	..	17	14	2,0	..	..	..
104 Jamaïque	30	14,8	11,3	20,1 [g]	7	4	2,0	13,3	18,7	20
106 Cap Vert	43	18,7	7,6	.. [f]	20	14 [e]	..	..	..	..
107 Syrienne, République arabe	29	14,4	4,6	20,4	7	7	..	..	..	..
108 Indonésie	41	18,5	11,2	9,6	23	28	7,5	52,4	27,1	9
109 Viet Nam	33	15,7	9,4	9,7 [g]	15	28	..	..	28,9	..
111 Égypte	44	20,0	7,8	28,6	2	9	3,1	43,9	16,7	18
112 Nicaragua	40	18,0	10,1	23,3	21	10	45,1	79,9	47,9	-28
115 Bolivie	28	13,9	16,0	13,3	15	8	23,2	42,2	62,7	-20
116 Mongolie	42	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	35,6	-15
117 Honduras	37	17,2	15,8	20,0	13	17	20,7	44,0	48,0	-11
118 Guatemala	48	22,9	15,9	30,9	5	23	13,5	31,9	56,2	7
119 Vanuatu	49	24,7	8,9	26,0 [g]	40	20 [e]	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	69	38,1	47,7	13,0	57	19	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	53	30,9	43,3	17,6 [g]	12	12	10,7	34,1	..	11
123 Maroc	59	33,4	8,6	47,7	19	9	2,0	14,3	19,0	37
124 Gabon	50	27,3	32,6	..	12	12	..	..	..	..
125 Namibie	57	32,5	45,4	15,0	13	24	34,9	55,8	..	-14
126 Inde	55	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,6	-14
127 São Tomé-et-Principe	..	..	17,1	..	21	13	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	14,1	..	30	21 [e]	..	..	..	..
129 Cambodge	73	39,3	28,3	26,4	59	45	34,1	77,7	35,9	-1
130 Myanmar	47	21,6	21,2	10,1	22	32	..	..	..	..
131 Botswana	93	48,3	69,1	18,8	5	13	23,5	50,1	..	22
132 Comores	56	31,6	15,5	.. [f]	14	25	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	63	36,0	28,0	31,3	49	40	27,0	74,1	38,6	-3
134 Pakistan	65	36,3	16,1	50,1	9	38	17,0	73,6	32,6	10
135 Bhoutan	71	39,0	18,0	..	38	19	..	..	..	..
136 Ghana	58	33,1	27,7	42,1	25	22	44,8	78,5	39,5	-18
137 Bangladesh	85	44,2	15,9	.. [f]	26	48	36,0	82,8	49,8	5
138 Népal	68	38,1	17,6	51,4	10	48	24,1	68,5	30,9	4
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	75	40,5	22,4	42,7	61	35 [e]	..	..	37,5	..
140 Congo	51	27,9	33,6	.. [f]	42	14	..	..	..	..
141 Soudan	54	31,3	27,0	39,1	30	17 [e]	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	25,5	..	42	46	..	..	..	..
143 Madagascar	66	36,3	27,8	29,3	50	42	61,0	85,1	71,3	-20
144 Cameroun	61	35,6	43,9	32,1	34	18	17,1	50,6	40,2	6
145 Ouganda	62	36,0	41,6	33,2	40	23	..	..	37,7	..
146 Swaziland	97	52,5	74,3	20,4	38	10	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	72	39,2	31,0	46,8	48	25	..	..	32,3 [h]	..
148 Djibouti	52	30,0	30,6	.. [f]	27	18	..	..	..	..
149 Lesotho	89	47,5	67,6	17,8	21	18	36,4	56,1	..	8
150 Yémen	77	40,6	18,8	.. [f]	33	46	15,7	45,2	41,8	21
151 Zimbabwe	88	46,0	65,9	.. [f]	19	13	56,1	83,0	34,9	-1
152 Kenya	60	35,5	44,8	26,4	39	20	22,8	58,3	52,0	1
153 Mauritanie	81	41,0	30,5	48,8	47	32	25,9	63,1	46,3	9
154 Haïti	74	39,4	34,4	.. [f]	46	17	53,9	78,0	65,0 [h]	-10
155 Gambie	86	44,7	27,8	.. [f]	18	17	59,3	82,9	57,6	-5
156 Sénégal	84	44,0	26,6	60,7	24	23	22,3	63,0	33,4	18

TABLEAU 3 Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays en développement

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
157 Érythrée	70	38,1	27,6	.. [f]	40	40	..	..	53,0	..
158 Rwanda	67	37,3	45,5	35,1	26	27	51,7	83,7	60,3	-12
159 Nigeria	76	40,6	46,0	.. [f]	52	29	70,8	92,4	34,1	-17
160 Guinée	96	52,0	30,0	70,5	50	21	..	..	40,0	..
161 Angola	79	40,9	48,1	32,6	47	31	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	64	36,3	44,4	30,6	38	22	57,8	89,9	35,7	-19
163 Bénin	90	47,8	30,0	65,3	33	23	30,9	73,7	29,0	14
164 Côte d'Ivoire	82	41,5	42,3	51,3	16	17	14,8	48,8	..	26
165 Zambie	87	45,6	60,1	32,0 [g]	42	23	75,8	94,1	72,9	-10
166 Malawi	83	43,0	56,3	35,9 [g]	27	22	41,7	76,1	65,3	0
167 Congo, Rép. dém. du	80	40,9	45,4	32,8	54	31	..	..	..	..
168 Mozambique	94	48,9	50,9	.. [f]	57	24	37,8	78,4	69,4	11
169 Burundi	78	40,7	46,3	40,7	21	45	54,6	87,6	36,4	-8
170 Éthiopie	98	55,3	39,5	.. [f]	78	47	23,0	77,8	44,2	26
171 Tchad	100	57,9	45,2	74,3	58	28	..	..	64,0	..
172 Centrafricaine, République	91	47,8	56,2	51,4	25	24	66,6	84,0	..	-3
173 Guinée-Bissau	92	48,2	42,9	.. [f]	41	25	..	..	..	..
174 Burkina Faso	101	58,3	38,9	78,2	39	38	27,2	71,8	46,4	21
175 Mali	102	60,2	37,3	81,0 [g]	50	33	72,3	90,6	63,8	1
176 Sierra Leone	95	51,9	47,0	64,9	43	27	..	74,5	70,2	..
177 Niger	99	56,4	41,4	71,3	54	40	60,6	85,8	63,0 [h]	3

NOTES

† Se rapporte aux éléments utilisés pour calculer l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-1). Pour de plus amples informations, voir la *Note technique 1*

a Données correspondant à la probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans, multipliée par 100

b Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

c Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d La pauvreté en termes de revenu correspond au pourcentage de la population vivant avec moins de 1 USD par jour. Tous les pays affichant un taux de pauvreté en termes de revenu inférieur à 2 % ont été classés au même rang. Les classements se fondent sur les pays pour lesquels des données sont disponibles pour les deux indicateurs considérés. Les résultats positifs indiquent que le pays en question enregistre de meilleurs résultats en matière de pauvreté en termes de revenu que de pauvreté humaine, les résultats négatifs signifiant le contraire.

e Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

f Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999

g En l'absence de données récentes, des estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, basées sur d'anciens recensements ou enquêtes, ont été utilisées et doivent être interprétées avec circonspection : Bangladesh 58,9, Barbade 0,3, Cap Vert 24,3, Comores 43,8, Congo 17,2, Djibouti 34,5, El Salvador 20,3, Érythrée 43,3, Éthiopie 58,5, Fidji 7,0, Gambie 62,2, Guinée-Bissau 60,4, Haïti 48,1, Liban 13,5, Mozambique 53,5, Nigeria 33,2, Paraguay 7,0, Trinité-et-Tobago 1,5, Émirats arabes unis 22,7, Uruguay 2,3, Yémen 51,0 et Zimbabwe 10,0

h Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.

i Données fournies par le Secrétariat de la communauté caribéenne, sur la base de sources nationales.

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPH-1 de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : ONU 2005b.

Colonne 4 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 5 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

Colonne 6 : UNICEF 2005

Colonnes 7-9 : Banque mondiale 2006

Colonne 10 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 7

Classement selon l'IPH-1 de 102 pays et territoires en développement

1 Uruguay
2 Chili
3 Argentine
4 Costa Rica
5 Barbade
6 Cuba
7 Singapour
8 Territoires palestiniens occupés
9 Mexique
10 Colombie
11 Jordanie
12 Panama
13 Qatar
14 Paraguay
15 Malaisie
16 Venezuela, RB
17 Trinité-et-Tobago
18 Équateur
19 Thaïlande
20 Liban
21 Turquie
22 Brésil
23 Suriname
24 Maurice
25 Pérou
26 Chine
27 Dominicaine, République
28 Bolivie
29 Syrienne, République arabe
30 Jamaïque
31 Philippines
32 El Salvador
33 Viet Nam
34 Émirats arabes unis
35 Iran, République islamique d'
36 Maldives
37 Honduras
38 Sri Lanka
39 Tunisie
40 Nicaragua
41 Indonésie
42 Mongolie
43 Cap Vert
44 Égypte
45 Fidji
46 Algérie
47 Myanmar
48 Guatemala
49 Vanuatu
50 Gabon
51 Congo
52 Djibouti
53 Afrique du Sud
54 Soudan
55 Inde
56 Comores
57 Namibie
58 Ghana
59 Maroc
60 Kenya
61 Cameroun
62 Ouganda
63 Lao, Rép. dém. pop.
64 Tanzanie, Rép. unie de
65 Pakistan
66 Madagascar
67 Rwanda
68 Népal
69 Guinée équatoriale
70 Érythrée
71 Bhoutan
72 Togo
73 Cambodge
74 Haïti
75 Papouasie-Nouvelle-Guinée
76 Nigeria
77 Yémen
78 Burundi
79 Angola
80 Congo, Rép. dém. du
81 Mauritanie
82 Côte d'Ivoire
83 Malawi
84 Sénégal
85 Bangladesh
86 Gambie
87 Zambie
88 Zimbabwe
89 Lesotho
90 Bénin
91 Centrafricaine, République
92 Guinée-Bissau
93 Botswana
94 Mozambique
95 Sierra Leone
96 Guinée
97 Swaziland
98 Éthiopie
99 Niger
100 Tchad
101 Burkina Faso
102 Mali

TABLEAU 4

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays de l'OCDE, Europe centrale et orientale et CEI

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) [a] Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans [b, †] (en % de la cohorte) 2000-05	Pers. ayant des difficultés à comprendre un texte suivi [c †] (en % des 16-65 ans) 1994-2003	Chômage de longue durée [†] (en % de la population active) 2005	Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) à 50 % du revenu médian [†] 1994-2002 [e]	11 USD par jour 1994-95 [e]	4 USD par jour 1996-99 [e]	Classement selon l'IPH-2 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	2	7,0	8,4	7,9	0,4	6,4	4,3	..	-1
2 Islande	..	..	6,8	..	0,3 [f]	..	..	..	..
3 Australie	14	12,8	7,7	17,0 [g]	0,9	14,3	17,6	..	-1
4 Irlande	17	16,1	8,7	22,6 [g]	1,5	16,5	..	..	0
5 Suède	1	6,5	7,2	7,5 [g]	1,0 [f]	6,5	6,3	..	-3
6 Canada	8	10,9	8,1	14,6	0,7	11,4	7,4	..	-3
7 Japon	11	11,7	7,1	.. [h]	1,5	11,8 [i]	..	..	-1
8 États-Unis	16	15,4	11,8	20,0	0,6	17,0	13,6	..	-2
9 Suisse	7	10,7	7,8	15,9	1,6	7,6	..	..	0
10 Pays-Bas	3	8,2	8,7	10,5 [g]	2,5	7,3	7,1	..	-3
11 Finlande	4	8,2	9,7	10,4 [g]	2,1	5,4	4,8	..	3
12 Luxembourg	9	11,1	9,7	.. [h]	1,2 [j]	6,0	0,3	..	7
13 Belgique	12	12,4	9,4	18,4 [g, k]	4,3	8,0	..	..	4
14 Autriche	..	..	9,1	..	1,5	7,7	..	..	..
15 Danemark	5	8,4	10,4	9,6 [g]	1,3	.. [l]	..	..	0
16 France	10	11,4	9,8	.. [h]	4,3	8,0	9,9	..	2
17 Italie	18	29,9	7,8	47,0	4,0	12,7	..	..	4
18 Royaume-Uni	15	14,8	8,7	21,8 [g]	1,1	12,4	15,7	..	2
19 Espagne	13	12,6	8,7	.. [h]	3,0	14,3	..	..	-2
20 Nouvelle-Zélande	..	..	8,9	18,4 [g]	0,3	..	..	..	..
21 Allemagne	6	10,3	8,8	14,4 [g]	5,0	8,3	7,3	..	-4
23 Israël	..	..	7,7	..	..	15,6	..	..	..
24 Grèce	..	..	9,2	..	5,7	14,4	..	..	..
27 Slovénie	..	..	11,8	..	..	8,2	..	<1	..
28 Portugal	..	..	10,3	..	3,6	..	..	..	..
30 Tchèque, République	..	..	12,1	..	4,3	4,9	..	<1	..
32 Malte	..	..	7,7	..	..	..	..	..	..
35 Hongrie	..	..	18,3	..	3,3	6,7	..	<1	..
37 Pologne	..	..	15,1	..	9,3	8,6	..	10	..
40 Estonie	..	..	21,7	..	..	12,4	..	18	..
41 Lituanie	..	..	20,6	..	..	..	..	17	..
42 Slovaquie	..	..	14,9	..	11,2	7,0	..	8	..
44 Croatie	..	..	13,1	..	..	..	..	..	..
45 Lettonie	..	..	21,5	..	..	..	..	28	..
54 Bulgarie	..	..	16,6	..	..	..	..	22	..
60 Roumanie	..	..	19,0	..	..	8,1	..	23	..
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	13,6	..	..	..	..	..	..

TABLEAU 4 Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays de l'OCDE, Europe centrale et orientale et CEI

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) [a] Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans [b, †] (en % de la cohorte) 2000-05	Pers. ayant des difficultés à comprendre un texte suivi [c †] (en % des 16-65 ans) 1994-2003	Chômage de longue durée [†] (en % de la population active) 2005	Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) à 50 % du revenu médian [†] 1994-2002 [e]	11 USD par jour 1994-95 [e]	4 USD par jour 1996-99 [e]	Classement selon l'IPH-2 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
65 Russie, Fédération de	..	..	31,6	..	..	18,8	..	53	..
66 Macédoine, ERYM	..	..	13,3	..	..	..	..	..	..
67 Bélarus	..	..	26,7	..	..	..	..	..	..
73 Albanie	..	..	11,4	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	..	..	31,0	..	..	..	..	25	..
79 Kazakhstan	..	..	32,0	..	..	..	..	62	..
80 Arménie	..	..	18,0	..	..	..	..	..	..
97 Géorgie	..	..	18,9	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	..	..	24,9	..	..	..	..	..	..
105 Turkménistan	..	..	32,0	..	..	..	..	..	..
110 Kirghizistan	..	..	26,0	..	..	..	..	88	..
113 Ouzbékistan	..	..	26,3	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	..	..	25,5	..	..	..	..	82	..
122 Tadjikistan	..	..	29,0	..	..	..	..	..	..

NOTES

Ce tableau inclut Israël et Malte, qui ne font pas partie de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE), mais ne tient pas compte du Mexique, de la République de Corée et de la Turquie, qui en sont membres. Pour l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) et les éléments d'information relatifs à ces pays, se reporter au tableau 3

† Se rapporte aux éléments utilisés pour calculer l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-2). Pour de plus amples informations, voir la *Note technique 1*

a L'IPH-2 est calculé uniquement pour une sélection de pays de l'OCDE à revenu élevé.

b Données correspondant à la probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans, multipliée par 100

c D'après le niveau 1 de compréhension de textes suivis de l'Enquête internationale sur l'alphabétisation des adultes. Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d La pauvreté en termes de revenu correspond au pourcentage de la population vivant avec moins de 50 % du revenu médian disponible corrigé des ménages. Les résultats positifs indiquent que le pays en question enregistre de meilleurs résultats en matière de pauvreté en termes de revenu que de pauvreté humaine, les résultats négatifs signifiant le contraire.

e Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

f Données concernant l'année 2004

g D'après l'OCDE et Statistique Canada 2000 Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

h Une estimation de 16,4 %, correspondant à la moyenne non pondérée pour les pays pour lesquels des données sont disponibles, a été utilisée pour le calcul de l'IPH-2

i Smeeding 1997

j Les données sont basées sur des échantillons restreints et doivent être interprétées avec circonspection.

k Données concernant les Flandres.

l En l'absence d'estimations récentes concernant le Danemark, une ancienne valeur de 7,2 % a été utilisée pour calculer l'IPH-2 Des efforts sont mis en œuvre afin de produire des estimations de la pauvreté plus précises et comparables entre les pays.

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPH-2 de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : calculs effectués sur la base des données relatives à l'espérance de vie de l'ONU 2005b.

Colonne 4 : OCDE et Statistique Canada, sauf indication contraire.

Colonne 5 : calculs effectués sur la base des données relatives au chômage de longue durée chez les jeunes et à la population active de l'OCDE 2006b.

Colonne 6 : LIS 2006.

Colonne 7: Smeeding, Rainwater and Burtless 2000.

Colonne 8 : Milanovic 2002.

Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 6

Classement selon l'IPH-2 de 18 pays de l'OCDE

1	Suède	7	Suisse	13	Espagne
2	Norvège	8	Canada	14	Australie
3	Pays-Bas	9	Luxembourg	15	Royaume-Uni
4	Finlande	10	France	16	États-Unis
5	Danemark	11	Japon	17	Irlande
6	Allemagne	12	Belgique	18	Italie

TABLEAU 5

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ														
1 Norvège	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	77,3	78,6	19,7	17,5	15,0	17,5	2,2	1,8
2 Islande	0,2	0,3	0,3	1,0	0,8	86,7	92,7	93,6	22,3	19,4	11,7	14,0	2,8	2,0
3 Australie	13,6	19,9	22,2	1,3	1,0	85,9	88,0	89,9	20,0	17,7	12,6	15,5	2,5	1,7
4 Irlande	3,2	4,1	4,7	0,9	1,2	53,6	60,2	63,8	20,3	20,2	10,9	12,6	3,8	1,9
5 Suède	8,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	84,1	85,1	17,7	16,4	17,1	20,4	1,9	1,6
6 Canada	23,1	32,0	35,1	1,1	0,8	75,6	80,0	81,4	17,9	15,3	13,0	16,2	2,0	1,5
7 Japon	111,5	127,9	128,0	0,5	(.)	56,8	65,7	68,2	14,1	13,3	19,2	26,0	2,1	1,3
8 États-Unis	220,2	295,4	325,7	1,0	0,9	73,7	80,5	83,7	20,9	19,7	12,3	14,1	2,0	2,0
9 Suisse	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,8	74,8	78,8	16,8	14,1	15,7	19,8	1,8	1,4
10 Pays-Bas	13,7	16,2	16,8	0,6	0,3	63,2	79,6	84,9	18,3	16,4	14,0	17,5	2,1	1,7
11 Finlande	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,1	62,7	17,5	15,8	15,7	20,3	1,6	1,7
12 Luxembourg	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	77,3	83,0	82,1	19,0	17,6	13,8	14,3	2,0	1,7
13 Belgique	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	16,9	15,5	17,5	19,4	1,9	1,7
14 Autriche	7,6	8,2	8,3	0,3	0,1	65,6	65,9	67,7	15,8	13,4	16,4	19,6	2,0	1,4
15 Danemark	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,2	85,5	86,9	18,8	17,0	14,9	18,4	2,0	1,8
16 France	52,7	60,3	62,3	0,5	0,3	72,9	76,5	79,0	18,2	17,6	16,6	19,0	2,3	1,9
17 Italie	55,4	58,0	57,8	0,2	(.)	65,6	67,5	69,5	14,1	13,2	19,7	23,0	2,3	1,3
18 Royaume-Uni	55,4	59,5	61,4	0,2	0,3	82,7	89,6	90,6	18,2	16,4	15,9	18,1	2,0	1,7
19 Espagne	35,6	42,6	44,4	0,6	0,4	69,6	76,6	78,3	14,3	15,3	16,5	18,0	2,9	1,3
20 Nouvelle-Zélande	3,1	4,0	4,3	0,9	0,7	82,8	86,1	87,4	21,7	18,9	12,2	15,0	2,8	2,0
21 Allemagne	78,7	82,6	82,5	0,2	(.)	72,7	75,1	76,3	14,6	12,9	18,3	20,7	1,6	1,3
22 Hong Kong, Chine (RAS)	4,4	7,0	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	14,8	12,7	11,8	14,4	2,9	0,9
23 Israël	3,4	6,6	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	91,9	27,9	25,8	10,1	11,5	3,8	2,9
24 Grèce	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	58,9	61,0	14,4	13,5	18,0	19,3	2,3	1,3
25 Singapour	2,3	4,3	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,2	13,2	8,2	13,3	2,6	1,4
26 Corée, République de	35,3	47,6	49,1	1,0	0,3	48,0	80,6	83,1	19,1	13,9	9,0	13,2	4,3	1,2
27 Slovénie	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,9	53,3	14,2	13,0	15,4	18,1	2,2	1,2
28 Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	40,8	57,0	63,6	15,9	15,1	16,9	18,9	2,7	1,5
29 Chypre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	47,3	69,2	71,5	20,4	17,2	11,9	14,2	2,5	1,6
30 Tchèque, République	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	73,6	74,1	15,0	13,4	14,1	18,4	2,2	1,2
31 Barbade	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	52,1	58,8	19,3	16,7	10,1	11,5	2,7	1,5
32 Malte	0,3	0,4	0,4	0,9	0,4	89,7	95,0	97,2	18,0	15,2	13,3	18,3	2,1	1,5
33 Koweït	1,0	2,6	3,4	3,3	2,4	89,4	98,3	98,5	24,5	23,2	1,7	3,1	6,9	2,4
34 Brunéi Darussalam	0,2	0,4	0,5	2,8	2,0	62,0	73,1	77,6	30,0	25,8	3,1	4,3	5,4	2,5
35 Hongrie	10,5	10,1	9,8	-0,1	-0,3	62,2	65,9	70,3	16,0	14,0	15,1	17,5	2,1	1,3
36 Argentine	26,0	38,4	42,7	1,3	1,0	81,0	89,9	91,6	26,7	23,9	10,1	11,1	3,1	2,4
37 Pologne	34,0	38,6	38,1	0,4	-0,1	55,3	62,0	64,0	16,8	14,3	12,8	14,9	2,3	1,3
38 Chili	10,4	16,1	17,9	1,5	1,0	78,4	87,3	90,1	25,5	20,9	7,9	10,5	3,6	2,0
39 Bahreïn	0,3	0,7	0,9	3,3	1,6	85,0	96,2	98,2	27,5	21,7	3,0	4,4	5,9	2,5
40 Estonie	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,1	70,1	15,6	15,7	16,3	17,4	2,2	1,4
41 Lituanie	3,3	3,4	3,3	0,1	-0,4	55,7	66,6	66,8	17,4	13,8	15,2	16,7	2,3	1,3
42 Slovaquie	4,7	5,4	5,4	0,5	(.)	46,3	56,2	58,0	17,2	14,0	11,7	14,1	2,5	1,2
43 Uruguay	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	91,9	93,1	24,4	22,4	13,2	13,8	3,0	2,3
44 Croatie	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,2	45,1	56,3	59,5	15,8	13,9	17,0	18,7	2,0	1,3
45 Lettonie	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	64,2	67,8	68,9	15,2	14,1	16,6	18,3	2,0	1,3
46 Qatar	0,2	0,8	1,0	5,2	2,0	88,9	95,3	96,2	22,2	21,8	1,3	2,0	6,8	3,0
47 Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	46,3	52,5	58,2	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2,1	4,3	5,0	2,5	1,4	41,3	61,2	66,9	29,0	23,8	5,7	7,4	4,3	2,3
49 Émirats arabes unis	0,5	4,3	5,6	7,2	2,4	83,6	76,7	77,4	22,4	19,8	1,1	1,4	6,4	2,5
50 Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	74,7	19,5	16,6	10,5	14,4	3,5	1,6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	(.)	(.)	(.)	-0,2	1,1	35,0	32,2	33,5	..	..	..	..	..	..
52 Bahamas	0,2	0,3	0,4	1,8	1,2	71,5	90,1	92,2	28,6	24,7	6,1	8,2	3,4	2,3
53 Mexique	59,3	105,7	119,1	2,0	1,1	62,8	75,7	78,7	31,6	25,5	5,2	7,1	6,6	2,4

TABLEAU 5

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
54 Bulgarie	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,6	69,8	72,8	14,1	13,1	16,8	18,6	2,2	1,2
55 Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	20,3	23,8	27,4	36,3	30,7	5,9	6,9	5,5	3,5
56 Oman	0,9	2,5	3,2	3,5	2,0	34,1	71,5	72,3	34,9	30,6	2,5	3,4	7,2	3,8
57 Trinité-et-Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	11,4	11,9	15,8	22,0	20,2	7,2	9,9	3,5	1,6
58 Panama	1,7	3,2	3,8	2,1	1,6	49,0	69,9	77,9	30,6	27,2	5,9	7,5	4,9	2,7
59 Antigua-et-Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	38,7	44,7	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	21,2	21,8	20,9	0,1	-0,4	42,8	53,5	56,1	15,9	14,4	14,6	15,5	2,6	1,3
61 Malaisie	12,3	24,9	29,6	2,4	1,6	37,7	66,3	75,4	32,8	27,2	4,5	6,1	5,2	2,9
62 Bosnie-Herzégovine	3,7	3,9	3,9	0,1	(.)	31,3	45,2	51,8	16,9	14,0	13,5	16,7	2,6	1,3
63 Maurice	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	42,4	44,1	24,9	21,3	6,5	8,3	3,2	2,0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN														
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,4	5,7	7,0	2,9	1,8	57,3	84,5	87,4	30,4	28,9	4,0	5,6	7,6	3,0
65 Russie, Fédération de	134,2	143,9	136,7	0,2	-0,5	66,9	73,1	72,6	15,7	16,4	13,6	13,3	2,0	1,3
66 Macédoine, ERYM	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	68,1	75,2	20,1	16,6	10,9	12,9	3,0	1,5
67 Bélarus	9,4	9,8	9,2	0,2	-0,6	50,6	71,8	76,7	15,8	14,5	14,6	13,5	2,3	1,2
68 Dominique	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,5	76,4	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	108,1	183,9	209,4	1,8	1,2	61,7	83,7	88,2	28,1	25,4	6,0	7,8	4,7	2,3
70 Colombie	25,4	44,9	52,1	2,0	1,3	60,0	72,4	75,7	31,4	26,8	5,0	6,5	5,0	2,6
71 Sainte-Lucie	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	25,2	27,6	29,0	29,4	25,4	7,2	7,3	5,7	2,2
72 Venezuela, RB	12,7	26,3	31,3	2,5	1,6	75,8	93,0	95,9	31,7	27,8	4,9	6,8	4,9	2,7
73 Albanie	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	44,6	52,8	27,6	23,1	8,1	9,9	4,7	2,3
74 Thaïlande	41,3	63,7	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,2	24,1	21,2	6,9	9,3	5,0	1,9
75 Samoa occidentales	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,0	22,3	24,9	40,8	34,2	4,5	5,0	5,7	4,4
76 Arabie Saoudite	7,3	24,0	30,8	4,1	2,3	58,4	80,8	83,2	37,8	32,3	2,9	3,5	7,3	4,1
77 Ukraine	49,0	47,0	41,8	-0,1	-1,1	58,4	67,6	70,2	15,4	13,5	15,8	16,4	2,2	1,1
78 Liban	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	86,5	87,9	29,1	24,4	7,3	7,7	4,8	2,3
79 Kazakhstan	14,1	14,8	14,9	0,2	(.)	52,6	57,1	60,3	23,9	21,3	8,3	8,0	3,5	2,0
80 Arménie	2,8	3,0	3,0	0,2	-0,2	63,6	64,2	64,1	21,7	17,4	11,9	11,0	3,0	1,3
81 Chine	927,8 [d]	1308,0 [d]	1393,0 [d]	1,2 [d]	0,6 [d]	17,4	39,5	49,2	22,0	18,5	7,5	9,6	4,9	1,7
82 Pérou	15,2	27,6	32,2	2,1	1,4	61,5	72,4	74,9	32,7	27,9	5,2	6,5	6,0	2,9
83 Équateur	6,9	13,0	15,1	2,2	1,4	42,4	62,3	67,6	32,8	28,1	5,7	7,3	6,0	2,8
84 Philippines	42,0	81,6	96,8	2,3	1,6	35,6	61,9	69,6	35,7	30,0	3,8	4,9	6,0	3,2
85 Grenade	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	30,6	32,2	..	..	..	..	..	..
86 Jordanie	1,9	5,6	7,0	3,6	2,0	57,7	81,9	85,3	37,6	31,7	3,1	4,0	7,8	3,5
87 Tunisie	5,7	10,0	11,1	2,0	1,0	49,9	64,9	69,1	26,7	21,9	6,2	6,8	6,2	2,0
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	45,6	50,0	29,8	26,5	6,5	7,1	5,5	2,3
89 Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	73,5	77,4	30,4	26,7	6,3	7,2	5,3	2,6
90 Fidji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,6	36,7	50,3	56,1	32,0	27,6	3,8	5,4	4,2	2,9
91 Paraguay	2,7	6,0	7,6	2,8	2,1	39,0	57,9	64,4	38,0	33,9	3,7	4,3	5,7	3,9
92 Turquie	41,2	72,2	82,6	1,9	1,2	41,6	66,8	71,9	29,5	25,8	5,4	6,2	5,3	2,5
93 Sri Lanka	14,0	20,6	22,3	1,3	0,7	19,5	15,2	15,7	24,5	21,4	7,1	9,3	4,1	2,0
94 Dominicaine, République	5,1	8,8	10,1	1,9	1,3	45,7	65,9	73,6	33,1	29,5	4,1	5,3	5,6	2,7
95 Belize	0,1	0,3	0,3	2,3	1,8	50,2	48,1	51,2	37,3	31,2	4,3	4,7	6,3	3,2
96 Iran, République islamique d'	33,3	68,8	79,9	2,5	1,4	45,8	66,4	71,9	29,8	25,6	4,5	4,9	6,4	2,1
97 Géorgie	4,9	4,5	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,2	53,8	19,5	15,8	14,1	14,4	2,6	1,5
98 Maldives	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	17,3	29,2	34,8	41,3	35,7	3,5	3,3	7,0	4,3
99 Azerbaïdjan	5,7	8,4	9,1	1,3	0,8	51,9	51,5	52,8	26,8	21,2	6,9	6,7	4,3	1,9
100 Territoires palestiniens occupés	1,3	3,6	5,0	3,6	3,0	59,6	71,5	72,9	45,7	41,6	3,1	3,0	7,7	5,6
101 El Salvador	4,1	6,8	8,0	1,7	1,5	41,5	59,5	63,2	34,3	29,8	5,3	6,2	6,1	2,9
102 Algérie	16,0	32,4	38,1	2,4	1,5	40,3	62,6	69,3	30,4	26,7	4,5	5,0	7,4	2,5
103 Guyane	0,7	0,8	0,7	0,1	-0,1	30,0	28,3	29,4	29,6	24,8	5,1	6,6	4,9	2,3
104 Jamaïque	2,0	2,6	2,7	0,9	0,4	44,1	52,8	56,7	31,7	26,7	7,6	8,2	5,0	2,4
105 Turkménistan	2,5	4,8	5,5	2,2	1,3	47,6	46,0	50,8	32,7	27,0	4,7	4,4	6,2	2,8
106 Cap Vert	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	56,6	64,3	40,1	35,6	4,3	3,3	7,0	3,8

TABLEAU 5

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
107 Syrienne, République arabe	7,5	18,6	23,8	3,1	2,3	45,1	50,5	53,4	37,4	33,2	3,1	3,6	7,5	3,5
108 Indonésie	134,4	220,1	246,8	1,7	1,0	19,3	47,0	58,5	28,6	25,2	5,4	6,4	5,2	2,4
109 Viet Nam	48,0	83,1	95,0	1,9	1,2	18,8	26,0	31,6	30,3	25,0	5,5	5,6	6,7	2,3
110 Kirghizistan	3,3	5,2	5,9	1,6	1,1	38,2	35,7	38,1	32,1	27,5	6,1	5,5	4,7	2,7
111 Égypte	39,3	72,6	88,2	2,1	1,8	43,5	42,7	45,4	33,9	31,4	4,7	5,5	5,7	3,3
112 Nicaragua	2,6	5,4	6,6	2,5	1,9	48,9	58,7	63,0	39,5	33,4	3,3	3,9	6,8	3,3
113 Ouzbékistan	14,0	26,2	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	38,0	34,0	28,3	4,7	4,4	6,3	2,7
114 Moldova, République de	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	36,2	46,5	50,0	19,1	15,2	10,0	10,9	2,6	1,2
115 Bolivie	4,8	9,0	10,9	2,2	1,7	41,3	63,7	68,8	38,5	33,5	4,5	5,2	6,5	4,0
116 Mongolie	1,4	2,6	3,0	2,0	1,2	48,7	56,6	58,8	31,3	26,3	3,8	4,1	7,3	2,4
117 Honduras	3,0	7,0	8,8	2,9	2,0	32,1	46,0	51,4	39,7	33,8	3,8	4,5	7,1	3,7
118 Guatemala	6,2	12,3	15,9	2,4	2,3	36,7	46,8	52,0	43,5	39,7	4,3	4,7	6,2	4,6
119 Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	13,4	23,1	28,1	40,4	35,5	3,3	4,0	6,1	4,2
120 Guinée équatoriale	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,4	38,9	41,1	44,3	45,6	3,9	3,8	5,7	5,9
121 Afrique du Sud	25,9	47,2	47,9	2,1	0,1	48,1	58,8	64,1	32,8	30,2	4,1	6,1	5,5	2,8
122 Tadjikistan	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,9	24,6	39,7	33,0	3,8	3,5	6,8	3,8
123 Maroc	17,3	31,0	36,2	2,0	1,4	37,8	58,0	65,0	31,5	28,4	4,8	5,2	6,9	2,8
124 Gabon	0,6	1,4	1,6	2,8	1,5	43,0	83,0	87,7	40,5	35,5	4,4	4,4	5,3	4,0
125 Namibie	0,9	2,0	2,2	2,8	1,0	23,7	34,5	41,1	42,1	34,7	3,4	4,2	6,6	4,0
126 Inde	620,7	1087,1	1260,4	1,9	1,3	21,3	28,5	32,0	32,5	28,0	5,2	6,2	5,4	3,1
127 São Tomé-et-Principe	0,1	0,2	0,2	2,1	2,1	31,6	57,1	65,8	39,8	36,4	4,3	3,4	6,5	4,1
128 Salomon, Îles	0,2	0,5	0,6	3,0	2,2	9,1	16,7	20,5	41,0	36,4	2,4	2,8	7,2	4,3
129 Cambodge	7,1	13,8	17,1	2,3	1,9	10,3	19,1	26,1	37,7	34,1	3,4	4,4	5,5	4,1
130 Myanmar	30,1	50,0	55,0	1,7	0,9	24,0	30,1	37,4	30,1	23,6	4,9	6,4	5,8	2,5
131 Botswana	0,9	1,8	1,7	2,4	-0,4	11,8	56,6	64,6	37,9	34,7	3,2	4,8	6,8	3,2
132 Comores	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	36,4	44,0	42,2	38,5	2,7	3,1	7,1	4,9
133 Lao, Rép. dém. pop.	3,0	5,8	7,3	2,2	2,1	11,1	20,3	24,9	41,2	37,1	3,6	3,7	6,2	4,8
134 Pakistan	68,3	154,8	193,4	2,8	2,0	26,3	34,5	39,6	38,9	34,1	3,8	4,2	6,6	4,3
135 Bhoutan	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	4,6	10,8	14,8	38,9	34,7	4,5	5,1	5,9	4,4
136 Ghana	10,2	21,7	26,6	2,6	1,9	30,1	47,1	55,1	39,5	35,2	3,6	4,3	6,7	4,4
137 Bangladesh	73,2	139,2	168,2	2,2	1,7	9,9	24,7	29,9	35,9	31,4	3,6	4,2	6,2	3,2
138 Népal	13,5	26,6	32,7	2,3	1,9	4,8	15,3	20,9	39,5	33,9	3,6	4,2	5,8	3,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	2,9	5,8	7,0	2,4	1,8	11,9	13,3	15,0	40,7	34,0	2,4	2,7	6,1	4,1
140 Congo	1,5	3,9	5,4	3,2	3,1	43,3	59,8	64,2	47,0	47,4	2,9	2,7	6,3	6,3
141 Soudan	17,1	35,5	44,0	2,5	2,0	18,9	39,8	49,4	39,5	35,6	3,6	4,3	6,7	4,4
142 Timor oriental	0,7	0,9	1,5	1,0	4,7	14,6	26,1	31,2	41,6	46,7	2,9	3,0	6,2	7,8
143 Madagascar	7,9	18,1	23,8	2,9	2,5	16,3	26,6	30,1	44,2	40,7	3,1	3,3	6,7	5,4
144 Cameroun	7,6	16,0	19,0	2,6	1,6	27,3	53,7	62,7	41,6	37,2	3,7	3,9	6,3	4,6
145 Ouganda	10,8	27,8	41,9	3,3	3,7	7,0	12,5	14,5	50,4	50,8	2,5	2,2	7,1	7,1
146 Swaziland	0,5	1,0	1,0	2,3	-0,4	14,0	23,9	27,5	41,6	37,2	3,4	4,6	6,9	4,0
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN														
147 Togo	2,4	6,0	7,8	3,1	2,5	22,8	39,4	47,4	43,7	40,2	3,1	3,4	7,1	5,4
148 Djibouti	0,2	0,8	0,9	4,3	1,6	67,1	85,6	89,6	41,8	37,3	2,8	3,4	7,2	5,1
149 Lesotho	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,5	22,0	39,0	36,6	5,2	5,8	5,7	3,6
150 Yémen	7,0	20,3	28,5	3,7	3,1	14,8	26,9	31,9	46,7	43,4	2,3	2,4	8,5	6,2
151 Zimbabwe	6,2	12,9	13,8	2,5	0,6	19,9	35,4	40,9	40,5	36,6	3,6	4,1	7,7	3,6
152 Kenya	13,5	33,5	44,2	3,1	2,5	12,9	20,5	24,1	42,9	42,6	2,8	2,8	8,0	5,0
153 Mauritanie	1,4	3,0	4,0	2,5	2,6	20,6	40,3	43,1	43,1	41,7	3,4	3,4	6,5	5,8
154 Haïti	4,9	8,4	9,8	1,8	1,3	21,7	38,1	45,5	38,0	34,9	4,0	4,5	5,8	4,0
155 Gambie	0,6	1,5	1,9	3,4	2,2	24,4	53,0	61,8	40,3	36,8	3,7	4,4	6,5	4,7
156 Sénégal	5,3	11,4	14,5	2,7	2,2	33,7	41,3	44,7	43,0	38,8	3,1	3,4	7,0	5,0
157 Érythrée	2,1	4,2	5,8	2,4	2,9	13,5	19,0	24,4	44,8	42,6	2,3	2,6	6,5	5,5
158 Rwanda	4,4	8,9	11,3	2,4	2,2	4,0	18,5	28,7	44,1	41,6	2,4	2,6	8,3	5,7
159 Nigeria	58,9	128,7	160,9	2,7	2,0	23,4	47,3	55,9	44,5	41,3	3,0	3,2	6,9	5,8

TABLEAU 5

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
160 Guinée	4,2	9,2	11,9	2,7	2,3	19,5	32,6	38,1	43,8	42,0	3,5	3,9	6,9	5,9
161 Angola	6,8	15,5	20,9	2,8	2,7	19,1	52,7	59,7	46,6	45,5	2,5	2,4	7,2	6,8
162 Tanzanie, Rép. unie de	16,0	37,6	45,6	2,9	1,7	11,2	23,8	28,9	42,9	38,9	3,2	3,7	6,8	5,0
163 Bénin	3,2	8,2	11,2	3,2	2,9	21,9	39,7	44,6	44,5	42,0	2,7	3,0	7,1	5,9
164 Côte d'Ivoire	6,6	17,9	21,6	3,4	1,7	32,2	44,6	49,8	42,1	38,2	3,2	3,7	7,4	5,1
165 Zambie	5,2	11,5	13,8	2,8	1,7	34,9	34,9	37,0	46,0	43,7	3,0	3,2	7,8	5,7
166 Malawi	5,2	12,6	16,0	3,0	2,2	7,7	16,7	22,1	47,3	44,9	3,0	3,2	7,4	6,1
167 Congo, Rép. dém. du	23,9	55,9	78,0	2,9	3,0	29,5	31,6	38,6	47,2	48,0	2,7	2,6	6,5	6,7
168 Mozambique	10,6	19,4	23,5	2,1	1,7	8,7	33,7	42,4	44,1	41,6	3,3	3,6	6,6	5,5
169 Burundi	3,7	7,3	10,6	2,4	3,4	3,2	9,7	13,5	45,5	46,4	2,8	2,5	6,8	6,8
170 Éthiopie	34,1	75,6	97,2	2,7	2,3	9,5	15,7	19,1	44,8	41,7	2,9	3,2	6,8	5,9
171 Tchad	4,2	9,4	12,8	2,8	2,8	15,6	24,8	30,5	47,2	47,7	3,1	2,7	6,7	6,7
172 Centrafricaine, République	2,1	4,0	4,6	2,3	1,4	32,0	37,9	40,4	43,1	40,6	4,0	4,0	5,7	5,0
173 Guinée-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	29,6	31,1	47,4	48,0	3,1	2,8	7,1	7,1
174 Burkina Faso	5,9	12,8	17,7	2,6	2,9	6,4	17,9	22,8	47,4	45,7	2,8	2,6	7,8	6,7
175 Mali	6,2	13,1	18,1	2,6	2,9	16,2	29,9	36,5	48,3	46,7	2,7	2,4	7,6	6,9
176 Sierra Leone	2,9	5,3	6,9	2,1	2,3	21,2	39,9	48,2	42,8	42,8	3,3	3,3	6,5	6,5
177 Niger	5,3	13,5	19,3	3,2	3,2	11,4	16,7	19,3	49,0	47,9	2,0	2,0	8,1	7,9
Pays en développement	2967,1 T	5093,6 T	5885,6 T	1,9	1,3	26,5	42,2	48,0	31,2	28,0	5,4	6,5	5,5	2,9
Pays les moins avancés	355,2 T	740,7 T	950,1 T	2,5	2,3	14,9	26,3	31,6	42,0	39,5	3,2	3,5	6,6	5,0
États arabes	144,6 T	310,5 T	386,0 T	2,6	2,0	41,8	54,9	58,9	35,8	32,5	3,8	4,4	6,7	3,7
Asie de l'Est et Pacifique	1310,4 T	1944,0 T	2108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,9	51,0	24,3	20,7	6,8	8,7	5,0	1,9
Amérique latine et Caraïbes	318,4 T	548,3 T	628,3 T	1,9	1,2	61,2	76,8	80,4	30,4	26,5	5,9	7,5	5,1	2,6
Asie du Sud	838,7 T	1528,1 T	1801,4 T	2,1	1,5	21,2	29,9	33,8	33,6	29,3	4,8	5,7	5,6	3,2
Afrique subsaharienne	313,1 T	689,6 T	877,4 T	2,7	2,2	21,2	34,3	39,4	43,9	42,0	3,1	3,3	6,8	5,5
Europe centrale et orientale et CEI	366,6 T	405,3 T	396,8 T	0,3	-0,2	57,3	62,9	63,6	18,6	17,3	12,7	12,9	2,5	1,5
OCDE	925,7 T	1164,8 T	1233,6 T	0,8	0,5	66,8	75,4	78,1	19,6	17,8	13,6	16,1	2,6	1,8
Pays de l'OCDE à revenu élevé	765,9 T	922,6 T	968,5 T	0,6	0,4	69,3	76,8	79,4	17,7	16,4	15,2	18,0	2,2	1,6
Développement humain élevé	1012,5 T	1275,0 T	1350,0 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,7	19,6	17,8	13,5	16,0	2,5	1,7
Développement humain moyen	2743,2 T	4433,1 T	4995,8 T	1,7	1,1	27,7	42,4	48,2	28,8	25,4	6,1	7,2	5,0	2,5
Faible développement humain	255,0 T	571,7 T	737,1 T	2,8	2,3	18,3	32,0	37,6	44,8	42,6	2,9	3,1	7,0	5,8
Revenu élevé	792,3 T	982,5 T	1040,9 T	0,7	0,5	69,4	77,4	80,0	18,4	17,0	14,6	17,3	2,3	1,7
Revenu moyen	2042,9 T	3043,0 T	3319,6 T	1,4	0,8	34,7	53,2	60,3	25,4	22,4	7,2	8,6	4,6	2,1
Faible revenu	1237,0 T	2361,3 T	2856,0 T	2,2	1,7	20,7	29,9	34,4	36,8	33,2	4,3	4,9	6,0	3,9
Monde	4073,7 T [e]	6389,2 T [e]	7219,4 T [e]	1,6	1,1	37,2	48,3	52,8	28,5	25,9	7,3	8,4	4,5	2,7

NOTES

a Ces données reposant sur des définitions nationales concernant les villes et les agglomérations, les comparaisons entre les pays doivent être effectuées avec circonspection.

b Données correspondant au milieu de la fourchette de projection.

c Données correspondant à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

d Ces estimations démographiques tiennent compte de la province chinoise de Taïwan.

e Données correspondant à la population mondiale totale fournies par l'ONU 2005b. La population totale des 177 pays inclus dans les principaux tableaux statistiques était estimée à 4 068,1 millions en 1975, 6 381 millions en 2004 et projetée à 7 210,3 millions en 2015

SOURCES

Colonnes 1-3 13 et 14 : ONU 2005b.
Colonnes 4 et 5 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 2
Colonnes 6 et 8 : ONU 2006e.
Colonne 7: ONU 2006b.
Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives à la population de moins de 15 ans et à la population totale fournies par l'ONU 2005b.
Colonnes 11 et 12 : calculs effectués sur la base des données relatives à la population de plus de 65 ans et à la population totale fournies par l'ONU 2005b.

TABLEAU 6

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Assurer la santé : ressources, accès et services

	Dépenses de santé			Enfants d'un an effectivement vaccinés (OMD)		Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue	Utilisation de moyens de contraception (OMD)	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (OMD)	Médecins
	Publiques (en % du PIB)	Privées (en % du PIB)	Par habitant (en PPA en USD)	Contre la tuberculose (en %)	Contre la rougeole (en %)	(en % des moins de 5 ans)	(en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans)	(en %)	(pour 100 000 personnes)
Classement selon l'IDH	2003	2003	2003	2004	2004	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1990-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	8,6	1,7	3 809	..	88	..	..	100 [c]	313
2 Islande	8,8	1,7	3 110	..	93	..	..	..	362
3 Australie	6,4	3,1	2 874	..	93	..	..	100	247
4 Irlande	5,8	1,5	2 496	90	81	..	..	100	279
5 Suède	8,0	1,4	2 704	16 [d]	94	..	..	100 [c]	328
6 Canada	6,9	3,0	2 989	..	95	..	75 [e]	98	214
7 Japon	6,4	1,5	2 244	..	99	..	56	100	198
8 États-Unis	6,8	8,4	5 711	..	93	..	76 [e]	99	256
9 Suisse	6,7	4,8	3 776	..	82	..	82 [e]	..	361
10 Pays-Bas	6,1	3,7	2 987	..	96	..	79 [e]	100	315
11 Finlande	5,7	1,7	2 108	98	97	..	..	100	316
12 Luxembourg	6,2	0,6	3 680	..	91	..	..	100	266
13 Belgique	6,3	3,1	2 828	..	82	..	78 [e]	100 [c]	449
14 Autriche	5,1	2,4	2 306	..	74	..	51	100 [e]	338
15 Danemark	7,5	1,5	2 762	..	96	..	..	100 [c]	293
16 France	7,7	2,4	2 902	85	86	..	75 [e]	99 [e]	337
17 Italie	6,3	2,1	2 266	..	84	..	60	..	420
18 Royaume-Uni	6,9	1,1	2 389	..	81	..	84 [f]	99	230
19 Espagne	5,5	2,2	1 853	..	97	..	81 [e]	..	330
20 Nouvelle-Zélande	6,3	1,8	1 893	..	85	..	75 [e]	100 [e]	237
21 Allemagne	8,7	2,4	3 001	..	92	..	75 [e]	100 [c]	337
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	86 [e]	..	..
23 Israël	6,1	2,8	1 911	..	96	..	..	99 [c]	382
24 Grèce	5,1	4,8	1 997	88	88	..	..	..	438
25 Singapour	1,6	2,9	1 156	99	94	..	62	100	140
26 Corée, République de	2,8	2,8	1 074	93	99	..	81	100	157
27 Slovénie	6,7	2,1	1 669	98	94	..	74 [e]	100 [c]	225
28 Portugal	6,7	2,9	1 791	83	95	..	..	100 [c]	342
29 Chypre	3,1	3,3	1 143	..	86	..	..	100	234
30 Tchèque, République	6,8	0,8	1 302	99	97	..	72	100	351
31 Barbade	4,8	2,1	1 050	..	98	..	..	98	121
32 Malte	7,4	1,9	1 436	..	87	..	..	98 [e]	318
33 Koweït	2,7	0,8	567	..	97	..	50	98	153
34 Brunéi Darussalam	2,8	0,7	681	99	99	..	..	99	101
35 Hongrie	6,1	2,3	1 269	99	99	..	77 [e]	100	333
36 Argentine	4,3	4,6	1 067	99	95	..	..	99	301
37 Pologne	4,5	2,0	745	94	97	..	49 [e]	100 [c]	247
38 Chili	3,0	3,1	707	96	95	..	..	100	109
39 Bahreïn	2,8	1,3	813	70	99	..	62 [e]	98 [e]	109
40 Estonie	4,1	1,2	682	99	96	..	70 [e]	100	448
41 Lituanie	5,0	1,6	754	99	98	..	47 [e]	100	397
42 Slovaquie	5,2	0,7	777	98	98	..	74 [e]	99	318
43 Uruguay	2,7	7,1	824	99	95	..	..	100	365
44 Croatie	6,5	1,3	838	98	96	..	..	100	244
45 Lettonie	3,3	3,1	678	99	99	..	48 [e]	100	301
46 Qatar	2,0	0,7	685	99	99	..	43	99	222
47 Seychelles	4,3	1,6	599	99	99	..	..	..	151
48 Costa Rica	5,8	1,5	616	90	88	..	80	98	132
49 Émirats arabes unis	2,5	0,8	623	98	94	..	28 [e]	99 [e]	202
50 Cuba	6,3	1,0	251	99	99	..	73	100	591
51 Saint-Kitts-et-Nevis	3,4	1,9	670	89	98	..	..	99	119
52 Bahamas	3,0	3,4	1 220	..	89	..	..	99 [c]	105
53 Mexique	2,9	3,3	582	99	96	..	68	95	198

TABLEAU 6

Assurer la santé : ressources, accès et services

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé			OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés		Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans)	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans)	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)	Médecins (pour 100 000 personnes)
	Publiques (en % du PIB)	Privées (en % du PIB)	Par habitant (en PPA en USD)	Contre la tuberculose (en %)	Contre la rougeole (en %)				
	2003	2003	2003	2004	2004	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1990-2004 [b]
54 Bulgarie	4,1	3,4	573	98	95	..	42	99	356
55 Tonga	5,5	1,0	300	99	99	..	..	95	34
56 Oman	2,7	0,5	419	99	98	..	24 [e]	95	132
57 Trinité-et-Tobago	1,5	2,4	532	..	95	31	38	96	79
58 Panama	5,0	2,6	555	99	99	..	..	93	150
59 Antigua-et-Barbuda	3,2	1,3	477	..	97	..	..	100	17
60 Roumanie	3,8	2,3	540	99	97	..	64	99	190
61 Malaisie	2,2	1,6	374	99	95	..	55 [e]	97	70
62 Bosnie-Herzégovine	4,8	4,7	327	95	88	23	48	100	134
63 Maurice	2,2	1,5	430	99	98	..	75 [e]	98	106
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,6	1,5	327	99	99	..	45 [e]	94 [e]	129
65 Russie, Fédération de	3,3	2,3	551	96	98	..	..	99	425
66 Macédoine, ERYM	6,0	1,1	389	94	96	..	..	99	219
67 Bélarus	3,9	1,6	570	99	99	..	50 [e]	100	455
68 Dominique	4,5	1,8	320	99	99	..	..	100	50
69 Brésil	3,4	4,2	597	99	99	28	77	96	115
70 Colombie	6,4	1,2	522	92	92	44	77	86	135
71 Sainte-Lucie	3,4	1,6	294	99	95	..	..	100	517
72 Venezuela, RB	2,0	2,5	231	97	80	51	..	94	194
73 Albanie	2,7	3,8	366	97	96	51	75	98	131
74 Thaïlande	2,0	1,3	260	99	96	..	72	99	37
75 Samoa occidentales	4,3	1,1	209	93	25	..	..	100	70
76 Arabie Saoudite	3,0	1,0	578	95	97	..	32	91	137
77 Ukraine	3,8	1,9	305	98	99	..	68	100	295
78 Liban	3,0	7,2	730	..	96	..	61	89	325
79 Kazakhstan	2,0	1,5	315	65	99	22	66	99	354
80 Arménie	1,2	4,8	302	96	92	48	61	97	359
81 Chine	2,0	3,6	278	94	84	..	84	96	106
82 Pérou	2,1	2,3	233	91	89	46	69	59	117
83 Équateur	2,0	3,1	220	99	99	..	66	69	148
84 Philippines	1,4	1,8	174	91	80	76	19	60	58
85 Grenade	4,9	1,8	473	..	74	..	54 [e]	100	50
86 Jordanie	4,2	5,2	440	58	99	44	56	100	203
87 Tunisie	2,5	2,9	409	97	95	..	63	90	134
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	4,1	2,0	384	99	99	..	..	100	87
89 Suriname	3,6	4,3	309	..	86	43	42	85	45
90 Fidji	2,3	1,4	220	93	62	..	..	99	34
91 Paraguay	2,3	5,0	301	82	89	..	73	77	111
92 Turquie	5,4	2,2	528	88	81	19	64	83	135
93 Sri Lanka	1,6	1,9	121	99	96	..	70	96	55
94 Dominicaine, République	2,3	4,7	335	97	79	53	70	99	188
95 Belize	2,2	2,3	309	99	95	..	47 [e]	83	105
96 Iran, République islamique d'	3,1	3,4	498	99	96	..	73	90	45
97 Géorgie	1,0	3,0	174	91	86	..	41	96	409
98 Maldives	5,5	0,7	364	98	97	..	42	70	92
99 Azerbaïdjan	0,9	2,7	140	99	98	40	55	100	355
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	98	96 [c]	..	..	97	..
101 El Salvador	3,7	4,4	378	94	93	..	67	92	124
102 Algérie	3,3	0,8	186	98	81	..	64	96	113
103 Guyane	4,0	0,8	283	94	88	40	37	86	48
104 Jamaïque	2,7	2,6	216	85	80	21	66	97	85
105 Turkménistan	2,6	1,3	221	99	97	..	62	97	418
106 Cap Vert	3,4	1,2	185	79	69	..	53	89	49

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé: Publiques (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé: Privées (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé: Par habitant (en PPA en USD) 2003	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés: Contre la tuberculose (en %) 2004	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés: Contre la rougeole (en %) 2004	Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans) 1996-2004 [b]	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %) 1996-2004 [b]	Médecins (pour 100 000 personnes) 1990-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	2,5	2,6	116	99	98	..	40 [e]	77 [e]	140
108 Indonésie	1,1	2,0	113	82	72	61	60	72	13
109 Viet Nam	1,5	3,9	164	96	97	39	79	85	53
110 Kirghizistan	2,2	3,1	161	98	99	16	60	98	251
111 Égypte	2,5	3,3	235	98	97	29	60	69	54
112 Nicaragua	3,7	4,0	208	88	84	49	69	67	37
113 Ouzbékistan	2,4	3,1	159	99	98	33	68	96	274
114 Moldova, République de	3,9	3,3	177	96	96	52	62	99	264
115 Bolivie	4,3	2,4	176	93	64	54	58	67	122
116 Mongolie	4,3	2,4	140	95	96	66	67	97	263
117 Honduras	4,0	3,1	184	93	92	..	62	56	57
118 Guatemala	2,1	3,3	235	98	75	22	43	41	90
119 Vanuatu	2,9	1,0	110	63	48	..	..	88	11
120 Guinée équatoriale	1,0	0,5	179	73	51	36	..	65	30
121 Afrique du Sud	3,2	5,2	669	97	81	37	56	84	77
122 Tadjikistan	0,9	3,5	71	97	89	29	34	71	203
123 Maroc	1,7	3,4	218	95	95	50	63	63	51
124 Gabon	2,9	1,5	255	89	55	44	33	86	29
125 Namibie	4,5	1,9	359	71	70	39	44	76	30
126 Inde	1,2	3,6	82	73	56	22	48 [g]	43	60
127 São Tomé-et-Principe	7,2	1,4	93	99	91	44	29	76	49
128 Salomon, Îles	4,5	0,3	87	84	72	..	..	85	13
129 Cambodge	2,1	8,8	188	95	80	59	24	32	16
130 Myanmar	0,5	2,3	51	85	78	48	37	57	36
131 Botswana	3,3	2,3	375	99	90	7	40	94	40
132 Comores	1,5	1,2	25	79	73	31	26	62	15
133 Lao, Rép. dém. pop.	1,2	2,0	56	60	36	37	32	19	59
134 Pakistan	0,7	1,7	48	80	67	33 [c]	28	..	74
135 Bhoutan	2,6	0,5	59	92	87	..	19 [e]	37	5
136 Ghana	1,4	3,1	98	92	83	40	25	47	15
137 Bangladesh	1,1	2,3	68	95	77	35	58	13	26
138 Népal	1,5	3,8	64	85	73	43	39	15	21
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,0	0,4	132	54	44	..	26	41	5
140 Congo	1,3	0,7	23	85	65	..	..	..	20
141 Soudan	1,9	2,4	54	51	59	38	10 [e]	87 [c]	22
142 Timor oriental	7,3	2,3	125	72	55	..	10	18	10
143 Madagascar	1,7	1,0	24	72	59	47	27	51	29
144 Cameroun	1,2	3,0	64	83	64	33	26	62	19
145 Ouganda	2,2	5,1	75	99	91	29	23	39	8
146 Swaziland	3,3	2,5	324	84	70	24	28	74	16
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	1,4	4,2	62	91	70	25	26	61	4
148 Djibouti	3,8	1,9	72	78	60	..	..	61	18
149 Lesotho	4,1	1,1	106	83	70	29	30	60	5
150 Yémen	2,2	3,3	89	63	76	23 [c]	21	27	33
151 Zimbabwe	2,8	5,1	132	95	80	80	54	73	16
152 Kenya	1,7	2,6	65	87	73	33	39	42	14
153 Mauritanie	3,2	1,0	59	86	64	28	8	57	11
154 Haïti	2,9	4,6	84	71	54	41	28	24	25
155 Gambie	3,2	4,9	96	95	90	38	10	55	11
156 Sénégal	2,1	3,0	58	95	57	33	11	58	6
157 Érythrée	2,0	2,4	50	91	84	54	8	28	5
158 Rwanda	1,6	2,1	32	86	84	16	13	31	5
159 Nigeria	1,3	3,7	51	48	35	28	13	35	28

TABLEAU 6

Assurer la santé : ressources, accès et services

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé : Publiques (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé : Privées (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé : Par habitant (en PPA en USD) 2003	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés : Contre la tuberculose (en %) 2004	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés : Contre la rougeole (en %) 2004	Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans) 1996-2004 [b]	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %) 1996-2004 [b]	Médecins (pour 100 000 personnes) 1990-2004 [b]
160 Guinée	0,9	4,5	95	71	73	44	6	56	11
161 Angola	2,4	0,4	49	72	64	32	6	45	8
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,4	1,9	29	91	94	38	25	46	2
163 Bénin	1,9	2,5	36	99	85	42	19	66	4
164 Côte d'Ivoire	1,0	2,6	57	51	49	34	15	68	12
165 Zambie	2,8	2,6	51	94	84	48	34	43	12
166 Malawi	3,3	6,0	46	97	80	51	31	61	2
167 Congo, Rép. dém. du	0,7	3,3	14	78	64	17	31	61	11
168 Mozambique	2,9	1,8	45	87	77	33	17	48	3
169 Burundi	0,7	2,4	15	84	75	16	16	25	3
170 Éthiopie	3,4	2,5	20	82	71	38	8	6	3
171 Tchad	2,6	3,9	51	38	56	50	3	16	4
172 Centrafricaine, République	1,5	2,5	47	70	35	47	28	44	8
173 Guinée-Bissau	2,6	3,0	45	80	80	23	8	35	12
174 Burkina Faso	2,6	3,0	68	99	78	..	14	38	6
175 Mali	2,8	2,0	39	75	75	45	8	41	8
176 Sierra Leone	2,0	1,5	34	83	64	39	4	42	3
177 Niger	2,5	2,2	30	72	74	43	14	16	3
Pays en développement	..	..	..	84	74	..	..	59	..
Pays les moins avancés	..	..	..	82	72	..	..	36	..
États arabes	..	..	..	85	86	..	..	72	..
Asie de l'Est et Pacifique	..	..	..	92	83	..	..	86	..
Amérique latine et Caraïbes	..	..	..	96	92	..	..	87	..
Asie du Sud	..	..	..	78	62	..	..	38	..
Afrique subsaharienne	..	..	..	77	66	..	..	43	..
Europe centrale et orientale et CEI	..	..	..	96	97	..	..	97	..
OCDE	..	..	..	92	92	..	..	97	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	84	92	..	..	99	..
Développement humain élevé	..	..	..	95	93	..	..	99	..
Développement humain moyen	..	..	..	86	76	..	..	65	..
Faible développement humain	..	..	..	74	64	..	..	39	..
Revenu élevé	..	..	..	88	92	..	..	99	..
Revenu moyen	..	..	..	94	87	..	..	87	..
Faible revenu	..	..	..	77	64	..	..	41	..
Monde	..	..	..	84 [h]	76 [h]	..	..	63 [h]	..

NOTES

a Ces données concernent habituellement les femmes de 15 à 49 ans mariées ou vivant maritalement ; la classe d'âge effectivement couverte peut varier d'un pays à l'autre.
b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.
c Données fournies par l'UNICEF 2005 Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.
d Données concernant les enfants à risque élevé uniquement.
e Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.
f Hors Irlande du Nord.
g À l'exception de l'État de Tripura.
h Données correspondant aux agrégats mondiaux de l'UNICEF 2005

SOURCES

Colonnes 1 et 2 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses de santé fournies par l'OMS 2006b.
Colonne 3 : OMS 2006b.
Colonnes 4 et 6 : UNICEF 2005
Colonnes 5 et 8 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.
Colonne 7 : ONU 2006c, d'après des données fournies par le Fonds des Nations Unies pour la population.
Colonne 9 : OMS 2006c.

TABLEAU 7

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	..	..	100	100	..	..	..	..	5
2 Islande	100	100	100	100	..	..	..	..	4
3 Australie	100	100	100	100	..	..	..	..	7
4 Irlande	..	..	..	..	..	..	..	..	6
5 Suède	100	100	100	100	..	..	..	..	4
6 Canada	100	100	100	100	..	..	..	..	6
7 Japon	100	100	100	100	..	..	..	6 [c]	8
8 États-Unis	100	100	100	100	..	..	1 [c]	1	8
9 Suisse	100	100	100	100	..	..	..	..	6
10 Pays-Bas	100	100	100	100	..	..	..	1 [c]	..
11 Finlande	100	100	100	100	..	..	..	..	4
12 Luxembourg	..	..	100	100	..	..	..	..	8
13 Belgique	..	..	..	..	..	..	..	..	8
14 Autriche	100	100	100	100	..	..	..	..	7
15 Danemark	..	..	100	100	..	..	..	..	5
16 France	..	..	100	100	..	..	..	..	7
17 Italie	..	..	..	..	..	..	..	3 [c]	6
18 Royaume-Uni	..	..	100	100	..	..	..	..	8
19 Espagne	100	100	100	100	..	..	..	..	6
20 Nouvelle-Zélande	..	..	97	..	..	..	..	..	6
21 Allemagne	100	100	100	100	..	..	..	..	7
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23 Israël	..	..	100	100	..	..	..	..	8
24 Grèce	..	..	..	..	..	..	..	..	8
25 Singapour	100	100	100	100	..	..	14 [d]	2	8
26 Corée, République de	..	..	..	92	<2,5	<2,5	..	..	4
27 Slovénie	..	..	..	..	..	3	..	..	6
28 Portugal	..	..	..	..	..	..	..	..	8
29 Chypre	100	100	100	100	<2,5	<2,5	..	..	..
30 Tchèque, République	99	98	100	100	..	<2,5	1 [c]	2 [c]	7
31 Barbade	100	100	100	100	<2,5	<2,5	6 [d]	7 [c]	10
32 Malte	..	..	100	100	..	..	..	..	6
33 Koweït	..	..	..	..	24	5	10	3	7
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	4	3	..	..	10
35 Hongrie	..	95	99	99	..	<2,5	2 [d]	3 [c]	9
36 Argentine	81	91	94	96	<2,5	<2,5	5	12	7
37 Pologne	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	6
38 Chili	84	91	90	95	8	4	1	1	5
39 Bahreïn	..	..	..	..	..	..	9 [c]	10 [c]	8
40 Estonie	97	97	100	100	..	3	..	..	4
41 Lituanie	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	4
42 Slovaquie	99	99	100	100	..	6	..	..	7
43 Uruguay	100	100	100	100	7	3	5 [c]	10 [c]	8
44 Croatie	100	100	100	100	..	7	1	1	6
45 Lettonie	..	78	99	99	..	3	..	..	5
46 Qatar	100	100	100	100	..	..	6 [c]	8 [c]	10
47 Seychelles	..	..	88	88	14	9	6 [d]	5 [c]	..
48 Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
49 Émirats arabes unis	97	98	100	100	4	<2,5	14 [c]	17 [d]	15
50 Cuba	98	98	..	91	8	<2,5	4 [c]	5	6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	95	95	100	100	13	11	..	..	9
52 Bahamas	100	100	..	97	9	7	..	..	7
53 Mexique	58	79	82	97	5	5	8	18	9

TABLEAU 7

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
54 Bulgarie	99	99	99	99	..	9	..	..	10
55 Tonga	96	96	100	100	..	..	..	1 [c]	0
56 Oman	83	..	80	..	..	..	24	10	8
57 Trinité-et-Tobago	100	100	92	91	13	11	7 [d]	4	23
58 Panama	71	73	90	90	21	25	7	18	10
59 Antigua-et-Barbuda	..	95	..	91	..	..	10 [d]	7 [d]	8
60 Roumanie	..	..	..	57	..	<2,5	6	10	9
61 Malaisie	..	94	98	99	3	3	11	16	10
62 Bosnie-Herzégovine	..	95	97	97	..	9	4	10	4
63 Maurice	..	94	100	100	6	6	15 [c]	10 [c]	13
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	97	97	71	..	<2,5	<2,5	5 [c]	15 [c]	7
65 Russie, Fédération de	87	87	94	97	..	3	3	13 [d]	6
66 Macédoine, ERYM	..	..	..	..	..	7	6	7	5
67 Bélarus	..	84	100	100	..	3	..	..	5
68 Dominique	..	84	..	97	4	8	5 [d]	6 [d]	10
69 Brésil	71	75	83	90	12	8	6	11	10
70 Colombie	82	86	92	93	17	14	7	14	9
71 Sainte-Lucie	..	89	98	98	8	5	14 [d]	11 [c]	8
72 Venezuela, RB	..	68	..	83	11	18	4	13	7
73 Albanie	..	91	96	96	..	6	14	35	3
74 Thaïlande	80	99	95	99	30	21	19 [c]	13 [c]	9
75 Samoa occidentales	98	100	91	88	11	4	2	4	4
76 Arabie Saoudite	..	..	90	..	4	4	14 [c]	16 [c]	11
77 Ukraine	..	96	..	96	..	3	1	3	5
78 Liban	..	98	100	100	<2,5	3	3	12	6
79 Kazakhstan	72	72	87	86	..	8	4	10	8
80 Arménie	..	83	..	92	..	29	3	13	7
81 Chine	23	44	70	77	16	12	8	14	6
82 Pérou	52	63	74	83	42	12	7	25	11
83 Équateur	63	89	73	94	8	5	12	26	16
84 Philippines	57	72	87	85	26	19	28	32	20
85 Grenade	97	96	..	95	9	7	..	..	9
86 Jordanie	93	93	97	97	4	7	4	9	10
87 Tunisie	75	85	81	93	<2,5	<2,5	4	12	7
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	22	12	..	..	10
89 Suriname	..	94	..	92	13	10	13	10	13
90 Fidji	68	72	..	47	10	4	8 [c]	3 [c]	10
91 Paraguay	58	80	62	86	18	15	5 [c]	14 [c]	9
92 Turquie	85	88	85	96	<2,5	3	4	16	16
93 Sri Lanka	69	91	68	79	28	22	29	14	22
94 Dominicaine, République	52	78	84	95	27	27	5	9	11
95 Belize	..	47	..	91	7	5	6 [c]	..	6
96 Iran, République islamique d'	83	..	92	94	4	4	11	15	7
97 Géorgie	97	94	80	82	..	13	3	12	6
98 Maldives	..	59	96	83	17	11	30	25	22
99 Azerbaïdjan	..	54	68	77	..	10	7	13	11
100 Territoires palestiniens occupés	..	73	..	92	..	16	4	9 [d]	9 [d]
101 El Salvador	51	62	67	84	12	11	10	19	13
102 Algérie	88	92	94	85	5	5	10	19	7
103 Guyane	..	70	..	83	21	9	14	11	12
104 Jamaïque	75	80	92	93	14	10	4	4	9
105 Turkménistan	..	62	..	72	..	8	12	22	6
106 Cap Vert	..	43	..	80	..	..	14 [c]	16 [c]	13

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	73	90	80	93	5	4	7	19	6
108 Indonésie	46	55	72	77	9	6	28	42	9
109 Viet Nam	36	61	65	85	31	17	28	37	9
110 Kirghizistan	60	59	78	77	..	4	11	25	7
111 Égypte	54	70	94	98	4	3	9	16	12
112 Nicaragua	45	47	70	79	30	27	10	20	12
113 Ouzbékistan	51	67	94	82	..	26	8	21	7
114 Moldova, République de	..	68	..	92	..	11	3	10 [d]	5
115 Bolivie	33	46	72	85	28	23	8	27	9
116 Mongolie	..	59	63	62	34	28	13	25	8
117 Honduras	50	69	84	87	23	22	17	29	14
118 Guatemala	58	86	79	95	16	23	23	49	13
119 Vanuatu	..	50	60	60	12	12	20 [d]	20	6
120 Guinée équatoriale	..	53	..	43	..	..	19	39 [d]	13
121 Afrique du Sud	69	65	83	88	..	..	12	25	15
122 Tadjikistan	..	51	..	59	..	61	..	36	15
123 Maroc	56	73	75	81	6	6	10	18	11
124 Gabon	..	36	..	88	10	5	12	21	14
125 Namibie	24	25	57	87	34	23	24	24	14
126 Inde	14	33	70	86	25	20	49	45	30
127 São Tomé-et-Principe	..	25	..	79	18	12	13	29	20 [d]
128 Salomon, Îles	..	31	..	70	33	20	21 [d]	27 [c]	13
129 Cambodge	..	17	..	41	43	33	45	45	11
130 Myanmar	24	77	57	78	10	5	32	32	15
131 Botswana	38	42	93	95	23	30	13	23	10
132 Comores	32	33	93	86	47	62	26	42	25
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	30	..	51	29	21	40	42	14
134 Pakistan	37	59	83	91	24	23	38	37	19
135 Bhoutan	..	70	..	62	..	..	19	40	15
136 Ghana	15	18	55	75	37	12	22	30	11
137 Bangladesh	20	39	72	74	35	30	48	43	30
138 Népal	11	35	70	90	20	17	48	51	21
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	44	44	39	39	15	13	35 [d]	43 [c]	11
140 Congo	..	27	..	58	54	34	14	28 [c]	..
141 Soudan	33	34	64	70	31	27	17 [c]	43	31
142 Timor oriental	..	36	..	58	11	8	46	49	10
143 Madagascar	14	34	40	50	35	38	42	48	14
144 Cameroun	48	51	50	66	33	25	18	32	11
145 Ouganda	42	43	44	60	24	19	23	39	12
146 Swaziland	..	48	..	62	14	19	10	30	9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	37	35	50	52	33	25	25	22	15
148 Djibouti	79	82	72	73	53	26	18	26	..
149 Lesotho	37	37	..	79	17	12	18	46	14
150 Yémen	32	43	71	67	34	37	46	52	32
151 Zimbabwe	50	53	78	81	45	45	13	27	11
152 Kenya	40	43	45	61	39	31	20	30	11
153 Mauritanie	31	34	38	53	15	10	32	35	..
154 Haïti	24	30	47	54	65	47	17	23	21
155 Gambie	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156 Sénégal	33	57	65	76	23	23	23	25	18
157 Érythrée	7	9	43	60	..	73	40	38	21
158 Rwanda	37	42	59	74	43	36	27	43	9
159 Nigeria	39	44	49	48	13	9	29	38	14

TABLEAU 7

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
160 Guinée	14	18	44	50	39	24	21	26	12
161 Angola	29	31	36	53	58	38	31	45	12
162 Tanzanie, Rép. unie de	47	47	46	62	37	44	22	44	13
163 Bénin	12	33	63	67	20	14	23	31	16
164 Côte d'Ivoire	21	37	69	84	18	14	17	25	17
165 Zambie	44	55	50	58	48	47	23	47	12
166 Malawi	47	61	40	73	50	34	22	49	16
167 Congo, Rép. dém. du	16	30	43	46	31	72	31	38	12
168 Mozambique	20	32	36	43	66	45	24	41	14
169 Burundi	44	36	69	79	48	67	45	57	16
170 Éthiopie	3	13	23	22	..	46	47	52	15
171 Tchad	7	9	19	42	58	33	28	29	17
172 Centrafricaine, République	23	27	52	75	50	45	24	28 [c]	14
173 Guinée-Bissau	..	35	..	59	24	37	25	31	22
174 Burkina Faso	7	13	38	61	21	17	38	39	19
175 Mali	36	46	34	50	29	28	33	38	23
176 Sierra Leone	..	39	..	57	46	50	27	34	23 [d]
177 Niger	7	13	39	46	41	32	40	40	17
Pays en développement	33	49	71	79	20	17	..	..	..
Pays les moins avancés	22	37	51	59	34	33	..	..	..
États arabes	61	71	84	86	11	10	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	30	50	72	79	17	12	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	67	78	83	91	14	10	..	..	..
Asie du Sud	18	37	72	85	25	20	..	..	..
Afrique subsaharienne	32	37	48	56	31	30	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	..	..	93	94	..	..	..	..	..
OCDE	94	96	97	99	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	100	100	100	100	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	94	97	98	99	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	34	51	74	83	19	15	..	..	..
Faible développement humain	28	35	45	52	32	32	..	..	..
Revenu élevé	..	..	100	100	..	..	..	..	..
Revenu moyen	46	61	78	84	15	11	..	..	..
Faible revenu	22	38	64	76	27	23	..	..	..
Monde	49 [e]	59 [e]	78 [e]	83 [e]	20	17	..	..	..

NOTES

a Données correspondant à la moyenne sur les années indiquées.
b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.
c Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.
d UNICEF 2005 Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.
e Chiffres correspondant aux agrégats mondiaux de l'ONU 2006c.

SOURCES

Colonnes 1-4 et 7 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.
Colonnes 5 et 6 : ONU 2006c, d'après des données fournies par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture.
Colonnes 8 et 9 : OMS 2006a.

TABLEAU 8

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Inégalités en matière de santé chez les mères et les enfants

Classement selon l'IDH	Année considérée	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)		Enfants d'un an effectivement vaccinés [a] (en %)		Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans)		Taux de mortalité infantile [b] (pour 1 000 naissances vivantes)		Taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans [b] (pour 1 000 naissances vivantes)	
		20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
69 Brésil	1996	72	99	57	74	17	2	83	29	99	33
70 Colombie	1995	61	98	58	77	17	5	41	16	52	24
79 Kazakhstan	1999	99	99	69	62	13	4	68	42	82	45 [c]
80 Arménie	2000	93	100	66	68	16	8	52	27	61	30
82 Pérou	2000	13	88	58	81	29	4	64	14	93	18
84 Philippines	1998	21	92	60	87	..	..	49	21	80	29
86 Jordanie	1997	91	99	21	17	11	5	35	23	42	25
91 Paraguay	1998	53	98	28	70	15	3	68	30	85	33
92 Turquie	1990	41	98	20	53	17	3	43	16	57	20
94 Dominicaine, République	1996	89	98	34	47	14	2	67	23	90	27
105 Turkménistan	2000	97	98	85	78	17	11	89	58	106	70
108 Indonésie	1997	21	89	43	72	..	..	78	23	109	29
109 Viet Nam	2000	58	100	44	92	..	..	39	14	53	16
110 Kirghizistan	1997	96	100	69	73	28	12	83	46	96	49
111 Égypte	2000	31	94	91	92	16	8	76	30	98	34
112 Nicaragua	2001	78	99	64	71	22	4	50	16	64	19
113 Ouzbékistan	1996	92	100	81	78	20	16	54	46	70	50
115 Bolivie	1998	20	98	22	31	25	4	107	26	147	32
118 Guatemala	1998	9	92	66	56	30	7	58	39	78	39
121 Afrique du Sud	1998	68	98	51	70	..	..	62	17	87	22
123 Maroc	1992	5	78	54	95	23	7	80	35	112	39
124 Gabon	2000	67	97	6	24	21	9	57	36	93	55
125 Namibie	2000	55	97	60	68	18	9	36	23	55	31
126 Inde	1998	16	84	21	64	25	17	97	38	141	46
129 Cambodge	2000	15	81	29	68	27	14	110	50	155	64
132 Comores	1996	26	85	40	82	23	18	87	65	129	87 [c]
134 Pakistan	1990	5	55	23	55	25	17	89	63	125	74
136 Ghana	1998	18	86	50	79	20	9	73	26	139	52
137 Bangladesh	1999	4	42	50	75	..	..	93	58	140	72
138 Népal	2001	4	45	54	82	33	25	86	53	130	68
143 Madagascar	1997	30	89	22	66	25	25	119	58	195	101
144 Cameroun	1991	32	95	27	64	19	8	104	51	201	82
145 Ouganda	2000	20	77	27	43	25	18	106	60	192	106

TABLEAU 8

Inégalités en matière de santé chez les mères et les enfants

Classement selon l'IDH	Année considérée	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)		Enfants d'un an effectivement vaccinés [a] (en %)		Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans)		Taux de mortalité inflantile [b] (pour 1 000 naissances vivantes)		Taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans [b] (pour 1 000 naissances vivantes)	
		20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	1998	25	91	22	52	19	10	84	66	168	97
150 Yémen	1997	7	50	8	56	26	22	109	60	163	73
151 Zimbabwe	1999	57	94	64	64	19	13	59	44	100	62
152 Kenya	1998	23	80	48	60	27	11	96	40	136	61
153 Mauritanie	2000	15	93	16	45	18	15	61	62	98	79
154 Haïti	2000	4	70	25	42	18	5	100	97	164	109
156 Sénégal	1997	20	86	..	..	..	..	85	45	181	70
157 Érythrée	1995	5	74	25	84	23	15	74	68	152	104
158 Rwanda	2000	17	60	71	79	27	16	139	88	246	154
159 Nigeria	1990	12	70	14	58	22	19	102	69	240	120
160 Guinée	1999	12	82	17	52	19	12	119	70	230	133
162 Tanzanie, Rép. unie de	1999	29	83	53	78	29	16	115	92	160	135
163 Bénin	1996	34	98	38	74	17	12	119	63	208	110
164 Côte d'Ivoire	1994	17	84	16	64	21	10	117	63	190	97
165 Zambie	2001	20	91	64	80	27	20	115	57	192	92
166 Malawi	2000	43	83	65	81	26	23	132	86	231	149
168 Mozambique	1997	18	82	20	85	22	14	188	95	278	145
170 Éthiopie	2000	1	25	7	34	26	23	93	95	159	147
171 Tchad	1996	3	47	4	23	23	18	80	89	171	172
172 Centrafricaine, République	1994	14	82	18	64	22	15	132	54	193	98
174 Burkina Faso	1998	18	75	21	52	21	15	106	77	239	155
175 Mali	2001	8	82	20	56	20	12	137	90	248	148
177 Niger	1998	4	63	5	51	21	21	131	86	282	184

NOTES

Ce tableau présente des données concernant les pays en développement basées sur les enquêtes sur la démographie et la santé effectuées depuis 1990 Les quintiles sont définis par le statut socio-économique en termes d'actifs ou de richesse, plutôt qu'en termes de revenu ou de consommation. Pour de plus amples informations, consulter Gwatkin et al. 2005

a Comprend les vaccins contre la tuberculose (BCG) et la rougeole, ainsi que contre la diphtérie, la coqueluche et le tétanos (DCT).

b Données basées sur les naissances des 10 années précédant l'enquête.

c Erreur d'échantillonnage importante en raison du petit nombre de cas.

SOURCES

Toutes les colonnes : Gwatkin et al. 2005

TABLEAU 9

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	4	46	97	25	27
2 Islande	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	2	57	100	20	25
3 Australie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	6	33	82	16	19
4 Irlande	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	26	28
5 Suède	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	3	69	84	18	17
6 Canada	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	4	58	35	17	22
7 Japon	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	39	45	76	15	47
8 États-Unis	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	4	85	70	19	24
9 Suisse	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	6	..	..	23	27
10 Pays-Bas	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	61	86	28	36
11 Finlande	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	7	..	..	19	26
12 Luxembourg	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	83	..	26	39
13 Belgique	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	10	65	73	25	30
14 Autriche	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	11	42	68	..	..
15 Danemark	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	78	84	25	31
16 France	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	10	..	..	21	30
17 Italie	0,5 [0,3-0,9]	..	..	..	..	6	58	95	17	31
18 Royaume-Uni	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	25	27
19 Espagne	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	20	..	..	..	..
20 Nouvelle-Zélande	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	59	36	22	24
21 Allemagne	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	6	51	71	28	37
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	77	55	78	..	..
23 Israël	[<0,2]	..	..	..	..	7	34	80	18	32
24 Grèce	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	17	..	..	..	..
25 Singapour	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	41	67	77	..	..
26 Corée, République de	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	125	21	82	..	..
27 Slovénie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	17	66	85	..	..
28 Portugal	0,4 [0,3-0,9]	..	..	..	..	35	78	84	..	..
29 Chypre	[<0,2]	..	..	..	..	4	69	79	..	..
30 Tchèque, République	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	61	79	20	31
31 Barbade	1,5 [0,8-2,5]	..	..	..	..	12	139	100	..	..
32 Malte	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	5	20	100	18	30
33 Koweït	[<0,2]	..	..	..	..	30	83	62	..	..
34 Brunéi Darussalam	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	63	130	60	..	..
35 Hongrie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	30	47	48	28	41
36 Argentine	0,6 [0,3-1,9]	..	..	..	..	53	65	66	25	32
37 Pologne	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	32	56	78	25	40
38 Chili	0,3 [0,2-1,2]	..	..	..	..	16	114	85	37	48
39 Bahreïn	[<0,2]	..	..	..	..	50	49	97	..	..
40 Estonie	1,3 [0,6-4,3]	..	..	..	..	49	75	70	18	45
41 Lituanie	0,2 [0,1-0,6]	..	..	..	..	67	89	74	13	44
42 Slovaquie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	23	34	87	..	..
43 Uruguay	0,5 [0,2-6,1]	..	..	..	..	33	86	86	24	35
44 Croatie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	65	..	..	..	..
45 Lettonie	0,8 [0,5-1,3]	..	..	..	..	71	83	74	19	51
46 Qatar	[<0,2]	..	..	..	..	77	35	73	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	..	83	106	100	..	..
48 Costa Rica	0,3 [0,1-3,6]	..	..	..	..	15	153	94	..	..
49 Émirats arabes unis	[<0,2]	..	..	..	..	26	17	64	1	17
50 Cuba	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	12	90	94	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	15	..	..	..	..
52 Bahamas	3,3 [1,3-4,5]	..	..	..	..	50	68	62	..	..
53 Mexique	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	43	71	83	5	13

TABLEAU 9

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH		Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
54	Bulgarie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	36	104	91	..	..
55	Tonga	..	..	..	..	..	42	..	..	..	..
56	Oman	[<0,2]	..	..	..	..	12	123	90	..	..
57	Trinité-et-Tobago	2,6 [1,4-4,2]	..	..	..	..	12	..	..	..	..
58	Panama	0,9 [0,5-3,7]	..	..	..	..	45	133	74	..	..
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	10	..	..	..	..
60	Roumanie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	188	41	80	..	..
61	Malaisie	0,5 [0,2-1,5]	..	..	..	..	133	69	72	2	43
62	Bosnie-Herzégovine	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	53	96	94	30	49
63	Maurice	0,6 [0,3-1,8]	..	..	..	..	135	33	87	1	32
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	[<0,2]	..	..	..	..	20	169	62	..	..
65	Russie, Fédération de	1,1 [0,7-1,8]	..	..	..	..	160	13	61	..	..
66	Macédoine, ERYM	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	34	73	84	..	..
67	Bélarus	0,3 [0,2-0,8]	..	..	..	..	68	42	73	7	53
68	Dominique	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
69	Brésil	0,5 [0,3-1,6]	..	..	..	..	77	47	83	14	22
70	Colombie	0,6 [0,3-2,5]	30	..	1	..	75	17	83	..	..
71	Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	21	93	89	..	..
72	Venezuela, RB	0,7 [0,3-8,9]	..	..	..	..	52	77	82	..	..
73	Albanie	[<0,2]	..	..	..	..	31	34	91	..	..
74	Thaïlande	1,4 [0,7-2,1]	..	..	..	..	208	71	73	..	..
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	..	43	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	[<0,2]	..	..	..	..	55	40	79	..	..
77	Ukraine	1,4 [0,8-4,3]	..	..	..	..	151	..	..	..	..
78	Liban	0,1 [0,1-0,5]	..	..	..	..	12	82	92	31	42
79	Kazakhstan	0,1 [0,1-3,2]	32	65	..	..	160	79	75	..	..
80	Arménie	0,1 [0,1-0,6]	..	44	..	..	98	44	77	..	..
81	Chine	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	221	63	94	4 [h]	67
82	Pérou	0,6 [0,3-1,7]	19	..	..	..	216	83	89	..	..
83	Équateur	0,3 [0,1-3,5]	..	..	..	..	196	43	84	..	..
84	Philippines	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	463	73	88	8	41
85	Grenade	..	..	..	..	..	8	..	..	..	..
86	Jordanie	[<0,2]	..	..	..	..	5	79	87	8	51
87	Tunisie	0,1 [0,1-0,3]	..	..	..	..	24	96	91	2	50
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	39	33	..	..	..
89	Suriname	1,9 [1,1-3,1]	..	..	3	..	98	..	..	..	..
90	Fidji	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	41	58	86	4	26
91	Paraguay	0,4 [0,2-4,6]	..	..	..	..	107	21	85	7	23
92	Turquie	[<0,2]	..	..	..	..	45	3	93	18	49
93	Sri Lanka	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	91	70	81	2	23
94	Dominicaine, République	1,1 [0,9-1,3]	29	52	..	..	118	71	81	11	16
95	Belize	2,5 [1,4-4,0]	..	..	..	..	59	60	89	..	..
96	Iran, République islamique d'	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	35	58	84	..	..
97	Géorgie	0,2 [0,1-2,7]	..	..	..	..	89	79	66	..	..
98	Maldives	[<0,2]	..	..	..	..	57	94	91	..	..
99	Azerbaïdjan	0,1 [0,1-0,4]	..	..	1	1	90	47	70	..	..
100	Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	36	..	80	..	..
101	El Salvador	0,9 [0,5-3,8]	..	..	..	..	74	57	88	..	..
102	Algérie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	54	106	90	(.)	32
103	Guyane	2,4 [1,0-4,9]	..	..	6	3	185	27	57	..	..
104	Jamaïque	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	9	79	53	..	..
105	Turkménistan	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	83	38	82	..	..
106	Cap Vert	..	..	..	..	..	314	..	..	..	..

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
107 Syrienne, République arabe	[<0,2]	..	..	..	..	51	46	88	..	..
108 Indonésie	0,1 [0,1-0,2]	..	68 [j]	..	1	275	53	87	..	..
109 Viet Nam	0,5 [0,3-0,9]	..	..	16	7	232	89	92	2	35
110 Kirghizistan	0,1 [0,1-1,7]	..	..	..	..	137	62	85	..	..
111 Égypte	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	35	61	80	..	..
112 Nicaragua	0,2 [0,1-0,6]	17	..	..	2	80	87	84	..	..
113 Ouzbékistan	0,2 [0,1-0,7]	..	50	..	..	156	28	81	1	24
114 Moldova, République de	1,1 [0,6-2,6]	44	63	..	..	214	59	65	2	34
115 Bolivie	0,1 [0,1-0,3]	20	37	..	..	290	71	81	..	..
116 Mongolie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	209	80	88	..	..
117 Honduras	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	97	83	87	..	..
118 Guatemala	0,9 [0,5-2,7]	..	..	1	..	107	55	91	..	..
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	64	107	56	..	..
120 Guinée équatoriale	3,2 [2,6-3,8]	..	..	1	49	322	82	51	..	..
121 Afrique du Sud	18,8 [16,8-20,7]	20	..	..	..	670	83	67	8	23
122 Tadjikistan	0,1 [0,1-1,7]	..	..	2	69	277	12	86	..	..
123 Maroc	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	105	80	86	(.)	29
124 Gabon	7,9 [5,1-11,5]	33	48	..	..	339	81	34	..	..
125 Namibie	19,6 [8,6-31,7]	48	69	3	14	586	88	63	10	23
126 Inde	0,9 [0,5-1,5]	51	59	..	..	312	57	86	17	47
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	23	61	253	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	59	123	87	..	..
129 Cambodge	1,6 [0,9-2,6]	..	..	..	..	709	61	93	..	..
130 Myanmar	1,3 [0,7-2,0]	..	..	..	..	180	83	81	12	36
131 Botswana	24,1 [23,0-32,0]	75	88	..	..	553	67	77	..	..
132 Comores	<0,1 [<0,2]	..	..	9	63	95	39	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	0,1 [0,1-0,4]	..	..	18	9	318	55	79	13	59
134 Pakistan	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	329	27	75	..	..
135 Bhoutan	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	184	35	90	..	..
136 Ghana	2,3 [1,9-2,6]	33	52	5	63	376	37	66	1	7
137 Bangladesh	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	435	44	85	27	55
138 Népal	0,5 [0,3-1,3]	..	..	..	..	257	67	87	24	49
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1,8 [0,9-4,4]	..	..	..	..	448	19	58	..	..
140 Congo	5,3 [3,3-7,5]	..	..	..	..	464	65	69	..	..
141 Soudan	1,6 [0,8-2,7]	..	..	(.)	50	370	35	82	..	..
142 Timor oriental	[<0,2]	..	..	8	47	692	46	81	..	..
143 Madagascar	0,5 [0,2-1,2]	5	12	(.)	61	351	74	71	..	..
144 Cameroun	5,4 [4,9-5,9]	46	57	1,3	66	227	91	..	..	..
145 Ouganda	6,7 [5,7-7,6]	53	55	(.)	..	646	43	68	..	..
146 Swaziland	33,4 [21,2-45,3]	..	..	(.)	26	1 120	38	42	3	11
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	3,2 [1,9-4,7]	22	41	2	60	718	17	64	..	..
148 Djibouti	3,1 [0,8-6,9]	..	..	..	..	1 137	43	74	..	..
149 Lesotho	23,2 [21,9-24,7]	50	48	..	..	544	86	70	..	..
150 Yémen	[<0,2]	..	..	..	..	144	40	82	..	..
151 Zimbabwe	20,1 [13,3-27,6]	42	69	..	..	673	42	66	2	20
152 Kenya	6,1 [5,2-7,0]	25	47	5	27	888	46	80	1	21
153 Mauritanie	0,7 [0,4-2,8]	..	..	4,1	33	502	44	58	..	..
154 Haïti	3,8 [2,2-5,4]	19	30	..	12	387	49	78	6 [h]	..
155 Gambie	2,4 [1,2-4,1]	..	..	15	55	329	66	75	..	..
156 Sénégal	0,9 [0,4-1,5]	34	54 [j]	2	36	451	52	70	..	..
157 Érythrée	2,4 [1,3-3,9]	..	81	4	4	437	14	85	..	..
158 Rwanda	3,1 [2,9-3,2]	28	41	5	13	660	29	67	..	..
159 Nigeria	3,9 [2,3-5,6]	24	46	1	34	531	21	59	1	..

TABLEAU 9

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
160 Guinée	1,5 [1,2-1,8]	42 [h]	27	4	56	410	52	75	..	..
161 Angola	3,7 [2,3-5,3]	..	..	2	63	310	94	68	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	6,5 [5,8-7,2]	42	47	10	58	479	47	81	..	..
163 Bénin	1,8 [1,2-2,5]	19	34	7	60	142	82	81	..	..
164 Côte d'Ivoire	7,1 [4,3-9,7]	25	56	1	58	651	38	72	..	..
165 Zambie	17 [15,9-18,1]	35	40	7	52	707	54	75	1	16
166 Malawi	14,1 [6,9-21,4]	35	47	36	18	501	40	73	5	21
167 Congo, Rép. dém. du	3,2 [1,8-4,9]	..	..	1	45	551	70	83	..	..
168 Mozambique	16,1 [12,5-20,0]	29	33	..	15	635	46	76	..	..
169 Burundi	3,3 [2,7-3,8]	..	..	1	31	564	29	79	..	..
170 Éthiopie	[0,9-3,5]	17	30	..	3	533	36	70	(.)	6
171 Tchad	3,5 [1,7-6,0]	17	25	1	32	566	16	78	..	..
172 Centrafricaine, République	10,7 [4,5-17,2]	..	..	2	69	549	4	59	..	..
173 Guinée-Bissau	3,8 [2,1-6,0]	..	..	7	58	306	75	80	..	..
174 Burkina Faso	2 [1,5-2,5]	54	67	7	50	365	18	66	..	..
175 Mali	1,7 [1,3-2,1]	14	30	8	38	578	19	65	..	..
176 Sierra Leone	1,6 [0,9-2,4]	..	..	2	61	847	36	83		
177 Niger	1,1 [0,5-1,9]	7	30	6	48	288	46	70		
Pays en développement	1,1 [1,0-1,4]	..	..	..	..	275	..	..	..	..
Pays les moins avancés	2,7 [2,3-3,1]	..	..	..	..	456	..	..	..	..
États arabes	0,2 [0,2-04]	..	..	..	..	125	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	236	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	0,6 [0,4-1,2]	..	..	..	..	83	..	..	..	..
Asie du Sud	0,7 [0,4-1,1]	..	..	..	..	315	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	6,1 [5,4-6,9]	..	..	..	..	540	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	124	..	..	..	..
OCDE	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	22	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	18	..	..	..	..
Développement humain élevé	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	27	..	..	..	..
Développement humain moyen	0,7 [0,6-1,0]	..	..	..	..	245	..	..	..	..
Faible développement humain	4,9 [4,1-5,7]	..	..	..	..	532	..	..	..	..
Revenu élevé	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	19	..	..	..	..
Revenu moyen	0,6 [0,5-0,8]	..	..	..	..	182	..	..	..	..
Faible revenu	1,8 [1,5-2,2]	..	..	..	..	376	..	..	..	..
Monde	1,0 [0,9-1,2]	..	..	..	..	229	..	..	..	..

NOTES

a Ces données correspondent à des estimations précises et des fourchettes d'estimations calculées sur la base de nouveaux modèles développés dans le cadre du Programme commun des Nations Unies sur le VIH/SIDA (ONUSIDA). Les fourchettes d'estimations sont présentées entre crochets.

b En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection. Pour certains pays, ces données ne correspondent pas à la définition standard ou ne s'appliquent qu'à une partie du pays considéré.

c Données correspondant à la prévalence de toutes les formes de tuberculose.

d Calculs effectués en divisant le nombre de nouveaux cas avérés de tuberculose détectés selon la stratégie DOTS de détection et traitement sous observation directe recommandée sur le plan international par le nombre estimatif annuel de nouveaux cas avérés. Les valeurs peuvent dépasser 100 % en raison du nombre important de cas décelés dans une zone où les cas chroniques sont nombreux, de déclarations parfois doubles, de diagnostics erronés et d'une sous-estimation (OMS 2006d).

e Ces données correspondent au pourcentage de nouveaux cas avérés et traités selon la stratégie DOTS en 2001 et dont le traitement a réussi.

f La classe d'âge varie selon les pays, mais correspond en général à 18 ans et plus ou à 15 ans et plus.

g Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

h Données concernant l'année 2005

SOURCES

Colonne 1 : ONUSIDA 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du rapport mondial sur le développement humain par l'ONUSIDA.

Colonnes 2 et 3 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun d'ONUSIDA, du Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF) et de l'Organisation mondiale de la santé (OMS).

Colonnes 4-8 : ONU 2006c, sur la base de données fournies par l'UNICEF et l'OMS.

Colonnes 9 et 10 : Banque mondiale 2006, sur la base de données fournies par l'Organisation mondiale de la santé et le National Tobacco Information Online System.

TABLEAU 10

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années) 1970-75 [d]	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Femmes 2000-05 [d]	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Hommes 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx officiel [b] 1990-2004 [e]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx ajusté [c] 2000
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	74,4	79,3	13	4	15	4	90,6	84,7	6	16
2 Islande	74,3	80,6	13	2	14	3	91,4	87,4	..	0
3 Australie	71,7	80,2	17	5	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Irlande	71,3	77,7	20	5	27	6	89,7	83,1	6	5
5 Suède	74,7	80,1	11	3	15	4	91,5	86,4	5	2
6 Canada	73,2	79,9	19	5	22	6	90,7	85,0	..	6
7 Japon	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
8 États-Unis	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
9 Suisse	73,8	80,5	15	5	18	5	91,9	85,4	5	7
10 Pays-Bas	74,0	78,3	13	5	15	6	89,7	83,5	7	16
11 Finlande	70,7	78,4	13	3	16	4	91,2	80,9	6	6
12 Luxembourg	70,7	78,4	19	5	26	6	89,9	82,6	0	28
13 Belgique	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
14 Autriche	70,6	78,9	26	5	33	5	91,0	82,4	..	4
15 Danemark	73,6	77,1	14	4	19	5	87,0	81,0	10	5
16 France	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Italie	72,1	80,0	30	4	33	5	92,2	84,6	7	5
18 Royaume-Uni	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
19 Espagne	72,9	79,5	27	3	34	5	92,8	82,1	6	4
20 Nouvelle-Zélande	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
21 Allemagne	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
22 Hong Kong, Chine (RAS)	72,0	81,5	..	..	..	..	93,7	86,4	..	..
23 Israël	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grèce	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapour	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 Corée, République de	62,6	76,9	43	5	54	6	90,2	76,9	20	20
27 Slovénie	69,8	76,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
28 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
29 Chypre	71,4	78,5	29	5	33	5	91,6	84,3	0	47
30 Tchèque, République	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
31 Barbade	69,4	74,9	40	10	54	12	86,7	74,8	0	95
32 Malte	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Koweït	67,0	76,8	49	10	59	12	87,9	82,7	5	5
34 Brunéi Darussalam	68,3	76,3	58	8	78	9	87,9	84,7	0	37
35 Hongrie	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Argentine	67,1	74,3	59	16	71	18	84,9	72,1	44	82
37 Pologne	70,5	74,3	32	7	36	8	87,0	69,7	4	13
38 Chili	63,4	77,9	78	8	98	8	88,5	79,1	17	31
39 Bahreïn	63,3	74,2	55	9	82	11	84,6	78,9	46	28
40 Estonie	70,5	71,2	21	6	26	8	83,9	57,2	46	63
41 Lituanie	71,3	72,2	23	8	28	8	85,2	60,5	13	13
42 Slovaquie	70,0	74,0	25	6	29	9	86,8	69,3	16	3
43 Uruguay	68,7	75,3	48	15	57	17	85,9	73,3	26	27
44 Croatie	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
45 Lettonie	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
46 Qatar	62,1	72,7	45	18	65	21	81,2	74,0	10	7
47 Seychelles	..	..	46	12	59	14	..	..	57	..
48 Costa Rica	67,9	78,1	62	11	83	13	88,4	81,2	33	43
49 Émirats arabes unis	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
50 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	7	86,2	80,0	34	33
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	18	..	21	..	..	250	..
52 Bahamas	66,5	69,5	38	10	49	13	73,6	61,4	..	60
53 Mexique	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	65	83

TABLEAU 10

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années)		OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes)		OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes)		Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte)		OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes)	
							Femmes	Hommes	Tx officiel [b]	Tx ajusté [c]
	1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	2000-05 [d]	2000-05 [d]	1990-2004 [e]	2000
54 Bulgarie	71,0	72,1	28	12	31	15	84,5	68,2	15	32
55 Tonga	65,6	72,1	40	20	50	25	78,2	73,4	..	..
56 Oman	52,1	74,0	126	10	200	13	84,2	78,8	23	87
57 Trinité-et-Tobago	65,9	69,9	49	18	57	20	76,1	64,5	45	160
58 Panama	66,2	74,7	46	19	68	24	85,1	76,3	70	160
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	11	..	12	..	..	65	..
60 Roumanie	69,2	71,3	46	17	57	20	82,9	65,3	31	49
61 Malaisie	63,0	73,0	46	10	70	12	83,5	73,4	30	41
62 Bosnie-Herzégovine	67,5	74,1	60	13	82	15	85,2	74,2	10	31
63 Maurice	62,9	72,1	64	14	86	15	80,9	66,9	22	24
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	52,8	73,4	105	18	160	20	82,5	74,6	77	97
65 Russie, Fédération de	69,7	65,4	29	17	36	21	76,3	44,7	32	67
66 Macédoine, ERYM	67,5	73,7	85	13	119	14	84,6	75,4	7	23
67 Bélarus	71,5	68,1	22	9	27	11	79,3	50,6	18	35
68 Dominique	..	..	..	13	..	14	..	..	67	..
69 Brésil	59,5	70,3	95	32	135	34	77,7	62,7	64	260
70 Colombie	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
71 Sainte-Lucie	65,3	72,3	..	13	..	14	77,0	71,3	35	..
72 Venezuela, RB	65,7	72,8	47	16	61	19	82,8	71,7	68	96
73 Albanie	67,7	73,7	78	17	109	19	87,6	80,0	23	55
74 Thaïlande	61,0	69,7	74	18	102	21	80,3	64,5	24	44
75 Samoa occidentales	56,1	70,0	73	25	101	30	78,4	65,5	..	130
76 Arabie Saoudite	53,9	71,6	118	21	185	27	81,2	73,4	..	23
77 Ukraine	70,1	66,1	22	14	27	18	76,4	46,6	13	35
78 Liban	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
79 Kazakhstan	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
80 Arménie	70,8	71,4	..	29	..	32	81,7	66,4	9	55
81 Chine	63,2	71,5	85	26	120	31	81,3	74,2	51	56
82 Pérou	55,5	69,8	115	24	178	29	77,1	68,1	190	410
83 Équateur	58,8	74,2	87	23	140	26	82,6	72,7	80	130
84 Philippines	58,1	70,2	56	26	90	34	78,6	70,1	170	200
85 Grenade	..	..	..	18	..	21	..	..	1	..
86 Jordanie	56,5	71,2	77	23	107	27	77,7	71,6	41	41
87 Tunisie	55,6	73,1	135	21	201	25	84,9	75,7	69	120
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	61,6	71,0	..	18	..	22	81,3	70,3	93	..
89 Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
90 Fidji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
91 Paraguay	65,9	70,9	58	21	78	24	79,8	71,3	180	170
92 Turquie	57,0	68,6	150	28	201	32	77,9	67,3	130	70
93 Sri Lanka	63,1	73,9	65	12	100	14	85,6	76,1	92	92
94 Dominicaine, République	59,7	67,1	91	27	127	32	75,1	60,8	180	150
95 Belize	67,6	71,9	..	32	..	39	80,9	71,7	140	140
96 Iran, République islamique d'	55,2	70,2	122	32	191	38	79,2	71,7	37	76
97 Géorgie	68,2	70,5	..	41	..	45	83,0	66,3	52	32
98 Maldives	51,4	66,3	157	35	255	46	67,5	67,8	140	110
99 Azerbaïdjan	65,6	66,9	..	75	..	90	76,0	60,3	25	94
100 Territoires palestiniens occupés	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
101 El Salvador	58,2	70,7	111	24	162	28	77,7	67,3	170	150
102 Algérie	54,5	71,0	143	35	220	40	78,4	75,2	120	140
103 Guyane	60,0	62,9	..	48	..	64	65,7	54,2	190	170
104 Jamaïque	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
105 Turkménistan	59,2	62,4	..	80	..	103	69,8	52,1	14	31
106 Cap Vert	57,5	70,2	..	27	..	36	79,8	67,7	76	150

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années) 1970-75 [d]	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Femmes 2000-05 [d]	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Hommes 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx officiel [b] 1990-2004 [e]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx ajusté [c] 2000
107 Syrienne, République arabe	57,4	73,2	90	15	128	16	83,2	76,3	65	160
108 Indonésie	49,2	66,5	104	30	172	38	72,1	63,8	310	230
109 Viet Nam	50,3	70,4	55	17	87	23	78,4	71,0	170	130
110 Kirghizistan	61,2	66,8	104	58	130	68	76,0	58,6	44	110
111 Égypte	52,1	69,6	157	26	235	36	79,3	69,3	84	84
112 Nicaragua	55,2	69,5	113	31	165	38	74,9	66,1	83	230
113 Ouzbékistan	63,6	66,5	83	57	101	69	72,9	59,9	34	24
114 Moldova, République de	64,8	67,5	46	23	61	28	74,3	56,5	44	36
115 Bolivie	46,7	63,9	147	54	243	69	68,0	60,0	230	420
116 Mongolie	53,8	63,9	..	41	..	52	67,6	57,9	99	110
117 Honduras	53,9	67,6	116	31	170	41	70,1	63,5	110	110
118 Guatemala	53,7	67,1	115	33	168	45	73,5	59,7	150	240
119 Vanuatu	54,0	68,4	107	32	155	40	75,2	67,6	68	32
120 Guinée équatoriale	40,5	43,5	..	122	..	204	33,0	30,6	..	880
121 Afrique du Sud	53,7	49,0	..	54	..	67	38,1	28,9	150	230
122 Tadjikistan	60,9	63,5	..	91	..	93	69,4	59,3	45	100
123 Maroc	52,9	69,5	119	38	184	43	78,9	70,3	230	220
124 Gabon	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
125 Namibie	53,9	48,6	85	47	135	63	36,7	31,6	270	300
126 Inde	50,3	63,1	127	62	202	85	67,4	59,2	540	540
127 São Tomé-et-Principe	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	..
128 Salomon, Îles	55,6	62,2	71	34	99	56	62,0	59,0	550	130
129 Cambodge	40,3	56,0	..	97	..	141	61,5	45,0	440	450
130 Myanmar	49,2	60,1	122	76	179	106	63,5	52,7	230	360
131 Botswana	56,1	36,6	99	84	142	116	16,5	13,1	330	100
132 Comores	48,9	63,0	159	52	215	70	66,5	57,8	520	480
133 Lao, Rép. dém. pop.	40,4	54,5	145	65	218	83	53,1	47,8	530	650
134 Pakistan	51,9	62,9	120	80	181	101	65,6	62,7	530	500
135 Bhoutan	41,5	62,7	156	67	267	80	65,3	60,2	260	420
136 Ghana	49,9	56,7	111	68	186	112	52,9	50,4	210	540
137 Bangladesh	45,2	62,6	145	56	239	77	63,7	59,3	380	380
138 Népal	44,0	61,4	165	59	250	76	61,0	57,9	540	740
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	44,7	55,1	106	68	147	93	46,6	41,5	370	300
140 Congo	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
141 Soudan	45,1	56,3	104	63	172	91	55,4	49,6	550	590
142 Timor oriental	40,0	55,2	..	64	..	80	52,7	47,3	..	660
143 Madagascar	44,9	55,3	109	76	180	123	54,1	48,7	470	550
144 Cameroun	45,7	45,8	127	87	215	149	36,1	33,1	430	730
145 Ouganda	51,1	46,8	100	80	170	138	34,4	32,9	510	880
146 Swaziland	49,6	33,0	132	108	196	156	12,0	9,3	230	370
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	49,8	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
148 Djibouti	44,4	52,7	..	101	..	126	48,1	42,9	74	730
149 Lesotho	49,8	36,7	128	61	190	82	18,6	11,6	..	550
150 Yémen	39,9	60,3	202	82	303	111	61,0	54,9	370	570
151 Zimbabwe	55,6	37,2	86	79	138	129	15,5	15,7	700	1 100
152 Kenya	53,6	47,0	96	79	156	120	31,8	35,0	410	1 000
153 Mauritanie	43,4	52,5	151	78	250	125	50,7	44,5	750	1 000
154 Haïti	48,5	51,5	148	74	221	117	41,3	38,2	520	680
155 Gambie	38,0	55,5	183	89	319	122	54,3	48,7	730	540
156 Sénégal	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
157 Érythrée	44,3	53,5	143	52	237	82	45,5	35,9	1 000	630
158 Rwanda	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1 100	1 400
159 Nigeria	42,8	43,3	140	101	265	197	33,2	31,6	..	800

TABLEAU 10

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années)		OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes)		OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes)		Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte)		OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes)	
							Femmes	Hommes	Tx officiel [b]	Tx ajusté [c]
	1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	2000-05 [d]	2000-05 [d]	1990-2004 [e]	2000
160 Guinée	39,3	53,6	197	101	345	155	52,6	49,1	530	740
161 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8	..	1 700
162 Tanzanie, Rép. unie de	49,5	46,0	129	78	218	126	35,8	33,4	580	1 500
163 Bénin	47,0	53,8	149	90	252	152	52,9	48,4	500	850
164 Côte d'Ivoire	49,8	46,0	158	117	239	194	38,5	34,8	600	690
165 Zambie	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
166 Malawi	41,8	39,6	189	110	330	175	24,5	23,2	1 100	1 800
167 Congo, Rép. dém. du	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	1 300	990
168 Mozambique	40,7	41,9	168	104	278	152	30,5	26,7	410	1 000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7	..	1 000
170 Éthiopie	43,5	47,6	160	110	239	166	40,7	36,6	870	850
171 Tchad	40,6	43,6	..	117	..	200	35,1	31,2	830	1 100
172 Centrafricaine, République	43,5	39,4	145	115	238	193	24,5	21,9	1 100	1 100
173 Guinée-Bissau	36,5	44,6	..	126	..	203	38,8	33,2	910	1 100
174 Burkina Faso	43,8	47,4	166	97	295	192	41,7	37,9	480	1 000
175 Mali	38,0	47,8	225	121	400	219	44,8	40,8	580	1 200
176 Sierra Leone	35,4	40,6	206	165	363	283	36,2	30,7	1 800	2 000
177 Niger	38,4	44,3	197	152	330	259	40,2	37,8	590	1 600
Pays en développement	55,6	64,9	109	57	166	83	69,6	62,3	..	..
Pays les moins avancés	44,5	52,0	148	94	240	147	47,9	43,5	..	..
États arabes	52,1	66,9	132	38	202	51	73,3	66,3	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	60,5	70,4	84	28	122	34	79,2	71,3	..	..
Amérique latine et Caraïbes	61,1	71,7	86	26	123	31	79,7	68,2	..	..
Asie du Sud	50,1	63,2	128	62	203	84	67,1	60,0	..	..
Afrique subsaharienne	45,8	46,1	144	103	243	174	37,0	33,8	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	69,0	68,1	37	22	46	26	78,8	55,4	..	..
OCDE	70,3	77,6	41	10	52	12	88,4	79,6	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	71,6	78,8	22	5	27	6	89,9	81,8	..	..
Développement humain élevé	70,6	77,7	34	9	42	10	88,7	79,6	..	..
Développement humain moyen	57,4	66,9	103	45	156	60	73,5	64,5	..	..
Faible développement humain	44,4	45,6	151	106	254	178	36,7	34,0	..	..
Revenu élevé	71,5	78,6	24	6	30	7	89,7	81,6	..	..
Revenu moyen	62,0	70,0	87	27	126	34	78,7	68,4	..	..
Faible revenu	48,9	58,3	129	77	206	117	58,5	52,6	..	..
Monde	59,9	67,0	97	51	146	75	73,1	64,5	..	..

NOTES

a Données correspondant à la probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans, multipliée par 100

b Données fournies par les autorités nationales.

c Données ajustées sur la base des corrections effectuées par le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF), l'Organisation mondiale de la santé (OMS) et le Fonds des Nations Unies pour la population (FNUAP) afin de tenir compte des problèmes reconnus de sous-estimation et de mauvaise classification.

d Les données correspondent à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

e Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

SOURCES

Colonnes 1, 2, 7 et 8 : ONU 2005b.

Colonnes 3-6 et 10 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun de l'UNICEF et de l'OMS.

Colonne 9 : UNICEF 2005

TABLEAU 11

. . . acquérir un savoir . . .

Assurer l'éducation : dépenses publiques

	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
Classement selon l'IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	7,1	7,7	14,6	..	38,3 [c]	29,4 [d]	26,9	35,8 [d]	16,5	31,5 [d]
2 Islande	..	8,0	..	..	..	41,9 [d]	..	33,7 [d]	..	16,2 [d]
3 Australie	4,9	4,8	14,8	..	..	34,7 [d]	..	38,8 [d]	..	24,5 [d]
4 Irlande	5,0	4,3	9,7	..	37,5	32,6 [d]	40,1	35,1 [d]	20,6	26,8 [d]
5 Suède	7,1	7,0	13,8	..	47,7	..	19,6	..	13,2	..
6 Canada	6,5	5,2	14,2	..	..	..	..	..	..	34,4 [d]
7 Japon	..	3,7	..	..	..	..	..	..	..	..
8 États-Unis	5,1	5,9	12,3	..	..	..	..	..	..	..
9 Suisse	5,3	5,4	18,8	..	49,5	34,3	25,7	38,7	19,4	24,0
10 Pays-Bas	5,6	5,3	14,3	..	22,6	34,9	36,9	39,7	31,8	25,3
11 Finlande	6,5	6,5	11,9	..	..	26,2 [d]	..	40,5 [d]	..	33,3 [d]
12 Luxembourg	3,0	..	10,8	..	..	..	..	..	..	..
13 Belgique	5,0	6,2	..	..	23,6 [c]	..	41,7	..	16,4	..
14 Autriche	5,5	5,5	7,6	..	23,9	27,4	46,2	45,9	19,8	22,5
15 Danemark	6,9	8,4	11,8	..	..	30,5	..	34,8	..	32,8
16 France	5,6	6,0	..	..	26,4	31,9	40,4	49,5	13,8	17,2
17 Italie	3,0	4,9	..	..	34,5	34,5	61,8	46,5	..	18,1
18 Royaume-Uni	4,8	5,5	..	11,5 [d]	29,7	..	43,8	..	19,6	..
19 Espagne	4,3	4,5	..	..	29,4	37,5	44,8	42,8	16,1	19,7
20 Nouvelle-Zélande	6,1	6,9	..	15,1	30,5	28,1 [d]	25,3	41,7 [d]	37,4	24,5 [d]
21 Allemagne	..	4,8	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	2,8	4,7	17,4	23,3	..	25,0	..	34,9	..	31,6
23 Israël	6,5	7,3	11,4	13,7	..	45,2	..	30,1	..	17,1
24 Grèce	2,3	4,3	..	..	33,7	29,0 [d]	45,3	36,8 [d]	19,6	29,9 [d]
25 Singapour	3,1	..	18,2	..	..	..	..	..	..	..
26 Corée, République de	3,8	4,6	25,6	16,1	44,5	35,6 [d]	38,6	40,8 [d]	7,2	14,7 [d]
27 Slovénie	4,8	6,0	16,1	..	43,3	..	37,0	..	17,0	..
28 Portugal	4,6	5,9	..	..	42,9	37,9	35,1	42,2	15,0	16,1
29 Chypre	3,7	7,4	11,6	..	38,8	36,7	49,7	51,3	3,9	12,0
30 Tchèque, République	..	4,6	..	..	..	26,0	..	51,3	..	19,5
31 Barbade	7,8	7,3	22,2	17,3	..	31,9 [d]	..	31,0	..	34,4
32 Malte	4,4	4,6	8,5	..	23,0 [c]	31,6	40,1	47,9	19,0	20,0
33 Koweït	4,8	8,2	3,4	17,4	..	30,4	..	37,5	..	31,0
34 Brunéi Darussalam	3,5	..	..	..	22,4	..	29,6	..	2,0	..
35 Hongrie	6,1	6,0	7,8	..	55,4	31,5 [d]	24,6	41,6 [d]	14,9	18,9 [d]
36 Argentine	3,3	3,5	..	14,6	..	43,2 [d]	..	39,2 [d]	..	17,6 [d]
37 Pologne	5,2	5,8	14,6	12,8	36,5 [c]	40,5 [d]	..	39,1 [d]	..	18,4 [d]
38 Chili	2,5	3,7	10,0	18,5	..	49,8	..	39,1	..	11,1
39 Bahreïn	3,9	..	12,8	..	..	..	..	..	..	..
40 Estonie	..	5,7	..	..	..	32,2	..	40,2	..	20,9
41 Lituanie	5,5	5,2	20,6	..	..	..	..	..	..	23,1
42 Slovaquie	5,6	4,4	..	..	..	26,8 [d]	..	50,7 [d]	..	18,8 [d]
43 Uruguay	2,5	2,2	16,6	7,9	36,4 [c]	..	29,3	..	24,4	..
44 Croatie	5,5	4,5	..	10,0	..	32,4 [d]	..	46,2 [d]	..	19,3
45 Lettonie	4,1	5,4	16,9	..	..	..	..	..	..	..
46 Qatar	3,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seychelles	6,5	5,4 [d]	11,6	..	..	39,8 [d]	..	30,0 [d]	..	18,3 [d]
48 Costa Rica	3,4	4,9	21,8	18,5	38,2	65,7	21,6	34,3	36,1	..
49 Émirats arabes unis	1,9	1,6 [d]	15,0	22,5 [d]	..	45,2 [d]	..	50,6 [d]	..	2,6 [d]
50 Cuba	9,7	..	10,8	19,4	27,1	41,0	37,2	35,6	15,2	20,6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	2,7	4,4 [d]	11,6	12,7	42,7	42,1	56,2	36,5	..	..
52 Bahamas	3,7	..	16,3	..	..	..	..	..	..	..
53 Mexique	3,8	5,8	15,3	..	39,4	49,2	27,6	28,6	16,7	19,6

TABLEAU 11

Assurer l'éducation : dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
54 Bulgarie	5,4	4,2	..	..	70,0	38,2 [d]	..	47,2 [d]	13,8	14,3 [d]
55 Tonga	..	4,8	..	13,5	..	59,1 [c]	..	26,5	..	..
56 Oman	3,4	4,6 [d]	15,8	26,1 [d]	52,3 [c]	43,4 [c, d]	39,7	38,6 [d]	6,6	9,6 [d]
57 Trinité-et-Tobago	4,1	4,3 [d]	12,4	..	..	..	..	..	..	..
58 Panama	4,6	3,9 [d]	18,9	8,9 [d]	35,9 [c]	..	22,4	..	20,2	..
59 Antigua-et-Barbuda	..	3,8	..	..	..	31,9	..	34,8	..	7,0
60 Roumanie	3,5	3,6	..	..	..	23,2 [d]	..	47,1 [d]	..	17,3 [d]
61 Malaisie	5,1	8,0	18,0	28,0	34,0 [c]	29,3 [d]	34,9	33,2 [d]	19,9	36,5 [d]
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
63 Maurice	3,8	4,7	11,8	15,7	37,7	31,4	36,4	40,2	16,6	14,0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
65 Russie, Fédération de	3,6	3,7	..	12,3	..	..	..	..	..	..
66 Macédoine, ERYM	..	3,4	..	..	..	..	..	..	..	..
67 Bélarus	5,7	5,8	..	13,0	37,7 [c]	..	..	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	..	4,1	..	10,9	..	..	..	..	..	..
70 Colombie	2,4	4,9	14,3	11,7	..	42,2	..	29,1	..	12,9
71 Sainte-Lucie	..	5,0	..	..	48,1 [c]	47,7	..	33,2	..	..
72 Venezuela, RB	4,5	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
73 Albanie	..	2,8 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
74 Thaïlande	3,1	4,2	20,0	40,0 [e]	56,2	..	21,6	..	14,6	..
75 Samoa occidentales	..	4,3 [d]	..	13,7 [d]	..	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	5,8	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	6,2	4,6	18,9	18,3	..	..	..	..	..	..
78 Liban	..	2,6	..	12,7	..	..	..	..	..	26,4
79 Kazakhstan	3,9	2,4	19,1	..	..	..	..	..	..	..
80 Arménie	..	3,2 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
81 Chine	2,2	..	12,7	..	..	..	..	..	..	..
82 Pérou	2,8	3,0	..	17,1	..	44,1	..	28,4	..	15,0
83 Équateur	3,4	..	17,5	..	..	..	..	..	..	..
84 Philippines	3,0	3,2	10,5	17,2	..	59,5 [d]	..	24,6 [d]	..	13,7 [d]
85 Grenade	4,9	5,2	11,9	12,9	..	40,8 [d]	..	34,7 [d]	..	11,1 [d]
86 Jordanie	8,0	..	19,1	..	..	..	..	..	..	..
87 Tunisie	6,0	8,1	14,3	..	..	36,7 [c, d]	..	43,9 [d]	..	19,4
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	5,9	11,1	13,8	20,3	64,1	47,1	31,7	17,4	..	..
89 Suriname	..	..	..	..	59,0 [c]	..	15,2	..	9,1	..
90 Fidji	5,1	6,4	..	20,0	..	40,3	..	33,5	..	16,3
91 Paraguay	1,9	4,3	10,3	10,8	..	54,6	..	28,3	..	16,9
92 Turquie	2,4	3,7	..	..	59,2 [c]	..	29,2	..	-	..
93 Sri Lanka	3,2	..	8,4	..	..	..	..	..	..	..
94 Dominicaine, République	..	1,1	..	6,3	..	66,5	..	10,6	..	..
95 Belize	4,6	5,1	18,5	18,1	60,3 [c]	55,3	..	28,2	..	13,2
96 Iran, République islamique d'	4,1	4,8	22,4	17,9	..	24,7	..	35,5	..	14,5
97 Géorgie	..	2,9	..	13,1	..	..	..	..	..	..
98 Maldives	7,0	8,1 [d]	16,0 [d]	..	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	7,7	3,3 [d]	24,7	19,2	..	25,3 [d]	..	52,6 [d]	..	5,7
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	1,8	2,8 [d]	15,2	20,0	..	60,0 [d]	..	23,6 [d]	..	7,0
102 Algérie	5,1	..	22,0	..	..	..	..	..	..	..
103 Guyane	2,2	5,5	6,5	18,4	..	55,9	..	23,0	..	4,1
104 Jamaïque	4,5	4,9	12,8	9,5	37,4	36,9 [d]	33,2	42,6 [d]	21,1	19,5 [d]
105 Turkménistan	3,9	..	19,7	..	..	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	3,6	7,3	19,9	20,7	..	44,2 [c]	..	26,3	..	11,6

TABLEAU 11

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
107 Syrienne, République arabe	3,9	..	14,2	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	1,0	0,9	..	9,0 [d]	..	39,3 [d]	..	41,6 [d]	..	19,2 [d]
109 Viet Nam	1,8	..	9,7	..	..	..	..	..	..	..
110 Kirghizistan	6,0	4,4 [d]	22,7	..	..	22,6 [d]	..	45,6 [d]	..	18,7
111 Égypte	3,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicaragua	3,4	3,1 [d]	12,1	15,0	..	..	..	..	..	..
113 Ouzbékistan	9,4	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	5,3	4,9 [d]	21,6	21,4	..	37,4 [d]	..	52,0 [d]	..	10,6
115 Bolivie	2,4	6,4 [d]	..	18,1	..	49,3	..	25,3	..	22,6
116 Mongolie	11,5	5,6	22,7	..	..	43,3	..	31,9	..	19,4
117 Honduras	3,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..
118 Guatemala	1,3	..	13,0	..	..	..	..	..	..	..
119 Vanuatu	4,6	9,6	18,8	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	0,6 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	5,9	5,4	..	18,1	75,6 [c]	40,5	..	36,1	21,5	13,9
122 Tadjikistan	..	2,8	24,4	16,9	..	29,5 [d]	..	49,7 [d]	..	5,6
123 Maroc	5,0	6,3	26,3	27,8	35,0 [c]	40,5 [c]	48,7	44,5	16,3	14,7
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	7,9	7,2	..	..	..	..	..	..	..	..
126 Inde	3,7	3,3	12,2	10,7	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	3,8	..	7,9	..	56,5	..	29,8	..	13,7	..
129 Cambodge	..	2,0	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	6,2	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
132 Comores	..	3,9	..	24,1	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	2,3	..	11,0 [d]	..	58,5	..	23,9	..	9,8
134 Pakistan	2,6	2,0	7,4	..	..	..	..	..	..	..
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	..	..	..	..	..	39,2 [e]	..	37,4 [e]	..	18,0 [e]
137 Bangladesh	1,5	2,2	10,3	15,5	..	39,0 [c]	..	49,5	..	11,5
138 Népal	2,0	3,4	8,5	14,9	..	53,4 [d]	..	27,5	..	12,4
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	7,4	3,2 [d]	..	..	..	41,1 [d]	..	30,6 [d]	..	26,5 [d]
141 Soudan	6,0	..	2,8	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	2,5	3,3	..	18,2	..	..	..	..	..	..
144 Cameroun	3,2	3,8	19,6	17,2	..	..	..	..	..	10,9
145 Ouganda	1,5	5,2 [d]	11,5	18,3 [d]	..	61,9 [c, d]	..	19,9 [d]	..	12,1 [d]
146 Swaziland	5,8	6,2	19,5	..	31,1 [c]	37,7 [d]	..	28,0 [d]	..	26,6
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	..	2,6	..	13,6	..	..	..	..	..	17,3
148 Djibouti	3,5	6,1	11,1	20,5	53,4 [c]	..	21,1	..	13,9	..
149 Lesotho	6,2	9,0 [d]	12,2	..	..	50,8 [c, d]	..	25,6 [d]	..	19,7 [d]
150 Yémen	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
151 Zimbabwe	7,7	..	..	..	54,1 [c]	..	28,6	..	-	..
152 Kenya	6,7	7,0	17,0	29,2	49,1 [c]	64,1	..	25,2	..	10,8
153 Mauritanie	4,6	3,4 [d]	13,9	..	..	54,3 [c]	..	32,6	..	4,3
154 Haïti	1,4	..	20,0	..	53,1	..	19,0	..	9,1	..
155 Gambie	3,8	1,9 [d]	14,6	8,9	41,6 [c]	..	21,2	..	17,8	..
156 Sénégal	3,9	4,0	26,9	..	43,0 [c]	44,7	..	15,6	..	22,9
157 Érythrée	..	3,8	..	..	..	32,5 [c]	..	14,7	..	31,2
158 Rwanda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
159 Nigeria	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..	

TABLEAU 11

Assurer l'éducation : dépenses publiques

	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
Classement selon l'IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
160 Guinée	2,0	..	25,7	..	..	..	..	..	..	
161 Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,8	..	11,4	..	..	..	..	..	..	..
163 Bénin	..	3,3 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Côte d'Ivoire	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zambie	2,8	2,8	7,1	14,8	..	63,5 [c]	..	13,4	..	18,2
166 Malawi	3,2	6,0	11,1	..	44,7 [c]	62,7 [c]	..	10,2	..	..
167 Congo, Rép. dém. du	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	3,5	5,2	17,7	13,0	43,0 [c]	44,4	28,1	31,7	27,2	23,9
170 Éthiopie	3,4	4,6 [d]	9,4	..	53,9	..	28,1	..	..	..
171 Tchad	1,6	..	..	..	47,1	..	20,9	..	8,2	..
172 Centrafricaine, République	2,2	..	..	..	54,5 [c]	..	16,7	..	23,7	..
173 Guinée-Bissau	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burkina Faso	2,6	..	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Sierra Leone	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Niger	3,3	2,3	18,6	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin. Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO. En raison de l'insuffisance des données et des différences de méthodologies, les comparaisons géographiques et temporelles des dépenses d'éducation doivent être effectuées avec circonspection. Pour plus de détails sur les données, consulter le site www.uis.unesco.org.

a Les chiffres ayant été arrondis et certaines catégories ayant été omises (« post-secondaire » et « dépenses non affectées par niveau »), il est possible que le total des dépenses par niveau ne soit pas égal à 100

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

c Données correspondant aux dépenses consacrées au primaire uniquement.

d Données correspondant à des estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

e Données concernant l'année 2005

SOURCES

Colonnes 1-5 et 7-10 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses publiques d'éducation, au niveau du maternel et du primaire, fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

TABLEAU 12

. . . acquérir un savoir . . .

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1 Norvège	..	..	..	..	100	99	88	96	101	100	17
2 Islande	..	..	..	..	101 [g]	99 [g]	..	86 [g]	..	100 [h]	17
3 Australie	..	..	..	..	99	96	79 [g]	85 [g]	99	86 [g]	23
4 Irlande	..	..	..	..	90	96	80	87	101	100	23 [i]
5 Suède	..	..	..	..	100	99	85	98	102	..	30
6 Canada	..	..	..	..	98	99 [g, j]	89	94 [k]	97	..	20 [i]
7 Japon	..	..	..	..	100	100	97	100 [g]	100	..	20
8 États-Unis	..	..	..	..	97	92	85	90	..	..	..
9 Suisse	..	..	..	..	84	94	80	83	..	..	..
10 Pays-Bas	..	..	..	..	95	99	84	89	..	100	16
11 Finlande	..	..	..	..	98 [g]	99	93	94	101	100	38
12 Luxembourg	..	..	..	..	..	91	..	79	..	92 [g, h]	..
13 Belgique	..	..	..	..	96	99	87	97 [g, l]	91	..	21
14 Autriche	..	..	..	..	88 [g]	..	..	..	..	..	25
15 Danemark	..	..	..	..	98	100	87	92	94	100 [m]	19
16 France	..	..	..	..	101	99	..	96	96	98 [k]	..
17 Italie	97,7	98,4	99,8	99,8	103 [g]	99	..	92	..	96 [j]	24
18 Royaume-Uni	..	..	..	..	100 [g]	99	81	95	..	..	..
19 Espagne	96,3	..	99,6	..	103	99	..	97	..	..	31
20 Nouvelle-Zélande	..	..	..	..	98	99	85	95	..	..	19
21 Allemagne	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	98,2	..	..	93 [n]	..	78 [n]	101	100	30 [i, n]
23 Israël	91,4	97,1	98,7	99,8	92 [g]	98	..	89	..	100	30
24 Grèce	94,9	96,0	99,5	98,9	95	99	83	87	101	..	32
25 Singapour	88,8	92,5	99,0	99,5	..	..	..	..	..	..	..
26 Corée, République de	..	..	99,8	..	104	100	86	88	99	100	41
27 Slovénie	99,6	..	99,8	..	96 [g]	98	..	95	..	..	22
28 Portugal	87,2	..	99,5	..	98	99	..	82 [l]	..	..	29
29 Chypre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96 [n]	69	93 [n]	101	99	17
30 Tchèque, République	..	..	..	..	87 [g]	..	..	..	..	98	30
31 Barbade	99,4	..	99,8	..	80 [g]	97	..	95	..	97	..
32 Malte	88,4	87,9 [o]	97,5	96,0 [o]	97	94	78	88	103	99 [h]	15
33 Koweït	76,7	93,3	87,5	99,7	49 [g]	86 [g]	..	78 [g, h]	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	85,5	92,7	97,9	98,9	92	..	71	..	..	93 [m]	8
35 Hongrie	99,1	..	99,7	..	91	89	75	91 [g]	98	..	19
36 Argentine	95,7	97,2	98,2	98,9	..	99 [l]	..	79	..	84 [h]	19
37 Pologne	99,6	..	99,8	..	97	97	76	90	98	100	20
38 Chili	94,0	95,7	98,1	99,0	89	..	55	..	92	99	29
39 Bahreïn	82,1	86,5	95,6	97,0	99	97	85	90	89	100	21
40 Estonie	99,8	99,8	99,8	99,8	100 [g]	94	..	90	..	99	22
41 Lituanie	99,3	99,6	99,8	99,7	..	89	..	93	..	..	26
42 Slovaquie	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	26
43 Uruguay	96,5	..	98,7	..	91	..	..	..	97	88 [h]	..
44 Croatie	96,9	98,1	99,6	99,6	79	87 [l]	63 [g]	85 [l]	..	..	24
45 Lettonie	99,8	99,7	99,8	99,8	92 [g]	..	..	..	..	..	17
46 Qatar	77,0	89,0	90,3	95,9	89	95	70	87	64	..	19
47 Seychelles	..	91,8	..	99,1	..	96 [n]	..	93 [n]	93	99 [h]	..
48 Costa Rica	93,9	94,9	97,4	97,6	87	..	38	..	84	92 [g]	23
49 Émirats arabes unis	71,0	..	84,7	..	103	71	60	62	80	95	..
50 Cuba	95,1	99,8	99,3	100,0	93	96	70	87	92	98	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	94 [n]	..	98 [n]	..	87 [m]	..
52 Bahamas	..	..	96,5	..	90 [g]	84	..	74	84	..	..
53 Mexique	87,3	91,0	95,2	97,6	98	98	44	64	80	93	33

TABLEAU 12

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
54 Bulgarie	97,2	98,2	99,4	98,2	86	95	63	88	91	..	27
55 Tonga	..	98,9 [o]	..	99,3 [o]	..	96 [j]	..	68 [g]	..	92 [m]	..
56 Oman	54,7	81,4	85,6	97,3	69	78	..	75	97	98	14
57 Trinité-et-Tobago	96,8	..	99,6	..	91	92 [n]	..	72 [g]	..	100 [n]	..
58 Panama	89,0	91,9	95,3	96,1	..	98	..	64	..	84 [g]	21
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	97,1	97,3	99,3	97,8	81 [g]	92	..	81	..	..	26
61 Malaisie	80,7	88,7	94,8	97,2	..	93 [l]	..	76 [l]	97	98 [h]	40
62 Bosnie-Herzégovine	..	96,7	..	99,8	..	..	..	..	..	..	..
63 Maurice	79,8	84,4	91,1	94,5	91	95	..	80 [g]	97	99 [j]	26
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	68,1	..	91,0	..	96 [g]	..	..	..	..	..	31
65 Russie, Fédération de	99,2	99,4	99,8	99,7	99 [g]	91 [g]	..	..	..	..	..
66 Macédoine, ERYM	..	96,1	..	98,7	94	92	..	81 [g, h]	..	..	..
67 Bélarus	99,5	99,6 [o]	99,8	99,8 [o]	86 [g]	90	..	87	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	..	..	88 [n]	..	90 [g]	75	84	..
69 Brésil	82,0	88,6	91,8	96,8	85	93 [l]	17	76 [l]	73	..	16
70 Colombie	88,4	92,8	94,9	98,0	69	83	34	55 [g]	76	77 [g]	32
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	95 [g]	98	..	71 [g]	96	90	..
72 Venezuela, RB	88,9	93,0	96,0	97,2	87	92	18	61	86	91	..
73 Albanie	77,0	98,7	94,8	99,4	95 [g]	96 [l]	..	74 [l]	..	..	11
74 Thaïlande	92,4	92,6	98,1	98,0	76 [g]	..	..	..	..	..	..
75 Samoa occidentales	98,0	..	99,0	..	..	90 [g]	..	66 [g]	..	94 [m]	14
76 Arabie Saoudite	66,2	79,4	85,4	95,9	59	59 [h]	31	52 [g]	83	94	14
77 Ukraine	99,4	99,4	99,8	99,8	80 [g]	82	..	84	..	..	..
78 Liban	80,3	..	92,1	..	73 [g]	93	..	..	..	98	26
79 Kazakhstan	98,8	99,5 [o]	99,8	99,8 [o]	89 [g]	93	..	92	..	..	..
80 Arménie	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	89	..	..	7 [i]
81 Chine	78,3	90,9	95,3	98,9	97	..	..	..	86	..	..
82 Pérou	85,5	87,7	94,5	96,8	..	97	..	69	..	90	..
83 Équateur	87,6	91,0	95,5	96,4	98 [g]	98 [g]	..	52	..	76 [g]	..
84 Philippines	91,7	92,6	97,3	95,1	96 [g]	94	..	61	..	75	25
85 Grenade	..	..	..	..	..	84 [n]	..	78 [g]	..	79 [h]	..
86 Jordanie	81,5	89,9	96,7	99,1	94	91	..	81	..	99	27
87 Tunisie	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	67 [g, h]	86	97	..
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	94 [g]	..	62	..	88 [g, h]	..
89 Suriname	..	89,6	..	94,9	81 [g]	92 [g, l]	..	63 [g, l]	..	..	19
90 Fidji	88,6	..	97,8	..	..	96	..	83 [g]	87	99	..
91 Paraguay	90,3	..	95,6	..	94	..	26	..	74	82 [h]	..
92 Turquie	77,9	87,4	92,7	95,6	89	89 [g]	42	..	98	95 [g]	..
93 Sri Lanka	88,7	90,7	95,1	95,6	..	97 [g]	..	..	92	..	..
94 Dominicaine, République	79,4	87,0	87,5	94,2	57 [g]	86	..	49 [g]	..	59	..
95 Belize	89,1	..	96,0	..	94 [g]	95	31	71 [g]	67	91 [m]	9 [i]
96 Iran, République islamique d'	63,2	77,0	86,3	..	92 [g]	89	..	78	90	88 [h]	38
97 Géorgie	..	..	..	..	97 [g]	93	..	81	..	..	28
98 Maldives	94,8	96,3	98,1	98,2	..	90 [h]	..	51 [g, h]	..	..	..
99 Azerbaïdjan	..	98,8 [o]	..	99,9 [o]	89	84	..	77	..	..	..
100 Territoires palestiniens occupés	..	92,4	..	99,0	..	86	..	89	..	..	18
101 El Salvador	72,4	..	83,8	..	..	92 [g]	..	48 [g, l]	58	73 [g]	23
102 Algérie	52,9	69,9	77,3	90,1	89	97	53	66 [g]	95	96	18 [i]
103 Guyane	97,2	..	99,8	..	89	..	67	..	..	64 [g, j]	22
104 Jamaïque	82,2	79,9 [o, p]	91,2	..	96	91	64	79	..	90 [h]	..
105 Turkménistan	..	98,8 [o]	..	99,8 [o]	..	..	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	63,8	..	81,5	..	91 [g]	92	..	55	..	91	..

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
107 Syrienne, République arabe	64,8	79,6	79,9	92,2	91	95 [h]	43	58	96	92 [j]	..
108 Indonésie	79,5	90,4	95,0	98,7	97	94	39	57	84	92	..
109 Viet Nam	90,4	90,3 [o]	94,1	93,9 [o]	90 [g]	93 [g, h]	..	65 [g, h]	..	87 [g, h]	..
110 Kirghizistan	..	98,7 [o]	..	99,7 [o]	92 [g]	90	..	..	..	..	14
111 Égypte	47,1	71,4	61,3	84,9	84 [g]	95 [g]	..	79 [g, h]	..	99 [g]	..
112 Nicaragua	62,7	76,7	68,2	86,2	73	88	..	41	44	59 [g]	..
113 Ouzbékistan	98,7	..	99,6	..	78 [g]	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	97,5	98,4	99,8	99,5	89 [g]	86 [n]	..	77 [n]	..	..	..
115 Bolivie	78,1	86,7	92,6	97,3	..	95 [g]	..	74 [g]	..	86 [g]	..
116 Mongolie	97,8	97,8	98,9	97,7	90 [g]	84	..	82	..	..	24
117 Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	89 [g]	91	21	..	..	..	23
118 Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	..	93	..	34 [g]	..	78 [g]	19 [i]
119 Vanuatu	..	74,0 [o]	..	..	..	94	17	39 [g]	..	72 [k]	..
120 Guinée équatoriale	73,3	87,0	92,7	94,9	91 [g]	85 [h]	..	24 [g, j]	..	33 [g, j]	..
121 Afrique du Sud	81,2	82,4 [o]	88,5	93,9 [o]	90	89 [l]	45	62 [g, m]	..	84 [h]	19
122 Tadjikistan	98,2	99,5	99,8	99,8	77 [g]	97	..	79	..	..	..
123 Maroc	38,7	52,3	55,3	70,5	56	86	..	35 [g, l]	75	76	18
124 Gabon	..	..	..	..	85 [g]	77 [g, j]	..	..	..	69 [g, h]	..
125 Namibie	74,9	85,0	87,4	92,3	..	74 [l]	..	37 [l]	62	88 [g, h]	12
126 Inde	49,3	61,0	64,3	76,4	..	90 [g]	..	..	..	79	22
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	98	..	26	..	66	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	80	..	26 [g, l]	88	..	..
129 Cambodge	62,0	73,6	73,5	83,4	69 [g]	98	..	26 [g]	..	60	19
130 Myanmar	80,7	89,9	88,2	94,5	98 [g]	87	..	37	..	69	42
131 Botswana	68,1	81,2	83,3	94,0	83	82 [g]	35	61 [g]	84	91 [g]	19
132 Comores	53,8	..	56,7	..	57 [g]	55 [m, n]	..	..	..	63	11
133 Lao, Rép. dém. pop.	56,5	68,7	70,1	78,5	63 [g]	84	..	37	..	63	11 [i]
134 Pakistan	35,4	49,9	47,4	65,5	33 [g]	66 [n]	..	..	..	70 [q]	..
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	91 [m]	..
136 Ghana	58,5	57,9	81,8	70,7	54 [g]	58	..	36 [g]	80	63 [h]	26
137 Bangladesh	34,2	..	42,0	..	..	94 [n]	..	48 [l]	..	65	13
138 Népal	30,4	48,6	46,6	70,1	..	78 [l, n]	..	..	51	67 [g]	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	56,6	57,3	68,6	66,7	..	..	..	..	69	68 [g, h]	..
140 Congo	67,1	..	92,5	..	79 [g]	..	..	..	60	66 [h]	11 [i]
141 Soudan	45,8	60,9 [r]	65,0	77,2 [r]	40 [g]	43 [g, m]	..	..	94	92	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	20 [g, j]	..	..	..
143 Madagascar	58,0	70,7	72,2	70,2	64 [g]	89	..	11 [g, k]	21	57	20
144 Cameroun	57,9	67,9	81,1	..	74 [g]	..	..	..	..	64 [g, h]	23 [n]
145 Ouganda	56,1	66,8	70,1	76,6	..	..	..	15	36	64 [j]	..
146 Swaziland	71,6	79,6	85,1	88,4	77 [g]	77 [l]	31	29 [l]	77	77 [h]	9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	44,2	53,2	63,5	74,4	64	79	15	22 [g, m]	48	76	..
148 Djibouti	..	..	73,2	..	29	33	..	19 [g]	87	88 [g, j]	22
149 Lesotho	78,0	82,2	87,2	..	71	86	15	23	66	63	6 [i]
150 Yémen	32,7	..	50,0	..	51 [g]	75 [g]	..	34 [g, m]	..	73 [g]	..
151 Zimbabwe	80,7	..	93,9	..	..	82 [l]	..	34 [l]	76	70 [g, h]	..
152 Kenya	70,8	73,6	89,8	80,3	..	76	..	40 [g]	77	75 [n]	29
153 Mauritanie	34,8	51,2	45,8	61,3	35 [g]	74	..	14 [g]	75	82	10 [g]
154 Haïti	39,7	..	54,8	..	22	..	..	..	..	..	..
155 Gambie	..	..	42,2	..	48 [g]	75 [g]	..	45 [g]	..	..	21
156 Sénégal	28,4	39,3	40,1	49,1	43 [g]	66	..	15	85	78	..
157 Érythrée	..	..	60,9	..	16 [g]	48	..	24	..	80	37
158 Rwanda	53,3	64,9	72,7	77,6	66	73	7	..	60	46	..
159 Nigeria	48,7	..	73,6	..	58 [g]	60 [g]	..	27 [g]	89	36	..

TABLEAU 12

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
160 Guinée	..	29,5	..	46,6	27 [g]	64	..	21 [g]	59	82	34
161 Angola	..	67,4	..	72,2	50 [g]	..	..	..	..	..	18
162 Tanzanie, Rép. unie de	62,9	69,4	83,1	78,4	49	86	..	..	81 [g]	88	..
163 Bénin	26,4	34,7	40,4	45,3	41 [g]	83	..	17 [g, j]	55	69	25
164 Côte d'Ivoire	38,5	48,7	52,6	60,7	45	56 [l, n]	..	20 [g, h]	73	88 [g, m]	..
165 Zambie	68,2	68,0 [o]	81,2	69,5 [o]	..	80	..	24 [g]	..	98 [j]	..
166 Malawi	51,8	64,1 [o]	63,2	76,0 [o]	48	95	..	25	64	44 [j]	33
167 Congo, Rép. dém. du	47,5	67,2	68,9	70,4	54	..	..	..	55	..	..
168 Mozambique	33,5	..	48,8	..	43	71	..	4	34	49 [j]	24
169 Burundi	37,0	59,3	51,6	73,3	53 [g]	57	..	..	62	63	10 [i]
170 Éthiopie	28,6	..	43,0	..	22 [g]	46	..	25 [g]	18	..	19
171 Tchad	27,7	25,7	48,0	37,6	35 [g]	57 [g, l]	..	11 [g, l]	51 [g]	46 [g]	..
172 Centrafricaine, République	33,2	48,6	52,1	58,5	52	..	..	..	23	..	..
173 Guinée-Bissau	..	..	44,1	..	38 [g]	45 [g, j]	..	9 [g, j]	..	..	..
174 Burkina Faso	..	21,8	..	31,2	29	40	..	10 [g]	70	76	..
175 Mali	18,8	19,0 [o]	27,6	24,2 [o]	21 [g]	46	5 [g]	..	70 [g]	79	..
176 Sierra Leone	..	35,1	..	47,6	43 [g]	..	..	..	..	..	8
177 Niger	11,4	28,7	17,0	36,5	22	39	5	7	62	74	..
Pays en développement	68,8	78,9	83,0	87,4	..	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	52,4	63,7	66,9	71,9	..	..	..	..	..	..	..
États arabes	49,8	69,9	66,4	85,3	..	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	79,7	90,7	95,0	97,8	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	85,6	90,2	93,3	96,7	..	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	49,1	60,9	62,7	75,1	..	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	55,5	63,3	70,7	71,1	..	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	98,7	99,2	99,7	99,6	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	71,2	80,5	84,2	88,9	..	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	48,1	57,9	65,1	65,9	..	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	81,0	89,9	93,5	96,9	..	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	51,6	62,3	65,9	75,2	..	..	..	..	..	..	..
Monde	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

a Sauf indication contraire, les données pour 1990 correspondent à des estimations produites par l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture sur la base de données antérieures à 1990 ; les données pour 2004 correspondent à des estimations du taux d'alphabétisation national issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

b Le taux net de scolarisation correspond au rapport entre le nombre d'enfants ayant l'âge correspondant officiellement au niveau d'étude concerné et le nombre total d'enfants de cet âge. Les taux nets de scolarisation supérieurs à 100 % traduisent des différences entre ces deux séries de données.

c Les taux de scolarisation sont basés sur la nouvelle Classification internationale type de l'éducation adoptée en 1997 (UNESCO 1997), et ne peuvent de ce fait pas être comparés de manière précise avec ceux des années précédentes.

d Calculs effectués sur la base du taux d'espérance de vie pouvant dépasser 100 % sous l'effet des fluctuations des inscriptions. De tels résultats signifient que le pays concerné affiche un taux d'espérance de vie proche de 100 %.

e En 2006, l'Institut de statistiques de l'UNESCO a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

f Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

g Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Données concernant l'année scolaire 2002

i Les chiffres doivent être interprétés avec circonspection dans la mesure où le nombre d'élèves inscrits indiqués sous la rubrique « Inconnu ou non spécifié » représentent plus de 10 % du total des inscriptions.

j Données concernant l'année scolaire 2001

k Données concernant l'année scolaire 1999

l Données concernant l'année scolaire 2003

m Données concernant l'année scolaire 2000

n Estimations nationales.

o Données concernant la dernière année disponible de la période comprise entre 1995 et 1999

p Données basées sur une évaluation de l'alphabétisation.

q Données concernant l'année scolaire 2004

r Estimations basées principalement sur des informations concernant le Nord du Soudan.

SOURCES

Colonnes 1-4 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 5-10 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonne 11 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006d.

TABLEAU 13

. . . acquérir un savoir . . .

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	503	669	46	861	7	390	..	52,6	1,7	4 587
2 Islande	512	652	39	998	0	772	14	5,8	3,1	6 807
3 Australie	456	541	11	818	6	646	26	23,6	1,6	3 670
4 Irlande	280	496	7	929	0	265	80	54,2	1,1	2 674
5 Suède	683	708	54	1 034	6	756	275	384,0	4,0	5 416
6 Canada	550	..	21	469	4	626	35	94,5	1,9	3 597
7 Japon	441	460	7	716	(.)	587	874	122,7	3,1	5 287
8 États-Unis	545	606	21	617	8	630	281	178,2	2,6	4 484
9 Suisse	587	710	19	849	6	474	..	..	2,6	3 601
10 Pays-Bas	464	483	5	910	3	614	116	259,2	1,8	2 482
11 Finlande	535	453	52	954	4	629	222	162,3	3,5	7 992
12 Luxembourg	481	..	2	..	0	597	..	355,7	1,8	4 301
13 Belgique	393	456	4	876	(.)	403	..	..	2,3	3 478
14 Autriche	418	460	10	978	1	477	95	20,9	2,2	2 968
15 Danemark	566	643	29	956	1	696	28	..	2,5	5 016
16 France	495	561	5	738	1	414	156	84,1	2,2	3 213
17 Italie	394	451	5	1 090	(.)	501	..	13,3	1,2	1 213
18 Royaume-Uni	441	563	19	1 021	1	628	64	202,1	1,9	2 706
19 Espagne	325	416	1	905	(.)	336	39	11,4	1,1	2 195
20 Nouvelle-Zélande	426	443	16	745	0	788	..	24,7	1,2	3 405
21 Allemagne	401	661	3	864	1	500	156	61,7	2,5	3 261
22 Hong Kong, Chine (RAS)	434	549	23	1 184	0	506	5	49,5 [c]	0,6	1 564
23 Israël	349	441	3	1 057	1	471	..	74,7	4,9	1 613
24 Grèce	389	466	0	999	0	177	29	2,9	0,6	1 413
25 Singapour	346	440	17	910	0	571	75	52,4	2,2	4 745
26 Corée, République de	310	542	2	761	(.)	657	738	37,6	2,6	3 187
27 Slovénie	211	..	0	951	0	476	115	6,0	1,5	2 543
28 Portugal	240	404	1	981	0	281	10	3,9	0,9	1 949
29 Chypre	361	507	5	776	0	361	..	21,4	0,3	563
30 Tchèque, République	157	338	0	1 054	0	470	29	5,6	1,3	1 594
31 Barbade	281	505	0	744	0	558	..	8,6	..	..
32 Malte	356	..	0	..	0	750	..	(.)	0,3	694
33 Koweït	156	202	10	813	0	244	..	0,0	0,2	69
34 Brunéi Darussalam	136	..	7	..	0	153	..	..	..	274
35 Hongrie	96	354	(.)	863	0	267	15	54,5	0,9	1 472
36 Argentine	93	227	(.)	352	0	133	..	1,5	0,4	720
37 Pologne	86	..	0	605	0	236	20	0,7	0,6	1 581
38 Chili	66	206	1	593	0	267	..	3,0	0,6	444
39 Bahreïn	191	268	10	908	0	213	..	..	..	..
40 Estonie	204	329	0	931	0	497	4	3,0	0,8	2 523
41 Lituanie	211	239	0	996	0	282	18	0,2	0,7	2 136
42 Slovaquie	135	232	0	794	0	423	7	9,2 [c]	0,6	1 984
43 Uruguay	134	291	0	174	0	198	1	0,0	0,3	366
44 Croatie	172	425	(.)	640	0	293	6	8,9	1,1	1 296
45 Lettonie	232	273	0	664	0	350	38	3,5	0,4	1 434
46 Qatar	197	246	8	631	0	212	..	..	..	..
47 Seychelles	124	253	0	589	0	239	..	..	..	19
48 Costa Rica	92	316	0	217	0	235	..	0,1	0,4	368
49 Émirats arabes unis	224	275	19	853	0	321	..	..	..	..
50 Cuba	32	68	0	7	0	13	4	..	0,6	537
51 Saint-Kitts-et-Nevis	231	532	0	213	0	..	..	..	..	..
52 Bahamas	274	439	8	584	0	292	..	0,0 [c]	..	..
53 Mexique	64	174	1	370	0	135	2	0,9	0,4	268

TABLEAU 13

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH		OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
54	Bulgarie	250	357	0	609	0	283	11	0,9	0,5	1 263
55	Tonga	46	..	0	..	0	29	..	..	..	..
56	Oman	57	95	1	318	0	97	..	..	..	..
57	Trinité-et-Tobago	136	247	0	498	0	123	..	..	0,1	399
58	Panama	90	118	0	270	0	94	..	0,0	0,3	97
59	Antigua-et-Barbuda	254	474	0	674	0	250	..	..	..	..
60	Roumanie	102	202	0	471	0	208	43	0,4	0,4	976
61	Malaisie	89	179	5	587	0	397	..	0,8 [c]	0,7	299
62	Bosnie-Herzégovine	..	..	0	..	0	58	(.)	..	..	..
63	Maurice	53	287	2	413	0	146	..	0,1	0,4	201
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	51	..	0	..	0	36	..	0,0	..	361
65	Russie, Fédération de	140	..	0	517	0	111	133	1,6	1,3	3 319
66	Macédoine, ERYM	150	308	0	..	0	78	11	1,5	0,3	..
67	Bélarus	154	329	0	249	0	163	76	0,2	0,6	1 871
68	Dominique	161	293	0	585	0	259	..	..	..	..
69	Brésil	63	230	(.)	357	0	120	..	0,6	1,0	344
70	Colombie	69	195	0	232	0	80	..	0,2	0,2	109
71	Sainte-Lucie	127	..	0	568	0	336	..	..	..	483
72	Venezuela, RB	75	128	(.)	322	0	89	..	0,0	0,3	236
73	Albanie	12	90	0	64	0	24	..	1,7 [c]	..	..
74	Thaïlande	24	107	1	430	0	109	..	0,2	0,2	286
75	Samoa occidentales	25	..	0	..	0	33	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	75	154	1	383	0	66	..	0,0	..	..
77	Ukraine	135	256	0	289	0	79	..	0,9	1,2	1 774
78	Liban	144	178	0	251	0	169	..	..	..	..
79	Kazakhstan	82	167	0	184	0	27	..	(.)	0,2	629
80	Arménie	158	192	0	67	0	50	48	..	0,3	1 537
81	Chine	6	241	(.)	258	0	73	..	0,2	1,3	663
82	Pérou	26	74	(.)	148	0	117	(.)	0,1	0,1	226
83	Équateur	48	124	0	348	0	48	..	0,0	0,1	50
84	Philippines	10	42	0	404	0	54	(.)	0,1	..	..
85	Grenade	162	309	2	410	0	76	..	..	..	..
86	Jordanie	78	113	(.)	293	0	110	..	..	..	1 927
87	Tunisie	37	121	(.)	359	0	84	..	1,8	0,6	1 013
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	120	161	0	481	0	68	..	..	0,2	179
89	Suriname	91	182	0	477	0	67	..	..	..	..
90	Fidji	59	..	0	..	0	73	..	..	..	..
91	Paraguay	27	50	0	294	0	25	..	32,2	0,1	79
92	Turquie	122	267	1	484	0	142	..	0,0	0,7	341
93	Sri Lanka	7	51	(.)	114	0	14	..	..	..	..
94	Dominicaine, République	48	107	(.)	289	0	91	..	0,0	..	..
95	Belize	92	119	0	346	0	124	..	0,0	..	..
96	Iran, République islamique d'	40	..	0	64	0	82	18	..	..	467
97	Géorgie	99	151	0	186	0	39	..	1,7	0,3	2 600
98	Maldives	29	98	0	353	0	59	..	20,4	..	..
99	Azerbaïdjan	87	118	0	215	0	49	..	..	0,3	1 236
100	Territoires palestiniens occupés	..	102	0	278	0	46	..	..	..	..
101	El Salvador	24	131	0	271	0	87	..	(.)	..	47
102	Algérie	32	71	(.)	145	0	26	1	..	..	..
103	Guyane	22	137	0	192	0	193	..	44,9	..	..
104	Jamaïque	44	189	0	832	0	403	..	3,7	0,1	..
105	Turkménistan	60	..	0	..	0	8	..	..	..	..
106	Cap Vert	23	148	0	133	0	50	..	0,2 [c]	..	127

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
107 Syrienne, République arabe	39	143	0	126	0	43	..	..	..	29
108 Indonésie	6	46	(.)	138	0	67	..	1,0	..	..
109 Viet Nam	1	70	0	60	0	71	..	..	..	..
110 Kirghizistan	71	..	0	59	0	52	..	0,9	0,2	406
111 Égypte	29	130	(.)	105	0	54	..	1,4	0,2	..
112 Nicaragua	12	40	0	137	0	23	..	0,0	(.)	44
113 Ouzbékistan	68	..	0	21	0	34	3	..	..	..
114 Moldova, République de	106	205	0	187	0	96	57	0,5	..	172
115 Bolivie	27	69	0	200	0	39	..	0,2	0,3	120
116 Mongolie	32	..	0	..	0	80	32	..	0,3	681
117 Honduras	18	53	0	100	0	32	..	0,0	(.)	78
118 Guatemala	21	92	(.)	258	0	61	..	(.)	..	..
119 Vanuatu	17	33	0	51	0	36	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	4	..	0	113	0	10	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	94	..	(.)	428	0	78	..	1,0	0,8	307
122 Tadjikistan	45	..	0	..	0	1	2	0,2	..	..
123 Maroc	17	44	(.)	313	0	117	..	0,5	0,6	782
124 Gabon	22	28	0	359	0	29	..	..	..	..
125 Namibie	38	64	0	142	0	37	..	0,0 [c]	..	..
126 Inde	6	41	0	44	0	32	1	(.) [c]	0,8	119
127 São Tomé-et-Principe	19	..	0	..	0	131	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	15	..	0	..	0	6	..	..	..	..
129 Cambodge	(.)	..	0	..	0	3	..	..	..	..
130 Myanmar	2	8	0	2	0	1	..	0,0 [c]	..	..
131 Botswana	18	77	0	319	0	34	..	1,9 [c]	..	..
132 Comores	8	..	0	..	0	14	..	..	..	..
133 Lao People's Dem,Rep,	2	13	0	35	0	4	..	..	..	..
134 Pakistan	8	30	(.)	33	0	13	..	0,1	0,2	86
135 Bhoutan	3	33	0	20	0	22	..	..	..	..
136 Ghana	3	14	0	78	0	17	..	0,0	..	..
137 Bangladesh	2	6	0	31	0	2	..	(.)	..	..
138 Népal	3	15	0	7	0	7	..	..	0,7	59
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	7	12	0	7	0	29	..	..	..	..
140 Congo	6	4	0	99	0	9	..	..	..	30
141 Soudan	2	29	0	30	0	32	..	..	0,3	263
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	3	..	0	18	0	5	(.)	0,1 [c]	0,1	15
144 Cameroun	3	7	0	96	0	10	..	..	..	..
145 Ouganda	2	3	0	42	0	7	..	0,2	0,8	24
146 Swaziland	18	..	0	101	0	32	..	(.)	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	3	..	0	..	0	37	..	0,0 [c]	..	..
148 Djibouti	10	14	0	..	0	12	..	..	..	..
149 Lesotho	8	21	0	88	0	24	..	9,5	(.)	42
150 Yémen	10	39	0	53	0	9	..	..	..	..
151 Zimbabwe	12	25	0	31	0	63	..	..	..	..
152 Kenya	7	9	0	76	0	45	..	0,5	..	..
153 Mauritanie	3	..	0	175	0	5	..	..	..	..
154 Haïti	7	17	0	48	0	59	..	0,0 [c]	..	..
155 Gambie	7	..	0	118	0	33	..	..	..	..
156 Sénégal	6	..	0	90	0	42	..	0,0 [c]	..	..
157 Érythrée	..	9	0	5	0	12	..	..	..	..
158 Rwanda	1	3	0	16	0	4	..	0,0	..	..
159 Nigeria	3	8	0	71	0	14	..	..	..	..

TABLEAU 13

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
160 Guinée	2	..	0	..	0	5	..	0,0	..	251
161 Angola	7	6	0	48	0	11	..	14,6	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	3	..	0	44	0	9	..	..	..	..
163 Bénin	3	9	0	..	0	12	..	(.) [c]	..	..
164 Côte d'Ivoire	6	13	0	86	0	17	..	0,0	..	..
165 Zambie	8	8	0	26	0	20	..	..	..	51
166 Malawi	3	7	0	18	0	4	..	..	..	..
167 Congo, Rép. dém. du	1	(.)	0	37	0	..	..	..	..	..
168 Mozambique	4	..	0	36	0	7	..	(.)	..	..
169 Burundi	1	..	0	..	0	3	..	0,0 [c]	..	..
170 Éthiopie	2	..	0	3	0	2	..	(.)	..	..
171 Tchad	1	1	0	13	0	6	..	..	..	..
172 Centrafricaine, République	2	3	0	15	0	2	..	..	..	..
173 Guinée-Bissau	6	..	0	..	0	17	..	..	..	..
174 Burkina Faso	2	6	0	31	0	4	..	..	..	17
175 Mali	1	6	0	30	0	4	..	0,0 [c]	..	..
176 Sierra Leone	3	5	0	22	0	2	..	0,2	..	..
177 Niger	1	2	0	11	0	2	..	..	..	..
Pays en développement	21	122	(.)	175	(.)	64	..	0,7	1,1	416
Pays les moins avancés	3	9	0	28	0	8	..	0,4	..	..
États arabes	34	91	(.)	169	0	55	..	0,4	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	18	199	(.)	262	(.)	91	..	1,3	1,7	740
Amérique latine et Caraïbes	61	179	(.)	319	0	115	..	1,0	0,6	306
Asie du Sud	7	35	(.)	42	0	29	..	(.)	0,7	132
Afrique subsaharienne	10	..	(.)	77	0	19	..	0,5	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	125	..	(.)	455	0	139	75	2,5	1,0	2 204
OCDE	390	491	10	714	3	484	266	92,4	2,5	3 108
Pays de l'OCDE à revenu élevé	462	551	12	770	3	563	318	115,6	2,5	3 748
Développement humain élevé	369	469	10	703	2	470	250	85,1	2,5	2 968
Développement humain moyen	24	128	(.)	184	0	59	..	0,3	0,9	523
Faible développement humain	4	9	0	45	0	15	..	0,5	..	..
Revenu élevé	450	536	12	766	3	545	..	109,3	2,5	3 702
Revenu moyen	40	192	(.)	294	0	92	..	0,8	0,9	772
Faible revenu	6	30	(.)	42	0	24	..	(.)	0,7	..
Monde	98	190	2	276	1	138	..	17,3	2,4	1 153

NOTES

a Le total des abonnés (lignes principales et téléphonie mobile) représente un indicateur de l'objectif 8 du Millénaire pour le développement ; voir *l'Index des indicateurs des objectifs du Millénaire pour le développement dans les tableaux statistiques.*

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

c Données concernant l'année 2003

SOURCES

Colonnes 1-6, 9 et 10 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux brevets fournies par l'OMPI 2006 et des données relatives à la population fournies par l'ONU 2005b.

Colonne 8 : calculs effectués sur la base des données relatives aux redevances et droits de licence perçus fournies par la Banque mondiale 2006 et des données relatives à la population fournies par l'ONU 2005b.

TABLEAU 14

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH		PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant – Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant – Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1	Norvège	250,1	176,5	54 465	38 454	2,6	2,5	38 454	2004	2,2	0,5
2	Islande	12,2	9,7	41 893	33 051	1,7	2,0	33 051	2004	3,2	2,8
3	Australie	637,3	610,0	31 690	30 331	2,1	2,5	30 747	1997	2,4	2,3
4	Irlande	181,6	158,0	44 644	38 827	5,2	7,3	38 827	2004	2,8	2,2
5	Suède	346,4	265,6	38 525	29 541	1,7	1,8	29 541	2004	1,7	0,4
6	Canada	978,0	999,6	30 586	31 263	1,6	2,1	31 263	2004	1,9	1,8
7	Japon	4 622,8	3 737,3	36 182	29 251	2,3	0,8	29 251	2004	0,3	(.)
8	États-Unis	11 711,8	11 651,1 [a]	39 883	39 676 [a]	2,0	1,9	39 676	2004	2,6	2,7
9	Suisse	357,5	244,1	48 385	33 040	1,0	0,2	34 304	2002	1,3	0,8
10	Pays-Bas	579,0	517,6	35 560	31 789	1,9	2,1	31 899	2002	2,6	1,3
11	Finlande	185,9	156,6	35 562	29 951	2,0	2,2	29 951	2004	1,6	0,2
12	Luxembourg	31,9	31,7	70 295	69 961	4,1	5,4	69 961	2004	2,0	2,2
13	Belgique	352,3	324,1	33 807	31 096	1,8	1,7	31 096	2004	1,9	2,1
14	Autriche	292,3	263,8	35 766	32 276	2,1	2,0	32 276	2004	2,0	2,1
15	Danemark	241,4	172,5	44 673	31 914	1,6	1,7	31 914	2004	2,2	1,2
16	France	2 046,6	1 769,2	33 896	29 300	1,8	1,7	29 300	2004	1,6	2,1
17	Italie	1 677,8	1 622,4	29 143	28 180	2,0	1,3	28 180	2004	3,2	2,2
18	Royaume-Uni	2 124,4	1 845,2	35 485	30 821	2,1	2,2	30 821	2004	2,7	3,0
19	Espagne	1 039,9	1 069,3	24 360	25 047	2,2	2,3	25 047	2004	3,4	3,0
20	Nouvelle-Zélande	98,9	95,1	24 364	23 413	1,2	2,1	23 413	2004	1,9	2,3
21	Allemagne	2 740,6	2 335,5	33 212	28 303	2,1	1,5	28 303	2004	1,7	1,7
22	Hong Kong, Chine (RAS)	163,0	212,1	23 684	30 822	4,1	2,0	30 822	2004	3,0	-0,4
23	Israël	116,9	165,7	17 194	24 382	1,9	1,6	25 959	2000	7,1	-0,4
24	Grèce	205,2	245,5	18 560	22 205	1,2	2,6	22 205	2004	6,8	2,9
25	Singapour	106,8	119,1	25 191	28 077	4,7	3,8	28 077	2004	1,3	1,7
26	Corée, République de	679,7	985,6	14 136	20 499	6,0	4,5	20 499	2004	4,4	3,6
27	Slovénie	32,2	41,8	16 115	20 939	..	3,6	20 939 [b]	2004	9,7	3,6
28	Portugal	167,7	206,1	15 970	19 629	2,7	2,1	20 117	2001	3,9	2,4
29	Chypre	15,4	18,8	18 668	22 805	4,5	3,0	22 805	2004	3,3	2,3
30	Tchèque, République	107,0	198,3	10 475	19 408	..	2,7	19 408 [b]	2004	5,6	2,8
31	Barbade	2,8	..	10 401	..	..	..	..	..	2,2	1,4
32	Malte	5,3	7,6	13 256	18 879	4,6	3,6	19 864	2000	2,8	2,8
33	Koweït	55,7	47,7 [c]	22 654	19 384 [c]	-0,8	-0,4	30 205 [b]	1975	1,8	1,2
34	Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	100,7	169,9	9 962	16 814	1,4	3,1	16 814	2004	15,9	6,8
36	Argentine	153,0	510,3	3 988	13 298	0,4	1,3	14 097	1998	7,1	4,4
37	Pologne	242,3	495,4	6 346	12 974	..	4,0	12 974 [b]	2004	17,5	3,6
38	Chili	94,1	175,3	5 836	10 874	3,9	3,7	10 874	2004	6,7	1,1
39	Bahreïn	11,0	14,9	15 384	20 758	1,2	2,2	20 758 [b]	2004	0,4	..
40	Estonie	11,2	19,6	8 331	14 555	2,1	4,3	14 555 [b]	2004	13,3	3,0
41	Lituanie	22,3	45,0	6 480	13 107	..	1,4	13 107 [b]	2004	16,7	1,2
42	Slovaquie	41,1	78,7	7 635	14 623	0,9	2,7	14 623 [b]	2004	8,1	7,5
43	Uruguay	13,2	32,4	3 842	9 421	1,1	0,8	10 126	1998	23,9	9,2
44	Croatie	34,3	54,2	7 724	12 191	..	2,5	12 191 [b]	2004	19,7	2,1
45	Lettonie	13,6	27,0	5 868	11 653	0,3	2,8	11 653	2004	17,0	6,2
46	Qatar	20,4 [d]	..	27 857 [d]	..	..	..	..	..	2,6	6,8
47	Seychelles	0,7	1,4	8 411	16 652	2,8	2,1	19 539	2000	2,5	3,8
48	Costa Rica	18,5	40,3 [c]	4 349	9 481 [c]	1,3	2,5	9 820	1999	13,7	12,3
49	Émirats arabes unis	104,2	103,9 [c]	24 121	24 056 [c]	-2,8	-0,5	48 529	1975	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	0,4	0,6 [d]	8 447	12 702 [d]	5,6	4,0	12 702 [b]	2003	3,1	2,3
52	Bahamas	5,3 [d]	5,5 [e]	16 728 [d]	17 843 [e]	1,0	0,2	18 726 [b]	1989	2,0	0,5
53	Mexique	676,5	1 017,5	6 518	9 803	0,9	1,3	9 843	2000	15,7	4,7

TABLEAU 14

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH		PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant: Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant: Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant: Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant: Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
54	Bulgarie	24,1	62,7	3 109	8 078	0,6	0,7	8 078 [b]	2004	75,1	6,3
55	Tonga	0,2	0,8 [c]	2 084	7 870 [c]	2,0	2,1	7 870 [b]	2004	4,8	11,0
56	Oman	24,3	38,7	9 584	15 259	2,3	1,9	15 259	2004	0,1	0,4
57	Trinité-et-Tobago	12,5	15,9	9 640	12 182	0,3	3,3	12 182	2004	5,1	3,7
58	Panama	13,7	23,1	4 325	7 278	1,1	2,2	7 278	2004	1,1	0,4
59	Antigua-et-Barbuda	0,9	1,0	10 794	12 586	3,9	1,5	12 586 [b]	2004	..	..
60	Roumanie	73,2	183,9	3 374	8 480	..	1,4	8 480 [b]	2004	72,3	11,9
61	Malaisie	118,3	255,8	4 753	10 276	4,1	3,5	10 276	2004	3,0	1,5
62	Bosnie-Herzégovine	8,5	27,5	2 183	7 032	..	12,0	7 032 [b]	2004	..	..
63	Maurice	6,0	14,8	4 889	12 027	4,4	3,9	12 027 [b]	2004	6,3	4,7
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	29,1	..	5 073	..	..	..	..	..	1,9	-2,2
65	Russie, Fédération de	581,4	1 424,4	4 042	9 902	-1,2	-0,6	11 407 [b]	1989	59,4	10,9
66	Macédoine, ERYM	5,4	13,4	2 637	6 610	..	-0,4	7 607 [b]	1990	6,3	-0,4
67	Bélarus	22,9	68,5	2 330	6 970	..	1,6	6 970 [b]	2004	163,7	18,1
68	Dominique	0,3	0,4	3 794	5 643	3,4	1,4	6 454 [b]	2000	1,6	2,3
69	Brésil	604,0	1 507,1	3 284	8 195	0,7	1,2	8 195	2004	98,3	6,6
70	Colombie	97,7	325,9 [c]	2 176	7 256 [c]	1,4	0,5	7 256	2004	16,1	5,9
71	Sainte-Lucie	0,8	1,0	4 663	6 324	3,7	0,4	6 324 [b]	2004	2,5	4,7
72	Venezuela, RB	110,1	157,9	4 214	6 043	-0,9	-1,2	8 255	1977	39,3	21,8
73	Albanie	7,6	15,5	2 439	4 978	1,3	4,8	4 978 [b]	2004	17,3	2,3
74	Thaïlande	161,7	515,3	2 539	8 090	5,0	2,6	8 090	2004	3,9	2,8
75	Samoa occidentales	0,4	1,0	2 042	5 613	1,5	4,9	5 640 [b]	2002	3,8	16,3
76	Arabie Saoudite	250,6	331,1 [c]	10 462	13 825 [c]	-2,3	-0,1	25 314	1977	0,5	0,3
77	Ukraine	64,8	303,4	1 366	6 394	-4,5	-3,2	9 959 [b]	1989	73,3	9,0
78	Liban	21,8	20,7	6 149	5 837	5,0	3,7	5 837 [b]	2004	..	..
79	Kazakhstan	40,7	111,6	2 717	7 440	..	1,7	7 440 [b]	2004	33,6	6,9
80	Arménie	3,1	12,4	1 017	4 101	..	2,7	4 101 [b]	2004	31,4	8,1
81	Chine	1 931,7	7 642,3 [f]	1 490	5 896 [f]	8,4	8,9	5 896	2004	5,5	4,0
82	Pérou	68,6	156,5	2 490	5 678	-0,5	2,1	5 999	1981	16,6	3,7
83	Équateur	30,3	51,7	2 322	3 963	0,3	0,2	3 963	2004	36,0	2,7
84	Philippines	84,6	376,6	1 036	4 614	(.)	0,9	4 689	1982	6,7	6,0
85	Grenade	0,4	0,8	4 135	8 021	2,9	3,1	8 241 [b]	2003	2,0	..
86	Jordanie	11,5	25,5	2 117	4 688	0,5	0,5	5 339	1987	2,8	3,4
87	Tunisie	28,2	77,2	2 838	7 768	2,3	3,2	7 768	2004	3,8	3,6
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,4	0,8	3 412	6 398	3,5	1,6	6 398	2004	1,8	2,9
89	Suriname	1,1	..	2 484	..	..	..	..	..	67,7	..
90	Fidji	2,6	5,1	3 125	6 066	1,0	1,4	6 066 [b]	2004	3,1	2,8
91	Paraguay	7,3	29,0 [c]	1 220	4 813 [c]	0,4	-0,8	5 670	1981	11,5	4,3
92	Turquie	302,8	556,1	4 221	7 753	1,8	1,6	7 753	2004	68,4	8,6
93	Sri Lanka	20,1	85,2	1 033	4 390	3,3	3,8	4 390	2004	9,5	7,6
94	Dominicaine, République	18,7	65,3 [c]	2 130	7 449 [c]	2,3	4,2	7 449	2004	9,8	51,5
95	Belize	1,1	1,9	3 870	6 747	3,2	2,6	6 895	2002	1,7	3,1
96	Iran, République islamique d'	163,4	504,2	2 439	7 525	-0,1	2,3	8 679	1976	22,0	14,8
97	Géorgie	5,2	12,8	1 151	2 844	-4,2	-1,0	6 514	1985	13,9	5,7
98	Maldives	0,8	..	2 345	..	..	..	..	..	4,6	6,4
99	Azerbaïdjan	8,5	34,5	1 026	4 153	..	5,5	4 153 [b]	2004	76,8	6,7
100	Territoires palestiniens occupés	3,5 [d]	..	1 026 [d]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	15,8	34,1 [c]	2 340	5 041 [c]	0,2	1,8	5 544	1978	6,2	4,5
102	Algérie	84,6	213,7 [c]	2 616	6 603 [c]	0,1	0,9	6 603	2004	11,6	3,6
103	Guyane	0,8	3,3 [c]	1 047	4 439 [c]	0,8	1,5	4 624	1997	5,6	4,7
104	Jamaïque	8,9	11,0	3 352	4 163	0,6	-0,1	4 270	1991	17,3	13,6
105	Turkménistan	6,2	20,9 [g]	1 294	4 584 [g]	..	-4,4	6 585 [b]	1988	..	..
106	Cap Vert	0,9	2,8 [c]	1 915	5 727 [c]	3,0	3,5	5 727 [b]	2004	4,2	-1,9

TABLEAU 14

Classement selon l'IDH	PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant – Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant – Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
107 Syrienne, République arabe	24,0	67,1	1 293	3 610	1,1	1,5	3 772	1998	4,9	..
108 Indonésie	257,6	785,2	1 184	3 609	4,1	1,8	3 609	2004	13,5	6,2
109 Viet Nam	45,2	225,5	550	2 745	5,6	5,5	2 745 [b]	2004	3,0	7,8
110 Kirghizistan	2,2	9,9	433	1 935	-2,3	-1,3	2 658 [b]	1990	14,7	4,1
111 Égypte	78,8	305,9	1 085	4 211	2,6	2,5	4 211	2004	6,8	11,3
112 Nicaragua	4,6	19,5 [c]	847	3 634 [c]	-2,3	0,1	7 429	1977	20,4	8,4
113 Ouzbékistan	12,0	49,0	456	1 869	..	1,3	1 869 [b]	2004	..	..
114 Moldova, République de	2,6	7,3	615	1 729	-6,1	-5,3	4 168 [b]	1989	17,0	12,5
115 Bolivie	8,8	24,5	974	2 720	(.)	1,2	2 763	1977	6,6	4,4
116 Mongolie	1,6	5,2	641	2 056	0,9	2,4	2 056 [b]	2004	26,3	8,2
117 Honduras	7,4	20,3 [c]	1 046	2 876 [c]	0,2	0,2	2 933	1979	15,7	8,1
118 Guatemala	27,5	53,0 [c]	2 233	4 313 [c]	0,4	1,3	4 327	2002	8,8	7,4
119 Vanuatu	0,3	0,6 [c]	1 526	3 051 [c]	-0,2	-0,2	3 978 [b]	1984	2,7	1,4
120 Guinée équatoriale	3,2	9,4 [c, g]	6 572	20 510 [c, g]	17,0	30,4	20 510 [b]	2001	..	..
121 Afrique du Sud	212,8	509,3 [c]	4 675	11 192 [c]	-0,5	0,6	12 038	1981	7,7	1,4
122 Tadjikistan	2,1	7,7	322	1 202	-6,8	-4,8	2 851 [b]	1988	..	..
123 Maroc	50,0	128,5	1 678	4 309	1,4	1,1	4 309	2004	2,9	1,0
124 Gabon	7,2	9,0	5 306	6 623	-1,1	-0,1	12 107	1976	3,3	0,4
125 Namibie	5,7	14,9 [c]	2 843	7 418 [c]	-0,8	1,3	8 939 [b]	1980	..	4,1
126 Inde	691,2	3 389,7 [c]	640	3 139 [c]	3,4	4,0	3 139	2004	7,5	3,8
127 São Tomé-et-Principe	0,1	..	407	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	0,3	0,8 [c]	554	1 814 [c]	1,0	-2,7	2 778	1996	9,8	7,1
129 Cambodge	4,9	33,4 [c]	354	2 423 [c]	..	5,0	2 423 [b]	2004	4,0	3,9
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..	25,7	4,5
131 Botswana	9,0	17,6	5 073	9 945	5,7	4,2	9 945	2004	9,4	6,9
132 Comores	0,4	1,1 [c]	623	1 943 [c]	-0,7	-0,5	2 263 [b]	1985	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	2,5	11,3	423	1 954	3,6	4,2	1 954 [b]	2004	29,0	10,5
134 Pakistan	96,1	338,4	632	2 225	2,9	1,6	2 225	2004	7,7	7,4
135 Bhoutan	0,7	..	751	..	..	..	..	..	7,3	4,6
136 Ghana	8,9	48,5 [c]	409	2 240 [c]	0,6	1,9	2 240	2004	26,3	12,6
137 Bangladesh	56,6	260,4	406	1 870	1,7	2,5	1 870	2004	4,9	3,2
138 Népal	6,7	39,6	252	1 490	2,0	2,1	1 490	2004	7,0	2,8
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,9	14,7 [c]	677	2 543 [c]	0,6	0,5	2 891	1994	10,3	2,1
140 Congo	4,3	3,8	1 118	978	1,2	-0,2	1 355	1996	6,7	2,4
141 Soudan	21,1	69,2 [c]	594	1 949 [c]	1,6	3,4	1 949	2004	46,1	8,5
142 Timor oriental	0,3	..	367	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	4,4	15,5	241	857	-1,6	-1,1	1 356	1975	15,1	13,8
144 Cameroun	14,4	34,9	897	2 174	-0,6	0,5	2 913	1986	5,5	..
145 Ouganda	6,8	41,1 [c]	245	1 478 [c]	2,5	3,5	1 478 [b]	2004	7,4	3,3
146 Swaziland	2,4	6,3	2 140	5 638	2,1	2,1	5 638	2004	9,2	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	2,1	9,2 [c]	344	1 536 [c]	-1,1	(.)	2 218	1980	6,1	0,4
148 Djibouti	0,7	1,6 [c]	851	1 993 [c]	..	-1,9	2 413 [b]	1995	..	..
149 Lesotho	1,3	4,7 [c]	730	2 619 [c]	4,7	4,5	2 619	2004	8,7	..
150 Yémen	12,8	17,9	631	879	..	1,7	879 [b]	2004	20,8	..
151 Zimbabwe	4,7	26,7	363	2 065	-0,3	-1,9	3 224	1998	36,1	..
152 Kenya	16,1	38,1	481	1 140	(.)	-0,6	1 247	1990	12,0	11,6
153 Mauritanie	1,5	5,8 [c]	515	1 940 [c]	0,2	1,2	1 967	2001	5,6	10,4
154 Haïti	3,5	15,7 [c, d]	420	1 892 [c, d]	-2,3	-2,2	3 423	1980	19,7	22,8
155 Gambie	0,4	2,9 [c]	281	1 991 [c]	(.)	0,2	2 137	1986	4,8	14,2
156 Sénégal	7,8	19,5	683	1 713	-0,1	0,9	1 725	1976	3,9	0,5
157 Érythrée	0,9	4,1 [c]	219	977 [c]	..	0,6	1 246 [b]	1997	..	..
158 Rwanda	1,8	11,2 [c]	208	1 263 [c]	-0,4	-0,1	1 451	1983	11,7	12,0
159 Nigeria	72,1	148,6	560	1 154	0,2	0,8	1 154	2004	24,5	15,0

TABLEAU 14

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH	PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant : Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant : Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant : Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant : Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
160 Guinée	3,9	20,1	421	2 180	0,7	1,0	2 197 [b]	2002	..	..
161 Angola	19,5	33,8 [c]	1 258	2 180 [c]	-0,7	-1,2	2 764 [b]	1992	446,2	37,3
162 Tanzanie, Rép. unie de	10,9	25,4	288	674	0,8	1,1	674 [b]	2004	14,9	(.)
163 Bénin	4,1	8,9	498	1 091	0,4	1,4	1 099	2003	6,0	0,9
164 Côte d'Ivoire	15,5	27,7	866	1 551	-2,1	-1,1	2 977	1978	5,6	1,4
165 Zambie	5,4	10,8	471	943	-2,0	-1,1	1 557	1976	42,4	18,0
166 Malawi	1,9	8,1	149	646	-0,4	0,9	733	1979	29,7	11,4
167 Congo, Rép. dém. du	6,6	39,4 [c]	119	705 [c]	-4,8	-6,0	2 469	1975	496,4	4,1
168 Mozambique	6,1	24,0 [c]	313	1 237 [c]	2,6	4,2	1 237 [b]	2004	23,4	12,7
169 Burundi	0,7	4,9 [c]	90	677 [c]	-0,8	-2,5	933	1991	13,9	12,6
170 Éthiopie	8,0	52,9 [c]	114	756 [c]	-0,2	1,5	776 [b]	1983	4,0	3,3
171 Tchad	4,2	19,7 [c]	447	2 090 [c]	0,7	2,1	2 090	2004	5,6	-5,4
172 Centrafricaine, République	1,3	4,4 [c]	328	1 094 [c]	-1,5	-0,6	1 761	1977	4,1	-2,1
173 Guinée-Bissau	0,3	1,1 [c]	182	722 [c]	-0,3	-2,6	1 106	1997	22,1	0,9
174 Burkina Faso	4,8	15,0 [c]	376	1 169 [c]	0,9	1,3	1 169	2004	4,3	-0,4
175 Mali	4,9	13,1	371	998	0,2	2,5	998	2004	4,0	-3,1
176 Sierra Leone	1,1	3,0	202	561	-3,1	-5,5	1 151	1982	20,9	14,2
177 Niger	3,1	10,5 [c]	228	779 [c]	-1,8	-0,7	1 322	1979	4,6	0,3
Pays en développement	8 346,5 T	24 127,9 T	1 685	4 775	2,4	3,0	..	..	..	..
Pays les moins avancés	257,3 T	990,7 T	355	1 350	0,6	1,6	..	..	..	..
États arabes	852,2 T	1 755,0 T	3 054	5 680	0,3	1,3	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	3 608,4 T	11 327,5 T	1 921	5 872	6,1	5,8	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	2 028,0 T	4 350,2 T	3 755	7 964	0,6	1,1	..	..	..	..
Asie du Sud	1 041,3 T	4 650,6 T	697	3 072	2,5	3,3	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	498,5 T	1 327,5 T	731	1 946	-0,6	0,3	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	1 499,1 T	3 545,0 T	3 722	8 802	..	0,9	..	..	..	..
OCDE	33 031,8 T	32 007,9 T	28 453	27 571	2,0	1,8	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	31 561,5 T	29 492,0 T	34 249	32 003	2,2	1,9	..	..	..	..
Développement humain élevé	34 046,5 T	33 777,4 T	26 999	26 568	2,0	1,8	..	..	..	..
Développement humain moyen	6 520,2 T	21 564,7 T	1 494	4 901	2,2	2,9	..	..	..	..
Faible développement humain	227,8 T	630,0 T	402	1 113	-0,7	0,2	..	..	..	..
Revenu élevé	32 590,4 T	30 746,4 T	33 266	31 331	2,1	1,8	..	..	..	..
Revenu moyen	7 155,3 T	20 386,4 T	2 388	6 756	2,0	2,8	..	..	..	..
Faible revenu	1 236,6 T	5 381,4 T	538	2 297	2,0	2,7	..	..	..	..
Monde	40 850,4 T	55 970,3 T	6 588	8 833	1,4	1,4	..	..	..	..

NOTES

a En théorie, pour les États-Unis, la valeur du PIB en parité de pouvoir d'achat (PPA) en dollars devrait être la même que celle en dollars, mais les problèmes pratiques qui surgissent lors du calcul du PIB en PPA en USD empêchent qu'il en soit ainsi.

b Les données concernent une période plus courte que celle indiquée pour cette rubrique.

c Les estimations sont basées sur une régression.

d Données concernant l'année 2003.

e Données concernant l'année 2002.

f Estimations basées sur une comparaison bilatérale entre la Chine et les États-Unis (Ruoen et Chen Kai 1995).

g Données concernant l'année 2001.

SOURCES

Colonnes 1-4 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonnes 5 et 6 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale selon la méthode des moindres carrés.

Colonnes 7 et 8 : données basées sur les séries temporelles de PIB par habitant (en PPA en USD) fournies par la Banque mondiale 2006.

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives à l'indice des prix à la consommation de la Banque mondiale 2006.

TABLEAU 15

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD — Part des revenus ou des dépenses (en %)				Mesure de l'inégalité		
		10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	2000 [c]	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2 Islande	..	..	..	..	..	..	..	..
3 Australie	1994 [c]	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4 Irlande	2000 [c]	2,9	7,4	42,0	27,2	9,4	5,6	34,3
5 Suède	2000 [c]	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
6 Canada	2000 [c]	2,6	7,2	39,9	24,8	9,4	5,5	32,6
7 Japon	1993 [c]	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
8 États-Unis	2000 [c]	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
9 Suisse	2000 [c]	2,9	7,6	41,3	25,9	9,0	5,5	33,7
10 Pays-Bas	1999 [c]	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
11 Finlande	2000 [c]	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
12 Luxembourg	..	..	..	..	..	..	..	..
13 Belgique	2000 [c]	3,4	8,5	41,4	28,1	8,2	4,9	33,0
14 Autriche	2000 [c]	3,3	8,6	37,8	23,0	6,9	4,4	29,1
15 Danemark	1997 [c]	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
16 France	1995 [c]	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17 Italie	2000 [c]	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
18 Royaume-Uni	1999 [c]	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
19 Espagne	2000 [c]	2,6	7,0	42,0	26,6	10,3	6,0	34,7
20 Nouvelle-Zélande	1997 [c]	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
21 Allemagne	2000 [c]	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
22 Hong Kong, Chine (RAS)	1996 [c]	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23 Israël	2001 [c]	2,1	5,7	44,9	28,8	13,4	7,9	39,2
24 Grèce	2000 [c]	2,5	6,7	41,5	26,0	10,2	6,2	34,3
25 Singapour	1998 [c]	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26 Corée, République de	1998 [c]	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
27 Slovénie	1998-99 [c]	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
28 Portugal	1997 [c]	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
29 Chypre	..	..	..	..	..	..	..	..
30 Tchèque, République	1996 [c]	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
31 Barbade	..	..	..	..	..	..	..	..
32 Malte	..	..	..	..	..	..	..	..
33 Koweït	..	..	..	..	..	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..
35 Hongrie	2002 [d]	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36 Argentine	2003 [c, e]	1,1	3,2	56,8	39,6	34,5	17,6	52,8
37 Pologne	2002 [d]	3,1	7,5	42,2	27,0	8,8	5,6	34,5
38 Chili	2000 [c]	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
39 Bahreïn	..	..	..	..	..	..	..	..
40 Estonie	2003 [d]	2,5	6,7	42,8	27,6	10,8	6,4	35,8
41 Lituanie	2003 [d]	2,7	6,8	43,2	27,7	10,4	6,3	36,0
42 Slovaquie	1996 [c]	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43 Uruguay	2003 [c, e]	1,9	5,0	50,5	34,0	17,9	10,2	44,9
44 Croatie	2001 [d]	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
45 Lettonie	2003 [d]	2,5	6,6	44,7	29,1	11,6	6,8	37,7
46 Qatar	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2001 [c]	1,3	3,9	54,8	38,4	30,0	14,2	49,9
49 Émirats arabes unis	..	..	..	..	..	..	..	..
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..
52 Bahamas	..	..	..	..	..	..	..	..
53 Mexique	2002 [d]	1,6	4,3	55,1	39,4	24,6	12,8	49,5

TABLEAU 15

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %) 10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	Mesure de l'inégalité 10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
54 Bulgarie	2003 [d]	3,4	8,7	38,3	23,9	7,0	4,4	29,2
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	..	..
56 Oman	..	..	..	..	..	..	..	..
57 Trinité-et-Tobago	1992 [c]	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
58 Panama	2002 [c]	0,8	2,5	60,3	43,6	54,7	23,9	56,4
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	2003 [d]	3,3	8,1	39,2	24,4	7,5	4,9	31,0
61 Malaisie	1997 [c]	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62 Bosnie-Herzégovine	2001 [d]	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
63 Maurice	..	..	..	..	..	..	..	..
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..
65 Russie, Fédération de	2002 [d]	2,4	6,1	46,6	30,6	12,7	7,6	39,9
66 Macédoine, ERYM	2003 [d]	2,4	6,1	45,5	29,6	12,5	7,5	39,0
67 Bélarus	2002 [d]	3,4	8,5	38,3	23,5	6,9	4,5	29,7
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	2003 [c]	0,8	2,6	62,1	45,8	57,8	23,7	58,0
70 Colombie	2003 [c]	0,7	2,5	62,7	46,9	63,8	25,3	58,6
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	..	..	..
72 Venezuela, RB	2000 [c]	1,6	4,7	49,3	32,8	20,4	10,6	44,1
73 Albanie	2002 [d]	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
74 Thaïlande	2002 [d]	2,7	6,3	49,0	33,4	12,6	7,7	42,0
75 Samoa occidentales	..	..	..	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	..	..	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	2003 [d]	3,9	9,2	37,5	23,0	5,9	4,1	28,1
78 Liban	..	..	..	..	..	..	..	..
79 Kazakhstan	2003 [d]	3,0	7,4	41,5	25,9	8,5	5,6	33,9
80 Arménie	2003 [d]	3,6	8,5	42,8	29,0	8,0	5,0	33,8
81 Chine	2001 [d]	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
82 Pérou	2002 [c]	1,1	3,2	58,7	43,2	40,5	18,6	54,6
83 Équateur	1998 [d]	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
84 Philippines	2000 [d]	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	..	..
86 Jordanie	2002-03 [d]	2,7	6,7	46,3	30,6	11,3	6,9	38,8
87 Tunisie	2000 [d]	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	..	..
90 Fidji	..	..	..	..	..	..	..	..
91 Paraguay	2002 [c]	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
92 Turquie	2003 [d]	2,0	5,3	49,7	34,1	16,8	9,3	43,6
93 Sri Lanka	1999-00 [d]	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94 Dominicaine, République	2003 [c]	1,4	3,9	56,8	41,3	30,0	14,4	51,7
95 Belize	..	..	..	..	..	..	..	..
96 Iran, République islamique d'	1998 [d]	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
97 Géorgie	2003 [d]	2,0	5,6	46,4	30,3	15,4	8,3	40,4
98 Maldives	..	..	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	2002 [d]	5,4	12,2	31,1	18,0	3,3	2,6	19,0
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	2002 [c]	0,7	2,7	55,9	38,8	57,5	20,9	52,4
102 Algérie	1995 [d]	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
103 Guyane	..	..	..	..	..	..	..	..
104 Jamaïque	2000 [d]	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
105 Turkménistan	1998 [d]	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
106 Cap Vert	..	..	..	..	..	..	..	..

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %)				Mesure de l'inégalité		
		10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
107 Syrienne, République arabe	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	2002 [d]	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
109 Viet Nam	2002 [d]	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
110 Kirghizistan	2003 [d]	3,8	8,9	39,4	24,3	6,4	4,4	30,3
111 Égypte	1999-00 [d]	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
112 Nicaragua	2001 [d]	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113 Ouzbékistan	2000 [d]	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
114 Moldova, République de	2003 [d]	3,2	7,8	41,4	26,4	8,2	5,3	33,2
115 Bolivie	2002 [c]	0,3	1,5	63,0	47,2	168,1	42,3	60,1
116 Mongolie	1998 [d]	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
117 Honduras	2003 [c]	1,2	3,4	58,3	42,2	34,2	17,2	53,8
118 Guatemala	2002 [c]	0,9	2,9	59,5	43,4	48,2	20,3	55,1
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	2000 [d]	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
122 Tadjikistan	2003 [d]	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123 Maroc	1998-99 [d]	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	1993 [c]	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	74,3
126 Inde	1999-00 [d]	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	1997 [d]	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	1993 [d]	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132 Comores	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	2002 [d]	3,4	8,1	43,3	28,5	8,3	5,4	34,6
134 Pakistan	2002 [d]	4,0	9,3	40,3	26,3	6,5	4,3	30,6
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	1998-99 [d]	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
137 Bangladesh	2000 [d]	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
138 Népal	2003-04 [d]	2,6	6,0	54,6	40,6	15,8	9,1	47,2
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1996 [d]	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Soudan	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	2001 [d]	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
144 Cameroun	2001 [d]	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
145 Ouganda	1999 [d]	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
146 Swaziland	1994 [c]	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN								
147 Togo	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibouti	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesotho	1995 [d]	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150 Yémen	1998 [d]	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
151 Zimbabwe	1995 [d]	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	50,1
152 Kenya	1997 [d]	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
153 Mauritanie	2000 [d]	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
154 Haïti	2001 [c]	0,7	2,4	63,4	47,7	71,7	26,6	59,2
155 Gambie	1998 [d]	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	50,2
156 Sénégal	1995 [d]	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
157 Érythrée	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	1983-85 [d]	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
159 Nigeria	2003 [d]	1,9	5,0	49,2	33,2	17,8	9,7	43,7

TABLEAU 15

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH		Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %) 10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	Mesure de l'inégalité 10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
160	Guinée	1994 [d]	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzanie, Rép. unie de	2000-01 [d]	2,9	7,3	42,4	26,9	9,2	5,8	34,6
163	Bénin	2003 [d]	3,1	7,4	44,5	29,0	9,4	6,0	36,5
164	Côte d'Ivoire	2002 [d]	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
165	Zambie	2002-03 [d]	2,4	6,1	48,8	33,7	13,9	8,0	42,1
166	Malawi	1997 [d]	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
167	Congo, Rép. dém. du	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Mozambique	1996-97 [d]	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 [d]	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	42,4
170	Éthiopie	1999-00 [d]	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	Tchad	..	..	..	..	..	..	..	..
172	Centrafricaine, République	1993 [d]	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
173	Guinée-Bissau	1993 [d]	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
174	Burkina Faso	2003 [d]	2,8	6,9	47,2	32,2	11,6	6,9	39,5
175	Mali	1994 [d]	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
176	Sierra Leone	1989 [d]	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Niger	1995 [d]	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

NOTES

Ces données provenant d'enquêtes auprès des ménages collectant des informations différentes et recourant à des méthodes différentes, les estimations de la répartition ne sont pas strictement comparables entre les pays.

a Ces données présentent le rapport entre la part des revenus ou des dépenses de la catégorie la plus riche et celle de la catégorie la plus pauvre. Les chiffres ayant été arrondis, les résultats peuvent être différents des ratios calculés à partir des pourcentages de revenus ou dépenses figurant dans les colonnes 2 à 5

b Le chiffre 0 représente une égalité parfaite, et le chiffre 100 une situation d'inégalité absolue.

c Données correspondant à la part des revenus en centiles de la population, classée en fonction du revenu par habitant.

d Données correspondant à la part des dépenses en centiles de la population, classée en fonction du revenu par habitant.

e Données concernant les zones urbaines uniquement.

SOURCES

Colonnes 1-5 et 8 : Banque mondiale 2006

Colonnes 6 et 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux revenus et aux dépenses fournies par la Banque mondiale 2006.

TABLEAU 16

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Structure des échanges

Classement selon l'IDH		Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	34	30	40	44	67	77	32	19	12	18	130
2	Islande	33	43	35	37	91	82	8	17	10	6	..
3	Australie	17	21 [b]	17	18 [b]	71	58	26	25	12	14	96
4	Irlande	52	65	57	80	26	10	70	86	41	34	94
5	Suède	29	38	30	46	16	14	83	81	13	17	98
6	Canada	26	34 [b]	26	38 [b]	36	35	59	60	14	14	99
7	Japon	9	10 [b]	10	12 [b]	3	3	96	93	24	24	116
8	États-Unis	11	14 [b]	10	10 [b]	21	14	75	82	34	32	112
9	Suisse	34	37 [b]	36	44 [b]	6	7	94	93	12	22	..
10	Pays-Bas	51	60	54	65	37	30	59	70	16	29	99
11	Finlande	24	32	23	37	17	16	83	83	8	21	99
12	Luxembourg	100	125	104	146	..	13	..	86	..	10	..
13	Belgique	69	81	71	84	19	18	77	81	..	8	..
14	Autriche	37	46	38	51	12	15	88	84	8	12	..
15	Danemark	31	38	36	43	35	31	60	66	15	20	110
16	France	23	26	21	26	23	17	77	83	16	19	..
17	Italie	20	26	20	27	11	11	88	88	8	8	132
18	Royaume-Uni	27	28	24	25	19	18	79	76	24	24	99
19	Espagne	20	29	16	26	24	21	75	77	6	7	121
20	Nouvelle-Zélande	27	29 [b]	27	29 [b]	72	65	26	31	10	14	121
21	Allemagne	25	33	25	38	10	9	89	84	11	17	112
22	Hong Kong, Chine (RAS)	124	184	132	193	7	3	92	96	..	32	99
23	Israël	45	49	35	44	13	5	87	94	10	19	118
24	Grèce	28	29	18	21	46	38	54	59	2	11	79
25	Singapour	..	..	..	..	27	13	72	84	40	59	70
26	Corée, République de	29	40	28	44	6	8	94	92	18	33	75
27	Slovénie	79	61	91	60	..	10	..	90	..	6	..
28	Portugal	39	38	33	31	19	15	80	85	4	9	..
29	Chypre	57	..	52	..	42	35	58	65	8	22	..
30	Tchèque, République	43	72	45	72	..	10	..	90	..	13	..
31	Barbade	52	54 [b]	49	49 [b]	55	47	43	52	..	15	..
32	Malte	99	83	85	76	7	9	93	90	44	58	..
33	Koweït	58	33	45	60	94	..	6	..	3	..	..
34	Brunéi Darussalam	..	..	..	..	97	88 [b]	3	12 [b]	..	5 [b]	..
35	Hongrie	29	68	31	64	35	11	63	88	..	29	84
36	Argentine	5	18	10	25	71	70	29	29	..	8	103
37	Pologne	22	41	29	39	..	19	..	81	..	3	459
38	Chili	31	30	35	36	87	86	11	13	5	5	47
39	Bahreïn	95	64	116	82	54	90	45	10	..	3	..
40	Estonie	..	86	..	78	..	22	..	77	..	14	..
41	Lituanie	61	61	52	54	..	42	..	58	..	5	..
42	Slovaquie	36	79	27	77	..	14	..	86	..	5	..
43	Uruguay	18	28	24	30	61	68	39	32	..	2	77
44	Croatie	..	56	..	47	..	27	..	72	..	13	..
45	Lettonie	49	60	48	44	..	36	..	61	..	5	..
46	Qatar	..	..	..	..	82	87	18	13	..	1	..
47	Seychelles	67	96	62	94	74	93	26	6	..	10	..
48	Costa Rica	41	49	35	46	66	37	27	63	..	37	125
49	Émirats arabes unis	41	65	66	82	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	83	63	52	50	..	18 [b]	..	82 [b]	..	1 [b]	..
52	Bahamas	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
53	Mexique	20	32	19	30	56	20	43	80	8	21	32

TABLEAU 16

Structure des échanges

Classement selon l'IDH		Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
54	Bulgarie	37	69	33	58	..	33	..	62	..	4	..
55	Tonga	65	..	34	..	..	..	24	..	..	..	..
56	Oman	28	43	47	57	94	87	5	12	2	1	..
57	Trinité-et-Tobago	29	48	45	60	73	65 [b]	27	35 [b]	..	1 [b]	..
58	Panama	79	65	87	63	78	90	21	10	..	2	81
59	Antigua-et-Barbuda	87	69 [c]	89	61 [c]	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	26	46	17	37	26	17	73	82	2	3	..
61	Malaisie	72	100	75	121	46	23	54	76	38	55	138
62	Bosnie-Herzégovine	..	55	..	26	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	71	56	64	56	34	28	66	71	1	4	96
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN												
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	31	36 [c]	40	47 [c]	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	18	22	18	35	..	62	..	21	..	9	..
66	Macédoine, ERYM	36	61	26	40	..	23	..	77	..	1	..
67	Bélarus	44	74	46	68	..	39	..	60	..	3	..
68	Dominique	81	61	55	48	65	42	35	58	..	8	..
69	Brésil	7	13	8	18	47	46	52	54	7	12	149
70	Colombie	15	22	21	21	74	62	25	38	..	6	83
71	Sainte-Lucie	84	69 [b]	73	56 [b]	68	71	32	28	..	20	..
72	Venezuela, RB	20	20	39	36	90	88	10	12	4	3	70
73	Albanie	23	43	15	21	..	18	..	82	..	1	..
74	Thaïlande	42	66	34	71	36	22 [b]	63	75 [b]	21	30 [b]	61
75	Samoa occidentales	..	48	..	26	90	23	10	77	..	(.)	..
76	Arabie Saoudite	32	25	41	53	92	88 [c]	8	12 [c]	..	2 [c]	..
77	Ukraine	29	54	28	61	..	32 [c]	..	67 [c]	..	5 [c]	..
78	Liban	100	41	18	21	..	31 [b]	..	68 [b]	..	2 [b]	..
79	Kazakhstan	..	46	..	55	..	84	..	16	..	2	..
80	Arménie	46	53	35	39	..	38	..	62	..	1	..
81	Chine	16	31	19	34	27	8	72	91	..	30	78
82	Pérou	14	18	16	21	82	80	18	20	..	2	45
83	Équateur	32	29	33	27	98	91	2	9	(.)	7	51
84	Philippines	33	51	28	52	31	10	38	55	..	64	84
85	Grenade	63	71 [b]	42	(.)	66	54 [b]	34	46 [b]	..	5 [b]	..
86	Jordanie	93	80	62	48	44	28	56	72	7	5	99
87	Tunisie	51	48	44	45	31	22	69	78	2	5	80
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	77	66	66	43	..	81	..	19	..	8	..
89	Suriname	44	64 [b]	42	28 [b]	26	..	74	..	..	..	..
90	Fidji	67	..	62	..	64	55	35	45	12	1	..
91	Paraguay	39	37	33	36	..	87	10	13	(.)	7	164 [b]
92	Turquie	18	35	13	29	32	15	68	85	1	2	94
93	Sri Lanka	38	45	29	36	42	26	54	74	1	1	119
94	Dominicaine, République	44	49	34	50	..	..	..	..	..	..	54
95	Belize	60	65 [b]	62	52 [b]	..	86 [b]	15	13 [b]	..	3 [b]	..
96	Iran, République islamique d'	24	30	22	32	..	91 [b]	..	9 [b]	..	2 [b]	..
97	Géorgie	46	47	40	31	..	63	..	37	..	38	..
98	Maldives	64	83	24	95	..	74	..	26	..	1	..
99	Azerbaïdjan	39	74	44	50	..	89	..	10	..	2	..
100	Territoires palestiniens occupés	..	49 [b]	..	10 [b]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	31	44	19	27	62	40	38	60	..	4	97
102	Algérie	25	26	23	40	97	98	3	2	..	1	75
103	Guyane	80	106	63	96	..	70	..	30	..	(.)	..
104	Jamaïque	52	58	48	41	30	35 [c]	70	65 [c]	..	(.) [c]	..
105	Turkménistan	..	57	..	66	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	44	64	13	31	..	..	..	88 [b]	..	..	91

Classement selon l'IDH	Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
107 Syrienne, République arabe	28	34	28	35	64	87	36	11	..	1	..
108 Indonésie	24	27	25	31	65	44	35	56	1	16	..
109 Viet Nam	45	74	36	66	..	46 [b]	..	53 [b]	..	6 [b]	..
110 Kirghizistan	50	53	29	43	..	57	..	43	..	2 [b]	..
111 Égypte	33	29	20	29	57	64	42	31	..	1	50
112 Nicaragua	46	54	25	26	92	89	8	11	..	6	56
113 Ouzbékistan	48	33	29	40	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	51	82	48	51	..	64	..	36	..	4	..
115 Bolivie	24	26	23	31	95	86	5	14	..	9	58
116 Mongolie	53	87	24	75	..	62 [b]	..	38 [b]	..	(.) [b]	..
117 Honduras	40	54 [b]	36	37 [b]	91	73 [b]	9	27 [b]	..	2 [b]	79
118 Guatemala	25	32	21	18	76	58	24	42	..	7	70
119 Vanuatu	77	..	49	..	..	..	13	..	20	..	..
120 Guinée équatoriale	70	..	32	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	19	27	24	27	..	42	..	58	..	6	95
122 Tadjikistan	35	65	28	46	..	..	..	..	..	..	..
123 Maroc	32	39	26	33	48	31	52	69	..	10	109
124 Gabon	31	40	46	61	..	93	..	7	..	15	41
125 Namibie	67	45	52	46	..	58 [b]	..	41 [b]	..	3 [b]	87
126 Inde	9	23	7	19	28	26	70	73	2	5	106
127 São Tomé-et-Principe	72	95	14	39	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	73	44 [b]	47	42 [b]	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	13	76	6	65	..	3	..	97	..	(.)	..
130 Myanmar	5	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	50	32	55	40	..	..	..	..	..	..	110
132 Comores	35	31	14	16	..	..	..	..	..	..	52
133 Lao, Rép. dém. pop.	25	42	12	29	..	..	..	..	..	..	..
134 Pakistan	23	15	16	16	21	15	79	85	(.)	1	65
135 Bhoutan	32	43 [c]	28	22 [c]	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	26	54	17	35	..	85 [b]	..	14 [b]	..	4 [b]	59
137 Bangladesh	14	21	6	15	..	10	77	90	(.)	(.)	64
138 Népal	22	31	11	17	..	26 [b]	83	74 [b]	..	(.) [b]	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	49	60 [b]	41	71 [b]	89	94 [b]	10	6 [b]	..	39 [b]	..
140 Congo	46	57	54	84	..	..	..	..	..	..	125
141 Soudan	..	21	..	18	..	98 [b]	..	2 [b]	..	(.) [b]	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	28	48	17	32	85	76	14	22	8	1	99
144 Cameroun	17	26	20	26	91	95	9	5	3	1	140
145 Ouganda	19	28	7	14	..	85	..	15	..	13	..
146 Swaziland	87	92	75	84	..	23 [c]	..	76 [c]	..	1 [c]	94
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	45	47	33	34	89	53	9	47	..	(.)	25
148 Djibouti	..	..	..	..	44	..	8	..	..	..	..
149 Lesotho	122	105	17	48	..	..	..	..	..	..	69
150 Yémen	20	34	14	25	..	97	..	3	..	13	..
151 Zimbabwe	23	44	23	36	68	72	31	28	2	1	123
152 Kenya	31	32	26	26	70	79	30	21	4	3	91
153 Mauritanie	61	70	46	29	..	..	..	..	..	..	131
154 Haïti	20	47 [b]	18	16 [b]	15	..	85	..	14	..	39
155 Gambie	72	52	60	42	..	73 [b]	..	27 [b]	..	3 [b]	63
156 Sénégal	30	40	25	28	77	61	23	39	..	6	60
157 Érythrée	..	86	..	13	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	14	27	6	10	..	90 [b]	..	10 [b]	..	25 [b]	156
159 Nigeria	29	37	43	55	..	98 [b]	..	2 [b]	..	2 [b]	68

TABLEAU 16

Structure des échanges

Classement selon l'IDH	Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
160 Guinée	31	23	31	21	..	75 [c]	..	25 [c]	..	(.) [c]	..
161 Angola	21	55	39	71	100	..	(.)	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	37	29	13	19	..	80	..	20	..	2	..
163 Bénin	26	26	14	15	..	91 [c]	..	9 [c]	..	2 [c]	108
164 Côte d'Ivoire	27	38	32	48	..	78 [b]	..	20 [b]	..	8 [b]	60
165 Zambie	37	27	36	20	..	90	..	10	..	1	53
166 Malawi	33	49	24	27	93	84	7	16	4	2	50
167 Congo, Rép. dém. du	29	22 [c]	30	19 [c]	..	..	..	..	..	..	112
168 Mozambique	36	38	8	30	..	96 [c]	..	3 [c]	..	9 [c]	39
169 Burundi	28	25	8	9	..	95	..	5	..	6	36
170 Éthiopie	12	40	8	19	..	89 [b]	..	11 [b]	..	(.) [b]	..
171 Tchad	28	36	13	52	..	..	..	..	..	..	93
172 Centrafricaine, République	28	16	15	11	..	63 [b]	..	37 [b]	..	(.) [b]	38
173 Guinée-Bissau	37	49	10	35	..	..	..	..	..	..	75
174 Burkina Faso	24	23	11	9	..	92	..	8	..	10	150
175 Mali	34	36	17	28	..	..	2	..	..	..	97 [b]
176 Sierra Leone	24	39	22	23	..	..	..	7 [c]	..	31 [c]	..
177 Niger	22	26	15	16	..	91 [b]	..	8 [b]	..	3 [b]	57
Pays en développement	24	36	25	39	38	22	59	74	..	24	..
Pays les moins avancés	22	32	13	23	84	66	..	..	..	..	..
États arabes	38	36	38	48	73	75	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	33	52	34	56	23	11	73	86	..	33	..
Amérique latine et Caraïbes	15	23	17	26	65	46	36	56	7	13	..
Asie du Sud	13	23	11	21	27	24	71	76	..	4	..
Afrique subsaharienne	26	34	27	33	73	70	..	32 [b]	..	4	..
Europe centrale et orientale et CEI	28	44	29	46	32	13	..	55	..	10	..
OCDE	18 [b]	22 [b]	17	21 [b]	20	17	77	80	18	18	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	18 [b]	21 [b]	17	20 [b]	19	17	78	80	19	18	..
Développement humain élevé	19 [b]	23 [b]	19	23 [b]	20	17	76	80	18	19	..
Développement humain moyen	19	29	19	31	49	25	50	60	..	17	..
Faible développement humain	29	37	27	36	74	71	..	8 [b]	..	3	..
Revenu élevé	19 [b]	22 [b]	18	22 [b]	19	16	77	80	18	19	..
Revenu moyen	21	32	22	35	53	26	50	64	..	20	..
Faible revenu	17	27	13	24	38	30	..	50 [b]	..	4	..
Monde	19 [b]	24 [b]	19	24 [b]	23	18	72	77	18	19	..

NOTES

a Le rapport entre l'indice des prix à l'exportation et celui à l'importation est calculé avec pour référence l'année 1980 Les chiffres supérieurs à 100 indiquent une augmentation du prix des exportations par rapport à celui des importations.

b Données concernant l'année 2003

c Données concernant l'année 2002

SOURCES

Colonnes 1-10 : Banque mondiale 2006, d'après des données de la Conférence des Nations Unies sur le commerce et le développement ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 11 : calculs effectués sur la base des données relatives aux termes de l'échange fournies par la Banque mondiale 2006

TABLEAU 17

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Responsabilités des pays riches : l'aide

		OMD									
		Aide publique du développement (APD) nette versée									
		Total [a] (en millions d'USD)	En % du RNB		APD par habitant du pays donateur (en 2004 en USD)		APD versée aux pays les moins avancés [b] (en % du total)		APD destinée aux services sociaux de base [c] (en % du total alloué par secteur)		APD bilatérale non liée (en % du total)	
Classement selon l'IDH		2004	1990 [d]	2004	1990	2004	1990	2004	1995/96 [e]	2003/04 [e]	1990	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	2 199	1,17	0,87	396	477	44	38	10,7	18,0	61	100
3	Australie	1 460	0,34	0,25	70	73	18	24	5,9	15,8	33	77
4	Irlande	607	0,16	0,39	26	152	37	53	0,5	28,9	..	100
5	Suède	2 722	0,91	0,78	257	302	39	28	14,2	16,0	87	87
6	Canada	2 599	0,44	0,27	103	81	30	27	8,9	29,0	47	57
7	Japon	8 922	0,31	0,19	94	70	19	19	2,0	5,4	89	94
8	États-Unis	19 705	0,21	0,17	61	67	22	23	19,0	19,1	..	..
9	Suisse	1 545	0,32	0,41	149	210	43	26	6,5	8,4	78	97
10	Pays-Bas	4 204	0,92	0,73	244	258	33	35	11,7	18,1	56	87
11	Finlande	680	0,65	0,37	174	130	38	25	8,9	15,3	31	..
12	Luxembourg	236	0,21	0,83	101	524	39	37	..	20,7	..	..
13	Belgique	1 463	0,46	0,41	120	141	41	44	9,2	14,7	..	93
14	Autriche	678	0,11	0,23	28	83	63	25	2,6	12,6	32	52
15	Danemark	2 037	0,94	0,85	305	377	39	36	13,1	23,6	..	89
16	France	8 473	0,60	0,41	160	137	33	37	..	10,0	64	94
17	Italie	2 462	0,31	0,15	75	43	41	32	7,3	18,4	22	..
18	Royaume-Uni	7 883	0,27	0,36	70	131	32	38	24,4	31,8	..	100
19	Espagne	2 437	0,20	0,24	33	56	20	17	8,3	13,8	..	68
20	Nouvelle-Zélande	212	0,23	0,23	41	52	19	31	1,7	19,1	100	81
21	Allemagne	7 534	0,42	0,28	124	91	28	31	8,8	12,7	62	92
24	Grèce	465	..	0,23	..	42	..	14	19,3	20,6	..	23
28	Portugal	1 031	0,24	0,63	25	100	70	85	4,2	2,8	..	99
DAC		79 553 T	0,33	0,26	91	91	29	30	8,1	16,0	..	..

NOTES

Ce tableau présente des données relatives aux membres du Comité d'aide au développement (CAD) de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE).

a Certains pays ou territoires n'appartenant pas au CAD fournissent aussi une aide publique au développement (APD). Selon le CAD de l'OCDE 2006b, l'APD nette versée en 2004 par l'Arabie Saoudite, les Émirats arabes unis, la Hongrie, l'Islande, Israël, le Koweït, la Pologne, la République de Corée, la République slovaque, la République tchèque, la Turquie et d'autres petits donateurs tels que l'Estonie, la Lettonie et la Lituanie s'est élevée à 3 741 millions de dollars. La Chine apporte également une aide, mais n'en communique pas le montant.

b Comprend les flux multilatéraux imputés, qui rendent compte des versements effectués par le biais d'organisations multilatérales. Ces montants sont calculés en fonction de la répartition géographique des versements pour l'année considérée.

c Les données correspondent à la part d'ADP allouée par secteur ; elles n'intègrent pas les coûts de coopération technique et les frais administratifs.

d Les données relatives à des pays pris isolément (mais pas la moyenne de l'APD) comprennent l'annulation des créances non liées à l'APD.

e Les données correspondent à la moyenne des années indiquées pour cette rubrique.

SOURCES

Toutes les colonnes : OCDE/CAD 2006a.

TABLEAU 18

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Flux d'aide, de capitaux privés et de dette

		Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
		Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
Classement selon l'IDH		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ													
22	Hong Kong, Chine (RAS)	7,0 [d]	1,0 [d]	0,1	(.) [d]	..	20,9	..	..	..	..	..	..
23	Israël	478,9 [d]	72,6 [d]	2,6	0,4 [d]	0,3	1,4	..	..	..	..	..	..
25	Singapour	9,2 [d]	2,2 [d]	(.)	(.) [d]	15,1	15,0	..	..	..	..	..	..
26	Corée, République de	-67,6 [d]	-1,4 [d]	(.)	(.) [d]	0,3	1,2	..	..	..	..	..	..
27	Slovénie	62,2 [d]	31,6 [d]	..	0,2 [d]	..	2,6	..	..	..	..	..	..
29	Chypre	60,0 [d]	72,6 [d]	0,7	0,4 [d]	2,3	7,2	..	..	..	..	..	..
30	Tchèque, République	279,8 [d]	27,4 [d]	(.)	0,3 [d]	0,2	4,2	..	2,6	..	7,8	..	3,0
31	Barbade	29,1	108,2	0,2	1,0	0,6	1,8	-0,8	-0,4	8,2	3,1	14,6	5,5
32	Malte	6,2 [d]	15,5 [d]	0,2	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweït	2,6 [d]	1,0 [d]	(.)	(.) [d]	0,0	(.)	..	..	..	..	..	..
34	Brunéi Darussalam	0,8 [d]	2,1 [d]	..	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	302,7 [d]	29,9 [d]	0,2	0,3 [d]	1,9	4,6	-1,4	12,3	12,8	17,0	33,4	4,9
36	Argentine	91,2	2,4	0,1	0,1	1,3	2,7	-1,5	-1,0	4,4	8,1	34,7	18,8
37	Pologne	1 524,8 [d]	39,5 [d]	2,2	0,6 [d]	0,2	5,2	(.)	2,1	1,6	14,3	4,4	4,9
38	Chili	49,1	3,0	0,3	0,1	2,2	8,1	5,1	0,4	9,1	10,2	18,1	4,1
39	Bahreïn	103,9	145,1	3,2	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estonie	136,4 [d]	102,2 [d]	..	1,2 [d]	..	9,3	..	23,2	..	12,9	..	0,7
41	Lituanie	252,2 [d]	73,3 [d]	..	1,1 [d]	..	3,5	..	5,8	..	7,9	..	6,3
42	Slovaquie	235,2 [d]	43,5 [d]	(.)	0,6 [d]	..	2,7	..	2,6	..	12,3	..	6,9 [e]
43	Uruguay	22,0	6,4	0,6	0,2	0,4	2,4	-2,1	-2,3	10,6	11,7	35,2	31,6
44	Croatie	120,8	26,6	..	0,4	..	3,6	..	11,4	..	15,4	..	8,7
45	Lettonie	164,6 [d]	71,0 [d]	..	1,2 [d]	..	5,1	..	12,2	..	10,1	..	5,8
46	Qatar	2,4 [d]	3,1 [d]	(.)	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seychelles	10,3	129,4	9,8	1,5	5,4	5,3	-1,7	9,5	5,9	7,4	7,8	7,8
48	Costa Rica	13,5	3,2	4,0	0,1	2,9	3,4	-2,5	0,2	8,8	3,7	22,0	6,5
49	Émirats arabes unis	5,7 [d]	1,3 [d]	(.)	(.) [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	90,5	8,0	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	-0,1	-2,6	5,1	(.)	30,8	15,5	-0,3	-2,3	1,9	11,8	3,4	24,5 [f]
52	Bahamas	4,8 [d]	15,0 [d]	0,1	.. [d]	-0,6	3,6 [e]	..	..	..	..	..	..
53	Mexique	121,1	1,1	0,1	(.)	1,0	2,6	2,7	-0,6	4,3	7,6	18,3	11,9
54	Bulgarie	622,4 [d]	80,0 [d]	0,1	2,6 [d]	(.)	8,3	..	4,4	..	10,2	18,6	11,2
55	Tonga	19,3	188,9	26,2	9,1	0,2	0,0	-0,1	0,0	1,7	1,4	3,4	5,8 [f]
56	Oman	54,9	21,7	0,5	0,2	1,2	-0,1	-3,4	0,5	6,3	4,1	12,0	3,2
57	Trinité-et-Tobago	-0,8	-0,6	0,4	(.)	2,2	8,0	-3,5	-1,2	8,9	3,2	15,6	3,3 [e]
58	Panama	37,7	11,9	1,9	0,3	2,6	7,4	-0,1	5,7	6,5	10,2	4,1	11,2
59	Antigua-et-Barbuda	1,7	20,5	1,2	0,2	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	915,7 [d]	42,0 [d]	0,6	1,3 [d]	(.)	7,4	(.)	5,6	(.)	6,5	0,0	8,4
61	Malaisie	289,5	11,6	1,1	0,2	5,3	3,9	-4,2	3,7	9,8	7,8	10,6	4,7 [e]
62	Bosnie-Herzégovine	671,0	171,6	..	7,9	..	7,2	..	0,5	..	2,1	..	4,2
63	Maurice	37,9	30,8	3,7	0,6	1,7	0,2	1,9	-0,3	6,5	4,3	7,3	5,4
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN													
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	17,6 [d]	3,1 [d]	0,1	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	1 313,1 [d]	9,1 [d]	(.)	0,2 [d]	..	2,1	..	1,9	..	3,6	..	6,1
66	Macédoine, ERYM	248,4	122,3	..	4,6	..	2,9	..	0,8	..	4,6	..	6,5
67	Bélarus	46,2 [d]	4,7 [d]	..	0,2 [d]	..	0,7	..	-0,3	..	1,4	..	1,5
68	Dominique	29,2	372,1	11,9	10,8	7,8	6,8	-0,3	0,0	3,5	6,8	6,0	9,1 [f]
69	Brésil	285,1	1,6	(.)	(.)	0,2	3,0	-0,1	-0,4	1,8	8,9	18,5	23,2
70	Colombie	509,0	11,3	0,2	0,5	1,2	3,1	-0,4	-1,2	9,7	7,9	34,5	18,5
71	Sainte-Lucie	-21,5	-134,8	3,1	-2,8	11,3	14,6	-0,2	-0,1	1,6	3,5	2,1	5,5 [f]
72	Venezuela, RB	48,6	1,8	0,2	(.)	1,0	1,4	-1,2	0,6	10,6	6,0	19,6	10,5
73	Albanie	362,5	116,5	0,5	4,8	0,0	5,6	..	0,4	..	1,0	0,9	3,8 [e]
74	Thaïlande	-1,8	(.)	0,9	(.)	2,9	0,9	2,3	0,3	6,2	7,7	11,4	4,1
75	Samoa occidentales	30,8	167,4	42,6	8,2	0,0	0,1	0,0	0,0	4,9	5,6	10,6	..

Classement selon l'IDH		Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
		Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
76	Arabie Saoudite	32,3	1,3	(.)	(.)	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ukraine	360,1 [d]	7,7 [d]	0,4	0,6 [d]	..	2,6	..	5,1	..	6,6	..	4,8
78	Liban	264,8	74,8	8,9	1,2	0,2	1,3	0,2	11,9	3,5	20,0	..	..
79	Kazakhstan	265,0	17,9	..	0,7	..	10,1	..	20,0	..	21,5	..	3,8
80	Arménie	254,1	84,0	..	8,3	0,2	7,1	..	(.)	..	3,5	..	7,4
81	Chine	1 661,1	1,3	0,6	0,1	1,0	2,8	1,3	1,0	2,0	1,2	10,6	1,2
82	Pérou	487,4	17,7	1,5	0,7	0,2	2,6	0,1	1,8	1,8	4,0	7,3	16,3
83	Équateur	160,5	12,3	1,6	0,5	1,2	3,8	0,6	2,0	10,5	12,3	31,0	21,8
84	Philippines	462,8	5,7	2,9	0,5	1,2	0,6	0,2	2,4	8,1	13,7	25,6	16,0
85	Grenade	15,4	150,4	6,3	3,5	5,9	9,7	0,1	8,6	1,5	6,7	3,1	15,3 [f]
86	Jordanie	581,4	104,5	22,1	5,0	0,9	5,4	5,3	-1,2	15,6	6,1	22,1	10,4
87	Tunisie	327,7	32,8	3,2	1,2	0,6	2,1	-1,6	1,6	11,6	7,2	25,6	13,8
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	10,5	88,3	7,8	2,6	4,0	13,8	0,0	6,0	2,2	5,2	3,1	6,7 [f]
89	Suriname	23,9	53,5	15,5	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fidji	63,9	76,0	3,8	2,4	6,9	-0,4	-1,2	-0,1	7,9	0,6	9,0	..
91	Paraguay	0,3	(.)	1,1	(.)	1,5	1,3	-0,2	-1,8	6,2	6,8	11,5	9,5
92	Turquie	257,0	3,6	0,8	0,1	0,5	0,9	0,8	3,1	4,9	11,2	29,9	19,5
93	Sri Lanka	519,1	25,2	9,1	2,6	0,5	1,2	0,1	-0,3	4,8	3,8	14,8	8,8
94	Dominicaine, République	86,9	9,9	1,4	0,5	1,9	3,5	(.)	2,2	3,3	4,0	10,7	7,4
95	Belize	7,4	27,9	7,4	0,7	4,1	11,7	0,5	-5,2	4,4	30,4	7,0	64,2
96	Iran, République islamique d'	189,4	2,8	0,1	0,1	-0,3	0,3	(.)	0,4	0,5	1,2	1,3	..
97	Géorgie	315,4	69,8	..	6,1	..	9,6	..	1,2	..	4,2	..	10,7
98	Maldives	27,9	87,0	9,8	3,7	2,8	2,0	0,5	2,6	4,1	4,3	4,0	4,5
99	Azerbaïdjan	175,6	21,0	..	2,1	..	41,7	..	1,4	..	2,8	..	3,2
100	Territoires palestiniens occupés	1 136,4	316,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	211,5	31,3	7,2	1,3	(.)	2,9	0,1	1,6	4,3	3,9	18,2	12,5
102	Algérie	312,6	9,7	0,2	0,4	0,1	1,0	-0,7	-0,6	14,2	6,8	63,7	..
103	Guyane	144,6	192,7	42,6	18,4	2,0	3,8	-4,1	-0,1	74,5	6,2	..	5,9 [g, h]
104	Jamaïque	75,4	28,6	5,9	0,9	3,0	6,8	-1,0	7,9	14,4	9,4	27,0	19,0
105	Turkménistan	37,2	7,8	..	0,6	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	139,8	282,4	31,8	14,7	0,1	2,2	(.)	-0,5	1,7	2,7	8,9	6,7 [e]
107	Syrienne, République arabe	110,2	5,9	5,6	0,5	0,6	1,1	-0,1	(.)	9,7	1,4	20,3	2,5
108	Indonésie	84,1	0,4	1,5	(.)	1,0	0,4	1,6	0,5	8,7	7,9	25,6	12,7
109	Viet Nam	1 830,3	22,0	2,9	4,0	2,8	3,6	0,0	(.)	2,7	1,7	..	5,9 [f]
110	Kirghizistan	258,2	49,6	..	11,7	..	3,5	..	-2,4	..	7,3	..	6,2
111	Égypte	1 457,7	20,1	12,6	1,8	1,7	1,6	-0,2	-0,3	7,1	2,9	23,7	6,8
112	Nicaragua	1 232,4	229,2	32,9	27,1	0,1	5,5	2,0	0,6	1,6	2,8	2,3	4,6 [g, h]
113	Ouzbékistan	245,5	9,4	..	2,1	..	1,2	..	-1,3	..	7,1	..	..
114	Moldova, République de	117,9	28,0	..	4,5	..	3,1	..	-1,2	..	9,6	..	7,4
115	Bolivie	766,6	85,1	11,2	8,7	0,6	1,3	-0,5	(.)	7,9	5,9	33,5	12,6 [g, h]
116	Mongolie	261,9	100,2	..	16,2	..	5,8	..	(.)	..	2,5	0,3	2,8
117	Honduras	641,7	91,0	14,7	8,7	1,4	4,0	1,0	2,2	12,8	4,5	33,0	6,5 [g, h]
118	Guatemala	218,4	17,8	2,6	0,8	0,6	0,6	-0,1	1,3	3,0	2,0	12,6	10,2
119	Vanuatu	37,8	182,2	33,0	11,9	8,6	6,9	-0,1	0,0	1,6	1,1	1,6	1,2 [e]
120	Guinée équatoriale	29,7	60,3	46,0	0,9	8,3	51,4	0,0	0,0	3,9	0,2	11,5	..
121	Afrique du Sud	617,3	13,1	..	0,3	-0,1	0,3	..	3,4	..	1,8	0,0	2,4
122	Tadjikistan	240,9	37,5	..	11,6	..	13,1	..	-1,2	..	4,9	..	5,9
123	Maroc	705,9	22,8	4,1	1,4	0,6	1,5	1,2	(.)	7,0	6,0	27,9	15,2
124	Gabon	37,8	27,7	2,2	0,5	1,2	4,5	0,5	-0,3	3,0	3,1	4,8	10,8 [e]
125	Namibie	179,1	89,1	5,2	3,1	..	..	..	..	..	..	..	..
126	Inde	691,2	0,6	0,4	0,1	0,1	0,8	0,5	1,8	2,6	2,8	29,3	19,5 [e]
127	São Tomé-et-Principe	33,4	218,5	95,0	53,7	0,0	86,7	-0,2	0,0	4,9	15,4	28,7	11,6 [f, g, i]
128	Salomon, Îles	122,2	262,3	21,7	47,3	4,7	-1,9	-1,5	-3,0	5,5	6,4	11,3	..
129	Cambodge	478,3	34,7	3,7	9,8	..	2,7	0,0	0,0	2,7	0,6	..	0,8

TABLEAU 18

Flux d'aide, de capitaux privés et de dette

Classement selon l'IDH	Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets) Total (en millions d'USD) 2004	Par habitant (en USD) 2004	En % du PIB 1990	En % du PIB 2004	Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b] (en % du PIB) 1990	Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b] (en % du PIB) 2004	Autres flux privés [b, c] (en % du PIB) 1990	Autres flux privés [b, c] (en % du PIB) 2004	OMD Service total de la dette En % du PIB 1990	OMD Service total de la dette En % du PIB 2004	OMD Service total de la dette En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger 1990	OMD Service total de la dette En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger 2004
130 Myanmar	121,1	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	18,2	3,3 [g, j]
131 Botswana	39,0	22,1	3,9	0,4	2,5	0,5	-0,5	0,1	2,8	0,5	4,3	1,2 [e]
132 Comores	24,5	31,5	17,3	6,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,4	0,9	2,5	.. [g, j]
133 Lao, Rép. dém. pop.	269,6	46,5	17,4	11,0	0,7	0,7	0,0	0,0	1,1	2,2	8,5	.. [g, j]
134 Pakistan	1 421,0	9,2	2,8	1,5	0,6	1,2	-0,2	0,2	4,8	4,5	22,9	22,8
135 Bhoutan	78,0	36,9	16,5	11,6	0,6	0,1	-0,9	0,0	1,8	1,8	..	..
136 Ghana	1 357,6	62,7	9,6	15,3	0,3	1,6	-0,4	0,3	6,2	2,7	36,0	5,6 [g, h]
137 Bangladesh	1 404,1	10,1	7,0	2,5	(.)	0,8	0,2	(.)	2,5	1,2	34,8	6,9
138 Népal	427,3	16,1	11,7	6,4	0,2	0,0	-0,4	(.)	1,9	1,7	15,2	8,9
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	266,3	46,1	12,8	6,8	4,8	0,7	1,5	-5,5	17,2	12,1	18,4	..
140 Congo	116,0	29,9	7,8	2,7	0,8	0,0	-3,6	0,0	19,0	8,1	32,2	14,7 [e, g, i]
141 Soudan	882,3	24,8	6,2	4,2	-0,2	7,2	0,0	0,3	0,4	1,5	4,8	8,1 [g, j]
142 Timor oriental	152,8	172,2	..	45,1	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	1 235,8	68,2	12,9	28,3	0,7	1,0	-0,5	(.)	7,2	1,8	44,4	4,4 [e, g, h]
144 Cameroun	761,5	47,5	4,0	5,3	-1,0	(.)	-0,1	0,2	4,6	4,5	13,1	7,1 [g, i]
145 Ouganda	1 159,0	41,7	15,5	17,0	-0,1	3,3	0,4	0,1	3,4	1,5	78,6	10,0 [g, h]
146 Swaziland	116,5	112,7	6,1	4,9	3,4	2,9	-0,5	0,7	5,3	1,8	5,6	1,7
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN												
147 Togo	61,4	10,3	16,0	3,0	1,1	2,9	0,3	0,1	5,3	1,0	11,5	2,1 [e, g, j]
148 Djibouti	64,1	82,3	46,4	9,7	(.)	5,0	-0,1	0,0	3,6	2,7	..	..
149 Lesotho	102,1	56,8	23,0	7,8	2,8	9,4	(.)	-0,7	3,8	4,0	4,2	4,6
150 Yémen	251,9	12,4	8,4	2,0	-2,7	1,1	3,3	0,0	3,5	1,7	7,1	4,3
151 Zimbabwe	186,5	14,4	3,9	4,0	-0,1	1,3	1,1	0,2	5,4	2,0	19,4	..
152 Kenya	635,1	19,0	13,8	3,9	0,7	0,3	0,8	-0,7	9,2	2,3	28,6	7,7
153 Mauritanie	179,8	60,3	23,3	11,7	0,7	19,6	-0,1	(.)	14,3	3,7	28,8	9,6 [g, h]
154 Haïti	242,7	28,9	5,9	6,9	0,3	0,2	0,0	0,0	1,2	3,8	9,0	10,7 [e]
155 Gambie	62,8	42,5	31,3	15,1	4,5	14,5	-2,4	0,0	11,9	8,1	21,8	23,2 [g, i]
156 Sénégal	1 051,5	92,4	14,4	13,5	1,0	0,9	-0,2	1,2	5,7	4,3	18,3	7,6 [e, g, h]
157 Érythrée	259,5	61,3	..	28,1	..	3,2	..	0,0	..	2,1	..	..
158 Rwanda	467,5	52,6	11,3	25,3	0,3	0,4	-0,1	0,0	0,8	1,3	10,7	9,8 [g, h]
159 Nigeria	573,4	4,5	0,9	0,8	2,1	2,6	-0,4	-0,2	11,7	3,3	22,3	8,8
160 Guinée	279,3	30,3	10,4	7,2	0,6	2,6	-0,7	0,0	6,0	4,4	19,6	7,5 [g, i]
161 Angola	1 144,1	73,9	2,6	5,9	-3,3	7,4	5,6	6,6	3,2	10,5	7,1	14,8
162 Tanzanie, Rép. unie de	1 746,0	46,4	27,5	16,1	(.)	2,3	0,1	(.)	4,2	1,1	31,3	6,4 [g, h]
163 Bénin	378,0	46,2	14,5	9,3	3,4	1,5	(.)	(.)	2,1	1,6	9,2	7,6 [e, g, h]
164 Côte d'Ivoire	153,6	8,6	6,4	1,0	0,4	1,1	0,1	-0,9	11,7	3,5	19,1	4,8 [g, k]
165 Zambie	1 081,0	94,2	14,6	20,0	6,2	6,2	-0,3	-0,4	6,1	7,9	14,5	18,2 [g, h]
166 Malawi	476,1	37,8	26,8	25,3	1,2	0,9	0,1	-0,1	7,1	3,2	28,0	13,5 [f, g, i]
167 Congo, Rép. dém. du	1 815,0	32,5	9,6	27,4	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	3,7	1,8	..	4,8 [g, i]
168 Mozambique	1 228,4	63,2	40,7	20,2	0,4	4,0	1,0	-0,4	3,2	1,4	17,3	3,2 [g, h]
169 Burundi	350,7	48,2	23,3	53,4	0,1	0,5	-0,5	-0,7	3,7	13,4	41,7	119,4 [e, g, i]
170 Éthiopie	1 823,1	24,1	11,8	22,8	0,1	6,8	-0,7	0,9	2,7	1,2	37,6	6,3 [g, h]
171 Tchad	318,9	33,8	18,0	7,6	0,5	11,3	(.)	0,0	0,7	1,1	3,8	1,8 [g, i]
172 Centrafricaine, République	104,5	26,2	16,8	8,0	0,1	-1,0	(.)	-0,3	2,0	1,4	12,5	.. [g, j]
173 Guinée-Bissau	76,2	49,5	52,7	27,2	0,8	1,8	(.)	0,0	3,4	16,0	22,1	5,5 [e, g, i]
174 Burkina Faso	610,0	47,6	10,6	12,6	(.)	0,7	(.)	0,0	1,1	1,2	7,8	9,1 [g, h]
175 Mali	567,4	43,2	19,9	11,7	0,2	3,7	(.)	(.)	2,8	2,1	14,7	6,4 [e, g, h]
176 Sierra Leone	359,7	67,4	9,4	33,4	4,9	2,4	0,6	0,0	3,3	2,5	10,1	10,2 [g, i]
177 Niger	536,1	39,7	16,0	17,4	1,7	0,0	0,4	-0,2	4,0	1,6	6,6	4,6 [e, g, h]

	Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
	Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
Classement selon l'IDH	2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Pays en développement	53 287,0 T	10,5	1,4	0,5	0,9	2,7	0,5	0,7	4,4	4,9	15,6	7,0
Pays les moins avancés	24 755,6 T	33,4	12,0	9,6	0,3	3,8	0,5	0,6	3,1	2,6	16,8	8,7
États arabes	11 163,2 T	35,9	2,7	0,6	0,5	1,5	..	..	..	..	21,3	8,5
Asie de l'Est et Pacifique	6 490,1 T	3,3	0,7	0,2	1,7	3,4	..	..	..	..	9,9	2,6
Amérique latine et Caraïbes	5 635,4 T	10,3	0,4	0,3	0,8	3,0	0,5	-0,2	4,0	7,8	20,6	14,6
Asie du Sud	6 947,8 T	4,5	1,1	0,5	(.)	0,7	0,3	1,3	2,3	2,6	22,8	14,7
Afrique subsaharienne	22 733,6 T	33,0	..	..	0,4	2,0	..	..	..	..	10,5	5,8
Europe centrale et orientale et CEI	10 697,9 T	26,4	..	..	..	4,0	..	..	..	..	..	..
OCDE	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,5	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	31 704,9 T	7,2	1,1	0,4	0,6	2,1	0,5	0,9	4,1	4,4	..	..
Faible développement humain	17 186,5 T	30,1	9,8	7,5	0,6	2,9	0,5	0,4	6,6	3,5	19,4	8,8
Revenu élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,4	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	29 785,7 T	9,8	0,8	0,3	0,8	2,8	0,5	1,0	4,6	6,0	..	..
Faible revenu	33 954,4 T	14,4	4,0	2,5	0,4	1,4	0,3	1,0	3,8	2,8	22,2	9,7
Monde	64 470,0 T	11,7	..	..	1,0	1,6	..	..	..	..	..	..

NOTES

Ce tableau présente des données concernant les pays figurant dans les parties I et II de la liste des pays destinataires de l'aide établie par le Comité d'aide au développement ou CAD (OCDE/CAD 2006b). Les comparaisons entre l'aide publique au développement publique et le service total de la dette, d'une part, et la taille de l'économie, d'autre part sont par convention effectués sur la base du RNB, et non pas du PIB (voir la partie *Définitions des termes statistiques*). Toutefois, le PIB est utilisé ici pour permettre des comparaisons entre les données du tableau. À quelques exceptions près, les résultats sont similaires, que l'on se base sur le RNB ou le PIB.

a L'APD reçue représente l'ensemble des flux nets d'APD provenant des pays membres du CDA, ainsi que d'Arabie Saoudite, des Émirats arabes unis, de Hongrie, d'Islande, d'Israël, du Koweït, de Pologne, de la République de Corée, de la République tchèque, de la République slovaque, de Turquie et d'autres petits donateurs tels que l'Estonie, la Lettonie et la Lituanie, ainsi que des prêts concessionnels octroyés par des organisations multilatérales. Les valeurs négatives indiquent que le remboursement des prêts d'APD est supérieur au montant d'APD reçu.

b Les valeurs négatives indiquent que le montant versé par le pays est supérieur au montant reçu par celui-ci.

c Les autres flux privés englobent les flux d'investissements de portefeuille non créateurs de dette (fonds de capital-risque), les flux d'investissements de portefeuille sous forme de titres de dette et les prêts bancaires ou commerciaux.

d Données correspondant à l'aide publique.

e Données concernant l'année 2003

f Données concernant l'année 2002

g Pays bénéficiant de l'Initiative en faveur des pays pauvres très endettés (PPTE).

h Point d'achèvement de l'Initiative PPTE étendue.

i Point de décision de l'Initiative PPTE étendue.

j Pays à intégrer dans l'Initiative PPTE étendue.

k Point de décision pour l'Initiative PPTE initiale mais pas pour l'Initiative PPTE étendue.

SOURCES

Colonnes 1-4 : OCDE/CAD 2006c.

Colonnes 5 et 6 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonnes 7 et 8 : calculs effectués sur la base des données relatives aux investissements de portefeuille, aux prêts bancaires ou commerciaux et au PIB fournies par la Banque mondiale 2006

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives au service total de la dette et au PIB fournies par la Banque mondiale 2006

Colonnes 11 et 12 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds monétaire international et de la Banque mondiale.

TABLEAU 19

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Priorités dans les dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	8,6	7,1	7,7	2,9	2,0	..	..
2 Islande	8,8	..	8,0	0,0	0,0	..	..
3 Australie	6,4	4,9	4,8	2,1	1,9	..	..
4 Irlande	5,8	5,0	4,3	1,2	0,7	..	..
5 Suède	8,0	7,1	7,0	2,6	1,6	..	..
6 Canada	6,9	6,5	5,2	2,0	1,1	..	..
7 Japon	6,4	..	3,7	0,9	1,0	..	..
8 États-Unis	6,8	5,1	5,9	5,3	4,0	..	..
9 Suisse	6,7	5,3	5,4	1,8	1,0	..	..
10 Pays-Bas	6,1	5,6	5,3	2,5	1,7	..	..
11 Finlande	5,7	6,5	6,5	1,6	1,2	..	..
12 Luxembourg	6,2	3,0	..	0,9	0,9	..	..
13 Belgique	6,3	5,0	6,2	2,4	1,3	..	..
14 Autriche	5,1	5,5	5,5	1,0	0,8	..	..
15 Danemark	7,5	6,9	8,4	2,0	1,5	..	..
16 France	7,7	5,6	6,0	3,4	2,6	..	..
17 Italie	6,3	3,0	4,9	2,1	2,0	..	..
18 Royaume-Uni	6,9	4,8	5,5	3,9	2,8	..	..
19 Espagne	5,5	4,3	4,5	1,8	1,1	..	..
20 Nouvelle-Zélande	6,3	6,1	6,9	1,8	1,0	..	..
21 Allemagne	8,7	..	4,8	2,8 [e]	1,4	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	2,8	4,7	..	..	..	..
23 Israël	6,1	6,5	7,3	12,4	8,7	..	..
24 Grèce	5,1	2,3	4,3	4,5	4,2	..	..
25 Singapour	1,6	3,1	..	4,9	4,7	..	..
26 Corée, République de	2,8	3,8	4,6	3,7	2,4	..	..
27 Slovénie	6,7	4,8	6,0	..	1,6	..	..
28 Portugal	6,7	4,6	5,9	2,7	2,3	..	..
29 Chypre	3,1	3,7	7,4	5,0	1,5	..	..
30 Tchèque, République	6,8	..	4,6	..	1,8	..	7,8
31 Barbade	4,8	7,8	7,3	0,8	..	8,2	3,1
32 Malte	7,4	4,4	4,6	0,9	0,8	..	..
33 Koweït	2,7	4,8	8,2	48,5	7,9	..	..
34 Brunéi Darussalam	2,8	3,5	..	..	..	..	..
35 Hongrie	6,1	6,1	6,0	2,8	1,5	12,8	17,0
36 Argentine	4,3	3,3	3,5	1,2	1,1	4,4	8,1
37 Pologne	4,5	5,2	5,8	2,8	2,0	1,6	14,3
38 Chili	3,0	2,5	3,7	4,3	3,9	9,1	10,2
39 Bahreïn	2,8	3,9	..	5,1	4,4	..	..
40 Estonie	4,1	..	5,7	0,0	1,8	..	12,9
41 Lituanie	5,0	5,5	5,2	..	1,7	..	7,9
42 Slovaquie	5,2	5,6	4,4	..	1,7	..	12,3
43 Uruguay	2,7	2,5	2,2	3,1	1,2	10,6	11,7
44 Croatie	6,5	5,5	4,5	..	1,7	..	15,4
45 Lettonie	3,3	4,1	5,4	..	1,7	..	10,1
46 Qatar	2,0	3,5	..	..	..	..	..
47 Seychelles	4,3	6,5	5,4 [f]	4,0	2,3	5,9	7,4
48 Costa Rica	5,8	3,4	4,9	0,0	0,0	8,8	3,7
49 Émirats arabes unis	2,5	1,9	1,6 [f]	6,2	2,4	..	..
50 Cuba	6,3	9,7	..	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	3,4	2,7	4,4 [f]	..	..	1,9	11,8
52 Bahamas	3,0	3,7	..	0,6	0,7	..	..
53 Mexique	2,9	3,8	5,8	0,4	0,4	4,3	7,6

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
54 Bulgarie	4,1	5,4	4,2	3,5	2,4	..	10,2
55 Tonga	5,5	..	4,8	..	..	1,7	1,4
56 Oman	2,7	3,4	4,6 [f]	16,5	12,0	6,3	4,1
57 Trinité-et-Tobago	1,5	4,1	4,3 [f]	..	..	8,9	3,2
58 Panama	5,0	4,6	3,9 [f]	1,3	0,0	6,5	10,2
59 Antigua-et-Barbuda	3,2	..	3,8	..	..	..	..
60 Roumanie	3,8	3,5	3,6	4,6	2,1	(.)	6,5
61 Malaisie	2,2	5,1	8,0	2,6	2,3	9,8	7,8
62 Bosnie-Herzégovine	4,8	..	..	..	2,5	..	2,1
63 Maurice	2,2	3,8	4,7	0,3	0,2	6,5	4,3
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,6	..	..	..	2,0	..	..
65 Russie, Fédération de	3,3	3,6	3,7	12,3	3,9	..	3,6
66 Macédoine, ERYM	6,0	..	3,4	..	2,6	..	4,6
67 Bélarus	3,9	5,7	5,8	..	1,4	..	1,4
68 Dominique	4,5	..	..	..	..	3,5	6,8
69 Brésil	3,4	..	4,1	2,5	1,5	1,8	8,9
70 Colombie	6,4	2,4	4,9	2,2	3,8	9,7	7,9
71 Sainte-Lucie	3,4	..	5,0	..	..	1,6	3,5
72 Venezuela, RB	2,0	4,5	..	..	1,2	10,6	6,0
73 Albanie	2,7	..	2,8 [f]	5,9	1,2	..	1,0
74 Thaïlande	2,0	3,1	4,2	2,6	1,2	6,2	7,7
75 Samoa occidentales	4,3	..	4,3 [f]	..	..	4,9	5,6
76 Arabie Saoudite	3,0	5,8	..	15,6	8,3	..	..
77 Ukraine	3,8	6,2	4,6	..	2,6	..	6,6
78 Liban	3,0	..	2,6	7,6	3,8	3,5	20,0
79 Kazakhstan	2,0	3,9	2,4	..	1,0	..	21,5
80 Arménie	1,2	..	3,2 [f]	..	2,6	..	3,5
81 Chine	2,0	2,2	..	2,7	2,4	2,0	1,2
82 Pérou	2,1	2,8	3,0	0,1	1,2	1,8	4,0
83 Équateur	2,0	3,4	..	1,9	2,4	10,5	12,3
84 Philippines	1,4	3,0	3,2	1,4	0,9	8,1	13,7
85 Grenade	4,9	4,9	5,2	..	..	1,5	6,7
86 Jordanie	4,2	8,0	..	9,9	8,2	15,6	6,1
87 Tunisie	2,5	6,0	8,1	2,0	1,5	11,6	7,2
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	4,1	5,9	11,1	..	..	2,2	5,2
89 Suriname	3,6	..	..	..	..	..	..
90 Fidji	2,3	5,1	6,4	2,3	1,2	7,9	0,6
91 Paraguay	2,3	1,9	4,3	1,0	0,7	6,2	6,8
92 Turquie	5,4	2,4	3,7	3,5	3,1	4,9	11,2
93 Sri Lanka	1,6	3,2	..	2,1	2,8	4,8	3,8
94 Dominicaine, République	2,3	..	1,1	0,6	0,5	3,3	4,0
95 Belize	2,2	4,6	5,1	1,2	..	4,4	30,4
96 Iran, République islamique d'	3,1	4,1	4,8	2,9	4,5	0,5	1,2
97 Géorgie	1,0	..	2,9	..	1,4	..	4,2
98 Maldives	5,5	7,0	8,1 [f]	..	..	4,1	4,3
99 Azerbaïdjan	0,9	7,7	3,3 [f]	..	1,8	..	2,8
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	3,7	1,8	2,8 [f]	2,0	0,7	4,3	3,9
102 Algérie	3,3	5,1	..	1,5	3,4	14,2	6,8
103 Guyane	4,0	2,2	5,5	0,9	..	74,5	6,2
104 Jamaïque	2,7	4,5	4,9	0,6	0,7	14,4	9,4
105 Turkménistan	2,6	3,9	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	3,4	3,6	7,3	0,0	0,7	1,7	2,7

TABLEAU 19

Priorités dans les dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
107 Syrienne, République arabe	2,5	3,9	..	6,9	6,6	9,7	1,4
108 Indonésie	1,1	1,0	0,9	1,8	1,1	8,7	7,9
109 Viet Nam	1,5	1,8	..	7,9	..	2,7	1,7
110 Kirghizistan	2,2	6,0	4,4 [f]	..	2,9	..	7,3
111 Égypte	2,5	3,9	..	4,5	2,8	7,1	2,9
112 Nicaragua	3,7	3,4	3,1 [f]	10,6	0,7	1,6	2,8
113 Ouzbékistan	2,4	9,4	..	..	..	..	7,1
114 Moldova, République de	3,9	5,3	4,9 [f]	..	0,4	..	9,6
115 Bolivie	4,3	2,4	6,4 [f]	2,4	2,0	7,9	5,9
116 Mongolie	4,3	11,5	5,6	5,7	2,0	..	2,5
117 Honduras	4,0	3,8	..	..	0,7	12,8	4,5
118 Guatemala	2,1	1,3	..	1,5	0,4	3,0	2,0
119 Vanuatu	2,9	4,6	9,6	..	..	1,6	1,1
120 Guinée équatoriale	1,0	..	0,6 [f]	..	..	3,9	0,2
121 Afrique du Sud	3,2	5,9	5,4	3,8	1,4	..	1,8
122 Tadjikistan	0,9	..	2,8	..	2,2	..	4,9
123 Maroc	1,7	5,0	6,3	4,1	4,5	7,0	6,0
124 Gabon	2,9	..	..	..	1,7	3,0	3,1
125 Namibie	4,5	7,9	7,2	..	3,1	..	..
126 Inde	1,2	3,7	3,3	3,2	3,0	2,6	2,8
127 São Tomé-et-Principe	7,2	..	..	..	..	4,9	15,4
128 Salomon, Îles	4,5	3,8	..	..	..	5,5	6,4
129 Cambodge	2,1	..	2,0	3,1	2,2	2,7	0,6
130 Myanmar	0,5	..	..	3,4	..	..	..
131 Botswana	3,3	6,2	..	4,1	3,8	2,8	0,5
132 Comores	1,5	..	3,9	..	..	0,4	0,9
133 Lao, Rép. dém. pop.	1,2	..	2,3	..	..	1,1	2,2
134 Pakistan	0,7	2,6	2,0	5,8	3,4	4,8	4,5
135 Bhoutan	2,6	..	..	..	..	1,8	1,8
136 Ghana	1,4	..	..	0,4	0,8	6,2	2,7
137 Bangladesh	1,1	1,5	2,2	1,0	1,2	2,5	1,2
138 Népal	1,5	2,0	3,4	0,9	1,7	1,9	1,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,0	..	..	2,1	0,6	17,2	12,1
140 Congo	1,3	7,4	3,2 [f]	..	..	19,0	8,1
141 Soudan	1,9	6,0	..	3,5	0,0	0,4	1,5
142 Timor oriental	7,3	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	1,7	2,5	3,3	1,2	..	7,2	1,8
144 Cameroun	1,2	3,2	3,8	1,5	1,4	4,6	4,5
145 Ouganda	2,2	1,5	5,2 [f]	3,1	2,3	3,4	1,5
146 Swaziland	3,3	5,8	6,2	1,9	..	5,3	1,8
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	1,4	..	2,6	3,1	1,6	5,3	1,0
148 Djibouti	3,8	3,5	6,1	5,9	..	3,6	2,7
149 Lesotho	4,1	6,2	9,0 [f]	4,5	2,3	3,8	4,0
150 Yémen	2,2	..	..	7,9	6,3	3,5	1,7
151 Zimbabwe	2,8	7,7	..	4,4	..	5,4	2,0
152 Kenya	1,7	6,7	7,0	2,9	1,6	9,2	2,3
153 Mauritanie	3,2	4,6	3,4 [f]	3,8	1,4	14,3	3,7
154 Haïti	2,9	1,4	..	0,1	..	1,2	3,8
155 Gambie	3,2	3,8	1,9 [f]	1,2	0,4	11,9	8,1
156 Sénégal	2,1	3,9	4,0	2,0	1,4	5,7	4,3
157 Érythrée	2,0	..	3,8	..	..	..	2,1
158 Rwanda	1,6	..	..	3,7	2,2	0,8	1,3
159 Nigeria	1,3	0,9	..	0,9	1,0	11,7	3,3

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
160 Guinée	0,9	2,0	..	..	..	6,0	4,4
161 Angola	2,4	..	..	2,7	4,2	3,2	10,5
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,4	2,8	..	..	1,1	4,2	1,1
163 Bénin	1,9	..	3,3 [f]	1,8	..	2,1	1,6
164 Côte d'Ivoire	1,0	..	..	1,3	..	11,7	3,5
165 Zambie	2,8	2,8	2,8	3,7	..	6,1	7,9
166 Malawi	3,3	3,2	6,0	1,3	..	7,1	3,2
167 Congo, Rép. dém. du	0,7	..	..	..	3,0	3,7	1,8
168 Mozambique	2,9	..	..	5,9	1,3	3,2	1,4
169 Burundi	0,7	3,5	5,2	3,4	6,3	3,7	13,4
170 Éthiopie	3,4	3,4	4,6 [f]	8,5	..	2,7	1,2
171 Tchad	2,6	1,6	..	..	1,0	0,7	1,1
172 Centrafricaine, République	1,5	2,2	..	..	1,2	2,0	1,4
173 Guinée-Bissau	2,6	..	..	..	..	3,4	16,0
174 Burkina Faso	2,6	2,6	..	3,0	1,3	1,1	1,2
175 Mali	2,8	..	..	2,1	1,9	2,8	2,1
176 Sierra Leone	2,0	..	..	1,4	1,2	3,3	2,5
177 Niger	2,5	3,3	2,3	..	1,1	4,0	1,6

NOTES

a En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations sur les données, consulter SIPRI 2006a.

b Pour les agrégats, consulter le tableau 18

c Les données concernent la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d Les données ne sont pas strictement comparables d'un pays à l'autre en raison de différences dans les méthodes utilisées pour leur collecte.

e Les données concernent la République fédérale d'Allemagne avant la réunification.

f En l'absence d'estimations nationales, les données correspondent à des estimations de l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture.

SOURCES

Colonne 1 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses de santé fournies par l'OMS 2006b.

Colonnes 2 et 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

Colonnes 4 et 5 : SIPRI 2006c.

Colonnes 6 et 7 : calculs effectués sur la base des données relatives au PIB et au service total de la dette fournies par la Banque mondiale 2006

TABLEAU 20

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Le chômage dans les pays de l'OCDE

Classement selon l'IDH	Nombre de chômeurs (en milliers) 2005	Taux de chômage: Total (en % de la population active) 2005	Taux de chômage: Moyen annuel (en % de la population active) 1995-2005	Taux de chômage: Femmes (rapport en % femmes/hommes) 2005	OMD Chômage des jeunes: Total (en % de la population active des 15-24 ans) [a] 2005	OMD Chômage des jeunes: Femmes (rapport en % femmes/hommes) 2005	Chômage de longue durée (en % du chômage total): Femmes 2005	Chômage de longue durée (en % du chômage total): Hommes 2005
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	111,2	4,6	4,1	91	12,0	92	8,5	10,4
2 Islande	4,2	2,5	3,1	99	7,2	70	14,0 [b]	8,8 [b]
3 Australie	535,0	5,1	6,9	106	10,8	95	14,9	20,2
4 Irlande	86,4	4,3	6,8	82	8,3	80	21,1	42,4
5 Suède	252,4	5,6	5,9	100	26,2	104	16,4 [b]	20,9 [b]
6 Canada	1 175,8	6,8	8,0	91	12,4	75	9,1	10,1
7 Japon	2 902,0	4,4	4,4	94	8,7	74	22,6	40,3
8 États-Unis	7 598,8	5,1	5,1	100	11,3	82	10,8	12,6
9 Suisse	179,2	4,1	3,4	131	8,8	108	40,4	37,1
10 Pays-Bas	539,5	6,2	4,5	99	9,7	91	35,0	44,7
11 Finlande	225,0	8,6	10,8	105	19,9	93	21,9	27,9
12 Luxembourg	9,8	4,6	3,3	167	13,7	138	20,3	33,6
13 Belgique	387,4	8,4	8,3	122	19,9	93	52,7	50,4
14 Autriche	252,7	5,8	5,4	118	7,8	83	26,5 [b]	28,6 [b]
15 Danemark	142,3	4,9	5,1	133	7,9	159	22,7	29,7
16 France	2 742,2	10,0	10,4	121	22,8	115	43,2	41,8
17 Italie	1 858,0	7,7	10,2	162	24,0	128	53,8	50,5
18 Royaume-Uni	1 438,7	4,8	6,0	82	11,8	75	16,9	26,2
19 Espagne	1 895,0	9,1	12,9	172	19,7	140	36,0	28,2
20 Nouvelle-Zélande	77,3	3,6	5,6	117	9,4	108	6,2	12,6
21 Allemagne	3 987,2	9,3	8,0	96	14,2	88	54,4	53,8
24 Grèce	492,0	10,6	10,7	259	25,3	199	59,6	43,1
26 Corée, République de	891,3	3,8	3,9	86	10,2	73	0,4	1,0
28 Portugal	412,0	7,5	5,8	129	16,1	140	49,9	47,1
30 Tchèque, République	412,7	8,0	7,0	151	19,3	99	54,2	52,9
35 Hongrie	296,1	7,1	7,4	107	19,4	97	44,2	47,9
37 Pologne	3 020,2	17,8	15,6	115	37,8	107	53,1	51,3
42 Slovaquie	432,6	16,4	15,8	112	29,9	93	67,4	68,7
53 Mexique	1 575,2	3,6	3,1	105	6,6	121	2,6	2,3
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
92 Turquie	2 526,4	10,0	8,2	101	19,3	100	47,4	36,9
OCDE	36 458,5 T	6,5	6,6	108	13,3	94	33,0	32,9

NOTES

a La classe d'âge est de 16 à 24 ans pour certains pays.

b Données concernant l'année 2004

SOURCES

Colonnes 1-3 et 5 : OCDE 2006a.

Colonnes 4 et 6 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux de chômage chez les hommes et les femmes fournies par l'OCDE 2006c.

Colonnes 7 et 8 : OCDE 2006b.

TABLEAU 21

. . . Tout en les préservant pour les générations future . . .

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ													
1	Norvège	6,1[c, d]	22 400[c]	25 295[c]	4,5	6,8	8,2[e]	9,9[e]	0,2[e]	●	●	●	●
2	Islande	0,0	13 838	29 412	3,1	2,5	8,2	7,6	(.)	❍	●	●	●
3	Australie	7,1	6 599	11 446	3,6	4,8	13,9	18,0	1,4		●	❍	●
4	Irlande	1,0	3 106	6 660	4,2	9,3	7,7	10,3	0,2	●	●	●	●
5	Suède	20,4	11 700	16 603	3,7	4,6	8,6	5,9	0,2	●	●	●	●
6	Canada	4,3	14 243	18 329	2,5	3,4	17,2	17,9	2,3	❍	●	●	●
7	Japon	1,2	4 944	8 212	5,7	6,5	7,9	9,7	4,9	●	●	●	●
8	États-Unis	3,1	10 336	14 057	2,8	4,5	20,1[f]	19,8[f]	23,0[f]		●	❍	❍
9	Suisse	5,8[g]	5 878[g]	8 701[g]	7,8	8,1	6,5	5,6	0,2	●	●	●	●
10	Pays-Bas	1,4	4 560	7 026	4,2	5,8	10,9	8,7	0,6	●	●	●	●
11	Finlande	22,0	8 372	17 111	3,2	3,7	11,9	13,0	0,3	●	●	●	●
12	Luxembourg	1,2	10 879	16 348	2,4	6,5	29,1	22,0	(.)	●	●	●	●
13	Belgique	1,5	5 177	8 791	4,0	4,9	13,3	8,3	0,3	●	●	●	●
14	Autriche	13,2	4 988	8 527	6,1	7,2	6,9	8,6	0,3	●	●	●	●
15	Danemark	11,8	5 059	7 138	5,2	7,5	12,3	10,1	0,2	●	●	●	●
16	France	4,6[h]	4 633[h]	8 319[h]	4,9	5,9	9,0[h]	6,2[h]	1,5[h]	●	●	●	●
17	Italie	1,8[i]	3 364[i]	5 943[i]	7,4	8,2	6,6[i]	7,7[i]	1,8[i]	●	●	●	●
18	Royaume-Uni	0,6	5 022	6 755	4,8	7,1	10,5	9,4	2,2	●	●	●	●
19	Espagne	3,7	2 906	6 325	7,4	7,0	5,3	7,3	1,2	●	●	●	●
20	Nouvelle-Zélande	4,5	7 270	10 453	5,0	4,8	5,6	8,8	0,1	●	●	●	●
21	Allemagne	2,7	..	7 258	3,7	6,1	..	9,8	3,2	●	●	●	●
22	Hong Kong, Chine (RAS)	0,4[d]	2 449	6 103	11,1	10,9	3,3	5,5	0,2				
23	Israël	0,0	3 187	6 843	7,0	7,1	5,6	10,6	0,3		●	●	●
24	Grèce	3,9	2 413	5 497	8,7	7,3	5,4	8,7	0,4	●	●	●	●
25	Singapour	0,2	2 836	8 087	3,9	4,5	12,5	11,3	0,2		●	●	●
26	Corée, République de	1,8[d]	1 051	7 338	4,5	4,2	3,3	9,6	1,8	❍	●	●	●
27	Slovénie	7,5	..	7 109	..	5,2	..	7,8	0,1	●	●	●	●
28	Portugal	12,8	1 750	4 770	10,1	7,2	2,8	5,6	0,2	●	●	●	●
29	Chypre	1,1	1 692	5 656	5,7	6,3	5,2	8,9	(.)	●	●	●	●
30	Tchèque, République	3,0	..	6 567	..	3,9	..	11,4	0,5	●	●	●	●
31	Barbade	6,3	1 333	3 226	..	..	2,7	4,4	(.)	●	●	●	●
32	Malte	0,0	1 627	5 632	6,7	7,7	3,1	6,2	(.)		●	●	●
33	Koweït	0,0[j]	6 849	16 379	1,8	1,8	19,7[j]	31,1[j]	0,3[j]		●	●	●
34	Brunéi Darussalam	1,1	2 430	9 133	..	..	35,6	12,7	(.)				
35	Hongrie	5,0	2 920	4 051	3,7	5,6	7,7	5,7	0,2	●	●	●	●
36	Argentine	4,1	1 413	2 543	7,9	7,2	3,8	3,4	0,5	❍	●	●	●
37	Pologne	5,7	3 419	3 702	..	4,6	12,8	7,9	1,2	●	●	●	●
38	Chili	11,5	1 054	3 092	5,4	5,9	2,5	3,7	0,2	❍	●	●	●
39	Bahreïn	..	4 784	11 274	1,6	1,8	22,6	31,0	0,1		●	●	●
40	Estonie	17,1	..	6 094	..	3,4	..	13,6	0,1	●	●	●	●
41	Lituanie	13,0	..	3 453	..	4,3	..	3,7	0,1	●	●	●	●
42	Slovaquie	2,2	..	5 377	..	3,7	..	7,0	0,1	●	●	●	●
43	Uruguay	23,1	1 163	2 310	8,5	10,5	2,0	1,3	(.)	❍	●	●	●
44	Croatie	6,2	..	3 733	..	5,6	..	5,3	0,1	●	●	❍	●
45	Lettonie	46,5	..	2 835	..	5,3	..	2,9	(.)	●	●	●	●
46	Qatar	0,0	10 616	19 374	..	..	57,2	63,1	0,2		●	●	●
47	Seychelles	..	794	2 716[d]	..	..	1,5	6,9	(.)	●	●	●	●
48	Costa Rica	29,6	964	1 764	10,2	9,9	1,1	1,5	(.)	❍	●	●	●
49	Émirats arabes unis	0,0	6 204	15 878	6,5	2,2	36,4	33,6	0,5		●	●	●
50	Cuba	17,7	1 029	1 407	..	..	3,2	2,3	0,1	●	●	●	●
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	3 256	..	..	..	3,0	(.)	●	●		●
52	Bahamas	..	4 062	6 700	..	..	38,1	6,0	(.)	●	●	●	●
53	Mexique	13,0	999	2 108	5,5	5,6	4,2	4,0	1,7	●	●	●	●

TABLEAU 21

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques)	Consommation d'électricité per habitant (en kWh)		OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole)		OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques)		Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %)	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
		2003	1980	2003	1980	2003	1980	2003	2003				
54	Bulgarie	6,5	4 371	4 735	1,6	2,8	8,5	5,6	0,2	●	●	●	●
55	Tonga	0,0 [d]	109	356 [d]	..	..	0,4	1,1	(.)	●	●		●
56	Oman	0,0	847	3 817	8,5	2,8	5,0	12,9	0,1	●	●	●	●
57	Trinité-et-Tobago	0,6	1 900	4 925	2,7	1,2	15,4	22,1	0,1	●	●	●	●
58	Panama	28,5	930	1 733	7,3	7,6	1,8	1,9	(.)	●	●	●	●
59	Antigua-et-Barbuda	..	984	1 603 [d]	..	..	2,2	5,0	(.)	●	●	●	●
60	Roumanie	12,4	3 061	2 441	..	4,0	8,7	4,2	0,4	●	●	●	●
61	Malaisie	6,5 [d]	740	3 196	4,5	3,9	2,0	6,4	0,6	●	●	●	●
62	Bosnie-Herzégovine	7,9	..	2 636	..	5,3	..	4,9	0,1		●		●
63	Maurice	25,5	482	1 683	..	..	0,6	2,6	(.)	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN													
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	1,7	1 588	3 347	..	..	8,9	8,9	0,2	●	●		●
65	Russie, Fédération de	2,7	..	6 303	..	1,9	..	10,3	5,9		●	●	●
66	Macédoine, ERYM	9,7	..	3 794	..	..	..	5,2	(.)	●	●	●	●
67	Bélarus	5,5	..	3 388	..	2,2	..	6,4	0,2	●	●	●	●
68	Dominique	..	149	1 243 [d]	..	..	0,5	1,8	(.)	●	●	●	●
69	Brésil	29,1	1 145	2 246	7,5	6,9	1,5	1,6	1,2	●	●	●	●
70	Colombie	15,8	726	1 045	7,4	10,1	1,4	1,3	0,2	●	●	●	●
71	Sainte-Lucie	..	504	1 851 [d]	..	..	0,9	2,1	(.)	●	●	●	●
72	Venezuela, RB	2,5	2 379	3 510	2,9	2,3	5,8	5,6	0,6	●	●	●	●
73	Albanie	6,3	1 204	1 743	..	6,4	1,8	1,0	(.)	●	●	●	●
74	Thaïlande	17,7	340	1 896 [d]	5,1	5,0	0,9	3,9	1,0	●	●	●	●
75	Samoa occidentales	..	252	613 [d]	..	..	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
76	Arabie Saoudite	(.) [j]	1 969	6 749	6,6	2,2	17,3 [j]	13,0 [j]	1,2 [j]		●	●	●
77	Ukraine	1,6	..	3 683	..	1,9	..	6,6	1,3	●	●	●	●
78	Liban	0,4	1 056	2 829	..	3,0	2,3	5,4	0,1		●		●
79	Kazakhstan	0,2	..	4 114	..	1,9	..	10,7	0,6		●	❍	●
80	Arménie	1,1	..	1 375	..	5,2	..	1,1	(.)	●	●	●	●
81	Chine	4,6	307	1 440	1,3	4,5	1,5	3,2	16,5	●	●	●	●
82	Pérou	24,7	579	868	7,9	11,3	1,4	1,0	0,1	●	●	●	●
83	Équateur	18,7	423	950	5,2	4,9	1,7	1,8	0,1	●	●	●	●
84	Philippines	33,2	373	655	9,8	7,8	0,8	1,0	0,3	❍	●	●	●
85	Grenade	0,0	281	1 628	..	..	0,5	2,2	(.)	●	●	●	●
86	Jordanie	1,3	366	1 524	5,5	4,0	2,1	3,2	0,1	●	●	●	●
87	Tunisie	8,6	434	1 200	6,9	8,1	1,5	2,1	0,1	●	●	●	●
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	276	940 [d]	..	..	0,4	1,6	(.)	●	●	●	●
89	Suriname	3,3	4 442	3 537	..	..	6,7	5,1	(.)		●		●
90	Fidji	36,0 [d]	489	627 [d]	..	..	1,2	1,3	(.)	●	●	●	●
91	Paraguay	55,0	233	1 113	7,3	6,4	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
92	Turquie	9,1	554	1 979	5,9	6,0	1,7	3,1	0,9	●	●		●
93	Sri Lanka	60,4	113	407	5,8	8,8	0,2	0,5	(.)	●	●	●	●
94	Dominicaine, République	26,9	582	1 532	6,5	7,4	1,1	2,5	0,1	●	●	●	●
95	Belize	25,0 [d]	370	708 [d]	..	..	1,3	3,0	(.)	●	●	●	●
96	Iran, République islamique d'	0,7	570	2 304	4,9	3,2	3,0	5,6	1,5	●	●	●	●
97	Géorgie	23,9	..	1 566	..	4,1	..	0,8	(.)		●	●	●
98	Maldives	0,0	25	490	..	..	0,3	1,4	(.)	●	●	●	●
99	Azerbaïdjan	0,0	..	2 815	..	2,3	..	3,5	0,1	●	●	●	●
100	Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..				
101	El Salvador	46,3	336	663	7,6	6,9	0,5	1,0	(.)	●	●	●	●
102	Algérie	6,4	381	929	8,5	5,6	3,5	5,1	0,7	●	●	●	●
103	Guyane	43,6	545	1 172 [d]	..	..	2,3	2,2	(.)		●	●	●
104	Jamaïque	17,0	834	2 696	2,9	2,5	4,0	4,1	(.)	❍	●	●	●
105	Turkménistan	0,0	..	1 999	..	..	..	9,2	0,2		●	●	●
106	Cap Vert	0,0 [d]	55	100 [d]	..	..	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
107	Syrienne, République arabe	0,0	433	1 683	4,7	3,4	2,2	2,7	0,2	●	●	●	●
108	Indonésie	15,9	94	498	3,9	4,3	0,6	1,4	1,2	●	●	●	●
109	Viet Nam	23,3	78	503[d]	..	4,4	0,3	0,9	0,3	●	●	●	●
110	Kirghizistan	0,0	..	2 417	..	3,2	..	1,0	(.)	●	●	●	●
111	Égypte	9,4[d]	433	1 340[d]	6,4	5,1	1,0	2,0	0,6	●	●	●	●
112	Nicaragua	69,3	363	492	8,7	5,5	0,7	0,7	(.)	●	●	●	●
113	Ouzbékistan	0,0	..	1 890	..	0,8	..	4,8	0,5		●	●	●
114	Moldova, République de	2,1	..	1 900	..	1,9	..	1,7	(.)	●	●	●	●
115	Bolivie	18,8	292	481	5,4	4,9	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
116	Mongolie	2,2	1 119	1 273	..	..	4,1	3,1	(.)	●	●	●	●
117	Honduras	63,6	259	694	5,0	4,9	0,6	0,9	(.)	❍	●	●	●
118	Guatemala	72,1	245	501	7,0	6,5	0,6	0,9	(.)	●	●	●	●
119	Vanuatu	50,0[d]	171	208[d]	..	..	0,5	0,4	(.)		●	●	●
120	Guinée équatoriale	57,1	83	51[d]	..	..	0,3	0,3	(.)		●	●	●
121	Afrique du Sud	11,6[k]	3 181[k]	4 595[k]	4,5	3,9	7,2	7,8	1,4	●	●	●	●
122	Tadjikistan	..	..	2 645	..	2,1	..	0,7	(.)	●	●		●
123	Maroc	6,1	254	649	11,3	10,2	0,8	1,2	0,2	❍	●	●	●
124	Gabon	65,8	766	1 229	3,5	4,9	8,9	0,9	(.)		●		●
125	Namibie	..[l]	..[l]	..[l]	..	9,9	..	1,2	(.)	●	●	●	●
126	Inde	19,8	173	594	3,3	5,3	0,5	1,2	5,1	●	●	●	●
127	São Tomé-et-Principe	..	96	102[d]	..	..	0,4	0,6	(.)		●		●
128	Salomon, Îles	50,0[d]	93	69[d]	..	..	0,4	0,4	(.)	●	●	●	●
129	Cambodge	92,2	15	9[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	●	●	●	●
130	Myanmar	83,9	44	126	..	..	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
131	Botswana	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,9	2,3	(.)	●	●	●	●
132	Comores	..	26	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)		●		●
133	Lao, Rép. dém. pop.	78,4	68	135[d]	..	..	0,1	0,2	(.)	●	●	●	●
134	Pakistan	23,5	176	493	3,5	4,2	0,4	0,8	0,5	❍	●	●	●
135	Bhoutan	87,8	17	218[d]	..	..	(.)	0,2	(.)	●	●	●	●
136	Ghana	84,7	450	285	4,8	5,0	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
137	Bangladesh	51,5	30	145	10,8	10,4	0,1	0,3	0,1	●	●	●	●
138	Népal	93,2	17	91	2,7	4,0	(.)	0,1	(.)	❍	●	●	●
139	Papouasie-Nouvelle-Guinée	62,2	406	251[d]	..	..	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
140	Congo	69,0	98	206	1,6	3,3	0,2	0,4	(.)	●	●		●
141	Soudan	86,5	47	101	2,5	3,7	0,2	0,3	(.)	●	●	●	●
142	Timor oriental	..	..	301[d]	..	..	..	0,2	(.)				
143	Madagascar	81,9	49	50[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	●	●	●	●
144	Cameroun	86,3	168	226	5,3	4,6	0,4	0,2	(.)	●	●	●	●
145	Ouganda	93,5	28	59[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
146	Swaziland	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN													
147	Togo	84,4	74	91	6,4	3,2	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
148	Djibouti	..	416	455[d]	..	..	0,9	0,5	(.)	●	●	●	●
149	Lesotho	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	..	..	..	●	●	●	●
150	Yémen	4,0	..	212	..	2,8	..	0,9	0,1	●	●	●	●
151	Zimbabwe	67,2	1 020	998	2,8	2,6	1,3	0,9	(.)	●	●		●
152	Kenya	83,1	109	154	1,8	2,1	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●
153	Mauritanie	35,8[d]	60	60[d]	..	..	0,4	0,9	(.)	●	●	●	●
154	Haïti	79,5	58	61	8,2	6,4	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
155	Gambie	66,7	70	101[d]	..	..	0,2	0,2	(.)	●	●	●	●
156	Sénégal	70,9	115	192[d]	4,3	5,2	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
157	Érythrée	85,2	..	62	..	..	..	0,2	(.)	●	●	●	●
158	Rwanda	84,7	32	39[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
159	Nigeria	82,9	108	162	1,3	1,3	1,0	0,4	0,2	●	●	●	●

TABLEAU 21

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH	Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
160 Guinée	87,1	85	89[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	❍	●	●	●
161 Angola	74,4	214	178	..	3,1	0,7	0,6	(.)		●		●
162 Tanzanie, Rép. unie de	94,4	41	78	..	1,3	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
163 Bénin	81,3	37	82	2,4	3,5	0,1	0,3	(.)	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	75,5	220	209	5,2	3,8	0,7	0,3	(.)		●		●
165 Zambie	87,2	1 125	631	1,5	1,4	0,6	0,2	(.)	●	●	●	●
166 Malawi	82,9	66	77[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	❍	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	97,2	161	86	6,0	2,1	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
168 Mozambique	90,9	364	399	1,0	2,5	0,3	0,1	(.)	●	●	●	●
169 Burundi	95,7	12	23[d]	..	..	(.)	(.)	(.)		●	●	●
170 Éthiopie	96,5	..	33	..	2,1	(.)	0,1	(.)	●	●	●	●
171 Tchad	98,6	10	11[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	❍	●		●
172 Centrafricaine, République	83,3	29	35[d]	..	..	(.)	0,1	(.)	❍	●		●
173 Guinée-Bissau	50,0	18	45[d]	..	..	0,2	0,2	(.)		●	●	●
174 Burkina Faso	83,3	16	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
175 Mali	86,7	15	38[d]	..	..	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
176 Sierra Leone	91,2	62	49[d]	..	..	0,2	0,1	(.)		●		●
177 Niger	85,6	..	40[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
Pays en développement	26,3	388	1 157	3,7	4,7	1,3	2,2	42,7	..	..	..	..
Pays les moins avancés	78,3	83	114	..	3,8	0,1	0,2	0,5	..	..	..	..
États arabes	16,9	626	1 977	5,8	3,5	3,2	4,4	4,8	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	11,4	329	1 418	2,1	4,6	1,4	2,9	22,5	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	23,3	1 019	1 932	6,4	6,2	2,4	2,4	5,2	..	..	..	..
Asie du Sud	24,8	171	598	3,8	5,0	0,5	1,2	7,2	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	81,2	434	522	3,2	2,7	1,0	0,8	2,1	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	4,1	3 284	3 432	..	2,5	10,1	6,2	12,2	..	..	..	..
OCDE	4,6	5 761	8 777	3,9	5,3	10,9	11,2	51,1	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	3,2	6 698	10 483	3,8	5,3	12,1	13,1	46,5	..	..	..	..
Développement humain élevé	4,9	5 532	8 502	3,9	5,2	10,7	11,1	54,7	..	..	..	..
Développement humain moyen	18,4	341	1 100	3,5	4,2	1,2	2,1	43,7	..	..	..	..
Faible développement humain	83,7	162	165	2,2	1,9	0,4	0,2	0,6	..	..	..	..
Revenu élevé	3,1	6 559	10 331	3,9	5,2	12,2	13,1	49,7	..	..	..	..
Revenu moyen	10,5	615	1 593	3,7	4,2	2,1	3,1	42,7	..	..	..	..
Faible revenu	44,0	174	414	3,2	4,2	0,5	0,8	7,6	..	..	..	..
Monde	21,7[m]	1 573	2 490	3,8	4,7	3,4	3,7	100,0	..	..	..	..

● Ratification, acceptation, adoption, adhésion ou succession.
❍ Signature

NOTES

a Situation au 28 août 2006 Le Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques a été signé à Carthagène en 2000, la Convention-cadre sur les changements climatiques des Nations Unies à New York en 1992, le Protocole de Kyoto pour la Convention-cadre sur les changements climatiques des Nations Unies à Kyoto en 1997 et la Convention sur la diversité biologique à Rio de Janeiro en 1992

b Le total des émissions mondiales inclut les émissions de dioxide de carbone n'apparaissant pas dans les totaux nationaux telles que les rejets de fuels lourds et l'oxydation des hydrocarbures non combustibles, ainsi que les émissions des pays ne figurant pas dans les principaux tableaux.

c Y compris Svalbard et Île Jan Mayen.

d Les données correspondent à des estimations produites par les Nations Unies, division des affaires économiques et sociales, service des statistiques.

e Données préliminaires.

f Données basées sur des chiffres relatifs au gaz naturel.

g Y compris le Liechtenstein.

h Y compris Monaco.

i Y compris Saint-Marin.

j Y compris une partie de la zone neutre.

k Les données concernent l'union douanière d'Afrique du Sud qui comprend le Botswana, le Lesotho, la Namibie et le Swaziland.

l Compris dans les données concernant l'Afrique du Sud.

m Les données correspondent à l'agrégat de l'ONU 2006a.

SOURCES

Colonne 1: calculs effectués sur la base des données relatives à la consommation de combustibles traditionnels et au total des besoins énergétiques fournies par l'ONU 2006a.

Colonnes 2 et 3 : ONU 2006f.

Colonnes 4 et 5 : Banque mondiale 2006, sur la base de données fournies par l'Agence internationale de l'énergie.

Colonnes 6-8 : ONU 2006, sur la base de données fournies par le Centre d'analyse de l'information relative au gaz carbonique.

Colonnes 9-12 : ONU 2006d.

TABLEAU 22

... vivre à l'abri de l'insécurité ...

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH		Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1	Norvège	..	43	0	83	9	13	(.)	26	70
2	Islande	..	0	0	..	..	0	0	0	..
3	Australie	..	65	0	147	396	50	(.)	53	75
4	Irlande	..	7	0	0	4	..	..	10	73
5	Suède	..	75	0	95	104	592	2	28	43
6	Canada	..	147	0	339	112	365	2	62	75
7	Japon	..	2	0	877	250	0	0	260	107
8	États-Unis	..	379	1	415	387	7 101	30	1 546	72
9	Suisse	..	48	0	93	144	74	(.)	4	20
10	Pays-Bas	..	118	0	46	129	840	2	53	50
11	Finlande	..	12	0	159	77	22	(.)	28	77
12	Luxembourg	..	2	0	0	0	..	..	1	129
13	Belgique	..	15	0	16	0	173	(.)	37	40
14	Autriche	..	21	0	23	21	3	(.)	40	73
15	Danemark	..	44	0	127	78	2	(.)	21	71
16	France	..	137	0	43	3	2 399	9	255	55
17	Italie	..	21	0	315	224	827	2	191	50
18	Royaume-Uni	..	293	0	633	94	791	4	217	65
19	Espagne	..	5	0	363	281	113	1	147	46
20	Nouvelle-Zélande	..	5	0	7	8	0	(.)	9	73
21	Allemagne	..	700	0	252	216	1 855	6	285	60
22	Hong Kong, Chine (RAS)	..	2	0	..	..	..	..	..	..
23	Israël	150-300 [f]	1	1	265	1 422	160	2	168	118
24	Grèce	..	2	0	870	1 114	0	(.)	164	81
25	Singapour	..	0	0	237	423	3	(.)	73	133
26	Corée, République de	..	0	0	1 674	544	38	(.)	688	115
27	Slovénie	..	0	0	19	2	..	..	7	..
28	Portugal	..	0	0	18	406	0	0	45	62
29	Chypre	210	1	0	33	0	0	0	10	100
30	Tchèque, République	..	2	4	0	630	10	(.)	22	11
31	Barbade	..	..	0	..	..	..	..	1	61
32	Malte	..	2	0	0	18	0	(.)	2	250
33	Koweït	..	2	0	631	55	0	0	16	133
34	Brunéi Darussalam	..	..	0	0	0	..	..	7	171
35	Hongrie	..	8	4	24	12	70	(.)	32	30
36	Argentine	..	3	1	70	67	0	(.)	71	66
37	Pologne	..	5	20	125	96	124	(.)	142	45
38	Chili	..	1	1	468	456	0	(.)	78	77
39	Bahreïn	..	0	0	49	0	0	(.)	11	393
40	Estonie	..	0	1	18	10	0	0	5	..
41	Lituanie	..	1	1	4	9	0	(.)	14	..
42	Slovaquie	..	0	1	220	0	0	(.)	20	..
43	Uruguay	..	0	0	8	18	0	0	24	75
44	Croatie	5	3	119	22	0	0	0	21	..
45	Lettonie	..	0	2	16	7	0	0	5	..
46	Qatar	..	0	0	11	0	0	0	12	200
47	Seychelles	..	..	0	0	0	..	..	(.)	17
48	Costa Rica	..	11	0	0	0	..	..	0	..
49	Émirats arabes unis	..	0	0	426	2 381	10	(.)	51	119
50	Cuba	..	1	19	0	0	..	..	49	30
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	0	..	..	..	..	..	..
52	Bahamas	..	..	0	0	0	..	..	1	172
53	Mexique	10-12	3	2	45	35	..	..	193	149

TABLEAU 22

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH		Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
54	Bulgarie	..	4	4	0	158	0	(.)	51	34
55	Tonga	..	..	0	0	0	..	..	..	..
56	Oman	..	0	0	157	98	0	0	42	144
57	Trinité-et-Tobago	..	..	0	0	0	..	..	3	143
58	Panama	..	2	0	0	0	..	..	0	0
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	0	..	..	..	..	(.)	170
60	Roumanie	..	2	11	0	579	17	(.)	97	51
61	Malaisie	..	34	0	898	467	0	0	110	100
62	Bosnie-Herzégovine	183	11	110	0	0	0	(.)	12	..
63	Maurice	..	0	0	0	0	..	..	0	0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	..	12	2	0	0	0	(.)	76	104
65	Russie, Fédération de	265	2	103	40	0	5 771	31	1 027	19
66	Macédoine, ERYM	1	1	9	0	0	..	..	11	..
67	Bélarus	..	1	9	0	0	0	1	73	..
68	Dominique	..	..	0	..	..	..	..	..	..
69	Brésil	..	3	0	237	142	62	(.)	287	104
70	Colombie	1 706-3 663 [g]	0	60	37	11	..	..	207	313
71	Sainte-Lucie	..	..	0	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, RB	..	0	3	0	7	0	(.)	82	167
73	Albanie	..	0	13	24	31	..	..	22	54
74	Thaïlande	..	117	0	558	98	0	(.)	307	130
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	..	241	0	975	470	36	(.)	200	320
77	Ukraine	..	2	84	..	..	188	2	188	..
78	Liban	68-600	1	18	34	1	0	(.)	72	414
79	Kazakhstan	..	7	4	99	68	0	(.)	66	..
80	Arménie	8	220	14	49	0	..	..	48	..
81	Chine	..	299	124	523	2 697	129	2	2 255	58
82	Pérou	60	1	5	32	368	0	(.)	80	63
83	Équateur	..	10	1	10	33	..	..	47	111
84	Philippines	60	0	0	36	38	..	..	106	92
85	Grenade	..	..	0	..	..	..	..	..	..
86	Jordanie	..	1	2	19	23	15	(.)	101	144
87	Tunisie	..	0	3	42	156	..	..	35	100
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	0	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	0	0	0	0	..	..	2	100
90	Fidji	..	..	1	12	0	..	..	4	148
91	Paraguay	..	0	0	0	1	..	..	10	69
92	Turquie	356-1 000+	2	170	1 562	746	28	(.)	515	82
93	Sri Lanka	325	0	108	49	8	..	..	111	514
94	Dominicaine, République	..	..	0	0	0	..	..	25	113
95	Belize	..	1	0	0	0	..	..	1	167
96	Iran, République islamique d'	..	716	99	373	403	0	(.)	545	89
97	Géorgie	240	2	7	0	0	0	(.)	11	..
98	Maldives	..	..	0	0	0	..	..	..	..
99	Azerbaïdjan	558	3	234	0	0	..	..	67	..
100	Territoires palestiniens occupés	21-50 [h]	0	350	1	0	..	..	0	..
101	El Salvador	..	0	4	3	0	..	..	16	38
102	Algérie	1 000 [i]	94	12	346	149	..	..	138	81
103	Guyane	..	..	0	0	0	..	..	1	15
104	Jamaïque	..	..	0	0	0	..	..	3	143
105	Turkménistan	..	12	1	0	0	..	..	26	..
106	Cap Vert	..	..	0	0	0	..	..	1	13

TABLEAU 22

Classement selon l'IDH	Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
107 Syrienne, République arabe	305	26	16	43	0	0	0	308	77
108 Indonésie	342-600	0	34	339	19	8	(.)	302	109
109 Viet Nam	..	2	357	270	291	..	..	455	44
110 Kirghizistan	..	3	3	0	3	0	(.)	13	..
111 Égypte	..	89	6	1 700	596	0	(.)	469	105
112 Nicaragua	..	0	1	0	0	0	0	14	22
113 Ouzbékistan	3	44	8	0	0	0	1	55	..
114 Moldova, République de	..	0	12	6	0	4	(.)	7	..
115 Bolivie	..	1	0	1	9	..	..	33	120
116 Mongolie	..	0	1	..	..	..	..	9	27
117 Honduras	..	0	1	0	0	..	..	12	72
118 Guatemala	242	0	3	3	0	..	..	29	91
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	0	0	0	0	..	..	1	45
121 Afrique du Sud	..	30	0	38	606	39	(.)	56	53
122 Tadjikistan	..	1	55	0	0	..	..	8	..
123 Maroc	..	0	3	30	32	..	..	201	135
124 Gabon	..	9	0	0	0	..	..	5	208
125 Namibie	..	5	1	4	0	..	..	9	..
126 Inde	600	139	16	943	1 471	0	(.)	1 325	105
127 São Tomé-et-Principe	..	0	0	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	0	0	0	..	..	..	..
129 Cambodge	..	0	18	0	0	0	0	124	354
130 Myanmar	540 [f]	0	165	216	20	..	..	376	202
131 Botswana	..	3	0	7	0	..	..	9	225
132 Comores	..	0	0	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	0	24	0	0	..	..	29	54
134 Pakistan	20 [f]	1 085	30	316	161	9	(.)	619	128
135 Bhoutan	..	..	107	0	0	..	..	..	..
136 Ghana	..	54	18	0	0	..	..	7	46
137 Bangladesh	500	21	7	121	27	..	..	126	138
138 Népal	100-200	126	2	1	0	..	..	69	276
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	10	0	0	0	..	..	3	94
140 Congo	100-147	66	24	0	0	..	..	10	115
141 Soudan	5 355	147	693	3	0	..	..	105	186
142 Timor oriental	..	0	0	..	..	..	..	1	..
143 Madagascar	..	0	0	0	0	..	..	14	66
144 Cameroun	..	52	9	0	0	..	..	23	315
145 Ouganda	1 740 [f]	257	34	38	0	..	..	45	225
146 Swaziland	..	1	0	0	0	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	3	9	51	3	0	..	..	9	250
148 Djibouti	..	10	1	3	0	..	..	10	333
149 Lesotho	..	0	0	0	0	..	..	2	100
150 Yémen	..	82	1	124	289	..	..	67	105
151 Zimbabwe	570	14	11	0	0	..	..	29	71
152 Kenya	382	251	5	0	25	..	..	24	175
153 Mauritanie	..	1	32	1	0	..	..	16	188
154 Haïti	..	0	14	..	..	..	..	0	0
155 Gambie	..	7	2	0	0	..	..	1	160
156 Sénégal	64	21	9	2	0	..	..	14	139
157 Érythrée	51	4	144	3	276	0	0	202	..
158 Rwanda	..	45	100	0	0	..	..	51	981
159 Nigeria	..	9	22	2	0	0	0	79	84

TABLEAU 22

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH	Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
160 Guinée	82	64	6	0	0	..	..	10	101
161 Angola	62	14	216	1	22	0	(.)	108	218
162 Tanzanie, Rép. unie de	..	549	2	0	0	..	..	27	67
163 Bénin	..	30	0	0	0	..	..	5	111
164 Côte d'Ivoire	800 [f]	42	18	2	0	..	..	17	129
165 Zambie	..	156	0	0	0	0	0	15	93
166 Malawi	..	4	0	0	0	0	0	5	94
167 Congo, Rép. dém. du	1 664	204	431	0	14	..	..	65	135
168 Mozambique	..	2	0	0	0	..	..	11	70
169 Burundi	117	21	439	0	0	..	..	51	981
170 Éthiopie	150-265	101	65	0	0	..	..	183	84
171 Tchad	55-65	275	48	1	0	..	..	30	246
172 Centrafricaine, République	..	25	43	0	0	..	..	3	130
173 Guinée-Bissau	..	8	1	0	0	..	..	9	105
174 Burkina Faso	..	1	1	0	19	..	..	11	275
175 Mali	..	11	1	0	0	..	..	7	143
176 Sierra Leone	..	60	40	15	0	..	..	13	419
177 Niger	..	0	1	0	0	..	..	5	227
Pays en développement	..	5 761	..	..	..	..	..	13 909 T	89
Pays les moins avancés	..	2 265	..	..	..	..	..	1 862 T	159
États arabes	..	755	..	..	..	..	..	2 141 T	79
Asie de l'Est et Pacifique	..	464	..	..	..	..	..	5 955 T	80
Amérique latine et Caraïbes	..	37	..	..	..	..	..	1 269 T	94
Asie du Sud	..	2 087	..	..	..	..	..	2 822 T	111
Afrique subsaharienne	..	2 415	..	..	..	..	..	1 197 T	142
Europe centrale et orientale et CEI	..	482	..	..	..	..	..	2 115 T	32
OCDE	..	2 161	..	..	..	..	..	5 094 T	70
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	2 141	..	..	..	..	..	4 170 T	71
Développement humain élevé	..	2 240	..	..	..	..	..	5 520 T	71
Développement humain moyen	..	3 919	..	..	..	..	..	11 637 T	69
Faible développement humain	..	2 020	..	..	..	..	..	1 079 T	151
Revenu élevé	..	2 390	..	..	..	..	..	4 728 T	76
Revenu moyen	..	1 984	..	..	..	..	..	9 402 T	58
Faible revenu	..	4 013	..	..	..	..	..	5 546 T	111
Monde	23 700 T	8 387 T	..	21 085 T [j]	21 965 T [j]	21 961 T [j]	..	19 676 T	72

NOTES

a Estimations de l'Observatoire des situations de déplacements internes, sur la base de sources diverses. Ces estimations comportent un haut niveau d'incertitude.

b Données au 10 mai 2006 Ces chiffres ont une valeur d'indicateur de tendance. Ils renseignent uniquement sur le volume des livraisons internationales d'armes, et non sur la valeur financière réelle de ces livraisons. Les rapports publiés sur les livraisons d'armes donnent des informations partielles, toutes les livraisons n'étant pas intégralement rendues publiques. Les estimations présentées sont prudentes et peuvent sous-évaluer les volumes véritables de livraisons d'armes conventionnelles.

c Le pays d'origine de nombreux réfugiés n'est pas connu ou pas déclaré. Ces chiffres peuvent donc être sous-évalués.

d Calculs effectués sur la base du total pour 2001-2005 de l'ensemble des pays et des entités non gouvernementales exportant les principaux types d'armes conventionnelles, selon la définition du SIPRI 2006h.

e Sauf indication contraire, les données concernent la fin de l'année 2005

f Les estimations ne concernent pas certaines parties du pays ou certains groupes de personnes déplacées dans leur propre pays.

g Les estimations basses sont cumulées depuis 1994 Les estimations hausses sont cumulées depuis 1985

h Les estimations basses concernent uniquement les personnes déplacées dans leur propre pays, principalement suite à la démolition de leur domicile depuis 2000 Les estimations hautes sont cumulées depuis 1967

i Les chiffres sont cumulés depuis 1992

j Les données correspondent au volume total des livraisons d'armes et concernent l'ensemble des pays et des entités non gouvernementales exportant les principaux types d'armes conventionnelles, selon la définition du SIPR 2006a.

SOURCES

Colonne 1 : Observatoire des situations de déplacements internes 2006
Colonnes 2 et 3 : UNHCR 2006
Colonnes 4-6 : SIPRI 2006b.
Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux livraisons d'armes fournies par le SIPRI 2006b.
Colonne 8 : IISS 2006
Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données relatives aux forces armées fournies par l'IISS 2006

TABLEAU 23

. . . vivre à l'abri de l'insécurité . . .

Victimes de la criminalité

		Personnes victimes de la criminalité [a] (en % du total)					
	Année [b]	Total criminalité [c]	Infractions contre la propriété [d]	Vols qualifiés	Agressions sexuelles [e]	Agressions	Subornation (corruption) [f]
NATIONAL							
Australie	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Autriche	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Belgique	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canada	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Danemark	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
Angleterre et Pays de Galles	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlande	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
France	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Italie	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	..
Japon	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(.)
Malte	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Pays-Bas	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nouvelle-Zélande	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	..
Irlande du Nord	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Pologne	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Écosse	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	..
Slovénie	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suède	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suisse	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 [g]
États-Unis	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
VILLE PRINCIPALE							
Asunción (Paraguay)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bakou (Azerbaïdjan)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pékin (Chine)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	..
Bichkek (Kirghizistan)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogota (Colombie)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Slovaquie)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucarest (Roumanie)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapest (Hongrie)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentine)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Le Caire (Égypte)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	..
Dar es Salaam (Tanzanie, Rép. unie de)	1991	..	23,1	8,2	6,1	1,7	..
Gaborone (Botswana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Djakarta (Indonésie)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Johannesburg (Afrique du Sud)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Kampala (Ouganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ukraine)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolivie)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manille (Philippines)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Mozambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bélarus)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscou (Russie, Fédération de)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Mumbai (Inde)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
New Delhi (Inde)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Prague (Tchèque, République)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Lettonie)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brésil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
San José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macédoine, ERYM)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sofia (Bulgarie)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Tallinn (Estonie)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbjlisi (Géorgie)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6

TABLEAU 23

Victimes de la criminalité

		Personnes victimes de la criminalité [a] (en % du total)					
	Année [b]	Total criminalité [c]	Infractions contre la propriété [d]	Vols qualifiés	Agressions sexuelles [e]	Agressions	Subornation (corruption) [f]
Tirana (Albanie)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunis (Tunisie)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	..
Oulan-Bator (Mongolie)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituanie)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croatie)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

NOTES

a Les données sont basées sur les résultats de l'Enquête internationale sur les victimes de la criminalité (International Crime Victims Survey).
b Les études ont été réalisées en 1992, 1995, 1996-1997 et 2000-2001 Les données concernent l'année précédant l'année de l'étude.
c Données concernant les personnes victimes d'un ou plusieurs des 11 crimes et délits enregistrés dans l'étude : vol qualifié, vol avec effraction, tentative de vol avec effraction, vol de voiture, vandalisme sur voiture, vol de bicyclette, agression sexuelle, vol effectué à partir d'une voiture, vol de biens personnels, voies de fait et menaces et vol de motocycle ou cyclomoteur.
d Y compris vol de voiture, vol effectué à partir d'une voiture, vol avec effraction et tentative de vol.
e Données concernant uniquement les femmes.
f Données concernant les personnes à qui un agent du gouvernement a demandé des pots-de-vin ou qui étaient susceptibles d'en payer.
g Données concernant l'année 1995

SOURCES

Toutes les colonnes : UNODC 2004

TABLEAU 24

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1 Norvège	1	0,962	82,0	77,1	.. [e]	.. [e]	105	96	33 034	43 950	0
2 Islande	2	0,958	82,7	79,0	.. [e]	.. [e]	102 [f]	91 [f]	27 496	38 603	0
3 Australie	3	0,956	83,0	77,9	.. [e]	.. [e]	114	112	24 966	35 832	0
4 Irlande	4	0,951	80,5	75,4	.. [e]	.. [e]	101	97	26 160	51 633	0
5 Suède	5	0,949	82,5	78,1	.. [e]	.. [e]	102	91	26 408	32 724	0
6 Canada	7	0,947	82,6	77,6	.. [e]	.. [e]	96 [f, g]	90 [f, g]	24 277 [h]	38 374 [h]	-1
7 Japon	13	0,942	85,6	78,6	.. [e]	.. [e]	84	86	18 130	40 885	-5
8 États-Unis	8	0,946	80,2	74,8	.. [e]	.. [e]	97	89	30 581 [h]	49 075 [h]	1
9 Suisse	10	0,944	83,4	77,8	.. [e]	.. [e]	83	88	25 314	41 258	0
10 Pays-Bas	9	0,945	81,2	75,8	.. [e]	.. [e]	98	99	24 652	39 035	2
11 Finlande	11	0,943	81,9	75,3	.. [e]	.. [e]	104	97	24 862	35 263	1
12 Luxembourg	6	0,949	81,6	75,3	.. [e]	.. [e]	89 [i]	88 [i]	45 938 [j]	94 696 [j]	1
13 Belgique	12	0,943	82,1	75,9	.. [e]	.. [e]	96	93	24 123	38 338	1
14 Autriche	17	0,937	82,0	76,2	.. [e]	.. [e]	92	90	20 032	45 095	-3
15 Danemark	15	0,940	79,6	75,0	.. [e]	.. [e]	106	97	27 048	36 882	0
16 France	14	0,940	83,1	76,0	.. [e]	.. [e]	95	91	23 015	35 922	2
17 Italie	18	0,934	83,2	77,1	98,0 [e]	98,8 [e]	92	87	18 070 [h]	38 902 [h]	-1
18 Royaume-Uni	16	0,938	80,8	76,2	.. [e]	.. [e]	96 [f]	90 [f]	24 448	37 506	2
19 Espagne	19	0,933	83,3	76,0	.. [e]	.. [e]	99	93	16 751 [h]	33 648 [h]	0
20 Nouvelle-Zélande	20	0,932	81,5	77,0	.. [e]	.. [e]	105	95	19 264	27 711	0
21 Allemagne	21	0,928	81,7	75,9	.. [e]	.. [e]	88 [f]	89 [f]	20 851	36 114	0
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	84,8	78,9	..	..	74	79	20 637	42 166	..
23 Israël	22	0,925	82,0	77,8	95,9	98,5	92	87	19 165 [h]	29 714 [h]	0
24 Grèce	23	0,917	81,0	75,7	94,2 [e]	97,8 [e]	96	91	15 728	28 837	0
25 Singapour	..	..	80,8	77,0	88,6	96,6	..	..	18 905	37 125	..
26 Corée, République de	25	0,905	80,9	73,7	.. [e]	.. [e]	88	101	12 912	28 036	-1
27 Slovénie	24	0,908	80,2	72,9	.. [e]	.. [e]	100	91	15 992 [h]	26 129 [h]	1
28 Portugal	26	0,902	80,8	74,1	.. [e]	.. [e]	93	86	14 635	24 971	0
29 Chypre	27	0,900	81,2	76,2	95,1	98,6	79	78	17 012	28 891	0
30 Tchèque, République	28	0,881	78,9	72,5	.. [e]	.. [e]	82	81	13 141	26 017	0
31 Barbade	..	..	78,6	71,7	..	..	94 [g]	84 [g]	..	..	..
32 Malte	29	0,869	80,9	76,1	89,2 [k]	86,4 [k]	81	82	12 226	25 644	0
33 Koweït	31	0,864	79,7	75,4	91,0	94,4	79 [f]	69 [f]	9 623 [h]	25 847 [h]	-1
34 Brunéi Darussalam	..	..	79,1	74,5	90,2	95,2	78 [f]	76 [f]	..	..	..
35 Hongrie	30	0,867	77,1	68,9	.. [e]	.. [e]	90	85	13 311	20 666	1
36 Argentine	32	0,859	78,4	70,9	97,2	97,2	94 [g]	85 [g]	9 258 [h]	17 518 [h]	0
37 Pologne	33	0,859	78,6	70,5	.. [e]	.. [e]	90	82	9 746 [h]	16 400 [h]	0
38 Chili	37	0,850	81,1	75,1	95,6	95,8	80	82	6 134 [h]	15 715 [h]	-3
39 Bahreïn	38	0,849	76,0	73,2	83,6	88,6	89 [f]	82 [f]	9 654	29 107	-3
40 Estonie	34	0,856	77,2	65,8	99,8 [e]	99,8 [e]	98	86	11 377 [h]	18 285 [h]	2
41 Lituanie	35	0,856	78,0	66,9	99,6 [e]	99,6 [e]	96	87	10 839	15 699	2
42 Slovaquie	36	0,853	78,1	70,3	.. [e]	.. [e]	78	75	10 856 [h]	18 617 [h]	2
43 Uruguay	39	0,847	79,2	71,9	.. [l]	.. [m]	95 [f, g]	84 [f, g]	6 764 [h]	12 240 [h]	0
44 Croatie	40	0,844	78,6	71,6	97,1	99,3	75 [g]	72 [g]	9 872	14 690	0
45 Lettonie	41	0,843	77,2	66,1	99,7 [e]	99,8 [e]	97	84	9 530	14 171	0
46 Qatar	..	..	76,2	71,4	88,6	89,1	82	71	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	92,3	91,4	82	77	..	..	..
48 Costa Rica	42	0,831	80,8	76,0	95,1	94,7	69 [f, g]	67 [f, g]	5 969	12 878	0
49 Émirats arabes unis	43	0,829	81,1	76,7	.. [l]	.. [m]	68 [f, g]	54 [f, g]	7 630 [h]	31 788 [h]	0
50 Cuba	..	..	79,5	75,8	99,8 [e]	99,8 [e]	81 [g]	79 [g]	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	81	78	..	..	..
52 Bahamas	..	..	73,4	67,1	..	..	66 [f]	65 [f]	14 414 [h]	20 459 [h]	..
53 Mexique	45	0,812	77,8	72,8	89,6	92,4	76	75	5 594	14 202	-1

TABLEAU 24

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
54 Bulgarie	44	0,814	75,8	69,1	97,7	98,7	81	81	6 406	9 855	1
55 Tonga	46	0,809	73,7	71,1	99,0 [k]	98,8 [k]	81 [f]	79 [f]	5 026 [h]	10 606 [h]	0
56 Oman	57	0,785	76,0	73,1	73,5	86,8	68 [f]	69 [f]	4 273 [h]	23 676 [h]	-10
57 Trinité-et-Tobago	48	0,805	72,8	67,0	.. [l]	.. [m]	68	66	7 766 [h]	16 711 [h]	0
58 Panama	47	0,806	77,6	72,5	91,2	92,5	83	76	5 219	9 300	2
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	49	0,804	75,2	68,0	96,3	98,4	77	73	6 723	10 325	1
61 Malaisie	51	0,795	75,8	71,1	85,4	92,0	76 [g]	70 [g]	5 391	15 015	0
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	77,0	71,5	94,4	99,0	..	..	5 568 [h]	8 582 [h]	..
63 Maurice	53	0,792	75,8	69,0	80,5	88,4	74 [f]	75 [f]	6 948 [h]	17 173 [h]	-1
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	76,4	71,8	..	..	98 [f, g]	91 [f, g]	..	..	..
65 Russie, Fédération de	50	0,795	72,0	58,9	99,2 [e]	99,7 [e]	92 [f]	84 [f]	7 735 [h]	12 401 [h]	3
66 Macédoine, ERYM	54	0,791	76,5	71,5	94,1	98,2	71	69	4 286 [h]	8 943 [h]	0
67 Bélarus	52	0,793	74,1	62,5	99,4 [e, k]	99,8 [e, k]	90	86	5 510 [h]	8 632 [h]	3
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	84	81	..	..	..
69 Brésil	55	0,789	74,8	67,0	88,8	88,4	88 [g]	84 [g]	6 004	10 447	1
70 Colombie	56	0,787	75,6	69,6	92,7	92,9	74	71	5 356	9 202	1
71 Sainte-Lucie	..	..	74,1	71,0	..	..	80	72	4 308 [h]	8 399 [h]	..
72 Venezuela, RB	60	0,780	76,1	70,2	92,7	93,3	76 [f, g]	73 [f, g]	4 083 [h]	7 982 [h]	-2
73 Albanie	59	0,780	76,9	71,1	98,3	99,2	67 [g]	69 [g]	3 487 [h]	6 492 [h]	0
74 Thaïlande	58	0,781	74,0	66,7	90,5	94,9	74	73	6 036	10 214	2
75 Samoa occidentales	63	0,770	73,9	67,5	.. [l]	.. [m]	76 [f]	72 [f]	3 046 [h]	7 980 [h]	-2
76 Arabie Saoudite	72	0,744	74,2	70,3	69,3	87,1	58 [f]	59 [f]	3 486 [h]	22 617 [h]	-10
77 Ukraine	62	0,771	72,4	60,1	99,2 [e]	99,7 [e]	87	83	4 535	8 583	1
78 Liban	..	..	74,4	70,1	..	..	85	82	2 786 [h]	9 011 [h]	..
79 Kazakhstan	61	0,772	69,1	58,0	99,3 [e, k]	99,8 [e, k]	93	89	5 799	9 222	3
80 Arménie	65	0,765	74,8	68,1	99,2 [e]	99,7 [e]	77	71	3 222 [h]	5 105 [h]	0
81 Chine	64	0,765	73,7	70,2	86,5	95,1	70 [f]	71 [f]	4 561 [h]	7 159 [h]	2
82 Pérou	67	0,759	72,9	67,8	82,1	93,5	88 [f]	85 [f]	3 294	8 036	0
83 Équateur	..	..	77,5	71,6	89,7	92,3	..	..	2 796 [h]	5 123 [h]	..
84 Philippines	66	0,761	72,8	68,6	92,7	92,5	84	79	3 449	5 763	2
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	75 [f]	71 [f]	..	..	..
86 Jordanie	69	0,747	73,2	70,2	84,7	95,1	80	78	2 143	7 038	0
87 Tunisie	73	0,744	75,6	71,4	65,3	83,4	77 [f]	74 [f]	3 421 [h]	12 046 [h]	-3
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	74,1	68,5	..	..	67	68	4 300 [h]	8 513 [h]	..
89 Suriname	..	..	72,7	66,1	87,2	92,0	77 [f, g]	68 [f, g]	..	..	..
90 Fidji	..	..	70,3	65,9	..	..	76 [f]	74 [f]	3 921 [h]	8 142 [h]	..
91 Paraguay	..	..	73,5	68,9	..	..	70 [f, g]	69 [f, g]	2 789	6 806	..
92 Turquie	71	0,745	71,3	66,6	79,6	95,3	63	75	4 038	11 408	0
93 Sri Lanka	68	0,749	77,0	71,7	89,1	92,3	64 [f, g]	63 [f, g]	2 561	6 158	4
94 Dominicaine, République	70	0,745	71,3	64,1	87,2	86,8	78 [f]	70 [f]	4 376 [h]	10 461 [h]	3
95 Belize	..	..	74,4	69,5	..	..	81	81	3 760 [h]	9 674 [h]	..
96 Iran, République islamique d'	74	0,736	72,3	69,2	70,4	83,5	70 [f]	74 [f]	4 122 [h]	10 830 [h]	0
97 Géorgie	..	..	74,4	66,6	..	..	76	75	1 561	4 273	..
98 Maldives	..	..	66,6	67,4	96,4	96,2	69 [f]	68 [f]	..	..	..
99 Azerbaïdjan	75	0,733	70,6	63,3	98,2 [k]	99,5 [k]	67	69	3 262 [h]	5 096 [h]	0
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	74,2	71,1	88,0	96,7	83 [f]	80 [f]	..	..	..
101 El Salvador	76	0,725	74,1	68,0	.. [l]	.. [m]	69 [f]	70 [f]	3 077	7 074	0
102 Algérie	79	0,713	72,7	70,1	60,1	79,6	73	73	3 259 [h]	9 888 [h]	-2
103 Guyane	..	..	66,7	60,6	..	..	78 [f, g]	78 [f, g]	2 615 [h]	6 375 [h]	..
104 Jamaïque	77	0,721	72,5	69,0	85,9 [k]	74,1 [k]	79 [f]	75 [f]	3 027 [h]	5 327 [h]	1
105 Turkménistan	..	..	66,9	58,4	98,3 [k]	99,3 [k]	..	..	3 425 [h]	5 385 [h]	..
106 Cap Vert	78	0,714	73,5	67,3	.. [l]	.. [m]	67	67	3 045 [h]	8 641 [h]	1

TABLEAU 24

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
107 Syrienne, République arabe	82	0,702	75,4	71,8	73,6	86,0	60 [f]	65 [f]	1 794 [h]	5 402 [h]	-2
108 Indonésie	81	0,704	69,2	65,3	86,8	94,0	67	70	2 257 [h]	4 963 [h]	0
109 Viet Nam	80	0,708	72,9	68,8	86,9 [k]	93,9 [k]	61 [f]	65 [f]	2 271 [h]	3 220 [h]	2
110 Kirghizistan	83	0,701	71,3	62,9	98,1 [k]	99,3 [k]	80	77	1 422 [h]	2 464 [h]	0
111 Égypte	..	..	72,4	68,0	59,4	83,0	..	..	1 588	6 817	..
112 Nicaragua	88	0,684	72,4	67,6	76,6	76,8	71 [f]	69 [f]	1 747 [h]	5 524 [h]	-4
113 Ouzbékistan	84	0,694	69,9	63,4	.. [l]	.. [m]	72 [f]	75 [f]	1 398 [h]	2 346 [h]	1
114 Moldova, République de	85	0,692	71,7	64,4	97,7	99,1	73	68	1 349 [h]	2 143 [h]	1
115 Bolivie	86	0,687	66,5	62,3	80,7	93,1	83 [f]	89 [f]	1 983 [h]	3 462 [h]	1
116 Mongolie	87	0,685	66,5	62,5	97,5	98,0	83	72	1 379 [h]	2 730 [h]	1
117 Honduras	89	0,676	70,2	66,1	80,2	79,8	74 [f]	68 [f]	1 771 [h]	3 964 [h]	0
118 Guatemala	90	0,659	71,3	63,9	63,3	75,4	63 [f]	69 [f]	2 130 [h]	6 604 [h]	0
119 Vanuatu	..	..	70,9	67,2	..	..	61 [f]	66 [f]	2 468 [h]	3 612 [h]	..
120 Guinée équatoriale	93	0,639	43,3	42,3	80,5	93,4	52 [f, g]	64 [f, g]	11 491 [h]	26 967 [h]	-2
121 Afrique du Sud	92	0,646	48,2	45,7	80,9 [k]	84,1 [k]	77 [g]	76 [g]	7 014 [h]	15 521 [h]	0
122 Tadjikistan	91	0,648	66,4	61,2	99,2 [e]	99,7 [e]	65	77	876 [h]	1 530 [h]	2
123 Maroc	95	0,615	72,2	67,8	39,6	65,7	54	62	1 742 [h]	6 907 [h]	-1
124 Gabon	..	..	54,7	53,4	..	..	68 [f, g]	72 [f, g]	4 814 [h]	8 449 [h]	..
125 Namibie	94	0,622	47,5	46,8	83,5	86,8	69 [g]	66 [g]	5 416 [h]	9 455 [h]	1
126 Inde	96	0,591	65,3	62,1	47,8	73,4	58 [f]	66 [f]	1 471 [h]	4 723 [h]	0
127 São Tomé-et-Principe	..	..	64,2	62,1	..	..	63	64	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	63,3	61,9	..	..	45 [f, g]	49 [f, g]	1 202 [h]	2 387 [h]	..
129 Cambodge	97	0,578	60,1	52,7	64,1	84,7	55 [f, g]	65 [f, g]	2 077 [h]	2 793 [h]	0
130 Myanmar	..	..	63,5	57,8	86,4	93,9	50 [f]	48 [f]	..	..	..
131 Botswana	98	0,555	34,8	34,9	81,8	80,4	72 [f]	69 [f]	5 322	14 738	0
132 Comores	99	0,550	65,8	61,5	.. [l]	.. [m]	42 [f]	50 [f]	1 306 [h]	2 576 [h]	0
133 Lao, Rép. dém. pop.	100	0,545	56,3	53,8	60,9	77,0	55	66	1 328 [h]	2 579 [h]	0
134 Pakistan	105	0,513	63,6	63,2	36,0	63,0	32	44	977 [h]	3 403 [h]	-4
135 Bhoutan	..	..	64,6	62,2	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	101	0,528	57,4	56,5	49,8	66,4	44 [f]	50 [f]	1 860 [h]	2 611 [h]	1
137 Bangladesh	102	0,524	64,2	62,5	.. [l]	.. [m]	58 [g]	56 [g]	1 170 [h]	2 540 [h]	1
138 Népal	106	0,513	62,4	61,6	34,9	62,7	52 [g]	62 [g]	995 [h]	1 993 [h]	-2
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	103	0,521	56,3	55,2	50,9	63,4	38 [f, g]	43 [f, g]	2 127 [h]	2 934 [h]	2
140 Congo	104	0,519	53,5	51,0	.. [l]	.. [m]	49 [f]	55 [f]	652 [h]	1 310 [h]	2
141 Soudan	110	0,492	58,0	55,1	51,8 [n]	71,1 [n]	34 [f]	39 [f]	778 [h]	3 105 [h]	-3
142 Timor oriental	..	..	57,1	54,9	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	107	0,507	56,9	54,3	65,3	76,5	55 [f]	58 [f]	704 [h]	1 012 [h]	1
144 Cameroun	109	0,497	46,2	45,1	59,8	77,0	56 [f]	69 [f]	1 435 [h]	2 921 [h]	0
145 Ouganda	108	0,498	48,8	47,9	57,7	76,8	65	67	1 216 [h]	1 741 [h]	2
146 Swaziland	114	0,479	31,3	31,3	78,3	80,9	57 [f, g]	59 [f, g]	2 576	8 936	-3
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	116	0,476	56,4	52,6	38,5	68,7	46 [f]	64 [f]	927 [h]	2 159 [h]	-4
148 Djibouti	..	..	54,1	51,8	..	..	21	27	1 305 [h]	2 681 [h]	..
149 Lesotho	112	0,486	36,2	34,0	90,3	73,7	66 [f]	65 [f]	1 848 [h]	3 506 [h]	1
150 Yémen	117	0,462	62,4	59,7	.. [l]	.. [m]	42 [f]	68 [f]	397 [h]	1 346 [h]	-3
151 Zimbabwe	113	0,483	36,0	37,2	.. [l]	.. [m]	51 [f, g]	54 [f, g]	1 527 [h]	2 613 [h]	2
152 Kenya	111	0,487	46,5	48,5	70,2	77,7	58 [f]	62 [f]	1 037	1 242	5
153 Mauritanie	115	0,478	54,7	51,5	43,4	59,5	44	47	1 295 [h]	2 601 [h]	2
154 Haïti	..	..	52,7	51,3	..	..	..	..	1 283 [h]	2 465 [h]	..
155 Gambie	..	..	57,5	54,7	..	..	50 [f]	51 [f]	1 378 [h]	2 615 [h]	..
156 Sénégal	118	0,451	57,2	54,8	29,2	51,1	36 [f]	41 [f]	1 200 [h]	2 243 [h]	0
157 Érythrée	..	..	56,1	52,3	..	..	29	41	557	1 414	..
158 Rwanda	119	0,449	45,8	42,6	59,8	71,4	52	52	1 083 [h]	1 454 [h]	0
159 Nigeria	120	0,443	43,5	43,2	.. [l]	.. [m]	50 [f]	60 [f]	669 [h]	1 628 [h]	0

TABLEAU 24

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH) Rang	ISDH Valeur	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004 Femmes	Espérance de vie Hommes	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004 Femmes	Alphabétisation Hommes	Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b] Femmes	Scolarisation Hommes	Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004 Femmes	Revenu Hommes	Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
160 Guinée	121	0,434	54,2	53,6	18,1	42,6	35	49	1 764 [h]	2 576 [h]	0
161 Angola	122	0,431	42,5	39,6	54,2	82,9	24 [f, g]	28 [f, g]	1 670 [h]	2 706 [h]	0
162 Tanzanie, Rép. unie de	123	0,426	46,2	45,6	62,2	77,5	47 [f]	49 [f]	569 [h]	781 [h]	0
163 Bénin	124	0,412	55,0	53,5	23,3	47,9	41 [f]	58 [f]	702 [h]	1 475 [h]	0
164 Côte d'Ivoire	125	0,401	46,7	45,2	38,6	60,8	32 [f, g]	47 [f, g]	749 [h]	2 324 [h]	0
165 Zambie	126	0,396	37,1	38,2	59,8 [k]	76,3 [k]	52 [f]	56 [f]	670 [h]	1 216 [h]	0
166 Malawi	127	0,394	39,6	40,0	54,0 [k]	74,9 [k]	64 [f]	65 [f]	547 [h]	747 [h]	0
167 Congo, Rép. dém. du	130	0,378	44,5	42,5	54,1	80,9	24 [f, g]	30 [f, g]	482 [h]	931 [h]	-2
168 Mozambique	128	0,387	42,3	41,0	.. [l]	.. [m]	44	53	1 110 [h]	1 372 [h]	1
169 Burundi	129	0,380	44,9	43,0	52,2	67,3	32	40	594 [h]	765 [h]	1
170 Éthiopie	..	..	48,8	46,8	..	..	30	42	570 [h]	944 [h]	..
171 Tchad	131	0,350	44,7	42,6	12,8	40,8	25 [f]	44 [f]	1 644 [h]	2 545 [h]	0
172 Centrafricaine, République	132	0,336	39,8	38,4	33,5	64,8	23 [f, g]	36 [f, g]	836 [h]	1 367 [h]	0
173 Guinée-Bissau	..	..	46,2	43,4	..	..	29 [f, g]	45 [f, g]	487 [h]	963 [h]	..
174 Burkina Faso	133	0,335	48,6	47,2	15,2	29,4	23 [f]	30 [f]	930 [h]	1 405 [h]	0
175 Mali	134	0,329	48,7	47,4	11,9 [k]	26,7 [k]	30 [f]	40 [f]	800 [h]	1 197 [h]	0
176 Sierra Leone	135	0,317	42,4	39,6	24,4	46,9	55 [f]	75 [f]	353 [h]	775 [h]	0
177 Niger	136	0,292	44,7	44,6	15,1	42,9	18	25	560 [h]	989 [h]	0

NOTES

a Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.,

b En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org. Les données provenant de sources différentes, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection.

c Faute de données différenciées pour le revenu des hommes et des femmes, les salaires de ces deux catégories de population ont été grossièrement estimés à partir de données concernant le rapport salaire des femmes hors secteur agricole / salaire des hommes hors secteur agricole, leur part respective dans la population active, les populations féminine et masculine totales et le PIB par habitant en termes de parité de pouvoir d'achat en dollars US (voir la Note technique 1). Les estimations ont été effectuées à partir des données relatives à la dernière année disponible sur la période 1991-2004, sauf indication contraire.

d Les classements selon l'IDH figurant dans cette colonne ont été recalculés pour les 136 pays en fonction de l'ISDH. Les chiffres positifs indiquent que le classement selon l'ISDH est supérieur à celui selon l'IDH, les chiffres négatifs signifient le contraire.

e Une valeur de 99,0 % a été utilisée pour le calcul de l'ISDH.

f Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

g Données concernant une année autre que celle indiquée pour cette rubrique.

h Aucune donnée relative au salaire n'est disponible. Une valeur de 0,75 a été utilisée dans le calcul du revenu estimatif des femmes et des hommes pour le rapport salaire des femmes hors secteur agricole / salaire des hommes hors secteur agricole.

i Statec 2006

j Une valeur de 40 000 USD (en PPA en USD) a été utilisée pour le calcul de l'ISDH.

k Données concernant la dernière année disponible de la période comprise entre 1995 et 1999

l En l'absence de données récentes, estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2005 Les données sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection. Les estimations suivantes ont été utilisées : Bangladesh 33,1, Cap Vert 70,8, Comores 49,7, Congo 80,8, El Salvador 78,8, Émirats arabes unis 82,7, Mozambique 35,6, Nigeria 64,2, Ouzbékistan 99,1, Samoa occidentales 98,4, Trinité-et-Tobago 98,3, Uruguay 98,4, Yémen 33,4 et Zimbabwe 86,3

m En l'absence de données récentes, estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2005 Les données sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection. Les estimations suivantes ont été utilisées : Bangladesh 51,7, Cap Vert 86,6, Comores 63,9, Congo 91,2, El Salvador 83,6, Émirats arabes unis 76,8, Mozambique 65,7, Nigeria 96,9, Ouzbékistan 99,6, Samoa occidentales 98,9, Trinité-et-Tobago 99,2, Uruguay 97,5, Yémen 72,5 et Zimbabwe 93,8

n Les données concernent une année ou une période autre que celle spécifiée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

Sources

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'ISDH de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-10 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonnes 3 et 4 : ONU 2005a, sauf indication contraire.

Colonnes 5 et 6 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, sauf indication contraire.

Colonnes 7 et 8 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c, sauf indication contraire.

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives au PIB par habitant (en PPA en USD) et à la population fournies par la Banque mondiale 2006, sauf indication contraire ; données relatives aux salaires fournies par l'OIT 2006b ; données relatives à la population active fournies par l'OIT 2005a.

Colonne 11 : données correspondant à la différence entre le classement selon l'IDH et le classement selon l'ISDH de la colonne 1

Classement selon l'ISDH pour 136 pays

1 Norvège
2 Islande
3 Australie
4 Irlande
5 Suède
6 Luxembourg
7 Canada
8 États-Unis
9 Pays-Bas
10 Suisse
11 Finlande
12 Belgique
13 Japon
14 France
15 Danemark
16 Royaume-Uni
17 Autriche
18 Italie
19 Espagne
20 Nouvelle-Zélande
21 Allemagne
22 Israël
23 Grèce
24 Slovénie
25 Corée, Rép. de
26 Portugal
27 Chypre
28 Tchèque, Rép.
29 Malte
30 Hongrie
31 Koweït
32 Argentine
33 Pologne
34 Estonie
35 Lituanie
36 Slovaquie
37 Chili
38 Bahreïn
39 Uruguay
40 Croatie
41 Lettonie
42 Costa Rica
43 Émirats arabes unis
44 Bulgarie
45 Mexique
46 Tonga
47 Panama
48 Trinité-et-Tobago
49 Roumanie
50 Russie, Fédération de
51 Malaisie
52 Bélarus
53 Maurice
54 Macédoine, ERYM
55 Brésil
56 Colombie
57 Oman
58 Thaïlande
59 Albanie
60 Venezuela, RB
61 Kazakhstan
62 Ukraine
63 Samoa occident.
64 Chine
65 Arménie
66 Philippines
67 Pérou
68 Sri Lanka
69 Jordanie
70 Dominicaine, Rép.
71 Turquie
72 Arabie Saoudite
73 Tunisie
74 Iran, République islamique d'
75 Azerbaïdjan
76 El Salvador
77 Jamaïque
78 Cap Vert
79 Algérie
80 Viet Nam
81 Indonésie
82 Syrienne, République arabe
83 Kirghizistan
84 Ouzbékistan
85 Moldova, Rép. de
86 Bolivie
87 Mongolie
88 Nicaragua
89 Honduras
90 Guatemala
91 Tadjikistan
92 Afrique du Sud
93 Guinée équatoriale
94 Namibie
95 Maroc
96 Inde
97 Cambodge
98 Botswana
99 Comores
100 Lao, Rép. dém. pop.
101 Ghana
102 Bangladesh
103 Papouasie-Nouvelle-Guinée
104 Congo
105 Pakistan
106 Népal
107 Madagascar
108 Ouganda
109 Cameroun
110 Soudan
111 Kenya
112 Lesotho
113 Zimbabwe
114 Swaziland
115 Mauritanie
116 Togo
117 Yémen
118 Sénégal
119 Rwanda
120 Nigeria
121 Guinée
122 Angola
123 Tanzanie, Rép. unie de
124 Bénin
125 Côte d'Ivoire
126 Zambie
127 Malawi
128 Mozambique
129 Burundi
130 Congo, Rép. dém. du
131 Tchad
132 Centrafricaine, République
133 Burkina Faso
134 Mali
135 Sierra Leone
136 Niger

TABLEAU 25

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ						
1 Norvège	1	0,932	37,9	29	50	0,75
2 Islande	3	0,866	33,3	29	55	0,71
3 Australie	8	0,833	28,3	37	55	0,70
4 Irlande	17	0,753	14,2	29	51	0,51
5 Suède	2	0,883	45,3	31	51	0,81
6 Canada	11	0,810	24,3	36	56	0,63
7 Japon	42	0,557	10,7	10	46	0,44
8 États-Unis	12	0,808	15,0	42	55	0,62
9 Suisse	14	0,797	24,8	27	46	0,61
10 Pays-Bas	7	0,844	34,2	26	48	0,63
11 Finlande	6	0,853	37,5	28	54	0,71
12 Luxembourg	..	..	23,3	..	..	0,49
13 Belgique	5	0,855	35,7	30	48	0,63
14 Autriche	10	0,815	32,2	28	46	0,44
15 Danemark	4	0,861	36,9	25	52	0,73
16 France	..	..	13,9	..	..	0,64
17 Italie	24	0,653	16,1	21	45	0,46
18 Royaume-Uni	16	0,755	18,5	33	46	0,65
19 Espagne	15	0,776	30,5	32	47	0,50
20 Nouvelle-Zélande	13	0,797	32,2	36	52	0,70
21 Allemagne	9	0,816	30,5	35	50	0,58
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	27	40	0,49
23 Israël	23	0,656	14,2	29	54	0,64
24 Grèce	29	0,614	13,0	27	49	0,55
25 Singapour	18	0,707	18,9	26	45	0,51
26 Corée, République de	53	0,502	13,4	7	38	0,46
27 Slovénie	32	0,603	10,8	34	57	0,61
28 Portugal	20	0,681	21,3	32	52	0,59
29 Chypre	38	0,584	14,3	15	45	0,59
30 Tchèque, République	28	0,615	15,7	28	52	0,51
31 Barbade	..	..	17,6	43	52	..
32 Malte	58	0,493	9,2	16	39	0,48
33 Koweït	..	..	1,5	..	..	0,37
34 Brunéi Darussalam	..	..	.. [d]	..	..	..
35 Hongrie	41	0,560	10,4	34	61	0,64
36 Argentine	19	0,697	36,5	25	55	0,53
37 Pologne	30	0,610	19,1	34	61	0,59
38 Chili	52	0,506	12,7	24	52	0,39
39 Bahreïn	..	..	7,5	..	..	0,33
40 Estonie	31	0,608	18,8	35	67	0,62
41 Lituanie	25	0,635	22,0	42	68	0,69
42 Slovaquie	34	0,599	16,7	32	61	0,58
43 Uruguay	50	0,513	10,8	35	53	0,55
44 Croatie	33	0,602	21,7	23	52	0,67
45 Lettonie	27	0,621	21,0	42	64	0,67
46 Qatar	..	..	0,0	..	..	..
47 Seychelles	..	..	29,4	..	..	..
48 Costa Rica	21	0,675	38,6	26	40	0,46
49 Émirats arabes unis	70	0,353	0,0	8	25	0,24
50 Cuba	..	..	36,0	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	0,0	..	..	..
52 Bahamas	..	..	26,8	40	..	0,70
53 Mexique	35	0,597	25,0	25	42	0,39

TABLEAU 25

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
54 Bulgarie	37	0,595	22,1	33	61	0,65
55 Tonga	..	..	3,3	..	..	0,47
56 Oman	..	..	7,8	..	..	0,18
57 Trinité-et-Tobago	22	0,660	25,4	38	54	0,46
58 Panama	40	0,568	16,7	39	51	0,56
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	13,9	..	..	..
60 Roumanie	59	0,492	10,7	29	57	0,65
61 Malaisie	55	0,500	13,1	23	40	0,36
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	12,3	..	..	0,65
63 Maurice	..	..	17,1	..	..	0,40
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN						
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	4,7	..	..	..
65 Russie, Fédération de	62	0,482	8,0	38	64	0,62
66 Macédoine, ERYM	43	0,554	19,2	28	53	0,48
67 Bélarus	..	..	29,8	..	..	0,64
68 Dominique	..	..	12,9	..	..	..
69 Brésil	61	0,486	9,1	34	53	0,57
70 Colombie	51	0,506	10,8 [e]	38	50	0,58
71 Sainte-Lucie	..	..	17,2	..	..	0,51
72 Venezuela, RB	46	0,532	18,0	27	61	0,51
73 Albanie	..	..	7,1	..	..	0,54
74 Thaïlande	60	0,486	10,7	28	53	0,59
75 Samoa occidentales	..	..	4,1	..	..	0,38
76 Arabie Saoudite	74	0,242	0,0	31	6	0,15
77 Ukraine	63	0,455	7,1	43	60	0,53
78 Liban	..	..	4,7	..	..	0,31
79 Kazakhstan	..	..	8,6	..	..	0,63
80 Arménie	..	..	5,3	..	..	0,63
81 Chine	..	..	20,3	..	..	0,64
82 Pérou	39	0,580	29,0	19	44	0,41
83 Équateur	49	0,524	16,0	34	49	0,55
84 Philippines	45	0,533	15,8	58	61	0,60
85 Grenade	..	..	28,6	..	..	..
86 Jordanie	..	..	7,9	..	..	0,30
87 Tunisie	..	..	19,3	..	..	0,28
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	18,2	..	..	0,51
89 Suriname	..	..	25,5	28	51	..
90 Fidji	..	..	11,7	..	..	0,48
91 Paraguay	..	..	9,6	..	..	0,41
92 Turquie	72	0,289	4,4	7	31	0,35
93 Sri Lanka	69	0,372	4,9	21	46	0,42
94 Dominicaine, République	..	..	15,4 [e]	..	50	0,42
95 Belize	57	0,495	11,9	31	52	0,39
96 Iran, République islamique d'	71	0,326	4,1	13	33	0,38
97 Géorgie	64	0,407	9,4	26	63	0,37
98 Maldives	..	..	12,0	15	40	..
99 Azerbaïdjan	..	..	12,3	..	..	0,64
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	11	35	..
101 El Salvador	48	0,529	16,7	33	45	0,43
102 Algérie	..	..	5,3	..	..	0,33
103 Guyane	..	..	30,8	..	..	0,41
104 Jamaïque	..	..	13,6	..	..	0,57
105 Turkménistan	..	..	16,0	..	..	0,64
106 Cap Vert	..	..	15,3	..	..	0,35

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
107 Syrienne, République arabe	..	..	12,0	..	..	0,33
108 Indonésie	..	..	11,3	..	..	0,45
109 Viet Nam	..	..	27,3	..	..	0,71
110 Kirghizistan	..	..	0,0	..	..	0,58
111 Égypte	73	0,262	3,8	9	30	0,23
112 Nicaragua	..	..	20,7	..	..	0,32
113 Ouzbékistan	..	..	16,4	..	..	0,60
114 Moldova, République de	44	0,544	21,8	39	66	0,63
115 Bolivie	56	0,499	14,6	36	40	0,57
116 Mongolie	65	0,388	6,6	30	66	0,51
117 Honduras	47	0,530	23,4	22	36	0,45
118 Guatemala	..	..	8,2	..	..	0,32
119 Vanuatu	..	..	3,8	..	..	0,68
120 Guinée équatoriale	..	..	18,0	..	..	0,43
121 Afrique du Sud	..	..	32,8 [f]	..	..	0,45
122 Tadjikistan	..	..	19,6	..	..	0,57
123 Maroc	..	..	6,4	..	..	0,25
124 Gabon	..	..	11,9	..	..	0,57
125 Namibie	26	0,623	26,9	30	55	0,57
126 Inde	..	..	9,2	..	..	0,31
127 São Tomé-et-Principe	..	..	7,3	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	0,0	..	..	0,50
129 Cambodge	68	0,373	11,4	14	33	0,74
130 Myanmar	..	..	.. [g]	..	..	..
131 Botswana	54	0,501	11,1	31	53	0,36
132 Comores	..	..	3,0	..	..	0,51
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	..	22,9	..	..	0,52
134 Pakistan	66	0,377	20,4	2	26	0,29
135 Bhoutan	..	..	9,3	..	..	..
136 Ghana	..	..	10,9	..	..	0,71
137 Bangladesh	67	0,374	14,8 [h]	23	12	0,46
138 Népal	..	..	6,7	..	..	0,50
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	..	0,9	..	..	0,73
140 Congo	..	..	10,1	..	..	0,50
141 Soudan	..	..	13,6	..	..	0,25
142 Timor oriental	..	..	25,3 [i]	..	..	..
143 Madagascar	..	..	8,4	..	..	0,70
144 Cameroun	..	..	8,9	..	..	0,49
145 Ouganda	..	..	28,8	..	..	0,70
146 Swaziland	..	..	16,8	..	..	0,29
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN						
147 Togo	..	..	8,6	..	..	0,43
148 Djibouti	..	..	10,8	..	..	0,49
149 Lesotho	..	..	17,0	..	..	0,53
150 Yémen	75	0,128	0,7	4	15	0,30
151 Zimbabwe	..	..	20,8	..	..	0,58
152 Kenya	..	..	7,3	..	..	0,83
153 Mauritanie	..	..	.. [j]	..	..	0,50
154 Haïti	..	..	6,2	..	..	0,52
155 Gambie	..	..	13,2	..	..	0,53
156 Sénégal	..	..	19,2	..	..	0,53
157 Érythrée	..	..	22,0	..	..	0,39
158 Rwanda	..	..	45,3	..	..	0,74
159 Nigeria	..	..	5,8	..	..	0,41

TABLEAU 25

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH		Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
160	Guinée	..	..	19,3	..	..	0,68
161	Angola	..	..	15,0	..	..	0,62
162	Tanzanie, Rép. unie de	36	0,597	30,4	49	32	0,73
163	Bénin	..	..	7,2	..	..	0,48
164	Côte d'Ivoire	..	..	8,5	..	..	0,32
165	Zambie	..	..	12,7	..	..	0,55
166	Malawi	..	..	13,6	..	..	0,73
167	Congo, Rép. dém. du	..	..	10,2	..	..	0,52
168	Mozambique	..	..	34,8	..	..	0,81
169	Burundi	..	..	31,7	..	..	0,78
170	Éthiopie	..	..	21,4	..	..	0,60
171	Tchad	..	..	6,5	..	..	0,65
172	Centrafricaine, République	..	..	10,5	..	..	0,61
173	Guinée-Bissau	..	..	14,0	..	..	0,51
174	Burkina Faso	..	..	11,7	..	..	0,66
175	Mali	..	..	10,2	..	..	0,67
176	Sierra Leone	..	..	14,5	..	..	0,45
177	Niger	..	..	12,4	..	..	0,57

NOTES

a Sauf indication contraire, données au 31 mai 2006 Lorsque le pouvoir est réparti entre une chambre basse et une chambre haute, les données correspondent à la moyenne pondérée du pourcentage de sièges détenus par des femmes dans les deux assemblées.

b Données concernant l'année la plus récente disponible sur la période comprise entre 1992 et 2004 Les pays qui ont adopté la récente Classification internationale type des professions (CITP-88) produisent des données qui ne sont pas strictement comparables à celles des pays qui utilisent la classification antérieure (CITP- 68).

c Calculs effectués sur la base des données des colonnes 9 et 10 du tableau 24 Les estimations sont basées sur les données concernant l'année la plus récente disponible sur la période comprise entre 1991 et 2004

d Actuellement, pas de parlement.

e Données au 1er mars 2005

f Ces chiffres ne comprennent pas les 36 délégués spéciaux renouvelables nommés selon les circonstances. Les pourcentages indiqués sont donc calculés sur la base des 54 sièges permanents.

g Le parlement élu en 1990 ne s'est jamais réuni et n'a jamais été autorisé à siéger. Nombre de ses membres ont été mis en détention ou ont été contraints à l'exil.

h En 2004, le nombre de sièges au parlement est passé de 300 à 345 Ces 45 sièges supplémentaires, réservés aux femmes, sont occupés depuis septembre et octobre 2005

i Les élections du 30 août 2001 avaient pour but d'élire les membres de l'assemblée constituante du Timor oriental. Cette assemblée est devenue le Parlement national le 20 mai 2002, date à laquelle le pays a obtenu l'indépendance, sans procéder à de nouvelles élections.

j Le Parlement de Mauritanie a été suspendu après un coup d'État en août 2005

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPF de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : calculs effectués sur la base des données relatives aux sièges parlementaires fournies par l'UIP 2006a, 2006c.

Colonnes 4 et 5 : calculs effectués sur la base des données relatives au travail fournies par l'OIT 2006b.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 9 et 10 du tableau 24

TABLEAU 26

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

Classement selon l'IDH		Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
		Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/ hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/ hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]
		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1	Norvège	..	..	..	..	99	1,00	97	1,01	98	1,54
2	Islande	..	..	..	..	98 [g]	0,98 [g]	88 [g]	1,04 [g]	79 [g]	1,78 [g]
3	Australie	..	..	..	..	96	1,01	86 [g]	1,01 [g]	80	1,23
4	Irlande	..	..	..	..	96	1,00	89	1,06	66	1,28
5	Suède	..	..	..	..	99	1,00	100	1,03	102	1,55
6	Canada	..	..	..	..	100 [g, h]	1,00 [g, h]	94 [i]	0,99 [i]	70 [j]	1,36 [j]
7	Japon	..	..	..	..	100	1,00	100 [g, k]	1,01 [g, k]	51	0,89
8	États-Unis	..	..	..	..	91	0,96	91	1,02	96	1,39
9	Suisse	..	..	..	..	94	1,00	80	0,93	42	0,80
10	Pays-Bas	..	..	..	..	98	0,99	90	1,01	62	1,08
11	Finlande	..	..	..	..	99	1,00	94	1,01	98	1,20
12	Luxembourg	..	..	..	..	91	1,00	82	1,07	13 [g]	1,18 [g]
13	Belgique	..	..	..	..	99	1,00	97 [g, l]	1,01 [g, l]	69	1,21
14	Autriche	..	..	..	..	..	..	..	..	54	1,19
15	Danemark	..	..	..	..	100	1,00	94	1,03	87	1,42
16	France	..	..	..	..	99	1,00	97	1,02	63	1,28
17	Italie	98,0	99	99,8	100	99	1,00	93	1,02	72	1,34
18	Royaume-Uni	..	..	..	..	99	1,00	97	1,03	70	1,37
19	Espagne	..	..	..	..	99	0,99	99	1,04	72	1,22
20	Nouvelle-Zélande	..	..	..	..	99	1,00	96	1,03	74	1,41
21	Allemagne	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	90 [m]	0,95 [m]	77 [m]	0,97 [m]	32	0,97
23	Israël	95,9	97	99,6	100	98	1,01	89	1,00	65	1,33
24	Grèce	94,2	96	99,0	100	99	0,99	88	1,04	86	1,17
25	Singapour	88,6	92	99,6	100	..	..	..	..	..	..
26	Corée, République de	..	..	..	..	99	0,99	88	1,00	67	0,61
27	Slovénie	..	..	..	..	98	1,00	95	1,00	86	1,38
28	Portugal	..	..	..	..	99	0,99	87 [l]	1,11 [l]	65	1,32
29	Chypre	95,1	96	99,8	100	96 [m]	1,00 [m]	95 [m]	1,03 [m]	36 [m]	0,98 [m]
30	Tchèque, République	..	..	..	..	..	..	..	..	45	1,10
31	Barbade	..	..	..	..	97	0,99	98	1,05	54 [h]	2,47 [h]
32	Malte	89,2 [n]	103 [n]	97,8 [n]	104 [n]	94	1,00	90	1,06	30	1,33
33	Koweït	91,0	96	99,8	100	87 [g]	1,03 [g]	80 [g, j]	1,05 [g, j]	33 [g]	2,72 [g]
34	Brunéi Darussalam	90,2	95	98,9	100	..	..	..	..	17 [g]	1,74 [g]
35	Hongrie	..	..	..	..	88	0,99	90 [g]	0,99 [g]	70	1,40
36	Argentine	97,2	100	99,1	100	98 [l]	0,99 [l]	82 [l]	1,07 [l]	77 [l]	1,51 [l]
37	Pologne	..	..	..	..	98	1,00	92	1,03	72	1,41
38	Chili	95,6	100	99,2	100	..	..	..	..	42	0,95
39	Bahreïn	83,6	94	97,3	100	97	1,01	93	1,07	45 [g]	1,84 [g]
40	Estonie	99,8	100	99,8	100	94	1,00	91	1,03	82	1,68
41	Lituanie	99,6	100	99,7	100	89	1,00	93	1,01	89	1,55
42	Slovaquie	..	..	..	..	..	..	..	..	40	1,22
43	Uruguay	..	..	..	..	..	..	..	..	53 [g, l]	2,04 [g, l]
44	Croatie	97,1	98	99,7	100	87 [l]	0,99 [l]	86 [l]	1,02 [l]	42 [l]	1,19 [l]
45	Lettonie	99,7	100	99,8	100	..	..	..	..	94	1,72
46	Qatar	88,6	99	97,5	103	94	0,99	86	0,98	34	3,67
47	Seychelles	92,3	101	99,4	101	97 [m]	1,01 [m]	96 [m]	1,07 [m]	..	..
48	Costa Rica	95,1	100	98,0	101	..	..	..	..	28	1,26
49	Émirats arabes unis	..	..	..	..	70	0,97	64	1,06	40 [g, l]	3,24 [g, l]
50	Cuba	99,8	100	100,0	100	95	0,97	87	1,02	38 [l]	1,34 [l]
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	98 [m]	1,08 [m]	97 [m]	0,97 [m]	..	..
52	Bahamas	..	..	..	..	85	1,02	78	1,12	..	..
53	Mexique	89,6	97	97,6	100	98	1,00	65	1,03	23	0,98

TABLEAU 26

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

		Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
		Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
Classement selon l'IDH		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
54	Bulgarie	97,7	99	98,1	100	95	0,99	87	0,98	44	1,16
55	Tonga	99,0 [n]	100 [n]	99,4 [n]	100 [n]	89 [i]	0,97 [i]	75 [g]	1,23 [g]	8 [g]	1,67 [g]
56	Oman	73,5	85	96,7	99	79	1,02	75	1,01	15	1,38
57	Trinité-et-Tobago	..	..	..	..	92 [m]	0,99 [m]	74 [g]	1,06 [g]	13	1,27
58	Panama	91,2	99	95,6	99	98	0,99	67	1,10	57	1,59
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	96,3	98	97,8	100	92	0,99	82	1,03	45	1,26
61	Malaisie	85,4	93	97,3	100	93 [l]	1,00 [l]	81 [l]	1,14 [l]	38 [l]	1,41 [l]
62	Bosnie-Herzégovine	94,4	95	99,8	100	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	80,5	91	95,4	102	96	1,02	80 [g]	1,00 [g]	20	1,39
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..	59 [g, l]	1,09 [g, l]
65	Russie, Fédération de	99,2	100	99,8	100	92 [g]	1,01 [g]	..	..	79 [g]	1,36 [g]
66	Macédoine, ERYM	94,1	96	98,5	99	92	1,00	80 [g, j]	0,97 [g, j]	33	1,39
67	Bélarus	99,4 [n]	100 [n]	99,8 [n]	100 [n]	88 [g]	0,97 [g]	88 [g]	1,01 [g]	71	1,39
68	Dominique	..	..	..	..	88 [m]	1,01 [m]	92 [g]	1,03 [g]	..	..
69	Brésil	88,8	100	97,9	102	..	..	78 [l]	1,07 [l]	25 [l]	1,32 [l]
70	Colombie	92,7	100	98,4	101	84	1,01	58 [g]	1,11 [g]	28	1,09
71	Sainte-Lucie	..	..	..	..	96	0,97	74 [g]	1,09 [g]	22	3,43
72	Venezuela, RB	92,7	99	98,1	102	92	1,01	66	1,15	41 [g, l]	1,07 [g, l]
73	Albanie	98,3	99	99,5	100	95 [l]	0,99 [l]	73 [l]	0,98 [l]	20 [l]	1,57 [l]
74	Thaïlande	90,5	95	97,8	100	..	..	..	..	44	1,17
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	91 [g]	1,00 [g]	70 [g]	1,14 [g]	7 [g, h]	0,94 [g, h]
76	Arabie Saoudite	69,3	80	93,7	96	57 [j]	0,92 [j]	51 [g]	0,96 [g]	33	1,50
77	Ukraine	99,2	99	99,8	100	82 [m]	1,00 [m]	84 [m]	1,00 [m]	71 [m]	1,19 [m]
78	Liban	..	..	..	..	93	0,99	..	..	50	1,12
79	Kazakhstan	99,3 [n]	100 [n]	99,9 [n]	100 [n]	92	0,99	92	0,99	56	1,38
80	Arménie	99,2	99	99,9	100	96	1,04	90	1,03	29	1,21
81	Chine	86,5	91	98,5	99	..	..	..	..	17 [g]	0,84 [g]
82	Pérou	82,1	88	95,7	98	97	1,00	69	1,00	34 [g]	1,03 [g]
83	Équateur	89,7	97	96,5	100	98 [g]	1,01 [g]	53	1,01	..	..
84	Philippines	92,7	100	95,7	101	95	1,02	67	1,20	32	1,28
85	Grenade	..	..	..	..	84 [m]	0,99 [m]	82 [g]	1,10 [g]	..	..
86	Jordanie	84,7	89	98,9	100	92	1,02	82	1,02	41	1,10
87	Tunisie	65,3	78	92,2	96	98	1,00	69 [g, j]	1,04 [g, j]	33	1,36
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	93 [g]	0,97 [g]	63	1,02	..	..
89	Suriname	87,2	95	94,1	98	96 [g, l]	1,07 [g, l]	74 [g, l]	1,38 [g, l]	15 [j]	1,62 [j]
90	Fidji	..	..	..	..	96	0,99	85 [g]	1,06 [g]	17	1,20
91	Paraguay	..	..	..	..	..	..	..	..	28 [g, l]	1,37 [g, l]
92	Turquie	79,6	84	93,3	95	87 [g]	0,95 [g]	..	..	24	0,73
93	Sri Lanka	89,1	97	96,1	101	98 [g, l]	1,00 [g, l]	..	..	..	..
94	Dominicaine, République	87,2	100	95,4	103	87	1,02	54 [g]	1,21 [g]	41 [g]	1,64 [g]
95	Belize	..	..	..	..	96	1,01	73 [g]	1,05 [g]	4	2,47
96	Iran, République islamique d'	70,4	84	..	..	88	0,99	76	0,94	24	1,10
97	Géorgie	..	..	..	..	93	0,99	81	1,00	42	1,03
98	Maldives	96,4	100	98,3	100	90 [j]	1,01 [j]	55 [g, j]	1,15 [g, j]	(.) [g]	3,00 [g]
99	Azerbaïdjan	98,2 [n]	99 [n]	99,9 [n]	100 [n]	83	0,98	76	0,98	14	0,87
100	Territoires palestiniens occupés	88,0	91	98,8	100	86	1,00	92	1,05	39	1,03
101	El Salvador	..	..	..	..	93 [g]	1,00 [g]	49 [g, l]	1,03 [g, l]	20	1,22
102	Algérie	60,1	76	86,1	92	95	0,98	68 [g]	1,05 [g]	20	1,09
103	Guyane	..	..	..	..	..	..	..	..	12	1,94
104	Jamaïque	85,9 [n]	116 [n]	..	..	91	1,01	81	1,03	26 [g, l]	2,29 [g, l]
105	Turkménistan	98,3 [n]	99 [n]	99,8 [n]	100 [n]	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	..	..	..	..	91	0,99	58	1,12	6	1,09

TABLEAU 26

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a]		Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
	Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
	2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
107 Syrienne, République arabe	73,6	86	90,2	96	92 [j]	0,95 [j]	56	0,93	..	..
108 Indonésie	86,8	92	98,5	100	93	0,98	57	0,99	15	0,79
109 Viet Nam	86,9 [n]	93 [n]	93,6 [n]	99 [n]	92 [g, h]	0,94 [g, h]	..	..	9 [g]	0,77 [g]
110 Kirghizistan	98,1 [n]	99 [n]	99,7 [n]	100 [n]	90	0,99	..	..	43	1,19
111 Égypte	59,4	71	78,9	88	94 [g]	0,97 [g]	77 [g, j]	0,94 [g, j]	..	..
112 Nicaragua	76,6	100	88,8	106	87	0,99	43	1,13	19 [g, l]	1,11 [g, l]
113 Ouzbékistan	..	..	..	..	..	..	..	..	14 [g]	0,79 [g]
114 Moldova, République de	97,7	99	99,5	100	86 [m]	0,99 [m]	79 [m]	1,04 [m]	43 [m]	1,36 [m]
115 Bolivie	80,7	87	96,1	98	96 [g]	1,01 [g]	73 [g]	0,99 [g]	..	..
116 Mongolie	97,5	100	98,4	101	85	1,01	88	1,14	49	1,64
117 Honduras	80,2	101	90,9	105	92	1,02	..	..	20 [g]	1,46 [g]
118 Guatemala	63,3	84	78,4	91	91	0,95	32 [g]	0,92 [g]	8 [g, l]	0,72 [g, l]
119 Vanuatu	..	..	..	..	93	0,98	36 [g]	0,86 [g]	4 [g]	0,57 [g]
120 Guinée équatoriale	80,5	86	94,9	100	78 [j]	0,85 [j]	18 [g, h]	0,59 [g, h]	2 [k]	0,43 [k]
121 Afrique du Sud	80,9 [n]	96 [n]	94,3 [n]	101 [n]	89 [l]	1,01 [l]	65 [g, k]	1,12 [g, k]	17 [l]	1,17 [l]
122 Tadjikistan	99,2	100	99,8	100	95	0,96	73	0,85	8	0,33
123 Maroc	39,6	60	60,5	75	83	0,94	32 [g, l]	0,86 [g, l]	10	0,87
124 Gabon	..	..	..	..	77 [g, h]	0,99 [g, h]	..	..	5 [i]	0,53 [i]
125 Namibie	83,5	96	93,5	103	77 [l]	1,08 [l]	43 [l]	1,35 [l]	7 [l]	1,14 [l]
126 Inde	47,8	65	67,7	80	87 [g]	0,94 [g]	..	..	9	0,66
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	98	0,99	27	1,08	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	79	0,99	24 [g, l]	0,86 [g, l]	..	..
129 Cambodge	64,1	76	78,9	90	96	0,96	22 [g]	0,73 [g]	2	0,45
130 Myanmar	86,4	92	93,4	98	87	1,01	36	0,95	15 [g, h]	1,77 [g, h]
131 Botswana	81,8	102	95,6	104	83 [g]	1,03 [g]	64 [g]	1,11 [g]	6	0,85
132 Comores	..	..	..	..	51 [k, m]	0,85 [k, m]	..	..	2 [g]	0,77 [g]
133 Lao, Rép. dém. pop.	60,9	79	74,7	90	82	0,94	34	0,85	5	0,63
134 Pakistan	36,0	57	54,7	72	56 [m]	0,73 [m]	..	..	3	0,80
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	49,8	75	65,5	86	58 [g]	1,01 [g]	33 [g]	0,86 [g]	2	0,48
137 Bangladesh	..	..	..	..	95 [m]	1,03 [m]	51 [l]	1,11 [l]	4 [l]	0,50 [l]
138 Népal	34,9	56	60,1	75	73 [l, m]	0,87 [l, m]	..	..	3	0,41
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	50,9	80	64,1	93	..	..	..	..	2 [g, i]	0,56 [g, i]
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..	1 [g, l]	0,18 [g, l]
141 Soudan	51,8	73	71,4	84	39 [g, k]	0,83 [g, k]	..	..	6 [g, k]	0,92 [g, k]
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	12 [j, m]	1,48 [j, m]
143 Madagascar	65,3	85	68,2	94	89	1,00	11 [g, i]	1,03 [g, i]	2	0,89
144 Cameroun	59,8	78	..	..	..	..	..	..	4 [g]	0,63 [g]
145 Ouganda	57,7	75	71,2	86	..	..	14	0,90	3	0,62
146 Swaziland	78,3	97	89,8	103	77 [l]	1,01 [l]	32 [l]	1,24 [l]	5	1,08
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	38,5	56	63,6	76	72	0,85	14 [g, k]	0,48 [g, k]	1 [g, h]	0,20 [g, h]
148 Djibouti	..	..	..	..	29	0,80	15 [g]	0,70 [g]	1	0,82
149 Lesotho	90,3	123	..	..	89	1,06	28	1,54	3 [l]	1,50 [l]
150 Yémen	..	..	..	..	63 [g]	0,73 [g]	21 [g, k]	0,46 [g, k]	5	0,38
151 Zimbabwe	..	..	..	..	82 [l]	1,01 [l]	33 [l]	0,93 [l]	3 [l]	0,62 [l]
152 Kenya	70,2	90	80,7	101	77	1,00	40 [g]	1,01 [g]	2	0,61
153 Mauritanie	43,4	73	55,5	82	74	0,99	13 [g]	0,82 [g]	2	0,30
154 Haïti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
155 Gambie	..	..	..	..	77 [g]	1,06 [g]	41 [g]	0,83 [g]	1	0,26
156 Sénégal	29,2	57	41,0	70	65	0,95	13	0,72	..	..
157 Érythrée	..	..	..	..	44	0,85	18	0,63	(.)	0,15
158 Rwanda	59,8	84	76,9	98	75	1,05	..	..	2	0,62
159 Nigeria	..	..	..	..	57 [g]	0,89 [g]	25 [g]	0,83 [g]	7	0,55

TABLEAU 26

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
	Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
	2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
160 Guinée	18,1	43	33,7	57	58	0,84	14 [g]	0,51 [g]	1	0,19
161 Angola	54,2	65	63,2	75	..	..	..	..	1 [g, l]	0,70 [g, l]
162 Tanzanie, Rép. unie de	62,2	80	76,2	94	85	0,98	..	..	1	0,41
163 Bénin	23,3	49	33,2	56	72	0,78	11 [g, h]	0,49 [g, h]	1 [g, h]	0,25 [g, h]
164 Côte d'Ivoire	38,6	63	52,1	74	50 [l, m]	0,80 [l, m]	15 [g, j]	0,57 [g, j]	3 [i]	0,36 [i]
165 Zambie	59,8 [n]	78 [n]	66,2 [n]	91 [n]	80	1,00	21 [g]	0,78 [g]	2 [g, k]	0,47 [g, k]
166 Malawi	54,0 [n]	72 [n]	70,7 [n]	86 [n]	98	1,05	23	0,86	(.)	0,60
167 Congo, Rép. dém. du	54,1	67	63,1	81	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	..	..	..	..	67	0,90	4	0,78	1	0,44
169 Burundi	52,2	78	70,4	92	54	0,89	..	..	1	0,38
170 Éthiopie	..	..	..	..	44	0,89	19 [g]	0,61 [g]	1	0,35
171 Tchad	12,8	31	23,2	42	46 [g, l]	0,68 [g, l]	5 [g, l]	0,33 [g, l]	(.) [g, h]	0,14 [g, h]
172 Centrafricaine, République	33,5	52	46,9	67	..	..	..	..	1 [k]	0,19 [k]
173 Guinée-Bissau	..	..	..	..	38 [g, h]	0,71 [g, h]	6 [g, h]	0,55 [g, h]	(.) [g, h]	0,17 [g, h]
174 Burkina Faso	15,2	52	24,8	65	35	0,77	8 [g]	0,68 [g]	1 [g]	0,31 [g]
175 Mali	11,9 [n]	44 [n]	16,9 [n]	52 [n]	43	0,85	..	..	1	0,46
176 Sierra Leone	24,4	52	37,2	63	..	..	..	..	1 [g, j]	0,39 [g, j]
177 Niger	15,1	35	23,2	44	32	0,71	5	0,67	(.)	0,36
Pays en développement	71,7	84	83,0	92	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	50,4	72	61,6	82	..	..	..	..	..	..
États arabes	59,7	74	80,4	89	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	89,5	98	97,1	101	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	47,7	66	65,3	79	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	53,2	76	64,0	86	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	98,7	99	99,6	100	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	74,4	86	85,6	93	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	46,1	70	57,5	82	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	86,4	93	96,2	99	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	50,2	69	66,6	82	..	..	..	..	..	..
Monde	74,4	86	84,2	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

a Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

b Le taux net de scolarisation correspond au rapport entre le nombre d'enfants scolarisés ayant l'âge correspondant officiellement au niveau d'étude concerné et le nombre total d'enfants de cet âge. Les taux nets de scolarisation supérieurs à 100 % traduisent des différences entre ces deux séries de données.

c Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO). Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org. Les données provenant de sources différentes, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection.

d La scolarisation dans le supérieur est en règle générale exprimée sous la forme d'un taux brut.

e Correspond au rapport entre le taux de scolarisation des femmes et le taux de scolarisation des hommes.

f En 2006, l'Institut de statistiques de l'UNESCO a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004).

g Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Données concernant l'année scolaire 2001

i Données concernant l'année scolaire 1999

j Données concernant l'année scolaire 2002

k Données concernant l'année scolaire 2000

l Données concernant l'année scolaire 2003

m Estimations nationales.

n Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999

SOURCES

Colonnes 1 et 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 4 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des jeunes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 5, 7 et 9 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonnes 6, 8 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives aux taux nets de scolarisation fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

TABLEAU 27

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH		Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Hommes 1995-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	63,1	111	87	2	6	9	33	88	58	43	57
2	Islande	70,9	105	87	3	12	10	33	85	54	50	50
3	Australie	56,1	108	79	3	6	10	30	87	64	59	41
4	Irlande	51,9	146	72	2	11	14	39	83	50	53	47
5	Suède	58,8	93	87	1	3	11	36	88	61	55	55
6	Canada	60,2	104	83	2	4	11	33	87	64	66	34
7	Japon	48,5	97	65	5	5	21	37	73	57	80	20
8	États-Unis	59,6	105	81	1	3	12	32	87	65	64	36
9	Suisse	60,1	115	79	3	5	13	36	84	59	62	38
10	Pays-Bas	55,8	128	76	2	4	9	31	86	64	79	21
11	Finlande	56,9	98	86	4	7	14	40	82	53	36	55
12	Luxembourg	44,1	122	68	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Belgique	43,4	119	72	1	3	10	36	82	58	85	15
14	Autriche	49,3	114	75	6	5	14	43	80	52	68	32
15	Danemark	59,4	96	84	2	5	14	36	85	59	86	14
16	France	48,2	105	79	1	2	13	34	86	64	..	..
17	Italie	37,0	103	61	5	6	20	39	75	55	54	46
18	Royaume-Uni	55,0	104	79	1	2	11	36	88	62	60	40
19	Espagne	44,2	130	65	5	8	15	42	81	51	64	36
20	Nouvelle-Zélande	59,8	112	81	6	12	12	32	82	56	68	32
21	Allemagne	50,4	114	76	2	3	18	44	80	52	76	24
22	Hong Kong, Chine (RAS)	52,9	112	74	(.)	(.)	10	27	90	73	86	14
23	Israël	49,7	121	84	..	..	..	..	..	..	71	29
24	Grèce	42,7	119	66	18	15	12	30	70	56	68	32
25	Singapour	50,8	101	66	(.)	(.)	18	31	81	69	76	24
26	Corée, République de	50,1	106	68	12	9	19	34	70	57	89	11
27	Slovénie	53,4	99	80	10	10	29	46	61	43	58	42
28	Portugal	55,2	112	79	14	12	23	44	63	44	65	35
29	Chypre	53,0	111	74	4	5	13	31	83	58	81	19
30	Tchèque, République	51,7	85	76	3	6	28	50	68	44	74	26
31	Barbade	64,6	109	83	4	5	10	29	63	49	..	..
32	Malte	32,5	153	47	1	3	21	36	78	61	..	..
33	Koweït	48,0	138	56	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Brunéi Darussalam	44,3	99	56	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	42,1	91	73	4	9	26	42	71	49	71	29
36	Argentine	52,2	136	68	(.)	1	12	30	87	69	60	40
37	Pologne	47,9	84	78	19	19	18	40	63	40	60	40
38	Chili	36,4	113	51	..	..	..	..	..	..	54	46
39	Bahreïn	29,2	104	33	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estonie	52,2	81	80	4	10	23	42	73	48	50	50
41	Lituanie	51,8	87	81	12	20	21	34	67	45	62	38
42	Slovaquie	51,9	87	76	4	8	26	48	71	44	74	26
43	Uruguay	55,7	122	71	2	6	14	32	85	62	64	37
44	Croatie	44,7	96	74	15	16	21	37	63	47	73	27
45	Lettonie	49,1	78	77	12	18	16	35	72	47	56	45
46	Qatar	35,7	121	40	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seychelles	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	43,7	133	54	4	22	15	27	80	51	50	50
49	Émirats arabes unis	37,4	149	41	(.)	9	14	36	86	55	..	..
50	Cuba	43,8	112	59	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Bahamas	64,5	105	91	1	6	5	24	93	69	..	..
53	Mexique	39,9	115	49	6	24	22	28	72	48	51	49

TABLEAU 27

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH		Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Hommes 1995-2004 [b]
54	Bulgarie	41,9	70	79	..	..	..	..	..	..	65	35
55	Tonga	46,3	126	62	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Oman	21,9	145	27	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trinité-et-Tobago	46,6	112	61	3	11	13	36	84	53	72	28
58	Panama	49,9	129	63	6	29	10	20	85	51	42	58
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	50,7	95	80	45	40	22	30	33	30	70	30
61	Malaisie	46,1	105	56	14	21	29	34	57	45	71	29
62	Bosnie-Herzégovine	57,9	96	85	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	42,2	101	53	13	15	43	39	45	46	75	25
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN												
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	30,8	161	39	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	54,3	90	80	8	15	23	36	69	49	7	22
66	Macédoine, ERYM	40,9	85	63	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bélarus	52,5	87	82	..	..	..	..	..	..	..	..
68	Dominique	..	..	..	14	31	10	24	72	40	51	49
69	Brésil	56,3	127	70	16	24	10	27	74	49	55	45
70	Colombie	60,5	133	75	7	33	17	19	76	48	60	40
71	Sainte-Lucie	53,4	113	67	16	27	14	24	71	49	68	32
72	Venezuela, RB	55,9	148	67	2	15	12	28	86	57	..	..
73	Albanie	49,4	85	69	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Thaïlande	65,4	87	81	48	50	17	20	35	30	64	36
75	Samoa occidentales	39,6	101	51	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	17,3	116	22	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ukraine	49,9	87	79	17	22	22	39	55	33	50	50
78	Liban	31,7	100	40	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Kazakhstan	65,0	106	87	..	..	..	..	..	..	54	46
80	Arménie	48,1	67	79	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Chine	69,2	95	84	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Pérou	58,2	124	71	6	11	10	24	84	65	66	34
83	Équateur	58,9	181	72	4	10	16	30	79	60	67	33
84	Philippines	53,8	114	65	25	45	12	18	63	37	56	44
85	Grenade	..	..	..	10	17	12	32	77	46	..	..
86	Jordanie	27,0	153	35	..	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunisie	27,9	134	37	..	..	..	..	..	..	..	..
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	53,5	120	67	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	33,1	91	52	2	8	1	22	97	64	45	55
90	Fidji	51,4	105	63	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguay	64,2	124	76	20	39	10	21	69	40	..	..
92	Turquie	27,8	81	36	56	24	15	28	29	48	67	33
93	Sri Lanka	35,0	78	45	49	38	22	23	27	37	70	30
94	Dominicaine, République	45,5	125	55	2	21	17	26	81	53	23	77
95	Belize	42,4	133	52	6	37	12	19	81	44	32	68
96	Iran, République islamique d'	37,2	173	50	..	..	..	..	..	..	46	54
97	Géorgie	51,1	74	67	53	53	6	12	41	35	65	35
98	Maldives	46,1	229	64	5	18	24	16	39	55	57	43
99	Azerbaïdjan	59,6	94	81	43	37	7	14	50	49	..	..
100	Territoires palestiniens occupés	10,3	112	15	26	9	11	32	62	58	52	48
101	El Salvador	46,7	92	61	4	34	22	25	74	42	41	59
102	Algérie	34,8	154	44	..	..	..	..	..	..	29	71
103	Guyane	43,3	119	53	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaïque	54,8	84	73	10	30	9	26	81	45	77	23
105	Turkménistan	60,4	94	83	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	34,1	82	44	..	..	..	..	..	..	..	..

TABLEAU 27

Classement selon l'IDH	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Indice (1990=100) 2004	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Hommes 1995-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	38,0	133	44	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	50,7	101	60	..	..	..	..	..	..	..	..
109 Viet Nam	72,4	98	93	..	..	..	..	..	..	71	29
110 Kirghizistan	55,1	94	74	53	52	8	14	38	34	65	35
111 Égypte	20,1	76	28	39	27	7	25	54	48	40	60
112 Nicaragua	35,5	100	41	..	..	..	..	..	..	..	..
113 Ouzbékistan	56,2	94	78	..	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	56,6	92	81	50	52	10	18	40	31	75	25
115 Bolivie	62,1	128	74	3	6	14	39	82	55	63	37
116 Mongolie	53,9	97	66	..	..	..	..	..	..	70	30
117 Honduras	52,2	156	59	..	..	..	..	..	..	25	75
118 Guatemala	33,7	115	41	18	50	23	18	56	27	39	61
119 Vanuatu	79,3	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	50,5	105	56	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	46,4	85	59	9	12	14	33	75	50	62	38
122 Tadjikistan	46,5	89	74	..	..	..	..	..	..	..	..
123 Maroc	26,7	109	33	6	6	40	32	54	63	19	81
124 Gabon	61,5	99	75	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	47,0	96	74	29	33	7	17	63	49	59	41
126 Inde	34,0	94	41	..	..	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé-et-Principe	29,6	80	40	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	54,4	97	66	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	74,4	96	93	..	..	..	..	..	..	64	36
130 Myanmar	68,2	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	45,7	80	67	17	22	14	26	67	51	36	64
132 Comores	57,8	92	66	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	54,0	101	67	..	..	..	..	..	..	..	..
134 Pakistan	32,0	115	38	73	44	9	20	18	36	33	67
135 Bhoutan	44,3	127	55	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	70,5	92	94	..	..	..	..	..	..	..	..
137 Bangladesh	52,9	84	61	77	53	9	11	12	30	58	42
138 Népal	49,7	103	63	..	..	..	..	..	..	..	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	71,8	100	97	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	56,4	98	65	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Soudan	23,7	86	33	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	53,5	107	66	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	78,9	100	92	..	..	..	..	..	..	63	37
144 Cameroun	51,8	93	64	..	..	..	..	..	..	73	27
145 Ouganda	79,7	99	92	..	..	..	..	..	..	..	..
146 Swaziland	31,5	83	43	..	..	..	..	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	50,5	94	56	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibouti	53,1	95	64	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesotho	46,3	82	64	..	..	..	..	..	..	..	..
150 Yémen	29,4	107	39	88	43	3	14	9	43	26	74
151 Zimbabwe	64,2	92	77	..	..	..	..	..	..	..	..
152 Kenya	69,3	93	78	16	20	10	23	75	57	..	..
153 Mauritanie	54,3	97	65	..	..	..	..	..	..	..	..
154 Haïti	55,2	96	67	37	63	6	15	57	23	..	..
155 Gambie	59,3	95	69	..	..	..	..	..	..	..	..
156 Sénégal	56,5	92	68	..	..	..	..	..	..	..	..
157 Érythrée	58,2	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	80,4	94	95	..	..	..	..	..	..	53	47
159 Nigeria	45,6	95	54	2	4	11	30	87	67	..	..

TABLEAU 27

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Hommes 1995-2004 [b]
160 Guinée	79,4	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
161 Angola	73,8	100	81	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	86,0	97	95	..	..	..	..	..	..	..	..
163 Bénin	54,0	93	63	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Côte d'Ivoire	39,0	90	44	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zambie	66,1	100	73	..	..	..	..	..	..	..	..
166 Malawi	85,2	100	95	..	..	..	..	..	..	43	57
167 Congo, Rép. dém. du	61,2	101	68	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	84,7	96	102	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	91,8	101	99	..	..	..	..	..	..	..	..
170 Éthiopie	70,9	98	79	..	..	..	..	..	..	59	41
171 Tchad	65,5	102	84	..	..	..	..	..	..	..	..
172 Centrafricaine, République	70,4	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
173 Guinée-Bissau	60,9	105	66	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burkina Faso	77,6	101	87	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	72,4	100	85	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Sierra Leone	56,0	105	60	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Niger	71,2	101	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays en développement	52,4	97	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	61,8	95	72	..	..	..	..	..	..	..	..
États arabes	26,4	105	34	..	..	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	65,4	96	79	..	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	51,4	125	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	36,0	96	44	..	..	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	63,0	96	73	..	..	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	52,4	89	79	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	50,1	104	71	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	52,7	106	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	50,8	105	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	52,3	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	62,6	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	52,0	106	74	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	57,1	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	45,7	96	55	..	..	..	..	..	..	..	..
Monde	52,5	98	67	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons géographiques et temporelles des statistiques relatives au travail doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations sur les données, consulter l'OIT, 2005a, 2005b, 2006b.

a Les chiffres ayant été arrondis et certaines activités n'étant pas été reprises dans la classification, il est possible que le total des taux d'activité par secteur économique ne soit pas égal à 100

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

SOURCES

Colonne 1 : OIT 2005a.

Colonnes 2 et 3 : calculs effectués sur la base des données concernant les taux d'activité économique fournies par l'OIT 2005a.

Colonnes 4-9 : OIT 2005b.

Colonnes 10 et 11 : calculs effectués sur la base des données relatives aux travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale fournies par l'OIT 2006b.

TABLEAU 28

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Charge de travail et emploi du temps des hommes et des femmes

	Année [a]	Temps de travail total (en heures et minutes par jour)		Temps de travail des femmes (rapport en % femmes/ hommes)	Emploi du temps (en %)					
					Temps de travail total		Temps passé par les femmes		Temps passé par les hommes	
		Femmes	Hommes		Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes	Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes	Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes
CERTAINS PAYS EN DÉVELOPPEMENT										
ZONES URBAINES										
Colombie	1983	6h 39m	5h 56m	112	49	51	24	76	77	23
Indonésie	1992	6h 38m	6h 6m	109	60	40	35	65	86	14
Kenya	1986	9h 50m	9h 32m	103	46	54	41	59	79	21
Népal	1978	9h 39m	9h 14m	105	58	42	25	75	67	33
Uruguay [c]	2002	7h 20m	6h 56m	115	49	51	33	67	68	32
Venezuela, RB	1983	7h 20m	6h 56m	106	59	41	30	70	87	13
ZONES RURALES										
Bangladesh	1990	9h 5m	8h 16m	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	11h 18m	9h 39m	117	59	41	37	63	84	16
Kenya	1988	11h 16m	8h 20m	135	56	44	42	58	76	24
Népal	1978	10h 41m	9h 7m	117	56	44	46	54	67	33
Highlands	1978	11h 32m	9h 46m	118	59	41	52	48	66	34
Mountains	1978	10h 49m	8h 54m	122	56	44	48	52	65	35
Rural Hills	1978	9h 43m	8h 40m	112	52	48	37	63	70	30
Philippines	1975-77	9h 6m	7h 32m	121	73	27	29	71	84	16
AU NIVEAU NATIONAL										
Bénin [c]	1998	7h 55m	5h 30m	144	69	31	59	41	81	19
Inde [d]	2000	7h 37m	6h 31m	117	61	39	35	65	92	8
Madagascar [c]	2001	7h 15m	6h 24m	113	68	32	51	49	67	33
Maurice [c]	2003	6h 33m	6h 9m	107	54	46	30	70	80	20
Mongolie [d]	2000	9h 5m	8h 21m	109	61	39	49	51	75	25
Afrique du Sud [d]	2000	5h 32m	4h 33m	122	51	49	35	65	70	30
CERTAINS PAYS DE L'OCDE [e]										
Australie	1997	7h 15m	6h 58m	104	46	54	30	70	62	38
Autriche [f]	1992	7h 18m	6h 33m	111	49	51	31	69	71	29
Canada	1998	7h 0m	7h 9m	98	53	47	41	59	65	35
Danemark [f]	1987	7h 29m	7h 38m	98	68	32	58	42	79	21
Finlande [f]	1987-88	7h 10m	6h 50m	105	51	49	39	61	64	36
France	1999	6h 31m	6h 3m	108	46	54	33	67	60	40
Allemagne [f]	1991-92	7h 20m	7h 21m	100	44	56	30	70	61	39
Hongrie	1999	7h 12m	7h 25m	97	51	49	41	59	60	40
Israël [f]	1991-92	6h 15m	6h 17m	99	51	49	29	71	74	26
Italie [f]	1988-89	7h 50m	6h 7m	128	45	55	22	78	77	23
Japon	1996	6h 33m	6h 3m	108	66	34	43	57	93	7
Corée, République de	1999	7h 11m	6h 13m	116	64	36	45	55	88	12
Lettonie	1996	8h 55m	8h 1m	111	46	54	35	65	58	42
Mexique [c]	2002	8h 10m	6h 25m	127	46	54	23	77	78	22
Pays-Bas	1995	5h 8m	5h 15m	98	48	52	27	73	69	31
Nouvelle-Zélande	1999	7h 0m	6h 57m	101	46	54	32	68	60	40
Norvège [f]	1990-91	7h 25m	6h 52m	108	50	50	38	62	64	36
Royaume-Uni f	1985	6h 53m	6h 51m	100	51	49	37	63	68	32
États-Unis f	1985	7h 33m	7h 8m	106	50	50	37	63	63	37

NOTES

Les données correspondent à des estimations basées sur des enquêtes sur l'utilisation du temps disponibles au moment de la publication. Des données relatives à l'utilisation du temps sont également recueillies dans d'autres pays parmi lesquels Cuba, l'Équateur, le Mali, le Maroc, le Nicaragua, le Nigeria, Oman, la République démocratique populaire lao, la République dominicaine, le Tchad, la Thaïlande et le Viet Nam.

a Les enquêtes réalisées avant 1993 ne sont pas strictement comparables à celles réalisées à une date ultérieure.

b Correspond aux activités de production tournées vers le marché telles que définies dans le système de comptabilité nationale des Nations Unies dans sa version révisée de 1993

c Charmes 2006

d Les classifications des activités marchandes et non marchandes ne sont pas à proprement parler basées sur le système de comptabilité nationale des Nations Unies dans sa version révisée de 1993 Les comparaisons entre les pays et les régions doivent donc être effectuées avec circonspection.

e Y compris Israël et la Lettonie, bien qu'ils ne fassent pas partie de l'OCDE.

f Goldshmidt-Clermont et Pagnossin Aligisakis 1995

SOURCES

Toutes les colonnes : pour les zones urbaines et rurales de certains pays en développement, Harvey 1995 ; pour les études nationales dans certains pays développés, ONU 2002 ; pour les pays de l'OCDE et la Lettonie, Harvey 2001, sauf indication contraire.

TABLEAU 29

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Participation des femmes à la vie politique

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a]		Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b]	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c]		
					Chambre basse ou unique		Chambre haute ou sénat
	de vote	de candidature		2005	1990	2006	2006
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	1913	1907, 1913	1911 A	44,4	36	37,9	—
2 Islande	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	27,3	21	33,3	—
3 Australie	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	20,0	6	24,7	35,5
4 Irlande	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	21,4	8	13,3	16,7
5 Suède	1919, 1921	1919, 1921	1921 E	52,4	38	45,3	—
6 Canada	1917, 1960	1920, 1960	1921 E	23,1	13	20,8	35,0
7 Japon	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	12,5	1	9,0	14,0
8 États-Unis	1920, 1965	1788 [d]	1917 E	14,3	7	15,2	14,0
9 Suisse	1971	1971	1971 E	14,3	14	25,0	23,9
10 Pays-Bas	1919	1917	1918 E	36,0	21	36,7	29,3
11 Finlande	1906	1906	1907 E	47,1	32	37,5	—
12 Luxembourg	1919	1919	1919 E	14,3	13	23,3	—
13 Belgique	1919, 1948	1921	1921 A	21,4	9	34,7	38,0
14 Autriche	1918	1918	1919 E	35,3	12	33,9	27,4
15 Danemark	1915	1915	1918 E	33,3	31	36,9	—
16 France	1944	1944	1945 E	17,6	7	12,2	16,9
17 Italie	1945	1945	1946 E	8,3	13	17,3	13,7
18 Royaume-Uni	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	28,6	6	19,7	17,5
19 Espagne	1931	1931	1931 E	50,0	15	36,0	23,2
20 Nouvelle-Zélande	1893	1919	1933 E	23,1	14	32,2	—
21 Allemagne	1918	1918	1919 E	46,2	..	31,8	18,8
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	..
23 Israël	1948	1948	1949 E	16,7	7	14,2	—
24 Grèce	1952	1952	1952 E	5,6	7	13,0	—
25 Singapour	1947	1947	1963 E	0	5	18,9	—
26 Corée, République de	1948	1948	1948 E	5,6	2	13,4	—
27 Slovénie	1946	1946	1992 E [e]	6,3	..	12,2	7,5
28 Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E+A	16,7	8	21,3	—
29 Chypre	1960	1960	1963 E	0	2	14,3	—
30 Tchèque, République	1920	1920	1992 E [e]	11,1	..	17,0	12,3
31 Barbade	1950	1950	1966 A	29,4	4	13,3	23,8
32 Malte	1947	1947	1966 E	15,4	3	9,2	—
33 Koweït	2005	2005	2005 A	0	..	1,5	—
34 Brunéi Darussalam	—	—	—	9,1	.. [f]	.. [f]	.. [f]
35 Hongrie	1918, 1945	1918, 1945	1945 E	11,8	21	10,4	—
36 Argentine	1947	1947	1951 E	8,3	6	35,0	41,7
37 Pologne	1918	1918	1919 E	5,9	14	20,4	13,0
38 Chili	1949	1949	1951 E	16,7	..	15,0	5,3
39 Bahreïn	1973, 2002	1973, 2002	2002 A	8,7	..	0,0	15,0
40 Estonie	1918	1918	1919 E	15,4	..	18,8	—
41 Lituanie	1919	1919	1920 A	15,4	..	22,0	—
42 Slovaquie	1920	1920	1992 E [e]	0	..	16,7	—
43 Uruguay	1932	1932	1942 E	0	6	11,1	9,7
44 Croatie	1945	1945	1992 E [e]	33,3	..	21,7	—
45 Lettonie	1918	1918	..	23,5	..	21,0	—
46 Qatar	2003 [g]	..	..	7,7	..	0,0	—
47 Seychelles	1948	1948	1976 E+A	12,5	16	29,4	—
48 Costa Rica	1949	1949	1953 E	25,0	11	38,6	—
49 Émirats arabes unis	—	—	—	5,6	0	0,0	—
50 Cuba	1934	1934	1940 E	16,2	34	36,0	—
51 Saint-Kitts-et-Nevis	1951	1951	1984 E	0	7	0,0	—
52 Bahamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 A	26,7	4	20,0	43,8
53 Mexique	1947	1953	1952 A	9,4	12	25,8	21,9

TABLEAU 29

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 2006	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre haute ou sénat 2006
54 Bulgarie	1937, 1945	1945	1945 E	23,8	21	22,1	—
55 Tonga	1960	1960	1993 E	..	0	3,3	—
56 Oman	1994, 2003	1994, 2003	..	10,0	..	2,4	15,5
57 Trinité-et-Tobago	1946	1946	1962 E+A	18,2	17	19,4	32,3
58 Panama	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	14,3	8	16,7	—
59 Antigua-et-Barbuda	1951	1951	1984 A	15,4	0	10,5	17,6
60 Roumanie	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	12,5	34	11,2	9,5
61 Malaisie	1957	1957	1959 E	9,1	5	9,1	25,7
62 Bosnie-Herzégovine	1946	1946	1990 E [e]	11,1	..	16,7	0,0
63 Maurice	1956	1956	1975 E	8,0	7	17,1	—
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	1964	1964	..	..	..	4,7	—
65 Russie, Fédération de	1918	1918	1993 E [e]	0	..	9,8	3,4
66 Macédoine, ERYM	1946	1946	1990 E [e]	16,7	..	19,2	—
67 Bélarus	1919	1919	1990 E [e]	10,0	..	29,1	31,0
68 Dominique	1951	1951	1980 E	0	10	12,9	—
69 Brésil	1932	1932	1933 E	11,4	5	8,6	12,3
70 Colombie	1954	1954	1954 A	35,7	5	12,0 [h]	8,8 [h]
71 Sainte-Lucie	1951	1951	1979 A	8,3	0	5,6	36,4
72 Venezuela, RB	1946	1946	1948 E	13,6	10	18,0	—
73 Albanie	1920	1920	1945 E	5,3	29	7,1	—
74 Thaïlande	1932	1932	1947 A	7,7	3	10,8	10,5
75 Samoa occidentales	1948, 1990	1948, 1990	1976 A	7,7	0	4,1	—
76 Arabie Saoudite	—	—	—	0	..	0,0	—
77 Ukraine	1919	1919	1990 E [e]	5,6	..	7,1	—
78 Liban	1952	1952	1963	6,9	0	4,7	—
79 Kazakhstan	1924, 1993	1924, 1993	1990 E [e]	17,6	..	10,4	5,1
80 Arménie	1918	1918	1990 E [e]	0	36	5,3	—
81 Chine	1949	1949	1954 E	6,3	21	20,3	—
82 Pérou	1955	1955	1956 E	11,8	6	29	—
83 Équateur	1929	1929	1956 E	14,3	5	16,0	—
84 Philippines	1937	1937	1941 E	25,0	9	15,7	16,7
85 Grenade	1951	1951	1976 E+A	40,0	..	26,7	30,8
86 Jordanie	1974	1974	1989 A	10,7	0	5,5	12,7
87 Tunisie	1959	1959	1959 E	7,1	4	22,8	13,4
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	1951	1951	1979 E	20,0	10	18,2	—
89 Suriname	1948	1948	1963 E	11,8	8	25,5	—
90 Fidji	1963	1963	1970 A	9,1	..	11,3	12,5
91 Paraguay	1961	1961	1963 E	30,8	6	10,0	8,9
92 Turquie	1930	1934	1935 A	4,3	1	4,4	—
93 Sri Lanka	1931	1931	1947 E	10,3	5	4,9	—
94 Dominicaine, République	1942	1942	1942 E	14,3	8	17,3 [h]	6,3 [h]
95 Belize	1954	1954	1984 E+A	6,3	0	6,7	25,0
96 Iran, République islamique d'	1963	1963	1963 E+A	6,7	2	4,1	—
97 Géorgie	1918, 1921	1918, 1921	1992 E [e]	22,2	..	9,4	—
98 Maldives	1932	1932	1979 E	11,8	6	12,0	—
99 Azerbaïdjan	1918	1918	1990 E [e]	15,0	..	12,3	—
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	1939	1961	1961 E	35,3	12	16,7	—
102 Algérie	1944, 1962	1962	1962 A	10,5	2	6,2	2,8
103 Guyane	1953	1945	1953 E	22,2	37	30,8	—
104 Jamaïque	1944	1944	1944 E	17,6	5	11,7	19,0
105 Turkménistan	1927	1927	1990 E [e]	9,5	26	16,0	—
106 Cap Vert	1975	1975	1975 E	18,8	12	15,3	—

TABLEAU 29

Participation des femmes à la vie politique

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	Chambre basse ou unique 2006	Chambre haute ou sénat 2006
107 Syrienne, République arabe	1949, 1953	1953	1973 E	6,3	9	12,0	—
108 Indonésie	1945	1945	1950 A	10,8	12	11,3	—
109 Viet Nam	1946	1946	1946 E	11,5	18	27,3	—
110 Kirghizistan	1918	1918	1990 E [e]	12,5	..	0,0	—
111 Égypte	1956	1956	1957 E	5,9	4	2,0	6,8
112 Nicaragua	1955	1955	1972 E	14,3	15	20,7	—
113 Ouzbékistan	1938	1938	1990 E [e]	3,6	..	17,5	15,0
114 Moldova, République de	1924, 1993	1924, 1993	1990 E	11,1	..	21,8	—
115 Bolivie	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	6,7	9	16,9	3,7
116 Mongolie	1924	1924	1951 E	5,9	25	6,6	—
117 Honduras	1955	1955	1957 E	14,3	10	23,4	—
118 Guatemala	1946	1946, 1965	1956 E	25,0	7	8,2	—
119 Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	8,3	4	3,8	—
120 Guinée équatoriale	1963	1963	1968 E	4,5	13	18,0	—
121 Afrique du Sud	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	41,4	3	32,8	33,3 [i]
122 Tadjikistan	1924	1924	1990 E [e]	3,1	..	17,5	23,5
123 Maroc	1963	1963	1993 E	5,9	0	10,8	1,1
124 Gabon	1956	1956	1961 E	11,8	13	9,2	15,4
125 Namibie	1989	1989	1989 E	19,0	7	26,9	26,9
126 Inde	1935, 1950	1935, 1950	1952 E	3,4	5	8,3	11,2
127 São Tomé-et-Principe	1975	1975	1975 E	14,3	12	7,3	—
128 Salomon, Îles	1974	1974	1993 E	0	0	0,0	—
129 Cambodge	1955	1955	1958 E	7,1	..	9,8	14,8
130 Myanmar	1935	1946	1947 E	..	.. [j]	.. [j]	.. [j]
131 Botswana	1965	1965	1979 E	26,7	5	11,1	—
132 Comores	1956	1956	1993 E	..	0	3,0	—
133 Lao, Rép. dém. pop.	1958	1958	1958 E	0	6	22,9	—
134 Pakistan	1935, 1947	1935, 1947	1973 E [e]	5,6	10	21,3	17,0
135 Bhoutan	1953	1953	1975 E	0	2	9,3	—
136 Ghana	1954	1954	1960	11,8	..	10,9	—
137 Bangladesh	1935, 1972	1935, 1972	1973 E	8,3	10	14,8 [k]	—
138 Népal	1951	1951	1952 A	7,4	6	5,9	16,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1964	1963	1977 E	..	0	0,9	—
140 Congo	1947, 1961	1963	1963 E	14,7	14	8,5	13,3
141 Soudan	1964	1964	1964 E	2,6	..	14,7	4,0
142 Timor oriental	..	..	..	22,2	..	25,3 [l]	—
143 Madagascar	1959	1959	1965 E	5,9	7	6,9	11,1
144 Cameroun	1946	1946	1960 E	11,1	14	8,9	—
145 Ouganda	1962	1962	1962 E	23,4	12	28,8 [m]	—
146 Swaziland	1968	1968	1972 E+A	13,3	4	10,8	30,0
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	1945	1945	1961 E	20,0	5	8,6	—
148 Djibouti	1946	1986	2003 E	5,3	0	10,8	—
149 Lesotho	1965	1965	1965 A	27,8	..	11,7	36,4
150 Yémen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E [e]	2,9	4	0,3	1,8
151 Zimbabwe	1919, 1957	1919, 1978	1980 E+A	14,7	11	16,0	31,8
152 Kenya	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+A	10,3	1	7,3	—
153 Mauritanie	1961	1961	1975 E	9,1	..	.. [n]	.. [n]
154 Haïti	1957	1957	1961 E	25,0	..	4,0 [m]	13,8
155 Gambie	1960	1960	1982 E	20,0	8	13,2	—
156 Sénégal	1945	1945	1963 E	20,6	13	19,2	—
157 Érythrée	1955	1955	1994 E	17,6	..	22,0	—
158 Rwanda	1961	1961	1981 E	35,7	17	48,8	34,6
159 Nigeria	1958	1958	..	10,0	..	6,4	3,7

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	2006	Chambre haute ou sénat 2006
160 Guinée	1958	1958	1963 E	15,4	..	19,3	—
161 Angola	1975	1975	1980 E	5,7	15	15,0	—
162 Tanzanie, Rép. unie de	1959	1959	..	15,4	..	30,4	—
163 Bénin	1956	1956	1979 E	19,0	3	7,2	—
164 Côte d'Ivoire	1952	1952	1965 E	17,1	6	8,5	—
165 Zambie	1962	1962	1964 E+A	25,0	7	12,7	—
166 Malawi	1961	1961	1964 E	14,3	10	13,6	—
167 Congo, Rép. dém. du	1967	1970	1970 E	12,5	5	12,0	2,5
168 Mozambique	1975	1975	1977 E	13,0	16	34,8	—
169 Burundi	1961	1961	1982 E	10,7	..	30,5	34,7
170 Éthiopie	1955	1955	1957 E	5,9	..	21,9	18,8
171 Tchad	1958	1958	1962 E	11,5	..	6,5	—
172 Centrafricaine, République	1986	1986	1987 E	10,0	4	10,5	—
173 Guinée-Bissau	1977	1977	1972 A	37,5	20	14,0	—
174 Burkina Faso	1958	1958	1978 E	14,8	..	11,7	—
175 Mali	1956	1956	1959 E	18,5	..	10,2	—
176 Sierra Leone	1961	1961	..	13,0	..	14,5	—
177 Niger	1948	1948	1989 E	23,1	5	12,4	—
AUTRES [o]							
Afghanistan	1963	1963	1965 E	10,0	4	27,3	22,5
Andorre	1970	1973	1993 E	33,3	..	28,6	—
Iraq	1980	1980	1980 E	18,8	11	25,5	—
Kiribati	1967	1967	1990 E	0	0	4,8	—
Corée, Rép. pop. dém. de	1946	1946	1948 E	..	21	20,1	—
Libéria	1946	1946	..	13,6	..	12,5	16,7
Liechtenstein	1984	1984	1986 E	20,0	4	24,0	—
Marshall, Îles	1979	1979	1991 E	0	..	3,0	—
États fédérés de Micronésie	1979	1979	..	..	..	0,0	—
Monaco	1962	1962	1963 E	0	11	20,8	—
Monténégro	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,5	—
Nauru	1968	1968	1986 E	0	6	0,0	—
Palaos	1979	1979	..	12,5	..	0,0	0,0
Saint-Marin	1959	1973	1974 E	12,5	12	16,7	—
Serbie	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,0	—
Somalie	1956	1956	1979 E	..	4	7,8	—
Tuvalu	1967	1967	1989 E	0	8	0,0	—

NOTES

a Année où les femmes se sont vues accorder des droits électoraux universels et égaux à ceux des hommes. Lorsque deux années sont indiquées, la première se rapporte à une première reconnaissance partielle du droit de vote ou de candidature. Dans certains pays, les femmes se sont vues accorder le droit de vote ou de candidature au niveau local avant d'obtenir ces mêmes droits pour les élections nationales. Les données relatives aux droits électoraux locaux ne sont pas reprises dans ce tableau.

b Situation au 1er janvier 2005 Le nombre total comprend les fonctions de vice-premier ministre et de ministre. Sont également inclus les premiers ministres qui détiennent un portefeuille ministériel ainsi que les vice-présidents et chefs des départements ou organismes de niveau ministériel qui occupent une fonction ministérielle au sein de la structure gouvernementale.

c Sauf indication contraire, situation au 31 mai 2006 Ce pourcentage a été calculé sur la base du nombre total de sièges pourvus au parlement à ce moment.

d Aucune information n'est disponible sur l'année où toutes les femmes ont obtenu le droit de candidature. Cependant, la Constitution ne fait pas mention de la question du genre concernant ce droit.

e Année où des femmes ont été élues dans le système parlementaire actuel.

f Actuellement, le Brunéi Darussalam n'a pas de parlement.

g Conformément à la nouvelle Constitution en vigueur depuis 2003, les femmes se sont vues accorder le droit de vote. Aucune élection n'a encore eu lieu depuis lors.

h Situation au 1er mars 2005

i Ces chiffres ne comprennent pas les 36 délégués spéciaux renouvelables nommés selon les circonstances. Les pourcentages indiqués sont donc calculés sur la base des 54 sièges permanents.

j Le parlement élu en 1990 ne s'est jamais réuni et n'a jamais été autorisé à siéger. Nombre de ses membres ont été mis en détention ou ont été contraints à l'exil.

k En 2004, le nombre de sièges au parlement est passé de 300 à 345 Ces 45 sièges supplémentaires, réservés aux femmes, sont occupés depuis septembre et octobre 2005

l Les élections du 30 août 2001 avaient pour but d'élire les membres de l'assemblée constituante. Cette assemblée est devenue le Parlement national le 20 mai 2002, date à laquelle le pays a obtenu l'indépendance, sans procéder à de nouvelles élections.

m UIP 2006a.

n Le Parlement a été suspendu après un coup d'État en août 2005

o Les États membres de l'ONU ne sont pas repris dans les principaux tableaux statistiques.

p La Serbie et le Monténégro se sont séparés en juin 2006 pour devenir deux États indépendants. Les femmes ont obtenu le droit de vote et de candidature en 1946, lorsque la Serbie et le Monténégro appartenaient à l'ex-Yougoslavie.

SOURCES

Colonnes 1-3 : UIP 2006b.
Colonne 4 : UIP 2005.
Colonne 5 : ONU 2006c, sur la base de données fournies par l'Union interparlementaire.
Colonnes 6 et 7 : UIP 2006c.

TABLEAU 30

Textes relatifs aux droits de l'Homme et des travailleurs

État des principaux textes internationaux relatifs aux droits de l'Homme

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	●	●	●	●	●	●	●
2 Islande	●	●	●	●	●	●	●
3 Australie	●	●	●	●	●	●	●
4 Irlande	●	●	●	●	●	●	●
5 Suède	●	●	●	●	●	●	●
6 Canada	●	●	●	●	●	●	●
7 Japon		●	●	●	●	●	●
8 États-Unis	●	●	●	❍	❍	●	❍
9 Suisse	●	●	●	●	●	●	●
10 Pays-Bas	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlande	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxembourg	●	●	●	●	●	●	●
13 Belgique	●	●	●	●	●	●	●
14 Autriche	●	●	●	●	●	●	●
15 Danemark	●	●	●	●	●	●	●
16 France	●	●	●	●	●	●	●
17 Italie	●	●	●	●	●	●	●
18 Royaume-Uni	●	●	●	●	●	●	●
19 Espagne	●	●	●	●	●	●	●
20 Nouvelle-Zélande	●	●	●	●	●	●	●
21 Allemagne	●	●	●	●	●	●	●
23 Israël	●	●	●	●	●	●	●
24 Grèce	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapour	●				●		●
26 Corée, République de	●	●	●	●	●	●	●
27 Slovénie	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●
29 Chypre	●	●	●	●	●	●	●
30 Tchèque, République	●	●	●	●	●	●	●
31 Barbade	●	●	●	●	●		●
32 Malte		●	●	●	●	●	●
33 Koweït	●	●	●	●	●	●	●
34 Brunéi Darussalam					●		●
35 Hongrie	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentine	●	●	●	●	●	●	●
37 Pologne	●	●	●	●	●	●	●
38 Chili	●	●	●	●	●	●	●
39 Bahreïn	●	●			●	●	●
40 Estonie	●	●	●	●	●	●	●
41 Lituanie	●	●	●	●	●	●	●
42 Slovaquie	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguay	●	●	●	●	●	●	●
44 Croatie	●	●	●	●	●	●	●
45 Lettonie	●	●	●	●	●	●	●
46 Qatar		●				●	●
47 Seychelles	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●
49 Émirats arabes unis	●	●			●		●
50 Cuba	●	●			●	●	●
51 Saint-Kitts-et-Nevis					●		●
52 Bahamas	●	●			●		●
53 Mexique	●	●	●	●	●	●	●
54 Bulgarie	●	●	●	●	●	●	●

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
55 Tonga	●	●					●
56 Oman		●			●		●
57 Trinité-et-Tobago	●	●	●	●	●		●
58 Panama	●	●	●	●	●	●	●
59 Antigua-et-Barbuda	●	●			●	●	●
60 Roumanie	●	●	●	●	●	●	●
61 Malaisie	●				●		●
62 Bosnie-Herzégovine	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurice		●	●	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	●	●	●	●	●	●	●
65 Russie, Fédération de	●	●	●	●	●	●	●
66 Macédoine, ERYM	●	●	●	●	●	●	●
67 Bélarus	●	●	●	●	●	●	●
68 Dominique			●	●	●		●
69 Brésil	●	●	●	●	●	●	●
70 Colombie	●	●	●	●	●	●	●
71 Sainte-Lucie		●			●		●
72 Venezuela, RB	●	●	●	●	●	●	●
73 Albanie	●	●	●	●	●	●	●
74 Thaïlande		●	●	●	●		●
75 Samoa occidentales					●		●
76 Arabie Saoudite	●	●			●	●	●
77 Ukraine	●	●	●	●	●	●	●
78 Liban	●	●	●	●	●	●	●
79 Kazakhstan	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménie	●	●	●	●	●	●	●
81 Chine	●	●	❍	●	●	●	●
82 Pérou	●	●	●	●	●	●	●
83 Équateur	●	●	●	●	●	●	●
84 Philippines	●	●	●	●	●	●	●
85 Grenade		❍	●	●	●		●
86 Jordanie	●	●	●	●	●	●	●
87 Tunisie	●	●	●	●	●	●	●
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname		●	●	●	●		●
90 Fidji	●	●			●		●
91 Paraguay	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquie	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●
94 Dominicaine, République	❍	●	●	●	●	❍	●
95 Belize	●	●	●	❍	●	●	●
96 Iran, République islamique d'	●	●	●	●			●
97 Géorgie	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldives	●	●			●	●	●
99 Azerbaïdjan	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador	●	●	●	●	●	●	●
102 Algérie	●	●	●	●	●	●	●
103 Guyane		●	●	●	●	●	●
104 Jamaïque	●	●	●	●	●		●
105 Turkménistan		●	●	●	●	●	●
106 Cap Vert		●	●	●	●	●	●
107 Syrienne, République arabe	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésie		●	●	●	●	●	●

TABLEAU 30 État des principaux textes internationaux relatifs aux droits de l'Homme

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
109 Viet Nam	●	●	●	●	●		●
110 Kirghizistan	●	●	●	●	●	●	●
111 Égypte	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicaragua	●	●	●	●	●	●	●
113 Ouzbékistan	●	●	●	●	●	●	●
114 Moldova, République de	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolivie	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongolie	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●		●
120 Guinée équatoriale		●	●	●	●	●	●
121 Afrique du Sud	●	●	●	❍	●	●	●
122 Tadjikistan		●	●	●	●	●	●
123 Maroc	●	●	●	●	●	●	●
124 Gabon	●	●	●	●	●	●	●
125 Namibie	●	●	●	●	●	●	●
126 Inde	●	●	●	●	●	❍	●
127 São Tomé-et-Principe		❍	❍	❍	●	❍	●
128 Salomon, Îles		●		●	●		●
129 Cambodge	●	●	●	●	●	●	●
130 Myanmar	●				●		●
131 Botswana		●	●		●	●	●
132 Comores	●	●			●	❍	●
133 Lao, Rép. dém. pop.	●	●	❍	❍	●		●
134 Pakistan	●	●		❍	●		●
135 Bhoutan		❍			●		●
136 Ghana	●	●	●	●	●	●	●
137 Bangladesh	●	●	●	●	●	●	●
138 Népal	●	●	●	●	●	●	●
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	●	●			●		●
140 Congo		●	●	●	●	●	●
141 Soudan	●	●	●	●		❍	●
142 Timor oriental		●	●	●	●	●	●
143 Madagascar		●	●	●	●	●	●
144 Cameroun		●	●	●	●	●	●
145 Ouganda	●	●	●	●	●	●	●
146 Swaziland		●	●	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibouti		❍	●	●	●	●	●
149 Lesotho	●	●	●	●	●	●	●
150 Yémen	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabwe	●	●	●	●	●		●
152 Kenya		●	●	●	●	●	●
153 Mauritanie		●	●	●	●	●	●
154 Haïti	●	●	●		●		●
155 Gambie	●	●	●	●	●	❍	●
156 Sénégal	●	●	●	●	●	●	●
157 Érythrée		●	●	●	●		●
158 Rwanda	●	●	●	●	●		●
159 Nigeria		●	●	●	●	●	●
160 Guinée	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola			●	●	●		●

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
162 Tanzanie, Rép. unie de	●	●	●	●	●		●
163 Bénin		●	●	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	●	●	●	●	●	●	●
165 Zambie		●	●	●	●	●	●
166 Malawi		●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	●	●	●	●	●	●	●
168 Mozambique	●	●	●		●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●
170 Éthiopie	●	●	●	●	●	●	●
171 Tchad		●	●	●	●	●	●
172 Centrafricaine, République		●	●	●	●		●
173 Guinée-Bissau		❍	❍	●	●	❍	●
174 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●
176 Sierra Leone		●	●	●	●	●	●
177 Niger		●	●	●	●	●	●
AUTRES [a]							
Afghanistan	●	●	●	●	●	●	●
Andorre		❍	❍		●	❍	●
Iraq	●	●	●	●	●		●
Kiribati					●		●
Corée, Rép. pop. dém. de	●		●	●	●		●
Libéria	●	●	●	●	●	●	●
Liechtenstein	●	●	●	●	●	●	●
Marshall, Îles					●		●
États fédérés de Micronésie					●		●
Monaco	●	●	●	●	●	●	●
Monténégro [c]	❍						
Nauru		❍	❍			❍	●
Palaos							●
Saint-Marin		●	●	●	●	❍	●
Serbie [c]	●	●	●	●	●	●	●
Somalie		●	●	●		●	❍
Tuvalu					●		●
Nombre total d'États signataires [b]	**138**	**170**	**156**	**153**	**183**	**141**	**192**
Signatures non encore suivies d'une ratification	**2**	**7**	**6**	**6**	**1**	**10**	**2**

● Ratification, adhésion ou succession.
❍ Signature non encore suivie d'une ratification.

NOTES

Le tableau reprend les États qui ont signé ou ratifié au moins l'un des sept textes relatifs aux droits de l'Homme. Situation au 28 août 2006.

a Pays ou territoires s'ajoutant aux 177 pays ou territoires repris dans les principaux tableaux, ayant signé ou ratifié au moins l'un des sept textes relatifs aux droits de l'Homme.

b ratification, adhésion ou succession.

c Au terme de la séparation de la Serbie-et-Monténégro en deux États indépendants en juin 2006, toutes les actions relatives aux traités (ratification, signature) se poursuivent pour la République de Serbie. Au 28 août 2006, le Secrétaire général de l'ONU n'avait reçu aucune notification de la République du Monténégro concernant les traités figurant dans ce tableau, sauf indication contraire.

SOURCES

Toutes les colonnes : ONU 2006d.

TABLEAU 31

Textes relatifs aux droits de l'Homme et des travailleurs

État des conventions relatives aux droits fondamentaux du travail

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Islande	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Australie	●	●	●	●	●	●		
4 Irlande	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Suède	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Canada	●			●	●	●		●
7 Japon	●	●	●		●		●	●
8 États-Unis				●				●
9 Suisse	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Pays-Bas	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlande	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxembourg	●	●	●	●	●	●	●	●
13 Belgique	●	●	●	●	●	●	●	●
14 Autriche	●	●	●	●	●	●	●	●
15 Danemark	●	●	●	●	●	●	●	●
16 France	●	●	●	●	●	●	●	●
17 Italie	●	●	●	●	●	●	●	●
18 Royaume-Uni	●	●	●	●	●	●	●	●
19 Espagne	●	●	●	●	●	●	●	●
20 Nouvelle-Zélande		●	●	●	●	●		●
21 Allemagne	●	●	●	●	●	●	●	●
23 Israël	●	●	●	●	●	●	●	●
24 Grèce	●	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapour		●	●	▼	●		●	●
26 Corée, République de					●	●	●	●
27 Slovénie	●	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●	●
29 Chypre	●	●	●	●	●	●	●	●
30 Tchèque, République	●	●	●	●	●	●		●
31 Barbade	●	●	●	●	●	●	●	●
32 Malte	●	●	●	●	●	●	●	●
33 Koweït	●		●	●		●	●	●
34 Brunéi Darussalam								
35 Hongrie	●	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentine	●	●	●	●	●	●	●	●
37 Pologne	●	●	●	●	●	●	●	●
38 Chili	●	●	●	●	●	●	●	●
39 Bahreïn			●	●		●		●
40 Estonie	●	●	●	●	●	●		●
41 Lituanie	●	●	●	●	●	●	●	●
42 Slovaquie	●	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguay	●	●	●	●	●	●	●	●
44 Croatie	●	●	●	●	●	●	●	●
45 Lettonie	●	●	●	●	●	●	●	●
46 Qatar			●			●	●	●
47 Seychelles	●	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●	●
49 Émirats arabes unis			●	●	●	●	●	●
50 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	
51 Saint-Kitts-et-Nevis	●	●	●	●	●	●	●	●
52 Bahamas	●	●	●	●	●	●	●	●
53 Mexique	●		●	●	●	●		●
54 Bulgarie	●	●	●	●	●	●	●	●

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
55 Tonga								
56 Oman			●	●			●	●
57 Trinité-et-Tobago	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Panama	●	●	●	●	●	●	●	●
59 Antigua-et-Barbuda	●	●	●	●	●	●	●	●
60 Roumanie	●	●	●	●	●	●	●	●
61 Malaisie		●	●	♦	●		●	●
62 Bosnie-Herzégovine	●	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurice	●	●	●	●	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	●	●	●	●	●	●	●	●
65 Russie, Fédération de	●	●	●	●	●	●	●	●
66 Macédoine, ERYM	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Bélarus	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Dominique	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Brésil		●	●	●	●	●	●	●
70 Colombie	●	●	●	●	●	●	●	●
71 Sainte-Lucie	●	●	●	●	●	●		●
72 Venezuela, RB	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Albanie	●	●	●	●	●	●	●	●
74 Thaïlande			●	●	●		●	●
75 Samoa occidentales								
76 Arabie Saoudite			●	●	●	●		●
77 Ukraine	●	●	●	●	●	●	●	●
78 Liban		●	●	●	●	●	●	●
79 Kazakhstan	●	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménie	●	●	●	●	●	●	●	●
81 Chine					●	●	●	●
82 Pérou	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Équateur	●	●	●	●	●	●	●	●
84 Philippines	●	●	●	●	●	●	●	●
85 Grenade	●	●	●	●	●	●	●	●
86 Jordanie		●	●	●	●	●	●	●
87 Tunisie	●	●	●	●	●	●	●	●
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname	●	●	●	●				●
90 Fidji	●	●	●	●	●	●	●	●
91 Paraguay	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquie	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●	●
94 Dominicaine, République	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Iran, République islamique d'			●	●	●	●		●
97 Géorgie	●	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldives								
99 Azerbaïdjan	●	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador			●	●	●	●	●	●
102 Algérie	●	●	●	●	●	●	●	●
103 Guyane	●	●	●	●	●	●	●	●
104 Jamaïque	●	●	●	●	●	●	●	●
105 Turkménistan	●	●	●	●	●	●		
106 Cap Vert	●	●	●	●	●	●		●
107 Syrienne, République arabe	●	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésie	●	●	●	●	●	●	●	●

TABLEAU 31 État des conventions relatives aux droits fondamentaux du travail

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
109 Viet Nam					●	●	●	●
110 Kirghizistan	●	●	●	●	●	●	●	●
111 Égypte	●	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicaragua	●	●	●	●	●	●	●	●
113 Ouzbékistan		●	●	●	●	●		
114 Moldova, République de	●	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolivie	●	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongolie	●	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●	●		
120 Guinée équatoriale	●	●	●	●	●	●	●	●
121 Afrique du Sud	●	●	●	●	●	●	●	●
122 Tadjikistan	●	●	●	●	●	●	●	●
123 Maroc		●	●	●	●	●	●	●
124 Gabon	●	●	●	●	●	●		●
125 Namibie	●	●	●	●		●	●	●
126 Inde			●	●	●	●		
127 São Tomé-et-Principe	●	●	●	●	●	●	●	●
128 Salomon, Îles			●					
129 Cambodge	●	●	●	●	●	●	●	●
130 Myanmar	●		●					
131 Botswana	●	●	●	●	●	●	●	●
132 Comores	●	●	●	●	●	●	●	●
133 Lao, Rép. dém. pop.			●				●	●
134 Pakistan	●	●	●	●	●	●	●	●
135 Bhoutan								
136 Ghana	●	●	●	●	●	●		●
137 Bangladesh	●	●	●	●	●	●		●
138 Népal		●	●		●	●	●	●
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	●	●	●	●	●	●	●	●
140 Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
141 Soudan		●	●	●	●	●	●	●
142 Timor oriental								
143 Madagascar	●	●	●		●	●	●	●
144 Cameroun	●	●	●	●	●	●	●	●
145 Ouganda	●	●	●	●	●	●	●	●
146 Swaziland	●	●	●	●	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN								
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibouti	●	●	●	●	●	●	●	●
149 Lesotho	●	●	●	●	●	●	●	●
150 Yémen	●	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabwe	●	●	●	●	●	●	●	●
152 Kenya		●	●	●	●	●	●	●
153 Mauritanie	●	●	●	●	●	●	●	●
154 Haïti	●	●	●	●	●	●		
155 Gambie	●	●	●	●	●	●	●	●
156 Sénégal	●	●	●	●	●	●	●	●
157 Érythrée	●	●	●	●	●	●	●	
158 Rwanda	●	●	●	●	●	●	●	●
159 Nigeria	●	●	●	●	●	●	●	●
160 Guinée	●	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola	●	●	●	●	●	●	●	●

TABLEAU 31

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
162 Tanzanie, Rép. unie de	●	●	●	●	●	●	●	●
163 Bénin	●	●	●	●	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	●	●	●	●	●	●	●	●
165 Zambie	●	●	●	●	●	●	●	●
166 Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	●	●	●	●	●	●	●	●
168 Mozambique	●	●	●	●	●	●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
170 Éthiopie	●	●	●	●	●	●	●	●
171 Tchad	●	●	●	●	●	●	●	●
172 Centrafricaine, République	●	●	●	●	●	●	●	●
173 Guinée-Bissau		●	●	●	●	●		
174 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
176 Sierra Leone	●	●	●	●	●	●		
177 Niger	●	●	●	●	●	●	●	●
AUTRES [i]								
Afghanistan				●	●	●		
Iraq		●	●	●	●	●	●	●
Kiribati	●	●	●	●				
Libéria	●	●	●	●		●		●
Monténégro [j]								
Saint-Marin	●	●	●	●	●	●	●	●
Serbie [j]	●	●	●	●	●	●	●	●
Somalie			●	●		●		
Total des ratifications	**145**	**154**	**169**	**163**	**163**	**165**	**147**	**161**

● Convention ratifiée.
▼ Dénonciation de la convention.

NOTES

Le tableau comprend les États membres de l'ONU. Situation au 28 août 2006

a Convention sur la liberté syndicale et la protection du droit syndical (1948).
b Convention sur le droit d'organisation et de négociation collective (1949).
c Convention concernant le travail forcé (1930).
d Convention concernant l'abolition du travail forcé (1957).
e Convention sur l'égalité de rémunération (1951).
f Convention concernant la discrimination en matière d'emploi et de profession (1958).
g Convention sur l'âge minimum (1973).
h Convention sur les pires formes de travail des enfants (1999).
i Pays ou territoires s'ajoutant aux 177 pays ou territoires repris dans les principaux tableaux et membres de l'Organisation internationale du travail (OIT).
j Au terme de la séparation de la Serbie-et-Monténégro en deux États indépendants en juin 2006, toutes les conventions ratifiées par la Serbie-et-Monténégro restent en vigueur pour la République de Serbie. Au 28 août 2006, l'OIT n'avait reçu aucune notification de la République du Monténégro concernant les conventions figurant dans ce tableau.

SOURCES

Toutes les colonnes : OIT 2006a.

QUADRO 1

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	0,965	79,6	.. [e]	100 [f]	38.454	0,91	0,99	0,99	3
2	Islândia	0,960	80,9	.. [e]	96 [g]	33.051	0,93	0,98	0,97	3
3	Austrália	0,957	80,5	.. [e]	113 [f]	30.331	0,92	0,99	0,95	11
4	Irlanda	0,956	77,9	.. [e]	99	38.827	0,88	0,99	1,00	-1
5	Suécia	0,951	80,3	.. [e]	96	29.541	0,92	0,98	0,95	11
6	Canadá	0,950	80,2	.. [e]	93 [g, h]	31.263	0,92	0,97	0,96	4
7	Japão	0,949	82,2	.. [e]	85	29.251	0,95	0,94	0,95	11
8	Estados Unidos	0,948	77,5	.. [e]	93	39.676	0,88	0,97	1,00	-6
9	Suíça	0,947	80,7	.. [e]	86	33.040	0,93	0,95	0,97	-3
10	Países Baixos	0,947	78,5	.. [e]	98	31.789	0,89	0,99	0,96	-1
11	Finlândia	0,947	78,7	.. [e]	100 [f]	29.951	0,89	0,99	0,95	4
12	Luxemburgo	0,945	78,6	.. [e]	85 [h, i]	69.961 [j]	0,89	0,94	1,00	-11
13	Bélgica	0,945	79,1	.. [e]	95	31.096	0,90	0,98	0,96	-2
14	Áustria	0,944	79,2	.. [e]	91	32.276	0,90	0,96	0,96	-7
15	Dinamarca	0,943	77,3	.. [e]	101 [f]	31.914	0,87	0,99	0,96	-7
16	França	0,942	79,6	.. [e]	93	29.300	0,91	0,97	0,95	1
17	Itália	0,940	80,2	98,4 [e]	89	28.180	0,92	0,96	0,94	3
18	Reino Unido	0,940	78,5	.. [e]	93 [g]	30.821	0,89	0,97	0,96	-5
19	Espanha	0,938	79,7	98,0 [e, k]	96	25.047	0,91	0,98	0,92	3
20	Nova Zelândia	0,936	79,3	.. [e]	100 [f]	23.413	0,90	0,99	0,91	5
21	Alemanha	0,932	78,9	.. [e]	89 [g]	28.303	0,90	0,96	0,94	-2
22	Hong Kong, China (RAE)	0,927	81,8	.. [l]	77	30.822	0,95	0,88	0,96	-10
23	Israel	0,927	80,0	97,1	90	24.382	0,92	0,95	0,92	0
24	Grécia	0,921	78,3	96,0 [e]	93	22.205	0,89	0,97	0,90	3
25	Singapura	0,916	78,9	92,5	87 [m]	28.077	0,90	0,91	0,94	-4
26	República da Coreia	0,912	77,3	98,0 [e, k]	95	20.499	0,87	0,98	0,89	5
27	Eslovénia	0,910	76,6	.. [e, l]	95	20.939	0,86	0,98	0,89	1
28	Portugal	0,904	77,5	92,0 [e, k]	89	19.629	0,87	0,96	0,88	5
29	Chipre	0,903	78,7	96,8	79 [g]	22.805	0,90	0,91	0,91	-3
30	República Checa	0,885	75,7	.. [e]	81	19.408	0,85	0,93	0,88	4
31	Barbados	0,879	75,3	.. [e, h, l]	89 [h]	15.720 [h, n]	0,84	0,96	0,84	10
32	Malta	0,875	78,6	87,9 [o]	81	18.879	0,89	0,86	0,87	5
33	Koweit	0,871	77,1	93,3	73 [g]	19.384 [p]	0,87	0,87	0,88	2
34	Estado do Brunei Darussalam	0,871	76,6	92,7	77 [g]	19.210 [h, q]	0,86	0,88	0,88	2
35	Hungria	0,869	73,0	.. [e, l]	87	16.814	0,80	0,95	0,86	4
36	Argentina	0,863	74,6	97,2	89 [h]	13.298	0,83	0,95	0,82	10
37	Polónia	0,862	74,6	.. [e, l]	86	12.974	0,83	0,95	0,81	11
38	Chile	0,859	78,1	95,7	81	10.874	0,89	0,91	0,78	18
39	Barém	0,859	74,5	86,5	85 [g]	20.758	0,82	0,86	0,89	-10
40	Estónia	0,858	71,6	99,8 [e]	92	14.555	0,78	0,97	0,83	4
41	Lituânia	0,857	72,5	99,6 [e]	92	13.107	0,79	0,97	0,81	6
42	Eslováquia	0,856	74,3	100,0 [e, k]	77	14.623	0,82	0,92	0,83	1
43	Uruguai	0,851	75,6	.. [l]	89 [g, h]	9.421	0,84	0,95	0,76	19
44	Croácia	0,846	75,2	98,1	73 [h]	12.191	0,84	0,90	0,80	7
45	Letónia	0,845	71,8	99,7 [e]	90	11.653	0,78	0,96	0,79	9
46	Catar	0,844	73,0	89,0	76	19.844 [h, r]	0,80	0,85	0,88	-14
47	Seicheles	0,842	72,7 [h, m]	91,8	80 [g]	16.652	0,80	0,88	0,85	-7
48	Costa Rica	0,841	78,3	94,9	72	9.481 [p]	0,89	0,87	0,76	13
49	Emirados Árabes Unidos	0,839	78,3	.. [l]	60 [g, h]	24.056 [p]	0,89	0,71	0,92	-25
50	Cuba	0,826	77,6	99,8 [e]	80 [h]	.. [s]	0,88	0,93	0,67	43
51	São Cristóvão e Nevis	0,825	70,0 [h, m, t]	97,8 [m]	80 [g]	12.702 [h]	0,75	0,92	0,81	-2
52	Baamas	0,825	70,2	.. [l]	66 [g]	17.843 [h]	0,75	0,86	0,87	-14
53	México	0,821	75,3	91,0	75	9.803	0,84	0,86	0,77	7

QUADRO 1

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
54	Bulgária	0,816	72,4	98,2	81	8.078	0,79	0,92	0,73	12
55	Tonga	0,815	72,4	98,9 [o]	80 [g]	7.870 [p]	0,79	0,93	0,73	13
56	Omã	0,810	74,3	81,4	68 [g]	15.259	0,82	0,77	0,84	-14
57	Trindade e Tobago	0,809	69,8	.. [l]	67 [g]	12.182	0,75	0,88	0,80	-5
58	Panamá	0,809	75,0	91,9	80	7.278	0,83	0,88	0,72	18
59	Antígua e Barbuda	0,808	73,9 [h, m, t]	85,8 [h, u]	69 [h, m]	12.586	0,82	0,80	0,81	-9
60	Roménia	0,805	71,5	97,3	75	8.480	0,78	0,90	0,74	3
61	Malásia	0,805	73,4	88,7	73 [h]	10.276	0,81	0,84	0,77	-4
62	Bósnia e Herzegovina	0,800	74,3	96,7	67 [h, v]	7.032	0,82	0,87	0,71	16
63	Maurícia	0,800	72,4	84,4	74 [g]	12.027	0,79	0,81	0,80	-10
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	0,798	73,8	.. [l]	94 [g, h]	7.570 [h, w]	0,81	0,86	0,72	7
65	Federação da Rússia	0,797	65,2	99,4 [e]	88 [g]	9.902	0,67	0,95	0,77	-6
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	0,796	73,9	96,1	70	6.610	0,82	0,87	0,70	16
67	Bielorrússia	0,794	68,2	99,6 [e, o]	88	6.970	0,72	0,95	0,71	12
68	Domínica	0,793	75,6 [h, u]	88,0 [h, u]	83 [g]	5.643	0,84	0,86	0,67	27
69	Brasil	0,792	70,8	88,6	86 [h]	8.195	0,76	0,88	0,74	-5
70	Colômbia	0,790	72,6	92,8	73	7.256 [p]	0,79	0,86	0,72	7
71	Santa Lúcia	0,790	72,6	94,8 [h, u]	76	6.324	0,79	0,89	0,69	16
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	0,784	73,0	93,0	74 [g, h]	6.043	0,80	0,87	0,68	17
73	Albânia	0,784	73,9	98,7	68 [h]	4.978	0,82	0,88	0,65	26
74	Tailândia	0,784	70,3	92,6	74	8.090	0,75	0,86	0,73	-9
75	Samoa (Ocidental)	0,778	70,5	.. [l]	74 [g]	5.613	0,76	0,90	0,67	22
76	Arábia Saudita	0,777	72,0	79,4	59	13.825 [p]	0,78	0,72	0,82	-31
77	Ucrânia	0,774	66,1	99,4 [e]	85	6.394	0,69	0,94	0,69	9
78	Líbano	0,774	72,2	.. [l]	84	5.837	0,79	0,86	0,68	13
79	Cazaquistão	0,774	63,4	99,5 [e, o]	91	7.440	0,64	0,96	0,72	-5
80	Arménia	0,768	71,6	99,4 [e]	74	4.101	0,78	0,91	0,62	32
81	China	0,768	71,9	90,9	70	5.896 [x]	0,78	0,84	0,68	9
82	Peru	0,767	70,2	87,7	86 [g]	5.678	0,75	0,87	0,67	12
83	Equador	0,765	74,5	91,0	.. [y]	3.963	0,82	0,86	0,61	30
84	Filipinas	0,763	70,7	92,6	82	4.614	0,76	0,89	0,64	19
85	Granada	0,762	65,3 [h, u]	96,0 [u]	73 [g]	8.021	0,67	0,88	0,73	-18
86	Jordânia	0,760	71,6	89,9	79	4.688	0,78	0,86	0,64	16
87	Tunísia	0,760	73,5	74,3	75	7.768	0,81	0,75	0,73	-18
88	São Vicente e Granadinas	0,759	71,3	88,1 [u]	68	6.398	0,77	0,81	0,69	-3
89	Suriname	0,759	69,3	89,6	72 [g, h]	.. [p, z]	0,74	0,84	0,70	-5
90	Fiji	0,758	68,0	.. [l]	75 [g]	6.066	0,72	0,87	0,69	-2
91	Paraguai	0,757	71,2	.. [l]	70 [g, h]	4.813 [p]	0,77	0,86	0,65	9
92	Turquia	0,757	68,9	87,4	69	7.753	0,73	0,81	0,73	-22
93	Sri Lanca	0,755	74,3	90,7	63 [g]	4.390	0,82	0,81	0,63	13
94	República Dominicana	0,751	67,5	87,0	74 [g]	7.449 [p]	0,71	0,83	0,72	-21
95	Belize	0,751	71,8	75,1 [h, u]	81	6.747	0,78	0,77	0,70	-15
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,746	70,7	77,0	72 [g]	7.525	0,76	0,75	0,72	-24
97	Geórgia	0,743	70,6	100,0 [e, k, aa]	75	2.844	0,76	0,91	0,56	23
98	Maldivas	0,739	67,0	96,3	69 [g]	.. [h, p, z]	0,70	0,87	0,65	3
99	Azerbaijão	0,736	67,0	98,8 [o]	68	4.153	0,70	0,89	0,62	12
100	Territórios Ocupados da Palestina	0,736	72,7	92,4	81 [g]	.. [ab]	0,80	0,89	0,53	26
101	El Salvador	0,729	71,1	.. [l]	70 [g]	5.041 [p]	0,77	0,76	0,65	-3
102	Argélia	0,728	71,4	69,9	73	6.603 [p]	0,77	0,71	0,70	-19
103	Guiana	0,725	63,6	96,5 [h, u]	76 [h]	4.439 [p]	0,64	0,90	0,63	2
104	Jamaica	0,724	70,7	79,9 [o]	77 [g]	4.163	0,76	0,79	0,62	6
105	Turquemenistão	0,724	62,5	98,8 [o]	.. [y]	4.584 [h]	0,63	0,91	0,64	-1
106	Cabo Verde	0,722	70,7	.. [l]	67	5.727 [p]	0,76	0,73	0,68	-14

Ordem do IDH [a]	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
107 República Árabe Síria	0,716	73,6	79,6	63 [g]	3.610	0,81	0,74	0,60	8
108 Indonésia	0,711	67,2	90,4	68	3.609	0,70	0,83	0,60	8
109 Vietname	0,709	70,8	90,3 [o]	63 [g]	2.745	0,76	0,81	0,55	12
110 Quirguizistão	0,705	67,1	98,7 [o]	78	1.935	0,70	0,92	0,49	32
111 Egipto	0,702	70,2	71,4	76 [g]	4.211	0,75	0,73	0,62	-2
112 Nicarágua	0,698	70,0	76,7	70 [g]	3.634 [p]	0,75	0,75	0,60	2
113 Usbequistão	0,696	66,6	.. [e, l]	74 [g]	1.869	0,69	0,91	0,49	32
114 Moldávia, República da	0,694	68,1	98,4	70 [g]	1.729	0,72	0,89	0,48	33
115 Bolívia	0,692	64,4	86,7	87 [g]	2.720	0,66	0,87	0,55	7
116 Mongólia	0,691	64,5	97,8	77	2.056	0,66	0,91	0,50	18
117 Honduras	0,683	68,1	80,0	71 [g]	2.876 [p]	0,72	0,77	0,56	2
118 Guatemala	0,673	67,6	69,1	66 [g]	4.313 [p]	0,71	0,68	0,63	-11
119 Vanuatu	0,670	68,9	74,0 [o]	64 [g]	3.051 [p]	0,73	0,71	0,57	-1
120 Guiné Equatorial	0,653	42,8	87,0	58 [g, h]	20.510 [h, p]	0,30	0,77	0,89	-90
121 África do Sul	0,653	47,0	82,4 [o]	77 [h]	11.192 [p]	0,37	0,80	0,79	-66
122 Tajiquistão	0,652	63,7	99,5 [e]	71	1.202	0,65	0,90	0,41	34
123 Marrocos	0,640	70,0	52,3	58	4.309	0,75	0,54	0,63	-15
124 Gabão	0,633	54,0	71,0 [k]	72 [g, h]	6.623	0,48	0,71	0,70	-43
125 Namíbia	0,626	47,2	85,0	67 [h]	7.418 [p]	0,37	0,79	0,72	-50
126 Índia	0,611	63,6	61,0	62 [g]	3.139 [p]	0,64	0,61	0,58	-9
127 São Tomé e Príncipe	0,607	63,2	83,1 [h, m]	63	1.231 [h, r]	0,64	0,76	0,42	28
128 Ilhas Salomão	0,592	62,6	76,6 [h, m]	47 [g, h]	1.814 [p]	0,63	0,67	0,48	18
129 Camboja	0,583	56,5	73,6	60 [h]	2.423 [p]	0,52	0,69	0,53	-4
130 Mianmar	0,581	60,5	89,9	49 [g]	1.027 [h, w]	0,59	0,76	0,39	33
131 Botsuana	0,570	34,9	81,2	71 [g]	9.945	0,16	0,78	0,77	-73
132 Comores	0,556	63,7	.. [l]	46 [g]	1.943 [p]	0,64	0,53	0,50	8
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	0,553	55,1	68,7	61	1.954	0,50	0,66	0,50	5
134 Paquistão	0,539	63,4	49,9	38	2.225	0,64	0,46	0,52	-6
135 Butão	0,538	63,4	47,0 [k]	.. [y]	1.969 [h, r]	0,64	0,48	0,50	2
136 Gana	0,532	57,0	57,9	47 [g]	2.240 [p]	0,53	0,54	0,52	-9
137 Bangladeche	0,530	63,3	.. [l]	57 [h]	1.870	0,64	0,46	0,49	7
138 Nepal	0,527	62,1	48,6	57 [h]	1.490	0,62	0,51	0,45	13
139 Papuásia-Nova Guiné	0,523	55,7	57,3	41 [g, h]	2.543 [p]	0,51	0,52	0,54	-15
140 Congo	0,520	52,3	.. [l]	52 [g]	978	0,46	0,72	0,38	25
141 Sudão [ac]	0,516	56,5	60,9	37 [g]	1.949 [p]	0,53	0,53	0,50	-2
142 Timor-Leste	0,512	56,0	58,6 [h, m]	72 [g, h]	.. [ad]	0,52	0,63	0,39	20
143 Madagáscar	0,509	55,6	70,7	57 [g]	857	0,51	0,66	0,36	26
144 Camarões	0,506	45,7	67,9	62 [g]	2.174	0,34	0,66	0,51	-13
145 Uganda	0,502	48,4	66,8	66	1.478 [p]	0,39	0,67	0,45	7
146 Suazilândia	0,500	31,3	79,6	58 [g, h]	5.638	0,10	0,72	0,67	-50
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147 Togo	0,495	54,5	53,2	55 [g]	1.536 [p]	0,49	0,54	0,46	3
148 Djibuti	0,494	52,9	.. [l]	24	1.993 [p]	0,47	0,52	0,50	-13
149 Lesoto	0,494	35,2	82,2	66 [g]	2.619 [p]	0,17	0,77	0,54	-26
150 Iémen	0,492	61,1	.. [l]	55 [g]	879	0,60	0,51	0,36	18
151 Zimbabué	0,491	36,6	.. [l]	52 [g, h]	2.065	0,19	0,77	0,51	-18
152 Quénia	0,491	47,5	73,6	60 [g]	1.140	0,37	0,69	0,41	7
153 Mauritânia	0,486	53,1	51,2	46	1.940 [p]	0,47	0,49	0,49	-12
154 Haiti	0,482	52,0	.. [l]	.. [y]	1.892 [h, p]	0,45	0,50	0,49	-11
155 Gâmbia	0,479	56,1	.. [l]	50 [g]	1.991 [p]	0,52	0,42	0,50	-19
156 Senegal	0,460	56,0	39,3	38 [g]	1.713	0,52	0,39	0,47	-8
157 Eritreia	0,454	54,3	.. [l]	35	977 [p]	0,49	0,50	0,38	9
158 Ruanda	0,450	44,2	64,9	52	1.263 [p]	0,32	0,61	0,42	-5
159 Nigéria	0,448	43,4	.. [l]	55 [g]	1.154	0,31	0,63	0,41	-1

QUADRO 1

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
160 Guiné	0,445	53,9	29,5	42	2.180	0,48	0,34	0,51	-30
161 Angola	0,439	41,0	67,4	26 [g, h]	2.180 [p]	0,27	0,53	0,51	-32
162 Tanzânia, Rep. U. da	0,430	45,9	69,4	48 [g]	674	0,35	0,62	0,32	13
163 Benim	0,428	54,3	34,7	49 [g]	1.091	0,49	0,40	0,40	-2
164 Costa do Marfim	0,421	45,9	48,7	40 [g, h]	1.551	0,35	0,46	0,46	-15
165 Zâmbia	0,407	37,7	68,0 [o]	54 [g]	943	0,21	0,63	0,37	2
166 Malawi	0,400	39,8	64,1 [o]	64 [g]	646	0,25	0,64	0,31	10
167 Congo, Rep. Dem.	0,391	43,5	67,2	27 [g, h]	705 [p]	0,31	0,54	0,33	6
168 Moçambique	0,390	41,6	.. [l]	49	1.237 [p]	0,28	0,47	0,42	-14
169 Burundi	0,384	44,0	59,3	36	677 [p]	0,32	0,52	0,32	5
170 Etiópia	0,371	47,8	.. [l]	36	756 [p]	0,38	0,40	0,34	1
171 Chade	0,368	43,7	25,7	35 [g]	2.090 [p]	0,31	0,29	0,51	-39
172 República Centro-Africana	0,353	39,1	48,6	30 [g, h]	1.094 [p]	0,24	0,42	0,40	-12
173 Guiné-Bissau	0,349	44,8	.. [l]	37 [g, h]	722 [p]	0,33	0,39	0,33	-1
174 Burquina Faso	0,342	47,9	21,8	26 [g]	1.169 [p]	0,38	0,23	0,41	-17
175 Mali	0,338	48,1	19,0 [o]	35	998	0,39	0,24	0,38	-11
176 Serra Leoa	0,335	41,0	35,1	65 [g]	561	0,27	0,45	0,29	1
177 Níger	0,311	44,6	28,7	21	779 [p]	0,33	0,26	0,34	-7
Países em desenvolvimento	0,679	65,2	78,9	63	4.775	0,67	0,72	0,65	..
Países menos desenvolvidos	0,464	52,4	63,7	45	1.350	0,46	0,50	0,43	..
Países Árabes	0,680	67,3	69,9	62	5.680	0,71	0,66	0,67	..
Ásia Oriental e Pacífico	0,760	70,8	90,7	69	5.872	0,76	0,84	0,68	..
América Latina e Caraíbas	0,795	72,2	90,2	81	7.964	0,79	0,87	0,73	..
Ásia do Sul	0,599	63,7	60,9	56	3.072	0,64	0,58	0,57	..
África Subsariana	0,472	46,1	63,3	50	1.946	0,35	0,57	0,50	..
Europa Central, Oriental e CEI	0,802	68,2	99,2	83	8.802	0,72	0,94	0,75	..
OCDE	0,923	77,8	..	89	27.571	0,88	0,95	0,94	..
OCDE de rendimento elevado	0,946	79,0	..	95	32.003	0,90	0,98	0,96	..
Desenvolvimento humano elevado	0,923	78,0	..	91	26.568	0,88	0,95	0,93	..
Desenvolvimento humano médio	0,701	67,3	80,5	66	4.901	0,71	0,75	0,65	..
Desenvolvimento humano baixo	0,427	45,8	57,9	46	1.113	0,35	0,53	0,40	..
Rendimento elevado	0,942	78,8	..	94	31.331	0,90	0,97	0,96	..
Rendimento médio	0,768	70,3	89,9	73	6.756	0,76	0,84	0,70	..
Rendimento baixo	0,556	58,7	62,3	54	2.297	0,56	0,58	0,52	..
Mundo	0,741	67,3	..	67	8.833	0,71	0,77	0,75	..

NOTAS

a A ordenação do IDH é determinada utilizando os valores IDH até à sexta casa decimal.

b Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.

c Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO.

d Um valor positivo indica que a ordem do IDH é mais elevada que a do PIB per capita (dólares PPC); um valor negativo indica o oposto.

e Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%.

f Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 100%.

g Estimativas provisórias nacionais do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

i Statec. 2006. Os dados referem-se aos nacionais matriculados tanto no país como no estrangeiro e, por isso, diferem da definição padrão.

j Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC).

k UNICEF. 2004.

l Na ausência de dados recentes, foram utilizadas as seguintes estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO 2003, baseadas no censos desactualizado ou informação de inquéritos, e deverão ser interpretadas com precaução: Baamas 95, Bangladeche 41, Barbados 100, Cabo Verde 76, Comores 56, Djibuti 65, El Salvador 80, Eritreia 57, Etiópia 42, Fiji 93, Gâmbia 38, Guiné-Bissau 40, Haiti 52, Hong Kong, China (RAE) 94, Hungria 99, Líbano 86, Jamahira Árabe Líbia 82, Moçambique 46, Nigéria 67, Paraguai 93, Polónia 99, Samoa (Ocidental) 99, Eslovénia 99, Trindade e Tobago 98, Emirados Árabes Unidos 77, Uruguai 98, Usbequistão 99, Iémen 49 e Zimbabué 90.

m Os dados são de fontes nacionais.

n Banco Mundial. 2005.

o Os dados referem-se ao ano mais recente disponível entre 1995 e 1999.

p Estimativa baseada numa regressão.

q Banco Mundial. 2003.

r Heston, Summers e Aten 2002. Os dados diferem da definição padrão.

s Estão em curso esforços para produzir estimativas mais precisas e recentes (ver Guia do Leitor e notas relativas aos quadros). Utilizou-se uma estimativa provisória de 5.700 dólares (PPC).

t Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Ocidentais, baseados em fontes nacionais. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005.

u Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

v PNUD 2005a.

w Heston, Summers e Aten 2001. Os dados diferem da definição padrão.

x Estimativas baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ruoen e Kai. 1995.)

y Porque a taxa de escolarização bruta combinada não estava disponível, foram utilizadas as seguintes estatísticas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano: Butão 49, Equador 75, Haiti 48 e Turquemenistão 75.

z Na ausência de uma estimativa oficial do PIB per capita (dólares PPC), foram utilizadas as seguintes estimativas do Banco Mundial, sujeitas a revisão futura: Maldivas 4.798; e Suriname 6.552.

aa Os dados referem-se a um ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a parte do país.

ab Na ausência de uma estimativa do PIB per capita (dólares PPC), o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 2.331 dólares, calculado usando o valor do PIB em dólares EUA e o rácio médio ponderado entre dólares PPC e dólares EUA nos Países Árabes.

ac As estimativas são baseadas principalmente em informações do norte do Sudão.

ad Foi utilizada uma estimativa nacional de 1.033 (dólares PPC).

FONTES

Coluna 1: calculada com base nos dados das colunas 6-8; para pormenores, ver nota técnica 1.

Coluna 2: UN 2005a, salvo indicação em contrário.

Coluna 3: UNESCO Institute for Statistics 2006a, salvo indicação em contrário.

Coluna 4: UNESCO Institute for Statistics. 2006c, salvo indicação em contrário.

Coluna 5: World Bank. 2006, salvo indicação em contrário; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.

Coluna 6: calculada com base nos dados da coluna 2.

Coluna 7: calculada com base nos dados da coluna 2.

Coluna 8: calculada com base nos dados da coluna 5.

Coluna 9: calculada com base nos dados das colunas 1 e 5.

QUADRO 1a

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Indicadores básicos para outros países membros da ONU

	Componentes do índice de desenvolvimento humano						ODM	ODM		ODM	ODM
	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [b]	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2004 [c]	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [d]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	População total (milhares) 2004	Taxa de fertilidade total (nascim. por mulher) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Taxa de escolarização primária líquida (%) 2004 [d]	Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	Pessoas sub-nutridas (% da população total) 2001/03 [e]	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2004
Afeganistão	46,0	28,1	45,3	..	28.574	7,5	257	..	<0,1 [<0,2]	..	39
Andorra	..	..	66,9	..	67	..	7	89 [f]	..	..	100
Iraque	58,8	74,1	59,7	..	28.057	4,8	125	88	[<0,2]	..	81
Quiribati	..	..	77,2	..	97	..	65	97 [f, g]	..	6	65
Coreia, República da	63,0	..	..	..	22.384	2,0	55	..	[<0,2]	35	100
Libéria	42,5	..	57,4	..	3.241	6,8	235	66 [h]	[2,0-5,0]	49	61
Listenstaine	..	..	69,3	..	34	..	5	88 [i]	..	..	..
Ilhas Marshall	..	..	..	..	60	..	59	90 [f]	..	..	87
Micronésia, Est. Fed.	67,6	..	..	..	110	4,4	23	..	..	..	94
Mónaco	..	..	..	..	35	..	5	..	..	..	100
Montenegro [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Nauru	..	..	50,6	..	13	..	30	..	..	..	..
Palau	..	..	94,6	..	20	..	27	96 [f, h]	..	..	85
São Marino	..	..	..	..	28	..	4	..	..	..	..
Serbia [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Somália	46,2	..	..	..	7.964	6,4	225	..	0,9 [0,5-1,6]	..	29
Tuvalu	..	..	69,2	..	10	..	51	..	..	..	100

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos.

b Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

c Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução.

d Em 2006 o Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) alterou a sua convenção para citar o ano de referência dos dados relativos à educação para o ano de calendário no qual termina o ano escolar ou financeiro de 2003/04, por exemplo a 2004.

e Os dados referem-se à média dos anos indicados.

f Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

g Os dados referem-se ao ano escolar de 1999.

h Os dados referem-se ao ano escolar de 2000.

i Estimations nationales.

j Os dados referem-se à Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

k Kosovo e Metohia não estão incluídos.

l A população conjunta da Sérvia e Montenegro era de 10,51 milhões.

m Os dados referem-se ao ano escolar de 2001.

FONTES

Colunas 1, 5 e 6: ONU 2005b.

Coluna 2: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 3 e 8: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Coluna 4: Banco Mundial 2006.

Coluna 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

Coluna 9: ONUSIDA 2006.

Coluna 10: ONU 2006c, baseado em dados da FAO.

Coluna 11: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

QUADRO 2

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,965
2 Islândia	0,865	0,888	0,897	0,916	0,921	0,945	0,960
3 Austrália	0,848	0,866	0,878	0,893	0,933	0,947	0,957
4 Irlanda	0,813	0,828	0,848	0,873	0,897	0,932	0,956
5 Suécia	0,868	0,878	0,890	0,901	0,933	0,949	0,951
6 Canadá	0,870	0,886	0,909	0,929	0,935	..	0,950
7 Japão	0,859	0,884	0,897	0,914	0,927	0,939	0,949
8 Estados Unidos	0,868	0,889	0,902	0,917	0,930	0,940	0,948
9 Suíça	0,882	0,893	0,900	0,914	0,925	0,941	0,947
10 Países Baixos	0,871	0,883	0,898	0,913	0,932	0,944	0,947
11 Finlândia	0,843	0,864	0,882	0,904	0,917	0,938	0,947
12 Luxemburgo	0,843	0,854	0,861	0,887	0,913	0,930	0,945
13 Bélgica	0,849	0,867	0,881	0,902	0,932	0,945	0,945
14 Áustria	0,846	0,861	0,874	0,897	0,916	0,937	0,944
15 Dinamarca	0,874	0,883	0,891	0,898	0,913	0,932	0,943
16 França	0,853	0,869	0,884	0,904	0,923	0,935	0,942
17 Itália	0,844	0,859	0,868	0,890	0,908	0,924	0,940
18 Reino Unido	0,851	0,859	0,868	0,889	0,927	0,939	0,940
19 Espanha	0,844	0,861	0,875	0,893	0,910	0,927	0,938
20 Nova Zelândia	0,849	0,855	0,868	0,876	0,906	0,925	0,936
21 Alemanha	..	0,861	0,868	0,887	0,912	..	0,932
22 Hong Kong, China (RAE)	0,761	0,801	0,829	0,864	0,883	0,917	0,927
23 Israel	0,804	0,829	0,850	0,867	0,890	0,918	0,927
24 Grécia	0,839	0,854	0,868	0,876	0,880	0,897	0,921
25 Singapura	0,727	0,763	0,786	0,823	0,862	..	0,916
26 República da Coreia	0,712	0,746	0,785	0,823	0,860	0,890	0,912
27 Eslovénia	..	..	..	..	0,855	0,888	0,910
28 Portugal	0,791	0,807	0,830	0,853	0,883	0,902	0,904
29 Chipre	..	0,803	0,823	0,846	0,868	0,893	0,903
30 República Checa	..	..	..	..	0,850	0,865	0,885
31 Barbados	..	..	..	..	..	..	0,879
32 Malta	0,730	0,766	0,793	0,828	0,855	0,876	0,875
33 Koweit	0,763	0,778	0,781	..	0,814	0,841	0,871
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	0,871
35 Hungria	0,783	0,798	0,811	0,811	0,815	0,845	0,869
36 Argentina	0,787	0,802	0,811	0,813	0,835	0,860	0,863
37 Polónia	..	..	..	0,807	0,820	0,848	0,862
38 Chile	0,706	0,741	0,765	0,787	0,818	0,843	0,859
39 Barém	..	0,747	0,784	0,812	0,828	0,842	0,859
40 Estónia	..	..	..	0,813	0,793	0,831	0,858
41 Lituânia	..	..	..	0,825	0,789	0,830	0,857
42 Eslováquia	..	..	..	..	..	..	0,856
43 Uruguai	0,761	0,781	0,788	0,806	0,819	0,841	0,851
44 Croácia	..	..	..	0,810	0,803	0,828	0,846
45 Letónia	..	0,795	0,809	0,803	0,769	0,815	0,845
46 Catar	..	..	..	..	..	..	0,844
47 Seicheles	..	..	..	..	..	..	0,842
48 Costa Rica	0,745	0,772	0,776	0,793	0,812	0,832	0,841
49 Emirados Árabes Unidos	0,734	0,769	0,786	0,810	0,819	0,833	0,839
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	0,826
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	0,825
52 Baamas	..	0,811	0,820	0,823	0,812	0,831	0,825
53 México	0,691	0,737	0,757	0,766	0,784	0,811	0,821

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
54 Bulgária	..	0,768	0,788	0,794	0,783	0,797	0,816
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,815
56 Omã	0,492	0,546	0,639	0,695	0,740	0,776	0,810
57 Trindade e Tobago	0,751	0,783	0,790	0,793	0,791	0,801	0,809
58 Panamá	0,712	0,739	0,750	0,751	0,774	0,797	0,809
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	0,808
60 Roménia	..	..	..	0,775	0,770	0,778	0,805
61 Malásia	0,616	0,659	0,696	0,723	0,761	0,791	0,805
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	..	..	..	..	0,800
63 Maurícia	..	0,661	0,692	0,726	0,749	0,779	0,800
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	0,798
65 Federação da Rússia	..	..	..	0,818	0,771	0,785	0,797
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	..	..	..	..	0,796
67 Bielorrússia	..	..	..	0,788	0,753	0,775	0,794
68 Domínica	..	..	..	..	..	..	0,793
69 Brasil	0,647	0,684	0,699	0,720	0,749	0,785	0,792
70 Colômbia	0,664	0,693	0,710	0,730	0,754	0,775	0,790
71 Santa Lúcia	..	..	..	..	..	..	0,790
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	0,719	0,734	0,742	0,760	0,768	0,774	0,784
73 Albânia	..	..	0,693	0,704	0,704	0,738	0,784
74 Tailândia	0,615	0,654	0,680	0,717	0,751	0,775	0,784
75 Samoa (Ocidental)	..	..	0,705	0,700	0,742	0,765	0,778
76 Arábia Saudita	0,606	0,661	0,674	0,708	0,742	0,765	0,777
77 Ucrânia	..	..	..	0,800	0,748	0,755	0,774
78 Líbano	..	..	..	0,682	0,729	0,748	0,774
79 Cazaquistão	..	..	..	0,768	0,723	0,736	0,774
80 Arménia	..	..	..	0,738	0,701	0,736	0,768
81 China	0,527	0,560	0,596	0,628	0,685	0,730	0,768
82 Peru	0,645	0,675	0,699	0,708	0,735	0,760	0,767
83 Equador	0,632	0,676	0,700	0,716	0,732	..	0,765
84 Filipinas	0,655	0,689	0,695	0,722	0,738	0,759	0,763
85 Granada	..	..	..	..	..	..	0,762
86 Jordânia	..	0,643	0,665	0,685	0,710	0,744	0,760
87 Tunísia	0,516	0,572	0,623	0,659	0,700	0,739	0,760
88 São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	..	0,759
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,759
90 Fiji	0,663	0,686	0,701	..	0,742	0,744	0,758
91 Paraguai	0,671	0,705	0,712	0,721	0,740	0,754	0,757
92 Turquia	0,591	0,614	0,650	0,682	0,713	0,743	0,757
93 Sri Lanca	0,612	0,653	0,684	0,706	0,729	0,747	0,755
94 República Dominicana	0,622	0,652	0,674	0,682	0,703	0,733	0,751
95 Belize	..	0,709	0,719	0,748	0,770	0,780	0,751
96 Irão, Rep. Islâmica do	0,567	0,571	0,612	0,651	0,695	0,723	0,746
97 Geórgia	..	..	..	..	..	..	0,743
98 Maldivas	..	..	..	..	..	..	0,739
99 Azerbaijão	..	..	..	..	..	..	0,736
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	0,736
101 El Salvador	0,593	0,589	0,610	0,651	0,690	0,715	0,729
102 Argélia	0,508	0,560	0,611	0,650	0,672	0,701	0,728
103 Guiana	0,679	0,685	0,678	0,684	0,687	0,716	0,725
104 Jamaica	0,687	0,695	0,699	0,719	0,725	0,737	0,724
105 Turquemenistão	..	..	..	..	..	..	0,724
106 Cabo Verde	..	..	..	0,628	0,679	0,711	0,722

QUADRO 2

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
107 República Árabe Síria	0,543	0,589	0,625	0,646	0,673	0,690	0,716
108 Indonésia	0,469	0,532	0,585	0,626	0,665	0,682	0,711
109 Vietname	..	..	..	0,618	0,661	0,696	0,709
110 Quirguizistão	..	..	..	..	..	..	0,705
111 Egipto	0,439	0,488	0,541	0,580	0,613	0,654	0,702
112 Nicarágua	0,585	0,595	0,603	0,610	0,642	0,667	0,698
113 Usbequistão	..	..	..	..	0,681	0,688	0,696
114 Moldávia, República da	..	..	..	0,740	0,683	0,679	0,694
115 Bolívia	0,514	0,550	0,582	0,605	0,637	0,675	0,692
116 Mongólia	..	..	0,642	0,646	0,634	0,659	0,691
117 Honduras	0,519	0,570	0,602	0,625	0,642	0,654	0,683
118 Guatemala	0,511	0,546	0,561	0,586	0,617	0,656	0,673
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	0,670
120 Guiné Equatorial	..	..	0,484	0,501	0,519	0,643	0,653
121 África do Sul	0,653	0,673	0,703	0,735	0,741	0,691	0,653
122 Tajiquistão	..	..	0,700	0,697	0,631	0,627	0,652
123 Marrocos	0,432	0,479	0,517	0,549	0,580	0,610	0,640
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	0,633
125 Namíbia	..	..	..	..	0,694	0,647	0,626
126 Índia	0,413	0,439	0,477	0,515	0,548	0,577	0,611
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	0,607
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	..	0,592
129 Camboja	..	..	..	..	0,536	0,545	0,583
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	0,581
131 Botsuana	0,500	0,575	0,636	0,680	0,660	0,598	0,570
132 Comores	..	0,483	0,500	0,506	0,521	0,539	0,556
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	..	0,425	0,451	0,488	0,523	0,553
134 Paquistão	0,365	0,388	0,420	0,463	0,493	0,511	0,539
135 Butão	..	..	..	..	..	..	0,538
136 Gana	0,438	0,467	0,482	0,511	0,531	0,555	0,532
137 Bangladeche	0,347	0,366	0,391	0,422	0,454	0,510	0,530
138 Nepal	0,299	0,336	0,378	0,425	0,467	0,500	0,527
139 Papuásia-Nova Guiné	0,424	0,444	0,466	0,481	0,514	0,530	0,523
140 Congo	0,454	0,500	0,541	0,528	0,533	0,502	0,520
141 Sudão	0,350	0,376	0,396	0,427	0,465	0,496	0,516
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	0,512
143 Madagáscar	0,404	0,440	0,438	0,448	0,459	0,482	0,509
144 Camarões	0,417	0,464	0,506	0,515	0,495	0,502	0,506
145 Uganda	..	..	0,414	0,411	0,413	0,474	0,502
146 Suazilândia	0,529	0,561	0,583	0,622	0,604	0,536	0,500
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
147 Togo	0,424	0,475	0,472	0,498	0,507	0,504	0,495
148 Djibuti	..	..	..	..	0,479	0,485	0,494
149 Lesoto	0,463	0,511	0,535	0,572	0,573	0,524	0,494
150 Iémen	..	..	..	0,394	0,438	0,467	0,492
151 Zimbabué	0,548	0,576	0,642	0,639	0,591	0,525	0,491
152 Quénia	0,465	0,513	0,533	0,548	0,525	0,504	0,491
153 Mauritânia	0,342	0,365	0,386	0,390	0,425	0,447	0,486
154 Haiti	..	0,451	0,458	0,446	0,451	..	0,482
155 Gâmbia	0,286	..	..	..	0,426	0,459	0,479
156 Senegal	0,313	0,342	0,378	0,405	0,422	0,439	0,460
157 Eritreia	..	..	..	..	0,420	0,441	0,454
158 Ruanda	0,342	0,388	0,401	0,339	0,337	0,426	0,450
159 Nigéria	0,317	0,376	0,387	0,407	0,419	0,433	0,448

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
160 Guiné	..	..	..	..	..	..	0,445
161 Angola	..	..	..	..	..	..	0,439
162 Tanzânia, Rep. U. da	..	..	..	0,437	0,423	0,420	0,430
163 Benim	0,310	0,341	0,365	0,372	0,397	0,416	0,428
164 Costa do Marfim	0,415	0,445	0,449	0,443	0,428	0,427	0,421
165 Zâmbia	0,470	0,477	0,486	0,464	0,425	0,409	0,407
166 Malawi	0,327	0,357	0,368	0,372	0,414	0,398	0,400
167 Congo, Rep. Dem.	0,414	0,423	0,431	0,422	0,392	..	0,391
168 Moçambique	..	0,302	0,290	0,316	0,330	0,364	0,390
169 Burundi	0,285	0,312	0,344	0,351	0,325	0,344	0,384
170 Etiópia	..	..	0,293	0,314	0,322	0,349	0,371
171 Chade	0,269	0,272	0,313	0,335	0,344	0,357	0,368
172 República Centro-Africana	0,345	0,365	0,387	0,384	0,367	..	0,353
173 Guiné-Bissau	0,255	0,263	0,283	0,313	0,341	0,353	0,349
174 Burquina Faso	0,256	0,277	0,301	0,308	0,312	0,330	0,342
175 Mali	0,232	0,258	0,264	0,285	0,309	0,332	0,338
176 Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	0,335
177 Níger	0,234	0,250	0,240	0,246	0,254	0,268	0,311

NOTA

Os valores do índice de desenvolvimento humano deste quadro foram calculados utilizando séries de dados e uma metodologia consistentes. Não são exactamente comparáveis com os valores publicados nos Relatórios do Desenvolvimento Humano anteriores. Para discussão pormenorizada, ver *Guia do Leitor e notas relativas aos quadros.*

FONTES

Colunas 1-6: calculadas com base nos dados da esperança de vida à nascença de ONU 2005a; os dados das taxas de alfabetização de adultos são do Instituto de Estatística da UNESCO 2003, 2006a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são do Instituto de Estatística da UNESCO 1999, 2006c; e os dados do PIB per capita (PPC em USD de 2000) e do PIB per capita (PPC em USD) são do Banco. 2006.

Coluna 7: coluna 1 do quadro de indicadores 1.

QUADRO 3

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	1,5	..	..	..	..	..	..	..
25 Singapura	7	6,3	1,8	7,5	0	14 [e]	..	..	..	..
26 República da Coreia	..	..	2,7	2,0 [e]	8	..	2,0	<2	..	..
29 Chipre	..	..	2,8	3,2	0	..	..	..	..	..
31 Barbados	5	4,5	6,3	.. [f]	0	6 [e]	..	..	..	..
33 Koweit	..	..	2,5	6,7	..	10	..	..	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	2,8	7,3	..	..	..	..	..	..
36 Argentina	3	4,3	5,0	2,8	4	5	7,0	23,0	..	-16
38 Chile	2	3,7	3,5	4,3	5	1	2,0	9,6	17,0	1
39 Barém	..	..	3,8	13,5	..	9 [e]	..	..	..	..
43 Uruguai	1	3,3	4,4	.. [f]	0	5 [e]	2,0	5,7	..	0
46 Catar	13	7,9	4,7	11,0	0	6 [e]	..	..	..	..
47 Seicheles	..	..	..	8,2	12	6 [e]	..	..	..	..
48 Costa Rica	4	4,4	3,7	5,1	3	5	2,2	7,5	22,0	-7
49 Emirados Árabes Unidos	34	15,9	2,2	.. [f]	0	14 [e]	..	..	..	..
50 Cuba	6	4,7	3,2	0,2	9	4	..	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	0	..	..	..	..	..
52 Baamas	..	..	13,4	..	3	..	..	..	..	..
53 México	9	7,2	6,0	9,0	3	8	4,4	20,4	20,3	-10
55 Tonga	..	..	5,0	1,1 [g]	0	..	..	..	..	..
56 Omã	..	..	3,9	18,6	..	24 [e]	..	..	..	..
57 Trindade e Tobago	17	8,8	11,6	.. [f]	9	7 [e]	12,4	39,0	21,0	-12
58 Panamá	12	7,9	6,8	8,1	10	7	6,5	17,1	37,3	-9
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	9	10 [e]	..	..	..	..
61 Malásia	15	8,3	4,3	11,3	1	11	2,0	9,3	15,5 [h]	9
63 Maurícia	24	11,3	5,0	15,6	0	15 [e]	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	4,2	..	..	5 [e]	..	..	..	..
68 Domínica	..	..	..	12,0 [h, i]	3	5 [e]	..	..	..	..
69 Brasil	22	10,1	10,3	11,4	10	6	7,5	21,2	22,0	-5
70 Colômbia	10	7,6	8,3	7,2	7	7	7,0	17,8	64,0	-12
71 Santa Lúcia	..	..	5,9	..	2	14 [e]	..	..	..	..
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	16	8,8	8,2	7,0	17	4	8,3	27,6	31,3 [h]	-11
74 Tailândia	19	9,3	9,9	7,4	1	19 [e]	2,0	25,2	13,1	13
75 Samoa (Ocidental)	..	..	6,5	..	12	..	..	..	..	..
76 Arábia Saudita	..	..	5,8	20,6	..	14	..	..	..	..
78 Líbano	20	9,6	5,7	.. [f]	0	3	..	..	..	..
81 China	26	11,7	6,9	9,1	23	8	16,6	46,7	4,6	-14
82 Peru	25	11,6	10,3	12,3	17	7	12,5	31,8	49,0	-8
83 Equador	18	8,9	8,6	9,0	6	12	15,8	37,2	46,0	-17
84 Filipinas	31	15,3	7,2	7,4	15	28	15,5	47,5	36,8	-6
85 Granada	..	..	..	4,0 [i]	5	..	..	..	..	..
86 Jordânia	11	7,6	6,4	10,1	3	4	2,0	7,0	11,7	6
87 Tunísia	39	17,9	4,7	25,7	7	4	2,0	6,6	7,6	26
88 São Vicente e Granadinas	..	..	6,6	11,9 [i]	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	23	10,3	10,1	10,4	8	13	..	..	..	..
90 Fiji	45	21,3	7,0	.. [f]	53	8 [e]	..	..	..	..
91 Paraguai	14	8,3	8,1	.. [f]	14	5	16,4	33,2	21,8	-22
92 Turquia	21	9,8	8,9	12,6	4	4	3,4	18,7	27,0	1
93 Sri Lanca	38	17,7	4,3	9,3	21	29	5,6	41,6	25,0	10
94 República Dominicana	27	11,9	14,1	13,0	5	5	2,5	11,0	28,6	7
95 Belize	..	..	10,6	..	9	6 [e]	..	..	..	..
96 Irão, Rep. Islâmica do	35	16,4	7,2	23,0	6	11	2,0	7,3	..	23

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
98 Maldivas	36	16,9	11,4	3,7	17	30	..	..	..	..
100 Territórios Ocupados da Palestina	8	6,5	5,3	7,6	8	4	..	..	..	..
101 El Salvador	32	15,7	9,9	.. [f]	16	10	19,0	40,6	48,3	-12
102 Argélia	46	21,5	7,8	30,1	15	10	2,0	15,1	22,6	31
103 Guiana	..	..	18,2	..	17	14	2,0	..	..	..
104 Jamaica	30	14,8	11,3	20,1 [g]	7	4	2,0	13,3	18,7	20
106 Cabo Verde	43	18,7	7,6	.. [f]	20	14 [e]	..	..	..	..
107 República Árabe Síria	29	14,4	4,6	20,4	7	7	..	..	..	..
108 Indonésia	41	18,5	11,2	9,6	23	28	7,5	52,4	27,1	9
109 Vietname	33	15,7	9,4	9,7 [g]	15	28	..	..	28,9	..
111 Egipto	44	20,0	7,8	28,6	2	9	3,1	43,9	16,7	18
112 Nicarágua	40	18,0	10,1	23,3	21	10	45,1	79,9	47,9	-28
115 Bolívia	28	13,9	16,0	13,3	15	8	23,2	42,2	62,7	-20
116 Mongólia	42	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	35,6	-15
117 Honduras	37	17,2	15,8	20,0	13	17	20,7	44,0	48,0	-11
118 Guatemala	48	22,9	15,9	30,9	5	23	13,5	31,9	56,2	7
119 Vanuatu	49	24,7	8,9	26,0 [g]	40	20 [e]	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	69	38,1	47,7	13,0	57	19	..	..	..	..
121 África do Sul	53	30,9	43,3	17,6 [g]	12	12	10,7	34,1	..	11
123 Marrocos	59	33,4	8,6	47,7	19	9	2,0	14,3	19,0	37
124 Gabão	50	27,3	32,6	..	12	12	..	..	..	..
125 Namíbia	57	32,5	45,4	15,0	13	24	34,9	55,8	..	-14
126 Índia	55	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,6	-14
127 São Tomé e Príncipe	..	..	17,1	..	21	13	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	14,1	..	30	21 [e]	..	..	..	..
129 Camboja	73	39,3	28,3	26,4	59	45	34,1	77,7	35,9	-1
130 Mianmar	47	21,6	21,2	10,1	22	32	..	..	..	..
131 Botsuana	93	48,3	69,1	18,8	5	13	23,5	50,1	..	22
132 Comores	56	31,6	15,5	.. [f]	14	25	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	63	36,0	28,0	31,3	49	40	27,0	74,1	38,6	-3
134 Paquistão	65	36,3	16,1	50,1	9	38	17,0	73,6	32,6	10
135 Butão	71	39,0	18,0	..	38	19	..	..	..	..
136 Gana	58	33,1	27,7	42,1	25	22	44,8	78,5	39,5	-18
137 Bangladeche	85	44,2	15,9	.. [f]	26	48	36,0	82,8	49,8	5
138 Nepal	68	38,1	17,6	51,4	10	48	24,1	68,5	30,9	4
139 Papuásia-Nova Guiné	75	40,5	22,4	42,7	61	35 [e]	..	..	37,5	..
140 Congo	51	27,9	33,6	.. [f]	42	14	..	..	..	..
141 Sudão	54	31,3	27,0	39,1	30	17 [e]	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	25,5	..	42	46	..	..	..	..
143 Madagáscar	66	36,3	27,8	29,3	50	42	61,0	85,1	71,3	-20
144 Camarões	61	35,6	43,9	32,1	34	18	17,1	50,6	40,2	6
145 Uganda	62	36,0	41,6	33,2	40	23	..	..	37,7	..
146 Suazilândia	97	52,5	74,3	20,4	38	10	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	72	39,2	31,0	46,8	48	25	..	..	32,3 [h]	..
148 Djibuti	52	30,0	30,6	.. [f]	27	18	..	..	..	..
149 Lesoto	89	47,5	67,6	17,8	21	18	36,4	56,1	..	8
150 Iémen	77	40,6	18,8	.. [f]	33	46	15,7	45,2	41,8	21
151 Zimbabué	88	46,0	65,9	.. [f]	19	13	56,1	83,0	34,9	-1
152 Quénia	60	35,5	44,8	26,4	39	20	22,8	58,3	52,0	1
153 Mauritânia	81	41,0	30,5	48,8	47	32	25,9	63,1	46,3	9
154 Haiti	74	39,4	34,4	.. [f]	46	17	53,9	78,0	65,0 [h]	-10
155 Gâmbia	86	44,7	27,8	.. [f]	18	17	59,3	82,9	57,6	-5
156 Senegal	84	44,0	26,6	60,7	24	23	22,3	63,0	33,4	18

QUADRO 3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
157 Eritreia	70	38,1	27,6	.. [f]	40	40	..	..	53,0	..
158 Ruanda	67	37,3	45,5	35,1	26	27	51,7	83,7	60,3	-12
159 Nigéria	76	40,6	46,0	.. [f]	52	29	70,8	92,4	34,1	-17
160 Guiné	96	52,0	30,0	70,5	50	21	..	..	40,0	..
161 Angola	79	40,9	48,1	32,6	47	31	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	64	36,3	44,4	30,6	38	22	57,8	89,9	35,7	-19
163 Benim	90	47,8	30,0	65,3	33	23	30,9	73,7	29,0	14
164 Costa do Marfim	82	41,5	42,3	51,3	16	17	14,8	48,8	..	26
165 Zâmbia	87	45,6	60,1	32,0 [g]	42	23	75,8	94,1	72,9	-10
166 Malawi	83	43,0	56,3	35,9 [g]	27	22	41,7	76,1	65,3	0
167 Congo, Rep. Dem.	80	40,9	45,4	32,8	54	31	..	..	..	..
168 Moçambique	94	48,9	50,9	.. [f]	57	24	37,8	78,4	69,4	11
169 Burundi	78	40,7	46,3	40,7	21	45	54,6	87,6	36,4	-8
170 Etiópia	98	55,3	39,5	.. [f]	78	47	23,0	77,8	44,2	26
171 Chade	100	57,9	45,2	74,3	58	28	..	..	64,0	..
172 República Centro-Africana	91	47,8	56,2	51,4	25	24	66,6	84,0	..	-3
173 Guiné-Bissau	92	48,2	42,9	.. [f]	41	25	..	..	..	..
174 Burquina Faso	101	58,3	38,9	78,2	39	38	27,2	71,8	46,4	21
175 Mali	102	60,2	37,3	81,0 [g]	50	33	72,3	90,6	63,8	1
176 Serra Leoa	95	51,9	47,0	64,9	43	27	..	74,5	70,2	..
177 Níger	99	56,4	41,4	71,3	54	40	60,6	85,8	63,0 [h]	3

NOTAS

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-1). Para mais pormenores, ver Nota técnica 1.

a Os dados referem-se à probabilidade à nascença de mão viver até aos 40 anos, vezes 100.

b Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização, a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2004, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

c Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período especificado.

d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Todos os países com uma taxa de privação de rendimento inferior a 2% foram classificados na mesma posição. As classificações são baseadas nos países com dados disponíveis para ambos os indicadores. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana; um valor negativo indica o oposto.

e Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.

f Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

g Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a, foram utilizadas informações baseadas em censos ou inquéritos desactualizados e devem ser interpretadas com precaução. Bangladeche 58,9, Barbados 0,3, Cabo Verde 24,3, Comores 43,8, Congo 17,2, Djibuti 34,5, El Salvador 20,3, Eritreia 43,3, Etiópia 58,5, Gâmbia 62,2, Guiné-Bissau 60,4, Haiti 48,1, Líbano 13,5, Moçambique 53,5, Nigéria 33,2, Paraguai 7,0, Trindade e Tobago 1,5, Emirados Árabes Unidos 22,7, Uruguai 2,3, Iémen 51,0 e Zimbabué 10,0.

h Os dados referem-se a um período diferente do indicado.

i Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores do IPH-1 da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: ONU 2005b.

Coluna 4: calculada com base nos dados das taxas de alfabetização de adultos do Instituto de Estatística da UNESCO. 2006a.

Coluna 5: ONU 2005c, baseado em dados de um esforço comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

Coluna 6: UNICEF 2005.

Colunas 7-9: Banco Mundial 2006.

Coluna 10: calculada com base nos dados das colunas 1 e 7.

Posições IPH-1 para 102 países e áreas em desenvolvimento

1 Uruguai
2 Chile
3 Argentina
4 Costa Rica
5 Barbados
6 Cuba
7 Singapura
8 Territórios Ocupados da Palestina
9 México
10 Colômbia
11 Jordânia
12 Panamá
13 Catar
14 Paraguai
15 Malásia
16 Venezuela
17 Trindade e Tobago
18 Equador
19 Tailândia
20 Líbano
21 Turquia
22 Brasil
23 Suriname
24 Maurícia
25 Peru
26 China
27 República Dominicana
28 Bolívia
29 República Árabe Síria
30 Jamaica
31 Filipinas
32 El Salvador
33 Vietname
34 Emirados Árabes Unidos
35 Irão, Rep. Islâmica do
36 Maldivas
37 Honduras
38 Sri Lanca
39 Tunísia
40 Nicarágua
41 Indonésia
42 Mongólia
43 Cabo Verde
44 Egipto
45 Fiji
46 Argélia
47 Mianmar
48 Guatemala
49 Vanuatu
50 Gabão
51 Congo
52 Djibuti
53 África do Sul
54 Sudão
55 Índia
56 Comores
57 Namíbia
58 Gana
59 Marrocos
60 Quénia
61 Camarões
62 Uganda
63 Rep. Dem. Popular do Laos
64 Tanzânia, Rep. U. da
65 Paquistão
66 Madagáscar
67 Ruanda
68 Nepal
69 Guiné Equatorial
70 Eritreia
71 Butão
72 Togo
73 Camboja
74 Haiti
75 Papuásia-Nova Guiné
76 Nigéria
77 Iémen
78 Burundi
79 Angola
80 Congo, Rep. Dem.
81 Mauritânia
82 Costa do Marfim
83 Malawi
84 Senegal
85 Bangladeche
86 Gâmbia
87 Zâmbia
88 Zimbabué
89 Lesoto
90 Benim
91 República Centro-Africana
92 Guiné-Bissau
93 Botsuana
94 Moçambique
95 Serra Leoa
96 Guiné
97 Suazilândia
98 Etiópia
99 Níger
100 Chade
101 Burquina Faso
102 Mali

QUADRO 4

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Pobreza humana e de rendimentos Países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH -2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos [b, †] (% da coorte) 2000-05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [c †] (% idades 16-65) 1994-2003	Desemprego de longa duração [†] (% da população activa) 2005	População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 50% do rendimento médio [†] 1994-2002 [e]	11 dólares dia 1994-95 [e]	4 dólares dia 1996-99 [e]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	2	7,0	8,4	7,9	0,4	6,4	4,3	..	-1
2 Islândia	..	..	6,8	..	0,3 [f]	..	..	..	..
3 Austrália	14	12,8	7,7	17,0 [g]	0,9	14,3	17,6	..	-1
4 Irlanda	17	16,1	8,7	22,6 [g]	1,5	16,5	..	..	0
5 Suécia	1	6,5	7,2	7,5 [g]	1,0 [f]	6,5	6,3	..	-3
6 Canadá	8	10,9	8,1	14,6	0,7	11,4	7,4	..	-3
7 Japão	11	11,7	7,1	.. [h]	1,5	11,8 [i]	..	..	-1
8 Estados Unidos	16	15,4	11,8	20,0	0,6	17,0	13,6	..	-2
9 Suíça	7	10,7	7,8	15,9	1,6	7,6	..	..	0
10 Países Baixos	3	8,2	8,7	10,5 [g]	2,5	7,3	7,1	..	-3
11 Finlândia	4	8,2	9,7	10,4 [g]	2,1	5,4	4,8	..	3
12 Luxemburgo	9	11,1	9,7	.. [h]	1,2 [j]	6,0	0,3	..	7
13 Bélgica	12	12,4	9,4	18,4 [g, k]	4,3	8,0	..	..	4
14 Áustria	..	..	9,1	..	1,5	7,7	..	..	..
15 Dinamarca	5	8,4	10,4	9,6 [g]	1,3	.. [l]	..	..	0
16 França	10	11,4	9,8	.. [h]	4,3	8,0	9,9	..	2
17 Itália	18	29,9	7,8	47,0	4,0	12,7	..	..	4
18 Reino Unido	15	14,8	8,7	21,8 [g]	1,1	12,4	15,7	..	2
19 Espanha	13	12,6	8,7	.. [h]	3,0	14,3	..	..	-2
20 Nova Zelândia	..	..	8,9	18,4 [g]	0,3	..	..	..	..
21 Alemanha	6	10,3	8,8	14,4 [g]	5,0	8,3	7,3	..	-4
23 Israel	..	..	7,7	..	..	15,6	..	..	..
24 Grécia	..	..	9,2	..	5,7	14,4	..	..	..
27 Eslovénia	..	..	11,8	..	..	8,2	..	<1	..
28 Portugal	..	..	10,3	..	3,6	..	..	..	..
30 República Checa	..	..	12,1	..	4,3	4,9	..	<1	..
32 Malta	..	..	7,7	..	..	..	..	..	..
35 Hungria	..	..	18,3	..	3,3	6,7	..	<1	..
37 Polónia	..	..	15,1	..	9,3	8,6	..	10	..
40 Estónia	..	..	21,7	..	..	12,4	..	18	..
41 Lituânia	..	..	20,6	..	..	..	..	17	..
42 Eslováquia	..	..	14,9	..	11,2	7,0	..	8	..
44 Croácia	..	..	13,1	..	..	..	..	..	..
45 Letónia	..	..	21,5	..	..	..	..	28	..
54 Bulgária	..	..	16,6	..	..	..	..	22	..
60 Roménia	..	..	19,0	..	..	8,1	..	23	..
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	13,6	..	..	..	..	..	..

QUADRO 4 Pobreza humana e de rendimentos Países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH -2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos [b, †] (% da coorte) 2000-05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [c †] (% idades 16-65) 1994-2003	Desemprego de longa duração [†] (% da população activa) 2005	População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 50% do rendimento médio [†] 1994-2002 [e]	11 dólares dia 1994-95 [e]	4 dólares dia 1996-99 [e]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
65 Federação da Rússia	..	..	31,6	..	..	18,8	..	53	..
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	13,3	..	..	..	..	..	..
67 Bielorrússia	..	..	26,7	..	..	..	..	..	..
73 Albânia	..	..	11,4	..	..	..	..	..	..
77 Ucrânia	..	..	31,0	..	..	..	..	25	..
79 Cazaquistão	..	..	32,0	..	..	..	..	62	..
80 Arménia	..	..	18,0	..	..	..	..	..	..
97 Geórgia	..	..	18,9	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaijão	..	..	24,9	..	..	..	..	..	..
105 Turquemenistão	..	..	32,0	..	..	..	..	..	..
110 Quirguizistão	..	..	26,0	..	..	..	..	88	..
113 Usbequistão	..	..	26,3	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	..	..	25,5	..	..	..	..	82	..
122 Tajiquistão	..	..	29,0	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Este quadro inclui Israel e Malta, que não são países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas exclui a República da Coreia, México e Turquia, que são membros. Sobre o índice de pobreza humana (IPH-2) e indicadores relacionados para estes países, ver quadro 3.

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o IPH-2; para pormenores, ver Nota técnica 1.

a O IPH-2 é calculado apenas para países da OCDE de rendimento elevado seleccionados.

b Os dados referem-se à probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos, vezes 100.

c Baseados nos resultados do nível 1 da escala da literacia de prosa, do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 50% do rendimento familiar disponível ajustado médio. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana; um valor negativo indica o contrário.

e Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

f Os dados referem-se a 2004.

g Baseados na OCDE e Statistics Canada 2000. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

h Com o fim de calcular o IPH-2, foi utilizada uma estimativa de 16,4%, a média não ponderada dos países com dados disponíveis.

i Smeeding 1997.

j Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução.

k Os dados referem-se à Flandres.

l Na ausência de uma estimativa recente da Dinamarca, foi utilizado um valor desactualizado de 7,2% para calcular o IPH-2. Estão em curso estudos para produzir uma estimativa de pobreza comparável a nível internacional mais adequada.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores do IPH-2 da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: calculada com base em dados de sobrevivência de ONU 2005b.

Coluna 4: salvo indicação em contrário, OCDE e Statistics Canada 2005.

Coluna 5: calculada com base em dados do desemprego jovem de longa duração e da população activa de OCDE 2006b.

Coluna 6: LIS 2006.

Coluna 7: Smeeding, Rainwater e Burtless 2000.

Coluna 8: Milanovic 2002.

Coluna 9: calculada com base nos dados das colunas 1 e 6.

Posições IPH-2 para 18 países seleccionados da OCDE

1	Suécia	7	Suíça	13	Espanha
2	Noruega	8	Canadá	14	Austrália
3	Países Baixos	9	Luxemburgo	15	Reino Unido
4	Finlândia	10	França	16	Estados Unidos
5	Dinamarca	11	Japão	17	Irlanda
6	Alemanha	12	Bélgica	18	Itália

QUADRO 5

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
1 Noruega	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	77,3	78,6	19,7	17,5	15,0	17,5	2,2	1,8
2 Islândia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,8	86,7	92,7	93,6	22,3	19,4	11,7	14,0	2,8	2,0
3 Austrália	13,6	19,9	22,2	1,3	1,0	85,9	88,0	89,9	20,0	17,7	12,6	15,5	2,5	1,7
4 Irlanda	3,2	4,1	4,7	0,9	1,2	53,6	60,2	63,8	20,3	20,2	10,9	12,6	3,8	1,9
5 Suécia	8,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	84,1	85,1	17,7	16,4	17,1	20,4	1,9	1,6
6 Canadá	23,1	32,0	35,1	1,1	0,8	75,6	80,0	81,4	17,9	15,3	13,0	16,2	2,0	1,5
7 Japão	111,5	127,9	128,0	0,5	(.)	56,8	65,7	68,2	14,1	13,3	19,2	26,0	2,1	1,3
8 Estados Unidos	220,2	295,4	325,7	1,0	0,9	73,7	80,5	83,7	20,9	19,7	12,3	14,1	2,0	2,0
9 Suíça	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,8	74,8	78,8	16,8	14,1	15,7	19,8	1,8	1,4
10 Países Baixos	13,7	16,2	16,8	0,6	0,3	63,2	79,6	84,9	18,3	16,4	14,0	17,5	2,1	1,7
11 Finlândia	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,1	62,7	17,5	15,8	15,7	20,3	1,6	1,7
12 Luxemburgo	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	77,3	83,0	82,1	19,0	17,6	13,8	14,3	2,0	1,7
13 Bélgica	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	16,9	15,5	17,5	19,4	1,9	1,7
14 Áustria	7,6	8,2	8,3	0,3	0,1	65,6	65,9	67,7	15,8	13,4	16,4	19,6	2,0	1,4
15 Dinamarca	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,2	85,5	86,9	18,8	17,0	14,9	18,4	2,0	1,8
16 França	52,7	60,3	62,3	0,5	0,3	72,9	76,5	79,0	18,2	17,6	16,6	19,0	2,3	1,9
17 Itália	55,4	58,0	57,8	0,2	(.)	65,6	67,5	69,5	14,1	13,2	19,7	23,0	2,3	1,3
18 Reino Unido	55,4	59,5	61,4	0,2	0,3	82,7	89,6	90,6	18,2	16,4	15,9	18,1	2,0	1,7
19 Espanha	35,6	42,6	44,4	0,6	0,4	69,6	76,6	78,3	14,3	15,3	16,5	18,0	2,9	1,3
20 Nova Zelândia	3,1	4,0	4,3	0,9	0,7	82,8	86,1	87,4	21,7	18,9	12,2	15,0	2,8	2,0
21 Alemanha	78,7	82,6	82,5	0,2	(.)	72,7	75,1	76,3	14,6	12,9	18,3	20,7	1,6	1,3
22 Hong Kong, China (RAE)	4,4	7,0	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	14,8	12,7	11,8	14,4	2,9	0,9
23 Israel	3,4	6,6	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	91,9	27,9	25,8	10,1	11,5	3,8	2,9
24 Grécia	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	58,9	61,0	14,4	13,5	18,0	19,3	2,3	1,3
25 Singapura	2,3	4,3	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,2	13,2	8,2	13,3	2,6	1,4
26 República da Coreia	35,3	47,6	49,1	1,0	0,3	48,0	80,6	83,1	19,1	13,9	9,0	13,2	4,3	1,2
27 Eslovénia	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,9	53,3	14,2	13,0	15,4	18,1	2,2	1,2
28 Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	40,8	57,0	63,6	15,9	15,1	16,9	18,9	2,7	1,5
29 Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	47,3	69,2	71,5	20,4	17,2	11,9	14,2	2,5	1,6
30 República Checa	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	73,6	74,1	15,0	13,4	14,1	18,4	2,2	1,2
31 Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	52,1	58,8	19,3	16,7	10,1	11,5	2,7	1,5
32 Malta	0,3	0,4	0,4	0,9	0,4	89,7	95,0	97,2	18,0	15,2	13,3	18,3	2,1	1,5
33 Koweit	1,0	2,6	3,4	3,3	2,4	89,4	98,3	98,5	24,5	23,2	1,7	3,1	6,9	2,4
34 Estado do Brunei Darussalam	0,2	0,4	0,5	2,8	2,0	62,0	73,1	77,6	30,0	25,8	3,1	4,3	5,4	2,5
35 Hungria	10,5	10,1	9,8	-0,1	-0,3	62,2	65,9	70,3	16,0	14,0	15,1	17,5	2,1	1,3
36 Argentina	26,0	38,4	42,7	1,3	1,0	81,0	89,9	91,6	26,7	23,9	10,1	11,1	3,1	2,4
37 Polónia	34,0	38,6	38,1	0,4	-0,1	55,3	62,0	64,0	16,8	14,3	12,8	14,9	2,3	1,3
38 Chile	10,4	16,1	17,9	1,5	1,0	78,4	87,3	90,1	25,5	20,9	7,9	10,5	3,6	2,0
39 Barém	0,3	0,7	0,9	3,3	1,6	85,0	96,2	98,2	27,5	21,7	3,0	4,4	5,9	2,5
40 Estónia	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,1	70,1	15,6	15,7	16,3	17,4	2,2	1,4
41 Lituânia	3,3	3,4	3,3	0,1	-0,4	55,7	66,6	66,8	17,4	13,8	15,2	16,7	2,3	1,3
42 Eslováquia	4,7	5,4	5,4	0,5	(.)	46,3	56,2	58,0	17,2	14,0	11,7	14,1	2,5	1,2
43 Uruguai	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	91,9	93,1	24,4	22,4	13,2	13,8	3,0	2,3
44 Croácia	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,2	45,1	56,3	59,5	15,8	13,9	17,0	18,7	2,0	1,3
45 Letónia	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	64,2	67,8	68,9	15,2	14,1	16,6	18,3	2,0	1,3
46 Catar	0,2	0,8	1,0	5,2	2,0	88,9	95,3	96,2	22,2	21,8	1,3	2,0	6,8	3,0
47 Seicheles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	46,3	52,5	58,2	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2,1	4,3	5,0	2,5	1,4	41,3	61,2	66,9	29,0	23,8	5,7	7,4	4,3	2,3
49 Emirados Árabes Unidos	0,5	4,3	5,6	7,2	2,4	83,6	76,7	77,4	22,4	19,8	1,1	1,4	6,4	2,5
50 Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	74,7	19,5	16,6	10,5	14,4	3,5	1,6
51 São Cristóvão e Nevis	(.)	(.)	(.)	-0,2	1,1	35,0	32,2	33,5	..	..	..	..	..	..
52 Baamas	0,2	0,3	0,4	1,8	1,2	71,5	90,1	92,2	28,6	24,7	6,1	8,2	3,4	2,3
53 México	59,3	105,7	119,1	2,0	1,1	62,8	75,7	78,7	31,6	25,5	5,2	7,1	6,6	2,4

QUADRO 5

Tendências demográficas

Ordem do IDH		População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
54	Bulgária	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,6	69,8	72,8	14,1	13,1	16,8	18,6	2,2	1,2
55	Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	20,3	23,8	27,4	36,3	30,7	5,9	6,9	5,5	3,5
56	Omã	0,9	2,5	3,2	3,5	2,0	34,1	71,5	72,3	34,9	30,6	2,5	3,4	7,2	3,8
57	Trindade e Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	11,4	11,9	15,8	22,0	20,2	7,2	9,9	3,5	1,6
58	Panamá	1,7	3,2	3,8	2,1	1,6	49,0	69,9	77,9	30,6	27,2	5,9	7,5	4,9	2,7
59	Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	38,7	44,7	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	21,2	21,8	20,9	0,1	-0,4	42,8	53,5	56,1	15,9	14,4	14,6	15,5	2,6	1,3
61	Malásia	12,3	24,9	29,6	2,4	1,6	37,7	66,3	75,4	32,8	27,2	4,5	6,1	5,2	2,9
62	Bósnia e Herzegovina	3,7	3,9	3,9	0,1	(.)	31,3	45,2	51,8	16,9	14,0	13,5	16,7	2,6	1,3
63	Maurícia	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	42,4	44,1	24,9	21,3	6,5	8,3	3,2	2,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
64	Jamahira Árabe Líbia	2,4	5,7	7,0	2,9	1,8	57,3	84,5	87,4	30,4	28,9	4,0	5,6	7,6	3,0
65	Federação da Rússia	134,2	143,9	136,7	0,2	-0,5	66,9	73,1	72,6	15,7	16,4	13,6	13,3	2,0	1,3
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	68,1	75,2	20,1	16,6	10,9	12,9	3,0	1,5
67	Bielorrússia	9,4	9,8	9,2	0,2	-0,6	50,6	71,8	76,7	15,8	14,5	14,6	13,5	2,3	1,2
68	Domínica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,5	76,4	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	108,1	183,9	209,4	1,8	1,2	61,7	83,7	88,2	28,1	25,4	6,0	7,8	4,7	2,3
70	Colômbia	25,4	44,9	52,1	2,0	1,3	60,0	72,4	75,7	31,4	26,8	5,0	6,5	5,0	2,6
71	Santa Lúcia	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	25,2	27,6	29,0	29,4	25,4	7,2	7,3	5,7	2,2
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	12,7	26,3	31,3	2,5	1,6	75,8	93,0	95,9	31,7	27,8	4,9	6,8	4,9	2,7
73	Albânia	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	44,6	52,8	27,6	23,1	8,1	9,9	4,7	2,3
74	Tailândia	41,3	63,7	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,2	24,1	21,2	6,9	9,3	5,0	1,9
75	Samoa (Ocidental)	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,0	22,3	24,9	40,8	34,2	4,5	5,0	5,7	4,4
76	Arábia Saudita	7,3	24,0	30,8	4,1	2,3	58,4	80,8	83,2	37,8	32,3	2,9	3,5	7,3	4,1
77	Ucrânia	49,0	47,0	41,8	-0,1	-1,1	58,4	67,6	70,2	15,4	13,5	15,8	16,4	2,2	1,1
78	Líbano	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	86,5	87,9	29,1	24,4	7,3	7,7	4,8	2,3
79	Cazaquistão	14,1	14,8	14,9	0,2	(.)	52,6	57,1	60,3	23,9	21,3	8,3	8,0	3,5	2,0
80	Arménia	2,8	3,0	3,0	0,2	-0,2	63,6	64,2	64,1	21,7	17,4	11,9	11,0	3,0	1,3
81	China	927,8 [d]	1308,0 [d]	1393,0 [d]	1,2 [d]	0,6 [d]	17,4	39,5	49,2	22,0	18,5	7,5	9,6	4,9	1,7
82	Peru	15,2	27,6	32,2	2,1	1,4	61,5	72,4	74,9	32,7	27,9	5,2	6,5	6,0	2,9
83	Equador	6,9	13,0	15,1	2,2	1,4	42,4	62,3	67,6	32,8	28,1	5,7	7,3	6,0	2,8
84	Filipinas	42,0	81,6	96,8	2,3	1,6	35,6	61,9	69,6	35,7	30,0	3,8	4,9	6,0	3,2
85	Granada	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	30,6	32,2	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	1,9	5,6	7,0	3,6	2,0	57,7	81,9	85,3	37,6	31,7	3,1	4,0	7,8	3,5
87	Tunísia	5,7	10,0	11,1	2,0	1,0	49,9	64,9	69,1	26,7	21,9	6,2	6,8	6,2	2,0
88	São Vicente e Granadinas	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	45,6	50,0	29,8	26,5	6,5	7,1	5,5	2,3
89	Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	73,5	77,4	30,4	26,7	6,3	7,2	5,3	2,6
90	Fiji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,6	36,7	50,3	56,1	32,0	27,6	3,8	5,4	4,2	2,9
91	Paraguai	2,7	6,0	7,6	2,8	2,1	39,0	57,9	64,4	38,0	33,9	3,7	4,3	5,7	3,9
92	Turquia	41,2	72,2	82,6	1,9	1,2	41,6	66,8	71,9	29,5	25,8	5,4	6,2	5,3	2,5
93	Sri Lanca	14,0	20,6	22,3	1,3	0,7	19,5	15,2	15,7	24,5	21,4	7,1	9,3	4,1	2,0
94	República Dominicana	5,1	8,8	10,1	1,9	1,3	45,7	65,9	73,6	33,1	29,5	4,1	5,3	5,6	2,7
95	Belize	0,1	0,3	0,3	2,3	1,8	50,2	48,1	51,2	37,3	31,2	4,3	4,7	6,3	3,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	33,3	68,8	79,9	2,5	1,4	45,8	66,4	71,9	29,8	25,6	4,5	4,9	6,4	2,1
97	Geórgia	4,9	4,5	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,2	53,8	19,5	15,8	14,1	14,4	2,6	1,5
98	Maldivas	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	17,3	29,2	34,8	41,3	35,7	3,5	3,3	7,0	4,3
99	Azerbaijão	5,7	8,4	9,1	1,3	0,8	51,9	51,5	52,8	26,8	21,2	6,9	6,7	4,3	1,9
100	Territórios Ocupados da Palestina	1,3	3,6	5,0	3,6	3,0	59,6	71,5	72,9	45,7	41,6	3,1	3,0	7,7	5,6
101	El Salvador	4,1	6,8	8,0	1,7	1,5	41,5	59,5	63,2	34,3	29,8	5,3	6,2	6,1	2,9
102	Argélia	16,0	32,4	38,1	2,4	1,5	40,3	62,6	69,3	30,4	26,7	4,5	5,0	7,4	2,5
103	Guiana	0,7	0,8	0,7	0,1	-0,1	30,0	28,3	29,4	29,6	24,8	5,1	6,6	4,9	2,3
104	Jamaica	2,0	2,6	2,7	0,9	0,4	44,1	52,8	56,7	31,7	26,7	7,6	8,2	5,0	2,4
105	Turquemenistão	2,5	4,8	5,5	2,2	1,3	47,6	46,0	50,8	32,7	27,0	4,7	4,4	6,2	2,8
106	Cabo Verde	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	56,6	64,3	40,1	35,6	4,3	3,3	7,0	3,8

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
107 República Árabe Síria	7,5	18,6	23,8	3,1	2,3	45,1	50,5	53,4	37,4	33,2	3,1	3,6	7,5	3,5
108 Indonésia	134,4	220,1	246,8	1,7	1,0	19,3	47,0	58,5	28,6	25,2	5,4	6,4	5,2	2,4
109 Vietname	48,0	83,1	95,0	1,9	1,2	18,8	26,0	31,6	30,3	25,0	5,5	5,6	6,7	2,3
110 Quirguizistão	3,3	5,2	5,9	1,6	1,1	38,2	35,7	38,1	32,1	27,5	6,1	5,5	4,7	2,7
111 Egipto	39,3	72,6	88,2	2,1	1,8	43,5	42,7	45,4	33,9	31,4	4,7	5,5	5,7	3,3
112 Nicarágua	2,6	5,4	6,6	2,5	1,9	48,9	58,7	63,0	39,5	33,4	3,3	3,9	6,8	3,3
113 Usbequistão	14,0	26,2	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	38,0	34,0	28,3	4,7	4,4	6,3	2,7
114 Moldávia, República da	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	36,2	46,5	50,0	19,1	15,2	10,0	10,9	2,6	1,2
115 Bolívia	4,8	9,0	10,9	2,2	1,7	41,3	63,7	68,8	38,5	33,5	4,5	5,2	6,5	4,0
116 Mongólia	1,4	2,6	3,0	2,0	1,2	48,7	56,6	58,8	31,3	26,3	3,8	4,1	7,3	2,4
117 Honduras	3,0	7,0	8,8	2,9	2,0	32,1	46,0	51,4	39,7	33,8	3,8	4,5	7,1	3,7
118 Guatemala	6,2	12,3	15,9	2,4	2,3	36,7	46,8	52,0	43,5	39,7	4,3	4,7	6,2	4,6
119 Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	13,4	23,1	28,1	40,4	35,5	3,3	4,0	6,1	4,2
120 Guiné Equatorial	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,4	38,9	41,1	44,3	45,6	3,9	3,8	5,7	5,9
121 África do Sul	25,9	47,2	47,9	2,1	0,1	48,1	58,8	64,1	32,8	30,2	4,1	6,1	5,5	2,8
122 Tajiquistão	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,9	24,6	39,7	33,0	3,8	3,5	6,8	3,8
123 Marrocos	17,3	31,0	36,2	2,0	1,4	37,8	58,0	65,0	31,5	28,4	4,8	5,2	6,9	2,8
124 Gabão	0,6	1,4	1,6	2,8	1,5	43,0	83,0	87,7	40,5	35,5	4,4	4,4	5,3	4,0
125 Namíbia	0,9	2,0	2,2	2,8	1,0	23,7	34,5	41,1	42,1	34,7	3,4	4,2	6,6	4,0
126 Índia	620,7	1087,1	1260,4	1,9	1,3	21,3	28,5	32,0	32,5	28,0	5,2	6,2	5,4	3,1
127 São Tomé e Príncipe	0,1	0,2	0,2	2,1	2,1	31,6	57,1	65,8	39,8	36,4	4,3	3,4	6,5	4,1
128 Ilhas Salomão	0,2	0,5	0,6	3,0	2,2	9,1	16,7	20,5	41,0	36,4	2,4	2,8	7,2	4,3
129 Camboja	7,1	13,8	17,1	2,3	1,9	10,3	19,1	26,1	37,7	34,1	3,4	4,4	5,5	4,1
130 Mianmar	30,1	50,0	55,0	1,7	0,9	24,0	30,1	37,4	30,1	23,6	4,9	6,4	5,8	2,5
131 Botsuana	0,9	1,8	1,7	2,4	-0,4	11,8	56,6	64,6	37,9	34,7	3,2	4,8	6,8	3,2
132 Comores	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	36,4	44,0	42,2	38,5	2,7	3,1	7,1	4,9
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	3,0	5,8	7,3	2,2	2,1	11,1	20,3	24,9	41,2	37,1	3,6	3,7	6,2	4,8
134 Paquistão	68,3	154,8	193,4	2,8	2,0	26,3	34,5	39,6	38,9	34,1	3,8	4,2	6,6	4,3
135 Butão	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	4,6	10,8	14,8	38,9	34,7	4,5	5,1	5,9	4,4
136 Gana	10,2	21,7	26,6	2,6	1,9	30,1	47,1	55,1	39,5	35,2	3,6	4,3	6,7	4,4
137 Bangladeche	73,2	139,2	168,2	2,2	1,7	9,9	24,7	29,9	35,9	31,4	3,6	4,2	6,2	3,2
138 Nepal	13,5	26,6	32,7	2,3	1,9	4,8	15,3	20,9	39,5	33,9	3,6	4,2	5,8	3,7
139 Papuásia-Nova Guiné	2,9	5,8	7,0	2,4	1,8	11,9	13,3	15,0	40,7	34,0	2,4	2,7	6,1	4,1
140 Congo	1,5	3,9	5,4	3,2	3,1	43,3	59,8	64,2	47,0	47,4	2,9	2,7	6,3	6,3
141 Sudão	17,1	35,5	44,0	2,5	2,0	18,9	39,8	49,4	39,5	35,6	3,6	4,3	6,7	4,4
142 Timor-Leste	0,7	0,9	1,5	1,0	4,7	14,6	26,1	31,2	41,6	46,7	2,9	3,0	6,2	7,8
143 Madagáscar	7,9	18,1	23,8	2,9	2,5	16,3	26,6	30,1	44,2	40,7	3,1	3,3	6,7	5,4
144 Camarões	7,6	16,0	19,0	2,6	1,6	27,3	53,7	62,7	41,6	37,2	3,7	3,9	6,3	4,6
145 Uganda	10,8	27,8	41,9	3,3	3,7	7,0	12,5	14,5	50,4	50,8	2,5	2,2	7,1	7,1
146 Suazilândia	0,5	1,0	1,0	2,3	-0,4	14,0	23,9	27,5	41,6	37,2	3,4	4,6	6,9	4,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
147 Togo	2,4	6,0	7,8	3,1	2,5	22,8	39,4	47,4	43,7	40,2	3,1	3,4	7,1	5,4
148 Djibuti	0,2	0,8	0,9	4,3	1,6	67,1	85,6	89,6	41,8	37,3	2,8	3,4	7,2	5,1
149 Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,5	22,0	39,0	36,6	5,2	5,8	5,7	3,6
150 Iémen	7,0	20,3	28,5	3,7	3,1	14,8	26,9	31,9	46,7	43,4	2,3	2,4	8,5	6,2
151 Zimbabué	6,2	12,9	13,8	2,5	0,6	19,9	35,4	40,9	40,5	36,6	3,6	4,1	7,7	3,6
152 Quénia	13,5	33,5	44,2	3,1	2,5	12,9	20,5	24,1	42,9	42,6	2,8	2,8	8,0	5,0
153 Mauritânia	1,4	3,0	4,0	2,5	2,6	20,6	40,3	43,1	43,1	41,7	3,4	3,4	6,5	5,8
154 Haiti	4,9	8,4	9,8	1,8	1,3	21,7	38,1	45,5	38,0	34,9	4,0	4,5	5,8	4,0
155 Gâmbia	0,6	1,5	1,9	3,4	2,2	24,4	53,0	61,8	40,3	36,8	3,7	4,4	6,5	4,7
156 Senegal	5,3	11,4	14,5	2,7	2,2	33,7	41,3	44,7	43,0	38,8	3,1	3,4	7,0	5,0
157 Eritreia	2,1	4,2	5,8	2,4	2,9	13,5	19,0	24,4	44,8	42,6	2,3	2,6	6,5	5,5
158 Ruanda	4,4	8,9	11,3	2,4	2,2	4,0	18,5	28,7	44,1	41,6	2,4	2,6	8,3	5,7
159 Nigéria	58,9	128,7	160,9	2,7	2,0	23,4	47,3	55,9	44,5	41,3	3,0	3,2	6,9	5,8

QUADRO 5

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
160 Guiné	4,2	9,2	11,9	2,7	2,3	19,5	32,6	38,1	43,8	42,0	3,5	3,9	6,9	5,9
161 Angola	6,8	15,5	20,9	2,8	2,7	19,1	52,7	59,7	46,6	45,5	2,5	2,4	7,2	6,8
162 Tanzânia, Rep. U. da	16,0	37,6	45,6	2,9	1,7	11,2	23,8	28,9	42,9	38,9	3,2	3,7	6,8	5,0
163 Benim	3,2	8,2	11,2	3,2	2,9	21,9	39,7	44,6	44,5	42,0	2,7	3,0	7,1	5,9
164 Costa do Marfim	6,6	17,9	21,6	3,4	1,7	32,2	44,6	49,8	42,1	38,2	3,2	3,7	7,4	5,1
165 Zâmbia	5,2	11,5	13,8	2,8	1,7	34,9	34,9	37,0	46,0	43,7	3,0	3,2	7,8	5,7
166 Malawi	5,2	12,6	16,0	3,0	2,2	7,7	16,7	22,1	47,3	44,9	3,0	3,2	7,4	6,1
167 Congo, Rep. Dem.	23,9	55,9	78,0	2,9	3,0	29,5	31,6	38,6	47,2	48,0	2,7	2,6	6,5	6,7
168 Moçambique	10,6	19,4	23,5	2,1	1,7	8,7	33,7	42,4	44,1	41,6	3,3	3,6	6,6	5,5
169 Burundi	3,7	7,3	10,6	2,4	3,4	3,2	9,7	13,5	45,5	46,4	2,8	2,5	6,8	6,8
170 Etiópia	34,1	75,6	97,2	2,7	2,3	9,5	15,7	19,1	44,8	41,7	2,9	3,2	6,8	5,9
171 Chade	4,2	9,4	12,8	2,8	2,8	15,6	24,8	30,5	47,2	47,7	3,1	2,7	6,7	6,7
172 República Centro-Africana	2,1	4,0	4,6	2,3	1,4	32,0	37,9	40,4	43,1	40,6	4,0	4,0	5,7	5,0
173 Guiné-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	29,6	31,1	47,4	48,0	3,1	2,8	7,1	7,1
174 Burquina Faso	5,9	12,8	17,7	2,6	2,9	6,4	17,9	22,8	47,4	45,7	2,8	2,6	7,8	6,7
175 Mali	6,2	13,1	18,1	2,6	2,9	16,2	29,9	36,5	48,3	46,7	2,7	2,4	7,6	6,9
176 Serra Leoa	2,9	5,3	6,9	2,1	2,3	21,2	39,9	48,2	42,8	42,8	3,3	3,3	6,5	6,5
177 Níger	5,3	13,5	19,3	3,2	3,2	11,4	16,7	19,3	49,0	47,9	2,0	2,0	8,1	7,9
Países em desenvolvimento	2967,1 T	5093,6 T	5885,6 T	1,9	1,3	26,5	42,2	48,0	31,2	28,0	5,4	6,5	5,5	2,9
Países menos desenvolvidos	355,2 T	740,7 T	950,1 T	2,5	2,3	14,9	26,3	31,6	42,0	39,5	3,2	3,5	6,6	5,0
Países Árabes	144,6 T	310,5 T	386,0 T	2,6	2,0	41,8	54,9	58,9	35,8	32,5	3,8	4,4	6,7	3,7
Ásia Oriental e Pacífico	1310,4 T	1944,0 T	2108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,9	51,0	24,3	20,7	6,8	8,7	5,0	1,9
América Latina e Caraíbas	318,4 T	548,3 T	628,3 T	1,9	1,2	61,2	76,8	80,4	30,4	26,5	5,9	7,5	5,1	2,6
Ásia do Sul	838,7 T	1528,1 T	1801,4 T	2,1	1,5	21,2	29,9	33,8	33,6	29,3	4,8	5,7	5,6	3,2
África Subsariana	313,1 T	689,6 T	877,4 T	2,7	2,2	21,2	34,3	39,4	43,9	42,0	3,1	3,3	6,8	5,5
Europa Central, Oriental e CEI	366,6 T	405,3 T	396,8 T	0,3	-0,2	57,3	62,9	63,6	18,6	17,3	12,7	12,9	2,5	1,5
OCDE	925,7 T	1164,8 T	1233,6 T	0,8	0,5	66,8	75,4	78,1	19,6	17,8	13,6	16,1	2,6	1,8
OCDE de rendimento elevado	765,9 T	922,6 T	968,5 T	0,6	0,4	69,3	76,8	79,4	17,7	16,4	15,2	18,0	2,2	1,6
Desenvolvimento humano elevado	1012,5 T	1275,0 T	1350,0 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,7	19,6	17,8	13,5	16,0	2,5	1,7
Desenvolvimento humano médio	2743,2 T	4433,1 T	4995,8 T	1,7	1,1	27,7	42,4	48,2	28,8	25,4	6,1	7,2	5,0	2,5
Desenvolvimento humano baixo	255,0 T	571,7 T	737,1 T	2,8	2,3	18,3	32,0	37,6	44,8	42,6	2,9	3,1	7,0	5,8
Rendimento elevado	792,3 T	982,5 T	1040,9 T	0,7	0,5	69,4	77,4	80,0	18,4	17,0	14,6	17,3	2,3	1,7
Rendimento médio	2042,9 T	3043,0 T	3319,6 T	1,4	0,8	34,7	53,2	60,3	25,4	22,4	7,2	8,6	4,6	2,1
Rendimento baixo	1237,0 T	2361,3 T	2856,0 T	2,2	1,7	20,7	29,9	34,4	36,8	33,2	4,3	4,9	6,0	3,9
Mundo	4073,7 T [e]	6389,2 T [e]	7219,4 T [e]	1,6	1,1	37,2	48,3	52,8	28,5	25,9	7,3	8,4	4,5	2,7

NOTAS

a Como os dados são baseados em definições nacionais do que são cidades e áreas metropolitanas, as comparações transfronteiriças devem ser feitas com precaução.

b Os dados referem-se a projecções de variações médias.

c Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

d As estimativas da população incluem Taiwan, província da China.

e Os dados referem-se à população mundial total, de acordo com UN 2005b. A população total dos 177 países incluídos nos principais quadros de indicadores foi estimada em 4.068,1 milhões em 1975, 6.381 milhões em 2004 e foi projectada em 7.210,3 em 2015.

FONTES

Colunas 1-3. 13 e 14: ONU 2005b.

Colunas 4 e 5: calculadas com base nos dados das colunas 1 e 2.

Colunas 6 e 8: ONU 2006e.

Coluna 7: ONU 2006b.

Colunas 9 e 10: calculadas com base nos dados da população com menos de 15 anos e da população total de ONU 2005b

Colunas 11 e 12: calculadas com base nos dados da população com mais de 65 anos e da população total de ONU 2005b.

QUADRO 6

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH	Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	8,6	1,7	3.809	..	88	..	..	100 [c]	313
2 Islândia	8,8	1,7	3.110	..	93	..	..	..	362
3 Austrália	6,4	3,1	2.874	..	93	..	..	100	247
4 Irlanda	5,8	1,5	2.496	90	81	..	..	100	279
5 Suécia	8,0	1,4	2.704	16 [d]	94	..	..	100 [c]	328
6 Canadá	6,9	3,0	2.989	..	95	..	75 [e]	98	214
7 Japão	6,4	1,5	2.244	..	99	..	56	100	198
8 Estados Unidos	6,8	8,4	5.711	..	93	..	76 [e]	99	256
9 Suíça	6,7	4,8	3.776	..	82	..	82 [e]	..	361
10 Países Baixos	6,1	3,7	2.987	..	96	..	79 [e]	100	315
11 Finlândia	5,7	1,7	2.108	98	97	..	..	100	316
12 Luxemburgo	6,2	0,6	3.680	..	91	..	..	100	266
13 Bélgica	6,3	3,1	2.828	..	82	..	78 [e]	100 [c]	449
14 Áustria	5,1	2,4	2.306	..	74	..	51	100 [e]	338
15 Dinamarca	7,5	1,5	2.762	..	96	..	..	100 [c]	293
16 França	7,7	2,4	2.902	85	86	..	75 [e]	99 [e]	337
17 Itália	6,3	2,1	2.266	..	84	..	60	..	420
18 Reino Unido	6,9	1,1	2.389	..	81	..	84 [f]	99	230
19 Espanha	5,5	2,2	1.853	..	97	..	81 [e]	..	330
20 Nova Zelândia	6,3	1,8	1.893	..	85	..	75 [e]	100 [e]	237
21 Alemanha	8,7	2,4	3.001	..	92	..	75 [e]	100 [c]	337
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	86 [e]	..	..
23 Israel	6,1	2,8	1.911	..	96	..	..	99 [c]	382
24 Grécia	5,1	4,8	1.997	88	88	..	..	..	438
25 Singapura	1,6	2,9	1.156	99	94	..	62	100	140
26 República da Coreia	2,8	2,8	1.074	93	99	..	81	100	157
27 Eslovénia	6,7	2,1	1.669	98	94	..	74 [e]	100 [c]	225
28 Portugal	6,7	2,9	1.791	83	95	..	..	100 [c]	342
29 Chipre	3,1	3,3	1.143	..	86	..	..	100	234
30 República Checa	6,8	0,8	1.302	99	97	..	72	100	351
31 Barbados	4,8	2,1	1.050	..	98	..	..	98	121
32 Malta	7,4	1,9	1.436	..	87	..	..	98 [e]	318
33 Koweit	2,7	0,8	567	..	97	..	50	98	153
34 Estado do Brunei Darussalam	2,8	0,7	681	99	99	..	..	99	101
35 Hungria	6,1	2,3	1.269	99	99	..	77 [e]	100	333
36 Argentina	4,3	4,6	1.067	99	95	..	..	99	301
37 Polónia	4,5	2,0	745	94	97	..	49 [e]	100 [c]	247
38 Chile	3,0	3,1	707	96	95	..	..	100	109
39 Barém	2,8	1,3	813	70	99	..	62 [e]	98 [e]	109
40 Estónia	4,1	1,2	682	99	96	..	70 [e]	100	448
41 Lituânia	5,0	1,6	754	99	98	..	47 [e]	100	397
42 Eslováquia	5,2	0,7	777	98	98	..	74 [e]	99	318
43 Uruguai	2,7	7,1	824	99	95	..	..	100	365
44 Croácia	6,5	1,3	838	98	96	..	..	100	244
45 Letónia	3,3	3,1	678	99	99	..	48 [e]	100	301
46 Catar	2,0	0,7	685	99	99	..	43	99	222
47 Seicheles	4,3	1,6	599	99	99	..	..	..	151
48 Costa Rica	5,8	1,5	616	90	88	..	80	98	132
49 Emirados Árabes Unidos	2,5	0,8	623	98	94	..	28 [e]	99 [e]	202
50 Cuba	6,3	1,0	251	99	99	..	73	100	591
51 São Cristóvão e Nevis	3,4	1,9	670	89	98	..	..	99	119
52 Baamas	3,0	3,4	1.220	..	89	..	..	99 [c]	105
53 México	2,9	3,3	582	99	96	..	68	95	198

QUADRO 6

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
54	Bulgária	4,1	3,4	573	98	95	..	42	99	356
55	Tonga	5,5	1,0	300	99	99	..	..	95	34
56	Omã	2,7	0,5	419	99	98	..	24 [e]	95	132
57	Trindade e Tobago	1,5	2,4	532	..	95	31	38	96	79
58	Panamá	5,0	2,6	555	99	99	..	..	93	150
59	Antígua e Barbuda	3,2	1,3	477	..	97	..	..	100	17
60	Roménia	3,8	2,3	540	99	97	..	64	99	190
61	Malásia	2,2	1,6	374	99	95	..	55 [e]	97	70
62	Bósnia e Herzegovina	4,8	4,7	327	95	88	23	48	100	134
63	Maurícia	2,2	1,5	430	99	98	..	75 [e]	98	106
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	2,6	1,5	327	99	99	..	45 [e]	94 [e]	129
65	Federação da Rússia	3,3	2,3	551	96	98	..	..	99	425
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	6,0	1,1	389	94	96	..	..	99	219
67	Bielorrússia	3,9	1,6	570	99	99	..	50 [e]	100	455
68	Domínica	4,5	1,8	320	99	99	..	..	100	50
69	Brasil	3,4	4,2	597	99	99	28	77	96	115
70	Colômbia	6,4	1,2	522	92	92	44	77	86	135
71	Santa Lúcia	3,4	1,6	294	99	95	..	..	100	517
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2,0	2,5	231	97	80	51	..	94	194
73	Albânia	2,7	3,8	366	97	96	51	75	98	131
74	Tailândia	2,0	1,3	260	99	96	..	72	99	37
75	Samoa (Ocidental)	4,3	1,1	209	93	25	..	..	100	70
76	Arábia Saudita	3,0	1,0	578	95	97	..	32	91	137
77	Ucrânia	3,8	1,9	305	98	99	..	68	100	295
78	Líbano	3,0	7,2	730	..	96	..	61	89	325
79	Cazaquistão	2,0	1,5	315	65	99	22	66	99	354
80	Arménia	1,2	4,8	302	96	92	48	61	97	359
81	China	2,0	3,6	278	94	84	..	84	96	106
82	Peru	2,1	2,3	233	91	89	46	69	59	117
83	Equador	2,0	3,1	220	99	99	..	66	69	148
84	Filipinas	1,4	1,8	174	91	80	76	19	60	58
85	Granada	4,9	1,8	473	..	74	..	54 [e]	100	50
86	Jordânia	4,2	5,2	440	58	99	44	56	100	203
87	Tunísia	2,5	2,9	409	97	95	..	63	90	134
88	São Vicente e Granadinas	4,1	2,0	384	99	99	..	..	100	87
89	Suriname	3,6	4,3	309	..	86	43	42	85	45
90	Fiji	2,3	1,4	220	93	62	..	..	99	34
91	Paraguai	2,3	5,0	301	82	89	..	73	77	111
92	Turquia	5,4	2,2	528	88	81	19	64	83	135
93	Sri Lanca	1,6	1,9	121	99	96	..	70	96	55
94	República Dominicana	2,3	4,7	335	97	79	53	70	99	188
95	Belize	2,2	2,3	309	99	95	..	47 [e]	83	105
96	Irão, Rep. Islâmica do	3,1	3,4	498	99	96	..	73	90	45
97	Geórgia	1,0	3,0	174	91	86	..	41	96	409
98	Maldivas	5,5	0,7	364	98	97	..	42	70	92
99	Azerbaijão	0,9	2,7	140	99	98	40	55	100	355
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	98	96 [c]	..	..	97	..
101	El Salvador	3,7	4,4	378	94	93	..	67	92	124
102	Argélia	3,3	0,8	186	98	81	..	64	96	113
103	Guiana	4,0	0,8	283	94	88	40	37	86	48
104	Jamaica	2,7	2,6	216	85	80	21	66	97	85
105	Turquemenistão	2,6	1,3	221	99	97	..	62	97	418
106	Cabo Verde	3,4	1,2	185	79	69	..	53	89	49

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
107	República Árabe Síria	2,5	2,6	116	99	98	..	40 [e]	77 [e]	140
108	Indonésia	1,1	2,0	113	82	72	61	60	72	13
109	Vietname	1,5	3,9	164	96	97	39	79	85	53
110	Quirguizistão	2,2	3,1	161	98	99	16	60	98	251
111	Egipto	2,5	3,3	235	98	97	29	60	69	54
112	Nicarágua	3,7	4,0	208	88	84	49	69	67	37
113	Usbequistão	2,4	3,1	159	99	98	33	68	96	274
114	Moldávia, República da	3,9	3,3	177	96	96	52	62	99	264
115	Bolívia	4,3	2,4	176	93	64	54	58	67	122
116	Mongólia	4,3	2,4	140	95	96	66	67	97	263
117	Honduras	4,0	3,1	184	93	92	..	62	56	57
118	Guatemala	2,1	3,3	235	98	75	22	43	41	90
119	Vanuatu	2,9	1,0	110	63	48	..	..	88	11
120	Guiné Equatorial	1,0	0,5	179	73	51	36	..	65	30
121	África do Sul	3,2	5,2	669	97	81	37	56	84	77
122	Tajiquistão	0,9	3,5	71	97	89	29	34	71	203
123	Marrocos	1,7	3,4	218	95	95	50	63	63	51
124	Gabão	2,9	1,5	255	89	55	44	33	86	29
125	Namíbia	4,5	1,9	359	71	70	39	44	76	30
126	Índia	1,2	3,6	82	73	56	22	48 [g]	43	60
127	São Tomé e Príncipe	7,2	1,4	93	99	91	44	29	76	49
128	Ilhas Salomão	4,5	0,3	87	84	72	..	..	85	13
129	Camboja	2,1	8,8	188	95	80	59	24	32	16
130	Mianmar	0,5	2,3	51	85	78	48	37	57	36
131	Botsuana	3,3	2,3	375	99	90	7	40	94	40
132	Comores	1,5	1,2	25	79	73	31	26	62	15
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1,2	2,0	56	60	36	37	32	19	59
134	Paquistão	0,7	1,7	48	80	67	33 [c]	28	..	74
135	Butão	2,6	0,5	59	92	87	..	19 [e]	37	5
136	Gana	1,4	3,1	98	92	83	40	25	47	15
137	Bangladeche	1,1	2,3	68	95	77	35	58	13	26
138	Nepal	1,5	3,8	64	85	73	43	39	15	21
139	Papuásia-Nova Guiné	3,0	0,4	132	54	44	..	26	41	5
140	Congo	1,3	0,7	23	85	65	..	..	..	20
141	Sudão	1,9	2,4	54	51	59	38	10 [e]	87 [c]	22
142	Timor-Leste	7,3	2,3	125	72	55	..	10	18	10
143	Madagáscar	1,7	1,0	24	72	59	47	27	51	29
144	Camarões	1,2	3,0	64	83	64	33	26	62	19
145	Uganda	2,2	5,1	75	99	91	29	23	39	8
146	Suazilândia	3,3	2,5	324	84	70	24	28	74	16
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147	Togo	1,4	4,2	62	91	70	25	26	61	4
148	Djibuti	3,8	1,9	72	78	60	..	..	61	18
149	Lesoto	4,1	1,1	106	83	70	29	30	60	5
150	Iémen	2,2	3,3	89	63	76	23 [c]	21	27	33
151	Zimbabué	2,8	5,1	132	95	80	80	54	73	16
152	Quénia	1,7	2,6	65	87	73	33	39	42	14
153	Mauritânia	3,2	1,0	59	86	64	28	8	57	11
154	Haiti	2,9	4,6	84	71	54	41	28	24	25
155	Gâmbia	3,2	4,9	96	95	90	38	10	55	11
156	Senegal	2,1	3,0	58	95	57	33	11	58	6
157	Eritreia	2,0	2,4	50	91	84	54	8	28	5
158	Ruanda	1,6	2,1	32	86	84	16	13	31	5
159	Nigéria	1,3	3,7	51	48	35	28	13	35	28

QUADRO 6

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
160	Guiné	0,9	4,5	95	71	73	44	6	56	11
161	Angola	2,4	0,4	49	72	64	32	6	45	8
162	Tanzânia, Rep. U. da	2,4	1,9	29	91	94	38	25	46	2
163	Benim	1,9	2,5	36	99	85	42	19	66	4
164	Costa do Marfim	1,0	2,6	57	51	49	34	15	68	12
165	Zâmbia	2,8	2,6	51	94	84	48	34	43	12
166	Malawi	3,3	6,0	46	97	80	51	31	61	2
167	Congo, Rep. Dem.	0,7	3,3	14	78	64	17	31	61	11
168	Moçambique	2,9	1,8	45	87	77	33	17	48	3
169	Burundi	0,7	2,4	15	84	75	16	16	25	3
170	Etiópia	3,4	2,5	20	82	71	38	8	6	3
171	Chade	2,6	3,9	51	38	56	50	3	16	4
172	República Centro-Africana	1,5	2,5	47	70	35	47	28	44	8
173	Guiné-Bissau	2,6	3,0	45	80	80	23	8	35	12
174	Burquina Faso	2,6	3,0	68	99	78	..	14	38	6
175	Mali	2,8	2,0	39	75	75	45	8	41	8
176	Serra Leoa	2,0	1,5	34	83	64	39	4	42	3
177	Níger	2,5	2,2	30	72	74	43	14	16	3
Países em desenvolvimento		..	..	..	84	74	..	..	59	..
Países menos desenvolvidos		..	..	..	82	72	..	..	36	..
Países Árabes		..	..	..	85	86	..	..	72	..
Ásia Oriental e Pacífico		..	..	..	92	83	..	..	86	..
América Latina e Caraíbas		..	..	..	96	92	..	..	87	..
Ásia do Sul		..	..	..	78	62	..	..	38	..
África Subsariana		..	..	..	77	66	..	..	43	..
Europa Central, Oriental e CEI		..	..	..	96	97	..	..	97	..
OCDE		..	..	..	92	92	..	..	97	..
OCDE de rendimento elevado		..	..	..	84	92	..	..	99	..
Desenvolvimento humano elevado		..	..	..	95	93	..	..	99	..
Desenvolvimento humano médio		..	..	..	86	76	..	..	65	..
Desenvolvimento humano baixo		..	..	..	74	64	..	..	39	..
Rendimento elevado		..	..	..	88	92	..	..	99	..
Rendimento médio		..	..	..	94	87	..	..	87	..
Rendimento baixo		..	..	..	77	64	..	..	41	..
Mundo		..	..	..	84 [h]	76 [h]	..	..	63 [h]	..

NOTAS

a Os dados referem-se normalmente a mulheres com 15-49 anos, casadas ou que vivem em união de facto; o conjunto real de idades coberto pode variar entre países.
b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
c Os dados são da UNICEF 2005. Os dados referem-se a um período diferente do indicado.
d Os dados referem-se apenas a crianças de risco elevado.
e Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
f Exclui a Irlanda do Norte.
g Exclui o estado de Tripura.
h Os dados referem-se a agregados mundiais de UNICEF 2005.

FONTES

Colunas 1 e 2: calculadas com base nos dados da despesa de saúde de WHO 2006b.
Coluna 3: OMS 2006b.
Colunas 4 e 6: UNICEF 2005.
Colunas 5 e 8: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.
Coluna 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância.
Coluna 9: OMS 2006c.

QUADRO 7

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%) 1990	2004	ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 1990	2004	ODM Pessoas subnutridas (% do total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças nascidas com peso insuficiente (%) 1996-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	..	..	100	100	..	..	..	..	5
2 Islândia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
3 Austrália	100	100	100	100	..	..	..	..	7
4 Irlanda	..	..	..	..	..	..	..	..	6
5 Suécia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
6 Canadá	100	100	100	100	..	..	..	..	6
7 Japão	100	100	100	100	..	..	..	6 [c]	8
8 Estados Unidos	100	100	100	100	..	..	1 [c]	1	8
9 Suíça	100	100	100	100	..	..	..	..	6
10 Países Baixos	100	100	100	100	..	..	..	1 [c]	..
11 Finlândia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
12 Luxemburgo	..	..	100	100	..	..	..	..	8
13 Bélgica	..	..	..	..	..	..	..	..	8
14 Áustria	100	100	100	100	..	..	..	..	7
15 Dinamarca	..	..	100	100	..	..	..	..	5
16 França	..	..	100	100	..	..	..	..	7
17 Itália	..	..	..	..	..	..	..	3 [c]	6
18 Reino Unido	..	..	100	100	..	..	..	..	8
19 Espanha	100	100	100	100	..	..	..	..	6
20 Nova Zelândia	..	..	97	..	..	..	..	..	6
21 Alemanha	100	100	100	100	..	..	..	..	7
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23 Israel	..	..	100	100	..	..	..	..	8
24 Grécia	..	..	..	..	..	..	..	..	8
25 Singapura	100	100	100	100	..	..	14 [d]	2	8
26 República da Coreia	..	..	..	92	<2,5	<2,5	..	..	4
27 Eslovénia	..	..	..	..	..	3	..	..	6
28 Portugal	..	..	..	..	..	..	..	..	8
29 Chipre	100	100	100	100	<2,5	<2,5	..	..	..
30 República Checa	99	98	100	100	..	<2,5	1 [c]	2 [c]	7
31 Barbados	100	100	100	100	<2,5	<2,5	6 [d]	7 [c]	10
32 Malta	..	..	100	100	..	..	..	..	6
33 Koweit	..	..	..	..	24	5	10	3	7
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	4	3	..	..	10
35 Hungria	..	95	99	99	..	<2,5	2 [d]	3 [c]	9
36 Argentina	81	91	94	96	<2,5	<2,5	5	12	7
37 Polónia	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	6
38 Chile	84	91	90	95	8	4	1	1	5
39 Barém	..	..	..	..	..	..	9 [c]	10 [c]	8
40 Estónia	97	97	100	100	..	3	..	..	4
41 Lituânia	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	4
42 Eslováquia	99	99	100	100	..	6	..	..	7
43 Uruguai	100	100	100	100	7	3	5 [c]	10 [c]	8
44 Croácia	100	100	100	100	..	7	1	1	6
45 Letónia	..	78	99	99	..	3	..	..	5
46 Catar	100	100	100	100	..	..	6 [c]	8 [c]	10
47 Seicheles	..	..	88	88	14	9	6 [d]	5 [c]	..
48 Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
49 Emirados Árabes Unidos	97	98	100	100	4	<2,5	14 [c]	17 [d]	15
50 Cuba	98	98	..	91	8	<2,5	4 [c]	5	6
51 São Cristóvão e Nevis	95	95	100	100	13	11	..	..	9
52 Baamas	100	100	..	97	9	7	..	..	7
53 México	58	79	82	97	5	5	8	18	9

QUADRO 7

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH		ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subnutridas (% do total)		ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com peso insuficiente (%)
		1990	2004	1990	2004	1990/92 [a]	2001/03 [a]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]
54	Bulgária	99	99	99	99	..	9	..	..	10
55	Tonga	96	96	100	100	..	..	..	1 [c]	0
56	Omã	83	..	80	..	..	..	24	10	8
57	Trindade e Tobago	100	100	92	91	13	11	7 [d]	4	23
58	Panamá	71	73	90	90	21	25	7	18	10
59	Antígua e Barbuda	..	95	..	91	..	..	10 [d]	7 [d]	8
60	Roménia	..	..	..	57	..	<2,5	6	10	9
61	Malásia	..	94	98	99	3	3	11	16	10
62	Bósnia e Herzegovina	..	95	97	97	..	9	4	10	4
63	Maurícia	..	94	100	100	6	6	15 [c]	10 [c]	13
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	97	97	71	..	<2,5	<2,5	5 [c]	15 [c]	7
65	Federação da Rússia	87	87	94	97	..	3	3	13 [d]	6
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	..	..	..	7	6	7	5
67	Bielorrússia	..	84	100	100	..	3	..	..	5
68	Domínica	..	84	..	97	4	8	5 [d]	6 [d]	10
69	Brasil	71	75	83	90	12	8	6	11	10
70	Colômbia	82	86	92	93	17	14	7	14	9
71	Santa Lúcia	..	89	98	98	8	5	14 [d]	11 [c]	8
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	..	68	..	83	11	18	4	13	7
73	Albânia	..	91	96	96	..	6	14	35	3
74	Tailândia	80	99	95	99	30	21	19 [c]	13 [c]	9
75	Samoa (Ocidental)	98	100	91	88	11	4	2	4	4
76	Arábia Saudita	..	..	90	..	4	4	14 [c]	16 [c]	11
77	Ucrânia	..	96	..	96	..	3	1	3	5
78	Líbano	..	98	100	100	<2,5	3	3	12	6
79	Cazaquistão	72	72	87	86	..	8	4	10	8
80	Arménia	..	83	..	92	..	29	3	13	7
81	China	23	44	70	77	16	12	8	14	6
82	Peru	52	63	74	83	42	12	7	25	11
83	Equador	63	89	73	94	8	5	12	26	16
84	Filipinas	57	72	87	85	26	19	28	32	20
85	Granada	97	96	..	95	9	7	..	..	9
86	Jordânia	93	93	97	97	4	7	4	9	10
87	Tunísia	75	85	81	93	<2,5	<2,5	4	12	7
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	22	12	..	..	10
89	Suriname	..	94	..	92	13	10	13	10	13
90	Fiji	68	72	..	47	10	4	8 [c]	3 [c]	10
91	Paraguai	58	80	62	86	18	15	5 [c]	14 [c]	9
92	Turquia	85	88	85	96	<2,5	3	4	16	16
93	Sri Lanca	69	91	68	79	28	22	29	14	22
94	República Dominicana	52	78	84	95	27	27	5	9	11
95	Belize	..	47	..	91	7	5	6 [c]	..	6
96	Irão, Rep. Islâmica do	83	..	92	94	4	4	11	15	7
97	Geórgia	97	94	80	82	..	13	3	12	6
98	Maldivas	..	59	96	83	17	11	30	25	22
99	Azerbaijão	..	54	68	77	..	10	7	13	11
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	73	..	92	..	16	4	9 [d]	9 [d]
101	El Salvador	51	62	67	84	12	11	10	19	13
102	Argélia	88	92	94	85	5	5	10	19	7
103	Guiana	..	70	..	83	21	9	14	11	12
104	Jamaica	75	80	92	93	14	10	4	4	9
105	Turquemenistão	..	62	..	72	..	8	12	22	6
106	Cabo Verde	..	43	..	80	..	..	14 [c]	16 [c]	13

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%) 1990	2004	ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 1990	2004	ODM Pessoas subnutridas (% do total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças nascidas com peso insuficiente (%) 1996-2004 [b]
107 República Árabe Síria	73	90	80	93	5	4	7	19	6
108 Indonésia	46	55	72	77	9	6	28	42	9
109 Vietname	36	61	65	85	31	17	28	37	9
110 Quirguizistão	60	59	78	77	..	4	11	25	7
111 Egipto	54	70	94	98	4	3	9	16	12
112 Nicarágua	45	47	70	79	30	27	10	20	12
113 Usbequistão	51	67	94	82	..	26	8	21	7
114 Moldávia, República da	..	68	..	92	..	11	3	10 [d]	5
115 Bolívia	33	46	72	85	28	23	8	27	9
116 Mongólia	..	59	63	62	34	28	13	25	8
117 Honduras	50	69	84	87	23	22	17	29	14
118 Guatemala	58	86	79	95	16	23	23	49	13
119 Vanuatu	..	50	60	60	12	12	20 [d]	20	6
120 Guiné Equatorial	..	53	..	43	..	..	19	39 [d]	13
121 África do Sul	69	65	83	88	..	..	12	25	15
122 Tajiquistão	..	51	..	59	..	61	..	36	15
123 Marrocos	56	73	75	81	6	6	10	18	11
124 Gabão	..	36	..	88	10	5	12	21	14
125 Namíbia	24	25	57	87	34	23	24	24	14
126 Índia	14	33	70	86	25	20	49	45	30
127 São Tomé e Príncipe	..	25	..	79	18	12	13	29	20 [d]
128 Ilhas Salomão	..	31	..	70	33	20	21 [d]	27 [c]	13
129 Camboja	..	17	..	41	43	33	45	45	11
130 Mianmar	24	77	57	78	10	5	32	32	15
131 Botsuana	38	42	93	95	23	30	13	23	10
132 Comores	32	33	93	86	47	62	26	42	25
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	30	..	51	29	21	40	42	14
134 Paquistão	37	59	83	91	24	23	38	37	19
135 Butão	..	70	..	62	..	..	19	40	15
136 Gana	15	18	55	75	37	12	22	30	11
137 Bangladeche	20	39	72	74	35	30	48	43	30
138 Nepal	11	35	70	90	20	17	48	51	21
139 Papuásia-Nova Guiné	44	44	39	39	15	13	35 [d]	43 [c]	11
140 Congo	..	27	..	58	54	34	14	28 [c]	..
141 Sudão	33	34	64	70	31	27	17 [c]	43	31
142 Timor-Leste	..	36	..	58	11	8	46	49	10
143 Madagáscar	14	34	40	50	35	38	42	48	14
144 Camarões	48	51	50	66	33	25	18	32	11
145 Uganda	42	43	44	60	24	19	23	39	12
146 Suazilândia	..	48	..	62	14	19	10	30	9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147 Togo	37	35	50	52	33	25	25	22	15
148 Djibuti	79	82	72	73	53	26	18	26	..
149 Lesoto	37	37	..	79	17	12	18	46	14
150 Iémen	32	43	71	67	34	37	46	52	32
151 Zimbabué	50	53	78	81	45	45	13	27	11
152 Quénia	40	43	45	61	39	31	20	30	11
153 Mauritânia	31	34	38	53	15	10	32	35	..
154 Haiti	24	30	47	54	65	47	17	23	21
155 Gâmbia	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156 Senegal	33	57	65	76	23	23	23	25	18
157 Eritreia	7	9	43	60	..	73	40	38	21
158 Ruanda	37	42	59	74	43	36	27	43	9
159 Nigéria	39	44	49	48	13	9	29	38	14

QUADRO 7

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH		ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subnutridas (% do total)		ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com peso insuficiente (%)
		1990	2004	1990	2004	1990/92 [a]	2001/03 [a]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]
160	Guiné	14	18	44	50	39	24	21	26	12
161	Angola	29	31	36	53	58	38	31	45	12
162	Tanzânia, Rep. U. da	47	47	46	62	37	44	22	44	13
163	Benim	12	33	63	67	20	14	23	31	16
164	Costa do Marfim	21	37	69	84	18	14	17	25	17
165	Zâmbia	44	55	50	58	48	47	23	47	12
166	Malawi	47	61	40	73	50	34	22	49	16
167	Congo, Rep. Dem.	16	30	43	46	31	72	31	38	12
168	Moçambique	20	32	36	43	66	45	24	41	14
169	Burundi	44	36	69	79	48	67	45	57	16
170	Etiópia	3	13	23	22	..	46	47	52	15
171	Chade	7	9	19	42	58	33	28	29	17
172	República Centro-Africana	23	27	52	75	50	45	24	28 [c]	14
173	Guiné-Bissau	..	35	..	59	24	37	25	31	22
174	Burquina Faso	7	13	38	61	21	17	38	39	19
175	Mali	36	46	34	50	29	28	33	38	23
176	Serra Leoa	..	39	..	57	46	50	27	34	23 [d]
177	Níger	7	13	39	46	41	32	40	40	17
Países em desenvolvimento		33	49	71	79	20	17	..	..	..
Países menos desenvolvidos		22	37	51	59	34	33	..	..	..
Países Árabes		61	71	84	86	11	10	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico		30	50	72	79	17	12	..	..	..
América Latina e Caraíbas		67	78	83	91	14	10	..	..	..
Ásia do Sul		18	37	72	85	25	20	..	..	..
África Subsariana		32	37	48	56	31	30	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI		..	..	93	94	..	..	..	..	..
OCDE		94	96	97	99	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado		100	100	100	100	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado		94	97	98	99	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio		34	51	74	83	19	15	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo		28	35	45	52	32	32	..	..	..
Rendimento elevado		..	..	100	100	..	..	..	..	..
Rendimento médio		46	61	78	84	15	11	..	..	..
Rendimento baixo		22	38	64	76	27	23	..	..	..
Mundo		49 [e]	59 [e]	78 [e]	83 [e]	20	17	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se à média para os anos indicados.
b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
c Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado.
d UNICEF 2005. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
e Os dados referem-se ao agregado mundial da UNICEF 2006.

FONTES

Colunas 1-4 e 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.
Colunas 5 e 6: ONU 2006c, baseado em dados da FAO.
Colunas 8 e 9: OMS 2006a.

QUADRO 8

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Desigualdades na saúde materna e infantil

Ordem do IDH		Ano do Inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas [a] (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil [b] (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos [b] (por 1.000 nados-vivos)	
			20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
69	Brasil	1996	72	99	57	74	17	2	83	29	99	33
70	Colômbia	1995	61	98	58	77	17	5	41	16	52	24
79	Cazaquistão	1999	99	99	69	62	13	4	68	42	82	45 [c]
80	Arménia	2000	93	100	66	68	16	8	52	27	61	30
82	Peru	2000	13	88	58	81	29	4	64	14	93	18
84	Filipinas	1998	21	92	60	87	..	..	49	21	80	29
86	Jordânia	1997	91	99	21	17	11	5	35	23	42	25
91	Paraguai	1998	53	98	28	70	15	3	68	30	85	33
92	Turquia	1990	41	98	20	53	17	3	43	16	57	20
94	República Dominicana	1996	89	98	34	47	14	2	67	23	90	27
105	Turquemenistão	2000	97	98	85	78	17	11	89	58	106	70
108	Indonésia	1997	21	89	43	72	..	..	78	23	109	29
109	Vietname	2000	58	100	44	92	..	..	39	14	53	16
110	Quirguizistão	1997	96	100	69	73	28	12	83	46	96	49
111	Egipto	2000	31	94	91	92	16	8	76	30	98	34
112	Nicarágua	2001	78	99	64	71	22	4	50	16	64	19
113	Usbequistão	1996	92	100	81	78	20	16	54	46	70	50
115	Bolívia	1998	20	98	22	31	25	4	107	26	147	32
118	Guatemala	1998	9	92	66	56	30	7	58	39	78	39
121	África do Sul	1998	68	98	51	70	..	..	62	17	87	22
123	Marrocos	1992	5	78	54	95	23	7	80	35	112	39
124	Gabão	2000	67	97	6	24	21	9	57	36	93	55
125	Namíbia	2000	55	97	60	68	18	9	36	23	55	31
126	Índia	1998	16	84	21	64	25	17	97	38	141	46
129	Camboja	2000	15	81	29	68	27	14	110	50	155	64
132	Comores	1996	26	85	40	82	23	18	87	65	129	87 [c]
134	Paquistão	1990	5	55	23	55	25	17	89	63	125	74
136	Gana	1998	18	86	50	79	20	9	73	26	139	52
137	Bangladeche	1999	4	42	50	75	..	..	93	58	140	72
138	Nepal	2001	4	45	54	82	33	25	86	53	130	68
143	Madagáscar	1997	30	89	22	66	25	25	119	58	195	101
144	Camarões	1991	32	95	27	64	19	8	104	51	201	82
145	Uganda	2000	20	77	27	43	25	18	106	60	192	106

QUADRO 8

Desigualdades na saúde materna e infantil

Ordem do IDH		Ano do Inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas [a] (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil [b] (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos [b] (por 1.000 nados-vivos)	
			20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	1998	25	91	22	52	19	10	84	66	168	97
150	Iémen	1997	7	50	8	56	26	22	109	60	163	73
151	Zimbabué	1999	57	94	64	64	19	13	59	44	100	62
152	Quénia	1998	23	80	48	60	27	11	96	40	136	61
153	Mauritânia	2000	15	93	16	45	18	15	61	62	98	79
154	Haiti	2000	4	70	25	42	18	5	100	97	164	109
156	Senegal	1997	20	86	..	..	..	..	85	45	181	70
157	Eritreia	1995	5	74	25	84	23	15	74	68	152	104
158	Ruanda	2000	17	60	71	79	27	16	139	88	246	154
159	Nigéria	1990	12	70	14	58	22	19	102	69	240	120
160	Guiné	1999	12	82	17	52	19	12	119	70	230	133
162	Tanzânia, Rep. U. da	1999	29	83	53	78	29	16	115	92	160	135
163	Benim	1996	34	98	38	74	17	12	119	63	208	110
164	Costa do Marfim	1994	17	84	16	64	21	10	117	63	190	97
165	Zâmbia	2001	20	91	64	80	27	20	115	57	192	92
166	Malawi	2000	43	83	65	81	26	23	132	86	231	149
168	Moçambique	1997	18	82	20	85	22	14	188	95	278	145
170	Etiópia	2000	1	25	7	34	26	23	93	95	159	147
171	Chade	1996	3	47	4	23	23	18	80	89	171	172
172	República Centro-Africana	1994	14	82	18	64	22	15	132	54	193	98
174	Burquina Faso	1998	18	75	21	52	21	15	106	77	239	155
175	Mali	2001	8	82	20	56	20	12	137	90	248	148
177	Níger	1998	4	63	5	51	21	21	131	86	282	184

NOTAS

Este quadro apresenta dados para os países em desenvolvimento baseados nos Inquéritos Demográficos e de Saúde realizados desde 1999. Os quintis são definidos pelo estatuto socioeconómico em termos de activos ou riqueza, em vez de rendimento ou consumo. Para pormenores, ver Gwatkin e outros.

a Inclui vacinação contra tuberculose (BCG), sarampo e difteria, tosse convulsa e tétano (DTT).

b Baseado em nascimentos nos 10 anos que precedem o inquérito.

c Grande erro de amostragem devido ao pequeno número de casos.

FONTES

Todas as colunas: Gwatkin e outros 2005.

QUADRO 9

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	4	46	97	25	27
2	Islândia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	2	57	100	20	25
3	Austrália	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	6	33	82	16	19
4	Irlanda	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	26	28
5	Suécia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	3	69	84	18	17
6	Canadá	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	4	58	35	17	22
7	Japão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	39	45	76	15	47
8	Estados Unidos	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	4	85	70	19	24
9	Suíça	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	6	..	..	23	27
10	Países Baixos	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	61	86	28	36
11	Finlândia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	7	..	..	19	26
12	Luxemburgo	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	83	..	26	39
13	Bélgica	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	10	65	73	25	30
14	Áustria	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	11	42	68	..	..
15	Dinamarca	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	78	84	25	31
16	França	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	10	..	..	21	30
17	Itália	0,5 [0,3-0,9]	..	..	..	..	6	58	95	17	31
18	Reino Unido	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	25	27
19	Espanha	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	20	..	..	..	..
20	Nova Zelândia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	59	36	22	24
21	Alemanha	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	6	51	71	28	37
22	Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	77	55	78	..	..
23	Israel	[<0,2]	..	..	..	..	7	34	80	18	32
24	Grécia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	17	..	..	..	..
25	Singapura	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	41	67	77	..	..
26	República da Coreia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	125	21	82	..	..
27	Eslovénia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	17	66	85	..	..
28	Portugal	0,4 [0,3-0,9]	..	..	..	..	35	78	84	..	..
29	Chipre	[<0,2]	..	..	..	..	4	69	79	..	..
30	República Checa	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	61	79	20	31
31	Barbados	1,5 [0,8-2,5]	..	..	..	..	12	139	100	..	..
32	Malta	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	5	20	100	18	30
33	Koweit	[<0,2]	..	..	..	..	30	83	62	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	63	130	60	..	..
35	Hungria	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	30	47	48	28	41
36	Argentina	0,6 [0,3-1,9]	..	..	..	..	53	65	66	25	32
37	Polónia	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	32	56	78	25	40
38	Chile	0,3 [0,2-1,2]	..	..	..	..	16	114	85	37	48
39	Barém	[<0,2]	..	..	..	..	50	49	97	..	..
40	Estónia	1,3 [0,6-4,3]	..	..	..	..	49	75	70	18	45
41	Lituânia	0,2 [0,1-0,6]	..	..	..	..	67	89	74	13	44
42	Eslováquia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	23	34	87	..	..
43	Uruguai	0,5 [0,2-6,1]	..	..	..	..	33	86	86	24	35
44	Croácia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	65	..	..	..	..
45	Letónia	0,8 [0,5-1,3]	..	..	..	..	71	83	74	19	51
46	Catar	[<0,2]	..	..	..	..	77	35	73	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	83	106	100	..	..
48	Costa Rica	0,3 [0,1-3,6]	..	..	..	..	15	153	94	..	..
49	Emirados Árabes Unidos	[<0,2]	..	..	..	..	26	17	64	1	17
50	Cuba	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	12	90	94	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	15	..	..	..	..
52	Baamas	3,3 [1,3-4,5]	..	..	..	..	50	68	62	..	..
53	México	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	43	71	83	5	13

QUADRO 9

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
54	Bulgária	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	36	104	91	..	..
55	Tonga	..	..	..	..	..	42	..	..	..	..
56	Omã	[<0,2]	..	..	..	..	12	123	90	..	..
57	Trindade e Tobago	2,6 [1,4-4,2]	..	..	..	..	12	..	..	..	..
58	Panamá	0,9 [0,5-3,7]	..	..	..	..	45	133	74	..	..
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	10	..	..	..	..
60	Roménia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	188	41	80	..	..
61	Malásia	0,5 [0,2-1,5]	..	..	..	..	133	69	72	2	43
62	Bósnia e Herzegovina	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	53	96	94	30	49
63	Maurícia	0,6 [0,3-1,8]	..	..	..	..	135	33	87	1	32
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	[<0,2]	..	..	..	..	20	169	62	..	..
65	Federação da Rússia	1,1 [0,7-1,8]	..	..	..	..	160	13	61	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	34	73	84	..	..
67	Bielorrússia	0,3 [0,2-0,8]	..	..	..	..	68	42	73	7	53
68	Domínica	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
69	Brasil	0,5 [0,3-1,6]	..	..	..	..	77	47	83	14	22
70	Colômbia	0,6 [0,3-2,5]	30	..	1	..	75	17	83	..	..
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	..	21	93	89	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	0,7 [0,3-8,9]	..	..	..	..	52	77	82	..	..
73	Albânia	[<0,2]	..	..	..	..	31	34	91	..	..
74	Tailândia	1,4 [0,7-2,1]	..	..	..	..	208	71	73	..	..
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	43	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	[<0,2]	..	..	..	..	55	40	79	..	..
77	Ucrânia	1,4 [0,8-4,3]	..	..	..	..	151	..	..	..	..
78	Líbano	0,1 [0,1-0,5]	..	..	..	..	12	82	92	31	42
79	Cazaquistão	0,1 [0,1-3,2]	32	65	..	..	160	79	75	..	..
80	Arménia	0,1 [0,1-0,6]	..	44	..	..	98	44	77	..	..
81	China	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	221	63	94	4 [h]	67
82	Peru	0,6 [0,3-1,7]	19	..	..	..	216	83	89	..	..
83	Equador	0,3 [0,1-3,5]	..	..	..	..	196	43	84	..	..
84	Filipinas	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	463	73	88	8	41
85	Granada	..	..	..	..	..	8	..	..	..	..
86	Jordânia	[<0,2]	..	..	..	..	5	79	87	8	51
87	Tunísia	0,1 [0,1-0,3]	..	..	..	..	24	96	91	2	50
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	39	33	..	..	..
89	Suriname	1,9 [1,1-3,1]	..	..	3	..	98	..	..	..	..
90	Fiji	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	41	58	86	4	26
91	Paraguai	0,4 [0,2-4,6]	..	..	..	..	107	21	85	7	23
92	Turquia	[<0,2]	..	..	..	..	45	3	93	18	49
93	Sri Lanca	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	91	70	81	2	23
94	República Dominicana	1,1 [0,9-1,3]	29	52	..	..	118	71	81	11	16
95	Belize	2,5 [1,4-4,0]	..	..	..	..	59	60	89	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	35	58	84	..	..
97	Geórgia	0,2 [0,1-2,7]	..	..	..	..	89	79	66	..	..
98	Maldivas	[<0,2]	..	..	..	..	57	94	91	..	..
99	Azerbaijão	0,1 [0,1-0,4]	..	..	1	1	90	47	70	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	36	..	80	..	..
101	El Salvador	0,9 [0,5-3,8]	..	..	..	..	74	57	88	..	..
102	Argélia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	54	106	90	(.)	32
103	Guiana	2,4 [1,0-4,9]	..	..	6	3	185	27	57	..	..
104	Jamaica	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	9	79	53	..	..
105	Turquemenistão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	83	38	82	..	..
106	Cabo Verde	..	..	..	..	..	314	..	..	..	..

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
107	República Árabe Síria	[<0,2]	..	..	..	..	51	46	88	..	..
108	Indonésia	0,1 [0,1-0,2]	..	68 [j]	..	1	275	53	87	..	..
109	Vietname	0,5 [0,3-0,9]	..	..	16	7	232	89	92	2	35
110	Quirguizistão	0,1 [0,1-1,7]	..	..	..	..	137	62	85	..	..
111	Egipto	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	35	61	80	..	..
112	Nicarágua	0,2 [0,1-0,6]	17	..	..	2	80	87	84	..	..
113	Usbequistão	0,2 [0,1-0,7]	..	50	..	..	156	28	81	1	24
114	Moldávia, República da	1,1 [0,6-2,6]	44	63	..	..	214	59	65	2	34
115	Bolívia	0,1 [0,1-0,3]	20	37	..	..	290	71	81	..	..
116	Mongólia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	209	80	88	..	..
117	Honduras	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	97	83	87	..	..
118	Guatemala	0,9 [0,5-2,7]	..	..	1	..	107	55	91	..	..
119	Vanuatu	..	..	..	..	..	64	107	56	..	..
120	Guiné Equatorial	3,2 [2,6-3,8]	..	..	1	49	322	82	51	..	..
121	África do Sul	18,8 [16,8-20,7]	20	..	..	..	670	83	67	8	23
122	Tajiquistão	0,1 [0,1-1,7]	..	..	2	69	277	12	86	..	..
123	Marrocos	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	105	80	86	(.)	29
124	Gabão	7,9 [5,1-11,5]	33	48	..	..	339	81	34	..	..
125	Namíbia	19,6 [8,6-31,7]	48	69	3	14	586	88	63	10	23
126	Índia	0,9 [0,5-1,5]	51	59	..	..	312	57	86	17	47
127	São Tomé e Príncipe	..	..	..	23	61	253	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	59	123	87	..	..
129	Camboja	1,6 [0,9-2,6]	..	..	..	..	709	61	93	..	..
130	Mianmar	1,3 [0,7-2,0]	..	..	..	..	180	83	81	12	36
131	Botsuana	24,1 [23,0-32,0]	75	88	..	..	553	67	77	..	..
132	Comores	<0,1 [<0,2]	..	..	9	63	95	39	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	0,1 [0,1-0,4]	..	..	18	9	318	55	79	13	59
134	Paquistão	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	329	27	75	..	..
135	Butão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	184	35	90	..	..
136	Gana	2,3 [1,9-2,6]	33	52	5	63	376	37	66	1	7
137	Bangladeche	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	435	44	85	27	55
138	Nepal	0,5 [0,3-1,3]	..	..	..	..	257	67	87	24	49
139	Papuásia-Nova Guiné	1,8 [0,9-4,4]	..	..	..	..	448	19	58	..	..
140	Congo	5,3 [3,3-7,5]	..	..	..	..	464	65	69	..	..
141	Sudão	1,6 [0,8-2,7]	..	..	(.)	50	370	35	82	..	..
142	Timor-Leste	[<0,2]	..	..	8	47	692	46	81	..	..
143	Madagáscar	0,5 [0,2-1,2]	5	12	(.)	61	351	74	71	..	..
144	Camarões	5,4 [4,9-5,9]	46	57	1,3	66	227	91	..	..	..
145	Uganda	6,7 [5,7-7,6]	53	55	(.)	..	646	43	68	..	..
146	Suazilândia	33,4 [21,2-45,3]	..	..	(.)	26	1.120	38	42	3	11
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147	Togo	3,2 [1,9-4,7]	22	41	2	60	718	17	64	..	..
148	Djibuti	3,1 [0,8-6,9]	..	..	..	..	1.137	43	74	..	..
149	Lesoto	23,2 [21,9-24,7]	50	48	..	..	544	86	70	..	..
150	Iémen	[<0,2]	..	..	..	..	144	40	82	..	..
151	Zimbabué	20,1 [13,3-27,6]	42	69	..	..	673	42	66	2	20
152	Quénia	6,1 [5,2-7,0]	25	47	5	27	888	46	80	1	21
153	Mauritânia	0,7 [0,4-2,8]	..	..	4,1	33	502	44	58	..	..
154	Haiti	3,8 [2,2-5,4]	19	30	..	12	387	49	78	6 [h]	..
155	Gâmbia	2,4 [1,2-4,1]	..	..	15	55	329	66	75	..	..
156	Senegal	0,9 [0,4-1,5]	34	54 [j]	2	36	451	52	70	..	..
157	Eritreia	2,4 [1,3-3,9]	..	81	4	4	437	14	85	..	..
158	Ruanda	3,1 [2,9-3,2]	28	41	5	13	660	29	67	..	..
159	Nigéria	3,9 [2,3-5,6]	24	46	1	34	531	21	59	1	..

QUADRO 9

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH	Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
160 Guiné	1,5 [1,2-1,8]	42 [h]	27	4	56	410	52	75	..	..
161 Angola	3,7 [2,3-5,3]	..	..	2	63	310	94	68	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	6,5 [5,8-7,2]	42	47	10	58	479	47	81	..	..
163 Benim	1,8 [1,2-2,5]	19	34	7	60	142	82	81	..	..
164 Costa do Marfim	7,1 [4,3-9,7]	25	56	1	58	651	38	72	..	..
165 Zâmbia	17 [15,9-18,1]	35	40	7	52	707	54	75	1	16
166 Malawi	14,1 [6,9-21,4]	35	47	36	18	501	40	73	5	21
167 Congo, Rep. Dem.	3,2 [1,8-4,9]	..	..	1	45	551	70	83	..	..
168 Moçambique	16,1 [12,5-20,0]	29	33	..	15	635	46	76	..	..
169 Burundi	3,3 [2,7-3,8]	..	..	1	31	564	29	79	..	..
170 Etiópia	[0,9-3,5]	17	30	..	3	533	36	70	(.)	6
171 Chade	3,5 [1,7-6,0]	17	25	1	32	566	16	78	..	..
172 República Centro-Africana	10,7 [4,5-17,2]	..	..	2	69	549	4	59	..	..
173 Guiné-Bissau	3,8 [2,1-6,0]	..	..	7	58	306	75	80	..	..
174 Burquina Faso	2 [1,5-2,5]	54	67	7	50	365	18	66	..	..
175 Mali	1,7 [1,3-2,1]	14	30	8	38	578	19	65	..	..
176 Serra Leoa	1,6 [0,9-2,4]	..	..	2	61	847	36	83		
177 Níger	1,1 [0,5-1,9]	7	30	6	48	288	46	70		
Países em desenvolvimento	1,1 [1,0-1,4]	..	..	..	..	275	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	2,7 [2,3-3,1]	..	..	..	..	456	..	..	..	..
Países Árabes	0,2 [0,2-04]	..	..	..	..	125	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	236	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	0,6 [0,4-1,2]	..	..	..	..	83	..	..	..	..
Ásia do Sul	0,7 [0,4-1,1]	..	..	..	..	315	..	..	..	..
África Subsariana	6,1 [5,4-6,9]	..	..	..	..	540	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	124	..	..	..	..
OCDE	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	22	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	18	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	27	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	0,7 [0,6-1,0]	..	..	..	..	245	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	4,9 [4,1-5,7]	..	..	..	..	532	..	..	..	..
Rendimento elevado	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	19	..	..	..	..
Rendimento médio	0,6 [0,5-0,8]	..	..	..	..	182	..	..	..	..
Rendimento baixo	1,8 [1,5-2,2]	..	..	..	..	376	..	..	..	..
Mundo	1,0 [0,9-1,2]	..	..	..	..	229	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos.

b Devido às limitações de dados, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. Os dados para alguns países podem respeitar apenas a parte do país, ou diferir da definição padrão.

c Os dados referem-se à prevalência de todas as formas de tuberculose.

d Calculado dividindo os novos casos de tuberculose com análise positiva detectados com base no tratamento observado directamente (DOTS), a estretégia de controlo de tuberculose recomendada a nível internacional, pela incidência anual estimada de novos casos de análise positiva.Os valores podem exceder 100% devido à intensa detecção de casos numa área com uma acumulação de casos crónicos, sobreregisto (contagem dupla, por exemplo), sobrediagnóstico ou subestimação da incidência. (OMS 2006d).

e Os dados referem-se à percentagem de novos casos de análise positiva registados para tratamento sob a detecção de casos DOTS e tratamento estratégico que foram tratados com sucesso.

f O intervalo de idades varia entre países, mas na maior parte é de 18 anos e mais velhos ou 15 anos e mais velhos.

g Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

h Os dados referem-se a 2005.

FONTES

Coluna 1: ONUSIDA 2006; os agregados são calculados pelo Programa.

Colunas 2 e 3: ONU 2006c, baseado em dados de um trabalho conjunto da ONUSIDA, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Colunas 4-8: ONU 2006c, baseado em dados da UNICEF e da OMS.

Colunas 9 e 10: Banco Mundial 2006, baseado em dados da OMS e do Sistema de Informação Online da National Tobacco.

QUADRO 10

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	74,4	79,3	13	4	15	4	90,6	84,7	6	16
2 Islândia	74,3	80,6	13	2	14	3	91,4	87,4	..	0
3 Austrália	71,7	80,2	17	5	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Irlanda	71,3	77,7	20	5	27	6	89,7	83,1	6	5
5 Suécia	74,7	80,1	11	3	15	4	91,5	86,4	5	2
6 Canadá	73,2	79,9	19	5	22	6	90,7	85,0	..	6
7 Japão	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
8 Estados Unidos	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
9 Suíça	73,8	80,5	15	5	18	5	91,9	85,4	5	7
10 Países Baixos	74,0	78,3	13	5	15	6	89,7	83,5	7	16
11 Finlândia	70,7	78,4	13	3	16	4	91,2	80,9	6	6
12 Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	6	89,9	82,6	0	28
13 Bélgica	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
14 Áustria	70,6	78,9	26	5	33	5	91,0	82,4	..	4
15 Dinamarca	73,6	77,1	14	4	19	5	87,0	81,0	10	5
16 França	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Itália	72,1	80,0	30	4	33	5	92,2	84,6	7	5
18 Reino Unido	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
19 Espanha	72,9	79,5	27	3	34	5	92,8	82,1	6	4
20 Nova Zelândia	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
21 Alemanha	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
22 Hong Kong, China (RAE)	72,0	81,5	..	..	..	..	93,7	86,4	..	..
23 Israel	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grécia	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapura	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 República da Coreia	62,6	76,9	43	5	54	6	90,2	76,9	20	20
27 Eslovénia	69,8	76,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
28 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
29 Chipre	71,4	78,5	29	5	33	5	91,6	84,3	0	47
30 República Checa	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
31 Barbados	69,4	74,9	40	10	54	12	86,7	74,8	0	95
32 Malta	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Koweit	67,0	76,8	49	10	59	12	87,9	82,7	5	5
34 Estado do Brunei Darussalam	68,3	76,3	58	8	78	9	87,9	84,7	0	37
35 Hungria	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Argentina	67,1	74,3	59	16	71	18	84,9	72,1	44	82
37 Polónia	70,5	74,3	32	7	36	8	87,0	69,7	4	13
38 Chile	63,4	77,9	78	8	98	8	88,5	79,1	17	31
39 Barém	63,3	74,2	55	9	82	11	84,6	78,9	46	28
40 Estónia	70,5	71,2	21	6	26	8	83,9	57,2	46	63
41 Lituânia	71,3	72,2	23	8	28	8	85,2	60,5	13	13
42 Eslováquia	70,0	74,0	25	6	29	9	86,8	69,3	16	3
43 Uruguai	68,7	75,3	48	15	57	17	85,9	73,3	26	27
44 Croácia	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
45 Letónia	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
46 Catar	62,1	72,7	45	18	65	21	81,2	74,0	10	7
47 Seicheles	..	..	46	12	59	14	..	..	57	..
48 Costa Rica	67,9	78,1	62	11	83	13	88,4	81,2	33	43
49 Emirados Árabes Unidos	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
50 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	7	86,2	80,0	34	33
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	18	..	21	..	..	250	..
52 Baamas	66,5	69,5	38	10	49	13	73,6	61,4	..	60
53 México	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	65	83

QUADRO 10

Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH		Esperança de vida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
		1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	Feminino 2000-05 [d]	Masculino 2000-05 [d]	Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	Ajustado [c] 2000
54	Bulgária	71,0	72,1	28	12	31	15	84,5	68,2	15	32
55	Tonga	65,6	72,1	40	20	50	25	78,2	73,4	..	..
56	Omã	52,1	74,0	126	10	200	13	84,2	78,8	23	87
57	Trindade e Tobago	65,9	69,9	49	18	57	20	76,1	64,5	45	160
58	Panamá	66,2	74,7	46	19	68	24	85,1	76,3	70	160
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	11	..	12	..	..	65	..
60	Roménia	69,2	71,3	46	17	57	20	82,9	65,3	31	49
61	Malásia	63,0	73,0	46	10	70	12	83,5	73,4	30	41
62	Bósnia e Herzegovina	67,5	74,1	60	13	82	15	85,2	74,2	10	31
63	Maurícia	62,9	72,1	64	14	86	15	80,9	66,9	22	24
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	52,8	73,4	105	18	160	20	82,5	74,6	77	97
65	Federação da Rússia	69,7	65,4	29	17	36	21	76,3	44,7	32	67
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	67,5	73,7	85	13	119	14	84,6	75,4	7	23
67	Bielorrússia	71,5	68,1	22	9	27	11	79,3	50,6	18	35
68	Domínica	..	..	..	13	..	14	..	..	67	..
69	Brasil	59,5	70,3	95	32	135	34	77,7	62,7	64	260
70	Colômbia	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
71	Santa Lúcia	65,3	72,3	..	13	..	14	77,0	71,3	35	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	65,7	72,8	47	16	61	19	82,8	71,7	68	96
73	Albânia	67,7	73,7	78	17	109	19	87,6	80,0	23	55
74	Tailândia	61,0	69,7	74	18	102	21	80,3	64,5	24	44
75	Samoa (Ocidental)	56,1	70,0	73	25	101	30	78,4	65,5	..	130
76	Arábia Saudita	53,9	71,6	118	21	185	27	81,2	73,4	..	23
77	Ucrânia	70,1	66,1	22	14	27	18	76,4	46,6	13	35
78	Líbano	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
79	Cazaquistão	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
80	Arménia	70,8	71,4	..	29	..	32	81,7	66,4	9	55
81	China	63,2	71,5	85	26	120	31	81,3	74,2	51	56
82	Peru	55,5	69,8	115	24	178	29	77,1	68,1	190	410
83	Equador	58,8	74,2	87	23	140	26	82,6	72,7	80	130
84	Filipinas	58,1	70,2	56	26	90	34	78,6	70,1	170	200
85	Granada	..	..	..	18	..	21	..	..	1	..
86	Jordânia	56,5	71,2	77	23	107	27	77,7	71,6	41	41
87	Tunísia	55,6	73,1	135	21	201	25	84,9	75,7	69	120
88	São Vicente e Granadinas	61,6	71,0	..	18	..	22	81,3	70,3	93	..
89	Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
90	Fiji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
91	Paraguai	65,9	70,9	58	21	78	24	79,8	71,3	180	170
92	Turquia	57,0	68,6	150	28	201	32	77,9	67,3	130	70
93	Sri Lanca	63,1	73,9	65	12	100	14	85,6	76,1	92	92
94	República Dominicana	59,7	67,1	91	27	127	32	75,1	60,8	180	150
95	Belize	67,6	71,9	..	32	..	39	80,9	71,7	140	140
96	Irão, Rep. Islâmica do	55,2	70,2	122	32	191	38	79,2	71,7	37	76
97	Geórgia	68,2	70,5	..	41	..	45	83,0	66,3	52	32
98	Maldivas	51,4	66,3	157	35	255	46	67,5	67,8	140	110
99	Azerbaijão	65,6	66,9	..	75	..	90	76,0	60,3	25	94
100	Territórios Ocupados da Palestina	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
101	El Salvador	58,2	70,7	111	24	162	28	77,7	67,3	170	150
102	Argélia	54,5	71,0	143	35	220	40	78,4	75,2	120	140
103	Guiana	60,0	62,9	..	48	..	64	65,7	54,2	190	170
104	Jamaica	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
105	Turquemenistão	59,2	62,4	..	80	..	103	69,8	52,1	14	31
106	Cabo Verde	57,5	70,2	..	27	..	36	79,8	67,7	76	150

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
107 República Árabe Síria	57,4	73,2	90	15	128	16	83,2	76,3	65	160
108 Indonésia	49,2	66,5	104	30	172	38	72,1	63,8	310	230
109 Vietname	50,3	70,4	55	17	87	23	78,4	71,0	170	130
110 Quirguizistão	61,2	66,8	104	58	130	68	76,0	58,6	44	110
111 Egipto	52,1	69,6	157	26	235	36	79,3	69,3	84	84
112 Nicarágua	55,2	69,5	113	31	165	38	74,9	66,1	83	230
113 Usbequistão	63,6	66,5	83	57	101	69	72,9	59,9	34	24
114 Moldávia, República da	64,8	67,5	46	23	61	28	74,3	56,5	44	36
115 Bolívia	46,7	63,9	147	54	243	69	68,0	60,0	230	420
116 Mongólia	53,8	63,9	..	41	..	52	67,6	57,9	99	110
117 Honduras	53,9	67,6	116	31	170	41	70,1	63,5	110	110
118 Guatemala	53,7	67,1	115	33	168	45	73,5	59,7	150	240
119 Vanuatu	54,0	68,4	107	32	155	40	75,2	67,6	68	32
120 Guiné Equatorial	40,5	43,5	..	122	..	204	33,0	30,6	..	880
121 África do Sul	53,7	49,0	..	54	..	67	38,1	28,9	150	230
122 Tajiquistão	60,9	63,5	..	91	..	93	69,4	59,3	45	100
123 Marrocos	52,9	69,5	119	38	184	43	78,9	70,3	230	220
124 Gabão	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
125 Namíbia	53,9	48,6	85	47	135	63	36,7	31,6	270	300
126 Índia	50,3	63,1	127	62	202	85	67,4	59,2	540	540
127 São Tomé e Príncipe	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	..
128 Ilhas Salomão	55,6	62,2	71	34	99	56	62,0	59,0	550	130
129 Camboja	40,3	56,0	..	97	..	141	61,5	45,0	440	450
130 Mianmar	49,2	60,1	122	76	179	106	63,5	52,7	230	360
131 Botsuana	56,1	36,6	99	84	142	116	16,5	13,1	330	100
132 Comores	48,9	63,0	159	52	215	70	66,5	57,8	520	480
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	40,4	54,5	145	65	218	83	53,1	47,8	530	650
134 Paquistão	51,9	62,9	120	80	181	101	65,6	62,7	530	500
135 Butão	41,5	62,7	156	67	267	80	65,3	60,2	260	420
136 Gana	49,9	56,7	111	68	186	112	52,9	50,4	210	540
137 Bangladeche	45,2	62,6	145	56	239	77	63,7	59,3	380	380
138 Nepal	44,0	61,4	165	59	250	76	61,0	57,9	540	740
139 Papuásia-Nova Guiné	44,7	55,1	106	68	147	93	46,6	41,5	370	300
140 Congo	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
141 Sudão	45,1	56,3	104	63	172	91	55,4	49,6	550	590
142 Timor-Leste	40,0	55,2	..	64	..	80	52,7	47,3	..	660
143 Madagáscar	44,9	55,3	109	76	180	123	54,1	48,7	470	550
144 Camarões	45,7	45,8	127	87	215	149	36,1	33,1	430	730
145 Uganda	51,1	46,8	100	80	170	138	34,4	32,9	510	880
146 Suazilândia	49,6	33,0	132	108	196	156	12,0	9,3	230	370
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	49,8	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
148 Djibuti	44,4	52,7	..	101	..	126	48,1	42,9	74	730
149 Lesoto	49,8	36,7	128	61	190	82	18,6	11,6	..	550
150 Iémen	39,9	60,3	202	82	303	111	61,0	54,9	370	570
151 Zimbabué	55,6	37,2	86	79	138	129	15,5	15,7	700	1.100
152 Quénia	53,6	47,0	96	79	156	120	31,8	35,0	410	1.000
153 Mauritânia	43,4	52,5	151	78	250	125	50,7	44,5	750	1.000
154 Haiti	48,5	51,5	148	74	221	117	41,3	38,2	520	680
155 Gâmbia	38,0	55,5	183	89	319	122	54,3	48,7	730	540
156 Senegal	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
157 Eritreia	44,3	53,5	143	52	237	82	45,5	35,9	1.000	630
158 Ruanda	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1.100	1.400
159 Nigéria	42,8	43,3	140	101	265	197	33,2	31,6	..	800

QUADRO 10 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
160 Guiné	39,3	53,6	197	101	345	155	52,6	49,1	530	740
161 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8	..	1.700
162 Tanzânia, Rep. U. da	49,5	46,0	129	78	218	126	35,8	33,4	580	1.500
163 Benim	47,0	53,8	149	90	252	152	52,9	48,4	500	850
164 Costa do Marfim	49,8	46,0	158	117	239	194	38,5	34,8	600	690
165 Zâmbia	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
166 Malawi	41,8	39,6	189	110	330	175	24,5	23,2	1.100	1.800
167 Congo, Rep. Dem.	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	1.300	990
168 Moçambique	40,7	41,9	168	104	278	152	30,5	26,7	410	1.000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7	..	1.000
170 Etiópia	43,5	47,6	160	110	239	166	40,7	36,6	870	850
171 Chade	40,6	43,6	..	117	..	200	35,1	31,2	830	1.100
172 República Centro-Africana	43,5	39,4	145	115	238	193	24,5	21,9	1.100	1.100
173 Guiné-Bissau	36,5	44,6	..	126	..	203	38,8	33,2	910	1.100
174 Burquina Faso	43,8	47,4	166	97	295	192	41,7	37,9	480	1.000
175 Mali	38,0	47,8	225	121	400	219	44,8	40,8	580	1.200
176 Serra Leoa	35,4	40,6	206	165	363	283	36,2	30,7	1.800	2.000
177 Níger	38,4	44,3	197	152	330	259	40,2	37,8	590	1.600
Países em desenvolvimento	55,6	64,9	109	57	166	83	69,6	62,3	..	..
Países menos desenvolvidos	44,5	52,0	148	94	240	147	47,9	43,5	..	..
Países Árabes	52,1	66,9	132	38	202	51	73,3	66,3	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	60,5	70,4	84	28	122	34	79,2	71,3	..	..
América Latina e Caraíbas	61,1	71,7	86	26	123	31	79,7	68,2	..	..
Ásia do Sul	50,1	63,2	128	62	203	84	67,1	60,0	..	..
África Subsariana	45,8	46,1	144	103	243	174	37,0	33,8	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	69,0	68,1	37	22	46	26	78,8	55,4	..	..
OCDE	70,3	77,6	41	10	52	12	88,4	79,6	..	..
OCDE de rendimento elevado	71,6	78,8	22	5	27	6	89,9	81,8	..	..
Desenvolvimento humano elevado	70,6	77,7	34	9	42	10	88,7	79,6	..	..
Desenvolvimento humano médio	57,4	66,9	103	45	156	60	73,5	64,5	..	..
Desenvolvimento humano baixo	44,4	45,6	151	106	254	178	36,7	34,0	..	..
Rendimento elevado	71,5	78,6	24	6	30	7	89,7	81,6	..	..
Rendimento médio	62,0	70,0	87	27	126	34	78,7	68,4	..	..
Rendimento baixo	48,9	58,3	129	77	206	117	58,5	52,6	..	..
Mundo	59,9	67,0	97	51	146	75	73,1	64,5	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se à probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos, vezes 100.

b Dados declarados pelas autoridades nacionais.

c Dados ajustados com base nas revisões realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a População, para considerar os problemas bem documentados de sub-registo e má classificação.

d Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

e Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Colunas 1, 2, 7 e 8: ONU 2005b.

Colunas 3-6 e 10: ONU 2005c, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e OMS

Coluna 9: UNICEF 2005.

QUADRO 11

... para adquirirem conhecimentos ...

Compromisso com a educação: despesa pública

	Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
Ordem do IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	7,1	7,7	14,6	..	38,3 [c]	29,4 [d]	26,9	35,8 [d]	16,5	31,5 [d]
2 Islândia	..	8,0	..	..	..	41,9 [d]	..	33,7 [d]	..	16,2 [d]
3 Austrália	4,9	4,8	14,8	..	..	34,7 [d]	..	38,8 [d]	..	24,5 [d]
4 Irlanda	5,0	4,3	9,7	..	37,5	32,6 [d]	40,1	35,1 [d]	20,6	26,8 [d]
5 Suécia	7,1	7,0	13,8	..	47,7	..	19,6	..	13,2	..
6 Canadá	6,5	5,2	14,2	..	..	..	..	..	..	34,4 [d]
7 Japão	..	3,7	..	..	..	..	..	..	..	..
8 Estados Unidos	5,1	5,9	12,3	..	..	..	..	..	..	..
9 Suíça	5,3	5,4	18,8	..	49,5	34,3	25,7	38,7	19,4	24,0
10 Países Baixos	5,6	5,3	14,3	..	22,6	34,9	36,9	39,7	31,8	25,3
11 Finlândia	6,5	6,5	11,9	..	..	26,2 [d]	..	40,5 [d]	..	33,3 [d]
12 Luxemburgo	3,0	..	10,8	..	..	..	..	..	..	..
13 Bélgica	5,0	6,2	..	..	23,6 [c]	..	41,7	..	16,4	..
14 Áustria	5,5	5,5	7,6	..	23,9	27,4	46,2	45,9	19,8	22,5
15 Dinamarca	6,9	8,4	11,8	..	..	30,5	..	34,8	..	32,8
16 França	5,6	6,0	..	..	26,4	31,9	40,4	49,5	13,8	17,2
17 Itália	3,0	4,9	..	..	34,5	34,5	61,8	46,5	..	18,1
18 Reino Unido	4,8	5,5	..	11,5 [d]	29,7	..	43,8	..	19,6	..
19 Espanha	4,3	4,5	..	..	29,4	37,5	44,8	42,8	16,1	19,7
20 Nova Zelândia	6,1	6,9	..	15,1	30,5	28,1 [d]	25,3	41,7 [d]	37,4	24,5 [d]
21 Alemanha	..	4,8	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	2,8	4,7	17,4	23,3	..	25,0	..	34,9	..	31,6
23 Israel	6,5	7,3	11,4	13,7	..	45,2	..	30,1	..	17,1
24 Grécia	2,3	4,3	..	..	33,7	29,0 [d]	45,3	36,8 [d]	19,6	29,9 [d]
25 Singapura	3,1	..	18,2	..	..	..	..	..	..	..
26 República da Coreia	3,8	4,6	25,6	16,1	44,5	35,6 [d]	38,6	40,8 [d]	7,2	14,7 [d]
27 Eslovénia	4,8	6,0	16,1	..	43,3	..	37,0	..	17,0	..
28 Portugal	4,6	5,9	..	..	42,9	37,9	35,1	42,2	15,0	16,1
29 Chipre	3,7	7,4	11,6	..	38,8	36,7	49,7	51,3	3,9	12,0
30 República Checa	..	4,6	..	..	..	26,0	..	51,3	..	19,5
31 Barbados	7,8	7,3	22,2	17,3	..	31,9 [d]	..	31,0	..	34,4
32 Malta	4,4	4,6	8,5	..	23,0 [c]	31,6	40,1	47,9	19,0	20,0
33 Koweit	4,8	8,2	3,4	17,4	..	30,4	..	37,5	..	31,0
34 Estado do Brunei Darussalam	3,5	..	..	..	22,4	..	29,6	..	2,0	..
35 Hungria	6,1	6,0	7,8	..	55,4	31,5 [d]	24,6	41,6 [d]	14,9	18,9 [d]
36 Argentina	3,3	3,5	..	14,6	..	43,2 [d]	..	39,2 [d]	..	17,6 [d]
37 Polónia	5,2	5,8	14,6	12,8	36,5 [c]	40,5 [d]	..	39,1 [d]	..	18,4 [d]
38 Chile	2,5	3,7	10,0	18,5	..	49,8	..	39,1	..	11,1
39 Barém	3,9	..	12,8	..	..	..	..	..	..	..
40 Estónia	..	5,7	..	..	..	32,2	..	40,2	..	20,9
41 Lituânia	5,5	5,2	20,6	..	..	..	..	..	..	23,1
42 Eslováquia	5,6	4,4	..	..	..	26,8 [d]	..	50,7 [d]	..	18,8 [d]
43 Uruguai	2,5	2,2	16,6	7,9	36,4 [c]	..	29,3	..	24,4	..
44 Croácia	5,5	4,5	..	10,0	..	32,4 [d]	..	46,2 [d]	..	19,3
45 Letónia	4,1	5,4	16,9	..	..	..	..	..	..	..
46 Catar	3,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seicheles	6,5	5,4 [d]	11,6	..	..	39,8 [d]	..	30,0 [d]	..	18,3 [d]
48 Costa Rica	3,4	4,9	21,8	18,5	38,2	65,7	21,6	34,3	36,1	..
49 Emirados Árabes Unidos	1,9	1,6 [d]	15,0	22,5 [d]	..	45,2 [d]	..	50,6 [d]	..	2,6 [d]
50 Cuba	9,7	..	10,8	19,4	27,1	41,0	37,2	35,6	15,2	20,6
51 São Cristóvão e Nevis	2,7	4,4 [d]	11,6	12,7	42,7	42,1	56,2	36,5	..	..
52 Baamas	3,7	..	16,3	..	..	..	..	..	..	..
53 México	3,8	5,8	15,3	..	39,4	49,2	27,6	28,6	16,7	19,6

QUADRO 11 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
		Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
54	Bulgária	5,4	4,2	..	..	70,0	38,2 [d]	..	47,2 [d]	13,8	14,3 [d]
55	Tonga	..	4,8	..	13,5	..	59,1 [c]	..	26,5	..	..
56	Omã	3,4	4,6 [d]	15,8	26,1 [d]	52,3 [c]	43,4 [c, d]	39,7	38,6 [d]	6,6	9,6 [d]
57	Trindade e Tobago	4,1	4,3 [d]	12,4	..	..	..	..	..	..	..
58	Panamá	4,6	3,9 [d]	18,9	8,9 [d]	35,9 [c]	..	22,4	..	20,2	..
59	Antígua e Barbuda	..	3,8	..	..	..	31,9	..	34,8	..	7,0
60	Roménia	3,5	3,6	..	..	..	23,2 [d]	..	47,1 [d]	..	17,3 [d]
61	Malásia	5,1	8,0	18,0	28,0	34,0 [c]	29,3 [d]	34,9	33,2 [d]	19,9	36,5 [d]
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	3,8	4,7	11,8	15,7	37,7	31,4	36,4	40,2	16,6	14,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	3,6	3,7	..	12,3	..	..	..	..	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	3,4	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bielorrússia	5,7	5,8	..	13,0	37,7 [c]	..	..	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	..	4,1	..	10,9	..	..	..	..	..	..
70	Colômbia	2,4	4,9	14,3	11,7	..	42,2	..	29,1	..	12,9
71	Santa Lúcia	..	5,0	..	..	48,1 [c]	47,7	..	33,2	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	4,5	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
73	Albânia	..	2,8 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Tailândia	3,1	4,2	20,0	40,0 [e]	56,2	..	21,6	..	14,6	..
75	Samoa (Ocidental)	..	4,3 [d]	..	13,7 [d]	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	5,8	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	6,2	4,6	18,9	18,3	..	..	..	..	..	..
78	Líbano	..	2,6	..	12,7	..	..	..	..	..	26,4
79	Cazaquistão	3,9	2,4	19,1	..	..	..	..	..	..	..
80	Arménia	..	3,2 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
81	China	2,2	..	12,7	..	..	..	..	..	..	..
82	Peru	2,8	3,0	..	17,1	..	44,1	..	28,4	..	15,0
83	Equador	3,4	..	17,5	..	..	..	..	..	..	..
84	Filipinas	3,0	3,2	10,5	17,2	..	59,5 [d]	..	24,6 [d]	..	13,7 [d]
85	Granada	4,9	5,2	11,9	12,9	..	40,8 [d]	..	34,7 [d]	..	11,1 [d]
86	Jordânia	8,0	..	19,1	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunísia	6,0	8,1	14,3	..	..	36,7 [c, d]	..	43,9 [d]	..	19,4
88	São Vicente e Granadinas	5,9	11,1	13,8	20,3	64,1	47,1	31,7	17,4	..	..
89	Suriname	..	..	..	..	59,0 [c]	..	15,2	..	9,1	..
90	Fiji	5,1	6,4	..	20,0	..	40,3	..	33,5	..	16,3
91	Paraguai	1,9	4,3	10,3	10,8	..	54,6	..	28,3	..	16,9
92	Turquia	2,4	3,7	..	..	59,2 [c]	..	29,2	..	-	..
93	Sri Lanca	3,2	..	8,4	..	..	..	..	..	..	..
94	República Dominicana	..	1,1	..	6,3	..	66,5	..	10,6	..	..
95	Belize	4,6	5,1	18,5	18,1	60,3 [c]	55,3	..	28,2	..	13,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	4,1	4,8	22,4	17,9	..	24,7	..	35,5	..	14,5
97	Geórgia	..	2,9	..	13,1	..	..	..	..	..	..
98	Maldivas	7,0	8,1 [d]	16,0 [d]	..	..	..	..	..	..	..
99	Azerbaijão	7,7	3,3 [d]	24,7	19,2	..	25,3 [d]	..	52,6 [d]	..	5,7
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	1,8	2,8 [d]	15,2	20,0	..	60,0 [d]	..	23,6 [d]	..	7,0
102	Argélia	5,1	..	22,0	..	..	..	..	..	..	..
103	Guiana	2,2	5,5	6,5	18,4	..	55,9	..	23,0	..	4,1
104	Jamaica	4,5	4,9	12,8	9,5	37,4	36,9 [d]	33,2	42,6 [d]	21,1	19,5 [d]
105	Turquemenistão	3,9	..	19,7	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	3,6	7,3	19,9	20,7	..	44,2 [c]	..	26,3	..	11,6

QUADRO 11

Ordem do IDH	Despesa pública de educação: Em % do PIB 1991	Em % do PIB 2002-04 [b]	Em % da despesa pública total 1991	Em % da despesa pública total 2002-04 [b]	Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis): Pré-primária e primária 1991	Pré-primária e primária 2002-04 [b]	Secundário 1991	Secundário 2002-04 [b]	Superior 1991	Superior 2002-04 [b]
107 República Árabe Síria	3,9	..	14,2	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésia	1,0	0,9	..	9,0 [d]	..	39,3 [d]	..	41,6 [d]	..	19,2 [d]
109 Vietname	1,8	..	9,7	..	..	..	..	..	..	..
110 Quirguizistão	6,0	4,4 [d]	22,7	..	..	22,6 [d]	..	45,6 [d]	..	18,7
111 Egipto	3,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicarágua	3,4	3,1 [d]	12,1	15,0	..	..	..	..	..	..
113 Usbequistão	9,4	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	5,3	4,9 [d]	21,6	21,4	..	37,4 [d]	..	52,0 [d]	..	10,6
115 Bolívia	2,4	6,4 [d]	..	18,1	..	49,3	..	25,3	..	22,6
116 Mongólia	11,5	5,6	22,7	..	..	43,3	..	31,9	..	19,4
117 Honduras	3,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..
118 Guatemala	1,3	..	13,0	..	..	..	..	..	..	..
119 Vanuatu	4,6	9,6	18,8	..	..	..	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	..	0,6 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
121 África do Sul	5,9	5,4	..	18,1	75,6 [c]	40,5	..	36,1	21,5	13,9
122 Tajiquistão	..	2,8	24,4	16,9	..	29,5 [d]	..	49,7 [d]	..	5,6
123 Marrocos	5,0	6,3	26,3	27,8	35,0 [c]	40,5 [c]	48,7	44,5	16,3	14,7
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namíbia	7,9	7,2	..	..	..	..	..	..	..	..
126 Índia	3,7	3,3	12,2	10,7	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	3,8	..	7,9	..	56,5	..	29,8	..	13,7	..
129 Camboja	..	2,0	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botsuana	6,2	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
132 Comores	..	3,9	..	24,1	..	..	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	2,3	..	11,0 [d]	..	58,5	..	23,9	..	9,8
134 Paquistão	2,6	2,0	7,4	..	..	..	..	..	..	..
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	..	..	..	..	..	39,2 [e]	..	37,4 [e]	..	18,0 [e]
137 Bangladeche	1,5	2,2	10,3	15,5	..	39,0 [c]	..	49,5	..	11,5
138 Nepal	2,0	3,4	8,5	14,9	..	53,4 [d]	..	27,5	..	12,4
139 Papuásia-Nova Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	7,4	3,2 [d]	..	..	..	41,1 [d]	..	30,6 [d]	..	26,5 [d]
141 Sudão	6,0	..	2,8	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	2,5	3,3	..	18,2	..	..	..	..	..	..
144 Camarões	3,2	3,8	19,6	17,2	..	..	..	..	..	10,9
145 Uganda	1,5	5,2 [d]	11,5	18,3 [d]	..	61,9 [c, d]	..	19,9 [d]	..	12,1 [d]
146 Suazilândia	5,8	6,2	19,5	..	31,1 [c]	37,7 [d]	..	28,0 [d]	..	26,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	..	2,6	..	13,6	..	..	..	..	..	17,3
148 Djibuti	3,5	6,1	11,1	20,5	53,4 [c]	..	21,1	..	13,9	..
149 Lesoto	6,2	9,0 [d]	12,2	..	..	50,8 [c, d]	..	25,6 [d]	..	19,7 [d]
150 Iémen	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
151 Zimbabué	7,7	..	..	..	54,1 [c]	..	28,6	..	-	..
152 Quénia	6,7	7,0	17,0	29,2	49,1 [c]	64,1	..	25,2	..	10,8
153 Mauritânia	4,6	3,4 [d]	13,9	..	..	54,3 [c]	..	32,6	..	4,3
154 Haiti	1,4	..	20,0	..	53,1	..	19,0	..	9,1	..
155 Gâmbia	3,8	1,9 [d]	14,6	8,9	41,6 [c]	..	21,2	..	17,8	..
156 Senegal	3,9	4,0	26,9	..	43,0 [c]	44,7	..	15,6	..	22,9
157 Eritreia	..	3,8	..	..	..	32,5 [c]	..	14,7	..	31,2
158 Ruanda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
159 Nigéria	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..	

QUADRO 11 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
		Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
160	Guiné	2,0	..	25,7	..	..	..	..	..	..	
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzânia, Rep. U. da	2,8	..	11,4	..	..	..	..	..	..	..
163	Benim	..	3,3 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
164	Costa do Marfim	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
165	Zâmbia	2,8	2,8	7,1	14,8	..	63,5 [c]	..	13,4	..	18,2
166	Malawi	3,2	6,0	11,1	..	44,7 [c]	62,7 [c]	..	10,2	..	..
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
169	Burundi	3,5	5,2	17,7	13,0	43,0 [c]	44,4	28,1	31,7	27,2	23,9
170	Etiópia	3,4	4,6 [d]	9,4	..	53,9	..	28,1	..	..	..
171	Chade	1,6	..	..	..	47,1	..	20,9	..	8,2	..
172	República Centro-Africana	2,2	..	..	..	54,5 [c]	..	16,7	..	23,7	..
173	Guiné-Bissau	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
174	Burquina Faso	2,6	..	..	..	..	..	..	..	..	..
175	Mali	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
176	Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
177	Níger	3,3	2,3	18,6	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Devido a limitações nos dados e a mudanças na metodologia, as comparações da despesa de educação, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver www.uis.unesco.org.

a As despesas por nível podem não somar 100% devido aos arredondamentos ou à omissão das categorias 'despesas na educação pós-secundária' e 'despesas não afectadas por nível'.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

c Os dados referem-se a despesa do ensino primário.

d Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem estimativas nacionais disponíveis.

e Os dados referem-se a 2005.

FONTES

Colunas 1-5 e 7-10: Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

Coluna 6: calculada com base nos dados da despesa pública de educação nos níveis pré-primário e primário do Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

QUADRO 12

... para adquirirem conhecimentos ...

Literacia e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	..	..	..	..	100	99	88	96	101	100	17
2 Islândia	..	..	..	..	101 [g]	99 [g]	..	86 [g]	..	100 [h]	17
3 Austrália	..	..	..	..	99	96	79 [g]	85 [g]	99	86 [g]	23
4 Irlanda	..	..	..	..	90	96	80	87	101	100	23 [i]
5 Suécia	..	..	..	..	100	99	85	98	102	..	30
6 Canadá	..	..	..	..	98	99 [g, j]	89	94 [k]	97	..	20 [i]
7 Japão	..	..	..	..	100	100	97	100 [g]	100	..	20
8 Estados Unidos	..	..	..	..	97	92	85	90	..	..	..
9 Suíça	..	..	..	..	84	94	80	83	..	..	..
10 Países Baixos	..	..	..	..	95	99	84	89	..	100	16
11 Finlândia	..	..	..	..	98 [g]	99	93	94	101	100	38
12 Luxemburgo	..	..	..	..	..	91	..	79	..	92 [g, h]	..
13 Bélgica	..	..	..	..	96	99	87	97 [g, l]	91	..	21
14 Áustria	..	..	..	..	88 [g]	..	..	..	..	..	25
15 Dinamarca	..	..	..	..	98	100	87	92	94	100 [m]	19
16 França	..	..	..	..	101	99	..	96	96	98 [k]	..
17 Itália	97,7	98,4	99,8	99,8	103 [g]	99	..	92	..	96 [j]	24
18 Reino Unido	..	..	..	..	100 [g]	99	81	95	..	..	..
19 Espanha	96,3	..	99,6	..	103	99	..	97	..	..	31
20 Nova Zelândia	..	..	..	..	98	99	85	95	..	..	19
21 Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	98,2	..	..	93 [n]	..	78 [n]	101	100	30 [i, n]
23 Israel	91,4	97,1	98,7	99,8	92 [g]	98	..	89	..	100	30
24 Grécia	94,9	96,0	99,5	98,9	95	99	83	87	101	..	32
25 Singapura	88,8	92,5	99,0	99,5	..	..	..	..	..	..	..
26 República da Coreia	..	..	99,8	..	104	100	86	88	99	100	41
27 Eslovénia	99,6	..	99,8	..	96 [g]	98	..	95	..	..	22
28 Portugal	87,2	..	99,5	..	98	99	..	82 [l]	..	..	29
29 Chipre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96 [n]	69	93 [n]	101	99	17
30 República Checa	..	..	..	..	87 [g]	..	..	..	..	98	30
31 Barbados	99,4	..	99,8	..	80 [g]	97	..	95	..	97	..
32 Malta	88,4	87,9 [o]	97,5	96,0 [o]	97	94	78	88	103	99 [h]	15
33 Koweit	76,7	93,3	87,5	99,7	49 [g]	86 [g]	..	78 [g, h]	..	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	85,5	92,7	97,9	98,9	92	..	71	..	..	93 [m]	8
35 Hungria	99,1	..	99,7	..	91	89	75	91 [g]	98	..	19
36 Argentina	95,7	97,2	98,2	98,9	..	99 [l]	..	79	..	84 [h]	19
37 Polónia	99,6	..	99,8	..	97	97	76	90	98	100	20
38 Chile	94,0	95,7	98,1	99,0	89	..	55	..	92	99	29
39 Barém	82,1	86,5	95,6	97,0	99	97	85	90	89	100	21
40 Estónia	99,8	99,8	99,8	99,8	100 [g]	94	..	90	..	99	22
41 Lituânia	99,3	99,6	99,8	99,7	..	89	..	93	..	..	26
42 Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	26
43 Uruguai	96,5	..	98,7	..	91	..	..	..	97	88 [h]	..
44 Croácia	96,9	98,1	99,6	99,6	79	87 [l]	63 [g]	85 [l]	..	..	24
45 Letónia	99,8	99,7	99,8	99,8	92 [g]	..	..	..	..	..	17
46 Catar	77,0	89,0	90,3	95,9	89	95	70	87	64	..	19
47 Seicheles	..	91,8	..	99,1	..	96 [n]	..	93 [n]	93	99 [h]	..
48 Costa Rica	93,9	94,9	97,4	97,6	87	..	38	..	84	92 [g]	23
49 Emirados Árabes Unidos	71,0	..	84,7	..	103	71	60	62	80	95	..
50 Cuba	95,1	99,8	99,3	100,0	93	96	70	87	92	98	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	94 [n]	..	98 [n]	..	87 [m]	..
52 Baamas	..	..	96,5	..	90 [g]	84	..	74	84	..	..
53 México	87,3	91,0	95,2	97,6	98	98	44	64	80	93	33

QUADRO 12 Literacia e escolarização

Ordem do IDH		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
54	Bulgária	97,2	98,2	99,4	98,2	86	95	63	88	91	..	27
55	Tonga	..	98,9 [o]	..	99,3 [o]	..	96 [j]	..	68 [g]	..	92 [m]	..
56	Omã	54,7	81,4	85,6	97,3	69	78	..	75	97	98	14
57	Trindade e Tobago	96,8	..	99,6	..	91	92 [n]	..	72 [g]	..	100 [n]	..
58	Panamá	89,0	91,9	95,3	96,1	..	98	..	64	..	84 [g]	21
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	97,1	97,3	99,3	97,8	81 [g]	92	..	81	..	..	26
61	Malásia	80,7	88,7	94,8	97,2	..	93 [l]	..	76 [l]	97	98 [h]	40
62	Bósnia e Herzegovina	..	96,7	..	99,8	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	79,8	84,4	91,1	94,5	91	95	..	80 [g]	97	99 [j]	26
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	68,1	..	91,0	..	96 [g]	..	..	..	..	..	31
65	Federação da Rússia	99,2	99,4	99,8	99,7	99 [g]	91 [g]	..	..	..	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	96,1	..	98,7	94	92	..	81 [g, h]	..	..	..
67	Bielorrússia	99,5	99,6 [o]	99,8	99,8 [o]	86 [g]	90	..	87	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	..	..	88 [n]	..	90 [g]	75	84	..
69	Brasil	82,0	88,6	91,8	96,8	85	93 [l]	17	76 [l]	73	..	16
70	Colômbia	88,4	92,8	94,9	98,0	69	83	34	55 [g]	76	77 [g]	32
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	95 [g]	98	..	71 [g]	96	90	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	88,9	93,0	96,0	97,2	87	92	18	61	86	91	..
73	Albânia	77,0	98,7	94,8	99,4	95 [g]	96 [l]	..	74 [l]	..	..	11
74	Tailândia	92,4	92,6	98,1	98,0	76 [g]	..	..	..	..	..	..
75	Samoa (Ocidental)	98,0	..	99,0	..	..	90 [g]	..	66 [g]	..	94 [m]	14
76	Arábia Saudita	66,2	79,4	85,4	95,9	59	59 [h]	31	52 [g]	83	94	14
77	Ucrânia	99,4	99,4	99,8	99,8	80 [g]	82	..	84	..	..	..
78	Líbano	80,3	..	92,1	..	73 [g]	93	..	..	..	98	26
79	Cazaquistão	98,8	99,5 [o]	99,8	99,8 [o]	89 [g]	93	..	92	..	..	..
80	Arménia	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	89	..	..	7 [i]
81	China	78,3	90,9	95,3	98,9	97	..	..	..	86	..	..
82	Peru	85,5	87,7	94,5	96,8	..	97	..	69	..	90	..
83	Equador	87,6	91,0	95,5	96,4	98 [g]	98 [g]	..	52	..	76 [g]	..
84	Filipinas	91,7	92,6	97,3	95,1	96 [g]	94	..	61	..	75	25
85	Granada	..	..	..	..	..	84 [n]	..	78 [g]	..	79 [h]	..
86	Jordânia	81,5	89,9	96,7	99,1	94	91	..	81	..	99	27
87	Tunísia	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	67 [g, h]	86	97	..
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	94 [g]	..	62	..	88 [g, h]	..
89	Suriname	..	89,6	..	94,9	81 [g]	92 [g, l]	..	63 [g, l]	..	..	19
90	Fiji	88,6	..	97,8	..	..	96	..	83 [g]	87	99	..
91	Paraguai	90,3	..	95,6	..	94	..	26	..	74	82 [h]	..
92	Turquia	77,9	87,4	92,7	95,6	89	89 [g]	42	..	98	95 [g]	..
93	Sri Lanca	88,7	90,7	95,1	95,6	..	97 [g]	..	..	92	..	..
94	República Dominicana	79,4	87,0	87,5	94,2	57 [g]	86	..	49 [g]	..	59	..
95	Belize	89,1	..	96,0	..	94 [g]	95	31	71 [g]	67	91 [m]	9 [i]
96	Irão, Rep. Islâmica do	63,2	77,0	86,3	..	92 [g]	89	..	78	90	88 [h]	38
97	Geórgia	..	..	..	..	97 [g]	93	..	81	..	..	28
98	Maldivas	94,8	96,3	98,1	98,2	..	90 [h]	..	51 [g, h]	..	..	..
99	Azerbaijão	..	98,8 [o]	..	99,9 [o]	89	84	..	77	..	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	92,4	..	99,0	..	86	..	89	..	..	18
101	El Salvador	72,4	..	83,8	..	..	92 [g]	..	48 [g, l]	58	73 [g]	23
102	Argélia	52,9	69,9	77,3	90,1	89	97	53	66 [g]	95	96	18 [i]
103	Guiana	97,2	..	99,8	..	89	..	67	..	..	64 [g, j]	22
104	Jamaica	82,2	79,9 [o, p]	91,2	..	96	91	64	79	..	90 [h]	..
105	Turquemenistão	..	98,8 [o]	..	99,8 [o]	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	63,8	..	81,5	..	91 [g]	92	..	55	..	91	..

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
107 República Árabe Síria	64,8	79,6	79,9	92,2	91	95 [h]	43	58	96	92 [j]	..
108 Indonésia	79,5	90,4	95,0	98,7	97	94	39	57	84	92	..
109 Vietname	90,4	90,3 [o]	94,1	93,9 [o]	90 [g]	93 [g, h]	..	65 [g, h]	..	87 [g, h]	..
110 Quirguizistão	..	98,7 [o]	..	99,7 [o]	92 [g]	90	..	..	..	..	14
111 Egipto	47,1	71,4	61,3	84,9	84 [g]	95 [g]	..	79 [g, h]	..	99 [g]	..
112 Nicarágua	62,7	76,7	68,2	86,2	73	88	..	41	44	59 [g]	..
113 Usbequistão	98,7	..	99,6	..	78 [g]	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	97,5	98,4	99,8	99,5	89 [g]	86 [n]	..	77 [n]	..	..	..
115 Bolívia	78,1	86,7	92,6	97,3	..	95 [g]	..	74 [g]	..	86 [g]	..
116 Mongólia	97,8	97,8	98,9	97,7	90 [g]	84	..	82	..	..	24
117 Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	89 [g]	91	21	..	..	..	23
118 Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	..	93	..	34 [g]	..	78 [g]	19 [i]
119 Vanuatu	..	74,0 [o]	..	..	..	94	17	39 [g]	..	72 [k]	..
120 Guiné Equatorial	73,3	87,0	92,7	94,9	91 [g]	85 [h]	..	24 [g, j]	..	33 [g, j]	..
121 África do Sul	81,2	82,4 [o]	88,5	93,9 [o]	90	89 [l]	45	62 [g, m]	..	84 [h]	19
122 Tajiquistão	98,2	99,5	99,8	99,8	77 [g]	97	..	79	..	..	..
123 Marrocos	38,7	52,3	55,3	70,5	56	86	..	35 [g, l]	75	76	18
124 Gabão	..	..	..	..	85 [g]	77 [g, j]	..	..	..	69 [g, h]	..
125 Namíbia	74,9	85,0	87,4	92,3	..	74 [l]	..	37 [l]	62	88 [g, h]	12
126 Índia	49,3	61,0	64,3	76,4	..	90 [g]	..	..	..	79	22
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	98	..	26	..	66	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	80	..	26 [g, l]	88	..	..
129 Camboja	62,0	73,6	73,5	83,4	69 [g]	98	..	26 [g]	..	60	19
130 Mianmar	80,7	89,9	88,2	94,5	98 [g]	87	..	37	..	69	42
131 Botsuana	68,1	81,2	83,3	94,0	83	82 [g]	35	61 [g]	84	91 [g]	19
132 Comores	53,8	..	56,7	..	57 [g]	55 [m, n]	..	..	..	63	11
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	56,5	68,7	70,1	78,5	63 [g]	84	..	37	..	63	11 [i]
134 Paquistão	35,4	49,9	47,4	65,5	33 [g]	66 [n]	..	..	..	70 [q]	..
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	91 [m]	..
136 Gana	58,5	57,9	81,8	70,7	54 [g]	58	..	36 [g]	80	63 [h]	26
137 Bangladeche	34,2	..	42,0	..	..	94 [n]	..	48 [l]	..	65	13
138 Nepal	30,4	48,6	46,6	70,1	..	78 [l, n]	..	..	51	67 [g]	..
139 Papuásia-Nova Guiné	56,6	57,3	68,6	66,7	..	..	..	..	69	68 [g, h]	..
140 Congo	67,1	..	92,5	..	79 [g]	..	..	..	60	66 [h]	11 [i]
141 Sudão	45,8	60,9 [r]	65,0	77,2 [r]	40 [g]	43 [g, m]	..	..	94	92	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	20 [g, j]	..	..	..
143 Madagáscar	58,0	70,7	72,2	70,2	64 [g]	89	..	11 [g, k]	21	57	20
144 Camarões	57,9	67,9	81,1	..	74 [g]	..	..	..	..	64 [g, h]	23 [n]
145 Uganda	56,1	66,8	70,1	76,6	..	..	..	15	36	64 [j]	..
146 Suazilândia	71,6	79,6	85,1	88,4	77 [g]	77 [l]	31	29 [l]	77	77 [h]	9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147 Togo	44,2	53,2	63,5	74,4	64	79	15	22 [g, m]	48	76	..
148 Djibuti	..	..	73,2	..	29	33	..	19 [g]	87	88 [g, j]	22
149 Lesoto	78,0	82,2	87,2	..	71	86	15	23	66	63	6 [i]
150 Iémen	32,7	..	50,0	..	51 [g]	75 [g]	..	34 [g, m]	..	73 [g]	..
151 Zimbabué	80,7	..	93,9	..	..	82 [l]	..	34 [l]	76	70 [g, h]	..
152 Quénia	70,8	73,6	89,8	80,3	..	76	..	40 [g]	77	75 [n]	29
153 Mauritânia	34,8	51,2	45,8	61,3	35 [g]	74	..	14 [g]	75	82	10 [g]
154 Haiti	39,7	..	54,8	..	22	..	..	..	..	..	..
155 Gâmbia	..	..	42,2	..	48 [g]	75 [g]	..	45 [g]	..	..	21
156 Senegal	28,4	39,3	40,1	49,1	43 [g]	66	..	15	85	78	..
157 Eritreia	..	..	60,9	..	16 [g]	48	..	24	..	80	37
158 Ruanda	53,3	64,9	72,7	77,6	66	73	7	..	60	46	..
159 Nigéria	48,7	..	73,6	..	58 [g]	60 [g]	..	27 [g]	89	36	..

QUADRO 12 Literacia e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
160 Guiné	..	29,5	..	46,6	27 [g]	64	..	21 [g]	59	82	34
161 Angola	..	67,4	..	72,2	50 [g]	..	..	..	..	..	18
162 Tanzânia, Rep. U. da	62,9	69,4	83,1	78,4	49	86	..	..	81 [g]	88	..
163 Benim	26,4	34,7	40,4	45,3	41 [g]	83	..	17 [g, j]	55	69	25
164 Costa do Marfim	38,5	48,7	52,6	60,7	45	56 [l, n]	..	20 [g, h]	73	88 [g, m]	..
165 Zâmbia	68,2	68,0 [o]	81,2	69,5 [o]	..	80	..	24 [g]	..	98 [j]	..
166 Malawi	51,8	64,1 [o]	63,2	76,0 [o]	48	95	..	25	64	44 [j]	33
167 Congo, Rep. Dem.	47,5	67,2	68,9	70,4	54	..	..	..	55	..	..
168 Moçambique	33,5	..	48,8	..	43	71	..	4	34	49 [j]	24
169 Burundi	37,0	59,3	51,6	73,3	53 [g]	57	..	..	62	63	10 [i]
170 Etiópia	28,6	..	43,0	..	22 [g]	46	..	25 [g]	18	..	19
171 Chade	27,7	25,7	48,0	37,6	35 [g]	57 [g, l]	..	11 [g, l]	51 [g]	46 [g]	..
172 República Centro-Africana	33,2	48,6	52,1	58,5	52	..	..	..	23	..	..
173 Guiné-Bissau	..	..	44,1	..	38 [g]	45 [g, j]	..	9 [g, j]	..	..	..
174 Burquina Faso	..	21,8	..	31,2	29	40	..	10 [g]	70	76	..
175 Mali	18,8	19,0 [o]	27,6	24,2 [o]	21 [g]	46	5 [g]	..	70 [g]	79	..
176 Serra Leoa	..	35,1	..	47,6	43 [g]	..	..	..	..	..	8
177 Níger	11,4	28,7	17,0	36,5	22	39	5	7	62	74	..
Países em desenvolvimento	68,8	78,9	83,0	87,4	..	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	52,4	63,7	66,9	71,9	..	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	49,8	69,9	66,4	85,3	..	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	79,7	90,7	95,0	97,8	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	85,6	90,2	93,3	96,7	..	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	49,1	60,9	62,7	75,1	..	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	55,5	63,3	70,7	71,1	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	98,7	99,2	99,7	99,6	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	71,2	80,5	84,2	88,9	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	48,1	57,9	65,1	65,9	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	81,0	89,9	93,5	96,9	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	51,6	62,3	65,9	75,2	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados para 1990 referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO baseados em dados anteriores a 1990; os dados para 2004 referem-se a estimativas nacionais de alfabetização a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/.

b A taxa de escolarização líquida é o rácio entre as crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização líquidas que excedem os 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.

c As taxas de escolarização são baseadas na nova Classificação Internacional Tipo de Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997) e por isso podem não ser exactamente comparáveis com as dos anos anteriores.

d As taxas são calculadas com base nas taxas de sobrevivência, que podem por vezes exceder 100% devido a flutuações nas matrículas.Quando esses resultados são publicados devem ser interpretados como um país com uma taxa de sobrevivência que se aproxima dos 100%.

e Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO.

f Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

g Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se ao ano escolar 2002.

i Os valores devem ser tratados com precaução porque o número relatado de alunos matriculados na categoria «desconhecido ou não especificado» representa mais de 10% do total das matrículas.

j Os dados referem-se ao ano escolar 2001.

k Os dados referem-se ao ano escolar 1999.

l Os dados referem-se ao ano escolar 2003.

m Os dados referem-se ao ano escolar 2000.

n Estimativas nacionais.

o Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

p Os dados baseiam-se numa avaliação de alfabetização.

q Os dados referem-se ao ano escolar 2004.

r As estimativas são baseadas principalmente em informações do Norte do Sudão.

FONTES

Colunas 1-4: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 5-10: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Coluna 11: Instituto de Estatística da UNESCO 2006d.

QUADRO 13

... para adquirirem conhecimentos ...

Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	503	669	46	861	7	390	..	52,6	1,7	4.587
2 Islândia	512	652	39	998	0	772	14	5,8	3,1	6.807
3 Austrália	456	541	11	818	6	646	26	23,6	1,6	3.670
4 Irlanda	280	496	7	929	0	265	80	54,2	1,1	2.674
5 Suécia	683	708	54	1.034	6	756	275	384,0	4,0	5.416
6 Canadá	550	..	21	469	4	626	35	94,5	1,9	3.597
7 Japão	441	460	7	716	(.)	587	874	122,7	3,1	5.287
8 Estados Unidos	545	606	21	617	8	630	281	178,2	2,6	4.484
9 Suíça	587	710	19	849	6	474	..	..	2,6	3.601
10 Países Baixos	464	483	5	910	3	614	116	259,2	1,8	2.482
11 Finlândia	535	453	52	954	4	629	222	162,3	3,5	7.992
12 Luxemburgo	481	..	2	..	0	597	..	355,7	1,8	4.301
13 Bélgica	393	456	4	876	(.)	403	..	..	2,3	3.478
14 Áustria	418	460	10	978	1	477	95	20,9	2,2	2.968
15 Dinamarca	566	643	29	956	1	696	28	..	2,5	5.016
16 França	495	561	5	738	1	414	156	84,1	2,2	3.213
17 Itália	394	451	5	1.090	(.)	501	..	13,3	1,2	1.213
18 Reino Unido	441	563	19	1.021	1	628	64	202,1	1,9	2.706
19 Espanha	325	416	1	905	(.)	336	39	11,4	1,1	2.195
20 Nova Zelândia	426	443	16	745	0	788	..	24,7	1,2	3.405
21 Alemanha	401	661	3	864	1	500	156	61,7	2,5	3.261
22 Hong Kong, China (RAE)	434	549	23	1.184	0	506	5	49,5 [c]	0,6	1.564
23 Israel	349	441	3	1.057	1	471	..	74,7	4,9	1.613
24 Grécia	389	466	0	999	0	177	29	2,9	0,6	1.413
25 Singapura	346	440	17	910	0	571	75	52,4	2,2	4.745
26 República da Coreia	310	542	2	761	(.)	657	738	37,6	2,6	3.187
27 Eslovénia	211	..	0	951	0	476	115	6,0	1,5	2.543
28 Portugal	240	404	1	981	0	281	10	3,9	0,9	1.949
29 Chipre	361	507	5	776	0	361	..	21,4	0,3	563
30 República Checa	157	338	0	1.054	0	470	29	5,6	1,3	1.594
31 Barbados	281	505	0	744	0	558	..	8,6	..	..
32 Malta	356	..	0	..	0	750	..	(.)	0,3	694
33 Koweit	156	202	10	813	0	244	..	0,0	0,2	69
34 Estado do Brunei Darussalam	136	..	7	..	0	153	..	..	..	274
35 Hungria	96	354	(.)	863	0	267	15	54,5	0,9	1.472
36 Argentina	93	227	(.)	352	0	133	..	1,5	0,4	720
37 Polónia	86	..	0	605	0	236	20	0,7	0,6	1.581
38 Chile	66	206	1	593	0	267	..	3,0	0,6	444
39 Barém	191	268	10	908	0	213	..	..	..	..
40 Estónia	204	329	0	931	0	497	4	3,0	0,8	2.523
41 Lituânia	211	239	0	996	0	282	18	0,2	0,7	2.136
42 Eslováquia	135	232	0	794	0	423	7	9,2 [c]	0,6	1.984
43 Uruguai	134	291	0	174	0	198	1	0,0	0,3	366
44 Croácia	172	425	(.)	640	0	293	6	8,9	1,1	1.296
45 Letónia	232	273	0	664	0	350	38	3,5	0,4	1.434
46 Catar	197	246	8	631	0	212	..	..	..	..
47 Seicheles	124	253	0	589	0	239	..	..	..	19
48 Costa Rica	92	316	0	217	0	235	..	0,1	0,4	368
49 Emirados Árabes Unidos	224	275	19	853	0	321	..	..	..	..
50 Cuba	32	68	0	7	0	13	4	..	0,6	537
51 São Cristóvão e Nevis	231	532	0	213	0	..	..	..	..	..
52 Baamas	274	439	8	584	0	292	..	0,0 [c]	..	..
53 México	64	174	1	370	0	135	2	0,9	0,4	268

QUADRO 13 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH		ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
54	Bulgária	250	357	0	609	0	283	11	0,9	0,5	1.263
55	Tonga	46	..	0	..	0	29	..	..	..	..
56	Omã	57	95	1	318	0	97	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	136	247	0	498	0	123	..	..	0,1	399
58	Panamá	90	118	0	270	0	94	..	0,0	0,3	97
59	Antígua e Barbuda	254	474	0	674	0	250	..	..	..	..
60	Roménia	102	202	0	471	0	208	43	0,4	0,4	976
61	Malásia	89	179	5	587	0	397	..	0,8 [c]	0,7	299
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	0	..	0	58	(.)	..	..	..
63	Maurícia	53	287	2	413	0	146	..	0,1	0,4	201
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	51	..	0	..	0	36	..	0,0	..	361
65	Federação da Rússia	140	..	0	517	0	111	133	1,6	1,3	3.319
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	150	308	0	..	0	78	11	1,5	0,3	..
67	Bielorrússia	154	329	0	249	0	163	76	0,2	0,6	1.871
68	Domínica	161	293	0	585	0	259	..	..	..	..
69	Brasil	63	230	(.)	357	0	120	..	0,6	1,0	344
70	Colômbia	69	195	0	232	0	80	..	0,2	0,2	109
71	Santa Lúcia	127	..	0	568	0	336	..	..	..	483
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	75	128	(.)	322	0	89	..	0,0	0,3	236
73	Albânia	12	90	0	64	0	24	..	1,7 [c]	..	..
74	Tailândia	24	107	1	430	0	109	..	0,2	0,2	286
75	Samoa (Ocidental)	25	..	0	..	0	33	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	75	154	1	383	0	66	..	0,0	..	..
77	Ucrânia	135	256	0	289	0	79	..	0,9	1,2	1.774
78	Líbano	144	178	0	251	0	169	..	..	..	..
79	Cazaquistão	82	167	0	184	0	27	..	(.)	0,2	629
80	Arménia	158	192	0	67	0	50	48	..	0,3	1.537
81	China	6	241	(.)	258	0	73	..	0,2	1,3	663
82	Peru	26	74	(.)	148	0	117	(.)	0,1	0,1	226
83	Equador	48	124	0	348	0	48	..	0,0	0,1	50
84	Filipinas	10	42	0	404	0	54	(.)	0,1	..	..
85	Granada	162	309	2	410	0	76	..	..	..	..
86	Jordânia	78	113	(.)	293	0	110	..	..	..	1.927
87	Tunísia	37	121	(.)	359	0	84	..	1,8	0,6	1.013
88	São Vicente e Granadinas	120	161	0	481	0	68	..	..	0,2	179
89	Suriname	91	182	0	477	0	67	..	..	..	..
90	Fiji	59	..	0	..	0	73	..	..	..	..
91	Paraguai	27	50	0	294	0	25	..	32,2	0,1	79
92	Turquia	122	267	1	484	0	142	..	0,0	0,7	341
93	Sri Lanca	7	51	(.)	114	0	14	..	..	..	..
94	República Dominicana	48	107	(.)	289	0	91	..	0,0	..	..
95	Belize	92	119	0	346	0	124	..	0,0	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	40	..	0	64	0	82	18	..	..	467
97	Geórgia	99	151	0	186	0	39	..	1,7	0,3	2.600
98	Maldivas	29	98	0	353	0	59	..	20,4	..	..
99	Azerbaijão	87	118	0	215	0	49	..	..	0,3	1.236
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	102	0	278	0	46	..	..	..	..
101	El Salvador	24	131	0	271	0	87	..	(.)	..	47
102	Argélia	32	71	(.)	145	0	26	1	..	..	..
103	Guiana	22	137	0	192	0	193	..	44,9	..	..
104	Jamaica	44	189	0	832	0	403	..	3,7	0,1	..
105	Turquemenistão	60	..	0	..	0	8	..	..	..	..
106	Cabo Verde	23	148	0	133	0	50	..	0,2 [c]	..	127

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
107 República Árabe Síria	39	143	0	126	0	43	..	..	..	29
108 Indonésia	6	46	(.)	138	0	67	..	1,0	..	..
109 Vietname	1	70	0	60	0	71	..	..	..	..
110 Quirguizistão	71	..	0	59	0	52	..	0,9	0,2	406
111 Egipto	29	130	(.)	105	0	54	..	1,4	0,2	..
112 Nicarágua	12	40	0	137	0	23	..	0,0	(.)	44
113 Usbequistão	68	..	0	21	0	34	3	..	..	..
114 Moldávia, República da	106	205	0	187	0	96	57	0,5	..	172
115 Bolívia	27	69	0	200	0	39	..	0,2	0,3	120
116 Mongólia	32	..	0	..	0	80	32	..	0,3	681
117 Honduras	18	53	0	100	0	32	..	0,0	(.)	78
118 Guatemala	21	92	(.)	258	0	61	..	(.)	..	..
119 Vanuatu	17	33	0	51	0	36	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	4	..	0	113	0	10	..	..	..	..
121 África do Sul	94	..	(.)	428	0	78	..	1,0	0,8	307
122 Tajiquistão	45	..	0	..	0	1	2	0,2	..	..
123 Marrocos	17	44	(.)	313	0	117	..	0,5	0,6	782
124 Gabão	22	28	0	359	0	29	..	..	..	..
125 Namíbia	38	64	0	142	0	37	..	0,0 [c]	..	..
126 Índia	6	41	0	44	0	32	1	(.) [c]	0,8	119
127 São Tomé e Príncipe	19	..	0	..	0	131	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	15	..	0	..	0	6	..	..	..	..
129 Camboja	(.)	..	0	..	0	3	..	..	..	..
130 Mianmar	2	8	0	2	0	1	..	0,0 [c]	..	..
131 Botsuana	18	77	0	319	0	34	..	1,9 [c]	..	..
132 Comores	8	..	0	..	0	14	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	2	13	0	35	0	4	..	..	..	..
134 Paquistão	8	30	(.)	33	0	13	..	0,1	0,2	86
135 Butão	3	33	0	20	0	22	..	..	..	..
136 Gana	3	14	0	78	0	17	..	0,0	..	..
137 Bangladeche	2	6	0	31	0	2	..	(.)	..	..
138 Nepal	3	15	0	7	0	7	..	..	0,7	59
139 Papuásia-Nova Guiné	7	12	0	7	0	29	..	..	..	..
140 Congo	6	4	0	99	0	9	..	..	..	30
141 Sudão	2	29	0	30	0	32	..	..	0,3	263
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	3	..	0	18	0	5	(.)	0,1 [c]	0,1	15
144 Camarões	3	7	0	96	0	10	..	..	..	..
145 Uganda	2	3	0	42	0	7	..	0,2	0,8	24
146 Suazilândia	18	..	0	101	0	32	..	(.)	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	3	..	0	..	0	37	..	0,0 [c]	..	..
148 Djibuti	10	14	0	..	0	12	..	..	..	..
149 Lesoto	8	21	0	88	0	24	..	9,5	(.)	42
150 Iémen	10	39	0	53	0	9	..	..	..	..
151 Zimbabué	12	25	0	31	0	63	..	..	..	..
152 Quénia	7	9	0	76	0	45	..	0,5	..	..
153 Mauritânia	3	..	0	175	0	5	..	..	..	..
154 Haiti	7	17	0	48	0	59	..	0,0 [c]	..	..
155 Gâmbia	7	..	0	118	0	33	..	..	..	..
156 Senegal	6	..	0	90	0	42	..	0,0 [c]	..	..
157 Eritreia	..	9	0	5	0	12	..	..	..	..
158 Ruanda	1	3	0	16	0	4	..	0,0	..	..
159 Nigéria	3	8	0	71	0	14	..	..	..	..

QUADRO 13 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
160 Guiné	2	..	0	..	0	5	..	0,0	..	251
161 Angola	7	6	0	48	0	11	..	14,6	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	3	..	0	44	0	9	..	..	..	..
163 Benim	3	9	0	..	0	12	..	(.) [c]	..	..
164 Costa do Marfim	6	13	0	86	0	17	..	0,0	..	..
165 Zâmbia	8	8	0	26	0	20	..	..	..	51
166 Malawi	3	7	0	18	0	4	..	..	..	..
167 Congo, Rep. Dem.	1	(.)	0	37	0	..	..	..	..	..
168 Moçambique	4	..	0	36	0	7	..	(.)	..	..
169 Burundi	1	..	0	..	0	3	..	0,0 [c]	..	..
170 Etiópia	2	..	0	3	0	2	..	(.)	..	..
171 Chade	1	1	0	13	0	6	..	..	..	..
172 República Centro-Africana	2	3	0	15	0	2	..	..	..	..
173 Guiné-Bissau	6	..	0	..	0	17	..	..	..	..
174 Burquina Faso	2	6	0	31	0	4	..	..	..	17
175 Mali	1	6	0	30	0	4	..	0,0 [c]	..	..
176 Serra Leoa	3	5	0	22	0	2	..	0,2	..	..
177 Níger	1	2	0	11	0	2	..	..	..	..
Países em desenvolvimento	21	122	(.)	175	(.)	64	..	0,7	1,1	416
Países menos desenvolvidos	3	9	0	28	0	8	..	0,4	..	..
Países Árabes	34	91	(.)	169	0	55	..	0,4	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	18	199	(.)	262	(.)	91	..	1,3	1,7	740
América Latina e Caraíbas	61	179	(.)	319	0	115	..	1,0	0,6	306
Ásia do Sul	7	35	(.)	42	0	29	..	(.)	0,7	132
África Subsariana	10	..	(.)	77	0	19	..	0,5	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	125	..	(.)	455	0	139	75	2,5	1,0	2.204
OCDE	390	491	10	714	3	484	266	92,4	2,5	3.108
OCDE de rendimento elevado	462	551	12	770	3	563	318	115,6	2,5	3.748
Desenvolvimento humano elevado	369	469	10	703	2	470	250	85,1	2,5	2.968
Desenvolvimento humano médio	24	128	(.)	184	0	59	..	0,3	0,9	523
Desenvolvimento humano baixo	4	9	0	45	0	15	..	0,5	..	..
Rendimento elevado	450	536	12	766	3	545	..	109,3	2,5	3.702
Rendimento médio	40	192	(.)	294	0	92	..	0,8	0,9	772
Rendimento baixo	6	30	(.)	42	0	24	..	(.)	0,7	..
Mundo	98	190	2	276	1	138	..	17,3	2,4	1.153

NOTAS

a Linhas principais de telefones e assinantes de telemóveis formam, em conjunto, um indicador do 8º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio; ver Índice dos Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

c Os dados referem-se a 2003.

FONTES

Colunas 1-6, 9 e 10: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Coluna 7: Calculada com base em dados de patentes concedidas de OMPI 2006 e em dados da população de ONU 2005b.

Coluna 8: Calculada com base em dados de receitas de royalties e direitos de Banco Mundial 2006 e em dados da população de ONU 2005b.

QUADRO 14

Desempenho económico

Ordem do IDH		PIB: Mil milhões de dólares EUA 2004	PIB: Mil milhões de dólares PPC 2004	PIB per capita: Dólares EUA 2004	PIB per capita: Dólares PPC 2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1975-2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1990-2004	PIB per capita: Valor mais elevado entre 1975-2004 (PPP US$)	PIB per capita: Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2004	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2003-04
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	250,1	176,5	54.465	38.454	2,6	2,5	38.454	2004	2,2	0,5
2	Islândia	12,2	9,7	41.893	33.051	1,7	2,0	33.051	2004	3,2	2,8
3	Austrália	637,3	610,0	31.690	30.331	2,1	2,5	30.747	1997	2,4	2,3
4	Irlanda	181,6	158,0	44.644	38.827	5,2	7,3	38.827	2004	2,8	2,2
5	Suécia	346,4	265,6	38.525	29.541	1,7	1,8	29.541	2004	1,7	0,4
6	Canadá	978,0	999,6	30.586	31.263	1,6	2,1	31.263	2004	1,9	1,8
7	Japão	4.622,8	3.737,3	36.182	29.251	2,3	0,8	29.251	2004	0,3	(.)
8	Estados Unidos	11.711,8	11.651,1 [a]	39.883	39.676 [a]	2,0	1,9	39.676	2004	2,6	2,7
9	Suíça	357,5	244,1	48.385	33.040	1,0	0,2	34.304	2002	1,3	0,8
10	Países Baixos	579,0	517,6	35.560	31.789	1,9	2,1	31.899	2002	2,6	1,3
11	Finlândia	185,9	156,6	35.562	29.951	2,0	2,2	29.951	2004	1,6	0,2
12	Luxemburgo	31,9	31,7	70.295	69.961	4,1	5,4	69.961	2004	2,0	2,2
13	Bélgica	352,3	324,1	33.807	31.096	1,8	1,7	31.096	2004	1,9	2,1
14	Áustria	292,3	263,8	35.766	32.276	2,1	2,0	32.276	2004	2,0	2,1
15	Dinamarca	241,4	172,5	44.673	31.914	1,6	1,7	31.914	2004	2,2	1,2
16	França	2.046,6	1.769,2	33.896	29.300	1,8	1,7	29.300	2004	1,6	2,1
17	Itália	1.677,8	1.622,4	29.143	28.180	2,0	1,3	28.180	2004	3,2	2,2
18	Reino Unido	2.124,4	1.845,2	35.485	30.821	2,1	2,2	30.821	2004	2,7	3,0
19	Espanha	1.039,9	1.069,3	24.360	25.047	2,2	2,3	25.047	2004	3,4	3,0
20	Nova Zelândia	98,9	95,1	24.364	23.413	1,2	2,1	23.413	2004	1,9	2,3
21	Alemanha	2.740,6	2.335,5	33.212	28.303	2,1	1,5	28.303	2004	1,7	1,7
22	Hong Kong, China (RAE)	163,0	212,1	23.684	30.822	4,1	2,0	30.822	2004	3,0	-0,4
23	Israel	116,9	165,7	17.194	24.382	1,9	1,6	25.959	2000	7,1	-0,4
24	Grécia	205,2	245,5	18.560	22.205	1,2	2,6	22.205	2004	6,8	2,9
25	Singapura	106,8	119,1	25.191	28.077	4,7	3,8	28.077	2004	1,3	1,7
26	República da Coreia	679,7	985,6	14.136	20.499	6,0	4,5	20.499	2004	4,4	3,6
27	Eslovénia	32,2	41,8	16.115	20.939	..	3,6	20.939 [b]	2004	9,7	3,6
28	Portugal	167,7	206,1	15.970	19.629	2,7	2,1	20.117	2001	3,9	2,4
29	Chipre	15,4	18,8	18.668	22.805	4,5	3,0	22.805	2004	3,3	2,3
30	República Checa	107,0	198,3	10.475	19.408	..	2,7	19.408 [b]	2004	5,6	2,8
31	Barbados	2,8	..	10.401	..	..	..	..	..	2,2	1,4
32	Malta	5,3	7,6	13.256	18.879	4,6	3,6	19.864	2000	2,8	2,8
33	Koweit	55,7	47,7 [c]	22.654	19.384 [c]	-0,8	-0,4	30.205 [b]	1975	1,8	1,2
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	100,7	169,9	9.962	16.814	1,4	3,1	16.814	2004	15,9	6,8
36	Argentina	153,0	510,3	3.988	13.298	0,4	1,3	14.097	1998	7,1	4,4
37	Polónia	242,3	495,4	6.346	12.974	..	4,0	12.974 [b]	2004	17,5	3,6
38	Chile	94,1	175,3	5.836	10.874	3,9	3,7	10.874	2004	6,7	1,1
39	Barém	11,0	14,9	15.384	20.758	1,2	2,2	20.758 [b]	2004	0,4	..
40	Estónia	11,2	19,6	8.331	14.555	2,1	4,3	14.555 [b]	2004	13,3	3,0
41	Lituânia	22,3	45,0	6.480	13.107	..	1,4	13.107 [b]	2004	16,7	1,2
42	Eslováquia	41,1	78,7	7.635	14.623	0,9	2,7	14.623 [b]	2004	8,1	7,5
43	Uruguai	13,2	32,4	3.842	9.421	1,1	0,8	10.126	1998	23,9	9,2
44	Croácia	34,3	54,2	7.724	12.191	..	2,5	12.191 [b]	2004	19,7	2,1
45	Letónia	13,6	27,0	5.868	11.653	0,3	2,8	11.653	2004	17,0	6,2
46	Catar	20,4 [d]	..	27.857 [d]	..	..	..	..	..	2,6	6,8
47	Seicheles	0,7	1,4	8.411	16.652	2,8	2,1	19.539	2000	2,5	3,8
48	Costa Rica	18,5	40,3 [c]	4.349	9.481 [c]	1,3	2,5	9.820	1999	13,7	12,3
49	Emirados Árabes Unidos	104,2	103,9 [c]	24.121	24.056 [c]	-2,8	-0,5	48.529	1975	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	0,4	0,6 [d]	8.447	12.702 [d]	5,6	4,0	12.702 [b]	2003	3,1	2,3
52	Baamas	5,3 [d]	5,5 [e]	16.728 [d]	17.843 [e]	1,0	0,2	18.726 [b]	1989	2,0	0,5
53	México	676,5	1.017,5	6.518	9.803	0,9	1,3	9.843	2000	15,7	4,7

QUADRO 14 Desempenho económico

Ordem do IDH		PIB		PIB per capita		PIB per capita				Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
		Mil milhões de dólares EUA	Mil milhões de dólares PPC	Dólares EUA	Dólares PPC	Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado entre 1975-2004	Ano do valor mais elevado		
		2004	2004	2004	2004	1975-2004	1990-2004	(PPP US$)		1990-2004	2003-04
54	Bulgária	24,1	62,7	3.109	8.078	0,6	0,7	8.078 [b]	2004	75,1	6,3
55	Tonga	0,2	0,8 [c]	2.084	7.870 [c]	2,0	2,1	7.870 [b]	2004	4,8	11,0
56	Omã	24,3	38,7	9.584	15.259	2,3	1,9	15.259	2004	0,1	0,4
57	Trindade e Tobago	12,5	15,9	9.640	12.182	0,3	3,3	12.182	2004	5,1	3,7
58	Panamá	13,7	23,1	4.325	7.278	1,1	2,2	7.278	2004	1,1	0,4
59	Antígua e Barbuda	0,9	1,0	10.794	12.586	3,9	1,5	12.586 [b]	2004	..	..
60	Roménia	73,2	183,9	3.374	8.480	..	1,4	8.480 [b]	2004	72,3	11,9
61	Malásia	118,3	255,8	4.753	10.276	4,1	3,5	10.276	2004	3,0	1,5
62	Bósnia e Herzegovina	8,5	27,5	2.183	7.032	..	12,0	7.032 [b]	2004	..	..
63	Maurícia	6,0	14,8	4.889	12.027	4,4	3,9	12.027 [b]	2004	6,3	4,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	29,1	..	5.073	..	..	..	..	..	1,9	-2,2
65	Federação da Rússia	581,4	1.424,4	4.042	9.902	-1,2	-0,6	11.407 [b]	1989	59,4	10,9
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	5,4	13,4	2.637	6.610	..	-0,4	7.607 [b]	1990	6,3	-0,4
67	Bielorrússia	22,9	68,5	2.330	6.970	..	1,6	6.970 [b]	2004	163,7	18,1
68	Domínica	0,3	0,4	3.794	5.643	3,4	1,4	6.454 [b]	2000	1,6	2,3
69	Brasil	604,0	1.507,1	3.284	8.195	0,7	1,2	8.195	2004	98,3	6,6
70	Colômbia	97,7	325,9 [c]	2.176	7.256 [c]	1,4	0,5	7.256	2004	16,1	5,9
71	Santa Lúcia	0,8	1,0	4.663	6.324	3,7	0,4	6.324 [b]	2004	2,5	4,7
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	110,1	157,9	4.214	6.043	-0,9	-1,2	8.255	1977	39,3	21,8
73	Albânia	7,6	15,5	2.439	4.978	1,3	4,8	4.978 [b]	2004	17,3	2,3
74	Tailândia	161,7	515,3	2.539	8.090	5,0	2,6	8.090	2004	3,9	2,8
75	Samoa (Ocidental)	0,4	1,0	2.042	5.613	1,5	4,9	5.640 [b]	2002	3,8	16,3
76	Arábia Saudita	250,6	331,1 [c]	10.462	13.825 [c]	-2,3	-0,1	25.314	1977	0,5	0,3
77	Ucrânia	64,8	303,4	1.366	6.394	-4,5	-3,2	9.959 [b]	1989	73,3	9,0
78	Líbano	21,8	20,7	6.149	5.837	5,0	3,7	5.837 [b]	2004	..	..
79	Cazaquistão	40,7	111,6	2.717	7.440	..	1,7	7.440 [b]	2004	33,6	6,9
80	Arménia	3,1	12,4	1.017	4.101	..	2,7	4.101 [b]	2004	31,4	8,1
81	China	1.931,7	7.642,3 [f]	1.490	5.896 [f]	8,4	8,9	5.896	2004	5,5	4,0
82	Peru	68,6	156,5	2.490	5.678	-0,5	2,1	5.999	1981	16,6	3,7
83	Equador	30,3	51,7	2.322	3.963	0,3	0,2	3.963	2004	36,0	2,7
84	Filipinas	84,6	376,6	1.036	4.614	(.)	0,9	4.689	1982	6,7	6,0
85	Granada	0,4	0,8	4.135	8.021	2,9	3,1	8.241 [b]	2003	2,0	..
86	Jordânia	11,5	25,5	2.117	4.688	0,5	0,5	5.339	1987	2,8	3,4
87	Tunísia	28,2	77,2	2.838	7.768	2,3	3,2	7.768	2004	3,8	3,6
88	São Vicente e Granadinas	0,4	0,8	3.412	6.398	3,5	1,6	6.398	2004	1,8	2,9
89	Suriname	1,1	..	2.484	..	..	..	..	..	67,7	..
90	Fiji	2,6	5,1	3.125	6.066	1,0	1,4	6.066 [b]	2004	3,1	2,8
91	Paraguai	7,3	29,0 [c]	1.220	4.813 [c]	0,4	-0,8	5.670	1981	11,5	4,3
92	Turquia	302,8	556,1	4.221	7.753	1,8	1,6	7.753	2004	68,4	8,6
93	Sri Lanca	20,1	85,2	1.033	4.390	3,3	3,8	4.390	2004	9,5	7,6
94	República Dominicana	18,7	65,3 [c]	2.130	7.449 [c]	2,3	4,2	7.449	2004	9,8	51,5
95	Belize	1,1	1,9	3.870	6.747	3,2	2,6	6.895	2002	1,7	3,1
96	Irão, Rep. Islâmica do	163,4	504,2	2.439	7.525	-0,1	2,3	8.679	1976	22,0	14,8
97	Geórgia	5,2	12,8	1.151	2.844	-4,2	-1,0	6.514	1985	13,9	5,7
98	Maldivas	0,8	..	2.345	..	..	..	..	..	4,6	6,4
99	Azerbaijão	8,5	34,5	1.026	4.153	..	5,5	4.153 [b]	2004	76,8	6,7
100	Territórios Ocupados da Palestina	3,5 [d]	..	1.026 [d]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	15,8	34,1 [c]	2.340	5.041 [c]	0,2	1,8	5.544	1978	6,2	4,5
102	Argélia	84,6	213,7 [c]	2.616	6.603 [c]	0,1	0,9	6.603	2004	11,6	3,6
103	Guiana	0,8	3,3 [c]	1.047	4.439 [c]	0,8	1,5	4.624	1997	5,6	4,7
104	Jamaica	8,9	11,0	3.352	4.163	0,6	-0,1	4.270	1991	17,3	13,6
105	Turquemenistão	6,2	20,9 [g]	1.294	4.584 [g]	..	-4,4	6.585 [b]	1988	..	..
106	Cabo Verde	0,9	2,8 [c]	1.915	5.727 [c]	3,0	3,5	5.727 [b]	2004	4,2	-1,9

QUADRO 14

Ordem do IDH		PIB		PIB per capita		PIB per capita				Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
		Mil milhões de dólares EUA	Mil milhões de dólares PPC	Dólares EUA	Dólares PPC	Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado entre 1975-2004	Ano do valor mais elevado		
		2004	2004	2004	2004	1975-2004	1990-2004	(PPP US$)		1990-2004	2003-04
107	República Árabe Síria	24,0	67,1	1.293	3.610	1,1	1,5	3.772	1998	4,9	..
108	Indonésia	257,6	785,2	1.184	3.609	4,1	1,8	3.609	2004	13,5	6,2
109	Vietname	45,2	225,5	550	2.745	5,6	5,5	2.745 [b]	2004	3,0	7,8
110	Quirguizistão	2,2	9,9	433	1.935	-2,3	-1,3	2.658 [b]	1990	14,7	4,1
111	Egipto	78,8	305,9	1.085	4.211	2,6	2,5	4.211	2004	6,8	11,3
112	Nicarágua	4,6	19,5 [c]	847	3.634 [c]	-2,3	0,1	7.429	1977	20,4	8,4
113	Usbequistão	12,0	49,0	456	1.869	..	1,3	1.869 [b]	2004	..	..
114	Moldávia, República da	2,6	7,3	615	1.729	-6,1	-5,3	4.168 [b]	1989	17,0	12,5
115	Bolívia	8,8	24,5	974	2.720	(.)	1,2	2.763	1977	6,6	4,4
116	Mongólia	1,6	5,2	641	2.056	0,9	2,4	2.056 [b]	2004	26,3	8,2
117	Honduras	7,4	20,3 [c]	1.046	2.876 [c]	0,2	0,2	2.933	1979	15,7	8,1
118	Guatemala	27,5	53,0 [c]	2.233	4.313 [c]	0,4	1,3	4.327	2002	8,8	7,4
119	Vanuatu	0,3	0,6 [c]	1.526	3.051 [c]	-0,2	-0,2	3.978 [b]	1984	2,7	1,4
120	Guiné Equatorial	3,2	9,4 [c, g]	6.572	20.510 [c, g]	17,0	30,4	20.510 [b]	2001	..	..
121	África do Sul	212,8	509,3 [c]	4.675	11.192 [c]	-0,5	0,6	12.038	1981	7,7	1,4
122	Tajiquistão	2,1	7,7	322	1.202	-6,8	-4,8	2.851 [b]	1988	..	..
123	Marrocos	50,0	128,5	1.678	4.309	1,4	1,1	4.309	2004	2,9	1,0
124	Gabão	7,2	9,0	5.306	6.623	-1,1	-0,1	12.107	1976	3,3	0,4
125	Namíbia	5,7	14,9 [c]	2.843	7.418 [c]	-0,8	1,3	8.939 [b]	1980	..	4,1
126	Índia	691,2	3.389,7 [c]	640	3.139 [c]	3,4	4,0	3.139	2004	7,5	3,8
127	São Tomé e Príncipe	0,1	..	407	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	0,3	0,8 [c]	554	1.814 [c]	1,0	-2,7	2.778	1996	9,8	7,1
129	Camboja	4,9	33,4 [c]	354	2.423 [c]	..	5,0	2.423 [b]	2004	4,0	3,9
130	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	25,7	4,5
131	Botsuana	9,0	17,6	5.073	9.945	5,7	4,2	9.945	2004	9,4	6,9
132	Comores	0,4	1,1 [c]	623	1.943 [c]	-0,7	-0,5	2.263 [b]	1985	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	2,5	11,3	423	1.954	3,6	4,2	1.954 [b]	2004	29,0	10,5
134	Paquistão	96,1	338,4	632	2.225	2,9	1,6	2.225	2004	7,7	7,4
135	Butão	0,7	..	751	..	..	..	..	..	7,3	4,6
136	Gana	8,9	48,5 [c]	409	2.240 [c]	0,6	1,9	2.240	2004	26,3	12,6
137	Bangladeche	56,6	260,4	406	1.870	1,7	2,5	1.870	2004	4,9	3,2
138	Nepal	6,7	39,6	252	1.490	2,0	2,1	1.490	2004	7,0	2,8
139	Papuásia-Nova Guiné	3,9	14,7 [c]	677	2.543 [c]	0,6	0,5	2.891	1994	10,3	2,1
140	Congo	4,3	3,8	1.118	978	1,2	-0,2	1.355	1996	6,7	2,4
141	Sudão	21,1	69,2 [c]	594	1.949 [c]	1,6	3,4	1.949	2004	46,1	8,5
142	Timor-Leste	0,3	..	367	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	4,4	15,5	241	857	-1,6	-1,1	1.356	1975	15,1	13,8
144	Camarões	14,4	34,9	897	2.174	-0,6	0,5	2.913	1986	5,5	..
145	Uganda	6,8	41,1 [c]	245	1.478 [c]	2,5	3,5	1.478 [b]	2004	7,4	3,3
146	Suazilândia	2,4	6,3	2.140	5.638	2,1	2,1	5.638	2004	9,2	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147	Togo	2,1	9,2 [c]	344	1.536 [c]	-1,1	(.)	2.218	1980	6,1	0,4
148	Djibuti	0,7	1,6 [c]	851	1.993 [c]	..	-1,9	2.413 [b]	1995	..	..
149	Lesoto	1,3	4,7 [c]	730	2.619 [c]	4,7	4,5	2.619	2004	8,7	..
150	Iémen	12,8	17,9	631	879	..	1,7	879 [b]	2004	20,8	..
151	Zimbabué	4,7	26,7	363	2.065	-0,3	-1,9	3.224	1998	36,1	..
152	Quénia	16,1	38,1	481	1.140	(.)	-0,6	1.247	1990	12,0	11,6
153	Mauritânia	1,5	5,8 [c]	515	1.940 [c]	0,2	1,2	1.967	2001	5,6	10,4
154	Haiti	3,5	15,7 [c, d]	420	1.892 [c, d]	-2,3	-2,2	3.423	1980	19,7	22,8
155	Gâmbia	0,4	2,9 [c]	281	1.991 [c]	(.)	0,2	2.137	1986	4,8	14,2
156	Senegal	7,8	19,5	683	1.713	-0,1	0,9	1.725	1976	3,9	0,5
157	Eritreia	0,9	4,1 [c]	219	977 [c]	..	0,6	1.246 [b]	1997	..	..
158	Ruanda	1,8	11,2 [c]	208	1.263 [c]	-0,4	-0,1	1.451	1983	11,7	12,0
159	Nigéria	72,1	148,6	560	1.154	0,2	0,8	1.154	2004	24,5	15,0

QUADRO 14 Desempenho económico

Ordem do IDH	PIB: Mil milhões de dólares EUA 2004	PIB: Mil milhões de dólares PPC 2004	PIB per capita: Dólares EUA 2004	PIB per capita: Dólares PPC 2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1975-2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1990-2004	PIB per capita: Valor mais elevado entre 1975-2004 (PPP US$)	PIB per capita: Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2004	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2003-04
160 Guiné	3,9	20,1	421	2.180	0,7	1,0	2.197 [b]	2002	..	..
161 Angola	19,5	33,8 [c]	1.258	2.180 [c]	-0,7	-1,2	2.764 [b]	1992	446,2	37,3
162 Tanzânia, Rep. U. da	10,9	25,4	288	674	0,8	1,1	674 [b]	2004	14,9	(.)
163 Benim	4,1	8,9	498	1.091	0,4	1,4	1.099	2003	6,0	0,9
164 Costa do Marfim	15,5	27,7	866	1.551	-2,1	-1,1	2.977	1978	5,6	1,4
165 Zâmbia	5,4	10,8	471	943	-2,0	-1,1	1.557	1976	42,4	18,0
166 Malawi	1,9	8,1	149	646	-0,4	0,9	733	1979	29,7	11,4
167 Congo, Rep. Dem.	6,6	39,4 [c]	119	705 [c]	-4,8	-6,0	2.469	1975	496,4	4,1
168 Moçambique	6,1	24,0 [c]	313	1.237 [c]	2,6	4,2	1.237 [b]	2004	23,4	12,7
169 Burundi	0,7	4,9 [c]	90	677 [c]	-0,8	-2,5	933	1991	13,9	12,6
170 Etiópia	8,0	52,9 [c]	114	756 [c]	-0,2	1,5	776 [b]	1983	4,0	3,3
171 Chade	4,2	19,7 [c]	447	2.090 [c]	0,7	2,1	2.090	2004	5,6	-5,4
172 República Centro-Africana	1,3	4,4 [c]	328	1.094 [c]	-1,5	-0,6	1.761	1977	4,1	-2,1
173 Guiné-Bissau	0,3	1,1 [c]	182	722 [c]	-0,3	-2,6	1.106	1997	22,1	0,9
174 Burquina Faso	4,8	15,0 [c]	376	1.169 [c]	0,9	1,3	1.169	2004	4,3	-0,4
175 Mali	4,9	13,1	371	998	0,2	2,5	998	2004	4,0	-3,1
176 Serra Leoa	1,1	3,0	202	561	-3,1	-5,5	1.151	1982	20,9	14,2
177 Níger	3,1	10,5 [c]	228	779 [c]	-1,8	-0,7	1.322	1979	4,6	0,3
Países em desenvolvimento	8.346,5 T	24.127,9 T	1.685	4.775	2,4	3,0	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	257,3 T	990,7 T	355	1.350	0,6	1,6	..	..	..	..
Países Árabes	852,2 T	1.755,0 T	3.054	5.680	0,3	1,3	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	3.608,4 T	11.327,5 T	1.921	5.872	6,1	5,8	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	2.028,0 T	4.350,2 T	3.755	7.964	0,6	1,1	..	..	..	..
Ásia do Sul	1.041,3 T	4.650,6 T	697	3.072	2,5	3,3	..	..	..	..
África Subsariana	498,5 T	1.327,5 T	731	1.946	-0,6	0,3	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	1.499,1 T	3.545,0 T	3.722	8.802	..	0,9	..	..	..	..
OCDE	33.031,8 T	32.007,9 T	28.453	27.571	2,0	1,8	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	31.561,5 T	29.492,0 T	34.249	32.003	2,2	1,9	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	34.046,5 T	33.777,4 T	26.999	26.568	2,0	1,8	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	6.520,2 T	21.564,7 T	1.494	4.901	2,2	2,9	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	227,8 T	630,0 T	402	1.113	-0,7	0,2	..	..	..	..
Rendimento elevado	32.590,4 T	30.746,4 T	33.266	31.331	2,1	1,8	..	..	..	..
Rendimento médio	7.155,3 T	20.386,4 T	2.388	6.756	2,0	2,8	..	..	..	..
Rendimento baixo	1.236,6 T	5.381,4 T	538	2.297	2,0	2,7	..	..	..	..
Mundo	40.850,4 T	55.970,3 T	6.588	8.833	1,4	1,4	..	..	..	..

NOTAS

a Em teoria, o valor do PIB dos Estados Unidos da América em dólares PPC deveria ser igual ao seu valor em dólares EUA, mas problemas práticos que se levantam no cálculo do PIB em dólares PPC impedem isso.
b Os dados referem-se a um período mais curto do que o indicado.
c As estimativas são baseadas em regressões.
d Os dados referem-se a 2003.
e Os dados referem-se a 2002.
f As estimativas são baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ruoen e Kai. 1995).
g Os dados referem-se a 2001.

FONTES

Colunas 1-4: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
Colunas 5 e 6: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando o método dos mínimos quadrados.
Colunas 7 e 8: baseadas em séries temporais do PIB per capita (dólares PPC) do Banco Mundial 2006.
Colunas 9 e 10: calculadas com base em dados do índice de preços do consumidor do Banco Mundial 2006.

QUADRO 15

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1	Noruega	2000 [c]	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2	Islândia	..	..	..	..	..	..	..	..
3	Austrália	1994 [c]	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4	Irlanda	2000 [c]	2,9	7,4	42,0	27,2	9,4	5,6	34,3
5	Suécia	2000 [c]	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
6	Canadá	2000 [c]	2,6	7,2	39,9	24,8	9,4	5,5	32,6
7	Japão	1993 [c]	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
8	Estados Unidos	2000 [c]	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
9	Suíça	2000 [c]	2,9	7,6	41,3	25,9	9,0	5,5	33,7
10	Países Baixos	1999 [c]	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
11	Finlândia	2000 [c]	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
12	Luxemburgo	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Bélgica	2000 [c]	3,4	8,5	41,4	28,1	8,2	4,9	33,0
14	Áustria	2000 [c]	3,3	8,6	37,8	23,0	6,9	4,4	29,1
15	Dinamarca	1997 [c]	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
16	França	1995 [c]	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17	Itália	2000 [c]	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
18	Reino Unido	1999 [c]	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
19	Espanha	2000 [c]	2,6	7,0	42,0	26,6	10,3	6,0	34,7
20	Nova Zelândia	1997 [c]	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
21	Alemanha	2000 [c]	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
22	Hong Kong, China (RAE)	1996 [c]	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23	Israel	2001 [c]	2,1	5,7	44,9	28,8	13,4	7,9	39,2
24	Grécia	2000 [c]	2,5	6,7	41,5	26,0	10,2	6,2	34,3
25	Singapura	1998 [c]	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26	República da Coreia	1998 [c]	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
27	Eslovénia	1998-99 [c]	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
28	Portugal	1997 [c]	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
29	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..
30	República Checa	1996 [c]	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
31	Barbados	..	..	..	..	..	..	..	..
32	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweit	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	2002 [d]	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36	Argentina	2003 [c, e]	1,1	3,2	56,8	39,6	34,5	17,6	52,8
37	Polónia	2002 [d]	3,1	7,5	42,2	27,0	8,8	5,6	34,5
38	Chile	2000 [c]	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
39	Barém	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	2003 [d]	2,5	6,7	42,8	27,6	10,8	6,4	35,8
41	Lituânia	2003 [d]	2,7	6,8	43,2	27,7	10,4	6,3	36,0
42	Eslováquia	1996 [c]	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43	Uruguai	2003 [c, e]	1,9	5,0	50,5	34,0	17,9	10,2	44,9
44	Croácia	2001 [d]	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
45	Letónia	2003 [d]	2,5	6,6	44,7	29,1	11,6	6,8	37,7
46	Catar	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	2001 [c]	1,3	3,9	54,8	38,4	30,0	14,2	49,9
49	Emirados Árabes Unidos	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	..	..	..	..	..	..	..	..
53	México	2002 [d]	1,6	4,3	55,1	39,4	24,6	12,8	49,5

QUADRO 15

Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%)				Medidas de desigualdade		
			10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
54	Bulgária	2003 [d]	3,4	8,7	38,3	23,9	7,0	4,4	29,2
55	Tonga	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Omã	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	1992 [c]	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
58	Panamá	2002 [c]	0,8	2,5	60,3	43,6	54,7	23,9	56,4
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	2003 [d]	3,3	8,1	39,2	24,4	7,5	4,9	31,0
61	Malásia	1997 [c]	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62	Bósnia e Herzegovina	2001 [d]	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
63	Maurícia	..	..	..	..	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	2002 [d]	2,4	6,1	46,6	30,6	12,7	7,6	39,9
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	2003 [d]	2,4	6,1	45,5	29,6	12,5	7,5	39,0
67	Bielorrússia	2002 [d]	3,4	8,5	38,3	23,5	6,9	4,5	29,7
68	Domínica	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	2003 [c]	0,8	2,6	62,1	45,8	57,8	23,7	58,0
70	Colômbia	2003 [c]	0,7	2,5	62,7	46,9	63,8	25,3	58,6
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2000 [c]	1,6	4,7	49,3	32,8	20,4	10,6	44,1
73	Albânia	2002 [d]	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
74	Tailândia	2002 [d]	2,7	6,3	49,0	33,4	12,6	7,7	42,0
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	2003 [d]	3,9	9,2	37,5	23,0	5,9	4,1	28,1
78	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Cazaquistão	2003 [d]	3,0	7,4	41,5	25,9	8,5	5,6	33,9
80	Arménia	2003 [d]	3,6	8,5	42,8	29,0	8,0	5,0	33,8
81	China	2001 [d]	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
82	Peru	2002 [c]	1,1	3,2	58,7	43,2	40,5	18,6	54,6
83	Equador	1998 [d]	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
84	Filipinas	2000 [d]	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85	Granada	..	..	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	2002-03 [d]	2,7	6,7	46,3	30,6	11,3	6,9	38,8
87	Tunísia	2000 [d]	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fiji	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguai	2002 [c]	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
92	Turquia	2003 [d]	2,0	5,3	49,7	34,1	16,8	9,3	43,6
93	Sri Lanca	1999-00 [d]	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94	República Dominicana	2003 [c]	1,4	3,9	56,8	41,3	30,0	14,4	51,7
95	Belize	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	1998 [d]	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
97	Geórgia	2003 [d]	2,0	5,6	46,4	30,3	15,4	8,3	40,4
98	Maldivas	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Azerbaijão	2002 [d]	5,4	12,2	31,1	18,0	3,3	2,6	19,0
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	2002 [c]	0,7	2,7	55,9	38,8	57,5	20,9	52,4
102	Argélia	1995 [d]	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
103	Guiana	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaica	2000 [d]	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
105	Turquemenistão	1998 [d]	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
106	Cabo Verde	..	..	..	..	..	..	..	..

QUADRO 15

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
107 República Árabe Síria	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésia	2002 [d]	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
109 Vietname	2002 [d]	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
110 Quirguizistão	2003 [d]	3,8	8,9	39,4	24,3	6,4	4,4	30,3
111 Egipto	1999-00 [d]	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
112 Nicarágua	2001 [d]	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113 Usbequistão	2000 [d]	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
114 Moldávia, República da	2003 [d]	3,2	7,8	41,4	26,4	8,2	5,3	33,2
115 Bolívia	2002 [c]	0,3	1,5	63,0	47,2	168,1	42,3	60,1
116 Mongólia	1998 [d]	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
117 Honduras	2003 [c]	1,2	3,4	58,3	42,2	34,2	17,2	53,8
118 Guatemala	2002 [c]	0,9	2,9	59,5	43,4	48,2	20,3	55,1
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	..	..	..	..	..	..	..	..
121 África do Sul	2000 [d]	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
122 Tajiquistão	2003 [d]	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123 Marrocos	1998-99 [d]	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namíbia	1993 [c]	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	74,3
126 Índia	1999-00 [d]	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Camboja	1997 [d]	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botsuana	1993 [d]	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132 Comores	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	2002 [d]	3,4	8,1	43,3	28,5	8,3	5,4	34,6
134 Paquistão	2002 [d]	4,0	9,3	40,3	26,3	6,5	4,3	30,6
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	1998-99 [d]	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
137 Bangladeche	2000 [d]	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
138 Nepal	2003-04 [d]	2,6	6,0	54,6	40,6	15,8	9,1	47,2
139 Papuásia-Nova Guiné	1996 [d]	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Sudão	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	2001 [d]	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
144 Camarões	2001 [d]	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
145 Uganda	1999 [d]	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
146 Suazilândia	1994 [c]	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147 Togo	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibuti	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesoto	1995 [d]	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150 Iémen	1998 [d]	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
151 Zimbabué	1995 [d]	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	50,1
152 Quénia	1997 [d]	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
153 Mauritânia	2000 [d]	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
154 Haiti	2001 [c]	0,7	2,4	63,4	47,7	71,7	26,6	59,2
155 Gâmbia	1998 [d]	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	50,2
156 Senegal	1995 [d]	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
157 Eritreia	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Ruanda	1983-85 [d]	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
159 Nigéria	2003 [d]	1,9	5,0	49,2	33,2	17,8	9,7	43,7

QUADRO 15 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
160	Guiné	1994 [d]	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzânia, Rep. U. da	2000-01 [d]	2,9	7,3	42,4	26,9	9,2	5,8	34,6
163	Benim	2003 [d]	3,1	7,4	44,5	29,0	9,4	6,0	36,5
164	Costa do Marfim	2002 [d]	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
165	Zâmbia	2002-03 [d]	2,4	6,1	48,8	33,7	13,9	8,0	42,1
166	Malawi	1997 [d]	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Moçambique	1996-97 [d]	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 [d]	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	42,4
170	Etiópia	1999-00 [d]	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	Chade	..	..	..	..	..	..	..	..
172	República Centro-Africana	1993 [d]	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
173	Guiné-Bissau	1993 [d]	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
174	Burquina Faso	2003 [d]	2,8	6,9	47,2	32,2	11,6	6,9	39,5
175	Mali	1994 [d]	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
176	Serra Leoa	1989 [d]	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Níger	1995 [d]	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

NOTAS

Como os inquéritos familiares subjacentes diferem no método e no tipo de dados recolhidos, os dados sobre distribuição não são exactamente comparáveis entre países.

a Os dados mostram o rácio entre a parte do rendimento ou consumo do grupo mais rico e a do grupo mais pobre. Devido aos arredondamentos, os resultados podem diferir dos rácios calculados com as parcelas do rendimento, ou consumo das colunas 2-5.

b Um valor igual a 0 representa a igualdade perfeita e um valor igual a 100 a desigualdade perfeita.

c Os dados referem-se a parcelas de rendimento por percentis de população, ordenadas por rendimento per capita.

d Os dados referem-se a parcelas de consumo por percentis de população, ordenadas por consumo per capita.

e Os dados referem-se apenas a zonas urbanas.

FONTES

Colunas 1-5 e 8: Banco Mundial 2006.

Colunas 6 e 7: Calculadas com base em dados sobre o rendimento ou consumo do Banco Mundial 2006.

QUADRO 16

Estrutura do comércio

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	34	30	40	44	67	77	32	19	12	18	130
2	Islândia	33	43	35	37	91	82	8	17	10	6	..
3	Austrália	17	21 [b]	17	18 [b]	71	58	26	25	12	14	96
4	Irlanda	52	65	57	80	26	10	70	86	41	34	94
5	Suécia	29	38	30	46	16	14	83	81	13	17	98
6	Canadá	26	34 [b]	26	38 [b]	36	35	59	60	14	14	99
7	Japão	9	10 [b]	10	12 [b]	3	3	96	93	24	24	116
8	Estados Unidos	11	14 [b]	10	10 [b]	21	14	75	82	34	32	112
9	Suíça	34	37 [b]	36	44 [b]	6	7	94	93	12	22	..
10	Países Baixos	51	60	54	65	37	30	59	70	16	29	99
11	Finlândia	24	32	23	37	17	16	83	83	8	21	99
12	Luxemburgo	100	125	104	146	..	13	..	86	..	10	..
13	Bélgica	69	81	71	84	19	18	77	81	..	8	..
14	Áustria	37	46	38	51	12	15	88	84	8	12	..
15	Dinamarca	31	38	36	43	35	31	60	66	15	20	110
16	França	23	26	21	26	23	17	77	83	16	19	..
17	Itália	20	26	20	27	11	11	88	88	8	8	132
18	Reino Unido	27	28	24	25	19	18	79	76	24	24	99
19	Espanha	20	29	16	26	24	21	75	77	6	7	121
20	Nova Zelândia	27	29 [b]	27	29 [b]	72	65	26	31	10	14	121
21	Alemanha	25	33	25	38	10	9	89	84	11	17	112
22	Hong Kong, China (RAE)	124	184	132	193	7	3	92	96	..	32	99
23	Israel	45	49	35	44	13	5	87	94	10	19	118
24	Grécia	28	29	18	21	46	38	54	59	2	11	79
25	Singapura	..	..	..	..	27	13	72	84	40	59	70
26	República da Coreia	29	40	28	44	6	8	94	92	18	33	75
27	Eslovénia	79	61	91	60	..	10	..	90	..	6	..
28	Portugal	39	38	33	31	19	15	80	85	4	9	..
29	Chipre	57	..	52	..	42	35	58	65	8	22	..
30	República Checa	43	72	45	72	..	10	..	90	..	13	..
31	Barbados	52	54 [b]	49	49 [b]	55	47	43	52	..	15	..
32	Malta	99	83	85	76	7	9	93	90	44	58	..
33	Koweit	58	33	45	60	94	..	6	..	3	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	97	88 [b]	3	12 [b]	..	5 [b]	..
35	Hungria	29	68	31	64	35	11	63	88	..	29	84
36	Argentina	5	18	10	25	71	70	29	29	..	8	103
37	Polónia	22	41	29	39	..	19	..	81	..	3	459
38	Chile	31	30	35	36	87	86	11	13	5	5	47
39	Barém	95	64	116	82	54	90	45	10	..	3	..
40	Estónia	..	86	..	78	..	22	..	77	..	14	..
41	Lituânia	61	61	52	54	..	42	..	58	..	5	..
42	Eslováquia	36	79	27	77	..	14	..	86	..	5	..
43	Uruguai	18	28	24	30	61	68	39	32	..	2	77
44	Croácia	..	56	..	47	..	27	..	72	..	13	..
45	Letónia	49	60	48	44	..	36	..	61	..	5	..
46	Catar	..	..	..	..	82	87	18	13	..	1	..
47	Seicheles	67	96	62	94	74	93	26	6	..	10	..
48	Costa Rica	41	49	35	46	66	37	27	63	..	37	125
49	Emirados Árabes Unidos	41	65	66	82	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	83	63	52	50	..	18 [b]	..	82 [b]	..	1 [b]	..
52	Baamas	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
53	México	20	32	19	30	56	20	43	80	8	21	32

QUADRO 16 Estrutura do comércio

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
54	Bulgária	37	69	33	58	..	33	..	62	..	4	..
55	Tonga	65	..	34	..	..	..	24	..	..	..	..
56	Omã	28	43	47	57	94	87	5	12	2	1	..
57	Trindade e Tobago	29	48	45	60	73	65 [b]	27	35 [b]	..	1 [b]	..
58	Panamá	79	65	87	63	78	90	21	10	..	2	81
59	Antígua e Barbuda	87	69 [c]	89	61 [c]	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	26	46	17	37	26	17	73	82	2	3	..
61	Malásia	72	100	75	121	46	23	54	76	38	55	138
62	Bósnia e Herzegovina	..	55	..	26	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	71	56	64	56	34	28	66	71	1	4	96
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	31	36 [c]	40	47 [c]	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	18	22	18	35	..	62	..	21	..	9	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	36	61	26	40	..	23	..	77	..	1	..
67	Bielorrússia	44	74	46	68	..	39	..	60	..	3	..
68	Domínica	81	61	55	48	65	42	35	58	..	8	..
69	Brasil	7	13	8	18	47	46	52	54	7	12	149
70	Colômbia	15	22	21	21	74	62	25	38	..	6	83
71	Santa Lúcia	84	69 [b]	73	56 [b]	68	71	32	28	..	20	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	20	20	39	36	90	88	10	12	4	3	70
73	Albânia	23	43	15	21	..	18	..	82	..	1	..
74	Tailândia	42	66	34	71	36	22 [b]	63	75 [b]	21	30 [b]	61
75	Samoa (Ocidental)	..	48	..	26	90	23	10	77	..	(.)	..
76	Arábia Saudita	32	25	41	53	92	88 [c]	8	12 [c]	..	2 [c]	..
77	Ucrânia	29	54	28	61	..	32 [c]	..	67 [c]	..	5 [c]	..
78	Líbano	100	41	18	21	..	31 [b]	..	68 [b]	..	2 [b]	..
79	Cazaquistão	..	46	..	55	..	84	..	16	..	2	..
80	Arménia	46	53	35	39	..	38	..	62	..	1	..
81	China	16	31	19	34	27	8	72	91	..	30	78
82	Peru	14	18	16	21	82	80	18	20	..	2	45
83	Equador	32	29	33	27	98	91	2	9	(.)	7	51
84	Filipinas	33	51	28	52	31	10	38	55	..	64	84
85	Granada	63	71 [b]	42	(.)	66	54 [b]	34	46 [b]	..	5 [b]	..
86	Jordânia	93	80	62	48	44	28	56	72	7	5	99
87	Tunísia	51	48	44	45	31	22	69	78	2	5	80
88	São Vicente e Granadinas	77	66	66	43	..	81	..	19	..	8	..
89	Suriname	44	64 [b]	42	28 [b]	26	..	74	..	..	..	..
90	Fiji	67	..	62	..	64	55	35	45	12	1	..
91	Paraguai	39	37	33	36	..	87	10	13	(.)	7	164 [b]
92	Turquia	18	35	13	29	32	15	68	85	1	2	94
93	Sri Lanca	38	45	29	36	42	26	54	74	1	1	119
94	República Dominicana	44	49	34	50	..	..	..	..	..	..	54
95	Belize	60	65 [b]	62	52 [b]	..	86 [b]	15	13 [b]	..	3 [b]	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	24	30	22	32	..	91 [b]	..	9 [b]	..	2 [b]	..
97	Geórgia	46	47	40	31	..	63	..	37	..	38	..
98	Maldivas	64	83	24	95	..	74	..	26	..	1	..
99	Azerbaijão	39	74	44	50	..	89	..	10	..	2	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	49 [b]	..	10 [b]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	31	44	19	27	62	40	38	60	..	4	97
102	Argélia	25	26	23	40	97	98	3	2	..	1	75
103	Guiana	80	106	63	96	..	70	..	30	..	(.)	..
104	Jamaica	52	58	48	41	30	35 [c]	70	65 [c]	..	(.) [c]	..
105	Turquemenistão	..	57	..	66	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	44	64	13	31	..	..	..	88 [b]	..	..	91

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
107	República Árabe Síria	28	34	28	35	64	87	36	11	..	1	..
108	Indonésia	24	27	25	31	65	44	35	56	1	16	..
109	Vietname	45	74	36	66	..	46 [b]	..	53 [b]	..	6 [b]	..
110	Quirguizistão	50	53	29	43	..	57	..	43	..	2 [b]	..
111	Egipto	33	29	20	29	57	64	42	31	..	1	50
112	Nicarágua	46	54	25	26	92	89	8	11	..	6	56
113	Usbequistão	48	33	29	40	..	..	..	..	..	..	..
114	Moldávia, República da	51	82	48	51	..	64	..	36	..	4	..
115	Bolívia	24	26	23	31	95	86	5	14	..	9	58
116	Mongólia	53	87	24	75	..	62 [b]	..	38 [b]	..	(.) [b]	..
117	Honduras	40	54 [b]	36	37 [b]	91	73 [b]	9	27 [b]	..	2 [b]	79
118	Guatemala	25	32	21	18	76	58	24	42	..	7	70
119	Vanuatu	77	..	49	..	..	..	13	..	20	..	..
120	Guiné Equatorial	70	..	32	..	..	..	..	..	..	..	..
121	África do Sul	19	27	24	27	..	42	..	58	..	6	95
122	Tajiquistão	35	65	28	46	..	..	..	..	..	..	..
123	Marrocos	32	39	26	33	48	31	52	69	..	10	109
124	Gabão	31	40	46	61	..	93	..	7	..	15	41
125	Namíbia	67	45	52	46	..	58 [b]	..	41 [b]	..	3 [b]	87
126	Índia	9	23	7	19	28	26	70	73	2	5	106
127	São Tomé e Príncipe	72	95	14	39	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	73	44 [b]	47	42 [b]	..	..	..	..	..	..	..
129	Camboja	13	76	6	65	..	3	..	97	..	(.)	..
130	Mianmar	5	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..
131	Botsuana	50	32	55	40	..	..	..	..	..	..	110
132	Comores	35	31	14	16	..	..	..	..	..	..	52
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	25	42	12	29	..	..	..	..	..	..	..
134	Paquistão	23	15	16	16	21	15	79	85	(.)	1	65
135	Butão	32	43 [c]	28	22 [c]	..	..	..	..	..	..	..
136	Gana	26	54	17	35	..	85 [b]	..	14 [b]	..	4 [b]	59
137	Bangladeche	14	21	6	15	..	10	77	90	(.)	(.)	64
138	Nepal	22	31	11	17	..	26 [b]	83	74 [b]	..	(.) [b]	..
139	Papuásia-Nova Guiné	49	60 [b]	41	71 [b]	89	94 [b]	10	6 [b]	..	39 [b]	..
140	Congo	46	57	54	84	..	..	..	..	..	..	125
141	Sudão	..	21	..	18	..	98 [b]	..	2 [b]	..	(.) [b]	..
142	Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	28	48	17	32	85	76	14	22	8	1	99
144	Camarões	17	26	20	26	91	95	9	5	3	1	140
145	Uganda	19	28	7	14	..	85	..	15	..	13	..
146	Suazilândia	87	92	75	84	..	23 [c]	..	76 [c]	..	1 [c]	94
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	45	47	33	34	89	53	9	47	..	(.)	25
148	Djibuti	..	..	..	..	44	..	8	..	..	..	..
149	Lesoto	122	105	17	48	..	..	..	..	..	..	69
150	Iémen	20	34	14	25	..	97	..	3	..	13	..
151	Zimbabué	23	44	23	36	68	72	31	28	2	1	123
152	Quénia	31	32	26	26	70	79	30	21	4	3	91
153	Mauritânia	61	70	46	29	..	..	..	..	..	..	131
154	Haiti	20	47 [b]	18	16 [b]	15	..	85	..	14	..	39
155	Gâmbia	72	52	60	42	..	73 [b]	..	27 [b]	..	3 [b]	63
156	Senegal	30	40	25	28	77	61	23	39	..	6	60
157	Eritreia	..	86	..	13	..	..	..	..	..	..	..
158	Ruanda	14	27	6	10	..	90 [b]	..	10 [b]	..	25 [b]	156
159	Nigéria	29	37	43	55	..	98 [b]	..	2 [b]	..	2 [b]	68

QUADRO 16 Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
160 Guiné	31	23	31	21	..	75 [c]	..	25 [c]	..	(.) [c]	..
161 Angola	21	55	39	71	100	..	(.)	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	37	29	13	19	..	80	..	20	..	2	..
163 Benim	26	26	14	15	..	91 [c]	..	9 [c]	..	2 [c]	108
164 Costa do Marfim	27	38	32	48	..	78 [b]	..	20 [b]	..	8 [b]	60
165 Zâmbia	37	27	36	20	..	90	..	10	..	1	53
166 Malawi	33	49	24	27	93	84	7	16	4	2	50
167 Congo, Rep. Dem.	29	22 [c]	30	19 [c]	..	..	..	..	..	..	112
168 Moçambique	36	38	8	30	..	96 [c]	..	3 [c]	..	9 [c]	39
169 Burundi	28	25	8	9	..	95	..	5	..	6	36
170 Etiópia	12	40	8	19	..	89 [b]	..	11 [b]	..	(.) [b]	..
171 Chade	28	36	13	52	..	..	..	..	..	..	93
172 República Centro-Africana	28	16	15	11	..	63 [b]	..	37 [b]	..	(.) [b]	38
173 Guiné-Bissau	37	49	10	35	..	..	..	..	..	..	75
174 Burquina Faso	24	23	11	9	..	92	..	8	..	10	150
175 Mali	34	36	17	28	..	..	2	..	..	..	97 [b]
176 Serra Leoa	24	39	22	23	..	..	..	7 [c]	..	31 [c]	..
177 Níger	22	26	15	16	..	91 [b]	..	8 [b]	..	3 [b]	57
Países em desenvolvimento	24	36	25	39	38	22	59	74	..	24	..
Países menos desenvolvidos	22	32	13	23	84	66	..	..	..	..	..
Países Árabes	38	36	38	48	73	75	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	33	52	34	56	23	11	73	86	..	33	..
América Latina e Caraíbas	15	23	17	26	65	46	36	56	7	13	..
Ásia do Sul	13	23	11	21	27	24	71	76	..	4	..
África Subsariana	26	34	27	33	73	70	..	32 [b]	..	4	..
Europa Central, Oriental e CEI	28	44	29	46	32	13	..	55	..	10	..
OCDE	18 [b]	22 [b]	17	21 [b]	20	17	77	80	18	18	..
OCDE de rendimento elevado	18 [b]	21 [b]	17	20 [b]	19	17	78	80	19	18	..
Desenvolvimento humano elevado	19 [b]	23 [b]	19	23 [b]	20	17	76	80	18	19	..
Desenvolvimento humano médio	19	29	19	31	49	25	50	60	..	17	..
Desenvolvimento humano baixo	29	37	27	36	74	71	..	8 [b]	..	3	..
Rendimento elevado	19 [b]	22 [b]	18	22 [b]	19	16	77	80	18	19	..
Rendimento médio	21	32	22	35	53	26	50	64	..	20	..
Rendimento baixo	17	27	13	24	38	30	..	50 [b]	..	4	..
Mundo	19 [b]	24 [b]	19	24 [b]	23	18	72	77	18	19	..

NOTAS

a O rácio entre o índice de preços de exportação e o índice de preços de importação é medido em relação ao ano base de 1980. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações subiu em relação ao preço das importações.

b Os dados referem-se a 2003.

c Os dados referem-se a 2002.

FONTES

Colunas 1-10: Banco Mundial 2006; baseado em dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Coluna 11: calculada com base em dados dos termos de comércio do Banco Mundial 2006.

QUADRO 17

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Responsabilidades dos países ricos: ajuda

Ordem do IDH	ODM Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada — Total [a] (milhões de dól. EUA) 2004	Em % do RNB 1990 [d]	Em % do RNB 2004	APD per capita do país doador (dólares EUA 2004) 1990	APD per capita do país doador (dólares EUA 2004) 2004	ODM APD para os países menos desenvolvidos [b] (% do total) 1990	ODM APD para os países menos desenvolvidos [b] (% do total) 2004	ODM APD para serviços sociais básicos [c] (% do total afectável por sector) 1995/96 [e]	ODM APD para serviços sociais básicos [c] (% do total afectável por sector) 2003/04 [e]	ODM APD bilateral não vinculativa (% do total) 1990	ODM APD bilateral não vinculativa (% do total) 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	2.199	1,17	0,87	396	477	44	38	10,7	18,0	61	100
3 Austrália	1.460	0,34	0,25	70	73	18	24	5,9	15,8	33	77
4 Irlanda	607	0,16	0,39	26	152	37	53	0,5	28,9	..	100
5 Suécia	2.722	0,91	0,78	257	302	39	28	14,2	16,0	87	87
6 Canadá	2.599	0,44	0,27	103	81	30	27	8,9	29,0	47	57
7 Japão	8.922	0,31	0,19	94	70	19	19	2,0	5,4	89	94
8 Estados Unidos	19.705	0,21	0,17	61	67	22	23	19,0	19,1	..	..
9 Suíça	1.545	0,32	0,41	149	210	43	26	6,5	8,4	78	97
10 Países Baixos	4.204	0,92	0,73	244	258	33	35	11,7	18,1	56	87
11 Finlândia	680	0,65	0,37	174	130	38	25	8,9	15,3	31	..
12 Luxemburgo	236	0,21	0,83	101	524	39	37	..	20,7	..	..
13 Bélgica	1.463	0,46	0,41	120	141	41	44	9,2	14,7	..	93
14 Áustria	678	0,11	0,23	28	83	63	25	2,6	12,6	32	52
15 Dinamarca	2.037	0,94	0,85	305	377	39	36	13,1	23,6	..	89
16 França	8.473	0,60	0,41	160	137	33	37	..	10,0	64	94
17 Itália	2.462	0,31	0,15	75	43	41	32	7,3	18,4	22	..
18 Reino Unido	7.883	0,27	0,36	70	131	32	38	24,4	31,8	..	100
19 Espanha	2.437	0,20	0,24	33	56	20	17	8,3	13,8	..	68
20 Nova Zelândia	212	0,23	0,23	41	52	19	31	1,7	19,1	100	81
21 Alemanha	7.534	0,42	0,28	124	91	28	31	8,8	12,7	62	92
24 Grécia	465	..	0,23	..	42	..	14	19,3	20,6	..	23
28 Portugal	1.031	0,24	0,63	25	100	70	85	4,2	2,8	..	99
CAD	79.553 T	0,33	0,26	91	91	29	30	8,1	16,0	..	..

NOTAS

Este quadro apresenta os dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

a Algumas regiões e países não membros da CAD também fornecem APD. De acordo com OCCE-CAD 2006b, a APD líquida desembolsada em 2004 pela República Checa, Hungria, Islândia, Israel, Coreia, Koweit, Polónia, Arábia Saudita, República da Eslováquia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e outros pequenos doadores totalizou 3.741 milhões de dólares. A China também fornece ajuda mas não revela o montante.

b Inclui fluxos multilaterais imputados que têm em conta as contribuições através de organizações multilaterais. Estas são calculadas utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado.

c Os dados referem-se à parcela da APD para afectação sectorial; excluem cooperação técnica e custos administrativos.

d Os dados de cada país (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não-APD.

e Os dados referem-se à media dos anos indicados.

FONTES

Todas as colunas: OCDE-CAD 2006a.

QUADRO 18

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos) Total (milhões dól. EUA) 2004	Per capita (dól. EUA) 2004	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2004	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 1990	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 2004	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 1990	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 2004	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 1990	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 2004	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 1990	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
22	Hong Kong, China (RAE)	7,0 [d]	1,0 [d]	0,1	(.) [d]	..	20,9	..	..	..	..	..	..
23	Israel	478,9 [d]	72,6 [d]	2,6	0,4 [d]	0,3	1,4	..	..	..	..	..	..
25	Singapura	9,2 [d]	2,2 [d]	(.)	(.) [d]	15,1	15,0	..	..	..	..	..	..
26	República da Coreia	-67,6 [d]	-1,4 [d]	(.)	(.) [d]	0,3	1,2	..	..	..	..	..	..
27	Eslovénia	62,2 [d]	31,6 [d]	..	0,2 [d]	..	2,6	..	..	..	..	..	..
29	Chipre	60,0 [d]	72,6 [d]	0,7	0,4 [d]	2,3	7,2	..	..	..	..	..	..
30	República Checa	279,8 [d]	27,4 [d]	(.)	0,3 [d]	0,2	4,2	..	2,6	..	7,8	..	3,0
31	Barbados	29,1	108,2	0,2	1,0	0,6	1,8	-0,8	-0,4	8,2	3,1	14,6	5,5
32	Malta	6,2 [d]	15,5 [d]	0,2	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweit	2,6 [d]	1,0 [d]	(.)	(.) [d]	0,0	(.)	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	0,8 [d]	2,1 [d]	..	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	302,7 [d]	29,9 [d]	0,2	0,3 [d]	1,9	4,6	-1,4	12,3	12,8	17,0	33,4	4,9
36	Argentina	91,2	2,4	0,1	0,1	1,3	2,7	-1,5	-1,0	4,4	8,1	34,7	18,8
37	Polónia	1.524,8 [d]	39,5 [d]	2,2	0,6 [d]	0,2	5,2	(.)	2,1	1,6	14,3	4,4	4,9
38	Chile	49,1	3,0	0,3	0,1	2,2	8,1	5,1	0,4	9,1	10,2	18,1	4,1
39	Barém	103,9	145,1	3,2	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	136,4 [d]	102,2 [d]	..	1,2 [d]	..	9,3	..	23,2	..	12,9	..	0,7
41	Lituânia	252,2 [d]	73,3 [d]	..	1,1 [d]	..	3,5	..	5,8	..	7,9	..	6,3
42	Eslováquia	235,2 [d]	43,5 [d]	(.)	0,6 [d]	..	2,7	..	2,6	..	12,3	..	6,9 [e]
43	Uruguai	22,0	6,4	0,6	0,2	0,4	2,4	-2,1	-2,3	10,6	11,7	35,2	31,6
44	Croácia	120,8	26,6	..	0,4	..	3,6	..	11,4	..	15,4	..	8,7
45	Letónia	164,6 [d]	71,0 [d]	..	1,2 [d]	..	5,1	..	12,2	..	10,1	..	5,8
46	Catar	2,4 [d]	3,1 [d]	(.)	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	10,3	129,4	9,8	1,5	5,4	5,3	-1,7	9,5	5,9	7,4	7,8	7,8
48	Costa Rica	13,5	3,2	4,0	0,1	2,9	3,4	-2,5	0,2	8,8	3,7	22,0	6,5
49	Emirados Árabes Unidos	5,7 [d]	1,3 [d]	(.)	(.) [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	90,5	8,0	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	-0,1	-2,6	5,1	(.)	30,8	15,5	-0,3	-2,3	1,9	11,8	3,4	24,5 [f]
52	Baamas	4,8 [d]	15,0 [d]	0,1	.. [d]	-0,6	3,6 [e]	..	..	..	..	..	..
53	México	121,1	1,1	0,1	(.)	1,0	2,6	2,7	-0,6	4,3	7,6	18,3	11,9
54	Bulgária	622,4 [d]	80,0 [d]	0,1	2,6 [d]	(.)	8,3	..	4,4	..	10,2	18,6	11,2
55	Tonga	19,3	188,9	26,2	9,1	0,2	0,0	-0,1	0,0	1,7	1,4	3,4	5,8 [f]
56	Omã	54,9	21,7	0,5	0,2	1,2	-0,1	-3,4	0,5	6,3	4,1	12,0	3,2
57	Trindade e Tobago	-0,8	-0,6	0,4	(.)	2,2	8,0	-3,5	-1,2	8,9	3,2	15,6	3,3 [e]
58	Panamá	37,7	11,9	1,9	0,3	2,6	7,4	-0,1	5,7	6,5	10,2	4,1	11,2
59	Antígua e Barbuda	1,7	20,5	1,2	0,2	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	915,7 [d]	42,0 [d]	0,6	1,3 [d]	(.)	7,4	(.)	5,6	(.)	6,5	0,0	8,4
61	Malásia	289,5	11,6	1,1	0,2	5,3	3,9	-4,2	3,7	9,8	7,8	10,6	4,7 [e]
62	Bósnia e Herzegovina	671,0	171,6	..	7,9	..	7,2	..	0,5	..	2,1	..	4,2
63	Maurícia	37,9	30,8	3,7	0,6	1,7	0,2	1,9	-0,3	6,5	4,3	7,3	5,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
64	Jamahira Árabe Líbia	17,6 [d]	3,1 [d]	0,1	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	1.313,1 [d]	9,1 [d]	(.)	0,2 [d]	..	2,1	..	1,9	..	3,6	..	6,1
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	248,4	122,3	..	4,6	..	2,9	..	0,8	..	4,6	..	6,5
67	Bielorrússia	46,2 [d]	4,7 [d]	..	0,2 [d]	..	0,7	..	-0,3	..	1,4	..	1,5
68	Domínica	29,2	372,1	11,9	10,8	7,8	6,8	-0,3	0,0	3,5	6,8	6,0	9,1 [f]
69	Brasil	285,1	1,6	(.)	(.)	0,2	3,0	-0,1	-0,4	1,8	8,9	18,5	23,2
70	Colômbia	509,0	11,3	0,2	0,5	1,2	3,1	-0,4	-1,2	9,7	7,9	34,5	18,5
71	Santa Lúcia	-21,5	-134,8	3,1	-2,8	11,3	14,6	-0,2	-0,1	1,6	3,5	2,1	5,5 [f]
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	48,6	1,8	0,2	(.)	1,0	1,4	-1,2	0,6	10,6	6,0	19,6	10,5
73	Albânia	362,5	116,5	0,5	4,8	0,0	5,6	..	0,4	..	1,0	0,9	3,8 [e]
74	Tailândia	-1,8	(.)	0,9	(.)	2,9	0,9	2,3	0,3	6,2	7,7	11,4	4,1
75	Samoa (Ocidental)	30,8	167,4	42,6	8,2	0,0	0,1	0,0	0,0	4,9	5,6	10,6	..

Ordem do IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos)				Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB)		Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB)		ODM Serviço da dívida total			
		Total (milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB						Em % do PIB		Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
76	Arábia Saudita	32,3	1,3	(.)	(.)	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	360,1 [d]	7,7 [d]	0,4	0,6 [d]	..	2,6	..	5,1	..	6,6	..	4,8
78	Líbano	264,8	74,8	8,9	1,2	0,2	1,3	0,2	11,9	3,5	20,0	..	..
79	Cazaquistão	265,0	17,9	..	0,7	..	10,1	..	20,0	..	21,5	..	3,8
80	Arménia	254,1	84,0	..	8,3	0,2	7,1	..	(.)	..	3,5	..	7,4
81	China	1.661,1	1,3	0,6	0,1	1,0	2,8	1,3	1,0	2,0	1,2	10,6	1,2
82	Peru	487,4	17,7	1,5	0,7	0,2	2,6	0,1	1,8	1,8	4,0	7,3	16,3
83	Equador	160,5	12,3	1,6	0,5	1,2	3,8	0,6	2,0	10,5	12,3	31,0	21,8
84	Filipinas	462,8	5,7	2,9	0,5	1,2	0,6	0,2	2,4	8,1	13,7	25,6	16,0
85	Granada	15,4	150,4	6,3	3,5	5,9	9,7	0,1	8,6	1,5	6,7	3,1	15,3 [f]
86	Jordânia	581,4	104,5	22,1	5,0	0,9	5,4	5,3	-1,2	15,6	6,1	22,1	10,4
87	Tunísia	327,7	32,8	3,2	1,2	0,6	2,1	-1,6	1,6	11,6	7,2	25,6	13,8
88	São Vicente e Granadinas	10,5	88,3	7,8	2,6	4,0	13,8	0,0	6,0	2,2	5,2	3,1	6,7 [f]
89	Suriname	23,9	53,5	15,5	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fiji	63,9	76,0	3,8	2,4	6,9	-0,4	-1,2	-0,1	7,9	0,6	9,0	..
91	Paraguai	0,3	(.)	1,1	(.)	1,5	1,3	-0,2	-1,8	6,2	6,8	11,5	9,5
92	Turquia	257,0	3,6	0,8	0,1	0,5	0,9	0,8	3,1	4,9	11,2	29,9	19,5
93	Sri Lanca	519,1	25,2	9,1	2,6	0,5	1,2	0,1	-0,3	4,8	3,8	14,8	8,8
94	República Dominicana	86,9	9,9	1,4	0,5	1,9	3,5	(.)	2,2	3,3	4,0	10,7	7,4
95	Belize	7,4	27,9	7,4	0,7	4,1	11,7	0,5	-5,2	4,4	30,4	7,0	64,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	189,4	2,8	0,1	0,1	-0,3	0,3	(.)	0,4	0,5	1,2	1,3	..
97	Geórgia	315,4	69,8	..	6,1	..	9,6	..	1,2	..	4,2	..	10,7
98	Maldivas	27,9	87,0	9,8	3,7	2,8	2,0	0,5	2,6	4,1	4,3	4,0	4,5
99	Azerbaijão	175,6	21,0	..	2,1	..	41,7	..	1,4	..	2,8	..	3,2
100	Territórios Ocupados da Palestina	1.136,4	316,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	211,5	31,3	7,2	1,3	(.)	2,9	0,1	1,6	4,3	3,9	18,2	12,5
102	Argélia	312,6	9,7	0,2	0,4	0,1	1,0	-0,7	-0,6	14,2	6,8	63,7	..
103	Guiana	144,6	192,7	42,6	18,4	2,0	3,8	-4,1	-0,1	74,5	6,2	..	5,9 [g, h]
104	Jamaica	75,4	28,6	5,9	0,9	3,0	6,8	-1,0	7,9	14,4	9,4	27,0	19,0
105	Turquemenistão	37,2	7,8	..	0,6	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	139,8	282,4	31,8	14,7	0,1	2,2	(.)	-0,5	1,7	2,7	8,9	6,7 [e]
107	República Árabe Síria	110,2	5,9	5,6	0,5	0,6	1,1	-0,1	(.)	9,7	1,4	20,3	2,5
108	Indonésia	84,1	0,4	1,5	(.)	1,0	0,4	1,6	0,5	8,7	7,9	25,6	12,7
109	Vietname	1.830,3	22,0	2,9	4,0	2,8	3,6	0,0	(.)	2,7	1,7	..	5,9 [f]
110	Quirguizistão	258,2	49,6	..	11,7	..	3,5	..	-2,4	..	7,3	..	6,2
111	Egipto	1.457,7	20,1	12,6	1,8	1,7	1,6	-0,2	-0,3	7,1	2,9	23,7	6,8
112	Nicarágua	1.232,4	229,2	32,9	27,1	0,1	5,5	2,0	0,6	1,6	2,8	2,3	4,6 [g, h]
113	Usbequistão	245,5	9,4	..	2,1	..	1,2	..	-1,3	..	7,1	..	..
114	Moldávia, República da	117,9	28,0	..	4,5	..	3,1	..	-1,2	..	9,6	..	7,4
115	Bolívia	766,6	85,1	11,2	8,7	0,6	1,3	-0,5	(.)	7,9	5,9	33,5	12,6 [g, h]
116	Mongólia	261,9	100,2	..	16,2	..	5,8	..	(.)	..	2,5	0,3	2,8
117	Honduras	641,7	91,0	14,7	8,7	1,4	4,0	1,0	2,2	12,8	4,5	33,0	6,5 [g, h]
118	Guatemala	218,4	17,8	2,6	0,8	0,6	0,6	-0,1	1,3	3,0	2,0	12,6	10,2
119	Vanuatu	37,8	182,2	33,0	11,9	8,6	6,9	-0,1	0,0	1,6	1,1	1,6	1,2 [e]
120	Guiné Equatorial	29,7	60,3	46,0	0,9	8,3	51,4	0,0	0,0	3,9	0,2	11,5	..
121	África do Sul	617,3	13,1	..	0,3	-0,1	0,3	..	3,4	..	1,8	0,0	2,4
122	Tajiquistão	240,9	37,5	..	11,6	..	13,1	..	-1,2	..	4,9	..	5,9
123	Marrocos	705,9	22,8	4,1	1,4	0,6	1,5	1,2	(.)	7,0	6,0	27,9	15,2
124	Gabão	37,8	27,7	2,2	0,5	1,2	4,5	0,5	-0,3	3,0	3,1	4,8	10,8 [e]
125	Namíbia	179,1	89,1	5,2	3,1	..	..	..	..	..	..	..	..
126	Índia	691,2	0,6	0,4	0,1	0,1	0,8	0,5	1,8	2,6	2,8	29,3	19,5 [e]
127	São Tomé e Príncipe	33,4	218,5	95,0	53,7	0,0	86,7	-0,2	0,0	4,9	15,4	28,7	11,6 [f, g, i]
128	Ilhas Salomão	122,2	262,3	21,7	47,3	4,7	-1,9	-1,5	-3,0	5,5	6,4	11,3	..
129	Camboja	478,3	34,7	3,7	9,8	..	2,7	0,0	0,0	2,7	0,6	..	0,8

QUADRO 18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos) Total (milhões dól. EUA) 2004	Per capita (dól. EUA) 2004	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2004	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 1990	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 2004	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 1990	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 2004	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 1990	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 2004	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 1990	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 2004
130 Mianmar	121,1	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	18,2	3,3 [g, j]
131 Botsuana	39,0	22,1	3,9	0,4	2,5	0,5	-0,5	0,1	2,8	0,5	4,3	1,2 [e]
132 Comores	24,5	31,5	17,3	6,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,4	0,9	2,5	.. [g, j]
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	269,6	46,5	17,4	11,0	0,7	0,7	0,0	0,0	1,1	2,2	8,5	.. [g, j]
134 Paquistão	1.421,0	9,2	2,8	1,5	0,6	1,2	-0,2	0,2	4,8	4,5	22,9	22,8
135 Butão	78,0	36,9	16,5	11,6	0,6	0,1	-0,9	0,0	1,8	1,8	..	..
136 Gana	1.357,6	62,7	9,6	15,3	0,3	1,6	-0,4	0,3	6,2	2,7	36,0	5,6 [g, h]
137 Bangladeche	1.404,1	10,1	7,0	2,5	(.)	0,8	0,2	(.)	2,5	1,2	34,8	6,9
138 Nepal	427,3	16,1	11,7	6,4	0,2	0,0	-0,4	(.)	1,9	1,7	15,2	8,9
139 Papuásia-Nova Guiné	266,3	46,1	12,8	6,8	4,8	0,7	1,5	-5,5	17,2	12,1	18,4	..
140 Congo	116,0	29,9	7,8	2,7	0,8	0,0	-3,6	0,0	19,0	8,1	32,2	14,7 [e, g, i]
141 Sudão	882,3	24,8	6,2	4,2	-0,2	7,2	0,0	0,3	0,4	1,5	4,8	8,1 [g, j]
142 Timor-Leste	152,8	172,2	..	45,1	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	1.235,8	68,2	12,9	28,3	0,7	1,0	-0,5	(.)	7,2	1,8	44,4	4,4 [e, g, h]
144 Camarões	761,5	47,5	4,0	5,3	-1,0	(.)	-0,1	0,2	4,6	4,5	13,1	7,1 [g, i]
145 Uganda	1.159,0	41,7	15,5	17,0	-0,1	3,3	0,4	0,1	3,4	1,5	78,6	10,0 [g, h]
146 Suazilândia	116,5	112,7	6,1	4,9	3,4	2,9	-0,5	0,7	5,3	1,8	5,6	1,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147 Togo	61,4	10,3	16,0	3,0	1,1	2,9	0,3	0,1	5,3	1,0	11,5	2,1 [e, g, j]
148 Djibuti	64,1	82,3	46,4	9,7	(.)	5,0	-0,1	0,0	3,6	2,7	..	..
149 Lesoto	102,1	56,8	23,0	7,8	2,8	9,4	(.)	-0,7	3,8	4,0	4,2	4,6
150 Iémen	251,9	12,4	8,4	2,0	-2,7	1,1	3,3	0,0	3,5	1,7	7,1	4,3
151 Zimbabué	186,5	14,4	3,9	4,0	-0,1	1,3	1,1	0,2	5,4	2,0	19,4	..
152 Quénia	635,1	19,0	13,8	3,9	0,7	0,3	0,8	-0,7	9,2	2,3	28,6	7,7
153 Mauritânia	179,8	60,3	23,3	11,7	0,7	19,6	-0,1	(.)	14,3	3,7	28,8	9,6 [g, h]
154 Haiti	242,7	28,9	5,9	6,9	0,3	0,2	0,0	0,0	1,2	3,8	9,0	10,7 [e]
155 Gâmbia	62,8	42,5	31,3	15,1	4,5	14,5	-2,4	0,0	11,9	8,1	21,8	23,2 [g, i]
156 Senegal	1.051,5	92,4	14,4	13,5	1,0	0,9	-0,2	1,2	5,7	4,3	18,3	7,6 [e, g, h]
157 Eritreia	259,5	61,3	..	28,1	..	3,2	..	0,0	..	2,1	..	..
158 Ruanda	467,5	52,6	11,3	25,3	0,3	0,4	-0,1	0,0	0,8	1,3	10,7	9,8 [g, h]
159 Nigéria	573,4	4,5	0,9	0,8	2,1	2,6	-0,4	-0,2	11,7	3,3	22,3	8,8
160 Guiné	279,3	30,3	10,4	7,2	0,6	2,6	-0,7	0,0	6,0	4,4	19,6	7,5 [g, i]
161 Angola	1.144,1	73,9	2,6	5,9	-3,3	7,4	5,6	6,6	3,2	10,5	7,1	14,8
162 Tanzânia, Rep. U. da	1.746,0	46,4	27,5	16,1	(.)	2,3	0,1	(.)	4,2	1,1	31,3	6,4 [g, h]
163 Benim	378,0	46,2	14,5	9,3	3,4	1,5	(.)	(.)	2,1	1,6	9,2	7,6 [e, g, h]
164 Costa do Marfim	153,6	8,6	6,4	1,0	0,4	1,1	0,1	-0,9	11,7	3,5	19,1	4,8 [g, k]
165 Zâmbia	1.081,0	94,2	14,6	20,0	6,2	6,2	-0,3	-0,4	6,1	7,9	14,5	18,2 [g, h]
166 Malawi	476,1	37,8	26,8	25,3	1,2	0,9	0,1	-0,1	7,1	3,2	28,0	13,5 [f, g, i]
167 Congo, Rep. Dem.	1.815,0	32,5	9,6	27,4	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	3,7	1,8	..	4,8 [g, i]
168 Moçambique	1.228,4	63,2	40,7	20,2	0,4	4,0	1,0	-0,4	3,2	1,4	17,3	3,2 [g, h]
169 Burundi	350,7	48,2	23,3	53,4	0,1	0,5	-0,5	-0,7	3,7	13,4	41,7	119,4 [e, g, i]
170 Etiópia	1.823,1	24,1	11,8	22,8	0,1	6,8	-0,7	0,9	2,7	1,2	37,6	6,3 [g, h]
171 Chade	318,9	33,8	18,0	7,6	0,5	11,3	(.)	0,0	0,7	1,1	3,8	1,8 [g, i]
172 República Centro-Africana	104,5	26,2	16,8	8,0	0,1	-1,0	(.)	-0,3	2,0	1,4	12,5	.. [g, j]
173 Guiné-Bissau	76,2	49,5	52,7	27,2	0,8	1,8	(.)	0,0	3,4	16,0	22,1	5,5 [e, g, i]
174 Burquina Faso	610,0	47,6	10,6	12,6	(.)	0,7	(.)	0,0	1,1	1,2	7,8	9,1 [g, h]
175 Mali	567,4	43,2	19,9	11,7	0,2	3,7	(.)	(.)	2,8	2,1	14,7	6,4 [e, g, h]
176 Serra Leoa	359,7	67,4	9,4	33,4	4,9	2,4	0,6	0,0	3,3	2,5	10,1	10,2 [g, i]
177 Níger	536,1	39,7	16,0	17,4	1,7	0,0	0,4	-0,2	4,0	1,6	6,6	4,6 [e, g, h]

QUADRO 18

	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos)				Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB)		Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB)		ODM Serviço da dívida total			
	Total (milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB						Em % do PIB		Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
Ordem do IDH	2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Países em desenvolvimento	53.287,0 T	10,5	1,4	0,5	0,9	2,7	0,5	0,7	4,4	4,9	15,6	7,0
Países menos desenvolvidos	24.755,6 T	33,4	12,0	9,6	0,3	3,8	0,5	0,6	3,1	2,6	16,8	8,7
Países Árabes	11.163,2 T	35,9	2,7	0,6	0,5	1,5	..	..	..	..	21,3	8,5
Ásia Oriental e Pacífico	6.490,1 T	3,3	0,7	0,2	1,7	3,4	..	..	..	..	9,9	2,6
América Latina e Caraíbas	5.635,4 T	10,3	0,4	0,3	0,8	3,0	0,5	-0,2	4,0	7,8	20,6	14,6
Ásia do Sul	6.947,8 T	4,5	1,1	0,5	(.)	0,7	0,3	1,3	2,3	2,6	22,8	14,7
África Subsariana	22.733,6 T	33,0	..	..	0,4	2,0	..	..	..	..	10,5	5,8
Europa Central, Oriental e CEI	10.697,9 T	26,4	..	..	..	4,0	..	..	..	..	..	..
OCDE	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,5	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	31.704,9 T	7,2	1,1	0,4	0,6	2,1	0,5	0,9	4,1	4,4	..	..
Desenvolvimento humano baixo	17.186,5 T	30,1	9,8	7,5	0,6	2,9	0,5	0,4	6,6	3,5	19,4	8,8
Rendimento elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,4	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	29.785,7 T	9,8	0,8	0,3	0,8	2,8	0,5	1,0	4,6	6,0	..	..
Rendimento baixo	33.954,4 T	14,4	4,0	2,5	0,4	1,4	0,3	1,0	3,8	2,8	22,2	9,7
Mundo	64.470,0 T	11,7	..	..	1,0	1,6	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Este quadro apresenta dados para países incluídos nas Partes I e II da lista de beneficiários de ajuda da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OCDE 2006e). O denominador utilizado convencionalmente para comparar a ajuda pública ao desenvolvimento e o serviço da dívida total com a dimensão da economia é o RNB e não o PIB (ver Definições de termos estatísticos). Contudo, o PIB é utilizado aqui para permitir comparações ao longo do quadro. Com poucas excepções, os denominadores produzem resultados semelhantes.

a As receitas da APD são os fluxos APD totais líquidos dos países da CAD, bem como da República Checa, Hungria, Islândia, Israel, República da Coreia, Koweit, Polónia, Arábia Saudita, República da Eslováquia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, outros pequenos doadores, incluindo Estónia, Letónia e Lituânia e as principais concessões das organizações multilaterais. Um valor negativo indica que os reembolsos de empréstimos APD excedem o valor de APD recebidos.

b Um valor negativo indica que a saída de capitais do país excede a entrada.

c Outros fluxos privados compreendem fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida, fluxos de carteira criadores de dívida e empréstimos bancários e relacionados com o comércio.

d Os dados referem-se a ajuda oficial.

e Os dados referem-se a 2003.

f Os dados referem-se a 2002.

g Países incluídos na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE).

h Ponto de conclusão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

i Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

j País a ser considerado no quadro da Iniciativa PPAE.

k Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa original PPAE mas não no quadro da Iniciativa PPAE.

FONTES

Colunas 1-4: OCDE-CAD 2006C.

Colunas 5 e 6: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Colunas 7 e 8: calculadas com base em dados do investimento de carteira, dos empréstimos bancários e relacionados com o comércio e em dados do PIB do Banco Mundial 2006.

Colunas 9 e 10: calculado com base em dados do serviço da dívida total e do PIB, do Banco Mundial 2006.

Colunas 11 e 12: ONU 2006c, com base num trabalho conjunto do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

QUADRO 19

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	8,6	7,1	7,7	2,9	2,0	..	..
2 Islândia	8,8	..	8,0	0,0	0,0	..	..
3 Austrália	6,4	4,9	4,8	2,1	1,9	..	..
4 Irlanda	5,8	5,0	4,3	1,2	0,7	..	..
5 Suécia	8,0	7,1	7,0	2,6	1,6	..	..
6 Canadá	6,9	6,5	5,2	2,0	1,1	..	..
7 Japão	6,4	..	3,7	0,9	1,0	..	..
8 Estados Unidos	6,8	5,1	5,9	5,3	4,0	..	..
9 Suíça	6,7	5,3	5,4	1,8	1,0	..	..
10 Países Baixos	6,1	5,6	5,3	2,5	1,7	..	..
11 Finlândia	5,7	6,5	6,5	1,6	1,2	..	..
12 Luxemburgo	6,2	3,0	..	0,9	0,9	..	..
13 Bélgica	6,3	5,0	6,2	2,4	1,3	..	..
14 Áustria	5,1	5,5	5,5	1,0	0,8	..	..
15 Dinamarca	7,5	6,9	8,4	2,0	1,5	..	..
16 França	7,7	5,6	6,0	3,4	2,6	..	..
17 Itália	6,3	3,0	4,9	2,1	2,0	..	..
18 Reino Unido	6,9	4,8	5,5	3,9	2,8	..	..
19 Espanha	5,5	4,3	4,5	1,8	1,1	..	..
20 Nova Zelândia	6,3	6,1	6,9	1,8	1,0	..	..
21 Alemanha	8,7	..	4,8	2,8 [e]	1,4	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	..	2,8	4,7	..	..	..	..
23 Israel	6,1	6,5	7,3	12,4	8,7	..	..
24 Grécia	5,1	2,3	4,3	4,5	4,2	..	..
25 Singapura	1,6	3,1	..	4,9	4,7	..	..
26 República da Coreia	2,8	3,8	4,6	3,7	2,4	..	..
27 Eslovénia	6,7	4,8	6,0	..	1,6	..	..
28 Portugal	6,7	4,6	5,9	2,7	2,3	..	..
29 Chipre	3,1	3,7	7,4	5,0	1,5	..	..
30 República Checa	6,8	..	4,6	..	1,8	..	7,8
31 Barbados	4,8	7,8	7,3	0,8	..	8,2	3,1
32 Malta	7,4	4,4	4,6	0,9	0,8	..	..
33 Koweit	2,7	4,8	8,2	48,5	7,9	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	2,8	3,5	..	..	..	..	..
35 Hungria	6,1	6,1	6,0	2,8	1,5	12,8	17,0
36 Argentina	4,3	3,3	3,5	1,2	1,1	4,4	8,1
37 Polónia	4,5	5,2	5,8	2,8	2,0	1,6	14,3
38 Chile	3,0	2,5	3,7	4,3	3,9	9,1	10,2
39 Barém	2,8	3,9	..	5,1	4,4	..	..
40 Estónia	4,1	..	5,7	0,0	1,8	..	12,9
41 Lituânia	5,0	5,5	5,2	..	1,7	..	7,9
42 Eslováquia	5,2	5,6	4,4	..	1,7	..	12,3
43 Uruguai	2,7	2,5	2,2	3,1	1,2	10,6	11,7
44 Croácia	6,5	5,5	4,5	..	1,7	..	15,4
45 Letónia	3,3	4,1	5,4	..	1,7	..	10,1
46 Catar	2,0	3,5	..	..	..	..	..
47 Seicheles	4,3	6,5	5,4 [f]	4,0	2,3	5,9	7,4
48 Costa Rica	5,8	3,4	4,9	0,0	0,0	8,8	3,7
49 Emirados Árabes Unidos	2,5	1,9	1,6 [f]	6,2	2,4	..	..
50 Cuba	6,3	9,7	..	..	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	3,4	2,7	4,4 [f]	..	..	1,9	11,8
52 Baamas	3,0	3,7	..	0,6	0,7	..	..
53 México	2,9	3,8	5,8	0,4	0,4	4,3	7,6

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
54 Bulgária	4,1	5,4	4,2	3,5	2,4	..	10,2
55 Tonga	5,5	..	4,8	..	..	1,7	1,4
56 Omã	2,7	3,4	4,6 [f]	16,5	12,0	6,3	4,1
57 Trindade e Tobago	1,5	4,1	4,3 [f]	..	..	8,9	3,2
58 Panamá	5,0	4,6	3,9 [f]	1,3	0,0	6,5	10,2
59 Antígua e Barbuda	3,2	..	3,8	..	..	..	..
60 Roménia	3,8	3,5	3,6	4,6	2,1	(.)	6,5
61 Malásia	2,2	5,1	8,0	2,6	2,3	9,8	7,8
62 Bósnia e Herzegovina	4,8	..	..	..	2,5	..	2,1
63 Maurícia	2,2	3,8	4,7	0,3	0,2	6,5	4,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64 Jamahira Árabe Líbia	2,6	..	..	..	2,0	..	..
65 Federação da Rússia	3,3	3,6	3,7	12,3	3,9	..	3,6
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	6,0	..	3,4	..	2,6	..	4,6
67 Bielorrússia	3,9	5,7	5,8	..	1,4	..	1,4
68 Domínica	4,5	..	..	..	..	3,5	6,8
69 Brasil	3,4	..	4,1	2,5	1,5	1,8	8,9
70 Colômbia	6,4	2,4	4,9	2,2	3,8	9,7	7,9
71 Santa Lúcia	3,4	..	5,0	..	..	1,6	3,5
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	2,0	4,5	..	..	1,2	10,6	6,0
73 Albânia	2,7	..	2,8 [f]	5,9	1,2	..	1,0
74 Tailândia	2,0	3,1	4,2	2,6	1,2	6,2	7,7
75 Samoa (Ocidental)	4,3	..	4,3 [f]	..	..	4,9	5,6
76 Arábia Saudita	3,0	5,8	..	15,6	8,3	..	..
77 Ucrânia	3,8	6,2	4,6	..	2,6	..	6,6
78 Líbano	3,0	..	2,6	7,6	3,8	3,5	20,0
79 Cazaquistão	2,0	3,9	2,4	..	1,0	..	21,5
80 Arménia	1,2	..	3,2 [f]	..	2,6	..	3,5
81 China	2,0	2,2	..	2,7	2,4	2,0	1,2
82 Peru	2,1	2,8	3,0	0,1	1,2	1,8	4,0
83 Equador	2,0	3,4	..	1,9	2,4	10,5	12,3
84 Filipinas	1,4	3,0	3,2	1,4	0,9	8,1	13,7
85 Granada	4,9	4,9	5,2	..	..	1,5	6,7
86 Jordânia	4,2	8,0	..	9,9	8,2	15,6	6,1
87 Tunísia	2,5	6,0	8,1	2,0	1,5	11,6	7,2
88 São Vicente e Granadinas	4,1	5,9	11,1	..	..	2,2	5,2
89 Suriname	3,6	..	..	..	..	..	..
90 Fiji	2,3	5,1	6,4	2,3	1,2	7,9	0,6
91 Paraguai	2,3	1,9	4,3	1,0	0,7	6,2	6,8
92 Turquia	5,4	2,4	3,7	3,5	3,1	4,9	11,2
93 Sri Lanca	1,6	3,2	..	2,1	2,8	4,8	3,8
94 República Dominicana	2,3	..	1,1	0,6	0,5	3,3	4,0
95 Belize	2,2	4,6	5,1	1,2	..	4,4	30,4
96 Irão, Rep. Islâmica do	3,1	4,1	4,8	2,9	4,5	0,5	1,2
97 Geórgia	1,0	..	2,9	..	1,4	..	4,2
98 Maldivas	5,5	7,0	8,1 [f]	..	..	4,1	4,3
99 Azerbaijão	0,9	7,7	3,3 [f]	..	1,8	..	2,8
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	3,7	1,8	2,8 [f]	2,0	0,7	4,3	3,9
102 Argélia	3,3	5,1	..	1,5	3,4	14,2	6,8
103 Guiana	4,0	2,2	5,5	0,9	..	74,5	6,2
104 Jamaica	2,7	4,5	4,9	0,6	0,7	14,4	9,4
105 Turquemenistão	2,6	3,9	..	..	..	..	..
106 Cabo Verde	3,4	3,6	7,3	0,0	0,7	1,7	2,7

QUADRO 19

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
107	República Árabe Síria	2,5	3,9	..	6,9	6,6	9,7	1,4
108	Indonésia	1,1	1,0	0,9	1,8	1,1	8,7	7,9
109	Vietname	1,5	1,8	..	7,9	..	2,7	1,7
110	Quirguizistão	2,2	6,0	4,4 [f]	..	2,9	..	7,3
111	Egipto	2,5	3,9	..	4,5	2,8	7,1	2,9
112	Nicarágua	3,7	3,4	3,1 [f]	10,6	0,7	1,6	2,8
113	Usbequistão	2,4	9,4	..	..	..	..	7,1
114	Moldávia, República da	3,9	5,3	4,9 [f]	..	0,4	..	9,6
115	Bolívia	4,3	2,4	6,4 [f]	2,4	2,0	7,9	5,9
116	Mongólia	4,3	11,5	5,6	5,7	2,0	..	2,5
117	Honduras	4,0	3,8	..	..	0,7	12,8	4,5
118	Guatemala	2,1	1,3	..	1,5	0,4	3,0	2,0
119	Vanuatu	2,9	4,6	9,6	..	..	1,6	1,1
120	Guiné Equatorial	1,0	..	0,6 [f]	..	..	3,9	0,2
121	África do Sul	3,2	5,9	5,4	3,8	1,4	..	1,8
122	Tajiquistão	0,9	..	2,8	..	2,2	..	4,9
123	Marrocos	1,7	5,0	6,3	4,1	4,5	7,0	6,0
124	Gabão	2,9	..	..	..	1,7	3,0	3,1
125	Namíbia	4,5	7,9	7,2	..	3,1	..	..
126	Índia	1,2	3,7	3,3	3,2	3,0	2,6	2,8
127	São Tomé e Príncipe	7,2	..	..	..	..	4,9	15,4
128	Ilhas Salomão	4,5	3,8	..	..	..	5,5	6,4
129	Camboja	2,1	..	2,0	3,1	2,2	2,7	0,6
130	Mianmar	0,5	..	..	3,4	..	..	..
131	Botsuana	3,3	6,2	..	4,1	3,8	2,8	0,5
132	Comores	1,5	..	3,9	..	..	0,4	0,9
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1,2	..	2,3	..	..	1,1	2,2
134	Paquistão	0,7	2,6	2,0	5,8	3,4	4,8	4,5
135	Butão	2,6	..	..	..	..	1,8	1,8
136	Gana	1,4	..	..	0,4	0,8	6,2	2,7
137	Bangladeche	1,1	1,5	2,2	1,0	1,2	2,5	1,2
138	Nepal	1,5	2,0	3,4	0,9	1,7	1,9	1,7
139	Papuásia-Nova Guiné	3,0	..	..	2,1	0,6	17,2	12,1
140	Congo	1,3	7,4	3,2 [f]	..	..	19,0	8,1
141	Sudão	1,9	6,0	..	3,5	0,0	0,4	1,5
142	Timor-Leste	7,3	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	1,7	2,5	3,3	1,2	..	7,2	1,8
144	Camarões	1,2	3,2	3,8	1,5	1,4	4,6	4,5
145	Uganda	2,2	1,5	5,2 [f]	3,1	2,3	3,4	1,5
146	Suazilândia	3,3	5,8	6,2	1,9	..	5,3	1,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147	Togo	1,4	..	2,6	3,1	1,6	5,3	1,0
148	Djibuti	3,8	3,5	6,1	5,9	..	3,6	2,7
149	Lesoto	4,1	6,2	9,0 [f]	4,5	2,3	3,8	4,0
150	Iémen	2,2	..	..	7,9	6,3	3,5	1,7
151	Zimbabué	2,8	7,7	..	4,4	..	5,4	2,0
152	Quénia	1,7	6,7	7,0	2,9	1,6	9,2	2,3
153	Mauritânia	3,2	4,6	3,4 [f]	3,8	1,4	14,3	3,7
154	Haiti	2,9	1,4	..	0,1	..	1,2	3,8
155	Gâmbia	3,2	3,8	1,9 [f]	1,2	0,4	11,9	8,1
156	Senegal	2,1	3,9	4,0	2,0	1,4	5,7	4,3
157	Eritreia	2,0	..	3,8	..	..	..	2,1
158	Ruanda	1,6	..	..	3,7	2,2	0,8	1,3
159	Nigéria	1,3	0,9	..	0,9	1,0	11,7	3,3

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
160 Guiné	0,9	2,0	..	..	..	6,0	4,4
161 Angola	2,4	..	..	2,7	4,2	3,2	10,5
162 Tanzânia, Rep. U. da	2,4	2,8	..	..	1,1	4,2	1,1
163 Benim	1,9	..	3,3 [f]	1,8	..	2,1	1,6
164 Costa do Marfim	1,0	..	..	1,3	..	11,7	3,5
165 Zâmbia	2,8	2,8	2,8	3,7	..	6,1	7,9
166 Malawi	3,3	3,2	6,0	1,3	..	7,1	3,2
167 Congo, Rep. Dem.	0,7	..	..	..	3,0	3,7	1,8
168 Moçambique	2,9	..	..	5,9	1,3	3,2	1,4
169 Burundi	0,7	3,5	5,2	3,4	6,3	3,7	13,4
170 Etiópia	3,4	3,4	4,6 [f]	8,5	..	2,7	1,2
171 Chade	2,6	1,6	..	..	1,0	0,7	1,1
172 República Centro-Africana	1,5	2,2	..	..	1,2	2,0	1,4
173 Guiné-Bissau	2,6	..	..	..	..	3,4	16,0
174 Burquina Faso	2,6	2,6	..	3,0	1,3	1,1	1,2
175 Mali	2,8	..	..	2,1	1,9	2,8	2,1
176 Serra Leoa	2,0	..	..	1,4	1,2	3,3	2,5
177 Níger	2,5	3,3	2,3	..	1,1	4,0	1,6

NOTAS

a Devido a várias limitações nos dados, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver SIPRI 2006a.

b Para os agregados, ver quadro 18.

c Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

d Os dados podem não ser comparáveis entre países devido a diferenças nos métodos de recolha dos dados.

e Os dados referem-se à República Federal da Alemanha antes da reunificação.

f Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quando não existem dados nacionais disponíveis.

FONTES

Coluna 1: calculado com base em dados da despesa pública em saúde da OMS 2006b.

Colunas 2 e 3: Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

Colunas 4 e 5: SIPRI. 2006c.

Colunas 6 e 7: calculadas com base nos dados do PIB e serviço de dívida total do Banco Mundial 2006.

QUADRO 20

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Desemprego nos países da OCDE

			ODM					
		Taxa de Desemprego			Taxa de desemprego jovem			
	Pessoas desempregadas (milhares)	Total (% da população activa)	Média anual (% da população activa)	Feminina (% da taxa masculina)	Total (% da população activa com 15-24 anos) [a]	Feminina (% da taxa masculina)	Desemprego de longa duração (% do desemprego total)	
							Mulheres	Homens
Ordem do IDH	2005	2005	1995-2005	2005	2005	2005	2005	2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1 Noruega	111,2	4,6	4,1	91	12,0	92	8,5	10,4
2 Islândia	4,2	2,5	3,1	99	7,2	70	14,0 [b]	8,8 [b]
3 Austrália	535,0	5,1	6,9	106	10,8	95	14,9	20,2
4 Irlanda	86,4	4,3	6,8	82	8,3	80	21,1	42,4
5 Suécia	252,4	5,6	5,9	100	26,2	104	16,4 [b]	20,9 [b]
6 Canadá	1.175,8	6,8	8,0	91	12,4	75	9,1	10,1
7 Japão	2.902,0	4,4	4,4	94	8,7	74	22,6	40,3
8 Estados Unidos	7.598,8	5,1	5,1	100	11,3	82	10,8	12,6
9 Suíça	179,2	4,1	3,4	131	8,8	108	40,4	37,1
10 Países Baixos	539,5	6,2	4,5	99	9,7	91	35,0	44,7
11 Finlândia	225,0	8,6	10,8	105	19,9	93	21,9	27,9
12 Luxemburgo	9,8	4,6	3,3	167	13,7	138	20,3	33,6
13 Bélgica	387,4	8,4	8,3	122	19,9	93	52,7	50,4
14 Áustria	252,7	5,8	5,4	118	7,8	83	26,5 [b]	28,6 [b]
15 Dinamarca	142,3	4,9	5,1	133	7,9	159	22,7	29,7
16 França	2.742,2	10,0	10,4	121	22,8	115	43,2	41,8
17 Itália	1.858,0	7,7	10,2	162	24,0	128	53,8	50,5
18 Reino Unido	1.438,7	4,8	6,0	82	11,8	75	16,9	26,2
19 Espanha	1.895,0	9,1	12,9	172	19,7	140	36,0	28,2
20 Nova Zelândia	77,3	3,6	5,6	117	9,4	108	6,2	12,6
21 Alemanha	3.987,2	9,3	8,0	96	14,2	88	54,4	53,8
24 Grécia	492,0	10,6	10,7	259	25,3	199	59,6	43,1
26 República da Coreia	891,3	3,8	3,9	86	10,2	73	0,4	1,0
28 Portugal	412,0	7,5	5,8	129	16,1	140	49,9	47,1
30 República Checa	412,7	8,0	7,0	151	19,3	99	54,2	52,9
35 Hungria	296,1	7,1	7,4	107	19,4	97	44,2	47,9
37 Polónia	3.020,2	17,8	15,6	115	37,8	107	53,1	51,3
42 Eslováquia	432,6	16,4	15,8	112	29,9	93	67,4	68,7
53 México	1.575,2	3,6	3,1	105	6,6	121	2,6	2,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
92 Turquia	2.526,4	10,0	8,2	101	19,3	100	47,4	36,9
OCDE	36.458,5 T	6,5	6,6	108	13,3	94	33,0	32,9

NOTAS

a O intervalo de idades pode ser dos 16-24 anos em alguns países.

b Os dados referem-se a 2004.

FONTES

Colunas 1-3 e 5: OCDE 2006a.

Colunas 4 e 6: calculadas com base em dados das taxas de desemprego masculino e feminino de OCDE 2006c.

Colunas 7 e 8: OCDE 2006b.

QUADRO 21

... enquanto os preservam para as gerações futuras ...

Energia e ambiente

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
1	Noruega	6,1[c, d]	22.400[c]	25.295[c]	4,5	6,8	8,2[e]	9,9[e]	0,2[e]	●	●	●	●
2	Islândia	0,0	13.838	29.412	3,1	2,5	8,2	7,6	(.)	❍	●	●	●
3	Austrália	7,1	6.599	11.446	3,6	4,8	13,9	18,0	1,4		●	❍	●
4	Irlanda	1,0	3.106	6.660	4,2	9,3	7,7	10,3	0,2	●	●	●	●
5	Suécia	20,4	11.700	16.603	3,7	4,6	8,6	5,9	0,2	●	●	●	●
6	Canadá	4,3	14.243	18.329	2,5	3,4	17,2	17,9	2,3	❍	●	●	●
7	Japão	1,2	4.944	8.212	5,7	6,5	7,9	9,7	4,9	●	●	●	●
8	Estados Unidos	3,1	10.336	14.057	2,8	4,5	20,1[f]	19,8[f]	23,0[f]		●	❍	❍
9	Suíça	5,8[g]	5.878[g]	8.701[g]	7,8	8,1	6,5	5,6	0,2	●	●	●	●
10	Países Baixos	1,4	4.560	7.026	4,2	5,8	10,9	8,7	0,6	●	●	●	●
11	Finlândia	22,0	8.372	17.111	3,2	3,7	11,9	13,0	0,3	●	●	●	●
12	Luxemburgo	1,2	10.879	16.348	2,4	6,5	29,1	22,0	(.)	●	●	●	●
13	Bélgica	1,5	5.177	8.791	4,0	4,9	13,3	8,3	0,3	●	●	●	●
14	Áustria	13,2	4.988	8.527	6,1	7,2	6,9	8,6	0,3	●	●	●	●
15	Dinamarca	11,8	5.059	7.138	5,2	7,5	12,3	10,1	0,2	●	●	●	●
16	França	4,6[h]	4.633[h]	8.319[h]	4,9	5,9	9,0[h]	6,2[h]	1,5[h]	●	●	●	●
17	Itália	1,8[i]	3.364[i]	5.943[i]	7,4	8,2	6,6[i]	7,7[i]	1,8[i]	●	●	●	●
18	Reino Unido	0,6	5.022	6.755	4,8	7,1	10,5	9,4	2,2	●	●	●	●
19	Espanha	3,7	2.906	6.325	7,4	7,0	5,3	7,3	1,2	●	●	●	●
20	Nova Zelândia	4,5	7.270	10.453	5,0	4,8	5,6	8,8	0,1	●	●	●	●
21	Alemanha	2,7	..	7.258	3,7	6,1	..	9,8	3,2	●	●	●	●
22	Hong Kong, China (RAE)	0,4[d]	2.449	6.103	11,1	10,9	3,3	5,5	0,2				
23	Israel	0,0	3.187	6.843	7,0	7,1	5,6	10,6	0,3		●	●	●
24	Grécia	3,9	2.413	5.497	8,7	7,3	5,4	8,7	0,4	●	●	●	●
25	Singapura	0,2	2.836	8.087	3,9	4,5	12,5	11,3	0,2		●	●	●
26	República da Coreia	1,8[d]	1.051	7.338	4,5	4,2	3,3	9,6	1,8	❍	●	●	●
27	Eslovénia	7,5	..	7.109	..	5,2	..	7,8	0,1	●	●	●	●
28	Portugal	12,8	1.750	4.770	10,1	7,2	2,8	5,6	0,2	●	●	●	●
29	Chipre	1,1	1.692	5.656	5,7	6,3	5,2	8,9	(.)	●	●	●	●
30	República Checa	3,0	..	6.567	..	3,9	..	11,4	0,5	●	●	●	●
31	Barbados	6,3	1.333	3.226	..	..	2,7	4,4	(.)	●	●	●	●
32	Malta	0,0	1.627	5.632	6,7	7,7	3,1	6,2	(.)		●	●	●
33	Koweit	0,0[j]	6.849	16.379	1,8	1,8	19,7[j]	31,1[j]	0,3[j]		●	●	●
34	Estado do Brunei Darussalam	1,1	2.430	9.133	..	..	35,6	12,7	(.)				
35	Hungria	5,0	2.920	4.051	3,7	5,6	7,7	5,7	0,2	●	●	●	●
36	Argentina	4,1	1.413	2.543	7,9	7,2	3,8	3,4	0,5	❍	●	●	●
37	Polónia	5,7	3.419	3.702	..	4,6	12,8	7,9	1,2	●	●	●	●
38	Chile	11,5	1.054	3.092	5,4	5,9	2,5	3,7	0,2	❍	●	●	●
39	Barém	..	4.784	11.274	1,6	1,8	22,6	31,0	0,1		●	●	●
40	Estónia	17,1	..	6.094	..	3,4	..	13,6	0,1	●	●	●	●
41	Lituânia	13,0	..	3.453	..	4,3	..	3,7	0,1	●	●	●	●
42	Eslováquia	2,2	..	5.377	..	3,7	..	7,0	0,1	●	●	●	●
43	Uruguai	23,1	1.163	2.310	8,5	10,5	2,0	1,3	(.)	❍	●	●	●
44	Croácia	6,2	..	3.733	..	5,6	..	5,3	0,1	●	●	❍	●
45	Letónia	46,5	..	2.835	..	5,3	..	2,9	(.)	●	●	●	●
46	Catar	0,0	10.616	19.374	..	..	57,2	63,1	0,2		●	●	●
47	Seicheles	..	794	2.716[d]	..	..	1,5	6,9	(.)	●	●	●	●
48	Costa Rica	29,6	964	1.764	10,2	9,9	1,1	1,5	(.)	❍	●	●	●
49	Emirados Árabes Unidos	0,0	6.204	15.878	6,5	2,2	36,4	33,6	0,5		●	●	●
50	Cuba	17,7	1.029	1.407	..	..	3,2	2,3	0,1	●	●	●	●
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	3.256	..	..	..	3,0	(.)	●	●		●
52	Baamas	..	4.062	6.700	..	..	38,1	6,0	(.)	●	●	●	●
53	México	13,0	999	2.108	5,5	5,6	4,2	4,0	1,7	●	●	●	●

QUADRO 21 Energia e ambiente

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo)		ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas)		ODM Emissões de dióxido de carbono Parcela do total mundial[b] (%)	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
		2003	1980	2003	1980	2003	1980	2003	2003				
54	Bulgária	6,5	4.371	4.735	1,6	2,8	8,5	5,6	0,2	●	●	●	●
55	Tonga	0,0[d]	109	356[d]	..	..	0,4	1,1	(.)	●	●		●
56	Omã	0,0	847	3.817	8,5	2,8	5,0	12,9	0,1	●	●	●	●
57	Trindade e Tobago	0,6	1.900	4.925	2,7	1,2	15,4	22,1	0,1	●	●	●	●
58	Panamá	28,5	930	1.733	7,3	7,6	1,8	1,9	(.)	●	●	●	●
59	Antígua e Barbuda	..	984	1.603[d]	..	..	2,2	5,0	(.)	●	●	●	●
60	Roménia	12,4	3.061	2.441	..	4,0	8,7	4,2	0,4	●	●	●	●
61	Malásia	6,5[d]	740	3.196	4,5	3,9	2,0	6,4	0,6	●	●	●	●
62	Bósnia e Herzegovina	7,9	..	2.636	..	5,3	..	4,9	0,1		●		●
63	Maurícia	25,5	482	1.683	..	..	0,6	2,6	(.)	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
64	Jamahira Árabe Líbia	1,7	1.588	3.347	..	..	8,9	8,9	0,2	●	●		●
65	Federação da Rússia	2,7	..	6.303	..	1,9	..	10,3	5,9		●	●	●
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	9,7	..	3.794	..	..	..	5,2	(.)	●	●	●	●
67	Bielorrússia	5,5	..	3.388	..	2,2	..	6,4	0,2	●	●	●	●
68	Domínica	..	149	1.243[d]	..	..	0,5	1,8	(.)	●	●	●	●
69	Brasil	29,1	1.145	2.246	7,5	6,9	1,5	1,6	1,2	●	●	●	●
70	Colômbia	15,8	726	1.045	7,4	10,1	1,4	1,3	0,2	●	●	●	●
71	Santa Lúcia	..	504	1.851[d]	..	..	0,9	2,1	(.)	●	●	●	●
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2,5	2.379	3.510	2,9	2,3	5,8	5,6	0,6	●	●	●	●
73	Albânia	6,3	1.204	1.743	..	6,4	1,8	1,0	(.)	●	●	●	●
74	Tailândia	17,7	340	1.896[d]	5,1	5,0	0,9	3,9	1,0	●	●	●	●
75	Samoa (Ocidental)	..	252	613[d]	..	..	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
76	Arábia Saudita	(.)[j]	1.969	6.749	6,6	2,2	17,3[j]	13,0[j]	1,2[j]		●	●	●
77	Ucrânia	1,6	..	3.683	..	1,9	..	6,6	1,3	●	●	●	●
78	Líbano	0,4	1.056	2.829	..	3,0	2,3	5,4	0,1		●		●
79	Cazaquistão	0,2	..	4.114	..	1,9	..	10,7	0,6		●	❍	●
80	Arménia	1,1	..	1.375	..	5,2	..	1,1	(.)	●	●	●	●
81	China	4,6	307	1.440	1,3	4,5	1,5	3,2	16,5	●	●	●	●
82	Peru	24,7	579	868	7,9	11,3	1,4	1,0	0,1	●	●	●	●
83	Equador	18,7	423	950	5,2	4,9	1,7	1,8	0,1	●	●	●	●
84	Filipinas	33,2	373	655	9,8	7,8	0,8	1,0	0,3	❍	●	●	●
85	Granada	0,0	281	1.628	..	..	0,5	2,2	(.)	●	●	●	●
86	Jordânia	1,3	366	1.524	5,5	4,0	2,1	3,2	0,1	●	●	●	●
87	Tunísia	8,6	434	1.200	6,9	8,1	1,5	2,1	0,1	●	●	●	●
88	São Vicente e Granadinas	..	276	940[d]	..	..	0,4	1,6	(.)	●	●	●	●
89	Suriname	3,3	4.442	3.537	..	..	6,7	5,1	(.)		●		●
90	Fiji	36,0[d]	489	627[d]	..	..	1,2	1,3	(.)	●	●	●	●
91	Paraguai	55,0	233	1.113	7,3	6,4	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
92	Turquia	9,1	554	1.979	5,9	6,0	1,7	3,1	0,9	●	●		●
93	Sri Lanca	60,4	113	407	5,8	8,8	0,2	0,5	(.)	●	●	●	●
94	República Dominicana	26,9	582	1.532	6,5	7,4	1,1	2,5	0,1	●	●	●	●
95	Belize	25,0[d]	370	708[d]	..	..	1,3	3,0	(.)	●	●	●	●
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,7	570	2.304	4,9	3,2	3,0	5,6	1,5	●	●	●	●
97	Geórgia	23,9	..	1.566	..	4,1	..	0,8	(.)		●	●	●
98	Maldivas	0,0	25	490	..	..	0,3	1,4	(.)	●	●	●	●
99	Azerbaijão	0,0	..	2.815	..	2,3	..	3,5	0,1	●	●	●	●
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..				
101	El Salvador	46,3	336	663	7,6	6,9	0,5	1,0	(.)	●	●	●	●
102	Argélia	6,4	381	929	8,5	5,6	3,5	5,1	0,7	●	●	●	●
103	Guiana	43,6	545	1.172[d]	..	..	2,3	2,2	(.)		●	●	●
104	Jamaica	17,0	834	2.696	2,9	2,5	4,0	4,1	(.)	❍	●	●	●
105	Turquemenistão	0,0	..	1.999	..	..	..	9,2	0,2		●	●	●
106	Cabo Verde	0,0[d]	55	100[d]	..	..	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
107	República Árabe Síria	0,0	433	1.683	4,7	3,4	2,2	2,7	0,2	●	●	●	●
108	Indonésia	15,9	94	498	3,9	4,3	0,6	1,4	1,2	●	●	●	●
109	Vietname	23,3	78	503[d]	..	4,4	0,3	0,9	0,3	●	●	●	●
110	Quirguizistão	0,0	..	2.417	..	3,2	..	1,0	(.)	●	●	●	●
111	Egipto	9,4[d]	433	1.340[d]	6,4	5,1	1,0	2,0	0,6	●	●	●	●
112	Nicarágua	69,3	363	492	8,7	5,5	0,7	0,7	(.)	●	●	●	●
113	Usbequistão	0,0	..	1.890	..	0,8	..	4,8	0,5		●	●	●
114	Moldávia, República da	2,1	..	1.900	..	1,9	..	1,7	(.)	●	●	●	●
115	Bolívia	18,8	292	481	5,4	4,9	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
116	Mongólia	2,2	1.119	1.273	..	..	4,1	3,1	(.)	●	●	●	●
117	Honduras	63,6	259	694	5,0	4,9	0,6	0,9	(.)	❍	●	●	●
118	Guatemala	72,1	245	501	7,0	6,5	0,6	0,9	(.)	●	●	●	●
119	Vanuatu	50,0[d]	171	208[d]	..	..	0,5	0,4	(.)		●	●	●
120	Guiné Equatorial	57,1	83	51[d]	..	..	0,3	0,3	(.)		●	●	●
121	África do Sul	11,6[k]	3.181[k]	4.595[k]	4,5	3,9	7,2	7,8	1,4	●	●	●	●
122	Tajiquistão	..	..	2.645	..	2,1	..	0,7	(.)	●	●		●
123	Marrocos	6,1	254	649	11,3	10,2	0,8	1,2	0,2	❍	●	●	●
124	Gabão	65,8	766	1.229	3,5	4,9	8,9	0,9	(.)		●		●
125	Namíbia	..[l]	..[l]	..[l]	..	9,9	..	1,2	(.)	●	●	●	●
126	Índia	19,8	173	594	3,3	5,3	0,5	1,2	5,1	●	●	●	●
127	São Tomé e Príncipe	..	96	102[d]	..	..	0,4	0,6	(.)		●		●
128	Ilhas Salomão	50,0[d]	93	69[d]	..	..	0,4	0,4	(.)	●	●	●	●
129	Camboja	92,2	15	9[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	●	●	●	●
130	Mianmar	83,9	44	126	..	..	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
131	Botsuana	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,9	2,3	(.)	●	●	●	●
132	Comores	..	26	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)		●		●
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	78,4	68	135[d]	..	..	0,1	0,2	(.)	●	●	●	●
134	Paquistão	23,5	176	493	3,5	4,2	0,4	0,8	0,5	❍	●	●	●
135	Butão	87,8	17	218[d]	..	..	(.)	0,2	(.)	●	●	●	●
136	Gana	84,7	450	285	4,8	5,0	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
137	Bangladeche	51,5	30	145	10,8	10,4	0,1	0,3	0,1	●	●	●	●
138	Nepal	93,2	17	91	2,7	4,0	(.)	0,1	(.)	❍	●	●	●
139	Papuásia-Nova Guiné	62,2	406	251[d]	..	..	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
140	Congo	69,0	98	206	1,6	3,3	0,2	0,4	(.)	●	●		●
141	Sudão	86,5	47	101	2,5	3,7	0,2	0,3	(.)	●	●	●	●
142	Timor-Leste	..	..	301[d]	..	..	..	0,2	(.)				
143	Madagáscar	81,9	49	50[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	●	●	●	●
144	Camarões	86,3	168	226	5,3	4,6	0,4	0,2	(.)	●	●	●	●
145	Uganda	93,5	28	59[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
146	Suazilândia	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
147	Togo	84,4	74	91	6,4	3,2	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
148	Djibuti	..	416	455[d]	..	..	0,9	0,5	(.)	●	●	●	●
149	Lesoto	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	..	..	..	●	●	●	●
150	Iémen	4,0	..	212	..	2,8	..	0,9	0,1	●	●	●	●
151	Zimbabué	67,2	1.020	998	2,8	2,6	1,3	0,9	(.)	●	●		●
152	Quénia	83,1	109	154	1,8	2,1	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●
153	Mauritânia	35,8[d]	60	60[d]	..	..	0,4	0,9	(.)	●	●	●	●
154	Haiti	79,5	58	61	8,2	6,4	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
155	Gâmbia	66,7	70	101[d]	..	..	0,2	0,2	(.)	●	●	●	●
156	Senegal	70,9	115	192[d]	4,3	5,2	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
157	Eritreia	85,2	..	62	..	..	..	0,2	(.)	●	●	●	●
158	Ruanda	84,7	32	39[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
159	Nigéria	82,9	108	162	1,3	1,3	1,0	0,4	0,2	●	●	●	●

QUADRO 21 Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
160 Guiné	87,1	85	89[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	❍	●	●	●
161 Angola	74,4	214	178	..	3,1	0,7	0,6	(.)		●		●
162 Tanzânia, Rep. U. da	94,4	41	78	..	1,3	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
163 Benim	81,3	37	82	2,4	3,5	0,1	0,3	(.)	●	●	●	●
164 Costa do Marfim	75,5	220	209	5,2	3,8	0,7	0,3	(.)		●		●
165 Zâmbia	87,2	1.125	631	1,5	1,4	0,6	0,2	(.)	●	●	●	●
166 Malawi	82,9	66	77[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	❍	●	●	●
167 Congo, Rep. Dem.	97,2	161	86	6,0	2,1	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
168 Moçambique	90,9	364	399	1,0	2,5	0,3	0,1	(.)	●	●	●	●
169 Burundi	95,7	12	23[d]	..	..	(.)	(.)	(.)		●	●	●
170 Etiópia	96,5	..	33	..	2,1	(.)	0,1	(.)	●	●	●	●
171 Chade	98,6	10	11[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	❍	●		●
172 República Centro-Africana	83,3	29	35[d]	..	..	(.)	0,1	(.)	❍	●		●
173 Guiné-Bissau	50,0	18	45[d]	..	..	0,2	0,2	(.)		●	●	●
174 Burquina Faso	83,3	16	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
175 Mali	86,7	15	38[d]	..	..	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
176 Serra Leoa	91,2	62	49[d]	..	..	0,2	0,1	(.)		●		●
177 Níger	85,6	..	40[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
Países em desenvolvimento	26,3	388	1.157	3,7	4,7	1,3	2,2	42,7	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	78,3	83	114	..	3,8	0,1	0,2	0,5	..	..	..	..
Países Árabes	16,9	626	1.977	5,8	3,5	3,2	4,4	4,8	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	11,4	329	1.418	2,1	4,6	1,4	2,9	22,5	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	23,3	1.019	1.932	6,4	6,2	2,4	2,4	5,2	..	..	..	..
Ásia do Sul	24,8	171	598	3,8	5,0	0,5	1,2	7,2	..	..	..	..
África Subsariana	81,2	434	522	3,2	2,7	1,0	0,8	2,1	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	4,1	3.284	3.432	..	2,5	10,1	6,2	12,2	..	..	..	..
OCDE	4,6	5.761	8.777	3,9	5,3	10,9	11,2	51,1	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	3,2	6.698	10.483	3,8	5,3	12,1	13,1	46,5	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	4,9	5.532	8.502	3,9	5,2	10,7	11,1	54,7	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	18,4	341	1.100	3,5	4,2	1,2	2,1	43,7	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	83,7	162	165	2,2	1,9	0,4	0,2	0,6	..	..	..	..
Rendimento elevado	3,1	6.559	10.331	3,9	5,2	12,2	13,1	49,7	..	..	..	..
Rendimento médio	10,5	615	1.593	3,7	4,2	2,1	3,1	42,7	..	..	..	..
Rendimento baixo	44,0	174	414	3,2	4,2	0,5	0,8	7,6	..	..	..	..
Mundo	21,7[m]	1.573	2.490	3,8	4,7	3,4	3,7	100,0	..	..	..	..

● Ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou sucessão.
❍ Assinatura

NOTAS

a A informação é a partir de 28 de Agosto de 2006. O Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica foi assinado em Cartagena em 2000; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Nova Iorque em 1992; o Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas em Quioto em 1997 e a Convenção sobre Diversidade Biológica no Rio de Janeiro em 1992.

b Os dados referem-se às emissões totais mundiais de dióxido de carbono não incluindo as emissões nos totais nacionais, tais como as provenientes de contentores de combustível e da oxidação de produtos hidrocarbonetos não combustíveis, e as emissões dos países não apresentados nos principais quadros de indicadores. Estas emissões perfazem aproximadamente 0,2% do total mundial. Assim, as percentagens indicadas para os países individuais neste quadro não perfazem 100%.

c Inclui as Ilhas de Svalbard e Jan Mayen.

d Os dados são estimativas realizadas pelo Departamenteo de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatística, das Nações Unidas.

e Dados provisórios.

f Baseados em dados de gás natural.

g Inclui o Listenstaine.

h Inclui o Mónaco.

i Inclui São Marino.

j Incluindo parte da Zona Neutra.

k Os dados referem-se à União Aduaneira Sul-Africana, que inclui o Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

l Incluído nos dados da África do Sul.

m Os dados referem-se ao grupo de ONU 2006a.

FONTES

Coluna 1: calculada com base em dados do consumo de combustível tradicional e das necessidades totais de energia de ONU 2006a.

Colunas 2 e 3: ONU 2006f.

Colunas 4 e 5: Banco Mundial 2006, baseado em dados da Agência Internacional de Energia.

Colunas 6-8: ONU 2006c, baseado em dados do Centro de Análise e Informação sobre Dióxido de Carbono (CDIAC).

Colunas 9-12: ONU 2006d.

QUADRO 22

... protegendo a segurança pessoal ...

Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	..	43	0	83	9	13	(.)	26	70
2	Islândia	..	0	0	..	..	0	0	0	..
3	Austrália	..	65	0	147	396	50	(.)	53	75
4	Irlanda	..	7	0	0	4	..	..	10	73
5	Suécia	..	75	0	95	104	592	2	28	43
6	Canadá	..	147	0	339	112	365	2	62	75
7	Japão	..	2	0	877	250	0	0	260	107
8	Estados Unidos	..	379	1	415	387	7.101	30	1.546	72
9	Suíça	..	48	0	93	144	74	(.)	4	20
10	Países Baixos	..	118	0	46	129	840	2	53	50
11	Finlândia	..	12	0	159	77	22	(.)	28	77
12	Luxemburgo	..	2	0	0	0	..	..	1	129
13	Bélgica	..	15	0	16	0	173	(.)	37	40
14	Áustria	..	21	0	23	21	3	(.)	40	73
15	Dinamarca	..	44	0	127	78	2	(.)	21	71
16	França	..	137	0	43	3	2.399	9	255	55
17	Itália	..	21	0	315	224	827	2	191	50
18	Reino Unido	..	293	0	633	94	791	4	217	65
19	Espanha	..	5	0	363	281	113	1	147	46
20	Nova Zelândia	..	5	0	7	8	0	(.)	9	73
21	Alemanha	..	700	0	252	216	1.855	6	285	60
22	Hong Kong, China (RAE)	..	2	0	..	..	..	..	..	..
23	Israel	150-300 [f]	1	1	265	1.422	160	2	168	118
24	Grécia	..	2	0	870	1.114	0	(.)	164	81
25	Singapura	..	0	0	237	423	3	(.)	73	133
26	República da Coreia	..	0	0	1.674	544	38	(.)	688	115
27	Eslovénia	..	0	0	19	2	..	..	7	..
28	Portugal	..	0	0	18	406	0	0	45	62
29	Chipre	210	1	0	33	0	0	0	10	100
30	República Checa	..	2	4	0	630	10	(.)	22	11
31	Barbados	..	..	0	..	..	..	..	1	61
32	Malta	..	2	0	0	18	0	(.)	2	250
33	Koweit	..	2	0	631	55	0	0	16	133
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	0	0	0	..	..	7	171
35	Hungria	..	8	4	24	12	70	(.)	32	30
36	Argentina	..	3	1	70	67	0	(.)	71	66
37	Polónia	..	5	20	125	96	124	(.)	142	45
38	Chile	..	1	1	468	456	0	(.)	78	77
39	Barém	..	0	0	49	0	0	(.)	11	393
40	Estónia	..	0	1	18	10	0	0	5	..
41	Lituânia	..	1	1	4	9	0	(.)	14	..
42	Eslováquia	..	0	1	220	0	0	(.)	20	..
43	Uruguai	..	0	0	8	18	0	0	24	75
44	Croácia	5	3	119	22	0	0	0	21	..
45	Letónia	..	0	2	16	7	0	0	5	..
46	Catar	..	0	0	11	0	0	0	12	200
47	Seicheles	..	..	0	0	0	..	..	(.)	17
48	Costa Rica	..	11	0	0	0	..	..	0	..
49	Emirados Árabes Unidos	..	0	0	426	2.381	10	(.)	51	119
50	Cuba	..	1	19	0	0	..	..	49	30
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	0	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	..	..	0	0	0	..	..	1	172
53	México	10-12	3	2	45	35	..	..	193	149

QUADRO 22 Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
54	Bulgária	..	4	4	0	158	0	(.)	51	34
55	Tonga	..	..	0	0	0	..	..	..	..
56	Omã	..	0	0	157	98	0	0	42	144
57	Trindade e Tobago	..	..	0	0	0	..	..	3	143
58	Panamá	..	2	0	0	0	..	..	0	0
59	Antígua e Barbuda	..	..	0	..	..	..	..	(.)	170
60	Roménia	..	2	11	0	579	17	(.)	97	51
61	Malásia	..	34	0	898	467	0	0	110	100
62	Bósnia e Herzegovina	183	11	110	0	0	0	(.)	12	..
63	Maurícia	..	0	0	0	0	..	..	0	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	..	12	2	0	0	0	(.)	76	104
65	Federação da Rússia	265	2	103	40	0	5.771	31	1.027	19
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1	1	9	0	0	..	..	11	..
67	Bielorrússia	..	1	9	0	0	0	1	73	..
68	Domínica	..	..	0	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	..	3	0	237	142	62	(.)	287	104
70	Colômbia	1.706-3.663 [g]	0	60	37	11	..	..	207	313
71	Santa Lúcia	..	..	0	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	..	0	3	0	7	0	(.)	82	167
73	Albânia	..	0	13	24	31	..	..	22	54
74	Tailândia	..	117	0	558	98	0	(.)	307	130
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	..	241	0	975	470	36	(.)	200	320
77	Ucrânia	..	2	84	..	..	188	2	188	..
78	Líbano	68-600	1	18	34	1	0	(.)	72	414
79	Cazaquistão	..	7	4	99	68	0	(.)	66	..
80	Arménia	8	220	14	49	0	..	..	48	..
81	China	..	299	124	523	2.697	129	2	2.255	58
82	Peru	60	1	5	32	368	0	(.)	80	63
83	Equador	..	10	1	10	33	..	..	47	111
84	Filipinas	60	0	0	36	38	..	..	106	92
85	Granada	..	..	0	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	..	1	2	19	23	15	(.)	101	144
87	Tunísia	..	0	3	42	156	..	..	35	100
88	São Vicente e Granadinas	..	..	0	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	0	0	0	0	..	..	2	100
90	Fiji	..	..	1	12	0	..	..	4	148
91	Paraguai	..	0	0	0	1	..	..	10	69
92	Turquia	356-1.000+	2	170	1.562	746	28	(.)	515	82
93	Sri Lanca	325	0	108	49	8	..	..	111	514
94	República Dominicana	..	..	0	0	0	..	..	25	113
95	Belize	..	1	0	0	0	..	..	1	167
96	Irão, Rep. Islâmica do	..	716	99	373	403	0	(.)	545	89
97	Geórgia	240	2	7	0	0	0	(.)	11	..
98	Maldivas	..	..	0	0	0	..	..	..	..
99	Azerbaijão	558	3	234	0	0	..	..	67	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	21-50 [h]	0	350	1	0	..	..	0	..
101	El Salvador	..	0	4	3	0	..	..	16	38
102	Argélia	1.000 [i]	94	12	346	149	..	..	138	81
103	Guiana	..	..	0	0	0	..	..	1	15
104	Jamaica	..	..	0	0	0	..	..	3	143
105	Turquemenistão	..	12	1	0	0	..	..	26	..
106	Cabo Verde	..	..	0	0	0	..	..	1	13

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
107	República Árabe Síria	305	26	16	43	0	0	0	308	77
108	Indonésia	342-600	0	34	339	19	8	(.)	302	109
109	Vietname	..	2	357	270	291	..	..	455	44
110	Quirguizistão	..	3	3	0	3	0	(.)	13	..
111	Egipto	..	89	6	1.700	596	0	(.)	469	105
112	Nicarágua	..	0	1	0	0	0	0	14	22
113	Usbequistão	3	44	8	0	0	0	1	55	..
114	Moldávia, República da	..	0	12	6	0	4	(.)	7	..
115	Bolívia	..	1	0	1	9	..	..	33	120
116	Mongólia	..	0	1	..	..	..	..	9	27
117	Honduras	..	0	1	0	0	..	..	12	72
118	Guatemala	242	0	3	3	0	..	..	29	91
119	Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Guiné Equatorial	..	0	0	0	0	..	..	1	45
121	África do Sul	..	30	0	38	606	39	(.)	56	53
122	Tajiquistão	..	1	55	0	0	..	..	8	..
123	Marrocos	..	0	3	30	32	..	..	201	135
124	Gabão	..	9	0	0	0	..	..	5	208
125	Namíbia	..	5	1	4	0	..	..	9	..
126	Índia	600	139	16	943	1.471	0	(.)	1.325	105
127	São Tomé e Príncipe	..	0	0	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	..	..	0	0	0	..	..	..	..
129	Camboja	..	0	18	0	0	0	0	124	354
130	Mianmar	540 [f]	0	165	216	20	..	..	376	202
131	Botsuana	..	3	0	7	0	..	..	9	225
132	Comores	..	0	0	..	..	..	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	..	0	24	0	0	..	..	29	54
134	Paquistão	20 [f]	1.085	30	316	161	9	(.)	619	128
135	Butão	..	..	107	0	0	..	..	..	..
136	Gana	..	54	18	0	0	..	..	7	46
137	Bangladeche	500	21	7	121	27	..	..	126	138
138	Nepal	100-200	126	2	1	0	..	..	69	276
139	Papuásia-Nova Guiné	..	10	0	0	0	..	..	3	94
140	Congo	100-147	66	24	0	0	..	..	10	115
141	Sudão	5.355	147	693	3	0	..	..	105	186
142	Timor-Leste	..	0	0	..	..	..	..	1	..
143	Madagáscar	..	0	0	0	0	..	..	14	66
144	Camarões	..	52	9	0	0	..	..	23	315
145	Uganda	1.740 [f]	257	34	38	0	..	..	45	225
146	Suazilândia	..	1	0	0	0	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147	Togo	3	9	51	3	0	..	..	9	250
148	Djibuti	..	10	1	3	0	..	..	10	333
149	Lesoto	..	0	0	0	0	..	..	2	100
150	Iémen	..	82	1	124	289	..	..	67	105
151	Zimbabué	570	14	11	0	0	..	..	29	71
152	Quénia	382	251	5	0	25	..	..	24	175
153	Mauritânia	..	1	32	1	0	..	..	16	188
154	Haiti	..	0	14	..	..	..	..	0	0
155	Gâmbia	..	7	2	0	0	..	..	1	160
156	Senegal	64	21	9	2	0	..	..	14	139
157	Eritreia	51	4	144	3	276	0	0	202	..
158	Ruanda	..	45	100	0	0	..	..	51	981
159	Nigéria	..	9	22	2	0	0	0	79	84

QUADRO 22

Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
160	Guiné	82	64	6	0	0	..	..	10	101
161	Angola	62	14	216	1	22	0	(.)	108	218
162	Tanzânia, Rep. U. da	..	549	2	0	0	..	..	27	67
163	Benim	..	30	0	0	0	..	..	5	111
164	Costa do Marfim	800 [f]	42	18	2	0	..	..	17	129
165	Zâmbia	..	156	0	0	0	0	0	15	93
166	Malawi	..	4	0	0	0	0	0	5	94
167	Congo, Rep. Dem.	1.664	204	431	0	14	..	..	65	135
168	Moçambique	..	2	0	0	0	..	..	11	70
169	Burundi	117	21	439	0	0	..	..	51	981
170	Etiópia	150-265	101	65	0	0	..	..	183	84
171	Chade	55-65	275	48	1	0	..	..	30	246
172	República Centro-Africana	..	25	43	0	0	..	..	3	130
173	Guiné-Bissau	..	8	1	0	0	..	..	9	105
174	Burquina Faso	..	1	1	0	19	..	..	11	275
175	Mali	..	11	1	0	0	..	..	7	143
176	Serra Leoa	..	60	40	15	0	..	..	13	419
177	Níger	..	0	1	0	0	..	..	5	227
Países em desenvolvimento		..	5.761	..	..	..	..	..	13.909 T	89
Países menos desenvolvidos		..	2.265	..	..	..	..	..	1.862 T	159
Países Árabes		..	755	..	..	..	..	..	2.141 T	79
Ásia Oriental e Pacífico		..	464	..	..	..	..	..	5.955 T	80
América Latina e Caraíbas		..	37	..	..	..	..	..	1.269 T	94
Ásia do Sul		..	2.087	..	..	..	..	..	2.822 T	111
África Subsariana		..	2.415	..	..	..	..	..	1.197 T	142
Europa Central, Oriental e CEI		..	482	..	..	..	..	..	2.115 T	32
OCDE		..	2.161	..	..	..	..	..	5.094 T	70
OCDE de rendimento elevado		..	2.141	..	..	..	..	..	4.170 T	71
Desenvolvimento humano elevado		..	2.240	..	..	..	..	..	5.520 T	71
Desenvolvimento humano médio		..	3.919	..	..	..	..	..	11.637 T	69
Desenvolvimento humano baixo		..	2.020	..	..	..	..	..	1.079 T	151
Rendimento elevado		..	2.390	..	..	..	..	..	4.728 T	76
Rendimento médio		..	1.984	..	..	..	..	..	9.402 T	58
Rendimento baixo		..	4.013	..	..	..	..	..	5.546 T	111
Mundo		23.700 T	8.387 T	..	21.085 T [j]	21.965 T [j]	21.961 T [j]	..	19.676 T	72

NOTAS

a Refere-se a estimativas mantidas pelo Internal Displacement Monitoring Centre baseadas em várias fontes. As estimativas estão associadas a níveis elevados de incerteza.

b Os dados são de 10 de Maio de 2006 e constituem indicadores de tendências, que são indicadores apenas do volume das transferências internacionais de armas e não do seu valor financeiro actual. Os relatórios de transferência de armas publicados fornecem informação parcial, porque nem todas as transferências estão totalmente relatadas. As estimativas apresentadas são conservadoras e podem subavaliar as transferências reais de armas convencionais.

c O país de origem de muitos refugiados não está disponível ou não foi relatado. Estes dados podem, portanto, estar subestimados.

d Calculado utilizando os totais de 2001-05 para todos os países e actores não estatais com exportações das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2006b.

e Os dados referem-se ao final de 2005, salvo indicação em contrário.

f As estimativas excluem certas partes do país ou alguns grupos de pessoas deslocadas internamente.

g As estimativas mais baixas foram acumuladas desde 1994. Os valores mais elevados foram acumulados desde 1985.

h As estimativas mais baixas incluem apenas pessoas deslocadas internamente, expulsas principalmente por demolições de habitação desde 2000. Os valores mais elevados foram acumulados desde 1967.

i Valores acumulados desde 1992.

j Os dados referem-se ao volume total de transferências de armas e incluem todos os países e actores não estatais com transferências das principais armas convencionais, tal como definido em SIPRI 2006a.

FONTES

Coluna 1: Internal Displacement Monitoring Centre. 2006.
Colunas 2 e 3: UNHCR 2006.
Colunas 4-6: SIPRI 2006b.
Coluna 7: calculada com base em dados sobre transferência de armas de SIPRI 2006b.
Coluna 8: IISS 2006.
Coluna 9: calculada com base em dados sobre as forças armadas de IISS 2006.

QUADRO 23

... protegendo a segurança pessoal ...

Vítimas da criminalidade

		Pessoas vítimas de criminalidade [a] (% do total)					
	Ano [b]	Crimes totais [c]	Crimes de propriedade [d]	Roubo	Agressão sexual [e]	Agressão	Suborno (corrupção) [f]
NACIONAL							
Austrália	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Áustria	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Bélgica	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canadá	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Dinamarca	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
England and Wales	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlândia	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
França	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Itália	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	..
Japão	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(.)
Malta	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Países Baixos	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nova Zelândia	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	..
Northern Irlanda	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Polónia	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Scotland	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	..
Eslovénia	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suécia	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suíça	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 [g]
Estados Unidos	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
CAPITAL							
Assunção (Paraguai)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bacu (Azerbaijão)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pequim (China)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	..
Bichkek (Quirguizistão)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogotá (Colômbia)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Eslováquia)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucareste (Roménia)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapeste (Hungria)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentina)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Cairo (Egipto)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	..
Dar es Salaam (Tanzânia, Rep. U. da)	1991	..	23,1	8,2	6,1	1,7	..
Gaborone (Botsuana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Jacarta (Indonésia)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Joanesburgo (África do Sul)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Campala (Uganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ucrânia)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolívia)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manila (Filipinas)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Moçambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bielorrússia)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscovo (Federação da Rússia)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Bombaim (Índia)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
Nova Deli (Índia)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Praga (República Checa)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Letónia)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brasil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
São José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macedónia, ant. Rep. jugosl. da)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sófia (Bulgária)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Tallin (Estónia)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbilissi (Geórgia)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6

QUADRO 23 Vítimas da criminalidade

		Pessoas vítimas de criminalidade [a] (% do total)					
	Ano [b]	Crimes totais [c]	Crimes de propriedade [d]	Roubo	Agressão sexual [e]	Agressão	Suborno (corrupção) [f]
Tirana (Albânia)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunes (Tunísia)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	..
Ulan Bator (Mongólia)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituânia)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croácia)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

NOTAS

a Os dados referem-se à vitimização, como vem relatado no Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

b Os inquéritos foram realizados em 1992, 1995, 1996-97 e 2000-01. Os dados referem-se ao ano anterior ao do inquérito.

c Os dados referem-se às pessoas vitimadas por um ou mais dos 11 crimes registados no inquérito: roubo, assalto de casas, tentativa de assalto, roubo de carros, vandalismo de carros, roubo de bicicletas, assalto sexual, roubo com carro, roubo de propriedade pessoal, assalto e ameaça, e roubo de motocicletas ou bicicletas motorizadas.

d Inclui roubo de carros, roubo com carros, assalto de casas com entrada e tentativa de assalto.

e Os dados referem-se apenas à população feminina.

f Os dados referem-se às pessoas a quem foram pedidas, ou que se espera que paguem, um suborno por um funcionário do Estado.

g Os dados referem-se a 1995.

FONTE

Os dados referem-se a 1995.: UNODC 2004.

QUADRO 24

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Ordem	Valor	Esperança de vida à nascença (anos) 2004 Mulheres	Homens	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004 Mulheres	Homens	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b] Mulheres	Homens	Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004 Mulheres	Homens	Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	1	0,962	82,0	77,1	.. [e]	.. [e]	105	96	33.034	43.950	0
2 Islândia	2	0,958	82,7	79,0	.. [e]	.. [e]	102 [f]	91 [f]	27.496	38.603	0
3 Austrália	3	0,956	83,0	77,9	.. [e]	.. [e]	114	112	24.966	35.832	0
4 Irlanda	4	0,951	80,5	75,4	.. [e]	.. [e]	101	97	26.160	51.633	0
5 Suécia	5	0,949	82,5	78,1	.. [e]	.. [e]	102	91	26.408	32.724	0
6 Canadá	7	0,947	82,6	77,6	.. [e]	.. [e]	96 [f, g]	90 [f, g]	24.277 [h]	38.374 [h]	-1
7 Japão	13	0,942	85,6	78,6	.. [e]	.. [e]	84	86	18.130	40.885	-5
8 Estados Unidos	8	0,946	80,2	74,8	.. [e]	.. [e]	97	89	30.581 [h]	49.075 [h]	1
9 Suíça	10	0,944	83,4	77,8	.. [e]	.. [e]	83	88	25.314	41.258	0
10 Países Baixos	9	0,945	81,2	75,8	.. [e]	.. [e]	98	99	24.652	39.035	2
11 Finlândia	11	0,943	81,9	75,3	.. [e]	.. [e]	104	97	24.862	35.263	1
12 Luxemburgo	6	0,949	81,6	75,3	.. [e]	.. [e]	89 [i]	88 [i]	45.938 [j]	94.696 [j]	1
13 Bélgica	12	0,943	82,1	75,9	.. [e]	.. [e]	96	93	24.123	38.338	1
14 Áustria	17	0,937	82,0	76,2	.. [e]	.. [e]	92	90	20.032	45.095	-3
15 Dinamarca	15	0,940	79,6	75,0	.. [e]	.. [e]	106	97	27.048	36.882	0
16 França	14	0,940	83,1	76,0	.. [e]	.. [e]	95	91	23.015	35.922	2
17 Itália	18	0,934	83,2	77,1	98,0 [e]	98,8 [e]	92	87	18.070 [h]	38.902 [h]	-1
18 Reino Unido	16	0,938	80,8	76,2	.. [e]	.. [e]	96 [f]	90 [f]	24.448	37.506	2
19 Espanha	19	0,933	83,3	76,0	.. [e]	.. [e]	99	93	16.751 [h]	33.648 [h]	0
20 Nova Zelândia	20	0,932	81,5	77,0	.. [e]	.. [e]	105	95	19.264	27.711	0
21 Alemanha	21	0,928	81,7	75,9	.. [e]	.. [e]	88 [f]	89 [f]	20.851	36.114	0
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	84,8	78,9	..	..	74	79	20.637	42.166	..
23 Israel	22	0,925	82,0	77,8	95,9	98,5	92	87	19.165 [h]	29.714 [h]	0
24 Grécia	23	0,917	81,0	75,7	94,2 [e]	97,8 [e]	96	91	15.728	28.837	0
25 Singapura	..	..	80,8	77,0	88,6	96,6	..	..	18.905	37.125	..
26 República da Coreia	25	0,905	80,9	73,7	.. [e]	.. [e]	88	101	12.912	28.036	-1
27 Eslovénia	24	0,908	80,2	72,9	.. [e]	.. [e]	100	91	15.992 [h]	26.129 [h]	1
28 Portugal	26	0,902	80,8	74,1	.. [e]	.. [e]	93	86	14.635	24.971	0
29 Chipre	27	0,900	81,2	76,2	95,1	98,6	79	78	17.012	28.891	0
30 República Checa	28	0,881	78,9	72,5	.. [e]	.. [e]	82	81	13.141	26.017	0
31 Barbados	..	..	78,6	71,7	..	..	94 [g]	84 [g]	..	..	..
32 Malta	29	0,869	80,9	76,1	89,2 [k]	86,4 [k]	81	82	12.226	25.644	0
33 Koweit	31	0,864	79,7	75,4	91,0	94,4	79 [f]	69 [f]	9.623 [h]	25.847 [h]	-1
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	79,1	74,5	90,2	95,2	78 [f]	76 [f]	..	..	..
35 Hungria	30	0,867	77,1	68,9	.. [e]	.. [e]	90	85	13.311	20.666	1
36 Argentina	32	0,859	78,4	70,9	97,2	97,2	94 [g]	85 [g]	9.258 [h]	17.518 [h]	0
37 Polónia	33	0,859	78,6	70,5	.. [e]	.. [e]	90	82	9.746 [h]	16.400 [h]	0
38 Chile	37	0,850	81,1	75,1	95,6	95,8	80	82	6.134 [h]	15.715 [h]	-3
39 Barém	38	0,849	76,0	73,2	83,6	88,6	89 [f]	82 [f]	9.654	29.107	-3
40 Estónia	34	0,856	77,2	65,8	99,8 [e]	99,8 [e]	98	86	11.377 [h]	18.285 [h]	2
41 Lituânia	35	0,856	78,0	66,9	99,6 [e]	99,6 [e]	96	87	10.839	15.699	2
42 Eslováquia	36	0,853	78,1	70,3	.. [e]	.. [e]	78	75	10.856 [h]	18.617 [h]	2
43 Uruguai	39	0,847	79,2	71,9	.. [l]	.. [m]	95 [f, g]	84 [f, g]	6.764 [h]	12.240 [h]	0
44 Croácia	40	0,844	78,6	71,6	97,1	99,3	75 [g]	72 [g]	9.872	14.690	0
45 Letónia	41	0,843	77,2	66,1	99,7 [e]	99,8 [e]	97	84	9.530	14.171	0
46 Catar	..	..	76,2	71,4	88,6	89,1	82	71	..	..	..
47 Seicheles	..	..	..	..	92,3	91,4	82	77	..	..	..
48 Costa Rica	42	0,831	80,8	76,0	95,1	94,7	69 [f, g]	67 [f, g]	5.969	12.878	0
49 Emirados Árabes Unidos	43	0,829	81,1	76,7	.. [l]	.. [m]	68 [f, g]	54 [f, g]	7.630 [h]	31.788 [h]	0
50 Cuba	..	..	79,5	75,8	99,8 [e]	99,8 [e]	81 [g]	79 [g]	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	81	78	..	..	..
52 Baamas	..	..	73,4	67,1	..	..	66 [f]	65 [f]	14.414 [h]	20.459 [h]	..
53 México	45	0,812	77,8	72,8	89,6	92,4	76	75	5.594	14.202	-1

QUADRO 24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
	Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
54 Bulgária	44	0,814	75,8	69,1	97,7	98,7	81	81	6.406	9.855	1
55 Tonga	46	0,809	73,7	71,1	99,0 [k]	98,8 [k]	81 [f]	79 [f]	5.026 [h]	10.606 [h]	0
56 Omã	57	0,785	76,0	73,1	73,5	86,8	68 [f]	69 [f]	4.273 [h]	23.676 [h]	-10
57 Trindade e Tobago	48	0,805	72,8	67,0	.. [l]	.. [m]	68	66	7.766 [h]	16.711 [h]	0
58 Panamá	47	0,806	77,6	72,5	91,2	92,5	83	76	5.219	9.300	2
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roménia	49	0,804	75,2	68,0	96,3	98,4	77	73	6.723	10.325	1
61 Malásia	51	0,795	75,8	71,1	85,4	92,0	76 [g]	70 [g]	5.391	15.015	0
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	77,0	71,5	94,4	99,0	..	..	5.568 [h]	8.582 [h]	..
63 Maurícia	53	0,792	75,8	69,0	80,5	88,4	74 [f]	75 [f]	6.948 [h]	17.173 [h]	-1
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	76,4	71,8	..	..	98 [f, g]	91 [f, g]	..	..	..
65 Federação da Rússia	50	0,795	72,0	58,9	99,2 [e]	99,7 [e]	92 [f]	84 [f]	7.735 [h]	12.401 [h]	3
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	54	0,791	76,5	71,5	94,1	98,2	71	69	4.286 [h]	8.943 [h]	0
67 Bielorrússia	52	0,793	74,1	62,5	99,4 [e, k]	99,8 [e, k]	90	86	5.510 [h]	8.632 [h]	3
68 Domínica	..	..	..	..	..	..	84	81	..	..	..
69 Brasil	55	0,789	74,8	67,0	88,8	88,4	88 [g]	84 [g]	6.004	10.447	1
70 Colômbia	56	0,787	75,6	69,6	92,7	92,9	74	71	5.356	9.202	1
71 Santa Lúcia	..	..	74,1	71,0	..	..	80	72	4.308 [h]	8.399 [h]	..
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	60	0,780	76,1	70,2	92,7	93,3	76 [f, g]	73 [f, g]	4.083 [h]	7.982 [h]	-2
73 Albânia	59	0,780	76,9	71,1	98,3	99,2	67 [g]	69 [g]	3.487 [h]	6.492 [h]	0
74 Tailândia	58	0,781	74,0	66,7	90,5	94,9	74	73	6.036	10.214	2
75 Samoa (Ocidental)	63	0,770	73,9	67,5	.. [l]	.. [m]	76 [f]	72 [f]	3.046 [h]	7.980 [h]	-2
76 Arábia Saudita	72	0,744	74,2	70,3	69,3	87,1	58 [f]	59 [f]	3.486 [h]	22.617 [h]	-10
77 Ucrânia	62	0,771	72,4	60,1	99,2 [e]	99,7 [e]	87	83	4.535	8.583	1
78 Líbano	..	..	74,4	70,1	..	..	85	82	2.786 [h]	9.011 [h]	..
79 Cazaquistão	61	0,772	69,1	58,0	99,3 [e, k]	99,8 [e, k]	93	89	5.799	9.222	3
80 Arménia	65	0,765	74,8	68,1	99,2 [e]	99,7 [e]	77	71	3.222 [h]	5.105 [h]	0
81 China	64	0,765	73,7	70,2	86,5	95,1	70 [f]	71 [f]	4.561 [h]	7.159 [h]	2
82 Peru	67	0,759	72,9	67,8	82,1	93,5	88 [f]	85 [f]	3.294	8.036	0
83 Equador	..	..	77,5	71,6	89,7	92,3	..	..	2.796 [h]	5.123 [h]	..
84 Filipinas	66	0,761	72,8	68,6	92,7	92,5	84	79	3.449	5.763	2
85 Granada	..	..	..	..	..	..	75 [f]	71 [f]	..	..	..
86 Jordânia	69	0,747	73,2	70,2	84,7	95,1	80	78	2.143	7.038	0
87 Tunísia	73	0,744	75,6	71,4	65,3	83,4	77 [f]	74 [f]	3.421 [h]	12.046 [h]	-3
88 São Vicente e Granadinas	..	..	74,1	68,5	..	..	67	68	4.300 [h]	8.513 [h]	..
89 Suriname	..	..	72,7	66,1	87,2	92,0	77 [f, g]	68 [f, g]	..	..	..
90 Fiji	..	..	70,3	65,9	..	..	76 [f]	74 [f]	3.921 [h]	8.142 [h]	..
91 Paraguai	..	..	73,5	68,9	..	..	70 [f, g]	69 [f, g]	2.789	6.806	..
92 Turquia	71	0,745	71,3	66,6	79,6	95,3	63	75	4.038	11.408	0
93 Sri Lanca	68	0,749	77,0	71,7	89,1	92,3	64 [f, g]	63 [f, g]	2.561	6.158	4
94 República Dominicana	70	0,745	71,3	64,1	87,2	86,8	78 [f]	70 [f]	4.376 [h]	10.461 [h]	3
95 Belize	..	..	74,4	69,5	..	..	81	81	3.760 [h]	9.674 [h]	..
96 Irão, Rep. Islâmica do	74	0,736	72,3	69,2	70,4	83,5	70 [f]	74 [f]	4.122 [h]	10.830 [h]	0
97 Geórgia	..	..	74,4	66,6	..	..	76	75	1.561	4.273	..
98 Maldivas	..	..	66,6	67,4	96,4	96,2	69 [f]	68 [f]	..	..	..
99 Azerbaijão	75	0,733	70,6	63,3	98,2 [k]	99,5 [k]	67	69	3.262 [h]	5.096 [h]	0
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	74,2	71,1	88,0	96,7	83 [f]	80 [f]	..	..	..
101 El Salvador	76	0,725	74,1	68,0	.. [l]	.. [m]	69 [f]	70 [f]	3.077	7.074	0
102 Argélia	79	0,713	72,7	70,1	60,1	79,6	73	73	3.259 [h]	9.888 [h]	-2
103 Guiana	..	..	66,7	60,6	..	..	78 [f, g]	78 [f, g]	2.615 [h]	6.375 [h]	..
104 Jamaica	77	0,721	72,5	69,0	85,9 [k]	74,1 [k]	79 [f]	75 [f]	3.027 [h]	5.327 [h]	1
105 Turquemenistão	..	..	66,9	58,4	98,3 [k]	99,3 [k]	..	..	3.425 [h]	5.385 [h]	..
106 Cabo Verde	78	0,714	73,5	67,3	.. [l]	.. [m]	67	67	3.045 [h]	8.641 [h]	1

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
	Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
107 República Árabe Síria	82	0,702	75,4	71,8	73,6	86,0	60 [f]	65 [f]	1.794 [h]	5.402 [h]	-2
108 Indonésia	81	0,704	69,2	65,3	86,8	94,0	67	70	2.257 [h]	4.963 [h]	0
109 Vietname	80	0,708	72,9	68,8	86,9 [k]	93,9 [k]	61 [f]	65 [f]	2.271 [h]	3.220 [h]	2
110 Quirguizistão	83	0,701	71,3	62,9	98,1 [k]	99,3 [k]	80	77	1.422 [h]	2.464 [h]	0
111 Egipto	..	..	72,4	68,0	59,4	83,0	..	..	1.588	6.817	..
112 Nicarágua	88	0,684	72,4	67,6	76,6	76,8	71 [f]	69 [f]	1.747 [h]	5.524 [h]	-4
113 Usbequistão	84	0,694	69,9	63,4	.. [l]	.. [m]	72 [f]	75 [f]	1.398 [h]	2.346 [h]	1
114 Moldávia, República da	85	0,692	71,7	64,4	97,7	99,1	73	68	1.349 [h]	2.143 [h]	1
115 Bolívia	86	0,687	66,5	62,3	80,7	93,1	83 [f]	89 [f]	1.983 [h]	3.462 [h]	1
116 Mongólia	87	0,685	66,5	62,5	97,5	98,0	83	72	1.379 [h]	2.730 [h]	1
117 Honduras	89	0,676	70,2	66,1	80,2	79,8	74 [f]	68 [f]	1.771 [h]	3.964 [h]	0
118 Guatemala	90	0,659	71,3	63,9	63,3	75,4	63 [f]	69 [f]	2.130 [h]	6.604 [h]	0
119 Vanuatu	..	..	70,9	67,2	..	..	61 [f]	66 [f]	2.468 [h]	3.612 [h]	..
120 Guiné Equatorial	93	0,639	43,3	42,3	80,5	93,4	52 [f, g]	64 [f, g]	11.491 [h]	26.967 [h]	-2
121 África do Sul	92	0,646	48,2	45,7	80,9 [k]	84,1 [k]	77 [g]	76 [g]	7.014 [h]	15.521 [h]	0
122 Tajiquistão	91	0,648	66,4	61,2	99,2 [e]	99,7 [e]	65	77	876 [h]	1.530 [h]	2
123 Marrocos	95	0,615	72,2	67,8	39,6	65,7	54	62	1.742 [h]	6.907 [h]	-1
124 Gabão	..	..	54,7	53,4	..	..	68 [f, g]	72 [f, g]	4.814 [h]	8.449 [h]	..
125 Namíbia	94	0,622	47,5	46,8	83,5	86,8	69 [g]	66 [g]	5.416 [h]	9.455 [h]	1
126 Índia	96	0,591	65,3	62,1	47,8	73,4	58 [f]	66 [f]	1.471 [h]	4.723 [h]	0
127 São Tomé e Príncipe	..	..	64,2	62,1	..	..	63	64	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	63,3	61,9	..	..	45 [f, g]	49 [f, g]	1.202 [h]	2.387 [h]	..
129 Camboja	97	0,578	60,1	52,7	64,1	84,7	55 [f, g]	65 [f, g]	2.077 [h]	2.793 [h]	0
130 Mianmar	..	..	63,5	57,8	86,4	93,9	50 [f]	48 [f]	..	..	..
131 Botsuana	98	0,555	34,8	34,9	81,8	80,4	72 [f]	69 [f]	5.322	14.738	0
132 Comores	99	0,550	65,8	61,5	.. [l]	.. [m]	42 [f]	50 [f]	1.306 [h]	2.576 [h]	0
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	100	0,545	56,3	53,8	60,9	77,0	55	66	1.328 [h]	2.579 [h]	0
134 Paquistão	105	0,513	63,6	63,2	36,0	63,0	32	44	977 [h]	3.403 [h]	-4
135 Butão	..	..	64,6	62,2	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	101	0,528	57,4	56,5	49,8	66,4	44 [f]	50 [f]	1.860 [h]	2.611 [h]	1
137 Bangladeche	102	0,524	64,2	62,5	.. [l]	.. [m]	58 [g]	56 [g]	1.170 [h]	2.540 [h]	1
138 Nepal	106	0,513	62,4	61,6	34,9	62,7	52 [g]	62 [g]	995 [h]	1.993 [h]	-2
139 Papuásia-Nova Guiné	103	0,521	56,3	55,2	50,9	63,4	38 [f, g]	43 [f, g]	2.127 [h]	2.934 [h]	2
140 Congo	104	0,519	53,5	51,0	.. [l]	.. [m]	49 [f]	55 [f]	652 [h]	1.310 [h]	2
141 Sudão	110	0,492	58,0	55,1	51,8 [n]	71,1 [n]	34 [f]	39 [f]	778 [h]	3.105 [h]	-3
142 Timor-Leste	..	..	57,1	54,9	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	107	0,507	56,9	54,3	65,3	76,5	55 [f]	58 [f]	704 [h]	1.012 [h]	1
144 Camarões	109	0,497	46,2	45,1	59,8	77,0	56 [f]	69 [f]	1.435 [h]	2.921 [h]	0
145 Uganda	108	0,498	48,8	47,9	57,7	76,8	65	67	1.216 [h]	1.741 [h]	2
146 Suazilândia	114	0,479	31,3	31,3	78,3	80,9	57 [f, g]	59 [f, g]	2.576	8.936	-3
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147 Togo	116	0,476	56,4	52,6	38,5	68,7	46 [f]	64 [f]	927 [h]	2.159 [h]	-4
148 Djibuti	..	..	54,1	51,8	..	..	21	27	1.305 [h]	2.681 [h]	..
149 Lesoto	112	0,486	36,2	34,0	90,3	73,7	66 [f]	65 [f]	1.848 [h]	3.506 [h]	1
150 Iémen	117	0,462	62,4	59,7	.. [l]	.. [m]	42 [f]	68 [f]	397 [h]	1.346 [h]	-3
151 Zimbabué	113	0,483	36,0	37,2	.. [l]	.. [m]	51 [f, g]	54 [f, g]	1.527 [h]	2.613 [h]	2
152 Quénia	111	0,487	46,5	48,5	70,2	77,7	58 [f]	62 [f]	1.037	1.242	5
153 Mauritânia	115	0,478	54,7	51,5	43,4	59,5	44	47	1.295 [h]	2.601 [h]	2
154 Haiti	..	..	52,7	51,3	..	..	..	..	1.283 [h]	2.465 [h]	..
155 Gâmbia	..	..	57,5	54,7	..	..	50 [f]	51 [f]	1.378 [h]	2.615 [h]	..
156 Senegal	118	0,451	57,2	54,8	29,2	51,1	36 [f]	41 [f]	1.200 [h]	2.243 [h]	0
157 Eritreia	..	..	56,1	52,3	..	..	29	41	557	1.414	..
158 Ruanda	119	0,449	45,8	42,6	59,8	71,4	52	52	1.083 [h]	1.454 [h]	0
159 Nigéria	120	0,443	43,5	43,2	.. [l]	.. [m]	50 [f]	60 [f]	669 [h]	1.628 [h]	0

QUADRO 24

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
		Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
160	Guiné	121	0,434	54,2	53,6	18,1	42,6	35	49	1.764 [h]	2.576 [h]	0
161	Angola	122	0,431	42,5	39,6	54,2	82,9	24 [f, g]	28 [f, g]	1.670 [h]	2.706 [h]	0
162	Tanzânia, Rep. U. da	123	0,426	46,2	45,6	62,2	77,5	47 [f]	49 [f]	569 [h]	781 [h]	0
163	Benim	124	0,412	55,0	53,5	23,3	47,9	41 [f]	58 [f]	702 [h]	1.475 [h]	0
164	Costa do Marfim	125	0,401	46,7	45,2	38,6	60,8	32 [f, g]	47 [f, g]	749 [h]	2.324 [h]	0
165	Zâmbia	126	0,396	37,1	38,2	59,8 [k]	76,3 [k]	52 [f]	56 [f]	670 [h]	1.216 [h]	0
166	Malawi	127	0,394	39,6	40,0	54,0 [k]	74,9 [k]	64 [f]	65 [f]	547 [h]	747 [h]	0
167	Congo, Rep. Dem.	130	0,378	44,5	42,5	54,1	80,9	24 [f, g]	30 [f, g]	482 [h]	931 [h]	-2
168	Moçambique	128	0,387	42,3	41,0	.. [l]	.. [m]	44	53	1.110 [h]	1.372 [h]	1
169	Burundi	129	0,380	44,9	43,0	52,2	67,3	32	40	594 [h]	765 [h]	1
170	Etiópia	..	..	48,8	46,8	..	..	30	42	570 [h]	944 [h]	..
171	Chade	131	0,350	44,7	42,6	12,8	40,8	25 [f]	44 [f]	1.644 [h]	2.545 [h]	0
172	República Centro-Africana	132	0,336	39,8	38,4	33,5	64,8	23 [f, g]	36 [f, g]	836 [h]	1.367 [h]	0
173	Guiné-Bissau	..	..	46,2	43,4	..	..	29 [f, g]	45 [f, g]	487 [h]	963 [h]	..
174	Burquina Faso	133	0,335	48,6	47,2	15,2	29,4	23 [f]	30 [f]	930 [h]	1.405 [h]	0
175	Mali	134	0,329	48,7	47,4	11,9 [k]	26,7 [k]	30 [f]	40 [f]	800 [h]	1.197 [h]	0
176	Serra Leoa	135	0,317	42,4	39,6	24,4	46,9	55 [f]	75 [f]	353 [h]	775 [h]	0
177	Níger	136	0,292	44,7	44,6	15,1	42,9	18	25	560 [h]	989 [h]	0

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

b Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução.

c Devido à falta de dados sobre o rendimento desagregado por sexos, os rendimentos auferidos femininos e masculinos foram estimados, de forma grosseira, com base nos dados do rácio entre salários não agrícolas femininos e masculinos, das parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, da população total feminina e masculina e do PIB per capita em dólares PPC dos EUA (ver Nota técnica 1). As estimativas são baseadas em dados do ano mais recente disponível entre 1991-2004, salvo indicação em contrário.

d As posições do IDH utilizadas nesta coluna são recalculadas para o universo dos 136 países com valores IDG. Um valor positivo indica que a ordenação IDG é melhor do que a do IDH; e um valor negativo indica o contrário.

e Com o fim de calcular o IDG, foi aplicado um valor de 99.0%.

f Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

g Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

h Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

i Statec 2006.

j Com o fim de calcular o IDG, foi aplicado um valor de 40.000 dólares (PPC).

k Os dados referem-se ao ano mais recente entre 1995-99.

l Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2005, baseadas em informações desactualizadas de censos ou inquéritos e devem ser interpretadas com precaução: Bangladeche 33,1, Cabo Verde 70,8, Comores 49,7, Congo 80,8, El Salvador 78,8, Moçambique 35,6, Nigéria 64,2, Samoa (Ocidental) 98,4, Trindade e Tobago 98,3, Emirados Árabes Unidos 82,7, Uruguai 98,4, Usbequistão 99,1 e lémen 33,4 e Zimbabué 86,3.

m Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2005, baseadas em informações desactualizadas de censos ou inquéritos e devem ser interpretadas com precaução: Bangladeche 52,7, Cabo Verde 86,6, Comores 63,9, Congo 91,2, El Salvador 83,6, Moçambique 65,7, Nigéria 96,9, Samoa (Ocidental) 98,9, Trindade e Tobago 99,2, Emirados Árabes Unidos 76,8, Uruguai 97,5, Usbequistão 99,6 e lémen 72,5 e Zimbabué 93,8.

n Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores IDG da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-10; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Colunas 3 e 4: ONU 2005a, salvo indicação em contrário.

Colunas 5 e 6: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a, salvo indicação em contrário.

Colunas 7 e 8: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c, salvo indicação em contrário.

Colunas 9 e 10: salvo indicação em contrário, são calculadas com base nos dados do PIB per capita (dólares PPC) e da população de World Bank 2006; dados sobre salários da OIT 2006b; dados sobre população economicamente activa da OIT 2005a.

Coluna 11: calculada com base nas posições IDH recalculadas e nas posições do IDG da coluna 1.

Posições IDG para 136 países

1 Noruega
2 Islândia
3 Austrália
4 Irlanda
5 Suécia
6 Luxemburgo
7 Canadá
8 Estados Unidos
9 Países Baixos
10 Suíça
11 Finlândia
12 Bélgica
13 Japão
14 França
15 Dinamarca
16 Reino Unido
17 Áustria
18 Itália
19 Espanha
20 Nova Zelândia
21 Alemanha
22 Israel
23 Grécia
24 Eslovénia
25 Coreia, Rep. da
26 Portugal
27 Chipre
28 República Checa
29 Malta
30 Hungria
31 Koweit
32 Argentina
33 Polónia
34 Estónia
35 Lituânia
36 Eslováquia
37 Chile
38 Barém
39 Uruguai
40 Croácia
41 Letónia
42 Costa Rica
43 Emirados Árabes Unidos
44 Bulgária
45 México
46 Tonga
47 Panamá
48 Trindade e Tobago
49 Roménia
50 Federação da Rússia
51 Malásia
52 Bielorrússia
53 Maurícia
54 Macedónia, antiga República jugoslava da
55 Brasil
56 Colômbia
57 Omã
58 Tailândia
59 Albânia
60 Venezuela, Rep. Bolivariana
61 Cazaquistão
62 Ucrânia
63 Samoa (Ocidental)
64 China
65 Arménia
66 Filipinas
67 Peru
68 Sri Lanca
69 Jordânia
70 Rep. Dominicana
71 Turquia
72 Arábia Saudita
73 Tunísia
74 Irão, Rep. Islâmica do
75 Azerbaijão
76 El Salvador
77 Jamaica
78 Cabo Verde
79 Argélia
80 Vietname
81 Indonésia
82 República, Árabe Síria
83 Quirguizistão
84 Usbequistão
85 Moldávia, República da
86 Bolívia
87 Mongólia
88 Nicarágua
89 Honduras
90 Guatemala
91 Tajiquistão
92 África do Sul
93 Guiné Equatorial
94 Namíbia
95 Marrocos
96 Índia
97 Camboja
98 Botsuana
99 Comores
100 Laos, República Dem. Popular do
101 Gana
102 Bangladeche
103 Papuásia-Nova Guiné
104 Congo
105 Paquistão
106 Nepal
107 Madagáscar
108 Uganda
109 Camarões
110 Sudão
111 Quénia
112 Lesoto
113 Zimbabué
114 Suazilândia
115 Mauritânia
116 Togo
117 Iémen
118 Senegal
119 Ruanda
120 Nigéria
121 Guiné
122 Angola
123 Tanzânia, República U. da
124 Benim
125 Costa do Marfim
126 Zâmbia
127 Malawi
128 Moçambique
129 Burundi
130 Congo, República Dem.
131 Chade
132 República Centro-Africana
133 Burquina Faso
134 Mali
135 Serra Leoa
136 Níger

QUADRO 25

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO						
1 Noruega	1	0,932	37,9	29	50	0,75
2 Islândia	3	0,866	33,3	29	55	0,71
3 Austrália	8	0,833	28,3	37	55	0,70
4 Irlanda	17	0,753	14,2	29	51	0,51
5 Suécia	2	0,883	45,3	31	51	0,81
6 Canadá	11	0,810	24,3	36	56	0,63
7 Japão	42	0,557	10,7	10	46	0,44
8 Estados Unidos	12	0,808	15,0	42	55	0,62
9 Suíça	14	0,797	24,8	27	46	0,61
10 Países Baixos	7	0,844	34,2	26	48	0,63
11 Finlândia	6	0,853	37,5	28	54	0,71
12 Luxemburgo	..	..	23,3	..	..	0,49
13 Bélgica	5	0,855	35,7	30	48	0,63
14 Áustria	10	0,815	32,2	28	46	0,44
15 Dinamarca	4	0,861	36,9	25	52	0,73
16 França	..	..	13,9	..	..	0,64
17 Itália	24	0,653	16,1	21	45	0,46
18 Reino Unido	16	0,755	18,5	33	46	0,65
19 Espanha	15	0,776	30,5	32	47	0,50
20 Nova Zelândia	13	0,797	32,2	36	52	0,70
21 Alemanha	9	0,816	30,5	35	50	0,58
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	27	40	0,49
23 Israel	23	0,656	14,2	29	54	0,64
24 Grécia	29	0,614	13,0	27	49	0,55
25 Singapura	18	0,707	18,9	26	45	0,51
26 República da Coreia	53	0,502	13,4	7	38	0,46
27 Eslovénia	32	0,603	10,8	34	57	0,61
28 Portugal	20	0,681	21,3	32	52	0,59
29 Chipre	38	0,584	14,3	15	45	0,59
30 República Checa	28	0,615	15,7	28	52	0,51
31 Barbados	..	..	17,6	43	52	..
32 Malta	58	0,493	9,2	16	39	0,48
33 Koweit	..	..	1,5	..	..	0,37
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	.. [d]	..	..	..
35 Hungria	41	0,560	10,4	34	61	0,64
36 Argentina	19	0,697	36,5	25	55	0,53
37 Polónia	30	0,610	19,1	34	61	0,59
38 Chile	52	0,506	12,7	24	52	0,39
39 Barém	..	..	7,5	..	..	0,33
40 Estónia	31	0,608	18,8	35	67	0,62
41 Lituânia	25	0,635	22,0	42	68	0,69
42 Eslováquia	34	0,599	16,7	32	61	0,58
43 Uruguai	50	0,513	10,8	35	53	0,55
44 Croácia	33	0,602	21,7	23	52	0,67
45 Letónia	27	0,621	21,0	42	64	0,67
46 Catar	..	..	0,0	..	..	..
47 Seicheles	..	..	29,4	..	..	..
48 Costa Rica	21	0,675	38,6	26	40	0,46
49 Emirados Árabes Unidos	70	0,353	0,0	8	25	0,24
50 Cuba	..	..	36,0	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	0,0	..	..	..
52 Baamas	..	..	26,8	40	..	0,70
53 México	35	0,597	25,0	25	42	0,39

QUADRO 25

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
54	Bulgária	37	0,595	22,1	33	61	0,65
55	Tonga	..	..	3,3	..	..	0,47
56	Omã	..	..	7,8	..	..	0,18
57	Trindade e Tobago	22	0,660	25,4	38	54	0,46
58	Panamá	40	0,568	16,7	39	51	0,56
59	Antígua e Barbuda	..	..	13,9	..	..	..
60	Roménia	59	0,492	10,7	29	57	0,65
61	Malásia	55	0,500	13,1	23	40	0,36
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	12,3	..	..	0,65
63	Maurícia	..	..	17,1	..	..	0,40
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	4,7	..	..	..
65	Federação da Rússia	62	0,482	8,0	38	64	0,62
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	43	0,554	19,2	28	53	0,48
67	Bielorrússia	..	..	29,8	..	..	0,64
68	Domínica	..	..	12,9	..	..	..
69	Brasil	61	0,486	9,1	34	53	0,57
70	Colômbia	51	0,506	10,8 [e]	38	50	0,58
71	Santa Lúcia	..	..	17,2	..	..	0,51
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	46	0,532	18,0	27	61	0,51
73	Albânia	..	..	7,1	..	..	0,54
74	Tailândia	60	0,486	10,7	28	53	0,59
75	Samoa (Ocidental)	..	..	4,1	..	..	0,38
76	Arábia Saudita	74	0,242	0,0	31	6	0,15
77	Ucrânia	63	0,455	7,1	43	60	0,53
78	Líbano	..	..	4,7	..	..	0,31
79	Cazaquistão	..	..	8,6	..	..	0,63
80	Arménia	..	..	5,3	..	..	0,63
81	China	..	..	20,3	..	..	0,64
82	Peru	39	0,580	29,0	19	44	0,41
83	Equador	49	0,524	16,0	34	49	0,55
84	Filipinas	45	0,533	15,8	58	61	0,60
85	Granada	..	..	28,6	..	..	..
86	Jordânia	..	..	7,9	..	..	0,30
87	Tunísia	..	..	19,3	..	..	0,28
88	São Vicente e Granadinas	..	..	18,2	..	..	0,51
89	Suriname	..	..	25,5	28	51	..
90	Fiji	..	..	11,7	..	..	0,48
91	Paraguai	..	..	9,6	..	..	0,41
92	Turquia	72	0,289	4,4	7	31	0,35
93	Sri Lanca	69	0,372	4,9	21	46	0,42
94	República Dominicana	..	..	15,4 [e]	..	50	0,42
95	Belize	57	0,495	11,9	31	52	0,39
96	Irão, Rep. Islâmica do	71	0,326	4,1	13	33	0,38
97	Geórgia	64	0,407	9,4	26	63	0,37
98	Maldivas	..	..	12,0	15	40	..
99	Azerbaijão	..	..	12,3	..	..	0,64
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	11	35	..
101	El Salvador	48	0,529	16,7	33	45	0,43
102	Argélia	..	..	5,3	..	..	0,33
103	Guiana	..	..	30,8	..	..	0,41
104	Jamaica	..	..	13,6	..	..	0,57
105	Turquemenistão	..	..	16,0	..	..	0,64
106	Cabo Verde	..	..	15,3	..	..	0,35

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
	Ordem	Valor	(% do total)	(% do total)	(% do total)	
107 República Árabe Síria	..	..	12,0	..	..	0,33
108 Indonésia	..	..	11,3	..	..	0,45
109 Vietname	..	..	27,3	..	..	0,71
110 Quirguizistão	..	..	0,0	..	..	0,58
111 Egipto	73	0,262	3,8	9	30	0,23
112 Nicarágua	..	..	20,7	..	..	0,32
113 Usbequistão	..	..	16,4	..	..	0,60
114 Moldávia, República da	44	0,544	21,8	39	66	0,63
115 Bolívia	56	0,499	14,6	36	40	0,57
116 Mongólia	65	0,388	6,6	30	66	0,51
117 Honduras	47	0,530	23,4	22	36	0,45
118 Guatemala	..	..	8,2	..	..	0,32
119 Vanuatu	..	..	3,8	..	..	0,68
120 Guiné Equatorial	..	..	18,0	..	..	0,43
121 África do Sul	..	..	32,8 [f]	..	..	0,45
122 Tajiquistão	..	..	19,6	..	..	0,57
123 Marrocos	..	..	6,4	..	..	0,25
124 Gabão	..	..	11,9	..	..	0,57
125 Namíbia	26	0,623	26,9	30	55	0,57
126 Índia	..	..	9,2	..	..	0,31
127 São Tomé e Príncipe	..	..	7,3	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	0,0	..	..	0,50
129 Camboja	68	0,373	11,4	14	33	0,74
130 Mianmar	..	..	.. [g]	..	..	..
131 Botsuana	54	0,501	11,1	31	53	0,36
132 Comores	..	..	3,0	..	..	0,51
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	..	22,9	..	..	0,52
134 Paquistão	66	0,377	20,4	2	26	0,29
135 Butão	..	..	9,3	..	..	..
136 Gana	..	..	10,9	..	..	0,71
137 Bangladeche	67	0,374	14,8 [h]	23	12	0,46
138 Nepal	..	..	6,7	..	..	0,50
139 Papuásia-Nova Guiné	..	..	0,9	..	..	0,73
140 Congo	..	..	10,1	..	..	0,50
141 Sudão	..	..	13,6	..	..	0,25
142 Timor-Leste	..	..	25,3 [i]	..	..	..
143 Madagáscar	..	..	8,4	..	..	0,70
144 Camarões	..	..	8,9	..	..	0,49
145 Uganda	..	..	28,8	..	..	0,70
146 Suazilândia	..	..	16,8	..	..	0,29
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO						
147 Togo	..	..	8,6	..	..	0,43
148 Djibuti	..	..	10,8	..	..	0,49
149 Lesoto	..	..	17,0	..	..	0,53
150 Iémen	75	0,128	0,7	4	15	0,30
151 Zimbabué	..	..	20,8	..	..	0,58
152 Quénia	..	..	7,3	..	..	0,83
153 Mauritânia	..	..	.. [j]	..	..	0,50
154 Haiti	..	..	6,2	..	..	0,52
155 Gâmbia	..	..	13,2	..	..	0,53
156 Senegal	..	..	19,2	..	..	0,53
157 Eritreia	..	..	22,0	..	..	0,39
158 Ruanda	..	..	45,3	..	..	0,74
159 Nigéria	..	..	5,8	..	..	0,41

QUADRO 25 Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
160	Guiné	..	..	19,3	..	..	0,68
161	Angola	..	..	15,0	..	..	0,62
162	Tanzânia, Rep. U. da	36	0,597	30,4	49	32	0,73
163	Benim	..	..	7,2	..	..	0,48
164	Costa do Marfim	..	..	8,5	..	..	0,32
165	Zâmbia	..	..	12,7	..	..	0,55
166	Malawi	..	..	13,6	..	..	0,73
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	10,2	..	..	0,52
168	Moçambique	..	..	34,8	..	..	0,81
169	Burundi	..	..	31,7	..	..	0,78
170	Etiópia	..	..	21,4	..	..	0,60
171	Chade	..	..	6,5	..	..	0,65
172	República Centro-Africana	..	..	10,5	..	..	0,61
173	Guiné-Bissau	..	..	14,0	..	..	0,51
174	Burquina Faso	..	..	11,7	..	..	0,66
175	Mali	..	..	10,2	..	..	0,67
176	Serra Leoa	..	..	14,5	..	..	0,45
177	Níger	..	..	12,4	..	..	0,57

NOTAS

a Os dados são a partir de 31 de Maio de 2006. Onde existem câmaras alta e baixa, os dados referem-se à média ponderada da parcela dos assentos das mulheres em ambas as câmaras.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível entre 1992-2004. As estimativas para os países que implementaram a recente Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88) não são exactamente comparáveis com as dos países que utilizaram a classificação anterior (CITO-68).

c Calculado com base em dados das colunas 9 e 10 da tabela 24. As estimativas são baseadas em dados do ano mais recente disponível entre 1991-2004.

d Actualmente não tem um parlamento.

e Os dados são a partir de 1 de Março de 2005.

f Não incluem os 36 deputados rotativos especiais da câmara alta, designados numa base ad hoc. As percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos 54 assentos permanentes.

g O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado, nem autorizado a reunir, e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.

h Em 2004, o número de assentos no parlamento aumentou de 300 para 345, com os adicionais 45 assentos reservados para mulheres e preenchidos em Setembro e Outubro de 2005.

i O objectivo das eleições realizadas a 30 de Agosto de 2001 foi a eleição dos membros da Assembleia Constituinte de Timor-Leste. A Assembleia transformou-se em Parlamento Nacional a 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem novas eleições.

j O Parlamento da Mauritânia foi suspenso no seguimento de um golpe de Estado em Agosto de 2005.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores MPG da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: calculada com base nos dados dos assentos parlamentares de IPU 2006a, 2006C.

Colunas 4 e 5: calculadas com base em dados ocupacionais da OIT 2006b.

Coluna 6: calculada com base nos dados das colunas 9-10 do quadro 24.

QUADRO 26

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH		Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
		Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	..	..	..	..	99	1,00	97	1,01	98	1,54
2	Islândia	..	..	..	..	98 [g]	0,98 [g]	88 [g]	1,04 [g]	79 [g]	1,78 [g]
3	Austrália	..	..	..	..	96	1,01	86 [g]	1,01 [g]	80	1,23
4	Irlanda	..	..	..	..	96	1,00	89	1,06	66	1,28
5	Suécia	..	..	..	..	99	1,00	100	1,03	102	1,55
6	Canadá	..	..	..	..	100 [g, h]	1,00 [g, h]	94 [i]	0,99 [i]	70 [j]	1,36 [j]
7	Japão	..	..	..	..	100	1,00	100 [g, k]	1,01 [g, k]	51	0,89
8	Estados Unidos	..	..	..	..	91	0,96	91	1,02	96	1,39
9	Suíça	..	..	..	..	94	1,00	80	0,93	42	0,80
10	Países Baixos	..	..	..	..	98	0,99	90	1,01	62	1,08
11	Finlândia	..	..	..	..	99	1,00	94	1,01	98	1,20
12	Luxemburgo	..	..	..	..	91	1,00	82	1,07	13 [g]	1,18 [g]
13	Bélgica	..	..	..	..	99	1,00	97 [g, l]	1,01 [g, l]	69	1,21
14	Áustria	..	..	..	..	..	..	..	..	54	1,19
15	Dinamarca	..	..	..	..	100	1,00	94	1,03	87	1,42
16	França	..	..	..	..	99	1,00	97	1,02	63	1,28
17	Itália	98,0	99	99,8	100	99	1,00	93	1,02	72	1,34
18	Reino Unido	..	..	..	..	99	1,00	97	1,03	70	1,37
19	Espanha	..	..	..	..	99	0,99	99	1,04	72	1,22
20	Nova Zelândia	..	..	..	..	99	1,00	96	1,03	74	1,41
21	Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	90 [m]	0,95 [m]	77 [m]	0,97 [m]	32	0,97
23	Israel	95,9	97	99,6	100	98	1,01	89	1,00	65	1,33
24	Grécia	94,2	96	99,0	100	99	0,99	88	1,04	86	1,17
25	Singapura	88,6	92	99,6	100	..	..	..	..	..	..
26	República da Coreia	..	..	..	..	99	0,99	88	1,00	67	0,61
27	Eslovénia	..	..	..	..	98	1,00	95	1,00	86	1,38
28	Portugal	..	..	..	..	99	0,99	87 [l]	1,11 [l]	65	1,32
29	Chipre	95,1	96	99,8	100	96 [m]	1,00 [m]	95 [m]	1,03 [m]	36 [m]	0,98 [m]
30	República Checa	..	..	..	..	..	..	..	..	45	1,10
31	Barbados	..	..	..	..	97	0,99	98	1,05	54 [h]	2,47 [h]
32	Malta	89,2 [n]	103 [n]	97,8 [n]	104 [n]	94	1,00	90	1,06	30	1,33
33	Koweit	91,0	96	99,8	100	87 [g]	1,03 [g]	80 [g, j]	1,05 [g, j]	33 [g]	2,72 [g]
34	Estado do Brunei Darussalam	90,2	95	98,9	100	..	..	..	..	17 [g]	1,74 [g]
35	Hungria	..	..	..	..	88	0,99	90 [g]	0,99 [g]	70	1,40
36	Argentina	97,2	100	99,1	100	98 [l]	0,99 [l]	82 [l]	1,07 [l]	77 [l]	1,51 [l]
37	Polónia	..	..	..	..	98	1,00	92	1,03	72	1,41
38	Chile	95,6	100	99,2	100	..	..	..	..	42	0,95
39	Barém	83,6	94	97,3	100	97	1,01	93	1,07	45 [g]	1,84 [g]
40	Estónia	99,8	100	99,8	100	94	1,00	91	1,03	82	1,68
41	Lituânia	99,6	100	99,7	100	89	1,00	93	1,01	89	1,55
42	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	40	1,22
43	Uruguai	..	..	..	..	..	..	..	..	53 [g, l]	2,04 [g, l]
44	Croácia	97,1	98	99,7	100	87 [l]	0,99 [l]	86 [l]	1,02 [l]	42 [l]	1,19 [l]
45	Letónia	99,7	100	99,8	100	..	..	..	..	94	1,72
46	Catar	88,6	99	97,5	103	94	0,99	86	0,98	34	3,67
47	Seicheles	92,3	101	99,4	101	97 [m]	1,01 [m]	96 [m]	1,07 [m]	..	..
48	Costa Rica	95,1	100	98,0	101	..	..	..	..	28	1,26
49	Emirados Árabes Unidos	..	..	..	..	70	0,97	64	1,06	40 [g, l]	3,24 [g, l]
50	Cuba	99,8	100	100,0	100	95	0,97	87	1,02	38 [l]	1,34 [l]
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	98 [m]	1,08 [m]	97 [m]	0,97 [m]	..	..
52	Baamas	..	..	..	..	85	1,02	78	1,12	..	..
53	México	89,6	97	97,6	100	98	1,00	65	1,03	23	0,98

QUADRO 26

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH		Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
		Taxa femin. (% 15 anos e mais)	Taxa femin. em % da taxa mascul.	Taxa femin. (% 15-24 anos)	Taxa femin. em % da taxa mascul.	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]
		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
54	Bulgária	97,7	99	98,1	100	95	0,99	87	0,98	44	1,16
55	Tonga	99,0 [n]	100 [n]	99,4 [n]	100 [n]	89 [i]	0,97 [i]	75 [g]	1,23 [g]	8 [g]	1,67 [g]
56	Omã	73,5	85	96,7	99	79	1,02	75	1,01	15	1,38
57	Trindade e Tobago	..	..	..	..	92 [m]	0,99 [m]	74 [g]	1,06 [g]	13	1,27
58	Panamá	91,2	99	95,6	99	98	0,99	67	1,10	57	1,59
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	96,3	98	97,8	100	92	0,99	82	1,03	45	1,26
61	Malásia	85,4	93	97,3	100	93 [l]	1,00 [l]	81 [l]	1,14 [l]	38 [l]	1,41 [l]
62	Bósnia e Herzegovina	94,4	95	99,8	100	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	80,5	91	95,4	102	96	1,02	80 [g]	1,00 [g]	20	1,39
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	59 [g, l]	1,09 [g, l]
65	Federação da Rússia	99,2	100	99,8	100	92 [g]	1,01 [g]	..	..	79 [g]	1,36 [g]
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	94,1	96	98,5	99	92	1,00	80 [g, j]	0,97 [g, j]	33	1,39
67	Bielorrússia	99,4 [n]	100 [n]	99,8 [n]	100 [n]	88 [g]	0,97 [g]	88 [g]	1,01 [g]	71	1,39
68	Domínica	..	..	..	..	88 [m]	1,01 [m]	92 [g]	1,03 [g]	..	..
69	Brasil	88,8	100	97,9	102	..	..	78 [l]	1,07 [l]	25 [l]	1,32 [l]
70	Colômbia	92,7	100	98,4	101	84	1,01	58 [g]	1,11 [g]	28	1,09
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	96	0,97	74 [g]	1,09 [g]	22	3,43
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	92,7	99	98,1	102	92	1,01	66	1,15	41 [g, l]	1,07 [g, l]
73	Albânia	98,3	99	99,5	100	95 [l]	0,99 [l]	73 [l]	0,98 [l]	20 [l]	1,57 [l]
74	Tailândia	90,5	95	97,8	100	..	..	..	..	44	1,17
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	91 [g]	1,00 [g]	70 [g]	1,14 [g]	7 [g, h]	0,94 [g, h]
76	Arábia Saudita	69,3	80	93,7	96	57 [j]	0,92 [j]	51 [g]	0,96 [g]	33	1,50
77	Ucrânia	99,2	99	99,8	100	82 [m]	1,00 [m]	84 [m]	1,00 [m]	71 [m]	1,19 [m]
78	Líbano	..	..	..	..	93	0,99	..	..	50	1,12
79	Cazaquistão	99,3 [n]	100 [n]	99,9 [n]	100 [n]	92	0,99	92	0,99	56	1,38
80	Arménia	99,2	99	99,9	100	96	1,04	90	1,03	29	1,21
81	China	86,5	91	98,5	99	..	..	..	..	17 [g]	0,84 [g]
82	Peru	82,1	88	95,7	98	97	1,00	69	1,00	34 [g]	1,03 [g]
83	Equador	89,7	97	96,5	100	98 [g]	1,01 [g]	53	1,01	..	..
84	Filipinas	92,7	100	95,7	101	95	1,02	67	1,20	32	1,28
85	Granada	..	..	..	..	84 [m]	0,99 [m]	82 [g]	1,10 [g]	..	..
86	Jordânia	84,7	89	98,9	100	92	1,02	82	1,02	41	1,10
87	Tunísia	65,3	78	92,2	96	98	1,00	69 [g, j]	1,04 [g, j]	33	1,36
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	93 [g]	0,97 [g]	63	1,02	..	..
89	Suriname	87,2	95	94,1	98	96 [g, l]	1,07 [g, l]	74 [g, l]	1,38 [g, l]	15 [j]	1,62 [j]
90	Fiji	..	..	..	..	96	0,99	85 [g]	1,06 [g]	17	1,20
91	Paraguai	..	..	..	..	..	..	..	..	28 [g, l]	1,37 [g, l]
92	Turquia	79,6	84	93,3	95	87 [g]	0,95 [g]	..	..	24	0,73
93	Sri Lanca	89,1	97	96,1	101	98 [g, l]	1,00 [g, l]	..	..	..	..
94	República Dominicana	87,2	100	95,4	103	87	1,02	54 [g]	1,21 [g]	41 [g]	1,64 [g]
95	Belize	..	..	..	..	96	1,01	73 [g]	1,05 [g]	4	2,47
96	Irão, Rep. Islâmica do	70,4	84	..	..	88	0,99	76	0,94	24	1,10
97	Geórgia	..	..	..	..	93	0,99	81	1,00	42	1,03
98	Maldivas	96,4	100	98,3	100	90 [j]	1,01 [j]	55 [g, j]	1,15 [g, j]	(.) [g]	3,00 [g]
99	Azerbaijão	98,2 [n]	99 [n]	99,9 [n]	100 [n]	83	0,98	76	0,98	14	0,87
100	Territórios Ocupados da Palestina	88,0	91	98,8	100	86	1,00	92	1,05	39	1,03
101	El Salvador	..	..	..	..	93 [g]	1,00 [g]	49 [g, l]	1,03 [g, l]	20	1,22
102	Argélia	60,1	76	86,1	92	95	0,98	68 [g]	1,05 [g]	20	1,09
103	Guiana	..	..	..	..	..	..	..	..	12	1,94
104	Jamaica	85,9 [n]	116 [n]	..	..	91	1,01	81	1,03	26 [g, l]	2,29 [g, l]
105	Turquemenistão	98,3 [n]	99 [n]	99,8 [n]	100 [n]	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	..	..	..	..	91	0,99	58	1,12	6	1,09

Ordem do IDH	Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
	Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
107 República Árabe Síria	73,6	86	90,2	96	92 [j]	0,95 [j]	56	0,93	..	..
108 Indonésia	86,8	92	98,5	100	93	0,98	57	0,99	15	0,79
109 Vietname	86,9 [n]	93 [n]	93,6 [n]	99 [n]	92 [g, h]	0,94 [g, h]	..	..	9 [g]	0,77 [g]
110 Quirguizistão	98,1 [n]	99 [n]	99,7 [n]	100 [n]	90	0,99	..	..	43	1,19
111 Egipto	59,4	71	78,9	88	94 [g]	0,97 [g]	77 [g, j]	0,94 [g, j]	..	..
112 Nicarágua	76,6	100	88,8	106	87	0,99	43	1,13	19 [g, l]	1,11 [g, l]
113 Usbequistão	..	..	..	..	..	..	..	..	14 [g]	0,79 [g]
114 Moldávia, República da	97,7	99	99,5	100	86 [m]	0,99 [m]	79 [m]	1,04 [m]	43 [m]	1,36 [m]
115 Bolívia	80,7	87	96,1	98	96 [g]	1,01 [g]	73 [g]	0,99 [g]	..	..
116 Mongólia	97,5	100	98,4	101	85	1,01	88	1,14	49	1,64
117 Honduras	80,2	101	90,9	105	92	1,02	..	..	20 [g]	1,46 [g]
118 Guatemala	63,3	84	78,4	91	91	0,95	32 [g]	0,92 [g]	8 [g, l]	0,72 [g, l]
119 Vanuatu	..	..	..	..	93	0,98	36 [g]	0,86 [g]	4 [g]	0,57 [g]
120 Guiné Equatorial	80,5	86	94,9	100	78 [j]	0,85 [j]	18 [g, h]	0,59 [g, h]	2 [k]	0,43 [k]
121 África do Sul	80,9 [n]	96 [n]	94,3 [n]	101 [n]	89 [l]	1,01 [l]	65 [g, k]	1,12 [g, k]	17 [l]	1,17 [l]
122 Tajiquistão	99,2	100	99,8	100	95	0,96	73	0,85	8	0,33
123 Marrocos	39,6	60	60,5	75	83	0,94	32 [g, l]	0,86 [g, l]	10	0,87
124 Gabão	..	..	..	..	77 [g, h]	0,99 [g, h]	..	..	5 [i]	0,53 [i]
125 Namíbia	83,5	96	93,5	103	77 [l]	1,08 [l]	43 [l]	1,35 [l]	7 [l]	1,14 [l]
126 Índia	47,8	65	67,7	80	87 [g]	0,94 [g]	..	..	9	0,66
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	98	0,99	27	1,08	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	79	0,99	24 [g, l]	0,86 [g, l]	..	..
129 Camboja	64,1	76	78,9	90	96	0,96	22 [g]	0,73 [g]	2	0,45
130 Mianmar	86,4	92	93,4	98	87	1,01	36	0,95	15 [g, h]	1,77 [g, h]
131 Botsuana	81,8	102	95,6	104	83 [g]	1,03 [g]	64 [g]	1,11 [g]	6	0,85
132 Comores	..	..	..	..	51 [k, m]	0,85 [k, m]	..	..	2 [g]	0,77 [g]
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	60,9	79	74,7	90	82	0,94	34	0,85	5	0,63
134 Paquistão	36,0	57	54,7	72	56 [m]	0,73 [m]	..	..	3	0,80
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	49,8	75	65,5	86	58 [g]	1,01 [g]	33 [g]	0,86 [g]	2	0,48
137 Bangladeche	..	..	..	..	95 [m]	1,03 [m]	51 [l]	1,11 [l]	4 [l]	0,50 [l]
138 Nepal	34,9	56	60,1	75	73 [l, m]	0,87 [l, m]	..	..	3	0,41
139 Papuásia-Nova Guiné	50,9	80	64,1	93	..	..	..	..	2 [g, i]	0,56 [g, i]
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..	1 [g, l]	0,18 [g, l]
141 Sudão	51,8	73	71,4	84	39 [g, k]	0,83 [g, k]	..	..	6 [g, k]	0,92 [g, k]
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	12 [j, m]	1,48 [j, m]
143 Madagáscar	65,3	85	68,2	94	89	1,00	11 [g, i]	1,03 [g, i]	2	0,89
144 Camarões	59,8	78	..	..	..	..	..	..	4 [g]	0,63 [g]
145 Uganda	57,7	75	71,2	86	..	..	14	0,90	3	0,62
146 Suazilândia	78,3	97	89,8	103	77 [l]	1,01 [l]	32 [l]	1,24 [l]	5	1,08
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	38,5	56	63,6	76	72	0,85	14 [g, k]	0,48 [g, k]	1 [g, h]	0,20 [g, h]
148 Djibuti	..	..	..	..	29	0,80	15 [g]	0,70 [g]	1	0,82
149 Lesoto	90,3	123	..	..	89	1,06	28	1,54	3 [l]	1,50 [l]
150 Iémen	..	..	..	..	63 [g]	0,73 [g]	21 [g, k]	0,46 [g, k]	5	0,38
151 Zimbabué	..	..	..	..	82 [l]	1,01 [l]	33 [l]	0,93 [l]	3 [l]	0,62 [l]
152 Quénia	70,2	90	80,7	101	77	1,00	40 [g]	1,01 [g]	2	0,61
153 Mauritânia	43,4	73	55,5	82	74	0,99	13 [g]	0,82 [g]	2	0,30
154 Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
155 Gâmbia	..	..	..	..	77 [g]	1,06 [g]	41 [g]	0,83 [g]	1	0,26
156 Senegal	29,2	57	41,0	70	65	0,95	13	0,72	..	..
157 Eritreia	..	..	..	..	44	0,85	18	0,63	(.)	0,15
158 Ruanda	59,8	84	76,9	98	75	1,05	..	..	2	0,62
159 Nigéria	..	..	..	..	57 [g]	0,89 [g]	25 [g]	0,83 [g]	7	0,55

QUADRO 26

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH	Literacia de adultos [a]		ODM Literacia de jovens [a]		ODM Escolarização primária líquida [b, c]		ODM Escolarização secundária líquida [b, c]		ODM Escolarização superior bruta [c, d]	
	Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
160 Guiné	18,1	43	33,7	57	58	0,84	14 [g]	0,51 [g]	1	0,19
161 Angola	54,2	65	63,2	75	..	..	..	..	1 [g, l]	0,70 [g, l]
162 Tanzânia, Rep. U. da	62,2	80	76,2	94	85	0,98	..	..	1	0,41
163 Benim	23,3	49	33,2	56	72	0,78	11 [g, h]	0,49 [g, h]	1 [g, h]	0,25 [g, h]
164 Costa do Marfim	38,6	63	52,1	74	50 [l, m]	0,80 [l, m]	15 [g, j]	0,57 [g, j]	3 [i]	0,36 [i]
165 Zâmbia	59,8 [n]	78 [n]	66,2 [n]	91 [n]	80	1,00	21 [g]	0,78 [g]	2 [g, k]	0,47 [g, k]
166 Malawi	54,0 [n]	72 [n]	70,7 [n]	86 [n]	98	1,05	23	0,86	(.)	0,60
167 Congo, Rep. Dem.	54,1	67	63,1	81	..	..	..	..	..	..
168 Moçambique	..	..	..	..	67	0,90	4	0,78	1	0,44
169 Burundi	52,2	78	70,4	92	54	0,89	..	..	1	0,38
170 Etiópia	..	..	..	..	44	0,89	19 [g]	0,61 [g]	1	0,35
171 Chade	12,8	31	23,2	42	46 [g, l]	0,68 [g, l]	5 [g, l]	0,33 [g, l]	(.) [g, h]	0,14 [g, h]
172 República Centro-Africana	33,5	52	46,9	67	..	..	..	..	1 [k]	0,19 [k]
173 Guiné-Bissau	..	..	..	..	38 [g, h]	0,71 [g, h]	6 [g, h]	0,55 [g, h]	(.) [g, h]	0,17 [g, h]
174 Burquina Faso	15,2	52	24,8	65	35	0,77	8 [g]	0,68 [g]	1 [g]	0,31 [g]
175 Mali	11,9 [n]	44 [n]	16,9 [n]	52 [n]	43	0,85	..	..	1	0,46
176 Serra Leoa	24,4	52	37,2	63	..	..	..	..	1 [g, j]	0,39 [g, j]
177 Níger	15,1	35	23,2	44	32	0,71	5	0,67	(.)	0,36
Países em desenvolvimento	71,7	84	83,0	92	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	50,4	72	61,6	82	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	59,7	74	80,4	89	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	89,5	98	97,1	101	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	47,7	66	65,3	79	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	53,2	76	64,0	86	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	98,7	99	99,6	100	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	74,4	86	85,6	93	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	46,1	70	57,5	82	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	86,4	93	96,2	99	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	50,2	69	66,6	82	..	..	..	..	..	..
Mundo	74,4	86	84,2	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

b A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.

c Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

d A escolarização superior é geralmente calculada como uma taxa bruta.

e Calculado como o rácio entre as taxas de escolarização feminina e masculina.

f Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004.

g Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se ao ano escolar de 2001.

i Os dados referem-se ao ano escolar de 1999.

j Os dados referem-se ao ano escolar de 2002.

k Os dados referem-se ao ano escolar de 2000.

l Os dados referem-se ao ano escolar de 2003.

m Estimativa nacional.

n Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

FONTES

Colunas 1 e 3: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Coluna 2: calculada com base em dados das taxas de alfabetização de adultos do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Coluna 4: calculada com base em dados das taxas de alfabetização de jovens do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 5, 7 e 9: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Colunas 6, 8 e 10: calculadas com base em dados das taxas de escolarização líquida do Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

QUADRO 27

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	63,1	111	87	2	6	9	33	88	58	43	57
2	Islândia	70,9	105	87	3	12	10	33	85	54	50	50
3	Austrália	56,1	108	79	3	6	10	30	87	64	59	41
4	Irlanda	51,9	146	72	2	11	14	39	83	50	53	47
5	Suécia	58,8	93	87	1	3	11	36	88	61	55	55
6	Canadá	60,2	104	83	2	4	11	33	87	64	66	34
7	Japão	48,5	97	65	5	5	21	37	73	57	80	20
8	Estados Unidos	59,6	105	81	1	3	12	32	87	65	64	36
9	Suíça	60,1	115	79	3	5	13	36	84	59	62	38
10	Países Baixos	55,8	128	76	2	4	9	31	86	64	79	21
11	Finlândia	56,9	98	86	4	7	14	40	82	53	36	55
12	Luxemburgo	44,1	122	68	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Bélgica	43,4	119	72	1	3	10	36	82	58	85	15
14	Áustria	49,3	114	75	6	5	14	43	80	52	68	32
15	Dinamarca	59,4	96	84	2	5	14	36	85	59	86	14
16	França	48,2	105	79	1	2	13	34	86	64	..	..
17	Itália	37,0	103	61	5	6	20	39	75	55	54	46
18	Reino Unido	55,0	104	79	1	2	11	36	88	62	60	40
19	Espanha	44,2	130	65	5	8	15	42	81	51	64	36
20	Nova Zelândia	59,8	112	81	6	12	12	32	82	56	68	32
21	Alemanha	50,4	114	76	2	3	18	44	80	52	76	24
22	Hong Kong, China (RAE)	52,9	112	74	(.)	(.)	10	27	90	73	86	14
23	Israel	49,7	121	84	..	..	..	..	..	..	71	29
24	Grécia	42,7	119	66	18	15	12	30	70	56	68	32
25	Singapura	50,8	101	66	(.)	(.)	18	31	81	69	76	24
26	República da Coreia	50,1	106	68	12	9	19	34	70	57	89	11
27	Eslovénia	53,4	99	80	10	10	29	46	61	43	58	42
28	Portugal	55,2	112	79	14	12	23	44	63	44	65	35
29	Chipre	53,0	111	74	4	5	13	31	83	58	81	19
30	República Checa	51,7	85	76	3	6	28	50	68	44	74	26
31	Barbados	64,6	109	83	4	5	10	29	63	49	..	..
32	Malta	32,5	153	47	1	3	21	36	78	61	..	..
33	Koweit	48,0	138	56	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	44,3	99	56	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	42,1	91	73	4	9	26	42	71	49	71	29
36	Argentina	52,2	136	68	(.)	1	12	30	87	69	60	40
37	Polónia	47,9	84	78	19	19	18	40	63	40	60	40
38	Chile	36,4	113	51	..	..	..	..	..	..	54	46
39	Barém	29,2	104	33	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	52,2	81	80	4	10	23	42	73	48	50	50
41	Lituânia	51,8	87	81	12	20	21	34	67	45	62	38
42	Eslováquia	51,9	87	76	4	8	26	48	71	44	74	26
43	Uruguai	55,7	122	71	2	6	14	32	85	62	64	37
44	Croácia	44,7	96	74	15	16	21	37	63	47	73	27
45	Letónia	49,1	78	77	12	18	16	35	72	47	56	45
46	Catar	35,7	121	40	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	43,7	133	54	4	22	15	27	80	51	50	50
49	Emirados Árabes Unidos	37,4	149	41	(.)	9	14	36	86	55	..	..
50	Cuba	43,8	112	59	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	64,5	105	91	1	6	5	24	93	69	..	..
53	México	39,9	115	49	6	24	22	28	72	48	51	49

QUADRO 27

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
54	Bulgária	41,9	70	79	..	..	..	..	..	..	65	35
55	Tonga	46,3	126	62	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Omã	21,9	145	27	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	46,6	112	61	3	11	13	36	84	53	72	28
58	Panamá	49,9	129	63	6	29	10	20	85	51	42	58
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	50,7	95	80	45	40	22	30	33	30	70	30
61	Malásia	46,1	105	56	14	21	29	34	57	45	71	29
62	Bósnia e Herzegovina	57,9	96	85	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	42,2	101	53	13	15	43	39	45	46	75	25
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	30,8	161	39	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	54,3	90	80	8	15	23	36	69	49	7	22
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	40,9	85	63	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bielorrússia	52,5	87	82	..	..	..	..	..	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	14	31	10	24	72	40	51	49
69	Brasil	56,3	127	70	16	24	10	27	74	49	55	45
70	Colômbia	60,5	133	75	7	33	17	19	76	48	60	40
71	Santa Lúcia	53,4	113	67	16	27	14	24	71	49	68	32
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	55,9	148	67	2	15	12	28	86	57	..	..
73	Albânia	49,4	85	69	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Tailândia	65,4	87	81	48	50	17	20	35	30	64	36
75	Samoa (Ocidental)	39,6	101	51	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	17,3	116	22	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	49,9	87	79	17	22	22	39	55	33	50	50
78	Líbano	31,7	100	40	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Cazaquistão	65,0	106	87	..	..	..	..	..	..	54	46
80	Arménia	48,1	67	79	..	..	..	..	..	..	..	..
81	China	69,2	95	84	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Peru	58,2	124	71	6	11	10	24	84	65	66	34
83	Equador	58,9	181	72	4	10	16	30	79	60	67	33
84	Filipinas	53,8	114	65	25	45	12	18	63	37	56	44
85	Granada	..	..	..	10	17	12	32	77	46	..	..
86	Jordânia	27,0	153	35	..	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunísia	27,9	134	37	..	..	..	..	..	..	..	..
88	São Vicente e Granadinas	53,5	120	67	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	33,1	91	52	2	8	1	22	97	64	45	55
90	Fiji	51,4	105	63	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguai	64,2	124	76	20	39	10	21	69	40	..	..
92	Turquia	27,8	81	36	56	24	15	28	29	48	67	33
93	Sri Lanca	35,0	78	45	49	38	22	23	27	37	70	30
94	República Dominicana	45,5	125	55	2	21	17	26	81	53	23	77
95	Belize	42,4	133	52	6	37	12	19	81	44	32	68
96	Irão, Rep. Islâmica do	37,2	173	50	..	..	..	..	..	..	46	54
97	Geórgia	51,1	74	67	53	53	6	12	41	35	65	35
98	Maldivas	46,1	229	64	5	18	24	16	39	55	57	43
99	Azerbaijão	59,6	94	81	43	37	7	14	50	49	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	10,3	112	15	26	9	11	32	62	58	52	48
101	El Salvador	46,7	92	61	4	34	22	25	74	42	41	59
102	Argélia	34,8	154	44	..	..	..	..	..	..	29	71
103	Guiana	43,3	119	53	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaica	54,8	84	73	10	30	9	26	81	45	77	23
105	Turquemenistão	60,4	94	83	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	34,1	82	44	..	..	..	..	..	..	..	..

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
107	República Árabe Síria	38,0	133	44	..	..	..	..	..	..	..	..
108	Indonésia	50,7	101	60	..	..	..	..	..	..	..	..
109	Vietname	72,4	98	93	..	..	..	..	..	..	71	29
110	Quirguizistão	55,1	94	74	53	52	8	14	38	34	65	35
111	Egipto	20,1	76	28	39	27	7	25	54	48	40	60
112	Nicarágua	35,5	100	41	..	..	..	..	..	..	..	..
113	Usbequistão	56,2	94	78	..	..	..	..	..	..	..	..
114	Moldávia, República da	56,6	92	81	50	52	10	18	40	31	75	25
115	Bolívia	62,1	128	74	3	6	14	39	82	55	63	37
116	Mongólia	53,9	97	66	..	..	..	..	..	..	70	30
117	Honduras	52,2	156	59	..	..	..	..	..	..	25	75
118	Guatemala	33,7	115	41	18	50	23	18	56	27	39	61
119	Vanuatu	79,3	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Guiné Equatorial	50,5	105	56	..	..	..	..	..	..	..	..
121	África do Sul	46,4	85	59	9	12	14	33	75	50	62	38
122	Tajiquistão	46,5	89	74	..	..	..	..	..	..	..	..
123	Marrocos	26,7	109	33	6	6	40	32	54	63	19	81
124	Gabão	61,5	99	75	..	..	..	..	..	..	..	..
125	Namíbia	47,0	96	74	29	33	7	17	63	49	59	41
126	Índia	34,0	94	41	..	..	..	..	..	..	..	..
127	São Tomé e Príncipe	29,6	80	40	..	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	54,4	97	66	..	..	..	..	..	..	..	..
129	Camboja	74,4	96	93	..	..	..	..	..	..	64	36
130	Mianmar	68,2	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
131	Botsuana	45,7	80	67	17	22	14	26	67	51	36	64
132	Comores	57,8	92	66	..	..	..	..	..	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	54,0	101	67	..	..	..	..	..	..	..	..
134	Paquistão	32,0	115	38	73	44	9	20	18	36	33	67
135	Butão	44,3	127	55	..	..	..	..	..	..	..	..
136	Gana	70,5	92	94	..	..	..	..	..	..	..	..
137	Bangladeche	52,9	84	61	77	53	9	11	12	30	58	42
138	Nepal	49,7	103	63	..	..	..	..	..	..	..	..
139	Papuásia-Nova Guiné	71,8	100	97	..	..	..	..	..	..	..	..
140	Congo	56,4	98	65	..	..	..	..	..	..	..	..
141	Sudão	23,7	86	33	..	..	..	..	..	..	..	..
142	Timor-Leste	53,5	107	66	..	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	78,9	100	92	..	..	..	..	..	..	63	37
144	Camarões	51,8	93	64	..	..	..	..	..	..	73	27
145	Uganda	79,7	99	92	..	..	..	..	..	..	..	..
146	Suazilândia	31,5	83	43	..	..	..	..	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	50,5	94	56	..	..	..	..	..	..	..	..
148	Djibuti	53,1	95	64	..	..	..	..	..	..	..	..
149	Lesoto	46,3	82	64	..	..	..	..	..	..	..	..
150	Iémen	29,4	107	39	88	43	3	14	9	43	26	74
151	Zimbabué	64,2	92	77	..	..	..	..	..	..	..	..
152	Quénia	69,3	93	78	16	20	10	23	75	57	..	..
153	Mauritânia	54,3	97	65	..	..	..	..	..	..	..	..
154	Haiti	55,2	96	67	37	63	6	15	57	23	..	..
155	Gâmbia	59,3	95	69	..	..	..	..	..	..	..	..
156	Senegal	56,5	92	68	..	..	..	..	..	..	..	..
157	Eritreia	58,2	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
158	Ruanda	80,4	94	95	..	..	..	..	..	..	53	47
159	Nigéria	45,6	95	54	2	4	11	30	87	67	..	..

QUADRO 27

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
				Agricultura		Indústria		Serviços			
	Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
160 Guiné	79,4	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
161 Angola	73,8	100	81	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	86,0	97	95	..	..	..	..	..	..	..	..
163 Benim	54,0	93	63	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Costa do Marfim	39,0	90	44	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zâmbia	66,1	100	73	..	..	..	..	..	..	..	..
166 Malawi	85,2	100	95	..	..	..	..	..	..	43	57
167 Congo, Rep. Dem.	61,2	101	68	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Moçambique	84,7	96	102	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	91,8	101	99	..	..	..	..	..	..	..	..
170 Etiópia	70,9	98	79	..	..	..	..	..	..	59	41
171 Chade	65,5	102	84	..	..	..	..	..	..	..	..
172 República Centro-Africana	70,4	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
173 Guiné-Bissau	60,9	105	66	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burquina Faso	77,6	101	87	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	72,4	100	85	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Serra Leoa	56,0	105	60	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Níger	71,2	101	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Países em desenvolvimento	52,4	97	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	61,8	95	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	26,4	105	34	..	..	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	65,4	96	79	..	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	51,4	125	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	36,0	96	44	..	..	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	63,0	96	73	..	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	52,4	89	79	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	50,1	104	71	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	52,7	106	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	50,8	105	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	52,3	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	62,6	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	52,0	106	74	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	57,1	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	45,7	96	55	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	52,5	98	67	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Devido a limitações nos dados, as comparações de estatísticas do trabalho no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver OIT 2005a, 2005b, 2006b.

a As parcelas percentuais do emprego por actividade económica podem não somar 100 devido aos arredondamentos ou à omissão de actividades não classificadas.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Coluna 1: OIT 2005a.

Colunas 2 e 3: calculadas com base em dados das taxas de população economicamente activa da OIT 2005a.

Colunas 4-9: OIT 2005b.

Colunas 10 e 11: calculadas com base em dados dos trabalhadores que contribuem para a família da OIT 2006b.

QUADRO 28

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Género, trabalho e afectação do tempo

	Ano [a]	Tempo de trabalho total (horas e minutos por dia)		Tempo de trabalho feminino (% do masculino)	Afectação do tempo (%)					
					Tempo de trabalho total		Tempo gasto por mulheres		Tempo gasto por homens	
		Mulheres	Homens		Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis	Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis	Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SELECCIONADOS										
ÁREAS URBANAS										
Colômbia	1983	6h 39m	5h 56m	112	49	51	24	76	77	23
Indonésia	1992	6h 38m	6h 6m	109	60	40	35	65	86	14
Quénia	1986	9h 50m	9h 32m	103	46	54	41	59	79	21
Nepal	1978	9h 39m	9h 14m	105	58	42	25	75	67	33
Uruguai [c]	2002	7h 20m	6h 56m	115	49	51	33	67	68	32
Venezuela, Rep. Bolivariana	1983	7h 20m	6h 56m	106	59	41	30	70	87	13
ÁREAS RURAIS										
Bangladeche	1990	9h 5m	8h 16m	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	11h 18m	9h 39m	117	59	41	37	63	84	16
Quénia	1988	11h 16m	8h 20m	135	56	44	42	58	76	24
Nepal	1978	10h 41m	9h 7m	117	56	44	46	54	67	33
Terras altas	1978	11h 32m	9h 46m	118	59	41	52	48	66	34
Montanhas	1978	10h 49m	8h 54m	122	56	44	48	52	65	35
Encostas rurais	1978	9h 43m	8h 40m	112	52	48	37	63	70	30
Filipinas	1975-77	9h 6m	7h 32m	121	73	27	29	71	84	16
NACIONAL										
Benim [c]	1998	7h 55m	5h 30m	144	69	31	59	41	81	19
Índia [d]	2000	7h 37m	6h 31m	117	61	39	35	65	92	8
Madagáscar [c]	2001	7h 15m	6h 24m	113	68	32	51	49	67	33
Maurícia [c]	2003	6h 33m	6h 9m	107	54	46	30	70	80	20
Mongólia [d]	2000	9h 5m	8h 21m	109	61	39	49	51	75	25
África do Sul [d]	2000	5h 32m	4h 33m	122	51	49	35	65	70	30
PAÍSES DA OCDE SELECCIONADOS [e]										
Austrália	1997	7h 15m	6h 58m	104	46	54	30	70	62	38
Áustria [f]	1992	7h 18m	6h 33m	111	49	51	31	69	71	29
Canadá	1998	7h 0m	7h 9m	98	53	47	41	59	65	35
Dinamarca [f]	1987	7h 29m	7h 38m	98	68	32	58	42	79	21
Finlândia [f]	1987-88	7h 10m	6h 50m	105	51	49	39	61	64	36
França	1999	6h 31m	6h 3m	108	46	54	33	67	60	40
Alemanha [f]	1991-92	7h 20m	7h 21m	100	44	56	30	70	61	39
Hungria	1999	7h 12m	7h 25m	97	51	49	41	59	60	40
Israel [f]	1991-92	6h 15m	6h 17m	99	51	49	29	71	74	26
Itália [f]	1988-89	7h 50m	6h 7m	128	45	55	22	78	77	23
Japão	1996	6h 33m	6h 3m	108	66	34	43	57	93	7
República da Coreia	1999	7h 11m	6h 13m	116	64	36	45	55	88	12
Letónia	1996	8h 55m	8h 1m	111	46	54	35	65	58	42
México [c]	2002	8h 10m	6h 25m	127	46	54	23	77	78	22
Países Baixos	1995	5h 8m	5h 15m	98	48	52	27	73	69	31
Nova Zelândia	1999	7h 0m	6h 57m	101	46	54	32	68	60	40
Noruega [f]	1990-91	7h 25m	6h 52m	108	50	50	38	62	64	36
Reino Unido [f]	1985	6h 53m	6h 51m	100	51	49	37	63	68	32
Estados Unidos [f]	1985	7h 33m	7h 8m	106	50	50	37	63	63	37

NOTAS

Os dados são estimativas baseadas em inquéritos sobre o uso do tempo disponível a tempo da publicação. Os dados sobre o uso do tempo também foram recolhidos noutros países, incluindo Chade, Cuba, República Dominicana, Equador, República Democrática Popular do Laos, Mali, Marrocos, Nicarágua, Nigéria, Omã, Tailândia e Vietname.

a Os inquéritos realizados antes de 1993 não são exactamente comparáveis com os realizados em anos posteriores.

b Referem-se a actividades de produção orientadas para o mercado, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993.

c Charmes 2006.

d As classificações das actividades mercantis e não mercantis não são estritamente baseadas no Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, pelo que as comparações entre países e áreas devem ser feitas com precaução.

e Inclui Israel e Letónia, embora não sejam países da OCDE.

f Goldshmidt-Clermont, e Pagnossin Aligisakis 1995.

FONTES

Todas as colunas: Para áreas urbanas e rurais de países em desenvolvimento seleccionados, Harvey 1995; para estudos nacionais de países em desenvolvimento seleccionados, ONU 2002; para países da OCDE e Letónia, Harvey 2001, salvo indicação em contrário.

QUADRO 29

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
					Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado
	De votar	De se candidatar às eleições		2005	1990	2006	2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	1913	1907, 1913	1911 A	44,4	36	37,9	—
2 Islândia	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	27,3	21	33,3	—
3 Austrália	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	20,0	6	24,7	35,5
4 Irlanda	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	21,4	8	13,3	16,7
5 Suécia	1919, 1921	1919, 1921	1921 E	52,4	38	45,3	—
6 Canadá	1917, 1960	1920, 1960	1921 E	23,1	13	20,8	35,0
7 Japão	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	12,5	1	9,0	14,0
8 Estados Unidos	1920, 1965	1788 [d]	1917 E	14,3	7	15,2	14,0
9 Suíça	1971	1971	1971 E	14,3	14	25,0	23,9
10 Países Baixos	1919	1917	1918 E	36,0	21	36,7	29,3
11 Finlândia	1906	1906	1907 E	47,1	32	37,5	—
12 Luxemburgo	1919	1919	1919 E	14,3	13	23,3	—
13 Bélgica	1919, 1948	1921	1921 A	21,4	9	34,7	38,0
14 Áustria	1918	1918	1919 E	35,3	12	33,9	27,4
15 Dinamarca	1915	1915	1918 E	33,3	31	36,9	—
16 França	1944	1944	1945 E	17,6	7	12,2	16,9
17 Itália	1945	1945	1946 E	8,3	13	17,3	13,7
18 Reino Unido	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	28,6	6	19,7	17,5
19 Espanha	1931	1931	1931 E	50,0	15	36,0	23,2
20 Nova Zelândia	1893	1919	1933 E	23,1	14	32,2	—
21 Alemanha	1918	1918	1919 E	46,2	..	31,8	18,8
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	..
23 Israel	1948	1948	1949 E	16,7	7	14,2	—
24 Grécia	1952	1952	1952 E	5,6	7	13,0	—
25 Singapura	1947	1947	1963 E	0	5	18,9	—
26 República da Coreia	1948	1948	1948 E	5,6	2	13,4	—
27 Eslovénia	1946	1946	1992 E [e]	6,3	..	12,2	7,5
28 Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E+A	16,7	8	21,3	—
29 Chipre	1960	1960	1963 E	0	2	14,3	—
30 República Checa	1920	1920	1992 E [e]	11,1	..	17,0	12,3
31 Barbados	1950	1950	1966 A	29,4	4	13,3	23,8
32 Malta	1947	1947	1966 E	15,4	3	9,2	—
33 Koweit	2005	2005	2005 A	0	..	1,5	—
34 Estado do Brunei Darussalam	—	—	—	9,1	.. [f]	.. [f]	.. [f]
35 Hungria	1918, 1945	1918, 1945	1945 E	11,8	21	10,4	—
36 Argentina	1947	1947	1951 E	8,3	6	35,0	41,7
37 Polónia	1918	1918	1919 E	5,9	14	20,4	13,0
38 Chile	1949	1949	1951 E	16,7	..	15,0	5,3
39 Barém	1973, 2002	1973, 2002	2002 A	8,7	..	0,0	15,0
40 Estónia	1918	1918	1919 E	15,4	..	18,8	—
41 Lituânia	1919	1919	1920 A	15,4	..	22,0	—
42 Eslováquia	1920	1920	1992 E [e]	0	..	16,7	—
43 Uruguai	1932	1932	1942 E	0	6	11,1	9,7
44 Croácia	1945	1945	1992 E [e]	33,3	..	21,7	—
45 Letónia	1918	1918	..	23,5	..	21,0	—
46 Catar	2003 [g]	..	..	7,7	..	0,0	—
47 Seicheles	1948	1948	1976 E+A	12,5	16	29,4	—
48 Costa Rica	1949	1949	1953 E	25,0	11	38,6	—
49 Emirados Árabes Unidos	—	—	—	5,6	0	0,0	—
50 Cuba	1934	1934	1940 E	16,2	34	36,0	—
51 São Cristóvão e Nevis	1951	1951	1984 E	0	7	0,0	—
52 Baamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 A	26,7	4	20,0	43,8
53 México	1947	1953	1952 A	9,4	12	25,8	21,9

Ordem do IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
		De votar	De se candidatar às eleições		2005	Câmara baixa ou única 1990	Câmara baixa ou única 2006	Câmara alta ou senado 2006
54	Bulgária	1937, 1945	1945	1945 E	23,8	21	22,1	—
55	Tonga	1960	1960	1993 E	..	0	3,3	—
56	Omã	1994, 2003	1994, 2003	..	10,0	..	2,4	15,5
57	Trindade e Tobago	1946	1946	1962 E+A	18,2	17	19,4	32,3
58	Panamá	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	14,3	8	16,7	—
59	Antígua e Barbuda	1951	1951	1984 A	15,4	0	10,5	17,6
60	Roménia	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	12,5	34	11,2	9,5
61	Malásia	1957	1957	1959 E	9,1	5	9,1	25,7
62	Bósnia e Herzegovina	1946	1946	1990 E [e]	11,1	..	16,7	0,0
63	Maurícia	1956	1956	1975 E	8,0	7	17,1	—
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64	Jamahira Árabe Líbia	1964	1964	..	..	..	4,7	—
65	Federação da Rússia	1918	1918	1993 E [e]	0	..	9,8	3,4
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1946	1946	1990 E [e]	16,7	..	19,2	—
67	Bielorrússia	1919	1919	1990 E [e]	10,0	..	29,1	31,0
68	Domínica	1951	1951	1980 E	0	10	12,9	—
69	Brasil	1932	1932	1933 E	11,4	5	8,6	12,3
70	Colômbia	1954	1954	1954 A	35,7	5	12,0 [h]	8,8 [h]
71	Santa Lúcia	1951	1951	1979 A	8,3	0	5,6	36,4
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	1946	1946	1948 E	13,6	10	18,0	—
73	Albânia	1920	1920	1945 E	5,3	29	7,1	—
74	Tailândia	1932	1932	1947 A	7,7	3	10,8	10,5
75	Samoa (Ocidental)	1948, 1990	1948, 1990	1976 A	7,7	0	4,1	—
76	Arábia Saudita	—	—	—	0	..	0,0	—
77	Ucrânia	1919	1919	1990 E [e]	5,6	..	7,1	—
78	Líbano	1952	1952	1963	6,9	0	4,7	—
79	Cazaquistão	1924, 1993	1924, 1993	1990 E [e]	17,6	..	10,4	5,1
80	Arménia	1918	1918	1990 E [e]	0	36	5,3	—
81	China	1949	1949	1954 E	6,3	21	20,3	—
82	Peru	1955	1955	1956 E	11,8	6	29	—
83	Equador	1929	1929	1956 E	14,3	5	16,0	—
84	Filipinas	1937	1937	1941 E	25,0	9	15,7	16,7
85	Granada	1951	1951	1976 E+A	40,0	..	26,7	30,8
86	Jordânia	1974	1974	1989 A	10,7	0	5,5	12,7
87	Tunísia	1959	1959	1959 E	7,1	4	22,8	13,4
88	São Vicente e Granadinas	1951	1951	1979 E	20,0	10	18,2	—
89	Suriname	1948	1948	1963 E	11,8	8	25,5	—
90	Fiji	1963	1963	1970 A	9,1	..	11,3	12,5
91	Paraguai	1961	1961	1963 E	30,8	6	10,0	8,9
92	Turquia	1930	1934	1935 A	4,3	1	4,4	—
93	Sri Lanca	1931	1931	1947 E	10,3	5	4,9	—
94	República Dominicana	1942	1942	1942 E	14,3	8	17,3 [h]	6,3 [h]
95	Belize	1954	1954	1984 E+A	6,3	0	6,7	25,0
96	Irão, Rep. Islâmica do	1963	1963	1963 E+A	6,7	2	4,1	—
97	Geórgia	1918, 1921	1918, 1921	1992 E [e]	22,2	..	9,4	—
98	Maldivas	1932	1932	1979 E	11,8	6	12,0	—
99	Azerbaijão	1918	1918	1990 E [e]	15,0	..	12,3	—
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	1939	1961	1961 E	35,3	12	16,7	—
102	Argélia	1944, 1962	1962	1962 A	10,5	2	6,2	2,8
103	Guiana	1953	1945	1953 E	22,2	37	30,8	—
104	Jamaica	1944	1944	1944 E	17,6	5	11,7	19,0
105	Turquemenistão	1927	1927	1990 E [e]	9,5	26	16,0	—
106	Cabo Verde	1975	1975	1975 E	18,8	12	15,3	—

QUADRO 29 Participação política das mulheres

Ordem do IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
		De votar	De se candidatar às eleições		2005	Câmara baixa ou única 1990	Câmara baixa ou única 2006	Câmara alta ou senado 2006
107	República Árabe Síria	1949, 1953	1953	1973 E	6,3	9	12,0	—
108	Indonésia	1945	1945	1950 A	10,8	12	11,3	—
109	Vietname	1946	1946	1946 E	11,5	18	27,3	—
110	Quirguizistão	1918	1918	1990 E [e]	12,5	..	0,0	—
111	Egipto	1956	1956	1957 E	5,9	4	2,0	6,8
112	Nicarágua	1955	1955	1972 E	14,3	15	20,7	—
113	Usbequistão	1938	1938	1990 E [e]	3,6	..	17,5	15,0
114	Moldávia, República da	1924, 1993	1924, 1993	1990 E	11,1	..	21,8	—
115	Bolívia	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	6,7	9	16,9	3,7
116	Mongólia	1924	1924	1951 E	5,9	25	6,6	—
117	Honduras	1955	1955	1957 E	14,3	10	23,4	—
118	Guatemala	1946	1946, 1965	1956 E	25,0	7	8,2	—
119	Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	8,3	4	3,8	—
120	Guiné Equatorial	1963	1963	1968 E	4,5	13	18,0	—
121	África do Sul	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	41,4	3	32,8	33,3 [i]
122	Tajiquistão	1924	1924	1990 E [e]	3,1	..	17,5	23,5
123	Marrocos	1963	1963	1993 E	5,9	0	10,8	1,1
124	Gabão	1956	1956	1961 E	11,8	13	9,2	15,4
125	Namíbia	1989	1989	1989 E	19,0	7	26,9	26,9
126	Índia	1935, 1950	1935, 1950	1952 E	3,4	5	8,3	11,2
127	São Tomé e Príncipe	1975	1975	1975 E	14,3	12	7,3	—
128	Ilhas Salomão	1974	1974	1993 E	0	0	0,0	—
129	Camboja	1955	1955	1958 E	7,1	..	9,8	14,8
130	Mianmar	1935	1946	1947 E	..	.. [j]	.. [j]	.. [j]
131	Botsuana	1965	1965	1979 E	26,7	5	11,1	—
132	Comores	1956	1956	1993 E	..	0	3,0	—
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1958	1958	1958 E	0	6	22,9	—
134	Paquistão	1935, 1947	1935, 1947	1973 E [e]	5,6	10	21,3	17,0
135	Butão	1953	1953	1975 E	0	2	9,3	—
136	Gana	1954	1954	1960	11,8	..	10,9	—
137	Bangladeche	1935, 1972	1935, 1972	1973 E	8,3	10	14,8 [k]	—
138	Nepal	1951	1951	1952 A	7,4	6	5,9	16,7
139	Papuásia-Nova Guiné	1964	1963	1977 E	..	0	0,9	—
140	Congo	1947, 1961	1963	1963 E	14,7	14	8,5	13,3
141	Sudão	1964	1964	1964 E	2,6	..	14,7	4,0
142	Timor-Leste	..	..	..	22,2	..	25,3 [l]	—
143	Madagáscar	1959	1959	1965 E	5,9	7	6,9	11,1
144	Camarões	1946	1946	1960 E	11,1	14	8,9	—
145	Uganda	1962	1962	1962 E	23,4	12	28,8 [m]	—
146	Suazilândia	1968	1968	1972 E+A	13,3	4	10,8	30,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147	Togo	1945	1945	1961 E	20,0	5	8,6	—
148	Djibuti	1946	1986	2003 E	5,3	0	10,8	—
149	Lesoto	1965	1965	1965 A	27,8	..	11,7	36,4
150	Iémen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E [e]	2,9	4	0,3	1,8
151	Zimbabué	1919, 1957	1919, 1978	1980 E+A	14,7	11	16,0	31,8
152	Quénia	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+A	10,3	1	7,3	—
153	Mauritânia	1961	1961	1975 E	9,1	..	.. [n]	.. [n]
154	Haiti	1957	1957	1961 E	25,0	..	4,0 [m]	13,8
155	Gâmbia	1960	1960	1982 E	20,0	8	13,2	—
156	Senegal	1945	1945	1963 E	20,6	13	19,2	—
157	Eritreia	1955	1955	1994 E	17,6	..	22,0	—
158	Ruanda	1961	1961	1981 E	35,7	17	48,8	34,6
159	Nigéria	1958	1958	..	10,0	..	6,4	3,7

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
					Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado
	De votar	De se candidatar às eleições		2005	1990	2006	2006
160 Guiné	1958	1958	1963 E	15,4	..	19,3	—
161 Angola	1975	1975	1980 E	5,7	15	15,0	—
162 Tanzânia, Rep. U. da	1959	1959	..	15,4	..	30,4	—
163 Benim	1956	1956	1979 E	19,0	3	7,2	—
164 Costa do Marfim	1952	1952	1965 E	17,1	6	8,5	—
165 Zâmbia	1962	1962	1964 E+A	25,0	7	12,7	—
166 Malawi	1961	1961	1964 E	14,3	10	13,6	—
167 Congo, Rep. Dem.	1967	1970	1970 E	12,5	5	12,0	2,5
168 Moçambique	1975	1975	1977 E	13,0	16	34,8	—
169 Burundi	1961	1961	1982 E	10,7	..	30,5	34,7
170 Etiópia	1955	1955	1957 E	5,9	..	21,9	18,8
171 Chade	1958	1958	1962 E	11,5	..	6,5	—
172 República Centro-Africana	1986	1986	1987 E	10,0	4	10,5	—
173 Guiné-Bissau	1977	1977	1972 A	37,5	20	14,0	—
174 Burquina Faso	1958	1958	1978 E	14,8	..	11,7	—
175 Mali	1956	1956	1959 E	18,5	..	10,2	—
176 Serra Leoa	1961	1961	..	13,0	..	14,5	—
177 Níger	1948	1948	1989 E	23,1	5	12,4	—
OUTROS [o]							
Afeganistão	1963	1963	1965 E	10,0	4	27,3	22,5
Andorra	1970	1973	1993 E	33,3	..	28,6	—
Iraque	1980	1980	1980 E	18,8	11	25,5	—
Quiribati	1967	1967	1990 E	0	0	4,8	—
Coreia, República da	1946	1946	1948 E	..	21	20,1	—
Libéria	1946	1946	..	13,6	..	12,5	16,7
Listenstaine	1984	1984	1986 E	20,0	4	24,0	—
Ilhas Marshall	1979	1979	1991 E	0	..	3,0	—
Micronésia, Est. Fed.	1979	1979	..	..	..	0,0	—
Mónaco	1962	1962	1963 E	0	11	20,8	—
Montenegro	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,5	—
Nauru	1968	1968	1986 E	0	6	0,0	—
Palau	1979	1979	..	12,5	..	0,0	0,0
São Marino	1959	1973	1974 E	12,5	12	16,7	—
Serbia	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,0	—
Somália	1956	1956	1979 E	..	4	7,8	—
Tuvalu	1967	1967	1989 E	0	8	0,0	—

NOTAS

a Os dados referem-se ao ano em que foi reconhecido o direito de votar, ou de se candidatar às eleições, numa base universal e igual. Onde são apresentados dois anos, o primeiro refere-se ao primeiro reconhecimento parcial do direito de votar, ou de candidatar às eleições. Em alguns países concedeu-se às mulheres o direito de votar ou de se candidatarem às eleições antes de obterem estes direitos para as eleições nacionais. Os dados relativos aos direitos locais de eleição não estão incluídos neste quadro.

b Os dados são de 1 de Janeiro de 2005. O total inclui vice-primeiros-ministros e ministros. Os primeiros-ministros também estão incluídos quando detêm pastas ministeriais. Vice-presidentes e directores de departamentos ou agências de nível ministerial também estão incluídos quando exercem uma função ministerial na estrutura governamental.

c Os dados são de 31 de Maio de 2006, salvo indicação contrária. A percentagem foi calculada tomando como referência o número total de assentos então ocupados no parlamento.

d Não há informação disponível sobre o ano em que as mulheres receberam de candidatar às eleições. Contudo, a constituição não menciona o género em relação a este direito.

e Refere-se ao ano em que foram eleitas mulheres para o sistema parlamentar corrente.

f Brunei Darussalam não tem actualmente um parlamento.

g De acordo com a nova constituição aprovada em 2003, as mulheres têm direito de voto. Até à data ainda não foram realizadas eleições.

h Os dados são de 1 de Março de 2005.

i Os dados não incluem os 36 delegados rotativos especiais designados numa base ad hoc. As percentagens apresentadas foram, por conseguinte, calculadas com base nos 54 lugares permanentes.

j O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.

k Em 2004 o número de assentos no parlamento subiu de 300 para 345, com 45 assentos adicionais reservados às mulheres e ocupados em Setembro e Outubro de 2005.

l As eleições foram realizadas em 30 de Agosto de 2001 para eleger os membros da Assembleia Constituinte. A Assembleia tornou-se o Parlamento Nacional em 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem a realização de novas eleições.

m UIP 2006a.

n O Parlamento foi suspenso a seguir a um golpe de estado em Agosto de 2005.

o Os Estados-Membros das Nações Unidas não estão incluídos nos quadros de indicadores.

p A Sérvia e Montenegro estão separados em dois estados independentes desde Junho de 2006. As mulheres receberam o direito de votar e de candidatar às eleições em 1946, quando a Sérvia e Montenegro faziam parte da antiga Jugoslávia.

FONTES

Colunas 1-3: UIP 2006b.
Coluna 4: UIP 2005.
Coluna 5: ONU 2006 baseada nos dados da União Interparlamentar.
Colunas 6 e 7: UIP 2006c.

QUADRO 30

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1	Noruega	●	●	●	●	●	●	●
2	Islândia	●	●	●	●	●	●	●
3	Austrália	●	●	●	●	●	●	●
4	Irlanda	●	●	●	●	●	●	●
5	Suécia	●	●	●	●	●	●	●
6	Canadá	●	●	●	●	●	●	●
7	Japão		●	●	●	●	●	●
8	Estados Unidos	●	●	●	❍	❍	●	❍
9	Suíça	●	●	●	●	●	●	●
10	Países Baixos	●	●	●	●	●	●	●
11	Finlândia	●	●	●	●	●	●	●
12	Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●
13	Bélgica	●	●	●	●	●	●	●
14	Áustria	●	●	●	●	●	●	●
15	Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●
16	França	●	●	●	●	●	●	●
17	Itália	●	●	●	●	●	●	●
18	Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●
19	Espanha	●	●	●	●	●	●	●
20	Nova Zelândia	●	●	●	●	●	●	●
21	Alemanha	●	●	●	●	●	●	●
23	Israel	●	●	●	●	●	●	●
24	Grécia	●	●	●	●	●	●	●
25	Singapura	●				●		●
26	República da Coreia	●	●	●	●	●	●	●
27	Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●
28	Portugal	●	●	●	●	●	●	●
29	Chipre	●	●	●	●	●	●	●
30	República Checa	●	●	●	●	●	●	●
31	Barbados	●	●	●	●	●		●
32	Malta		●	●	●	●	●	●
33	Koweit	●	●	●	●	●	●	●
34	Estado do Brunei Darussalam					●		●
35	Hungria	●	●	●	●	●	●	●
36	Argentina	●	●	●	●	●	●	●
37	Polónia	●	●	●	●	●	●	●
38	Chile	●	●	●	●	●	●	●
39	Barém	●	●			●	●	●
40	Estónia	●	●	●	●	●	●	●
41	Lituânia	●	●	●	●	●	●	●
42	Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●
43	Uruguai	●	●	●	●	●	●	●
44	Croácia	●	●	●	●	●	●	●
45	Letónia	●	●	●	●	●	●	●
46	Catar		●				●	●
47	Seicheles	●	●	●	●	●	●	●
48	Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●
49	Emirados Árabes Unidos	●	●			●		●
50	Cuba	●	●			●	●	●
51	São Cristóvão e Nevis					●		●
52	Baamas	●	●			●		●
53	México	●	●	●	●	●	●	●
54	Bulgária	●	●	●	●	●	●	●

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
55	Tonga	●	●					●
56	Omã		●			●		●
57	Trindade e Tobago	●	●	●	●	●		●
58	Panamá	●	●	●	●	●	●	●
59	Antígua e Barbuda	●	●			●	●	●
60	Roménia	●	●	●	●	●	●	●
61	Malásia	●				●		●
62	Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●
63	Maurícia		●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64	Jamahira Árabe Líbia	●	●	●	●	●	●	●
65	Federação da Rússia	●	●	●	●	●	●	●
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	●	●	●	●	●	●	●
67	Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●
68	Domínica			●	●	●		●
69	Brasil	●	●	●	●	●	●	●
70	Colômbia	●	●	●	●	●	●	●
71	Santa Lúcia		●			●		●
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	●	●	●	●	●	●	●
73	Albânia	●	●	●	●	●	●	●
74	Tailândia		●	●	●	●		●
75	Samoa (Ocidental)					●		●
76	Arábia Saudita	●	●			●	●	●
77	Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●
78	Líbano	●	●	●	●	●	●	●
79	Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●
80	Arménia	●	●	●	●	●	●	●
81	China	●	●	◐	●	●	●	●
82	Peru	●	●	●	●	●	●	●
83	Equador	●	●	●	●	●	●	●
84	Filipinas	●	●	●	●	●	●	●
85	Granada		◐	●	●	●		●
86	Jordânia	●	●	●	●	●	●	●
87	Tunísia	●	●	●	●	●	●	●
88	São Vicente e Granadinas	●	●	●	●	●	●	●
89	Suriname		●	●	●	●		●
90	Fiji	●	●			●		●
91	Paraguai	●	●	●	●	●	●	●
92	Turquia	●	●	●	●	●	●	●
93	Sri Lanca	●	●	●	●	●	●	●
94	República Dominicana	◐	●	●	●	●	◐	●
95	Belize	●	●	●	◐	●	●	●
96	Irão, Rep. Islâmica do	●	●	●	●			●
97	Geórgia	●	●	●	●	●	●	●
98	Maldivas	●	●			●	●	●
99	Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●
101	El Salvador	●	●	●	●	●	●	●
102	Argélia	●	●	●	●	●	●	●
103	Guiana		●	●	●	●	●	●
104	Jamaica	●	●	●	●	●		●
105	Turquemenistão		●	●	●	●	●	●
106	Cabo Verde		●	●	●	●	●	●
107	República Árabe Síria	●	●	●	●	●	●	●
108	Indonésia		●	●	●	●	●	●

QUADRO 30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
109 Vietname	●	●	●	●	●		●
110 Quirguizistão	●	●	●	●	●	●	●
111 Egipto	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicarágua	●	●	●	●	●	●	●
113 Usbequistão	●	●	●	●	●	●	●
114 Moldávia, República da	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolívia	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongólia	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●		●
120 Guiné Equatorial		●	●	●	●	●	●
121 África do Sul	●	●	●	❍	●	●	●
122 Tajiquistão		●	●	●	●	●	●
123 Marrocos	●	●	●	●	●	●	●
124 Gabão	●	●	●	●	●	●	●
125 Namíbia	●	●	●	●	●	●	●
126 Índia	●	●	●	●	●	❍	●
127 São Tomé e Príncipe		❍	❍	❍	●	❍	●
128 Ilhas Salomão		●		●	●		●
129 Camboja	●	●	●	●	●	●	●
130 Mianmar	●				●		●
131 Botsuana		●	●		●	●	●
132 Comores	●	●			●	❍	●
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	●	●	❍	❍	●		●
134 Paquistão	●	●		❍	●		●
135 Butão		❍			●		●
136 Gana	●	●	●	●	●	●	●
137 Bangladeche	●	●	●	●	●	●	●
138 Nepal	●	●	●	●	●	●	●
139 Papuásia-Nova Guiné	●	●			●		●
140 Congo		●	●	●	●	●	●
141 Sudão	●	●	●	●		❍	●
142 Timor-Leste		●	●	●	●	●	●
143 Madagáscar		●	●	●	●	●	●
144 Camarões		●	●	●	●	●	●
145 Uganda	●	●	●	●	●	●	●
146 Suazilândia		●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibuti		❍	●	●	●	●	●
149 Lesoto	●	●	●	●	●	●	●
150 Iémen	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabué	●	●	●	●	●		●
152 Quénia		●	●	●	●	●	●
153 Mauritânia		●	●	●	●	●	●
154 Haiti	●	●	●		●		●
155 Gâmbia	●	●	●	●	●	❍	●
156 Senegal	●	●	●	●	●	●	●
157 Eritreia		●	●	●	●		●
158 Ruanda	●	●	●	●	●		●
159 Nigéria		●	●	●	●	●	●
160 Guiné	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola			●	●	●		●

QUADRO 30

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
162	Tanzânia, Rep. U. da	●	●	●	●	●		●
163	Benim		●	●	●	●	●	●
164	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●
165	Zâmbia		●	●	●	●	●	●
166	Malawi		●	●	●	●	●	●
167	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●
168	Moçambique	●	●	●		●	●	●
169	Burundi	●	●	●	●	●	●	●
170	Etiópia	●	●	●	●	●	●	●
171	Chade		●	●	●	●	●	●
172	República Centro-Africana		●	●	●	●		●
173	Guiné-Bissau		❍	❍	●	●	❍	●
174	Burquina Faso	●	●	●	●	●	●	●
175	Mali	●	●	●	●	●	●	●
176	Serra Leoa		●	●	●	●	●	●
177	Níger		●	●	●	●	●	●
OUTROS [a]								
	Afeganistão	●	●	●	●	●	●	●
	Andorra		❍	❍		●	❍	●
	Iraque	●	●	●	●	●		●
	Quiribati					●		●
	Coreia, República da	●		●	●	●		●
	Libéria	●	●	●	●	●	●	●
	Listenstaine	●	●	●	●	●	●	●
	Ilhas Marshall					●		●
	Micronésia, Est. Fed.					●		●
	Mónaco	●	●	●	●	●	●	●
	Montenegro [c]	❍						
	Nauru		❍	❍			❍	●
	Palau							●
	São Marino		●	●	●	●	❍	●
	Serbia [c]	●	●	●	●	●	●	●
	Somália		●	●	●		●	❍
	Tuvalu					●		●
Total de estados participantes [b]		**138**	**170**	**156**	**153**	**183**	**141**	**192**
Assinaturas ainda não conseguidas de ratificação		**2**	**7**	**6**	**6**	**1**	**10**	**2**

● Ratificação, adesão ou sucessão.
❍ Assinatura não seguida de ratificação

NOTAS

O quadro inclui os estados que assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos. A informação é de 28 de Agosto de 2006.

a Estes são os países ou área que, para além dos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos.

b Refere-se à ratificação, adesão ou sucessão.

c a sequência da separação, em Junho de 2006, da Sérvia e do Montenegro em dois estados independentes, todos os actos do tratado (tais como, ratificação ou assinatura) continuam em vigor na República da Sérvia. Salvo indicação em contrário, até 28 de Agosto de 2006 o Secretário Geral das Nações Unidas não tinha recebido qualquer notificação da República do Montenegro relativamente aos tratados indicados no presente quadro.

FONTES

Todas as colunas: ONU 2006d.

QUADRO 31

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

Estatuto das Convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1 Noruega	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Islândia	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Austrália	●	●	●	●	●	●		
4 Irlanda	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Suécia	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Canadá	●			●	●	●		●
7 Japão	●	●	●		●		●	●
8 Estados Unidos				●				●
9 Suíça	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Países Baixos	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlândia	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●	●
13 Bélgica	●	●	●	●	●	●	●	●
14 Áustria	●	●	●	●	●	●	●	●
15 Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●	●
16 França	●	●	●	●	●	●	●	●
17 Itália	●	●	●	●	●	●	●	●
18 Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●	●
19 Espanha	●	●	●	●	●	●	●	●
20 Nova Zelândia		●	●	●	●	●		●
21 Alemanha	●	●	●	●	●	●	●	●
23 Israel	●	●	●	●	●	●	●	●
24 Grécia	●	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapura		●	●	▼	●		●	●
26 República da Coreia					●	●	●	●
27 Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●	●
29 Chipre	●	●	●	●	●	●	●	●
30 República Checa	●	●	●	●	●	●		●
31 Barbados	●	●	●	●	●	●	●	●
32 Malta	●	●	●	●	●	●	●	●
33 Koweit	●		●	●		●	●	●
34 Estado do Brunei Darussalam								
35 Hungria	●	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentina	●	●	●	●	●	●	●	●
37 Polónia	●	●	●	●	●	●	●	●
38 Chile	●	●	●	●	●	●	●	●
39 Barém			●	●		●		●
40 Estónia	●	●	●	●	●	●		●
41 Lituânia	●	●	●	●	●	●	●	●
42 Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguai	●	●	●	●	●	●	●	●
44 Croácia	●	●	●	●	●	●	●	●
45 Letónia	●	●	●	●	●	●	●	●
46 Catar			●			●	●	●
47 Seicheles	●	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●	●
49 Emirados Árabes Unidos			●	●	●	●	●	●
50 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	
51 São Cristóvão e Nevis	●	●	●	●	●	●	●	●
52 Baamas	●	●	●	●	●	●	●	●
53 México	●		●	●	●	●		●
54 Bulgária	●	●	●	●	●	●	●	●

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
55 Tonga								
56 Omã			●	●			●	●
57 Trindade e Tobago	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Panamá	●	●	●	●	●	●	●	●
59 Antígua e Barbuda	●	●	●	●	●	●	●	●
60 Roménia	●	●	●	●	●	●	●	●
61 Malásia		●	●	♦	●		●	●
62 Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurícia	●	●	●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64 Jamahira Árabe Líbia	●	●	●	●	●	●	●	●
65 Federação da Rússia	●	●	●	●	●	●	●	●
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Domínica	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Brasil		●	●	●	●	●	●	●
70 Colômbia	●	●	●	●	●	●	●	●
71 Santa Lúcia	●	●	●	●	●	●		●
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Albânia	●	●	●	●	●	●	●	●
74 Tailândia			●	●	●		●	●
75 Samoa (Ocidental)								
76 Arábia Saudita			●	●	●	●		●
77 Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●	●
78 Líbano		●	●	●	●	●	●	●
79 Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménia	●	●	●	●	●	●	●	●
81 China					●	●	●	●
82 Peru	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Equador	●	●	●	●	●	●	●	●
84 Filipinas	●	●	●	●	●	●	●	●
85 Granada	●	●	●	●	●	●	●	●
86 Jordânia		●	●	●	●	●	●	●
87 Tunísia	●	●	●	●	●	●	●	●
88 São Vicente e Granadinas	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname	●	●	●	●				●
90 Fiji	●	●	●	●	●	●	●	●
91 Paraguai	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquia	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanca	●	●	●	●	●	●	●	●
94 República Dominicana	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Irão, Rep. Islâmica do			●	●	●	●		●
97 Geórgia	●	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldivas								
99 Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador			●	●	●	●	●	●
102 Argélia	●	●	●	●	●	●	●	●
103 Guiana	●	●	●	●	●	●	●	●
104 Jamaica	●	●	●	●	●	●	●	●
105 Turquemenistão	●	●	●	●	●	●		
106 Cabo Verde	●	●	●	●	●	●		●
107 República Árabe Síria	●	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésia	●	●	●	●	●	●	●	●

QUADRO 31 Estatuto das Convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH		Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
		Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
109	Vietname					●	●	●	●
110	Quirguizistão	●	●	●	●	●	●	●	●
111	Egipto	●	●	●	●	●	●	●	●
112	Nicarágua	●	●	●	●	●	●	●	●
113	Usbequistão		●	●	●	●	●		
114	Moldávia, República da	●	●	●	●	●	●	●	●
115	Bolívia	●	●	●	●	●	●	●	●
116	Mongólia	●	●	●	●	●	●	●	●
117	Honduras	●	●	●	●	●	●	●	●
118	Guatemala	●	●	●	●	●	●	●	●
119	Vanuatu					●	●		
120	Guiné Equatorial	●	●	●	●	●	●	●	●
121	África do Sul	●	●	●	●	●	●	●	●
122	Tajiquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
123	Marrocos		●	●	●	●	●	●	●
124	Gabão	●	●	●	●	●	●		●
125	Namíbia	●	●	●	●		●	●	●
126	Índia			●	●	●	●		
127	São Tomé e Príncipe	●	●	●	●	●	●	●	●
128	Ilhas Salomão			●					
129	Camboja	●	●	●	●	●	●	●	●
130	Mianmar	●		●					
131	Botsuana	●	●	●	●	●	●	●	●
132	Comores	●	●	●	●	●	●	●	●
133	Laos, Rep. Dem. Popular do			●				●	●
134	Paquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
135	Butão								
136	Gana	●	●	●	●	●	●		●
137	Bangladeche	●	●	●	●	●	●		●
138	Nepal		●	●		●	●	●	●
139	Papuásia-Nova Guiné	●	●	●	●	●	●	●	●
140	Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
141	Sudão		●	●	●	●	●	●	●
142	Timor-Leste								
143	Madagáscar	●	●	●		●	●	●	●
144	Camarões	●	●	●	●	●	●	●	●
145	Uganda	●	●	●	●	●	●	●	●
146	Suazilândia	●	●	●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147	Togo	●	●	●	●	●	●	●	●
148	Djibuti	●	●	●	●	●	●	●	●
149	Lesoto	●	●	●	●	●	●	●	●
150	Iémen	●	●	●	●	●	●	●	●
151	Zimbabué	●	●	●	●	●	●	●	●
152	Quénia		●	●	●	●	●	●	●
153	Mauritânia	●	●	●	●	●	●	●	●
154	Haiti	●	●	●	●	●	●		
155	Gâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
156	Senegal	●	●	●	●	●	●	●	●
157	Eritreia	●	●	●	●	●	●	●	
158	Ruanda	●	●	●	●	●	●	●	●
159	Nigéria	●	●	●	●	●	●	●	●
160	Guiné	●	●	●	●	●	●	●	●
161	Angola	●	●	●	●	●	●	●	●

QUADRO 31

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
162 Tanzânia, Rep. U. da	●	●	●	●	●	●	●	●
163 Benim	●	●	●	●	●	●	●	●
164 Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●	●
165 Zâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
166 Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●	●
168 Moçambique	●	●	●	●	●	●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
170 Etiópia	●	●	●	●	●	●	●	●
171 Chade	●	●	●	●	●	●	●	●
172 República Centro-Africana	●	●	●	●	●	●	●	●
173 Guiné-Bissau		●	●	●	●	●		
174 Burquina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
176 Serra Leoa	●	●	●	●	●	●		
177 Níger	●	●	●	●	●	●	●	●
OUTROS [i]								
Afeganistão				●	●	●		
Iraque		●	●	●	●	●	●	●
Quiribati	●	●	●	●				
Libéria	●	●	●	●		●		●
Montenegro [j]								
São Marino	●	●	●	●	●	●	●	●
Sérvia [j]	●	●	●	●	●	●	●	●
Somália			●	●		●		
Ratificações totais	**145**	**154**	**169**	**163**	**163**	**165**	**147**	**161**

● Convenção ratificada.
▼ Convenção denunciada.

NOTAS

O quadro inclui países membros das Nações Unidas. A informação é de 28 de Agosto de 2006.

a Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (1948).
b Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Colectiva (1949).
c Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930).
d Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957).
e Convenção sobre a Igualdade de Remuneração (1951).
f Convenção sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (1958).
g Convenção sobre a Idade Mínima (1973).
h Convenção sobre as Formas Mais Abusivas de Trabalho Infantil (1999).
i Países ou áreas que, para além dos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos uma das oito convenções sobre direitos do trabalho.
j Na sequência da separação, em Junho de 2006, da Sérvia e do Montenegro em dois estados independentes, todas as convenções ratificadas pela Sérvia-Montenegro continuam em vigor na República da Sérvia. Até 28 de Agosto de 2006, a OIT não tinha recebido qualquer notificação da República do Montenegro relativamente às convenções indicadas no presente quadro.

FONTES

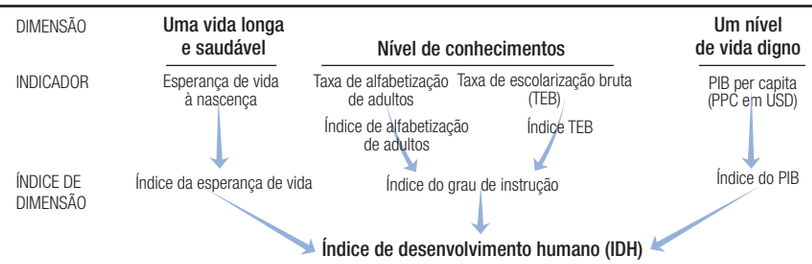
Todas as colunas: OIT 2006a.

NOTA TÉCNICA 1

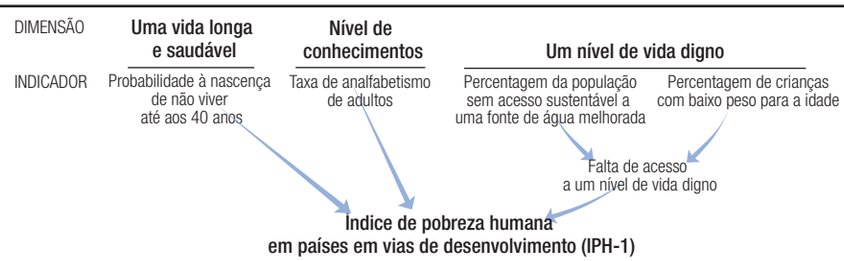
Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

Os diagramas que se seguem resumem o modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças. O texto das páginas que se seguem fornece uma explicação pormenorizada.

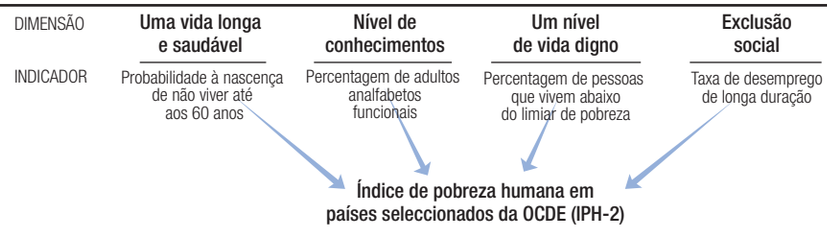
IDH



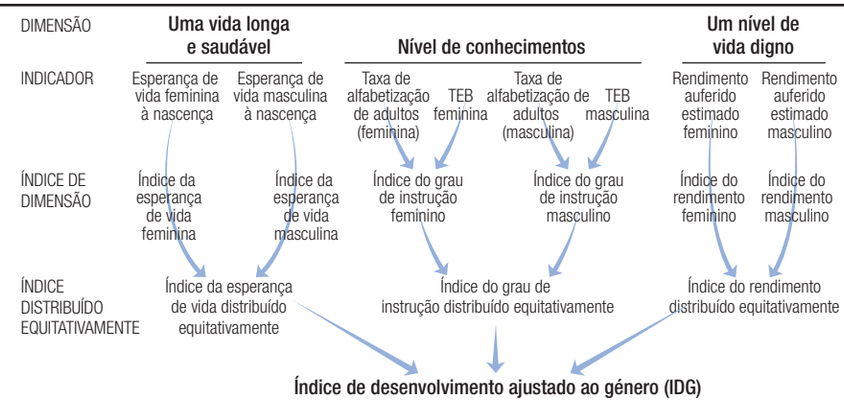
IPH-1



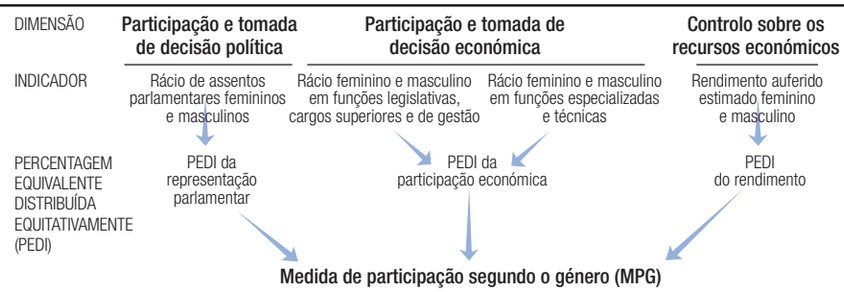
IPH-2



IDG



MPG

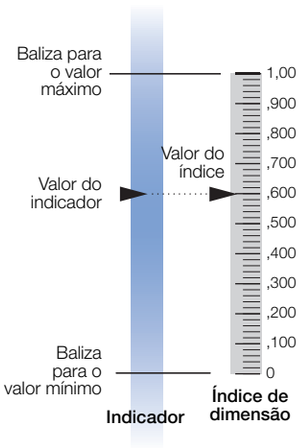


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH consiste numa medida que resume os diversos índices de desenvolvimento humano. Mede os progressos registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano.

- Uma vida longa e saudável, medida através da esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido através do PIB per capita (PPC em USD).

Antes de se chegar ao IDH propriamente dito, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes índices – índices de esperança de vida, de grau de instrução e de PIB — são seleccionados valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso em termos de valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

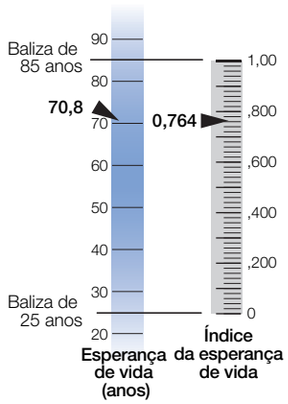
O IDH é, então, calculado como uma média simples dos vários índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o método de cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (PPC em USD)	40.000	100

Método de cálculo do IDH

Este exemplo de cálculo do IDH utiliza dados relativos ao Brasil.



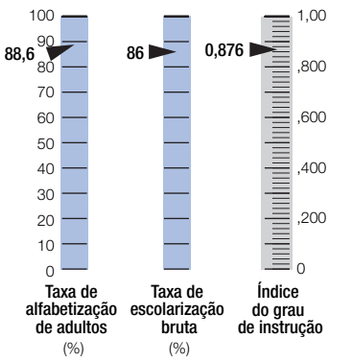
1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede os progressos relativos de um país em termos de esperança de vida à nascença. No caso do Brasil, com um valor observado de 70,8 anos em 2004, o índice da esperança de vida é 0,764.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{70{,}8 - 25}{85 - 25} = \mathbf{0{,}764}$$

2. Cálculo do índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução mede os progressos relativos de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente, estes dois índices são combinados para se obter o índice do grau de instrução, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. No caso do Brasil, com uma taxa de alfabetização de adultos de 88,6% em 2004 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 86% em 2004, o índice da educação é 0,876.



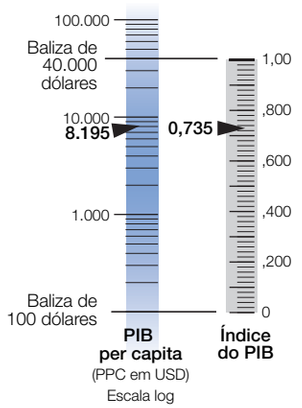
$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{88{,}6 - 0}{100 - 0} = 0{,}886$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{86 - 0}{100 - 0} = 0{,}857$$

$$\text{Índice do grau de instrução} = 2/3\ (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3\ (\text{índice de escolarização bruta})$$
$$= 2/3\ (0{,}886) + 1/3\ (0{,}857) = \mathbf{0{,}876}$$

3. Cálculo do índice do PIB

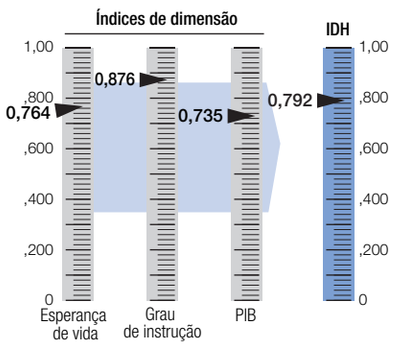
O índice do PIB é calculado com base no PIB per capita ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento entra como substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimentos. O rendimento é ajustado porque, para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Sendo assim, utiliza-se o logaritmo do rendimento. No caso do Brasil, com um PIB per capita de 8.195 (PPC em USD) em 2004, o índice do PIB é 0,735.



$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.195) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = \mathbf{0{,}735}$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, torna-se muito fácil determinar o IDH. Ele corresponde à média simples dos três índices de dimensão.



$$\text{IDH} = 1/3\ (\text{Índice da esperança de vida}) + 1/3\ (\text{índice do grau de instrução}) + 1/3\ (\text{índice do PIB})$$
$$= 1/3\ (0{,}764) + 1/3\ (0{,}876) + 1/3\ (0{,}735) = \mathbf{0{,}792}$$

O índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH-1 mede o grau de *privação* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medido através da probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno — falta de acesso a meios económicos de subsistência, medida através da média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

A fórmula de cálculo do IPH-1 é obtida de forma mais directa do que a do cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

De início, a medida da privação ou falta de acesso a um nível de vida digno também incluía um indicador do grau de acesso aos serviços de saúde. Mas como não dispomos de dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde nos últimos anos, o grau de privação de um nível de vida digno é medido, no presente Relatório, através de dois, e não três indicadores — a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

O índice de pobreza humana (IPH-2) em países seleccionados da OCDE

O IPH-2 mede o grau de privação nas mesmas dimensões que o IPH-1, e também contempla a exclusão social. Reflecte, assim, o grau de privação em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida através da probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da percentagem de adultos (idades entre 16 e 65 anos) funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno — medido através da percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado).
- Exclusão social — medida através da taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida do grau de privação de um nível de vida digno.
O grau de privação de um nível de vida digno é medido através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\text{Média não ponderada} = 1/2\ (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) + 1/2\ (\text{crianças com baixo peso para a idade})$$

Exemplo de cálculo: Namíbia
População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 13%
Crianças com baixo peso para a idade = 24%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2\ (13) + 1/2\ (24) = 18{,}5\%$$

2. Cálculo do IPH-1
A fórmula de cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{HPI-1} = [1/3\ (P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)
P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos
P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Namíbia
$P_1 = 45{,}4\%$
$P_2 = 15{,}0\%$
$P_3 = 18{,}5\%$

$$\text{HPI-1} = [1/3\ (45{,}4^3 + 15{,}0^3 + 18{,}5^3)]^{1/3} = \mathbf{32{,}5}$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula de cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{HPI-2} = [1/4\ (P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha} + P_4^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)
P_2 = Adultos funcionalmente analfabetos
P_3 = População abaixo da linha de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado)
P_4 = Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Austrália
$P_1 = 7{,}7\%$
$P_2 = 17{,}0\%$
$P_3 = 14{,}3\%$
$P_4 = 0{,}9\%$

$$\text{HPI-2} = [1/4\ (7{,}7^3 + 17{,}0^3 + 14{,}3^3 + 0{,}9^3)]^{1/3} = \mathbf{12{,}8}$$

Porquê $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e do IPH-2

O valor de α tem um impacto importante no valor do IPH 1. Se $\alpha = 1$, o IPH corresponde à média das suas dimensões. Quando α cresce, atribui-se maior peso à dimensão em que houver maior privação. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que o grau de privação é máxima (no caso da Namíbia, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 49,4 equivalente à probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para conferir um peso adicional, embora não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IPH, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective», e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice do desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede os progressos médios, o IDG ajusta os progressos médios, com o objectivo de reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD).

O cálculo do IDG envolve três patamares. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de progressos registados entre homens e mulheres. O índice daí resultante, designado como índice distribuído equitativamente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice distribuído equitativamente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede o grau de aversão à desigualdade. No IDG, $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral passa a ser:

$$\text{Índice distribuído equitativamente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos equitativamente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (PPC em USD)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida das mulheres são de mais cinco anos, tendo em consideração que elas vivem, em média, mais anos.

Cálculo do IDG

Este exemplo do cálculo do IDG utiliza dados relativos à Tailândia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído equitativamente
O primeiro passo consiste em calcular separadamente os índices relativos aos progressos registados em termos de esperança de vida feminina e masculina, utilizando para tal a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO
Esperança de vida: 74,0 years

MASCULINO
Esperança de vida: 66,7 years

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{74{,}0 - 27{,}5}{87{,}5 - 27{,}5} = 0{,}776 \qquad \text{Índice da esperança de vida} = \frac{66{,}7 - 22{,}5}{82{,}5 - 22{,}5} = 0{,}737$$

A seguir, combinam-se os índices feminino e masculino para obter o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, utilizando para tal a fórmula geral dos índices distribuídos equitativamente.

FEMININO
Parcela da população: 0,509
Índice da esperança de vida: 0,776

MASCULINO
Parcela da população: 0,491
Índice da esperança de vida: 0,737

$$\text{Índice da esperança de vida distribuído equitativamente} = \{[0{,}509\ (0{,}776^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}737^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}756}$$

2. Cálculo do índice do grau de instrução distribuído equitativamente
Primeiro, são calculados separadamente, para mulheres e para homens, os índices da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. O cálculo destes índices é feito directamente, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO
Taxa de alfabetização de adultos: 90,5%
Índice de alfabetização de adultos: 0,905
Taxa de escolarização bruta: 74,0%
Índice de escolarização bruta: 0,740

MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 94,9%
Índice de alfabetização de adultos: 0,949
Taxa de escolarização bruta: 73,4%
Índice de escolarização bruta: 0,734

Segundo, é calculado separadamente, para mulheres e para homens, o índice do grau de instrução, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta.

$$\text{Índice do grau de instrução} = 2/3\ (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3\ (\text{índice de escolarização bruta})$$
$$\text{Índice do grau de instrução feminina} = 2/3\ (0{,}905) + 1/3\ (0{,}740) = 0{,}850$$
$$\text{Índice do grau de instrução masculina} = 2/3\ (0{,}949) + 1/3\ (0{,}734) = 0{,}877$$

Finalmente, os índices do grau de instrução femininos e masculinos são combinados com o objectivo de se obter o índice do grau de instrução distribuído equitativamente.

FEMININO
Parcela da população: 0,509
Índice do grau de instrução: 0,850

MASCULINO
Parcela da população: 0,491
Índice do grau de instrução: 0,877

$$\text{Índice do grau de instrução distribuído equitativamente } \{[0{,}509\ (0{,}850^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}877^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}863}$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído equitativamente
Primeiro, são estimados os rendimentos auferidos (PPC em USD) feminino e masculino (para mais pormenores sobre o cálculo, ver adenda a esta nota técnica). Depois, é calculado o índice do rendimento para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado com base no logaritmo do rendimento auferido estimado (PPC em USD).

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor efectivo}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 6.036

MASCULINO
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 10.214

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(6.036) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}684 \qquad \text{Índice do rendimento} = \frac{\log(10.214) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}772$$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados com o objectivo de se obter o índice do rendimento distribuído equitativamente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,509	Parcela da população: 0,491
Índice do rendimento: 0,684	Índice do rendimento: 0,772

Índice do rendimento distribuído equitativamente = $\{[0{,}509\ (0{,}684^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}772^{-1})]\}^{-1}$ = **0,725**

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é feito directamente. Consiste, simplesmente, na média não ponderada dos três índices componentes - o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, o índice do grau de instrução distribuído equitativamente e o índice do rendimento distribuído equitativamente.

IDG = 1/3 (índice da esperança de vida) + 1/3 (índice do grau de instrução) + 1/3 (índice de rendimento)
= 1/3 (0,756) + 1/3 (0,863) + 1/3 (0,725) = **0,781**

Porquê $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ε corresponde à dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior for o valor, mais penalizada será a sociedade pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ε cresce para infinito, atribui-se cada vez maior peso ao grupo que registe menor grau de progressos.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (bem como na MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género no capítulo dos progressos obtidos.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement»; e de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen «UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review» e a nota técnica do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* (ver lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

Concentrando-se mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, a MPG contempla a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Capacidade de participação e de tomada de decisão política, medida pelas parcelas percentuais dos assentos parlamentares ocupados por mulheres e por homens.
- Capacidade de participação e de tomada de decisão económica, medida através de dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão e as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções especializadas e técnicas.
- Controlo sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (PPC em USD).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída equitativamente (PEDI), como uma média ponderada da população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede o grau de aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG) $\epsilon = 2$, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

Para efeitos de medição da participação e da tomada de decisão política e económica, a PEDI é, então, indexada através da sua divisão por 50. Motivo desta indexação: numa sociedade ideal, que promova a igualdade do poder de ambos os sexos, as variáveis MPG serão equivalentes a 50% — ou seja, a parcela das mulheres será igual à dos homens para cada variável em análise.

De acordo com a fórmula acima, a PEDI não é definida sempre que o valor de um índice masculino ou feminino for igual a zero. Contudo, quando o índice tende para zero, o limite da PEDI é zero. Sendo assim, nestes casos, o valor da PEDI é fixado em zero.

Finalmente, a MPG é calculada como média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

Este exemplo do cálculo da MPG utiliza dados relativos à Argentina.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar
A PEDI da representação parlamentar mede o grau de capacitação relativa das mulheres em função da sua participação política. A PEDI é calculada a partir das parcelas feminina e masculina da população, e do rácio dos assentos parlamentares de mulheres e homens, de acordo com a fórmula geral.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcela parlamentar: 36,5%	Parcela parlamentar: 63,5%

$$\text{PEDI indexada da representação parlamentar} = \{[0{,}511\ (36{,}5^{-1})] + [0{,}489\ (63{,}5^{-1})]\}^{-1} = 46{,}07$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$\text{PEDI indexada da representação parlamentar} = \frac{46{,}07}{50} = \mathbf{0{,}921}$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica
Se recorrermos a esta fórmula geral, poderemos calcular uma PEDI para o rácio de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão, e uma outra para o rácio de mulheres e de homens em funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas determina a PEDI relativa à participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 25,4%	Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 74,6%
Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 54,7%	Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 45,3%

$$\text{PEDI das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \{[0{,}511\ (25{,}4^{-1})] + [0{,}489\ (74{,}6^{-1})]\}^{-1} = 37{,}46$$

$$\text{PEDI indexada das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \frac{37{,}46}{50} = 0{,}749$$

$$\text{PEDI das funções especializadas e técnicas} = \{[0{,}511\ (54{,}7^{-1})] + [0{,}489\ (45{,}3^{-1})]\}^{-1} = 49{,}67$$

$$\text{PEDI indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49{,}67}{50} = 0{,}993$$

As duas PEDI indexadas são repartidas de forma proporcional a fim de se obter o cálculo da PEDI da participação económica:

$$\text{PEDI de participação económica} = \frac{0{,}749 + 0{,}993}{2} = \mathbf{0{,}871}$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento
O rendimento auferido (PPC em USD) é estimado separadamente para mulheres e homens, e em seguida, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado baseia-se em valores não ajustados, e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para mais pormenores sobre a estimativa do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 9.258	Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 17.518
$\text{Índice de rendimento} = \frac{9.258 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}230$	$\text{Índice de rendimento} = \frac{17.518 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}437$

Os índices feminino e masculino são, por fim, combinados para se obter o índice distribuído equitativamente.

$$\text{PEDI do rendimento} = \{[0{,}511\ (0{,}230^{-1})] + [0{,}489\ (0{,}437^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}299}$$

4. Cálculo da MPG
Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é feita directamente. Corresponde a uma média simples dos três índices PEDI.

$$\text{MPG} = \frac{0{,}921 + 0{,}871 + 0{,}299}{3} = \mathbf{0{,}697}$$

ADENDA À NOTA TÉCNICA 1

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar de se reconhecer a importância dos dados relativos ao rendimento desagregado ajustado ao género, não existe ainda uma medição directa destes factores. Procedeu-se, assim, a uma estimativa bruta dos rendimentos auferidos por mulheres e homens para efeitos do presente Relatório.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como recurso destinado ao consumo ou como ganho dos indivíduos. Enquanto medida de consumo, é difícil proceder à sua desagregação entre homens e mulheres, porque os dois sexos partilham os recursos no âmbito familiar. Pelo contrário, os ganhos já são separáveis, dado que os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade de cada indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para detectar as disparidades entre homens e mulheres em termos de controlo dos recursos e, na MPG, para avaliar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen's «Gender Inequality in Human Development» e, no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos femininos e masculinos (PPC em USD) são estimados a partir dos dados que se seguem:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População total feminina e masculina.
- PIB per capita (PPC em USD).

Símbolos

W_f / W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
S_f = parcela feminina da remuneração salarial
Y = PIB total (PPC em USD)
N_f = população feminina total
N_m = população masculina total
Y_f = rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD)
Y_m rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos baseados em dados que constam nesta nota técnica poderão produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimativa dos rendimentos auferidos femininos e masculinos

Este exemplo da estimativa dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, utiliza dados de 2004 relativos aos Países Baixos.

1. Cálculo do PIB total (PPC em USD).
O PIB total (PPC em USD) é calculado através da multiplicação da população total pelo PIB per capita (PPC em USD).

População total: 16.282 (milhares)
GDP per capita (PPC em USD): 31.789
PIB total (PPC em USD) = 16.282 (31.789) = 517.386.944 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial
Como escasseiam dados relativos a salários nos sectores rural e informal, o Relatório recorreu aos salários não agrícolas, e presumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada a partir do rácio entre os salários não agrícola feminino e masculino, e das parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Sempre que não se encontram disponíveis dados sobre o rácio salarial, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,815
Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 44,0%
Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 56,0%

Parcela feminina da remuneração salarial $(S_f) = \dfrac{W_f/W_m\,(EA_f)}{[W_f/W_m\,(EA_f)] + EA_m} = \dfrac{0{,}815\ (44{,}0)}{[0{,}815\ (44{,}0)] + 56{,}0} = \mathbf{0{,}391}$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (PPC em USD).
Uma conclusão há que retirar: a parcela feminina da remuneração salarial é equivalente à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0,391
PIB total (PPC em USD) (Y) = 517.586.944 (milhares)
População feminina (N_f) = 8.202 (milhares)

Rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD) $(Y_f) = \dfrac{S_f\,(Y)}{N_f} = \dfrac{0{,}391\ (517.586.944)}{8.202} = \mathbf{24.652}$

População masculina (N_m) = 8.080 (milhares)

Rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD) $(Y_m) = \dfrac{Y - S_f\,(Y)}{N_m} = \dfrac{517.586.944 - [0{,}391\ (517.586.944)]}{8.080} = \mathbf{39.035}$

Literatura escolhida

Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. "Human Development Index: Methodology and Measurement.» Occasional Paper 12. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. *(IDH)*

———. 1995. "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement." Occasional Paper 19. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. *(IDG, MPG)*

———. 1997. "Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective.» In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. Nova Iorque. *(IPH-1, IPH-2)*

Bardhan, Kalpana, e Stephan Klasen. 1999. "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review." *World Development* 27 (6): 985–1010. *(IDG,MPG)*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1995. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Nova Iorque: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. *(IDG, MPG)*

———. 1997. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica 1 e capítulo 1. *(IPH-1, IPH-2)*

———. 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica. *(IDH, IDG)*

NOTA TÉCNICA 2

Um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimentos

O índice de desenvolvimento humano (IDH) fornece uma panorâmica abrangente das médias nacionais relativas a três importantes indicadores do bem-estar humano (ver *Nota Técnica 1*). Mas não contempla as variações registadas nas médias relacionadas com a desigualdade. O Relatório deste ano apresenta, pela primeira vez, um IDH por quintis de rendimentos. Esta nova medida, cujo objectivo consiste em abordar um aspecto fundamental do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, estimular o debate público, denuncia a existência de grandes desigualdades entre ricos e pobres em muitos países.

O IDH por quintis de rendimentos apresenta separadamente o desempenho de rendimentos por quintil em 14 países. A metodologia utilizada encontra-se explicada de forma detalhada num documento de apoio preparado para o Relatório deste ano (Grimm e outros 2006). Esta nota técnica faz um breve sumário.

Metodologia

A estruturação do IDH por quintis de rendimentos obedece às mesmas regras do IDH padrão. Para se obter o cálculo dos índices de três dimensões — saúde, grau de instrução e rendimento — por quintil do rendimento foram utilizados dados relativos à esperança de vida, população escolar, alfabetização e rendimento per capita, recolhidos através de sondagens realizadas em lares domésticos.

Os dados para o índice são obtidos de diversas fontes. Nos países em vias de desenvolvimento, os inquéritos de rendimento familiar são utilizados para calcular os índices de educação e do produto interno bruto (PIB) para cada quintil, e as Sondagens Demográficas e Sanitárias são utilizadas para calcular o índice de esperança média de vida. Dado que estes dois conjuntos de informação não abrangem as mesmas famílias, os dados dos referidos inquéritos são relacionados entre si através de um cruzamento do rendimento por família e das Sondagens Demográficas e Sanitárias, recorrendo-se para o efeito a variáveis contidas nos dois conjuntos de inquéritos. A correlação existente entre o rendimento familiar per capita e um conjunto de características comuns às famílias e que são visíveis em ambos os inquéritos, é objecto de uma estimativa e, depois, utilizada com o objectivo de chegar a um substituto do rendimento familiar nas Sondagens Demográficas e Sanitárias. Entre estas características incluem-se a estrutura familiar, o grau de instrução e a idade do cabeça de casal, a área de residência, as características da habitação e os gostos.

Relativamente aos dois países desenvolvidos que figuram no estudo, a Finlândia e os Estados Unidos, os dados sobre o PIB e o grau de instrução foram obtidos através do Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo, e os dados sobre os rendimentos e a esperança de vida foram extraídos de trabalhos empíricos entretanto publicados.

Os dados utilizados na estruturação do índice foram obtidos como se segue.

Esperança de vida

Os cálculos baseiam-se em dados relativos à mortalidade infantil, recolhidos através das Sondagens Demográficas e Sanitárias. A mortalidade infantil é, comprovadamente, um substituto fiável dos padrões de mortalidade geral e, consequentemente, da esperança de vida. As taxas de mortalidade infantil por cada quintil de rendimento são aplicadas às tabelas de mortalidade de Ledermann (uma ferramenta que serve para estimar a esperança de vida com base na relação histórica entre a esperança de vida e a mortalidade infantil).

O índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução baseia-se em dados relativos à alfabetização de adultos e à taxa de escolarização. Os dados relativos à alfabetização de adultos podem ser directamente extraídos dos inquéritos sobre rendimentos do agregado para cada quintil de rendimento. Para calcular o índice de escolarização

O trabalho sobre o índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento foi levado a cabo por Michael Grimm, Kenneth Harttgen, Stephan Klasen e Mark Misselhorn, com colaborações de Teresa Munzi e Tim Smeeding da equipa do Estudo de Rendimentos do Luxemburgo.

bruta por cada quintil, é preciso apurar primeiro o rácio de escolarização bruta combinada para cada quintil. São considerados para o efeito todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 5 e 23 anos e que frequentam a escola ou universidade, geral ou vocacional. O índice de escolarização bruta por cada quintil é, então, calculado a partir dos mesmos valores mínimos e máximos utilizados no cálculo do IDH padrão.

Índice do PIB

O índice do PIB é calculado a partir da variável de rendimento estabelecida no inquérito aos rendimentos familiares. Em abstracto, e devido à margem de erro da medição, o rendimento médio per capita calculado a partir dos inquéritos ao rendimento familiar poderá diferir bastante do PIB per capita que consta das estatísticas nacionais utilizadas para calcular o índice PIB do IDH padrão. Com o objectivo de eliminar as diferenças nos índices de preços nacionais, o rendimento familiar per capita calculado através dos inquéritos ao rendimento familiar encontra-se expresso em termos de paridade do poder de compra (PPC) em dólares americanos, para o que são utilizados factores de conversão baseados nas informações sobre preços retiradas dos últimos inquéritos do Programa Comparativo Internacional fornecido pelo Banco Mundial. Este rendimento per capita é, então, redimensionado, recorrendo-se para o efeito ao rácio entre a variável de rendimento familiar e o PIB per capita expresso em PPC (extraído do IDH padrão).

Finalmente, estes dados são redimensionados para a mesma proporção referida no IDH padrão do ano em questão. O IDH ajustado aos rendimentos é então calculado de acordo com a fórmula padrão (ver *Nota Técnica 1*):

$$\frac{\text{Índice da esperança de vida} + \text{índice de grau de instrução} + \text{índice do PIB}}{3} = \text{Índice de desenvolvimento humano}$$

Este cálculo é efectuado para cada quintil.

Temas para debate

O modelo do IDH por quintis de rendimentos fornece uma perspectiva simples, intuitiva e transparente da medição de importantes disparidades de desenvolvimento humano em cada país. Constitui um útil indicador abrangente que permite identificar as desigualdades de rendimento e outras, ainda maiores, no que respeita às oportunidades relacionadas com a saúde e a instrução. No entanto, o recurso ao modelo do IDH com o intuito de examinar desigualdades nacionais suscita uma série de problemas de concepção e de metodologia.

Comecemos por analisar a relação entre o rendimento e os restantes indicadores. O IDH por quintis de rendimento determina a medida do rendimento anual, que sofre flutuações consideráveis resultantes de situações de ruptura e da evolução registada ao longo da vida. Se nos limitarmos a ter em conta a média anual dos rendimentos de uma família, por exemplo, do quintil mais pobre, corremos o risco de mascarar grandes alterações dinâmicas que venham a registar-se com o passar do tempo. Isto acarreta problemas metodológicos adicionais, entre outros motivos, porque se estabelecermos uma ligação entre resultados mais estáveis ao nível da saúde e da instrução e rendimentos flutuantes, poderemos desvirtuar os resultados.

A fiabilidade dos dados recolhidos nos inquéritos familiares apresenta um outro conjunto de problemas. Decidimos abordar aqui estes problemas pelas pretensas simplificações a que fizemos referência atrás e que são explicadas em detalhe em Grimm e outros (2006). Mas colocarmos no mesmo saco os inquéritos demográficos e sanitários e os inquéritos aos rendimentos familiares é uma opção inerentemente problemática, sendo possíveis outras abordagens. Nos países desenvolvidos, a fiabilidade dos dados constitui um problema menos imediato. Mas as comparações entre países continuam a revelar-se difíceis. No caso da Finlândia e dos EUA, a avaliação da esperança de vida a partir dos grupos de rendimento é baseada em dados do início dos anos 90. No entanto, a escassez de dados faz com que a medida dos rendimentos difira da utilizada para as outras duas componentes. Além disso, o Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo não contém informação sobre a taxa de escolarização, que tem de ser, como tal, substituída por dados relativos aos resultados.

Existe ainda uma última preocupação relacionada com a dimensão das desigualdades. Em termos proporcionais, as diferenças entre ricos e pobres são muito maiores no capítulo dos rendimentos do que no capítulo da saúde e da educação. As pequenas diferenças na saúde e na educação podem, no entanto, ser igualmente importantes do ponto de vista do desenvolvimento humano e deverão, por isso, ser objecto de maior ponderação no IDH por quintis de rendimentos do que são actualmente. Trata-se de assuntos metodológicos mais vastos, inerentes a este

NOTA TÉCNICA 3

Medição do risco na falta de acesso à água e ao saneamento básico

O problema do acesso à água e ao saneamento básico constitui uma questão de vida ou de morte. Mas quais serão os parâmetros de risco associados à sua falta? Se atendermos à dimensão da incidência de doenças e de mortes associadas a este problema, esta questão tem sido, surpreendentemente, negligenciada.

O Capítulo 1 dá-nos conta dos resultados de um trabalho de investigação levado a cabo sobre os riscos associados à falta de acesso à água e ao saneamento básico. Esta abordagem inspirou-se em técnicas analíticas utilizadas em pesquisas médicas e económicas para examinar a relação existente entre, por um lado, o comportamento ou o tratamento, e por outro, os resultados obtidos em termos de saúde. Ela concentrou-se na associação entre o acesso a determinadas infra-estruturas de água e saneamento e as alterações sentidas ao nível do risco de doença ou morte prematura. Para sermos mais específicos, este trabalho contempla o modo como o acesso à água e ao saneamento básico interfere com o risco de mortalidade neonatal (0 a 1 mês) e pós-neonatal (1 a 12 meses), bem como com o risco de diarreia, a maior causa de mortalidade infantil associada à água.

Dados

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos de Sondagens Demográficas e Sanitárias que recolhem informação sobre um grande número de variáveis socioeconómicas a nível individual, de lares domésticos e a nível comunitário, e que são normalmente realizadas de cinco em cinco anos, por forma a permitir uma comparação ao longo do tempo. Cada amostra destas sondagens é constituída por grupos de 5.000 a 30.000 famílias. As amostras não têm concepção longitudinal, mas são representativas a nível nacional, urbano e rural. Embora as Sondagens Demográficas e Sanitárias se concentrem, principalmente, em mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, também recolhem dados relativos a diversos indicadores demográficos para todos os membros do agregado, incluindo as crianças.

Na base deste conjunto de dados estão 22 inquéritos realizados em 18 países (quadro 1). Foram utilizados, na maior parte dos casos, inquéritos realizados em, ou a partir de 2000, por forma a incluir a mais recente informação disponível. Para a presente análise, as crianças foram a principal unidade de pesquisa.

Metodologia

A metodologia segue uma abordagem em duas fases. Primeiro, os elementos que influenciam as probabilidades de sobrevivência em diferentes fases da vida foram identificados, destrinçando os efeitos de características individuais, familiares e comunitárias que contribuem para a mortalidade e a doença. No caso da mortalidade neonatal, a variável principal foi definida como um indicador separado, com dois valores: zero quando a criança está viva e um quando a criança morreu durante o primeiro mês de vida. No caso da diarreia, recorreu-se a uma abordagem de resultados separados, em que o valor de um indica um episódio de diarreia durante as duas semanas an-

Quadro 1 **Cobertura dos países**

País	Ano	Tamanho da amostra
Bangladeche	1999-2000	6.368
Benim	2001	5.349
Camarões	2004	8.125
Egipto	1995 2000	12.135 11.467
Etiópia	2000	10.873
Gabão	2000	4.405
Gana	2003	3.844
Guatemala	1998-99	4.943
Haiti	2000	6.685
Indonésia	2002-03	16.206
Mali	2001	13.097
Marrocos	2003-04	6.180
Nepal	2001	6.931
Nicarágua	2001	6.986
Peru	1996 2000	17.549 13.697
Uganda	2000-01	7.113
Vietname	1997 2002	1.775 1.317
Zâmbia	2001-02	6.877
Zimbabué	1999	3.643

teriores à entrevista. Procedeu-se, seguidamente, à estimativa de um modelo logit em ambos os casos (caixa 1).

Para uma estimativa do impacto produzido por elementos específicos na sobrevivência pós-neonatal, recorreu-se a um modelo e a uma variável de resultados diferentes. Foram incluídas no estudo todas as crianças com mais de um mês de vida, tendo a variável de resultados indicado a ocorrência de mortes entre o 2.º e o 11.º mês de vida. Foi, então, utilizado um modelo de riscos proporcionais de Cox para fazer a estimativa das hipóteses de sobrevivência.

Foi utilizado, em todas as fases do estudo, um conjunto de variáveis de controlo destinadas a identificar os efeitos provocados por características específicas. Entre as variáveis de controlo incluem-se variáveis individuais (tais como o sexo da criança, intervalos de nascimento e se a criança era amamentada), variáveis familiares (tais como o tipo de habitação, educação da mãe, meios de fortuna da família medidos por um índice de posse de bens) e variáveis relacionadas com a comunidade em se insere (por exemplo, urbana ou rural, área de residência, e por aí em diante). Foi, então, realizada uma análise de regressão com o objectivo de isolar os riscos específicos associados a cada tipo de instalação de água e saneamento, usando como cenário de referência a ausência de infra-estruturas de água e saneamento.

Normalmente, as posses das famílias são medidas por um índice de posse de bens padrão, que inclui veículos e televisões, bem como o acesso à água e ao saneamento básico. Atendendo a que o principal interesse deste estudo reside no efeito produzido pelas infra-estruturas de água e saneamento sobre as condições de saúde, foi constituído um índice de património que excluía essas variáveis. De acordo com procedimentos padrão, foram incluídos oito bens domésticos para calcular a primeira componente principal, que foi posteriormente utilizada para criar um índice padronizado. Este índice foi utilizado na divisão das famílias em quintis de riqueza.

Finalmente, procedeu-se à verificação da solidez da pesquisa. Nomeadamente, recorreu-se ao alargamento do estudo da mortalidade, através de uma equivalência de resultados em função de tendências, a fim de verificar a endogeneidade da variável de resultado ou das características não observadas que podem ser associadas aos problemas de acesso à água e ao saneamento.

A maior parte dos resultados são mostrados e debatidos no capítulo 1. Para mais detalhes, consultar os documentos de apoio preparados para o Relatório deste ano por Fuentes, Pfütze e Seck.[1]

Nota

1 Fuentes, Pfütze e Seck 2006a, 2006b.

Caixa 1 Modelo técnico para medição do risco

Foram utilizados dois métodos estatísticos para definir o risco inerente ao acesso à água e ao saneamento básico.

Para a mortalidade neonatal e a incidência de diarreia, foi utilizado um modelo logit padrão. As estimativas de logit são utilizadas sempre que a variável de resultado tem dois valores possíveis (deste modo, os logits são frequentemente designados como modelos binários). Os dois resultados possíveis são rotulados como fracassos ($Y = 0$) ou êxitos ($Y = 1$).

Os parâmetros nas estimativas logit podem ser interpretados como tratando-se de uma alteração no grau de probabilidade associada a um aumento de variáveis independentes na unidade. Os parâmetros daí resultantes mostram, deste modo, a alteração na probabilidade de o evento condicionar as características do indivíduo, das famílias e comunitárias.

Formalmente, é suposto que a variável dependente Y_i do modelo logit siga uma condicional de distribuição de Bernoulli no vector da variável explicativa $\boldsymbol{X}_i$. A probabilidade de sucesso é expressa como

$$P(Y_i = 1 \,|\, x_i) = \Lambda(x_i\beta) \text{ and } P(Y_i = 0 \,|\, x_i) = 1 - \Lambda(x_i\beta)$$

com $\Lambda(z) = (1 + \exp^{-z})^{-1}$, sendo a função de distribuição cumulativa do modelo logístico.

A densidade condicional pode ser expressa como

$$f(y_i \,|\, x_i) = \Lambda(x_i\beta)^{y_i}[1 - \Lambda(x_i\beta)]^{1-y_i}.$$

A função de verosimilhança logarítmica torna-se

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^{n} \log f(y_i \,|\, x_i) = \sum_{y_i=1} \log \Lambda(x_i\beta) + \sum_{y_i=0} \log[1 - \Lambda(x_i\beta)].$$

A estimativa de verosimilhança máxima $\hat{\beta}$ de β é o valor que maximiza a função logarítmica de verosimilhança $l(\beta)$.

Relativamente aos factores determinantes na mortalidade pós-neonatal, torna-se necessário um enquadramento de estimativa mais elaborado, devido aos problemas de observações censuradas. Os dados utilizados não contêm informações obtidas em todo o período da análise e de todas as crianças. Por exemplo, o caso de uma criança de quatro meses à data da entrevista e que morre aos cinco meses, não ficará registado no inquérito como tratando-se de um óbito; esta característica origina uma tendenciosidade que deve ser corrigida. Uma maneira de resolver este problema consiste em limitar a amostra a crianças que tenham, pelo menos, 12 meses à data da entrevista. No entanto, com isto eliminar-se-ia um número considerável de observações. Em vez disso, foi utilizado um modelo de risco que assume as questões relacionadas com a censura. Tendo em conta o grande volume de literatura existente sobre mortalidade, foi aplicado um modelo de risco proporcional de Cox. Este modelo consiste numa estimativa semi-paramétrica, dado que a taxa de risco subjacente não é moldada por nenhuma forma funcional. Este modelo só tem um requisito estrutural obrigatório: o efeito das covariadas na taxa de risco relativa deve ser constante durante o período observado.

Formalmente, a função de risco (condicional) do modelo de Cox, com um vector k-dimensional de covariadas ($\boldsymbol{X}$) , pode ser expressa como

$$\lambda(t \,|\, X) = \lambda_0(t)\exp(\beta' X) ,$$

onde $\beta' = (\beta_1, \beta_2, ..., \beta_k)'$ é o vector de parâmetros (alteração proporcional na função de risco) e $\lambda_0(t)$ é a linha de base da função de risco.

Os parâmetros β' podem ser estimados sem estimativa $\lambda_0(t)$, utilizando para tal a verosimilhança máxima. Se i denota o índice de insucesso ordenado por t_i $i = (1, 2, ..., N)$, d_i o número de observações que falham em t_i, D_i o conjunto de observações em t_i e R_i o conjunto de risco, a função logarítmica de verosimilhança parcial pode ser expressa em

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^{N} d_i[\beta' X_i - \ln \sum_{j \in R_i} \exp(\beta' X_j)].$$

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens não realizadas em estabelecimentos. Ver *Actividades não mercantis e Tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir a manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa, preparação de refeições e arrumação), a administração e compras para a própria família; os cuidados prestados a crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços à comunidade. Ver *Actividades de mercado e Tempo de trabalho total*.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), com a particularidade de que os países receptores não se qualificam como receptores de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países receptores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e Oriental, nações da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançado. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida Desembolso de empréstimos efectuados em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros do CAD para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista de destinatários de ajuda do CAD. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) não ligada APD bilateral de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser adquiridos, total e livremente, em praticamente todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (ADP)* líquida e as classificações para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida aos serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações de vida básicas para jovens e adultos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo de doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas para a população e saúde reprodutiva (política populacional e gestão administrativa, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo VIH/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se estiver orientada para a diminuição da pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela sua população total. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Alfabetização de adultos, taxa de Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa de Percentagem da população entre os 15 e os 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura para a idade, crianças menores de cinco anos com pouca Inclui raquitismo moderado e grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da altura mediana para a idade da população de referência.

Analfabetas, pessoas que são funcionalmente Parcela da população adulta (16-65 anos) com resultados de nível 1 na escala de literacia em prosa do Inquérito Internacional à Literacia dos Adultos. A maioria das tarefas a este nível exige que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima à informação dada nas instruções.

Analfabetismo de adultos, taxa de Calculada como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de*.

Armas convencionais, transferências Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor (excluindo assim as armas capturadas ou obtidas junto de desertores), de armas com fins militares destinadas às forças armadas, paramilitares ou agências de serviços secretos de outro país. Inclui os principais sistemas ou armas convencionais, divididos em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados e sistemas de orientação e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas de

pequeno porte, elementos de apoio, componentes e tecnologia componente e artilharia naval de calibre inferior a 100 milímetros).

Assentos parlamentares ocupados por mulheres Refere-se a assentos ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, conforme aplicável.

Ciências, matemática e engenharia, estudantes do ensino superior de Parcela de estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências da computação; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; cursos de comércio, artesanato e indústria; e agricultura, silvicultura e pescas. Ver *Educação, níveis de*.

Combustível tradicional, consumo de Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais.

Contraceptivos, taxa de prevalência de Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre os 15 e os 49 anos, que utilizam, ou cujos parceiros utilizam, algum método de contracepção, quer moderno, quer tradicional.

Crianças com menos de cinco anos com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada Percentagem de crianças (0-4 anos) com diarreia nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito, que receberam quer terapia de reidratação oral (soluções de reidratação oral ou líquidos caseiros recomendados), quer líquidos em maior quantidade e alimentação continuada.

Crianças que atingem o 5º ano Percentagem de crianças que inicia o ensino primário e que acabam por atingir o 5º ano (4º ano se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método da coorte reconstruída, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes relativos a dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vítimas de Percentagem da população que entende que foi vítima de determinado tipo de crime no ano anterior, com base nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas de Criminalidade.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de determinada idade que não têm emprego remunerado ou não são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e que tomaram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou tornarem-se trabalhadores independentes.

Desemprego de longa duração Desemprego com uma duração de 12 meses ou mais. Ver *Desemprego*.

Desemprego jovem, taxa de Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *Desemprego*.

Desemprego, taxa de Número de desempregados dividido pelo número de pessoas da população activa (empregados e desempregados). Ver *Desemprego e População activa (força de trabalho)*.

Educação, despesa pública com a Inclui as depesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e aquisição de equipamento pesado ou veículos) e as despesas correntes. Ver *Educação, despesa pública corrente com a*.

Educação, despesa pública corrente com a Gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte, incluindo despesas como salários e regalias dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e material de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens.

Educação, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de e Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de*. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis de A educação é classificada como pré-escolar, primária, secundária ou superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE). A *educação pré-escolar* (CITE, nível 0) é dada em escolas como jardins-de-infância e creches e destina-se a crianças sem idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. A *educação primária* (CITE, nível 1) fornece os elementos básicos de educação em estabelecimentos como escolas primárias e elementares. A *educação secundária* (CITE, níveis 2 e 3) baseia-se em pelo menos quatro anos de instrução prévia no primeiro nível e oferece instrução geral ou especializada, ou ambas, em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas ou profissionais. A *educação superior* (CITE, níveis 5-7) diz respeito à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação e escolas profissionais superiores – exigindo como condição mínima de admissão a conclusão bem sucedida da educação do segundo nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita de Refere-se à produção bruta, em termos per capita, incluindo o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores que sejam considerados partes integrantes das estações. Inclui também a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombagem, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões antropogénicas (de origem humana) de dióxido de carbono, provenientes da combustão de combustíveis fósseis, queima de gases residuais e produção de cimento. As emissões são calculadas com base em dados relativos ao consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, queima de gases residuais e produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema da Classificação Internacional Tipo da Indústria (CITI) (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às

actividades de mineração, exploração de pedreiras, produção, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. Serviços refere-se ao comércio grossista e retalhista; restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços às empresas; e serviços comunitários, sociais e pessoais.

Energia utilizada, PIB por unidade de Rácio entre o PIB (PPC em USD em 2000) e a energia comercial utilizada, medida em quilogramas de equivalente de petróleo. Este rácio oferece uma medida da eficiência energética através da apresentação de estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente às entradas físicas (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra)*.

Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para os três níveis. Ver *Educação, níveis de e Escolarização, taxa bruta de*.

Escolarização, taxa bruta de Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. A taxa bruta de escolarização pode ser superior a 100% devido à repetição de anos e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para aquele grau de ensino. Ver *Educação, níveis de*.

Escolarização, taxa líquida de Número de estudantes matriculados num nível de educação com idade escolar oficial para aquele nível, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. Ver *Educação, níveis de*.

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade predominantes no momento do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma elevada intensidade de investigação e desenvolvimento. Abrange produtos de alta tecnologia como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Exportações de bens manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações de bens primários Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de bens alimentares, matérias-primas agrícolas, combustíveis, minérios e metais.

Fluxos privados, outros Categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida (a soma de capitais do país, certificados de depósito e compras directas de acções por parte de investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (emissão de obrigações adquiridas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma Parcela da população com acesso razoável a qualquer um dos seguintes tipos de abastecimento de água potável: água canalizada, fontanários públicos, furos de captação de água, poços escavados cobertos, nascentes protegidas e recolha de águas pluviais. Acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e por dia a partir de uma fonte localizada no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Fonte de água melhorada, população sem acesso sustentável a uma Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada. Fontes não melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões-cisterna, nascentes e poços descobertos. Ver *Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma*.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, de comando, administrativas e de apoio. Também abrange forças paramilitares como a polícia, o pessoal dos serviços alfandegários e a guarda fronteiriça, quando têm formação em tácticas militares.

Importações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede o progresso médio nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede o progresso médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e

saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede o desvio da distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos ou famílias, num determinado país, face a uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentagem da área máxima abaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados de elevado rendimento da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – e que capta ainda a exclusão social. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual no Reflecte variações no custo de aquisição de um cabaz de bens e serviços para o consumidor médio, que podem ser fixas ou variar em determinados intervalos.

Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso a Percentagem da população com acesso a instalações adequadas de eliminação de excrementos, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a uma fossa séptica, uma latrina com autoclismo, uma latrina simples com fossa ou uma latrina com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de eliminação de excrementos é considerado adequado se for privado ou partilhado (mas não público) e se prevenir de forma eficaz o contacto humano, animal ou de insectos com os excrementos.

Investigação e desenvolvimento, despesas em Despesas correntes e de capital (incluindo despesas fixas) em actividades criativas e sistemáticas com o intuito de aumentar a reserva de conhecimento. Incluem investigação fundamental e aplicada e trabalhos de desenvolvimento experimental conducentes a novos dispositivos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, envolvidas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). A maioria destas actividades exige a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de Fluxos líquidos de investimento para aquisição de uma participação permanente na gestão (10% ou mais das acções com direito de voto) de uma empresa que opere numa economia distinta da do investidor. É a soma do capital social, reinvestimento de lucros e outros capitais de longo e de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras Parcela de mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações com interesses específicos, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos, e directoras gerais.

Limiar da pobreza de rendimentos, população abaixo do Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza especificado:

- 1 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 USD, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 USD, a preços internacionais de 1993), ajustados à paridade do poder de compra.
- 4 USD por dia — a preços internacionais de 1990, ajustados à paridade do poder de compra.
- 11 USD por dia (por pessoa numa família de três) — a preços internacionais de 1994, ajustados à paridade do poder de compra.
- Limiar de pobreza nacional — o limiar de pobreza considerado pelas autoridades como apropriado para o país. As estimativas nacionais baseiam-se nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, com base nos inquéritos às famílias.
- 50% do rendimento médio — 50% do rendimento médio familiar disponível ajustado. Ver *PPC (paridade do poder de compra)*.

Linhas telefónicas principais Linhas telefónicas que ligam o equipamento dos clientes à rede telefónica pública fixa.

Malária, prevenção da (crianças menores de cinco anos) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem com mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento da (em crianças menores de cinco anos com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que se encontravam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e às quais foram administrados medicamentos antimaláricos.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo ensino, investigação e prática clínica).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade do género em três dimensões básicas do poder – participação e tomada de decisão económica, participação política e tomada de decisão e poder sobre recursos económicos. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Militar, despesa Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros ministérios no recrutamento e formação de pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais e equipamentos militares. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente cinco anos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente um ano de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa ajustada de Taxa de mortalidade materna ajustada de forma a dar resposta a problemas bem documentados de lacunas de notificação e de má classificação das mortes maternas, assim como a estimativas para países que não dispõem de dados. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mortalidade materna, taxa de Número anual de óbitos de mulheres devido a causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa declarada de Taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mulheres no governo a nível ministerial Inclui vice-primeiras-ministras e ministras. Consideraram-se também primeiras-ministras as que detinham pastas ministeriais. Foram também incluídas vice-presidentes e chefes de departamentos ou agências a nível ministerial quando em exercício de uma função ministerial na estrutura governamental.

Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados Percentagem de partos assistidos por profissionais (incluindo médicos, enfermeiras e parteiras) preparados para fornecer os necessários cuidados, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, parto e período pós-parto; para conduzirem partos sem assistência; e prestarem cuidados aos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se a documentos emitidos por um gabinete público que descrevem uma invenção e criam uma situação legal em que a invenção patenteada normalmente pode ser explorada (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado ou com a sua autorização. A protecção das invenções é limitada geralmente a 20 anos a partir da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Peso à nascença, crianças com baixo Percentagem de crianças que nasce com um peso inferior a 2.500 gramas.

Peso para a idade, crianças menores de cinco anos com baixo Inclui insuficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrão abaixo do peso mediano para a idade da população de referência, e insuficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrão abaixo do peso mediano.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir ou deixar as suas casas ou locais de residência habitual, particularmente, como consequência ou a fim de evitar as consequências de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional internacionalmente reconhecida.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para satisfazer as suas necessidades energéticas mínimas.

PIB (em USD) Produto interno bruto convertido em dólares americanos através da taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente elevada, da taxa efectivamente utilizada nas transacções em divisa estrangeira e em produtos comercializados. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios) não incluídos na valorização da produção. É calculado sem incluir as deduções da depreciação do capital físico ou do esgotamento e deterioração dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados.

PIB per capita (em USD) Produto interno bruto em dólares americanos dividido pela população média do ano. Ver *PIB (em USD) e População total*.

PIB per capita (PPC em USD) Produto interno bruto (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (produto interno bruto), PPC (paridade do poder de compra) e População total*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual do Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita a preços constantes, em moeda local.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se no produto interno bruto per capita (em termos de paridade do poder de compra em USD; ver PPC). Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

População activa (força de trabalho) Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam num emprego remunerado, exerciam uma ocupação ou um trabalho independente ou tinham um emprego mas não estavam a trabalhar) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam sem trabalho, normalmente disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população real, que inclui toda a população presente numa dada região, num dado momento.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com os critérios utilizados por cada país, conforme notificado à ONU. Ver *População total*.

População, taxa de crescimento anual da Refere-se à taxa de crescimento média anual exponencial no período indicado. Ver *População total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa PPAE, sem novas condicionantes políticas.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado (PPAE), com um percurso conhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no âmbito da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a encetar reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade do poder de compra) Uma taxa de câmbio que leva em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e dos rendimentos reais. À taxa de PPC em USD (como se usa neste Relatório), 1 USD PPC tem o mesmo poder de compra na economia nacional que 1 USD tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não sobreviver até uma idade específica Calculada como 1 menos a probabilidade de sobreviver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões predominantes das taxas de mortalidade específicas à idade.

Projecção da variação média Projecções da população efectuadas pela Divisão da População das Nações Unidas, assumindo a trajectória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade e de migração internacional. Cada pressuposto implica tendências projectadas dos níveis de fertilidade, mortalidade e migração líquida que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Por outro lado, inclui-se na projecção o impacto do VIH/SIDA para os países altamente afectados pela epidemia do VIH/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver http://esa.un.org/unpp/assumptions.html.

Propriedade segura, famílias com acesso a Famílias que detêm ou estão em vias de adquirir as suas habitações, que alugam por sua conta ou que se encontram abrangidas por regimes de habitação social ou de sub-arrendamento.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado solicitou um pedido de asilo mas ainda não recebeu resposta ou está registado como candidato a asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do Cálculo aproximado, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, populações feminina e masculina totais e PIB per capita (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos; ver *PPC*). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido, estimativa do rácio feminino-masculino do Rácio entre as estimativas do rendimento auferido feminino e do rendimento auferido masculino. Ver *Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do*.

Rendimento ou consumo, parcelas de Parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decis e quintis, com base em inquéritos nacionais às famílias ao longo de vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis de desigualdade entre pobres e ricos mais baixos do que os inquéritos sobre o rendimento, já que as pessoas pobres consomem, normalmente, uma parte maior do seu rendimento. Como os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser efectuadas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios), não incluídos na valorização da produção, mais as receitas líquidas do rendimento primário (remuneração de empregados e rendimentos de propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares americanos correntes, convertidos utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licença, receitas de Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos e não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, direitos de autor, de *franchising* e processos industriais) e pela utilização, através de acordos de licença, de originais de protótipos produzidos (tais como filmes e manuscritos). Os dados baseiam-se na balança de pagamentos.

Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a Soma das despesas pública e privada de saúde (em termos de paridade do poder de compra em USD), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *Saúde, despesa privada de; Saúde, despesa pública de; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Saúde, despesa privada de Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações sem fins lucrativos que servem as famílias e pagamentos directos de serviços por empresas privadas. Somada à despesa pública de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa pública de*.

Saúde, despesa pública de Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local) empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e de organizações não governamentais) e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Somada à despesa privada de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa privada de*.

Serviço da dívida total Soma dos principais reembolsos e juros pagos efectivamente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de superior a um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Tabagismo entre adultos, prevalência do Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

Taxa de actividade económica feminina Parcela da população feminina com 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços.

Taxa de fertilidade total Número de filhos que cada mulher teria se vivesse até ao final do seu período de fertilidade e desse à luz em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade predominantes na idade específica.

Taxa de mortalidade de menores de cinco anos Ver *Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de*.

Taxa de mortalidade infantil Ver *Mortalidade infantil, taxa de*.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de telefones celulares móveis) Assinantes de um serviço telefónico público móvel e automático, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades de mercado e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *Actividades de mercado e Actividades não mercantis*.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços de exportações e o índice de preços de importações, medido relativamente a um ano base. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações aumentou relativamente ao preço das importações.

Trabalhador familiar, contribuição do Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE) de 1993, como uma pessoa que trabalha sem remuneração numa empresa económica dirigida por um familiar que vive no mesmo lar.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo profissionais no domínio da física, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais de ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação de Após assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse, expressa pela assinatura, mas também a transposição dos princípios e obrigações do tratado para a legislação nacional.

Tuberculose, casos curados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, curados com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, casos detectados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, detectados (diagnosticados num determinado período) com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, prevalência de casos de Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial de Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco Percentagem de homens e mulheres que dizem ter usado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal, ou não coabitante, nos últimos 12 meses.

Utilizadores da Internet Pessoas com acesso à rede mundial.

Vacinação, crianças de um ano efectivamente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou a tuberculose.

VIH, prevalência do Percentagem de pessoas entre os 15 e os 49 anos infectadas com o VIH.

Referências estatísticas

Banco Mundial. 2003. *World Development Indicators 2003.* CD-ROM. Washington, D.C.

———. 2005. *World Development Indicators 2005.* CD-ROM. Washington, D.C.

———. 2006. *World Development Indicators 2006.* CD-ROM. Washington, D.C.

Centro de Monitorização das Deslocações Internas. 2006. «Global Statistics.» Genebra. [www.internal-displacement.org]. Consultado em Maio de 2006.

Charmes, Jacques. 2006. Correspondence on time use. Junho. Paris.

Fuentes, Ricardo, Tobias Pfütze, e Papa Seck. 2006. «Does Access to Water and Sanitation Affect Child Survival? A Five Country Analysis.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2006. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

———. 2006b. «A Logistic Analysis of Diarrhea Incidence and Access to Water and Sanitation». Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2006. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Goldshmidt-Clermont, Luisella, e Elisabetta Pagnossin Aligisakis. 1995. «Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Grimm, M., K. Harttgen, S. Klasen e M. Misselhorn. 2006. «A Human Development Index by Income Groups.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou. 2005. Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population. Second edition. Washington, D.C.: Banco Mundial.**Harvey, Andrew S. 1995**. «Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

———. 2001. «National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Heston, Alan, Robert Summers, e Bettina Aten. 2001. Correspondence on data from the Penn World Table 6.0. Março. Filadélfia, Pensilvânia.

———. 2002. «Penn World Tables Version 6.1.» University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Filadélfia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Consultado em Março de 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2005. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Brasília. [http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/sintesepnad2004.pdf]. Consultado em Agosto de 2006.

IIEE (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos). 2006. *The Military Balance 2005–2006*. Londres: Routledge, Taylor and Francis Group.

Kennedy, John F. 1962. Observações em Pueblo, Colorado, 17 de Agosto. *The Public Papers of the President of the United States.* Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

LIS (Luxembourg Income Study). 2006. «Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.» Luxemburgo. [www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Consultado em Maio de 2006.

Milanovic, Branko. 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. Março. Banco Mundial, Washington, D.C.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) 2006a. Correspondence on employment rates. Maio. Paris.

———. 2006b. Correspondence on long-term unemployment rates. Maio. Paris.

———. 2006c. Correspondence on unemployment rates. Maio. Paris.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) e Statistics Canada. 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the IALS.* Paris.

———. 2005. *Learning a Living by Earning Skills: First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey.* Paris.

OCDE-CAD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento). 2006a. Correspondence on official development assistance disbursed. Maio. Paris.

———. 2006b. DAC Journal: Development Cooperation 2006 Report. Paris.

———. 2006c. *DAC Online.* Database. Paris.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2005a. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1980–2020.* Fifth edition, revision 2. Database. Genebra.

———. 2005b. *Key Indicators of the Labour Market.* Fourth edition. CD-ROM. Genebra. [www.ilo.org/kilm/]. Consultado em Abril de 2006.

———. 2006a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX).* Genebra. [www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Consultado em Agosto de 2006.

———. 2006b. *LABORSTA Database. Genebra.* [http://laborsta.ilo.org]. Consultado em Abril de 2006.

OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). 2006 «Patents Granted by Office (1985 to 2004).» Genebra. [htto://wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/source/granted_national_table.csv]. Consultado em Maio de 2006.

OMS (Organização Mundial de Saúde). 2006a. «Core Health Indicators.» Genebra. [www3.who.int/whosis/core/core_select.cfm]. June 2006.

———. 2006b. Correspondence on health expenditure. Maio. Genebra.

———. 2006c. *World Health Statistics 2006.* Genebra.

———. **2006d.** *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2006.* Genebra. [www.who.int/tb/publications/global_report/en/index.html]. Consultado em Julho de 2006.

ONU (Nações Unidas). 2002. Correspondence on time use surveys. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais. Divisão de Estatísticas. Fevereiro. Nova Iorque.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2006a. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford, U.K.: Oxford University Press.

Smeeding, Timothy M. 1997. "Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study." Background paper for *Human Development Report 1997.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

———. **2005a.** Correspondence on life expectancy at birth. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Março. Nova Iorque.

———. **2005b.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2004 Revision.* Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006a.** Correspondence on traditional fuel use. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.

———. **2006b.** Correspondence on urban population. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006c.** Millennium Indicators Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas, Nova Iorque. [http://mdgs.un.org]. Consultado em Junho de 2006.

———. **2006d.** «Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General.» Nova Iorque. [http://untreaty.un.org]. Consultado em Maio de 2006.

———. **2006e.** *World Urbanization Prospects: The 2005 Revision.* Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006f.** Correspondence on energy consumption. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.

ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA). 2006. Correspondence on HIV prevalence. Maio. Genebra.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005a. *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2005.* Sarajevo.

———. **2005b.** *Ethnic and Cultural Diversity: Citizenship in a Plural State.* National Human Development Report for Guatemala. Cidade da Guatemala.

———. **2005c.** *Linking Industrialization with Human Development.* National Human Development Report for Kenya. Nairobi.

———. **2005d.** *Towards Human Development with Equity.* National Human Development Report for China. Pequim.

Ruoen, Ren, e Chen Kai. 1995. «China's GDP in U.S. Dollars Based on Purchasing Power Parity.» Policy Research Working Paper 1415. Banco Mundial, Washington, D.C.

SIPRI (Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo). 2006a. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford: Oxford University Press.

———. **2006b.** *Correspondence on arms transfers. Março. Estocolmo.*

———. **2006c.** *Correspondence on military expenditure data. Maio. Estocolmo.*

Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Smeeding, Timothy M. 1997. «Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1997. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, e Gary Burtless. 2000. «United States Poverty in a Cross-National Context.» In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty.* New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Statec. 2006. Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. Maio. Luxemburgo.

UIP (União Interparlamentar). 2005. Correspondence on women in government at the ministerial level. Março. Genebra.

———. **2006a.** Correspondence on women in national parliaments. Maio. Genebra.

———. **2006b.** Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. Julho. Genebra.

———. **2006c.** *Parline Database.* Geneva. [www.ipu.org]. Consultado em Maio de 2006.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). 1997. «International Standard Classification of Education 1997.» Paris. [www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/isced/ISCED_A.pdf]. Consultado em Maio de 2006.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Instituto de Estatísticas. 1999. *Statistical Yearbook.* Montreal.

———. **2003.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.

———. **2005.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.

———. **2006a.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Abril. Montreal.

———. **2006b.** Correspondence on education expenditure data. Maio. Montreal.

———. **2006c.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Maio. Montreal.

———. **2006d.** Correspondence on students in science, engineering, manufacturing and construction. Maio. Montreal.

UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2006. Correspondence on refugees by country of asylum and country of origin. Maio. Genebra.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2004. *State of the World's Children 2005.* Nova Iorque.

———. **2005.** *State of the World's Children 2006.* Nova Iorque.

UNODC (Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade). 2004. Correspondence on data on crime victims. Março. Viena.

UN-OHRLLS (Gabinete das Nações Unidas do Alto Representante para os Países Menos Avançados, os Países em Desenvolvimento sem Litoral e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). 2006. «List of Least Developed Countries.» [www.un.org/special-rep/ohrlls/ldc/list.htm]. Consultado em Junho de 2006.

Classificação dos países

Países nos agregados do desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano elevado (IDH 0,800 e superior)

Alemanha
Antígua e Barbuda
Argentina
Austrália
Áustria
Baamas
Barbados
Barém
Bélgica
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Canadá
Catar
Chile
Chipre
Coreia, República da
Costa Rica
Croácia
Cuba
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estado do Brunei Darussalam
Estados Unidos
Estónia
Finlândia
França
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Hungria
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Koweit
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malásia
Malta
Maurícia
México
Noruega
Nova Zelândia
Omã
Países Baixos
Panamá
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Roménia
São Cristóvão e Nevis
Seicheles
Singapura
Suécia
Suíça
Tonga
Trindade e Tobago
Uruguai
(63 países ou áreas)

Desenvolvimento humano médio (IDH 0,500-0,799)

África do Sul
Albânia
Arábia Saudita
Argélia
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Botsuana
Brasil
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Cazaquistão
China
Colômbia
Comores
Congo
Domínica
Egipto
El Salvador
Equador
Federação da Rússia
Fiji
Filipinas
Gabão
Gana
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Líbano
Macedónia, antiga República jugoslava da
Madagáscar
Maldivas
Marrocos
Mianmar
Moldávia, República da
Mongólia
Namíbia
Nepal
Nicarágua
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Paraguai
Peru
Quirguizistão
República Árabe Síria
República Dominicana
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Sri Lanca
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tajiquistão
Territórios Ocupados da Palestina
Timor-Leste
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uganda
Usbequistão
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
Vietname
(83 países ou áreas)

Desenvolvimento humano baixo (IDH abaixo de 0,500)

Angola
Benim
Burquina Faso
Burundi
Chade
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Lesoto
Malawi
Mali
Mauritânia
Moçambique
Níger
Nigéria
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Tanzânia, Rep. U. da
Togo
Zâmbia
Zimbabué
(31 países ou áreas)

Nota: Os seguintes países membros das Nações Unidas não estão incluídos nos grupos de desenvolvimento humano porque não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Estados Federados da Micronésia, Ilhas Marshall, Iraque, Libéria, Listenstaine, Mónaco, Montenegro, Nauru, Palau, Quiribati, República Democrática da Coreia, São Marino, Sérvia, Somália e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento

Rendimento elevado (RNB per capita de 10,066 dólares ou mais em 2004)

Alemanha
Andorra
Arábia Saudita
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Bélgica
Canadá
Catar
Chipre
Coreia, República da
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslovénia
Espanha
Estado do Brunei Darussalam
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Koweit
Listenstaine
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Portugal
Reino Unido
São Marino
Singapura
Suécia
Suíça
(41 países ou áreas)

Rendimento médio (RNB per capita de 826-10,065 dólares em 2004)

África do Sul
Albânia
Angola
Antígua e Barbuda
Argélia
Argentina
Arménia
Azerbaijão
Barbados
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botsuana
Brasil
Bulgária
Cabo Verde
Cazaquistão
Chile
China
Colômbia
Costa Rica
Croácia
Cuba
Djibuti
Domínica
Egipto
El Salvador
Equador
Eslováquia
Estónia
Federação da Rússia
Fiji
Filipinas
Gabão
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Hungria
Ilhas Marshall
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Letónia
Líbano
Lituânia
Macedónia, antiga República jugoslava da
Malásia
Maldivas
Marianas do Norte
Marrocos
Maurícia
México
Micronésia, Est. Fed.
Montenegro [a]
Namíbia
Omã
Palau
Panamá
Paraguai
Peru
Polónia
Quiribati
República Árabe Síria
República Checa
República Dominicana
Roménia
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Seicheles
Sérvia [a]
Sri Lanca
Suazilândia
Suriname
Tailândia
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uruguai
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
(93 países ou áreas)

Rendimento baixo (RNB per capita de 825 dólares ou menos em 2004)

Afeganistão
Bangladeche
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Camarões
Camboja
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Índia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Moldávia, República da
Mongólia
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Quénia
Quirguizistão
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tajiquistão
Tanzânia, Rep. U. da
Timor-Leste
Togo
Uganda
Usbequistão
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(59 países ou áreas)

Nota: Os grupos de rendimento utilizam a classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2005) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Estes incluem os seguintes países ou áreas que não são países membros das Nações Unidas e não estão, por isso, incluídos nos quadros do IDH: rendimento elevado, Antilhas Neerlandesas, Aruba, Bermudas, Gronelândia, Guam, Ilha de Man, Ilhas Caimão, Ilhas Faroé, Ilhas Virgens Americanas, Macau, China (RAE), Nova Caledónia, Polinésia Francesa e Porto Rico; rendimento médio, Samoa Americana. Estes países ou areas estão incluídos nos grupos por nível de rendimento. Os países membros das Nações Unidas, Nauru e Tuvalu, não estão incluídos devido à falta de dados.

a A classificação de rendimento e os grupos baseado na mesma referem-se à Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afeganistão
África do Sul
Angola
Antígua e Barbuda
Arábia Saudita
Argélia
Argentina
Baamas
Bangladeche
Barbados
Barém
Belize
Benim
Bolívia
Botsuana
Brasil
Burquina Faso
Burundi
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Catar
Chade
Chile
China
Chipre
Colômbia
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia, Rep. da
Coreia, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Costa Rica
Cuba
Djibuti
Domínica
Egipto
El Salvador
Emirados Árabes Unidos
Equador
Eritreia
Estado do Brunei Darussalam
Etiópia
Fiji
Filipinas
Gabão
Gâmbia
Gana
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Honduras
Hong Kong, China (RAE)
Iémen
Ilhas Marshall
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Koweit
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Líbano
Libéria
Madagáscar
Malásia
Malawi
Maldivas
Mali
Marrocos
Maurícia
Mauritânia
México
Mianmar
Micronésia, Est. Fed.
Moçambique
Mongólia
Namíbia
Nauru
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Omã
Palau
Panamá
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Paraguai
Peru
Quénia
Quiribati
República Árabe Síria
República Centro-Africana
República Dominicana
Ruanda
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Singapura
Somália
Sri Lanca
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tanzânia, Rep. U. da
Territórios Ocupados da Palestina
Timor-Leste
Togo
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquia
Tuvalu
Uganda
Uruguai
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(137 países ou áreas)

Países menos desenvolvidos [a]

Afeganistão
Angola
Bangladeche
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Cabo Verde
Camboja
Chade
Comores
Congo, Rep. Dem.
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Maldivas
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Nepal
Níger
Quiribati
República Centro-Africana
Ruanda
Samoa (Ocidental)
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tanzânia, Rep. U. da
Timor-Leste
Togo
Tuvalu
Uganda
Vanuatu
Zâmbia
(50 países ou áreas)

Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)

Albânia
Arménia
Azerbaijão
Bielorrússia
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Cazaquistão
Croácia
Eslováquia
Eslovénia
Estónia
Federação da Rússia
Geórgia
Hungria
Letónia
Lituânia
Macedónia, antiga República jugoslava da
Moldávia, República da
Montenegro [b]
Polónia
Quirguizistão
República Checa
Roménia
Sérvia [b]
Tajiquistão
Turquemenistão
Ucrânia
Usbequistão
(28 países ou áreas)

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia, República da
Dinamarca
Eslováquia
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Hungria
Irlanda
Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
México
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Suécia
Suíça
Turquia
(30 países ou áreas)

Países OCDE de rendimento elevado

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia, República da
Dinamarca
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Irlanda
Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Portugal
Reino Unido
Suécia
Suíça
(24 países ou áreas)

a Classificação das Nações Unidas baseada em UN-OHRLLS 2006.
b Os grupos regionais baseiam-se em dados para a Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

Países Árabes
Arábia Saudita
Argélia
Barém
Catar
Djibuti
Egipto
Emirados Árabes Unidos
Iémen
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jordânia
Koweit
Líbano
Marrocos
Omã
República Árabe Síria
Somália
Sudão
Territórios Ocupados da Palestina
Tunísia
(20 países ou áreas)

Ásia Oriental e Pacífico
Camboja
China
Coreia, Rep. da
Coreia, Rep. Dem.
Estado do Brunei Darussalam
Fiji
Filipinas
Hong Kong, China (RAE)
Ilhas Marshall
Ilhas Salomão
Indonésia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Malásia
Mianmar
Micronésia, Est. Fed.
Mongólia
Nauru
Palau
Papuásia-Nova Guiné
Quiribati
Samoa (Ocidental)
Singapura
Tailândia
Timor-Leste
Tonga
Tuvalu
Vanuatu
Vietname
(28 países ou áreas)

Ásia do Sul
Afeganistão
Bangladeche
Butão
Índia
Irão, Rep. Islâmica do
Maldivas
Nepal
Paquistão
Sri Lanca
(9 países ou áreas)

América Latina e Caraíbas
Antígua e Barbuda
Argentina
Baamas
Barbados
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Domínica
El Salvador
Equador
Granada
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicarágua
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela, Rep. Bolivariana
(33 países ou áreas)

Europa do Sul
Chipre
Turquia
(2 países ou áreas)

África Subsariana
África do Sul
Angola
Benim
Botsuana
Burquina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Maurícia
Mauritânia
Moçambique
Namíbia
Níger
Nigéria
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Suazilândia
Tanzânia, Rep. U. da
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(45 países ou áreas)

Índice dos indicadores

Quadro de indicadores	Indicador
	A
1, 1a, 12	Alfabetização de adultos, taxa de
24, 26	feminina
26	feminina em % da masculina
24	masculina
12	Alfabetização de jovens, taxa de
26	feminina
26	feminina em % da masculina
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsadal
17	em % do RNB
17	per capita do país doador
17	para serviços sociais básicos
17	para os países menos desenvolvidos
17	total
17	bilateral não ligada
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)
18	em % do PIB
18	per capita
18	total
7	Altura para a idade, crianças com pouca
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
4	Analfabetas, pessoas que são funcionalmente
3	Analfabetismo de adultos, taxa de
29	Ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	Ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
	Armas convencionais, transferências de
	exportações
22	parcela
22	total
22	importações, total
25	Assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado

Quadro de indicadores	Indicador
	C
12	Ciências, engenharia, indústria e construção, estudantes do ensino superior de
12	Crianças que atingem o 5º ano
21	Combustível tradicional, consumo del
16	Comércio, condições de
6	Contraceptivos, taxa de prevalência de
	Criminalidade, pessoas vítimas de
23	agressão
23	suborno (corrupção)
23	crimes de propriedade
23	roubo
23	agressão sexual
23	total
	D
4	Desemprego de longa duração
20	homens
20	mulheres
	Desemprego, taxa de
21	média anual
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	jovem
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções sobre
31	Abolição do trabalho infantil
31	Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação
31	Eliminação de trabalho forçado e obrigatório
31	Liberdade de associação e negociação colectiva
	Dívida total, serviço da
18	em % das exportações de bens, serviços e rendimentos líquidos do exterior
18, 19	em % do PIB

Quadro de indicadores	Indicador
	E
	Educação, despesa pública de
11, 19	em % do PIB
11	em % da despesa pública total
11	pré-escolar e primária
11	secundária
11	superior
1	Educação, índice da
21	Electricidade, consumo per capita de
	Emissões de dióxido de carbono
21	per capita
21	parcela do total mundial
	Emprego por actividade económica
	agricultura
27	homens
27	mulheres
	indústria
27	homens
27	mulheres
	serviços
27	homens
27	mulheres
21	Energia utilizada, PIB por unidade de
	Escolarização bruta, taxa de
1, 1a	combinada das escolas primárias, secundárias e superiores
24	feminina
24	masculina
	superior
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
	Escolarização, taxa líquida de
1a, 12	primária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
12	secundária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
1, 1a, 10	Esperança de vida à nascença
24	feminina
24	masculina
1	Esperança de vida, índice da
	Exportações
16	de alta tecnologia
16	de bens e serviços
16	de bens manufacturados
16	de bens primários

Quadro de indicadores	Indicador
	F
18	Fluxos privados, outros
	Fonte de água melhorada
1a, 7	população com acesso sustentável a uma
3	população sem acesso sustentável a uma
	Forças armadas
22	índice
22	total
	I
16	Importações de bens e serviços
	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)
24	ordem IDH menos a ordem do GDI
24	valor e ordem
	Índice de desenvolvimento humano (IDH)
1	ordem do PIB per capita menos ordem IDH
2	tendências, desde 1975
1	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-1)
3	ordem menos ordem pobreza de rendimento
3	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-2)
4	ordem menos ordem pobreza de rendimento
4	valor e ordem
14	Índice de preços no consumidor, variação média anual do
	Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais
30	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
30	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
30	Convenção sobre os Direitos da Criança
30	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
30	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
	Investigação e desenvolvimento (I&D)
13	despesas
13	investigadores
18	Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de
	L
25	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
13	Linhas telefónicas principais

Quadro de indicadores	Indicador
	M
	Malária, casos de
9	prevenção da (crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida)
9	tratamento da (crianças menores de cinco anos com febre tratadas com medicamentos antimaláricos)
6	Médicos
	Medida de participação segundo o género (MPG)
25	valor e ordem
19	Militar, despesa
10	Mortalidade infantil, taxa de
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
	Mortalidade materna, taxa de
10	ajustada
10	declarada
29	Mulheres no governo a nível ministerial
	Mulheres, participação económica e política das
25	legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
25	trabalhadoras especializadas e técnicas
25	assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado
29	mulheres no governo a nível ministerial
29	ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
29	ano em que as mulheres receberam o direito de voto
	P
6	Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Patentes concedidas a residentes
7	Peso à nascença, crianças com baixo
3, 7	Peso para a idade, crianças com baixo
20	Pessoas desempregadas
22	Pessoas deslocadas internamente
1a, 7	Pessoas subalimentadas
1	PIB, índice do
	PIB per capita
14	taxa de crescimento anual
14	em USD
1, 1a, 14	PPC em USD
14	valor mais elevado no período 1975-2004
14	ano do valor mais elevado
	PIB total
14	PPC em mil milhões de USD
14	em mil milhões de USD
	População
5	com 65 anos ou mais
5	taxa de crescimento anual
1a, 5	total
5	com menos de 15 anos
5	urbana
	Pobreza de rendimentos
3	população que vive com menos de 1 USD por dia
3	população que vive com menos de 2 USD por dia
4	população que vive com menos de 4 USD por dia
4	população que vive com menos de 11 USD por dia
4	população que vive com menos de 50% do rendimento médio
3	população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional
	R
	Refugiados
22	por país de asilo
22	por país de origem
6	Reidratação oral e alimentação continuada, crianças com diarreia que recebem
	Rendimento auferido, estimativa de
24	feminino
24	masculino
25	rácio feminino/masculino
	Rendimento, medidas de desigualdade de
15	Índice de Gini
15	rácio do rendimento, 10% mais ricos/10% mais pobres
15	rácio do rendimento, 20% mais ricos/20% mais pobres
	Rendimento ou consumo, parcelas de
15	10% mais pobres
15	20% mais pobres
15	10% mais ricos
15	20% mais ricos
13	*Royalties* e direitos de licença, receitas de
	S
7	Saneamento melhorado, população com acesso a sustentável a
	Saúde, despesa com a
6	per capita
6	privada
6, 19	pública
	Sobrevivência
3	probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos
4	probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos

Quadro de indicadores	Indicador
	probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos
10	feminina
10	masculina

T

	Tabagismo entre adultos, prevalência de
9	homens
9	mulheres
27	Taxa de actividade económica feminina
27	em % da taxa masculina
27	índice
1a, 5	Taxa de fertilidade total
1a, 10	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Telemóveis, assinantes de
	Tempo de trabalho
	homens
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	total
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
	mulheres
28	em % das masculinas
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	Trabalhador familiar, contribuição do
27	homens
27	mulheres
25	Trabalhadoras especializadas e técnicas
	Tratados ambientais, ratificação de
21	Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica
21	Convenção sobre a Diversidade Biológica
21	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
21	Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
	Tuberculose, casos de
9	curados com base em DOTS
9	detectados com base em DOTS
9	total

U

	Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco, taxa de
9	homens
9	mulheres
13	Utilizadores da Internet

V

	Vacinadas, crianças de um ano
6	contra o sarampo
6	contra a tuberculose
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
1a, 9	VIH, prevalência do
29	Voto, ano em que as mulheres receberam o direito de

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome		
Meta 1 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população com rendimento inferior a 1 dólar por dia	1. Percentagem da população com menos de 1 dólar (PPC) por dia 2. Rácio do hiato da pobreza (incidência x dimensão da pobreza) 3. Parcela do quintil mais pobre em termos de consumo nacional	3 15
Meta 2 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população atingida pela fome	4. Prevalência de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente 5. Percentagem da população abaixo do limiar mínimo de consumo de energia dietética	3, 7 1a [a], 7 [a]
Objectivo 2 Atingir o ensino primário universal		
Meta 3 Assegurar que, até 2015, as crianças de todo o mundo, rapazes e raparigas, poderão concluir um ciclo completo de ensino primário	6. Taxa de escolarização líquida no ensino primário 7. Percentagem de alunos do 1º ano que atingirão o 5º ano 8. Taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos	1a, 12 12 12
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres		
Meta 4 Eliminar as disparidades de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior 10. Rácio entre mulheres e homens alfabetizados, entre os 15 e os 24 anos 11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola [b] 12. Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais	26 [c] 26 [d] 29
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil		
Meta 5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Percentagem de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo	1a, 10 10 6
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna		
Meta 6 Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	16. Taxa de mortalidade materna 17. Percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados	10 6
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças		
Meta 7 Interromper a propagação do VIH/SIDA até 2015, e começar a inverter o grau de incidência da doença	18. Prevalência do VIH em mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos [e] 19. Taxa de utilização de preservativos sobre a taxa de prevalência de contraceptivos 19a. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco 19b. Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 24 anos com informação correcta e exaustiva sobre o VIH/SIDA 19c. Taxa de prevalência de contraceptivos 20. Rácio entre a frequência escolar de orfãos e de não orfãos, entre os 10 e os 14 anos	 9 6
Meta 8 Interromper a propagação de malária e de outras doenças graves até 2015, e começar a inverter a sua taxa de incidência	21. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à malária 22. Percentagem da população em áreas de risco de malária que usa medidas eficazes de prevenção e tratamento desta doença 23. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados através de tratamento directo de curto prazo (DOTS)	 9 [f] 9 [g] 9
Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental		
Meta 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais	25. Percentagem de área terrestre coberta por florestas 26. Rácio da área protegida destinada à conservação da diversidade biológica à superfície 27. Consumo de energia (kg de equivalente ao petróleo) por 1 dólar do PIB (PPC) 28. Emissões de dióxido de carbono per capita e consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. PDO) 29. Percentagem da população que utiliza combustíveis sólidos	 21 [h] 21 [i]
Meta 10 Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população privada de acesso sustentável a água potável e saneamento	30. Percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, urbana e rural 31. Percentagem da população com acesso a saneamento melhorado, urbano e rural	1a [j], 7 [j] 7 [k]

(continua na pág. seguinte)

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

(continuação)

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Meta 11 Atingir, até 2020, uma melhoria significativa na qualidade de vida de, pelo menos, 100 milhões de habitantes de bairros degradados	32. Percentagem de famílias com garantia de acesso a uma habitação segura	
Objectivo 8 Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento		
Meta 12 Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, regulamentado, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso para a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza — tanto a nível nacional como internacional	*Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)* 33. APD líquida, total e para os países menos desenvolvidos, com base numa percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) dos doadores da OCDE/CAD 34. Percentagem da APD bilateral total atribuível sectorialmente pelos doadores da OCDE/CAD, destinada a serviços sociais básicos (ensino básico, cuidados de saúde primários, alimentação, água potável e saneamento)	17 [l] 17
Meta 13 Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: acesso livre de tarifas e de quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; reforço do programa de alívio da dívida dos PPAE e cancelamento da dívida bilateral pública; e uma APD mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza	35. Percentagem da APD bilateral não ligada concedida pelos doadores da OCDE/CAD 36. APD recebida nos países interiores proporcional aos respectivos rendimentos nacionais brutos 37. APD recebida nos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, proporcionalmente aos respectivos rendimentos nacionais brutos.	17
Meta 14 Atender às necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	*Acesso ao mercado* 38. Percentagem do total de importações de países desenvolvidos (em quantitativo e excluindo armamento) provenientes de países em vias de desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidos livres de direitos	
Meta 15 Lidar com os problemas da dívida dos países em vias de desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo	39. Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário provenientes dos países em vias de desenvolvimento 40. Apoio agrícola estimado nos países da OCDE em proporção dos seus produtos nacionais brutos 41. Percentagem da APD fornecida para ajuda à capacitação comercial *Sustentabilidade da dívida* 42. Número total de países que atingiram os seus pontos de decisão PPAE e número dos que alcançaram os seus pontos de conclusão PPAE (cumulativo) 43. Alívio da dívida comprometido no quadro da Iniciativa da Dívida PPAE 44. Serviço da dívida percentual sobre as exportações de bens e serviços	18
Meta 16 Desenvolver e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo, em cooperação com os países em vias de desenvolvimento	45. Taxa de desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos, por género e total	20 [m]
Meta 17 Garantir o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em vias de desenvolvimento, em cooperação com empresas farmacêuticas	46. Percentagem da população com acesso sustentável a medicamentos essenciais, a preços comportáveis	
Meta 18 Promover o acesso aos benefícios das novas tecnologias, em particular as de informação e comunicação, em cooperação com o sector privado	47. Linhas telefónicas e assinantes de telemóveis por 100 pessoas 48a. Computadores pessoais em uso por 100 pessoas 48b. Utilizadores de Internet por 100 pessoas	13 [n] 13

a Os quadros 1a e 7 apresentam este indicador associado a pessoas subalimentadas, em termos de percentagem da população total.
b O quadro 27 inclui dados do emprego feminino por actividade económica.
c O quadro apresenta a taxa de escolarização feminina (líquida ou bruta), em termos de percentagem da taxa masculina dos níveis de ensino primário, secundário e superior, considerados separadamente.
d O quadro apresenta os dados da taxa de alfabetização feminina jovem, em termos de percentagem da taxa masculina.
e Os quadros 1a e 9 apresentam a prevalência de VIH entre pessoas dos 15 aos 49 anos.
f O quadro inclui dados sobre crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida e sobre crianças menores de cinco anos com febre tratada com medicamentos antimaláricos.
g O quadro inclui dados de casos de tuberculose por 100.000 pessoas.
h O quadro apresenta este indicador como PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC de 2000 por kg de equivalente em petróleo).
i O quadro inclui dados sobre emissões de dióxido de carbono per capita.
j Os quadros 1a e 7 incluem dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada.
k O quadro inclui dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a saneamento melhorado.
l O quadro inclui dados sobre a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em países menos desenvolvidos, em termos de percentagem da APD total.
m O quadro inclui dados sobre a taxa total de desemprego dos 15 aos 24 anos e sobre a taxa feminina em termos de percentagem da taxa masculina, apenas para os países da OCDE.
n O quadro apresenta as linhas telefónicas e os assinantes de telemóveis, considerados separadamente.

Adjust spine width as necessary

Back cover flap

Back cover

spine

Front cover

Chave dos países

Ordem do IDH

121	Africa do Sul	111	Egipto	41	Lituânia	25	Singapura
73	Albânia	101	El Salvador	12	Luxemburgo	93	Sri Lanca
21	Alemanha	49	Emirados Árabes Unidos	66	Macedónia, antiga República jugoslava da	145	Suazilândia
161	Angola	83	Equador	143	Madagascar	141	Sudão
59	Antigua e Barbuda	157	Eritreia	91	Malásia	5	Suécia
76	Arábia Saudita	42	Eslováquia	166	Malawi	9	Suíça
102	Argélia	27	Eslovénia	98	Maldivas	89	Suriname
36	Argentina	19	Espanha	175	Mali	74	Tailândia
80	Arménia	34	Estado do Brunei Darussalam	32	Malta	122	Tajiquistão
3	Austrália	8	Estados Unidos	123	Marrocos	162	Tanzânia, Rep. U. da
14	Áustria	40	Estónia	63	Maurícia	100	Territórios Ocupados da Palestina
99	Azerbaijão	170	Etiópia	153	Mauritânia	142	Timor-Leste
52	Bahrein	85	Federação da Rússia	53	México	147	Togo
137	Bangladeche	90	Fiji	130	Micronésia	53	Tonga
31	Barbados	84	Filipinas	168	Moçambique	57	Trindade e Tobago
39	Barein	11	Finlândia	114	Moldávia, República da	87	Tunísia
13	Bélgica	16	França	116	Mongólia	105	Turquemenistão
90	Belize	124	Gabão	129	Namíbia	92	Turquia
163	Benim	155	Gâmbia	138	Nepal	77	Ucrânia
67	Bielorrússia	136	Gana	112	Nicarágua	145	Uganda
115	Bolívia	97	Geórgia	177	Níger	43	Uruguai
62	Bósnia e Herzegovina	85	Granada	159	Nigéria	113	Usbequistão
131	Botsuana	24	Grécia	1	Noruega	119	Vanuatu
69	Brasil	118	Guatemala	20	Nova Zelândia	72	Venezuela, RB
64	Bulgária	165	Guiana	56	Oman	109	Vietname
174	Burquina Faso	160	Guiné	10	Países Baixos	165	Zâmbia
169	Burundi	120	Guiné Equatorial	58	Panamá	151	Zimbabué
135	Butão	173	Guiné-Bissau	139	Papuásia-Nova Guiné		
106	Cabo Verde	154	Haiti	134	Paquistão		
144	Camarões	117	Honduras	91	Paraguai		
129	Camboja	22	Hong Kong, China (RAE)	82	Peru		
4	Canadá	35	Hungria	37	Polónia		
46	Catar	150	Iémen	28	Portugal		
79	Cazaquistão	135	Ilhas Salomão	152	Quénia		
171	Chade	126	Índia	110	Quirguizistão		
38	Chile	108	Indonésia	18	Reino Unido		
81	China	96	Irão, Rep. Islâmica do	107	República Árabe Síria		
29	Chipre	4	Irlanda	172	República Centro-Africana		
70	Colômbia	2	Islândia	30	República Checa		
132	Comores	23	Israel	94	República Dominicana		
140	Congo	17	Itália	60	Roménia		
167	Congo, Rep. Dem. do	64	Jamaica Árabe Líbia	158	Ruanda		
26	Coreia, República da	104	Jamaica	75	Samoa (Ocidental)		
164	Costa do Marfim	7	Japão	71	Santa Lúcia		
48	Costa Rica	86	Jordânia	51	São Cristóvão e Nevis		
44	Croácia	33	Kuweit	127	São Tomé e Príncipe		
50	Cuba	133	Laos, Rep. Dem. Popular do	88	São Vicente e Granadinas		
15	Dinamarca	149	Lesoto	47	Seicheles		
146	Djibuti	45	Letónia	158	Senegal		
68	Dominica	78	Líbano	176	Serra Leoa		

Sítio web do RDH: http://hdr.undp.org

Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Ao longo da história, a água tem confrontado a humanidade com alguns dos seus maiores desafios. A água é uma fonte de vida e um recurso natural que sustenta os nossos ambientes e suporta os meios de subsistência — mas é também uma fonte de risco e de vulnerabilidade. No início do século XXI, as perspectivas para o desenvolvimento humano mostram-se ameaçadas por uma crise global da água que se intensifica a cada dia que passa. Desmantelando o mito de que a crise é resultado da escassez, este relatório argumenta que a pobreza, o poder e a desigualdade se encontram no cerne do problema.

Num mundo em que a riqueza atingiu níveis sem precedentes, quase 2 milhões de crianças morrem anualmente por falta de um copo de água potável e de saneamento adequado. Milhões de mulheres e de raparigas são forçadas a passar horas a fio a recolher e a transportar água, o que restringe as suas oportunidades e escolhas. E as doenças infecto-contagiosas causadas pela água travam a redução da pobreza e o crescimento económico nalguns dos países mais pobres do mundo.

Para além do problema doméstico, a competição pela água enquanto recurso produtivo está a intensificar-se. Alguns dos sintomas desta competição são o colapso de sistemas ecológicos baseados na água, o declínio dos fluxos fluviais e o esgotamento em grande escala das águas subterrâneas. Os conflitos relacionados com a água estão a intensificar-se no interior de países, desfavorecendo as pessoas carenciadas das zonas rurais. O potencial de tensões entre países está também a crescer, embora se perfilem vastos ganhos potenciais de desenvolvimento humano decorrentes de uma maior cooperação.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* continua a dissecar os debates sobre alguns dos desafios mais urgentes com que a humanidade se confronta. O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*:

- Investiga as causas subjacentes e as consequências de uma crise que impede que 1,1 mil milhões de pessoas tenham acesso a água potável e que 2,6 mil milhões tenham acesso a saneamento.
- Defende uma acção concertada para alcançar o objectivo da água e saneamento para todos através de estratégias nacionais e de um plano de acção global.
- Examina as forças sociais e económicas que conduzem à escassez de água e marginalizam as pessoas carenciadas na agricultura
- Analisa o raio de acção existente em termos de cooperação internacional para a resolução de tensões transfronteiriças na gestão da água
- Inclui contributos especiais de Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala, do Presidente Lula, do Presidente Carter e do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

RDH **2006** **A água para lá da escassez:** poder, pobreza e a crise mundial da água

Relatório do Desenvolvimento Humano **2006**

A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água





A imagem da capa reflecte a ideia de que milhões de pessoas no mundo não dispõem de acesso a água potável não devido à escassez, mas porque estão aprisionadas numa teia de pobreza, desigualdade e fracassos governamentais. A abordagem destes problemas constitui a chave para a resolução da crise mundial da água.

A água potável e o saneamento sempre foram fundamentais para o desenvolvimento humano. Quando as pessoas se encontram privadas de água potável e de saneamento, confrontam-se com oportunidades diminuídas de realizarem o seu potencial enquanto seres humanos. A água imprópria para consumo e o saneamento inadequado constituem dois dos principais catalisadores da pobreza e da desigualdade mundiais. Ceifam milhões de vidas, destroem meios de subsistência, comprometem a dignidade e reduzem as perspectivas de crescimento económico. As pessoas carenciadas, em geral, e as mulheres e as crianças carenciadas, em particular, suportam o fardo dos custos humanos.

No início do século XXI, vivemos num mundo de prosperidade sem precedentes. No entanto, quase 2 milhões de crianças morrem anualmente por falta de um copo de água potável e de instalações sanitárias. Mais de mil milhões de pessoas não dispõem de acesso a água potável — e cerca de 2,6 mil milhões não têm acesso a um saneamento adequado. Entretanto, o acesso inadequado à água enquanto recurso produtivo condena milhões de pessoas a vidas de pobreza e de vulnerabilidade. O Relatório documenta a violação sistemática do direito à água, identifica as causas subjacentes à crise e estabelece uma agenda para a mudança.

Novo material do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

Novo material do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano

***Relatórios do Desenvolvimento Humano* Nacionais, Subnacionais e Regionais**

Os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* também são preparados aos níveis nacional, subnacional e regional. O primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* nacional foi publicado em 1992.

- Desde 1992, foram produzidos mais de 550 *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais e subnacionais por equipas nacionais com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em mais de 130 países, bem como 30 *Relatórios do Desenvolvimento Humano* regionais.
- Na medida em que consistem de documentos de recomendação de políticas, estes relatórios canalizam o conceito do desenvolvimento humano para os diálogos nacionais através de processos de consulta, pesquisa e redacção liderados pelos países e detidos pelos mesmos.
- Os dados do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, frequentemente divididos por género, grupo étnico ou diferenças entre zonas rurais e urbanas, ajudam a identificar a desigualdade, a medir o progresso e a reconhecer os primeiros sinais de alerta de possíveis conflitos.
- Na medida em que se alicerçam nas perspectivas locais, os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais, subnacionais e regionais podem influenciar as estratégias nacionais, incluindo políticas orientadas para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e outras prioridades do desenvolvimento humano.

Para mais informações sobre os *Relatórios do Desenvolvimento Humano* nacionais, subnacionais e regionais, incluindo uma base de dados de todos os *Relatórios do Desenvolvimento Humano*, consulte:

- Base de dados de Relatórios do Desenvolvimento Humano: http://hdr.undp.org/reports/view_reports.cfm
- Área de trabalho dos Relatórios do Desenvolvimento Humano nacionais: http://hdr.undp.org/nhdr/
- Redes dos Relatórios do Desenvolvimento Humano: http://hdr.undp.org/nhdr/networks/
- Kit de ferramentas dos Relatórios do Desenvolvimento Humano: http://hdr.undp.org/nhdr/toolkit/default.html

Journal of Human Development: Alternative Economics in Action

A revista oferece um fórum para a livre troca de ideias entre um vasto espectro de decisores, economistas e académicos.

Informação sobre assinaturas: O *Journal of Human Development* é uma revista avaliada e revista por especialistas, publicada três vezes por ano (Março, Julho e Novembro) pela Routledge Journals, uma divisão do Taylor and Francis Group Ltd, 4 Park Square, Abingdon, Oxfordshire OX14 4RN, Reino Unido.
http://www.tandf.co.uk/journals/carfax/14649884.html

Temas dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano*

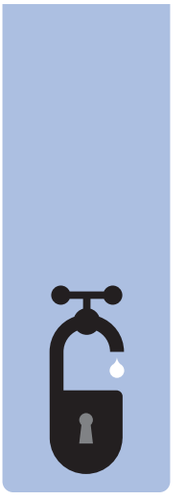
2005	Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num Mundo Desigual
2004	Liberdade Cultural num Mundo Diversificado
2003	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um Pacto entre Nações para Eliminar a Pobreza Humana
2002	Aprofundar a Democracia num Mundo Fragmentado
2001	Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano
2000	Direitos Humanos e Desenvolvimento Humano
1999	Globalização com uma Face Humana
1998	Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano
1997	Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza
1996	Crescimento Económico e Desenvolvimento Humano
1995	Género e Desenvolvimento Humano
1994	Novas Dimensões da Segurança Humana
1993	Participação das Pessoas
1992	Dimensões Globais do Desenvolvimento Humano
1991	Financiamento do Desenvolvimento Humano
1990	Conceito e Medição do Desenvolvimento Humano

Para mais informações, visite:
http://hdr.undp.org

Reverse front cover

Reverse back cover

Reverse back cover flap



Relatório do Desenvolvimento Humano **2006**

A água para lá da escassez:
poder, pobreza e a crise mundial da água

AGRADECIMENTO:
A tradução e a publicação da edição portuguesa
do *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

Publicado para
o Programa das
Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Copyright © 2006
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, New York, 10017, USA

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada num sistema informático ou transmitida, sob qualquer forma ou por qualquer meio, electrónico, mecânico, fotocópia, gravação ou outro, sem autorização prévia.

Capa e apresentação gráfica: Grundy & Northedge Information Designers, Londres
Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz, Narestø, Noruega
Edição técnica, composição e gestão de produção: Communications Development Incorporated, Washington, D.C.
Tradução e composição: euroscript Luxembourg S.à r.l.

Para consultar uma lista de quaisquer erros ou omissões descobertos após a impressão, visite o nosso site em http://hdr.undp.org

Equipa para a preparação do Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Director e redactor principal
Kevin Watkins

Pesquisa, redacção e estatística
Liliana Carvajal, Daniel Coppard, Ricardo Fuentes, Arunabha Ghosh, Chiara Giamberardini, Claes Johansson (Chefe de Estatística em exercício), Papa Seck, Cecilia Ugaz (Conselheira Política Principal) e Shahin Yaqub.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin
Responsável pela produção e pela coordenação da tradução: Carlotta Aiello e Marta Jaksona
Revisores: Bruce Ross-Larson, Meta de Conquereaumont e Christopher Trott
Capa e apresentação gráfica: Peter Grundy e Tilly Northedge
Mapas e gráficos: Philippe Rekacewicz

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH)
O *Relatório do Desenvolvimento Humano* é o resultado de um esforço colectivo. Os membros da equipa Relatório do Desenvolvimento Humano Nacional (NHDR) forneceram comentários detalhados e conselhos ao longo do processo de investigação. Também associaram o Relatório a uma rede global de RDH nos países em desenvolvimento. A equipa do NHDR, liderada por Sarah Burd-Sharps (Directora-Adjunta), é constituída por Amie Gaye, Sharmila Kurukulasuriya, Hanna Schmitt e Timothy Scott. A equipa administrativa do GRDH faz funcionar o gabinete e inclui Oscar Bernal, Mamaye Gebretsadik, Melissa Hernandez, Fe Juarez e Mary Ann Mwangi. As operações são geridas por Sarantuya Mend. Marisol Sanjines é responsável pelo programa de divulgação e promoção do GRDH.

Prefácio

O desenvolvimento humano tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com deixar as pessoas viverem a vida que valorizam e permitir-lhes realizar todo o seu potencial como seres humanos. O quadro normativo para o desenvolvimento humano reflecte-se hoje na visão ampla definida nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conjunto de objectivos com limites temporais acordados internacionalmente e que visam reduzir a pobreza extrema, alargar a igualdade de géneros e promover oportunidades de saúde e educação. O progresso em direcção a estes objectivos fornece um ponto de referência para avaliar a determinação da comunidade internacional em traduzir os compromissos em acção. Mais do que isso, é a condição para construir uma prosperidade partilhada e uma segurança colectiva no nosso mundo cada vez mais interdependente.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano aborda uma questão que influencia profundamente o progresso e o potencial humano em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ao longo da História, o progresso humano tem dependido do acesso à água potável e da capacidade das sociedades controlarem o potencial da água enquanto recurso produtivo. A água para a vida no agregado familiar e a água para sustento através da produção são duas das bases para o desenvolvimento humano. No entanto, para uma grande parte da humanidade, essas bases não existem.

A palavra *crise* é, por vezes, usada em excesso quando se fala de desenvolvimento. Mas quando se trata de água, existe o reconhecimento crescente de que o mundo enfrenta uma crise que, se não for controlada, vai pôr em perigo o progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e atrasar o desenvolvimento humano. Para algumas pessoas, a crise global da água prende-se com faltas absolutas de fornecimento físico. O presente Relatório rejeita esta visão. Defende que as raízes da crise em termos da água se prendem com a pobreza, com a desigualdade e com relações desiguais de poder, bem como com políticas de gestão da água deficientes que aumentam a escassez.

O acesso a água para sempre é uma necessidade humana elementar e um direito humano fundamental. No entanto, num mundo cada vez mais próspero como o nosso, há mais de mil milhões de pessoas a quem se nega o direito a água potável e 2,6 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento adequado. Estes valores apenas captam uma dimensão do problema. Todos os anos, cerca de 1,8 milhões de crianças morrem em resultado directo de diarreia e de outras doenças provocadas por água suja e por más condições de saneamento. No início do século XXI, a água suja é a segunda maior causadora de mortes de crianças em todo o mundo. Todos os dias, milhares de mulheres e raparigas recolhem água para as suas famílias — um ritual que reforça as desigualdades de género em termos de emprego e de educação. Entretanto, as más condições de saúde, associadas a faltas de água e de saneamento põem em perigo a produtividade e o crescimento económico, reforçando as profundas situações de desigualdade que caracterizam os actuais padrões de globalização e apanhando os agregados familiares vulneráveis em ciclos de pobreza.

Como este Relatório mostra, as fontes do problema variam de país para país, mas aparecem diversos problemas. Em primeiro lugar, há poucos países a tratar a água e o saneamento como uma prioridade política, como o testemunha as limitadas distribuições orçamentais. Em segundo lugar, algumas das pessoas mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais altos do mundo pela água, reflectindo a cobertura limitada dos prestadores de serviços de água nos bairros degradados e nos povoamentos informais em que vivem as pessoas carenciadas. Em

terceiro lugar, a comunidade internacional fracassou em dar maior prioridade à água e ao saneamento nas parcerias para o desenvolvimento que se estabeleceram em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Subjacente a cada um destes problemas está o facto de as pessoas que mais sofrem com a crise da água e do saneamento — pessoas carenciadas em geral e mulheres carenciadas em particular — muitas vezes não terem a voz política necessária para fazer valer os seus direitos à água.

Estas e outras questões são cuidadosamente analisadas no Relatório. Os desafios que coloca são assustadores. Mas os autores não aconselham a desesperar. Como as provas tornam claro, esta é uma batalha que podemos vencer. Muitos países fizeram progressos extraordinários no fornecimento de água potável e saneamento aos seus cidadãos. Por todo o mundo em desenvolvimento, as pessoas que vivem em bairros degradados e em aldeias rurais lideram através do exemplo, mobilizando recursos e evidenciando energia e inovação na forma como lidam com os seus problemas. No início do século XXI, temos os meios financeiros e tecnológicos e a capacidade de fazer a crise da água e do saneamento passar à história, com tanta certeza como os países ricos de hoje fizeram há um século. O que tem faltado é o desejo concertado de alargar o acesso à água e ao saneamento a todos, através de planos nacionais bem elaborados e devidamente financiados, suportados por um plano de acção global para galvanizar a vontade política e para mobilizar recursos.

A água para sustento coloca um conjunto diferente de desafios. O mundo não está a ficar sem água, mas muitos milhões das pessoas mais vulneráveis vivem em regiões sujeitas a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais em que a utilização da água ultrapassa as taxas de recarga. Os sintomas de utilização excessiva são perturbadoramente claros: os rios estão a secar, os lençóis freáticos estão a diminuir e os ecossistemas que têm por base a água estão a ficar rapidamente degradados. Basicamente, o mundo está a perder um dos seus recursos naturais mais preciosos e a aumentar de forma insustentável uma dívida ecológica que as gerações futuras herdarão.

Também há muito mais a fazer perante as ameaças ao desenvolvimento humano colocadas pelas mudanças climáticas. Como o Relatório realça, esta não é uma ameaça futura. O aquecimento global já está a acontecer — e, em muitos países, tem o potencial para repelir os ganhos em termos de desenvolvimento humano que se alcançaram ao longo de gerações. Os fornecimentos reduzidos de água em zonas já afectadas por uma pressão crónica sobre os recursos hídricos, por padrões climatéricos mais extremos e pela fusão dos glaciares, fazem parte do desafio sombrio. A acção multilateral para atenuar as mudanças climáticas através da redução das emissões de carbono é uma das formas de resposta da política pública necessária para fazer face a esse desafio. Outra forma é dar maior atenção ao apoio a estratégias de adaptação.

Já se torna claro que as próximas décadas serão marcadas por uma luta mais intensa pela água. O crescimento populacional, a urbanização, o desenvolvimento industrial e as necessidades da agricultura estão a fazer aumentar a procura por um recurso finito. Entretanto, existe cada vez mais o reconhecimento de que as necessidades do ambiente também devem ser decompostas em termos de padrões de utilização futura da água. Dois perigos óbvios emergem. Em primeiro lugar, à medida que a luta nacional pela água se intensifica, as pessoas com os direitos mais fracos — entre eles, os pequenos agricultores e as mulheres — verão os seus direitos à água destruídos por eleitorados mais poderosos. Em segundo lugar, a água é o derradeiro recurso fugaz, atravessando fronteiras através de rios, lagos e aquíferos — um facto que aponta para o potencial das tensões transfronteiriças nas regiões com pressão sobre os recursos hídricos. Os dois perigos podem ser tratados e evitados através de políticas públicas e da cooperação internacional — mas os sinais de perigo estão claramente visíveis nas duas frentes.

Este Relatório, o produto de investigação e análise envolvendo peritos internacionais e pessoal de todo o sistema das Nações Unidas, visa estimular o debate e o diálogo em torno de um conjunto de questões com um impacto profundo no progresso, no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e o desenvolvimento humano.



Kemal Derviş
Administrador
Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do seu Conselho Executivo ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente comissionada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do ***Relatório do Desenvolvimento Humano***. Kevin Watkins, Director do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu este trabalho.

Agradecimentos

Não teria sido possível preparar este Relatório sem os generosos contributos de muitos indivíduos e organizações. Os autores gostariam de reconhecer especialmente a sua dívida para com Amartya Sen, cujo trabalho deu forma à evolução do *Relatório do Desenvolvimento Humano* ao longo dos anos. Kemal Dervis, o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), deu-nos constantemente apoio e encorajamento. Agradecemos profundamente o seu empenho pessoal. Os erros de acção e de omissão são da responsabilidade exclusiva dos autores.

Contributos

Prepararam-se estudos de fundo, artigos e notas sobre uma grande variedade de questões temáticas relacionadas com o Relatório. Os contributos foram de: Martin Adams, José Albiac, Rajindra Ariyabandu, Jacob Assa, Karen Bakker, Bernard Barraqué, James Bartram, Jeremy Berkoff, Anders Berntell, Helen Bryer, Stephanie Buechler, Ximing Cai, Belinda Calaguas, Lorenzo Cotula, Elizabeth Daley, Andre DeGeorges, Malin Falkenmark, Matthew Gandy, Leonardo Gasparini, Toni German, Micheal Grimm, Alejandro Guevara-Sanginés, Laurence Haller, Ken Harttgen, Léo Heller, Juan Emilio Hernández Mazariegos, Caroline Hunt, Guy Hutton, Anders Jägerskog, Marion W. Jenkins, Stephan Klasen, Michelle Kooy, Jakub Landovsky, Jan Lundqvist, Boris Marañón, Richard R. Marcus, Ernst-Jan Martijn, Gordon McGranahan, Lyla Mehta, Ruth Meinzen-Dick, Mark Misselhorn, Erik Mostert, Synne Movik, Sobona Mtisi, Arnold Michael Muller, Sunita Narain, Alan Nicol, Tobias Pfütze, David Phillips, Brian Kevin Reilly, Claudia Ringler, Vicente Sánchez Munguía, Juan J. Sánchez-Meza, David Sattherthwaite, Christopher Scott, Dajun Shen, Nur Endah Shofiani, Steven Sugden, Erik Swyngedouw, Oumar Sylla, Sahnaz Tigrek, Leopoldo Tornarolli, Cecilia Tortajada, Håkan Tropp, Erika Weinthal, Dale Whittington e Aaron T. Wolf.

Diversas organizações partilharam generosamente os seus dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dioxido de Carbono, Secretariado da Comunidade das Caraíbas, Centro de Comparações Internacionais da Universidade da Pensilvânia, Iniciativas de Desenvolvimento, Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico, Comissão Económica e Social para a América Latina e as Caraíbas, Comissão Europeia, Organização para a Alimentação e a Agricultura, Instituto de Estudos sobre Desenvolvimento, Centro de Monitorização das Deslocações Internas, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, Instituto Internacional do Ambiente e Desenvolvimento, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Organização Internacional do Trabalho, Fundo Monetário Internacional, Organização Internacional para as Migrações, União Internacional das Telecomunicações, União Interparlamentar, Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Consultoria de Acção Prática, Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo, Instituto Internacional da Água de Estocolmo, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Divisão de Estatística e Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Secção dos Tratados do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade, Gabinete de Assuntos Jurídicos das Nações Unidas,

WaterAid, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde, Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio.

Painel Consultivo

Este Relatório beneficiou bastante de conselhos e orientações intelectuais de um painel consultivo externo de peritos. O painel incluía Karen Assaf, Michel Camdessus, Margaret Catley-Carlson, Leonid Dmitriev, Jan Eliasson, David Grey, Wang Hao, Sylvy Jaglin, Sir Richard Jolly, Inge Kaul, Roberto Lenton, Bindeshwar Pathak, Gérard Payen, Riccardo Petrella, Claudia W. Sadoff, Miguel Solanes, Olinda Sousa, Sandra Suarez Perez, Anna Kajumulo Tibaijuka, Klaus Toepfer, SAR o Príncipe Willem-Alexander dos Países Baixos, Ngaire Woods e Gordon Young. Um painel consultivo na área da estatística deu um contributo essencial. Os membros deste painel foram Carla Abou-Zahr, Tony Atkinson, Hubert Escaith, Haishan Fu, Gareth Jones, Ian D. Macredie, Anna N. Majelantle, John Male-Mukasa, Marion McEwin, Saeed Ordoubadi, Francesca Perucci, Tim Smeeding, Eric Swanson, Pervez Tahir e Michael Ward. A equipa gostaria de agradecer a Karen Frenken, Angela Me e David Pearce, os revisores pares na área da estatística, que examinaram atentamente os dados do Relatório e colaboraram com a sua perícia estatística.

Consultas

Muitos dos indivíduos consultados durante a elaboração do Relatório deram-nos conselhos, informações e material inestimável. A equipa que elaborou o Relatório gostaria de agradecer a Nigel Adderley, Wondu Alemayehu, Serge Allegrezza, Juan Carlos Alurralde, Paul Appasamy, Glauco Arbix, Togzhan Assan, Kaisha Atakhanova, Dan Banik, Michelle Barron, Aparna Basnyat, Ivar A. Baste, Charles Batchelor, Sylvia Beales, Rosangela Berman Bieler, Åsa Blomström, Rutgerd Boelens, Anne Bousquet, Benedito Braga, Marcia M. Brewster, Tony Burton, Eva Busza, Fernando Calderon, Ken Caplan, Markela Castro, Tarek Abou Chabake, Lekha Chakraborty, Mary Chamie, Jacques Charmes, Declan Conway, Esteve Corbera, Priti Darooka, Raj Kumar Daw, Partha Deb, Manuel Dengo, Catalina Devandas Aguilar, Philip Dobie, Moez Doraid, Kassym Duskayev, Arne Eide, Melissa Eisdell, Pauline Eizema, Elin Enge, Janique Etienne, Merle Douglas Faminow, Jean-Marc Faurès, Kimberly Fisher, Richard Franceys, Sakiko Fukuda-Parr, Ludmila Funso, Oscar Garcia, Maria Genina, Uladzimir Gerus, Peter Ghys, Donna L. Goodman, Maurizio Guadagni, Irene Guimarães Altafin, SAR o Príncipe Herdeiro Haakon, Brian Hammond, Bente Herstad, Hans Olav Ibrekk, Artemy Izmestiev, Kareen Jabre, S. Janakarajan, David Jones, Hazel Jones, Andrei Jouravlev, Tim Kasten, Ashfaq Khalfan, Nariman Kipshakbayev, Aloysius Kiribaki, Karoly Kovacs, Radhika Lal, Jean Langers, Christopher Langton, Bruce Lankford, James Lenahan, Michael Lipton, Edilberto Loaiza, Mitchell Loeb, Jan Lundqvist, Nora Lustig, Rolf Luyendijk, Maureen Lynch, Howard Mann, Sebastien Martin, Wariara Mbugua, Charlotte McClain-Nhlapo, Patrick McCully, Angela Me, David Molden, Daniel Mont, Federico Montero, Trevor Mulaudzi, Carlos Muñoz, Teresa Munzi, Naison Mutizwa-Mangiza, Ngila Mwase, Rohini Nayyar, Gunhild Oerstavik, Siddiq Osmani, P. Sainath, Richard Palmer-Jones, Eric Patrick, David Pearce, Agueda Perez, Chris Perry, Henrik Pilgaard, Will Prince, Shammy Puri, Eva Quintana Mourelle, Xavi Ramos, Kalyan Ray, Chris Reij, Nils Rosemann, Shea Rutstein, Steven Sabey, Bharati Sadasivam, Zhanara Sagimbaeva, Julio Sanjines, Lisa Schipper, Janet Seeley, Sharda Sekaran, Yuriko Shoji, Yuriy Shokamanov, Vladimir Smakhtin, David Smith, Petter Stålenheim, Ashok Subramanian, Morten Svelle, Michel Thieren, Håkan Tropp, Tuong To Phuc, Vanessa Tobin, Kerry Turner, Sriti Vadera, Imraan Valodia, Imraan Valodia, Henk van Norden, Veronique Verdeil, Saïd Ould A. Voffal, Charles Vorosmarty, Bill Walker, Tessa Wardlaw, Dominic Waughray, Siemon Wezeman, Peter Whalley, Howard White, Florian Wieneke, Lars Wirkus, Albert M. Wright, Nancy Yanez Fuenzalida, Bulat Yessekin, Elizabeth Zaniewski e Windy Zhang.

Leitores do PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, fez-nos comentários e sugestões e forneceu-nos informações extremamente úteis aquando da redacção do Relatório. A equipa que elaborou o Relatório está particularmente grata a Nada Al-Nashif, Amat Al Aleem Ali Alsoswa, Johan Arvling, Walid Badawi, Michel Balima, Mohamed Bayoumi, Robert G. Bernardo, Razina Bilgrami, Aeneas C. Chuma, Niamh Collier-Smith, Pedro Conceição, Philip Dobie, Jafet Enriquez, Sergio Feld, Emilie Filmer-Wilson, Bjoern Foerde, Edith Gassana, Prema Gera, Tegegnework Gettu, Rebeca Grynspan, Tim Hannan, Joakim Harlin, Gilbert Fossoun Houngbo, Andrew Hudson, Ragnhild Imerslund, Abdoulie Janneh, Bruce Jenks, Gordon Eric Johnson, Nanak Kakwani, Douglas Keh, Rima Khalaf Hunaidi, Olav Kjorven, Elie Kodsi, Oksana Leshchenko, Carlos Linares, Metsi Makhetha, Lamin Manneh, Elena Martinez, Pratibha Mehta, Kalman Mizsei, Cielo Morales, David Morrison, Abdoulaye Ndiaye, Shoji Nishimoto, Joseph Opio-

Odongo, William Orme, Hafiz Pasha, Stefano Pettinato, Gonzalo Pizarro, Martin Santiago, Susanne Schmidt, Guido Schmidt-Traub, Salil Shetty, Moustapha Soumare, Juerg Staudenmann, Mounir Tabet, Sarah Timpson e Louisa Vinton.

Edição, Produção e Tradução

O Relatório beneficiou imenso dos conselhos e dos contributos da equipa editorial da Communications Development Incorporated. Bruce Ross-Larson deu conselhos sobre a estrutura e apresentação do argumento. A edição técnica e de produção foi levada a cabo por Meta de Coquereaumont, Elizabeth Collins e Christopher Trott. A apresentação gráfica e a revisão também foram feitas pela Communications Development Incorporated. O Relatório (incluindo a capa) foi projectado por Grundy & Northedge Information Designers. Os mapas e os gráficos para o Relatório foram concebidos por Philippe Rekacewicz., assistido por Laura Margueritte.

A produção, tradução, distribuição e promoção do Relatório beneficiaram da ajuda e apoio do Gabinete de Comunicações do PNUD: Niamh Collier-Smith, Maureen Lynch, David Morrison e William Orme. As traduções foram revistas por Yu Gao, Cecile Molinier, Vladimir Scherbov, Rosine Sori Coulibaly, Mounir Tabet e Oscar Yujnovsky.

Susana Franco (que geriu o projecto sobre os indicadores de género) e Jonathan Morse deram contributos valiosos para a equipa de estatística. O Relatório também beneficiou do trabalho dedicado de estagiários: Paola Adriazola, Carolina Aragon, Nurit Bodemann-Ostow, Torsten Henricson-Bell, Roshni Menon, Sarai Nuñez Ceron, Agueda Perez e Min Zhang.

Gloria Wightman e Juan Arbelaez do Gabinete das Nações Unidas para os Serviços de Projecto deram apoio administrativo fundamental, bem como serviços de gestão.



Kevin Watkins
Director
Relatório do Desenvolvimento Humano 2006

Índice

Prefácio v
Agradecimentos vii

Introdução A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água 1

Capítulo 1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico 25

Lições da História 28
O modo como a insegurança da água estrangulou o crescimento económico e o desenvolvimento humano 30
O problema da água e do saneamento interrompeu — e atrasou o progresso 31
A actual crise mundial no sector da água e do saneamento 31
Mundo rico, mundo pobre 31
A riqueza é importante 35
... e o saneamento vem atrás do acesso à água 36
As estatísticas minimizam sistematicamente a dimensão da escassez 37
Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano 42
Agravamento do problema dos salários baixos — o efeito da crise sobre os rendimentos 42
Adiamento da redução das taxas de mortalidade infantil — ameaça mortal à nascença 42
A proliferação de consequências crónicas 45
O aumento das despesas de saúde 46
Prejuízo para a educação das raparigas 47
O agravamento do binómio tempo-pobreza e da desigualdade de género 48
A redução da dignidade humana 48
Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise 49
A população pobre representa a maior parte do défice 49
Os pobres pagam mais — e muito além do que podem 51
Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas — voltar ao caminho certo 55
Um relatório em torno da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 56
Os ganhos da prossecução das metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio 58
Fazer do progresso uma realidade 59
Reconhecer o direito humano à água e ao saneamento 60
Desenvolver estratégias nacionais fortes 61
Ampliar a ajuda internacional à água e saneamento 66
Construir a parceria global — Argumentos em prol de um plano internacional de acção global para a água e o saneamento 69

Capítulo 2 Água para consumo humano 75

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água 80
Água «tratada» e «não tratada» — uma fronteira enganadora entre pura e suja 80
Arranjar água em fornecedores múltiplos 82

Subir a escada dos preços nos bairros urbanos degradados 83
Porque motivo é que os preços importam 84
Os pobres rurais — os últimos da fila 86
Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade 88
Fornecedores públicos — a chave do fornecimento e do financiamento 89
Fornecedores privados — para além das concessões 91
Apresentar os resultados — as políticas 96
Financiamento público e acesso para os pobres urbanos 97
A regulamentação é crítica 100
Alcançar as pessoas carenciadas 102
Apoio internacional para financiamento local 105

Capítulo 3 O grande défice no saneamento 109

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento 112
Quem está onde na escada do saneamento? 113
O ciclo de benefícios água-saneamento-higiene 115
Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água? 118
A barreira das políticas nacionais 118
A barreira do comportamento 119
A barreira da percepção 119
A barreira da pobreza 119
A barreira do género 120
A barreira da oferta 120
Colocar o saneamento ao alcance de todos 120
A acção vinda do povo faz a diferença 121
A liderança do governo é fundamental 122
O problema do financiamento 127
Desenvolver mercados que dão resposta 127
O caminho a seguir 128

Capítulo 4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados 131

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água 134
Compreender a escassez 134
Transpor os limites do consumo sustentável — problemas, políticas e respostas 138
Aumentar a oferta — Opções e constrangimentos 148
Regulamentação da procura de um recurso escasso 152
Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza 155
O papel vital das infra-estruturas 155
O aquecimento global — o estado de emergência previsível 159
O caminho a seguir 169

Capítulo 5 A competição pela água na agricultura 171

Água e desenvolvimento humano — Os vínculos com os meios de subsistência 174
Agricultura sob pressão — os cenários emergentes 175
Objectos inamovíveis e forças irresistíveis 177
A competição, os direitos e a luta pela água 178
Os limites aos mercados privados de água 179
A agenda dos direitos da água — a ausência da equidade e da legitimação 181

Direitos consuetudinários e formais — Evidências da África Subsariana 183
Os direitos da água dão forma às habilitações 186
Melhor governação nos sistemas de irrigação 187
Reduzir o risco de pobreza 188
Financiar com equidade 189
Legitimação — o elo perdido 192
Maior produtividade da água para os pobres 195
Recolha de água e microirrigação 195
Soluções de baixa tecnologia com elevados retornos em desenvolvimento humano 197
O caminho a seguir 198

Capítulo 6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços 201

Interdependência hidrológica 204
Partilhar os recursos hídricos mundiais 205
Ao longo das margens do rio 206
Os custos da falta de cooperação 209
A transmissão de tensões ao longo do curso dos rios 209
Contracção de lagos, rios que secam 211
A defesa da cooperação 215
As regras do jogo 215
No rio e para além do rio 218
O estado da cooperação 221
Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais 224
Cooperação a nível das bacias hidrográficas 224
Estruturas institucionais fracas de gestão de recursos hídricos 226
Criação de condições para a cooperação 228

Notas 233
Nota bibliográfica 236
Bibliografia 238

Caixas

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio 22
1.1 Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha 29
1.2 Acabar com a relação entre as raças, as doenças e as desigualdades nas cidades dos EUA 32
1.3 Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi 38
1.4 A discrepância entre o abastecimento de água e o saneamento básico nas Filipinas 40
1.5 As despesas de saúde fomentadas pela falta de acesso a água e a saneamento 46
1.6 África do Sul — actuar sobre o direito à água 64
2.1 O peso da História: muitas redes não se destinavam a chegar aos pobres 86
2.2 Água, género e pobreza temporal 87
2.3 Os serviços públicos podem funcionar — o Departamento de Água e Saneamento de Porto Alegre mostra-nos como 90
2.4 O que correu mal com as concessões? Três fracassos e três lições a aprender 93
2.5 Práticas de definição de preços da água a favor dos pobres na Costa do Marfim 94
2.6 Subsídios ao consumo de água no Chile — maior eficiência e equidade 98

2.7 As fontes públicas — chegar aos pobres, mas muitas vezes a um preço demasiado elevado 100
2.8 Relatórios dos cidadãos — a voz como agente de mudança 101
2.9 Fornecimento de água rural no Gana — uma abordagem participativa que funciona 103
2.10 «Alguns por todos, nem todos por alguns» no Uganda 104
2.11 Legitimar as pessoas rurais em Marrocos — a procura local leva a uma maior cobertura 105
3.1 As deficiências e o saneamento 114
3.2 As crianças enquanto agentes de mudança 116
3.3 Acção popular, o Projecto Orangi 121
3.4 A campanha de saneamento total do Bangladeche 123
3.5 Sulabh — a fazer chegar o saneamento aos pobres da Índia 124
3.6 Lesoto — Progresso no saneamento rural 125
3.7 A abordagem de condomínios do sistema de esgotos em Brasília — Políticas e tecnologia 126
4.1 China — Como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico 142
4.2 O Iémen apresenta pressão sobre os recursos hídricos 144
4.3 Subsídios de exploração de água subterrânea no México 146
4.4 O valor real dos ecossistemas baseados na água 147
4.5 Aumentar as reservas através da redução da poluição — mercados e tecnologias 148
4.6 A dessalinização — e as suas limitações 150
4.7 Gestão Integrada de Recursos Hídricos 154
4.8 Secas, cheias e insegurança da água no Quénia 157
4.9 Os bancos de água estão a derreter — o derretimento dos glaciares estão a alterar os fluxos de água 166
5.1 Chile — Mercados de água e reforma numa economia de elevado crescimento 179
5.2 Negociação de água na região ocidental dos Estados Unidos 180
5.3 Direitos da água e redistribuição na África do Sul 182
5.4 Sobreposição de direitos da água e permuta desigual nas Filipinas 183
5.5 Têxtil versus agricultores em Java Ocidental 184
5.6 Direito consuetudinário e desigualdade no Senegal 185
5.7 Vencedores e perdedores da reforma da política da água no rio Pangani, na Tanzânia 187
5.8 Irrigação e gestão da água na Ásia Central 190
5.9 Delegação de poderes na governação da água em Andhra Pradesh 193
6.1 Para além do rio — os custos da falta de cooperação na Ásia Central 214
6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina 216
6.3 A experiência europeia na gestão das bacias fluviais: os rios Reno e Danúbio 219
6.4 A cooperação ao nível das bacias fluviais pode assumir muitas formas 225
6.5 África Austral — integração regional através da cooperação em rios internacionais 227
6.6 Projecto Ambiental Global — aquisição de conhecimentos e capacidades e criação de instituições. 229

Quadros

1.1 A meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: desempenho anterior e metas futuras em termos de água e saneamento 56
2.1 Cebu, Filipinas: padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água 81
2.2 Fornecedores independentes de água: agentes importantes mas caros nas cidades da América Latina 84
2.3 A participação privada nas redes de abastecimento de água tem muitas formas... 91
4.1 Previsões do consumo global de água e da parcela utilizada em sectores não agrícolas por região, em 2000 e em 2050 139
4.2 Limiares e metas de redução do aquecimento global 160
5.1 Despesas de irrigação e valor de produção de alguns sistemas de irrigação na Ásia 191
6.1 As bacias hidrográficas internacionais unem vários países 206
6.2 Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras 210
6.3 Os países estão a extrair água a uma velocidade maior do que a sua capacidade de reposição 210
6.4 Benefícios potenciais na sub-bacia do Kagera 226

Figuras

1.1	Lenta redução: o défice global de água e saneamento básico	33
1.2	Mundos separados: a discrepância da água a nível mundial	34
1.3	Muitos países ainda têm um longo caminho a percorrer até atingirem uma cobertura plena	36
1.4	Rendimentos e resultados no acesso à água e ao saneamento básico: o bem-estar financeiro e a eficácia divergem frequentemente	37
1.5	A diarreia: o segundo maior assassino de crianças	43
1.6	O acesso à água potável e a instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil	43
1.7	O acesso à água potável reduz o risco de diarreia …	44
1.8	… e o mesmo se aplica ao acesso ao saneamento básico	44
1.9	A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento	48
1.10	A divisão da água	49
1.11	A grande divisão do saneamento básico	50
1.12	A população pobre tem uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa no Brasil	50
1.13	O preço da pobreza: a água representa uma grande parte das despesas dos 20% mais pobres	51
1.14	Os custos de estar longe do abastecimento de água	52
1.15	Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos	53
1.16	A divisão da água dentro dos países: Quénia, Tanzânia e Uganda	53
1.17	A divisão rural-urbano: as disparidades no acesso a saneamento básico continuam elevadas	54
1.18	Alguns grupos étnicos têm muito menos acesso a água	54
1.19	Divisão regional: no Peru, a baixa cobertura nas províncias mais pobres custa vidas	55
1.20	Algumas regiões não estão no bom caminho para atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em termos de água e saneamento	57
1.21	A cobertura de água está a melhorar com a rápida urbanização em alguns países	58
1.22	Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos	62
1.23	O investimento público em água e saneamento é insuficiente para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em muitos países	67
1.24	O compromisso dos doadores é bastante variável — e o financiamento é imprevisível	68
1.25	Alguns doadores dão mais prioridade à água e ao saneamento do que outros	69
2.1	A maior parte dos agregados familiares em Jacarta obtém água em fontes múltiplas	81
2.2	Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata	83
2.3	Os preços dos serviços públicos de abastecimento de água aumentam normalmente de acordo com o volume	85
2.4	Quão progressivos são os subsídios da água?	99
2.5	As tarifas de sobrevivência resultam se as taxas de ligação forem altas	100
3.1	Subir na escada do saneamento tem implicações tanto financeiras como de saúde	113
3.2	Os benefícios do saneamento dependem da acção doméstica e da comunidade	115
3.3	No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás	119
3.4	O fosso de riqueza no saneamento no Camboja	120
3.5	O crescimento pró-pobreza em acesso ao saneamento na Colômbia e em Marrocos	124
4.1	Disponibilidade da água em declínio	136
4.2	A pressão sobre os recursos hídricos é planeada para acelerar de intensidade em várias regiões	136
4.3	Intensificação da pressão mundial sobre a água	137
4.4	O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede	137
4.5	Como o mundo utiliza a sua água	138
4.6	A agricultura continua a ser a maior consumidora de água	138
4.7	A variabilidade de rendimento acompanha a variabilidade das chuvas na Etiópia	156
4.8	Grandes desigualdades põem em risco a capacidade de minimização	158
4.9	O nosso planeta estará muito mais quente no próximo século	160
4.10	Aquecimento do planeta: estabilização necessitará de reduções drásticas nas emissões	161
4.11	Redução dos fluxos de ajuda à agricultura	169
5.1	O acesso a água de irrigação pode reduzir a pobreza e a vulnerabilidade	175
5.2	A África Subsariana tem o mais baixo rácio entre agricultura de regadio e de sequeiro	177

5.3 A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada 177
5.4 A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento 188
5.5 Produtividade agrícola e equidade estão muitas vezes estreitamente associadas 189
5.6 Quem está no início ganha, quem está no final perde em quantidade … 189
5.7 … e a pobreza é maior entre os agricultores da parte final 189
5.8 Recolha de água em recuo na Índia 196
6.1 Os conflitos relacionados com a água têm que ver com o volume dos caudais — aqui, a cooperação pode ser muito mais abrangente 221
6.2 Para além da quantidade — os acordos sobre água abrangem muitas áreas 222

Mapas

4.1 O consumo abusivo de água está a prejudicar o ambiente em muitas das principais bacias 140
4.2 As alterações climáticas causarão um declínio da abundância de águas em muitas regiões 162
4.3 As alterações climáticas ameaçam reduzir a produção de cereais em grande parte da África Subsariana 164
4.4 As alterações climáticas terão como consequência a diminuição dos dias de chuva na Índia 167
6.1 As bacias hidrográficas de rios e lagos da África atravessam muitas fronteiras 207
6.2 O rio Mekong liga os meios de subsistência além fronteiras 208
6.3 O Lago Chade em vias de extinção 211
6.4 A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão 213

Contributos especiais

Concentrar os custos no início do período de financiamento para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, *Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala* 72
O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar, *Kofi Annan* 78
A água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano e a base do desenvolvimento económico e social, *Luiz Inácio Lula da Silva* 79
Água e saneamento: um desafio assustador mas que podemos ultrapassar, *Jimmy Carter* 117

Indicadores do desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano **263**
Guia do leitor e notas relativas aos quadros **274**

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .
1 Índice de desenvolvimento humano 283
1a Indicadores básicos para outros países membros da ONU 287
2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 288
3 Pobreza humana e de rendimentos: países em desenvolvimento 292
4 Pobreza humana e de rendimentos: países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI 295

. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .
5 Tendências demográficas 297
6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços 301

7 Água, saneamento e estado da nutrição 305
8 Desigualdades na saúde maternal e infantil 309
9 Principais crises e riscos de saúde mundiais 311
10 Sobrevivência: progressos e retrocessos 315

. . . para adquirirem conhecimentos . . .
11 Compromisso com a educação: despesa pública 319
12 Literacia e escolarização 323
13 Tecnologia: difusão e criação 327

. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .
14 Desempenho económico 331
15 Desigualdade no rendimento ou consumo 335
16 Estrutura do comércio 339
17 Responsabilidades dos países ricos: ajuda 343
18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida 344
19 Prioridades na despesa pública 348
20 Desemprego nos países da OCDE 352

. . . enquanto os preservam para as gerações futuras . . .
21 Energia e ambiente 353

. . . protegendo a segurança pessoal . . .
22 Refugiados e armamentos 357
23 Vítimas da criminalidade 361

. . . e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens
24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 363
25 Medida de participação segundo o género 367
26 Desigualdade de género na educação 371
27 Desigualdade de género na actividade económica 375
28 Género, trabalho e afectação de tempo 379
29 Participação política das mulheres 380

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho
30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos 384
31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho 388

Nota Técnica 1 **393**
Nota Técnica 2 **400**
Nota Técnica 3 **402**
Definições de termos estatísticos **404**
Referências estatísticas **411**
Classificação dos países **413**
Índice dos indicadores **417**
Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores **421**



Introdução

A água para lá da escassez

Poder, pobreza e a crise mundial da água

A crise global da água condena uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança

A água deste lago não é boa. Recolhemo-la porque não temos alternativa. Todos os animais bebem água deste lago, assim como a comunidade. É também por causa da água que estamos a ser infectados por várias doenças.

Zenebech Jemel, Chobare Meno, Etiópia

Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever... Mas como posso fazê-lo? A minha mãe precisa de mim para ir buscar água.

Yeni Bazan, 10 anos, El Alto, Bolívia

As condições aqui são terríveis. Há esgotos por todo o lado. É por isso que a nossa água está poluída. A maioria das pessoas utiliza baldes e sacos de plástico para as suas necessidades fisiológicas. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, Kibera, Nairobi, Quénia

Elas [as fábricas] utilizam tanta água e nós mal dispomos de quantidade suficiente para as nossas necessidades básicas, já para não falar na rega das nossas colheitas.

Gopal Gujur, agricultor, Rajastão, Índia

Quatro vozes de quatro países unidas por um único tema: a privação do acesso à água. Esta privação pode ser medida por estatísticas, mas os números não mostram os rostos humanos dos milhões de pessoas a quem é negada a oportunidade de realizar o seu potencial. A água, a essência da vida e um direito humano básico, encontra-se no cerne de uma crise diária que afecta vários milhões das pessoas mais vulneráveis do mundo — uma crise que ameaça a vida e destrói os meios de subsistência a uma escala arrasadora.

Ao contrário das guerras e das catástrofes naturais, a crise global da água não ocupa lugar de destaque nos títulos da imprensa. Também não galvaniza uma acção internacional concertada. Tal como a fome, a privação do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. No entanto, esta é uma crise que está a bloquear o progresso humano, condenando uma considerável parte da humanidade a vidas de pobreza, vulnerabilidade e insegurança. Esta crise ceifa mais vidas por doença do que qualquer conflito armado. Reforça também as obscenas desigualdades nas oportunidades de vida que dividem nações ricas e pobres num mundo cada vez mais próspero e interligado e também as pessoas de um mesmo país com base na riqueza, género e outros indicadores de desvantagem.

Superar a crise da água e do saneamento constitui um dos grandes desafios do desenvolvimento humano no início do século XXI. O êxito na abordagem deste desafio através de uma resposta concertada nacional e internacional funcionaria como catalisador de progresso na saúde pública, na educação, na redução da pobreza e, ainda, como fonte de dinamismo económico. Daria um impulso decisivo aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas adoptadas pelos governos enquanto parte integrante de uma parceria global para a redução da

A escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física

pobreza. A alternativa de deixar tudo como está representa tolerar um nível de sofrimento e de perda de potencial humano evitáveis, que todos os governos deveriam considerar injustificável do ponto de vista ético e de desperdício económico.

Água para a vida, água para a subsistência

«Através da água», diz o Alcorão, «damos vida a tudo». Este ensinamento simples encerra uma profunda sabedoria. As pessoas necessitam tanto de água como de oxigénio: sem ela não haveria vida. Mas, para além dos lares, a água também dá vida num sentido muito mais lato. As pessoas necessitam de água potável e de saneamento para manterem a sua saúde e dignidade. Mas para além dos lares, a água também sustenta os sistemas ecológicos e contribui para os sistemas de produção que mantêm os meios de subsistência.

Em última análise, o desenvolvimento humano consiste na realização do potencial. Prende-se com aquilo que as pessoas podem fazer e naquilo em que se podem tornar — as suas capacidades — e com a liberdade de que dispõem para exercer escolhas reais nas suas vidas. A água está presente em todos os aspectos do desenvolvimento humano. Quando as pessoas vêem negado o seu acesso à água potável no lar ou quando não têm acesso à água enquanto recurso produtivo, as suas escolhas e liberdades são limitadas pela doença, pobreza e vulnerabilidade. A água dá vida a tudo, incluindo o desenvolvimento humano e a liberdade humana.

No *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano debruçamo-nos sobre dois aspectos específicos da crise global da água. O primeiro, explorado nos capítulos 1 a 3, consiste na água para a vida. O fornecimento de água potável, a eliminação de águas residuais e a oferta de saneamento são três dos alicerces mais básicos do progresso humano. Analisámos os custos da não implementação destes alicerces e delineámos algumas das estratégias necessárias para que se consiga alcançar o acesso universal à água e ao saneamento. O segundo aspecto, a água enquanto meio de subsistência, é o tema dos capítulos 4 a 6. Neles abordamos a água enquanto recurso produtivo partilhado por países e no interior dos mesmos, salientando os desafios enormes com que muitos governos se confrontam actualmente para gerir a água de forma equitável e eficiente.

Alguns comentadores relacionam o desafio global da água com um problema de escassez. O espírito de Thomas Malthus, que, no século XIX, desconcertou os líderes políticos com a previsão de um futuro de escassez alimentar, está cada vez mais presente nos debates internacionais sobre a água. Face ao crescimento populacional e ao aumento da procura mundial pela água, refere o argumento, o futuro aponta para uma «aritmética sombria» de escassez. Rejeitamos este ponto de partida. A disponibilidade de água é uma preocupação para alguns países. Mas a escassez que se encontra no coração da crise mundial da água tem as suas raízes no poder, na pobreza e na desigualdade, não na disponibilidade física.

É no domínio da água para a vida que esta situação está mais patente. Hoje, cerca de 1,1 mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento têm um acesso inadequado à água e 2,6 mil milhões não dispõem de saneamento básico. Estes dois défices têm a sua origem nas instituições e nas escolhas políticas, não na disponibilidade da água. As necessidades de água doméstica representam uma ínfima fracção da utilização da água, normalmente menos do que 5% do total, mas existe uma tremenda desigualdade no acesso a água potável e a saneamento a nível doméstico. Em zonas de elevado rendimento de cidades da Ásia, da América Latina e da África Subsariana, as pessoas usufruem do acesso a várias centenas de litros de água por dia, entregue em suas casas a baixos preços pelos serviços públicos de abastecimento. Entretanto, os moradores de bairros degradados e as famílias carenciadas das zonas rurais dos mesmos países têm acesso a bem menos do que os 20 litros de água por dia e por pessoa necessários para satisfazer as necessidades humanas mais básicas. As mulheres e as raparigas são duplamente afectadas, já que são elas que sacrificam o seu tempo e a sua educação para recolher água.

Algo de semelhante se verifica na questão da água enquanto meio de subsistência. Em todo o mundo a agricultura e a indústria estão a ajustar-se a constrangimentos hidrológicos cada vez mais rigorosos. Mas se a escassez é um problema generalizado, nem todos são afectados por ela. Em regiões da Índia que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos, as bombas de irrigação extraem água de aquíferos 24 horas por dia para os agricultores abastados, ao passo que os pequenos agricultores vizinhos dependem dos caprichos da chuva. Aqui também, a principal causa de escassez na grande maioria dos casos tem raízes institucionais e políticas e não se deve a uma deficiência física de água. Em muitos países a escassez é produto de políticas públicas que têm encorajado a utilização abusiva de água.

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema é que algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são sistematicamente excluídas do acesso pela sua pobreza, pelos seus reduzidos direitos legais ou por políticas públicas que limitam o acesso às infra-estruturas que fornecem água para a vida e para a subsistência. Resumindo, a escassez é produto de processos políticos e

de instituições desfavoráveis às pessoas carenciadas. No que respeita à água potável, o que acontece em muitos países é que as pessoas carenciadas recebem menos, pagam mais e suportam o fardo dos custos de desenvolvimento humano associados à escassez.

Segurança humana, cidadania e justiça social

Há pouco mais de uma década, o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1994* introduziu a ideia da segurança humana no debate mais genérico sobre o desenvolvimento. O objectivo era olhar mais além das estreitas percepções da segurança nacional, definida em termos de ameaças militares e da protecção de objectivos estratégicos de política externa, em direcção a uma visão de segurança enraizada nas vidas das pessoas.

A segurança da água faz parte integrante desta concepção mais vasta da segurança humana. Em termos genéricos, a segurança da água consiste em assegurar que cada pessoa disponha de um acesso fiável a água suficiente a um preço acessível para levar uma vida saudável, digna e produtiva, não deixando de manter os sistemas ecológicos que fornecem água e que também dependem da água. Quando não se verificam estas condições, ou quando o acesso à água é interrompido, as pessoas confrontam-se com graves riscos de segurança humana, causados por más condições de saúde e pela ruptura dos meios de subsistência.

No mundo do início do século XXI, os problemas nacionais de segurança têm um forte peso na agenda internacional. Conflitos violentos, preocupações com ameaças terroristas, a proliferação de armas nucleares e o crescimento da comercialização ilícita de armas e drogas representam desafios de peso. Face a este cenário, é fácil perder de vista alguns imperativos básicos de segurança humana, incluindo os que se relacionam com a água. O número de 1,8 milhões de mortes infantis anuais relacionadas com a água imprópria para consumo e com um saneamento inadequado ofusca as mortes associadas aos conflitos violentos. Nenhum acto de terrorismo gera uma devastação económica à escala da crise da água e do saneamento. No entanto, a questão mal é aflorada na agenda internacional.

Não é somente o contraste com os imperativos de segurança nacional que é perturbante. Hoje, a acção internacional para lidar com a crise do VIH/SIDA encontra-se institucionalizada na agenda dos países do Grupo dos Oito. Ameaçado por uma potencial crise de saúde pública sob a forma de gripe das aves, o mundo rapidamente se mobiliza para elaborar um plano de acção global. Mas a realidade concreta da crise da água e do saneamento merece apenas uma resposta mínima e fragmentada. E porquê? Uma explicação plausível é a de que, ao contrário do VIH/SIDA e da gripe das aves, a crise da água e do saneamento representa a ameaça mais imediata e mais directa às pessoas carenciadas dos países pobres — um eleitorado sem voz na formação das percepções internacionais da segurança humana.

Para além de impactos destrutivos altamente visíveis sobre as pessoas, a insegurança da água viola alguns dos princípios mais básicos da justiça social. Entre eles:

- *Cidadania igual.* Cada pessoa tem direito a um conjunto igual de direitos civis, políticos e sociais, incluindo o meio de exercer estes direitos de forma eficaz. A insegurança da água compromete estes direitos. Uma mulher que passa horas a fio a recolher água ou que sofre de constantes doenças relacionadas com a água tem menos capacidade de participar na sociedade, mesmo que possa participar da eleição do seu governo.
- *O mínimo social.* Todos os cidadãos devem ter acesso a recursos suficientes para satisfazer as suas necessidades básicas e levar uma vida digna. A água potável faz parte do mínimo social, com um requisito mínimo de 20 litros por pessoa e por dia.
- *Igualdade de oportunidades.* A igualdade de oportunidades, um requisito-chave para a justiça social, é diminuída pela insegurança da água. A maioria das pessoas aceitaria que a educação é essencial para a igualdade de oportunidades. Por exemplo, as crianças impossibilitadas de frequentar a escola quando se encontram afectadas por acessos constantes de doenças causados por água imprópria para consumo não usufruem, em qualquer sentido positivo, do direito à educação.
- *Distribuição justa.* Todas as sociedades estabelecem limites à extensão justificável da desigualdade. A forte desigualdade do acesso a água potável doméstica ou a água produtiva no campo não cumpre os critérios de distribuição justa, especialmente quando associada aos elevados níveis, evitáveis, de morte infantil ou de pobreza.

A ideia da água enquanto direito humano reflecte estas preocupações subjacentes. Como declarou o Secretário-Geral das Nações Unidas, «O acesso seguro a água potável é uma necessidade humana fundamental e, portanto, um direito humano básico». A preservação do direito humano à água é um fim em si mesmo e um meio de consubstanciar os direitos mais genéricos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos com vínculo jurídico — incluindo o direito à vida, à educação, à saúde e a um alojamento adequado. Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável e por dia para satisfazer as suas ne-

O mundo tem água mais do que suficiente para fins domésticos, para a agricultura e para a indústria. O problema consiste em que algumas pessoas — nomeadamente os pobres — são sistematicamente excluídas

Assegurar que cada pessoa tenha acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia é um requisito mínimo para respeitar o direito humano à água

cessidades básicas é um requisito mínimo para respeitar o direito à água — e uma meta mínima para os governos.

Os direitos humanos não são extras facultativos. Tal como não são uma disposição legal voluntária a abraçar ou abandonar segundo o capricho de cada governo. São obrigações vinculativas que reflectem valores universais e implicam responsabilidades por parte dos governos. No entanto, o direito humano à água é violado impunemente de uma forma generalizada e sistemática — e são os direitos humanos das pessoas carenciadas que estão sujeitos aos abusos mais graves.

Atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em 2015 — um teste de humanidade

Faltam neste momento menos de 10 anos para a data-alvo de 2015 para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — as metas temporais da comunidade internacional para reduzir a pobreza extrema e a fome, diminuir a mortalidade infantil, proporcionar educação às crianças e ultrapassar as desigualdades de género. O progresso em cada uma destas areas sera condicionado pelo modo como os governos respondem à crise na água.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma referência para medir o progresso em direcção ao direito humano à água. É por esta razão que reduzir a metade a parcela de população mundial sem acesso sustentável a água potável e a saneamento básico — o Objectivo 7, meta 10 — constitui uma meta fundamental por mérito próprio. Mas atingir aquela meta é crucial para que se possam atingir outros objectivos. A água potável e o saneamento poupariam as vidas de inúmeras crianças, promoveriam o progresso na educação e libertariam as pessoas de doenças que as mantêm na pobreza.

A urgência de alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento nunca poderá ser exagerada. Mesmo que as metas sejam atingidas, continuarão a existir mais de 800 milhões de pessoas sem água e 1,8 mil milhões sem saneamento em 2015. No entanto, apesar dos progressos, o mundo está a conseguir resultados aquém dos que são necessários, especialmente nos países mais pobres. Para alterar este cenário, será necessária uma acção sustentada ao longo da próxima década, aliada a um corte decisivo com o actual modelo que privilegia a opção de deixar tudo como está.

A data-alvo de 2015 é importante por razões práticas e simbólicas. Ao nível prático, recorda-nos que o tempo está a esgotar-se — e que o prazo para os investimentos e políticas necessários traduzirem resultados está a aproximar-se rapidamente. Ao nível simbólico, 2015 tem uma importância mais profunda. O estado do mundo naquele ano constituirá um julgamento do estado actual da cooperação internacional. Será um reflexo da geração de líderes políticos que assinou o compromisso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e pronunciará o veredicto sobre o incumprimento ou a observância do compromisso.

Em determinado momento de 2015, terá lugar outro evento de menor importância, mas não menos simbólico. A Agência Espacial Norte-Americana lançará o Projecto das Luas Geladas de Júpiter. Recorrendo a tecnologia actualmente em desenvolvimento, será lançada uma nave espacial que entrará na órbita de três das luas de Júpiter para investigar a composição dos vários lagos de água salgada que se encontram por debaixo das suas superfícies de gelo — e para determinar se existem condições de vida. A ironia que representa a despesa de milhares de milhões de dólares por parte da humanidade na exploração do potencial de vida noutros planetas seria imensa, e trágica se, ao mesmo tempo, permitirmos a destruição da vida e das capacidades humanas no planeta Terra por falta de tecnologias muito menos exigentes: a infra-estrutura para oferecer água potável e saneamento para todos. Oferecer um copo de água potável e uma instalação sanitária pode ser um desafio, mas não é ciência aeroespacial.

Mahatma Gandhi declarou uma vez que «a diferença entre aquilo que fazemos e aquilo que somos capazes de fazer seria suficiente para resolver a maioria dos problemas do mundo». Esta observação reveste-se de crucial importância para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A combinação sem precedentes de recursos e de tecnologia à nossa disposição actualmente torna intelectual e moralmente indefensável o argumento de que as metas de 2015 se encontram além do nosso alcance. Não deveremos dar-nos por satisfeitos com um progresso que fique aquém dos objectivos estabelecidos — ou com meias medidas que excluam partes inteiras da humanidade.

Água para a vida — a crise global da água e do saneamento

A água potável e o saneamento constituem alguns dos motores mais poderosos do desenvolvimento humano. Alargam a oportunidade, aumentam a dignidade e ajudam a criar um ciclo virtuoso de melhoria da saúde e de crescimento da riqueza.

As pessoas que vivem actualmente em países ricos não têm praticamente ideia de como a água potável promoveu o progresso social nos seus próprios países. Há pouco mais de cem anos, Londres, Nova Iorque e Paris eram focos de doenças infecto-contagiosas, com a saúde pública minada pela diarreia, a disenteria e a febre tifóide. As taxas de mortalidade infantil eram tão elevadas então como o são agora em grande parte

da África Subsariana. A crescente riqueza proporcionada pela industrialização aumentou os rendimentos mas a mortalidade infantil e a esperança de vida mantiveram-se praticamente inalteradas.

Reformas abrangentes na água e no saneamento alteraram aquele cenário. A água potável permitiu um passo em frente no progresso humano. Impelidos por coligações para a reforma social, por preocupações morais e por interesses económicos próprios, os governos colocaram a água e o saneamento no centro de um novo contrato social entre Estado e cidadãos. No espaço de uma geração, reuniram o financiamento, a tecnologia e as regulações necessárias para colocar a água e o saneamento ao alcance de todos.

A nova infra-estrutura destruiu o vínculo entre água contaminada e doenças infecto-contagiosas. Segundo se estima, a purificação da água foi responsável pela redução de quase metade da mortalidade nos Estados Unidos no primeiro terço do século XX. No Reino Unido, a expansão do saneamento contribuiu para um aumento de 15 anos na esperança de vida nas quatro décadas que se seguiram a 1880.

A linha de ruptura entre o saneamento e a água

Hoje, nos países ricos, basta girar uma torneira para ter água potável. Instalações sanitárias privadas e higiénicas são um dado adquirido. As preocupações com a escassez de água podem surgir ocasionalmente em alguns países. Mas esta preocupação tem de ser colocada em perspectiva. As crianças dos países ricos não morrem por falta de um copo de água potável. As raparigas não são impedidas de frequentar a escola por terem de efectuar longas jornadas para recolher água de ribeiros e rios. E as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água constituem tema de livros de história, não de enfermarias de hospital e de morgues.

O contraste com os países pobres é perturbante. Se a privação está distribuída desequilibradamente entre regiões, os factos relativos à crise global da água falam por si. Cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no mundo em desenvolvimento não têm acesso a uma quantidade mínima de água potável. As taxas de cobertura são mais baixas na África Subsariana, mas a maioria das pessoas sem água potável vive na Ásia. A privação de saneamento é ainda mais generalizada. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, metade da população do mundo em desenvolvimento, não têm acesso a um saneamento básico. E a subnotificação generalizada dos dados significa que estes números não dão conta da dimensão real do problema.

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana. Não ter acesso a água e a saneamento significa que as pessoas recorrem a fossas, rios e lagos poluídos com excrementos humanos ou animais ou utilizados por animais. Significa também não ter água suficiente para satisfazer até as necessidades humanas mais básicas.

Se as necessidades básicas variam, o limite mínimo é de cerca de 20 litros por dia. A maioria dos 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável utiliza cerca de 5 litros por dia — um décimo da quantidade média diária utilizada nos países ricos para puxar o autoclismo. Em média, na Europa as pessoas utilizam mais de 200 litros, e nos Estados Unidos mais de 400 litros. Quando um europeu puxa o autoclismo ou quando um americano toma banho utiliza mais água da que é disponibilizada a centenas de milhões de indivíduos que vivem em bairros degradados ou zonas áridas do mundo em desenvolvimento. As torneiras que pingam nos países ricos desperdiçam mais água da que está disponível diariamente a mais de mil milhões de pessoas.

A falta de acesso a saneamento força as pessoas a defecar nos campos, fossas e baldes. Os «sanitários voadores» de Kibera, um bairro degradado de Nairobi, no Quénia, são sintomáticos daquilo que representa não ter acesso a saneamento. Sem acesso a instalações sanitárias, as pessoas defecam em sacos de plástico que atiram para as ruas. A ausência de instalações sanitárias coloca problemas particularmente graves de saúde pública e de segurança para as mulheres e as raparigas. No saneamento como na água, a desigualdade de género estrutura os custos humanos do desfavorecimento.

O acesso à água e ao saneamento reforça algumas velhas lições do desenvolvimento humano. Em média, as taxas de cobertura em ambas as áreas crescem com o rendimento: uma maior riqueza tende a ser acompanhada por um melhor acesso à água e ao saneamento. Mas existem enormes variações em torno da média. Alguns países, como o Bangladeche e a Tailândia, no saneamento, e o Sri Lanca e o Vietname, na água, apresentam um desempenho muito melhor do que se poderia esperar somente com base no rendimento. Outros, como a Índia e o México, no saneamento, apresentam um desempenho bastante mais fraco. A lição a tirar é a seguinte: o rendimento é importante, mas a política pública modela a conversão do rendimento em desenvolvimento humano.

Os custos do desenvolvimento humano — imensos

A privação de água e de saneamento gera efeitos multiplicadores. Do currículo constam os seguintes custos para o desenvolvimento humano:

- Cerca de 1,8 milhões de mortes de crianças por ano causadas por diarreia (4.900 mortes por dia), ou seja, uma população menor de cinco

«Não ter acesso» à água e ao saneamento é um eufemismo delicado para uma forma de privação que ameaça a vida, destrói a oportunidade e diminui a dignidade humana

A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas

anos de dimensão equivalente à existente em Nova Iorque e Londres combinadas. Em conjunto, a água imprópria para consumo e o mau saneamento constituem a segunda maior causa mundial de morte infantil. As mortes por diarreia em 2004 foram seis vezes mais numerosas do que a média anual de mortes em conflitos armados nos anos 90.

- A perda de 443 milhões de dias escolares por ano devido a doenças relacionadas com a água.
- Perto de metade do total de pessoas dos países em desenvolvimento sofrem, em determinada altura, de um problema de saúde causado pela falta de acesso a água e saneamento.
- Milhões de mulheres passam várias horas por dia a recolher água.
- Ciclos de vida de desfavorecimento afectam milhões de pessoas, com a doença e as oportunidades de educação perdidas na infância resultando em pobreza na vida adulta.

A estes custos humanos pode acrescentar-se o desperdício económico maciço associado à falta de acesso a água e saneamento. A medição destes custos é intrinsecamente complexa. No entanto, novos estudos conduzidos para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano salientam as enormes perdas suportadas por alguns dos países mais pobres do mundo. Os estudos determinam os custos associados com a despesa de saúde, as perdas de produtividade e os desvios de mão-de-obra.

As perdas são mais consideráveis nalguns dos países mais pobres. A África Subsariana perde cerca de 5% do PIB, ou cerca de 28,4 mil milhões de dólares por ano, valor que excede os fluxos totais de ajuda e de alívio da dívida para a região em 2003. De uma forma perturbante, estes custos económicos acumulados ocultam o verdadeiro impacto da falta de acesso à água e ao saneamento. A maioria das perdas é sustentada por famílias abaixo do limiar de pobreza, o que atrasa os esforços das pessoas carenciadas para se conseguirem libertar da pobreza.

Seja qual for a medida de eficiência aplicada, os investimentos em água e saneamento têm o potencial de gerar elevados retornos. Cada dólar gasto no sector gera em média 8 dólares em poupança de custos e ganhos de produtividade. Para além deste ganho estático, um melhor acesso à água e ao saneamento tem o potencial de gerar efeitos dinâmicos de longo prazo que impulsionarão a eficiência económica.

Quer seja medida com base nos indicadores de referência de sofrimento humano, de desperdício económico ou de pobreza extrema, a falta de acesso à água e ao saneamento gera resultados aterradores. O reverso da moeda é o potencial de redução daquele défice como meio para o progresso humano. A água e o saneamento constituem uma das medicinas preventivas mais poderosas que estão disponíveis aos governos para reduzir as doenças infecto-contagiosas. O investimento nesta área está para as doenças mortais, como a diarreia, como a vacinação está para o sarampo — é um salva-vidas. Os estudos conduzidos para este Relatório demonstram que o acesso à água potável reduz as taxas de mortalidade infantil em mais de 20% nos Camarões e no Uganda. No Egipto e no Peru, a presença de uma retrete com autoclismo em casa reduz o risco de mortalidade infantil em mais de 30%.

Uma crise para os pobres, fundamentalmente

A crise da água e do saneamento é, acima de tudo, uma crise dos pobres. Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia, com uma em cada três a viver com menos de 1 dólar por dia. Mais de 660 milhões de pessoas sem saneamento vivem com menos de 2 dólares por dia e mais de 385 milhões com menos de 1 dólar por dia.

Estes factos comportam importantes implicações para a política pública. Apontam claramente para a reduzida capacidade das populações sem serviço de abastecimento de financiarem um acesso melhorado através da despesa privada. Se o sector privado pode ter um papel a desempenhar no abastecimento, o financiamento público constitui a chave para ultrapassar a falta de acesso à água e ao saneamento.

Em muitos países, a distribuição do acesso adequado a água e saneamento reflecte a distribuição de riqueza. O acesso a água canalizada nos lares é, em média, de 85% para os 20% mais ricos, em comparação com 25% para os 20% mais pobres. A desigualdade vai além do acesso. O princípio perverso que se aplica a grande parte do mundo em desenvolvimento é que as pessoas mais pobres não só têm acesso a menos água, e a menos água potável, como também pagam alguns dos preços mais elevados do mundo:

- As pessoas que vivem nos bairros degradados de Jacarta (Indonésia), Manila (Filipinas) e Nairobi (Quénia) pagam 5 a 10 vezes mais por água e por unidade do que as que vivem nas zonas de elevado rendimento das suas

próprias cidades — e mais do que pagam os consumidores em Londres ou Nova Iorque.

- As famílias de elevado rendimento utilizam muito mais água do que as famílias carenciadas. Em Dar es Salam (Tanzânia) e Bombaim (Índia), a utilização de água per capita é 15 vezes mais elevada nos subúrbios de alto rendimento ligados ao serviço de abastecimento público do que nos bairros degradados.
- Os preços desiguais da água têm consequências perversas para a pobreza das famílias. Os 20% de famílias mais pobres em El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam em média mais de 10% do seu rendimento familiar em água. No Reino Unido, um limiar de 3% é considerado um indicador de dificuldades.

Prognóstico para o cumprimento da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não constituem o primeiro conjunto de metas ambiciosas adoptado pelos governos. Conseguir «água e saneamento para todos» no espaço de uma década era uma das metas incluídas num ambicioso conjunto de objectivos adoptado no seguimento de conferências de alto nível nos anos 70 e 80. Os resultados ficaram bem aquém da promessa. Será diferente desta vez?

Em conjunto, o mundo está na pista certa para atingir a meta para a água, devido, em grande parte, a fortes progressos na China e na Índia, mas apenas duas regiões estão no caminho certo no que se refere ao saneamento (a Ásia Oriental e a América Latina). O cenário global oculta grandes variações regionais e nacionais.

- Com base nas actuais tendências, a África Subsariana atingirá a meta da água em 2040 e a meta do saneamento em 2076. No que se refere ao saneamento, a Ásia do Sul está 4 anos desviada da meta e, no domínio da água, os países árabes apresentam um atraso de 27 anos.
- Numa análise país a país, a meta da água não será atingida por 234 milhões de pessoas, com 55 países longe de atingir a meta.
- A meta do saneamento não será atingida por 430 milhões de pessoas, com 74 países que não encontraram o caminho certo.
- Para que a África Subsariana entre no caminho certo, os níveis de ligação da água terão de passar de 10 milhões por ano na década passada para 23 milhões por ano na próxima década. A taxa de prestação de saneamento na Ásia do Sul terá de passar de 25 milhões de pessoas por ano para 43 milhões por ano.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem ser encarados como um limiar mínimo de abastecimento, não como um tecto. Mesmo que sejam atingidos, continuará a persistir um enorme défice global. O que é preocupante, a manter-se a actual trajectória global, é que o mundo não atingirá o limiar definido pela promessa do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as metas

Alterar este cenário não é somente o passo certo a tomar, mas o mais sensato. É o passo certo a tomar porque a água e o saneamento são direitos humanos básicos — e nenhum governo deve estar disposto a fechar os olhos ao actual nível de violação de direitos humanos ou à perda associada de potencial humano. E é o passo sensato a tomar porque o acesso à água e ao saneamento dota as pessoas de meios para se libertarem da pobreza e de contribuírem para a prosperidade nacional.

É difícil quantificar os potenciais ganhos para o desenvolvimento humano decorrentes do progresso na água e no saneamento. Mas as melhores estimativas sugerem que os benefícios ultrapassam em grande medida os custos. Os custos suplementares associados ao cumprimento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base na opção tecnológica sustentável de mais baixo custo ascenderiam a cerca de 10 mil milhões de dólares por ano. Ultrapassar a discrepância entre as actuais tendências e as da meta para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento teria por resultado:

- Cerca de menos 203.000 mortes de crianças em 2015 e mais de 1 milhão de vidas de crianças poupadas ao longo da próxima década.
- Um ganho adicional de 272 milhões de dias de frequência escolar, só como resultado da redução de casos de diarreia.
- Benefícios económicos totais de cerca de 38 mil milhões de dólares por ano. Os benefícios para a África Subsariana — de cerca de 15 mil milhões de dólares — representariam 60% dos seus fluxos de ajuda em 2003. Os ganhos na Ásia do Sul representariam quase 6 mil milhões de dólares

Poderá o mundo dar-se ao luxo de suportar os custos de um progresso acelerado em direcção

Quase duas em cada três pessoas sem acesso à água potável sobrevivem com menos de 2 dólares por dia

O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global

ao abastecimento de água e saneamento? A questão que deve ser colocada é: poderá o mundo dar-se ao luxo de não realizar estes investimentos?

O preço de 10 mil milhões de dólares anexado ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parece uma quantia avultada — mas há que considerá-lo contextualmente. Representa menos do valor global da despesa militar em cinco dias e menos de metade do que os países ricos despendem anualmente em água mineral. É um pequeno preço a pagar por um investimento que pode poupar milhões de vidas jovens, libertar um potencial de educação desperdiçado, salvar as pessoas de doenças que as privam da sua saúde e gerar um retorno económico que impulsionará a prosperidade.

Quatro pilares para o sucesso

Se as conferências internacionais de alto nível, as declarações de incentivo e as metas ambiciosas pudessem fornecer água potável e saneamento básico, há muito que a crise mundial já teria sido resolvida. Desde meados dos anos 90, tem-se verificado um florescimento de conferências internacionais sobre o tema da água, acompanhado por uma proliferação de parcerias internacionais de alto nível. Entretanto, existem 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento.

Tantas conferências, tanta actividade — e tão pouco progresso. Analisando a década passada, é difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento sofreram de um excesso de palavras e de um défice de acção. O que é necessário na próxima década é um movimento internacional concertado que deve começar por estratégias de propriedade nacional, mas incorporando um plano de acção global. Não há planos prontos a usar para a reforma, mas quatro pilares são fundamentais para o sucesso.

- *Converter a água num direito humano — e fazer com que seja cumprido.* Todos os governos deveriam ir além dos vagos princípios constitucionais para a preservação do direito humano à água na legislação em vigor. Para ser cumprido, o direito humano deve corresponder a uma habilitação a um abastecimento de água seguro, acessível e a um preço razoável. A habilitação apropriada deverá variar por país e circunstâncias familiares. Mas implica, no mínimo, uma meta de pelo menos 20 litros de água potável por dia para cada cidadão — e sem qualquer custo para as pessoas com falta de meios para o seu pagamento. Devem ser estabelecidos indicadores de referência claros para o progresso em direcção à meta, com a responsabilização dos governos nacionais e locais e também dos fornecedores de água. Se os fornecedores privados têm um papel a desempenhar no abastecimento de água, alargar o direito humano à água é uma obrigação dos governos.
- *Delinear estratégias nacionais para a água e o saneamento.* Todos os governos deveriam preparar planos nacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento, com metas ambiciosas apoiadas por financiamento e estratégias claras para ultrapassar as desigualdades. A água e, ainda mais, o saneamento, são os parentes pobres do planeamento da redução da pobreza. Sofrem de um subfinanciamento crónico, usufruindo geralmente de uma despesa pública inferior a 0,5% do PIB. Os investimentos na água e no saneamento, que podem salvar vidas, são ofuscados pela despesa militar. Na Etiópia, o orçamento militar é 10 vezes superior ao da água e saneamento — no Paquistão, 47 vezes. Os governos deveriam ter como objectivo um mínimo de 1% do PIB para a água e o saneamento. Lidar com a desigualdade exigirá um compromisso com estratégias de financiamento, incluindo transferências fiscais, subsídios cruzados e outras medidas, que ofereçam às pessoas carenciadas água e saneamento a preços acessíveis. As estratégias nacionais deveriam englobar indicadores de referência para uma maior equidade, incluindo:
  - *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.* Complementar a meta de 2015 de reduzir a metade a proporção de pessoas sem acesso a água e saneamento com políticas para reduzir a metade a discrepância nos rácios de cobertura entre ricos e pobres.
  - *Documentos de estratégia para a redução da pobreza.* Fazer da água e do saneamento prioridades fundamentais, com metas e objectivos claros ligados a medidas de financiamento de médio prazo.
  - *Fornecedores de água.* Assegurar que os prestadores de serviços, públicos e privados, em conjunto com os organismos municipais, incluem indicadores de referência claros relativamente à equidade, com penalidades associadas ao incumprimento.
- *Apoio a planos nacionais através da ajuda internacional.* Para muitos dos países mais pobres a ajuda ao desenvolvimento é essencial. O progresso na água e no saneamento exige

substanciais investimentos iniciais com longos períodos de reembolso. As restrições às receitas governamentais limitam a capacidade de financiamento de muitos dos países mais pobres, ao passo que o potencial de recuperação de custos é limitado por elevados níveis de pobreza. A maioria dos doadores reconhece a importância da água e do saneamento. No entanto, a ajuda ao desenvolvimento diminuiu em termos reais ao longo da última década e poucos doadores encaram o sector como uma prioridade: o sector representa agora menos de 5% da ajuda ao desenvolvimento. Os fluxos de ajuda devem ser praticamente duplicados para que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estejam ao alcance, com um crescimento de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano. São essenciais estratégias de financiamento inovadoras, como as que são preconizadas no quadro do Mecanismo de Financiamento Internacional, para oferecer actualmente o financiamento inicial para prevenir a iminente discrepância face à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Os doadores devem agir em apoio de estratégias detidas e lideradas nacionalmente, oferecendo um apoio previsível e a longo prazo. Existe também raio de acção para apoiar os esforços dos governos locais e dos serviços de abastecimento municipais para angariar financiamento a partir dos mercados de capitais locais.

- *Desenvolvimento de um plano de acção global.* Os esforços internacionais para acelerar o progresso na água e no saneamento têm-se mostrado fragmentados e ineficazes, com um excesso de conferências de alto nível e uma ausência crónica de acção prática. Em contraste com a força da resposta internacional ao VIH/SIDA e à educação, a água e o saneamento não têm figurado em posição proeminente na agenda global do desenvolvimento. Tendo-se comprometido com um plano de acção global há dois anos, os países do Grupo dos Oito não estabeleceram a água e o saneamento como prioridade. O desenvolvimento de um plano de acção global para mobilizar financiamento à ajuda, apoiar os governos dos países em desenvolvimento para tirarem partido dos mercados de capitais locais e aumentar a criação de capacidade poderia funcionar como um núcleo central para a defesa pública e os esforços políticos na água e no saneamento.

Fornecer água para a vida

«O direito humano à água», declara o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU, «habilita cada pessoa a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico». Estes cinco atributos básicos representam os pilares da segurança da água. No entanto, são violados em larga escala.

Por que razão as pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela? Nas áreas urbanas, a fonte de água mais barata e mais fiável é habitualmente o serviço de abastecimento que mantém a rede. As famílias carenciadas têm menor probabilidade de estarem ligadas à rede — e maior probabilidade de receber água de uma série de fontes não tratadas. Em Dar es Salam, na Tanzânia, ou em Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos lares têm ligação a um serviço de abastecimento.

Quando os lares não têm ligação, as suas opções são limitadas. Ou recolhem água de fontes não tratadas ou de uma fonte pública, ou compram água a uma série de intermediários, incluindo operadores de fontanários, vendedores ambulantes de água e operadores de camiões-cisterna. O debate sobre a privatização da água tem ignorado o facto de que a grande maioria das pessoas carenciadas está já a comprar a sua água em mercados privados. Estes mercados fornecem água de variada qualidade a preços elevados.

As pessoas carenciadas têm um menor acesso a água potável e pagam mais por ela

Preços elevados para as pessoas carenciadas

A distância do serviço de abastecimento público inflaciona os preços. Como a água passa por vários intermediários e cada um acrescenta custos de transporte e de comercialização, os preços são progressivamente elevados. As pessoas carenciadas que vivem em bairros degradados pagam frequentemente 5 a 10 vezes mais por litro de água do que as pessoas abastadas que vivem na mesma cidade.

As políticas de preço dos serviços de abastecimento público agravam o problema. A maioria dos serviços de abastecimento implementa agora tarifas por escalão progressivamente crescentes. O objectivo é aliar a equidade à eficiência através da elevação do preço em consonância com o volume de água utilizado. Na prática, acabam frequentemente por aprisionar as famílias mais carenciadas nos escalões mais altos. A razão: os intermediários que servem as famílias carencia-

O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas

das compram água a granel à taxa mais elevada. Em Dacar as famílias carenciadas que recorrem a fontes públicas pagam mais de três vezes o preço cobrado às famílias ligadas ao serviço de abastecimento.

Se os preços dos serviços de abastecimento público são bastante mais baixos, por que razão os lares carenciados não se ligam ao serviço? Frequentemente porque não têm meios de pagar a taxa de ligação: mesmo nos países mais pobres, esta taxa pode ultrapassar os 100 dólares. Em Manila, o custo de ligação ao serviço de abastecimento representa cerca de três meses de rendimentos dos 20% de famílias mais pobres, elevando-se a seis meses no Quénia urbano. A localização é outro obstáculo à ligação. Em muitas cidades, os serviços de abastecimento público recusam-se a efectuar a ligação em lares sem títulos de propriedade formais, excluindo assim algumas das famílias mais carenciadas.

As famílias rurais enfrentam outro tipo de problemas. Como vivem longe das redes formais, as comunidades rurais costumam gerir os seus próprios sistemas de água, embora os organismos governamentais estejam envolvidos na prestação do serviço. A maioria destes organismos tem funcionado através de um modelo de «comando e controlo», fornecendo frequentemente tecnologias inadequadas a localizações inadequadas praticamente sem qualquer consulta. O resultado tem sido uma combinação de subfinanciamento e de baixa cobertura, cabendo às mulheres das zonas rurais suportar o custo através da recolha de água em fontes distantes.

O papel crucial dos fornecedores públicos

Nos últimos anos, o debate internacional sobre o direito humano à água tem sido dominado por discussões acaloradas sobre os papéis específicos dos sectores privado e público. Foram levantadas questões importantes, mas o diálogo tem gerado mais entusiasmo do que luz.

Alguns programas de privatização têm gerado resultados positivos. Mas os progressos, de uma maneira geral, não são encorajadores. Da Argentina à Bolívia, das Filipinas aos Estados Unidos, a convicção de que o sector privado constitui a panaceia para libertar a equidade e eficiência necessárias para acelerar o progresso em direcção à água para todos mostrou-se errada. Se estes fracassos passados relativos às concessões de água não oferecem provas de que o sector privado não tem qualquer papel a desempenhar, apontam efectivamente para a necessidade de uma maior cautela, regulação e compromisso com a equidade nas parcerias público-privadas.

Dois aspectos específicos do fornecimento de água em países com taxas de cobertura baixas contrariam a deposição de uma confiança indevida no sector privado. Em primeiro lugar, o sector da água possui muitas das características de um monopólio natural. À falta de uma forte capacidade reguladora para proteger o interesse público através das regras de fixação de preços e de investimento, subsistem perigos de abuso de monopólio. Em segundo lugar, em países com elevados níveis de pobreza entre as populações sem serviço, o financiamento público é fundamental para ampliar o acesso, independentemente do facto do fornecedor ser público ou privado.

O debate sobre a privatização desviou algumas vezes a atenção da questão mais urgente da reforma dos serviços públicos de abastecimento. Os fornecedores públicos dominam o abastecimento de água, respondendo por mais de 90% da água fornecida através de redes de abastecimento nos países em desenvolvimento. Muitos serviços de abastecimento de propriedade estatal não chegam às pessoas carenciadas, numa combinação de ineficiência e desresponsabilização na gestão com desigualdade no financiamento e na fixação de preços. Mas alguns serviços públicos de abastecimento — Porto Alegre, no Brasil, é um exemplo notável — conseguiram tornar a água acessível a todos e a bom preço.

Existem agora algumas oportunidades reais de aprender com os fracassos e construir com base nos sucessos. O critério para avaliar a política não deve ser público nem privado, mas de desempenho ou de mau desempenho relativamente às pessoas carenciadas.

Alguns países registaram um progresso rápido no fornecimento de água. Da Colômbia ao Senegal e à África do Sul, foram desenvolvidas estratégias inovadoras para alargar o acesso às famílias carenciadas das áreas urbanas. Apesar das populações rurais continuarem globalmente atrasadas face às populações urbanas, países tão diferentes como Marrocos e o Uganda conseguiram crescimentos rápidos na cobertura. Quais são as chaves para o sucesso?

A liderança política e objectivos realistas fazem a diferença

Como é sublinhado ao longo deste Relatório, não existem soluções prontas a usar. As políticas que produzem resultados positivos para as pessoas carenciadas num determinado cenário podem fracassar noutro. No entanto, algumas lições gerais podem ser retiradas de histórias de sucesso. A primeira, e talvez a mais relevante, é que a liderança política é importante. A segunda é que o progresso depende

do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade.

O que não significa conferir um apoio inócuo a subsídios generalizados. Subsídios bem concebidos no Chile, na Colômbia e na África do Sul chegam efectivamente às pessoas carenciadas e fazem de facto a diferença. Mas, em muitos casos, subsídios ostensivamente projectados para aumentar a equidade na fixação de preços dos serviços de abastecimento oferecem vastas transferências aos mais abastados, com poucos benefícios para as famílias carenciadas que não estão ligadas aos serviços de abastecimento. De igual modo, em grande parte da África Subsariana, são as famílias de maior rendimento com ligações aos serviços de abastecimento que mais beneficiam da água comercializada a preços bastante mais baixos do que o nível necessário para cobrir as operações e os custos de manutenção.

A regulação e a recuperação sustentável de custos são fundamentais para a equidade e a eficiência

Como as redes de água são monopólios naturais, a regulação deve assegurar que os fornecedores cumprem as normas de eficiência e equidade — que protejam, efectivamente, os interesses do consumidor. Tem sido difícil estabelecer órgãos reguladores fortes e independentes em muitos países em desenvolvimento, o que conduz a interferências políticas e a desresponsabilização. Mas os esforços para criar regulação através do diálogo entre os serviços de abastecimento e os cidadãos geraram alguns avanços de peso — como aconteceu em Hyderabad, na Índia.

De uma forma mais genérica, é importante que os governos alarguem a esfera da regulação dos fornecedores de redes formais aos mercados paralelos a que as pessoas carenciadas recorrem. Regular não significa restringir as actividades dos fornecedores que servem as pessoas carenciadas. Significa antes trabalhar com estes fornecedores para assegurar a adesão a regras de fixação de preços equitativos e de qualidade da água.

Qualquer programa de reforma deve integrar uma recuperação de custos sustentável e equitativa. Em muitos casos, existem bases sólidas para elevar os preços da água para níveis mais realistas e para melhorar a eficiência da gestão da água: em muitos países as perdas de água são demasiado elevadas e a angariação de receitas demasiado baixa para financiar um sistema viável.

A definição de sustentável e de equitativo varia de país para país. Em muitos países de baixos rendimentos, o raio de acção para a recuperação de custos é limitado pela pobreza e por baixos rendimentos médios. Uma despesa pública apoiada pela ajuda é fundamental. Os países de rendimentos médios têm um maior raio de acção para uma recuperação de custos equitativa caso os governos implementem mecanismos que limitem a carga financeira suportada pelas famílias carenciadas.

Os países de rendimentos médios e alguns de rendimentos baixos detêm também potencial para tirar maior partido dos mercados de capitais locais. Esta é uma área em que o apoio internacional pode fazer a diferença através de garantias de crédito e outros mecanismos que reduzem as taxas de juro e as percepções de risco por parte do mercado.

Com base na estrutura de planeamento nacional e global descrita no Capítulo 1, entre as estratégias nucleares para ultrapassar as desigualdades nacionais no acesso à água contam-se:

- Estabelecer metas claras para a diminuição da desigualdade enquanto parte integrante da estratégia nacional de redução da pobreza e do sistema de notificação do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a redução a metade das disparidades de cobertura entre ricos e pobres.
- Estabelecer tarifas subsidiadas que ofereçam água suficiente para as necessidades básicas gratuitas ou a taxas acessíveis, tal como na África do Sul.
- Assegurar que nenhuma família tenha de despender mais de 3% do seu rendimento para satisfazer as suas necessidades de água.
- Orientar os subsídios das ligações e da utilização de água para as famílias carenciadas, tal como se fez no Chile e na Colômbia.
- Aumentar os investimentos no fornecimento de fontes públicas como estratégia transitória para disponibilizar água potável e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
- Promulgar legislação que legitime as pessoas a obrigarem os fornecedores a prestarem contas.
- Incorporar nos contratos de parceria público-privados indicadores de referência claros relativos à equidade na extensão do acesso a bom preço às famílias carenciadas.
- Desenvolver sistemas de regulação que sejam eficazes e politicamente independentes, cujo alcance não se limite à rede de abastecimento público mas que abranja os fornecedores paralelos.

Colmatar o enorme défice de saneamento

«Os esgotos são a consciência da cidade», escreveu Victor Hugo em *Os Miseráveis*. Ele descrevia a Paris do século XIX, mas o estado do saneamento continua a ser um poderoso indicador do estado do desenvolvimento humano em qualquer comunidade.

O progresso depende do estabelecimento de metas realistas nos planos nacionais, apoiados por financiamento e estratégias para superar a desigualdade

Mais ainda do que a água, o saneamento ressente-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político

Quase metade do mundo em desenvolvimento não tem acesso a saneamento. São ainda mais as pessoas que não têm acesso a um saneamento de boa qualidade. Este défice encontra-se amplamente disseminado. As taxas de cobertura são escandalosamente baixas em muitos dos países mais pobres do mundo: o acesso está disponível apenas a 1 em cada 3 pessoas, aproximadamente, na África Subsariana e no Sul da Ásia — na Etiópia este valor diminui para 1 em cada 7. E as taxas de cobertura não dão conta da dimensão real do problema, especialmente em países de rendimentos mais elevados. Em Jacarta e Manila, os velhos sistemas de esgotos foram esmagados por uma rápida urbanização e um subinvestimento crónico, conduzindo à rápida disseminação de latrinas com fossa. Estas latrinas contaminam agora a água subterrânea e desaguam nos rios, poluindo as fontes de água e colocando em perigo a saúde pública.

O acesso ao saneamento oferece benefícios a vários níveis. Estudos conduzidos em vários países demonstram que o método de eliminação de excrementos é um dos determinantes mais fortes da sobrevivência infantil: a transição do saneamento não tratado para o melhorado reduz a mortalidade infantil geral em cerca de um terço. Um saneamento melhorado proporciona também vantagens à saúde pública, aos meios de subsistência e à dignidade — vantagens que, das famílias, se estendem a comunidades inteiras. As instalações sanitárias podem parecer um catalisador improvável do progresso humano — mas as evidências são esmagadoras.

Por que razão o défice é tão vasto

Se o saneamento é tão fundamental para o progresso económico e social, por que razão o défice é tão vasto — e por que razão se encontra o mundo tão longe de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? Há muitos factores em jogo.

O primeiro é a liderança política ou, melhor, a sua ausência. As políticas públicas de saneamento são tão relevantes para o estado de uma nação como a gestão económica, a defesa ou o comércio e, no entanto, o saneamento é uma prioridade de segunda ou terceira ordem. Mais ainda do que a água, o saneamento ressente-se de uma combinação de fragmentação institucional, fraco planeamento nacional e baixo estatuto político.

A pobreza é outro obstáculo ao progresso: as famílias mais carenciadas não dispõem frequentemente de meios financeiros para adquirir instalações sanitárias. Mas outros factores limitam igualmente o progresso, incluindo a procura doméstica e a desigualdade de géneros. As mulheres tendem a dar mais importância ao saneamento do que os homens, mas as prioridades femininas têm menos peso no orçamento familiar.

De que forma as parcerias entre a comunidade e o governo podem ajudar

A assustadora escala do défice de saneamento e o lento progresso realizado para colmatá-lo são encarados por alguns como provas de que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é agora irrealista. Esta preocupação é justificada, mas a conclusão é falaciosa. Existem muitos exemplos de progresso rápido no saneamento, alguns dinamizados a partir de baixo, pelas comunidades locais, e outros liderados pelos governos:

- Na Índia e no Paquistão, as associações de moradores de bairros degradados colaboraram para proporcionar saneamento a milhões de pessoas, recorrendo ao poder das comunidades para mobilizar recursos. A Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados, na Índia, e o Projecto-Piloto de Orangi, no Paquistão, entre muitas outras organizações comunitárias, demonstraram o que é possível fazer através de acções práticas.
- A Campanha para o Saneamento Total, no Bangladeche, começou por ser um projecto comunitário que aumentou de escala e se converteu num programa nacional que está a alcançar rápidos incrementos no acesso ao saneamento. O Camboja, a China, a Índia e a Zâmbia também o adoptaram.
- Programas governamentais na Colômbia, no Lesoto, em Marrocos e na Tailândia expandiram o acesso ao saneamento em todos os escalões de rendimentos. Bengala Ocidental, na Índia, também alcançou progressos extraordinários.
- No Brasil, o «sistema condominial de esgotos» reduziu custos e levou o saneamento a milhões de pessoas — e está agora a ser adoptado por outros países.

Cada uma destas histórias de sucesso tem raízes diferentes. Foram desenvolvidas políticas públicas amplamente divergentes para responder aos problemas locais. Mas em cada um dos casos a tónica foi colocada no desenvolvimento da procura pelo saneamento e não na aplicação de modelos de fornecimento do lado da oferta, emanando do topo para a base. A iniciativa e o envolvimento da comunidade foram fundamentais. Mas igualmente fundamental foi a interacção entre os organismos governamentais e as comunidades locais.

Soluções locais para problemas locais podem constituir o ponto de partida para a mudança. Mas cabe aos governos criarem as condições para solucionar problemas nacionais através da mobilização de financiamento e da criação de condições para que os mercados possam oferecer tecnologias apropriadas a um preço acessível. As

iniciativas lideradas pela comunidade são importantes — fundamentais, até. No entanto, não se substituem à acção governamental. E o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços.

Superar o estigma dos detritos humanos

Uma das lições mais importantes das histórias de sucesso do saneamento é que um progresso rápido é possível. Com o apoio dos doadores de ajuda, até os países mais pobres têm capacidade para mobilizar recursos para alcançar a mudança. Talvez o maior obstáculo possa ser resumido a uma única palavra: estigma.

Verificam-se alguns paralelos desconfortáveis entre o saneamento e o VIH/SIDA. Até muito recentemente, os tabus culturais e sociais que rodeavam o VIH/SIDA impediam o desenvolvimento de respostas nacionais e internacionais eficazes, com um enorme custo humano. Este tabu tem estado a enfraquecer, em parte devido à escala da destruição — mas também porque o VIH/SIDA afecta todos os membros da sociedade ignorando distinções baseadas na riqueza.

No saneamento, o tabu persiste em manter-se intacto. Isto ajuda a explicar porque é que a questão não é alvo de uma liderança política de alto nível e raramente figura em campanhas eleitorais ou no debate público. Uma das razões pelas quais o estigma tem levado tanto tempo a dissipar-se é porque a crise do saneamento, ao contrário da crise do VIH/SIDA, é mais discriminatória: é, na sua esmagadora maioria, uma crise dos pobres, não dos ricos. Lidar com a crise exigirá uma maior consciencialização da escala dos custos gerados pelo défice de saneamento, bem como um reconhecimento mais generalizado de que o saneamento é um direito básico.

Entre os principais desafios políticos do saneamento, encontram-se:

- Desenvolver instituições políticas nacionais e locais que reflictam a importância do saneamento para o progresso social e económico.
- Tirar partido de iniciativas ao nível comunitário através de intervenções governamentais destinadas a disseminar as melhores práticas.
- Investir em abordagens lideradas pela procura através das quais os prestadores de serviços respondam às necessidades das comunidades, dando voz às mulheres no ordenamento de prioridades.
- Alargar o apoio financeiro às famílias mais carenciadas de modo a garantir que o saneamento seja uma opção a preços acessíveis.

Gerir a escassez, o risco e a vulnerabilidade da água

Nestes primeiros anos do século XXI, os debates em torno da água reflectem um diagnóstico malthusiano do problema. Têm sido avançados alertas inquietantes apontando para a «aritmética sombria» do crescimento populacional e da diminuição da disponibilidade de água. Estará o mundo a esgotar a sua água?

De modo nenhum. Mas a insegurança da água representa efectivamente uma ameaça ao desenvolvimento humano para uma vasta parcela, e crescente, da humanidade. A competição, o stress ambiental e a imprevisibilidade do acesso à água enquanto recurso produtivo constituem poderosos catalisadores da insegurança da água para uma vasta parcela da população global.

Do ponto de vista global, existe água mais do que suficiente para todos e para satisfazer todas as necessidades da humanidade. Então por que razão a escassez da água constitui um problema? Em parte porque a água, tal como a riqueza, encontra-se desigualmente distribuída entre os países e no interior dos mesmos. Qual a vantagem para os países do Médio Oriente que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos que o Brasil e o Canadá disponham de mais água do que alguma vez virão a usar? De igual modo, as áreas sujeitas à seca no Nordeste do Brasil em nada são ajudadas pelo facto da disponibilidade média de água do país ser uma das mais elevadas do mundo. Outro problema é que o acesso à água enquanto recurso produtivo exige o acesso a infra-estrutura, também este alvo de distorções entre países e no interior dos mesmos.

Medido com base em indicadores convencionais, a pressão sobre os recursos hídricos está a aumentar. Hoje, cerca de 700 milhões de pessoas em 43 países vivem abaixo do limiar da pressão sobre os recursos hídricos de 1.700 metros cúbicos por pessoa — uma linha divisória assumidamente arbitrária. Em 2025, aquele número elevar-se-á a 3 mil milhões de pessoas, à medida que a pressão sobre os recursos hídricos se intensificar na China, Índia e na África Subsariana. Baseando-se em médias nacionais, esta previsão não dá conta da real dimensão do problema actual. Os 538 milhões de pessoas do Norte da China vivem já numa região intensamente afectada pela pressão sobre os recursos hídricos. Globalmente, cerca de 1,4 mil

As iniciativas lideradas pela comunidade são importantes, mas não se substituem à acção governamental — e o financiamento privado pelas famílias carenciadas não se substitui ao financiamento público e à prestação de serviços

A escassez foi induzida por fracassos políticos — no que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito

milhões de pessoas vivem em zonas de bacias fluviais onde a utilização da água ultrapassa os níveis sustentáveis.

A pressão sobre os recursos hídricos reflecte-se no stress ecológico. Os sistemas fluviais que já não conseguem atingir o mar, a contracção dos lagos e a descida dos lençóis freáticos são alguns dos sintomas mais visíveis da utilização abusiva de água. O declínio dos sistemas fluviais — do rio Colorado, nos Estados Unidos, ao rio Amarelo, na China — é um resultado altamente visível da utilização abusiva. Menos visível, mas não menos prejudicial ao desenvolvimento humano, é o rápido esgotamento da água subterrânea no Sul da Ásia. Nalgumas zonas da Índia, os lençóis freáticos estão a cair mais de 1 metro por ano, pondo em risco a produção agrícola futura.

Estes são os verdadeiros sinais de escassez, mas a escassez foi induzida por fracassos das políticas. No que respeita à gestão da água, o mundo tem-se entregue a uma actividade que mais se assemelha a uma «orgia» de despesa irresponsável e insustentável, financiada pelo crédito. Muito simplesmente, os países têm usado muito mais água do que dispõem, tal como definido pela taxa de renovação. Resultado: uma vasta dívida ecológica baseada na água que será transferida às gerações futuras. Esta dívida levanta questões importantes sobre os sistemas de contabilidade nacionais que fracassam na medição do esgotamento de um capital natural escasso e precioso — e suscita questões importantes sobre a equidade transgeracional. A subcotação (ou custo zero em alguns casos) apoiou a utilização abusiva: se os mercados fornecessem automóveis Porsche a baixo preço, estes também se tornaram escassos.

Os futuros cenários de utilização de água constituem motivo de séria preocupação. Ao longo de quase um século, a utilização de água tem crescido quase duas vezes mais rapidamente do que a população. Esta tendência é para continuar. A agricultura de regadio continuará a ser a maior utilizadora de água — responde actualmente por mais de 80% da utilização nos países em desenvolvimento. Mas as exigências da indústria e dos utilizadores urbanos estão a crescer rapidamente. Do momento actual até 2050, a água do mundo terá de sustentar os sistemas agrícolas que alimentarão e constituirão o meio de subsistência de mais 2,7 mil milhões de pessoas. Entretanto, a indústria, e não a agricultura, será responsável pela maior parte do aumento previsto na utilização de água até 2025.

Aumentar a oferta

No passado, os governos respondiam à pressão sobre os recursos hídricos procurando aumentar a oferta. Programas de desvio de rios de grande escala na China e na Índia atestam o apelo continuado desta abordagem. Outras opções do lado da oferta também cresceram em importância. A dessalinização da água do mar está a ganhar terreno, embora os elevados custos energéticos que lhe estão associados tornem esta opção mais adequada para países mais ricos e cidades costeiras. As importações de «água virtual» — água utilizada na produção de produtos alimentares importados — constituem outra opção. No entanto, também aqui, se verificam opções limitadas para os países de baixos rendimentos com vastos défices de alimentação, além de ameaças à segurança alimentar ligadas a uma potencial perda de autonomia.

Atenuar a procura

É provável que as políticas do lado da procura sejam mais eficazes. O aumento do rácio de «colheitas por gota» (produzir mais com menos água) através de novas tecnologias orientadas para o crescimento da produtividade tem o potencial de reduzir a pressão sobre os sistemas hídricos. De uma forma mais genérica, as políticas de fixação de preços da água devem reflectir melhor o valor da escassez da água. A remoção atempada de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva constituiria um passo decisivo na direcção certa para países como a Índia e o México, que criaram inadvertidamente incentivos ao esgotamento das águas subterrâneas através de subsídios à electricidade conferidos às grandes explorações agrícolas. Com efeito, os governos têm estado a subsidiar o esgotamento de um recurso natural precioso, transferindo os custos para o ambiente — e para as gerações futuras.

Gerir a incerteza

Muitos governos do mundo em desenvolvimento enfrentam agora a necessidade de gerir severos ajustamentos na água. O realinhamento da oferta com a procura no seio das fronteiras da sustentabilidade ecológica e da disponibilidade de água — um objectivo central nas novas estratégias de gestão integrada de recursos hídricos — tem o potencial de criar simultaneamente vencedores e perdedores. E existem cenários mutuamente benéficos. Mas o perigo reside na possibilidade de que os interesses das pessoas carenciadas sejam ignorados pela proclamação das reivindicações dos grandes produtores agrícolas e da indústria — eleitorados de peso com uma forte voz política. A água é poder em mui-

tas sociedades — e as desigualdades no poder podem induzir fortes desigualdades no acesso à água.

A infra-estrutura da água é fundamental para reduzir a imprevisibilidade e mitigar o risco. Globalmente, as desigualdades no acesso à infra-estrutura são bastantes vastas. Reflectem-se em indicadores simples relativos à capacidade de armazenamento de água: os Estados Unidos armazenam cerca de 6.000 metros cúbicos de água por pessoa e a Etiópia, 43. No entanto, até os países ricos estão expostos a rupturas relacionadas com a água como se comprovou pelo impacto do furacão Katrina em Nova Orleães. Mas os riscos têm maior peso nos países pobres.

As secas e as cheias, formas extremas da insegurança da água, têm consequências devastadoras para o desenvolvimento humano. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas no Corno de África foram afectadas pela seca. Entretanto, as secas que assolaram Moçambique reduziram, calcula-se, o seu RNB em cerca de 20%. A inconstância do regime pluviométrico e as mudanças extremas dos fluxos de água podem destruir activos, enfraquecer os meios de subsistência e reduzir o potencial de crescimento de economias inteiras: a inconstância reduz o potencial de crescimento da Etiópia em cerca de um terço, de acordo com o Banco Mundial. Sociedades inteiras são afectadas. Mas são as pessoas carenciadas que mais sofrem os efeitos das catástrofes relacionadas com a água.

Lidar com as alterações climáticas

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água. Apesar da ameaça que o aumento da temperatura representa se encontrar agora solidamente instituída na agenda internacional, pouca atenção tem sido prestada às implicações para os produtores agrícolas vulneráveis dos países em desenvolvimento. A Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas adoptada em 1992 deu o seguinte alerta aos governos: «onde existem riscos de danos sérios e irreversíveis, uma ausência de uma total certeza científica não deve constituir justificação para o protelamento da acção». Poucos alertas foram ignorados de forma mais perigosa.

O aquecimento global transformará os padrões hidrológicos que determinam a disponibilidade da água. Os exercícios de modelação apontam para resultados complexos desencadeados pelos microclimas. Mas o peso esmagador das evidências pode ser resumido numa simples formulação: muitas das zonas do mundo mais sujeitas à pressão sobre os recursos hídricos receberão menos água e os fluxos de água tornar-se-ão menos previsíveis e mais dependentes de acontecimentos adversos. Entre os resultados previstos, contam-se:

- Acentuadas reduções na disponibilidade de água na África Oriental, no Sahel e no Sul de África devido ao declínio do regime pluviométrico e à subida da temperatura, com fortes perdas de produtividade nos produtos alimentares básicos. As previsões relativas às áreas de sequeiro na África Oriental apontam para potenciais perdas de produtividade que podem chegar aos 33% no milho e a mais de 20% no sorgo e de 18% no milho-miúdo.
- A ruptura dos sistemas de produção alimentar, expondo uma proporção suplementar de 75 a 125 milhões de pessoas à ameaça da fome.
- O acelerado degelo dos glaciares, conduzindo a reduções a médio prazo na disponibilidade de água num vasto grupo de países da Ásia Oriental, da América Latina e da Ásia do Sul.
- Rupturas nos padrões das monções no Sul da Ásia, com o potencial de aumento de precipitação mas também de menos dias chuvosos e de mais pessoas afectadas pela seca.
- Subidas crescentes do nível do mar, resultando em perdas de água doce em sistemas de deltas de rios em países como o Bangladeche, o Egipto e a Tailândia.

A resposta internacional à ameaça da segurança da água colocada pelas alterações climáticas tem sido inadequada. Os esforços multilaterais têm-se concentrado na mitigação de futuras alterações climáticas. Estes esforços são fundamentais — e a negociação de reduções mais acentuadas das emissões de carbono após a expiração do actual Protocolo de Quioto, em 2012, é uma prioridade. Restringir o futuro aquecimento global a um aumento não superior a 2 graus centígrados relativamente a níveis pré-industriais deve constituir uma prioridade. Alcançar essa meta exigirá importantes ajustamentos nas políticas de energia quer de países industrializados, quer em desenvolvimento, apoiados pelo financiamento à transferência de tecnologias limpas.

Mais adaptação — não apenas mitigação

Mesmo através da redução drástica das emissões de carbono, as emissões feitas no passado significam que o mundo tem que viver actualmente

As alterações climáticas estão a transformar a natureza da insegurança global da água

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas

com alterações climáticas perigosas. As alterações climáticas não constituem uma ameaça futura, mas uma realidade a que os países e as pessoas têm de se adaptar. Em nenhuma outra área o desafio do desenvolvimento de estratégias de adaptação eficazes se revela mais urgente do que na agricultura de sequeiro, onde os meios de subsistência de milhões das pessoas mais carenciadas do mundo se tornarão mais precários devido à inconstância dos padrões do regime pluviométrico e, nalguns casos, à diminuição da disponibilidade de água.

A ajuda internacional à adaptação deveria constituir um marco da estrutura multilateral responsável pela resposta às alterações climáticas. No entanto, as transferências de ajuda têm-se mostrado desastradamente inadequadas. O Fundo de Adaptação associado ao Protocolo de Quioto mobilizará apenas cerca de 20 milhões de dólares até 2012, com base em previsões correntes, ao passo que o Fundo Global para o Ambiente — o principal mecanismo multilateral para a adaptação — atribuiu 50 milhões de dólares ao apoio de actividades de adaptação entre 2005 e 2007.

Para além da estrutura multilateral, um declínio na ajuda ao desenvolvimento à agricultura limitou o financiamento disponível à adaptação. A ajuda diminuiu rapidamente tanto em termos absolutos como relativos ao longo da última década. Considerando os países em desenvolvimento no seu conjunto, a ajuda à agricultura caiu em termos reais de 4,9 mil milhões de dólares por ano para 3,2 mil milhões, ou de 12% para 3,5% da ajuda total desde o início dos anos 90. Todas as regiões foram afectadas. A ajuda à agricultura na África Subsariana encontra-se agora justamente abaixo dos mil milhões de dólares, menos de metade do nível de 1990. Reverter estas tendências será fundamental para uma adaptação bem sucedida.

O caminho a seguir

Os países enfrentam desafios bastante diferentes na gestão da água. Mas há alguns temas genéricos que emergem — em conjunto com alguns requisitos genéricos para a elaboração de estratégias bem sucedidas. Entre os mais importantes, contam-se:

- Desenvolver estratégias de gestão integradas de recursos hídricos que estabeleçam níveis nacionais de utilização de água dentro dos limites da sustentabilidade ecológica e que ofereçam uma estrutura de planeamento coerente de todos os recursos hídricos.
- Colocar a equidade e os interesses das pessoas carenciadas no núcleo da gestão integrada de recursos hídricos.
- Fazer da gestão da água uma parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza.
- Reconhecer o real valor da água através de políticas apropriadas de fixação de preços, procedimentos de contabilidade nacional revistos e remoção de subsídios perversos que encorajam a utilização abusiva.
- Ampliar o abastecimento de água de uma forma que seja favorável às pessoas carenciadas através do fornecimento de águas residuais seguras para utilização produtiva, separando resíduos industriais e domésticos, e da colaboração com os agricultores para reduzir os riscos para a saúde.
- Incrementar o investimento nacional e a ajuda internacional para o investimento em infra-estruturas hídricas, incluindo armazenamento e controlo de cheias.
- Recalibrar a resposta ao aquecimento global colocando uma maior ênfase em estratégias de adaptação nas políticas nacionais de gestão da água e nos esforços de ajuda.
- Triplicar a ajuda à agricultura até 2010, com o aumento dos fluxos anuais de 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões. Incluída neste montante global, a ajuda a África terá de passar de cerca de 900 milhões de dólares para aproximadamente 2,1 mil milhões por ano, tal como planeado para as actividades agrícolas no quadro do Programa Alargado de Desenvolvimento Agrícola para a África, da União Africana e da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África.

Gerir a competição pela água na agricultura

Há cem anos, William Mulholland, superintendente do Departamento de Água de Los Angeles, solucionou o problema de falta de água da cidade através de uma inovação brutalmente eficaz: uma apropriação de recursos hídricos. Através da transferência forçada de água utilizada por agricultores em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros de distância, possibilitou que Los Angeles se tornasse numa das cidades de mais rápido crescimento dos Estados Unidos.

Os tempos mudaram. Actualmente, os californianos resolvem as suas disputas relativas à água nos tribunais. Mas em grande parte do mundo em desenvolvimento a competição pela água está a crescer a um nível alarmante,

suscitando conflitos intensos e, por vezes, violentos. O perigo é que o modelo de Mulholland ressurja sob uma nova indumentária, em que o poder, e não a preocupação pela pobreza e pelo desenvolvimento humano, ditará os resultados.

Os padrões da competição variam de país para país. Mas destacam-se duas grandes tendências. Em primeiro lugar, com o aumento da procura por água por parte dos centros urbanos e da indústria, quem perde é a agricultura — e continuará a perder. Em segundo lugar, no seio da agricultura, a competição pela água está a intensificar-se. Em ambas as frentes existe o perigo de que a agricultura, em geral, e as famílias carenciadas rurais, em particular, venham a sofrer com o ajustamento.

Tal resultado poderia acarretar graves implicações para os esforços globais de redução da pobreza. Apesar da rápida urbanização, a maioria das pessoas extremamente carenciadas do mundo ainda vivem em áreas rurais — e os pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas representam o grosso da subnutrição global. Enquanto maior utilizadora individual de água na maioria dos países, a agricultura de regadio será sujeita a uma enorme pressão. Dado o papel destes sistemas no aumento da produtividade agrícola, na alimentação de uma população crescente e na redução da pobreza, tal representa um desafio de peso para o desenvolvimento humano.

A mediação através de estruturas económicas e políticas

Com o aumento da procura pelos recursos hídricos, é inevitável que se dê uma redistribuição entre utilizadores e sectores. Em qualquer processo de competição por recursos escassos, as reivindicações concorrentes são mediadas através de estruturas económicas e políticas e de sistemas de direitos e habilitações. À medida que a competição pela água se intensifica, o acesso futuro reflectirá cada vez mais a força das reivindicações de diferentes agentes. Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais.

Equilibrar eficiência e equidade

Os processos de ajustamento já estão a ter lugar. As cidades e as indústrias estão a alargar o seu alcance hidrológico a áreas rurais, suscitando disputas e, ocasionalmente, protestos violentos. Conflitos paralelos entre diferentes partes do mesmo país e diferentes utilizadores são cada vez mais patentes.

O desenvolvimento da negociação de direitos da água através de mercados privados é encarado por alguns como uma solução para equilibrar eficiência e a equidade nos ajustamentos à redistribuição de água. Habilitando os produtores agrícolas a vender água, segundo o argumento defendido, os governos podem criar condições para orientar um recurso escasso para saídas mais produtivas, simultaneamente compensando e gerando rendimentos para os agricultores.

Os mercados privados de água oferecem uma solução questionável para um problema generalizado. Mesmo nos Estados Unidos, onde estes se encontram enfraquecidos por regras e instituições altamente desenvolvidas, tem sido frequentemente difícil proteger os interesses das pessoas carenciadas. No Chile, a introdução de mercados privados de água nos anos 70 aumentou a eficiência mas conduziu a elevados níveis de desigualdade e a distorções de mercado causadas por concentrações de poder e informações imprecisas. Para os países em desenvolvimento com uma capacidade institucional mais fraca, existem limites distintos ao mercado.

Gerir alocações e licenciamento

Não se restringindo aos mercados de água, muitos governos procuram gerir as pressões do ajustamento através de alocações e licenças quantitativas. Esta abordagem promete melhores resultados. No entanto, mesmo aqui, os desequilíbrios de poder formais e informais frequentemente debilitam a posição das pessoas carenciadas. Em Java Ocidental, na Indonésia, as fábricas têxteis usurparam os direitos da água dos pequenos agricultores. E nas Filipinas os agricultores em sistemas de irrigação perderam para os utilizadores municipais. A ausência ou o incumprimento de regulações é outra ameaça de peso. Na Índia, a extracção não regulada de águas subterrâneas do rio Bhavani resultou em menos água e mais pobreza nos sistemas de irrigação.

Os direitos da água são fundamentais para a segurança humana nas áreas agrícolas. A repentina perda ou deterioração de direitos à água pode minar meios de subsistência, aumentar a vulnerabilidade e intensificar a pobreza em grande escala. Os direitos da água têm muito mais importância para as pessoas carenciadas do que para as abastadas por uma razão óbvia: as pessoas carenciadas não dispõem dos recursos

Os resultados para as pessoas mais carenciadas e vulneráveis da sociedade serão determinados pela forma como as instituições mediam e gerem reivindicações concorrentes — e pela possibilidade dos governos colocarem as preocupações de equidade no centro das políticas nacionais

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade

financeiros e da voz política para proteger os seus interesses fora de um sistema baseado em regras. Os direitos da água têm pouca importância se, na implementação, canalizarem as vantagens para os que detêm poder.

Equilibrar direitos formais e consuetudinários

A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Ali, os governos procuram, com o apoio dos doadores, expandir a fronteira da irrigação e estabelecer sistemas formais de direitos como suplemento — ou substituição — de direitos consuetudinários. O que representará isto para o desenvolvimento humano?

Os resultados dependerão das políticas públicas. A expansão da capacidade de irrigação é importante porque tem o potencial de elevar a produtividade e reduzir o risco. A região é esmagadoramente dependente da agricultura de sequeiro. Mas a infra-estrutura de irrigação é um recurso escasso e contestado. Evidências da região do Sahel, na África Ocidental, demonstram que os pequenos agricultores perdem frequentemente na competição pela irrigação para produtores comerciais de grande escala.

A gestão de direitos consuetudinários envolve outros problemas. Ao contrário do que alguns pensam, os direitos consuetudinários à água incorporam disposições pormenorizadas de gestão e utilização para a manutenção da sustentabilidade ecológica. Mas desfavorecem frequentemente as famílias mais carenciadas e as mulheres. A introdução de regras e leis formais não altera automaticamente a situação. No vale do rio Senegal, os detentores de direitos consuetudinários utilizaram o seu poder para manter a exclusão social da água. Entretanto, na Tanzânia, a introdução de direitos da água formais beneficiou os agricultores comerciais no rio Pangani em detrimento dos pequenos agricultores a jusante.

Prestar mais atenção à equidade

Uma das lições retiradas das experiências de reforma da água é que é necessário dar muito mais importância à equidade. Em contraste com a reforma da terra, por exemplo, as preocupações de distribuição não ocuparam um lugar proeminente na agenda da gestão integrada de recursos hídricos. Há algumas excepções — como na África do Sul — mas mesmo aqui mostrou-se difícil alcançar resultados redistributivos.

Os sistemas de irrigação encontram-se no cerne do ajustamento. A infra-estrutura de irrigação tem importantes implicações para a pobreza. Estudos conduzidos em vários países sugerem que a prevalência da pobreza é geralmente 20% a 40% mais baixa nas redes de irrigação do que fora delas, mas com grandes variações. A irrigação parece ser um motor para a redução da pobreza muito mais poderoso nalguns países do que noutros. A desigualdade da terra é um factor de peso. Países altamente desiguais (Índia, Paquistão e Filipinas) classificam-se pior em eficiência e equidade do que países mais iguais (China e Vietname).

Esta revelação sugere que não existe, de forma intrínseca, qualquer contrapartida mútua entre o aumento da produtividade e a redução da pobreza na irrigação. Existe um considerável raio de acção para gerir as pressões do ajustamento na agricultura através de medidas que aumentem quer a eficiência, quer a equidade num círculo virtuoso mutuamente fortalecedor. A partilha de custos equitativa, os investimentos públicos favoráveis às pessoas carenciadas e a participação de produtores na gestão constituem a chave do sucesso da reforma.

Abordar desigualdades de género fortemente enraizadas

Uma verdadeira legitimação nos sistemas de irrigação exige medidas que abordem desigualdades de género fortemente enraizadas. As mulheres são duplamente desfavorecidas nos sistemas de irrigação. Sem direitos formais à terra em muitos países, elas são excluídas da gestão dos sistemas de irrigação. Simultaneamente, as desigualdades informais — incluindo a divisão doméstica do trabalho, normas relativas às mulheres falarem em público e outros factores — contribuem para que as mulheres não tenham voz na tomada de decisões.

A destruição destas estruturas tem-se mostrado difícil mesmo nos sistemas mais ambiciosos de transferência da autoridade da gestão dos organismos governamentais para os utilizadores. Em Andhra Pradesh, na Índia, os agricultores pobres têm agora uma voz muito mais forte na gestão — mas as agricultoras pobres mantêm-se em silêncio. No entanto, a mudança é possível. No Uganda, a legislação que obriga à representação feminina nas associações de consumidores de água está a fazer a diferença.

Alcançar as pessoas carenciadas

Relativamente ao futuro, um dos maiores desafios é o de garantir que as estratégias para aumentar a produtividade da água se estendam

às pessoas carenciadas. A tecnologia não tem uma posição neutra no que respeita aos seus efeitos distributivos — e o perigo é que os esforços para conseguir mais colheitas por gota dos recursos hídricos não alcancem as famílias carenciadas.

Não tem de ser assim. A implementação de programas de recolha de água em pequena escala na Índia em resposta à crise da água subterrânea demonstrou ter o potencial de gerar fortes retornos do investimento e, simultaneamente, de reduzir o risco e a vulnerabilidade. De igual modo, as tecnologias de microirrigação não têm de se destinar apenas aos grandes produtores de capital intensivo. Sistemas novos e inovadores e tecnologias de baixo custo para a irrigação gota a gota foram extensamente adoptados. Aqui, também, os retornos sociais e económicos são consideráveis. Estima-se que a extensão das tecnologias de irrigação de baixo custo a 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos superiores a 100 mil milhões de dólares, com fortes efeitos multiplicadores na geração de rendimento e de emprego.

A forma como os governos dos países em desenvolvimento abordarem o desafio do equilíbrio entre os objectivos de equidade e de eficiência na gestão da água terá importantes implicações para o desenvolvimento humano. Colocar os interesses das pessoas carenciadas no centro das políticas de gestão integrada dos recursos hídricos é um princípio organizador. Mas este princípio tem de ser apoiado por políticas práticas favoráveis aos pobres.

Entre as mais importantes, contam-se:

- Reforçar os direitos da água e da terra das famílias carenciadas.
- Respeitar direitos consuetudinários e integrá-los nos sistemas formais legais.
- Melhorar a capacidade das pessoas carenciadas reivindicarem e defenderem direitos da água através da legitimação legal e de instituições responsáveis.
- Aumentar os investimentos nacionais na irrigação e reverter os cortes na ajuda ao sector da irrigação, com a duplicação da ajuda ao desenvolvimento para cerca de 4 mil milhões de dólares anuais nos próximos 20 anos.
- Ampliar a equidade no interior de sistemas de irrigação de forma a apoiar objectivos de redução da pobreza e de eficiência através de mecanismos sustentáveis e equitativos de partilha de custos.
- Descentralizar a gestão e o financiamento de sistemas de irrigação legitimando os utilizadores.
- Integrar o desenvolvimento da irrigação em programas de desenvolvimento rural de âmbito mais vasto de forma a que a agricultura seja mais rentável para os pequenos agricultores.
- Colocar a igualdade de género no direito à água no centro do desenvolvimento nacional e implementar políticas que dêem mais voz às mulheres nas decisões de gestão da água.
- Desenvolver políticas integradas de águas subterrâneas e de recolha de água que se estendam da infra-estrutura de pequena escala até à de grande escala.
- Promover o desenvolvimento, distribuição e adopção de tecnologias favoráveis aos pobres.

Gerir a água transfronteiriça para o desenvolvimento humano

A água é uma fonte de interdependência humana. Em qualquer país, a água é um recurso partilhado que serve múltiplas partes interessadas, do ambiente à agricultura, à indústria e aos lares. Mas a água é também o derradeiro recurso fugidio. Cruza fronteiras nacionais, ligando utilizadores de diferentes países num sistema de interdependência hidrológica.

À medida que a competição pela água se intensifica no interior de países, as pressões resultantes serão disseminadas pelas fronteiras nacionais. Alguns comentadores receiam que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água. Este receio é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito. Porém, o potencial de tensões transfronteiriças e o conflito não podem ser ignorados. Se a maioria dos países detém mecanismos institucionais para a alocação de água e resolução de conflitos no interior do seu território, os mecanismos institucionais transfronteiriços são muito mais fracos. A interacção entre pressão sobre os recursos hídricos e instituições sem poder acarreta riscos reais de conflito.

Interdependência hidrológica

A interdependência hidrológica não é um conceito abstracto. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem em bacias hidrográficas internacionais partilhadas por mais que um país. Os rios internacionais constituem uma corrente que liga os países: 9 países partilham o Amazonas e 11 o Nilo, por exemplo. Os rios ligam também os meios de subsistência das pessoas. O Mekong,

O receio de que a competição transfronteiriça venha a tornar-se numa fonte de conflito e de futuras guerras da água é exagerado: a cooperação continua a ser o facto mais abrangente da vida do que o conflito

A gestão das águas transfronteiriças é um assunto da esfera do desenvolvimento humano: a cooperação pode reduzir o potencial de conflito e gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros

um dos maiores sistemas fluviais do mundo, gera energia nos seus trechos superiores na China e sustenta a produção de arroz e os sistemas pesqueiros que apoiam a subsistência de mais de 60 milhões de pessoas nos trechos inferiores da sua bacia.

Com a interdependência hidrológica surge uma interdependência mais profunda. Enquanto recurso produtivo, a água é única na medida em que nunca pode ser gerida com vista a um único uso: ela flui entre sectores e utilizadores. Isto acontece no interior dos países e entre os mesmos. A forma com um país a montante utiliza um rio afecta inevitavelmente a quantidade, a regularidade e a qualidade de água disponível aos utilizadores a jusante. A mesma interdependência se aplica a aquíferos e lagos.

Por que razão a governação da água transfronteiriça é uma questão de desenvolvimento humano? Porque o fracasso nesta área pode produzir resultados que geram desigualdade, insustentabilidade ambiental e perdas sociais e económicas de âmbito mais vasto.

Os exemplos abundam. O Mar Aral, descrito por alguns como o pior desastre ecológico do mundo causado pelo Homem, é um caso extremo em evidência. Menos conhecidos são os prejuízos causados em sistemas de partilha de rios e de lagos pela utilização abusiva: a contracção do lago Chade na África Subsariana é um exemplo.

A gestão não equitativa da água pode aumentar as desigualdades e a insegurança da água. As pessoas que vivem nos Territórios Ocupados da Palestina, por exemplo, confrontam-se com uma acentuada escassez de água. O acesso limitado à água superficial é uma das razões. Mais importante é a partilha desigual entre Israel e a Palestina dos aquíferos situados abaixo da Margem Ocidental. A utilização média de água per capita pelos colonos israelitas da Margem Ocidental é cerca de nove vezes superior à dos palestinianos que partilham muitas das mesmas fontes de água.

Benefícios da cooperação para o desenvolvimento humano

A cooperação bem sucedida na gestão de águas partilhadas pode gerar benefícios para o desenvolvimento humano a diversos níveis. Para além de reduzir o potencial de conflito, a cooperação pode gerar benefícios através da melhoria da qualidade da água partilhada, desenvolvendo prosperidade e meios de subsistência mais seguros e abrindo caminho para uma cooperação mais alargada.

A experiência coloca em evidência quer os potenciais benefícios da cooperação, quer os custos da não cooperação. Os países da União Europeia melhoraram drasticamente a qualidade das águas fluviais através da cooperação, gerando ganhos para a indústria, para a saúde humana e para os utilizadores domésticos. No Sul de África, um programa conjunto de infra-estrutura está a produzir rendimentos para o Lesoto e água melhorada para a África do Sul. O Brasil e o Paraguai conseguiram benefícios decorrentes da gestão partilhada de rios através da geração de energia. Em contrapartida, os países da Ásia Central, estão a pagar um elevado preço pela não cooperação, com fortes perdas para a irrigação e para a energia hidroeléctrica.

Contrariamente às reivindicações dos pessimistas da guerra da água, os conflitos relacionados com a água têm sido a excepção e não a regra. Observando os últimos 50 anos, verificaram-se cerca de 37 casos de violência declarada entre Estados devido à água — e a maioria dos episódios envolveram disputas menores. Entretanto, foram negociados mais de 200 tratados da água. Alguns destes tratados — como o Tratado da Bacia do Indo, entre a Índia e o Paquistão — mantiveram-se em vigor mesmo durante conflitos armados.

Apesar da ausência de conflito armado, a cooperação tem sido frequentemente limitada. Maioritariamente, tem-se concentrado na gestão técnica dos fluxos de água e nas alocações volumétricas. Algumas iniciativas de bacias hidrográficas — nomeadamente a Iniciativa da Bacia do Nilo — começam a alterar este cenário. O progresso tem sido travado, contudo, por mandatos limitados, fraca capacidade institucional e subfinanciamento. Estas são áreas em que a cooperação internacional e as parcerias podem fazer a diferença.

* * *

A água perpassa todos os aspectos da vida humana. Ao longo da história, a gestão da água tem confrontado as pessoas e os governos com desafios técnicos e políticos de longo alcance. A história da gestão da água é simultaneamente uma história de ingenuidade e de fragilidade humanas. Dos aquedutos da Roma antiga às grandes obras públicas da Europa e dos Estados Unidos do século XIX, o fornecimento de água potável para a vida foi possibilitado por tecnologias inovadoras. Simultaneamente, a água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno — e em muitos países em desenvolvimento assim continua a acontecer.

A gestão da água para subsistência tem um passado ainda maior. Desde a aurora da civilização no Vale do Indo e na Mesopotâmia, a gestão de água como um recurso produtivo foi marcada por engenhosos sistemas de infra-estrutura que procuraram tirar partido do potencial produtivo da água, não deixando de limitar o seu potencial de destruição. A vulnerabilidade humana à luz do fracasso destes esforços, ou como resultado de mudanças no ciclo hidrológico, reflecte-se na extinção de civilizações, no colapso de sistemas agrícolas e na destruição ambiental. Confrontado com a ameaça das alterações climáticas e com as crescentes pressões sobre os recursos mundiais de água doce, o desafio da governação da água no século XXI pode vir a revelar-se um dos mais intimidativos com que a história humana já se deparou.

A água imprópria para consumo e o mau saneamento ceifaram mais vidas ao longo do último século do que qualquer outro fenómeno

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem as metas temporais estabelecidas pelo mundo para acabar com a pobreza extrema e generalizar a liberdade humana. Representando algo mais do que um conjunto de pontos de referência quantitativos a atingir até 2015, condensam uma visão mais ampla das prioridades do desenvolvimento partilhado. Esta visão enraíza-se na ideia básica de que a pobreza extrema e as grandes disparidades de oportunidade não são aspectos inevitáveis da condição humana, mas um flagelo remediável cuja persistência nos diminui a todos e ameaça a nossa segurança e prosperidade colectivas.

As metas multifacetadas estabelecidas no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio contemplam um vasto leque de dimensões interligadas do desenvolvimento, desde a redução da pobreza extrema até à igualdade de género, passando pela saúde, pela educação e pelo ambiente. As dimensões ligam-se entre si através de uma complexa teia de interacções. O progresso sustentado em qualquer uma das áreas depende decisivamente de avanços em todas as outras áreas. A ausência de progresso em qualquer uma das áreas pode bloquear os avanços num vasto campo de acção. A água e o saneamento constituem um reflexo paradigmático destas interligações. Sem um progresso acelerado nestas áreas, muitos países não atingirão os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para além de condenar milhões das pessoas mais pobres do mundo a vidas de pobreza evitáveis, com más condições de saúde e oportunidades limitadas, tal resultado perpetuaria profundas desigualdades entre os países e no interior dos mesmos. Apesar do desenvolvimento humano não se resumir aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as metas estabelecidas oferecem uma estrutura de referência útil para a compreensão das interligações entre o progresso em diferentes áreas — e da importância crucial do progresso na água e no saneamento.

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome	• A ausência de água potável e de saneamento adequado é uma das principais causas de pobreza e de subnutrição: • Uma em cada cinco pessoas do mundo em desenvolvimento — 1,1 mil milhões no total — não tem acesso a uma fonte de água melhorada. • Uma em cada duas pessoas — 2,6 mil milhões no total — não tem acesso a um saneamento adequado. • As doenças e as perdas de produtividade ligadas à água e ao saneamento nos países em desenvolvimento ascendem a 2% do PIB, elevando-se a 5% na África Subsariana — mais do que a região recebe em ajuda. • Em muitos dos países mais pobres, apenas 25% das famílias mais carenciadas têm acesso a água canalizada em casa, em comparação com 85% das mais abastadas. • As famílias mais carenciadas chegam a pagar dez vezes mais pela água do que as famílias mais abastadas. • A água é um recurso produtivo vital para os pequenos agricultores, que representam mais de metade da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia. • A crescente pressão pela transferência de água da agricultura para a indústria ameaça aumentar a pobreza rural.	• Inserir a água e o saneamento nas estratégias nacionais e internacionais para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige políticas orientadas para: • Converter o acesso à água num direito humano e promulgar legislação para a implementação progressiva daquele direito, assegurando que todas as pessoas tenham acesso a pelo menos 20 litros de água potável por dia. • Aumentar o investimento público no alargamento da rede de água nas áreas urbanas e na expansão do abastecimento em áreas rurais. • Introduzir «tarifas subsidiadas», subsídios cruzados e investimentos em fontes públicos para garantir que ninguém seja impedido de ter acesso à água devido à pobreza, com uma despesa máxima em água de 3% do rendimento familiar. • Regular os serviços de abastecimento de água para melhorar a eficiência, aumentar a equidade e assegurar a responsabilização perante as pessoas carenciadas. • Introduzir políticas públicas que aliem a sustentabilidade à equidade no desenvolvimento de recursos hídricos para a agricultura. • Apoiar o desenvolvimento e a adopção de tecnologias de irrigação favoráveis aos pobres.
Objectivo 2 Alcançar o ensino primário universal	• A recolha e o transporte de água a longa distância impedem que milhões de raparigas frequentem a escola, condenando-as a um futuro de analfabetismo e de escolhas restritas. • As doenças provocadas pela água, como a diarreia e as infecções parasitárias, custam 443 milhões de dias lectivos por ano — o equivalente a um ano lectivo inteiro para todas as crianças de sete anos na Etiópia — e diminuem o potencial de aprendizagem. • Em muitos países, o abastecimento inadequado de água e saneamento nas escolas constitui uma ameaça para a saúde das crianças. • A ausência de água e saneamento adequados nas escolas é uma das principais razões para o abandono escolar por parte das raparigas. • As infecções parasitárias transmitidas pela água e pelo mau saneamento atrasam o potencial de aprendizagem de mais de 150 milhões de crianças.	• Associar as metas e estratégias para alcançar o ensino primário universal às estratégias para assegurar que cada escola disponha de um abastecimento adequado de água e saneamento, com instalações separadas para as raparigas. • Fazer do saneamento e da higiene partes integrantes do programa curricular, dotando as crianças do conhecimento de que necessitam para reduzir os riscos para a saúde e permitindo-lhes tornarem-se agentes de mudança nas suas comunidades. • Estabelecer programas de saúde pública nas escolas e nas comunidades que evitem e tratem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água.

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	• A privação de água e saneamento perpetua a desigualdade de género e retira poder às mulheres. • São as mulheres que suportam o fardo da responsabilidade pela recolha da água, demorando frequentemente até 4 horas por dia a andar, a esperar em filas e a transportar água. Esta é uma das principais fontes de privação de tempo. • O tempo que as mulheres despendem a tratar de crianças infectadas por doenças transmitidas pela água diminui a sua oportunidade de se envolverem num trabalho produtivo. • O saneamento inadequado é experimentado por milhões de mulheres como uma falta de dignidade e fonte de insegurança. • As mulheres respondem pelo grosso da produção alimentar em muitos países, mas detêm direitos restritos à água.	• Colocar a igualdade de género na água e no saneamento no centro das estratégias nacionais de redução da pobreza. • Promulgar legislação que exija representação feminina nos comités da água e noutros organismos. • Apoiar campanhas de saneamento que confiram às mulheres uma maior participação nas decisões de investimento público e nas despesas familiares. • Reformar os direitos de propriedade e as regras que governam as associações de irrigação e outras associações de consumidores de água para garantir que as mulheres usufruam de direitos iguais.
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil	• A água contaminada e as más condições de saneamento constituem a principal causa dos 1,8 milhões de mortes anuais de crianças por diarreia — quase 5.000 por dia — o que converte este factor na segunda principal causa de mortalidade infantil. • O acesso a água potável e saneamento pode reduzir o risco de morte de uma criança em 50%. • A diarreia causada por água insalubre constitui uma das principais causas de morte no mundo, ceifando cinco vezes mais vidas de crianças do que o VIH/SIDA. • O acesso a água potável e saneamento constitui uma das medidas mais poderosas de prevenção da mortalidade infantil: alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento, mesmo ao nível mais básico de abastecimento, pouparia mais de 1 milhão de vidas na próxima década; o abastecimento universal elevaria o número de vidas poupadas a 2 milhões. • As doenças transmitidas pela água intensificam disparidades profundas e socialmente injustas, enfrentando as crianças de famílias carenciadas um risco de morte cerca de três a quatro vezes superior ao das crianças de famílias abastadas.	• Considerar a morte de crianças devido à água e ao saneamento como uma emergência nacional — e como uma violação de direitos humanos básicos. • Utilizar a ajuda internacional para reforçar a prestação de cuidados básicos de saúde na prevenção e no tratamento da diarreia. • Estabelecer ligações explícitas entre metas para a redução da mortalidade infantil e metas para a expansão do acesso à água e ao saneamento. • Dar prioridade às necessidades das famílias mais carenciadas no investimento público e nas estratégias de prestação de serviços de água e saneamento. • Assegurar que os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza reconheçam a ligação entre água e saneamento e mortalidade infantil. • Publicar estimativas anuais de mortes de crianças causadas por problemas de água e saneamento.
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna	• A prestação de água e saneamento reduz a incidência de doenças e enfermidades — como anemia, deficiência de vitaminas e tracoma — que debilitam a saúde materna e que contribuem para a mortalidade materna.	• Considerar a prestação de água e saneamento como uma componente chave nas estratégias de igualdade de género. • Legitimar as mulheres para que estas participem das decisões sobre água e saneamento aos níveis familiar, local e nacional.
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	• O acesso inadequado à água e ao saneamento restringe as oportunidades de higiene e expõe as pessoas portadoras do VIH/SIDA a riscos de infecção acrescidos. • As mães infectadas pelo VIH necessitam de água potável para preparar leite artificial. • Alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento reduziria os custos de tratamento de doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água em 1,7 mil milhões de dólares nos sistemas de saúde, aumentando os recursos disponíveis para o tratamento do VIH/SIDA. • As más condições de saneamento e de drenagem fomentam a infecção por malária, que ceifa cerca de 1,3 milhões de vidas por ano, 90% das quais de crianças com menos de cinco anos.	• Integrar a água e o saneamento nas estratégias nacionais e globais para combater a malária e melhorar as condições de vida das pessoas infectadas pelo VIH/SIDA. • Assegurar que as famílias que cuidam de pessoas infectadas pelo VIH/SIDA tenham acesso a pelo menos 50 litros de água gratuita. • Investir em instalações de drenagem e de saneamento, que reduzem a presença de moscas e mosquitos.

(continua na pág. seguinte)

Oito razões para o mundo agir sobre o problema da água e do saneamento — Ligações aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (continuação)

Objectivo de Desenvolvimento do Milénio	Por que razão os governos devem agir	De que forma os governos devem agir
Objectivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental *Reduzir a metade a percentagem de pessoas sem acesso sustentável a água potável e saneamento básico*	• Com base nas tendências actuais, o objectivo de reduzir a metade a percentagem da população sem acesso a água e saneamento não será atingido por 235 milhões de pessoas na água e por 431 milhões no saneamento. • A África Subsariana necessitará de aumentar as novas ligações ao saneamento, de 7 milhões por ano na década passada para 28 milhões por ano até 2015. • Um progresso lento na água e no saneamento atrasará avanços noutras áreas.	• Implementar medidas práticas que transformem os compromissos do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em acções concretas. • Proporcionar liderança política nacional e internacional para superar os défices de água e saneamento. • Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com a meta de reduzir a metade as disparidades na cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres. • Autonomizar organismos reguladores independentes que forcem os prestadores de serviços a responsabilizarem-se pela oferta de serviços eficientes e a preços acessíveis às pessoas carenciadas.
Inverter a tendência de perda de recursos ambientais	• A exploração insustentável de recursos hídricos representa uma ameaça crescente para o desenvolvimento humano, produzindo uma dívida ecológica insustentável que será transferida às gerações futuras. • O número de pessoas que vive em países que sofrem de pressão sobre os recursos hídricos passará de cerca de 700 milhões, actualmente, para mais de 3 mil milhões até 2025. • Mais de 1,4 mil milhões de pessoas vivem actualmente em bacias hidrográficas onde a utilização de água excede os níveis mínimos de reposição, conduzindo à dissecação dos rios e ao esgotamento das águas subterrâneas. • A conjunção da insegurança da água e das alterações climáticas ameaça aumentar o número de pessoas subnutridas em 75 a 125 milhões até 2080, com uma queda superior a 25% na produção de produtos alimentares básicos em muitos países da África Subsariana. • O esgotamento das águas subterrâneas representa uma grave ameaça para os sistemas agrícolas, para a segurança alimentar e para os meios de subsistência na Ásia e no Médio Oriente.	• Tratar a água como um recurso natural precioso e não como um produto básico que pode ser gasto ilimitadamente e explorado sem qualquer preocupação pela sustentabilidade ambiental. • Reformar os sistemas nacionais de contabilidade de forma a que reflictam as perdas económicas reais associadas ao esgotamento dos recursos hídricos. • Lançar políticas integradas de gestão de recursos hídricos que restrinjam a utilização de água aos limites da sustentabilidade ambiental, levando em consideração as necessidades ambientais. • Institucionalizar políticas que criem incentivos para poupar água e eliminem subsídios perversos que encorajam padrões insustentáveis de utilização de água. • Intensificar as disposições do Protocolo de Quioto relativas ao limite das emissões de carbono em linha com os objectivos de estabilização de 450 partes por milhão, fomentando mecanismos de transferência de tecnologias limpas e congregando todos os países numa estrutura multilateral reforçada para a redução das emissões em 2012. • Desenvolver estratégias nacionais de adaptação para lidar com o impacto das alterações climáticas — e aumentar a ajuda para a adaptação às alterações climáticas.
Objectivo 8 Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento	• Não existe nenhuma parceria global eficaz na água e no saneamento e, por outro lado, sucessivas conferências de alto nível não conseguiram criar o impulso necessário para colocar a água e o saneamento na agenda internacional. • Muitos governos nacionais fracassam no esforço de implementar as políticas e o financiamento necessários para acelerar o progresso. • A água e o saneamento são mal integrados nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza. • Muitos países com elevadas taxas de mortalidade infantil causada por diarreia despendem menos de 0,5% do PIB em água e saneamento, uma fracção do valor que afectam aos orçamentos militares. • Os países ricos fracassaram no esforço de conferir prioridade à água e ao saneamento nas parcerias internacionais de ajuda e a despesa na ajuda ao desenvolvimento para o sector tem vindo a cair em termos reais, representando actualmente apenas 4% dos fluxos totais de ajuda. • A ajuda internacional à agricultura diminuiu em um terço desde o início dos anos 90, de 12% para 3,5% da ajuda total.	• Implementar um plano de acção global para galvanizar a acção política, colocando a água e o saneamento na agenda do Grupo dos Oito, mobilizando recursos e apoiando processos de planeamento de propriedade nacional. • Desenvolver planos de propriedade nacional que associem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento a fluxos claros de financiamento a médio prazo e a políticas práticas de combate à desigualdade. • Autonomizar os governos e as comunidades locais através da descentralização, do desenvolvimento de capacidade e de um financiamento adequado, destinando pelo menos 1% do PIB à água e ao saneamento, por via da despesa pública. • Aumentar a ajuda à água em 3,6 a 4 mil milhões de dólares anuais até 2010, com a atribuição suplementar de 2 mil milhões de dólares à África Subsariana. • Aumentar a ajuda à agricultura de 3 para 10 mil milhões de dólares anuais até 2010, com um enfoque reforçado na segurança da água.



1 Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico

«O direito humano à água habilita todas as pessoas a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço para uso pessoal e doméstico»

Comentário Geral n.º 15 das Nações Unidas, sobre o direito à água, 2002

«Não há missão mais nobre para o homem civilizado do que melhorar as condições sanitárias da humanidade»

Conselho de Saúde de Boston, 1869

CAPÍTULO 1

Pôr fim à crise no sector da água e do saneamento básico

A violação do direito de acesso do ser humano à água potável e ao saneamento básico está a destruir o potencial dos povos a um nível inaudito

A existência ou não de água potável e de saneamento básico pode promover ou, pelo contrário, impedir o desenvolvimento humano. São factores determinantes do que as pessoas podem ou não fazer, ou daquilo em que podem vir a tornar-se — em suma, para as suas capacidades de realização. O acesso à água não constitui somente um direito humano fundamental e um importante indicador do progresso dos povos. Também constitui a base a outros direitos humanos e é condição necessária para que se atinjam metas de desenvolvimento humano mais exigentes.

No limiar do século XXI, a violação do direito de acesso do ser humano à água potável e ao saneamento básico está a destruir o potencial dos povos a um nível inaudito. No mundo actual, cada vez mais próspero e interdependente, morrem mais crianças devido à falta de água potável e de instalações sanitárias do que por qualquer outra causa. A exclusão do acesso à água potável e ao saneamento básico destrói mais vidas humanas do que qualquer conflito armado ou acção terrorista. E também acentua as profundas desigualdades em termos de oportunidades de vida que separam os países e as suas populações, com base na saúde, no género e noutro tipo de indícios de carência.

Para além do sofrimento e da perda de vidas humanas, a escassez de água e de saneamento básico a nível mundial está a minar a prosperidade e a retardar o crescimento económico. As perdas de produtividade resultantes desta escassez estão a anular o esforço desenvolvido por milhões de pessoas das mais carenciadas do mundo, na sua tentativa de saírem da pobreza, e estão a conduzir países inteiros à estagnação. Quer do ponto de vista dos direitos humanos, quer da justiça social ou do senso comum económico, os danos infligidos pela falta de água e de saneamento básico são insustentáveis. A solução para esta escassez não é somente um imperativo moral e um acto de justiça. É também a atitude mais sensata, porque o desaproveitamento do potencial humano associado a águas insalubres e a um saneamento básico deficiente acaba por afectar negativamente toda a Humanidade.

Este capítulo explica a dimensão da crise da água e do saneamento básico e identifica as suas causas. Sublinha os custos do problema em termos de desenvolvimento humano — e os potenciais benefícios da sua resolução. Um melhor acesso à água e ao saneamento funcionaria como agente catalisador de um avanço gigantesco em termos de desenvolvimento humano, proporcionando benefícios a nível da saúde pública, da educação e do crescimento económico. Por que será, então, que estas oportunidades têm vindo a ser tão desperdiçadas?

Em parte, devido à fraca tomada de consciência da gravidade do problema, e por outro lado, por culpa do esforço insuficiente desenvolvido pelos governos nacionais e pela comunidade internacional para acabarem com a pobreza e as desigualdades que perpetuam a crise. Contrastando com algumas outras ameaças globais ao desenvolvimento humano — tais como o VIH/SIDA — a crise da água e do saneamento básico é sobretudo uma crise dos pobres em geral e das mulheres em particular, dois eleitorados com fraco poder reivindicativo na definição das prioridades nacionais. A água e o saneamento também são os parentes pobres da cooperação para o desenvolvimento internacional. A mesma comunidade internacional que se mobilizou de forma impressionante, para preparar a resposta a uma potencial ameaça resultante da epidemia de gripe das aves, finge não ver a epidemia real que aflige todos os dias centenas de milhões de pessoas.

A crise da água e do saneamento básico com que se defrontam as famílias carenciadas no mundo em desenvolvimento encontra paralelo com os primórdios da história dos países ricos da actualidade. Poucas pessoas no mundo industrial são capazes de reflectir acerca da enorme importância que a água potável e o saneamento básico tiveram na evolução

O mundo dispõe da tecnologia, dos meios financeiros e da capacidade humana para acabar de vez com a praga da insegurança da água na vida de milhões de seres humanos

da história dos seus países ou nas suas próprias oportunidades de vida. Ainda não há muitas gerações que os habitantes de Londres, Nova Iorque e Paris enfrentaram ameaças de insegurança no abastecimento de água idênticas às que hoje se vivem em Lagos, em Bombaim ou no Rio de Janeiro. Águas poluídas com detritos de toda a espécie mataram crianças, originaram crises sanitárias, minaram o crescimento económico e mantiveram os povos na pobreza. As novas tecnologias e os dinheiros públicos tornaram possível o acesso universal à água potável. Mas a principal mudança foi de cariz político. Reformistas sociais, médicos, líderes autárquicos e industriais formaram coligações poderosas que fizeram subir o tema da água e do saneamento básico ao topo da agenda política. Eles forçaram os governos a admitir que a cura das doenças provocadas pela água imprópria para consumo era ineficaz e ruinosa: a prevenção através do acesso à água potável e ao saneamento básico constituía a melhor opção.

No início do século XXI, o mundo tem oportunidade de dar mais um passo em frente em termos de desenvolvimento humano. A crise mundial no sector da água e do saneamento básico poderá ser relegada para a história no espaço de uma geração. O mundo dispõe da tecnologia, dos meios financeiros e da capacidade humana para acabar de vez com a praga da insegurança da água na vida de milhões de seres humanos. O que falta é a vontade política e a visão necessárias para aplicar estes recursos em prol do bem comum. O progresso dos países ricos foi possível graças a um novo contrato social entre governos e população — um contrato baseado na ideia da cidadania comum e no reconhecimento das responsabilidades governamentais. O mundo pode estar hoje diferente. Mas agora, tal como outrora, o progresso continua a depender da criação de parcerias e de liderança política. O ponto fulcral reside nas políticas nacionais, porque sem políticas nacionais firmes não se consegue alcançar um progresso sustentável. O desafio que se coloca hoje aos governos dos países desenvolvidos é desenvolverem um esforço nacional credível junto dos países em desenvolvimento, através de um grande esforço de ajuda apoiado num plano de acção global para o sector da água e do saneamento básico.

Lições da história

Ao longo de quase toda a História da Humanidade, a vida tem-se mostrado coincidente com a descrição de Thomas Hobbes, que a classificou como «deplorável, brutal e curta». A esperança de vida à nascença para os nossos antepassados caçadores era de, aproximadamente, 25 anos, e na Europa da década de 20 de 1800, ainda andava pelos 40 anos. A partir de finais do século XIX, este quadro começou a mudar de forma dramática para aquela parcela afortunada da Humanidade que vive nos actuais países ricos.[1] O aparecimento de novos medicamentos, uma alimentação cuidada, melhores condições de habitação e salários mais elevados contribuíram para esse facto. Mas um dos factores que mais contribuíram para essa mudança foi a separação entre as águas para consumo e os excrementos humanos.

No que diz respeito à água e ao saneamento básico, os países tendem a ter memória curta. Hoje em dia, os habitantes das cidades da Europa e dos Estados Unidos vivem sem o medo de contraírem doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água. Mas no limiar do século XX, a situação era bem diferente. A grande expansão da riqueza que se seguiu à industrialização originou um aumento dos salários, mas a evolução nos indicadores mais importantes como a esperança de vida, a sobrevivência infantil e a saúde pública ficaram muito aquém. A razão: as cidades proporcionaram aos seus habitantes maiores oportunidades de acumular riqueza, mas também os expuseram ao risco das águas contaminadas pelos excrementos humanos. A crua realidade da água imprópria para consumo veio acabar com a relação que se estabelecera entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Só depois de a revolução no sector da água e do saneamento básico ter restaurado essa ligação é que a criação de riqueza e o bem-estar humano começaram a caminhar de mãos dadas (caixa 1.1).

Aquela revolução foi o prenúncio de avanços sem precedentes na esperança de vida e na taxa de sobrevivência infantil — e uma melhor saúde pública fomentaria o progresso económico. À medida que as pessoas se foram tornando mais saudáveis e ricas graças ao abastecimento de água potável e ao saneamento básico, começou a despontar um poderoso ciclo de crescimento económico e desenvolvimento humano. Mas as receitas crescentes geradas pelo investimento em redes de água potável também

Caixa 1.1 **Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha**

«O Parlamento viu-se praticamente obrigado a aprovar legislação para pôr fim aos protestos dos londrinos contra o mau cheiro.» O *Times* de Londres comentava, nestes termos, um episódio que ficou conhecido como o «Grande Fedor». O fedor a esgoto que emanava do rio Tamisa, naquele longo Verão escaldante de 1858, era de tal modo insuportável que a «casa-mãe dos parlamentares» se viu forçada a fechar temporariamente as portas. Mas os problemas eram ainda mais sérios fora das paredes do Parlamento.

À medida que a industrialização e a urbanização avançavam no século XIX, cidades em rápido crescimento como Birmingham, Londres e Manchester tornaram-se pólos de doenças infecto-contagiosas. Os esgotos transbordavam e derramavam através das fossas, em número limitado, em direcção aos bairros carenciados e, por último, para os rios como o Tamisa, que era a fonte de água potável da cidade.

As narinas dos parlamentares sentiam-se incomodadas — enquanto os pobres morriam. No final da década de 90 de 1800, a taxa de mortalidade infantil na Grã-Bretanha era de 160 óbitos por cada mil nascimentos (figura 1) — sensivelmente o equivalente à actual Nigéria. As crianças morriam principalmente de diarreia e disenteria. Morriam pelas mesmas razões que ainda hoje levam tantas crianças à morte nos países em desenvolvimento: os esgotos não eram separados da água para consumo. Entre as décadas de 40 e 90 de 1800, o salário médio duplicou enquanto a mortalidade infantil aumentou ligeiramente — uma prova evidente do hiato existente entre a criação de riqueza e o desenvolvimento humano.

A crescente tomada de consciência dos custos humanos da vida industrial urbana fez com que a questão da água fosse incluída na agenda política. Em 1834, foi constituído o Gabinete de Registos Gerais, que iria produzir regularmente uma série de dados sobre mortalidade que causaram preocupação na opinião pública. A investigação social tornou-se outra ferramenta poderosa para a reforma. A obra de Edwin Chadwick, *Relatório das Condições Sanitárias da População Trabalhadora da Grã-Bretanha*, um registo da crise amplamente documentado por meio de gráficos, aponta em detalhe as consequências do problema da água e do saneamento. Entre os primeiros factores mencionados incluía-se a água fornecida por empresas privadas a preço proibitivo, as drenagens deficientes e as fossas a transbordar. «A perda anual de vidas humanas resultante da imundice e da falta de ventilação adequada», concluiu Chadwick, «é maior do que as perdas provocadas pelas mortes e ferimentos sofridos em qualquer das guerras em que o país se viu envolvido nos tempos mais recentes» (p. 369). E recomendava: a instalação de uma torneira privativa e de uma latrina ligada a uma fossa para todas as famílias e a responsabilização municipal pelo abastecimento de água potável.

A reforma foi levada a cabo em duas grandes vagas. A primeira concentrou-se na questão da água e teve início na década de 40 de 1800, com a Lei de Saúde Pública (1848) e a Lei das Águas Metropolitanas (1852), que estenderam a rede de abastecimento público de água potável. A descoberta de John Snow, em 1854, de que a cólera — o maior surto epidémico de sempre — era uma infecção transmitida pela água e que a sua disseminação poderia ser detida através do acesso a fontes de água descontaminadas veio reforçar essas medidas. Por volta de 1880, os municípios já tinham substituído os operadores de água privados como principais fornecedores de água às vilas e cidades.

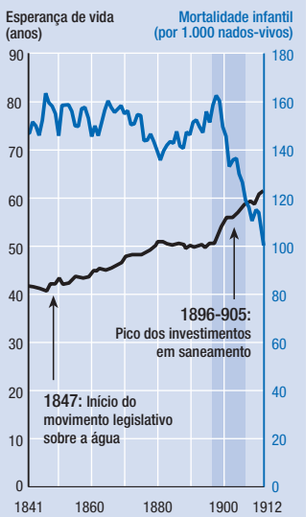
A segunda grande vaga de reformas caracterizou-se pela mudança da área de intervenção pública, da água para o saneamento básico. Esta vaga ganhou ímpeto depois de 1880. E isso reflectiu-se num acréscimo de investimento público. Entre meados das décadas de 80 e 90 de 1800, a verba despendida per capita em saneamento básico mais do que duplicou a preços constantes. E voltaria a duplicar na década seguinte.

O fosso existente entre a rede de abastecimento de água e a rede de saneamento básico efectivo constituía um verdadeiro desastre em termos de saúde pública. Ruas e rios foram-se tornando seriamente poluídos sob a carga crescente de excrementos flutuantes. A incidência de doenças como a cólera e a febre tifóide decresceu, mas o número de mortes devido a doenças gastrointestinais — em particular a diarreia infantil — permaneceu elevado. O resultado da primeira fase desta intervenção irracional do governo local saldou-se por uma tendência crescente da incidência de doenças transmitidas pela água.

As estatísticas relativas à esperança de vida e à mortalidade infantil ilustram bem o problema (ver figura). A partir de 1840, a esperança de vida começou a aumentar, em parte devido à primeira vaga de reformas no sector da água. Contudo, esta tendência voltou a estabilizar abruptamente em finais da década de 70 de 1800. Só depois do início dos anos 1880, quando as grandes reformas de saneamento básico entraram em cena, é que foi retomada a tendência ascendente, resultante de uma redução acentuada da mortalidade infantil. Os créditos não cabem apenas às reformas no saneamento básico. Mas a coincidência no tempo entre o auge do investimento sanitário e o começo de um declínio geral da mortalidade infantil sugere a existência de uma relação de causa e efeito. No espaço de pouco mais de uma década a seguir a 1900, a taxa de mortalidade infantil caiu de 160 para 100 óbitos por cada 1.000 nascimentos para 100 — uma das quedas mais acentuadas de toda a história.

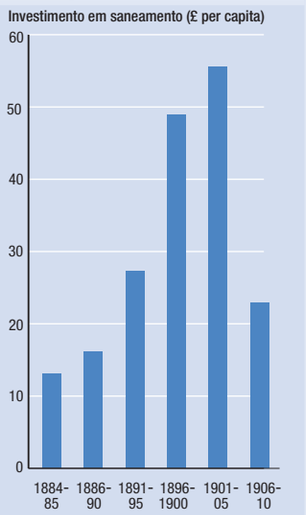
Figura 1 **A mortalidade infantil desce...**

Inglaterra e Gales, 1841-1912



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006.

Figura 2 **...à medida que o saneamento básico melhora**



Fonte: Bell e Millward 1998.

(continua na pág. seguinte)

Caixa 1.1 Um grande passo em frente — da reforma da água à reforma do saneamento básico, no século XIX, na Grã-Bretanha *(continuação)*

O agente catalisador disto foi o investimento público no sector do saneamento básico, e não o crescimento dos rendimentos privados. Os salários subiram, em média, uns escassos 6% entre 1900 e 1912.

As novas formas de financiamento desempenharam um papel crucial na segunda vaga de reformas. As pressões políticas crescentes para que os governos actuassem tiveram como consequência a procura de novos mecanismos fiscais para enfrentar um problema comum aos países em desenvolvimento de hoje: como custear as grandes despesas iniciais partindo de uma receita-base limitada e sem ter de aumentar os impostos e taxas a níveis politicamente impraticáveis. Os governos desenvolveram soluções inovadoras. As cidades obtiveram crédito do governo central a juros baixos através de pedidos de empréstimo municipais junto de mercados obrigacionistas. A água e o saneamento básico foram responsáveis por cerca de um quarto da dívida de governos locais em finais do século XIX.

Esta enorme mobilização de dinheiros públicos reflectia a nova posição assumida pelo sector da água e do saneamento nas prioridades políticas. A reforma do saneamento básico transformou-se na pedra de toque dos reformadores sociais, líderes autárquicos e organismos de saúde pública, que encaravam cada vez mais o saneamento básico deficiente como um constrangimento não só para o progresso dos homens como para a prosperidade da economia. A voz da sociedade civil desempenhou um papel chave na implementação da reforma do saneamento básico que tornou possível a melhoria da saúde pública.

Mas porquê este intervalo entre as duas grandes vagas da reforma? Um dos maiores parceiros da coligação reformista na primeira vaga foi o sector dos industriais que pretendiam ter água nas fábricas, mas mostravam-se relutantes em pagar mais impostos para custear a expansão da rede de saneamento até aos bairros degradados. Segmentos da sociedade politicamente fortes continuavam mais interessados em se protegerem a si próprios dos efeitos nocivos do saneamento deficiente que atingia os mais carenciados, do que em promoverem uma rede de abastecimento universal. Só depois da reforma eleitoral que alargou os direitos de voto às classes mais carenciadas é que a voz dos pobres começou a fazer-se ouvir.

Estamos a falar de uma história passada no século XIX na Grã-Bretanha, e não no século XXI num mundo em desenvolvimento. Mas existem paralelismos de realçar entre os constrangimentos provocados pelo problema da água e do saneamento

Fonte: Bell e Millward 1998; Szreter 1997; Hassan 1985; Woods, Watterson e Woodward 1988; Bryer 2006.

ajudaram a criar e a aumentar progressivamente as profundas clivagens em termos de riqueza, saúde e oportunidades que caracterizam o mundo de hoje.[2]

O modo como a inseguraçaa da água estrangulou o crescimento económico e o desenvolvimento humano

No início do século XXI, as doenças infecto-contagiosas transmitidas pela água são coisa do passado nos países ricos, sendo responsáveis por uma percentagem de 1% da mortalidade total. No virar do século XIX, a maior ameaça provinha de doenças como a diarreia, a disenteria e a febre tifóide. Em finais do século XIX, elas eram responsáveis por uma em cada 10 mortes registadas nas cidades dos E.U., sendo as crianças as principais vítimas. As taxas de mortalidade infantil em Detroit, Pittsburg e Washington D.C. ultrapassavam as 180 mortes por cada 1.000 nascimentos — quase o dobro da taxa registada, hoje em dia, na África Subsariana.[3] Chicago era a capital da febre tifóide no país, apresentando uma média anual de 20.000 casos. No Reino Unido, meio século após a primeira vaga de reformas na saúde pública, o problema da água também continuava a ser uma potencial ameaça. A taxa de mortalidade infantil em Birmingham e em Liverpool ultrapassava as 160 mortes por cada 1.000 nascimentos, contribuindo a diarreia e a disenteria com mais de metade desses óbitos.[4] A elevada taxa de mortalidade infantil funcionou como um travão para o aumento da esperança de vida. Até ao último quartel do século XIX, a esperança de vida quase não aumentara no mundo industrializado. As pessoas estavam a tornar-se mais ricas, mas não mais saudáveis.[5]

Por que será que, numa época de grande generalização do bem-estar material fruto da industrialização, a sobrevivência infantil e a esperança de vida, dois dos mais elementares indicadores de bem-estar do ser humano, não registaram progressos? Em parte porque a industrialização e a urbanização atiraram a população rural migrante carenciada para os bairros degradados da periferia das cidades, onde não havia infra-estruturas de abastecimento de água nem esgotos — um cenário ainda hoje bem visível em muitos dos países mais pobres do mundo. Ao mesmo tempo que as cidades ofereciam emprego e salários mais elevados, também iam aumentando a exposição dos seus habitantes a agentes patogénicos letais transmitidos através das descargas de fossas, esgotos e drenagens.[6]

Quase todas as grandes cidades se confrontaram com este problema. Em finais do século XIX, um relatório de saúde pública publicado em Paris lastimava que os bairros pobres da cidade se tivessem transformado num «esgoto a céu aberto», constituindo uma ameaça quotidiana para a saúde e a vida dos habitantes.[7] A crise sanitária de Chicago surgiu porque a cidade utilizava o lago Michigan como fonte de abastecimento de água e, simulta-

neamente, meio de eliminação de resíduos. Este sistema funcionou até à expansão populacional registada após a Guerra Civil, quando a cidade passou a beber as suas próprias águas residuais, com efeitos desastrosos: 12% da população sucumbiu a doenças transmissíveis pela água em meados da década de 80 de 1800. Epidemias de tifóide e de cólera assolaram regularmente cidades como Nova Orleães e Nova Iorque.[8] Em parte para combater as doenças, Londres e Paris já tinham construído redes de esgotos antes de 1850. Mas os esgotos escoavam para o Tamisa e para o Sena, fazendo com que os rios ficassem putrefactos — no caso do Tamisa, a tal ponto que, no Verão escaldante de 1858, o Parlamento viu-se forçado a encerrar temporariamente na sequência de um episódio que ficou conhecido como o «Grande Fedor».[9]

O problema da água e do saneamento interrompeu — e atrasou o progresso

O progresso no sector da água e do saneamento foi dinamizado pelos avanços no conhecimento científico, na tecnologia e, sobretudo, por coligações políticas que reuniam industriais, municípios e reformadores sociais. Contudo, os avanços foram graduais, sendo que o abastecimento de água excedeu rapidamente o desenvolvimento de esgotos e sistemas de drenagem necessários para a gestão de águas residuais. Resultado: registou-se um aumento na transmissão de doenças (ver caixa 1.1).[10]

Perto do final do século XIX, os governos agiram no sentido de acabar com a separação entre a água para consumo e as redes de saneamento. Na Grã-Bretanha, o investimento público financiou uma ampliação do sistema de esgotos. A esperança de vida aumentou, nas quatro décadas posteriores a 1880, uns surpreendentes 15 anos, tendo a redução dos óbitos infantis contribuído para a dimensão desta melhoria. Nos Estados Unidos, o Conselho de Saúde de Nova Iorque, um organismo municipal criado em 1866, recebeu a incumbência de acabar com os surtos de cólera e de outras doenças epidémicas que afligiam a cidade. A sua constituição assinalou o reconhecimento de que as doenças associadas à água e ao saneamento não podiam ser confinadas às zonas carenciadas da cidade — e de que eram necessárias medidas governamentais que se sobrepusessem aos interesses privados.[11] O exemplo seria seguido noutros locais, tendo as autarquias assumido o controlo do abastecimento de água e introduzido sistemas de depuração e clorinação.[12] Segundo uma estimativa, a depuração de água explicará, por si só, uma redução para metade da mortalidade nos Estados Unidos, no primeiro terço do século XX (caixa 1.2).[13] Nenhum outro período da história dos EUA testemunhou tão rápido decréscimo nas taxas de mortalidade. Por volta de 1820, quase todas as grandes cidades do mundo industrial actual procediam ao tratamento de águas. No espaço de mais uma década, a maioria tinha construído grandes estações de tratamento de esgotos que recolhiam, tratavam e vazavam os detritos humanos para zonas onde não poderiam contaminar a água destinada ao consumo.[14]

O progresso no domínio da água e do saneamento foi motivado por avanços nos conhecimentos científicos, na tecnologia, e — acima de tudo — por coligações políticas que iniram industriais, municípios e reformadores sociais

A actual crise mundial no sector da água e do saneamento

Os debates sobre a globalização centram-se, invariavelmente, na enorme discrepância que separa os países ricos dos países pobres. Esta discrepância é manifestamente visível (ver *O estado do desenvolvimento humano*). Presta-se menor atenção a outro tipo de desigualdades que determinam o grau de prosperidade dos países e o nível de bem-estar dos seus cidadãos. A questão fulcral reside no conjunto de outras carências globais que separam quem tem, de quem não tem acesso à água e ao saneamento básico.

Mundo rico, mundo pobre

Para quem reside nos países ricos, é difícil imaginar as repercussões da insegurança da água nos países em desenvolvimento. As preocupações resultantes da crise da água dão periodicamente origem a manchetes na comunicação social. A descida do nível das águas nos reservatórios, os rios a secarem, as restrições ao uso de mangueiras de rega e os apelos dos governos para que se consuma menos água estão a tornar-se cada vez mais frequentes em algumas zonas da Europa. Nos Estados Unidos, a gestão da

Caixa 1.2 Acabar com a relação entre as raças, as doenças e as desigualdades nas cidades dos EUA

Pensamos ser nosso dever afirmar que a venda de água a preços elevados não serve os interesses da saúde pública. O abastecimento de água limpa em abundância, a um preço acessível a todas as bolsas, constitui uma das medidas mais importantes para a promoção da saúde de qualquer comunidade. É por este motivo que acreditamos sinceramente nas vantagens da posse da água por parte dos municípios

Conselho de Saúde da Carolina do Norte, 1898

Há cem anos atrás, as pessoas que residiam em Chicago, Detroit e Nova Iorque, teriam compreendido que as cidades dos países mais pobres enfrentem hoje problemas de saúde pública — e compreenderiam, graças à sua amarga experiência, a importância do acesso à água potável.

No início do século XX, as doenças infecto-contagiosas foram responsáveis por 44% da mortalidade nas cidades dos EUA. Doenças transmissíveis através da água como a febre tifóide, a cólera e a diarreia contavam-se entre as maiores assassinas, contribuindo para uma quarta parte das mortes provocadas por doenças infecto-contagiosas. Apenas a tuberculose era responsável por um maior número de óbitos.

Dois problemas, ambos familiares aos actuais habitantes dos bairros degradados de Lagos, Manila ou Nairobi, impediram avanços no domínio da saúde humana. Em primeiro lugar, as redes de abastecimento de água tinham sido melhoradas pelos fornecedores privados, mas as famílias mais carenciadas não tinham dinheiro para mandar fazer ligações. A declaração supracitada proferida pelo Conselho de Saúde da Carolina do Norte reflecte a preocupação crescente sentida pelos organismos de saúde pública da época. Em segundo lugar, os sistemas primitivos de abastecimento de água públicos e municipais acusavam um outro problema. Grandes quantidades de excrementos humanos e de detritos de rua eram arrastados pela água para dentro dos sistemas de drenagem e de esgotos sobrecarregados, que por sua vez voltavam a descarregá-los para a rede pública de abastecimento de água.

Embora todos os sectores da sociedade fossem afectados, alguns eram-no mais do que outros. Impossibilitadas de custear ligações de água canalizada ou comprar água engarrafada, as famílias carenciadas ficavam dependentes dos poços e das reservas de água à superfície. Essas pessoas também eram vítimas de alguns dos mais graves problemas de drenagem. A desigualdade no acesso à água potável exacerbava as desigualdades na saúde. A percentagem de óbitos por febre tifóide registada entre os americanos de origem africana que residiam em cidades como Nova Orleães era cerca do dobro da dos brancos.

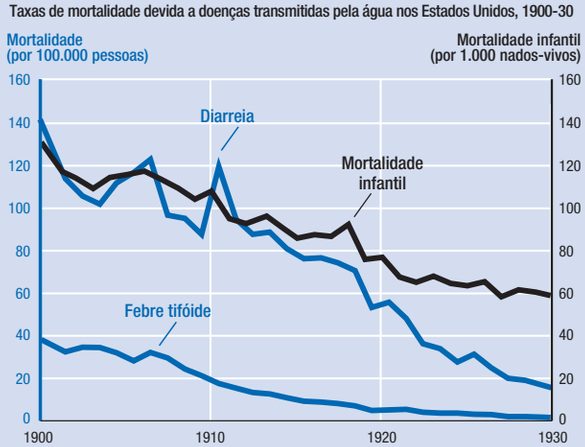
Que terá estado na origem dos avanços registados no controlo das doenças infecto-contagiosas? O principal factor foi a municipalização da água (figura 1). A partir de 1900, as vereações começaram a substituir gradualmente os fornecedores privados. Em Nova Orleães, que municipalizou a água em 1908, os fornecedores públicos alargaram a rede e baixaram os preços em 25% relativamente aos valores cobrados pelos privados. Na década anterior a 1915, o sistema de abastecimento de água, medido em quilómetros de condutas, cresceu 4,5 vezes mais, tendo-se concentrado esta expansão em algumas das zonas mais carenciadas.

A tomada de medidas destinadas a proteger as pessoas das bactérias nocivas presentes na água constituiu mais um aspecto da revolução municipal empreendida. Os projectos de construção de infra-estruturas assumiram grande importância. A cidade de Jersey deixou de recorrer ao rio Passig para procurar água potável numa zona mais acima. Chicago construiu canais de drenagem para transportar os resíduos mais para abaixo, nos rios Illinois e Mississipi, em vez de os descarregar ali ao lado, no lago Michigan, fonte de abastecimento de água da cidade. E Cleveland prolongou por mais 6 quilómetros o seu sistema de captação de águas, até ao lago Erie. Mas o factor chave consistiu na introdução dos sistemas de filtração e clorinação da água, conforme ilustrado por Cincinnati (figura 2) e Detroit. Entre 1880 e 1940, a percentagem de população dos EUA que utilizava água tratada subiu de 1% para mais de 50%.

As reformas realizadas no sector da água contribuíram para progressos ainda maiores no domínio da saúde pública. Nas quatro décadas que se seguiram a 1900, a esperança de vida à nascença aumentou 16 anos, as taxas de mortalidade infantil baixaram acentuadamente e a febre tifóide foi virtualmente erradicada. Nenhum outro período da história dos EUA testemunhou uma redução tão rápida das taxas de mortalidade. Segundo uma estimativa, os sistemas de abastecimento e depuração de água explicam quase metade desta descida da mortalidade. Cada uma das vidas poupadas desta forma custou 500 dólares (a preços de 2002). Mas cada dólar gasto representa 23 dólares ganhos com o aumento da produtividade e a redução das despesas de saúde. No início do século XX, o montante investido pelos EUA nos sistemas de água e saneamento foi bem recompensado — tal como o poderá vir a ser nos actuais países em desenvolvimento.

Figura 1 A municipalização da água fez baixar os preços, melhorou a qualidade e salvou vidas

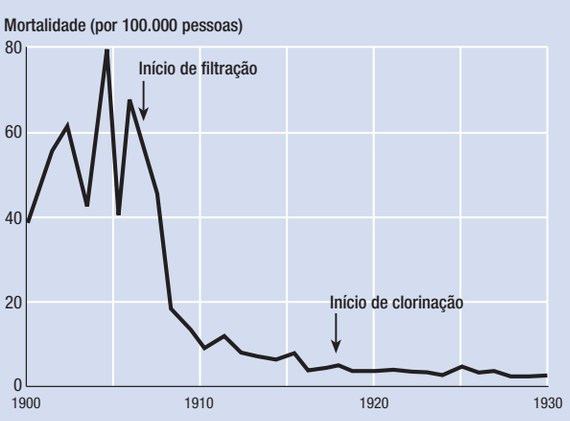
Taxas de mortalidade devida a doenças transmitidas pela água nos Estados Unidos, 1900-30



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006; CDC 2006; Cutler e Miller 2005

Figura 2 A água potável reduziu as mortes por tifóide

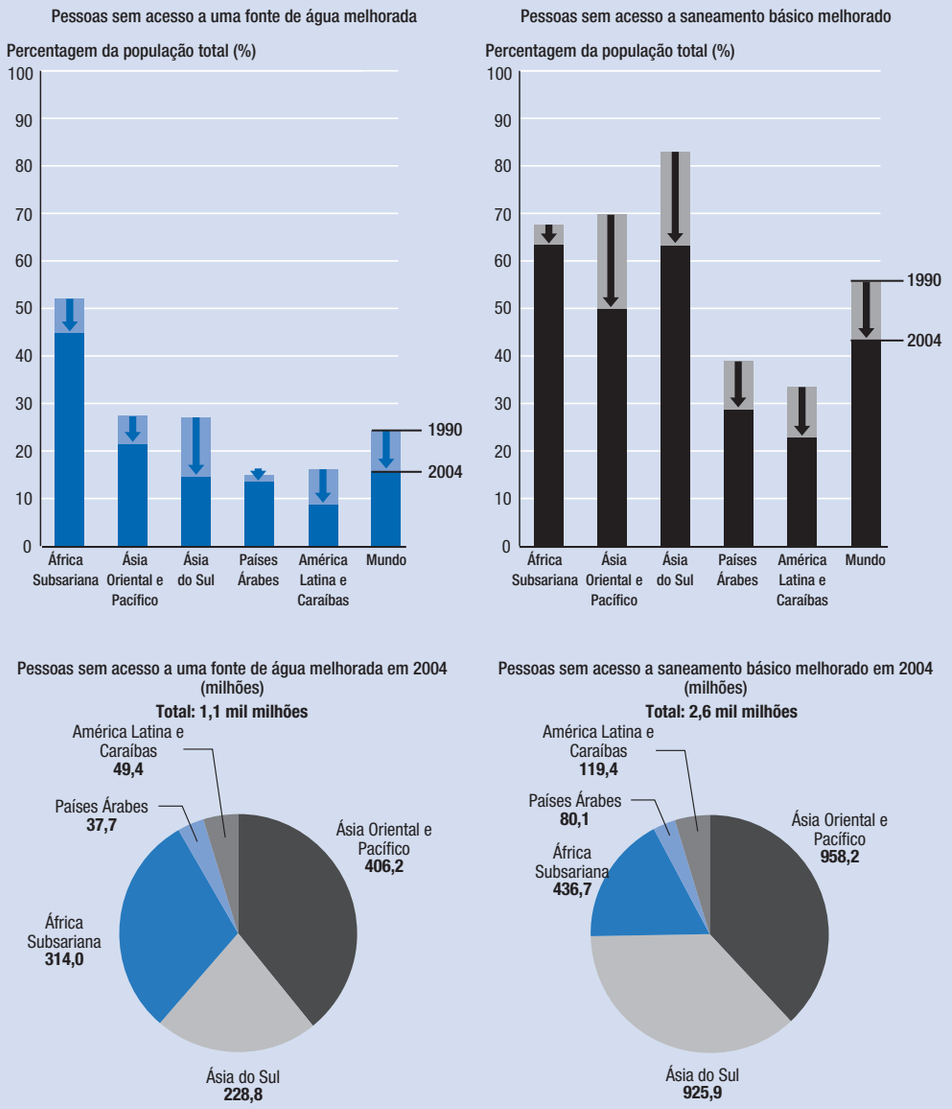
Mortalidade devido à febre tifóide em Cincinnati, Ohio, 1900-30



Fonte: University of California, Berkeley, e MPIDR 2006, CDC 2006; Outler e Miller 2005.

Fonte: Cutler e Miller 2005; Cain e Rotella 2001; Troesken 2001; Blake 1956.

Figura 1.1 Redução lenta: o défice global de água e saneamento básico



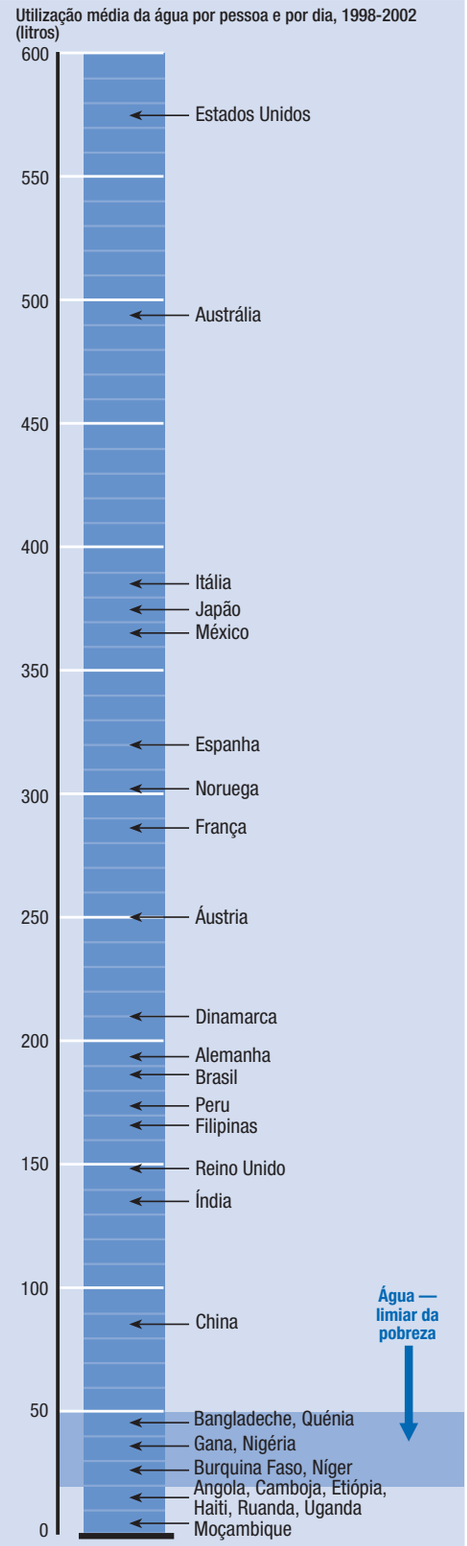
Fonte: Calculado com base em UNICEF 2006a.

escassez dos recursos hídricos desde há muito que faz parte das preocupações da política governamental em Estados como o Arizona ou a Califórnia. Mas quase todos os habitantes do mundo desenvolvido têm acesso a água segura com um simples girar da torneira. O acesso a sistemas de saneamento básico privado e a instalações sanitárias é universal. Praticamente ninguém morre por falta de água potável ou saneamento — e as raparigas não são obrigadas a faltar à escola para irem buscar água para consumo da família.

Agora comparemos esta situação com o que se passa nas zonas em desenvolvimento. Tal como sucede noutras vertentes do desenvolvimento humano, têm-se registado progressos no sector da água e do saneamento (figura 1.1). E no entanto, no início do século XXI, uma em cada cinco pessoas residentes em países em desenvolvimento — cerca de 1,1 mil milhões de pessoas no total — não tem acesso a água potável. Cerca de 2,6 mil milhões de pessoas, quase metade da população total dos países em desenvolvimento, não têm acesso a saneamento básico em condições. Qual o verdadeiro significado destes números impressionantes?

Em aspectos importantes, eles escondem a realidade experimentada diariamente pelas pessoas por detrás das estatísticas. Essa realidade significa que as pessoas são obrigadas a defecarem em valas, sacos

Figura **1.2** **Mundos separados: a discrepância da água a nível mundial**



a. OFWAT 2001.
Fonte: FAO 2006.

de plástico ou nas bermas das estradas. «Não ter acesso a água potável» é um eufemismo que oculta outras carências profundas. Significa que há pessoas que vivem a mais de 1 quilómetro da fonte de água potável mais próxima e que são obrigadas a extrair água de valas, regos ou riachos que podem estar contaminados com agentes patogénicos e bactérias que podem provocar doenças graves e até a morte. Na África Subsariana rural, milhões de pessoas partilham as suas fontes de água doméstica com animais ou dependem de poços descobertos que constituem caldos de cultura de agentes patogénicos. E o problema não se restringe aos países mais pobres. No Tajiquistão, quase um terço da população abastece-se de água proveniente de canais e valas de irrigação, com risco de exposição a descargas agrícolas poluídas.[15] O problema não está em as pessoas não terem consciência do perigo que correm — é que não existe alternativa. Paralelamente aos riscos para a saúde, o acesso a água imprópria para consumo significa que as mulheres e as raparigas perdem horas a ir buscar água e a carregá-la até casa.

Uma simples comparação entre países ricos e países pobres basta para sublinhar as desigualdades mundiais (figura 1.2). O consumo médio de água varia entre 200-300 litros por dia e por pessoa na maioria dos países da Europa, e os 575 nos Estados Unidos. Os habitantes de Phoenix, no Arizona, uma cidade situada no deserto onde existem alguns dos mais verdejantes relvados dos Estados Unidos, consomem mais de 1.000 litros por dia. Pelo contrário, o consumo médio em países como Moçambique é inferior a 10 litros. As médias nacionais escondem, inevitavelmente, variações muito grandes. As pessoas privadas do acesso a água melhorada nos países em desenvolvimento consomem muito menos, em parte porque são obrigados a transportá-la ao longo de enormes distâncias, e a água é pesada. Os 100 litros diários apontados pelas normas internacionais como consumo mínimo para uma família de cinco pessoas pesam 100 quilos — um fardo demasiado grande para carregar durante duas ou três horas, sobretudo por raparigas. Outro problema reside no facto de as famílias carenciadas muitas vezes não terem meios para pagar mais do que uma pequena porção de água comprada nos mercados informais — um assunto a que voltaremos mais adiante.

Qual será o princípio básico para um abastecimento de água condigno? É difícil estabelecermos uma relação entre o acesso à água e a pobreza por causa das variações relacionadas com o clima — as pessoas das zonas áridas do Norte do Quénia precisam de beber mais água do que os habitantes de Londres ou de Paris —, das condições sazonais, e das características de cada família, entre outros factores. As normas internacionais definidas por organismos como a Organização Mundial de Saúde

(OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sugerem um requisito mínimo de 20 litros por dia proveniente de uma fonte situada até 1 quilómetro do lar. Esta quantidade é considerada suficiente para beber e garantir a higiene pessoal da família. Abaixo deste nível, considera-se que as pessoas estão limitadas na sua capacidade de manter o sem bem-estar físico e a dignidade inerente à higiene pessoal. Se atendermos a outros factores tais como tomar banho ou lavar a roupa, as necessidades fariam aumentar o requisito mínimo por pessoa para cerca de 50 litros diários.

Largas faixas da humanidade situam-se abaixo do limiar das necessidades básicas no que diz respeito ao acesso à água, quer permanente quer intermitente. Para cerca de 1,1 mil milhões de pessoas que residem a mais de 1 quilómetro de uma fonte de água, o consumo é frequentemente inferior a 5 litros diários de água imprópria para consumo.[16] Se quisermos ser mais concretos, os requisitos mínimos para uma mulher que esteja a amamentar e que desenvolva uma actividade física moderada é de 7,5 litros por dia. Por outras palavras, uma em cada cinco pessoas no mundo em desenvolvimento tem falta de acesso a suficiente água para garantir até mesmo os requisitos básicos para o bem-estar e o desenvolvimento infantil. Os problemas são particularmente graves nas zonas rurais. No Uganda, o consumo médio nas zonas rurais varia entre os 12 e os 14 litros por dia.[17] O consumo na estação seca diminui acentuadamente, na medida em que a distância das fontes de água também aumenta. Nas regiões áridas da Índia Ocidental, do Sael e da África Oriental, as disponibilidades de água durante a estação seca podem descer muito abaixo dos 5 litros por dia. Mas as pessoas que vivem nas zonas urbanas também enfrentam situações de grande escassez. O consumo de água pode registar uma média de 5-10 litros nas pequenas cidades do Burquina Faso e de 8 litros por dia em aglomerações espontâneas de Chennai, na Índia.[18]

Para além deste 1,1 mil milhões de pessoas que experimentam diariamente enormes carências, existe uma população muito mais vasta que também enfrenta privações. Para os que têm acesso a uma fonte de água a menos de 1 quilómetro de casa, mas mesmo assim ainda distante, a média de consumo situa-se normalmente nos 20 litros por dia. Um estudo da OMS/UNICEF realizado em 2001, estimou que cerca de 1,8 mil milhões de pessoas se encontravam nesta situação.[19]

Sem pretendermos minimizar a gravidade daquilo que se considera escassez de água nos países ricos, os contrastes são gritantes. No Reino Unido, as pessoas consomem, em média, mis de 50 litros de água por dia só por puxarem o autoclismo quando usam os sanitários — ou seja, mais de dez vezes o total de água disponível para as pessoas que não têm acesso a uma fonte de água melhorada na maioria das zonas rurais da África Subsariana. Um americano consome, a tomar um simples duche de cinco minutos, mais água do que consome, num dia inteiro, um residente-tipo de um bairro degradado situado num país em desenvolvimento. Sem dúvida que as restrições ao uso de aspersores de rega de jardim e de mangueiras causam incómodo às famílias dos países ricos. Mas os pais não têm falta de água para manter os filhos asseados, garantirem os padrões elementares de higiene que previnem as doenças mortais ou para manterem a sua saúde e dignidade.

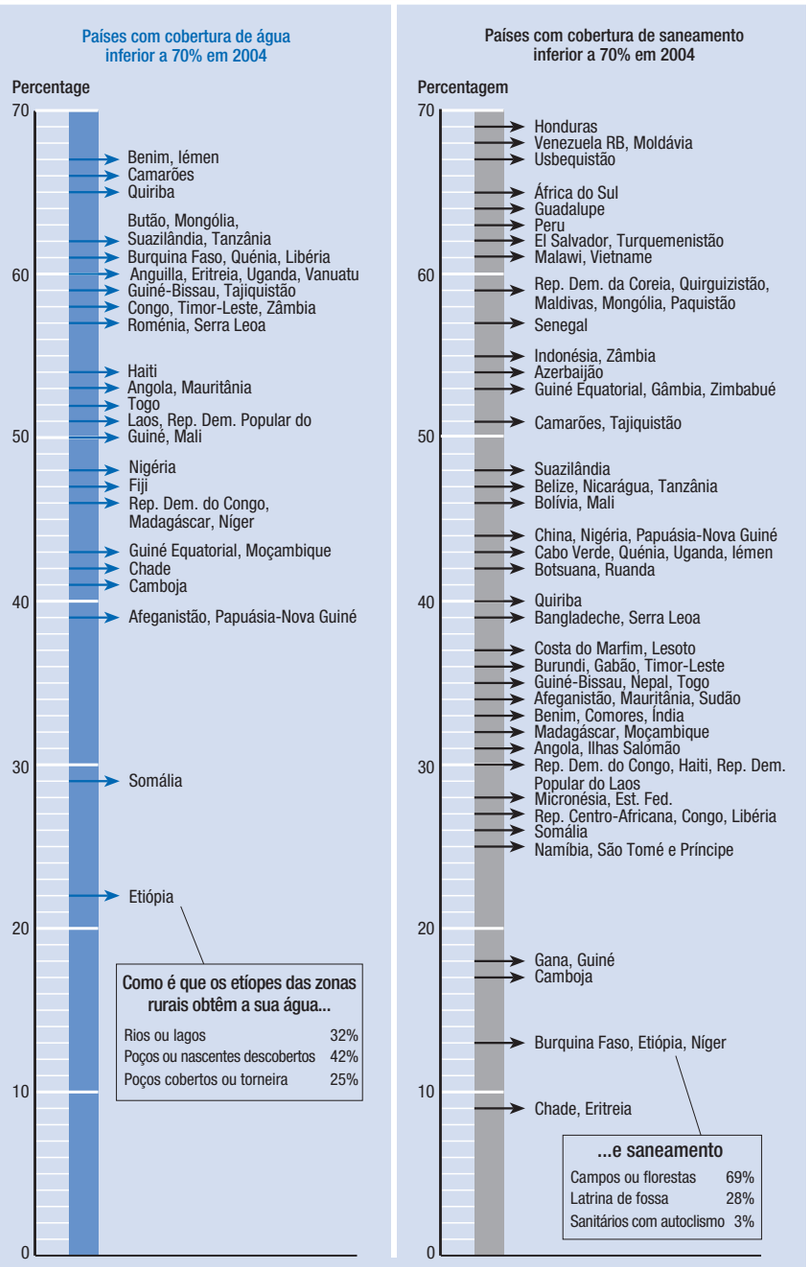
Claro está que o consumo de água nos países ricos não diminui os recursos hídricos disponíveis nos países pobres. O consumo global não funciona como uma conta de somar ou subtrair em que um país fica com menos quando outro gasta mais. Mas estas comparações servem para realçar as disparidades existentes no acesso a água potável — e à água mineral engarrafada em particular.[20] Os 25 mil milhões de litros de água mineral consumidos anualmente pelas famílias dos EUA ultrapassam o consumo total de água potável de 2,7 milhões de pessoas no Senegal que não têm acesso a uma fonte de água tratada. E os alemães e os italianos consomem, entre si, água mineral em quantidade suficiente para cobrir as necessidades básicas de mais de 3 milhões de pessoas no Burquina Faso para cozinhar, lavar e outras tarefas domésticas. Enquanto uma parte do mundo sustenta um mercado de *designers* de garrafas de água que não trazem qualquer benefício tangível para a saúde, outra parte enfrenta graves riscos de saúde pública porque as pessoas são obrigadas a beber água de valas ou de lagos e rios partilhados com os animais e contaminados com bactérias nocivas.

Enquanto uma parte do mundo sustenta um mercado de designers de garrafas de água que não trazem qualquer benefício tangível para a saúde, outra parte enfrenta graves riscos de saúde pública porque as pessoas são obrigadas a beber água de valas ou de lagos e rios

A riqueza é importante...

Os valores globais relativos à cobertura de água e saneamento ocultam as grandes diferenças que existem entre as diversas regiões. No caso da água, a África Subsariana possui, de longe, as taxas de cobertura mais baixas (55%), embora a maioria da população sem acesso a água potável resida no Sul da Ásia. Relativamente ao saneamento, as carências são ainda mais alargadas. A taxa de cobertura no Sul da Ásia é quase tão baixa como na África Subsariana, onde duas em cada três pessoas dessas regiões não têm acesso. Metade da população no Leste da Ásia e um quarto da população da América Latina não têm acesso ao mais elementar sistema de saneamento básico. Cerca de 40 países em desenvolvimento fornecem água potável a menos de 70% dos seus cidadãos e 54 países fornecem uma rede de saneamento segura a menos de metade (figura 1.3).

Figura 1.3 Muitos países ainda têm um longo caminho a percorrer até atingirem uma cobertura plena



Fonte: Quadro de indicadores 7.

Este rápido relance mostra bem a estrondosa dimensão da crise do acesso à água e ao saneamento básico. Mas também deixa à vista dois problemas mais vastos. O primeiro diz respeito à relação entre o bem-estar material e as redes de abastecimento de água e de saneamento. De modo geral, os níveis de cobertura de água e saneamento aumentam na mesma proporção dos rendimentos: quanto mais rico é o país, maior a cobertura. Esta conclusão não deve surpreender-nos, já que os serviços têm de ser financiados quer através dos orçamentos familiares quer dos dinheiros públicos. Mais surpreendente é a grande variação nos valores médios.

Muitos países são demonstrativos da relação imperfeita entre a capacidade financeira e a qualidade do fornecimento de água e saneamento. As Filipinas possuem um rendimento médio superior ao Sri Lanca, mas uma menor percentagem de cidadãos com acesso ao saneamento básico. Da mesma forma, a Índia pode superar o Bangladeche enquanto caso de sucesso em termos de crescimento global, mas a situação inverte-se quando a medida para o sucesso passa a ser o saneamento básico: apesar de registar uma receita média superior em cerca de 60%, a Índia possui uma taxa de cobertura de saneamento básico inferior. Podemos constatar falhas semelhantes entre os níveis de riqueza e as redes de abastecimento de água. Apesar de apresentar uma receita média inferior, o Egipto possui níveis mais elevados de acesso à água potável do que a China, e a Tanzânia dispõe de uma maior cobertura do que a Etiópia. No que diz respeito à água e ao saneamento básico, tal como acontece com outras vertentes do desenvolvimento humano, os países divergem bastante quanto ao ritmo a que convertem a riqueza em progressos a nível do desenvolvimento humano — um resultado que evidencia a importância das políticas públicas (figura 1.4).

... e o saneamento vem atrás do acesso á água

O segundo problema realçado pelas estatísticas mundiais consiste na divergência entre as redes de fornecimento de água e de saneamento básico. Em todas as regiões e em quase todos os países, os sistemas de saneamento básico têm ficado bem aquém do abastecimento de água — e não existem sinais de que esta discrepância esteja a diminuir. No Sul da Ásia, o acesso a uma rede de esgotos tratados representa menos de metade do acesso às redes de abastecimento de água. Noutras regiões, o fosso de cobertura varia entre os 29% na Ásia Oriental e os 18% na África Subsariana. Estas discrepâncias são relevantes, não só porque o acesso a um sistema de saneamento básico é naturalmente importante, como também porque os benefícios de um acesso à água e ao saneamento melhorados se reforçam mutuamente — um aspecto evidenciado pela Europa e pelos Estados Unidos, no século XIX (ver caixas 1.1 e 1.2). No Egipto, os níveis elevados de poluição provenientes das águas residuais presentes na região do Delta do rio Nilo eliminam os potenciais benefícios que um acesso à água quase universal proporcionaria à saúde pública. As taxas de incidência de diarreia e hepatite A em muitos aglomerados da cintura urbana são de longe superiores ao que seria esperado com base no

nível dos rendimentos, sendo a poluição de águas residuais um factor predominante.[21] Os países que adiam a sua cobertura do saneamento básico irão confrontar-se com a consequente redução dos benefícios do progresso no sector da água.

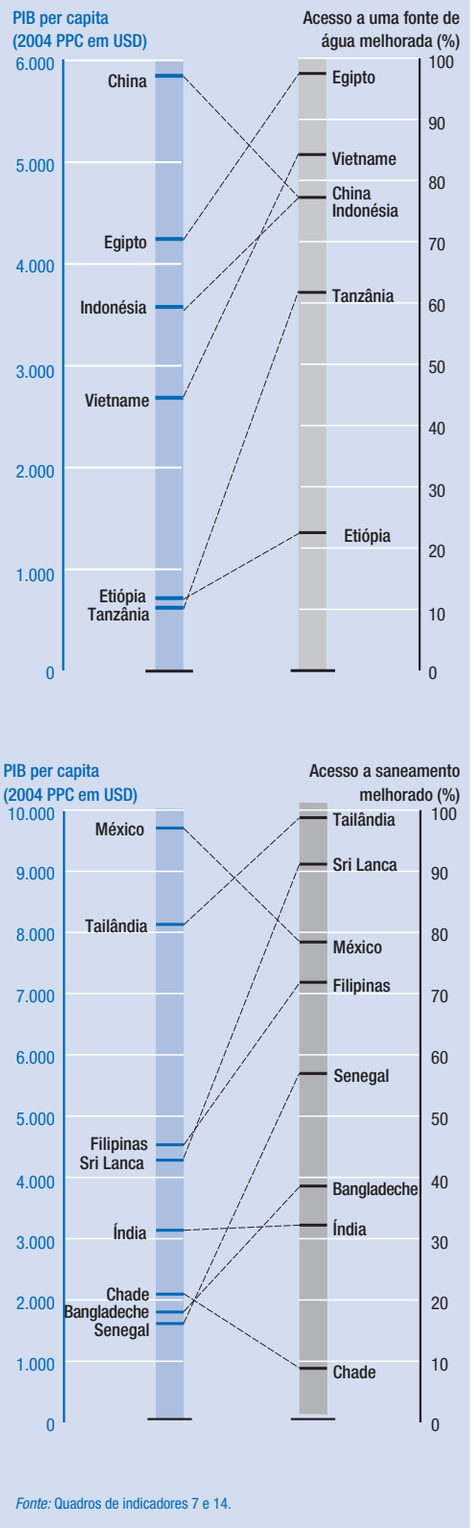
As estatísticas minimizam sistematicamente a dimensão da escassez

As estatísticas mundiais relativas ao sector da água e do saneamento básico são divulgadas através do Programa de Monitorização Conjunta da OMS e da UNICEF. Estes dados apresentam-nos um cenário desolador. Mas a realidade é ainda mais desoladora do que aquilo que as estatísticas mostram. Apesar de a metodologia de recolha de dados ter melhorado, os valores atenuam os problemas por várias razões. Parte do problema assenta no facto de a presença física de uma fonte «melhorada» — como é o caso da latrina de fossas ou fontes públicas — nem sempre ser um indicador rigoroso de melhoria das condições de acesso: as tecnologias podem nem sempre funcionar como deviam. Uma outra dificuldade prende-se com o alcance das estatísticas. No que diz respeito aos inquéritos nacionais, algumas pessoas — nomeadamente as pessoas carenciadas — são só parcialmente contabilizadas pelo facto de residirem em zonas cuja existência não é oficialmente reconhecida pelos governos. A ausência ou a degradação de infra-estruturas também não está devidamente contabilizada nas estatísticas, tal como sucede com a frequente falta de fiabilidade dos serviços de fornecimento de água existentes, e que obriga as populações a apoiarem-se, quase sempre, noutras fontes.

Milhões em falta. Milhões de pessoas carenciadas não figuram nas estatísticas nacionais. Como residem em aglomerados improvisados, não são simplesmente contabilizadas.

- *Bombaim*. Os dados apresentados indicam que Bombaim, a quinta maior cidade do mundo, desfruta de uma cobertura de rede de abastecimento de água segura que abrange mais de 90% da população. Estes números são quase de certeza exagerados. Através de algumas estimativas, verifica-se que quase metade dos 18 milhões de habitantes da cidade residem em *zopadpatti* — literalmente, zonas de cabanas — que surgem assinaladas nos mapas urbanos como zonas cinzentas amorfas agrupadas ao longo das linhas férreas e estendendo-se por riachos e velhos matagais pantanosos. Os habitantes destes locais não figuram nos registos municipais. Uma zona deste tipo é Dharavi, um extenso bairro degradado situado entre o aeroporto internacional e o centro financeiro de

Figura 1.4 Rendimentos e resultados no acesso à água e ao saneamento: o bem-estar financeiro e a eficácia divergem frequentemente



Fonte: Quadros de indicadores 7 e 14.

Caixa 1.3 Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi

As condições aqui são terríveis. Vejam com os vossos próprios olhos. Há esgotos por todo o lado. Algumas pessoas possuem latrinas com fossa, mas estas são pouco profundas e transbordam quando chove. A maioria das pessoas usa baldes e sacos de plástico como retretes — e as crianças fazem as necessidades nas ruas e nos quintais. As nossas crianças sofrem permanentemente de diarreia e de outras doenças devido à imundície.

Mary Akinyi, aldeia de Mugomo-ini, Kibera

A menos de 7 quilómetros do Parlamento Queniano, no centro de Nairobi, o aglomerado urbano de Kibera, em franco crescimento, é um dos maiores bairros degradados da África Subsariana. Os seus habitantes experimentam uma das piores situações de falta de água e de saneamento básico no mundo. No entanto, pessoas como Mary Akinyi quase nunca constam das estatísticas.

De acordo com o relatório do governo queniano sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, 93% dos residentes de Nairobi têm acesso a água potável e 99% dispõem de saneamento. Estes números dificilmente colam com as condições de vida em Kibera. Vivem no bairro degradado entre 500.000 e um milhão de pessoas — desconhecem-se os números verdadeiros. Com 2.000 a 3.000 pessoas por hectare quadrado, esta será por certo a área com maior densidade populacional de toda a África Subsariana. Uma família média de três a quatro indivíduos vive numa habitação de uma só divisão, feita de lama, madeira, plástico e chapas de ferro ondulado.

Um simples olhar para as ruas de Kibera levanta questões acerca dos dados apresentados. A alta densidade populacional, a concentração de pessoas e a falta de infra-estruturas criaram um verdadeiro pesadelo no que diz respeito ao acesso à água e ao saneamento básico. Os canais de escoamento nas bermas das estradas estão frequentemente entupidos, as latrinas com fossa transbordam na época das chuvas e as crianças brincam em montes de lixo não recolhido.

Os dados relativos ao fornecimento de serviços não são fiáveis. Menos de 40% dos lares têm acesso a ligações legais à rede de abastecimento de água, geralmente através de uma fonte pública. Entre os que possuem um acesso à rede, cerca de um terço apenas recebe água dia sim, dia não. Cerca de 80% dos lares adquirem toda ou uma parte da água que consomem através de vendedores privados cujos preços rondam os 3,50 dólares por metro cúbico, subindo para quase o dobro na estação seca. Este preço médio é cerca de sete vezes superior àquele que os moradores de bairros ricos pagam pelos serviços fornecidos pela Companhia das Águas e Esgotos de Nairobi — e é também superior aos preços praticados em Londres ou Nova Iorque. Existem quase 700 quiosques de água disponíveis em bairros degradados, embora as vendas estejam concentradas em quiosques geridos pelos senhorios — um factor que limita a capacidade de protesto público contra algumas práticas injustas.

Os habitantes que dependem dos quiosques gastam, geralmente, cerca de uma hora para recolherem a água, e durante os períodos de seca, chegam a demorar ainda mais. Também gastam com isso uma grande parte dos seus magros rendimentos. Para uma família com dois adultos a receberem o salário mínimo, os gastos médios com a água representam cerca de 20% dos seus rendimentos — um peso tremendo nos orçamentos domésticos.

A cobertura de saneamento básico é ainda mais limitada. Em algumas zonas, uma única latrina chega a ser partilhada por 150 pessoas. Em muitos casos, estas latrinas não oferecem privacidade e segurança e são anti-higiénicas e mal cuidadas, apresentando paredes degradadas e fossas a transbordar. A Câmara Municipal de Nairobi não fornece quaisquer serviços de saneamento básico a Kibera.

Um dos indícios mais marcantes que contrariam os dados relativos à prestação de serviço consiste nos «sanitários voadores». Sem disporem de quaisquer latrinas públicas ou privadas, muitos dos residentes de Kibera defecam para dentro de sacos de plástico que largam em valas ou atiram para a berma da estrada. Duas em cada três pessoas em Kibera indicam os sanitários voadores como tratando-se do principal meio que têm à sua disposição para defecarem. E não é difícil percebermos porquê. No final da década de 1990, numa zona de bairros degradados — Laina Saba — existiam em funcionamento 10 latrinas com fossa para 40.000 pessoas. Tendo em conta as limitações de qualquer estimativa relacionada com os bairros degradados em geral, a cobertura de saneamento em Kibera estará, provavelmente, muito abaixo dos 20%.

A saúde pública fornece-nos mais indícios da situação real que se vive em Kibera, no que respeita ao acesso à água e ao saneamento básico. Os donos dos quiosques oferecem aos habitantes um meio de salvação. No entanto, as torneiras que utilizam para aceder à rede de abastecimento de água estão frequentemente danificadas. Uma das consequências desta situação é o lançamento à água de excrementos e outros detritos que flutuam nas águas residuais. O fornecimento de água de má qualidade e a falta de infra-estruturas para a eliminação de excrementos e de gestão das águas residuais estão directamente associados à alta incidência de diarreia, doenças de pele, febre tifóide e malária. As taxas de mortalidade devido à diarreia são largamente superiores às do resto de Nairobi (ver quadro).

Taxas de mortalidade infantil e de crianças com menos de cinco anos e incidência de diarreia no Quénia

Localidade	Taxa de mortalidade infantil (por cada 1.000 nascimentos)	Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (por cada 1.000 nascimentos)	Incidência de diarreia sanguinolenta em crianças com menos de 3 anos nas duas semanas anteriores à entrevista (%)
Quénia (rural e urbano)	74	112	3,0
Rural	76	113	3,1
Nairobi	39	62	3,4
Outros locais urbanos	57	84	1,7
Nairobi, bairros clandestinos	91	151	11,3
Kibera	106	187	9,8
Embakasi	164	254	9,1

Fonte: APHRC 2002.

(continua na pág. seguinte)

Caixa 1.3 **Os «sanitários voadores» de Kibera — uma consequência da grave negligência verificada na cobertura das redes de fornecimento de água e de saneamento básico em zonas pobres de Nairobi** *(continuação)*

Os serviços públicos apresentam um fraco historial no suprimento das necessidades de Kibera. Existem apenas 25 quilómetros de rede de abastecimento de água canalizada, e os bairros degradados recebem substancialmente menos água que outros aglomerados, em parte devido ao desvio da água que os serviços de abastecimento efectuam, para abastecer os bairros ricos durante os períodos de escassez. A Companhia das Águas e Esgotos de Nairobi perde 40% da água fornecida a Kibera devido a fugas e a ligações clandestinas. As receitas obtidas pelos serviços públicos representam menos de um terço do valor facturado, o que indicia graves problemas de gestão. Os habitantes gastam cerca de 5 milhões de dólares por ano em água adquirida em quiosques — dinheiro que poderia ser utilizado no alargamento da rede de abastecimento de água canalizada e no financiamento das ligações nos bairros carenciados.

Porquê uma rede de fornecimento tão limitada? Em parte, como Kibera é um aglomerado «ilegal», as autoridades municipais e os senhorios não se sentem obrigados a fornecer-lhe quaisquer serviços.

Os mercados privados não têm conseguido diminuir os custos e aumentar o abastecimento por diversas razões. Os vendedores declaram terem sido obrigados a pagar subornos a representantes do governo e à companhia de abastecimento da água para poderem efectuar ligações à rede — um custo que transferem para os seus próprios clientes. Os montantes pagos pelos privados para estabelecerem ligações à rede e criarem condutas de água também são elevados, já que os vendedores não beneficiam das economias de escala. Montar um quiosque tem um custo médio de 1.000 dólares — um investimento que é depois amortizado através da cobrança das tarifas da água.

Um outro factor que inflaciona o preço da água é a interacção entre os quiosques e os serviços públicos de abastecimento. Como os quiosques são considerados empresas comerciais, pagam uma tarifa de quantidade que corresponde ao dobro da tarifa de consumo mínimo por habitação, custos que são depois transferidos para o consumidor.

O desafio que se apresenta em Kibera tem que ver com a necessidade de as autoridades governamentais reconhecerem a dimensão do problema — e trabalharem em conjunto com as comunidades locais para encontrarem soluções. É fundamental que os direitos de propriedade sejam consignados, que os fornecedores do sector privado sejam devidamente regulamentados, que se acabe com os monopólios do sector da água mantidos nas mãos dos senhorios de bairros degradados e que se aumente o orçamento público destinado à recolha e tratamento das águas residuais. Da mesma forma, devem ser tomadas medidas legislativas que obriguem os senhorios a melhorar as condições de fornecimento de água e saneamento básico.

Fonte: Quénia 2005, ONU-HABITAT 2003; WSP-AF 2005c; Collignon e Vézina 2000.

Bombaim e local de residência de quase um milhão de pessoas. Os moradores dos bairros degradados vivem num ambiente que representa uma ameaça diária para a saúde pública. Calcula-se que exista um sanitário para cada 1.440 pessoas. Na época das chuvas, as ruas, por não terem um sistema de escoamento, transformam-se em canais de água putrefacta que transporta excrementos humanos. Os habitantes de zonas como Dharavi estão dependentes de poços, cisternas ou fontes de fornecimento inseguras quando procuram água para beber. Para além destas zonas, existem os edifícios de arrendamento degradados, ou *chawls,* onde os habitantes improvisam canalizações com canos enferrujados, torneiras defeituosas e cisternas completamente danificadas. Num cenário típico, 15 famílias partilham uma torneira que apenas funciona durante duas horas por dia.[22]

- *Jacarta*. As estatísticas nacionais indicam taxas de cobertura de abastecimento de água tratada em mais de 90% das zonas urbanas da Indonésia. No entanto, os inquéritos abrangendo um grande número de residentes clandestinos em Jacarta, uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes, concluem que menos de um quarto da população usufrui em pleno de fontes de abastecimento de água tratada. Os restantes dependem de uma variedade de fontes, incluindo rios, lagos e vendedores ambulantes de água. A discrepância: cerca de 7,2 milhões de pessoas.[23]
- *Nairobi*. Os dados para esta cidade dão conta de uma cobertura de acesso à água e ao saneamento básico superior a 90%. Este número é difícil de enquadrar na experiência de vida das pessoas mais carenciadas. Em Nairobi, mais de um milhão de pessoas que habitam em bairros degradados ou aglomerados clandestinos — cerca de um terço da população da cidade — dependem de vendedores ambulantes como fonte de abastecimento de água secundária. No que diz respeito ao saneamento básico, o panorama é ainda pior. Os «sanitários voadores» de Kibera — sacos de plástico para onde as pessoas defecam, atirando-os de seguida para a rua — são um testemunho da extensão limitada relativamente à cobertura de saneamento básico em Nairobi, o que também acontece em relação à alta taxa de mortalidade infantil nos bairros degradados (caixa 1.3).

Saneamento básico e poluição da água. Em muitos países, o velho problema da separação entre a água para consumo e os esgotos continua a constituir um enorme desafio para as políticas governamentais — e para a saúde pública. O défice de infra-estruturas e a sua degradação estão no centro deste desafio. Na América Latina, a percentagem de excrementos humanos que recebe qualquer tipo de tratamento situa-se abaixo dos 14%: o restante é despejado nos rios e lagos ou abandonado, infiltrando-se no solo e contaminando águas subterrâneas. A China tem um forte historial no alargamento do acesso às redes de

Caixa 1.4 A discrepância entre o abastecimento de água e o saneamento básico nas Filipinas

O actual sistema de sanitários, cujas vantagens foram tão aclamadas, é o pior que alguém poderia algum dia adoptar... Este sistema limita-se a remover todos os excrementos das nossas casas, para entupir com eles os nossos rios, transformando-os em depósitos pútridos que vão apodrecendo à porta dos nossos vizinhos. É um sistema que traz para dentro das nossas casas um inimigo mortífero.

Scientific American, 24 de Julho, 1869

No século XIX, reformistas sociais e engenheiros oriundos da Europa e dos Estados Unidos denunciaram o facto de a generalização de latrinas sem o adequado dispositivo de eliminação de detritos representar uma ameaça para a saúde pública. Manila, a capital das Filipinas, é um exemplo de como este problema ainda não foi resolvido. As taxas de cobertura de saneamento básico foram situadas acima dos 80%, mas este valor esconde um sério desafio à saúde pública.

Desde 1997, ano em que as autoridades municipais privatizaram os serviços de abastecimento de água e a rede de esgotos, tem havido um grande esforço no sentido de alargar o acesso à água potável, tanto na zona Leste da cidade, onde os serviços privatizados oferecem um melhor abastecimento, como na zona Oeste, onde os privados falharam. O saneamento tem merecido muito menos atenção, em parte devido à dimensão das dificuldades de abastecimento e a um passado parco em investimentos neste sector.

A percentagem da população residente na área metropolitana de Manila que possui uma ligação à rede de esgotos não chega aos 4%. As famílias mais abastadas encontraram a solução através da criação das suas próprias estações de saneamento. Os sanitários com autoclismo são largamente usados, ligados a fossas sépticas privadas, servindo frequentemente grandes condomínios. Cerca de 40% das famílias dispõem, hoje, de latrinas em casa, o que conta como factor de melhoria. Calcula-se que haja um milhão ou mais de fossas sépticas em Manila.

O problema é que estações de tratamento e eliminação de águas residuais escasseiam. Resultado: Assiste-se ao lançamento indiscriminado de descargas mal tratadas para o rio Pasig — uma complexa rede de canais que liga o lago Laguna de Bay ao porto de Manila através de uma profusão de subúrbios urbanos. Outras 35 toneladas de resíduos sólidos domésticos são depositadas todos os anos no rio Pasig pela mão de ocupantes ilegais que residem em povoamentos improvisados ao longo das margens do rio. No total, cerca de dez milhões de pessoas descarregam resíduos não tratados para o rio.

Este factor apresenta graves consequências para a saúde pública. O rio Pasig é um dos mais poluídos do mundo, representando os detritos humanos 70% da totalidade da sua poluição. Os níveis de coliformes fecais excedem largamente os padrões definidos pelo Departamento do Ambiente e Recursos Naturais — cerca de um terço de todas as doenças em Manila está relacionado com a qualidade da água. Os 4,4 milhões de habitantes que vivem ao longo das margens do rio enfrentam problemas particularmente graves, sobretudo durante as inundações na época das chuvas de Junho a Outubro. Durante a época de poucas cheias, o rio Pasig muda de direcção e transporta a poluição para o Lago Laguna, criando ainda mais complicações para a saúde pública.

Têm sido traçados planos ambiciosos para limpar o rio Pasig, embora nenhum tenha saído da fase de planeamento, em parte devido ao fracasso do governo e dos fornecedores de água em desenvolverem uma estratégia coerente para combater a crise do saneamento básico em Manila

Fonte: WSP–EAP 2003; AusAID 2006.

abastecimento de água tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas, embora a poluição resultante dos desperdícios humanos e industriais seja um problema grave. Dezasseis cidades com níveis populacionais de mais de meio milhão de habitantes não usufruem de estações de tratamento de águas residuais.[24] A nível nacional, menos de 20% dos resíduos municipais recebe qualquer tratamento, obrigando os habitantes a ferverem a sua água em casa antes de a beberem. Em 2003, a Administração Pública para a Protecção Ambiental indicou que mais de 70% da água em cinco dos sete principais sistemas fluviais na China estava demasiado poluída para utilização humana.

Um problema adicional reside no facto de, em muitos países, as cidades não possuírem as infra-estruturas de recolha dos resíduos das latrinas com fossa, o que resulta na entrada de águas residuais nos sistemas de abastecimento de água. «Saneamento melhorado» para uns pode transformar-se em poluição e, para outros, numa ameaça para a saúde pública — como é o caso de Manila (caixa 1.4)

Uma infra-estrutura de abastecimento de água deficiente pode criar situações de alto de risco, mesmo em cidades com taxas de cobertura de rede elevadas. As taxas urbanas de cobertura de rede de água tratada no Paquistão estão avaliadas acima dos 90%. Mas o que significa este valor na prática? Vejamos as cidades de Lahore (com 5 milhões de habitantes) e Carachi (10 milhões), onde se estima que metade da população viva em zonas de bairros degradados clandestinos. Ambas as cidades dependem de uma com-

binação de águas captadas no subsolo e águas provenientes de canais. Contando com mais de 40% da água fornecida não filtrada e 60% dos afluentes sem tratamento, as doenças epidémicas transmissíveis pela água são comuns. Em Lahore, somente três empresas industriais em 100 procedem ao tratamento químico das suas águas residuais. Não existe nenhuma estação de tratamento de esgotos. Em Carachi, duas das maiores regiões industriais do país não possuem estações de tratamento de efluentes. O sistema de esgotos está em mau estado e não existem instalações de tratamento de resíduos. Os detritos humanos e a poluição industrial degradaram gravemente as águas do subsolo subterrâneas de que depende um número cada vez maior de lares enquanto fonte de água potável.[25] Ao longo de toda a área urbana do Paquistão, a água imprópria para consumo representa uma ameaça constante para a saúde pública. Só na primeira metade de 2006, surgiram violentos surtos de doenças epidémicas transmissíveis pela água que varreram Faisalabad, Carachi, Lahore e Peshawar como resultado da fuga de esgotos e de detritos industriais que contaminaram a água potável através de condutas danificadas. A crise é tão grave que foi lançado um programa de investimento público significativo para financiar mais de 6.000 estações de filtração das águas.

Envenenamento mineral. As substâncias naturais na água não tratada são geradoras de riscos para milhões de pessoas. A utilização de água subterrânea não tratada para consumo público já expôs cerca de 60 milhões de pessoas à contaminação por arsénico, pertencendo mais de metade deste número ao Bangladeche. Os custos humanos projectados para os próximos 50 anos incluem 300.000 óbitos devido a cancro e 2,5 milhões de casos de envenenamento por arsénico. As zonas de concentração de fluorite colocam uma ameaça adicional. Uma das zonas em África estende-se ao longo do Vale do Rift situado na África Oriental, desde a Eritreia até ao Malawi, uma outra parte da Turquia e atravessa o Iraque, Irão, Afeganistão, Índia, o nordeste da Tailândia e a China. As informações mais recentes demonstram que a fluorose é endémica em, pelo menos, 25 países do mundo. Desconhece-se o número total de pessoas afectadas, mas fazendo uma estimativa por defeito, teremos valores na ordem das dezenas de milhões.[26]

Tempo, fluxos e disponibilidade. A presença de uma tecnologia de fornecimento de água melhorada, como por exemplo uma torneira ou uma fonte pública, constitui outro indicador parcial de acesso aos recursos hídricos. Para muitas pessoas, as torneiras permanecem secas durante longos períodos, obrigando as famílias a recorrerem aos mercados clandestinos de comercialização de água que não oferecem condições de segurança. De uma forma mais lata, milhões de famílias carenciadas recorrem regularmente a fontes de abastecimento de água tratada e não tratada, o que levanta dúvidas sobre o quadro que as estatísticas mundiais pretendem traçar.

Embora as estatísticas nacionais possam apontar para a existência física de uma fonte de abastecimento de água tratada, os lares com acesso às redes de abastecimento deparam-se com o problema do fornecimento intermitente, sobretudo na estação seca. Em Nova Deli, Carachi e Catmandu, a percentagem de lares que dispõem de água canalizada 24 horas por dia não chega aos 10%. Considera-se normal um fornecimento de duas ou três horas diárias.[27] Embora as famílias carenciadas enfrentem as maiores dificuldades de acesso à água fornecida pelos serviços de abastecimento, por terem menor probabilidade de estarem ligados à rede, a falta de qualidade das redes de abastecimento afecta a maioria da população. Isto sugere-nos uma forte complementaridade de interesses no melhoramento e expansão dos sistemas de abastecimento.

O facto de se viver na proximidade de uma fonte pública não é garantia de um acesso fácil à rede de abastecimento. O tempo de viagem pode ser curto, mas as filas de espera podem ser longas. Dhaka tem uma taxa de cobertura de abastecimento para uma fonte de água tratada superior a 90%, mas este valor inclui as torneiras públicas que servem os habitantes dos bairros degradados, onde o ratio de torneiras por utilizador é de 1:500.[28] As dificuldades em áreas rurais são ainda mais marcantes. No Burquina Faso, Malawi e Mali, os estudos realizados sugerem que um terço ou mais dos pontos de água está sistematicamente avariado.[29] Têm sido referidos valores semelhantes na Ásia do Sul. No Andhra Pradesh, onde uma sondagem revelou a existência de uma boa cobertura de pontos de água, a população declarou que mais de metade desses pontos de água estavam constantemente danificados.[30] O problema mais grave nas áreas rurais relaciona-se com factores sazonais, em que a média de tempo de fornecimento esconde grandes variações entre a estação seca e a das chuvas. Um estudo elaborado numa região semi-árida da Nigéria concluiu que a percentagem de famílias que recolhiam água de uma fonte situada a mais de um quilómetro de distância aumentou de 4% para 23% na estação seca, enquanto o consumo médio diário diminuiu de 38 para 18 litros.[31] As oscilações no acesso à água reflectiam-se nos indicadores de saúde infantil, registando o dobro da incidência de diarreias durante a estação seca.

Para os indivíduos, para os lares e para sociedades inteiras, o acesso a água limpa e a saneamento é uma das bases para o progresso no desenvolvimento humano

Os custos da crise em termos de desenvolvimento humano

Para os indivíduos, famílias ou sociedades completas, o acesso a água potável e a saneamento é um dos pilares para o progresso do desenvolvimento humano. Esta secção irá centrar-se no papel mais alargado da água e do saneamento básico representa no desenvolvimento humano, com vista a:

- Reduzir o problema dos baixos salários.
- Reduzir a mortalidade infantil.
- Acabar com os desequilíbrios ao longo de um ciclo de vida.
- Impedir que haja maiores danos em termos de saúde.
- Melhorar o nível de educação das raparigas.
- Conceder mais tempo livre às mulheres e às raparigas.
- Garantir o respeito pela dignidade humana.

Agravamento do problema dos salários baixos — o efeito da crise sobre os rendimentos

Os custos financeiros da redução do défice de água e saneamento básico suscitam, por vezes, alguma preocupação. Os governos nacionais têm perfeita consciência do impacto que os múltiplos apelos ao aumento das despesas podem ter em orçamentos restritos. Tem-se prestado menor atenção aos custos económicos da crise no sector da água e do saneamento e das implicações destes custos na pobreza e na prosperidade das pessoas.

A investigação levada a cabo pela OMS tendo em vista este relatório recorreu a um modelo universal para daí extrapolar uma melhor estimativa dos custos associados ao défice de água e saneamento básico.[32] Esse modelo baseia-se na interrogação sobre quantas regiões diferentes poderiam ser poupadas se a população mundial tivesse acesso a uma tecnologia básica de acesso à água e ao saneamento a baixo custo. E chega, entre outras, às conclusões que se seguem:

- Os custos globais do défice actual totalizam 170 mil milhões de dólares, ou 2,6% do PIB dos países em desenvolvimento.
- Os custos para a África Subsariana totalizam 23,5 mil milhões de dólares, ou 5% do PIB — um valor que excede a soma dos fundos de ajuda e o alívio da dívida no ano de 2003.
- As perdas regionais ascendem a 29 mil milhões de dólares na América Latina, 34 mil milhões de dólares na Ásia do Sul e 66 mil milhões de dólares na Ásia Oriental.

Estes valores devem ser tratados com prudência. No entanto, sublinham dois aspectos importantes. O primeiro é uma variante da máxima de que mais vale prevenir do que remediar. Atingir a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que aponta para a redução para metade da percentagem de pessoas sem acesso à água e ao saneamento custaria anualmente cerca de 10 mil milhões de dólares, só para se obter uma tecnologia sustentável de baixo custo. O acesso universal elevaria este montante para os 20 a 30 mil milhões de dólares, dependendo da tecnologia utilizada.[33] As estimativas mais moderadas, baseadas em custos mínimos, indicam que permitir que o défice do acesso à água e ao saneamento básico se mantenha custa aproximadamente nove vezes mais caro do que solucioná-lo. Em última análise, a defesa de medidas políticas que garantam o acesso de todos à água e ao saneamento básico encontra-se consubstanciada nos direitos humanos e em imperativos de ordem moral. Ao mesmo tempo, uma análise de custo-benefício sugere-nos que o senso comum económico constitui um poderoso argumento a favor.

O segundo aspecto relaciona-se com a distribuição. A estimativa de perdas económicas associadas ao défice de água e saneamento básico baseiam-se em dados regionais. No entanto, a maioria dessas perdas são sentidas por pessoas que se situam próximas ou mesmo abaixo do limiar de pobreza. Essas perdas são suportadas, de forma desproporcionada, pelos mais carenciados por serem estes que representam uma larga fatia da população sem acesso à água e ao saneamento básico. Isto implica que algumas das famílias mais carenciadas do mundo vejam os seus esforços de mobilização de recursos destinados à alimentação, saúde, educação e — o que é crucial — à produção, postos em causa graças a investimentos insuficientes nos sistemas de abastecimento de água e saneamento. Segue-se que as pessoas mais carenciadas seriam os principais beneficiários de um maior investimento nesta área, com os consequentes benefícios para o esforço de redução da pobreza.

Adiamento da redução das taxas de mortalidade infantil — ameaça mortal à nascença

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, a água imprópria para consumo representa uma ameaça infinitamente maior para a segurança humana

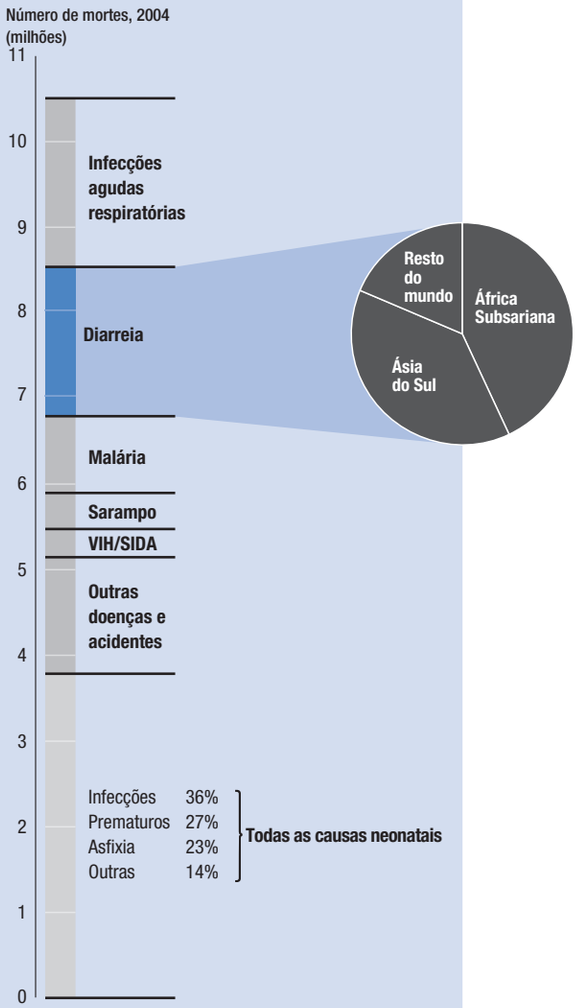
do que os conflitos violentos. Essa ameaça ataca logo à nascença. A água imprópria para consumo e a falta de saneamento básico estão directamente relacionadas com a enorme discrepância que separa logo à nascença as crianças nascidas nos países ricos das nascidas nos países pobres. Embora a esperança de vida esteja a aumentar nos países em desenvolvimento, a percentagem desse aumento e a aproximação a uma convergência com os países ricos têm sido prejudicadas pelo défice existente no acesso à água e ao saneamento básico.

Dos 60 milhões de óbitos registados no mundo inteiro em 2004, 10,6 milhões — quase 20% — dizem respeito a crianças com menos de cinco anos de idade. A mortalidade infantil representa um terço do total de óbitos registados em regiões em desenvolvimento como a África Subsariana ou o Sul da Ásia, enquanto nos países ricos, não chega a 1% do total de óbitos. O problema do acesso à água e ao saneamento básico está directamente relacionado com grande parte de óbitos de crianças com menos de cinco anos de idade. Eis a ligação: registam-se todos os anos 5 mil milhões de casos de diarreia em crianças oriundas de países em desenvolvimento. Este tipo de doenças representa a segunda maior causa de mortalidade infantil a seguir às infecções agudas do tracto respiratório. Trata-se de uma doença que ceifa anualmente a vida a 1,8 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos, o que equivale a uma taxa de mortalidade de 4.400 crianças por dia (figura 1.5). O número de óbitos associadas à ameaça dupla do consumo de água imprópria e das más condições de saneamento não tem sido suficientemente avaliado. A nível global, a diarreia mata mais pessoas do que a tuberculose ou a malária — e morrem cinco vezes mais crianças de diarreia do que de VIH/SIDA.

A ameaça à segurança humana provocada pela falta de acesso à água e ao saneamento básico tem vindo a aumentar em muitos países. A maioria das mortes por diarreia — mais de um milhão em 2004 — é provocada pela *shigella* ou diarreia sanguinolenta. Ao contrário de outras formas de diarreia, não se consegue tratar eficazmente a *shigella* através de uma simples terapia de hidratação por via oral — esta bactéria exige antibióticos mais dispendiosos. Mesmo para as famílias que têm possibilidades de pagar o tratamento, a *shigella* constitui uma ameaça crescente porque tem vindo a criar rapidamente resistência aos antibióticos. No Norte e Leste da Índia, voltou a surgir uma forma de *shigella* resistente aos fármacos após um intervalo de 14 anos. Também nas zonas rurais da parte ocidental do Quénia, metade dos casos de diarreia registados apresentaram resistência aos tratamentos.[34]

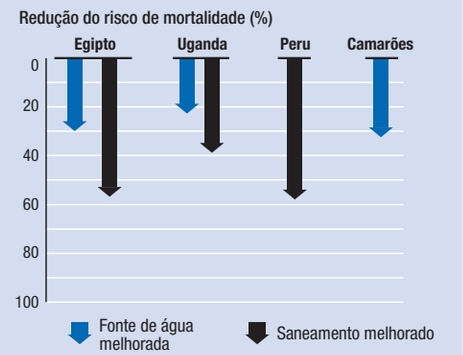
A água potável e o saneamento básico figuram entre os mais poderosos remédios preventivos na luta pela redução da mortalidade infantil. Eles estão

Figura 1.5 Diarreia: o segundo maior assassino de crianças



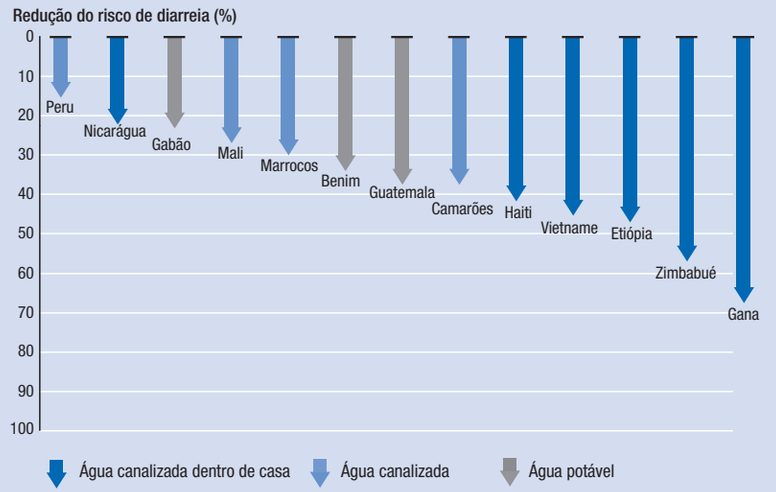
Fonte: OMS 2005.

Figura 1.6 O acesso a água potável e instalações sanitárias permite reduzir a mortalidade infantil



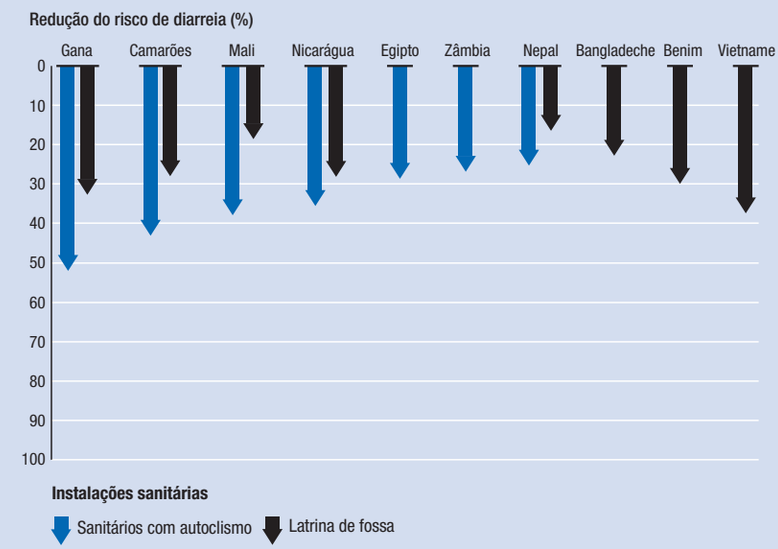
Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais pormenores ver a Nota técnica 3. Dados relativos a mortes pós-neonatais (1-12 meses).
Fonte de água e saneamento melhorados referem-se a um ou mais tipos de acesso considerados, de forma geral, melhorados.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

Figura 1.7 O acesso à água potável reduz o risco de diarreia...



Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais pormenores ver a Nota técnica 3.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

Figura 1.8 ...e o mesmo se aplica ao acesso ao saneamento básico



Nota: Dados baseados em sondagens realizadas entre 1995 e 2004. Para mais informações ver a Nota técnica 3.
Fonte: Fuentes, Pfütze e Seck 2006b.

para a diarreia como a vacinação está para doenças mortais como o sarampo ou a poliomielite: trata-se de mecanismos de redução do risco de doença e de prevenção da mortalidade. Para além de salvar vidas, o investimento preventivo na criação de redes de abastecimento de água e de saneamento básico faz sentido de um ponto de vista económico, já que pode ajudar a reduzir os custos do sistema de saúde curativo. O acesso universal até mesmo às instalações mais rudimentares de água e saneamento reduziria o peso financeiro dos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento em cerca de 1,6 mil milhões de dólares anuais — 610 milhões de dólares só na África Subsariana, o que representa cerca de 7% de todo o orçamento para a saúde nesta região.

Até que ponto a transição de uma rede de abastecimento de água e saneamento básico não tratada para uma tratada poderá reduzir o risco de mortalidade infantil? Esta questão foi alvo de uma investigação levada a cabo em vários países, a pensar neste relatório (ver *Nota técnica 3*). Foram utilizados para o efeito dados de um inquérito realizado junto de famílias oriundas de 15 países, com o objectivo de analisar as variações do perfil de risco dessas famílias tomando por base o abastecimento de água e as redes de esgotos tratados. As conclusões sublinharam a influência de um eficiente acesso à água e ao saneamento básico na prevenção da mortalidade infantil:

- *Uganda*. O acesso a uma fonte de água tratada reduz o risco de mortalidade infantil em 23%.
- *Egipto*. O acesso a sanitários com autoclismo reduz o risco de mortalidade infantil em 57% quando comparado com as crianças que vivem em lares sem acesso a saneamento básico (figura 1.6).
- *Peru*. O acesso a sanitários com autoclismo reduz o risco de mortalidade infantil em 59% quando comparado com crianças que residem em lares sem acesso a saneamento básico.

O principal caminho para reduzir os riscos passa pela diminuição da incidência de casos de diarreia. As variações registadas na redução do risco evidenciam a importância de um vasto conjunto de factores que por sua vez influenciam os resultados dessa estratégia de redução do risco. Como já fizemos notar, as tecnologias melhoradas não podem ser vistas isoladamente. No entanto, elas podem desencadear avanços significativos no domínio da saúde pública. Recorremos a dados estatísticos dos lares inquiridos para investigar os perfis de risco da diarreia associados às diferentes tecnologias sanitárias. Desta análise resultaram duas descobertas importantes. Em primeiro lugar, o acesso à água potável e ao saneamento básico têm um papel preponderante na incidência de diarreia. Nos lares em que existe água canalizada, a taxa de incidência diminui cerca de 70% no Gana, e mais de 40% no Vietname (figura 1.7). Da mesma forma, os sanitários com autoclismo reduzem o risco de contaminação em mais de 20%, em países como o Mali, a Nicarágua e o Egipto (figura 1.8). Em segundo lugar, existe uma hierarquia na redução do risco. As latrinas com fossa reduzem o risco, embora menos que os sanitários com autoclismo; e o acesso a uma fonte de água tratada fora do lar reduz menos o risco do que quando existe acesso a água canalizada dentro da casa.[35]

Por que motivo existem tão grandes variações na redução do risco consoante o tipo de tecnologia usada e os diferentes países? Em termos genéricos, o risco diminui sempre que os lares sobem um degrau na escada tecnológica. A existência de sanitários com autoclismo e de água canalizada dentro de casa potenciam níveis de redução do risco mais elevados do que, por exemplo, as latrinas com fossa ou fontes públicas. Há vários factores que explicam estas diferenças. A quantidade de água disponível é obviamente um factor a ter em conta. Inquéritos promovidos junto das famílias no Quénia, Tanzânia e Uganda revelaram que os lares com água canalizada utilizavam uma média de 16 litros por dia para limpeza e higiene. As casas sem água canalizada utilizavam menos de 6 litros. A nossa pesquisa não se debruçou directamente sobre o porquê de, perante situações de tecnologia similar, os resultados registarem variações tão grandes entre os diferentes países. No entanto, os resultados mostram a importância de factores que transcendem a tecnologia implementada no lar, como é o caso da qualidade da água comunitária e das infra-estruturas sanitárias (por exemplo, mesmo as famílias que possuem latrina e torneira em casa estão expostas aos riscos relacionados com o deficiente sistema de escoamento nas ruas).

O que a nossa pesquisa sublinha sem sombra de dúvida é a importância da melhoria do acesso à água e ao saneamento básico como meio de reduzir a mortalidade infantil em larga escala. Esta conclusão tem relevância óbvia para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Atendendo a que os progressos registados na prossecução do objectivo de redução da mortalidade infantil em dois terços têm ficado menos metade aquém da evolução esperada — havendo hoje uma diferença estimada de 4 milhões de óbitos infantis entre os objectivos traçados para 2015 e os resultados alcançados até à data — a melhoria do acesso à água potável e ao saneamento básico poderá desempenhar um papel vital no regresso do mundo ao bom caminho.

A proliferação de consequências crónicas

A mortalidade prematura pode ser a consequência mais grave resultante da falta de acesso a água e a saneamento. Contudo, os casos de doenças não fatais podem ter efeitos nocivos ao longo de toda uma vida. A enfermidade na infância pode estar associada a doenças crónicas, sejam elas de índole cognitiva ou física.

Repetidas crises de diarreia em crianças com idade inferior a um ano contribuem para uma deficiência vitamínica e para situações de subnutrição. As crianças subnutridas têm, pois, uma maior probabilidade de vir a sofrer de diarreia, sendo os casos de doença mais prolongados. Por seu turno, a diarreia contribui para situações de baixo peso, de enfezamento e de deficiência vitamínica. Estudos realizados na Gâmbia, no Sudão e no Uganda mostraram como a diarreia dificulta a recuperação de peso, especialmente em crianças dos 7 aos 12 meses.[36]

As crianças que sofrem constantemente de doenças provocadas pela falta de água potável acabam por transportar problemas para o contexto escolar. Uma saúde débil reduz o potencial cognitivo e acaba por, indirectamente, prejudicar a conjuntura educacional, acarretando absentismo, falta de atenção e abandono escolar prematuro. As doenças relacionadas com a falta de acesso a água potável custam, por ano, 443 milhões de dias de escola; o equivalente a um ano escolar de todas as crianças de sete anos de idade na Etiópia.

Quase metade destes dias é perdida devido a infecções intestinais provocadas por parasitoses e transmitidas através da água e de matérias fecais. Mais de 150 milhões de crianças em idade escolar são gravemente afectadas pelos principais helmintos, como sejam as lombrigas, os tricocéfalos e os ancilostomas. As crianças infectadas, comparativamente com as que nada sofrem, têm o dobro da probabilidade de apresentar absentismo escolar. Mas mesmo quando as crianças infectadas frequentam a escola, o seu desempenho acaba por se apresentar baixo e pouco regular: vários estudos apontam mesmo para efeitos adversos em termos de memória, capacidade de resolução de problemas e falta de atenção.[37]

A relação entre a insegurança dos recursos hídricos e vectores como a saúde e a educação prolonga-se pela idade adulta. Estudos realizados em muitos países revelaram uma estreita correlação entre a estatura do indivíduo em idade adulta e o seu rendimento económico. As crianças que sofrem de repetidas crises de doenças infecciosas e de diarreia apresentam grandes probabilidades de serem adolescentes e adultos de baixa estatura, encontrando-se esta, por sua vez, relacionada com a diminuição cognitiva e com o fraco rendimento escolar. Assim sendo, as crises de diarreia na infância abrem caminho para reduzir o poder económico e conduzir a um estado de pobreza do indivíduo em idade adulta.[38]

Os custos imediatos de uma consequência crónica traduzem-se, naturalmente, em riscos para a saúde e em rendimentos económicos mais reduzidos, não descurando uma maior vulnerabilidade. No entanto, todo o país acaba por perder com a diminuição da produtividade e o enfraquecido capital humano.

Actualmente, perto da metade da população do mundo em desenvolvimento sofre de uma ou mais das principais doenças associadas a um fornecimento inadequado de água e saneamento

Caixa 1.5 As despesas de saúde devido à falta de acesso a água e a saneamento

Perguntámos a uma mulher de uma área em estudo inserida no programa como poderia a triquíase [um desenvolvimento do tracoma] afectar a sua capacidade de trabalho. Ao que ela respondeu: «As minhas pálpebras mordem como um cão e arranham como um espinho. Consegue aguentar-se em cima de um espinho? Imagine que tem um espinho no pé e não o consegue tirar - depois, tente falar em trabalhar.»

Dr. Paul Emerson, director técnico do Programa de Controlo do Tracoma do Centro Carterr

O mais importante para mim é voltar a ser saudável. Significa que conseguirei trabalhar e sustentar a minha família.

Mare Aleghan, paciente com tracoma, etíope, 42 anos

Os problemas de saúde associados a um inadequado fornecimento de água e de saneamento ultrapassam em muito os evitáveis óbitos infantis. As doenças provocadas por falta de acesso a água potável representam cerca de 5% do total global de enfermidades. A angústia e o sofrimento associados estão muito além do que se possa estimar.

Convencionou-se que as doenças provocadas por falta de acesso a água potável se dividiam em três categorias: *doenças de transmissão hídrica* (tal como infecções que provocam diarreia transmitidas através de água contaminada por fezes), *doenças causadas por condições insalubres* (quando a pele ou a vista entram em contacto com água contaminada, como o tracoma) e *doenças atribuídas à água* (causadas por parasitoses encontradas em água contaminada, como seja a esquistossomose e outros helmintos). Uma quarta categoria, não considerada nas linhas que se seguem, compreende doenças provocadas por insectos, como a dengue e a malária. Em países em desenvolvimento, algumas destas doenças chegam mesmo a atingir proporções epidémicas:

- *Helmintos internos.* Cerca de 10% da população dos países em desenvolvimento sofre de doenças provocadas por parasitoses intestinais como lombrigas, triquíase e ancilostomas. As infecções estão fortemente relacionadas não só com a eliminação de excrementos por meio de condições sanitárias precárias, mas também com uma fraca higiene. O que contribui para uma subnutrição, para uma redução do potencial cognitivo e para casos de anemia. As crianças infectadas com helmintos têm quatro vezes mais probabilidade de apresentarem baixo peso.
- *Cólera.* As epidemias de cólera são um grande risco em áreas com elevada concentração populacional e fraco saneamento básico. As fortes chuvas podem provocar inundações nas latrinas, contaminar as águas e expor as populações às bactérias da cólera. Em 2005, a África Ocidental apresentou mais de 63.000 casos de cólera que conduziram a 1.000 mortes. O Senegal foi gravemente afectado na sequência de cheias provocadas pelas chuvas na cidade de Dacar. Durante o primeiro semestre de 2006, uma das mais graves epidemias a afectar a África Subsariana nos últimos anos registou, por mês, mais de 400 óbitos em Angola.
- *Tracoma. Chlamydia trachomatis,* o organismo que provoca o tracoma é transmitido pelas mãos e por moscas que pousam na cara e se alimentam da secreção ocular. As crianças são o alvo preferido. De acordo com a OMS, cerca de 6 milhões de pessoas já cegaram devido a esta doença. E outros 150 milhões precisam de tratamento, estimando-se a existência de 500 milhões de pessoas em situação de risco. A doença é endémica em 55 países, contribuindo a China e a Índia com 2 milhões de casos (ver quadro). Calcula-se que a Etiópia seja o país com o índice mais elevado de pessoas cegas, sendo o tracoma responsável por um terço dos casos.

  Assim que a doença atinge um estádio avançado, o único tratamento é a intervenção cirúrgica. Apesar de ser relativamente simples e custar apenas 10 dólares, esta intervenção não está, contudo, ao alcance de muitos pacientes: na Etiópia, cerca de 1 milhão de pessoas necessita desta operação mas apenas 60.000 são sujeitas a este tratamento anualmente. As famílias mais pobres acabam por ser desproporcionalmente afectadas, uma vez que a doença se encontra fortemente relacionada com o excesso populacional e com a ausência de água potável para consumo. Estima-se que as perdas de produtividade provocadas pelo tracoma totalizem anualmente 2,9 mil milhões de dólares.
- *Esquistossomose.* Cerca de 200 milhões de pessoas em 74 países encontram-se infectadas com esquistossomose, e pelo menos 600 milhões estão em situação de risco. Dos indivíduos infectados, 20 milhões apresentam um estádio já avançado da doença e 120 milhões apresentam apenas os respectivos sintomas. Estima-se que 80% da transmissão desta doença ocorra na África Subsariana, causando milhares de óbitos por ano. Fortemente relacionada com a eliminação de excrementos em condições sanitárias precárias, a esquistossomose é transmitida através do contacto humano com água contaminada (beber, lavar, ir buscar água e tomar conta de animais).

Número de pessoas com tracoma por país ou região em 2004

Região	Número de pessoas com tracoma
China	1.174.000
Índia	865.000
Outros países e ilhas asiáticas	1.362.000
África Subsariana	1.380.000
Médio Oriente	927.000
América Latina	158.000
Total	**5.866.000**

Fonte: Sight Savers International 2006.

Fonte: Sight Savers International 2006; OMS 2006a; Carter Center 2006.

O aumento das despesas de saúde

Um fraco acesso a água e a saneamento gera condições crónicas não fatais em todas as fases da vida. Actualmente, perto de metade da população dos países em desenvolvimento sofre de uma ou mais das principais doenças associadas a um inadequado fornecimento de água e de saneamento, como por exemplo diarreia, dracunculose, tracoma e esquistossomose (caixa 1.5.). Metade das camas dos hospitais dos países em desenvolvimento está ocupada por pessoas que sofrem destas doenças. E, provavelmente, estas representam uma percentagem ainda maior dos pacientes tra-

tados em clínicas de cuidados básicos, nomeadamente os localizados em bairros degradados e em zonas rurais. Os indicadores de saúde a nível global convencionais apontam para uma enorme percentagem de doenças relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento: de acordo com a OMS, esta representa uma perda anual de 60 milhões de anos de vida ajustados pelas incapacidades, ou 4% do total global.[39]

O que os números não conseguem espelhar é a dor e o sofrimento associados a este tipo de doenças. Nem mesmo assinalar a forma como estas enfermidades podem conduzir pessoas já muito vulneráveis a estados de verdadeira pobreza. O tracoma é disso um forte exemplo. A doença é transmitida pela mosca *musca sorbens*, um insecto que tem como alvo preferido de procriação as fezes humanas. Estas moscas aterram nos olhos de qualquer humano (desde crianças da mais tenra idade a idosos), conduzindo a décadas de infecção recorrente. As suas vítimas equiparam a infecção a ter espinhos nos olhos.

Para milhões de pessoas, o tracoma é um passaporte para a pobreza. À medida que a doença avança de estádio em direcção à cegueira, o indivíduo perde a respectiva capacidade de trabalho, ficando completamente entregue aos cuidados de familiares (ver o contributo especial de Presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter no capítulo 3). As crianças são fortemente infectadas e as mulheres acabam por ser mais vulneráveis do que os homens, apresentando taxas de infecção três vezes mais elevadas. Uma situação causada fundamentalmente pelo facto de serem elas a tomar conta dos filhos. Embora já tenha sido comum nos Estados Unidos, o tracoma está, nos dias de hoje, quase integralmente confinado aos países em desenvolvimento, nos quais se registam 150 milhões de ocorrências e 2 milhões de novos casos de cegueira por ano.

O tracoma é um exemplo da vasta relação existente entre as doenças provocadas por falta de acesso a água potável e o estado de pobreza. Estas doenças conseguem simultaneamente reduzir o rendimento económico, incrementar as despesas das famílias e conduzir à perda de ganhos futuros. Quando os elementos de famílias mais carenciadas contraem doenças, a sua produtividade diminui e, com ela, também diminui a capacidade de gerar rendimento ou de plantar alimentos. E porque as famílias pobres raramente possuem seguros de saúde, as despesas acabam por ser suportadas pelo actual rendimento, pela venda de bens ou contraindo um empréstimo. Ora, o esgotamento de recursos daí resultante reforça o depauperamento e aumenta a vulnerabilidade futura.

Prejuízo da educação das raparigas

Para as raparigas, a falta de acesso a água e a saneamento traduz-se na perda de oportunidades de índole educacional e na falta de possibilidades de legitimação associada. O défice de água e de saneamento acaba por ameaçar todas as crianças. Mas são as jovens e as mulheres que arcam com uma percentagem desigual dos custos suportados pelo agregado familiar.

Em muitos países, o tempo perdido a ir buscar água é uma das razões para o enorme fosso entre géneros verificado a nível da frequência escolar. Na Tanzânia, estes níveis de frequência escolar são 12% mais elevados nas raparigas que moram a 15 minutos ou menos das fontes de água, comparativamente com as que moram a uma hora ou mais das mesmas. Os índices de frequência escolar dos rapazes apresentam um nível de dependência em relação à distância das fontes de água bem mais reduzido.[40] Para milhões de famílias carenciadas, existe um claro conflito entre o tempo despendido na escola e o tempo gasto a ir buscar água. Observe-se, pois, as palavras de uma rapariga de 10 anos que se encontra na fila de espera junto a uma fonte de água em El Alto, Bolívia:

> *Claro que eu gostava de ir à escola. Quero aprender a ler e a escrever; e quero estar lá com os meus amigos. Mas como? A minha mãe precisa que eu venha buscar água, e a fonte só está aberta das 10h00 às 12h00. Tenho de vir cedo para a fila porque são muitas as pessoas que aqui vêm.*

As raparigas, principalmente após a puberdade, também apresentam menos probabilidades de frequentar a escola se esta não tiver as condições de higiene apropriadas. Devido a preocupações com segurança e privacidade, é frequente os pais retirarem as suas filhas de uma escola que não oferece casas de banho adequadas e separadas dos rapazes. Estima-se que metade das raparigas da África Subsariana abandona a escola primária devido à falta de água potável e de instalações sanitárias em condições.[41] Esta é uma situação que ajuda a explicar como a melhoria das condições sanitárias no contexto escolar pode aumentar a frequência escolar entre as raparigas: entre 1990 e 2000, o programa de saneamento escolar levado a cabo pela UNICEF no Bangladeche foi instrumental no aumento de 11% registado a nível das matrículas efectuadas por raparigas.[42] Contrariamente, um inadequado abastecimento de água e de saneamento pode retardar o desenvolvimento de países que lutam por conseguir condições educacionais universais. No Uganda, apenas 8% das escolas têm latrinas suficientes e somente um terço apresenta latrinas separadas para rapazes e rapari-

Para as raparigas, a falta de acesso a água e a saneamento traduz-se na perda de oportunidades de índole educacional e na falta de possibilidades de legitimação associada

A perda de dignidade associada à falta de privacidade na área do saneamento básico ajuda a explicar porque as mulheres lhe atribuem uma maior relevância do que os homens

gas; um défice que ajuda, naturalmente, a explicar a dificuldade em reduzir os índices de abandono escolar entre as raparigas após a puberdade.[43]

As disparidades existentes a nível educacional relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento acarretam impactos que se arrastam por toda uma vida e que se transmitem de gerações em gerações. A educação pode legitimar as mulheres para a participação nas tomadas de decisão das respectivas comunidades. Já na idade adulta, as raparigas com um bom grau de educação têm maior probabilidade de ter famílias mais pequenas e mais saudáveis; e os seus filhos menos probabilidade de morte prematura, recebendo níveis de educação escolar mais elevados do que os filhos de mães menos alfabetizadas. Estas vantagens são cumulativas, assim como o são as perdas associadas a desigualdades de género relacionadas com a falta de acesso a água e a saneamento.

O agravamento do binómio tempo-pobreza e da desigualdade de género

Em quase todos os países, a divisão de géneros em termos laborais atribui às mulheres responsabilidades que não são partilhadas pelos homens. A divisão de tarefas no seio familiar interage com os problemas a nível do fornecimento de serviços de modo a reforçar as profundas desigualdades de género.

O tempo perdido a ir buscar água representa um pesado fardo para as mulheres. Nas zonas rurais de Moçambique, do Senegal e da parte leste do Uganda, as mulheres passam, em média, entre 15 a 17 horas semanais a ir buscar água. É muito usual ver as mulheres percorrerem mais de 10 quilómetros durante as estações secas. Estudos realizados na parte leste do Uganda revelaram que as famílias gastam, em média, 660 horas por ano a ir buscar água. E isto representa dois meses inteiros de trabalho, com custos a nível da frequência escolar, do rendimento económico e do tempo livre das mulheres.[44] Estima-se que, na África Subsariana, sejam despendidas, por ano, cerca de 40 mil milhões de horas a ir buscar água[45] — o equivalente a um ano de trabalho de toda a mão-de-obra de França. Reduzindo o tempo dedicado a outras actividades, como o cuidar dos filhos, o descanso ou o trabalho produtivo, o tempo gasto a ir buscar água acaba por aumentar a falta de tempo para lazer, retirar legitimidade à mulher e reduzir o respectivo rendimento económico.

Os estudos efectuados na Índia, pela Associação Feminina de Trabalhadoras Independentes (SEWA), demonstram bem esta relação. As mulheres ocupadas com bem sucedidos projectos de micro-empresas na zona semiárida de Gujarat despendem entre três a quatro horas por dia para ir buscar água. Durante os meses de Verão, quando o tempo gasto a ir buscar água aumentou para mais duas horas por dia, elas tiveram de se adaptar reduzindo o tempo dedicado ao trabalho nas micro-empresas. Esta associação estimou que reduzir o tempo de recolha de água para uma hora por dia permitiria às mulheres auferir mais 100 dólares por ano, dependendo da empresa - o que representa uma enorme perda de rendimentos para famílias em áreas de extrema pobreza. Contudo, importante não era apenas a perda de rendimento económico. As mulheres realçaram igualmente a importância deste factor para a sua independência.[46]

A redução da dignidade humana

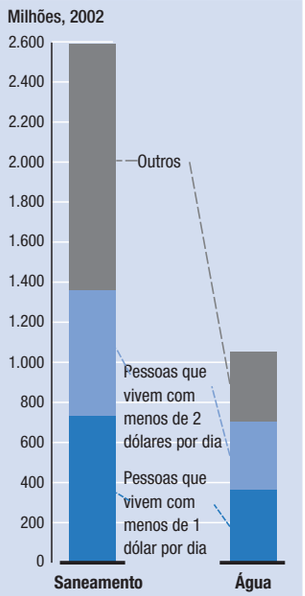
No Verão sentimo-nos tão sujas. Passam-se semanas que não lavamos as nossas roupas. As pessoas dizem que nós estamos sujas e cheiramos mal. Mas como podemos estar limpas sem água? [47]

Estas palavras, proferidas por uma mulher indiana de classe baixa, espelham a relação entre os vectores dignidade humana e água. A dignidade não é mensurável; contudo, é o cerne do desenvolvimento humano e do nosso sentido de bem-estar, tal como Adam Smith reconheceu. Ao escrever a obra A *Riqueza das Nações*, Adam Smith incluiu entre as «necessidades» para o bem-estar aqueles elementos de conforto que «até a pessoa mais pobre, homem ou mulher, teria vergonha de aparecer sem eles em público».[48]

O acesso a instalações de saneamento seguras, higiénicas e privadas é um dos mais indicadores sólidos de dignidade. Para milhões de mulheres a nível mundial, o acesso inadequado a estas instalações é fonte de vergonha, desconforto físico e insegurança. As normas culturais controlam rigorosamente o comportamento nesta área, e em muitos casos as mulheres não podem mesmo ser vistas a defecar; uma exigência que as força a sair de casa antes do amanhecer ou após o anoitecer, no sentido de poderem ter privacidade. Tal como uma mulher no Bangladeche descreveu: «Os homens podem fazer face às necessidades fisiológicas sempre que quiserem ... mas as mulheres têm de esperar até ao anoitecer, seja qual for o problema que tenham.» [49] Em muitos países, a protelação das necessidades fisiológicas é uma das principais causas de infecções a nível do fígado e de obstipação intestinal aguda.

A perda de dignidade associada à falta de privacidade na área do saneamento básico ajuda a explicar porque as mulheres lhe atribuem uma maior relevância do que os homens. Quando questionados acerca dos benefícios das latrinas, tanto os homens como as mulheres do Camboja, da Indonésia e do Vietname afirmaram que a principal vantagem seria a limpeza das casas e um ambiente livre de cheiros e moscas.[50] No entanto, as mulheres eram mais a favor

Figura 1.9 **A população pobre representa a maioria das pessoas com falta de acesso a água e a saneamento**



Fonte: Calculado com base em Chen e Ravallion 2004 e OMS e UNICEF 2004b.

de despenderem dinheiro nas casas de banho (para elas um importante investimento), dando especial ênfase à privacidade. Eram igualmente elas que com mais facilidade iniciavam o processo de aquisição de latrinas (ver capítulo 3). A carência de recursos financeiros para a criação de condições de saneamento básico por parte das famílias e das entidades governamentais deve-se pois, parcialmente ao facto de as mulheres não terem uma voz activa no estabelecimento de prioridades.

Os pobres são, de longe, os mais afectados pela crise

Os números médios nacionais ofuscam profundamente as desigualdades estruturais no acesso a água e a saneamento. Em muitos países, estas desigualdades são equivalentes a um sistema de apartheid a nível da água potável baseado na riqueza, na localização e noutros indicadores de vantagem e desvantagem. Para além disso, traduzem as profundas desigualdades de oportunidades de vida que corroem os princípios básicos da cidadania partilhada e da igualdade de oportunidades.

A população pobre representa a maior parte do défice

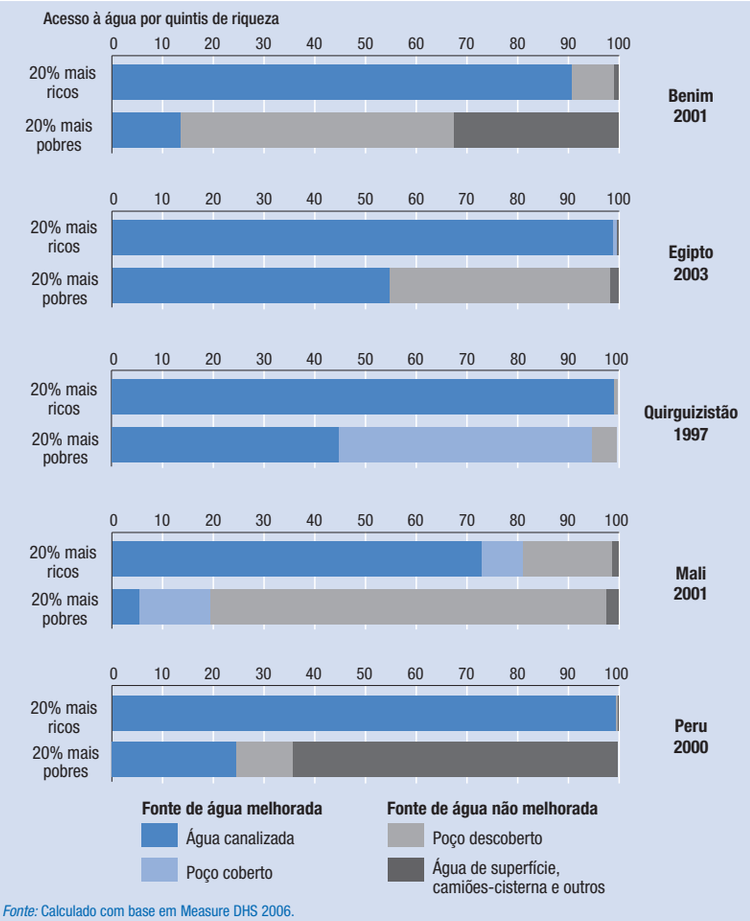
Qual a relação entre a falta de acesso a água e a saneamento e a distribuição global da pobreza?

Analisando os dados referentes a um estudo social a nível das famílias, é possível ter uma percepção aproximada da sobreposição entre a pobreza e a falta de acesso a água e a saneamento. A associação é ainda mais marcante a nível da água potável. Cerca de um terço das pessoas sem acesso a uma fonte de água potável vivem com menos de um 1 dólar por dia. E o dobro destas pessoas vive com menos de 2 dólares por dia. Estes valores significam que 660 milhões de pessoas que não têm acesso a água potável possuem, na melhor das hipóteses, uma limitada capacidade financeira para pagar uma ligação a serviços de abastecimento de água. Deste total, cerca de 385 milhões de pessoas encontram-se no limiar da pobreza absoluta, sobrevivendo com menos de 1 dólar por dia (figura 1.9). Mais de metade de 1,1 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável encontram-se nos 40% mais pobres em termos de distribuição de rendimento.

Estes valores não mostram a real relação causal: as pessoas podem não ter acesso a água potável porque são pobres, ou podem ser pobres porque não possuem acesso a água potável. Contudo, as estatísticas são altamente sugestivas relativamente à existência de uma relação recíproca entre a pobreza e a falta de acesso a água.

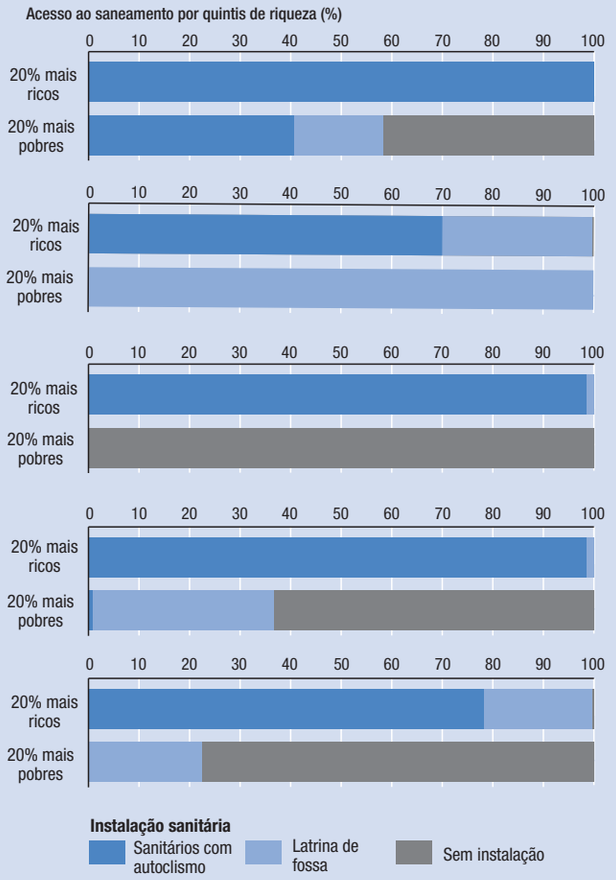
Em termos de saneamento, também existe uma forte associação entre a pobreza e o acesso à água: dois quintos das famílias mais pobres representam mais de metade do défice a nível global. Cerca de 1,4 mil milhões de pessoas sem acesso a água potável vivem com menos de 2 dólares por dia. No entanto, as taxas de cobertura de saneamento básico são bem mais reduzidas do que as de água potável, mesmo em grupos com um

Figura **1.10** **A divisão da água**



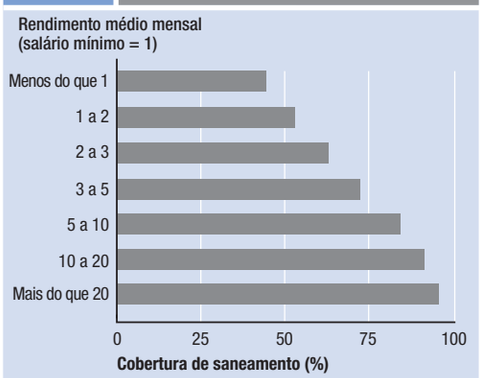
Fonte: Calculado com base em Measure DHS 2006.

Figura 1.11 A grande divisão do saneamento básico



Fonte: Calculado com base em Measure DHS 2006.

Figura 1.12 A população pobre tem uma taxa de cobertura de saneamento básico mais baixa no Brasil



Fonte: Heller 2006.

rendimento mais elevado. Nos países em desenvolvimento, um quarto dos 20% mais ricos não têm acesso a saneamento básico melhorado, e esse valor ascende a metade para os segundos 20% mais ricos.

A distribuição da riqueza em populações sem acesso a água e a saneamento acarreta importantes implicações de ordem prática, tanto em termos de política pública como de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As principais fontes nacionais de financiamento para vectores como a água e o saneamento são as famílias (através do pagamento de tarifas, de custos de ligação, de custos com mão-de-obra e de investimento) e o Estado (impostos ou subsídios). Em qualquer país, a fusão mais apropriada em termos de financiamento público e financiamento das famílias dependerá de várias circunstâncias, incluindo o rendimento médio, a pobreza e o perfil económico dos agregados familiares que não têm acesso a uma rede de água potável. Em países de rendimento elevado e médio, existe a possibilidade de as famílias financiarem os custos operacionais do fornecimento deste bem, apesar de o Estado desempenhar um papel fundamental no financiamento dos custos de investimento na criação de uma rede de água potável. Em países de rendimento baixo e médio, com taxas de cobertura reduzidas entre a população pobre, o financiamento público é a chave do desenvolvimento do acesso a este bem. Os 660 milhões de pessoas que vivem com menos de 2 dólares por dia e que não têm acesso a água potável, bem como os 1,4 mil milhões de pessoas que carecem de saneamento básico, não têm condições para financiar o abastecimento de água através dos seus rendimentos.

A desigualdade em termos de acesso a água potável é um tema abrangente. Nos países mais ricos, as pessoas não são diferenciadas pelo local onde obtêm água nem pelo tipo de instalações sanitárias que utilizam. Em muitos países em desenvolvimento, a distribuição da riqueza é definida pelo local onde se obtém água e pelos recursos de saneamento básico que se possui.

O acesso a água canalizada é altamente diferenciador. Uma análise efectuada em 17 países em desenvolvimento (Estudos Demográficos e de Saúde), e levada a cabo propositadamente para este relatório, concluiu que a disponibilidade deste bem era de aproximadamente 85% para os 20% mais ricos do total de famílias, comparativamente com 25% para os 20% mais pobres. Num grupo grande de países, o rácio de cobertura de água canalizada entre os mais ricos e os mais pobres é, normalmente, 4:1 ou 5:1. No Peru, o acesso a água canalizada é universal para os 20% mais ricos, enquanto dois terços dos 20% mais pobres compram água directamente aos vendedores ou adquirem-na em fontes de água (figura 1.10). As disparidades registadas a nível do acesso a saneamento básico são igualmente marcantes. Estas desigualdades desempenham um papel primordial no desenvolvimento humano devido à sua correlação com a distribuição de meios de sobrevivência, educacionais e de pobreza.

Alguns países registam elevadas desigualdades mesmo que apresentem um baixo nível de abastecimento de água. Na Zâmbia, três quartos dos 20% mais ricos têm acesso a uma casa de banho com autoclismo. Entre os 20% mais pobres, uma proporção similar utiliza espaços abertos, não havendo qualquer acesso registado a casa de banho com autoclismo (figura 1.11). À medida que o rendimento económico aumenta, assiste-se igualmente a um incremento da cobertura média. Mas, mesmo os rendimentos económicos nacionais relativamente elevados não garantem elevadas taxas de cobertura entre as populações pobres. No Brasil, 20% da população mais rica goza de um acesso a água e saneamento em níveis amplamente comparáveis aos registados nos países ricos. Entretanto, 20% dos mais pobres registam taxas de cobertura mais baixas do que no Vietname, em níveis directamente proporcionais ao rendimento económico (figura 1.12).

As desigualdades no acesso a água e a saneamento encontram-se intimamente relacionadas com as ainda maiores disparidades de oportunidades, a começar pela oportunidade de sobrevivência. Neste capítulo, já foi enfatizada a importância das desigualdades em termos de acesso a água e a saneamento na protelação de enormes disparidades de saúde que abrandam a convergência dos níveis de esperança de vida dos vários países. O mesmo acontece internamente em cada país.

As famílias pobres têm uma maior probabilidade de vir a sofrer de doenças infecciosas e as crianças pertencentes a essas famílias de morrerem prematuramente. Uma investigação realizada em vários países concluiu que as doenças transmissíveis são a causa de 56% dos óbitos registados em 20% da população mais pobre, comparativamente com 8% dos 20% mais ricos. De igual modo, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos nos 20% mais pobres é frequentemente duas vezes mais elevada do que a registada nos 20% mais ricos[51]— na Bolívia e no Peru, estas taxas são 4 a 5 vezes mais elevadas. E a taxa de mortalidade entre os 20% mais pobres está a descer a menos de metade da taxa média de redução em muitos países; um problema identificado no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005* como uma das principais ameaças para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Muitos factores relacionados com a pobreza estão na base das desigualdades em termos de mortalidade infantil, incluindo a subnutrição e o acesso aos necessários cuidados de saúde. Contudo, o aumento da exposição ao risco de doenças de transmissão hídrica é a maior causa de todas. Na cidade filipina de Cebu, a diarreia é a segunda maior causa de mortalidade infantil; no entanto, a mortalidade é quatro vezes mais elevada nas crianças provenientes dos 20% mais pobres da população do que dos 20% mais ricos. A diarreia representa 12% dos óbitos registados na cidade, mas representa 20% das desigualdades em termos de taxas de mortalidade entre as crianças provenientes das famílias mais ricas e aquelas pertencentes aos agregados familiares mais carenciados. [52]

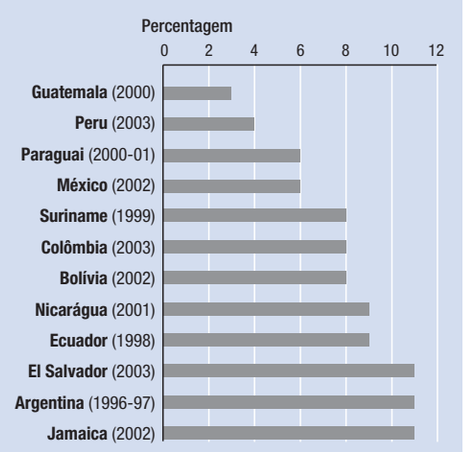
As desigualdades de saúde e de mortalidade reforçam a necessidade de olhar para além dos números e de analisar os problemas específicos enfrentados pelas famílias mais pobres. Dado o papel central desempenhado por factos como a água insalubre e as fracas condições sanitárias na transmissão de doenças infecciosas, qualquer estratégia no sentido de reduzir as desigualdades de saúde terá de se empenhar consideravelmente na diminuição das disparidades em termos de distribuição da riqueza. Tal como existem fortes fundamentos para o estabelecimento de metas relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que olham para lá das médias sociais no sentido de reduzir as disparidades enquanto objectivo explícito, também em vectores como a água e o saneamento subsiste uma base para o estabelecimento de objectivos claros e orientados para a equidade. Por exemplo, reduzir para metade as disparidades entre os 20% mais ricos e 20% mais pobres poderia ajudar a focalizar a política pública.

Os pobres pagam mais — e muito além do que podem

Vários debates em torno do abastecimento de água têm conduzido a posições polarizadas em relação ao factor preço. Um dos pólos quer dar maior ênfase à participação nas despesas, com as famílias a pagarem mais do que utilizam. O outro pólo receia que a par-

O preço da água potável reflecte um princípio de injustiça muito simples: quanto mais pobre se é, mais se paga

Figura 1.13 O preço da pobreza: a água representa uma grande parte das despesas dos 20% mais pobres



Fonte: Gasparini e Tornarolli 2006.

As pessoas mais carenciadas nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento não só pagam, pela aquisição de água, mais do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados, como também despendem mais por este bem do que as populações dos países mais ricos

ticipação nas despesas e os princípios do mercado possam pôr em risco o acesso a custos reduzidos a água potável por parte da população mais pobre. Ambas as perspectivas reforçam pontos importantes. No entanto, ambas descuram algumas das realidades fundamentais experienciadas pelas famílias mais pobres. Muitas delas carecem de capacidade para fazer face a encargos de recuperação de custos numa base comercial. Ao mesmo tempo, a visão de que a população mais pobre tem acesso a um abundante abastecimento de água a custos reduzidos é uma ilusão. Recorrendo a mercados que aumentam mais a sua pobreza, a maioria está já a pagar mais do que aquilo que poderia no sentido de fazer face às suas necessidades mais básicas. O preço da água potável reflecte um princípio de injustiça muito simples: quanto mais pobre se é, mais se paga.

Existe, no entanto, muito pouca investigação em torno da percentagem do orçamento das famílias pobres que é dedicada à água. Para milhões de famílias, o elevado preço de um bem como a água traduz-se, claramente, num esforço excessivo em termos de recursos económicos. Prova disso é o estudo realizado, para este Relatório, na América Latina que concluiu que 20% dos mais pobres na Argentina, El Salvador, Jamaica e Nicarágua gastam mais de 10% do seu rendimento económico na aquisição de água potável.[53] Cerca de metade dessas famílias vivem no limiar da pobreza absoluta, com menos de 1 dólar por dia (figura 1.13).

Padrões similares de consumo final doméstico são registados noutras regiões. No Uganda, as despesas com um bem como a água representam cerca de 22% do rendimento médio dos 20% das famílias urbanas mais pobres[54]. Um estudo realizado em Jacarta concluiu que mais de 40% das famílias gasta 5% ou mais dos seus rendimentos na aquisição de água potável.[55] (As autoridades regulamentadoras no Reino Unido decretam que qualquer despesa feita para a aquisição de água acima dos 3% do consumo final doméstico representa um indicador de esforço.)

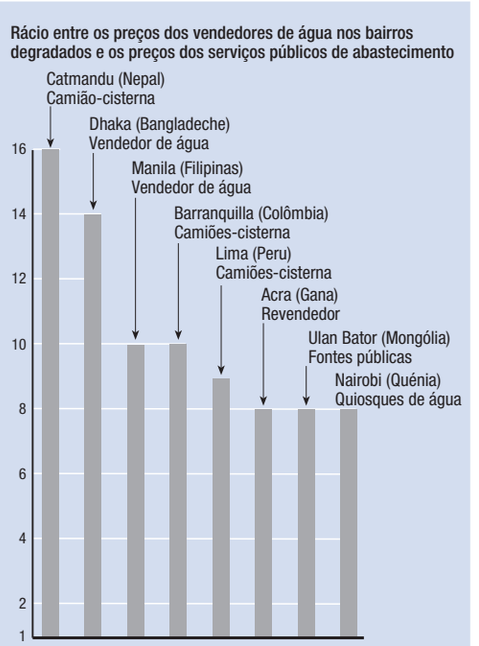
Estes valores em torno do consumo final doméstico alertam para a adopção indiferenciada de uma maior recuperação de custos como estratégia financeira. Existe um enorme espaço de manobra para mais recuperação de custos por parte de grupos com rendimentos mais elevados, muitos dos quais beneficiam de grandes subsídios. O mesmo princípio não se aplica aos grupos abaixo do limiar de pobreza. As elevadas despesas da população mais pobre são, muitas vezes, interpretadas como prova da sua capacidade financeira. Ou seja, o facto de as famílias mais carenciadas gastarem muito na aquisição de água é prova de que têm disponibilidade e capacidade financeira. Dado que as alternativas tanto podem ser consumir água que ponha em risco a saúde como despender demasiado tempo a ir buscar água, as famílias mais carenciadas poderão preferir gastar os seus limitados recursos na aquisição deste bem.

Contudo, o querer gastar não significa o mesmo que poder gastar; pelo menos, não da forma em que o conceito interage com o desenvolvimento humano. Ora, se a despesa na água correspondea uma grande parte do orçamento das famílias que vivem no limiar da pobreza (ou abaixo), as despesas com outros vectores como a saúde, a educação, a nutrição e a produção acabam por ficar comprometidas. Para além disso, os pagamentos médios anuais podem esconder os elevados preços que levam a uma enorme taxa de esforço durante a estação seca, quando o orçamento familiar é mais prejudicado.

Na verdade, as famílias estão a ponderar os benefícios de gastar num bem como a água, comparativamente aos benefícios de gastar noutras áreas que devem ser vistas como o mínimo dos direitos de ordem social. Reduzir as despesas com água potável por parte das famílias mais carenciadas poderia, em muitos casos, aumentar o rendimento económico destas, melhorando assim as perspectivas de fugir à pobreza e a capacidade de recuperação.

A desigualdade em termos de abastecimento de água relaciona-se não só com o acesso e despesas inerentes, mas também com o preço deste serviço. Um dos temas mais recorrentes no abastecimento

Figura 1.14 Os custos de estar longe do abastecimento de água



Fonte: Conan 2003; Solo 2003; ADB 2004; WUP 2003; WSP–AF 2005c.

de água nos países em desenvolvimento é o preço ser inversamente proporcional à capacidade financeira das famílias. De facto, algumas das populações mais pobres que vivem em bairros urbanos degradados pagam pela aquisição deste bem alguns dos preços mais elevados. Em Jacarta, Lima, Manila e Nairobi, as famílias que vivem com baixos rendimentos pagam normalmente 5 a 10 vezes mais (ou ainda mais) por este bem do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados. Em Manila, estima-se que 4 milhões de pessoas se abasteçam de água através de quiosques, vendedores com carrinhos de mão e camiões. A média das suas contas mensais com água é de 10 a 20 dólares; e as famílias que possuem um abastecimento directo de água potável pagam, em média, apenas 3 a 6 dólares por mês mas consomem cinco vezes mais água[56] (figura 1.14). Existe uma dimensão internacional relativamente à divisão da riqueza quanto ao preço da água. As pessoas mais carenciadas nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento não só pagam, pela aquisição de água, mais do que os residentes da mesma cidade que auferem rendimentos mais elevados, como também despendem mais por este bem do que as populações dos países mais ricos. Algumas das pessoas mais pobres do mundo que vivem nos bairros degradados de Acra e Manila pagam mais pela aquisição de água do que as pessoas que vivem em Londres, Nova Iorque ou Roma (figura 1.15).

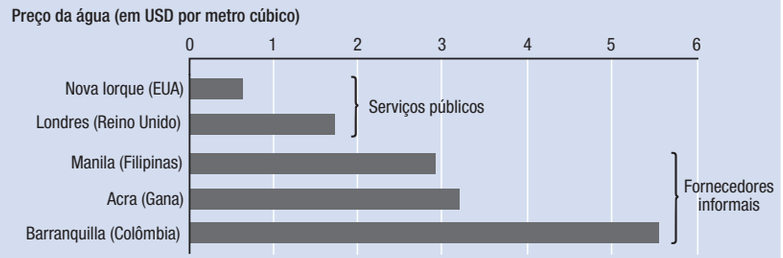
Porque é o preço da água inversamente proporcional à capacidade financeira em muitos países? As razões variam, mas em áreas urbanas o factor mais crítico é a distância entre o utilizador e a fonte de abastecimento de água. Os fornecedores de água que operam nas redes municipais oferecem, normalmente, os serviços mais baratos. As famílias com uma ligação directa à rede através de uma torneira em casa têm acesso a essa água potável. As famílias mais carenciadas sem esta ligação têm de adquirir água por meio de uma rede de intermediários. Assim, os preços aumentam de forma exagerada através dos intermediários: camiões, vendedores e outros. Ora, assegurar uma ligação à rede iria certamente baixar o preço unitário deste bem. No entanto, duas grandes barreiras limitam esta opção: os elevados custos de capital e as proibições que existem em estabelecer uma ligação devido ao facto de existirem populações a viver sem direitos de propriedade formais.

Estas barreiras ajudam a explicar as desigualdades no acesso à rede. Em Acra, na República do Gana, as taxas de ligação rondam, em média, os 90% nas áreas com rendimento mais elevado e 16% em zonas com rendimentos mais baixos.[57] As populações de Madina e Adenta, zonas urbanas de bairros degradados no sudeste da cidade, compram água potável a associações de camionistas que, por sua vez, a adquirem em grandes lotes ao abastecimento público. Resultado: muitas das 800.000 pessoas que vivem em Acra no limiar de pobreza, ou abaixo deste, pagam 10 vezes mais por este bem do que os residentes de áreas com rendimentos mais elevados. Como se não bastasse, o volume de água disponível para os utilizadores nos bairros degradados é normalmente reduzido devido a um sobreconsumo por parte das famílias de áreas com rendimentos mais elevados. A água fornecida nos bairros degradados de cidades como Acra e Nairobi é reduzida durante os períodos de escassez, no sentido de manter o fluxo em áreas com rendimentos mais elevados, onde o abastecimento diário deste bem é superior a 1.000 litros cúbicos por pessoa. Os residentes do próspero distrito de Parklands em Nairobi recebem água 24 horas por dia. Contudo, os residentes dos bairros degradados de Kibera são forçados a gastar, em média, mais de duas horas por dia a ir buscar água a fontes que funcionam 4 a 5 horas diárias (ou menos).

A relação entre o preço e a desvantagem geográfica ajuda a explicar as profundas disparidades existentes a nível do abastecimento de água que dividem tantas cidades. A escassez absoluta raramente é o problema que se encontra subjacente: a maioria das cidades possui água mais do que suficiente. O problema é que este bem está distribuído de forma desigual:[58]

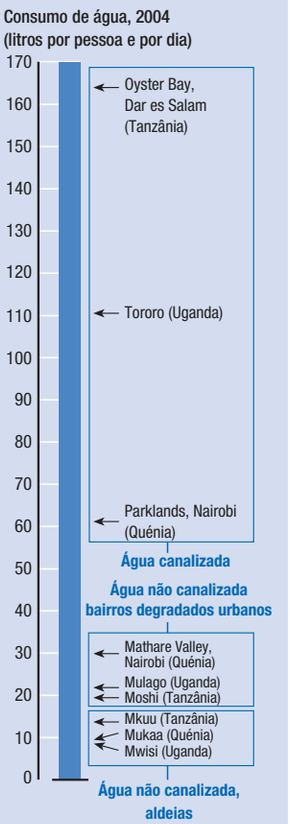
- A cidade de Lima produz mais de 300 litros diários de água per capita, mas 60% da população recebe apenas 12% deste bem.
- Em Guayaquil, no Equador, passam diariamente pela cidade mil milhões de litros de água no Rio Guayas. E os subúrbios com rendimentos elevados gozam de acesso universal a água potável. Só que cerca de 800.000 pessoas, que vivem com baixos rendimentos e sem direitos de propriedade formais, dependem dos vendedores de água. Cerca de 40% da população tem de viver com 3% da água canalizada.
- Em Chennai, na Índia, o abastecimento médio é de 68 litros por dia, mas as áreas que estão dependentes dos camiões apenas utilizam 8 litros. Em Ahmedabad, 25% da população utiliza 90% da água potável.

Figura 1.15 Preços da água: os pobres pagam mais, os ricos pagam menos



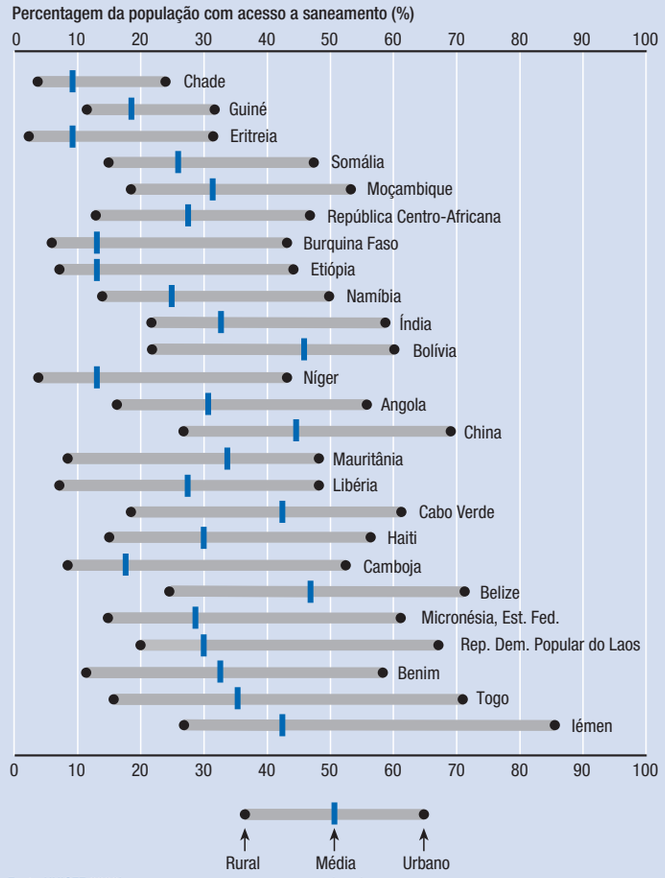
Fonte: Solo 2003; WUP 2003.

Figura 1.16 A divisão da água dentro dos países: Quénia, Tanzânia e Uganda



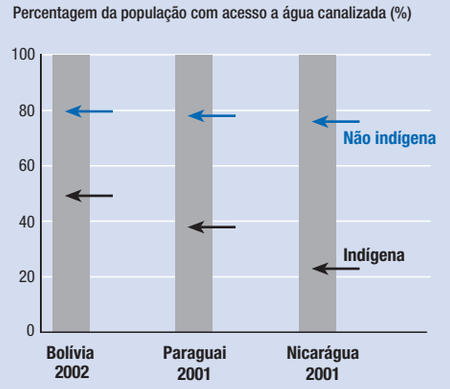
Fonte: Thompson e outros 2002.

Figura 1.17 A divisão rural-urbano: as disparidades no acesso a saneamento básico continuam elevadas



Fonte: UNICEF 2006b.

Figura 1.18 Alguns grupos étnicos têm muito menos acesso à água



Fonte: Gasparini e Tornarolli 2006.

- Muitos países na África Subsariana enfrentam uma crise nacional no que concerne o abastecimento de água — mas esta é partilhada de forma desigual. Os residentes de Oyster Bay, uma zona de elevados rendimentos em Dar es Salam, Tanzânia, utilizam em média 166 litros de água por dia, enquanto as famílias em Moshi sem uma ligação a água canalizada consomem uma média de 19 litros diários (figura 1.16).

As desigualdades a nível da riqueza não operam isoladamente. No seio de um agregado familiar, a divisão de géneros em termos de tarefas significa que cabe às mulheres e às raparigas uma fatia maior das desvantagens em comparação aos homens, porque são responsáveis por ir buscar água, cozinhar, tomar contas das crianças, dos idosos e dos doentes. Fora desse núcleo, a desigualdade a nível dos rendimentos interage com desigualdades mais amplas. As mais importantes são as seguintes:

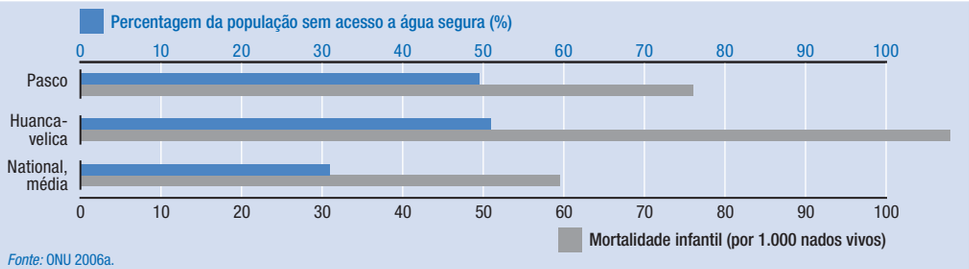
- *Divisão rural-urbano*. Umas das maiores disparidades em termos do abastecimento de água e de saneamento é entre as áreas urbanas e as zonas rurais. Para os países em desenvolvimento, a cobertura de água potável é de 92% nas áreas urbanas e de apenas 72% em zonas rurais. A cobertura em termos de saneamento básico é ainda mais assimétrica: a cobertura urbana é o dobro da cobertura rural (figura 1.17). Parte do fosso rural-urbano corresponde a disparidades a nível dos rendimentos e da pobreza: a privação de rendimento é geralmente mais marcante nas zonas rurais. Contudo, há outros factores igualmente importantes. O abastecimento de água e de saneamento é mais difícil e acarreta custos mais elevados per capita em populações rurais do que em populações urbanas. Os factores políticos também não devem ser descurados junto das populações das zonas rurais — normalmente provenientes de áreas marginais — pois têm uma voz muito mais fraca que os seus parceiros urbanos.
- *Divisão por grupos*. A identidade perante um grupo é um indicador de desvantagem em muitos países. Na América Latina, este factor reflecte-se em disparidades entre as populações indígenas e não indígenas (figura 1.18). Na Bolívia, a percentagem média do acesso a água canalizada é de 49% nos falantes indígenas e de 80% nos não indígenas. As minorias étnicas no Vietname têm menos de um quarto da cobertura do que a maioritária população Kinh.[59] Na Ásia do Sul, a casta continua a ser uma importante fonte de desigualdade. Na Índia, as regras ditadas pela casta que governam o acesso a água enfraqueceram; contudo, continuam a ter a sua importância embora de uma forma mais subtil. Em Andhra Pradesh, as mulheres oriundas de castas mais baixas

têm permissão para ir buscar água a poços localizados em zonas de casta mais elevada; no entanto, não podem elas próprias tirar a água - uma lei que conduz a enormes filas de espera e à dependência da cooperação por parte de pessoas da casta mais elevada.[60]

- *Divisão regional*. Aumentar o rendimento médio cria novas oportunidades de redução das disparidades regionais através de transferências fiscais para as áreas mais pobres. No entanto, as transferências são frequentemente demasiado limitadas para fazer face às desvantagens do passado e à privação local. No México, mais de 90% da população possui uma ligação a uma fonte segura de água e dois terços das famílias têm ligação a um esgoto. Mas a cobertura desce consideravelmente das áreas urbanas mais desenvolvidas e das pequenas cidades dos estados mais prósperos do Norte do país para as zonas rurais mais remotas e os estados do Sul do México, onde a pobreza aperta. Os três estados de Chiapas, Guerrero e Oaxaca sublinham o facto de a disponibilidade física de água e o acesso a esta apresentarem conceitos muito diferentes: estes estados têm a disponibilidade de água mais elevada do México, devido às chuvas, e o acesso mais restrito a água potável. O acesso é mais baixo do que nos países em desenvolvimento e com rendimentos mais baixos, como o Sri Lanca e a Tailândia.

  As desigualdades regionais em termos de acesso a água e a saneamento encontram-se associadas a maiores disparidades a nível do desenvolvimento humano. No Peru, as províncias de Huancavelica e Pasco têm uma taxa de cobertura de água potável muito abaixo da média nacional, apresentando-se a taxa de mortalidade infantil muito acima da média. Mais uma vez, a associação pode não ser a causa, mas é difícil evitar a conclusão de que há uma interacção em jogo (figura 1.19).

Figura 1.19 Divisão regional: no Peru, a baixa cobertura nas províncias mais pobres custa vidas



Fonte: ONU 2006a.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e para além destas metas: voltar ao caminho certo

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos pelos líderes mundiais na Cimeira do Milénio da ONU, procuram reduzir para metade o número de pessoas sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada até ao ano 2015 (objectivo 10). Não é a primeira vez que a comunidade internacional estabelece objectivos tão ambiciosos. No início dos anos 80, os governos abraçaram entusiasticamente o objectivo da consecução do acesso a Água e a Saneamento para Todos até 1990. No início dos anos 90, a terceira década da Água, foi determinado o mesmo objectivo. Nos dias de hoje, 1,1 mil milhões de pessoas sem abastecimento de água potável e 2,6 mil milhões sem acesso a saneamento básico são a prova viva de que as conferências internacionais e os impressionantes objectivos não substituem as acções práticas no sentido de providenciar água, instalações sanitárias e sistemas de esgotos.

Será que o mundo em 2015 contemplará mais uma década de objectivos não conseguidos? Ou será esta a década que acabará com as disparidades entre os objectivos internacionais e os resultados no ter-

reno? As respostas dependerão das políticas nacionais e da cooperação internacional. O que é indubitável é que o sucesso é possível e que falhar estes objectivos tem um preço muito elevado em termos de vidas humanas perdidas e de potencial humano desperdiçado. Ao mesmo tempo, o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio deverá ser visto como uma base e não como um tecto, isto é, um incentivo para se conseguir o acesso destes bens a nível global. É muitas vezes esquecido que, mesmo que a meta 10 seja atingida em 2015, ainda sobram 800 milhões de pessoas com falta de acesso a água potável e 1,8 mil milhões de pessoas sem recursos a nível do saneamento básico. O crescimento populacional significa que qualquer desvio da meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio deixará o mundo na mesma situação relativamente à água e ao saneamento.

Um relatório em torno da meta do objectivo de desenvolvimento do milénio

Estima-se que, ao longo da próxima década, a população dos países em desenvolvimento cresça 830 milhões, contribuindo a África Subsariana com um quarto do aumento e a Ásia do Sul com um terço. Tendo em conta este crescimento da população, a versão simples do desafio estabelecido pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é que, até 2015, mais 900 milhões de pessoas necessitem de acesso a água potável e 1,3 mil milhões de pessoas necessitem de acesso a saneamento básico. Ora, estas metas não serão atingidas se o mundo continuar com a trajectória que tem seguido até agora.

Isto implica várias centenas de milhares de novas ligações por dia em alguns dos países mais pobres. Para algumas regiões, o índice de novas ligações precisa de ser consideravelmente aumentado, no sentido da consecução das metas estabelecidas (tabela 1.1). A Ásia do Sul necessitará de fornecer anualmente uma cobertura de saneamento básico a 43 milhões de pessoas, comparativamente com os anuais 25 milhões de pessoas ao longo da década anterior. A África Subsariana enfrenta um desafio igualmente ambicioso. Entre 1990 e 2004, a região aumentou as taxas de cobertura de água potável numa média de 10,5 milhões de pessoas por ano. No sentido de atingir a meta durante a próxima década, esse valor terá de mais do que duplicar para os 23 milhões por ano. Em termos de saneamento básico, o número de pessoas, por ano, com uma nova ligação directa a este bem precisa de ser quadruplicado — de 7 milhões para quase 28

Quadro 1.1 A meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio: desempenho anterior e metas futuras em termos de água potável e de saneamento básico

Pessoas com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (milhões)

				Média anual de pessoas	
	1990	2004	Objectivo 2015	A obter acesso 1990-2004	A necessitar de acesso para atingir a meta estabelecida 2004-15
África Subsariana	226,6	383,8	627,1	10,5	23,1
Países Árabes	180,1	231,8	335,8	4,7	6,5
Ásia Oriental e Pacífico	1.154,4	1.528,2	1.741,2	22,9	24,3
Ásia do Sul	840,6	1.296,4	1.538,1	32,5	22,1
América Latina e Caraíbas	334,3	499,0	527,8	9,0	6,1
Mundo	2.767,7	4.266,4	5.029,5	79,5	82,4

Pessoas com acesso sustentável a saneamento básico melhorado (milhões)

				Média anual de pessoas	
	1990	2004	Objectivo 2015	A obter acesso 1990-2004	A necessitar de acesso para atingir a meta estabelecida 2004-15
África Subsariana	148,4	256,5	556,0	7,2	27,9
Países Árabes	120,6	196,0	267,2	4,9	6,9
Ásia Oriental e Pacífico	467,0	958,2	1.284,9	32,0	33,6
Ásia do Sul	242,9	543,8	1.083,3	24,7	42,5
América Latina e Caraíbas	279,6	423,2	492,2	8,6	8,4
Mundo	1.456,9	2.663,9	3.994,0	77,5	120,4

Fonte: Calculado com base em OMS e UNICEF 2006 e ONU 2005.

milhões. Para atingir estes resultados regionais, muitos países têm pela frente um desafio muito ambicioso:

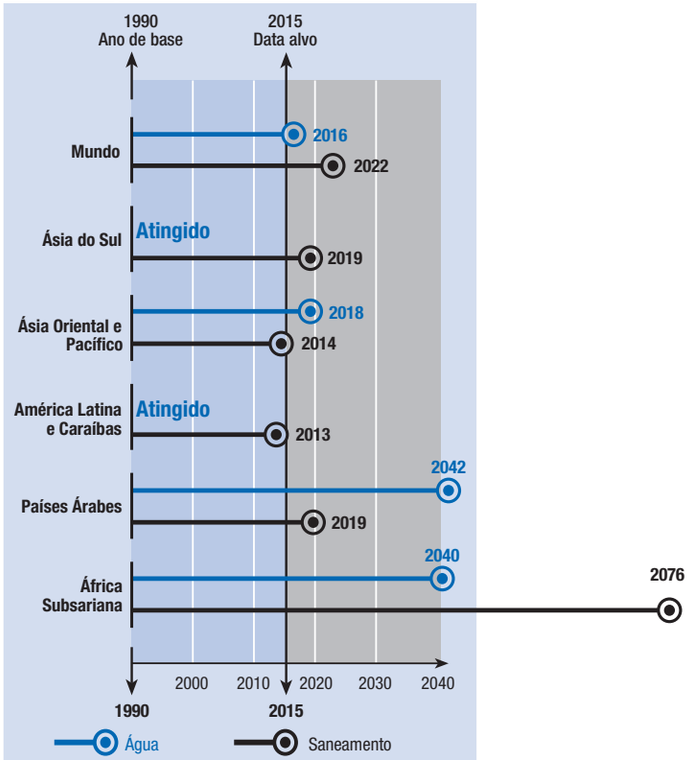
- O Burquina Faso necessitará de providenciar o acesso a saneamento básico a mais 8 milhões de pessoas até 2015 — quase 6 vezes a população actualmente abrangida.
- A Etiópia necessitará de aumentar a cobertura de saneamento básico num factor três, providenciando o acesso a mais 40 milhões de pessoas.
- O Gana necessitará de aumentar a taxa da cobertura de água e saneamento pelo factor 9.
- O Quénia necessitará de aumentar, em 11,6 milhões, o número de pessoas com acesso a água e, em 16,5 milhões, as com acesso a saneamento.

Estes objectivos são intimidantes, contudo, atingíveis. Nalguns casos, o desenvolvimento foi mesmo acelerado nos últimos anos, criando situações de optimismo. Muitos dos países mais pobres do mundo demonstram hoje, através de consecuções práticas, que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são susceptíveis de serem atingidos. No entanto, a taxa de desenvolvimento exigida está muito além da registada desde 1990.

Quais são as perspectivas de o mundo atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água e de saneamento? O cenário agregado global é variado. Com um forte desenvolvimento nos países de grande densidade populacional, como a China e a Índia, o mundo está no caminho certo para a redução para metade das pessoas com falta de acesso a água potável; contudo, a mesma situação não se verifica a nível do saneamento básico. O problema deste cenário mundial é que esconde as enormes diferenças entre as regiões e os países. A perspectiva regional revela resultados menos positivos (figura 1.20). De acordo com as actuais tendências, algumas regiões não conseguirão atingir a meta referente a água e a saneamento. A África Subsariana passará à margem da meta referente a água durante toda uma geração, e a meta relativa a saneamento básico levará mais de duas gerações a ser alcançada. A Ásia do Sul também não verá a sua meta de saneamento atingida senão daqui a cinco anos, e os Países Árabes não conseguirão atingir a meta de água durante os próximos 27 anos. Ao passar do nível regional para o âmbito nacional, o motivo para preocupação cresce ainda mais. Dado que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são estabelecidos para todos, o que conta é o desempenho a nível dos países — e o actual desempenho está muito abaixo do nível exigido:

- *Água*: 55 países não estão no bom caminho, e a meta não será atingida para cerca de 234,5 milhões de pessoas, com um total de 800 milhões de pessoas ainda com falta de acesso a água potável.

Figura 1.20 **Algumas regiões não estão no bom caminho para alcançarem a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio referente à água e saneamento.**

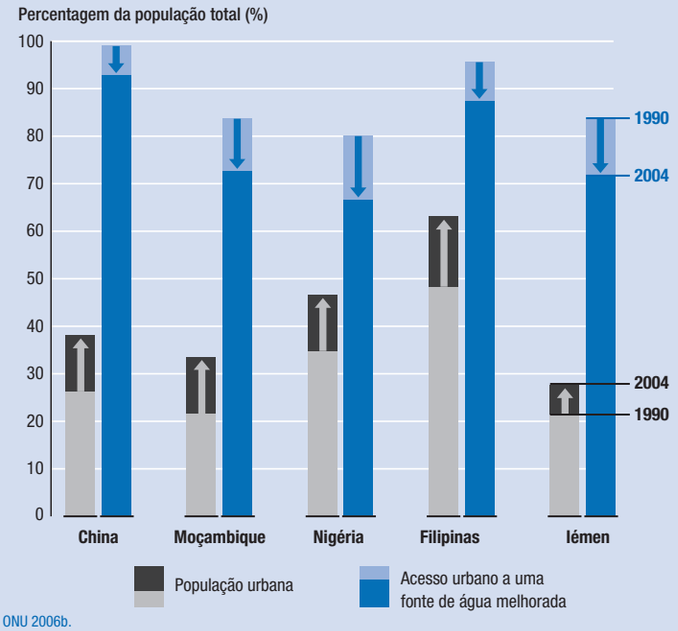


Fonte: Calculado com base em UNICEF 2006b.

- *Saneamento*: 74 países não estão no bom caminho, e a meta não será atingida para cerca de 430 milhões de pessoas, com 2,1 mil milhões de pessoas ainda com falta de acesso a saneamento básico.

Estes valores não revelam toda a extensão da diferença existente: não abrangem os problemas relacionados, por exemplo, com a qualidade e a continuidade do abastecimento discutido anteriormente. Nem reflectem os problemas enfrentados pelos países cujas necessidades ultrapassam o abastecimento básico. Contudo, a projecção espelha dois aspectos importantes do desafio do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Primeiro, a África Subsariana, a região mais pobre do mundo, enfrenta o maior défice perspectivado para 2015. Em termos de água e saneamento, tal como noutras áreas do desenvolvimento humano, a África Subsariana está muito atrás das outras regiões. Até 2015, esta região do mundo representará mais de metade do défice global de água e pouco mais de metade do défice de saneamento, sendo a Ásia do Sul responsável pelo remanescente. Esta enorme disparidade entre a África Subsariana e o

Figura 1.21 A cobertura da água está a melhorar com a rápida urbanização em alguns países



Fonte: ONU 2006b.

resto do mundo conduzirá a ainda maiores desigualdades em termos de saúde, educação e erradicação da pobreza.

Em segunda instância, a disparidade água-saneamento também deverá ser marcante. O perigo é que os potenciais benefícios do progresso em termos de água possam ser banidos por uma não consecução de avanços equiparados na área do saneamento. De facto, um aumento do abastecimento de água em locais onde os esgotos e a eliminação de excrementos sejam desadequados poderia exacerbar problemas de saúde pública, especialmente em cidades com elevada densidade populacional. Poderia corresponder a um sério atraso no desenvolvimento humano se o mundo repetisse, no início do século XXI, os erros cometidos na segunda metade do século XIX na Europa.

A divisão rural-urbano continuará a desempenhar um papel importante. As zonas rurais não cessarão de representar grande parte do défice em 2015. No entanto, a urbanização gerará pressões crescentes. Ao longo da década que decorrerá até 2015, a percentagem de população das cidades do mundo em desenvolvimento aumentará de 42% para 48%, ou seja, 675 milhões. Ora, só para manter os níveis de cobertura actuais, as cidades terão de assegurar o abastecimento a esta população aumentada. A maioria do crescimento ocorrerá em bairros degradados já sobrepovoados (ou à volta destes) e em áreas do perímetro urbano e clandestino, com pessoas com um elevado índice de pobreza a viver sem as mínimas infra-estruturas de água e saneamento. Os sinais de aviso são bem visíveis. Cerca de 29 países — como por exemplo, a China, a Indonésia, Moçambique, a Nigéria, as Filipinas, o Uganda e o Iémen — viram as respectivas taxas de cobertura descer ao longo da década transacta (figura 1.21).

Os ganhos da prossecução das metas do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio

Quanto custaria alterar a actual trajectória global de vectores como a água e o saneamento no sentido de atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio? A resposta depende dos pressupostos em torno do nível e do tipo de tecnologia, bem como dos custos de abastecimento. Dados pouco fiáveis fazem com que as estimativas sejam arriscadas, mas a verdade é que existe um nível surpreendentemente elevado de consonância nas várias investigações.

Estima-se que as despesas actuais em água e saneamento nos países em desenvolvimento rondem anualmente os 14 a 16 mil milhões de dólares (excluindo o tratamento de águas residuais). O consenso generalizado em torno do financiamento adicional exigido no sentido de atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com base em tecnologias sustentáveis de baixo custo é de cerca de 10 mil milhões de dólares anuais[61] Este é o patamar mínimo de financiamento. Reflecte o custo do alargamento do abastecimento de água e saneamento recorrendo ao mais baixo nível de tecnologia. Oferecer um nível de serviços mais elevado e manter o abastecimento nos padrões actuais às pessoas que já estão abrangidas acrescentaria a esse valor outros 15 a 20 mil milhões de dólares por ano. E se a meta incluísse os custos de recolha e tratamento de águas residuais a nível dos agregados familiares estaríamos a falar de montantes muito mais elevados.

Estes valores dizem respeito aos custos da equação. E os benefícios? A investigação levada a cabo pela OMS para este Relatório aborda esta questão. Os resultados apontam para a enorme necessidade de haver mais investimento em água e saneamento. A resposta ultrapassa os simples cálculos em torno dos rácios custo-benefício, por muito impressionantes que estes valores sejam, exige mesmo uma maior acção pública. Entre as principais conclusões, encontram-se as seguintes:

- Assistir-se-ia a menos 203.000 óbitos de crianças em 2015, se a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio fosse atingida; 124.000 delas na África Subsariana. Cumulativamente, mais de 1 milhão de vidas poderiam ser salvas

ao longo da próxima década se o mundo seguisse no caminho certo em direcção à consecução desta meta.

- A taxa económica de retorno em tempo poupado, no aumento da produtividade e nos reduzidos custos a nível da saúde para cada dólar investido corresponde a 8 dólares.
- Os benefícios económicos totais equivalem a 38 mil milhões de dólares, contribuindo a África Subsariana com 15 mil milhões de dólares (mesmo abaixo dos 2% do PIB), a América Latina com 8 mil milhões de dólares e a Ásia do Sul com 5 mil milhões de dólares.
- A redução dos casos de diarreia resultaria num ganho de 272 milhões de dias em termos de frequência escolar, a maior parte deles na África Subsariana e na Ásia do Sul.
- Atingir a meta estabelecida para a água e saneamento levaria a uma poupança anual de cerca de 1,7 mil milhões de dólares a nível dos custos inerentes ao tratamento de doenças provocadas por falta de acesso a água potável. A África Subsariana pouparia cerca de 2 dólares per capita — o equivalente a cerca de 12% das despesas de saúde pública.[62] A redução na despesa ajudaria a conseguir recursos para outras prioridades como o VIH/SIDA.
- Tendo somente em conta o impacto da redução dos casos de diarreia, poderiam ser conseguidos 3,2 mil milhões de dias de trabalho para pessoas entre os 15 e os 59 anos. Os ganhos anuais em termos de tempo totalizariam mais 20 mil milhões de dias de trabalho, a maioria dos quais conseguidos por mulheres. Juntamente com o aumento da produtividade conseguida através de uma saúde melhorada, estes ganhos representam uma enorme e potencial fonte de crescimento económico e de incremento do rendimento das famílias[63]

Estes valores oferecem apenas uma visão muito parcial. Não registam, por exemplo, os benefícios em termos de educação, de legitimação das mulheres, de dignidade humana, ou de redução da angústia e do sofrimento associados à diminuição das taxas de mortalidade infantil. Contudo, reforçam o esforço económico e de desenvolvimento humano no sentido de investir no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Os valores para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio parecem muito elevados. Mas necessitam de ser contextualizados. Os 10 mil milhões de dólares exigidos anualmente para que o mundo possa atingir estes objectivos até 2015 representam cerca de oito dias das despesas militares a nível global. Em termos de melhorias da segurança humana, em oposição às noções de segurança nacional definidas de modo mais restrito, a conversão de pequenas quantias de despesas militares em investimentos com o acesso a água e saneamento iria gerar enormes retornos. A segurança nacional é, naturalmente, um imperativo para qualquer país. Contudo, se o objectivo é proteger a vida dos cidadãos, é difícil pensar num investimento público que tenha o potencial de salvaguardar ainda mais vidas.

De acordo com qualquer critério razoável, o preço para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é uma mais-valia para um investimento de capital. Esse investimento poderia economizar mais de 1 milhão de vidas ao longo da próxima década, eliminar a perda de potencial educativo e agir como um catalisador do crescimento económico. Da perspectiva do desenvolvimento humano, a questão real que se coloca é se o mundo tem capacidade (ou não) para atingir as metas estabelecidas pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Trata-se, pois, de saber se o mundo pode dar-se ao luxo de não investir e se pode (ou não) descurar a meta estabelecida. Se o mundo conseguisse concretizar até 2015 o acesso universal a água e saneamento, evitaria 2 milhões de óbitos ao longo da próxima década. É claro que muitas pessoas irão argumentar que este objectivo nada tem de realista. Mas o facto de muitos dos países mais pobres terem registado uma taxa de desenvolvimento muito acima da exigida, no sentido da prossecução dos objectivos, coloca a seguinte questão: será que o objectivo de 2015 é pouco ambicioso?

Da perspectiva do desenvolvimento humano, a questão real que se coloca é se o mundo tem capacidade (ou não) para atingir as metas estabelecidas pelo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. A questão é se o mundo poderá dar-se ao luxo de *não* realizar estes investimentos

Fazer do progresso uma realidade

No início da contagem decrescente dos dez anos que faltam para 2015, a comunidade internacional aproxima-se rapidamente de uma encruzilhada. Existe uma oportunidade ao longo da próxima década de fazer pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio o que os grandes movimentos de reforma do século XIX fizeram pela água e pelo saneamento na Europa e nos Estados Unidos. Estes movimentos têm muito a ensinar-nos sobre a mobilização de coligações para a mudança: é ainda na política, e não nas finanças, na tecnologia ou na economia, que reside a chave do progresso. Realizar os objectivos de 2015 e progredir rapidamente em direcção ao acesso universal ajudaria a libertar milhões de pessoas do flagelo da pobreza, promoveria o crescimento económico e melhoraria a sobrevivência das crianças, a educação e a igualdade de género.

O princípio unificador da acção pública para a água e o saneamento é o reconhecimento de que a água é um direito humano básico

O Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e 2015 constituem um primeiro marco do caminho e não o seu destino final. Esta declaração é duplamente verdadeira. Em primeiro lugar, o derradeiro objectivo em matéria de água e saneamento é o acesso universal. Se contar com uma liderança política eficaz, a maioria dos países detém o potencial para superar a meta e progredir rapidamente no sentido do abastecimento universal. Em segundo lugar, os níveis de abastecimento exigidos para satisfazer os critérios de acesso melhorado devem ser encarados como o primeiro degrau da escada e não como o final da jornada. A garantia de que todas as pessoas têm acesso às tecnologias mais básicas constituiria uma enorme diferença. Em 2015, morreriam quase 600.000 crianças a menos. Seria um progresso notável. No entanto, um milhão de crianças continuariam a morrer de diarreia em cada ano. Para reduzir este número será necessário um progresso sustentado em níveis mais elevados de abastecimento. Tal como os seus congéneres do mundo desenvolvido, as pessoas dos países em desenvolvimento têm o direito de aspirar a sistemas de abastecimento que contemplem água canalizada nos seus lares, acesso a redes de saneamento e uma infra-estrutura de água e saneamento com capacidade de tratamento de águas residuais. Estas aspirações podem não se encontrar ao alcance imediato de muitos países, mas é importante que as políticas públicas trabalhem gradualmente no sentido de alcançar este progresso.

A preocupação imediata no início da contagem decrescente dos dez anos que faltam para 2015 reside numa ameaça real, e que tem vindo a crescer, de que até mesmo a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio não seja cumprida. Para evitar que tal aconteça é necessária uma acção imediata. Os défices de água e saneamento não se resolvem com soluções pontuais. Os investimentos e as políticas actualmente em vigor levarão vários anos a produzir resultados à escala necessária. O tempo é um luxo a que os governos dos países em desenvolvimento e os países doadores de ajuda não se podem dar. Se as políticas e os investimentos não forem rapidamente implementados, será tarde de mais para a recuperação.

Os Capítulos 2 e 3 analisam mais pormenorizadamente algumas das políticas específicas necessárias para que a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e metas mais amplas relacionadas com a água e o saneamento estejam ao alcance. Aqui, o objectivo é concentrarmo-nos em algumas das políticas de base e abordagens mais vastas que se tornam necessárias em quatro áreas, que representam os pilares do progresso futuro:

- Direitos humanos.
- Estratégias nacionais.
- Ajuda internacional.
- Um plano de acção global para a água e o aneamento.

Reconhecer o direito humano à água e ao saneamento

O ponto de partida e o princípio unificador da acção pública para a água e o saneamento é o reconhecimento de que a água é um direito humano básico. Em 2002, o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais da ONU adoptou um Comentário Geral sobre «o direito humano à água (...) para uso pessoal e doméstico», estabelecendo uma estrutura normativa não vinculativa em termos jurídicos para a «realização progressiva» do direito humano à água e saneamento.

Fazer com que esta estrutura dê frutos é agora o principal desafio da política pública. Uma característica central de uma abordagem baseada em direitos é que esta se alicerça nos princípios da igualdade, da universalidade e da não discriminação. A exclusão do acesso à água e aos serviços de saneamento com base na pobreza, capacidade de pagamento, adesão a determinados grupos ou local de habitação é uma violação do direito humano à água. Apesar da água ser um direito humano que os governos têm o dever de sustentar, muitos dos governos do mundo, tanto desenvolvido como em desenvolvimento, encontram-se bastante aquém das suas obrigações. Estão a violar em larga escala os direitos humanos dos seus cidadãos.

A nível nacional, a adesão a uma abordagem baseada em direitos exige o desenvolvimento de leis, políticas, procedimentos e instituições que conduzam progressivamente à realização do direito à água. O abastecimento de pelo menos 20 litros de água por dia a cada pessoa deve ser encarado como o objectivo mínimo para a satisfação do direito à água, cabendo às políticas o estabelecimento de estratégias de propriedade nacional para alcançar esta meta e referências para medir o progresso. É também crucial a implementação de mecanismos de rectificação e de responsabilização dos governos.

Uma das características de um direito humano é a universalidade. É aos governos nacionais que cabe o dever principal de cumprir a obrigação de fornecer água a todos — mas existem também responsabilidades globais. O Comentário Geral de 2002 reconheceu uma responsabilidade especial dos estados desenvolvidos de auxiliarem os países mais pobres através da «prestação de assistência técnica e financeira e da ajuda necessária».

Alguns comentadores vêem a aplicação da linguagem de direitos à água e a outros direitos sociais e económicos como um exemplo de «conversa retórica». Esta opinião está errada. É evidente que

declarar que a água é um direito humano não significa que a crise da água venha a ser resolvida em pouco tempo. Uma estrutura de direitos também não oferece respostas automáticas a complexas questões de política relativas ao preço, investimento e prestação do serviço. No entanto, os direitos humanos representam uma poderosa reivindicação moral. Podem também funcionar como fonte de legitimação e mobilização, criando expectativas e permitindo que as pessoas mais carenciadas ampliem os seus direitos através de canais jurídicos e políticos — e através da reivindicação dos recursos dos governos nacionais e da comunidade internacional.

Desenvolver estratégias nacionais fortes

O ponto de partida óbvio para um movimento em direcção ao acesso universal à água e saneamento é a vontade política, definida em termos gerais como a determinação de colocar a questão no centro da agenda nacional. Não é difícil identificar os obstáculos financeiros, tecnológicos e institucionais ao progresso, mas estes constituem frequentemente emanações de um mal-estar mais profundo — um défice de liderança política. O acesso a água salubre e saneamento é tão fundamental para o desenvolvimento humano e prosperidade nacional como a política económica, o comércio internacional, a saúde ou a educação. No entanto, a água e o saneamento são geralmente encarados como merecedores de reduzida atenção no quadro dos recursos financeiros e políticos.

A água e o saneamento não gozam de grande representatividade nas preocupações governamentais. Retirar a questão da água e do saneamento do espectro político e massificá-la constitui um ponto de partida para a mudança. A responsabilidade pelo abastecimento doméstico de água costuma estar dividida por vários ministérios que lidam com questões mais abrangentes, sendo a autoridade pela água e saneamento domésticos atribuída a responsáveis governamentais sem estatuto de ministro, no quadro de um mandato mais vasto (que vai do ambiente à habitação ou assuntos rurais). O saneamento está ainda mais afastado do centro do poder político. O estabelecimento de ministérios dedicados à água e ao saneamento, liderados por ministros, daria origem a uma estrutura política capaz de superar a fragmentação da política e a resultante sub-atribuição de recursos. Esta seria uma medida de tal forma relevante que o governo ganharia claramente a consciência de que a água e o saneamento se encontram entre as primeiras prioridades da política nacional.

À sub-representação política alia-se a estigmatização. Um saneamento inadequado pode levar à morte um elevado número de crianças, comprometer a saúde pública, debilitar a dignidade humana e travar o crescimento económico, mas a questão está ligada a um estigma político cuja intensidade encontra paralelo no que rodeia o VIH/SIDA. Para ultrapassar aquele estigma e o puritanismo político em torno do saneamento será necessária uma liderança política nacional mais sólida.

Talvez um obstáculo ainda maior à mudança seja a interacção entre o estigma e a exclusão social. No que respeita ao VIH/SIDA, a natureza indiscriminada da doença, bem como o seu devastador impacto em pessoas de todos os estratos sociais nacionais, forçou os líderes políticos e os grupos de elevado rendimento a confrontarem os seus próprios preconceitos: a doença não tem respeitado as fronteiras sociais. No que respeita à água e saneamento, o cenário é bastante diferente. De uma forma esmagadora, os custos da exclusão são suportados pelos lares pobres, especialmente pelas mulheres. Se é verdade que alguns custos são suportados pelo conjunto da sociedade, são as pessoas que vivem em bairros degradados urbanos e em áreas rurais marginais que carregam o fardo mais pesado. São os filhos das pessoas mais carenciadas, e não das altas patentes militares e dos funcionários públicos de topo, que enfrentam o maior risco de morte prematura por diarreia. São as raparigas dos lares pobres que enfrentam a probabilidade mais elevada de não frequentar a escola.

A crise da água e do saneamento é, na sua esmagadora maioria, uma crise de grupos sociais marginalizados. Esta crise é vista de uma maneira geral — e incorrectamente — como um problema a circunscrever ou a tratar de forma progressiva e não como uma ameaça a toda a sociedade. Esta perspectiva é uma barreira tão grande ao progresso como as questões financeiras ou a tecnologia. Para alterá-la, os líderes políticos terão de colocar a desigualdade e a cidadania partilhada no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento, e isto de uma forma como raramente se vê. As pessoas carenciadas e as mulheres terão também de ter uma voz mais forte entre os políticos e os fornecedores de água.

A baixa prioridade conferida à água e ao saneamento é visível a diversos níveis. Salvo algumas notáveis excepções, a água salubre raramente é uma questão de notoriedade nas eleições nacionais — e é difícil recordar um único caso em que o acesso a instalações sanitárias tenha sido uma das principais preocupações. A pressão por uma reforma radical tem-se evidenciado pela sua ausência. No seio do governo, a responsabilidade pelo abastecimento de água está frequentemente a cargo de um responsável sem estatuto de ministro e o saneamento, em geral, nem sequer merece qualquer representação ministerial.

As agendas nacionais de redução da pobreza reflectem a crescente negligência passiva da água e do saneamento. O sector raramente figura em lugar

A água e o saneamento não gozam de grande representatividade nas preocupações governamentais. Retirar a questão da água e do saneamento do espectro político e massificá-la constitui um ponto de partida para a mudança

As agendas nacionais de redução da pobreza reflectem a crescente negligência passiva da água e do saneamento

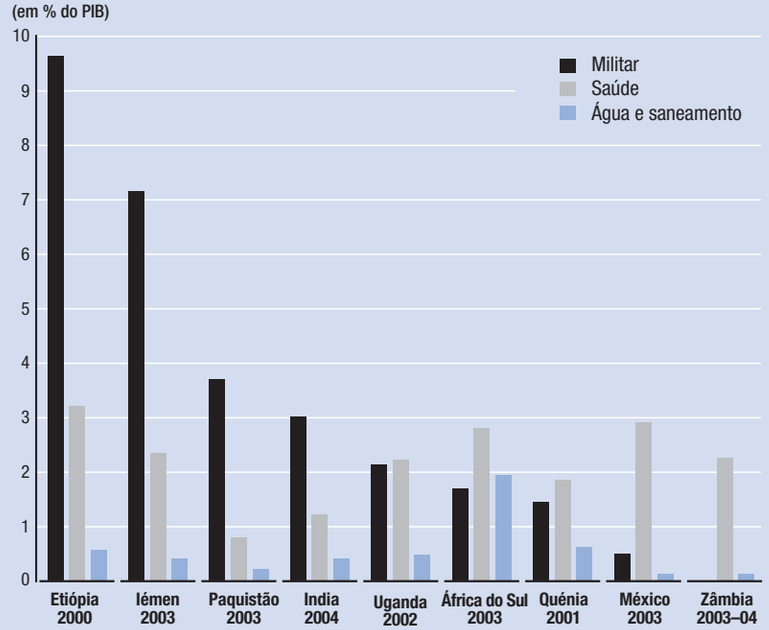
proeminente nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP) — os documentos que estabelecem os planos nacionais e definem os termos de cooperação entre doadores e receptores de ajuda. Numa análise de cinco países, foi encontrado apenas um caso — o do Uganda — de integração bem sucedida.[64] Na maioria dos DERP, a água e o saneamento, em contraste com a reforma macroeconómica, a educação e a saúde, são tratados de forma depreciativa, não merecendo mais do que alguns parágrafos descritivos e declarações de princípio gerais, sem a mínima semelhança com uma agenda de reforma estratégica ou de prestações financeiras. A fraqueza dos DERP reflecte, por sua vez, o reduzido interesse dos doadores na água e no saneamento.

As afectações orçamentais reforçam o cenário de negligência. Poucos investimentos públicos contribuem mais para o aumento da segurança humana ou para a criação de prosperidade do que os investimentos na água e no saneamento. A água limpa e as instalações sanitárias encontram-se entre as intervenções de saúde mais potentes que o governo pode empreender, rivalizando com a vacinação em termos de potenciais benefícios. Tal como a despesa de saúde ou de educação, a despesa pública em água e saneamento cria benefícios tanto para os indivíduos como para a sociedade. Gera também bens públicos de âmbito mais vasto, como uma maior igualdade de género e menores desigualdades de oportunidade. Há sempre solicitações concorrentes na despesa pública, mas os elevados retornos sociais e económicos dos investimentos na água e no saneamento sugerem que estes deveriam ser uma prioridade e não uma preocupação secundária do orçamento.

Os padrões da despesa nacional falam por si. É difícil apurar a despesa pública real na água e no saneamento devido, por um lado, à fragmentação do financiamento entre ministérios, por outro, à descentralização e, por outro ainda, ao facto do financiamento dos doadores frequentemente não figurar no orçamento. Contudo, o total da despesa pública no sector representa geralmente menos de 0,5% do PIB, caindo para 0,1% no Paquistão e na Zâmbia (figura 1.22). Considerando todo o sector, a despesa em saneamento é geralmente muito menor do que a destinada à água. O investimento no saneamento representa em média 12% a 15% do total na África Subsariana e na Ásia. A despesa global é baixa não apenas relativamente ao rendimento nacional, mas também a outras áreas de despesa social, como a saúde pública. Quando comparada com a despesa militar, a diferença atinge proporções bastante elevadas. A Índia, por exemplo, gasta oito vezes mais da sua riqueza nacional em orçamentos militares do que em água e saneamento. O Paquistão gasta 47 vezes mais. Na África Subsariana, os baixos rendimentos médios restringem claramente a capacidade da despesa pública. Simultaneamente, a Etiópia, um dos países mais pobres do mundo, com algumas das taxas de cobertura mais baixas (e algumas das taxas de mortalidade infantil por diarreia mais elevadas) ainda consegue mobilizar um orçamento militar superior em quase dez vezes ao da água e saneamento. A África do Sul é um dos poucos países que gasta menos na área militar do que na água e no saneamento.

As prioridades orçamentais levantam algumas questões importantes sobre a despesa pública. Todos os países encaram a segurança e a defesa nacionais como prioridades. Mas, do ponto de vista da segurança humana, é difícil escapar à conclusão de que a água e o saneamento se encontram subfinanciados relativamente à despesa militar. A diarreia ceifa cerca de 450.000 vidas por ano na Índia — mais do que em qualquer outro país — e 118.000 no Paquistão. Ambos os países contam com taxas de mortalidade por diarreia muito mais elevadas do que se poderia prever com base nos seus rendimentos médios. O Paquistão classifica-se 28 lugares mais acima no quadro da liga global de mortalidade por diarreia do que no do PIB per capita e a Índia classifica-se 14 lugares mais acima. Naturalmente, estão em jogo diversos factores, mas os baixos níveis de despesa na água e no saneamento têm certamente o seu contributo.

Figura 1.22 Água: uma baixa prioridade em muitos orçamentos



Fonte: Etiópia, Quénia e África do Sul, WSP 2003; Iémen, Iémen 2002; Paquistão, Paquistão 2004; Índia, Nayyar e Singh 2006; Uganda, Slaymaker e Newborne 2004; México, INEGI 2006a; Zâmbia, Zâmbia 2004b.

Os últimos anos testemunharam alguns desenvolvimentos encorajadores nos orçamentos destinados à água e ao saneamento. Começando a reconhecer a importância vital dos progressos nesta área, muitos governos elevaram a despesa no quadro de estratégias nacionais para alcançar — ou ultrapassar — o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. O Uganda aumentou rapidamente a despesa pública em água e saneamento, tanto em percentagem do RNB — de 0,1% em 1997 para 0,4% em 2002 (prevendo-se 0,7% para 2004) —, como em termos absolutos devido a um elevado crescimento.[65] Na Índia, a despesa do governo central no saneamento rural quadruplicou relativamente a 2002, ao passo que a despesa no abastecimento de água rural duplicou. A despesa pública foi identificada como uma prioridade para alcançar um crescimento generalizado e um desenvolvimento humano acelerado. Representando cerca de 0,41% do RNB em 2005/2006, a despesa cresceu cerca de 30% face ao período de 2002/2003. A maior parte do aumento foi contemplada pelo orçamento nacional, tendo-se verificado restrições na despesa estadual devido a enormes défices fiscais e, nalguns dos estados em maiores dificuldades, decisões de afectação questionáveis.

A orçamentação nacional é uma das principais componentes de qualquer estratégia para alcançar progressos na água e no saneamento. Sem fluxos de capitais previsíveis, o estabelecimento de metas ou a adopção de objectivos pode transformar-se num exercício sem sentido. Uma das características dos países que apresentam um progresso sustentado é o envolvimento político apoiado por compromissos orçamentais reais. O capital político é tão importante como o financeiro. E estabelecer a água como um direito humano pode ser encarado como uma forma de investimento capital político — mas tem de significar algo mais do que a mera adopção de um princípio vago. Muito frequentemente, os governos adoptam a linguagem dos direitos humanos sem adoptar uma estrutura política para o seu cumprimento.

Existem excepções. Na África do Sul, a água já foi um símbolo da desigualdade do apartheid. Agora é tratada como um direito humano básico. Não se trata de um aspecto único em si mesmo. Mais de 90 países têm o direito à água nas suas constituições.[66] Mas, de uma maneira geral, esta tem sido uma questão de profunda irrelevância para os seus cidadãos. A disposição constitucional não tem sido apoiada por uma estratégia coerente para o alargamento do acesso à água. Mas a África do Sul demonstrou como o direito humano à água pode funcionar como um mecanismo de legitimação e um guia para a política. A reforma da água com base em direitos permitiu-lhe alargar o acesso e ultrapassar o legado de desigualdade racial herdado do apartheid, em parte através de direitos baseados em titularidades (caixa 1.6). As histórias nacionais de sucesso no saneamento são menos significativas. Contudo, mesmo aqui, verificam-se alguns poderosos efeitos de demonstração. Países tão distintos como o Bangladeche, o Brasil, o Lesoto e a Tailândia superaram restrições financeiras e tecnológicas ao progresso através de estratégias nacionais ousadas e inovadoras (ver capítulo 3).

Em muitos países, os progressos na água e no saneamento foram dinamizados a partir de baixo. O poder local e municipal e os prestadores de serviços desenvolveram estratégias práticas para lidar com as desigualdades no acesso. As comunidades não esperaram passivamente pela ajuda governamental. As pessoas carenciadas nos meios rurais, as organizações de mulheres e as associações de moradores de bairros degradados urbanos mobilizaram os seus próprios recursos. Nalguns casos, aquela mobilização deparou-se com indiferença ou mesmo hostilidade. Noutros, emergiram novas parcerias entre os governos e o povo, com as iniciativas da comunidade a ganhar escala.

Um bom exemplo é o da Índia. No início dos anos 90, a Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados; a Mahila Milan, uma rede de grupos de poupança e crédito formada por mulheres residentes em bairros degradados; e a Sociedade para a Promoção de Centros de Recursos Regionais (SPARC), uma organização não governamental com sede em Bombaim, foram pioneiras na criação de novos projectos para instalações sanitárias públicas para reduzir a poluição por excrementos nos bairros degradados e oferecer maior privacidade às mulheres. No final da década, Pune, uma cidade com mais de dois milhões de habitantes, adoptou este modelo, tendo as autoridades locais trabalhado com as três organizações pioneiras para identificar necessidades e mobilizar as comunidades. Este tipo de mobilização comunitária apoiada por acções governamentais constitui uma poderosa força para a mudança.

Estes exemplos demonstram que é possível um progresso rápido. Por mais assustador que o desafio possa parecer, os governos e o povo já demonstraram que a pobreza e o baixo rendimento são obstáculos que podem ser ultrapassados. O problema é que o progresso tem sido parcial e gradual. Os pequenos focos de sucesso mostram o que é possível — mas também revelam as falhas que perpetuam défices enormes na água e no saneamento.

Cada país tem de delinear o seu próprio percurso político para ultrapassar estes défices. Os países mais pobres com uma baixa cobertura enfrentam restrições diferentes das dos países de médio rendimento com uma cobertura mais elevada, uma infra-estrutura mais extensa e mais recursos. No entanto, é possível identificar uma estrutura indicativa para a acção. Esta estrutura assenta em cinco pilares:

Uma das características dos países que apresentam um progresso sustentado é o envolvimento político apoiado por compromissos orçamentais reais

Caixa 1.6 África do Sul — Actuar sobre o direito à água

O acesso à água foi uma das divisões raciais definidoras da África do Sul do apartheid. Desde que o apartheid chegou ao fim, uma estrutura legislativa baseada em direitos e políticas públicas destinadas a alargar o acesso à água legitimaram as comunidades locais e reduziram as desigualdades. Esta tarefa ainda não se está concluída — mas há importantes lições a retirar para outros países.

Inquéritos realizados antes das eleições de 1994, que marcaram o fim do apartheid, demonstraram que o acesso a serviços básicos, em conjunto com o emprego, era a principal expectativa do povo relativamente ao governo a eleger. A Constituição de 1996 incluiu uma Carta de Direitos que preservava «o direito à água e alimentação adequadas». Este direito constitucional recebeu conteúdo legislativo no quadro da Lei de Serviços de Água (1997) e da Lei Nacional da Água (1998). Entre as principais disposições contam-se as seguintes:

- Metas a médio prazo claramente definidas para fornecer 50 a 60 litros de água salubre a todos os lares, em conjunto com um saneamento adequado a todos os lares urbanos e a 75% dos lares em meios rurais.
- Tarifas subsidiadas para garantir que todos os sul-africanos possam pagar serviços de água suficientes para uma saúde e higiene adequadas. O governo recorreu aos seus poderes regulatórios para exigir que todos os municípios fornecessem um mínimo básico de 25 litros gratuitos a cada lar. O objectivo é fornecer o acesso a um serviço básico e gratuito de água para todos até 2008, encontrando-se cada lar a um máximo de 200 metros de uma fonte de água.
- Tarifas escalonadas que proporcionem uma subsidiação cruzada entre utilizadores de elevado volume e utilizadores de baixo volume.
- Transferências equitativas de quotas que levam em consideração o número de pessoas carenciadas em cada município numa fórmula de transferências fiscais.

A nova estrutura política alcançou avanços importantes. Desde 1994 que 10 milhões de pessoas receberam acesso a água salubre, tendo as taxas de cobertura aumentado de 60% para 86%. Cerca de 31 milhões de pessoas recebem agora um serviço básico e gratuito de água.

A legitimação tem sido um aspecto menos tangível, mas importante, da reforma. O Departamento de Assuntos da Água oferece uma estrutura reguladora nacional, mas a responsabilidade pela implementação foi transferida para o poder local. A regulação coloca as obrigações nas mãos dos fornecedores municipais e nas autoridades locais eleitas e confere aos utilizadores uma titularidade baseada em direitos para exigir que estas obrigações sejam cumpridas. Por outro lado, as empresas municipais de abastecimento de água têm de publicar informações pormenorizadas sobre o abastecimento de água por distrito, divididas por utilizadores carenciados e não carenciados.

À medida que as reformas foram sendo implementadas, suscitaram um debate público sobre a projecção e a implementação. Alguns argumentam que o limiar de 25 litros para um serviço básico e gratuito de água é demasiadamente baixo. O abastecimento em algumas zonas tem-se mostrado errático, forçando os lares a recolher água em locais mais remotos. Além disso, as políticas de preços do governo conduziram a cancelamentos do abastecimento por falta de pagamento em algumas zonas, aumentando as preocupações sobre a capacidade de pagamento.

O progresso no saneamento foi menos significativo do que na água. Há ainda 16 milhões de pessoas — um terço dos sul-africanos — sem acesso a saneamento básico. A ausência de um consenso face a um nível de saneamento básico e aceitável, aliado a problemas na geração de procura, tem contribuído para o fracasso.

A experiência sul-africana coloca em destaque três ingredientes vitais da política para o progresso: um plano nacional claro com metas bem definidas, um forte quadro regulamentar nacional delegada às autoridades locais e uma monitorização constante do desempenho e do progresso.

Fonte: Muller 2006; Sinanovic e outros 2005.

1. Planeamento nacional. Cada país deve ter um plano nacional para a água e o saneamento, integrado em estratégias nacionais de redução da pobreza e reflectido em estruturas de financiamento a médio prazo e prioridades orçamentais. Não há receitas globais para um planeamento bem sucedido. No entanto, entre os ingredientes contam-se objectivos claros apoiados por um financiamento adequado e o desenvolvimento de estruturas de abastecimento que legitimam o poder local, não deixando de criar responsabilidade perante as comunidades. O desempenho tem sido variável — mas existem sinais de progresso. Uma maior igualdade é vital para o progresso. A maioria dos países não alcançará o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e objectivos mais generalizados simplesmente através da expansão da infra-estrutura. Necessitam também de abordar a distribuição desigual do acesso à água e saneamento

relacionada coma riqueza, localização, género e outros factores. Cada plano nacional deve, consequentemente, incluir tanto indicadores de referência para medir o progresso global como indicadores para a redução das desigualdades. Entre as medidas tendentes a envolver um maior compromisso com a igualdade nas estratégias nacionais, contam-se:

- *Estabelecer níveis de abastecimento social mínimos*. Cada pessoa tem o direito humano a um mínimo de cerca de 20 litros de água por dia, independentemente da riqueza, localização, género ou grupo racial, étnico ou outro. Todos os planos nacionais devem incluir políticas para satisfazer o mínimo social e referências para medir o progresso.
- *Rever as referências do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio relativas à desigualdade*. Os direitos básicos de cidadania e as considerações de justiça social exigem igualdade no abastecimento de água para necessidades básicas. Ultrapassar a desigualdade deve ser encarado como parte integrante das políticas nacionais de água. A actual estrutura do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio concentra-se em reduzir a metade a percentagem de populações nacionais sem acesso a água e saneamento. Este objectivo deve ser complementado por objectivos para reduzir a metade a lacuna nas taxas de cobertura de água e saneamento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres até 2010, cabendo aos governos a apresentação de relatórios sobre estratégias para alcançar os objectivos e os seus resultados.
- *Reforçar o tratamento da desigualdade nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza*. Todos os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza devem incluir objectivos e estratégias para diminuir as disparidades extremas no abastecimento de água e saneamento, com uma atenção especial às desigualdades baseadas na riqueza, localização e género.
- *Adoptar regulações e formas de contratação favoráveis aos pobres*. Todos os fornecedores de água devem obedecer a objectivos de desempenho na igualdade, estipulando objectivos para alargar o acesso aos lares pobres. Os objectivos devem incluir indicadores claros para alargar o abastecimento a comunidades urbanas e rurais sem cobertura, a expansão do abastecimento por fonte públicas em bairros degradados e o abastecimento de água, gratuito ou a baixo custo, a lares de baixo rendimento. Os contratos concebidos por parcerias público-privadas devem incluir objectivos nestas áreas, publicamente divulgados, monitorização por um organismo regulador independente e penalidades por resultados aquém dos objectivos (ver Capítulo 2).

2. Financiamento do sistema. Os planos nacionais têm de incluir estimativas claras de financiamento para atingir as suas metas. Todo o financiamento provém, em última análise, dos orçamentos governamentais (uma categoria que inclui a ajuda) ou dos utilizadores. A divisão adequada entre os dois varia. Em países de baixo rendimento com uma cobertura limitada e elevados níveis de pobreza, um indicador de referência é uma despesa pública em água e saneamento de cerca de 1% do PIB (dependendo do rendimento per capita e do rácio entre as receitas e o PIB), com uma soma equivalente proporcionada pela recuperação de custos e pelas contribuições da comunidade. As referências para os países de médio rendimento são mais variáveis, embora a capacidade de recuperação de custos cresça com o rendimento médio. Devido ao facto da infra-estrutura de água e saneamento exigir investimentos iniciais significativos, provindo os retornos do investimento em divisas locais durante um longo período, as estratégias para mobilização de recursos nos mercados locais de capitais podem ajudar a disseminar os custos.

3. Expansão do acesso às pessoas sem serviço. O desafio principal e imediato tanto na água como no saneamento é alargar o acesso e melhorar a qualidade para as pessoas sem serviço ou mal servidas. Os últimos capítulos delineiam algumas das estratégias que funcionaram e produziram resultados práticos, embora as mesmas políticas possam produzir resultados diferentes em ambientes diferentes. Um pacote de expansão favorável aos pobres inclui:

- *Tarifas subsidiadas* que proporcionam água gratuita até um determinado limite aos lares pobres, tal como foi desenvolvido na África do Sul.
- *Subsídios cruzados* que transferem recursos dos lares de rendimentos mais elevados para os de menores rendimentos através do sistema de preços dos serviços de abastecimento público ou de transferências fiscais dirigidas a alvos específicos, tal como acontece no Chile e na Colômbia. Na utilização dos subsídios, estes devem estabelecer alvos de forma a garantir que as pessoas que não são pobres paguem uma proporção mais elevada do custo de prestação dos serviços do que o valor actual na maioria dos países.
- *Medidas de recuperação de custos sustentáveis e equitativas*. Os prestadores de serviços devem estabelecer tarifas para cobrir custos recorrentes, cabendo às finanças públicas a cobertura dos custos de capital para a expansão da rede. Mas a acessibilidade dos preços é uma das condições cruciais para a igualdade. Em regra, nenhum lar deveria gastar mais de 3% do seu rendimento em água e saneamento.

Cada pessoa tem o direito humano a um mínimo de cerca de 20 litros de água por dia, independentemente da riqueza, localização, género ou grupo racial, étnico ou outro

Os governos têm a responsabilidade de assegurar que os fornecedores e os mercados sejam governados para evitar o abuso de poder monopolista e proporcionar água e saneamento seguros, fiáveis e a preços acessíveis às pessoas mais carenciadas

- *Estratégias de apoio à procura de água e saneamento pelos lares mais pobres*. As estratégias devem levar em conta o facto de que as pessoas sem acesso à água vivem esmagadoramente abaixo do limiar de pobreza extrema, ao passo que o défice de saneamento atravessa a faixa abaixo do limiar de pobreza extrema e chega até níveis superiores de rendimento, em que os lares têm maior capacidade de financiar o abastecimento.

4. Aumento de escala das iniciativas que emanam a partir da base. A distinção entre iniciativas que emanam do topo para a base e, ao contrário, da base para o topo é frequentemente alvo de uma importância exagerada. O progresso depende dos governos fazerem aquilo que é suposto fazerem: criar um ambiente encorajador, mobilizar recursos e estabelecer uma estrutura política nacional clara. Mas na água e no saneamento, tal como na maioria das áreas, os governos funcionam melhor quando trabalham em parcerias que tiram partido da energia, orientação e inovação a nível da comunidade — e quando ouvem o povo. As parcerias baseadas na participação real criam o potencial para o rápido aumento de escala de histórias de sucesso locais.

5. Regulação para o desenvolvimento humano. A prestação do serviço de água e saneamento implica um vasto leque de fornecedores e estende-se ao longo de mercados complexos. Os governos têm a responsabilidade de assegurar que os fornecedores e os mercados sejam governados para evitar o abuso de poder monopolista e proporcionar água e saneamento seguros, fiáveis e a preços acessíveis às pessoas mais carenciadas. Um dos problemas que se prende com as actuais estruturas reguladoras é que o seu alcance não se estende para além dos fornecedores formais de larga escala.

A agenda é bastante ampla. Vai além da mera preocupação com a propriedade público-privada que tem dominado os debates sobre a água e o saneamento. Se estes debates têm destacado preocupações importantes, também têm desviado a atenção de importantes questões da política pública. Em última análise, a água é um direito humano — e os governos são os detentores do dever de alargar esse direito. Os organismos públicos são também os principais fornecedores e financiadores do abastecimento de água na maioria dos países. No entanto, o financiamento, fornecimento e regulação dos serviços de água e saneamento colocam difíceis desafios de política pública que não podem ser resolvidos pela simples reivindicação de que a água é um direito humano ou pelo debate entre operadores públicos e privados, questões que voltam a ser abordadas nos capítulos 2 e 3.

Ampliar a ajuda internacional à água e saneamento

Os debates internacionais sobre o desenvolvimento bloqueiam frequentemente numa discussão inútil sobre qual o aspecto mais importante para o progresso do desenvolvimento humano, se o dinheiro, se a reforma política.[67] A realidade é que ambos são essenciais. É evidente que o dinheiro por si só não pode resolver problemas na prestação do serviço, especialmente aqueles que resultam de más políticas, mas pode ajudar a atenuar restrições e a apoiar boas políticas. Na água e no saneamento, tal como noutras áreas, o progresso depende em última análise das acções dos próprios países em desenvolvimento — mas a ajuda tem um papel fundamental. Num grande grupo de países de baixo rendimento, a mobilização de recursos nacionais é demasiado limitada pela pobreza e por rendimentos médios baixos para financiar investimentos à escala necessária. Os investimentos financiados pela ajuda podem ajudar a libertar os elevados retornos para o desenvolvimento humano através da redução dos condicionantes financeiros sobre os governos e os lares pobres.

A África Subsariana é o exemplo mais significativo da importância da ajuda para a concretização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio da água e do saneamento e de outros, de âmbito mais vasto. As estimativas dos vários países sugerem que alcançar a meta 10 exigirá investimentos anuais ao longo da próxima década de cerca de 2,7% do PIB, ou seja, sete mil milhões de dólares por ano.[68] A análise orçamental dos vários países indica que a despesa corrente é de cerca de 0,3% do PIB, o que equivale a 800 milhões de dólares por ano. Não há estimativas fiáveis relativamente aos vários países de receitas de fontes domésticas e de serviços de abastecimento públicos. Mas a recuperação de custos por parte dos prestadores de serviços e a mobilização de recursos financeiros pelas comunidades para financiar o abastecimento de água iria provavelmente aumentar a despesa corrente total para 1% do PIB, ou seja, 2,5 mil milhões de dólares.

Com base no pressuposto optimista de que a despesa pública na água e no saneamento e a partilha de custos poderiam ser elevados para 1,6% do PIB, continuaria a persistir uma lacuna de financiamento de 2,9 mil milhões de dólares por ano. Os fluxos de ajuda cobrem actualmente parte da lacuna de financiamento, oferecendo uma média de cerca de 830 milhões de dólares anualmente. Mas o défice de financiamento para cumprir os requisitos míni-

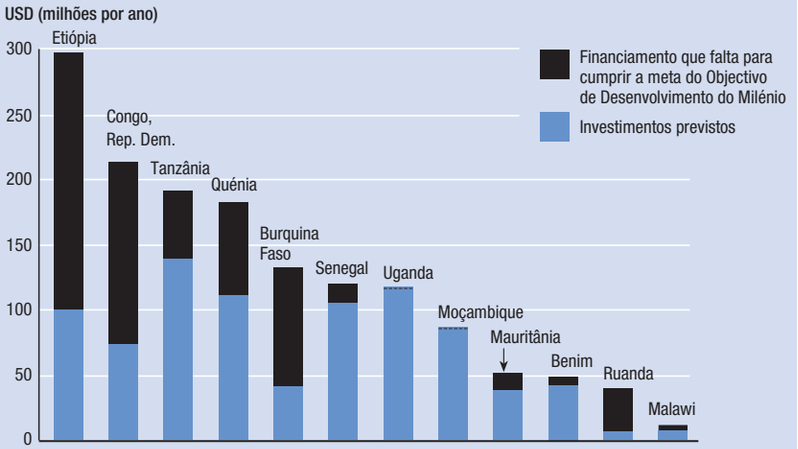
mos de acesso do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ascende ainda a dois mil milhões de dólares por ano. A tentativa de colmatar esta lacuna através da recuperação de custos colocaria os serviços de água e saneamento fora do alcance precisamente das pessoas que necessitam do serviço para alcançar a meta. Estimativas recentes relativas aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apontam para uma enorme lacuna entre os requisitos de financiamento e os fundos reais para muitos países da África Subsariana (figura 1.23). A menos de uma década de 2015, colmatar aquela lacuna constitui uma prioridade urgente devido ao atraso entre o investimento e a cobertura ampliada.

A maioria dos doadores reconhece a importância vital da água e do saneamento para o desenvolvimento humano. Mas os fluxos de ajuda têm uma história pouco encorajadora. Exceptuando o enorme aumento na ajuda ao desenvolvimento no Iraque, a ajuda ao desenvolvimento total para a água ascendeu a 3,4 mil milhões de dólares em 2004.[69] Em termos reais, os níveis de ajuda actuais encontram-se mais baixos do que em 1997, em significativo contraste com a educação, em que a ajuda duplicou ao longo do mesmo período, ou com a saúde. A ajuda destinada à água e ao saneamento também declinou em percentagem do total da ajuda ao desenvolvimento — de 8% para 5%. E os fluxos internacionais de ajuda para o sector foram marcados por grandes variações, o que aponta para a imprevisibilidade do financiamento. É verdade que há muitas solicitações que concorrem pela ajuda. Mas a comunidade de doadores há muito que reconheceu a importância da água e do saneamento para uma ampla gama de objectivos de desenvolvimento, pelo que estas são tendências preocupantes.

Os doadores variam enormemente nos seus compromissos para com a água e o saneamento. O Japão é, de longe, o maior doador bilateral, contribuindo com uma média de 850 milhões de dólares em 2003-04 (figura 1.24). Este número representa mais de um quinto de toda a ajuda para o sector da água e do saneamento. Os doadores multilaterais representam agora cerca de um terço dos fluxos de ajuda, face a 20% há cinco anos, liderados pelos empréstimos suaves da Associação Internacional para o Desenvolvimento do Banco Mundial e pela União Europeia. O desvio em direcção à ajuda multilateral tem sido importante para o financiamento do Objectivo do Desenvolvimento do Milénio porque se concentra mais em países de baixo rendimento e na África Subsariana do que na ajuda bilateral.

Para além dos números, os doadores variam imenso no que respeita a parcela de ajuda atribuída à água e ao saneamento. Por exemplo, no seio do Grupo dos Oito, a Alemanha e o Japão investem mais de 6% da ajuda total neste sector, ao passo que a Itália, o Reino Unido e os Estados Unidos investem menos de 3% ou menos (figura 1.25).

Figura 1.23 O investimento público em água e saneamento é insuficiente para alcançar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em muitos países

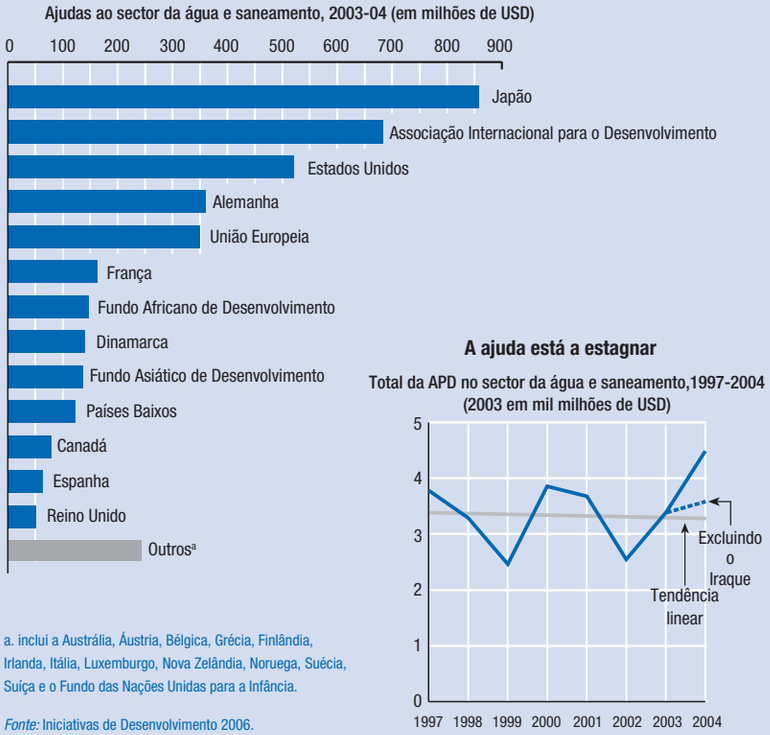


Fontes: WSP–AF a publicar.

A distribuição dos fluxos de ajuda é importante para ultrapassar os condicionantes financeiros. Também aqui há motivo para preocupações. Os fluxos de ajuda encontram-se fortemente concentrados: apenas 20 países respondem por cerca de três quartos da ajuda total. Os 10 maiores receptores de ajuda bilateral recebem dois terços dos desembolsos totais. Quatro destes países têm rendimentos médios baixos. A África Subsariana, a região que enfrenta a maior lacuna financeira e os maiores défices de água e saneamento, recebe apenas cerca de um quinto da ajuda. Tal como a despesa governamental em água e saneamento, os fluxos de ajuda são desviados em direcção às populações urbanas. O financiamento em larga escala da infra-estrutura de água e saneamento responde por cerca de metade do total da ajuda ao sector, indicando uma forte distorção no sector urbano.

É necessária cautela na avaliação das actuais afectações da ajuda. Encaradas pelo prisma do desenvolvimento humano, associações simples entre a ajuda e os países de rendimento baixo podem induzir em erro. Os países de rendimento médio mais baixo, como Marrocos, África do Sul e Tunísia, são grandes receptores de ajuda em água e saneamento — e cada um deles enfrenta grandes problemas que justificam apoio externo. O mesmo vale para países de baixo rendimento como a China, a Índia e o Vietname, todos eles com lugar de destaque na afectação da ajuda bilateral. O crescimento da ajuda à África Subsariana não deve ser efectuado à custa de reivindicações legítimas de outras fontes. De igual modo, é importante evitar distinções simplistas entre infra-estruturas de pequena e de larga escala. Existem ar-

Figura 1.24 O compromisso dos doadores é bastante variável — e o financiamento é imprevisível



a. inclui a Austrália, Áustria, Bélgica, Grécia, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Suécia, Suíça e o Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento 2006.

gumentos fortes em termos de desenvolvimento para o apoio de infra-estruturas de água e saneamento de larga escala enquanto parte de uma estratégia global do sector: o desenvolvimento de instalações de tratamento de águas residuais e de redes de água e saneamento não são luxos do desenvolvimento.

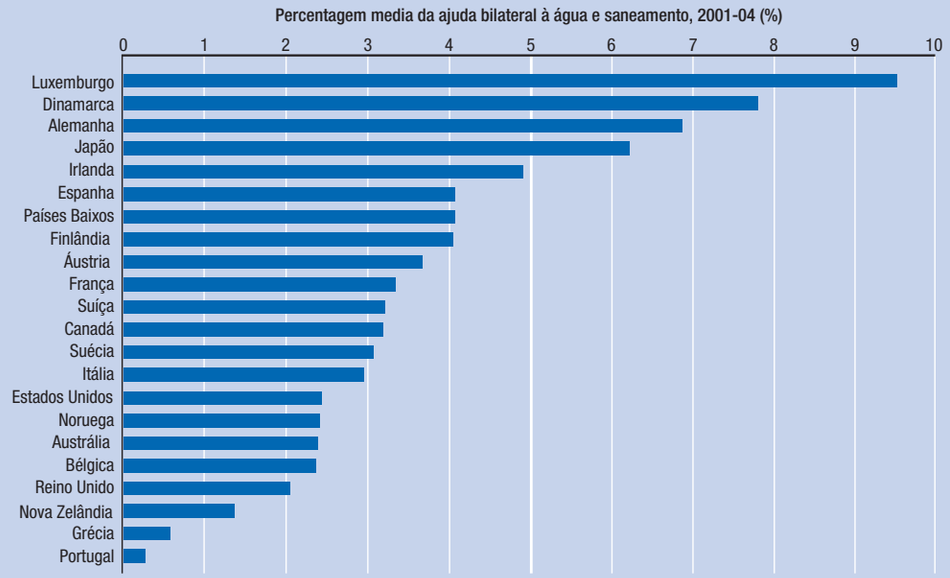
Também a pequena parcela de ajuda atribuída à África Subsariana não pode ser exclusivamente atribuída a predisposições do doador. Muitos governos africanos não conseguiram fazer do sector uma prioridade ou lidar com velhos problemas de fragmentação institucional. Em muitos países, uma fraca interacção entre governos e doadores contribui para a marginalização da água e do saneamento. Os doadores exprimem frequentemente as suas preferências estabelecendo as prioridades da despesa em áreas com fortes planos sectoriais ou com abordagens à escala do sector. Que estão cronicamente subdesenvolvidos na água e no saneamento, o que cria desincentivos ao envolvimento dos doadores. Por seu turno, um reduzido apoio dos doadores restringe o potencial para o desenvolvimento de abordagens à escala do sector, criando um círculo vicioso de fraco planeamento e de subfinanciamento.

Para o financiamento global do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, os actuais padrões de ajuda ao desenvolvimento padecem de duas limitações. A mais visível é o enorme défice de ajuda relativamente a requisitos de financiamento. Como indicador geral, os fluxos de ajuda para a água e o saneamento terão de aumentar em cerca de 3,6 a 4 mil milhões de dólares por ano para que o objectivo passe a estar ao alcance, para além de mais 2 mil milhões de dólares designados à África Subsariana. Esta é uma prioridade imediata. Sem mais ajuda, muitos governos não disporão da base de receitas para efectuar os investimentos iniciais necessários para colocar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio ao alcance. E as reformas da política e os investimentos na água e no saneamento levam um tempo considerável a produzir resultados.

O segundo problema é que os recursos da ajuda são inevitavelmente desviados em direcção a países com uma forte presença de doadores — mais especificamente, em direcção a países com uma massa crítica de doadores que dão prioridade à água e ao saneamento. Trata-se de um resultado que não surpreende e que é bastante importante. Os países nos quais o Japão é um parceiro importante têm maior probabilidade de assegurar ajuda para a água e saneamento. A consequência é que as boas políticas nem sempre são apoiadas por ajuda suficiente para a água e saneamento em países em que os doadores revelam um fraco compromisso com o sector. Se muitos factores determinam a afectação da ajuda, é difícil escapar à conclusão de que muitos países se debatem com uma disparidade entre as necessidades nacionais de financiamento e os fluxos de ajuda. Em 2004, o Gana e a Tunísia receberam cada um 88 dólares em ajuda para cada pessoa sem acesso a uma fonte de água melhorada; o Burquina Faso e Moçambique receberam 2 dólares por pessoa. A África do Sul recebeu 11 dólares; o Chade e a Nigéria receberam entre 3 e 4 dólares.

Os que exprimem pessimismo em relação à ajuda questionam o papel da ajuda ao desenvolvimento na promoção do desenvolvimento humano. Aquele pessimismo é infundado. A ajuda internacional ao desenvolvimento tem sido essencial no apoio ao progresso no acesso à água em países como o Gana, a África do Sul e o Uganda — e continua a apoiar o progresso em direcção ao saneamento para todos no Bangladeche e no Lesoto. Para milhões de pessoas dos países mais pobres do mundo a ajuda tem feito uma enorme diferença. Tal não significa que não se possa fazer mais, tanto pelos doadores como pelos receptores de ajuda, para aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento. Uma fraca coordenação entre os doadores, uma preferência, nalguns casos, para operar através de projectos e não de programas governamentais, e a ajuda ligada diminuem o impacto da ajuda ao desenvolvimento e elevam os custos transaccionais para os governos dos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o fracasso de

Figura **1.25** **Alguns doadores dão mais prioridade à água e ao saneamento do que outros**



Fonte: Iniciativas de Desenvolvimento 2006.

alguns governos em assegurar que os resultados do orçamento reflectissem compromissos planeados, fez com que muitos doadores hesitassem em aumentar a ajuda aos programas. Mas num vasto grupo de países a qualidade da ajuda está a melhorar, à medida que as políticas nacionais se tornam mais eficazes.

Outro motivo para optimismo reside no ímpeto subjacente às parcerias internacionais para a ajuda desenvolvidas deste o lançamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A cimeira de Gleneagles do Grupo dos Oito (G8), realizada em 2005, comprometeu-se a duplicar a ajuda até 2010 — compromisso que se traduz num valor extra de 50 mil milhões de dólares, metade dos quais destinados à África Subsariana. Foram desenvolvidos mecanismos inovadores para concentrar os custos no início do período da ajuda ao desenvolvimento através de desembolsos pré-financiados orçamentados contra futuros fluxos de ajuda. Em vista da intensidade de capital dos investimentos na água, da necessidade de concentrar os custos no início do período de ajuda e do longo prazo de implementação dos planos de água e saneamento, é importante mobilizar um aumento inicial nos desembolsos de ajuda — e pré-financiar os desembolsos orçamentados para períodos posteriores.

Os países ricos financiaram a sua revolução na água e no saneamento há mais de um século recorrendo a uma ampla gama de novos mecanismos de financiamento, incluindo obrigações municipais que disseminam os custos durante um longo período. No mundo globalizado do início do século XXI, é importante que as novas parcerias para a ajuda desenvolvidas em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio alarguem as mesmas oportunidades aos países mais pobres do mundo. O Mecanismo de Financiamento Internacional proposto pelo ministro das Finanças britânico, Gordon Brown, é um exemplo (ver contributo especial).

Para além da ajuda, muitos países necessitarão de mobilizar um vasto volume de financiamento nos mercados de capitais internos. Nalguns casos, aqueles mercados são limitados e os riscos perceptíveis associados às obrigações emitidas pelos municípios ou prestadores de serviços podem elevar as taxas de juro a níveis proibitivos. Esta é uma área em que as políticas nacionais e uma regulação eficaz do mercado de capitais são críticas. Os países desenvolvidos e as instituições financeiras multilaterais podem apoiar os esforços nacionais através de medidas destinadas a reduzir o risco e a baixar os custos dos empréstimos, bem como as garantias ao crédito (ver Capítulo 2).

Construir a parceria global — argumentos em prol de um plano internacional de acção global para a água e o saneamento

Um planeamento nacional sólido é a base de um movimento acelerado em direcção à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e — em última análise — ao acesso universal à água e ao saneamento. A mobilização de recursos nacionais, o desenvolvi-

Um planeamento nacional sólido é a base de um movimento acelerado em direcção à meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e — em última análise — ao acesso universal à água e ao saneamento

mento de instituições eficientes, responsáveis e com capacidade de resposta, e a implementação de estratégias para superar as desigualdades são alicerces do progresso em todos os países. Mas em alguns países não são suficientes. Por isso a ajuda é tão importante. Em termos mais amplo, o planeamento nacional e as iniciativas internacionais de ajuda poderiam beneficiar de um plano de acção global mais vasto para a água e o saneamento.

A justificação para a existência de tal plano enraíza-se, por um lado, no estatuto marginal da água e do saneamento na agenda internacional de desenvolvimento e, por outro, nas lições das iniciativas internacionais noutras áreas, como o VIH/SIDA e a educação.

À excepção da água e do saneamento, é difícil pensar em qualquer outra área de comparável importância para o desenvolvimento humano que usufrua de uma liderança global tão reduzida. O problema não reside na ausência de conferências de alto nível ou de relatórios ambiciosos. Estas têm sido características tradicionais das agendas das conferências internacionais durante mais de três décadas, desde que a ONU realizou a sua primeira conferência sobre a água, em Mar del Plata, na Argentina, em 1977. Aquele evento levou à adopção de um plano de acção que deu origem à primeira Década Internacional da Água Potável e do Saneamento Seguro. Até à data, aquela conferência mantém-se um marco em termos de influência. Mas a impressionante meta da «água e saneamento para todos» até 1990 e a subsequente reafirmação do mesmo objectivo não atingido em 2000, noutra conferência de alto nível, puseram a descoberto uma enorme lacuna entre o estabelecimento de metas e o planeamento estratégico para atingir as mesmas.

Desde meados dos anos 90, verificou-se uma proliferação de conferências dedicadas à água. Emergiram duas grandes parcerias internacionais, o Conselho Mundial da Água e a Parceria Global para a Água, que supervisionaram uma impressionante série de encontros globais, como o Fórum Mundial da Água, de periodicidade trienal, realizado na Cidade do México em 2006, e de relatórios. A água também figurou proeminentemente em encontros da ONU de âmbito mais vasto, como a Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

No entanto, é difícil escapar à conclusão de que hoje, tal como nos anos 70, existe uma enorme lacuna entre as declarações ministeriais e relatórios de conferências e as estratégias práticas para alcançar o objectivo da água e saneamento para todos. Não se pretende com isto diminuir o papel vital das conferências internacionais para a informação da opinião pública e crescimento da consciencialização dos problemas entre os políticos e o público em geral. Mas, se o derradeiro objectivo é o de melhorar o acesso dos homens e mulheres mais carenciados à água, os progressos são menos impressionantes — o que diminui a justificação para a realização de mais conferências internacionais sem uma agenda objectiva para alcançar a mudança.

Muito francamente, no que respeita à água e ao saneamento, o mundo sofre de um excesso de actividade de conferências e de um défice de acção. Sofre também de fragmentação. Existem nada menos do que 23 agências da ONU a lidar com a água e o saneamento. Para além de problemas de coordenação e de custos transaccionais no interior dos países, a diversidade de agentes obstou ao desenvolvimento de fortes defensores internacionais da água e do saneamento.

A agenda dos países do G8 oferece testemunhos deste problema. Há três anos, na sua cimeira em Evian, na Suíça, o G8 adoptou um Plano de Acção para a Água que pretendia alcançar um vasto leque de objectivos, «ajudando prioritariamente os países que assumiram um compromisso político de dar prioridade à água potável e ao saneamento básico».[70] Desde então, não surgiu nada que mereça ser descrito como plano de acção. Os níveis de ajuda estagnaram e não foi efectuada qualquer tentativa credível de traduzir em estratégias globais práticas capazes de oferecer resultados os compromissos assumidos em conferências internacionais como o 3º e o 4º Fóruns Mundiais da Água, realizados em 2003 e 2006.

Se fossem necessárias evidências da baixa notoriedade da água e do saneamento na agenda do G8, estas ficaram patentes na Cimeira de Gleneagles realizada em 2005. Não só não houve qualquer referência ao que foi acordado em Evian, como a questão não foi sequer mencionada na estratégia que o G8 definiu para a África Subsariana.

A uma década de 2015, é tempo de agir e assumir o compromisso para desenvolver um plano de acção global para a água e o saneamento. Tal não significa a implementação de processos de planeamento complexos, burocráticos e rigidamente hierarquizados. Ao contrário, o objectivo seria o de fornecer um núcleo institucional para os esforços internacionais mobilizarem recursos, criarem capacidade e, acima de tudo, galvanizarem a acção política colocando a água e o saneamento numa posição mais central na agenda do desenvolvimento.

Para que qualquer estrutura global produza resultados, tem de estar alicerçada a nível nacional e integrada nos processos nacionais de planeamento. Tem também de estar fundamentada numa parceria de desenvolvimento genuína. Em última análise, é responsabilidade dos governos nacionais delinearem planos nacionais credíveis e desenvolverem instituições transparentes e responsáveis para a implementação. Mas o princípio de base subjacente ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio é que os governos

comprometidos com o progresso não sejam retidos por falta de apoio internacional e recursos financeiros. O desenvolvimento de um plano de acção global ajudaria a fazer com que este compromisso passasse das palavras à acção.

As iniciativas correntes oferecem um ponto de referência útil. Tanto o Fundo Global de luta contra a SIDA, Tuberculose e Malária e, a uma menor escala, mas nem por isso menos significativa, a Iniciativa para a Aceleração da Educação para Todos (FTI — Fast Track Initiative) têm produzido resultados reais.[71] Nenhum deles envolve grandes estruturas organizacionais. O Fundo Global tem pouca burocracia, não dispõe de qualquer delegação nacional e age apenas como um instrumento de financiamento e de criação de capacidade. Está baseado nas estratégias governamentais e facilita o fortalecimento do papel da sociedade civil. O valor acrescentado do Fundo Global tem sido um ponto central para a acção política, potenciando recursos de apoio das boas políticas e criando capacidade. Da mesma forma, a Iniciativa para a Aceleração da Educação ajudou a reduzir as lacunas de financiamento e coordenar a ajuda dos doadores para a educação em dezenas de países.[72]

Como funcionaria um plano de acção global para a água e o saneamento? E que diferença faria um plano de acção global nas vidas das pessoas mais carenciadas? Em termos operacionais, um plano global reuniria os doadores sob um único tecto multilateral, organizado sob os auspícios de agências relevantes da ONU, da União Europeia e do Banco Mundial. A ênfase seria colocada na disponibilização de recursos e apoio à criação de capacidade e na coordenação e coerência; não na criação de novos sistemas burocráticos.

Uma estrutura global, alicerçada a nível nacional e integrada nos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza e nos planos nacionais de desenvolvimento, poderia oferecer uma plataforma para lidar com as questões políticas, institucionais e de financiamento à medida que os países procurassem ampliar a escala das estratégias de água e saneamento e acelerar o progresso. A direcção no sentido da globalização não substitui os esforços iniciais locais. Mas pode ajudar à construção do pacto básico dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: que as boas políticas e a intenção séria de disponibilizar serviços a nível nacional atrairá o apoio da comunidade internacional: Um plano deste tipo poderia gerar outros benefícios para os países com governos comprometidos com a acção:

- *Galvanizar o compromisso internacional e elevar a notoriedade da água e do saneamento*. A adopção de um plano de acção pelo G-8 e pela vasta comunidade de doadores colocaria em destaque a importância central do progresso na água e no saneamento para o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Com uma concepção e implementação adequadas, um plano deste tipo poderia fazer pela água e pelo saneamento o que o Fundo Global fez pelo VIH/SIDA — oferecer um núcleo central institucional que eleve a notoriedade do problema da água e do saneamento. Poderia fazer com que os governos nacionais ganhassem a clara consciência de que o sector virá a ser uma prioridade crescente, criando incentivos para um planeamento nacional mais forte. Na frente política, o plano global poderia identificar estratégias gerais de melhores práticas para ultrapassar desigualdades e acelerar o progresso, criando uma estrutura indicativa global como base para avaliação da política. A monitorização da implementação e do progresso destas estratégias tornar-se-ia um elemento central para a água e o saneamento nos encontros do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial e do G8.
- *Monitorizar o desempenho.* Os doadores de ajuda exigem justificadamente um elevado nível de responsabilização e transparência da parte dos receptores de ajuda. Os padrões aplicados à comunidade doadora são muito menos rigorosos. Não há mecanismos para fazer com que os países desenvolvidos prestem contas pela entrega de ajuda face aos seus compromissos ou à qualidade da ajuda. O plano de acção global da água e do saneamento criaria este mecanismo. Incluiria uma avaliação global do desempenho dos doadores. O exercício de avaliação anual consistiria de duas partes. Incluiria uma análise, por parte dos receptores de ajuda, do grau pelo qual os doadores estão a cumprir os critérios de água e saneamento face às directrizes e objectivos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico adoptados em 2005 para aumentar a eficácia da ajuda através de um maior apoio orçamental, maior previsibilidade nos fluxos de ajuda e menores custos transaccionais através de uma maior harmonização e coordenação. Incluiria também uma avaliação independente dos programas de ajuda face às metas estabelecidas no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e nas estratégias nacionais, ajudando a melhorar a compreensão, tanto de doadores como de receptores de ajuda, daquilo que funciona e daquilo que não funciona (ver contributo especial de Gordon Brown e Ngozi Okonjo-Iweala).
- *Mobilizar recursos suplementares de ajuda*. O plano de acção global ofereceria um núcleo central para que os esforços internacionais alinhassem os recursos externos necessários para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio com as lacunas de financiamento em cada país. Tendo este aspecto em mente, o principal in-

A uma década de 2015, é tempo de agir e assumir o compromisso para desenvolver um plano de acção global para a água e o saneamento

Contributo especial

Concentrar os custos no início do período de financiamento para cumprir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento

Do Japão à União Europeia, e passando pelos Estados Unidos, as pessoas do mundo desenvolvido tomam a água potável e o saneamento básico por garantidos. Mas, em várias zonas do mundo, muitas pessoas ainda não têm acesso a estes direitos humanos básicos. Este Relatório documenta devidamente os custos sociais e económicos de uma crise na água e no saneamento.

A água e o saneamento não somente são essenciais para a vida humana como constituem os blocos de construção do desenvolvimento em qualquer país. É por esta razão que um dos oito Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tem uma meta específica de reduzir a metade o número de pessoas sem acesso sustentável a água potável e a saneamento até 2015.

A falta de água potável e de saneamento afecta desproporcionalmente as mulheres e as raparigas, tradicionalmente responsáveis pela obtenção de água para a família. Para as raparigas em idade escolar, o tempo gasto a viajar — horas, por vezes — até à fonte de água mais próxima é tempo perdido em educação, negando-lhes a oportunidade de conseguir trabalho e de melhorar a saúde e os padrões de vida das suas famílias e de si próprias. As escolas sem acesso a água potável ou a saneamento constituem uma poderosa prova da interligação entre o desenvolvimento humano e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: não é possível criar sistemas de educação eficazes quando as crianças estão constantemente doentes e ausentes da escola. E não é possível oferecer educação a todos quando as raparigas são mantidas em casa porque os seus pais se preocupam com a ausência de instalações sanitárias separadas.

Hoje todos compreendem o vínculo existente entre água potável, melhor saúde e maior prosperidade. Temos o conhecimento, a tecnologia e os recursos financeiros para tornar a água potável e o saneamento uma realidade para todos. Devemos agora alinhar estes recursos com a vontade política para agir.

A infra-estrutura de um sistema eficaz de água e saneamento à escala nacional — desde canalização de água a estações de bombagem e redes de esgotos — exige um investimento a uma escala superior à que os países mais pobres podem aspirar neste momento. Por outro lado, exige avultados investimentos iniciais, bem como custos de manutenção de mais longo prazo. Dada a elevada proporção de pessoas dos países em desenvolvimento sem acesso a água e saneamento e que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia, não é viável satisfazer estes custos iniciais através de tarifas dos utilizadores.

Em 2005, os governos dos países desenvolvidos prometeram aumentar o montante global da ajuda para o desenvolvimento. A União Europeia comprometeu-se a aumentar a ajuda para 0,7% do seu rendimento até 2015. O G8 comprometeu-se a duplicar a ajuda a África até 2010. Ao efectuar aquela promessa, o G8 reconheceu que uma das finalidades desta ajuda era assegurar que as populações dos países em desenvolvimento teriam acesso a água salubre e saneamento. Contudo, os aumentos tradicionais nos orçamentos da ajuda dos doadores não serão suficientes para fornecer os recursos adicionais e cumprir as metas de ajuda que foram estabelecidas. São necessários mecanismos de financiamento inovadores para reunir o financiamento urgentemente necessário para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio — e em nenhuma área tal se torna mais evidente do que na água e no saneamento.

Muito francamente, o mundo não pode esperar que os fluxos de financiamento graduais comecem a produzir retornos antes de lidar com a crise da água e do saneamento. Esta crise está a matar crianças e a impedir o desenvolvimento actual — e temos de agir agora. Foi por esta razão que se analisou e implementou uma série de mecanismos de financiamento inovadores com vista a mobilizar financiamentos iniciais para o desenvolvimento. O Mecanismo de Financiamento Internacional (MFI) é um exemplo.

O MFI mobiliza recursos de mercados de capitais internacionais através da emissão de obrigações de longo prazo que são amortizadas pelos países doadores no prazo de 20 a 30 anos Uma massa crítica de recursos pode assim ser disponibilizada imediatamente para o investimento no desenvolvimento, ao passo que a amortização é efectuada ao longo de um período maior, com base nos orçamentos para a ajuda dos países desenvolvidos.

Os princípios da concentração dos gastos no início do período já foi aplicado ao MFI para a Vacinação, que, através do investimento imediato de 4 mil milhões de dólares extra em vacinas para doenças evitáveis, poupará o impressionante número de 5 milhões de vidas entre o momento actual e 2015 e outros 5 milhões de então em diante.

Estes princípios podem também ser bastante relevantes para a água. As taxas de retorno dos investimentos iniciais na água e no saneamento ultrapassariam largamente os custos de empréstimos realizados nos mercados de obrigações, mesmo levando em conta os custos dos juros. Efectivamente, a OMS estimou que o retorno de um investimento de 1 dólar em saneamento e higiene nos países de baixo rendimento é de 8 dólares, em média. Trata-se de um bom investimento, qualquer que seja o sistema de contabilidade que o avalie.

A mobilização de recursos de mercados de capitais para investimento em água e saneamento não é nova. Os países industriais utilizaram emissões de obrigações e mercados de capitais para obter financiamento para o investimento em água e infra-estruturas de saneamento no começo do século passado. E, mais recentemente, países como a África do Sul emitiram obrigações municipais para aumentar rapidamente a massa crítica de recursos para efectuar um investimento de tal ordem.

Evidentemente, temos de reconhecer que as novas parcerias para a ajuda subjacentes aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio constituem um compromisso de dois sentidos. Há obrigações e responsabilidades de parte a parte. Os países em desenvolvimento devem ser julgados pela sua capacidade de utilizar os recursos da ajuda com eficiência e transparência de forma a fazer chegar água salubre e saneamento aos mais pobres. Mas eles e os seus cidadãos têm o direito de esperar que boas políticas sejam apoiadas por um fluxo previsível de financiamento à ajuda proporcional à escala do desafio.

Os países desenvolvidos devem ser julgados não somente pelo seu apoio aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também pela disponibilização de recursos para alcançá-los. Ajudar a fornecer água salubre e saneamento básico demonstrará que estas promessas são mais do que uma simples moda passageira — que são um compromisso para a nossa geração.

Gordon Brown, deputado parlamentar,
Ministro das Finanças, Reino Unido



Ngozi Okonjo-Iweala, ex-Ministro das Finanças, Nigéria



grediente reside na criação de um compromisso fiável e de longo prazo de recursos desde que os países adoptem e implementem planos de reforma credíveis. A solidez de compromissos prévios dos doadores pode oferecer aos países a garantia de que, se eles honrarem os seus compromissos, os doadores disponibilizarão o financiamento.

Devido ao facto da expansão do acesso à água e ao saneamento exigir investimentos iniciais de vulto, mas oferecer retornos durante um longo período, o sector perde frequentemente para projectos de investimento mais imediatos e tangíveis relativamente aos quais os líderes políticos podem assumir o crédito mais rapidamente. O financiamento garantido pode reforçar a posição dos reformadores através do potenciamento que decorre dos compromissos de apoio financeiro externo. O plano teria como aspecto crucial um calendário concreto para aumentar a ajuda à água e ao saneamento em 3,4 a 4 mil milhões de dólares ao longo da próxima década, com recursos para a concentração dos custos no início do período. A África Subsariana seria um elemento central no plano de acção global, não somente pela mobilização de 1,5 a 2 mil milhões de dólares de ajuda suplementar, como pela colocação da água e do saneamento no núcleo da estratégia para a África adoptada pelo G8 em Gleneagles. O plano global ofereceria uma estrutura para a ajuda baseada no desempenho, estabelecendo os receptores de ajuda referências claras de desempenho no quadro de planos nacionais e aderindo os doadores a referências relativas ao cumprimento dos seus compromissos de ajuda.

- *Mobilizar recursos nacionais*. O plano de acção global apoiaria e complementaria a mobilização de recursos nacionais. Na maioria dos países de médio rendimento, e nalguns países de baixo rendimento, os mercados de capitais nacionais representam uma potencial fonte de financiamento a longo prazo. Devido ao facto das receitas dos investimentos de água e saneamento serem contabilizadas na moeda nacional, é importante que os empréstimos de apoio àquele investimento sejam em moeda nacional e não estrangeira — uma das duras lições dos fracassados episódios da privatização. O problema é que as percepções de risco do mercado e a fraqueza dos mercados de capitais locais podem simultaneamente elevar o custo dos empréstimos e diminuir o fluxo de recursos disponíveis. O apoio internacional, através de instituições multilaterais e bilaterais, pode mitigar aqueles efeitos através do fornecimento de garantias de crédito a serviços de abastecimento público ou entidades municipais, permitindo-lhes assegurar uma notação AAA. Esta área tem testemunhado um crescimento rápido nos últimos anos (ver Capítulo 2). Se um plano de acção global não institucionalizaria a prestação de crédito, poderia oferecer uma estrutura para coordenar e apoiar parcerias público-privadas, desenvolvendo melhores práticas e oferecendo aconselhamento técnico.
- *Apoiar o desenvolvimento de capacidade e o planeamento nacional*. Ultrapassar o défice de água e saneamento confronta muitos dos países mais pobres com complexos problemas de planeamento. O legado da fragmentação, do fraco desenvolvimento institucional e do subinvestimento em criação de capacidade técnica é, em si mesmo, um obstáculo ao progresso. No VIH/SIDA e na educação, as iniciativas globais ofereceram apoio técnico e de criação de capacidade como mecanismo de reforço da elegibilidade à ajuda ao desenvolvimento. Na água e no saneamento, a estrutura do plano global apoiaria o planeamento à escala do sector e mobilizaria recursos para a criação de capacidade. Tal como acontece no VIH/SIDA e na educação, um forte programa vertical facilitaria a disseminação de melhores práticas, responsabilização, medições de desempenho e comunicação às partes interessadas da política e à sociedade civil. Ajudaria também a assegurar que os recursos da ajuda ultrapassam realmente o financiamento geral ao invés de substituírem os recursos governamentais.
- *Melhorar a coerência e coordenação dos doadores*. A nível nacional, uma estrutura de planeamento global credível ofereceria um instrumento para os doadores definirem os seus programas no quadro de uma estratégia nacional, apoiando esforços correntes para harmonizar procedimentos dos doadores e requisitos relativos a relatórios. Estabeleceria um conjunto comum de normas, reduzindo os custos transaccionais associados aos requisitos de relatórios de múltiplos doadores e garantindo que os doadores não estão a duplicar projectos e esforços em apoio dos seus programas preferidos. A estrutura de planeamento global ajudaria também a identificar maus alinhamentos entre a afectação da ajuda e o compromisso governamental. Ofereceria um veículo multilateral para colmatar lacunas de financiamento nos países inadequadamente cobertos pela ajuda bilateral, tal como acontece com o Fundo Global e a Iniciativa para a Aceleração da Educação para Todos.

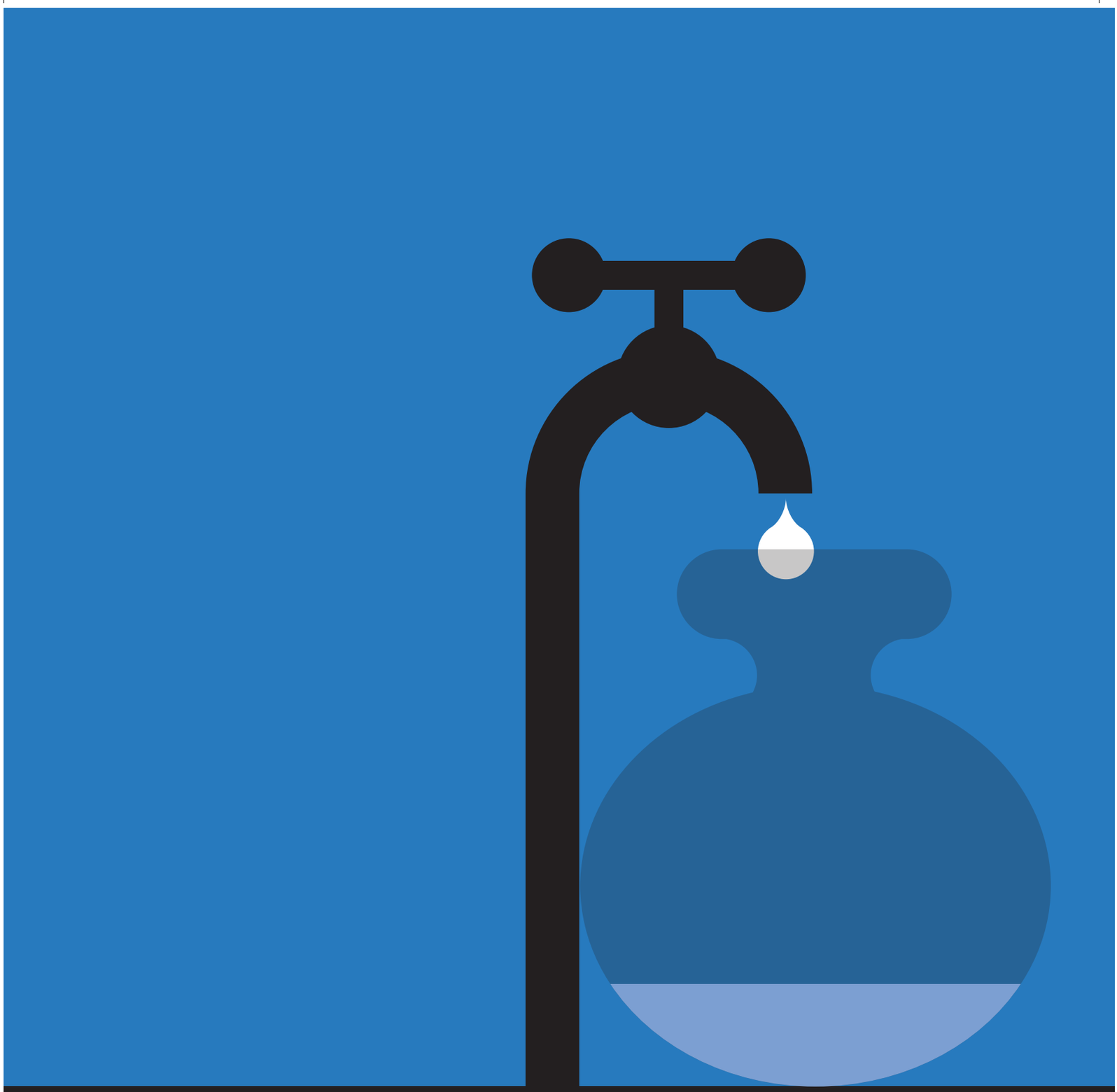
Os últimos desenvolvimentos na África Subsariana destacam o potencial de um pacto para a água e o saneamento. Reconhecendo que o défice de água e saneamento está a travar avanços na saúde,

O plano global poderia identificar estratégias gerais de melhores práticas para ultrapassar desigualdades e acelerar o progresso

A forma exacta de qualquer plano global constitui, obviamente, uma questão aberta ao diálogo e ao debate. Mas uma opção que já não deve ser encarada é a de deixar tudo como está

na educação e no crescimento económico, o Banco Africano de Desenvolvimento estabeleceu um Fundo Especial para a Água para apoiar o progresso em direcção ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e ao abastecimento universal até 2025. Foi desenvolvido um plano de acção de médio prazo indicativo, através do Conselho Africano de Ministros da Água e da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, para 2005-2009. Através de negociações independentes com oito doadores, o Banco Africano de Desenvolvimento assegurou garantias de cerca de 50 milhões de dólares ao longo de períodos de um a três anos face a uma meta de 615 milhões de dólares.[73] Uma estrutura global apoiada por doadores de renome ajudaria quer a reduzir os custos transaccionais, quer a assegurar o financiamento à escala necessária.

Um plano de acção global para a água e o saneamento não é um fim em si mesmo. É um meio de promover a eficácia da cooperação internacional e de construir parcerias para a ajuda que podem colocar o mundo no caminho certo para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e progredir em direcção ao acesso universal à água e ao saneamento. A menos de uma década de 2015, um plano de acção global poderia oferecer a estrutura previsível e de longo prazo necessária às parcerias de ajuda que poderia funcionar como catalisador do progresso humano, conduzindo ao alargamento dos benefícios da água e do saneamento a outras áreas do desenvolvimento humano. A forma exacta de qualquer plano global constitui, obviamente, uma questão aberta ao diálogo e ao debate. Mas uma opção que já não deve ser encarada é a de deixar tudo como está.



2 Água para consumo humano

«Pensamos ser nosso dever afirmar que a venda de água a preços elevados não serve os interesses da saúde pública. O abastecimento de água limpa em abundância, a um preço acessível a todas as bolsas, constitui uma das medidas mais importantes para a promoção da saúde de qualquer comunidade.»

Conselho de Saúde da Carolina do Norte, 1898

CAPÍTULO 2

Água para consumo humano

O debate acerca dos méritos relativos do desempenho dos sectores público e privado constitui uma distracção em relação ao mau desempenho dos fornecedores de água dos sectores público e privado na tentativa de ultrapassar a falta global de água

«O direito humano à água», afirma o Comité das Nações Unidas sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, «garante a todas as pessoas o direito a água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço, para uso doméstico e pessoal.»[1] Estes cinco atributos centrais representam a base da segurança em termos de água. Representam igualmente pontos de referência de um direito humano que é ampla e sistematicamente violado para uma grande parte da humanidade. Para cerca de 1,1 mil milhões de pessoas, a água suficiente, segura, aceitável, acessível e a bom preço para toda a vida representa uma esperança para o futuro e não uma realidade para o presente.

Fornecer acesso universal à água é um dos maiores desafios de desenvolvimento com que a comunidade internacional se depara no início do século XXI. O acesso restrito constitui um entrave ao crescimento económico, uma fonte de profundas desigualdades que têm por base a riqueza e o género e uma das principais barreiras ao rápido progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ver o contributo especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan). Há países inteiros a ficar prejudicados pela interacção fatal entre a insegurança da água e a pobreza. A justificação moral, ética e normativa para alterar esta situação prende-se com o reconhecimento de que a água pura é um direito humano — e uma condição essencial para que se obtenham outros direitos garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e documentos internacionais mais abrangentes. Porque motivo é que o progresso em direcção à água para todos tem sido tão desigual e tão lento?

Durante anos, a troca de ideias acerca dos méritos relativos dos sectores público e privado tem dominado o debate sobre essa questão. Durante a década de 90, defendeu-se muito a privatização como solução para os fracassos do sector público. O sector privado, conforme se defendia, iria criar ganhos de eficiência, gerar novos fluxos financeiros e ser mais responsabilizável. Embora a experiência tenha sido mista, o sector privado não se apresentou como uma solução mágica. Em muitos casos, não se materializaram as vantagens de governo, finanças e eficiência que se esperava do sector privado. Ao mesmo tempo, são indiscutíveis os problemas no sector público existentes em diversos países. Muitas vezes, o sector público combina a ineficiência com a falta de responsabilização e com a injustiça, fornecendo água a baixo custo a grupos de rendimentos elevados e serviços de baixa qualidade — ou nenhum serviço — aos pobres. Do ponto de vista dos agregados familiares pobres, o debate acerca dos méritos relativos do desempenho dos sectores público e privado constitui uma distracção em relação ao que devia ser a preocupação fundamental: o mau desempenho dos fornecedores de água dos sectores público e privado na tentativa de ultrapassar a falta global de água.

Em última análise, os governos nacionais é que são os responsáveis por garantir a progressiva concretização do direito à água através de um enquadramento legislativo e regulamentar que se aplica a todos os fornecedores de serviços, públicos e privados. Esse enquadramento deve abordar dois obstáculos, identificados no capítulo 1, que têm sido ensombrados pelo debate entre os sectores público e privado.

O primeiro obstáculo é a desigualdade. Há, invariavelmente, uma menor probabilidade de os agregados familiares pobres estarem ligados a uma fonte de água segura, por não a poderem pagar ou por viverem longe da rede dos prestadores de serviços. Existe também uma relação inversa entre o preço e a capacidade de pagar: milhões de pessoas

Contributo especial: **O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar**

Muitas pessoas tomam a água como certa: abrem a torneira e sai água. Ou vão ao supermercado, onde podem escolher entre dúzias de marcas de água engarrafada. Mas para mais de mil milhões de pessoas no nosso planeta, a água pura está fora do seu alcance. E cerca de 2,6 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento adequado. As consequências são devastadoras. Perto de 2 milhões de crianças morrem todos os anos de doenças relacionadas com água suja e com mau saneamento — muitas mais do que as que morrem em resultados de conflitos violentos. Entretanto, por todo o mundo, a poluição, o consumo excessivo e a má gestão da água estão a diminuir a qualidade e a quantidade da água.

Foi tendo isto em mente que no Dia Mundial da Água em 2004, criei uma Comissão de Aconselhamento sobre Água e Saneamento. A comissão de 20 membros é composta por peritos técnicos, indivíduos de relevo e outras pessoas com provas dadas na área do funcionamento da máquina governamental. Foi liderada com grande sabedoria pelo falecido Primeiro Ministro do Japão, Ryotaro Hashimoto, até à sua morte prematura em Julho de 2006. Apesar dessa perda trágica, a comissão continua os seus esforços, trabalhando de perto com o sistema das Nações Unidas, com instituições internacionais e regionais, governos nacionais, os meios de comunicação de massas, o sector privado e a sociedade civil em geral para aumentar a tomada de consciência, mobilizar recursos e promover a criação de capacidades. A crise da água — como muitas questões com que o nosso mundo se confronta — só pode ser completamente resolvida através de parcerias que combinam o empenho nacional com a acção internacional.

Os enormes números que usamos para falar dos actuais desafios em termos de água e saneamento não devem ensombrar a luta individual que as pessoas normais enfrentam. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano lembra de modo forte e oportuno que a crise global da água tem um rosto humano: uma criança ameaçada por surtos mortais de diarreia, uma rapariga que não vai à escola para recolher água ou uma mãe a quem negaram as oportunidades de desenvolver todo o seu potencial, devido às exigências de tomar conta de familiares que estão doentes devido à água poluída. As Nações Unidas estão extremamente empenhadas nesta luta. O acesso a água segura é uma necessidade humana fundamental e um direito humano elementar. E a água e o saneamento estão no centro da nossa luta para permitir que as pessoas de todo o mundo, e não apenas uns quantos privilegiados, possam viver com dignidade, prosperidade e paz.



Kofi Annan
Secretário-Geral
Nações Unidas

das mais pobres do mundo pagam alguns dos preços mais elevados do mundo pela água, em detrimento do seu bem-estar e potencial produtivo. Se a água é um direito humano, deve ser um direito de cidadania protegido para todos, independentemente da sua riqueza, capacidade de pagar, género ou localização.

O segundo obstáculo é a legitimação. Os direitos humanos podem ser um forte impulsionador da mudança. No entanto, esses direitos têm de ser garantidos não só em declarações normativas, mas também na legislação nos sistemas regulamentares e nos sistemas governativos que responsabilizam os governos e os fornecedores de água perante todos os cidadãos, inclusivamente perante os pobres. Muitas vezes, a linguagem dos direitos humanos funciona como uma desculpa para que as instituições pouco ou nada responsabilizáveis continuem a violar os direitos dos pobres.

É possível progredir rapidamente em direcção ao fornecimento universal de água. Muitos países têm caminhado rapidamente para a água para todos, tanto nas zonas urbanas como rurais. As parcerias inovadoras público-privado-comunidade aumentaram o acesso à água em algumas das zonas mais desfavorecidas do mundo. Mas este avanço tem sido feito aos poucos. Existe uma necessidade urgente de mais governos reconhecerem a crise de segurança em termos da água — e uma necessidade paralela de desenvolver estratégias nacionais para pôr fim a essa crise.

Alargar as infra-estruturas hídricas a pessoas sem água «suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a um bom preço» levanta questões de financiamento muito difíceis. A água pode ser um direito humano, mas alguém tem de pagar os investimentos em termos de capital e cobrir os custos operacionais — os utilizadores ou os contribuintes e o governo. Além disso, o investimento necessário em termos de capital é «pesado», exigindo um financiamento à cabeça com períodos de reembolso de 20 ou mais anos. Nos países onde uma grande parte da população desfavorecida vive abaixo do limiar de pobreza e onde as finanças governamentais estão limitadas, isto coloca questões que vão para além do sector público ou privado. O mesmo acontece também com o desenvolvimento de sistemas regulamentares transparentes e responsabilizáveis que legitimem os pobres e que responsabilizem os fornecedores de serviços.

Faltando menos de 10 anos para o prazo limite definido para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (o ano de 2015), o desafio de acelerar o progresso assume uma nova urgência. Em termos de política, uma década é muito tempo. Mas é pouco tempo quando se trata de desenvolver e im-

plementar estratégias para reduzir para metade o número de pessoas que no mundo inteiro não têm acesso à água. O perigo é que esse atraso ponha fora de alcance o alvo do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, sabotando o progresso noutras áreas e perpetuando uma forma de privação que está a atrasar o progresso humano na luta contra a pobreza extrema, contra a desigualdade e as ameaças à saúde pública (ver o contributo especial do Presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva).

Este capítulo analisa alguns dos temas relacionados com o governo e com as finanças que se devem abordar para garantir a todos o direito a água. Começa por colocar uma questão que vai até ao fulcro da violação do direito humano à água: porque motivo é que os pobres pagam mais? Compreender de onde as pessoas pobres conseguem a sua água e quais as estruturas de mercado em que operam é a chave para responder a esta questão — e para desenvolver políticas públicas que ponham fim à injustiça subjacente. Este capítulo debruçar-se-á agora no debate mais amplo sobre a gestão da água e sobre os fornecedores de serviços. Defendemos que tanto o sector privado como o público têm papéis a desempenhar para garantir o direito à água, embora a responsabilidade final seja do governo. A última parte mostra que a experiência não tem de ser um guia para os resultados futuros. As boas políticas funcionam e o progresso rápido é possível, não só nas zonas urbanas, mas também nas regiões rurais que estão a ficar para trás.

Contributo especial: **A água pura, acessível e a bom preço é um direito humano e a base do desenvolvimento económico e social**

A adopção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio representou uma vitória para a cooperação internacional e para o triunfo dos valores da solidariedade humana em relação à doutrina da indiferença moral. No entanto, seremos julgados pelos resultados que apresentarmos e não pelas promessas que fizemos. E faltando menos de uma década até 2015, temos de enfrentar uma verdade pouco confortável: a comunidade global ainda está longe de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

O que melhor demonstra isto é o acesso à água pura e ao saneamento. Ninguém deveria estar disposto a tolerar um mundo em que 1,8 milhões de crianças morrem anualmente devido a diarreia, muitas por falta de água pura e de uma casa de banho, um mundo em que se nega o ensino básico a crianças e em que milhões de pessoas são vítimas da pobreza e da falta de saúde.

No Brasil, temos estado a tentar abordar o problema da água e do saneamento como fazendo parte de uma iniciativa mais ampla para criar uma sociedade mais justa, menos dividida e mais humana. Temos estado a fazer alguns progressos. As taxas de cobertura de água pura têm estado a melhorar em todo o país — e a nova legislação fará com que os fornecedores de serviços que fornecem serviços de água se tornem mais responsáveis perante as pessoas que servem. Na área do saneamento, o sistema desenvolvido no Brasil está a ser amplamente seguido e os investimentos neste sector têm estado a crescer de forma significativa.

Não faço referência a estes aspectos para que o Brasil seja encarado como um modelo que os outros devem seguir ou para fingir que todos os nossos problemas estão completamente resolvidos. Estamos conscientes de que precisamos de fazer mais para expandir o acesso à água e ao saneamento aos mais pobres, sobretudo nas zonas rurais. Mas o que quero salientar é que, enquanto presidente, vejo o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a água e o saneamento como parte integrante das estratégias para reduzir a desigualdade, combater a pobreza e garantir uma distribuição mais abrangente dos benefícios do crescimento. Foi por esse motivo que adoptámos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio como pontos de referência obrigatórios para todas as políticas governamentais — nomeadamente as relacionadas com água e saneamento.

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006* retrata muito bem os custos da falta global de água e saneamento. Devemos acabar mais rapidamente com esse défice se queremos cumprir com o que nos comprometemos no Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para 2015. Os governos nacionais têm de fazer mais. E a comunidade internacional também tem de fazer muito mais, através do auxílio, da transferência tecnológica, da criação de capacidades e de parcerias. Realço a necessidade de pôr a água e o saneamento no centro da agenda de desenvolvimento global, dentro de um plano de acção global para ir ao encontro do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Essa medida levaria a uma mobilização de recursos e a que as pessoas se centrem no desafio que todos nós temos de enfrentar.

A água pura, acessível e a um bom preço é um direito humano. É também uma das bases do desenvolvimento económico e social. Nem sempre é fácil fortalecer estas bases: é necessário haver liderança política e custa dinheiro. Mas não investir hoje capital político e financeiro implica o preço elevado em termos de oportunidades perdidas no progresso social e no crescimento económico de amanhã.



Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República Federativa do Brasil

Por todo o mundo em desenvolvimento, a luta diária para ter acesso à água esgota os bens humanos, financeiros e físicos dos agregados familiares pobres

Porque é que os pobres pagam mais — e recebem menos água

Porque motivo há cerca de 1,1 mil milhões de pessoas a quem se nega o acesso a água pura suficiente para fazer face às suas necessidades básicas? E porque é que tantas pessoas são forçadas a recorrer a fontes de água que põem em perigo a sua saúde e, por vezes, a sua vida?

Os estudos nacionais sobre falta de água não constituem um ponto de partida útil para abordar estas questões. Relativamente aos agregados familiares, os indicadores nacionais de disponibilidade per capita são pouco significativos. Por todo o mundo em desenvolvimento, a luta diária para ter acesso a água esgota os bens humanos, financeiros e físicos das famílias pobres, independentemente do facto de o país — ou localidade — em que vivem ter falta de água ou não. Conforme se viu no capítulo 1, as pessoas nos bairros degradados de Jacarta, Bombaim e Nairobi enfrentam a falta de água pura, enquanto os seus vizinhos nos subúrbios ricos têm água suficiente para fazer face às necessidades domésticas e para manter a relva verde e as piscinas cheias.

Para as famílias, existem alguns paralelos óbvios entre a insegurança em termos de água e em termos de comida. A fome continua a afligir uma grande parte da população mundial. No entanto, raramente é a falta de comida nos mercados locais que causa a fome ou o problema mais frequente da subnutrição. Algumas das piores fomes da História da humanidade ocorreram sem que houvesse qualquer alteração significativa no fornecimento de alimentos. E alguns dos níveis mais elevados de subnutrição a nível mundial ocorrem actualmente em países com muita comida: por exemplo, uma em cada cinco pessoas na Índia, que é «auto-suficiente» em termos de comida, sofre de subnutrição (ver tabela de indicadores 7). Há pessoas subnutridas em locais onde existe comida abundante, pelo mesmo motivo de haver pessoas que não têm acesso a água potável em locais onde ela existe em quantidades suficientes: distribuição desigual e pobreza.[2]

O conceito de direitos pode ajudar a resolver o paradoxo aparente de escassez na abundância. Desenvolvido por Amartya Sen para explicar o paradoxo aparente da fome no meio da abundância, podemos ver os direitos como «o conjunto de pacotes de bens alternativos que se podem adquirir através da utilização de diversos canais legais».[3] Não se referem a direitos ou a reivindicações morais em sentido normativo, mas à capacidade que as pessoas têm para garantir um bem ou um serviço através da compra (um direito de troca) ou através de uma reivindicação legalmente reconhecida e juridicamente válida perante um fornecedor (um direito de serviço).

A abordagem dos direitos oferece-nos perspectivas úteis sobre a insegurança em termos de água, uma vez que chama a nossa atenção para as estruturas de mercado, para as regras institucionais e para padrões de fornecimento de serviços que excluem os pobres. Realça também as estruturas de mercado subjacentes que têm como resultado os pobres pagarem muito mais pela sua água do que os ricos. As pessoas conseguem o acesso à água através da troca sob a forma de pagamentos (a prestadores de serviços, a fornecedores informais ou a associações hídricas), de reivindicações legais perante os fornecedores e da sua própria mão-de-obra (na recolha e transporte de água dos riachos e dos rios ou cavando poços, por exemplo). Se os agregados familiares conseguem, ou não, ir ao encontro das suas necessidades básicas em termos de água pura depende em parte dos seus recursos e em parte de como as políticas públicas moldam o acesso às infra-estruturas e à água através de decisões de investimento, de políticas de preços e da legislação que regula os fornecedores.

Água «tratada» e «não tratada» — uma fronteira enganadora entre pura e suja

Na maior parte dos países, a expressão «acesso à água» tem um significado simples e de fácil compreensão. Quase todas as pessoas têm, nas suas casas, acesso a uma torneira que está ligada a uma rede mantida por prestadores de serviços. Os prestadores de serviços são responsáveis pela manutenção da rede e por ir ao encontro dos padrões de qualidade da água — e estão autorizados a cobrar um preço estipulado pelo serviço que prestam. Nos países mais pobres do mundo, o «acesso à água» tem um significado completamente diferente.

Por vezes, a linguagem da recolha internacional de dados pode ensombrar a forma como os agregados familiares pobres têm acesso à água. A estatística internacional estabelece uma distinção entre acesso «tratado» e «não tratado». Tratado inclui três dimensões de segurança em termos de água: qualidade, proximidade e quantidade. Para efeitos dos relatórios internacionais, classificam-se as pessoas como tendo acesso à água se têm, pelo menos, 20 litros de água pura

disponíveis por dia numa fonte a menos de 1 quilómetro das suas casas. A tecnologia define, em termos gerais, se a fonte respeita os critérios de estar tratada. Consideram-se tratadas as ligações interiores, as fontes públicas, as bombas e os poços protegidos. A água que se consegue junto dos vendedores e em camiões de água, bem como a que se tira dos riachos ou de poços desprotegidos, não é.

A distinção entre tratada e não tratada é muito clara e conveniente para efeitos de elaboração dos relatórios internacionais. Mas é também um guia profundamente enganador relativamente à realidade no terreno. No mundo real dos agregados familiares com insegurança em relação à água, a simples fronteira entre água tratada e não tratada é muito ilusória. Para milhões de agregados familiares pobres, os padrões de utilização diária da água combinam o recurso a água tratada e não tratada. As mulheres que vivem em bairros degradados na cidade indiana de Pune referem que utilizam água de torneiras públicas (uma fonte tratada) para beber mas que vão a um canal para tomar banho. A pesquisa feita em Cebu, nas Filipinas, mostrou que existem cinco padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água (quadro 2.1). Nos bairros degradados urbanos e nas aldeias rurais, os agregados familiares pobres podem tirar água de uma fonte pública ou de um poço protegido durante uma parte do ano mas depois são forçados a tirar água dos rios ou dos riachos durante a estação seca. A configuração da água que se usa num dia qualquer dependerá de factores tão diversos como o preço, a disponibilidade ou as percepções de qualidade.

Ainda que o sistema global de relatórios possa fornecer perspectivas muito úteis, continua a constituir uma espécie de artefacto estatístico. Debrucemo-nos sobre o exemplo de Jacarta. Os sistemas globais de relatórios indicam que praticamente 90% dos residentes na Indonésia têm acesso a água tratada. No entanto, os inquéritos aos agregados familiares mostram que quase duas em cada três pessoas em Jacarta usam múltiplas fontes de água, incluindo poços superficiais e profundos (tanto protegidos como desprotegidos), fontes públicas (tratada) e vendedores de água (não tratada). As três combinações mais citadas foram as águas subterrâneas e os vendedores, os prestadores de serviços e as águas subterrâneas e os prestadores de serviços e os vendedores de água (figura 2.1).

Porquê esta diversidade em termos da procura? A utilização das fontes de água varia de acordo com o tempo e com as estações do ano, devido a alterações na pressão e na qualidade da água. A baixa pressão e a irregularidade de fornecimento na rede de canalização implica que os agregados familiares em Jacarta procurem uma fonte alternativa — normalmente um poço superficial. Mas em muitas zonas urbanas, não se podem usar as águas subterrâneas para beber devido à salinização ou à poluição. Só se usam as águas subterrâneas para limpar ou para tomar banho ou para reduzir os custos da água para níveis mais baixos.

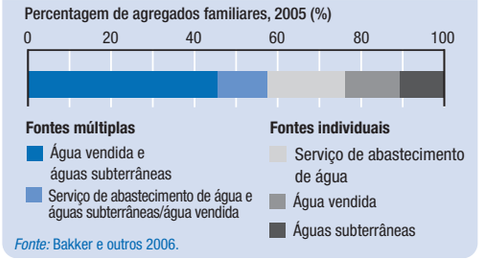
O que a investigação feita num grande número de países mostra é que os padrões de utilização da água são bastante mais complexos e dinâmicos do que a imagem estática que é apresentada nos sistemas globais de relatórios. Os padrões reais ajustam-se constantemente para tomar em linha de conta as preocupações com a qualidade, proximidade, preço e fiabilidade da água. Em Bangalore, na Índia, perto de um terço dos agregados familiares na área servida pela Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore usam torneiras públicas. Desse grupo, 7% não tem qual-

Quadro 2.1 Cebu, Filipinas: padrões de utilização da água nos agregados familiares que não estão ligados à rede principal de água

Principal fonte de água	Parcela da população (%)	Principal utilização	Comentários/outras fontes
Tipo 1 Vendedores	4	Todas as finalidades (para beber, cozinhar, tomar banho)	A maior parte destes utilizadores vive em zonas isoladas e não têm qualquer outra escolha disponível
Tipo 2 Poço público	34	Todas as finalidades	—
Tipo 3 Poço	15	Cerca de metade usa-a para todas as finalidades	Cerca de metade usa-a apenas para fins não potáveis e arranja a água para beber junto de um vizinho ligado ao sistema de água
Tipo 4 Fonte pública	8	Dois terços usa-a para todas as finalidades	Um terço guarda-a para beber, usando a água de um poço público para tomar banho e para lavar a roupa. Algumas pessoas, de vez em quando, compram água a um vizinho ligado ao sistema de água.
Tipo 5 Vizinho ligado ao sistema de água	38	Cerca de metade usa-a para todas as finalidades	Cerca de metade usa-a apenas para beber e para cozinhar, dependendo de um poço público para todas as finalidades.

Fonte: Verdeil 2003a.

Figura 2.1 A maior parte dos agregados familiares em Jacarta obtém água em fontes múltiplas



Fonte: Bakker e outros 2006.

As desigualdades que têm por base a riqueza e a localização desempenham um papel fundamental na estruturação dos mercados da água

quer outra fonte de água. O resto da população usa a água das torneiras públicas e as águas subterrâneas, bem como a água canalizada para o agregado familiar. Mais de metade destes agregados familiares afirma ter acesso à água da rede em média apenas três dias por semana. O fornecimento diário é de cerca de sete horas durante a estação das chuvas e de quatro horas durante a estação seca.[4]

Subjacentes aos complexos padrões de utilização da água na maior parte das cidades do mundo em desenvolvimento, as desigualdades que têm por base a riqueza e a localização desempenham um papel fundamental na estruturação dos mercados da água. Como se viu no capítulo 1, existem profundas divisões nos países, em termos do acesso às fontes de água classificadas como tratadas. O facto de se ser pobre aumenta de forma drástica a probabilidade de depender de uma fonte de água não tratada — bem como os riscos de saúde associados a essa dependência. Mais de 70% das pessoas que não têm acesso a água tratada sobrevivem com menos de 2 dólares por dia e cerca de metade deste grupo sobrevive com menos de 1 dólar por dia. Em muitos países, o rendimento é um forte indiciador do acesso a água tratada e do tipo de tecnologia que se usa para a recolha da água.

Arranjar água em fontes múltiplas

No mundo desenvolvido, as pessoas normalmente obtêm a sua água junto de um único fornecedor. Na maior parte do mundo em desenvolvimento, as pessoas obtêm água a partir de uma confusa e enorme quantidade de prestadores de serviços. A rede primária, normalmente explorada por uma única entidade de prestação de serviços em toda a cidade, funciona a par de uma grande diversidade de prestadores de serviços, muitos dos quais intermediários entre os prestadores de serviços e o agregado familiar. Qualquer análise do acesso à água tem de começar pelo estudo da grande diversidade da oferta.

Os governos autorizam os prestadores de serviços da área das águas a fornecer água através da rede de bombas e canos que constituem o sistema formal de água da cidade. Os utilizadores domésticos, com canos em casa, e as empresas constituem o principal mercado para estes prestadores de serviços. Mas as taxas de ligação variam imenso — e estão muito distorcidas para os bairros ricos. Nas cidades como Dar es Salam, na Tanzânia, e Uagadugu, no Burquina Faso, menos de 30% dos agregados familiares estão ligados.

Para muitos agregados familiares pobres, o ponto de contacto com a rede de prestadores de serviços não é uma torneira doméstica, mas uma fonte pública. Uma vez que a maior parte dos utilizadores das fontes públicas são de agregados familiares pobres, esta fonte é uma corda de salvação em termos de água para os agregados familiares pobres das zonas urbanas nas cidades do mundo em desenvolvimento. Cerca de 30% dos agregados familiares em Nuakchott, na Mauritânia, e 49% em Bamaco, no Mali, refere que recolhe água em fontes públicas. Em Dacar, no Senegal, as fontes públicas servem metade da população sem água canalizada privada.[5] Da mesma forma, em Uagadugu, os prestadores de serviços cobrem cerca de 80% dos agregados familiares, sendo as fontes públicas responsáveis por dois terços do total.

Noutras regiões encontram-se padrões semelhantes. Quando se afirma que os pobres no sul da Ásia têm acesso a água canalizada, é mais provável que isso signifique acesso a uma fonte pública ou a uma torneira pública do que a água canalizada para casa. Por exemplo, na cidade indiana de Bangalore, a Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água chega a cerca de 80% da população, cerca de 73% da qual tem torneiras privadas. Contudo, os agregados familiares mais pobres usam regularmente as torneiras públicas. Para os agregados familiares mais ricos, essa percentagem cai para 3%.[6] Em Catmandu, no Nepal, os prestadores de serviços municipalizados de água abrangem cerca de três quartos da população, mas metade dos pobres depende de torneiras públicas.[7]

Podemos encarar as fontes públicas como centros para a revenda da água dos prestadores de serviços. As comissões de bairro, outras organizações locais ou indivíduos contratados por prestadores de serviços municipalizados podem gerir estes centros. Mas, em praticamente todos os casos, as fontes públicas são apenas a ponta do iceberg da revenda. Em muitas cidades, eles não chegam a todas as zonas, e os locais peri-urbanos, os bairros degradados e as regiões mais remotas continuam mal servidos. Mesmo nas regiões abrangidas, o fornecimento é muitas vezes insuficiente e irregular, sendo aplicado um racionamento durante as estações secas. Os vendedores de água são elos importantes entre as famílias mais carenciadas e a rede. Alguns vendedores operam em quiosques, revendendo água que adquiriram a camionistas com acesso a água canalizada ou a fontes públicas dos prestadores de serviços. Em Acra, capital do Gana, e em Guayaquil, no Equador, todas as manhãs há grandes frotas de tanques de água que partem para as povoações pobres, onde a vendem aos lares e a intermediários. Outros transportam água em bicicletas ou em carros puxados por burros para regiões que não têm qualquer ligação à rede de prestadores de serviços. É difícil encontrar números precisos, mas estima-se que, nas cidades africanas subsarianas, 10%-30% dos agregados familiares pobres compram água a vizinhos e a quiosques de água.[8]

Resumindo, as famílias urbanas pobres, com acesso limitado, ou sem qualquer acesso, à rede formal obtêm a sua água a partir de muitas fontes diferentes. Para além dos rios e riachos, estas fontes

incluem uma grande variedade de vendedores, tais como vendedores de água em camiões, operadores privados de fontes públicas, operadores de quiosques de água e agentes de fornecimento de água. Enquanto o debate sobre o fornecimento público ou privado de água continua, no mundo real, as famílias pobres já estão a funcionar em mercados privados de água altamente comercializados, mercados que fornecem água (muitas vezes de má qualidade) a preços excepcionalmente elevados.

Subir a escada dos preços nos bairros urbanos degradados

Os revendedores de água expandem a cobertura da rede de canalização. Ao levar água às pessoas, fornecem um serviço que produz importantes benefícios para os agregados familiares — mas fazem-no por um determinado preço. Esse preço aumenta com a distância dos prestadores de serviços, definida pelo número de intermediários existentes entre a rede e o consumidor final.

Ter um fornecimento regular de água pura canalizada para o agregado familiar constitui o tipo de fornecimento mais adequado ao desenvolvimento humano. A experiência relativa a todo o país sugere que os agregados familiares onde a água chega através de uma torneira num lote de agregados familiares (ou numa área de 100 metros) normalmente usam cerca de 50 litros de água por dia, chegando a 100 litros ou mais nos agregados familiares com várias torneiras.[9] De acordo com a investigação feita ao nível dos agregados familiares nas zonas urbanas do Quénia, da Tanzânia ou do Uganda, as famílias com água canalizada em casa usavam uma média de três vezes mais água do que as famílias que não tinham água canalizada.[10] O facto de se ter água em casa também faz com que as mulheres e as raparigas não tenham necessidade de recolher água.

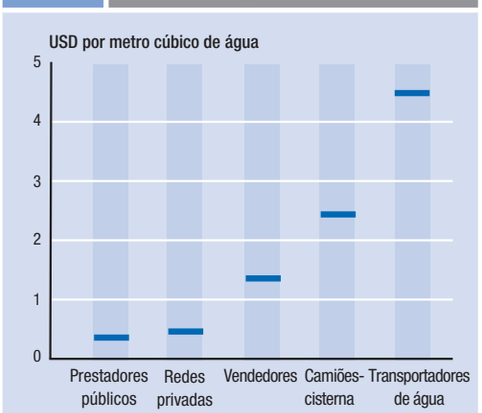
As ligações domésticas a um prestador de serviços também trazem benefícios financeiros. Em termos de preços unitários, a água dos prestadores de serviços é, de longe, a opção de custo mais baixo. Devido às economias de escala, logo que a rede está montada, o custo marginal de entregar cada unidade adicional de água cai de forma abrupta. Os subsídios constituem um outro mecanismo importante de redução dos preços: os prestadores de serviços são normalmente os guardiães de uma variedade de subsídios directos e indirectos que mantêm o preço da água muito abaixo do custo.

Cada passo que nos afaste da opção de uma torneira em casa acrescenta uma deformação à espiral dos preços (figura 2.2). Os vendedores de água funcionam muitas vezes como um elo entre os agregados familiares não ligados e o prestador de serviços. Em determinados casos, compra-se a água aos prestadores de serviços e vende-se aos agregados familiares. Os operadores privados de fontes públicas são um exemplo disso. Noutros casos, compra-se a água aos prestadores de serviços e vende-se aos intermediários que, por sua vez, a vendem aos agregados familiares. Em Acra, por exemplo, as empresas privadas que exploram os tanques de água compram água aos prestadores de serviços e vendem-na a uma grande diversidade de intermediários que levam a água aos bairros degradados.

Quando a água passa pela cadeia de mercado, os preços sobem em flecha. A água que se obtém junto de vendedores ou de carroceiros é, muitas vezes, 10 a 20 vezes mais cara do que a água fornecida pelos prestadores de serviços (quadro 2.2). Em Barranquilla, na Colômbia, o preço médio da água é de 0,55 dólares por metro cúbico, junto dos prestadores de serviços, e de 5,50 dólares junto dos camionistas. Da mesma forma, nos bairros degradados de Acra e de Nairobi, as pessoas que compram água aos vendedores normalmente gastam 8 vezes mais por litro do que os agregados familiares a quem a água canalizada chega através dos prestadores de serviços.

As grandes diferenças de preços são por vezes interpretadas como um sinal de especulação, mas essa interpretação está errada. Nalguns casos, as grandes empresas de transporte de água em camiões e os operadores de quiosques poderão estar numa posição de gerar lucros excessivos. Mas as causas subjacentes à inflação dos preços da água entre o prestador de serviços e os agregados familiares pobres podem estar associadas a causas estruturais mais amplas. Os preços de revenda sobem com a distância, dado que os custos de transporte são elevados para os bairros degradados e para as zonas peri-urbanas distantes dos pontos de revenda ou situados em locais de difí-

Figura 2.2 Os prestadores públicos de serviços fornecem a água mais barata



Nota: Com base numa revisão dos dados de 47 países e 93 localizações.
Fonte: Kariuki e Schwartz 2005.

No mundo real, os agregados familiares pobres já estão a funcionar em mercados privados de água altamente comercializados — mercados que fornecem água (muitas vezes de má qualidade) a preços excepcionalmente elevados

Quadro 2.2 Fornecedores independentes de água: agentes importantes mas caros nas cidades da América Latina

Cidade	Agregados familiares servidos por fornecedores independentes (%)	Preço médio (dólares EUA/por metro cúbico)		Tipo de fornecedor
		Fornecedores independentes	Prestador de serviços	
Córdoba, Argentina	15-20	1,25-2,50	0,54	Rede
Assunção, Paraguai	30	0,30-0,40	0,40	Pequena rede
Barranquilla, Colômbia	20-25	5,50-6,40	0,55	Camionistas
Cidade da Guatemala	>32	2,70-4,50	0,42	Camionistas
Lima, Peru	26-30	2,4	0,28	Camionistas

Fonte: Solo 2003.

cil acesso. Sobem também com o número de transferências entre os intermediários, uma vez que cada agente acrescenta a sua própria margem de lucro.

Os utilizadores das fontes públicas não estão imunes à espiral dos preços. Ainda que as fontes públicas possam ser usadas sobretudo pelos agregados familiares pobres com menos possibilidade de pagar, os preços são normalmente um múltiplo dos preços cobrados pela água canalizada para os agregados familiares. Em Dacar, um estudo mostra que os utilizadores de uma fonte pública pagavam 3,5 vezes a taxa de tarifa social aplicada às famílias de baixos rendimentos ligadas à rede.[11] Este não é um caso raro. Dados de outros países — incluindo o Benim, o Quénia, o Mali e o Uganda — mostram que as pessoas que compram água nas fontes públicas enfrentam normalmente os mesmos preços do que os pagos pelos consumidores de grandes volumes de água. Estes correspondem ao dobro do preço pago pela utilização básica da água doméstica no Benim, ao triplo do preço pago no Mali e ao quíntuplo do preço pago na Costa do Marfim e na Mauritânia.[12]

A preocupação com a transformação da água num produto básico tem sido uma forte reacção à privatização e, em termos mais gerais, à comercialização dos prestadores de serviços de água. De certa forma, essa preocupação é compreensível. Enquanto fonte de vida, não se deve tratar a água como um produto básico. Nem se deve comercializar em mercados regidos pelos mesmos princípios que, por exemplo, os mercados de brinquedos ou de automóveis de luxo. No entanto, a crua realidade é que milhões das pessoas mais pobres e mais vulneráveis do mundo já estão a funcionar em mercados que tratam a água como um produto básico e que fazem os preços tender para aí.

Porque motivo é que os preços importam

O preço da água faz alterar o acesso dos agregados familiares pobres à água. A maior parte dos governos regula os preços como forma de alcançar vários objectivos de igualdade e de eficiência. Destinam-se a fornecer água aos agregados familiares a bom preço e a gerar receitas suficientes para cobrir parte ou a totalidade dos custos da entrega. Em muitos casos, o problema é que as estruturas de preços destinadas a promover a igualdade acabam por ter o efeito contrário.

Existem variações importantes, nos diversos países, em termos da elaboração dos preços (figura 2.3). Em certos casos — Dhaka, no Bangladeche, é um exemplo — aplica-se uma *taxa inalterada* a todos os utilizadores, qualquer que seja o volume de água que usam. Esse tipo de estruturas, que não dão quaisquer incentivos à conservação da água, são frequentemente aplicadas quando os prestadores de serviços não têm capacidade para monitorizar a utilização através de contadores. Ainda mais típico é o sistema de *tarifa por escalão*, em que os preços aumentam com base em camadas, a par do volume de água utilizado. Tanto a quantidade das camadas como o declive do aumento dos preços podem variar ao longo de escalões tarifários.

As tarifas crescentes por escalão visam alcançar diversos objectivos de política pública. Um sistema de tarifa baixa ou zero aplicado ao primeiro escalão poderá aumentar a capacidade de pagamento. Por exemplo, Durban, na África do Sul, fornece 25 litros de água gratuita por dia [13] — a tarifa de sobrevivência ou tarifa social — com um aumento acentuado acima deste nível. Esta é uma parte muito importante do enquadramento legislativo de actuação sobre o direito à água de que se falou no capítulo 1. As camadas mais elevadas destinam-se a permitir que os prestadores de serviços aumentem a eficiência, dissuadindo a utilização excessiva, e a mobilizar receitas para cobrir os custos. As tarifas por escalão criam, assim, o potencial para colocar as receitas a par dos custos de fornecimento dos serviços, promovendo um modelo de financiamento sustentável, ao mesmo tempo que se fornece água para as necessidades básicas a um preço inferior ao custo de funcionamento e manutenção.

Muitos países aplicam uma tarifa baixa para um volume inicial de água, embora sejam poucos os países a seguir a política de água gratuita praticada na África do Sul. O tamanho da tarifa de base e dos aumentos entre os escalões varia de um país para o outro. Os aumentos são particularmente elevados em países como o Burquina Faso e o Senegal, enquanto Bangalore, na Índia, tem aumentos limitados de preços até um nível de utilização alto.

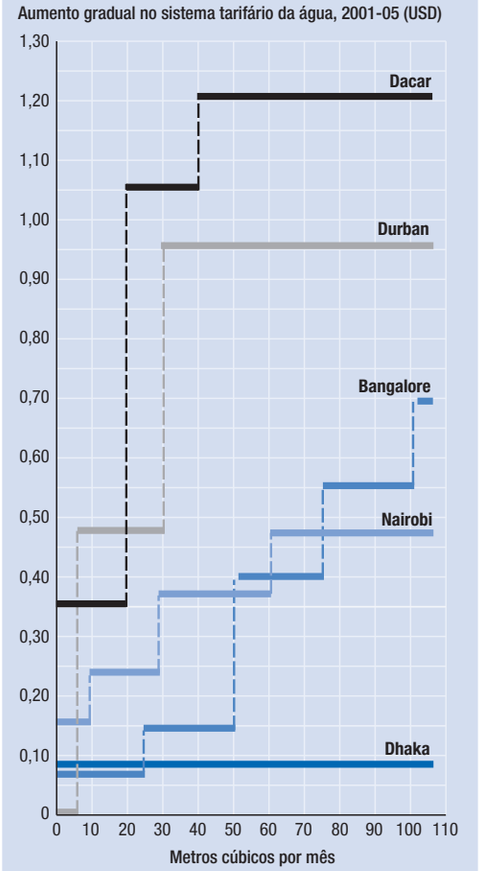
Sob as condições adequadas, as tarifas crescentes por escalão podem realçar o acesso à água e a equidade. Mas os resultados dependem de uma grande variedade de factores. Muitos prestadores de serviços estabelecem as tarifas muito abaixo dos níveis necessários para fazer face aos custos totais do funcionamento e manutenção. Consequentemente, isto implica atribuir um subsídio a todos os agregados familiares com canalizações privadas. No outro prato da balança, o desequilíbrio entre receitas e custos reflecte-se nas transferências do governo, nas dívidas crescentes, na redução das despesas em manutenção ou numa combinação destes três factores. Se os subsídios aos prestadores de serviços são graduais, ou não, depende do perfil dos agregados familiares com ligações aos prestadores de serviços: quanto mais baixa for a proporção de agregados familiares pobres ligados à rede, menos gradual é o subsídio. Apresentar uma camada social subsidiada só constitui uma estratégia eficaz para alcançar os agregados familiares pobres se estes estiverem ligados. E os subsídios cruzados, desde os agregados familiares de consumo elevado (e rendimento elevado) até aos de consumo reduzido (rendimento baixo) só são eficazes se houver um número suficiente de clientes a utilizar os escalões mais elevados. O perigo óbvio é que os preços excessivamente elevados podem levar os utilizadores a procurar fontes alternativas de fornecimento.

As tarifas por escalão podem criar desvantagens estruturais para os pobres. Isto deve-se ao facto de os operadores privados e os intermediários que fornecem os agregados familiares sem ligações privadas comprarem normalmente a água em grandes quantidades nas camadas mais altas de preço. Os operadores das fontes públicas, os vendedores de água e os camionistas estão, assim, a revender a água de custo mais elevado que é vendida pelos prestadores de serviços. Da mesma forma, quando os agregados familiares pobres se agrupam para partilhar uma ligação com contador, uma situação comum em muitos países, o seu nível de consumo agregado leva-os para as camadas de preço mais elevado.

Se os mercados informais de água são tão pouco favoráveis aos pobres, porque não passar a procura dos intermediários para os fornecedores de redes formais? As taxas de ligação constituem uma parte da explicação. Estas taxas variam muito mas são, em média, de cerca de 41 dólares na Ásia do Sul e 128 dólares na América Latina. Nos países da África Subsariana, tais como Benim, Quénia e Uganda, as taxas de ligação são superiores a 100 dólares [14]. E as taxas normalmente aumentam com a distância em relação à rede. Para os agregados familiares pobres sem acesso aos mercados de crédito, custos tão elevados como estes constituem uma barreira impenetrável. O custo médio da ligação para os agregados familiares nos 20% mais pobres da população oscila entre cerca de três meses de rendimento em Manila e seis meses no Quénia e mais de um ano no Uganda.

As barreiras legais acrescem normalmente às barreiras financeiras. Muitos prestadores de serviços, para garantir uma recompensa pelos seus investimentos no alargamento da rede, só fornecem água a agregados familiares com títulos formais de propriedade. No entanto, há mais de mil milhões de pessoas a viver em zonas peri-urbanas e urbanas sem autorização formal nos países em desenvolvimento. Com um crescimento esperado da população nas zonas urbanas dos países em desenvolvimento na ordem dos 80%-90%, este é um constrangimento ao fornecimento de

Figura 2.3 Os preços dos serviços públicos de abastecimento de água aumentam normalmente de acordo com o volume



Fonte: ADB 2004; Vircoulon 2003; WSP–AF 2005c.

A água é um sector em que os pobres e os que não são pobres partilham o interesse em investir na expansão da rede e na melhoria da eficiência para garantir o fornecimento regular

serviços que ficará cada vez mais apertado. Abidjan, na Costa do Marfim, a cidade mais próspera da África Ocidental, tem mais de 80 zonas residenciais não autorizadas. Estima-se que um quarto da população de Uagadugu, vive em zonas não autorizadas, pelo que não podem receber serviços básicos de água.[15] Uma vez que a urbanização afasta cada vez mais pessoas do campo para urbanizações informais, a incapacidade de reconhecer direitos de residência pode tornar-se uma barreira cada vez mais importante à concretização do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água. De facto, este problema já está na base das taxas decrescentes de cobertura urbana para algumas cidades (ver capítulo 1).

Para além das barreiras imediatas, existem alguns constrangimentos mais básicos. Em comparação com os países ricos, em muitos países em desenvolvimento, a rede formal de água tem um alcance muito limitado. Não se criaram as redes de água e esgotos para chegar às partes mais pobres das cidades nem para fornecer acesso universal (caixa 2.1). Destinavam-se, antes de mais, a cuidar dos interesses das elites.

Os esforços para haver um afastamento do modelo de enclave herdado do período colonial têm enfrentado diferentes graus de sucesso. Mas existem alguns problemas recorrentes. Muitos prestadores de serviços têm estado presos num ciclo de financiamento, manutenção e expansão insuficientes. Uma vez que as receitas das tarifas são muito inferiores ao nível necessário para fazer a manutenção da rede, não existe dinheiro para financiar a expansão até aos agregados familiares desfavorecidos na escala necessária. Muitos países em desenvolvimento também enfrentam uma forma aguda do dilema com que os países ricos se deparam há mais de um século: como alargar o acesso aos agregados familiares pobres sem aumentar as tarifas para níveis proibitivos. Ao contrário do que aconteceu nos países ricos durante a fase crucial do seu desenvolvimento, a maior parte dos países em desenvolvimento não tem os recursos financeiros para resolver o dilema através das finanças públicas, mesmo que tenham a disposição política para o fazer.

Esta secção centrou-se nos problemas específicos com que se deparam os agregados familiares pobres, mas este não é o único eleitorado afectado. Em muitos países em desenvolvimento, os agregados familiares ligados aos prestadores de serviços podem ter acesso a água nominalmente barata, mas enfrentam problemas agudos na regularidade do fornecimento. A falta de água tem levado um número crescente de agregados familiares de rendimentos médios a procurar os mercados informais de água e o auto-fornecimento. Talvez mais do que em qualquer outra área, a água é um sector em que os pobres e os que não são pobres partilham o interesse em investir na expansão da rede e na melhoria da eficiência para garantir o fornecimento regular.

Caixa 2.1 O peso da História: muitas redes não se destinavam a chegar aos pobres

O legado histórico não determina o estado da actual infra-estrutura de água e saneamento nos países em desenvolvimento — mas tem um grande peso. Na Europa e na América do Norte, o objectivo político era alcançar um progresso rápido em direcção ao acesso universal. Esse objectivo deu um impulso ao financiamento e à tecnologia. Mas não tanto na maior parte do mundo em desenvolvimento.

Tomemos em consideração Lagos, na Nigéria. No início do século XX, a elite empresarial e política europeia da cidade investiu numa infra-estrutura de água e saneamento urbano. Mas esta infra-estrutura concentrava-se nos enclaves ricos. Rapidamente se abandonaram os esforços iniciais para alargar a infra-estrutura às regiões mais pobres face aos custos crescentes e a uma estratégia de segregação. Padrões semelhantes de inclusão e exclusão caracterizavam algumas cidades, desde Puebla a Jacarta e Argel. Este modelo de desenvolvimento não conseguiu o acesso universal para o bem público, gerando antes segregação e paraísos de elite de segurança em termos de água.

O financiamento seguiu um modelo semelhante. Na América Latina, as elites financiaram o investimento em água e saneamento através de impostos, com as tarifas a ser impostas abaixo dos custos de funcionamento. Conforme o descreve um autor, tratava-se de um «sistema a trabalhar com deficiências estruturais, funcionando com intervenções *adhoc*, fragmentadas e de emergência, com empréstimos e subsídios provenientes de entidades nacionais, estatais ou internacionais de empréstimo. Desde o início, o custo elevado de trabalhos de engenharia urbana necessitava de níveis elevados de financiamento (normalmente externo), enquanto as forças políticas e económicas exigiam preços baixos para a água.»

Fonte: Gandy 2006; Bakker e outros 2006; Swyngedouw 2006: Chikhr Saïdi 2001.

Os pobres rurais — os últimos da fila

Tal como nas zonas urbanas, também nas zonas rurais a água segura, acessível e a bom preço traz diversos benefícios para a saúde, educação e a subsistência. Os ganhos em termos da igualdade de género tendem a ser ainda mais acentuados nas zonas rurais, uma vez que as mulheres e as raparigas passam mais tempo a recolher água, sobretudo durante a estação seca. Relativamente aos ganhos em desenvolvimento humano e em melhorias nas vidas dos pobres, os investimentos feitos na água rural têm poucos rivais. No entanto, na maior parte dos países em desenvolvimento, as zonas rurais têm taxas de cobertura bastante mais baixas. Porque motivo é que a divisão entre rural e urbano esboçada no capítulo 1 tem sido tão difícil de ultrapassar?

O custo financeiro não é a barreira mais óbvia. Os custos per capita de fornecer água pura são mais elevados nas zonas urbanas e nas regiões rurais pouco povoadas, mas em média a expansão da cobertura custa menos nas zonas rurais do que nas zonas urbanas densamente povoadas. Há três características distintivas do fornecimento de água rural que ajudam a explicar a baixa cobertura:

- *Escassez local*. A nível nacional, a escassez de água raramente constitui um problema, mas os pobres das zonas rurais vivem muitas vezes em regiões secas, sujeitos a faltas de água sazonais. No Quénia do norte, na região Sahel ou nas zonas de Gujarat na Índia, zonas propensas à seca, os poços ficam secos durante longos períodos. Nas regiões semi-áridas da Nigéria ocidental, o tempo de recolha da água sobe de quatro para sete horas na estação seca. A pobreza temporal é uma consequência da escassez sazonal (caixa 2.2).
- *Comunidades e fornecedores*. Na maior parte das zonas rurais, as comunidades fornecem, mantêm e expandem sistemas hídricos. Sobretudo nas zonas áridas ou semi-áridas, isto exige níveis elevados de mobilização da comunidade. As entidades de governo locais, mais do que os grandes fornecedores municipais, funcionam muitas vezes como guardiães de furos e de bombas manuais. A responsabilização destas entidades e a força das associações comunitárias de utilizadores de água influenciam a cobertura.
- *Política e pobreza*. Para além das questões técnicas e de financiamento, as comunidades rurais têm sobre os seus ombros o peso duplo da grande pobreza e da pouca influência política. As populações rurais extremamente dispersas, sobretudo nas zonas marginais, têm pouca influência sobre as escolhas institucionais que estão na base das decisões e que definem as prioridades para a distribuição de recursos.

A maior parte dos agregados familiares rurais pobres obtém a sua água de uma diversidade de fontes. As fontes não tratadas — lagos, riachos, rios — têm aqui um papel de relevo. Os poços protegidos das aldeias são as fontes mais comuns de água tratada. Os esforços para alargar a cobertura têm-se centrado nos furos e nas bombas. Mais do que nas zonas urbanas, o sucesso depende da vontade e da capacidade das comunidades contribuírem com mão-de-obra e com financiamento para a manutenção — e da rapidez de resposta dos fornecedores de serviços às exigências de tecnologia adequada.

Caixa 2.2 Água, género e pobreza temporal

Uma das melhores recompensas do acesso tratado à água é em termos de poupanças de tempo para as mulheres e raparigas e do alargamento das suas escolhas. A recolha de água faz parte de uma divisão de trabalho em termos do género que reforça a desigualdade nos agregados familiares, contribui para a pobreza temporal e retarda as perspectivas de desenvolvimento humano para uma grande parte da população mundial.

As normas sociais e culturais influenciam a divisão do trabalho em casa. Nos países em desenvolvimento, tomar conta das crianças, cuidar dos doentes e dos velhos, cozinhar e recolher água e lenha são tarefas dominadas pelas mulheres. Neste caso, as normas traduzem-se por horas de trabalho desiguais entre homens e mulheres: os estudos feitos em termos do tempo no Benim, em Madagáscar, na Maurícia e na África do Sul apontam para diferenças semanais que variam entre as 5 e as 7 horas.

Carregar água faz parte das desigualdades de género. Na zona rural do Benim, as raparigas com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos passam em média 1 hora por dia a recolher água, por comparação com os 25 minutos dos seus irmãos. No Malawi, existem grandes variações na quantidade de tempo destinado à recolha de água com base em factores sazonais, mas as mulheres passam sempre quatro a cinco vezes mais tempo a fazer esta tarefa do que os homens.

Porque é que isto importa para o desenvolvimento humano? O tempo é um bem importante para o desenvolvimento de capacidades. As exigências excessivas em termos de tempo para fazer trabalho essencial conduzem à exaustão, reduzem o tempo disponível para descansar e para olhar pelas crianças e limitam a escolha — reduzem as liberdades substantivas que as mulheres gozam. Também colocam dilemas de escolha impossível. Uma mulher deve tomar conta de uma criança doente ou deve passar duas horas a recolher água? As raparigas devem ficar em casa, sem ir à escola, para recolher água, libertando algum tempo às mães para cultivarem comida ou para gerar rendimento? Ou será que devem ir à escola para obter as competências e os bens necessários para escapar à pobreza?

A pobreza temporal também contribui para a pobreza de rendimentos. Reduz o tempo disponível para participar na geração de rendimento, limita o espaço que as mulheres têm para aproveitar as oportunidades de mercado e impede a capacidade de expandir aptidões e competências, reduzindo as futuras recompensas económicas.

As mulheres enfrentam um peso muito maior em termos de tempo na recolha de água, sobretudo nas zonas rurais (minutos por dia)

	Benim, 1998		Gana, 1998/99		Guiné, 2002/03		Madagáscar, 2001	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Urbano	16	6	33	31	10	3	16	10
Rural	62	16	44	34	28	6	32	8
Nacional	45	12	41	33	23	5	27	9

Fonte: Wodon e Blackden 2006.

O acesso mais fácil à água segura reduz as exigências em termos do tempo das mulheres e abre novas oportunidades para gerar rendimentos

Tal como acontece nas zonas urbanas, os dados sobre as tecnologias mais avançadas podem apresentar números que vão muito além da cobertura real. Uma manutenção inadequada de infra-estruturas, formação insuficiente para os trabalhos de reparação e recursos financeiros inadequados para o funcionamento contribuíram para um desgaste dos sistemas de fornecimento de água nas zonas rurais em muitos países. Um inquérito levado a cabo na Etiópia, para analisar apenas um exemplo, mostrou que 29% das bombas manuais e 33% dos furos mecanizados nas zonas rurais não estavam em funcionamento devido a problemas de manutenção.[16] No Ruanda, estima-se que um terço da infra-estrutura da água rural requeira uma recuperação urgente. Para além dos factores mecânicos, a principal fonte de colapso das zonas rurais é o fracasso da capacidade de envolver as comunidades rurais — sobretudo as mulheres — na escolha, instalação e gestão de tecnologias mais avançadas.

Se a água segura é muitas vezes escassa nas zonas rurais, a água segura gratuita é um produto básico ainda mais raro. A utilização de pontos de água e de comissões de água nas aldeias requer contributos de mão-de-obra (cavando poços) e de dinheiro para fazer face aos custos de capital e de manutenção dos materiais das bombas e dos poços. Num ciclo típico, uma comissão de água numa aldeia junta fundos para construir um furo e para comprar uma bomba manual. Os direitos a tirar água requerem o pagamento de uma taxa inicial de membro e uma taxa mensal para fazer face aos custos de funcionamento e manutenção.

Os custos humanos e económicos da cobertura inadequada nas zonas rurais são muito elevados, o que reflecte a importância da água para o desenvolvimento humano. Os benefícios para a saúde de melhorar a cobertura incluem reduções na incidência da diarreia e de outras doenças. No estado indiano de Kerala, a investigação que se seguiu à implementação de sete projectos de água rural mostrou que a incidência de doenças transmitidas através da água desceu para metade nos cinco anos após a construção de poços profundos, sem qualquer alteração nas áreas não abrangidas pelos projectos.[17] O mesmo inquérito fez também referência a um decréscimo nos gastos domésticos em água comprada aos vendedores. Cerca de metade das famílias abrangidas pelo programa estavam a gastar uma média de 12% de um rendimento que roçava o limiar de pobreza para comprar água aos vendedores. Após a implementação do projecto, a média caiu para 4%, libertando recursos para gastar noutras áreas.

Para além dos ganhos financeiros directos, o acesso mais fácil à água segura reduz as exigências em termos do tempo das mulheres e abre novas oportunidades para gerar rendimentos. No Sri Lanca, os agregados familiares rurais num programa financiado por um dador referiram que poupavam 30 horas por mês — três dias de trabalho numa aldeia típica.[18]

Gerir a rede para se conseguir eficiência e equidade

As redes de água estão entre os bens mais preciosos de um país. A forma como se gerem e como funcionam esses bens é essencial para o desenvolvimento humano, sobretudo nos países que enfrentam sérios desafios na área da segurança da água. Em muitos dos países mais pobres do mundo, as redes de prestadores de serviços só chegam a uma pequena fracção das pessoas mais pobres. Um financiamento insuficiente crónico, a baixa eficiência e uma base de capital limitado para a expansão da rede são factores que garantem que o sistema continua a ser um enclave.

Nos anos mais recentes, tem-se debatido de forma vigorosa o equilíbrio entre o envolvimento dos sectores privado e público em relação à água. Algumas pessoas defendem que um envolvimento crescente do sector privado é um percurso automático para alcançar mais e melhores serviços por cada dólar dispendido e para uma maior responsabilização e transparência. Outras pessoas afirmam que a água é um bem público essencial e que o direito humano à água está essencialmente em conflito com os princípios do mercado.

Os elementos disponíveis apontam para algumas conclusões mais prosaicas. O envolvimento privado não constitui uma linha de divisão clara entre o sucesso e o fracasso na área do fornecimento de água. Nem sequer é uma garantia de eficiência do mercado. O fornecimento de água através de uma rede constitui um monopólio natural, reduzindo a margem para ganhos de eficiência através da concorrência e tornando a regulamentação efectiva para assegurar os interesses do consumidor um imperativo. O papel chave da regulamentação neste contexto consiste na criação de pressões concorrenciais, estabelecendo preços e padrões de qualidade, estabelecendo metas de investimento e manutenção e garantindo que se transferem para os consumidores os benefícios dos ganhos de eficiência. Nas condições institucionais certas, o sector privado pode fornecer as tecnologias, competências e recursos necessários para valorizar o acesso à água. Mas a criação destas condições através de instituições reguladoras eficazes é uma questão complexa que vai para além de legislar e de adoptar os modelos de outros países.

As decisões quanto à proporção adequada entre o sector público e o sector privado têm de ser tomadas caso a caso em função das condições e dos valores locais. O desafio para todos os fornecedores, públicos e privados, consiste em alargar o acesso e em ultrapassar a desvantagem de preço que as famílias pobres enfrentam.

Fornecedores públicos — a chave do fornecimento e do financiamento

Os actuais debates acerca do fornecimento de água têm uma longa história. No início do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, as empresas privadas eram as principais fornecedoras de água. A ideia de que o estado se deveria manter afastado do fornecimento de serviços para manter os impostos baixos era amplamente aceite. Perto do final do século, os operadores privados tinham sido substituídos por fornecedores municipalizados ou estavam sujeitos a uma regulamentação rígida.[19] A água era vista como um bem demasiado importante para a saúde pública, para a prosperidade nacional e para o progresso humano para ficar nas mãos de empresas cujo objectivo era maximizar o lucro, em vez de optimizar as recompensas sociais.

Mais recentemente, os papéis dos fornecedores públicos e privados têm constituído uma fonte de acalorados debates públicos, mas de muito menos ideias brilhantes. Em certos casos, a intensidade do debate está curiosamente distante da realidade. Enquanto o número de pessoas abastecidas por empresas privadas de água aumentou — de cerca de 51 milhões em 1990 para perto de 300 milhões em 2002 — as empresas públicas de água são responsáveis globalmente por mais de 70% do investimento total e há menos de 3% das pessoas nos países em desenvolvimento a receber água ou serviços de saneamento que são completa ou parcialmente privados.[20] No Brasil, 25 das 27 capitais estaduais são servidas por empresas públicas e apenas 2 por empresas parcialmente privatizadas.[21]

A fraqueza dos fornecedores públicos em muitos países faz claramente parte do problema do fornecimento de água. As causas dessa fraqueza variam bastante, embora uma má governação e a decadência da infra-estrutura provocada por investimento insuficiente sejam temas recorrentes. As estruturas de governação desempenham um papel central. Muitos prestadores de serviços públicos trabalham com base num modelo descendente de prestação de serviços que não é transparente nem dá resposta às necessidades dos seus utilizadores. Partindo da premissa que funciona, qualquer responsabilização está nas mãos dos intermediários do poder político e não nas mãos das comunidades servidas (ou evitadas) pelos prestadores de serviços. Em muitos casos, as operações combinam a inequidade com a ineficiência. Muita da água que os prestadores de serviços públicos fornecem não é levada em conta, seja porque pinga de canos aos quais não foi feita manutenção ou seja devido a sistemas defeituosos de facturação.

Por sua vez, as receitas baixas estão na base de um ciclo vicioso de bens em deterioração, de perdas de água, cobrança de receitas baixas, baixo investimento e uma maior deterioração das infraestruturas. Em cidades como Deli, Dhaka[22] e Cidade do México[23], cerca de 40% da água que é canalizada para o sistema pinga de canos corroídos ou é vendida ilegalmente. A água perdida traduz-se em perda de receitas para a manutenção ou expansão da rede. No entanto, nenhum destes problemas se limita ao sector público. Os prestadores de serviços privados no Reino Unido, por exemplo, têm sido multados diversas vezes por entidades reguladoras por não reduzirem os níveis de fugas de água. O investimento insuficiente também não é uma fonte de ineficiência apenas nos países pobres. A Agência de Protecção Ambiental dos Estados Unidos estima que serão necessários 68 mil milhões de dólares ao longo das próximas duas décadas só para restaurar e fazer a manutenção dos bens dos prestadores de serviços de água nas principais cidades dos Estados Unidos.[24]

A definição de preços pelos prestadores de serviços constitui a parte central do problema de financiamento em muitos países em desenvolvimento. Muitas vezes, as tarifas são estabelecidas para cobrir apenas uma pequena parte dos custos de funcionamento. De acordo com um estudo sobre os prestadores de serviços de água asiáticos no final da década de 90, o rendimento de funcionamento em 35 dos 49 fornecedores não era suficiente para

O desafio para todos os fornecedores, públicos e privados, consiste em alargar o acesso e em ultrapassar a desvantagem de preço que as agregados familiares pobres enfrentam

fazer face aos requisitos de manutenção e funcionamento.[25] Sem investimento público para cobrir a diferença, esta é uma receita para a decadência. Uma crescente recuperação dos custos dos agregados familiares com capacidade para pagar poderia mobilizar as receitas para a manutenção e para os ganhos de eficiência associados, ao mesmo tempo que gerava fundos para sustentar a procura dos agregados familiares sem meios para pagar. Mas, muitas vezes, os prestadores de serviços públicos estão mais preocupados em fornecer água barata aos ricos do que água a bom preço aos pobres.

Os prestadores de serviços de água não podem ser analisados isoladamente. A cultura política mais abrangente de fornecimento de serviços — e as políticas mais abrangentes de investimento público — condiciona a forma como os fornecedores públicos vão ao encontro dos padrões de eficiência, equidade e responsabilização. Na maior parte dos países ricos, o investimento de capital em infra-estruturas de água vem do investimento público ou do investimento privado apoiado por garantias governamentais. Em muitos países em desenvolvimento, as ineficiências nos sectores hídricos devem-se em parte a um financiamento insuficiente crónico da rede, ao longo de um período muito longo.

Reconhecer os fracassos de alguns prestadores de serviços públicos não implica que seja necessário recorrer ao fornecimento do sector privado para haver sucesso. Alguns prestadores de serviços públicos nos países em desenvolvimento respeitam ou ultrapassam os padrões de funcionamento das empresas privadas com melhor desempenho. Os prestadores de serviços públicos em Singapura perdem menos água do que os prestadores de serviços privados no Reino Unido. Em Porto Alegre, no Brasil, a reforma do sector da prestação de serviços produziu ganhos em termos de eficiência e de responsabilização democrática (caixa 2.3). O departamento municipalizado de água da cidade fornece aos agregados familiares acesso universal a água segura a bom preço — e melhorou de forma drástica as taxas de recolha de receitas e reduziu as perdas de água. A transparência e autonomia política e financeira contribuiram de forma crítica para o sucesso.

Como prova o exemplo de Porto Alegre, a reforma do sector da prestação de serviços pode reforçar o desempenho sem alterar os detentores das empresas que prestam os serviços. Este não é um caso isolado. No Sri Lanca, a Comissão Nacional de Fornecimento de Água e Drenagem surgiu como um fornecedor eficiente, no seguimentos das refor-

Caixa 2.3 Os serviços públicos podem funcionar — o departamento de água e saneamento de Porto Alegre mostra-nos como

Com 1,4 milhões de pessoas, Porto Alegre, a capital do estado de Rio Grande do Sul, no Brasil, tem uma das taxas de mortalidade infantil mais baixas do país (14 óbitos em 1.000 nascimentos, num país onde a média nacional é de 65) e um índice de desenvolvimento humano comparável ao dos países ricos. Uma governação municipal eficaz em termos de fornecimento de água e de saneamento desempenhou um papel importante nesta história de sucesso.

Os fornecedores municipalizados de água conseguiram acesso universal à água. Os preços para a água — 0,30 dólares por litro — estão entre os mais baixos do país. Entretanto, o tratamento das águas residuais aumentou de 2% em 1990 para quase 30% actualmente, com o objectivo de chegar aos 77% dentro de cinco anos. Os indicadores de eficiência são semelhantes aos das empresas privadas com melhor desempenho a nível mundial. O rácio entre empregados e ligações domésticas, um indicador de eficiência amplamente utilizado, é de 3:1.000. Este rácio é de 20 para Deli e 5 para as empresas privadas de Manila.

As condições de funcionamento do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), totalmente detido pelo município de Porto Alegre, ajudam a explicar o seu sucesso:

- Sendo uma entidade legal distinta, goza de autonomia financeira e operacional.
- Estando isolada, não recebe quaisquer subsídios e, em termos financeiros, é autónoma.
- Sendo financeiramente independente, pode pedir empréstimos para financiamento sem o apoio municipal.

A autorização de funcionamento combina objectivos sociais e comerciais. O prestador de serviços segue uma política sem dividendos: todos os lucros são reinvestidos no sistema. A isenção de impostos de que beneficia permite a manutenção de baixas taxas da água. E é necessário que invista, pelo menos, um quarto das suas receitas anuais em infra-estruturas de água.

Porque motivo é que Porto Alegre alcançou acesso universal apesar de existir uma concentração elevada de pobreza entre os seus clientes? Em parte porque, em média, os preços são baixos e em parte porque os agregados familiares pobres, as instituições de solidariedade social e os residentes dos projectos de alojamento municipal e estatal para as pessoas desfavorecidas pagam uma taxa social inferior a metade da taxa básica. As estruturas de governação dos prestadores de serviços combinam uma supervisão normativa com um nível elevado de participação pública. O prefeito nomeia o director geral mas é o conselho deliberativo — constituído por engenheiros, pessoal médico, ambientalistas e representantes de diversas organizações da sociedade civil — que exerce um controlo sobre a gestão e tem poder deliberatório sobre todas as decisões importantes.

O processo orçamental participativo de Porto Alegre constitui uma forma de democracia directa com 44 reuniões públicas por ano, em 16 zonas da cidade. Os participantes votam nas suas prioridades e ouvem as propostas apresentadas pelos gestores, relativamente a seis áreas centrais, uma das quais a água. No início, colocam-se painéis em locais públicos para mostrar as despesas reais face às despesas previstas, bem como o plano de investimento que acompanha o processo. O escrutínio público do orçamento municipal e a prioridade associada à água criam fortes incentivos para o fornecimento de serviços de qualidade elevada.

Fonte: Viero 2003; Maltz 2005.

mas de governação que melhoraram a coordenação entre as agências e valorizaram o desempenho financeiro.[26] Na Índia, os prestadores de serviços de água são muitas vezes caracterizados como pouco eficientes. Mas em Hyderabad, a prestação de serviços de água aumentou a cobertura e melhorou o desempenho na recolha de receitas, reparações e fornecimento de serviços.[27] Em muitos países, existem grandes variações de eficiência dentro do sector público. Na Colômbia, por exemplo, os prestadores de serviços em Bogotá e em Medellin têm padrões de eficiência elevados, enquanto as empresas públicas municipalizadas que servem as cidades da costa das Caraíbas funcionam no outro extremo do espectro da eficiência.

Quais são, então, os requisitos-chave para uma reforma dos prestadores de serviços? Ao passo que as circunstâncias variam, os bons prestadores de serviços públicos funcionam tradicionalmente num ambiente de política pública que respeita quatro condições essenciais:

- Isolamento e autonomia financeira, para se protegerem de interferência política na distribuição de recursos.
- Actuação política participativa e transparente para apoiar a responsabilização.
- Separação entre o fornecedor de serviços e as entidades reguladoras, sendo as entidades reguladoras responsáveis por supervisionar e publicar padrões de desempenho bem definidos.
- Financiamento público adequado à expansão da rede, a par de uma estratégia nacional para se progredir no sentido de haver água para todos.

Estas condições são tão importantes para o enquadramento de governação das empresas privadas como dos prestadores de serviços públicos. Como defendemos mais à frente, é difícil criar estas condições, embora a legitimação dos cidadãos através de um enquadramento legislativo para a reforma possa desempenhar um papel fundamental.

Fornecedores privados — para além das concessões

A introdução da concorrência pelo direito a pôr em funcionamento a rede principal de água tem sido um aspecto central da reforma em muitos países em desenvolvimento. A criação de concessões tem sido o ponto central do debate. No entanto, o envolvimento privado vai além de um espectro bastante mais amplo.

A diversidade das parcerias público-privado adverte-nos contra a ideia de agrupar todo o envolvimento do sector privado sob o título geral de «privatização».

Os termos em que o sector privado participa nos mercados de água são importantes a diversos níveis. É possível haver um complexo conjunto de disposições de mercado (quadro 2.3). Estas disposições só trazem implicações para a propriedade no caso de uma privatização total. A nível mais geral, os termos em que os governos contratam o sector privado influenciam as estruturas de gestão, os padrões de investimento e a distribuição do risco. As concessões transferem para o sector privado a gestão, o risco e a responsabilidade

A diversidade das parcerias público-privadas adverte-nos contra a ideia de agrupar todo o envolvimento do sector privado sob o título geral de «privatização»

Quadro 2.3 Participação privada nas redes de água assume várias formas

Opção	Propriedade	Gestão	Investimento	Risco	Duração (anos)	Exemplos
Contrato de serviços	Público	Partilhado	Público	Público	1-2	Finlândia, Maharashtra (Índia)
Contrato de gestão	Público	Privado	Público	Público	3-5	Joanesburgo (África do Sul), Monagas (Venezuela), Atlanta (Estados Unidos)
Aluguer (arrendamento)	Público	Privado	Público	Partilhado	8-15	Abidjan (Costa do Marfim), Dacar (Senegal)
Concessão	Público	Privado	Privado	Privado	20-30	Manila (Filipinas), Buenos Aires (Argentina), Durban (África do Sul), La Paz-El Alto (Bolívia), Jacarta (Indonésia)
Privatização (alienação estatal)	Privado	Privado	Privado	Privado	Ilimitado	Chile, Reino Unido

Fonte: Jaglin 2005.

Nos países em desenvolvimento, uma infra-estrutura limitada e por vezes delapidada, os níveis baixos de ligação e os níveis elevados de pobreza aumentam as tensões entre a viabilidade comercial e o fornecimento de água a bom preço para todos

do investimento no sector privado, enquanto outras disposições público-privadas envolvem a contratação de alguns aspectos de gestão ou operações de redes de água.

A privatização (alienação total do estado) é rara

Há poucos países — a França é um deles — com uma longa história de gestão privada da água. O Chile privatizou na década de 80, mas apenas depois de o acesso à água ser quase universal. Desde essa altura, o país tem tido um bom desempenho tanto em termos de eficiência como de equidade. O Reino Unido privatizou bastante tarde, com os prestadores de serviços públicos a fazer uma espécie de liquidação no final da década de 80 — introduzindo um interesse pela privatização da água em vários países em desenvolvimento.

Desde essa altura, o registo tem sido variado. Ao longo da década que se seguiu à privatização, as empresas de água no Reino Unido tiveram lucros muito superiores ao previsto, pagando aos accionistas dividendos muito acima das receitas médias dos mercados de valores. Isto contribuiu para que se esgotasse um bem pouco valorizado de escassos recursos de capital necessário ao desenvolvimento. A ausência de um qualquer mecanismo explícito para partilhar os benefícios dos ganhos de desempenho entre os accionistas e os consumidores — e o que era encarado como margens de lucro excessivas — provocou várias críticas. Também levou ao desenvolvimento de uma forte entidade independente de regulamentação para proteger os interesses dos consumidores, estabelecer metas de investimento e monitorizar os ganhos de eficiência.[28] No entanto, existem problemas sérios como resultado de um investimento inadequado e elevados níveis de perdas de água. A experiência do Reino Unido mostra que é difícil elaborar e organizar a reforma normativa, mesmo em países com uma capacidade institucional extremamente desenvolvida. Na pressa de liquidar os bens públicos, os interesses públicos sofreram em resultado da privatização, embora a valorização da regulamentação tenha abordado alguns dos fracassos sofridos.

Têm-se feito diversas tentativas e testes às concessões, com resultados variados

Na década de 90, as concessões eram o principal canal para o investimento privado em água, com empresas privadas domésticas e estrangeiras a assumir a responsabilidade pelo financiamento e funcionamento dos sistemas. Certas concessões melhoraram a eficiência, reduziram as perdas de água, aumentaram o fornecimento, alargaram o número de contadores e a recolha de receitas e aumentaram a cobertura. Em Marrocos, que criou quatro concessões entre 1997 e 2002, a cobertura aumentou (actualmente, as concessões servem cerca de metade da população), bem como os níveis de satisfação dos consumidores[29]. Em Manila oriental, uma outra concessão alargou a proporção de população, recebendo um fornecimento de 24 horas de cerca de 15%-20% em 1997 para mais de 60% em 2000 e alargou a sua cobertura total de 65% para 88%. Como parte de uma estratégia nacional de água para todos, a África do Sul transferiu um prestador de serviços de água em Durban para uma concessão. Apesar das preocupações com a equidade, tem havido uma melhoria notável no acesso junto dos agregados familiares pobres.

Por oposição a estes casos encontram-se alguns fracassos particularmente emblemáticos.[30] Por oposição a estes casos encontram-se alguns fracassos particularmente emblemáticos. Na Argentina, um acordo de concessão de 30 anos fracassou juntamente com a economia do país em 2001. A concessão cedida a Manila ocidental sofreu o mesmo destino, tendo havido uma rescisão em 2003. Em 2004, uma concessão em Jacarta terminou numa disputa em tribunal entre as autoridades municipais e a empresa. O entusiasmo relativo às concessões arrefeceu agora a ponto de haver uma certa relutância do sector privado em estabelecer acordos. As mais importantes empresas internacionais como Suez, a maior empresa de água do mundo, a Veolia Environnement e a Thames Water estão a afastar-se das concessões nos países em desenvolvimento, por vezes face à pressão do governo e entidades reguladoras. Por exemplo, a Thames Water desistiu do funcionamento de uma fábrica na China em 2004, dois anos depois de o governo chinês ter determinado que a taxa de retorno era demasiado elevada.[31]

Então, o que correu mal? Quando as empresas privadas entram nos mercados dos países desenvolvidos como fornecedores, herdam uma pesada infra-estrutura (paga pelos investimentos públicos passados) que fornece acesso universal num mercado definido por rendimentos médios bastante elevados. Nos países em desenvolvimento, uma infra-estrutura limitada e por vezes delapidada, os níveis baixos de ligação e os níveis elevados de pobreza aumentam as tensões entre a viabilidade comercial e o fornecimento de água a bom preço para todos. Podemos associar a estas limitações três fracassos comuns, relacionados com a regulamentação, a transparência e a sustentabilidade financeira na contratação (caixa 2.4):

- *Expansão da rede.* Um objectivo fundamental para os governos que estabelecem concessões consiste na expansão das redes. Na concessão de Buenos Aires, o número de ligações aumentou mas a níveis mais baixos do que os estipulados no contrato. O progresso foi mais lento nas zonas mais pobres da cidade.[32] Em Jacarta, três quartos das novas ligações feitas no âmbito da concessão

destinavam-se aos agregados familiares de rendimento médio e elevado e a empresas governamentais e comerciais.

- *Renegociação de preços.* Os preços da água dependem muito de aspectos políticos. De uma perspectiva comercial, as receitas dos preços geram lucros para os accionistas e capital para o investimento futuro. Mas as políticas de preços destinadas a optimizar os lucros podem minimizar o bem-estar social e provocar descontentamento político. Em Cochabamba, o concessionário aumentou os preços para transferir parte do custo de expansão da infra-estrutura para os actuais utilizadores de água, com consequências explosivas. Em Buenos Aires, reduziram-se primeiro os preços e depois aumentaram-nos seis vezes entre 1993 e 2002, passando quase para o dobro em termos reais, dado que o operador privado procurava combinar os lucros e o atingir das metas.
- *Financiamento.* A aglomeração de investimentos de capital em água faz com que o crédito seja fundamental para a expansão da rede. As grandes dívidas externas eram uma característica do funcionamento da concessão em Manila ocidental e em Buenos Aires. Em Buenos Aires, os investimentos foram financiados essencialmente através de pedidos de empréstimo e de ganhos acumulados, sendo a participação de capitais próprios responsável por menos de 5%. Com o pedido de empréstimo externo feito em dólares e uma entrada de receitas na moeda local, o resultado foi uma exposição elevada às flutuações de câmbio da moeda estrangeira. As crises financeiras da Ásia oriental e da Argentina criaram situações de dívida insustentáveis para as concessões de Manila oriental e de Buenos Aires. A perda líquida de 1,6 mil milhões de dólares registada pelo concessionário em Buenos Aires em 2002 deveu-se quase integralmente à desvalorização que triplicou o valor do endividamento estrangeiro da empresa.

Caixa 2.4 O que correu mal com as concessões? Três fracassos e três lições a aprender

O efeito dominó do colapso das concessões deu origem a um debate acalorado acerca do papel passado, presente e futuro do sector privado no fornecimento de água. Embora os factores envolvidos nestes colapsos variem, existem lições importantes a tirar de três casos fundamentais:

- *Cochabamba.* O acordo de 1999, ao abrigo do qual o governo da Bolívia atribuíu uma concessão de 40 anos a um consórcio de empresas estrangeiras continua a ser um ponto de referência. Ao abrigo da Lei de Saneamento e Água Potável de 1999, o governo autorizou a privatização de fornecimento de água e acabou com os subsídios. Para além dos clientes terem de pagar mais pela sua água, os camponeses nas áreas vizinhas tiveram de começar a pagar pela água que anteriormente estava disponível de forma gratuita nas fontes públicas. Os aumentos de preços deveriam, supostamente, contribuir para os custos de capital da construção de uma nova barragem e de uma central de purificação. Os protestos levaram à revogação da lei de 1999, ao colapso da concessão e a um caso em tribunal iniciado por uma das empresas contra o governo da Bolívia.
- *Manila.* As concessões de 25 anos concedidas em 1997 a Manila ocidental fracassaram em 2003. A dívida estrangeira foi um impulsionador chave. Durante os primeiros cinco anos da concessão, a Maynilad, um empreendimento conjunto da Ondeo, uma empresa transnacional, e de um grupo empresarial filipino, teve perdas operacionais e ficou endividada em 800 milhões de dólares para financiar a sua expansão. A cobertura passou de 58% para 84%, mas a crise financeira da Ásia Oriental fez aumentar o endividamento. Quando o Sistema Metropolitano de Fornecimento de Água e Esgotos se recusou a sancionar um ajuste de taxas para cobrir as perdas da empresa, a concessão rescindiu.
- *Buenos Aires.* A concessão por 30 anos concedida em 1993 a um consórcio de empresas estrangeiras e de grupos empresariais locais terminou com o colapso económico da Argentina. Durante o concurso, o consórcio tinha indicado que tencionava reduzir as taxas em 29%, mas as perdas operacionais conduziram a aumentos de preço e a renegociações dos contratos. Não se tomaram quaisquer medidas para fazer ajustes face aos colapsos da taxa de câmbio, expondo o consórcio aos riscos associados a um pesado endividamento externo.

Temos a tirar daqui, pelo menos, três importantes lições. A primeira lição, que melhor se ilustra no caso de Cochabamba, é que a transparência é importante. O governo, as empresas ou os doadores e as instituições financeiras internacionais que apoiavam as negociações não fizeram qualquer tentativa credível para medir a opinião pública ou para tomar em consideração os pontos de vista dos pobres. Consequentemente, não se tomaram quaisquer medidas para proteger os habituais direitos dos nativos, que eram extremamente vulneráveis — um factor que se tornou politicamente explosivo.

A segunda lição diz respeito à tensão entre os imperativos comerciais e sociais. As empresas responsabilizam-se por concessões como forma de gerar lucros para os accionistas. Mas aumentar os preços para financiar os lucros e os investimentos pode prejudicar a segurança da água para os agregados familiares pobres. Também aumenta a probabilidade de um retrocesso político que reflicta a importância crítica da água para a comunidade. Os esforços para proteger os lucros através do aumento dos preços para cobrir o endividamento criado pelo empréstimo em moeda forte e pela depreciação da moeda foram social e politicamente insustentáveis.

A terceira lição é plausivelmente a mais importante. A complexidade do aumento do acesso por parte dos pobres foi extremamente subestimada. Se o problema tivesse sido devidamente avaliado, as finanças públicas e as ligações subsidiadas teriam assumido um papel de maior relevo.

Fonte: Slattery 2003; Castro 2004.

O aluguer tem dado resultados positivos para o desenvolvimento humano em ambientes onde os governos estabeleceram objectivos bem definidos com o apoio da capacidade normativa

Outras formas de envolvimento do sector privado

Embora as empresas privadas se estejam a afastar das concessões, continuam extremamente envolvidas em diversas operações de fornecimento de serviços de água. A gestão público-privada continua a ser um tema central nos debates sobre a governação da água.

O aluguer (ou arrendamento) é uma forma comum de parceria público-privada. Sob este modelo, o governo delega a gestão do serviço público a uma empresa em troca de uma taxa específica, normalmente baseada no volume de água, ao passo que a propriedade de activos permanece junto de uma empresa gestora a operar para o governo. O Departamento Nacional para a Água e Saneamento (ONEA) do Burquina Faso funciona através de acordos de aluguer que abrangem 36 cidades em todo o país. O modelo de *arrendamento* também é usado em Abidjan, na Costa do Marfim, e no Senegal, onde a água urbana é gerida pela Empresa Nacional de Água do Senegal (SONES), uma sociedade gestora de activos, e pela Senegalese Water (SDE), um empreiteiro privado contratado para dirigir o sistema.

O aluguer tem dado resultados positivos para o desenvolvimento humano em ambientes onde os governos estabeleceram objectivos bem definidos com o apoio da capacidade normativa. O ONEA, é um dos poucos prestadores de serviços da África Subsariana a desenvolver uma estratégia para garantir que as fontes públicas se tornam uma fonte de água a bom preço para os pobres. As taxas pagas nas fontes públicas estão muito abaixo da tarifa máxima (embora ainda estejam acima da tarifa mínima). No Senegal, o contrato de aluguer estabelece metas crescentes para o fornecimento de água nas fontes públicas. O objectivo é que as fontes públicas sejam responsáveis por 30% das ligações em Dacar e por 50% noutras cidades e que forneçam 20 litros por pessoa. Em Abidjan, o acordo de aluguer aumentou as taxas de cobertura com um sistema administrado através de um enquadramento normativo claro (caixa 2.5). Tem havido graves problemas de implementação em cada um destes casos. Por exemplo, os subsídios e a definição de preços sociais na Costa do Marfim e no Senegal têm um registo misto para beneficiar os agregados familiares mais pobres. Ainda assim, demonstram algumas das estratégias que os governos podem adoptar para colocar o direito à água num enquadramento prático.

Os *contratos de gestão* representam outra forma de parcerias público-privado. Trata-se de acordos em que um município ou o governo local compra os serviços de gestão a uma empresa. O Gana adoptou uma nova lei da água em 2005 em que o governo se compromete a alargar o papel dos operadores privados no fornecimento de serviços através de contratos de gestão. Como parte da reforma política, escolheu-se um operador privado no final de 2005 para um contrato de gestão por cinco anos, abrangendo Acra e outras das cidades mais importantes. Devido a uma combinação de financiamento insu-

Caixa 2.5 Práticas de definição de preços da água a favor dos pobres na Costa do Marfim

As políticas de definição de preços que os prestadores de serviços aplicam podem ter um efeito marcante no acesso à água. Embora o desempenho tenha sido misto, o prestador de serviços privado a actuar em Abidjan, a Sociedade da Água da Costa do Marfim (SODECI) desenvolveu algumas estratégias inovadoras para alargar o acesso. A cobertura aumentou de forma constante ao longo dos últimos 10 anos em Abidjan e noutras partes do país.

A SODECI aplica três mecanismos para expandir o acesso dos pobres: ligações domésticas subsidiadas, uma tarifa crescente por escalão e revendedores autorizados de água em povoamentos informais. O subsídio para as ligações domésticas resulta de uma sobretaxa nas contas da água administrada pelo Fundo de Desenvolvimento Hídrico (FDE), um organismo público. A SODECI cobra aos agregados familiares pobres 40 dólares por ligação, em vez de 150 dólares. Este subsídio, financiado por recursos internos, reduz a dependência das contribuições dos doadores e aumenta a sustentabilidade a longo prazo.

A tarifa crescente por escalão subsidia quem tem um consumo mais baixo (os pobres) e dissuade os gastos de água. O preço unitário que se aplica aos grandes consumidores é moderado, para os encorajar a permanecer no sistema. Para resolver o problema do abastecimento de água em povoamentos ilegais, onde a SODECI não é autorizada a operar, o prestador de serviços concede autorizações a revendedores de água. Estes revendedores compram água a preços normais e pagam um depósito (300 dólares) para reduzir o risco de falta de pagamento. Os revendedores são responsáveis pelos investimentos no alargamento da rede dentro da sua área e são autorizados a recuperar os custos através das vendas de água. Embora esta prática aumente efectivamente a cobertura, as famílias pobres, que são os clientes dos revendedores de água, têm de pagar duas vezes pelos custos de investimento da rede: uma vez na tarifa cobrada ao revendedor para obter a água e outra vez no preço final pago aos revendedores que também cobram pelo seu investimento para abastecer essa zona.

Há quatro lições a aprender com a experiência da SODECI:

- As estratégias a favor dos pobres têm de ser bem coordenadas.
- Os subsídios cruzados podem servir os pobres.
- A força financeira e de gestão do prestador de serviços é mais importante do que ser público ou privado.
- Uma boa regulamentação aproveita melhor as forças relativas dos agentes públicos e privados.

Fonte: Collignon 2002.

ficiente, falta de eficiência e de definição de preços injustos, o prestador de serviços de propriedade pública, a Companhia das Águas do Gana, não estava a conseguir fornecer água às zonas urbanas de todo o país e os contratos de gestão são actualmente encarados como uma parte da solução.

O novo acordo dará bons resultados? Algumas das metas definidas são encorajadoras. Para Acra, incluem o estabelecimento de 50.000 novas ligações domésticas e a restauração do fornecimento regular de água aos actuais consumidores. O programa também visa criar 350 fontes públicas por ano para as áreas urbanas não abrangidas.[33] Os resultados dependerão da clareza dos contratos e da regulamentação. Uma preocupação é com a falta de adequação das estratégias de financiamento e distribuição para chegar aos agregados familiares mais pobres. Para além disso, os detalhes acerca da definição de preços para as fontes públicas e da forma de atingir as zonas pobres continuam vagos.

O que é claro é que os contratos de gestão não são uma solução simples para problemas bem enraizados relacionados com o fornecimento de água. Por exemplo, desde 1998 que a Mauritânia introduziu uma série de reformas ousadas. Só em 2001, foram criadas quatro novas instituições para a gestão da água e do saneamento. Nas zonas rurais e nas pequenas cidades, a nova estratégia visa um aumento importante do papel do sector privado. Foram assinados mais de 350 contratos para o fornecimento de serviços da rede, estando os operadores privados envolvidos em dois terços desses contratos. No entanto, só em 2005 é que foi criada uma nova entidade nacional para supervisionar a gestão e o financiamento de instalações e para monitorizar o progresso — a Agência Nacional para a Água Potável e Saneamento. Ainda agora, as metas e as estratégias de estabelecimento de preços para os acordos de aluguer não estão bem definidos e os planos sectoriais estão claramente a ter um financiamento insuficiente. As estimativas para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio apontam para uma necessidade de financiamento de 65 milhões de dólares para os gastos públicos — os gastos actuais são aproximadamente 5 milhões de dólares. Os contratos de gestão não podem ser efectivos sem um financiamento adequado e sem metas muito bem definidas.

A criação de condições institucionais para contratos de gestão bem sucedidos é inerentemente difícil. A pesquisa feita spbre os acordos de contratos de gestão em Joanesburgo, na África do Sul, e em Monagas, na Venezuela, evidenciou duas dificuldades. Em primeiro lugar, a delegação dupla — a transferência da autoridade de funcionamento do governo local para o prestador de serviços e do prestador de serviços para empresas terceiras — pode ensombrar a responsabilização e o fornecimento. Isto pode desautorizar os utilizadores, tornando difícil a identificação do lugar institucional para responsabilizar os fornecedores. Em segundo lugar, as autoridades locais são, muitas vezes, tanto prestador de serviços accionista como entidade reguladora. É difícil fazer a reconciliação desta dupla identidade, sobretudo porque pode envolver o prestador de serviços na política do governo local. Os exemplos internacionais constituem uma forte justificação para existir uma entidade reguladora independente.[34]

A complexidade é outro dos problemas dos contratos de gestão, sobretudo nos países onde não existe uma capacidade administrativa forte. A negociação de contratos, responsabilidades, metas de distribuição e penalizações por incumprimento é um grande desafio. Isto é verdade mesmo em países ricos com uma capacidade administrativa muito desenvolvida. Em 1999, a cidade americana de Atlanta, atribuiu a um consórcio empresarial um contrato de gestão por 20 anos para o funcionamento e manutenção — uma acção estimulada em parte pelas multas da Agência de Protecção Ambiental pelas violações dos padrões de qualidade da água devido a uma infra-estrutura em más condições. O contrato foi rescindido ao fim de quatro anos, com as autoridades da cidade a afirmar que a empresa não tinha cumprido os padrões de desempenho. Mas o processo de rescisão envolveu um longo litígio de ambos os lados.

Uma outra forma de os fornecedores municipalizados poderem tentar aproveitar os ganhos de eficiência que o sector privado coloca à sua disposição é através de contratos de serviços. Ao abrigo deste acordo, os fornecedores compram um serviço a uma empresa que esteja pouco envolvida na gestão ou financiamento do prestador de serviços. Estes contratos são cada vez mais frequentes tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. Os contratos de serviços já provaram ser muito eficazes em certos casos. A investigação levada a cabo em Maharashtra, na Índia, mostra que libertar-se de um compromisso de facturação, reparações, tratamento da água e melhorias de infra-estruturas pode melhorar o desempenho. Os inquéritos aos clientes apontam para uma satisfação crescente.[35] No entanto, o sucesso depende duma forte capacidade normativa.

A Finlândia pratica a subcontratação em grande escala na área dos serviços não centrais de água, sendo responsável por 60% a 80% do fluxo de dinheiro das empresas municipalizadas de água.[36] A Finlândia pratica a subcontratação em grande escala na área dos serviços não centrais de água, sendo responsável por 60% a 80% do fluxo de dinheiro das empresas municipalizadas de água. Um pequeno grupo de empresas privadas e um

Os contratos de gestão não podem ser efectivos sem um financiamento adequado e sem metas muito bem definidas

Sem um plano nacional coerente e sem uma estratégia de financiamento para obter água para todos, nem o sector público nem o privado se conseguirão afastar do actual modelo de enclave

prestador de serviços público, a Água de Helsínquia, começou recentemente a oferecer serviços de gestão. No entanto, o mercado ainda é limitado, com apenas três operadores privados a fornecer serviços, sobretudo para o tratamento das águas residuais.

Público ou privado — alguns dos problemas continuam os mesmos

A lição mais óbvia a tirar de qualquer análise do fornecimento público e privado é provavelmente que não existem planos fáceis e rápidos de conseguir o sucesso em todo o país. Alguns fornecedores de propriedade pública (Porto Alegre) têm um desempenho excelente a nível mundial, tal como algumas empresas privatizadas (Chile). Muitos prestadores de serviços de propriedade pública estão, por qualquer critério razoável, a deixar os pobres mal servidos — e essa situação prende-se com o financiamento insuficiente e com uma má governação. Mas a ideia de que os fracassos do sector público se podem corrigir rapidamente através de supostas vantagens de eficiência, responsabilização e financiamento das concessões privadas é enganadora, como se viu pelos desenvolvimentos em Cochabamba, em Buenos Aires e em Manila ocidental. Sem um plano nacional coerente e sem uma estratégia de financiamento para obter água para todos, nem o sector público nem o privado se conseguirão afastar do actual modelo de enclave.

Apresentar os resultados — as políticas

A água é um direito humano. Mas os direitos humanos pouco importam se estiverem separados das políticas práticas que os protegem e os tornam abrangentes — ou dos mecanismos de responsabilização que legitimam os pobres a exigir os seus direitos. Se o acesso à água potável e a bom preço é um direito humano, quem tem o dever de fornecer esses serviços de água? E como deve ser financiada a infra-estrutura de que depende o fornecimento de água? A água tem sido descrita como uma «dádiva de Deus» — mas alguém tem de pagar para assentar os canos no solo, para fazer a manutenção das bombas e para purificar a água. O financiamento e fornecimento de serviços de água que os pobres possam pagar por fornecedores que sejam transparentes e responsáveis continua a colocar difíceis desafios de política pública. A forma como esses desafios vão ser abordados nos anos vindouros será fundamental para a questão da segurança da água e do desenvolvimento humano.

O ponto de partida para o progresso acelerado em termos de água pode resumir-se em duas palavras: estratégia nacional. Como se sugeriu no capítulo 1, cada país deveria apresentar um plano nacional de água e saneamento. Os planos nacionais serão diferentes, mas existem quatro ingredientes básicos para o sucesso:

- Definição de objectivos claros e de pontos de referência para medir o progresso através de uma política nacional de água.
- Garantir que as políticas no sector da água são apoiadas por meios de financiamento seguros previstos em orçamentos anuais e num enquadramento das despesas de médio prazo.
- O desenvolvimento de estratégias claras para ultrapassar as desigualdades estruturais que têm por base a riqueza, a localização e outros sinais de desvantagem.
- A criação de sistemas de governação que responsabilizem os governos e os fornecedores de água pelo alcançar dos objectivos traçados ao abrigo das políticas nacionais.

Dentro deste enquadramento amplo, a reforma da política da água deveria ser encarada como parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza. No capítulo 1, definimos alguns dos requisitos institucionais para este enquadramento. Aqui debruçamo-nos sobre as políticas específicas do sector da água.

Financiamento público e acesso para os pobres urbanos

O financiamento dos serviços de água constitui a chave para o alargamento do acesso. De uma perspectiva comercial, o objectivo é levar os fornecedores de água a gerar receitas suficientes para cobrir os seus custos recorrentes, com os custos de capital de expansão das infra-estruturas a serem cobertos por uma mistura de despesa pública e investimento do fornecedor de serviços. De uma perspectiva do desenvolvimento humano, existem limites para a recuperação dos custos através das taxas. Esse limite é o ponto em que a água deixa de poder ser paga pelos agregados familiares pobres.

Recuperação de custos sustentável e justa

Ter em vista a completa recuperação dos custos colocaria a segurança da água para além do alcance de milhões de pessoas que actualmente não têm acesso à água. Lembremo-nos que mais de 363 milhões de pessoas sem acesso a água pura vivem com menos de 1 dólar por dia. E 729 milhões vivem com menos de 2 dólares por dia. A pobreza impõe limites naturais ao preço da água. A investigação levada a cabo na América Latina indica que as tarifas de recuperação completa dos custos trariam problemas de capacidade de gestão financeira para um em cada cinco agregados familiares da região. Para alguns países — incluindo a Bolívia, as Honduras, a Nicarágua e o Paraguai — conseguir a recuperação dos custos implicaria problemas de capacidade de gestão financeira para cerca de metade da população. A capacidade de gestão financeira é um problema igualmente grave em África Subsariana , onde cerca de 70% dos agregados familiares poderiam ter problemas em pagar as contas se os fornecedores procurassem atingir a recuperação completa dos custos.[37]

Para além das pressões sobre os agregados familiares, a recuperação completa dos custos colocaria um entrave aos esforços de redução da pobreza num sentido muito imediato. Com a recuperação completa dos custos da água, a incidência da pobreza aumentaria cerca de 1% nos países de rendimentos médios da América Latina e 2% nos países de baixos rendimentos na região. O impacto ainda seria mais grave na Ásia e em África, onde os preços teriam de subir a partir de uma base ainda mais baixa. Relativamente à Mauritânia e a Moçambique, a pobreza poderia aumentar 7% se os preços da água aumentassem para níveis de recuperação completa dos custos.[38]

Estes números apontam para o papel fundamental da despesa pública no financiamento do alargamento dos sistemas de água aos agregados familiares pobres. Também realçam o papel potencialmente importante dos subsídios cruzados ou das transferências dos utilizadores de rendimento mais elevado para os de rendimento mais baixo, em termos dos preços dos prestadores de serviços. Em relação ao financiamento da expansão da rede, os diversos países enfrentam diferentes constrangimentos. Em determinados países, sobretudo nos de rendimento médio, o desafio consiste em mobilizar mais receitas através da cobrança de impostos ou da reestruturação das actuais prioridades de despesas. Noutros, o auxílio tem um papel fundamental. Mas o ponto de partida tem de ser uma avaliação daquilo que os pobres podem pagar. Embora exista margem para debate, um tecto de 3% do rendimento dos agregados familiares poderia ser um ponto de referência aproximado.

A reforma da política da água deveria ser encarada como parte integrante das estratégias nacionais de redução da pobreza

Equidade valorizada através da definição de preços e de subsídios

A água faz parte de um pacote de bens que define a justiça social e a cidadania. Uma forma de expressar a solidariedade social e um compromisso de cidadania partilhada é através das políticas de definição de preços e de transferências financeiras que tornam a água disponível e a bom preço para todos. É necessária uma combinação de políticas de acesso e de estabelecimento de preços, incluindo os subsídios para destinatários definidos, para alcançar resultados equitativos.

Subsídios de ligação. Subsidiar as ligações para os agregados familiares pobres pode afastar uma importante barreira à rede. O mesmo se pode afirmar das estratégias de pagamento inovadoras. Os prestadores de serviços de Jacarta sugeriram os pagamentos a prestações. Na Costa do Marfim, acrescenta-se nas contas uma sobretaxa do Fundo de Desenvolvimento Hídrico, com cerca de 40% dos lucros a reverter para subsídios de ligação. No entanto, o subsídio não tem os pobres como alvos específicos. Noutros locais, os prestadores de serviços adoptaram sistemas de definição de preços por camadas. Em El Alto, na Bolívia, apenas 20% dos agregados familiares que recebiam ligações no primeiro ano do programa de concessão da cidade é que pagaram as taxas completas. Uma inovação muito importante permitiu que os agregados familiares fornecessem a sua própria mão-de-obra para cavar valas para as ligações, com o prestador de serviços a encarar isto como uma forma de pagamento em géneros.[39] No entanto, também aqui não se desenvolveram as

Uma forma de valorizar a capacidade de gestão financeira dos agregados familiares pobres consiste em fornecer a quantidade de água suficiente para cobrir as necessidades básicas a um preço baixo ou gratuitamente

regras como parte de uma estratégia integrada para alcançar metas de ligações específicas para os mais pobres.

Subsídios para destinatários definidos. Alguns países financiam o consumo para os grupos de rendimentos baixos através de subsídios para destinatários definidos. No Chile, aumentaram-se os preços da água para níveis de recuperação completa dos custos, sem sacrificar os objectivos de distribuição. Os subsídios abrangem 25% a 85% dos custos da água doméstica, numa escala deslizante para famílias de baixo rendimento elegíveis (caixa 2.6). Uma das condições para o sucesso do modelo do Chile é a capacidade das agências estatais identificarem os agregados familiares pobres e transferirem subsídios sem que muito dinheiro vá para os que não são pobres, uma capacidade que desenvolveram durante um longo período de experiência com um sistema de solidariedade social abrangente.

Tarifas de sobrevivência. Uma outra forma de valorizar a capacidade de gestão financeira dos agregados familiares pobres consiste em fornecer a quantidade de água suficiente para cobrir as necessidades básicas a um preço baixo ou gratuitamente. Actualmente, a maior parte dos países aplica tarifas por escalão, mas a progressividade varia. A tarifa de sobrevivência na África do Sul disponibiliza 25 litros de água gratuita — uma prática que se podia aplicar de forma mais ampla. O modelo de tarifa de sobrevivência vem com duas advertências. Em primeiro lugar, em países com taxas baixas de tarifas de ligação de sobrevivência, não se pode chegar aos agregados familiares pobres que não estão ligados à rede. Esta é uma preocupação mesmo na África do Sul, onde as taxas de cobertura entre os pobres varia. Muitas vezes, os agregados familiares que não estão cobertos têm de comprar água aos revendedores de grandes quantidades, que compram água ao prestador de serviços no escalão mais elevado. Em segundo lugar, o acordo de tarifa social ou de sobrevivência exige a medição por contadores, que não estão muito divulgados em várias povoações pobres.

Escolher como destinatários as povoações informais. Em muitos países, a maioria dos agregados familiares urbanos sem acesso a uma ligação doméstica vivem em povoações informais. Os milhares de pessoas que vivem nestas áreas revelaram uma iniciativa extraordinária para conseguir o acesso aos serviços de água, colocando vários quilómetros de tubos, cavando valas e cooperando para o benefício mútuo. No entanto, o esforço da comunidade, por si só, não pode resolver o problema. Os prestadores de serviços têm estado pouco dispostos a alargar as redes aos agregados familiares que não têm um título legal, por temerem que isso possa pôr em perigo a cobrança das receitas. São necessárias novas abordagens. As autoridades podem fornecer direitos de residência completos ou intermédios aos povoamentos informais estabelecidos. Também podem exigir que os prestadores de serviços forneçam água a todas as pessoas, sem ter em atenção a localização, se necessário através de garantias financeiras ou de incentivos ao investimento. Os prestadores de serviços também podem marcar a diferença. Uma empresa em Manila aumentou as linhas subterrâneas de água até ao perímetro dos bairros degradados e permitiu que os agregados familiares fizessem ligações por cima da terra, através de pequenos tubos de plástico, ligados a contadores das associações de residentes e das agências não governamentais. Esses tipos de acordos podem ser bons para a equidade (em Manila, levou à redução dos custos da água em 25% nas zonas dos bairros degradados que agora estão abrangidas) e para a eficiência (reduz as perdas de receitas associadas às ligações ilegais).

Caixa 2.6 Subsídios ao consumo de água no Chile — maior eficiência e equidade

O fornecimento de água no Chile é privatizado ao abrigo de um forte regime normativo que combina níveis elevados de eficiência no fornecimento e níveis igualmente elevados de equidade no acesso. Muitos factores contribuíram para isso. As vantagens iniciais incluíam a cobertura quase universal antes da privatização e uma rede extremamente desenvolvida. O forte crescimento económico também foi importante. O mesmo se pode afirmar acerca dos subsídios de água para destinatários definidos.

O Chile introduziu subsídios de consumo da água com base em testes de médias no início da década de 90, para garantir a capacidade de gestão financeira para os agregados familiares pobres antes de as companhias da água terem sido privatizadas. O subsídio cobre 25% a 85% da conta mensal de um agregado familiar até 15 metros cúbicos de água por mês. O governo reembolsa a empresa com base na quantidade real de água consumida. O subsídio é completamente financiado a partir do orçamento do governo central. Os agregados familiares têm de se candidatar ao subsídio junto do poder local, que determina a elegibilidade. O subsídio pode ser visto como uma tarifa crescente por escalão, sendo os subsídios inversamente relacionados ao rendimento do agregado familiar: o apoio diminui à medida que os rendimentos sobem acima do limiar mínimo, com base em testes de médias.

Em 1998, cerca de 13% dos agregados familiares chilenos — quase 450.000 pessoas — receberam subsídios, num valor total de 33,6 milhões de dólares. O esquema tornou possível o aumento das taxas, a mobilização de recursos para a manutenção e expansão da rede e a minimização dos efeitos adversos nos pobres.

Existem dois ingredientes básicos para o sucesso deste modelo no Chile, nenhum deles fáceis de reproduzir noutros países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, o esquema exige a capacidade de identificar, destinar e entregar o apoio aos agregados familiares pobres. Em segundo lugar, todos os agregados familiares precisam de ter um contador para monitorizar a utilização da água.

Fonte: Alegría Calvo e Celedón Cariola 2004; Gómez-Lobo e Contreras 2003; Paredes 2001; Serra 2000.

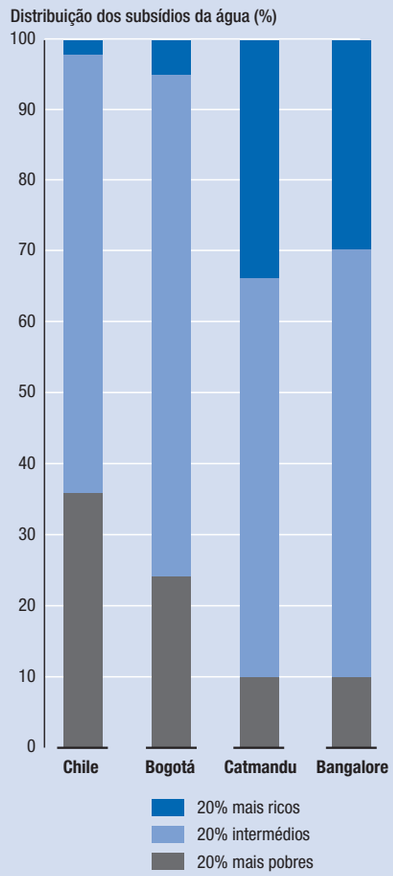
Subsídios cruzados. Os subsídios cruzados dos utilizadores de água de rendimentos mais elevados são outra forma de fazer com que a água tenha um preço mais acessível para os agregados familiares pobres. Na Colômbia, os subsídios cruzados estão previstos na Lei de Serviços Residenciais Públicos de 1994 e os seus destinatários eram escolhidos de forma geográfica.[40] O esquema aumentou o acesso à água para os 20% mais pobres da população, permitindo que o país ultrapassasse a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Os subsídios podem gerar grandes benefícios públicos e privados. Para além de criar oportunidades de melhor saúde e bem-estar, podem reduzir as profundas desigualdades no acesso descrito no capítulo 1. Mas nem todos os subsídios são equivalentes em termos dos seus efeitos — e alguns são melhores a realçar a equidade do que outros.

Os subsídios à água baseiam-se numa ideia simples. Se uma grande parte da população não pode pagar o custo do fornecimento de serviços e ainda assim existe um imperativo de desenvolvimento humano de fornecer os serviços, os subsídios cruzados, o estabelecimento de preços progressivos e as transferências fiscais fornecem os meios para o fazer. De facto, estes acordos financiam as necessidades dos agregados familiares que, de outro modo, ficariam excluídos do fornecimento devido à pobreza. Mas nem todos os subsídios produzem resultados que favorecem os pobres. O Fundo de Desenvolvimento Hídrico da Costa do Marfim destinava-se a financiar as ligações para os agregados familiares pobres, mas passou ao lado das zonas mais pobres da cidade porque os povoamentos não autorizados não são elegíveis. Para além disso, como as taxas de ligação sobem de forma acentuada com a distância em relação à rede principal (reflectindo os custos mais elevados da ligação), alguns agregados familiares pobres não puderam pagar as ligações, nem mesmo com um subsídio.

Os subsídios distribuídos através da taxa da água podem ter resultados mistos (figura 2.4). Se as taxas de ligação são baixas e a maior parte dos agregados familiares que não têm uma ligação são pobres, é pouco provável que a tarifa social por escalão dê resultados progressivos. Por exemplo, Bangalore, na Índia, e Catmandu, no Nepal, aplicam uma estrutura de tarifa por escalão crescente, mas os subsídios beneficiam mais quem não é pobre do que os pobres.[41] Em Bangalore, os 20% de agregados familiares mais ricos recebem 30% do subsídio da água e os 20% mais pobres recebem 10,5 %.[42]. Em Catmandu o agregado familiar não pobre médio recebe 44% mais de subsídio do que o agregado familiar pobre médio.[43]

Figura 2.4 Quão progressivos são os subsídios da água?



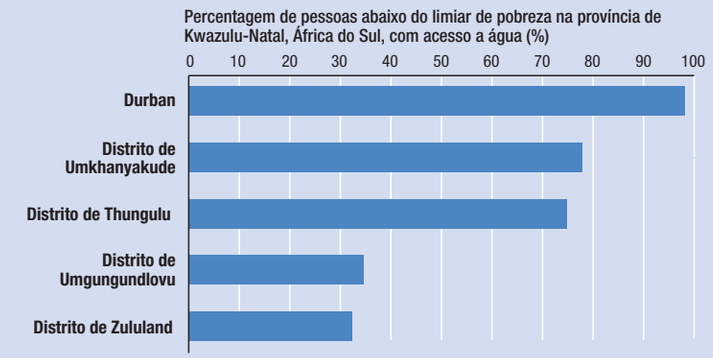
Fonte: Komives e outros 2005.

Comparados com estes exemplos, alguns esquemas de subsídios têm sido extremamente eficazes. O Chile recorre ao teste de médias para identificar os residentes de baixos rendimentos para receber subsídios à água e compensa o prestador de serviços através de pagamentos governamentais. A Colômbia usa os valores das propriedades e a residência para identificar os agregados familiares pobres. Nos dois casos, os agregados familiares pobres captam uma grande parte dos subsídios ligados à utilização da água. Da mesma forma, em Durban, África do Sul, a tarifa de sobrevivência resulta numa distribuição progressiva dos subsídios de água porque 98% dos agregados familiares pobres estão ligados (figura 2.5). Noutras zonas da Província de Kwazulu-Natal, o subsídio dá origem a resultados menos progressivos porque as taxas de ligação entre os pobres são mais baixas. A lição a tirar daqui é que: distribuir subsídios através das taxas de água só favorece os pobres se estes estiverem ligados à rede de água.

Subsidiar as instalações que os pobres usam proporciona ganhos de equidade potencialmente maiores. As fontes públicas são um lugar óbvio para se

começar. Embora o objectivo último seja ter ligações privadas para todos os agregados familiares, esse não é um objectivo viável no curto prazo em muitos países. As fontes públicas são a principal fonte de água para milhões de agregados familiares pobres, fazendo com que os subsídios às fontes públicas estejam entre os mais progressivos que se podem dar através do sistema da água (caixa 2.7). No entanto, em muitos países, os utilizadores de fontes públicas compram água na faixa mais elevada de preços, fazendo o subsídio cruzado do consumo doméstico dos agregados familiares de rendimentos elevados com o acesso a torneiras privadas. Alguns países conseguiram arranjar forma de evitar esta situação. Em Bangalore, apenas 14% dos subsídios às fontes públicas é que não chegam aos pobres — para as torneiras privadas, esse número sobe para 73%.[44] No Burquina Faso, os agregados familiares pobres urbanos conseguem comprar água das fontes públicas aos preços mais baixos da África Subsariana.

Figura 2.5 As tarifas de sobrevivência resultam se as taxas de ligação forem altas



Fonte: África do Sul 2006.

Caixa 2.7: As fontes públicas — chegar aos pobres, mas muitas vezes a um preço demasiado elevado

As fontes públicas podem dar aos agregados familiares pobres acesso à água a bom preço. Também podem funcionar como uma conduta para o apoio governamental com destinatários definidos já que são essencialmente usadas pelos pobres e não pelos ricos. Contudo, a experiência tem sido mista.

No Senegal, uma parceria entre o fornecedor de água privado, a Autoridade Nacional da Água, e uma organização nacional não governamental alargou o fornecimento de água a 500.000 pessoas em zonas de baixos rendimentos através de fontes públicas. Os subsídios são concedidos para construir fontes públicas e para as ligar à rede. Este acordo alargou o acesso mas como se cobram taxas mais elevadas aos utilizadores das fontes públicas, os custos unitários ainda são mais do triplo da taxa doméstica mais baixa.

Nas Filipinas assistiu-se a problemas semelhantes. As empresas privadas de água em Manila alargaram as ligações da água a cerca de 50.000 agregados familiares pobres nas zonas muito povoadas e de baixo rendimento através de fontes públicas, com as organizações comunitárias a funcionar como intermediárias. Ao permitir que os agregados familiares tirem água de uma fonte com contador, os contratos reduzem o preço unitário em cerca de um quarto. Mas o preço final é ainda mais do dobro do preço mais baixo do prestador de serviços para o fornecimento de água doméstica.

Mudar os subsídios para as fontes públicas ajudaria a melhorar o acesso e a valorizar a equidade. Também teria um efeito de arrastamento, forçando os outros fornecedores privados a baixar os preços.

Fonte: WUP 2003; McIntosh 2003.

A regulamentação é crítica

A regulamentação é crítica para a realização progressiva do direito humano à água e para a protecção do interesse público em termos do fornecimento de água. Num mercado com concorrência limitada e para um produto que é essencial para o bem-estar humano, as autoridades reguladoras precisam de se certificar que os fornecedores são geridos de forma a garantir tanto a equidade como a eficiência.

Muitos países têm sofrido devido à falta de instituições regulamentares efectivas. Em Buenos Aires, criou-se um organismo regulador para supervisionar a concessão de água. No entanto, havia fraquezas inerentes ao sistema. Este organismo estava altamente politizado — entre os seus membros havia representantes da presidência, da província e do município, trazendo para este enquadramento partidos políticos concorrentes. No entanto, os interesses dos consumidores não estavam representados. Muitos aspectos do contrato de concessão foram negociados em segredo, pelo que a entidade reguladora tinha um acesso limitado à informação das empresas e do governo.

Algumas das características chave dos organismos reguladores mais bem sucedidos do Chile, do Reino Unido, dos Estados Unidos e de outros locais estavam ausentes do sistema de Buenos Aires:

- *Independência política,* com uma forte cultura de promoção do interesse público.
- *Autoridade investigativa e poder sancionatório,* tendo o organismo regulador poderes para pedir informações às empresas sobre uma grande variedade de pontos de referência de desempenho, para impor sanções pelo incumprimento e para limitar os aumentos de preço. Num caso recente, a entidade reguladora chileno exigiu os documentos internos das declarações fiscais da empresa para investigar os custos de transferência e as declarações de margens de lucro mais baixas do que as reais.
- *Partilha de informação* com o público relativamente à definição de preços, qualidade da água e estruturas de custos.
- *Participação pública* para garantir que os interesses do público estão representados. Nos Estados Unidos, as comissões de cidadãos de prestadores de serviços põem um fórum à disposição dos clientes para monitorizarem os fornecedores de serviços. A entidade reguladora do Reino Unido,

o Departamento de Serviços de Água (Ofwat) fornece um acesso estruturado aos grupos de consumidores.

O problema em muitos países em desenvolvimento é que existem limites bem definidos à capacidade que as entidades reguladoras têm para regular. Muitas vezes faltam os recursos para uma regulamentação efectiva. Falta muitas vezes legislação que regule a separação dos poderes entre os governos e as entidades reguladoras. Em termos mais vastos, quando a responsabilização democrática é fraca, a falta de pressão sobre os governos e sobre as empresas para revelar informação enfraquece a posição das entidades reguladoras.

Nos países onde falta capacidade administrativa e as instituições necessárias para regulamentar de forma efectiva, a transparência e a acção pública por parte dos cidadãos pode criar um impulso normativo a partir dos níveis mais baixos. A acção social por parte de grupos comunitários bem organizados tem desempenhado um papel importante na redução dos estragos ambientais por parte das empresas nos países em desenvolvimento, forçando o cumprimento dos padrões e a revelação de informação. A sociedade civil também tem estado activa, pressionando no sentido de os prestadores de serviços de água revelarem informação e divulgarem as situações de mau desempenho. A utilização de relatórios de cidadãos em Bangalore, na Índia, deu voz às associações de residentes e aos grupos comunitários em termos da reforma dos prestadores de serviços de água, melhorando a responsabilização através da avaliação e divulgação das avaliações de desempenho dos prestadores de serviços (caixa 2.8). O modelo tem sido amplamente exportado. Sempre que os gestores dos prestadores de serviços e os responsáveis municipais responderam através do diálogo, houve melhorias significativas na prestação dos serviços.

Estas iniciativas que surgem dos níveis mais baixos são importantes. Mas têm limites. Os grupos de cidadãos, a sociedade civil e as associações de utilizadores de água não funcionam no vazio. As suas actividades e área de abrangência para alcançar a mudança são afectadas pelas instituições e políticas governamentais, sobretudo o enquadramento normativo e legislativo e o espaço político que os governos criaram. No período pós-apartheid da África do Sul, a adopção de uma abordagem baseada em direitos ao abastecimento de água foi combinado com a articulação a um enquadramento legislativo claro para a prestação de serviços. O importante foi a criação de expectativas e de sentido de legitimação entre os cidadãos, dando poder às comunidades locais para responsabilizarem os governos locais, os prestadores de serviços privados e o governo nacional. Inevitavelmente, o direito humano à água continua a ser um domínio político contestado na África do Sul, como evidenciam as disputas pertinentes no que respeita o abastecimento, os preços e um limite adequado para o abastecimento de água gratuita. Contudo, o que é verdadeiramente importante é a forma de que a legislação em matéria de direitos humanos deu aos cidadãos uma voz na política da água. Em termos da água, como noutras áreas, a eficácia da pressão exercida a partir de baixo depende, pelo menos em parte, de leis que definam e suportam os direitos das pessoas a responsabilizar as empresas e os prestadores de serviços públicos.[45] O activismo por parte da sociedade civil é, por direito próprio, uma importante força impulsionadora da mudança — mas pode ser fortalecida ou enfraquecida pela política governamental.

Um outro problema das actuais abordagens da regulamentação é que o mandato governamental apenas se estende aos fornecedores formais da rede. Apesar de o fazerem de forma pouco adequada, a maior parte dos governos procura regular os preços, monitorizar a qualidade e avaliar a possibilidade de fazer previsões sobre a água através da rede. Tem-se dado muito menos atenção à regulamentação dos vendedores, dos operadores de camiões cisterna e dos outros fornecedores de água. Esta é uma grave lacuna normativa, sobretudo da perspectiva dos agregados familiares pobres nos bairros degradados e em povo-

Caixa 2.8: Relatórios dos cidadãos — a voz como agente de mudança

Os prestadores de serviços de água, públicos e privados, estão muitas vezes distantes, não são responsabilizáveis, falta-lhes transparência e não respondem às preocupações públicas. Dar voz aos utilizadores na estrutura de governação pode alterar esta situação.

Há dez anos atrás, o Centro de Negócios Públicos, uma organização não governamental (ONG) indiana, sediada em Bangalore, promoveu uma nova abordagem de supervisão normativa. Utilizando reuniões públicas e um estudo baseado em questionários, levou a cabo uma vasta auditoria social sobre as percepções acerca dos serviços públicos prestados pelas autoridades municipais, incluindo a Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore. A auditoria, resumida num relatório de cidadãos, salientou a fraca orientação do consumidor, os níveis elevados de corrupção e o fornecimento de serviços de má qualidade e de custo elevado.

Após uma segunda auditoria em 1999, o governo estatal e as agências municipais envolveram-se num processo de consulta estruturada. A Comissão de Esgotos e Fornecimento de Água de Bangalore iniciou alguns programas conjuntos com grupos de cidadãos locais e com associações de residentes para melhorar os serviços, alargar a ligação aos agregados familiares pobres e debater as opções de reforma. Definiram-se novos processos de reclamação para tratar a questão da corrupção. Em 2003, a auditoria social já registava melhorias reais, com os agregados familiares pobres a fazer referência a uma acentuada redução dos subornos para as ligações e para as melhorias de eficiência.

Desde o início, a auditoria dos cidadãos foi alargada de modo a abranger as zonas rurais e urbanas em 23 estados indianos. Também foi exportada para as Filipinas, Tanzânia, Ucrânia e Vietname. Em meados de 2005, três cidades do Quénia — Kisumu, Mombasa e Nairobi — iniciaram uma auditoria social à água e ao saneamento, aproximando associações de residentes, ONGs e fornecedores de serviços.

Fonte: Paul 2005; Adikeshavalu 2004.

A força da comunidade pode ser um catalisador do progresso acelerado – mas é necessário um sistema de governação que apresente respostas, para que as coisas aconteçam

amentos informais. Pôr fim a essa lacuna através de intervenções políticas públicas que regulam a quantidade, qualidade e preço da água disponível para além da rede formal de prestadores de serviços é uma prioridade. Um dos mais efectivos instrumentos para tratar este desafio normativo é o fornecimento público de água através de fontes públicas a preços que reflectem as camadas mais baixas da estrutura de tarifa por escalão que os prestadores de serviços aplicam. Isto forçaria os operadores privados, os vendedores e outros fornecedores de pequena dimensão a ajustarem-se a um preço de mercado social estipulado pela política governamental.

Alcançar as pessoas carenciadas

O progresso lento nas zonas rurais continua a constituir uma ameaça para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água. Em muitos países, as taxas de cobertura para a água pura estão a aumentar de forma demasiado lenta para se conseguir atingir a meta — e as disparidades que já são grandes estão a aumentar. No entanto, a experiência mostra que é possível haver um progresso rápido para ultrapassar a desvantagem rural.

A participação da comunidade requer o enquadramento de governação correcto

As populações rurais têm sido o alvo das experiências relativamente a demasiadas modas em termos de desenvolvimento. A água tem muitas vezes sido fornecida pelas agências governamentais através de um modelo descendente de entrega de serviços, usando tecnologias pouco adequadas e caras que não conseguiram ir ao encontro das necessidades locais. Mais recentemente, a participação da comunidade e a tecnologia adequada surgiram como a resposta mais recente para o fornecimento de água rural. No entanto, em muitos casos, tem-se usado a participação da comunidade como instrumento para implementar políticas governamentais, para aumentar as finanças e para ultrapassar obstáculos tecnológicos em vez de um meio de dar poder às pessoas ou de lhes permitir expressar a procura. Actualmente, o elevado número de pontos de água destruídos nas zonas rurais em muitos dos países em desenvolvimento testemunham o fracasso deste modelo.

O enquadramento de governação para a água começou a mudar num sentido mais positivo, com o reconhecimento crescente de que os problemas especiais que as zonas rurais enfrentam e o papel central das comunidades locais no fornecimento de serviços colocam desafios institucionais distintivos. As comunidades não vão cooperar na manutenção das tecnologias da água que considerarem inadequadas ou irrelevantes para as necessidades locais. Nem, como a História nos mostra, vão agir como agentes de implementação de políticas definidas por entidades de planeamento distantes, irresponsabilizáveis e opacas. A força da comunidade pode ser um catalisador do progresso acelerado — mas é necessário um sistema de governação que apresente respostas, para que as coisas aconteçam.

Actualmente, os governos e os doadores valorizam uma abordagem de resposta às exigências. A um nível elementar, isto significa apenas que as abordagens do fornecimento se deveriam centrar naquilo que os utilizadores querem, nas tecnologias que estão dispostos e que podem pagar e naquilo que podem sustentar. O ponto de partida é a participação das comunidades no processo de desenho, na elaboração dos seus próprios planos e a decisão, conjunta, sobre que tipo e que nível de serviços pretendem. Claro que este processo envolve alguns problemas. As comunidades rurais não são homogéneas e a participação da comunidade pode ensombrar a exclusão das mulheres e dos pobres rurais da tomada de decisões. Mas o envolvimento com as comunidades fornece uma base para o progresso.

A criação de condições para abordagens de resposta às exigências bem sucedidas é difícil. A descentralização e a devolução da autoridade aos níveis locais são factores importantes — mas nem sempre bem sucedidos. Na Etiópia, a descentralização transferiu um nível elevado de autoridade para órgãos ao nível das aldeias e dos distritos. Mas as capacidades financeiras e humanas continuam fracas e, em algumas áreas, não se reconhece o estatuto legal das comissões de saneamento e fornecimento de água das aldeias.[46] Isto enfraquece a capacidade das comunidades rurais para defenderem exigências através do governo local. Noutros casos, a governação da água e o progresso da cobertura beneficiaram de uma combinação da descentralização e da prioritização política e financeira crescente. A descentralização do fornecimento de água rural no Gana é uma abordagem de resposta às exigências que está a resultar (caixa 2.9).

As estratégias nacionais de planeamento e redução da pobreza para a água deram resultados mistos

Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (DERP) são declarações importantes de enquadramentos e intenções políticas para a cooperação internacional. Os países com uma estratégia claramente definida para alcançar metas de saneamento e água demonstram que o empenho político nacional, suportado pelo apoio podem ter resultados dramáticos.[47] As más notícias são que a maior

Caixa 2.9 Fornecimento de água rural no Gana — uma abordagem participativa que funciona

Em pouco mais de uma década, o Gana transformou a estrutura para o fornecimento de água rural, alargando a cobertura através de sistemas de fornecimento mais participativos — e mais eficientes.

A mudança foi dramática. No início da década de 90, a gestão do fornecimento de água rural estava nas mãos da Empresa de Esgotos e Água do Gana, um prestador de serviços públicos responsável por planear, construir e fazer a manutenção do fornecimento de água rural. Os furos que se fizeram no Gana estavam entre os mais caros do mundo e apenas 40% das bombas manuais estavam a trabalhar numa dada altura devido a uma manutenção deficiente.

O acesso à água está agora a ser alargado a cerca de mais 200.000 pessoas por ano. A cobertura aumentou de 55% em 1990 para 75% em 2004, com especial incidência nas zonas rurais. O Gana conseguiu este progresso através de uma reforma abrangente de um sistema que era descendente, não dava respostas e que era incumpridor.

A responsabilidade pelos fornecimentos de água rural foi transferida para os governos locais e para as comunidades rurais. A autoridade para coordenar e facilitar a estratégia nacional de saneamento e água gerida pela comunidade foi transferida para a Agência Comunitária de Água e Saneamento — uma entidade altamente descentralizada com pessoal multidisciplinar em 10 regiões do país. As equipas regionais prestam apoio directo às assembleias distritais no planeamento e gestão dos serviços de saneamento e água segura.

Desenvolveram-se novas estruturas políticas para a governação da água, como parte de um programa mais vasto de descentralização. As assembleias distritais, uma camada importante do governo local eleito, são responsáveis por processar e prioritizar as candidaturas da comunidade ao fornecimento de água, atribuindo contratos para poços cavados manualmente e para a construção de casas de banho e dirigindo um programa de subsídios para casas de banho. Também fornecem 5% dos custos de capital das instalações de água.

As estruturas de aldeia fazem parte do novo sistema. Para se candidatarem às concessões de capital, as comunidades têm de formar comissões de água de aldeia e elaborar planos onde descrevam detalhadamente de que forma vão gerir os seus sistemas, contribuir com uma quantidade de dinheiro equivalente a 5% dos custos de capital e ir ao encontro dos custos de manutenção.

Uma avaliação feita em 2000 identificou grandes melhorias:

- Mais de 90% das pessoas estavam satisfeitas com a localização, quantidade e qualidade da água.
- A grande maioria das pessoas tinha contribuído para os custos de capital, com 85% das pessoas a pagar também para os custos de funcionamento e manutenção. A maior parte acreditava que o princípio do pagamento era justo e tencionavam continuar a pagar.
- Mais de 90% das comissões de água e saneamento tinham recebido formação, aberto contas bancárias e feito reuniões regulares. As mulheres desempenhavam papéis activos e influentes nessas comissões.

Fonte: Lane 2004; WSP-AF 2002e, quadro de indicadores 7.

parte dos DERP sofrem de um ângulo morto de água e saneamento — uma expressão da baixa prioridade atribuída ao sector.

Alguns países usaram o enquadramento do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e o processo DERP para levar o fornecimento de água rural para o centro do planeamento nacional para a redução da pobreza. No Benim, o Conselho Nacional de Água, uma entidade ministerial de alto nível, colocou as zonas rurais e as pequenas cidades no centro de uma estratégia nacional para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. O Programa Orçamental da Água, que se iniciou em 2001, proporciona um enquadramento financeiro estável e define de forma clara as medidas financeiras para cada distrito do país. O Senegal também identificou a água e o saneamento como uma prioridade no seu DERP. Estabeleceu um programa nacional em 2004 para coordenar as actividades de diversas agências através de uma entidade nacional de alto nível. Os objectivos explícitos incluem o alargamento do fornecimento de água a 3.300 povoamentos através de um programa nacional escalonado de furos. Os custos financeiros detalhados possibilitaram a identificação de lacunas de financiamento potencialmente grandes: o requisito de despesa projectado para as zonas rurais é de 42 milhões de dólares, com uma lacuna financeira de 22 milhões de dólares.[48] O sucesso da estratégia de água do Senegal dependerá bastante da resposta dos doadores de ajuda, mas o enquadramento para o sucesso já existe.

A experiência mostra que é possível haver um progresso rápido. O governo do Uganda tem uma estratégia nacional forte, com objectivos claros suportados pelos recursos financeiros (caixa 2.10). Fundamentalmente, o financiamento das metas de água foi incluído no enquadramento do governo para o financiamento a médio prazo, garantindo que os compromissos políticos encontram uma expressão orçamental. A Tanzânia está nas fases iniciais da reforma e os desenvolvimentos são encorajadores. Mais 2 milhões de pessoas conseguiram acesso desde 1999 e o governo impôs uma meta de 85% de fornecimento de água rural até 2010.[49] No entanto, existem grandes desigualdades em termos da cobertura: dos 113 distritos rurais, 76 têm uma cobertura inferior a 50%, com uma grande concentração no centro e no sudeste do país. Nos Distritos de Rufiji e Liwale, no sudeste, as taxas de cobertura são inferiores a 10%.[50] O progresso futuro vai depender da criação de estratégias para ultrapassar estas desigualdades.

Isto também requer que os doadores revejam as suas estratégias de ajuda. Alargar a cobertura de água rural é uma prioridade bem definida em termos de redução da pobreza para a Tanzânia. Mas

Caixa 2.10 «Alguns por todos, nem todos por alguns» no Uganda

O Uganda tem sido um líder mundial na reforma do sector da água. Desde meados da década de 90 que se desenvolveram enquadramentos políticos e de financiamento coerentes, com a água a ser identificada como uma prioridade na estratégia nacional de redução da pobreza. A política da água de 1999 define uma estratégia e um plano de investimento que visa a cobertura a 100% em 2015. O princípio organizador: «Alguns por todos, nem todos por alguns».

O empenho político significava financiamento. As distribuições orçamentais para a água aumentaram de 0,5% das despesas públicas em 1997 para 2,8% em 2002. A ajuda dada através do orçamento geral esteve na base deste aumento. Transferiu-se a gestão e os recursos para as entidades distritais. Os níveis de cobertura aumentaram de 39% em 1996 para 51% em 2003. Isto equivale a mais 5,3 milhões de pessoas a ter acesso a água segura em 2003, a maior parte das quais nas zonas rurais.

A água e o saneamento foram definidos como áreas prioritárias ao abrigo do Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza do Uganda. Os objectivos intermédios foram aumentar 3,9 milhões o número de pessoas com água pura e 4,4 milhões o número de pessoas com saneamento em 2009. Os planos distritais incluem medidas para alargar o saneamento adequado e a água a 75% das escolas pela mesma data, com acentuadas melhorias no rácio de casas de banho por alunos nas zonas rurais. Estão a estabelecer-se associações de utilizadores da água, com as mulheres a constituir metade dos membros, como pontos centrais para a formação e gestão.

O Uganda é considerado, com razão, um líder em termos de água e saneamento. O país desenvolveu um forte processo de planeamento, incluindo mecanismos bem definidos de coordenação com uma abordagem sectorial, objectivos suportados por medidas de financiamento de médio prazo e uma revisão anual do progresso feito. Mas o progresso do passado não significa que o Uganda tenha ultrapassado o défice em termos de água e saneamento, e a implementação de políticas enfrenta vários desafios. Nas zonas rurais, a cobertura tem estado fortemente correlacionada com o estatuto sócio-económico. A política nacional em termos de água afirma que cada ponto de água deveria servir 300 pessoas, o que implica 3,3 pontos de água para cada 1.000 pessoas. Mas no Distrito de Tororo, no Uganda oriental, a disponibilidade de pontos de água varia entre menos de 1 por 1.000 pessoas em dois sub-condados, e mais de três nos dois sub-condados melhor servidos. A cobertura está intimamente correlacionada com o estatuto sócio-económico das comunidades, com os pobres a ficar para trás.

Esta desigualdade ajuda a explicar porque motivo os tempos médios de recolha de água para os pobres rurais não desceram de forma significativa, apesar do aumento da cobertura. Combinado com o lento progresso em termos de saneamento, também ajuda a explicar uma das anomalias do registo de desenvolvimento humano do Uganda: o facto de as taxas de mortalidade infantil não conseguirem diminuir com o decréscimo da pobreza de rendimentos e com o crescimento económico elevado. A fraca coordenação entre as agências de planeamento locais em algumas das zonas rurais mais pobres foi considerada um obstáculo importante. Legitimar o governo local e aumentar o poder de voto das zonas pobres são medidas cruciais para afastar esse obstáculo.

Fonte: Slaymaker e Newborne 2004; Uganda 2004; AfDB 2005a,b.

em 2002/2003, as zonas urbanas receberam mais de 60% do orçamento de financiamento do desenvolvimento. Uma razão é que esta ajuda justifica mais de metade do orçamento do sector da água — e existe uma clara preferência dos doadores pelos programas de reabilitação da água urbana por haver a percepção de um maior potencial de recuperação dos custos e de auto-financiamento.[51] Para além disso, a descentralização política superou a descentralização financeira, deixando aos governos locais nas zonas rurais um controlo limitado dos recursos. Embora os doadores de auxílio sejam muitas vezes críticos em relação ao que entendem como parcialidade urbana na política, muitas vezes reflectem e reforçam essa parcialidade nos seus programas.

Alguns países definiram objectivos impressionantes para o alargamento do fornecimento de água rural mas não conseguiram desenvolver as políticas para os alcançar. As medidas de financiamento não têm andado a par dos objectivos. A água é sistematicamente sub-financiada e em alguns países a lacuna existente entre as distribuições orçamentais e o investimento público real é grande. Na Zâmbia, gastou-se menos de 5% da distribuição orçamental para a água em 1999 e 2000, antes de subir de forma abrupta para mais de 30% em 2001, um ano de eleições. Ainda que o desempenho orçamental tenha melhorado, os níveis de ajuda e de distribuição são menos de metade dos requisitos de financiamento necessários para alcançar os objectivos definidos na estratégia nacional da Zâmbia.

Uma má gestão orçamental pode criar um ciclo vicioso. No Malawi, falta a definição de metas coerentes, estratégias e financiamento, o legado de uma longa história de má governação no sector das águas, ligado a uma má gestão orçamental. A falta de confiança entre o governo e os doadores chegou ao ponto de os doadores estabelecerem sistemas paralelos, funcionando independentemente dos programas governamentais. O Ministério do Desenvolvimento Hídrico controla menos de 12% do orçamento para o desenvolvimento, enquanto os doadores administram o equilíbrio através dos seus próprios programas. Os gastos não orçamentais são, provavelmente, o triplo dos gastos orçamentais. Para além disso, os fluxos de auxílio desceram de 14 milhões de dólares em 2003 para 2 milhões de dólares em 2005, o que reflecte a preocupação dos

doadores com a gestão orçamental e com a incapacidade de prioritizar a água nos DERP. O Malawi demonstra claramente as consequências de uma má capacidade governamental para a implementação, a ausência de um enquadramento de planificação coerente e as preocupações dos doadores com a corrupção.[52] Não existem vencedores nesta situação: os governos enfrentam custos de transacção mais elevados (tendo de informar múltiplos doadores), a eficácia da ajuda diminui e os pobres rurais perdem vendo a disponibilidade de água diminuída.

Os governos inovadores combinaram um enquadramento político claro e compromissos de investimento público com reformas de governação que visam gerar a procura a partir de baixo. Isto é particularmente necessário em zonas rurais onde a gestão comunitária é importante para manter a infra-estrutura hídrica (caixa 2.11).

As parcerias entre os governos e as pessoas podem funcionar como um poderoso catalisador da mudança. Estas parcerias podem basear-se em iniciativas locais, levando-as rapidamente a uma cobertura mais ampla. Na década de 80, Olavanna, uma comunidade essencialmente rural no estado indiano de Kerala, promoveu um sistema de fornecimento de água para uma pequena aldeia, inspirando a reforma do programa de saneamento e fornecimento de água rural de Kerala.[53] Em quatro distritos, o estado e o governo local estão agora a cooperar com as aldeias para tornar esta abordagem mais abrangente. O modelo de Olavanna fornece água potável a 93.000 agregados familiares — 60% dos quais vivem abaixo do limiar de pobreza. Como acontece com outros modelos baseados na procura, os custos de capital são cobertos pelo governo, sendo a manutenção e a gestão devolvidas às organizações comunitárias locais.

Caixa 2.11 Legitimar as pessoas rurais em Marrocos — a procura local leva a uma maior cobertura

A prestação de serviços tem a ver com mais coisas do que finanças, infra-estrutura e tecnologia. Também tem a ver com a legitimação — como mostra o Programa de Fornecimento de Água para a População Rural de Marrocos (PAGER).

Há dez anos atrás, as zonas rurais ficaram para trás em relação às zonas urbanas no fornecimento de água potável em Marrocos. Menos de 1 pessoa em cada 5 tinha acesso à água no campo, por comparação com 9 em cada 10 a viver nas cidades. As mulheres e as crianças normalmente percorriam 10 quilómetros ou mais para recolher água na estação seca. A dependência de fontes desprotegidas de água, tais como os rios, resultou numa elevada incidência de esquistossomose, diarreia e cólera. A planificação nacional estava fragmentada e não havia uma estratégia clara para alcançar os povoamentos rurais dispersos com a cobertura mais baixa.

Esta situação mudou com o PAGER. Em 1995, o novo programa descentralizou o fornecimento de água dentro de um forte enquadramento nacional de planificação. Pediu-se às autoridades locais que levassem a cabo uma avaliação das necessidades, trabalhando através de organizações comunitárias. As intervenções são despoletadas pelos pedidos de infra-estruturas por parte das populações rurais. Cerca de 80% do orçamento para fornecimento vem do governo central, 15% das associações comunitárias locais e 5% dos beneficiários. A gestão da infra-estrutura foi transferida para as comunidades locais, apoiada por engenheiros e por peritos técnicos.

Na última década, mais 4 milhões de pessoas rurais conseguiram acesso a água pura, aumentando a cobertura rural para 50%. Para além de reduzir a carga temporal para as mulheres, houve fortes efeitos multiplicadores. A frequência das escolas primárias rurais entre as raparigas aumentou de 30% para 51% entre 1999 e 2003. Também houve óbvias melhorias na saúde pública. E a água tem sido um catalisador para mudanças sociais mais profundas. A descentralização e as associações de utilizadores de água transformaram as comunidades de recipientes passivos dos serviços governamentais em pessoas que exigem mudança, com a legitimação das mulheres como agentes de mudança a constituir uma grande parte da história.

Fonte: Dubreuil e Van Hofwegen 2006.

Apoio internacional para financiamento local

Os países ricos de hoje conseguiram financiar os investimentos públicos para universalizar o acesso à água e ao saneamento através das despesas públicas e da dívida pública. Os rendimentos baixos e as fracas receitas restringem a área de abrangência da despesa pública crescente em muitos países — daí a necessidade de um maior auxílio apresentada no capítulo 1. O acesso ao crédito também está limitado em muitos países devido à fraqueza dos mercados locais de capital e às percepções de risco elevado. O auxílio internacional pode ajudar a mobilizar o crédito, da mesma forma que ajuda a ultrapassar as barreiras ao financiamento.

Conforme se pode ver pelo fracasso da experiência de programas de concessões, importa mobilizar o crédito em mercados locais de capital para evitar os riscos cambiais. Uma nova fonte de receitas para investimentos antecipados pode dar aos prestadores de serviços o capital necessário para instalar uma nova infra-estrutura e melhorar a velha infra-estrutura face as futuras fontes de receitas. O apoio internacional pode ajudar a ultrapassar os constrangimentos e melhorar o acesso aos mercados de capital para as entidades sub-soberanas — tais como os municípios e os prestadores de serviços públicos — ao mesmo tempo que reduz o risco:[54]

- *Garantias parciais.* Em 2002, as autoridades municipais da cidade de Joanesburgo emitiram uma obrigação no valor de 153 milhões de dólares. A Empresa Internacional de Finanças (IFC) e o Banco de Desenvolvimento da África do Sul forneceu uma garantia parcial de crédito que aumentou a cotação de crédito da obrigação e que alargou a maturidade para 12 anos. No México, em 2003, o município de Tlanepantla emitou uma obrigação de 10 anos, apoiada pelo município e pela sua empresa da água nos mercados de capital mexicanos. As garantias parciais de cré-

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fornecem um conjunto de metas para alargar a cobertura, mas os planos nacionais de água também deveriam incluir objectivos explícitos de qualidade

dito da IFC fizeram aumentar a classificação da obrigação para AAA. As valorizações do crédito melhoraram a confiança na emissão de obrigações e reduziram os custos de financiamento da água e saneamento.

- *Recursos comuns.* A cooperação entre os municípios e os fornecedores privados pode estimular a mobilização de recursos. O Fundo de Desenvolvimento Urbano de Tamil Nadu, criado pelas autoridades estatais em 1996, desenvolveu o Fundo Comum de Água e Saneamento — uma instalação de 300 milhões de rúpias gerada através de mercados de obrigações para 14 pequenos municípios — com uma garantia parcial de crédito da Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional. O seu sucesso levou o estado de Karnataka a adoptá-lo, com apoio do governo indiano, através de um fundo comum de desenvolvimento financeiro.
- *Cooperação descentralizada.* As ligações entre os municípios nos países ricos e os fornecedores municipalizados nos países em desenvolvimento geraram novos fluxos financeiros. O governo da província de Drenthe, nos Países Baixos, em conjunto com 11 municípios, estabeleceu uma organização não governamental e celebrou contratos de empreendimentos conjuntos com 12 governos locais da Indonésia. A organização não governamental funciona através da compra de uma participação maioritária no prestador de serviços de água local indonésio, melhorando a eficiência de funcionamento e vendendo as acções de novo ao governo local.

Há outras iniciativas nacionais a emergir para além do tradicional enquadramento de auxílio. A abordagem descentralizada de financiamento internacional desenvolvida em França é um exemplo. A nova legislação de 2005 — a Lei Oudin — estabeleceu um enquadramento para a cooperação descentralizada em termos de água e saneamento que abrange seis agências francesas de gestão de bacias hidrográficas. As autoridades locais podem agora dedicar até 1% dos seus orçamento de água e saneamento a programas internacionais de desenvolvimento. Em 2005, foram canalizados cerca de 37 milhões de dólares. Se outros países de rendimento elevado adoptassem este tipo de esquema, estima-se que poderia gerar cerca de 3 mil milhões de dólares por ano, um importante novo fluxo de financiamento para água e saneamento.[55]

* * *

A obrigação de os governos trabalharem no sentido da completa realização do direito de acesso a água potável a bom preço como um direito humano elementar e do fornecimento de serviços adequados aos seus cidadãos implica desafios financeiros, institucionais e técnicos muito abrangentes.

Como se afirmou no capítulo 1, a maior parte dos governos precisa de aumentar os recursos orçamentais atribuídos à água no contexto das estratégias nacionais de planificação que abordam os problemas conjuntos da pobreza e da desigualdade. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio fornecem um conjunto de metas para alargar a cobertura. Mas os planos nacionais de água também deveriam incluir objectivos explícitos de equidade. Complementar a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável com a meta de reduzir para metade, até 2010, a lacuna existente no fornecimento de serviços entre os 20% mais ricos e mais pobres ou entre as zonas rurais e urbanas, poderia ser um ponto de partida adequado. Um tal objectivo de equidade poderia ser adoptado mesmo para os países que estão no bom caminho para atingir os objectivos para 2015.

As políticas específicas para tornar o direito humano à água uma realidade serão diferentes para os vários países. O nível de cobertura, a estrutura específica de desigualdades, o estado das instituições e os níveis de rendimento interagem para definir os padrões para a elaboração de políticas. No entanto, da análise deste capítulo, emergem algumas abordagens abrangentes:

- *Legislar a água como um direito humano.* É importante ter o direito constitucional à água — mas não é tão importante como a obrigação legislativa dos governos e dos fornecedores de água darem substância política prática a esse direito. Definir o investimento, estabelecer preços e monitorizar os acordos para alargar de forma progressiva o direito a um mínimo elementar de 20 litros de água por cada cidadão são o ponto de partida.
- *Colocar a água no centro das estratégias de redução da pobreza e da planificação orçamental.* O primeiro passo é ter um plano coerente de água. Basear esse plano em estratégias para reduzir a pobreza e as desigualdades extremas e em medidas de financiamento de médio prazo é o segundo passo — e um requisito para o progresso sustentado. Frequentemente, os planos de água arrojados sofrem da síndrome de «metas sem financiamento».
- *Alargar o investimento a favor dos pobres.* A água é sub-financiada. As maiores lacunas de financiamento encontram-se nas zonas rurais e nos povoamentos urbanos informais. Acabar com essas lacunas exige um maior financiamento e uma reorientação da despesa pública para as comunidades rurais, através do fornecimento de

poços e furos, e para as zonas de bairros degradados urbanos, através do fornecimento de fontes públicas.

- *Alargar as tarifas de sobrevivência.* O fornecimento a todos os agregados familiares de um mínimo de água que satisfaça as necessidades elementares, gratuito para os mais pobres, deveria fazer parte das estratégias nacionais de água para todos.
- *Repensar e redesenhar os subsídios cruzados.* Os subsídios cruzados podem desempenhar um papel fundamental na distribuição de água a bom preço para os pobres. Muitas vezes, entregam-se os grandes benefícios financeiros a quem não é pobre, enquanto os agregados familiares pobres que usam as torneiras públicas enfrentam os escalões de preços mais elevados. Usar os subsídios cruzados para ajudar os utilizadores de fontes públicas onde as taxas de cobertura são baixas seria dar um passo na direcção certa. Garantir que as fontes públicas são uma fonte de água a bom preço devia ser o principal aspecto das estratégias nacionais.
- *Estabelecer objectivos claros — e responsabilizar os fornecedores.* As disposições contratuais ao abrigo de acordos de gestão público-privada deveriam estabelecer objectivos claros para alargar o acesso para os agregados familiares pobres que vivem em bairros degradados, estipulando os números a atingir, os níveis de investimento e as disposições para definição de preços. O incumprimento deveria resultar em sanções financeiras. As mesmas regras deveriam aplicar-se aos fornecedores públicos, com o incumprimento a ser sancionado através de sistemas de incentivos.
- *Desenvolver e alargar o enquadramento normativo.* É essencial criar uma entidade reguladora independente para supervisionar os fornecedores de água, de forma a garantir que o fornecimento de água reflecte os interesses públicos. O alcance normativo tem, simultaneamente, de ser alargado para além da rede de prestadores de serviços em grande escala até chegar aos intermediários que servem os pobres.
- *Prioritizar o sector rural.* O fornecimento de água rural coloca desafios especiais. Baseando-se em abordagens de resposta às exigências bem sucedidas, os governos precisam de tornar os fornecedores de serviços mais aptos em termos de resposta e responsabilizáveis perante as comunidades que servem. A descentralização da governação da água pode desempenhar um papel importante, desde que as entidades descentralizadas tenham a capacidade técnica e financeira para prestar serviços.

A ajuda internacional é essencial para acabar com as lacunas financeiras que ameaçam o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água, sobretudo nos países de baixos rendimentos. Mas muitos países também precisam de mobilizar novos recursos através dos mercados privados de capital. Ainda que o desafio institucional seja local, existem soluções de parceria global que podem ajudar os prestadores de serviços públicos a beneficiar dos fluxos financeiros. Desenvolver os actuais acordos de garantias de crédito poderia ajudar os municípios e os prestadores de serviços mobiliza o capital necessário para a expansão da rede. A União Europeia podia fazer muito, alargando os modelos inovadores de financiamento de alguns Estados-Membros. Alargar o modelo francês da lei Oudin à Europa, por exemplo, poderia fornecer o enquadramento para a aumentar as capacidades dos países pobres. Sem dúvida que existiriam obstáculos legais e financeiros. No entanto, um passo como esse iria marcar um forte empenho da Europa para com a justiça social global e dar um forte impulso aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A ajuda internacional é essencial para acabar com as lacunas financeiras que ameaçam o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio em termos de água, sobretudo nos países de baixos rendimentos



3 O grande défice no saneamento

«”Queremos latrinas!” exclamaram eles para estupefacção geral. “Temos que sair e ir fazer as nossas necessidades ao ar livre. As latrinas são para vocês, gente importante”»

Mahatma Gandhi contando as dores dos intocáveis, Comissão de Saneamento de Rajkot, 1896

«Água suja não pode ser lavada»

Provérbio africano

CAPÍTULO 3

O grande défice no saneamento

O acesso a saneamento básico é, por direito próprio, um objectivo de desenvolvimento humano crucial, mas o saneamento também é um meio para atingir objectivos de desenvolvimento humano muito mais vastos

«A história dos homens,» segundo Victor Hugo em *Os Miseráveis*, «reflecte-se na história dos esgotos.... O esgoto é a consciência de uma cidade.»[1] Ele usou os esgotos de Paris dos meados do século XIX como metáfora do estado da cidade. Contudo, num sentido mais lato, e Victor Hugo também o viu, o estado do saneamento diz alguma coisa sobre o estado de uma cidade ou nação, e diz algo de forma ainda mais profunda sobre o estado do desenvolvimento humano.

Como comunidade global enfrentamos um enorme défice no saneamento, um défice extremamente concentrado nos países em desenvolvimento. Hoje em dia, nos países em desenvolvimento, quase uma em cada duas pessoas está privada de acesso a saneamento melhorado. E muitas mais não têm acesso a saneamento de boa qualidade. Embora a disponibilização de saneamento para todos seja um objectivo de desenvolvimento fulcral desde a década de 70, o progresso tem sido extremamente lento. As taxas de cobertura estão a melhorar. Mas sem um rápido aumento em termos de dimensão e eficácia dos programas de saneamento, a meta para 2015 do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio não será alcançada por uma larga margem.

Esse resultado seria um grande revés para o desenvolvimento humano. Cada ponto percentual de diferença entre a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio e os resultados reais significa dezenas de milhões de pessoas afectadas por doenças e dezenas de milhares de óbitos infantis evitáveis. O acesso a saneamento básico é, por direito próprio, um objectivo de desenvolvimento humano crucial: para milhões de pessoas o facto de não terem uma instalação sanitária segura, privada e conveniente é uma fonte diária de indignidade, assim como uma ameaça ao bem-estar. Mas o saneamento também é um meio para atingir objectivos de desenvolvimento humano muito mais vastos. Sem saneamento básico, os benefícios do acesso a água potável diminuem e as desigualdades de saúde, género e outras, associadas ao défice de saneamento, dificultam sistematicamente o progresso na educação, na redução da pobreza e na criação de riqueza.

As melhorias no saneamento podem aumentar as escolhas reais e as liberdades essenciais de que as pessoas gozam, actuando como catalisadoras de um vasto leque de benefícios de desenvolvimento humano. Podem proteger as pessoas (especialmente as crianças) de condições de saúde precárias. Podem retirar as pessoas da pobreza, reduzindo os riscos e as vulnerabilidades que perpetuam os ciclos de privação. Podem aumentar a produtividade, incrementar o crescimento económico e criar emprego. E podem também fazer aumentar o orgulho das pessoas nas suas casas e comunidades.

Este capítulo evidencia a dimensão do défice global em termos de saneamento. Após indicar sucintamente os contornos do défice de saneamento, levanta a questão sobre a razão do progresso lento na redução desse défice e identifica alguns dos factores estruturais que explicam a razão do atraso do saneamento em relação ao fornecimento de água. A incapacidade de ultrapassar desigualdades e de criar escolhas para as secções mais pobres da sociedade é uma parte central do problema. Este capítulo explora algumas políticas e estratégias que tornaram possível a criação de condições para que haja progresso acelerado. As intervenções organizadas por moradores de bairros degradados e pelos pobres de zonas rurais mostram o que é possível fazer, através de intervenções de iniciativa comunitária, sob as condições institucionais certas. No entanto, a acção popular é uma condição insuficiente para o progresso acelerado. As parcerias entre as comunidades e os governos locais, sob a alçada de estratégias nacionais eficazes, são a chave para fazer aumentar o progresso.

É preciso remover muitos obstáculos se o mundo pretender realmente acelerar o progresso no saneamento. O maior obstáculo de todos talvez seja o estigma. Já muito foi escrito sobre a sensação de vergonha experienciada pelas pessoas que não têm acesso a instalações sanitárias. Nos níveis mais altos da

A simples distinção entre tecnologias «melhoradas» e «não melhoradas» tende a subvalorizar a dimensão do défice no fornecimento de saneamento

política existe uma enorme tendência para tratar o saneamento como um problema que deve ser escondido. A realidade que é imposta a mais de metade do mundo em desenvolvimento pela defecação a céu aberto, e os custos a ela associados em termos do desenvolvimento humano e da economia nacional, não compelem os líderes políticos a nomear comissões ou ministros ao mais alto nível para tratar esta emergência nacional. Em vez disso, o saneamento é relegado para o segundo plano da política.

O paralelismo entre o VIH/SIDA é tão instrutivo como desconcertante. O VIH/SIDA era visto como um problema que deveria ser varrido para debaixo do tapete. O mundo ainda está a pagar o preço da falta de vontade de providenciar uma liderança decisiva na altura em que teria sido possível alcançar uma rápida inversão da pandemia. No caso do saneamento, milhões de pessoas estão a pagar diariamente a incapacidade que há em confrontar o problema do abastecimento inadequado, especialmente as crianças em famílias pobres que pagam com as suas vidas. No caso do VIH/SIDA, o problema só ganhou importância na agenda política quando os líderes políticos, os grupos da sociedade civil, a comunicação social e as pessoas comuns começaram a falar abertamente sobre o problema, e foi só nessa altura que começou a gerar uma resposta política eficaz. O que é necessário neste momento é que os apoiantes do saneamento exerçam uma força de mudança semelhante.

2,6 mil milhões de pessoas sem saneamento

No caso do saneamento, assim como no da água, os dados internacionais não são uma boa referência para o estado do acesso a estes vectores. A tecnologia é um aspecto importante do abastecimento, mas a simples distinção entre tecnologias «melhoradas» e «não melhoradas» tende a subvalorizar a dimensão do défice e a representar erradamente a sua natureza.

Talvez o aspecto mais assustador do défice de saneamento seja o seu tamanho. Tal como foi mostrado no capítulo 1, cerca de 2,6 mil milhões de pessoas não têm acesso a saneamento melhorado, o que representa um défice 2,5 vezes superior ao défice de acesso a água potável. Só para alcançar a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade o défice global do nível de cobertura de 1990, seria necessário fazer chegar saneamento melhorado a mais de 120 milhões de pessoas todos os anos desde agora até 2015. Mesmo que esse objectivo fosse conseguido, restariam 1,9 mil milhões de pessoas sem acesso.

Quando as pessoas em países ricos pensam em saneamento básico, a sua percepção é formada pelas experiências históricas referidas no capítulo 1. Quase todas as pessoas a residir no mundo desenvolvido têm acesso uma casa de banho privada, com autoclismo, com abastecimento contínuo de água canalizada, com torneiras e sanitários próximos. Do ponto de vista da saúde, estas são as condições óptimas. Os detritos humanos são levados por canalizações para sistemas de esgotos e infra-estruturas de tratamento, garantindo que a água potável é separada dos agentes patogénicos transportados pelas matérias fecais. Entretanto, as torneiras localizadas nas instalações sanitárias permitem que as pessoas mantenham a sua higiene pessoal.

Mas, do outro lado do espectro do saneamento estão milhões de pessoas que são obrigadas a defecar em sacos, baldes, campos ou valetas à beira da estrada. Se o modelo dos países desenvolvidos fosse o ponto de referência, o número de pessoas privadas de saneamento seria bem maior do que os dados registados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O défice global subiria de 2,6 mil milhões para cerca de 4 mil milhões.[2]

A lacuna no sector de saneamento entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é um exemplo perturbante de desigualdade no desenvolvimento humano. É claro que recursos financeiros e capacidade técnica inadequados, aliados em alguns casos a faltas de água, tornam irrealista assumir que o modelo de um país desenvolvido poderia ser rapidamente implementado nos países em desenvolvimento. Mas é importante olhar para além dos valores mínimos de abastecimento necessários para alcançar a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na década de 40

do século XIX, os reformadores britânicos eram a favor da acção pública para garantir que todas as casas tivessem acesso a água potável e um sanitário próprio. Mais de 150 anos mais tarde, esse objectivo continua fora do alcance de um grande número de pessoas no mundo em desenvolvimento.

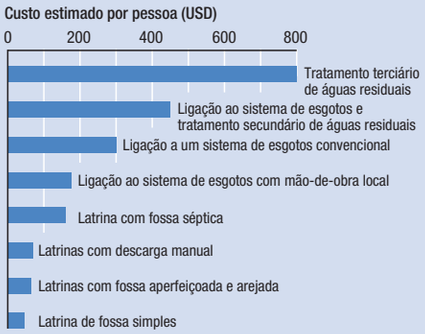
Quem está onde na escada do saneamento?

A ampla categoria de acesso a saneamento «melhorado» pode ser entendida como uma «escada» de saneamento, indo da mais básica latrina com fossa até latrinas com fossa aperfeiçoadas, instalações com descarga manual que utilizem água e fossa séptica, até aos esgotos convencionais (figura 3.1). Subir nesta escada tem implicações financeiras. O custo de ligar uma casa a um sistema de esgotos moderno é 20 vezes superior ao de adquirir uma latrina com fossa básica.

A escada do saneamento chama a atenção para um problema de política pública importante mas amplamente negligenciado. A maior parte dos exercícios de identificação de custos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo os do capítulo 1, começam com a identificação dos requisitos financeiros necessários para alcançar o degrau apropriado mais baixo possível na escada. O custo estimado de 10 mil milhões de dólares para alcançar a meta sanitária dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio baseia-se no acesso ao primeiro degrau na escada do saneamento, as latrinas de fossa simples. Um exercício semelhante, mas para alcançar os degraus superiores da escada do saneamento, incluindo ligação doméstica a instalações de esgoto e acesso a tratamento municipal de águas residuais, faria subir o custo para 34 mil milhões de dólares.[3] A oposição a estas diferenças de custos e subir a escada do saneamento oferece benefícios fundamentais para a saúde. Embora o saneamento melhorado mais básico ofereça benefícios, o retorno em termos de desenvolvimento humano sobe progressivamente em cada nível. Nas zonas urbanas do Peru, por exemplo, ter uma latrina de fossa em casa baixa o risco de incidência de diarreia em 50%, ao passo que ter uma sanita com autoclismo reduz o risco em 70%.

A transição de um extremo, a defecação a céu aberto, para a recolha, armazenamento e destruição em segurança dos dejectos humanos e o tratamento ou reciclagem de efluentes de esgotos apresenta diferentes desafios em diferentes contextos. Em áreas rurais, as redes de esgotos são muitas vezes inexistentes. Normalmente, o saneamento melhorado significa a passagem por uma hierarquia de latrinas com fossa, latrina de descarga de água manual ou uma latrina com fossa séptica, sendo estas as opções plausíveis. Nas áreas urbanas, o quadro torna-se mais diferenciado. Em áreas urbanas com alta densidade populacional, os sistemas de esgoto têm vantagens óbvias. A ligação a um ramal colector e a um ramal de alimentação é a maneira mais segura de separar as pessoas e a água potável dos detritos humanos: um desafio muito antigo para o desenvolvimento humano. Mas nos locais onde o alcance da rede de saneamento é limitado e onde a população que não é abrangida é grande, os custos de capital para desenvolver um sistema de esgotos capaz de ligar todos os domicílios podem ser proibitivos. Nestas condições, o saneamento no local ou as instalações públicas podem ser a opção mais viável a curto e médio prazo.

Figura 3.1 Subir na escada do saneamento tem implicações tanto financeiras como de saúde



Fonte: Adaptado de Lenton, Wright e Lewis 2005.

Para além da latrina

A diversidade de padrões de fornecimento actual acautela quanto a receitas políticas universais. Grande parte da África Subsariana tem uma baixa cobertura de redes de esgotos, com menos de 10% da população urbana ligada a esgotos. O mesmo acontece em países com médias de rendimentos altas. Cidades como Jacarta e Manila têm níveis de cobertura de esgotos mais baixos (8%-10%) do que cidades da África Ocidental como Dacar e Abidjan. Nos locais onde os níveis de cobertura são baixos mas existe um grande sistema de ramais colectores, o custo de ligação das casas a ramais de alimentação pode não ser proibitivo. No entanto, os custos sobem rapidamente nos locais em que as ligações domésticas necessitam de grandes investimentos em termos de instalação de ramais colectores.

Nalgumas cidades, as taxas de cobertura são altas mas os sistemas de esgotos estão em muito mau estado de conservação. Deli tem muitos dos

luxos de um modelo de saneamento de um país desenvolvido, mas debaixo das aparências existem alguns problemas graves. Uma grande parte dos 5.600 km de ramais de alimentação está entupida e menos de 15% dos ramais colectores está a funcionar. As 17 estações de tratamento que servem a cidade têm capacidade para processar menos de metade dos resíduos produzidos e a maior parte delas funcionam abaixo das suas capacidades. Resultado: menos de um quinto dos detritos da cidade é processado antes de ser despejado no Rio Yamuna, transmitindo os perigos a jusante.[4] Na América Latina muitas cidades têm sistemas de ramais de alimentação e de ramais colectores que cobrem uma grande parte da população. Mas a capacidade de tratamento de resíduos é muito limitada: menos de um quinto das águas residuais do Brasil e do México são tratadas.[5]

As infra-estruturas de saneamento vão muito para além dos sistemas de esgotos. Em cidades como Jacarta e Manila, a cobertura limitada do sistema de esgotos deu origem a uma infra-estrutura altamente desenvolvida de latrinas com fossa. Essa infra-estrutura possibilita a remoção dos resíduos dos domicílios, mas grande parte deles acaba nos rios. As latrinas com fossa e as fossas sépticas têm de ser esvaziadas regularmente, de outra forma transbordam, bloqueiam os canais de drenagem e causam graves problemas sanitários. O problema em Manila é que a infra-estrutura de latrinas com fossa é mais desenvolvida do que as infra-estruturas de tratamento e remoção de resíduos. Muitas cidades da África Subsariana enfrentam o mesmo problema. Por exemplo, estima-se que 13% das latrinas em Kibera, Nairobi, estejam inutilizáveis por estarem muito cheias.[6] Esvaziar latrinas em áreas urbanas densamente povoadas

Caixa 3.1 As deficiências e o saneamento

Para as pessoas com deficiências, a presença física de uma instalação sanitária melhorada não é o mesmo que o acesso à mesma. As pessoas com deficiência enfrentam problemas especiais em habitações sem saneamento melhorado.

As pessoas com deficiência não são um assunto secundário nas políticas de saneamento. A OMS estima que cerca de 10% da população mundial tem algum tipo de incapacidade que impede a sua mobilidade. O número total está a aumentar, devido ao envelhecimento da população, ao aumento de doenças crónicas, de acidentes de trânsito e de lesões causadas por conflitos armados. As consequências humanas das deficiências são muitas vezes mais graves em países em desenvolvimento devido à generalização da pobreza e a programas de segurança social mais limitados.

As pessoas com deficiências estão entre os membros da sociedade mais vulneráveis e entre os mais pobres. Um ciclo vicioso liga as deficiências à pobreza crónica: quando se é pobre há mais probabilidades de se ser deficiente e quando se é deficiente há mais probabilidade de se ser pobre. No Equador, 50% das pessoas deficientes pertencem aos 40% daqueles que têm a menor parte da distribuição de rendimentos. Da mesma forma, os inquéritos mostram que as condições de vida das pessoas com deficiências no Malawi, Namíbia e Zimbabué vivem em agregados familiares com a média de rendimentos mais baixa. Na Namíbia, 56% dos agregados familiares em que um dos membros tem uma deficiência não têm nenhum membro da família empregado no sector formal, em comparação com os 41% dos agregados familiares sem membros com deficiência.

Alguns inquéritos captaram as desvantagens especiais de saneamento que as pessoas com deficiências enfrentam. Na Namíbia, os agregados familiares com pessoas deficientes têm uma menor probabilidade de ter acesso a uma sanita privada com autoclismo e maior probabilidade de ter de recorrer ao céu aberto. Instalações sanitárias inacessíveis em espaços públicos, tais como escolas e hospitais podem afectar o acesso à educação e aos serviços de saúde. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) estima que 90% das crianças com deficiências em países em desenvolvimento não frequentam a escola, em parte devido à inacessibilidade dos sanitários. No Uganda, o pai de uma criança com deficiência, que queria tanto ir para a escola que não comia nem bebia nada até chegar a casa à noite para não ter de usar as instalações sanitárias, refere que:

> *O meu filho sofre muito. Ele nunca toma o pequeno-almoço nem outra refeição na escola até regressar a casa. As casas de banho da escola são imundas. O facto de ele só conseguir gatinhar porque não tem uma cadeira de rodas, faz com que ele tenha medo de entrar nas casas de banho, que já estão sujas. A par dessa situação, as portas da casa de banho não são suficientemente largas para deixar o nosso triciclo entrar. Portanto, ele fica sem comer o dia todo até voltar para casa.*

Há a consciência generalizada de que para tratar do assunto dos deficientes serão precisos investimentos e tecnologia que os agregados familiares e os fornecedores não têm capacidade de providenciar. Mas, frequentemente, são necessárias apenas algumas alterações mínimas para dar às pessoas com deficiências acesso a serviços normais de água e saneamento. Os custos adicionais são irrisórios: as pesquisas mostram que a incorporação de características de «acesso para todos» no projecto inicial só aumentam os custos em 1%, em comparação com os custos muito mais elevados que implicam adaptar e renovar instalações já existentes. Cinco estudos de caso feitos na África do Sul que cobrem uma variedade de aplicações sugerem que o custo de providenciar acessibilidade pode ser tão baixo como 0,5% a 1% do custo do projecto. No Centro Comunitário Ikwezi em Gugulethu, a leste da Cidade do Cabo, os custos adicionais da construção de instalações sanitárias acessíveis foram de 0,31%.

Fonte: CONADIS, BID, INEC e Banco Mundial 2004; SINTEF Unimed 2002, 2003a,b; Jones e Reed 2005; Metts 2000; Metts 2000, anexo I.

requer uma grande infra-estrutura de serviço. As águas residuais têm de ser retiradas manualmente ou através de bombas de sucção, transferidas para camiões e levadas para locais de tratamento de resíduos. Se os locais de tratamento não forem devidamente mantidos, os efluentes podem infiltrar-se nas águas subterrâneas e fluir para ribeiros ou rios, criando assim perigo de saúde pública.

Quantificar a qualidade e a igualdade

Os problemas relacionados com a informação são uma grande preocupação quando se lida com saneamento. Alguns países (Quénia e Tanzânia para nomear dois) registam números de cobertura de saneamento improvavelmente altos, enquanto outros (Brasil) têm taxas de cobertura muito mais altas do que os dados da OMS/UNICEF indicam.[7] Além disso, os dados sobre a cobertura dizem pouco sobre a qualidade. Latrinas com fossa aperfeiçoadas danificadas ou em mau estado podem aumentar as taxas de cobertura, mas são um grande risco de saúde pública para famílias e comunidades.

Embora um saneamento inadequado provoque riscos de saúde e perdas de dignidade para todos os que são afectados, as pessoas com deficiências enfrentam problemas especiais. Na maior parte dos países de baixo rendimento, a informação recolhida pelos censos nacionais e pelos inquéritos sobre habitação criaram uma base de informação mais forte no que diz respeito à qualidade e aos problemas de cobertura. No entanto estas fontes raramente são detalhadas o suficiente para identificar os distritos, bairros, nível de rendimentos e outros indicadores de desvantagens que possibilitam aos governos e fornecedores de serviços a criação de um mapa de quem não é servido. Este é um factor importante porque a distribuição das desvantagens tem implicações na criação de políticas públicas. As informações e as respostas políticas demonstraram estar muito aquém do necessário no que diz respeito às pessoas com deficiências (caixa 3.1).

O ciclo de benfícios água-saneamento-higiene

Subir a escada do saneamento oferece perspectivas de grandes benefícios de saúde pública. Mas os progressos no trabalho de saneamento funcionam melhor quando associados a avanços no campo da água e higiene.

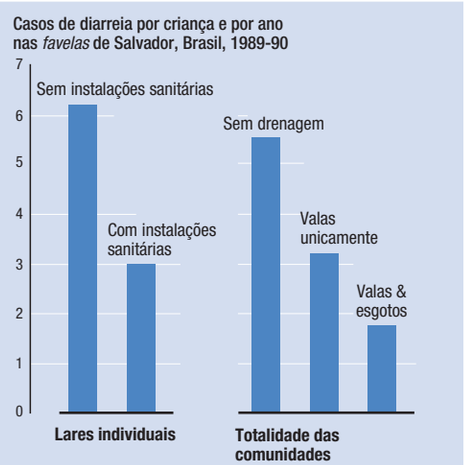
Estudos transnacionais mostram que o método de tratamento de dejectos é um dos determinantes mais fortes na sobrevivência infantil. Em média, a transição entre saneamento não melhorado e melhorado é acompanhada por uma redução superior a 30% na mortalidade infantil, estando as sanitas com autocolismo associadas a reduções muito maiores do que as latrinas com fossa.[8]

O saneamento melhorado ajuda a quebrar a circuito de transmissão fecal-oral que perpetua os problemas de saúde pública referidos no capítulo 1. O saneamento confere benefícios de saúde a dois níveis. A família que investe numa latrina garante muitas vantagens, mas possivelmente será a comunidade a ter o maior benefício.

Isto pode ser exemplificado por dados de *favelas* em Salvador, no Brasil (figura 3.2). A incidência de diarreia é duas vezes mais alta entre crianças de famílias sem instalações sanitárias do que entre crianças de famílias com acesso a saneamento, ao passo que é três vezes superior em crianças que vivem em comunidades sem infra-estruturas de saneamento do que em comunidades com sistemas de drenagem e de esgotos.[9] Assim sendo, a ausência de medidas para promover o desenvolvimento de infra-estruturas de saneamento, pode reduzir as vantagens associadas ao investimento de famílias no saneamento.[10] Contrariamente, quando uma família instala uma latrina, não oferece apenas protecção contra o contacto com os seus próprios excrementos, mas também protege os seus vizinhos. As fortes externalidades associadas aos investimentos individuais e comunitários no saneamento suscitam políticas públicas, tais como a despesa pública, subsídios e regulamentação.

A transição entre saneamento não melhorado e melhorado é acompanhada por uma redução superior a 30% na mortalidade infantil

Figura 3.2 Os benefícios do saneamento dependem da acção doméstica e da comunidade



Fonte: Caimcross e outros 2003.

As graves ameaças à saúde pública que os habitantes das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos enfrentaram há algumas gerações atrás, eram o resultado do fraco saneamento e das águas sujas

A higiene é outro factor predizente da saúde pública. As mãos transmitem agentes patogénicos para alimentos e bebidas e para a boca de hospedeiros susceptíveis. Porque as doenças diarreicas são de origem fecal, a lavagem das mãos com sabão e água tem sido identificada como um dos maiores determinantes da reduzida mortalidade infantil, a par de intervenções que previnam a entrada de matérias fecais no ambiente doméstico das crianças.[11]

Elementos recolhidos no Burquina Faso demonstram a interacção entre o saneamento e a higiene. Nos meados da década de 90, a segunda maior cidade do país, Bobo-Dioulasso, tinha um sistema de fornecimento de água bem gerido e a maior parte dos agregados dispunha de latrinas com fossa, no entanto, as crianças ainda estavam expostas ao risco de falta de higiene. O Ministério da Saúde e Grupos Comunitários promoveu alterações comportamentais que reduziram a incidência de diarreia, por exemplo, encorajando as mães a lavarem as mãos com água e sabão depois de mudar as fraldas. Em três anos, o programa evitou cerca de 9.000 episódios de diarreia, 800 consultas externas, 300 encaminhamentos para o hospital e 100 óbitos, por um custo de 0,30 dólares por habitante.[12]

Os factores comportamentais podem ser importantes na higiene, mas o acesso a água potável é essencial. Um estudo feito em aldeias do Quirguizistão revelou que poucas pessoas lavavam as mãos e que quase metade dos agregados vazavam as fezes em jardins ou ruas.[13] O problema não era a falta de sensibilidade para as necessidades de higiene, era sim a falta de oportunidade para o fazer em casas onde não havia abastecimento de água e onde não havia posses para comprar sabão. As taxas de lavagem das mãos eram três vezes mais altas em casas com água canalizada e lavatório.

A tentativa de separar os efeitos do abastecimento de água, saneamento e higiene é um exercício recorrente mas infrutífero. Nos países ricos dos dias de hoje, as grandes obras públicas que levaram à revolução do saneamento e da água, a saber, as condutas, os esgotos, a filtragem de água e as instalações de tratamento de águas residuais, foram cruciais. Mas, de igual forma, foram encorajadas algumas alterações ao nível micro em termos de saúde pública através da educação. Campanhas de promoção da lavagem das mãos, amamentação e fervura de água para os biberões de bebés aumentaram o retorno dos investimentos nas obras públicas. O que é importante é que as políticas públicas expandam o acesso às infra-estruturas e que desbloqueiem as complementaridades que operam através das barreiras artificiais entre a água, a higiene e o saneamento. As crianças são dos mais efectivos agentes de mudança (caixa 3.2).

A água potável, a remoção sanitária dos excrementos e a higiene pessoal são os três fundamentos para qualquer estratégia de melhoria da saúde pública. Em conjunto, estes são os mais potentes antídotos para doenças parasitárias e outras infecções transmitidas por moscas e outros vectores que colhem tantas vidas em áreas onde as águas estagnadas são a principal fonte de água para beber, cozinhar e lavar. Enquanto a água potável e a higiene pessoal podem fazer a diferença por si só, os benefícios para a saúde pública serão reduzidos se não houver saneamento adequado, drenagem e uma infra-estrutura alargada de tratamento de dejectos. Esta é a razão porque as políticas públicas de água e saneamento devem ser vistas como parte de uma estratégia integrada.

A dimensão assustadora do sofrimento humano causado pelo défice no saneamento global pode dar a impressão de estarmos perante um problema inultra-

Caixa 3.2 As crianças enquanto agentes de mudança

A sala de aula é um dos melhores locais para se conseguir alterações positivas de higiene. Ensinar as crianças a lavar as mãos e outros bons hábitos de higiene protege a sua saúde e promove transformações para além da escola. Em Moçambique, uma campanha nacional ensinou crianças a ensinar outras crianças sobre a lavagem das mãos e sobre outros problemas relacionados com o saneamento. Na China e na Nigéria projectos escolares apoiados pela UNICEF para a higiene reportam aumentos de 75% a 80% na lavagem das mãos com sabão.

Em alguns países, a higiene e o saneamento foram colocados nos programas de ensino nacionais. No Tajiquistão, mais de 11.000 alunos estão envolvidos numa campanha de grande alcance sobre o saneamento. No Bangladeche, escolas e organizações não-governamentais formaram brigadas de estudantes para levar mensagens de higiene e saneamento das suas escolas para as suas comunidades.

Esses programas escolares fornecem água e saneamento adequados e instalações sanitárias separadas para rapazes e raparigas.

Fonte: IRC International Water and Sanitation Centre 2004; International Training Network Centre 2003; UNICEF e IRC International Water and Sanitation Centre 2005; UNICEF 2005a, 2006a.

Contributo especial

Água e saneamento: um desafio assustador mas que podemos ultrapassar

É penoso ver o futuro de uma criança ser ameaçado ou diminuído por uma doença que se pode prevenir. Os direitos a serviços de saúde e a água segura, limpa e a preços comportáveis são fundamentais para uma vida digna e são protegidos pela lei internacional. No entanto, milhões de pessoas morrem todos os anos devido a doenças relacionadas com a água e muitas mais sofrem desnecessariamente. Nenhum de nós deve fechar os olhos perante as consequências chocantes do acesso inadequado a água potável e saneamento que é referido neste Relatório.

A escala do problema da água e saneamento apresenta-se como um desafio assustador mas que podemos ultrapassar. As graves ameaças à saúde pública que os habitantes das grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos enfrentaram há algumas gerações atrás, eram o resultado do fraco saneamento e das águas sujas. No final do século XIX, essas ameaças foram debeladas através de acção política concertada a nível nacional. No início do século XXI, é necessário alargar à escala global a liderança que possibilitou o progresso nos países ricos de hoje.

No Centro Carter, eu e os meus colegas estamos a trabalhar para erradicar a dracunculose (*dracunculiasis*) e controlar o tracoma, que são dois flagelos terríveis que podem ser prevenidos com o acesso a água potável, a saneamento e a serviços de saúde. Há 50 anos atrás, uma data não tão distante como isso, o tracoma, a maior causa evitável de cegueira a nível mundial, ainda afectava zonas dos Estados Unidos, incluindo a minha cidade natal, Plains, na Geórgia. Apesar de hoje em dia sabermos como evitar tais doenças, mais de 1,4 milhões de crianças continuam a morrer todos os anos devido a parasitas intestinais e milhões de pessoas continuam a sofrer de tracoma nos países em desenvolvimento. Mas têm havido progressos.

A dracunculose, uma doença parasitária transmitida pela água, está à beira de ser a primeira doença a ser erradicada sem uma vacina ou tratamento médico. A presença da dracunculose numa determinada área geográfica significa a existência de pobreza extrema, o que inclui a ausência de água potável. A doença é tão dolorosa e debilitante que os seus efeitos vão muito para além da própria vítima, reduzindo a produção agrícola e a frequência à escola. Devasta as comunidades já empobrecidas e torna ainda mais difícil a obtenção de boas condições de saúde e de prosperidade económica.

A dracunculose tornou-se na segunda doença da história a ser visada para a erradicação, no seguimento do início da Década Internacional da Água Potável e do Saneamento Seguro (1981-90). Em 1986, o Centro Carter, os Centros norte-americanos para o Controlo e Prevenção de Doenças (CDCP), o Fundo das Nações Unidas para a Infância, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e os países flagelados pela dracunculose abraçaram o desafio de erradicar a doença.

Quando o programa começou, existiam aproximadamente 3,5 milhões de casos, incapacitando milhões de pessoas em 20 países na Ásia e África. Desde então, a dracunculose foi reduzida em mais de 99,7%. Em 2005 só foram relatados 10.674 casos de dracunculose em nove países — todos em África. Hoje em dia, os parceiros da coligação, em colaboração com milhares de trabalhadores comunitários do ramo da saúde, continuam a intensificar esforços para lutar contra o restante 1% de incidência da doença. Como participante activo na campanha da dracunculose, o meu objectivo principal é a erradicação deste terrível flagelo. Os nossos progressos no sentido de atingir este objectivo fazem-me acreditar que em conjunto somos capazes de eliminar esta doença ainda durante a minha vida.

Devem ser envidados mais esforços na erradicação da dracunculose, mas a maior tarefa é abastecer todos com água potável e saneamento. O primeiro passo é reduzir para metade o número de pessoas que estão privadas de acesso a água e saneamento até 2015, tal como é proposto nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Não conseguir alcançar esse objectivo será um grande revés para o projecto do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Sem progressos na água e saneamento, não poderemos acelerar o progresso social noutras áreas, tais como a sobrevivência infantil, o acesso à educação e a redução da pobreza extrema.

É adequado dizer que, à medida que nos aproximamos da erradicação da dracunculose, outro grande esforço internacional está em marcha com o objectivo de dar água potável e saneamento a 1,1 mil milhões de pessoas e saneamento adequado a 2,6 mil milhões de pessoas. Estes nobres esforços ajudarão a minorar o maior desafio do nosso tempo, reduzir o crescente fosso entre os ricos e os pobres do nosso mundo.



Jimmy Carter, 39.º Presidente dos EUA
Fundador do Centro Carter. Laureado com o Prémio Nobel da Paz em 2002

A ausência de políticas nacionais é ainda mais evidente para o saneamento do que para a água

passável. Acreditar nisso é um erro. Uma das lições da década passada é a de que uma acção concertada a nível nacional e internacional pode fazer a diferença. Há vinte anos, a doença da dracunculose era das maiores causas de sofrimento e pobreza numa grande faixa de países ao longo da África Subsariana. Em meados da década de 80, cerca de 3,5 milhões de pessoas estavam infectadas com *dracunculiasis*, o parasita da dracunculose que entra no organismo quando as pessoas bebem água de charcos que contêm a larva da dracunculose. Dentro do corpo, o parasita pode atingir um metro de comprimento. Ao sair do corpo, causa a formação grave de bolhas e efeitos muitas vezes incapacitantes. Hoje em dia, depois da intervenção de uma parceria que envolveu a UNICEF, a OMS e o Centro Carter, a dracunculose foi praticamente consignada aos livros de história (ver contributo especial do ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter). A doença foi erradicada de 11 países, oito deles em África. Embora ainda existam grandes nichos de infecção, especialmente no Sudão, esta batalha contra as doenças causadas pelas águas estagnadas e o saneamento deficitário está quase ganha.

O sucesso na batalha contra a doença da dracunculose aumentou as capacidades humanas de muitos milhões de pessoas. Mas é necessária uma acção mais urgente para enfrentar problemas como o tracoma e outras infecções parasitárias.

Em todo o caso, as iniciativas globais, para atingirem os efeitos óptimos, têm de ser apoiadas pelo desenvolvimento de infra-estruturas de fornecimento de água potável e saneamento. As estratégias nacionais apoiadas por um plano de acção global de mobilização dos recursos necessários para fazer chegar água potável e saneamento a todos são a chave do sucesso.

Qual a razão para o grande atraso do saneamento em relação à água?

As instalações sanitárias podem ser um catalisador improvável para o progresso humano, mas os dados que o provam são esmagadores. O saneamento adequado tem o potencial de, cumulativamente, produzir benefícios para a saúde pública, o emprego e o crescimento económico. Então, porque é que no início do século XXI se desperdiça tanto potencial humano por falta de tecnologias relativamente simples? E qual a razão para o grande atraso do fornecimento público de saneamento em relação ao da água? Estas questões sobre o desenvolvimento humano são tão pertinentes hoje como eram nos países desenvolvidos há mais de um século atrás. Seis barreiras inter-relacionadas dão as respostas: políticas nacionais, comportamento, percepção, pobreza, género e fornecimento. Nenhuma das seis barreiras pode ser ponderada isoladamente. Mas cada uma delas ajuda a explicar o porquê da lentidão do progresso em direcção ao objectivo do saneamento para todos há muito estabelecido.

A barreira das políticas nacionais

O capítulo 2 enfatizou o papel das políticas nacionais e das lideranças políticas no aceleramento do acesso à água. A ausência de políticas nacionais é ainda mais evidente para o saneamento do que para a água. O estado do saneamento de um país condiciona as perspectivas de desenvolvimento humano, no entanto, o saneamento, nunca ou raramente, é um ponto importante na agenda política nacional.

Isto aplica-se mesmo em países que progrediram rapidamente no abastecimento de água. A África do Sul não igualou o seu próprio sucesso na expansão do acesso e redução das desigualdades no fornecimento de água com um esforço comparável ao nível do saneamento. O mesmo se aplica a Marrocos. Neste caso, o Gabinete Nacional de Água Potável, tem sido a responsável altamente efectiva na expansão do acesso à água em muitas cidades e áreas rurais. No entanto, o

progresso no saneamento tem sido abrandado por uma estratégia nacional mais fraca, pela fragmentação de sistemas governamentais, pelo financiamento inadequado e as limitações da capacidade em municípios rurais.

A barreira do comportamento

Os frágeis enquadramentos políticos nacionais e a baixa prioridade conferida ao saneamento relativamente à água, reflectem em parte os sinais recebidos das famílias. Pesquisas sobre a participação mostram que as pessoas tendem a dar maior prioridade à água do que ao saneamento. Existem algumas explicações óbvias. A falta de água potável é uma ameaça mais imediata à vida do que a ausência de uma sanita. Além disso, a água canalizada numa casa confere benefícios rápidos e tangíveis em termos de tempo poupado e de riscos de saúde evitados, independentemente do que acontece nas outras casas.

Os benefícios do saneamento podem parecer mais evidentes em factores extra casa. Por exemplo, as vantagens para a saúde pública de instalar uma latrina podem não se verificar se outros domicílios não fizerem o mesmo, a instalação numa casa não a protege contra os excrementos de outras casas em bairros degradados com maus sistemas de esgotos. Além do mais, a instalação duma latrina pode ser vista como um bem público, onde a comunidade beneficia com uma redução de riscos de saúde e o domicílio tem menos vantagens em comparação com o que aconteceria com a água. Do ponto de vista doméstico, os custos associados à falta de água potável podem parecer mais evidentes do que os custos de práticas sanitárias há muito estabelecidas, tais como defecar em campos ou em cursos de água. Os benefícios do saneamento melhorado não são tão bem entendidos como os benefícios do acesso a água potável.

A barreira da percepção

Para os governos e muitas organizações de desenvolvimento, os argumentos a favor da acção pública no saneamento passam pelos benefícios públicos de saúde e riqueza. Do ponto de vista doméstico, a opinião é muitas vezes outra. As sondagens feitas em aldeias do Camboja, da Indonésia e do Vietname demonstram invariavelmente que «um lar limpo e uma aldeia com um ambiente livre de maus cheiros e moscas» são os benefícios mais importantes identificados pelas famílias, seguidos da conveniência. Os benefícios de saúde aparecem em terceiro lugar. Também no Benim, entre as famílias rurais, dá-se mais importância ao estatuto da habitação, relacionado com a ausência de maus cheiros e a conveniência, do que à saúde. [14]

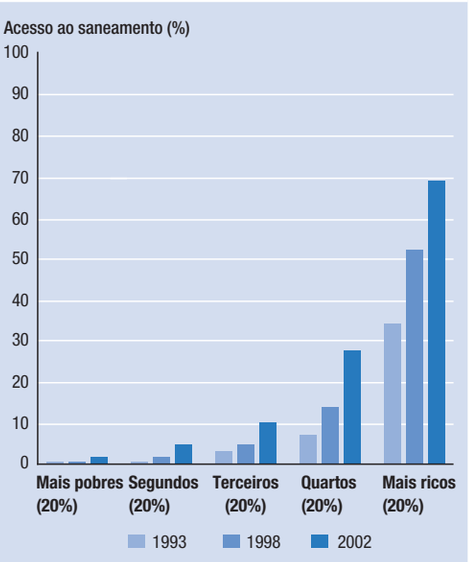
O facto de, frequentemente, as famílias entenderem um melhor saneamento como uma comodidade privada e não como uma responsabilidade pública pode ter enfraquecido a noção de que o desenvolvimento de estratégias nacionais é um imperativo político. Perceber o que as pessoas valorizam no saneamento melhorado, e por que razão o valorizam, é o primeiro passo para uma abordagem de resposta à necessidade. Mas a necessidade não pode ser vista com algo estático. A educação, o marketing social e as campanhas políticas podem alterar os padrões de necessidade aumentando desejos e criando novas expectativas.

A barreira da pobreza

O custo do saneamento melhorado pode ser proibitivo quando grandes segmentos da população não têm acesso ao mesmo. A hierarquização dos povos sem saneamento melhorado é menos dominada pelos muito pobres do que a hierarquização daqueles que não têm acesso à água, mas a pobreza mantém-se como um dos maiores obstáculos à entrada. Aproximadamente 1,4 mil milhões de pessoas sem acesso a saneamento vive com menos de 2 dólares por dia. Para a maior parte deles, mesmo a tecnologia melhorada de baixo custo pode estar além do seu alcance financeiro.

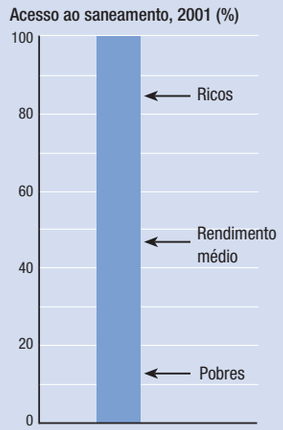
As vantagens para a saúde pública de instalar uma latrina podem não se verificar se outros domicílios não fizerem o mesmo

Figura 3.3 No Vietname os pobres estão a ser deixados para trás



Fonte: Phan, Frias e Salter 2004

Figura 3.4 O fosso de riqueza no saneamento no Camboja



Nota: pobres, de rendimento médio e ricos indicam a categoria com a qual os inquiridos se identificam.
Fonte: Mukherjee 2001.

Vejamos o Vietname, que já atingiu a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para o saneamento. A cobertura rural cresceu rapidamente, embora a partir de uma base baixa. Mas os agregados mais pobres foram deixados muito atrás (figura 3.3). No Camboja, o ordenado diário de um trabalhador rural não chega para cobrir os requisitos nutricionais básicos, não sobrando nada para saúde, roupa e educação. Seria preciso o ordenado de 20 dias de trabalho para adquirir uma simples latrina de fossa, o que ajuda a compreender a grande discrepância entre as taxas de cobertura para os ricos e para os pobres (figura 3.4) Em Kibera, Nairobi, construir uma latrina de fossa custa cerca de 45 dólares, o equivalente a dois meses de rendimentos para quem aufere o ordenado mínimo. Para ajudar os agregados mais pobres a obter financiamento para o saneamento melhorado é necessário que se arranjem formas de providenciar subsídios ou permitir que o reembolso de empréstimos seja feito ao longo de algum tempo através do micro-crédito.

A barreira do género

As desigualdades entre os géneros ajudam a explicar a baixa procura de saneamento em várias comunidades. Dados de muitos países sugerem que as mulheres dão mais importância ao acesso a instalações sanitárias privadas do que os homens, resultado este que reflecte as maiores desvantagens que as mulheres enfrentam, assim como a insegurança, a perda de dignidade e as condições adversas de saúde que estão associadas à falta de acesso. Pesquisas no Camboja, Indonésia e Vietname revelaram que as mulheres dão, invariavelmente, mais valor a instalações sanitárias do que os homens.[15]

Mas a pouca preponderância que as mulheres têm na decisão das prioridades de investimento do lar, significa que a parte mais interessada nas necessidades de saneamento pouco controlo tem sobre as despesas. Pela mesma razão, a prioridade que as mulheres dão ao saneamento é raramente reflectida nas tomadas de decisão extra lar, em estruturas políticas que vão das aldeias, passando pelos governos locais até aos níveis nacionais. A legitimação das mulheres pode ser um dos mais importantes mecanismos para aumentar a eficácia das necessidades de saneamento.

A barreira da oferta

A passagem da procura para a oferta mostra que o progresso é impedido não só pela ausência de tecnologia sanitária a preços suportáveis, mas também pela oferta excessiva de tecnologias inadequadas, o que leva a um desajuste entre o que as pessoas querem e o que os governos oferecem. Por exemplo, as latrinas de descarga manual fornecidas pelos programas governamentais têm baixas taxas de aceitação porque as comunidades têm falta de um abastecimento seguro de água. Noutros casos, as tecnologias comercializadas pelas agências governamentais são de manutenção difícil ou dispendiosa. Os produtos criados por engenheiros que não levam em conta as necessidades e prioridades das comunidades, e que são distribuídos por agências governamentais não responsabilizáveis, deixaram um legado de produtos sanitários abandonados. Outro dos factores é o enquadramento cronológico. Dados de muitos países sugerem que o progresso no saneamento, muito mais do que o da água, requer um planeamento de 10 a 15 anos, sendo que a média dos ciclos de doação e dos ciclos de planeamento nacional funciona por períodos de 2 a 3 anos.

Colocar o saneamento ao alcance de todos

O lento progresso do saneamento há muito que é uma fonte de preocupação. Depois de três décadas de conferências ao mais alto nível, mudanças de política radicais e objectivos ambiciosos por realizar, existe agora uma forte corrente de pessimismo em torno do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio no que se refere ao saneamento. Esse pessimismo é tão injustificável como o optimismo desmesurado das abordagens iniciais.

Visto à distância, o quadro do saneamento global é sombrio. Mas uma observação mais próxima revela uma enorme proliferação de histórias de sucesso

Caixa 3.3 Acção popular, o Projecto Orangi

Orangi é uma grande povoação informal pobre, ou katchi abadi, em Carachi, Paquistão. Com mais de um milhão de habitantes, é uma história de sucesso da capacidade comunitária em expandir o acesso ao saneamento.

Em 1980, uma organização não-governamental começou a trabalhar com as comunidades locais através do Projecto-piloto Orangi para fazer face à terrível situação sanitária da povoação. O ponto central para a mobilização foi a rua. Através do diálogo e da educação, os residentes de cada rua foram convencidos a formar grupos para construir canalizações de esgoto para recolher as águas residuais de suas casas. A cooperação entre os gestores de rua facilitou a construção de canalizações de bairro para recolher as águas residuais de várias ruas. Inicialmente, as águas residuais eram vazadas em fossas nas redondezas. Mas após um período de diálogo com as autoridades municipais, a administração local aceitou financiar um ramal colector para recolher os esgotos e transportá-los para fora da comunidade.

As taxas de mortalidade infantil deste bairro degradado desceram de 130 óbitos por cada mil no início da década de 80 para menos de 40 hoje em dia. Quase 100.000 famílias em mais de 6.000 ruas, representando 90% da população estiveram envolvidas. A formação de trabalhadores da comunidade em manutenção e a mobilização de mão-de-obra reduziram os custos para um quinto dos custos do abastecimento oficial, permitindo assim que o projecto recuperasse os custos sem inflacionar demasiado os serviços.

Fonte: Satterthwaite e outros 2006; Hasan 2005; Zaidi 2001.

locais e mesmo nacionais dentro deste quadro alargado. Nalguns casos, as pessoas que se encontram no lado mais problemático desta crise de saneamento, que são os moradores de bairros degradados e as comunidades rurais privadas de saneamento mais básico, operam eles próprios a mudança. Noutros casos, as agências governamentais e os prestadores de serviços tomaram a dianteira ou desempenharam papéis cruciais ao darem maior dimensão às acções vindas do povo. O ponto comum destas histórias de sucesso são os princípios indissociáveis de direitos partilhados e responsabilidades conjuntas, que são as pedras basilares para qualquer contrato social entre o governo e os cidadãos. Neste enquadramento alargado, os temas recorrentes são as necessidades da comunidade, a tecnologia apropriada e a prestação de um serviço responsável que responde às exigências.

A acção vinda do povo faz a diferença

Os princípios de direitos partilhados e de responsabilidades conjuntas têm uma importância muito prática. Nos bairros urbanos degradados de grande dimensão e com uma grande densidade populacional, o sucesso de qualquer iniciativa depende da participação individual, especialmente no caso do saneamento melhorado. Através da mobilização popular, o Projecto-piloto de Orangi em Carachi, Paquistão, evoluiu durante as duas últimas décadas para um programa que leva o saneamento a milhões de moradores de bairros degradados.[16] A participação quase total tem sido baseada numa compreensão colectiva dos benefícios e numa aceitação de responsabilidade conjunta para desbloquear esses benefícios (caixa 3.3).

O Projecto Orangi, que começou como uma pequena iniciativa comunitária, cresceu através da cooperação com governos locais. O crescimento destes projectos é importante porque projectos isolados de pequena dimensão não conseguem iniciar ou sustentar o progresso a nível nacional. Ao mesmo tempo, a energia e inovação das acções comunitárias podem fortalecer a capacidade governamental de operar mudanças.

Na Índia, no início da década de 90, a Federação Nacional de Moradores de Bairros Degradados (NSDF), a Sociedade para a Promoção de Centros de Recursos Regionais (SPARC), uma organização não-governamental de Bombaim (ONG) e a Mahila Milan, uma rede de grupos de poupanças formada por moradoras de bairros degradados e sem abrigo, foram pioneiros duma nova abordagem à criação e gestão de blocos sanitários públicos como resposta à incapacidade das famílias mais pobres de instalar latrinas em áreas de grande densidade populacional. A construção foi precedida de inquéritos nos bairros, mobilização de poupanças e desenvolvimento de organizações de gestão dos sanitários. As inovações do projecto incluíam a construção de instalações separadas para homens e mulheres. Inicialmente, as autoridades locais desencorajaram esses esforços. Mas este modelo foi usado em Pune, uma cidade com mais de 2 milhões de habitantes, através da colaboração das autoridades municipais com a NSDF, SPARC e a Mahila Milan. Entre 1999 e 2001, foram construídos mais de 440 blocos de sanitários, com mais de 10.000 novos sanitários. O financiamento foi concedido através do governo de Maharashtra, sendo a responsabilidade da concepção e da manutenção das ONG.

A participação comunitária é provavelmente a maior influência para o sucesso, ou fracasso, das instalações sanitárias públicas. Até há muito pouco tempo, as instalações criadas pelos municí-

Mas a divisão entre a acção do agregado familiar ou comunitária e a acção pública de cariz governamental é enganadora e inútil. A liderança do governo continua a ser fundamental

pios proporcionavam um serviço com manutenção precária, localização inapropriada e problemas semelhantes que levavam a uma baixa utilização por parte do público. Esses números começaram a mudar. As autoridades locais de Windhoek, na Namíbia, reconheceram que as instalações sanitárias governamentais não estavam a chegar à população mais pobre porque os padrões de qualidade de construção tornavam os custos proibitivos. Em cooperação com a Federação Nacional de Moradores de Cabanas (NSDF), as autoridades municipais criaram um novo enquadramento jurídico que possibilita às comissões de bairro construir e gerir os seus próprios blocos sanitários. Os padrões tornaram-se menos rígidos e os regulamentos foram aplicados com maior flexibilidade. Em Chittagong, Bangladeche, a ONG internacional Water Aid, as ONG locais e as autoridades locais desenvolveram aglomerados de latrinas para a utilização de 150 famílias pelo custo mensal de 0,60 dólares por família.[17] Estas latrinas, cuja manutenção era feita por organizações comunitárias, trouxeram saneamento para muitas mais pessoas do que teria sido possível pela aquisição individual dos agregados.

O fracasso de abordagens feitas sob o ponto de vista do fornecimento provocou uma grande mudança na orientação política. A expressão mais profunda dessa mudança é a campanha comunitária para o saneamento total, uma abordagem concebida para criar a necessidade de saneamento melhorado.[18] No Bangladeche a campanha de saneamento total começou com as ONG locais e foi transformada num programa de dimensão nacional. O seu sucesso ajudou o país a manter-se no bom caminho face ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (caixa 3.4).

A abordagem inicial da campanha de saneamento total começa com uma avaliação dos hábitos sanitários da comunidade, que normalmente incluem a defecação a céu aberto.[19] Os residentes elaboram um mapa com os domicílios para identificar os locais de defecação, as rotas de transmissão que causam doenças e a contribuição de cada domicílio para o problema. O objectivo é apelar a três propulsores básicos de mudança: a repulsa, o interesse próprio e o sentido de responsabilidade individual para com o bem-estar da comunidade. Esta abordagem tem sido amplamente desenvolvida e aplicada com algum sucesso em países como o Camboja, China, Índia e Zâmbia.

Divulgação e concepção inovadoras podem colocar o saneamento melhorado ao alcance até dos mais desfavorecidos. Veja-se o exemplo de Sulabh na Índia. Fundada sob os princípios de Ghandi, desenvolveu produtos dirigidos a alguns dos sectores mais pobres da sociedade indiana, que incluem as castas inferiores e os trabalhadores migrantes. O factor mais impressionante é a sua escala de operações, que fornece saneamento melhorado a 10 milhões de pessoas, e o seu modelo de empresa (caixa 3.5).

A liderança do governo é fundamental

O papel central do financiamento doméstico no saneamento, a enorme falha de algumas iniciativas governamentais altamente subsidiadas e o papel crucial das necessidades domésticas como catalisador de mudança, levaram algumas pessoas a defender um papel minimalista para o governo. Mas a divisão entre a acção do agregado familiar ou comunitária e a acção pública de cariz governamental é enganadora e inútil. A liderança do governo continua a ser fundamental.

Estabelecer estratégias nacionais

No saneamento, tal como na água, o ponto de partida para o sucesso em termos de expansão de cobertura é um planeamento nacional eficaz. Muitos países precisam de alterar a mentalidade que desvaloriza o saneamento. Essa mentalidade reflecte-se muitas vezes na afectação institucional da responsabilidade pelo saneamento no governo. Uma situação corrente é a de delegar o saneamento a uma unidade técnica dentro do Ministério da Saúde, um abordagem que limite o raio de acção para iniciativas políticas ousadas. Outro problema é a fragmentação da autoridade. No Gana, os papéis e as responsabilidades pela água estão bem definidos dentro do enquadramento de um planeamento nacional. Este não é o caso do saneamento, onde a autoridade está dividida entre o Ministério dos Recursos Hídricos, do Trabalho e Habitação e uma série de ministérios de outros assuntos. No Níger, o saneamento pertence ao Ministério da Água, mas a coordenação para o saneamento é feita por um comité nacional com poderes limitados. Em qualquer dos casos, o planeamento nacional seria melhorado se fosse liderado por uma figura ministerial experiente que coordenaria o desenvolvimento e a implementação de estratégias de saneamento.

Alguns governos têm bons registos em termos de disponibilização de acesso a saneamento. Desde 1990, a Tailândia aumentou a taxa de cobertura nacional de saneamento de 80% para 100%. O progresso em zonas rurais tem sido particularmente marcante: nas zonas rurais mais de 13 milhões de pessoas obtiveram acesso em duas décadas. Estes resultados reflectem a prioridade

Caixa 3.4 A campanha de saneamento total do Bangladeche

Há dez anos atrás, o Bangladeche, entre os países mais pobres do mundo, tinha um dos níveis mais baixos de cobertura rural de saneamento. Hoje, tem planos ambiciosos para alcançar a cobertura total de saneamento em 2010. Fortemente apoiado pelos parceiros de ajuda do país, esses planos têm como meta o aumento realista da cobertura de saneamento de 2,4 milhões de lares por ano.

A campanha de saneamento total é fundamental para o sucesso do Bangladeche. Nasceu das mãos de uma ONG do Bangladeche no final da década de 90 e envolve agora mais de 600 ONG que trabalham com as autoridades locais para divulgar mensagens de saneamento melhorado.

O ponto de partida é o envolvimento das comunidades locais na identificação dos problemas associados à defecação a céu aberto, calculando a quantidade de excrementos depositada no ambiente da aldeia, identificar num mapa as zonas «sujas» e reconhecer as rotas de transmissão de diarreia e de problemas de saúde pública mais graves. O «passeio da vergonha» aos locais de defecação e o «cálculo dos excrementos» são duas ferramentas utilizadas inicialmente para gerar uma preocupação comunitária partilhada. As comunidades debatem e documentam a defecação a céu aberto e consideram as suas consequências para a saúde. Uma vez desencadeado o interesse, existe o impulso para que os habitantes trabalhem com as agências governamentais, ONG, organizações religiosas e outras estabelecendo fóruns sobre o saneamento para identificar as suas preocupações.

À medida que a campanha se desenvolveu e a procura por saneamento aumentou, surgiu um pequeno sector empresarial muito activo. O Bangladeche é agora um líder mundial na produção, venda e manutenção de latrinas de baixo custo. No final de 2000, havia 2.400 pequenos centros de produção de latrinas registados. Esse número está agora nos 3.000, demonstrando uma vez mais a capacidade de resposta dos fornecedores de pequena dimensão aos mercados locais. O custo das latrinas caiu em flecha. Entretanto, os esforços das aldeias têm tido o apoio de ONG em esquemas de micro financiamento, mobilização de poupanças e concessão de empréstimos.

Embora o programa tenha tido como base abordagens de resposta às necessidades, a política nacional também tem sido importante. Governos sucessivos têm tornado o saneamento rural numa prioridade. A Política Nacional para a Água e Saneamento, de 1998, estabelece um enquadramento político para parcerias entre empresas de pequena dimensão e grupos comunitários, providencia também apoio para a divulgação e formação através de agências governamentais locais e nacionais.

Para ter uma ideia da eficácia desta parceria, façamos a comparação entre o Bangladeche e a Índia. Há dez anos atrás os dois países enfrentavam problemas semelhantes. Desde então, a Índia tem gozado dum crescimento económico bem mais rápido, alargando o fosso de rendimentos entre os dois países. Mas o saneamento rural na Índia tem ficado bem mais para trás do que no Bangladeche (ver quadro), embora tenha havido progressos em alguns estados indianos.

Nos próximos 10 anos, os maiores desafios serão manter o impulso criado ao longo dos últimos anos e reduzir as desigualdades no acesso. Uma vez que os dados são desiguais, o governo do Bangladeche está preocupado que a taxa nacional de cobertura do saneamento possa esconder o facto de os agregados rurais mais pobres serem incapazes de financiar até mesmo latrinas de baixo custo. A resposta tem sido dada transferindo toda a fatia destinada ao programa de desenvolvimento anual para o saneamento para subsidiar as necessidades dos 20% mais pobres da população.

Melhorias no saneamento e na mortalidade infantil: Bangladeche e Índia, de 1990-2004

	Bangladeche			Índia		
Indicador	**1990**	**2004**	**Variação**	**1990**	**2004**	**Variação**
Saneamento, nacional %	20	39	19	14	33	19
Saneamento rural %	12	35	23	3	22	19
Mortalidade infantil (por 1.000 nados vivos)	96	56	–40	84	62	–22

Fonte: Quadro de indicadores 10; OMS e UNICEF 2006

Fonte: Bangladeche 1998, 2005; Kar e Pasteur 2005; Pratical Action Consulting 2006a; VERC 2002; WSP-SA 2005.

conferida ao saneamento no planeamento nacional.[20] Segundo a estratégia nacional, todos os distritos deveriam identificar as falhas de cobertura das aldeias até às cidades e desenvolver estratégias para as resolver. As agências governamentais na Tailândia desenvolveram tecnologias acessíveis

Caixa 3.5 Sulabh — a fazer chegar o saneamento aos pobres da Índia

Fundada em 1970 para tratar dos problemas de saneamento das castas inferiores e dos grupos pobres na Índia, Sulabh surgiu como um dos maiores fornecedores de instalações sanitárias não governamentais do mundo. Além da sua escala, aquilo que confere ao seu sistema de abastecimento um maior interesse é a sua viabilidade comercial.

Em pouco mais de três décadas, Sulabh, que inicialmente era um modesto projecto no estado de Bihar, tornou-se numa operação que cobre 1.080 cidades e 455 distritos em 27 estados indianos. Construiu mais de 7.500 blocos sanitários públicos e 1,2 milhões de latrinas privadas, fazendo chegar o saneamento a 10 milhões de pessoas. Investigações em Hyderabad revelaram que cerca de metade dos utilizadores das instalações da Sulabh têm ordenados inferiores ao do limiar de pobreza, sendo este grupo dominado por negociantes de pequena dimensão, trabalhadores manuais e um amplo leque de trabalhadores informais.

A Sulabh segue um modelo empresarial, não de caridade. Celebra contratos com os municípios e com os fornecedores do sector público para construir blocos sanitários com fundos públicos. As autoridades locais fornecem os terrenos e financiam as ligações iniciais de abastecimento, mas todos os restantes custos são financiados pelas tarifas cobradas ao utilizador. As tarifas são de cerca de 1 rupia (2 cêntimos). O acesso é grátis para as crianças, pessoas com deficiências e para os que não podem pagar. Em 29 bairros degradados, a Sulabh construiu blocos de sanitas que funcionam sem custos para o utilizador devido a contratos de serviços com os municípios.

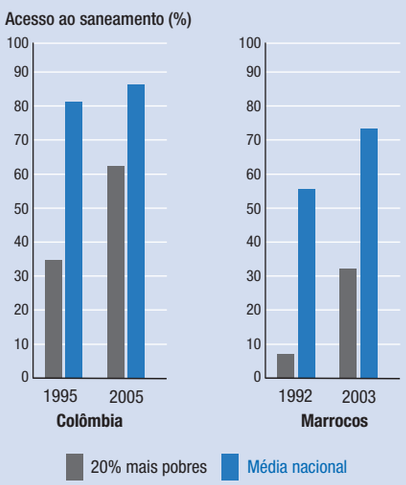
A Sulabh também produz e comercializa latrinas, com preços que vão dos 10 aos 500 dólares. As latrinas de baixo custo são concebidas para famílias pobres e são comercializadas com a ajuda de um subsídio do governo que financia metade do custo e concede suaves empréstimos que se podem pagar ao longo de 12 a 30 anos.

Fonte: Bathia 2004; Chary, Narender e Rao 2003; Patak 2006.

e razoáveis para os mais pobres, deram formação em manutenção e financiaram fundos rotativos para fazer face aos custos de capital. Programas de saúde comunitária aumentaram a percepção dos benefícios de saúde do saneamento.

Os sucessos governamentais nalgumas zonas podem dar relevo a fracassos de políticas públicas noutras zonas. Tanto a Colômbia como Marrocos estenderam o acesso a saneamento melhorado a alguns dos mais pobres da sociedade. A taxa de cobertura na Colômbia, cerca de 86% em 2005, é muito maior do que aquela que o rendimento médio nacional faria prever (figura 3.5). Em Marrocos, a cobertura dos 20% mais pobres quadruplicou desde 1992. Mas em ambos os países, o progresso tem sido travado por um visível preconceito que sublinha as desigualdades entre as zonas rurais e urbanas.[21]

Figura 3.5 O crescimento pró-pobreza no acesso ao saneamento na Colômbia e em Marrocos



Fonte: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Measure DHS 2006.

O preconceito urbano pode dever-se em parte ao planeamento de política nacional. Na Colômbia, a responsabilidade sobre a água e o saneamento foi devolvida aos municípios que registam um bom nível de prestação de serviços. As transferências fiscais do governo central para os municípios representam dois terços do investimento em água e saneamento e os municípios mais pobres e mais pequenos recebem mais per capita.[22] Outros programas do governo central são dirigidos para subsidiar os agregados mais pobres na obtenção de ligação e serviço (ver capítulo 2) e providenciam aos serviços mais pequenos empréstimos e assistência técnica. Estas políticas trouxeram benefícios palpáveis para famílias urbanas pobres. Também em Marrocos, as políticas do governo criaram incentivos para que os serviços alargassem o abastecimento a famílias urbanas pobres. O problema dos dois países é a inexistência de uma estratégia nacional eficaz de saneamento para as zonas rurais. Por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Nacional colombiano tem como objectivo a cobertura das zonas urbanas, não das zonas rurais. Os objectivos políticos e os padrões nacionais são estabele-

cidos para as redes e ligações de tubagens, mas as latrinas de fossa podem ser mais adequadas para as zonas rurais.

Parcerias com a comunidade

Criar um ambiente onde o saneamento tanto é visto como uma responsabilidade doméstica como um direito da comunidade pode alterar as atitudes e os comportamentos que limitam o progresso. Esse tal ambiente requer uma interacção dinâmica entre as agências governamentais e as comunidades. O que significa usar o capital social das comunidades e construir um sentido de solidariedade social e cidadania partilhada, com os governos a criar um ambiente político que permita às pessoas progredirem em direcção ao saneamento melhorado.

Alguns dos mais evidentes casos de sucesso no saneamento são produto de parcerias entre os governos e as comunidades, com um amplo leque de organizações da sociedade civil a fazer a ponte entre os dois. A política pública pode criar procura e amplificar as iniciativas comunitárias. A campanha de saneamento total do Bangladeche é um exemplo. Outro exemplo é o rápido progresso do saneamento rural no Lesoto, onde um forte processo de planeamento nacional e liderança política com grande ênfase no envolvimento comunitário obteve progressos reais (caixa 3.6).[23]

Muitas intervenções governamentais foram justificadamente criticadas por fornecer tecnologias desadequadas, mas as histórias de sucesso são menos valorizadas em termos globais. No Brasil, os governos municipais modificaram a prioridade dada a tecnologias convencionais de esgoto passando para uma alternativa de menor custo, o sistema de condomínios. Esse sistema facilitou um aumento sustentado das taxas de cobertura.[24]

Num sistema convencional de esgotos, presta-se o serviço a cada uma das habitações. No modelo de esgotos de condomínio, o serviço é prestado a quarteirões ou grupos de residências, evitando a necessidade de tubagens para cada lote ou mesmo em cada rua de um bairro. Essa rede tem duas partes. O sistema da cidade tem um ramal colector ligado a micro sistemas paralelos que recebem águas residuais dos blocos de condomínios. Estes sistemas têm em consideração a topografia local e as condições de escoamento, reduzindo dramaticamente o comprimento do sistema de tubagens. E podem funcionar independentemente até que possam estar ligados ao colector geral.

O desenvolvimento do sistema de condomínios no Brasil teve um carácter tanto político como tecnológico. A participação comunitária nas tomadas de decisão é amplamente entendida como um direito e um dever de cidadania, e o condomínio gera uma unidade social que facilita as decisões colectivas. Os membros do condomínio têm de concordar na localização adequada da rede de ramais e têm de se organizar para levar a cabo actividades complementares, incluindo a sua construção e manutenção. Neste momento, este sistema é uma parte central do sistema de esgotos que serve 2 milhões de pessoas só em Brasília (caixa 3.7).

Caixa 3.6 Lesoto — progresso no saneamento rural

Há vinte anos, o Lesoto começou um pequeno projecto piloto para o saneamento rural financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Fundo das Nações Unidas para a Infância. Desde então, a cobertura rural cresceu de 15% para 32%, mais do que em muitos países com níveis de rendimento mais altos. O objectivo actual é a cobertura total até 2010.

O programa tem fomentado a procura e providenciado apoio para a formação em construção de latrinas. Equipas de saneamento distritais trabalham, através de estruturas comunitárias, para aumentar a consciência dos benefícios do saneamento, criando a necessidade de latrinas aperfeiçoadas. A resposta em termos de oferta surgiu sob a forma de prestadores de serviços locais de pequena escala, apoiados por agências governamentais locais.

A integração da educação para a higiene e saúde, com actividades técnicas e de construção, é suportada por uma cooperação nacional envolvendo o Ministério do Interior (para os aspectos relacionados com o equipamento) e o Ministério da Saúde. A coordenação entre o sector de abastecimento de água também foi melhorada.

Um dos desafios para atingir o objectivo de 2010 é chegar a alguns dos agregados mais pobres do país. A recuperação total dos custos e a política de subsidiação zero criou incentivos para a inovação. Mas mesmo as latrinas básicas continuam além das capacidades económicas dos mais pobres. Só muito recentemente foram postas em prática medidas para reduzir os custos das latrinas através de programas de microcrédito que oferecem períodos de reembolso alargados.

Fonte: Jenkins e Sugden 2006; Banco Mundial 2004b

Criar condições para o progresso

A liderança governamental é essencial na criação de progresso no saneamento por algumas razões óbvias. As comunidades ou ONG agindo individualmente podem criar núcleos de sucesso, por vezes numa escala impressionante. Mas os avanços criados por projectos não podem substituir os recursos financeiros, políticos e administrativos que os governos podem comportar.

Veja-se o caso de Bengala Ocidental na Índia. Desde 1990 que o governo estadual desenvolveu uma estratégia para expandir o saneamento rural, recorrendo a parcerias a longo-prazo com agências internacionais como a UNICEF, ONG a nível estadual e outros grupos e envolvendo-as na campanha de saneamento total da Índia.[25] A campanha de Bengala Ocidental é a única na

Caixa 3.7 A abordagem de condomínios do sistema de esgotos em Brasília — políticas e tecnologia

Desenvolvido na década de 80 para fazer chegar o saneamento a famílias pobres, o sistema de condomínios surgiu como uma solução para a gestão de saneamento em áreas urbanas inteiras, independentemente dos seus rendimentos. A Companhia de Água e Esgotos de Brasília demonstra como tecnologias inovadoras podem ser ampliadas a partir de pequenos projectos para cobrir cidades inteiras.

No início da década de 90, a falta de saneamento nas zonas peri-urbanas de Brasília e a contaminação do lago Paranoa levaram as autoridades municipais a embarcar num grande programa de saneamento. A companhia precisava de fazer chegar a rede de esgotos a 1,7 milhões de pessoas. As tecnologias convencionais teriam sido financeiramente incomportáveis, o que estimulou a procura de alternativas de baixo custo.

Depois de estudos piloto iniciais, foi adoptado o modelo de condomínios tanto para bairros peri-urbanos como para áreas mais abastadas da capital. Os fundos vieram do Banco Federal de Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com ajudas adicionais da capital e do distrito federal. De 1993 a 2001, estima-se que 188.000 ligações de esgotos de condomínios no distrito federal tenham beneficiado cerca de 680.000 pessoas.

O envolvimento comunitário foi fundamental desde o início. Os agregados tinham a opção de fazer o trabalho de ligação eles próprios, sob a supervisão dos serviços, ou de pagar a ligação. As tarifas foram estabelecidas de forma a reflectir os custos, sendo as tarifas mais baixas aplicadas a agregados dispostos a instalar tubagens nos seus quintais e a serem responsáveis pela manutenção do sistema.

O que ditou o sucesso do modelo de Brasília? Em primeiro lugar, os serviços tomaram uma forte decisão sobre a tecnologia a utilizar, comunicaram claramente esta decisão ao público e consequentemente adaptaram a sua estrutura interna. Em segundo lugar, um sistema de saneamento descentralizado com potencial para se integrar numa rede para toda a cidade conferiu-lhe uma flexibilidade considerável. Resposta às necessidades, prestava-se a ser aplicado a blocos de condomínios e a micro sistemas diferentes. Em terceiro lugar, a participação da comunidade manteve os custos baixos e melhorou a eficiência.

Fonte: Melo 2005.

Índia que tem um organismo próprio, o Instituto Estadual de Panchayats e Desenvolvimento Rural (SIPRD), que é responsável pela monitorização da cobertura, pela condução de revisões e avaliações, e por dar apoio e formação ao governo local. A campanha dá ênfase à educação em termos de higiene e ao envolvimento comunitário para gerar procura. Mas as agências governamentais e as ONG também estiveram fortemente envolvidas no lado da oferta. Os governos locais têm apoiado as redes de comércio de sanitários rurais no fabrico de lajes de latrina de baixo custo, têm apoiado também a formação de pedreiros para trabalharem nas aldeias.

Os resultados têm sido impressionantes. Em 1990, quando o governo estadual deu o impulso para o saneamento rural em Midnapur, o maior distrito da Índia na altura, as taxas de cobertura eram inferiores a 5%. A cobertura actual é de 100%. Em todo o estado, foram construídos e instalados 2 milhões de sanitários nos últimos 5 anos, fazendo aumentar a cobertura estadual de 12% em 1991 para mais de 40% actualmente. Os subsídios governamentais cobrem cerca de 40% do custo da latrina, mas a maior parte dos gastos públicos vão para campanhas e programas de comercialização e construção de latrinas.

Os feitos conseguidos em Bengala Ocidental nos últimos cinco anos são fruto de décadas de investimento político e institucional. Os dados de outros estados dão relevo às dificuldades em alcançar um rápido progresso sem estes investimentos. Por exemplo, Andhra Pradesh lançou uma enorme campanha de saneamento em 1997. Mas a campanha incidiu em latrinas de custo relativamente alto e fortemente subsidiadas (o preço médio era 5 vezes mais alto do que em Bengala Ocidental). As avaliações indicam que a campanha chegou a poucas pessoas pobres e que muitas das novas latrinas foram abandonadas. O problema não reside no uso de subsídios mas na incapacidade de os afectar e de criar procura através de parcerias comunitárias.

Os altos custos da ligação a um sistema significam que o saneamento no local continuará a ser a opção mais viável em muitas áreas de baixo rendimento. As casas de banho públicas do modelo desenvolvido pela Sulabh e outros ilustram uma abordagem a usar em zonas de alta densidade populacional. No entanto, os governos poderiam fazer muito mais para criar um ambiente que fomentasse o desenvolvimento de serviços, como o vazamento de fossas e o tratamento das águas residuais que neste momento fazem falta em tantas cidades. Como consequência, os agregados mais pobres estão a suportar não só os custos da construção das latrinas como os de fornecer a infra-estrutura para o tratamento dos dejectos.

O serviço público ou as parcerias público-privadas podem fazer a diferença. Os serviços públicos podem fazer o abastecimento ou criar condições para o seu desenvolvimento através de contratos com o sector privado. Em Dar es Salam, as autoridades municipais emitem licenças a pequenas empresas para fazer a prestação do serviço de remoção de esgotos com uma variedade de preços suportáveis para os agregados mais pobres. As empresas são obrigadas a depositar as águas residuais em locais de tratamento autorizados. À medida que mais empresas entraram no mercado, os preços caíram. Uma condição para o desenvolvimento duma infra-estrutura de tratamento de águas residuais devidamente

regulada é a existência de locais de tratamento de águas. Nos bairros degradados de Kibera em Nairobi, empresas de pequena dimensão funcionam numa base informal durante a época das chuvas, altura em que vazam os detritos de forma a serem levados pela água das chuvas. Não existem alternativas imediatas porque não há nenhum local destinado a esse fim.

O problema do financiamento

Tal como com a água, as habitações que se querem ligar a uma rede formal de saneamento têm de pagar a ligação e os custos habituais do seu uso. Para a vasta maioria dos agregados sem ligação, instalar uma latrina de fossa implica custos financeiros como custos de mão-de-obra. Ultrapassar a barreira do financiamento é uma parte importante da estratégia de aceleramento do progresso.

No passado, os governos aplicavam subsídios directamente a material de saneamento, tentando assim aumentar a sua procura diminuindo os preços. Muito frequentemente estes subsídios beneficiavam desproporcionalmente os agregados com rendimentos mais altos, que eram normalmente os únicos a conseguir pagar as instalações sanitárias que se podiam candidatar a subsídios do governo. Aparentemente foi isto que aconteceu no Zimbabué, onde os subsídios do governo apoiavam os gastos do agregado familiar sem que os pobres fossem claramente visados. O súbito corte dos subsídios levou a uma queda abrupta na construção de sanitários. Em Moçambique, um programa nacional para a expansão da cobertura de saneamento urbano, que durou duas décadas, entrou em colapso no final da década de 90 quando a redução dos fluxos de auxílio levaram ao corte dos subsídios governamentais e os preços das lajes de latrina subiram 400%.

Desenvolver mercados que dão resposta

Com as novas abordagens de resposta às necessidades, as atenções desviaram-se para o estímulo da procura. Em alguns casos, estas abordagens têm sido baseadas no poder das finanças dentro das comunidades. O Bangladeche e o Lesoto têm políticas de zero-subsídios para os mais favorecidos, indo a maior parte do apoio financeiro para o marketing social de latrinas.[26] Nesta abordagem está implicitamente assumido que os investimentos crescentes em tecnologia e construção de latrinas farão baixar os preços para níveis suportáveis à medida que o mercado se desenvolve.

Essa premissa é em parte suportada pelas evidências. No Bangladeche, a campanha de saneamento total foi o berço de muitas pequenas empresas altamente inovadoras, especializadas em fornecer e manter saneamento de baixo custo. No Lesoto, o investimento público em formação e marketing gerou uma forte resposta do sector privado. Os preços das latrinas baixaram, o seu design foi melhorado e as pequenas empresas tornaram-se altamente especializadas para trabalhar no mercado local.[27] Mas existem limites para aquilo que o mercado consegue fazer quando a pobreza é generalizada. Tanto o Bangladeche como o Lesoto têm enfrentado grandes dificuldades na expansão do acesso entre os sectores mais pobres da sociedade; um problema que pode atrasar o progresso se não for resolvido.

A experiência do Vietname, um país com um alto desempenho no alargamento de acesso ao saneamento, é elucidativa. Como já foi referido, os números nacionais escondem grandes desigualdades na cobertura entre as zonas rurais e urbanas, e entre as zonas ricas e pobres. Os factores de custos ajudam a explicar a existência dessas desigualdades. Os programas de ajuda estão agora a comercializar latrinas para agregados com baixo rendimento, a preços que vão dos 35 aos 90 dólares.[28] Em média, estes agregados gastam 72% dos rendimentos em alimentos. Caso o resto dos rendimentos fosse para a aquisição de uma latrina, isso implicaria um enorme desvio dos recursos destinados à saúde e à educação.

Alguns governos desenvolveram estratégias inovadoras para subsidiar transversalmente o saneamento. No Burquina Faso, os serviços de água e saneamento cobram uma pequena taxa de saneamento aos utilizadores de água; metade dessas verbas é usada para financiar o marketing social do saneamento. Outro quarto das verbas apoia a construção de instalações de saneamento melhoradas em zonas com baixo rendimento. Essa taxa foi usada para financiar as instalações sanitárias de todas as escolas primárias de Uagadugu. Os agregados têm direito a receber ajuda financeira para latrinas de fossa melhoradas e para latrinas com descarga manual. No entanto, os agregados devem financiar 70 a 80% do custo das instalações de saneamento.[29] Estes custos são altos em relação aos recursos das pessoas com baixo rendimento, o que significa que os agregados mais pobres podem não ser alcançados.

O financiamento doméstico e outros problemas

A maior parte dos países que conseguiram alcançar um rápido progresso fizeram uma grande mobilização dos recursos domésticos, apoiando

Ultrapassar a barreira do financiamento é uma parte importante da estratégia de aceleramento do progresso no saneamento

A maior parte dos países que conseguiram alcançar um rápido progresso fizeram uma grande mobilização dos recursos domésticos, apoiando simultaneamente os mercados que forneciam manutenção e tecnologia

simultaneamente os mercados que forneciam manutenção e tecnologia. Mais uma vez, o factor principal é a força do processo político nacional. Na China, o progresso do saneamento nas zonas rurais estava muito atrás do das zonas urbanas até meados da década de 90, atrasando os avanços em termos de sáude. Desde então, o saneamento rural tem sido parte integrante da estratégia nacional de saúde. Os governos provinciais e regionais supervisionam planos para atingir os objectivos estabelecidos pelo governo. Foram investidos recursos no desenvolvimento e na comercialização de latrinas sanitárias criadas para as zonas rurais. O resultado tem sido impressionante, com a duplicação da cobertura rural de saneamento em cinco anos. O financiamento provém duma série de fontes: os utilizadores pagam 70% do custo, as associações das aldeias 15% e o governo cerca de 15%. Estes números dão uma indicação do nível de mobilização de recursos domésticos, embora se mantenham as questões de incapacidade financeira por parte dos agregados mais pobres.[30]

Em todos os países em desemvolvimento, os recursos domésticos continuarão a ser uma fonte fundamental para o financiamento no saneamento. Mas existem limites para o que os agregados mais pobres podem pagar. Muitos governos e doadores de auxílio continuam a ser profundamente contra o uso de subsídios para o saneamento doméstico. No entanto, sem os subsídios, o saneamento adequado continuará fora do alcance de uma grande parte da população do mundo em desenvolvimento, implicando riscos de saúde pública assim como pobreza. Embora seja verdade que a história dos subsídios para o saneamento não é encorajadora, não se devem excluir os sistemas inovadores de financiamento, como o microfinanciamento para o investimento inicial e o reembolso a longo prazo. Na Índia, a Water-Aid cooperou com os governos locais no desenvolvimento desses sistemas de microfinanciamento.[31] Iniciativas deste tipo podem ser aplicadas em programas nacionais quando enraizados em sistemas de participação comunitária.

À medida que os governos tentam colocar os seus países em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de 2015, torna-se importante colocar as questões de igualdade de uma forma clara nas agendas políticas. Para uma grande parte da humanidade, o saneamento básico continuará a ser financeiramente incomportável num futuro imediato. Sem apoio financeiro para os agregados mais pobres, as medidas de recuperação de custos demasiadamente ambiciosas e as estratégias de ausência de subsídios irão progredir lentamente. Alguns dos custos serão suportados pelos que são excluídos. Mas outros custos serão transmitidos a toda a comunidade. O argumento a favor da existência de subsídios no saneamento, como na água, encontra-se parcialmente no facto de todos terem os seus direitos humanos básicos reconhecidos, independentemente da sua capacidade de pagar, e parcialmente no facto de os custos da exclusão saírem da esfera dos agregados passando para a esfera pública.

O caminho a seguir

A enorme diversidade de experiências dos países em desenvolvimento em termos de saneamento adverte-nos contra receitas universais. Nalgumas áreas, existe um claro paralelismo entre a água e o saneamento. Noutras, o saneamento apresenta desafios diferentes porque envolve não só a reforma de políticas públicas e financeiras mas também alterações de comportamento radicais. Surgem quatro grandes questões como indicadores para o sucesso futuro.

Primeiro, o problema da liderança política e das políticas nacionais. Países tão diferentes como o Bangladeche, a China e o Lesoto registaram um rápido progresso no saneamento, e todos eles seguiram diferentes políticas. Mas em todos os casos, os líderes políticos nacionais transmitiram claramente a mensagem que o saneamento fazia parte da política de desenvolvimento nacional. A Colômbia e Marrocos progrediram nas zonas urbanas porque têm fortes estratégias municipais de abastecimento de saneamento através serviços públicos, mas as zonas rurais sofreram por terem enquadramentos políticos mais fracos. As estratégias de redução de pobreza deviam ser um ponto fulcral nos planos nacionais, mas planos sem apoio político credível e sustentado não obtêm os resultados ideais. Fortalecer o peso financeiro e político dos ministérios envolvidos e fortalecer as estruturas de governo locais que lidam com o saneamento é o ponto de partida para resolver a desfragmentação actual.

Segundo, a participação pública deve ser parte do planeamento nacional, a todos os níveis. Uma das consequências da fraca participação é a longa história do fornecimento implementado pela oferta que esbarra contra a falta de procura por parte das comunidades. O envolvimento das comunidades pode identificar tecnologias de baixo custo adequadas à melhoria da cobertura, como aconteceu com o programa de condomínios no Brasil e no Projecto-piloto Orangi no Paquistão.

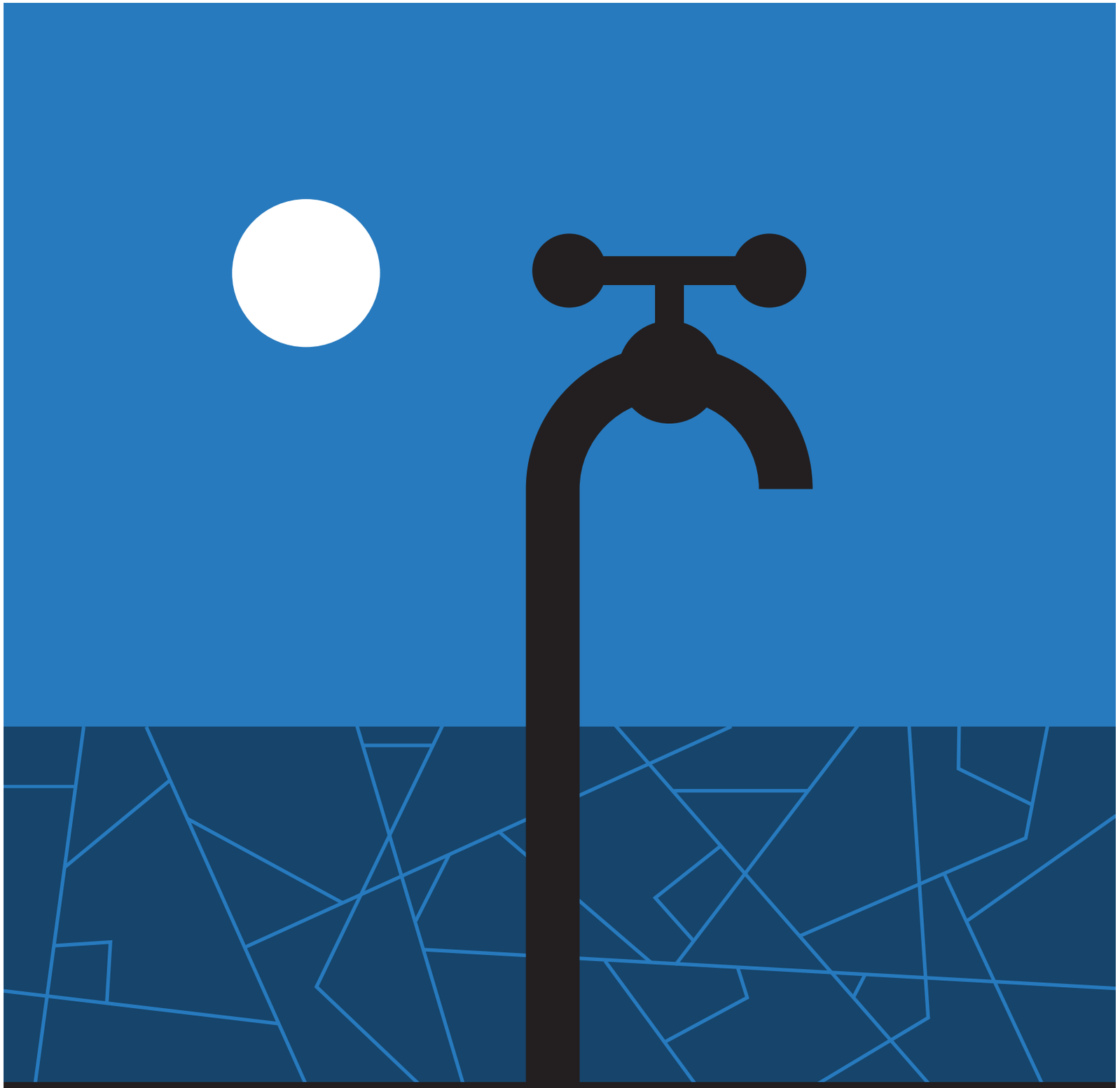
Terceiro, acelerar o progresso requer a identificação de quem não é servido e porquê. Um objectivo transversal é colocar as pessoas pobres no centro do serviço de abastecimento, permitindo que sejam elas a monitorizar e a disciplinar os prestadores do serviço e incentivando os prestadores de serviço a ouvir quais são as necessidades dos clientes. Complementar as actuais metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para o saneamento com metas explícitas de redução das desigualdades baseadas na riqueza e na localização iria ajudar de duas formas: iria concentrar a atenção da política pública e aumentar a importância do problema das desigualdades na agenda política. Reduzir para metade as desigualdades entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres, ou entre as zonas rurais e urbanas, seria um complemento óbvio da meta de redução para metade do défice nacional em termos de níveis de cobertura dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As desigualdades de género são críticas no atraso do progresso do saneamento. Aumentar a voz das mulheres no debate sobre as políticas públicas e nos mercados para o saneamento iria fortalecer os incentivos para um melhor abastecimento. Mas eliminar as desigualdades de género ultrapassa a política de saneamento indo até às profundamente enraizadas relações de poder dentro das famílias. Da mesma forma, dar voz aos moradores dos bairros degradados, aos pobres rurais e a outros grupos marginalizados nos debates sobre as políticas nacionais envolve mudanças políticas de fundo.

Quarto, as parcerias internacionais podem fazer a diferença. A água e o saneamento continuam marcados por parceiros de auxílio fracos e fragmentados, e por subfinanciamento constante. O saneamento é o parente pobre. Ainda que vários doadores financiem as infra-estruturas de saneamento, o diálogo sobre o alargamento do saneamento aos pobres está subdesenvolvido. Tanto no saneamento como na água, as parcerias de auxílio eficazes criadas com base em processos participativos de planeamento nacional podem aproximar-nos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A proposta para o plano de acção global delineada no capítulo 1 poderia desempenhar um papel construtivo.

Há trinta anos, as conferências internacionais sobre a água e saneamento apontavam a tecnologia como o maior obstáculo para o progresso. Desse ponto de vista, a invenção e o desenvolvimento de opções de baixo custo criaria o ímpeto tecnológico para resolver o programa. Mais recentemente, o financiamento foi identificado como sendo o maior obstáculo. As experiências nacionais e os estudos de caso mostrados neste capítulo demonstram que as barreiras tecnológicas e financeiras podem ser ultrapassadas.

A maior barreira é a falta de vontade dos líderes políticos nacionais e internacionais em pôr os excrementos e o seu tratamento seguro na agenda internacional do desenvolvimento. Até muito recentemente, outro assunto tabu estava ausente da agenda internacional do desenvolvimento — o VIH/SIDA. Esse tabu tem sido agora desafiado em muitos países por líderes políticos e coligações dispostas a fazer frente a esta pandemia que abalou o bem-estar humano duma forma sem precedentes. Então porque é que o tabu do saneamento tem sido tão difícil de ultrapassar? Parte da razão pela qual isso acontece, ao contrário do VIH/SIDA que afecta da mesma forma ricos e pobres, é que os custos do défice do saneamento são esmagadoramente suportados pelos pobres. A outra parte da razão é que os custos são menos visíveis. Mesmo assim, o VIH/SIDA é semelhante ao saneamento num ponto crucial: o seu potencial de destruição sustentada. Sem fortes aliados que despertem consciências, mobilizem recursos e dêem dimensão às parcerias que possam fazer a diferença, o saneamento desadequado permanecerá um dos maiores potenciadores de pobreza, falta de saúde e desigualdades. Logo, uma das maiores ameaças ao projecto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A maior barreira é a falta de vontade dos líderes políticos nacionais e internacionais em pôr os excrementos e o seu tratamento seguro na agenda internacional do desenvolvimento



4 Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados

«Só sentirás falta da tua água quando o poço secar»

Bob Marley

«O sapo não bebe do mesmo charco em que vive»

Ditado nativo americano

CAPÍTULO 4

Escassez de água — riscos e vulnerabilidades associados

A escassez é um resultado induzido pelos políticos, consequência previsível da interminável busca de recursos a baixo custo

A segurança humana só está garantida quando existem meios de defesa contra situações imprevisíveis que podem originar perturbações na vida e na subsistência dos povos. Poucos recursos têm uma influência tão decisiva na segurança humana como a água. Enquanto recurso produtivo, a água é essencial para garantir a subsistência dos povos mais vulneráveis do mundo. Mas a água também possui poderes destrutivos, como o poderão testemunhar as tempestades e as inundações. A garantia de acesso à água enquanto investimento produtivo e defesa contra as vulnerabilidades associadas à incerteza dos cursos de água constitui um dos elementos chave do desenvolvimento humano.

A avaliação que hoje se faz da segurança da água é fortemente influenciada pelos conceitos associados à sua escassez. As faltas de água são genericamente encaradas como aspectos determinantes para se avaliar o grau de insegurança do acesso à água. O receio de que o mundo esteja «a ficar sem água» surge com cada vez maior frequência. Mas encararmos o problema da insegurança da água só em função da sua escassez é uma visão simultaneamente distorcida e redutora do problema. Distorcida porque grande parte daquilo que é interpretado como escassez não passa de uma consequência da má gestão dos recursos hídricos por parte do poder político. E limitativa porque as reservas físicas de recursos hídricos são apenas uma das vertentes do problema da insegurança da água.

Há uma semelhança espantosa entre a percepção que hoje existe da crise dos recursos hídricos ao nível mundial e o receio da iminente crise alimentar que se viveu em eras anteriores. No início do século XIX, Thomas Malthus preconizou um futuro sombrio para a Humanidade. No seu *Ensaio sobre a População*, ele previu, de forma amplamente divulgada — e errada — que o crescimento populacional iria exceder o crescimento da produção agrícola, o que por sua vez daria origem a um desequilíbrio cada vez maior entre o número de bocas a alimentar e a comida disponível. A escassez de alimentos, argumentava ele, iria produzir ciclos de fome recorrentes. «A capacidade da população se reproduzir é tão superior à capacidade da terra de produzir meios de subsistência para muitos», concluía Malthus, «que o espectro de uma morte prematura irá atingir, de uma forma ou de outra, a raça humana.»[1]

Essa visão apocalíptica coincide com as estimativas mais pessimistas relativas aos cenários futuros da disponibilidade da água. O Comité Mundial da Água identificou «a obscura aritmética da água» como uma das maiores ameaças para a Humanidade.[2] «A escassez dos recursos hídricos», escreve outro comentador, «será condição de vida determinante para muitos seres humanos neste novo século.»[3] A imagem de lagos a secarem e de rios a desaparecerem contribui para reforçar a ideia de que o mundo está a caminhar para uma crise Malthusiana, em que as pessoas irão competir entre si por um recurso cada vez mais escasso, dando origem a conflitos internos nacionais e provocando guerras pela posse da água entre diferentes países.

Este capítulo começará por abordar as reservas actuais de recursos hídricos. A escassez física da água, definida como quantidade insuficiente de recursos para satisfazer a procura, é uma das características inerentes à questão da segurança da água em alguns países. Mas as situações de penúria absoluta ainda são a excepção e não a regra. A maioria dos países dispõe de água suficiente para satisfazer as necessidades domésticas, industriais, agrícolas e ambientais. O problema reside na sua gestão. Até muito recentemente, a água era encarada como um recurso inesgotável que poderia ser desperdiçado, escoado ou poluído em nome da produção de riqueza. A escassez é uma consequência induzida pelos políticos, consequência previsível da interminável busca de recursos a baixo custo. Como escreveu um comentador com alguma ironia, «Se

A escassez dos recursos hídricos pode ser de carácter físico, económico ou institucional, e — tal como acontece com as próprias reservas de água — pode variar consoante o tempo e o espaço

começarmos a vender modelos da Porsche a 300 dólares a unidade, estas viaturas também irão em breve escassear no mercado.»[4]

Para além da escassez, a segurança do acesso à água também tem que ver com questões de risco e vulnerabilidade — temas a que iremos dedicar parte deste capítulo. Desde as mais remotas civilizações até ao mundo globalizado de hoje, o êxito — ou o fracasso — das sociedades no aproveitamento do potencial produtivo dos recursos hídricos limitando, ao mesmo tempo, o seu potencial destruidor é determinante para o progresso humano. A previsibilidade e confiança no acesso à água, e a protecção contra os riscos a ela associados, revelam-se cruciais para o bem-estar do ser humano. Tal como nos mostram de forma dramática as imagens do sofrimento provocado pelas cheias em Moçambique ou em Nova Orleães, ou pelas secas no Norte do Quénia, a escassez ou o excesso de um bem tão precioso como a água pode transformá-lo num agente de destruição. O progresso é determinado, em parte, pela forma e local onde a Natureza nos disponibiliza os recursos hídricos, mas mais decisivamente pelas instituições e infra-estruturas através das quais as pessoas e as sociedades garantem o acesso aos caudais de água previsíveis, bem como a sua capacidade de resistência face aos choques.

Alguns choques são mais previsíveis do que outros. O presente capítulo irá abordar as implicações de um choque iminente que, por culpa de má gestão, poderá neutralizar os avanços acumulados ao longo de gerações em termos de desenvolvimento humano junto de largas camadas da população. As alterações climáticas representam uma ameaça séria, e perfeitamente previsível, à segurança dos recursos hídricos para muitos dos países mais pobres e para muitas das famílias mais carenciadas do mundo inteiro. Claro está que esta ameaça não se confina aos países pobres. Os países ricos também sentirão o impacto das alterações verificadas nos padrões da precipitação, nas más condições meteorológicas e na subida do nível dos oceanos. Mas os países pobres — e as pessoas carenciadas que habitam nesses países — não possuem os recursos financeiros de que os países ricos dispõem para fazer face aos riscos como seria exigível. A medida internacional de reduzir as emissões de carbono para a atmosfera é importante porque irá limitar os danos futuros provocados pelas alterações climáticas. No entanto, as alterações climáticas perigosas continuarão a verificar-se porque as actuais concentrações atmosféricas conduzirão inevitavelmente a um aquecimento global. Para milhões de povos carenciados em todo o mundo que tiveram um contributo insignificante na geração das actuais emissões, a prioridade reside em melhorar a sua capacidade de adaptação à nova realidade. Infelizmente, as estratégias de adaptação estão bem menos desenvolvidas, quer a nível nacional quer internacional, do que as estratégias de mitigação do problema.

Repensar a escassez num mundo pressionado pela falta de água

Até que ponto existe falta de água no mundo? Não é fácil responder esta questão. A escassez dos recursos hídricos pode ser de carácter físico, económico ou institucional, e — tal como acontece com as próprias reservas de água — pode variar consoante o tempo e o espaço. A escassez depende, em última análise, das leis da oferta e da procura. Mas em que as duas componentes da equação oferta/procura são definidas de acordo com opções políticas e medidas governamentais.

Compreender a escassez

«Água, só vejo água por toda a parte, e nem uma só gota que se beba», lamenta o marinheiro no *Poema do Velho Marinheiro*, de Samuel Coleridge. Esta observação continua a ser um bom ponto de partida para melhor compreendermos os problemas relativos ao abastecimento mundial de água doce.

A Terra pode ser chamado o planeta da água, mas 97% dessa água está nos mares e nos oceanos.[5] A maior parte da restante água está retida nos gelos da Antártida ou subterrada nas camadas profundas do subsolo, deixando disponível menos de 1% para consumo humano, em lagos e rios de água doce de acesso fácil. Ao contrário do petróleo ou da hulha, a água é um recurso infinitamente renovável. Ela segue um ciclo natural: a água da chuva cai proveniente das nuvens, regressa ao mar salgado através das correntes dos rios de água doce, para voltar depois a evaporar-se e a formar nuvens. Este ciclo pode explicar o motivo pelo qual não se pode dizer que a água está a acabar, mas as reservas disponíveis são, de facto, limitadas. O sistema hidrológico do planeta Terra bombeia e transfere anualmente para o solo aproximadamente 44.000 quilómetros cúbicos de água, o equivalente a 6.900 metros cúbicos por cada habitante do planeta. Uma grande parte desta água não corresponde a caudais de cheias incon-

troláveis ou a água demasiado inacessível para poder ser utilizada pelo homem. Mesmo assim, o mundo dispõe de mais água do que 1.700 metros cúbicos por pessoa definidos pelos hidrologistas (embora seja arbitrário) convencionado-se como a quantidade mínima necessária para garantir a alimentação, manter as indústrias em funcionamento e conservar o meio ambiente.[6]

Infelizmente, a média internacional acaba por ser um número perfeitamente irrelevante. Neste ponto, os recursos hídricos mundiais são como a saúde mundial. Em termos globais, temos mais do que o suficiente para cobrir as necessidades: o problema é que alguns países têm bastante mais do que outros. Cerca de um quarto das provisões mundiais de água doce encontram-se no Lago Baikal, situado na região escassamente povoada da Sibéria.[7] O desnível das reservas das diversas regiões e, mesmo, no interior destas, contribuem para acentuar ainda mais o problema da distribuição. Dispondo de 31% dos recursos universais de água doce, a América Latina tem 12 vezes mais água por habitante do que, por exemplo, a Ásia do Sul. Algumas regiões, como o Brasil e o Canadá, dispõem de mais água do que aquela que conseguem consumir; outras, como alguns países do Médio Oriente, possuem muito menos do que necessitam. O Iémen, um país pressionado pela escassez de água (198 metros cúbicos por pessoa) não ganha nada com o facto de o Canadá ser abundante em água doce (90.000 metros cúbicos por pessoa). E algumas regiões que lutam com falta de água na China e na Índia em nada beneficiam com o facto de as reservas de água na Islândia serem 300 vezes superiores ao limiar de 1.700 metros cúbicos.

No interior de cada região, também é frequente existir uma desproporção entre os recursos hídricos disponíveis e o número de habitantes. Enquanto região vista como um todo, a África Subsariana está razoavelmente bem dotada de água. Mas a gestão da sua distribuição altera por completo este quadro. A República Democrática do Congo dispõe de mais de um quarto da água da região, ou seja, 20.000 metros cúbicos ou mais por cada habitante, enquanto países como o Quénia, o Malawi e a África do Sul ainda se encontram abaixo do limiar que define uma situação de pressão sobre os recursos hídricos.

Dado que a água, ao contrário da alimentação ou do petróleo, não é facilmente transferível em grandes quantidades, o raio de acção para atenuar estes desequilíbrios é reduzido. O que importa é dispor de reservas locais e garantir o acesso entre as populações através de infra-estruturas de abastecimento de água. Isto aplica-se, também, ao interior dos próprios países. Por exemplo, o Norte da China tem menos de um quarto das disponibilidades de água per capita existentes no Sul.[8] As estatísticas nacionais relativas ao Brasil colocam este país perto dos lugares de topo no clube dos países com maiores reservas de água no mundo. No entanto, milhões de pessoas que habitam no vasto «polígono seco», uma região semi-árida que abrange nove estados e 940.000 quilómetros quadrados do Nordeste, experimentam regularmente faltas de água crónicas. A Etiópia, com vários lagos e rios de grande caudal, abundância de lençóis de água subterrâneos e um elevado índice de precipitação, praticamente atravessa o limiar mínimo que define a situação de pressão sobre os recursos hídricos. Mas, infelizmente, a precipitação é eminentemente sazonal e varia muito no tempo e no espaço. Se associarmos a isto infra-estruturas de armazenamento limitadas e bacias hidrográficas mal protegidas, estas oscilações expõem milhões de pessoas à ameaça ora da seca ora das cheias.

O tempo é outra parte importante da equação da disponibilidade da água. Para os países que dependem das monções ou de estações de chuvas curtas, as médias nacionais transmitem-nos uma visão errada das disponibilidades reais existentes. Grande parte da Ásia recebe quase 90% da sua precipitação anual, em menos de 100 horas, o que origina riscos de escassez, cheias intensivas durante alguns períodos do ano e uma seca prolongada no resto do tempo.[9] As disponibilidades reais ao longo de todo o ano não dependem apenas da precipitação, mas também da capacidade de armazenamento e do ritmo a que os caudais dos rios e as águas subterrâneas vão sendo repostos.

Pressão e escassez crescentes

Os hidrologistas costumam calcular o grau de risco de escassez de uma determinada região através da análise da equação água/população. Mas como já fizemos notar, convencionou-se adoptar os 1.700 metros cúbicos por pessoa como sendo o limiar mínimo nacional para atender às necessidades em termos de agricultura, indústria, energia e meio ambiente. Considera-se que uma disponibilidade inferior a 1.000 metros cúbicos representa uma situação de «escassez de água» — e abaixo dos 500 metros cúbicos equivale a «escassez absoluta».[10]

Presentemente, cerca de 700 milhões de pessoas oriundas de 43 países vivem abaixo do limiar mínimo que define a situação de falta de água. Dispondo de uma reserva anual média de, aproximadamente, 1.200 metros cúbicos por pessoa, o Médio Oriente é a região do mundo mais atingida pela pressão da falta de água; somente o Irão, o Iraque, o Líbano e a Turquia se encontram acima do limiar mínimo. Os Palestinianos, sobretudo em Gaza, experimentam algumas das crises mais agudas de escassez de água do mundo inteiro — têm apenas cerca de 320 metros cúbicos por pessoa. A África Subsariana tem o maior número de países pressionados pela falta de água de toda aquela zona. Quase um quarto da população da África Subsariana habita em países actualmente sujeitos à pressão da falta de água — e essa percentagem tem vindo a aumentar.

Em termos globais, temos mais do que o suficiente para cobrir as necessidades: o problema é que alguns países têm muito mais do que outros

Por volta do ano 2025, mais de 3 mil milhões de pessoas poderão viver em países sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos — e 14 países irão passar de uma situação de pressão sobre os recursos hídricos para uma de escassez efectiva

Com muitos dos países mais atingidos pela pressão da falta de água a registarem taxas de crescimento populacional muito elevadas, as reservas per capita têm vindo a diminuir rapidamente. Tomando o ano de 1950 como marco, a distribuição do crescimento global da população tem vindo a modificar, de forma acentuada, as disponibilidades de água per capita. Enquanto as reservas estabilizaram nos países ricos, na década de 70, nos países em desenvolvimento elas continuam a diminuir, e em particular nos países em desenvolvimento de clima árido (figura 4.1).

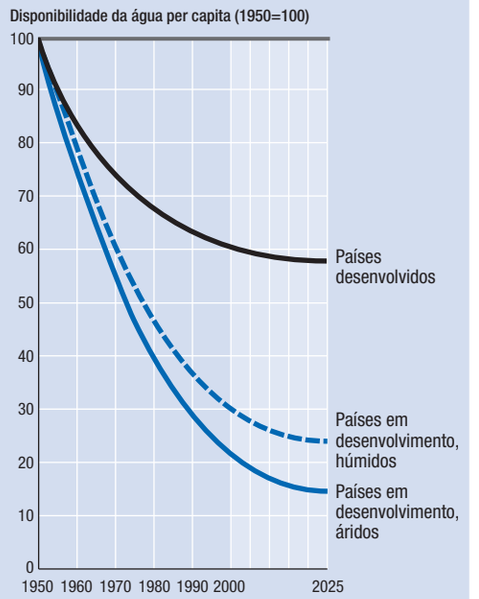
O ritmo a que esse declínio tem vindo a registar-se está bem patente nas actuais previsões de evolução futura. Por volta do ano 2025, mais de 3 mil milhões de pessoas poderão viver em países sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos — e 14 países irão passar de uma situação de pressão sobre os recursos hídricos para uma de escassez efectiva (figuras 4.2 e 4.3). A evolução prevista para 2025 inclui:

- Intensificação da pressão sobre a África Subsariana, onde a percentagem de população da região residente em países ameaçados pela falta de água aumenta de pouco mais de 30% para 85% em 2025.
- Agravamento dos problemas no Médio Oriente e no Norte de África, com uma disponibilidade média de água a cair mais de um quarto. Prevê-se que, por volta de 2025, as reservas de água médias se situarão em cerca de 500 metros cúbicos por pessoa, e mais de 90% da população da região viverá em países atingidos pela escassez de água.
- Países densamente povoados como a China e a Índia integrarão o clube mundial dos ameaçados pela falta de água.

0zonas do Norte de África: por exemplo, é inferior à de Marrocos.

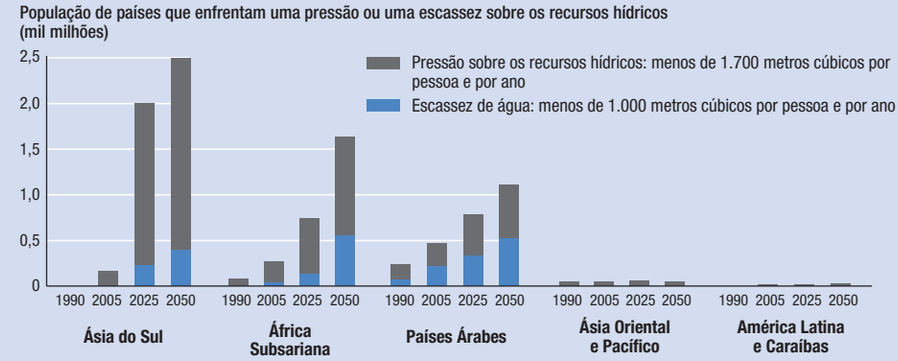
O mundo debate-se hoje com problemas relacionados com os limiares para a pressão sobre os recursos hídricos. Conforme demonstrado em cima, as médias nacionais podem ocultar a disponibilidade real. Além dos problemas relativos à distribuição, os países diferem muito no que respeita à quantidade de água de que necessitam para produzir um determinado volume de riqueza, manter o meio ambiente e satisfazer as necessidades das populações. Apenas a precipitação que engrossa os rios e repõe os lençóis de água subterrâneos conta como água renovável para as estatísticas nacionais. Esta «água azul» representa apenas 40% da precipitação total. A restante — a «água verde» (água rica em matéria orgânica) — nunca chega aos rios mas alimenta o solo, evapora-se ou é expelida pela transpiração das plantas.[12] Trata-se de um recurso que mantém húmidos os terrenos agrícolas, fonte de sustento para largas camadas da população ca-

Figura 4.1 Disponibilidade da água em declínio



Fonte: Pitman 2002.

Figura 4.2 A pressão sobre os recursos hídricos é planeada para acelerar de intensidade em várias regiões



Fonte: Calculado com base em FAO 2006.

renciada de todo o mundo. No entanto, apesar de todos estes problemas e omissões, os níveis das reservas de água nacionais ainda conseguem fornecer quantidades muito razoáveis.

O crescimento da procura de água é superior ao crescimento populacional

No historial da utilização dos recursos hídricos, alguns aspectos vão-se alterando mas outros mantém-se sempre iguais. Hoje em dia, tal como no passado, o ser humano usa a água principalmente para irrigação. Algumas das mais importantes civilizações — Egípcia, Mesopotâmica, Indiana e Chinesa — assentavam no controlo da água dos rios para efeitos agrícolas. Hoje, como então, a irrigação e a agricultura continuam a ser as principais consumidoras de água. Contudo, desde o início do século XX que a utilização da água na indústria e ao nível autárquico tem vindo a crescer. O mesmo tem vindo a acontecer com o fosso existente entre a taxa de crescimento populacional e as necessidades de água: à medida que o mundo enriquece e se industrializa, as pessoas vão consumindo cada vez mais água.[13] Esta tendência tem levado alguns a darem uma certa credibilidade às preocupações Malthusianos que previam um futuro sem água.

Desde há um século, pelo menos, que o consumo de água tem vindo a crescer a um ritmo muito mais rápido do que a população — e esta tendência mantém-se. Nos últimos cem anos, a população quadruplicou, enquanto o consumo de água cresceu pelo factor sete. À medida que o mundo vai enriquecendo, também se vai tornando mais sequioso de água (figura 4.4). Os padrões de consumo também se alteraram. Em 1900, a actividade industrial utilizava em média 6% das reservas de água mundiais. Hoje, utiliza quatro vezes mais. Durante o mesmo período de tempo, a percentagem de água consumida pelos municípios triplicou, atingindo os 9%.[14]

Contudo, enquanto as necessidades industriais e municipais de água mundiais cresciam de forma espectacular no século XX, a agricultura continuou a ficar com a parte de leão. Nos países em desenvolvimento a agricultura continua a absorver mais de 80% do consumo de água (figuras 4.5 e 4.6).

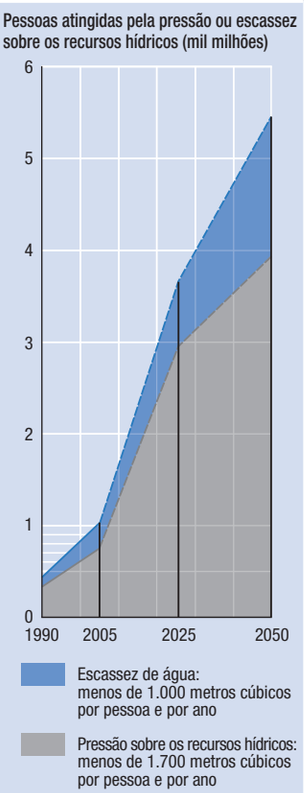
E não é difícil percebermos porquê. Por vezes, considera-se que a escassez de água equivale a não haver água suficiente para satisfazer as necessidades domésticas ou as exigências de consumo urbanas. Embora algumas cidades se debatam com problemas de pressão sobre os recursos hídricos, caberá à agricultura enfrentar o verdadeiro desafio. O problema pode ser explicado através da aritmética mais elementar. Cada ser humano tem como requisito mínimo de consumo de água 20-50 litros por dia. Comparemos isto com os 3.500 litros necessários para produzir alimentos que garantam um mínimo diário de 3.000 calorias (a produção de comida para alimentar uma família de quatro pessoas consome o equivalente a uma piscina olímpica cheia). Por outras palavras, é preciso cerca de 70 vezes mais água para produzir comida do que para satisfazer as necessidades domésticas de cada família.[15] A produção de um único quilo de arroz consome 2.000-5.000 litros de água[16]. Mas alguns alimentos são mais sequiosos do que outros. A produção de uma tonelada de açúcar consome oito vezes mais água do que a produção de uma tonelada de trigo — por exemplo. A produção de um simples hambúrguer consome cerca de 11.000 litros — mais ou menos a quantidade disponível para cada 500 residentes dos bairros urbanos degradados que não possuem água canalizada em casa. Estes números servem para explicar o motivo por que a subida dos salários e as alterações na dieta — à medida que as pessoas vão enriquecendo também consomem mais carne e açúcar — mantêm o crescimento do consumo de água acima da taxa de crescimento da população.

Em termos de futuro, é claro que é o padrão de consumo de água continuará a mudar. Atendendo a que o ritmo de urbanização e o crescimento da produção continuam a ganhar terreno, a procura de água por parte da indústria e dos municípios irá continuar a aumentar (ver figura 4.6).[17] Ao mesmo tempo, o crescimento da população e dos rendimentos estimularão a procura de água para irrigação, a fim de satisfazer as necessidades de produção alimentar. Em 2025, haverá perto de 8 mil milhões de pessoas no mundo, registando-se uma taxa de crescimento nos países em desenvolvimento de 79% para 82%. Em 2050, os sistemas agrícolas mundiais terão de alimentar mais 2,4 mil milhões de pessoas.

Duas importantes consequências podem desde já retirar-se desta tendência geral. Em primeiro lugar, haverá um aumento das captações de água nos países em desenvolvimento: o nível de captações previstas nos países em desenvolvimento será, em 2025, 27% superior ao registado em meados da década de 90. É o inverso do que se prevê para os países rios. Nos Estados Unidos, o consumo de água é hoje inferior ao que se registava há três décadas, mesmo com um aumento da população na ordem dos 40 milhões.[18] Em segundo lugar, haverá uma redistribuição da água, indo da agricultura para a indústria e municípios. As previsões apontam para uma diminuição gradual do peso da agricultura de regadio no consumo total de água para cerca de 75% do total em 2025.[19] Mas estes números subestimam a dimensão desse ajustamento. Em algumas partes da Ásia do Sul, a percentagem de consumidores de água não agrícolas irá aumentar de menos de 5% actualmente para 25% em 2050 (quadro 4.1).

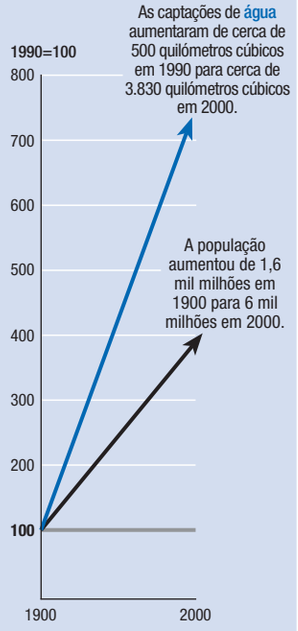
Por detrás destas estatísticas colocam-se algumas questões com implicações profundas para o desenvolvimento humano. A mais óbvia, como conse-

Figura 4.3 Intensificação da pressão mundial sobre a água



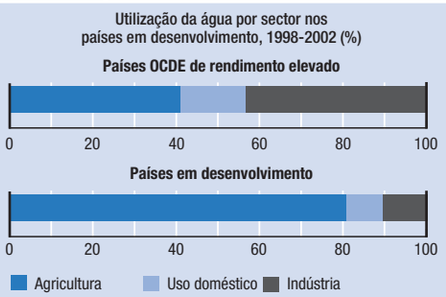
Fonte: Calculado com base em FAO 2006.

Figura 4.4 O nosso mundo cada vez mais rico e com cada vez mais sede



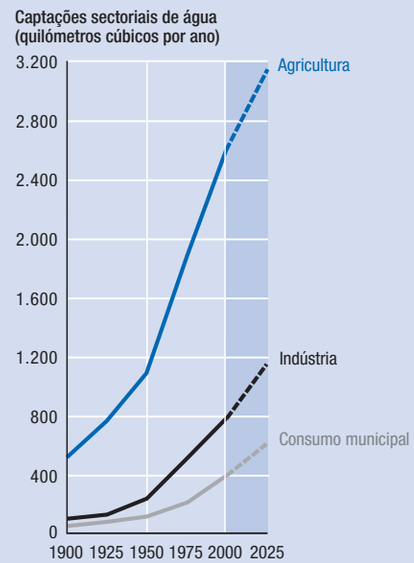
Fontes: SIWI e outros 2006.

Figura 4.5 Como o mundo utiliza a sua água



Fonte: FAO 2006.

Figura 4.6 A agricultura continua a ser a maior consumidora de água



Fonte: IWMI Forthcoming

guirá o mundo alimentar mais 2,4 mil milhões de pessoas no ano 2050, com base em recursos hídricos que já hoje estão em crise profunda? Num mundo onde hoje existem cerca de 800 milhões de pessoas subnutridas, esta questão exige uma reflexão séria. O mesmo é válido para a ausência de um debate internacional sério sobre este problema. Dado que a distribuição da água pelos diferentes sectores vai sofrendo alterações, isso terá implicações importantes na distribuição de água entre os povos. Um dos perigos óbvios é o de que as pessoas cuja subsistência depende da agricultura mas que não têm direitos reconhecidos, poder económico e peso político venham a ficar para trás — assunto a que voltaremos no capítulo 5.

Transpor os limites do consumo sustentável — problemas, políticas e respostas

Ao longo da história, as sociedades humanas têm-se estabelecido sobretudo nas margens dos rios. Segundo a história, os povos eram obrigados a instalar-se junto das reservas de recursos hídricos que lhes proporcionavam água para beber, meio de escoamento de resíduos, fonte de irrigação e energia para a actividade industrial. Nos últimos cem anos, o desenvolvimento industrial trouxe consigo uma crescente capacidade de transportar e controlar a água — paralelamente a uma também crescente capacidade de consumir mais, desperdiçar mais e poluir mais. Em grande parte do mundo a humanidade ultrapassa cada vez mais as fronteiras da sustentabilidade ecológica, criando ameaças ao desenvolvimento humano de hoje e custos que as gerações de amanhã terão de pagar.

Para além dos limites da sustentabilidade

Que poderá acontecer quando os limites do consumo de água sustentável forem ultrapassados? Os hidrologistas encaram esta questão à luz dos modelos intricados destinados a aproveitar os ecossistemas das bacias hidrográficas. Para respondermos a isto de uma forma simplificada, a integridade dos ecossistemas que sustentam os caudais de água — e em última análise a vida humana — entraram em ruptura.

As percepções face à água têm vindo a mudar lentamente. Em 1908, Winston Churchill postou-se junto da margem norte do Lago Victoria a observar o segundo maior caudal lacustre do mundo no seu percurso em direcção às Cataratas de Owen, que culminam no Nilo. Mais tarde, ele viria a recordar os seus pensamentos de então: «Tanta energia assim desperdiçada... uma força tão poderosa, capaz de controlar todas as forças naturais da África, deixada assim à solta.»[20] Decorridas duas décadas, José Estaline, ficaria célebre ao lamentar a água desperdiçada no Volga, no Don e noutros rios, abrindo assim as portas a uma era de grandes sistemas de irrigação e barragens gigantescas que fizeram encolher o Mar Cáspio. Em meados da década de 70, a União Soviética consumia oito vezes mais água do que em 1913, na sua maior parte para irrigação.

Churchill e Estaline tinham em comum, tal como a maioria dos outros líderes políticos das primeiras nove décadas do século XX, a ideia de que a água existia para ser utilizada sem qualquer preocupação com a sustenbilidade ambiental. Esta abordagem criou raízes fortes nos modelos de governação da água. Em quase toda a história recente, os governantes

Quadro 4.1 Previsões do consumo global de água e da parcela utilizada em sectores não agrícolas por região, em 2000 e em 2050

	2000		2050	
Região	Volume (quilómetros cúbicos)	Total (%)	Volume (quilómetros cúbicos)	Total (%)
África Subsariana	10	6	60	38
Ásia Oriental	101	6	511	35
Ásia do Sul	34	3	207	25
Ásia Central e Europa Oriental	156	29	301	49
América Latina	53	15	270	53
Médio Oriente e Norte de África	24	6	93	28
OCDE	518	93	774	72
Mundo	897	18	2.216	41

Fonte: IWMI a publicar.

concentraram a sua atenção em três grandes consumidores de água: indústria, agricultura e uso doméstico. Como não contava com o apoio de um eleitorado politicamente forte, o quarto grande consumidor, o meio ambiente, viria a ser ignorado. Hoje, estamos a aprender da pior maneira que os recursos hídricos canalizados para fins agrícolas e industriais através do investimento em infra-estruturas não tinham sido anteriormente «desperdiçados». Os sistemas hídricos interiores tais como as bacias hidrográficas, os lagos e os aluviões desempenham funções ecológicas vitais que dependem da água.

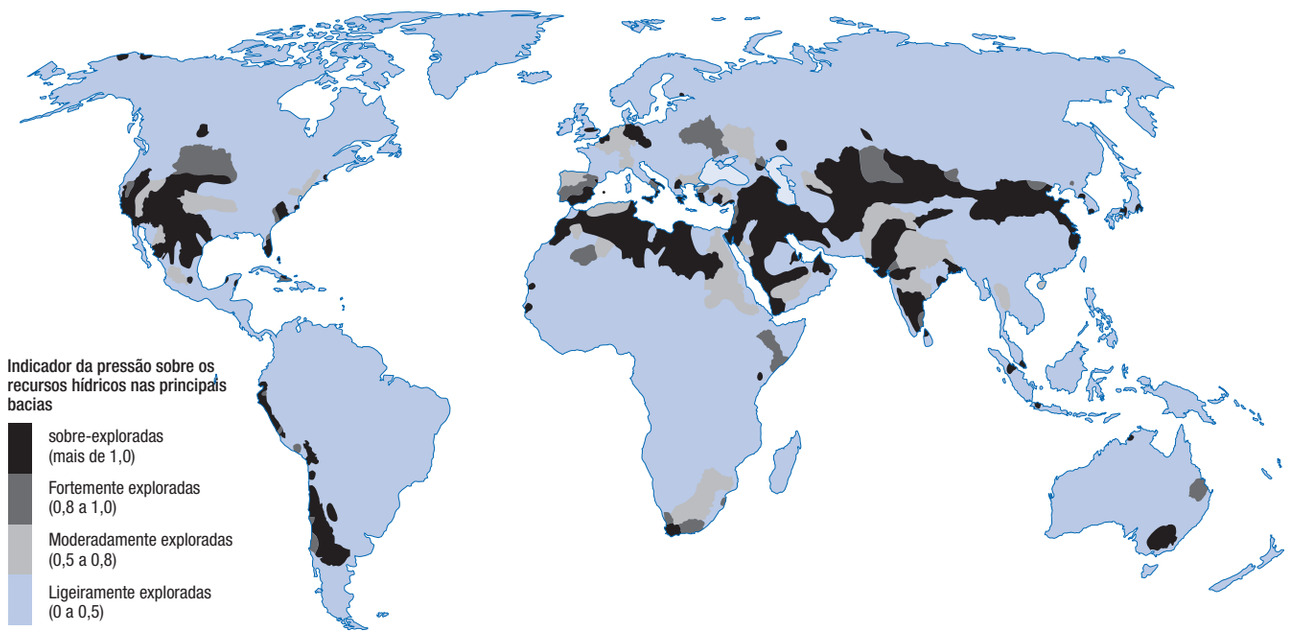
Os caudais de água naturais provenientes dos rios ou retidos em lagos e aquíferos determinam os parâmetros de disponibilidade de água. Quando esses parâmetros são quebrados, as reservas de água esgotam-se. Poderemos explicar este raciocínio através de uma analogia com as finanças. Os povos e os países podem aumentar o seu consumo para além dos seus rendimentos actuais, recorrendo para tal a pedidos de empréstimo e ao aumento das dívidas por conta de rendimentos futuros. Se a receita for aumentando o suficiente para cobrir as amortizações, a dívida manter-se-á sustentável. Mas a água difere dos rendimentos num aspecto fundamental. Dado que os futuros caudais de água (diferente dos rendimentos) estão mais ou menos pré-estabelecidos, o consumo excessivo conduz a situações de ruptura e a um débito hidrológico insustentável.[21] Com efeito, nós estamos a lidar hoje com uma crise de débito hidrológico de várias décadas. Esta crise está a crescer em dimensão e gravidade.

O débito hidrológico, devido à sua natureza, é difícil de medir mas acarreta consequências bem visíveis em muitas regiões. O Instituto Internacional de Gestão da Água utiliza uma escala quadripartida para classificar os países no que diz respeito à sustentabilidade do consumo de água, tomando em linha de conta as necessidades de água dos ecossistemas. Estas necessidades não são uma mera questão teórica de contabilidade ambiental. Se as necessidades ecológicas não forem respeitadas, o meio ambiente que sustenta a subsistência de todos nós ir-se-á desgastando, em detrimento do desenvolvimento humano no longo prazo. A pressão ecológica mostra bem até que ponto o consumo de água por parte do ser humano ultrapassa o nível exigido para se manter a integridade ecológica das bacias hidrográficas (mapa 4.1). Seguem-se os pontos críticos da crise do débito hidrológico.

O consumo em excesso tende a verificar-se em regiões fortemente dependentes da agricultura de regadio — como as Planícies do Indo-Ganges na Ásia do Sul, as Planícies do Norte da China e as Grandes Planícies da América do Norte — e em zonas sujeitas a um processo de urbanização e de industrialização acelerado. Calcula-se que 1,4 mil milhões de pessoas habitem hoje em zonas de bacias hidrográficas que se encontram «fechadas», e onde o consumo de água ultrapassa os níveis mínimos de reposição, ou estão mesmo perto de ruptura total.[22] Estas bacias abrangem mais de 15% da superfície do planeta. Entre os exemplos mais elucidativos, incluem-se:

- No Norte da China, calcula-se que a conservação do meio ambiente consome um quarto do caudal do Rio Amarelo. A captação de água para consumo humano deixa menos de 10% desse caudal. Durante a década de 90, o rio secou todos os anos na estação de menor caudal e atingiu, em 1997, o recorde de 226 dias de seca numa faixa até 600 quilómetros para lá das margens.[23] A seca do rio fez baixar a produção agrícola na ordem das 2,7-8,5 milhões de toneladas por ano, com prejuízos estimados em 1,7 mil milhões de dólares em 1997.
- Na Bacia do Murray-Darling, na Austrália, a agricultura de regadio consome perto de 80% do caudal de água disponível. Com necessidades ambientais estimadas na ordem dos 30%, o resultado cifra-se numa destruição

Mapa 4.1 **O consumo abusivo de água está a prejudicar o ambiente em muitas das principais bacias**



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.
Fonte: Smakhtin, Revenga e Döll 2004.

ambiental extensiva, incluindo a salinidade, poluição de nutrientes e a perda de pântanos e aluviões. A bacia hidrográfica abrange dois terços dos terrenos de regadio do país. A sua produção de arroz, algodão, trigo e gado contribui com cerca de 40% das receitas agrícolas do país — mas a um preço ambiental demasiado alto e insustentável. Nos últimos anos, não houve praticamente nenhuma água do Rio Murray que conseguisse chegar ao mar.[24]

- O Rio Orange, na África do Sul, é palco de uma crescente ameaça ambiental. Os níveis desta bacia hidrográfica têm sido de tal modo modificados e regulados que a armazenagem de reservas realizadas na bacia já excede o caudal anual.[25]

Tal como milhões de pessoas que habitam em zonas ameaçadas pela falta de água têm vindo a descobrir, o meio ambiente está a ser sufocado por débitos de água insustentáveis, verificados em grande escala. Por exemplo, os agricultores que vivem perto de Saná, no Iémen, têm vindo a perfurar os respectivos poços em mais 50 metros ao longo dos últimos 12 anos, enquanto o volume de água que conseguem extrair diminuiu em dois terços.[26] Alguns povos residentes em zonas de pressão sobre os recursos hídricos possuem os recursos económicos, capacidades e oportunidade para não terem de se preocupar com o problema da água. Muitos milhões — de pequenos agricultores, trabalhadores rurais e pastores oriundos de países pobres — não têm a mesma sorte.

Será que um grau de ameaça ecológica elevado ao nível dos sistemas de água é suficiente para sustentar a tese Malthusiana de que o mundo está a ficar sem água? Só numa leitura muito superficial. Tomemos como exemplo o caso da Bacia do Murray-Darling. Os indícios de pressão sobre os recursos hídricos são inequívocos. Essa ameaça é produto de políticas governamentais que, no passado, acharam que valia a pena sacrificar um ecossistema inteiro, em nome da produção de arroz, algodão e açúcar três dos produtos agrícolas mais sequiosos — destinados à exportação. No interior daquela bacia, o maior reservatório do mundo — Estação de Cubbie — reúne mais água do que o porto de Sydney, e perde cerca de 40% através da evaporação.[27] Até há pouco tempo atrás, os consumidores de água pagavam tarifas insignificantes pelo uso e desperdício desse bem precioso — e os contribuintes australianos têm vindo a pagar a factura de programas de engenharia multimilionários destinados a interceptar a água salgada das drenagens. O problema na Bacia do Murray-Darling não é haver água em muito pouca quantidade. É, isso sim, haver ali demasiado algodão, arroz e gado.

Os governos em regiões de pressão sobre os recursos hídricos começaram agora a aperceber-se da necessidade para lidar com o débito hidrológico

insustentável. Na China, a gestão da procura desempenha um papel cada vez mais importante na governação da água. Desde 2000, a Comissão do Rio Amarelo impôs restrições às captações de água levadas a cabo pelas províncias situadas a montante, tendo aumentado assim os caudais nas zonas mais baixas do rio. Também foram criadas provisões ao longo da Bacia do Rio Hei para uso ambiental e consumo humano, embora sejam necessárias medidas mais severas no futuro. Na Austrália, a Comissão de Murray-Darling definiu um quadro bem mais institucional com vista ao reequilíbrio das necessidades dos consumidores humanos e do ambiente. Esse quadro estabelece taxas de extracção anuais num rácio determinado de acordo com os padrões de consumo de água de 1993, embora alguns comentadores argumentem que esses números ainda excedem os limites ecológicos recomendados. Os governos da África do Sul, e não só, promulgaram legislação que exige que se tenha em conta as necessidades ambientais antes de emitir licenças de exploração para consumo humano (ver caixa 4.7 mais adiante neste capítulo). Qualquer destes exemplos demonstra até que ponto os governos se viram agora forçados a chegar para fazer face às consequências dos erros políticos do passado. Contudo, de futuro serão necessárias abordagens bastante mais radicais.

Maiores sintomas de pressão

Os sintomas físicos de consumo de água abusivo variam de caso para caso. Entre os problemas menos visíveis mas mais agudos inclui-se o declínio das camadas freáticas, resultado de um ritmo de consumo de água do subsolo muito mais rápido do que aquele a que o ciclo hidrológico consegue repô-la.[28] No Iémen, em partes da Índia e do Norte da China, as camadas freáticas estão a diminuir mais de 1 metro por ano. No México, a taxa de extracção em cerca de uma quarta parte dos 459 aquíferos do país ultrapassa a capacidade de reposição a longo prazo em mais de 20%, situando-se a maior parte desse débito nas zonas áridas do país.[29]

A dissecação dos rios é outro sintoma de pressão sobre os recursos hídricos. Segundo a Avaliação Ecológica do Milénio das Nações Unidas, os ecossistemas aquáticos são hoje em dia o recurso natural mais depauperado do mundo — uma consequência do desrespeito das fronteiras ecológicas.[30] Na China, os rios Yangtze e Amarelo estão secos nas zonas mais baixas durante a maior parte do ano. A lista de sistemas fluviais que registam maiores perdas e caudais mais reduzidos inclui o Colorado, o Ganges, o Jordão, Nilo e o Tigre-Eufrates.

Os lagos e os cursos de água interiores também fornecem indicadores de avaliação do grau de depauperação existente. Em 1960, o Mar de Aral era do tamanho da Bélgica, sustentando uma economia local fulgurante. Hoje em dia, é um lago virtualmente morto e hipersalino, com um quarto da sua antiga dimensão. A razão: uma geração anterior de tecnocratas soviéticos determinou que os grandes rios da Ásia Central — o Syr Darya e o Amu Darya — deveriam ser postos ao serviço de uma vasta cintura de regadio para o cultivo de algodão. Esta visão arrogante da gestão dos recursos hídricos veio ditar o destino de todo um sistema ecológico, com consequências devastadoras para o bem-estar da Humanidade (ver capítulo 6). A sobre-exploração contribuiu para o retraimento de muitos dos maiores lagos de África, incluindo os Lagos Chade, Nakivale e Nakaru. O Lago Chade decresceu para cerca de 20% do seu volume inicial, em parte fruto das alterações climáticas resultantes da extracção abusiva.

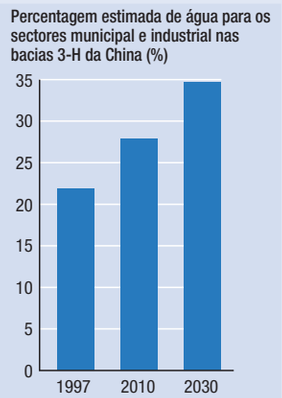
A quantidade de água não constitui o único indício de escassez. A qualidade também tem influência no volume disponível para consumo — e em muitas das bacias mais ameaçadas pela escassez, a quantidade tem vindo a ser comprometida pelos índices de poluição. Qualquer dos 14 grandes sistemas fluviais da Índia se encontra gravemente poluído. Em Deli, e só para exemplificar, 200 milhões de litros de resíduos e 20 milhões de litros de desperdícios são despejados diariamente no Rio Yamuna. Na Malásia e na Tailândia, a poluição da água é tão grave que os rios contêm frequentemente 30-100 vezes mais a percentagem de agentes patogénicos admitida pelos padrões de saúde. O Rio Tiete, que atravessa São Paulo, no Brasil, encontra-se cronicamente poluído com efluentes não tratados e altas concentrações de chumbo, cádmio e outros metais pesados.[31] Por que motivo isto contribuirá para a escassez? Porque a poluição da água afecta negativamente o ambiente, constituindo uma ameaça para a saúde pública reduz a quantidade de água disponível para consumo humano.

Os sintomas físicos de falta de água e a competição entre consumidores não funcionam isoladamente. O Norte da China mostra-nos de forma irrefutável o modo como as diferentes formas de pressão podem criar um ciclo vicioso — a interacção letal entre caudais fluviais em declínio, lençóis freáticos a definharem, a procura crescente dos consumidores urbanos e industriais e o aumento da poluição deu origem a uma crise de água de grandes proporções.[32] Esta crise não ameaça apenas retrair o futuro crescimento económico. Ela também representa uma séria ameaça à segurança alimentar, à redução da pobreza e à futura sustentabilidade ecológica. A necessidade de reverter este ciclo constitui hoje a preocupação central dos governantes na China (caixa 4.1).

Entre os problemas menos visíveis mas mais agudos inclui-se o declínio das camadas freáticas, resultado de um ritmo de consumo de água do subsolo muito mais rápido do que aquele a que o ciclo hidrológico consegue repô-la

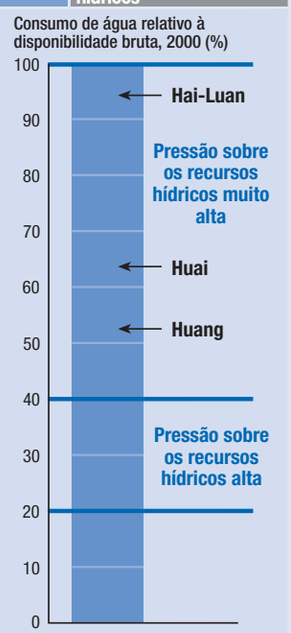
Caixa 4.1 China — como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico

Figura 1 A agricultura está a perder para os outros consumidores



Fonte: Cai 2006.

Figura 2 As bacias chinesas dos 3-H encontram-se hoje com níveis muito elevados de pressão sobre os recursos hídricos



Fonte: Shalizi 2006.

Desde 1979, a China tem vindo a registar o crescimento económico mais acelerado do mundo. A pobreza diminuiu de forma abrupta, não obstante a coexistência de um aumento das desigualdades, e a educação e a saúde melhoraram a um ritmo impressionante. Mas este crescimento rápido teve um efeito de pressão sobre os recursos hídricos da China. O bom desempenho económico foi mantido, em parte, à custa de um crescente saque ecológico, tendo agora a zona Norte da China de enfrentar uma crise de gestão da água cada vez maior.

O Norte da China é o epicentro dessa crise. As bacias dos rios Huai, Hai e Huang (Amarelo) — as chamadas bacias hidrográficas 3-H — fornecem pouco menos de metade da população do país, 40% das terras agrícolas, uma grande parte da produção de cereais e um terço do PIB. Cerca de metade da população rural pobre do país habita nas zonas das bacias hidrográficas. E contudo, esta região contribui com menos de 8% dos recursos hídricos nacionais. É por isso que cada uma destas bacias fica reduzida a menos de 500 metros cúbicos per capita, transformando esta região numa zona de escassez aguda.

O crescimento acelerado fez aumentar as necessidades de água. Desde 1980, as percentagens anuais de captação nas bacias 3-H aumentaram 42 mil milhões de metros cúbicos, o equivalente ao caudal médio total do rio Hai. Também se registou uma alteração na procura, com o sector agrícola a perder para os consumidores industriais e municipais (figura 1). A percentagem representada pela indústria no consumo de água duplicou desde 1980 para 21%, e a parcela dos consumidores urbanos triplicou.

As previsões actuais apontam para um crescimento da procura superior a 20% no ano 2030. A pressão daí resultante ameaça exacerbar o grave problema relacionado com a qualidade.

- *Poluição das águas de superfície.* Mais de 80% das bacias do Hai e do Huai encontram-se seriamente poluídos. A agricultura e as agro-indústrias são responsáveis por cerca de metade dessa poluição. Indústrias em franco crescimento como os têxteis, a indústria química e de produtos farmacêuticos são responsáveis por um quarto, e os resíduos humanos não tratados pelo restante. Segundo a Administração Estatal de Protecção do Ambiente, mais de 70% da água da bacia 3-H estão demasiado poluídos para consumo humano.
- *Descargas reduzidas.* O caudal dos rios 3-H que chega ao oceano decresceu cerca de 60% desde 1956-79. O consumo de água nos três sistemas fluviais ultrapassa, hoje em dia, os níveis de sustentabilidade por larga margem. Uma avaliação dos riscos de escassez sugere que qualquer captação de água que exceda os 20% dos caudais disponíveis representa uma ameaça ao consumo sustentável, sendo as captações acima dos 40% consideradas já de risco de escassez extremo (figura 2) No sistema hidrográfico 3-H, as captações de água oscilam entre mais de 50% no caso da Bacia do Rio Huang (Amarelo), 65% na do Rio Huai ou mais de 90% na do Rio Hai-Luan. Estes valores situam-se bem acima dos limites da sustentabilidade. A transformação que se tem vindo a registar nas últimas décadas reflectiu-se no caudal do Rio Huang, em tempos considerado a grande dor de cabeça da China devido ao facto de os seus elevados níveis de água terem provocado tantas inundações. Presentemente, os fracos caudais do rio ficaram reduzidos a um fiozinho de água que mal consegue chegar ao mar. A duração dos períodos de baixo caudal aumentou de 40 dias no início da década de 90 para mais de 200 dias no final dessa mesma década.
- *Captação de águas subterrâneas.* As captações de água para a agricultura têm sido alimentadas através da canalização dos lençóis subterrâneos, mas os aquíferos estão a esgotar-se a um ritmo mais rápido do que a sua capacidade de reposição. Na bacia do Hai, as reservas de água sustentáveis rondam os 17,3 mil milhões de metros cúbicos por ano, enquanto as descargas ultrapassam os 26 mil milhões de metros cúbicos. Os lençóis freáticos estão hoje 50-90 metros abaixo do nível que tinham há quatro décadas, o que contribui para a salinização e para os aluimentos subterrâneos em cidades como Pequim, Xangai e Tianjin — bem como para o aumento do custo da bombagem de água.

São tudo sintomas clássicos de pressão sobre os recursos hídricos. A eles poderemos acrescentar os constrangimentos crescentes no consumo de água em cidades do norte do país. Os problemas de Pequim são sobejamente conhecidos, mas existem outras sete cidades na região norte com populações acima dos 2 milhões — e todas elas enfrentam situações de escassez de água.

Estaremos então perante uma crise mundial de escassez de água? Em certo sentido, não será bem assim. Os níveis de pressão sobre os recursos hídricos actuais reflectem anteriores incentivos a padrões de consumo de água insustentáveis. Até há muito pouco tempo atrás, a água era grátis. Uma das consequências disto foi a ausência de incentivos à sua conservação. Os cereais de baixo custo e de consumo intensivo de água dominavam a produção agrícola. Na actividade industrial, as empresas chinesas consumiam 4-10 vezes mais água do que as suas congéneres dos países industrializados, reflectindo em parte o avanço tecnológico, mas indiciando também a fragilidade dos incentivos financeiros à contenção do consumo de água.

A China respondeu à crise da água com medidas políticas dirigidas à oferta e à procura. No que respeita à oferta, criou um sistema de desvio de águas do Sul para o Norte, a fim de canalizar mais de 40 mil milhões de metros cúbicos de água — superior ao caudal total do Rio Colorado — até às regiões industriais e urbanas da bacia do Huai, a mais de 1.000 quilómetros de distância.

No que toca à procura, as medidas visaram um reajustamento do consumo de água à luz das suas potencialidades ecológicas. A partir de 2000, a Comissão de Conservação do Rio Amarelo passou

Caixa 4.1 China — como gerir a crise da água no contexto de um forte crescimento económico (*continuação*)

a ser autorizada a promover transvases para os sistemas ambientais — uma medida incentivada por secas constantes. Também foram adoptadas medidas de fomento da eficiência para aumentar os índices de produtividade da água na agricultura, incluindo tecnologias de irrigação e incentivos à produção de colheitas de maior valia. Na indústria, os preços da água estão a aumentar, e encontram-se em preparação novas medidas regulamentares.

O esforço desenvolvido no sentido de reequilibrar a oferta e a procura através de uma redistribuição administrativa em situações de pressão sobre os recursos hídricos constitui hoje um dos maiores desafios da governação:

- *Igualdade social.* Os apoios concedidos pelo governo com vista à expansão dos sistemas avançados de irrigação tiveram como consequência um aumento do custo da água. Os agricultores pobres poderão não ter capacidade financeira para aceder a esses sistemas devido ao seu fraco rendimento e aos elevados custos do investimento. Isto poderá forçá-los a consumir menos água e a desistirem das colheitas mais rentáveis ou até mesmo a abandonarem a agricultura. A solução poderá passar pelo contributo de associações de consumidores de água que apoiem e protejam os interesses dos grupos mais vulneráveis.
- *Fragmentação e política da força.* A política actual de transvase de água respeita as prioridades dos governos locais, frequentemente influenciados por preocupações económicas sem visão, com o único intuito de irem ao encontro dos objectivos nacionais. A fiscalização da poluição e os programas de aplicação de coimas são adoptados de forma selectiva. Para manter as indústrias lucrativas, os fiscais locais contornam muitas vezes a lei e as normas que restringem a poluição.
- *Direitos e titularidades frágeis.* Os agricultores estão a perder os seus direitos à água, frequentemente sem receberem qualquer compensação em troca. As associações de consumidores de água, geralmente apoiadas pelos governos locais, desenvolvem iniciativas no sentido de tentar garantir direitos à água e responder às reclamações relacionadas com os transvases. Mas os modelos de redistribuição adoptados reflectem decisões marcadas por burocracias relativas à divisão da água, resultantes de pressões levadas a cabo por grupos poderosos da indústria e dos municípios. Outro problema reside no facto de as actuais comissões das bacias hidrográficas funcionarem sob a tutela do Ministério dos Recursos Hídricos e faltar-lhes autoridade para se imporem a outros ministérios e províncias.
- *Gerir reclamações relacionadas com a ecologia.* Para os executivos locais, o imperativo do crescimento económico continua a ser uma prioridade face a qualquer tipo de preocupação ecológica, o que ajuda a perpetuar situações de grave stress ambiental.

Diversas províncias e municípios estão a implementar reformas com o objectivo de fundirem as competências de diferentes unidades de gestão da água num único Gabinete para os Assuntos da Água. Estes organismos poderiam assim assegurar direitos mais consistentes sobre os recursos hídricos através da colaboração com as associações de consumidores, por forma a criar um sistema de transvase compatível com o compromisso de maior equidade social e sustentabilidade ecológica.

Fonte: Banco Mundial 2001; Shen e Liang 2003; CAS 2005; Cai 2006; Shalizi 2006.

O esgotamento dos aquíferos— quem vai pagar por isso?

O desenvolvimento intensivo e o esgotamento insustentável dos recursos hídricos criam vencedores e vencidos. O ambiente fica sempre a perder — enquanto o balancete entre os consumidores humanos fica ela por ela. Nalguns casos, está a verificar-se um aumento dos rendimentos a curto prazo através de meios que comprometem a subsistência das pessoas a longo prazo. Noutros, o esgotamento de recursos hídricos está a gerar lucros para alguns, enquanto acentua a pobreza e a marginalização de outros. O agravamento da situação dos lençóis de água subterrâneos vem acentuar ainda mais as dificuldades.

A exploração da água subterrânea trouxe um enorme contributo para o desenvolvimento humano. Deu aos pequenos proprietários agrícolas — que totalizam 16 milhões só na Índia — acesso a fontes de água seguras para a produção. Como afirmaria um comentador, as águas subterrâneas funcionaram como «uma importante força democrática» no âmbito da produção agrícola.[33] Um estudo sugere que ela terá contribuído anualmente com 25-30 mil milhões de dólares para as economias agrícolas asiáticas.[34] Mas que sucede quando a exploração dessa água subterrânea atinge níveis excessivos? Os lençóis freáticos esgotam-se, os custos de bombagem aumentam e os problemas ambientais, como o da salinização dos solos, alastram. No Paquistão, o esgotamento dos lençóis de água subterrâneos tem evoluído paralelamente à salinização dos solos, comprometendo a subsistência rural ao reduzir a produtividade.[35]

Os custos e benefícios da exploração insustentável da captação de água subterrânea não são iguais para todos. Nalguns países, o esgotamento da água subterrânea está associado ao processo de marginalização da agricultura (caixa 4.2). No sector agrícola, a sobre-exploração da água subterrânea pode contribuir para a existência de desigualdades ainda maiores. À medida que os lençóis freáticos vão diminuindo, os custos energéticos da bombagem da água aumentam, assim como aumentam os custos de perfuração de novos furos. Como os agricultores mais abastados possuem meios financeiros para escavar mais fundo e bombear em maior quantidade, criaram monopólios nos mercados da água em algumas zonas.

O Estado indiano de Gujarat é um exemplo deste problema. Na zona norte deste Estado, a diminuição das camadas freáticas representa uma séria ameaça para a pequena indústria de lacticínios, comprometendo a subsistência de centenas de milhares de pessoas vulneráveis. Nalgumas regiões, os proprietários de terras com acesso ao mercado de capitais financiaram a construção de furos de grande profundidade, privando assim de água

Caixa 4.2 O lémen apresenta pressão sobre os recursos hídricos

A água e a pobreza estão intimamente ligadas no lémen, que tem um dos mais baixos níveis de reservas de água doce do mundo — 198 metros cúbicos por pessoa — e uma das percentagens mais altas de consumo de água na agricultura. Para agravar o problema da escassez, depara-se com grandes variações no tempo e no espaço. E com uma previsão de crescimento populacional para o dobro em 2025, as disponibilidades de água per capita irão descer um terço.

Os sintomas físicos e sociais de pressão sobre os recursos hídricos aguda já são visíveis. As captações de água subterrânea começaram a ultrapassar a capacidade de reposição desde há 20 anos. A percentagem de captação do aquífero situado junto da cidade de Saná é 2,5 vezes superior à taxa de reposição. A crescente procura urbana está a impor-se ao consumo agrícola. As captações realizadas sem controlo nas zonas rurais (de um total de 13.000 furos no activo, apenas 70 são propriedade do Estado) e o desenvolvimento de mercados privados de transferência de água para os consumidores urbanos colocam, hoje em dia, sérias ameaças à pequena agricultura acentuadas pela incerteza dos direitos consuetudinários sobre a água. Noutras cidades como Ta'iz, as tensões urbanas por causa do consumo de água e da exploração de água subterrânea já conduziram a confrontos violentos.

Os esforços desenvolvidos no sentido de reencher os aquíferos são neutralizados pela extracção descontrolada, nomeadamente por parte das empresas privadas de camiões-cisterna que fornecem água à cidade. Cerca de dois terços da água da cidade provém de fontes de abastecimento privadas. Com este ritmo de esgotamento, a escassez de água irá reduzir muito a viabilidade de subsistência da população rural.

Fonte: Molle e Berkoff 2006; Grey e Sadoff 2006; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006.

as aldeias vizinhas. Os «senhores da água» dominam, hoje em dia, um extenso mercado de regadio e de água para consumo — vendendo frequentemente às referidas aldeias e arredores a água dos poços que lhes pertenciam e que eles efectivamente esvaziaram. Milhares de aldeias ficaram privadas de água, estando dependentes do abastecimento de camiões-cisterna.[36]

A exploração de água subterrânea contribui para realçar os custos públicos que a actuação dos consumidores privados poderá ainda originar. A água constitui um veículo de transferência de custos ambientais, ou «exterioridades», distorcendo os indicadores do mercado. As pessoas poderão sentir-se menos inclinadas a desperdiçar ou a poluir a água se tiverem de arcar depois com as consequências. Em Java, Indonésia, as fábricas de têxteis poluíram as reservas de água a tal ponto que a produção de arroz registou uma quebra e a capacidade de pesca nas enseadas a jusante do rio ficaram comprometidas.[37] Coube aos agricultores, e não às fábricas, suportarem os custos. Também na Índia, os rios Bhavani e Noyyal, em Tamil Nadu, estão virtualmente inutilizáveis para os consumidores agrícolas situados a jusante, por culpa das indústrias intensivas de tinturaria e branqueamento que laboram a montante, em Tiruppur.[38]

Escassez induzida por medidas políticas

Os sintomas de escassez parecem confirmar alguns dos piores receios Malthusianos acerca da interacção existente entre o ser humano e a água. Os efeitos conjuntos do aumento do crescimento da população e da crescente procura de recursos hídricos numa base fixa dão origem à escassez de água a um nível sem precedentes. É muitas vezes ignorado o papel da política como factor de escassez, através de actos e omissões.

Os actos concretos podem assumir muitas formas. Os incentivos perversos ao excesso de consumo incluem-se entre os mais prejudiciais. Mais uma vez, a exploração da água subterrânea constitui um bom exemplo. Os custos de captação da água subterrânea dependem dos custos dos sistemas de bombagem e das tarifas de energia no momento. Uma vez instalada uma bomba, o único entrave ao seu funcionamento reside no preço da electricidade. Em muitos casos, a electricidade para os consumidores agrícolas tem sido gratuita ou subsidiada, em detrimento dos incentivos à poupança. Na Índia, a agricultura é responsável por um terço das vendas de electricidade subsidiada, mas só contribui com 3% da receita. Segundo o Banco Mundial, os subsídios ao consumo de electricidade foram responsáveis por cerca de um terço do défice fiscal da Índia em 2001.[39] Estes subsídios constituíram um desincentivo à poupança da água e incentivaram modelos de cultura desaconselháveis. Por exemplo, é improvável que as colheitas de regadio intensivo como a cana-de-açúcar continuassem ao ritmo actual na maior parte da região de Gujarat se o preço da água fosse justo e devidamente controlado.[40] Como os subsídios ao consumo de electricidade tendem a aumentar com a dimensão da exploração e a profundidade dos poços, são altamente regressivos: quanto mais rico é o produtor, maior o subsídio (caixa 4.3).

Podemos encontrar subsídios perversos em muitos ambientes sujeitos a pressão sobre os recursos hídricos. Um exemplo flagrante é a antiga prática da Arábia Saudita de utilizar as receitas provenientes do petróleo para bombear água de rega de um aquífero fóssil não renovável, a fim de produzir culturas altamente consumidoras de água como o trigo e a alfalfa em pleno deserto. Nos anos 80, o país lançou-se num programa de desenvolvimento de um sistema de rega rápida a partir de um aquífero fóssil. Com apoios aos preços, concessão de subsídios e garantias estatais de investimento em infra-estruturas, a Arábia Saudita começou por tornar-se auto-suficiente na produção de trigo e, depois, passou a ser um importante exportador. Quase um terço da terra arável ainda se encontra destinado à produção irrigada de trigo. Os custos de produção estimados são 4 a 6 vezes superiores aos preços médios mundiais, não contando já com os subsídios e a depauperação das reservas sub-

terrâneas. Para produzir cada tonelada de trigo são necessários 3.000 metros cúbicos de água — o triplo do normal. Em 2004, foi implementada uma nova estratégia de poupança de recursos hídricos destinada a reduzir o consumo de água e a manter as reservas do aquífero.[41]

As políticas de preços sustentam frequentemente sistemas de subsídios perversos. Os subsídios à produção para culturas de consumo intensivo de água como é o caso das sementes oleaginosas, do açúcar, do trigo e do gado criaram incentivos ao investimento nessas áreas. Entretanto, a depreciação da água para irrigação funcionou como um desincentivo à poupança. Até no Médio Oriente e no Norte de África, onde a escassez de água é óbvia, o preço fixado pela água situa-se muito abaixo dos custos da sua reposição. Na Argélia, as tarifas actuais são estimadas a 1%-7% do custo marginal do abastecimento de água.[42] Uma política de preços como esta desencoraja o consumo eficiente e ameaça a sustentabilidade. Para o Médio Oriente e Norte de África enquanto região, estima-se que apenas 30% do caudal de água utilizada em rega chega, efectivamente, às sementes.[43]

Será que o recurso a políticas de preços como forma de promover a eficiência e a sustentabilidade ambiental poderia prejudicar o princípio da igualdade, por excluir os agricultores pobres dos mercados da água? A resposta depende da política ambiental em geral e de um conjunto de outros factores de distribuição. As investigações levadas a cabo no Egipto sugerem que a tarifa, para cobrir os custos operacionais e de manutenção, teria de ser equivalente a 3% do rendimento médio dos agricultores (ou o dobro, caso se incluíssem os custos do capital). Embora não sendo um montante insignificante, não é nada que os agricultores empresários não pudessem suportar. Se se fizesse depender directamente os preços do tamanho, localização e receita das explorações agrícolas, seria possível limitar o seu impacto sobre os pequenos agricultores mais carenciados. Os governos justificam muitas vezes os subsídios que concedem ao consumo de água com critérios de igualdade. Contudo, a forma discutível como se distribuem as terras em alguns países põe em causa essa afirmação porque o consumo de água aumenta com o tamanho da propriedade. Por exemplo, na Tunísia, 53% dos proprietários de terras ocupam apenas 9% da terra, o que sugere que a maior parte dos subsídios ao consumo de água são apanhados pelos grandes produtores.

Os subsídios perversos não se confinam aos países em desenvolvimento. Os Estados Unidos e a Europa concedem generosos subsídios à exploração de água subterrânea. Os agricultores do Projecto de Central Valley, na Califórnia — um núcleo de produção de grandes plantações de regadio de arroz e trigo para exportação — utilizam cerca de um quinto das reservas de água do Estado. Eles pagam preços estimados em menos de metade do custo da água, recebendo um subsídio que totaliza os 416 milhões de dólares por ano. Aqui, também, as transferências são altamente regressivas: os 10% maiores agricultores recebem dois terços do total de subsídios concedidos.[44] Em países do Sul da Europa, como a Espanha, a produção de colheitas que consomem grandes quantidades de água constitui uma fonte de pressão sobre os recursos hídricos. Esta produção é possível, em parte, graças aos subsídios concedidos no âmbito da Política Agrícola Comum.

Os subsídios ao consumo de água nos países ricos têm implicações além fronteiras, sobretudo relativamente a produções em que a União Europeia e os Estados Unidos são grandes exportadores. Quando os Estados Unidos exportam produções de consumo intensivo de água como o arroz — são o terceiro maior exportador mundial — também estão a exportar grandes subsídios virtuais ao consumo de água. Os produtores de outros países exportadores (como a Tailândia e o Vietname) e importadores (como o Gana e as Honduras) têm de competir em mercados distorcidos por estes subsídios.

Mais prejudicial do que o acto de subsidiar indevidamente, poderá ser o acto de omissão. A água poderá ser um bem disponível em quantidades limitadas — mas tem sido tratada como recurso ambiental sem risco de escassez. Os ecossistemas baseados na água criam as condições e mantêm o processo que sustenta a vida humana, incluindo o fornecimento de água para a produção. No entanto, estes serviços raras vezes são comercializados no mercado, não têm cotação e não são, como tal, devidamente valorizados — não obstante o seu contributo muito concreto para o enriquecimento dos ecossistemas baseados na água (caixa 4.4).

As convenções de contabilidade nacionais vêm reforçar o ângulo morto do mercado em relação à água. Existe uma óbvia assimetria na forma como os governos actuam, e consequentemente como pensam, face ao valor do capital financeiro e do capital de recursos naturais como a água. A deterioração ou o esgotamento das reservas de água não figuram na contabilidade geral como perdas, ou desvalorizações, na avaliação dos recursos naturais. Com efeito, a exploração de água subterrânea, a drenagem de lagos e a poluição de rios podem figurar perversamente nas contabilidades nacionais como meras consequências do crescimento. Se ajustássemos a contabilidade do PIB às perdas de capital de água, os indicadores de desempenho económico sofreriam alterações marcantes num grande número de países, indiciando ao mesmo tempo uma ameaça para as gerações futuras. [45]

Os subsídios à produção para culturas de consumo intensivo de água como é o caso das sementes oleaginosas, do açúcar, do trigo e do gado criaram incentivos ao investimento nessas áreas, padrões que leveram à sobre-exploração

Caixa 4.3 Subsídios de exploração de água subterrânea no México

Os aquíferos armazenam água sob a superfície da terra. Estes lençóis de água subterrâneos mantêm os pântanos e fornecem água para beber e para rega. Mas, em muitos países, a taxa de consumo ultrapassa largamente a taxa de reposição, com implicações nas previsões de desenvolvimento humano. Este consumo excessivo tem sido sistematicamente encorajado por incentivos perversos.

O México tem uma história positiva de gestão da água em muitas áreas. Mas nas regiões norte e centro do país, a procura de água para a irrigação e a indústria está a exceder as reservas existentes (ver mapa). A exploração de água subterrânea veio cobrir esse fosso.

A agricultura é responsável por 80% do consumo de água no México. A produção de regadio contribui com mais de metade da produção agrícola total e cerca de três quartos das exportações, dominadas por produtos tão dependentes da água como as frutas, os legumes e a pecuária. A água subterrânea representa agora aproximadamente 40% do consumo total de água na agricultura, mas mais de 100 dos 653 aquíferos do país estão sobre-explorados, com enormes prejuízos ambientais e uma redução das pequenas explorações agrícolas.

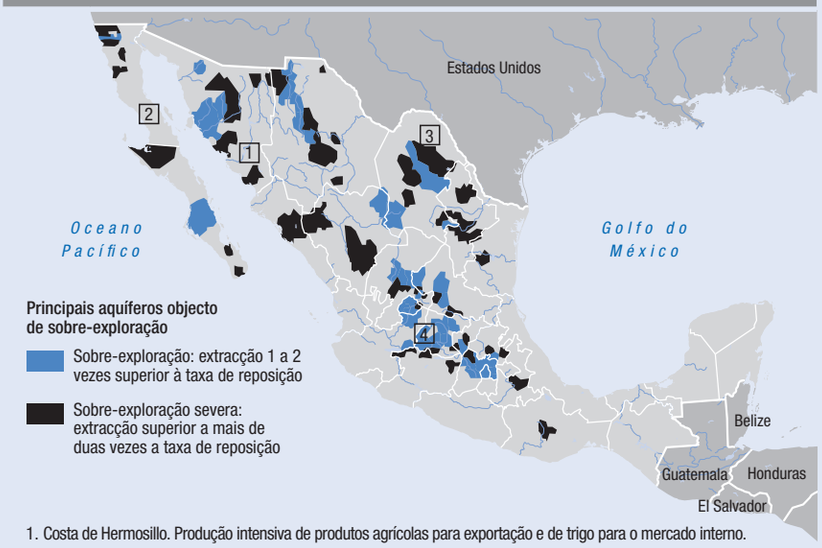
A sobre-exploração, encorajada por subsídios ao consumo de electricidade, ameaça a produtividade agrícola de longo prazo. No Estado de Sonora, o aquífero costeiro de Hermosillo forneceu água a uma profundidade de cerca de 11 metros nos anos 1960. Hoje, o sistema de bombagem capta água a uma profundidade de 135 metros — o que seria antieconómico sem subsídios energéticos. O excesso de captação conduziu à intrusão salina e a perdas de terrenos aptos para a agricultura. As empresas exportadoras de produtos agrícolas estão a transferir-se do interior para as zonas menos atingidas da costa, em busca de novos recursos.

O custo anual dos subsídios ao consumo de electricidade é de 700 milhões de dólares. Como o consumo de electricidade está relacionado com a dimensão das explorações agrícolas, as transferências são altamente regressivas (ver figura). Isto significa que muitos dos maiores consumidores receberam uma média de 1.8000 dólares por ano, enquanto os mais pequenos receberam em média 94 dólares. O coeficiente de Gini, que mede as desigualdades, é de 0,91 (1 corresponde à desigualdade absoluta) no que respeita à distribuição de subsídios, comparada com um índice de Gini nacional da ordem dos 0,54.

Ao subsidiarem o consumo, os subsídios energéticos mantêm artificialmente uma elevada procura de água. A análise econométrica sugere que a suspensão dos subsídios levaria três quartos dos irrigadores a adoptarem práticas mais eficazes, como por exemplo, o sistema de aspersores. Também funcionaria como um incentivo para que os agricultores produzissem menos colheitas de uso de água intensivo. A poupança geral de água representaria cerca de um quinto do consumo corrente — um volume equivalente ao consumo urbano total.

Fonte: CNA 2004; Ezcurra 1998; Guevara-Sanginés 2006; Ponce 2005; Texas Center for Public Studies 2002; Duinhof e Heederik 2002.

O esgotamento dos aquíferos do México

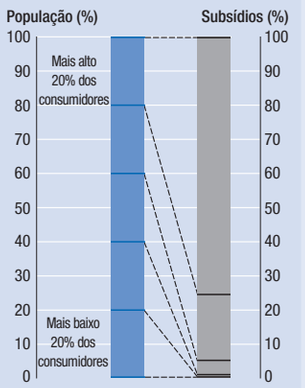


1. Costa de Hermosillo. Produção intensiva de produtos agrícolas para exportação e de trigo para o mercado interno.
2. Baja California. Produção comercial de grande escala de frutos e legumes por empresas ligadas ao mercado norte-americano.
3. Coahuila. Um dos aquíferos do México que mais se esgota e a principal zona de produção de alfafa para fornecer alimento ao sector da criação de gado.
4. El Bajio. Origem de 90% das exportações mexicanas de fruta e legumes congelados. Produção dominada por grandes explorações agrícolas comerciais e instalações agro-industriais que abastecem o mercado norte-americano.

Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Guevara-Sanginés 2006.

Os grandes agricultores obtêm a maioria dos subsídios à irrigação



Fonte: Guevara-Sanginés 2006.

No centro da ideia de sustentabilidade do consumo de recursos está a afirmação de que os sistemas de produção deveriam ser geridos de forma que pudéssemos esgotar os actuais recursos sem com isso destruir as bases que irão ser um dia herdadas pelas futuras gerações. Este aspecto é vital para o desenvolvimento humano. Implícito nesta ideia está o princípio da igualdade distributiva transgeracional — a crença de que temos obrigações para com as futuras gerações.[46] Os actuais governos estão a violar esse princípio, ao esgotarem por completo as reservas de água nacionais.

O principal desafio que se coloca à gestão dos recursos hídricos é reajustar o consumo de água à procura de modo a manter a integridade do meio ambiente. Embora as políticas variem consoante o país, é preciso garantir cinco grandes factores:

- *Desenvolvimento de uma estratégia nacional.* Um objectivo central da gestão integrada de recursos hídricos é adaptar os padrões de consumo de água às disponibilidades existentes, tendo em atenção as necessidades ambientais. Para atingir esta meta, é necessário haver informação de alto nível acerca dos recursos hídricos. Tmabém se exige uma capacidade por parte dos governos locais e nacionais de implementarem políticas de preços e de distribuição que reduzam a procura para valores consentâneos com os limites da sustentabilidade. O planemanto nacional efectivo deverá prever disposições para o ambiente como um consumidor de água.
- *Acabar com os subsídios perversos e repensar o preço da água.* Pôr fim à exploração de água subterrânea subsidiada pelo Estado através do corte de subsídios ao consumo de electricidade para rega poderia aliviar alguma da pressão que hoje se faz sentir sobre os recursos hídricos. Em termos mais gerais, os governos não podem continuar a tratar a água como se ela fosse um produto gratuito. Aumentar os preços paralelamente à implementação de políticas destinadas a proteger os interesses dos agricultores pobres permitiria avanços importantes na concretização dos objectivos da eficiência e da sustentabilidade ambiental.
- *Os poluidores que paguem.* Garantir que as indústrias paguem os custos de limpeza da poluição que elas próprias provocam seria uma forma de contribuir para a redução da pressão actual sobre os recursos hídricos. Isto tem que ver, em parte, com a legislação governamental. Ao adoptar o princípio do poluidor pagador através de impostos e ao impor leis ambientais fortes, a política governamental poderia melhorar a situação das reservas de recursos hídricos. Uma legislação eficaz também poderá criar incentivos à adopção de novas tecnologias e padrões de intervenção. Na Índia, por exemplo, as empresas privadas introduziram tecnologias que reduzem a poluição aquática e aumentam as disponibilidades para uso dos consumidores a jusante (caixa 4.5).
- *Valorizar os serviços ecológicos.* Se compararmos o princípio do poluidor pagador com o princípio do pagamento da prevenção da poluição, concluiremos que este último oferece maiores vantagens. Como o valor da água enquanto recurso produtivo aumentou, ganhou-se maior consciência das vantagens económicas associadas à comercialização de ecossistemas através do pagamento de serviços hidrológicos. Na Costa Rica, a vila de Heredia utiliza uma tarifa de água ambiental

Caixa 4.4 O valor real dos ecossistemas baseados na água

Quanto vale a água? Os mercados dão uma fraca resposta porque os serviços dos ecossistemas não estão geralmente cotados — e também porque fornecem bens públicos a que é difícil atribuir um preço.

Os ecossistemas constituem uma enorme fonte de riqueza. Eles desempenham funções ecológicas — como a filtragem de águas — e conservam as condições ambientais vitais para a produção de alimentos e outros produtos. Uma estimativa do valor económico das zonas pantanosas da Bacia do Zambeze feita pela União Mundial para a Conservação avaliou as suas funções ecológicas em 63 milhões de dólares, mais de metade dos quais em depuração de água e sistemas de tratamento. Nos pântanos de Hadejia Nguru, na Nigéria, a utilização tradicional das planícies de aluvião rende 12 dólares por metro cúbico de água em produção de arroz, comparados com os 0,04 dólares por metro cúbico obtidos a partir dos esquemas de irrigação.

Os pântanos também se revelam cruciais para a subsistência do povo carenciado. No Mali, as zonas pantanosas do Delta do Níger sustentam 550.000 pessoas, incluindo pescadores, pastores e produtores que cultivam metade do arroz produzido no Mali.

A cidade de Nova Iorque fornece um dos melhores exemplos de um ecosserviço em funcionamento. Ela desvia a maior parte da água que consome a partir de reservatórios localizados nas Montanhas Catskill. À medida que a região se foi desenvolvendo, a poluição começou a ameaçar a água potável da cidade. Confrontada com a opção entre um projecto de depuração orçado em 6-8 mil milhões de dólares ou uma reconstrução ambiental avaliada em 1,5 mil milhões de dólares, as autoridades da cidade escolheram a reconstrução. Recorrendo a um empréstimo obrigacionista ambiental, a cidade adquiriu terras que se encontravam dentro e à volta da bacia hidrográfica e aprovou a concessão de um subsídio para um projecto de gestão sustentável de recursos.

Tal como o responsável pelo meio ambiente da cidade fez notar: «A depuração mais não faz do que resolver um problema. Mas prevenir o problema através da defesa da bacia hidrográfica é mais rápido, mais barato e traz muitas outras vantagens.»

Fonte: Bos e Bergkamp 2001; Postel e Richter 2003; WRI 2005.

Caixa 4.5 Aumentar as reservas através da redução da poluição — mercados e tecnologias

Cotar a água a um preço que ignore a sua escassez, ou a protecção ecológica, poderá constituir um incentivo disfarçado ao desperdício e à poluição. Criar os incentivos apropriados pode fazer aumentar muito as disponibilidades de água. A Índia é exemplo tanto do problema como das potenciais soluções.

A legislação aprovada em 2003, introduzindo multas para controlar a poluição, provou ser ineficaz. As multas representaram apenas uma fracção insignificante dos custos para a maioria das indústrias poluentes. Para a energia térmica, papel, ferro e aço, a percentagem foi de 0,1%-0,5% dos custos operacionais. As tarifas também se revelaram ineficazes. Muitas indústrias autoabasteceram-se através da bombagem de águas subterrâneas. E mesmo quando as tarifas são aplicadas, são geralmente baseadas em preços médios e não em preços de custo marginal. E ignoram as exterioridades ambientais.

A escassez de água começou a gerar soluções tecnológicas inovadoras. Os custos operacionais dessas tecnologias tornaram-se mais competitivos com o aumento do preço de compra da água nas regiões onde ela escasseava. Por exemplo, o custo de tratamento dos resíduos líquidos municipais através da osmose inversa em Chennai oscila entre 25-50 rupias por metro cúbico, equivalente às tarifas da água doce cobradas pelo Organismo de Abastecimento de Água e Lixos de Madras.

Algumas das melhores práticas de consumo de água na Índia emergiram em regiões atingidas pela escassez, de que é exemplo Chennai, uma das cidades mais atingidas pela pressão sobre os recursos hídricos naquele país. Diversas indústrias locais investiram no tratamento de águas através da osmose inversa e nas tecnologias de reciclagem, conseguindo assim depurar eficazmente as águas residuais. Com um investimento inicial ligeiramente inferior a 3 milhões de dólares, a empresa Fertilizantes de Madras recicla mais de 80% dos 15,12 milhões de litros de água utilizados diariamente nas torres de refrigeração da fábrica. A empresa também fornece diariamente 3 milhões de litros de água doce à cidade de Chennai.

Esta eficiência no tratamento das águas também foi seguida noutras regiões. Uma das empresas de pasta de papel com controlo de água mais eficiente no país, a Papéis J.K., fica situada em Rayagada, uma zona escassa em água do Distrito de Orissa, e a indústria açucareira com tratamento de águas mais eficaz, a Açúcar Natural e Indústrias Associadas, fica no distrito de Latur, em Maharastra, onde também há falta de água. A primeira unidade fabril têxtil com «zero descargas» do país, a Fábrica Arvind, está localizada em Santej, em Gujarat, onde as faltas de água são um problema recorrente.

Estas histórias de sucesso servem para sublinhar a forma como os incentivos e a tecnologia podem alterar os parâmetros da escassez de água. A maioria das inovações foi implementada pelo sector privado. Olhando para o futuro, há perspectivas de os impostos e outros incentivos virem a encorajar a expansão das tecnologias de tratamento eficaz da água, em nome do interesse público geral.

Fonte: Bhushan 2004.

ajustada que ajuda a financiar a conservação das bacias hidrográficas, sendo pagos 30-50 dólares por hectare aos agricultores que façam uma boa gestão das suas terras.[47] É uma abordagem que poderia ser mais aplicada.

- *Regulação das captações de água subterrânea.* A água subterrânea é uma reserva ecológica estratégica. A gestão correcta deste recurso de forma a satisfazer as necessidades humanas e ambientais representa um dos maiores desafios da segurança da água neste início do século XXI. Países como a Jordânia lançaram-se numa ofensiva regulamentar da água subterrânea. Foram realizados estudos detalhados das bacias hidrográficas subterrâneas como primeiro passo para a adopção de medidas no lado do abastecimento (regulamentação através do recurso a licenças) e no lado da procura (com a instalação de contadores e o aumento dos preços). Estes métodos poderão ser adoptados de forma mais ampla, combinados com outras estratégias que monitorizam localmente os níveis de água subterrânea e estabelecem limites flexíveis de captação em conformidade.

Aumentar a oferta — opções e constrangimentos

Desde tempos imemoriais que os governos têm respondido às tensões sentidas entre as disponibilidades e a procura de água enquanto recurso produtivo, alterando a posição das disponibilidades na equação. As grandes obras de engenharia realizadas no século XX são testemunho desta forma de encarar o problema. Será que o aumento das disponibilidades também poderá ser uma solução para os constrangimentos da água no século XXI?

Desviar rios

Alguns governos ainda encaram o desvio do curso dos rios, uma das maiores intervenções hidrológicas verificadas no século XX, como solução parcial para a falta de água. O esquema de desvio dos rios de Sul para Norte, levado a cabo na China, foi um dos maiores projectos de infra-estruturas algum dia realizados no mundo inteiro. Com um custo total de 40-60 mil milhões de dólares, fez com que o orçamento da Barragem dos Três Desfiladeiros parecesse pequeno. O objectivo é desviar qualquer coisa como

40 mil milhões de metros cúbicos de água por ano — aproximadamente o volume de outro Rio Amarelo — de Yangtze para as planícies sequiosas do Norte da China e para as megacidades dessa região. O projecto chinês não é caso único. Na Índia, o Projecto de Interligação de Rios é um plano ambicioso e de cortar a respiração, que pretende redesenhar o mapa hidrológico do país, aproveitando o caudal dos rios do Norte bafejados com monções perenes, tais como o Brahmaputra e o Ganges, para encher os rios do Sul, permanentemente secos e a retraírem-se, como são os casos do Kavery e do Krishna, que foram sendo esvaziados por causa das excessivas captações destinadas à agricultura, indústria e centros urbanos.

Avaliado numa perspectiva meramente quantitativa, o desvio dos caudais dos rios oferece uma melhoria de curto prazo para um problema de longo prazo. Não constitui panaceia para o uso excessivo. Além disso, qualquer transvase de rio implica o risco de elevados custos sociais e ecológicos e a possibilidade de aparecimento de novos obstáculos ambientais. Em Espanha, um plano para desviar o Rio Ebro do Norte para as zonas de comércio agrícola do Sul acabou por ser metido na gaveta, em parte devido a uma reavaliação política dos custos e em parte porque o projecto não se coadunava com as orientações de sustentabilidade ambiental impostas pela Directiva da Água da UE. Na China, a faceta mais ambiciosa do plano de transvase de Sul para Norte pressupunha transferir as águas glaciais a montante de Yangtze, no Tibete, até ao Rio Amarelo. No entanto, o aquecimento global coloca sérias interrogações sobre o volume e a duração das futuras correntes glaciais.

Dessalinização

«Se nos fosse possível obter água doce da água salgada a um preço acessível e competitivo, essa seria a solução ideal de longo prazo no interesse da Humanidade [e] tornaria insignificante qualquer outra descoberta científica,» observou um dia o Presidente dos EUA John F. Kennedy. Experimentada desde tempos bíblicos, a criação de água doce através da extracção do sal da água do mar não constitui uma ambição humana recente. Mas seria esta uma solução para os problemas relacionados com a falta de água?

O maior constrangimento à dessalinização comercial reside nos custos energéticos. Com o progresso das novas tecnologias de osmose inversa, os custos de produção diminuíram drasticamente e os resultados são cada vez mais animadores. Israel, um dos líderes mundiais, consegue dessalinizar a água a custos por metro cúbico comparáveis aos das instalações de tratamento de água convencionais. Contudo, a dependência dos custos de produção face aos preços enérgicos, aliada a elevados custos da bombagem de água a longas distâncias, apresenta factores restritivos. Para os países ricos em petróleo e para as cidades relativamente próximas do mar, a dessalinização constitui uma promessa como fonte de água para consumo doméstico. A capacidade de resolução dos problemas das cidades pobres em países de baixos recursos é mais limitada — e é improvável que a dessalinização resolva o desequilíbrio fundamental entre a oferta e a procura de água. Este método contribui presentemente com apenas 0,2% das captações de água mundiais e tem um potencial reduzido na agricultura e indústria (caixa 4.6).[48]

Água virtual

As importações de água virtual são uma outra opção da vertente abastecimento para aliviar a escassez de água. Quando os países importam cereais e outros produtos agrícolas, eles também estão a importar a água utilizada na produção desses produtos. O comércio de água virtual gera poupanças de água para os países importadores, bem como poupanças de água mundiais, por causa do diferencial existente em termos de produtividade de água entre exportadores e importadores.

O comércio da água virtual tem vindo a crescer exponencialmente com o comércio alimentar. Em termos globais, estimou-se que o comércio efectuado em 2000 tenha rondado os 1.340 mil milhões de metros cúbicos, o que equivale ao triplo dos níveis de 1960. Para melhor percebermos o alcance disto, este número representa cerca de um quarto da água necessária à produção alimentar em todo o mundo. Alguns analistas encaram o comércio de água virtual como uma forma de os países com escassez de recursos hídricos pouparem água através da sua importação de países que têm menores custos de oportunidade na utilização da água e maior índice de produtividade. Desta perspectiva, o comércio da água virtual é visto como um exercício de vantagens comparativas que ultrapassa os constrangimentos inerentes ao comércio da água propriamente dita.[49]

Será que o comércio de produtos agrícolas oferece uma saída para o problema da falta de água? Para alguns países, sobretudo do Médio Oriente e do Norte de África, o comércio de água virtual já é parte integrante das estratégias de segurança alimentar nacionais.[50] Para o Egipto produzir uma quantidade de cereais equivalente às suas importações nacionais, seria necessário um sexto da água existente no lago Nasser, o principal reservatório da barragem de Assuão. Para os países em desenvolvimento enquanto grupo, as importações de água virtual em 2025 representarão 12% do consumo previsível de água para irrigação. Contudo, a hipótese de reduzir o problema

O desvio dos caudais dos rios oferece uma melhoria de curto prazo para um problema de longo prazo. Não constitui panaceia para o uso excessivo

Caixa 4.6 A dessalinização — e as suas limitações

A dessalinização é uma opção técnica para obter água doce a partir da água do mar. Destilar a água do mar através da sua ebulição e recolher posteriormente o vapor consiste numa prática muito antiga — uma actividade que se foi transformando ao longo dos últimos 20 anos, através do recurso a novas tecnologias. Mas há limites para a sua utilização.

Em 2002, o mercado mundial de dessalinização andava pelos 35 mil milhões de dólares. Hoje, há mais de 12.500 fábricas a operar em 120 países. Tradicionalmente, a dessalinização era feita através do aquecimento térmico com a ajuda de petróleo e energia como fonte de calor. As fábricas mais modernas substituíram esta tecnologia pela osmose inversa — pressionando a água através de uma membrana e recolhendo assim as moléculas de sal. Os custos de produção de água através deste método diminuíram substancialmente, de mais de 1 dólar por metro cúbico há uma década, para menos de metade hoje em dia. A energia que produz a conversão representa uma parcela insignificante do custo total.

Israel dispõe dos mais elevados padrões no processo de dessalinização da água. Na sequência da implementação da estratégia de planificação lançada em 2000 — o Plano Director de Dessalinização — este país produz agora cerca de um quarto da sua água doce para consumo doméstico através da dessalinização. A fábrica de Ashkelon, orçada em 250 milhões de dólares, e que começou a operar em 2005, é a maior unidade de osmose inversa e a mais avançada do mundo, produzindo água doce ao custo de 0,52 dólares por metro cúbico. Ela fornece cerca de 15% da água doce utilizada em Israel para consumo doméstico. Os projectos actuais prevêem um aumento da produção diária das fábricas de dessalinização dos actuais 400 milhões de metros cúbicos para cerca de 750 milhões de metros cúbicos em 2020.

A actual capacidade de dessalinização encontra-se altamente concentrada. Os estados do Golfo são responsáveis pelo grande aumento da capacidade, sendo a Arábia Saudita responsável por um décimo da produção total. Outras zonas, como Tampa Bay, na Florida, e Santa Cruz, na Califórnia, adoptaram fábricas de osmose inversa, e a China anunciou o projecto de uma fábrica em Tianjin, a terceira maior cidade do país. Em Espanha, o novo governo abandonou as fábricas de bombagem de água existentes por todo o país, desde o Norte húmido ao Sul árido, em benefício de 20 fábricas de osmose inversa (o suficiente para satisfazer 1% das necessidades), embora o custo da água dessalinizada possa não ser suficientemente tentador para levar os agricultores a abandonarem as suas actuais fontes de irrigação subterrâneas. No Reino Unido, a estação de tratamento de águas que serve Londres tem uma unidade de osmose inversa que começará a operar em 2007.

Este padrão de distribuição permite-nos sublinhar as potencialidades e as limitações da dessalinização. Embora os custos estejam a diminuir, os custos de capital das novas fábricas são consideráveis e os custos operacionais são altamente dependentes dos preços da energia. Projectos recentes levados a cabo em Israel e noutros países demonstram-no, tendo os orçamentos de abastecimento de água aumentado para 0,80-1 dólar por metro cúbico. Os custos da bombagem de água também aumentam muito com a distância, pelo que as cidades do interior dispõem de estruturas com custos mais elevados. Estes factores ajudam a explicar o motivo por que os Estados ricos em petróleo e as cidades costeiras situadas em zonas de escassez de água continuarão, provavelmente, a ser os principais consumidores.

Mas os padrões de consumo estão a mudar lentamente por toda a parte. Nalguns países, é provável que a dessalinização venha a contar com um aumento da percentagem de consumidores de água domésticos e industriais. Os municípios já representam dois terços dos consumidores e a indústria um quarto. O potencial na agricultura é reduzido, devido ao preço de custo. Isto acontece, sobretudo, no caso dos produtores de culturas básicas de baixo valor acrescentado, que necessitam de grandes quantidades de água.

Fonte: Rosegrant e Cline 2003; Schenkeveld e outros 2004; Rijsberman 2004a; BESA 2000; Water-Technology.net 2006.

da falta de água através da expansão do comércio de água virtual peca por exagero, pelo menos numa perspectiva de desenvolvimento humano.

Consideremos, em primeiro lugar, o argumento de que o comércio de água virtual representa um exercício de vantagem comparativa. Os países ricos contribuem com mais de 60% das exportações agrícolas mundiais. Se considerarmos que estes países forneceram mais de 280 mil milhões de dólares de ajuda agrícola em 2005, decorre daí que este mercado da água virtual sofreu distorções idênticas às sentidas pelos mercados que forneceram os produtos que facilitaram este intercâmbio de água.[51] No que respeita aos custos de oportunidade associados ao consumo de água, não é seguro que os principais exportadores de produções que consomem intensivamente água, tais como o algodão e o arroz — por exemplo, a Austrália e os Estados Unidos — entrem em linha de conta com os prejuízos ambientais (ou subsídios a água virtual) quando definem os seus preços de exportação.

A complexa interacção entre a importação de alimentos e a segurança alimentar constitui outro factor de preocupação. Podem surgir graves problemas de segurança alimentar quando as importações alimentares são resultado de fraco crescimento e de declínio da produtividade agrícola, como sucede na África Subsariana. Por exemplo, as importações de cereais na África Subsariana já estão programadas para mais do triplo no ano

de 2025, isto é, para 35 milhões de toneladas.[52] É pouco provável que esta região esteja em posição de financiar essas importações numa base previsível e sustentável, o que sugere uma dependência crescente da ajuda alimentar. Além disso, quando os países importam água virtual, também estão a importar subsídios virtuais e reais, contra os quais os seus próprios agricultores têm de competir nos mercados locais. Estes subsídios podem baixar os preços e reduzir as quotas de mercado com implicações negativas para os esforços de redução da pobreza rural.

Reciclar as águas residuais

Algumas políticas simples de gestão de água, aliadas às tecnologias apropriadas, podem ajudar a aliviar o desequilíbrio entre a oferta e a procura de água. Um exemplo disso é a reutilização das águas residuais através do tratamento dos detritos de modo a poder devolvê-las aos rios, usá-las para irrigação ou disponibilizá-las para a indústria.

A reciclagem das águas residuais para utilização na agricultura peri-urbana já é feita em larga escala. Estima-se que as águas residuais irrigam, directa ou indirectamente, cerca de 20 milhões de hectares de terras em todo o mundo — ou seja, cerca de 7% do total da área irrigada.[53] No Vale Mezquital, no México, cerca de meio milhão de famílias rurais são abastecidas por sistemas de irrigação mantidos a partir de águas residuais não tratadas. No Gana, os agricultores que habitam à volta de Kumasi utilizam águas residuais nos seus 12.000 hectares, mais do dobro da área coberta pelos sistemas formais de irrigação usados em todo o país. Calcula-se que a irrigação na estação seca com águas residuais aumente a receita agrícola média de Kumasi em 40%-50%, enquanto a previsibilidade das disponibilidades e o alto teor de nutrientes das águas residuais permitem aos agricultores entrarem nos mercados dos vegetais, de maior valor acrescentado.[54]

A expansão da capacidade de reciclagem de águas residuais, através do aumento das disponibilidades e da produtividade da água, poderia gerar múltiplos benefícios para os produtores agrícolas pobres e vulneráveis. As águas residuais também podem ser utilizadas para reencher os aquíferos, aliviando os problemas relacionados com o esvaziamento dos lençóis de água subterrâneos. Havendo previsões de um aumento do consumo de água urbano e industrial para o dobro em 2050, as águas residuais poderiam transformar-se numa fonte de abastecimento crescente e segura: aquilo que entra nas cidades tem de voltar a sair de alguma maneira. Contudo, o uso das fontes de águas residuais sem as devidas salvaguardas pode expor os produtores agrícolas e as zonas urbanas periféricas a graves riscos de saúde. Um estudo realizado em Haroonabad, no Paquistão, descobriu taxas de incidência de diarreia e de infecções por ancilostomas entre os agricultores utentes de águas residuais duas vezes superiores às registadas entre os agricultores que utilizavam canais de irrigação.[55]

O uso controlado de água tratada poderia atenuar significativamente as pressões de adaptação enfrentadas hoje em dia pela gestão dos recursos hídricos na agricultura. Israel é uma prova desse potencial. Mais de dois terços das águas residuais produzidas todos os anos no país são agora tratados e utilizados para irrigação agrícola. A maior parte provém da empresa nacional de águas, que também estabeleceu normas restritas para os níveis de tratamento de água: as águas residuais de menor qualidade são canalizadas para as colheitas mais tolerantes, como o algodão, sendo as águas com tratamento de melhor qualidade utilizadas para regar vegetais ou reencher os lençóis freáticos.[56] Deste modo, as águas residuais de Telavive sustentam a irrigação agrícola em toda a região árida do Sul. Outros países estão a seguir as pegadas de Israel. Cidades situadas nas zonas de escassez de água da Califórnia estão a investir fortemente em fábricas de tratamento de alto nível de todo o tipo de resíduos domésticos e industriais, reutilizando depois essa água para a agricultura e a refrigeração industrial. A cidade mexicana de San Luís Potosi recicla 60% das águas residuais da cidade para as distribuir pelos agricultores depois de tratadas numa fábrica moderna.

Muitos países em desenvolvimento partem de uma posição de considerável desvantagem em termos de recursos de águas residuais. A maioria das cidades de países em desenvolvimento com baixo rendimento tem uma capacidade de tratamento de águas residuais mínima ou mesmo igual a zero. Contrariamente ao que acontece com Israel ou com a Califórnia, eles também não possuem a tecnologia e a capacidade de repartirem as águas residuais por diferentes tipos de tratamento e de distribuição. Terá isto como consequência um menor entusiasmo na utilização das águas residuais como fonte de abastecimento?

Mesmo com severas restrições em termos de recursos, poderá ainda ser feito muito mais. O subdesenvolvimento da capacidade das águas residuais em muitos países é, por si só, produto de um planeamento desgarrado e sem sequência. Muitos governos têm encarado o investimento em unidades de tratamento como um luxo inacessível, mas se avaliassem melhor os potencialmente elevados retornos económicos e sociais de um aumento do abastecimento de água para a irrigação, essa equação custos-benefícios iria mudar por completo. Se os departamentos de água e saneamento básico dialogassem com os departamentos de irrigação, haveria quase de certeza maior investimento nesta área.

O uso controlado de água tratada poderia atenuar significativamente as pressões de adaptação enfrentadas hoje em dia pela gestão dos recursos hídricos na agricultura

Os povos e os governos de todo o mundo estão a tomar consciência do valor da água e dos custos a pagar por terem ignorado esse valor no passado.

Embora poucos países em desenvolvimento estejam em posição de duplicar o sistema de distribuição de águas residuais de Israel, bastaria um conjunto de regras simples para fazer toda a diferença. O México usa o expediente de banir as águas residuais na irrigação de frutos e legumes. A Jordânia e a Tunísia desenvolveram campanhas de educação pública altamente inovadoras entre os produtores rurais para lhes ensinar estratégias de redução dos riscos de saúde associados ao uso de águas residuais.

Regulamentação da procura de um recurso escasso

«Quando os poços secam», observou Benjamin Franklin, um dos arquitectos da Declaração de Independência dos Estados Unidos, «é que nos damos conta do valor da água». Hoje em dia, os povos e os governos de todo o mundo estão a tomar consciência do valor da água e dos custos a pagar por terem ignorado esse valor no passado. Os políticos estão a pagar, agora, a factura de uma postura anterior que encarou a água como um recurso que podia ser explorado de forma ilimitada.

E, como as pessoas ganharam maior consciência do valor dos recursos hídricos, tem-se registado uma preocupação crescente em aumentar a produtividade da água. Que significado terá isto na prática? Embora sejam frequentemente confundidas, existem duas formas distintas de abordar o problema da produtividade da água, quando se debate a sua utilização. Uma dessas abordagens privilegia a importância de se aumentar a produtividade física deste recurso, através do incremento do rácio «mais colheita por gota». Paralelamente a esta abordagem, concentram-se esforços no sentido de aumentar a produtividade, medida em função do valor acrescentado da produção: a água é um recurso escasso de capital importância, que deveria ser consumido sobretudo nas situações em que pode gerar maior riqueza.

Fomentar o conceito da colheita por gota

Que implicações terão estas alterações no desenvolvimento humano? A defesa do aumento da produtividade da água em função do conceito mais colheita por gota poderá ter consequências avassaladoras. Conciliar a satisfação das necessidades de uma população em crescimento com a protecção dos ecossistemas naturais, de que depende a própria vida no planeta, constitui um factor crucial para o desenvolvimento humano sustentável. Para fazer face a este desafio, o mundo terá de adoptar uma gestão da água para irrigação mais exigente e engenhosa — por exemplo, trocando tecnologia e conhecimento por água.

O aumento da produtividade constitui uma forma de reduzir o problema da falta de água — e o conceito de mais colheita por gota também tem muito por onde se expandir. A boa nova é que o aumento da produtividade dos recursos hídricos registado nas últimas décadas tem-se revelado espectacular. A quantidade de água necessária para produzir cereais para alimentar cada habitante do planeta desceu para metade, desde 1960. O lado negativo disto é que, em muitas das bacias hidrográficas mais atingidas pela escassez no mundo inteiro, a produtividade permanece muito baixa. As análises comparativas realizadas em diversos países mostram, sem margem para dúvidas, o alcance de uma política de fomento da produtividade da água medida simplesmente em função do conceito mais colheitas por gota. Na Califórnia, 1 tonelada de água dá para produzir 1,3 quilogramas de trigo. No Paquistão, a mesma quantidade de água produz menos de metade.[57] A produção de uma tonelada de milho em França consome menos de metade da quantidade de água que seria necessária na China. As variações existentes entre os diferentes sistemas de irrigação nos países em desenvolvimento também são enormes: por exemplo, a China produz o dobro da quantidade de arroz da Índia com o mesmo volume de água.

O padrão de referência da eficácia da água na agricultura consiste na irrigação gota a gota, um método que distribui a água directamente nas raízes das plantas.[58] Na Jordânia, a irrigação gota a gota permitiu reduzir o consumo de água em cerca de um terço. Contudo, a Jordânia é a excepção. A tecnologia gota a gota foi até agora adoptada em menos de 1% das terras irrigadas do mundo inteiro — e 90% da sua capacidade está sediada nos países desenvolvidos.[59] A criação de parcerias mundiais que promovessem a transferência tecnológica financiada através da ajuda internacional poderia fazer toda a diferença.

Numa perspectiva de desenvolvimento humano, o problema da irrigação gota a gota e da expansão das tecnologias é de índole distributiva. As novas tecnologias podem reequilibrar a oferta e a procura para níveis de consumo de água reduzidos. Contudo, a distribuição dessas tecnologias no mundo é raramente neutra. A nível global, as tecnologias para a conservação de água são estão concentradas nos países ricos, em parte devido aos custos de capital envolvidos. E mesmo no interior de cada país, o acesso aos métodos inovadores de poupança de água exige disponibilidade de capital, conhecimento e melhores infra-estruturas. Os agricultores pobres das regiões marginais, e nomeadamente as mulheres agricultoras, são os que têm menos capacidade de acesso a esse tipo

de benefícios. A questão está em sabermos se, ao aumentar a produtividade e reduzir o consumo de água, as novas tecnologias hídricas irão ajudar a resolver um dos aspectos da crise da água, e, ao mesmo tempo, acentuar as desigualdades sociais e económicas. Mas isso não é uma inevitabilidade: como iremos demonstrar no capítulo 5, as tecnologias gota a gota a baixo custo estão cada vez mais generalizadas.

Desvio da água para utilizadores de maior valor acrescentado

A tentativa de transferir as maiores percentagens de consumo de água para zonas de maior valor acrescentado também levanta alguns problemas análogos. Trata-se de uma das principais recomendações dos defensores de uma solução «suave» para o problema da escassez dos recursos hídricos. Em vez de se pretender fomentar o conceito mais colheita por gota, o objectivo — para deixarmos de parte os rodeios — é ganhar mais dinheiro por metro cúbico. O pressuposto subjacente a isto é de que a água, enquanto recurso cada vez mais escasso, tem de ser utilizada nas regiões onde possa gerar maiores dividendos.[60]

Em termos de valor nominal, esse pressuposto parece bastante razoável. Aplicado à Califórnia, onde a água usada, por exemplo, na produção de micro-chips, gera mais lucro e emprego do que a água utilizada nas zonas de cultivo de arroz e algodão fortemente subsidiadas e de capital intensivo, as opções políticas parecem claras. Na prática, contudo, os defensores de soluções brandas tendem a exagerar o seu ponto de vista — e a mostrar-se insensíveis às desigualdades. A situação tende a ser empolada para ambos os lados.

Em primeiro lugar, é difícil separar o valor da água dos restantes custos necessários à produção de bens de elevado valor acrescentado. Em segundo lugar, e mais importante ainda, não está de forma alguma provado que o desenvolvimento das indústrias de maior valor acrescentado tenha regredido devido à concorrência entre este sector e a agricultura pelo acesso à água. Na maior parte dos casos, a agricultura até tem ficado a perder (ver capítulo 5).

Os problemas de equidade resultam do facto de não se ter em atenção a dimensão das consequências de distribuição que advêm das transferências de água. Não está em dúvida o facto de existirem grandes variações de valor acrescentado resultantes do consumo de água na produção agrícola. Um estudo sobre os sistemas de irrigação que abrangeu 40 países levou à descoberta de uma diferença décupla em termos de valor bruto da produção por unidade de água consumida.[61] Mantendo-se os restantes factores inalteráveis, poderia esperar-se que um volume de água equivalente viesse a gerar maiores lucros quando aplicada à produção de frutas, vegetais, gado ou produtos lácteos de elevado valor acrescentado, em vez de alimentos básicos como o arroz.[62] O mesmo se aplica à indústria de elevado valor acrescentado.

Contudo, em países onde a grande maioria da população depende da agricultura como meio de subsistência, e onde a produção de produtos alimentares básicos representa uma grande fatia dos rendimentos e do emprego das famílias carenciadas, as perdas de água podem traduzir-se numa importante ameaça ao desenvolvimento humano. O perigo óbvio é que o desvio de água possa gerar mais riqueza e, ao mesmo tempo, destrua os meios de subsistência de alguns dos povos mais vulneráveis do mundo.

Gestão integrada de recursos hídricos

Voltaremos a abordar estes problemas da distribuição no capítulo 5. Mas começa a emergir já, como pano de fundo, um certo consenso em torno da gestão da água. Na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável realizada em 2002, os governos adoptaram a gestão integrada dos recursos hídricos como um modelo a seguir no futuro. Esta opção incide sobre a importância de uma gestão dos sistemas de distribuição de água dentro dos limites ecológicos das reservas disponíveis, com a contrapartida de três factores: equidade, eficácia e sustentabilidade ambiental (caixa 4.7). Na prática, é difícil equilibrar os direitos concorrenciais dos diferentes consumidores de um recurso que está na génese das relações de poder em sociedade — e que interfere no peso político dos cidadãos e nas responsabilidades ao nível institucional.

O maior desafio consiste em desenvolver uma nova ética na gestão dos recursos hídricos apoiada num compromisso de resolução das profundas desigualdades que conduzem à insegurança da água. A questão central foi expressa de forma taxativa por Sandra Postel e Brian Richter:[63]

Far-nos-ia parar de perguntar como podemos continuar a manipular rios, lagos e nascentes com o objectivo de satisfazermos os nossos desejos insaciáveis, para passarmos a perguntar como poderemos satisfazer as necessidades do ser humano, conciliando-as com as exigências ecológicas de sistemas hídricos saudáveis . E isso levar-nos-ia, inevitavelmente, a colocar questões mais profundas, relativas aos valores humanos — designadamente, a de como reduzir o inaceitavelmente grande fosso que separa quem tem tudo de quem não tem nada.

O maior desafio consiste em desenvolver uma nova ética na gestão dos recursos hídricos apoiada num compromisso de resolução das profundas desigualdades que conduzem à insegurança da água

Caixa 4.7 Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Atingir um desenvolvimento e gestão coordenada da água, das terras e dos recursos a eles associados no sentido de maximizar, de forma equitativa, o bem-estar económico e social daí resultante, sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais.

É esse o objectivo da gestão integrada de recursos hídricos. Adoptado em 2002 pela Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo, como parte da estratégia internacional alargada para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o conceito marca o que de mais recente existe na evolução das estruturas de gestão da água desenvolvido desde a Conferência Internacional da Água, realizada em 1992. Essa conferência estabeleceu três princípios chave para uma boa gestão:

- O *princípio ecológico* que deve nortear a introdução do conceito da gestão da água nas zonas das bacias hidrográficas em detrimento dos consumidores institucionais independentes, com a adopção de uma gestão integrada de terras e de água ditada por razões ambientais.
- O *princípio institucional* que baseia a gestão dos recursos hídricos no diálogo entre as partes interessadas através de instituições transparentes e responsáveis orientadas pelo princípio da subsidiariedade — a desconcentração de autoridade ao mais baixo nível, desde os grupos de consumidores até aos executivos locais e aos organismos de gestão das bacias hidrográficas.
- O *princípio económico* que aconselha o recurso a maiores incentivos e princípios baseados nas leis do mercado, com vista a melhorar a eficácia da água enquanto recurso cada vez mais escasso.

Trata-se de princípios gerais que constituem fortes alicerces de qualquer sistema de gestão da água. O ponto de partida de qualquer gestão integrada de recursos hídricos reside na necessidade de se encarar a água como um recurso ambiental único e de se proceder à sua distribuição dentro dos parâmetros de uma política pública coerente, concertada entre os principais grupos de consumidores de água: agricultura, indústria e consumidores domésticos. Ao garantir a sustentabilidade, este modelo também reconhece a existência de limitações ecológicas ao consumo da água, bem como a necessidade de o meio ambiente ser encarado como um consumidor de direito próprio. Mas a transposição destes princípios para medidas políticas concretas já será mais problemática.

Provavelmente, um dos casos mais frequentemente mencionado como modelo de boas práticas de gestão integrada de recursos hídricos ao nível das bacias hidrográficas talvez seja o da Iniciativa da Bacia Murray-Darling, no Sudeste da Austrália, que abrange 20 rios e um grande número de sistemas de lençóis subterrâneos que se estendem por cinco estados. A bacia hidrográfica representa três quartos de toda a área irrigada da Austrália, estando mais de um quarto destinado à exploração pecuária e metade aos ovinos e campos de cultivo. Esta iniciativa nasceu como uma tentativa de cooperação entre parceiros no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos, em resposta à crise gerada pela grave degradação ecológica sentida e pelo excesso de captação de águas para irrigação numa região que já é semi-árida.

O alcance desta cooperação é impressionante. A Comissão da Bacia Hidrográfica de Murray-Darling, criada em 1988, impôs um limite ao consumo de água, tendo em consideração os requisitos ecológicos para a conservação da integridade do sistema. São atribuídos a cada Estado direitos quantitativos de consumo de água que, por sua vez, os distribui pelos diferentes consumidores Os conflitos são dirimidos através de procedimentos legais predefinidos, incluindo cláusulas que prevêem a venda de direitos de consumo de água por parte das entidades colectivas e dos consumidores individuais.

A participação pública na gestão tem vindo a evoluir ao longo do tempo e passou a incluir grupos ambientais, comités de controlo de represas, organizações de agricultores e outros representantes das partes interessadas envolvidas nos processos de consulta. Um Comité de Aconselhamento Comunitário disponibiliza ampla informação técnica sobre as redes de distribuição de água. A autoridade pública da Comissão da Bacia Murray-Darling baseia-se numa estrutura institucional que funciona por delegação de poderes de um Conselho Ministerial de alto nível.

Reproduzir estas condições nos países em desenvolvimento não será tarefa fácil. A estrutura de gestão da água no período pós-apartheid na África do Sul apresenta algumas características institucionais comuns à iniciativa de Murray-Darling. O plano nacional dos recursos hídricos está altamente descentralizado. Os ministérios envolvidos na distribuição dos recursos hídricos estão todos reunidos num poderoso organismo de cúpula. As redes de distribuição de água também concedem direitos de consumo ambiental sob a forma de reservas inegociáveis, definidas pelo governo com o objectivo de garantir a quantidade, a qualidade e a fiabilidade da água necessárias à conservação da integridade dos sistemas ecológicos. Neste ciclo de planificação anual, não são concedidas licenças de consumo de água até que a reserva ambiental tenha sido definida.

Contudo, os processos institucionais levam o seu tempo. O Brasil é por vezes citado como um modelo em determinados aspectos da gestão integrada de bacias hidrográficas. Mas mesmo no Ceará, muito provavelmente o estado que apresenta melhor desempenho, levou mais de uma década a desenvolver um modelo de gestão participada dos recursos hídricos.

A Lei Nacional da Água, de 1997, veio revolucionar os modelos de gestão dos recursos hídricos no Brasil. Esta legislação foi passada ao papel após cinco anos de debates organizados a nível nacional, que incluíram milhares de reuniões e audições públicas. A descentralização da gestão dos recursos hídricos surgiu como um objectivo político de crucial importância, uma vez que as bacias hidrográficas foram consideradas como plataformas ideais para se promover uma transferência do poder. Foram criados novas instituições a todos os níveis de gestão, incluindo um órgão de cúpula que reunia representantes de todos os ministérios da tutela dos recursos hídricos, representantes estatais, consumidores e agências não governamentais.

O Estado do Ceará tem sido um dos reformadores mais bem sucedidos. Situado numa região propensa à seca e semi-árida, no Nordeste, trata-se de um dos estados mais pobres do Brasil, com mais de 70% de famílias rurais abaixo do limiar da pobreza. O Ceará tem cinco grandes bacias hidrográficas, mas nenhum rio com caudal natural perene. Os conflitos nestas bacias hidro-

Caixa **4.7** **Gestão Integrada de Recursos Hídricos** (*continuação*)

gráficas têm vindo a intensificar-se à medida que a crescente procura por parte dos consumidores industriais e dos municípios de Fortaleza, a capital do Estado, entra em competição com os consumidores da agricultura de regadio, que consomem mais de 80% das reservas existentes.

A reforma da água no Ceará insere-se num processo mais amplo de democratização e descentralização. A Bacia Hidrográfica do Baixo Jaguaribe ilustra bem esse processo político. A Empresa de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará (EGRHC), a agência estatal da bacia hidrográfica daquele rio, convocou uma assembleia-geral com 180 grupos de consumidores da zona. A referida assembleia, que incluía representantes da indústria, agricultores comerciais, sindicatos e cooperativas de trabalhadores rurais, desenvolveu um plano operacional para a gestão do consumo de água na bacia hidrográfica apoiado pelo aconselhamento técnico fornecido pelos hidrologistas da EGRHC. A implementação foi supervisionada pelo Comité de Representantes eleitos pela assembleia. Após um ano de baixa precipitação em 2000, a Comissão de Consumidores reuniu-se para esboçar estratégias de redução das captações de água aprovadas naquela assembleia.

Conseguiram-se bons resultados graças ao elevado número de participantes e ao debate público realizado no âmbito da Comissão de Utentes, que contribuiu para instituir as normas de regulamentação da concorrência. Também foi importante o contributo de um organismo de aconselhamento técnico sólido, considerado competente e independente dos interesses dos diversos grupos de consumidores. E o apoio das coligações partidárias à EGRHC e outros processos de participação política similares ao nível da saúde e da educação em todo o Estado contribuíram para despolitizar alguns aspectos da gestão da água.

A experiência acabou por ser aplicada noutros locais, de uma forma híbrida. A Cimeira de Joanesburgo convidou todos os países a esboçarem planos de gestão integrada de recursos hídricos num prazo de cinco anos; um objectivo irrealista entretanto já alterado face aos constrangimentos das reservas. No final de 2005, apenas 20 dos 95 países contemplados pela Parceria Mundial da Água tinham elaborado esse plano ou estavam em vias de o fazer. E apenas cinco pertenciam à África Subsariana, e um (Brasil) à América Latina.

Nalguns casos, houve um grande empenho neste planeamento, sem resultados tangíveis. Por exemplo, a Nicarágua levou mais de dois anos a preparar um plano de 13 volumes, mas não conseguiu estabelecer mecanismos de acompanhamento eficazes. Nada disto deverá pôr em causa os progressos registados até à data. Partindo de uma situação fragilizada, o Bangladeche, o Burquina Faso, a Namíbia e o Uganda levaram a cabo importantes reformas institucionais, embora a sua implementação possa parecer desanimadora.

A gestão integrada dos recursos hídricos requer a existência de instituições que levam vários anos a desenvolver, mesmo quando existe um forte compromisso político, e não oferece soluções já feitas para alguns problemas clássicos associados à gestão da água. Um plano teoricamente integrado de gestão da água diz muito pouco acerca dos interesses que serve e das vozes que ouve. Em muitos casos, a gestão integrada de recursos hídricos peca por ter um enfoque técnico limitado. Tem-se dado muito mais atenção ao aumento da eficácia do consumo de água através do seu transvase para zonas de maior valor acrescentado ou por meio de novas tecnologias, do que à equidade e à justiça social, que são fundamentais para o desenvolvimento humano (ver capítulo 5).

Fonte: GWP 2000, 2004, 2006a; Biswas 2004; Shah 2005; Haisman 2005; Kemper, Dinar e Bloomquist 2005; Muller 2006; Lemos e de Oliveira 2005; Tortajada 2006a; Rogers 2002.

Lidar com o risco, a vulnerabilidade e a incerteza

A capacidade das reservas de recursos hídricos é um dos factores de avaliação da escassez. Mas o equilíbrio entre a segurança da água e o volume das reservas disponíveis é garantido, na generalidade dos países, através das infra-estruturas e das instituições que têm a seu cargo a gestão dos recursos hídricos. Os países distinguem-se muito em termos de capacidade nessa áreas, e isso tem implicações na segurança da água. E nunca essas implicações foram tão evidentes como perante a ameaça do aquecimento global — uma ameaça que só poderá ser controlada com a ajuda de uma infra-estrutura de base forte, que facilite a adaptação.

O papel vital das infra-estruturas

Existem grandes desigualdades mundiais no âmbito das infra-estruturas hídricas. Em todos os países industrializados, os caudais dos rios são regulados e geridos por meio do armazenamento de água para múltiplos fins. Poucas pessoas nesses países têm consciência do modo como os investimentos em infra-estruturas hídricas criam condições para a segurança da água, o crescimento económico e a criação de emprego — ou de como elas combatem o poder destruidor da água nos períodos de cheias ou

A distribuição mundial de infra-estruturas hídricas é inversamente proporcional à distribuição mundial dos riscos de insegurança da água

de seca. É durante os períodos de crise que as infra-estruturas hídricas ganham destaque no debate político público em épocas de crise ou na iminência da sua aproximação. Nos Estados Unidos, o furacão Katrina veio-nos recordar de forma trágica a importância das infra-estruturas — e da vulnerabilidade humana. Este acontecimento foi tão chocante, em parte por se terem perdido tantas de vidas e pela destruição ter sido tão devastadora. Em contrapartida, na maior parte do mundo em desenvolvimento, os custos a nível humano a pagar por infra-estruturas débeis e vulnerabilidade de choques hídricos são vividos diariamente.

Mitigar o risco nos países ricos

A escalada de investimentos em infra-estruturas hídricas nos países ricos não é muito bem vista. Os investimentos em infra-estruturas hidráulicas têm gerado, em alguns casos, grandes prejuízos ambientais, mas também têm sido base de sustentação de maior prosperidade económica e progresso social.

Nos Estados Unidos, muitos dos investimentos federais da história tiveram por objectivo armazenar água, aproveitá-la para produzir energia e diminuir as hipóteses de ocorrência de cheias. Segundo uma estimativa, o Corpo de Engenharia do Exército dos EUA gastou 200 mil milhões de dólares desde 1920 só na gestão de cheias e na sua minimização (o que rendeu cerca de 700 mil milhões de dólares de lucro).[64] A Autoridade do Vale do Tennessee, fundada em 1933 como parte do Novo Pacto para a construção de barragens, unidades de energia hidroeléctrica e reservatórios, transformou o Vale do Tennessee de zona propensa a cheias e empobrecida de Dust Bowl, com alguns dos piores indicadores de desenvolvimento humano nos Estados Unidos, numa região de prosperidade agrícola. O ciclo de pobreza rural que afecta mais de 2 milhões de pessoas numa das regiões mais pobres dos Estados Unidos foi quebrado no espaço de uma geração.[65]

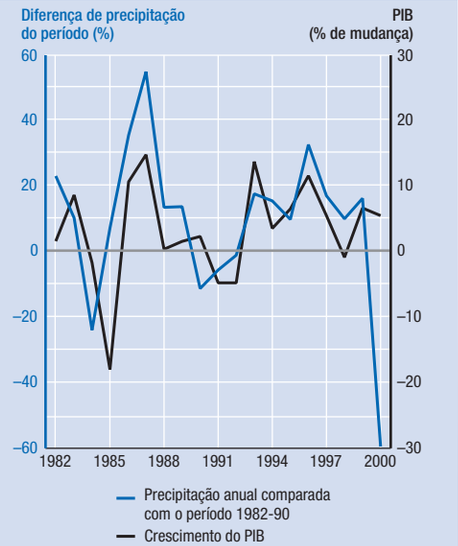
A diminuição do risco na gestão dos recursos hídricos através de sistemas de controlo de inundações e do desenvolvimento de infra-estruturas económicas tem-se revelado fundamental para o progresso humano em muitos países ricos. E é no Japão que esta situação se torna mais evidente, um país onde os fortes investimentos pós-guerra em infra-estruturas impulsionaram o rápido desenvolvimento da energia hidroeléctrica, do controlo de inundações e da agricultura de regadio. Até à Segunda Guerra Mundial, as cheias causadas pelas fortes chuvadas sazonais e pelos tufões tiveram efeitos desastrosos na economia japonesa, com perdas a exceder, por vezes, os 20% do rendimento nacional bruto (RNB). A partir dos anos 70, o impacto das cheias nunca ultrapassou 1% do RNB.[65] A maioria da população japonesa e 60% dos seus bens produtivos situam-se, actualmente, nas planícies baixas vulneráveis às cheias, mas as infra-estruturas e a gestão da água reduziram o risco numa média de cerca de 9 mil milhões de dólares por ano.

O défice de infra-estruturas nos países pobres

A distribuição mundial de infra-estruturas hídricas é inversamente proporcional à distribuição mundial dos riscos de insegurança da água. Os climas sazonais, as variações de pluviosidade e os riscos de inundações e de secas são uma ameaça ainda maior nos países em desenvolvimento do que nos países ricos, enquanto as instituições e as infra-estruturas necessárias à segurança da água são bastante mais fracas.[67]

As secas são um excelente exemplo dos custos a pagar quando as infra-estruturas são fracas. Uma fraca pluviosidade contribui para a depauperação das bacias hidrográficas, terrenos agrícolas e pastagens, degrada a terra e arruína as colheitas. Desde o Dust Bowl dos anos 30, nos Estados Unidos, ao Sahel dos anos 70 e à África Oriental dos nossos dias, as secas têm mostrado uma enorme capacidade de destruição e a erosão dos solos duros teve repercussões em termos de desenvolvimento humano. As secas afectam as zonas rurais pobres devido a uma redução da produção, à perda de cabeças de gado e da fertilidade dos solos e à extrema escassez de água potável. Quando o gado morre e as colheitas se per-

Figura 4.7 **A variabilidade de rendimento acompanha a variabilidade das chuvas na Etiópia**



Fonte: Banco Mundial 2006f.

Caixa 4.8 Secas, cheias e insegurança da água no Quénia

A seca em Wajir e Turkana, no Nordeste do Quénia, representa uma catástrofe humanitária. A dimensão desta tragédia atraiu a atenção dos *media* internacionais, mas não se tratou de uma situação invulgar: o Quénia tem vindo a ser afectado por uma sucessão de secas e de cheias desde meados dos anos 90. As cheias de 1997-98 foram imediatamente seguidas por uma seca, entre 1998 e 2000. A seca que hoje se faz sentir no Nordeste é ainda uma continuação daquela, e mais de 3 milhões de pessoas enfrentam a ameaça da fome.

Para além do sofrimento humano, os custos têm sido enormes. Comunidades pastoris inteiras perderam os seus rebanhos e demais bens, o que veio aumentar a sua vulnerabilidade. Os enormes prejuízos financeiros atrasaram toda a economia e os esforços de redução da pobreza.

Estima-se que as inundações de 1997/98 provocadas pelo El Niño tenham provocado prejuízos equivalentes a 11% do PIB (ver quadro). As secas de 1998-99 e 1999-2000 provocaram perdas superiores a 16% do PIB. Estima-se que a indústria e a energia hidroeléctrica tenham contribuído com 80% do total de perdas. Provavelmente, os prejuízos globais em termos de economia são ainda maiores, uma vez que as perdas não contabilizam as consequências ao nível da má nutrição, a redução do investimento na agricultura e uma quebra do investimento na indústria.

As perdas sofridas em termos de colheitas e cabeças de gado representaram uma parte relativamente pequena dos prejuízos globais, atingindo menos de 16% do total, mas tiveram um impacto devastador nas populações pobres, provocando uma situação geral de má nutrição, a depauperação de bens e o aumento das vulnerabilidades perante situações de risco futuras.

Os impactos das cheias e da seca no Quénia, 1997-2000

Impacto	Valor (Em milhões de dólares)	Total (%)
Cheias de 1997-98		
Infra-estruturas de transportes	777	88
Infra-estruturas de abastecimento de água	45	5
Sector da saúde	56	6
Total	878	
% do PIB		11
Seca de 1998-2000		
Perdas em energia hidroeléctrica	640	26
Perdas em produção industrial	1.400	58
Perdas em produção agrícola	240	10
Perdas de cabeças de gado	137	6
Total	2.417	
% do PIB		16

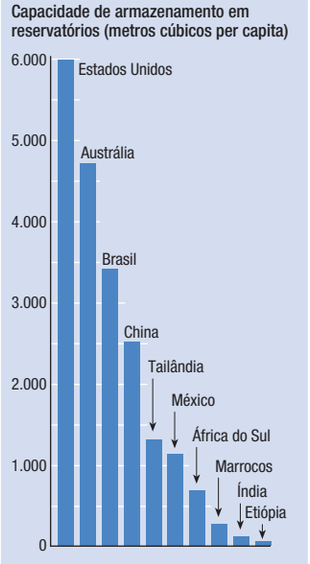
Fonte: Banco Mundial 2004c, 2006e

dem, as famílias pobres perdem o seu rendimento e a qualidade da nutrição agrava-se. Restaurar activos pode levar anos.

A África Subsariana é a região mais afectada. Em 2005, mais de 20 milhões de pessoas viviam sob a ameaça da seca só na região do Corno de África. Por quase todo o Sahel e África Oriental e Austral, as secas são endémicas, com ocorrências significativas todos os 3-5 anos. Mas a África Subsariana não é a única região atingida. Na Sul da Ásia, cerca de 15% da população vive em zonas que foram atingidas pela seca nos últimos dois anos. Também se registaram secas mais frequentes e prolongadas no Médio Oriente. Em Marrocos, uma seca grave registada em meados dos anos 90 reduziu a produção agrícola em 45%, estimando-se em 100 milhões de dias de trabalho as perdas na agricultura sofridas por trabalhadores rurais e pequenos proprietários de terras.[68]

A variabilidade do abastecimento de água é outra fonte importante de insegurança da água — para as populações e para as economias nacionais. Consideremos, a título de exemplo, o caso da Etiópia, mais dotada de água do que a maioria dos países propensos a secas. Este país abrange 12 bacias hidrográficas e dispõe de mais de 1.600 litros de água por pessoa e por ano.[69] O problema para a Etiópia, onde os meios de subsistência para a grande maioria das pessoas dependem da agricultura de sequeiro, é a incerteza. No entanto, estima-se que a variabilidade das chuvas tenha empurrado mais 12 milhões de pessoas para um nível abaixo do limiar da pobreza absoluta, na segunda metade dos anos 90. Com mais de 80% da população a viver no campo e metade desta subalimentada, a água desempenha um papel chave nas perspectivas do desenvolvimento humano das famílias. É por isso que as populações pobres indicam a variabilidade das chuvas como sendo a maior ameaça à sua subsistência. Contudo, tal como noutros países predominantemente agrícolas, a fraca pluviosidade na Etiópia lança ondas de choque muito para além dessas famílias, atingindo toda a economia do país (figura 4.7). Bastará que ocorra uma única seca num período de 12 anos para que o PIB diminua 7%-10% e a pobreza aumente 12%-14%. O modelo económico proposto pelo Banco Mundial sugere que a incapacidade revelada pela Etiópia para atenuar os efeitos da variabilidade das chuvas reduz, em um terço, o potencial de crescimento económico deste país — com consequências óbvias ao nível da redução da pobreza.[70] Estima-se que a variabilidade hidrológica venha a aumentar, em 2015, os níveis de pobreza entre um quarto e um terço, ou seja, atingindo cerca de 11 milhões de pessoas.

Figura 4.8 Grandes desigualdades põem em risco a capacidade de minimização



Fonte: Banco Mundial 2005c.

As infra-estruturas hídricas têm enorme influência no grau de vulnerabilidade e na capacidade das famílias absorverem mudanças violentas. Estima-se que a Indonésia perca 25.000 vidas por ano devido a problemas relacionados com a seca — a Austrália, com um grau de exposição aos riscos de seca similar, não sofre nenhuma perda. Os investimentos feitos no Japão minimizaram o impacto das cheias, pelo que os danos raramente sobem acima de 0,5% do RNB e as perdas de vida são raras. Mas quando as cheias atingiram Moçambique, em 2000, provocaram 700 mortes e meio milhão de desalojados. As colheitas ficaram destruídas e as infra-estruturas danificadas. Estima-se que o total de perdas tenha atingido os 20% do RNB, com o crescimento económico a descer de 8% em 1999 para 2% em 2000. As inundações também danificaram ou destruíram 500 escolas primárias e sete escolas secundárias.[71]

Tendo em conta que se tratou de uma situação pontual, a experiência de Moçambique sublinha a forma como os eventos climáticos podem diminuir os ganhos de desenvolvimento em grande escala. Em muitos casos, porém, os países são obrigados a enfrentar cheias e secas consecutivas, ou até mesmo simultâneas (caixa 4.8). Os riscos resultantes da debilidade das infra-estruturas atingem, sobretudo, as pessoas pobres. Em Moçambique, são as famílias pobres das planícies ao longo das margens dos rios que mais sofrem com as cheias. Em Nova Orleães, a devastação provocada pelo furacão Katrina afectou toda a cidade, mas os bairros pobres da população negra foram os mais prejudicados. Embora os efeitos das fortes intempéries atinjam toda a sociedade, as famílias pobres estão mais expostas ao risco e menos preparadas para minimizar esse risco através de seguros ou poupanças.

As desigualdades sentidas ao nível dos equipamentos hidráulicos põem em evidência os custos humanos e económicos associados às intempéries mais graves. A maioria dos desastres naturais tem origem no facto de haver muito pouca ou, pelo contrário, demasiada água. Os factores cíclicos e as alterações climáticas conjugam-se para aumentar a frequência com que ocorrem intempéries tais como secas e inundações. E todos os países acabam por ser afectados. Contudo, os países ricos conseguem proteger os seus cidadãos e o seu desempenho económico através da criação de vastas infra-estruturas hidráulicas. A capacidade de armazenamento de água é um indicador alternativo para compararmos a capacidade das infra-estruturas entre os diversos países (figura 4.8). Os Estados Unidos armazenam 6.000 metros cúbicos de água por pessoa, e a Austrália cerca de 5.000, em comparação com os 43 metros cúbicos da Etiópia. O rio Colorado tem uma capacidade de armazenagem equivalente a 1.400 dias, enquanto a do rio Indus nem chega bem aos 30 dias.[72]

As análises comparativas realizadas em diversos países ao nível do armazenamento de água dão-nos o retrato de um dos aspectos da sua capacidade de minimização de risco. Contudo, a capacidade de armazenamento é apenas um exemplo da ligação existente entre infra-estruturas e vulnerabilidades. Países como o Gana e a Zâmbia apresentam níveis muito elevados de armazenamento de água per capita — na verdade, mais elevados do que nos Estados Unidos — mas com uma capacidade de minimização do risco limitada. A maior parte da capacidade de armazenamento é orientada para fins energéticos, havendo uma infra-estrutura muito limitada destinada aos pequenos produtores agrícolas. Existe igualmente um lado mais negativo nas infra-estruturas hídricas em grande escala, destacado no actual debate sobre o grau de intervenção mais adequado.

As grandes barragens têm sido protagonistas desse debate — e por uma boa razão. Estima-se que 40-80 milhões de pessoas tenham sido desalojadas nos últimos 50 anos por culpa de projectos de barragens mal concebidas, e em muitos casos sem receberem a devida indemnização. Na pressa de desenvolver infra-estruturas de larga escala para irrigação ou produção energética, muitos governos descuraram os direitos e reivindicações das comunidades que necessitam de energia a baixo custo, encontrando-se frequentemente as populações indígenas entre as mais afectadas[73]. Para além disso, muitas barragens causaram imensos danos sociais e ecológicos. Os efeitos indirectos incluem a sedimentação, a salinização e a desarborização; os efeitos directos vão desde a redução dos bancos de pesca e a degradação das reservas naturais, até à diminuição das camadas sedimentares e de nutrientes. Nalguns casos, os benefícios económicos foram exagerados. O equilíbrio dos ganhos de produtividade para os utilizadores indirectos trouxe efeitos prejudiciais directos e alterações nos ecossistemas dos leitos de cheias. A Comissão Mundial de Barragens descobriu uma tendência sistemática para se subestimarem os custos de capital das barragens (numa média de 47%) e para se sobrevalorizarem os retornos económicos da irrigação em larga escala.[74]

Este cenário veio tornar claro que os grandes projectos de infra-estruturas deveriam ser submetidos a um escrutínio crítico no que respeita aos seus possíveis impactos sobre o meio ambiente e as populações pobres. Ao mesmo tempo, o contributo das infra-estruturas de grande escala para o desenvolvimento humano também não deveria ser desdenhado. Em muitos países, este tipo de infra-estruturas fornece água para a irrigação, reduzindo a variabilidade dos fluxos hídricos de que os produ-

tores dispõem e mitigando os riscos de segurança da água resultantes das flutuações da precipitação. O acesso a meios de irrigação é uma das estratégias mais elementares para minimizar a insegurança do abastecimento de água.[75] Na Ásia, a prevalência da pobreza é normalmente 20%-40% mais elevada onde não existem sistemas de irrigação, do que onde eles existem (ver capítulo 5). As infra-estruturas hídricas também oferecem uma importante fonte de energia renovável: a elas se devem 22% da electricidade produzida na África Subsariana.

Embora o contributo das infra-estruturas de grande dimensão para a irrigação e produção energética não deva ser subestimado, o mesmo se aplica ao contributo potencial das infra-estruturas de pequena dimensão. A captação de água em pequena escala tem a vantagem, não só de armazenar água de forma eficaz, minimizando deste modo os riscos, mas também de armazenar água em zonas próximas das populações que dela necessitam. O facto de se armazenarem enormes volumes de água na Barragem de Kariba, na Zâmbia, em nada ajuda os pequenos agricultores das zonas do país mais propensas a sofrer secas.

A polarização do debate em torno dos méritos relativos associados às infra-estruturas de grande ou pequena dimensão não passa de uma manobra de diversão relativamente ao que está verdadeiramente em causa. A escolha do modelo de infra-estrutura mais indicado deve ser decidida a nível nacional e local, através do diálogo entre governos e populações. Mas a verdadeira opção não se baseia, geralmente, entre grandes ou pequenas infra-estruturas. A maioria dos países em desenvolvimento não necessita de maior quantidade de um tipo e menos do outro: necessita maior quantidade de ambos.

O aquecimento global — o estado de emergência previsível

Em 1992, a Cimeira da Terra realizada no Rio de Janeiro produziu uma Convenção-Quadro sobre Alterações Climáticas, em que ficou estabelecido o princípio de que os gases com efeito de estufa deveriam ser estabilizados para níveis que pudessem prevenir a influência da acção humana sobre o clima. Os países desenvolvidos foram incentivados a estabilizar as suas emissões em 2000, para níveis idênticos aos registados em 1990. A Convenção adoptou, igualmente, uma abordagem precautória, alertando que «sempre que exista o risco de ocorrência de danos sérios e irreparáveis, a falta de certezas científicas não deverá justificar a protelação das acções que se impõem.»[76]

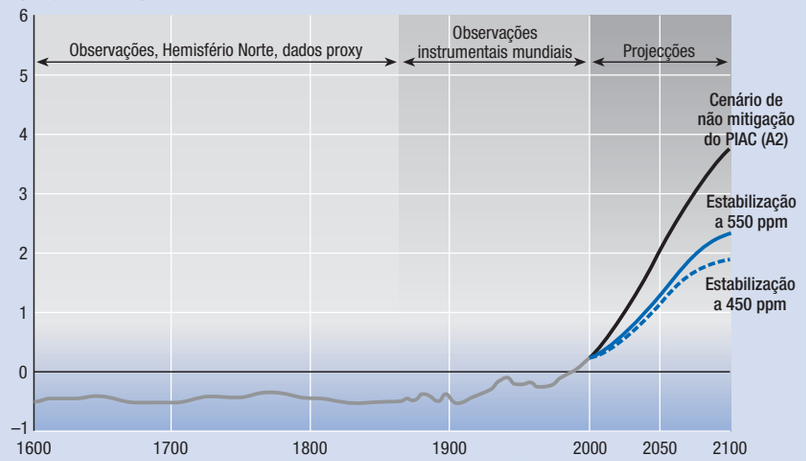
Poucos avisos terão sido, algum dia, tão perigosamente ignorados. As alterações climáticas representam hoje aquilo que poderemos considerar uma ameaça sem paralelo ao desenvolvimento humano. Grande parte dessa ameaça far-se-á sentir através de alterações ao nível dos ciclos hidrológicos e dos padrões de precipitação, bem como pelo impacto das elevadas temperaturas de superfície sobre a evaporação da água. Os efeitos em termos globais consistirão na exacerbação dos riscos e vulnerabilidades, com a consequente ameaça à subsistência, saúde e segurança de milhões de pessoas.

Os testes de comportamento do clima apontam para uma complexa gama de efeitos possíveis, como consequência das alterações climáticas. Para além da complexidade da situação, ainda existem dois temas recorrentes. O primeiro diz respeito à tendência de as regiões secas ficarem ainda mais secas e as zonas húmidas ainda mais húmidas, com graves consequências para a distribuição da produção agrícola. O segundo prevê que se verifique um aumento da imprevisibilidade dos fluxos hídricos, associado a intempéries mais frequentes. Embora os resultados variem de região para região e no interior de cada país, é possível antecipar algumas das principais consequências:

- *O desenvolvimento agrícola e rural irá suportar o embate dos riscos climáticos*. Este dado é importante porque o sector rural abrange cerca de três quartos da população que vive com menos de 1 dólar por dia e qualquer coisa como entre um quarto e dois terços do RNB dos países de baixo rendimento. Em algumas regiões, uma redução das reservas de água, combinada com alterações da pluviosidade, poderiam provocar uma quebra da produção em 2050 em qualquer coisa como um terço, pondo em risco a subsistência de milhões de famílias rurais.[77]
- *Os índices de pobreza extrema e de subnutrição irão aumentar à medida que a insegurança da água também for crescendo*. Têm sido feitas tentativas no sentido de avaliar o impacto quantitativo das alterações climáticas na segurança alimentar e nos níveis de nutrição. Qualquer projecção que façamos será inevitavelmente arriscada, dado que as alterações climáticas, elas próprias sujeitas a consideráveis variações, irão interagir com muitas outras variáveis e tendências. Mesmo assim, os sinais de aviso são claramente visíveis nos resultados dos testes de comportamento. Esses testes sugerem que as alterações climáticas poderão fazer aumentar 15%-26% a subnutrição mundial, aumentando o número absoluto de 75-125 milhões de pessoas subnutridas até 2080.[78] Mas a ameaça de pobreza sistémica irá afectar um número de pessoas bastante mais elevado. As quebras na produção agrícola originarão efeitos múltiplos que irão repercutir-se em economias inteiras, fazendo alastrar a pobreza das zonas rurais para as áreas urbanas.

Para uma larga percentagem da população mundial residente nos países em vias desenvolvimento, as previsões relativas às alterações climáticas apontam para uma menor garantia de meios de subsistência, uma maior vulnerabilidade à fome e à pobreza, um agravamento das desigualdades sociais e uma maior degradação ambiental

Figura 4.9 O nosso planeta estará muito mais quente no próximo século



Nota: As projecções de alterações climáticas do PIAC são baseadas em cenários que modelizam o impacto do crescimento económico, da população e outros factores. O cenário de não mitigação (A2) supõe um crescimento económico médio e um elevado crescimento demográfico, mas não apresenta medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Os cenários de estabilização indicam limites específicos de reduções.
Fonte: PIAC 2001.

- *O agravamento dos padrões climatéricos irá aumentar o risco e as vulnerabilidades*. As alterações climáticas contribuirão para agravar as consequências das monções asiáticas e o efeito El Niño, com importantes implicações na produção agrícola. O grau de susceptibilidade às secas e às cheias tenderá a aumentar com o passar do tempo.[79]
- *A redução dos glaciares e o aumento do nível do mar representarão uma nova ameaça para a segurança humana*. A diminuição da área de glaciares poderá provocar, a curto prazo, a ocorrência de cheias, e a longo prazo, um decréscimo das reservas de água por toda a Ásia, América Latina e partes da África Oriental.[80] A subida do nível do mar irá reduzir as reservas de água doce, afectando milhões de habitantes dos países situados abaixo do nível do mar e dos deltas dos rios.[81]

Para uma larga percentagem da população mundial residente nos países em desenvolvimento, as previsões relativas às alterações climáticas apontam para uma menor garantia de meios de subsistência, uma maior vulnerabilidade à fome e à pobreza, um agravamento das desigualdades sociais e uma maior degradação ambiental. As alterações climáticas — ao contrário do tsunami no Oceano Índico ou do terramoto em Cachemira — ameaçam provocar não propriamente uma catástrofe pontual, mas antes um desastre que irá desenrolar-se lentamente no tempo. Enquanto que a extensão de futuras alterações climáticas podem ser moderadas, estamos longe do ponto que não tem retorno. As alterações climáticas perigosas são agora inevitáveis. A forma como a comunidade internacional responder a esta ameaça irá determinar as perspectivas de desenvolvimento humano das gerações presentes e futuras. Uma prioridade imediata consiste em providenciar estratégias com vista a minimizar os efeitos das alterações climáticas com estratégias que apoiem a adaptação às inevitáveis mudanças do clima.

O nosso mundo está a aquecer

No século XX, a acção do homem fez aumentar a presença na atmosfera de gases com efeito de estufa — principalmente, dióxido de carbono, metano e ozono — para cerca de 30% acima dos níveis da era pré-industrial. Esta evolução terá consequências gravíssimas para a humanidade neste século XXI, e posteriormente.

O impacto do aumento de gases com efeito de estufa já está a tornar-se evidente. A Terra aqueceu 0,7°C ao longo do século passado — mas a velocidade a que se está a registar esta alteração tem vindo a aumentar. Os 10 anos mais quentes ocorreram desde 1994 para cá. A década de 90 foi a mais quente desde o século XIV. Os glaciares estão a encolher e o nível do mar está a aumentar muito mais depressa do que os meteorologistas previam há uma década atrás.

As concentrações de dióxido de carbono, o principal gás com efeito de estufa, têm vindo a aumentar progressivamente. Actualmente, as emissões estão a registar-se a um ritmo de cerca de 7 mil milhões de toneladas por ano, com as concen-

Quadro 4.2 Limiares e metas de redução do aquecimento global

Meta de estabilização (concentração equivalente de dióxido de carbono, ppm)	Prazo para a redução das emissões globais abaixo dos níveis de 1990, para atingir a meta de estabilização	Alteração das emissões globais em 2050, relativamente aos níveis de 1990 (%)	Alteração da temperatura com base nos modelos climáticos do PIAC (graus Celsius)
400	2020-30	–40% a –55%	1.2-2.5
450	2030-40	–15% a –40%	1.3-2.7
550	2045-65	–10% a +10%	1.5-3.2

Nota: cenários de estabilização das temperaturas segundo o PIAC: inclui a totalidade dos principais gases com efeito de estufa, com equivalência ao dióxido de carbono.
Fonte: Stern Review on the Economics of Climate Change (Relatório Stern sobre os Efeitos Económicos das Alterações Climáticas) 2006.

trações atmosféricas a atingirem as 380 partes por milhão (ppm). A evolução exacta das emissões no futuro dependerá de muitos factores — incluindo o crescimento da população, o crescimento da economia, as alterações tecnológicas, o preço do petróleo e, acima de tudo, a actuação dos governos. Mas a evolução geral dos níveis de dióxido de carbono revela uma tendência clara para o aumento. O *World Energy Outlook* (Panorama Energético Mundial) prevê que, até ao ano de 2030, as emissões de dióxido de carbono irão aumentar cerca de 63%, relativamente aos níveis de 2002.[82]

O que significa isto para as alterações climáticas? Mesmo que as emissões parassem já amanhã, as temperaturas continuariam a subir, como resultado do efeito retardado das emissões do passado. Se a tendência registada nos últimos 50 anos se mantiver, as concentrações de dióxido de carbono aumentarão para 500 ppm em meados do século XXI, e continuarão a crescer depois disso.

Há mais de duas décadas que organismos internacionais como o Painel Inter-governamental sobre as Alterações Climáticas têm vindo a consolidar uma base científica que permita compreender estas transformações.[83] De acordo com os cenários de não mitigação, a tendência destas emissões poderá levar a um aumento global das temperaturas entre 1,4º e 5,8ºC até ao ano 2010. Numa perspectiva mais positiva, com a estabilização das emissões nos 450 ppm, o mundo ainda estaria sujeito a um aumento de cerca de 2ºC (figura 4.9 e quadro 4.2).[84] O que ambos os cenários realçam é que as actuais concentrações atmosféricas e oceânicas de gases com efeito de estufa nos condenam a um determinado grau de alterações climáticas.

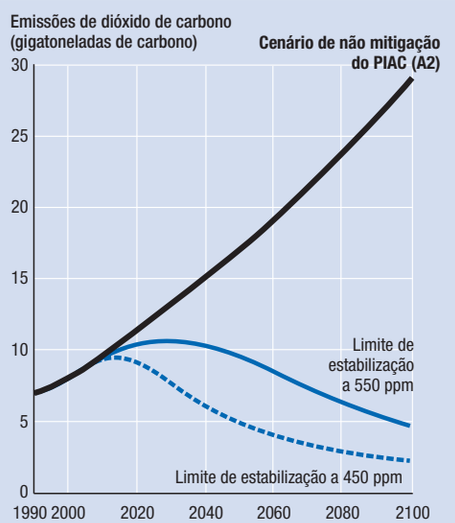
Embora a análise das perspectivas de estabilização a diferentes níveis esteja fora do âmbito deste Relatório, não deixaremos de fazer duas observações que têm influência directa na segurança da água. A primeira tem que ver com o facto de a actual estrutura multilateral ficar muito aquém do que seria exigível. O Protocolo de Quioto prevê que os países signatários promovam, até 2012, uma redução de 5% nas emissões de dióxido de carbono, relativamente aos níveis de 1990. No entanto, dois importantes países industrializados (a Austrália e os Estados Unidos) não ratificaram o protocolo, e as metas enunciadas não se aplicam aos países em desenvolvimento. Resultado: o protocolo abrange, agora, menos de um terço do total de emissões ao nível mundial.

A segunda observação tem que ver com o facto de a estabilização nos 550 ppm, ou abaixo deste valor, exigir um nível de cooperação internacional sem precedentes. Presentemente, as emissões continuam a aumentar: conseguir uma estabilização nos 550 ppm implicará que, em 2050, as emissões de dióxido de carbono tenham regredido para valores próximos dos actuais, e que continuem a diminuir daí em diante, até atingirem emissões próximas de zero; reduzir o nível para os 450 ppm (continua a ser um cenário perigoso das alterações climáticas) implicará que as emissões globais de dióxido de carbono em 2050 se situem em cerca de metade dos valores actuais. A diferença entre estes requisitos e os cenários traçados pelo PIAC diz muito sobre o desafio com que a comunidade internacional hoje se depara (figura 4.10).

A resposta a esse desafio exigirá um nível de ambição muito superior ao que está patente no actual Protocolo de Quioto. Alguns governos de países desenvolvidos já começaram a exercer pressões para que o próximo protocolo estabeleça um limite de estabilização próximo dos 550 ppm — quase o dobro dos níveis da era pré-industrial. Outros — incluindo a União Europeia — defenderam uma meta baseada nas temperaturas, com o objectivo de restringirem o aumento da temperatura para valores nunca superiores a 2ºC acima dos níveis da era pré-industrial. Isto implicaria um compromisso por parte dos países desenvolvidos no sentido de, em 2020, reduzirem as emissões para 15%-30% abaixo dos níveis de 1990, para aumentarem até aos 80% no ano 2050.[85] Para melhor percebermos o alcance deste desafio, bastará dizer que as emissões por pessoa a nível mundial terão de descer das cerca de 4 toneladas de dióxido de carbono actuais, para 1,2-2,8 toneladas no ano de 2050. Quanto mais tempo demorarmos a atingir o nível de emissões definido, maiores serão os cortes necessários.[86]

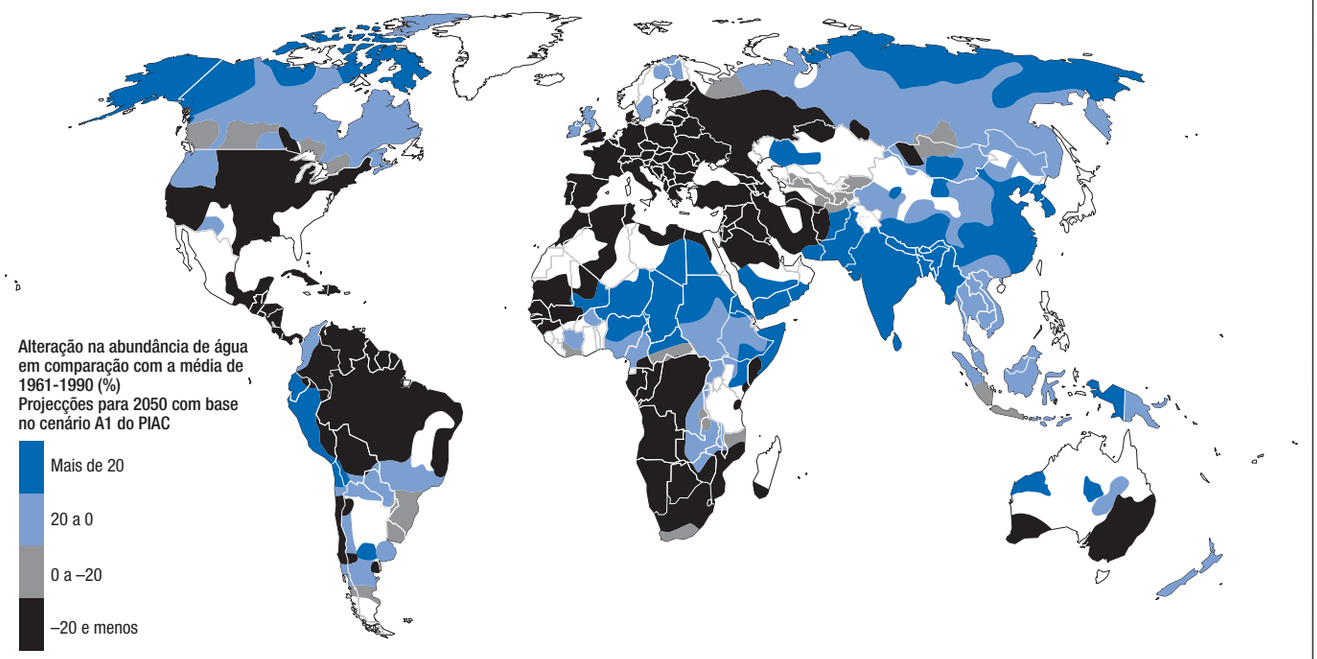
Mas as piores previsões de aquecimento para o século XXI produzirão grandes alterações em termos de níveis de evaporação e de precipitação, aliadas a um ciclo hidrológico mais imprevisível

Figura 4.10 Aquecimento do planeta: estabilização necessitará de reduções drásticas nas emissões



Nota: As projecções de alterações climáticas do PIAC são baseadas em cenários que modelizam o impacto do crescimento económico, da população e outros factores. O cenário de não mitigação (A2) supõe um crescimento económico médio e um elevado crescimento demográfico, mas não apresenta medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Os cenários de estabilização indicam reduções nas emissões de gases com efeito de estufa com limites específicos.
Fonte: PIAC 2001.

Mapa 4.2 As alterações climáticas causarão um declínio da abundância de águas em muitas regiões



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.
Os traçejados representam aproximadamente a Linha de Controlo em Jammu e Cachemira acordada entre a Índia e o Paquistão. O estatuto final de Jammu e Cachemira ainda não foi acordo entre as partes.

Fonte: Arnell 2004.

O sucesso de qualquer tentativa de minimização dos efeitos das alterações climáticas implicará a adopção de novas abordagens multilaterais. As actuais instâncias internacionais reconhecem um princípio fundamental que determina «responsabilidades comuns, mas diferenciadas» entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Os países ricos têm de se empenhar manifestamente mais no sentido de «descarbonizarem» as suas economias. Ao mesmo tempo, o crescente impacto ambiental dos países em desenvolvimento não pode ser ignorado. Daí a necessidade de o eventual sucessor do Protocolo de Quioto abranger não apenas todo o mundo desenvolvido, mas também os países em desenvolvimento mais importantes, como o Brasil, a China e a Índia. A adopção de formas de financiamento, a transferência de tecnologias e uma divisão equitativa dos direitos de emissão são a chave para que os países aceitem integrar uma estrutura multilateral capaz de promover uma efectiva minimização de riscos.

Alterações climáticas e segurança da água

O aquecimento global pode ser já hoje um facto, mas as piores previsões de aquecimento para o século XXI produzirão grandes alterações em termos de níveis de evaporação e de precipitação, aliadas a um ciclo hidrológico mais imprevisível. Temperaturas do ar mais elevadas conduzirão a um aumento da evaporação dos oceanos em todo o planeta, acelerando dessa forma o ciclo hidrológico. Esse aumento das temperaturas também implicará uma evaporação mais acelerada da água dos solos, de tal forma que haverá cada vez menos água das chuvas a atingir os rios. Estas alterações serão acompanhadas por novos padrões de precipitação e intempéries cada vez mais violentas, incluindo cheias e períodos de seca.

Que implicações terão estas alterações em termos de segurança da água e de desenvolvimento humano, nos países mais pobres do mundo? Poderemos assistir, por toda a parte, a numerosas alterações nos ciclos hidrológicos associados a microclimas. Alguns hidrologistas também alertam para a possibilidade de surgirem «situações de aviso», à medida que as alterações climáticas forem dando lugar a novos e menos previsíveis ciclos de mudança.[87] Por exemplo, o derretimento acelerado das camadas de gelo do Árctico poderia provocar uma série de episódios hidrológicos de consequências imprevisíveis. O que já não oferece contestação é a previsibilidade do aumento generalizado da pressão da falta de água num grande número de países.

Podemos encontrar nas projecções relativas às disponibilidades de água para 2050 (mapa 4.2) referências a uma série de consequências plausíveis, resultantes dos diversos cenários de desenvolvimento analisados pelo PIAC. Estas projecções apontam para um declínio de 30% ou mais do escoamento de água proveniente das chuvas em largas faixas do mundo em desenvolvimento, incluindo:

- Países propensos à ocorrência de secas na África Austral, incluindo Angola, Malawi, Zâmbia e Zimbabué. Esta região enfrenta alguns dos mais graves desafios mundiais no domínio da segurança alimentar, registando elevados níveis de pobreza, subnutrição e uma crise prolongada no sector agrícola dependente das chuvas.
- Uma longa faixa que vai do Senegal à Mauritânia, atravessando a maior parte do Norte de África e do Médio Oriente. Nestes países, incluem-se algumas das nações mais atingidas pela pressão de falta de água a nível mundial, onde já são visíveis os grandes desafios resultantes da insegurança da água, traduzidos em taxas de crescimento populacional elevadas e rendimentos per capita reduzidos.
- Grande parte do Brasil, incluindo as regiões semi-áridas do Nordeste, bem como algumas regiões da Venezuela e a Colômbia.

Relativamente a alguns aspectos importantes, as projecções de precipitação de escoamento como aquelas referidas no mapa 4.2 subestimam o problema. As disponibilidades de água também serão influenciadas pelas alterações de temperatura e pela periodicidade das cheias. Partes da África Subsariana — incluindo a região do Sahel e a África Oriental — irão experimentar situações de maior abundância de água, mas menores caudais disponíveis devido ao aumento da evaporação. Da mesma forma, grande parte do Sul Asiático depara-se com a perspectiva de um aumento da média anual de fluxos de água, distribuídos por menos dias de chuva. Motivo: as monções tornar-se-ão mais intensas à medida que as temperaturas forem aumentando o volume de água liberto dos oceanos através do ciclo hidrológico.

É difícil fazerem-se extrapolações acerca das condições de subsistência da humanidade a partir das disponibilidades dos recursos hídricos, mas há três conclusões que poderemos tirar. A primeira é de que a produção agrícola de sequeiro, e que constitui o modo de subsistência da maioria das populações mais carenciadas do mundo, enfrenta graves ameaças em muitas regiões. Para a África Subsariana as ameaças são particularmente sérias, devido à sua enorme dependência de uma agricultura de sequeiro e à vulnerabilidade associada aos elevados índices de pobreza. Contudo, a dimensão da ameaça que atinge a África Subsariana tende a desviar as atenções da situação que se vive noutras regiões. Por exemplo, as simulações do impacto das alterações climáticas na produção agrícola no Brasil apontam para uma diminuição de 12%-55% nas colheitas das regiões áridas dos estados do Ceará e de Piauí, que apresentam concentrações extremamente elevadas de pobreza e de subalimentação nas zonas rurais.[88]

A segunda grande conclusão que podemos tirar é de que a vulnerabilidade e a insegurança associadas à água vão aumentar. A produtividade na produção agrícola, e em particular de sequeiro, é influenciada tanto pela periodicidade como pelo volume da precipitação. E uma das conclusões mais óbvias a retirar dos diversos testes de simulação realizados é de que os níveis de precipitação tendem a tornar-se mais variáveis e instáveis. Haverá também uma crescente incidência de intempéries, sob a forma de secas e de inundações, o que contribuirá para aumentar a ameaça que paira sobre as populações dos países com infra-estruturas de adaptação limitadas.

A terceira conclusão a emergir do PIAC é de que, em termos gerais, a produção de cereais irá aumentar nos países desenvolvidos, enquanto se prevê uma redução em muitos países em desenvolvimento. Também aqui o impacto de uma maior dependência de importações de alimentos apresenta implicações potencialmente adversas para a segurança alimentar em vários países.

A produção agrícola dependente das chuvas, e que constitui o modo de subsistência da maioria das populações mais carenciadas do mundo, enfrenta graves ameaças em muitas regiões

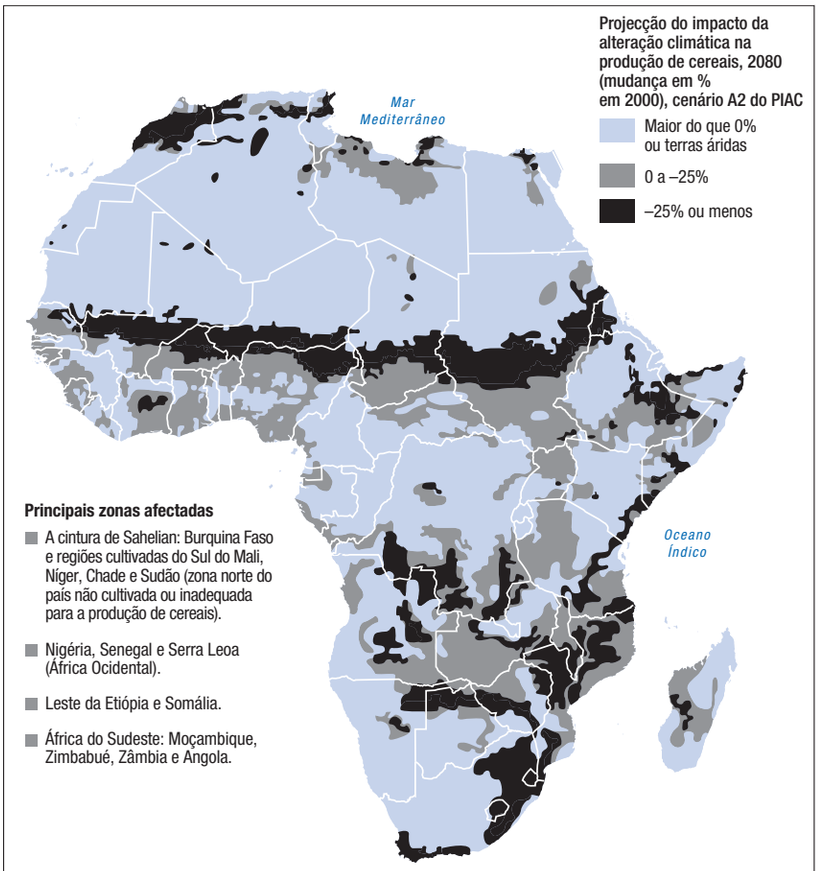
África Subsariana — toda uma região em risco

A África Subsariana é espelho da complexidade e dimensão da ameaça de insegurança dos recursos hídricos provocada pelas alterações climáticas ao nível mundial.[89]

Qualquer avaliação da ameaça colocada pelas alterações climáticas na África Subsariana terá de levar em conta os elevados índices de pobreza e de vulnerabilidade pré-existentes. Quase metade da população da região — cerca de 300 milhões de pessoas — vive com menos de 1 dólar por dia. A maioria vive nas zonas rurais, onde o rendimento e o emprego dependem quase por completo de uma agricultura alimentada pelas chuvas. A África Subsariana já tem um clima altamente variável e imprevisível, e é fortemente vulnerável à ocorrência de cheias e secas. Um terço da população da região vive em zonas propensas a secas, e as cheias são uma ameaça recorrente em vários países. Com as alterações climáticas, grandes parcelas da região tornar-se-ão mais secas, o que contribuirá para aumentar em dezenas de milhões o número de pessoas em risco de fome e de pobreza.

As alterações climáticas já estão a afectar a região. Entre os indícios hoje visíveis, incluem-se os níveis reduzidos de precipitação no Sahel, um aumento da incidência de secas e uma maior volatilidade. Mas o futuro aponta para alterações bem mais sérias: um

Mapa 4.3 As alterações climáticas ameaçam reduzir a produção de cereais em grande parte da África Subsariana



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Fischer e outros 2005.

aquecimento entre 0,2ºC e 0,5ºC por década, com uma redução de 10% na precipitação verificada nas regiões interiores atingidas por cenários de aquecimento global intermédios, e um aumento das perdas de água provocado pela subida das temperaturas. O aquecimento será maior nas margens semi-áridas do Saara, por todo o Sahel e nas zonas interiores da África Austral. As alterações induzidas pelo clima no produto das colheitas e nos limites dos ecossistemas irão afectar de forma dramática algumas das populações mais pobres da África Subsariana (bem como da América Latina e do Sul Asiático), em parte porque muitas delas vivem em zonas muito propensas a intempéries, e por outro lado, porque têm pouca capacidade de adaptação a uma agricultura de regadio, a técnicas de sementeira avançadas ou a estilos de vida alternativos.

Fazer uma simulação do impacto das alterações climáticas nas colheitas e respectivo rendimento é uma tarefa arriscada. Convém começar por sublinhar que não estamos perante uma ciência exacta. Contudo, o estudo recente de alguns casos forneceu dados importantes que deverão servir-nos de advertência. Um exemplo, apresentado no mapa 4.3, baseia-se num dos cenários de alterações climáticas criado pelo PIAC e em indícios concretos da relação existente entre as disponibilidades de água e os índices de produtividade no sector cerealífero.[90] Este caso permite sublinhar as zonas mais seriamente ameaçadas. Nestas zonas inclui-se uma larga faixa que atravessa a região do Sahel, e se estende da Mauritânia à Nigéria, Burquina Faso, Chade e Sudão. Os grandes campos de trigo da África Austral deparam-se com a perspectiva de sofrerem reduções abruptas da produção, a par com países atingidos por uma insegurança alimentar crónica, tais como a Etiópia e a Somália. Conjugada com a probabilidade crescente de ocorrerem períodos de seca, a quebra da produção agrícola irá traduzir-se em mais pobreza, rendimentos mais baixos e condições de subsistência menos seguras, para além da crescente ameaça de episódios de fome crónicos.

Por mais desconcertante que isto possa parecer, até mesmo este cenário desolador pode pecar por excesso de optimismo. Mais de 600.000 quilómetros quadrados de terrenos agrícolas, agora classificados como moderadamente degradados, poderão atingir um nível de degradação ainda maior como resultado das alterações climáticas, na maioria dos casos no Sahel. Essa situação poderá intensificar as pressões sobre a terra arável, originando tensões ambientais crescentes e potenciais conflitos relacionados com o uso da terra. Algumas colheitas básicas poderão vir a ser bastante mais afectadas do que aquilo que o cenário supracitado fazia antever. Pesquisas levadas a cabo em vários países sugerem que a produção de milho, um alimento básico na maior parte da região, é altamente sensível à variabilidade das disponibilidades hídricas durante o período de floração. Os cenários sub-regionais de médio prazo chamam a atenção para algumas das ameaças emergentes:

- *África Oriental*. As projecções para 2030 indicam que esta região registará maior precipitação mas tornar-se-á mais seca, à medida que a temperatura for aumentando. No caso da Tanzânia, o aumento de temperatura previsto oscila entre 2,5ºC e 4ºC. Prevê-se um aumento da precipitação em algumas zonas do país, enquanto as restantes — incluindo as regiões propensas a secas, situadas a sul — registarão índices mais baixos. Algumas simulações prevêem uma quebra da produção de milho da ordem dos 33%.[91] A precipitação no Quénia deverá aumentar em média, mas prevê-se uma descida nas zonas semi-áridas. A produtividade das colheitas em ambos os países será afectada. De acordo com algumas

projecções de cenários elaborados pelo PIAC, as colheitas de produtos alimentares básicos, café e chá poderão sofrer uma quebra de um terço, devido às alterações climáticas.[92]

- *África Austral*. A temperatura média da região deverá registar um aumento entre 1,5ºC e 3,0ºC nos cenários de aquecimento global intermédio, prevendo-se um decréscimo de 10%-15% na precipitação anual média, sobretudo na época de sementeiras. O rio Zambeze depara-se com uma perspectiva de redução da água das chuvas de cerca de um terço no ano 2050, percentagem que poderá chegar aos 40% ou mais na bacia do Zambeze. Prevê-se que as situações de emergência alimentar que afectam ciclicamente o Malawi, Moçambique, a Zâmbia e o Zimbabué venham a tornar-se mais frequentes. A produção de milho diminuirá abruptamente, graças a um aumento da temperatura de 1ºC-2ºC e a uma redução das reservas de água.[93].
- *O Sahel*. No último quarto de século, o Sahel registou a mais acentuada e sustentada descida de sempre em termos de precipitação, pontuada com secas recorrentes no Burquina Faso, Mali e Nigéria. Na África Ocidental, os caudais dos rios sofreram uma redução superior a 40% desde os anos 70. Antecipando o futuro, o rio Níger, que fornece água a dez países pobres e áridos, poderá vir a perder um terço do seu caudal. As simulações baseadas em estudos desenvolvidos no Sudão apontam para uma redução do potencial de produção de 20%-76% no que diz respeito ao sorgo e de 18%-82% no que toca ao milho miúdo.[94]

O derretimento glaciar

Em muitas regiões do globo, os glaciares funcionam como bancos de água. Armazenam gelo e neve no Inverno e libertam-nos lentamente à medida que as temperaturas sobem, enviando assim torrentes de água para as zonas baixas onde se concentram os produtores agrícolas. Hoje em dia, esses bancos de água estão a derreter a ritmo acelerado. E à medida que os glaciares regridem, as reservas de água vão sendo depauperadas em larga escala.

Em grande parte da Ásia Central, da América Latina e do Sul da Ásia, a subsistência das populações rurais depende dos glaciares. Só os glaciares dos Himalaias e do Tibete alimentam sete dos maiores rios do mundo — Brahmaputra, Ganges, Indus, Irrawady, Mekong, Salween e Yangtze — que por sua vez fornecem água a mais de 2 mil milhões de pessoas. Com o aquecimento global, os glaciares estão a derreter mais depressa, aumentando o risco de inundações na Primavera, seguidas de períodos de escassez de água no Verão. Nos próximos 50 anos, o derretimento glaciar poderá surgir como umas das mais sérias ameaças ao progresso humano e à segurança alimentar (caixa 4.9).

Intempéries graves

A localização e a periodicidade das intempéries graves e dos desastres humanitários permanecem imprevisíveis. Mas pode-se prever hoje em dia o seu aumento com um grau de certeza razoável. Para muitos milhões de pessoas, os caudais de água serão ditados por um crescente grau de incerteza e de imprevisibilidade.

Para além das complexas variações que afectam individualmente os sistemas atmosféricos, têm vindo a registar-se algumas alterações de base no conjunto de forças que governam o ciclo hidrológico. O aquecimento global está a fazer aumentar a temperatura dos continentes, enquanto que o derretimento glaciar está a fazer descer a temperatura dos oceanos. A variação entre estes dois factores influencia as monções asiáticas. Um clima mais quente significa que o ar pode conter maior quantidade de vapor de água, pelo que os ventos da monção de Verão transportarão mais humidade. A maior parte dos modelos climáticos sugere que os padrões das chuvas das monções irão sofrer alterações de 25%-100%. Sabe-se que flutuações de apenas 10% provocam inundações e secas de graves repercussões.[95] As chuvas mais intensas têm consequências devastadoras, tal como ficou demonstrado com as cheias de 2005, em Bombaim: 500 pessoas morreram.

Os modelos simples de ganhos e perdas não conseguem transmitir a dimensão real da ameaça que as alterações climáticas representam para os sistemas hidrológicos. Isto deve-se, em parte, ao facto de a análise das alterações acumuladas poder esconder grandes variações no interior de cada país. Alguns países na África Subsariana, como os situados na região do Sahel, poderão obter maiores quantidades de água graças às chuvas, mas acabarão por perder quantidades ainda maiores através da evaporação, à medida que a temperatura aumentar. É provável que a reduzida retenção de humidade no solo provoque uma diminuição da produtividade e um aumento do risco de colheitas falhadas, ainda que a média de precipitação anual venha a aumentar.

As projecções para a Índia realçam a complexidade dos padrões de alteração climática (mapa 4.4). A maioria dos testes de comportamento aponta para um aumento da precipitação em todo o país. Contudo, deverá registar-se um aumento das percentagens de precipitação durante os períodos intensivos de monção em algumas zonas do país já de si bem dotadas de chuvas. Entretanto, dois terços do país — incluindo as zonas semi-áridas de Andhra Pradesh, Gujarat, Madhya Pradesh, Maharashtra e Rajasthan — registarão menos dias de precipitação. Isto traduzir-se-á numa perda líquida em termos de segurança de recursos hídricos, o que por sua vez irá incentivar a captação e armazena-

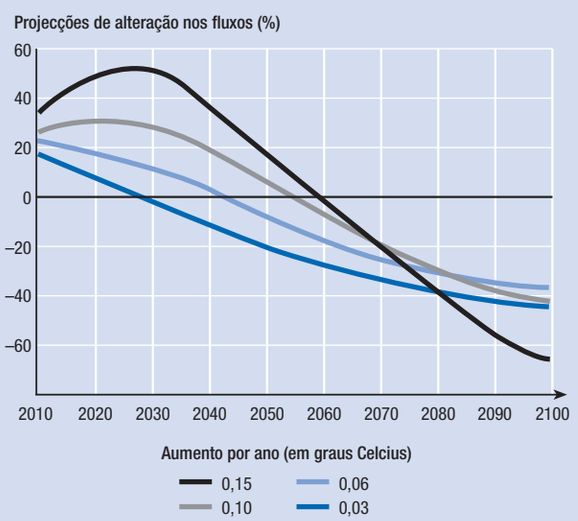
Nos próximos 50 anos, o derretimento glaciar poderá surgir como umas das mais sérias ameaças ao progresso humano e à segurança alimentar

Caixa 4.9 Os bancos de água estão a derreter — o encolhimento dos glaciares estão a mudar os caudais de água

Os glaciares são verdadeiros bancos de água. Eles conservam a água sob a forma de gelo e neve durante o Inverno, libertando-a lentamente para os rios e lagos à medida que as temperaturas aumentam. O aquecimento global registou o seu maior impacto nos glaciares. Nos anos 90, a massa glaciar diminuiu a um ritmo três vezes superior ao registado na década anterior, o que indicia uma aceleração generalizada do processo de derretimento. Mas as consequências mais profundas serão experimentadas nas décadas que se seguem.

Paquistão. Os glaciares dos Himalaias fornecem todos os anos ao Paquistão cerca de 180 mil milhões de metros cúbicos de água, através do rio Indus e de outros sistemas fluviais. Os caudais de água provenientes dos glaciares sustentaram a actividade agrícola dos primeiros colonatos humanos que floresceram nas margens do Indus, em Harappa e em Mohenjo-Daro. Hoje, ainda alimentam o sistema de rega do Indus, considerado o maior do mundo em termos de contiguidade. Mesmo com uma intervenção correctiva a nível global, o encolhimento glaciar irá continuar durante, pelo menos, mais meio século. Os caudais dos rios aumentarão, aumentando a probabilidade de cheias inesperadas e acentuando os problemas de escoamento de irrigação, que neste momento já são graves. Na segunda metade do século XXI, deverá registar-se uma diminuição dramática do caudal dos rios, provavelmente em mais de 30% (ver figura). Esta enorme redução permanente dos fluxos terá enormes consequências para as condições de subsistência na Bacia Hidrográfica do Indus e para o abastecimento alimentar do Paquistão.

O derretimento dos glaciares mudará drasticamente os fluxos do rio Indus



Fonte: Banco Mundial 2005b.

Nepal. No Nepal, os glaciares estão a encolher 30-69 metros por década, existindo mais de 20 lagos glaciares agora identificados como estando em risco de verem os seus bancos de água soltarem-se e provocarem inundações. Para gerir esta ameaça, serão necessários enormes investimentos públicos adicionais.

China. Quase todos os glaciares da China já deram sinais de derretimento substancial. O retraimento dos glaciares no Tibete foi descrito como uma catástrofe ecológica, e a maior parte dos glaciares poderá mesmo desaparecer até 2100. Enquanto esta catástrofe se mantiver, a China estará sob forte ameaça. Há quem argumente que o retraimento dos glaciares poderá ajudar a ultrapassar a pressão da falta de água através da libertação de novos caudais em direcção às zonas áridas do Norte e do Ocidente. A maioria dos casos estudados sugere agora que estaremos perante um falso benefício. Embora o derretimento glaciar no Tibete esteja a libertar mais água, as temperaturas mais elevadas conduzirão à evaporação da maior parte desse volume adicional. É provável que os 300 milhões de agricultores das regiões áridas da China Ocidental assistam, pois, a uma diminuição do volume de água proveniente dos glaciares.

Os Andes. Durante as estações secas, os glaciares da região dos Andes representam a principal fonte de água potável e de irrigação para os residentes nas cidades e os agricultores. Estes glaciares estão a registar algumas das reduções de massa mais rápidas do mundo. Prevê-se que alguns glaciares de pequena e média dimensão possam mesmo desaparecer até 2010. No Peru, as camadas glaciares decresceram uma quarta parte nos últimos 30 anos. A curto prazo, os responsáveis pela gestão da água enfrentam a perspectiva de uma rápida diminuição dos caudais dos reservatórios e sistemas de irrigação, com um aumento de custos para os consumidores urbanos destinado a financiar a construção de novos reservatórios. Os efeitos a longo prazo incluem uma redução dos caudais de água para fins agrícolas durante a estação seca.

Ásia Central. A maior parte da Ásia Central — Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão — situa-se em zonas semi-áridas, onde o processo de evaporação natural excede de forma significativa os níveis de precipitação. Quase toda a água doce provém de campos de neve e glaciares eternos situados nas montanhas do Quirguizistão e do Tajiquistão. A água resultante do derretimento dos glaciares corre para os rios Amu-Darya e Syr Darya - os rios e os respectivos leitos de cheias, que garantem a subsistência de 22 milhões de pessoas no Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão. A agricultura de regadio representa 25% do RNB no Usbequistão e 39% no Turquemenistão. A água do Quirguizistão e do Tajiquistão proveniente da mesma fonte é utilizada para gerar energia hidroeléctrica nas zonas a montante. O retraimento dos glaciares representa uma enorme ameaça para as condições de subsistência e para a economia de toda a região. A velocidade desse retraimento tem vindo a aumentar. Em 1949, os glaciares cobriam cerca de 18.000 quilómetros quadrados do interior montanhoso do Tajiquistão. Imagens de satélite captadas no ano 2000 indicam que esta área encolheu para 12.000 quilómetros quadrados — um decréscimo de 33% em 50 anos. Se a tendência actual se mantiver, os glaciares do Tajiquistão desaparecerão dentro de um século.

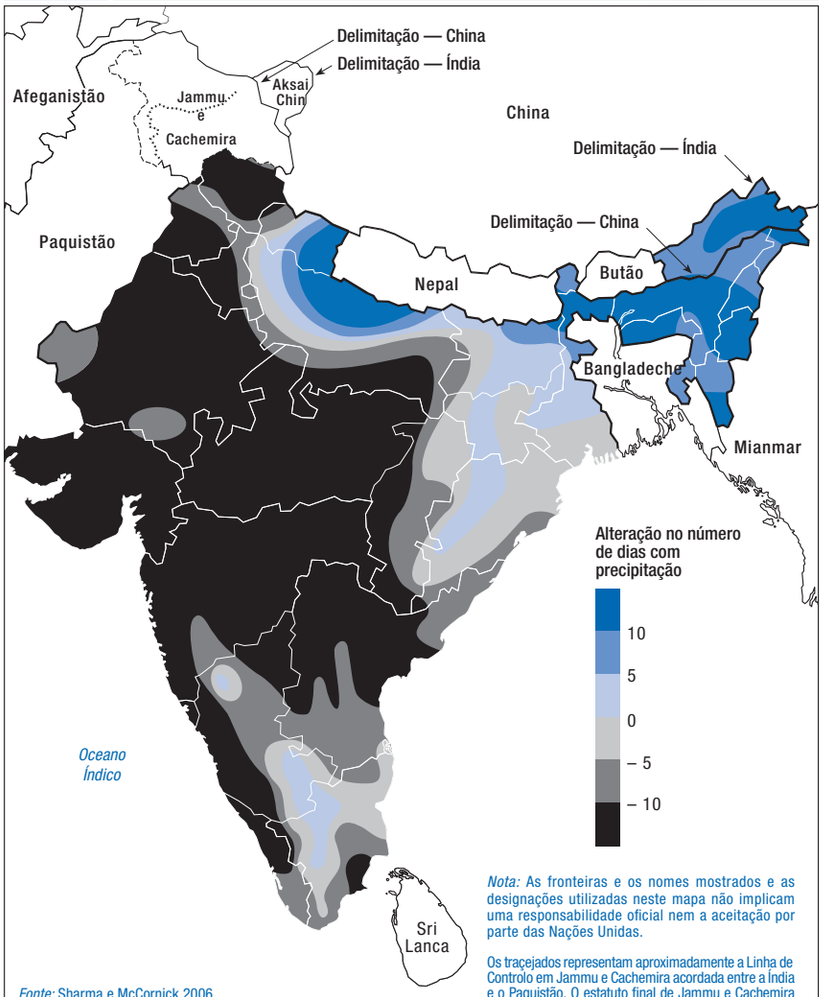
Fonte: Maslin 2004; PNUD 2005a; Banco Mundial 2005c; Programa do Nepal do WWF 2005; Programa Mundial de Avaliação Hídrica 2006; Schneider e Lane 2006.

mento de água. Um factor que irá determinar o perfil de ganhadores e perdedores consiste na capacidade de adaptação de cada um. Os sistemas de irrigação poderão oferecer alguma protecção, e os agricultores comerciais de grande escala estão em boa posição de investir em tecnologias que aumentem a produtividade da água. Os riscos serão transferidos para os produtores que dependem das chuvas e que não possuem meios para se adaptarem através de uma política de investimentos.

Os padrões gerais de precipitação também serão profundamente afectados pelas alterações verificadas nos sistemas atmosféricos. A Oscilação periódica do Sul, designada por El Niño, é fruto de uma alteração da intensidade e da direcção de correntes marítimas e de ventos no Pacífico. Esteve associada às secas na África Oriental, no Norte da Índia, no Nordeste do Brasil e na Austrália, bem como a cheias e furacões catastróficos, desde Nova Orleães até Moçambique. Tem havido um considerável debate sobre as condições meteorológicas e a forma como o El Niño está relacionado com o aquecimento global, uma das maiores — e mais ameaçadoras — incógnitas nos cenários das alterações climáticas.

O que se sabe é que a incidência das intempéries graves está a aumentar, assim como o número de pessoas que vitimam. Durante os anos 90, os desastres climáticos atingiram anualmente uma média de 200 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento, e cerca de um milhão nos países desenvolvidos. Ferimentos, mortes e perdas em termos de bens, rendimentos e emprego resultantes dessas intempéries contribuem para debilitar os esforços desenvolvidos por comunidades e governos com o objectivo de melhorarem o desenvolvimento humano. Os impactos negativos são inevitavelmente maiores para as pessoas com recursos mais limitados. Desde o ano 2000 até à data, a taxa de crescimento do número de pessoas afectadas por desastres relacionados com o clima duplicou. Poderá ser difícil atribuir culpas — mas existe, pelo menos, uma forte probabilidade de que o aquecimento global seja responsável por esta situação.[96]

Mapa 4.4 **As alterações climáticas terão como consequência a diminuição dos dias de chuva na Índia**



Nota: As fronteiras e os nomes mostrados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Os traçejados representam aproximadamente a Linha de Controlo em Jammu e Cachemira acordada entre a Índia e o Paquistão. O estatuto final de Jammu e Cachemira ainda não foi acordo entre as partes.

Fonte: Sharma e McCornick 2006.

A subida do nível dos oceanos

A subida do nível dos oceanos inclui-se entre os factores mais determinantes da segurança da água para uma larga percentagem da população mundial, neste século XXI. A salinização crescente poderá reduzir de forma dramática as disponibilidades de água doce de muitos países, enquanto as inundações costeiras ameaçam milhões de pessoas.

Há um grupo substancial de países condenados a sofrerem com esta situação. O Bangladeche, o Egipto, a Nigéria e a Tailândia têm largas camadas da população a residir em deltas de rios ameaçados pela intrusão salina. As regiões baixas de Bangladeche sustentam mais de 110 milhões de pessoas numa das regiões do mundo com maior densidade populacional, sendo que mais de metade do Bangladeche está situado 5 metros abaixo do nível do mar. O Banco Mundial estimou que, no final do século XXI, o nível dos oceanos naquele país poderá subir até 1,8 metros, prevendo-se nos piores cenários uma perda de território da ordem dos 16%. A área afectada sustenta 13% da população e produz 12% do PIB. Da mesma forma, o nível do oceano no Egipto também poderá enfraquecer a cintura de areia que protege o delta do Nilo, com graves consequências para as reservas de água subterrâneas, que são essenciais, para os pesqueiros interiores de água doce e para os campos de agricultura intensiva.[97]

A dimensão das potenciais pressões de ajuste ainda não foi suficientemente avaliada. Alguns governos dos países ricos começaram a planear programas de investimento para contrariar os efeitos das alterações climáticas, como é o caso dos Países Baixos. Destaca-se a protecção das áreas costeiras de baixio, através de defesas oceânicas reforçadas e de medidas destinadas a melho-

A partir de 2012, será imprescindível adoptar um ambicioso conjunto de metas bem definidas, que estabeleçam claramente um conjunto de sinais de mercado e uma estrutura executiva representativa dos governos nacionais, das indústrias e dos consumidores domésticos

rar as capacidades de armazenamento no planeamento nacional para países desenvolvidos. As companhias de seguros têm vindo a ajustar as avaliações de risco e a criar reservas para prevenir futuras reclamações. Mas os países pobres enfrentam problemas de diferente ordem, quer no número de pessoas afectadas quer nos custos do controlo da subida do nível dos oceanos. As pessoas nestes países encaram riscos maiores ao passo que a capacidade dos seus governos para reduzir o risco é limitada pela capacidade financeira.

A resposta internacional — fraca em termos de adaptação

A mitigação e a adaptação constituem dois elementos base de qualquer estratégia orientada para fazer face à ameaça colocada pelas alterações climáticas. A mitigação consiste na minimização de futuras alterações climáticas através do enfraquecimento da ligação entre o crescimento económico e as emissões de carbono. A adaptação tem a ver com encarar o facto de as alterações climáticas serem inevitáveis e de muitos dos países mais ameaçados terem menor capacidade de adaptação. A resposta internacional em ambas as frentes tem sido desajustada — especialmente, no que diz respeito à adaptação.

Os últimos anos assistiram a uma mudança acentuada na resposta multilateral à mitigação das alterações climáticas. O Protocolo de Quioto, que entrou em vigor em 2005 com o apoio de 130 países (mas não a Austrália nem os Estados Unidos), representa a tentativa mais abrangente de negociar limites de emissões compulsivos. Inclui mecanismos de flexibilidade que permitem o comércio de emissões entre países, e introduz o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que possibilita que os países desenvolvidos ganhem créditos de emissões através do financiamento de projectos orientados para a redução das emissões de gases com efeito de estufa em países em desenvolvimento. Apesar de restrito a projectos individuais, o número desses Mecanismos de Desenvolvimento Limpo tem vindo a crescer.[98] Para além de Quioto, importantes estratégias de mitigação estão a emergir a vários níveis. Também relacionado com o Protocolo de Quioto, mas simultaneamente independente daquele, funciona o comércio entre os 25 Estados-Membros da UE através do Esquema de Comercialização de Emissões. Sete estados do Nordeste dos Estados Unidos estão a participar, igualmente, num esquema de comércio voluntário — a Iniciativa Regional de Gases com Efeito de Estufa, lançada em finais de 2005. Entretanto, 28 estados norte-americanos desenvolveram planos de acção para reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa. O estado da Califórnica introduziu os seus próprios objectivos inovadores para a redução de emissões.

O Protocolo de Quioto em vigor sofre as consequências de um horizonte temporal limitado (o que restringiu o desenvolvimento de um mercado de comercialização de carbono), da ausência de países desenvolvidos de vital importância e da não inclusão de países em desenvolvimento. Com efeito, o seu alcance equivale a uma parte cada vez mais reduzida de emissões de carbono e de outros gases de efeito estufa que estão a provocar o aquecimento global. O aumento desse campo levanta importantes questões de equidade e de partilha de sobrecarga. Os países industrializados, que contam com 12% da população mundial, são responsáveis por metade das emissões registadas presentemente no mundo inteiro. Os seus cidadãos também deixam atrás de si um rasto de carbono bem maior. A média de emissões per capita oscila entre as 10 toneladas de dióxido de carbono ou equivalentes na Europa, e as 20 toneladas nos Estados Unidos. Os valores equivalentes são de 1,2 toneladas na Índia e de 2,7 toneladas na China. O elevado crescimento de países como a China e a Índia poderia, contudo, fazer aumentar a parcela de emissões de carbono dos países em desenvolvimento, de cerca de metade registada hoje, para cerca de dois terços em 2050. Traçar um modelo de crescimento que permita melhorar os padrões de vida e reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento dentro de uma estratégia global de contenção do aquecimento global implicará uma mudança radical nas políticas nacionais, de modo a facilitar a generalização das tecnologias limpas, assente numa estratégia de cooperação internacional.

A partir de 2012, será imprescindível adoptar um ambicioso conjunto de metas bem definidas, que estabeleçam claramente um conjunto de sinais de mercado e uma estrutura executiva representativa dos governos nacionais, das indústrias e dos consumidores domésticos. A manutenção da subida da temperatura dentro do limite de 2ºC acima dos níveis de 1990 deverá ser encarada como um ponto a atingir obrigatoriamente. Para que tal se concretize, as emissões globais em 2050 deveriam situar-se abaixo dos níveis de 1990 (cerca de 13% abaixo dos níveis actuais), com concentrações de gases com efeito de estufa (medidos em equivalentes ao dióxido de carbono) estabilizadas em cerca de 450 ppm. Para se atingir este objectivo, serão necessárias reformas fundamentais nas políticas de energia a nível mundial. Os impostos sobre as emissões de carbono, o aprofundamento dos mercados de licenças de emissões transaccionáveis, incentivos ao desenvolvimento de tecnologias limpas, e — o que é decisivo — estratégias visando a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento incluem-se entre os instrumentos políticos para a reforma. Ao contrário do que afirmam alguns críticos, o processo de adaptação não deverá colocar em risco as perspectivas de crescimento dos países ricos: os custos de consecução da meta dos 450 ppm para os países desenvolvidos representam anualmente cerca de 0,02%-0,1% do RNB, comparativamente com as taxas de crescimento médio anual de 2%-3%.[99] Para os países em desenvolvimento, a perspectiva de um crescimento sustentado no âmbito de um enquadramento multilate-

ral destinado a reduzir as alterações climáticas implicará o financiamento de transferências de tecnologia a uma escala bem mais vasta do que a prevista nos actuais acordos aprovados sob a égide do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

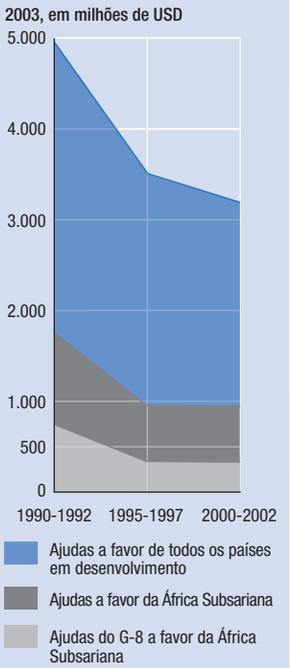
Para além da mitigação, o apoio destinado a processos de adaptação às alterações climáticas nos países em desenvolvimento tem sido desgarrado e incompleto. A resposta multilateral tem sido lastimavelmente inadequada, denunciando maiores falhas na forma como os sistemas globais de gestão estão a responder aos problemas mundiais. O mesmo se aplica a nível nacional. Muito poucos países em desenvolvimento deram prioridade ao processo de adaptação em documentos de planeamento chave como os estudos estratégicos de redução da pobreza, ou mesmo os documentos referentes à gestão integrada de recursos hídricos.

As provisões destinadas ao financiamento dos processos de adaptação falam por si. Foram aprovados vários mecanismos financeiros destinados aos processos de adaptação, mas as verbas envolvidas são limitados. O Protocolo de Quioto inclui uma provisão que estabelece um Fundo de Adaptação. O financiamento destinado a este vector provém de uma pequena contribuição (com um tecto de 2%) sobre as compras de créditos ao abrigo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Segundo as actuais projecções da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, esta contribuição irá gerar cerca de 20 milhões de dólares até 2012. O principal mecanismo multilateral de financiamento da adaptação é o Fundo Global para o Meio Ambiente. Mas também aqui os parâmetros de financiamento são modestos: cerca de 50 milhões de dólares foram atribuídos a fim de apoiar as actividades de adaptação que criem benefícios ambientais a nível global. Através de um outro Fundo para as Alterações Climáticas Especiais gerido pelo Fundo Global para o Meio Ambiente, os doadores contribuíram com mais 45 milhões de dólares. Em 2001, e sob os auspícios de programas nacionais de adaptação do Fundo Global para o Meio Ambiente, foi criado um fundo especial para os Países menos Desenvolvidos, que contou com o apoio de 12 doadores. Desde Agosto de 2006, foram contribuídos 100 milhões de dólares para este fundo, mas apenas 9 milhões de dólares em projectos levados a cabo em 43 países — portanto, uma resposta muito limitada.[100]

Terá a ajuda bilateral compensado as falhas do sistema multilateral? A resposta é não, se tomarmos como referência o apoio concedido à adaptação na agricultura, o sector que enfrenta as ameaças mais graves. O duplo desafio neste sector reside em pôr em funcionamento infra-estruturas destinadas a mitigar os riscos e estratégias de redução da pobreza que contribuam para aumentar a capacidade adaptativa das famílias. O apoio ao desenvolvimento desempenha um papel crucial, em especial na África Subsariana. Contudo, os fluxos de ajuda à agricultura diminuíram de uma média anual de cerca de 4,9 mil milhões de dólares no início dos anos 90 para 3,2 mil milhões de dólares nos dias de hoje, e de 12% para 3,5% da ajuda total. Todas regiões foram afectadas: as ajudas à agricultura na África Subsariana diminuíram, em termos reais, de 1,7 mil milhões de dólares, em 1990-92, para pouco menos de 1 mil milhões de dólares em 2004. O Grupo dos Oito (G8) promoveu cortes nos apoios à agricultura da região que chegaram aos 590 milhões de dólares — ou seja, mais de metade do total — durante o mesmo período (figura 4.11).[101] Ora, tendo em conta os interesses do desenvolvimento humano a longo prazo, isto é precisamente o oposto do que deveria acontecer.

Temos de reconhecer, naturalmente, a incerteza dos impactos futuros. Contudo, a incerteza é ambígua: o resultado poderia ser bem mais grave do que indicado nas projecções actuais. Para serem bem sucedidas, as estratégias de adaptação terão de ser desenvolvidas no contexto de estratégias mais alargadas e orientadas para o desenvolvimento sustentável, incluindo medidas para reduzir a vulnerabilidade a situações de choque e de pressão. Isto significa que a adaptação é uma especificidade que deve ser altamente contextualizada, e que a chave do sucesso reside num planeamento nacional baseado na participação local. Contudo, a ajuda internacional é uma condição prévia a qualquer processo de adaptação bem sucedido.

Figura 4.11 Redução dos fluxos de ajuda à agricultura



Fonte: OCDE 2006b.

O caminho a seguir

O mundo não corre o risco de ficar sem água. Mas muitos países correm o risco de já não irem a tempo de lidar com os problemas gravíssimos que a pressão da escassez de recursos hídricos coloca.

A nível nacional, o ponto de partida reside na necessidade de se encarar a água como um recurso escasso, colocando-se um enfoque ainda maior na gestão da procura *dentro* das fronteiras de susten-

Os sistemas de contabilidade ambiental que valorizam a água como um recurso natural e classificam o seu desperdício como uma perda poderiam contribuir para alterar a forma como os políticos encaram a água

tabilidade ecológica. A gestão integrada de recursos hídricos proporciona uma ampla estrutura através da qual os governos poderão conciliar os padrões de consumo de água com as necessidades e exigências dos diferentes consumidores, incluindo o meio ambiente (ver caixa 4.7). As políticas públicas visando a alteração dos sinais do mercado e dos incentivos de preços com o objectivo de conferirem maior peso à conservação, através do incremento das colheita gota a gota e da redução da poluição, também se revelam de importância vital.

Os sistemas de contabilidade ambiental que valorizam a água como um recurso natural e classificam o seu desperdício como uma perda poderiam contribuir para alterar a forma como os políticos encaram a água. A Avaliação de Ecossistemas do Milénio identificou as falhas dos mercados e das receitas nacionais, com o objectivo de avaliar os ecossistemas como factores contributivos para a degradação ambiental. E esta situação é sobretudo evidente em relação à água, em que o desperdício dos activos é contabilizado como um contributo para o aumento da riqueza. A contabilidade ambiental que atribui valores económicos reais a ecossistemas baseados nos recursos hídricos deveria contribuir para a discussão política dos preços da água, da sua distribuição e das necessidades ambientais.[102]

A gestão integrada de recursos hídricos proporciona um veículo importante para reformas mais amplas, ao passo que a estrutura política varia inevitavelmente conforme os países. Os principais requisitos incluem:

- O desenvolvimento de estratégias hídricas nacionais que monitorizem as disponibilidades de água existentes, a avaliação dos limites sustentáveis para o consumo humana e a regulação das captações dentro desses limites.
- A adopção de estratégias de definição de preços que reflictam os níveis reais de escassez da água, mantendo por outro lado a equidade entre os consumidores.
- O corte de subsídios perversos concedidos em situações de excesso de consumo de água, por forma a garantir que os agentes poluidores paguem, e a criação de incentivos destinados a evitar a poluição.
- A realização de auditorias nacionais às reservas de água subterrâneas e às percentagens de captação, e a definição de preços e a implementação de sistemas de regulação para prevenir o consumo em excesso..
- A valorização dos serviços ecológicos prestados pelas reservas naturais e por outros sistemas baseados nos recursos hídricos.

As alterações climáticas apresentam desafios de outra ordem. A mitigação constitui um imperativo. Se a comunidade internacional falhar nesta área, as perspectivas para o desenvolvimento humano no século XXI sofrerão um sério revés. Os principais objectivos, incluindo a meta de estabilização nos 450 ppm para emissões equivalentes de dióxido de carbono, deveriam ser apoiadas por claras estratégias a longo prazo para o comércio de emissões, incentivos para a implementação de tecnologias limpas e o financiamento das transferências de tecnologia.

Para além da mitigação, o desenvolvimento de estratégias de adaptação deveria ser encarado como uma prioridade de primeira ordem. E isto é válido tanto para a ajuda bilateral como para as iniciativas multilaterais. Mais uma vez, o ponto de partida reside no planeamento a nível nacional. Constrangidos por uma capacidade limitada e, por vezes, por uma fraca gestão, poucos países em desenvolvimento deram até agora início a estratégias nacionais de adaptação.

A ajuda internacional desempenha um papel decisivo no apoio aos processos de adaptação, especialmente na agricultura. Na prática, é difícil separar os efeitos das alterações climáticas dos problemas mais graves que os produtores agrícolas enfrentam nos países em desenvolvimento. Contudo, são necessários recursos adicionais para fazer face aos problemas de pressão de falta de água que irão acompanhar as alterações climáticas. Ampliar a ajuda destinada à agricultura do presente nível de aproximadamente 3 mil milhões de dólares para 10 mil milhões de dólares até 2010 deverá, pois, ser encarado como um requisito mínimo.

A África Subsariana é uma prioridade. Tal como acontece noutras regiões, os fluxos de ajuda deverão reflectir as estimativas dos planos nacionais para o financiamento da agricultura. O Programa Global de Desenvolvimento Agrícola Africano desenvolvido pela União Africana e a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África contempla uma estrutura do género. Este programa constitui uma estratégia de financiamento a médio prazo que tem por objectivo criar as infra-estruturas necessárias para aumentar a produtividade e reduzir a fome, com especial ênfase para o desenvolvimento de sistemas hídricos sustentáveis. As provisões de financiamento implicarão um aumento da ajuda principalmente, à agricultura, dos cerca de 0,9 mil milhões de dólares actuais para 2,1 mil milhões de dólares no ano 2010. Estes valores inserem-se no aumento acordado pelos países do G8, em Gleneagles — e é importante para o bem-estar de milhões de agricultores pobres que esta promessa seja cumprida.



5 A competição pela água na agricultura

«Entre as muitas coisas que aprendi enquanto presidente figura o papel central da água nas questões sociais, políticas e económicas do país, do continente e do mundo»

Nelson Mandela, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, 2002

CAPÍTULO 5

A competição pela água na agricultura

Uma questão com implicações importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza mundial é a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência

Há cem anos, William Mulholland, o superintendente do Departamento de Água de Los Angeles (LAWD), apresentou à Califórnia um novo conceito de política estadual: a apropriação de recursos hídricos. Confrontado com a necessidade de satisfazer a procura de água numa pequena cidade no deserto, em rápido crescimento, Mulholland adquiriu tranquilamente direitos da água em Owens Valley, a mais de 300 quilómetros a norte, construiu um aqueduto ao longo do abrasador deserto Mojave e levou a água para o centro de Los Angeles. Seguiram-se protestos violentos. Os rancheiros de Owens Valley tentaram dinamitar o aqueduto e o LAWD respondeu com uma possante exibição de forças armadas. A transferência de água cimentou o caminho para o crescimento de Los Angeles. Os utilizadores urbanos puderam contar com um abastecimento ilimitado de água e os grandes agricultores receberam água para irrigação que cobriu os desertos de algodão e de outras culturas de rega intensiva. Os agricultores de Owens Valley ficaram a perder.

Mudam-se os tempos — mas há coisas que não mudam. Actualmente, os californianos do sul resolvem as suas disputas relativas à água pela via jurídica e não com dinamite e armas. Mas o feito de Mulholland evidencia duas características persistentes na governação da água. Em primeiro lugar, a água é poder — e quando não há água suficiente, as relações de poder assumem um papel preponderante na determinação de quem acede à água e em que condições. Em segundo lugar, quando a escassez de água se intensifica, as pessoas sem voz nas decisões de distribuição tendem a ser as primeiras a ter de se adaptar à redução do abastecimento.

Ao longo das próximas décadas, muitos países em desenvolvimento confrontam-se com a perspectiva de uma maior competição pela água. O crescimento populacional, o aumento dos rendimentos, a mudança nos hábitos alimentares, a urbanização e o desenvolvimento industrial ampliarão a procura por aquilo que consiste, basicamente, num abastecimento fixo de água. Em zonas onde as bacias hidrográficas se encontram já excessivamente exploradas, surgirão fortes pressões para o ajustamento, mesmo com ganhos de eficiência. A agricultura — a principal utilizadora de água e a fonte de alimentação de uma população em crescimento — será um dos alvos centrais destas pressões. O poder e a voz influenciarão fortemente a forma como o processo de ajustamento afectará os pobres.

À medida que crescem as preocupações relativas à escassez, o debate global sobre a gestão de recursos hídricos tem-se concentrado na segurança alimentar. A questão que frequentemente se coloca é se o mundo terá água suficiente para satisfazer as necessidades alimentares de uma população em crescimento. Menos atenção tem sido prestada a outra questão com implicações igualmente importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza global: a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência. A outra questão com implicações igualmente importantes para o desenvolvimento humano e a redução da pobreza global: a gestão dos recursos hídricos de forma a satisfazer as crescentes necessidades alimentares sem deixar de proteger o acesso das pessoas pobres e vulneráveis à água, assegurando os seus meios de subsistência.

Esta questão está relacionada directamente não somente com as perspectivas de atingir uma vasta gama dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015, mas também com o bem-estar das gerações futuras. O mundo pode encontrar-se em vias de urbanização, mas a maioria das pessoas pobres e subnutridas ainda vive em zonas rurais e depende da produção agrícola para o seu emprego, rendimento e

A terra e a água são dois activos fundamentais de que as pessoas mais carenciadas dependem para a sua subsistência, geralmente muito mais do que as pessoas em melhor situação de vida

alimentação. A segurança da água é vital para a sua subsistência — e para as suas perspectivas de se libertarem da pobreza. O perigo é que as cidades e as indústrias em rápido crescimento, em busca de mais água, estendam a sua capacidade hidrológica às zonas rurais, reduzindo o acesso das famílias carenciadas a um meio de subsistência fundamental.

O ajustamento à competição está já a acontecer. Em muitos países, o modelo de governação dominante consiste numa abordagem do caminho de menor resistência, com um poderoso eleitorado na indústria, na agricultura comercial e nos municípios, que transferem água às escondidas dos que têm uma voz política mais fraca — incluindo as pessoas carenciadas das zonas rurais. Os resultados desiguais no ajustamento a uma maior competência reflectem desigualdades de âmbito mais vasto baseadas na terra, riqueza, género e influência política. Os sistemas de governação podem rectificar estas desigualdades mas muito frequentemente exacerbam-nas, tal como aconteceu em Owens Valley.

Este capítulo analisa de forma resumida os vínculos entre a água e os sistemas de subsistência rurais e os cenários emergentes de utilização da água que podem influenciá-los. Concentra-se posteriormente em três temas que terão uma relação directa com a possibilidade da governação da competição pela água apoiar ou minar os esforços de redução da pobreza e da desigualdade.

- A competição, os direitos e a luta pela água.
- Melhor governação dos sistemas de irrigação.
- Maior produtividade da água para os pobres.

Água e desenvolvimento humano — os vínculos com os meios de subsistência

As pessoas pobres na agricultura sentem na pele o vínculo entre a água e o desenvolvimento humano. Um Ministro das Finanças indiano ficou célebre pela sua declaração de que o orçamento do seu país era um «jogo de apostas na chuva».[1] Para milhões de pequenos agricultores, pastores e trabalhadores agrícolas, as apostas em jogo são muito mais altas. As variações no regime pluviométrico ou as interrupções no abastecimento de água podem fazer a diferença entre uma alimentação adequada e a fome, entre a saúde e a doença e, em última análise, entre a vida e a morte.

A segurança da água na agricultura perpassa todos os aspectos do desenvolvimento humano. A terra e a água são dois activos fundamentais de que as pessoas mais carenciadas dependem para a sua subsistência, geralmente muito mais do que as pessoas em melhor situação de vida. A água não pode ser considerada separadamente de potencialidades mais vastas, como a saúde e a educação, ou do acesso a outros activos produtivos, incluindo a terra, o capital e a infra-estrutura. Mas a insegurança da água representa um poderoso factor de risco para a pobreza e a vulnerabilidade.

Os meios de subsistência abrangem as capacidades e activos de que as pessoas necessitam para ganhar o seu sustento e manter o seu bem-estar. Nas zonas rurais, a água desempenha um papel crucial, por algumas razões óbvias. Tal como a terra, faz parte da base de capital natural subjacente aos sistemas de produção que sustentam os meios de subsistência. O acesso a um abastecimento fiável de água possibilita às pessoas diversificarem os seus meios de subsistência, aumentarem a produtividade e reduzirem os riscos associados à seca. Permite aos produtores penetrarem em áreas de produção de maior valor acrescentado, cria rendimento e emprego e confere às pessoas a segurança necessária para realizarem investimentos (figura 5.1). Os vínculos entre os meios de subsistência rurais, a água e as iniciativas globais de redução da pobreza são imediatamente visíveis. Cerca de três quartos do total de pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar por dia vivem em zonas rurais, onde os seus meios de subsistência dependem da agricultura. Os pequenos agricultores e os trabalhadores agrícolas representam também dois terços dos 830 milhões de pessoas subnutridas do mundo. O vínculo entre a segurança da água e os meios de subsistência ajuda a explicar a relação generalizadamente observada entre a água e a pobreza. Na Etiópia, a distância de um ponto de água constitui um dos indicadores mais precisos da vulnerabilidade e da pobreza.[2]

A previsibilidade do abastecimento de água e a sustentabilidade de ecossistemas que nela se baseiam constituem dimensões fundamentais da segurança da água. A previsibilidade ajuda a explicar a razão

Figura **5.1** **O acesso a água de irrigação pode reduzir a pobreza e a vulnerabilidade**



Fonte: Adaptado de Hussain e Hanjra 2003.

pela qual o acesso à irrigação está associado a uma menor prevalência e rigor da pobreza. Estudos que cobrem vários países demonstram que os níveis de pobreza são frequentemente 20%-30% mais baixos em sistemas irrigados do que em áreas não irrigadas.[3] A irrigação proporciona uma série de benefícios relacionados com a segurança da água que reduzem a pobreza, desde uma maior produção alimentar a rendimentos reais mais elevados, maior taxa de emprego e preços mais baixos de alimentos. No entanto, a solidez do vínculo entre irrigação e pobreza está condicionada por uma série de factores institucionais, incluindo eficiência e equidade na distribuição da terra.

Agricultura sob pressão — os cenários emergentes

A futura gestão da água está sujeita a pressões em duas frentes. No lado da procura, a industrialização, a urbanização e a mudança dos hábitos alimentares farão crescer a procura por alimentos e pela água utilizada na sua produção. No lado da oferta, o espaço para alargar o acesso à água de irrigação é limitado. É este desequilíbrio entre a oferta e a procura que está a provocar as pressões do ajustamento.

O futuro da gestão da água na agricultura será muito diferente do passado. Considere-se a história recente da irrigação. Ao longo das últimas quatro décadas, a área global de terra irrigada duplicou. Aliada aos aumentos de produtividade que estiveram na base da revolução verde, a expansão da fronteira da irrigação permitiu que a agricultura alimentasse uma população em crescimento. No Sul da Ásia, a disponibilidade anual per capita de cereais passou de 162 quilos em meados dos anos 60 para 182 quilos em meados dos anos 90.[4] A produção de culturas predominantemente irrigadas — como arroz e trigo — cresceu a um factor de dois a quatro e mais de dois terços dos ganhos provieram de aumentos dos rendimentos da colheita. Estes fortes ganhos de produtividade constituíram um elemento central na melhoria da segurança alimentar e na redução da fome mundial. Sem a expansão da área irrigada, o cenário da pobreza rural e da segurança alimentar global seria hoje bastante diferente. O contraste com a África Subsariana, onde os ganhos de produtividade só à tangente acompanharam o crescimento populacional, é bastante esclarecedor.

Considerando o futuro, as perspectivas de alargamento da irrigação são reduzidas, ao passo que as pressões da indústria e dos utilizadores domésticos de água continuam a aumentar. As novas fontes de

Considerando o futuro, as perspectivas de alargamento da irrigação são reduzidas, ao passo que as pressões da indústria e dos utilizadores domésticos de água continuam a aumentar

água para irrigação são cada vez mais dispendiosas e a sua exploração é nociva ao ambiente, o que impõe limites ao potencial do tipo de expansão que caracterizou as décadas posteriores aos anos 60. O custo real de novas fontes de irrigação em países como a Índia, a Indonésia e o Paquistão mais que duplicou desde 1980.[5] Entretanto, durante as próximas quatro décadas, a agricultura em muitos países em desenvolvimento irá competir pela água em bacias onde a utilização abusiva está já a provocar o encerramento ou a proximidade do mesmo, com a utilização de água a exceder os níveis mínimos de reposição. Vastas zonas da China, do Sul da Ásia e do Médio Oriente mantêm actualmente a irrigação através de práticas insustentáveis de extracção de águas subterrâneas ou de extracção excessiva de água dos rios. A taxa de sobrexploração de águas subterrâneas é superior a 25% na China e de 56% em algumas zonas da Índia.[6] A correcção desta exploração abusiva exigiria a redução da utilização de água subterrânea de 817 mil milhões de metros cúbicos para 753 mil milhões, diminuindo consideravelmente a água para irrigação em muitas zonas.[7] O problema das águas subterrâneas constitui agora um risco para a produção alimentar em vastas regiões do mundo em desenvolvimento, com riscos suplementares para os sistemas de subsistência rurais.

Recentes exercícios sobre o cenário de utilização de água desenvolvidos pelo Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares, pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresentam histórias ligeiramente diferentes — mas com temas comuns. Entre as principais características do cenário para as próximas quatro décadas, contam-se as seguintes:[8]

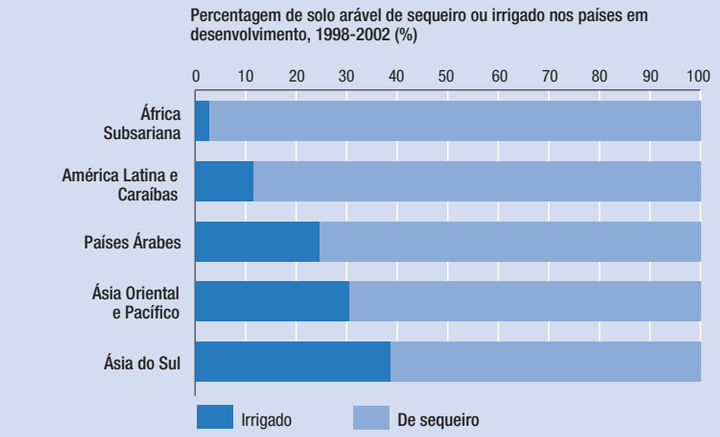
- *Continuação do crescimento populacional e rápida urbanização.* A população crescerá em cerca de 80 milhões de pessoas por ano ao longo das próximas três décadas, alcançando os 9 mil milhões em 2050, cabendo aos países em desenvolvimento praticamente a totalidade do aumento. O crescimento populacional será acompanhado por uma rápida urbanização. Em 1960, dois terços da população mundial viviam em áreas rurais. Esta proporção diminuiu para metade e em 2050 dois terços da população mundial viverão em cidades. A manutenção dos recursos alimentares exigirá fortes aumentos de produtividade de forma a garantir que menos produtores rurais possam satisfazer as necessidades de uma crescente população urbana.
- *Crescente procura de água.* As previsões relativas à extracção de água nos países em desenvolvimento apontam para um aumento de 27% em 2025 face a 1995. A utilização de água para outros fins que não a irrigação duplicará, ao passo que o consumo de água para irrigação crescerá apenas 4%. Tal como se demonstra no Capítulo 4, a utilização prevista de água para irrigação crescerá muito mais lentamente do que a destinada à indústria, aos centros urbanos e à pecuária.
- *Procura mais intensiva em rega, mas expansão mais lenta na irrigação.* A crescente procura alimentar nos países em desenvolvimento exigirá aumentos na produção de colheitas de 1,4% ao ano em média, valor que se eleva a 2,5% na África Subsariana. A procura alimentar tornar-se-á mais intensiva em rega, com rendimentos crescentes. Entretanto, a taxa de aumento na irrigação abrandará drasticamente. Até 2030, a extracção de água para irrigação aumentará apenas 14%. Nalgumas regiões, as restrições de água serão ainda mais severas. Na Ásia, a utilização de água para irrigação crescerá 1%, em comparação com 14% para os outros utilizadores.
- *O imperativo de aumentar a produtividade.* Como irá o mundo satisfazer a sua crescente procura por alimentos? Nos cereais, a Organização para a Alimentação e a Agricultura prevê que as culturas irrigadas nos países em desenvolvimento terão de crescer em cerca de um terço (para níveis superiores aos que se verificam actualmente no mundo desenvolvido), com aumentos de dois terços na produção. A agricultura de sequeiro terá de responder por 47% do aumento global da produção de cereais, o que coloca em destaque a importância crucial de aumentar a produtividade da água rica em matéria orgânica (água absorvida pelo solo e «transpirada» pelas plantas) através de uma maior retenção da humidade e de melhores práticas de lavoura. A produção de sequeiro é substancial e oferece um considerável potencial. Representa cerca de dois terços da produção de cereais, no entanto, a rentabilidade por hectare constitui apenas metade, em média, das 3,2 toneladas métricas produzidas nas áreas irrigadas.

Estas são previsões globais genéricas. Não levam em consideração os factores distributivos que diferenciam a verdadeira segurança alimentar da disponibilidade alimentar. Nem captam as enormes variações entre regiões e no seio das mesmas. Mas apontam, efectivamente, para uma pressão intensificada sobre recursos hídricos já de si explorados excessivamente. A Índia, só para mencionar um exemplo, terá mais 270 milhões de pessoas a viver em zonas urbanas em 2025 do que em 1995. Muitas destas pessoas estarão

empregadas em indústrias intensivas em água, e em mão-de-obra, operando em regiões do país pressionadas pela disponibilidade de recursos hídricos.

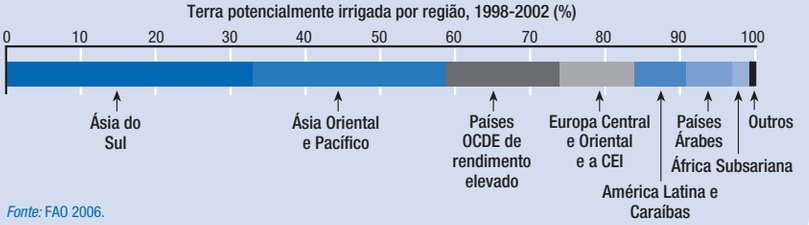
A África Subsariana enfrenta desafios diferentes. Na medida em que constitui a região em desenvolvimento mais dependente da agricultura de sequeiro (figura 5.2), a gestão da água rica em matéria orgânica continuará a ser a prioridade central. A região representa menos de 5% da irrigação global (figura 5.3) e apenas dois países (África do Sul e Madagáscar) respondem por dois terços da capacidade actual. Moçambique e a Tanzânia desenvolveram apenas 5% a 10% do seu potencial. [9] Cada vez mais os governos da região e os doadores de ajuda encaram o desenvolvimento da irrigação como uma via para o aumento da produtividade e da segurança alimentar. A Comissão para África recomendou uma duplicação da área sob irrigação para a próxima década, o que equivale ao acréscimo de mais 7 milhões de hectares até 2010.[10] O progresso nesta direcção poderia gerar ganhos importantes para o desenvolvimento humano: estudos sobre a produtividade do arroz na Tanzânia sugerem que a irrigação poderia elevar o rendimento das colheitas em 5% ao ano. No entanto, os resultados dependerão da distribuição dos benefícios — uma questão de governação a que regressamos abaixo.

Figura 5.2 A África Subsariana tem o mais baixo rácio entre agricultura de regadio e de sequeiro



Fonte: FAO 2006.

Figura 5.3 A Ásia detém mais de metade do total mundial de terra irrigada



Fonte: FAO 2006.

Objectos inamovíveis e forças irresistíveis

Ao longo das próximas quatro décadas, a governação da água funcionará no espaço que medeia entre um objecto inamovível e uma força irresistível. O objecto inamovível é o limite ecológico à utilização de água. A força irresistível começa a ser produzida pela crescente procura de água pela indústria e de alimentação pelas populações urbanas. Os cenários baseados em estatísticas ocultam algumas das importantes questões de desenvolvimento humano levantadas pelos ajustamentos que inevitavelmente se produzirão.

Os recursos hídricos desenvolvidos são utilizados quase na totalidade em muitos países. Com o crescimento dos custos financeiros, ambientais e políticos associados ao desenvolvimento de novos recursos hídricos, a competição pela água entre utilizações e utilizadores está destinada a aumentar progressivamente. Com efeito, um bolo de dimensão fixa terá de ser repartido em fatias desiguais e algumas pessoas ficarão a perder. Face a este cenário, é provável que a transferência intersectorial de água se converta numa das principais questões do desenvolvimento humano no século XXI. Grande parte do debate tem-se concentrado na eficiência económica e na tecnologia. Tem sido prestada menos atenção à equidade e às consequências para as pessoas vulneráveis que vivem em zonas rurais, ainda que estas questões tenham forte probabilidade de se tornarem graves. À medida que a competição nacional pela água se intensificar, as pessoas com os direitos mais fracos — entre elas, os pequenos agricultores e as mulheres — verão o seu acesso à água diminuído por partes interessadas mais poderosas.

As consequências da competição não constituem meros resultados teóricos de um plausível cenário futuro. Estão já patentes no crescente conflito relacionado com os ajustamentos à escassez de água em muitos países. Considerem-se estes conflitos recentes:[11]

- Na Índia, a competição pela água está a crescer em várias regiões do país. Chennai, no estado de Tamil Nadu, constitui um modelo paradigmático de uma cidade com escassez de água que estende a sua capacidade hidrológica. Está a terminar a construção de uma conduta de 230 quilómetros para extrair água da bacia do rio Cauvery, uma das bacias da Índia mais pressionadas pela extracção de água e fonte

Direitos seguros da água podem expandir as oportunidades das pessoas mais carenciadas se libertarem da pobreza, enquanto que a ausência de direitos seguros sujeita as pessoas ao risco de não poderem vir a satisfazer as suas reivindicações à luz da competição

de um persistente conflito entre Tamil Nadu e Karnataka. A competição entre utilizadores está a intensificar-se. No distrito de Pallakad, em Kerala, a extracção de água subterrânea por uma empresa multinacional de refrigerantes esgotou o aquífero, secou vários poços e provocou graves prejuízos ao meio ambiente.[12] Numa repetição do episódio nas periferias de Bombaim, a mesma empresa provocou os protestos dos agricultores contra as suas operações de extracção de água para servir o mercado de água mineral destinado à classe média, em rápido crescimento, da cidade.[13] Gujarat e Rajasthan também testemunharam distúrbios repetidos de violentos conflitos ligados à utilização da água.

- Na China, o governo lançou-se num programa de 2,7 mil milhões de dólares com o objectivo de desviar água de zonas irrigadas nas províncias de Shanxi e Hebei, deparando-se com uma significativa oposição. Em toda a extensão do rio Amarelo e ao longo das planícies nortenhas que sofrem pressão sobre os recursos hídricos, as autoridades estão a mediar conflitos relativos à água entre agricultores, municípios e indústria. Em Julho de 2000, violentos protestos se seguiram ao anúncio de um plano para desviar água de um reservatório, da agricultura para a indústria, em Shandong, a última província antes do rio Amarelo desembocar no mar.
- Na Tailândia, produtores agrícolas do sistema de irrigação de Mae Teng protestam contra a transferência de água para Chiang Mai, onde as autoridades municipais lutam para satisfazer a crescente procura de utilizadores urbanos e industriais.
- No Iémen, os agricultores protestam contra a transferência de água da agricultura para centros urbanos em rápido crescimento, como Ta'iz e Saná.
- Na província paquistanesa de Sindh, centenas de agricultores da «fase final» do sistema de irrigação protestaram contra a escassez de água e a gestão de um sistema de irrigação que favorece a produção de culturas de rega intensiva a montante. As disputas relativas ao acesso a canais de irrigação são cada vez mais frequentes. Em Junho de 2006, morreram 14 pessoas na região de Karrum devido a conflitos entre aldeias relativamente a canais de irrigação, na sequência de um declínio na disponibilidade de água.[14]

Se os observadores internacionais reflectem sobre o potencial das guerras da água entre países, conflitos como estes no interior dos países estão já a intensificar-se a um ritmo preocupante. A violência está a tornar-se cada vez mais comum em muitos países e o potencial de conflitos irá inevitavelmente aumentar com a intensificação da competição. Os ajustamentos aos cenários anteriormente descritos criarão vencedores e perdedores. A determinação de quem ganha e quem perde será efectuada não através do simples cálculo da oferta e da procura, mas por meio de sistemas institucionalizados de direitos e reivindicações que determinam a habilitação à água. É a governação destes sistemas que determinará, em última análise, os resultados do desenvolvimento humano (ver Capítulo 6).

A competição, os direitos e a luta pela água

As habilitações têm importância em qualquer processo de competição e estas surgem envolvidas por direitos. Genericamente definidos, os direitos da água representam reivindicações à água socialmente aceites e juridicamente válidas. Definem os termos que autorizam a remoção de água do seu ambiente natural, a utilização de água numa fonte natural e a gestão de fluxos de água. Tal como acontece com a terra, direitos seguros da água podem expandir as oportunidades das pessoas mais carenciadas se libertarem da pobreza. De modo inverso, a ausência de direitos seguros sujeita as pessoas ao risco de não poderem vir a satisfazer as suas reivindicações à luz da competição.

Os primeiros estatutos legais do mundo reconheceram o carácter especial da água. Na lei romana do século III, a *aqua profluens* (água corrente)

era um bem comum, nem público nem privado, o que sublinhava a equidade e a sua posse por parte de toda a sociedade. Hoje, os direitos da água variam bastante de país para país, aglutinando frequentemente uma série de distintos consumidores de água. Mas existem três grandes categorias de direitos comuns à maior parte das sociedades: *direitos da água públicos*, detidos pelo Estado, *direitos comuns ou consuetudinários*, legitimados por normas e tradições, e *direitos de propriedade privada* para utilizar ou transferir água (através, por exemplo, de extracção de água subterrânea ou irrigação). Estes direitos sobrepostos assumem extrema relevância na forma como as reivindicações e as habilitações de utilizadores rivais são esgrimidas em caso de aumento da competição.

À medida que cresce a pressão pela transferência intersectorial de recursos e a competição no seio da agricultura, os sistemas de direitos e reivindicações tornar-se-ão crescentemente importantes. O processo de transferência da água pode ocorrer através de decreto administrativo, intercâmbio no mercado ou outros tipos de negociação. Aspectos como que partes interessadas estão envolvidas nas decisões, quem recebe compensação e quem molda as regras e normas para gerir o ajustamento serão inevitavelmente afectados pela natureza e extensão dos direitos da água e pelo poder relativo dos diferentes agentes.[15]

Os limites aos mercados privados de água

À medida que a competição pela água se intensifica, algumas pessoas têm defendido o desenvolvimento de mercados baseados em direitos da água negociáveis para resolver os problemas associados à competição. O estabelecimento de direitos inequívocos de propriedade privada da água, alegam, permitiria que os ajustamentos à crescente competição tivessem lugar através do mercado, ao passo que o mecanismo do preço garantiria a canalização da água para a sua utilização mais produtiva. Constituirá este um modelo viável para abordar os desafios sociais e económicos colocados pelos cenários anteriormente descritos?

Os direitos privados da água têm uma longa história. Na região ocidental dos Estados Unidos, foram introduzidos há mais de um século, através de leis que contemplavam não somente a autoridade para extrair água, mas também para negociar a sua utilização.[16] Hoje, o sistema de negociação de água permite que cidades como Los Angeles adquiram água a agricultores do Vale Central, que detêm o direito privado da água de irrigação nas suas terras. No mundo em desenvolvimento, o Chile detém o sistema mais desenvolvido de direitos da água privados e negociáveis. Introduzido no início dos anos 80, o sistema permite que os agricultores negoceiem o direito de extrair água com outros utilizadores (caixa 5.1).

Os mercados da água privados proporcionam um mecanismo de reequilíbrio da oferta e da procura e elevam a eficiência, medida através dos preços do mercado. No entanto, os mercados não equilibram automaticamente os objectivos de eficiência e de equidade — e a eficiência de mercado pode ser comprometida por fracassos institucionais na correcção de imperfeições do mercado.

Considerem-se algumas das questões de equidade que surgiram nos mercados da água dos Estados Unidos. Estes mercados facilitaram os ajustamentos à escassez e à competição (caixa 5.2). A região ociden-

Caixa 5.1 Chile — mercados de água e reforma numa economia de elevado crescimento

O Chile é frequentemente citado como uma história de sucesso na integração da água em estratégias mais vastas de gestão sustentável de recursos e de crescimento económico acelerado. Os mecanismos baseados no mercado ocupam uma posição central na política pública. Mas a eficiência e a equidade seguiram por vezes direcções diferentes.

Os direitos da água negociáveis foram institucionalizados pela Lei Nacional da Água de 1981, integrados num esforço de liberalização económica de longo alcance. Desenvolveram-se mercados privados e os direitos da água eram negociados como produtos básicos. Os proprietários de terras podiam trocar água por dinheiro. E as transferências efectuadas ao abrigo de mercados da água ajudaram a sustentar o rápido crescimento de produtos agrícolas de rega intensiva, como frutas, legumes e vinho, bem como pasta de madeira e cobre (extraído e processado no deserto do Atacama).

As reformas aumentaram o valor da escassez da água e criaram incentivos ao investimento em ganhos de eficiência. Sofisticados sistemas de gestão da água no sector das exportações agrícolas colocaram o Chile na linha da frente dos utilizadores eficientes de água. Entre 1975 e 1992, a eficiência da irrigação aumentou entre 22%-26%, o equivalente a libertar 264.000 hectares suplementares para cultivo e a poupar 400 milhões de dólares no desenvolvimento de novas fontes de água. Desde 1980, a água utilizada no sector da pasta de madeira diminuiu 70%.

No entanto, se não nos restringirmos à eficiência empresarial, os indicadores apontam para um balanço menos homogéneo. Os preços da escassez da água não reflectiram os custos dos prejuízos ambientais relacionados com a utilização abusiva por uma razão bem conhecida: o preço das externalidades ambientais não é fixado de forma adequada nos mercados livres. E os subsídios estatais para a promoção das exportações silvícolas enfraqueceram os indicadores de preço dos mercados da água, criando incentivos à deterioração ambiental.

A lei de 1981 aumentou a eficiência económica, mas o seu êxito foi bastante menor se a medirmos por um padrão de equidade. A afectação de direitos da água sem limites nem restrições suscitou, como era de prever, especulação e monopólios de água. E devido ao facto dos direitos da água se encontrarem associados a direitos da terra num sistema marcado por uma distribuição altamente desigual da terra, os benefícios foram desviados dos pobres. Estudos conduzidos na bacia de Limari demonstram que os direitos da água se concentraram principalmente nas mãos dos grandes agricultores comerciais e de negociantes urbanos de água. O terço dos agricultores mais pobres viu a sua parcela de direitos da água cair em mais de 40% desde 1981.

As reformas de 2005 têm por objectivo realinhar os mercados privados com o interesse público. As disposições reguladoras para restringir a actividade especuladora, desmantelar monopólios e reforçar a protecção ambiental constituem uma parte central da nova estrutura legislativa orientada para a governação dos mercados da água.

Fonte: Rosegrant e Gazmuri S. 1994; Romano e Leporati 2002; Peña, Luraschi e Valenzuela 2004; GWP 2006c.

Os direitos jurídicos do povo não têm grande valor se as instituições encarregadas de protegê-los forem inacessíveis ou não tiverem capacidade de resposta

tal dos Estados Unidos, particularmente, conta com regras e instituições altamente desenvolvidas para governar os mercados e mediar as reivindicações. Mas a equidade nem sempre é acautelada de forma adequada. Um estudo sobre a distribuição de ganhos e perdas de transferências de água em Mendota, na Califórnia, revelou que o número de quintas em regiões exportadoras de água baixou 26% entre 1987 e 1992. Mas o número de quintas de pequena dimensão caiu 70% e a procura de trabalho diminuiu ainda mais em virtude da falência de empresas grossistas de frutas e legumes.[17] Apesar da prosperidade conjunta ter crescido, entre os perdedores encontrava-se um grande grupo de produtores pobres.

A experiência dos Estados Unidos demonstra também a importância da legitimação na utilização da lei como complemento de uma igualdade anterior à lei. Os direitos jurídicos do povo não têm grande valor se as instituições encarregadas de protegê-los forem inacessíveis ou não tiverem capacidade de resposta. Isto vale até para países com regras e normas altamente desenvolvidas para a administração da justiça. No Novo México, o gabinete de engenharia estadual é obrigado a adjudicar os direitos dos pequenos utilizadores de água, bem como os efeitos contra terceiros. Ainda assim, os pequenos agricultores de sistemas de irrigação tradicionais geridos por agricultores (*acequias*) depararam-se com dificuldades na defesa dos seus direitos estabelecidos. Na sua maioria são de descendência hispânica, socialmente marginalizados e raramente fluentes em inglês, a língua utilizada em tribunal. No que respeita à implementação, a legitimação tem tanta importância como o poder da lei.[18]

A evolução dos mercados da água privados no Chile colocou em destaque a complexa interacção — e as potenciais tensões — entre os objectivos de eficiência e de equidade. A eficiência da água cresceu drasticamente desde meados dos anos 70, reflectindo os incentivos e indicadores de mercado que emergiram da negociação de direitos da água. Produtores na agricultura e em indústrias intensivas em água, como

Caixa 5.2 Negociação de água na região ocidental dos Estados Unidos

A região ocidental dos Estados Unidos é talvez aquela que é mais citada pelos reformistas como um modelo de negociação eficiente de direitos da água. Mas pouco se tem falado das leis e instituições desenvolvidas durante um longo período para governar aquele modelo.

As transferências de água na região ocidental dos Estados Unidos foram facilitadas por leis que separam os direitos da água dos direitos da terra. Foi esta separação, assumidamente reforçada pela desconsideração por outros processos legais, que permitiu que William Mulholland se apropriasse da água de Owens Valley na década de 20 do século passado e a transferisse para Los Angeles. A informação é crucial para o regime de transferência de água. Registos estaduais extensivos sobre os volumes e quotas de água associados a direitos individuais constituem outra característica dos sistemas da região ocidental dos EUA.

As transferências intersectoriais são governadas por processos institucionais que diferem de estado para estado. No Arizona, no Novo México e no Utah, o gabinete de engenharia do estado está encarregado de avaliar as características técnicas de todas as transferências e de conduzir audiências sobre os seus efeitos contra terceiros. O Colorado recorre a tribunais da água para resolver disputas entre utilizadores rivais, o que resulta em custos de transacção muito mais elevados para aqueles que propõem e que se opõem a acções contestadas. E apenas os direitos de «utilização benéfica» são considerados, o que descarta o recurso a reclamações à utilização pública por parte de pessoas afectadas por fluxos reduzidos ou perda de meios de subsistência, à medida que diminui a produção de regadio.

Na Califórnia, foram conduzidas algumas transferências através de um «banco de água para o combate da seca» estadual, que negoceia aquisições de agricultores individuais para a transferência para outras utilizações. A maioria das transferências assume a forma de alugueres temporários, em parte devido às restrições sobre os direitos da água, mas também porque a maioria dos proprietários não pretende transferir os direitos de forma permanente. Alguns municípios asseguram água suplementar em anos de seca através do pagamento aos agricultores pela instalação de dispositivos de conservação da água ou do aumento da reposição em anos húmidos, recebendo a cidade a água suplementar poupada ou armazenada.

As transferências de água na região ocidental dos Estados Unidos constituem uma esfera política altamente contestada e objecto de grande controvérsia. O que distingue o sistema, especialmente do ponto de vista dos países de baixo rendimento que buscam implementar instrumentos políticos — como permissões negociáveis e redistribuições administrativas — é a profundidade das regras e normas institucionais. Mas, mesmo com estas regras e normas, a equidade na utilização de água tem sido difícil de proteger — resultado que deve figurar proeminentemente no debate político público nos países em desenvolvimento.

Fonte: Meinzen-Dick e Ringler 2006; NNMLS 2000.

a exploração mineira, responderam ao aumento dos preços da água através da adopção de novas tecnologias, como os sistemas de irrigação gota a gota que sustentaram a explosão das exportações de frutos e legumes de alto valor acrescentado.

O desenvolvimento de mercados da água no Chile aumentou inquestionavelmente a eficiência e ajudou a concretizar o crescimento sustentado das exportações agrícolas de alto valor acrescentado. No entanto, os ganhos de eficiência na gestão da água foram superiores à gestão da equidade. Durante os anos 80 e 90, a ausência de estruturas de regulação eficazes conduziu a monopólios da água, distorções de mercado e resultados altamente desiguais. Os pequenos agricultores foram marginalizados e não conseguiram capitalizar os direitos da água. Entretanto, as comunidades indígenas perderam os direitos de utilização da água para empresas de exploração mineira aptas a estabelecer reivindicações de propriedade privada.

A Reforma da Lei da Água adoptada pelo Chile em 2005 representa uma tentativa de abordar estes problemas e de colmatar a lacuna de regulação nos mercados da água. A nova legislação limita a actividade especuladora, extingue monopólios de direitos da água e protege os pequenos agricultores.[19] Os grupos indígenas também se mobilizaram para a utilização do sistema legal numa tentativa de restabelecer as suas reivindicações. Em 2004, as tribos dos Aymara e dos Atacemenos no Norte do Chile asseguraram uma norma histórica, segundo a qual a utilização consuetudinária estabelece uma reivindicação prévia que se sobrepõe a direitos da água privados subsequentes.[20]

Em última análise, os direitos da água não podem ser considerados separadamente das estruturas políticas e institucionais que os governam. Neste aspecto, os mercados da água não diferem de forma alguma de qualquer outro mercado. O que distingue a água é o seu papel central nos meios de subsistência das pessoas e no ambiente de um país. Estas características únicas apontam para a necessidade de sistemas de regras e instituições altamente desenvolvidos que assegurem que importantes objectivos da política pública em matéria de justiça social e de sustentabilidade ecológica não se subordinem à busca de ganhos privados.

As propostas relativas a direitos da água transferíveis suscitaram um debate intenso no mundo em desenvolvimento. Na Indonésia, no Sri Lanca e na Tailândia, estes planos deram origem a preocupações de que o poder de mercado dos grandes produtores e da indústria venha a negar aos pequenos agricultores o seu acesso à água de irrigação. Estas preocupações são justificadas. Teoricamente, o aluguer ou a venda de direitos da água poderia oferecer uma fonte de rendimento aos agricultores pobres — tal como aconteceu com os agricultores da região ocidental dos Estados Unidos. Mas existem relações de poder bastante assimétricas, desigualdades no acesso à informação e disparidades na capacidade de acesso a recursos jurídicos. A estes problemas alia-se o perigo óbvio dos agricultores serem obrigados à «venda forçada» de direitos da água durante períodos de crise causados pela seca ou pela ruína de colheitas, com as famílias vulneráveis a perderem os direitos da água em troca de um ganho monetário de curto prazo.

O que a água possui de distintivo é o seu papel crucial nos meios de subsistência das pessoas e no ambiente de um país. Estas propriedades únicas apontam para a necessidade de sistemas de regras e instituições altamente desenvolvidos, garantindo que importantes objectivos de política pública ligados à justiça social e à sustentabilidade ecológica não sejam subordinados à perseguição do ganho privado.

Não é muito provável, nos países em desenvolvimento, que os direitos de propriedade privada na água ofereçam soluções fáceis para a redistribuição da água, especialmente se a equidade for um objectivo político. Desenvolver as instituições, as regras e as normas para regular os mercados da água sob o ponto de vista do interesse público é um exercício complexo, como as experiências do Chile e dos Estados Unidos demonstram. Na maioria dos casos, mudanças rápidas para sistemas de direitos transferíveis conduzem geralmente a consequências sociais e políticas inaceitáveis nos países em desenvolvimento confrontados com uma intensa competição por recursos hídricos. A opção mais viável é a de desenvolver progressivamente os direitos existentes e reforçar os recursos destinados aos pobres.

A agenda dos direitos da água — a ausência da equidade e da legitimação

Nos últimos anos, as reformas baseadas no modelo de gestão integrado de recursos hídricos devolveram aos direitos da água o seu lugar central na agenda política. Se os caminhos da reforma foram vários, duas vias destacaram-se claramente. Num grande grupo de países, incluindo o Gana, a Indonésia, a África do Sul, o Sri Lanca, a Tanzânia e a Tailândia, a nova legislação declarou formalmente a água como sendo propriedade estatal. O objectivo era o de criar uma estrutura legal unificada para que os governos distribuíssem os direitos da água no quadro dos limites da sustentabilidade ambiental, tratando os recursos hídricos de uma forma integrada. A segunda via enquadra as permissões de extracção de água numa economia formal da água. Com efeito, pretende-se que as permissões e os acordos de licenciamento associados constituam uma alternativa ou um complemento

É importante que os objectivos da política pública em matéria de justiça social e de sustentabilidade económica não se subordinem à busca de ganhos privados

Os direitos da água, as licenças e as autorizações têm por objectivo facilitar o ajustamento à crescente competição, mas verifica-se uma lacuna de equidade altamente visível

da fixação pura de preços de mercado, baseando-se as distribuições em prioridades governamentais.

Tal como os direitos da água, as licenças e as permissões têm por objectivo facilitar o ajustamento à crescente competição. No entanto, prevalece uma lacuna de equidade altamente visível. Uma característica que se destaca nas abordagens que emergiram é a ausência de disposições relativas à redistribuição. Neste aspecto, a equidade tem sido um objectivo muito mais fraco na reforma da governação da água do que nos direitos de posse da terra. Uma excepção é a Lei da Água da África do Sul de 1998 (ver caixa 5.3). Oferece uma estrutura legislativa para uma redistribuição favorável aos pobres, mas os resultados têm ficado aquém das expectativas devido ao ritmo lento da redistribuição da terra, um requisito essencial para as famílias mais carenciadas ampliarem a sua quota de utilização de água na agricultura.

O fracasso em alcançar a equidade tem-se agravado na implementação. Os controlos governamentais reforçados sobre a distribuição de água através de permissões de utilização têm sido acompanhados por políticas que apoiam as reivindicações urbanas e industriais face à agricultura. Na implementação da legislação, se não na própria concepção, as vozes políticas de poderosos utilizadores de água urbanos e industriais têm-se invariavelmente sobreposto às reivindicações dos habitantes rurais. Esta tendência tem sido especialmente pronunciada em países que procuram equilibrar as reivindicações concorrentes de utilizadores rurais e de indústrias em alto crescimento. Embora a China tenha legislado os direitos da água em 1993, tem gerido a procura através de uma política centralizada e de mecanismos de distribuição, por vezes sem compensar de forma suficiente os agricultores.[21] Este aspecto está particularmente patente nas planícies nortenhas, onde a extracção de água para a agricultura tem vindo a cair desde meados dos anos 90, ao passo que as exigências industriais e urbanas têm crescido notoriamente.

Outro exemplo é o das Filipinas. Manila extrai a quase totalidade da sua água de uma única fonte, o Reservatório de Angat, partilhado com os agricultores num dos maiores sistemas de irrigação do país. Tanto os utilizadores municipais como agrícolas têm direitos estabelecidos. Mas os ajustamentos à escassez desviam-se bastante dos interesses dos agricultores devido à força política do Sistema Metropolitano da Rede de Água e Esgotos em Manila. Assim, os meios de subsistência tornaram-se mais precários para os produtores agrícolas (caixa 5.4).

Os sistemas formais de licenciamento destinados a gerir a redistribuição para a obtenção de uma maior eficiência, não deixando de proteger a equidade, frequentemente obscurecem a realidade da existência de relações de poder desiguais. Regra geral, a importância do poder na modelação de resultados da legislação está em relação inversa com a capacidade reguladora. Uma fraca capacidade reguladora amplia o raio de acção para a exploração de relações desiguais. Na Indonésia, a água para fins comerciais é governada por permissões formais que limitam o volume. As licenças não podem ser negociadas e a utilização de água não pode ser complementada por negociações irregulares. Por lei, os pequenos agricultores têm acesso prioritário à água. Na prática, a eficácia destas disposições depende da capacidade das instituições de governação regularem a extracção de água. A indústria têxtil em Java Ocidental contornou as regras através da aquisição irregular de direitos da água a montante, o que provocou uma perda dos meios de subsistência dos agricultores a jusante (caixa 5.5). [22]

Como estes casos sugerem, os direitos formais não oferecem qualquer garantia de equidade à luz de relações de poder desiguais. Mas a ausência de uma estrutura de direitos bem definida, com regulação adequada e dotada de poder coercivo dificultará ainda mais o aumento da segurança da água, abrindo caminho a «apropriações de recursos hídricos» institucionais baseadas no poder.

A gestão da água subterrânea é representativa deste problema. Em muitos países em desenvolvimento, a extracção privada de água subterrânea permitiu a ocorrência de transferências de água entre o meio rural e urbano através de mercados paralelos não regulados, com efeitos devastadores, nalguns

Caixa 5.3 Direitos da água e redistribuição na África do Sul

Ao contrário da maioria dos governos, a África do Sul elegeu explicitamente a redistribuição como um objectivo político na gestão integrada da água.

No período do apartheid, a utilização de água baseava-se no comum princípio legislativo inglês que associava o controlo e os direitos de utilização à propriedade privada da terra. Com mais de 80% da terra na posse de agricultores brancos, que também controlavam as associações de irrigação, a maioria das pessoas das zonas rurais via negado o seu acesso à água subterrânea, nascentes e barragens das propriedades privadas. A Lei Nacional da Água de 1998 declarou a água um recurso público detido por todos os cidadãos.

Encontra-se agora garantida uma quantidade mínima de água potável sob a forma de direito legalmente válido (ver Capítulo 1). Nas comunidades rurais, os indivíduos têm direitos de utilização da água para fins domésticos ou jardinagem de pequena escala sem necessidade de pagamento nem de registo. No caso da água para fins comerciais, os indivíduos têm de adquirir uma licença. Pretende-se que o dinheiro gerado pelo sistema de licenciamento contribua para os custos de gestão da água. Garante-se aos indivíduos direitos de utilização da água durante um período que vai até 40 anos.

O objectivo da regulação pública é estabelecer controlos sobre o volume de água utilizado para limitar a exploração abusiva. Abolindo os «direitos dos proprietários ribeirinhos» e qualificando a água como bem de propriedade pública, distribuída por licenciamento estatal, a legislação cria uma estrutura para a redistribuição de parte das reservas de capital natural do país. Mas os resultados da redistribuição serão condicionados pela redistribuição do outro pilar central do capital natural — a terra.

Fonte: Perret 2002; Hodgson 2004; Faysse 2004; Muller 2006.

Caixa 5.4 Sobreposição de direitos da água e permuta desigual nas Filipinas

A diversidade e a sobreposição de direitos da água podem ser geridas através de sistemas de governação que medeiam as diferentes reivindicações. A extensão pela qual a equidade figura na equação da governação é determinada pela política de gestão da água.

O sistema do rio Angat-Maasim, nas Filipinas, serve uma vasta área de irrigação e os sectores municipal e industrial da Manila Metropolitana — uma mega-cidade com mais de 10 milhões de habitantes e que cresce a um ritmo superior a 1% ao ano. Três diferentes organismos detêm direitos da água reconhecidos pelo Estado sobre os reservatórios: a Administração Nacional de Irrigação (NIA), o Sistema Metropolitano da Rede de Água e Esgotos e a Corporação Nacional de Energia. A NIA ocupa o lugar cimeiro de uma hierarquia de direitos, mas a lei da água consagra disposições de emergência que dão prioridade aos utilizadores domésticos.

Na maioria dos anos, existe água suficiente para satisfazer as necessidades de todos os utilizadores. No entanto, em períodos de seca e de escassez, a agricultura perde fortemente não somente para os municípios como também para a indústria. Na seca de 1997, relacionada com o El Niño, a agricultura não recebeu qualquer água para a colheita da estação seca ao passo que o volume recebido pela indústria só marginalmente baixou. O sistema de irrigação perdeu 125 toneladas métricas de produção de arroz e rendimentos associados, mas os agricultores ainda tiveram de pagar o aluguer. Muitos endividaram-se ou perderam as suas terras. Como é a NIA que se encontra investida dos direitos à água, e não uma associação de consumidores de água, os agricultores não foram compensados. A capacidade de financiamento da NIA viu-se comprometida pela perda de rendimentos associada às taxas do serviço de irrigação, enfraquecendo a sua capacidade de manter o sistema de irrigação.

Os direitos limitados dos agricultores à água, em conjunto com o poder político de lobbies industriais de Manila, provocaram uma distribuição desigual dos custos do ajustamento.

Fonte: Meinzen-Dick e Ringler 2006.

casos, para a pobreza rural. Um exemplo desta situação é dado pelos sistemas de irrigação do rio Bhavani, cujas águas têm sofrido um considerável esgotamento por obra da indústria e de urbanizações de Coimbatore, no estado de Tamil Nadu. Desde 1990, as transferências de água reduziram os rendimentos agrícolas a quase metade para aqueles que se encontram na fase final dos sistemas de irrigação. A pobreza entre as famílias agrícolas passou de 3% em 1999/2000 para 15% em 2002/2003. Os mais atingidos foram os trabalhadores agrícolas que perderam o emprego em sistemas de irrigação: as suas taxas de pobreza passaram de 15% para 34%.[23]

Direitos consuetudinários e formais — evidências da África Subsariana

Os direitos formais à água desempenharão um papel importante na modelação de resultados relacionados com a transferência intersectorial da água. Simultaneamente, a utilização de água em muitos países é governada por uma interacção complexa entre direitos consuetudinários e formais. Aquela interacção apresenta importantes implicações não somente para as transferências de água entre sectores como para a distribuição de direitos à água no seio da agricultura. O desenvolvimento de potencial de irrigação na África Subsariana demonstra como a interacção entre direitos da água formais e consuetudinários pode influenciar as perspectivas do desenvolvimento humano. As questões relativas a que direito é reconhecido por quem e com referência a que normas e leis, desempenha um papel central na determinação da equidade dos resultados.

A competição pela irrigação pode marginalizar os pobres — a experiência do Sahel

Os planos para desenvolver capacidade de irrigação na África Subsariana estão a ganhar ritmo em muitos países. O resultado que se pretende é um aumento na produtividade e uma menor dependência dos caprichos do regime pluviométrico. No entanto, quando um activo tão precioso como a água de irrigação é introduzido num ambiente com escassez de água, torna-se inevitavelmente um foco de reivindicações concorrentes. O perigo é que as reivindicações daqueles que detêm o poder político e comercial se sobreponham às reivindicações dos pobres e marginalizados.

Os desenvolvimentos no Sahel são representativos do problema. Ali, os grandes sistemas de irrigação são comparativamente raros, embora seja provável que se tornem mais comuns no futuro. O desenvolvimento de grandes sistemas tem sido frequentemente acompanhado pela introdução de direitos formais da terra. Num grande projecto, o Office du Niger, no Mali, os sistemas consuetudinários foram eficazmente substituídos por regulações governamentais. Devido ao facto do custo

Caixa 5.5 Têxtil versus agricultores em Java Ocidental

Os produtores agrícolas de Java Ocidental detêm fortes direitos legais à água, o que reflecte o papel dos agricultores de arroz no desenvolvimento cultural, político e económico do país. Mas os direitos legais deterioraram-se em algumas zonas por acção das reivindicações concorrentes dos utilizadores industriais.

Java Ocidental tem sido o foco de uma indústria têxtil em rápida expansão. As fábricas têm obtido mais água através de três vias: permissões atribuídas pelo governo para extrair água superficial e de irrigação ou subterrânea, negociações com os agricultores locais para a compra ou aluguer de terra com vista à aquisição de direitos de utilização da água e instalação de bombas e condutas adicionais.

A primeira destas vias, a permissão, é ratificada pelo governo. A segunda, a aquisição ou aluguer de terras, não está ratificada na lei estatal, mas é generalizadamente aceite na lei local como meio legítimo de adquirir água. A terceira, a instalação de bombas e condutas adicionais, não é ratificada nem pela lei estatal nem pela lei local, mas torna-se possível devido ao poder político dos proprietários das fábricas.

De que forma a estrutura legislativa estabeleceu o padrão de vencedores e perdedores? Muitas empresas têm explorado a lacuna existente entre a lei estatal e a prática local para comprar ou alugar terras, adquirindo assim direitos da água. Devido ao facto das fábricas terem adquirido terras e direitos da água aos produtores a jusante, estes agricultores foram compensados, mas os que se encontravam a montante viram-se a braços com fluxos de água reduzidos e uma bombagem abusiva ilegal por parte das fábricas. Como consequência da produção perdida e de uma maior insegurança no abastecimento, muitos agricultores a jusante foram forçados a vender as suas terras — e os que estão a receber compensações não são os que estão suportar os maiores custos. Consequência: apesar dos agricultores na Indonésia deterem os direitos da água mais fortes tanto na lei local como estatal, estruturas reguladoras em conflito e, acima de tudo, o maior poder económico e político dos proprietários das fábricas deixam-nos frequentemente mal preparados para defenderem aqueles direitos.

Fonte: Kurnia, Avianto e Bruns 2000.

público de investimento para o desenvolvimento de instalações de irrigação ser elevado — os custos directos na África Subsariana são mais do triplo por hectare face ao Sul da Ásia [24], a geração de elevados retornos tem sido importante. Para atrair capital privado, os sucessivos governos do Mali reforçaram a segurança da posse e criaram direitos de propriedade privada na terra. Atrair o investimento de produtores comerciais de grande escala tem sido um objectivo explícito. Uma preocupação que subsiste é de que os pequenos agricultores venham a ser desfavorecidos. Esta preocupação será justificada?

Os produtores de grande escala não são intrinsecamente mais eficientes do que os produtores de pequena escala em áreas irrigadas. Com efeito, existem provas de vários países de que os pequenos agricultores podem ser mais eficientes do que os grandes agricultores comerciais. No entanto, uma maior orientação para o mercado pode favorecer significativamente os produtores comerciais de grande escala. Em 2004, por exemplo, o governo do Mali decidiu vender cerca de 3.000 hectares de terra no Office du Niger a operadores privados, reservando menos de 10% para os pequenos agricultores. Simultaneamente, cerca de 4.000 ordens de despejo foram enviadas a pequenos agricultores acusados de não terem pago as taxas da água. Como sempre acontece com a água, as questões enraízam-se na política local. Mas o Office du Niger, um dos sistemas de irrigação mais eficientes da África Subsariana, enfrenta agora o difícil desafio de gerir as reivindicações concorrentes dos pequenos agricultores e dos produtores de grande escala com influência política.[25]

Problemas semelhantes emergiram no Senegal. O futuro dos pequenos agricultores familiares encontra-se no centro de um longo debate no país. Alguns encaram o sector como uma fonte de emprego, inovação e segurança alimentar num ambiente marcado por uma extrema incerteza, dificuldades financeiras e pobreza generalizada. Outros defendem a necessidade de modernizar a agricultura através de investimentos de capital de grande escala. O programa de desenvolvimento rural do governo busca desenvolver ambos os sectores. Mas, no vale do rio Senegal, conselhos rurais descentralizados procuraram atrair investidores estrangeiros de grande escala da França e da Arábia Saudita, oferecendo acesso a terras e recursos de irrigação. A resultante competição pela água atraiu a oposição de agricultores que reivindicam direitos consuetudinários à terra e à agua, forçando as autoridades nacionais a intervir.[26]

O direito consuetudinário tanto pode reforçar a governação como exacerbar as desigualdades

Algumas pessoas encaram o direito consuetudinário como um obstáculo ao progresso e à modernização na agricultura e outras como uma garantia de equidade. Ambas as percepções são exageradas. O direito consuetudinário faz frequentemente parte de um conjunto altamente sofisticado de instituições que gerem a água como um recurso escasso. Pode também ser um catalisador da desigualdade.

As evidências no vale do rio Senegal revelam a complexidade das questões de governação levantadas. Os defensores dos direitos da propriedade privada consideram o direito consuetudinário como um caminho para a «tragédia dos comuns». Sem qualquer vínculo jurídico formal sobre a utilização da água, alegam, os utilizadores individuais ficam sem qualquer incentivo para reduzir a procura, o que conduz ao esgotamento dos recursos hídricos partilhados pela utilização abusiva. Com efeito, o direito consuetudinário envolve frequentemente rigorosos controlos sobre a utilização da água, encontrando-se os direitos da água estruturados de forma a equilibrar as reivindicações baseadas na herança, necessidades sociais e sustentabilidade. A cooperação institucional é comum. Um estudo sobre o canal Dieler, no Senegal, revelou que as aldeias cooperavam para financiar a manutenção de canais e sistemas de drenagem e para regular a quantidade de água extraída do lago afluente. Estas aldeias encontram-se agora a dialogar com empresas agro-industriais de grande escala, incentivando métodos de irrigação que consomem menos água, como a irrigação gota a gota. [27]

No outro lado da equação, o direito consuetudinário não é intrinsecamente mais equitativo do que os direitos formais da terra. Em muitos sistemas de irrigação, as regras consuetudinárias subjacentes à estratificação social tendem a regressar à superfície após a renegociação dos direitos da terra. Os latifundiários tradicionais encontram-se frequentemente bem colocados para utilizar a sua posição como chefes ou conselheiros para contornarem regras formais, perpetuando assim o seu acesso privilegiado à terra. Foi o que aconteceu no vale do rio Senegal, onde a descentralização e a introdução de leis da terra formais permitiu que os guardiães do direito consuetudinário promovessem a desigualdade e a exclusão social (caixa 5.6).

As desigualdades de género perpassam tanto os direitos da terra formais como os informais. Na maioria dos sistemas consuetudinários, as mulheres detêm direitos de utilização bem definidos, mas o seu poder de tomada de decisões é bastante reduzido. Na província de Comoé, no Burquina Faso, os homens têm tradicionalmente controlado as terras altas para o cultivo do amendoim e do algodão, ao passo que as mulheres cultivam arroz e detêm direitos de utilização nas terras baixas. Quando um arrojado programa de infra-estrutura foi lançado no início da década de 90 para alargar a irrigação às terras baixas, a sua concepção e implementação foram orientadas por chefes tradicionais do sexo masculino e por uma interpretação masculina do direito consuetudinário.

Caixa 5.6 Direito consuetudinário e desigualdade no Senegal

Os direitos da água consuetudinários são por vezes encarados como intrinsecamente mais equitativos e democráticos do que os direitos da água formais, cabendo às instituições locais oferecer um elevado nível de responsabilização no seio das estruturas tradicionais. Mas as evidências aconselham cautela face a tal idealismo. Em vários contextos, os latifundiários tradicionais utilizam a sua posição na comunidade para contornar as regras formais e perpetuar o seu acesso privilegiado à terra.

No final dos anos 80, o Senegal transferiu as responsabilidades de gestão das terras irrigadas para o poder local. Desde então, os conselhos rurais eleitos assumiram a responsabilidade pela distribuição de lotes irrigados a grupos de utilizadores, que posteriormente distribuem os lotes a utilizadores individuais.

No vale do Fleuve, no rio Senegal, as comunidades encontram-se divididas por hierarquias rígidas que diferenciam os descendentes de escravos e de nobres. Ambos os grupos exploram lotes no sistema de irrigação do vale do rio Senegal. As eleições democráticas do conselho rural oferecem aos descendentes de escravos as mesmas oportunidades formais de exercer funções que aos descendentes de nobres — e todos os aldeões são candidatos à terra irrigada com base em critérios de distribuição ligados à dimensão do agregado familiar. Mas o estatuto social tem o seu papel no processo de eleição. Na comunidade rural de Bokidiawe, um exemplo típico, 30 dos 32 conselheiros eleitos são de origem nobre.

Os estudos demonstram a forma como a rígida linha divisória por vezes traçada entre acordos formais e tradicionais pode ser ilusória. As elites locais de latifundiários desempenham várias funções, com uma mão nas instituições regulamentares e outra nas consuetudinárias. Em Bokidiawe, o líder da comunidade é simultaneamente chefe da aldeia, conselheiro rural, presidente do grupo de utilizadores da terra, membro de um partido político e um produtor de arroz de relativamente grande escala.

As elites locais recorrem frequentemente à sua posição para manterem o controlo sobre a terra irrigada. No Senegal, os latifundiários tradicionais conseguiram não somente captar uma quota desproporcionalmente elevada de terra irrigada, como distribuir e vender terra irrigada a pessoas de fora poderosas (incluindo políticos, responsáveis do exército e do governo e juízes), apesar da legislação restringir o acesso à terra irrigada a residentes locais. Entretanto, os agricultores de casta inferior foram forçados a formar contratos de parceria agrícola para ganharem acesso a terra irrigada, pagando a renda com parte da sua colheita, ainda que os contratos de parceria agrícola em sistemas de irrigação sejam ilegais.

O caso do vale do rio Senegal é de maior relevância. As reformas da governação da água geralmente acentuam o acesso igual a lotes irrigados a todas as pessoas elegíveis para tal. Mas se as leis regulamentares pretendem promover a equidade no acesso à água e uma maior participação e responsabilização, os princípios democráticos e igualitários que lhes estão subjacentes chocam frequentemente com princípios consuetudinários em que as hierarquias sociais e as desigualdades de género se encontram fortemente enraizadas.

Fonte: Cotula 2006; Sylla 2006.

Os direitos da água são importantes porque dão forma às habilitações à água, tanto no sentido legal e formal como através de processos informais que legitimam as pessoas ou que lhes retiram poder

Consequência: as melhores terras foram atribuídas aos chefes de família do sexo masculino, a produtividade decresceu e a desigualdade de género aumentou. Mais tarde, o programa corrigiu esta inclinação masculina através do envolvimento de mulheres na atribuição de terras.[28]

Os direitos formais não são um caminho garantido para a equidade

Se os direitos de propriedade formais que ligam a terra à água podem proporcionar maior segurança, podem também entrar em conflito com os direitos consuetudinários. Em caso de conflito, os direitos formais frequentemente têm primazia sobre os direitos consuetudinários.

Esta situação é bastante comum em áreas com sistemas de produção em regime de pastoreio. Em várias zonas da África Subsariana, os pastores têm sido perdedores regulares devido à escassez de água, à pressão acrescida sobre a terra e à extensão dos direitos da terra formais. O encerramento de um ponto de água, a criação de um sistema de irrigação ou a imposição de um direito legal à terra podem alterar a relação de poder entre os produtores sedentários e os pastores, cujos direitos se alicerçam em reivindicações consuetudinárias mais fracas (frequentemente sem valor jurídico).

No Norte do Uganda, no Sul da Tanzânia e no Nordeste do Quénia, disputas violentas entre agricultores e pastores tornaram-se cada vez mais comuns. As tensões entre reivindicações privadas e consuetudinárias estão a intensificar-se. No Níger, a legislação introduzida no quadro das reformas da governação da água autoriza a existência de pontos de água privados em áreas de pastoreio. Em toda a África Ocidental, novos poços de acesso livre construídos pelo Estado deterioraram os sistemas tradicionais de partilha. Os poços públicos foram apropriados por criadores maiores e mais poderosos, incluindo chefes tradicionais, negociantes e políticos, reduzindo o acesso dos outros pastores à água. [29]

Os conflitos entre direitos da terra formais e informais são por vezes agravados por um mau planeamento político e por uma fraca capacidade reguladora. Gerir a interface entre os diversos grupos de utilizadores com diferentes reivindicações legais e interesses, mas ligados pelo mesmo sistema de água, constitui um desafio institucional. Na Tanzânia, a bacia do rio Pangani tem sido o foco de um ambicioso esforço no âmbito da gestão integrada de recursos hídricos. A grande maioria dos utilizadores de água na bacia são criadores de gado e pequenos agricultores em zonas de terra húmida. A crescente pressão da população e as exigências da indústria e da irrigação criaram problemas de escassez de água, especialmente durante a estação seca. Os direitos formais de extracção de água e as taxas não conseguiram resolver estes problemas e, em muitos casos, agravaram-se através da criação não intencional de incentivos perversos para os grandes utilizadores extraírem água em excesso (caixa 5.7).

Os direitos da água dão forma às habilitações

Os direitos da água são importantes porque dão forma às habilitações à água, tanto no sentido legal e formal como através de processos informais que legitimam as pessoas ou que lhes retiram poder. Se os direitos são importantes para toda a gente, são mais importantes para uns do que para outros. As pessoas ricas e poderosas têm várias formas de proteger os seus interesses, quer através de vias legais, quer políticas. A ausência de direitos seguros e com valor jurídico constitui um problema muito maior para os pobres, especialmente no que diz respeito à água. Se o acesso das famílias carenciadas a um recurso tão essencial como a água pode ser retirado sem qualquer consulta, compensação ou mesmo notificação prévia, os meios de subsistência tornam-se mais precários e os incentivos para as pessoas investirem na melhoria das suas vidas ficam seriamente comprometidos.

Os direitos e mecanismos coercivos mais fortes podem ajudar os produtores vulneráveis a resistir às usurpações por parte dos grandes utilizadores industriais, urbanos e da agricultura comercial. Mas os direitos da água podem ser uma faca de dois gumes. A formalização dos direitos pode também ampliar as oportunidades dos mais ricos, mais poderosos e melhor relacionados, marginalizando os que não dispõem de capacidade, confiança ou ligações políticas para reclamar os seus direitos. Os direitos consuetudinários podem não conferir valor legal aos seus detentores enquanto grupo. Um perigo óbvio é o de que as interpretações literais dos direitos da água, baseadas em leis estatais formais, excluam grupos como as mulheres, os pastores e os pequenos agricultores.

Os direitos da água individuais ou pertencentes a grupos constituem um instrumento importante para o desenvolvimento humano. A ausência de direitos seguros pode expor pessoas já de si vulneráveis a níveis acrescidos de risco e incerteza, aumentando a sua vulnerabilidade à pobreza. Muito depende do contexto e das instituições locais. Mas uma lição genérica a retirar é que, para que os direitos da água tenham valor para os pobres, devem estar associados a estratégias de legitimação e de equidade de âmbito mais vasto. Entre estas estratégias contam-se disposições legislativas que preservem os direitos dos pobres e processos jurídicos abertos aos pobres.

Caixa 5.7 Vencedores e perdedores da reforma da política da água no rio Pangani, na Tanzânia

A reforma da política da água na Tanzânia lança luz sobre as consequências acidentais da introdução de novos direitos da água em sistemas de regulação consuetudinária.

Ao longo da última década, o governo da Tanzânia colocou em vigor, com o apoio da comunidade internacional, novos sistemas de direitos administrativos para melhorar a gestão ao nível da bacia e elevar a recuperação de custos pela prestação do serviço. A bacia hidrográfica na parte alta do Ruaha no rio Pangani tem sido o foco da reforma. Ali, a maioria dos utilizadores de água são irrigadores e criadores de gado de pequena escala que geriam tradicionalmente os recursos hídricos através de acordos consuetudinários sem apoio estatal. A competição cresceu devido a uma maior actividade de irrigação a montante e às crescentes solicitações dos utilizadores urbanos.

Desde as reformas lançadas em meados dos anos 90, a Tanzânia devolveu a autoridade a associações de consumidores de água e introduziu taxas. Os grupos de consumidores de água têm agora de pagar uma taxa rasa mínima com vista à poupança de água e à mobilização de receitas. As taxas, de 35 a 40 dólares, em média, para os indivíduos e grupos, aplicam-se a todos os utilizadores de água superficial e subterrânea.

A obrigação de pagar por um recurso anteriormente gratuito acarretou imensas dificuldades para os agricultores e produtores de gado de pequena escala. Como efeito perverso, os custos de cobrança para a administração das receitas excederam os fluxos de receitas, frustrando assim um dos objectivos pretendidos. Outro resultado negativo foi o de que um processo de reforma destinado a poupar água encorajou, pelo contrário, a utilização abusiva. Os utilizadores da irrigação de grande escala aceitaram a nova estrutura de taxas, mas encararam o pagamento da taxa formal como um direito de utilizar água sem qualquer limite, independentemente dos fluxos sazonais. Os grandes produtores têm vindo a expandir a área de terra irrigada, alegando o pagamento da taxa da água como justificação. A utilização abusiva por parte dos irrigadores a montante, prática a que anteriormente estavam restringidos pelas regras consuetudinárias, aumentou a escassez entre os utilizadores a jusante durante a estação seca. Desequilíbrios na voz política agravaram o problema: nem uma única associação de consumidores de água foi estabelecida nas planícies a jusante até 2003, seis anos depois da instituição das reformas. Consequentemente, a reforma administrativa criou também problemas de equidade mais graves.

As taxas pela utilização de água fazem sentido para os utilizadores de grande escala, fornecedores urbanos e indústria, mas os utilizadores de pequena escala que gerem os seus próprios sistemas de água deveriam estar isentos. De igual modo, a aquisição de direitos da água formais não deve ser tratada como uma licença para a utilização ilimitada: são necessários controlos volumétricos e proporcionais para alinhar a oferta com a procura. Numa estrutura de planeamento orientada para o problema da pobreza, as distribuições volumétricas e proporcionais a utilizadores modernos e de grande escala devem levar em conta as necessidades dos utilizadores vulneráveis e de pequena escala.

Fonte: Van Koppen e outros 2004; Lankford e Mwaruvanda 2005.

Melhor governação nos sistemas de irrigação

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, serão os sistemas de irrigação a suportar o fardo do acréscimo de competição por parte de outros utilizadores. Este é, especialmente, o caso da Ásia, onde a irrigação está a perder a sua posição privilegiada de primeira entre iguais na reivindicação da água. A forma de gerir as transferências dos utilizadores agrícolas para os não agrícolas constitui um desafio. Apesar das quantidades envolvidas poderem parecer reduzidas face ao volume de água utilizado na agricultura, o seu desvio pode exercer um impacto profundo nos meios de subsistência. Simultaneamente, os próprios sistemas de irrigação converter-se-ão no núcleo de uma crescente competição, à medida que os produtores procurarem manter o acesso a um recurso cada vez mais escasso.

Com o aumento da pressão sobre os sistemas de irrigação para produzirem mais com menos água, sobrevém o perigo de que direitos e habilitações desiguais ampliem as desigualdades. Tal resultado acarretaria implicações de peso para o desenvolvimento humano. O acesso à irrigação está associado a níveis de pobreza inferiores. Ainda assim, cerca de um terço das pessoas que vivem em sistemas de irri-

Com o aumento da pressão sobre os sistemas de irrigação para produzirem mais com menos água, sobrevém o perigo de que direitos e habilitações desiguais ampliem as desigualdades

gação encontram-se abaixo do limiar de pobreza de rendimentos devido à partilha desigual de benefícios e ao fraco desempenho.

O aumento de eficiência necessário nos sistemas de irrigação para elevar a produtividade da água poderá entrar automaticamente em conflito com os objectivos da equidade? As melhores evidências sugerem que não existem, de forma intrínseca, contrapartidas mútuas entre eficiência e equidade. Efectivamente, em muitos países uma maior equidade é um dos requisitos para a melhoria da eficiência ao nível das bacias hidrográficas. Os outros são um investimento acrescido, a reforma do planeamento centralizado rigidamente hierarquizado e o desenvolvimento de uma prestação de serviços mais responsabilizada.

Reduzir o risco de pobreza

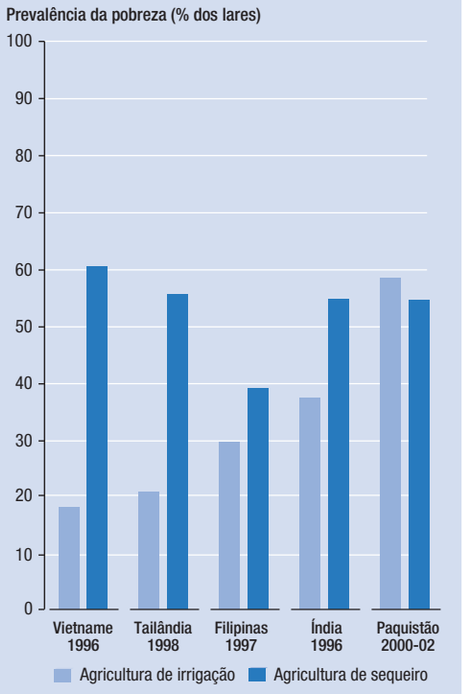
Os sistemas de irrigação reduzem o risco de pobreza, mas alguns reduzem mais o risco do que outros. As razões são várias, mas a distribuição da terra e as diferenças na governação são temas recorrentes.

Pobreza, desigualdade e ineficiência

As comparações entre países do Sul da Ásia e Ásia Oriental comprovam a relação existente entre pobreza e desigualdade e eficiência. A prevalência de pobreza em sistemas de irrigação no Vietname, por exemplo, é bastante mais baixa do que no Paquistão e na Índia. O Paquistão distingue-se por constituir um dos poucos países em que, conforme se revelou, os níveis de pobreza são tão elevados no interior das redes de irrigação como fora delas (figura 5.4).

No interior dos sistemas de irrigação, o acesso desigual à água representa o corolário do acesso desigual à terra. No Paquistão, os 2,5% das quintas de maior dimensão (mais de 50 hectares) representam 34% da terra cultivada, ao passo que os 55% das quintas de menor dimensão (menos de cinco hectares) representam 12%.[30] Devido ao facto da distribuição de água nos sistemas de irrigação se basear na dimensão da propriedade, as quintas maiores obtêm a maioria da água. Este factor reveste-se de importância para a eficiência da água porque a intensidade e produtividade das culturas está em relação inversa com a dimensão da quinta: os pequenos agricultores conseguem uma maior produção por hectare e mais colheitas por gota. Estudos comparativos sobre diferentes sistemas de irrigação revelaram que a produtividade por hectare varia entre 230 a 690 dólares no Sul da Ásia e 665 a 1.660 dólares na Ásia Oriental. Medida com base neste indicador (relativamente igual), a China, com uma distribuição de terra relativamente equitativa, é a irrigadora mais eficiente e o Paquistão é o menos eficiente (figura 5.5). A China produz o dobro de arroz por hectare relativamente ao Paquistão.[31]

Figura 5.4 A irrigação está associada a níveis de pobreza inferiores em muitos países em desenvolvimento



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

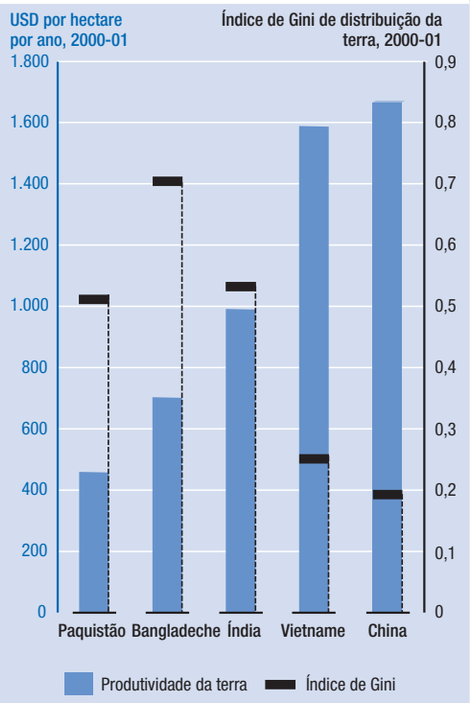
Fonte: Hussain e Hanjra 2003.

Uma maior produtividade é o vínculo entre a irrigação e uma menor pobreza por via do aumento dos rendimentos e, em muitos casos, de mais oportunidades de emprego. Uma estimativa indica que o Paquistão poderia reduzir a prevalência de pobreza nos seus sistemas de irrigação em 20% se aumentasse o seu rendimento por hectare até aos níveis da China.[32] Tal feito seria vantajoso para os pobres e também para o país devido aos benefícios para o crescimento, mas exigiria um compromisso com a redistribuição de terra e o desenvolvimento de sistemas de comercialização e de apoio aos factores de produção.

A desvantagem do utilizador da fase final

A escassez de água não é a principal causa de pobreza na maioria dos sistemas de irrigação. O problema de base reside nas regras, nas instituições e nas relações de poder que governam o acesso à água. O local que um produtor ocupa num sistema de irrigação determina a disponibilidade e fiabilidade dos fluxos de água.

Figura 5.5 Produtividade agrícola e equidade estão muitas vezes estreitamente associadas



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Hussain 2005.

Os agricultores da fase final, afastados da fase inicial ou intermédia dos canais, sofrem uma desvantagem dupla: menos água e mais incerteza. Os agricultores entre a fase inicial e intermédia de um canal de irrigação obtêm um abastecimento de água abundante, frequentemente em excesso, ao passo que os que se encontram na fase final recebem muito pouca (figura 5.6). Na Índia e no Paquistão é costume os produtores da fase final receberem menos de um terço da água dos agricultores que se encontram na fase inicial do canal.

Este tipo de desigualdades deteriora os potenciais benefícios da irrigação para o desenvolvimento humano. Baixos fluxos de água restringem a possibilidade de adoptar novas variedades de sementes e novas tecnologias para aumentar a produtividade, contribuindo assim para níveis mais elevados de pobreza entre os irrigadores da fase final (figura 5.7) A incerteza e as flutuações associadas ao abastecimento de água aumentam a vulnerabilidade e o risco das famílias, para além de criarem desincentivos ao investimento. Mais uma vez, a modelação da irrigação revelou que a transferência de água dos utilizadores da fase inicial para os que se encontram na fase final pode gerar resultados benéficos no Paquistão — a produção e os rendimentos da fase final podem crescer com um reduzido impacto na fase inicial. Existe, assim, um considerável raio de acção para a melhoria da produtividade geral do sistema e da eficiência.[33]

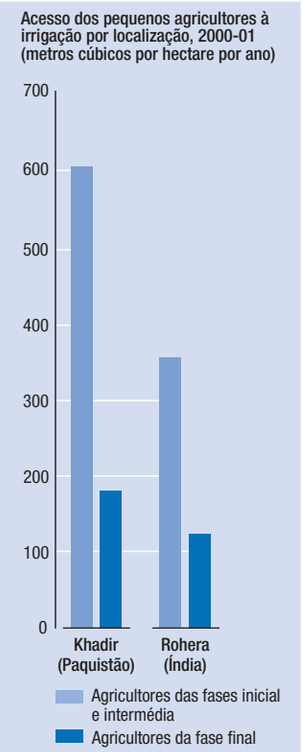
Então por que razão os governos não aproveitam as oportunidades existentes para alcançar resultados benéficos para ambas as partes? A resposta está na política, não na economia. É o poder relativo, e não a eficiência comparativa, que governa os sistemas de distribuição de água em muitos países. Os agricultores ricos com poder político podem influenciar a regularidade e o volume dos lançamentos de água através da manipulação dos gestores do canal. Entretanto, sistemas de governação sem transparência e, por vezes, corruptos prejudicam os pobres favorecendo as pessoas com ligações políticas e capacidade de suborno. Estudos sobre um sistema de irrigação na província do Punjab, no Paquistão, revelaram que um grupo de grandes agricultores se apropriava ilegalmente de grandes quantidades de água a partir de nove pontos de escoamento, recebendo lucros de 55 dólares por hectare e por ano, ao passo que as perdas a jusante, de cerca de 7 dólares por hectare e por ano, foram disseminadas por um vasto grupo de produtores servidos por 40 pontos de escoamento.[34] Os pequenos agricultores da fase final apontaram a sua incapacidade de pagar acções jurídicas e a corrupção dos sistemas jurídicos locais como os principais obstáculos à contestação da apropriação ilegal — problema documentado no *Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano do Paquistão 2004* e que se verifica em várias zonas da Ásia.[35]

Financiar com equidade

O financiamento dos sistemas de irrigação levanta questões fundamentais de eficiência e de equidade. O subfinanciamento da infra-estrutura de irrigação conduz à rápida erosão de canais e sistemas de drenagem, o que implica custos suplementares para a eficiência e o ambiente. A Ásia Central constitui um caso extremo de problemas de desenvolvimento humano associados a uma má governação de sistemas de irrigação de grande escala (caixa 5.8). Mas o problema está muito mais generalizado.

No Sul da Ásia, o modelo dominante de fornecimento de infra-estrutura de irrigação foi pertinentemente descrito como um modelo de «construção-negligência-reconstrução».[36] Pelo padrão internacional, a substituição e manutenção da infra-estrutura de irrigação exige uma despesa anual de cerca de 3% do valor das reservas de capital. Na província do Punjab, no Paquistão, a despesa real é de menos de um décimo deste indicador de referência. A despesa na manutenção

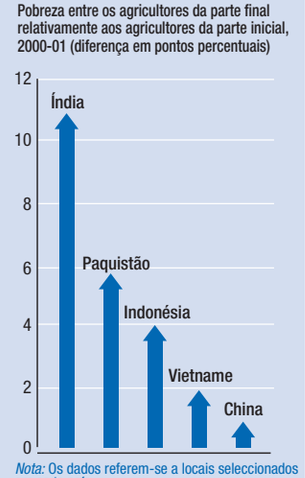
Figura 5.6 Quem está no início ganha, quem está no final perde em quantidade ...



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Bhattarai, Sakthivadivel e Hussain 2002.

Figura 5.7 ... e a pobreza é maior entre os agricultores da parte final



Nota: Os dados referem-se a locais seleccionados em cada país

Fonte: Hussain 2005.

Caixa 5.8 Irrigação e gestão da água na Ásia Central

A Ásia Central é abençoada por uma abundante quantidade de água doce que desce dos glaciares das montanhas do Hindu Kush. A região conta também com um dos sistemas de irrigação mais extensos do mundo — legado de um modelo soviético que frequentemente pressionava o desenvolvimento da irrigação de forma a gerar receitas agrícolas de curto prazo à custa do ambiente. O colapso do sistema está agora a travar o desenvolvimento humano e a intensificar a pobreza.

Face a um clima árido que grassa em grande parte da região, a água para irrigação é indispensável à agricultura — e a agricultura é o pilar das economias nacionais e da subsistência na Ásia Central. A agricultura de regadio representa mais de um quarto do PIB no Tajiquistão e no Turquemenistão e mais de um terço no Quirguizistão e no Usbequistão. Cerca de 22 milhões de pessoas dependem da irrigação para a sua subsistência. A herança regional do planeamento soviético inclui um grande número de barragens, canais e estações de bombagem, na sua maioria situados em sistemas fluviais transfronteiriços. Outra herança é o desastre ecológico do Mar Aral, causado pelo desvio de sistemas fluviais para a irrigação de algodão (Capítulo 6).

A má gestão e a deterioração da infra-estrutura de drenagem conduziram ao excesso de água no solo e à salinização, especialmente nos estados a jusante. Nas bacias hidrográficas dos rios Amu Darya e Syr Darya, no Cazaquistão e no Usbequistão, a salinização aumentou em mais de 50% numa década. O crescimento da água subterrânea, um dos catalisadores da salinização, representa agora uma enorme ameaça à agricultura.

A escassez de água em grande parte da região deve-se menos à disponibilidade e mais à deterioração da infra-estrutura. Medida por hectare, a utilização de água nos sistemas de irrigação da Ásia Central é 30% mais elevada do que no Egipto e no Paquistão — apesar de estes nem serem os utilizadores mais eficientes de água. A evaporação, o assoreamento dos canais e as fugas nas condutas fazem com que menos de 40% da água desviada dos rios alcance o campo. A degradação das estações de bombagem utilizadas para elevar água em várias centenas de metros tem constituído outra fonte de escassez. A ineficiência gera perdas enormes: estima-se que os países da Ásia Central percam 1,7 mil milhões de dólares por ano devido à má gestão da irrigação.

O Tajiquistão é representativo da escala do problema. Desde 1991, mais de um quinto da terra irrigada do país deixou de receber água, o que conduziu a uma perda de 4% do RNB, segundo se estima. Dois terços das 445 estações de bombagem do país estão fora de funcionamento, o que reduz os fluxos em 40%. E as perdas de água ao longo da infra-estrutura de irrigação estão a crescer face a níveis já de si elevados. O colapso da infra-estrutura foi acompanhado por um declínio do investimento público. O financiamento atribuído ao sector em 2002 foi declarado em um décimo do valor de 1991.

As soluções não são fáceis. A gestão da irrigação na era soviética estava fortemente centralizada em Moscovo. Na era pós-soviética, alguns governos passaram ao outro extremo, transferindo a autoridade para associações privadas de consumidores de água. A falta de financiamento para a manutenção da infra-estrutura global, a incapacidade de fazer face a custos de electricidade crescentes para a bombagem e restrições à mobilização de financiamento local provocaram o colapso de muitas daquelas associações.

A fraca cooperação regional tem sido outra dificuldade. Os sistemas de subsistência rurais na região ligam-se entre si através de estruturas de partilha de rios. A gigante cascata de bombagem Karhsi eleva água do Amu Darya para irrigar 400.000 hectares de terra agrícola nas estepes do Sul do Usbequistão. Seis das sete estações de bombagem encontram-se no Turquemenistão. As diferenças entre as autoridades do Turquemenistão e do Usbequistão têm provocado um subinvestimento no sistema de bombagem e o protelamento de planos internacionais de ajuda para a promoção da sua modernização.

Uma maior cooperação na região e para além dela é fundamental para a recuperação (Capítulo 6). Os utilizadores a jusante, como o Usbequistão e o Cazaquistão, dependem fortemente do volume e da regularidade dos lançamentos do Quirguizistão, a montante. As autoridades do Quirguizistão estão a explorar opções para expandir a geração de energia hidroeléctrica, que reduziriam ainda mais os fluxos a jusante. Os custos da falta de cooperação serão bastante elevados: o financiamento da autonomia da água através de novas barragens no Usbequistão e no Cazaquistão é uma opção de elevado custo. Os benefícios económicos da cooperação são substanciais, mas a cooperação encontra-se subdesenvolvida.

A interdependência da água na Ásia Central estende-se a outros vizinhos. O fracasso da gestão desta interdependência exacerbará a escassez de água na agricultura. Os países da região dependem de rios que nascem no Afeganistão, na China e na Rússia e que se desenvolvem ao longo de sistemas de partilha de rios. Os rios Irtysh e Ili, por exemplo, nascem na China e percorrem o Cazaquistão. Em face do aumento da escassez de água na China, as autoridades anunciaram planos para desviar água destes rios em direcção à província de Xinjiang. Se o Afeganistão expandir a irrigação na sua zona da bacia do Amu Darya, influenciará os fluxos para o Tajiquistão, o Turquemenistão e o Usbequistão. Estes casos são ilustrativos das implicações bem reais da interdependência da água e dos perigos igualmente reais do fracasso no desenvolvimento de sistemas cooperativos de governação.

Fonte: PNUD 2003a, 2005a.

da irrigação na Índia é mais elevada, mas ainda assim não chega a metade do mínimo exigido. O subinvestimento crónico na manutenção do sistema conduziu a problemas generalizados de assoreamento, salinização dos solos, excesso de água no solo e fluxos reduzidos em ambos os países.[37]

O financiamento dos sistemas de irrigação intensifica frequentemente o ciclo ineficiência-desigualdade. No Sul da Ásia, as despesas de irrigação são geralmente bastante baixas em comparação com as que se verificam no leste do continente, tanto em termos absolutos como em percentagem do valor de produção (quadro 5.1). A defesa desta baixa despesa alicerça-se por vezes no argumento de que é benéfica para a segurança alimentar e para a redução da pobreza. Este argumento negligencia alguns problemas graves de equidade.

Saber como e onde os governos gastam em irrigação é também importante para a equidade no acesso à irrigação. Na América Latina, a água

Quadro 5.1 Despesas de irrigação e valor de produção de alguns sistemas de irrigação na Ásia

País	Despesa média em água (dólares por hectare)	Despesa média em água enquanto percentagem do valor bruto de produção (%)
Paquistão	7,4 (4,6-10,6)	2,5 (1,7-3,9)
Índia	10 (10)	2,8 (1,6-4,3)
China	46,5 (26-67)	3,6 (1,8-5,1)
Vietname	59,5 (58-61)	5,5 (4,6-6,3)

Nota: Os dados referem-se à média de regiões seleccionadas de cada país, sendo a faixa de variação apresentada em parênteses.

Fonte: Adaptado de Hussain e Wijerathna 2004a.

é um activo que provoca disparidades extremas nas zonas rurais — e a despesa governamental por vezes amplia-as. O projecto Majes no Sul do Peru, por exemplo, envolveu um investimento público de cerca de 1,2 mil milhões de dólares para captar e recolher água do Vale do Colca para irrigar as terras baixas do deserto. O sistema irriga cerca de 15.000 hectares de terra para 3.000 produtores — com um investimento de capital de 400.000 dólares por beneficiário. Uma avaliação da Comissão Económica para a América Latina calculou que menos de 1% dos benefícios do investimento público teriam lugar na parte alta da bacia, um foco de pobreza indígena no Peru. Este é um exemplo extremo de um padrão mais generalizado. No Equador, os camponeses constituem 60% da população rural mas recebem apenas 13% dos benefícios da despesa estatal em irrigação. No outro extremo da clivagem social rural, menos de 5% dos irrigadores rurais detêm mais de 50% das concessões de direitos da água.[38]

A cobrança da água

As despesas de irrigação são geralmente cobradas sob a forma de uma taxa rasa calculada com base na área cultivada para que os agricultores da fase final paguem o mesmo ainda que recebam menos água (e com menor fiabilidade) do que os utilizadores das fases inicial e intermédia. Por outro lado, os pequenos agricultores pobres pagam mais por hectare já que geralmente cultivam uma parcela maior da sua terra, o que se alia ao facto dos agricultores da fase final também pagarem mais porque a falta de fiabilidade da água de irrigação força-os a investir na extracção de águas subterrâneas (cerca de nove vezes mais cara do que a irrigação por canal). Tal como os consumidores urbanos de elevado rendimento pagam menos pela sua água doméstica do que as pessoas dos bairros degradados (ver Capítulo 2), alguns dos agricultores mais pobres do Sul da Ásia pagam mais pela sua água de irrigação do que os grandes latifundiários dos seus países. Na China e no Vietname, as despesas são globalmente mais elevadas do que no Sul da Ásia — mas a água é distribuída de forma mais equitativa e fiável ao longo do sistema, permitindo que os produtores pobres financiem os seus pagamentos através de uma melhor produtividade.[39]

Não há planos que assegurem garantidamente a equidade no financiamento da infra-estrutura de irrigação. Os custos de investimento envolvidos na construção de sistemas de irrigação são demasiado elevados para os produtores. É por esta razão que os governos, desde a época do antigo Egipto, passando pelos Mongóis, até às administrações norte-americanas dos anos 20 e 30, têm financiado os custos de investimento com base nas receitas fiscais globais. O financiamento da manutenção e do funcionamento dos sistemas, contudo, deve ser suportado principalmente pelos utilizadores, com preços diferenciados em consonância com a capacidade de pagamento e com o serviço prestado.

É isto o que acontece, de uma maneira geral, na Ásia Oriental e nos sistemas de irrigação de bom desempenho em todo o mundo, como os do Egipto, de Marrocos e da Turquia, mas não no Sul da Ásia, onde os subsídios estatais têm um peso bastante maior. O Paquistão recupera menos de metade dos custos de funcionamento e manutenção da despesa em irrigação e a maioria dos benefícios é canalizada para produtores de grande escala. Na Índia, cerca de 13% da população tem acesso à irrigação. No interior deste grupo, o terço de agricultores mais ricos recebe 73% dos subsídios.[40] Entretanto, as taxas baixas de recuperação de custos conduzem frequentemente a um mau serviço, especialmente na fase final dos canais. Conduzem também a uma maior desigualdade.

Cobrar impostos

A recuperação de custos não pode ser considerada isoladamente — faz parte de um sistema mais vasto de governação da prestação do serviço. Uma das alterações institucionais que mais influenciou a governação nos últimos anos foi a introdução da gestão participativa da irrigação e o desenvolvimento de associações de consumidores de água. Nos melhores casos, como os da Indonésia, do México e da Turquia, as reformas institucionais transferiram a gestão para os utilizadores da irrigação, com acentuados aumentos na cobrança de impostos, despesa de manutenção e retornos da irrigação. A lição a tirar é a seguinte: quando os produtores têm mais auto-

Desde a época do antigo Egipto, os governos têm financiado os custos de investimento nas infra-estruturas de irrigação com base nas receitas fiscais globais

As reformas têm-se concentrado frequentemente mais em conferir voz aos utilizadores de água do que em legitimá-los com os seus direitos

ridade e responsabilidade pela gestão da água, a transparência pode melhorar o sistema de preços, a recuperação de custos e o desempenho.[41]

Mas conferir mais autoridade aos produtores, ser financeiramente sustentável e oferecer benefícios tangíveis aos agricultores exige uma legitimação financeira e institucional que inverta os modelos de governação do topo para a base que têm dominado a gestão da irrigação. A transformação do modelo subjacente aos organismos estatais, desde o abastecimento e controlo ao apoio e desenvolvimento da capacidade de gestão local, exige uma profunda reforma institucional, tarefa que frequentemente é mais fácil de declarar do que executar.

De igual modo, a transferência da responsabilidade de gestão para os agricultores só será bem sucedida nas zonas em que a agricultura tem potencial para ser rentável. O retorno do investimento na irrigação é produto não somente da governação da irrigação, mas também da infra-estrutura de comercialização, dos serviços de extensão agrícola e do acesso à informação, crédito e outros recursos produtivos. Um dos problemas documentados ao longo da África Subsariana é o de que as transferências da gestão da irrigação frequentemente desviavam o passivo relacionado com a manutenção do sistema sem abordar os problemas de mercado, transporte e abastecimento de factores de produção que restringem a geração de rendimentos.[42] Em Madagáscar, em 1980, a transferência de uma infra-estrutura de irrigação deteriorada de organismos regionais do sector público para os utilizadores de água sem qualquer apoio orçamental do governo conduziu ao colapso do sistema.[43]

Este tipo de consequência não é inevitável. Nas condições adequadas, as associações de consumidores de água podem permitir que os seus membros participem da concepção de sistemas de recuperação de custos, melhorando as cobranças e assegurando que as taxas cobradas beneficiam localmente os sistemas. A responsabilização dos prestadores é fundamental. Na província de Sindh, no Paquistão, os agricultores que se negam a pagar taxas de irrigação sublinham que a razão não se deve à incapacidade de pagar a água mas à corrupção da gestão e ao fracasso da prestação de um bom serviço de água.

Legitimação — o elo perdido

O financiamento sustentável e equitativo é um dos requisitos para um ajustamento com igualdade nos sistemas de irrigação. A legitimação é outro. No quadro do emergente consenso sobre a gestão integrada de recursos hídricos, a descentralização e a delegação de poderes às associações de consumidores de água são encaradas como vias rápidas para a legitimação. Mas a legitimação é mais complexa do que a reforma administrativa.

Ao longo de mais de uma década, a descentralização tem sido um tema central nas reformas da governação da água. Nalguns casos, as reformas foram parciais e incompletas, concentrando-se especialmente na promoção da recuperação de custos e na redução da pressão sobre os orçamentos de Estado. Noutros, geraram benefícios notáveis através da melhoria da capacidade de resposta dos sistemas burocráticos aos utilizadores de água. A descentralização pode criar novos padrões de incentivos para uma maior responsabilização dos prestadores de serviços. Os contratos de serviço, as auditorias e os tribunais da água independentes contam-se entre alguns dos mecanismos utilizados para promover a responsabilização tanto de prestadores como de utilizadores.

Na Indonésia, na sequência das reformas de 2001, as associações de consumidores de água receberam controlo total sobre a administração financeira das instalações de irrigação, incluindo o estabelecimento de orçamentos e preços. Os representantes eleitos das associações participam agora em organismos de irrigação distritais e conselhos de bacias hidrográficas de alto nível. Um exemplo mais significativo da delegação de poderes é o do estado de Andhra Pradesh, onde o sistema de governação da água foi convertido por ocasião da Lei de Irrigação Agrícola de 1997 (caixa 5.9).[44]

Ter o direito de ser ouvido não é o mesmo que ter o poder de influenciar decisões. Um problema relativo ao modelo de governação da irrigação tem sido a sua abordagem parcial à legitimação. As reformas têm-se concentrado frequentemente mais em conferir voz aos utilizadores de água do que em legitimá-los com os seus direitos. A descentralização e a delegação de poderes ao nível local podem reforçar a participação política e a responsabilização. A capacidade de tal reduzir a desigualdade depende da abordagem às disparidades no acesso à terra, à água e à electricidade.

Os velhos hábitos são difíceis de desaparecer ...

A descentralização da governação da água na irrigação não é uma via automática para uma melhor equidade, mesmo quando a política apresenta uma concepção abertamente redistributiva. Na África do Sul, a legislação da água de 1998 institucionalizou a participação de utilizadores de água de pequena escala naquilo que eram anteriormente associações de irrigação compostas apenas por brancos. As asso-

Caixa 5.9 Delegação de poderes na governação da água em Andhra Pradesh

A delegação de poderes na governação da água consistia frequentemente em transferir responsabilidade sem capacidade financeira. O estado indiano de Andhra Pradesh constitui uma notável excepção.

A Lei de Irrigação Agrícola de 1997 surgiu no seguimento de um intenso debate político e consulta entre os organismos nacionais, organismos federais, grupos de agricultores e associações de aldeias. Foram criadas mais de 10.000 associações de consumidores de água através de eleições ao nível estadual.

O Departamento de Irrigação de Andhra Pradesh foi descentralizado para proporcionar apoio técnico a associações de consumidores de água, cada uma delas legitimada pela autoridade de tomar decisões de forma a desenvolver e implementar planos de serviço, velar pelo cumprimento das regras e determinar a despesa em manutenção. A responsabilidade e o controlo financeiro pela recuperação de custos foram transferidos para as associações, que podem envolver prestadores de serviços e gerir contratos. Mais de 90% das taxas cobradas são retidas localmente. A melhor prestação de serviços financiada pelas taxas resultou em decisões voluntárias de muitos agricultores de aumentar a recuperação de custos, revertendo o antigo ciclo de subfinanciamento e de deterioração da infra-estrutura.

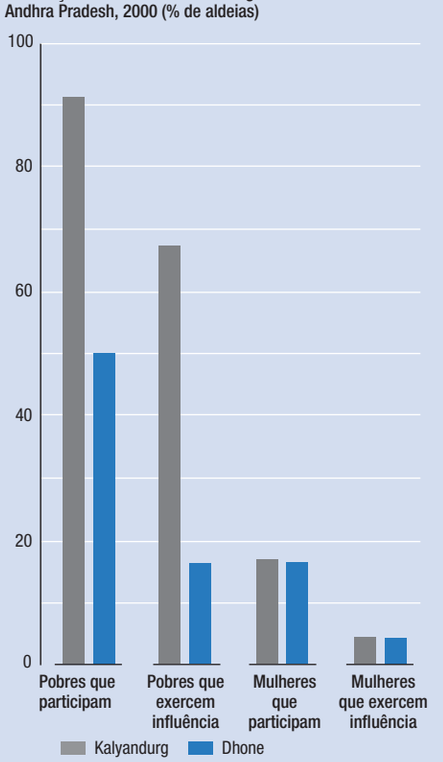
Auditorias públicas de elevada notoriedade, conduzidas juntamente por associações de consumidores de água e pelo departamento de irrigação, analisam a participação política no seio das associações, bem como questões de desenvolvimento da água. A delegação de poderes representou uma verdadeira mudança no equilíbrio do poder entre utilizadores de água e prestadores estatais do serviço de irrigação, além de que estes últimos são agora muito mais flexíveis e responsáveis perante as comunidades locais.

Mas nem todos os membros da comunidade têm uma voz igual na forma como as prioridades são definidas. Estudos conduzidos ao nível das aldeias identificaram amplas variações na participação formal — e ainda mais amplas na forma como as pessoas carenciadas e as mulheres exercem a sua influência. Uma auditoria conduzida em 102 aldeias de dois subdistritos representativos, Dhone e Kalyandurg, revelou enormes discrepâncias na participação em reuniões de aldeias sobre o tema da água (ver figura). Em Kalyandurg, onde uma organização não governamental trabalhava com agricultores há já 25 anos, as pessoas pobres sentiam que tinham influência sobre as decisões que as afectavam em dois terços das aldeias cobertas. Em Dhone, as classificações de participação e de influência eram bastante mais baixas, já que apenas 16% das aldeias registavam uma influência activa dos pobres (ver figura).

A delegação de poderes teve muito menos êxito na abordagem das preocupações das mulheres: apenas em 4%-5% das aldeias as mulheres acreditavam que poderiam influenciar as decisões em reuniões de aldeias. Como conclui a auditoria: «As mulheres, e particularmente as mulheres pobres, raramente participam das reuniões. Apesar de impressionantes avanços em direcção à legitimação (...) as mulheres ainda não participam eficazmente na tomada de decisões da comunidade».

Gestão da água — algumas pessoas têm mais peso do que outras

Influência e participação dos pobres e das mulheres em associações de consumidores de água nos dois subdistritos de Andhra Pradesh, 2000 (% de aldeias)



Fonte: Rao e outros 2003.

Fonte: Rao e outros 2003; Vermillion 2005; Sivamohan e Scott 2005.

ciações de consumidores de água estão agora legalmente obrigadas a incluir os utilizadores de pequena escala, como trabalhadores agrícolas, grupos de jardinagem comercial e rendeiros. Se a presença de utilizadores de pequena escala nas estruturas de gestão deu uma voz mais forte aos grupos marginalizados,

As desigualdades de género na irrigação estão profundamente enraizadas como resultado de regras formais e informais que retiram voz às mulheres

as velhas relações de poder mostraram-se altamente resistentes. Os agricultores comerciais de grande escala ainda dominam a tomada de decisões. Por outro lado, os utilizadores de pequena escala recebem frequentemente muito menos água do que têm direito. Estudos no Cabo Ocidental e noutros distritos de irrigação revelaram que alguns agricultores de pequena escala utilizam menos de metade daquilo a que têm direito. A fraca organização política dos utilizadores de pequena escala e a sua incapacidade de fazer valer as reivindicações à terra parecem ser as principais causas desta situação.[45]

A experiência da África do Sul demonstra que os velhos hábitos de desigualdade e de governação são difíceis de desaparecer. O mesmo vale para a corrupção. Um dos objectivos da descentralização foi o de estabelecer estruturas de governação mais responsáveis e transparentes. Mas o progresso tem registado resultados variáveis. Os inquéritos aos agricultores no sistema de irrigação de Hakra, na província do Punjab, no Paquistão, são esclarecedores. Mais de metade dos entrevistados considerava que a descentralização melhorara a eficiência e que o assalto à água era menos frequente. Mas alguns agricultores afirmaram que o suborno não constituía problema, um quarto considerava que os responsáveis oficiais favoreciam os amigos e parentes e metade declarou que não havia ocorrido «qualquer mudança» nos benefícios para os agricultores pobres e de pequena dimensão. Estes são sinais de que a descentralização não é uma via automática para resolver problemas de corrupção e má governação.[46]

... assim como a desigualdade de género

As tensões entre a descentralização e a equidade são também aparentes ao nível das famílias. As desigualdades de género na irrigação estão profundamente enraizadas como resultado de regras formais e informais que retiram voz às mulheres. Em muitos países, as mulheres têm direitos de utilização sobre a água de irrigação, mas direitos de controlo altamente restritos. Os direitos de controlo estão frequentemente associados a direitos de propriedade à terra de alcance mais vasto, que são extremamente desiguais entre homens e mulheres. Desprovidas de direitos à terra, milhões de mulheres no Sul da Ásia e na África Subsariana confrontam-se com a negação de direitos formais de adesão para participarem em reuniões de associações de consumidores de água. Entretanto, em muitos sistemas de irrigação comunitários tradicionais, as pessoas ganham o direito de utilizar água através do trabalho na manutenção. No entanto, as regras culturais frequentemente impedem as mulheres de se envolverem nesta actividade. E mesmo quando o fazem, os direitos da água não lhes são automaticamente conferidos, como documentam estudos realizados no Quénia e no Nepal.[47]

As reuniões públicas sobre irrigação são frequentemente um domínio masculino. As mulheres são excluídas da participação por necessidade de trabalho noutras áreas, por falta de confiança para discursar ou pela reticência em fazer exigências. Um estudo sobre a participação das mulheres em projectos de agricultura de regadio no Equador apresenta um resumo das realidades da desigualdade de género informal pela voz de uma mulher: «As reuniões [da associação de irrigação] são às sextas-feiras à noite. Nessa altura, depois de cozinhar para o meu marido e os meus filhos, ainda tenho muito trabalho para fazer em casa... Mesmo que vá à reunião é só para ouvir o que os homens têm a dizer. São os homens que falam e discutem».[48] Em Andhra Pradesh, a descentralização pode ter legitimado os utilizadores de água do sexo masculino nas suas relações com os organismos governamentais, mas pouco fez para dar voz às mulheres na gestão (ver caixa 5.9).

Ultrapassar estas barreiras de género é difícil. As mulheres são partes interessadas importantes na produção alimentar em cenários de regadio e de sequeiro: estima-se que elas produzam dois terços da alimentação na maioria dos países em desenvolvimento. Mas a fraca participação das mulheres nas associações de consumidores de água é um problema generalizado que não pode ser facilmente resolvido através da descentralização ou da delegação de poderes às associações de utilizadores de água. A força motriz da mudança tem de vir de baixo. No Bangladeche, Índia e Quénia, organizações não governamentais têm trabalhado com grupos em aldeias com o intuito de aumentar o envolvimento das mulheres, mas as barreiras culturais à participação mantêm-se elevadas.

O fracasso da legitimação e consulta sistemáticas das mulheres não é apenas negativo para a justiça social e a equidade. É também negativo para a eficiência: enquanto produtoras, as mulheres têm competências e conhecimentos fundamentais para a gestão da água. Reconhecendo este facto, alguns países lançaram medidas ousadas para acabar com as barreiras culturais. No Uganda, a legislação exige que todos os organismos políticos e administrativos, começando nos ministérios e acabando nas associações de consumidores de água, incluam pelo menos 30% de mulheres.[49] A discriminação positiva pode não eliminar as barreiras culturais, mas desafia a sua legitimidade.

Maior produtividade da água para os pobres

Conseguir mais colheitas por gota, ao invés de canalizar mais água para os campos, está a converter-se na principal preocupação dos debates da política pública

Durante grande parte dos últimos cem anos, a escassez de água na agricultura tem sido combatida com barragens e sistemas de irrigação de grande escala. Nos próximos anos, o enfoque desviar-se-á decisivamente para a gestão da procura. Conseguir mais colheitas por gota, ao invés de canalizar mais água para os campos, está a converter-se na principal preocupação dos debates da política pública.

Aumentar a produtividade da água é uma resposta óbvia à sua escassez. O mercado dará um poderoso impulso aos ganhos de produtividade. À medida que a água se tornar mais escassa, os preços subirão. Caso outros factores não se alterem, é de esperar que sejam criados incentivos ao investimento no desenvolvimento e implementação de novas tecnologias para reduzir a utilização de água. No entanto, a capacidade de concretizar estes investimentos e de beneficiar de novas tecnologias não se encontra igualmente distribuída. Com grande probabilidade, os pequenos agricultores com falta de meios, os produtores da fase final da irrigação e as mulheres não conseguirão ter acesso às novas tecnologias a menos que sejam estabelecidas instituições e políticas que evitem este cenário.

Esta secção analisa resumidamente o importante lugar que a recolha de água e a microirrigação através de novas tecnologias ocupam no desenvolvimento de opções de governação de água favoráveis aos pobres. Ambas promovem a segurança da água e aproximam mais a água, bem como o seu armazenamento, das pessoas. Oferecem às famílias um activo que pode elevar a produtividade e reduzir o risco, tal como acontece com os grandes reservatórios e barragens ao nível nacional. De igual modo, as novas tecnologias favoráveis aos pobres oferecem uma vantagem dupla: substituindo os *inputs* de mão-de-obra e os pequenos volumes de investimento de capital por terra e água, podem elevar a produtividade e reduzir a pressão sobre a água.

Recolha de água e microirrigação

A gestão da água é ainda encarada, muito frequentemente, como uma questão associada a projectos e programas de grande escala. Mas a gestão da água em pequena escala pode tornar a agricultura dos pequenos exploradores mais produtiva e menos arriscada, com importantes benefícios para o desenvolvimento humano. As tecnologias e abordagens são bem conhecidas. O desafio reside no desenvolvimento de políticas públicas que coloquem a tónica nas parcerias entre comunidades e organismos governamentais.

Recolha de água

A experiência da recolha de água demonstra como as iniciativas lideradas pela comunidade podem aumentar de escala através de parcerias. Os pequenos reservatórios e as estruturas de recolha de águas pluviais oferecem um sistema de infra-estrutura que, quando associado a práticas adequadas de gestão da terra, podem aumentar a disponibilidade de água para os pobres e impulsionar a eficiência e produtividade locais de utilização de água. Este sistema pode incrementar a segurança da água em áreas de sequeiro, conferindo segurança alimentar e potencial de diversificação à produção comercial de pequena escala.

A recolha de águas pluviais é uma das actividades hidrológicas mais antigas de que se tem registo. Era utilizada há 8.000 anos nas primeiras colónias humanas no Sul da Ásia e há 4.000 anos na Grécia e na Palestina. O sul da Ásia tem uma história rica em matéria de recolha de água, desde os complexos sistemas de tanques integrados desenvolvidos pelos reinados Vijayanagar do Sul da Índia, no século XIV, aos milhares de lagos cavados nas aldeias que suportam actualmente uma série de actividades locais domésticas e de produção. Também ao longo da África Subsariana se verifica a existência de diversas práticas tradicionais de recolha de água, muitas das quais envolvem a transferência directa de águas pluviais para a reposição da humidade do solo. Mais de metade da produção de arroz da Tanzânia é cultivada através de sistemas de recolha construídos e geridos pelos agricultores. Na África Ocidental, a recolha regenera a terra e recupera nutrientes levados pela chuva. [50]

Na moderna era da irrigação, contudo, as estruturas de recolha de águas pluviais têm-se caracterizado por um recuo forçado. Na Índia, o crescimento da irrigação por canal e, mais recentemente, a revolução da água subterrânea conduziram a uma negligência sistemática dos sistemas tradicionais (figura 5.8). Desde os anos 80, o número de tanques e outras estruturas de água superficial diminuiu em quase um terço, reduzindo significativamente as capacidades locais de reposição de água subterrânea — esta é uma grande preocupação em vista do desenvolvimento da tecnologia de poços tubulares.[51]

Com o agravamento da crise da água subterrânea, os organismos do governo estadual e federal estão agora a rever prioridades e a procurar um

Na moderna era da irrigação, as estruturas de recolha de águas pluviais têm-se caracterizado por um recuo forçado

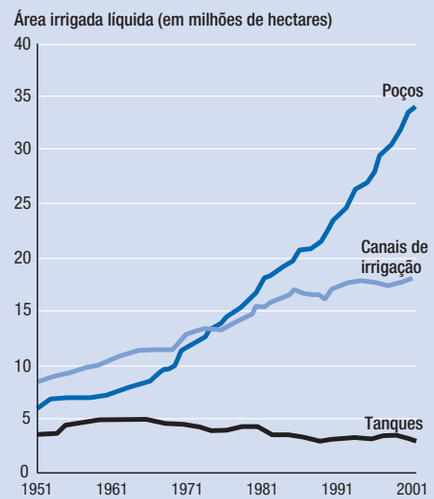
novo equilíbrio. Em Gujarat, um dos epicentros da crise da água subterrânea, o governo estadual tem apoiado iniciativas da comunidade com vista à criação de mais de 10.000 barragens de contenção (pequenas barragens que armazenam a água em excesso durante as monções e que ajudam a fazer com que a água regresse ao solo) para promover a irrigação e repor a água subterrânea. Mais de 40% do investimento proveio de comunidades locais sob a forma de mão-de-obra, materiais e financiamento. No espaço de três anos, cada dólar investido teve um retorno de 1,50 dólares. Estudos conduzidos na aldeia de Maharashtra sugerem a existência de um potencial de retorno económico ainda mais elevado a longo prazo.[52]

O alargamento das barragens de contenção a todas as áreas agrícolas de sequeiro da Índia elevaria o valor da colheita da estação húmida de 36 mil milhões de dólares por ano para 180 mil milhões, face a um investimento inicial de 7 mil milhões de dólares. É evidente que esta é uma estimativa de custo-benefício que não contempla os enormes desafios de governação que tal programa acarretaria. Mas, dada a elevadíssima taxa de pobreza que se verifica nas áreas de sequeiro, é difícil contemplar outro investimento com mais potencial para melhorar o desenvolvimento humano e alargar os benefícios do sucesso económico da Índia às áreas rurais.[53]

As comparações de eficiência relativa entre sistemas de recolha de água de grande e de pequena escala são difíceis — e geralmente não têm grande valor. As duas actividades são complementares e não devem ser encaradas como substitutas. No entanto, as reivindicações de eficiência atribuídas às infra-estruturas de larga escala são por vezes exageradas. Interceptar e recolher águas pluviais onde elas caem, ao invés de transportá-las através de canais de irrigação, aumenta a humidade de água rica em matéria orgânica no solo, contribui para a reposição da água subterrânea e oferece uma reserva para as pessoas se abastecerem sob a forma de irrigação suplementar em períodos secos. Apesar de algumas estruturas pequenas de recolha de água apresentarem elevados custos unitários relativamente aos grandes reservatórios, não deixam de oferecer um elevado potencial de ganhos de eficiência. Estudos conduzidos recentemente na Índia, no Arizona (Estados Unidos) e no deserto do Negev (Israel), demonstram que as barragens de contenção retêm mais água por hectare do que os grandes reservatórios.[54]

A recolha de água não torna as grandes barragens obsoletas. Na Índia, a infra-estrutura de grande escala tem uma capacidade de armazenamento 10 vezes superior à dos pequenos tanques, e os pequenos reservatórios dependem do regime pluviométrico altamente variável nas suas próprias zonas de captação.[55] Como argumenta o Capítulo 4, o debate grande versus pequeno está rapidamente a tornar-se num anacronismo. Ainda assim, os sistemas de pequena dimensão maximizam a produtividade da água disponível localmente e contribuem para a reposição da água subterrânea. Começam por abordar os problemas localmente, aliviando a pressão sobre sistemas centrais e de grande dimensão.

Figura 5.8 Recolha de água em recuo na Índia



Fonte: Índia 2001.

Irrigação de pequena escala

A elevação da produtividade em grandes sistemas de irrigação através da melhoria da manutenção e da legitimação de utilizadores de água é uma das respostas possíveis aos cenários emergentes de utilização de água anteriormente descritos. A expansão da fronteira da irrigação através de investimentos em irrigação ao nível micro é também importante, especialmente em áreas de sequeiro.

Considere-se o caso da Etiópia, um país abundante em água. Na nascente do Nilo cobre 12 bacias hidrográficas e dispõe de uma disponibilidade de água per capita de 1.644 metros cúbicos — um volume relativamente grande. Mas, devido a enormes variações espaciais e temporais no regime pluviométrico, os agricultores só conseguem produzir uma colheita por ano. Frequentes secas e períodos secos provocam uma elevada vulnerabilidade e pobreza, estando o bem-estar das populações rurais ligado ao regime pluviométrico. O principal problema é a previsibilidade e não a disponibilidade.

A irrigação oferece uma forma de reduzir o risco e a vulnerabilidade associados à imprevisibilidade. A terra com potencial de irrigação na Etiópia chega aos 2,7 milhões de hectares, mas apenas 300.000 hectares se encontram desenvolvidos.[56] Entretanto, o país detém uma das taxas mais baixas do mundo de capacidade de armazenamento em reservatórios artificiais, num total inferior a menos de 50 metros cúbicos per capita. O desenvolvimento da irrigação poderia resolver o problema, mas o financiamento é um obstáculo de peso. A reduzida infra-estrutura faz com que a Etiópia, tal como a maioria dos países da África Subsariana, enfrente custos por hectare bastante mais elevados em sistemas de irrigação de grande escala do que o Sul da Ásia. Mas estudos efectuados pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água demonstraram o potencial de expansão da irrigação de pequena escala. Em conjunto com as tecnologias de irrigação gota a gota de baixo custo, calcula-se que com a infra-estrutura de irrigação de pequena escala a Etiópia poderia duplicar os rendimentos ao longo dos próximos 10 a 15 anos a custos por hectare e per capita mais baixos do que os necessários para os investimentos formais em irrigação.[57]

Soluções de baixa tecnologia com elevados retornos em desenvolvimento humano

Face ao aumento dos constrangimentos provocados pela escassez de água, a indústria respondeu com novas tecnologias. Do Sul da Califórnia a Israel e à bacia do Murray-Darling, na Austrália, os produtores comerciais tem procurado produzir mais colheitas por gota através de sistemas de irrigação gota a gota sofisticados, frequentemente informatizados, que fornecem às culturas o volume correcto de água no momento correcto. Hoje, a inovação está a criar condições para que os agricultores mais pobres e mais pequenos possam aceder à revolução tecnológica na gestão da água. Tirar partido da oportunidade assim criada para o desenvolvimento humano exigirá políticas públicas que superem obstáculos relacionados com a pobreza.

A irrigação ao nível micro encontra-se na vanguarda das tecnologias emergentes de gestão da água. Tem um enorme potencial. As tecnologias gota a gota utilizam menos água do que a irrigação de superfície, transportam-na directamente para a cultura e reduzem a salinização e o excesso de água no solo. A distribuição desigual destas tecnologias explica algumas das acentuadas diferenças nas taxas de saída de água a nível mundial. Em França, os aspersores e sistemas gota a gota são utilizados em 90% da área irrigada, em comparação com 1%-3% na China e na Índia.[58]

Até recentemente, os mercados de tecnologia de microirrigação estavam orientados para grandes produtores de capital intensivo. Este cenário alterou-se, já que as tecnologias se tornaram mais baratas e mais generalizadamente disponíveis. As tecnologias de irrigação gota a gota acessíveis aos agricultores pobres assumiram diferentes formas. Foram desenvolvidos kits baratos e de pequena escala de irrigação gota a gota para o cultivo de legumes em lotes familiares. Uma organização não governamental internacional, a International Development Enterprises, desempenhou um papel central na destruição das barreiras de custo ao acesso. Um dos modelos utiliza filtros de tecido e contentores de plástico disponíveis no mercado para substituir emissores metálicos sensíveis, reduzindo os custos de irrigação para 250 dólares por hectare. Os resultados de campo em Andhra Pradesh (Índia) e no Nepal demonstram que a área de cultivo duplicou com a mesma quantidade de água.[59]

Estudos conduzidos pelo Instituto Internacional para a Gestão da Água no Quénia e no Nepal apontam para uma maior produtividade, com cada dólar investido a gerar 2 dólares depois de subtraídos todos os custos à excepção da mão-de-obra. Na Índia, kits de microirrigação de baixo custo, conhecidos como kits Pepsee, foram desenvolvidos e amplamente adoptados pelos agricultores em áreas semi-áridas de Madhya Pradesh e Maharashtra, elevando os rendimentos das colheitas e a área de cultivo. Estudos demonstram que as técnicas gota a gota reduzem a utilização de água em 30% a 60% e elevam os rendimentos das colheitas em 5% a 50%.[60] Os agricultores no Burquina Faso, no Quénia e no Sudão citam triplicações e quadruplicações dos rendimentos das colheitas por via da irrigação gota a gota e da rega manual a partir de tanques de recolha de água.[61]

Outra inovação consiste na bomba de pedal. Esta tecnologia barata e acessível (12 a 30 dólares) extrai água de fontes de água subterrânea próximas da superfície para irrigar uma área que pode chegar a meio hectare. Foi generalizadamente adoptada no Bangladeche e no leste da Índia, onde os lençóis freáticos são bastante elevados. Mais de um milhão de bombas são agora utilizadas na Ásia e as tecnologias de bomba adoptadas estão a disseminar-se rapidamente na África Subsariana [62] Os custos de produção na África Subsariana, situados em 50 a 150 dólares por unidade, são ainda mais elevados do que no Sul da Ásia mas o seu potencial de redução da pobreza é elevado, tendo em conta retornos anuais documentados de 130% a 850% quando as bombas são associadas à produção orientada para o mercado. [63]

Face ao aumento dos constrangimentos provocados pela escassez de água, a indústria respondeu com novas tecnologias — algumas acessíveis aos agricultores pobres

Os incentivos ao desenvolvimento e investimento em novas tecnologias para aumentar a produção de água foram desenvolvidos de forma inadequada

A combinação da microirrigação e das novas tecnologias tem o potencial de distribuir os benefícios da irrigação de forma muito mais ampla. Abre também a perspectiva de facilitar a entrada dos pequenos agricultores em mercados de maior valor acrescentado, tanto nacionais como de exportação. Para que esta perspectiva se concretize, o investimento público terá de apoiar a disseminação de novas tecnologias de irrigação e, acima de tudo, construir infra-estrutura de comercialização em áreas mais marginalizadas. Mas muitos países terão primeiro de analisar as actuais abordagens ao crescimento da agricultura. Se muitos governos enaltecem as virtudes da pequena agricultura, a maioria concentra o escasso investimento público em áreas de agricultura comercial de relativamente grande escala e de capital intensivo. Esta abordagem pode ser negativa para o crescimento a longo prazo e para a redução a pobreza.

O potencial em perspectiva para o aumento de escala é considerável. A microirrigação pode estar em rápida expansão, mas ainda cobre somente cerca de 1% da área irrigada do mundo. Os resultados variam com a localização e a tecnologia, mas a produtividade da água no terreno geralmente duplica com a irrigação gota a gota. Calcula-se, com base na observação de retornos do investimento corrente, que a adopção de novas tecnologias por 100 milhões de pequenos agricultores poderia gerar resultados líquidos de 100 mil milhões de dólares ou mais.[64] Este valor é um quarto mais elevado do que a ajuda actual. Mais importante, talvez, é o facto de que os retornos seriam captados directamente pelas comunidades com elevada concentração de pobreza. Incluindo os efeitos multiplicadores da procura acrescida, do investimento e do emprego, os resultados líquidos totais poderiam ser triplicados, aumentando os rendimentos anuais daqueles que vivem com menos de 1 dólar por dia num valor que poderia chegar aos 500 dólares.[65]

Por que razão, então, os investimentos na microirrigação não acontecem em maior escala? Entram em jogo os factores da procura e da oferta. Na Jordânia, a medição volumétrica da água ajudou a expandir rapidamente a irrigação gota a gota. Os agricultores receberam um forte incentivo do mercado para adoptar a nova tecnologia. Mas os sistemas de irrigação na Jordânia são dominados por grandes produtores que cultivam culturas de alto valor acrescentado. O alargamento da medição volumétrica a centenas de milhões de pequenos agricultores na Ásia que utilizam águas subterrâneas e irrigação de superfície, muitos dos quais produzem culturas de baixo valor acrescentado para consumo próprio, criaria enormes dificuldades.

Os incentivos ao desenvolvimento e investimento em novas tecnologias foram desenvolvidos de forma inadequada. Os sistemas de oferta baseados no mercado e com capacidade de resposta constituem a fonte mais eficiente de apoio social para os pequenos agricultores. Mas os governos poderiam fazer muito mais para promover a investigação, apoiar programas sociais de divulgação e desenvolver sistemas de extensão que poderiam ajudar os mercados a alcançar as pessoas mais carenciadas. Repensar os subsídios poderia ajudar. Ao invés de oferecerem incentivos à extracção de água subterrânea através de subsídios de electricidade, os governos poderiam oferecer apoio objectivo à conservação da água através da microirrigação. Foi o que aconteceu no quadro do Programa Nacional de Conservação da Água na Tunísia, onde os produtores podem candidatar-se a subsídios estruturados de forma a reflectirem a dimensão da quinta e o tipo de tecnologia adoptada.[66]

O caminho a seguir

Com o mundo cada vez mais preocupado com o abastecimento de água e a disponibilidade de alimentação, os governos deveriam olhar além da equação da escassez e considerar questões mais vastas do desenvolvimento humano. Dar uma maior importância à equidade e à legitimação na estrutura de governação é um ponto de partida.

Na abordagem a este desafio colocam-se três grandes requisitos. O primeiro consiste em elaborar uma estratégia nacional transparente que estabeleça a forma como os recursos hídricos irão ser distribuídos nos próximos anos, o que proporcionará previsibilidade. O segundo reside em integrar aquela estrutura em exercícios nacionais de planeamento de redução da pobreza, como o Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, de forma a assegurar que a política da água se encontra alinhada com objectivos de desenvolvimento humano de âmbito mais vasto. O terceiro é reconhecer os direitos à água das famílias mais carenciadas com habilitações consuetudinárias e conferir direitos legais através da criação de instituições que legitimem os pobres. A protec-

ção e alargamento dos direitos da água das mulheres agricultoras deverão ser uma prioridade central em todos os países.

A irrigação coloca desafios especiais. A delegação de poderes associada à legitimação oferece uma estrutura para a reforma. Reconhecer os direitos das mulheres nos sistemas de irrigação e promover uma participação feminina representativa na gestão são aspectos fundamentais para converter a retórica da legitimação em resultados práticos. Simultaneamente, o financiamento deve facilitar, e não obstruir, ganhos de equidade e eficiência que se intensifiquem mutuamente. É importante conseguir uma recuperação de custos sustentável e equitativa para financiar a operação e manutenção dos sistemas de irrigação. O ponto de partida deverá ser a tomada de decisões transparentes sobre que custos deverão ser recuperados e de quem, levando em consideração a capacidade de pagamento. Uma opção é a aplicação de sistemas de pagamento escalonados, com taxas baixas para uma quantidade básica e taxas mais altas associadas ao volume de utilização ou à área. Como defendeu a Comissão Internacional de Irrigação e Drenagem, os princípios-chave da recuperação de custos são precisamente os mesmos que se aplicam à gestão da irrigação: transparência, legitimação, sustentabilidade e incentivos económicos às boas práticas.

As reformas institucionais e legais que legitimem os utilizadores de água rurais constituem um primeiro passo. O desafio inicial é o de desenvolver sistemas legais que clarifiquem e reforcem os direitos existentes ao invés de introduzir direitos de propriedade privada indiscriminados e negociáveis. Esta poderia ser a base do desenvolvimento de mecanismos de transferência equitativos. Tais mecanismos, utilizados voluntariamente e com disposições para a compensação, são mais vantajosos para o garante da segurança da água do que transferências administrativas arbitrárias ou mercados imperfeitos. Reconhecer direitos consuetudinários através da legitimação de instituições locais também faz parte do processo. Mas o direito consuetudinário não deve sobrepor-se ao recurso a processos legais formais para defender princípios como a igualdade de género e a não discriminação.

As actuais abordagens ao desenvolvimento da irrigação negligenciam frequentemente as oportunidades de aumentar a segurança da água através de reformas que se reforçam mutuamente em direcção à eficiência e à equidade. A colocação em prática de sistemas eficientes de recuperação de custos, associada aos benefícios dos sistemas de irrigação, contribuiria para racionalizar a utilização e financiar a manutenção.

Quase todos os países reconhecem a componente de bem público da prestação de irrigação. É por esta razão que a construção e os custos de investimento são fortemente subsidiados. Mas estes subsídios criam a responsabilidade de garantir que os benefícios sejam disseminados tão amplamente quanto possível. Em muitos casos não é isto que acontece. Nos países em que a posse desigual de terra compromete os benefícios de eficiência e equidade da irrigação, a estratégia de reforma deve incluir mecanismos de redistribuição. De uma forma mais genérica, as regras da irrigação podem instituir quotas de água equitativas para os pobres e um sistema de preços equitativo. As políticas orientadas para os pobres também podem ajudar, como a distribuição de água em condições preferenciais na fase final dos sistemas de irrigação, onde a prevalência de pobreza é elevada.

Mas as políticas favoráveis aos pobres não produzirão resultados óptimos em locais onde os pobres se encontram privados de poder. Devolver a autoridade e a capacidade financeira às associações de consumidores de água pode alterar o equilíbrio de poderes entre utilizadores e organismos governamentais, criando estruturas de governação mais responsáveis e com maior capacidade de resposta. Mas a legitimação dos pobres e das mulheres no seio das associações de consumidores de água é um desafio de maior envergadura. A discriminação positiva pode ajudar. Assim como a clarificação de direitos de utilização da água e habilitações. Em última análise, contudo, a legitimação exige desafiar normas e estruturas de poder em que a inferioridade baseada no género e na riqueza se encontra fortemente enraizada. A orientação explícita para as mulheres agricultoras no desenvolvimento da água e a integração das mulheres na gestão é essencial para o sucesso social e económico dos programas de irrigação.

Em muitos países, a despesa pública em irrigação e gestão da água caiu abaixo dos níveis necessários para manter a infra-estrutura. A despesa nacional presente no financiamento da irrigação está estimada em 30 a 35 mil milhões de dólares, mas encontra-se numa acentuada tendência para a baixa.[67] A mesma tendência se verifica na ajuda ao desenvolvimento. Embora as estatísticas internacionais não sejam fiáveis, os empréstimos destinados à irrigação e drenagem pelas organizações multilaterais passaram de cerca de 3 mil milhões de dólares por ano em meados dos anos 80 para cerca de 2 mil milhões em meados dos anos 90, não se tendo registado qualquer recuperação desde então.[68] Face à crescente pressão sobre os sistemas de água e à ameaça das alterações climáticas globais, é importante reverter esta tendência. O principal impulso para a mudança terá de ser dado pelo financiamento privado e pela despesa pública dos governos. Mas a ajuda também desempenha um papel. O Banco Mundial calcula que o apoio dos doadores terá de duplicar ao longo dos próximos 20 anos para cerca de 4 mil milhões de dólares por ano.[69]

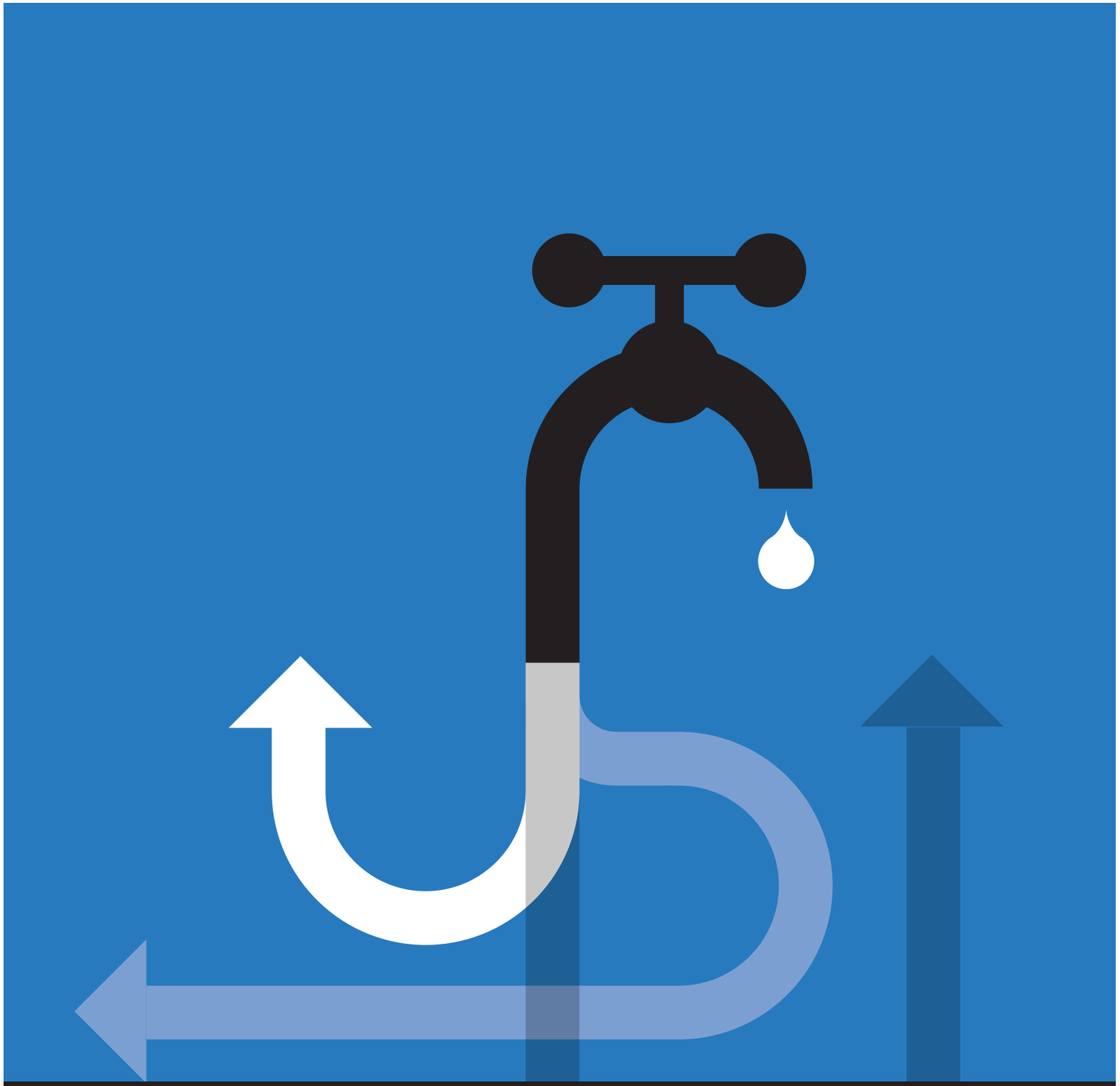
Os governos deveriam olhar além da equação da escassez e considerer questões mais vastas do desenvolvimento humano, dando uma maior importância à equidade e à legitimação

A legitimação exige desafiar normas e estruturas de poder em que a inferioridade baseada no género e na riqueza se encontra fortemente enraizada

A África Subsariana deverá constituir uma prioridade para o apoio dos doadores. No âmbito de um conjunto mais vasto de medidas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural, a Comissão para África propôs que a África duplicasse a área irrigada até 2010, com uma tónica no abastecimento de pequena escala. O custo seria de cerca de 2 mil milhões de dólares por ano, cabendo aos doadores a cobertura de metade daquele valor.[70]

É importante que as tecnologias favoráveis aos pobres e outras intervenções figurem proeminentemente nas estratégias de gestão da água desenvolvidas pelos governos para lidar com a escassez. No caso da tecnologia, os governos devem concentrar-se não na produção, mas em programas sociais de divulgação, no apoio ao microfinanciamento e em investimentos públicos em infra-estrutura, necessários para promover a aceitação. A tecnologia de microirrigação e as estratégias de desenvolvimento de mercados deveriam constituir parte integrante de todas as estratégias nacionais de redução da pobreza e de desenvolvimento rural.

Já é mais que tempo de abandonar a velha dicotomia entre abordagens de grande e de pequena escala. No Sul da Ásia e em regiões da Ásia Oriental, a recolha de água em pequena escala constitui uma componente vital da resposta às crises locais de água subterrânea. De uma forma mais genérica, programas em maior escala nesta área têm o potencial de melhorar a segurança da água através do aumento da disponibilidade e da proximidade da água para as pessoas. A recolha de água em pequena escala deve constituir uma componente central da gestão da água, do nível local ao nacional — e parte integrante de iniciativas de legitimação dos pobres de âmbito mais vasto.



6 Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

«Uma guerra pela água seria a última das obscenidades»

Rainha Noor da Jordânia

«Bebemos whisky mas lutamos pela água»

Mark Twain

CAPÍTULO 6

Gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

A gestão dos recursos hídricos partilhados pode constituir um pretexto para a paz ou para a guerra, mas cabe aos políticos decidirem por que via optar

A água constitui o ponto fulcral da interdependência humana de qualquer país — um recurso partilhado que serve a agricultura, a indústria, os consumidores domésticos e o meio ambiente. Uma boa gestão nacional dos recursos hídricos pode conduzir a um equilíbrio entre estes consumidores concorrentes entre si. Mas a água também é um recurso bastante fugidio. Os países bem podem legislar sobre a água como se ela fosse um bem nacional, mas o facto é que este recurso atravessa fronteiras políticas sem precisar de passaporte, através de rios, lagos e aquíferos. As águas transfronteiriças estendem a interdependência hidrológica para além das fronteiras nacionais, ligando consumidores de diferentes países dentro de um sistema partilhado. Gerir essa interdependência constitui um dos grandes desafios de desenvolvimento humano que a comunidade internacional enfrenta.

O desafio é, em parte, institucional. A competição pela posse da água no território de um determinado país pode originar pretensões geradoras de conflitos, confrontando os governantes com opções que terão repercussões ao nível da equidade, do desenvolvimento humano e da redução da pobreza. As instituições e organismos legislativos nacionais aprovaram mecanismos destinados a abordar estas opções. Não existe nenhuma estrutura institucional equivalente que regule os caudais de água que atravessam fronteiras. E isto tem as suas implicações. À medida que a água for escasseando relativamente à procura, a competição transfronteiriça pela partilha dos rios e de outros recursos hídricos também irá aumentar. Sem mecanismos institucionais capazes de responder a estes problemas transfronteiriços, esta competição poderá conduzir a conflitos insanáveis.

O espectro de uma competição crescente pelo direito à água deu origem a um debate público por vezes extremado. Alguns sectores prevêem um futuro dominado por «guerras de água» à medida que os estados começarem a reclamar os seus direitos sobre os recursos hídricos. Outros sectores chamam a atenção para o facto de não assistirmos a guerras de água desde um episódio registado há 4.000 anos atrás, na região hoje correspondente ao Sul do Iraque — e nessa época, os países terão resolvido normalmente o problema da competição pela posse da água transfronteiriços através de uma maior colaboração, em vez do conflito. Na óptica desta corrente mais optimista, a competição crescente é vista como um catalisador de uma cooperação mais aprofundada no futuro.

Este relatório defende que a água pode alimentar conflitos generalizados, mas também poderá funcionar como ponte para futuras relações de cooperação. Ao longo da História, os governos têm sabido encontrar soluções inovadoras e cooperantes para resolver as tensões relacionadas com a gestão das águas transfronteiriças, mesmo nos climas políticos mais complicados. Do Rio Indus ao Jordão ou ao Mekong, os estados atingidos por conflitos políticos e, até mesmo, militares encontraram formas de manter uma colaboração estreita no domínio dos recursos hídricos. Quando os estados partem para a luta armada, geralmente fazem-no por motivos bem menos importantes do que a água. Mas a complacência não é o antídoto mais indicado para combater o pessimismo da luta pela água. Os cursos de água transfronteiriços provocam quase sempre alguma tensão entre as comunidades limítrofes. Estas tensões não podem ser consideradas de forma isolada. Elas estão ligadas a factores que ultrapassam as meras relações entre estados, incluindo aspectos de segurança nacional, oportunidades económicas, sustentabilidade ambiental e justeza

Dado que a água é um recurso circulante e não uma entidade estática, o seu uso num determinado local é afectado pelo uso que dela fazem noutros lugares, incluindo noutros países

de princípios. A gestão dos recursos hídricos partilhados pode constituir um pretexto para a paz ou para a guerra, mas cabe aos políticos decidirem por que via optar.

Um dos problemas suscitados pela polarização do debate gerado pela retórica da guerra da água foi o desviar das atenções gerais de problemas de segurança humana muito mais prementes e relevantes. Se a gestão das águas transfronteiriças for tratada de uma forma mais cooperante, isso poderá produzir ganhos reais em termos de desenvolvimento humano. Poderá reforçar-se a segurança do acesso à água por parte das pessoas mais vulneráveis de ambos os lados da fronteira, melhorando assim a qualidade, a quantidade e o grau de previsibilidade dos fluxos que atravessam os diversos países. A partilha da água não é um jogo em que uns ganham e outros perdem: os ganhos de um país não são equivalentes aos prejuízos do outro. Assim como a interdependência comercial pode proporcionar benefícios económicos para toda a gente, o mesmo poderá acontecer com uma interdependência da água cooperante. Isto não é válido somente na esfera económica, em que a comercialização de energia hidroeléctrica e de serviços ambientais permite a adopção de estratégias benéficas para todos — mas também em termos de uma política mais alargada de cariz público, social e ambiental.

O oposto também é verdadeiro. Quando a cooperação não existe ou é interrompida, todos os países ficam a perder — e os pobres são os que mais perdem. O fracasso da cooperação pode provocar catástrofes sociais e ambientais, como aconteceu no Lago Chade e no Mar de Aral. Também expõe os países mais pequenos e mais vulneráveis à ameaça de acções unilaterais desencadeadas pelos seus vizinhos maiores e mais poderosos. Acima de tudo, a ausência de cooperação impossibilita os países de gerirem os recursos hídricos partilhados de forma a optimizarem condições para o progresso da humanidade.

Dois enormes desafios definem as estratégias de gestão das águas transfronteiriças neste início do século XXI. O primeiro consiste em ir além das estratégias nacionais e das acções unilaterais voltadas para os interesses internos de cada país, possibilitando a adopção de estratégias partilhadas com vista a uma cooperação multilateral. Em certa medida, isto já está a acontecer, mas a resposta dos governos tem sido desconexa e desajustada. O segundo desafio é colocar o desenvolvimento humano no centro da cooperação e da governação transfronteiriça.

Este capítulo começará por se debruçar sobre o significado da interdependência hidrológica na vida das nações e dos povos. Para seguidamente analisar os custos ecológicos, económicos e humanos mais alargados do fracasso da cooperação ao nível da gestão das águas transfronteiriças, e concentrar-se no corolário destes custos: a defesa da cooperação.

Interdependência hidrológica

A água é diferente de outros recursos escassos em aspectos importantes. Ela serve de alicerce a aspectos da sociedade humana que vão desde a ecologia à agricultura e à indústria — e não tem substitutos conhecidos. Tal como o ar que respiramos, ela é fundamental para a vida. Também é parte integrante dos sistemas de produção geradores da riqueza e do bem-estar. Dado que a água é um recurso circulante e não uma entidade estática, o seu uso num determinado local é afectado pelo uso que dela fazem noutros lugares, incluindo noutros países. Ao contrário do petróleo ou do carvão, a água não pode ser canalizada para um único propósito — ou no caso das águas transfronteiriças, para um único país.

A forma como cada país utiliza a água produz efeitos nos outros países, geralmente através de um de três mecanismos:

- *Competição por uma fonte de água finita*. Quando os países dependem da mesma fonte de água para proteger o seu meio ambiente, sustentar a subsistência das populações e gerar crescimento económico, as águas transfronteiriças tornam-se elos de ligação entre os respectivos cidadãos e meio ambiente. O consumo num local restringe as disponibilidades noutro. Por exemplo, a retenção de caudais de água para irrigação ou produção de energia num país a montante restringe os fluxos disponíveis para os agricultores e o meio ambiente a jusante.
- *Impacto na qualidade da água*. A forma como um país a montante utiliza a água afecta o meio ambiente e a qualidade da água que chega a outro país situado a jusante. A cons-

trução descontrolada de barragens pode provocar uma maior deposição de sedimentos nos reservatórios, impedindo esses sedimentos enriquecidos de chegarem às planícies das zonas mais baixas. Da mesma forma, os rios podem transportar a poluição industrial ou humana para outros povos e países. Em Novembro de 2005, quando um acidente industrial provocou um derramamento químico de 80 quilómetros de extensão no Rio Songhua, na China, isto constituiu uma ameaça não só para os 3 milhões de habitantes de Harbin, mas também para os residentes da cidade russa de Khabarovsk, do outro lado da fronteira.

- *Periodicidade dos fluxos aquáticos*. Quando e em que quantidade a água é libertada pelos consumidores situados a montante tem implicações cruciais a jusante. Por exemplo, os consumidores agrícolas de um país situado a jusante poderão precisar de água para irrigação ao mesmo tempo que um outro país situado a montante precisa dela para produzir energia hidroeléctrica — um problema hoje em dia comum na Ásia Central (ver mais abaixo).

Tal como as tensões existentes nestas regiões podem originar um clima de competição e de conflito dentro de um determinado país (ver capítulo 5), também a interdependência tem consequências sobre os diferentes padrões de consumo de água além fronteiras.

Partilhar os recursos hídricos mundiais

A água partilhada constitui uma vertente cada vez mais importante da geografia humana e do panorama político. Os rios, lagos, aquíferos e zonas húmidas internacionais mantêm ligadas entre si as pessoas que estão separadas por fronteiras internacionais, nalguns casos instaladas ao longo dos cursos de água. Esta água partilhada constitui a base de sustentação da interdependência hidrológica de milhões de pessoas.

As bacias hidrográficas internacionais — represas ou reservas, incluindo lagos e lençóis de água subterrânea pouco profundos, partilhados por mais de um país — cobrem quase metade da superfície terrestre da Terra. Duas em cada cinco pessoas no mundo vivem actualmente nestas bacias hidrográficas, que também são responsáveis por 60% do total de caudais fluviais. O número de bacias hidrográficas partilhadas tem vindo a crescer, em grande medida devido ao desmembramento da antiga União Soviética e da antiga Jugoslávia. Em 1978, havia 214 bacias hidrográficas internacionais. Hoje, existem 263.

A profunda interdependência que estes números sugerem fica patente na quantidade de países situados em bacias hidrográficas partilhadas — 145 ao todo, englobando mais de 90% da população mundial.[1] Mais de 30 países estão integralmente situados dentro dos limites de bacias transfronteiriças.

O grau de interdependência é ilustrado pelo número de países que partilham as mesmas bacias hidrográficas internacionais (quadro 6.1). Por exemplo, 14 países partilham o Danúbio (outros 5 têm parcelas marginais), 11 o Nilo e o Níger, e 9 o Amazonas. Nenhuma outra região nos mostra a realidade da interdependência hidrológica melhor do que a África. Os mapas políticos traçados nas conferências de Berlim, Lisboa, Londres e Paris, e há mais de um século atrás deixaram mais de 90% de toda a superfície aquática da região inserida em bacias hidrográficas transfronteiriças, que por sua vez abrigam mais de três quartos da população da zona.[2] Um total de 61 bacias hidrográficas cobre cerca de dois terços daquele território (mapa 6.1).

Os governos podem escolher entre cooperar ou não cooperar na gestão das águas transfronteiriças. Seja qual for a decisão, os rios e outros sistemas hídricos transfronteiriços ligam os países através de acordos de partilha de recursos ambientais que determinam as oportunidades de sustento das respectivas populações.

O consumo de água a montante determina as opções a jusante em termos de gestão de água, criando o cenário para a disputa ou para a cooperação. E em nenhum outro sector isto é tão visível como na irrigação. Contando-se entre os países detentores de sistemas de irrigação altamente desenvolvidos, o Egipto, o Iraque, a Síria, o Turquemenistão e o Usbequistão dependem de rios em que dois terços ou mais do respectivo caudal correm nos países vizinhos. Quaisquer alterações nos padrões de consumo de água dos países situados a montante podem afectar seriamente os sistemas agrícolas e a subsistência rural dos que se situam a jusante. Para exemplificar, a Bacia Hidrográfica do Tigre-Eufrates serve o Iraque, a Síria e a Turquia, abrangendo uma população conjunta de 103 milhões. O Projecto do Sudeste da Anatólia, na Turquia, que compreende a criação de 21 barragens e 1,7 milhões de hectares de terra irrigada, poderia reduzir os caudais na Síria em cerca de um terço, fazendo com que uns ficassem a ganhar e outros a perder na zona da bacia.[3]

A distribuição de água entre os consumidores constitui uma tarefa delicada em qualquer país. Se a esse dilema juntarmos o problema das fronteiras nacionais, a governação complica-se ainda mais,

Os rios, lagos, aquíferos e zonas húmidas internacionais mantêm ligadas as pessoas que estão separadas por fronteiras internacionais

Quadro 6.1 As bacias hidrográficas internacionais unem vários países

Bacia fluvial	Número de países dependentes desta bacia	Países dependentes desta bacia
Danúbio	19	Albânia, Alemanha, Áustria, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Eslováquia, Eslovénia, Hungria, Itália, Macedónia, Moldávia, Montenegro, Polónia, República Checa, Roménia, Sérvia, Suíça, Ucrânia
Congo	13	Angola, Burundi, Camarões, Congo, Gabão, Malawi, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia
Nilo	11	Burundi, Egipto, Eritreia, Etiópia, Quénia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Tanzânia, Uganda
Níger	11	Argélia, Benim, Burquina Faso, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa
Amazonas	9	Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela
Reno	9	Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália, Listenstaine, Luxemburgo, Países Baixos, Suíça
Zambeze	9	Angola, Botsuana, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué
Lago Chade	8	Argélia, Camarões, Chade, Líbia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Sudão
Mar de Aral	8	Afeganistão, China, Cazaquistão, Paquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turquemenistão, Usbequistão
Jordão	6	Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Síria, Territórios Ocupados da Palestina
Mekong	6	Camboja, China, Mianmar, República Democrática Popular do Laos, Tailândia, Vietname
Volta	6	Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Gana, Mali, Togo
Ganges-Brahmaputra-Meghna	6	Bangladeche, Butão, China, Índia, Mianmar, Nepal
Tigre-Eufrates	6	Arábia Saudita, Irão, Iraque, Jordânia, Síria, Turquia
Tarim	5 (+1)	Afeganistão, China, território chinês reclamado pela Índia, Paquistão, Quirguizistão, Tajiquistão
Indus	5	Afeganistão, China, Índia, Nepal, Paquistão
Neman	5	Bielorrússia, Letónia, Lituânia, Polónia, Rússia
Vístula	5	Bielorrússia, Eslováquia, Polónia, República Checa, Ucrânia
La Plata	5	Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai

Fonte: Adaptado de Wolf e outros 1999.

sobretudo quando a competição pela água está a intensificar-se. Em teoria, a solução ideal seria fazer uma gestão integrada da água em toda a bacia hidrográfica, cabendo aos países comercializarem entre si os recursos agrícolas, a energia hidroeléctrica e outros serviços, de acordo com as vantagens comparativas do consumo de água de cada um. Se quisermos um exemplo óbvio, a energia hidroeléctrica é mais rentável quando produzida nas regiões situadas no topo de encostas montanhosas, ao passo que a irrigação produz melhores resultados nos vales e planícies: trocar energia hidroeléctrica por produtos agrícolas é uma forma de obter este tipo de vantagens comparativas. Na prática, não existem instituições que resolvam os diferendos e coordenem a partilha de recursos na maioria das bacias fluviais, e factores como a confiança ou as preocupações estratégicas têm um peso considerável nas políticas governamentais.

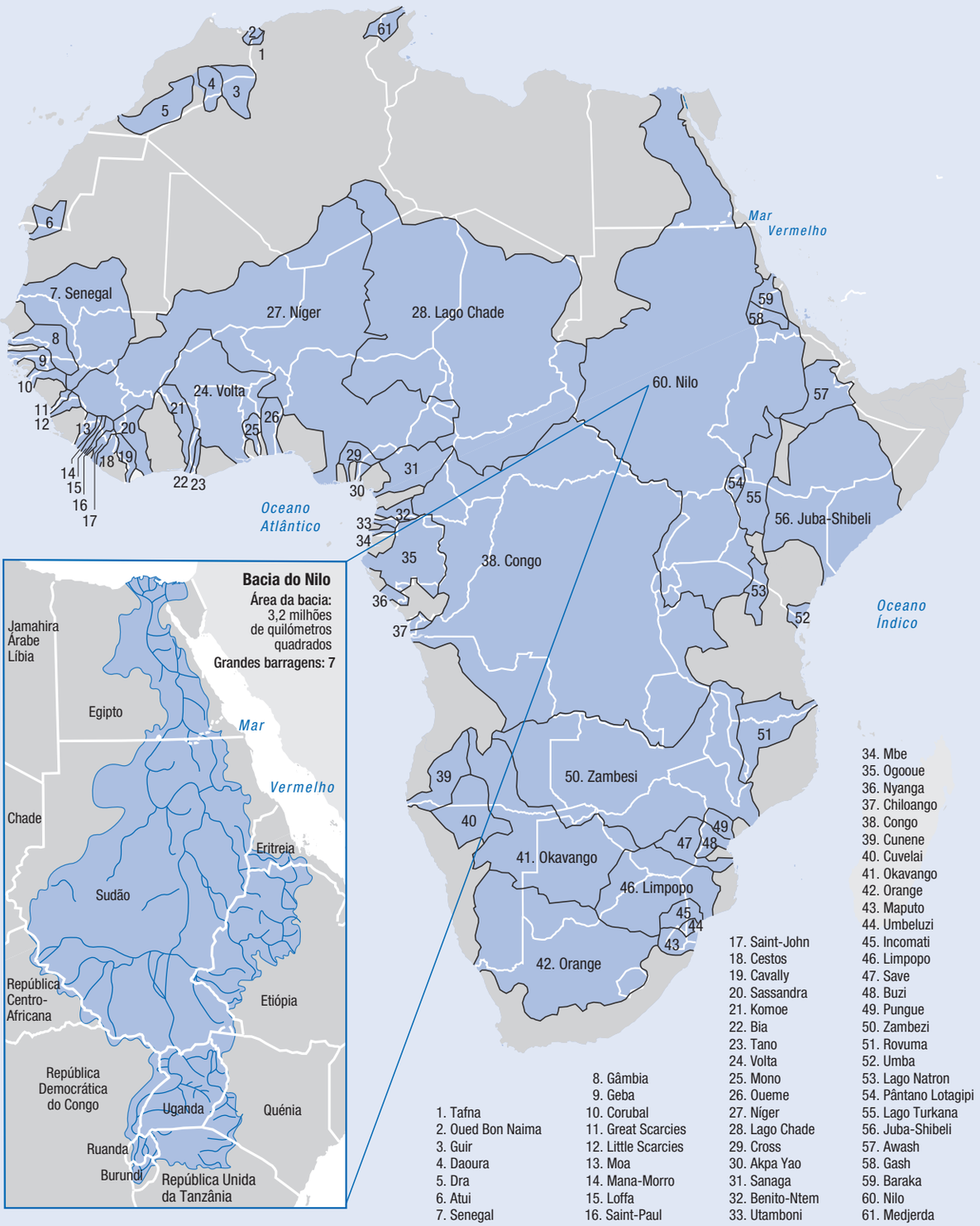
A partilha de bacias hidrográficas, fornece-nos apenas um retrato parcial da interdependência hidrológica. Os países não apresentam todos o mesmo grau de interdependência dos sistemas partilhados. Em alguns casos, os estados que representam uma pequena parcela da bacia em termos geográficos, revelam-se altamente dependentes dela em termos hidrológicos, enquanto o inverso também sucede. Por exemplo, o Bangladeche consome apenas 6% dos recursos da Bacia Hidrográfica do Ganges-Brahmaputra-Meghna, e contudo, esta bacia ocupa três quartos do território daquele país.[4] E embora um quinto da Bacia Hidrográfica do Mekong se situe na China, esses recursos representam menos de 2% do consumo do território chinês. Mais a jusante, para cima de quatro quintos do Laos e quase 90% do Camboja estão situados no interior da bacia.

Ao longo das margens do rio

A maioria das pessoas não tem noção das consequências para a Humanidade da interdependência hidrológica que condiciona os países. E no entanto, isto faz parte de uma realidade que determina as nossas vidas e oportunidades.

O Nilo é um exemplo desta realidade. Cerca de 150 milhões de pessoas vivem na Bacia Hidrográfica do Nilo — um sistema hídrico que liga os 96% de egípcios que habitam no Vale e no Delta do Nilo aos povos que residem nas terras monta-

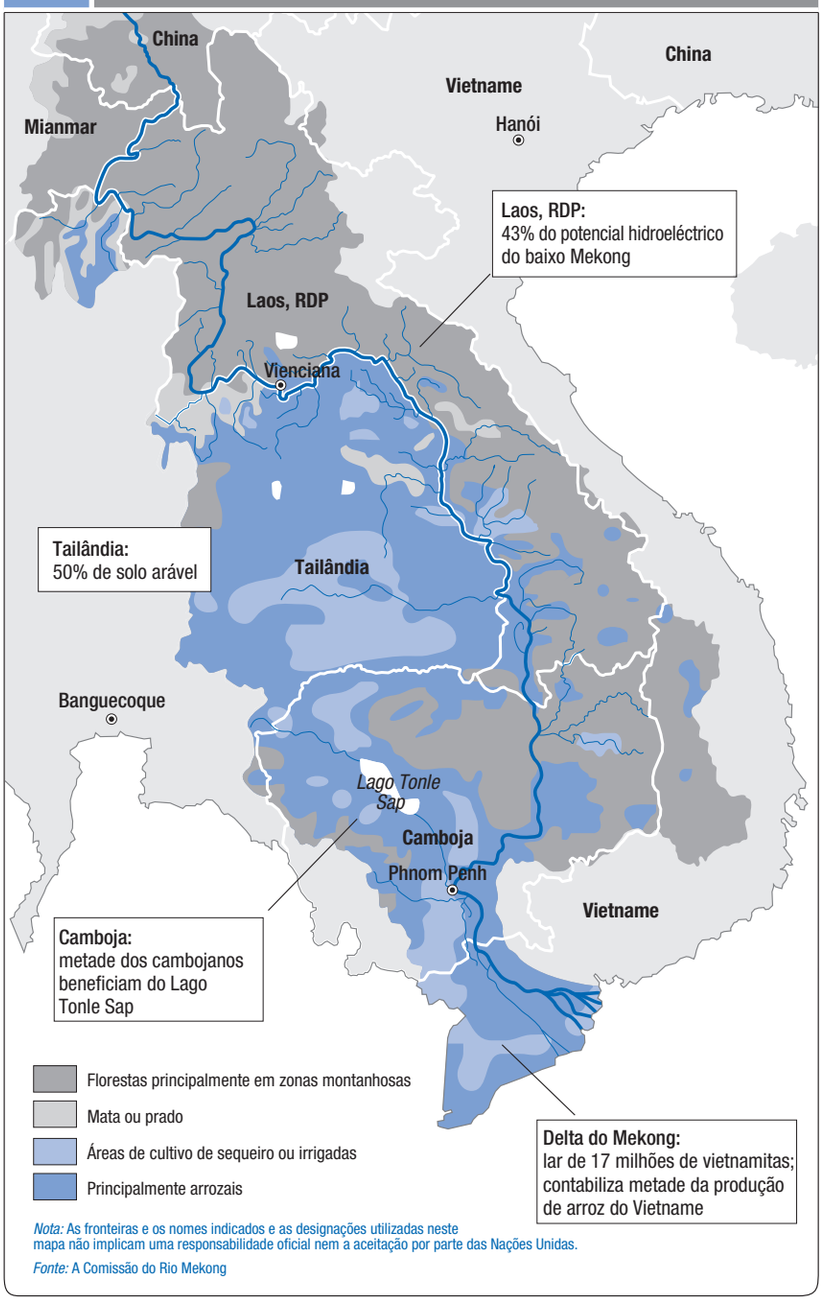
Mapa 6.1 As bacias hidrográficas de rios e lagos da África atravessam muitas fronteiras



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Wolf e outros 1999; Revenga e outros 1998; Rekacewicz 2006; Jägerskog e Phillips 2006.

Mapa 6.2 O rio Mekong liga os meios de subsistência além fronteiras



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: A Comissão do Rio Mekong

nhosas da Etiópia e do Norte do Uganda, entre outros países.[5] A água e os sedimentos, sobretudo provenientes da Etiópia, tornaram habitável uma longa faixa de deserto e têm sustentado o Delta do Nilo. Da mesma forma, o Rio Jordão liga pessoas, modos de vida e ecossistemas de Israel, Jordânia e dos Territórios Ocupados da Palestina, através de um recurso hídrico comum a todos eles.

A maneira mais fácil de compreendermos o que significa a interdependência hidrológica em termos humanos talvez seja seguirmos o curso de um rio. Tomemos o caso do Mekong, um dos principais sistemas hídricos do mundo (mapa 6.2). Desde a sua origem, no Planalto do Tibete, ele lança 5.000 metros de caudais que atravessam seis países antes de atingir o seu delta. Mais de um terço da população do Camboja, do Laos, da Tailândia e do Vietname — qualquer coisa como 60 milhões de pessoas — residem na Bacia Inferior do Mekong,[6] utilizando o rio como fonte de água potável, alimento, irrigação, energia hidroeléctrica e comércio.

Mais alguns milhões na China e no Mianmar, e para além das fronteiras da bacia beneficiam deste rio. Nas zonas de planície, a bacia do rio representa metade da terra arável da Tailândia. Mais a jusante, no Camboja, o Lago Tonle Sap, um dos maiores bancos de pesca de água doce do mundo, é alimentado pelo Mekong. Perto de metade da população do Camboja beneficia directa ou indirectamente dos recursos deste lago.[7] À medida que o rio se aproxima do mar, o Delta do Mekong fornece mais de metade da produção de arroz do Vietname e um terço do seu PIB.[8] Aproximadamente 17 milhões de pessoas vivem no Delta do Mekong, situado no Vietname. Para além deste contexto humano, o rio também ilustra de forma categórica o campo de acção que se abre à partilha de interesses — e à competição.

Os rios são apenas uma das teias da interdependência hídrica. Em muitos países, os lagos partilhados são de crucial importância para a segurança da água — e para a subsistência humana. Estima-se que 30 milhões de pessoas dependam do Lago Vitória — um terço da população global do Quénia, da Tanzânia e do Uganda.[9] Outros 37 milhões habitam na Bacia do Lago Chade.[10] Embora o Lago Vitória seja o banco de pesca de água doce mais produtivo do mundo e o Lago Chade forneça três quartos do peixe capturado em toda a região, os índices de pobreza da população desta zona são excepcionalmente elevados.[11] A gestão do lago tem implicações importantes para o esforço de redução da pobreza. O mesmo acontece na Bacia do Lago Titicaca na América Latina. Mais de 2 milhões de pessoas vivem na bacia, que se estende pela Bolívia e o Peru. Estimam-se que os níveis de pobreza aí sejam superiores a 70%. Duas cidades bolivianas situadas na bacia hidrográfica —El Alto e Oruro, que somam um quarto da população do país — dependem do lago para satisfazer as suas necessidades de água.[12]

Os lagos colocam desafios específicos em termos de cooperação. Além de sofrerem pressões resultantes da concorrência, também são menos renováveis do que os rios. Enquanto ecossistemas «fechados» mas interdependentes, são ainda mais

sensíveis à poluição e às captações de água do que os rios, o que tem implicações na transmissão de água de má qualidade. Têm ainda outras dificuldades resultantes das disputas associadas à sua classificação. Os cinco estados que partilham o Cáspio não conseguem chegar a acordo sobre se se trata de um mar ou de um lago. Esta disputa legal tem implicações na gestão deste recurso partilhado, graças às diferentes normas aplicáveis.

Ao contrário dos rios e dos lagos, os aquíferos são invisíveis. Os aquíferos também são repositórios de mais de 90% da água doce existente no planeta — e à semelhança dos rios e dos lagos, também atravessam fronteiras.[13] Só na Europa, existem mais de 100 aquíferos transfronteiriços. O aquífero Guarani, na América do Sul, é partilhado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Países fortemente pressionados pela escassez de água como o Chade, o Egipto, a Líbia e o Sudão partilham entre si o aquífero Núbio de Sandstone. O Grande Rio Feito pelo Homem, um sistema de dois grandes gasodutos enterrados por baixo das areias do Saara, transfere água deste aquífero fóssil até à zona costeira da Líbia, a fim de irrigar os campos à volta de Benghazi e de Tripoli. O Aquífero Montanha, que atravessa Israel e os Territórios Ocupados da Palestina, é de importância crucial para a segurança da água dos consumidores de ambos os lados. Ele constitui a principal fonte de água de irrigação da Margem Ocidental e é uma importante fonte de água para Israel.

A cooperação no domínio de água subterrânea confronta os governos com alguns desafios óbvios. Os problemas de medição dificultam a monitorização das taxas de captação nos aquíferos. Mesmo quando os governam cooperam entre si, a água subterrânea pode ser explorada por sistemas privados de bombagem, conforme tem sido testemunhado pelo rápido esgotamento dos lençóis freáticos na Ásia do Sul. As consequências ecológicas da extracção descontrolada de água subterrânea têm implicações para os habitantes de ambos os lados das fronteiras nacionais. A extracção excessiva feita por consumidores individuais pode conduzir a uma «tragédia dos bens comuns», ou seja, à sobre-exploração de um recurso comum para além dos limites da sustentabilidade.

No interior de cada país, o consumo excessivo de água subterrânea por parte de um conjunto de consumidores pode reduzir as reservas básicas de toda a população. A extracção excessiva de água subterrânea no estado indiano de Gujarat, por exemplo, representou uma dupla ameaça para os produtores agrícolas ao reduzir as disponibilidades de água e ao aumentar a salinidade dos solos (ver capítulo 4). Problemas semelhantes poderão surgir além-fronteiras. À medida que os aquíferos se vão esgotando devido à extracção excessiva de um lado da fronteira, a intrusão gradual de água do mar e de arsénico, nitratos e sulfatos, se não for fiscalizada, poderá tornar a água subterrânea imprópria para consumo nos países vizinhos. Foi isto que aconteceu em grande parte do aquífero da Faixa de Gaza, onde a poluição agravou os já de si graves problemas de escassez de água.

Muito daquilo que é entendido como «água nacional» é, na realidade, água partilhada

Os custos da falta de cooperação

Por que será a gestão das águas transfronteiriças uma assunto da esfera do desenvolvimento humano? A resposta a esta pergunta é idêntica à resposta à mesma pergunta formulada ao nível nacional. A maneira como cada país se comporta perante os interesses antagónicos associados à gestão dos recursos hídricos escassos tem profundas implicações nos índices de pobreza, na distribuição de oportunidades de vida e no desenvolvimento humano dentro das fronteiras desse país. Essas implicações não são menos profundas além-fronteiras.

A transmissão de tensões ao longo do curso dos rios

A dependência de caudais vindos do exterior constitui um dos vínculos óbvios entre os recursos hídricos e o desenvolvimento humano. Os governos e a maioria das pessoas encaram a água que circula no interior do seu país como um recurso nacional. Do ponto de vista legal e constitucional, até podem ter razão. Mas muito daquilo que é entendido como «água nacional» é, na realidade, água partilhada.

Quadro 6.2 Trinta e nove países recebem a maioria da sua água de fora das suas fronteiras

Região	Países que recebem entre 50% e 75% da sua água de fontes externas	Países que recebem mais de 75% da sua água de fontes externas
Países Árabes	Iraque, Somália, Sudão, República Árabe Síria	Barém, Egipto, Koweit
Ásia Oriental e Pacífico	Camboja, Vietname	
América Latina e Caraíbas	Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai	
Ásia do Sul		Bangladeche, Paquistão
África Subsariana	Benim, Chade, Congo, Eritreia, Gâmbia, Moçambique, Namíbia	Botsuana, Mauritânia, Níger
Europa Central e Oriental e a CEI	Azerbeijão, Croácia, Eslováquia, Letónia, Ucrânia, Usbequistão	Hungria, Moldávia, Roménia, Sérvia e Montenegro[a], Turquemenistão
Países OCDE de rendimento elevado	Luxemburgo	Países Baixos
Outros	Israel	

Fonte: FAO 2006.
a. Embora a Sérvia e o Montenegro se tenham tornado dois Estados independentes em Junho de 2006, à data de impressão deste Relatório ainda não estavam disponíveis os dados individuais relativos aos recursos hídricos externos destes países.

Pelo menos metade dos recursos hídricos de 39 países abrangendo uma população de 800 milhões de pessoas tem origem no exterior das suas fronteiras (quadro 6.2). A maior parte da água consumida pelo Iraque e a Síria depende dos rios Tigre e Eufrates, que provêm da Turquia. Do total de água consumida pelo Bangladeche, 91% vem da Índia — para irrigar colheitas e repor as reservas dos aquíferos. Os agricultores e trabalhadores rurais deste país que habitam na Bacia Hidrográfica do Ganges-Brahmaputra-Meghna são consumidores finais da água que atravessa milhares de quilómetros e as fronteiras de cinco países. Da mesma forma, o Egipto depende quase exclusivamente de fontes de água externas que chegam através do Nilo, mas são originárias da Etiópia.

Em todos estes casos, até mesmo as alterações mais modestas nos padrões de consumo de água a montante podem afectar profundamente o desenvolvimento humano em todos os aspectos. As prioridades hídricas podem ser encaradas de forma muito diversa em cada um dos lados da fronteira. Um terço da terra irrigada da Turquia situa-se nas oito províncias a sudeste, onde nascem os rios Tigre e Eufrates. Perante este pano de fundo, não nos será difícil avaliar a importância do Projecto do Sudeste da Anatólia para a Turquia. Mas um em cada cinco Sírios habita na região à volta do Eufrates, e os dois rios atravessam as duas cidades mais populosas do Iraque, Bagdade e Basra. Gerir as pretensões rivais de forma a encontrar o equilíbrio entre os interesses nacionais e as responsabilidades mais alargadas exige uma liderança política de alto nível.

As pretensões cada vez maiores ao uso dos rios partilhados produzem claros efeitos colaterais. Quando os Rios Ili e Irtysh, que percorrem a China até ao Cazaquistão, vão vendo o seu caudal reduzir-se devido aos desvios canalizados para a agricultura e a indústria na China, o Cazaquistão, situado a jusante, vê os seus interesses nacionais ameaçados. Esta ameaça foi em parte resolvida através de um acordo sobre o Irtysh assinado entre os dois países, em 2001. Contudo, o acordo é frágil e não aborda o problema central relativo à gestão das flutuações anuais do caudal.

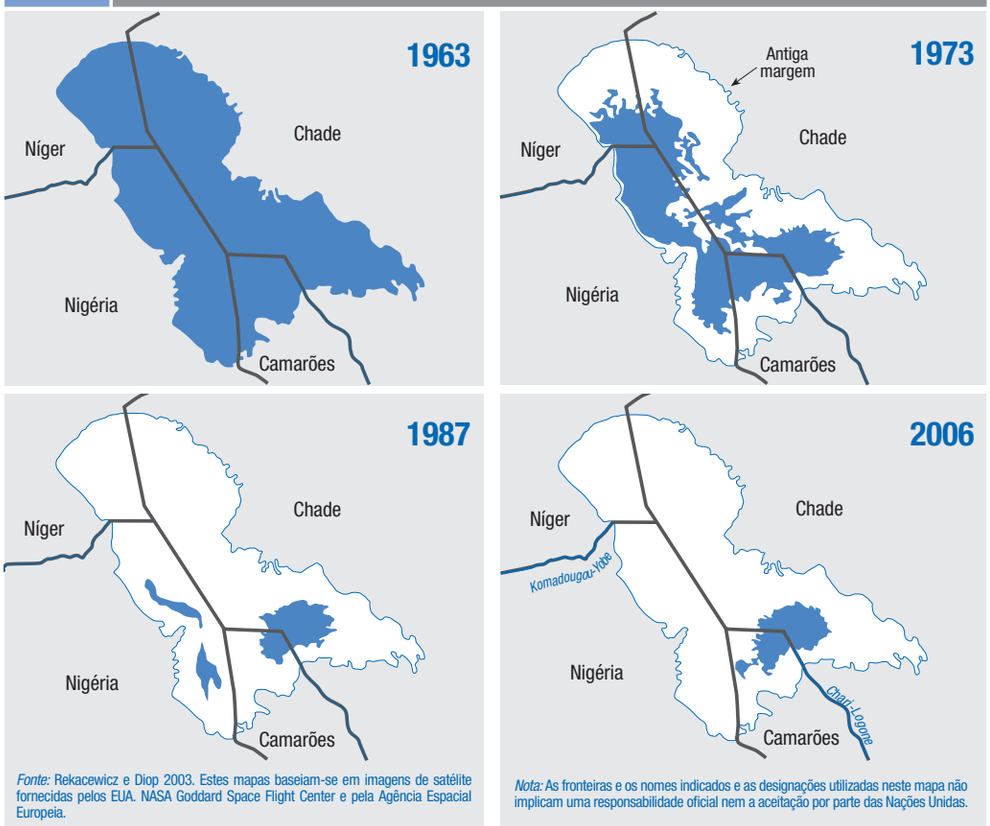
A competição não se restringe aos países em desenvolvimento. Como o caudal do Rio Colorado e do Rio Grande diminuiu nas zonas mais baixas graças aos desvios de água destinados à indústria, agricultura e cidades, o México quase não recebe água daquela fonte. Isto tem constituído uma fonte de tensões permanente nas negociações entre o México e os Estados Unidos.

Quadro 6.3 Os países estão a extrair água a uma velocidade maior do que a sua capacidade de reposição

País	Percentagem de extracção de água comparativamente à totalidade dos recursos hídricos renováveis (%)	Percentagem de recursos hídricos externos comparativamente à totalidade dos recursos hídricos renováveis (%)
Koweit	2.200	100
Emirados Árabes Unidos	1.553	0
Arábia Saudita	722	0
Jamahira Árabe Líbia	711	0
Catar	547	4
Barém	259	97
Iémen	162	0
Omã	138	0
Israel	123	55
Egipto	117	97
Usbequistão	116	68
Jordânia	115	23
Barbados	113	0
Malta	100	0
Turquemenistão	100	94

Fonte: FAO 2006.

Mapa 6.3 O Lago Chade em vias de extinção



Fonte: Rekacewicz e Diop 2003. Estes mapas baseiam-se em imagens de satélite fornecidas pelos EUA. NASA Goddard Space Flight Center e pela Agência Espacial Europeia.

Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Em nenhuma outro o problema da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços é tão evidente como nos países que se debatem com problemas de escassez. Quinze países, na maioria do Médio Oriente, consomem anualmente mais de 100% dos seus recursos hídricos renováveis. O esgotamento das águas subterrâneas e dos lagos cobre o défice, colocando frequentemente pressão sobre os recursos hídricos transfronteiriços (quadro 6.3). Algumas das bacias hidrográficas transfronteiriças mais densamente povoadas — no Sul da Ásia, em parte da Ásia Central e no Médio Oriente — também se debatem com a ameaça da falta de água. Nestes casos, um maior recurso aos recursos hídricos partilhados como forma de cobrir os défices pode ter enormes repercussões no desenvolvimento humano de outras zonas — e nas relações políticas entre estados.

Contracção de lagos, rios que secam

A má gestão das bacias hidrográficas internacionais ameaça a segurança humana em aspectos muito concretos. A contracção dos lagos e os rios que secam vão afectar a subsistência da agricultura e das pescas, deteriorando a qualidade da água, o que acarreta graves consequências para a saúde, e as perturbações imprevisíveis dos caudais de água podem agravar os efeitos das secas e das cheias.

Algumas das maiores catástrofes ambientais do mundo são testemunho dos custos para o desenvolvimento humano da falta de cooperação ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. O Lago Chade é um exemplo disso mesmo (mapa 6.3). Hoje, o lago tem um décimo da dimensão que tinha há 40 anos. A escassez de chuvas e a seca foram factores importantes — mas a acção do homem também.[14] Entre 1966 e 1975, quando o lago encolheu em um terço, a culpa cabia quase exclusivamente à ausência de precipitação. Mas entre 1983 e 1994, a procura da irrigação quadruplicou, depauperando rapidamente um recurso já de si diminuído, e abrindo assim caminho para uma rápida quebra dos caudais.

A fraca cooperação entre os países da bacia hidrográfica do Lago Chade explica em parte o problema. A degradação ambiental e o desgaste do potencial de subsistência e produtivo andaram aqui de mãos dadas. Institucionalizou-se agora um

Algumas das maiores catástrofes ambientais do mundo são testemunho dos custos para o desenvolvimento humano da falta de cooperação ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços

esforço excessivo de pesca, sem o devido respeito pelas normas que regulam as captações no Chade, Camarões, Níger e Nigéria.[15] Projectos de irrigação mal concebidos também contribuíram para a crise actual. As barragens do Rio Hadejia, na Nigéria, ameaçaram as comunidades situadas a jusante, que dependem da pesca, dos pastos e da agricultura em leito de cheias, e os acordos destinados a garantir os fluxos de água tardam em ser implementados.[16] O sistema do Rio Komadougou-Yobe, partilhado pelo Níger e pela Nigéria, costumava contribuir com 7 quilómetros cúbicos de água para o caudal do Lago Chade. Hoje em dia, com a água retida em reservatórios, o sistema fornece menos de metade de um quilómetro cúbico, o que afecta gravemente a zona norte da bacia do lago.[17] Noutras zonas, os diques construídos em finais dos anos 70, no Rio Logone, situado nos Camarões, afectaram os meios de subsistência dos pequenos agricultores das zonas húmidas a jusante: no espaço de duas décadas, as colheitas de algodão caíram em um terço e as de arroz em três quartos.[18]

As consequências ambientais do consumo de água insustentável poderão eventualmente repercutir-se numa quebra dos investimentos em infra-estruturas. O Projecto de Irrigação do Sul do Chade, um esquema ambicioso iniciado em 1974, mal logrou atingir a décima parte do seu objectivo inicial de irrigar 67.000 hectares na Nigéria. Com o passar do tempo, e à medida que os caudais dos rios diminuem, os canais em vias de secar ficam obstruídos com plantas da espécie *typha aiustralis*, local de nidificação preferido da codorniz, um pássaro que agora destrói vastas extensões de plantação de arroz e de outros grãos. À medida que o lago foi encolhendo, intensificou-se a competição entre os pastores nómadas e os agricultores sedentários, entre os consumidores de grande e os de pequena escala, e entre as comunidades a montante e a jusante. As comunidades ribeirinhas transferiram-se para zonas mais próximas da água, atravessando áreas antes cobertas pelo lago e onde não foram estabelecidas fronteiras nacionais, o que conduz a novas disputas territoriais.

Outro exemplo de catástrofe ambiental provocada pelo homem ainda maior do que o Lago Chade, é o Mar de Aral. Há meio século atrás, a ingenuidade tecnológica, o excesso de zelo ideológico e a ambição política levaram os projectistas da União Soviética a opinar que o Syr Darya e o Amu Darya, os grandes rios da Ásia Central, estavam a ser desperdiçados. Estes rios transportavam as neves derretidas provenientes das montanhas altas até à bacia fechada do Mar de Aral, então o quarto maior lago do mundo. O desvio das águas para o sector produtivo era encarado como uma via para a criação de mais riqueza, sendo a perda do Mar de Aral um pequeno preço a pagar pelo facto. Como diria um responsável contemporâneo: «Secar o Mar de Aral é bem mais vantajoso do que tentar preservá-lo ... A plantação de algodão por si só bastará para compensar o Mar de Aral [e] o desaparecimento do Mar não afectará a paisagem da região.»[19]

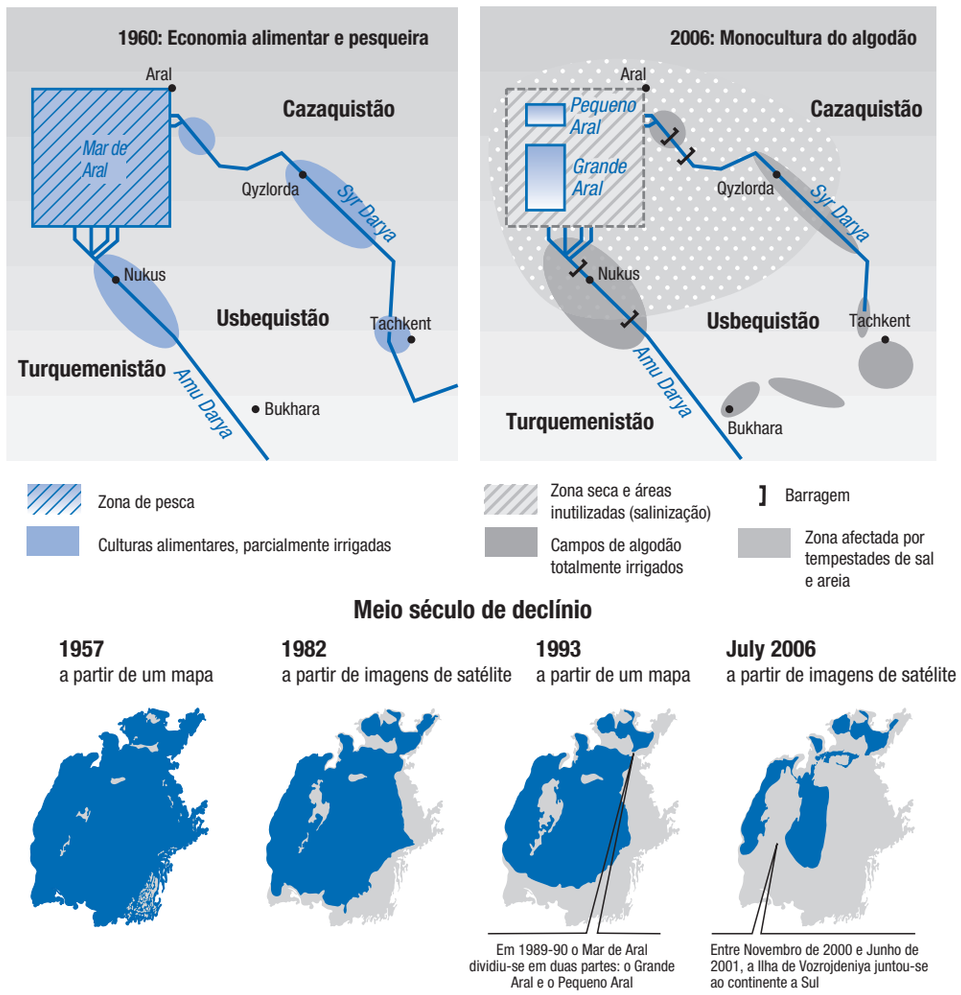
O desvio de águas destinadas à plantação de algodão através de um sistema de irrigação ineficaz acabou por estrangular o Mar de Aral. Nos anos 90, ele recebia menos de um décimo do seu caudal anterior — e por vezes, nem isso. No final da década, o seu nível encontrava-se 15 metros abaixo dos valores registados em 1960, e veio a transformar-se em dois mares pequenos e altamente salinos, separados por uma ponte de areia. A morte deste mar constituiu uma catástrofe social e ambiental (mapa 6.4).[20]

A independência dos estados da Ásia Central não logrou evitar esta crise. Com efeito, a ausência de cooperação acabou por levar a uma deterioração gradual dos indicadores de subsistência, saúde e bem-estar. A produção de algodão caiu em cerca de um quinto, desde o início dos anos 90, mas o consumo excessivo de água mantém-se. A perda de quatro quintos de todas as espécies de peixes arruinou uma indústria pesqueira outrora florescente nas províncias situadas a jusante.

As consequências para a saúde foram igualmente negativas. As populações de Oyzlorda no Cazaquistão, de Dashhowuz no Turquemenistão e de Karakalpakstan no Usbequistão recebem água contaminada com fertilizantes e químicos que é imprópria para consumo humano ou para a agricultura. As taxas de mortalidade infantil atingem, em algumas regiões, as 100 mortes por cada 1.000 nascimentos — mais elevadas do que a média no Sul da Ásia. Cerca de 70% dos 1,1 milhões de habitantes de Karakalpakstan sofrem de enfermidades crónicas — doenças respiratórias, febre tifóide, hepatite e cancro do esófago. O Mar de Aral constitui um testemunho bem dramático da forma como os ecossistemas podem vingar-se da loucura dos homens — a criação de riqueza funcionou como catalisador não de progresso humano mas antes de retrocesso para o desenvolvimento humano da zona.

Mas até mesmo neste caso podemos constatar um lado bom em estado embrionário. Desde 2001 que o Cazaquistão, através de um projecto conjunto com o Banco Mundial, começou a construir a Barragem de Kok-Aral e uma série de diques e canais destinados a reabilitar os níveis de água nas zonas norte (e, eventualmente, também sul) do Mar de Aral. O projecto já começou a produzir frutos: a zona norte do mar expandiu-se em mais

Mapa 6.4 A contracção do Mar de Aral: os custos ambientais das plantações de algodão



Nota: As fronteiras e os nomes indicados e as designações utilizadas neste mapa não implicam uma responsabilidade oficial nem a aceitação por parte das Nações Unidas.

Fonte: Scientific Information Center of Interstate Coordination Water Commission; International Fund for Saving the Aral Sea; Banco Mundial; National Aeronautics and Space Administration; United States Department of the Interior 2001; Agência Espacial Europeia; Rekacewicz 1993.

um terço, e os níveis de água subiram de 30 para 40 metros.[21] Se a situação continuar a melhorar, há perspectivas promissoras de uma reabilitação das comunidades piscatórias e da recuperação da sustentabilidade. Se houver um envolvimento dos restantes países desta bacia hidrográfica, as perspectivas de reabilitação de toda a bacia aumentarão de forma sensível.

O Lago Chade e o Mar de Aral ilustram de maneira dramática o que sucede quando os caudais de água sofrem alterações radicais. Em ambos os casos, a escassez de água foi parte central do problema. Contudo, a escassez de água foi construída — literalmente, no caso do Mar de Aral — pela intervenção e os desvios promovidos pelo homem, pondo em relevo o papel dos políticos na implementação de padrões de consumo de água insustentáveis.

Tal como os lagos, os riscos também são uma fonte de vida. Mas também podem exportar poluição para outros países. A descarga de efluentes provenientes de fábricas de metalomecânica e de produtos químicos para os rios Ili e Irtysh tornou as águas praticamente impróprias para consumo humano em vastas zonas do Cazaquistão. Da mesma forma, surgiram problemas na bacia de Kura-Araks, no interior dos territórios da Arménia, do Azerbaijão e da Geórgia. A bacia hidrográfica sustenta 6,2 milhões de pessoas na zona de maior concentração urbana e industrial

Caixa 6.1 Para além do rio — os custos da falta de cooperação na Ásia Central

Os países da Ásia Central estão presos numa teia de interdependências hidrológicas. As bacias hidrográficas do Syr Darya e do Amu Darya ligam o Cazaquistão, o Quirguizistão, o Tajiquistão e o Usbequistão num vínculo energético vital para as perspectivas de desenvolvimento humano destes três países — perspectivas essas gravemente prejudicadas pela fraca cooperação existente.

Este vínculo poderá ser melhor entendido se seguirmos o curso destes rios. O caudal de água do Syr Darya nas suas zonas mais altas corre velozmente pelas encostas íngremes abaixo. O enorme reservatório de Toktogul, no Quirguizistão, foi utilizado nos anos 70 para armazenar e nivelar os caudais da água para irrigação entre as estações secas e de chuvas no Usbequistão e no Sul do Cazaquistão. Na era Soviética, cerca de três quartos da água era libertada nos meses de Verão e um quarto no Inverno. A electricidade produzida pelas descargas nos meses de Verão também servia para exportação, recebendo o Quirguizistão em troca gás natural do Cazaquistão e do Usbequistão para ajudar a satisfazer as suas necessidades energéticas durante o Inverno.

A partir da independência, esta estrutura de cooperação quebrou-se. Após a liberalização dos mercados, o intercâmbio energético passou a ser encarado numa base puramente comercial, o que obrigou os responsáveis do Quirguizistão a pagarem o combustível importado a preços do mercado mundial. Os responsáveis começaram a aumentar as descargas de Inverno no Reservatório Toktogul, a fim de produzirem electricidade, reduzindo assim o caudal disponível para irrigação no Cazaquistão e no Usbequistão, durante os meses de Verão. Durante os anos 90, as descargas de Verão diminuíram para metade, provocando graves problemas de escassez de água para irrigação.

Em 1992, tiveram início negociações com vista à partilha da água e da energia, mas poucos resultados tiveram. Embora os estados a jusante e a montante tenham consciência de que o armazenamento de água a montante deve ser uma medida económica comum e que é preciso desenvolver permutas de água destinada à produção de electricidade e de combustíveis fósseis, tem sido difícil obter um acordo relativamente a quantidades e a preços. Em 2003 e 2004, os governos não conseguiram chegar a acordo sequer para a elaboração de uma programação anual básica.

Quais os efeitos da falta de cooperação no âmbito das políticas nacionais? No Usbequistão, esta situação levou os políticos a aumentarem a auto-suficiência e a reduzirem a sua dependência do Reservatório Toktogul A estratégia incluiu a construção de reservatórios capazes de armazenar 2,5 mil milhões de metros cúbicos de água. O Cazaquistão também está a estudar uma resposta nacional para este problema regional e admite a hipótese de construção de um reservatório com capacidade para 3 mil milhões de metros cúbicos em Koserai.

Dispondo de água em abundância, o Quirguizistão enveredou por uma produção energética auto-suficiente. Os responsáveis estão a estudar a construção de duas novas barragens e complexos hidroeléctricos capazes de produzirem electricidade suficiente para satisfazer as necessidades nacionais, e ainda um excedente para exportação, mas o orçamento necessário ao investimento, avaliado em 2,3 mil milhões de dólares, representa 1,2 vezes o RNB do país. Uma alternativa seria a criação de um complexo de energia térmica, de custos mais baixos, e que pudesse satisfazer as necessidades energéticas de Inverno. Sendo uma opção mais económica, ela vai contrariar o rumo da política nacional, que pugna por uma completa auto-suficiência energética. Esta unidade iria aumentar o grau de dependência do Quirguizistão do abastecimento de gás natural proveniente do Usbequistão, que tem sido periodicamente suspenso por decisão unilateral. A fraca cooperação existente neste caso constitui um obstáculo ao reforço de trocas comerciais eficazes.

A incapacidade para se chegar a acordo em torno de soluções de cooperação criou um cenário de «todos ficam a perder». Isto forçou os países a adoptarem estratégias que não eram propriamente as ideais, com o intuito de desenvolverem infra-estruturas alternativas, o que por sua vez implicou grandes perdas económicas potenciais. O Banco Mundial estima que o Usbequistão poderia ganhar 36 milhões de dólares e o Cazaquistão 31 milhões de dólares caso o Reservatório de Toktogul operasse para a irrigação em vez da produção de energia. Os custos acrescidos suportados pelo Quirguizistão teriam atingido os 35 milhões de dólares. Para falarmos apenas numa relação custos-benefícios, a bacia hidrográfica como um todo teria ganho 32 milhões de dólares com a cooperação, enquanto todos os países poderiam ganhar também, se os estados a jusante compensassem devidamente o Quirguizistão.

Noutras circunstâncias, o Tajiquistão teria potencial para se tornar o terceiro maior produtor mundial de energia hidroeléctrica. Mas essa possibilidade tem sido adiada porque a falta de cooperação entre os países faz com que as instituições financeiras internacionais se mostrem relutantes em conceder empréstimos para projectos de energia hidroeléctrica.

Sendo assim, se a via para a auto-suficiência está a infligir pesados custos económicos por toda a bacia, e se as vantagens económicas da cooperação são tão substanciais, o que é que está a deter os países da Ásia Central? Numa palavra, os interesses políticos. Uma gestão eficaz dos recursos hídricos transfronteiriços exige um diálogo construtivo e negociações que permitam identificar os cenários ganhadores e desenvolver estratégias de financiamento e de maior cooperação para os atingir. Esse diálogo tem estado manifestamente ausente na região.

Fonte: Greenberg 2006; Micklin 1991, 1992, 2000; Peachey 2004; PNUD 2005a; Weinthal 2002, 2006.

da região do Cáucaso. Uma legislação subdesenvolvida a nível regional, uma monitorização de água descoordenada e a falta de mecanismo de cooperação regional — nenhum destes itens pode ser resolvido independentemente — fizeram da poluição da água um problema grave para os três países, e que nenhum deles poderá resolver autonomamente.[22]

As catástrofes podem funcionar como catalisadores de uma futura cooperação. A Ucrânia ocupa mais de metade da Bacia do Dniepre, que partilha com a Bielorrússia e a Rússia. Um processo de industrialização acelerado colocou o terceiro maior rio da Europa sob enorme pressão: apenas menos de um quinto dos fluxos de água que atravessam a Ucrânia chega hoje ao Mar Negro. A poluição é endémica, para o que contribuem o uso excessivo de fertilizantes, as descargas descontroladas de resíduos das minas de urânio e águas residuais. Só depois do desastre de Chernobyl, que originou depósitos de césio radioactivo nos reservatórios e aumentou o risco de exposição radioactiva numa área que se estende até ao Mar Negro, é que os governos responderam ao desafio de melhorarem a qualidade do rio.[23] Foram tomadas medidas nas Bacias de

Kura-Araks e do Dniepre com o objectivo de promover a cooperação, a começar pelo diagnóstico ambiental e programas de acções concretas, mas a reabilitação ainda vai demorar muito tempo.

A periodicidade dos fluxos hídricos constitui outro aspecto transfronteiriço com implicações no desenvolvimento humano. A garantia da subsistência das populações está dependente de um fornecimento de água previsível. O consumo de água num país pode afectar a periodicidade dos fluxos que chegam aos consumidores a jusante, mesmo quando o caudal de água permanece inalterável. Exemplo disso é a produção de energia hidroeléctrica a montante. Na Ásia Central, o Quirguizistão consegue controlar a periodicidade dos seus caudais de água, enquanto o Usbequistão e o Cazaquistão dependem das descargas alheias para irrigarem os seus campos. O fracasso do caduco sistema soviético de transferência de gás do Cazaquistão para o Usbequistão levou o Quirguizistão a procurar ser auto-suficiente na produção de energia eléctrica durante o Inverno. Para produzir energia hidroeléctrica, limita agora a saída de água do Reservatório Toktogul nos meses de Verão, mas provoca inundações a jusante no Inverno — uma preocupação central que está a ser discutida nas negociações sobre os recursos hídricos da região (caixa 6.1).

A gestão da água transfronteiriça pode influenciar as disponibilidades hídricas de outras formas. Israel, a Jordânia e os Territórios Ocupados da Palestina estão situados numa das zonas de maior escassez de água do mundo — e partilham uma grande parte da sua água. A população palestiniana depende quase exclusivamente das águas transfronteiriças, na sua maior parte partilhadas com Israel (caixa 6.2). Mas os recursos comuns não são partilhados em pé de igualdade. A população palestiniana representa cerca de metade da população israelita, mas consome apenas 10-15% da água consumida por esta última. Na Margem Ocidental, os colonos israelitas consomem anualmente uma média de 620 metros cúbicos por pessoa, e os Palestinianos menos de 100 metros cúbicos. As faltas de água sentidas nos Territórios Ocupados da Palestina e que representam um enorme entrave ao desenvolvimento agrícola e à subsistência daquelas populações, também são uma notória fonte de injustiças, porque as actuais normas regulamentares do consumo de água impõem-lhes um acesso desigual aos aquíferos partilhados.

O ponto de partida para que se possa avaliar o raio de acção de uma futura cooperação terá de passar pelo reconhecimento de que os países soberanos têm obviamente o seu próprio esquema racional e legítimo para retirarem o máximo de proveito dos recursos hídricos

A defesa da cooperação

A água partilhada pode gerar sempre situações de competição. A língua portuguesa reflecte isso mesmo: a palavra *rival* vem do Latim *rivalis*, que significa uma pessoa a usar o mesmo rio que a outra. Os países ribeirinhos são frequentemente rivais em luta pela água que partilham. Tendo em consideração a importância da água para o desenvolvimento nacional, cada país tem o seu próprio esquema nacional para a utilização de um rio internacional. O ponto de partida para que se possa avaliar o raio de acção de uma futura cooperação terá de passar pelo reconhecimento de que os países soberanos têm obviamente o seu próprio esquema racional e legítimo para retirarem o máximo de proveito dos recursos hídricos.

As regras do jogo

No interior de cada país, o consumo de água é regulado por instituições, leis e normas elaboradas por meio de processos políticos de diversos graus de transparência. As instituições, leis e normas para regulação dos recursos hídricos que atravessam as fronteiras já são menos definidas.

Caixa 6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina

Em nenhuma outra região os problemas da gestão da água são tão visíveis como nos Territórios Ocupados da Palestina. Os Palestinianos enfrentam um dos maiores níveis de escassez de água do planeta. Para esta escassez contribuem quer as disponibilidades físicas quer a gestão política dos recursos hídricos partilhados.

Em termos de consumo per capita, a população residente nos Territórios Ocupados da Palestina tem acesso a 320 metros cúbicos de água por ano, um dos mais baixos níveis de disponibilidade de água do mundo, e que se situa muito abaixo do limiar de escassez absoluta. A distribuição desigual de água dos aquíferos partilhados com Israel, reflexo do desequilíbrio das relações de poder na gestão dos recursos hídricos, constitui parte do problema. Com o rápido crescimento populacional, a diminuição das disponibilidades de água constitui um sério constrangimento para a agricultura e o consumo humano.

A partilha desigual encontra-se reflectida nas grandes discrepâncias existentes nos padrões de consumo de água entre Israelitas e Palestinianos. A população israelita não chega a ser o dobro da população palestiniana, mas o seu consumo total de água é sete vezes e meia superior (figura 1). Na Margem Ocidental, os colonos israelitas consomem muito mais água per capita do que os Palestinianos, e os Israelitas em Israel (figura 2): aproximadamente nove vezes mais água por pessoa do que os Palestinianos. Seja qual for o critério de avaliação, estamos perante enormes disparidades.

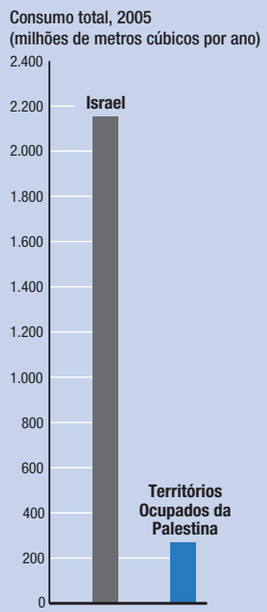
Qual o motivo destas disparidades? Os Palestinianos não vêem reconhecidos os seus direitos à água do Rio Jordão — a sua principal fonte de água à superfície. Isto significa que quase todas as necessidades de água dos Territórios Ocupados da Palestina são satisfeitas pelos aquíferos subterrâneos. As leis que regulam as captações levadas a cabo nestes aquíferos têm enorme influência no acesso à água.

A gestão dos aquíferos situados a ocidente e na zona costeira constitui um bom exemplo. Fazendo parte da Bacia do Jordão, o aquífero ocidental é a única importante fonte de água renovável dos Territórios Ocupados da Palestina. Perto de três quartos do aquífero são repostos na zona da Margem Ocidental, e correm daqui em direcção à costa de Israel Grande parte desta água não é utilizada pelos Palestinianos. Motivo: Os representantes israelitas no Comité Conjunto da Água regulam de forma restritiva a quantidade e profundidade dos poços explorados pelos Palestinianos. Mas aos colonos israelitas são aplicadas normas muito menos restritivas, permitindo-lhes extrair água dos poços até maior profundidade. Apesar de disporem de apenas 13% do total de poços da Margem Ocidental, os colonos são responsáveis por cerca de 53% das captações de água subterrânea. A água não utilizada nos Territórios Ocupados da Palestina acaba por correr para o subsolo do território israelita e ser extraída através dos poços instalados no lado de Israel (ver mapa).

Registam-se problemas semelhantes com as águas da Bacia Costeira. Estas raramente chegam à Faixa de Gaza, devido às elevadas taxas de captação no lado israelita. Resultado: as taxas de captação dos aquíferos de superfície na Faixa de Gaza ultrapassam largamente as taxas de reposição, originando uma crescente salinização dos recursos hídricos.

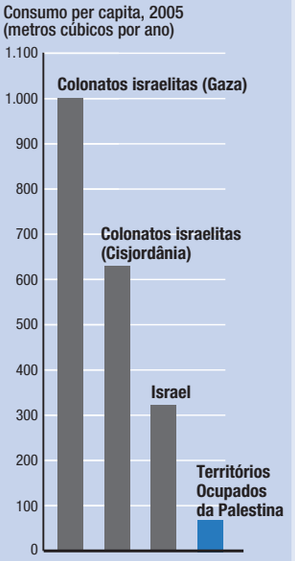
As restrições de acesso à água estão a atrasar o desenvolvimento da agricultura palestiniana. Embora o sector represente uma fatia cada vez mais pequena da economia palestiniana — mal terá atingido os 15% do rendimento e do emprego em 2002 —, ele é, não obstante, crucial para a subsistência de algumas

Figura 1 O consumo de água entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina é desigual



Fonte: Jägerskog e Phillips 2006.

Figura 2 A água é um bem mais escasso para uns do que para outros



Nota: População em movimento-média ponderada; os colonatos israelitas na Faixa de Gaza foram evacuados em Agosto e Setembro de 2005.

Fonte: Jägerskog e Phillips 2006.

Caixa 6.2 Direitos de acesso à água nos Territórios Ocupados da Palestina (continuação)

das pessoas mais pobres. A irrigação está presentemente subdesenvolvida, abrangendo menos de um terço da área que devia ocupar, em consequência da falta de água.

O subdesenvolvimento dos recursos hídricos faz com que muitos Palestinianos dependam do fornecimento de água por parte de empresas israelitas. Isto constitui uma fonte de vulnerabilidade e de incerteza, porque os fornecimentos são frequentemente suspensos durante os períodos de maior tensão.

A construção do controverso Muro de Separação ameaça agravar ainda mais a insegurança da água. A construção do muro teve como resultado a perda de alguns poços palestinianos e a separação dos agricultores dos seus terrenos agrícolas, sobretudo em zonas alimentadas pelas chuvas e altamente produtivas, situadas à volta dos distritos de Belém, Jenin, Nablus, Oalqilya, Ramallah e Tulkarem.

As condições existentes nos Territórios Ocupados da Palestina contrastam com os acordos mais cooperantes que se firmaram noutras zonas do globo. Desde o acordo de paz de 1994, Israel e a Jordânia têm colaborado na construção de instalações de armazenagem de água no Lago Tiberias, que vieram melhorar a distribuição de água aos agricultores jordanos. A estrutura institucional também ajudou na arbitragem de conflitos surgidos a propósito das variações de caudal sazonais e anuais, ainda que este aspecto não tenha sido originalmente abrangido pelo acordo. Noutra zona, o Centro de Pesquisa de Dessalinização do Médio Oriente, sediado em Muscat, Omã, há mais de uma década que tem vindo a promover com êxito investigações multilaterais com vista à descoberta de técnicas de dessalinização eficazes. Da sua direcção fazem parte representantes da Comissão Europeia, Israel, Japão, Jordânia, República da Coreia, Países Baixos, Autoridade Palestiniana e Estados Unidos.

Gestão dos aquíferos — Palestinianos e Israelitas fazem uma partilha desigual das águas subterrâneas



Talvez mais do que em qualquer outro cenário mundial, a segurança da água nas relações entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina está ligada a problemas mais vastos, de conflito e de diferentes noções sobre a segurança nacional. Contudo, a água também é um poderoso símbolo do amplo sistema de interdependência hidrológica que liga todas as partes. Gerir esta interdependência de forma a aumentar a equidade poderá constituir um grande contributo para a segurança humana.

Fonte: Elmusa 1996; Feitelson 2002; Jägerskog e Phillips 2006; MEDRC 2005; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; Phillips e outros 2004; Rinat 2005; SUSMAQ 2004; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; Weinthal e outros 2005.

Uma das mais importantes facetas da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços é a soberania dos estados. Nas disputas relacionadas com os rios que partilham com o México, os Estados Unidos adoptaram, em 1895, a Doutrina Harmon. Sendo um modelo de soberania absolutista, a Doutrina Harmon defende que, na ausência de legislação contrária, os estados deverão ser livres de usar os recursos hídricos sob a sua jurisdição sem terem em conta os efeitos produzidos além fronteiras. A legislação nacional de muitos países ainda conserva variantes desta forma de encarar a questão. A Lei Parlamentar de 2001 do Cazaquistão estipula que todos os recursos hídricos que têm origem dentro do território deste país lhe pertencem.

Uma fórmula de análise da gestão das águas transfronteiriças que se revelou útil identifica quatro patamares de vantagens potenciais da cooperação: benefícios para o rio, benefícios a retirar do rio, benefícios resultantes do rio e benefícios para além do rio

O princípio, essencialmente concorrencial, da integridade territorial absoluta sugere que as nações ribeirinhas a jusante têm direito de acesso aos caudais naturais dos rios provenientes das zonas ribeirinhas a montante. Por vezes, com o objectivo de contestarem esta visão de soberania absoluta, os estados situados a jusante recorrem ao princípio paralelo da propriedade primitiva, ou seja, à ideia de que a utilização no passado confere o direito à utilização futura do mesmo volume de água.[24]

Na prática, a maioria dos governos assume que a visão absolutista dos direitos à água é uma orientação inútil que serve desígnios políticos. Após décadas de debates sobre a matéria, a Convenção das Nações Unidas para o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-Navegáveis, reunida em 1997, sistematizou princípios de partilha da água baseados nas Normas de Helsínquia de 1966. Os princípios fundamentais assentam numa «utilização equitativa e razoável», «não demasiado nociva» e «sujeita a notificação prévia». A ideia genérica é de que a gestão dos cursos de água internacionais deveria ser realizada tendo em linha de conta os efeitos do consumo noutros países, a existência de recursos hídricos alternativos, a dimensão da população afectada, as necessidades económicas e sociais dos estados a que os cursos de água dizem respeito, e a conservação, protecção e evolução do curso de água propriamente dito.

A aplicação destes princípios está repleta de dificuldades, em parte devido ao argumento óbvio de que eles não fornecem instrumentos de resolução de reivindicações antagónicas. Os consumidores a montante podem argumentar com as suas necessidades socio-económicas para defenderem, por exemplo, a construção de barragens destinadas à produção de energia hidroeléctrica. Os estados a jusante podem opor-se a estas medidas, argumentando com as suas próprias necessidades socio-económicas e com o consumo que já faziam no passado. A dificuldade associada aos princípios da concorrência e as preocupações relacionadas com a soberania nacional ajudam a explicar o motivo por que apenas 14 países fazem parte da convenção da ONU. E também por que não existe na prática um mecanismo de coacção—em 55 anos, o Tribunal Internacional de Justiça condenou apenas um caso relacionado com rios internacionais.

E no entanto, apesar de todas as suas limitações, a convenção de 1997 estabeleceu princípios cruciais para o desenvolvimento humano. Ela fornece um quadro legal que coloca as pessoas no centro da gestão das águas transfronteiriças. Igualmente importante é a Comissão Económica das Nações Unidas para a Convenção Europeia sobre Protecção e Uso dos Cursos de Água Transfronteiriços e dos Lagos Internacionais (CEPUCT) de 1992. Esta convenção concentra-se, sobretudo, na qualidade da água, considerando explicitamente as bacias hidrográficas como unidades ecológicas únicas. A convenção de 1992 também enfatiza as responsabilidades dos estados membros, com base nas necessidades de água presentes e não no seu historial de consumo de água — um importante princípio de desenvolvimento humano. O CEPUCT já está em vigor e poderá tornar-se universal se 23 países que não são membros da Comissão Económica para a Europa o subscreverem: quatro deles já o fizeram. Depois de todos os apelos intuitivos lançados por ambas as convenções, o desafio político que se coloca agora é o de pôr em execução estes enquadramentos legais, ajustando-as aos problemas de gestão da água sentidos no mundo real.

No rio e para além do rio

A defesa da cooperação, e dos mecanismos que a conformam, varia inevitavelmente conforme o sistema internacional de água partilhada em causa. No seu modelo mais básico, a cooperação implica actuar de forma a minimizar as consequências adversas da procura concorrencial, enquanto se maximizam os potenciais benefícios das soluções partilhadas. Se partirmos do princípio de que os estados procuram defender os seus interesses racionais e legítimos, a cooperação só resultará se os seus benefícios previsíveis ultrapassarem os custos de uma não-cooperação. Se pudermos realçar os interesses que cada parte tem na matéria, mais facilmente poderemos identificar e alargar o leque de potenciais benefícios.

Uma fórmula de análise da gestão das águas transfronteiriças que se revelou útil levou à identificação de quatro patamares de vantagens potenciais da cooperação:[25]

- Benefícios *para* o rio.
- Benefícios *a retirar* do rio.
- Benefícios *resultantes do* rio.
- Benefícios *para além* do rio.

Benefícios para o rio

A conservação, protecção e melhoramento dos rios podem gerar benefícios para todos os consumidores. Na Europa, o Plano de Acção do Reno, implementado em 1987, marca a última etapa de uma cooperação destinada a melhorar a qualidade do rio no interesse de todos os seus utilizadores. Este plano assinala o culminar de

Caixa 6.3 A experiência europeia na gestão das bacias fluviais: os rios Reno e Danúbio

Os rios são elos de ligação entre as pessoas e os seus meios de subsistência, para além das fronteiras nacionais. Os rios limpos são um bem público — os rios poluídos são veículos de circulação de males públicos transfronteiriços. A história europeia mostra-nos os benefícios do investimento que encara os rios como bem públicos à escala regional.

O Reno. O Rio Reno, um dos maiores sistemas fluviais da Europa, desce os Alpes Suíços e atravessa o leste da França até ao Vale de Ruhr, na Alemanha, para chegar finalmente aos Países Baixos. No início do século XIX, ele já era sinónimo de poluição. Em 1828, uma visita à cidade de Colónia impeliu Samuel Coleridge a escrever:

O rio Reno, todos sabemos
Lava esta vossa cidade de Colónia
Mas dizei-me vós, ó Ninfas, que poder divino
Poderá doravante lavar o rio Reno?

Nenhum poder, divino ou terrestre, lavou o rio. À medida que a industrialização foi avançando, o Reno transformou-se num enorme vazadouro poluído. Arrastava nas suas correntes os resíduos das indústrias químicas da Suíça, da indústria de potassa da França e das indústrias metalúrgicas e de carvão da Alemanha, transferindo-os para os Países Baixos. Entre 1900 e 1977, as concentrações de crómio, cobre, níquel e zinco subiram para níveis tóxicos. Na década de 50, o peixe quase desaparecera das zonas média e montante do Reno. Além de envenenar o rio, a poluição das indústrias da Alemanha e da França ameaçava a água para consumo humano e para a indústria de floricultura nos Países Baixos.

A operação de limpeza teve início após a Segunda Guerra Mundial. Em 1950, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos e Suíça criaram a Comissão Internacional para a Protecção do Reno (CIPR). O seu objectivo inicial era a pesquisa e recolha de dados, mas em meados dos anos 70, foram concluídos dois acordos sobre poluição química e cloretos. Estes últimos visavam reduzir a poluição em França e na Alemanha, embora a cooperação se tenha mostrado difícil de início. A Alemanha, os Países Baixos e a Suíça concordaram em contribuir com 70% dos custos de redução das emissões de cloreto em França. Mas confrontado com uma séria oposição interna, o governo francês recusou-se a submeter a convenção ao Parlamento, para ratificação.

Uma crise ambiental surgida em finais de 1986 — um incêndio numa fábrica de produtos químicos suíça — serviria de estímulo a uma nova ronda de conversações para a cooperação. Por volta de Maio de 1987, nasceria o Plano de Acção do Reno. O seu objectivo era uma redução drástica dos níveis de poluição. Quando ocorreram as cheias de 1993, o campo de acção da CIPR alargou-se, passando a abranger a protecção contra cheias. No ano seguinte, foi assinado um novo Tratado do Reno, e em 2001, foi adoptado o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Reno para 2020.

O CIPR é hoje em dia um organismo intergovernamental eficaz, ao qual os estados membros têm de prestar contas das suas acções. Dispõe de uma assembleia plenária, um secretariado e um departamento técnico — e uma considerável autoridade política, exercida através de uma conferência de ministros com poder decisório politicamente vinculativo. As organizações não-governamentais gozam do estatuto de observadores, o que facilita a participação da opinião pública. Estas estruturas e instituições cooperativas levam tempo a formar-se e funcionam melhor se dispuserem de lideranças políticas de alto nível.

O Danúbio. Talvez mais do que nenhum outro rio, o Danúbio reflecte a história turbulenta do século XX na Europa. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, o maior país servido pela bacia hidrográfica era o Império Austro-Húngaro. No final da Segunda Guerra Mundial, a maior parte dos países ribeirinhos do Danúbio passou a fazer parte do bloco soviético. Com a desagregação da Checoslováquia, da União Soviética e da Jugoslávia, o Danúbio passou a ser a bacia hidrográfica mais internacionalista do mundo.

O fim da guerra fria e a posterior adesão de diversos países da bacia à União Europeia fizeram com que toda a bacia hidrográfica pudesse ser encarada numa base de cooperação internacional. Em Fevereiro de 1991, todos os estados à volta da bacia concordaram em criar a Convenção para a Protecção e Gestão do Rio. Em 1994, foi assinada a Convenção do Danúbio e criada a Comissão Internacional para a Protecção do Rio Danúbio (CIPRD), que entraria em vigor em Outubro de 1998. A Sérvia e Montenegro aderiu ao tratado em 2002, e a Bósnia e Herzgovina em 2004.

A direcção institucional da CIPRD assenta numa conferência de todos os países envolvidos, numa comissão plenária, em nove grupos de peritos e de trabalho e num secretariado permanente sediado em Viena. Entre os 11 observadores da comissão incluem-se diversos organismos profissionais, o Forum Ambiental do Danúbio, o Fundo Mundial para a Natureza e a Associação Internacional de Empresas de Abastecimento de Água na Zona de Captações do Rio Danúbio.

Desde 2001, quando teve início a Parceria Estratégica para a Redução de Nutrientes do Danúbio — Mar Negro, o investimento do Projecto Ambiental Global, no valor de aproximadamente 100 milhões de dólares, rendeu quase 500 milhões de dólares em co-financiamentos, além de outros investimentos adicionais destinados à redução dos nutrientes, por parte da União Europeia, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e outros, num total de 3,3 mil milhões de dólares. Os ecossistemas do Mar Negro e do Rio Danúbio já mostram sinais de recuperação da séria eutrofização dos anos 70 e 80. A depauperação dos níveis de oxigénio já quase não se fazia sentir em anos recentes. E a diversidade de espécies quase duplicou comparativamente com os valores de 1980. O ecossistema do Mar Negro está prestes a atingir as condições observadas nos anos 60.

O Danúbio é um exemplo da forma como a cooperação institucional consegue despoletar benefícios mútuos que vão reforçar a posição de todas as partes além fronteiras. À medida que os governos e a opinião pública dos países ribeirinhos foram vendo emergir os benefícios da cooperação, a autoridade e a legitimidade destas instituições também se viu reforçada. Mas o sucesso da cooperação implicou enormes investimentos, quer em termos de capital financeiro quer político.

Fonte: Barraqué e Mostert 2006.

mais de meio século de intercâmbios sucessivos entre a França, a Alemanha, os Países Baixos e a Suíça, com vista à elaboração gradual de uma resposta proporcional à dimensão da ameaça com que os seus interesses partilhados se confrontavam (caixa 6.3).

O aumento dos benefícios retirados do rio e a diminuição dos custos resultantes do rio poderão proporcionar maiores possibilidades de desenvolvimento humano, de crescimento económico e de cooperação a nível regional

Em regiões do mundo mais pobres, a manutenção da integridade dos sistemas fluviais pode gerar enormes benefícios para a subsistência das pessoas. Um exemplo disto é a prevenção ou a inversão de problemas como a degradação das bacias hidrográficas a montante e a exploração de água subterrânea, que expõem os consumidores situados a jusante perante o risco de inundações ou de faltas de água. As cheias de 2000 e 2001 dos rios Limpopo e Save tiveram um impacto severo nas populações pobres que residiam nas zonas mais vulneráveis dos leitos de cheia, em Moçambique. A erosão dos solos, a perda de árvores que cobriam as vertentes montanhosas e o consumo excessivo de água nas regiões a montante contribuíram para a gravidade das inundações. A cooperação entre estados com vista à resolução destes problemas é um reflexo da noção de partilha do risco e dos benefícios mútuos que os sistemas fluviais podem proporcionar aos povos.

Benefícios a retirar do rio

O facto de a água ser um recurso limitado leva as pessoas a pensarem que nada têm a ganhar com a sua partilha. Esta ideia está errada em aspectos importantes. A gestão da água das bacias fluviais pode ter por objectivo um aumento dos benefícios gerais, através da optimização do consumo de água com vista ao aumento da terra irrigada, da produção de energia e de benefícios ambientais.

A cooperação ao nível de uma bacia hidrográfica pode promover técnicas eficazes de armazenamento e de distribuição de água, por forma a aumentar o número de acres irrigados. O Tratado das Águas do Indus, de 1960, foi precursor da expansão massiva dos sistemas de irrigação na Índia, que por sua vez desempenharam um papel importante na revolução verde. No Rio Senegal, o Mali, a Mauritânia e o Senegal estão a cooperar entre si na regulação dos caudais do rio e na produção de energia hidroeléctrica através de infra--estruturas em regime de co-propriedade. Na África Austral, o Lesoto e a África do Sul estão a cooperar na construção de infra-estruturas no Rio Orange e no Projecto da Serra do Lesoto, que irá fornecer água a baixo custo à África do Sul, e fluxos financeiros ao Lesoto, que lhe permitirão proceder à manutenção das suas bacias hidrográficas.[26] Na Ásia do Sul, a Índia financiou o complexo hidroeléctrico de Tala, situado no Butão, ganhando com isso uma fonte de energia enquanto o Butão conquistou uma garantia de acesso ao mercado energético indiano.

O Brasil e o Paraguai constituem um exemplo dos benefícios potenciais a descobrir através do intercâmbio e da cooperação. O Acordo de Itaipu, datado de 1973, pôs fim a uma longa disputa fronteiriça que já durava há 100 anos, possibilitando a construção conjunta do gigantesco complexo hidroeléctrico de Guairá-Itaipu. Em grande parte financiada pelo investimento público brasileiro, a Barragem de Itaipu, na Bacia Hidrográfica Paraná-La Plata, possui 18 geradores com uma capacidade de 700 megawatts cada, o que faz dela uma das maiores unidades de energia hidroeléctrica do mundo. Gerida através da Itaipu Binacional, uma companhia conjunta detida pelos dois governos, a unidade consegue satisfazer quase todas as necessidades do Paraguai, mantém uma indústria que é hoje em dia a maior fonte de receitas de câmbios com o estrangeiro, e ainda cobre um quarto do consumo de electricidade do Brasil.[27] Ambos os países ficaram a ganhar com esta cooperação. Um contraste avassalador com a Ásia Central, onde o fracasso da cooperação deu origem a enormes prejuízos.

Benefícios resultantes do rio

Entre os ganhos com a cooperação, podemos incluir os custos evitados através da redução das tensões e disputas entre vizinhos. As relações tensas entre estados resultantes da gestão dos recursos hídricos podem inibir as acções de cooperação regional em várias frentes, incluindo o comércio, os transportes, as telecomunicações e o mercado de mão-de-obra. Como afirmariam dois comentadores, «em algumas bacias fluviais internacionais, pouca coisa circula entre os países ribeirinhos à excepção do próprio rio.»[28] É sempre difícil distinguir os efeitos da gestão da água através da dinâmica mais vasta que regula as relações entre os estados, mas em alguns casos, os custos da não-cooperação podem ser elevados, especialmente em ambientes marcados por preocupações simultâneas de escassez de água e de segurança nacional. Entre os exemplos óbvios do que acabamos de dizer incluem-se as Bacias Hidrográficas do Eufrates, do Indus e do Jordão. As vantagens da cooperação resultantes do rio são, como não podia deixar de ser, difíceis de quantificar, mas os custos humanos e financeiros da não-cooperação podem ser bem reais.

Benefícios para além do rio

O aumento dos benefícios retirados do rio e a diminuição dos custos resultantes do rio poderão proporcionar maiores possibilidades de

desenvolvimento humano, de crescimento económico e de cooperação a nível regional. Em certa medida, é o que acontece com as iniciativas associadas às bacias fluviais.

A abordagem dos sistemas fluviais numa perspectiva de cooperação também poderá gerar benefícios políticos tangíveis. A Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo liga política e economicamente o Egipto a países pobres da África Subsariana. Estes vímculos têm o poder de criar benefícios ainda mais alargados. Por exemplo, o estatuto político que o Egipto conquistou através da Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo poderá reforçar o seu papel enquanto parceiro e campeão dos interesses africanos no âmbito da Organização Mundial de Comércio. Além dos benefícios da cooperação em termos de economia e de segurança, o estatuto internacional dos países também pode ser influenciado pela forma equitativa e justa como, aos olhos dos outros, eles gerem a água em sintonia com os seus vizinhos mais vulneráveis.

Nenhum modelo institucional oferece, por si só, a chave para se alcançarem benefícios da cooperação transfronteiriça. Em termos básicos, a cooperação que visa trazer benefícios ao rio pode optar entre a adopção de acções defensivas e acções mais pró-activas. Um incêndio catastrófico num armazém de produtos químicos situado perto de Basileia, Suíça, preparou o cenário para uma cooperação mais aprofundada na zona do Reno. Mas quando os países ribeirinhos procuram passar das estratégias de cooperação básicas para as mais ambiciosas, têm de recorrer inevitavelmente a uma interacção política mais dinâmica entre a gestão da água e a cooperação política.

No âmbito da União Europeia, a integração política e económica abriu caminho a novas e mais ambiciosas abordagens de gestão das bacias fluviais. A Directiva-Quadro Europeia relativa à Água, datada de 2000, constitui um dos mais arrojados modelos de gestão de água partilhada. O seu principal objectivo é alcançar um «bom estatuto» para todos os recursos hídricos da Europa em 2015: respeitar os padrões de qualidade da água, evitar a extracção excessiva de águas subterrâneas e preservar os ecossistemas aquáticos. Consta, ainda, da referida directiva que os estados devem designar «zonas de bacia fluvial» a contemplar com projectos de desenvolvimento e gestão e com programas previstos para seis anos. No caso das bacias internacionais, estipulou-se inclusivamente que os membros da UE devem coordenar-se com os não-membros da UE. E enquanto isto, deve ser garantida a participação activa de representantes da comunidade.

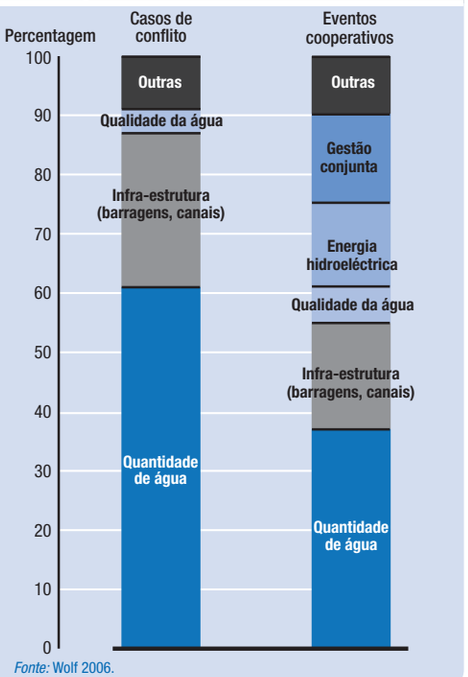
O estado da cooperação

Em contraste gritante com a corrente habitual que prevê um clima de hostilidades associado aos recursos hídricos, os testemunhos da história apresentam-nos uma outra versão. Os conflitos relacionados com a água acontecem e dão origem a tensões políticas, mas a maioria das disputas acaba por se resolver por meios pacíficos. Porém, a ausência de conflitos é, quando muito, apenas um indício de uma boa cooperação.

É, como tal, difícil medirmos o grau de conflitualidade entre governos por causa dos recursos hídricos. Como já tivemos ocasião de sublinhar, a água raras vezes representa uma matéria isolada de política externa. A Universidade do Estado de Oregon tentou compilar um conjunto de dados abrangendo todos os registos de interacções relacionadas com a água, até 50 anos atrás. O que mais surpreende nesses dados é que houve apenas 37 casos de registo de violência entre estados relacionados com a água (e apenas 7 não foram no Médio Oriente). No mesmo período, foram negociados mais de 200 tratados relativos à água entre países. Ao todo, foram registados 1.228 casos de cooperação, comparativamente com os 507 casos de conflito, mais de dois terços dos quais envolvendo apenas hostilidades verbais de pouca gravidade.[29] A maioria dos casos de

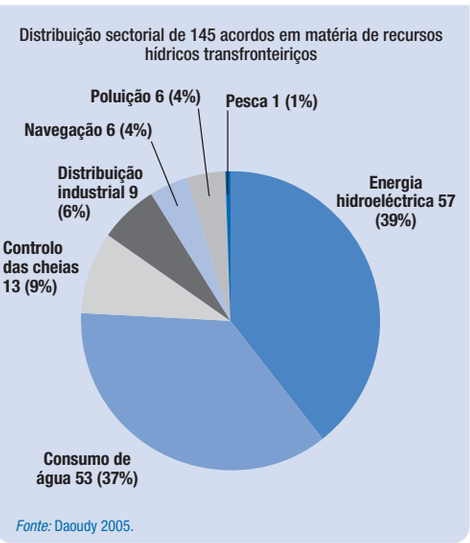
Se olharmos para a última metade do século passado, descobrimos que o resultado porventura mais extraordinário da gestão dos recursos hídricos foi a percentagem de resolução de conflitos — e a durabilidade das instituições de gestão da água

Figura 6.1 **Os conflitos relacionados com a água têm que ver com o volume dos caudais — aqui, a cooperação pode ser muito mais abrangente**



Fonte: Wolf 2006.

Figura 6.2 Para além da quantidade — os acordos sobre água abrangem muitas áreas



Fonte: Daoudy 2005.

contestação relacionavam-se com alterações do volume do caudal das águas e com a criação de novas infra-estruturas, que por sua vez tentavam antecipar o volume e a periodicidade dos futuros fluxos (figura 6.1).

Se olharmos para a última metade do século passado, descobrimos que o resultado porventura mais extraordinário da gestão dos recursos hídricos foi a percentagem de resolução de conflitos — e a durabilidade das instituições de gestão da água. A Comissão Permanente de Água do Indus, que fiscaliza um tratado de partilha dos recursos hídricos e um mecanismo de resolução de conflitos, conseguiu sobreviver e continuou a funcionar durante dois graves conflitos armados que opuseram a Índia e o Paquistão. O Comité Mekong, um organismo conjunto que engloba o Camboja, o Laos, a Tailândia e o Vietname, continuou a trocar dados e informações durante a Guerra do Vietname. Israel e a Jordânia iniciaram uma cooperação de base ao nível dos recursos hídricos sob os auspícios da ONU, no início dos anos 50, quando os dois países estavam formalmente em guerra. Em 1994, criaram um Comité Conjunto da Água destinado a coordenar, partilhar e debater a colonização do território — acordo que já sobreviveu a algumas situações de tensão.

Destas experiências poderemos retirar uma mensagem clara, é que até os inimigos mais hostis conseguem cooperar quando está em jogo a água. A maioria dos governos reconhece que a violência associada à água raras vezes será uma opção estrategicamente exequível ou economicamente viável. As instituições que criaram para evitar os conflitos demonstraram até à data um extraordinário poder de resistência. O tempo considerável que levou a negociar a criação destas instituições — 10 anos no caso do Tratado do Indus, 20 anos para a Iniciativa da Bacia Hidrográfica do Nilo ou 40 para o acordo sobre o Jordão — é testemunho da sensibilidade destas matérias.

Se o conflito constitui a excepção à regra, como cooperam então os países? Uma análise exaustiva de 145 tratados internacionais fornece-nos algumas pistas (figura 6.2). Porventura surpreendente é o facto de apenas cerca de um terço dos casos de cooperação abrangerem regras de distribuição volumétrica. Aspectos como a energia hidroeléctrica, o controlo de inundações e poluição e a navegabilidade são mais comuns.[30] Nos últimos anos, colocou-se especial ênfase na partilha de benefícios, talvez porque as exigências da negociação de regras de distribuição volumétrica representem um maior desafio. E sob uma perspectiva de segurança futura da água, não abordar a volumetria dos caudais pode acarretar problemas.

Um dos aspectos mais graves é que criam condições para o aparecimento de conflitos relacionados com a compatibilização das diversas reivindicações sobre os rios e outros recursos hídricos partilhados, sempre que as disponibilidades diminuem devido a factores sazonais ou a uma depauperação de longo prazo. O acordo Israel-Jordânia de 1994 permite à Jordânia armazenar descargas de Inverno no Lago israelita Tiberias. O acordo também permite a Israel arrendar à Jordânia um determinado número de poços para captação de água destinada aos terrenos agrícolas. Como parte integrante do acordo, foi criado um Comité Conjunto da Água que gere os recursos partilhados. Mas o acordo não pormenoriza o que aconteceria às regras de distribuição em caso de seca. No início de 1999, a maior seca de que há memória provocou um clima de tensão quando o abastecimento de água à Jordânia começou a diminuir. Mas o acordo propriamente dito manteve-se incólume — um balanço que demonstra o grau de compromisso de ambas as partes na prossecução de uma cooperação bem sucedida.

Embora os conflitos sejam raros e a cooperação comum, a maioria dos acordos de cooperação são deveras superficiais. Os governos tendem a negociar acordos sobre projectos de partilha de benefícios muito específicos, tais como a partilha de energia hidroeléctrica ou de informação. Em muitos casos, os factores externos servem para incitar os governos a adoptarem estratégias de cooperação minimalistas. Uma interdição da comercialização de peixe proveniente do Lago Victória, promovida pela UE em 1999 e que teve sérias implicações nas trocas comerciais externas, levou os países da bacia hidrográfica a adoptarem uma regulamentação da pesca comercial através da Organização Piscatória do Lago Victória.

Mas esta reacção visava, sobretudo, a recuperação das receitas comerciais, e não a resolução do enorme impacto que a poluição e o excessivo esforço de pesca estavam a provocar nas condições de subsistência das populações.

Até à data, tem havido pouca cooperação realmente empenhada em atingir as metas mais abrangentes do desenvolvimento humano definidas nas Normas de Helsínquia ou na Convenção da ONU sobre o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-navegáveis, datada de 1997. E o âmbito geográfico da cooperação também é limitado: de 263 bacias hidrográficas internacionais, 157 não dispõem de qualquer modelo de cooperação associado.[31]

E onde estes modelos existem, tendem a ser mais bilaterais do que multilaterais. Das 106 bacias que dispõem de instituições de regulação da água, cerca de dois terços têm três ou mais estados ribeirinhos, e contudo, apenas menos de um quinto possui acordos multilaterais. Frequentemente, até as bacias multilaterais são geridas através de conjuntos de acordos bilaterais. Por exemplo, na Bacia Hidrográfica do Jordão, existem acordos entre a Síria e a Jordânia, entre a Jordânia e Israel, e entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina.

Que obstáculos impedem uma cooperação mais aprofundada? Podemos destacar quatro:

- *Reivindicações antagónicas e imperativos de soberania nacional compreensíveis*. Muitos países continuam profundamente divididos na forma como encaram a partilha da água. A Índia vê os caudais dos Rios Brahmaputra e Ganges como seus recursos nacionais. O Bangladeche vê a mesma água como recurso cuja propriedade reclama com base em padrões anteriores de utilização e nas suas necessidades actuais. As diferenças ultrapassam a simples doutrina: elas relacionam-se directamente com reivindicações que ambos os países entendem legítimas e necessárias às respectivas estratégias de desenvolvimento nacional. Noutras zonas, a realidade da água partilhada tem fraco impacto nas estratégias nacionais. Os países da Ásia Central são fortemente dependentes da água partilhada. Desde a independência que cada um dos países da região elaborou planos de desenvolvimento nacional económico que têm por base os mesmos recursos hídricos. Contudo, esses planos nacionais, desenhados à margem de qualquer estratégia regional de partilha de recursos coerente, não têm em atenção as reais disponibilidades de água. Se os planos tivessem sido agrupados, a compatibilização das necessidades de irrigação e de produção de energia hidroeléctrica teriam mostrado que defendem uma via de utilização de recursos insustentável. Existe o perigo óbvio de os planos nacionais rivais se tornarem fonte de tensões e um obstáculo à cooperação relacionada com os problemas ecológicos partilhados, tais como a recuperação do Mar de Aral.
- *Liderança política fraca*. Os líderes políticos devem explicações aos respectivos eleitorados nacionais, não às comunidades que partilham a mesma bacia hidrográfica ou aos governos que as representam. Nos países onde os problemas da água figuram no topo da agenda política, os factores internos podem constituir um desincentivo à partilha da água e aos benefícios a ela associados: uma partilha de água mais equitativa poderá ser positiva para o desenvolvimento humano no contexto de uma bacia hidrográfica, mas poderá fazer perder votos em casa. Também se levantam problemas de horizonte temporal: os benefícios internos da partilha dificilmente serão visíveis durante o mandato de qualquer elenco governamental. Os incentivos à cooperação passam a ser mais fortes quando os líderes conseguem vislumbrar ganhos políticos imediatos (por exemplo, as receitas adicionais para o financiamento de projectos de irrigação no Paquistão) ou quando estão perante uma crise concreta (como o caso do derramamento químico no Reno).
- *Assimetrias de poder*. Os rios correm através de países marcados por enormes disparidades em termos de riqueza, poder e capacidade negocial. Seria irrealista presumirmos que estas disparidades não influenciam a vontade de cooperar, negociar e partilhar benefícios. Também existem assimetrias gritantes nas zonas de influência de muitos recursos hídricos partilhados, existindo nalguns casos um actor avassaladoramente dominante. O Egipto na Bacia do Nilo, a Índia na zona de captação do Ganges, Israel no Jordão, a África do Sul na Bacia do Incomati e a Turquia na bacia hidrográfica do Tigre-Eufrates são exemplos disso mesmo. As relações de poder desiguais podem ter como efeito a perda do clima de confiança.
- *Ausência de participação em iniciativas associadas à bacia*. A percepção dos benefícios da participação em iniciativas multilaterais associadas à bacia é influenciada pela qualidade dos parceiros envolvidos. O facto de a China não participar na Comissão do Rio Mekong é visto por alguns parceiros como potencial factor de fragilidade da própria comissão. Os países situados a jusante como o Camboja e o Vietname encaram as barragens construídas pela China a montante como uma ameaça ao «pulso de caudal» do rio e aos meios de subsistência que dele dependem. A Comissão do Mekong não é vista como um fórum útil para o debate dos problemas devido à ausência da China.

Uma partilha de água mais equitativa poderá ser positiva para o desenvolvimento humano no contexto de uma bacia hidrográfica, mas poderá fazer perder votos em casa

Os governos reconhecem hoje em número cada vez maior que a realidade da independência hidrológica requer modelos de gestão multilateral mais abrangentes para as bacias hidrográficas

Cooperação para o desenvolvimento humano no contexto das bacias fluviais

Cada sistema fluvial, desde a sua nascente no interior das florestas até à sua desembocadura numa linha de costa, é uma entidade única e deveria ser tratado como tal.
—Theodore Roosevelt[32]

Atendendo às enormes sensibilidades políticas que rodeiam a questão dos recursos hídricos, seria irrealista presumirmos que vai surgir uma nova cultura internacional capaz de transformar a gestão da água nos próximos anos. A perspectiva do interesse nacional continuará a ter enorme influência a esse nível. Mas o interesse nacional pode ser perseguido em termos mais — ou menos — esclarecidos. Como os governos reconhecem hoje em número cada vez maior, a realidade da independência hidrológica requer modelos de gestão multilateral mais abrangentes para as bacias hidrográficas. Os esforços desenvolvidos futuramente ao nível da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços deveriam conduzir-se pelo reconhecimento de dois princípios:

- *A segurança humana na gestão das águas partilhadas é parte integrante da segurança nacional*. A água pode ser um factor de preocupação para a segurança nacional, particularmente nos países que dependem de recursos transfronteiriços para a satisfação de uma percentagem significativa das suas necessidades de água. Mas a segurança humana constitui um argumento poderoso para a adopção de novos modelos de gestão. A gestão das águas partilhadas pode reduzir os riscos imprevisíveis e as vulnerabilidades resultantes da dependência de recursos hídricos partilhados. A cooperação oferece uma via para uma maior previsibilidade e redução de riscos e vulnerabilidades, com benefícios de grande alcance em termos de subsistência dos povos, do meio ambiente e da economia. Além disso, a gestão partilhada dos recursos hídricos pode abrir caminho para um vasto conjunto de benefícios visando a melhoria da segurança humana através de maiores oportunidades de cooperação além fronteiras.
- *As bacias hidrográficas são tão importantes como as fronteiras*. A maioria dos governos defende hoje o princípio da gestão integrada dos recursos hídricos e reconhece a necessidade de estratégias de planeamento que abranjam todo os modelos de utilização. Contudo, o planeamento integrado não pode terminar na linha de fronteira. As bacias dos rios e dos lagos são ecossistemas que se estendem para lá das fronteiras nacionais, e a integridade de qualquer parcela desses sistemas depende da integridade do seu todo. Como tal, a lógica reside em gerir a água ao nível de toda a bacia hidrográfica, mesmo quando ela atravessa as fronteiras para o outro lado.

Cooperação ao nível das bacias hidrográficas

A cooperação ao nível das bacias hidrográficas no seu conjunto já está a ser seguida em muitas regiões. Os modelos de cooperação variam entre a coordenação (como a partilha de informação) até à colaboração (através da elaboração de planos nacionais adaptáveis ao conjunto) ou as acções conjuntas (que incluem parcerias de co-propriedade de infra-estruturas). Nalguns casos, a cooperação conduziu à criação de estruturas institucionais permanentes, através das quais os governos podem interagir regularmente (caixa 6.4).

Uma forma de encarar a cooperação consiste em vê-la como um intercâmbio de pacotes de benefícios que irão aumentar o grau de bem-estar de ambas as partes. Esta perspectiva vai além do simples regateio de quotas volumétricas, para identificar os múltiplos benefícios previsíveis para ambos os lados. Um exemplo deste tipo de abordagem é o diálogo travado entre a Índia e o Nepal acerca dos rios Bagmati, Gandak e Kosi (todos afluentes do Ganges). Os tratados daí resultantes incluíram cláusulas que contemplavam uma série de projectos relacionados com os recursos hídricos, incluindo a irrigação, a produção de energia hidroeléctrica, a navegação, a pesca e, até mesmo, a florestação, cabendo à Índia o financiamento da plantação de árvores no Nepal, a fim de conter a sedimentação a jusante. Apesar dos tratados terem sido emendados por forma a atenderem aos receios nepaleses, as suas estruturas alargadas são bons exemplos da importância que os pacotes de benefícios podem assumir na concepção de soluções criativas.

Os modelos de gestão cooperativos demonstram ter capacidade para atrair benefícios que ultrapassam o âmbito do rio propriamente dito. Mais de 40% dos tratados relativos às águas transfronteiriças incluem cláusulas que vão além da mera gestão das águas partilhadas.[33] Seguem-se alguns exemplos:

- *Fluxos de recursos financeiros*. Vários acordos incluem cláusulas relativas aos investimentos, como é o caso do financiamento de um projecto

Caixa 6.4 A cooperação ao nível das bacias fluviais pode assumir muitas formas

Existem instituições de cooperação em inúmeras bacias fluviais, embora o seu impacto seja bastante diversificado. Os exemplos aqui apresentados demonstram que os governos podem unir-se em contextos muito diferentes, com o objectivo de gerirem os recursos hídricos partilhados. O desafio consiste em reforçar e aprofundar a noção de interesses partilhados que fundamenta a cooperação e conceber instituições eficazes, transparentes e responsáveis que respondam aos desafios do futuro.

A Comissão do Rio Mekong. A Comissão do Rio Mekong foi fundada em 1995 com o estatuto de agência inter-governamental para os quatro países da bacia inferior do Mekong: Camboja, Laos, Tailândia e Vietname. A comissão substituiu o Comité do Mekong (1957-1976) e o Comité Interino do Mekong (1978-1992), estabelecendo assim um novo patamar de cooperação na Bacia do Mekong. Esta comissão é constituída por três departamentos permanentes: o secretariado, o comité técnico conjunto e o conselho ministerial. Foram instituídos comités nacionais do Mekong em cada estado-membro, para coordenar os ministérios nacionais e departamentos afins, e para estabelecer a ligação daqueles com o Secretariado. Desde 2002 que representantes seleccionados da sociedade civil também têm sido convidados a participar nas reuniões dos comités e do conselho.

Iniciativa da Bacia do Nilo. A Iniciativa da Bacia do Nilo possui uma estrutura semelhante: um conselho de ministros, um comité de aconselhamento técnico e um secretariado. No entanto, a iniciativa é muito mais recente e possui pouca experiência em programas de parceria. Até há pouco tempo, as questões relacionadas com os recursos hídricos estavam circunscritas às quotas volumétricas acordadas entre o Egipto e o Sudão. Mas hoje em dia, a iniciativa centra-se num conjunto de benefícios que podem estender-se a toda a bacia, desde a energia hidroeléctrica até ao controlo das cheias ou à sustentabilidade ambiental, estando também em preparação um Programa de Acção Estratégica destinado a identificar novos projectos de cooperação. Alguns doadores estão a tentar promover a participação de grupos da sociedade civil, através do Secretariado do Gabinete Internacional do Nilo.

Organização de Desenvolvimento do Rio Senegal. A Bacia do Rio Senegal tem registado sólidos progressos ao nível da gestão integrada de recursos hídricos entre o Mali, a Mauritânia e o Senegal. A Guiné associou-se a esta organização recentemente. A cooperação teve início pouco depois de os estados ribeirinhos se terem tornado independentes, quando em 1964 o rio foi declarado um curso de água internacional. Em 1972, a Organização de Desenvolvimento do Rio Senegal foi lançada com uma conferência de chefes de estado, um conselho de ministros, um alto-comissário, três departamentos de aconselhamento e os respectivos gabinetes nacionais. Uma forte liderança política garantiu a angariação de fundos a tempo de financiar a construção de duas barragens em regime de co-propriedade, geridas por empresas independentes.

Paralelamente ao desenvolvimento institucional e de infra-estruturas, foram elaborados planos contemplando esquemas de gestão integrada dos recursos hídricos de bacias hidrográficas. Uma Comissão Permanente para a Água reúne-se três vezes por ano, a fim de determinar o padrão de consumo mais indicado para a água proveniente das duas barragens. As barragens fornecem electricidade aos três países e água para irrigação aos agricultores de zonas de precipitação mais instável. Também foram desenvolvidos esforços no sentido de controlar as cheias nas regiões do vale situado a montante e no delta. Foram implementados programas destinados a minimizar os impactos ambientais negativos, tais como a propagação do jacinto aquático e o aumento da salinidade do solo.

O Projecto de Recursos Hídricos da Zona Montanhosa do Lesoto na Bacia Hidrográfica do Rio Orange. O acordo de 1986 contempla a transferência de águas do Rio Senqu, situado no território rico em recursos hídricos do Lesoto, até ao rio Vaal, na África do Sul. Em troca, o Lesotho recebe direitos aduaneiros. Na mesma linha dos princípios de gestão de recursos hídricos integrados, o projecto hídrico também está ligado à Comissão da Bacia do Orange-Senqu, fundada em 2000.

Comissão da Bacia do Rio Limpopo. O primeiro acordo multilateral entre o Botsuana, Moçambique, a África do Sul e o Zimbabué deu origem, em 1986, à Comissão Técnica Permanente da Bacia do Limpopo, criada com o objectivo de prestar aconselhamento para a melhoria da água em termos quantitativos e qualitativos. No entanto, as tensões políticas impediram uma cooperação entre as partes. Após o fim do apartheid, foram reatadas as negociações, a começar pela comissão permanente de 1997, que visava a cooperação entre o Botsuana e a África do Sul. Em 2003, foi acordada a criação de uma Comissão do Curso de Água do Limpopo, com o objectivo de implementar o protocolo de água da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Nesse mesmo ano, foi criada a Comissão da Bacia do Rio Limpopo, com o objectivo de gerir a bacia como um todo.

Fonte: Amaaral e Sommerhalder 2004; Lindemann 2005.

hidroeléctrico no Laos por parte da Tailândia, o auxílio da Índia ao Paquistão na construção de infra-estruturas de irrigação ao abrigo do Tratado de Águas do Indus, e o papel da África do Sul na melhoria dos recursos hídricos das zonas montanhosas do Lesoto.

- *Comércio de recursos energéticos*. A criação de mercados de comercialização de energia hidroeléctrica pode gerar benefícios quer para os importadores quer para os exportadores. Entre os exemplos destas trocas contam-se a aquisição por parte do Brasil de electricidade proveniente da barragem de Itaipu, situada na bacia do Paraná-La Plata, pertencente ao Paraguai, e a aquisição por parte da Índia de energia hidroeléctrica proveniente da barragem de Tala, pertencente ao Butão.
- *Partilha de dados*. A troca de informação é um aspecto crucial na gestão integrada dos recursos hídricos, em termos de bacias hidrográficas. O primeiro plano quinquenal do Comité do Mekong consistia, quase exclusivamente, em projectos de recolha de dados que visavam a criação de condições para uma gestão mais eficaz da bacia hidrográfica.
- *As ligações políticas como parte das conversações gerais de paz*. Os acordos relativos aos recursos hídricos podem contribuir para negociações po-

Quadro 6.4 Benefícios potenciais na sub-bacia do Kagera

Alcance geográfico do benefício	Benefício
Região	• Estabilidade e «dividendos de paz» • Integração económica (Comunidade da África Oriental, Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo) • Unidades infra-estruturais regionais
Países ribeirinhos	• Controlo de sedimentos • Gestão da bacia hidrográfica • Fornecimento de energia e electrificação rural • Irrigação e comércio agrícola • Regulação fluvial • Conservação da biodiversidade • Desenvolvimento comercial • Desenvolvimento do sector privado
Regiões ribeirinhas a jusante	• Controlo de qualidade da água • Controlo do jacinto aquático • Redução dos sedimentos • Estabilidade regional • Mercados em crescimento

Fonte: Jägerskog e Phillips 2006; Banco Mundial 2005f.

líticas mais alargadas. O acordo hídrico entre Israel e a Jordânia fez parte do acordo de paz firmado entre os dois países, em 1994. Um eventual acordo politico definitivo entre Israel e os Territórios Ocupados da Palestina teria de incluir, também, um acordo relativo aos recursos hídricos partilhados por ambas as partes.

Algumas iniciativas associadas às bacias fluviais poderiam vir a gerar benefícios significativos para o desenvolvimento humano, no âmbito de um vasto grupo de países. Vejamos o caso da Iniciativa da Bacia do Nilo. Cinco dos 11 países que partilham o Nilo incluem-se entre os mais pobres do mundo. Qualquer dos 11 considera os recursos do Nilo como essenciais para a sua sobrevivência. Numa situação em que não houvesse cooperação, isto poderia constituir uma fonte de conflito e de insegurança. Mas a gestão cooperativa contribui para a partilha de benefícios por toda a bacia hidrográfica e ajuda a prevenir situações de risco. A cooperação pode identificar formas de reduzir as perdas decorrentes das inundações, de explorar o potencial de energia hidroeléctrica e de irrigação e de conservar um ecossistema que se estende do Lago Vitória até ao Mediterrâneo.

Se olharmos mais longe do que as fronteiras nacionais, poderemos constatar que a sub-bacia nos oferece uma perspectiva mais alargada das possíveis opções de cooperação. A sub-bacia do Kagera, integrada no sistema fluvial do Nilo e partilhada pelo Burundi, Ruanda, Tanzânia e Uganda, é a principal fonte de água que alimenta o Lago Vitória e o Nilo Branco.[34] Os depósitos de aluvião, os pântanos, as florestas e a fauna da bacia constituem um ecossistema que tem sido submetido a grande pressão devido à crescente densidade dos povoados humanos. As tentativas de cooperação institucional levadas a cabo nas décadas de 70 e 80 sofreram constrangimentos financeiros e de capacitação. Nos primeiros cinco anos de funcionamento, a Organização da Bacia do Kagera registou um aumento orçamental de apenas um décimo.[35] Na década de 90, as guerras civis no Burundi e no Ruanda praticamente mataram o processo de cooperação. Só recentemente têm sido lançados, sob a égide da Iniciativa da Bacia do Nilo e do Programa de Acção Subsidiário dos Lagos do Nilo Equatorial, um conjunto de projectos mais sustentáveis. Caso seja bem sucedido, o Kagera poderá tornar-se num modelo para mais projectos de cooperação integrada na bacia do Nilo (quadro 6.4).

A África Austral constitui mais um exemplo marcante de cooperação regional. Os recursos hídricos são uma importante área de cooperação e integração no contexto da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral. Durante a era do apartheid, poucos países na região estavam dispostos a cooperar com a África do Sul. Desde o fim do apartheid que a gestão partilhada da água tem sido parte integrante da cooperação regional, cabendo aos líderes políticos um papel importante na definição de novas regras e na criação de novas instituições. O elevado nível de cooperação existente reflecte o facto de todos os países na região terem consciência de que quando um perde perdem todos, e quando um ganha também ganham todos (caixa 6.5). Seguindo o exemplo desta iniciativa, a União Africana adoptou, em Fevereiro de 2005, a Declaração Sirte que incentiva os estados-membros a estabelecerem protocolos regionais que possam promover a gestão integrada da água e um desenvolvimento sustentado da agricultura em África.

A perspectiva da cooperação à luz de pacotes de benefícios representa mais do que um mero enquadramento analítico. Pode ajudar certos países a verem para lá dos objectivos limitados de autonomia e oferece aos líderes políticos opções «vendáveis» junto dos respectivos eleitorados. Esta perspectiva permite aos países mais pequenos negociarem numa posição reforçada, através da oferta de cedências, em troca de um leque de benefícios. Também pode gerar fluxos financeiros, alargar o âmbito da cooperação e abrir a possibilidade de novas parcerias para além dos recursos hídricos. Contudo, para atingir estes fins, são necessárias instituições fortes.

Estruturas institucionais fracas de gestão de recursos hídricos

As instituições internacionais de recursos hídricos servem diversos objectivos. Podem servir como fóruns de discussão neutrais, levar a cabo iniciativas de recolha de dados e de investigação por conta dos

Caixa 6.5 África Austral — integração regional através da cooperação em rios internacionais

A África Austral tem 15 grandes rios internacionais. Na década subsequente ao fim do apartheid, a África do Sul usou os recursos hídricos como forma de sustentar a sua integração regional. As relações políticas melhoradas constituem um factor de: tentativas anteriores de cooperação no Rio Zambeze fracassadas sem o envolvimento da África do Sul. Tal é a dimensão da economia da África do Sul, que encabeça os incentivos económicos para a cooperação na região. O processo de criação de parcerias nas bacias hidrográficas foi desencadeado por uma exigência operacional de aumento do fornecimento de água ao centro económico da África do Sul. No entanto, desde então que a cooperação na bacia hidrográfica tem sido consolidada através da melhoria dos relacionamentos políticos entre os estados adjacentes à bacia.

Inovação legislativa. O protocolo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (CDAA), assinado em Agosto de 1995, baseou-se nas Normas de Helsínquia, que davam forte ênfase à soberania dos estados. Quando Moçambique e a África do Sul assinaram, em 1997, a Convenção da ONU para o Uso dos Cursos de Água Partilhados Não-navegáveis, Moçambique insistiu para que fossem feitas revisões posteriores. Um protocolo revisto, assinado em 2000, conferiu uma maior predominância aos estados a jusante e às necessidades ambientais. Também estabeleceu procedimentos formais para a notificação, negociação e resolução de conflitos. Este protocolo reforçado também tinha por base a legislação nacional. O Acto Sul-Africano da Água, datado de 1998, estipula como um dos seus objectivos o respeito pelas obrigações internacionais no capítulo da gestão da água ao nível regional. Como resultado disto, a credibilidade da África do Sul no processo aumentou.

Reforçar o enquadramento institucional. A finalidade do protocolo revisto era promover a agenda CDAA para a integração regional e o alívio da pobreza. Os estados-membros adoptaram acordos e instituições relativos aos cursos de água, encorajando a coordenação e a harmonização da legislação e das políticas, e promovendo a investigação e a troca de informação. Foram iniciados vários programas visando estes objectivos, como a formação profissional para a gestão integrada de recursos hídricos, trabalhos conjuntos para a recolha de dados, e mudanças implementadas desde 2001 com vista à concentração da gestão.

Plano de acção estratégico regional. Está em preparação um plano de acção estratégico para a gestão da água no período entre 2005 e 2010. Este plano centra-se no desenvolvimento dos recursos hídricos através da monitorização e da recolha de dados, no desenvolvimento de infra-estruturas (para aumentar a segurança no acesso à energia e à alimentação, bem como na criação de sistemas de fornecimento de água às pequenas cidades e aldeias fronteiriças), na construção de instalações (para fortalecer as organizações da bacia fluvial) e na gestão dos recursos hídricos. Cada área conta com os seus próprios projectos, envolvendo a participação de comités nacionais da CDAA, uma comissão técnica, as organizações das bacias fluviais e os departamentos executivos.

Mas ainda subsistem vários desafios. Não existe uma política regional de longo prazo para os recursos hídricos, pelo que os projectos vão sendo implementados bacia a bacia. As variações sazonais continuam a impor uma pressão concorrencial sobre as disponibilidades de água. Também existem atrasos na implementação das leis nacionais reformistas e incertezas quanto aos procedimentos a adoptar na resolução de conflitos.

Fonte: Lamoree e Nilsson 2000; Leestemaker 2001; Nakayama 1998; SADC 2000, 2005a,b; UNEP 2001; van der Zaag e Savenije 1999; Conley e van Niekerk 2000.

estados-membros, monitorizar o cumprimento das directivas dos tratados e aplicar sanções aos estados transgressores. Atendendo à fragilidade dos tratados enquanto documentos isolados, o investimento de energias na criação de instituições sustentáveis seria altamente benéfico. A sustentabilidade é uma necessidade básica, porque as bacias hidrográficas são constantemente sujeitas a pressões, sejam elas biofísicas, geopolíticas ou socio-económicas. As instituições são, como tal, os amortecedores que aumentam a capacidade de resistência das bacias perante mudanças súbitas.

Não existe falta de iniciativas ou de instituições nas bacias fluviais. A maioria possui duas características em comum. O seu funcionamento quotidiano é dominado por técnicos especializados que realizam um trabalho fundamental e que não têm envolvimentos políticos de alto nível. O lado positivo reside na existência de uma estrutura institucional para a cooperação nas bacias fluviais que se centra em projectos comedidos, em vez de ganhos em larga escala no rio e para além dele. Destacamos alguns sinais:

- *Mandatos limitados*. Na maioria dos casos, espera-se que as organizações nas bacias fluviais trabalhem em áreas técnicas circunscritas, como a recolha de dados ou a monitorização de fluxos hídricos para lá das fronteiras. Isto limita a sua capacidade de enfrentarem os desafios socio-económicos e ambientais que se colocam na bacia hidrográfica — ou de desenvolverem sistemas mais alargados de partilha de benefícios para promover o desenvolvimento humano.
- *Autonomia restrita*. A maior parte da cooperação no âmbito das bacias fluviais é realizada através de uma autonomia institucional altamente limitada. Isto constitui uma fragilidade, porque uma certa dose de autonomia pode contribuir para aumentar quer a objectividade quer a legitimação das instituições. A Autoridade Autónoma Binacional do Lago Titicaca, criada pela Bolívia e pelo Peru em 1996, demonstra como a autonomia plena sobre as decisões técnicas, administrativas e financeiras pode tornar as instituições mais eficazes. Esta autoridade preparou uma estratégia a 20 anos para gerir as disponibilidades de água e monitorizar a sua qualidade. Apesar de não ser independente do governo, a visão desta instituição vai além da mera luta por interesses nacionais e é vista pelas duas partes como uma fonte de aconselhamento credível em assuntos relacionados com a gestão do lago. Em

Atendendo aos diferentes contextos estratégicos, políticos e económicos existentes nas bacias hidrográficas internacionais, é de admitir a promoção e apoio a qualquer tipo de cooperação, por mais insignificante que ela seja

contrapartida, a Comissão Hídrica de Coordenação Inter-Estadual na Bacia do Mar de Aral e o Fundo Internacional para o Mar de Aral, que gozam de uma capacidade e autonomia limitadas, têm sido palco de rivalidades inter-estaduais, que por sua vez se reflectem em disputas associadas à contratação do seu pessoal e à representatividade dos países.

- *Fraca capacidade institucional*. As organizações ligadas às bacias fluviais têm, frequentemente, falta de técnicos qualificados, pessoal pouco preparado e responsáveis sem linhas de orientação definidas ao nível da programação de objectivos e da concepção de projectos. A Autoridade da Bacia do Níger, criada em 1980, manteve-se ineficaz mau grado às diversas reestruturações por que passou. Devido à falta de apoio financeiro ou político, foi-lhe impossível desenvolver estratégias para um desenvolvimento socioeconómico e uma conservação ambiental integrados, conforme previsto nos seus pressupostos. Só desde há pouco tempo atrás os países das bacias hidrográficas começaram a assumir a sua interdependência da bacia e a darem o seu contributo financeiro para a autoridade.
- *Financiamento insuficiente*. O processo de negociação para a criação de instituições ligadas às bacias fluviais pode ser tão importante como os resultados obtidos. As negociações equilibradas são dispendiosas, porque se prolongam, muitas vezes, por longos períodos de tempo, e também devido à necessidade de dados técnicos e de formação jurídica. Sobretudo as iniciativas na África Subsariana têm sido afectadas pela falta de financiamento adequado, o que tem inviabilizado a cooperação institucional. Nos últimos 15 anos, a Comissão da Bacia do Lago Chade tem vindo a debater o desvio de águas do Rio Ubangi para o Rio Chari, que desagua no lago. Trata-se de uma prioridade urgente face à contracção acelerada do lago. No entanto, até à data, os cinco países membros apenas conseguiram angariar 6 milhões de dólares para custear um estudo de viabilidade. De acordo com as tendências actuais, o projecto em si deverá levar mais 10 a 20 anos a atingir, o que já poderá revelar-se tarde demais.[36] Da mesma forma, o Fundo Internacional para o Mar de Aral, destinado a funcionar como mecanismo de financiamento para projectos no Mar de Aral, não conseguiu reunir as contribuições dos cinco estados da Ásia Central.
- *Falta de mecanismos coercivos*. A capacidade das instituições para obrigarem ao cumprimento dos acordos é um facto importante, principalmente porque a ausência de obrigatoriedade enfraquece a credibilidade e desincentiva o cumprimento dos acordos negociados. Uma fraco poder de coacção pode abalar até os tratados mais imaginativos. Em 1996 e 1997, após anos de disputa, foram assinados dois tratados destinados a encontrar soluções equitativas de partilha dos recursos hídricos no Syr Darya e a explorar os recursos energéticos. A sua implementação foi afectada pelo não-cumprimento e pela falta de mecanismos coercivos. Pelo contrário, a experiência de Israel e da Jordânia durante a seca de 1999 demonstra como as instituições conseguem solucionar conflitos que, de outro modo, poderiam vir a ter repercussões políticas significativas. Diferença: os acordos entre Israel e a Jordânia contemplavam mecanismos coercivos.

Criação de condições para a cooperação

Existe um vasto leque de casos que recorreram à cooperação. A cooperação não tem de ser sempre aprofundada — no sentido de concordar com a partilha de todos os recursos e envolver-se em todo o tipos de iniciativas cooperativas — para que os estados retirem benefícios dos rios e lagos. Na verdade, atendendo aos diferentes contextos estratégicos, políticos e económicos existentes nas bacias hidrográficas internacionais, é de admitir a promoção e apoio a qualquer tipo de cooperação, por mais insignificante que ela seja. Existem, no entanto, alguns procedimentos muito claros que os estados, os organismos da sociedade civil e as organizações internacionais podem adoptar, no sentido de criarem as condições para uma cooperação inicial e a implementação de sistemas de partilha de benefícios mais alargados. Destacamos alguns requisitos:

- Avaliação das necessidades e metas do desenvolvimento humano.
- Criação de um clima de confiança e reforço da legitimação.
- Aumento da capacidade institucional.
- Financiamento da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços.

Avaliação das necessidades e metas do desenvolvimento humano. A gestão das águas transfronteiriças não pode ser separada de metas de desenvolvimento internacional mais alargadas, como é o caso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A maioria das iniciativas associadas às bacias fluviais centra-se em acordos de partilha dos rios negociados por técnicos altamente qualificados. Esse processo cria os alicerces para uma relação de cooperação. No entanto, os líderes políticos poderiam contribuir para a criação destes alicerces, se identificassem, no âmbito da bacia hidrográfica, os objectivos partilhados para o desenvolvimento humano — em termos de redução da pobreza, de criação de emprego e da gestão do

Caixa 6.6 Projecto Ambiental Global — aquisição de conhecimentos e capacidades e criação de instituições.

Criado em 1991 e contando com fortes apoios aprovados na Cimeira da Terra de 1992, o Projecto Ambiental Global (PAG) tornou-se a maior fonte de ajuda multilateral para as questões ambientais universais. O PAG foi instituído como parceiro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, cujo poder de intervenção assenta na execução de projectos de criação de capacidades; do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, cujo poder de intervenção assenta na identificação de prioridades regionais e na implementação de planos de acção; e no Banco Mundial, cujo poder de intervenção assenta no financiamento.

No que respeita às águas internacionais, uma das seis áreas nucleares, o PAG assume-se a si próprio como facilitador para programas de acção baseados em ecossistemas a implementar pelos departamentos de gestão de águas transfronteiriças. A sua crescente importância poderá ser avaliada através dos diferentes papéis que desempenham na promoção da cooperação.

- *Definição de prioridades e criação de parcerias*. Em cada uma das bacias internacionais, a PAG apoia processos de recolha de factos em múltiplos países, a fim de preparar a análise dos diagnósticos transfronteiriços que servirão de base aos programas de acção estratégica adoptados a alto nível, e que irão ser implementados ao longo de vários anos. O processo apresenta várias vantagens: a produção de conhecimentos científicos, a criação de um cima de confiança, a análise das causas de origem, a harmonização de políticas, a transformação das preocupações relacionadas com as situações de ruptura dos recursos hídricos e ambientais em problemas solucionáveis, e a promoção da gestão dos recursos hídricos ao nível regional. Também contribui para sublinhar a ligação existente entre as preocupações sociais, económicas e ambientais. Por exemplo, no Lago Victória, conseguiu identificar ligações entre as espécies invasivas, a desflorestação, a biodiversidade, a navegabilidade, a produção de energia hidroeléctrica, as migrações e o aparecimento de doenças.
- *Promoção da gestão de água ao nível regional*. Cerca de dois terços dos projectos do PAG contribuem para a criação ou o fortalecimento de tratados, legislações e instituições. Desde 2000, foram adoptados ou estão em adiantada fase de preparação, nada mais nada menos que 10 novos tratados regionais. Os exemplos mais bem sucedidos talvez sejam a Comissão Internacional para a Protecção do Rio Danúbio e a Comissão do Mar Negro. Em 2000, o Centro de Alerta Internacional para o Danúbio recebeu uma notificação de um derramamento de cianeto a tempo de poder evitar uma catástrofe ambiental de efeitos potencialmente dramáticos.
- *Criação de capacidades ao nível nacional*. Um ponto-chave para garantir programas sustentáveis consiste na criação de capacidades que possam responder às exigências e preocupações a nível local. Embora existam numerosos workshops de treino, os constrangimentos financeiros impõem limites à participação de apoiantes locais. Na Bacia do Mekong, as organizações não-governamentais estão activas na Tailândia, mas não no Camboja, no Laos ou no Vietname. No Lago Victória, a pobreza e a iliteracia são obstáculos a um efectivo alargamento da educação ambiental.
- *Catalizar investimentos*. Nos últimos 15 anos, o PAG atribuiu mais de 900 milhões de dólares em subsídios, a que se juntaram 3,1 mil milhões de dólares em co-financiamentos destinados a programas de gestão de águas transfronteiriças desenvolvidos por mais de 35 organismos, englobando 134 países. Cerca de três quartos dos seus fundos são directamente canalizados para projectos (em vez de países) a nível regional.

Fonte: Gerlak 2004; Skalerew e Duda 2002; Uitto 2004; Uitto e Duda 2002.

risco — e fizessem destes objectivos uma parte integrante do planeamento das bacias hidrográficas.

O primeiro passo para uma cooperação eficaz em termos de desenvolvimento humano consiste na criação de um banco de informações comum. A informação é necessária para que os países ribeirinhos reconheçam as insuficiências dos programas unilaterais, que não levam em consideração as interdependências. Este banco de informação também poderá ajudar a identificar os interesses partilhados. Muitos focos de conflito surgem mais pela desconfiança e falta de informação relativamente ao uso e abuso de recursos hídricos do que por diferenças substanciais. A investigação conjunta e as trocas de informação podem contemplar a notificação prévia da criação de infra-estruturas, a identificação dos interesses partilhados e do potencial de desenvolvimento, maiores hipóteses de chegar a acordo e, principalmente, as bases para uma relação de confiança a longo prazo.

Esta é uma área em que o apoio internacional pode marcar a diferença. O Projecto Ambiental Global (PAG) tem vindo a liderar o apoio às reformas legais e institucionais no âmbito da gestão dos recursos hídricos (caixa 6.6). Desde 1991 que o PAG tem apoiado missões de recolha de dados em mais de 30 bacias hidrográficas transfronteiriças, tendo atingido bons resultados a vários níveis no Mar de Aral, no Lago Victória, no Lago Tanganica, no Danúbio (incluindo o Mar Negro) e no Mekong. Para além do PAG, o Programa Mundial para as Águas Internacionais identificou 66 sub-regiões com vista à avaliação das causas e efeitos dos problemas ambientais nas unidades hídricas transfronteiriças.

Mas também é importante que os estudos de recolha de dados possam ir além dos aspectos técnicos. As recolhas de dados baseados na comunidade e nos inquéritos de opinião são um veículo de identificação dos problemas do desenvolvimento humano. As comunidades das bacias fluviais retiram benefícios directos dos recursos hídricos partilhados e pertencem simultaneamente à faixa da população mais vulnerável aos riscos. Elas constituem, pois, uma importante fonte de informação sobre os episódios ambientais e os seus impactos nas condições de vida dos habitantes. Também aqui a ajuda pode contribuir para a criação de capacidades institucionais. As comunidades da Bacia do Rio Bermejo, partilhada pela Argentina e pela Bolívia, apresentam elevados índices de pobreza. Uma excessiva desflorestação provocou graves problemas ambientais, induzindo os governos dos dois países

À medida que a cooperação nas bacias hidrográficas for evoluindo, os líderes políticos terão de subir a fasquia para um nível de ambição mais exigente

a desenvolverem uma estratégia bilateral de gestão da bacia. A estratégia incluiu a consulta a mais de 1.300 participantes da sociedade civil, no âmbito de um projecto do PAG destinado a identificar problemas e soluções em áreas como a erosão de solos, a disputa de terras e o controlo de sedimentação. As vozes da comunidade conduziram à reavaliação do projecto de construção de diversas barragens e exigiram a adopção de práticas ambientais sustentáveis.

À medida que a cooperação nas bacias hidrográficas for evoluindo, os líderes políticos terão de subir a fasquia para um nível de ambição mais exigente. As Normas de Helsínquia e a convenção da ONU para o Uso dos Cursos de Água Não-navegáveis, de 1997, identificaram as necessidades sociais e económicas como prioridades. Contudo, as actuais abordagens têm partido de negociações que visam antes as trocas económicas, a partilha de informação e a resolução de conflitos. Todos estes aspectos são cruciais — e constituem a base de qualquer acção bem sucedida. Mas os organismos ligados às bacias fluviais também oferecem uma oportunidade aos líderes políticos para que se preocupem com o desenvolvimento humano para lá das suas próprias fronteiras. Até certo ponto, isto já começa a acontecer na Iniciativa da Bacia do Nilo e na África Austral. Mas muito mais poderá ser feito, incluindo a avaliação das necessidades de desenvolvimento humano de cada bacia fluvial.

Criação de um clima de confiança e reforço da legitimação. A informação deficiente ou a sua falta constituem um obstáculo a uma cooperação mais aprofundada em muitas bacias fluviais. A cooperação transfronteiriça ao nível da água depende da vontade dos estados ribeirinhos em partilharem a sua gestão. Também aqui é necessário que o apoio internacional ajude a criar formas de cooperação ambiental bem sucedidas.

Como acontece em qualquer processo de mediação, as partes que tiverem uma postura imparcial poderão ajudar a criar um clima de confiança e de legitimação. O Banco Mundial apoiou processos de gestão de bacias hidrográficas durante um longo período, a partir das negociações do Tratado do Indus, nos anos 50, até à aprovação da actual Iniciativa da Bacia do Nilo. O Banco Mundial também tem um peso político e uma capacidade que lhe permitem formular objectivos e criar instituições. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) contribuiu para a criação de capacidades no Acordo do Modelo Cooperativo da Bacia do Rio Nilo. Para poder desempenhar este papel, terceiros devem gozar de uma imagem de facilitadores neutrais, alheios a quaisquer ambições geopolíticas relacionadas com a gestão dos recursos hídricos.

Um dos requisitos para o sucesso da cooperação a longo prazo é a existência de envolvimento político a longo prazo. As negociações sobre as águas partilhadas são invariavelmente demoradas, exigindo o apoio dos doadores ao longo do processo. Em 1993, o Banco Mundial e outros doadores aprovaram o Programa da Bacia do Mar de Aral com o objectivo de estabilizarem o meio ambiente, reabilitarem esta zona de catástrofe e melhorarem a capacidade de gestão local. Decorrido um ano, a Assistência Técnica da União Europeia para os Países Independentes da Commonwealth iniciou o projecto de Gestão de Recursos Hídricos e de Produção Agrícola, para apoiar a Comissão Internacional do Mar de Aral. O PNUD lançou, desde então, o projecto de Desenvolvimento de Capacitação da Bacia do Mar de Aral. A Agência norte-americana para o Desenvolvimento Internacional foi de importância crucial no estabelecimento da ligação entre as preocupações hídrica e o sector energético, no âmbito dos acordos do Syr Darya. Mau grado persistirem problemas na Bacia do Mar de Aral, a intervenção das organizações internacionais desde o início dos anos 90 tem evitado uma possível agudização de conflitos relacionados com os recursos hídricos.

Fortalecer a capacidade institucional. Organizações das bacias fluviais fortes deverão servir de modelo para o futuro. Embora a concepção das instituições difira de acordo com as regiões e as circunstâncias, muitas delas enfermam do mesmo problema de falta de capacidade técnica adequada. A cooperação nesta área poderá ser intensificada através da transferência de conhecimento institucional. Por exemplo, a União Europeia, com a sua imensa experiência na gestão de águas transfronteiriças, poderia fazer muito mais para apoiar o desenvolvimento institucional em países pobres, através de um trabalho com agências como o Banco Mundial e o PNUD, a fim de desenvolverem programas de treino e de formação de capacidades.

Também existe raio de acção para um trabalho ao nível da legislação regional. A falta de políticas hídricas harmoniosas ou estruturadas nos países ribeirinhos pode neutralizar os esforços de gestão integrada de recursos hídricos transfronteiriços. Contudo, a harmonização da legislação sobre a água representa um desafio técnico e uma dificuldade politica. Dada a sua experiência neste sector, o Programa Ambiental dos Estados Unidos poderia assumir a liderança na avaliação dos enquadramentos legislativos nacionais e na identificação de lacunas. Isto poderia servir de base à criação de políticas hídricas regionais, à semelhança do que aconteceu com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Financiamento da gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. A gestão dos recursos hídricos transfronteiriços gera importantes vantagens públicas internacionais. Residindo mais de 40% da população mundial em zonas de bacias transfronteiriças, a gestão destas bacias tem implicações na paz e se-

gurança regionais, bem como na redução da pobreza e na sustentabilidade ambiental. Entre os aspectos negativos que advêm de uma má gestão incluem-se os refugiados ambientais, a poluição e a pobreza, todas elas passíveis de atravessarem fronteiras — tal como a própria água. Este contexto fornece-nos um forte argumento de apoio ao financiamento através de programas de assistência ao desenvolvimento.

A gestão transfronteiriça atraiu muito pouca ajuda financeira internacional de um total de 3,5 mil milhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento dispendidos com a água e o saneamento, somente menos de 350 milhões de dólares foram atribuídos aos recursos hídricos transfronteiriços. Os doadores deveriam pensar em aumentar substancialmente a ajuda às águas transfronteiriças. Os custos operacionais das instituições de gestão hídrica são bastante modestos. Os fundos de auxílio deveriam garantir uma fonte de financiamento previsível e apoiar a participação dos estados-membros pobres; eles também constituem uma fonte útil de capitalização de fundos para a implementação de projectos. A experiência mostra que este tipo de apoio financeiro poderia revelar-se particularmente útil na África Subsariana e na Ásia Central. Em comparação com o número de países que partilham as bacias hídricas internacionais e com os elevados custos ambientais e perdas de desenvolvimento, o apoio financeiro destinado ao aumento de eficácia das instituições ligadas às bacias fluviais poderá ser considerado um investimento rentável. Mas a criação de um clima favorável à cooperação e a manutenção do diálogo durante muitos anos também poderão tornar-se dispendiosas — um bom campo de acção para fontes de financiamento internacional inovadoras.

No interesse dos próprios, os países ribeirinhos terão de suportar uma fatia substancial da carga financeira necessária à gestão das instituições e abordagens transfronteiriças. A ajuda financeira corre o risco de criar um clima propenso à definição de prioridades com base nos apoios recebidos, em que as prioridades dos próprios doadores passem a definir a agenda. Uma área onde a ajuda é fundamental, é o financiamento dos custos de arranque, treino e desenvolvimento de capacidades. A ajuda financeira levará a melhores resultados se for prestada através de subsídios em vez de empréstimos, porque os custos da coordenação entre países são elevados e dificultam a responsabilização dos parceiros pelo pagamento da dívida. O PAG continua a ser um dos principais instrumentos financeiros de canalização de ajudas para os recursos hídricos transfronteiriços. Nos últimos 15 anos, consignou 900 milhões de dólares para financiamento de subsídios, tendo as verbas de co-financiamento atingido três vezes aquele montante. Os mercados financeiros poderiam utilizar modelos de financiamento semelhantes com o objectivo de subsidiarem, por exemplo, grandes projectos de infra-estruturas. Os financiamentos de risco e os acordos contratuais que mantêm as organizações das bacias fluviais manietadas poderiam atrair o capital privado, ao mesmo que ofereciam maior estabilidade à cooperação transfronteiriça.

* * *

Pondo de parte a retórica da ameaça das guerras da água, duas coisas são certas. Primeira, é que para um grande número de países, a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços continuará a ser um assunto de importância crescente no contexto do diálogo bilateral e regional. Segunda, é que a competição crescente pela água terá consequências marcantes no desenvolvimento humano, que irão atravessar fronteiras.

Para além destas duas certezas, nada mais está garantido. Estará a água destinada a ser uma fonte crescente de tensões entre vizinhos? Isso vai depender, em parte, das questões mais abrangentes relacionadas com a paz e com a segurança, que nada têm que ver com a água, e por outro lado, de os governos optarem por resolver as suas diferenças através da cooperação. O que parece claro é que as pessoas residentes em zonas atingidas pela pressão da falta de água e que têm por isso preocupações de segurança humana, vão continuar interessadas na adopção de abordagens de gestão de água mais ambiciosas e menos desordenadas.

Os doadores deveriam pensar em aumentar substancialmente a ajuda às águas transfronteiriças, mas no interesse dos próprios, os países ribeirinhos terão de suportar uma fatia substancial da carga financeira necessária à gestão das instituições e abordagens transfronteiriças

Notas

Capítulo 1

1 Deaton 2004.
2 McNeill 2000.
3 Cain e Rotella 2001.
4 Woods, Watterson e Woodward 1988; Szreter e Mooney 1998.
5 Cutler, Deaton, Lleras-Muney 2005.
6 Hassan 1985; Szreter e Mooney 1998.
7 Citado em Bryer 2006.
8 Troesken 2001.
9 Halliday 1999.
10 Hassan 1985.
11 Rosenberg 1962.
12 Cutler e Miller 2005.
13 Cutler e Miller 2005; Cain e Rotella 2001.
14 McNeill 2000.
15 PNUD 2003a.
16 OMS e UNICEF 2005b.
17 Uganda 2004.
18 Molle e Berkoff 2006.
19 Howard e Bartram 2003.
20 Earth Policy Institute 2006.
21 Allen, Davila e Hoffman 2006.
22 Gandy 2006.
23 Bakker e outros 2006.
24 Ito 2005; Shalizi 2006; Cai 2006.
25 Sobre Lahore e Karachi ver Banco Mundial 2005c; Urban Resource Centre 2004; Molle e Berkoff 2006.
26 OMS e UNICEF 2005; OMS 2001.
27 ADB 2004.
28 ONU-Habitat 2003.
29 Redhouse 2005.
30 Rao e outros 2003.
31 Nyong e Kanaroglou 2001.
32 OMS e outros 2006.
33 Smets 2004; Van Hofwegen 2006.
34 Dutta e outros 2003; Sang e outros 1997.
35 Estes resultados são consistentes com uma investigação mais alargada a um micronível sobre outros indicadores para a doença-saúde. Por exemplo, um estudo realizado no Norte do Gana revelou que a percentagem de infecções por parasitas em lares que obtinham a água que consumiam em riachos e rios era oito vezes superior à registada nos lares que utilizavam água canalizada. Também se descobriu que a incidência de doenças descritas pelas famílias subiu de 5% para 24% durante períodos de escassez de água. Buor 2004.
36 Comissão de Macroeconomia e Saúde 2001.
37 Kremer e Miguel 1999.
38 Strauss e Thomas 1998.
39 Hutton e Haller 2004.
40 Tanzânia 2002.
41 UNICEF 2005b.
42 UNICEF 1999.
43 Uganda 2005.
44 Uganda 2004.
45 Lenton, Wright e Lewis 2005.
46 James e outros 2002.
47 Joshi 2005.
48 Smith, Adam [1776] 1976.
49 Redhouse 2005.
50 Mukherjee 2001.
51 Wagstaff 2000.
52 Wagstaff 2001.
53 Gasparini e Tornarolli 2006.
54 Uganda 2004.
55 Bakker e outros 2006.
56 McIntosh 2003.
57 Collignon e Vézina 2000.
58 Swyngedouw 2004; Molle e Berkoff 2006.
59 Phan, Frias e Salter 2004.
60 Rao e outros 2003.
61 Sobre as estimativas de financiamento ver Camdessus e Winpenny 2003; Toubkiss 2006; Smets 2004.
62 Calculado com base na população a partir do quadro de indicadores 5, PIB a partir do quadro de indicadores 14 e despesa de saúde a partir do quadro de indicadores 6.
63 Hutton e Haller 2004.
64 Slaymaker e Newborne 2004; WSP 2003.
65 WSP - AF 2004e.
66 Scanlon, Cassar e Nemes 2004.
67 Esta secção é baseada nas Iniciativas de Desenvolvimento 2006; Van Hofwegen 2006.
68 WSP - AF 2005a.
69 Iniciativas de Desenvolvimento 2006.
70 G-8 2003.
71 The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006a; Sperling e Balu 2005.
72 Banco Mundial 2006c; Sperling e Balu 2005; Banco Mundial e FMI 2003: Global Fundo to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006b; AfDB 2005b.
73 AfDB 2005.

Capítulo 2

1 CESCR 2002.
2 Sen 1982.
3 Sen 1981.
4 Connors 2005.
5 Collignon e Vézina 2000
6 Komives e outros 2005.
7 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
8 Collignon e Vézina 2000.
9 Howard e Bartram 2003.
10 Thompson e outros 2002.
11 WUP 2003.
12 Collignon e Vézina 2000.
13 Equivalente a 7,5 metros cúbicos por mês.
14 Collignon e Vézina 2000.
15 Collignon e Vézina 2000.
16 WSP—AF 2004b.
17 Parker e Skytta 2000.
18 Parker e Skytta 2000.
19 Bakker 2003b.
20 Wolff e Hallstein 2005.
21 Hall e outros 2002.
22 McIntosh 2003.
23 Tortajada 2006c.
24 Wolff e Hallstein 2005.
25 Komives e outros 2005.
26 Franceys 1997.
27 Caseley 2003.
28 Bakker e outros 2006.
29 De Miras e Le Tellier 2005; Jamati 2003.
30 Slattery 2003.
31 *The Economist* 2004.
32 Delfino, Casarin e Delfino 2005.
33 *Afrol News* 2006.
34 Coing 2003; Smith 2005.
35 Pangare, Kulkarni e Pangare 2005.
36 Pietilä e outros 2004.
37 Foster e Yepes 2005. A capacidade de pagamento é definida no limiar da água representando no máximo 5% do rendimento familiar.
38 Foster e Yepes 2005.
39 Komives 1999.
40 Gómez-Lobo e Contreras 2003.
41 Komives e outros 2005.
42 Com base em dados de Komives e outros 2005. Ver também Raghupati e Foster 2002; Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
43 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
44 Foster, Pattanayak e Prokopy 2003.
45 Graham e Woods 2006.
46 WSP–AF 2004b.
47 Slaymaker e Newborne 2004.
48 WSP—AF a publicar.
49 Tanzânia 2002.
50 WaterAid 2005.

51 Tanzânia 2002.
52 Slaymaker e Newborne 2004.
53 WSP—SA 1999; Dhanuraj, Das Gupta e Puri 2006.
54 Van Hofwegen 2006.
55 Van Hofwegen 2006.

Capítulo 3

1 Hugo [1862] 1982, Livro II, Capítulo 1.
2 Satterthwaite e McGranahan 2006; Satterthwaite 2006.
3 Winpenny 2003.
4 Briscoe 2005.
5 Ringler, Rosegrant e Paisner 2000.
6 WSP–AF 2005d.
7 Satterthwaite e McGranahan 2006; Hunt 2006.
8 Hunt 2006; Esrey e outros 1991.
9 Cairncross e outros 1996.
10 Cairncross e outros 2003.
11 Curtis e Clarke 2002; Curtis e Cairncross 2003.
12 WSP–AF 2002b.
13 Biran, Tabyshalieva e Salmorbekova 2005.
14 WSP–AF 2004a,f.
15 Mukherjee 2001.
16 Satterthwaite 2006.
17 Hanchett e outros 2003.
18 Kar e Bongartz 2006.
19 WSP–SA 2005.
20 Luong, Chanacharnmongkol e Thatsanatheb 2002.
21 Levine and the What Works Working Group 2004; OMS e UNICEF 2004a; Banco Mundial 2004d; 2005d; 2006g.
22 Banco Mundial 2004a; Crook e Sverrisson 2001.
23 Jenkins e Sugden 2006; Practical Action Consulting 2006a, c.
24 Melo 2005; Heller 2006.
25 WSP–SA 2005.
26 Jenkins e Sugden 2006; Practical Action Consulting 2006a, c.
27 Banco Mundial 2004b.
28 Phan, Frias e Salter 2004.
29 WSP–AF 2004c.
30 Banco Mundial 2004b; WSP 2002d.
31 Sakthivel e Fitzgerald 2002.

Capítulo 4

1 Malthus [1798] 1826.
2 WWC 2000.
3 Brown, Lester 2003.
4 Reisner 1986.
5 Esta secção baseia-se em McNeil 2000; World Water Assessment Programme 2006; Postel 1992.
6 Rijsberman 2004c. Esses limiares são, pela sua própria natureza, arbitrários. A escassez está sujeita a uma considerável variação regional devido a factores que não são abrangidos por estes limiares. Esses factores incluem o estado das infra-estuturas de armazenamento de água e factores que influenciam a procura de água, tais como o clima, a natureza e a extensão da utilização produtiva da água e o desenvolvimento de sistemas agrícolas. Contudo, uma grande vantagem é a sua simplicidade: os dados estão relativamente disponíveis e o seu significado é intuitivo e fácil de compreender.
7 McNeill 2000.
8 Shalizi 2006.
9 Rijsberman 2004a.
10 Rijsberman 2004c.
11 Shalizi 2006.
12 Falkenmark e Rockström 2005; SIWI e outros 2006.
13 McNeill 2000.
14 McNeill 2000.
15 Rijsberman, Manning e de Silva 2006.
16 Rijsberman, Manning e de Silva 2006.
17 Rosegrant, Cai e Cline 2002a; Meinzen-Dick e Rosegrant 2001; Alcamo, Henrichs, e Rösch 2000.
18 FAO 2006. Contudo, os valores de captação de água anual per capita nos Estados Unidos continuam a figurar entre os mais altos do mundo: 1.650 metros cúbicos comparados com a média mundial de pouco mais de 600 metros cúbicos.
19 IWMI 2006; Rosegrant e Cai 2001.
20 Citado em Worthington 1983.
21 Ballabh 2005.
22 Smakhtin, Revenga e Döll 2004.
23 Cai 2006; Postel 1999.
24 Pearce 2006.
25 Smakhtin, Revenga e Döll 2004.
26 Shetty 2006.
27 Pearce 2006.
28 Sobre o esgotamento das águas subterrâneas, ver Molden, Amarasinghe e Hussain 2001; Banco Mundial 2004e; Buechler e Mekala 2005.
29 Guevara-Sanginés 2006.
30 WRI 2005.
31 Hinrichsen, Robey e Upadhyay 1997.
32 Banco Mundial 2001; Cai 2006; Shalizi 2006.
33 Shah e outros 2003.
34 Moench, Burke e Moench 2003.
35 Banco Mundial 2005c.
36 Vira, Iyer e Cassen 2004.
37 Kurnia, Avianto e Bruns 2000.
38 Vira, Iyer e Cassen 2004; Saravanan e Appasamy 1999.
39 Briscoe 2005.
40 Hanchate e Dyson 2004.
41 Abderrahman 2002; Csaki e De Haan 2003; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006.
42 Shetty 2006.
43 Shetty 2006.
44 Environmental Working Group 2005.
45 Sobre o problema em termos de contabilidade nacional, ver Repetto e outros 1989; Solórzano e outros 1991; Daly e Cobb 1989.
46 Anand e Sen 1994.
47 Pagiola, Arcenas e Platais 2005.
48 Sobre a dessalinização, ver World Water Assessment Programme 2006; Rijsberman 2004a.
49 Banco Mundial 2006h.
50 Allan 1998; Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
51 OCDE 2006a.
52 Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
53 World Water Assessment Programme 2006
54 Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; IWMI 2006
55 Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; IWMI 2006.
56 BESA 2000.
57 Cai e Rosegrant 2003.
58 Shah e Keller 2002.
59 Banco Mundial 2006h.
60 Ver p.ex. Gleick 2003, 2005.
61 Banco Mundial 2006h.
62 Gleick 2003.
63 Postel e Richter 2003.
64 Grey e Sadoff 2006.
65 Miller e Reidinger 1998.
66 Grey e Sadoff. 2006.
67 Brown e Lall 2006.
68 Shetty 2006.
69 Awulachew e outros 2005
70 Banco Mundial 2006f.
71 Banco Mundial 2006e
72 Grey e Sadoff 2006.
73 Comissão Mundial de Barragens
74 Comissão Mundial de Barragens; Berkamp e outros 2000.
75 Hussain e Hanjra 2003.
76 ONU 1992.
77 Dixon, Smith e Guill 2003; Fischer e outros 2005; Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
78 Fischer, Shah e van Velthuizen 2002.
79 PIAC 2001; Arnell e Liu 2001.
80 Briscoe 2005; World Water Assessment Programme 2006.
81 Conway 2005; Maslin 2004.
82 Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
83 PIAC 2001.
84 Hare e Meinhausen 2004.
85 Den Elzen e Meinhausen 2005.
86 Den Elzen e Meinhausen 2005. No sentido de atingir uma meta de 450 ppm ao nível das emissões globais, necessitaremos de um decréscimo de 2,5% por ano de um pico em 2012. Atrasar 10 anos esse pico duplicará a exigida taxa de redução para 5% por ano.
87 Hadley Centre 2004.
88 Bronstert e outros 2005.
89 Fischer e outros 2005; Parry, Rosenzweig e Livermore 2005; Nyong 2005 .
90 Stern 2006. O cenário A2 do PIAC que corresponde a níveis de dióxido de carbono entre 520 ppm e 640 ppm até 2050 — não é um panorama inaceitável.
91 A apresentação da Tanzânia ao PIAC citada em Murray e Orindi 2005.
92 Murray e Orindi 2005.
93 Dixon, Smith e Guill 2003; Desanker e Magadza 2001.

94 Fischer e outros 2005.
95 Barnett, Adam e Lettenmaier 2005.
96 Banco Mundial 2006a.
97 Maslin 2004.
98 Ellis, Corfee-Morlot e Winkler 2004; Ellis e Levina 2005. No final de 2005, existiam 35 projectos registados ao abrigo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com mais de 600 em preparação. Este mecanismo estima fluxos financeiros projectados de mil milhões de dólares para 2012. A maioria dos projectos envolvidos são do sector energético e com uma forte concentração na Índia, China, Brasil, Coreia e México (que representam cerca de 70% do esquema de comércio de emissões do mecanismo). O único país da África Subsariana envolvido é a Nigéria que representa menos de 2% dos créditos do mecanismo. Foi feito um maior esforço de ajuda multilateral em torno do aquecimento global por parte do Fundo Global para o Meio Ambiente, que até 2004 se tinha comprometido com cerca de 1,8 mil milhões de dólares para projectos sobre as alterações climáticas, equilibrando o co-financiamento em cerca de quatro vezes mais. Cerca de dois terços do total foram atribuídos a grandes projectos de mitigação. Tal como o mecanismo de desenvolvimento limpo, tem havido um enfoque em países em desenvolvimento maiores, com 10 países a receber mais de metade do financiamento total.
99 Stern Review on the Economics of Climate Change 2006.
100 PAG 2006.
101 Calculado com base em dados de OCDE 2006b.
102 Sachs e outros 2005.

Capítulo 5

1 Citado em Briscoe 2005.
2 Banco Mundial 2006f.
3 Hussain 2005.
4 Banco Mundial 2006h.
5 Rosegrant, Cai e Cline 2002b.
6 Banco Mundial 2006h.
7 Banco Mundial 2006h.
8 Seckler e outros 2000; Rosegrant, Cai e Cline 2002b; FAO 2003b.
9 FAO 2005; Grey e Sadoff 2006.
10 Commission for Africa 2005
11 Molle e Berkoff 2006; Narain 2006; Cai 2006.
12 Molle e Berkoff 2006.
13 Gandy 2006.
14 *Gulf Times* 2006.
15 Meinzen-Dick e Pradhan 2005.
16 Kenney 2005; Meinzen-Dick e Ringler 2006.
17 Villarejo 1997, em Meinzen-Dick e Ringler 2006.
18 NNMLS 2000, em Meinzen-Dick e Ringler 2006.
19 Peña, Luraschi e Valenzuela 2004.
20 Miguel Solanes, comunicação pessoal.
21 Cai 2006; Banco Mundial 2001; Shalizi 2006; Molle e Berkoff 2006.
22 Kurnia, Avianto e Bruns 2000.
23 Palanisami 1994; Palanisami e Malaisamy 2004.
24 Rosegrant e Perez 1997.
25 Cotula 2006; Sylla 2006.
26 Sylla 2006.
27 Sylla 2006.
28 Van Koppen 1998; Pander 2000.
29 Cotula 2006; Adams, Berkoff e Daley 2006.
30 Banco Mundial 2005c.
31 Hussain e Wijerathna 2004b; Lipton 2004a. A análise da produção agrícola na Índia e no Paquistão identificou a desigualdade na distribuição de terra e água do canal, a má qualidade da água subterrânea (especialmente em áreas da fase final do canal, onde há menor disponibilidade de água) e as práticas agrícolas (sementeira de variedades mais antigas, atrasos de sementeira e aplicação de factores de produção) como os principais factores de explicação da baixa produtividade agrícola.Ver também Banco Mundial 2002.
32 Hussain 2005; Hussain e Wijerathna 2004b.
33 Hussain e Hanjra 2003; Hussain 2005.
34 Azam e Rinaud 2000, pp. 8–10, citado em Lipton 2004, pág. 17.
35 Lipton 2004a.
36 Briscoe 2005.
37 Briscoe 2005; Banco Mundial 2005c.
38 Boelens, Dourojeanni e Hoogendam 2005.
39 Hussain 2005.
40 Briscoe 2005.
41 Tortajada 2006b.
42 Shah et al. 2002.
43 Marcus 2006.
44 Sarwan, Subijanto e Rodgers 2005; Vermillion 2005.
45 Faysse 2004.
46 Hussain 2004, citado em Lipton 2004a.
47 Meinzen-Dick e Zwarteveen 1998; van Koppen 2002.
48 Bastidas 1999, pág. 16.
49 Interagency Task Force on Gender and Water 2004.
50 Oweis, Hachum e Kijne 1999; Vaidyanathan 2001.
51 Narain 2006.
52 Rijsberman 2004b.
53 Rijsberman 2004b.
54 Narain 2006.
55 Vaidyanathan 2001.
56 FAO 2005.
57 Awulachew e outros. 2005; Inocencio e outros 2005.
58 Banco Mundial 2006h.
59 Shah e Keller 2002.
60 Shah e outros 2002.
61 Inocencio, Sally e Merrey 2003.
62 Shah e outros 2000; Polak 2005a.
63 Namara 2005.
64 Rijsberman 2004b. Assume uma taxa de desconto de 10%.
65 Polak 2005b.
66 Brown 2003.
67 Cleaver e Gonzalez. 2003.
68 Cleaver e Gonzalez. 2003.
69 Banco Mundial 2006h.
70 Commission for Africa 2005.

Capítulo 6

1 Giordano e Wolf 2003.
2 Jägerskog e Phillips 2006.
3 Medzini e Wolf 2006; Banco Mundial 2006h.
4 Calculado com base em Wolf e outros 1999, quadro 4; CIA 2006.
5 Elhance 1999, pág. 60.
6 MRC 2006; cálculos GRDH.
7 Bonheur 2001; Keskinen e outros 2005.
8 Nguyen e outros 2000, pág. 4.
9 Kayombo e Jorgensen 2006, pág. 433.
10 UNEP 2004b.
11 Jolley, Béné e Neiland 2001, pág. 31; Kayombo e Jorgensen 2006, pág.433; Klohn e Andjelic 1997, pág.1; Odada, Oyebande e Oguntola 2006, pág. 77.
12 ALT 2003, pág. 468.
13 Puri e Arnold 2002.
14 Coe e Foley 2001.
15 Sarch e Birkett 2000.
16 IUCN 2004.
17 Sikes 2003; UNEP 2004a, pág. 19.
18 Odada, Oyebande e Oguntola 2006, pág. 83.
19 Citado em McNeill 2000.
20 Peachey 2004; Weinthal 2006.
21 Greenberg 2006.
22 PNUD 2002.
23 PAG 2002.
24 Há nisto uma certa dose de ironia. Historicamente, a doutrina da «apropriação primitiva» foi utilizada pelos EUA para sustentar as suas reivindicações de país a montante contra o México.
25 Sadoff e Grey 2002.
26 Wolf 2006.
27 Itaipu Binacional 2006.
28 Sadoff e Grey 2005.
29 Wolf, Yoffe e Giordano 2003.
30 Hamner e Wolf 1998.
31 Wolf 2006.
32 Citado em Priscoli 1998, pág. 633.
33 Fischhendler e Feitelson 2003, pág. 563.
34 WSP International 2003; NEL-SAP 2002.
35 UNECA 2000.
36 White 2006.
37 Nicol 2002; Jägerskog e Phillips 2006, pág. 20.

Nota Bibliográfica

Capítulo 1 recorre a ADB 2004; AfDB 2005b; African Population and Health Research Center 2002; Allen, Davila e Hoffman 2006; Alves e Belluzzo 2005; Amani, Kessy e Macha 2004; AquaFed 2006; AusAID 2006; Bakker 2003b; Bakker e outros 2006; Bartram e outros 2005; Bell e Millward 1998; Blake 1956; Bryer 2006; Buor 2004; Cain e Rotella 2001; The Carter Center 2006; CDC 2006; Chen e Ravallion 2004; Clermont 2006; Collignon e Vézina 2000; Commission on Macroeconomics and Health 2001; CSA 2004; Curtis 2001; Cutler e Miller 2005; Cutler, Deaton e Ileras-Muney 2005; Deaton 2002, 2003, 2004; Deaton e Paxson 2004; Development Initiatives 2006; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Dutta e outros 2003; Earth Policy Institute 2006; Environmental Health at USAID 2004; European Regional Committee 2006; FAO 2006; Filmer-Wilson 2005; Freedman e outros 2005; Fuentes, Pfütze e Seck 2006a,b; G-8 2003; Gandy 2006; Gasparini e Tornarolli 2006; Gleick 2002; The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria 2006a,b; The Global Public-Private Partnership for Handwashing with Soap 2003; Gwatkin 2002; Halliday 1999; Hamlin 1988; Hassan 1985; Heller 2006; Hernández Mazariegos 2006; Hunt 2006; Hutton e Haller 2004; IDS 2006; INEGI 2006a,b; Ito 2005; James e outros 2002; Joshi 2005; Kenya 2005; Kisima Newsletter 2005; Kremer e Miguel 1999; Larrea, Montalvo e Ricuarte 2005; McIntosh 2003; Measure DHS 2006; Mehta 2000; Miller 2001; Milliband 2005; Miovic 2004; Mukherjee 2001; Muller 2006; Nayyar e Singh 2006; Neumayer 2004; Nyong e Kanaroglou 2001; ODI 2004; Pakistan 2004; Payen 2005; Phan, Frias e Salter 2004; Redhouse 2005; Rosenberg 1962; Ruxin e outros 2005; Salmon 2002; Sang e outros 1997; Scanlon, Angela e Nemes 2004; Schuttelar e outros 2003; Shiklomanov 1993; Sight Savers International 2006; Sinanovic e outros 2005; Slaymaker e Newborne 2004; Smets 2004; Smith 1976; Sperling e Balu 2005; Strauss e Thomas 1998; Swyngedouw 2004; Szreter 1997; Szreter e Mooney 1998; Tanzania 2002; Thompson e outros 2002; Toubkiss 2006; Troesken 2001; UCLG Committee on the Local Management of Water and Sanitation 2006; Uganda 2004, 2005; ONU 2005, 2006a,b; PNUD 2005e; ONU-Habitat 2003; UNICEF 1999, 2005b, 2006b; United Nations Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation 2006; University of California, Berkeley, e MPIDR 2006; Urban Resource Centre 2004; Van Hofwegan 2006; Wagstaff 2000, 2001; Whittington, Mu e Roche 1990; OMS 2001, 2005, 2006a,b; OMS e UNICEF 2004b, 2005, 2006; OMS e outras 2006; Winpenny 2003; Woods, Watterson e Woodward 1988, 1989; Banco Mundial 2004b, 2005a,b,c; 2006c; Banco Mundial e FMI 2003; WSP 2002c, 2003, 2004; WSP-AF 2003a, 2004c,e, 2005a,c, a seguir referidos; WSP-EAP 2003; WUP 2006; Iémen 2002; Yepes 1999; Zâmbia 2004a,b.

Capítulo 2 recorre a Abeyasekere 1987, 1989; ADB 2003, 2004, 2006; Adikeshavalu 2004; AfDB 2005a; Afrol News 2006; Alegria Calvo e Caledón Cariola 2004; Allain-El Mansouri 2001; Argo e Laquian 2004; Armstrong, Cowan e Vickers 1995; Baker, Hern e Bennett 1999; Bakker 2003a,b; Bakker e outros 2006; Baldwin e Cave 1999; Bapat e Agarwal 2003; Bhatnagar e Dewan 2006; Black 1998; Bousquet 2004; Breuil 2004; Brown 2005; Budds e McGranahan 2003; Caseley 2003; Castro 2004; CESCR 2002; Chan 2006; Chikhr Saïdi 1997, 2001; Coing 2003; Colin 1999; Collignon 2002; Collignon e Vézina 2000; Connors 2005; Corporate Europe Observatory 2003; Davis 2005; de Miras e Le Tellier 2005; Delfino, Casarin e Delfino 2005; Dhanuraj, Gupta e Puri 2006; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Economist 2004; Elamon 2005; Esguerra 2002, 2005; Etienne 1998; Etienne e outros 1998; Foster e Yepes 2005; Foster, Pattanayak e Prokopy 2003; Fournier 2003; Franceys 1997; Gandy 2004, 2005, 2006; Gasparini e Tornarolli 2006; Gleick 2004; Gómez-Lobo e Contreras 2003; Graham e Woods 2006; Graham e Marvin 2001; Grimsey e Lewis 2002; Guasch e Spiller 1999; Guislain e Kerf 1995; Haarmeyer e Mody 1998; Hall e Viero 2002; Heller 2006; ID21 2006d; IEG 2006a, 2006b; Isham e Kahkonen 2002; Jaglin 1997, 2001a,b, 2002, 2003, 2004a,b,c, 2005; Jaglin e Dubresson 1999; Jamati 2003; Jouravlev 2001a,b; Juuti e Katko 2005; Kähkönen 1999; Kariuki e Schwartz 2005; Kerf 2000; Kjellén 2000; Kjellén e McGranahan 2006; Kleiman 2004; Komives 1999; Komives e outros 2005; Lane 2004; Lauria, Hopkins e Debomy 2005; Ledo 2005; Lenton, Wright e Lewis 2005; Maltz 2005; Mapetla 2006; Marin 2002; Maronier 1929; Matthew 2005; McGranahan e outros 2001; Ménard 2001; Menegat 2002; Mitlin 2004; Morel à l'Huissier, Verdeil e Le Jallé 1998; Narayan 1995; Oxera Consulting Ltd. 2002; Pangare, Kulkarni e Pangare 2005; Paredes 2001; Parker e Skytta 2000; Paul 2005; Pietilä e outros 2004; Pitman 2002; Raghupati e Foster 2002; Rayaleh 2004; Santiago 2005; Sara e Katz 1998; Schneier-Madanes e de Gouvello 2003; Sen 1981, 1982; Serra 2000; Shen 2006; Slattery 2003; Slaymaker e Newborne 2004; Smets 2004; Smith 2005; Solo 1999, 2003; Summers 2005; Surjadi 2003; Surjadi e outros 1994; Susantono 2001; Swyngedouw 2006; Taylor 1983; Tortajada 2006; Trémolet 2002; Ugaz 2003; US Agency for International Development 2005a,b; Valfrey 1997; Van Breen 1916; Van Hofwegen 2006; Van Leeuwen 1920; Verdeil 2003a,b, 2004; Vickers e Yarrow 1998; Viero 2003; Viero e Cordeiro 2006; Vircoulon 2003; WaterAid 2005, 2006; Weitz e Franceys 2002; Whittington 2006; Winpenny 2003; Wodon e Blackden 2006; Banco Mundial 2004f, 2006e,h; Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos 2003; Programa Mundial de Avaliação dos Recursos Hídricos 2003; WSP 2002, 2006; WSP-AF 2002a,b,e, 2003b, 2005c, a seguir referidos; WSP-LAC 2004; WSP-SA 1999; Yescombe 2002; Zérah 2000.

Capítulo 3 recorre a Amarasinghe e outros 2006; Bangladeche 1998, 2005; Bartram e outros 2005; Bhatia 2004; Biran e outros 2005; Cain, Daly e Robson 2002; Cairncross 2003; Cairncross e outros 1996, 2003; Canelli 2001; Chary, Narender e Rao 2003; Collignon e Vézina 2000; CONADIS e outros 2004; Crook e Sverrisson 2001; Curtis e Cairncross 2003; Curtis e Clarke 2002; Esrey e outros 1991; Fewtrell e outros 2005; Foxwood 2005; Fuentes, Pfütze e Seck 2006a,b; HABITAT 2001; Halim 2002; Hanchett e outros 2003; Hasan 2005; Heller 2006; Hugo 1862; Hunt 2006; International Training Network Centre 2003; IRC International Water and Sanitation Centre 2004; Jenkins e Sugden 2006; Jensen e outros 2005; Jones e Reed 2005; Kar e Bongartz 2006; Kar e Pasteur 2005; Keohane e Ostrom 1995; Kiribaki 2006; Levine e outros 2004; Luong, Chanacharnmong e Thatsanatheb 2002; Mehta 2004; Mehta e Knapp 2004; Melo 2005; Metts 2000; Mukherjee 2001; Patak 2006; Phan, Frias e Salter 2004; Practical Action Consulting 2006a,b,c; Ringler, Rosegrant e Paisner 2000; Sakthivel e Fitzgerald 2003; Satterthwaite 2006; Satterthwaite e McGranahan 2006; Shuchen, Yong e Jiayi 2004; SINTEF Unimed 2002, 2003a,b; Slaymaker e Newborne 2004; UNA e WSSCC 2004; UNICEF 2005a, 2006a; UNICEF e IRC International Water and Sanitation Centre 2005; VERC 2002; WaterAid Uganda 2003; Waterkeyn e Cairncross 2005; OMS e UNICEF 2004a; Winpenny 2003; Banco Mundial 2004a,b,d, 2005d, 2006g; WSP 2000, 2002a,d; WSP-AF 2002b,c,d, 2004a,c,d,f, 2005b,d; WSP-EAP 2003, 2005; WSP-LAC 2005; WSP-SA 2000, 2005; Zaidi 2001.

Capítulo 4 recorre a Abderrahman 2002; ACTS 2005a,b; Albiac 2006; Alcamo, Henrichs e Rösch 2000; Allan 1998; Anand e Sen 1994; Arnell 2004; Arnell e Liu 2001; Assaf 2006; Ballabh 2005; Barnett, Adam e Lettenmaier 2005; Berkamp e outros 2000; BESA 2000; Bhushan 2005; Biswas 2004; Biswas e Tortajada 2005; Biswas, Ünver e Tortajada 2004; Black e outros 2003; Bos e Bergkamp 2001; Briscoe 2005; Bronstert e outros 2005; Brown e Lall 2006; Brown

2003; Buechler e Mekala 2005; Buechler e Scott 2006; Cai 2006; Cai e Rosegrant 2003; CAS 2005; Cassen, Visaria e Dyson 2004; Chenowweth e Bird 2005; CNA 2004; Conan 2003; Conway 2005; Corbera e outros 2006; Csaki e De Haan 2003; CSO 2004; Cyranoski 2005; Daly e Cobb 1989; DeGeorges e Reilly 2006; den Elzen e Meinshausen 2005; Desanker e Magadza 2001; Dixon, Smith e Guill 2003; Earth Policy Institute 2002; The Economist 2003; Ellis e Levina 2005; Ellis, Corfee-Morlot e Winkler 2004; Environmental Working Group 2005; Esteller e Diaz-Delgado 2002; Ezcurra 1998; Falkenmark 2003; Falkenmark e Rockström 2004, 2005; FAO 2003; Feld, Prajamwong e Sherman 2003; Fischer e outros 2005; GEF 2006; Gleick 2000, 2003, 2005; Gleick e outros 2002; Greenfacts.org 2006; Grey e Sadoff 2006; Guevara-Sanginés 2006; GWP 2000, 2004, 2006a,b; Hadley Centre 2004; Haile 2005; Hanchate e Dyson 2004; Hansen e Bhatia 2004; Hare e Meinhausen 2004; Hildebrandt e Turner 2005; Hinrichsen, Robey e Upadhyay 1997; Hoanh e outros 2003; Hussain e Hanjra 2003; ID21 2006b,c; IFAD 2001, 2006; IPCC 2001; IWMI 2003, 2006, seguintes; Jewitt 2002; Jones 1998; Jones 1995; Kemper, Dinar e Bloomquist 2005; Kibreab e Nicol 2002; Kijne, Barker e Molden 2003a,b; Krol e Bronstert, seguintes; Kumar 2005; Lankford 2005a; Lawrence e outros 2002; Lemos e de Oliveira 2004, 2005; Lomborg 2004; Lucas e Hilderink 2004; Mace 2005; Malthus [1798] 1826; Marañón 2006; Maslin 2004; Mayer 2002; McNeill 2000; Meinzen-Dick e Rosegrant 2001; Merrey e outros 2006; Miller e Reidinger 1998; Moench, Burke e Moench 2003; Moench 2001; Moench e outros 2003; Molden, Amarasinghe e Hussain 2001; Molden e de Fraiture 2004; Molden e outros 2003; Molle e Berkoff 2006; Movik e outros 2005; Murray e Orindi 2005; Myers 1998; Narain 2006; Noble e outros 2005; Nyong 2005, 2006; OECD 2006a,b; Ostrom, Schroeder e Wynne 1993; Oweis e Hachum 2003; Pagiola, von Ritter e Bishop 2004; Pagiola, Arcenas e Platais 2005; Pander 2000; Parry, Rosenzweig e Livermore 2005; Pearce 2006; Perry 2001; Pitman 2002; Polak 2005a; Ponce 2005; Postel 1992, 1999; Postel e Richter 2003; Rahman e Alam 2003; Raskin e outros 1997; Repetto e outros 1989; Reyes-Sánchez e outros 2006; Rijsberman 2003, 2004a,b; Rijsberman e Molden 2001; Rijsberman, Manning e de Silva 2006; Ringler, Rosegrant e Paisner 2004; Rodgers, de Silva e Bhatia 2002; Rogers 2002; Rosegrant e Cai 2001; Rosegrant e Cline 2003; Rosegrant e Perez 1997; Rosegrant e Ringler 2000; Rosegrant e Sohail 1995; Rosegrant, Cai e Cline 2002a,b; Sachs e outros 2005; Sánchez Munguía 2006; Sanctuary e Tropp 2005; Saravanan e Appasamy 1999; Schenkeveld e outros 2004; Schneider e Lane 2006; Scott, Faruqui e Raschid-Sally 2004; Seckler e outros 2000; Shah 2005; Shah e Keller 2002; Shah e outros 2003; Shalizi 2006; Sharma e McCornick 2006; Shen e Liang 2003; Shetty 2006; Shiklomanov 2000; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; SIWI e outros 2005, 2006; Smakhtin, Revenga e Döll 2004; Solórzano e outros 1991; Soussan 2003, 2004; Stern 2006; Stern Review on the Economics of Climate Change 2006; Texas Center for Policy Studies 2002; Tortajada 2006; Tuinhof e Heederik 2002; Turner e Hildebrandt 2005; Turner e outros 2004; ONU 1992; PNUD 2003b; UNEP-FI 2004; Université Catholique de Louvain 2006; Vira, Iyer e Cassen 2004; Vogel e Nyong 2005; Vörösmarty e outros 2000; Water-Technology.net 2006; Wax 2006; WBCSD 2005; Wolff e Hallstein 2005; Wolfowitz 2005; Banco Mundial 2001, 2004c,e, 2005c, 2006a,b,e,f,h; Comissão Mundial de Barragens 2000; Worthington 1983; WRI 2005; WRI e outros 2005; WWC 2000; WWF Nepal Programme 2005.

Capítulo 5 recorre a Adams 2000; Adams, Berkoff e Daley 2006; Agarwal e Narain 1997; Agarwal, Narain e Khurana 2001; Albiac e Martinez 2004; Al-Ibrahim 1991; Araral 2005; Awulachew e outros 2005; Azam e Rinaud 2000; Bakker e outros 1999; Bastidas 1999; Batchelor e outros 2002; Bhattarai e Narayanamoorthy 2003; Bhattarai, Sakthivadivel e Hussain 2002; Bird, Haas e Mehta 2005; Black e outros 2003; Boelens, Dourojeanni e Hoogendam 2005; Briscoe 2005; Bruns 1997; Bruns e Meinzen-Dick 2000; Bruns, Ringler e Meinzen-Dick 2005; Cai 2006; Cai e Rosegrant 2003; Chenoweth e Bird 2005; Commission for Africa 2005; Cotula 2006; DeGeorges e Reilly 2006; Iniciativas de Desenvolvimento 2006; Dubash 2000; Dubreuil e Van Hofwegen 2006; Ebarvia 1997; Environmental Justice Coalition for Water 2005; FAO 2002, 2003a,b, 2004a,b, 2005; Faysse 2004; Figuères, Tortajada e Rockström 2003; Garduño 2005; Gleick 2000; Gleick e outros 2002; Grey e Sadoff 2006; Guerquin e outros 2003; Guevara-Sanginés 2006; Gulf Times 2006; GWA 2003; GWP 2004, 2006c; Haisman 2005; Hildebrandt e Turner 2005; Hoanh e outros 2003; Hodgson 2004; Hussain 2004, 2005; Hussain e Hanjra 2003; Hussain e Wijerathna 2004a,b; ID21 2006a; IFAD 2001, 2006; India 2001; Inocencio, Sally e Merrey 2003; Inocencio e outros 2005; Interagency Task Force on Gender and Water 2004; IWMI seguintes; Iyer 2003; Jones, T. 1998; Jones, W. 1995; Kemper 2005; Kenney 2005; Kerr 2002; Kibreab e Nicol 2002; Kurian e Dietz 2005; Kurnia, Avianto e Bruns 2000; Lankford 2005a,b; Lankford e Mwaruvanda 2005; Lipton 2004a,b; Lipton e outros 2003; Liu 2005; Marcus 2006; Mayer 2002; McCully 2006; Meinzen-Dick e Nkonya 2005; Meinzen-Dick e Pradhan 2005; Meinzen-Dick e Ringler 2006; Meinzen-Dick e Zwartevenn 1998; Meinzen-Dick, Zwartevenn e Zwartevenn 1998; Moench 1998; Moench e outros 2003; Molden e de Fraiture 2004; Molden e outros; Molle 2005; Molle e Berkoff 2006; Moriarty e Butterworth 2005; Muller 2006; Namara 2005; Narain 2006; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; NNMLS 2000; ODI 1999, 2004; OCDE 2006b; Ostrom, Schroeder e Wynne 1993; Oweis, Hachum e Kijne 1999; Palanisami 1994; Palanisami e Malaisamy 2004; Pander 2000; Peña e Valenzuela 2004; Perret 2002; Perry 2001; Pitman 2002; Polak 2005a,b; Postel 1999; Postel e Richter 2003; Rao e outros 2003; Rathgeber 2003; Ravallion e van de Walle 2003; Reij 2004; Reisner 1986; Rijsberman e Molden 2001; Rijsberman e Manning 2006; Rijsberman 2003; Rodgers, de Silva e Bhatia 2002; Rogers 2002; Romano e Leporati 2002; Rosegrant e Perez 1997; Rosegrant e Ringler 2000; Rosegrant e Gazmuri Schleyer 1994; Roy e Crow 2004; Saleth e outros 2003; Sanctuary e Tropp 2005; Sánchez Munguía 2006; Sarwan, Subijanto e Rodgers 2005; Schreiner e van Koppen 2003; Schuttelar e outros 2003; Scoones 1998; Shah e Keller 2002; Shah e outros 2000, 2003; Shivakoti e outros 2005; Sivamohan e Scott 2005; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; SIWI e outros 2006; Solanes 2006; Soussan 2003, 2004; Sylla 2006; Thébaud, Vogt e Vogt 2006; Tortajada 2006a,b; Turner e Hildebrandt 2005; Turner e outros 2004; PNUD 2003a,b, 2005a,b; Upadhyay 2003; Vaidyanathan 2001; van der Hoeck 2001; Van Hofwegen 2006; van Koppen 1998, 2002; van Koppen e outros 2004; van Koppen, Namara e Safilios-Rothschild 2005; van Koppen, Parthasarathy e Safiliou 2002; Vermillion 2005; Water Policy Briefing 2002; Wax 2006; WBCSD 2005; Wolff e Hallstein 2005; Banco Mundial 2001, 2002, 2004e, 2006b,f,h; Comissão Mundial de Barragens 2000; WRI e outras 2005.

Capítulo 6 recorre a AAAS 2002a,b; Abu-Zeid 1998; Allan 1996; Allan 1999; Allouche 2004; ALT 2003; Amaaral e Sommerhalder 2004; Aspinall e Pearson 2000; Assaf 2004; Barraqué e Mostert 2006; Beaumont 2000; Bell, Stewart e Nagy 2002; Bonetto e Wais 1990; Bonheur 2001; Bonn International Center for Conversion 2006; Carlisle 1998; CIA 2006; Clarke e King 2004; Coe e Foley 2001; Commission on Human Security 2003; Conley e van Niekerk 2000; Crow e Singh 2000; Daoudy 2005; de Mora e Turner 2004; Elhance 1999; Elmusa 1996; FAO 2006; Feitelson 2000, 2002; Fischhendler e Feitelson 2003; Formas 2005; Frisvold e Caswell 2000; Fürst 2003; GEF 2002; Gerlak 2004; Giordano e Wolf 2002; Gleick 1993; Greenberg 2006; Grover 1998; GWP 2001a,b; Haftendorn 1999; Hamner e Wolf 1998; Hirsch e outros 2006; Homer-Dixon 1994; Itaipu Binacional 2006; IUCN 2004; Jacobs 1998; Jägerskog e Phillips 2006; Jansky, Pchova e Murakami 2004; Jolley e Béné e Neiland 2001; Kamara e Sally 2003; Karaev 2005; Kayombo e Jorgensen 2006; Kemelova e Zhalkubaev 2003; Keohane e Ostrom 1995; Keskinen e outros 2005; Kliot 1994; Klohn e Andjelic 1997; Lamoree e Nilsson 2000; Landovsky 2006; Lankford 2005a; Leestemaker 2001; Lindemann 2005; Lonergan 2000; Matsumoto 2002; Matthews 2000; McKinney 2003; MEDRC 2005; Medzini e Wolf 2006; Micklin 1991, 1992, 2000; Mostert 1999, 2005; MRC 2006; Murphy e Sabadell 1986; Nakayama 1998; NEL-SAP 2002; Nguyen e outros 2000; Nicol 2002; Nicol, Ariyabandu e Mtisi 2006; Nishat 2001; O'Lear 2004; Odada, Oyebande e Oguntola 2006; Peachey 2004; Phillips e outros 2004; Priscoli 1998; Puri 2001; Puri e Arnold 2002; Puri e Aureli 2005; PWA 2005; Rekacewicz 1993, 2006; Rekacewicz e Diop 2003; Revenga e outros 1998; Rinat 2005; Russell e Morris 2006; SADC 2000, 2005a,b; Sadoff e Grey 2002, 2005; Sánchez Munguía 2006; Sarch e Birkett 2000; Shmueli 1999; Sievers 2002; Sikes 2003; SIWI, Tropp e Jägerskog 2006; Sklarew e Duda 2002; Sneddon e Fox 2006; Struckmeier, Rubin e Jones 2005; SUSMAQ 2004; Thébaud e Batterbury 2001; Toset, Gleditsch e Hegre 2000; Uitto 2004; Uitto e Duda 2002; PNUD 2002, 2005a; UN-DPI 2002; UNECA 2000; UNEP 2001, 2004a,b,c; United States Department of the Interior 2001; van der Zaag e Savenije 1999; VanDeveer 2002; Vinogradov e Langford 2001; Waterbury 1979; Weinthal 2002, 2006; Weinthal e outros 2005; White 2006; Wolf 1998, 2000, 2006; Wolf, Yoffe e Giordano 2003; Wolf e outros 1999, 2005; Banco Mundial 2005f, 2006; WSP International 2003; Yang e Zehnder 2002; Yetim 2002; Yoffe e Wolf 1999.

Bibliografia

Investigações encomendadas

Documentos de apoio

Bakker, Karen, Michelle Kooy, Nur Endah Shofiani, e Ernst-Jan Martijn. 2006. "Disconnected: Poverty, Water Supply and Development in Jakarta, Indonesia."

Cotula, Lorenzo. 2006. "Water Rights, Poverty and Inequality: The Case of Dryland Africa."

Fuentes, Ricardo, Tobias Pfütze, e Papa Seck. 2006a. "Does Access to Water and Sanitation Affect Child Survival? A Five Country Analysis."

———. 2006b. "A Logistic Analysis of Diarrhea Incidence and Access to Water and Sanitation."

Gandy, Matthew. 2006. "Water, Sanitation and the Modern City: Colonial and Post-colonial Experiences in Lagos and Mumbai."

Grimm, Michael, Kenneth Harttgen, Stephan Klasen, e Mark Misselhorn. 2006. "A Human Development Index by Income Groups."

IDS (Institute of Development Studies). 2006. "Water and Human Development: Capabilities, Entitlements and Power."

Iniciativas de Desenvolvimento. 2006. "Development Assistance for Water and Sanitation."

Jägerskog, Anders, e David Phillips. 2006. "Managing Trans-boundary Waters for Human Development."

Narain, Sunita. 2006. "Community-led Alternatives to Water Management: India Case Study."

Nicol, Alan, Rajindra Ariyabandu, e Sobona Mtisi. 2006. "Water as a Productive Resource: Governance for Equity and Poverty Reduction."

Satterthwaite, David, e Gordon McGranahan. 2006. "Overview of the Global Sanitation Problem."

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), Håkan Tropp, Malin Falkenmark e Jan Lundqvist. 2006. "Water Governance Challenges: Managing Competition and Scarcity for Hunger and Poverty Reduction and Environmental Sustainability."

Swyngedouw, Erik. 2006. "Power, Water and Money: Exploring the Nexus."

Tortajada, Cecilia. 2006b. "Water Governance with Equity: Is Decentralisation the Answer? Decentralisation of the Water Sector in Mexico and Intercomparison with Practices from Turkey and Brazil." Com Sahnaz Tigrek e Juan J. Sánchez-Meza.

———. 2006c. "Who Has Access to Water? Case Study of Mexico City Metropolitan Area."

WaterAid. 2006. "Getting the 'Off Track' on Target."

Whittington, Dale. 2006. "Pricing Water and Sanitation Services."

Wolf, Aaron T. 2006. "Conflict and Cooperation Over Transboundary Waters."

Estudos conceptuais

Adams, Martin, Jeremy Berkoff, e Elizabeth Daley. 2006. "Land-Water Interactions: Opportunities and Threats to Water Entitlements of the Poor in Africa for Productive Use."

Barraqué, Bernard, e Erik Mostert. 2006. "Transboundary River Basin Management in Europe."

Gasparini, Leonardo, e Leopoldo Tornarolli. 2006. "Disparities in Water Pricing in Latin America and the Caribbean."

Guevara-Sanginés, Alejandro. 2006. "Water Subsidies and Aquifer Depletion in Mexico's Arid Regions."

Heller, Léo. 2006. "Access to Water Supply and Sanitation in Brazil: Historical and Current Reflections; Future Perspectives."

Hernández Mazariegos, Juan Emilio. 2006. "Water and Basic Sanitation in Latin America and the Caribbean."

Hunt, Caroline. 2006. "Sanitation and Human Development."

Jenkins, Marion W., e Steven Sugden. 2006. "Rethinking Sanitation: Lessons and Innovation for Sustainability and Success in the New Millennium."

Marcus, Richard R. 2006. "Local Responses to State Water Policy Changes in Kenya and Madagascar."

Muller, Arnold Michael. 2006. "Sustaining the Right to Water in South Africa."

OMS (Organização Mundial de Saúde), Guy Hutton, Laurence Haller e Jamie Bartram. 2006. "Economic and Health Effects of Increasing Coverage of Low Cost Water and Sanitation Interventions."

Satterthwaite, David. 2006. "Appropriate Sanitation Technologies for Addressing Deficiencies in Provision in Low- and Middle-Income Nations." Com Arif Hassan, Perween Rahman, Sheela Patel e Allan Cain.

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), Håkan Tropp e Anders Jägerskog. 2006. "Water Scarcity Challenges in the Middle East and North Africa (MENA)."

Weinthal, Erika. 2006. "Water Conflict and Cooperation in Central Asia."

Notas desta edição

Albiac, José. 2006. "The Case of the Water Framework Directive and Irrigation in Mediterranean Agriculture."

Bryer, Helen. 2006. "England and France in the Nineteenth Century."

Buechler, Stephanie, e Christopher Scott. 2006. "Wastewater as a Controversial, Contaminated yet Coveted Resource in South Asia."

Cai, Ximing. 2006. "Water Stress, Water Transfer and Social Equity in Northern China: Implications for Policy Reforms."

DeGeorges, Andre,e B. K. Reilly. 2006. "Dams and Large Scale Irrigation on the Senegal River. Impacts on Man and the Environment."

Landovsky, Jakub. 2006. "Institutional Assessment of Transboundary Water Resources Management."

Marañón, Boris. 2006. "Tension Between Agricultural Growth and Sustainability: The El Bajio Case, Mexico."

Meinzen-Dick, R. S., e Claudia Ringler. 2006. "Water Reallocation: Challenges, Threats, and Solutions for the Poor."

Patak, Bindeshwar. 2006. "Operation, Impact and Financing of Sulabh."

Practical Action Consulting. 2006a. "Bangladesh Rural Sanitation Supply Chain and Employment Impact."

———. 2006b. "Peru SANBASUR Rural Sanitation Financing Mechanisms."

———. 2006c. "Rural Sanitation in Southern Africa: A Focus on Institutions and Actors."
Sánchez Munguía, Vicente. 2006. "Water Conflict Between the US and Mexico: Lining of the All-American Canal."
Shen, Dajun. 2006. "Access to Water and Sanitation in China: History, Current Situation and Challenges."
Sylla, Oumar. 2006. "Decentralized Management of Irrigation Areas in the Sahel: Water User Associations in the Senegal River Valley."
Tortajada, Cecilia. 2006a. "São Francisco Water Transfer."
UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2006a. "Children and Water, Sanitation and Hygiene: The Evidence."

Referências

AAAS (American Association for the Advancement of Science). 2002a. "Mekong Exploratory Mission: Trip Report. Thailand, Cambodia, Vietnam, and the Lao People's Democratic Republic. January 4–22, 2002." Summary. [www.aaas.org/international/ssd/mekong/trip_report.shtml]. Julho de 2006.
———. 2002b. "Mekong River Basin Project." [www.aaas.org/international/ssd/mekong/]. Maio de 2006.
Abderrahman, Walid. 2002. "Policy Analysis of Water, Food Security and Agriculture in Saudi Arabia." Review paper prepared for the World Bank for the Third World Water Forum, 16–23 de Março de 2003, Kyoto. King Fahd University of Petroleum and Minerals, Dhahran, Árabia Saudita.
Abeyasekere, Susan. 1987. "Death and Disease in 19th Century Batavia." In Norman G. Owen, ed., *Death and Disease in Southeast Asia: Explorations in Social, Medical and Demographic History.* Singapore: Oxford University Press.
———. 1989. *Jakarta: A History.* Singapore: Oxford University Press.
Abu-Zeid, Mahmoud A. 1998. "Water and Sustainable Development: The Vision for World Water, Life and the Environment." *Water Policy* 1 (1): 9–19.
ACTS (African Centre for Technology Studies). 2005a. "Climate Change and Development in East Africa: A Regional Report." Nairobi.
———. 2005b. "Climate Change and Development in Kenya." Nairobi.
Adams, A. 2000. "Social Impacts of an African Dam: Equity and Distributional Issues in the Senegal River Valley." Contributing Paper, Thematic Review I.1: Social Impacts of Large Dams Equity and Distributional Issues. World Commission on Dams, Cape Town. [www.dams.org/docs/kbase/contrib/soc193.pdf]. Julho de 2006.
ADB (Asian Development Bank). 2003. "Water in Asian Cities. Summary of Findings of the Study and a Regional Consultation Workshop." Manila.
———. 2004. "Water in Asian Cities. Utilities' Performance and Civil Society Views." Manila.
———. 2006. "Water in Asian Cities. Utility Profile." Manila.
Adikeshavalu, Ravindra. 2004. "An Assessment of the Impact of Bangalore Citizen Report Cards on the Performance of Public Agencies." ECD Working Paper Series 12. World Bank, Washington, DC.
AfDB (African Development Bank). 2005a. "Appraisal Report. Rural Water Supply and Sanitation Program: Uganda." Infrastructure Department, North, East and South Region. Tunis Belvedere. [www.afdb.org/pls/portal/url/ITEM/084B449D5E817267E040C00A0C3D4328]. Julho de 2006.
———. 2005b. "The Rural Water Supply and Sanitation Initiative." Nova Iorque.
África do Sul, República da. 2006. Department of Water Affairs and Forestry. "Free Basic Services: Water." [http://www.dwaf.gov. za/FreeBasicWater/scripts/FrmImpStatus.asp?ServiceType=1&Pro vID=5&Perspective=Households]. Junho de 2006.
Afrol News. 2006. "Ghana Goes Ahead with Controversial Water Privatisation." 13 de Janeiro. [www.afrol.com/articles/15312]. Julho de 2006.
Agarwal, A., and Sunita Narain. 1997. "Dying Wisdom: The Rise, Fall and Potential of India's Traditional Water Harvesting Systems." Centre for Science and the Environment, Nova Deli.
Agarwal, A., Sunita Narain, e I. Khurana. 2001. "Making Water Everybody's Business: Practice and Policy of Water Harvesting." Centre for Science and Environment, Nova Deli.
Albiac, José, e Yolanda Martinez. 2004. "Agricultural Pollution Control Under Spanish and European Environmental Policies." *Water Resources Research* 40 (10).
Alcamo, J., T. Henrichs, e T. Rösch. 2000. "World Water in 2025: Global Modeling and Scenario Analysis for the World Commission on Water for the 21st Century." Report A0002, Center for Environmental Systems Research, University of Kassel. Kassel, Alemanha.
Alegría Calvo, María Angélica, e Eugenio Celedón Cariola. 2004. "Analysis of the Privatization Process of the Water and Sanitation Sector in Chile." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.
Al-Ibrahim, Abdulla Ali. 1991. "Excessive Use of Groundwater Resources in Saudi Arabia: Impacts and Policy Options." *Ambio* 20 (1): 34–37.
Allain-El Mansouri, Béatrice. 2001. *L'eau et la ville au Maroc. Rabat-Salé et sa périphérie.* Paris: L'Harmattan.
Allan, J. Anthony, ed. 1996. *Water, Peace and the Middle East: Negotiating Resources in the Jordan Basin.* Londres: I.B. Tauris.
Allan, T. 1998. "Moving Water to Satisfy Uneven Global Needs: 'Trading Water' as an Alternative to Engineering it." *ICID Journal* 47 (2): 1–8.
Allan, Tony. 1999. "Israel and Water in the Framework of the Arab-Israeli Conflict." Occasional Paper 15. School of Oriental and African Studies Water Issues Group, Conference on Water and the Arab-Israeli Conflict, 29 de Abril –1 de Maio, Center of Law, Bir Zeit University. [www.soas.ac.uk/waterissues/occasionalpapers/OCC15.PDF]. Março de 2006.
Allen, Adriana, Julio Davila, e Pascale Hoffman. 2006. "Governance of Water and Sanitation Services for the Peri-Urban Poor: A Framework for Understanding and Action in Metropolitan Regions." University College London, Development Planning Unit, Londres.
Allouche, Jeremy. 2004. "A Source of Regional Tension in Central Asia: The Case of Water." CIMERA, Geneva. [www.cimera.org/sources/92_104.pdf]. Março de 2006.
ALT (The Binational Autonomous Authority of Lake Titicaca). 2003. "Lake Titicaca Basin, Bolivia and Peru." In *Water for People, Water for Life: The United Nations World Water Development Report.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Berghahn Books.
Alves, Denisard, e Walter Belluzzo. 2005. "Child Health and Infant Mortality in Brazil." Research Network Working Paper R-493. Inter-American Development Bank, Washington, DC.
Amaaral, Helena, e Rubik Sommerhalder. 2004. "The Limpopo River Basin: Case Study on Science and Politics of International Water Management." ETH, Zurique.
Amani, Haidari K. R., Flora Lucas Kessy, e Deogratias Macha. 2004. "Tanzania Country Study. Millennium Development Goals Needs Assessment." Dar es Salaam, Tanzânia.
Amarasinghe, Upali A., Bharat R. Sharma, Noel Aloysius, Christopher Scott, Vladimir Smakhtin, and Charlotte de Fraiture. 2006. "Spatial Variation in Water Supply and Demand Across River Basins of India." Research Report 83. International Water Management Institute, Colombo.
Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. "Sustainable Human Development: Concepts and Priorities." United Nations Development Programme, Nova Iorque.
APHRC (African Population and Health Research Center). 2002. *Population and Health Dynamics in Nairobi's Informal Settlements.* Nairobi.

AquaFed (The International Federation of Private Water Operators). 2006. "Private Water Operators Call to Turn the Right to Water into a Reality for All People." Press Release. [www.aquafed.org/pdf/Operators_Right-to-Water_PR_Pc_2006-03-19.pdf]. Junho de 2006.

Araral, Eduardo. 2005. "Water User Associations and Irrigation Management Transfer: Understanding Impacts and Challenges." In Priya Shyamsundar, Eduardo Araral and Suranjan Weeraratne, eds., *Devolution of Resource Rights, Poverty and Natural Resource Management: A Review.* Environmental Economics Series Paper 104. Washington, DC: Banco Mundial.

Argo, Teti, e Aprodicio Laquian. 2004. "Privatization of Water Utilities and Its Effects on the Urban Poor in Jakarta Raya and Metro Manila." Forum on Urban Infrastructure and Public Service Delivery for the Urban Poor. Regional Focus: Asia, 24–25 de Junho, Nova Deli. [www.wilsoncenter.org/topics/docs/Argo.doc]. Maio de 2006.

Armstrong, Mark, Simon Cowan, e John Vickers. 1995. *Regulatory Reform: Economic Analysis and British Experience.* Cambridge, Mass.: MIT Press.

Arnell, Nigel W. 2004. "Climate Change and Global Water Resources: SRES Emissions and Socio-economic Scenarios." *Global Environmental Change* 14 (1): 31–52.

Arnell, Nigel W., e Chunzhen Liu. 2001. "Hydrology and Water Resources." In James J. McCarthy, Osvaldo F. Canziani, Neil A. Leary, David J. Dokken e Kasey S. White, eds., Climate Change 2001: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press for the Intergovernmental Panel on Climate Change.

Aspinall, Richard, e Diane Pearson. 2000. "Integrated Geographical Assessment of Environmental Condition in Water Catchments; Linking Landscape Ecology, Environmental Modelling and GIS." *Journal of Environmental Management* 59 (4): 299–319.

Assaf, Karen. 2004. "Joint Projects and Programs Promoting Middle East Cooperation and Knowledge in the Water Sector." Second Israeli-Palestinian International Conference on Water for Life in the Middle East, 10–14 Outubro, Antalya, Turquia.

———. 2006. Personal correspondence. "The Water Usage Cycle—The Key Management Concept for the Protection of Water and the Environment." Water Studies Center, Arab Scientific Institute. 12 de Abril. Nova Iorque.

AusAID. 2006. "The Pasig River—Life after Death." Canberra. [www.ausaid.gov.au/publications/pdf/pasigriver.pdf]. Julho de 2006.

Awulachew, S. B., D.J. Merrey, A. B. Kamara, B. van Koppen, F. Penning de Vries, e E. Boelee. 2005. "Experiences and Opportunities for Promoting Small-Scale/Micro Irrigation and Rainwater Harvesting for Food Security in Ethiopia." Working Paper 98. International Water Management Institute, Colombo.

Azam, Jean-Paul, e Jean-Daniel Rinaud. 2000. "Encroached Entitlements: Corruption and Appropriation of Irrigation Water in Southern Pun jab (Pakistan)." Development Studies Working Paper 144. Centro Studi Luca D'Agliano, Milão, Itália. [www.qeh.ox.ac.uk/pdf/lda/lda144.pdf]. Junho de 2006.

Baker, William, Richard Hern, e Matthew Bennett. 1999. *Capital Structure, Interest Coverage and Optimal Credit Ratings.* Londres: National Economic Research Associates.

Bakker, Karen. 2003a. "Gouvernance urbaine et services de l'eau: la participation du secteur privé à Djakarta (Indonésie)." In Graciela Schneier-Madanes and Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

———. 2003b. *An Uncooperative Commodity: Privatizing Water in England and Wales.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Bakker, Margaretha, Randolph Barker, Ruth Meinzen-Dick, e Flemming Konradsen. 1999. "Multiple Uses of Water in Irrigated Areas: A Case Study from Sri Lanka." SWIM Paper 8. Colombo.

Baldwin, Robert, e Martin Cave. 1999. *Understanding Regulation. Theory, Strategy, and Practice.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Ballabh, Vishna. 2005. "Emerging Water Crisis and Political Economy of Irrigation Reform in India." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan e Robert Yoder, eds., Asian Irrigation in Transition: Responding To Challenges. Nova Deli e Londres: Sage.

Banco Mundial. 2001. *"China: Agenda for Water Sector Strategy for North China." Washington, DC.*

———. 2002. "Pakistan Poverty Assessment, Poverty in Pakistan, Vulnerabilities, Social Gaps and Rural Dynamics." Report 24296-PAK. Poverty Reduction and Economic Management Sector Unit, South Asia Region, Washington, DC.

———. 2004a. "Colombia Recent Economic Developments in Infrastructure." Report 20279-CO. Washington DC.

———. 2004b. "Scaling Up Poverty Reduction." The Shanghai Conference, 25–27 de Maio, Shanghai, China.

———. 2004c. "Towards a Water-Secure Kenya: Water Resources Sector Memorandum." Washington, DC.

———. 2004d. "Water and Sanitation Sector: Morocco." Report 29634-MOR. Washington DC.

———. 2004e. Water Resources Sector Strategy. Strategic Directions for World Bank Engagement. Washington, DC.

———. 2004f. World Development Report 2004: Making Services Work For Poor People. Washington, DC.

———. 2005a. Ethiopia: A Country Status Report on Health and Poverty. Volume II: Main Report. Washington, DC.

———. 2005b. "Ethiopia: Risk and Vulnerability Assessment." Washington, DC.

———. 2005c. "Pakistan's Water Economy: Running Dry." Report 34081-PK. South Asia Region, Agriculture and Rural Development Unit, Washington DC.

———. 2005d. "Project Appraisal Document: Morocco." Report 33881-MOR. Washington DC.

———. 2005e. "Scaling Up Support to Water Supply and Sanitation in Ethiopia." Water Supply and Sanitation Feature Story, Washington, DC.

———. 2005f. "Support to Multi-Purpose Development of the Kagera River Basin and the Rusumo Falls Project: Approach Paper." Washington, DC.

———. 2005g. World Development Indicators 2005. CD-ROM. Washington, DC.

———. 2006a. "Clean Energy and Development: Towards an Investment Framework." Washington, DC.

———. 2006b. "The Diversity, Contributions, and Achievements of Agricultural Water Management." In Reengaging in Agricultural Water Management. Challenges and Options. Washington, DC.

———. 2006c. "Education for All—Fast Track Initiative." Informal World Bank Executive Board Briefing. Washington, DC.

———. 2006d. Global Economic Prospects 2006: Economic Implications of Remittances and Migration. Washington, DC.

———. 2006e. Hazards of Nature, Risks to Development. An IEG Evaluation of World Bank Assistance for Natural Disasters. Independent Evaluation Group, Washington, DC.

———. 2006f. "Managing Water Resources to Maximize Sustainable Growth: A Country Water Resources Assistance Strategy for Ethiopia." Washington, DC.

———. 2006g. *"Promoting Rural Sanitation and Hygiene in Morocco." Water Supply and Sanitation Feature Story Number 11, Washington DC.*

———. 2006h. Reengaging in Agricultural Water Management. Challenges and Options. Washington, DC.

Banco Mundial e FMI (Fundo Monetário Internacional). 2003. Progress Report and Critical Next Steps in Scaling up: Education for All, Health, HIV/AIDS, Water and Sanitation. Washington, DC.

Bangladeche, governo do. 1998. *Country Strategy Paper for Community Led Total Sanitation.* Dhaka.

———. 2005. *National Sanitation Strategy.* Ministry of Local Government, Rural Development and Cooperatives. Dhaka. [www.buet.ac.bd/itn/publications/NSS_2005.pdf]. Julho de 2006.

Bapat, Meera, e Indu Agarwal. 2003. "Our Needs, Our Priorities; Women and Men from the Slums in Mumbai and Pune Talk about Their Needs for Water and Sanitation." *Environment and Urbanization* 15 (2): 71–86.

Barnett, T. P., J. C. Adam, e D. P. Lettenmaier. 2005. "Potential Impacts of a Warming Climate on Water Availability in Snow-dominated Regions." *Nature* 438: 303–09.

Bartram, Jamie, Kristen Lewis, Roberto Lenton, e Albert Wright. 2005. "Millennium Project: Focusing on Improved Water and Sanitation for Health." *Lancet* 365 (9461): 810–12.

Bastidas, Elena P. 1999. "Gender Issues and Women's Participation in Irrigated Agriculture: The Case of Two Private Irrigation Canals in Carchi, Ecuador." Research Report 31. International Water Management Institute, Colombo.

Batchelor, Charles, Ashok Singh, M. S. Rama Mohan Rao, e John Butterworth. 2002. "Mitigating the Potential Unintended Impacts of Water Harvesting." IWRA International Regional Symposium "Water for Human Survival," 26–29 de Novembro, Nova Deli.

Beaumont, Peter. 2000. "Conflict, Coexistence, and Cooperation: A Study of Water Use in the Jordan Basin." In Hussein A. Amery e Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin: University of Texas Press.

Bell, Frances, e Robert Millward. 1998. "Public Health Expenditures and Mortality in England and Wales, 1870-1914." *Continuity and Change* 13 (2): 221–49.

Bell, Ruth Greenspan, Jane Bloom Stewart, e Magda Toth Nagy. 2002. "Fostering a Culture of Environmental Compliance through Greater Public Involvement." *Environment* 44 (8): 34–44.

Berkamp, G., M. McCartney, P. Dugan, J. McNeely, e M. Acreman. 2000. "Dams, Ecosystem Functions and Environmental Restoration." Thematic Review II.1, Background study for the World Commission on Dams, Cidade do Cabo.

BESA (The Begin-Sadat Center for Strategic Studies). 2000. "Efficient Use of Limited Water Resources: Making Israel a Model State." Israel. [www.biu.ac.il/SOC/besa/water/project.html]. Julho de 2006.

Bhatia, Ramesh. 2004. "Community-Managed Sanitation Services for the Urban Poor in Asia, Africa and Latin America: Constraints to Scaling-up of 'Islands of Success.'" Oslo.

Bhatnagar, Deepti, e Ankita Dewan. 2006. "Citizens' Report Cards on Public Services: Bangalore, India." [http://povlibrary.worldbank.org/files/14832_Bangalore-web.pdf]. Junho de 2006.

Bhattarai, Madhusudan, e A. Narayanamoorthy. 2003. "Impact of Irrigation on Rural Poverty in India: An Aggregate Panel-data Analysis." *Water Policy* 5 (5): 443–58.

Bhattarai, Madhusudan, R. Sakthivadivel, e Intizar Hussain. 2002. "Irrigation Impacts on Income Inequality and Poverty Alleviation: Policy Issues and Options for Improved Management of Irrigation Systems." IWMI Working Paper 39. International Water Management Institute, Colombo.

Bhushan, Chandra. 2004. "Water Use in Industry." A *Down to Earth* Supplement, Centre for Science and the Environment. [www.cseindia.org/dte-supplement/industry20040215/non-issue.htm]. Dezembro de 2005.

Biran, Adam, Anara Tabyshalieva, e Zumrat Salmorbekova. 2005. "Formative Research for Hygiene Promotion in Kyrgyzstan." *Health Policy and Planning* 20 (4): 213–21.

Bird, Jeremy, Larry Haas, e Lyla Mehta. 2005. "'Rights, Risks and Responsibilities' Approach to Implementing Stakeholder Participation. Scoping Report." [www.accountability21.net/default.aspx?id=61]. Julho de 2006.

Biswas, Asit K. 2004. "Integrated Water Resources Management: A Reassessment." *Water International* 29 (2): 248–56.

Biswas, Asit K., e Cecilia Tortajada, eds. 2005. *Water Pricing and Public-Private Partnership*. Oxon, Reino Unido: Routledge.

Biswas, Asit K., Olcay Ünver, e Cecilia Tortajada, eds. 2004. *Water as a Focus for Regional Development*. Nova Deli: Oxford University Press.

Black, Maggie. 1998. "1978-1998 Learning What Works. A 20 Year Retrospective View on International Water and Sanitation Cooperation." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Black, Maggie, Ramesh Bhatia, Kumbulani Murenga, and the Global Water Partnership Technical Committee. 2003. "Poverty Reduction and IWRM." GWP TEC Background Paper 8. Stockholm.

Blake, Nelson M. 1956. *Water for the Cities: A History of the Urban Water Supply Problem in the United States*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Boelens, Rutgerd. 2003. "Local Rights and Legal Recognition: The Struggle for Indigenous Water Rights and the Cultural Politics of Participation." Paper presented at the Third World Water Forum, 16–23 de Março, Quioto, Japão.

Boelens, Rutgerd, Axel Dourojeanni, and Paul Hoogendam. 2005. "Improving Water Allocation for User Communities and Platforms in the Andes." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Bonetto, A. A., e I. R. Wais. 1990. "Powerful Paraná." Geographical Magazine 62 (3): 1–3.

Bonheur, Neou. 2001. "Tonle Sap Ecosystem and Value." Technical Coordination Unit for Tonle Sap, Ministry of Environment, Phnom Penh.

Bonn International Center for Conversion. 2006. "Transboundary Waters and Crisis Prevention." [www.bicc.de/water/index.php]. Maio de 2006.

Bos, Elroy, e Ger Bergkamp. 2001. "Water and the Environment." In R. S. Meinzen-Dick e Mark W. Rosegrant, eds., *Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints*. 2020 Vision Publications, Focus Brief 9, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Bousquet, Anne. 2004. "Desserte collective des quartiers pauvres en Zambie, un long apprentissage." Flux 56/57: 71–86.

Breuil, Lise. 2004. *Renouveler le partenariat public-privé pour les services d'eau dans les pays en développement*. Thèse de doctorat. Paris: Ecole National du génie Rural, des Eaux et des Forêts.

Briscoe, John. 2005. "India's Water Economy: Bracing for a Turbulent Future." Banco Mundial, Washington, DC.

Bronstert, Axel, A. Gäuntner, J. C. de Araújo, A. Jaeger, e M. S. Krol. 2005. "Possible Climate Change Impacts on Water Resources Availability in a Large Semi-arid Catchment in Northeast Brazil." IAHS-Publications 295. Wallingford, Reino Unido.

Brown, Casey, e Upmanu Lall. 2006. "Water and Economic Development: The Role of Interannual Variability and a Framework for Resilience." Working Paper. International Research Institute for Climate and Society, Nova Iorque.

Brown, Julia. 2005. "Water Service Subsidies and the Poor: A Case Study of Greater Nelspruit Utility Company, Mbombela Municipality, África do Sul." Working Paper 112. Centre on Regulation and Competition, Institute for Development Policy and Management, Manchester. [www.competition-regulation.org.uk/publications/working_papers/WP112.pdf]. Maio de 2006.

Brown, Lester R. 2003. *Plan B: Rescuing a Planet Under Stress and a Civilization in Trouble*. Nova Iorque e Londres: W.W. Norton & Company.

Bruns, Bryan Randolph. 1997. "Participatory Management for Agricultural Water Control in Vietnam: Challenges and Opportunities." National Seminar on Participatory Irrigation Management, 7–11 de Abril, Vinh City, Nghe An Province, Vietname.

Bruns, Bryan Randolph, e Ruth S. Meinzen-Dick, eds. 2000. *Negotiating Water Rights*. Londres: ITDG Publishing.

Bruns, Bryan Randolph, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick. 2005. "Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Budds, Jessica, e Gordon McGranahan. 2003. "Privatization and the Provision of Urban Water and Sanitation in Africa, Asia and Latin America." Human Settlements Discussion Paper Series, Theme: Water-1. International Institute for Environment and Development, Londres.

Buechler, Stephanie, e Gayathri Devi Mekala. 2005. "Local Responses to Water Resource Degradation in India: Groundwater Farmer Innovations and the Reversal of Knowledge Flows." *Journal of Environment and Development* 14 (4): 410–38.

Buor, Daniel. 2004. "Water Needs and Women's Health in the Kumasi Metropolitan Area, Ghana." *Health & Place* 10 (1): 85–103.

Cai, Ximing, e Mark W. Rosegrant. 2003. "World Water Productivity: Current Situation and Future Options." In Jacob W. Kijne, Randolph Barker, e David Molden, eds., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement.* Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture Series, No. 1. Colombo: International Water Management Institute.

Cain, Allan, Mary Daly, e Paul Robson. 2002. "Basic Service Provision for the Urban Poor: The Experience of Development Workshop in Angola." Working Paper 8. International Institute for Environment and Development, Londres.

Cain, Louis P., e Elyce J. Rotella. 2001. "Death and Spending: Urban Mortality and Municipal Expenditure on Sanitation." *Annales de Démographie Historique* 2001/1 (101): 139–54.

Cairncross, Sandy. 2003. "Sanitation in the Developing World: Current Status and Future Solutions." *International Journal of Environmental Health Research* 13 (Supplement 1): 123–31.

Cairncross, Sandy, Dominic O'Neill, Anne McCoy, e Dinesh Sethi. 2003. "Health, Environment and the Burden of Disease; a Guidance Note." UK Department for International Development, Londres.

Cairncross, Sandy, Ursula Blumenthal, Peter Kolsky, Luiz Moraes, e Ahmed Tayeh. 1996. "The Public and Domestic Domains in the Transmission of Disease." *Tropical Medicine and International Health* 1 (1): 27–34.

Canelli, N. 2001. "El Alto Condominial Pilot Project Impact Assessment. A Summary." Water and Sanitation Program Andean Region, Lima.

Carlisle, H. L. 1998. "Hydropolitics in Post-Soviet Central Asia: International Environmental Institutions and Water Resource Control." Institute on Global Conflict and Cooperation, University of California, San Diego. [www.ciaonet.org/wps/ria01/igcc29ad.html.]. Maio de 2006.

CAS (Chinese Academy of Science). 2005. "The Impacts of Human Activities on Droughts in Arid Regions." Beijing. [http://pd973.tea.ac.cn/download/middle/kt4.pdf]. Dezembro de 2005.

Caseley, J. 2003. "Blocked Drains and Open Minds: Multiple Accountability Relationship and Improved Service Delivery Performance in an Indian City." IDS Working Paper 211. Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Cassen, Robert, Leela Visaria, and Tim Dyson, eds. 2004. *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Castro, José Esteban. 2004. "Barriers to and Conditions for the Involvement of Private Capital and Enterprise in Water Supply and Sanitation in Latin America and Africa: Seeking Economic, Social, and Environmental Sustainability." Final Project Report (draft version). In J. E. Castro, coordinator, *PRINWASS Project (European Commission, Framework V – INCO-DEV Project Contract: PL ICA4-2001-10041).* Oxford, University of Oxford. [http://users.ox.ac.uk/~prinwass/documents.shtml]. Julho de 2006.

CDC (Center for Disease Control and Prevention). 2006. "National Center for Health Statistics." Hyattsville, Md. [www.cdc.gov/nchs/products/pubs/pubd/vsus/historical/historical.htm]. Junho de 2006.

Centro Carter. 2006. "Carter Center's Trachoma Control Program." Atlanta, Ga. [www.cartercenter.org]. Julho de 2006.

CESCR (Committee on Economic, Social and Cultural Rights). 2002. "The Right to Water." Twenty-Ninth Session, General Comment No. 15 (E/C.12/2002/11), 11–29 de Novembro, Genebra. [www.unhchr.ch/html/menu2/6/gc15.doc]. Julho de 2006.

Chan, Ngai Weng. 2005. "Some Comments on Water Privatisation in Malaysia." The Second Southeast Asia Water Forum, Global Water Partnership Southeast Asia, 29 de Agosto – 3 de Setembro, Bali. [www. gwpsea.org/web/Proceedings%20-%202nd%20SEA%20Water%2 0Forum,%20Bali%202005/Water-Privatisation.pdf]. Julho de 2006.

Chary, Srtinivas V., A. Narender, e K. Rajeswara Rao. 2003. "Serving the Poor with Sanitation: The Sulabh Approach." Third World Water Forum, 19 de Março, Osaka.

Chen, Shaohua, e Martin Ravallion. 2004. "How Have the World's Poorest Fared Since the Early 1980s?" *World Bank Research Observer* 19 (2): 141–69.

Chenoweth, Jonathan, e Juliet Bird. 2005. *The Business of Water and Sustainable Development: Making Environmental Product Information Systems Effective.* Sheffield, Reino Unido: Greenleaf Publishing.

Chikhr Saïdi, Fatiha. 1997. *La crise de l'eau à Alger: une gestion conflictuelle.* Paris: L'Harmattan.

———. 2001. "Alger: des inégalités dans l'accès à l'eau." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 32 (166): 305–15.

CIA (Central Intelligence Agency). 2006. "The World Factbook." Washington, DC. [www.cia.gov/cia/publications/factbook/index.html]. Maio de 2006.

Clarke, Robin, e Jannet King. 2004. *The Water Atlas: A Unique Visual Analysis of the World's Most Critical Resource.* Nova Iorque: The New Press.

Cleaver, K., e F. Gonzalez. 2003. "Challenges for Financing Irrigation and Drainage." World Bank, Agriculture and Rural Development Department, Washington, DC.

Clermont, Florence. 2006. "Official Development Assistance for Water from 1990 to 2004." [www.worldwatercouncil.org/]. Junho de 2006.

CNA (Comisión Nacional del Agua). 2004. "Statistics on Water in Mexico." Mexico. [www.cna.gob.mx/eCNA/Espaniol/Estadisticas/Central/Estadisticas_Agua_2004/SWM_2004.htm]. Julho de 2006.

Coe, Michael T., e Jonathan A. Foley. 2001. "Human and Natural Impacts on the Water Resources of the Lake Chad Basin." *Journal of Geophysical Research (Atmospheres)* 106 (D4): 3349–56.

Coing, Henri. 2003. "Décentralisation et gérance privée à Monagas (Venezuela): A quoi servent les contrats?" In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

Colin, Jeremy. 1999. "VLOM for Rural Water Supply: Lessons from Experience." Task 162. WELL, Water, Engineering and Development Center, Loughborough University, Loughborough, Reino Unido.

Collignon, Bernard. 2002. "Urban Water Supply Innovations in Côte d'Ivoire: How Cross-Subsidies Help the Poor." Field Note 11. Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Collignon, Bernard, e Marc Vézina. 2000. "Independent Water and Sanitation Providers in African Cities. Full Report of a Ten-Country Study." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Comissão Mundial de Barragens. 2000. *Dams and Development: A New Framework for Decision-Making.* Londres: Earthscan.

Commission for Africa. 2005. "Our Common Interest: Report of the Commission for Africa." Londres.

Commission on Human Security. 2003. "Human Security Now: Protecting and Empowering People." Nova Iorque.

Commission on Macroeconomics and Health. 2001. "Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development." World Health Organization, Genebra.

CONADIS, BID, INEC e Banco Mundial. 2004. *Ecuador: la Discapacidad en cifras. Análisis de resultados de la Encuesta Nacional de Discapacidades.* CD-ROM. Quito, Equador

Conan, Hervé. 2003. "Small Piped Water Networks: Helping Local Entrepreneurs to Invest." Water for All Series 13. Asian Development Bank, Manila.

Conley, Alan H., e van Niekerk, Peter H. 2000. "Sustainable Management of International Waters: The Orange River Case." *Water Policy* 2 (1–2): 131–49.

Connors, Genevieve. 2005. "When Utilities Muddle Through: Pro-poor Governance in Bangalore's Public Water Sector." *Environment and Urbanization* 17 (1): 201–18.

Conway, Declan. 2005. "From Headwater Tributaries to International River Basin: Adaptation to Climate Variability and Change in the Nile River Basin." *Global Environmental Change* 15 (2): 99–114.

Corbera, Esteve, Declan Conway, Marisa Goulden, and Katharine Vincent 2006. "Climate Change in Africa: Linking Science and Policy for Adaptation." Workshop Report. Londres.

Corporate Europe Observatory. 2003. "Alternatives to Privatization: The Power of Participation." [www.tni.org/altreg-docs/participation.pdf#search='porto%20alegre%20brazil%20water]. Julho de 2006.

Crook, Richard C., e Alan Sturla Sverrisson. 2001. "Decentralisation and Poverty Alleviation in Developing Countries." Working Paper 130. Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, Reino Unido.

Crow, Ben, e Nirvikar Singh. 2000. "Impediments and Innovation in International Rivers: The Waters of South Asia." *World Development* 28 (11): 1907–25.

CSA (Central Statistical Agency of Ethiopia). 2004. "Indicators on Living Standard, Accessibility, Household Assets, Food Security and HIV/AIDS." In *Ethiopia Welfare Monitoring Survey 2004*, Addis Ababa.

Csaki, Csaba, e C. De Haan. 2003. *Reaching the Rural Poor: A Renewed Strategy for Rural Development.* Washington, DC: World Bank.

CSO (Central Statistical Organization of India). 2004. *Statistical Abstract India, 2003.* Ministry of Statistics and Programme Implementation, Government of India. Nova Deli: Controller of Publications.

Curtis, Val. 2001. "The Hand Wash Initiative: Third Quarterly Progress Report. Sept 15th–Dec 15th 2001." World Bank and London School of Hygiene and Tropical Medicine. [http://globalhandwashing.org/Global%20activities/Attachments/ppphw_3rdrpt.pdf]. Julho de 2006.

Curtis, Val, e Sandy Cairncross. 2003. "Effect of Washing Hands with Soap on Diarrhoea Risk in the Community: A Systematic Review." *Lancet Infectious Diseases* 3 (5): 275–81.

Curtis, Val, e Rachel Clarke. 2002. "Hygene: the Art of Public Health." London School of Hygiene and Tropical Medicine, Environmental Health Group, London. [www.lshtm.ac.uk/art/hygiene/danger.html]. Junho de 2006.

Cutler, David, e Grant Miller. 2005. "The Role of Public Health Improvements in Health Advances: The Twentieth-Century United States." *Demography* 42 (1): 1–22.

Cutler, David, Angus Deaton, e Adriana Lleras-Muney. 2005. "The Determinants of Mortality." NBER Working Paper 11963. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.

Cyranoski, David. 2005. "The Long-range Forecast." *Nature* 438 (17): 275–76.

Daly, Herman, e J. Cobb. 1989. *Of the Common Good: Redirecting the Economy Toward Community, the Environment, and a Sustainable Future.* Boston, Mass.: Beacon Press.

Daoudy, Marwa. 2005. *Le Partage des Eaux Entre la Syrie, l'Irak et la Turquie: Négociation, Sécurité et Asymétrie des Pouvoirs.* Paris: CNRS Éditions.

Davis, Jennifer. 2005. "Private Sector Participation in the Water and Sanitation Sector." *Annual Review of Environment and Resources* 30: 145–83.

de Miras, Claude, e Julien Le Tellier. 2005. *Gouvernance urbaine et accès à l'eau potable au Maroc. Partenariat Public-Privé à Casablanca et Tanger-Tétouan.* Paris: L'Harmattan.

de Mora, Stephen J., e Tim Turner. 2004. "The Caspian Sea: A Microcosm for Environment Science and International Cooperation." *Marine Pollution Bulletin* 48 (1–2): 26–29.

Deaton, Angus. 2002. "Policy Implications of the Gradient of Health and Wealth." *Health Affairs* 21 (2): 13–30.

———. 2003. "Health, Inequality and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 41 (1): 113–58.

———. 2004. "Health in an Age of Globalization." NBER Working Paper 10669. National Bureau of Economic Research, Cambridge, Mass.

Deaton, Angus, e Christina Paxson. 2004. "Mortality, Income and Income Inequality Over Time in Britain and the United States." In David Wise, ed., *Perspectives on the Economics of Aging.* Chicago, Ill.: University of Chicago Press.

Delfino, José, Ariel Casarin, e María Eugenia Delfino. 2005. "How Far Does it Go? The Buenos Aires Water Concession a Decade after the Reform." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

den Elzen, M. G. J., e M. Meinshausen. 2005. "Meeting the EU 2°C Climate Target: Global and Regional Emission Implications." Netherlands Environmental Assessment Agency. Bilthoven, Netherlands.

Desanker, P. V., e C. Magadza. 2001. "Africa." In James J. McCarthy, Osvaldo F. Canziani, Neil A. Leary, David J. Dokken e Kasey S. White, eds., Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Intergovernmental Panel on Climate Change, Genebra.

Dhanuraj, D., Prateep Das Gupta, e Swati Puri. 2006. "Community Innovations in Water Delivery: Case Studies of Olavanna e Sangam Vihar." Alternative Reality Series 1. Centre for Civil Society, Nova Deli.

Dixon, Robert K., Joel Smith, e Sandra Guill. 2003. "Life on the Edge: Vulnerability and Adaptation of African Ecosystems to Global Climate Change." *Mitigation and Adaptation Strategies for Global Change* 8 (2): 93–113.

Drèze, Jean, e Amartya Sen. 1989. *Hunger and Public Action.* New York: Oxford University Press.

Dubash, N. K. 2000. "Ecologically and Socially Embedded Exchange: The 'Gujarat Model' of Water Markets." *Economic and Political Weekly.* 15 de Abril.

Dubreuil, Céline, e Paul Van Hofwegen. 2006. "The Right to Water: From Concept to Implementation." World Water Council, Marseille, France. [www.worldwatercouncil.org/]. Junho de 2006.

Dutta, S., D. Dutta, P. Dutta, S. Matsushita, S. K. Bhattacharya, e S. Yoshida. 2003. "*Shigella dysenteriae* Serotype 1, Kolkata, India." *Emerging Infectious Diseases* 9 (11): 1471–74. [www.cdc.gov/ncidod/EID/vol9no11/02-0652.htm]. Julho de 2006.

Earth Policy Institute. 2002. "Water Scarcity Spreading." Washington, DC. [www.earth-policy.org/Indicators/indicator7.htm]. Junho de 2006.

———. 2006. "Bottled Water: Pouring Resources Down the Drain." Washington, DC. [www.earth-policy.org/Updates/2006/Update51.htm]. Julho de 2006.

Ebarvia, M. C. M. 1997. "Pricing for Groundwater Use of Industries in Metro Manila, Philippines." Economy and Environment Program for Southeast Asia, Singapore.

***The Economist.* 2003.** "Priceless. A Survey of Water." 19 de Julho.

———. 2004. "The Flood Dries Up." 28 de Agosto.

Elamon, Joy. 2005. "People's Initiative in Water-Olavanna Village in Kerala, India Shows the Way." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, e Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World.* Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Elhance, Arun P. 1999. *Hydropolitics in the Third World: Conflict and Cooperation in International River Basins*. Washington, DC: United States Institute of Peace Press.

Ellis, Jane, e Ellina Levina. 2005. "The Developing CDM Market." Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

Ellis, Jane, Jan Corfee-Morlot, e Harald Winkler. 2004. "Taking Stock of Progress Under the Clean Development Mechanism (CDM)." Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

Elmusa, Sharif S. 1996. "Negotiating Water: Israel and the Palestinians." Institute for Palestine Studies Working Paper. [www.ciaonet.org/wps/els01/]. Julho de 2006.

Environmental Health at USAID. 2004. "Water, Sanitation, Hygiene, and Diarrheal Diseases Bibliography." EHProject Information Center. Arlington, Va. [www.ehproject.org/PDF/Others/WSDD-Bibliography%202004.pdf]. Junho de 2006.

Environmental Justice Coalition for Water. 2005. "Thirsty for Justice: A People's Blueprint for California Water." Oakland, Calif.

Environmental Working Group. 2005. "California Water Subsidies." Oakland, Calif. [www.ewg.org/reports/watersubsidies/]. Novembro de 2005.

Esguerra, Jude. 2002. "The Corporate Muddle of Manila's Water Concessions: How the World's Biggest and Most Successful Privatisation Turned Into a Failure." WaterAid, Londres.

———. 2005. "Manila Water Privatization: Universal Service Coverage after the Crisis?" United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Esrey, S. A., J. B. Potash, L. Roberts, e C. Shiff. 1991. "Effects of Improved Water Supply and Sanitation on Ascariasis, Diarrhoea, Dracunculiasis, Hookworm Infection, Schistosomiasis, and Trachoma." *Bulletin of the World Health Organization* 69 (5): 609–21.

Esteller, Maria Vicenta, e Carlos Diaz-Delgado. 2002. "Environmental Effects of Aquifer Overexploitation: A Case Study in the Highlands of Mexico." *Environmental Management* 29 (2): 266–78.

Etienne, Janique. 1998. *Formes de la demande et modes de gestion des services d'eau potable en Afrique subsaharienne: spécificité des milieux semi-urbains*. Thèse de doctorat. Marne-la-Vallée: Ecole Nationale des Ponts et Chaussées.

Etienne, Janique, Henri Coing, Hervé Conan, Sylvy Jaglin, Alain Morel à l'Huissier, Michel Tamiatto, e Yves Vailleux. 1998. "Analyse comparative des performances de divers systèmes de gestion déléguée des points d'eau collectif. Bénin, Burkina Faso, Guinée, Mali, Namibie, Niger, Sénégal." BURGEAP, Boulogne, France.

The European Regional Committee. 2006. "Europe, Water and the World." European Regional Document. Prepared for the Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México. [www. worldwatercouncil.org/fileadmin/wwc/World_Water_Forum/ WWF4/Regional_process/EUROPE.pdf]. Junho de 2006.

Ezcurra, Exequiel M. 1998. "Conservation and Sustainable Use of Natural Resources in Baja California: An Overview." Briefing paper prepared for San Diego Dialogue. San Diego, Calif. [http://sandiegodialogue.org/pdfs/Baja%20Natural%20Resources%20doc.pdf]. Julho de 2006.

Falkenmark, Malin. 2003. "Freshwater as Shared between Society and Ecosystems: From Divided Approaches to Integrated Challenges." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 358 (1440): 2037–50.

Falkenmark, Malin, e Johan Rockström. 2004. *Balancing Water for Humans and Nature*. Earthscan: Londres.

———. 2005. "Rain: The Neglected Resource. Embracing Green Water Management Solutions." Swedish Water House Policy Brief 2. Stockholm International Water Institute, Stockholm.

FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas). 2002. "The State of Food and Agriculture 2002." Rome.

———. 2003a. "Groundwater Management. The Search for Practical Approaches." Water Report 25. Rome.

———. 2003b. "Projections Largely Vary by the Extent to Which It Is Estimated Productivity of Rainfed Agriculture Will Increase." Rome.

———. 2004a. "Gender and Food Security." [www.fao.org/Gender/en/agri-e.htm]. Abril de 2006.

———. 2004b. "The State of Food Insecurity in the World (SOFI)." Rome.

———. 2005. "Irrigation in Africa in Figures: AQUASTAT Survey–2005." Water Report 29. Rome.

———. 2006. The AQUASTAT Database. Rome. [www.fao.org/ag/agl/aglw/aquastat/dbase/index.stm]. Julho de 2006.

FAO (Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas) e Jelle Bruinsma, eds. 2003. *World Agriculture: Towards 2015/2030—An FAO Perspective*. Londres: Earthscan.

Faysse, Nicolas. 2004. "An Assessment of Small-Scale Users' Inclusion in Large-Scale Water User Associations of South Africa." IWMI Research Report 84. International Water Management Institute, Colombo.

Feitelson, Eran. 2000. "The Ebb and Flow of Arab-Israeli Water Conflicts: Are Past Confrontations Likely to Resurface?" *Water Policy* 2 (4): 343–63.

———. 2002. "Implications of Shifts in the Israeli Water Discourse for Israeli-Palestinian Water Negotiations." *Political Geography* 21 (3): 293–318.

Feld, Sergio, Somkiat Prajamwong, e Susan Sherman. 2003. "Proposed Integrated Land and Water Resources Management System (ILWRMS) for the Bang Pakong River Basin: Lessons from a User Needs Assessment." *Journal of Water Supply Research and Technology - AQUA* 52 (6): 435–42.

Fewtrell, Lorna, Rachel B. Kaufmann, David Kay, Wayne Enanoria, Laurence Haller, e John M. Colford, Jr. 2005. "Water, Sanitation, and Hygiene Interventions to Reduce Diarrhoea in Less Developed Countries: A Systematic Review and Meta-Analysis." Lancet Infectious Diseases 5 (1): 42–52.

FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola). 2001. "Rural Poverty Report 2001. The Challenge of Ending Rural Poverty." Roma.

———. 2006. Plan to Cut Global Poverty by 50% is Failing: Needs of Rural Majority Neglected." Rome. [www.ifad.org/poverty/pr.htm]. Junho de 2006.

Figuères, Caroline M., Cecilia Tortajada, e Johan Rockström, eds. 2003. *Rethinking Water Management: Innovative Approaches to Contemporary Issues*. London and Sterling, Va.: Earthscan.

Filmer-Wilson, Emilie. 2005. "The Human Rights-Based Approach to Development: The Right to Water." *Netherlands Quarterly of Human Rights* 23 (2): 213–41.

Fischer, Günther, Mahendra Shah, e Harrij van Velthuizen. 2002. "Climate Change and Agricultural Vulnerability." Report prepared for the World Summit on Sustainable Development, Joanesburgo, 26 de Agosto –4 de Setembro. International Institute for Applied Systems Analysis, Laxenburg, Áustria.

Fischer, Günther, Mahendra Shah, Francesco N. Tubiello, e Harrij van Velthuizen. 2005. "Socio-economic and Climate Change Impacts on Agriculture: An Integrated Assessment, 1990-2080." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 360 (1463): 2067–83.

Fischhendler, Itay, e Eran Feitelson. 2003. "Spatial Adjustment as a Mechanism for Resolving River Basin Conflicts: the US-Mexico Case." *Political Geography* 22 (5): 557–83.

Formas (Swedish Research Council for Environment, Agricultural Sciences and Spatial Planning). 2005. "Groundwater under Threat." Stockholm. [www.formas.se/upload/dokument/PDF%20filer/groundwater_under_threat.pdf]. Maio de 2006.

Foster, Vivien, e Tito Yepes. 2005. "Latin America Regional Study on Infrastructure. Is Cost Recovery a Feasible Objective for Water and Electricity?" Banco Mundial, Washington, DC.

Foster, Vivien, Subhrendu Pattanayak, e Linda Stalker Prokopy. 2003. "Do Current Water Subsidies Reach the Poor?" Water Tariffs and Subsidies in South Asia, Paper 4. Water and Sanitation Program and Public-Private Infrastructure Advisory Facility, Washington, DC.

Fournier, Jean-Marc. 2003. "Service de l'eau, inégalités socials et heritage colonial à Puebla, (Mexique)." In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation*. Paris: IHEAL-CREDAL.

Foxwood, Naomi. 2005. "Making Every Drop Count. Financing Water, Sanitation and Hygiene in Sierra Leone." Water Supply and Sanitation Collaborative Council and Tearfund, Genebra e Teddington, Reino Unido.

Franceys, R. 1997. "Sri Lanka: Urban Water Supply. Role of Government in Adjusting Economies." Paper 17. Development Administration, University of Birmingham, Reino Unido.

Freedman, Lynn P., Ronald J. Waldman, Helen de Pinho, Meg E. Wirth, A. Mushtaque R. Chowdhury, e Allen Rosenfield. 2005. "Transforming Health Systems to Improve the Lives of Women and Children." *Lancet* 365 (9463): 997–1000.

Friedman, Thomas L. 2005. *The World is Flat*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux.

Frisvold, George B., e Margriet F. Caswell. 2000. "Transboundary Water Management: Game-Theoretic Lessons for Projects on the U.S.-Mexico Border." *Agricultural Economics* 24 (1): 101–11.

Fürst, Heiko. 2003. "The Hungarian-Slovakian Conflict over the Gabcikovo-Nagymaros Dams: An Analysis." Institute for Peace Research and Security Policy. University of Hamburg, Hamburg, Germany. [www.columbia.edu/cu/sipa/REGIONAL/ECE/furst3.pdf]. Julho de 2006.

G-8 (Grupo dos Oito). 2003. "G-8 Evian 2003." [www.g8.fr/evian/]. Julho de 2006.

Gandhi, Mohandas Karamchand. [1927–29] 1993. *An Autobiography: The Story of My Experiments with Truth*, trans. Mahadev Desai. Boston, Mass.: Beacon Press.

Gandy, Matthew. 2004. "Rethinking Urban Metabolism: Water, Space and the Modern City." *City* 8 (3): 363–79.

———. 2005. "Learning from Lagos." *New Left Review* 33 (Maio/Junho): 37–52.

Garduño, Héctor. 2005. "Making Water Rights Administration Work." International Workshop on African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, Joanesburgo, África do Sul.

Gerlak, Andrea K. 2004. "One Basin at a Time: The Global Environment Facility and Governance of Transboundary Waters." *Global Environmental Politics* 4 (4): 108–41.

Giordano, Meredith A.,e Aaron T. Wolf. 2002. "The World's International Freshwater Agreements." In *The Atlas of International Freshwater Agreements*. United Nations Environment Programme. Nairobi. [www.transboundarywaters.orst.edu/publications/atlas/atlas_html/foreword/internationalAgreements.html]. Maio de 2006.

Gleick, Peter H. 1993. "Water and Conflict: Fresh Water Resources and International Security." *International Security* 18 (1): 79–112.

———. 2000. "The Changing Water Paradigm: A Look at Twenty-First Century Water Resources Development." *Water International* 25 (1): 127–38.

———. 2002. "Dirty Water: Estimated Deaths from Water-Related Diseases 2000-2020." Pacific Institute for Studies in Development, Environment, and Security. [www.pacinst.org/]. Junho de 2006.

———. 2003. "Global Freshwater Resources: Soft-Path Solutions for the 21st Century." *Science* 302 (5650): 1524–28.

———. 2004. *The World's Water 2004-2005: The Biennial Report on Freshwater Resources*. Washington, DC: Island Press.

———. 2005. "Water for Our Future." Testimony to a Joint Hearing of the California Senate and Assembly Committees on "The State of California's Environment: Obstacles and Opportunities," 2 de Março. Sacramento, Calif.

Gleick, Peter H., Gary Wolff, Elizabeth L. Chalecki,e Rachel Reyes. 2002. "The New Economy of Water: The Risks and Benefits of Globalization and Privatization of Fresh Water." Pacific Institute, Oakland, Calif.

The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. 2006a. "How the Fund Works." Genebra. [www.theglobalfund.org/en/about/how/]. Julho de 2006.

———. 2006b. "Investing in Impact. Mid-Year Result Report." Genebra. [www.theglobalfund.org/en/files/about/replenishment/progress_ report_midyear_2006.pdf]. Julho de 2006.

The Global Public-Private Partnership for Handwashing with Soap. 2003. "First Public-Private Handwashing Initiative." Country-Sharing and Orientation Workshop, 14–17 Maio, Accra.

Gómez-Lobo, Andrés, e Dante Contreras. 2003. "Water Subsidy Policies: A Comparison of the Chilean and Colombian Schemes." *The World Bank Economic Review* 17 (3): 391–407.

Graham, David, e Ngaire Woods. 2006. "Making Corporate Self-Regulation Effective in Developing Countries." *World Development* 34 (5): 868–83.

Graham, Stephen, e Simon Marvin. 2001. *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition*. Londres: Routledge.

Greenberg, Ilan. 2006. "As a Sea Rises, So Do Hopes for Fish, Jobs and Riches." *New York Times*. 6 de Abril.

Greenfacts.org. 2006. "Scientific Facts on Ecosystem Change." Brussels. [www.greenfacts.org]. Junho de 2006.

Grey, David, e Claudia W. Sadoff. 2006. "Water for Growth and Development: A Framework for Analysis. A Baseline Document for the 4th World Water Forum. Theme 1: Water for Growth and Development." [www.worldwaterforum4.org.mx/uploads/TBL_DOCS_46_55.pdf]. Junho de 2006.

Grimsey, Darrin, e Mervyn K. Lewis. 2002. "Evaluating the Risks of Public-Private Partnerships for Infrastructure Projects." *International Journal of Project Management* 20 (2): 107–18.

Grover, Brian. 1998. "Twenty-five Years of International Cooperation in Water-related Development Assistance, 1972-1997." *Water Policy* 1 (1): 29–43.

Guasch, J. Luis, e Pablo Spiller. 1999. "Managing the Regulatory Process: Design, Concepts, Issues, and the Latin America and Caribbean Story." Latin American and Caribbean Studies, *Viewpoints*. Washington, DC: Banco Mundial.

Guislain, Pier, e Michel Kerf. 1995. "Concessions—The Way to Privatize Infrastructure Sector Monopolies." *Public Policy for the PRIVATE Sector* Note 59. Banco Mundial, Washington, DC.

***Gulf Times*. 2006.** "Clashes Over Water Claims 14 Lives." 21 de Junho.

GWA (Gender and Water Alliance). 2003. "The Gender and Water Development Report 2003: Gender Perspectives on Policies in the Water Sector." Delft, Netherlands.

Gwatkin, Davidson. 2002. "Who Would Gain Most from Efforts to Reach the Millennium Development Goals for Health? An Inquiry into the Possibility of Progress that Fails to Reach the Poor." Health, Nutrition and Population Discussion Paper. Banco Mundial, Washington, DC.

Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou. 2005. "Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population. Second edition." Banco Mundial, Washington, D.C.

GWP (Parceria Global para a Água). 2000. "Integrated Water Resources Management." TEC Background Paper 4. Technical Committee. Stockholm.

———. 2001a. "Senegal—Establishing a Transboundary Organisation for IWRM in the Senegal River Basin." GWP Toolbox Case 45. Stockholm. [www.gwptoolbox.org/ZappEngine/objects/ACFA73.pdf]. Maio de 2006.

———. **2001b.** "West Africa—IWRM in the Niger River Basin." GWP Toolbox Case 46. Stockholm. [www.gwptoolbox.org/ZappEngine/objects/ACFA76.pdf]. Maio de 2006.

———. **2004.** "Catalyzing Change: A Handbook for Developing Integrated Water Resources Management (IWRM) and Water Efficiency Strategies." Stockholm.

———. **2006a.** "Setting the Stage for Change." Stockholm. [www.gwpforum.org]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Setting the Stage for Change: Second Informal Survey by the GWP Network Giving the Status of the 2005 WSSD Target on National Integrated Water Resources Management and Water Efficiency Plans." Stockholm. [www.gwpforum.org/gwp/library/IWRMSurvey-final.pdf]. Abril de 2006.

———. **2006c.** "Water and Sustainable Development: Lessons from Chile." Stockholm. [www.gwpforum.org/gwp/library/Policybrief2Chile.pdf]. Junho de 2006.

Haarmeyer, David, e Ashoka Mody. 1998. "Financing Water and Sanitation Projects—The Unique Risks." *Public Policy for the Private Sector* Note 151 (Setembro). Banco Mundial, Washington, DC.

HABITAT (Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos). 2001. *Cities in a Globalizing World. Global Report on Human Settlements 2001*. London e Sterling, Va.: Earthscan.

Hadley Centre. 2004. "Uncertainty, Risk and Dangerous Climate Change." Exeter, Reino Unido. [www.metoffice.com/research/hadleycentre/ pubs/brochures/B2004/global.pdf]. Julho de 2006.

Haftendorn, Helga. 1999. "Water and International Conflict." International Studies Association. 40th Annual Convention, 16–20 de Fevereiro, Washington, DC.

Haile, Menghestab. 2005. "Weather Patterns, Food Security and Humanitarian Response in sub-Saharan Africa." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 360 (1463): 2169–82.

Haisman, Brian. 2005. "Impacts of Water Rights Reform in Australia." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Halim, Shaikh A. 2002. "Shifting Millions from Open Defecation to Hygienic Latrines." Village Education Resource Center, Dhaka.

Hall, David, Emanuele Lobina, Odete Maria Viero, e Hélio Maltz. 2002. "Water in Porto Alegre, Brazil - Accountable, Effective, Sustainable and Democratic." A Public Services International Research Unit and Municipal Department of Water and Sanitary Sewage paper for the World Summit on Sustainable Development, 26 de Agosto –4 de Setembro, Joanesburgo. [www.psiru.org/reports/2002-08-W-dmae.pdf]. Julho de 2006.

Halliday, Stephen. 1999. *The Great Stink of London. Sir Joseph Bazalgette and the Cleansing of the Victorian Metropolis*. Phoenix Mill: Sutton Publishing.

Hamlin, Christopher. 1988. "Muddling in Bumbledom: On the Enormity of Large Sanitary Improvements in Four British Towns, 1855-1885." *Victorian Studies* 32 (1): 55–83.

Hamner, Jesse, e Aaron T. Wolf. 1998. "Patterns in International Water Resource Treaties: The Transboundary Freshwater Dispute Database." *Colorado Journal of International Environmental Law and Policy. 1997 Yearbook*. University of Colorado at Boulder.

Hanchate, Amresh, e Tim Dyson. 2004. "Prospects for Food Demand and Supply." In Robert Cassen, Leela Visaria, e Tim Dyson, eds., *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Hanchett, Suzanne, Shireen Akhter, Mohidul Hoque Khan, Stephen Mezulianik, e Vicky Blagbrough. 2003. "Water, Sanitation and Hygiene in Bangladeshi Slums: An Evaluation of the WaterAid-Bangladesh Urban Programme." *Environment and Urbanization* 15 (2): 43–55.

Hansen, S., e R. Bhatia. 2004. "Water and Poverty in a Macroeconomic Context." Paper commissioned by the Norwegian Ministry of the Environment in preparation for the United Nations Commission on Sustainable Development 12, 19–30 de Abril, Nova Iorque.

Hare, Bill, e Malte Meinhausen. 2004. "How Much Warming Are We Committed to and How Much Can Be Avoided?" Potsdam Institute for Climate Impact Research, Potsdam, Alemanha.

Hasan, Arif. 2005. "The Orangi Pilot Project: Research and Training Institute's Mapping Process and Its Repercussions." Orangi Pilot Project, International Institute for Environment and Development, Karachi.

Hassan, J. A. 1985. "The Growth and Impact of the British Water Industry in the Nineteenth Century." *The Economic History Review* New Series, 38 (4): 531–47.

Hildebrandt, Timothy, e Jennifer L. Turner. 2005. "Water Conflict Resolution in China." *China Environment Series* 7: 99–103.

Hinrichsen, D., B. Robey e U. D. Upadhyay. 1997. "Solutions for a Water-Short World." Population Reports, Series M, No. 14. Johns Hopkins School of Public Health, Population Information Program, Baltimore, Md.

Hirsch, Philip, e Kurt Mørck Jensen. 2006. "National Interests and Transboundary Water Governance in the Mekong." With Ben Boer, Naomi Carrard, Stephen FitzGerald, e Rosemary Lyster. Australian Mekong Resource Center and Danish International Development Assistance. [www.mekong.es.usyd.edu.au/projects/ mekong_water_governance2.htm]. Julho de 2006.

Hoanh, C. T., T. P. Tuong, K. M. Gallop, J. W. Gowing, S. P. Kam, N. T. Khiem, e N. D. Phong. 2003. "Livelihood Impacts of Water Policy Changes: Evidence from a Coastal Area of the Mekong River Delta." *Water Policy* 5 (5): 475–88.

Hodgson, S. 2004. "Land and Water—The Rights Interface." LSP Working Paper. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Homer-Dixon, Thomas F. 1994. "Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases." *International Security* 19 (1): 5–40.

Howard, Guy, e Jamie Bartram. 2003. "Domestic Water Quantity, Service Level and Health." WHO/SDE/WSH/03.02. World Health Organization, Genebra.

Hugo, Victor. [1862] 1982. *Les Misérables*, trans. Norman Denny. New York: Penguin Classics.

Hussain, Intizar. 2004. "Pakistan Country Report: Pro-poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia: Issues and Options." With Waqar A. Jehangir, Muhammad Ashfaq, Intizar Hussain, Muhammad Mudasser, e Aamir Nazir. International Water Management Institute and Asian Development Bank, Colombo.

———. **2005.** "Pro-poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia. Final Synthesis Report." International Water Management Institute, Colombo.

Hussain, Intizar, e Munir Hanjra. 2003. "Does Irrigation Water Matter for Rural Poverty Alleviation? Evidence from South and South-East Asia." *Water Policy* 5 (5): 429–42.

Hussain, Intizar, e Deeptha Wijerathna. 2004a. "Implications of Alternate Irrigation Water Charging Policies for the Poor Farmers in Developing Asia: A Comparative Analysis." International Water Management Institute, Colombo.

———. **2004b.** "Irrigation and Income-Poverty Alleviation: A Comparative Analysis of Irrigation Systems in Developing Asia." International Water Management Institute, Colombo.

Hutton, Guy, e Laurence Haller. 2004. "Evaluation of the Costs and Benefits of Water and Sanitation Improvements at the Global Level." World Health Organization, Genebra.

ID21. 2006a. "Can Targeting Family Farms Help to Reduce Poverty?" Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/n1ml1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Is Trade in Virtual Water a Solution for Water-Scarce Countries?" Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/r2cd1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006c.** "Managing the Business Costs of Water Scarcity." Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/urban/u3ac1g1.html]. Junho de 2006.

———. **2006d.** "The Role of Water Security in Poverty Reduction." Brighton, Reino Unido. [www.id21.org/nr/n6js1g1.html]. Junho de 2006.

IEG (Independent Evaluation Group). 2006a. "India—Comparative Review of Rural Water Systems Experience: The Rajastan Water Supply and Sewerage Project, and the Rural Water Supply and Environmental Sanitation Projects for Maharastra and Karnataka." Banco Mundial, Washington, DC.

———. **2006b.** "Irrigation: Operation, Maintenance, and System Performance in Southeast Asia: An OED Impact Study." Banco Mundial, Washington, DC.

Iémen, governo do. 2002. "Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP) 2003-2005." International Monetary Fund, Washington, DC.

Índia, governo da. 2001. "Land Use Statistics at a Glance (1998– 99 and 1999–2000)." Department of Agriculture and Cooperation, Ministry of Agriculture. [http://agricoop.nic.in/statistics/st3.htm]. Maio de 2006.

INEGI (Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática) . 2006a. "Gasto programable ejercido del sector público presupuestal por clasificación funcional." Aguascalientes, Mexico. [www.inegi.gob.mx/est/contenidos/espanol/rutinas/ept.asp?t=fipu05&c=5031]. Junho de 2006.

———. **2006b.** "Porcentaje de la población con servicios de agua potable por entidad federativa, 1990 a 2003." Aguascalientes, Mexico. [www.inegi.gob.mx/est/contenidos/espanol/rutinas/ept.asp?t=mamb105&c=5850]. Junho de 2006.

Inocencio, A., H. Sally, e Douglas J. Merrey. 2003. "Innovative Approaches to Agricultural Water Use for Improving Food Security in Sub-Saharan Africa." International Water Management Institute, Colombo.

Inocencio, A., M. Kikuchi, D. Merrey, M. Tonosaki, A. Maruyama, I. de Jong, H. Sally, e F. Penning de Vries. 2005. "Lessons from Irrigation Investment Experiences: Cost-Reducing and Performance-Enhancing Options for Sub-Saharan Africa." International Water Management Institute, Colombo.

Interagency Task Force on Gender e Water. 2004. "A Gender Perspective on Water Resources and Sanitation." Background Paper submitted to the Commission on Sustainable Development, United Nations Department of Economic And Social Affairs, Nova Iorque.

International Training Network Centre. 2003. "Chapter 5: Thematic Presentations and Discussions." South Asian Conference on Sanitation, 21–23 October, Bangladesh University of Engineering and Technology, Dhaka.

IRC International Water and Sanitation Centre. 2004. "School Sanitation and Hygiene Education: Symposium Proceedings & Framework for Action." The Way Forward: Construction is Not Enough, Symposium, 8–10 de Junho, Delft, Netherlands.

Isham, Jonathan, e Satu Kahkonen. 2002. "Institutional Determinants of the Impact of Community-Based Water Services: Evidence from Sri Lanka and India." Middlebury College Working Paper Series 0220. Middlebury College, Department of Economics, Middlebury, Ind.

Itaipu Binacional. 2006. "Itaipu Binacional Technical Data: Production." [www.itaipu.gov.br/]. Julho de 2006.

Ito, Chieko. 2005. "Urbanization and Water Pollution in China." Policy and Governance Discussion Paper 05-13. Canberra.

IUCN (União Mundial para a Conservação). 2004. "Komadugu-Yobe (Nigeria): Laying the Foundation for Joint Action." Gland, Suiça. [www. iucn.org/themes/wani/1d.html]. Julho de 2006.

IWMI (Instituto Internacional para a Gestão da Água). 2003. "Confronting the Realities of Wastewater Use in Agriculture." Water Policy Briefing 9. Colombo.

———. **2006.** "Recycling Realities: Managing Health Risks to Make Wastewater an Asset." Water Policy Briefing 17. Colombo.

———. **Forthcoming.** "Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture." Colombo.

Iyer, Ramaswamy. 2003. *Water. Perspectives, Issues, Concerns.* New Delhi: Sage.

Jacobs, Jeffrey W. 1998. "The United States and the Mekong Project." *Water Policy* 1 (6): 587-603.

Jaglin, Sylvy. 1997. "La commercialisation du service d'eau potable à Windhoek (Namibie). Inégalités urbaines et logiques marchandes." *Flux* 30: 16–29.

———. **2001a.** "L'eau potable dans les villes en développement: les modèles marchands face à la pauvreté." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 42 (166): 275–303.

———. **2001b.** "Villes disloquées? Ségrégations et fragmentation urbaine en Afrique australe." *Annales de géographie* 619: 243–65.

———-. **2002.** "Diversifier pour intégrer? La difficile regulation des modes d'approvisionnement en eau potable dans les villes d'Afrique subsaharienne." Rencontres scientifiques franco-africaines de l'innovation territoriale, 22–28 de Janeiro, Grenoble, France. [http://iga.ujf-grenoble.fr/teo/Innovation/PDF/ 36%20Jaglin%20Contrib%20cor.pdf]. Maio de 2006.

———. **2003.** "Les échelles des réformes des services urbains de l'eau." In Graciela Schneier-Madanes e Bernard de Gouvello, eds., *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

———. **2004a.** "Etre branché ou pas. Les entre-deux des villes du Sud." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 4–12.

———-. **2004b.** "Les services d'eau urbains en Afrique subsaharienne: vers une ingénierie spatiale de la diversité?" NAERUS Annual Conference, 16–17 de Setembro, Barcelona, Spain. [www.naerus.net/sat/workshops/2004/papers/Jaglin.pdf]. Maio de 2006.

———. **2004c.** "Vingt ans de réformes dans les services d'eau urbains d'Afrique subsaharienne: une géographie de la diversité." *Cybergéo.* L'eau à la rencontre des territoires.

———. **2005.** *Services d'eau en Afrique subsaharienne. La fragmentation urbaine en question.* Paris: Editions du CNRS. Collection Espaces et Milieux.

Jaglin, Sylvy, e Alain Dubresson. 1999. "Les décentralisations au risque de la fragmentation urbaine en Afrique subsaharienne." L'Europe et le sud à l'aube du XXIe siècle. Enjeux et renouvellement de la coopération. Conférence générale de l'EADI, Setembro, Paris. [www.euforic.org/eadi/pubs/pdf/jaglin.pdf?&username=guest@ eadi.org&password=9999&groups=EADI&workgroup=]. Maio de 2006.

Jamati, Claude. 2003. "Casablanca (Morocco): An Example of Public-Private Partnership." *International Journal of Water Resources Development* 19 (2): 153–58.

James, A. J., Joep Verhagen, Christine van Wijk, Reema Nanavaty, Mita Parikh, e Mihir Bhatt. 2002. "Transforming Time into Money Using Water: A Participatory Study of Economics and Gender in Rural India." *Natural Resources Forum* 26 (3): 205–17.

Jansky, Libor, Nevelina I. Pchova, e Masahiro Murakami. 2004. "The Danube: A Case Study of Sharing International Waters." *Global Environmental Change* 14 (Supplement 1): 39–49.

Japan Water Forum. 2005. "A Study on Water Infrastructure Investment and its Contribution to Socioeconomic Development in Modern Japan." Tóquio. [www.waterforum.jp/eng/]. Junho de 2006

Jensen, Peter Kjær, Pham Duc Phuc, Anders Dalsgaard, e Flemming Konradsen. 2005. "Successful Sanitation Promotion Must Recognize the Use of Latrine Wastes in Agriculture: the Example of Viet Nam." *Bulletin of the World Health Organization* 83 (11): 873–74.

Jewitt, Graham. 2002. "Can Integrated Water Resources Management Sustain the Provision of Ecosystem Goods and Services?" *Physics and Chemistry of the Earth* 27 (11–22): 887–95.

Jolley, Thomas H., Christophe Béné, e Arthur E. Neiland. 2001. "Lake Chad Basin Fisheries: Policy Formation and Policy Formation Mechanisms for Sustainable Development." *Research for Sustainable*

Development 14 (1–4): 31–33. [http://europa.eu.int/comm/development/body/publications/fish/120131.pdf]. Maio de 2006.

Jones, H. E., e R. A. Reed. 2005. "Water and Sanitation for Disabled People and Other Vulnerable Groups: Designing Services to Improve Accessibility." Water, Engineering, and Development Centre, Loughborough University, Loughborough, Reino Unido.

Jones, T. 1998. "Recent Developments in the Pricing of Water Services in OECD Countries." Paper presented at the World Bank Sponsored Workshop on Political Economy of Water Pricing Implementation, 3–5 de Novembro, Washington, DC.

Jones, William. 1995. "The World Bank and Irrigation." Banco Mundial, Washington, DC.

Joshi, Deepa. 2005. "Water Access, Poverty and Social Exclusion in India." Overseas Development Institute/Economic and Research Council "Water Governance—Challenging the Consensus." "Seminar 2: Access, Poverty and Social Exclusion." 1 de Março, University of Bradford, Overseas Development Institute and World Wildlife Fund, Londres. [www.bradford.ac.uk/acad/bcid/seminar/ water].

Jouravlev, Andrei. 2001a. *Regulación de la industria de agua potable. Volumen I: Necesidades de información y regulación estructural.* Serie Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

———. 2001b. *Regulación de la industria de agua potable. Volumen II: Regulación de las conductas.* Serie Recursos Naturales e Infraestructura. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

Juuti, Petri, e Tapio Katko, eds. 2005. *Water, Time and European Cities. History Matters for the Futures.* Tampere, Finland: Tampere University of Technology.

Kähkönen, Satu. 1999. "Does Social Capital Matter in Water and Sanitation Delivery? A Review of Literature." Social Capital Initiative Working Paper 9. Banco Mundial, Washington, DC.

Kamara, A., e H. Sally. 2003. "Water for Food, Livelihoods and Nature: Simulations for Policy Dialogue in South Africa." *Physics and Chemistry of the Earth* 28 (20–27): 1085–94.

Kar, Kamal, e Petra Bongartz. 2006. "Update on Some Recent Developments in Community-Led Total Sanitation." University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Kar, Kamal, e Katherine Pasteur. 2005. "Subsidy or Selfrespect? Community Led Total Sanitation. An Update on Recent Developments." Working Paper 257. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Karaev, Zainiddin. 2005. "Water Diplomacy in Central Asia." *Middle East Review of International Affairs* 9 (1): 63–69.

Kariuki, Mukami, e Jordan Schwartz. 2005. "Small-Scale Private Service Providers of Water Supply and Electricity—A Review of Incidence, Structure, Pricing and Operating Characteristics." Policy Research Working Paper 3727. Banco Mundial, Washington, DC.

Kayombo, S., e S. Jorgensen. 2006. "Lake Victoria." Experience and Lessons Learned Brief. International Lake Environment Committee, Lake Basin Management Initiative. [www.ilec.or.jp/lbmi2/ reports/27_Lake_Victoria_27February2006.pdf]. Maio de 2006.

Kemelova, Dinara, e Gennady Zhalkubaev. 2003. "Water, Conflict, and Regional Security in Central Asia Revisited." *NYU Environmental Law Journal* 11 (1): 479–502.

Kemper, Karin E. 2001. "Markets for Tradable Water Rights." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints. Brief 11. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Kemper, Karin E., Ariel Dinar, e William Bloomquist. 2005. "Institutional and Policy Analysis of River Basin Management Decentralisation: The Principle of Managing Water Resources at the Lowest Appropriate Level—When and Why Does It (Not) Work in Practice?" Banco Mundial, Washington, DC.

Kennedy, John F. 1962. Remarks in Pueblo, Colorado, 17 de Agosto. *The Public Papers of the Presidents of the United States.*

Kenney, Douglas S. 2005. "Prior Appropriation and Water Rights Reform in the Western United States." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Keohane, Robert, e Elinor Ostrom, eds. 1995. *Local Commons and Global Interdependence: Heterogeneity and Cooperation in Two Domains.* Londres: Sage Publications.

Kerf, Michel. 2000. "Do State Holding Companies Facilitate Private Participation in the Water Sector? Evidence from Côte d'Ivoire, The Gambia, Guinea, and Senegal." Policy Research Working Paper 2513. Banco Mundial, Washington, DC.

Kerr, John. 2002. "Watershed Development, Environmental Services, and Poverty Alleviation in India." *World Development* 30 (8): 1387–1400.

Keskinen, Marko, Jorma Kopenen, Matti Kummu, Jussi Nikula, Juha Sarkkula, e Olli Varis. 2005. "Integration of Socio-Economic and Hydrological Information in the Tonle Sap Lake, Cambodia." International Conference on Simulation and Modeling, SimMod 2005, 17–19 de Janeiro, Bangkok, Tailândia. [www.mssanz. org.au/simmod05/papers/C1-02.pdf]. Julho de 2006.

Kibreab, Gaim, e Alan Nicol. 2002. "Returning Thirsty: Water, Livelihoods and Returnees in the Gash-Barka Region, Eritrea." Overseas Development Institute, Londres.

Kijne, Jacob W., Randolph Barker, e David Molden. 2003a. "Improving Water Productivity in Agriculture: Editors' Overview." In Jacob Kijne, Randolph Barker e David Molden, eds., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement.* Wallington, Reino Unido: CABI Publishing.

Kijne, Jacob W., Randolph Barker, e David Molden, eds. 2003b. Water Productivity in Agriculture: Limits e Opportunities for Improvement. Wallington, Reino Unido: CABI Publishing.

Kiribaki, Aloysius. 2006. Personal correspondence on sensitization of education authorities in Busia District. Action on Disability and Development. 20 de Fevereiro. Kampala, Uganda.

Kisima Newsletter. 2005. "Long Road to Regulating Water Services in Kenya." Issue 2. Nairobi.

Kjellén, Marianne. 2000. "Complementary Water Systems in Dar es Salaam, Tanzania: The Case of Water Vending." *Water Resources Development* 16 (1): 143–54.

Kjellén, Marianne e Gordon McGranahan. 2006. "Informal Water Vendors and The Urban Poor." Human Settlements Discussion Paper Series, Theme: Water-3. International Institute for Environment and Development, Londres.

Kleiman, Mauro. 2004. "Pratiques quotidiennes des communautés populaires mal branches aux réseaux d'eau et d'assainissement dans les métropoles brésiliennes: les cas de Rio de Janeiro et Salvador." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 44–56.

Kliot, Nurit. 1994. *Water Resources and Conflict in the Middle East.* Londres e Nova Iorque: Routledge.

Klohn, Wulf, e Mihailo Andjelic. 1997. "Lake Victoria: A Case in International Cooperation." Food and Agriculture Organization of the United Nations and Water Resources, Development and Management Service. [www.fao.org/waicent/FaoInfo/Agricult/AGL/AGLW/webpub/VICPUB.HTM]. Maio de 2006.

Komives, Kristin. 1999. "Designing Pro-Poor Water and Sewer Concessions: Early Lessons from Bolivia." Policy Research Working Paper 2243. Banco Mundial, Washington, DC.

Komives, Kristin, Vivien Foster, Jonathan Halpern, e Quentin Wodon. 2005. *Water, Electricity, and the Poor: Who Benefits from Utility Subsidies?* With support from Roohi Abdullah. Washington, DC: Banco Mundial.

Kremer, M., e T. Miguel. 1999. ""The Educational Impact of De-Worming in Kenya." Northeast Universities Development Conference, 8–9 de Outubro, Harvard University.

Krol, Maarten S., e Axel Bronstert. Forthcoming. "Regional Integrated Modelling of Climate Change Impacts on Natural

Resources and Resource Usage in Semi-arid Northeast Brazil." *Environmental Modelling & Software*, doi:10.1016/j.envsoft.2005.07.022.

Kumar, Pushpam. 2005. *Market for Ecosystem Services*. Manitoba, Canada: International Institute for Sustainable Development.

Kurian, Mathew, e Ton Dietz. 2005. "How Pro-Poor are Participatory Watershed Management Projects? An Indian Case Study." Research Report 92. International Water Management Institute, Colombo.

Kurnia, G., T. W. Avianto, e Bryan Randolph Bruns. 2000. "Farmers, Factories and the Dynamics of Water Allocation in West Java." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, e R. S. Meinzen-Dick, eds., Negotiating Water Rights. Londres: Intermediate Technology Publications.

Lamoree, G., e A. Nilsson. 2000. "A Process Approach to the Establishment of International River Basin Management in Southern Africa." *Physics and Chemistry of the Earth, Part B: Hydrology, Oceans and Atmosphere* 25 (3): 315–23.

Lane, Jon. 2004. "Rural Water Supply and Sanitation in Africa: Global Learning Process on Scaling up Poverty Reduction." Scaling Up Poverty Reduction: A Global Learning Process, and Conference; Shanghai, 25–27 de Maio, 2004. Water and Sanitation Program–Africa, Kenya. [www.wsp.org/publications/af_globalstudy.pdf]. Julho de 2006.

Lankford, Bruce A. 2005a. "Rural Infrastructure to Contribute to African Agricultural Development: The Case of Irrigation." Report for the Commission for Africa. Overseas Development Group, Norwich, Reino Unido. [www.uea.ac.uk/dev/faculty/lankford/cfa_irrig_may05.pdf]. Julho de 2006.

———. 2005b. "Water Resources Management: Finding Space in Scarcity." Scarcity and the Politics of Allocation workshop, 6–7 de Junho, University of Sussex, Brighton, Reino Unido.

Lankford, Bruce A., e W. Mwaruvanda. 2005. "A Framework to Integrate Formal and Informal Water Rights in River Basin Management." African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, 26–28 de Janeiro, Joanesburgo, África do Sul.

Larrea, Carlos, Pedro Montalvo, e Ana María Ricuarte. 2005. "Child Malnutrition, Social Development and Health Services in the Andean Region." Research Network Working Paper R-495. Inter- American Development Bank, Washington, DC.

Lauria, Donald, Omar Hopkins, e Sylvie Debomy. 2005. "Pro-Poor Subsidies For Water Connections in West Africa. A Preliminary Study." Water Supply and Sanitation Sector Board Working Note 2. Banco Mundial, Washington, DC.

Lawrence, Peter, Jeremy Meigh, e Caroline Sullivan. 2002. "The Water Poverty Index: An International Comparison." Keele Economics Research Paper 2002/19. Keele, Reino Unido.

Ledo, Carmen. 2005. "Inequality and Access to Water in the Cities of Cochabamba and La Paz-El Alto." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Leestemaker, Joanne Heyink. 2001. "An Analysis of the New National and Sub National Water Laws in Southern Africa: Gaps between the UN-Convention, the SADC Protocol and National Legal Systems in South Africa, Swaziland and Mozambique." [www.thewaterpage.com/leestemaker.htm]. Maio de 2006.

Lemos, Maria Carmen, e Lúcio Farias de Oliveira. 2004. "Can Water Reform Survive Politics? Institutional Change and River Basin Management in Ceará, Northeast Brazil." *World Development* 32 (12): 2121–37.

———. 2005. "Water Reform Across the State/Society Divide: The Case of Ceará, Brazil." *International Journal of Water Resources Development* 21 (1): 133–47.

Lenton, Roberto, Albert M. Wright, e Kristen Lewis. 2005. *Health, Dignity, and Development: What Will it Take?* UN Millennium Project Task Force on Water and Sanitation. London and Sterling, Va.: Earthscan.

Levine, Ruth, and the What Works Working Group. 2004. "Millions Saved: Proven Successes in Global Health." With Molly Kinder. Center for Global Development, Washington DC.

Lindemann, Stefan. 2005. "Explaining Success and Failure in International River Basin Management - Lessons from Southern Africa." Sixth Open Meeting of the Human Dimensions of Global Environmental Change Research Community, 9–13 de Outubro, Bonn, Alemanha.

Lipton, Michael. 2004a. "Approaches to Rural Poverty Alleviation in Developing Asia: Role of Water Resources." Plenary address at the Regional Workshop and Policy Roundtable, "Pro-Poor Intervention Strategies in Irrigated Agriculture in Asia," 25–27 de Agosto, International Water Management Institute, Colombo. [www.sussex.ac.uk/Units/PRU/iwmi_irrigation.pdf]. July 2006.

———. 2004b. "New Directions for Agriculture in Reducing Poverty: The DfID Initiative."Poverty Research Unit, University of Sussex, Brighton, Reino Unido. [http://dfid-agriculture-consultation.nri.org/launchpapers/michaellipton.html]. Julho de 2006.

Lipton, Michael, Julie Litchfield, e Jean-Marc Faurès. 2003. "The Effects of Irrigation on Poverty: A Framework for Analysis." *Water Policy* 5 (5): 413–27.

Liu, Bin. 2005. "Institutional Design Considerations for Water Rights Development in China." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Lomborg, Bjørn, ed. 2004. *Global Crises, Global Solutions*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lonergan, Steve. 2000. "Forces of Change and the Conflict over Water in the Jordan River Basin." In Hussein A. Amery e Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin: University of Texas Press.

Lucas, P. L., e H. B. M. Hilderink. 2004. "The Vulnerability Concept and Its Application to Food Security." RIVM (National Institute for Public Health and the Environment), Bilthoven, Netherlands.

Luong, T. V., O. Chanacharnmongkol, e T. Thatsanatheb. 2002. "Universal Sanitation in Rural Thailand." *Waterfront* 15: 8–10.

Mace, M. J. 2005. "Funding for Adaptation to Climate Change: UNFCCC and GEF Developments Since COP-7." *Reciel* 14 (3): 225–46.

Malthus, Thomas Robert. [1798] 1826. *An Essay on the Principle of Population, As It Affects the Future Improvement of Society. With Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and Other Writers*. Londres: John Murray.

Maltz, Hélio. 2005. "Porto Alegre's Water: Public and for All." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, e Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World*. Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Mapetla, Matseliso. 2006. "Brewing and Housing Strategies in Lesotho." In Ann Schlyter, ed., *A Place to Live: Gender Research Housing in Africa*. Uppsala, Sweden: Nordiska Afrikainstitutet.

Marin, Philippe. 2002. "Output-Based Aid: Possible Applications in the Design of Water Concessions." Banco Mundial, Washington, DC.

Maronier, V. F. C. 1929. "De Drinkwatervoorziening van Batavia. (The Drinking Water Network of Batavia)." *De Waterstaats-Ingenieur* 8: 223–39.

Maslin, Mark. 2004. *Global Warming. A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

Matsumoto, Kyoko. 2002. "Transboundary Ground Water and International Law: Past Practices and Current Implications." Department of Geosciences, Oregon State University, Corvallis, Ore.

Matthew, Brian. 2005. "Ensuring Sustained Beneficial Outcomes for Water and Sanitation Programmes in the Developing World." Occasional Paper Series 40. IRC International Water and Sanitation Centre, Delft, Netherlands.

Matthews, Mary M. 2000. "International Lending Agencies and Regional Environmental Cooperation in the Black and Caspian

Sea." Annual Meeting of the International Association for the Study of Common Property, 31 de Maio – 4 de Junho, Bloomington, Ind. [http://dlc. dlib.indiana.edu/archive/00000300/00/matthewsm042400.pdf]. Maio de 2006.

Mayer, Enrique. 2002. *The Articulated Peasant: Household Economies in the Andes.* Boulder, Colo., and Oxford, Reino Unido: Westview Press.

McCully, Patrick. 2006. "Spreading the Water Wealth: Making Infrastructure Work for the Poor." IRN Dams, Rivers and People Report 2006. International Rivers Network, Berkeley, Calif.

McGranahan, Gordon, Pedro Jacobi, Jacob Songsore, Charles Surjadi, e Marianne Knellen. 2001. *The Citizens at Risk: From Urban Sanitation to Sustainable Cities.* Londres: Earthscan.

McIntosh, Arthur C. 2003. "Asian Water Supplies. Reaching the Urban Poor." Asian Development Bank and International Water Association, Manila.

McKinney, Daene C. 2003. "Cooperative Management of Transboundary Water Resources in Central Asia." In D. Burghart and T. Sabonis-Helf, eds., *In the Tracks of Tamerlane - Central Asia's Path into the 21st Century.* Washington, DC: National Defense University Press.

McNeill, John. 2000. *Something New Under the Sun. An Environmental History of the Twentieth Century.* Londres: Penguin Books.

Medida DHS. 2006. Demographic and Health Surveys Database. Calverton, Md. [www.measuredhs.com]. Julho de 2006.

MEDRC (Middle East Desalination Research Center). 2005. "MEDRC Project Portfolio 2005." Muscat, Oman. [www.medrc.org/]. Julho de 2006.

Medzini, Arnon, e Aaron T. Wolf. 2006. "The Euphrates River Watershed: Integration, Coordination, or Separation?" In Matthias Finger, Ludivine Tamiotti, e Jeremy Allouche, eds., The Multi-Governance of Water: Four Case Studies. Albany, N.Y.: SUNY Press.

Mehta, Lyla. 2000. "Water for the Twenty-First Century: Challenges and Misconceptions." Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

———. 2003. "Problems of Publicness and Access Rights: Perspectives from the Water Domain." In Inge Kaul, Pedro Conceição, Katell Le Goulven, e Ronald U. Mendoza, eds., *Providing Global Public Goods*: Managing Globalization. Nova Iorque: Oxford University Press.

Mehta, Meera. 2004. "Meeting the Financing Challenge for Water Supply and Sanitation. Incentives to Promote Reforms, Leverage Resources and Improve Targeting." Summary Report. Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Mehta, Meera, e Andreas Knapp. 2004. "The Challenge of Financing Sanitation for Meeting the Millennium Development Goals." Water and Sanitation Program–Africa, Nairobi.

Meinzen-Dick, R. S., e Leticia Nkonya. 2005. "Understanding Legal Pluralism in Water Rights: Lessons from Africa and Asia." International Workshop on African Water Laws: Plural Legislative Frameworks for Rural Water Management in Africa, 26–28 de Janeiro, Joanesburgo, África do Sul.

Meinzen-Dick, R. S., e Rajendra Pradhan. 2005. "Recognising Multiple Water Uses in Intersectoral Water Transfers." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yoder, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

Meinzen-Dick, R. S., e Mark W. Rosegrant, eds. 2001. "Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints." 2020 Vision Publications, Focus Brief 9. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Meinzen-Dick, R. S., e Margreet Zwarteveen. 1998. "Gender Participation in Water Management: Issues and Illustrations from Water Users' Associations in South Asia." International Irrigation Management Institution, Colombo.

Meinzen-Dick, R. S., Ruth Zwartevenn, e Margreet Zwartevenn. 1998. "Gendered Participation in Water Management: Issues and Illustrations from Water Users' Associations in South Asia." *Agriculture and Human Values* 15 (4): 337–45.

Melo, Jose Carlos. 2005. *The Experience of Condominial Water and Sewerage Systems in Brazil: Case Studies from Brasilia, Salvador and Parauapebas.* Lima: World Bank–Bank-Netherlands Water Partnership and Water and Sanitation Program.

Ménard, Claude. 2001. "Enjeux d'eau: la dimension institutionnelle." *Nouvelles Politiques de l'eau. Enjeux urbains, ruraux, régionaux, Revue Tiers Monde* 42 (166): 259–74.

Menegat, Rualdo. 2002. "Participatory Democracy and Sustainable Development: Integrated Urban Environmental Management in Porto Alegre, Brazil." *Environment and Urbanization* 14 (2): 181–206.

Merrey, Douglas J., Ruth Meinzen-Dick, Peter P. Mollinga, e Eiman Karar. 2006. "Policy and Institutional Reform Processes for Sustainable Agricultural Water Management: The Art of the Possible." Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture, Colombo.

Metts, Robert. 2000. "Disability Issues, Trends and Recommendations for the World Bank." Social Protection Discussion Paper 0007. World Bank, Washington, DC.

Micklin, Philip. 1991. "The Water Management Crisis in Soviet Central Asia." Carl Beck Paper 905. University of Pittsburgh Center for Russian and East European Studies, Pittsburgh, Penn.

———. 1992. "The Aral Crisis: Introduction to the Special Issue." *Post-Soviet Geography* 33 (5): 269–82.

———. 2000. *Managing Water in Central Asia.* Londres: Royal Institute of International Affairs.

Miller, Barbara A., e Richard B. Reidinger. 1998. "Comprehensive River Basin Development. The Tennessee Valley Authority." World Bank Technical Paper 416. Banco Mundial, Washington, DC.

Miller, David. 2001. *Principles of Social Justice.* Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Milliband, David. 2005. "Building a Modern Social Contract." Together We Can, 29 de Junho, Londres. [www.neighbourhood.gov.uk/news.asp?id=1524]. Junho de 2006.

Miovic, Peter. 2004. "Poverty Reduction Support Credits in Uganda: Results of a Stocktaking Study." Banco Mundial, Washington, DC.

Mitlin, Diana. 2004. "Beyond Second Best: The Whys, Hows and Wherefores of Water Subsidies." Centre on Regulation and Competition, Institute for Development Policy and Management. Paper 93. Manchester, Reino Unido.

Moench, M., J. Burke, e Y. Moench. 2003. "Rethinking the Approach to Groundwater and Food Security." Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.

Moench, Marcus. 1998. "Allocating the Common Heritage: Debates over Water Rights and Governance Structures in India." *Economic and Political Weekly* 33 (26): A46–A53.

———. 2001. "Groundwater: Potential and Constraints." In Ruth S. Meinzen-Dick e Mark W. Rosegrant, eds., *Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints.* 2020 Vision Publications, Focus Brief 9, International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Moench, Marcus, Ajaya Dixit, S. Janakarajan, M. S. Rathore, e Srinivas Mudrakartha. 2003. "The Fluid Mosaic: Water Governance in the Context of Variability, Uncertainty and Change." Nepal Water Conservation Foundation and the Institute for Social and Environmental Transition; Kathmandu, e Boulder, Colo.

Molden, D. J., U. Amarasinghe, e I. Hussain. 2001. "Water for Rural Development." Working Paper 32. International Water Management Institute, Colombo.

Molden, David, e Charlotte de Fraiture. 2004. "Investing in Water for Food, Ecosystems and Livelihoods." Blue Paper. Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture. International Water Management Institute, Colombo.

Molden, David, Hammond Murray-Rust, R. Sakthivadivel, e Ian Makin. 2003. "A Water-Productivity Framework for Understanding and Action." Colombo.

Molle, François. 2005. "Irrigation and Water Policies in the Mekong Region: Current Discourses and Practices." International Water Management Institute, Colombo.

Molle, François, e Jeremy Berkoff. 2006. "Cities Versus Agriculture: Revisiting Intersectoral Water Transfers, Potential Gains and Conflicts." Comprehensive Assessment Research Report 10. Comprehensive Assessment of Water Management in Agriculture. International Water Management Institute, Colombo.

Morel à l'Huissier, Alain, Véronique Verdeil, e Christophe Le Jallé. 1998. "Modes de gestion des bornes-fontaines dans les quartiers périurbains, le cas de trios villes maliennes." Programme Solidarité Eau. Cahier Technique 11. Paris.

Moriarty, Patrick, e John Butterworth. 2005. "Water, Poverty and Productive Uses of Water at the Household Level." Background paper for PRODWAT Thematic Group Meeting, 7–8 de Dezembro, Overseas Development Institute, Londres.

Mostert, Erik. 1999. "Perspectives on River Basin Management." *Physics and Chemistry of the Earth (B)* 24 (6): 563–69.

———. 2005. "How can International Donors Promote Transboundary Water Management?" Discussion Paper 8. German Development Institute, Bonn.

Movik, Synne, Lyla Mehta, Sobona Mtisi, e Alan Nicol. 2005. "A 'Blue Revolution' for African Agriculture?" *IDS Bulletin* 36 (2): 41–45.

MRC (Mekong River Commission). 2006. "About Mekong." Vientiane. [www.mrcmekong.org/about_mekong/people.htm]. Julho de 2006.

Mukherjee, Nilanjana. 2001. "Achieving Sustained Sanitation for the Poor. Policy and Strategy Lessons from Participatory Assessments in Cambodia, Indonesia, Vietnam." Water and Sanitation Program–East Asia and the Pacific, Jakarta.

Murphy, Irene L., and Eleonora J. Sabadell. 1986. "International River Basins: A Policy Model for Conflict Resolution." *Resources Policy* 12 (1): 133–44.

Murray, Laurel, e Victor Orindi. 2005. "Adapting to Climate Change in East Africa: A Strategic Approach." Gatekeeper Series 117. International Institute for Environment and Development, Londres.

Myers, Norman. 1998. "Perverse Subsidies: Tax $s Undercutting Our Economies and Environments Alike." With Jennifer Kent. International Institute for Sustainable Development, Winnipeg, Canada.

Nakayama, Mikiyasu. 1998. "Politics behind Zambezi Action Plan." *Water Policy* 1 (4): 397–409.

Namara, Regassa. 2005. "Synthesis of Sub-Saharan African Case Study Reports by Peacock, Omilola, e Kamara et al." Part Two in "Reducing Poverty through Investments in Agricultural Water Management." International Water Management Institute and African Development Bank. [www.iwmi.cgiar.org/Africanwaterinvestment/files/Theme_Reports/5_Reducing_Poverty.pdf]. Julho de 2006.

Narayan, Deepa. 1995. *The Contribution of People's Participation: Evidence from 121 Rural Supply Projects*. Washington, DC: World Bank.

Nayyar, Rohini, e Nagesh Singh. 2006. Personal communication. Water and Sanitation Expenditure in India. Junho. Nova Deli.

NEL-SAP (Nile Equatorial Lakes Subsidiary Action Project). 2002. "Nile Equatorial Lakes Subsidiary Action Program ICCON1: Proposal for Preparation Phase." Project Identification Document. Program 3. [www.nilebasin.org/nelsapbackup/documents/p3-2_kagera_river_basin.pdf]. Julho de 2006.

Neumayer, Eric. 2004. "HIV/AIDS and Its Impact on Convergence in Life Expectancy, Infant and Child Survival Rates." Londres.

Nguyen, Pham Thanh Nam, Phuoc Minh Hiep, Mai Van Nam, Bui Van Trinh, e Pham The Tri. 2000. "Human Resources Development in the Mekong Delta." CAS Discussion Paper 31. Centre for ASEAN Studies and the Centre for International Management and Development, Antwerp. [http://143.129.203.3/cas/PDF/CAS31.pdf]. Julho de 2006.

Nicol, Alan. 2002. "Financing Transboundary Water Management." Water Policy Brief 2. Overseas Development Institute, Londres. [www.odi.org.uk/wpp/publications_pdfs/BP_2.pdf]. Julho de 2006.

Nishat, Ainun. 2001. "Development and Management of Water Resources in Bangladesh: Post-1996 Treaty Opportunities." In Asit K. Biswas and Juha I. Uitto, eds., *Sustainable Development of the Ganges-Brahmaputra-Meghna Basins*. Tóquio: United Nations University Press.

NNMLS (Northern New Mexico Legal Services). 2000. "*Acequias* and Water Rights Adjudications in Northern New Mexico." In Bryan Randolph Bruns e R. S. Meinzen-Dick, eds., *Negotiating Water Rights*. Londres: Intermediate Technology Publications.

Noble, I., J. Parikh, R. Watson, R. Howarth, R. J. T. Klein, A. Abdelkader, e T. Forsyth. 2005. "Responses to Climate Change." In K. Chopra, R. Leemans, P. Kumar, e H. Simons, eds., *Ecosystems and Human Well-Being: Policy Responses*. Volume 3 of the Millennium Ecosystem Assessment. Washington, DC: Island Press.

Nyong, Anthony. 2005. "Impacts of Climate Change in the Tropics: The African Experience." Avoiding Dangerous Climate Change: A Scientific Symposium on Stabilization of Greenhouse Gases, 1–3 February, Met Office, Exeter, UK.

———-. 2006. "Reducing Africa's Vulnerability to Climate Change through Adaptation." Climate Change in Africa: Linking Science and Policy for Adaptation, 30 de Março, Tyndall Centre, University of East Anglia, Norwich, Reino Unido.

Nyong, Anthony, e P. S. Kanaroglou. 2001. "A Survey of Household Domestic Water-Use Patterns in Rural Semi-Arid Nigeria." *Journal of Arid Environments* 49 (2): 387–400.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2006a. "Agricultural Policies in OECD Countries." At a Glance.Paris.

———-. 2006b. International Development Statistics (IDS) Online. Database on Aid and Other Resource Flows. Paris. [www.oecd.org/dac/stats/idsonline]. Junho de 2006.

Odada, Eric O., Lekan Oyebande, e Johnson A. Oguntola. 2006. "Lake Chad." Experience and Lessons Learned Brief. Lake Basin Management Initiative, International Lake Environment Committee. Shiga, Japão. [www.ilec.or.jp/lbmi2/reports/06_Lake_Chad_27February2006.pdf]. Maio de 2006.

ODI (Overseas Development Institute). 1999. "What Can We Do with a Rights-based Approach to Development?" ODI Briefing Paper. Londres.

———. 2004. "Right to Water: Legal Forms, Political Channels." ODI Briefing Paper. Londres.

O'Lear, Shannon. 2004. "Resources and Conflict in the Caspian Sea." *Geopolitics* 9 (1): 161–86.

OMS (Organização Mundial de Saúde). 2001. *WHO World Water Day Report*. Genebra. [www.worldwaterday.org/wwday/2001/report/index.html]. Junho de 2006.

———. 2005. *World Health Report 2005: Make Every Mother and Child Count*. Genebra.

———. 2006a. Water and sanitation related diseases fact sheets. Genebra. [www.who.int/water_sanitation_health/diseases/diseasefact/en/index.html]. Julho de 2006.

———. 2006b. Water-related Disease. Genebra. [www.who.int/water_sanitation_health/diseases/en/]. Junho de 2006.

OMS (Organização Mundial de Saúde) e UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2004a. "Coverage Estimates. Improved Sanitation: Morocco." Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation. Genebra e Nova Iorque.

———. 2004b. "Meeting the MDG Drinking Water and Sanitation Target: A Mid-term Assessment of Progress." Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation, Genebra e Nova Iorque.

———. 2005. *Water for Life: Making it Happen*. Joint MonitoringProgramme for Water Supply and Sanitation, Genebra e Nova Iorque.

———. **2006.** Correspondence on access to improved water and sanitation. Abril. Nova Iorque.

ONU (Nações Unidas). 1992. "United Nations Framework Convention on Climate Change." Nova Iorque.

———. **2005.** *World Population Prospects 1950–2050*. Database. Nova Iorque.

———. **2006a.** "Hacia el cumplimiento de los objetivos de desarrollo del Milenio en el Perú. Un compromiso del país para acabar con la pobreza, la desigualdad y la exclusión." Lima.

———. **2006b.** *World Urbanization Prospects*: The 2005 Revision. Department of Economic and Social Affairs. Nova Iorque.

ONU DPI (United Nations Department of Public Information). 2002. "Water: A Matter of Life and Death." Fact sheet. Nova Iorque. [www.un.org/events/water/factsheet.pdf]. Maio de 2006.

ONU–HABITAT (Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos).2003. *Water and Sanitation in the World's Cities. Local Action for Global Goals*. London and Sterling, Va.: Earthscan.

ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA). 2006. Correspondence on HIV Prevalence. Maio. Genebra.

Ostrom, Elinor, Larry Schroeder, e Susan Wynne. 1993. *Institutional Incentives and Sustainable Development: Infrastructural Policies in Perspective*. Boulder, Colo.: Westview Press.

Oweis, Theib, e Ahmed Hachum. 2003. "Improving Water Productivity in the Dry Areas of West Asia and North Africa." In Jacob Kijne, ed., *Water Productivity in Agriculture: Limits and Opportunities for Improvement*. Colombo: International Water Management Institute.

Oweis, Theib, Ahmed Hachum, e Jacob Kijne. 1999. "Water Harvesting and Supplemental Irrigation for Improved Water Use Efficiency in Dry Areas." Swim Paper 7. International Water Management Institute, Colombo.

Oxera Consulting Ltd. 2002. "The Capital Structure of Water Companies." Commissioned by the UK Office of Water Services. [www.ofwat.gov.uk/aptrix/ofwat/publish.nsf/AttachmentsByTitle/oxera_report_1002.pdf/$FILE/oxera_report_1002.pdf]. Julho de 2006.

PAG (Projecto Ambiental Global). 2002. "UNDP-GEF Dnipro Basin Environment Program." Washington, DC. [www.dnipro-gef. net/about/summary.php]. Julho de 2006.

———. **2006.** Correspondence on adaptation funds. Setembro. New York.

Pagiola, Stefano, Agustin Arcenas, e Gunars Platais. 2005. "Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and Evidence to Date from Latin America." *World Development* 33 (2): 237–53.

Pagiola, Stefano, Konrad von Ritter, e Joshua Bishop. 2004. "Assessing the Economic Value of Ecosystem Conservation." Environment Department Paper 101. Banco Mundial, Washington, DC.

Paquistão, governo do. 2004. "Pakistan: Poverty Reduction Strategy Paper." IMF Country Report 04/24. International Monetary Fund, Washington, DC.

Palanisami, K. 1994. "Evolution of Agricultural and Urban Water Markets in Tamil Nadu, India." Irrigation Support Project for Asia and the Near East, United States Agency for International Development, Arlington, Va.

Palanisami, K., e A. Malaisamy. 2004. "Taking Water Out of Agriculture in Bhavani Basin: Equity, Landscape and Livelihood Consequences." Water Technology Centre. Tamil Nadu Agricultural University, Coimbatore, India.

Pander, H. 2000. "Gender and Land Tenure—Women's Access to Land and Inheritance Rights: The Cases of Burkina Faso and Lesotho." Paper written for the Food and Agriculture Organization of the United Nations and German Technical Cooperation.

Pangare, Ganesh, Neelesh Kulkarni, e Vasudha Pangare. 2005. "An Assessment of the Water Sector Reform in the Indian Context: The Case of the State of Maharashtra." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Paredes, Ricardo. 2001. "Redistributive Impact of Privatisation and Deregulation of Utilities in Chile." WIDER Discussion Paper 2001/19. United Nations University, World Institute for Development Economics, Helsinki.

Parker, Ronald, e Tauno Skytta. 2000. "Rural Water Projects. Lessons from OED Evaluations." OED Working Paper Series 3. Banco Mundial, Washington, DC.

Parry, Martin, Cynthia Rosenzweig, e Matthew Livermore. 2005. "Climate Change, Global Food Supply and Risk of Hunger." *Philosophical Transactions of the Royal Society B* 360 (1463): 2125–38.

Paul, Samuel. 2005. "Holding the State to Account: Lessons of Bangalore's Citizen Report Cards." Public Affairs Centre, Bangalore.

Payen, Gérard. 2005. "The Right to Have Access to Drinking Water: Economic, Institutional and Practical Factors." Institut de droit d'expression et d'inspiration françaises, Lausanne Conference, 29 Setembro, Lausanne, Suiça.

Peachey, Everett J. 2004. "The Aral Sea Basin Crisis and Sustainable Water Resource Management in Central Asia." *Journal of Public and International Affairs* 15: 1–20.

Pearce, Fred. 2006. *When the Rivers Run Dry: What Happens When our Water Runs Out?* London: Eden Project Books.

Peña, H., M. Luraschi, e S. Valenzuela. 2004. "Water, Development, and Public Policies: Strategies for the Inclusion of Water in Sustainable Development." South American Technical Advisory Committee, Global Water Partnership, Santiago.

Perret, S. R. 2002. "Water Policies and Smallholding Irrigation Schemes in South Africa: A History and New Institutional Challenges." *Water Policy* 4 (3): 283–300.

Perry, C. J. 2001. "Charging for Irrigation Water: The Issues and Options, with a Case Study from Iran." International Water Management Institute, Colombo.

Phan, K. T., J. Frias, e D. Salter. 2004. "Lessons from Marketbased Approaches to Improved Hygiene for the Rural Poor in Developing Countries." 30th WEDC International Conference. People-centered Approaches to Water and Environmental Sanitation, 25–29 de Outubro, Vientiane.

Phillips, David J. H., Shaddad Attili, Stephen McCaffrey, e John S. Murray. 2004. "Factors Relating to the Equitable Distribution of Water in Israel and Palestine." 2nd Israeli-Palestinian International Conference on Water for Life in the Middle East, 10–14 de Outubro, Antalya, Turkey. [www.ipcri.org/watconf/papers/davidp.pdf]. Julho de 2006.

PIAC (Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas). 2001. "Climate Change 2001: Synthesis Report. A Contribution of Working Groups I, II, and III to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change." R. T. Watson e the Core Writing Team, eds., Cambridge University Press, Cambridge, Reino Unido, e Nova Iorque.

Pietilä, Pekka E., Tapio S. Katko, Jarmo J. Hukka, and Osmo T. Seppälä. 2004. "Water Services in Finland: Flexible Organizational Arrangements and Competition for Non-Core Operations." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Pitman, George Keith. 2002. "Bridging Troubled Waters: Assessing the World Bank Water Resources Strategy." Banco Mundial, Washington, DC.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2002. "Regional Partnership for Prevention of Transboundary Degradation of the Kura-Aras River Basin." Nova Iorque. [www.undp.org.ge/Projects/ kura.html]. Julho de 2006.

———. **2003a.** "Tapping the Potential: Improving Water Management in Tajikistan." Tajikistan Human Development Report. Duchambé.

———. **2003b.** "Water As a Key Human Development Factor. Kazakhstan Human Development Report." Almaty, Cazaquistão.

———. **2005a.** "Bringing Down the Barriers: Regional Cooperation for Human Development and Human Security in Central Asia." Central Asia Human Development Report. Bratislava.
———. **2005b.** "Decentralization and Human Development. Uzbekistan Human Development Report." Tachkent.
———. **2005c.** "Ethnic and Cultural Diversity: Citizenship in a Plural State. National Human Development Report for Guatemala 2005." Cidade da Guatemala.
———. **2005d.** "Linking Industrialisation with Human Development. National Human Development Report for Kenya 2005." Nairobi.
———. **2005e.** "Poverty and the City." In Focus. International Poverty Centre, Brasília.
———. **2005f.** "Towards Human Development with Equity. National Human Development Report for China 2005." Pequim.
Polak, Paul. 2005a. "The Big Potential of Small Farms." *Scientific American* 293 (3): 84–91.
———. **2005b.** "Water and the Other Three Revolutions Needed to End Rural Poverty." *Water Science & Technology* 51 (8): 133–43.
Ponce, Victor M. 2005. "Groundwater Utilization and Sustainability." San Diego State University, College of Engineering. San Diego, Calif. [http://groundwater.sdsu.edu/]. Julho de 2006.
Postel, Sandra. 1992. *Last Oasis: Facing Water Scarcity.* New York and London: W.W. Norton & Company.
———. **1999.** *Pillar of Sand: Can the Irrigation Miracle Last?* New York and London: Worldwatch Institute; Norton.
Postel, Sandra, e Brian Richter. 2003. *Rivers for Life: Managing Water for People and Nature.* Washington, DC: Island Press.
Priscoli, Jerome Delli. 1998. "Water and Civilization: Using History to Reframe Water Policy Debates and to Build a New Ecological Realism." *Water Policy* 1 (6): 623–36.
Puri, Shammy, ed. 2001. *Internationally Shared (Transboundary) Aquifer Resources Management: Their Significance and Sustainable Management.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. [http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001243/124386e.pdf]. Maio de 2006.
Puri, Shammy, e Geo Arnold. 2002. "Challenges to Management of Transboundary Aquifers: The ISARM Programme." Second International Conference on Sustainable Management of Transboundary Waters in Europe, 21–24 de Abril, Miedzyzdroje, Poland. [www.unece.org/env/water/meetings/conf2/3-transboundaquifers_puri.pdf]. Maio de 2006.
Puri, Shammy, e Alice Aureli. 2005. "Transboundary Aquifers: A Global Program to Assess, Evaluate, and Develop Policy." *Ground Water* 43 (5): 661–69.
PWA (Palestinian Water Authority). 2005. "Technical Data of the Palestinian Water Authority." Ramallah, Occupied Palestinian Territories.
Quénia, governo do. 2005. *MDGs Status Report for Kenya 2005.* Nairobi. [www.ke.undp.org/MDGs05status.pdf]. Julho de 2006.
Raghupati, Usha P., e Vivien Foster. 2002. "A Scorecard for India." Paper 2, Water Tariffs and Subsidies in South Asia. Water and Sanitation Program and Public-Private Infrastructure Advisory Facility, Washington, DC.
Rahman, Atiq, e Mazharul Alam. 2003. "Mainstreaming Adaptation to Climate Change in Least Developed Countries. Bangladesh Country Case Study." Working Paper 2. Londres.
Rao, M. S. Rama Mohan, C. H. Batchelor, A. J. James, R. Nagaraja, J. Seeley, e J. A. Butterworth. 2003. "Andhra Pradesh Rural Livelihoods Programme Water Audit Report." Andhra Pradesh Rural Livelihoods Programme. Rajendranagar, India.
Raskin, Paul, Peter Gleick, Paul Kirshen, Robert G. Pontius, Jr., e Kenneth Strzepek. 1997. "Water Futures: Assessment of Long-Range Patterns and Problems." In *Comprehensive Assessment of the Freshwater Resources of the World.* Stockholm: Stockholm Environment Institute.
Rathgeber, Eva. 2003. "Dry Taps...Gender and Poverty in Water Resource Management." Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome.
Ravallion, Martin, e Dominique van de Walle. 2003. "Land Allocation in Vietnam's Agrarian Transition Part 1: Breaking Up the Collective Farms." Centre for the Evaluation of Development Policies, Washington, DC.
Rayaleh, Hassan-Omar. 2004. *La gestion d'une pénurie: l'eau à Djibouti.* Thèse de doctorat. Orléans: Université d'Orléans.
Redhouse, David. 2005. "Getting to Boiling Point: Turning Up the Heat on Water and Sanitation." WaterAid, Londres.
Reij, Chris. 2004. "Indigenous Soil and Water Conservation in Africa." International Institute for Environment and Development, Londres.
Reisner, Marc. 1986. *Cadillac Desert. The American West and Its Disappearing Water.* Nova Iorque: Viking Press.
Rekacewicz, Philippe. 1993. "An Assassinated Sea." *In Histoire-Géographie, initiation économique, Classe de Troisième.* Data updated in Junho de 2006. Paris: Hatier.
———. **2006.** "Atlas de poche." Librairie Générale Française, Paris.
Rekacewicz, Philippe, e Salif Diop. 2003. *Atlas mondial de l'eau: Une pénurie annoncée.* Paris: Éditions Autrement.
Repetto, Robert, William Magrath, Michael Wells, Christine Beer, e Fabrizio Rossini. 1989. *Wasting Assets: Natural Resources in the National Income Accounts.* Washington, DC: World Resources Institute.
Revenga, Carmen, Siobhan Murray, Janet Abramovitz, e Allen Hammond. 1998. "Watersheds of the World." World Resources Institute, Washington, DC.
Reyes-Sánchez, Laura Bertha, Alejandra Irazoque Reyes, Javier Medina Barrón, Raúl Espinoza S., e René Miranda Ruvalcaba. n.d. "The Mexican Bajío: Yesterday the Grain Growing Country; Today, Degraded Soils, Polluted Waters and Human Poverty." Torba Soil Society, Montpellier, France. [www.torba-soilsociety. org/docs/Reyes_Sanchez_et_al_article.pdf]. Julho de 2006.
Rijsberman, Frank R. 2003. "Can Development of Water Resources Reduce Poverty?" *Water Policy* 5 (5): 399–412.
———. **2004a.** "Sanitation and Access to Clean Water." In Bjørn Lomborg, ed., *Global Crises, Global Solutions.* Cambridge: Cambridge University Press.
———. **2004b.** "The Water Challenge." Paper prepared for the Copenhagen Consensus Project of the Environmental Assessment Institute, Copenhagen. [www.copenhagenconsensus.com]. Junho de 2006.
———. **2004c.** "Water Scarcity: Fact or Fiction?" New Directions for a Diverse Planet, Fourth International Crop Science Congress, 26 de Setembro –1 de Outubro, Brisbane, Australia. [www.cropscience.org. au]. Junho de 2006.
Rijsberman, Frank R., e Nadia Manning. 2006. "Beyond More Crop per Drop. Water Management for Food and the Environment." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.
Rijsberman, Frank R., e David Molden. 2001. "Balancing Water Uses: Water for Food and Water for Nature." International Conference on Freshwater, 3–7 de Dezembro, Bona, Alemanha.
Rijsberman, Frank R., Nadia Manning, e Sanjiv de Silva. 2006. "Increasing Green and Blue Water Productivity to Balance Water for Food and Environment." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.
Rinat, Zafrir. 2005. "The Water Crisis Is Already Here in Gaza." Haaretz. 23 de Setembro. [www.haaretzdaily.com/hasen/pages/ShArt.jhtml?itemNo=208392&contrassID=2&subContrassID=4&sbSubContrassID=0&listSrc=Y]. Maio de 2006.
Ringler, Claudia, Mark W. Rosegrant, e Michael S. Paisner. 2000. "Irrigation and Water Resources in Latin America and the Caribbean: Challenges and Strategies." EPTD Discussion Paper 64. International Food Policy Research Institute, Environment and Production Technology Division, Washington, DC.

Rodgers, P., R. de Silva, e R. Bhatia. 2002. "Water is an Economic Good: How to Use Prices to Promote Equity, Efficiency and Sustainability." *Water Policy* 4 (1): 1–17.

Rogers, Peter. 2002. "Water Governance in Latin America and the Caribbean." Inter-American Development Bank, Washington, DC.

Romano, Donato, e Michel Leporati. 2002. "The Distributive Impact of the Water Market in Chile: A Case Study in Limarí Province, 1981-1997." Case Study Report, United Nations Development Programme. [http://europeandcis.undp.org/ WaterWiki/ images/2/29/Romano_Leporati_2002.pdf]. Julho de 2006.

Rosegrant, Mark W., e Ximing Cai. 2001. "Water for Food Production." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints, Brief 2. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., e Sarah A. Cline. 2003. "Global Food Security: Challenges and Policies." *Science* 12 (302): 1917–19.

Rosegrant, Mark W., e Renato Gazmuri S. 1994. "Reforming Water Allocation Policy through Markets in Tradable Water Rights: Lessons from Chile, Mexico, and California." Discussion Paper 6. International Food Policy Research Institute, Washington, D.C.

Rosegrant, Mark W., e Nicostrato D. Perez. 1997. "Water Resources Development in Africa: A Review and Synthesis of Issues, Potentials and Strategies for the Future." EPTD Discussion Paper 28. International Food Policy Research Institute, Environment and Production Technology Division, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., e Claudia Ringler. 2000. "Impact on Food Security and Rural Development of Transferring Water Out of Agriculture." *Water Policy* 1 (6): 567–86.

Rosegrant, Mark W., e Malik Sohail. 1995. "A 2020 Vision for Food, Agriculture, and the Environment in South Asia: A Synthesis." International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

Rosegrant, Mark W., Ximing Cai, e Sarah A. Cline. 2002a. *Global Water Outlook 2025: Averting an Impending Crisis.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

———. 2002b. *World Water and Food to 2025: Dealing with Scarcity.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Rosenberg, Charles E. 1962. *The Cholera Years. The United States in 1832, 1849, and 1866.* Chicago and London: University of Chicago Press.

Roy, Jessica, e Ben Crow. 2004. "Armed Forces Are Put on Standby to Tackle Threat of Wars over Water." The Independent. 28 de Fevereiro. [http://news.independent.co.uk/environment/ article348196.ece]. Maio de 2006.

Russell, Ben, e Nigel Morris. 2006. "Armed Forces Are Put on Standby to Tackle Threat of Wars over Water." *The Independent.* 28 February. [http://news.independent.co.uk/environment/ article348196.ece]. May 2006.

Ruxin, Josh, Joan E. Paluzzi, Paul A. Wilson, Yesim Tozan, Margaret Kruk, e Awash Teklehaimanot. 2005. "Emerging Consensus in HIV/AIDS, Malaria, Tuberculosis, and Access to Essential Medicines." *Lancet* 365 (9459): 618–21.

Sachs, Jeffrey, Glen-Marie Lange, Geoffrey Heal, e Arthur Small. 2005. "Global Initiative for Environmental Accounting. A Proposal to Build a Comprehensive System of Environmental and Economic National Accounts." Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, United Nations, Nova Iorque.

SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). 2000. "Revised Protocol on Shared Watercourses in the Southern African Development Community." Windhoek. [www.internationalwaterlaw.org/RegionalDocs/SADC2.htm]. Maio de 2006.

———. 2005a. "Regional Strategic Action Plan on Integrated Water Resources Development and Management: Annotated Strategic Action Plan." Gaborone.

———. 2005b. "Regional Water Policy." Gaborone.

Sadoff, Claudia W., e David Grey. 2002. "Beyond the River: the Benefits of Cooperation on International Rivers." *Water Policy* 4 (5): 389–403.

———. 2005. "Cooperation on International Rivers: A Continuum for Securing and Sharing Benefits." *Water International* 30 (4): 1–8.

Sakthivel, S. Ramesh, e Roger Fitzgerald. 2002. "The Soozhal Initiative: A Model for Achieving Total Sanitation in Low-Income Rural Areas." WaterAid India Fieldwork Report, Londres.

Saleth, Maria R., Regassa E. Namara, e Madar Samad. 2003. "Dynamics of Irrigation-poverty Linkages in Rural India: Analytical Framework and Empirical Analysis." *Water Policy* 5 (5): 459–73.

Salmon, Katy. 2002. "Nairobi's Flying Toilets—Tip of an Iceberg." *Terra Viva.* 26 de Agosto. [www.ipsnews.net/riomas10/2608_3.shtml]. Julho de 2006.

Sanctuary, Mark, e Hakân Tropp. 2005. "Making Water a Part of Economic Development: The Economic Benefits of Improved Water Management and Services." Stockholm International Water Institute, Stockholm.

Sang, W. K, J.O. Oundo, J.K. Mwituria, P.G. Waiyaki, M. Yoh, T. Iida, e T. Honda. 1997. "Multidrug-Resistant Enteroaggregative *Escherichia coli* Associated with Persistent Diarrhea in Kenyan Children." *Emerging Infectious Diseases* 3 (3): 373–74. [www.cdc.gov/ncidod/eid/vol3no3/sang.htm]. Julho de 2006.

Santiago, Charles. 2005. "Public-Public Partnership: An Alternative Strategy in Water Management in Malaysia." In Belén Balanyá, Brid Brennan, Olivier Hoedeman, Satoko Kishimoto, and Philipp Terhorst, eds., *Reclaiming Public Water: Achievements, Struggles and Visions from Around the World.* Amsterdam: Transnational Institute and Corporate Europe Observatory.

Sara, Jennifer, e Travis Katz. 1998. "Making Rural Water Supply Sustainable: Report on the Impact of Project Rules." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Saravanan, V., e P. Appasamy. 1999. "Historical Perspectives on Conflicts over Domestic and Industrial Supply in the Bhavani and Noyyal River Basins, Tamil Nadu." In M. Moench, E. Caspari, and A. Dixit, eds., *Rethinking the Mosaic: Investigations into Local Water Management.* Kathmandu and Boulder, Colo.: Nepal Water Conservation Foundation and the Institute for Social and Environmental Transition.

Sarch, M. T., e C. Birkett. 2000. "Fishing and Farming at Lake Chad: Responses to Lake-level Fluctuations." *Geographic Journal* 166 (2): 156–72.

Sarwan, Suharto, Tjoek Walujo Subijanto, e Charles Rodgers. 2005. "Development of Water Rights in Indonesia." In Bryan Randolph Bruns, Claudia Ringler, and R. S. Meinzen-Dick, eds., *Water Rights Reform: Lessons for Institutional Design.* Washington, DC: International Food Policy Research Institute.

Scanlon, John, Angela Cassar, e Noémi Nemes. 2004. "Water as a Human Right?" IUCN Environmental Policy and Law Paper 51. World Conservation Union, Gland, Switzerland and Cambridge, Reino Unido.

Schenkeveld, Maarten M., Richard Morris, Bart Budding, Jan Helmer, e Sally Innanen. 2004. "Seawater and Brackish Water Desalination in the Middle East, North Africa and Central Asia: A Review of Key Issues and Experiences in Six Countries." Working Paper 33515. Banco Mundial, Washington, DC.

Schneider, S. H., e J. Lane. 2006. "An Overview of 'Dangerous' Climate Change." In H. J. Schellnhuber, ed., *Avoiding Dangerous Climate Change.* Cambridge: Cambridge University Press.

Schneier-Madanes, Graciela, e Bernard de Gouvello, eds. 2003. *Eaux et réseaux. Les défis de la mondialisation.* Paris: IHEAL-CREDAL.

Schreiner, Barbara, e Barbara van Koppen. 2003. "Policy and Law for Addressing Poverty, Race and Gender in the Water Sector: The Case of South Africa." *Water Policy* 5 (5): 489–501.

Schuttelar, Marlies, Vedat Ozbilen, Tetsuya Ikeda, Mia Hua, François Guerquin, e Tarek Ahmed. 2003. *World Water Actions. Making Water Flow for All.* Londres: Earthscan.

Scoones, Ian. 1998. "Sustainable Rural Livelihoods: A Framework for Analysis." IDS Working Paper 72. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, Reino Unido.

Scott, Christopher, N. I. Faruqui, e L. Raschid-Sally. 2004. "Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Management Challenges in Developing Countries." In C. A. Scott, ed., *Wastewater Use in Irrigated Agriculture: Confronting the Livelihood and Environmental Realities.* Ottawa, Canada: CAB International, International Water Management Institute, and International Development Research Centre.

Seckler, D., D. Molden, U. Amarasinghe, e C. de Fraiture. 2000. "Water Issues for 2025: A Research Perspective. IWMI's Contribution to the 2nd World Water Forum." International Water Management Institute, Colombo.

Sen, Amartya. 1981. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation.* Oxford: Clarendon Press.

———. 1982. "The Right Not to Be Hungry." In Guttorm Fløistad, ed., *Contemporary Philosophy: A New Survey,* Volume 2: *Philosophy of Science.* The Hague: Martinus Nijoff.

———. 1999. *Development as Freedom.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Sen, Amartya, e Jean Drèze. 1999. *The Amartya Sen and Jean Drèze Omnibus: "Poverty and Famines," "Hunger and Public Action," and "India: Economic Development and Social Opportunity."* New Delhi: Oxford University Press.

Serra, Pablo. 2000. "Subsidies in Chilean Public Utilities." Policy Research Working Paper 2445. Banco Mundial, Washington, DC.

Shah, Tushaar. 2005. "Integrated Water Resources Management in Informal Water Economies: Fitting Reforms to Context." Presentation at the SDC Roundtable, Swiss Agency for Development and Cooperation, 29 de Novembro, Bern, Suiça.

Shah, Tushaar, e J. Keller. 2002. "Micro-irrigation and the Poor: Livelihood Potential of Low-cost Drip and Sprinkler Irrigation in India and Nepal." In H. Sally e C. Abernethy, eds., *Private Irrigation in Sub-saharan Africa.* Colombo: Food and Agriculture Organization of the United Nations and International Water Management Institute.

Shah, Tushaar, Aditi Deb Roy, Asad S. Qureshi, e Jinxia Wang. 2003. "Sustaining Asia's Groundwater Boom: An Overview of Issues and Evidence." *Natural Resources* Forum 27 (2): 130–41.

Shah, Tushaar, M. Alam, M. Dinesh Kumar, R. K. Nagar, e Mahendra Singh. 2000. "Pedaling Out of Poverty: Social Impact of a Manual Irrigation Technology in South Asia." IWMI Research Report 45. International Water Management Institute, Colombo.

Shah, Tushaar, Barbara van Koppen, Douglas Merrey, Marna de Lange, e Madar Samad. 2002. "Institutional Alternatives in African Smallholder Irrigation: Lessons from International Experience with Irrigation Management Transfer." IWMI Research Report H30202. International Water Management Institute, Colombo.

Shalizi, Zmarak. 2006. "Addressing China's Growing Water Shortages and Associated Social and Environmental Consequences." Policy Research Working Paper 3895. Banco Mundial, Washington, DC.

Sharma, Bharat R., e Peter G. McCornick. 2006. "India: Country Case Study on Domestic Policy Frameworks for Adaptation in the Water Sector." Paper presented at the Annex I Expert Group Seminar in Conjunction with the OECD Global Forum on Sustainable Development, "Working Together to Respond to Climate Change," 27–28 de Março, Paris.

Shen, Dajun, e Ruiju Liang. 2003. "State of China's Water." Research Report. Third World Centre for Water Management with the Nippon Foundation. [www.thirdworldcentre.org/epubli.html].

Shetty, Shobha. 2006. "Water, Food Security and Agricultural Policy in the Middle East and North Africa Region." MNA Working Paper 47. World Bank, Middle East and North Africa Region, Washington, DC.

Shiklomanov, I. 1993. "World Fresh Water Resources." In Peter H. Gleick, ed., *Water in Crisis: A Guide to the World's Fresh Water Resources.* Nova Iorque: Oxford University Press.

———. 2000. "Appraisal and Assessment of World Water Resources." *Water International* 25 (1): 11–32.

Shivakoti, Ganesh P., Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yoder, eds. 2005. *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

Shmueli, Deborah. 1999. "Water Quality in International River Basins." *Political Geography* 18 (4): 437–76.

Shuchen, Meng, Tao Yong, e Liu Jiayi. 2004. "Rural Water Supply and Sanitation in China: Scaling Up Services for the Poor." World Bank, Washington, DC.

Sievers, Eric W. 2002. "Water, Conflict, and Regional Security in Central Asia." *NYU Environmental Law Journal* 10 (3): 356–402.

Sight Savers International. 2006. "Prevalence of Trachoma." [www.sightsavers.org/html/eyeconditions/trachoma_extent.htm]. Accessed in Julho de 2006.

Sikes, S. 2003. *Lake Chad versus the Sahara Desert.* Newbury: Mirage Newbury.

Sinanovic, Edina, Sandi Mbatsha, Stephen Gundry, Jim Wright, e Clas Rehnberg. 2005. "Water and Sanitation Policies for Improving Health in South Africa: Overcoming the Institutional Legacy of Apartheid." *Water Policy* 7 (6): 627–42.

SINTEF Unimed. 2002. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Namibia. A Representative, National Survey." Oslo.

———. 2003a. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Malawi. A National Representative Study." Oslo.

———. 2003b. "Living Conditions among People with Activity Limitations in Zimbabwe. A Representative Regional Survey." Oslo.

Sivamohan, M. V. K., e Christopher Scott. 2005. "Coalition-Building for Participatory Irrigation Management under Changing Water Resource Trends: Reflections on Reforms in Andhra Pradesh, India." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, e Robert Yodereds, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges.* New Delhi and London: Sage.

SIWI (Instituto Internacional de Água de Estocolmo), IFPRI (Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares), IUCN (União Mundial para a Conservação), e IWMI (Instituto Internacional para a Gestão da Água). 2005. "Let It Reign: The New Water Paradigm for Global Food Security." Stockholm International Water Institute, Stockholm.

Sklarew, Dann M., e Alfred M. Duda. 2002. "The Global Environment Facility: Forging Partnerships and Fostering Knowledge Transfer to Sustain Transboundary Waters in Europe, Central Asia and Around the World." IW:LEARN, Washington, DC. [www.iwlearn.net/publications/misc/presentation/File_112866880982]. Maio de 2006.

Slattery, Kathleen. 2003. "What Went Wrong: Lessons from Manila, Buenos Aires e Atlanta." Institute for Public-Private Partnerships, Washington, DC.

Slaymaker, Tom, e Peter Newborne. 2004. "Implementation of Water Supply and Sanitation Programmes under PRSPs. Synthesis of Research Findings from Sub-Saharan Africa." Overseas Development Institute and WaterAid, Londres.

Smakhtin, Vladimir, Carmen Revenga, e Petra Döll. 2004. "Taking into Account Environmental Water Requirements in Global-scale Water Resources Assessments." Comprehensive Assessment Research Report 2. Comprehensive Assessment Secretariat, Colombo.

Smets, Henri. 2004. "The Cost of Meeting the Johannesburg Targets for Drinking Water. A Review of Various Estimates and a Discussion of the Feasibility of Burden Sharing." Académie de l'eau, Nanterre, France.

Smith, Adam. [1776] 1976. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.* Oxford: Oxford University Press.

Smith, Laila. 2005. "Neither Public nor Private: Unpacking the Johannesburg Water Corporatization Model." United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Sneddon, Chris, e Coleen Fox. 2006. "Rethinking Transboundary Waters: A Critical Hydropolitics of the Mekong Basin." *Political Geography* 25 (2): 181–202.

Solanes, Miguel. 2006. Personal email communication. "Indigenous groups in Chile." UN adviser on water law and public utilities. 7 de Junho.

Solo, Tova Maria. 1999. "Small-scale Entrepreneurs in the Urban Water and Sanitation Market." *Environment and Urbanization* 11 (1): 117–32.

———. 2003. "Independent Water Entrepreneurs in Latin America: The Other Private Sector in Water Services." Banco Mundial, Washington, DC.

Solórzano, Raúl, Ronnie de Camino, Richard Woodward, Joseph Tosi, Vicente Watson, Alexis Vásquez, Carlos Villalobos, Jorge Jiménez, Robert Repetto, e Wilfrido Cruz. 1991. *Accounts Overdue: Natural Resources Depreciation in Costa Rica.* Washington, DC: World Resources Institute.

Soussan, John. 2003. "Povetry, Water Security and Household Use of Water." International Symposium on Water, Poverty and Productive Uses of Water at the Household Level, 21–23 de Janeiro, Muldersdrift, África do Sul.

———. 2004. "Water and Poverty. Fighting Poverty through Water Management." Asian Development Bank, Manila.

Sperling, Gene, e Rekha Balu. 2005. "Designing a Global Compact on Education." *Finance and Development* 42 (2): 38–41.

Stern, Nicholas. 2006. "Remarks by Sir Nicholas Stern." Delhi Sustainable Development Summit, 3 de Fevereiro, Nova Deli. [www.hm-treasury.gov.uk/media/91C/23/Stern_DSMS_030206. pdf]. Julho de 2006.

Stern Review on the Economics of Climate Change. 2006. "What is the Economics of Climate Change?" Discussion Paper. Londres. [www.hm-treasury.gov.uk/media/213/42/What_is_the_Economics_of_Climate_Change.pdf]. Julho de 2006.

Strauss, John, e Duncan Thomas. 1998. "Health, Nutrition, and Economic Development." *Journal of Economic Literature* 36 (2): 766–817.

Struckmeier, Wilhelm, Yoram Rubin, e J. A. A. Jones. 2005. "Groundwater—Reservoir for a Thirsty Planet?" Leiden, Países Baixos, Earth Sciences for Society. [www.esfs.org/downloads/Groundwater.pdf]. Maio de 2006.

Summers, Robert James. 2005. "Indigenous Institutions of Water Point Management. A Study of Three Cases in Rural Malawi." Doctoral dissertation. Faculty of Graduate Studies of the University of Guelph: Guelph, Canada.

Surjadi, C., L. Padhmasutra, D. Wahyuningsih, G. McGranahan, e M. Kjellén. 1994. "Household Environmental Problems in Jakarta." Stockholm Environment Institute, Stockholm.

Surjadi, Charles. 2003. "Public Private Partnerships and the Poor: Case Study: Jakarta, Indonesia—Drinking Water Concessions." Loughborough University, Water, Engineering and Development Centre, Loughborough, Reino Unido.

Susantono, Bambang. 2001. "Informal Water Services in Metropolitan Cities of Developing World: The Case of Jakarta, Indonesia." Doctoral dissertation, Department of City and Regional Planning, University of California, Berkeley, Calif.

SUSMAQ (Sustainable Management of the West Bank e Gaza Aquifers Project). 2004. Aquifer map developed by SUSMAQ, 1999-2004, and received from Dr. Karen Assaf, former water minister, Palestinian National Authority, and Dr. Amjad Aliewi, former head of SUSMAQ. Palestinian Water Authority, University of Newcastle upon Tyne, British Geological Survey, and the Department for International Development. Ramallah, Occupied Palestinian Territories.

Swyngedouw, Erik. 2004. *Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Szreter, Simon. 1997. "Economic Growth, Disruption, Deprivation, Disease, and Death: On the Importance of the Politics of Public Health for Development." *Population and Development Review* 23 (4): 693–728.

Szreter, Simon, e Graham Mooney. 1998. "Urbanization, Mortality, and the Standard of Living Debate: New Estimates of the Expectation of Life at Birth in Nineteenth-Century British Cities." *The Economic History Review* New Series, 51 (1): 84–112.

Tanzânia, governo da. 2002. Poverty and Human Development Report. Poverty Monitoring Service. Dar es Salaam.

Taylor, John. 1983. "An Evaluation of Selected Impacts of Jakarta's Kampung Improvement Program." Doctoral dissertation, Department of Urban Planning, University of California, Los Angeles.

Texas Center for Policy Studies. 2002. "Los efectos de la industrialización y del sector industria maquiladora de exportación en la economía, la salud y el ambiente en Aguascalientes." Austin, Tex. [www.texascenter.org/publications/aguas.pdf]. Julho de 2006.

Thébaud, B., K. Vogt, e G. Vogt. 2006. "The Implications of Water Rights for Pastoral Land Tenure: The Case of Niger." In Lorenzo Cotula, ed., *Land and Water Rights in the Sahel: Tenure Challenges of Improving Access to Water for Agriculture.* Londres: International Institute for Environment and Development.

Thébaud, Brigitte, e Simon Batterbury. 2001. "Sahel Pastoralists: Opportunism, Struggle, Conflict and Negotiation. A Case Study from Eastern Niger." *Global Environmental Change* 11 (1): 69–78.

Thompson, John, Ina T. Porras, James K. Tumwine, Mark R. Mujwahuzi, Munquit Katui-Katua, Nick Johnstone, e Libby Wood. 2002. *Drawers of Water II: 30 Years of Change in Domestic Water Use and Environmental Health in East Africa.* Londres: International Institute for Environment and Development. [www.iied.org/pubs/pdf/full/9049IIED.pdf]. Julho de 2006.

Toset, Hans Petter Wollebæk, Nils Petter Gleditsch, e Håvard Hegre. 2000. "Shared Rivers and Interstate Conflict." *Political Geography* 19 (8): 971–96.

Toubkiss, Jérémie. 2006. "Costing MDG Target 10 on Water Supply and Sanitation: Comparative Analysis, Obstacles and Recommendations." World Water Council, Montreal, Canada.

Trémolet, Sophie. 2002. "Rural Water Service. Is a Private National Operator a Viable Business Model?" World Bank Note 249. World Bank, Washington, DC.

Troesken, Werner. 2001. "Race, Disease, and the Provision of Water in American Cities, 1889-1921." *The Journal of Economic History* 61 (3): 750–76.

Tuinhof, Albert, e Jan Piet Heederik, eds. 2002. "Management of Aquifer Recharge and Subsurface Storage: Making Better Use of Our Largest Reservoir." NNC–IAH publication No. 4. Seminar, 18–19 de Dezembro, Netherlands National Committee and International Association of Hydrogeologists, Wageningen. [http://siteresources.worldbank.org/INTWRD/Resources/GWMATE_Final_booklet.pdf]. Julho de 2006.

Turner, Jennifer L., e Timothy Hildebrandt. 2005. "Navigating Peace: Forging New Water Partnerships: U.S.-China Water Conflict Resolution Water Working Group." *China Environment Series* 7: 89–98.

Turner, R. Kerry, Stavros Georgiou, Rebecca Clark, Roy Brouwer, e Jacob Burke. 2004. *Economic Valuation of Water Resources in Agriculture: From the Sectoral to a Functional Perspective of Natural Resource Management.* Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

UCLG (United Cities and Local Governments) Committee on the Local Management of Water and Sanitation. 2006. "Declaration on Water by Mayors and Local Elected Representatives." Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México.

Uganda, governo do. 2004. "Poverty Eradication Action Plan (2004/5–2007/8)." Ministry of Finance, Planning and Economic Development, Kampala.

———. 2005. "Uganda: Poverty Reduction Strategy Paper." Kampala.

Ugaz, Cecilia. 2003. "Universal Access to Water: Are There Limits to Commodification of a Basic Need?" Background Issues Paper and Project Proposal. United Nations Research Institute for Social Development, Genebra.

Uitto, Juha I. 2004. "Multi-country Cooperation around Shared Waters: Role of Monitoring and Evaluation." *Global Environmental Change* 14 (Supplement 1): 5–14.

Uitto, Juha I., e Alfred M. Duda. 2002. "Management of Transboundary Water Resources: Lessons from International Cooperation for Conflict Prevention." *The Geographical Journal* 168 (4): 365–78.

UNA (Associação das Nações Unidas) e WSSCC (Water Supply and Sanitation Collaborative Council). 2004 . "Conference Report." UNA-WSSCC Conference for World Water Day, 22 de Março, Londres.

UNECA (United Nations Economic Commission for Africa). 2000. "Transboundary River/Lake Basin Water Development in Africa: Prospects, Problems, and Achievements." Addis Ababa. [www.uneca.org/publications/RCID/Transboundary_v2.PDF]. Maio de 2006.

UNEP (United Nations Environment Programme). 2001. "SADC Consultative Process on Dams and Development." Dams and Development Project. Information Sheet 5. Nairobi. [http://hq.unep.org/dams/files/information_sheet_5.pdf]. Maio de 2006.

———. 2004a. "Analyzing Environmental Trends using Satellite Data: Selected Cases." Nairobi. [http://grid2.cr.usgs.gov/publications/Analyzing_Environment.pdf]. Junho de 2006.

———. 2004b. *Lake Chad Basin*, M. P. Fortnam and J. A. Oguntola, eds. GIWA Regional Assessment 43. Kalmar, Sweden: University of Kalmar.

———. 2004c. *Understanding Environmental Conflict and Cooperation.* Nairobi: United Nations Environment Program and Division of Early Warning and Assessment.

UNEP–FI (United Nations Environment Programme–Finance Initiative). 2004. "Challenges of Water Scarcity. A Business Case for Financial Institutions." Nairobi.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 1999. "Sanitation and Hygiene: A Right for Every Child." Nova Iorque.

———. 2005a. "Water, Sanitation and Hygiene Education: Children and Adolescents Leading the Way in Tajikistan." Dushanbe.

———. 2005b. "Women, Water and Hygiene Are Key to Change in Africa." Press release, 14 de Setembro, Nova Iorque.

———. 2006b. *State of the World's Children 2006.* Nova Iorque.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e IRC International Water and Sanitation Centre. 2005. "Water, Sanitation and Hygiene Education for Schools: Roundtable Proceedings and Framework for Action." Roundtable Meeting, 24–26 de Janeiro, Oxford, Reino Unido.

United Nations Secretary-General's Advisory Board on Water and Sanitation. 2006. "Hashimoto Action Plan: Compendium of Actions." Reported at the Fourth World Water Forum, 16–22 de Março, Cidade do México. [www.unsgab.org/Compendium_of_Actions_en.pdf]. Julho de 2006.

United States Department of the Interior. 2001. *Earthshots*, 8th ed. Washington, DC. [http://edcwww.cr.usgs.gov/earthshots/]. Julho de 2006.

Université Catholique de Louvain. 2006. *EM-DAT: The International Disaster Database.* Office of U.S. Foreign Disaster Assistance and Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. Brussels. [www.em-dat.net/]. Julho de 2006.

University of California, Berkeley, and MPIDR (Max Planck Institute for Demographic Research). 2006. Human Mortality Database. Berkeley, Calif., and Munich. [www.mortality.org]. Maio de 2006.

Upadhyay, Bhawana. 2003. "Water, Poverty and Gender: Review of Evidences from Nepal, India and South Africa." *Water Policy* 5 (5): 503–11.

Urban Resource Centre. 2004. Sewerage and water supply news update. [www.urckarachi.org/sewerage%20update.htm]. Julho de 2006.

U.S. Agency for International Development. 2005a. "Case Studies of Bankable Water and Sewerage Utilities. Volume I: Overview Report." Washington, DC.

———. 2005b. "Case Studies of Bankable Water and Sewerage Utilities. Volume II: Compendium of Case Studies." Washington, DC.

Vaidyanathan, A., ed. 2001. *Tanks of South India.* Nova Deli: Centre for Science and Environment.

Valfrey, Bruno. 1997. "Les opérateurs privés du service de l'eau dans les quartiers irréguliers des grandes métropoles et dans les petits centers en Afrique. Burkina Faso, Cap-Vert, Haiti, Mali, Mauritanie, Senegal." Action de recherche 9. Hydro Conseil, Paris. [http://ww3.pseau.org/outils/ouvrages/pseau_epaqppc_act_rech_9_haiti.pdf]. Maio de 2006.

Van Breen, H. 1916. *Beschouwingen: van de Technische-en Watervoorzieningscommissies betreffende de verschillende in zake de voorgenomen verbetering van de watervoorziening der Gemeente Batavia verschenen artikelen en uitgebrachte adviezen* (Reviews: of the Technical and Water Supply commissions concerning the different articles and advice dealing with the intended improvement of water provision for the Municipality of Batavia). [Batavia] Jakarta, Indonesia: Ruygrok and Co.

van der Hoeck, Wim. 2001. "Water and Rural Livelihoods." Overcoming Water Scarcity and Quality Constraints Brief 5. International Food Policy Research Institute, Washington, DC.

van der Zaag, P., e H. Savenije. 1999. "The Management of International Waters in EU and SADC Compared." *Physics and Chemistry of the Earth (Part B)* 24 (6): 579–89.

Van Hofwegen, Paul. 2006. "Enhancing Access to Finance for Local Governments. Financing Water for Agriculture." Task Force on Financing Water for All, Report 1. Chaired by Angel Gurria. World Water Council, Marseilles, France.

van Koppen, B. 1998. "Gendered Water and Land Rights in Construction: Rice Valley Improvement in Burkina Faso." Paper presented at the 8th Biennial Conference of the International Association for the Study of Common Property, 31 de Maio – 4 de Junho, Bloomington, Ind.

———. 2002. "A Gender Performance Indicator for Irrigation: Concepts, Tools and Applications." IWMI Research Report 59. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, B., C. Sokile, N. Hatibu, B. Lankford, H. Mahoo, e P. Yanda. 2004. "Formal Water Rights in Tanzania: Deepening the Dichotomy?" Working Paper 71. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, Barbara, Regassa Namara, e Constantina Safilios-Rothschild. 2005. "Reducing Poverty through Investments in Agricultural Water Management: Poverty and Gender Issues and Synthesis of Sub-Saharan Africa Case Study Reports." Working Paper 101. International Water Management Institute, Colombo.

van Koppen, Barbara, R. Parthasarathy, e Constantina Safiliou. 2002. "Poverty Dimensions of Irrigation Management Transfer in Large-Scale Canal Irrigation in Andhra Pradesh and Gujarat, India." Research Report 61. International Water Management Institute, Colombo.

Van Leeuwen, C. A. E. 1920. "Het rioleeringsvraagstuk in Nederlandsch-Indie (The question of water treatment in Netherlands Indie)." *De Waterstaats-Ingenieur* 5: 196–212.

VanDeveer, Stacy D. 2002. "International Environmental Cooperation at Sea: Caspian, Mediterranean and North Sea Cases." *Global Environmental Politics* 2 (1): 111–19.

VERC (Village Education Resource Center). 2002. "Shifting Millions from Open Defecation to Hygienic Latrines." Dhaka.

Verdeil, Véronique. 2003a. "Etudier les comportements et les demandes des usagers: Un préalable indispensable pour réduire les inégalités d'accès a l'eau." La Lettre du Programme Solidarité Eau 44. Paris.

———. 2003b. *Marchés locaux de l'eau. Pratiques et territoires de l'approvisionnement en eau à Metro Cebu, Philippines*. Paris: Thèse de Doctorat en Urbanisme et Aménagement, Université de Paris 8.

———. 2004. "Branchements collectives et pratiques sociales à Metro Cebu, Philippines: des services d'eau en quête de légitimation." *Services en réseaux, services sans réseaux dans les villes du Sud. Flux* 56/57: 57–70.

Vermillion, Douglas L. 2005. "Irrigation Sector Reform in Asia: From 'Participation with Patronage' to 'Empowerment with Accountability'." In Ganesh P. Shivakoti, Douglas L. Vermillion, Wai-Fung Lam, Elinor Ostrom, Ujjwal Pradhan, and Robert Yoder, eds., *Asian Irrigation in Transition: Responding to Challenges*. New Delhi and London: Sage.

Vickers, John, e George Yarrow. 1998. *Privatization: An Economic Analysis*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Viero, Odete Maria. 2003. "Water Supply and Sanitation in Porto Alegre, Brazil." Paper presented at PRINWASS Second International Conference, "Private Participation in Water and Sanitation: Tools for Exploring and Evaluating Current Policies in the Sector," Latin American Faculty of Social Sciences (FLASCO) Mexico, 2–3 de Abril, Cidade do México. [http://users.ox.ac.uk/~prinwass/PDFs/DMAE.PDF#search='porto%20alegre%20brazil%20water']. Julho de 2006.

Viero, Odete Maria, e Andre Passos Cordeiro. 2006. "Public Interest vs. Profits: The Case of Water Supply and Sewage in Porto Alegre, Brazil." In *Dynamics of Urban Change: A Collection of Resources*. CD-ROM. Department for International Development, Urban Infrastructure, Services and Management, Basic Infrastructure, London. [www.ucl.ac.uk/dpu-projects/drivers_urb_change/urb_infrastructure/pdf_public_private_services/W_WaterAid-Public_Porto%20Alegre.pdf#search='porto%20alegre%20brazil%20water']. Julho de 2006.

Vinogradov, Sergei, e Vance P. E. Langford. 2001. "Managing Transboundary Water Resources in the Aral Sea Basin: In Search of a Solution." *International Journal of Global Environmental Issues 1* (3–4): 345–62.

Vira, Bhaskar, Ramaswamy Iyer, e Robert Cassen. 2004. "Water." In Robert Cassen, Leela Visaria, e Tim Dyson, eds., *Twenty-first Century India: Population, Economy, Human Development, and the Environment*. Oxford: Oxford University Press.

Vircoulon, Thierry. 2003. "L'eau gratuite pour tous? L'exemple de la nouvelle politique de l'eau en Afrique du Sud." *Afrique contemporaine* 1 (205): 135–150.

Vogel, Coleen, e Anthony Nyong. 2005. "The Economic, Developmental and Livelihood Implications of Climate Induced Depletion of Ecosystems and Biodiversity in Africa." Avoiding Dangerous Climate Change: A Scientific Symposium on Stabilization of Greenhouse Gases, 1–3 de Fevereiro, Met Office, Exeter, Reino Unido.

Vörösmarty, Charles J., Pamela Green, Joseph Salisbury, e Richard B. Lammers. 2000. "Global Water Resources: Vulnerability from Climate Change and Population Growth." *Science* 289 (5477): 284–88.

Wagstaff, Adam. 2000. "Socioeconomic Inequalities in Child Mortality: Comparisons across Nine Developing Countries." *Bulletin of the World Health Organization* 78 (1): 19–29.

———. 2001. "What Do Poor Children Die from? Some Evidence from Cebu, the Philippines." Banco Mundial, Washington, DC.

Water Policy Briefing. 2002. "The Socio-Ecology of Groundwater in India." Issue 4. IWMI-TATA, Colombo.

WaterAid. 2005. "Water and Sanitation in Tanzania: An Update Based on the 2002 Population and Housing Census." London and Dar es Salaam. [www.wateraid.org/documents/2002_census_update.pdf]. Julho de 2006.

WaterAid Uganda. 2003. "Sustainable Hygiene Behaviour Change. A Study of Key Determinants." Kampala.

Waterbury, John. 1979. *Hydropolitics of the Nile Valley*. Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press.

Waterkeyn, Juliet, e Sandy Cairncross. 2005. "Creating Demand for Sanitation and Hygiene Through Community Health Clubs: A Cost-effective Intervention in two Districts in Zimbabwe." *Social Science & Medicine* 61 (9): 1958–70.

Water-Technology.net. 2006. "Ashkelon Desalination Plant, Seawater Reverse Osmosis (SWRO) Plant, Israel." Londres. [www.watertechnology. net/projects/israel/]. Julho de 2006.

Wax, Emily. 2006. "Dying for Water in Somalia's Drought: Amid Anarchy, Warlords Hold Precious Resource." Washington Post Foreign Service. 14 de Abril.

WBCSD (World Business Council for Sustainable Development). 2005. "Collaborative Actions for Sustainable Water Management." Genebra.

Weinthal, Erika. 2002. *State Making and Environmental Cooperation: Linking Domestic and International Cooperation in Central Asia*. Cambridge, Mass., e London: MIT Press.

Weinthal, Erika, A. Vengosh, A. Marei, A. Gutirrez, e W. Kloppmann. 2005. "The Water Crisis in the Gaza Strip: Prospects for Resolution." *Ground Water* 43 (5): 653–60.

Weitz, Almud, e Richard Franceys, eds. 2002. *Beyond Boundaries. Extending Services to the Urban Poor*. Manila: Asian Development Bank.

White, David. 2006. "Local Ways Start to Change as Waters of Lake Chad Recede." *Financial Times*. 4 de Fevereiro.

Whittington, Dale, Xinming Mu, e Robert Roche. 1990. "Calculating the Value of Time Spent Collecting Water: Some Estimates for Ukunda, Kenya." *World Development* 18 (2): 269–80.

Winpenny, James. 2003. *Financing Water for All: Report of the World Panel on Financing Water Infrastructure*. Chaired by Michel Camdessus. 3rd World Water Forum. World Water Council and Global Water Partnership.

Wodon, Quentin, e C. Mark Blackden, eds. 2006. *Gender, Time Use, and Poverty in Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: World Bank.

Wolf, Aaron T. 1998. "Conflict and Cooperation along International Waterways." *Water Policy* 1 (2): 251–65.

———. 2000. "'Hydrostrategic' Territory in the Jordan Basin: Water, War, and Arab-Israeli Peace Negotiations." In Hussein A. Amery and Aaron T. Wolf, eds., *Water in the Middle East: A Geography of Peace*. Austin, Tex.: University of Texas Press.

Wolf, Aaron T., Shira B. Yoffe, e Meredith Giordano. 2003. "International Waters: Identifying Basins at Risk." *Water Policy* 5 (1): 29–60.

Wolf, Aaron T., Annika Kramer, Alexander Carius, e Geoffrey D. Dabelko. 2005. "Managing Water Conflict and Cooperation." In *State of the World 2005: Redefining Global Security*. Washington, DC: Worldwatch Institute.

Wolf, Aaron T., Jeffrey A. Natharius, Jeffrey J. Danielson, Brian S. Ward, e Jan K. Pender. 1999. "International River Basins of the World." *International Journal of Water Resources Development* 15 (4): 387–427. [www.transboundarywaters.orst.edu/publications/register/]. Julho de 2006.

Wolff, Gary, e Eric Hallstein. 2005. "Beyond Privatization: Restructuring Water Systems to Improve Performance." Pacific Institute, Oakland, Calif.

Wolfowitz, Paul. 2005. "Environment and Development: Reaching for a Double Dividend." Address to the Special Session of the Sao Paulo Forum on Climate Change, 20 de Dezembro. São Paulo, Brasil.

Woods, R. I., P. A. Watterson, e J. H. Woodward. 1988. "The Causes of Rapid Infant Mortality Decline in England and Wales, 1861-1921. Part I." *Population Studies* 42 (3): 343–66.

———. 1989. "The Causes of Rapid Infant Mortality Decline in England and Wales, 1861-1921. Part II." *Population Studies* 43 (1): 113–32.

World Water Assessment Programme. 2003. *The United Nations World Water Development Report: Water for People, Water for Life*. Barcelona: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Berghahn Books.

———. **2006.** *The United Nations World Water Development Report 2: Water, A Shared Responsibility.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Worthington, E. Barton. 1983. *The Ecological Century: A Personal Appraisal.* Oxford: Clarendon Press.

WRI (Instituto Mundial de Recursos). 2005. *Ecosystems and Human Well-Being: Wetlands and Water Synthesis: A Report of the Millennium Ecosystem Assessment.* Washington DC.

WRI (Instituto Mundial de Recursos), UNEP (Programa das Nações Unidas para o Ambiente) e o Banco Mundial em colaboração com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005. *World Resources 2005: The Wealth of the Poor—Managing Ecosystems to Fight Poverty.* World Resources Institute, Washington, DC.

WSP (Water and Sanitation Program). 2000. "The Treadle Pump. An NGO Introduces a Low-Cost Irrigation Pump to Bangladesh." Washington, DC.

———. **2002a.** "New Designs for Water and Sanitation Transactions. Making Private Sector Participation Work for the Poor." Washington, DC.

———. **2002b.** "Taking Sustainable Rural Water Supply Services to Scale: A Discussion Paper." Washington, DC.

———. **2002c.** "Water Supply and Sanitation in Social Funds. A Rapid Assessment of the Ethiopian Social Rehabilitation and Development Fund." Sector Finance Working Paper 3. Washington, DC.

———. **2002d.** "Willingness to Charge and Willingness to Pay: The World Bank-assisted China Rural Water Supply and Sanitation Program." Washington, DC.

———. **2003.** "Factors behind the Poor Integration of the Water Supply and Sanitation Sector in PRSPs in Sub-Saharan Africa." Sector Finance Working Paper 6. Washington, DC.

———. **2004.** "The Case for Water and Sanitation. Better Water and Sanitation Make Good Fiscal and Economic Sense, and should be Prominent in PRSPs and Budget Allocations." Sector Finance Working Paper 3. Washington, DC.

———. **2006.** "Featured News - Strengthening Voice of Water Consumers in Kenya." [www.wsp.org/06_FeaturedNews.asp?FeatureID=174]. Junho de 2006.

WSP–AF (Water and Sanitation Program–Africa). 2002a. "Blue Gold: Building African Solutions for Water, Sanitation and Hygiene." Blue Gold Introductory Field Note. Nairobi.

———. **2002b.** "Hygiene Promotion in Burkina Faso and Zimbabwe: New Approaches to Behaviour Change." Blue Gold Series, Field Note 7. Nairobi.

———. **2002c.** "The National Sanitation Programme in Mozambique: Pioneering Peri-Urban Sanitation." Blue Gold Series, Field Note 9. Nairobi.

———. **2002d.** "The National Water and Sanitation Programme in South Africa: Turning the 'Right to Water' into Reality." Blue Gold Series, Field Note 8. Nairobi.

———. **2002e.** "Rural Water Sector Reform in Ghana: A Major Change in Policy and Structure." Blue Gold Series, Field Note 2. Nairobi.

———. **2003a.** "Governance and Financing of Water Supply and Sanitation in Ethiopia, Kenya and South Africa. A Cross Country Synthesis." Sector Finance Working Paper 5. Nairobi.

———. **2003b.** "Water Supply and Sanitation in Poverty Reduction Strategy Papers in Sub-Saharan Africa: Developing a Benchmarking Review and Exploring the Way Forward." Nairobi.

———. **2004a.** "The Case for Marketing Sanitation." Nairobi.

———. **2004b.** "Ethiopia Water Supply Sector. Resource Flows Assessment." Sector Finance Working Paper 10. Nairobi.

———. **2004c.** "Mobilizing Resources for Sanitation." Field Note. Nairobi.

———. **2004d.** "Sanitation and Hygiene in Kenya: Lessons on What Drives Demand for Improved Sanitation." Nairobi.

———. **2004e.** "Strengthening Budget Mechanisms for Sanitation in Uganda." Nairobi.

———. **2004f.** "Who Buys Latrines, Where and Why?" Sanitation and Hygiene Series. Nairobi.

———. **2005a.** "Financing the Millennium Development Goals for Water and Sanitation: What Will It Take?" Sector Finance Working Paper 10. Nairobi.

———. **2005b.** "A Review of EcoSan Experience in Eastern and Southern Africa." Nairobi.

———. **2005c.** "Rogues No More? Water Kiosk Operators Achieve Credibility in Kibera." Field Note. Nairobi.

———. **2005d.** "Understanding Small Scale Providers of Sanitation Services: A Case Study of Kibera." Nairobi.

———. **Forthcoming.** "Is Africa on Target to Meet the Millennium Development Goals on Water Supply and Sanitation? A Status Overview of Sixteen African Countries." Washington, DC.

WSP–EAP (Water and Sanitation Program—East Asia and the Pacific). 2003. "Urban Sewerage and Sanitation. Lessons Learned from Case Studies in the Philippines." Jakarta.

———. **2005.** "Harnessing Market Power for Rural Sanitation. Making Sanitation Attractive and Accessible for the Rural Poor." Jakarta.

WSP International (War-torn Societies Project International). 2003. "Kagera River Basin Integrated Water Resources Management Project." [ftp://ftp.fao.org/agl/agll/kageradocs/ch3/IWRMDraftFinalReportKagera.pdf]. Julho de 2006.

WSP–LAC (Water and Sanitation Program–Latin America and the Caribbean Region). 2004. "New Roles for Rural Water Associations and Boards in Honduras." Field Note. Lima.

———. **2005.** "Delegating Water and Sanitation Services to Autonomous Operators." Field Note. Lima.

WSP–SA (Water and Sanitation Program–South Asia). 1999. "Villagers Treat Water As an Economic Good, Olavanna, Kerala, India." Nova Deli.

———. **2000.** "Marketing Sanitation in Rural India." Nova Deli.

———. **2005.** "Scaling-Up Rural Sanitation in South Asia. Lessons Learned from Bangladesh, India, and Pakistan." Nova Deli.

WUP (Water Utility Partnership for Capacity Building). 2003. "Better Water and Sanitation for the Urban Poor: Good Practice from Sub-Saharan Africa." Kenya.

WWC (World Water Council). 2000. *A Water Secure World: Vision for Water, Life and the Environment.* Commission Report. Marseille, France.

WWF Nepal Programme. 2005. "An Overview of Glaciers, Glacier Retreat and Subsequent Impacts in Nepal, India and China." Kathmandu. [www.panda.org/downloads/climate_change/himalayaglaciersreport2005.pdf]. Junho de 2005.

Yang, Hong, and Alexander J. B. Zehnder. 2002. "Water Scarcity and Food Import: A Case Study for Southern Mediterranean Countries." *World Development* 30 (8): 1413–30.

Yepes, Guillermo. 1999. "Do Cross-Subsidies Help the Poor to Benefit from Water and Wastewater Services? Lessons from Guayaquil." Water and Sanitation Program, Washington, DC.

Yescombe, Edward, e E. R. Yescombe. 2002. *Principles of Project Finance.* San Diego, Calif.: Academic Press.

Yetim, Muserref. 2002. "Governing International Common Pool Resources: The International Watercourses of the Middle East." *Water Policy* 4 (4): 305–21.

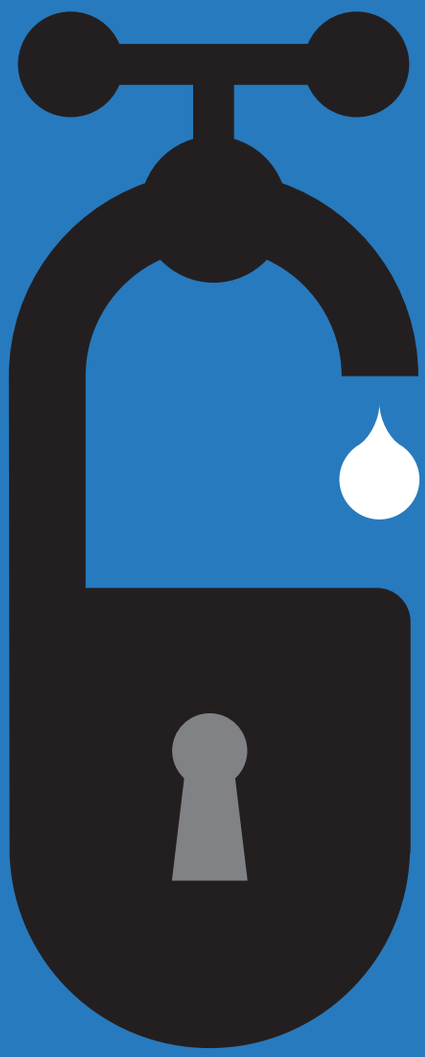
Yoffe, Shira B., e Aaron T. Wolf. 1999. "Water, Conflict and Co-operation: Geographical Perspectives." *Cambridge Review of International Affairs* 12 (2): 197–213.

Zaidi, Akbar. 2001. "From the Lane to the City: The Impact of the Orangi Pilot Project's Low Cost nitation Model." WaterAid, Londres.

Zâmbia, governo da República da. 2004a. "Water Supply and Sanitation Sector. Finance and Resource Flow Assessment." Sector Finance Working Paper 7. Water and Sanitation Program, Washington, DC.

———**2004b.** "Zambia: Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report." IMF Country Report 04/181. International Monetary Fund, Washington, DC.

Zérah, Marie-Hélène. 2000. *Water: Unreliable Supply in Delhi.* New Delhi: Manohar.



Indicadores de desenvolvimento humano

O estado do desenvolvimento humano

«O objectivo básico do desenvolvimento», escreveu Mahbub ul Haq no primeiro *Relatório do Desenvolvimento Humano* em 1990, «é criar um ambiente favorável em que as pessoas possam gozar vidas longas, saudáveis e criativas.» Dezasseis anos depois, essa visão continua a ter uma forte repercussão.

As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Por vezes, esquecemos essa verdade simples. Impressionados pelas subidas e descidas dos rendimentos nacionais (medidas pelo PIB), temos tendência para pôr no mesmo prato o bem-estar humano e a riqueza material. Não se deve subvalorizar a importância da estabilidade e do crescimento do PIB: são ambos essenciais para o progresso humano sustentado, como se torna óbvio nos vários países que sofrem com a sua ausência. Mas o último parâmetro para medir o progresso é a qualidade de vida das pessoas. Como Aristóteles afirmou, «A riqueza, obviamente, não é o bem que procuramos; apenas é útil e para bem de qualquer outra coisa.»[1] Essa «outra coisa» é a oportunidade das pessoas realizarem o seu potencial como seres humanos. A verdadeira oportunidade prende-se com ter verdadeiras escolhas — as escolhas que surgem com rendimento suficiente, estudos, boa saúde e com o facto de viver num país que não é governado pela tirania. Como escreveu Amartya Sen: «O desenvolvimento pode ser visto ... como um processo de alargar as verdadeiras liberdades que as pessoas gozam.»[2]

Nas últimas décadas houve aumentos sem precedentes na riqueza material e na prosperidade em todo o mundo. Ao mesmo tempo, estes aumentos têm sido muito irregulares, com imensas pessoas a não participarem do progresso. Além disso, o PIB ainda é medido de uma forma que não toma em consideração a degradação ambiental e o esgotamento de recursos naturais.

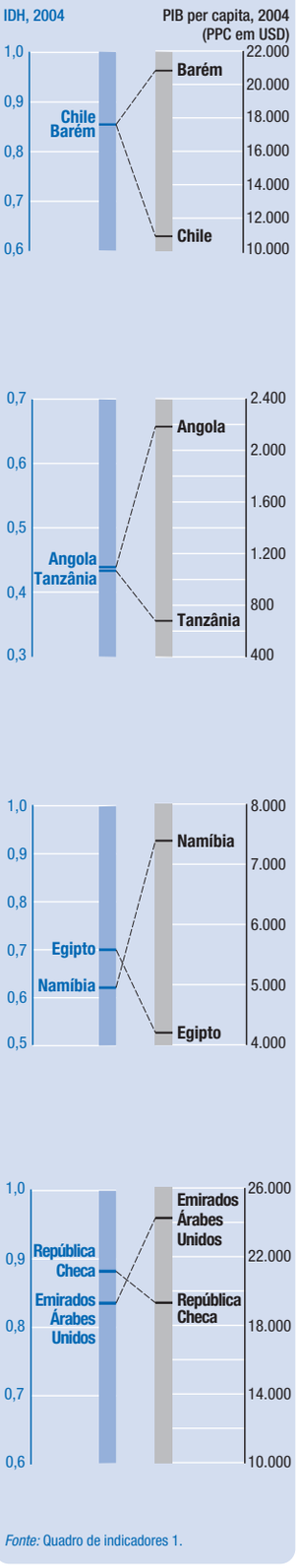
Índice de desenvolvimento humano

Todos os anos, desde 1990, este relatório tem publicado um índice de desenvolvimento humano (IDH) que olha para além do PIB para uma definição mais ampla de bem-estar. O IDH apresenta uma medida conjunta de três dimensões do desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável (medida pela esperança de vida), ter estudos (medido pela alfabetização de adultos e pelas matrículas nos níveis primário, secundário e superior) e ter um padrão de vida decente (medido pelo rendimento de paridade do poder de compra, PPC). O índice não é, de forma alguma, uma medida abrangente do desenvolvimento humano. Por exemplo, não inclui indicadores importantes como o respeito pelos direitos humanos, a democracia e a desigualdade. O que fornece é um prisma mais amplo para encarar o progresso humano e a relação complexa entre rendimento e bem-estar.

O IDH deste ano, que se refere a 2004, realça as profundas lacunas existentes em termos do bem-estar e das oportunidades de vida que continuam a dividir este mundo que está cada vez mais interligado. Foi o Presidente John F. Kennedy que cunhou a expressão «uma maré cheia levanta todos os barcos.»[3] Mas quando se trata de desenvolvimento humano, a maré cheia da prosperidade global levantou alguns barcos — mas alguns estão a afundar-se rapidamente. Os entusiastas que enfatizam os aspectos positivos da globalização deixam-se levar muitas vezes por esse mesmo entusiasmo. Usam cada vez mais a linguagem da aldeia global para descrever a nova ordem. Mas quando visto através da lente do desenvolvimento humano, a aldeia global parece estar profundamente dividida entre as ruas dos ricos e as dos pobres. A pessoa média na Noruega (no topo da liga do IDH) e a pessoa média em países como o Níger (na base) vivem, sem dúvida, em distritos diferentes de desenvolvimento humano da aldeia global. As pessoas na Noruega são mais de 40 vezes mais ricas do que as pessoas no Níger. Vivem quase duas vezes mais. E gozam de uma taxa de matrícula quase universal nos ensinos primário, secundário e superior, em comparação com uma taxa de matrícula de 21% no Níger. Para os 31 países na categoria de desenvolvimento humano baixo — um grupo com 9% da população mundial — a esperança de vida à nascença é de 46 anos, ou seja, menos 32 anos do que nos países de desenvolvimento humano elevado.

O IDH sublinha outro tema central que aparece no *Relatório do Desenvolvimento Humano* desde o seu início. Em média, os indicadores de desenvolvimento humano tendem a subir e a des-

Figura 1 **Do rendimento ao IDH – uns têm melhores resultados que outros**



Fonte: Quadro de indicadores 1.

cer com o rendimento. Essa descoberta não tem nada de surpreendente. Os rendimentos médios muito baixos e os níveis elevados de privação de rendimento contribuem para a falta de liberdades substantivas no mundo, tirando às pessoas a capacidade de conseguir uma nutrição adequada, de tratar as doenças ou de obter estudos. O IDH reflecte a associação positiva entre rendimento, por um lado, e saúde e educação, por outro: as pessoas nos países mais ricos tendem a ser mais saudáveis e a ter mais oportunidades educativas. Também chama a nossa atenção para o facto de alguns países serem muito melhores do que outros a converter a riqueza material em oportunidades de saúde e educação.

Alguns países têm um nível de IDH muito inferior ao seu nível de rendimentos, enquanto outros invertem esta relação. Por exemplo, o Vietname continua a ser muito pobre, mas tem um nível de IDH muito superior a inúmeros outros países com rendimentos per capita superiores. O Barém, pelo contrário, tem um rendimento médio quase duas vezes superior ao do Chile mas, não obstante o progresso recente, tem um nível de IDH inferior porque o seu desempenho é pior em termos da educação e da alfabetização. Na África Subsariana, a Tanzânia tem um rendimento médio de um terço do de Angola, mas um nível de IDH similar — um resultado que reflecte os elevados custos humanos do conflito em Angola (figura 1).

Os governos olham frequentemente para o IDH como um instrumento de avaliação do seu desempenho, por comparação com o dos países vizinhos. A competição pelo desenvolvimento humano é uma rivalidade saudável — mais saudável, poder-se-ia afirmar, do que a competição relacionada com o PIB. No entanto, tem havido uma certa tendência para os governos negligenciarem questões mais prementes, incluindo as razões subjacentes às grandes discrepâncias entre a posição nacional nas tabelas de rendimento global e no IDH. Em determinados casos, como na África Austral, estas discrepâncias prendem-se com problemas específicos (tais como o VIH/SIDA). Em muitos outros, podem ter a ver com fracassos da política doméstica de promover oportunidades de saúde e educação.

O IDH é uma medida menos eficaz do desempenho transversal dos diversos países no topo da tabela da liga. Uma taxa de matrículas no ensino e uma alfabetização quase universais, aliadas a limites superiores de esperança de vida (consultar *Nota técnica 1*), tornam o índice uma medida imperfeita de desempenho transversal aos diversos países. Mas mesmo a esse nível, realça algumas discrepâncias entre o rendimento e o nível global do IDH. Por exemplo, os Estados Unidos, cujos cidadãos são, em média, os segundos mais ricos do mundo depois do Luxemburgo, estão seis lugares abaixo no seu nível de IDH do que no seu nível de rendimento. Uma razão para isso é que a esperança média de vida é de menos três anos do que na Suécia — um país com um rendimento médio um quarto inferior. Dentro do grupo de desenvolvimento humano elevado, o Chile e Cuba gozam de níveis de IDH muito superiores aos seus níveis de rendimento.

Como acontece com qualquer índice que agrupe dados transversais em diversas áreas de desempenho, o IDH está sujeito a ajustes constantes, à luz das mudanças nos sistemas de relatórios estatísticos. Em certos casos, essas mudanças podem afectar a classificação de um país, num sentido positivo ou negativo, independentemente do seu desempenho subjacente. O IDH deste ano demonstra o problema. Vários países viram os seus níveis de IDH cair, não devido a uma mudança subjacente ao desempenho, mas devido a uma mudança nos sistemas de relatórios para a educação. Por definição, os dados relativos à taxa de escolarização utilizados no IDH não devem incluir o ensino de adultos. No entanto, cerca de 32 países incluíam no passado a educação de adultos quando forneciam os dados das matrículas escolares para os relatórios. Este ano esses países mudaram o sistema de fornecimento de dados para os relatórios de forma a corrigir essa anomalia. Os novos conjuntos de dados estão agora mais uniformes e mais correctos. Mas a mudança teve um efeito adverso nos níveis de IDH de vários países, incluindo a Argentina, a Bélgica, o Brasil, o Paraguai, o Peru e o Reino Unido. Para o Brasil, o declínio no nível do IDH — de 63 para 69 — deve-se quase por completo às mudanças nos relatórios estatísticos e não à deterioração real no desempenho educativo. Resultados semelhantes podem ser observados para outros países do grupo.

Tendências em termos de desenvolvimento humano — o IDH e outras

As tendências em termos de desenvolvimento humano contam uma história importante. Desde meados da década de 70 que quase todas as regiões têm estado a aumentar progressivamente a sua pontuação no IDH (figura 2). A Ásia Oriental e a Ásia do Sul aceleraram o progresso desde 1990. A Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), após um declínio catastrófico na primeira metade da década de 90, também recuperaram bastante e reconquistaram

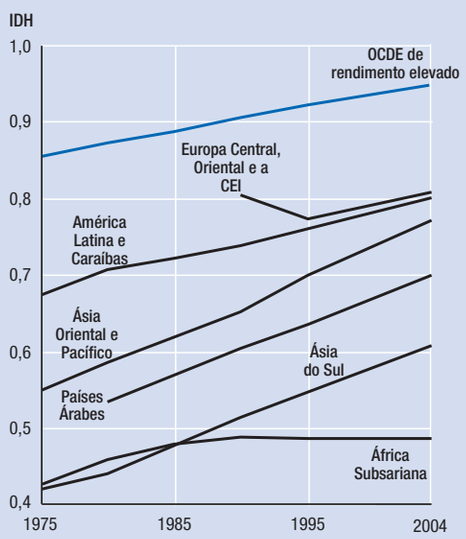
o nível que tinham antes deste recuo. A principal excepção é a África Subsariana. Desde 1990 que estagnou, em parte devido a recuos económicos mas sobretudo devido ao efeito catastrófico do VIH/SIDA sobre a esperança de vida. Há dezoito países que actualmente têm um nível de IDH mais baixo do que em 1990 — a maioria deles na África Subsariana. Hoje, 28 dos 31 países com desenvolvimento humano baixo situam-se na África Subsariana. Isto vem sublinhar a extrema importância de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio através de esforços nacionais e parcerias globais para ultrapassar a herança de grandes desvantagens que as pessoas enfrentam hoje em África.

O progresso em termos de desenvolvimento humano é por vezes encarado como um sinal da convergência entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento. Em termos gerais, esta ideia está correcta: tem havido uma melhoria constante nos indicadores de desenvolvimento humano para o mundo em desenvolvimento ao longo de várias décadas. Mas a convergência está a ocorrer a ritmos muito diferentes em regiões diferentes — e de pontos de partida diferentes. As desigualdades em termos do desenvolvimento humano continuam grandes e, para um grande grupo de países, a divergência está na ordem do dia. Isto pode ser ilustrado fazendo referência a alguns dos indicadores centrais que estão na base do IDH.

Esperança de vida

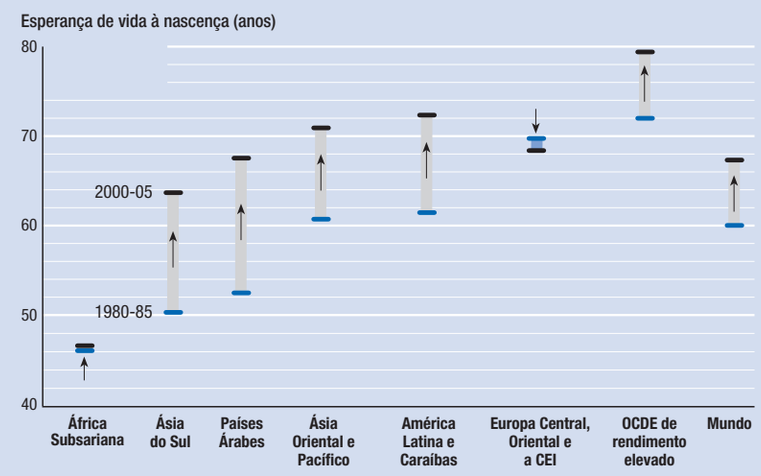
Ao longo das últimas três décadas, os países em desenvolvimento, considerados como um grupo, têm estado a convergir para os países desenvolvidos em termos da esperança de vida. A sua esperança média de vida à nascença aumentou nove anos, em comparação com os sete anos que aumentou nos países de rendimento alto (figura 3). A excepção é novamente a África Subsariana. Para a região como um todo, a esperança de vida hoje é inferior à de há três décadas atrás — e mesmo esta história de primeira página subvaloriza o problema. Vários países na África Austral sofreram recuos catastróficos: 20 anos no Botsuana, 16 na Suazilândia e 13 no Lesoto e na Zâmbia. Estes recuos demográficos são maiores do que o da França após a Primeira Guerra Mundial (consultar o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2005). Também houve um recuo no padrão de género da esperança de vida. Por toda a África Subsariana, as mulheres são as responsáveis por uma parcela crescente de infecções por VIH/SIDA — uma tendência que está a diminuir de forma dramática a esperança de vida das mulheres em relação à dos homens. A prevenção e o tratamento do VIH/SIDA continuam a estar entre as mais importantes condições para a continuação das tendências positivas em termos de desenvolvimento humano numa grande parte da região (caixa 1).

Figura 2 **A tendência de desenvolvimento humano – para cima mas de forma irregular**



Fonte: Calculado com base no quadro de indicadores 2.

Figura 3 **As lacunas em termos de esperança de vida estão a diminuir — mas existem excepções**



Fonte: ONU 2005b.

Caixa 1 A feminização do VIH/SIDA na África Subsariana

O VIH/SIDA fez recuar o desenvolvimento humano num vasto grupo de países. Mais de 39 milhões de pessoas estão infectadas com o VIH, o vírus que causa a SIDA, e 3 milhões de pessoas morreram desta doença apenas em 2005. O decréscimo da esperança de vida foi um dos impactos mais visíveis do VIH/SIDA no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Menos visível foi a feminização da doença e as consequências para a igualdade de género.

Na África Subsariana, o epicentro da crise, as taxas de infecção têm estado a crescer muito mais rapidamente para as mulheres do que para os homens (figura 1). As mulheres agora são responsáveis por 57% das infecções por VIH na região e as raparigas africanas (com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos) têm agora uma probabilidade três vezes superior à dos homens de ficarem infectadas.

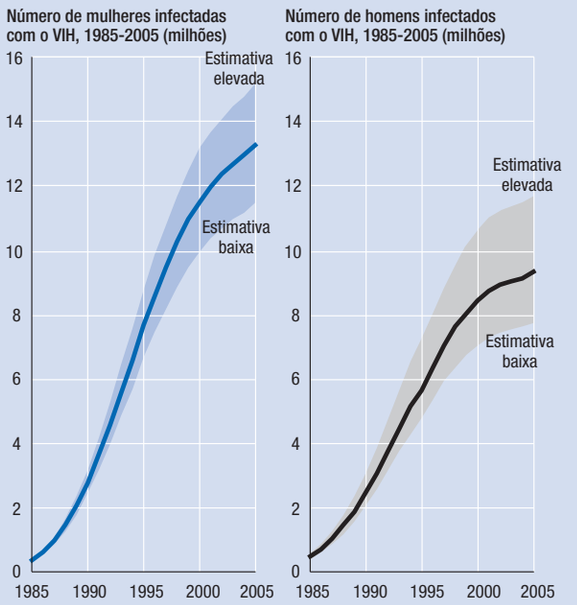
A pandemia está a dar forma à estrutura demográfica de muitos países africanos. As mulheres têm uma probabilidade maior de contrair a infecção — e é mais provável que morram da doença mais cedo. Na África Austral, isto está a inverter o padrão de esperança de vida para os homens e para as mulheres (figura 2). Pelas tendências actuais, a esperança média de vida no Botsuana, no Lesoto, na África do Sul e na Suazilândia será de menos dois anos para as mulheres do que para os homens em 2005-10, por comparação com mais 7 anos em 1990-95. Parte do enviesamento de género nas taxas de morte por VIH/SIDA pode prender-se com casamentos ou uniões sexuais que aumentam a exposição das mulheres e das raparigas ao risco por se realizarem quando estas ainda são muito jovens.

Ainda assim, os indícios dos 11 países estudados em detalhe pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA mostram um declínio em oito países na proporção de pessoas a ter relações sexuais antes dos 15 anos e um aumento do uso de preservativos. Os números relativos ao tratamento também estão no caminho certo: a utilização de medicamentos antiretrovirais na África Subsariana passou de 100.000 pessoas em 2003 para 810.000 no final de 2005. Mas apenas cerca de uma pessoa em cada seis dos 4,7 milhões que precisavam de tratamento o estão a receber actualmente. E as taxas de cobertura variam bastante — de mais de 80% no Botsuana a 4% em Angola. A África do Sul, sozinha, é responsável por cerca de um quarto das pessoas que recebem tratamento.

O enviesamento de género também torna assimétricos a prevenção e o tratamento? As provas são mistas. As relações desiguais de poder podem criar desvantagens para as mulheres e para as raparigas em termos da prevenção, uma vez que têm menos controlo sobre a tomada de decisões. A desvantagem educativa também é um factor. Como a escola é um local importante para a educação sobre o VIH/SIDA, as disparidades de género em termos da frequência da escola também colocam as raparigas em desvantagem. As provas actuais não apontam para um enviesamento sistemático no tratamento. Na Etiópia e no Gana, as mulheres são responsáveis por uma proporção mais pequena de tratamento do que o previsto com base nas taxas de infecção, mas na África do Sul e na Tanzânia, elas são responsáveis por uma maior proporção.

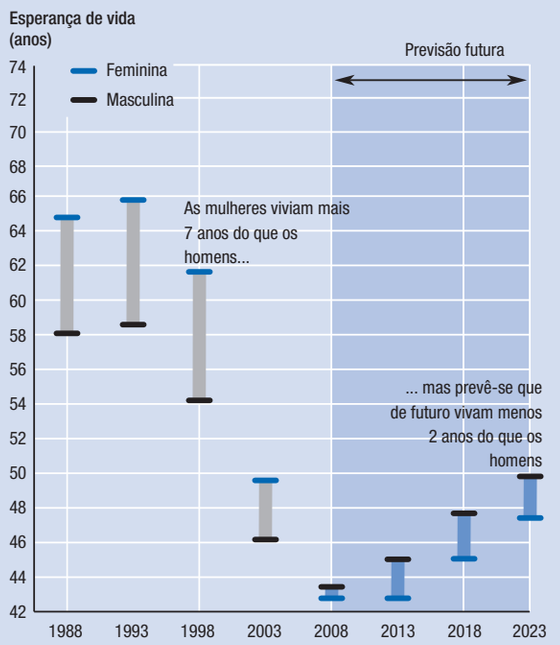
Tal como os homens, as mulheres na África Subsariana sofrem do estigma, do medo, da fraca liderança e da participação política inadequada que tem atrasado o desenvolvimento de uma resposta eficaz para o VIH/SIDA em muitos países. Também têm a ganhar se se conseguir alcançar o objectivo do Fundo Global da Luta contra a SIDA, a Malária e a Tuberculose de, até 2010, se fornecer tratamento antiretroviral a 10 milhões de pessoas a nível global. É muito importante que o compromisso assumido pelo Grupo dos Sete países líderes em termos industriais de fornecer, o mais próximo possível, acesso universal ao tratamento até 2010. Ao mesmo tempo, os governos nacionais deviam pôr o género e o ultrapassar das desigualdades de género no centro das estratégias de prevenção e tratamento.

Figura 1 África Subsariana — uma crise cada vez mais feminina



Nota: Refere-se a adultos com 15 anos e mais.
Fonte: ONUSIDA 2006.

Figura 2 Esperança de vida — a grande inversão de género na África Austral



Fonte: ONU 2005b.

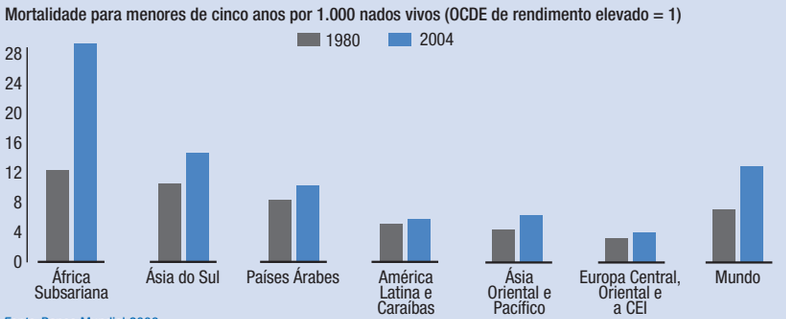
Mortalidade infantil

As taxas de sobrevivência para as crianças estão entre os determinantes mais importantes do bem-estar humano. Também aqui existem algumas tendências encorajadoras. As taxas de mortalidade infantil estão a cair: houve menos 2,1 milhões de mortes em 2004 do que em 1990. As perspectivas de sobrevivência estão a melhorar em todas as regiões (figura 4). No entanto, os 10,8 milhões de mortes infantis em 2004 testemunham a desigualdade existente em relação à mais elementar de todas as oportunidades de vida — a oportunidade de permanecer vivo. Nascer na rua errada da aldeia global envolve um risco elevado em termos das perspectivas de sobrevivência.

Para as crianças na maior parte do mundo em desenvolvimento, o diferencial de risco está a aumentar. As taxas de mortalidade infantil em quase todas as regiões em desenvolvimento estão a aumentar quando expressas como um múltiplo da taxa nos países de rendimento elevado. Para além disso, o ritmo do progresso na redução da mortalidade infantil abrandou para um grande número de países. Se se tivesse mantido, desde essa altura, o ritmo de progresso registado na década de 80, em 2004 teria havido menos 1,5 milhões de mortes de crianças no mundo. O atraso na redução das taxas de mortalidade infantil tem implicações para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. De acordo com as actuais tendências, a meta de reduzir em dois terços as taxas gerais de mortalidade até 2015 falhará em cerca de 4,4 milhões de mortes nesse ano. Apenas três países da África Subsariana estão no caminho certo para alcançar o objectivo.

Talvez melhor do que qualquer outro indicador, a mortalidade infantil demonstra que os aumentos de rendimento não são equivalentes a melhorias no desenvolvimento humano. Medido pela geração de rendimentos, a Índia é uma das histórias de sucesso da globalização: o PIB per capita cresceu em média 4% por ano desde 1990. Mas a taxa de tendência para reduzir a mortalidade infantil abrandou de 2,9% por ano na década de 80 para 2,2% desde 1990. Ao passo que a Índia teve um melhor desempenho do que o Bangladeche em termos de crescimento económico e de rendimento médio, o Bangladeche teve um melhor desempenho do que a Índia na redução das taxas de mortalidade infantil, mantendo uma taxa de declínio de 3,45% desde 1990. O contraste da sorte das crianças na Índia e no Bangladeche, quando avaliadas em termos das perspectivas de sobrevivência, aponta para os limites da riqueza como a métrica para medir o desenvolvimento humano.

Figura 4 **Divergência global em termos das mortes de crianças**



Fonte: Banco Mundial 2006.

Educação

O progresso em termos de educação é essencial para o desenvolvimento humano por si só e devido às ligações à saúde, à equidade e à legitimação. Também aqui o relatório de progresso se traduz por um copo meio vazio e meio cheio. Muito se conseguiu — mas continuam a existir grandes lacunas.

Os padrões de analfabetismo hoje em dia são um legado das lacunas do passado em termos de educação. Desde 1990, as taxas de alfabetização de adultos subiram de 75% para 82%, reduzindo em 100 milhões o número de pessoas analfabetas no mundo. Em termos de equidade de género tem havido menos progresso. As mulheres continuam a ser responsáveis por cerca de dois terços do analfabetismo entre os adultos — o mesmo que acontecia na década de 90. Os rácios líquidos de matrículas no ensino primário aumentaram por todo o mundo em desenvolvimento e a lacuna em termos de equidade de género nas matrículas está a diminuir em todas as regiões. Por comparação com estas boas notícias, as más notícias são que 115 milhões de crianças continuam fora da escola — e cerca de 62 milhões dessas crianças são raparigas.

As diferenças de matrículas no nível primário captam uma importante dimensão do progresso na educação, mas apenas uma dimensão. Numa economia global baseada no conhecimento, um ensino primário de qualidade é apenas o primeiro degrau numa escada e não um destino. Nesta perspectiva mais abrangente, as diferenças na distribuição das oportunidades globais de educação continuam a ser assustadoras. Em média, uma criança no Burquina Faso pode esperar ter menos de 4 anos de educação, em comparação com os mais de 15 anos na maior parte dos países de rendimento elevado. Estas profundas desigualdades existentes hoje em termos de educação são as diferenças de amanhã em termos

de rendimento e de saúde. Entre os desafios centrais a ser abordados:

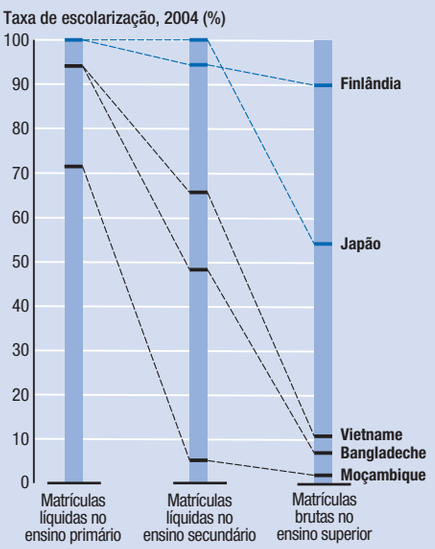
- *A lacuna entre a matrícula e a conclusão*. Há quase uma criança em cada cinco, nos países em desenvolvimento, a abandonar a escola antes de terminar o ensino primário. Em certos casos, as elevadas taxas de matrícula disfarçam o progresso limitado em direcção à aquisição de alfabetização elementar e de competências de numeracia. Em países como o Chade, o Malawi e o Ruanda menos de 40% das crianças que se matriculam na escola terminam o ciclo de ensino primário.
- *Taxas reduzidas de transição para o ensino secundário e mais* (figura 5). Nos países ricos, mais de 80% das crianças que chegam ao final do ensino primário continuam a estudar no nível secundário mais baixo. Mais de metade vão para o ensino superior. A imagem é muito diferente na África Subsariana, onde menos de metade das crianças fazem a transição do ensino primário para o secundário. Existem 37 países com taxas líquidas de matrícula no ensino secundário inferiores a 40%, 26 dos quais na África Subsariana.
- *Níveis elevados de desigualdade de género no ensino pós-primário*. Ainda que as lacunas em termos de matrículas entre raparigas e rapazes estejam a diminuir, continuam a existir profundas disparidades nos níveis secundário e superior (figura 6). As disparidades reflectem uma discriminação sexual institucionalizada que deixa as mulheres em desvantagem, ao restringir as suas escolhas e ao reduzir as suas oportunidades de rendimento e emprego. Devido às ligações entre ensino materno e a saúde infantil, a discriminação sexual também impede o progresso na redução da mortalidade infantil.

Pobreza e distribuição de rendimento

A pobreza de rendimento caiu em todas as regiões desde 1990, excepto na África Subsariana. A proporção da população mundial que vive com menos de 1 dólar por dia desceu de 28% para 21%, deixando apenas um pouco mais de mil milhões de pessoas a viver abaixo do limiar de pobreza. O elevado crescimento económico na China e na Índia tem sido o mais forte motor da redução da pobreza de rendimento. A África Subsariana é a única região que testemunhou um aumento tanto da incidência da pobreza como do número absoluto de pobres. Aí, cerca de 300 milhões de pessoas — quase metade da população da região — vivem com menos de 1 dólar por dia.

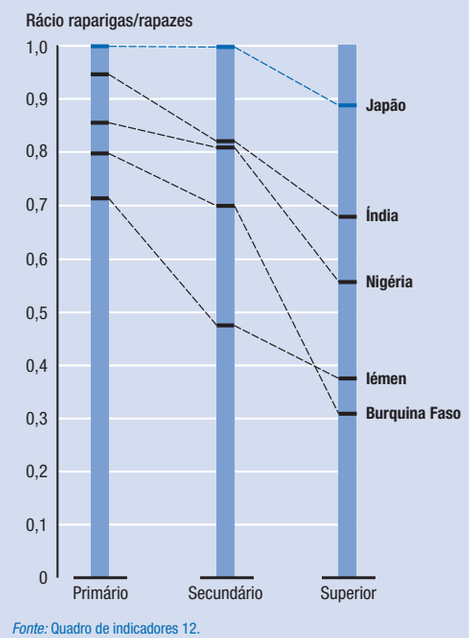
Ainda que o mundo como um todo esteja no caminho certo para alcançar a meta para 2015 de reduzir para metade a privação extrema de rendimento, a África Subsariana está no caminho errado, tal como muitos países noutras regiões. Os dados sobre o nível do país indicam que os objectivos para 2015 não serão alcançados por

Figura 5 **Do ensino primário à universidade — a lacuna crescente em termos de oportunidades**



Fonte: quadro de indicadores 12.

Figura 6 **A discriminação sexual acompanha as raparigas na educação em alguns países**



Fonte: Quadro de indicadores 12.

uma diferença de cerca de 380 milhões de pessoas. Esses níveis tão elevados de pobreza numa economia global mais próspera reflectem as extremas disparidades em termos de riqueza e as pequenas proporções de rendimento mundial que os pobres captam:

- Os 20% mais pobres da população mundial, correspondendo em termos gerais à população que vive com menos de 1 dólar por dia, são responsáveis por 1,5% do rendimento mundial. Os 40% mais pobres, correspondentes ao nível do limiar de pobreza de 2 dólares por dia, são responsáveis por 5% do rendimento mundial.
- Nove em cada 10 pessoas nos países de rendimento elevado da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico estão nos 20% superiores da distribuição global de rendimento. Na outra ponta da escala, um em cada dois habitantes da África Subsariana está entre os 20% mais pobres — e a proporção de pessoas da região nos 20% inferiores mais do que duplicou desde 1980 (passando para 36% do total).
- O rendimento médio para o mundo em geral é de 5.533 dólares (PPC) — mas 80% do mundo vive com menos do que esta média. A desigualdade global é apanhada na profunda lacuna existente entre rendimentos médios e medianos (1.700 dólares em 2000).
- As 500 pessoas mais ricas do mundo têm um rendimento de mais de 100 mil milhões de dólares, sem tomar em consideração a riqueza de activos. Isso excede os rendimentos combinados dos 416 milhões mais pobres. A acumulação de riqueza no topo da distribuição de rendimento global tem sido mais impressionante do que a redução de pobreza na base. O *Relatório Mundial sobre Riqueza* de 2004, preparado por Merrill Lynch, avança que a riqueza de activos financeiros dos 7,7 milhões de «indivíduos de elevado valor líquido» atingiu os 28 biliões de dólares em 2003, com um crescimento previsto de 41 biliões de dólares até 2008.

A globalização deu origem a um longo debate acerca da direcção precisa e rigorosa das tendências em termos da distribuição global de rendimento. Do que por vezes se perde a noção é que existe uma enorme desigualdade — e que existe um potencial associado a uma maior igualdade para acelerar a redução da pobreza. Medida pelos termos de paridade de poder de compra de 2000, a lacuna existente entre os rendimentos dos 20% mais pobres da população mundial e os rendimentos de quem vive no limiar de pobreza de 1 dólar por dia chega a cerca de 300 mil milhões de dólares. Esse número parece grande, mas é menos de 2% do rendimento dos 10% mais ricos do mundo. Alcançar uma maior equidade na distribuição mundial de rendimento através de estratégias de crescimento nacional inclusivas e amplas — apoiadas por acções internacionais, através de auxílios, da transferência de tecnologia e de comércio — é uma das chaves para colocar ao nosso alcance os objectivos definidos para 2015 em termos de privação de rendimentos.

Desigualdade e desenvolvimento humano

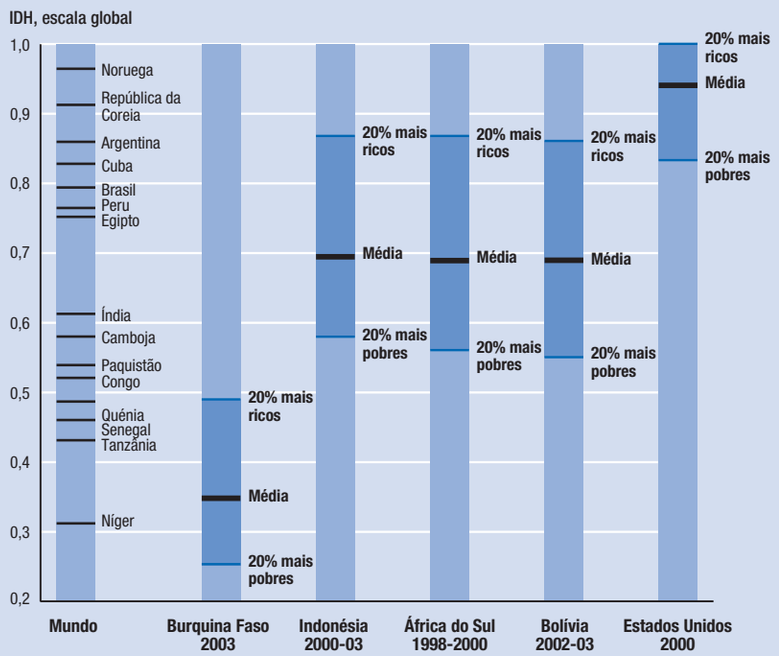
O IDH dá-nos uma imagem do desempenho nacional médio em termos do desenvolvimento humano. No entanto, as médias podem ocultar as grandes disparidades existentes nos países. As desigualdades que têm por base o rendimento, a riqueza, o género, a raça e outras formas de desvantagens herdadas, bem como a localização, podem tornar as médias nacionais um indicador de bem-estar humano ilusório.

Pode o IDH ser usado para captar as desigualdades de desenvolvimento humano dentro dos países? A pesquisa levada a cabo para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano abordou esta questão tentando desagregar os níveis de IDH por quintis de rendimento. O exercício abrangeu 13 países em desenvolvimento e dois países desenvolvidos — a Finlândia e os Estados Unidos — com suficientes dados disponíveis.

A construção das classificações do IDH para diferentes grupos de rendimento dentro dos países coloca desafios técnicos (consultar a *Nota técnica 2*). Os inquéritos padronizados de rendimento do agregado familiar e os Inquéritos Demográficos e de Saúde permitem gerar dados para o índice em diferentes pontos da distribuição de rendimentos. Mas os problemas existentes na disponibilidade dos dados e na sua comparabilidade tornam difícil construir índices que se possam comparar entre países diferentes. Um problema acrescido é que os dados necessários para a construção dos níveis de IDH por grupo de rendimento não estão disponíveis para muitos países de rendimento elevado. Apesar destes problemas, a construção de níveis de IDH passíveis de comparação internacional, com base em grupos nacionais de rendimento, tem o potencial de fornecer um poderoso instrumento para compreender as dimensões da privação de capacidade.

O IDH por grupos de rendimento aponta para desigualdades extremas no desenvolvimento humano (figura 7). Para o Burquina Faso, Ma-

Figura **7** **O mesmo país, um mundo diferente — um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento**



Fonte: Grimm e outros 2006.

dagáscar e Zâmbia, o nível de IDH para os 20% mais ricos é cerca do dobro dos 20% mais pobres. As lacunas observadas na Bolívia, na Nicarágua e na África do Sul também são muito grandes. As disparidades de IDH por rendimento entre os ricos e os pobres nos países de rendimento elevado são menores, em parte porque os diferenciais de rendimento se traduzem de forma menos enfática em diferenças na esperança de vida e nos resultados do ensino básico. Ainda assim, os Estados Unidos exibem disparidades significativas no IDH por grupo de rendimento.

Para além das classificações domésticas, as comparações transversais entre países realçam a desigualdade de desenvolvimento humano:

- Os 20% das pessoas mais ricas da Bolívia têm uma classificação que os colocaria no grupo de desenvolvimento humano elevado, a par da Polónia, enquanto os 20% mais pobres se classificariam num nível comparável à média do Paquistão. Os dois grupos encontram-se separados por 97 lugares na classificação global do IDH. Para a Nicarágua, a lacuna no IDH entre os 20% mais ricos e mais pobres é de 87 lugares na liga global.
- Na África do Sul, os 20% mais ricos têm uma classificação no IDH 101 lugares acima dos 20% mais pobres.
- Na Indonésia, o desenvolvimento humano vai desde um nível comparável ao da República Checa para os 20% mais ricos até ao do Camboja para os 20% mais pobres.
- Enquanto os 20% mais ricos nos Estados Unidos (seguidos da Finlândia) se situariam no topo da lista de sucesso em termos do desenvolvimento humano, o quintil mais pobre nos Estados Unidos só conseguiria uma classificação de 50.

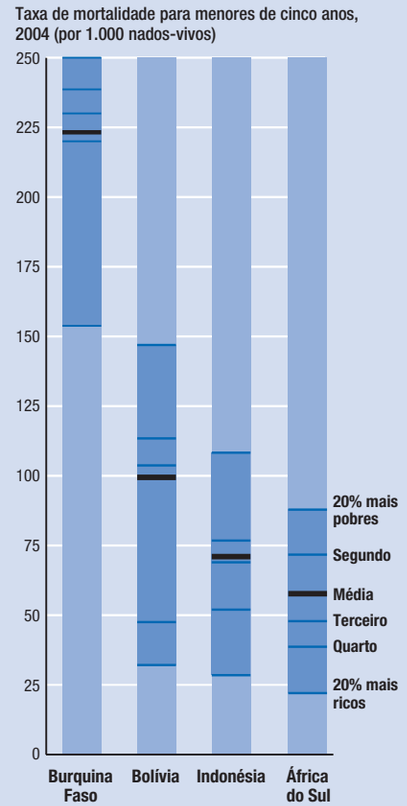
Por trás das desigualdades do IDH — a mortalidade infantil e as desigualdades de educação

O IDH por grupos de rendimento fornece um indicador agregado de algumas dimensões importantes do bem-estar. Por detrás dele encontram-se algumas desigualdades muito profundas em termos das capacidades e das oportunidades de vida ligadas a desigualdades de rendimento. Estas desigualdades podem ser realçadas por referência aos dados dos inquéritos a agregados familiares para alguns dos países abrangidos pelo exercício de investigação.

As crianças que nasceram nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos em países como a Bolívia, a Indonésia e a África do Sul correm o risco de morrer antes do seu quinto aniversário, ou seja, um risco quatro vezes mais alto do que aquele das crianças que nasceram nos 20% mais ricos (figura 8). As taxas de conclusão da escola também variam, com desigualdades de género a interagir com disparidades que têm por base a riqueza. Também é muito menos provável que tanto as raparigas como os rapazes nos 20% mais pobres da distribuição de rendimentos no Burquina Faso terminem a escola em comparação com os seus colegas de rendimento elevado, embora a disparidade entre raparigas e rapazes seja igualmente marcante (figura 9). Estas grandes variações nas oportunidades de vida, com base em marcadores herdados para as vantagens e desvantagens apontam para a necessidade de políticas públicas que proporcionem escolhas e oportunidades iguais, ao alargar as liberdades substantivas.

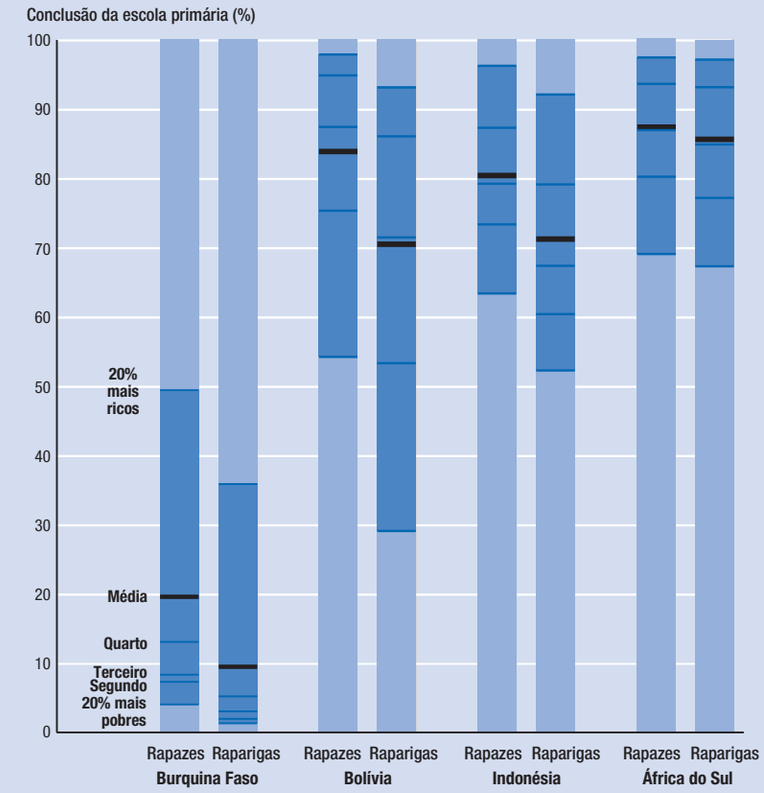
Para além do imperativo moral de ultrapassar as disparidades extremas nestas áreas, as desigualdades têm implicações importantes para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Consideremos o objectivo de reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil. Os agregados familiares pobres, com taxas de mortalidade infantil que são tipicamente duas ou três vezes a média nacional, são responsáveis por uma parte desproporcional das mortes infantis totais. Na Nicarágua e no Peru, por exemplo, cerca de 40% das mortes infantis ocorrem nos 20% dos agregados familiares mais pobres. As

Figura 8 **Permanecer vivo — oportunidades ligadas à riqueza**



Fonte: Gwatkin e outros 2005.

Figura 9 **As oportunidades de educação são moldadas pelo rendimento e pelo género**



Fonte: Gwatkin e outros 2005.

políticas para reduzir as taxas de mortalidade entre os pobres podem acelerar o progresso em direcção à meta, embora na maior parte dos países as desigualdades em termos da mortalidade infantil estejam a aumentar: as taxas de mortalidade entre os pobres estão a cair em média menos de metade da taxa entre os ricos.

Olhando para além do rendimento doméstico, a desagregação do IDH pode captar as desigualdades em diversos níveis. Em muitos países, revela grandes diferenças entre as regiões. O Quénia tem um IDH que varia entre 0,75 em Nairobi (quase ao mesmo nível da Turquia) e os 0,29 em Turkana, uma região pastoril no norte do país (figura 10). Se Turkana fosse um país, afastar-se-ia da escala actual do IDH por uma margem considerável, reflectindo as secas recorrentes da região, o mau acesso à saúde e às infra-estruturas de água e as elevadas taxas de subnutrição.

As diferenças rural-urbano interagem com as disparidades regionais. Na China urbana, Xangai classificar-se-ia em 24º na liga global do IDH, mesmo acima da Grécia, enquanto a Província de Guizhou rural ficaria classificada a par do Botsuana (figura 11).

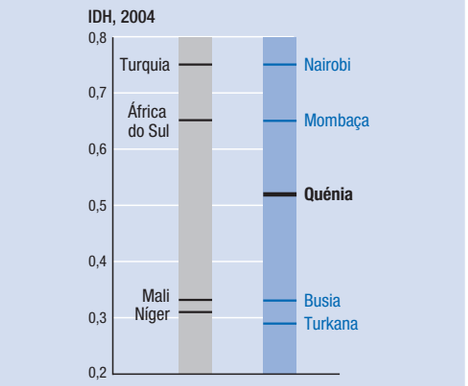
Para alguns países, o IDH revela profundas desigualdades que têm por base a pertença a um grupo. Um exemplo disso é a Guatemala, onde as oportunidades de desenvolvimento humano se encontram extremamente enviesadas contra os grupos indígenas. Os Q'eqchi têm uma classificação no IDH a par dos Camarões e 32 lugares abaixo da classificação para os ladinos (aproximadamente equivalentes à Indonésia) (figura 12).

Desigualdade de rendimentos

A desigualdade coloca questões importantes enraizadas nas ideias normativas acerca da justiça social e da justiça em todas as sociedades. Uma vez que os padrões de distribuição de rendimentos afectam directamente as oportunidades em termos de nutrição, saúde e educação, a desigualdade de rendimento também está intimamente relacionada com maiores desigualdades na capacidade e, em alguns casos, com privação absoluta.

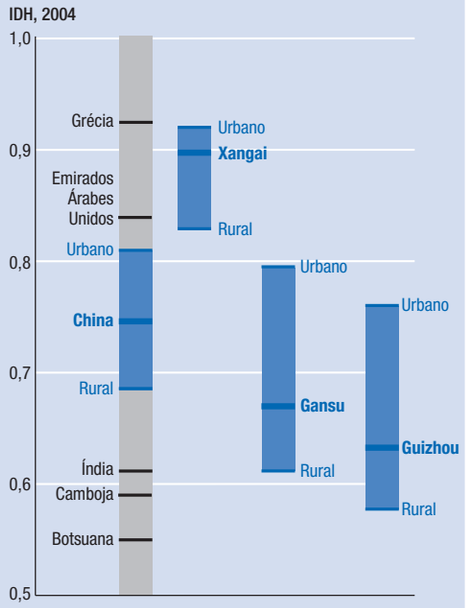
As variações regionais em termos de desigualdade de rendimentos são grandes. O coeficiente Gini, uma medida da desigualdade gradu-

Figura 10 **Enormes desigualdades no desenvolvimento humano entre os distritos do Quénia**



Fonte: PNUD 2005c.

Figura 11 **As diferenças rural-urbano intensificam as disparidades regionais na China**



Fonte: PNUD 2005d.

ada numa escala de 0 (igualdade perfeita) a 100 (desigualdade perfeita), varia de 33 na Ásia do Sul a 57 na América Latina e a mais de 70 na África Subsariana. Ainda que seja necessário cuidado nas comparações transversais das diversas regiões, estas diferenças regionais estão associadas a grandes variações nas proporções de rendimento dos 20% mais ricos e mais pobres. Também reflectem a lacuna entre rendimento médio e rendimento mediano, que se torna maior com a desigualdade. Num país de profundas desigualdades como o México, o rendimento mediano é de apenas 51% do médio. Para o Vietname, onde a distribuição de rendimento é mais justa, o mediano sobe até 77% do médio.

Porque motivo é que a distribuição de rendimentos importa para a redução da pobreza? De forma mecânica, a taxa de redução da privação de rendimento num país é função de duas coisas: da taxa de crescimento económico e da proporção de qualquer aumento no crescimento conseguido pelos pobres. Mantendo-se tudo o resto igual, quanto maior for a proporção de rendimento conseguida pelos pobres, mais eficiente é o país na conversão do crescimento em redução da pobreza. Mantendo constantes os padrões de distribuição de rendimentos e projectando as actuais taxas de crescimento para o futuro, demoraria três décadas para o agregado familiar mediano em termos de pobreza atravessar o limiar de pobreza no México. Duplicar a parte dos pobres no futuro crescimento de rendimento reduziria este horizonte temporal para metade. Para o Quénia, o horizonte temporal seria reduzido em 17 anos, de 2030 para 2013 — uma transição que faria com que o país ficasse a uma distância que lhe permitiria atingir a meta do Objectivo de Desenvolvimento do Milénio que de outra forma não conseguiria alcançar — reduzir para metade a privação de rendimento.

Como os exemplos mostram, a distribuição importa porque afecta a taxa em que o crescimento económico se converte em redução da pobreza (a elasticidade do crescimento da pobreza). Assim, cada aumento de 1% no crescimento reduz a pobreza em cerca de 1,5% no Vietname — duas vezes os 0,75% do México. A boa notícia é que a desigualdade extrema não é um facto da vida que não se possa alterar. Ao longo dos últimos cinco anos, o Brasil, um dos países do mundo onde existem mais desigualdades, combinou um forte desempenho económico com um declínio na desigualdade de rendimentos (segundo fontes nacionais, o índice de Gini desceu de 56 em 2001 para 54 em 2004) e na pobreza. O crescimento económico criou emprego e aumentou os salários reais. E um vasto programa de bem-estar social — a Bolsa Família — fez transferências financeiras para 7 milhões de famílias que vivem em pobreza extrema ou moderada para apoiar a nutrição, a saúde e a educação, criando benefícios hoje e activos para o futuro. [4]

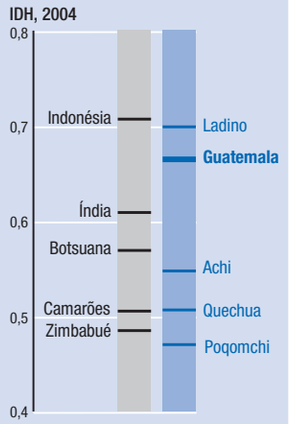
A distribuição de rendimentos não é apenas uma questão para os países em desenvolvimento. Conforme realça o IDH por quintis de

rendimento para os Estados Unidos, também é importante em alguns dos países mais ricos do mundo. Ao longo do último quarto de século, a lacuna existente entre a base da distribuição de rendimentos dos Estados Unidos e o meio e topo aumentou de forma dramática. Entre 1980 e 2004, o rendimento dos 1% dos agregados familiares mais ricos (rendimentos médios de mais de 721.000 dólares em 2004) subiu 135%. Ao longo do mesmo período, os salários reais da manufactura desceram 1%. A proporção de rendimento nacional dos 1% mais ricos duplicou para 16% ao longo do mesmo período. Por outras palavras, os frutos dos ganhos de produtividade que conduziram o crescimento nos Estados Unidos foram fortemente enviesados para as partes mais ricas da sociedade.

A desigualdade crescente restringe as oportunidades? Uma forma de abordar esta questão consiste em medir a influência do poder económico dos pais sobre os futuros ganhos dos seus filhos. Em países com desigualdade reduzida — como a Dinamarca e a Noruega — os rendimentos dos pais explicam cerca de 20% dos ganhos dos filhos. Para os Estados Unidos — e para o Reino Unido — esse número sobe para mais de 50%.

Dentro de qualquer país, os níveis elevados de desigualdade de rendimentos e de oportunidades representam um constrangimento ao desenvolvimento humano. Para além das implicações adversas que têm para o dinamismo económico, crescimento e coesão social, limitam a conversão do crescimento em desenvolvimento humano. O mesmo se aplica a nível global, onde as divisões cada vez mais visíveis que separam os ricos dos pobres se tornaram um ponto central de descontentamento. Um dos principais desafios em termos de desenvolvimento humano nas décadas à nossa frente consiste em diminuir a tolerância pelas desigualdades extremas que caracterizaram a globalização desde o início da década de 90 e em garantir que a maré cheia da prosperidade se estenda a muitos e não apenas a uns quantos privilegiados.

Figura **12** **Grandes diferenças étnicas no IDH da Guatemala**



Fonte: PNUD 2005b.

Notas

1 Aristóteles, *Nicomachean Ethics*, Livro 1, Capítulo 5.
2 Sen 1999, p.3.
3 Kennedy 1962, p. 626.
4 IBGE 2005.

Guia do leitor e notas relativas aos quadros

Os quadros de indicadores do desenvolvimento humano oferecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano. Os principais quadros estão organizados de forma temática, tal como indicado pelos cabeçalhos no topo de cada quadro. Os quadros disponibilizam dados referentes a 175 países membros da ONU — aqueles para os quais foi possível calcular o índice de desenvolvimento humano (IDH) — em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados, não foi possível calcular o IDH dos restantes 17 países membros da ONU. Os indicadores básicos de desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

Nos quadros, os países e áreas são classificados pelo valor do seu IDH. Para localizar um país nestes quadros, consulte a *Chave de países* na contracapa, que apresenta os países por ordem alfabética com a sua respectiva posição no IDH. A maioria dos dados dos quadros refere-se a 2004 e constituem aqueles que foram disponibilizados ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano até 1 de Agosto de 2006, salvo indicação em contrário.

Fontes e definições

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é principalmente um utilizador, e não um produtor, de estatísticas. Conta com as agências internacionais de dados que têm os recursos e o conhecimento necessários para recolher e compilar dados sobre indicadores estatísticos específicos. As fontes de todos os dados utilizados na compilação dos quadros de indicadores são apresentadas em curtas notas no final de cada quadro. Estas correspondem às referências completas apresentadas nas *Referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que recolheu junto de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas quando uma agência se baseia no trabalho de uma série de outras fontes, apenas ela é mencionada como fonte. As notas sobre as fontes também apresentam as componentes dos dados originais utilizadas em quaisquer dos cálculos efectuados pelo Gabinete do *Relatório do Desenvolvimento Humano*, de forma a garantir que todos os cálculos possam ser facilmente reproduzidos. Os indicadores relativamente aos quais possam ser fornecidas definições curtas e significativas estão incluídos na secção *Definições de termos estatísticos*. Outras informações relevantes surgem nas notas no final de cada quadro. Para informações técnicas mais pormenorizadas sobre estes indicadores, consulte os sites relevantes das agências que forneceram dados no site do *Relatório do Desenvolvimento Humano* em http://hdr.undp.org/statistics/.

Discrepâncias entre estimativas nacionais e internacionais

Quando recolhem séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados aplicam frequentemente normas e procedimentos de harmonização internacionais de forma a melhorar a comparabilidade entre países. Quando os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, pode surgir a necessidade de ajustar os dados nacionais. Quando não existem dados para um país, uma agência internacional pode elaborar uma estimativa, caso possa ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências de dados nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem revelado estas discrepâncias com frequência. Quando surgiram discrepâncias de dados, o Gabinete ajudou a articular as autoridades de dados nacionais e internacionais para estas poderem resolver estas discrepâncias. Em muitos casos, tal conduziu à optimização das estatísticas do Relatório. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano defende a melhoria dos dados internacionais, tem um papel activo no apoio aos esforços para melhorar a qualidade dos dados e trabalha com agências nacionais e organismos internacionais para

melhorar a consistência dos dados através de uma maior sistematização da notificação e monitorização dos dados.

Comparabilidade no tempo

As estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório podem não ser comparáveis, devido a revisões dos dados ou a mudanças na metodologia. Por esta razão, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano desaconselha firmemente a análise de tendências com base em dados de diferentes edições. De igual modo, os valores e classificações do IDH não são comparáveis entre diferentes edições do Relatório. Para uma análise das tendências do IDH baseada em dados e metodologia consistentes, consulte o quadro 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano).

Classificações de países

Os países são classificados de quatro formas: por nível de desenvolvimento humano, por rendimento, por principais agregados mundiais e por região (ver *Classificação dos países*). Estas designações não exprimem necessariamente um julgamento sobre a fase de desenvolvimento de um dado país ou área. O termo *país*, tal como utilizado no texto e nos quadros, refere-se, conforme aplicável, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano

Todos os países incluídos no IDH são classificados num dos três grupos atendendo aos seus progressos no desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799) e desenvolvimento humano baixo (IDH inferior a 0,500).

Classificações de rendimento

Todos os países são agrupados por rendimento, de acordo com as classificações do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 10.066 dólares em 2004), rendimento médio (entre 826 e 10.065 dólares) e rendimento baixo (825 dólares ou menos).

Principais classificações mundiais

Os três grupos globais são os *países em desenvolvimento, Europa Central e Oriental* e *a CEI (Comunidade de Estados Independentes)* e *OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico)*. Estes grupos não são mutuamente exclusivos. (A substituição do grupo da OCDE pelo grupo de rendimento elevado da OCDE e a exclusão da República da Coreia dariam lugar a grupos mutuamente exclusivos.) Salvo indicação em contrário, a classificação *mundo* representa o universo dos 194 países e áreas cobertos — 192 países membros da ONU em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina.

Classificações regionais

Os países em desenvolvimento são ainda classificados nas regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Delegações Regionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Existe uma classificação adicional, a de *países menos desenvolvidos*, tal como definida pela ONU (ONU-OHRLLS 2006).

Agregados e taxas de crescimento

Agregados

Os agregados das classificações acima descritas são apresentados no final dos quadros sempre que se trate de uma informação significativa do ponto de vista analítico e caso se disponha de dados suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como no caso da população) são indicados por um *T*. Todos os outros agregados constituem médias ponderadas.

Em geral, apresenta-se um agregado de um agrupamento de países apenas quando há disponibilidade de dados relativamente a metade dos países e quando estes representam pelo menos dois terços do peso disponível naquela classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados em falta para efeitos de agregação. Consequentemente, salvo indicação em contrário, os agregados de cada classificação representam apenas os países para os quais existem dados disponíveis, correspondem ao ano ou período especificado e dizem respeito somente aos dados das principais fontes enumeradas. Não são apresentados agregados em caso de indisponibilidade de procedimentos adequados de ponderação.

Os agregados dos índices, taxas de crescimento e indicadores correspondentes a mais de um ponto no tempo baseiam-se apenas em países para os quais existem dados disponíveis para todos os pontos necessários no tempo. Quando não se apresenta um agregado para uma ou mais regiões, nem sempre se

apresentam os agregados da classificação *mundial*, que respeita apenas ao universo dos 194 países e áreas.

Os agregados que constam deste Relatório nem sempre correspondem aos que são indicados noutras publicações devido a diferenças nas classificações de países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pelo organismo de estatística que forneceu os dados do indicador.

Taxas de crescimento

As taxas de crescimento plurianuais são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas de crescimento, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza somente os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

Notas sobre países

Salvo indicação em contrário, os dados relativos à China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau ou Taiwan (Província da China). Na maioria dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Alemanha dizem respeito à Alemanha unificada, salvo indicação em contrário. Os dados da Indonésia incluem Timor-Leste até 1999, salvo indicação em contrário. Os dados da Jordânia dizem respeito apenas à Cisjordânia. Os dados económicos da Tanzânia contemplam apenas o território continental. Os dados do Sudão baseiam-se frequentemente em informações recolhidas na região norte do país. Enquanto a Sérvia e o Montenegro se tornaram dois Estados independentes em Junho de 2006, os quadros dos indicadores fornecem geralmente dados apenas para o país Sérvia e Montenegro, uma vez que os dados desagregados ainda não estavam disponíveis aquando da impressão. Quaisquer dados da República do Iémen dizem respeito a este país a partir de 1990, ao passo que os dados de anos anteriores dizem respeito a dados acumulados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

Símbolos

Na ausência das expressões *anual, taxa anual* ou *taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, como em 1995-2000, indica que os dados foram recolhidos durante um dos anos desse período. Uma barra entre dois anos, como em 1998/2001, indica uma média para os anos apresentados salvo indicação em contrário. São utilizados os seguintes símbolos:

.. Dados não disponíveis.
(.) Maior (ou menor) do que zero, mas pequeno o suficiente para que o número ronde zero no número visível de casas decimais.
< Menor que.
— Não aplicável.
T Total.

Quadro 1: sobre o índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um índice composto que mede as realizações médias num país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior; e um padrão de vida digno, medido pelo produto interno bruto (PIB) per capita em PPC (paridade do poder de compra) em dólares. O índice é construído com base em indicadores disponíveis a nível mundial através de uma metodologia simples e transparente (ver *Nota Técnica 1*).

Se o conceito de desenvolvimento humano é muito mais vasto do que qualquer resultado que um índice composto possa oferecer, o IDH oferece uma alternativa poderosa ao rendimento enquanto medida sumária do bem-estar humano. Oferece um ponto de partida útil para a riqueza de informação sobre os diversos aspectos do desenvolvimento humano que consta dos quadros de indicadores subsequentes.

A disponibilidade dos dados determina a cobertura dos países no IDH

O IDH deste Relatório diz respeito a 2004. Cobre 175 países membros da ONU, em conjunto com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Devido à ausência de dados comparáveis, não foi possível incluir 17 países membros da ONU no IDH deste ano. Os indicadores básicos do desenvolvimento humano destes países são apresentados no quadro 1a.

De forma a permitir comparações transversais entre países, o IDH é calculado, na medida do possível, com base em dados das principais agências de dados internacionais disponíveis no momento em que o Relatório foi preparado (ver abaixo *Principais fontes de dados internacionais)*. Mas estas agências não dispõem de dados relativos a alguns países no que toca a uma ou mais das quatro componentes do IDH.

Em resposta ao desejo expressado pelos países de serem incluídos no quadro do IDH, e em conformi-

dade com o objectivo de incluir o máximo possível de países membros da ONU, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano levou a cabo diligências especiais para obter estimativas de outras fontes internacionais, regionais ou nacionais quando as principais agências internacionais não dispõem de dados relativos a uma ou duas componentes do IDH de um país. Foram poucos os casos em que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano elaborou estimativas. Estas estimativas de outras fontes que não as principais agências internacionais encontram-se claramente documentadas nas notas de rodapé do quadro 1. A sua qualidade e fiabilidade é variável, pelo que não são contempladas noutros quadros de indicadores que apresentam dados semelhantes.

Principais fontes de dados internacionais

Esperança de vida à nascença. As estimativas da esperança de vida à nascença são provenientes do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005b), a fonte oficial de estimativas e projecções sobre a população da ONU. São preparadas bianualmente pela Divisão da População do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas recorrendo a dados de sistemas de estatísticas vitais, censos da população e inquéritos nacionais.

Na *2004 Revision*, a Divisão da População das Nações Unidas incorporou dados nacionais que lhe foram disponibilizados até ao final de 2004. Para avaliar o impacto do VIH/SIDA, aliaram-se as últimas estimativas sobre a prevalência do VIH disponíveis na altura, preparadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA, a uma série de pressupostos sobre tendências demográficas e mortalidade, tanto da população infectada como não infectada de cada um dos 60 países nos quais o impacto da doença foi explicitamente formulado.

Estas estimativas da esperança de vida são publicadas pela Divisão da População das Nações Unidas com intervalos de cinco anos como ponto de referência. As estimativas para 2004 apresentadas no quadro 1 e as que estão subjacentes ao quadro 2 são interpolações anuais baseadas nestes dados de cinco anos (ONU 2005a). Para pormenores sobre o *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005h), ver www.un.org/esa/population/unpop.htm.

Taxa de alfabetização de adultos. Os dados sobre a alfabetização de adultos resultam de censos nacionais da população ou inquéritos às famílias. Este Relatório recorre a estimativas nacionais sobre a alfabetização de adultos da Avaliação de Abril de 2006 do Instituto de Estatística (UIS) da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (Instituto de Estatística da UNESCO 2006c) e a estimativas UIS do Instituto de Estatística da UNESCO (2003). As estimativas nacionais, disponibilizadas através de esforços concertados do UIS para recolher dados recentes sobre a alfabetização dos países, são obtidas através de censos nacionais ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005 (à excepção de alguns casos que dizem respeito ao período de 1995-1999). As estimativas do UIS, realizadas em Julho de 2002, basearam-se maioritariamente em dados nacionais recolhidos antes de 1995. Para pormenores sobre estas estimativas de alfabetização, ver www.uis.unesco.org.

Muitos países de elevado rendimento, tendo atingido altos níveis de alfabetização, deixaram de compilar estatísticas sobre alfabetização, pelo que não foram incluídos nos dados do UIS. Para o cálculo do IDH, aplicou-se a estes países uma taxa de alfabetização de 99,0%.

Quando recolhem dados sobre alfabetização, muitos países estimam o número de pessoas alfabetizadas com base em dados fornecidos pelos próprios. Outros recorrem a informações sobre habilitações literárias como medida de substituição, mas os dados sobre frequência escolar ou conclusão de graus de ensino podem divergir. Como as definições e métodos de recolha de dados variam de país para país, as estimativas de alfabetização devem ser analisadas com precaução.

O UIS, em colaboração com agências parceiras, está activamente empenhado na implementação de uma metodologia alternativa de medição da alfabetização, o Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização (LAMP, na sigla em inglês). O LAMP procura ir além das simples categorias de alfabetizado e analfabeto através do fornecimento contínuo de informação sobre competências de alfabetização.

Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. As taxas de escolarização bruta são calculadas pelo UIS com base em dados sobre matrículas compilados pelos governos nacionais (normalmente a partir de fontes administrativas) e em dados da população do *World Population Prospects: the 2004 Revision* (ONU 2005), da Divisão da População das Nações Unidas. Os rácios são calculados através da divisão do número de estudantes matriculados em todos os níveis de ensino (excluindo o ensino de adultos) pela população total dos grupos etários oficiais para aqueles níveis. O grupo etário do ensino superior é fixado nas cinco coortes imediatamente seguintes ao fim do último ciclo do ensino secundário em todos os países.

Embora se pretenda que funcione como uma medida de substituição das habilitações literárias, as

taxas de escolarização bruta combinada não reflectem a qualidade dos resultados educativos. Mesmo quando usadas para captar acesso a oportunidades de educação, as taxas de escolarização bruta combinada podem ocultar importantes discrepâncias entre países devido a diferenças na faixa etária correspondente a um nível de educação e na duração dos programas educativos. As taxas de repetência e abandono escolar também podem distorcer os dados. Medidas como os anos médios de escolaridade de uma população ou a esperança de vida escolar poderiam representar de forma mais adequada as habilitações literárias e, idealmente, deveriam substituir a taxa de escolarização bruta no IDH. No entanto, este tipo de dados ainda não se encontra disponível com regularidade num número suficiente de países.

Tal como está actualmente definida, a taxa de escolarização bruta combinada não contempla os estudantes matriculados noutros países. Os dados actuais referentes a muitos países de pequena dimensão, onde é comum prosseguir o ensino superior no estrangeiro, poderão estar a subrepresentar significativamente o acesso à educação ou as habilitações literárias de uma determinada população, produzindo assim um valor inferior no IDH.

Em edições anteriores, os dados relativos a alguns países incluíam o ensino de adultos, contrariamente à definição preferida do indicador de escolarização. Os dados contidos no Relatório deste ano excluem o ensino de adultos para estes países, fazendo com que os seus dados estejam conformes à definição padrão. Como resultado, as taxas de escolarização e os valores do IDH para estes países são mais baixas do que se o ensino de adultos tivesse sido incluído.

PIB per capita (PPC em USD). Na comparação dos padrões de vida entre países, as estatísticas económicas têm que ser convertidas para termos de paridade do poder de compra (PPC) de forma a eliminar diferenças nos níveis de preços nacionais. O IDH contempla dados do PIB per capita (PPC em USD) de 164 países, fornecidos pelo Banco Mundial, com base em dados de preços dos últimos inquéritos do Programa de Comparação Internacional (PCI) e no PIB em moeda local, segundo dados das contas nacionais. A última ronda de inquéritos PCI cobriu 118 países. As PPC para estes países são estimadas directamente, por extrapolação dos últimos resultados de referência. Para países não incluídos nos inquéritos PCI, foram efectuadas estimativas através de regressões econométricas. Para países não cobertos pelo Banco Mundial, foram utilizadas estimativas da PPC fornecidas pela *Penn World Tables* da Universidade da Pensilvânia (Heston, Summers e Aten 2001, 2002).

Embora as últimas décadas tenham testemunhado um significativo progresso, o conjunto de dados actuais da PPC apresenta várias deficiências, como a ausência de cobertura universal, de actualidade dos dados e de uniformidade na qualidade dos resultados de diferentes regiões e países. A importância das PPC na análise económica reforça a necessidade de melhoria dos dados PPC. Foi criada uma nova Ronda do Milénio do PCI que promete dados PPC bastante mais fiáveis para a análise da política económica, incluindo a avaliação internacional da pobreza. Para pormenores sobre o PCI e a metodologia PPC, consultar o site do PCI em www.worldbank.org/data/icp.

Comparações no tempo e entre edições do Relatório

O IDH é uma importante ferramenta para monitorizar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano. Para facilitar a análise de tendências entre países, o IDH é calculado em intervalos de cinco anos para o período de 1975-2004. Estas estimativas, apresentadas no quadro 2, baseiam-se numa metodologia consistente e em dados de tendências comparáveis, disponíveis quando o Relatório é preparado.

Como as agências internacionais de dados aperfeiçoam constantemente as suas séries de dados, inclusivamente através da actualização periódica de dados históricos, as variações anuais nos valores e classificações do IDH ao longo das edições do *Relatório do Desenvolvimento Humano* reflectem frequentemente revisões dos dados — tanto relativos a um país específico como a outros países — e não mudanças reais num país. Por outro lado, mudanças ocasionais na cobertura de países poderão também afectar a classificação de um país no IDH, mesmo quando é utilizada metodologia consistente para calcular o IDH. Como resultado, a classificação de um país no IDH pode baixar consideravelmente entre dois Relatórios consecutivos. Mas quando se utilizam dados comparáveis e revistos para reconstruir o IDH dos últimos anos, a classificação e o valor do IDH podem efectivamente apresentar melhorias.

É por todas estas razões que a análise de tendências do IDH não deve ser baseada em dados de diferentes edições do Relatório. O quadro 2 oferece dados actualizados de tendências do IDH baseados em dados e metodologias consistentes. Para consultar valores e classificações do IDH recalculados para 2003 (o ano de referência do IDH no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*), com base nas fontes de dados utilizadas para o IDH do Relatório deste ano, aceda a http://hdr.undp.org/statistics.

IDH para países com desenvolvimento humano elevado

O IDH neste Relatório foi construído de forma a comparar o progresso dos países em todos os níveis do desenvolvimento humano. Assim, os indicadores escolhidos não são necessariamente aqueles que oferecem uma melhor diferenciação entre países ricos. Os indicadores actualmente utilizados no índice produzem diferenças muito pequenas entre os países melhor classificados no IDH, pelo que o topo da classificação do IDH reflecte frequentemente apenas diferenças mínimas nestes indicadores subjacentes. Para estes países de elevado rendimento, um índice alternativo – o índice de pobreza humana (apresentado no quadro 4) – reflecte melhor a extensão da privação humana que ainda persiste nas populações destes países e ajuda a orientar o enfoque das políticas públicas.

Para mais informações sobre a utilização e as limitações do IDH e dos indicadores que o compõem, ver http://hdr.undp.org/statistics.

Quadros 24 e 25: passagem em revista do Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género e da Medida de Participação segundo o Género

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* apresentou, pela primeira vez, o Índice de Desenvolvimento ajustado ao Género (IDG) e a Medida de Participação segundo o Género (MPG) em 1995. Estas medidas têm sido utilizadas desde então como ferramentas de intervenção e de monitorização em análises e debates políticos subordinados ao tema do desenvolvimento humano ajustado ao género. Assinalando o décimo aniversário do IDG e da MPG, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano lançou uma avaliação dos índices para identificar as áreas susceptíveis de melhoria e ponderar outros instrumentos alternativos de medida por forma a examinar a igualdade de género como um aspecto chave do desenvolvimento humano. Esta parte do relatório pretende fazer um resumo das principais conclusões deste projecto e sublinhar as possíveis alterações a introduzir nos índices. As comunicações elaboradas para este projecto, bem como os resultados de um *workshop* organizado para as debater, foram publicados numa edição especial do *Journal of Human Development*.[1]

O IDG tem sido (mal) interpretado

A reavaliação concluiu que os índices têm sido frequentemente mal interpretados, especialmente o IDG. O IDG não pretende medir a *desigualdade de género*. Pelo contrário, trata-se de um método de medição do *desenvolvimento humano* que ajusta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de forma a penalizar as disparidades existentes entre homens e mulheres, nas três dimensões contempladas no IDH: uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno (medido em função do rendimento auferido estimado) (ver *Nota técnica 1*).

A fórmula de cálculo do IDG implica que o mesmo irá registar sempre um valor inferior ao do IDH. Mas um valor de IDG baixo pode ser resultante de disparidades a nível do grau de realizações alcançadas por mulheres e homens, assim como de uma média de realizações baixa, em qualquer das dimensões consideradas no índice, ainda que o nível de igualdade de género seja elevado. Pelo contrário, um país pode apresentar um valor de IDG relativamente alto, ainda que se registem grandes desigualdades entre homens e mulheres, desde que o seu nível de *desenvolvimento humano* seja elevado. A forma correcta de se obter uma medida de *desigualdade de género* é comparar o IDG com o IDH, utilizando como indicador para tal, quer a diferença quer o rácio entre os dois, em vez de se utilizar apenas o IDG.

As diferenças entre o IDG e o IDH tendem a ser pequenas na generalidade dos casos. O IDG é, em média, 0,6% inferior ao IDH. Isto poderá transmitir-nos a ideia, altamente enganadora, de que as disparidades de género são completamente irrelevantes para o *desenvolvimento humano*. O problema reside no facto de as disparidades de género apuradas nas três dimensões em análise serem geralmente pequenas — e mais reduzidas ainda por oposição à fórmula de desigualdade utilizada no cálculo do IDG. Pela mesma razão, grandes desigualdades associadas ao salário e às promoções no emprego, bem como ao grau de educação, não são detectadas no IDG.

MPG — uma medida de níveis de actividade

A MPG foi introduzida com o objectivo de medir a capacidade de participação activa na vida política e económica por parte de mulheres e homens, bem como o seu controlo sobre os recursos económicos.

Ao contrário do IDG, que se ocupa do bem-estar, a MPG concentra-se na vida activa. A medida nesta área engloba três dimensões: participação política e intervenção na tomada de decisão, participação económica e participação na tomada de decisão, e poder sobre os recursos económicos. O cálculo da MPG, cuja explicação também poderá encontrar na *Nota técnica 1*, reflecte o do IDG. As duas primeiras componentes são calculadas a partir dos rácios de participação feminina para masculina, a que é apli-

cada uma penalização por aversão à desigualdade. A componente do rendimento auferido incorpora, por outro lado, a desigualdade ajustada aos níveis de rendimentos.

Isto tem implicações na interpretação do índice. Um país pobre não pode alcançar um valor de MPG elevado, ainda que o rendimento auferido seja equitativamente distribuído. Pelo contrário, um país rico pode estar bem posicionado em termos de MPG, quer porque a disparidade de género nas três dimensões é pequena, quer porque se trata de um país rico (o que por sua vez faz subir o seu valor MPG devido à componente dos rendimentos).

Questões levantadas na reavaliação do IDG e da MPG

A reavaliação do IDG e da MPG aborda um vasto leque de questões analíticas e metodológicas. Entre os aspectos chave relativos à medição e as propostas de soluções incluem-se:

- *Melhorar a apresentação e explicação do IDG e da MPG*. Compreensão dos problemas conceptuais e empíricos identificados aqui ajudarão os leitores a fazer melhor uso dos dois índices. O IDG e a MPG continuarão a ser objecto de aperfeiçoamento e clarificação em futuros *Relatórios do Desenvolvimento Humano*.
- *Criar um IDH separado para homens e mulheres em substituição do IDG*. Uma forma de tornar mais perceptíveis as diferenças relacionadas com o género nos indicadores do desenvolvimento humano passaria pela criação de IDH para homens e para mulheres. A interpretação das diferenças entre os dois índices pode ser mais fácil do que no IDG.
- *Resolver os problemas relativos ao rendimento auferido por homens e mulheres:* Dado que os valores relativos aos rendimentos desagregados não estão normalmente disponíveis, fazer a estimativa do rendimento auferido para homens e mulheres constitui um dos aspectos mais problemáticos do actual método de cálculo do IDG e da MPG. A estimativa do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano para os rendimentos auferidos masculinos e femininos baseia-se no rácio de salários do sector não agrícola e na taxa de participação de mão-de-obra por género. Esta abordagem apresenta lacunas graves. Primeiro, porque os dados essenciais estão, muitas vezes, indisponíveis. Segundo, porque as transferências de rendimento no agregado familiar mostram, muitas vezes, que as diferenças de padrões de vida dos membros do agregado são menores do que aquelas que os rendimentos reais auferidos poderiam sugerir. Nenhum destes problemas tem solução fácil, embora o trabalho em curso possa vir a aperfeiçoar os meios de medição das disparidades de género.
- *Produzir uma MPG que contemple parcelas de rendimento.* A MPG inclui o nível de rendimento médio absoluto em cada país, o que quer dizer que só os países ricos conseguem atingir um valor de MPG elevado. A solução deste problema poderia passar por se considerar somente a parcela de rendimento de homens e mulheres, em vez dos níveis de rendimento médios.
- *Ter em atenção novos indicadores*. Nos indicadores actuais, não estão inseridos alguns aspectos importantes da discriminação de género no desenvolvimento humano. Um exemplo disto é o trabalho de assistência, que não consta do IDG ou da MPG, porque estes se concentram exclusivamente no mercado de trabalho. Trata-se de uma área em que os investigadores e a comunidade estatística internacional poderiam ajudar a criar e a consolidar, progressivamente, uma base de dados mais sólida. A violência contra as mulheres é outra lacuna importante dos índices. Embora as estatísticas relativas à violência tenham melhorado muito nos últimos anos, continuamos a deparar-nos com enormes dificuldades para fazer a comparação de dados entre países e avaliar a evolução nessa área. Como só dispomos de dados fiáveis para um número relativamente pequeno de países, ainda não nos é possível incluir um indicador sobre a violência relacionada com o género, mas o *Relatório do Desenvolvimento Humano* irá incentivar e monitorizar uma maior recolha deste tipo de dados.

Tanto o IDH como a MPG estimularam um debate público sobre a igualdade de género. O *Relatório do Desenvolvimento Humano* está empenhado em prosseguir com esse debate. Os problemas levantados durante a reavaliação do IDG e da MPG, e que se encontram sublinhados aqui, serão abordados em Relatórios futuros à medida que as investigações forem progredindo.

Nota

1 *Journal of Human Development* 7 (2).



Indicadores de desenvolvimento humano

Quadros de indicadores

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

1 Índice de desenvolvimento humano 283

1a Indicadores básicos para outros países membros da ONU 287

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano 288

3 Pobreza humana e de rendimentos: países em desenvolvimento 292

4 Pobreza humana e de rendimentos: países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI 295

. . . para viverem uma vida longa e saudável . . .

5 Tendências demográficas 297

6 Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços 301

7 Água, saneamento e estado da nutrição 305

8 Desigualdades na saúde materna e infantil 309

9 Principais crises e riscos de saúde mundiais 311

10 Sobrevivência: progressos e retrocessos 315

. . . para adquirirem conhecimentos . . .

11 Compromisso com a educação: despesa pública 319

12 Literacia e escolarização 323

13 Tecnologia: difusão e criação 327

. . . terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno . . .

14 Desempenho económico 331

15 Desigualdade no rendimento ou consumo 335

16 Estrutura do comércio 339

17 Responsabilidades dos países ricos: ajuda 343

18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida 344

19 Prioridades na despesa pública 348

20 Desemprego nos países da OCDE 352

. . . enquanto os preservam para as gerações futuras . . .

21 Energia e ambiente 353

. . . protegendo a segurança pessoal . . .

22 Refugiados e armamentos 357

23 Vítimas da criminalidade 361

. . . e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género 363

25 Medida de participação segundo o género 367

26 Desigualdade de género na educação 371

27 Desigualdade de género na actividade económica 375

28 Género, trabalho e afectação de tempo 379

29 Participação política das mulheres 380

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos 384

31 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho 388

TABLEAU 1

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]		Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1	Norvège	0,965	79,6	.. [e]	100 [f]	38 454	0,91	0,99	0,99	3
2	Islande	0,960	80,9	.. [e]	96 [g]	33 051	0,93	0,98	0,97	3
3	Australie	0,957	80,5	.. [e]	113 [f]	30 331	0,92	0,99	0,95	11
4	Irlande	0,956	77,9	.. [e]	99	38 827	0,88	0,99	1,00	-1
5	Suède	0,951	80,3	.. [e]	96	29 541	0,92	0,98	0,95	11
6	Canada	0,950	80,2	.. [e]	93 [g, h]	31 263	0,92	0,97	0,96	4
7	Japon	0,949	82,2	.. [e]	85	29 251	0,95	0,94	0,95	11
8	États-Unis	0,948	77,5	.. [e]	93	39 676	0,88	0,97	1,00	-6
9	Suisse	0,947	80,7	.. [e]	86	33 040	0,93	0,95	0,97	-3
10	Pays-Bas	0,947	78,5	.. [e]	98	31 789	0,89	0,99	0,96	-1
11	Finlande	0,947	78,7	.. [e]	100 [f]	29 951	0,89	0,99	0,95	4
12	Luxembourg	0,945	78,6	.. [e]	85 [h, i]	69 961 [j]	0,89	0,94	1,00	-11
13	Belgique	0,945	79,1	.. [e]	95	31 096	0,90	0,98	0,96	-2
14	Autriche	0,944	79,2	.. [e]	91	32 276	0,90	0,96	0,96	-7
15	Danemark	0,943	77,3	.. [e]	101 [f]	31 914	0,87	0,99	0,96	-7
16	France	0,942	79,6	.. [e]	93	29 300	0,91	0,97	0,95	1
17	Italie	0,940	80,2	98,4 [e]	89	28 180	0,92	0,96	0,94	3
18	Royaume-Uni	0,940	78,5	.. [e]	93 [g]	30 821	0,89	0,97	0,96	-5
19	Espagne	0,938	79,7	98,0 [e, k]	96	25 047	0,91	0,98	0,92	3
20	Nouvelle-Zélande	0,936	79,3	.. [e]	100 [f]	23 413	0,90	0,99	0,91	5
21	Allemagne	0,932	78,9	.. [e]	89 [g]	28 303	0,90	0,96	0,94	-2
22	Hong Kong, Chine (RAS)	0,927	81,8	.. [l]	77	30 822	0,95	0,88	0,96	-10
23	Israël	0,927	80,0	97,1	90	24 382	0,92	0,95	0,92	0
24	Grèce	0,921	78,3	96,0 [e]	93	22 205	0,89	0,97	0,90	3
25	Singapour	0,916	78,9	92,5	87 [m]	28 077	0,90	0,91	0,94	-4
26	Corée, République de	0,912	77,3	98,0 [e, k]	95	20 499	0,87	0,98	0,89	5
27	Slovénie	0,910	76,6	.. [e, l]	95	20 939	0,86	0,98	0,89	1
28	Portugal	0,904	77,5	92,0 [e, k]	89	19 629	0,87	0,96	0,88	5
29	Chypre	0,903	78,7	96,8	79 [g]	22 805	0,90	0,91	0,91	-3
30	Tchèque, République	0,885	75,7	.. [e]	81	19 408	0,85	0,93	0,88	4
31	Barbade	0,879	75,3	.. [e, h, l]	89 [h]	15 720 [h, n]	0,84	0,96	0,84	10
32	Malte	0,875	78,6	87,9 [o]	81	18 879	0,89	0,86	0,87	5
33	Koweït	0,871	77,1	93,3	73 [g]	19 384 [p]	0,87	0,87	0,88	2
34	Brunéi Darussalam	0,871	76,6	92,7	77 [g]	19 210 [h, q]	0,86	0,88	0,88	2
35	Hongrie	0,869	73,0	.. [e, l]	87	16 814	0,80	0,95	0,86	4
36	Argentine	0,863	74,6	97,2	89 [h]	13 298	0,83	0,95	0,82	10
37	Pologne	0,862	74,6	.. [e, l]	86	12 974	0,83	0,95	0,81	11
38	Chili	0,859	78,1	95,7	81	10 874	0,89	0,91	0,78	18
39	Bahreïn	0,859	74,5	86,5	85 [g]	20 758	0,82	0,86	0,89	-10
40	Estonie	0,858	71,6	99,8 [e]	92	14 555	0,78	0,97	0,83	4
41	Lituanie	0,857	72,5	99,6 [e]	92	13 107	0,79	0,97	0,81	6
42	Slovaquie	0,856	74,3	100,0 [e, k]	77	14 623	0,82	0,92	0,83	1
43	Uruguay	0,851	75,6	.. [l]	89 [g, h]	9 421	0,84	0,95	0,76	19
44	Croatie	0,846	75,2	98,1	73 [h]	12 191	0,84	0,90	0,80	7
45	Lettonie	0,845	71,8	99,7 [e]	90	11 653	0,78	0,96	0,79	9
46	Qatar	0,844	73,0	89,0	76	19 844 [h, r]	0,80	0,85	0,88	-14
47	Seychelles	0,842	72,7 [h, m]	91,8	80 [g]	16 652	0,80	0,88	0,85	-7
48	Costa Rica	0,841	78,3	94,9	72	9 481 [p]	0,89	0,87	0,76	13
49	Émirats arabes unis	0,839	78,3	.. [l]	60 [g, h]	24 056 [p]	0,89	0,71	0,92	-25
50	Cuba	0,826	77,6	99,8 [e]	80 [h]	.. [s]	0,88	0,93	0,67	43
51	Saint-Kitts-et-Nevis	0,825	70,0 [h, m, t]	97,8 [m]	80 [g]	12 702 [h]	0,75	0,92	0,81	-2
52	Bahamas	0,825	70,2	.. [l]	66 [g]	17 843 [h]	0,75	0,86	0,87	-14
53	Mexique	0,821	75,3	91,0	75	9 803	0,84	0,86	0,77	7

TABLEAU 1

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]		Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
54	Bulgarie	0,816	72,4	98,2	81	8 078	0,79	0,92	0,73	12
55	Tonga	0,815	72,4	98,9 [o]	80 [g]	7 870 [p]	0,79	0,93	0,73	13
56	Oman	0,810	74,3	81,4	68 [g]	15 259	0,82	0,77	0,84	-14
57	Trinité-et-Tobago	0,809	69,8	.. [l]	67 [g]	12 182	0,75	0,88	0,80	-5
58	Panama	0,809	75,0	91,9	80	7 278	0,83	0,88	0,72	18
59	Antigua-et-Barbuda	0,808	73,9 [h, m, t]	85,8 [h, u]	69 [h, m]	12 586	0,82	0,80	0,81	-9
60	Roumanie	0,805	71,5	97,3	75	8 480	0,78	0,90	0,74	3
61	Malaisie	0,805	73,4	88,7	73 [h]	10 276	0,81	0,84	0,77	-4
62	Bosnie-Herzégovine	0,800	74,3	96,7	67 [h, v]	7 032	0,82	0,87	0,71	16
63	Maurice	0,800	72,4	84,4	74 [g]	12 027	0,79	0,81	0,80	-10
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	0,798	73,8	.. [l]	94 [g, h]	7 570 [h, w]	0,81	0,86	0,72	7
65	Russie, Fédération de	0,797	65,2	99,4 [e]	88 [g]	9 902	0,67	0,95	0,77	-6
66	Macédoine, ERYM	0,796	73,9	96,1	70	6 610	0,82	0,87	0,70	16
67	Bélarus	0,794	68,2	99,6 [e, o]	88	6 970	0,72	0,95	0,71	12
68	Dominique	0,793	75,6 [h, u]	88,0 [h, u]	83 [g]	5 643	0,84	0,86	0,67	27
69	Brésil	0,792	70,8	88,6	86 [h]	8 195	0,76	0,88	0,74	-5
70	Colombie	0,790	72,6	92,8	73	7 256 [p]	0,79	0,86	0,72	7
71	Sainte-Lucie	0,790	72,6	94,8 [h, u]	76	6 324	0,79	0,89	0,69	16
72	Venezuela, RB	0,784	73,0	93,0	74 [g, h]	6 043	0,80	0,87	0,68	17
73	Albanie	0,784	73,9	98,7	68 [h]	4 978	0,82	0,88	0,65	26
74	Thaïlande	0,784	70,3	92,6	74	8 090	0,75	0,86	0,73	-9
75	Samoa occidentales	0,778	70,5	.. [l]	74 [g]	5 613	0,76	0,90	0,67	22
76	Arabie Saoudite	0,777	72,0	79,4	59	13 825 [p]	0,78	0,72	0,82	-31
77	Ukraine	0,774	66,1	99,4 [e]	85	6 394	0,69	0,94	0,69	9
78	Liban	0,774	72,2	.. [l]	84	5 837	0,79	0,86	0,68	13
79	Kazakhstan	0,774	63,4	99,5 [e, o]	91	7 440	0,64	0,96	0,72	-5
80	Arménie	0,768	71,6	99,4 [e]	74	4 101	0,78	0,91	0,62	32
81	Chine	0,768	71,9	90,9	70	5 896 [x]	0,78	0,84	0,68	9
82	Pérou	0,767	70,2	87,7	86 [g]	5 678	0,75	0,87	0,67	12
83	Équateur	0,765	74,5	91,0	.. [y]	3 963	0,82	0,86	0,61	30
84	Philippines	0,763	70,7	92,6	82	4 614	0,76	0,89	0,64	19
85	Grenade	0,762	65,3 [h, u]	96,0 [u]	73 [g]	8 021	0,67	0,88	0,73	-18
86	Jordanie	0,760	71,6	89,9	79	4 688	0,78	0,86	0,64	16
87	Tunisie	0,760	73,5	74,3	75	7 768	0,81	0,75	0,73	-18
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,759	71,3	88,1 [u]	68	6 398	0,77	0,81	0,69	-3
89	Suriname	0,759	69,3	89,6	72 [g, h]	.. [p, z]	0,74	0,84	0,70	-5
90	Fidji	0,758	68,0	.. [l]	75 [g]	6 066	0,72	0,87	0,69	-2
91	Paraguay	0,757	71,2	.. [l]	70 [g, h]	4 813 [p]	0,77	0,86	0,65	9
92	Turquie	0,757	68,9	87,4	69	7 753	0,73	0,81	0,73	-22
93	Sri Lanka	0,755	74,3	90,7	63 [g]	4 390	0,82	0,81	0,63	13
94	Dominicaine, République	0,751	67,5	87,0	74 [g]	7 449 [p]	0,71	0,83	0,72	-21
95	Belize	0,751	71,8	75,1 [h, u]	81	6 747	0,78	0,77	0,70	-15
96	Iran, République islamique d'	0,746	70,7	77,0	72 [g]	7 525	0,76	0,75	0,72	-24
97	Géorgie	0,743	70,6	100,0 [e, k, aa]	75	2 844	0,76	0,91	0,56	23
98	Maldives	0,739	67,0	96,3	69 [g]	.. [h, p, z]	0,70	0,87	0,65	3
99	Azerbaïdjan	0,736	67,0	98,8 [o]	68	4 153	0,70	0,89	0,62	12
100	Territoires palestiniens occupés	0,736	72,7	92,4	81 [g]	.. [ab]	0,80	0,89	0,53	26
101	El Salvador	0,729	71,1	.. [l]	70 [g]	5 041 [p]	0,77	0,76	0,65	-3
102	Algérie	0,728	71,4	69,9	73	6 603 [p]	0,77	0,71	0,70	-19
103	Guyane	0,725	63,6	96,5 [h, u]	76 [h]	4 439 [p]	0,64	0,90	0,63	2
104	Jamaïque	0,724	70,7	79,9 [o]	77 [g]	4 163	0,76	0,79	0,62	6
105	Turkménistan	0,724	62,5	98,8 [o]	.. [y]	4 584 [h]	0,63	0,91	0,64	-1
106	Cap Vert	0,722	70,7	.. [l]	67	5 727 [p]	0,76	0,73	0,68	-14

Classement selon l'IDH [a]	Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
107 Syrienne, République arabe	0,716	73,6	79,6	63 [g]	3 610	0,81	0,74	0,60	8
108 Indonésie	0,711	67,2	90,4	68	3 609	0,70	0,83	0,60	8
109 Viet Nam	0,709	70,8	90,3 [o]	63 [g]	2 745	0,76	0,81	0,55	12
110 Kirghizistan	0,705	67,1	98,7 [o]	78	1 935	0,70	0,92	0,49	32
111 Égypte	0,702	70,2	71,4	76 [g]	4 211	0,75	0,73	0,62	-2
112 Nicaragua	0,698	70,0	76,7	70 [g]	3 634 [p]	0,75	0,75	0,60	2
113 Ouzbékistan	0,696	66,6	.. [e, l]	74 [g]	1 869	0,69	0,91	0,49	32
114 Moldova, République de	0,694	68,1	98,4	70 [g]	1 729	0,72	0,89	0,48	33
115 Bolivie	0,692	64,4	86,7	87 [g]	2 720	0,66	0,87	0,55	7
116 Mongolie	0,691	64,5	97,8	77	2 056	0,66	0,91	0,50	18
117 Honduras	0,683	68,1	80,0	71 [g]	2 876 [p]	0,72	0,77	0,56	2
118 Guatemala	0,673	67,6	69,1	66 [g]	4 313 [p]	0,71	0,68	0,63	-11
119 Vanuatu	0,670	68,9	74,0 [o]	64 [g]	3 051 [p]	0,73	0,71	0,57	-1
120 Guinée équatoriale	0,653	42,8	87,0	58 [g, h]	20 510 [h, p]	0,30	0,77	0,89	-90
121 Afrique du Sud	0,653	47,0	82,4 [o]	77 [h]	11 192 [p]	0,37	0,80	0,79	-66
122 Tadjikistan	0,652	63,7	99,5 [e]	71	1 202	0,65	0,90	0,41	34
123 Maroc	0,640	70,0	52,3	58	4 309	0,75	0,54	0,63	-15
124 Gabon	0,633	54,0	71,0 [k]	72 [g, h]	6 623	0,48	0,71	0,70	-43
125 Namibie	0,626	47,2	85,0	67 [h]	7 418 [p]	0,37	0,79	0,72	-50
126 Inde	0,611	63,6	61,0	62 [g]	3 139 [p]	0,64	0,61	0,58	-9
127 São Tomé-et-Principe	0,607	63,2	83,1 [h, m]	63	1 231 [h, r]	0,64	0,76	0,42	28
128 Salomon, Îles	0,592	62,6	76,6 [h, m]	47 [g, h]	1 814 [p]	0,63	0,67	0,48	18
129 Cambodge	0,583	56,5	73,6	60 [h]	2 423 [p]	0,52	0,69	0,53	-4
130 Myanmar	0,581	60,5	89,9	49 [g]	1 027 [h, w]	0,59	0,76	0,39	33
131 Botswana	0,570	34,9	81,2	71 [g]	9 945	0,16	0,78	0,77	-73
132 Comores	0,556	63,7	.. [l]	46 [g]	1 943 [p]	0,64	0,53	0,50	8
133 Lao, Rép. dém. pop.	0,553	55,1	68,7	61	1 954	0,50	0,66	0,50	5
134 Pakistan	0,539	63,4	49,9	38	2 225	0,64	0,46	0,52	-6
135 Bhoutan	0,538	63,4	47,0 [k]	.. [y]	1 969 [h, r]	0,64	0,48	0,50	2
136 Ghana	0,532	57,0	57,9	47 [g]	2 240 [p]	0,53	0,54	0,52	-9
137 Bangladesh	0,530	63,3	.. [l]	57 [h]	1 870	0,64	0,46	0,49	7
138 Népal	0,527	62,1	48,6	57 [h]	1 490	0,62	0,51	0,45	13
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	0,523	55,7	57,3	41 [g, h]	2 543 [p]	0,51	0,52	0,54	-15
140 Congo	0,520	52,3	.. [l]	52 [g]	978	0,46	0,72	0,38	25
141 Soudan [ac]	0,516	56,5	60,9	37 [g]	1 949 [p]	0,53	0,53	0,50	-2
142 Timor oriental	0,512	56,0	58,6 [h, m]	72 [g, h]	.. [ad]	0,52	0,63	0,39	20
143 Madagascar	0,509	55,6	70,7	57 [g]	857	0,51	0,66	0,36	26
144 Cameroun	0,506	45,7	67,9	62 [g]	2 174	0,34	0,66	0,51	-13
145 Ouganda	0,502	48,4	66,8	66	1 478 [p]	0,39	0,67	0,45	7
146 Swaziland	0,500	31,3	79,6	58 [g, h]	5 638	0,10	0,72	0,67	-50
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	0,495	54,5	53,2	55 [g]	1 536 [p]	0,49	0,54	0,46	3
148 Djibouti	0,494	52,9	.. [l]	24	1 993 [p]	0,47	0,52	0,50	-13
149 Lesotho	0,494	35,2	82,2	66 [g]	2 619 [p]	0,17	0,77	0,54	-26
150 Yémen	0,492	61,1	.. [l]	55 [g]	879	0,60	0,51	0,36	18
151 Zimbabwe	0,491	36,6	.. [l]	52 [g, h]	2 065	0,19	0,77	0,51	-18
152 Kenya	0,491	47,5	73,6	60 [g]	1 140	0,37	0,69	0,41	7
153 Mauritanie	0,486	53,1	51,2	46	1 940 [p]	0,47	0,49	0,49	-12
154 Haïti	0,482	52,0	.. [l]	.. [y]	1 892 [h, p]	0,45	0,50	0,49	-11
155 Gambie	0,479	56,1	.. [l]	50 [g]	1 991 [p]	0,52	0,42	0,50	-19
156 Sénégal	0,460	56,0	39,3	38 [g]	1 713	0,52	0,39	0,47	-8
157 Érythrée	0,454	54,3	.. [l]	35	977 [p]	0,49	0,50	0,38	9
158 Rwanda	0,450	44,2	64,9	52	1 263 [p]	0,32	0,61	0,42	-5
159 Nigeria	0,448	43,4	.. [l]	55 [g]	1 154	0,31	0,63	0,41	-1

TABLEAU 1

Indicateur du développement humain

Classement selon l'IDH [a]	Valeur de l'indicateur du développement humain (IDH) 2004	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004	Taux d'alphabétisation des adultes [b] (en % des 15 ans et plus) 2004	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [c]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Indice d'espérance de vie	Indice de niveau d'instruction	Indice de PIB	Classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD) moins classement selon l'IDH [d]
160 Guinée	0,445	53,9	29,5	42	2 180	0,48	0,34	0,51	-30
161 Angola	0,439	41,0	67,4	26 [g, h]	2 180 [p]	0,27	0,53	0,51	-32
162 Tanzanie, Rép. unie de	0,430	45,9	69,4	48 [g]	674	0,35	0,62	0,32	13
163 Bénin	0,428	54,3	34,7	49 [g]	1 091	0,49	0,40	0,40	-2
164 Côte d'Ivoire	0,421	45,9	48,7	40 [g, h]	1 551	0,35	0,46	0,46	-15
165 Zambie	0,407	37,7	68,0 [o]	54 [g]	943	0,21	0,63	0,37	2
166 Malawi	0,400	39,8	64,1 [o]	64 [g]	646	0,25	0,64	0,31	10
167 Congo, Rép. dém. du	0,391	43,5	67,2	27 [g, h]	705 [p]	0,31	0,54	0,33	6
168 Mozambique	0,390	41,6	.. [l]	49	1 237 [p]	0,28	0,47	0,42	-14
169 Burundi	0,384	44,0	59,3	36	677 [p]	0,32	0,52	0,32	5
170 Éthiopie	0,371	47,8	.. [l]	36	756 [p]	0,38	0,40	0,34	1
171 Tchad	0,368	43,7	25,7	35 [g]	2 090 [p]	0,31	0,29	0,51	-39
172 Centrafricaine, République	0,353	39,1	48,6	30 [g, h]	1 094 [p]	0,24	0,42	0,40	-12
173 Guinée-Bissau	0,349	44,8	.. [l]	37 [g, h]	722 [p]	0,33	0,39	0,33	-1
174 Burkina Faso	0,342	47,9	21,8	26 [g]	1 169 [p]	0,38	0,23	0,41	-17
175 Mali	0,338	48,1	19,0 [o]	35	998	0,39	0,24	0,38	-11
176 Sierra Leone	0,335	41,0	35,1	65 [g]	561	0,27	0,45	0,29	1
177 Niger	0,311	44,6	28,7	21	779 [p]	0,33	0,26	0,34	-7
Pays en développement	0,679	65,2	78,9	63	4 775	0,67	0,72	0,65	..
Pays les moins avancés	0,464	52,4	63,7	45	1 350	0,46	0,50	0,43	..
États arabes	0,680	67,3	69,9	62	5 680	0,71	0,66	0,67	..
Asie de l'Est et Pacifique	0,760	70,8	90,7	69	5 872	0,76	0,84	0,68	..
Amérique latine et Caraïbes	0,795	72,2	90,2	81	7 964	0,79	0,87	0,73	..
Asie du Sud	0,599	63,7	60,9	56	3 072	0,64	0,58	0,57	..
Afrique subsaharienne	0,472	46,1	63,3	50	1 946	0,35	0,57	0,50	..
Europe centrale et orientale et CEI	0,802	68,2	99,2	83	8 802	0,72	0,94	0,75	..
OCDE	0,923	77,8	..	89	27 571	0,88	0,95	0,94	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	0,946	79,0	..	95	32 003	0,90	0,98	0,96	..
Développement humain élevé	0,923	78,0	..	91	26 568	0,88	0,95	0,93	..
Développement humain moyen	0,701	67,3	80,5	66	4 901	0,71	0,75	0,65	..
Faible développement humain	0,427	45,8	57,9	46	1 113	0,35	0,53	0,40	..
Revenu élevé	0,942	78,8	..	94	31 331	0,90	0,97	0,96	..
Revenu moyen	0,768	70,3	89,9	73	6 756	0,76	0,84	0,70	..
Faible revenu	0,556	58,7	62,3	54	2 297	0,56	0,58	0,52	..
Monde	0,741	67,3	..	67	8 833	0,71	0,77	0,75	..

NOTES

a Le classement selon l'IDH est déterminé par les valeurs d'IDH à la sixième décimale.

b Sauf indication contraire, les données se réfèrent à des estimations de l'alphabétisation nationale issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site http://www.uis.unesco.org.

c En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

d Un chiffre positif indique que le classement selon l'IDH est supérieur au classement selon le PIB par habitant (en PPA en USD), un chiffre négatif indique le contraire.

e Une valeur de 99,0 % a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

f Une valeur de 100 % a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

g Estimation préliminaire de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Les données concernent une année autre que celle indiquée pour cette rubrique.

i Statec 2006. Les données concernent les personnes inscrites dans leur pays ainsi que celles inscrites à l'étranger et diffèrent par conséquent de la définition classique.

j Une valeur de 40 000 USD (en PPA en USD) a été utilisée pour le calcul de l'IDH.

k UNICEF 2004

l En l'absence de données récentes, les estimations suivantes ont été utilisées pour le calcul : Bahamas 95, Bangladesh 41, Barbade 100, Cap Vert 76, Comores 56, Congo 83, Djibouti 65, El Salvador 80, Émirats arabes unis 77, Érythrée 57, Éthiopie 42, Fidji 93, Gambie 38, Guinée-Bissau 40, Haïti 52, Hong Kong, Chine (SAR) 94, Hongrie 99, Jamahiriya arabe libyenne 82, Liban 86, Mozambique 46, Nigeria 67, Ouzbékistan 99, Paraguay 93, Pologne 99, Samoa occidentales 99, Slovénie 99, Trinité-et-Tobago 98, Uruguay 98, Yémen 49, Zimbabwe 90 Ces estimations fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO en 2003 sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection.

m Données provenant de sources nationales.

n Banque mondiale 2005

o Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999, selon l'année la plus récente pour laquelle des données sont disponibles.

p Estimations basées sur une régression.

q Banque mondiale 2003

r Heston, Summers et Aten 2002 Les données diffèrent de la définition classique.

s Des efforts sont mis en œuvre afin de produire des estimations plus précises et plus récentes *(voir Guide du lecteur et note relative aux tableaux)*. Une estimation préliminaire de 5 700 USD (en PPA en USD) a été utilisée.

t Données fournies par le Secrétariat de l'Organisation des États des Caraïbes orientales, sur la base de sources nationales.

u Données fournies par le Secrétariat de la Communauté caribéenne, sur la base de sources nationales.

v PNUD 2005a.

w Heston, Summers et Aten 2001 Les données diffèrent de la définition classique.

x Estimations basées sur une comparaison bilatérale entre la Chine et les États-Unis (Ruoen et Kai. 1995).

y Le taux brut de scolarisation combiné n'étant pas disponible, les estimations suivantes du Bureau du Rapport mondial sur le développement humain ont été utilisées : Bhoutan 49, Équateur 75, Haïti 48, et Turkménistan 75

z En l'absence d'une estimation officielle du PIB par habitant (en PPA en USD), des estimations préliminaires de la Banque mondiale, sujettes à des révisions ultérieures, ont été utilisées comme suit : Maldives 4,798; et Suriname 6,552

aa Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

ab En l'absence d'une estimation du PIB par habitant (en PPA en USD), l'estimation de 2 331 USD établie par le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain à partir de la valeur du PIB en dollars US et de la proportion moyenne pondérée de PPA en dollars US par rapport aux dollars US dans les États arabes, a été utilisée.

ac Estimations basées principalement sur des informations concernant le Nord du Soudan.

ad Une estimation nationale de 1 033 USD (en PPA en USD) a été utilisée.

SOURCES

Colonne 1 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 6-8 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 2 : ONU 2005a, sauf indication contraire.

Colonne 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, sauf indication contraire.

Colonne 4 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c, sauf indication contraire.

Colonne 5 : Banque mondiale 2006, sauf indication contraire ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données de la colonne 2

Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3 et 4

Colonne 8 : calculs effectués sur la base des données de la colonne 5

Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 5

TABLEAU 1a

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateurs de base pour les autres pays de l'ONU

	Composants de l'indicateur du développement humain						OMD	OMD		OMD	OMD
	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [b]	Taux d'alpha-bétisation des adultes (en % des 15 ans et plus) 2004 [c]	Taux brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [d]	PIB par habitant (en PPA en USD) 2004	Population totale (en milliers) 2004	Taux de fecondité total (naissances par femme) 2000-05 [b]	Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naiss. vivantes) 2004	Taux net de scolari-sation dans le primaire (en %) 2004 [d]	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	Pers. souf-frant de malnutrition (en % de la pop. totale) 2001/03 [e]	Population ayant un accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 2004
Afghanistan	46,0	28,1	45,3	..	28 574	7,5	257	..	<0,1 [<0,2]	..	39
Andorre	..	..	66,9	..	67	..	7	89 [f]	..	..	100
Iraq	58,8	74,1	59,7	..	28 057	4,8	125	88	[<0,2]	..	81
Kiribati	..	..	77,2	..	97	..	65	97 [f, g]	..	6	65
Corée, Rép. pop. dém. de	63,0	..	..	..	22 384	2,0	55	..	[<0,2]	35	100
Libéria	42,5	..	57,4	..	3 241	6,8	235	66 [h]	[2,0-5,0]	49	61
Liechtenstein	..	..	69,3	..	34	..	5	88 [i]	..	..	..
Marshall, Îles	..	..	..	..	60	..	59	90 [f]	..	..	87
États fédérés de Micronésie	67,6	..	..	..	110	4,4	23	..	..	..	94
Monaco	..	..	..	..	35	..	5	..	..	..	100
Monténégro [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Nauru	..	..	50,6	..	13	..	30	..	..	..	..
Palaos	..	..	94,6	..	20	..	27	96 [f, h]	..	..	85
Saint-Marin	..	..	..	..	28	..	4	..	..	..	..
Serbie [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Somalie	46,2	..	..	..	7 964	6,4	225	..	0,9 [0,5-1,6]	..	29
Tuvalu	..	..	69,2	..	10	..	51	..	..	..	100

NOTES

a Ces données correspondent à des estimations précises et des fourchettes d'estimations calculées sur la base de nouveaux modèles développés dans le cadre du Programme commun des Nations Unies sur le VIH/SIDA (ONUSIDA). Les fourchettes d'estimations sont présentées entre crochets.

b Données correspondant à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

c Les données correspondent à des estimations de l'alphabétisation nationale issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection.

d En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004).

e Les données correspondent à la moyenne des années indiquées pour cette rubrique.

f Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

g Données concernant l'année scolaire 1999

h Données concernant l'année scolaire 2000

i Estimations nationales.

j Données concernant la Serbie-et-Monténégro avant la séparation de celle-ci en deux États indépendants, en juin 2006

k À l'exception du Kosovo et Metohia.

l La population cumulée de la Serbie et du Monténégro était de 10,51 millions d'habitants.

m Données concernant l'année scolaire 2001

SOURCES

Colonnes 1. 5 et 6: ONU 2005b.

Colonne 2 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 3 et 8 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonne 4 : Banque mondiale 2006

Colonne 7 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

Colonne 9 : ONUSIDA 2006

Colonne 10 : ONU 2006c, sur base de données fournies par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture.

Colonne 11 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

TABLEAU 2

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Indicateur du développement humain : tendances

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,965
2 Islande	0,865	0,888	0,897	0,916	0,921	0,945	0,960
3 Australie	0,848	0,866	0,878	0,893	0,933	0,947	0,957
4 Irlande	0,813	0,828	0,848	0,873	0,897	0,932	0,956
5 Suède	0,868	0,878	0,890	0,901	0,933	0,949	0,951
6 Canada	0,870	0,886	0,909	0,929	0,935	..	0,950
7 Japon	0,859	0,884	0,897	0,914	0,927	0,939	0,949
8 États-Unis	0,868	0,889	0,902	0,917	0,930	0,940	0,948
9 Suisse	0,882	0,893	0,900	0,914	0,925	0,941	0,947
10 Pays-Bas	0,871	0,883	0,898	0,913	0,932	0,944	0,947
11 Finlande	0,843	0,864	0,882	0,904	0,917	0,938	0,947
12 Luxembourg	0,843	0,854	0,861	0,887	0,913	0,930	0,945
13 Belgique	0,849	0,867	0,881	0,902	0,932	0,945	0,945
14 Autriche	0,846	0,861	0,874	0,897	0,916	0,937	0,944
15 Danemark	0,874	0,883	0,891	0,898	0,913	0,932	0,943
16 France	0,853	0,869	0,884	0,904	0,923	0,935	0,942
17 Italie	0,844	0,859	0,868	0,890	0,908	0,924	0,940
18 Royaume-Uni	0,851	0,859	0,868	0,889	0,927	0,939	0,940
19 Espagne	0,844	0,861	0,875	0,893	0,910	0,927	0,938
20 Nouvelle-Zélande	0,849	0,855	0,868	0,876	0,906	0,925	0,936
21 Allemagne	..	0,861	0,868	0,887	0,912	..	0,932
22 Hong Kong, Chine (RAS)	0,761	0,801	0,829	0,864	0,883	0,917	0,927
23 Israël	0,804	0,829	0,850	0,867	0,890	0,918	0,927
24 Grèce	0,839	0,854	0,868	0,876	0,880	0,897	0,921
25 Singapour	0,727	0,763	0,786	0,823	0,862	..	0,916
26 Corée, République de	0,712	0,746	0,785	0,823	0,860	0,890	0,912
27 Slovénie	..	..	..	..	0,855	0,888	0,910
28 Portugal	0,791	0,807	0,830	0,853	0,883	0,902	0,904
29 Chypre	..	0,803	0,823	0,846	0,868	0,893	0,903
30 Tchèque, République	..	..	..	..	0,850	0,865	0,885
31 Barbade	..	..	..	..	..	..	0,879
32 Malte	0,730	0,766	0,793	0,828	0,855	0,876	0,875
33 Koweït	0,763	0,778	0,781	..	0,814	0,841	0,871
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	0,871
35 Hongrie	0,783	0,798	0,811	0,811	0,815	0,845	0,869
36 Argentine	0,787	0,802	0,811	0,813	0,835	0,860	0,863
37 Pologne	..	..	..	0,807	0,820	0,848	0,862
38 Chili	0,706	0,741	0,765	0,787	0,818	0,843	0,859
39 Bahreïn	..	0,747	0,784	0,812	0,828	0,842	0,859
40 Estonie	..	..	..	0,813	0,793	0,831	0,858
41 Lituanie	..	..	..	0,825	0,789	0,830	0,857
42 Slovaquie	..	..	..	..	..	..	0,856
43 Uruguay	0,761	0,781	0,788	0,806	0,819	0,841	0,851
44 Croatie	..	..	..	0,810	0,803	0,828	0,846
45 Lettonie	..	0,795	0,809	0,803	0,769	0,815	0,845
46 Qatar	..	..	..	..	..	..	0,844
47 Seychelles	..	..	..	..	..	..	0,842
48 Costa Rica	0,745	0,772	0,776	0,793	0,812	0,832	0,841
49 Émirats arabes unis	0,734	0,769	0,786	0,810	0,819	0,833	0,839
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	0,826
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	0,825
52 Bahamas	..	0,811	0,820	0,823	0,812	0,831	0,825
53 Mexique	0,691	0,737	0,757	0,766	0,784	0,811	0,821

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
54 Bulgarie	..	0,768	0,788	0,794	0,783	0,797	0,816
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,815
56 Oman	0,492	0,546	0,639	0,695	0,740	0,776	0,810
57 Trinité-et-Tobago	0,751	0,783	0,790	0,793	0,791	0,801	0,809
58 Panama	0,712	0,739	0,750	0,751	0,774	0,797	0,809
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	0,808
60 Roumanie	..	..	..	0,775	0,770	0,778	0,805
61 Malaisie	0,616	0,659	0,696	0,723	0,761	0,791	0,805
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	..	..	..	..	0,800
63 Maurice	..	0,661	0,692	0,726	0,749	0,779	0,800
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	0,798
65 Russie, Fédération de	..	..	..	0,818	0,771	0,785	0,797
66 Macédoine, ERYM	..	..	..	..	..	..	0,796
67 Bélarus	..	..	..	0,788	0,753	0,775	0,794
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	0,793
69 Brésil	0,647	0,684	0,699	0,720	0,749	0,785	0,792
70 Colombie	0,664	0,693	0,710	0,730	0,754	0,775	0,790
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	..	0,790
72 Venezuela, RB	0,719	0,734	0,742	0,760	0,768	0,774	0,784
73 Albanie	..	..	0,693	0,704	0,704	0,738	0,784
74 Thaïlande	0,615	0,654	0,680	0,717	0,751	0,775	0,784
75 Samoa occidentales	..	..	0,705	0,700	0,742	0,765	0,778
76 Arabie Saoudite	0,606	0,661	0,674	0,708	0,742	0,765	0,777
77 Ukraine	..	..	..	0,800	0,748	0,755	0,774
78 Liban	..	..	..	0,682	0,729	0,748	0,774
79 Kazakhstan	..	..	..	0,768	0,723	0,736	0,774
80 Arménie	..	..	..	0,738	0,701	0,736	0,768
81 Chine	0,527	0,560	0,596	0,628	0,685	0,730	0,768
82 Pérou	0,645	0,675	0,699	0,708	0,735	0,760	0,767
83 Équateur	0,632	0,676	0,700	0,716	0,732	..	0,765
84 Philippines	0,655	0,689	0,695	0,722	0,738	0,759	0,763
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	0,762
86 Jordanie	..	0,643	0,665	0,685	0,710	0,744	0,760
87 Tunisie	0,516	0,572	0,623	0,659	0,700	0,739	0,760
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	..	0,759
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,759
90 Fidji	0,663	0,686	0,701	..	0,742	0,744	0,758
91 Paraguay	0,671	0,705	0,712	0,721	0,740	0,754	0,757
92 Turquie	0,591	0,614	0,650	0,682	0,713	0,743	0,757
93 Sri Lanka	0,612	0,653	0,684	0,706	0,729	0,747	0,755
94 Dominicaine, République	0,622	0,652	0,674	0,682	0,703	0,733	0,751
95 Belize	..	0,709	0,719	0,748	0,770	0,780	0,751
96 Iran, République islamique d'	0,567	0,571	0,612	0,651	0,695	0,723	0,746
97 Géorgie	..	..	..	..	..	..	0,743
98 Maldives	..	..	..	..	..	..	0,739
99 Azerbaïdjan	..	..	..	..	..	..	0,736
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	0,736
101 El Salvador	0,593	0,589	0,610	0,651	0,690	0,715	0,729
102 Algérie	0,508	0,560	0,611	0,650	0,672	0,701	0,728
103 Guyane	0,679	0,685	0,678	0,684	0,687	0,716	0,725
104 Jamaïque	0,687	0,695	0,699	0,719	0,725	0,737	0,724
105 Turkménistan	..	..	..	..	..	..	0,724
106 Cap Vert	..	..	..	0,628	0,679	0,711	0,722

TABLEAU 2

Indicateur du développement humain : tendances

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
107 Syrienne, République arabe	0,543	0,589	0,625	0,646	0,673	0,690	0,716
108 Indonésie	0,469	0,532	0,585	0,626	0,665	0,682	0,711
109 Viet Nam	..	..	..	0,618	0,661	0,696	0,709
110 Kirghizistan	..	..	..	..	..	..	0,705
111 Égypte	0,439	0,488	0,541	0,580	0,613	0,654	0,702
112 Nicaragua	0,585	0,595	0,603	0,610	0,642	0,667	0,698
113 Ouzbékistan	..	..	..	..	0,681	0,688	0,696
114 Moldova, République de	..	..	..	0,740	0,683	0,679	0,694
115 Bolivie	0,514	0,550	0,582	0,605	0,637	0,675	0,692
116 Mongolie	..	..	0,642	0,646	0,634	0,659	0,691
117 Honduras	0,519	0,570	0,602	0,625	0,642	0,654	0,683
118 Guatemala	0,511	0,546	0,561	0,586	0,617	0,656	0,673
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	0,670
120 Guinée équatoriale	..	..	0,484	0,501	0,519	0,643	0,653
121 Afrique du Sud	0,653	0,673	0,703	0,735	0,741	0,691	0,653
122 Tadjikistan	..	..	0,700	0,697	0,631	0,627	0,652
123 Maroc	0,432	0,479	0,517	0,549	0,580	0,610	0,640
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	0,633
125 Namibie	..	..	..	..	0,694	0,647	0,626
126 Inde	0,413	0,439	0,477	0,515	0,548	0,577	0,611
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	0,607
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	..	0,592
129 Cambodge	..	..	..	..	0,536	0,545	0,583
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	0,581
131 Botswana	0,500	0,575	0,636	0,680	0,660	0,598	0,570
132 Comores	..	0,483	0,500	0,506	0,521	0,539	0,556
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	..	0,425	0,451	0,488	0,523	0,553
134 Pakistan	0,365	0,388	0,420	0,463	0,493	0,511	0,539
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	0,538
136 Ghana	0,438	0,467	0,482	0,511	0,531	0,555	0,532
137 Bangladesh	0,347	0,366	0,391	0,422	0,454	0,510	0,530
138 Népal	0,299	0,336	0,378	0,425	0,467	0,500	0,527
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	0,424	0,444	0,466	0,481	0,514	0,530	0,523
140 Congo	0,454	0,500	0,541	0,528	0,533	0,502	0,520
141 Soudan	0,350	0,376	0,396	0,427	0,465	0,496	0,516
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	0,512
143 Madagascar	0,404	0,440	0,438	0,448	0,459	0,482	0,509
144 Cameroun	0,417	0,464	0,506	0,515	0,495	0,502	0,506
145 Ouganda	..	..	0,414	0,411	0,413	0,474	0,502
146 Swaziland	0,529	0,561	0,583	0,622	0,604	0,536	0,500
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	0,424	0,475	0,472	0,498	0,507	0,504	0,495
148 Djibouti	..	..	..	..	0,479	0,485	0,494
149 Lesotho	0,463	0,511	0,535	0,572	0,573	0,524	0,494
150 Yémen	..	..	..	0,394	0,438	0,467	0,492
151 Zimbabwe	0,548	0,576	0,642	0,639	0,591	0,525	0,491
152 Kenya	0,465	0,513	0,533	0,548	0,525	0,504	0,491
153 Mauritanie	0,342	0,365	0,386	0,390	0,425	0,447	0,486
154 Haïti	..	0,451	0,458	0,446	0,451	..	0,482
155 Gambie	0,286	..	..	..	0,426	0,459	0,479
156 Sénégal	0,313	0,342	0,378	0,405	0,422	0,439	0,460
157 Érythrée	..	..	..	..	0,420	0,441	0,454
158 Rwanda	0,342	0,388	0,401	0,339	0,337	0,426	0,450
159 Nigeria	0,317	0,376	0,387	0,407	0,419	0,433	0,448

Classement selon l'IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
160 Guinée	..	..	..	..	..	..	0,445
161 Angola	..	..	..	..	..	..	0,439
162 Tanzanie, Rép. unie de	..	..	..	0,437	0,423	0,420	0,430
163 Bénin	0,310	0,341	0,365	0,372	0,397	0,416	0,428
164 Côte d'Ivoire	0,415	0,445	0,449	0,443	0,428	0,427	0,421
165 Zambie	0,470	0,477	0,486	0,464	0,425	0,409	0,407
166 Malawi	0,327	0,357	0,368	0,372	0,414	0,398	0,400
167 Congo, Rép. dém. du	0,414	0,423	0,431	0,422	0,392	..	0,391
168 Mozambique	..	0,302	0,290	0,316	0,330	0,364	0,390
169 Burundi	0,285	0,312	0,344	0,351	0,325	0,344	0,384
170 Éthiopie	..	..	0,293	0,314	0,322	0,349	0,371
171 Tchad	0,269	0,272	0,313	0,335	0,344	0,357	0,368
172 Centrafricaine, République	0,345	0,365	0,387	0,384	0,367	..	0,353
173 Guinée-Bissau	0,255	0,263	0,283	0,313	0,341	0,353	0,349
174 Burkina Faso	0,256	0,277	0,301	0,308	0,312	0,330	0,342
175 Mali	0,232	0,258	0,264	0,285	0,309	0,332	0,338
176 Sierra Leone	..	..	..	..	..	..	0,335
177 Niger	0,234	0,250	0,240	0,246	0,254	0,268	0,311

NOTE

Les valeurs de l'indicateur du développement humain de ce tableau ont été calculées sur la base d'une méthodologie et d'une série de données cohérentes. Elles ne sont pas strictement comparables à celles des précédents *Rapports mondiaux sur le développement humain*. Pour des notes détaillées, voir *Guide du lecteur et note relative aux tableaux*.

SOURCES

Colonnes 1-6 : calculs effectués sur le base des données relatives à l'espérance de vie, ONU 2005a ; données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2003, 2006a ; données relatives au taux brut de scolarisation combiné fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 1999, 2006c ; et données relatives au PIB par habitant (2000 en PPA en USD) et au PIB par habitant (en PPA en USD) fournies par la Banque mondiale 2006

Colonne 7 : colonne 1 du tableau statistique 1

TABLEAU 3

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays en développement

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	1,5	..	..	..	..	..	..	..
25 Singapour	7	6,3	1,8	7,5	0	14 [e]	..	..	..	..
26 Corée, République de	..	..	2,7	2,0 [e]	8	..	2,0	<2	..	..
29 Chypre	..	..	2,8	3,2	0	..	..	..	..	..
31 Barbade	5	4,5	6,3	.. [f]	0	6 [e]	..	..	..	..
33 Koweït	..	..	2,5	6,7	..	10	..	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	..	..	2,8	7,3	..	..	..	..	..	..
36 Argentine	3	4,3	5,0	2,8	4	5	7,0	23,0	..	-16
38 Chili	2	3,7	3,5	4,3	5	1	2,0	9,6	17,0	1
39 Bahreïn	..	..	3,8	13,5	..	9 [e]	..	..	..	..
43 Uruguay	1	3,3	4,4	.. [f]	0	5 [e]	2,0	5,7	..	0
46 Qatar	13	7,9	4,7	11,0	0	6 [e]	..	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	8,2	12	6 [e]	..	..	..	..
48 Costa Rica	4	4,4	3,7	5,1	3	5	2,2	7,5	22,0	-7
49 Émirats arabes unis	34	15,9	2,2	.. [f]	0	14 [e]	..	..	..	..
50 Cuba	6	4,7	3,2	0,2	9	4	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	0	..	..	..	..	..
52 Bahamas	..	..	13,4	..	3	..	..	..	..	..
53 Mexique	9	7,2	6,0	9,0	3	8	4,4	20,4	20,3	-10
55 Tonga	..	..	5,0	1,1 [g]	0	..	..	..	..	..
56 Oman	..	..	3,9	18,6	..	24 [e]	..	..	..	..
57 Trinité-et-Tobago	17	8,8	11,6	.. [f]	9	7 [e]	12,4	39,0	21,0	-12
58 Panama	12	7,9	6,8	8,1	10	7	6,5	17,1	37,3	-9
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	9	10 [e]	..	..	..	..
61 Malaisie	15	8,3	4,3	11,3	1	11	2,0	9,3	15,5 [h]	9
63 Maurice	24	11,3	5,0	15,6	0	15 [e]	..	..	..	..
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	4,2	..	..	5 [e]	..	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	12,0 [h, i]	3	5 [e]	..	..	..	..
69 Brésil	22	10,1	10,3	11,4	10	6	7,5	21,2	22,0	-5
70 Colombie	10	7,6	8,3	7,2	7	7	7,0	17,8	64,0	-12
71 Sainte-Lucie	..	..	5,9	..	2	14 [e]	..	..	..	..
72 Venezuela, RB	16	8,8	8,2	7,0	17	4	8,3	27,6	31,3 [h]	-11
74 Thaïlande	19	9,3	9,9	7,4	1	19 [e]	2,0	25,2	13,1	13
75 Samoa occidentales	..	..	6,5	..	12	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	..	..	5,8	20,6	..	14	..	..	..	..
78 Liban	20	9,6	5,7	.. [f]	0	3	..	..	..	..
81 Chine	26	11,7	6,9	9,1	23	8	16,6	46,7	4,6	-14
82 Pérou	25	11,6	10,3	12,3	17	7	12,5	31,8	49,0	-8
83 Équateur	18	8,9	8,6	9,0	6	12	15,8	37,2	46,0	-17
84 Philippines	31	15,3	7,2	7,4	15	28	15,5	47,5	36,8	-6
85 Grenade	..	..	..	4,0 [i]	5	..	..	..	..	..
86 Jordanie	11	7,6	6,4	10,1	3	4	2,0	7,0	11,7	6
87 Tunisie	39	17,9	4,7	25,7	7	4	2,0	6,6	7,6	26
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	6,6	11,9 [i]	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	23	10,3	10,1	10,4	8	13	..	..	..	..
90 Fidji	45	21,3	7,0	.. [f]	53	8 [e]	..	..	..	..
91 Paraguay	14	8,3	8,1	.. [f]	14	5	16,4	33,2	21,8	-22
92 Turquie	21	9,8	8,9	12,6	4	4	3,4	18,7	27,0	1
93 Sri Lanka	38	17,7	4,3	9,3	21	29	5,6	41,6	25,0	10
94 Dominicaine, République	27	11,9	14,1	13,0	5	5	2,5	11,0	28,6	7
95 Belize	..	..	10,6	..	9	6 [e]	..	..	..	..
96 Iran, République islamique d'	35	16,4	7,2	23,0	6	11	2,0	7,3	..	23

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
98 Maldives	36	16,9	11,4	3,7	17	30	..	..	..	..
100 Territoires palestiniens occupés	8	6,5	5,3	7,6	8	4	..	..	..	..
101 El Salvador	32	15,7	9,9	.. [f]	16	10	19,0	40,6	48,3	-12
102 Algérie	46	21,5	7,8	30,1	15	10	2,0	15,1	22,6	31
103 Guyane	..	..	18,2	..	17	14	2,0	..	..	..
104 Jamaïque	30	14,8	11,3	20,1 [g]	7	4	2,0	13,3	18,7	20
106 Cap Vert	43	18,7	7,6	.. [f]	20	14 [e]	..	..	..	..
107 Syrienne, République arabe	29	14,4	4,6	20,4	7	7	..	..	..	..
108 Indonésie	41	18,5	11,2	9,6	23	28	7,5	52,4	27,1	9
109 Viet Nam	33	15,7	9,4	9,7 [g]	15	28	..	..	28,9	..
111 Égypte	44	20,0	7,8	28,6	2	9	3,1	43,9	16,7	18
112 Nicaragua	40	18,0	10,1	23,3	21	10	45,1	79,9	47,9	-28
115 Bolivie	28	13,9	16,0	13,3	15	8	23,2	42,2	62,7	-20
116 Mongolie	42	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	35,6	-15
117 Honduras	37	17,2	15,8	20,0	13	17	20,7	44,0	48,0	-11
118 Guatemala	48	22,9	15,9	30,9	5	23	13,5	31,9	56,2	7
119 Vanuatu	49	24,7	8,9	26,0 [g]	40	20 [e]	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	69	38,1	47,7	13,0	57	19	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	53	30,9	43,3	17,6 [g]	12	12	10,7	34,1	..	11
123 Maroc	59	33,4	8,6	47,7	19	9	2,0	14,3	19,0	37
124 Gabon	50	27,3	32,6	..	12	12	..	..	..	..
125 Namibie	57	32,5	45,4	15,0	13	24	34,9	55,8	..	-14
126 Inde	55	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,6	-14
127 São Tomé-et-Principe	..	..	17,1	..	21	13	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	14,1	..	30	21 [e]	..	..	..	..
129 Cambodge	73	39,3	28,3	26,4	59	45	34,1	77,7	35,9	-1
130 Myanmar	47	21,6	21,2	10,1	22	32	..	..	..	..
131 Botswana	93	48,3	69,1	18,8	5	13	23,5	50,1	..	22
132 Comores	56	31,6	15,5	.. [f]	14	25	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	63	36,0	28,0	31,3	49	40	27,0	74,1	38,6	-3
134 Pakistan	65	36,3	16,1	50,1	9	38	17,0	73,6	32,6	10
135 Bhoutan	71	39,0	18,0	..	38	19	..	..	..	..
136 Ghana	58	33,1	27,7	42,1	25	22	44,8	78,5	39,5	-18
137 Bangladesh	85	44,2	15,9	.. [f]	26	48	36,0	82,8	49,8	5
138 Népal	68	38,1	17,6	51,4	10	48	24,1	68,5	30,9	4
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	75	40,5	22,4	42,7	61	35 [e]	..	..	37,5	..
140 Congo	51	27,9	33,6	.. [f]	42	14	..	..	..	..
141 Soudan	54	31,3	27,0	39,1	30	17 [e]	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	25,5	..	42	46	..	..	..	..
143 Madagascar	66	36,3	27,8	29,3	50	42	61,0	85,1	71,3	-20
144 Cameroun	61	35,6	43,9	32,1	34	18	17,1	50,6	40,2	6
145 Ouganda	62	36,0	41,6	33,2	40	23	..	..	37,7	..
146 Swaziland	97	52,5	74,3	20,4	38	10	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	72	39,2	31,0	46,8	48	25	..	..	32,3 [h]	..
148 Djibouti	52	30,0	30,6	.. [f]	27	18	..	..	..	..
149 Lesotho	89	47,5	67,6	17,8	21	18	36,4	56,1	..	8
150 Yémen	77	40,6	18,8	.. [f]	33	46	15,7	45,2	41,8	21
151 Zimbabwe	88	46,0	65,9	.. [f]	19	13	56,1	83,0	34,9	-1
152 Kenya	60	35,5	44,8	26,4	39	20	22,8	58,3	52,0	1
153 Mauritanie	81	41,0	30,5	48,8	47	32	25,9	63,1	46,3	9
154 Haïti	74	39,4	34,4	.. [f]	46	17	53,9	78,0	65,0 [h]	-10
155 Gambie	86	44,7	27,8	.. [f]	18	17	59,3	82,9	57,6	-5
156 Sénégal	84	44,0	26,6	60,7	24	23	22,3	63,0	33,4	18

TABLEAU 3 Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays en développement

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-1) Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans [a, †] (en % de la cohorte) 2000-2005	Taux d'analphabétisme des adultes [b, †] (en % des 15 ans et plus) 2004	Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés [†] (en %) 2004	OMD Enfants souffrant d'une insuff. pondérale [†] (en % des moins 5 ans) 1996-2004 [c]	OMD Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) 1 USD par jour 1990-2004 [c]	2 USD par jour 1990-2004 [c]	Seuil de pauvreté national 1990-2003 [c]	Classement selon l'IPH-1 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
157 Érythrée	70	38,1	27,6	.. [f]	40	40	..	..	53,0	..
158 Rwanda	67	37,3	45,5	35,1	26	27	51,7	83,7	60,3	-12
159 Nigeria	76	40,6	46,0	.. [f]	52	29	70,8	92,4	34,1	-17
160 Guinée	96	52,0	30,0	70,5	50	21	..	..	40,0	..
161 Angola	79	40,9	48,1	32,6	47	31	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	64	36,3	44,4	30,6	38	22	57,8	89,9	35,7	-19
163 Bénin	90	47,8	30,0	65,3	33	23	30,9	73,7	29,0	14
164 Côte d'Ivoire	82	41,5	42,3	51,3	16	17	14,8	48,8	..	26
165 Zambie	87	45,6	60,1	32,0 [g]	42	23	75,8	94,1	72,9	-10
166 Malawi	83	43,0	56,3	35,9 [g]	27	22	41,7	76,1	65,3	0
167 Congo, Rép. dém. du	80	40,9	45,4	32,8	54	31	..	..	..	..
168 Mozambique	94	48,9	50,9	.. [f]	57	24	37,8	78,4	69,4	11
169 Burundi	78	40,7	46,3	40,7	21	45	54,6	87,6	36,4	-8
170 Éthiopie	98	55,3	39,5	.. [f]	78	47	23,0	77,8	44,2	26
171 Tchad	100	57,9	45,2	74,3	58	28	..	..	64,0	..
172 Centrafricaine, République	91	47,8	56,2	51,4	25	24	66,6	84,0	..	-3
173 Guinée-Bissau	92	48,2	42,9	.. [f]	41	25	..	..	..	..
174 Burkina Faso	101	58,3	38,9	78,2	39	38	27,2	71,8	46,4	21
175 Mali	102	60,2	37,3	81,0 [g]	50	33	72,3	90,6	63,8	1
176 Sierra Leone	95	51,9	47,0	64,9	43	27	..	74,5	70,2	..
177 Niger	99	56,4	41,4	71,3	54	40	60,6	85,8	63,0 [h]	3

NOTES

† Se rapporte aux éléments utilisés pour calculer l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-1). Pour de plus amples informations, voir la *Note technique 1*

a Données correspondant à la probabilité à la naissance de décéder avant 40 ans, multipliée par 100

b Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

c Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d La pauvreté en termes de revenu correspond au pourcentage de la population vivant avec moins de 1 USD par jour. Tous les pays affichant un taux de pauvreté en termes de revenu inférieur à 2 % ont été classés au même rang. Les classements se fondent sur les pays pour lesquels des données sont disponibles pour les deux indicateurs considérés. Les résultats positifs indiquent que le pays en question enregistre de meilleurs résultats en matière de pauvreté en termes de revenu que de pauvreté humaine, les résultats négatifs signifiant le contraire.

e Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

f Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999

g En l'absence de données récentes, des estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, basées sur d'anciens recensements ou enquêtes, ont été utilisées et doivent être interprétées avec circonspection : Bangladesh 58,9, Barbade 0,3, Cap Vert 24,3, Comores 43,8, Congo 17,2, Djibouti 34,5, El Salvador 20,3, Érythrée 43,3, Éthiopie 58,5, Fidji 7,0, Gambie 62,2, Guinée-Bissau 60,4, Haïti 48,1, Liban 13,5, Mozambique 53,5, Nigeria 33,2, Paraguay 7,0, Trinité-et-Tobago 1,5, Émirats arabes unis 22,7, Uruguay 2,3, Yémen 51,0 et Zimbabwe 10,0

h Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.

i Données fournies par le Secrétariat de la communauté caribéenne, sur la base de sources nationales.

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPH-1 de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : ONU 2005b.

Colonne 4 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 5 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.

Colonne 6 : UNICEF 2005

Colonnes 7-9 : Banque mondiale 2006

Colonne 10 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 7

Classement selon l'IPH-1 de 102 pays et territoires en développement

1 Uruguay
2 Chili
3 Argentine
4 Costa Rica
5 Barbade
6 Cuba
7 Singapour
8 Territoires palestiniens occupés
9 Mexique
10 Colombie
11 Jordanie
12 Panama
13 Qatar
14 Paraguay
15 Malaisie
16 Venezuela, RB
17 Trinité-et-Tobago
18 Équateur
19 Thaïlande
20 Liban
21 Turquie
22 Brésil
23 Suriname
24 Maurice
25 Pérou
26 Chine
27 Dominicaine, République
28 Bolivie
29 Syrienne, République arabe
30 Jamaïque
31 Philippines
32 El Salvador
33 Viet Nam
34 Émirats arabes unis
35 Iran, République islamique d'
36 Maldives
37 Honduras
38 Sri Lanka
39 Tunisie
40 Nicaragua
41 Indonésie
42 Mongolie
43 Cap Vert
44 Égypte
45 Fidji
46 Algérie
47 Myanmar
48 Guatemala
49 Vanuatu
50 Gabon
51 Congo
52 Djibouti
53 Afrique du Sud
54 Soudan
55 Inde
56 Comores
57 Namibie
58 Ghana
59 Maroc
60 Kenya
61 Cameroun
62 Ouganda
63 Lao, Rép. dém. pop.
64 Tanzanie, Rép. unie de
65 Pakistan
66 Madagascar
67 Rwanda
68 Népal
69 Guinée équatoriale
70 Érythrée
71 Bhoutan
72 Togo
73 Cambodge
74 Haïti
75 Papouasie-Nouvelle-Guinée
76 Nigeria
77 Yémen
78 Burundi
79 Angola
80 Congo, Rép. dém. du
81 Mauritanie
82 Côte d'Ivoire
83 Malawi
84 Sénégal
85 Bangladesh
86 Gambie
87 Zambie
88 Zimbabwe
89 Lesotho
90 Bénin
91 Centrafricaine, République
92 Guinée-Bissau
93 Botswana
94 Mozambique
95 Sierra Leone
96 Guinée
97 Swaziland
98 Éthiopie
99 Niger
100 Tchad
101 Burkina Faso
102 Mali

TABLEAU 4

Mesurer le développement humain : accroître les choix . . .

Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays de l'OCDE, Europe centrale et orientale et CEI

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) [a] Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans [b, †] (en % de la cohorte) 2000-05	Pers. ayant des difficultés à comprendre un texte suivi [c †] (en % des 16-65 ans) 1994-2003	Chômage de longue durée [†] (en % de la population active) 2005	Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) à 50 % du revenu médian [†] 1994-2002 [e]	11 USD par jour 1994-95 [e]	4 USD par jour 1996-99 [e]	Classement selon l'IPH-2 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	2	7,0	8,4	7,9	0,4	6,4	4,3	..	-1
2 Islande	..	..	6,8	..	0,3 [f]	..	..	..	..
3 Australie	14	12,8	7,7	17,0 [g]	0,9	14,3	17,6	..	-1
4 Irlande	17	16,1	8,7	22,6 [g]	1,5	16,5	..	..	0
5 Suède	1	6,5	7,2	7,5 [g]	1,0 [f]	6,5	6,3	..	-3
6 Canada	8	10,9	8,1	14,6	0,7	11,4	7,4	..	-3
7 Japon	11	11,7	7,1	.. [h]	1,5	11,8 [i]	..	..	-1
8 États-Unis	16	15,4	11,8	20,0	0,6	17,0	13,6	..	-2
9 Suisse	7	10,7	7,8	15,9	1,6	7,6	..	..	0
10 Pays-Bas	3	8,2	8,7	10,5 [g]	2,5	7,3	7,1	..	-3
11 Finlande	4	8,2	9,7	10,4 [g]	2,1	5,4	4,8	..	3
12 Luxembourg	9	11,1	9,7	.. [h]	1,2 [j]	6,0	0,3	..	7
13 Belgique	12	12,4	9,4	18,4 [g, k]	4,3	8,0	..	..	4
14 Autriche	..	..	9,1	..	1,5	7,7	..	..	..
15 Danemark	5	8,4	10,4	9,6 [g]	1,3	.. [l]	..	..	0
16 France	10	11,4	9,8	.. [h]	4,3	8,0	9,9	..	2
17 Italie	18	29,9	7,8	47,0	4,0	12,7	..	..	4
18 Royaume-Uni	15	14,8	8,7	21,8 [g]	1,1	12,4	15,7	..	2
19 Espagne	13	12,6	8,7	.. [h]	3,0	14,3	..	..	-2
20 Nouvelle-Zélande	..	..	8,9	18,4 [g]	0,3	..	..	..	..
21 Allemagne	6	10,3	8,8	14,4 [g]	5,0	8,3	7,3	..	-4
23 Israël	..	..	7,7	..	..	15,6	..	..	..
24 Grèce	..	..	9,2	..	5,7	14,4	..	..	..
27 Slovénie	..	..	11,8	..	..	8,2	..	<1	..
28 Portugal	..	..	10,3	..	3,6	..	..	..	..
30 Tchèque, République	..	..	12,1	..	4,3	4,9	..	<1	..
32 Malte	..	..	7,7	..	..	..	..	..	..
35 Hongrie	..	..	18,3	..	3,3	6,7	..	<1	..
37 Pologne	..	..	15,1	..	9,3	8,6	..	10	..
40 Estonie	..	..	21,7	..	..	12,4	..	18	..
41 Lituanie	..	..	20,6	..	..	..	..	17	..
42 Slovaquie	..	..	14,9	..	11,2	7,0	..	8	..
44 Croatie	..	..	13,1	..	..	..	..	..	..
45 Lettonie	..	..	21,5	..	..	..	..	28	..
54 Bulgarie	..	..	16,6	..	..	..	..	22	..
60 Roumanie	..	..	19,0	..	..	8,1	..	23	..
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	13,6	..	..	..	..	..	..

TABLEAU 4 Pauvreté humaine et en termes de revenu : pays de l'OCDE, Europe centrale et orientale et CEI

Classement selon l'IDH	Indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) [a] Rang	Valeur (en %)	Probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans [b, †] (en % de la cohorte) 2000-05	Pers. ayant des difficultés à comprendre un texte suivi [c †] (en % des 16-65 ans) 1994-2003	Chômage de longue durée [†] (en % de la population active) 2005	Population vivant sous le seuil de pauvreté (en %) à 50 % du revenu médian [†] 1994-2002 [e]	11 USD par jour 1994-95 [e]	4 USD par jour 1996-99 [e]	Classement selon l'IPH-2 moins classement selon le rang de pauvreté en termes de revenu [d]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
65 Russie, Fédération de	..	..	31,6	..	..	18,8	..	53	..
66 Macédoine, ERYM	..	..	13,3	..	..	..	..	..	..
67 Bélarus	..	..	26,7	..	..	..	..	..	..
73 Albanie	..	..	11,4	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	..	..	31,0	..	..	..	..	25	..
79 Kazakhstan	..	..	32,0	..	..	..	..	62	..
80 Arménie	..	..	18,0	..	..	..	..	..	..
97 Géorgie	..	..	18,9	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	..	..	24,9	..	..	..	..	..	..
105 Turkménistan	..	..	32,0	..	..	..	..	..	..
110 Kirghizistan	..	..	26,0	..	..	..	..	88	..
113 Ouzbékistan	..	..	26,3	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	..	..	25,5	..	..	..	..	82	..
122 Tadjikistan	..	..	29,0	..	..	..	..	..	..

NOTES

Ce tableau inclut Israël et Malte, qui ne font pas partie de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE), mais ne tient pas compte du Mexique, de la République de Corée et de la Turquie, qui en sont membres. Pour l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-2) et les éléments d'information relatifs à ces pays, se reporter au tableau 3

† Se rapporte aux éléments utilisés pour calculer l'indicateur de pauvreté humaine (IPH-2). Pour de plus amples informations, voir la *Note technique 1*

a L'IPH-2 est calculé uniquement pour une sélection de pays de l'OCDE à revenu élevé.

b Données correspondant à la probabilité à la naissance de décéder avant 60 ans, multipliée par 100

c D'après le niveau 1 de compréhension de textes suivis de l'Enquête internationale sur l'alphabétisation des adultes. Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d La pauvreté en termes de revenu correspond au pourcentage de la population vivant avec moins de 50 % du revenu médian disponible corrigé des ménages. Les résultats positifs indiquent que le pays en question enregistre de meilleurs résultats en matière de pauvreté en termes de revenu que de pauvreté humaine, les résultats négatifs signifiant le contraire.

e Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

f Données concernant l'année 2004

g D'après l'OCDE et Statistique Canada 2000 Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

h Une estimation de 16,4 %, correspondant à la moyenne non pondérée pour les pays pour lesquels des données sont disponibles, a été utilisée pour le calcul de l'IPH-2

i Smeeding 1997

j Les données sont basées sur des échantillons restreints et doivent être interprétées avec circonspection.

k Données concernant les Flandres.

l En l'absence d'estimations récentes concernant le Danemark, une ancienne valeur de 7,2 % a été utilisée pour calculer l'IPH-2 Des efforts sont mis en œuvre afin de produire des estimations de la pauvreté plus précises et comparables entre les pays.

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPH-2 de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : calculs effectués sur la base des données relatives à l'espérance de vie de l'ONU 2005b.

Colonne 4 : OCDE et Statistique Canada, sauf indication contraire.

Colonne 5 : calculs effectués sur la base des données relatives au chômage de longue durée chez les jeunes et à la population active de l'OCDE 2006b.

Colonne 6 : LIS 2006.

Colonne 7: Smeeding, Rainwater and Burtless 2000.

Colonne 8 : Milanovic 2002.

Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 6

Classement selon l'IPH-2 de 18 pays de l'OCDE

1	Suède	7	Suisse	13	Espagne
2	Norvège	8	Canada	14	Australie
3	Pays-Bas	9	Luxembourg	15	Royaume-Uni
4	Finlande	10	France	16	États-Unis
5	Danemark	11	Japon	17	Irlande
6	Allemagne	12	Belgique	18	Italie

TABLEAU 5

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ														
1 Norvège	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	77,3	78,6	19,7	17,5	15,0	17,5	2,2	1,8
2 Islande	0,2	0,3	0,3	1,0	0,8	86,7	92,7	93,6	22,3	19,4	11,7	14,0	2,8	2,0
3 Australie	13,6	19,9	22,2	1,3	1,0	85,9	88,0	89,9	20,0	17,7	12,6	15,5	2,5	1,7
4 Irlande	3,2	4,1	4,7	0,9	1,2	53,6	60,2	63,8	20,3	20,2	10,9	12,6	3,8	1,9
5 Suède	8,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	84,1	85,1	17,7	16,4	17,1	20,4	1,9	1,6
6 Canada	23,1	32,0	35,1	1,1	0,8	75,6	80,0	81,4	17,9	15,3	13,0	16,2	2,0	1,5
7 Japon	111,5	127,9	128,0	0,5	(.)	56,8	65,7	68,2	14,1	13,3	19,2	26,0	2,1	1,3
8 États-Unis	220,2	295,4	325,7	1,0	0,9	73,7	80,5	83,7	20,9	19,7	12,3	14,1	2,0	2,0
9 Suisse	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,8	74,8	78,8	16,8	14,1	15,7	19,8	1,8	1,4
10 Pays-Bas	13,7	16,2	16,8	0,6	0,3	63,2	79,6	84,9	18,3	16,4	14,0	17,5	2,1	1,7
11 Finlande	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,1	62,7	17,5	15,8	15,7	20,3	1,6	1,7
12 Luxembourg	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	77,3	83,0	82,1	19,0	17,6	13,8	14,3	2,0	1,7
13 Belgique	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	16,9	15,5	17,5	19,4	1,9	1,7
14 Autriche	7,6	8,2	8,3	0,3	0,1	65,6	65,9	67,7	15,8	13,4	16,4	19,6	2,0	1,4
15 Danemark	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,2	85,5	86,9	18,8	17,0	14,9	18,4	2,0	1,8
16 France	52,7	60,3	62,3	0,5	0,3	72,9	76,5	79,0	18,2	17,6	16,6	19,0	2,3	1,9
17 Italie	55,4	58,0	57,8	0,2	(.)	65,6	67,5	69,5	14,1	13,2	19,7	23,0	2,3	1,3
18 Royaume-Uni	55,4	59,5	61,4	0,2	0,3	82,7	89,6	90,6	18,2	16,4	15,9	18,1	2,0	1,7
19 Espagne	35,6	42,6	44,4	0,6	0,4	69,6	76,6	78,3	14,3	15,3	16,5	18,0	2,9	1,3
20 Nouvelle-Zélande	3,1	4,0	4,3	0,9	0,7	82,8	86,1	87,4	21,7	18,9	12,2	15,0	2,8	2,0
21 Allemagne	78,7	82,6	82,5	0,2	(.)	72,7	75,1	76,3	14,6	12,9	18,3	20,7	1,6	1,3
22 Hong Kong, Chine (RAS)	4,4	7,0	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	14,8	12,7	11,8	14,4	2,9	0,9
23 Israël	3,4	6,6	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	91,9	27,9	25,8	10,1	11,5	3,8	2,9
24 Grèce	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	58,9	61,0	14,4	13,5	18,0	19,3	2,3	1,3
25 Singapour	2,3	4,3	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,2	13,2	8,2	13,3	2,6	1,4
26 Corée, République de	35,3	47,6	49,1	1,0	0,3	48,0	80,6	83,1	19,1	13,9	9,0	13,2	4,3	1,2
27 Slovénie	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,9	53,3	14,2	13,0	15,4	18,1	2,2	1,2
28 Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	40,8	57,0	63,6	15,9	15,1	16,9	18,9	2,7	1,5
29 Chypre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	47,3	69,2	71,5	20,4	17,2	11,9	14,2	2,5	1,6
30 Tchèque, République	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	73,6	74,1	15,0	13,4	14,1	18,4	2,2	1,2
31 Barbade	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	52,1	58,8	19,3	16,7	10,1	11,5	2,7	1,5
32 Malte	0,3	0,4	0,4	0,9	0,4	89,7	95,0	97,2	18,0	15,2	13,3	18,3	2,1	1,5
33 Koweït	1,0	2,6	3,4	3,3	2,4	89,4	98,3	98,5	24,5	23,2	1,7	3,1	6,9	2,4
34 Brunéi Darussalam	0,2	0,4	0,5	2,8	2,0	62,0	73,1	77,6	30,0	25,8	3,1	4,3	5,4	2,5
35 Hongrie	10,5	10,1	9,8	-0,1	-0,3	62,2	65,9	70,3	16,0	14,0	15,1	17,5	2,1	1,3
36 Argentine	26,0	38,4	42,7	1,3	1,0	81,0	89,9	91,6	26,7	23,9	10,1	11,1	3,1	2,4
37 Pologne	34,0	38,6	38,1	0,4	-0,1	55,3	62,0	64,0	16,8	14,3	12,8	14,9	2,3	1,3
38 Chili	10,4	16,1	17,9	1,5	1,0	78,4	87,3	90,1	25,5	20,9	7,9	10,5	3,6	2,0
39 Bahreïn	0,3	0,7	0,9	3,3	1,6	85,0	96,2	98,2	27,5	21,7	3,0	4,4	5,9	2,5
40 Estonie	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,1	70,1	15,6	15,7	16,3	17,4	2,2	1,4
41 Lituanie	3,3	3,4	3,3	0,1	-0,4	55,7	66,6	66,8	17,4	13,8	15,2	16,7	2,3	1,3
42 Slovaquie	4,7	5,4	5,4	0,5	(.)	46,3	56,2	58,0	17,2	14,0	11,7	14,1	2,5	1,2
43 Uruguay	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	91,9	93,1	24,4	22,4	13,2	13,8	3,0	2,3
44 Croatie	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,2	45,1	56,3	59,5	15,8	13,9	17,0	18,7	2,0	1,3
45 Lettonie	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	64,2	67,8	68,9	15,2	14,1	16,6	18,3	2,0	1,3
46 Qatar	0,2	0,8	1,0	5,2	2,0	88,9	95,3	96,2	22,2	21,8	1,3	2,0	6,8	3,0
47 Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	46,3	52,5	58,2	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2,1	4,3	5,0	2,5	1,4	41,3	61,2	66,9	29,0	23,8	5,7	7,4	4,3	2,3
49 Émirats arabes unis	0,5	4,3	5,6	7,2	2,4	83,6	76,7	77,4	22,4	19,8	1,1	1,4	6,4	2,5
50 Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	74,7	19,5	16,6	10,5	14,4	3,5	1,6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	(.)	(.)	(.)	-0,2	1,1	35,0	32,2	33,5	..	..	..	..	..	..
52 Bahamas	0,2	0,3	0,4	1,8	1,2	71,5	90,1	92,2	28,6	24,7	6,1	8,2	3,4	2,3
53 Mexique	59,3	105,7	119,1	2,0	1,1	62,8	75,7	78,7	31,6	25,5	5,2	7,1	6,6	2,4

TABLEAU 5

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
54 Bulgarie	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,6	69,8	72,8	14,1	13,1	16,8	18,6	2,2	1,2
55 Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	20,3	23,8	27,4	36,3	30,7	5,9	6,9	5,5	3,5
56 Oman	0,9	2,5	3,2	3,5	2,0	34,1	71,5	72,3	34,9	30,6	2,5	3,4	7,2	3,8
57 Trinité-et-Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	11,4	11,9	15,8	22,0	20,2	7,2	9,9	3,5	1,6
58 Panama	1,7	3,2	3,8	2,1	1,6	49,0	69,9	77,9	30,6	27,2	5,9	7,5	4,9	2,7
59 Antigua-et-Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	38,7	44,7	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	21,2	21,8	20,9	0,1	-0,4	42,8	53,5	56,1	15,9	14,4	14,6	15,5	2,6	1,3
61 Malaisie	12,3	24,9	29,6	2,4	1,6	37,7	66,3	75,4	32,8	27,2	4,5	6,1	5,2	2,9
62 Bosnie-Herzégovine	3,7	3,9	3,9	0,1	(.)	31,3	45,2	51,8	16,9	14,0	13,5	16,7	2,6	1,3
63 Maurice	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	42,4	44,1	24,9	21,3	6,5	8,3	3,2	2,0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN														
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,4	5,7	7,0	2,9	1,8	57,3	84,5	87,4	30,4	28,9	4,0	5,6	7,6	3,0
65 Russie, Fédération de	134,2	143,9	136,7	0,2	-0,5	66,9	73,1	72,6	15,7	16,4	13,6	13,3	2,0	1,3
66 Macédoine, ERYM	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	68,1	75,2	20,1	16,6	10,9	12,9	3,0	1,5
67 Bélarus	9,4	9,8	9,2	0,2	-0,6	50,6	71,8	76,7	15,8	14,5	14,6	13,5	2,3	1,2
68 Dominique	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,5	76,4	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	108,1	183,9	209,4	1,8	1,2	61,7	83,7	88,2	28,1	25,4	6,0	7,8	4,7	2,3
70 Colombie	25,4	44,9	52,1	2,0	1,3	60,0	72,4	75,7	31,4	26,8	5,0	6,5	5,0	2,6
71 Sainte-Lucie	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	25,2	27,6	29,0	29,4	25,4	7,2	7,3	5,7	2,2
72 Venezuela, RB	12,7	26,3	31,3	2,5	1,6	75,8	93,0	95,9	31,7	27,8	4,9	6,8	4,9	2,7
73 Albanie	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	44,6	52,8	27,6	23,1	8,1	9,9	4,7	2,3
74 Thaïlande	41,3	63,7	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,2	24,1	21,2	6,9	9,3	5,0	1,9
75 Samoa occidentales	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,0	22,3	24,9	40,8	34,2	4,5	5,0	5,7	4,4
76 Arabie Saoudite	7,3	24,0	30,8	4,1	2,3	58,4	80,8	83,2	37,8	32,3	2,9	3,5	7,3	4,1
77 Ukraine	49,0	47,0	41,8	-0,1	-1,1	58,4	67,6	70,2	15,4	13,5	15,8	16,4	2,2	1,1
78 Liban	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	86,5	87,9	29,1	24,4	7,3	7,7	4,8	2,3
79 Kazakhstan	14,1	14,8	14,9	0,2	(.)	52,6	57,1	60,3	23,9	21,3	8,3	8,0	3,5	2,0
80 Arménie	2,8	3,0	3,0	0,2	-0,2	63,6	64,2	64,1	21,7	17,4	11,9	11,0	3,0	1,3
81 Chine	927,8 [d]	1308,0 [d]	1393,0 [d]	1,2 [d]	0,6 [d]	17,4	39,5	49,2	22,0	18,5	7,5	9,6	4,9	1,7
82 Pérou	15,2	27,6	32,2	2,1	1,4	61,5	72,4	74,9	32,7	27,9	5,2	6,5	6,0	2,9
83 Équateur	6,9	13,0	15,1	2,2	1,4	42,4	62,3	67,6	32,8	28,1	5,7	7,3	6,0	2,8
84 Philippines	42,0	81,6	96,8	2,3	1,6	35,6	61,9	69,6	35,7	30,0	3,8	4,9	6,0	3,2
85 Grenade	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	30,6	32,2	..	..	..	..	..	..
86 Jordanie	1,9	5,6	7,0	3,6	2,0	57,7	81,9	85,3	37,6	31,7	3,1	4,0	7,8	3,5
87 Tunisie	5,7	10,0	11,1	2,0	1,0	49,9	64,9	69,1	26,7	21,9	6,2	6,8	6,2	2,0
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	45,6	50,0	29,8	26,5	6,5	7,1	5,5	2,3
89 Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	73,5	77,4	30,4	26,7	6,3	7,2	5,3	2,6
90 Fidji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,6	36,7	50,3	56,1	32,0	27,6	3,8	5,4	4,2	2,9
91 Paraguay	2,7	6,0	7,6	2,8	2,1	39,0	57,9	64,4	38,0	33,9	3,7	4,3	5,7	3,9
92 Turquie	41,2	72,2	82,6	1,9	1,2	41,6	66,8	71,9	29,5	25,8	5,4	6,2	5,3	2,5
93 Sri Lanka	14,0	20,6	22,3	1,3	0,7	19,5	15,2	15,7	24,5	21,4	7,1	9,3	4,1	2,0
94 Dominicaine, République	5,1	8,8	10,1	1,9	1,3	45,7	65,9	73,6	33,1	29,5	4,1	5,3	5,6	2,7
95 Belize	0,1	0,3	0,3	2,3	1,8	50,2	48,1	51,2	37,3	31,2	4,3	4,7	6,3	3,2
96 Iran, République islamique d'	33,3	68,8	79,9	2,5	1,4	45,8	66,4	71,9	29,8	25,6	4,5	4,9	6,4	2,1
97 Géorgie	4,9	4,5	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,2	53,8	19,5	15,8	14,1	14,4	2,6	1,5
98 Maldives	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	17,3	29,2	34,8	41,3	35,7	3,5	3,3	7,0	4,3
99 Azerbaïdjan	5,7	8,4	9,1	1,3	0,8	51,9	51,5	52,8	26,8	21,2	6,9	6,7	4,3	1,9
100 Territoires palestiniens occupés	1,3	3,6	5,0	3,6	3,0	59,6	71,5	72,9	45,7	41,6	3,1	3,0	7,7	5,6
101 El Salvador	4,1	6,8	8,0	1,7	1,5	41,5	59,5	63,2	34,3	29,8	5,3	6,2	6,1	2,9
102 Algérie	16,0	32,4	38,1	2,4	1,5	40,3	62,6	69,3	30,4	26,7	4,5	5,0	7,4	2,5
103 Guyane	0,7	0,8	0,7	0,1	-0,1	30,0	28,3	29,4	29,6	24,8	5,1	6,6	4,9	2,3
104 Jamaïque	2,0	2,6	2,7	0,9	0,4	44,1	52,8	56,7	31,7	26,7	7,6	8,2	5,0	2,4
105 Turkménistan	2,5	4,8	5,5	2,2	1,3	47,6	46,0	50,8	32,7	27,0	4,7	4,4	6,2	2,8
106 Cap Vert	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	56,6	64,3	40,1	35,6	4,3	3,3	7,0	3,8

TABLEAU 5

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
107 Syrienne, République arabe	7,5	18,6	23,8	3,1	2,3	45,1	50,5	53,4	37,4	33,2	3,1	3,6	7,5	3,5
108 Indonésie	134,4	220,1	246,8	1,7	1,0	19,3	47,0	58,5	28,6	25,2	5,4	6,4	5,2	2,4
109 Viet Nam	48,0	83,1	95,0	1,9	1,2	18,8	26,0	31,6	30,3	25,0	5,5	5,6	6,7	2,3
110 Kirghizistan	3,3	5,2	5,9	1,6	1,1	38,2	35,7	38,1	32,1	27,5	6,1	5,5	4,7	2,7
111 Égypte	39,3	72,6	88,2	2,1	1,8	43,5	42,7	45,4	33,9	31,4	4,7	5,5	5,7	3,3
112 Nicaragua	2,6	5,4	6,6	2,5	1,9	48,9	58,7	63,0	39,5	33,4	3,3	3,9	6,8	3,3
113 Ouzbékistan	14,0	26,2	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	38,0	34,0	28,3	4,7	4,4	6,3	2,7
114 Moldova, République de	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	36,2	46,5	50,0	19,1	15,2	10,0	10,9	2,6	1,2
115 Bolivie	4,8	9,0	10,9	2,2	1,7	41,3	63,7	68,8	38,5	33,5	4,5	5,2	6,5	4,0
116 Mongolie	1,4	2,6	3,0	2,0	1,2	48,7	56,6	58,8	31,3	26,3	3,8	4,1	7,3	2,4
117 Honduras	3,0	7,0	8,8	2,9	2,0	32,1	46,0	51,4	39,7	33,8	3,8	4,5	7,1	3,7
118 Guatemala	6,2	12,3	15,9	2,4	2,3	36,7	46,8	52,0	43,5	39,7	4,3	4,7	6,2	4,6
119 Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	13,4	23,1	28,1	40,4	35,5	3,3	4,0	6,1	4,2
120 Guinée équatoriale	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,4	38,9	41,1	44,3	45,6	3,9	3,8	5,7	5,9
121 Afrique du Sud	25,9	47,2	47,9	2,1	0,1	48,1	58,8	64,1	32,8	30,2	4,1	6,1	5,5	2,8
122 Tadjikistan	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,9	24,6	39,7	33,0	3,8	3,5	6,8	3,8
123 Maroc	17,3	31,0	36,2	2,0	1,4	37,8	58,0	65,0	31,5	28,4	4,8	5,2	6,9	2,8
124 Gabon	0,6	1,4	1,6	2,8	1,5	43,0	83,0	87,7	40,5	35,5	4,4	4,4	5,3	4,0
125 Namibie	0,9	2,0	2,2	2,8	1,0	23,7	34,5	41,1	42,1	34,7	3,4	4,2	6,6	4,0
126 Inde	620,7	1087,1	1260,4	1,9	1,3	21,3	28,5	32,0	32,5	28,0	5,2	6,2	5,4	3,1
127 São Tomé-et-Principe	0,1	0,2	0,2	2,1	2,1	31,6	57,1	65,8	39,8	36,4	4,3	3,4	6,5	4,1
128 Salomon, Îles	0,2	0,5	0,6	3,0	2,2	9,1	16,7	20,5	41,0	36,4	2,4	2,8	7,2	4,3
129 Cambodge	7,1	13,8	17,1	2,3	1,9	10,3	19,1	26,1	37,7	34,1	3,4	4,4	5,5	4,1
130 Myanmar	30,1	50,0	55,0	1,7	0,9	24,0	30,1	37,4	30,1	23,6	4,9	6,4	5,8	2,5
131 Botswana	0,9	1,8	1,7	2,4	-0,4	11,8	56,6	64,6	37,9	34,7	3,2	4,8	6,8	3,2
132 Comores	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	36,4	44,0	42,2	38,5	2,7	3,1	7,1	4,9
133 Lao, Rép. dém. pop.	3,0	5,8	7,3	2,2	2,1	11,1	20,3	24,9	41,2	37,1	3,6	3,7	6,2	4,8
134 Pakistan	68,3	154,8	193,4	2,8	2,0	26,3	34,5	39,6	38,9	34,1	3,8	4,2	6,6	4,3
135 Bhoutan	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	4,6	10,8	14,8	38,9	34,7	4,5	5,1	5,9	4,4
136 Ghana	10,2	21,7	26,6	2,6	1,9	30,1	47,1	55,1	39,5	35,2	3,6	4,3	6,7	4,4
137 Bangladesh	73,2	139,2	168,2	2,2	1,7	9,9	24,7	29,9	35,9	31,4	3,6	4,2	6,2	3,2
138 Népal	13,5	26,6	32,7	2,3	1,9	4,8	15,3	20,9	39,5	33,9	3,6	4,2	5,8	3,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	2,9	5,8	7,0	2,4	1,8	11,9	13,3	15,0	40,7	34,0	2,4	2,7	6,1	4,1
140 Congo	1,5	3,9	5,4	3,2	3,1	43,3	59,8	64,2	47,0	47,4	2,9	2,7	6,3	6,3
141 Soudan	17,1	35,5	44,0	2,5	2,0	18,9	39,8	49,4	39,5	35,6	3,6	4,3	6,7	4,4
142 Timor oriental	0,7	0,9	1,5	1,0	4,7	14,6	26,1	31,2	41,6	46,7	2,9	3,0	6,2	7,8
143 Madagascar	7,9	18,1	23,8	2,9	2,5	16,3	26,6	30,1	44,2	40,7	3,1	3,3	6,7	5,4
144 Cameroun	7,6	16,0	19,0	2,6	1,6	27,3	53,7	62,7	41,6	37,2	3,7	3,9	6,3	4,6
145 Ouganda	10,8	27,8	41,9	3,3	3,7	7,0	12,5	14,5	50,4	50,8	2,5	2,2	7,1	7,1
146 Swaziland	0,5	1,0	1,0	2,3	-0,4	14,0	23,9	27,5	41,6	37,2	3,4	4,6	6,9	4,0
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN														
147 Togo	2,4	6,0	7,8	3,1	2,5	22,8	39,4	47,4	43,7	40,2	3,1	3,4	7,1	5,4
148 Djibouti	0,2	0,8	0,9	4,3	1,6	67,1	85,6	89,6	41,8	37,3	2,8	3,4	7,2	5,1
149 Lesotho	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,5	22,0	39,0	36,6	5,2	5,8	5,7	3,6
150 Yémen	7,0	20,3	28,5	3,7	3,1	14,8	26,9	31,9	46,7	43,4	2,3	2,4	8,5	6,2
151 Zimbabwe	6,2	12,9	13,8	2,5	0,6	19,9	35,4	40,9	40,5	36,6	3,6	4,1	7,7	3,6
152 Kenya	13,5	33,5	44,2	3,1	2,5	12,9	20,5	24,1	42,9	42,6	2,8	2,8	8,0	5,0
153 Mauritanie	1,4	3,0	4,0	2,5	2,6	20,6	40,3	43,1	43,1	41,7	3,4	3,4	6,5	5,8
154 Haïti	4,9	8,4	9,8	1,8	1,3	21,7	38,1	45,5	38,0	34,9	4,0	4,5	5,8	4,0
155 Gambie	0,6	1,5	1,9	3,4	2,2	24,4	53,0	61,8	40,3	36,8	3,7	4,4	6,5	4,7
156 Sénégal	5,3	11,4	14,5	2,7	2,2	33,7	41,3	44,7	43,0	38,8	3,1	3,4	7,0	5,0
157 Érythrée	2,1	4,2	5,8	2,4	2,9	13,5	19,0	24,4	44,8	42,6	2,3	2,6	6,5	5,5
158 Rwanda	4,4	8,9	11,3	2,4	2,2	4,0	18,5	28,7	44,1	41,6	2,4	2,6	8,3	5,7
159 Nigeria	58,9	128,7	160,9	2,7	2,0	23,4	47,3	55,9	44,5	41,3	3,0	3,2	6,9	5,8

TABLEAU 5

Tendances démographiques

Classement selon l'IDH	Population totale (en millions) 1975	2004	2015 [b]	Taux de croissance démographique annuelle (en %) 1975-2004	2004-15 [b]	Population urbaine (en % du total) [a] 1975	2004	2015 [b]	Population de moins de 15 ans (en % du total) 2004	2015 [b]	Population de 65 ans et plus (en % du total) 2004	2015 [b]	Taux de fécondité (naissances par femme) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
160 Guinée	4,2	9,2	11,9	2,7	2,3	19,5	32,6	38,1	43,8	42,0	3,5	3,9	6,9	5,9
161 Angola	6,8	15,5	20,9	2,8	2,7	19,1	52,7	59,7	46,6	45,5	2,5	2,4	7,2	6,8
162 Tanzanie, Rép. unie de	16,0	37,6	45,6	2,9	1,7	11,2	23,8	28,9	42,9	38,9	3,2	3,7	6,8	5,0
163 Bénin	3,2	8,2	11,2	3,2	2,9	21,9	39,7	44,6	44,5	42,0	2,7	3,0	7,1	5,9
164 Côte d'Ivoire	6,6	17,9	21,6	3,4	1,7	32,2	44,6	49,8	42,1	38,2	3,2	3,7	7,4	5,1
165 Zambie	5,2	11,5	13,8	2,8	1,7	34,9	34,9	37,0	46,0	43,7	3,0	3,2	7,8	5,7
166 Malawi	5,2	12,6	16,0	3,0	2,2	7,7	16,7	22,1	47,3	44,9	3,0	3,2	7,4	6,1
167 Congo, Rép. dém. du	23,9	55,9	78,0	2,9	3,0	29,5	31,6	38,6	47,2	48,0	2,7	2,6	6,5	6,7
168 Mozambique	10,6	19,4	23,5	2,1	1,7	8,7	33,7	42,4	44,1	41,6	3,3	3,6	6,6	5,5
169 Burundi	3,7	7,3	10,6	2,4	3,4	3,2	9,7	13,5	45,5	46,4	2,8	2,5	6,8	6,8
170 Éthiopie	34,1	75,6	97,2	2,7	2,3	9,5	15,7	19,1	44,8	41,7	2,9	3,2	6,8	5,9
171 Tchad	4,2	9,4	12,8	2,8	2,8	15,6	24,8	30,5	47,2	47,7	3,1	2,7	6,7	6,7
172 Centrafricaine, République	2,1	4,0	4,6	2,3	1,4	32,0	37,9	40,4	43,1	40,6	4,0	4,0	5,7	5,0
173 Guinée-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	29,6	31,1	47,4	48,0	3,1	2,8	7,1	7,1
174 Burkina Faso	5,9	12,8	17,7	2,6	2,9	6,4	17,9	22,8	47,4	45,7	2,8	2,6	7,8	6,7
175 Mali	6,2	13,1	18,1	2,6	2,9	16,2	29,9	36,5	48,3	46,7	2,7	2,4	7,6	6,9
176 Sierra Leone	2,9	5,3	6,9	2,1	2,3	21,2	39,9	48,2	42,8	42,8	3,3	3,3	6,5	6,5
177 Niger	5,3	13,5	19,3	3,2	3,2	11,4	16,7	19,3	49,0	47,9	2,0	2,0	8,1	7,9
Pays en développement	2967,1 T	5093,6 T	5885,6 T	1,9	1,3	26,5	42,2	48,0	31,2	28,0	5,4	6,5	5,5	2,9
Pays les moins avancés	355,2 T	740,7 T	950,1 T	2,5	2,3	14,9	26,3	31,6	42,0	39,5	3,2	3,5	6,6	5,0
États arabes	144,6 T	310,5 T	386,0 T	2,6	2,0	41,8	54,9	58,9	35,8	32,5	3,8	4,4	6,7	3,7
Asie de l'Est et Pacifique	1310,4 T	1944,0 T	2108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,9	51,0	24,3	20,7	6,8	8,7	5,0	1,9
Amérique latine et Caraïbes	318,4 T	548,3 T	628,3 T	1,9	1,2	61,2	76,8	80,4	30,4	26,5	5,9	7,5	5,1	2,6
Asie du Sud	838,7 T	1528,1 T	1801,4 T	2,1	1,5	21,2	29,9	33,8	33,6	29,3	4,8	5,7	5,6	3,2
Afrique subsaharienne	313,1 T	689,6 T	877,4 T	2,7	2,2	21,2	34,3	39,4	43,9	42,0	3,1	3,3	6,8	5,5
Europe centrale et orientale et CEI	366,6 T	405,3 T	396,8 T	0,3	-0,2	57,3	62,9	63,6	18,6	17,3	12,7	12,9	2,5	1,5
OCDE	925,7 T	1164,8 T	1233,6 T	0,8	0,5	66,8	75,4	78,1	19,6	17,8	13,6	16,1	2,6	1,8
Pays de l'OCDE à revenu élevé	765,9 T	922,6 T	968,5 T	0,6	0,4	69,3	76,8	79,4	17,7	16,4	15,2	18,0	2,2	1,6
Développement humain élevé	1012,5 T	1275,0 T	1350,0 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,7	19,6	17,8	13,5	16,0	2,5	1,7
Développement humain moyen	2743,2 T	4433,1 T	4995,8 T	1,7	1,1	27,7	42,4	48,2	28,8	25,4	6,1	7,2	5,0	2,5
Faible développement humain	255,0 T	571,7 T	737,1 T	2,8	2,3	18,3	32,0	37,6	44,8	42,6	2,9	3,1	7,0	5,8
Revenu élevé	792,3 T	982,5 T	1040,9 T	0,7	0,5	69,4	77,4	80,0	18,4	17,0	14,6	17,3	2,3	1,7
Revenu moyen	2042,9 T	3043,0 T	3319,6 T	1,4	0,8	34,7	53,2	60,3	25,4	22,4	7,2	8,6	4,6	2,1
Faible revenu	1237,0 T	2361,3 T	2856,0 T	2,2	1,7	20,7	29,9	34,4	36,8	33,2	4,3	4,9	6,0	3,9
Monde	4073,7 T [e]	6389,2 T [e]	7219,4 T [e]	1,6	1,1	37,2	48,3	52,8	28,5	25,9	7,3	8,4	4,5	2,7

NOTES

a Ces données reposant sur des définitions nationales concernant les villes et les agglomérations, les comparaisons entre les pays doivent être effectuées avec circonspection.

b Données correspondant au milieu de la fourchette de projection.

c Données correspondant à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

d Ces estimations démographiques tiennent compte de la province chinoise de Taïwan.

e Données correspondant à la population mondiale totale fournies par l'ONU 2005b. La population totale des 177 pays inclus dans les principaux tableaux statistiques était estimée à 4 068,1 millions en 1975, 6 381 millions en 2004 et projetée à 7 210,3 millions en 2015

SOURCES

Colonnes 1-3 13 et 14 : ONU 2005b.
Colonnes 4 et 5 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 1 et 2
Colonnes 6 et 8 : ONU 2006e.
Colonne 7: ONU 2006b.
Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives à la population de moins de 15 ans et à la population totale fournies par l'ONU 2005b.
Colonnes 11 et 12 : calculs effectués sur la base des données relatives à la population de plus de 65 ans et à la population totale fournies par l'ONU 2005b.

TABLEAU 6

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Assurer la santé : ressources, accès et services

	Dépenses de santé			Enfants d'un an effectivement vaccinés (OMD)		Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue	Utilisation de moyens de contraception (OMD)	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (OMD)	Médecins
	Publiques (en % du PIB)	Privées (en % du PIB)	Par habitant (en PPA en USD)	Contre la tuberculose (en %)	Contre la rougeole (en %)	(en % des moins de 5 ans)	(en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans)	(en %)	(pour 100 000 personnes)
Classement selon l'IDH	2003	2003	2003	2004	2004	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1990-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	8,6	1,7	3 809	..	88	..	..	100 [c]	313
2 Islande	8,8	1,7	3 110	..	93	..	..	..	362
3 Australie	6,4	3,1	2 874	..	93	..	..	100	247
4 Irlande	5,8	1,5	2 496	90	81	..	..	100	279
5 Suède	8,0	1,4	2 704	16 [d]	94	..	..	100 [c]	328
6 Canada	6,9	3,0	2 989	..	95	..	75 [e]	98	214
7 Japon	6,4	1,5	2 244	..	99	..	56	100	198
8 États-Unis	6,8	8,4	5 711	..	93	..	76 [e]	99	256
9 Suisse	6,7	4,8	3 776	..	82	..	82 [e]	..	361
10 Pays-Bas	6,1	3,7	2 987	..	96	..	79 [e]	100	315
11 Finlande	5,7	1,7	2 108	98	97	..	..	100	316
12 Luxembourg	6,2	0,6	3 680	..	91	..	..	100	266
13 Belgique	6,3	3,1	2 828	..	82	..	78 [e]	100 [c]	449
14 Autriche	5,1	2,4	2 306	..	74	..	51	100 [e]	338
15 Danemark	7,5	1,5	2 762	..	96	..	..	100 [c]	293
16 France	7,7	2,4	2 902	85	86	..	75 [e]	99 [e]	337
17 Italie	6,3	2,1	2 266	..	84	..	60	..	420
18 Royaume-Uni	6,9	1,1	2 389	..	81	..	84 [f]	99	230
19 Espagne	5,5	2,2	1 853	..	97	..	81 [e]	..	330
20 Nouvelle-Zélande	6,3	1,8	1 893	..	85	..	75 [e]	100 [e]	237
21 Allemagne	8,7	2,4	3 001	..	92	..	75 [e]	100 [c]	337
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	86 [e]	..	..
23 Israël	6,1	2,8	1 911	..	96	..	..	99 [c]	382
24 Grèce	5,1	4,8	1 997	88	88	..	..	..	438
25 Singapour	1,6	2,9	1 156	99	94	..	62	100	140
26 Corée, République de	2,8	2,8	1 074	93	99	..	81	100	157
27 Slovénie	6,7	2,1	1 669	98	94	..	74 [e]	100 [c]	225
28 Portugal	6,7	2,9	1 791	83	95	..	..	100 [c]	342
29 Chypre	3,1	3,3	1 143	..	86	..	..	100	234
30 Tchèque, République	6,8	0,8	1 302	99	97	..	72	100	351
31 Barbade	4,8	2,1	1 050	..	98	..	..	98	121
32 Malte	7,4	1,9	1 436	..	87	..	..	98 [e]	318
33 Koweït	2,7	0,8	567	..	97	..	50	98	153
34 Brunéi Darussalam	2,8	0,7	681	99	99	..	..	99	101
35 Hongrie	6,1	2,3	1 269	99	99	..	77 [e]	100	333
36 Argentine	4,3	4,6	1 067	99	95	..	..	99	301
37 Pologne	4,5	2,0	745	94	97	..	49 [e]	100 [c]	247
38 Chili	3,0	3,1	707	96	95	..	..	100	109
39 Bahreïn	2,8	1,3	813	70	99	..	62 [e]	98 [e]	109
40 Estonie	4,1	1,2	682	99	96	..	70 [e]	100	448
41 Lituanie	5,0	1,6	754	99	98	..	47 [e]	100	397
42 Slovaquie	5,2	0,7	777	98	98	..	74 [e]	99	318
43 Uruguay	2,7	7,1	824	99	95	..	..	100	365
44 Croatie	6,5	1,3	838	98	96	..	..	100	244
45 Lettonie	3,3	3,1	678	99	99	..	48 [e]	100	301
46 Qatar	2,0	0,7	685	99	99	..	43	99	222
47 Seychelles	4,3	1,6	599	99	99	..	..	..	151
48 Costa Rica	5,8	1,5	616	90	88	..	80	98	132
49 Émirats arabes unis	2,5	0,8	623	98	94	..	28 [e]	99 [e]	202
50 Cuba	6,3	1,0	251	99	99	..	73	100	591
51 Saint-Kitts-et-Nevis	3,4	1,9	670	89	98	..	..	99	119
52 Bahamas	3,0	3,4	1 220	..	89	..	..	99 [c]	105
53 Mexique	2,9	3,3	582	99	96	..	68	95	198

TABLEAU 6

Assurer la santé : ressources, accès et services

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé			OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés		Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans)	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans)	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)	Médecins (pour 100 000 personnes)
	Publiques (en % du PIB)	Privées (en % du PIB)	Par habitant (en PPA en USD)	Contre la tuberculose (en %)	Contre la rougeole (en %)				
	2003	2003	2003	2004	2004	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1990-2004 [b]
54 Bulgarie	4,1	3,4	573	98	95	..	42	99	356
55 Tonga	5,5	1,0	300	99	99	..	..	95	34
56 Oman	2,7	0,5	419	99	98	..	24 [e]	95	132
57 Trinité-et-Tobago	1,5	2,4	532	..	95	31	38	96	79
58 Panama	5,0	2,6	555	99	99	..	..	93	150
59 Antigua-et-Barbuda	3,2	1,3	477	..	97	..	..	100	17
60 Roumanie	3,8	2,3	540	99	97	..	64	99	190
61 Malaisie	2,2	1,6	374	99	95	..	55 [e]	97	70
62 Bosnie-Herzégovine	4,8	4,7	327	95	88	23	48	100	134
63 Maurice	2,2	1,5	430	99	98	..	75 [e]	98	106
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,6	1,5	327	99	99	..	45 [e]	94 [e]	129
65 Russie, Fédération de	3,3	2,3	551	96	98	..	..	99	425
66 Macédoine, ERYM	6,0	1,1	389	94	96	..	..	99	219
67 Bélarus	3,9	1,6	570	99	99	..	50 [e]	100	455
68 Dominique	4,5	1,8	320	99	99	..	..	100	50
69 Brésil	3,4	4,2	597	99	99	28	77	96	115
70 Colombie	6,4	1,2	522	92	92	44	77	86	135
71 Sainte-Lucie	3,4	1,6	294	99	95	..	..	100	517
72 Venezuela, RB	2,0	2,5	231	97	80	51	..	94	194
73 Albanie	2,7	3,8	366	97	96	51	75	98	131
74 Thaïlande	2,0	1,3	260	99	96	..	72	99	37
75 Samoa occidentales	4,3	1,1	209	93	25	..	..	100	70
76 Arabie Saoudite	3,0	1,0	578	95	97	..	32	91	137
77 Ukraine	3,8	1,9	305	98	99	..	68	100	295
78 Liban	3,0	7,2	730	..	96	..	61	89	325
79 Kazakhstan	2,0	1,5	315	65	99	22	66	99	354
80 Arménie	1,2	4,8	302	96	92	48	61	97	359
81 Chine	2,0	3,6	278	94	84	..	84	96	106
82 Pérou	2,1	2,3	233	91	89	46	69	59	117
83 Équateur	2,0	3,1	220	99	99	..	66	69	148
84 Philippines	1,4	1,8	174	91	80	76	19	60	58
85 Grenade	4,9	1,8	473	..	74	..	54 [e]	100	50
86 Jordanie	4,2	5,2	440	58	99	44	56	100	203
87 Tunisie	2,5	2,9	409	97	95	..	63	90	134
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	4,1	2,0	384	99	99	..	..	100	87
89 Suriname	3,6	4,3	309	..	86	43	42	85	45
90 Fidji	2,3	1,4	220	93	62	..	..	99	34
91 Paraguay	2,3	5,0	301	82	89	..	73	77	111
92 Turquie	5,4	2,2	528	88	81	19	64	83	135
93 Sri Lanka	1,6	1,9	121	99	96	..	70	96	55
94 Dominicaine, République	2,3	4,7	335	97	79	53	70	99	188
95 Belize	2,2	2,3	309	99	95	..	47 [e]	83	105
96 Iran, République islamique d'	3,1	3,4	498	99	96	..	73	90	45
97 Géorgie	1,0	3,0	174	91	86	..	41	96	409
98 Maldives	5,5	0,7	364	98	97	..	42	70	92
99 Azerbaïdjan	0,9	2,7	140	99	98	40	55	100	355
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	98	96 [c]	..	..	97	..
101 El Salvador	3,7	4,4	378	94	93	..	67	92	124
102 Algérie	3,3	0,8	186	98	81	..	64	96	113
103 Guyane	4,0	0,8	283	94	88	40	37	86	48
104 Jamaïque	2,7	2,6	216	85	80	21	66	97	85
105 Turkménistan	2,6	1,3	221	99	97	..	62	97	418
106 Cap Vert	3,4	1,2	185	79	69	..	53	89	49

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé: Publiques (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé: Privées (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé: Par habitant (en PPA en USD) 2003	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés: Contre la tuberculose (en %) 2004	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés: Contre la rougeole (en %) 2004	Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans) 1996-2004 [b]	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %) 1996-2004 [b]	Médecins (pour 100 000 personnes) 1990-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	2,5	2,6	116	99	98	..	40 [e]	77 [e]	140
108 Indonésie	1,1	2,0	113	82	72	61	60	72	13
109 Viet Nam	1,5	3,9	164	96	97	39	79	85	53
110 Kirghizistan	2,2	3,1	161	98	99	16	60	98	251
111 Égypte	2,5	3,3	235	98	97	29	60	69	54
112 Nicaragua	3,7	4,0	208	88	84	49	69	67	37
113 Ouzbékistan	2,4	3,1	159	99	98	33	68	96	274
114 Moldova, République de	3,9	3,3	177	96	96	52	62	99	264
115 Bolivie	4,3	2,4	176	93	64	54	58	67	122
116 Mongolie	4,3	2,4	140	95	96	66	67	97	263
117 Honduras	4,0	3,1	184	93	92	..	62	56	57
118 Guatemala	2,1	3,3	235	98	75	22	43	41	90
119 Vanuatu	2,9	1,0	110	63	48	..	..	88	11
120 Guinée équatoriale	1,0	0,5	179	73	51	36	..	65	30
121 Afrique du Sud	3,2	5,2	669	97	81	37	56	84	77
122 Tadjikistan	0,9	3,5	71	97	89	29	34	71	203
123 Maroc	1,7	3,4	218	95	95	50	63	63	51
124 Gabon	2,9	1,5	255	89	55	44	33	86	29
125 Namibie	4,5	1,9	359	71	70	39	44	76	30
126 Inde	1,2	3,6	82	73	56	22	48 [g]	43	60
127 São Tomé-et-Principe	7,2	1,4	93	99	91	44	29	76	49
128 Salomon, Îles	4,5	0,3	87	84	72	..	..	85	13
129 Cambodge	2,1	8,8	188	95	80	59	24	32	16
130 Myanmar	0,5	2,3	51	85	78	48	37	57	36
131 Botswana	3,3	2,3	375	99	90	7	40	94	40
132 Comores	1,5	1,2	25	79	73	31	26	62	15
133 Lao, Rép. dém. pop.	1,2	2,0	56	60	36	37	32	19	59
134 Pakistan	0,7	1,7	48	80	67	33 [c]	28	..	74
135 Bhoutan	2,6	0,5	59	92	87	..	19 [e]	37	5
136 Ghana	1,4	3,1	98	92	83	40	25	47	15
137 Bangladesh	1,1	2,3	68	95	77	35	58	13	26
138 Népal	1,5	3,8	64	85	73	43	39	15	21
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,0	0,4	132	54	44	..	26	41	5
140 Congo	1,3	0,7	23	85	65	..	..	..	20
141 Soudan	1,9	2,4	54	51	59	38	10 [e]	87 [c]	22
142 Timor oriental	7,3	2,3	125	72	55	..	10	18	10
143 Madagascar	1,7	1,0	24	72	59	47	27	51	29
144 Cameroun	1,2	3,0	64	83	64	33	26	62	19
145 Ouganda	2,2	5,1	75	99	91	29	23	39	8
146 Swaziland	3,3	2,5	324	84	70	24	28	74	16
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	1,4	4,2	62	91	70	25	26	61	4
148 Djibouti	3,8	1,9	72	78	60	..	..	61	18
149 Lesotho	4,1	1,1	106	83	70	29	30	60	5
150 Yémen	2,2	3,3	89	63	76	23 [c]	21	27	33
151 Zimbabwe	2,8	5,1	132	95	80	80	54	73	16
152 Kenya	1,7	2,6	65	87	73	33	39	42	14
153 Mauritanie	3,2	1,0	59	86	64	28	8	57	11
154 Haïti	2,9	4,6	84	71	54	41	28	24	25
155 Gambie	3,2	4,9	96	95	90	38	10	55	11
156 Sénégal	2,1	3,0	58	95	57	33	11	58	6
157 Érythrée	2,0	2,4	50	91	84	54	8	28	5
158 Rwanda	1,6	2,1	32	86	84	16	13	31	5
159 Nigeria	1,3	3,7	51	48	35	28	13	35	28

TABLEAU 6

Assurer la santé : ressources, accès et services

Classement selon l'IDH	Dépenses de santé : Publiques (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé : Privées (en % du PIB) 2003	Dépenses de santé : Par habitant (en PPA en USD) 2003	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés : Contre la tuberculose (en %) 2004	OMD Enfants d'un an effectivement vaccinés : Contre la rougeole (en %) 2004	Enfants souffrant de la diarrhée recevant des thérapies de réhydratation orale et d'alimentation continue (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	OMD Utilisation de moyens de contraception [a] (en % de femmes mariées âgées de 15 à 49 ans) 1996-2004 [b]	OMD Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %) 1996-2004 [b]	Médecins (pour 100 000 personnes) 1990-2004 [b]
160 Guinée	0,9	4,5	95	71	73	44	6	56	11
161 Angola	2,4	0,4	49	72	64	32	6	45	8
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,4	1,9	29	91	94	38	25	46	2
163 Bénin	1,9	2,5	36	99	85	42	19	66	4
164 Côte d'Ivoire	1,0	2,6	57	51	49	34	15	68	12
165 Zambie	2,8	2,6	51	94	84	48	34	43	12
166 Malawi	3,3	6,0	46	97	80	51	31	61	2
167 Congo, Rép. dém. du	0,7	3,3	14	78	64	17	31	61	11
168 Mozambique	2,9	1,8	45	87	77	33	17	48	3
169 Burundi	0,7	2,4	15	84	75	16	16	25	3
170 Éthiopie	3,4	2,5	20	82	71	38	8	6	3
171 Tchad	2,6	3,9	51	38	56	50	3	16	4
172 Centrafricaine, République	1,5	2,5	47	70	35	47	28	44	8
173 Guinée-Bissau	2,6	3,0	45	80	80	23	8	35	12
174 Burkina Faso	2,6	3,0	68	99	78	..	14	38	6
175 Mali	2,8	2,0	39	75	75	45	8	41	8
176 Sierra Leone	2,0	1,5	34	83	64	39	4	42	3
177 Niger	2,5	2,2	30	72	74	43	14	16	3
Pays en développement	..	..	..	84	74	..	..	59	..
Pays les moins avancés	..	..	..	82	72	..	..	36	..
États arabes	..	..	..	85	86	..	..	72	..
Asie de l'Est et Pacifique	..	..	..	92	83	..	..	86	..
Amérique latine et Caraïbes	..	..	..	96	92	..	..	87	..
Asie du Sud	..	..	..	78	62	..	..	38	..
Afrique subsaharienne	..	..	..	77	66	..	..	43	..
Europe centrale et orientale et CEI	..	..	..	96	97	..	..	97	..
OCDE	..	..	..	92	92	..	..	97	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	84	92	..	..	99	..
Développement humain élevé	..	..	..	95	93	..	..	99	..
Développement humain moyen	..	..	..	86	76	..	..	65	..
Faible développement humain	..	..	..	74	64	..	..	39	..
Revenu élevé	..	..	..	88	92	..	..	99	..
Revenu moyen	..	..	..	94	87	..	..	87	..
Faible revenu	..	..	..	77	64	..	..	41	..
Monde	..	..	..	84 [h]	76 [h]	..	..	63 [h]	..

NOTES

a Ces données concernent habituellement les femmes de 15 à 49 ans mariées ou vivant maritalement ; la classe d'âge effectivement couverte peut varier d'un pays à l'autre.
b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.
c Données fournies par l'UNICEF 2005 Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.
d Données concernant les enfants à risque élevé uniquement.
e Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.
f Hors Irlande du Nord.
g À l'exception de l'État de Tripura.
h Données correspondant aux agrégats mondiaux de l'UNICEF 2005

SOURCES

Colonnes 1 et 2 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses de santé fournies par l'OMS 2006b.
Colonne 3 : OMS 2006b.
Colonnes 4 et 6 : UNICEF 2005
Colonnes 5 et 8 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.
Colonne 7 : ONU 2006c, d'après des données fournies par le Fonds des Nations Unies pour la population.
Colonne 9 : OMS 2006c.

TABLEAU 7

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ									
1 Norvège	..	..	100	100	..	..	..	..	5
2 Islande	100	100	100	100	..	..	..	..	4
3 Australie	100	100	100	100	..	..	..	..	7
4 Irlande	..	..	..	..	..	..	..	..	6
5 Suède	100	100	100	100	..	..	..	..	4
6 Canada	100	100	100	100	..	..	..	..	6
7 Japon	100	100	100	100	..	..	..	6 [c]	8
8 États-Unis	100	100	100	100	..	..	1 [c]	1	8
9 Suisse	100	100	100	100	..	..	..	..	6
10 Pays-Bas	100	100	100	100	..	..	..	1 [c]	..
11 Finlande	100	100	100	100	..	..	..	..	4
12 Luxembourg	..	..	100	100	..	..	..	..	8
13 Belgique	..	..	..	..	..	..	..	..	8
14 Autriche	100	100	100	100	..	..	..	..	7
15 Danemark	..	..	100	100	..	..	..	..	5
16 France	..	..	100	100	..	..	..	..	7
17 Italie	..	..	..	..	..	..	..	3 [c]	6
18 Royaume-Uni	..	..	100	100	..	..	..	..	8
19 Espagne	100	100	100	100	..	..	..	..	6
20 Nouvelle-Zélande	..	..	97	..	..	..	..	..	6
21 Allemagne	100	100	100	100	..	..	..	..	7
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23 Israël	..	..	100	100	..	..	..	..	8
24 Grèce	..	..	..	..	..	..	..	..	8
25 Singapour	100	100	100	100	..	..	14 [d]	2	8
26 Corée, République de	..	..	..	92	<2,5	<2,5	..	..	4
27 Slovénie	..	..	..	..	..	3	..	..	6
28 Portugal	..	..	..	..	..	..	..	..	8
29 Chypre	100	100	100	100	<2,5	<2,5	..	..	..
30 Tchèque, République	99	98	100	100	..	<2,5	1 [c]	2 [c]	7
31 Barbade	100	100	100	100	<2,5	<2,5	6 [d]	7 [c]	10
32 Malte	..	..	100	100	..	..	..	..	6
33 Koweït	..	..	..	..	24	5	10	3	7
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	4	3	..	..	10
35 Hongrie	..	95	99	99	..	<2,5	2 [d]	3 [c]	9
36 Argentine	81	91	94	96	<2,5	<2,5	5	12	7
37 Pologne	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	6
38 Chili	84	91	90	95	8	4	1	1	5
39 Bahreïn	..	..	..	..	..	..	9 [c]	10 [c]	8
40 Estonie	97	97	100	100	..	3	..	..	4
41 Lituanie	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	4
42 Slovaquie	99	99	100	100	..	6	..	..	7
43 Uruguay	100	100	100	100	7	3	5 [c]	10 [c]	8
44 Croatie	100	100	100	100	..	7	1	1	6
45 Lettonie	..	78	99	99	..	3	..	..	5
46 Qatar	100	100	100	100	..	..	6 [c]	8 [c]	10
47 Seychelles	..	..	88	88	14	9	6 [d]	5 [c]	..
48 Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
49 Émirats arabes unis	97	98	100	100	4	<2,5	14 [c]	17 [d]	15
50 Cuba	98	98	..	91	8	<2,5	4 [c]	5	6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	95	95	100	100	13	11	..	..	9
52 Bahamas	100	100	..	97	9	7	..	..	7
53 Mexique	58	79	82	97	5	5	8	18	9

TABLEAU 7

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
54 Bulgarie	99	99	99	99	..	9	..	..	10
55 Tonga	96	96	100	100	..	..	..	1 [c]	0
56 Oman	83	..	80	..	..	..	24	10	8
57 Trinité-et-Tobago	100	100	92	91	13	11	7 [d]	4	23
58 Panama	71	73	90	90	21	25	7	18	10
59 Antigua-et-Barbuda	..	95	..	91	..	..	10 [d]	7 [d]	8
60 Roumanie	..	..	..	57	..	<2,5	6	10	9
61 Malaisie	..	94	98	99	3	3	11	16	10
62 Bosnie-Herzégovine	..	95	97	97	..	9	4	10	4
63 Maurice	..	94	100	100	6	6	15 [c]	10 [c]	13
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN									
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	97	97	71	..	<2,5	<2,5	5 [c]	15 [c]	7
65 Russie, Fédération de	87	87	94	97	..	3	3	13 [d]	6
66 Macédoine, ERYM	..	..	..	..	..	7	6	7	5
67 Bélarus	..	84	100	100	..	3	..	..	5
68 Dominique	..	84	..	97	4	8	5 [d]	6 [d]	10
69 Brésil	71	75	83	90	12	8	6	11	10
70 Colombie	82	86	92	93	17	14	7	14	9
71 Sainte-Lucie	..	89	98	98	8	5	14 [d]	11 [c]	8
72 Venezuela, RB	..	68	..	83	11	18	4	13	7
73 Albanie	..	91	96	96	..	6	14	35	3
74 Thaïlande	80	99	95	99	30	21	19 [c]	13 [c]	9
75 Samoa occidentales	98	100	91	88	11	4	2	4	4
76 Arabie Saoudite	..	..	90	..	4	4	14 [c]	16 [c]	11
77 Ukraine	..	96	..	96	..	3	1	3	5
78 Liban	..	98	100	100	<2,5	3	3	12	6
79 Kazakhstan	72	72	87	86	..	8	4	10	8
80 Arménie	..	83	..	92	..	29	3	13	7
81 Chine	23	44	70	77	16	12	8	14	6
82 Pérou	52	63	74	83	42	12	7	25	11
83 Équateur	63	89	73	94	8	5	12	26	16
84 Philippines	57	72	87	85	26	19	28	32	20
85 Grenade	97	96	..	95	9	7	..	..	9
86 Jordanie	93	93	97	97	4	7	4	9	10
87 Tunisie	75	85	81	93	<2,5	<2,5	4	12	7
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	22	12	..	..	10
89 Suriname	..	94	..	92	13	10	13	10	13
90 Fidji	68	72	..	47	10	4	8 [c]	3 [c]	10
91 Paraguay	58	80	62	86	18	15	5 [c]	14 [c]	9
92 Turquie	85	88	85	96	<2,5	3	4	16	16
93 Sri Lanka	69	91	68	79	28	22	29	14	22
94 Dominicaine, République	52	78	84	95	27	27	5	9	11
95 Belize	..	47	..	91	7	5	6 [c]	..	6
96 Iran, République islamique d'	83	..	92	94	4	4	11	15	7
97 Géorgie	97	94	80	82	..	13	3	12	6
98 Maldives	..	59	96	83	17	11	30	25	22
99 Azerbaïdjan	..	54	68	77	..	10	7	13	11
100 Territoires palestiniens occupés	..	73	..	92	..	16	4	9 [d]	9 [d]
101 El Salvador	51	62	67	84	12	11	10	19	13
102 Algérie	88	92	94	85	5	5	10	19	7
103 Guyane	..	70	..	83	21	9	14	11	12
104 Jamaïque	75	80	92	93	14	10	4	4	9
105 Turkménistan	..	62	..	72	..	8	12	22	6
106 Cap Vert	..	43	..	80	..	..	14 [c]	16 [c]	13

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	73	90	80	93	5	4	7	19	6
108 Indonésie	46	55	72	77	9	6	28	42	9
109 Viet Nam	36	61	65	85	31	17	28	37	9
110 Kirghizistan	60	59	78	77	..	4	11	25	7
111 Égypte	54	70	94	98	4	3	9	16	12
112 Nicaragua	45	47	70	79	30	27	10	20	12
113 Ouzbékistan	51	67	94	82	..	26	8	21	7
114 Moldova, République de	..	68	..	92	..	11	3	10 [d]	5
115 Bolivie	33	46	72	85	28	23	8	27	9
116 Mongolie	..	59	63	62	34	28	13	25	8
117 Honduras	50	69	84	87	23	22	17	29	14
118 Guatemala	58	86	79	95	16	23	23	49	13
119 Vanuatu	..	50	60	60	12	12	20 [d]	20	6
120 Guinée équatoriale	..	53	..	43	..	..	19	39 [d]	13
121 Afrique du Sud	69	65	83	88	..	..	12	25	15
122 Tadjikistan	..	51	..	59	..	61	..	36	15
123 Maroc	56	73	75	81	6	6	10	18	11
124 Gabon	..	36	..	88	10	5	12	21	14
125 Namibie	24	25	57	87	34	23	24	24	14
126 Inde	14	33	70	86	25	20	49	45	30
127 São Tomé-et-Principe	..	25	..	79	18	12	13	29	20 [d]
128 Salomon, Îles	..	31	..	70	33	20	21 [d]	27 [c]	13
129 Cambodge	..	17	..	41	43	33	45	45	11
130 Myanmar	24	77	57	78	10	5	32	32	15
131 Botswana	38	42	93	95	23	30	13	23	10
132 Comores	32	33	93	86	47	62	26	42	25
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	30	..	51	29	21	40	42	14
134 Pakistan	37	59	83	91	24	23	38	37	19
135 Bhoutan	..	70	..	62	..	..	19	40	15
136 Ghana	15	18	55	75	37	12	22	30	11
137 Bangladesh	20	39	72	74	35	30	48	43	30
138 Népal	11	35	70	90	20	17	48	51	21
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	44	44	39	39	15	13	35 [d]	43 [c]	11
140 Congo	..	27	..	58	54	34	14	28 [c]	..
141 Soudan	33	34	64	70	31	27	17 [c]	43	31
142 Timor oriental	..	36	..	58	11	8	46	49	10
143 Madagascar	14	34	40	50	35	38	42	48	14
144 Cameroun	48	51	50	66	33	25	18	32	11
145 Ouganda	42	43	44	60	24	19	23	39	12
146 Swaziland	..	48	..	62	14	19	10	30	9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	37	35	50	52	33	25	25	22	15
148 Djibouti	79	82	72	73	53	26	18	26	..
149 Lesotho	37	37	..	79	17	12	18	46	14
150 Yémen	32	43	71	67	34	37	46	52	32
151 Zimbabwe	50	53	78	81	45	45	13	27	11
152 Kenya	40	43	45	61	39	31	20	30	11
153 Mauritanie	31	34	38	53	15	10	32	35	..
154 Haïti	24	30	47	54	65	47	17	23	21
155 Gambie	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156 Sénégal	33	57	65	76	23	23	23	25	18
157 Érythrée	7	9	43	60	..	73	40	38	21
158 Rwanda	37	42	59	74	43	36	27	43	9
159 Nigeria	39	44	49	48	13	9	29	38	14

TABLEAU 7

Eau, conditions sanitaires et nutrition

Classement selon l'IDH	OMD Population ayant un accès régulier à un dispositif d'assainissement amélioré (en %) 1990	2004	OMD Population privée d'accès régulier à des points d'eau aménagés (en %) 1990	2004	OMD Personnes souffrant de malnutrition (en % du total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	OMD Enfants souffrant d'une insuffisance pondérale (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans) 1996-2004 [b]	Enfants souffrant d'insuffisance pondérale néonatale (en %) 1996-2004 [b]
160 Guinée	14	18	44	50	39	24	21	26	12
161 Angola	29	31	36	53	58	38	31	45	12
162 Tanzanie, Rép. unie de	47	47	46	62	37	44	22	44	13
163 Bénin	12	33	63	67	20	14	23	31	16
164 Côte d'Ivoire	21	37	69	84	18	14	17	25	17
165 Zambie	44	55	50	58	48	47	23	47	12
166 Malawi	47	61	40	73	50	34	22	49	16
167 Congo, Rép. dém. du	16	30	43	46	31	72	31	38	12
168 Mozambique	20	32	36	43	66	45	24	41	14
169 Burundi	44	36	69	79	48	67	45	57	16
170 Éthiopie	3	13	23	22	..	46	47	52	15
171 Tchad	7	9	19	42	58	33	28	29	17
172 Centrafricaine, République	23	27	52	75	50	45	24	28 [c]	14
173 Guinée-Bissau	..	35	..	59	24	37	25	31	22
174 Burkina Faso	7	13	38	61	21	17	38	39	19
175 Mali	36	46	34	50	29	28	33	38	23
176 Sierra Leone	..	39	..	57	46	50	27	34	23 [d]
177 Niger	7	13	39	46	41	32	40	40	17
Pays en développement	33	49	71	79	20	17	..	..	..
Pays les moins avancés	22	37	51	59	34	33	..	..	..
États arabes	61	71	84	86	11	10	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	30	50	72	79	17	12	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	67	78	83	91	14	10	..	..	..
Asie du Sud	18	37	72	85	25	20	..	..	..
Afrique subsaharienne	32	37	48	56	31	30	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	..	..	93	94	..	..	..	..	..
OCDE	94	96	97	99	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	100	100	100	100	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	94	97	98	99	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	34	51	74	83	19	15	..	..	..
Faible développement humain	28	35	45	52	32	32	..	..	..
Revenu élevé	..	..	100	100	..	..	..	..	..
Revenu moyen	46	61	78	84	15	11	..	..	..
Faible revenu	22	38	64	76	27	23	..	..	..
Monde	49 [e]	59 [e]	78 [e]	83 [e]	20	17	..	..	..

NOTES

a Données correspondant à la moyenne sur les années indiquées.
b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.
c Données concernant une période autre que celle indiquée pour cette rubrique.
d UNICEF 2005 Les données concernent une année ou une période autre que celle indiquée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.
e Chiffres correspondant aux agrégats mondiaux de l'ONU 2006c.

SOURCES

Colonnes 1-4 et 7 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds des Nations Unies pour l'enfance et de l'Organisation mondiale de la santé.
Colonnes 5 et 6 : ONU 2006c, d'après des données fournies par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture.
Colonnes 8 et 9 : OMS 2006a.

TABLEAU 8

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Inégalités en matière de santé chez les mères et les enfants

Classement selon l'IDH	Année considérée	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)		Enfants d'un an effectivement vaccinés [a] (en %)		Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans)		Taux de mortalité infantile [b] (pour 1 000 naissances vivantes)		Taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans [b] (pour 1 000 naissances vivantes)	
		20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
69 Brésil	1996	72	99	57	74	17	2	83	29	99	33
70 Colombie	1995	61	98	58	77	17	5	41	16	52	24
79 Kazakhstan	1999	99	99	69	62	13	4	68	42	82	45 [c]
80 Arménie	2000	93	100	66	68	16	8	52	27	61	30
82 Pérou	2000	13	88	58	81	29	4	64	14	93	18
84 Philippines	1998	21	92	60	87	..	..	49	21	80	29
86 Jordanie	1997	91	99	21	17	11	5	35	23	42	25
91 Paraguay	1998	53	98	28	70	15	3	68	30	85	33
92 Turquie	1990	41	98	20	53	17	3	43	16	57	20
94 Dominicaine, République	1996	89	98	34	47	14	2	67	23	90	27
105 Turkménistan	2000	97	98	85	78	17	11	89	58	106	70
108 Indonésie	1997	21	89	43	72	..	..	78	23	109	29
109 Viet Nam	2000	58	100	44	92	..	..	39	14	53	16
110 Kirghizistan	1997	96	100	69	73	28	12	83	46	96	49
111 Égypte	2000	31	94	91	92	16	8	76	30	98	34
112 Nicaragua	2001	78	99	64	71	22	4	50	16	64	19
113 Ouzbékistan	1996	92	100	81	78	20	16	54	46	70	50
115 Bolivie	1998	20	98	22	31	25	4	107	26	147	32
118 Guatemala	1998	9	92	66	56	30	7	58	39	78	39
121 Afrique du Sud	1998	68	98	51	70	..	..	62	17	87	22
123 Maroc	1992	5	78	54	95	23	7	80	35	112	39
124 Gabon	2000	67	97	6	24	21	9	57	36	93	55
125 Namibie	2000	55	97	60	68	18	9	36	23	55	31
126 Inde	1998	16	84	21	64	25	17	97	38	141	46
129 Cambodge	2000	15	81	29	68	27	14	110	50	155	64
132 Comores	1996	26	85	40	82	23	18	87	65	129	87 [c]
134 Pakistan	1990	5	55	23	55	25	17	89	63	125	74
136 Ghana	1998	18	86	50	79	20	9	73	26	139	52
137 Bangladesh	1999	4	42	50	75	..	..	93	58	140	72
138 Népal	2001	4	45	54	82	33	25	86	53	130	68
143 Madagascar	1997	30	89	22	66	25	25	119	58	195	101
144 Cameroun	1991	32	95	27	64	19	8	104	51	201	82
145 Ouganda	2000	20	77	27	43	25	18	106	60	192	106

TABLEAU 8

Inégalités en matière de santé chez les mères et les enfants

Classement selon l'IDH	Année considérée	Accouchements assistés par un personnel de santé qualifié (en %)		Enfants d'un an effectivement vaccinés [a] (en %)		Enfants souffrant d'un retard de croissance (en % des moins de 5 ans)		Taux de mortalité inflantile [b] (pour 1 000 naissances vivantes)		Taux de mortalité des enfants de moins de cinq ans [b] (pour 1 000 naissances vivantes)	
		20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	1998	25	91	22	52	19	10	84	66	168	97
150 Yémen	1997	7	50	8	56	26	22	109	60	163	73
151 Zimbabwe	1999	57	94	64	64	19	13	59	44	100	62
152 Kenya	1998	23	80	48	60	27	11	96	40	136	61
153 Mauritanie	2000	15	93	16	45	18	15	61	62	98	79
154 Haïti	2000	4	70	25	42	18	5	100	97	164	109
156 Sénégal	1997	20	86	..	..	..	..	85	45	181	70
157 Érythrée	1995	5	74	25	84	23	15	74	68	152	104
158 Rwanda	2000	17	60	71	79	27	16	139	88	246	154
159 Nigeria	1990	12	70	14	58	22	19	102	69	240	120
160 Guinée	1999	12	82	17	52	19	12	119	70	230	133
162 Tanzanie, Rép. unie de	1999	29	83	53	78	29	16	115	92	160	135
163 Bénin	1996	34	98	38	74	17	12	119	63	208	110
164 Côte d'Ivoire	1994	17	84	16	64	21	10	117	63	190	97
165 Zambie	2001	20	91	64	80	27	20	115	57	192	92
166 Malawi	2000	43	83	65	81	26	23	132	86	231	149
168 Mozambique	1997	18	82	20	85	22	14	188	95	278	145
170 Éthiopie	2000	1	25	7	34	26	23	93	95	159	147
171 Tchad	1996	3	47	4	23	23	18	80	89	171	172
172 Centrafricaine, République	1994	14	82	18	64	22	15	132	54	193	98
174 Burkina Faso	1998	18	75	21	52	21	15	106	77	239	155
175 Mali	2001	8	82	20	56	20	12	137	90	248	148
177 Niger	1998	4	63	5	51	21	21	131	86	282	184

NOTES

Ce tableau présente des données concernant les pays en développement basées sur les enquêtes sur la démographie et la santé effectuées depuis 1990 Les quintiles sont définis par le statut socio-économique en termes d'actifs ou de richesse, plutôt qu'en termes de revenu ou de consommation. Pour de plus amples informations, consulter Gwatkin et al. 2005

a Comprend les vaccins contre la tuberculose (BCG) et la rougeole, ainsi que contre la diphtérie, la coqueluche et le tétanos (DCT).

b Données basées sur les naissances des 10 années précédant l'enquête.

c Erreur d'échantillonnage importante en raison du petit nombre de cas.

SOURCES

Toutes les colonnes : Gwatkin et al. 2005

TABLEAU 9

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	4	46	97	25	27
2 Islande	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	2	57	100	20	25
3 Australie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	6	33	82	16	19
4 Irlande	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	26	28
5 Suède	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	3	69	84	18	17
6 Canada	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	4	58	35	17	22
7 Japon	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	39	45	76	15	47
8 États-Unis	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	4	85	70	19	24
9 Suisse	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	6	..	..	23	27
10 Pays-Bas	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	61	86	28	36
11 Finlande	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	7	..	..	19	26
12 Luxembourg	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	83	..	26	39
13 Belgique	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	10	65	73	25	30
14 Autriche	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	11	42	68	..	..
15 Danemark	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	78	84	25	31
16 France	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	10	..	..	21	30
17 Italie	0,5 [0,3-0,9]	..	..	..	..	6	58	95	17	31
18 Royaume-Uni	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	25	27
19 Espagne	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	20	..	..	..	..
20 Nouvelle-Zélande	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	59	36	22	24
21 Allemagne	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	6	51	71	28	37
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	77	55	78	..	..
23 Israël	[<0,2]	..	..	..	..	7	34	80	18	32
24 Grèce	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	17	..	..	..	..
25 Singapour	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	41	67	77	..	..
26 Corée, République de	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	125	21	82	..	..
27 Slovénie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	17	66	85	..	..
28 Portugal	0,4 [0,3-0,9]	..	..	..	..	35	78	84	..	..
29 Chypre	[<0,2]	..	..	..	..	4	69	79	..	..
30 Tchèque, République	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	61	79	20	31
31 Barbade	1,5 [0,8-2,5]	..	..	..	..	12	139	100	..	..
32 Malte	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	5	20	100	18	30
33 Koweït	[<0,2]	..	..	..	..	30	83	62	..	..
34 Brunéi Darussalam	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	63	130	60	..	..
35 Hongrie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	30	47	48	28	41
36 Argentine	0,6 [0,3-1,9]	..	..	..	..	53	65	66	25	32
37 Pologne	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	32	56	78	25	40
38 Chili	0,3 [0,2-1,2]	..	..	..	..	16	114	85	37	48
39 Bahreïn	[<0,2]	..	..	..	..	50	49	97	..	..
40 Estonie	1,3 [0,6-4,3]	..	..	..	..	49	75	70	18	45
41 Lituanie	0,2 [0,1-0,6]	..	..	..	..	67	89	74	13	44
42 Slovaquie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	23	34	87	..	..
43 Uruguay	0,5 [0,2-6,1]	..	..	..	..	33	86	86	24	35
44 Croatie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	65	..	..	..	..
45 Lettonie	0,8 [0,5-1,3]	..	..	..	..	71	83	74	19	51
46 Qatar	[<0,2]	..	..	..	..	77	35	73	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	..	83	106	100	..	..
48 Costa Rica	0,3 [0,1-3,6]	..	..	..	..	15	153	94	..	..
49 Émirats arabes unis	[<0,2]	..	..	..	..	26	17	64	1	17
50 Cuba	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	12	90	94	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	15	..	..	..	..
52 Bahamas	3,3 [1,3-4,5]	..	..	..	..	50	68	62	..	..
53 Mexique	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	43	71	83	5	13

TABLEAU 9

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH		Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
54	Bulgarie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	36	104	91	..	..
55	Tonga	..	..	..	..	..	42	..	..	..	..
56	Oman	[<0,2]	..	..	..	..	12	123	90	..	..
57	Trinité-et-Tobago	2,6 [1,4-4,2]	..	..	..	..	12	..	..	..	..
58	Panama	0,9 [0,5-3,7]	..	..	..	..	45	133	74	..	..
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	10	..	..	..	..
60	Roumanie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	188	41	80	..	..
61	Malaisie	0,5 [0,2-1,5]	..	..	..	..	133	69	72	2	43
62	Bosnie-Herzégovine	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	53	96	94	30	49
63	Maurice	0,6 [0,3-1,8]	..	..	..	..	135	33	87	1	32
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	[<0,2]	..	..	..	..	20	169	62	..	..
65	Russie, Fédération de	1,1 [0,7-1,8]	..	..	..	..	160	13	61	..	..
66	Macédoine, ERYM	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	34	73	84	..	..
67	Bélarus	0,3 [0,2-0,8]	..	..	..	..	68	42	73	7	53
68	Dominique	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
69	Brésil	0,5 [0,3-1,6]	..	..	..	..	77	47	83	14	22
70	Colombie	0,6 [0,3-2,5]	30	..	1	..	75	17	83	..	..
71	Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	21	93	89	..	..
72	Venezuela, RB	0,7 [0,3-8,9]	..	..	..	..	52	77	82	..	..
73	Albanie	[<0,2]	..	..	..	..	31	34	91	..	..
74	Thaïlande	1,4 [0,7-2,1]	..	..	..	..	208	71	73	..	..
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	..	43	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	[<0,2]	..	..	..	..	55	40	79	..	..
77	Ukraine	1,4 [0,8-4,3]	..	..	..	..	151	..	..	..	..
78	Liban	0,1 [0,1-0,5]	..	..	..	..	12	82	92	31	42
79	Kazakhstan	0,1 [0,1-3,2]	32	65	..	..	160	79	75	..	..
80	Arménie	0,1 [0,1-0,6]	..	44	..	..	98	44	77	..	..
81	Chine	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	221	63	94	4 [h]	67
82	Pérou	0,6 [0,3-1,7]	19	..	..	..	216	83	89	..	..
83	Équateur	0,3 [0,1-3,5]	..	..	..	..	196	43	84	..	..
84	Philippines	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	463	73	88	8	41
85	Grenade	..	..	..	..	..	8	..	..	..	..
86	Jordanie	[<0,2]	..	..	..	..	5	79	87	8	51
87	Tunisie	0,1 [0,1-0,3]	..	..	..	..	24	96	91	2	50
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	39	33	..	..	..
89	Suriname	1,9 [1,1-3,1]	..	..	3	..	98	..	..	..	..
90	Fidji	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	41	58	86	4	26
91	Paraguay	0,4 [0,2-4,6]	..	..	..	..	107	21	85	7	23
92	Turquie	[<0,2]	..	..	..	..	45	3	93	18	49
93	Sri Lanka	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	91	70	81	2	23
94	Dominicaine, République	1,1 [0,9-1,3]	29	52	..	..	118	71	81	11	16
95	Belize	2,5 [1,4-4,0]	..	..	..	..	59	60	89	..	..
96	Iran, République islamique d'	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	35	58	84	..	..
97	Géorgie	0,2 [0,1-2,7]	..	..	..	..	89	79	66	..	..
98	Maldives	[<0,2]	..	..	..	..	57	94	91	..	..
99	Azerbaïdjan	0,1 [0,1-0,4]	..	..	1	1	90	47	70	..	..
100	Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	36	..	80	..	..
101	El Salvador	0,9 [0,5-3,8]	..	..	..	..	74	57	88	..	..
102	Algérie	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	54	106	90	(.)	32
103	Guyane	2,4 [1,0-4,9]	..	..	6	3	185	27	57	..	..
104	Jamaïque	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	9	79	53	..	..
105	Turkménistan	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	83	38	82	..	..
106	Cap Vert	..	..	..	..	..	314	..	..	..	..

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
107 Syrienne, République arabe	[<0,2]	..	..	..	..	51	46	88	..	..
108 Indonésie	0,1 [0,1-0,2]	..	68 [j]	..	1	275	53	87	..	..
109 Viet Nam	0,5 [0,3-0,9]	..	..	16	7	232	89	92	2	35
110 Kirghizistan	0,1 [0,1-1,7]	..	..	..	..	137	62	85	..	..
111 Égypte	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	35	61	80	..	..
112 Nicaragua	0,2 [0,1-0,6]	17	..	..	2	80	87	84	..	..
113 Ouzbékistan	0,2 [0,1-0,7]	..	50	..	..	156	28	81	1	24
114 Moldova, République de	1,1 [0,6-2,6]	44	63	..	..	214	59	65	2	34
115 Bolivie	0,1 [0,1-0,3]	20	37	..	..	290	71	81	..	..
116 Mongolie	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	209	80	88	..	..
117 Honduras	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	97	83	87	..	..
118 Guatemala	0,9 [0,5-2,7]	..	..	1	..	107	55	91	..	..
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	64	107	56	..	..
120 Guinée équatoriale	3,2 [2,6-3,8]	..	..	1	49	322	82	51	..	..
121 Afrique du Sud	18,8 [16,8-20,7]	20	..	..	..	670	83	67	8	23
122 Tadjikistan	0,1 [0,1-1,7]	..	..	2	69	277	12	86	..	..
123 Maroc	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	105	80	86	(.)	29
124 Gabon	7,9 [5,1-11,5]	33	48	..	..	339	81	34	..	..
125 Namibie	19,6 [8,6-31,7]	48	69	3	14	586	88	63	10	23
126 Inde	0,9 [0,5-1,5]	51	59	..	..	312	57	86	17	47
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	23	61	253	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	59	123	87	..	..
129 Cambodge	1,6 [0,9-2,6]	..	..	..	..	709	61	93	..	..
130 Myanmar	1,3 [0,7-2,0]	..	..	..	..	180	83	81	12	36
131 Botswana	24,1 [23,0-32,0]	75	88	..	..	553	67	77	..	..
132 Comores	<0,1 [<0,2]	..	..	9	63	95	39	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	0,1 [0,1-0,4]	..	..	18	9	318	55	79	13	59
134 Pakistan	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	329	27	75	..	..
135 Bhoutan	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	184	35	90	..	..
136 Ghana	2,3 [1,9-2,6]	33	52	5	63	376	37	66	1	7
137 Bangladesh	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	435	44	85	27	55
138 Népal	0,5 [0,3-1,3]	..	..	..	..	257	67	87	24	49
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1,8 [0,9-4,4]	..	..	..	..	448	19	58	..	..
140 Congo	5,3 [3,3-7,5]	..	..	..	..	464	65	69	..	..
141 Soudan	1,6 [0,8-2,7]	..	..	(.)	50	370	35	82	..	..
142 Timor oriental	[<0,2]	..	..	8	47	692	46	81	..	..
143 Madagascar	0,5 [0,2-1,2]	5	12	(.)	61	351	74	71	..	..
144 Cameroun	5,4 [4,9-5,9]	46	57	1,3	66	227	91	..	..	..
145 Ouganda	6,7 [5,7-7,6]	53	55	(.)	..	646	43	68	..	..
146 Swaziland	33,4 [21,2-45,3]	..	..	(.)	26	1 120	38	42	3	11
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	3,2 [1,9-4,7]	22	41	2	60	718	17	64	..	..
148 Djibouti	3,1 [0,8-6,9]	..	..	..	..	1 137	43	74	..	..
149 Lesotho	23,2 [21,9-24,7]	50	48	..	..	544	86	70	..	..
150 Yémen	[<0,2]	..	..	..	..	144	40	82	..	..
151 Zimbabwe	20,1 [13,3-27,6]	42	69	..	..	673	42	66	2	20
152 Kenya	6,1 [5,2-7,0]	25	47	5	27	888	46	80	1	21
153 Mauritanie	0,7 [0,4-2,8]	..	..	4,1	33	502	44	58	..	..
154 Haïti	3,8 [2,2-5,4]	19	30	..	12	387	49	78	6 [h]	..
155 Gambie	2,4 [1,2-4,1]	..	..	15	55	329	66	75	..	..
156 Sénégal	0,9 [0,4-1,5]	34	54 [j]	2	36	451	52	70	..	..
157 Érythrée	2,4 [1,3-3,9]	..	81	4	4	437	14	85	..	..
158 Rwanda	3,1 [2,9-3,2]	28	41	5	13	660	29	67	..	..
159 Nigeria	3,9 [2,3-5,6]	24	46	1	34	531	21	59	1	..

TABLEAU 9

Crises et risques majeurs pour la santé à l'échelle mondiale

Classement selon l'IDH	Prévalence du VIH [a] (en % des 15-49 ans) 2005	OMD Utilisation du préservatif masculin lors du dernier rapport sexuel à risque [b] (en % des 15-24 ans) Femmes 1998-2004 [g]	Hommes 1998-2004 [g]	OMD Enfants de moins de 5 ans Dormant sous des moustiquaires imprégnées d'insecticides (en %) 1999-2004 [g]	Souffrant de fièvre traitée par des antipaludéens (en %) 1999-2004 [g]	OMD Cas de tuberculose Pour 100 000 personnes [c] 2004	Détectés selon la stratégie DOTS [d] (en %) 2004	Soignés selon la stratégie DOTS [e] (en %) 2003	Consommation de tabac (en % des adultes) [f] Femmes 2002-04 [g]	Hommes 2002-04 [g]
160 Guinée	1,5 [1,2-1,8]	42 [h]	27	4	56	410	52	75	..	..
161 Angola	3,7 [2,3-5,3]	..	..	2	63	310	94	68	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	6,5 [5,8-7,2]	42	47	10	58	479	47	81	..	..
163 Bénin	1,8 [1,2-2,5]	19	34	7	60	142	82	81	..	..
164 Côte d'Ivoire	7,1 [4,3-9,7]	25	56	1	58	651	38	72	..	..
165 Zambie	17 [15,9-18,1]	35	40	7	52	707	54	75	1	16
166 Malawi	14,1 [6,9-21,4]	35	47	36	18	501	40	73	5	21
167 Congo, Rép. dém. du	3,2 [1,8-4,9]	..	..	1	45	551	70	83	..	..
168 Mozambique	16,1 [12,5-20,0]	29	33	..	15	635	46	76	..	..
169 Burundi	3,3 [2,7-3,8]	..	..	1	31	564	29	79	..	..
170 Éthiopie	[0,9-3,5]	17	30	..	3	533	36	70	(.)	6
171 Tchad	3,5 [1,7-6,0]	17	25	1	32	566	16	78	..	..
172 Centrafricaine, République	10,7 [4,5-17,2]	..	..	2	69	549	4	59	..	..
173 Guinée-Bissau	3,8 [2,1-6,0]	..	..	7	58	306	75	80	..	..
174 Burkina Faso	2 [1,5-2,5]	54	67	7	50	365	18	66	..	..
175 Mali	1,7 [1,3-2,1]	14	30	8	38	578	19	65	..	..
176 Sierra Leone	1,6 [0,9-2,4]	..	..	2	61	847	36	83		
177 Niger	1,1 [0,5-1,9]	7	30	6	48	288	46	70		
Pays en développement	1,1 [1,0-1,4]	..	..	..	..	275	..	..	..	..
Pays les moins avancés	2,7 [2,3-3,1]	..	..	..	..	456	..	..	..	..
États arabes	0,2 [0,2-04]	..	..	..	..	125	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	236	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	0,6 [0,4-1,2]	..	..	..	..	83	..	..	..	..
Asie du Sud	0,7 [0,4-1,1]	..	..	..	..	315	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	6,1 [5,4-6,9]	..	..	..	..	540	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	124	..	..	..	..
OCDE	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	22	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	18	..	..	..	..
Développement humain élevé	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	27	..	..	..	..
Développement humain moyen	0,7 [0,6-1,0]	..	..	..	..	245	..	..	..	..
Faible développement humain	4,9 [4,1-5,7]	..	..	..	..	532	..	..	..	..
Revenu élevé	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	19	..	..	..	..
Revenu moyen	0,6 [0,5-0,8]	..	..	..	..	182	..	..	..	..
Faible revenu	1,8 [1,5-2,2]	..	..	..	..	376	..	..	..	..
Monde	1,0 [0,9-1,2]	..	..	..	..	229	..	..	..	..

NOTES

a Ces données correspondent à des estimations précises et des fourchettes d'estimations calculées sur la base de nouveaux modèles développés dans le cadre du Programme commun des Nations Unies sur le VIH/SIDA (ONUSIDA). Les fourchettes d'estimations sont présentées entre crochets.

b En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection. Pour certains pays, ces données ne correspondent pas à la définition standard ou ne s'appliquent qu'à une partie du pays considéré.

c Données correspondant à la prévalence de toutes les formes de tuberculose.

d Calculs effectués en divisant le nombre de nouveaux cas avérés de tuberculose détectés selon la stratégie DOTS de détection et traitement sous observation directe recommandée sur le plan international par le nombre estimatif annuel de nouveaux cas avérés. Les valeurs peuvent dépasser 100 % en raison du nombre important de cas décelés dans une zone où les cas chroniques sont nombreux, de déclarations parfois doubles, de diagnostics erronés et d'une sous-estimation (OMS 2006d).

e Ces données correspondent au pourcentage de nouveaux cas avérés et traités selon la stratégie DOTS en 2001 et dont le traitement a réussi.

f La classe d'âge varie selon les pays, mais correspond en général à 18 ans et plus ou à 15 ans et plus.

g Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

h Données concernant l'année 2005

SOURCES

Colonne 1 : ONUSIDA 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du rapport mondial sur le développement humain par l'ONUSIDA.

Colonnes 2 et 3 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun d'ONUSIDA, du Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF) et de l'Organisation mondiale de la santé (OMS).

Colonnes 4-8 : ONU 2006c, sur la base de données fournies par l'UNICEF et l'OMS.

Colonnes 9 et 10 : Banque mondiale 2006, sur la base de données fournies par l'Organisation mondiale de la santé et le National Tobacco Information Online System.

TABLEAU 10

. . . vivre longtemps et en bonne santé . . .

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années) 1970-75 [d]	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Femmes 2000-05 [d]	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Hommes 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx officiel [b] 1990-2004 [e]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx ajusté [c] 2000
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	74,4	79,3	13	4	15	4	90,6	84,7	6	16
2 Islande	74,3	80,6	13	2	14	3	91,4	87,4	..	0
3 Australie	71,7	80,2	17	5	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Irlande	71,3	77,7	20	5	27	6	89,7	83,1	6	5
5 Suède	74,7	80,1	11	3	15	4	91,5	86,4	5	2
6 Canada	73,2	79,9	19	5	22	6	90,7	85,0	..	6
7 Japon	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
8 États-Unis	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
9 Suisse	73,8	80,5	15	5	18	5	91,9	85,4	5	7
10 Pays-Bas	74,0	78,3	13	5	15	6	89,7	83,5	7	16
11 Finlande	70,7	78,4	13	3	16	4	91,2	80,9	6	6
12 Luxembourg	70,7	78,4	19	5	26	6	89,9	82,6	0	28
13 Belgique	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
14 Autriche	70,6	78,9	26	5	33	5	91,0	82,4	..	4
15 Danemark	73,6	77,1	14	4	19	5	87,0	81,0	10	5
16 France	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Italie	72,1	80,0	30	4	33	5	92,2	84,6	7	5
18 Royaume-Uni	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
19 Espagne	72,9	79,5	27	3	34	5	92,8	82,1	6	4
20 Nouvelle-Zélande	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
21 Allemagne	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
22 Hong Kong, Chine (RAS)	72,0	81,5	..	..	..	..	93,7	86,4	..	..
23 Israël	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grèce	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapour	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 Corée, République de	62,6	76,9	43	5	54	6	90,2	76,9	20	20
27 Slovénie	69,8	76,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
28 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
29 Chypre	71,4	78,5	29	5	33	5	91,6	84,3	0	47
30 Tchèque, République	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
31 Barbade	69,4	74,9	40	10	54	12	86,7	74,8	0	95
32 Malte	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Koweït	67,0	76,8	49	10	59	12	87,9	82,7	5	5
34 Brunéi Darussalam	68,3	76,3	58	8	78	9	87,9	84,7	0	37
35 Hongrie	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Argentine	67,1	74,3	59	16	71	18	84,9	72,1	44	82
37 Pologne	70,5	74,3	32	7	36	8	87,0	69,7	4	13
38 Chili	63,4	77,9	78	8	98	8	88,5	79,1	17	31
39 Bahreïn	63,3	74,2	55	9	82	11	84,6	78,9	46	28
40 Estonie	70,5	71,2	21	6	26	8	83,9	57,2	46	63
41 Lituanie	71,3	72,2	23	8	28	8	85,2	60,5	13	13
42 Slovaquie	70,0	74,0	25	6	29	9	86,8	69,3	16	3
43 Uruguay	68,7	75,3	48	15	57	17	85,9	73,3	26	27
44 Croatie	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
45 Lettonie	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
46 Qatar	62,1	72,7	45	18	65	21	81,2	74,0	10	7
47 Seychelles	..	..	46	12	59	14	..	..	57	..
48 Costa Rica	67,9	78,1	62	11	83	13	88,4	81,2	33	43
49 Émirats arabes unis	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
50 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	7	86,2	80,0	34	33
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	18	..	21	..	..	250	..
52 Bahamas	66,5	69,5	38	10	49	13	73,6	61,4	..	60
53 Mexique	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	65	83

TABLEAU 10

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années)		OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes)		OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes)		Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte)		OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes)	
							Femmes	Hommes	Tx officiel [b]	Tx ajusté [c]
	1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	2000-05 [d]	2000-05 [d]	1990-2004 [e]	2000
54 Bulgarie	71,0	72,1	28	12	31	15	84,5	68,2	15	32
55 Tonga	65,6	72,1	40	20	50	25	78,2	73,4	..	..
56 Oman	52,1	74,0	126	10	200	13	84,2	78,8	23	87
57 Trinité-et-Tobago	65,9	69,9	49	18	57	20	76,1	64,5	45	160
58 Panama	66,2	74,7	46	19	68	24	85,1	76,3	70	160
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	11	..	12	..	..	65	..
60 Roumanie	69,2	71,3	46	17	57	20	82,9	65,3	31	49
61 Malaisie	63,0	73,0	46	10	70	12	83,5	73,4	30	41
62 Bosnie-Herzégovine	67,5	74,1	60	13	82	15	85,2	74,2	10	31
63 Maurice	62,9	72,1	64	14	86	15	80,9	66,9	22	24
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	52,8	73,4	105	18	160	20	82,5	74,6	77	97
65 Russie, Fédération de	69,7	65,4	29	17	36	21	76,3	44,7	32	67
66 Macédoine, ERYM	67,5	73,7	85	13	119	14	84,6	75,4	7	23
67 Bélarus	71,5	68,1	22	9	27	11	79,3	50,6	18	35
68 Dominique	..	..	..	13	..	14	..	..	67	..
69 Brésil	59,5	70,3	95	32	135	34	77,7	62,7	64	260
70 Colombie	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
71 Sainte-Lucie	65,3	72,3	..	13	..	14	77,0	71,3	35	..
72 Venezuela, RB	65,7	72,8	47	16	61	19	82,8	71,7	68	96
73 Albanie	67,7	73,7	78	17	109	19	87,6	80,0	23	55
74 Thaïlande	61,0	69,7	74	18	102	21	80,3	64,5	24	44
75 Samoa occidentales	56,1	70,0	73	25	101	30	78,4	65,5	..	130
76 Arabie Saoudite	53,9	71,6	118	21	185	27	81,2	73,4	..	23
77 Ukraine	70,1	66,1	22	14	27	18	76,4	46,6	13	35
78 Liban	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
79 Kazakhstan	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
80 Arménie	70,8	71,4	..	29	..	32	81,7	66,4	9	55
81 Chine	63,2	71,5	85	26	120	31	81,3	74,2	51	56
82 Pérou	55,5	69,8	115	24	178	29	77,1	68,1	190	410
83 Équateur	58,8	74,2	87	23	140	26	82,6	72,7	80	130
84 Philippines	58,1	70,2	56	26	90	34	78,6	70,1	170	200
85 Grenade	..	..	..	18	..	21	..	..	1	..
86 Jordanie	56,5	71,2	77	23	107	27	77,7	71,6	41	41
87 Tunisie	55,6	73,1	135	21	201	25	84,9	75,7	69	120
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	61,6	71,0	..	18	..	22	81,3	70,3	93	..
89 Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
90 Fidji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
91 Paraguay	65,9	70,9	58	21	78	24	79,8	71,3	180	170
92 Turquie	57,0	68,6	150	28	201	32	77,9	67,3	130	70
93 Sri Lanka	63,1	73,9	65	12	100	14	85,6	76,1	92	92
94 Dominicaine, République	59,7	67,1	91	27	127	32	75,1	60,8	180	150
95 Belize	67,6	71,9	..	32	..	39	80,9	71,7	140	140
96 Iran, République islamique d'	55,2	70,2	122	32	191	38	79,2	71,7	37	76
97 Géorgie	68,2	70,5	..	41	..	45	83,0	66,3	52	32
98 Maldives	51,4	66,3	157	35	255	46	67,5	67,8	140	110
99 Azerbaïdjan	65,6	66,9	..	75	..	90	76,0	60,3	25	94
100 Territoires palestiniens occupés	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
101 El Salvador	58,2	70,7	111	24	162	28	77,7	67,3	170	150
102 Algérie	54,5	71,0	143	35	220	40	78,4	75,2	120	140
103 Guyane	60,0	62,9	..	48	..	64	65,7	54,2	190	170
104 Jamaïque	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
105 Turkménistan	59,2	62,4	..	80	..	103	69,8	52,1	14	31
106 Cap Vert	57,5	70,2	..	27	..	36	79,8	67,7	76	150

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années) 1970-75 [d]	Espérance de vie à la naissance (en années) 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 1970	OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes) 2004	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Femmes 2000-05 [d]	Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte) Hommes 2000-05 [d]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx officiel [b] 1990-2004 [e]	OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes) Tx ajusté [c] 2000
107 Syrienne, République arabe	57,4	73,2	90	15	128	16	83,2	76,3	65	160
108 Indonésie	49,2	66,5	104	30	172	38	72,1	63,8	310	230
109 Viet Nam	50,3	70,4	55	17	87	23	78,4	71,0	170	130
110 Kirghizistan	61,2	66,8	104	58	130	68	76,0	58,6	44	110
111 Égypte	52,1	69,6	157	26	235	36	79,3	69,3	84	84
112 Nicaragua	55,2	69,5	113	31	165	38	74,9	66,1	83	230
113 Ouzbékistan	63,6	66,5	83	57	101	69	72,9	59,9	34	24
114 Moldova, République de	64,8	67,5	46	23	61	28	74,3	56,5	44	36
115 Bolivie	46,7	63,9	147	54	243	69	68,0	60,0	230	420
116 Mongolie	53,8	63,9	..	41	..	52	67,6	57,9	99	110
117 Honduras	53,9	67,6	116	31	170	41	70,1	63,5	110	110
118 Guatemala	53,7	67,1	115	33	168	45	73,5	59,7	150	240
119 Vanuatu	54,0	68,4	107	32	155	40	75,2	67,6	68	32
120 Guinée équatoriale	40,5	43,5	..	122	..	204	33,0	30,6	..	880
121 Afrique du Sud	53,7	49,0	..	54	..	67	38,1	28,9	150	230
122 Tadjikistan	60,9	63,5	..	91	..	93	69,4	59,3	45	100
123 Maroc	52,9	69,5	119	38	184	43	78,9	70,3	230	220
124 Gabon	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
125 Namibie	53,9	48,6	85	47	135	63	36,7	31,6	270	300
126 Inde	50,3	63,1	127	62	202	85	67,4	59,2	540	540
127 São Tomé-et-Principe	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	..
128 Salomon, Îles	55,6	62,2	71	34	99	56	62,0	59,0	550	130
129 Cambodge	40,3	56,0	..	97	..	141	61,5	45,0	440	450
130 Myanmar	49,2	60,1	122	76	179	106	63,5	52,7	230	360
131 Botswana	56,1	36,6	99	84	142	116	16,5	13,1	330	100
132 Comores	48,9	63,0	159	52	215	70	66,5	57,8	520	480
133 Lao, Rép. dém. pop.	40,4	54,5	145	65	218	83	53,1	47,8	530	650
134 Pakistan	51,9	62,9	120	80	181	101	65,6	62,7	530	500
135 Bhoutan	41,5	62,7	156	67	267	80	65,3	60,2	260	420
136 Ghana	49,9	56,7	111	68	186	112	52,9	50,4	210	540
137 Bangladesh	45,2	62,6	145	56	239	77	63,7	59,3	380	380
138 Népal	44,0	61,4	165	59	250	76	61,0	57,9	540	740
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	44,7	55,1	106	68	147	93	46,6	41,5	370	300
140 Congo	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
141 Soudan	45,1	56,3	104	63	172	91	55,4	49,6	550	590
142 Timor oriental	40,0	55,2	..	64	..	80	52,7	47,3	..	660
143 Madagascar	44,9	55,3	109	76	180	123	54,1	48,7	470	550
144 Cameroun	45,7	45,8	127	87	215	149	36,1	33,1	430	730
145 Ouganda	51,1	46,8	100	80	170	138	34,4	32,9	510	880
146 Swaziland	49,6	33,0	132	108	196	156	12,0	9,3	230	370
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	49,8	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
148 Djibouti	44,4	52,7	..	101	..	126	48,1	42,9	74	730
149 Lesotho	49,8	36,7	128	61	190	82	18,6	11,6	..	550
150 Yémen	39,9	60,3	202	82	303	111	61,0	54,9	370	570
151 Zimbabwe	55,6	37,2	86	79	138	129	15,5	15,7	700	1 100
152 Kenya	53,6	47,0	96	79	156	120	31,8	35,0	410	1 000
153 Mauritanie	43,4	52,5	151	78	250	125	50,7	44,5	750	1 000
154 Haïti	48,5	51,5	148	74	221	117	41,3	38,2	520	680
155 Gambie	38,0	55,5	183	89	319	122	54,3	48,7	730	540
156 Sénégal	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
157 Érythrée	44,3	53,5	143	52	237	82	45,5	35,9	1 000	630
158 Rwanda	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1 100	1 400
159 Nigeria	42,8	43,3	140	101	265	197	33,2	31,6	..	800

TABLEAU 10

Survie : progrès et reculs

Classement selon l'IDH	Espérance de vie à la naissance (en années)		OMD Taux de mortalité infantile (pour 1 000 naissances vivantes)		OMD Taux de mortalité des enfants de moins de 5 ans (pour 1 000 naissances vivantes)		Probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans [a] (en % de la cohorte)		OMD Taux de mortalité maternelle (pour 100 000 naissances vivantes)	
							Femmes	Hommes	Tx officiel [b]	Tx ajusté [c]
	1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	2000-05 [d]	2000-05 [d]	1990-2004 [e]	2000
160 Guinée	39,3	53,6	197	101	345	155	52,6	49,1	530	740
161 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8	..	1 700
162 Tanzanie, Rép. unie de	49,5	46,0	129	78	218	126	35,8	33,4	580	1 500
163 Bénin	47,0	53,8	149	90	252	152	52,9	48,4	500	850
164 Côte d'Ivoire	49,8	46,0	158	117	239	194	38,5	34,8	600	690
165 Zambie	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
166 Malawi	41,8	39,6	189	110	330	175	24,5	23,2	1 100	1 800
167 Congo, Rép. dém. du	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	1 300	990
168 Mozambique	40,7	41,9	168	104	278	152	30,5	26,7	410	1 000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7	..	1 000
170 Éthiopie	43,5	47,6	160	110	239	166	40,7	36,6	870	850
171 Tchad	40,6	43,6	..	117	..	200	35,1	31,2	830	1 100
172 Centrafricaine, République	43,5	39,4	145	115	238	193	24,5	21,9	1 100	1 100
173 Guinée-Bissau	36,5	44,6	..	126	..	203	38,8	33,2	910	1 100
174 Burkina Faso	43,8	47,4	166	97	295	192	41,7	37,9	480	1 000
175 Mali	38,0	47,8	225	121	400	219	44,8	40,8	580	1 200
176 Sierra Leone	35,4	40,6	206	165	363	283	36,2	30,7	1 800	2 000
177 Niger	38,4	44,3	197	152	330	259	40,2	37,8	590	1 600
Pays en développement	55,6	64,9	109	57	166	83	69,6	62,3	..	..
Pays les moins avancés	44,5	52,0	148	94	240	147	47,9	43,5	..	..
États arabes	52,1	66,9	132	38	202	51	73,3	66,3	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	60,5	70,4	84	28	122	34	79,2	71,3	..	..
Amérique latine et Caraïbes	61,1	71,7	86	26	123	31	79,7	68,2	..	..
Asie du Sud	50,1	63,2	128	62	203	84	67,1	60,0	..	..
Afrique subsaharienne	45,8	46,1	144	103	243	174	37,0	33,8	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	69,0	68,1	37	22	46	26	78,8	55,4	..	..
OCDE	70,3	77,6	41	10	52	12	88,4	79,6	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	71,6	78,8	22	5	27	6	89,9	81,8	..	..
Développement humain élevé	70,6	77,7	34	9	42	10	88,7	79,6	..	..
Développement humain moyen	57,4	66,9	103	45	156	60	73,5	64,5	..	..
Faible développement humain	44,4	45,6	151	106	254	178	36,7	34,0	..	..
Revenu élevé	71,5	78,6	24	6	30	7	89,7	81,6	..	..
Revenu moyen	62,0	70,0	87	27	126	34	78,7	68,4	..	..
Faible revenu	48,9	58,3	129	77	206	117	58,5	52,6	..	..
Monde	59,9	67,0	97	51	146	75	73,1	64,5	..	..

NOTES

a Données correspondant à la probabilité à la naissance d'atteindre 65 ans, multipliée par 100

b Données fournies par les autorités nationales.

c Données ajustées sur la base des corrections effectuées par le Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF), l'Organisation mondiale de la santé (OMS) et le Fonds des Nations Unies pour la population (FNUAP) afin de tenir compte des problèmes reconnus de sous-estimation et de mauvaise classification.

d Les données correspondent à des estimations pour la période indiquée pour cette rubrique.

e Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

SOURCES

Colonnes 1, 2, 7 et 8 : ONU 2005b.

Colonnes 3-6 et 10 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun de l'UNICEF et de l'OMS.

Colonne 9 : UNICEF 2005

TABLEAU 11

. . . acquérir un savoir . . .

Assurer l'éducation : dépenses publiques

	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
Classement selon l'IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	7,1	7,7	14,6	..	38,3 [c]	29,4 [d]	26,9	35,8 [d]	16,5	31,5 [d]
2 Islande	..	8,0	..	..	..	41,9 [d]	..	33,7 [d]	..	16,2 [d]
3 Australie	4,9	4,8	14,8	..	..	34,7 [d]	..	38,8 [d]	..	24,5 [d]
4 Irlande	5,0	4,3	9,7	..	37,5	32,6 [d]	40,1	35,1 [d]	20,6	26,8 [d]
5 Suède	7,1	7,0	13,8	..	47,7	..	19,6	..	13,2	..
6 Canada	6,5	5,2	14,2	..	..	..	..	..	..	34,4 [d]
7 Japon	..	3,7	..	..	..	..	..	..	..	..
8 États-Unis	5,1	5,9	12,3	..	..	..	..	..	..	..
9 Suisse	5,3	5,4	18,8	..	49,5	34,3	25,7	38,7	19,4	24,0
10 Pays-Bas	5,6	5,3	14,3	..	22,6	34,9	36,9	39,7	31,8	25,3
11 Finlande	6,5	6,5	11,9	..	..	26,2 [d]	..	40,5 [d]	..	33,3 [d]
12 Luxembourg	3,0	..	10,8	..	..	..	..	..	..	..
13 Belgique	5,0	6,2	..	..	23,6 [c]	..	41,7	..	16,4	..
14 Autriche	5,5	5,5	7,6	..	23,9	27,4	46,2	45,9	19,8	22,5
15 Danemark	6,9	8,4	11,8	..	..	30,5	..	34,8	..	32,8
16 France	5,6	6,0	..	..	26,4	31,9	40,4	49,5	13,8	17,2
17 Italie	3,0	4,9	..	..	34,5	34,5	61,8	46,5	..	18,1
18 Royaume-Uni	4,8	5,5	..	11,5 [d]	29,7	..	43,8	..	19,6	..
19 Espagne	4,3	4,5	..	..	29,4	37,5	44,8	42,8	16,1	19,7
20 Nouvelle-Zélande	6,1	6,9	..	15,1	30,5	28,1 [d]	25,3	41,7 [d]	37,4	24,5 [d]
21 Allemagne	..	4,8	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	2,8	4,7	17,4	23,3	..	25,0	..	34,9	..	31,6
23 Israël	6,5	7,3	11,4	13,7	..	45,2	..	30,1	..	17,1
24 Grèce	2,3	4,3	..	..	33,7	29,0 [d]	45,3	36,8 [d]	19,6	29,9 [d]
25 Singapour	3,1	..	18,2	..	..	..	..	..	..	..
26 Corée, République de	3,8	4,6	25,6	16,1	44,5	35,6 [d]	38,6	40,8 [d]	7,2	14,7 [d]
27 Slovénie	4,8	6,0	16,1	..	43,3	..	37,0	..	17,0	..
28 Portugal	4,6	5,9	..	..	42,9	37,9	35,1	42,2	15,0	16,1
29 Chypre	3,7	7,4	11,6	..	38,8	36,7	49,7	51,3	3,9	12,0
30 Tchèque, République	..	4,6	..	..	..	26,0	..	51,3	..	19,5
31 Barbade	7,8	7,3	22,2	17,3	..	31,9 [d]	..	31,0	..	34,4
32 Malte	4,4	4,6	8,5	..	23,0 [c]	31,6	40,1	47,9	19,0	20,0
33 Koweït	4,8	8,2	3,4	17,4	..	30,4	..	37,5	..	31,0
34 Brunéi Darussalam	3,5	..	..	..	22,4	..	29,6	..	2,0	..
35 Hongrie	6,1	6,0	7,8	..	55,4	31,5 [d]	24,6	41,6 [d]	14,9	18,9 [d]
36 Argentine	3,3	3,5	..	14,6	..	43,2 [d]	..	39,2 [d]	..	17,6 [d]
37 Pologne	5,2	5,8	14,6	12,8	36,5 [c]	40,5 [d]	..	39,1 [d]	..	18,4 [d]
38 Chili	2,5	3,7	10,0	18,5	..	49,8	..	39,1	..	11,1
39 Bahreïn	3,9	..	12,8	..	..	..	..	..	..	..
40 Estonie	..	5,7	..	..	..	32,2	..	40,2	..	20,9
41 Lituanie	5,5	5,2	20,6	..	..	..	..	..	..	23,1
42 Slovaquie	5,6	4,4	..	..	..	26,8 [d]	..	50,7 [d]	..	18,8 [d]
43 Uruguay	2,5	2,2	16,6	7,9	36,4 [c]	..	29,3	..	24,4	..
44 Croatie	5,5	4,5	..	10,0	..	32,4 [d]	..	46,2 [d]	..	19,3
45 Lettonie	4,1	5,4	16,9	..	..	..	..	..	..	..
46 Qatar	3,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seychelles	6,5	5,4 [d]	11,6	..	..	39,8 [d]	..	30,0 [d]	..	18,3 [d]
48 Costa Rica	3,4	4,9	21,8	18,5	38,2	65,7	21,6	34,3	36,1	..
49 Émirats arabes unis	1,9	1,6 [d]	15,0	22,5 [d]	..	45,2 [d]	..	50,6 [d]	..	2,6 [d]
50 Cuba	9,7	..	10,8	19,4	27,1	41,0	37,2	35,6	15,2	20,6
51 Saint-Kitts-et-Nevis	2,7	4,4 [d]	11,6	12,7	42,7	42,1	56,2	36,5	..	..
52 Bahamas	3,7	..	16,3	..	..	..	..	..	..	..
53 Mexique	3,8	5,8	15,3	..	39,4	49,2	27,6	28,6	16,7	19,6

TABLEAU 11

Assurer l'éducation : dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
54 Bulgarie	5,4	4,2	..	..	70,0	38,2 [d]	..	47,2 [d]	13,8	14,3 [d]
55 Tonga	..	4,8	..	13,5	..	59,1 [c]	..	26,5	..	..
56 Oman	3,4	4,6 [d]	15,8	26,1 [d]	52,3 [c]	43,4 [c, d]	39,7	38,6 [d]	6,6	9,6 [d]
57 Trinité-et-Tobago	4,1	4,3 [d]	12,4	..	..	..	..	..	..	..
58 Panama	4,6	3,9 [d]	18,9	8,9 [d]	35,9 [c]	..	22,4	..	20,2	..
59 Antigua-et-Barbuda	..	3,8	..	..	..	31,9	..	34,8	..	7,0
60 Roumanie	3,5	3,6	..	..	..	23,2 [d]	..	47,1 [d]	..	17,3 [d]
61 Malaisie	5,1	8,0	18,0	28,0	34,0 [c]	29,3 [d]	34,9	33,2 [d]	19,9	36,5 [d]
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
63 Maurice	3,8	4,7	11,8	15,7	37,7	31,4	36,4	40,2	16,6	14,0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
65 Russie, Fédération de	3,6	3,7	..	12,3	..	..	..	..	..	..
66 Macédoine, ERYM	..	3,4	..	..	..	..	..	..	..	..
67 Bélarus	5,7	5,8	..	13,0	37,7 [c]	..	..	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	..	4,1	..	10,9	..	..	..	..	..	..
70 Colombie	2,4	4,9	14,3	11,7	..	42,2	..	29,1	..	12,9
71 Sainte-Lucie	..	5,0	..	..	48,1 [c]	47,7	..	33,2	..	..
72 Venezuela, RB	4,5	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
73 Albanie	..	2,8 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
74 Thaïlande	3,1	4,2	20,0	40,0 [e]	56,2	..	21,6	..	14,6	..
75 Samoa occidentales	..	4,3 [d]	..	13,7 [d]	..	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	5,8	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	6,2	4,6	18,9	18,3	..	..	..	..	..	..
78 Liban	..	2,6	..	12,7	..	..	..	..	..	26,4
79 Kazakhstan	3,9	2,4	19,1	..	..	..	..	..	..	..
80 Arménie	..	3,2 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
81 Chine	2,2	..	12,7	..	..	..	..	..	..	..
82 Pérou	2,8	3,0	..	17,1	..	44,1	..	28,4	..	15,0
83 Équateur	3,4	..	17,5	..	..	..	..	..	..	..
84 Philippines	3,0	3,2	10,5	17,2	..	59,5 [d]	..	24,6 [d]	..	13,7 [d]
85 Grenade	4,9	5,2	11,9	12,9	..	40,8 [d]	..	34,7 [d]	..	11,1 [d]
86 Jordanie	8,0	..	19,1	..	..	..	..	..	..	..
87 Tunisie	6,0	8,1	14,3	..	..	36,7 [c, d]	..	43,9 [d]	..	19,4
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	5,9	11,1	13,8	20,3	64,1	47,1	31,7	17,4	..	..
89 Suriname	..	..	..	..	59,0 [c]	..	15,2	..	9,1	..
90 Fidji	5,1	6,4	..	20,0	..	40,3	..	33,5	..	16,3
91 Paraguay	1,9	4,3	10,3	10,8	..	54,6	..	28,3	..	16,9
92 Turquie	2,4	3,7	..	..	59,2 [c]	..	29,2	..	-	..
93 Sri Lanka	3,2	..	8,4	..	..	..	..	..	..	..
94 Dominicaine, République	..	1,1	..	6,3	..	66,5	..	10,6	..	..
95 Belize	4,6	5,1	18,5	18,1	60,3 [c]	55,3	..	28,2	..	13,2
96 Iran, République islamique d'	4,1	4,8	22,4	17,9	..	24,7	..	35,5	..	14,5
97 Géorgie	..	2,9	..	13,1	..	..	..	..	..	..
98 Maldives	7,0	8,1 [d]	16,0 [d]	..	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	7,7	3,3 [d]	24,7	19,2	..	25,3 [d]	..	52,6 [d]	..	5,7
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	1,8	2,8 [d]	15,2	20,0	..	60,0 [d]	..	23,6 [d]	..	7,0
102 Algérie	5,1	..	22,0	..	..	..	..	..	..	..
103 Guyane	2,2	5,5	6,5	18,4	..	55,9	..	23,0	..	4,1
104 Jamaïque	4,5	4,9	12,8	9,5	37,4	36,9 [d]	33,2	42,6 [d]	21,1	19,5 [d]
105 Turkménistan	3,9	..	19,7	..	..	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	3,6	7,3	19,9	20,7	..	44,2 [c]	..	26,3	..	11,6

TABLEAU 11

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
107 Syrienne, République arabe	3,9	..	14,2	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	1,0	0,9	..	9,0 [d]	..	39,3 [d]	..	41,6 [d]	..	19,2 [d]
109 Viet Nam	1,8	..	9,7	..	..	..	..	..	..	..
110 Kirghizistan	6,0	4,4 [d]	22,7	..	..	22,6 [d]	..	45,6 [d]	..	18,7
111 Égypte	3,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicaragua	3,4	3,1 [d]	12,1	15,0	..	..	..	..	..	..
113 Ouzbékistan	9,4	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	5,3	4,9 [d]	21,6	21,4	..	37,4 [d]	..	52,0 [d]	..	10,6
115 Bolivie	2,4	6,4 [d]	..	18,1	..	49,3	..	25,3	..	22,6
116 Mongolie	11,5	5,6	22,7	..	..	43,3	..	31,9	..	19,4
117 Honduras	3,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..
118 Guatemala	1,3	..	13,0	..	..	..	..	..	..	..
119 Vanuatu	4,6	9,6	18,8	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	0,6 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	5,9	5,4	..	18,1	75,6 [c]	40,5	..	36,1	21,5	13,9
122 Tadjikistan	..	2,8	24,4	16,9	..	29,5 [d]	..	49,7 [d]	..	5,6
123 Maroc	5,0	6,3	26,3	27,8	35,0 [c]	40,5 [c]	48,7	44,5	16,3	14,7
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	7,9	7,2	..	..	..	..	..	..	..	..
126 Inde	3,7	3,3	12,2	10,7	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	3,8	..	7,9	..	56,5	..	29,8	..	13,7	..
129 Cambodge	..	2,0	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	6,2	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
132 Comores	..	3,9	..	24,1	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	2,3	..	11,0 [d]	..	58,5	..	23,9	..	9,8
134 Pakistan	2,6	2,0	7,4	..	..	..	..	..	..	..
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	..	..	..	..	..	39,2 [e]	..	37,4 [e]	..	18,0 [e]
137 Bangladesh	1,5	2,2	10,3	15,5	..	39,0 [c]	..	49,5	..	11,5
138 Népal	2,0	3,4	8,5	14,9	..	53,4 [d]	..	27,5	..	12,4
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	7,4	3,2 [d]	..	..	..	41,1 [d]	..	30,6 [d]	..	26,5 [d]
141 Soudan	6,0	..	2,8	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	2,5	3,3	..	18,2	..	..	..	..	..	..
144 Cameroun	3,2	3,8	19,6	17,2	..	..	..	..	..	10,9
145 Ouganda	1,5	5,2 [d]	11,5	18,3 [d]	..	61,9 [c, d]	..	19,9 [d]	..	12,1 [d]
146 Swaziland	5,8	6,2	19,5	..	31,1 [c]	37,7 [d]	..	28,0 [d]	..	26,6
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	..	2,6	..	13,6	..	..	..	..	..	17,3
148 Djibouti	3,5	6,1	11,1	20,5	53,4 [c]	..	21,1	..	13,9	..
149 Lesotho	6,2	9,0 [d]	12,2	..	..	50,8 [c, d]	..	25,6 [d]	..	19,7 [d]
150 Yémen	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
151 Zimbabwe	7,7	..	..	..	54,1 [c]	..	28,6	..	-	..
152 Kenya	6,7	7,0	17,0	29,2	49,1 [c]	64,1	..	25,2	..	10,8
153 Mauritanie	4,6	3,4 [d]	13,9	..	..	54,3 [c]	..	32,6	..	4,3
154 Haïti	1,4	..	20,0	..	53,1	..	19,0	..	9,1	..
155 Gambie	3,8	1,9 [d]	14,6	8,9	41,6 [c]	..	21,2	..	17,8	..
156 Sénégal	3,9	4,0	26,9	..	43,0 [c]	44,7	..	15,6	..	22,9
157 Érythrée	..	3,8	..	..	..	32,5 [c]	..	14,7	..	31,2
158 Rwanda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
159 Nigeria	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..	

TABLEAU 11

Assurer l'éducation : dépenses publiques

	Dépenses publiques d'éducation				Dépenses publiques courantes d'éducation par niveau [a] (en % de l'ensemble des niveaux)					
	En % du PIB		En % du total des dépenses publiques		Maternel et primaire		Secondaire		Supérieur	
Classement selon l'IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
160 Guinée	2,0	..	25,7	..	..	..	..	..	..	
161 Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,8	..	11,4	..	..	..	..	..	..	..
163 Bénin	..	3,3 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Côte d'Ivoire	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zambie	2,8	2,8	7,1	14,8	..	63,5 [c]	..	13,4	..	18,2
166 Malawi	3,2	6,0	11,1	..	44,7 [c]	62,7 [c]	..	10,2	..	..
167 Congo, Rép. dém. du	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	3,5	5,2	17,7	13,0	43,0 [c]	44,4	28,1	31,7	27,2	23,9
170 Éthiopie	3,4	4,6 [d]	9,4	..	53,9	..	28,1	..	..	..
171 Tchad	1,6	..	..	..	47,1	..	20,9	..	8,2	..
172 Centrafricaine, République	2,2	..	..	..	54,5 [c]	..	16,7	..	23,7	..
173 Guinée-Bissau	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burkina Faso	2,6	..	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Sierra Leone	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Niger	3,3	2,3	18,6	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin. Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO. En raison de l'insuffisance des données et des différences de méthodologies, les comparaisons géographiques et temporelles des dépenses d'éducation doivent être effectuées avec circonspection. Pour plus de détails sur les données, consulter le site www.uis.unesco.org.

a Les chiffres ayant été arrondis et certaines catégories ayant été omises (« post-secondaire » et « dépenses non affectées par niveau »), il est possible que le total des dépenses par niveau ne soit pas égal à 100

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

c Données correspondant aux dépenses consacrées au primaire uniquement.

d Données correspondant à des estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

e Données concernant l'année 2005

SOURCES

Colonnes 1-5 et 7-10 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses publiques d'éducation, au niveau du maternel et du primaire, fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

TABLEAU 12

. . . acquérir un savoir . . .

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1 Norvège	..	..	..	..	100	99	88	96	101	100	17
2 Islande	..	..	..	..	101 [g]	99 [g]	..	86 [g]	..	100 [h]	17
3 Australie	..	..	..	..	99	96	79 [g]	85 [g]	99	86 [g]	23
4 Irlande	..	..	..	..	90	96	80	87	101	100	23 [i]
5 Suède	..	..	..	..	100	99	85	98	102	..	30
6 Canada	..	..	..	..	98	99 [g, j]	89	94 [k]	97	..	20 [i]
7 Japon	..	..	..	..	100	100	97	100 [g]	100	..	20
8 États-Unis	..	..	..	..	97	92	85	90	..	..	..
9 Suisse	..	..	..	..	84	94	80	83	..	..	..
10 Pays-Bas	..	..	..	..	95	99	84	89	..	100	16
11 Finlande	..	..	..	..	98 [g]	99	93	94	101	100	38
12 Luxembourg	..	..	..	..	..	91	..	79	..	92 [g, h]	..
13 Belgique	..	..	..	..	96	99	87	97 [g, l]	91	..	21
14 Autriche	..	..	..	..	88 [g]	..	..	..	..	..	25
15 Danemark	..	..	..	..	98	100	87	92	94	100 [m]	19
16 France	..	..	..	..	101	99	..	96	96	98 [k]	..
17 Italie	97,7	98,4	99,8	99,8	103 [g]	99	..	92	..	96 [j]	24
18 Royaume-Uni	..	..	..	..	100 [g]	99	81	95	..	..	..
19 Espagne	96,3	..	99,6	..	103	99	..	97	..	..	31
20 Nouvelle-Zélande	..	..	..	..	98	99	85	95	..	..	19
21 Allemagne	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	98,2	..	..	93 [n]	..	78 [n]	101	100	30 [i, n]
23 Israël	91,4	97,1	98,7	99,8	92 [g]	98	..	89	..	100	30
24 Grèce	94,9	96,0	99,5	98,9	95	99	83	87	101	..	32
25 Singapour	88,8	92,5	99,0	99,5	..	..	..	..	..	..	..
26 Corée, République de	..	..	99,8	..	104	100	86	88	99	100	41
27 Slovénie	99,6	..	99,8	..	96 [g]	98	..	95	..	..	22
28 Portugal	87,2	..	99,5	..	98	99	..	82 [l]	..	..	29
29 Chypre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96 [n]	69	93 [n]	101	99	17
30 Tchèque, République	..	..	..	..	87 [g]	..	..	..	..	98	30
31 Barbade	99,4	..	99,8	..	80 [g]	97	..	95	..	97	..
32 Malte	88,4	87,9 [o]	97,5	96,0 [o]	97	94	78	88	103	99 [h]	15
33 Koweït	76,7	93,3	87,5	99,7	49 [g]	86 [g]	..	78 [g, h]	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	85,5	92,7	97,9	98,9	92	..	71	..	..	93 [m]	8
35 Hongrie	99,1	..	99,7	..	91	89	75	91 [g]	98	..	19
36 Argentine	95,7	97,2	98,2	98,9	..	99 [l]	..	79	..	84 [h]	19
37 Pologne	99,6	..	99,8	..	97	97	76	90	98	100	20
38 Chili	94,0	95,7	98,1	99,0	89	..	55	..	92	99	29
39 Bahreïn	82,1	86,5	95,6	97,0	99	97	85	90	89	100	21
40 Estonie	99,8	99,8	99,8	99,8	100 [g]	94	..	90	..	99	22
41 Lituanie	99,3	99,6	99,8	99,7	..	89	..	93	..	..	26
42 Slovaquie	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	26
43 Uruguay	96,5	..	98,7	..	91	..	..	..	97	88 [h]	..
44 Croatie	96,9	98,1	99,6	99,6	79	87 [l]	63 [g]	85 [l]	..	..	24
45 Lettonie	99,8	99,7	99,8	99,8	92 [g]	..	..	..	..	..	17
46 Qatar	77,0	89,0	90,3	95,9	89	95	70	87	64	..	19
47 Seychelles	..	91,8	..	99,1	..	96 [n]	..	93 [n]	93	99 [h]	..
48 Costa Rica	93,9	94,9	97,4	97,6	87	..	38	..	84	92 [g]	23
49 Émirats arabes unis	71,0	..	84,7	..	103	71	60	62	80	95	..
50 Cuba	95,1	99,8	99,3	100,0	93	96	70	87	92	98	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	94 [n]	..	98 [n]	..	87 [m]	..
52 Bahamas	..	..	96,5	..	90 [g]	84	..	74	84	..	..
53 Mexique	87,3	91,0	95,2	97,6	98	98	44	64	80	93	33

TABLEAU 12

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
54 Bulgarie	97,2	98,2	99,4	98,2	86	95	63	88	91	..	27
55 Tonga	..	98,9 [o]	..	99,3 [o]	..	96 [j]	..	68 [g]	..	92 [m]	..
56 Oman	54,7	81,4	85,6	97,3	69	78	..	75	97	98	14
57 Trinité-et-Tobago	96,8	..	99,6	..	91	92 [n]	..	72 [g]	..	100 [n]	..
58 Panama	89,0	91,9	95,3	96,1	..	98	..	64	..	84 [g]	21
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	97,1	97,3	99,3	97,8	81 [g]	92	..	81	..	..	26
61 Malaisie	80,7	88,7	94,8	97,2	..	93 [l]	..	76 [l]	97	98 [h]	40
62 Bosnie-Herzégovine	..	96,7	..	99,8	..	..	..	..	..	..	..
63 Maurice	79,8	84,4	91,1	94,5	91	95	..	80 [g]	97	99 [j]	26
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	68,1	..	91,0	..	96 [g]	..	..	..	..	..	31
65 Russie, Fédération de	99,2	99,4	99,8	99,7	99 [g]	91 [g]	..	..	..	..	..
66 Macédoine, ERYM	..	96,1	..	98,7	94	92	..	81 [g, h]	..	..	..
67 Bélarus	99,5	99,6 [o]	99,8	99,8 [o]	86 [g]	90	..	87	..	..	..
68 Dominique	..	..	..	..	..	88 [n]	..	90 [g]	75	84	..
69 Brésil	82,0	88,6	91,8	96,8	85	93 [l]	17	76 [l]	73	..	16
70 Colombie	88,4	92,8	94,9	98,0	69	83	34	55 [g]	76	77 [g]	32
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	95 [g]	98	..	71 [g]	96	90	..
72 Venezuela, RB	88,9	93,0	96,0	97,2	87	92	18	61	86	91	..
73 Albanie	77,0	98,7	94,8	99,4	95 [g]	96 [l]	..	74 [l]	..	..	11
74 Thaïlande	92,4	92,6	98,1	98,0	76 [g]	..	..	..	..	..	..
75 Samoa occidentales	98,0	..	99,0	..	..	90 [g]	..	66 [g]	..	94 [m]	14
76 Arabie Saoudite	66,2	79,4	85,4	95,9	59	59 [h]	31	52 [g]	83	94	14
77 Ukraine	99,4	99,4	99,8	99,8	80 [g]	82	..	84	..	..	..
78 Liban	80,3	..	92,1	..	73 [g]	93	..	..	..	98	26
79 Kazakhstan	98,8	99,5 [o]	99,8	99,8 [o]	89 [g]	93	..	92	..	..	..
80 Arménie	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	89	..	..	7 [i]
81 Chine	78,3	90,9	95,3	98,9	97	..	..	..	86	..	..
82 Pérou	85,5	87,7	94,5	96,8	..	97	..	69	..	90	..
83 Équateur	87,6	91,0	95,5	96,4	98 [g]	98 [g]	..	52	..	76 [g]	..
84 Philippines	91,7	92,6	97,3	95,1	96 [g]	94	..	61	..	75	25
85 Grenade	..	..	..	..	..	84 [n]	..	78 [g]	..	79 [h]	..
86 Jordanie	81,5	89,9	96,7	99,1	94	91	..	81	..	99	27
87 Tunisie	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	67 [g, h]	86	97	..
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	94 [g]	..	62	..	88 [g, h]	..
89 Suriname	..	89,6	..	94,9	81 [g]	92 [g, l]	..	63 [g, l]	..	..	19
90 Fidji	88,6	..	97,8	..	..	96	..	83 [g]	87	99	..
91 Paraguay	90,3	..	95,6	..	94	..	26	..	74	82 [h]	..
92 Turquie	77,9	87,4	92,7	95,6	89	89 [g]	42	..	98	95 [g]	..
93 Sri Lanka	88,7	90,7	95,1	95,6	..	97 [g]	..	..	92	..	..
94 Dominicaine, République	79,4	87,0	87,5	94,2	57 [g]	86	..	49 [g]	..	59	..
95 Belize	89,1	..	96,0	..	94 [g]	95	31	71 [g]	67	91 [m]	9 [i]
96 Iran, République islamique d'	63,2	77,0	86,3	..	92 [g]	89	..	78	90	88 [h]	38
97 Géorgie	..	..	..	..	97 [g]	93	..	81	..	..	28
98 Maldives	94,8	96,3	98,1	98,2	..	90 [h]	..	51 [g, h]	..	..	..
99 Azerbaïdjan	..	98,8 [o]	..	99,9 [o]	89	84	..	77	..	..	..
100 Territoires palestiniens occupés	..	92,4	..	99,0	..	86	..	89	..	..	18
101 El Salvador	72,4	..	83,8	..	..	92 [g]	..	48 [g, l]	58	73 [g]	23
102 Algérie	52,9	69,9	77,3	90,1	89	97	53	66 [g]	95	96	18 [i]
103 Guyane	97,2	..	99,8	..	89	..	67	..	..	64 [g, j]	22
104 Jamaïque	82,2	79,9 [o, p]	91,2	..	96	91	64	79	..	90 [h]	..
105 Turkménistan	..	98,8 [o]	..	99,8 [o]	..	..	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	63,8	..	81,5	..	91 [g]	92	..	55	..	91	..

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
107 Syrienne, République arabe	64,8	79,6	79,9	92,2	91	95 [h]	43	58	96	92 [j]	..
108 Indonésie	79,5	90,4	95,0	98,7	97	94	39	57	84	92	..
109 Viet Nam	90,4	90,3 [o]	94,1	93,9 [o]	90 [g]	93 [g, h]	..	65 [g, h]	..	87 [g, h]	..
110 Kirghizistan	..	98,7 [o]	..	99,7 [o]	92 [g]	90	..	..	..	..	14
111 Égypte	47,1	71,4	61,3	84,9	84 [g]	95 [g]	..	79 [g, h]	..	99 [g]	..
112 Nicaragua	62,7	76,7	68,2	86,2	73	88	..	41	44	59 [g]	..
113 Ouzbékistan	98,7	..	99,6	..	78 [g]	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	97,5	98,4	99,8	99,5	89 [g]	86 [n]	..	77 [n]	..	..	..
115 Bolivie	78,1	86,7	92,6	97,3	..	95 [g]	..	74 [g]	..	86 [g]	..
116 Mongolie	97,8	97,8	98,9	97,7	90 [g]	84	..	82	..	..	24
117 Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	89 [g]	91	21	..	..	..	23
118 Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	..	93	..	34 [g]	..	78 [g]	19 [i]
119 Vanuatu	..	74,0 [o]	..	..	..	94	17	39 [g]	..	72 [k]	..
120 Guinée équatoriale	73,3	87,0	92,7	94,9	91 [g]	85 [h]	..	24 [g, j]	..	33 [g, j]	..
121 Afrique du Sud	81,2	82,4 [o]	88,5	93,9 [o]	90	89 [l]	45	62 [g, m]	..	84 [h]	19
122 Tadjikistan	98,2	99,5	99,8	99,8	77 [g]	97	..	79	..	..	..
123 Maroc	38,7	52,3	55,3	70,5	56	86	..	35 [g, l]	75	76	18
124 Gabon	..	..	..	..	85 [g]	77 [g, j]	..	..	..	69 [g, h]	..
125 Namibie	74,9	85,0	87,4	92,3	..	74 [l]	..	37 [l]	62	88 [g, h]	12
126 Inde	49,3	61,0	64,3	76,4	..	90 [g]	..	..	..	79	22
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	98	..	26	..	66	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	80	..	26 [g, l]	88	..	..
129 Cambodge	62,0	73,6	73,5	83,4	69 [g]	98	..	26 [g]	..	60	19
130 Myanmar	80,7	89,9	88,2	94,5	98 [g]	87	..	37	..	69	42
131 Botswana	68,1	81,2	83,3	94,0	83	82 [g]	35	61 [g]	84	91 [g]	19
132 Comores	53,8	..	56,7	..	57 [g]	55 [m, n]	..	..	..	63	11
133 Lao, Rép. dém. pop.	56,5	68,7	70,1	78,5	63 [g]	84	..	37	..	63	11 [i]
134 Pakistan	35,4	49,9	47,4	65,5	33 [g]	66 [n]	..	..	..	70 [q]	..
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	91 [m]	..
136 Ghana	58,5	57,9	81,8	70,7	54 [g]	58	..	36 [g]	80	63 [h]	26
137 Bangladesh	34,2	..	42,0	..	..	94 [n]	..	48 [l]	..	65	13
138 Népal	30,4	48,6	46,6	70,1	..	78 [l, n]	..	..	51	67 [g]	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	56,6	57,3	68,6	66,7	..	..	..	..	69	68 [g, h]	..
140 Congo	67,1	..	92,5	..	79 [g]	..	..	..	60	66 [h]	11 [i]
141 Soudan	45,8	60,9 [r]	65,0	77,2 [r]	40 [g]	43 [g, m]	..	..	94	92	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	20 [g, j]	..	..	..
143 Madagascar	58,0	70,7	72,2	70,2	64 [g]	89	..	11 [g, k]	21	57	20
144 Cameroun	57,9	67,9	81,1	..	74 [g]	..	..	..	..	64 [g, h]	23 [n]
145 Ouganda	56,1	66,8	70,1	76,6	..	..	..	15	36	64 [j]	..
146 Swaziland	71,6	79,6	85,1	88,4	77 [g]	77 [l]	31	29 [l]	77	77 [h]	9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	44,2	53,2	63,5	74,4	64	79	15	22 [g, m]	48	76	..
148 Djibouti	..	..	73,2	..	29	33	..	19 [g]	87	88 [g, j]	22
149 Lesotho	78,0	82,2	87,2	..	71	86	15	23	66	63	6 [i]
150 Yémen	32,7	..	50,0	..	51 [g]	75 [g]	..	34 [g, m]	..	73 [g]	..
151 Zimbabwe	80,7	..	93,9	..	..	82 [l]	..	34 [l]	76	70 [g, h]	..
152 Kenya	70,8	73,6	89,8	80,3	..	76	..	40 [g]	77	75 [n]	29
153 Mauritanie	34,8	51,2	45,8	61,3	35 [g]	74	..	14 [g]	75	82	10 [g]
154 Haïti	39,7	..	54,8	..	22	..	..	..	..	..	..
155 Gambie	..	..	42,2	..	48 [g]	75 [g]	..	45 [g]	..	..	21
156 Sénégal	28,4	39,3	40,1	49,1	43 [g]	66	..	15	85	78	..
157 Érythrée	..	..	60,9	..	16 [g]	48	..	24	..	80	37
158 Rwanda	53,3	64,9	72,7	77,6	66	73	7	..	60	46	..
159 Nigeria	48,7	..	73,6	..	58 [g]	60 [g]	..	27 [g]	89	36	..

TABLEAU 12

Alphabétisation et scolarisation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 1990	2004	OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a] (en % des 15-24 ans) 1990	2004	OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c] (en %) 1991 [e]	2004 [e]	OMD Enfants atteignant la cinquième année d'école [d] (en % des élèves de première année) 1991 [e]	2003 [e]	Taux d'inscription dans les filières scientifiques, techniques, de fabrication et de construction du supérieur (en % des inscriptions dans le supérieur) 1999-2004 [e, f]
160 Guinée	..	29,5	..	46,6	27 [g]	64	..	21 [g]	59	82	34
161 Angola	..	67,4	..	72,2	50 [g]	..	..	..	..	..	18
162 Tanzanie, Rép. unie de	62,9	69,4	83,1	78,4	49	86	..	..	81 [g]	88	..
163 Bénin	26,4	34,7	40,4	45,3	41 [g]	83	..	17 [g, j]	55	69	25
164 Côte d'Ivoire	38,5	48,7	52,6	60,7	45	56 [l, n]	..	20 [g, h]	73	88 [g, m]	..
165 Zambie	68,2	68,0 [o]	81,2	69,5 [o]	..	80	..	24 [g]	..	98 [j]	..
166 Malawi	51,8	64,1 [o]	63,2	76,0 [o]	48	95	..	25	64	44 [j]	33
167 Congo, Rép. dém. du	47,5	67,2	68,9	70,4	54	..	..	..	55	..	..
168 Mozambique	33,5	..	48,8	..	43	71	..	4	34	49 [j]	24
169 Burundi	37,0	59,3	51,6	73,3	53 [g]	57	..	..	62	63	10 [i]
170 Éthiopie	28,6	..	43,0	..	22 [g]	46	..	25 [g]	18	..	19
171 Tchad	27,7	25,7	48,0	37,6	35 [g]	57 [g, l]	..	11 [g, l]	51 [g]	46 [g]	..
172 Centrafricaine, République	33,2	48,6	52,1	58,5	52	..	..	..	23	..	..
173 Guinée-Bissau	..	..	44,1	..	38 [g]	45 [g, j]	..	9 [g, j]	..	..	..
174 Burkina Faso	..	21,8	..	31,2	29	40	..	10 [g]	70	76	..
175 Mali	18,8	19,0 [o]	27,6	24,2 [o]	21 [g]	46	5 [g]	..	70 [g]	79	..
176 Sierra Leone	..	35,1	..	47,6	43 [g]	..	..	..	..	..	8
177 Niger	11,4	28,7	17,0	36,5	22	39	5	7	62	74	..
Pays en développement	68,8	78,9	83,0	87,4	..	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	52,4	63,7	66,9	71,9	..	..	..	..	..	..	..
États arabes	49,8	69,9	66,4	85,3	..	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	79,7	90,7	95,0	97,8	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	85,6	90,2	93,3	96,7	..	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	49,1	60,9	62,7	75,1	..	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	55,5	63,3	70,7	71,1	..	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	98,7	99,2	99,7	99,6	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	71,2	80,5	84,2	88,9	..	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	48,1	57,9	65,1	65,9	..	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	81,0	89,9	93,5	96,9	..	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	51,6	62,3	65,9	75,2	..	..	..	..	..	..	..
Monde	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

a Sauf indication contraire, les données pour 1990 correspondent à des estimations produites par l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture sur la base de données antérieures à 1990 ; les données pour 2004 correspondent à des estimations du taux d'alphabétisation national issues de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005 En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

b Le taux net de scolarisation correspond au rapport entre le nombre d'enfants ayant l'âge correspondant officiellement au niveau d'étude concerné et le nombre total d'enfants de cet âge. Les taux nets de scolarisation supérieurs à 100 % traduisent des différences entre ces deux séries de données.

c Les taux de scolarisation sont basés sur la nouvelle Classification internationale type de l'éducation adoptée en 1997 (UNESCO 1997), et ne peuvent de ce fait pas être comparés de manière précise avec ceux des années précédentes.

d Calculs effectués sur la base du taux d'espérance de vie pouvant dépasser 100 % sous l'effet des fluctuations des inscriptions. De tels résultats signifient que le pays concerné affiche un taux d'espérance de vie proche de 100 %.

e En 2006, l'Institut de statistiques de l'UNESCO a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO.

f Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

g Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Données concernant l'année scolaire 2002

i Les chiffres doivent être interprétés avec circonspection dans la mesure où le nombre d'élèves inscrits indiqués sous la rubrique « Inconnu ou non spécifié » représentent plus de 10 % du total des inscriptions.

j Données concernant l'année scolaire 2001

k Données concernant l'année scolaire 1999

l Données concernant l'année scolaire 2003

m Données concernant l'année scolaire 2000

n Estimations nationales.

o Données concernant la dernière année disponible de la période comprise entre 1995 et 1999

p Données basées sur une évaluation de l'alphabétisation.

q Données concernant l'année scolaire 2004

r Estimations basées principalement sur des informations concernant le Nord du Soudan.

SOURCES

Colonnes 1-4 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 5-10 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonne 11 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006d.

TABLEAU 13

. . . acquérir un savoir . . .

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1 Norvège	503	669	46	861	7	390	..	52,6	1,7	4 587
2 Islande	512	652	39	998	0	772	14	5,8	3,1	6 807
3 Australie	456	541	11	818	6	646	26	23,6	1,6	3 670
4 Irlande	280	496	7	929	0	265	80	54,2	1,1	2 674
5 Suède	683	708	54	1 034	6	756	275	384,0	4,0	5 416
6 Canada	550	..	21	469	4	626	35	94,5	1,9	3 597
7 Japon	441	460	7	716	(.)	587	874	122,7	3,1	5 287
8 États-Unis	545	606	21	617	8	630	281	178,2	2,6	4 484
9 Suisse	587	710	19	849	6	474	..	..	2,6	3 601
10 Pays-Bas	464	483	5	910	3	614	116	259,2	1,8	2 482
11 Finlande	535	453	52	954	4	629	222	162,3	3,5	7 992
12 Luxembourg	481	..	2	..	0	597	..	355,7	1,8	4 301
13 Belgique	393	456	4	876	(.)	403	..	..	2,3	3 478
14 Autriche	418	460	10	978	1	477	95	20,9	2,2	2 968
15 Danemark	566	643	29	956	1	696	28	..	2,5	5 016
16 France	495	561	5	738	1	414	156	84,1	2,2	3 213
17 Italie	394	451	5	1 090	(.)	501	..	13,3	1,2	1 213
18 Royaume-Uni	441	563	19	1 021	1	628	64	202,1	1,9	2 706
19 Espagne	325	416	1	905	(.)	336	39	11,4	1,1	2 195
20 Nouvelle-Zélande	426	443	16	745	0	788	..	24,7	1,2	3 405
21 Allemagne	401	661	3	864	1	500	156	61,7	2,5	3 261
22 Hong Kong, Chine (RAS)	434	549	23	1 184	0	506	5	49,5 [c]	0,6	1 564
23 Israël	349	441	3	1 057	1	471	..	74,7	4,9	1 613
24 Grèce	389	466	0	999	0	177	29	2,9	0,6	1 413
25 Singapour	346	440	17	910	0	571	75	52,4	2,2	4 745
26 Corée, République de	310	542	2	761	(.)	657	738	37,6	2,6	3 187
27 Slovénie	211	..	0	951	0	476	115	6,0	1,5	2 543
28 Portugal	240	404	1	981	0	281	10	3,9	0,9	1 949
29 Chypre	361	507	5	776	0	361	..	21,4	0,3	563
30 Tchèque, République	157	338	0	1 054	0	470	29	5,6	1,3	1 594
31 Barbade	281	505	0	744	0	558	..	8,6	..	..
32 Malte	356	..	0	..	0	750	..	(.)	0,3	694
33 Koweït	156	202	10	813	0	244	..	0,0	0,2	69
34 Brunéi Darussalam	136	..	7	..	0	153	..	..	..	274
35 Hongrie	96	354	(.)	863	0	267	15	54,5	0,9	1 472
36 Argentine	93	227	(.)	352	0	133	..	1,5	0,4	720
37 Pologne	86	..	0	605	0	236	20	0,7	0,6	1 581
38 Chili	66	206	1	593	0	267	..	3,0	0,6	444
39 Bahreïn	191	268	10	908	0	213	..	..	..	..
40 Estonie	204	329	0	931	0	497	4	3,0	0,8	2 523
41 Lituanie	211	239	0	996	0	282	18	0,2	0,7	2 136
42 Slovaquie	135	232	0	794	0	423	7	9,2 [c]	0,6	1 984
43 Uruguay	134	291	0	174	0	198	1	0,0	0,3	366
44 Croatie	172	425	(.)	640	0	293	6	8,9	1,1	1 296
45 Lettonie	232	273	0	664	0	350	38	3,5	0,4	1 434
46 Qatar	197	246	8	631	0	212	..	..	..	..
47 Seychelles	124	253	0	589	0	239	..	..	..	19
48 Costa Rica	92	316	0	217	0	235	..	0,1	0,4	368
49 Émirats arabes unis	224	275	19	853	0	321	..	..	..	..
50 Cuba	32	68	0	7	0	13	4	..	0,6	537
51 Saint-Kitts-et-Nevis	231	532	0	213	0	..	..	..	..	..
52 Bahamas	274	439	8	584	0	292	..	0,0 [c]	..	..
53 Mexique	64	174	1	370	0	135	2	0,9	0,4	268

TABLEAU 13

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH		OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
54	Bulgarie	250	357	0	609	0	283	11	0,9	0,5	1 263
55	Tonga	46	..	0	..	0	29	..	..	..	..
56	Oman	57	95	1	318	0	97	..	..	..	..
57	Trinité-et-Tobago	136	247	0	498	0	123	..	..	0,1	399
58	Panama	90	118	0	270	0	94	..	0,0	0,3	97
59	Antigua-et-Barbuda	254	474	0	674	0	250	..	..	..	..
60	Roumanie	102	202	0	471	0	208	43	0,4	0,4	976
61	Malaisie	89	179	5	587	0	397	..	0,8 [c]	0,7	299
62	Bosnie-Herzégovine	..	..	0	..	0	58	(.)	..	..	..
63	Maurice	53	287	2	413	0	146	..	0,1	0,4	201
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	51	..	0	..	0	36	..	0,0	..	361
65	Russie, Fédération de	140	..	0	517	0	111	133	1,6	1,3	3 319
66	Macédoine, ERYM	150	308	0	..	0	78	11	1,5	0,3	..
67	Bélarus	154	329	0	249	0	163	76	0,2	0,6	1 871
68	Dominique	161	293	0	585	0	259	..	..	..	..
69	Brésil	63	230	(.)	357	0	120	..	0,6	1,0	344
70	Colombie	69	195	0	232	0	80	..	0,2	0,2	109
71	Sainte-Lucie	127	..	0	568	0	336	..	..	..	483
72	Venezuela, RB	75	128	(.)	322	0	89	..	0,0	0,3	236
73	Albanie	12	90	0	64	0	24	..	1,7 [c]	..	..
74	Thaïlande	24	107	1	430	0	109	..	0,2	0,2	286
75	Samoa occidentales	25	..	0	..	0	33	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	75	154	1	383	0	66	..	0,0	..	..
77	Ukraine	135	256	0	289	0	79	..	0,9	1,2	1 774
78	Liban	144	178	0	251	0	169	..	..	..	..
79	Kazakhstan	82	167	0	184	0	27	..	(.)	0,2	629
80	Arménie	158	192	0	67	0	50	48	..	0,3	1 537
81	Chine	6	241	(.)	258	0	73	..	0,2	1,3	663
82	Pérou	26	74	(.)	148	0	117	(.)	0,1	0,1	226
83	Équateur	48	124	0	348	0	48	..	0,0	0,1	50
84	Philippines	10	42	0	404	0	54	(.)	0,1	..	..
85	Grenade	162	309	2	410	0	76	..	..	..	..
86	Jordanie	78	113	(.)	293	0	110	..	..	..	1 927
87	Tunisie	37	121	(.)	359	0	84	..	1,8	0,6	1 013
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	120	161	0	481	0	68	..	..	0,2	179
89	Suriname	91	182	0	477	0	67	..	..	..	..
90	Fidji	59	..	0	..	0	73	..	..	..	..
91	Paraguay	27	50	0	294	0	25	..	32,2	0,1	79
92	Turquie	122	267	1	484	0	142	..	0,0	0,7	341
93	Sri Lanka	7	51	(.)	114	0	14	..	..	..	..
94	Dominicaine, République	48	107	(.)	289	0	91	..	0,0	..	..
95	Belize	92	119	0	346	0	124	..	0,0	..	..
96	Iran, République islamique d'	40	..	0	64	0	82	18	..	..	467
97	Géorgie	99	151	0	186	0	39	..	1,7	0,3	2 600
98	Maldives	29	98	0	353	0	59	..	20,4	..	..
99	Azerbaïdjan	87	118	0	215	0	49	..	..	0,3	1 236
100	Territoires palestiniens occupés	..	102	0	278	0	46	..	..	..	..
101	El Salvador	24	131	0	271	0	87	..	(.)	..	47
102	Algérie	32	71	(.)	145	0	26	1	..	..	..
103	Guyane	22	137	0	192	0	193	..	44,9	..	..
104	Jamaïque	44	189	0	832	0	403	..	3,7	0,1	..
105	Turkménistan	60	..	0	..	0	8	..	..	..	..
106	Cap Vert	23	148	0	133	0	50	..	0,2 [c]	..	127

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
107 Syrienne, République arabe	39	143	0	126	0	43	..	..	..	29
108 Indonésie	6	46	(.)	138	0	67	..	1,0	..	..
109 Viet Nam	1	70	0	60	0	71	..	..	..	..
110 Kirghizistan	71	..	0	59	0	52	..	0,9	0,2	406
111 Égypte	29	130	(.)	105	0	54	..	1,4	0,2	..
112 Nicaragua	12	40	0	137	0	23	..	0,0	(.)	44
113 Ouzbékistan	68	..	0	21	0	34	3	..	..	..
114 Moldova, République de	106	205	0	187	0	96	57	0,5	..	172
115 Bolivie	27	69	0	200	0	39	..	0,2	0,3	120
116 Mongolie	32	..	0	..	0	80	32	..	0,3	681
117 Honduras	18	53	0	100	0	32	..	0,0	(.)	78
118 Guatemala	21	92	(.)	258	0	61	..	(.)	..	..
119 Vanuatu	17	33	0	51	0	36	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	4	..	0	113	0	10	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	94	..	(.)	428	0	78	..	1,0	0,8	307
122 Tadjikistan	45	..	0	..	0	1	2	0,2	..	..
123 Maroc	17	44	(.)	313	0	117	..	0,5	0,6	782
124 Gabon	22	28	0	359	0	29	..	..	..	..
125 Namibie	38	64	0	142	0	37	..	0,0 [c]	..	..
126 Inde	6	41	0	44	0	32	1	(.) [c]	0,8	119
127 São Tomé-et-Principe	19	..	0	..	0	131	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	15	..	0	..	0	6	..	..	..	..
129 Cambodge	(.)	..	0	..	0	3	..	..	..	..
130 Myanmar	2	8	0	2	0	1	..	0,0 [c]	..	..
131 Botswana	18	77	0	319	0	34	..	1,9 [c]	..	..
132 Comores	8	..	0	..	0	14	..	..	..	..
133 Lao People's Dem,Rep,	2	13	0	35	0	4	..	..	..	..
134 Pakistan	8	30	(.)	33	0	13	..	0,1	0,2	86
135 Bhoutan	3	33	0	20	0	22	..	..	..	..
136 Ghana	3	14	0	78	0	17	..	0,0	..	..
137 Bangladesh	2	6	0	31	0	2	..	(.)	..	..
138 Népal	3	15	0	7	0	7	..	..	0,7	59
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	7	12	0	7	0	29	..	..	..	..
140 Congo	6	4	0	99	0	9	..	..	..	30
141 Soudan	2	29	0	30	0	32	..	..	0,3	263
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	3	..	0	18	0	5	(.)	0,1 [c]	0,1	15
144 Cameroun	3	7	0	96	0	10	..	..	..	..
145 Ouganda	2	3	0	42	0	7	..	0,2	0,8	24
146 Swaziland	18	..	0	101	0	32	..	(.)	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	3	..	0	..	0	37	..	0,0 [c]	..	..
148 Djibouti	10	14	0	..	0	12	..	..	..	..
149 Lesotho	8	21	0	88	0	24	..	9,5	(.)	42
150 Yémen	10	39	0	53	0	9	..	..	..	..
151 Zimbabwe	12	25	0	31	0	63	..	..	..	..
152 Kenya	7	9	0	76	0	45	..	0,5	..	..
153 Mauritanie	3	..	0	175	0	5	..	..	..	..
154 Haïti	7	17	0	48	0	59	..	0,0 [c]	..	..
155 Gambie	7	..	0	118	0	33	..	..	..	..
156 Sénégal	6	..	0	90	0	42	..	0,0 [c]	..	..
157 Érythrée	..	9	0	5	0	12	..	..	..	..
158 Rwanda	1	3	0	16	0	4	..	0,0	..	..
159 Nigeria	3	8	0	71	0	14	..	..	..	..

TABLEAU 13

Technologie : diffusion et création

Classement selon l'IDH	OMD Lignes principales de téléphonie [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Abonnés à un service de téléphonie mobile [a] (pour 1 000 personnes) 1990	2004	OMD Internautes (pour 1 000 personnes) 1990	2004	Brevets délivrés à des résidents (par million d'habitants) 2004	Redevances et droits de licence perçus (en USD par personne) 2004	Dépenses de recherche et dévt (R&D) (en % du PIB) 2000-03 [b]	Chercheurs travaillant en R&D (par million d'habitants) 1990-2003 [b]
160 Guinée	2	..	0	..	0	5	..	0,0	..	251
161 Angola	7	6	0	48	0	11	..	14,6	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	3	..	0	44	0	9	..	..	..	..
163 Bénin	3	9	0	..	0	12	..	(.) [c]	..	..
164 Côte d'Ivoire	6	13	0	86	0	17	..	0,0	..	..
165 Zambie	8	8	0	26	0	20	..	..	..	51
166 Malawi	3	7	0	18	0	4	..	..	..	..
167 Congo, Rép. dém. du	1	(.)	0	37	0	..	..	..	..	..
168 Mozambique	4	..	0	36	0	7	..	(.)	..	..
169 Burundi	1	..	0	..	0	3	..	0,0 [c]	..	..
170 Éthiopie	2	..	0	3	0	2	..	(.)	..	..
171 Tchad	1	1	0	13	0	6	..	..	..	..
172 Centrafricaine, République	2	3	0	15	0	2	..	..	..	..
173 Guinée-Bissau	6	..	0	..	0	17	..	..	..	..
174 Burkina Faso	2	6	0	31	0	4	..	..	..	17
175 Mali	1	6	0	30	0	4	..	0,0 [c]	..	..
176 Sierra Leone	3	5	0	22	0	2	..	0,2	..	..
177 Niger	1	2	0	11	0	2	..	..	..	..
Pays en développement	21	122	(.)	175	(.)	64	..	0,7	1,1	416
Pays les moins avancés	3	9	0	28	0	8	..	0,4	..	..
États arabes	34	91	(.)	169	0	55	..	0,4	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	18	199	(.)	262	(.)	91	..	1,3	1,7	740
Amérique latine et Caraïbes	61	179	(.)	319	0	115	..	1,0	0,6	306
Asie du Sud	7	35	(.)	42	0	29	..	(.)	0,7	132
Afrique subsaharienne	10	..	(.)	77	0	19	..	0,5	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	125	..	(.)	455	0	139	75	2,5	1,0	2 204
OCDE	390	491	10	714	3	484	266	92,4	2,5	3 108
Pays de l'OCDE à revenu élevé	462	551	12	770	3	563	318	115,6	2,5	3 748
Développement humain élevé	369	469	10	703	2	470	250	85,1	2,5	2 968
Développement humain moyen	24	128	(.)	184	0	59	..	0,3	0,9	523
Faible développement humain	4	9	0	45	0	15	..	0,5	..	..
Revenu élevé	450	536	12	766	3	545	..	109,3	2,5	3 702
Revenu moyen	40	192	(.)	294	0	92	..	0,8	0,9	772
Faible revenu	6	30	(.)	42	0	24	..	(.)	0,7	..
Monde	98	190	2	276	1	138	..	17,3	2,4	1 153

NOTES

a Le total des abonnés (lignes principales et téléphonie mobile) représente un indicateur de l'objectif 8 du Millénaire pour le développement ; voir *l'Index des indicateurs des objectifs du Millénaire pour le développement dans les tableaux statistiques.*

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

c Données concernant l'année 2003

SOURCES

Colonnes 1-6, 9 et 10 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux brevets fournies par l'OMPI 2006 et des données relatives à la population fournies par l'ONU 2005b.

Colonne 8 : calculs effectués sur la base des données relatives aux redevances et droits de licence perçus fournies par la Banque mondiale 2006 et des données relatives à la population fournies par l'ONU 2005b.

TABLEAU 14

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH		PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant – Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant – Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1	Norvège	250,1	176,5	54 465	38 454	2,6	2,5	38 454	2004	2,2	0,5
2	Islande	12,2	9,7	41 893	33 051	1,7	2,0	33 051	2004	3,2	2,8
3	Australie	637,3	610,0	31 690	30 331	2,1	2,5	30 747	1997	2,4	2,3
4	Irlande	181,6	158,0	44 644	38 827	5,2	7,3	38 827	2004	2,8	2,2
5	Suède	346,4	265,6	38 525	29 541	1,7	1,8	29 541	2004	1,7	0,4
6	Canada	978,0	999,6	30 586	31 263	1,6	2,1	31 263	2004	1,9	1,8
7	Japon	4 622,8	3 737,3	36 182	29 251	2,3	0,8	29 251	2004	0,3	(.)
8	États-Unis	11 711,8	11 651,1 [a]	39 883	39 676 [a]	2,0	1,9	39 676	2004	2,6	2,7
9	Suisse	357,5	244,1	48 385	33 040	1,0	0,2	34 304	2002	1,3	0,8
10	Pays-Bas	579,0	517,6	35 560	31 789	1,9	2,1	31 899	2002	2,6	1,3
11	Finlande	185,9	156,6	35 562	29 951	2,0	2,2	29 951	2004	1,6	0,2
12	Luxembourg	31,9	31,7	70 295	69 961	4,1	5,4	69 961	2004	2,0	2,2
13	Belgique	352,3	324,1	33 807	31 096	1,8	1,7	31 096	2004	1,9	2,1
14	Autriche	292,3	263,8	35 766	32 276	2,1	2,0	32 276	2004	2,0	2,1
15	Danemark	241,4	172,5	44 673	31 914	1,6	1,7	31 914	2004	2,2	1,2
16	France	2 046,6	1 769,2	33 896	29 300	1,8	1,7	29 300	2004	1,6	2,1
17	Italie	1 677,8	1 622,4	29 143	28 180	2,0	1,3	28 180	2004	3,2	2,2
18	Royaume-Uni	2 124,4	1 845,2	35 485	30 821	2,1	2,2	30 821	2004	2,7	3,0
19	Espagne	1 039,9	1 069,3	24 360	25 047	2,2	2,3	25 047	2004	3,4	3,0
20	Nouvelle-Zélande	98,9	95,1	24 364	23 413	1,2	2,1	23 413	2004	1,9	2,3
21	Allemagne	2 740,6	2 335,5	33 212	28 303	2,1	1,5	28 303	2004	1,7	1,7
22	Hong Kong, Chine (RAS)	163,0	212,1	23 684	30 822	4,1	2,0	30 822	2004	3,0	-0,4
23	Israël	116,9	165,7	17 194	24 382	1,9	1,6	25 959	2000	7,1	-0,4
24	Grèce	205,2	245,5	18 560	22 205	1,2	2,6	22 205	2004	6,8	2,9
25	Singapour	106,8	119,1	25 191	28 077	4,7	3,8	28 077	2004	1,3	1,7
26	Corée, République de	679,7	985,6	14 136	20 499	6,0	4,5	20 499	2004	4,4	3,6
27	Slovénie	32,2	41,8	16 115	20 939	..	3,6	20 939 [b]	2004	9,7	3,6
28	Portugal	167,7	206,1	15 970	19 629	2,7	2,1	20 117	2001	3,9	2,4
29	Chypre	15,4	18,8	18 668	22 805	4,5	3,0	22 805	2004	3,3	2,3
30	Tchèque, République	107,0	198,3	10 475	19 408	..	2,7	19 408 [b]	2004	5,6	2,8
31	Barbade	2,8	..	10 401	..	..	..	..	..	2,2	1,4
32	Malte	5,3	7,6	13 256	18 879	4,6	3,6	19 864	2000	2,8	2,8
33	Koweït	55,7	47,7 [c]	22 654	19 384 [c]	-0,8	-0,4	30 205 [b]	1975	1,8	1,2
34	Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	100,7	169,9	9 962	16 814	1,4	3,1	16 814	2004	15,9	6,8
36	Argentine	153,0	510,3	3 988	13 298	0,4	1,3	14 097	1998	7,1	4,4
37	Pologne	242,3	495,4	6 346	12 974	..	4,0	12 974 [b]	2004	17,5	3,6
38	Chili	94,1	175,3	5 836	10 874	3,9	3,7	10 874	2004	6,7	1,1
39	Bahreïn	11,0	14,9	15 384	20 758	1,2	2,2	20 758 [b]	2004	0,4	..
40	Estonie	11,2	19,6	8 331	14 555	2,1	4,3	14 555 [b]	2004	13,3	3,0
41	Lituanie	22,3	45,0	6 480	13 107	..	1,4	13 107 [b]	2004	16,7	1,2
42	Slovaquie	41,1	78,7	7 635	14 623	0,9	2,7	14 623 [b]	2004	8,1	7,5
43	Uruguay	13,2	32,4	3 842	9 421	1,1	0,8	10 126	1998	23,9	9,2
44	Croatie	34,3	54,2	7 724	12 191	..	2,5	12 191 [b]	2004	19,7	2,1
45	Lettonie	13,6	27,0	5 868	11 653	0,3	2,8	11 653	2004	17,0	6,2
46	Qatar	20,4 [d]	..	27 857 [d]	..	..	..	..	..	2,6	6,8
47	Seychelles	0,7	1,4	8 411	16 652	2,8	2,1	19 539	2000	2,5	3,8
48	Costa Rica	18,5	40,3 [c]	4 349	9 481 [c]	1,3	2,5	9 820	1999	13,7	12,3
49	Émirats arabes unis	104,2	103,9 [c]	24 121	24 056 [c]	-2,8	-0,5	48 529	1975	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	0,4	0,6 [d]	8 447	12 702 [d]	5,6	4,0	12 702 [b]	2003	3,1	2,3
52	Bahamas	5,3 [d]	5,5 [e]	16 728 [d]	17 843 [e]	1,0	0,2	18 726 [b]	1989	2,0	0,5
53	Mexique	676,5	1 017,5	6 518	9 803	0,9	1,3	9 843	2000	15,7	4,7

TABLEAU 14

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH		PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant: Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant: Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant: Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant: Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
54	Bulgarie	24,1	62,7	3 109	8 078	0,6	0,7	8 078 [b]	2004	75,1	6,3
55	Tonga	0,2	0,8 [c]	2 084	7 870 [c]	2,0	2,1	7 870 [b]	2004	4,8	11,0
56	Oman	24,3	38,7	9 584	15 259	2,3	1,9	15 259	2004	0,1	0,4
57	Trinité-et-Tobago	12,5	15,9	9 640	12 182	0,3	3,3	12 182	2004	5,1	3,7
58	Panama	13,7	23,1	4 325	7 278	1,1	2,2	7 278	2004	1,1	0,4
59	Antigua-et-Barbuda	0,9	1,0	10 794	12 586	3,9	1,5	12 586 [b]	2004	..	..
60	Roumanie	73,2	183,9	3 374	8 480	..	1,4	8 480 [b]	2004	72,3	11,9
61	Malaisie	118,3	255,8	4 753	10 276	4,1	3,5	10 276	2004	3,0	1,5
62	Bosnie-Herzégovine	8,5	27,5	2 183	7 032	..	12,0	7 032 [b]	2004	..	..
63	Maurice	6,0	14,8	4 889	12 027	4,4	3,9	12 027 [b]	2004	6,3	4,7
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	29,1	..	5 073	..	..	..	..	..	1,9	-2,2
65	Russie, Fédération de	581,4	1 424,4	4 042	9 902	-1,2	-0,6	11 407 [b]	1989	59,4	10,9
66	Macédoine, ERYM	5,4	13,4	2 637	6 610	..	-0,4	7 607 [b]	1990	6,3	-0,4
67	Bélarus	22,9	68,5	2 330	6 970	..	1,6	6 970 [b]	2004	163,7	18,1
68	Dominique	0,3	0,4	3 794	5 643	3,4	1,4	6 454 [b]	2000	1,6	2,3
69	Brésil	604,0	1 507,1	3 284	8 195	0,7	1,2	8 195	2004	98,3	6,6
70	Colombie	97,7	325,9 [c]	2 176	7 256 [c]	1,4	0,5	7 256	2004	16,1	5,9
71	Sainte-Lucie	0,8	1,0	4 663	6 324	3,7	0,4	6 324 [b]	2004	2,5	4,7
72	Venezuela, RB	110,1	157,9	4 214	6 043	-0,9	-1,2	8 255	1977	39,3	21,8
73	Albanie	7,6	15,5	2 439	4 978	1,3	4,8	4 978 [b]	2004	17,3	2,3
74	Thaïlande	161,7	515,3	2 539	8 090	5,0	2,6	8 090	2004	3,9	2,8
75	Samoa occidentales	0,4	1,0	2 042	5 613	1,5	4,9	5 640 [b]	2002	3,8	16,3
76	Arabie Saoudite	250,6	331,1 [c]	10 462	13 825 [c]	-2,3	-0,1	25 314	1977	0,5	0,3
77	Ukraine	64,8	303,4	1 366	6 394	-4,5	-3,2	9 959 [b]	1989	73,3	9,0
78	Liban	21,8	20,7	6 149	5 837	5,0	3,7	5 837 [b]	2004	..	..
79	Kazakhstan	40,7	111,6	2 717	7 440	..	1,7	7 440 [b]	2004	33,6	6,9
80	Arménie	3,1	12,4	1 017	4 101	..	2,7	4 101 [b]	2004	31,4	8,1
81	Chine	1 931,7	7 642,3 [f]	1 490	5 896 [f]	8,4	8,9	5 896	2004	5,5	4,0
82	Pérou	68,6	156,5	2 490	5 678	-0,5	2,1	5 999	1981	16,6	3,7
83	Équateur	30,3	51,7	2 322	3 963	0,3	0,2	3 963	2004	36,0	2,7
84	Philippines	84,6	376,6	1 036	4 614	(.)	0,9	4 689	1982	6,7	6,0
85	Grenade	0,4	0,8	4 135	8 021	2,9	3,1	8 241 [b]	2003	2,0	..
86	Jordanie	11,5	25,5	2 117	4 688	0,5	0,5	5 339	1987	2,8	3,4
87	Tunisie	28,2	77,2	2 838	7 768	2,3	3,2	7 768	2004	3,8	3,6
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	0,4	0,8	3 412	6 398	3,5	1,6	6 398	2004	1,8	2,9
89	Suriname	1,1	..	2 484	..	..	..	..	..	67,7	..
90	Fidji	2,6	5,1	3 125	6 066	1,0	1,4	6 066 [b]	2004	3,1	2,8
91	Paraguay	7,3	29,0 [c]	1 220	4 813 [c]	0,4	-0,8	5 670	1981	11,5	4,3
92	Turquie	302,8	556,1	4 221	7 753	1,8	1,6	7 753	2004	68,4	8,6
93	Sri Lanka	20,1	85,2	1 033	4 390	3,3	3,8	4 390	2004	9,5	7,6
94	Dominicaine, République	18,7	65,3 [c]	2 130	7 449 [c]	2,3	4,2	7 449	2004	9,8	51,5
95	Belize	1,1	1,9	3 870	6 747	3,2	2,6	6 895	2002	1,7	3,1
96	Iran, République islamique d'	163,4	504,2	2 439	7 525	-0,1	2,3	8 679	1976	22,0	14,8
97	Géorgie	5,2	12,8	1 151	2 844	-4,2	-1,0	6 514	1985	13,9	5,7
98	Maldives	0,8	..	2 345	..	..	..	..	..	4,6	6,4
99	Azerbaïdjan	8,5	34,5	1 026	4 153	..	5,5	4 153 [b]	2004	76,8	6,7
100	Territoires palestiniens occupés	3,5 [d]	..	1 026 [d]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	15,8	34,1 [c]	2 340	5 041 [c]	0,2	1,8	5 544	1978	6,2	4,5
102	Algérie	84,6	213,7 [c]	2 616	6 603 [c]	0,1	0,9	6 603	2004	11,6	3,6
103	Guyane	0,8	3,3 [c]	1 047	4 439 [c]	0,8	1,5	4 624	1997	5,6	4,7
104	Jamaïque	8,9	11,0	3 352	4 163	0,6	-0,1	4 270	1991	17,3	13,6
105	Turkménistan	6,2	20,9 [g]	1 294	4 584 [g]	..	-4,4	6 585 [b]	1988	..	..
106	Cap Vert	0,9	2,8 [c]	1 915	5 727 [c]	3,0	3,5	5 727 [b]	2004	4,2	-1,9

TABLEAU 14

Classement selon l'IDH	PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant – Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant – Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant – Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
107 Syrienne, République arabe	24,0	67,1	1 293	3 610	1,1	1,5	3 772	1998	4,9	..
108 Indonésie	257,6	785,2	1 184	3 609	4,1	1,8	3 609	2004	13,5	6,2
109 Viet Nam	45,2	225,5	550	2 745	5,6	5,5	2 745 [b]	2004	3,0	7,8
110 Kirghizistan	2,2	9,9	433	1 935	-2,3	-1,3	2 658 [b]	1990	14,7	4,1
111 Égypte	78,8	305,9	1 085	4 211	2,6	2,5	4 211	2004	6,8	11,3
112 Nicaragua	4,6	19,5 [c]	847	3 634 [c]	-2,3	0,1	7 429	1977	20,4	8,4
113 Ouzbékistan	12,0	49,0	456	1 869	..	1,3	1 869 [b]	2004	..	..
114 Moldova, République de	2,6	7,3	615	1 729	-6,1	-5,3	4 168 [b]	1989	17,0	12,5
115 Bolivie	8,8	24,5	974	2 720	(.)	1,2	2 763	1977	6,6	4,4
116 Mongolie	1,6	5,2	641	2 056	0,9	2,4	2 056 [b]	2004	26,3	8,2
117 Honduras	7,4	20,3 [c]	1 046	2 876 [c]	0,2	0,2	2 933	1979	15,7	8,1
118 Guatemala	27,5	53,0 [c]	2 233	4 313 [c]	0,4	1,3	4 327	2002	8,8	7,4
119 Vanuatu	0,3	0,6 [c]	1 526	3 051 [c]	-0,2	-0,2	3 978 [b]	1984	2,7	1,4
120 Guinée équatoriale	3,2	9,4 [c, g]	6 572	20 510 [c, g]	17,0	30,4	20 510 [b]	2001	..	..
121 Afrique du Sud	212,8	509,3 [c]	4 675	11 192 [c]	-0,5	0,6	12 038	1981	7,7	1,4
122 Tadjikistan	2,1	7,7	322	1 202	-6,8	-4,8	2 851 [b]	1988	..	..
123 Maroc	50,0	128,5	1 678	4 309	1,4	1,1	4 309	2004	2,9	1,0
124 Gabon	7,2	9,0	5 306	6 623	-1,1	-0,1	12 107	1976	3,3	0,4
125 Namibie	5,7	14,9 [c]	2 843	7 418 [c]	-0,8	1,3	8 939 [b]	1980	..	4,1
126 Inde	691,2	3 389,7 [c]	640	3 139 [c]	3,4	4,0	3 139	2004	7,5	3,8
127 São Tomé-et-Principe	0,1	..	407	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	0,3	0,8 [c]	554	1 814 [c]	1,0	-2,7	2 778	1996	9,8	7,1
129 Cambodge	4,9	33,4 [c]	354	2 423 [c]	..	5,0	2 423 [b]	2004	4,0	3,9
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..	25,7	4,5
131 Botswana	9,0	17,6	5 073	9 945	5,7	4,2	9 945	2004	9,4	6,9
132 Comores	0,4	1,1 [c]	623	1 943 [c]	-0,7	-0,5	2 263 [b]	1985	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	2,5	11,3	423	1 954	3,6	4,2	1 954 [b]	2004	29,0	10,5
134 Pakistan	96,1	338,4	632	2 225	2,9	1,6	2 225	2004	7,7	7,4
135 Bhoutan	0,7	..	751	..	..	..	..	..	7,3	4,6
136 Ghana	8,9	48,5 [c]	409	2 240 [c]	0,6	1,9	2 240	2004	26,3	12,6
137 Bangladesh	56,6	260,4	406	1 870	1,7	2,5	1 870	2004	4,9	3,2
138 Népal	6,7	39,6	252	1 490	2,0	2,1	1 490	2004	7,0	2,8
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,9	14,7 [c]	677	2 543 [c]	0,6	0,5	2 891	1994	10,3	2,1
140 Congo	4,3	3,8	1 118	978	1,2	-0,2	1 355	1996	6,7	2,4
141 Soudan	21,1	69,2 [c]	594	1 949 [c]	1,6	3,4	1 949	2004	46,1	8,5
142 Timor oriental	0,3	..	367	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	4,4	15,5	241	857	-1,6	-1,1	1 356	1975	15,1	13,8
144 Cameroun	14,4	34,9	897	2 174	-0,6	0,5	2 913	1986	5,5	..
145 Ouganda	6,8	41,1 [c]	245	1 478 [c]	2,5	3,5	1 478 [b]	2004	7,4	3,3
146 Swaziland	2,4	6,3	2 140	5 638	2,1	2,1	5 638	2004	9,2	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	2,1	9,2 [c]	344	1 536 [c]	-1,1	(.)	2 218	1980	6,1	0,4
148 Djibouti	0,7	1,6 [c]	851	1 993 [c]	..	-1,9	2 413 [b]	1995	..	..
149 Lesotho	1,3	4,7 [c]	730	2 619 [c]	4,7	4,5	2 619	2004	8,7	..
150 Yémen	12,8	17,9	631	879	..	1,7	879 [b]	2004	20,8	..
151 Zimbabwe	4,7	26,7	363	2 065	-0,3	-1,9	3 224	1998	36,1	..
152 Kenya	16,1	38,1	481	1 140	(.)	-0,6	1 247	1990	12,0	11,6
153 Mauritanie	1,5	5,8 [c]	515	1 940 [c]	0,2	1,2	1 967	2001	5,6	10,4
154 Haïti	3,5	15,7 [c, d]	420	1 892 [c, d]	-2,3	-2,2	3 423	1980	19,7	22,8
155 Gambie	0,4	2,9 [c]	281	1 991 [c]	(.)	0,2	2 137	1986	4,8	14,2
156 Sénégal	7,8	19,5	683	1 713	-0,1	0,9	1 725	1976	3,9	0,5
157 Érythrée	0,9	4,1 [c]	219	977 [c]	..	0,6	1 246 [b]	1997	..	..
158 Rwanda	1,8	11,2 [c]	208	1 263 [c]	-0,4	-0,1	1 451	1983	11,7	12,0
159 Nigeria	72,1	148,6	560	1 154	0,2	0,8	1 154	2004	24,5	15,0

TABLEAU 14

Paramètres économiques

Classement selon l'IDH	PIB en milliards d'USD 2004	PIB en PPA en milliards d'USD 2004	PIB par habitant en USD 2004	PIB par habitant en PPA en USD 2004	PIB par habitant : Taux de croissance annuelle (en %) 1975-2004	PIB par habitant : Taux de croissance annuelle (en %) 1990-2004	PIB par habitant : Valeur la plus élevée atteinte entre 1975 et 2004 (en PPA en USD)	PIB par habitant : Année de la valeur la plus élevée	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 1990-2004	Variation annuelle de l'indice des prix à la consommation (en %) 2003-04
160 Guinée	3,9	20,1	421	2 180	0,7	1,0	2 197 [b]	2002	..	..
161 Angola	19,5	33,8 [c]	1 258	2 180 [c]	-0,7	-1,2	2 764 [b]	1992	446,2	37,3
162 Tanzanie, Rép. unie de	10,9	25,4	288	674	0,8	1,1	674 [b]	2004	14,9	(.)
163 Bénin	4,1	8,9	498	1 091	0,4	1,4	1 099	2003	6,0	0,9
164 Côte d'Ivoire	15,5	27,7	866	1 551	-2,1	-1,1	2 977	1978	5,6	1,4
165 Zambie	5,4	10,8	471	943	-2,0	-1,1	1 557	1976	42,4	18,0
166 Malawi	1,9	8,1	149	646	-0,4	0,9	733	1979	29,7	11,4
167 Congo, Rép. dém. du	6,6	39,4 [c]	119	705 [c]	-4,8	-6,0	2 469	1975	496,4	4,1
168 Mozambique	6,1	24,0 [c]	313	1 237 [c]	2,6	4,2	1 237 [b]	2004	23,4	12,7
169 Burundi	0,7	4,9 [c]	90	677 [c]	-0,8	-2,5	933	1991	13,9	12,6
170 Éthiopie	8,0	52,9 [c]	114	756 [c]	-0,2	1,5	776 [b]	1983	4,0	3,3
171 Tchad	4,2	19,7 [c]	447	2 090 [c]	0,7	2,1	2 090	2004	5,6	-5,4
172 Centrafricaine, République	1,3	4,4 [c]	328	1 094 [c]	-1,5	-0,6	1 761	1977	4,1	-2,1
173 Guinée-Bissau	0,3	1,1 [c]	182	722 [c]	-0,3	-2,6	1 106	1997	22,1	0,9
174 Burkina Faso	4,8	15,0 [c]	376	1 169 [c]	0,9	1,3	1 169	2004	4,3	-0,4
175 Mali	4,9	13,1	371	998	0,2	2,5	998	2004	4,0	-3,1
176 Sierra Leone	1,1	3,0	202	561	-3,1	-5,5	1 151	1982	20,9	14,2
177 Niger	3,1	10,5 [c]	228	779 [c]	-1,8	-0,7	1 322	1979	4,6	0,3
Pays en développement	8 346,5 T	24 127,9 T	1 685	4 775	2,4	3,0	..	..	..	..
Pays les moins avancés	257,3 T	990,7 T	355	1 350	0,6	1,6	..	..	..	..
États arabes	852,2 T	1 755,0 T	3 054	5 680	0,3	1,3	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	3 608,4 T	11 327,5 T	1 921	5 872	6,1	5,8	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	2 028,0 T	4 350,2 T	3 755	7 964	0,6	1,1	..	..	..	..
Asie du Sud	1 041,3 T	4 650,6 T	697	3 072	2,5	3,3	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	498,5 T	1 327,5 T	731	1 946	-0,6	0,3	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	1 499,1 T	3 545,0 T	3 722	8 802	..	0,9	..	..	..	..
OCDE	33 031,8 T	32 007,9 T	28 453	27 571	2,0	1,8	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	31 561,5 T	29 492,0 T	34 249	32 003	2,2	1,9	..	..	..	..
Développement humain élevé	34 046,5 T	33 777,4 T	26 999	26 568	2,0	1,8	..	..	..	..
Développement humain moyen	6 520,2 T	21 564,7 T	1 494	4 901	2,2	2,9	..	..	..	..
Faible développement humain	227,8 T	630,0 T	402	1 113	-0,7	0,2	..	..	..	..
Revenu élevé	32 590,4 T	30 746,4 T	33 266	31 331	2,1	1,8	..	..	..	..
Revenu moyen	7 155,3 T	20 386,4 T	2 388	6 756	2,0	2,8	..	..	..	..
Faible revenu	1 236,6 T	5 381,4 T	538	2 297	2,0	2,7	..	..	..	..
Monde	40 850,4 T	55 970,3 T	6 588	8 833	1,4	1,4	..	..	..	..

NOTES

a En théorie, pour les États-Unis, la valeur du PIB en parité de pouvoir d'achat (PPA) en dollars devrait être la même que celle en dollars, mais les problèmes pratiques qui surgissent lors du calcul du PIB en PPA en USD empêchent qu'il en soit ainsi.

b Les données concernent une période plus courte que celle indiquée pour cette rubrique.

c Les estimations sont basées sur une régression.

d Données concernant l'année 2003.

e Données concernant l'année 2002.

f Estimations basées sur une comparaison bilatérale entre la Chine et les États-Unis (Ruoen et Chen Kai 1995).

g Données concernant l'année 2001.

SOURCES

Colonnes 1-4 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonnes 5 et 6 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale selon la méthode des moindres carrés.

Colonnes 7 et 8 : données basées sur les séries temporelles de PIB par habitant (en PPA en USD) fournies par la Banque mondiale 2006.

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives à l'indice des prix à la consommation de la Banque mondiale 2006.

TABLEAU 15

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD — Part des revenus ou des dépenses (en %)				Mesure de l'inégalité		
		10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	2000 [c]	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2 Islande	..	..	..	..	..	..	..	..
3 Australie	1994 [c]	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4 Irlande	2000 [c]	2,9	7,4	42,0	27,2	9,4	5,6	34,3
5 Suède	2000 [c]	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
6 Canada	2000 [c]	2,6	7,2	39,9	24,8	9,4	5,5	32,6
7 Japon	1993 [c]	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
8 États-Unis	2000 [c]	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
9 Suisse	2000 [c]	2,9	7,6	41,3	25,9	9,0	5,5	33,7
10 Pays-Bas	1999 [c]	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
11 Finlande	2000 [c]	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
12 Luxembourg	..	..	..	..	..	..	..	..
13 Belgique	2000 [c]	3,4	8,5	41,4	28,1	8,2	4,9	33,0
14 Autriche	2000 [c]	3,3	8,6	37,8	23,0	6,9	4,4	29,1
15 Danemark	1997 [c]	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
16 France	1995 [c]	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17 Italie	2000 [c]	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
18 Royaume-Uni	1999 [c]	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
19 Espagne	2000 [c]	2,6	7,0	42,0	26,6	10,3	6,0	34,7
20 Nouvelle-Zélande	1997 [c]	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
21 Allemagne	2000 [c]	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
22 Hong Kong, Chine (RAS)	1996 [c]	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23 Israël	2001 [c]	2,1	5,7	44,9	28,8	13,4	7,9	39,2
24 Grèce	2000 [c]	2,5	6,7	41,5	26,0	10,2	6,2	34,3
25 Singapour	1998 [c]	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26 Corée, République de	1998 [c]	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
27 Slovénie	1998-99 [c]	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
28 Portugal	1997 [c]	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
29 Chypre	..	..	..	..	..	..	..	..
30 Tchèque, République	1996 [c]	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
31 Barbade	..	..	..	..	..	..	..	..
32 Malte	..	..	..	..	..	..	..	..
33 Koweït	..	..	..	..	..	..	..	..
34 Brunéi Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..
35 Hongrie	2002 [d]	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36 Argentine	2003 [c, e]	1,1	3,2	56,8	39,6	34,5	17,6	52,8
37 Pologne	2002 [d]	3,1	7,5	42,2	27,0	8,8	5,6	34,5
38 Chili	2000 [c]	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
39 Bahreïn	..	..	..	..	..	..	..	..
40 Estonie	2003 [d]	2,5	6,7	42,8	27,6	10,8	6,4	35,8
41 Lituanie	2003 [d]	2,7	6,8	43,2	27,7	10,4	6,3	36,0
42 Slovaquie	1996 [c]	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43 Uruguay	2003 [c, e]	1,9	5,0	50,5	34,0	17,9	10,2	44,9
44 Croatie	2001 [d]	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
45 Lettonie	2003 [d]	2,5	6,6	44,7	29,1	11,6	6,8	37,7
46 Qatar	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2001 [c]	1,3	3,9	54,8	38,4	30,0	14,2	49,9
49 Émirats arabes unis	..	..	..	..	..	..	..	..
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..
52 Bahamas	..	..	..	..	..	..	..	..
53 Mexique	2002 [d]	1,6	4,3	55,1	39,4	24,6	12,8	49,5

TABLEAU 15

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %) 10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	Mesure de l'inégalité 10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
54 Bulgarie	2003 [d]	3,4	8,7	38,3	23,9	7,0	4,4	29,2
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	..	..
56 Oman	..	..	..	..	..	..	..	..
57 Trinité-et-Tobago	1992 [c]	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
58 Panama	2002 [c]	0,8	2,5	60,3	43,6	54,7	23,9	56,4
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	2003 [d]	3,3	8,1	39,2	24,4	7,5	4,9	31,0
61 Malaisie	1997 [c]	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62 Bosnie-Herzégovine	2001 [d]	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
63 Maurice	..	..	..	..	..	..	..	..
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..
65 Russie, Fédération de	2002 [d]	2,4	6,1	46,6	30,6	12,7	7,6	39,9
66 Macédoine, ERYM	2003 [d]	2,4	6,1	45,5	29,6	12,5	7,5	39,0
67 Bélarus	2002 [d]	3,4	8,5	38,3	23,5	6,9	4,5	29,7
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	..	..
69 Brésil	2003 [c]	0,8	2,6	62,1	45,8	57,8	23,7	58,0
70 Colombie	2003 [c]	0,7	2,5	62,7	46,9	63,8	25,3	58,6
71 Sainte-Lucie	..	..	..	..	..	..	..	..
72 Venezuela, RB	2000 [c]	1,6	4,7	49,3	32,8	20,4	10,6	44,1
73 Albanie	2002 [d]	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
74 Thaïlande	2002 [d]	2,7	6,3	49,0	33,4	12,6	7,7	42,0
75 Samoa occidentales	..	..	..	..	..	..	..	..
76 Arabie Saoudite	..	..	..	..	..	..	..	..
77 Ukraine	2003 [d]	3,9	9,2	37,5	23,0	5,9	4,1	28,1
78 Liban	..	..	..	..	..	..	..	..
79 Kazakhstan	2003 [d]	3,0	7,4	41,5	25,9	8,5	5,6	33,9
80 Arménie	2003 [d]	3,6	8,5	42,8	29,0	8,0	5,0	33,8
81 Chine	2001 [d]	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
82 Pérou	2002 [c]	1,1	3,2	58,7	43,2	40,5	18,6	54,6
83 Équateur	1998 [d]	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
84 Philippines	2000 [d]	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	..	..
86 Jordanie	2002-03 [d]	2,7	6,7	46,3	30,6	11,3	6,9	38,8
87 Tunisie	2000 [d]	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	..	..
90 Fidji	..	..	..	..	..	..	..	..
91 Paraguay	2002 [c]	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
92 Turquie	2003 [d]	2,0	5,3	49,7	34,1	16,8	9,3	43,6
93 Sri Lanka	1999-00 [d]	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94 Dominicaine, République	2003 [c]	1,4	3,9	56,8	41,3	30,0	14,4	51,7
95 Belize	..	..	..	..	..	..	..	..
96 Iran, République islamique d'	1998 [d]	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
97 Géorgie	2003 [d]	2,0	5,6	46,4	30,3	15,4	8,3	40,4
98 Maldives	..	..	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaïdjan	2002 [d]	5,4	12,2	31,1	18,0	3,3	2,6	19,0
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	2002 [c]	0,7	2,7	55,9	38,8	57,5	20,9	52,4
102 Algérie	1995 [d]	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
103 Guyane	..	..	..	..	..	..	..	..
104 Jamaïque	2000 [d]	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
105 Turkménistan	1998 [d]	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
106 Cap Vert	..	..	..	..	..	..	..	..

Classement selon l'IDH	Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %)				Mesure de l'inégalité		
		10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
107 Syrienne, République arabe	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	2002 [d]	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
109 Viet Nam	2002 [d]	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
110 Kirghizistan	2003 [d]	3,8	8,9	39,4	24,3	6,4	4,4	30,3
111 Égypte	1999-00 [d]	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
112 Nicaragua	2001 [d]	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113 Ouzbékistan	2000 [d]	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
114 Moldova, République de	2003 [d]	3,2	7,8	41,4	26,4	8,2	5,3	33,2
115 Bolivie	2002 [c]	0,3	1,5	63,0	47,2	168,1	42,3	60,1
116 Mongolie	1998 [d]	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
117 Honduras	2003 [c]	1,2	3,4	58,3	42,2	34,2	17,2	53,8
118 Guatemala	2002 [c]	0,9	2,9	59,5	43,4	48,2	20,3	55,1
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	2000 [d]	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
122 Tadjikistan	2003 [d]	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123 Maroc	1998-99 [d]	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
124 Gabon	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	1993 [c]	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	74,3
126 Inde	1999-00 [d]	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	1997 [d]	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
130 Myanmar	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	1993 [d]	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132 Comores	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	2002 [d]	3,4	8,1	43,3	28,5	8,3	5,4	34,6
134 Pakistan	2002 [d]	4,0	9,3	40,3	26,3	6,5	4,3	30,6
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	1998-99 [d]	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
137 Bangladesh	2000 [d]	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
138 Népal	2003-04 [d]	2,6	6,0	54,6	40,6	15,8	9,1	47,2
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1996 [d]	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Soudan	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	2001 [d]	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
144 Cameroun	2001 [d]	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
145 Ouganda	1999 [d]	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
146 Swaziland	1994 [c]	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN								
147 Togo	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibouti	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesotho	1995 [d]	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150 Yémen	1998 [d]	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
151 Zimbabwe	1995 [d]	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	50,1
152 Kenya	1997 [d]	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
153 Mauritanie	2000 [d]	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
154 Haïti	2001 [c]	0,7	2,4	63,4	47,7	71,7	26,6	59,2
155 Gambie	1998 [d]	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	50,2
156 Sénégal	1995 [d]	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
157 Érythrée	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	1983-85 [d]	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
159 Nigeria	2003 [d]	1,9	5,0	49,2	33,2	17,8	9,7	43,7

TABLEAU 15

Inégalités en termes de revenus ou de dépenses

Classement selon l'IDH		Année considérée	OMD Part des revenus ou des dépenses (en %) 10 % les plus pauvres	20 % les plus pauvres	20 % les plus riches	10 % les plus riches	Mesure de l'inégalité 10 % les plus riches / 10 % les plus pauvres [a]	20 % les plus riches / 20 % les plus pauvres [a]	Indice de Gini [b]
160	Guinée	1994 [d]	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzanie, Rép. unie de	2000-01 [d]	2,9	7,3	42,4	26,9	9,2	5,8	34,6
163	Bénin	2003 [d]	3,1	7,4	44,5	29,0	9,4	6,0	36,5
164	Côte d'Ivoire	2002 [d]	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
165	Zambie	2002-03 [d]	2,4	6,1	48,8	33,7	13,9	8,0	42,1
166	Malawi	1997 [d]	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
167	Congo, Rép. dém. du	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Mozambique	1996-97 [d]	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 [d]	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	42,4
170	Éthiopie	1999-00 [d]	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	Tchad	..	..	..	..	..	..	..	..
172	Centrafricaine, République	1993 [d]	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
173	Guinée-Bissau	1993 [d]	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
174	Burkina Faso	2003 [d]	2,8	6,9	47,2	32,2	11,6	6,9	39,5
175	Mali	1994 [d]	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
176	Sierra Leone	1989 [d]	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Niger	1995 [d]	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

NOTES

Ces données provenant d'enquêtes auprès des ménages collectant des informations différentes et recourant à des méthodes différentes, les estimations de la répartition ne sont pas strictement comparables entre les pays.

a Ces données présentent le rapport entre la part des revenus ou des dépenses de la catégorie la plus riche et celle de la catégorie la plus pauvre. Les chiffres ayant été arrondis, les résultats peuvent être différents des ratios calculés à partir des pourcentages de revenus ou dépenses figurant dans les colonnes 2 à 5

b Le chiffre 0 représente une égalité parfaite, et le chiffre 100 une situation d'inégalité absolue.

c Données correspondant à la part des revenus en centiles de la population, classée en fonction du revenu par habitant.

d Données correspondant à la part des dépenses en centiles de la population, classée en fonction du revenu par habitant.

e Données concernant les zones urbaines uniquement.

SOURCES

Colonnes 1-5 et 8 : Banque mondiale 2006

Colonnes 6 et 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux revenus et aux dépenses fournies par la Banque mondiale 2006.

TABLEAU 16

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Structure des échanges

Classement selon l'IDH		Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	34	30	40	44	67	77	32	19	12	18	130
2	Islande	33	43	35	37	91	82	8	17	10	6	..
3	Australie	17	21 [b]	17	18 [b]	71	58	26	25	12	14	96
4	Irlande	52	65	57	80	26	10	70	86	41	34	94
5	Suède	29	38	30	46	16	14	83	81	13	17	98
6	Canada	26	34 [b]	26	38 [b]	36	35	59	60	14	14	99
7	Japon	9	10 [b]	10	12 [b]	3	3	96	93	24	24	116
8	États-Unis	11	14 [b]	10	10 [b]	21	14	75	82	34	32	112
9	Suisse	34	37 [b]	36	44 [b]	6	7	94	93	12	22	..
10	Pays-Bas	51	60	54	65	37	30	59	70	16	29	99
11	Finlande	24	32	23	37	17	16	83	83	8	21	99
12	Luxembourg	100	125	104	146	..	13	..	86	..	10	..
13	Belgique	69	81	71	84	19	18	77	81	..	8	..
14	Autriche	37	46	38	51	12	15	88	84	8	12	..
15	Danemark	31	38	36	43	35	31	60	66	15	20	110
16	France	23	26	21	26	23	17	77	83	16	19	..
17	Italie	20	26	20	27	11	11	88	88	8	8	132
18	Royaume-Uni	27	28	24	25	19	18	79	76	24	24	99
19	Espagne	20	29	16	26	24	21	75	77	6	7	121
20	Nouvelle-Zélande	27	29 [b]	27	29 [b]	72	65	26	31	10	14	121
21	Allemagne	25	33	25	38	10	9	89	84	11	17	112
22	Hong Kong, Chine (RAS)	124	184	132	193	7	3	92	96	..	32	99
23	Israël	45	49	35	44	13	5	87	94	10	19	118
24	Grèce	28	29	18	21	46	38	54	59	2	11	79
25	Singapour	..	..	..	..	27	13	72	84	40	59	70
26	Corée, République de	29	40	28	44	6	8	94	92	18	33	75
27	Slovénie	79	61	91	60	..	10	..	90	..	6	..
28	Portugal	39	38	33	31	19	15	80	85	4	9	..
29	Chypre	57	..	52	..	42	35	58	65	8	22	..
30	Tchèque, République	43	72	45	72	..	10	..	90	..	13	..
31	Barbade	52	54 [b]	49	49 [b]	55	47	43	52	..	15	..
32	Malte	99	83	85	76	7	9	93	90	44	58	..
33	Koweït	58	33	45	60	94	..	6	..	3	..	..
34	Brunéi Darussalam	..	..	..	..	97	88 [b]	3	12 [b]	..	5 [b]	..
35	Hongrie	29	68	31	64	35	11	63	88	..	29	84
36	Argentine	5	18	10	25	71	70	29	29	..	8	103
37	Pologne	22	41	29	39	..	19	..	81	..	3	459
38	Chili	31	30	35	36	87	86	11	13	5	5	47
39	Bahreïn	95	64	116	82	54	90	45	10	..	3	..
40	Estonie	..	86	..	78	..	22	..	77	..	14	..
41	Lituanie	61	61	52	54	..	42	..	58	..	5	..
42	Slovaquie	36	79	27	77	..	14	..	86	..	5	..
43	Uruguay	18	28	24	30	61	68	39	32	..	2	77
44	Croatie	..	56	..	47	..	27	..	72	..	13	..
45	Lettonie	49	60	48	44	..	36	..	61	..	5	..
46	Qatar	..	..	..	..	82	87	18	13	..	1	..
47	Seychelles	67	96	62	94	74	93	26	6	..	10	..
48	Costa Rica	41	49	35	46	66	37	27	63	..	37	125
49	Émirats arabes unis	41	65	66	82	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	83	63	52	50	..	18 [b]	..	82 [b]	..	1 [b]	..
52	Bahamas	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
53	Mexique	20	32	19	30	56	20	43	80	8	21	32

TABLEAU 16

Structure des échanges

Classement selon l'IDH		Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
54	Bulgarie	37	69	33	58	..	33	..	62	..	4	..
55	Tonga	65	..	34	..	..	..	24	..	..	..	..
56	Oman	28	43	47	57	94	87	5	12	2	1	..
57	Trinité-et-Tobago	29	48	45	60	73	65 [b]	27	35 [b]	..	1 [b]	..
58	Panama	79	65	87	63	78	90	21	10	..	2	81
59	Antigua-et-Barbuda	87	69 [c]	89	61 [c]	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	26	46	17	37	26	17	73	82	2	3	..
61	Malaisie	72	100	75	121	46	23	54	76	38	55	138
62	Bosnie-Herzégovine	..	55	..	26	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	71	56	64	56	34	28	66	71	1	4	96
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN												
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	31	36 [c]	40	47 [c]	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	18	22	18	35	..	62	..	21	..	9	..
66	Macédoine, ERYM	36	61	26	40	..	23	..	77	..	1	..
67	Bélarus	44	74	46	68	..	39	..	60	..	3	..
68	Dominique	81	61	55	48	65	42	35	58	..	8	..
69	Brésil	7	13	8	18	47	46	52	54	7	12	149
70	Colombie	15	22	21	21	74	62	25	38	..	6	83
71	Sainte-Lucie	84	69 [b]	73	56 [b]	68	71	32	28	..	20	..
72	Venezuela, RB	20	20	39	36	90	88	10	12	4	3	70
73	Albanie	23	43	15	21	..	18	..	82	..	1	..
74	Thaïlande	42	66	34	71	36	22 [b]	63	75 [b]	21	30 [b]	61
75	Samoa occidentales	..	48	..	26	90	23	10	77	..	(.)	..
76	Arabie Saoudite	32	25	41	53	92	88 [c]	8	12 [c]	..	2 [c]	..
77	Ukraine	29	54	28	61	..	32 [c]	..	67 [c]	..	5 [c]	..
78	Liban	100	41	18	21	..	31 [b]	..	68 [b]	..	2 [b]	..
79	Kazakhstan	..	46	..	55	..	84	..	16	..	2	..
80	Arménie	46	53	35	39	..	38	..	62	..	1	..
81	Chine	16	31	19	34	27	8	72	91	..	30	78
82	Pérou	14	18	16	21	82	80	18	20	..	2	45
83	Équateur	32	29	33	27	98	91	2	9	(.)	7	51
84	Philippines	33	51	28	52	31	10	38	55	..	64	84
85	Grenade	63	71 [b]	42	(.)	66	54 [b]	34	46 [b]	..	5 [b]	..
86	Jordanie	93	80	62	48	44	28	56	72	7	5	99
87	Tunisie	51	48	44	45	31	22	69	78	2	5	80
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	77	66	66	43	..	81	..	19	..	8	..
89	Suriname	44	64 [b]	42	28 [b]	26	..	74	..	..	..	..
90	Fidji	67	..	62	..	64	55	35	45	12	1	..
91	Paraguay	39	37	33	36	..	87	10	13	(.)	7	164 [b]
92	Turquie	18	35	13	29	32	15	68	85	1	2	94
93	Sri Lanka	38	45	29	36	42	26	54	74	1	1	119
94	Dominicaine, République	44	49	34	50	..	..	..	..	..	..	54
95	Belize	60	65 [b]	62	52 [b]	..	86 [b]	15	13 [b]	..	3 [b]	..
96	Iran, République islamique d'	24	30	22	32	..	91 [b]	..	9 [b]	..	2 [b]	..
97	Géorgie	46	47	40	31	..	63	..	37	..	38	..
98	Maldives	64	83	24	95	..	74	..	26	..	1	..
99	Azerbaïdjan	39	74	44	50	..	89	..	10	..	2	..
100	Territoires palestiniens occupés	..	49 [b]	..	10 [b]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	31	44	19	27	62	40	38	60	..	4	97
102	Algérie	25	26	23	40	97	98	3	2	..	1	75
103	Guyane	80	106	63	96	..	70	..	30	..	(.)	..
104	Jamaïque	52	58	48	41	30	35 [c]	70	65 [c]	..	(.) [c]	..
105	Turkménistan	..	57	..	66	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	44	64	13	31	..	..	..	88 [b]	..	..	91

Classement selon l'IDH	Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	Importations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	Exportations de biens et services (en % du PIB) 2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
107 Syrienne, République arabe	28	34	28	35	64	87	36	11	..	1	..
108 Indonésie	24	27	25	31	65	44	35	56	1	16	..
109 Viet Nam	45	74	36	66	..	46 [b]	..	53 [b]	..	6 [b]	..
110 Kirghizistan	50	53	29	43	..	57	..	43	..	2 [b]	..
111 Égypte	33	29	20	29	57	64	42	31	..	1	50
112 Nicaragua	46	54	25	26	92	89	8	11	..	6	56
113 Ouzbékistan	48	33	29	40	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	51	82	48	51	..	64	..	36	..	4	..
115 Bolivie	24	26	23	31	95	86	5	14	..	9	58
116 Mongolie	53	87	24	75	..	62 [b]	..	38 [b]	..	(.) [b]	..
117 Honduras	40	54 [b]	36	37 [b]	91	73 [b]	9	27 [b]	..	2 [b]	79
118 Guatemala	25	32	21	18	76	58	24	42	..	7	70
119 Vanuatu	77	..	49	..	..	..	13	..	20	..	..
120 Guinée équatoriale	70	..	32	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	19	27	24	27	..	42	..	58	..	6	95
122 Tadjikistan	35	65	28	46	..	..	..	..	..	..	..
123 Maroc	32	39	26	33	48	31	52	69	..	10	109
124 Gabon	31	40	46	61	..	93	..	7	..	15	41
125 Namibie	67	45	52	46	..	58 [b]	..	41 [b]	..	3 [b]	87
126 Inde	9	23	7	19	28	26	70	73	2	5	106
127 São Tomé-et-Principe	72	95	14	39	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	73	44 [b]	47	42 [b]	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	13	76	6	65	..	3	..	97	..	(.)	..
130 Myanmar	5	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	50	32	55	40	..	..	..	..	..	..	110
132 Comores	35	31	14	16	..	..	..	..	..	..	52
133 Lao, Rép. dém. pop.	25	42	12	29	..	..	..	..	..	..	..
134 Pakistan	23	15	16	16	21	15	79	85	(.)	1	65
135 Bhoutan	32	43 [c]	28	22 [c]	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	26	54	17	35	..	85 [b]	..	14 [b]	..	4 [b]	59
137 Bangladesh	14	21	6	15	..	10	77	90	(.)	(.)	64
138 Népal	22	31	11	17	..	26 [b]	83	74 [b]	..	(.) [b]	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	49	60 [b]	41	71 [b]	89	94 [b]	10	6 [b]	..	39 [b]	..
140 Congo	46	57	54	84	..	..	..	..	..	..	125
141 Soudan	..	21	..	18	..	98 [b]	..	2 [b]	..	(.) [b]	..
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	28	48	17	32	85	76	14	22	8	1	99
144 Cameroun	17	26	20	26	91	95	9	5	3	1	140
145 Ouganda	19	28	7	14	..	85	..	15	..	13	..
146 Swaziland	87	92	75	84	..	23 [c]	..	76 [c]	..	1 [c]	94
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	45	47	33	34	89	53	9	47	..	(.)	25
148 Djibouti	..	..	..	..	44	..	8	..	..	..	..
149 Lesotho	122	105	17	48	..	..	..	..	..	..	69
150 Yémen	20	34	14	25	..	97	..	3	..	13	..
151 Zimbabwe	23	44	23	36	68	72	31	28	2	1	123
152 Kenya	31	32	26	26	70	79	30	21	4	3	91
153 Mauritanie	61	70	46	29	..	..	..	..	..	..	131
154 Haïti	20	47 [b]	18	16 [b]	15	..	85	..	14	..	39
155 Gambie	72	52	60	42	..	73 [b]	..	27 [b]	..	3 [b]	63
156 Sénégal	30	40	25	28	77	61	23	39	..	6	60
157 Érythrée	..	86	..	13	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	14	27	6	10	..	90 [b]	..	10 [b]	..	25 [b]	156
159 Nigeria	29	37	43	55	..	98 [b]	..	2 [b]	..	2 [b]	68

TABLEAU 16

Structure des échanges

Classement selon l'IDH	Importations de biens et services (en % du PIB) 1990	2004	Exportations de biens et services (en % du PIB) 1990	2004	Exportations de produits primaires (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Exportations de biens manufacturés (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Exportations de produits de haute technologie (en % des exportations de marchandises) 1990	2004	Termes de l'échange (1980=100) [a] 2004
160 Guinée	31	23	31	21	..	75 [c]	..	25 [c]	..	(.) [c]	..
161 Angola	21	55	39	71	100	..	(.)	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	37	29	13	19	..	80	..	20	..	2	..
163 Bénin	26	26	14	15	..	91 [c]	..	9 [c]	..	2 [c]	108
164 Côte d'Ivoire	27	38	32	48	..	78 [b]	..	20 [b]	..	8 [b]	60
165 Zambie	37	27	36	20	..	90	..	10	..	1	53
166 Malawi	33	49	24	27	93	84	7	16	4	2	50
167 Congo, Rép. dém. du	29	22 [c]	30	19 [c]	..	..	..	..	..	..	112
168 Mozambique	36	38	8	30	..	96 [c]	..	3 [c]	..	9 [c]	39
169 Burundi	28	25	8	9	..	95	..	5	..	6	36
170 Éthiopie	12	40	8	19	..	89 [b]	..	11 [b]	..	(.) [b]	..
171 Tchad	28	36	13	52	..	..	..	..	..	..	93
172 Centrafricaine, République	28	16	15	11	..	63 [b]	..	37 [b]	..	(.) [b]	38
173 Guinée-Bissau	37	49	10	35	..	..	..	..	..	..	75
174 Burkina Faso	24	23	11	9	..	92	..	8	..	10	150
175 Mali	34	36	17	28	..	..	2	..	..	..	97 [b]
176 Sierra Leone	24	39	22	23	..	..	..	7 [c]	..	31 [c]	..
177 Niger	22	26	15	16	..	91 [b]	..	8 [b]	..	3 [b]	57
Pays en développement	24	36	25	39	38	22	59	74	..	24	..
Pays les moins avancés	22	32	13	23	84	66	..	..	..	..	..
États arabes	38	36	38	48	73	75	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	33	52	34	56	23	11	73	86	..	33	..
Amérique latine et Caraïbes	15	23	17	26	65	46	36	56	7	13	..
Asie du Sud	13	23	11	21	27	24	71	76	..	4	..
Afrique subsaharienne	26	34	27	33	73	70	..	32 [b]	..	4	..
Europe centrale et orientale et CEI	28	44	29	46	32	13	..	55	..	10	..
OCDE	18 [b]	22 [b]	17	21 [b]	20	17	77	80	18	18	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	18 [b]	21 [b]	17	20 [b]	19	17	78	80	19	18	..
Développement humain élevé	19 [b]	23 [b]	19	23 [b]	20	17	76	80	18	19	..
Développement humain moyen	19	29	19	31	49	25	50	60	..	17	..
Faible développement humain	29	37	27	36	74	71	..	8 [b]	..	3	..
Revenu élevé	19 [b]	22 [b]	18	22 [b]	19	16	77	80	18	19	..
Revenu moyen	21	32	22	35	53	26	50	64	..	20	..
Faible revenu	17	27	13	24	38	30	..	50 [b]	..	4	..
Monde	19 [b]	24 [b]	19	24 [b]	23	18	72	77	18	19	..

NOTES

a Le rapport entre l'indice des prix à l'exportation et celui à l'importation est calculé avec pour référence l'année 1980 Les chiffres supérieurs à 100 indiquent une augmentation du prix des exportations par rapport à celui des importations.

b Données concernant l'année 2003

c Données concernant l'année 2002

SOURCES

Colonnes 1-10 : Banque mondiale 2006, d'après des données de la Conférence des Nations Unies sur le commerce et le développement ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonne 11 : calculs effectués sur la base des données relatives aux termes de l'échange fournies par la Banque mondiale 2006

TABLEAU 17

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Responsabilités des pays riches : l'aide

		OMD									
		Aide publique du développement (APD) nette versée									
		Total [a] (en millions d'USD)	En % du RNB		APD par habitant du pays donateur (en 2004 en USD)		APD versée aux pays les moins avancés [b] (en % du total)		APD destinée aux services sociaux de base [c] (en % du total alloué par secteur)		APD bilatérale non liée (en % du total)	
Classement selon l'IDH		2004	1990 [d]	2004	1990	2004	1990	2004	1995/96 [e]	2003/04 [e]	1990	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	2 199	1,17	0,87	396	477	44	38	10,7	18,0	61	100
3	Australie	1 460	0,34	0,25	70	73	18	24	5,9	15,8	33	77
4	Irlande	607	0,16	0,39	26	152	37	53	0,5	28,9	..	100
5	Suède	2 722	0,91	0,78	257	302	39	28	14,2	16,0	87	87
6	Canada	2 599	0,44	0,27	103	81	30	27	8,9	29,0	47	57
7	Japon	8 922	0,31	0,19	94	70	19	19	2,0	5,4	89	94
8	États-Unis	19 705	0,21	0,17	61	67	22	23	19,0	19,1	..	..
9	Suisse	1 545	0,32	0,41	149	210	43	26	6,5	8,4	78	97
10	Pays-Bas	4 204	0,92	0,73	244	258	33	35	11,7	18,1	56	87
11	Finlande	680	0,65	0,37	174	130	38	25	8,9	15,3	31	..
12	Luxembourg	236	0,21	0,83	101	524	39	37	..	20,7	..	..
13	Belgique	1 463	0,46	0,41	120	141	41	44	9,2	14,7	..	93
14	Autriche	678	0,11	0,23	28	83	63	25	2,6	12,6	32	52
15	Danemark	2 037	0,94	0,85	305	377	39	36	13,1	23,6	..	89
16	France	8 473	0,60	0,41	160	137	33	37	..	10,0	64	94
17	Italie	2 462	0,31	0,15	75	43	41	32	7,3	18,4	22	..
18	Royaume-Uni	7 883	0,27	0,36	70	131	32	38	24,4	31,8	..	100
19	Espagne	2 437	0,20	0,24	33	56	20	17	8,3	13,8	..	68
20	Nouvelle-Zélande	212	0,23	0,23	41	52	19	31	1,7	19,1	100	81
21	Allemagne	7 534	0,42	0,28	124	91	28	31	8,8	12,7	62	92
24	Grèce	465	..	0,23	..	42	..	14	19,3	20,6	..	23
28	Portugal	1 031	0,24	0,63	25	100	70	85	4,2	2,8	..	99
DAC		79 553 T	0,33	0,26	91	91	29	30	8,1	16,0	..	..

NOTES

Ce tableau présente des données relatives aux membres du Comité d'aide au développement (CAD) de l'Organisation de coopération et de développement économiques (OCDE).

a Certains pays ou territoires n'appartenant pas au CAD fournissent aussi une aide publique au développement (APD). Selon le CAD de l'OCDE 2006b, l'APD nette versée en 2004 par l'Arabie Saoudite, les Émirats arabes unis, la Hongrie, l'Islande, Israël, le Koweït, la Pologne, la République de Corée, la République slovaque, la République tchèque, la Turquie et d'autres petits donateurs tels que l'Estonie, la Lettonie et la Lituanie s'est élevée à 3 741 millions de dollars. La Chine apporte également une aide, mais n'en communique pas le montant.

b Comprend les flux multilatéraux imputés, qui rendent compte des versements effectués par le biais d'organisations multilatérales. Ces montants sont calculés en fonction de la répartition géographique des versements pour l'année considérée.

c Les données correspondent à la part d'ADP allouée par secteur ; elles n'intègrent pas les coûts de coopération technique et les frais administratifs.

d Les données relatives à des pays pris isolément (mais pas la moyenne de l'APD) comprennent l'annulation des créances non liées à l'APD.

e Les données correspondent à la moyenne des années indiquées pour cette rubrique.

SOURCES

Toutes les colonnes : OCDE/CAD 2006a.

TABLEAU 18

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Flux d'aide, de capitaux privés et de dette

		Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
		Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
Classement selon l'IDH		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ													
22	Hong Kong, Chine (RAS)	7,0 [d]	1,0 [d]	0,1	(.) [d]	..	20,9	..	..	..	..	..	..
23	Israël	478,9 [d]	72,6 [d]	2,6	0,4 [d]	0,3	1,4	..	..	..	..	..	..
25	Singapour	9,2 [d]	2,2 [d]	(.)	(.) [d]	15,1	15,0	..	..	..	..	..	..
26	Corée, République de	-67,6 [d]	-1,4 [d]	(.)	(.) [d]	0,3	1,2	..	..	..	..	..	..
27	Slovénie	62,2 [d]	31,6 [d]	..	0,2 [d]	..	2,6	..	..	..	..	..	..
29	Chypre	60,0 [d]	72,6 [d]	0,7	0,4 [d]	2,3	7,2	..	..	..	..	..	..
30	Tchèque, République	279,8 [d]	27,4 [d]	(.)	0,3 [d]	0,2	4,2	..	2,6	..	7,8	..	3,0
31	Barbade	29,1	108,2	0,2	1,0	0,6	1,8	-0,8	-0,4	8,2	3,1	14,6	5,5
32	Malte	6,2 [d]	15,5 [d]	0,2	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweït	2,6 [d]	1,0 [d]	(.)	(.) [d]	0,0	(.)	..	..	..	..	..	..
34	Brunéi Darussalam	0,8 [d]	2,1 [d]	..	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	302,7 [d]	29,9 [d]	0,2	0,3 [d]	1,9	4,6	-1,4	12,3	12,8	17,0	33,4	4,9
36	Argentine	91,2	2,4	0,1	0,1	1,3	2,7	-1,5	-1,0	4,4	8,1	34,7	18,8
37	Pologne	1 524,8 [d]	39,5 [d]	2,2	0,6 [d]	0,2	5,2	(.)	2,1	1,6	14,3	4,4	4,9
38	Chili	49,1	3,0	0,3	0,1	2,2	8,1	5,1	0,4	9,1	10,2	18,1	4,1
39	Bahreïn	103,9	145,1	3,2	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estonie	136,4 [d]	102,2 [d]	..	1,2 [d]	..	9,3	..	23,2	..	12,9	..	0,7
41	Lituanie	252,2 [d]	73,3 [d]	..	1,1 [d]	..	3,5	..	5,8	..	7,9	..	6,3
42	Slovaquie	235,2 [d]	43,5 [d]	(.)	0,6 [d]	..	2,7	..	2,6	..	12,3	..	6,9 [e]
43	Uruguay	22,0	6,4	0,6	0,2	0,4	2,4	-2,1	-2,3	10,6	11,7	35,2	31,6
44	Croatie	120,8	26,6	..	0,4	..	3,6	..	11,4	..	15,4	..	8,7
45	Lettonie	164,6 [d]	71,0 [d]	..	1,2 [d]	..	5,1	..	12,2	..	10,1	..	5,8
46	Qatar	2,4 [d]	3,1 [d]	(.)	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seychelles	10,3	129,4	9,8	1,5	5,4	5,3	-1,7	9,5	5,9	7,4	7,8	7,8
48	Costa Rica	13,5	3,2	4,0	0,1	2,9	3,4	-2,5	0,2	8,8	3,7	22,0	6,5
49	Émirats arabes unis	5,7 [d]	1,3 [d]	(.)	(.) [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	90,5	8,0	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	-0,1	-2,6	5,1	(.)	30,8	15,5	-0,3	-2,3	1,9	11,8	3,4	24,5 [f]
52	Bahamas	4,8 [d]	15,0 [d]	0,1	.. [d]	-0,6	3,6 [e]	..	..	..	..	..	..
53	Mexique	121,1	1,1	0,1	(.)	1,0	2,6	2,7	-0,6	4,3	7,6	18,3	11,9
54	Bulgarie	622,4 [d]	80,0 [d]	0,1	2,6 [d]	(.)	8,3	..	4,4	..	10,2	18,6	11,2
55	Tonga	19,3	188,9	26,2	9,1	0,2	0,0	-0,1	0,0	1,7	1,4	3,4	5,8 [f]
56	Oman	54,9	21,7	0,5	0,2	1,2	-0,1	-3,4	0,5	6,3	4,1	12,0	3,2
57	Trinité-et-Tobago	-0,8	-0,6	0,4	(.)	2,2	8,0	-3,5	-1,2	8,9	3,2	15,6	3,3 [e]
58	Panama	37,7	11,9	1,9	0,3	2,6	7,4	-0,1	5,7	6,5	10,2	4,1	11,2
59	Antigua-et-Barbuda	1,7	20,5	1,2	0,2	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	915,7 [d]	42,0 [d]	0,6	1,3 [d]	(.)	7,4	(.)	5,6	(.)	6,5	0,0	8,4
61	Malaisie	289,5	11,6	1,1	0,2	5,3	3,9	-4,2	3,7	9,8	7,8	10,6	4,7 [e]
62	Bosnie-Herzégovine	671,0	171,6	..	7,9	..	7,2	..	0,5	..	2,1	..	4,2
63	Maurice	37,9	30,8	3,7	0,6	1,7	0,2	1,9	-0,3	6,5	4,3	7,3	5,4
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN													
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	17,6 [d]	3,1 [d]	0,1	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	1 313,1 [d]	9,1 [d]	(.)	0,2 [d]	..	2,1	..	1,9	..	3,6	..	6,1
66	Macédoine, ERYM	248,4	122,3	..	4,6	..	2,9	..	0,8	..	4,6	..	6,5
67	Bélarus	46,2 [d]	4,7 [d]	..	0,2 [d]	..	0,7	..	-0,3	..	1,4	..	1,5
68	Dominique	29,2	372,1	11,9	10,8	7,8	6,8	-0,3	0,0	3,5	6,8	6,0	9,1 [f]
69	Brésil	285,1	1,6	(.)	(.)	0,2	3,0	-0,1	-0,4	1,8	8,9	18,5	23,2
70	Colombie	509,0	11,3	0,2	0,5	1,2	3,1	-0,4	-1,2	9,7	7,9	34,5	18,5
71	Sainte-Lucie	-21,5	-134,8	3,1	-2,8	11,3	14,6	-0,2	-0,1	1,6	3,5	2,1	5,5 [f]
72	Venezuela, RB	48,6	1,8	0,2	(.)	1,0	1,4	-1,2	0,6	10,6	6,0	19,6	10,5
73	Albanie	362,5	116,5	0,5	4,8	0,0	5,6	..	0,4	..	1,0	0,9	3,8 [e]
74	Thaïlande	-1,8	(.)	0,9	(.)	2,9	0,9	2,3	0,3	6,2	7,7	11,4	4,1
75	Samoa occidentales	30,8	167,4	42,6	8,2	0,0	0,1	0,0	0,0	4,9	5,6	10,6	..

Classement selon l'IDH		Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
		Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
76	Arabie Saoudite	32,3	1,3	(.)	(.)	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ukraine	360,1 [d]	7,7 [d]	0,4	0,6 [d]	..	2,6	..	5,1	..	6,6	..	4,8
78	Liban	264,8	74,8	8,9	1,2	0,2	1,3	0,2	11,9	3,5	20,0	..	..
79	Kazakhstan	265,0	17,9	..	0,7	..	10,1	..	20,0	..	21,5	..	3,8
80	Arménie	254,1	84,0	..	8,3	0,2	7,1	..	(.)	..	3,5	..	7,4
81	Chine	1 661,1	1,3	0,6	0,1	1,0	2,8	1,3	1,0	2,0	1,2	10,6	1,2
82	Pérou	487,4	17,7	1,5	0,7	0,2	2,6	0,1	1,8	1,8	4,0	7,3	16,3
83	Équateur	160,5	12,3	1,6	0,5	1,2	3,8	0,6	2,0	10,5	12,3	31,0	21,8
84	Philippines	462,8	5,7	2,9	0,5	1,2	0,6	0,2	2,4	8,1	13,7	25,6	16,0
85	Grenade	15,4	150,4	6,3	3,5	5,9	9,7	0,1	8,6	1,5	6,7	3,1	15,3 [f]
86	Jordanie	581,4	104,5	22,1	5,0	0,9	5,4	5,3	-1,2	15,6	6,1	22,1	10,4
87	Tunisie	327,7	32,8	3,2	1,2	0,6	2,1	-1,6	1,6	11,6	7,2	25,6	13,8
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	10,5	88,3	7,8	2,6	4,0	13,8	0,0	6,0	2,2	5,2	3,1	6,7 [f]
89	Suriname	23,9	53,5	15,5	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fidji	63,9	76,0	3,8	2,4	6,9	-0,4	-1,2	-0,1	7,9	0,6	9,0	..
91	Paraguay	0,3	(.)	1,1	(.)	1,5	1,3	-0,2	-1,8	6,2	6,8	11,5	9,5
92	Turquie	257,0	3,6	0,8	0,1	0,5	0,9	0,8	3,1	4,9	11,2	29,9	19,5
93	Sri Lanka	519,1	25,2	9,1	2,6	0,5	1,2	0,1	-0,3	4,8	3,8	14,8	8,8
94	Dominicaine, République	86,9	9,9	1,4	0,5	1,9	3,5	(.)	2,2	3,3	4,0	10,7	7,4
95	Belize	7,4	27,9	7,4	0,7	4,1	11,7	0,5	-5,2	4,4	30,4	7,0	64,2
96	Iran, République islamique d'	189,4	2,8	0,1	0,1	-0,3	0,3	(.)	0,4	0,5	1,2	1,3	..
97	Géorgie	315,4	69,8	..	6,1	..	9,6	..	1,2	..	4,2	..	10,7
98	Maldives	27,9	87,0	9,8	3,7	2,8	2,0	0,5	2,6	4,1	4,3	4,0	4,5
99	Azerbaïdjan	175,6	21,0	..	2,1	..	41,7	..	1,4	..	2,8	..	3,2
100	Territoires palestiniens occupés	1 136,4	316,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	211,5	31,3	7,2	1,3	(.)	2,9	0,1	1,6	4,3	3,9	18,2	12,5
102	Algérie	312,6	9,7	0,2	0,4	0,1	1,0	-0,7	-0,6	14,2	6,8	63,7	..
103	Guyane	144,6	192,7	42,6	18,4	2,0	3,8	-4,1	-0,1	74,5	6,2	..	5,9 [g, h]
104	Jamaïque	75,4	28,6	5,9	0,9	3,0	6,8	-1,0	7,9	14,4	9,4	27,0	19,0
105	Turkménistan	37,2	7,8	..	0,6	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	139,8	282,4	31,8	14,7	0,1	2,2	(.)	-0,5	1,7	2,7	8,9	6,7 [e]
107	Syrienne, République arabe	110,2	5,9	5,6	0,5	0,6	1,1	-0,1	(.)	9,7	1,4	20,3	2,5
108	Indonésie	84,1	0,4	1,5	(.)	1,0	0,4	1,6	0,5	8,7	7,9	25,6	12,7
109	Viet Nam	1 830,3	22,0	2,9	4,0	2,8	3,6	0,0	(.)	2,7	1,7	..	5,9 [f]
110	Kirghizistan	258,2	49,6	..	11,7	..	3,5	..	-2,4	..	7,3	..	6,2
111	Égypte	1 457,7	20,1	12,6	1,8	1,7	1,6	-0,2	-0,3	7,1	2,9	23,7	6,8
112	Nicaragua	1 232,4	229,2	32,9	27,1	0,1	5,5	2,0	0,6	1,6	2,8	2,3	4,6 [g, h]
113	Ouzbékistan	245,5	9,4	..	2,1	..	1,2	..	-1,3	..	7,1	..	..
114	Moldova, République de	117,9	28,0	..	4,5	..	3,1	..	-1,2	..	9,6	..	7,4
115	Bolivie	766,6	85,1	11,2	8,7	0,6	1,3	-0,5	(.)	7,9	5,9	33,5	12,6 [g, h]
116	Mongolie	261,9	100,2	..	16,2	..	5,8	..	(.)	..	2,5	0,3	2,8
117	Honduras	641,7	91,0	14,7	8,7	1,4	4,0	1,0	2,2	12,8	4,5	33,0	6,5 [g, h]
118	Guatemala	218,4	17,8	2,6	0,8	0,6	0,6	-0,1	1,3	3,0	2,0	12,6	10,2
119	Vanuatu	37,8	182,2	33,0	11,9	8,6	6,9	-0,1	0,0	1,6	1,1	1,6	1,2 [e]
120	Guinée équatoriale	29,7	60,3	46,0	0,9	8,3	51,4	0,0	0,0	3,9	0,2	11,5	..
121	Afrique du Sud	617,3	13,1	..	0,3	-0,1	0,3	..	3,4	..	1,8	0,0	2,4
122	Tadjikistan	240,9	37,5	..	11,6	..	13,1	..	-1,2	..	4,9	..	5,9
123	Maroc	705,9	22,8	4,1	1,4	0,6	1,5	1,2	(.)	7,0	6,0	27,9	15,2
124	Gabon	37,8	27,7	2,2	0,5	1,2	4,5	0,5	-0,3	3,0	3,1	4,8	10,8 [e]
125	Namibie	179,1	89,1	5,2	3,1	..	..	..	..	..	..	..	..
126	Inde	691,2	0,6	0,4	0,1	0,1	0,8	0,5	1,8	2,6	2,8	29,3	19,5 [e]
127	São Tomé-et-Principe	33,4	218,5	95,0	53,7	0,0	86,7	-0,2	0,0	4,9	15,4	28,7	11,6 [f, g, i]
128	Salomon, Îles	122,2	262,3	21,7	47,3	4,7	-1,9	-1,5	-3,0	5,5	6,4	11,3	..
129	Cambodge	478,3	34,7	3,7	9,8	..	2,7	0,0	0,0	2,7	0,6	..	0,8

TABLEAU 18

Flux d'aide, de capitaux privés et de dette

Classement selon l'IDH	Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets) Total (en millions d'USD) 2004	Par habitant (en USD) 2004	En % du PIB 1990	En % du PIB 2004	Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b] (en % du PIB) 1990	Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b] (en % du PIB) 2004	Autres flux privés [b, c] (en % du PIB) 1990	Autres flux privés [b, c] (en % du PIB) 2004	OMD Service total de la dette En % du PIB 1990	OMD Service total de la dette En % du PIB 2004	OMD Service total de la dette En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger 1990	OMD Service total de la dette En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger 2004
130 Myanmar	121,1	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	18,2	3,3 [g, j]
131 Botswana	39,0	22,1	3,9	0,4	2,5	0,5	-0,5	0,1	2,8	0,5	4,3	1,2 [e]
132 Comores	24,5	31,5	17,3	6,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,4	0,9	2,5	.. [g, j]
133 Lao, Rép. dém. pop.	269,6	46,5	17,4	11,0	0,7	0,7	0,0	0,0	1,1	2,2	8,5	.. [g, j]
134 Pakistan	1 421,0	9,2	2,8	1,5	0,6	1,2	-0,2	0,2	4,8	4,5	22,9	22,8
135 Bhoutan	78,0	36,9	16,5	11,6	0,6	0,1	-0,9	0,0	1,8	1,8	..	..
136 Ghana	1 357,6	62,7	9,6	15,3	0,3	1,6	-0,4	0,3	6,2	2,7	36,0	5,6 [g, h]
137 Bangladesh	1 404,1	10,1	7,0	2,5	(.)	0,8	0,2	(.)	2,5	1,2	34,8	6,9
138 Népal	427,3	16,1	11,7	6,4	0,2	0,0	-0,4	(.)	1,9	1,7	15,2	8,9
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	266,3	46,1	12,8	6,8	4,8	0,7	1,5	-5,5	17,2	12,1	18,4	..
140 Congo	116,0	29,9	7,8	2,7	0,8	0,0	-3,6	0,0	19,0	8,1	32,2	14,7 [e, g, i]
141 Soudan	882,3	24,8	6,2	4,2	-0,2	7,2	0,0	0,3	0,4	1,5	4,8	8,1 [g, j]
142 Timor oriental	152,8	172,2	..	45,1	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	1 235,8	68,2	12,9	28,3	0,7	1,0	-0,5	(.)	7,2	1,8	44,4	4,4 [e, g, h]
144 Cameroun	761,5	47,5	4,0	5,3	-1,0	(.)	-0,1	0,2	4,6	4,5	13,1	7,1 [g, i]
145 Ouganda	1 159,0	41,7	15,5	17,0	-0,1	3,3	0,4	0,1	3,4	1,5	78,6	10,0 [g, h]
146 Swaziland	116,5	112,7	6,1	4,9	3,4	2,9	-0,5	0,7	5,3	1,8	5,6	1,7
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN												
147 Togo	61,4	10,3	16,0	3,0	1,1	2,9	0,3	0,1	5,3	1,0	11,5	2,1 [e, g, j]
148 Djibouti	64,1	82,3	46,4	9,7	(.)	5,0	-0,1	0,0	3,6	2,7	..	..
149 Lesotho	102,1	56,8	23,0	7,8	2,8	9,4	(.)	-0,7	3,8	4,0	4,2	4,6
150 Yémen	251,9	12,4	8,4	2,0	-2,7	1,1	3,3	0,0	3,5	1,7	7,1	4,3
151 Zimbabwe	186,5	14,4	3,9	4,0	-0,1	1,3	1,1	0,2	5,4	2,0	19,4	..
152 Kenya	635,1	19,0	13,8	3,9	0,7	0,3	0,8	-0,7	9,2	2,3	28,6	7,7
153 Mauritanie	179,8	60,3	23,3	11,7	0,7	19,6	-0,1	(.)	14,3	3,7	28,8	9,6 [g, h]
154 Haïti	242,7	28,9	5,9	6,9	0,3	0,2	0,0	0,0	1,2	3,8	9,0	10,7 [e]
155 Gambie	62,8	42,5	31,3	15,1	4,5	14,5	-2,4	0,0	11,9	8,1	21,8	23,2 [g, i]
156 Sénégal	1 051,5	92,4	14,4	13,5	1,0	0,9	-0,2	1,2	5,7	4,3	18,3	7,6 [e, g, h]
157 Érythrée	259,5	61,3	..	28,1	..	3,2	..	0,0	..	2,1	..	..
158 Rwanda	467,5	52,6	11,3	25,3	0,3	0,4	-0,1	0,0	0,8	1,3	10,7	9,8 [g, h]
159 Nigeria	573,4	4,5	0,9	0,8	2,1	2,6	-0,4	-0,2	11,7	3,3	22,3	8,8
160 Guinée	279,3	30,3	10,4	7,2	0,6	2,6	-0,7	0,0	6,0	4,4	19,6	7,5 [g, i]
161 Angola	1 144,1	73,9	2,6	5,9	-3,3	7,4	5,6	6,6	3,2	10,5	7,1	14,8
162 Tanzanie, Rép. unie de	1 746,0	46,4	27,5	16,1	(.)	2,3	0,1	(.)	4,2	1,1	31,3	6,4 [g, h]
163 Bénin	378,0	46,2	14,5	9,3	3,4	1,5	(.)	(.)	2,1	1,6	9,2	7,6 [e, g, h]
164 Côte d'Ivoire	153,6	8,6	6,4	1,0	0,4	1,1	0,1	-0,9	11,7	3,5	19,1	4,8 [g, k]
165 Zambie	1 081,0	94,2	14,6	20,0	6,2	6,2	-0,3	-0,4	6,1	7,9	14,5	18,2 [g, h]
166 Malawi	476,1	37,8	26,8	25,3	1,2	0,9	0,1	-0,1	7,1	3,2	28,0	13,5 [f, g, i]
167 Congo, Rép. dém. du	1 815,0	32,5	9,6	27,4	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	3,7	1,8	..	4,8 [g, i]
168 Mozambique	1 228,4	63,2	40,7	20,2	0,4	4,0	1,0	-0,4	3,2	1,4	17,3	3,2 [g, h]
169 Burundi	350,7	48,2	23,3	53,4	0,1	0,5	-0,5	-0,7	3,7	13,4	41,7	119,4 [e, g, i]
170 Éthiopie	1 823,1	24,1	11,8	22,8	0,1	6,8	-0,7	0,9	2,7	1,2	37,6	6,3 [g, h]
171 Tchad	318,9	33,8	18,0	7,6	0,5	11,3	(.)	0,0	0,7	1,1	3,8	1,8 [g, i]
172 Centrafricaine, République	104,5	26,2	16,8	8,0	0,1	-1,0	(.)	-0,3	2,0	1,4	12,5	.. [g, j]
173 Guinée-Bissau	76,2	49,5	52,7	27,2	0,8	1,8	(.)	0,0	3,4	16,0	22,1	5,5 [e, g, i]
174 Burkina Faso	610,0	47,6	10,6	12,6	(.)	0,7	(.)	0,0	1,1	1,2	7,8	9,1 [g, h]
175 Mali	567,4	43,2	19,9	11,7	0,2	3,7	(.)	(.)	2,8	2,1	14,7	6,4 [e, g, h]
176 Sierra Leone	359,7	67,4	9,4	33,4	4,9	2,4	0,6	0,0	3,3	2,5	10,1	10,2 [g, i]
177 Niger	536,1	39,7	16,0	17,4	1,7	0,0	0,4	-0,2	4,0	1,6	6,6	4,6 [e, g, h]

	Aide publique au développement (APD) reçue [a] (versements nets)				Entrées nettes d'invest. directs étrangers [b]		Autres flux privés [b, c]		OMD Service total de la dette			
	Total (en millions d'USD)	Par habitant (en USD)	En % du PIB		(en % du PIB)		(en % du PIB)		En % du PIB		En % des export. de biens et services et profit net de l'étranger	
Classement selon l'IDH	2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Pays en développement	53 287,0 T	10,5	1,4	0,5	0,9	2,7	0,5	0,7	4,4	4,9	15,6	7,0
Pays les moins avancés	24 755,6 T	33,4	12,0	9,6	0,3	3,8	0,5	0,6	3,1	2,6	16,8	8,7
États arabes	11 163,2 T	35,9	2,7	0,6	0,5	1,5	..	..	..	..	21,3	8,5
Asie de l'Est et Pacifique	6 490,1 T	3,3	0,7	0,2	1,7	3,4	..	..	..	..	9,9	2,6
Amérique latine et Caraïbes	5 635,4 T	10,3	0,4	0,3	0,8	3,0	0,5	-0,2	4,0	7,8	20,6	14,6
Asie du Sud	6 947,8 T	4,5	1,1	0,5	(.)	0,7	0,3	1,3	2,3	2,6	22,8	14,7
Afrique subsaharienne	22 733,6 T	33,0	..	..	0,4	2,0	..	..	..	..	10,5	5,8
Europe centrale et orientale et CEI	10 697,9 T	26,4	..	..	..	4,0	..	..	..	..	..	..
OCDE	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,5	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	31 704,9 T	7,2	1,1	0,4	0,6	2,1	0,5	0,9	4,1	4,4	..	..
Faible développement humain	17 186,5 T	30,1	9,8	7,5	0,6	2,9	0,5	0,4	6,6	3,5	19,4	8,8
Revenu élevé	.. T	..	..	..	1,0	1,4	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	29 785,7 T	9,8	0,8	0,3	0,8	2,8	0,5	1,0	4,6	6,0	..	..
Faible revenu	33 954,4 T	14,4	4,0	2,5	0,4	1,4	0,3	1,0	3,8	2,8	22,2	9,7
Monde	64 470,0 T	11,7	..	..	1,0	1,6	..	..	..	..	..	..

NOTES

Ce tableau présente des données concernant les pays figurant dans les parties I et II de la liste des pays destinataires de l'aide établie par le Comité d'aide au développement ou CAD (OCDE/CAD 2006b). Les comparaisons entre l'aide publique au développement publique et le service total de la dette, d'une part, et la taille de l'économie, d'autre part sont par convention effectués sur la base du RNB, et non pas du PIB (voir la partie *Définitions des termes statistiques*). Toutefois, le PIB est utilisé ici pour permettre des comparaisons entre les données du tableau. À quelques exceptions près, les résultats sont similaires, que l'on se base sur le RNB ou le PIB.

a L'APD reçue représente l'ensemble des flux nets d'APD provenant des pays membres du CDA, ainsi que d'Arabie Saoudite, des Émirats arabes unis, de Hongrie, d'Islande, d'Israël, du Koweït, de Pologne, de la République de Corée, de la République tchèque, de la République slovaque, de Turquie et d'autres petits donateurs tels que l'Estonie, la Lettonie et la Lituanie, ainsi que des prêts concessionnels octroyés par des organisations multilatérales. Les valeurs négatives indiquent que le remboursement des prêts d'APD est supérieur au montant d'APD reçu.

b Les valeurs négatives indiquent que le montant versé par le pays est supérieur au montant reçu par celui-ci.

c Les autres flux privés englobent les flux d'investissements de portefeuille non créateurs de dette (fonds de capital-risque), les flux d'investissements de portefeuille sous forme de titres de dette et les prêts bancaires ou commerciaux.

d Données correspondant à l'aide publique.

e Données concernant l'année 2003

f Données concernant l'année 2002

g Pays bénéficiant de l'Initiative en faveur des pays pauvres très endettés (PPTE).

h Point d'achèvement de l'Initiative PPTE étendue.

i Point de décision de l'Initiative PPTE étendue.

j Pays à intégrer dans l'Initiative PPTE étendue.

k Point de décision pour l'Initiative PPTE initiale mais pas pour l'Initiative PPTE étendue.

SOURCES

Colonnes 1-4 : OCDE/CAD 2006c.

Colonnes 5 et 6 : Banque mondiale 2006 ; agrégats calculés pour le Bureau du Rapport mondial sur le développement humain par la Banque mondiale.

Colonnes 7 et 8 : calculs effectués sur la base des données relatives aux investissements de portefeuille, aux prêts bancaires ou commerciaux et au PIB fournies par la Banque mondiale 2006

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives au service total de la dette et au PIB fournies par la Banque mondiale 2006

Colonnes 11 et 12 : ONU 2006c, sur base d'un engagement commun du Fonds monétaire international et de la Banque mondiale.

TABLEAU 19

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Priorités dans les dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	8,6	7,1	7,7	2,9	2,0	..	..
2 Islande	8,8	..	8,0	0,0	0,0	..	..
3 Australie	6,4	4,9	4,8	2,1	1,9	..	..
4 Irlande	5,8	5,0	4,3	1,2	0,7	..	..
5 Suède	8,0	7,1	7,0	2,6	1,6	..	..
6 Canada	6,9	6,5	5,2	2,0	1,1	..	..
7 Japon	6,4	..	3,7	0,9	1,0	..	..
8 États-Unis	6,8	5,1	5,9	5,3	4,0	..	..
9 Suisse	6,7	5,3	5,4	1,8	1,0	..	..
10 Pays-Bas	6,1	5,6	5,3	2,5	1,7	..	..
11 Finlande	5,7	6,5	6,5	1,6	1,2	..	..
12 Luxembourg	6,2	3,0	..	0,9	0,9	..	..
13 Belgique	6,3	5,0	6,2	2,4	1,3	..	..
14 Autriche	5,1	5,5	5,5	1,0	0,8	..	..
15 Danemark	7,5	6,9	8,4	2,0	1,5	..	..
16 France	7,7	5,6	6,0	3,4	2,6	..	..
17 Italie	6,3	3,0	4,9	2,1	2,0	..	..
18 Royaume-Uni	6,9	4,8	5,5	3,9	2,8	..	..
19 Espagne	5,5	4,3	4,5	1,8	1,1	..	..
20 Nouvelle-Zélande	6,3	6,1	6,9	1,8	1,0	..	..
21 Allemagne	8,7	..	4,8	2,8 [e]	1,4	..	..
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	2,8	4,7	..	..	..	..
23 Israël	6,1	6,5	7,3	12,4	8,7	..	..
24 Grèce	5,1	2,3	4,3	4,5	4,2	..	..
25 Singapour	1,6	3,1	..	4,9	4,7	..	..
26 Corée, République de	2,8	3,8	4,6	3,7	2,4	..	..
27 Slovénie	6,7	4,8	6,0	..	1,6	..	..
28 Portugal	6,7	4,6	5,9	2,7	2,3	..	..
29 Chypre	3,1	3,7	7,4	5,0	1,5	..	..
30 Tchèque, République	6,8	..	4,6	..	1,8	..	7,8
31 Barbade	4,8	7,8	7,3	0,8	..	8,2	3,1
32 Malte	7,4	4,4	4,6	0,9	0,8	..	..
33 Koweït	2,7	4,8	8,2	48,5	7,9	..	..
34 Brunéi Darussalam	2,8	3,5	..	..	..	..	..
35 Hongrie	6,1	6,1	6,0	2,8	1,5	12,8	17,0
36 Argentine	4,3	3,3	3,5	1,2	1,1	4,4	8,1
37 Pologne	4,5	5,2	5,8	2,8	2,0	1,6	14,3
38 Chili	3,0	2,5	3,7	4,3	3,9	9,1	10,2
39 Bahreïn	2,8	3,9	..	5,1	4,4	..	..
40 Estonie	4,1	..	5,7	0,0	1,8	..	12,9
41 Lituanie	5,0	5,5	5,2	..	1,7	..	7,9
42 Slovaquie	5,2	5,6	4,4	..	1,7	..	12,3
43 Uruguay	2,7	2,5	2,2	3,1	1,2	10,6	11,7
44 Croatie	6,5	5,5	4,5	..	1,7	..	15,4
45 Lettonie	3,3	4,1	5,4	..	1,7	..	10,1
46 Qatar	2,0	3,5	..	..	..	..	..
47 Seychelles	4,3	6,5	5,4 [f]	4,0	2,3	5,9	7,4
48 Costa Rica	5,8	3,4	4,9	0,0	0,0	8,8	3,7
49 Émirats arabes unis	2,5	1,9	1,6 [f]	6,2	2,4	..	..
50 Cuba	6,3	9,7	..	..	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	3,4	2,7	4,4 [f]	..	..	1,9	11,8
52 Bahamas	3,0	3,7	..	0,6	0,7	..	..
53 Mexique	2,9	3,8	5,8	0,4	0,4	4,3	7,6

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
54 Bulgarie	4,1	5,4	4,2	3,5	2,4	..	10,2
55 Tonga	5,5	..	4,8	..	..	1,7	1,4
56 Oman	2,7	3,4	4,6 [f]	16,5	12,0	6,3	4,1
57 Trinité-et-Tobago	1,5	4,1	4,3 [f]	..	..	8,9	3,2
58 Panama	5,0	4,6	3,9 [f]	1,3	0,0	6,5	10,2
59 Antigua-et-Barbuda	3,2	..	3,8	..	..	..	..
60 Roumanie	3,8	3,5	3,6	4,6	2,1	(.)	6,5
61 Malaisie	2,2	5,1	8,0	2,6	2,3	9,8	7,8
62 Bosnie-Herzégovine	4,8	..	..	..	2,5	..	2,1
63 Maurice	2,2	3,8	4,7	0,3	0,2	6,5	4,3
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	2,6	..	..	..	2,0	..	..
65 Russie, Fédération de	3,3	3,6	3,7	12,3	3,9	..	3,6
66 Macédoine, ERYM	6,0	..	3,4	..	2,6	..	4,6
67 Bélarus	3,9	5,7	5,8	..	1,4	..	1,4
68 Dominique	4,5	..	..	..	..	3,5	6,8
69 Brésil	3,4	..	4,1	2,5	1,5	1,8	8,9
70 Colombie	6,4	2,4	4,9	2,2	3,8	9,7	7,9
71 Sainte-Lucie	3,4	..	5,0	..	..	1,6	3,5
72 Venezuela, RB	2,0	4,5	..	..	1,2	10,6	6,0
73 Albanie	2,7	..	2,8 [f]	5,9	1,2	..	1,0
74 Thaïlande	2,0	3,1	4,2	2,6	1,2	6,2	7,7
75 Samoa occidentales	4,3	..	4,3 [f]	..	..	4,9	5,6
76 Arabie Saoudite	3,0	5,8	..	15,6	8,3	..	..
77 Ukraine	3,8	6,2	4,6	..	2,6	..	6,6
78 Liban	3,0	..	2,6	7,6	3,8	3,5	20,0
79 Kazakhstan	2,0	3,9	2,4	..	1,0	..	21,5
80 Arménie	1,2	..	3,2 [f]	..	2,6	..	3,5
81 Chine	2,0	2,2	..	2,7	2,4	2,0	1,2
82 Pérou	2,1	2,8	3,0	0,1	1,2	1,8	4,0
83 Équateur	2,0	3,4	..	1,9	2,4	10,5	12,3
84 Philippines	1,4	3,0	3,2	1,4	0,9	8,1	13,7
85 Grenade	4,9	4,9	5,2	..	..	1,5	6,7
86 Jordanie	4,2	8,0	..	9,9	8,2	15,6	6,1
87 Tunisie	2,5	6,0	8,1	2,0	1,5	11,6	7,2
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	4,1	5,9	11,1	..	..	2,2	5,2
89 Suriname	3,6	..	..	..	..	..	..
90 Fidji	2,3	5,1	6,4	2,3	1,2	7,9	0,6
91 Paraguay	2,3	1,9	4,3	1,0	0,7	6,2	6,8
92 Turquie	5,4	2,4	3,7	3,5	3,1	4,9	11,2
93 Sri Lanka	1,6	3,2	..	2,1	2,8	4,8	3,8
94 Dominicaine, République	2,3	..	1,1	0,6	0,5	3,3	4,0
95 Belize	2,2	4,6	5,1	1,2	..	4,4	30,4
96 Iran, République islamique d'	3,1	4,1	4,8	2,9	4,5	0,5	1,2
97 Géorgie	1,0	..	2,9	..	1,4	..	4,2
98 Maldives	5,5	7,0	8,1 [f]	..	..	4,1	4,3
99 Azerbaïdjan	0,9	7,7	3,3 [f]	..	1,8	..	2,8
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	3,7	1,8	2,8 [f]	2,0	0,7	4,3	3,9
102 Algérie	3,3	5,1	..	1,5	3,4	14,2	6,8
103 Guyane	4,0	2,2	5,5	0,9	..	74,5	6,2
104 Jamaïque	2,7	4,5	4,9	0,6	0,7	14,4	9,4
105 Turkménistan	2,6	3,9	..	..	..	..	..
106 Cap Vert	3,4	3,6	7,3	0,0	0,7	1,7	2,7

TABLEAU 19

Priorités dans les dépenses publiques

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
107 Syrienne, République arabe	2,5	3,9	..	6,9	6,6	9,7	1,4
108 Indonésie	1,1	1,0	0,9	1,8	1,1	8,7	7,9
109 Viet Nam	1,5	1,8	..	7,9	..	2,7	1,7
110 Kirghizistan	2,2	6,0	4,4 [f]	..	2,9	..	7,3
111 Égypte	2,5	3,9	..	4,5	2,8	7,1	2,9
112 Nicaragua	3,7	3,4	3,1 [f]	10,6	0,7	1,6	2,8
113 Ouzbékistan	2,4	9,4	..	..	..	..	7,1
114 Moldova, République de	3,9	5,3	4,9 [f]	..	0,4	..	9,6
115 Bolivie	4,3	2,4	6,4 [f]	2,4	2,0	7,9	5,9
116 Mongolie	4,3	11,5	5,6	5,7	2,0	..	2,5
117 Honduras	4,0	3,8	..	..	0,7	12,8	4,5
118 Guatemala	2,1	1,3	..	1,5	0,4	3,0	2,0
119 Vanuatu	2,9	4,6	9,6	..	..	1,6	1,1
120 Guinée équatoriale	1,0	..	0,6 [f]	..	..	3,9	0,2
121 Afrique du Sud	3,2	5,9	5,4	3,8	1,4	..	1,8
122 Tadjikistan	0,9	..	2,8	..	2,2	..	4,9
123 Maroc	1,7	5,0	6,3	4,1	4,5	7,0	6,0
124 Gabon	2,9	..	..	..	1,7	3,0	3,1
125 Namibie	4,5	7,9	7,2	..	3,1	..	..
126 Inde	1,2	3,7	3,3	3,2	3,0	2,6	2,8
127 São Tomé-et-Principe	7,2	..	..	..	..	4,9	15,4
128 Salomon, Îles	4,5	3,8	..	..	..	5,5	6,4
129 Cambodge	2,1	..	2,0	3,1	2,2	2,7	0,6
130 Myanmar	0,5	..	..	3,4	..	..	..
131 Botswana	3,3	6,2	..	4,1	3,8	2,8	0,5
132 Comores	1,5	..	3,9	..	..	0,4	0,9
133 Lao, Rép. dém. pop.	1,2	..	2,3	..	..	1,1	2,2
134 Pakistan	0,7	2,6	2,0	5,8	3,4	4,8	4,5
135 Bhoutan	2,6	..	..	..	..	1,8	1,8
136 Ghana	1,4	..	..	0,4	0,8	6,2	2,7
137 Bangladesh	1,1	1,5	2,2	1,0	1,2	2,5	1,2
138 Népal	1,5	2,0	3,4	0,9	1,7	1,9	1,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	3,0	..	..	2,1	0,6	17,2	12,1
140 Congo	1,3	7,4	3,2 [f]	..	..	19,0	8,1
141 Soudan	1,9	6,0	..	3,5	0,0	0,4	1,5
142 Timor oriental	7,3	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	1,7	2,5	3,3	1,2	..	7,2	1,8
144 Cameroun	1,2	3,2	3,8	1,5	1,4	4,6	4,5
145 Ouganda	2,2	1,5	5,2 [f]	3,1	2,3	3,4	1,5
146 Swaziland	3,3	5,8	6,2	1,9	..	5,3	1,8
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	1,4	..	2,6	3,1	1,6	5,3	1,0
148 Djibouti	3,8	3,5	6,1	5,9	..	3,6	2,7
149 Lesotho	4,1	6,2	9,0 [f]	4,5	2,3	3,8	4,0
150 Yémen	2,2	..	..	7,9	6,3	3,5	1,7
151 Zimbabwe	2,8	7,7	..	4,4	..	5,4	2,0
152 Kenya	1,7	6,7	7,0	2,9	1,6	9,2	2,3
153 Mauritanie	3,2	4,6	3,4 [f]	3,8	1,4	14,3	3,7
154 Haïti	2,9	1,4	..	0,1	..	1,2	3,8
155 Gambie	3,2	3,8	1,9 [f]	1,2	0,4	11,9	8,1
156 Sénégal	2,1	3,9	4,0	2,0	1,4	5,7	4,3
157 Érythrée	2,0	..	3,8	..	..	..	2,1
158 Rwanda	1,6	..	..	3,7	2,2	0,8	1,3
159 Nigeria	1,3	0,9	..	0,9	1,0	11,7	3,3

Classement selon l'IDH	Dépenses publiques de santé (en % du PIB) 2003-04 [c]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 1991 [d]	Dépenses publiques d'éducation (en % du PIB) 2002-04 [c]	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 1990	Dépenses militaires [a] (en % du PIB) 2004	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 1990	Service total de la dette [b] (en % du PIB) 2004
160 Guinée	0,9	2,0	..	..	..	6,0	4,4
161 Angola	2,4	..	..	2,7	4,2	3,2	10,5
162 Tanzanie, Rép. unie de	2,4	2,8	..	..	1,1	4,2	1,1
163 Bénin	1,9	..	3,3 [f]	1,8	..	2,1	1,6
164 Côte d'Ivoire	1,0	..	..	1,3	..	11,7	3,5
165 Zambie	2,8	2,8	2,8	3,7	..	6,1	7,9
166 Malawi	3,3	3,2	6,0	1,3	..	7,1	3,2
167 Congo, Rép. dém. du	0,7	..	..	..	3,0	3,7	1,8
168 Mozambique	2,9	..	..	5,9	1,3	3,2	1,4
169 Burundi	0,7	3,5	5,2	3,4	6,3	3,7	13,4
170 Éthiopie	3,4	3,4	4,6 [f]	8,5	..	2,7	1,2
171 Tchad	2,6	1,6	..	..	1,0	0,7	1,1
172 Centrafricaine, République	1,5	2,2	..	..	1,2	2,0	1,4
173 Guinée-Bissau	2,6	..	..	..	..	3,4	16,0
174 Burkina Faso	2,6	2,6	..	3,0	1,3	1,1	1,2
175 Mali	2,8	..	..	2,1	1,9	2,8	2,1
176 Sierra Leone	2,0	..	..	1,4	1,2	3,3	2,5
177 Niger	2,5	3,3	2,3	..	1,1	4,0	1,6

NOTES

a En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations sur les données, consulter SIPRI 2006a.

b Pour les agrégats, consulter le tableau 18

c Les données concernent la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

d Les données ne sont pas strictement comparables d'un pays à l'autre en raison de différences dans les méthodes utilisées pour leur collecte.

e Les données concernent la République fédérale d'Allemagne avant la réunification.

f En l'absence d'estimations nationales, les données correspondent à des estimations de l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture.

SOURCES

Colonne 1 : calculs effectués sur la base des données relatives aux dépenses de santé fournies par l'OMS 2006b.

Colonnes 2 et 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006b.

Colonnes 4 et 5 : SIPRI 2006c.

Colonnes 6 et 7 : calculs effectués sur la base des données relatives au PIB et au service total de la dette fournies par la Banque mondiale 2006

TABLEAU 20

. . . accéder aux ressources permettant d'assurer un niveau de vie décent . . .

Le chômage dans les pays de l'OCDE

Classement selon l'IDH	Nombre de chômeurs (en milliers) 2005	Taux de chômage: Total (en % de la population active) 2005	Taux de chômage: Moyen annuel (en % de la population active) 1995-2005	Taux de chômage: Femmes (rapport en % femmes/hommes) 2005	OMD Chômage des jeunes: Total (en % de la population active des 15-24 ans) [a] 2005	OMD Chômage des jeunes: Femmes (rapport en % femmes/hommes) 2005	Chômage de longue durée (en % du chômage total): Femmes 2005	Chômage de longue durée (en % du chômage total): Hommes 2005
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	111,2	4,6	4,1	91	12,0	92	8,5	10,4
2 Islande	4,2	2,5	3,1	99	7,2	70	14,0 [b]	8,8 [b]
3 Australie	535,0	5,1	6,9	106	10,8	95	14,9	20,2
4 Irlande	86,4	4,3	6,8	82	8,3	80	21,1	42,4
5 Suède	252,4	5,6	5,9	100	26,2	104	16,4 [b]	20,9 [b]
6 Canada	1 175,8	6,8	8,0	91	12,4	75	9,1	10,1
7 Japon	2 902,0	4,4	4,4	94	8,7	74	22,6	40,3
8 États-Unis	7 598,8	5,1	5,1	100	11,3	82	10,8	12,6
9 Suisse	179,2	4,1	3,4	131	8,8	108	40,4	37,1
10 Pays-Bas	539,5	6,2	4,5	99	9,7	91	35,0	44,7
11 Finlande	225,0	8,6	10,8	105	19,9	93	21,9	27,9
12 Luxembourg	9,8	4,6	3,3	167	13,7	138	20,3	33,6
13 Belgique	387,4	8,4	8,3	122	19,9	93	52,7	50,4
14 Autriche	252,7	5,8	5,4	118	7,8	83	26,5 [b]	28,6 [b]
15 Danemark	142,3	4,9	5,1	133	7,9	159	22,7	29,7
16 France	2 742,2	10,0	10,4	121	22,8	115	43,2	41,8
17 Italie	1 858,0	7,7	10,2	162	24,0	128	53,8	50,5
18 Royaume-Uni	1 438,7	4,8	6,0	82	11,8	75	16,9	26,2
19 Espagne	1 895,0	9,1	12,9	172	19,7	140	36,0	28,2
20 Nouvelle-Zélande	77,3	3,6	5,6	117	9,4	108	6,2	12,6
21 Allemagne	3 987,2	9,3	8,0	96	14,2	88	54,4	53,8
24 Grèce	492,0	10,6	10,7	259	25,3	199	59,6	43,1
26 Corée, République de	891,3	3,8	3,9	86	10,2	73	0,4	1,0
28 Portugal	412,0	7,5	5,8	129	16,1	140	49,9	47,1
30 Tchèque, République	412,7	8,0	7,0	151	19,3	99	54,2	52,9
35 Hongrie	296,1	7,1	7,4	107	19,4	97	44,2	47,9
37 Pologne	3 020,2	17,8	15,6	115	37,8	107	53,1	51,3
42 Slovaquie	432,6	16,4	15,8	112	29,9	93	67,4	68,7
53 Mexique	1 575,2	3,6	3,1	105	6,6	121	2,6	2,3
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
92 Turquie	2 526,4	10,0	8,2	101	19,3	100	47,4	36,9
OCDE	36 458,5 T	6,5	6,6	108	13,3	94	33,0	32,9

NOTES

a La classe d'âge est de 16 à 24 ans pour certains pays.

b Données concernant l'année 2004

SOURCES

Colonnes 1-3 et 5 : OCDE 2006a.

Colonnes 4 et 6 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux de chômage chez les hommes et les femmes fournies par l'OCDE 2006c.

Colonnes 7 et 8 : OCDE 2006b.

TABLEAU 21

. . . Tout en les préservant pour les générations future . . .

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ													
1	Norvège	6,1[c, d]	22 400[c]	25 295[c]	4,5	6,8	8,2[e]	9,9[e]	0,2[e]	●	●	●	●
2	Islande	0,0	13 838	29 412	3,1	2,5	8,2	7,6	(.)	❍	●	●	●
3	Australie	7,1	6 599	11 446	3,6	4,8	13,9	18,0	1,4		●	❍	●
4	Irlande	1,0	3 106	6 660	4,2	9,3	7,7	10,3	0,2	●	●	●	●
5	Suède	20,4	11 700	16 603	3,7	4,6	8,6	5,9	0,2	●	●	●	●
6	Canada	4,3	14 243	18 329	2,5	3,4	17,2	17,9	2,3	❍	●	●	●
7	Japon	1,2	4 944	8 212	5,7	6,5	7,9	9,7	4,9	●	●	●	●
8	États-Unis	3,1	10 336	14 057	2,8	4,5	20,1[f]	19,8[f]	23,0[f]		●	❍	❍
9	Suisse	5,8[g]	5 878[g]	8 701[g]	7,8	8,1	6,5	5,6	0,2	●	●	●	●
10	Pays-Bas	1,4	4 560	7 026	4,2	5,8	10,9	8,7	0,6	●	●	●	●
11	Finlande	22,0	8 372	17 111	3,2	3,7	11,9	13,0	0,3	●	●	●	●
12	Luxembourg	1,2	10 879	16 348	2,4	6,5	29,1	22,0	(.)	●	●	●	●
13	Belgique	1,5	5 177	8 791	4,0	4,9	13,3	8,3	0,3	●	●	●	●
14	Autriche	13,2	4 988	8 527	6,1	7,2	6,9	8,6	0,3	●	●	●	●
15	Danemark	11,8	5 059	7 138	5,2	7,5	12,3	10,1	0,2	●	●	●	●
16	France	4,6[h]	4 633[h]	8 319[h]	4,9	5,9	9,0[h]	6,2[h]	1,5[h]	●	●	●	●
17	Italie	1,8[i]	3 364[i]	5 943[i]	7,4	8,2	6,6[i]	7,7[i]	1,8[i]	●	●	●	●
18	Royaume-Uni	0,6	5 022	6 755	4,8	7,1	10,5	9,4	2,2	●	●	●	●
19	Espagne	3,7	2 906	6 325	7,4	7,0	5,3	7,3	1,2	●	●	●	●
20	Nouvelle-Zélande	4,5	7 270	10 453	5,0	4,8	5,6	8,8	0,1	●	●	●	●
21	Allemagne	2,7	..	7 258	3,7	6,1	..	9,8	3,2	●	●	●	●
22	Hong Kong, Chine (RAS)	0,4[d]	2 449	6 103	11,1	10,9	3,3	5,5	0,2				
23	Israël	0,0	3 187	6 843	7,0	7,1	5,6	10,6	0,3		●	●	●
24	Grèce	3,9	2 413	5 497	8,7	7,3	5,4	8,7	0,4	●	●	●	●
25	Singapour	0,2	2 836	8 087	3,9	4,5	12,5	11,3	0,2		●	●	●
26	Corée, République de	1,8[d]	1 051	7 338	4,5	4,2	3,3	9,6	1,8	❍	●	●	●
27	Slovénie	7,5	..	7 109	..	5,2	..	7,8	0,1	●	●	●	●
28	Portugal	12,8	1 750	4 770	10,1	7,2	2,8	5,6	0,2	●	●	●	●
29	Chypre	1,1	1 692	5 656	5,7	6,3	5,2	8,9	(.)	●	●	●	●
30	Tchèque, République	3,0	..	6 567	..	3,9	..	11,4	0,5	●	●	●	●
31	Barbade	6,3	1 333	3 226	..	..	2,7	4,4	(.)	●	●	●	●
32	Malte	0,0	1 627	5 632	6,7	7,7	3,1	6,2	(.)		●	●	●
33	Koweït	0,0[j]	6 849	16 379	1,8	1,8	19,7[j]	31,1[j]	0,3[j]		●	●	●
34	Brunéi Darussalam	1,1	2 430	9 133	..	..	35,6	12,7	(.)				
35	Hongrie	5,0	2 920	4 051	3,7	5,6	7,7	5,7	0,2	●	●	●	●
36	Argentine	4,1	1 413	2 543	7,9	7,2	3,8	3,4	0,5	❍	●	●	●
37	Pologne	5,7	3 419	3 702	..	4,6	12,8	7,9	1,2	●	●	●	●
38	Chili	11,5	1 054	3 092	5,4	5,9	2,5	3,7	0,2	❍	●	●	●
39	Bahreïn	..	4 784	11 274	1,6	1,8	22,6	31,0	0,1		●	●	●
40	Estonie	17,1	..	6 094	..	3,4	..	13,6	0,1	●	●	●	●
41	Lituanie	13,0	..	3 453	..	4,3	..	3,7	0,1	●	●	●	●
42	Slovaquie	2,2	..	5 377	..	3,7	..	7,0	0,1	●	●	●	●
43	Uruguay	23,1	1 163	2 310	8,5	10,5	2,0	1,3	(.)	❍	●	●	●
44	Croatie	6,2	..	3 733	..	5,6	..	5,3	0,1	●	●	❍	●
45	Lettonie	46,5	..	2 835	..	5,3	..	2,9	(.)	●	●	●	●
46	Qatar	0,0	10 616	19 374	..	..	57,2	63,1	0,2		●	●	●
47	Seychelles	..	794	2 716[d]	..	..	1,5	6,9	(.)	●	●	●	●
48	Costa Rica	29,6	964	1 764	10,2	9,9	1,1	1,5	(.)	❍	●	●	●
49	Émirats arabes unis	0,0	6 204	15 878	6,5	2,2	36,4	33,6	0,5		●	●	●
50	Cuba	17,7	1 029	1 407	..	..	3,2	2,3	0,1	●	●	●	●
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	3 256	..	..	..	3,0	(.)	●	●		●
52	Bahamas	..	4 062	6 700	..	..	38,1	6,0	(.)	●	●	●	●
53	Mexique	13,0	999	2 108	5,5	5,6	4,2	4,0	1,7	●	●	●	●

TABLEAU 21

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques)	Consommation d'électricité per habitant (en kWh)		OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole)		OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques)		Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %)	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
		2003	1980	2003	1980	2003	1980	2003	2003				
54	Bulgarie	6,5	4 371	4 735	1,6	2,8	8,5	5,6	0,2	●	●	●	●
55	Tonga	0,0 [d]	109	356 [d]	..	..	0,4	1,1	(.)	●	●		●
56	Oman	0,0	847	3 817	8,5	2,8	5,0	12,9	0,1	●	●	●	●
57	Trinité-et-Tobago	0,6	1 900	4 925	2,7	1,2	15,4	22,1	0,1	●	●	●	●
58	Panama	28,5	930	1 733	7,3	7,6	1,8	1,9	(.)	●	●	●	●
59	Antigua-et-Barbuda	..	984	1 603 [d]	..	..	2,2	5,0	(.)	●	●	●	●
60	Roumanie	12,4	3 061	2 441	..	4,0	8,7	4,2	0,4	●	●	●	●
61	Malaisie	6,5 [d]	740	3 196	4,5	3,9	2,0	6,4	0,6	●	●	●	●
62	Bosnie-Herzégovine	7,9	..	2 636	..	5,3	..	4,9	0,1		●		●
63	Maurice	25,5	482	1 683	..	..	0,6	2,6	(.)	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN													
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	1,7	1 588	3 347	..	..	8,9	8,9	0,2	●	●		●
65	Russie, Fédération de	2,7	..	6 303	..	1,9	..	10,3	5,9		●	●	●
66	Macédoine, ERYM	9,7	..	3 794	..	..	..	5,2	(.)	●	●	●	●
67	Bélarus	5,5	..	3 388	..	2,2	..	6,4	0,2	●	●	●	●
68	Dominique	..	149	1 243 [d]	..	..	0,5	1,8	(.)	●	●	●	●
69	Brésil	29,1	1 145	2 246	7,5	6,9	1,5	1,6	1,2	●	●	●	●
70	Colombie	15,8	726	1 045	7,4	10,1	1,4	1,3	0,2	●	●	●	●
71	Sainte-Lucie	..	504	1 851 [d]	..	..	0,9	2,1	(.)	●	●	●	●
72	Venezuela, RB	2,5	2 379	3 510	2,9	2,3	5,8	5,6	0,6	●	●	●	●
73	Albanie	6,3	1 204	1 743	..	6,4	1,8	1,0	(.)	●	●	●	●
74	Thaïlande	17,7	340	1 896 [d]	5,1	5,0	0,9	3,9	1,0	●	●	●	●
75	Samoa occidentales	..	252	613 [d]	..	..	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
76	Arabie Saoudite	(.) [j]	1 969	6 749	6,6	2,2	17,3 [j]	13,0 [j]	1,2 [j]		●	●	●
77	Ukraine	1,6	..	3 683	..	1,9	..	6,6	1,3	●	●	●	●
78	Liban	0,4	1 056	2 829	..	3,0	2,3	5,4	0,1		●		●
79	Kazakhstan	0,2	..	4 114	..	1,9	..	10,7	0,6		●	❍	●
80	Arménie	1,1	..	1 375	..	5,2	..	1,1	(.)	●	●	●	●
81	Chine	4,6	307	1 440	1,3	4,5	1,5	3,2	16,5	●	●	●	●
82	Pérou	24,7	579	868	7,9	11,3	1,4	1,0	0,1	●	●	●	●
83	Équateur	18,7	423	950	5,2	4,9	1,7	1,8	0,1	●	●	●	●
84	Philippines	33,2	373	655	9,8	7,8	0,8	1,0	0,3	❍	●	●	●
85	Grenade	0,0	281	1 628	..	..	0,5	2,2	(.)	●	●	●	●
86	Jordanie	1,3	366	1 524	5,5	4,0	2,1	3,2	0,1	●	●	●	●
87	Tunisie	8,6	434	1 200	6,9	8,1	1,5	2,1	0,1	●	●	●	●
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	276	940 [d]	..	..	0,4	1,6	(.)	●	●	●	●
89	Suriname	3,3	4 442	3 537	..	..	6,7	5,1	(.)		●		●
90	Fidji	36,0 [d]	489	627 [d]	..	..	1,2	1,3	(.)	●	●	●	●
91	Paraguay	55,0	233	1 113	7,3	6,4	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
92	Turquie	9,1	554	1 979	5,9	6,0	1,7	3,1	0,9	●	●		●
93	Sri Lanka	60,4	113	407	5,8	8,8	0,2	0,5	(.)	●	●	●	●
94	Dominicaine, République	26,9	582	1 532	6,5	7,4	1,1	2,5	0,1	●	●	●	●
95	Belize	25,0 [d]	370	708 [d]	..	..	1,3	3,0	(.)	●	●	●	●
96	Iran, République islamique d'	0,7	570	2 304	4,9	3,2	3,0	5,6	1,5	●	●	●	●
97	Géorgie	23,9	..	1 566	..	4,1	..	0,8	(.)		●	●	●
98	Maldives	0,0	25	490	..	..	0,3	1,4	(.)	●	●	●	●
99	Azerbaïdjan	0,0	..	2 815	..	2,3	..	3,5	0,1	●	●	●	●
100	Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..	..				
101	El Salvador	46,3	336	663	7,6	6,9	0,5	1,0	(.)	●	●	●	●
102	Algérie	6,4	381	929	8,5	5,6	3,5	5,1	0,7	●	●	●	●
103	Guyane	43,6	545	1 172 [d]	..	..	2,3	2,2	(.)		●	●	●
104	Jamaïque	17,0	834	2 696	2,9	2,5	4,0	4,1	(.)	❍	●	●	●
105	Turkménistan	0,0	..	1 999	..	..	..	9,2	0,2		●	●	●
106	Cap Vert	0,0 [d]	55	100 [d]	..	..	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●

Classement selon l'IDH		Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
107	Syrienne, République arabe	0,0	433	1 683	4,7	3,4	2,2	2,7	0,2	●	●	●	●
108	Indonésie	15,9	94	498	3,9	4,3	0,6	1,4	1,2	●	●	●	●
109	Viet Nam	23,3	78	503[d]	..	4,4	0,3	0,9	0,3	●	●	●	●
110	Kirghizistan	0,0	..	2 417	..	3,2	..	1,0	(.)	●	●	●	●
111	Égypte	9,4[d]	433	1 340[d]	6,4	5,1	1,0	2,0	0,6	●	●	●	●
112	Nicaragua	69,3	363	492	8,7	5,5	0,7	0,7	(.)	●	●	●	●
113	Ouzbékistan	0,0	..	1 890	..	0,8	..	4,8	0,5		●	●	●
114	Moldova, République de	2,1	..	1 900	..	1,9	..	1,7	(.)	●	●	●	●
115	Bolivie	18,8	292	481	5,4	4,9	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
116	Mongolie	2,2	1 119	1 273	..	..	4,1	3,1	(.)	●	●	●	●
117	Honduras	63,6	259	694	5,0	4,9	0,6	0,9	(.)	❍	●	●	●
118	Guatemala	72,1	245	501	7,0	6,5	0,6	0,9	(.)	●	●	●	●
119	Vanuatu	50,0[d]	171	208[d]	..	..	0,5	0,4	(.)		●	●	●
120	Guinée équatoriale	57,1	83	51[d]	..	..	0,3	0,3	(.)		●	●	●
121	Afrique du Sud	11,6[k]	3 181[k]	4 595[k]	4,5	3,9	7,2	7,8	1,4	●	●	●	●
122	Tadjikistan	..	..	2 645	..	2,1	..	0,7	(.)	●	●		●
123	Maroc	6,1	254	649	11,3	10,2	0,8	1,2	0,2	❍	●	●	●
124	Gabon	65,8	766	1 229	3,5	4,9	8,9	0,9	(.)		●		●
125	Namibie	..[l]	..[l]	..[l]	..	9,9	..	1,2	(.)	●	●	●	●
126	Inde	19,8	173	594	3,3	5,3	0,5	1,2	5,1	●	●	●	●
127	São Tomé-et-Principe	..	96	102[d]	..	..	0,4	0,6	(.)		●		●
128	Salomon, Îles	50,0[d]	93	69[d]	..	..	0,4	0,4	(.)	●	●	●	●
129	Cambodge	92,2	15	9[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	●	●	●	●
130	Myanmar	83,9	44	126	..	..	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
131	Botswana	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,9	2,3	(.)	●	●	●	●
132	Comores	..	26	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)		●		●
133	Lao, Rép. dém. pop.	78,4	68	135[d]	..	..	0,1	0,2	(.)	●	●	●	●
134	Pakistan	23,5	176	493	3,5	4,2	0,4	0,8	0,5	❍	●	●	●
135	Bhoutan	87,8	17	218[d]	..	..	(.)	0,2	(.)	●	●	●	●
136	Ghana	84,7	450	285	4,8	5,0	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
137	Bangladesh	51,5	30	145	10,8	10,4	0,1	0,3	0,1	●	●	●	●
138	Népal	93,2	17	91	2,7	4,0	(.)	0,1	(.)	❍	●	●	●
139	Papouasie-Nouvelle-Guinée	62,2	406	251[d]	..	..	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
140	Congo	69,0	98	206	1,6	3,3	0,2	0,4	(.)	●	●		●
141	Soudan	86,5	47	101	2,5	3,7	0,2	0,3	(.)	●	●	●	●
142	Timor oriental	..	..	301[d]	..	..	..	0,2	(.)				
143	Madagascar	81,9	49	50[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	●	●	●	●
144	Cameroun	86,3	168	226	5,3	4,6	0,4	0,2	(.)	●	●	●	●
145	Ouganda	93,5	28	59[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
146	Swaziland	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN													
147	Togo	84,4	74	91	6,4	3,2	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
148	Djibouti	..	416	455[d]	..	..	0,9	0,5	(.)	●	●	●	●
149	Lesotho	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	..	..	..	●	●	●	●
150	Yémen	4,0	..	212	..	2,8	..	0,9	0,1	●	●	●	●
151	Zimbabwe	67,2	1 020	998	2,8	2,6	1,3	0,9	(.)	●	●		●
152	Kenya	83,1	109	154	1,8	2,1	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●
153	Mauritanie	35,8[d]	60	60[d]	..	..	0,4	0,9	(.)	●	●	●	●
154	Haïti	79,5	58	61	8,2	6,4	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
155	Gambie	66,7	70	101[d]	..	..	0,2	0,2	(.)	●	●	●	●
156	Sénégal	70,9	115	192[d]	4,3	5,2	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
157	Érythrée	85,2	..	62	..	..	..	0,2	(.)	●	●	●	●
158	Rwanda	84,7	32	39[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
159	Nigeria	82,9	108	162	1,3	1,3	1,0	0,4	0,2	●	●	●	●

TABLEAU 21

Énergie et environnement

Classement selon l'IDH	Conso. de combustibles traditionnels (en % du total des besoins énergétiques) 2003	Consommation d'électricité per habitant (en kWh) 1980	2003	OMD PIB par unité d'énergie consommée (2000 PPA en USD par kg d'équivalent pétrole) 1980	2003	OMD Émissions de dioxyde de carbone Par habitant (en tonnes métriques) 1980	2003	Part dans le total des émissions mondiales[b] (en %) 2003	Ratification des traités sur l'environnement[a] Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques	Convention-cadre sur les changements climatiques	Protocole de Kyoto / Convention-cadre sur les changements climatiques	Convention sur la diversité biologique
160 Guinée	87,1	85	89[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	❍	●	●	●
161 Angola	74,4	214	178	..	3,1	0,7	0,6	(.)		●		●
162 Tanzanie, Rép. unie de	94,4	41	78	..	1,3	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
163 Bénin	81,3	37	82	2,4	3,5	0,1	0,3	(.)	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	75,5	220	209	5,2	3,8	0,7	0,3	(.)		●		●
165 Zambie	87,2	1 125	631	1,5	1,4	0,6	0,2	(.)	●	●	●	●
166 Malawi	82,9	66	77[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	❍	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	97,2	161	86	6,0	2,1	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
168 Mozambique	90,9	364	399	1,0	2,5	0,3	0,1	(.)	●	●	●	●
169 Burundi	95,7	12	23[d]	..	..	(.)	(.)	(.)		●	●	●
170 Éthiopie	96,5	..	33	..	2,1	(.)	0,1	(.)	●	●	●	●
171 Tchad	98,6	10	11[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	❍	●		●
172 Centrafricaine, République	83,3	29	35[d]	..	..	(.)	0,1	(.)	❍	●		●
173 Guinée-Bissau	50,0	18	45[d]	..	..	0,2	0,2	(.)		●	●	●
174 Burkina Faso	83,3	16	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
175 Mali	86,7	15	38[d]	..	..	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
176 Sierra Leone	91,2	62	49[d]	..	..	0,2	0,1	(.)		●		●
177 Niger	85,6	..	40[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
Pays en développement	26,3	388	1 157	3,7	4,7	1,3	2,2	42,7	..	..	..	..
Pays les moins avancés	78,3	83	114	..	3,8	0,1	0,2	0,5	..	..	..	..
États arabes	16,9	626	1 977	5,8	3,5	3,2	4,4	4,8	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	11,4	329	1 418	2,1	4,6	1,4	2,9	22,5	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	23,3	1 019	1 932	6,4	6,2	2,4	2,4	5,2	..	..	..	..
Asie du Sud	24,8	171	598	3,8	5,0	0,5	1,2	7,2	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	81,2	434	522	3,2	2,7	1,0	0,8	2,1	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	4,1	3 284	3 432	..	2,5	10,1	6,2	12,2	..	..	..	..
OCDE	4,6	5 761	8 777	3,9	5,3	10,9	11,2	51,1	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	3,2	6 698	10 483	3,8	5,3	12,1	13,1	46,5	..	..	..	..
Développement humain élevé	4,9	5 532	8 502	3,9	5,2	10,7	11,1	54,7	..	..	..	..
Développement humain moyen	18,4	341	1 100	3,5	4,2	1,2	2,1	43,7	..	..	..	..
Faible développement humain	83,7	162	165	2,2	1,9	0,4	0,2	0,6	..	..	..	..
Revenu élevé	3,1	6 559	10 331	3,9	5,2	12,2	13,1	49,7	..	..	..	..
Revenu moyen	10,5	615	1 593	3,7	4,2	2,1	3,1	42,7	..	..	..	..
Faible revenu	44,0	174	414	3,2	4,2	0,5	0,8	7,6	..	..	..	..
Monde	21,7[m]	1 573	2 490	3,8	4,7	3,4	3,7	100,0	..	..	..	..

● Ratification, acceptation, adoption, adhésion ou succession.
❍ Signature

NOTES

a Situation au 28 août 2006 Le Protocole de Carthagène sur la prévention des risques biotechnologiques a été signé à Carthagène en 2000, la Convention-cadre sur les changements climatiques des Nations Unies à New York en 1992, le Protocole de Kyoto pour la Convention-cadre sur les changements climatiques des Nations Unies à Kyoto en 1997 et la Convention sur la diversité biologique à Rio de Janeiro en 1992

b Le total des émissions mondiales inclut les émissions de dioxide de carbone n'apparaissant pas dans les totaux nationaux telles que les rejets de fuels lourds et l'oxydation des hydrocarbures non combustibles, ainsi que les émissions des pays ne figurant pas dans les principaux tableaux.

c Y compris Svalbard et Île Jan Mayen.

d Les données correspondent à des estimations produites par les Nations Unies, division des affaires économiques et sociales, service des statistiques.

e Données préliminaires.

f Données basées sur des chiffres relatifs au gaz naturel.

g Y compris le Liechtenstein.

h Y compris Monaco.

i Y compris Saint-Marin.

j Y compris une partie de la zone neutre.

k Les données concernent l'union douanière d'Afrique du Sud qui comprend le Botswana, le Lesotho, la Namibie et le Swaziland.

l Compris dans les données concernant l'Afrique du Sud.

m Les données correspondent à l'agrégat de l'ONU 2006a.

SOURCES

Colonne 1: calculs effectués sur la base des données relatives à la consommation de combustibles traditionnels et au total des besoins énergétiques fournies par l'ONU 2006a.

Colonnes 2 et 3 : ONU 2006f.

Colonnes 4 et 5 : Banque mondiale 2006, sur la base de données fournies par l'Agence internationale de l'énergie.

Colonnes 6-8 : ONU 2006, sur la base de données fournies par le Centre d'analyse de l'information relative au gaz carbonique.

Colonnes 9-12 : ONU 2006d.

TABLEAU 22

... vivre à l'abri de l'insécurité ...

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH		Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ										
1	Norvège	..	43	0	83	9	13	(.)	26	70
2	Islande	..	0	0	..	..	0	0	0	..
3	Australie	..	65	0	147	396	50	(.)	53	75
4	Irlande	..	7	0	0	4	..	..	10	73
5	Suède	..	75	0	95	104	592	2	28	43
6	Canada	..	147	0	339	112	365	2	62	75
7	Japon	..	2	0	877	250	0	0	260	107
8	États-Unis	..	379	1	415	387	7 101	30	1 546	72
9	Suisse	..	48	0	93	144	74	(.)	4	20
10	Pays-Bas	..	118	0	46	129	840	2	53	50
11	Finlande	..	12	0	159	77	22	(.)	28	77
12	Luxembourg	..	2	0	0	0	..	..	1	129
13	Belgique	..	15	0	16	0	173	(.)	37	40
14	Autriche	..	21	0	23	21	3	(.)	40	73
15	Danemark	..	44	0	127	78	2	(.)	21	71
16	France	..	137	0	43	3	2 399	9	255	55
17	Italie	..	21	0	315	224	827	2	191	50
18	Royaume-Uni	..	293	0	633	94	791	4	217	65
19	Espagne	..	5	0	363	281	113	1	147	46
20	Nouvelle-Zélande	..	5	0	7	8	0	(.)	9	73
21	Allemagne	..	700	0	252	216	1 855	6	285	60
22	Hong Kong, Chine (RAS)	..	2	0	..	..	..	..	..	..
23	Israël	150-300 [f]	1	1	265	1 422	160	2	168	118
24	Grèce	..	2	0	870	1 114	0	(.)	164	81
25	Singapour	..	0	0	237	423	3	(.)	73	133
26	Corée, République de	..	0	0	1 674	544	38	(.)	688	115
27	Slovénie	..	0	0	19	2	..	..	7	..
28	Portugal	..	0	0	18	406	0	0	45	62
29	Chypre	210	1	0	33	0	0	0	10	100
30	Tchèque, République	..	2	4	0	630	10	(.)	22	11
31	Barbade	..	..	0	..	..	..	..	1	61
32	Malte	..	2	0	0	18	0	(.)	2	250
33	Koweït	..	2	0	631	55	0	0	16	133
34	Brunéi Darussalam	..	..	0	0	0	..	..	7	171
35	Hongrie	..	8	4	24	12	70	(.)	32	30
36	Argentine	..	3	1	70	67	0	(.)	71	66
37	Pologne	..	5	20	125	96	124	(.)	142	45
38	Chili	..	1	1	468	456	0	(.)	78	77
39	Bahreïn	..	0	0	49	0	0	(.)	11	393
40	Estonie	..	0	1	18	10	0	0	5	..
41	Lituanie	..	1	1	4	9	0	(.)	14	..
42	Slovaquie	..	0	1	220	0	0	(.)	20	..
43	Uruguay	..	0	0	8	18	0	0	24	75
44	Croatie	5	3	119	22	0	0	0	21	..
45	Lettonie	..	0	2	16	7	0	0	5	..
46	Qatar	..	0	0	11	0	0	0	12	200
47	Seychelles	..	..	0	0	0	..	..	(.)	17
48	Costa Rica	..	11	0	0	0	..	..	0	..
49	Émirats arabes unis	..	0	0	426	2 381	10	(.)	51	119
50	Cuba	..	1	19	0	0	..	..	49	30
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	0	..	..	..	..	..	..
52	Bahamas	..	..	0	0	0	..	..	1	172
53	Mexique	10-12	3	2	45	35	..	..	193	149

TABLEAU 22

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH		Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
54	Bulgarie	..	4	4	0	158	0	(.)	51	34
55	Tonga	..	..	0	0	0	..	..	..	..
56	Oman	..	0	0	157	98	0	0	42	144
57	Trinité-et-Tobago	..	..	0	0	0	..	..	3	143
58	Panama	..	2	0	0	0	..	..	0	0
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	0	..	..	..	..	(.)	170
60	Roumanie	..	2	11	0	579	17	(.)	97	51
61	Malaisie	..	34	0	898	467	0	0	110	100
62	Bosnie-Herzégovine	183	11	110	0	0	0	(.)	12	..
63	Maurice	..	0	0	0	0	..	..	0	0
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN										
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	..	12	2	0	0	0	(.)	76	104
65	Russie, Fédération de	265	2	103	40	0	5 771	31	1 027	19
66	Macédoine, ERYM	1	1	9	0	0	..	..	11	..
67	Bélarus	..	1	9	0	0	0	1	73	..
68	Dominique	..	..	0	..	..	..	..	..	..
69	Brésil	..	3	0	237	142	62	(.)	287	104
70	Colombie	1 706-3 663 [g]	0	60	37	11	..	..	207	313
71	Sainte-Lucie	..	..	0	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, RB	..	0	3	0	7	0	(.)	82	167
73	Albanie	..	0	13	24	31	..	..	22	54
74	Thaïlande	..	117	0	558	98	0	(.)	307	130
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	..	241	0	975	470	36	(.)	200	320
77	Ukraine	..	2	84	..	..	188	2	188	..
78	Liban	68-600	1	18	34	1	0	(.)	72	414
79	Kazakhstan	..	7	4	99	68	0	(.)	66	..
80	Arménie	8	220	14	49	0	..	..	48	..
81	Chine	..	299	124	523	2 697	129	2	2 255	58
82	Pérou	60	1	5	32	368	0	(.)	80	63
83	Équateur	..	10	1	10	33	..	..	47	111
84	Philippines	60	0	0	36	38	..	..	106	92
85	Grenade	..	..	0	..	..	..	..	..	..
86	Jordanie	..	1	2	19	23	15	(.)	101	144
87	Tunisie	..	0	3	42	156	..	..	35	100
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	0	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	0	0	0	0	..	..	2	100
90	Fidji	..	..	1	12	0	..	..	4	148
91	Paraguay	..	0	0	0	1	..	..	10	69
92	Turquie	356-1 000+	2	170	1 562	746	28	(.)	515	82
93	Sri Lanka	325	0	108	49	8	..	..	111	514
94	Dominicaine, République	..	..	0	0	0	..	..	25	113
95	Belize	..	1	0	0	0	..	..	1	167
96	Iran, République islamique d'	..	716	99	373	403	0	(.)	545	89
97	Géorgie	240	2	7	0	0	0	(.)	11	..
98	Maldives	..	..	0	0	0	..	..	..	..
99	Azerbaïdjan	558	3	234	0	0	..	..	67	..
100	Territoires palestiniens occupés	21-50 [h]	0	350	1	0	..	..	0	..
101	El Salvador	..	0	4	3	0	..	..	16	38
102	Algérie	1 000 [i]	94	12	346	149	..	..	138	81
103	Guyane	..	..	0	0	0	..	..	1	15
104	Jamaïque	..	..	0	0	0	..	..	3	143
105	Turkménistan	..	12	1	0	0	..	..	26	..
106	Cap Vert	..	..	0	0	0	..	..	1	13

TABLEAU 22

Classement selon l'IDH	Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
107 Syrienne, République arabe	305	26	16	43	0	0	0	308	77
108 Indonésie	342-600	0	34	339	19	8	(.)	302	109
109 Viet Nam	..	2	357	270	291	..	..	455	44
110 Kirghizistan	..	3	3	0	3	0	(.)	13	..
111 Égypte	..	89	6	1 700	596	0	(.)	469	105
112 Nicaragua	..	0	1	0	0	0	0	14	22
113 Ouzbékistan	3	44	8	0	0	0	1	55	..
114 Moldova, République de	..	0	12	6	0	4	(.)	7	..
115 Bolivie	..	1	0	1	9	..	..	33	120
116 Mongolie	..	0	1	..	..	..	..	9	27
117 Honduras	..	0	1	0	0	..	..	12	72
118 Guatemala	242	0	3	3	0	..	..	29	91
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	..	0	0	0	0	..	..	1	45
121 Afrique du Sud	..	30	0	38	606	39	(.)	56	53
122 Tadjikistan	..	1	55	0	0	..	..	8	..
123 Maroc	..	0	3	30	32	..	..	201	135
124 Gabon	..	9	0	0	0	..	..	5	208
125 Namibie	..	5	1	4	0	..	..	9	..
126 Inde	600	139	16	943	1 471	0	(.)	1 325	105
127 São Tomé-et-Principe	..	0	0	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	0	0	0	..	..	..	..
129 Cambodge	..	0	18	0	0	0	0	124	354
130 Myanmar	540 [f]	0	165	216	20	..	..	376	202
131 Botswana	..	3	0	7	0	..	..	9	225
132 Comores	..	0	0	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	0	24	0	0	..	..	29	54
134 Pakistan	20 [f]	1 085	30	316	161	9	(.)	619	128
135 Bhoutan	..	..	107	0	0	..	..	..	..
136 Ghana	..	54	18	0	0	..	..	7	46
137 Bangladesh	500	21	7	121	27	..	..	126	138
138 Népal	100-200	126	2	1	0	..	..	69	276
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	10	0	0	0	..	..	3	94
140 Congo	100-147	66	24	0	0	..	..	10	115
141 Soudan	5 355	147	693	3	0	..	..	105	186
142 Timor oriental	..	0	0	..	..	..	..	1	..
143 Madagascar	..	0	0	0	0	..	..	14	66
144 Cameroun	..	52	9	0	0	..	..	23	315
145 Ouganda	1 740 [f]	257	34	38	0	..	..	45	225
146 Swaziland	..	1	0	0	0	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN									
147 Togo	3	9	51	3	0	..	..	9	250
148 Djibouti	..	10	1	3	0	..	..	10	333
149 Lesotho	..	0	0	0	0	..	..	2	100
150 Yémen	..	82	1	124	289	..	..	67	105
151 Zimbabwe	570	14	11	0	0	..	..	29	71
152 Kenya	382	251	5	0	25	..	..	24	175
153 Mauritanie	..	1	32	1	0	..	..	16	188
154 Haïti	..	0	14	..	..	..	..	0	0
155 Gambie	..	7	2	0	0	..	..	1	160
156 Sénégal	64	21	9	2	0	..	..	14	139
157 Érythrée	51	4	144	3	276	0	0	202	..
158 Rwanda	..	45	100	0	0	..	..	51	981
159 Nigeria	..	9	22	2	0	0	0	79	84

TABLEAU 22

Réfugiés et armements

Classement selon l'IDH	Personnes déplacées dans leur propre pays [a] (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'asile (en milliers) 2005 [e]	Réfugiés: Par pays d'origine [c] (en milliers) 2005 [e]	Livraisons d'armes conventionnelles [b] (prix de 1990): Importations (en millions d'USD) 1995	Importations 2005	Exportations: En millions d'USD 2005	Exportations: Part [d] (en %) 2001-05	Effectif total des forces armées: En milliers 2006	Effectif total des forces armées: Indice (1985=100) 2006
160 Guinée	82	64	6	0	0	..	..	10	101
161 Angola	62	14	216	1	22	0	(.)	108	218
162 Tanzanie, Rép. unie de	..	549	2	0	0	..	..	27	67
163 Bénin	..	30	0	0	0	..	..	5	111
164 Côte d'Ivoire	800 [f]	42	18	2	0	..	..	17	129
165 Zambie	..	156	0	0	0	0	0	15	93
166 Malawi	..	4	0	0	0	0	0	5	94
167 Congo, Rép. dém. du	1 664	204	431	0	14	..	..	65	135
168 Mozambique	..	2	0	0	0	..	..	11	70
169 Burundi	117	21	439	0	0	..	..	51	981
170 Éthiopie	150-265	101	65	0	0	..	..	183	84
171 Tchad	55-65	275	48	1	0	..	..	30	246
172 Centrafricaine, République	..	25	43	0	0	..	..	3	130
173 Guinée-Bissau	..	8	1	0	0	..	..	9	105
174 Burkina Faso	..	1	1	0	19	..	..	11	275
175 Mali	..	11	1	0	0	..	..	7	143
176 Sierra Leone	..	60	40	15	0	..	..	13	419
177 Niger	..	0	1	0	0	..	..	5	227
Pays en développement	..	5 761	..	..	..	..	..	13 909 T	89
Pays les moins avancés	..	2 265	..	..	..	..	..	1 862 T	159
États arabes	..	755	..	..	..	..	..	2 141 T	79
Asie de l'Est et Pacifique	..	464	..	..	..	..	..	5 955 T	80
Amérique latine et Caraïbes	..	37	..	..	..	..	..	1 269 T	94
Asie du Sud	..	2 087	..	..	..	..	..	2 822 T	111
Afrique subsaharienne	..	2 415	..	..	..	..	..	1 197 T	142
Europe centrale et orientale et CEI	..	482	..	..	..	..	..	2 115 T	32
OCDE	..	2 161	..	..	..	..	..	5 094 T	70
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	2 141	..	..	..	..	..	4 170 T	71
Développement humain élevé	..	2 240	..	..	..	..	..	5 520 T	71
Développement humain moyen	..	3 919	..	..	..	..	..	11 637 T	69
Faible développement humain	..	2 020	..	..	..	..	..	1 079 T	151
Revenu élevé	..	2 390	..	..	..	..	..	4 728 T	76
Revenu moyen	..	1 984	..	..	..	..	..	9 402 T	58
Faible revenu	..	4 013	..	..	..	..	..	5 546 T	111
Monde	23 700 T	8 387 T	..	21 085 T [j]	21 965 T [j]	21 961 T [j]	..	19 676 T	72

NOTES

a Estimations de l'Observatoire des situations de déplacements internes, sur la base de sources diverses. Ces estimations comportent un haut niveau d'incertitude.

b Données au 10 mai 2006 Ces chiffres ont une valeur d'indicateur de tendance. Ils renseignent uniquement sur le volume des livraisons internationales d'armes, et non sur la valeur financière réelle de ces livraisons. Les rapports publiés sur les livraisons d'armes donnent des informations partielles, toutes les livraisons n'étant pas intégralement rendues publiques. Les estimations présentées sont prudentes et peuvent sous-évaluer les volumes véritables de livraisons d'armes conventionnelles.

c Le pays d'origine de nombreux réfugiés n'est pas connu ou pas déclaré. Ces chiffres peuvent donc être sous-évalués.

d Calculs effectués sur la base du total pour 2001-2005 de l'ensemble des pays et des entités non gouvernementales exportant les principaux types d'armes conventionnelles, selon la définition du SIPRI 2006h.

e Sauf indication contraire, les données concernent la fin de l'année 2005

f Les estimations ne concernent pas certaines parties du pays ou certains groupes de personnes déplacées dans leur propre pays.

g Les estimations basses sont cumulées depuis 1994 Les estimations hausses sont cumulées depuis 1985

h Les estimations basses concernent uniquement les personnes déplacées dans leur propre pays, principalement suite à la démolition de leur domicile depuis 2000 Les estimations hautes sont cumulées depuis 1967

i Les chiffres sont cumulés depuis 1992

j Les données correspondent au volume total des livraisons d'armes et concernent l'ensemble des pays et des entités non gouvernementales exportant les principaux types d'armes conventionnelles, selon la définition du SIPR 2006a.

SOURCES

Colonne 1 : Observatoire des situations de déplacements internes 2006
Colonnes 2 et 3 : UNHCR 2006
Colonnes 4-6 : SIPRI 2006b.
Colonne 7 : calculs effectués sur la base des données relatives aux livraisons d'armes fournies par le SIPRI 2006b.
Colonne 8 : IISS 2006
Colonne 9 : calculs effectués sur la base des données relatives aux forces armées fournies par l'IISS 2006

TABLEAU 23

. . . vivre à l'abri de l'insécurité . . .

Victimes de la criminalité

		Personnes victimes de la criminalité [a] (en % du total)					
	Année [b]	Total criminalité [c]	Infractions contre la propriété [d]	Vols qualifiés	Agressions sexuelles [e]	Agressions	Subornation (corruption) [f]
NATIONAL							
Australie	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Autriche	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Belgique	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canada	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Danemark	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
Angleterre et Pays de Galles	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlande	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
France	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Italie	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	..
Japon	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(.)
Malte	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Pays-Bas	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nouvelle-Zélande	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	..
Irlande du Nord	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Pologne	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Écosse	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	..
Slovénie	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suède	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suisse	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 [g]
États-Unis	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
VILLE PRINCIPALE							
Asunción (Paraguay)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bakou (Azerbaïdjan)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pékin (Chine)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	..
Bichkek (Kirghizistan)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogota (Colombie)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Slovaquie)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucarest (Roumanie)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapest (Hongrie)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentine)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Le Caire (Égypte)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	..
Dar es Salaam (Tanzanie, Rép. unie de)	1991	..	23,1	8,2	6,1	1,7	..
Gaborone (Botswana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Djakarta (Indonésie)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Johannesburg (Afrique du Sud)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Kampala (Ouganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ukraine)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolivie)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manille (Philippines)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Mozambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bélarus)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscou (Russie, Fédération de)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Mumbai (Inde)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
New Delhi (Inde)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Prague (Tchèque, République)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Lettonie)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brésil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
San José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macédoine, ERYM)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sofia (Bulgarie)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Tallinn (Estonie)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbjlisi (Géorgie)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6

TABLEAU 23

Victimes de la criminalité

		Personnes victimes de la criminalité [a] (en % du total)					
	Année [b]	Total criminalité [c]	Infractions contre la propriété [d]	Vols qualifiés	Agressions sexuelles [e]	Agressions	Subornation (corruption) [f]
Tirana (Albanie)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunis (Tunisie)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	..
Oulan-Bator (Mongolie)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituanie)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croatie)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

NOTES

a Les données sont basées sur les résultats de l'Enquête internationale sur les victimes de la criminalité (International Crime Victims Survey).
b Les études ont été réalisées en 1992, 1995, 1996-1997 et 2000-2001 Les données concernent l'année précédant l'année de l'étude.
c Données concernant les personnes victimes d'un ou plusieurs des 11 crimes et délits enregistrés dans l'étude : vol qualifié, vol avec effraction, tentative de vol avec effraction, vol de voiture, vandalisme sur voiture, vol de bicyclette, agression sexuelle, vol effectué à partir d'une voiture, vol de biens personnels, voies de fait et menaces et vol de motocycle ou cyclomoteur.
d Y compris vol de voiture, vol effectué à partir d'une voiture, vol avec effraction et tentative de vol.
e Données concernant uniquement les femmes.
f Données concernant les personnes à qui un agent du gouvernement a demandé des pots-de-vin ou qui étaient susceptibles d'en payer.
g Données concernant l'année 1995

SOURCES

Toutes les colonnes : UNODC 2004

TABLEAU 24

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1 Norvège	1	0,962	82,0	77,1	.. [e]	.. [e]	105	96	33 034	43 950	0
2 Islande	2	0,958	82,7	79,0	.. [e]	.. [e]	102 [f]	91 [f]	27 496	38 603	0
3 Australie	3	0,956	83,0	77,9	.. [e]	.. [e]	114	112	24 966	35 832	0
4 Irlande	4	0,951	80,5	75,4	.. [e]	.. [e]	101	97	26 160	51 633	0
5 Suède	5	0,949	82,5	78,1	.. [e]	.. [e]	102	91	26 408	32 724	0
6 Canada	7	0,947	82,6	77,6	.. [e]	.. [e]	96 [f, g]	90 [f, g]	24 277 [h]	38 374 [h]	-1
7 Japon	13	0,942	85,6	78,6	.. [e]	.. [e]	84	86	18 130	40 885	-5
8 États-Unis	8	0,946	80,2	74,8	.. [e]	.. [e]	97	89	30 581 [h]	49 075 [h]	1
9 Suisse	10	0,944	83,4	77,8	.. [e]	.. [e]	83	88	25 314	41 258	0
10 Pays-Bas	9	0,945	81,2	75,8	.. [e]	.. [e]	98	99	24 652	39 035	2
11 Finlande	11	0,943	81,9	75,3	.. [e]	.. [e]	104	97	24 862	35 263	1
12 Luxembourg	6	0,949	81,6	75,3	.. [e]	.. [e]	89 [i]	88 [i]	45 938 [j]	94 696 [j]	1
13 Belgique	12	0,943	82,1	75,9	.. [e]	.. [e]	96	93	24 123	38 338	1
14 Autriche	17	0,937	82,0	76,2	.. [e]	.. [e]	92	90	20 032	45 095	-3
15 Danemark	15	0,940	79,6	75,0	.. [e]	.. [e]	106	97	27 048	36 882	0
16 France	14	0,940	83,1	76,0	.. [e]	.. [e]	95	91	23 015	35 922	2
17 Italie	18	0,934	83,2	77,1	98,0 [e]	98,8 [e]	92	87	18 070 [h]	38 902 [h]	-1
18 Royaume-Uni	16	0,938	80,8	76,2	.. [e]	.. [e]	96 [f]	90 [f]	24 448	37 506	2
19 Espagne	19	0,933	83,3	76,0	.. [e]	.. [e]	99	93	16 751 [h]	33 648 [h]	0
20 Nouvelle-Zélande	20	0,932	81,5	77,0	.. [e]	.. [e]	105	95	19 264	27 711	0
21 Allemagne	21	0,928	81,7	75,9	.. [e]	.. [e]	88 [f]	89 [f]	20 851	36 114	0
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	84,8	78,9	..	..	74	79	20 637	42 166	..
23 Israël	22	0,925	82,0	77,8	95,9	98,5	92	87	19 165 [h]	29 714 [h]	0
24 Grèce	23	0,917	81,0	75,7	94,2 [e]	97,8 [e]	96	91	15 728	28 837	0
25 Singapour	..	..	80,8	77,0	88,6	96,6	..	..	18 905	37 125	..
26 Corée, République de	25	0,905	80,9	73,7	.. [e]	.. [e]	88	101	12 912	28 036	-1
27 Slovénie	24	0,908	80,2	72,9	.. [e]	.. [e]	100	91	15 992 [h]	26 129 [h]	1
28 Portugal	26	0,902	80,8	74,1	.. [e]	.. [e]	93	86	14 635	24 971	0
29 Chypre	27	0,900	81,2	76,2	95,1	98,6	79	78	17 012	28 891	0
30 Tchèque, République	28	0,881	78,9	72,5	.. [e]	.. [e]	82	81	13 141	26 017	0
31 Barbade	..	..	78,6	71,7	..	..	94 [g]	84 [g]	..	..	..
32 Malte	29	0,869	80,9	76,1	89,2 [k]	86,4 [k]	81	82	12 226	25 644	0
33 Koweït	31	0,864	79,7	75,4	91,0	94,4	79 [f]	69 [f]	9 623 [h]	25 847 [h]	-1
34 Brunéi Darussalam	..	..	79,1	74,5	90,2	95,2	78 [f]	76 [f]	..	..	..
35 Hongrie	30	0,867	77,1	68,9	.. [e]	.. [e]	90	85	13 311	20 666	1
36 Argentine	32	0,859	78,4	70,9	97,2	97,2	94 [g]	85 [g]	9 258 [h]	17 518 [h]	0
37 Pologne	33	0,859	78,6	70,5	.. [e]	.. [e]	90	82	9 746 [h]	16 400 [h]	0
38 Chili	37	0,850	81,1	75,1	95,6	95,8	80	82	6 134 [h]	15 715 [h]	-3
39 Bahreïn	38	0,849	76,0	73,2	83,6	88,6	89 [f]	82 [f]	9 654	29 107	-3
40 Estonie	34	0,856	77,2	65,8	99,8 [e]	99,8 [e]	98	86	11 377 [h]	18 285 [h]	2
41 Lituanie	35	0,856	78,0	66,9	99,6 [e]	99,6 [e]	96	87	10 839	15 699	2
42 Slovaquie	36	0,853	78,1	70,3	.. [e]	.. [e]	78	75	10 856 [h]	18 617 [h]	2
43 Uruguay	39	0,847	79,2	71,9	.. [l]	.. [m]	95 [f, g]	84 [f, g]	6 764 [h]	12 240 [h]	0
44 Croatie	40	0,844	78,6	71,6	97,1	99,3	75 [g]	72 [g]	9 872	14 690	0
45 Lettonie	41	0,843	77,2	66,1	99,7 [e]	99,8 [e]	97	84	9 530	14 171	0
46 Qatar	..	..	76,2	71,4	88,6	89,1	82	71	..	..	..
47 Seychelles	..	..	..	..	92,3	91,4	82	77	..	..	..
48 Costa Rica	42	0,831	80,8	76,0	95,1	94,7	69 [f, g]	67 [f, g]	5 969	12 878	0
49 Émirats arabes unis	43	0,829	81,1	76,7	.. [l]	.. [m]	68 [f, g]	54 [f, g]	7 630 [h]	31 788 [h]	0
50 Cuba	..	..	79,5	75,8	99,8 [e]	99,8 [e]	81 [g]	79 [g]	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	81	78	..	..	..
52 Bahamas	..	..	73,4	67,1	..	..	66 [f]	65 [f]	14 414 [h]	20 459 [h]	..
53 Mexique	45	0,812	77,8	72,8	89,6	92,4	76	75	5 594	14 202	-1

TABLEAU 24

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
54 Bulgarie	44	0,814	75,8	69,1	97,7	98,7	81	81	6 406	9 855	1
55 Tonga	46	0,809	73,7	71,1	99,0 [k]	98,8 [k]	81 [f]	79 [f]	5 026 [h]	10 606 [h]	0
56 Oman	57	0,785	76,0	73,1	73,5	86,8	68 [f]	69 [f]	4 273 [h]	23 676 [h]	-10
57 Trinité-et-Tobago	48	0,805	72,8	67,0	.. [l]	.. [m]	68	66	7 766 [h]	16 711 [h]	0
58 Panama	47	0,806	77,6	72,5	91,2	92,5	83	76	5 219	9 300	2
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roumanie	49	0,804	75,2	68,0	96,3	98,4	77	73	6 723	10 325	1
61 Malaisie	51	0,795	75,8	71,1	85,4	92,0	76 [g]	70 [g]	5 391	15 015	0
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	77,0	71,5	94,4	99,0	..	..	5 568 [h]	8 582 [h]	..
63 Maurice	53	0,792	75,8	69,0	80,5	88,4	74 [f]	75 [f]	6 948 [h]	17 173 [h]	-1
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	76,4	71,8	..	..	98 [f, g]	91 [f, g]	..	..	..
65 Russie, Fédération de	50	0,795	72,0	58,9	99,2 [e]	99,7 [e]	92 [f]	84 [f]	7 735 [h]	12 401 [h]	3
66 Macédoine, ERYM	54	0,791	76,5	71,5	94,1	98,2	71	69	4 286 [h]	8 943 [h]	0
67 Bélarus	52	0,793	74,1	62,5	99,4 [e, k]	99,8 [e, k]	90	86	5 510 [h]	8 632 [h]	3
68 Dominique	..	..	..	..	..	..	84	81	..	..	..
69 Brésil	55	0,789	74,8	67,0	88,8	88,4	88 [g]	84 [g]	6 004	10 447	1
70 Colombie	56	0,787	75,6	69,6	92,7	92,9	74	71	5 356	9 202	1
71 Sainte-Lucie	..	..	74,1	71,0	..	..	80	72	4 308 [h]	8 399 [h]	..
72 Venezuela, RB	60	0,780	76,1	70,2	92,7	93,3	76 [f, g]	73 [f, g]	4 083 [h]	7 982 [h]	-2
73 Albanie	59	0,780	76,9	71,1	98,3	99,2	67 [g]	69 [g]	3 487 [h]	6 492 [h]	0
74 Thaïlande	58	0,781	74,0	66,7	90,5	94,9	74	73	6 036	10 214	2
75 Samoa occidentales	63	0,770	73,9	67,5	.. [l]	.. [m]	76 [f]	72 [f]	3 046 [h]	7 980 [h]	-2
76 Arabie Saoudite	72	0,744	74,2	70,3	69,3	87,1	58 [f]	59 [f]	3 486 [h]	22 617 [h]	-10
77 Ukraine	62	0,771	72,4	60,1	99,2 [e]	99,7 [e]	87	83	4 535	8 583	1
78 Liban	..	..	74,4	70,1	..	..	85	82	2 786 [h]	9 011 [h]	..
79 Kazakhstan	61	0,772	69,1	58,0	99,3 [e, k]	99,8 [e, k]	93	89	5 799	9 222	3
80 Arménie	65	0,765	74,8	68,1	99,2 [e]	99,7 [e]	77	71	3 222 [h]	5 105 [h]	0
81 Chine	64	0,765	73,7	70,2	86,5	95,1	70 [f]	71 [f]	4 561 [h]	7 159 [h]	2
82 Pérou	67	0,759	72,9	67,8	82,1	93,5	88 [f]	85 [f]	3 294	8 036	0
83 Équateur	..	..	77,5	71,6	89,7	92,3	..	..	2 796 [h]	5 123 [h]	..
84 Philippines	66	0,761	72,8	68,6	92,7	92,5	84	79	3 449	5 763	2
85 Grenade	..	..	..	..	..	..	75 [f]	71 [f]	..	..	..
86 Jordanie	69	0,747	73,2	70,2	84,7	95,1	80	78	2 143	7 038	0
87 Tunisie	73	0,744	75,6	71,4	65,3	83,4	77 [f]	74 [f]	3 421 [h]	12 046 [h]	-3
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	74,1	68,5	..	..	67	68	4 300 [h]	8 513 [h]	..
89 Suriname	..	..	72,7	66,1	87,2	92,0	77 [f, g]	68 [f, g]	..	..	..
90 Fidji	..	..	70,3	65,9	..	..	76 [f]	74 [f]	3 921 [h]	8 142 [h]	..
91 Paraguay	..	..	73,5	68,9	..	..	70 [f, g]	69 [f, g]	2 789	6 806	..
92 Turquie	71	0,745	71,3	66,6	79,6	95,3	63	75	4 038	11 408	0
93 Sri Lanka	68	0,749	77,0	71,7	89,1	92,3	64 [f, g]	63 [f, g]	2 561	6 158	4
94 Dominicaine, République	70	0,745	71,3	64,1	87,2	86,8	78 [f]	70 [f]	4 376 [h]	10 461 [h]	3
95 Belize	..	..	74,4	69,5	..	..	81	81	3 760 [h]	9 674 [h]	..
96 Iran, République islamique d'	74	0,736	72,3	69,2	70,4	83,5	70 [f]	74 [f]	4 122 [h]	10 830 [h]	0
97 Géorgie	..	..	74,4	66,6	..	..	76	75	1 561	4 273	..
98 Maldives	..	..	66,6	67,4	96,4	96,2	69 [f]	68 [f]	..	..	..
99 Azerbaïdjan	75	0,733	70,6	63,3	98,2 [k]	99,5 [k]	67	69	3 262 [h]	5 096 [h]	0
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	74,2	71,1	88,0	96,7	83 [f]	80 [f]	..	..	..
101 El Salvador	76	0,725	74,1	68,0	.. [l]	.. [m]	69 [f]	70 [f]	3 077	7 074	0
102 Algérie	79	0,713	72,7	70,1	60,1	79,6	73	73	3 259 [h]	9 888 [h]	-2
103 Guyane	..	..	66,7	60,6	..	..	78 [f, g]	78 [f, g]	2 615 [h]	6 375 [h]	..
104 Jamaïque	77	0,721	72,5	69,0	85,9 [k]	74,1 [k]	79 [f]	75 [f]	3 027 [h]	5 327 [h]	1
105 Turkménistan	..	..	66,9	58,4	98,3 [k]	99,3 [k]	..	..	3 425 [h]	5 385 [h]	..
106 Cap Vert	78	0,714	73,5	67,3	.. [l]	.. [m]	67	67	3 045 [h]	8 641 [h]	1

TABLEAU 24

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH)		Espérance de vie à la naissance (en années) 2004		Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004		Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b]		Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004		Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
	Rang	Valeur	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	Femmes	Hommes	
107 Syrienne, République arabe	82	0,702	75,4	71,8	73,6	86,0	60 [f]	65 [f]	1 794 [h]	5 402 [h]	-2
108 Indonésie	81	0,704	69,2	65,3	86,8	94,0	67	70	2 257 [h]	4 963 [h]	0
109 Viet Nam	80	0,708	72,9	68,8	86,9 [k]	93,9 [k]	61 [f]	65 [f]	2 271 [h]	3 220 [h]	2
110 Kirghizistan	83	0,701	71,3	62,9	98,1 [k]	99,3 [k]	80	77	1 422 [h]	2 464 [h]	0
111 Égypte	..	..	72,4	68,0	59,4	83,0	..	..	1 588	6 817	..
112 Nicaragua	88	0,684	72,4	67,6	76,6	76,8	71 [f]	69 [f]	1 747 [h]	5 524 [h]	-4
113 Ouzbékistan	84	0,694	69,9	63,4	.. [l]	.. [m]	72 [f]	75 [f]	1 398 [h]	2 346 [h]	1
114 Moldova, République de	85	0,692	71,7	64,4	97,7	99,1	73	68	1 349 [h]	2 143 [h]	1
115 Bolivie	86	0,687	66,5	62,3	80,7	93,1	83 [f]	89 [f]	1 983 [h]	3 462 [h]	1
116 Mongolie	87	0,685	66,5	62,5	97,5	98,0	83	72	1 379 [h]	2 730 [h]	1
117 Honduras	89	0,676	70,2	66,1	80,2	79,8	74 [f]	68 [f]	1 771 [h]	3 964 [h]	0
118 Guatemala	90	0,659	71,3	63,9	63,3	75,4	63 [f]	69 [f]	2 130 [h]	6 604 [h]	0
119 Vanuatu	..	..	70,9	67,2	..	..	61 [f]	66 [f]	2 468 [h]	3 612 [h]	..
120 Guinée équatoriale	93	0,639	43,3	42,3	80,5	93,4	52 [f, g]	64 [f, g]	11 491 [h]	26 967 [h]	-2
121 Afrique du Sud	92	0,646	48,2	45,7	80,9 [k]	84,1 [k]	77 [g]	76 [g]	7 014 [h]	15 521 [h]	0
122 Tadjikistan	91	0,648	66,4	61,2	99,2 [e]	99,7 [e]	65	77	876 [h]	1 530 [h]	2
123 Maroc	95	0,615	72,2	67,8	39,6	65,7	54	62	1 742 [h]	6 907 [h]	-1
124 Gabon	..	..	54,7	53,4	..	..	68 [f, g]	72 [f, g]	4 814 [h]	8 449 [h]	..
125 Namibie	94	0,622	47,5	46,8	83,5	86,8	69 [g]	66 [g]	5 416 [h]	9 455 [h]	1
126 Inde	96	0,591	65,3	62,1	47,8	73,4	58 [f]	66 [f]	1 471 [h]	4 723 [h]	0
127 São Tomé-et-Principe	..	..	64,2	62,1	..	..	63	64	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	63,3	61,9	..	..	45 [f, g]	49 [f, g]	1 202 [h]	2 387 [h]	..
129 Cambodge	97	0,578	60,1	52,7	64,1	84,7	55 [f, g]	65 [f, g]	2 077 [h]	2 793 [h]	0
130 Myanmar	..	..	63,5	57,8	86,4	93,9	50 [f]	48 [f]	..	..	..
131 Botswana	98	0,555	34,8	34,9	81,8	80,4	72 [f]	69 [f]	5 322	14 738	0
132 Comores	99	0,550	65,8	61,5	.. [l]	.. [m]	42 [f]	50 [f]	1 306 [h]	2 576 [h]	0
133 Lao, Rép. dém. pop.	100	0,545	56,3	53,8	60,9	77,0	55	66	1 328 [h]	2 579 [h]	0
134 Pakistan	105	0,513	63,6	63,2	36,0	63,0	32	44	977 [h]	3 403 [h]	-4
135 Bhoutan	..	..	64,6	62,2	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	101	0,528	57,4	56,5	49,8	66,4	44 [f]	50 [f]	1 860 [h]	2 611 [h]	1
137 Bangladesh	102	0,524	64,2	62,5	.. [l]	.. [m]	58 [g]	56 [g]	1 170 [h]	2 540 [h]	1
138 Népal	106	0,513	62,4	61,6	34,9	62,7	52 [g]	62 [g]	995 [h]	1 993 [h]	-2
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	103	0,521	56,3	55,2	50,9	63,4	38 [f, g]	43 [f, g]	2 127 [h]	2 934 [h]	2
140 Congo	104	0,519	53,5	51,0	.. [l]	.. [m]	49 [f]	55 [f]	652 [h]	1 310 [h]	2
141 Soudan	110	0,492	58,0	55,1	51,8 [n]	71,1 [n]	34 [f]	39 [f]	778 [h]	3 105 [h]	-3
142 Timor oriental	..	..	57,1	54,9	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	107	0,507	56,9	54,3	65,3	76,5	55 [f]	58 [f]	704 [h]	1 012 [h]	1
144 Cameroun	109	0,497	46,2	45,1	59,8	77,0	56 [f]	69 [f]	1 435 [h]	2 921 [h]	0
145 Ouganda	108	0,498	48,8	47,9	57,7	76,8	65	67	1 216 [h]	1 741 [h]	2
146 Swaziland	114	0,479	31,3	31,3	78,3	80,9	57 [f, g]	59 [f, g]	2 576	8 936	-3
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	116	0,476	56,4	52,6	38,5	68,7	46 [f]	64 [f]	927 [h]	2 159 [h]	-4
148 Djibouti	..	..	54,1	51,8	..	..	21	27	1 305 [h]	2 681 [h]	..
149 Lesotho	112	0,486	36,2	34,0	90,3	73,7	66 [f]	65 [f]	1 848 [h]	3 506 [h]	1
150 Yémen	117	0,462	62,4	59,7	.. [l]	.. [m]	42 [f]	68 [f]	397 [h]	1 346 [h]	-3
151 Zimbabwe	113	0,483	36,0	37,2	.. [l]	.. [m]	51 [f, g]	54 [f, g]	1 527 [h]	2 613 [h]	2
152 Kenya	111	0,487	46,5	48,5	70,2	77,7	58 [f]	62 [f]	1 037	1 242	5
153 Mauritanie	115	0,478	54,7	51,5	43,4	59,5	44	47	1 295 [h]	2 601 [h]	2
154 Haïti	..	..	52,7	51,3	..	..	..	..	1 283 [h]	2 465 [h]	..
155 Gambie	..	..	57,5	54,7	..	..	50 [f]	51 [f]	1 378 [h]	2 615 [h]	..
156 Sénégal	118	0,451	57,2	54,8	29,2	51,1	36 [f]	41 [f]	1 200 [h]	2 243 [h]	0
157 Érythrée	..	..	56,1	52,3	..	..	29	41	557	1 414	..
158 Rwanda	119	0,449	45,8	42,6	59,8	71,4	52	52	1 083 [h]	1 454 [h]	0
159 Nigeria	120	0,443	43,5	43,2	.. [l]	.. [m]	50 [f]	60 [f]	669 [h]	1 628 [h]	0

TABLEAU 24

Indicateur sexo-spécifique du développement humain

Classement selon l'IDH	Indicateur sexo-spécifique du développement humain (ISDH) Rang	ISDH Valeur	Espérance de vie à la naissance (en années) 2004 Femmes	Espérance de vie Hommes	Taux d'alphabétisation des adultes [a] (en % des 15 ans et plus) 2004 Femmes	Alphabétisation Hommes	Tx brut de scolarisation combiné dans le primaire, le secondaire et le supérieur (en %) 2004 [b] Femmes	Scolarisation Hommes	Revenu moyen estimé [c] (en PPA en USD) 2004 Femmes	Revenu Hommes	Classement selon l'IDH moins classement selon l'ISDH [d]
160 Guinée	121	0,434	54,2	53,6	18,1	42,6	35	49	1 764 [h]	2 576 [h]	0
161 Angola	122	0,431	42,5	39,6	54,2	82,9	24 [f, g]	28 [f, g]	1 670 [h]	2 706 [h]	0
162 Tanzanie, Rép. unie de	123	0,426	46,2	45,6	62,2	77,5	47 [f]	49 [f]	569 [h]	781 [h]	0
163 Bénin	124	0,412	55,0	53,5	23,3	47,9	41 [f]	58 [f]	702 [h]	1 475 [h]	0
164 Côte d'Ivoire	125	0,401	46,7	45,2	38,6	60,8	32 [f, g]	47 [f, g]	749 [h]	2 324 [h]	0
165 Zambie	126	0,396	37,1	38,2	59,8 [k]	76,3 [k]	52 [f]	56 [f]	670 [h]	1 216 [h]	0
166 Malawi	127	0,394	39,6	40,0	54,0 [k]	74,9 [k]	64 [f]	65 [f]	547 [h]	747 [h]	0
167 Congo, Rép. dém. du	130	0,378	44,5	42,5	54,1	80,9	24 [f, g]	30 [f, g]	482 [h]	931 [h]	-2
168 Mozambique	128	0,387	42,3	41,0	.. [l]	.. [m]	44	53	1 110 [h]	1 372 [h]	1
169 Burundi	129	0,380	44,9	43,0	52,2	67,3	32	40	594 [h]	765 [h]	1
170 Éthiopie	..	..	48,8	46,8	..	..	30	42	570 [h]	944 [h]	..
171 Tchad	131	0,350	44,7	42,6	12,8	40,8	25 [f]	44 [f]	1 644 [h]	2 545 [h]	0
172 Centrafricaine, République	132	0,336	39,8	38,4	33,5	64,8	23 [f, g]	36 [f, g]	836 [h]	1 367 [h]	0
173 Guinée-Bissau	..	..	46,2	43,4	..	..	29 [f, g]	45 [f, g]	487 [h]	963 [h]	..
174 Burkina Faso	133	0,335	48,6	47,2	15,2	29,4	23 [f]	30 [f]	930 [h]	1 405 [h]	0
175 Mali	134	0,329	48,7	47,4	11,9 [k]	26,7 [k]	30 [f]	40 [f]	800 [h]	1 197 [h]	0
176 Sierra Leone	135	0,317	42,4	39,6	24,4	46,9	55 [f]	75 [f]	353 [h]	775 [h]	0
177 Niger	136	0,292	44,7	44,6	15,1	42,9	18	25	560 [h]	989 [h]	0

NOTES

a Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.,

b En 2006, l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO) a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004). Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'UNESCO. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org. Les données provenant de sources différentes, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection.

c Faute de données différenciées pour le revenu des hommes et des femmes, les salaires de ces deux catégories de population ont été grossièrement estimés à partir de données concernant le rapport salaire des femmes hors secteur agricole / salaire des hommes hors secteur agricole, leur part respective dans la population active, les populations féminine et masculine totales et le PIB par habitant en termes de parité de pouvoir d'achat en dollars US (voir la Note technique 1). Les estimations ont été effectuées à partir des données relatives à la dernière année disponible sur la période 1991-2004, sauf indication contraire.

d Les classements selon l'IDH figurant dans cette colonne ont été recalculés pour les 136 pays en fonction de l'ISDH. Les chiffres positifs indiquent que le classement selon l'ISDH est supérieur à celui selon l'IDH, les chiffres négatifs signifient le contraire.

e Une valeur de 99,0 % a été utilisée pour le calcul de l'ISDH.

f Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

g Données concernant une année autre que celle indiquée pour cette rubrique.

h Aucune donnée relative au salaire n'est disponible. Une valeur de 0,75 a été utilisée dans le calcul du revenu estimatif des femmes et des hommes pour le rapport salaire des femmes hors secteur agricole / salaire des hommes hors secteur agricole.

i Statec 2006

j Une valeur de 40 000 USD (en PPA en USD) a été utilisée pour le calcul de l'ISDH.

k Données concernant la dernière année disponible de la période comprise entre 1995 et 1999

l En l'absence de données récentes, estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2005 Les données sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection. Les estimations suivantes ont été utilisées : Bangladesh 33,1, Cap Vert 70,8, Comores 49,7, Congo 80,8, El Salvador 78,8, Émirats arabes unis 82,7, Mozambique 35,6, Nigeria 64,2, Ouzbékistan 99,1, Samoa occidentales 98,4, Trinité-et-Tobago 98,3, Uruguay 98,4, Yémen 33,4 et Zimbabwe 86,3

m En l'absence de données récentes, estimations de l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2005 Les données sont basées sur d'anciens recensements ou enquêtes et doivent être interprétées avec circonspection. Les estimations suivantes ont été utilisées : Bangladesh 51,7, Cap Vert 86,6, Comores 63,9, Congo 91,2, El Salvador 83,6, Émirats arabes unis 76,8, Mozambique 65,7, Nigeria 96,9, Ouzbékistan 99,6, Samoa occidentales 98,9, Trinité-et-Tobago 99,2, Uruguay 97,5, Yémen 72,5 et Zimbabwe 93,8

n Les données concernent une année ou une période autre que celle spécifiée, diffèrent de la définition classique ou se réfèrent à une partie du pays seulement.

Sources

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'ISDH de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-10 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonnes 3 et 4 : ONU 2005a, sauf indication contraire.

Colonnes 5 et 6 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a, sauf indication contraire.

Colonnes 7 et 8 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c, sauf indication contraire.

Colonnes 9 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives au PIB par habitant (en PPA en USD) et à la population fournies par la Banque mondiale 2006, sauf indication contraire ; données relatives aux salaires fournies par l'OIT 2006b ; données relatives à la population active fournies par l'OIT 2005a.

Colonne 11 : données correspondant à la différence entre le classement selon l'IDH et le classement selon l'ISDH de la colonne 1

Classement selon l'ISDH pour 136 pays

1 Norvège
2 Islande
3 Australie
4 Irlande
5 Suède
6 Luxembourg
7 Canada
8 États-Unis
9 Pays-Bas
10 Suisse
11 Finlande
12 Belgique
13 Japon
14 France
15 Danemark
16 Royaume-Uni
17 Autriche
18 Italie
19 Espagne
20 Nouvelle-Zélande
21 Allemagne
22 Israël
23 Grèce
24 Slovénie
25 Corée, Rép. de
26 Portugal
27 Chypre
28 Tchèque, Rép.
29 Malte
30 Hongrie
31 Koweït
32 Argentine
33 Pologne
34 Estonie
35 Lituanie
36 Slovaquie
37 Chili
38 Bahreïn
39 Uruguay
40 Croatie
41 Lettonie
42 Costa Rica
43 Émirats arabes unis
44 Bulgarie
45 Mexique
46 Tonga
47 Panama
48 Trinité-et-Tobago
49 Roumanie
50 Russie, Fédération de
51 Malaisie
52 Bélarus
53 Maurice
54 Macédoine, ERYM
55 Brésil
56 Colombie
57 Oman
58 Thaïlande
59 Albanie
60 Venezuela, RB
61 Kazakhstan
62 Ukraine
63 Samoa occident.
64 Chine
65 Arménie
66 Philippines
67 Pérou
68 Sri Lanka
69 Jordanie
70 Dominicaine, Rép.
71 Turquie
72 Arabie Saoudite
73 Tunisie
74 Iran, République islamique d'
75 Azerbaïdjan
76 El Salvador
77 Jamaïque
78 Cap Vert
79 Algérie
80 Viet Nam
81 Indonésie
82 Syrienne, République arabe
83 Kirghizistan
84 Ouzbékistan
85 Moldova, Rép. de
86 Bolivie
87 Mongolie
88 Nicaragua
89 Honduras
90 Guatemala
91 Tadjikistan
92 Afrique du Sud
93 Guinée équatoriale
94 Namibie
95 Maroc
96 Inde
97 Cambodge
98 Botswana
99 Comores
100 Lao, Rép. dém. pop.
101 Ghana
102 Bangladesh
103 Papouasie-Nouvelle-Guinée
104 Congo
105 Pakistan
106 Népal
107 Madagascar
108 Ouganda
109 Cameroun
110 Soudan
111 Kenya
112 Lesotho
113 Zimbabwe
114 Swaziland
115 Mauritanie
116 Togo
117 Yémen
118 Sénégal
119 Rwanda
120 Nigeria
121 Guinée
122 Angola
123 Tanzanie, Rép. unie de
124 Bénin
125 Côte d'Ivoire
126 Zambie
127 Malawi
128 Mozambique
129 Burundi
130 Congo, Rép. dém. du
131 Tchad
132 Centrafricaine, République
133 Burkina Faso
134 Mali
135 Sierra Leone
136 Niger

TABLEAU 25

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ						
1 Norvège	1	0,932	37,9	29	50	0,75
2 Islande	3	0,866	33,3	29	55	0,71
3 Australie	8	0,833	28,3	37	55	0,70
4 Irlande	17	0,753	14,2	29	51	0,51
5 Suède	2	0,883	45,3	31	51	0,81
6 Canada	11	0,810	24,3	36	56	0,63
7 Japon	42	0,557	10,7	10	46	0,44
8 États-Unis	12	0,808	15,0	42	55	0,62
9 Suisse	14	0,797	24,8	27	46	0,61
10 Pays-Bas	7	0,844	34,2	26	48	0,63
11 Finlande	6	0,853	37,5	28	54	0,71
12 Luxembourg	..	..	23,3	..	..	0,49
13 Belgique	5	0,855	35,7	30	48	0,63
14 Autriche	10	0,815	32,2	28	46	0,44
15 Danemark	4	0,861	36,9	25	52	0,73
16 France	..	..	13,9	..	..	0,64
17 Italie	24	0,653	16,1	21	45	0,46
18 Royaume-Uni	16	0,755	18,5	33	46	0,65
19 Espagne	15	0,776	30,5	32	47	0,50
20 Nouvelle-Zélande	13	0,797	32,2	36	52	0,70
21 Allemagne	9	0,816	30,5	35	50	0,58
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	27	40	0,49
23 Israël	23	0,656	14,2	29	54	0,64
24 Grèce	29	0,614	13,0	27	49	0,55
25 Singapour	18	0,707	18,9	26	45	0,51
26 Corée, République de	53	0,502	13,4	7	38	0,46
27 Slovénie	32	0,603	10,8	34	57	0,61
28 Portugal	20	0,681	21,3	32	52	0,59
29 Chypre	38	0,584	14,3	15	45	0,59
30 Tchèque, République	28	0,615	15,7	28	52	0,51
31 Barbade	..	..	17,6	43	52	..
32 Malte	58	0,493	9,2	16	39	0,48
33 Koweït	..	..	1,5	..	..	0,37
34 Brunéi Darussalam	..	..	.. [d]	..	..	..
35 Hongrie	41	0,560	10,4	34	61	0,64
36 Argentine	19	0,697	36,5	25	55	0,53
37 Pologne	30	0,610	19,1	34	61	0,59
38 Chili	52	0,506	12,7	24	52	0,39
39 Bahreïn	..	..	7,5	..	..	0,33
40 Estonie	31	0,608	18,8	35	67	0,62
41 Lituanie	25	0,635	22,0	42	68	0,69
42 Slovaquie	34	0,599	16,7	32	61	0,58
43 Uruguay	50	0,513	10,8	35	53	0,55
44 Croatie	33	0,602	21,7	23	52	0,67
45 Lettonie	27	0,621	21,0	42	64	0,67
46 Qatar	..	..	0,0	..	..	..
47 Seychelles	..	..	29,4	..	..	..
48 Costa Rica	21	0,675	38,6	26	40	0,46
49 Émirats arabes unis	70	0,353	0,0	8	25	0,24
50 Cuba	..	..	36,0	..	..	..
51 Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	0,0	..	..	..
52 Bahamas	..	..	26,8	40	..	0,70
53 Mexique	35	0,597	25,0	25	42	0,39

TABLEAU 25

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
54 Bulgarie	37	0,595	22,1	33	61	0,65
55 Tonga	..	..	3,3	..	..	0,47
56 Oman	..	..	7,8	..	..	0,18
57 Trinité-et-Tobago	22	0,660	25,4	38	54	0,46
58 Panama	40	0,568	16,7	39	51	0,56
59 Antigua-et-Barbuda	..	..	13,9	..	..	..
60 Roumanie	59	0,492	10,7	29	57	0,65
61 Malaisie	55	0,500	13,1	23	40	0,36
62 Bosnie-Herzégovine	..	..	12,3	..	..	0,65
63 Maurice	..	..	17,1	..	..	0,40
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN						
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	4,7	..	..	..
65 Russie, Fédération de	62	0,482	8,0	38	64	0,62
66 Macédoine, ERYM	43	0,554	19,2	28	53	0,48
67 Bélarus	..	..	29,8	..	..	0,64
68 Dominique	..	..	12,9	..	..	..
69 Brésil	61	0,486	9,1	34	53	0,57
70 Colombie	51	0,506	10,8 [e]	38	50	0,58
71 Sainte-Lucie	..	..	17,2	..	..	0,51
72 Venezuela, RB	46	0,532	18,0	27	61	0,51
73 Albanie	..	..	7,1	..	..	0,54
74 Thaïlande	60	0,486	10,7	28	53	0,59
75 Samoa occidentales	..	..	4,1	..	..	0,38
76 Arabie Saoudite	74	0,242	0,0	31	6	0,15
77 Ukraine	63	0,455	7,1	43	60	0,53
78 Liban	..	..	4,7	..	..	0,31
79 Kazakhstan	..	..	8,6	..	..	0,63
80 Arménie	..	..	5,3	..	..	0,63
81 Chine	..	..	20,3	..	..	0,64
82 Pérou	39	0,580	29,0	19	44	0,41
83 Équateur	49	0,524	16,0	34	49	0,55
84 Philippines	45	0,533	15,8	58	61	0,60
85 Grenade	..	..	28,6	..	..	..
86 Jordanie	..	..	7,9	..	..	0,30
87 Tunisie	..	..	19,3	..	..	0,28
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	18,2	..	..	0,51
89 Suriname	..	..	25,5	28	51	..
90 Fidji	..	..	11,7	..	..	0,48
91 Paraguay	..	..	9,6	..	..	0,41
92 Turquie	72	0,289	4,4	7	31	0,35
93 Sri Lanka	69	0,372	4,9	21	46	0,42
94 Dominicaine, République	..	..	15,4 [e]	..	50	0,42
95 Belize	57	0,495	11,9	31	52	0,39
96 Iran, République islamique d'	71	0,326	4,1	13	33	0,38
97 Géorgie	64	0,407	9,4	26	63	0,37
98 Maldives	..	..	12,0	15	40	..
99 Azerbaïdjan	..	..	12,3	..	..	0,64
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	11	35	..
101 El Salvador	48	0,529	16,7	33	45	0,43
102 Algérie	..	..	5,3	..	..	0,33
103 Guyane	..	..	30,8	..	..	0,41
104 Jamaïque	..	..	13,6	..	..	0,57
105 Turkménistan	..	..	16,0	..	..	0,64
106 Cap Vert	..	..	15,3	..	..	0,35

Classement selon l'IDH	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Indicateur de la participation des femmes (IPF) Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
107 Syrienne, République arabe	..	..	12,0	..	..	0,33
108 Indonésie	..	..	11,3	..	..	0,45
109 Viet Nam	..	..	27,3	..	..	0,71
110 Kirghizistan	..	..	0,0	..	..	0,58
111 Égypte	73	0,262	3,8	9	30	0,23
112 Nicaragua	..	..	20,7	..	..	0,32
113 Ouzbékistan	..	..	16,4	..	..	0,60
114 Moldova, République de	44	0,544	21,8	39	66	0,63
115 Bolivie	56	0,499	14,6	36	40	0,57
116 Mongolie	65	0,388	6,6	30	66	0,51
117 Honduras	47	0,530	23,4	22	36	0,45
118 Guatemala	..	..	8,2	..	..	0,32
119 Vanuatu	..	..	3,8	..	..	0,68
120 Guinée équatoriale	..	..	18,0	..	..	0,43
121 Afrique du Sud	..	..	32,8 [f]	..	..	0,45
122 Tadjikistan	..	..	19,6	..	..	0,57
123 Maroc	..	..	6,4	..	..	0,25
124 Gabon	..	..	11,9	..	..	0,57
125 Namibie	26	0,623	26,9	30	55	0,57
126 Inde	..	..	9,2	..	..	0,31
127 São Tomé-et-Principe	..	..	7,3	..	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	0,0	..	..	0,50
129 Cambodge	68	0,373	11,4	14	33	0,74
130 Myanmar	..	..	.. [g]	..	..	..
131 Botswana	54	0,501	11,1	31	53	0,36
132 Comores	..	..	3,0	..	..	0,51
133 Lao, Rép. dém. pop.	..	..	22,9	..	..	0,52
134 Pakistan	66	0,377	20,4	2	26	0,29
135 Bhoutan	..	..	9,3	..	..	..
136 Ghana	..	..	10,9	..	..	0,71
137 Bangladesh	67	0,374	14,8 [h]	23	12	0,46
138 Népal	..	..	6,7	..	..	0,50
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	..	..	0,9	..	..	0,73
140 Congo	..	..	10,1	..	..	0,50
141 Soudan	..	..	13,6	..	..	0,25
142 Timor oriental	..	..	25,3 [i]	..	..	..
143 Madagascar	..	..	8,4	..	..	0,70
144 Cameroun	..	..	8,9	..	..	0,49
145 Ouganda	..	..	28,8	..	..	0,70
146 Swaziland	..	..	16,8	..	..	0,29
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN						
147 Togo	..	..	8,6	..	..	0,43
148 Djibouti	..	..	10,8	..	..	0,49
149 Lesotho	..	..	17,0	..	..	0,53
150 Yémen	75	0,128	0,7	4	15	0,30
151 Zimbabwe	..	..	20,8	..	..	0,58
152 Kenya	..	..	7,3	..	..	0,83
153 Mauritanie	..	..	.. [j]	..	..	0,50
154 Haïti	..	..	6,2	..	..	0,52
155 Gambie	..	..	13,2	..	..	0,53
156 Sénégal	..	..	19,2	..	..	0,53
157 Érythrée	..	..	22,0	..	..	0,39
158 Rwanda	..	..	45,3	..	..	0,74
159 Nigeria	..	..	5,8	..	..	0,41

TABLEAU 25

Indicateur de la participation des femmes

Classement selon l'IDH		Indicateur de la participation des femmes (IPF) Rang	Valeur	Sièges parlementaires détenus par des femmes [a] (en % du total)	Postes parlementaires, de direction ou de responsabilité occupés par des femmes [b] (en % du total)	Postes professionnels et techniques occupés par des femmes [b] (en % du total)	Rapport salaire estimatif des femmes / salaire estimatif des hommes [c]
160	Guinée	..	..	19,3	..	..	0,68
161	Angola	..	..	15,0	..	..	0,62
162	Tanzanie, Rép. unie de	36	0,597	30,4	49	32	0,73
163	Bénin	..	..	7,2	..	..	0,48
164	Côte d'Ivoire	..	..	8,5	..	..	0,32
165	Zambie	..	..	12,7	..	..	0,55
166	Malawi	..	..	13,6	..	..	0,73
167	Congo, Rép. dém. du	..	..	10,2	..	..	0,52
168	Mozambique	..	..	34,8	..	..	0,81
169	Burundi	..	..	31,7	..	..	0,78
170	Éthiopie	..	..	21,4	..	..	0,60
171	Tchad	..	..	6,5	..	..	0,65
172	Centrafricaine, République	..	..	10,5	..	..	0,61
173	Guinée-Bissau	..	..	14,0	..	..	0,51
174	Burkina Faso	..	..	11,7	..	..	0,66
175	Mali	..	..	10,2	..	..	0,67
176	Sierra Leone	..	..	14,5	..	..	0,45
177	Niger	..	..	12,4	..	..	0,57

NOTES

a Sauf indication contraire, données au 31 mai 2006 Lorsque le pouvoir est réparti entre une chambre basse et une chambre haute, les données correspondent à la moyenne pondérée du pourcentage de sièges détenus par des femmes dans les deux assemblées.

b Données concernant l'année la plus récente disponible sur la période comprise entre 1992 et 2004 Les pays qui ont adopté la récente Classification internationale type des professions (CITP-88) produisent des données qui ne sont pas strictement comparables à celles des pays qui utilisent la classification antérieure (CITP- 68).

c Calculs effectués sur la base des données des colonnes 9 et 10 du tableau 24 Les estimations sont basées sur les données concernant l'année la plus récente disponible sur la période comprise entre 1991 et 2004

d Actuellement, pas de parlement.

e Données au 1er mars 2005

f Ces chiffres ne comprennent pas les 36 délégués spéciaux renouvelables nommés selon les circonstances. Les pourcentages indiqués sont donc calculés sur la base des 54 sièges permanents.

g Le parlement élu en 1990 ne s'est jamais réuni et n'a jamais été autorisé à siéger. Nombre de ses membres ont été mis en détention ou ont été contraints à l'exil.

h En 2004, le nombre de sièges au parlement est passé de 300 à 345 Ces 45 sièges supplémentaires, réservés aux femmes, sont occupés depuis septembre et octobre 2005

i Les élections du 30 août 2001 avaient pour but d'élire les membres de l'assemblée constituante du Timor oriental. Cette assemblée est devenue le Parlement national le 20 mai 2002, date à laquelle le pays a obtenu l'indépendance, sans procéder à de nouvelles élections.

j Le Parlement de Mauritanie a été suspendu après un coup d'État en août 2005

SOURCES

Colonne 1 : données déterminées sur la base des valeurs de l'IPF de la colonne 2

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 3-6 ; voir la *Note technique 1* pour de plus amples informations.

Colonne 3 : calculs effectués sur la base des données relatives aux sièges parlementaires fournies par l'UIP 2006a, 2006c.

Colonnes 4 et 5 : calculs effectués sur la base des données relatives au travail fournies par l'OIT 2006b.

Colonne 6 : calculs effectués sur la base des données des colonnes 9 et 10 du tableau 24

TABLEAU 26

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

Classement selon l'IDH		Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
		Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/ hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/ hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/ hommes [e]
		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ											
1	Norvège	..	..	..	..	99	1,00	97	1,01	98	1,54
2	Islande	..	..	..	..	98 [g]	0,98 [g]	88 [g]	1,04 [g]	79 [g]	1,78 [g]
3	Australie	..	..	..	..	96	1,01	86 [g]	1,01 [g]	80	1,23
4	Irlande	..	..	..	..	96	1,00	89	1,06	66	1,28
5	Suède	..	..	..	..	99	1,00	100	1,03	102	1,55
6	Canada	..	..	..	..	100 [g, h]	1,00 [g, h]	94 [i]	0,99 [i]	70 [j]	1,36 [j]
7	Japon	..	..	..	..	100	1,00	100 [g, k]	1,01 [g, k]	51	0,89
8	États-Unis	..	..	..	..	91	0,96	91	1,02	96	1,39
9	Suisse	..	..	..	..	94	1,00	80	0,93	42	0,80
10	Pays-Bas	..	..	..	..	98	0,99	90	1,01	62	1,08
11	Finlande	..	..	..	..	99	1,00	94	1,01	98	1,20
12	Luxembourg	..	..	..	..	91	1,00	82	1,07	13 [g]	1,18 [g]
13	Belgique	..	..	..	..	99	1,00	97 [g, l]	1,01 [g, l]	69	1,21
14	Autriche	..	..	..	..	..	..	..	..	54	1,19
15	Danemark	..	..	..	..	100	1,00	94	1,03	87	1,42
16	France	..	..	..	..	99	1,00	97	1,02	63	1,28
17	Italie	98,0	99	99,8	100	99	1,00	93	1,02	72	1,34
18	Royaume-Uni	..	..	..	..	99	1,00	97	1,03	70	1,37
19	Espagne	..	..	..	..	99	0,99	99	1,04	72	1,22
20	Nouvelle-Zélande	..	..	..	..	99	1,00	96	1,03	74	1,41
21	Allemagne	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	90 [m]	0,95 [m]	77 [m]	0,97 [m]	32	0,97
23	Israël	95,9	97	99,6	100	98	1,01	89	1,00	65	1,33
24	Grèce	94,2	96	99,0	100	99	0,99	88	1,04	86	1,17
25	Singapour	88,6	92	99,6	100	..	..	..	..	..	..
26	Corée, République de	..	..	..	..	99	0,99	88	1,00	67	0,61
27	Slovénie	..	..	..	..	98	1,00	95	1,00	86	1,38
28	Portugal	..	..	..	..	99	0,99	87 [l]	1,11 [l]	65	1,32
29	Chypre	95,1	96	99,8	100	96 [m]	1,00 [m]	95 [m]	1,03 [m]	36 [m]	0,98 [m]
30	Tchèque, République	..	..	..	..	..	..	..	..	45	1,10
31	Barbade	..	..	..	..	97	0,99	98	1,05	54 [h]	2,47 [h]
32	Malte	89,2 [n]	103 [n]	97,8 [n]	104 [n]	94	1,00	90	1,06	30	1,33
33	Koweït	91,0	96	99,8	100	87 [g]	1,03 [g]	80 [g, j]	1,05 [g, j]	33 [g]	2,72 [g]
34	Brunéi Darussalam	90,2	95	98,9	100	..	..	..	..	17 [g]	1,74 [g]
35	Hongrie	..	..	..	..	88	0,99	90 [g]	0,99 [g]	70	1,40
36	Argentine	97,2	100	99,1	100	98 [l]	0,99 [l]	82 [l]	1,07 [l]	77 [l]	1,51 [l]
37	Pologne	..	..	..	..	98	1,00	92	1,03	72	1,41
38	Chili	95,6	100	99,2	100	..	..	..	..	42	0,95
39	Bahreïn	83,6	94	97,3	100	97	1,01	93	1,07	45 [g]	1,84 [g]
40	Estonie	99,8	100	99,8	100	94	1,00	91	1,03	82	1,68
41	Lituanie	99,6	100	99,7	100	89	1,00	93	1,01	89	1,55
42	Slovaquie	..	..	..	..	..	..	..	..	40	1,22
43	Uruguay	..	..	..	..	..	..	..	..	53 [g, l]	2,04 [g, l]
44	Croatie	97,1	98	99,7	100	87 [l]	0,99 [l]	86 [l]	1,02 [l]	42 [l]	1,19 [l]
45	Lettonie	99,7	100	99,8	100	..	..	..	..	94	1,72
46	Qatar	88,6	99	97,5	103	94	0,99	86	0,98	34	3,67
47	Seychelles	92,3	101	99,4	101	97 [m]	1,01 [m]	96 [m]	1,07 [m]	..	..
48	Costa Rica	95,1	100	98,0	101	..	..	..	..	28	1,26
49	Émirats arabes unis	..	..	..	..	70	0,97	64	1,06	40 [g, l]	3,24 [g, l]
50	Cuba	99,8	100	100,0	100	95	0,97	87	1,02	38 [l]	1,34 [l]
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	98 [m]	1,08 [m]	97 [m]	0,97 [m]	..	..
52	Bahamas	..	..	..	..	85	1,02	78	1,12	..	..
53	Mexique	89,6	97	97,6	100	98	1,00	65	1,03	23	0,98

TABLEAU 26

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

		Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
		Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
Classement selon l'IDH		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
54	Bulgarie	97,7	99	98,1	100	95	0,99	87	0,98	44	1,16
55	Tonga	99,0 [n]	100 [n]	99,4 [n]	100 [n]	89 [i]	0,97 [i]	75 [g]	1,23 [g]	8 [g]	1,67 [g]
56	Oman	73,5	85	96,7	99	79	1,02	75	1,01	15	1,38
57	Trinité-et-Tobago	..	..	..	..	92 [m]	0,99 [m]	74 [g]	1,06 [g]	13	1,27
58	Panama	91,2	99	95,6	99	98	0,99	67	1,10	57	1,59
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	96,3	98	97,8	100	92	0,99	82	1,03	45	1,26
61	Malaisie	85,4	93	97,3	100	93 [l]	1,00 [l]	81 [l]	1,14 [l]	38 [l]	1,41 [l]
62	Bosnie-Herzégovine	94,4	95	99,8	100	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	80,5	91	95,4	102	96	1,02	80 [g]	1,00 [g]	20	1,39
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN											
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	..	..	..	..	..	..	..	..	59 [g, l]	1,09 [g, l]
65	Russie, Fédération de	99,2	100	99,8	100	92 [g]	1,01 [g]	..	..	79 [g]	1,36 [g]
66	Macédoine, ERYM	94,1	96	98,5	99	92	1,00	80 [g, j]	0,97 [g, j]	33	1,39
67	Bélarus	99,4 [n]	100 [n]	99,8 [n]	100 [n]	88 [g]	0,97 [g]	88 [g]	1,01 [g]	71	1,39
68	Dominique	..	..	..	..	88 [m]	1,01 [m]	92 [g]	1,03 [g]	..	..
69	Brésil	88,8	100	97,9	102	..	..	78 [l]	1,07 [l]	25 [l]	1,32 [l]
70	Colombie	92,7	100	98,4	101	84	1,01	58 [g]	1,11 [g]	28	1,09
71	Sainte-Lucie	..	..	..	..	96	0,97	74 [g]	1,09 [g]	22	3,43
72	Venezuela, RB	92,7	99	98,1	102	92	1,01	66	1,15	41 [g, l]	1,07 [g, l]
73	Albanie	98,3	99	99,5	100	95 [l]	0,99 [l]	73 [l]	0,98 [l]	20 [l]	1,57 [l]
74	Thaïlande	90,5	95	97,8	100	..	..	..	..	44	1,17
75	Samoa occidentales	..	..	..	..	91 [g]	1,00 [g]	70 [g]	1,14 [g]	7 [g, h]	0,94 [g, h]
76	Arabie Saoudite	69,3	80	93,7	96	57 [j]	0,92 [j]	51 [g]	0,96 [g]	33	1,50
77	Ukraine	99,2	99	99,8	100	82 [m]	1,00 [m]	84 [m]	1,00 [m]	71 [m]	1,19 [m]
78	Liban	..	..	..	..	93	0,99	..	..	50	1,12
79	Kazakhstan	99,3 [n]	100 [n]	99,9 [n]	100 [n]	92	0,99	92	0,99	56	1,38
80	Arménie	99,2	99	99,9	100	96	1,04	90	1,03	29	1,21
81	Chine	86,5	91	98,5	99	..	..	..	..	17 [g]	0,84 [g]
82	Pérou	82,1	88	95,7	98	97	1,00	69	1,00	34 [g]	1,03 [g]
83	Équateur	89,7	97	96,5	100	98 [g]	1,01 [g]	53	1,01	..	..
84	Philippines	92,7	100	95,7	101	95	1,02	67	1,20	32	1,28
85	Grenade	..	..	..	..	84 [m]	0,99 [m]	82 [g]	1,10 [g]	..	..
86	Jordanie	84,7	89	98,9	100	92	1,02	82	1,02	41	1,10
87	Tunisie	65,3	78	92,2	96	98	1,00	69 [g, j]	1,04 [g, j]	33	1,36
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	..	..	..	..	93 [g]	0,97 [g]	63	1,02	..	..
89	Suriname	87,2	95	94,1	98	96 [g, l]	1,07 [g, l]	74 [g, l]	1,38 [g, l]	15 [j]	1,62 [j]
90	Fidji	..	..	..	..	96	0,99	85 [g]	1,06 [g]	17	1,20
91	Paraguay	..	..	..	..	..	..	..	..	28 [g, l]	1,37 [g, l]
92	Turquie	79,6	84	93,3	95	87 [g]	0,95 [g]	..	..	24	0,73
93	Sri Lanka	89,1	97	96,1	101	98 [g, l]	1,00 [g, l]	..	..	..	..
94	Dominicaine, République	87,2	100	95,4	103	87	1,02	54 [g]	1,21 [g]	41 [g]	1,64 [g]
95	Belize	..	..	..	..	96	1,01	73 [g]	1,05 [g]	4	2,47
96	Iran, République islamique d'	70,4	84	..	..	88	0,99	76	0,94	24	1,10
97	Géorgie	..	..	..	..	93	0,99	81	1,00	42	1,03
98	Maldives	96,4	100	98,3	100	90 [j]	1,01 [j]	55 [g, j]	1,15 [g, j]	(.) [g]	3,00 [g]
99	Azerbaïdjan	98,2 [n]	99 [n]	99,9 [n]	100 [n]	83	0,98	76	0,98	14	0,87
100	Territoires palestiniens occupés	88,0	91	98,8	100	86	1,00	92	1,05	39	1,03
101	El Salvador	..	..	..	..	93 [g]	1,00 [g]	49 [g, l]	1,03 [g, l]	20	1,22
102	Algérie	60,1	76	86,1	92	95	0,98	68 [g]	1,05 [g]	20	1,09
103	Guyane	..	..	..	..	..	..	..	..	12	1,94
104	Jamaïque	85,9 [n]	116 [n]	..	..	91	1,01	81	1,03	26 [g, l]	2,29 [g, l]
105	Turkménistan	98,3 [n]	99 [n]	99,8 [n]	100 [n]	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	..	..	..	..	91	0,99	58	1,12	6	1,09

TABLEAU 26

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a]		Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
	Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
	2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
107 Syrienne, République arabe	73,6	86	90,2	96	92 [j]	0,95 [j]	56	0,93	..	..
108 Indonésie	86,8	92	98,5	100	93	0,98	57	0,99	15	0,79
109 Viet Nam	86,9 [n]	93 [n]	93,6 [n]	99 [n]	92 [g, h]	0,94 [g, h]	..	..	9 [g]	0,77 [g]
110 Kirghizistan	98,1 [n]	99 [n]	99,7 [n]	100 [n]	90	0,99	..	..	43	1,19
111 Égypte	59,4	71	78,9	88	94 [g]	0,97 [g]	77 [g, j]	0,94 [g, j]	..	..
112 Nicaragua	76,6	100	88,8	106	87	0,99	43	1,13	19 [g, l]	1,11 [g, l]
113 Ouzbékistan	..	..	..	..	..	..	..	..	14 [g]	0,79 [g]
114 Moldova, République de	97,7	99	99,5	100	86 [m]	0,99 [m]	79 [m]	1,04 [m]	43 [m]	1,36 [m]
115 Bolivie	80,7	87	96,1	98	96 [g]	1,01 [g]	73 [g]	0,99 [g]	..	..
116 Mongolie	97,5	100	98,4	101	85	1,01	88	1,14	49	1,64
117 Honduras	80,2	101	90,9	105	92	1,02	..	..	20 [g]	1,46 [g]
118 Guatemala	63,3	84	78,4	91	91	0,95	32 [g]	0,92 [g]	8 [g, l]	0,72 [g, l]
119 Vanuatu	..	..	..	..	93	0,98	36 [g]	0,86 [g]	4 [g]	0,57 [g]
120 Guinée équatoriale	80,5	86	94,9	100	78 [j]	0,85 [j]	18 [g, h]	0,59 [g, h]	2 [k]	0,43 [k]
121 Afrique du Sud	80,9 [n]	96 [n]	94,3 [n]	101 [n]	89 [l]	1,01 [l]	65 [g, k]	1,12 [g, k]	17 [l]	1,17 [l]
122 Tadjikistan	99,2	100	99,8	100	95	0,96	73	0,85	8	0,33
123 Maroc	39,6	60	60,5	75	83	0,94	32 [g, l]	0,86 [g, l]	10	0,87
124 Gabon	..	..	..	..	77 [g, h]	0,99 [g, h]	..	..	5 [i]	0,53 [i]
125 Namibie	83,5	96	93,5	103	77 [l]	1,08 [l]	43 [l]	1,35 [l]	7 [l]	1,14 [l]
126 Inde	47,8	65	67,7	80	87 [g]	0,94 [g]	..	..	9	0,66
127 São Tomé-et-Principe	..	..	..	..	98	0,99	27	1,08	..	..
128 Salomon, Îles	..	..	..	..	79	0,99	24 [g, l]	0,86 [g, l]	..	..
129 Cambodge	64,1	76	78,9	90	96	0,96	22 [g]	0,73 [g]	2	0,45
130 Myanmar	86,4	92	93,4	98	87	1,01	36	0,95	15 [g, h]	1,77 [g, h]
131 Botswana	81,8	102	95,6	104	83 [g]	1,03 [g]	64 [g]	1,11 [g]	6	0,85
132 Comores	..	..	..	..	51 [k, m]	0,85 [k, m]	..	..	2 [g]	0,77 [g]
133 Lao, Rép. dém. pop.	60,9	79	74,7	90	82	0,94	34	0,85	5	0,63
134 Pakistan	36,0	57	54,7	72	56 [m]	0,73 [m]	..	..	3	0,80
135 Bhoutan	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	49,8	75	65,5	86	58 [g]	1,01 [g]	33 [g]	0,86 [g]	2	0,48
137 Bangladesh	..	..	..	..	95 [m]	1,03 [m]	51 [l]	1,11 [l]	4 [l]	0,50 [l]
138 Népal	34,9	56	60,1	75	73 [l, m]	0,87 [l, m]	..	..	3	0,41
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	50,9	80	64,1	93	..	..	..	..	2 [g, i]	0,56 [g, i]
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..	1 [g, l]	0,18 [g, l]
141 Soudan	51,8	73	71,4	84	39 [g, k]	0,83 [g, k]	..	..	6 [g, k]	0,92 [g, k]
142 Timor oriental	..	..	..	..	..	..	..	..	12 [j, m]	1,48 [j, m]
143 Madagascar	65,3	85	68,2	94	89	1,00	11 [g, i]	1,03 [g, i]	2	0,89
144 Cameroun	59,8	78	..	..	..	..	..	..	4 [g]	0,63 [g]
145 Ouganda	57,7	75	71,2	86	..	..	14	0,90	3	0,62
146 Swaziland	78,3	97	89,8	103	77 [l]	1,01 [l]	32 [l]	1,24 [l]	5	1,08
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN										
147 Togo	38,5	56	63,6	76	72	0,85	14 [g, k]	0,48 [g, k]	1 [g, h]	0,20 [g, h]
148 Djibouti	..	..	..	..	29	0,80	15 [g]	0,70 [g]	1	0,82
149 Lesotho	90,3	123	..	..	89	1,06	28	1,54	3 [l]	1,50 [l]
150 Yémen	..	..	..	..	63 [g]	0,73 [g]	21 [g, k]	0,46 [g, k]	5	0,38
151 Zimbabwe	..	..	..	..	82 [l]	1,01 [l]	33 [l]	0,93 [l]	3 [l]	0,62 [l]
152 Kenya	70,2	90	80,7	101	77	1,00	40 [g]	1,01 [g]	2	0,61
153 Mauritanie	43,4	73	55,5	82	74	0,99	13 [g]	0,82 [g]	2	0,30
154 Haïti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
155 Gambie	..	..	..	..	77 [g]	1,06 [g]	41 [g]	0,83 [g]	1	0,26
156 Sénégal	29,2	57	41,0	70	65	0,95	13	0,72	..	..
157 Érythrée	..	..	..	..	44	0,85	18	0,63	(.)	0,15
158 Rwanda	59,8	84	76,9	98	75	1,05	..	..	2	0,62
159 Nigeria	..	..	..	..	57 [g]	0,89 [g]	25 [g]	0,83 [g]	7	0,55

TABLEAU 26

Inégalités entre femmes et hommes en termes d'éducation

Classement selon l'IDH	Taux d'alphabétisation des adultes [a]		OMD Taux d'alphabétisation des jeunes [a]		OMD Taux net de scolarisation dans le primaire [b, c]		OMD Taux net de scolarisation dans le secondaire [b, c]		OMD Taux brut de scolarisation dans le supérieur [c, d]	
	Femmes (en % des 15 ans et plus)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en % des 15-24 ans)	Rapport en % femmes/hommes	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]	Femmes (en %)	Rapport femmes/hommes [e]
	2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
160 Guinée	18,1	43	33,7	57	58	0,84	14 [g]	0,51 [g]	1	0,19
161 Angola	54,2	65	63,2	75	..	..	..	..	1 [g, l]	0,70 [g, l]
162 Tanzanie, Rép. unie de	62,2	80	76,2	94	85	0,98	..	..	1	0,41
163 Bénin	23,3	49	33,2	56	72	0,78	11 [g, h]	0,49 [g, h]	1 [g, h]	0,25 [g, h]
164 Côte d'Ivoire	38,6	63	52,1	74	50 [l, m]	0,80 [l, m]	15 [g, j]	0,57 [g, j]	3 [i]	0,36 [i]
165 Zambie	59,8 [n]	78 [n]	66,2 [n]	91 [n]	80	1,00	21 [g]	0,78 [g]	2 [g, k]	0,47 [g, k]
166 Malawi	54,0 [n]	72 [n]	70,7 [n]	86 [n]	98	1,05	23	0,86	(.)	0,60
167 Congo, Rép. dém. du	54,1	67	63,1	81	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	..	..	..	..	67	0,90	4	0,78	1	0,44
169 Burundi	52,2	78	70,4	92	54	0,89	..	..	1	0,38
170 Éthiopie	..	..	..	..	44	0,89	19 [g]	0,61 [g]	1	0,35
171 Tchad	12,8	31	23,2	42	46 [g, l]	0,68 [g, l]	5 [g, l]	0,33 [g, l]	(.) [g, h]	0,14 [g, h]
172 Centrafricaine, République	33,5	52	46,9	67	..	..	..	..	1 [k]	0,19 [k]
173 Guinée-Bissau	..	..	..	..	38 [g, h]	0,71 [g, h]	6 [g, h]	0,55 [g, h]	(.) [g, h]	0,17 [g, h]
174 Burkina Faso	15,2	52	24,8	65	35	0,77	8 [g]	0,68 [g]	1 [g]	0,31 [g]
175 Mali	11,9 [n]	44 [n]	16,9 [n]	52 [n]	43	0,85	..	..	1	0,46
176 Sierra Leone	24,4	52	37,2	63	..	..	..	..	1 [g, j]	0,39 [g, j]
177 Niger	15,1	35	23,2	44	32	0,71	5	0,67	(.)	0,36
Pays en développement	71,7	84	83,0	92	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	50,4	72	61,6	82	..	..	..	..	..	..
États arabes	59,7	74	80,4	89	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	89,5	98	97,1	101	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	47,7	66	65,3	79	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	53,2	76	64,0	86	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	98,7	99	99,6	100	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	74,4	86	85,6	93	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	46,1	70	57,5	82	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	86,4	93	96,2	99	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	50,2	69	66,6	82	..	..	..	..	..	..
Monde	74,4	86	84,2	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

a Données correspondant à des estimations de l'alphabétisation nationale basées sur des données de recensements et d'enquêtes réalisés entre 2000 et 2005, sauf indication contraire. En raison des différences de méthodologie et d'actualisation des données collectées, les comparaisons géographiques et temporelles doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org.

b Le taux net de scolarisation correspond au rapport entre le nombre d'enfants scolarisés ayant l'âge correspondant officiellement au niveau d'étude concerné et le nombre total d'enfants de cet âge. Les taux nets de scolarisation supérieurs à 100 % traduisent des différences entre ces deux séries de données.

c Les données de certains pays peuvent correspondre à des estimations de sources nationales ou de l'Institut de statistiques de l'Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO). Pour de plus amples informations, consulter le site www.uis.unesco.org. Les données provenant de sources différentes, les comparaisons entre pays doivent être effectuées avec circonspection.

d La scolarisation dans le supérieur est en règle générale exprimée sous la forme d'un taux brut.

e Correspond au rapport entre le taux de scolarisation des femmes et le taux de scolarisation des hommes.

f En 2006, l'Institut de statistiques de l'UNESCO a modifié sa convention afin de mentionner, en tant qu'année de référence des données relatives à l'éducation, l'année civile au cours de laquelle l'année universitaire ou fiscale a pris fin (par exemple, 2003/2004 est désormais remplacé par 2004).

g Estimation préliminaire de l'Institut de statistiques de l'UNESCO, sujette à révision.

h Données concernant l'année scolaire 2001

i Données concernant l'année scolaire 1999

j Données concernant l'année scolaire 2002

k Données concernant l'année scolaire 2000

l Données concernant l'année scolaire 2003

m Estimations nationales.

n Données concernant une année de la période comprise entre 1995 et 1999

SOURCES

Colonnes 1 et 3 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 2 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des adultes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonne 4 : calculs effectués sur la base des données relatives au taux d'alphabétisation des jeunes fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006a.

Colonnes 5, 7 et 9 : Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

Colonnes 6, 8 et 10 : calculs effectués sur la base des données relatives aux taux nets de scolarisation fournies par l'Institut de statistiques de l'UNESCO 2006c.

TABLEAU 27

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH		Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Hommes 1995-2004 [b]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ												
1	Norvège	63,1	111	87	2	6	9	33	88	58	43	57
2	Islande	70,9	105	87	3	12	10	33	85	54	50	50
3	Australie	56,1	108	79	3	6	10	30	87	64	59	41
4	Irlande	51,9	146	72	2	11	14	39	83	50	53	47
5	Suède	58,8	93	87	1	3	11	36	88	61	55	55
6	Canada	60,2	104	83	2	4	11	33	87	64	66	34
7	Japon	48,5	97	65	5	5	21	37	73	57	80	20
8	États-Unis	59,6	105	81	1	3	12	32	87	65	64	36
9	Suisse	60,1	115	79	3	5	13	36	84	59	62	38
10	Pays-Bas	55,8	128	76	2	4	9	31	86	64	79	21
11	Finlande	56,9	98	86	4	7	14	40	82	53	36	55
12	Luxembourg	44,1	122	68	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Belgique	43,4	119	72	1	3	10	36	82	58	85	15
14	Autriche	49,3	114	75	6	5	14	43	80	52	68	32
15	Danemark	59,4	96	84	2	5	14	36	85	59	86	14
16	France	48,2	105	79	1	2	13	34	86	64	..	..
17	Italie	37,0	103	61	5	6	20	39	75	55	54	46
18	Royaume-Uni	55,0	104	79	1	2	11	36	88	62	60	40
19	Espagne	44,2	130	65	5	8	15	42	81	51	64	36
20	Nouvelle-Zélande	59,8	112	81	6	12	12	32	82	56	68	32
21	Allemagne	50,4	114	76	2	3	18	44	80	52	76	24
22	Hong Kong, Chine (RAS)	52,9	112	74	(.)	(.)	10	27	90	73	86	14
23	Israël	49,7	121	84	..	..	..	..	..	..	71	29
24	Grèce	42,7	119	66	18	15	12	30	70	56	68	32
25	Singapour	50,8	101	66	(.)	(.)	18	31	81	69	76	24
26	Corée, République de	50,1	106	68	12	9	19	34	70	57	89	11
27	Slovénie	53,4	99	80	10	10	29	46	61	43	58	42
28	Portugal	55,2	112	79	14	12	23	44	63	44	65	35
29	Chypre	53,0	111	74	4	5	13	31	83	58	81	19
30	Tchèque, République	51,7	85	76	3	6	28	50	68	44	74	26
31	Barbade	64,6	109	83	4	5	10	29	63	49	..	..
32	Malte	32,5	153	47	1	3	21	36	78	61	..	..
33	Koweït	48,0	138	56	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Brunéi Darussalam	44,3	99	56	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hongrie	42,1	91	73	4	9	26	42	71	49	71	29
36	Argentine	52,2	136	68	(.)	1	12	30	87	69	60	40
37	Pologne	47,9	84	78	19	19	18	40	63	40	60	40
38	Chili	36,4	113	51	..	..	..	..	..	..	54	46
39	Bahreïn	29,2	104	33	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estonie	52,2	81	80	4	10	23	42	73	48	50	50
41	Lituanie	51,8	87	81	12	20	21	34	67	45	62	38
42	Slovaquie	51,9	87	76	4	8	26	48	71	44	74	26
43	Uruguay	55,7	122	71	2	6	14	32	85	62	64	37
44	Croatie	44,7	96	74	15	16	21	37	63	47	73	27
45	Lettonie	49,1	78	77	12	18	16	35	72	47	56	45
46	Qatar	35,7	121	40	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seychelles	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	43,7	133	54	4	22	15	27	80	51	50	50
49	Émirats arabes unis	37,4	149	41	(.)	9	14	36	86	55	..	..
50	Cuba	43,8	112	59	..	..	..	..	..	..	..	..
51	Saint-Kitts-et-Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Bahamas	64,5	105	91	1	6	5	24	93	69	..	..
53	Mexique	39,9	115	49	6	24	22	28	72	48	51	49

TABLEAU 27

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH		Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Hommes 1995-2004 [b]
54	Bulgarie	41,9	70	79	..	..	..	..	..	..	65	35
55	Tonga	46,3	126	62	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Oman	21,9	145	27	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trinité-et-Tobago	46,6	112	61	3	11	13	36	84	53	72	28
58	Panama	49,9	129	63	6	29	10	20	85	51	42	58
59	Antigua-et-Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roumanie	50,7	95	80	45	40	22	30	33	30	70	30
61	Malaisie	46,1	105	56	14	21	29	34	57	45	71	29
62	Bosnie-Herzégovine	57,9	96	85	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurice	42,2	101	53	13	15	43	39	45	46	75	25
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN												
64	Libyenne, Jamahiriya arabe	30,8	161	39	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Russie, Fédération de	54,3	90	80	8	15	23	36	69	49	7	22
66	Macédoine, ERYM	40,9	85	63	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bélarus	52,5	87	82	..	..	..	..	..	..	..	..
68	Dominique	..	..	..	14	31	10	24	72	40	51	49
69	Brésil	56,3	127	70	16	24	10	27	74	49	55	45
70	Colombie	60,5	133	75	7	33	17	19	76	48	60	40
71	Sainte-Lucie	53,4	113	67	16	27	14	24	71	49	68	32
72	Venezuela, RB	55,9	148	67	2	15	12	28	86	57	..	..
73	Albanie	49,4	85	69	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Thaïlande	65,4	87	81	48	50	17	20	35	30	64	36
75	Samoa occidentales	39,6	101	51	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arabie Saoudite	17,3	116	22	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ukraine	49,9	87	79	17	22	22	39	55	33	50	50
78	Liban	31,7	100	40	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Kazakhstan	65,0	106	87	..	..	..	..	..	..	54	46
80	Arménie	48,1	67	79	..	..	..	..	..	..	..	..
81	Chine	69,2	95	84	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Pérou	58,2	124	71	6	11	10	24	84	65	66	34
83	Équateur	58,9	181	72	4	10	16	30	79	60	67	33
84	Philippines	53,8	114	65	25	45	12	18	63	37	56	44
85	Grenade	..	..	..	10	17	12	32	77	46	..	..
86	Jordanie	27,0	153	35	..	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunisie	27,9	134	37	..	..	..	..	..	..	..	..
88	Saint-Vincent-et-les Grenadines	53,5	120	67	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	33,1	91	52	2	8	1	22	97	64	45	55
90	Fidji	51,4	105	63	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguay	64,2	124	76	20	39	10	21	69	40	..	..
92	Turquie	27,8	81	36	56	24	15	28	29	48	67	33
93	Sri Lanka	35,0	78	45	49	38	22	23	27	37	70	30
94	Dominicaine, République	45,5	125	55	2	21	17	26	81	53	23	77
95	Belize	42,4	133	52	6	37	12	19	81	44	32	68
96	Iran, République islamique d'	37,2	173	50	..	..	..	..	..	..	46	54
97	Géorgie	51,1	74	67	53	53	6	12	41	35	65	35
98	Maldives	46,1	229	64	5	18	24	16	39	55	57	43
99	Azerbaïdjan	59,6	94	81	43	37	7	14	50	49	..	..
100	Territoires palestiniens occupés	10,3	112	15	26	9	11	32	62	58	52	48
101	El Salvador	46,7	92	61	4	34	22	25	74	42	41	59
102	Algérie	34,8	154	44	..	..	..	..	..	..	29	71
103	Guyane	43,3	119	53	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaïque	54,8	84	73	10	30	9	26	81	45	77	23
105	Turkménistan	60,4	94	83	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cap Vert	34,1	82	44	..	..	..	..	..	..	..	..

TABLEAU 27

Classement selon l'IDH	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Indice (1990=100) 2004	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Hommes 1995-2004 [b]
107 Syrienne, République arabe	38,0	133	44	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésie	50,7	101	60	..	..	..	..	..	..	..	..
109 Viet Nam	72,4	98	93	..	..	..	..	..	..	71	29
110 Kirghizistan	55,1	94	74	53	52	8	14	38	34	65	35
111 Égypte	20,1	76	28	39	27	7	25	54	48	40	60
112 Nicaragua	35,5	100	41	..	..	..	..	..	..	..	..
113 Ouzbékistan	56,2	94	78	..	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldova, République de	56,6	92	81	50	52	10	18	40	31	75	25
115 Bolivie	62,1	128	74	3	6	14	39	82	55	63	37
116 Mongolie	53,9	97	66	..	..	..	..	..	..	70	30
117 Honduras	52,2	156	59	..	..	..	..	..	..	25	75
118 Guatemala	33,7	115	41	18	50	23	18	56	27	39	61
119 Vanuatu	79,3	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guinée équatoriale	50,5	105	56	..	..	..	..	..	..	..	..
121 Afrique du Sud	46,4	85	59	9	12	14	33	75	50	62	38
122 Tadjikistan	46,5	89	74	..	..	..	..	..	..	..	..
123 Maroc	26,7	109	33	6	6	40	32	54	63	19	81
124 Gabon	61,5	99	75	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namibie	47,0	96	74	29	33	7	17	63	49	59	41
126 Inde	34,0	94	41	..	..	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé-et-Principe	29,6	80	40	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Salomon, Îles	54,4	97	66	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Cambodge	74,4	96	93	..	..	..	..	..	..	64	36
130 Myanmar	68,2	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botswana	45,7	80	67	17	22	14	26	67	51	36	64
132 Comores	57,8	92	66	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Lao, Rép. dém. pop.	54,0	101	67	..	..	..	..	..	..	..	..
134 Pakistan	32,0	115	38	73	44	9	20	18	36	33	67
135 Bhoutan	44,3	127	55	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Ghana	70,5	92	94	..	..	..	..	..	..	..	..
137 Bangladesh	52,9	84	61	77	53	9	11	12	30	58	42
138 Népal	49,7	103	63	..	..	..	..	..	..	..	..
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	71,8	100	97	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	56,4	98	65	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Soudan	23,7	86	33	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor oriental	53,5	107	66	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagascar	78,9	100	92	..	..	..	..	..	..	63	37
144 Cameroun	51,8	93	64	..	..	..	..	..	..	73	27
145 Ouganda	79,7	99	92	..	..	..	..	..	..	..	..
146 Swaziland	31,5	83	43	..	..	..	..	..	..	..	..
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN											
147 Togo	50,5	94	56	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibouti	53,1	95	64	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesotho	46,3	82	64	..	..	..	..	..	..	..	..
150 Yémen	29,4	107	39	88	43	3	14	9	43	26	74
151 Zimbabwe	64,2	92	77	..	..	..	..	..	..	..	..
152 Kenya	69,3	93	78	16	20	10	23	75	57	..	..
153 Mauritanie	54,3	97	65	..	..	..	..	..	..	..	..
154 Haïti	55,2	96	67	37	63	6	15	57	23	..	..
155 Gambie	59,3	95	69	..	..	..	..	..	..	..	..
156 Sénégal	56,5	92	68	..	..	..	..	..	..	..	..
157 Érythrée	58,2	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Rwanda	80,4	94	95	..	..	..	..	..	..	53	47
159 Nigeria	45,6	95	54	2	4	11	30	87	67	..	..

TABLEAU 27

Inégalités entre femmes et hommes dans l'activité économique

Classement selon l'IDH	Activité économique des femmes (de 15 ans et plus) Taux (en %) 2004	Indice (1990=100) 2004	Rapport en % fem./hom. 2004	Taux d'activité par secteur économique [a] (en %) Agriculture Femmes 1995-2003 [b]	Agriculture Hommes 1995-2003 [b]	Industrie Femmes 1995-2003 [b]	Industrie Hommes 1995-2003 [b]	Services Femmes 1995-2003 [b]	Services Hommes 1995-2003 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Femmes 1995-2004 [b]	Travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale (en %) Hommes 1995-2004 [b]
160 Guinée	79,4	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
161 Angola	73,8	100	81	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzanie, Rép. unie de	86,0	97	95	..	..	..	..	..	..	..	..
163 Bénin	54,0	93	63	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Côte d'Ivoire	39,0	90	44	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zambie	66,1	100	73	..	..	..	..	..	..	..	..
166 Malawi	85,2	100	95	..	..	..	..	..	..	43	57
167 Congo, Rép. dém. du	61,2	101	68	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Mozambique	84,7	96	102	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	91,8	101	99	..	..	..	..	..	..	..	..
170 Éthiopie	70,9	98	79	..	..	..	..	..	..	59	41
171 Tchad	65,5	102	84	..	..	..	..	..	..	..	..
172 Centrafricaine, République	70,4	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
173 Guinée-Bissau	60,9	105	66	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burkina Faso	77,6	101	87	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	72,4	100	85	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Sierra Leone	56,0	105	60	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Niger	71,2	101	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays en développement	52,4	97	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays les moins avancés	61,8	95	72	..	..	..	..	..	..	..	..
États arabes	26,4	105	34	..	..	..	..	..	..	..	..
Asie de l'Est et Pacifique	65,4	96	79	..	..	..	..	..	..	..	..
Amérique latine et Caraïbes	51,4	125	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Asie du Sud	36,0	96	44	..	..	..	..	..	..	..	..
Afrique subsaharienne	63,0	96	73	..	..	..	..	..	..	..	..
Europe centrale et orientale et CEI	52,4	89	79	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	50,1	104	71	..	..	..	..	..	..	..	..
Pays de l'OCDE à revenu élevé	52,7	106	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain élevé	50,8	105	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Développement humain moyen	52,3	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
Faible développement humain	62,6	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu élevé	52,0	106	74	..	..	..	..	..	..	..	..
Revenu moyen	57,1	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Faible revenu	45,7	96	55	..	..	..	..	..	..	..	..
Monde	52,5	98	67	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTES

En raison de l'insuffisance des données, les comparaisons géographiques et temporelles des statistiques relatives au travail doivent être effectuées avec circonspection. Pour de plus amples informations sur les données, consulter l'OIT, 2005a, 2005b, 2006b.

a Les chiffres ayant été arrondis et certaines activités n'étant pas été reprises dans la classification, il est possible que le total des taux d'activité par secteur économique ne soit pas égal à 100

b Données concernant la dernière année disponible durant la période indiquée pour cette rubrique.

SOURCES

Colonne 1 : OIT 2005a.

Colonnes 2 et 3 : calculs effectués sur la base des données concernant les taux d'activité économique fournies par l'OIT 2005a.

Colonnes 4-9 : OIT 2005b.

Colonnes 10 et 11 : calculs effectués sur la base des données relatives aux travailleurs familiaux contribuant à l'entreprise familiale fournies par l'OIT 2006b.

TABLEAU 28

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Charge de travail et emploi du temps des hommes et des femmes

	Année [a]	Temps de travail total (en heures et minutes par jour)		Temps de travail des femmes (rapport en % femmes/ hommes)	Emploi du temps (en %)					
					Temps de travail total		Temps passé par les femmes		Temps passé par les hommes	
		Femmes	Hommes		Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes	Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes	Activ. marchandes [b]	Activ. non marchandes
CERTAINS PAYS EN DÉVELOPPEMENT										
ZONES URBAINES										
Colombie	1983	6h 39m	5h 56m	112	49	51	24	76	77	23
Indonésie	1992	6h 38m	6h 6m	109	60	40	35	65	86	14
Kenya	1986	9h 50m	9h 32m	103	46	54	41	59	79	21
Népal	1978	9h 39m	9h 14m	105	58	42	25	75	67	33
Uruguay [c]	2002	7h 20m	6h 56m	115	49	51	33	67	68	32
Venezuela, RB	1983	7h 20m	6h 56m	106	59	41	30	70	87	13
ZONES RURALES										
Bangladesh	1990	9h 5m	8h 16m	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	11h 18m	9h 39m	117	59	41	37	63	84	16
Kenya	1988	11h 16m	8h 20m	135	56	44	42	58	76	24
Népal	1978	10h 41m	9h 7m	117	56	44	46	54	67	33
Highlands	1978	11h 32m	9h 46m	118	59	41	52	48	66	34
Mountains	1978	10h 49m	8h 54m	122	56	44	48	52	65	35
Rural Hills	1978	9h 43m	8h 40m	112	52	48	37	63	70	30
Philippines	1975-77	9h 6m	7h 32m	121	73	27	29	71	84	16
AU NIVEAU NATIONAL										
Bénin [c]	1998	7h 55m	5h 30m	144	69	31	59	41	81	19
Inde [d]	2000	7h 37m	6h 31m	117	61	39	35	65	92	8
Madagascar [c]	2001	7h 15m	6h 24m	113	68	32	51	49	67	33
Maurice [c]	2003	6h 33m	6h 9m	107	54	46	30	70	80	20
Mongolie [d]	2000	9h 5m	8h 21m	109	61	39	49	51	75	25
Afrique du Sud [d]	2000	5h 32m	4h 33m	122	51	49	35	65	70	30
CERTAINS PAYS DE L'OCDE [e]										
Australie	1997	7h 15m	6h 58m	104	46	54	30	70	62	38
Autriche [f]	1992	7h 18m	6h 33m	111	49	51	31	69	71	29
Canada	1998	7h 0m	7h 9m	98	53	47	41	59	65	35
Danemark [f]	1987	7h 29m	7h 38m	98	68	32	58	42	79	21
Finlande [f]	1987-88	7h 10m	6h 50m	105	51	49	39	61	64	36
France	1999	6h 31m	6h 3m	108	46	54	33	67	60	40
Allemagne [f]	1991-92	7h 20m	7h 21m	100	44	56	30	70	61	39
Hongrie	1999	7h 12m	7h 25m	97	51	49	41	59	60	40
Israël [f]	1991-92	6h 15m	6h 17m	99	51	49	29	71	74	26
Italie [f]	1988-89	7h 50m	6h 7m	128	45	55	22	78	77	23
Japon	1996	6h 33m	6h 3m	108	66	34	43	57	93	7
Corée, République de	1999	7h 11m	6h 13m	116	64	36	45	55	88	12
Lettonie	1996	8h 55m	8h 1m	111	46	54	35	65	58	42
Mexique [c]	2002	8h 10m	6h 25m	127	46	54	23	77	78	22
Pays-Bas	1995	5h 8m	5h 15m	98	48	52	27	73	69	31
Nouvelle-Zélande	1999	7h 0m	6h 57m	101	46	54	32	68	60	40
Norvège [f]	1990-91	7h 25m	6h 52m	108	50	50	38	62	64	36
Royaume-Uni f	1985	6h 53m	6h 51m	100	51	49	37	63	68	32
États-Unis f	1985	7h 33m	7h 8m	106	50	50	37	63	63	37

NOTES

Les données correspondent à des estimations basées sur des enquêtes sur l'utilisation du temps disponibles au moment de la publication. Des données relatives à l'utilisation du temps sont également recueillies dans d'autres pays parmi lesquels Cuba, l'Équateur, le Mali, le Maroc, le Nicaragua, le Nigeria, Oman, la République démocratique populaire lao, la République dominicaine, le Tchad, la Thaïlande et le Viet Nam.

a Les enquêtes réalisées avant 1993 ne sont pas strictement comparables à celles réalisées à une date ultérieure.

b Correspond aux activités de production tournées vers le marché telles que définies dans le système de comptabilité nationale des Nations Unies dans sa version révisée de 1993

c Charmes 2006

d Les classifications des activités marchandes et non marchandes ne sont pas à proprement parler basées sur le système de comptabilité nationale des Nations Unies dans sa version révisée de 1993 Les comparaisons entre les pays et les régions doivent donc être effectuées avec circonspection.

e Y compris Israël et la Lettonie, bien qu'ils ne fassent pas partie de l'OCDE.

f Goldshmidt-Clermont et Pagnossin Aligisakis 1995

SOURCES

Toutes les colonnes : pour les zones urbaines et rurales de certains pays en développement, Harvey 1995 ; pour les études nationales dans certains pays développés, ONU 2002 ; pour les pays de l'OCDE et la Lettonie, Harvey 2001, sauf indication contraire.

TABLEAU 29

... et parvenir à l'égalité entre hommes et femmes

Participation des femmes à la vie politique

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a]		Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b]	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c]		
					Chambre basse ou unique		Chambre haute ou sénat
	de vote	de candidature		2005	1990	2006	2006
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	1913	1907, 1913	1911 A	44,4	36	37,9	—
2 Islande	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	27,3	21	33,3	—
3 Australie	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	20,0	6	24,7	35,5
4 Irlande	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	21,4	8	13,3	16,7
5 Suède	1919, 1921	1919, 1921	1921 E	52,4	38	45,3	—
6 Canada	1917, 1960	1920, 1960	1921 E	23,1	13	20,8	35,0
7 Japon	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	12,5	1	9,0	14,0
8 États-Unis	1920, 1965	1788 [d]	1917 E	14,3	7	15,2	14,0
9 Suisse	1971	1971	1971 E	14,3	14	25,0	23,9
10 Pays-Bas	1919	1917	1918 E	36,0	21	36,7	29,3
11 Finlande	1906	1906	1907 E	47,1	32	37,5	—
12 Luxembourg	1919	1919	1919 E	14,3	13	23,3	—
13 Belgique	1919, 1948	1921	1921 A	21,4	9	34,7	38,0
14 Autriche	1918	1918	1919 E	35,3	12	33,9	27,4
15 Danemark	1915	1915	1918 E	33,3	31	36,9	—
16 France	1944	1944	1945 E	17,6	7	12,2	16,9
17 Italie	1945	1945	1946 E	8,3	13	17,3	13,7
18 Royaume-Uni	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	28,6	6	19,7	17,5
19 Espagne	1931	1931	1931 E	50,0	15	36,0	23,2
20 Nouvelle-Zélande	1893	1919	1933 E	23,1	14	32,2	—
21 Allemagne	1918	1918	1919 E	46,2	..	31,8	18,8
22 Hong Kong, Chine (RAS)	..	..	..	..	..	..	..
23 Israël	1948	1948	1949 E	16,7	7	14,2	—
24 Grèce	1952	1952	1952 E	5,6	7	13,0	—
25 Singapour	1947	1947	1963 E	0	5	18,9	—
26 Corée, République de	1948	1948	1948 E	5,6	2	13,4	—
27 Slovénie	1946	1946	1992 E [e]	6,3	..	12,2	7,5
28 Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E+A	16,7	8	21,3	—
29 Chypre	1960	1960	1963 E	0	2	14,3	—
30 Tchèque, République	1920	1920	1992 E [e]	11,1	..	17,0	12,3
31 Barbade	1950	1950	1966 A	29,4	4	13,3	23,8
32 Malte	1947	1947	1966 E	15,4	3	9,2	—
33 Koweït	2005	2005	2005 A	0	..	1,5	—
34 Brunéi Darussalam	—	—	—	9,1	.. [f]	.. [f]	.. [f]
35 Hongrie	1918, 1945	1918, 1945	1945 E	11,8	21	10,4	—
36 Argentine	1947	1947	1951 E	8,3	6	35,0	41,7
37 Pologne	1918	1918	1919 E	5,9	14	20,4	13,0
38 Chili	1949	1949	1951 E	16,7	..	15,0	5,3
39 Bahreïn	1973, 2002	1973, 2002	2002 A	8,7	..	0,0	15,0
40 Estonie	1918	1918	1919 E	15,4	..	18,8	—
41 Lituanie	1919	1919	1920 A	15,4	..	22,0	—
42 Slovaquie	1920	1920	1992 E [e]	0	..	16,7	—
43 Uruguay	1932	1932	1942 E	0	6	11,1	9,7
44 Croatie	1945	1945	1992 E [e]	33,3	..	21,7	—
45 Lettonie	1918	1918	..	23,5	..	21,0	—
46 Qatar	2003 [g]	..	..	7,7	..	0,0	—
47 Seychelles	1948	1948	1976 E+A	12,5	16	29,4	—
48 Costa Rica	1949	1949	1953 E	25,0	11	38,6	—
49 Émirats arabes unis	—	—	—	5,6	0	0,0	—
50 Cuba	1934	1934	1940 E	16,2	34	36,0	—
51 Saint-Kitts-et-Nevis	1951	1951	1984 E	0	7	0,0	—
52 Bahamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 A	26,7	4	20,0	43,8
53 Mexique	1947	1953	1952 A	9,4	12	25,8	21,9

TABLEAU 29

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 2006	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre haute ou sénat 2006
54 Bulgarie	1937, 1945	1945	1945 E	23,8	21	22,1	—
55 Tonga	1960	1960	1993 E	..	0	3,3	—
56 Oman	1994, 2003	1994, 2003	..	10,0	..	2,4	15,5
57 Trinité-et-Tobago	1946	1946	1962 E+A	18,2	17	19,4	32,3
58 Panama	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	14,3	8	16,7	—
59 Antigua-et-Barbuda	1951	1951	1984 A	15,4	0	10,5	17,6
60 Roumanie	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	12,5	34	11,2	9,5
61 Malaisie	1957	1957	1959 E	9,1	5	9,1	25,7
62 Bosnie-Herzégovine	1946	1946	1990 E [e]	11,1	..	16,7	0,0
63 Maurice	1956	1956	1975 E	8,0	7	17,1	—
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	1964	1964	..	..	..	4,7	—
65 Russie, Fédération de	1918	1918	1993 E [e]	0	..	9,8	3,4
66 Macédoine, ERYM	1946	1946	1990 E [e]	16,7	..	19,2	—
67 Bélarus	1919	1919	1990 E [e]	10,0	..	29,1	31,0
68 Dominique	1951	1951	1980 E	0	10	12,9	—
69 Brésil	1932	1932	1933 E	11,4	5	8,6	12,3
70 Colombie	1954	1954	1954 A	35,7	5	12,0 [h]	8,8 [h]
71 Sainte-Lucie	1951	1951	1979 A	8,3	0	5,6	36,4
72 Venezuela, RB	1946	1946	1948 E	13,6	10	18,0	—
73 Albanie	1920	1920	1945 E	5,3	29	7,1	—
74 Thaïlande	1932	1932	1947 A	7,7	3	10,8	10,5
75 Samoa occidentales	1948, 1990	1948, 1990	1976 A	7,7	0	4,1	—
76 Arabie Saoudite	—	—	—	0	..	0,0	—
77 Ukraine	1919	1919	1990 E [e]	5,6	..	7,1	—
78 Liban	1952	1952	1963	6,9	0	4,7	—
79 Kazakhstan	1924, 1993	1924, 1993	1990 E [e]	17,6	..	10,4	5,1
80 Arménie	1918	1918	1990 E [e]	0	36	5,3	—
81 Chine	1949	1949	1954 E	6,3	21	20,3	—
82 Pérou	1955	1955	1956 E	11,8	6	29	—
83 Équateur	1929	1929	1956 E	14,3	5	16,0	—
84 Philippines	1937	1937	1941 E	25,0	9	15,7	16,7
85 Grenade	1951	1951	1976 E+A	40,0	..	26,7	30,8
86 Jordanie	1974	1974	1989 A	10,7	0	5,5	12,7
87 Tunisie	1959	1959	1959 E	7,1	4	22,8	13,4
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	1951	1951	1979 E	20,0	10	18,2	—
89 Suriname	1948	1948	1963 E	11,8	8	25,5	—
90 Fidji	1963	1963	1970 A	9,1	..	11,3	12,5
91 Paraguay	1961	1961	1963 E	30,8	6	10,0	8,9
92 Turquie	1930	1934	1935 A	4,3	1	4,4	—
93 Sri Lanka	1931	1931	1947 E	10,3	5	4,9	—
94 Dominicaine, République	1942	1942	1942 E	14,3	8	17,3 [h]	6,3 [h]
95 Belize	1954	1954	1984 E+A	6,3	0	6,7	25,0
96 Iran, République islamique d'	1963	1963	1963 E+A	6,7	2	4,1	—
97 Géorgie	1918, 1921	1918, 1921	1992 E [e]	22,2	..	9,4	—
98 Maldives	1932	1932	1979 E	11,8	6	12,0	—
99 Azerbaïdjan	1918	1918	1990 E [e]	15,0	..	12,3	—
100 Territoires palestiniens occupés	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	1939	1961	1961 E	35,3	12	16,7	—
102 Algérie	1944, 1962	1962	1962 A	10,5	2	6,2	2,8
103 Guyane	1953	1945	1953 E	22,2	37	30,8	—
104 Jamaïque	1944	1944	1944 E	17,6	5	11,7	19,0
105 Turkménistan	1927	1927	1990 E [e]	9,5	26	16,0	—
106 Cap Vert	1975	1975	1975 E	18,8	12	15,3	—

TABLEAU 29

Participation des femmes à la vie politique

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	Chambre basse ou unique 2006	Chambre haute ou sénat 2006
107 Syrienne, République arabe	1949, 1953	1953	1973 E	6,3	9	12,0	—
108 Indonésie	1945	1945	1950 A	10,8	12	11,3	—
109 Viet Nam	1946	1946	1946 E	11,5	18	27,3	—
110 Kirghizistan	1918	1918	1990 E [e]	12,5	..	0,0	—
111 Égypte	1956	1956	1957 E	5,9	4	2,0	6,8
112 Nicaragua	1955	1955	1972 E	14,3	15	20,7	—
113 Ouzbékistan	1938	1938	1990 E [e]	3,6	..	17,5	15,0
114 Moldova, République de	1924, 1993	1924, 1993	1990 E	11,1	..	21,8	—
115 Bolivie	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	6,7	9	16,9	3,7
116 Mongolie	1924	1924	1951 E	5,9	25	6,6	—
117 Honduras	1955	1955	1957 E	14,3	10	23,4	—
118 Guatemala	1946	1946, 1965	1956 E	25,0	7	8,2	—
119 Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	8,3	4	3,8	—
120 Guinée équatoriale	1963	1963	1968 E	4,5	13	18,0	—
121 Afrique du Sud	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	41,4	3	32,8	33,3 [i]
122 Tadjikistan	1924	1924	1990 E [e]	3,1	..	17,5	23,5
123 Maroc	1963	1963	1993 E	5,9	0	10,8	1,1
124 Gabon	1956	1956	1961 E	11,8	13	9,2	15,4
125 Namibie	1989	1989	1989 E	19,0	7	26,9	26,9
126 Inde	1935, 1950	1935, 1950	1952 E	3,4	5	8,3	11,2
127 São Tomé-et-Principe	1975	1975	1975 E	14,3	12	7,3	—
128 Salomon, Îles	1974	1974	1993 E	0	0	0,0	—
129 Cambodge	1955	1955	1958 E	7,1	..	9,8	14,8
130 Myanmar	1935	1946	1947 E	..	.. [j]	.. [j]	.. [j]
131 Botswana	1965	1965	1979 E	26,7	5	11,1	—
132 Comores	1956	1956	1993 E	..	0	3,0	—
133 Lao, Rép. dém. pop.	1958	1958	1958 E	0	6	22,9	—
134 Pakistan	1935, 1947	1935, 1947	1973 E [e]	5,6	10	21,3	17,0
135 Bhoutan	1953	1953	1975 E	0	2	9,3	—
136 Ghana	1954	1954	1960	11,8	..	10,9	—
137 Bangladesh	1935, 1972	1935, 1972	1973 E	8,3	10	14,8 [k]	—
138 Népal	1951	1951	1952 A	7,4	6	5,9	16,7
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	1964	1963	1977 E	..	0	0,9	—
140 Congo	1947, 1961	1963	1963 E	14,7	14	8,5	13,3
141 Soudan	1964	1964	1964 E	2,6	..	14,7	4,0
142 Timor oriental	..	..	..	22,2	..	25,3 [l]	—
143 Madagascar	1959	1959	1965 E	5,9	7	6,9	11,1
144 Cameroun	1946	1946	1960 E	11,1	14	8,9	—
145 Ouganda	1962	1962	1962 E	23,4	12	28,8 [m]	—
146 Swaziland	1968	1968	1972 E+A	13,3	4	10,8	30,0
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	1945	1945	1961 E	20,0	5	8,6	—
148 Djibouti	1946	1986	2003 E	5,3	0	10,8	—
149 Lesotho	1965	1965	1965 A	27,8	..	11,7	36,4
150 Yémen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E [e]	2,9	4	0,3	1,8
151 Zimbabwe	1919, 1957	1919, 1978	1980 E+A	14,7	11	16,0	31,8
152 Kenya	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+A	10,3	1	7,3	—
153 Mauritanie	1961	1961	1975 E	9,1	..	.. [n]	.. [n]
154 Haïti	1957	1957	1961 E	25,0	..	4,0 [m]	13,8
155 Gambie	1960	1960	1982 E	20,0	8	13,2	—
156 Sénégal	1945	1945	1963 E	20,6	13	19,2	—
157 Érythrée	1955	1955	1994 E	17,6	..	22,0	—
158 Rwanda	1961	1961	1981 E	35,7	17	48,8	34,6
159 Nigeria	1958	1958	..	10,0	..	6,4	3,7

Classement selon l'IDH	Date d'obtention pour les femmes du droit [a] de vote	de candidature	Année où la première femme a été élue (E) ou nommée (A) à un poste parlementaire	Postes ministériels occupés par des femmes (en % du total) [b] 2005	OMD Sièges parlementaires détenus par des femmes (en % du total) [c] Chambre basse ou unique 1990	2006	Chambre haute ou sénat 2006
160 Guinée	1958	1958	1963 E	15,4	..	19,3	—
161 Angola	1975	1975	1980 E	5,7	15	15,0	—
162 Tanzanie, Rép. unie de	1959	1959	..	15,4	..	30,4	—
163 Bénin	1956	1956	1979 E	19,0	3	7,2	—
164 Côte d'Ivoire	1952	1952	1965 E	17,1	6	8,5	—
165 Zambie	1962	1962	1964 E+A	25,0	7	12,7	—
166 Malawi	1961	1961	1964 E	14,3	10	13,6	—
167 Congo, Rép. dém. du	1967	1970	1970 E	12,5	5	12,0	2,5
168 Mozambique	1975	1975	1977 E	13,0	16	34,8	—
169 Burundi	1961	1961	1982 E	10,7	..	30,5	34,7
170 Éthiopie	1955	1955	1957 E	5,9	..	21,9	18,8
171 Tchad	1958	1958	1962 E	11,5	..	6,5	—
172 Centrafricaine, République	1986	1986	1987 E	10,0	4	10,5	—
173 Guinée-Bissau	1977	1977	1972 A	37,5	20	14,0	—
174 Burkina Faso	1958	1958	1978 E	14,8	..	11,7	—
175 Mali	1956	1956	1959 E	18,5	..	10,2	—
176 Sierra Leone	1961	1961	..	13,0	..	14,5	—
177 Niger	1948	1948	1989 E	23,1	5	12,4	—
AUTRES [o]							
Afghanistan	1963	1963	1965 E	10,0	4	27,3	22,5
Andorre	1970	1973	1993 E	33,3	..	28,6	—
Iraq	1980	1980	1980 E	18,8	11	25,5	—
Kiribati	1967	1967	1990 E	0	0	4,8	—
Corée, Rép. pop. dém. de	1946	1946	1948 E	..	21	20,1	—
Libéria	1946	1946	..	13,6	..	12,5	16,7
Liechtenstein	1984	1984	1986 E	20,0	4	24,0	—
Marshall, Îles	1979	1979	1991 E	0	..	3,0	—
États fédérés de Micronésie	1979	1979	..	..	..	0,0	—
Monaco	1962	1962	1963 E	0	11	20,8	—
Monténégro	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,5	—
Nauru	1968	1968	1986 E	0	6	0,0	—
Palaos	1979	1979	..	12,5	..	0,0	0,0
Saint-Marin	1959	1973	1974 E	12,5	12	16,7	—
Serbie	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,0	—
Somalie	1956	1956	1979 E	..	4	7,8	—
Tuvalu	1967	1967	1989 E	0	8	0,0	—

NOTES

a Année où les femmes se sont vues accorder des droits électoraux universels et égaux à ceux des hommes. Lorsque deux années sont indiquées, la première se rapporte à une première reconnaissance partielle du droit de vote ou de candidature. Dans certains pays, les femmes se sont vues accorder le droit de vote ou de candidature au niveau local avant d'obtenir ces mêmes droits pour les élections nationales. Les données relatives aux droits électoraux locaux ne sont pas reprises dans ce tableau.

b Situation au 1er janvier 2005 Le nombre total comprend les fonctions de vice-premier ministre et de ministre. Sont également inclus les premiers ministres qui détiennent un portefeuille ministériel ainsi que les vice-présidents et chefs des départements ou organismes de niveau ministériel qui occupent une fonction ministérielle au sein de la structure gouvernementale.

c Sauf indication contraire, situation au 31 mai 2006 Ce pourcentage a été calculé sur la base du nombre total de sièges pourvus au parlement à ce moment.

d Aucune information n'est disponible sur l'année où toutes les femmes ont obtenu le droit de candidature. Cependant, la Constitution ne fait pas mention de la question du genre concernant ce droit.

e Année où des femmes ont été élues dans le système parlementaire actuel.

f Actuellement, le Brunéi Darussalam n'a pas de parlement.

g Conformément à la nouvelle Constitution en vigueur depuis 2003, les femmes se sont vues accorder le droit de vote. Aucune élection n'a encore eu lieu depuis lors.

h Situation au 1er mars 2005

i Ces chiffres ne comprennent pas les 36 délégués spéciaux renouvelables nommés selon les circonstances. Les pourcentages indiqués sont donc calculés sur la base des 54 sièges permanents.

j Le parlement élu en 1990 ne s'est jamais réuni et n'a jamais été autorisé à siéger. Nombre de ses membres ont été mis en détention ou ont été contraints à l'exil.

k En 2004, le nombre de sièges au parlement est passé de 300 à 345 Ces 45 sièges supplémentaires, réservés aux femmes, sont occupés depuis septembre et octobre 2005

l Les élections du 30 août 2001 avaient pour but d'élire les membres de l'assemblée constituante. Cette assemblée est devenue le Parlement national le 20 mai 2002, date à laquelle le pays a obtenu l'indépendance, sans procéder à de nouvelles élections.

m UIP 2006a.

n Le Parlement a été suspendu après un coup d'État en août 2005

o Les États membres de l'ONU ne sont pas repris dans les principaux tableaux statistiques.

p La Serbie et le Monténégro se sont séparés en juin 2006 pour devenir deux États indépendants. Les femmes ont obtenu le droit de vote et de candidature en 1946, lorsque la Serbie et le Monténégro appartenaient à l'ex-Yougoslavie.

SOURCES

Colonnes 1-3 : UIP 2006b.
Colonne 4 : UIP 2005.
Colonne 5 : ONU 2006c, sur la base de données fournies par l'Union interparlementaire.
Colonnes 6 et 7 : UIP 2006c.

TABLEAU 30

Textes relatifs aux droits de l'Homme et des travailleurs

État des principaux textes internationaux relatifs aux droits de l'Homme

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ							
1 Norvège	●	●	●	●	●	●	●
2 Islande	●	●	●	●	●	●	●
3 Australie	●	●	●	●	●	●	●
4 Irlande	●	●	●	●	●	●	●
5 Suède	●	●	●	●	●	●	●
6 Canada	●	●	●	●	●	●	●
7 Japon		●	●	●	●	●	●
8 États-Unis	●	●	●	❍	❍	●	❍
9 Suisse	●	●	●	●	●	●	●
10 Pays-Bas	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlande	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxembourg	●	●	●	●	●	●	●
13 Belgique	●	●	●	●	●	●	●
14 Autriche	●	●	●	●	●	●	●
15 Danemark	●	●	●	●	●	●	●
16 France	●	●	●	●	●	●	●
17 Italie	●	●	●	●	●	●	●
18 Royaume-Uni	●	●	●	●	●	●	●
19 Espagne	●	●	●	●	●	●	●
20 Nouvelle-Zélande	●	●	●	●	●	●	●
21 Allemagne	●	●	●	●	●	●	●
23 Israël	●	●	●	●	●	●	●
24 Grèce	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapour	●				●		●
26 Corée, République de	●	●	●	●	●	●	●
27 Slovénie	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●
29 Chypre	●	●	●	●	●	●	●
30 Tchèque, République	●	●	●	●	●	●	●
31 Barbade	●	●	●	●	●		●
32 Malte		●	●	●	●	●	●
33 Koweït	●	●	●	●	●	●	●
34 Brunéi Darussalam					●		●
35 Hongrie	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentine	●	●	●	●	●	●	●
37 Pologne	●	●	●	●	●	●	●
38 Chili	●	●	●	●	●	●	●
39 Bahreïn	●	●			●	●	●
40 Estonie	●	●	●	●	●	●	●
41 Lituanie	●	●	●	●	●	●	●
42 Slovaquie	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguay	●	●	●	●	●	●	●
44 Croatie	●	●	●	●	●	●	●
45 Lettonie	●	●	●	●	●	●	●
46 Qatar		●				●	●
47 Seychelles	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●
49 Émirats arabes unis	●	●			●		●
50 Cuba	●	●			●	●	●
51 Saint-Kitts-et-Nevis					●		●
52 Bahamas	●	●			●		●
53 Mexique	●	●	●	●	●	●	●
54 Bulgarie	●	●	●	●	●	●	●

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
55 Tonga	●	●					●
56 Oman		●			●		●
57 Trinité-et-Tobago	●	●	●	●	●		●
58 Panama	●	●	●	●	●	●	●
59 Antigua-et-Barbuda	●	●			●	●	●
60 Roumanie	●	●	●	●	●	●	●
61 Malaisie	●				●		●
62 Bosnie-Herzégovine	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurice		●	●	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN							
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	●	●	●	●	●	●	●
65 Russie, Fédération de	●	●	●	●	●	●	●
66 Macédoine, ERYM	●	●	●	●	●	●	●
67 Bélarus	●	●	●	●	●	●	●
68 Dominique			●	●	●		●
69 Brésil	●	●	●	●	●	●	●
70 Colombie	●	●	●	●	●	●	●
71 Sainte-Lucie		●			●		●
72 Venezuela, RB	●	●	●	●	●	●	●
73 Albanie	●	●	●	●	●	●	●
74 Thaïlande		●	●	●	●		●
75 Samoa occidentales					●		●
76 Arabie Saoudite	●	●			●	●	●
77 Ukraine	●	●	●	●	●	●	●
78 Liban	●	●	●	●	●	●	●
79 Kazakhstan	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménie	●	●	●	●	●	●	●
81 Chine	●	●	❍	●	●	●	●
82 Pérou	●	●	●	●	●	●	●
83 Équateur	●	●	●	●	●	●	●
84 Philippines	●	●	●	●	●	●	●
85 Grenade		❍	●	●	●		●
86 Jordanie	●	●	●	●	●	●	●
87 Tunisie	●	●	●	●	●	●	●
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname		●	●	●	●		●
90 Fidji	●	●			●		●
91 Paraguay	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquie	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●
94 Dominicaine, République	❍	●	●	●	●	❍	●
95 Belize	●	●	●	❍	●	●	●
96 Iran, République islamique d'	●	●	●	●			●
97 Géorgie	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldives	●	●			●	●	●
99 Azerbaïdjan	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador	●	●	●	●	●	●	●
102 Algérie	●	●	●	●	●	●	●
103 Guyane		●	●	●	●	●	●
104 Jamaïque	●	●	●	●	●		●
105 Turkménistan		●	●	●	●	●	●
106 Cap Vert		●	●	●	●	●	●
107 Syrienne, République arabe	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésie		●	●	●	●	●	●

TABLEAU 30 État des principaux textes internationaux relatifs aux droits de l'Homme

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
109 Viet Nam	●	●	●	●	●		●
110 Kirghizistan	●	●	●	●	●	●	●
111 Égypte	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicaragua	●	●	●	●	●	●	●
113 Ouzbékistan	●	●	●	●	●	●	●
114 Moldova, République de	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolivie	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongolie	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●		●
120 Guinée équatoriale		●	●	●	●	●	●
121 Afrique du Sud	●	●	●	❍	●	●	●
122 Tadjikistan		●	●	●	●	●	●
123 Maroc	●	●	●	●	●	●	●
124 Gabon	●	●	●	●	●	●	●
125 Namibie	●	●	●	●	●	●	●
126 Inde	●	●	●	●	●	❍	●
127 São Tomé-et-Principe		❍	❍	❍	●	❍	●
128 Salomon, Îles		●		●	●		●
129 Cambodge	●	●	●	●	●	●	●
130 Myanmar	●				●		●
131 Botswana		●	●		●	●	●
132 Comores	●	●			●	❍	●
133 Lao, Rép. dém. pop.	●	●	❍	❍	●		●
134 Pakistan	●	●		❍	●		●
135 Bhoutan		❍			●		●
136 Ghana	●	●	●	●	●	●	●
137 Bangladesh	●	●	●	●	●	●	●
138 Népal	●	●	●	●	●	●	●
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	●	●			●		●
140 Congo		●	●	●	●	●	●
141 Soudan	●	●	●	●		❍	●
142 Timor oriental		●	●	●	●	●	●
143 Madagascar		●	●	●	●	●	●
144 Cameroun		●	●	●	●	●	●
145 Ouganda	●	●	●	●	●	●	●
146 Swaziland		●	●	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN							
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibouti		❍	●	●	●	●	●
149 Lesotho	●	●	●	●	●	●	●
150 Yémen	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabwe	●	●	●	●	●		●
152 Kenya		●	●	●	●	●	●
153 Mauritanie		●	●	●	●	●	●
154 Haïti	●	●	●		●		●
155 Gambie	●	●	●	●	●	❍	●
156 Sénégal	●	●	●	●	●	●	●
157 Érythrée		●	●	●	●		●
158 Rwanda	●	●	●	●	●		●
159 Nigeria		●	●	●	●	●	●
160 Guinée	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola			●	●	●		●

Classement selon l'IDH	Convention internationale pour la prévention et la répression du crime de génocide 1948	Convention internationale sur l'élimination de toutes les formes de discrimination raciale 1965	Pacte international relatif aux droits civils et politiques 1966	Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels 1966	Convention sur l'élimination de toutes les formes de discrimination à l'égard des femmes 1979	Convention contre la torture et autres peines ou traitements cruels, inhumains ou dégradants 1984	Convention relative aux droits de l'enfant 1989
162 Tanzanie, Rép. unie de	●	●	●	●	●		●
163 Bénin		●	●	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	●	●	●	●	●	●	●
165 Zambie		●	●	●	●	●	●
166 Malawi		●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	●	●	●	●	●	●	●
168 Mozambique	●	●	●		●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●
170 Éthiopie	●	●	●	●	●	●	●
171 Tchad		●	●	●	●	●	●
172 Centrafricaine, République		●	●	●	●		●
173 Guinée-Bissau		❍	❍	●	●	❍	●
174 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●
176 Sierra Leone		●	●	●	●	●	●
177 Niger		●	●	●	●	●	●
AUTRES [a]							
Afghanistan	●	●	●	●	●	●	●
Andorre		❍	❍		●	❍	●
Iraq	●	●	●	●	●		●
Kiribati					●		●
Corée, Rép. pop. dém. de	●		●	●	●		●
Libéria	●	●	●	●	●	●	●
Liechtenstein	●	●	●	●	●	●	●
Marshall, Îles					●		●
États fédérés de Micronésie					●		●
Monaco	●	●	●	●	●	●	●
Monténégro [c]	❍						
Nauru		❍	❍			❍	●
Palaos							●
Saint-Marin		●	●	●	●	❍	●
Serbie [c]	●	●	●	●	●	●	●
Somalie		●	●	●		●	❍
Tuvalu					●		●
Nombre total d'États signataires [b]	**138**	**170**	**156**	**153**	**183**	**141**	**192**
Signatures non encore suivies d'une ratification	**2**	**7**	**6**	**6**	**1**	**10**	**2**

● Ratification, adhésion ou succession.
❍ Signature non encore suivie d'une ratification.

NOTES

Le tableau reprend les États qui ont signé ou ratifié au moins l'un des sept textes relatifs aux droits de l'Homme. Situation au 28 août 2006.

a Pays ou territoires s'ajoutant aux 177 pays ou territoires repris dans les principaux tableaux, ayant signé ou ratifié au moins l'un des sept textes relatifs aux droits de l'Homme.

b ratification, adhésion ou succession.

c Au terme de la séparation de la Serbie-et-Monténégro en deux États indépendants en juin 2006, toutes les actions relatives aux traités (ratification, signature) se poursuivent pour la République de Serbie. Au 28 août 2006, le Secrétaire général de l'ONU n'avait reçu aucune notification de la République du Monténégro concernant les traités figurant dans ce tableau, sauf indication contraire.

SOURCES

Toutes les colonnes : ONU 2006d.

TABLEAU 31

Textes relatifs aux droits de l'Homme et des travailleurs

État des conventions relatives aux droits fondamentaux du travail

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
DÉVELOPPEMENT HUMAIN ÉLEVÉ								
1 Norvège	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Islande	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Australie	●	●	●	●	●	●		
4 Irlande	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Suède	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Canada	●			●	●	●		●
7 Japon	●	●	●		●		●	●
8 États-Unis				●				●
9 Suisse	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Pays-Bas	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlande	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxembourg	●	●	●	●	●	●	●	●
13 Belgique	●	●	●	●	●	●	●	●
14 Autriche	●	●	●	●	●	●	●	●
15 Danemark	●	●	●	●	●	●	●	●
16 France	●	●	●	●	●	●	●	●
17 Italie	●	●	●	●	●	●	●	●
18 Royaume-Uni	●	●	●	●	●	●	●	●
19 Espagne	●	●	●	●	●	●	●	●
20 Nouvelle-Zélande		●	●	●	●	●		●
21 Allemagne	●	●	●	●	●	●	●	●
23 Israël	●	●	●	●	●	●	●	●
24 Grèce	●	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapour		●	●	▼	●		●	●
26 Corée, République de					●	●	●	●
27 Slovénie	●	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●	●
29 Chypre	●	●	●	●	●	●	●	●
30 Tchèque, République	●	●	●	●	●	●		●
31 Barbade	●	●	●	●	●	●	●	●
32 Malte	●	●	●	●	●	●	●	●
33 Koweït	●		●	●		●	●	●
34 Brunéi Darussalam								
35 Hongrie	●	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentine	●	●	●	●	●	●	●	●
37 Pologne	●	●	●	●	●	●	●	●
38 Chili	●	●	●	●	●	●	●	●
39 Bahreïn			●	●		●		●
40 Estonie	●	●	●	●	●	●		●
41 Lituanie	●	●	●	●	●	●	●	●
42 Slovaquie	●	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguay	●	●	●	●	●	●	●	●
44 Croatie	●	●	●	●	●	●	●	●
45 Lettonie	●	●	●	●	●	●	●	●
46 Qatar			●			●	●	●
47 Seychelles	●	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●	●
49 Émirats arabes unis			●	●	●	●	●	●
50 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	
51 Saint-Kitts-et-Nevis	●	●	●	●	●	●	●	●
52 Bahamas	●	●	●	●	●	●	●	●
53 Mexique	●		●	●	●	●		●
54 Bulgarie	●	●	●	●	●	●	●	●

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
55 Tonga								
56 Oman			●	●			●	●
57 Trinité-et-Tobago	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Panama	●	●	●	●	●	●	●	●
59 Antigua-et-Barbuda	●	●	●	●	●	●	●	●
60 Roumanie	●	●	●	●	●	●	●	●
61 Malaisie		●	●	♦	●		●	●
62 Bosnie-Herzégovine	●	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurice	●	●	●	●	●	●	●	●
DÉVELOPPEMENT HUMAIN MOYEN								
64 Libyenne, Jamahiriya arabe	●	●	●	●	●	●	●	●
65 Russie, Fédération de	●	●	●	●	●	●	●	●
66 Macédoine, ERYM	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Bélarus	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Dominique	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Brésil		●	●	●	●	●	●	●
70 Colombie	●	●	●	●	●	●	●	●
71 Sainte-Lucie	●	●	●	●	●	●		●
72 Venezuela, RB	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Albanie	●	●	●	●	●	●	●	●
74 Thaïlande			●	●	●		●	●
75 Samoa occidentales								
76 Arabie Saoudite			●	●	●	●		●
77 Ukraine	●	●	●	●	●	●	●	●
78 Liban		●	●	●	●	●	●	●
79 Kazakhstan	●	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménie	●	●	●	●	●	●	●	●
81 Chine					●	●	●	●
82 Pérou	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Équateur	●	●	●	●	●	●	●	●
84 Philippines	●	●	●	●	●	●	●	●
85 Grenade	●	●	●	●	●	●	●	●
86 Jordanie		●	●	●	●	●	●	●
87 Tunisie	●	●	●	●	●	●	●	●
88 Saint-Vincent-et-les Grenadines	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname	●	●	●	●				●
90 Fidji	●	●	●	●	●	●	●	●
91 Paraguay	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquie	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●	●
94 Dominicaine, République	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Iran, République islamique d'			●	●	●	●		●
97 Géorgie	●	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldives								
99 Azerbaïdjan	●	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador			●	●	●	●	●	●
102 Algérie	●	●	●	●	●	●	●	●
103 Guyane	●	●	●	●	●	●	●	●
104 Jamaïque	●	●	●	●	●	●	●	●
105 Turkménistan	●	●	●	●	●	●		
106 Cap Vert	●	●	●	●	●	●		●
107 Syrienne, République arabe	●	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésie	●	●	●	●	●	●	●	●

TABLEAU 31 État des conventions relatives aux droits fondamentaux du travail

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
109 Viet Nam					●	●	●	●
110 Kirghizistan	●	●	●	●	●	●	●	●
111 Égypte	●	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicaragua	●	●	●	●	●	●	●	●
113 Ouzbékistan		●	●	●	●	●		
114 Moldova, République de	●	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolivie	●	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongolie	●	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●	●		
120 Guinée équatoriale	●	●	●	●	●	●	●	●
121 Afrique du Sud	●	●	●	●	●	●	●	●
122 Tadjikistan	●	●	●	●	●	●	●	●
123 Maroc		●	●	●	●	●	●	●
124 Gabon	●	●	●	●	●	●		●
125 Namibie	●	●	●	●		●	●	●
126 Inde			●	●	●	●		
127 São Tomé-et-Principe	●	●	●	●	●	●	●	●
128 Salomon, Îles			●					
129 Cambodge	●	●	●	●	●	●	●	●
130 Myanmar	●		●					
131 Botswana	●	●	●	●	●	●	●	●
132 Comores	●	●	●	●	●	●	●	●
133 Lao, Rép. dém. pop.			●				●	●
134 Pakistan	●	●	●	●	●	●	●	●
135 Bhoutan								
136 Ghana	●	●	●	●	●	●		●
137 Bangladesh	●	●	●	●	●	●		●
138 Népal		●	●		●	●	●	●
139 Papouasie-Nouvelle-Guinée	●	●	●	●	●	●	●	●
140 Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
141 Soudan		●	●	●	●	●	●	●
142 Timor oriental								
143 Madagascar	●	●	●		●	●	●	●
144 Cameroun	●	●	●	●	●	●	●	●
145 Ouganda	●	●	●	●	●	●	●	●
146 Swaziland	●	●	●	●	●	●	●	●
FAIBLE DÉVELOPPEMENT HUMAIN								
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibouti	●	●	●	●	●	●	●	●
149 Lesotho	●	●	●	●	●	●	●	●
150 Yémen	●	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabwe	●	●	●	●	●	●	●	●
152 Kenya		●	●	●	●	●	●	●
153 Mauritanie	●	●	●	●	●	●	●	●
154 Haïti	●	●	●	●	●	●		
155 Gambie	●	●	●	●	●	●	●	●
156 Sénégal	●	●	●	●	●	●	●	●
157 Érythrée	●	●	●	●	●	●	●	
158 Rwanda	●	●	●	●	●	●	●	●
159 Nigeria	●	●	●	●	●	●	●	●
160 Guinée	●	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola	●	●	●	●	●	●	●	●

TABLEAU 31

Classement selon l'IDH	Liberté syndicale et négociation collective		Élimination du travail forcé et obligatoire		Élimination de la discrimination en matière de travail et d'emploi		Abolition du travail des enfants	
	Convention 87 [a]	Convention 98 [b]	Convention 29 [c]	Convention 105 [d]	Convention 100 [e]	Convention 111 [f]	Convention 138 [g]	Convention 182 [h]
162 Tanzanie, Rép. unie de	●	●	●	●	●	●	●	●
163 Bénin	●	●	●	●	●	●	●	●
164 Côte d'Ivoire	●	●	●	●	●	●	●	●
165 Zambie	●	●	●	●	●	●	●	●
166 Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rép. dém. du	●	●	●	●	●	●	●	●
168 Mozambique	●	●	●	●	●	●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
170 Éthiopie	●	●	●	●	●	●	●	●
171 Tchad	●	●	●	●	●	●	●	●
172 Centrafricaine, République	●	●	●	●	●	●	●	●
173 Guinée-Bissau		●	●	●	●	●		
174 Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
176 Sierra Leone	●	●	●	●	●	●		
177 Niger	●	●	●	●	●	●	●	●
AUTRES [i]								
Afghanistan				●	●	●		
Iraq		●	●	●	●	●	●	●
Kiribati	●	●	●	●				
Libéria	●	●	●	●		●		●
Monténégro [j]								
Saint-Marin	●	●	●	●	●	●	●	●
Serbie [j]	●	●	●	●	●	●	●	●
Somalie			●	●		●		
Total des ratifications	**145**	**154**	**169**	**163**	**163**	**165**	**147**	**161**

● Convention ratifiée.
▼ Dénonciation de la convention.

NOTES

Le tableau comprend les États membres de l'ONU. Situation au 28 août 2006

a Convention sur la liberté syndicale et la protection du droit syndical (1948).
b Convention sur le droit d'organisation et de négociation collective (1949).
c Convention concernant le travail forcé (1930).
d Convention concernant l'abolition du travail forcé (1957).
e Convention sur l'égalité de rémunération (1951).
f Convention concernant la discrimination en matière d'emploi et de profession (1958).
g Convention sur l'âge minimum (1973).
h Convention sur les pires formes de travail des enfants (1999).
i Pays ou territoires s'ajoutant aux 177 pays ou territoires repris dans les principaux tableaux et membres de l'Organisation internationale du travail (OIT).
j Au terme de la séparation de la Serbie-et-Monténégro en deux États indépendants en juin 2006, toutes les conventions ratifiées par la Serbie-et-Monténégro restent en vigueur pour la République de Serbie. Au 28 août 2006, l'OIT n'avait reçu aucune notification de la République du Monténégro concernant les conventions figurant dans ce tableau.

SOURCES

Toutes les colonnes : OIT 2006a.

QUADRO 1

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	0,965	79,6	.. [e]	100 [f]	38.454	0,91	0,99	0,99	3
2	Islândia	0,960	80,9	.. [e]	96 [g]	33.051	0,93	0,98	0,97	3
3	Austrália	0,957	80,5	.. [e]	113 [f]	30.331	0,92	0,99	0,95	11
4	Irlanda	0,956	77,9	.. [e]	99	38.827	0,88	0,99	1,00	-1
5	Suécia	0,951	80,3	.. [e]	96	29.541	0,92	0,98	0,95	11
6	Canadá	0,950	80,2	.. [e]	93 [g, h]	31.263	0,92	0,97	0,96	4
7	Japão	0,949	82,2	.. [e]	85	29.251	0,95	0,94	0,95	11
8	Estados Unidos	0,948	77,5	.. [e]	93	39.676	0,88	0,97	1,00	-6
9	Suíça	0,947	80,7	.. [e]	86	33.040	0,93	0,95	0,97	-3
10	Países Baixos	0,947	78,5	.. [e]	98	31.789	0,89	0,99	0,96	-1
11	Finlândia	0,947	78,7	.. [e]	100 [f]	29.951	0,89	0,99	0,95	4
12	Luxemburgo	0,945	78,6	.. [e]	85 [h, i]	69.961 [j]	0,89	0,94	1,00	-11
13	Bélgica	0,945	79,1	.. [e]	95	31.096	0,90	0,98	0,96	-2
14	Áustria	0,944	79,2	.. [e]	91	32.276	0,90	0,96	0,96	-7
15	Dinamarca	0,943	77,3	.. [e]	101 [f]	31.914	0,87	0,99	0,96	-7
16	França	0,942	79,6	.. [e]	93	29.300	0,91	0,97	0,95	1
17	Itália	0,940	80,2	98,4 [e]	89	28.180	0,92	0,96	0,94	3
18	Reino Unido	0,940	78,5	.. [e]	93 [g]	30.821	0,89	0,97	0,96	-5
19	Espanha	0,938	79,7	98,0 [e, k]	96	25.047	0,91	0,98	0,92	3
20	Nova Zelândia	0,936	79,3	.. [e]	100 [f]	23.413	0,90	0,99	0,91	5
21	Alemanha	0,932	78,9	.. [e]	89 [g]	28.303	0,90	0,96	0,94	-2
22	Hong Kong, China (RAE)	0,927	81,8	.. [l]	77	30.822	0,95	0,88	0,96	-10
23	Israel	0,927	80,0	97,1	90	24.382	0,92	0,95	0,92	0
24	Grécia	0,921	78,3	96,0 [e]	93	22.205	0,89	0,97	0,90	3
25	Singapura	0,916	78,9	92,5	87 [m]	28.077	0,90	0,91	0,94	-4
26	República da Coreia	0,912	77,3	98,0 [e, k]	95	20.499	0,87	0,98	0,89	5
27	Eslovénia	0,910	76,6	.. [e, l]	95	20.939	0,86	0,98	0,89	1
28	Portugal	0,904	77,5	92,0 [e, k]	89	19.629	0,87	0,96	0,88	5
29	Chipre	0,903	78,7	96,8	79 [g]	22.805	0,90	0,91	0,91	-3
30	República Checa	0,885	75,7	.. [e]	81	19.408	0,85	0,93	0,88	4
31	Barbados	0,879	75,3	.. [e, h, l]	89 [h]	15.720 [h, n]	0,84	0,96	0,84	10
32	Malta	0,875	78,6	87,9 [o]	81	18.879	0,89	0,86	0,87	5
33	Koweit	0,871	77,1	93,3	73 [g]	19.384 [p]	0,87	0,87	0,88	2
34	Estado do Brunei Darussalam	0,871	76,6	92,7	77 [g]	19.210 [h, q]	0,86	0,88	0,88	2
35	Hungria	0,869	73,0	.. [e, l]	87	16.814	0,80	0,95	0,86	4
36	Argentina	0,863	74,6	97,2	89 [h]	13.298	0,83	0,95	0,82	10
37	Polónia	0,862	74,6	.. [e, l]	86	12.974	0,83	0,95	0,81	11
38	Chile	0,859	78,1	95,7	81	10.874	0,89	0,91	0,78	18
39	Barém	0,859	74,5	86,5	85 [g]	20.758	0,82	0,86	0,89	-10
40	Estónia	0,858	71,6	99,8 [e]	92	14.555	0,78	0,97	0,83	4
41	Lituânia	0,857	72,5	99,6 [e]	92	13.107	0,79	0,97	0,81	6
42	Eslováquia	0,856	74,3	100,0 [e, k]	77	14.623	0,82	0,92	0,83	1
43	Uruguai	0,851	75,6	.. [l]	89 [g, h]	9.421	0,84	0,95	0,76	19
44	Croácia	0,846	75,2	98,1	73 [h]	12.191	0,84	0,90	0,80	7
45	Letónia	0,845	71,8	99,7 [e]	90	11.653	0,78	0,96	0,79	9
46	Catar	0,844	73,0	89,0	76	19.844 [h, r]	0,80	0,85	0,88	-14
47	Seicheles	0,842	72,7 [h, m]	91,8	80 [g]	16.652	0,80	0,88	0,85	-7
48	Costa Rica	0,841	78,3	94,9	72	9.481 [p]	0,89	0,87	0,76	13
49	Emirados Árabes Unidos	0,839	78,3	.. [l]	60 [g, h]	24.056 [p]	0,89	0,71	0,92	-25
50	Cuba	0,826	77,6	99,8 [e]	80 [h]	.. [s]	0,88	0,93	0,67	43
51	São Cristóvão e Nevis	0,825	70,0 [h, m, t]	97,8 [m]	80 [g]	12.702 [h]	0,75	0,92	0,81	-2
52	Baamas	0,825	70,2	.. [l]	66 [g]	17.843 [h]	0,75	0,86	0,87	-14
53	México	0,821	75,3	91,0	75	9.803	0,84	0,86	0,77	7

QUADRO 1

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
54	Bulgária	0,816	72,4	98,2	81	8.078	0,79	0,92	0,73	12
55	Tonga	0,815	72,4	98,9 [o]	80 [g]	7.870 [p]	0,79	0,93	0,73	13
56	Omã	0,810	74,3	81,4	68 [g]	15.259	0,82	0,77	0,84	-14
57	Trindade e Tobago	0,809	69,8	.. [l]	67 [g]	12.182	0,75	0,88	0,80	-5
58	Panamá	0,809	75,0	91,9	80	7.278	0,83	0,88	0,72	18
59	Antígua e Barbuda	0,808	73,9 [h, m, t]	85,8 [h, u]	69 [h, m]	12.586	0,82	0,80	0,81	-9
60	Roménia	0,805	71,5	97,3	75	8.480	0,78	0,90	0,74	3
61	Malásia	0,805	73,4	88,7	73 [h]	10.276	0,81	0,84	0,77	-4
62	Bósnia e Herzegovina	0,800	74,3	96,7	67 [h, v]	7.032	0,82	0,87	0,71	16
63	Maurícia	0,800	72,4	84,4	74 [g]	12.027	0,79	0,81	0,80	-10
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	0,798	73,8	.. [l]	94 [g, h]	7.570 [h, w]	0,81	0,86	0,72	7
65	Federação da Rússia	0,797	65,2	99,4 [e]	88 [g]	9.902	0,67	0,95	0,77	-6
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	0,796	73,9	96,1	70	6.610	0,82	0,87	0,70	16
67	Bielorrússia	0,794	68,2	99,6 [e, o]	88	6.970	0,72	0,95	0,71	12
68	Domínica	0,793	75,6 [h, u]	88,0 [h, u]	83 [g]	5.643	0,84	0,86	0,67	27
69	Brasil	0,792	70,8	88,6	86 [h]	8.195	0,76	0,88	0,74	-5
70	Colômbia	0,790	72,6	92,8	73	7.256 [p]	0,79	0,86	0,72	7
71	Santa Lúcia	0,790	72,6	94,8 [h, u]	76	6.324	0,79	0,89	0,69	16
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	0,784	73,0	93,0	74 [g, h]	6.043	0,80	0,87	0,68	17
73	Albânia	0,784	73,9	98,7	68 [h]	4.978	0,82	0,88	0,65	26
74	Tailândia	0,784	70,3	92,6	74	8.090	0,75	0,86	0,73	-9
75	Samoa (Ocidental)	0,778	70,5	.. [l]	74 [g]	5.613	0,76	0,90	0,67	22
76	Arábia Saudita	0,777	72,0	79,4	59	13.825 [p]	0,78	0,72	0,82	-31
77	Ucrânia	0,774	66,1	99,4 [e]	85	6.394	0,69	0,94	0,69	9
78	Líbano	0,774	72,2	.. [l]	84	5.837	0,79	0,86	0,68	13
79	Cazaquistão	0,774	63,4	99,5 [e, o]	91	7.440	0,64	0,96	0,72	-5
80	Arménia	0,768	71,6	99,4 [e]	74	4.101	0,78	0,91	0,62	32
81	China	0,768	71,9	90,9	70	5.896 [x]	0,78	0,84	0,68	9
82	Peru	0,767	70,2	87,7	86 [g]	5.678	0,75	0,87	0,67	12
83	Equador	0,765	74,5	91,0	.. [y]	3.963	0,82	0,86	0,61	30
84	Filipinas	0,763	70,7	92,6	82	4.614	0,76	0,89	0,64	19
85	Granada	0,762	65,3 [h, u]	96,0 [u]	73 [g]	8.021	0,67	0,88	0,73	-18
86	Jordânia	0,760	71,6	89,9	79	4.688	0,78	0,86	0,64	16
87	Tunísia	0,760	73,5	74,3	75	7.768	0,81	0,75	0,73	-18
88	São Vicente e Granadinas	0,759	71,3	88,1 [u]	68	6.398	0,77	0,81	0,69	-3
89	Suriname	0,759	69,3	89,6	72 [g, h]	.. [p, z]	0,74	0,84	0,70	-5
90	Fiji	0,758	68,0	.. [l]	75 [g]	6.066	0,72	0,87	0,69	-2
91	Paraguai	0,757	71,2	.. [l]	70 [g, h]	4.813 [p]	0,77	0,86	0,65	9
92	Turquia	0,757	68,9	87,4	69	7.753	0,73	0,81	0,73	-22
93	Sri Lanca	0,755	74,3	90,7	63 [g]	4.390	0,82	0,81	0,63	13
94	República Dominicana	0,751	67,5	87,0	74 [g]	7.449 [p]	0,71	0,83	0,72	-21
95	Belize	0,751	71,8	75,1 [h, u]	81	6.747	0,78	0,77	0,70	-15
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,746	70,7	77,0	72 [g]	7.525	0,76	0,75	0,72	-24
97	Geórgia	0,743	70,6	100,0 [e, k, aa]	75	2.844	0,76	0,91	0,56	23
98	Maldivas	0,739	67,0	96,3	69 [g]	.. [h, p, z]	0,70	0,87	0,65	3
99	Azerbaijão	0,736	67,0	98,8 [o]	68	4.153	0,70	0,89	0,62	12
100	Territórios Ocupados da Palestina	0,736	72,7	92,4	81 [g]	.. [ab]	0,80	0,89	0,53	26
101	El Salvador	0,729	71,1	.. [l]	70 [g]	5.041 [p]	0,77	0,76	0,65	-3
102	Argélia	0,728	71,4	69,9	73	6.603 [p]	0,77	0,71	0,70	-19
103	Guiana	0,725	63,6	96,5 [h, u]	76 [h]	4.439 [p]	0,64	0,90	0,63	2
104	Jamaica	0,724	70,7	79,9 [o]	77 [g]	4.163	0,76	0,79	0,62	6
105	Turquemenistão	0,724	62,5	98,8 [o]	.. [y]	4.584 [h]	0,63	0,91	0,64	-1
106	Cabo Verde	0,722	70,7	.. [l]	67	5.727 [p]	0,76	0,73	0,68	-14

Ordem do IDH [a]	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
107 República Árabe Síria	0,716	73,6	79,6	63 [g]	3.610	0,81	0,74	0,60	8
108 Indonésia	0,711	67,2	90,4	68	3.609	0,70	0,83	0,60	8
109 Vietname	0,709	70,8	90,3 [o]	63 [g]	2.745	0,76	0,81	0,55	12
110 Quirguizistão	0,705	67,1	98,7 [o]	78	1.935	0,70	0,92	0,49	32
111 Egipto	0,702	70,2	71,4	76 [g]	4.211	0,75	0,73	0,62	-2
112 Nicarágua	0,698	70,0	76,7	70 [g]	3.634 [p]	0,75	0,75	0,60	2
113 Usbequistão	0,696	66,6	.. [e, l]	74 [g]	1.869	0,69	0,91	0,49	32
114 Moldávia, República da	0,694	68,1	98,4	70 [g]	1.729	0,72	0,89	0,48	33
115 Bolívia	0,692	64,4	86,7	87 [g]	2.720	0,66	0,87	0,55	7
116 Mongólia	0,691	64,5	97,8	77	2.056	0,66	0,91	0,50	18
117 Honduras	0,683	68,1	80,0	71 [g]	2.876 [p]	0,72	0,77	0,56	2
118 Guatemala	0,673	67,6	69,1	66 [g]	4.313 [p]	0,71	0,68	0,63	-11
119 Vanuatu	0,670	68,9	74,0 [o]	64 [g]	3.051 [p]	0,73	0,71	0,57	-1
120 Guiné Equatorial	0,653	42,8	87,0	58 [g, h]	20.510 [h, p]	0,30	0,77	0,89	-90
121 África do Sul	0,653	47,0	82,4 [o]	77 [h]	11.192 [p]	0,37	0,80	0,79	-66
122 Tajiquistão	0,652	63,7	99,5 [e]	71	1.202	0,65	0,90	0,41	34
123 Marrocos	0,640	70,0	52,3	58	4.309	0,75	0,54	0,63	-15
124 Gabão	0,633	54,0	71,0 [k]	72 [g, h]	6.623	0,48	0,71	0,70	-43
125 Namíbia	0,626	47,2	85,0	67 [h]	7.418 [p]	0,37	0,79	0,72	-50
126 Índia	0,611	63,6	61,0	62 [g]	3.139 [p]	0,64	0,61	0,58	-9
127 São Tomé e Príncipe	0,607	63,2	83,1 [h, m]	63	1.231 [h, r]	0,64	0,76	0,42	28
128 Ilhas Salomão	0,592	62,6	76,6 [h, m]	47 [g, h]	1.814 [p]	0,63	0,67	0,48	18
129 Camboja	0,583	56,5	73,6	60 [h]	2.423 [p]	0,52	0,69	0,53	-4
130 Mianmar	0,581	60,5	89,9	49 [g]	1.027 [h, w]	0,59	0,76	0,39	33
131 Botsuana	0,570	34,9	81,2	71 [g]	9.945	0,16	0,78	0,77	-73
132 Comores	0,556	63,7	.. [l]	46 [g]	1.943 [p]	0,64	0,53	0,50	8
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	0,553	55,1	68,7	61	1.954	0,50	0,66	0,50	5
134 Paquistão	0,539	63,4	49,9	38	2.225	0,64	0,46	0,52	-6
135 Butão	0,538	63,4	47,0 [k]	.. [y]	1.969 [h, r]	0,64	0,48	0,50	2
136 Gana	0,532	57,0	57,9	47 [g]	2.240 [p]	0,53	0,54	0,52	-9
137 Bangladeche	0,530	63,3	.. [l]	57 [h]	1.870	0,64	0,46	0,49	7
138 Nepal	0,527	62,1	48,6	57 [h]	1.490	0,62	0,51	0,45	13
139 Papuásia-Nova Guiné	0,523	55,7	57,3	41 [g, h]	2.543 [p]	0,51	0,52	0,54	-15
140 Congo	0,520	52,3	.. [l]	52 [g]	978	0,46	0,72	0,38	25
141 Sudão [ac]	0,516	56,5	60,9	37 [g]	1.949 [p]	0,53	0,53	0,50	-2
142 Timor-Leste	0,512	56,0	58,6 [h, m]	72 [g, h]	.. [ad]	0,52	0,63	0,39	20
143 Madagáscar	0,509	55,6	70,7	57 [g]	857	0,51	0,66	0,36	26
144 Camarões	0,506	45,7	67,9	62 [g]	2.174	0,34	0,66	0,51	-13
145 Uganda	0,502	48,4	66,8	66	1.478 [p]	0,39	0,67	0,45	7
146 Suazilândia	0,500	31,3	79,6	58 [g, h]	5.638	0,10	0,72	0,67	-50
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147 Togo	0,495	54,5	53,2	55 [g]	1.536 [p]	0,49	0,54	0,46	3
148 Djibuti	0,494	52,9	.. [l]	24	1.993 [p]	0,47	0,52	0,50	-13
149 Lesoto	0,494	35,2	82,2	66 [g]	2.619 [p]	0,17	0,77	0,54	-26
150 Iémen	0,492	61,1	.. [l]	55 [g]	879	0,60	0,51	0,36	18
151 Zimbabué	0,491	36,6	.. [l]	52 [g, h]	2.065	0,19	0,77	0,51	-18
152 Quénia	0,491	47,5	73,6	60 [g]	1.140	0,37	0,69	0,41	7
153 Mauritânia	0,486	53,1	51,2	46	1.940 [p]	0,47	0,49	0,49	-12
154 Haiti	0,482	52,0	.. [l]	.. [y]	1.892 [h, p]	0,45	0,50	0,49	-11
155 Gâmbia	0,479	56,1	.. [l]	50 [g]	1.991 [p]	0,52	0,42	0,50	-19
156 Senegal	0,460	56,0	39,3	38 [g]	1.713	0,52	0,39	0,47	-8
157 Eritreia	0,454	54,3	.. [l]	35	977 [p]	0,49	0,50	0,38	9
158 Ruanda	0,450	44,2	64,9	52	1.263 [p]	0,32	0,61	0,42	-5
159 Nigéria	0,448	43,4	.. [l]	55 [g]	1.154	0,31	0,63	0,41	-1

QUADRO 1

Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]	Valor do índice de desenvolvimento humano (IDH) 2004	Esperança de vida à nascença (anos) 2004	Taxa de alfabetização de adultos [b] (% 15 anos e mais) 2004	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [c]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [d]
160 Guiné	0,445	53,9	29,5	42	2.180	0,48	0,34	0,51	-30
161 Angola	0,439	41,0	67,4	26 [g, h]	2.180 [p]	0,27	0,53	0,51	-32
162 Tanzânia, Rep. U. da	0,430	45,9	69,4	48 [g]	674	0,35	0,62	0,32	13
163 Benim	0,428	54,3	34,7	49 [g]	1.091	0,49	0,40	0,40	-2
164 Costa do Marfim	0,421	45,9	48,7	40 [g, h]	1.551	0,35	0,46	0,46	-15
165 Zâmbia	0,407	37,7	68,0 [o]	54 [g]	943	0,21	0,63	0,37	2
166 Malawi	0,400	39,8	64,1 [o]	64 [g]	646	0,25	0,64	0,31	10
167 Congo, Rep. Dem.	0,391	43,5	67,2	27 [g, h]	705 [p]	0,31	0,54	0,33	6
168 Moçambique	0,390	41,6	.. [l]	49	1.237 [p]	0,28	0,47	0,42	-14
169 Burundi	0,384	44,0	59,3	36	677 [p]	0,32	0,52	0,32	5
170 Etiópia	0,371	47,8	.. [l]	36	756 [p]	0,38	0,40	0,34	1
171 Chade	0,368	43,7	25,7	35 [g]	2.090 [p]	0,31	0,29	0,51	-39
172 República Centro-Africana	0,353	39,1	48,6	30 [g, h]	1.094 [p]	0,24	0,42	0,40	-12
173 Guiné-Bissau	0,349	44,8	.. [l]	37 [g, h]	722 [p]	0,33	0,39	0,33	-1
174 Burquina Faso	0,342	47,9	21,8	26 [g]	1.169 [p]	0,38	0,23	0,41	-17
175 Mali	0,338	48,1	19,0 [o]	35	998	0,39	0,24	0,38	-11
176 Serra Leoa	0,335	41,0	35,1	65 [g]	561	0,27	0,45	0,29	1
177 Níger	0,311	44,6	28,7	21	779 [p]	0,33	0,26	0,34	-7
Países em desenvolvimento	0,679	65,2	78,9	63	4.775	0,67	0,72	0,65	..
Países menos desenvolvidos	0,464	52,4	63,7	45	1.350	0,46	0,50	0,43	..
Países Árabes	0,680	67,3	69,9	62	5.680	0,71	0,66	0,67	..
Ásia Oriental e Pacífico	0,760	70,8	90,7	69	5.872	0,76	0,84	0,68	..
América Latina e Caraíbas	0,795	72,2	90,2	81	7.964	0,79	0,87	0,73	..
Ásia do Sul	0,599	63,7	60,9	56	3.072	0,64	0,58	0,57	..
África Subsariana	0,472	46,1	63,3	50	1.946	0,35	0,57	0,50	..
Europa Central, Oriental e CEI	0,802	68,2	99,2	83	8.802	0,72	0,94	0,75	..
OCDE	0,923	77,8	..	89	27.571	0,88	0,95	0,94	..
OCDE de rendimento elevado	0,946	79,0	..	95	32.003	0,90	0,98	0,96	..
Desenvolvimento humano elevado	0,923	78,0	..	91	26.568	0,88	0,95	0,93	..
Desenvolvimento humano médio	0,701	67,3	80,5	66	4.901	0,71	0,75	0,65	..
Desenvolvimento humano baixo	0,427	45,8	57,9	46	1.113	0,35	0,53	0,40	..
Rendimento elevado	0,942	78,8	..	94	31.331	0,90	0,97	0,96	..
Rendimento médio	0,768	70,3	89,9	73	6.756	0,76	0,84	0,70	..
Rendimento baixo	0,556	58,7	62,3	54	2.297	0,56	0,58	0,52	..
Mundo	0,741	67,3	..	67	8.833	0,71	0,77	0,75	..

NOTAS

a A ordenação do IDH é determinada utilizando os valores IDH até à sexta casa decimal.

b Os dados referem-se a estimativas nacionais da alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/ev.php?ID=4930_201&ID2=DO_TOPIC.

c Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO.

d Um valor positivo indica que a ordem do IDH é mais elevada que a do PIB per capita (dólares PPC); um valor negativo indica o oposto.

e Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%.

f Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 100%.

g Estimativas provisórias nacionais do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

i Statec. 2006. Os dados referem-se aos nacionais matriculados tanto no país como no estrangeiro e, por isso, diferem da definição padrão.

j Com a finalidade de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC).

k UNICEF. 2004.

l Na ausência de dados recentes, foram utilizadas as seguintes estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO 2003, baseadas no censos desactualizado ou informação de inquéritos, e deverão ser interpretadas com precaução: Baamas 95, Bangladeche 41, Barbados 100, Cabo Verde 76, Comores 56, Djibuti 65, El Salvador 80, Eritreia 57, Etiópia 42, Fiji 93, Gâmbia 38, Guiné-Bissau 40, Haiti 52, Hong Kong, China (RAE) 94, Hungria 99, Líbano 86, Jamahira Árabe Líbia 82, Moçambique 46, Nigéria 67, Paraguai 93, Polónia 99, Samoa (Ocidental) 99, Eslovénia 99, Trindade e Tobago 98, Emirados Árabes Unidos 77, Uruguai 98, Usbequistão 99, Iémen 49 e Zimbabué 90.

m Os dados são de fontes nacionais.

n Banco Mundial. 2005.

o Os dados referem-se ao ano mais recente disponível entre 1995 e 1999.

p Estimativa baseada numa regressão.

q Banco Mundial. 2003.

r Heston, Summers e Aten 2002. Os dados diferem da definição padrão.

s Estão em curso esforços para produzir estimativas mais precisas e recentes (ver Guia do Leitor e notas relativas aos quadros). Utilizou-se uma estimativa provisória de 5.700 dólares (PPC).

t Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Ocidentais, baseados em fontes nacionais. PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005.

u Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

v PNUD 2005a.

w Heston, Summers e Aten 2001. Os dados diferem da definição padrão.

x Estimativas baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ruoen e Kai. 1995.)

y Porque a taxa de escolarização bruta combinada não estava disponível, foram utilizadas as seguintes estatísticas do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano: Butão 49, Equador 75, Haiti 48 e Turquemenistão 75.

z Na ausência de uma estimativa oficial do PIB per capita (dólares PPC), foram utilizadas as seguintes estimativas do Banco Mundial, sujeitas a revisão futura: Maldivas 4.798; e Suriname 6.552.

aa Os dados referem-se a um ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão, ou respeitam apenas a parte do país.

ab Na ausência de uma estimativa do PIB per capita (dólares PPC), o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 2.331 dólares, calculado usando o valor do PIB em dólares EUA e o rácio médio ponderado entre dólares PPC e dólares EUA nos Países Árabes.

ac As estimativas são baseadas principalmente em informações do norte do Sudão.

ad Foi utilizada uma estimativa nacional de 1.033 (dólares PPC).

FONTES

Coluna 1: calculada com base nos dados das colunas 6-8; para pormenores, ver nota técnica 1.

Coluna 2: UN 2005a, salvo indicação em contrário.

Coluna 3: UNESCO Institute for Statistics 2006a, salvo indicação em contrário.

Coluna 4: UNESCO Institute for Statistics. 2006c, salvo indicação em contrário.

Coluna 5: World Bank. 2006, salvo indicação em contrário; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano.

Coluna 6: calculada com base nos dados da coluna 2.

Coluna 7: calculada com base nos dados da coluna 2.

Coluna 8: calculada com base nos dados da coluna 5.

Coluna 9: calculada com base nos dados das colunas 1 e 5.

QUADRO 1a

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Indicadores básicos para outros países membros da ONU

	Componentes do índice de desenvolvimento humano						ODM	ODM		ODM	ODM
	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [b]	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2004 [c]	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [d]	PIB per capita (dólares PPC) 2004	População total (milhares) 2004	Taxa de fertilidade total (nascim. por mulher) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Taxa de escolarização primária líquida (%) 2004 [d]	Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	Pessoas sub-nutridas (% da população total) 2001/03 [e]	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2004
Afeganistão	46,0	28,1	45,3	..	28.574	7,5	257	..	<0,1 [<0,2]	..	39
Andorra	..	..	66,9	..	67	..	7	89 [f]	..	..	100
Iraque	58,8	74,1	59,7	..	28.057	4,8	125	88	[<0,2]	..	81
Quiribati	..	..	77,2	..	97	..	65	97 [f, g]	..	6	65
Coreia, República da	63,0	..	..	..	22.384	2,0	55	..	[<0,2]	35	100
Libéria	42,5	..	57,4	..	3.241	6,8	235	66 [h]	[2,0-5,0]	49	61
Listenstaine	..	..	69,3	..	34	..	5	88 [i]	..	..	..
Ilhas Marshall	..	..	..	..	60	..	59	90 [f]	..	..	87
Micronésia, Est. Fed.	67,6	..	..	..	110	4,4	23	..	..	..	94
Mónaco	..	..	..	..	35	..	5	..	..	..	100
Montenegro [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Nauru	..	..	50,6	..	13	..	30	..	..	..	..
Palau	..	..	94,6	..	20	..	27	96 [f, h]	..	..	85
São Marino	..	..	..	..	28	..	4	..	..	..	..
Serbia [j]	73,2	96,4 [k]	74,5	..	.. [l]	1,7	15	96 [i, m]	0,2 [0,1-0,3]	10	93
Somália	46,2	..	..	..	7.964	6,4	225	..	0,9 [0,5-1,6]	..	29
Tuvalu	..	..	69,2	..	10	..	51	..	..	..	100

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos.

b Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

c Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução.

d Em 2006 o Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) alterou a sua convenção para citar o ano de referência dos dados relativos à educação para o ano de calendário no qual termina o ano escolar ou financeiro de 2003/04, por exemplo a 2004.

e Os dados referem-se à média dos anos indicados.

f Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

g Os dados referem-se ao ano escolar de 1999.

h Os dados referem-se ao ano escolar de 2000.

i Estimations nationales.

j Os dados referem-se à Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

k Kosovo e Metohia não estão incluídos.

l A população conjunta da Sérvia e Montenegro era de 10,51 milhões.

m Os dados referem-se ao ano escolar de 2001.

FONTES

Colunas 1, 5 e 6: ONU 2005b.

Coluna 2: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 3 e 8: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Coluna 4: Banco Mundial 2006.

Coluna 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

Coluna 9: ONUSIDA 2006.

Coluna 10: ONU 2006c, baseado em dados da FAO.

Coluna 11: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

QUADRO 2

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	0,868	0,888	0,898	0,912	0,936	0,956	0,965
2 Islândia	0,865	0,888	0,897	0,916	0,921	0,945	0,960
3 Austrália	0,848	0,866	0,878	0,893	0,933	0,947	0,957
4 Irlanda	0,813	0,828	0,848	0,873	0,897	0,932	0,956
5 Suécia	0,868	0,878	0,890	0,901	0,933	0,949	0,951
6 Canadá	0,870	0,886	0,909	0,929	0,935	..	0,950
7 Japão	0,859	0,884	0,897	0,914	0,927	0,939	0,949
8 Estados Unidos	0,868	0,889	0,902	0,917	0,930	0,940	0,948
9 Suíça	0,882	0,893	0,900	0,914	0,925	0,941	0,947
10 Países Baixos	0,871	0,883	0,898	0,913	0,932	0,944	0,947
11 Finlândia	0,843	0,864	0,882	0,904	0,917	0,938	0,947
12 Luxemburgo	0,843	0,854	0,861	0,887	0,913	0,930	0,945
13 Bélgica	0,849	0,867	0,881	0,902	0,932	0,945	0,945
14 Áustria	0,846	0,861	0,874	0,897	0,916	0,937	0,944
15 Dinamarca	0,874	0,883	0,891	0,898	0,913	0,932	0,943
16 França	0,853	0,869	0,884	0,904	0,923	0,935	0,942
17 Itália	0,844	0,859	0,868	0,890	0,908	0,924	0,940
18 Reino Unido	0,851	0,859	0,868	0,889	0,927	0,939	0,940
19 Espanha	0,844	0,861	0,875	0,893	0,910	0,927	0,938
20 Nova Zelândia	0,849	0,855	0,868	0,876	0,906	0,925	0,936
21 Alemanha	..	0,861	0,868	0,887	0,912	..	0,932
22 Hong Kong, China (RAE)	0,761	0,801	0,829	0,864	0,883	0,917	0,927
23 Israel	0,804	0,829	0,850	0,867	0,890	0,918	0,927
24 Grécia	0,839	0,854	0,868	0,876	0,880	0,897	0,921
25 Singapura	0,727	0,763	0,786	0,823	0,862	..	0,916
26 República da Coreia	0,712	0,746	0,785	0,823	0,860	0,890	0,912
27 Eslovénia	..	..	..	..	0,855	0,888	0,910
28 Portugal	0,791	0,807	0,830	0,853	0,883	0,902	0,904
29 Chipre	..	0,803	0,823	0,846	0,868	0,893	0,903
30 República Checa	..	..	..	..	0,850	0,865	0,885
31 Barbados	..	..	..	..	..	..	0,879
32 Malta	0,730	0,766	0,793	0,828	0,855	0,876	0,875
33 Koweit	0,763	0,778	0,781	..	0,814	0,841	0,871
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	0,871
35 Hungria	0,783	0,798	0,811	0,811	0,815	0,845	0,869
36 Argentina	0,787	0,802	0,811	0,813	0,835	0,860	0,863
37 Polónia	..	..	..	0,807	0,820	0,848	0,862
38 Chile	0,706	0,741	0,765	0,787	0,818	0,843	0,859
39 Barém	..	0,747	0,784	0,812	0,828	0,842	0,859
40 Estónia	..	..	..	0,813	0,793	0,831	0,858
41 Lituânia	..	..	..	0,825	0,789	0,830	0,857
42 Eslováquia	..	..	..	..	..	..	0,856
43 Uruguai	0,761	0,781	0,788	0,806	0,819	0,841	0,851
44 Croácia	..	..	..	0,810	0,803	0,828	0,846
45 Letónia	..	0,795	0,809	0,803	0,769	0,815	0,845
46 Catar	..	..	..	..	..	..	0,844
47 Seicheles	..	..	..	..	..	..	0,842
48 Costa Rica	0,745	0,772	0,776	0,793	0,812	0,832	0,841
49 Emirados Árabes Unidos	0,734	0,769	0,786	0,810	0,819	0,833	0,839
50 Cuba	..	..	..	..	..	..	0,826
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	0,825
52 Baamas	..	0,811	0,820	0,823	0,812	0,831	0,825
53 México	0,691	0,737	0,757	0,766	0,784	0,811	0,821

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
54 Bulgária	..	0,768	0,788	0,794	0,783	0,797	0,816
55 Tonga	..	..	..	..	..	..	0,815
56 Omã	0,492	0,546	0,639	0,695	0,740	0,776	0,810
57 Trindade e Tobago	0,751	0,783	0,790	0,793	0,791	0,801	0,809
58 Panamá	0,712	0,739	0,750	0,751	0,774	0,797	0,809
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	0,808
60 Roménia	..	..	..	0,775	0,770	0,778	0,805
61 Malásia	0,616	0,659	0,696	0,723	0,761	0,791	0,805
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	..	..	..	..	0,800
63 Maurícia	..	0,661	0,692	0,726	0,749	0,779	0,800
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	0,798
65 Federação da Rússia	..	..	..	0,818	0,771	0,785	0,797
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	..	..	..	..	0,796
67 Bielorrússia	..	..	..	0,788	0,753	0,775	0,794
68 Domínica	..	..	..	..	..	..	0,793
69 Brasil	0,647	0,684	0,699	0,720	0,749	0,785	0,792
70 Colômbia	0,664	0,693	0,710	0,730	0,754	0,775	0,790
71 Santa Lúcia	..	..	..	..	..	..	0,790
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	0,719	0,734	0,742	0,760	0,768	0,774	0,784
73 Albânia	..	..	0,693	0,704	0,704	0,738	0,784
74 Tailândia	0,615	0,654	0,680	0,717	0,751	0,775	0,784
75 Samoa (Ocidental)	..	..	0,705	0,700	0,742	0,765	0,778
76 Arábia Saudita	0,606	0,661	0,674	0,708	0,742	0,765	0,777
77 Ucrânia	..	..	..	0,800	0,748	0,755	0,774
78 Líbano	..	..	..	0,682	0,729	0,748	0,774
79 Cazaquistão	..	..	..	0,768	0,723	0,736	0,774
80 Arménia	..	..	..	0,738	0,701	0,736	0,768
81 China	0,527	0,560	0,596	0,628	0,685	0,730	0,768
82 Peru	0,645	0,675	0,699	0,708	0,735	0,760	0,767
83 Equador	0,632	0,676	0,700	0,716	0,732	..	0,765
84 Filipinas	0,655	0,689	0,695	0,722	0,738	0,759	0,763
85 Granada	..	..	..	..	..	..	0,762
86 Jordânia	..	0,643	0,665	0,685	0,710	0,744	0,760
87 Tunísia	0,516	0,572	0,623	0,659	0,700	0,739	0,760
88 São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	..	0,759
89 Suriname	..	..	..	..	..	..	0,759
90 Fiji	0,663	0,686	0,701	..	0,742	0,744	0,758
91 Paraguai	0,671	0,705	0,712	0,721	0,740	0,754	0,757
92 Turquia	0,591	0,614	0,650	0,682	0,713	0,743	0,757
93 Sri Lanca	0,612	0,653	0,684	0,706	0,729	0,747	0,755
94 República Dominicana	0,622	0,652	0,674	0,682	0,703	0,733	0,751
95 Belize	..	0,709	0,719	0,748	0,770	0,780	0,751
96 Irão, Rep. Islâmica do	0,567	0,571	0,612	0,651	0,695	0,723	0,746
97 Geórgia	..	..	..	..	..	..	0,743
98 Maldivas	..	..	..	..	..	..	0,739
99 Azerbaijão	..	..	..	..	..	..	0,736
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	0,736
101 El Salvador	0,593	0,589	0,610	0,651	0,690	0,715	0,729
102 Argélia	0,508	0,560	0,611	0,650	0,672	0,701	0,728
103 Guiana	0,679	0,685	0,678	0,684	0,687	0,716	0,725
104 Jamaica	0,687	0,695	0,699	0,719	0,725	0,737	0,724
105 Turquemenistão	..	..	..	..	..	..	0,724
106 Cabo Verde	..	..	..	0,628	0,679	0,711	0,722

QUADRO 2

Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
107 República Árabe Síria	0,543	0,589	0,625	0,646	0,673	0,690	0,716
108 Indonésia	0,469	0,532	0,585	0,626	0,665	0,682	0,711
109 Vietname	..	..	..	0,618	0,661	0,696	0,709
110 Quirguizistão	..	..	..	..	..	..	0,705
111 Egipto	0,439	0,488	0,541	0,580	0,613	0,654	0,702
112 Nicarágua	0,585	0,595	0,603	0,610	0,642	0,667	0,698
113 Usbequistão	..	..	..	..	0,681	0,688	0,696
114 Moldávia, República da	..	..	..	0,740	0,683	0,679	0,694
115 Bolívia	0,514	0,550	0,582	0,605	0,637	0,675	0,692
116 Mongólia	..	..	0,642	0,646	0,634	0,659	0,691
117 Honduras	0,519	0,570	0,602	0,625	0,642	0,654	0,683
118 Guatemala	0,511	0,546	0,561	0,586	0,617	0,656	0,673
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	0,670
120 Guiné Equatorial	..	..	0,484	0,501	0,519	0,643	0,653
121 África do Sul	0,653	0,673	0,703	0,735	0,741	0,691	0,653
122 Tajiquistão	..	..	0,700	0,697	0,631	0,627	0,652
123 Marrocos	0,432	0,479	0,517	0,549	0,580	0,610	0,640
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	0,633
125 Namíbia	..	..	..	..	0,694	0,647	0,626
126 Índia	0,413	0,439	0,477	0,515	0,548	0,577	0,611
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	0,607
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	..	0,592
129 Camboja	..	..	..	..	0,536	0,545	0,583
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	0,581
131 Botsuana	0,500	0,575	0,636	0,680	0,660	0,598	0,570
132 Comores	..	0,483	0,500	0,506	0,521	0,539	0,556
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	..	0,425	0,451	0,488	0,523	0,553
134 Paquistão	0,365	0,388	0,420	0,463	0,493	0,511	0,539
135 Butão	..	..	..	..	..	..	0,538
136 Gana	0,438	0,467	0,482	0,511	0,531	0,555	0,532
137 Bangladeche	0,347	0,366	0,391	0,422	0,454	0,510	0,530
138 Nepal	0,299	0,336	0,378	0,425	0,467	0,500	0,527
139 Papuásia-Nova Guiné	0,424	0,444	0,466	0,481	0,514	0,530	0,523
140 Congo	0,454	0,500	0,541	0,528	0,533	0,502	0,520
141 Sudão	0,350	0,376	0,396	0,427	0,465	0,496	0,516
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	0,512
143 Madagáscar	0,404	0,440	0,438	0,448	0,459	0,482	0,509
144 Camarões	0,417	0,464	0,506	0,515	0,495	0,502	0,506
145 Uganda	..	..	0,414	0,411	0,413	0,474	0,502
146 Suazilândia	0,529	0,561	0,583	0,622	0,604	0,536	0,500
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
147 Togo	0,424	0,475	0,472	0,498	0,507	0,504	0,495
148 Djibuti	..	..	..	..	0,479	0,485	0,494
149 Lesoto	0,463	0,511	0,535	0,572	0,573	0,524	0,494
150 Iémen	..	..	..	0,394	0,438	0,467	0,492
151 Zimbabué	0,548	0,576	0,642	0,639	0,591	0,525	0,491
152 Quénia	0,465	0,513	0,533	0,548	0,525	0,504	0,491
153 Mauritânia	0,342	0,365	0,386	0,390	0,425	0,447	0,486
154 Haiti	..	0,451	0,458	0,446	0,451	..	0,482
155 Gâmbia	0,286	..	..	..	0,426	0,459	0,479
156 Senegal	0,313	0,342	0,378	0,405	0,422	0,439	0,460
157 Eritreia	..	..	..	..	0,420	0,441	0,454
158 Ruanda	0,342	0,388	0,401	0,339	0,337	0,426	0,450
159 Nigéria	0,317	0,376	0,387	0,407	0,419	0,433	0,448

Ordem do IDH	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2004
160 Guiné	..	..	..	..	..	..	0,445
161 Angola	..	..	..	..	..	..	0,439
162 Tanzânia, Rep. U. da	..	..	..	0,437	0,423	0,420	0,430
163 Benim	0,310	0,341	0,365	0,372	0,397	0,416	0,428
164 Costa do Marfim	0,415	0,445	0,449	0,443	0,428	0,427	0,421
165 Zâmbia	0,470	0,477	0,486	0,464	0,425	0,409	0,407
166 Malawi	0,327	0,357	0,368	0,372	0,414	0,398	0,400
167 Congo, Rep. Dem.	0,414	0,423	0,431	0,422	0,392	..	0,391
168 Moçambique	..	0,302	0,290	0,316	0,330	0,364	0,390
169 Burundi	0,285	0,312	0,344	0,351	0,325	0,344	0,384
170 Etiópia	..	..	0,293	0,314	0,322	0,349	0,371
171 Chade	0,269	0,272	0,313	0,335	0,344	0,357	0,368
172 República Centro-Africana	0,345	0,365	0,387	0,384	0,367	..	0,353
173 Guiné-Bissau	0,255	0,263	0,283	0,313	0,341	0,353	0,349
174 Burquina Faso	0,256	0,277	0,301	0,308	0,312	0,330	0,342
175 Mali	0,232	0,258	0,264	0,285	0,309	0,332	0,338
176 Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	0,335
177 Níger	0,234	0,250	0,240	0,246	0,254	0,268	0,311

NOTA

Os valores do índice de desenvolvimento humano deste quadro foram calculados utilizando séries de dados e uma metodologia consistentes. Não são exactamente comparáveis com os valores publicados nos Relatórios do Desenvolvimento Humano anteriores. Para discussão pormenorizada, ver *Guia do Leitor e notas relativas aos quadros.*

FONTES

Colunas 1-6: calculadas com base nos dados da esperança de vida à nascença de ONU 2005a; os dados das taxas de alfabetização de adultos são do Instituto de Estatística da UNESCO 2003, 2006a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são do Instituto de Estatística da UNESCO 1999, 2006c; e os dados do PIB per capita (PPC em USD de 2000) e do PIB per capita (PPC em USD) são do Banco. 2006.

Coluna 7: coluna 1 do quadro de indicadores 1.

QUADRO 3

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	1,5	..	..	..	..	..	..	..
25 Singapura	7	6,3	1,8	7,5	0	14 [e]	..	..	..	..
26 República da Coreia	..	..	2,7	2,0 [e]	8	..	2,0	<2	..	..
29 Chipre	..	..	2,8	3,2	0	..	..	..	..	..
31 Barbados	5	4,5	6,3	.. [f]	0	6 [e]	..	..	..	..
33 Koweit	..	..	2,5	6,7	..	10	..	..	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	2,8	7,3	..	..	..	..	..	..
36 Argentina	3	4,3	5,0	2,8	4	5	7,0	23,0	..	-16
38 Chile	2	3,7	3,5	4,3	5	1	2,0	9,6	17,0	1
39 Barém	..	..	3,8	13,5	..	9 [e]	..	..	..	..
43 Uruguai	1	3,3	4,4	.. [f]	0	5 [e]	2,0	5,7	..	0
46 Catar	13	7,9	4,7	11,0	0	6 [e]	..	..	..	..
47 Seicheles	..	..	..	8,2	12	6 [e]	..	..	..	..
48 Costa Rica	4	4,4	3,7	5,1	3	5	2,2	7,5	22,0	-7
49 Emirados Árabes Unidos	34	15,9	2,2	.. [f]	0	14 [e]	..	..	..	..
50 Cuba	6	4,7	3,2	0,2	9	4	..	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	0	..	..	..	..	..
52 Baamas	..	..	13,4	..	3	..	..	..	..	..
53 México	9	7,2	6,0	9,0	3	8	4,4	20,4	20,3	-10
55 Tonga	..	..	5,0	1,1 [g]	0	..	..	..	..	..
56 Omã	..	..	3,9	18,6	..	24 [e]	..	..	..	..
57 Trindade e Tobago	17	8,8	11,6	.. [f]	9	7 [e]	12,4	39,0	21,0	-12
58 Panamá	12	7,9	6,8	8,1	10	7	6,5	17,1	37,3	-9
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	9	10 [e]	..	..	..	..
61 Malásia	15	8,3	4,3	11,3	1	11	2,0	9,3	15,5 [h]	9
63 Maurícia	24	11,3	5,0	15,6	0	15 [e]	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	4,2	..	..	5 [e]	..	..	..	..
68 Domínica	..	..	..	12,0 [h, i]	3	5 [e]	..	..	..	..
69 Brasil	22	10,1	10,3	11,4	10	6	7,5	21,2	22,0	-5
70 Colômbia	10	7,6	8,3	7,2	7	7	7,0	17,8	64,0	-12
71 Santa Lúcia	..	..	5,9	..	2	14 [e]	..	..	..	..
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	16	8,8	8,2	7,0	17	4	8,3	27,6	31,3 [h]	-11
74 Tailândia	19	9,3	9,9	7,4	1	19 [e]	2,0	25,2	13,1	13
75 Samoa (Ocidental)	..	..	6,5	..	12	..	..	..	..	..
76 Arábia Saudita	..	..	5,8	20,6	..	14	..	..	..	..
78 Líbano	20	9,6	5,7	.. [f]	0	3	..	..	..	..
81 China	26	11,7	6,9	9,1	23	8	16,6	46,7	4,6	-14
82 Peru	25	11,6	10,3	12,3	17	7	12,5	31,8	49,0	-8
83 Equador	18	8,9	8,6	9,0	6	12	15,8	37,2	46,0	-17
84 Filipinas	31	15,3	7,2	7,4	15	28	15,5	47,5	36,8	-6
85 Granada	..	..	..	4,0 [i]	5	..	..	..	..	..
86 Jordânia	11	7,6	6,4	10,1	3	4	2,0	7,0	11,7	6
87 Tunísia	39	17,9	4,7	25,7	7	4	2,0	6,6	7,6	26
88 São Vicente e Granadinas	..	..	6,6	11,9 [i]	..	..	..	..	..	..
89 Suriname	23	10,3	10,1	10,4	8	13	..	..	..	..
90 Fiji	45	21,3	7,0	.. [f]	53	8 [e]	..	..	..	..
91 Paraguai	14	8,3	8,1	.. [f]	14	5	16,4	33,2	21,8	-22
92 Turquia	21	9,8	8,9	12,6	4	4	3,4	18,7	27,0	1
93 Sri Lanca	38	17,7	4,3	9,3	21	29	5,6	41,6	25,0	10
94 República Dominicana	27	11,9	14,1	13,0	5	5	2,5	11,0	28,6	7
95 Belize	..	..	10,6	..	9	6 [e]	..	..	..	..
96 Irão, Rep. Islâmica do	35	16,4	7,2	23,0	6	11	2,0	7,3	..	23

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
98 Maldivas	36	16,9	11,4	3,7	17	30	..	..	..	..
100 Territórios Ocupados da Palestina	8	6,5	5,3	7,6	8	4	..	..	..	..
101 El Salvador	32	15,7	9,9	.. [f]	16	10	19,0	40,6	48,3	-12
102 Argélia	46	21,5	7,8	30,1	15	10	2,0	15,1	22,6	31
103 Guiana	..	..	18,2	..	17	14	2,0	..	..	..
104 Jamaica	30	14,8	11,3	20,1 [g]	7	4	2,0	13,3	18,7	20
106 Cabo Verde	43	18,7	7,6	.. [f]	20	14 [e]	..	..	..	..
107 República Árabe Síria	29	14,4	4,6	20,4	7	7	..	..	..	..
108 Indonésia	41	18,5	11,2	9,6	23	28	7,5	52,4	27,1	9
109 Vietname	33	15,7	9,4	9,7 [g]	15	28	..	..	28,9	..
111 Egipto	44	20,0	7,8	28,6	2	9	3,1	43,9	16,7	18
112 Nicarágua	40	18,0	10,1	23,3	21	10	45,1	79,9	47,9	-28
115 Bolívia	28	13,9	16,0	13,3	15	8	23,2	42,2	62,7	-20
116 Mongólia	42	18,5	13,3	2,2	38	13	27,0	74,9	35,6	-15
117 Honduras	37	17,2	15,8	20,0	13	17	20,7	44,0	48,0	-11
118 Guatemala	48	22,9	15,9	30,9	5	23	13,5	31,9	56,2	7
119 Vanuatu	49	24,7	8,9	26,0 [g]	40	20 [e]	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	69	38,1	47,7	13,0	57	19	..	..	..	..
121 África do Sul	53	30,9	43,3	17,6 [g]	12	12	10,7	34,1	..	11
123 Marrocos	59	33,4	8,6	47,7	19	9	2,0	14,3	19,0	37
124 Gabão	50	27,3	32,6	..	12	12	..	..	..	..
125 Namíbia	57	32,5	45,4	15,0	13	24	34,9	55,8	..	-14
126 Índia	55	31,3	16,6	39,0	14	47	34,7	79,9	28,6	-14
127 São Tomé e Príncipe	..	..	17,1	..	21	13	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	14,1	..	30	21 [e]	..	..	..	..
129 Camboja	73	39,3	28,3	26,4	59	45	34,1	77,7	35,9	-1
130 Mianmar	47	21,6	21,2	10,1	22	32	..	..	..	..
131 Botsuana	93	48,3	69,1	18,8	5	13	23,5	50,1	..	22
132 Comores	56	31,6	15,5	.. [f]	14	25	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	63	36,0	28,0	31,3	49	40	27,0	74,1	38,6	-3
134 Paquistão	65	36,3	16,1	50,1	9	38	17,0	73,6	32,6	10
135 Butão	71	39,0	18,0	..	38	19	..	..	..	..
136 Gana	58	33,1	27,7	42,1	25	22	44,8	78,5	39,5	-18
137 Bangladeche	85	44,2	15,9	.. [f]	26	48	36,0	82,8	49,8	5
138 Nepal	68	38,1	17,6	51,4	10	48	24,1	68,5	30,9	4
139 Papuásia-Nova Guiné	75	40,5	22,4	42,7	61	35 [e]	..	..	37,5	..
140 Congo	51	27,9	33,6	.. [f]	42	14	..	..	..	..
141 Sudão	54	31,3	27,0	39,1	30	17 [e]	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	25,5	..	42	46	..	..	..	..
143 Madagáscar	66	36,3	27,8	29,3	50	42	61,0	85,1	71,3	-20
144 Camarões	61	35,6	43,9	32,1	34	18	17,1	50,6	40,2	6
145 Uganda	62	36,0	41,6	33,2	40	23	..	..	37,7	..
146 Suazilândia	97	52,5	74,3	20,4	38	10	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	72	39,2	31,0	46,8	48	25	..	..	32,3 [h]	..
148 Djibuti	52	30,0	30,6	.. [f]	27	18	..	..	..	..
149 Lesoto	89	47,5	67,6	17,8	21	18	36,4	56,1	..	8
150 Iémen	77	40,6	18,8	.. [f]	33	46	15,7	45,2	41,8	21
151 Zimbabué	88	46,0	65,9	.. [f]	19	13	56,1	83,0	34,9	-1
152 Quénia	60	35,5	44,8	26,4	39	20	22,8	58,3	52,0	1
153 Mauritânia	81	41,0	30,5	48,8	47	32	25,9	63,1	46,3	9
154 Haiti	74	39,4	34,4	.. [f]	46	17	53,9	78,0	65,0 [h]	-10
155 Gâmbia	86	44,7	27,8	.. [f]	18	17	59,3	82,9	57,6	-5
156 Senegal	84	44,0	26,6	60,7	24	23	22,3	63,0	33,4	18

QUADRO 3 Pobreza e privação humanas: países em desenvolvimento

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [a, †] (% da coorte) 2000-05	Taxa analfabetismo de adultos [b, †] (% 15 anos e mais) 2004	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2004	ODM Crianças com baixo peso para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1996-2004 [c]	ODM População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 1 dólar dia 1990-2004 [c]	2 dólares dia 1990-2004 [c]	Limiar de pobreza nac. 1990-2003 [c]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [d]
157 Eritreia	70	38,1	27,6	.. [f]	40	40	..	..	53,0	..
158 Ruanda	67	37,3	45,5	35,1	26	27	51,7	83,7	60,3	-12
159 Nigéria	76	40,6	46,0	.. [f]	52	29	70,8	92,4	34,1	-17
160 Guiné	96	52,0	30,0	70,5	50	21	..	..	40,0	..
161 Angola	79	40,9	48,1	32,6	47	31	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	64	36,3	44,4	30,6	38	22	57,8	89,9	35,7	-19
163 Benim	90	47,8	30,0	65,3	33	23	30,9	73,7	29,0	14
164 Costa do Marfim	82	41,5	42,3	51,3	16	17	14,8	48,8	..	26
165 Zâmbia	87	45,6	60,1	32,0 [g]	42	23	75,8	94,1	72,9	-10
166 Malawi	83	43,0	56,3	35,9 [g]	27	22	41,7	76,1	65,3	0
167 Congo, Rep. Dem.	80	40,9	45,4	32,8	54	31	..	..	..	..
168 Moçambique	94	48,9	50,9	.. [f]	57	24	37,8	78,4	69,4	11
169 Burundi	78	40,7	46,3	40,7	21	45	54,6	87,6	36,4	-8
170 Etiópia	98	55,3	39,5	.. [f]	78	47	23,0	77,8	44,2	26
171 Chade	100	57,9	45,2	74,3	58	28	..	..	64,0	..
172 República Centro-Africana	91	47,8	56,2	51,4	25	24	66,6	84,0	..	-3
173 Guiné-Bissau	92	48,2	42,9	.. [f]	41	25	..	..	..	..
174 Burquina Faso	101	58,3	38,9	78,2	39	38	27,2	71,8	46,4	21
175 Mali	102	60,2	37,3	81,0 [g]	50	33	72,3	90,6	63,8	1
176 Serra Leoa	95	51,9	47,0	64,9	43	27	..	74,5	70,2	..
177 Níger	99	56,4	41,4	71,3	54	40	60,6	85,8	63,0 [h]	3

NOTAS

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-1). Para mais pormenores, ver Nota técnica 1.

a Os dados referem-se à probabilidade à nascença de mão viver até aos 40 anos, vezes 100.

b Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização, a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2004, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

c Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período especificado.

d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 1 dólar por dia. Todos os países com uma taxa de privação de rendimento inferior a 2% foram classificados na mesma posição. As classificações são baseadas nos países com dados disponíveis para ambos os indicadores. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana; um valor negativo indica o oposto.

e Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.

f Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

g Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a, foram utilizadas informações baseadas em censos ou inquéritos desactualizados e devem ser interpretadas com precaução. Bangladeche 58,9, Barbados 0,3, Cabo Verde 24,3, Comores 43,8, Congo 17,2, Djibuti 34,5, El Salvador 20,3, Eritreia 43,3, Etiópia 58,5, Gâmbia 62,2, Guiné-Bissau 60,4, Haiti 48,1, Líbano 13,5, Moçambique 53,5, Nigéria 33,2, Paraguai 7,0, Trindade e Tobago 1,5, Emirados Árabes Unidos 22,7, Uruguai 2,3, Iémen 51,0 e Zimbabué 10,0.

h Os dados referem-se a um período diferente do indicado.

i Os dados são do Secretariado da Comunidade das Caraíbas, baseados em fontes nacionais.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores do IPH-1 da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: ONU 2005b.

Coluna 4: calculada com base nos dados das taxas de alfabetização de adultos do Instituto de Estatística da UNESCO. 2006a.

Coluna 5: ONU 2005c, baseado em dados de um esforço comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.

Coluna 6: UNICEF 2005.

Colunas 7-9: Banco Mundial 2006.

Coluna 10: calculada com base nos dados das colunas 1 e 7.

Posições IPH-1 para 102 países e áreas em desenvolvimento

1 Uruguai
2 Chile
3 Argentina
4 Costa Rica
5 Barbados
6 Cuba
7 Singapura
8 Territórios Ocupados da Palestina
9 México
10 Colômbia
11 Jordânia
12 Panamá
13 Catar
14 Paraguai
15 Malásia
16 Venezuela
17 Trindade e Tobago
18 Equador
19 Tailândia
20 Líbano
21 Turquia
22 Brasil
23 Suriname
24 Maurícia
25 Peru
26 China
27 República Dominicana
28 Bolívia
29 República Árabe Síria
30 Jamaica
31 Filipinas
32 El Salvador
33 Vietname
34 Emirados Árabes Unidos
35 Irão, Rep. Islâmica do
36 Maldivas
37 Honduras
38 Sri Lanca
39 Tunísia
40 Nicarágua
41 Indonésia
42 Mongólia
43 Cabo Verde
44 Egipto
45 Fiji
46 Argélia
47 Mianmar
48 Guatemala
49 Vanuatu
50 Gabão
51 Congo
52 Djibuti
53 África do Sul
54 Sudão
55 Índia
56 Comores
57 Namíbia
58 Gana
59 Marrocos
60 Quénia
61 Camarões
62 Uganda
63 Rep. Dem. Popular do Laos
64 Tanzânia, Rep. U. da
65 Paquistão
66 Madagáscar
67 Ruanda
68 Nepal
69 Guiné Equatorial
70 Eritreia
71 Butão
72 Togo
73 Camboja
74 Haiti
75 Papuásia-Nova Guiné
76 Nigéria
77 Iémen
78 Burundi
79 Angola
80 Congo, Rep. Dem.
81 Mauritânia
82 Costa do Marfim
83 Malawi
84 Senegal
85 Bangladeche
86 Gâmbia
87 Zâmbia
88 Zimbabué
89 Lesoto
90 Benim
91 República Centro-Africana
92 Guiné-Bissau
93 Botsuana
94 Moçambique
95 Serra Leoa
96 Guiné
97 Suazilândia
98 Etiópia
99 Níger
100 Chade
101 Burquina Faso
102 Mali

QUADRO 4

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas . . .

Pobreza humana e de rendimentos Países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH -2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos [b, †] (% da coorte) 2000-05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [c †] (% idades 16-65) 1994-2003	Desemprego de longa duração [†] (% da população activa) 2005	População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 50% do rendimento médio [†] 1994-2002 [e]	11 dólares dia 1994-95 [e]	4 dólares dia 1996-99 [e]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	2	7,0	8,4	7,9	0,4	6,4	4,3	..	-1
2 Islândia	..	..	6,8	..	0,3 [f]	..	..	..	..
3 Austrália	14	12,8	7,7	17,0 [g]	0,9	14,3	17,6	..	-1
4 Irlanda	17	16,1	8,7	22,6 [g]	1,5	16,5	..	..	0
5 Suécia	1	6,5	7,2	7,5 [g]	1,0 [f]	6,5	6,3	..	-3
6 Canadá	8	10,9	8,1	14,6	0,7	11,4	7,4	..	-3
7 Japão	11	11,7	7,1	.. [h]	1,5	11,8 [i]	..	..	-1
8 Estados Unidos	16	15,4	11,8	20,0	0,6	17,0	13,6	..	-2
9 Suíça	7	10,7	7,8	15,9	1,6	7,6	..	..	0
10 Países Baixos	3	8,2	8,7	10,5 [g]	2,5	7,3	7,1	..	-3
11 Finlândia	4	8,2	9,7	10,4 [g]	2,1	5,4	4,8	..	3
12 Luxemburgo	9	11,1	9,7	.. [h]	1,2 [j]	6,0	0,3	..	7
13 Bélgica	12	12,4	9,4	18,4 [g, k]	4,3	8,0	..	..	4
14 Áustria	..	..	9,1	..	1,5	7,7	..	..	..
15 Dinamarca	5	8,4	10,4	9,6 [g]	1,3	.. [l]	..	..	0
16 França	10	11,4	9,8	.. [h]	4,3	8,0	9,9	..	2
17 Itália	18	29,9	7,8	47,0	4,0	12,7	..	..	4
18 Reino Unido	15	14,8	8,7	21,8 [g]	1,1	12,4	15,7	..	2
19 Espanha	13	12,6	8,7	.. [h]	3,0	14,3	..	..	-2
20 Nova Zelândia	..	..	8,9	18,4 [g]	0,3	..	..	..	..
21 Alemanha	6	10,3	8,8	14,4 [g]	5,0	8,3	7,3	..	-4
23 Israel	..	..	7,7	..	..	15,6	..	..	..
24 Grécia	..	..	9,2	..	5,7	14,4	..	..	..
27 Eslovénia	..	..	11,8	..	..	8,2	..	<1	..
28 Portugal	..	..	10,3	..	3,6	..	..	..	..
30 República Checa	..	..	12,1	..	4,3	4,9	..	<1	..
32 Malta	..	..	7,7	..	..	..	..	..	..
35 Hungria	..	..	18,3	..	3,3	6,7	..	<1	..
37 Polónia	..	..	15,1	..	9,3	8,6	..	10	..
40 Estónia	..	..	21,7	..	..	12,4	..	18	..
41 Lituânia	..	..	20,6	..	..	..	..	17	..
42 Eslováquia	..	..	14,9	..	11,2	7,0	..	8	..
44 Croácia	..	..	13,1	..	..	..	..	..	..
45 Letónia	..	..	21,5	..	..	..	..	28	..
54 Bulgária	..	..	16,6	..	..	..	..	22	..
60 Roménia	..	..	19,0	..	..	8,1	..	23	..
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	13,6	..	..	..	..	..	..

QUADRO 4 Pobreza humana e de rendimentos Países da OCDE, Europa Central e Oriental e CEI

Ordem do IDH	Índice de pobreza humana (IPH -2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos [b, †] (% da coorte) 2000-05	Pessoas que são funcionalmente analfabetas [c †] (% idades 16-65) 1994-2003	Desemprego de longa duração [†] (% da população activa) 2005	População abaixo do limiar de privação de rendimento (%) 50% do rendimento médio [†] 1994-2002 [e]	11 dólares dia 1994-95 [e]	4 dólares dia 1996-99 [e]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
65 Federação da Rússia	..	..	31,6	..	..	18,8	..	53	..
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	13,3	..	..	..	..	..	..
67 Bielorrússia	..	..	26,7	..	..	..	..	..	..
73 Albânia	..	..	11,4	..	..	..	..	..	..
77 Ucrânia	..	..	31,0	..	..	..	..	25	..
79 Cazaquistão	..	..	32,0	..	..	..	..	62	..
80 Arménia	..	..	18,0	..	..	..	..	..	..
97 Geórgia	..	..	18,9	..	..	..	..	..	..
99 Azerbaijão	..	..	24,9	..	..	..	..	..	..
105 Turquemenistão	..	..	32,0	..	..	..	..	..	..
110 Quirguizistão	..	..	26,0	..	..	..	..	88	..
113 Usbequistão	..	..	26,3	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	..	..	25,5	..	..	..	..	82	..
122 Tajiquistão	..	..	29,0	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Este quadro inclui Israel e Malta, que não são países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas exclui a República da Coreia, México e Turquia, que são membros. Sobre o índice de pobreza humana (IPH-2) e indicadores relacionados para estes países, ver quadro 3.

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o IPH-2; para pormenores, ver Nota técnica 1.

a O IPH-2 é calculado apenas para países da OCDE de rendimento elevado seleccionados.

b Os dados referem-se à probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos, vezes 100.

c Baseados nos resultados do nível 1 da escala da literacia de prosa, do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

d A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 50% do rendimento familiar disponível ajustado médio. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana; um valor negativo indica o contrário.

e Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

f Os dados referem-se a 2004.

g Baseados na OCDE e Statistics Canada 2000. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

h Com o fim de calcular o IPH-2, foi utilizada uma estimativa de 16,4%, a média não ponderada dos países com dados disponíveis.

i Smeeding 1997.

j Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução.

k Os dados referem-se à Flandres.

l Na ausência de uma estimativa recente da Dinamarca, foi utilizado um valor desactualizado de 7,2% para calcular o IPH-2. Estão em curso estudos para produzir uma estimativa de pobreza comparável a nível internacional mais adequada.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores do IPH-2 da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: calculada com base em dados de sobrevivência de ONU 2005b.

Coluna 4: salvo indicação em contrário, OCDE e Statistics Canada 2005.

Coluna 5: calculada com base em dados do desemprego jovem de longa duração e da população activa de OCDE 2006b.

Coluna 6: LIS 2006.

Coluna 7: Smeeding, Rainwater e Burtless 2000.

Coluna 8: Milanovic 2002.

Coluna 9: calculada com base nos dados das colunas 1 e 6.

Posições IPH-2 para 18 países seleccionados da OCDE

1	Suécia	7	Suíça	13	Espanha
2	Noruega	8	Canadá	14	Austrália
3	Países Baixos	9	Luxemburgo	15	Reino Unido
4	Finlândia	10	França	16	Estados Unidos
5	Dinamarca	11	Japão	17	Irlanda
6	Alemanha	12	Bélgica	18	Itália

QUADRO 5

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO														
1 Noruega	4,0	4,6	4,8	0,5	0,5	68,2	77,3	78,6	19,7	17,5	15,0	17,5	2,2	1,8
2 Islândia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,8	86,7	92,7	93,6	22,3	19,4	11,7	14,0	2,8	2,0
3 Austrália	13,6	19,9	22,2	1,3	1,0	85,9	88,0	89,9	20,0	17,7	12,6	15,5	2,5	1,7
4 Irlanda	3,2	4,1	4,7	0,9	1,2	53,6	60,2	63,8	20,3	20,2	10,9	12,6	3,8	1,9
5 Suécia	8,2	9,0	9,3	0,3	0,3	82,7	84,1	85,1	17,7	16,4	17,1	20,4	1,9	1,6
6 Canadá	23,1	32,0	35,1	1,1	0,8	75,6	80,0	81,4	17,9	15,3	13,0	16,2	2,0	1,5
7 Japão	111,5	127,9	128,0	0,5	(.)	56,8	65,7	68,2	14,1	13,3	19,2	26,0	2,1	1,3
8 Estados Unidos	220,2	295,4	325,7	1,0	0,9	73,7	80,5	83,7	20,9	19,7	12,3	14,1	2,0	2,0
9 Suíça	6,3	7,2	7,3	0,5	0,1	55,8	74,8	78,8	16,8	14,1	15,7	19,8	1,8	1,4
10 Países Baixos	13,7	16,2	16,8	0,6	0,3	63,2	79,6	84,9	18,3	16,4	14,0	17,5	2,1	1,7
11 Finlândia	4,7	5,2	5,4	0,4	0,2	58,3	61,1	62,7	17,5	15,8	15,7	20,3	1,6	1,7
12 Luxemburgo	0,4	0,5	0,5	0,8	1,2	77,3	83,0	82,1	19,0	17,6	13,8	14,3	2,0	1,7
13 Bélgica	9,8	10,4	10,5	0,2	0,1	94,5	97,2	97,5	16,9	15,5	17,5	19,4	1,9	1,7
14 Áustria	7,6	8,2	8,3	0,3	0,1	65,6	65,9	67,7	15,8	13,4	16,4	19,6	2,0	1,4
15 Dinamarca	5,1	5,4	5,6	0,2	0,2	82,2	85,5	86,9	18,8	17,0	14,9	18,4	2,0	1,8
16 França	52,7	60,3	62,3	0,5	0,3	72,9	76,5	79,0	18,2	17,6	16,6	19,0	2,3	1,9
17 Itália	55,4	58,0	57,8	0,2	(.)	65,6	67,5	69,5	14,1	13,2	19,7	23,0	2,3	1,3
18 Reino Unido	55,4	59,5	61,4	0,2	0,3	82,7	89,6	90,6	18,2	16,4	15,9	18,1	2,0	1,7
19 Espanha	35,6	42,6	44,4	0,6	0,4	69,6	76,6	78,3	14,3	15,3	16,5	18,0	2,9	1,3
20 Nova Zelândia	3,1	4,0	4,3	0,9	0,7	82,8	86,1	87,4	21,7	18,9	12,2	15,0	2,8	2,0
21 Alemanha	78,7	82,6	82,5	0,2	(.)	72,7	75,1	76,3	14,6	12,9	18,3	20,7	1,6	1,3
22 Hong Kong, China (RAE)	4,4	7,0	7,8	1,6	1,0	89,7	100,0	100,0	14,8	12,7	11,8	14,4	2,9	0,9
23 Israel	3,4	6,6	7,8	2,3	1,6	86,6	91,6	91,9	27,9	25,8	10,1	11,5	3,8	2,9
24 Grécia	9,0	11,1	11,2	0,7	0,1	55,3	58,9	61,0	14,4	13,5	18,0	19,3	2,3	1,3
25 Singapura	2,3	4,3	4,8	2,2	1,1	100,0	100,0	100,0	20,2	13,2	8,2	13,3	2,6	1,4
26 República da Coreia	35,3	47,6	49,1	1,0	0,3	48,0	80,6	83,1	19,1	13,9	9,0	13,2	4,3	1,2
27 Eslovénia	1,7	2,0	1,9	0,4	-0,1	42,4	50,9	53,3	14,2	13,0	15,4	18,1	2,2	1,2
28 Portugal	9,1	10,4	10,8	0,5	0,3	40,8	57,0	63,6	15,9	15,1	16,9	18,9	2,7	1,5
29 Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	1,0	47,3	69,2	71,5	20,4	17,2	11,9	14,2	2,5	1,6
30 República Checa	10,0	10,2	10,1	0,1	-0,1	63,7	73,6	74,1	15,0	13,4	14,1	18,4	2,2	1,2
31 Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,2	40,8	52,1	58,8	19,3	16,7	10,1	11,5	2,7	1,5
32 Malta	0,3	0,4	0,4	0,9	0,4	89,7	95,0	97,2	18,0	15,2	13,3	18,3	2,1	1,5
33 Koweit	1,0	2,6	3,4	3,3	2,4	89,4	98,3	98,5	24,5	23,2	1,7	3,1	6,9	2,4
34 Estado do Brunei Darussalam	0,2	0,4	0,5	2,8	2,0	62,0	73,1	77,6	30,0	25,8	3,1	4,3	5,4	2,5
35 Hungria	10,5	10,1	9,8	-0,1	-0,3	62,2	65,9	70,3	16,0	14,0	15,1	17,5	2,1	1,3
36 Argentina	26,0	38,4	42,7	1,3	1,0	81,0	89,9	91,6	26,7	23,9	10,1	11,1	3,1	2,4
37 Polónia	34,0	38,6	38,1	0,4	-0,1	55,3	62,0	64,0	16,8	14,3	12,8	14,9	2,3	1,3
38 Chile	10,4	16,1	17,9	1,5	1,0	78,4	87,3	90,1	25,5	20,9	7,9	10,5	3,6	2,0
39 Barém	0,3	0,7	0,9	3,3	1,6	85,0	96,2	98,2	27,5	21,7	3,0	4,4	5,9	2,5
40 Estónia	1,4	1,3	1,3	-0,2	-0,3	67,6	69,1	70,1	15,6	15,7	16,3	17,4	2,2	1,4
41 Lituânia	3,3	3,4	3,3	0,1	-0,4	55,7	66,6	66,8	17,4	13,8	15,2	16,7	2,3	1,3
42 Eslováquia	4,7	5,4	5,4	0,5	(.)	46,3	56,2	58,0	17,2	14,0	11,7	14,1	2,5	1,2
43 Uruguai	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,4	91,9	93,1	24,4	22,4	13,2	13,8	3,0	2,3
44 Croácia	4,3	4,5	4,5	0,2	-0,2	45,1	56,3	59,5	15,8	13,9	17,0	18,7	2,0	1,3
45 Letónia	2,5	2,3	2,2	-0,2	-0,5	64,2	67,8	68,9	15,2	14,1	16,6	18,3	2,0	1,3
46 Catar	0,2	0,8	1,0	5,2	2,0	88,9	95,3	96,2	22,2	21,8	1,3	2,0	6,8	3,0
47 Seicheles	0,1	0,1	0,1	1,0	0,9	46,3	52,5	58,2	..	..	..	..	..	..
48 Costa Rica	2,1	4,3	5,0	2,5	1,4	41,3	61,2	66,9	29,0	23,8	5,7	7,4	4,3	2,3
49 Emirados Árabes Unidos	0,5	4,3	5,6	7,2	2,4	83,6	76,7	77,4	22,4	19,8	1,1	1,4	6,4	2,5
50 Cuba	9,3	11,2	11,4	0,7	0,2	64,2	75,7	74,7	19,5	16,6	10,5	14,4	3,5	1,6
51 São Cristóvão e Nevis	(.)	(.)	(.)	-0,2	1,1	35,0	32,2	33,5	..	..	..	..	..	..
52 Baamas	0,2	0,3	0,4	1,8	1,2	71,5	90,1	92,2	28,6	24,7	6,1	8,2	3,4	2,3
53 México	59,3	105,7	119,1	2,0	1,1	62,8	75,7	78,7	31,6	25,5	5,2	7,1	6,6	2,4

QUADRO 5

Tendências demográficas

Ordem do IDH		População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
54	Bulgária	8,7	7,8	7,2	-0,4	-0,8	57,6	69,8	72,8	14,1	13,1	16,8	18,6	2,2	1,2
55	Tonga	0,1	0,1	0,1	0,4	0,1	20,3	23,8	27,4	36,3	30,7	5,9	6,9	5,5	3,5
56	Omã	0,9	2,5	3,2	3,5	2,0	34,1	71,5	72,3	34,9	30,6	2,5	3,4	7,2	3,8
57	Trindade e Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	11,4	11,9	15,8	22,0	20,2	7,2	9,9	3,5	1,6
58	Panamá	1,7	3,2	3,8	2,1	1,6	49,0	69,9	77,9	30,6	27,2	5,9	7,5	4,9	2,7
59	Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,9	1,2	34,2	38,7	44,7	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	21,2	21,8	20,9	0,1	-0,4	42,8	53,5	56,1	15,9	14,4	14,6	15,5	2,6	1,3
61	Malásia	12,3	24,9	29,6	2,4	1,6	37,7	66,3	75,4	32,8	27,2	4,5	6,1	5,2	2,9
62	Bósnia e Herzegovina	3,7	3,9	3,9	0,1	(.)	31,3	45,2	51,8	16,9	14,0	13,5	16,7	2,6	1,3
63	Maurícia	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	42,4	44,1	24,9	21,3	6,5	8,3	3,2	2,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO															
64	Jamahira Árabe Líbia	2,4	5,7	7,0	2,9	1,8	57,3	84,5	87,4	30,4	28,9	4,0	5,6	7,6	3,0
65	Federação da Rússia	134,2	143,9	136,7	0,2	-0,5	66,9	73,1	72,6	15,7	16,4	13,6	13,3	2,0	1,3
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1,7	2,0	2,1	0,7	0,1	50,6	68,1	75,2	20,1	16,6	10,9	12,9	3,0	1,5
67	Bielorrússia	9,4	9,8	9,2	0,2	-0,6	50,6	71,8	76,7	15,8	14,5	14,6	13,5	2,3	1,2
68	Domínica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,9	55,3	72,5	76,4	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	108,1	183,9	209,4	1,8	1,2	61,7	83,7	88,2	28,1	25,4	6,0	7,8	4,7	2,3
70	Colômbia	25,4	44,9	52,1	2,0	1,3	60,0	72,4	75,7	31,4	26,8	5,0	6,5	5,0	2,6
71	Santa Lúcia	0,1	0,2	0,2	1,3	0,8	25,2	27,6	29,0	29,4	25,4	7,2	7,3	5,7	2,2
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	12,7	26,3	31,3	2,5	1,6	75,8	93,0	95,9	31,7	27,8	4,9	6,8	4,9	2,7
73	Albânia	2,4	3,1	3,3	0,9	0,6	32,7	44,6	52,8	27,6	23,1	8,1	9,9	4,7	2,3
74	Tailândia	41,3	63,7	69,1	1,5	0,7	23,8	32,0	36,2	24,1	21,2	6,9	9,3	5,0	1,9
75	Samoa (Ocidental)	0,2	0,2	0,2	0,7	0,3	21,0	22,3	24,9	40,8	34,2	4,5	5,0	5,7	4,4
76	Arábia Saudita	7,3	24,0	30,8	4,1	2,3	58,4	80,8	83,2	37,8	32,3	2,9	3,5	7,3	4,1
77	Ucrânia	49,0	47,0	41,8	-0,1	-1,1	58,4	67,6	70,2	15,4	13,5	15,8	16,4	2,2	1,1
78	Líbano	2,7	3,5	4,0	1,0	1,0	67,0	86,5	87,9	29,1	24,4	7,3	7,7	4,8	2,3
79	Cazaquistão	14,1	14,8	14,9	0,2	(.)	52,6	57,1	60,3	23,9	21,3	8,3	8,0	3,5	2,0
80	Arménia	2,8	3,0	3,0	0,2	-0,2	63,6	64,2	64,1	21,7	17,4	11,9	11,0	3,0	1,3
81	China	927,8 [d]	1308,0 [d]	1393,0 [d]	1,2 [d]	0,6 [d]	17,4	39,5	49,2	22,0	18,5	7,5	9,6	4,9	1,7
82	Peru	15,2	27,6	32,2	2,1	1,4	61,5	72,4	74,9	32,7	27,9	5,2	6,5	6,0	2,9
83	Equador	6,9	13,0	15,1	2,2	1,4	42,4	62,3	67,6	32,8	28,1	5,7	7,3	6,0	2,8
84	Filipinas	42,0	81,6	96,8	2,3	1,6	35,6	61,9	69,6	35,7	30,0	3,8	4,9	6,0	3,2
85	Granada	0,1	0,1	0,1	0,4	1,3	32,6	30,6	32,2	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	1,9	5,6	7,0	3,6	2,0	57,7	81,9	85,3	37,6	31,7	3,1	4,0	7,8	3,5
87	Tunísia	5,7	10,0	11,1	2,0	1,0	49,9	64,9	69,1	26,7	21,9	6,2	6,8	6,2	2,0
88	São Vicente e Granadinas	0,1	0,1	0,1	0,7	0,4	27,0	45,6	50,0	29,8	26,5	6,5	7,1	5,5	2,3
89	Suriname	0,4	0,4	0,5	0,7	0,5	49,5	73,5	77,4	30,4	26,7	6,3	7,2	5,3	2,6
90	Fiji	0,6	0,8	0,9	1,3	0,6	36,7	50,3	56,1	32,0	27,6	3,8	5,4	4,2	2,9
91	Paraguai	2,7	6,0	7,6	2,8	2,1	39,0	57,9	64,4	38,0	33,9	3,7	4,3	5,7	3,9
92	Turquia	41,2	72,2	82,6	1,9	1,2	41,6	66,8	71,9	29,5	25,8	5,4	6,2	5,3	2,5
93	Sri Lanca	14,0	20,6	22,3	1,3	0,7	19,5	15,2	15,7	24,5	21,4	7,1	9,3	4,1	2,0
94	República Dominicana	5,1	8,8	10,1	1,9	1,3	45,7	65,9	73,6	33,1	29,5	4,1	5,3	5,6	2,7
95	Belize	0,1	0,3	0,3	2,3	1,8	50,2	48,1	51,2	37,3	31,2	4,3	4,7	6,3	3,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	33,3	68,8	79,9	2,5	1,4	45,8	66,4	71,9	29,8	25,6	4,5	4,9	6,4	2,1
97	Geórgia	4,9	4,5	4,2	-0,3	-0,7	49,5	52,2	53,8	19,5	15,8	14,1	14,4	2,6	1,5
98	Maldivas	0,1	0,3	0,4	2,9	2,4	17,3	29,2	34,8	41,3	35,7	3,5	3,3	7,0	4,3
99	Azerbaijão	5,7	8,4	9,1	1,3	0,8	51,9	51,5	52,8	26,8	21,2	6,9	6,7	4,3	1,9
100	Territórios Ocupados da Palestina	1,3	3,6	5,0	3,6	3,0	59,6	71,5	72,9	45,7	41,6	3,1	3,0	7,7	5,6
101	El Salvador	4,1	6,8	8,0	1,7	1,5	41,5	59,5	63,2	34,3	29,8	5,3	6,2	6,1	2,9
102	Argélia	16,0	32,4	38,1	2,4	1,5	40,3	62,6	69,3	30,4	26,7	4,5	5,0	7,4	2,5
103	Guiana	0,7	0,8	0,7	0,1	-0,1	30,0	28,3	29,4	29,6	24,8	5,1	6,6	4,9	2,3
104	Jamaica	2,0	2,6	2,7	0,9	0,4	44,1	52,8	56,7	31,7	26,7	7,6	8,2	5,0	2,4
105	Turquemenistão	2,5	4,8	5,5	2,2	1,3	47,6	46,0	50,8	32,7	27,0	4,7	4,4	6,2	2,8
106	Cabo Verde	0,3	0,5	0,6	2,0	2,2	21,4	56,6	64,3	40,1	35,6	4,3	3,3	7,0	3,8

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
107 República Árabe Síria	7,5	18,6	23,8	3,1	2,3	45,1	50,5	53,4	37,4	33,2	3,1	3,6	7,5	3,5
108 Indonésia	134,4	220,1	246,8	1,7	1,0	19,3	47,0	58,5	28,6	25,2	5,4	6,4	5,2	2,4
109 Vietname	48,0	83,1	95,0	1,9	1,2	18,8	26,0	31,6	30,3	25,0	5,5	5,6	6,7	2,3
110 Quirguizistão	3,3	5,2	5,9	1,6	1,1	38,2	35,7	38,1	32,1	27,5	6,1	5,5	4,7	2,7
111 Egipto	39,3	72,6	88,2	2,1	1,8	43,5	42,7	45,4	33,9	31,4	4,7	5,5	5,7	3,3
112 Nicarágua	2,6	5,4	6,6	2,5	1,9	48,9	58,7	63,0	39,5	33,4	3,3	3,9	6,8	3,3
113 Usbequistão	14,0	26,2	30,7	2,2	1,4	39,1	36,7	38,0	34,0	28,3	4,7	4,4	6,3	2,7
114 Moldávia, República da	3,8	4,2	4,1	0,3	-0,2	36,2	46,5	50,0	19,1	15,2	10,0	10,9	2,6	1,2
115 Bolívia	4,8	9,0	10,9	2,2	1,7	41,3	63,7	68,8	38,5	33,5	4,5	5,2	6,5	4,0
116 Mongólia	1,4	2,6	3,0	2,0	1,2	48,7	56,6	58,8	31,3	26,3	3,8	4,1	7,3	2,4
117 Honduras	3,0	7,0	8,8	2,9	2,0	32,1	46,0	51,4	39,7	33,8	3,8	4,5	7,1	3,7
118 Guatemala	6,2	12,3	15,9	2,4	2,3	36,7	46,8	52,0	43,5	39,7	4,3	4,7	6,2	4,6
119 Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,5	1,8	13,4	23,1	28,1	40,4	35,5	3,3	4,0	6,1	4,2
120 Guiné Equatorial	0,2	0,5	0,6	2,7	2,2	27,4	38,9	41,1	44,3	45,6	3,9	3,8	5,7	5,9
121 África do Sul	25,9	47,2	47,9	2,1	0,1	48,1	58,8	64,1	32,8	30,2	4,1	6,1	5,5	2,8
122 Tajiquistão	3,4	6,4	7,6	2,2	1,5	35,5	24,9	24,6	39,7	33,0	3,8	3,5	6,8	3,8
123 Marrocos	17,3	31,0	36,2	2,0	1,4	37,8	58,0	65,0	31,5	28,4	4,8	5,2	6,9	2,8
124 Gabão	0,6	1,4	1,6	2,8	1,5	43,0	83,0	87,7	40,5	35,5	4,4	4,4	5,3	4,0
125 Namíbia	0,9	2,0	2,2	2,8	1,0	23,7	34,5	41,1	42,1	34,7	3,4	4,2	6,6	4,0
126 Índia	620,7	1087,1	1260,4	1,9	1,3	21,3	28,5	32,0	32,5	28,0	5,2	6,2	5,4	3,1
127 São Tomé e Príncipe	0,1	0,2	0,2	2,1	2,1	31,6	57,1	65,8	39,8	36,4	4,3	3,4	6,5	4,1
128 Ilhas Salomão	0,2	0,5	0,6	3,0	2,2	9,1	16,7	20,5	41,0	36,4	2,4	2,8	7,2	4,3
129 Camboja	7,1	13,8	17,1	2,3	1,9	10,3	19,1	26,1	37,7	34,1	3,4	4,4	5,5	4,1
130 Mianmar	30,1	50,0	55,0	1,7	0,9	24,0	30,1	37,4	30,1	23,6	4,9	6,4	5,8	2,5
131 Botsuana	0,9	1,8	1,7	2,4	-0,4	11,8	56,6	64,6	37,9	34,7	3,2	4,8	6,8	3,2
132 Comores	0,3	0,8	1,0	3,1	2,5	21,2	36,4	44,0	42,2	38,5	2,7	3,1	7,1	4,9
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	3,0	5,8	7,3	2,2	2,1	11,1	20,3	24,9	41,2	37,1	3,6	3,7	6,2	4,8
134 Paquistão	68,3	154,8	193,4	2,8	2,0	26,3	34,5	39,6	38,9	34,1	3,8	4,2	6,6	4,3
135 Butão	1,2	2,1	2,7	2,1	2,2	4,6	10,8	14,8	38,9	34,7	4,5	5,1	5,9	4,4
136 Gana	10,2	21,7	26,6	2,6	1,9	30,1	47,1	55,1	39,5	35,2	3,6	4,3	6,7	4,4
137 Bangladeche	73,2	139,2	168,2	2,2	1,7	9,9	24,7	29,9	35,9	31,4	3,6	4,2	6,2	3,2
138 Nepal	13,5	26,6	32,7	2,3	1,9	4,8	15,3	20,9	39,5	33,9	3,6	4,2	5,8	3,7
139 Papuásia-Nova Guiné	2,9	5,8	7,0	2,4	1,8	11,9	13,3	15,0	40,7	34,0	2,4	2,7	6,1	4,1
140 Congo	1,5	3,9	5,4	3,2	3,1	43,3	59,8	64,2	47,0	47,4	2,9	2,7	6,3	6,3
141 Sudão	17,1	35,5	44,0	2,5	2,0	18,9	39,8	49,4	39,5	35,6	3,6	4,3	6,7	4,4
142 Timor-Leste	0,7	0,9	1,5	1,0	4,7	14,6	26,1	31,2	41,6	46,7	2,9	3,0	6,2	7,8
143 Madagáscar	7,9	18,1	23,8	2,9	2,5	16,3	26,6	30,1	44,2	40,7	3,1	3,3	6,7	5,4
144 Camarões	7,6	16,0	19,0	2,6	1,6	27,3	53,7	62,7	41,6	37,2	3,7	3,9	6,3	4,6
145 Uganda	10,8	27,8	41,9	3,3	3,7	7,0	12,5	14,5	50,4	50,8	2,5	2,2	7,1	7,1
146 Suazilândia	0,5	1,0	1,0	2,3	-0,4	14,0	23,9	27,5	41,6	37,2	3,4	4,6	6,9	4,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO														
147 Togo	2,4	6,0	7,8	3,1	2,5	22,8	39,4	47,4	43,7	40,2	3,1	3,4	7,1	5,4
148 Djibuti	0,2	0,8	0,9	4,3	1,6	67,1	85,6	89,6	41,8	37,3	2,8	3,4	7,2	5,1
149 Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,6	-0,3	10,8	18,5	22,0	39,0	36,6	5,2	5,8	5,7	3,6
150 Iémen	7,0	20,3	28,5	3,7	3,1	14,8	26,9	31,9	46,7	43,4	2,3	2,4	8,5	6,2
151 Zimbabué	6,2	12,9	13,8	2,5	0,6	19,9	35,4	40,9	40,5	36,6	3,6	4,1	7,7	3,6
152 Quénia	13,5	33,5	44,2	3,1	2,5	12,9	20,5	24,1	42,9	42,6	2,8	2,8	8,0	5,0
153 Mauritânia	1,4	3,0	4,0	2,5	2,6	20,6	40,3	43,1	43,1	41,7	3,4	3,4	6,5	5,8
154 Haiti	4,9	8,4	9,8	1,8	1,3	21,7	38,1	45,5	38,0	34,9	4,0	4,5	5,8	4,0
155 Gâmbia	0,6	1,5	1,9	3,4	2,2	24,4	53,0	61,8	40,3	36,8	3,7	4,4	6,5	4,7
156 Senegal	5,3	11,4	14,5	2,7	2,2	33,7	41,3	44,7	43,0	38,8	3,1	3,4	7,0	5,0
157 Eritreia	2,1	4,2	5,8	2,4	2,9	13,5	19,0	24,4	44,8	42,6	2,3	2,6	6,5	5,5
158 Ruanda	4,4	8,9	11,3	2,4	2,2	4,0	18,5	28,7	44,1	41,6	2,4	2,6	8,3	5,7
159 Nigéria	58,9	128,7	160,9	2,7	2,0	23,4	47,3	55,9	44,5	41,3	3,0	3,2	6,9	5,8

QUADRO 5

Tendências demográficas

Ordem do IDH	População total (milhões) 1975	2004	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população (%) 1975-2004	2004-15 [b]	População urbana (% do total) [a] 1975	2004	2015 [b]	População com menos de 15 anos (% do total) 2004	2015 [b]	População com 65 anos e mais (% do total) 2004	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (nascimentos por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [c]
160 Guiné	4,2	9,2	11,9	2,7	2,3	19,5	32,6	38,1	43,8	42,0	3,5	3,9	6,9	5,9
161 Angola	6,8	15,5	20,9	2,8	2,7	19,1	52,7	59,7	46,6	45,5	2,5	2,4	7,2	6,8
162 Tanzânia, Rep. U. da	16,0	37,6	45,6	2,9	1,7	11,2	23,8	28,9	42,9	38,9	3,2	3,7	6,8	5,0
163 Benim	3,2	8,2	11,2	3,2	2,9	21,9	39,7	44,6	44,5	42,0	2,7	3,0	7,1	5,9
164 Costa do Marfim	6,6	17,9	21,6	3,4	1,7	32,2	44,6	49,8	42,1	38,2	3,2	3,7	7,4	5,1
165 Zâmbia	5,2	11,5	13,8	2,8	1,7	34,9	34,9	37,0	46,0	43,7	3,0	3,2	7,8	5,7
166 Malawi	5,2	12,6	16,0	3,0	2,2	7,7	16,7	22,1	47,3	44,9	3,0	3,2	7,4	6,1
167 Congo, Rep. Dem.	23,9	55,9	78,0	2,9	3,0	29,5	31,6	38,6	47,2	48,0	2,7	2,6	6,5	6,7
168 Moçambique	10,6	19,4	23,5	2,1	1,7	8,7	33,7	42,4	44,1	41,6	3,3	3,6	6,6	5,5
169 Burundi	3,7	7,3	10,6	2,4	3,4	3,2	9,7	13,5	45,5	46,4	2,8	2,5	6,8	6,8
170 Etiópia	34,1	75,6	97,2	2,7	2,3	9,5	15,7	19,1	44,8	41,7	2,9	3,2	6,8	5,9
171 Chade	4,2	9,4	12,8	2,8	2,8	15,6	24,8	30,5	47,2	47,7	3,1	2,7	6,7	6,7
172 República Centro-Africana	2,1	4,0	4,6	2,3	1,4	32,0	37,9	40,4	43,1	40,6	4,0	4,0	5,7	5,0
173 Guiné-Bissau	0,7	1,5	2,1	3,0	3,0	16,0	29,6	31,1	47,4	48,0	3,1	2,8	7,1	7,1
174 Burquina Faso	5,9	12,8	17,7	2,6	2,9	6,4	17,9	22,8	47,4	45,7	2,8	2,6	7,8	6,7
175 Mali	6,2	13,1	18,1	2,6	2,9	16,2	29,9	36,5	48,3	46,7	2,7	2,4	7,6	6,9
176 Serra Leoa	2,9	5,3	6,9	2,1	2,3	21,2	39,9	48,2	42,8	42,8	3,3	3,3	6,5	6,5
177 Níger	5,3	13,5	19,3	3,2	3,2	11,4	16,7	19,3	49,0	47,9	2,0	2,0	8,1	7,9
Países em desenvolvimento	2967,1 T	5093,6 T	5885,6 T	1,9	1,3	26,5	42,2	48,0	31,2	28,0	5,4	6,5	5,5	2,9
Países menos desenvolvidos	355,2 T	740,7 T	950,1 T	2,5	2,3	14,9	26,3	31,6	42,0	39,5	3,2	3,5	6,6	5,0
Países Árabes	144,6 T	310,5 T	386,0 T	2,6	2,0	41,8	54,9	58,9	35,8	32,5	3,8	4,4	6,7	3,7
Ásia Oriental e Pacífico	1310,4 T	1944,0 T	2108,9 T	1,4	0,7	20,4	41,9	51,0	24,3	20,7	6,8	8,7	5,0	1,9
América Latina e Caraíbas	318,4 T	548,3 T	628,3 T	1,9	1,2	61,2	76,8	80,4	30,4	26,5	5,9	7,5	5,1	2,6
Ásia do Sul	838,7 T	1528,1 T	1801,4 T	2,1	1,5	21,2	29,9	33,8	33,6	29,3	4,8	5,7	5,6	3,2
África Subsariana	313,1 T	689,6 T	877,4 T	2,7	2,2	21,2	34,3	39,4	43,9	42,0	3,1	3,3	6,8	5,5
Europa Central, Oriental e CEI	366,6 T	405,3 T	396,8 T	0,3	-0,2	57,3	62,9	63,6	18,6	17,3	12,7	12,9	2,5	1,5
OCDE	925,7 T	1164,8 T	1233,6 T	0,8	0,5	66,8	75,4	78,1	19,6	17,8	13,6	16,1	2,6	1,8
OCDE de rendimento elevado	765,9 T	922,6 T	968,5 T	0,6	0,4	69,3	76,8	79,4	17,7	16,4	15,2	18,0	2,2	1,6
Desenvolvimento humano elevado	1012,5 T	1275,0 T	1350,0 T	0,8	0,5	67,2	75,9	78,7	19,6	17,8	13,5	16,0	2,5	1,7
Desenvolvimento humano médio	2743,2 T	4433,1 T	4995,8 T	1,7	1,1	27,7	42,4	48,2	28,8	25,4	6,1	7,2	5,0	2,5
Desenvolvimento humano baixo	255,0 T	571,7 T	737,1 T	2,8	2,3	18,3	32,0	37,6	44,8	42,6	2,9	3,1	7,0	5,8
Rendimento elevado	792,3 T	982,5 T	1040,9 T	0,7	0,5	69,4	77,4	80,0	18,4	17,0	14,6	17,3	2,3	1,7
Rendimento médio	2042,9 T	3043,0 T	3319,6 T	1,4	0,8	34,7	53,2	60,3	25,4	22,4	7,2	8,6	4,6	2,1
Rendimento baixo	1237,0 T	2361,3 T	2856,0 T	2,2	1,7	20,7	29,9	34,4	36,8	33,2	4,3	4,9	6,0	3,9
Mundo	4073,7 T [e]	6389,2 T [e]	7219,4 T [e]	1,6	1,1	37,2	48,3	52,8	28,5	25,9	7,3	8,4	4,5	2,7

NOTAS

a Como os dados são baseados em definições nacionais do que são cidades e áreas metropolitanas, as comparações transfronteiriças devem ser feitas com precaução.

b Os dados referem-se a projecções de variações médias.

c Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

d As estimativas da população incluem Taiwan, província da China.

e Os dados referem-se à população mundial total, de acordo com UN 2005b. A população total dos 177 países incluídos nos principais quadros de indicadores foi estimada em 4.068,1 milhões em 1975, 6.381 milhões em 2004 e foi projectada em 7.210,3 em 2015.

FONTES

Colunas 1-3. 13 e 14: ONU 2005b.

Colunas 4 e 5: calculadas com base nos dados das colunas 1 e 2.

Colunas 6 e 8: ONU 2006e.

Coluna 7: ONU 2006b.

Colunas 9 e 10: calculadas com base nos dados da população com menos de 15 anos e da população total de ONU 2005b

Colunas 11 e 12: calculadas com base nos dados da população com mais de 65 anos e da população total de ONU 2005b.

QUADRO 6

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH	Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	8,6	1,7	3.809	..	88	..	..	100 [c]	313
2 Islândia	8,8	1,7	3.110	..	93	..	..	..	362
3 Austrália	6,4	3,1	2.874	..	93	..	..	100	247
4 Irlanda	5,8	1,5	2.496	90	81	..	..	100	279
5 Suécia	8,0	1,4	2.704	16 [d]	94	..	..	100 [c]	328
6 Canadá	6,9	3,0	2.989	..	95	..	75 [e]	98	214
7 Japão	6,4	1,5	2.244	..	99	..	56	100	198
8 Estados Unidos	6,8	8,4	5.711	..	93	..	76 [e]	99	256
9 Suíça	6,7	4,8	3.776	..	82	..	82 [e]	..	361
10 Países Baixos	6,1	3,7	2.987	..	96	..	79 [e]	100	315
11 Finlândia	5,7	1,7	2.108	98	97	..	..	100	316
12 Luxemburgo	6,2	0,6	3.680	..	91	..	..	100	266
13 Bélgica	6,3	3,1	2.828	..	82	..	78 [e]	100 [c]	449
14 Áustria	5,1	2,4	2.306	..	74	..	51	100 [e]	338
15 Dinamarca	7,5	1,5	2.762	..	96	..	..	100 [c]	293
16 França	7,7	2,4	2.902	85	86	..	75 [e]	99 [e]	337
17 Itália	6,3	2,1	2.266	..	84	..	60	..	420
18 Reino Unido	6,9	1,1	2.389	..	81	..	84 [f]	99	230
19 Espanha	5,5	2,2	1.853	..	97	..	81 [e]	..	330
20 Nova Zelândia	6,3	1,8	1.893	..	85	..	75 [e]	100 [e]	237
21 Alemanha	8,7	2,4	3.001	..	92	..	75 [e]	100 [c]	337
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	86 [e]	..	..
23 Israel	6,1	2,8	1.911	..	96	..	..	99 [c]	382
24 Grécia	5,1	4,8	1.997	88	88	..	..	..	438
25 Singapura	1,6	2,9	1.156	99	94	..	62	100	140
26 República da Coreia	2,8	2,8	1.074	93	99	..	81	100	157
27 Eslovénia	6,7	2,1	1.669	98	94	..	74 [e]	100 [c]	225
28 Portugal	6,7	2,9	1.791	83	95	..	..	100 [c]	342
29 Chipre	3,1	3,3	1.143	..	86	..	..	100	234
30 República Checa	6,8	0,8	1.302	99	97	..	72	100	351
31 Barbados	4,8	2,1	1.050	..	98	..	..	98	121
32 Malta	7,4	1,9	1.436	..	87	..	..	98 [e]	318
33 Koweit	2,7	0,8	567	..	97	..	50	98	153
34 Estado do Brunei Darussalam	2,8	0,7	681	99	99	..	..	99	101
35 Hungria	6,1	2,3	1.269	99	99	..	77 [e]	100	333
36 Argentina	4,3	4,6	1.067	99	95	..	..	99	301
37 Polónia	4,5	2,0	745	94	97	..	49 [e]	100 [c]	247
38 Chile	3,0	3,1	707	96	95	..	..	100	109
39 Barém	2,8	1,3	813	70	99	..	62 [e]	98 [e]	109
40 Estónia	4,1	1,2	682	99	96	..	70 [e]	100	448
41 Lituânia	5,0	1,6	754	99	98	..	47 [e]	100	397
42 Eslováquia	5,2	0,7	777	98	98	..	74 [e]	99	318
43 Uruguai	2,7	7,1	824	99	95	..	..	100	365
44 Croácia	6,5	1,3	838	98	96	..	..	100	244
45 Letónia	3,3	3,1	678	99	99	..	48 [e]	100	301
46 Catar	2,0	0,7	685	99	99	..	43	99	222
47 Seicheles	4,3	1,6	599	99	99	..	..	..	151
48 Costa Rica	5,8	1,5	616	90	88	..	80	98	132
49 Emirados Árabes Unidos	2,5	0,8	623	98	94	..	28 [e]	99 [e]	202
50 Cuba	6,3	1,0	251	99	99	..	73	100	591
51 São Cristóvão e Nevis	3,4	1,9	670	89	98	..	..	99	119
52 Baamas	3,0	3,4	1.220	..	89	..	..	99 [c]	105
53 México	2,9	3,3	582	99	96	..	68	95	198

QUADRO 6

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
54	Bulgária	4,1	3,4	573	98	95	..	42	99	356
55	Tonga	5,5	1,0	300	99	99	..	..	95	34
56	Omã	2,7	0,5	419	99	98	..	24 [e]	95	132
57	Trindade e Tobago	1,5	2,4	532	..	95	31	38	96	79
58	Panamá	5,0	2,6	555	99	99	..	..	93	150
59	Antígua e Barbuda	3,2	1,3	477	..	97	..	..	100	17
60	Roménia	3,8	2,3	540	99	97	..	64	99	190
61	Malásia	2,2	1,6	374	99	95	..	55 [e]	97	70
62	Bósnia e Herzegovina	4,8	4,7	327	95	88	23	48	100	134
63	Maurícia	2,2	1,5	430	99	98	..	75 [e]	98	106
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	2,6	1,5	327	99	99	..	45 [e]	94 [e]	129
65	Federação da Rússia	3,3	2,3	551	96	98	..	..	99	425
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	6,0	1,1	389	94	96	..	..	99	219
67	Bielorrússia	3,9	1,6	570	99	99	..	50 [e]	100	455
68	Domínica	4,5	1,8	320	99	99	..	..	100	50
69	Brasil	3,4	4,2	597	99	99	28	77	96	115
70	Colômbia	6,4	1,2	522	92	92	44	77	86	135
71	Santa Lúcia	3,4	1,6	294	99	95	..	..	100	517
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2,0	2,5	231	97	80	51	..	94	194
73	Albânia	2,7	3,8	366	97	96	51	75	98	131
74	Tailândia	2,0	1,3	260	99	96	..	72	99	37
75	Samoa (Ocidental)	4,3	1,1	209	93	25	..	..	100	70
76	Arábia Saudita	3,0	1,0	578	95	97	..	32	91	137
77	Ucrânia	3,8	1,9	305	98	99	..	68	100	295
78	Líbano	3,0	7,2	730	..	96	..	61	89	325
79	Cazaquistão	2,0	1,5	315	65	99	22	66	99	354
80	Arménia	1,2	4,8	302	96	92	48	61	97	359
81	China	2,0	3,6	278	94	84	..	84	96	106
82	Peru	2,1	2,3	233	91	89	46	69	59	117
83	Equador	2,0	3,1	220	99	99	..	66	69	148
84	Filipinas	1,4	1,8	174	91	80	76	19	60	58
85	Granada	4,9	1,8	473	..	74	..	54 [e]	100	50
86	Jordânia	4,2	5,2	440	58	99	44	56	100	203
87	Tunísia	2,5	2,9	409	97	95	..	63	90	134
88	São Vicente e Granadinas	4,1	2,0	384	99	99	..	..	100	87
89	Suriname	3,6	4,3	309	..	86	43	42	85	45
90	Fiji	2,3	1,4	220	93	62	..	..	99	34
91	Paraguai	2,3	5,0	301	82	89	..	73	77	111
92	Turquia	5,4	2,2	528	88	81	19	64	83	135
93	Sri Lanca	1,6	1,9	121	99	96	..	70	96	55
94	República Dominicana	2,3	4,7	335	97	79	53	70	99	188
95	Belize	2,2	2,3	309	99	95	..	47 [e]	83	105
96	Irão, Rep. Islâmica do	3,1	3,4	498	99	96	..	73	90	45
97	Geórgia	1,0	3,0	174	91	86	..	41	96	409
98	Maldivas	5,5	0,7	364	98	97	..	42	70	92
99	Azerbaijão	0,9	2,7	140	99	98	40	55	100	355
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	98	96 [c]	..	..	97	..
101	El Salvador	3,7	4,4	378	94	93	..	67	92	124
102	Argélia	3,3	0,8	186	98	81	..	64	96	113
103	Guiana	4,0	0,8	283	94	88	40	37	86	48
104	Jamaica	2,7	2,6	216	85	80	21	66	97	85
105	Turquemenistão	2,6	1,3	221	99	97	..	62	97	418
106	Cabo Verde	3,4	1,2	185	79	69	..	53	89	49

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
107	República Árabe Síria	2,5	2,6	116	99	98	..	40 [e]	77 [e]	140
108	Indonésia	1,1	2,0	113	82	72	61	60	72	13
109	Vietname	1,5	3,9	164	96	97	39	79	85	53
110	Quirguizistão	2,2	3,1	161	98	99	16	60	98	251
111	Egipto	2,5	3,3	235	98	97	29	60	69	54
112	Nicarágua	3,7	4,0	208	88	84	49	69	67	37
113	Usbequistão	2,4	3,1	159	99	98	33	68	96	274
114	Moldávia, República da	3,9	3,3	177	96	96	52	62	99	264
115	Bolívia	4,3	2,4	176	93	64	54	58	67	122
116	Mongólia	4,3	2,4	140	95	96	66	67	97	263
117	Honduras	4,0	3,1	184	93	92	..	62	56	57
118	Guatemala	2,1	3,3	235	98	75	22	43	41	90
119	Vanuatu	2,9	1,0	110	63	48	..	..	88	11
120	Guiné Equatorial	1,0	0,5	179	73	51	36	..	65	30
121	África do Sul	3,2	5,2	669	97	81	37	56	84	77
122	Tajiquistão	0,9	3,5	71	97	89	29	34	71	203
123	Marrocos	1,7	3,4	218	95	95	50	63	63	51
124	Gabão	2,9	1,5	255	89	55	44	33	86	29
125	Namíbia	4,5	1,9	359	71	70	39	44	76	30
126	Índia	1,2	3,6	82	73	56	22	48 [g]	43	60
127	São Tomé e Príncipe	7,2	1,4	93	99	91	44	29	76	49
128	Ilhas Salomão	4,5	0,3	87	84	72	..	..	85	13
129	Camboja	2,1	8,8	188	95	80	59	24	32	16
130	Mianmar	0,5	2,3	51	85	78	48	37	57	36
131	Botsuana	3,3	2,3	375	99	90	7	40	94	40
132	Comores	1,5	1,2	25	79	73	31	26	62	15
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1,2	2,0	56	60	36	37	32	19	59
134	Paquistão	0,7	1,7	48	80	67	33 [c]	28	..	74
135	Butão	2,6	0,5	59	92	87	..	19 [e]	37	5
136	Gana	1,4	3,1	98	92	83	40	25	47	15
137	Bangladeche	1,1	2,3	68	95	77	35	58	13	26
138	Nepal	1,5	3,8	64	85	73	43	39	15	21
139	Papuásia-Nova Guiné	3,0	0,4	132	54	44	..	26	41	5
140	Congo	1,3	0,7	23	85	65	..	..	..	20
141	Sudão	1,9	2,4	54	51	59	38	10 [e]	87 [c]	22
142	Timor-Leste	7,3	2,3	125	72	55	..	10	18	10
143	Madagáscar	1,7	1,0	24	72	59	47	27	51	29
144	Camarões	1,2	3,0	64	83	64	33	26	62	19
145	Uganda	2,2	5,1	75	99	91	29	23	39	8
146	Suazilândia	3,3	2,5	324	84	70	24	28	74	16
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147	Togo	1,4	4,2	62	91	70	25	26	61	4
148	Djibuti	3,8	1,9	72	78	60	..	..	61	18
149	Lesoto	4,1	1,1	106	83	70	29	30	60	5
150	Iémen	2,2	3,3	89	63	76	23 [c]	21	27	33
151	Zimbabué	2,8	5,1	132	95	80	80	54	73	16
152	Quénia	1,7	2,6	65	87	73	33	39	42	14
153	Mauritânia	3,2	1,0	59	86	64	28	8	57	11
154	Haiti	2,9	4,6	84	71	54	41	28	24	25
155	Gâmbia	3,2	4,9	96	95	90	38	10	55	11
156	Senegal	2,1	3,0	58	95	57	33	11	58	6
157	Eritreia	2,0	2,4	50	91	84	54	8	28	5
158	Ruanda	1,6	2,1	32	86	84	16	13	31	5
159	Nigéria	1,3	3,7	51	48	35	28	13	35	28

QUADRO 6

Compromisso com a saúde: recursos, acesso e serviços

Ordem do IDH		Despesa com saúde: Pública (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Privada (% do PIB) 2003	Despesa com saúde: Per capita (dólares PPC) 2003	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2004	ODM Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2004	Crianças com diarreia que recebem reidratação oral e alimentação continuada (% menores de 5) 1996-2004 [b]	ODM Taxa de prevalência de contraceptivos [a] (% de mulheres casadas com 15-49 anos) 1996-2004 [b]	ODM Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados (%) 1996-2004 [b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2004 [b]
160	Guiné	0,9	4,5	95	71	73	44	6	56	11
161	Angola	2,4	0,4	49	72	64	32	6	45	8
162	Tanzânia, Rep. U. da	2,4	1,9	29	91	94	38	25	46	2
163	Benim	1,9	2,5	36	99	85	42	19	66	4
164	Costa do Marfim	1,0	2,6	57	51	49	34	15	68	12
165	Zâmbia	2,8	2,6	51	94	84	48	34	43	12
166	Malawi	3,3	6,0	46	97	80	51	31	61	2
167	Congo, Rep. Dem.	0,7	3,3	14	78	64	17	31	61	11
168	Moçambique	2,9	1,8	45	87	77	33	17	48	3
169	Burundi	0,7	2,4	15	84	75	16	16	25	3
170	Etiópia	3,4	2,5	20	82	71	38	8	6	3
171	Chade	2,6	3,9	51	38	56	50	3	16	4
172	República Centro-Africana	1,5	2,5	47	70	35	47	28	44	8
173	Guiné-Bissau	2,6	3,0	45	80	80	23	8	35	12
174	Burquina Faso	2,6	3,0	68	99	78	..	14	38	6
175	Mali	2,8	2,0	39	75	75	45	8	41	8
176	Serra Leoa	2,0	1,5	34	83	64	39	4	42	3
177	Níger	2,5	2,2	30	72	74	43	14	16	3
Países em desenvolvimento		..	..	..	84	74	..	..	59	..
Países menos desenvolvidos		..	..	..	82	72	..	..	36	..
Países Árabes		..	..	..	85	86	..	..	72	..
Ásia Oriental e Pacífico		..	..	..	92	83	..	..	86	..
América Latina e Caraíbas		..	..	..	96	92	..	..	87	..
Ásia do Sul		..	..	..	78	62	..	..	38	..
África Subsariana		..	..	..	77	66	..	..	43	..
Europa Central, Oriental e CEI		..	..	..	96	97	..	..	97	..
OCDE		..	..	..	92	92	..	..	97	..
OCDE de rendimento elevado		..	..	..	84	92	..	..	99	..
Desenvolvimento humano elevado		..	..	..	95	93	..	..	99	..
Desenvolvimento humano médio		..	..	..	86	76	..	..	65	..
Desenvolvimento humano baixo		..	..	..	74	64	..	..	39	..
Rendimento elevado		..	..	..	88	92	..	..	99	..
Rendimento médio		..	..	..	94	87	..	..	87	..
Rendimento baixo		..	..	..	77	64	..	..	41	..
Mundo		..	..	..	84 [h]	76 [h]	..	..	63 [h]	..

NOTAS

a Os dados referem-se normalmente a mulheres com 15-49 anos, casadas ou que vivem em união de facto; o conjunto real de idades coberto pode variar entre países.
b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
c Os dados são da UNICEF 2005. Os dados referem-se a um período diferente do indicado.
d Os dados referem-se apenas a crianças de risco elevado.
e Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
f Exclui a Irlanda do Norte.
g Exclui o estado de Tripura.
h Os dados referem-se a agregados mundiais de UNICEF 2005.

FONTES

Colunas 1 e 2: calculadas com base nos dados da despesa de saúde de WHO 2006b.
Coluna 3: OMS 2006b.
Colunas 4 e 6: UNICEF 2005.
Colunas 5 e 8: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.
Coluna 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância.
Coluna 9: OMS 2006c.

QUADRO 7

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%) 1990	2004	ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 1990	2004	ODM Pessoas subnutridas (% do total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças nascidas com peso insuficiente (%) 1996-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1 Noruega	..	..	100	100	..	..	..	..	5
2 Islândia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
3 Austrália	100	100	100	100	..	..	..	..	7
4 Irlanda	..	..	..	..	..	..	..	..	6
5 Suécia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
6 Canadá	100	100	100	100	..	..	..	..	6
7 Japão	100	100	100	100	..	..	..	6 [c]	8
8 Estados Unidos	100	100	100	100	..	..	1 [c]	1	8
9 Suíça	100	100	100	100	..	..	..	..	6
10 Países Baixos	100	100	100	100	..	..	..	1 [c]	..
11 Finlândia	100	100	100	100	..	..	..	..	4
12 Luxemburgo	..	..	100	100	..	..	..	..	8
13 Bélgica	..	..	..	..	..	..	..	..	8
14 Áustria	100	100	100	100	..	..	..	..	7
15 Dinamarca	..	..	100	100	..	..	..	..	5
16 França	..	..	100	100	..	..	..	..	7
17 Itália	..	..	..	..	..	..	..	3 [c]	6
18 Reino Unido	..	..	100	100	..	..	..	..	8
19 Espanha	100	100	100	100	..	..	..	..	6
20 Nova Zelândia	..	..	97	..	..	..	..	..	6
21 Alemanha	100	100	100	100	..	..	..	..	7
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
23 Israel	..	..	100	100	..	..	..	..	8
24 Grécia	..	..	..	..	..	..	..	..	8
25 Singapura	100	100	100	100	..	..	14 [d]	2	8
26 República da Coreia	..	..	..	92	<2,5	<2,5	..	..	4
27 Eslovénia	..	..	..	..	..	3	..	..	6
28 Portugal	..	..	..	..	..	..	..	..	8
29 Chipre	100	100	100	100	<2,5	<2,5	..	..	..
30 República Checa	99	98	100	100	..	<2,5	1 [c]	2 [c]	7
31 Barbados	100	100	100	100	<2,5	<2,5	6 [d]	7 [c]	10
32 Malta	..	..	100	100	..	..	..	..	6
33 Koweit	..	..	..	..	24	5	10	3	7
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	4	3	..	..	10
35 Hungria	..	95	99	99	..	<2,5	2 [d]	3 [c]	9
36 Argentina	81	91	94	96	<2,5	<2,5	5	12	7
37 Polónia	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	6
38 Chile	84	91	90	95	8	4	1	1	5
39 Barém	..	..	..	..	..	..	9 [c]	10 [c]	8
40 Estónia	97	97	100	100	..	3	..	..	4
41 Lituânia	..	..	..	..	..	<2,5	..	..	4
42 Eslováquia	99	99	100	100	..	6	..	..	7
43 Uruguai	100	100	100	100	7	3	5 [c]	10 [c]	8
44 Croácia	100	100	100	100	..	7	1	1	6
45 Letónia	..	78	99	99	..	3	..	..	5
46 Catar	100	100	100	100	..	..	6 [c]	8 [c]	10
47 Seicheles	..	..	88	88	14	9	6 [d]	5 [c]	..
48 Costa Rica	..	92	..	97	6	4	5	6	7
49 Emirados Árabes Unidos	97	98	100	100	4	<2,5	14 [c]	17 [d]	15
50 Cuba	98	98	..	91	8	<2,5	4 [c]	5	6
51 São Cristóvão e Nevis	95	95	100	100	13	11	..	..	9
52 Baamas	100	100	..	97	9	7	..	..	7
53 México	58	79	82	97	5	5	8	18	9

QUADRO 7

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH		ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subnutridas (% do total)		ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com peso insuficiente (%)
		1990	2004	1990	2004	1990/92 [a]	2001/03 [a]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]
54	Bulgária	99	99	99	99	..	9	..	..	10
55	Tonga	96	96	100	100	..	..	..	1 [c]	0
56	Omã	83	..	80	..	..	..	24	10	8
57	Trindade e Tobago	100	100	92	91	13	11	7 [d]	4	23
58	Panamá	71	73	90	90	21	25	7	18	10
59	Antígua e Barbuda	..	95	..	91	..	..	10 [d]	7 [d]	8
60	Roménia	..	..	..	57	..	<2,5	6	10	9
61	Malásia	..	94	98	99	3	3	11	16	10
62	Bósnia e Herzegovina	..	95	97	97	..	9	4	10	4
63	Maurícia	..	94	100	100	6	6	15 [c]	10 [c]	13
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	97	97	71	..	<2,5	<2,5	5 [c]	15 [c]	7
65	Federação da Rússia	87	87	94	97	..	3	3	13 [d]	6
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	..	..	..	..	7	6	7	5
67	Bielorrússia	..	84	100	100	..	3	..	..	5
68	Domínica	..	84	..	97	4	8	5 [d]	6 [d]	10
69	Brasil	71	75	83	90	12	8	6	11	10
70	Colômbia	82	86	92	93	17	14	7	14	9
71	Santa Lúcia	..	89	98	98	8	5	14 [d]	11 [c]	8
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	..	68	..	83	11	18	4	13	7
73	Albânia	..	91	96	96	..	6	14	35	3
74	Tailândia	80	99	95	99	30	21	19 [c]	13 [c]	9
75	Samoa (Ocidental)	98	100	91	88	11	4	2	4	4
76	Arábia Saudita	..	..	90	..	4	4	14 [c]	16 [c]	11
77	Ucrânia	..	96	..	96	..	3	1	3	5
78	Líbano	..	98	100	100	<2,5	3	3	12	6
79	Cazaquistão	72	72	87	86	..	8	4	10	8
80	Arménia	..	83	..	92	..	29	3	13	7
81	China	23	44	70	77	16	12	8	14	6
82	Peru	52	63	74	83	42	12	7	25	11
83	Equador	63	89	73	94	8	5	12	26	16
84	Filipinas	57	72	87	85	26	19	28	32	20
85	Granada	97	96	..	95	9	7	..	..	9
86	Jordânia	93	93	97	97	4	7	4	9	10
87	Tunísia	75	85	81	93	<2,5	<2,5	4	12	7
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	22	12	..	..	10
89	Suriname	..	94	..	92	13	10	13	10	13
90	Fiji	68	72	..	47	10	4	8 [c]	3 [c]	10
91	Paraguai	58	80	62	86	18	15	5 [c]	14 [c]	9
92	Turquia	85	88	85	96	<2,5	3	4	16	16
93	Sri Lanca	69	91	68	79	28	22	29	14	22
94	República Dominicana	52	78	84	95	27	27	5	9	11
95	Belize	..	47	..	91	7	5	6 [c]	..	6
96	Irão, Rep. Islâmica do	83	..	92	94	4	4	11	15	7
97	Geórgia	97	94	80	82	..	13	3	12	6
98	Maldivas	..	59	96	83	17	11	30	25	22
99	Azerbaijão	..	54	68	77	..	10	7	13	11
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	73	..	92	..	16	4	9 [d]	9 [d]
101	El Salvador	51	62	67	84	12	11	10	19	13
102	Argélia	88	92	94	85	5	5	10	19	7
103	Guiana	..	70	..	83	21	9	14	11	12
104	Jamaica	75	80	92	93	14	10	4	4	9
105	Turquemenistão	..	62	..	72	..	8	12	22	6
106	Cabo Verde	..	43	..	80	..	..	14 [c]	16 [c]	13

Ordem do IDH	ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%) 1990	2004	ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 1990	2004	ODM Pessoas subnutridas (% do total) 1990/92 [a]	2001/03 [a]	ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos) 1996-2004 [b]	Crianças nascidas com peso insuficiente (%) 1996-2004 [b]
107 República Árabe Síria	73	90	80	93	5	4	7	19	6
108 Indonésia	46	55	72	77	9	6	28	42	9
109 Vietname	36	61	65	85	31	17	28	37	9
110 Quirguizistão	60	59	78	77	..	4	11	25	7
111 Egipto	54	70	94	98	4	3	9	16	12
112 Nicarágua	45	47	70	79	30	27	10	20	12
113 Usbequistão	51	67	94	82	..	26	8	21	7
114 Moldávia, República da	..	68	..	92	..	11	3	10 [d]	5
115 Bolívia	33	46	72	85	28	23	8	27	9
116 Mongólia	..	59	63	62	34	28	13	25	8
117 Honduras	50	69	84	87	23	22	17	29	14
118 Guatemala	58	86	79	95	16	23	23	49	13
119 Vanuatu	..	50	60	60	12	12	20 [d]	20	6
120 Guiné Equatorial	..	53	..	43	..	..	19	39 [d]	13
121 África do Sul	69	65	83	88	..	..	12	25	15
122 Tajiquistão	..	51	..	59	..	61	..	36	15
123 Marrocos	56	73	75	81	6	6	10	18	11
124 Gabão	..	36	..	88	10	5	12	21	14
125 Namíbia	24	25	57	87	34	23	24	24	14
126 Índia	14	33	70	86	25	20	49	45	30
127 São Tomé e Príncipe	..	25	..	79	18	12	13	29	20 [d]
128 Ilhas Salomão	..	31	..	70	33	20	21 [d]	27 [c]	13
129 Camboja	..	17	..	41	43	33	45	45	11
130 Mianmar	24	77	57	78	10	5	32	32	15
131 Botsuana	38	42	93	95	23	30	13	23	10
132 Comores	32	33	93	86	47	62	26	42	25
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	30	..	51	29	21	40	42	14
134 Paquistão	37	59	83	91	24	23	38	37	19
135 Butão	..	70	..	62	..	..	19	40	15
136 Gana	15	18	55	75	37	12	22	30	11
137 Bangladeche	20	39	72	74	35	30	48	43	30
138 Nepal	11	35	70	90	20	17	48	51	21
139 Papuásia-Nova Guiné	44	44	39	39	15	13	35 [d]	43 [c]	11
140 Congo	..	27	..	58	54	34	14	28 [c]	..
141 Sudão	33	34	64	70	31	27	17 [c]	43	31
142 Timor-Leste	..	36	..	58	11	8	46	49	10
143 Madagáscar	14	34	40	50	35	38	42	48	14
144 Camarões	48	51	50	66	33	25	18	32	11
145 Uganda	42	43	44	60	24	19	23	39	12
146 Suazilândia	..	48	..	62	14	19	10	30	9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147 Togo	37	35	50	52	33	25	25	22	15
148 Djibuti	79	82	72	73	53	26	18	26	..
149 Lesoto	37	37	..	79	17	12	18	46	14
150 Iémen	32	43	71	67	34	37	46	52	32
151 Zimbabué	50	53	78	81	45	45	13	27	11
152 Quénia	40	43	45	61	39	31	20	30	11
153 Mauritânia	31	34	38	53	15	10	32	35	..
154 Haiti	24	30	47	54	65	47	17	23	21
155 Gâmbia	..	53	..	82	22	27	17	19	17
156 Senegal	33	57	65	76	23	23	23	25	18
157 Eritreia	7	9	43	60	..	73	40	38	21
158 Ruanda	37	42	59	74	43	36	27	43	9
159 Nigéria	39	44	49	48	13	9	29	38	14

QUADRO 7

Água, saneamento e estado de nutrição

Ordem do IDH		ODM População com acesso sustentável a saneamento melhorado (%)		ODM População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%)		ODM Pessoas subnutridas (% do total)		ODM Crianças com baixo peso para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças com pouca altura para a idade (% menores de 5 anos)	Crianças nascidas com peso insuficiente (%)
		1990	2004	1990	2004	1990/92 [a]	2001/03 [a]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]	1996-2004 [b]
160	Guiné	14	18	44	50	39	24	21	26	12
161	Angola	29	31	36	53	58	38	31	45	12
162	Tanzânia, Rep. U. da	47	47	46	62	37	44	22	44	13
163	Benim	12	33	63	67	20	14	23	31	16
164	Costa do Marfim	21	37	69	84	18	14	17	25	17
165	Zâmbia	44	55	50	58	48	47	23	47	12
166	Malawi	47	61	40	73	50	34	22	49	16
167	Congo, Rep. Dem.	16	30	43	46	31	72	31	38	12
168	Moçambique	20	32	36	43	66	45	24	41	14
169	Burundi	44	36	69	79	48	67	45	57	16
170	Etiópia	3	13	23	22	..	46	47	52	15
171	Chade	7	9	19	42	58	33	28	29	17
172	República Centro-Africana	23	27	52	75	50	45	24	28 [c]	14
173	Guiné-Bissau	..	35	..	59	24	37	25	31	22
174	Burquina Faso	7	13	38	61	21	17	38	39	19
175	Mali	36	46	34	50	29	28	33	38	23
176	Serra Leoa	..	39	..	57	46	50	27	34	23 [d]
177	Níger	7	13	39	46	41	32	40	40	17
Países em desenvolvimento		33	49	71	79	20	17	..	..	..
Países menos desenvolvidos		22	37	51	59	34	33	..	..	..
Países Árabes		61	71	84	86	11	10	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico		30	50	72	79	17	12	..	..	..
América Latina e Caraíbas		67	78	83	91	14	10	..	..	..
Ásia do Sul		18	37	72	85	25	20	..	..	..
África Subsariana		32	37	48	56	31	30	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI		..	..	93	94	..	..	..	..	..
OCDE		94	96	97	99	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado		100	100	100	100	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado		94	97	98	99	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio		34	51	74	83	19	15	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo		28	35	45	52	32	32	..	..	..
Rendimento elevado		..	..	100	100	..	..	..	..	..
Rendimento médio		46	61	78	84	15	11	..	..	..
Rendimento baixo		22	38	64	76	27	23	..	..	..
Mundo		49 [e]	59 [e]	78 [e]	83 [e]	20	17	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se à média para os anos indicados.
b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.
c Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado.
d UNICEF 2005. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.
e Os dados referem-se ao agregado mundial da UNICEF 2006.

FONTES

Colunas 1-4 e 7: ONU 2006c, baseado em dados de um estudo comum do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da OMS.
Colunas 5 e 6: ONU 2006c, baseado em dados da FAO.
Colunas 8 e 9: OMS 2006a.

QUADRO 8

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Desigualdades na saúde materna e infantil

Ordem do IDH		Ano do Inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas [a] (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil [b] (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos [b] (por 1.000 nados-vivos)	
			20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
69	Brasil	1996	72	99	57	74	17	2	83	29	99	33
70	Colômbia	1995	61	98	58	77	17	5	41	16	52	24
79	Cazaquistão	1999	99	99	69	62	13	4	68	42	82	45 [c]
80	Arménia	2000	93	100	66	68	16	8	52	27	61	30
82	Peru	2000	13	88	58	81	29	4	64	14	93	18
84	Filipinas	1998	21	92	60	87	..	..	49	21	80	29
86	Jordânia	1997	91	99	21	17	11	5	35	23	42	25
91	Paraguai	1998	53	98	28	70	15	3	68	30	85	33
92	Turquia	1990	41	98	20	53	17	3	43	16	57	20
94	República Dominicana	1996	89	98	34	47	14	2	67	23	90	27
105	Turquemenistão	2000	97	98	85	78	17	11	89	58	106	70
108	Indonésia	1997	21	89	43	72	..	..	78	23	109	29
109	Vietname	2000	58	100	44	92	..	..	39	14	53	16
110	Quirguizistão	1997	96	100	69	73	28	12	83	46	96	49
111	Egipto	2000	31	94	91	92	16	8	76	30	98	34
112	Nicarágua	2001	78	99	64	71	22	4	50	16	64	19
113	Usbequistão	1996	92	100	81	78	20	16	54	46	70	50
115	Bolívia	1998	20	98	22	31	25	4	107	26	147	32
118	Guatemala	1998	9	92	66	56	30	7	58	39	78	39
121	África do Sul	1998	68	98	51	70	..	..	62	17	87	22
123	Marrocos	1992	5	78	54	95	23	7	80	35	112	39
124	Gabão	2000	67	97	6	24	21	9	57	36	93	55
125	Namíbia	2000	55	97	60	68	18	9	36	23	55	31
126	Índia	1998	16	84	21	64	25	17	97	38	141	46
129	Camboja	2000	15	81	29	68	27	14	110	50	155	64
132	Comores	1996	26	85	40	82	23	18	87	65	129	87 [c]
134	Paquistão	1990	5	55	23	55	25	17	89	63	125	74
136	Gana	1998	18	86	50	79	20	9	73	26	139	52
137	Bangladeche	1999	4	42	50	75	..	..	93	58	140	72
138	Nepal	2001	4	45	54	82	33	25	86	53	130	68
143	Madagáscar	1997	30	89	22	66	25	25	119	58	195	101
144	Camarões	1991	32	95	27	64	19	8	104	51	201	82
145	Uganda	2000	20	77	27	43	25	18	106	60	192	106

QUADRO 8

Desigualdades na saúde materna e infantil

Ordem do IDH		Ano do Inquérito	Partos assistidos por técnicos de saúde (%)		Crianças de um ano vacinadas [a] (%)		Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos)		Taxa de mortalidade infantil [b] (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de 5 anos [b] (por 1.000 nados-vivos)	
			20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos	20% mais pobres	20% mais ricos
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	1998	25	91	22	52	19	10	84	66	168	97
150	Iémen	1997	7	50	8	56	26	22	109	60	163	73
151	Zimbabué	1999	57	94	64	64	19	13	59	44	100	62
152	Quénia	1998	23	80	48	60	27	11	96	40	136	61
153	Mauritânia	2000	15	93	16	45	18	15	61	62	98	79
154	Haiti	2000	4	70	25	42	18	5	100	97	164	109
156	Senegal	1997	20	86	..	..	..	..	85	45	181	70
157	Eritreia	1995	5	74	25	84	23	15	74	68	152	104
158	Ruanda	2000	17	60	71	79	27	16	139	88	246	154
159	Nigéria	1990	12	70	14	58	22	19	102	69	240	120
160	Guiné	1999	12	82	17	52	19	12	119	70	230	133
162	Tanzânia, Rep. U. da	1999	29	83	53	78	29	16	115	92	160	135
163	Benim	1996	34	98	38	74	17	12	119	63	208	110
164	Costa do Marfim	1994	17	84	16	64	21	10	117	63	190	97
165	Zâmbia	2001	20	91	64	80	27	20	115	57	192	92
166	Malawi	2000	43	83	65	81	26	23	132	86	231	149
168	Moçambique	1997	18	82	20	85	22	14	188	95	278	145
170	Etiópia	2000	1	25	7	34	26	23	93	95	159	147
171	Chade	1996	3	47	4	23	23	18	80	89	171	172
172	República Centro-Africana	1994	14	82	18	64	22	15	132	54	193	98
174	Burquina Faso	1998	18	75	21	52	21	15	106	77	239	155
175	Mali	2001	8	82	20	56	20	12	137	90	248	148
177	Níger	1998	4	63	5	51	21	21	131	86	282	184

NOTAS

Este quadro apresenta dados para os países em desenvolvimento baseados nos Inquéritos Demográficos e de Saúde realizados desde 1999. Os quintis são definidos pelo estatuto socioeconómico em termos de activos ou riqueza, em vez de rendimento ou consumo. Para pormenores, ver Gwatkin e outros.

a Inclui vacinação contra tuberculose (BCG), sarampo e difteria, tosse convulsa e tétano (DTT).

b Baseado em nascimentos nos 10 anos que precedem o inquérito.

c Grande erro de amostragem devido ao pequeno número de casos.

FONTES

Todas as colunas: Gwatkin e outros 2005.

QUADRO 9

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	4	46	97	25	27
2	Islândia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	2	57	100	20	25
3	Austrália	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	6	33	82	16	19
4	Irlanda	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	26	28
5	Suécia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	3	69	84	18	17
6	Canadá	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	4	58	35	17	22
7	Japão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	39	45	76	15	47
8	Estados Unidos	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	4	85	70	19	24
9	Suíça	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	6	..	..	23	27
10	Países Baixos	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	61	86	28	36
11	Finlândia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	7	..	..	19	26
12	Luxemburgo	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	83	..	26	39
13	Bélgica	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	10	65	73	25	30
14	Áustria	0,3 [0,2-0,5]	..	..	..	..	11	42	68	..	..
15	Dinamarca	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	6	78	84	25	31
16	França	0,4 [0,3-0,8]	..	..	..	..	10	..	..	21	30
17	Itália	0,5 [0,3-0,9]	..	..	..	..	6	58	95	17	31
18	Reino Unido	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	9	..	..	25	27
19	Espanha	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	20	..	..	..	..
20	Nova Zelândia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	59	36	22	24
21	Alemanha	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	6	51	71	28	37
22	Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	77	55	78	..	..
23	Israel	[<0,2]	..	..	..	..	7	34	80	18	32
24	Grécia	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	17	..	..	..	..
25	Singapura	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	41	67	77	..	..
26	República da Coreia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	125	21	82	..	..
27	Eslovénia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	17	66	85	..	..
28	Portugal	0,4 [0,3-0,9]	..	..	..	..	35	78	84	..	..
29	Chipre	[<0,2]	..	..	..	..	4	69	79	..	..
30	República Checa	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	11	61	79	20	31
31	Barbados	1,5 [0,8-2,5]	..	..	..	..	12	139	100	..	..
32	Malta	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	5	20	100	18	30
33	Koweit	[<0,2]	..	..	..	..	30	83	62	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	63	130	60	..	..
35	Hungria	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	30	47	48	28	41
36	Argentina	0,6 [0,3-1,9]	..	..	..	..	53	65	66	25	32
37	Polónia	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	32	56	78	25	40
38	Chile	0,3 [0,2-1,2]	..	..	..	..	16	114	85	37	48
39	Barém	[<0,2]	..	..	..	..	50	49	97	..	..
40	Estónia	1,3 [0,6-4,3]	..	..	..	..	49	75	70	18	45
41	Lituânia	0,2 [0,1-0,6]	..	..	..	..	67	89	74	13	44
42	Eslováquia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	23	34	87	..	..
43	Uruguai	0,5 [0,2-6,1]	..	..	..	..	33	86	86	24	35
44	Croácia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	65	..	..	..	..
45	Letónia	0,8 [0,5-1,3]	..	..	..	..	71	83	74	19	51
46	Catar	[<0,2]	..	..	..	..	77	35	73	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	83	106	100	..	..
48	Costa Rica	0,3 [0,1-3,6]	..	..	..	..	15	153	94	..	..
49	Emirados Árabes Unidos	[<0,2]	..	..	..	..	26	17	64	1	17
50	Cuba	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	12	90	94	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	15	..	..	..	..
52	Baamas	3,3 [1,3-4,5]	..	..	..	..	50	68	62	..	..
53	México	0,3 [0,2-0,7]	..	..	..	..	43	71	83	5	13

QUADRO 9

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
54	Bulgária	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	36	104	91	..	..
55	Tonga	..	..	..	..	..	42	..	..	..	..
56	Omã	[<0,2]	..	..	..	..	12	123	90	..	..
57	Trindade e Tobago	2,6 [1,4-4,2]	..	..	..	..	12	..	..	..	..
58	Panamá	0,9 [0,5-3,7]	..	..	..	..	45	133	74	..	..
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	10	..	..	..	..
60	Roménia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	188	41	80	..	..
61	Malásia	0,5 [0,2-1,5]	..	..	..	..	133	69	72	2	43
62	Bósnia e Herzegovina	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	53	96	94	30	49
63	Maurícia	0,6 [0,3-1,8]	..	..	..	..	135	33	87	1	32
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	[<0,2]	..	..	..	..	20	169	62	..	..
65	Federação da Rússia	1,1 [0,7-1,8]	..	..	..	..	160	13	61	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	34	73	84	..	..
67	Bielorrússia	0,3 [0,2-0,8]	..	..	..	..	68	42	73	7	53
68	Domínica	..	..	..	..	..	23	..	..	..	..
69	Brasil	0,5 [0,3-1,6]	..	..	..	..	77	47	83	14	22
70	Colômbia	0,6 [0,3-2,5]	30	..	1	..	75	17	83	..	..
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	..	21	93	89	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	0,7 [0,3-8,9]	..	..	..	..	52	77	82	..	..
73	Albânia	[<0,2]	..	..	..	..	31	34	91	..	..
74	Tailândia	1,4 [0,7-2,1]	..	..	..	..	208	71	73	..	..
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	43	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	[<0,2]	..	..	..	..	55	40	79	..	..
77	Ucrânia	1,4 [0,8-4,3]	..	..	..	..	151	..	..	..	..
78	Líbano	0,1 [0,1-0,5]	..	..	..	..	12	82	92	31	42
79	Cazaquistão	0,1 [0,1-3,2]	32	65	..	..	160	79	75	..	..
80	Arménia	0,1 [0,1-0,6]	..	44	..	..	98	44	77	..	..
81	China	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	221	63	94	4 [h]	67
82	Peru	0,6 [0,3-1,7]	19	..	..	..	216	83	89	..	..
83	Equador	0,3 [0,1-3,5]	..	..	..	..	196	43	84	..	..
84	Filipinas	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	463	73	88	8	41
85	Granada	..	..	..	..	..	8	..	..	..	..
86	Jordânia	[<0,2]	..	..	..	..	5	79	87	8	51
87	Tunísia	0,1 [0,1-0,3]	..	..	..	..	24	96	91	2	50
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	39	33	..	..	..
89	Suriname	1,9 [1,1-3,1]	..	..	3	..	98	..	..	..	..
90	Fiji	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	41	58	86	4	26
91	Paraguai	0,4 [0,2-4,6]	..	..	..	..	107	21	85	7	23
92	Turquia	[<0,2]	..	..	..	..	45	3	93	18	49
93	Sri Lanca	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	91	70	81	2	23
94	República Dominicana	1,1 [0,9-1,3]	29	52	..	..	118	71	81	11	16
95	Belize	2,5 [1,4-4,0]	..	..	..	..	59	60	89	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,2 [0,1-0,4]	..	..	..	..	35	58	84	..	..
97	Geórgia	0,2 [0,1-2,7]	..	..	..	..	89	79	66	..	..
98	Maldivas	[<0,2]	..	..	..	..	57	94	91	..	..
99	Azerbaijão	0,1 [0,1-0,4]	..	..	1	1	90	47	70	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	36	..	80	..	..
101	El Salvador	0,9 [0,5-3,8]	..	..	..	..	74	57	88	..	..
102	Argélia	0,1 [<0,2]	..	..	..	..	54	106	90	(.)	32
103	Guiana	2,4 [1,0-4,9]	..	..	6	3	185	27	57	..	..
104	Jamaica	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	9	79	53	..	..
105	Turquemenistão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	83	38	82	..	..
106	Cabo Verde	..	..	..	..	..	314	..	..	..	..

Ordem do IDH		Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
107	República Árabe Síria	[<0,2]	..	..	..	..	51	46	88	..	..
108	Indonésia	0,1 [0,1-0,2]	..	68 [j]	..	1	275	53	87	..	..
109	Vietname	0,5 [0,3-0,9]	..	..	16	7	232	89	92	2	35
110	Quirguizistão	0,1 [0,1-1,7]	..	..	..	..	137	62	85	..	..
111	Egipto	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	35	61	80	..	..
112	Nicarágua	0,2 [0,1-0,6]	17	..	..	2	80	87	84	..	..
113	Usbequistão	0,2 [0,1-0,7]	..	50	..	..	156	28	81	1	24
114	Moldávia, República da	1,1 [0,6-2,6]	44	63	..	..	214	59	65	2	34
115	Bolívia	0,1 [0,1-0,3]	20	37	..	..	290	71	81	..	..
116	Mongólia	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	209	80	88	..	..
117	Honduras	1,5 [0,8-2,4]	..	..	..	..	97	83	87	..	..
118	Guatemala	0,9 [0,5-2,7]	..	..	1	..	107	55	91	..	..
119	Vanuatu	..	..	..	..	..	64	107	56	..	..
120	Guiné Equatorial	3,2 [2,6-3,8]	..	..	1	49	322	82	51	..	..
121	África do Sul	18,8 [16,8-20,7]	20	..	..	..	670	83	67	8	23
122	Tajiquistão	0,1 [0,1-1,7]	..	..	2	69	277	12	86	..	..
123	Marrocos	0,1 [0,1-0,4]	..	..	..	..	105	80	86	(.)	29
124	Gabão	7,9 [5,1-11,5]	33	48	..	..	339	81	34	..	..
125	Namíbia	19,6 [8,6-31,7]	48	69	3	14	586	88	63	10	23
126	Índia	0,9 [0,5-1,5]	51	59	..	..	312	57	86	17	47
127	São Tomé e Príncipe	..	..	..	23	61	253	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	59	123	87	..	..
129	Camboja	1,6 [0,9-2,6]	..	..	..	..	709	61	93	..	..
130	Mianmar	1,3 [0,7-2,0]	..	..	..	..	180	83	81	12	36
131	Botsuana	24,1 [23,0-32,0]	75	88	..	..	553	67	77	..	..
132	Comores	<0,1 [<0,2]	..	..	9	63	95	39	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	0,1 [0,1-0,4]	..	..	18	9	318	55	79	13	59
134	Paquistão	0,1 [0,1-0,2]	..	..	..	..	329	27	75	..	..
135	Butão	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	184	35	90	..	..
136	Gana	2,3 [1,9-2,6]	33	52	5	63	376	37	66	1	7
137	Bangladeche	<0,1 [<0,2]	..	..	..	..	435	44	85	27	55
138	Nepal	0,5 [0,3-1,3]	..	..	..	..	257	67	87	24	49
139	Papuásia-Nova Guiné	1,8 [0,9-4,4]	..	..	..	..	448	19	58	..	..
140	Congo	5,3 [3,3-7,5]	..	..	..	..	464	65	69	..	..
141	Sudão	1,6 [0,8-2,7]	..	..	(.)	50	370	35	82	..	..
142	Timor-Leste	[<0,2]	..	..	8	47	692	46	81	..	..
143	Madagáscar	0,5 [0,2-1,2]	5	12	(.)	61	351	74	71	..	..
144	Camarões	5,4 [4,9-5,9]	46	57	1,3	66	227	91	..	..	..
145	Uganda	6,7 [5,7-7,6]	53	55	(.)	..	646	43	68	..	..
146	Suazilândia	33,4 [21,2-45,3]	..	..	(.)	26	1.120	38	42	3	11
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147	Togo	3,2 [1,9-4,7]	22	41	2	60	718	17	64	..	..
148	Djibuti	3,1 [0,8-6,9]	..	..	..	..	1.137	43	74	..	..
149	Lesoto	23,2 [21,9-24,7]	50	48	..	..	544	86	70	..	..
150	Iémen	[<0,2]	..	..	..	..	144	40	82	..	..
151	Zimbabué	20,1 [13,3-27,6]	42	69	..	..	673	42	66	2	20
152	Quénia	6,1 [5,2-7,0]	25	47	5	27	888	46	80	1	21
153	Mauritânia	0,7 [0,4-2,8]	..	..	4,1	33	502	44	58	..	..
154	Haiti	3,8 [2,2-5,4]	19	30	..	12	387	49	78	6 [h]	..
155	Gâmbia	2,4 [1,2-4,1]	..	..	15	55	329	66	75	..	..
156	Senegal	0,9 [0,4-1,5]	34	54 [j]	2	36	451	52	70	..	..
157	Eritreia	2,4 [1,3-3,9]	..	81	4	4	437	14	85	..	..
158	Ruanda	3,1 [2,9-3,2]	28	41	5	13	660	29	67	..	..
159	Nigéria	3,9 [2,3-5,6]	24	46	1	34	531	21	59	1	..

QUADRO 9

Principais crises e riscos de saúde mundiais

Ordem do IDH	Prevalência do VIH [a] (% 15-49 anos) 2005	ODM Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco [b] (% 15-24 anos) Mulheres 1998-2004 [g]	Homens 1998-2004 [g]	ODM Crianças menores de 5 anos Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2004 [g]	Com febre e tratadas com medicamentos anti-maláricos (%) 1999-2004 [g]	ODM Casos de tuberculose Prevalência Por 100.000 pessoas [c] 2004	Detectados com base na TODB [d] (%) 2004	Curados com base na TODB [e] (%) 2003	Prevalência de fumadores (% de adultos) [f] Mulheres 2002-04 [g]	Homens 2002-04 [g]
160 Guiné	1,5 [1,2-1,8]	42 [h]	27	4	56	410	52	75	..	..
161 Angola	3,7 [2,3-5,3]	..	..	2	63	310	94	68	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	6,5 [5,8-7,2]	42	47	10	58	479	47	81	..	..
163 Benim	1,8 [1,2-2,5]	19	34	7	60	142	82	81	..	..
164 Costa do Marfim	7,1 [4,3-9,7]	25	56	1	58	651	38	72	..	..
165 Zâmbia	17 [15,9-18,1]	35	40	7	52	707	54	75	1	16
166 Malawi	14,1 [6,9-21,4]	35	47	36	18	501	40	73	5	21
167 Congo, Rep. Dem.	3,2 [1,8-4,9]	..	..	1	45	551	70	83	..	..
168 Moçambique	16,1 [12,5-20,0]	29	33	..	15	635	46	76	..	..
169 Burundi	3,3 [2,7-3,8]	..	..	1	31	564	29	79	..	..
170 Etiópia	[0,9-3,5]	17	30	..	3	533	36	70	(.)	6
171 Chade	3,5 [1,7-6,0]	17	25	1	32	566	16	78	..	..
172 República Centro-Africana	10,7 [4,5-17,2]	..	..	2	69	549	4	59	..	..
173 Guiné-Bissau	3,8 [2,1-6,0]	..	..	7	58	306	75	80	..	..
174 Burquina Faso	2 [1,5-2,5]	54	67	7	50	365	18	66	..	..
175 Mali	1,7 [1,3-2,1]	14	30	8	38	578	19	65	..	..
176 Serra Leoa	1,6 [0,9-2,4]	..	..	2	61	847	36	83		
177 Níger	1,1 [0,5-1,9]	7	30	6	48	288	46	70		
Países em desenvolvimento	1,1 [1,0-1,4]	..	..	..	..	275	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	2,7 [2,3-3,1]	..	..	..	..	456	..	..	..	..
Países Árabes	0,2 [0,2-04]	..	..	..	..	125	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	0,2 [0,1-0,3]	..	..	..	..	236	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	0,6 [0,4-1,2]	..	..	..	..	83	..	..	..	..
Ásia do Sul	0,7 [0,4-1,1]	..	..	..	..	315	..	..	..	..
África Subsariana	6,1 [5,4-6,9]	..	..	..	..	540	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	0,6 [0,4-1,0]	..	..	..	..	124	..	..	..	..
OCDE	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	22	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	18	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	0,4 [0,3-0,5]	..	..	..	..	27	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	0,7 [0,6-1,0]	..	..	..	..	245	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	4,9 [4,1-5,7]	..	..	..	..	532	..	..	..	..
Rendimento elevado	0,4 [0,3-0,6]	..	..	..	..	19	..	..	..	..
Rendimento médio	0,6 [0,5-0,8]	..	..	..	..	182	..	..	..	..
Rendimento baixo	1,8 [1,5-2,2]	..	..	..	..	376	..	..	..	..
Mundo	1,0 [0,9-1,2]	..	..	..	..	229	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas do ponto e intervalo baseadas em novos modelos de estimação desenvolvidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA (ONUSIDA). As estimativas do intervalo estão apresentadas dentro de parênteses rectos.

b Devido às limitações de dados, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. Os dados para alguns países podem respeitar apenas a parte do país, ou diferir da definição padrão.

c Os dados referem-se à prevalência de todas as formas de tuberculose.

d Calculado dividindo os novos casos de tuberculose com análise positiva detectados com base no tratamento observado directamente (DOTS), a estretégia de controlo de tuberculose recomendada a nível internacional, pela incidência anual estimada de novos casos de análise positiva.Os valores podem exceder 100% devido à intensa detecção de casos numa área com uma acumulação de casos crónicos, sobreregisto (contagem dupla, por exemplo), sobrediagnóstico ou subestimação da incidência. (OMS 2006d).

e Os dados referem-se à percentagem de novos casos de análise positiva registados para tratamento sob a detecção de casos DOTS e tratamento estratégico que foram tratados com sucesso.

f O intervalo de idades varia entre países, mas na maior parte é de 18 anos e mais velhos ou 15 anos e mais velhos.

g Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

h Os dados referem-se a 2005.

FONTES

Coluna 1: ONUSIDA 2006; os agregados são calculados pelo Programa.

Colunas 2 e 3: ONU 2006c, baseado em dados de um trabalho conjunto da ONUSIDA, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Colunas 4-8: ONU 2006c, baseado em dados da UNICEF e da OMS.

Colunas 9 e 10: Banco Mundial 2006, baseado em dados da OMS e do Sistema de Informação Online da National Tobacco.

QUADRO 10

... para viverem uma vida longa e saudável ...

Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	74,4	79,3	13	4	15	4	90,6	84,7	6	16
2 Islândia	74,3	80,6	13	2	14	3	91,4	87,4	..	0
3 Austrália	71,7	80,2	17	5	20	6	91,5	85,7	..	8
4 Irlanda	71,3	77,7	20	5	27	6	89,7	83,1	6	5
5 Suécia	74,7	80,1	11	3	15	4	91,5	86,4	5	2
6 Canadá	73,2	79,9	19	5	22	6	90,7	85,0	..	6
7 Japão	73,3	81,9	14	3	21	4	93,3	85,7	8	10
8 Estados Unidos	71,5	77,3	20	7	26	8	86,7	79,1	8	17
9 Suíça	73,8	80,5	15	5	18	5	91,9	85,4	5	7
10 Países Baixos	74,0	78,3	13	5	15	6	89,7	83,5	7	16
11 Finlândia	70,7	78,4	13	3	16	4	91,2	80,9	6	6
12 Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	6	89,9	82,6	0	28
13 Bélgica	71,4	78,8	21	4	29	5	90,4	82,5	..	10
14 Áustria	70,6	78,9	26	5	33	5	91,0	82,4	..	4
15 Dinamarca	73,6	77,1	14	4	19	5	87,0	81,0	10	5
16 França	72,4	79,4	18	4	24	5	91,2	80,9	10	17
17 Itália	72,1	80,0	30	4	33	5	92,2	84,6	7	5
18 Reino Unido	72,0	78,3	18	5	23	6	89,4	83,6	7	13
19 Espanha	72,9	79,5	27	3	34	5	92,8	82,1	6	4
20 Nova Zelândia	71,7	79,0	17	5	20	6	89,1	84,1	15	7
21 Alemanha	71,0	78,7	22	4	26	5	90,5	82,3	8	8
22 Hong Kong, China (RAE)	72,0	81,5	..	..	..	..	93,7	86,4	..	..
23 Israel	71,6	79,7	24	5	27	6	91,5	85,5	5	17
24 Grécia	72,3	78,2	38	4	54	5	91,5	82,0	1	9
25 Singapura	69,5	78,6	22	3	27	3	90,7	84,5	6	30
26 República da Coreia	62,6	76,9	43	5	54	6	90,2	76,9	20	20
27 Eslovénia	69,8	76,3	25	4	29	4	88,9	76,1	17	17
28 Portugal	68,0	77,2	53	4	62	5	90,2	79,8	8	5
29 Chipre	71,4	78,5	29	5	33	5	91,6	84,3	0	47
30 República Checa	70,1	75,5	21	4	24	4	88,2	75,2	3	9
31 Barbados	69,4	74,9	40	10	54	12	86,7	74,8	0	95
32 Malta	70,7	78,3	25	5	32	6	90,3	85,4	..	21
33 Koweit	67,0	76,8	49	10	59	12	87,9	82,7	5	5
34 Estado do Brunei Darussalam	68,3	76,3	58	8	78	9	87,9	84,7	0	37
35 Hungria	69,3	72,6	36	7	39	8	83,7	64,7	5	16
36 Argentina	67,1	74,3	59	16	71	18	84,9	72,1	44	82
37 Polónia	70,5	74,3	32	7	36	8	87,0	69,7	4	13
38 Chile	63,4	77,9	78	8	98	8	88,5	79,1	17	31
39 Barém	63,3	74,2	55	9	82	11	84,6	78,9	46	28
40 Estónia	70,5	71,2	21	6	26	8	83,9	57,2	46	63
41 Lituânia	71,3	72,2	23	8	28	8	85,2	60,5	13	13
42 Eslováquia	70,0	74,0	25	6	29	9	86,8	69,3	16	3
43 Uruguai	68,7	75,3	48	15	57	17	85,9	73,3	26	27
44 Croácia	69,6	74,9	34	6	42	7	88,1	73,2	2	8
45 Letónia	70,1	71,4	21	10	26	12	81,9	60,1	25	42
46 Catar	62,1	72,7	45	18	65	21	81,2	74,0	10	7
47 Seicheles	..	..	46	12	59	14	..	..	57	..
48 Costa Rica	67,9	78,1	62	11	83	13	88,4	81,2	33	43
49 Emirados Árabes Unidos	62,2	77,9	61	7	83	8	90,2	85,0	3	54
50 Cuba	70,7	77,2	34	6	43	7	86,2	80,0	34	33
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	18	..	21	..	..	250	..
52 Baamas	66,5	69,5	38	10	49	13	73,6	61,4	..	60
53 México	62,4	74,9	79	23	110	28	84,0	75,2	65	83

QUADRO 10

Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH		Esperança de vida à nascença (anos)		ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte)		ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	
		1970-75 [d]	2000-05 [d]	1970	2004	1970	2004	Feminino 2000-05 [d]	Masculino 2000-05 [d]	Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	Ajustado [c] 2000
54	Bulgária	71,0	72,1	28	12	31	15	84,5	68,2	15	32
55	Tonga	65,6	72,1	40	20	50	25	78,2	73,4	..	..
56	Omã	52,1	74,0	126	10	200	13	84,2	78,8	23	87
57	Trindade e Tobago	65,9	69,9	49	18	57	20	76,1	64,5	45	160
58	Panamá	66,2	74,7	46	19	68	24	85,1	76,3	70	160
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	11	..	12	..	..	65	..
60	Roménia	69,2	71,3	46	17	57	20	82,9	65,3	31	49
61	Malásia	63,0	73,0	46	10	70	12	83,5	73,4	30	41
62	Bósnia e Herzegovina	67,5	74,1	60	13	82	15	85,2	74,2	10	31
63	Maurícia	62,9	72,1	64	14	86	15	80,9	66,9	22	24
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	52,8	73,4	105	18	160	20	82,5	74,6	77	97
65	Federação da Rússia	69,7	65,4	29	17	36	21	76,3	44,7	32	67
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	67,5	73,7	85	13	119	14	84,6	75,4	7	23
67	Bielorrússia	71,5	68,1	22	9	27	11	79,3	50,6	18	35
68	Domínica	..	..	..	13	..	14	..	..	67	..
69	Brasil	59,5	70,3	95	32	135	34	77,7	62,7	64	260
70	Colômbia	61,6	72,2	69	18	108	21	81,0	71,0	78	130
71	Santa Lúcia	65,3	72,3	..	13	..	14	77,0	71,3	35	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	65,7	72,8	47	16	61	19	82,8	71,7	68	96
73	Albânia	67,7	73,7	78	17	109	19	87,6	80,0	23	55
74	Tailândia	61,0	69,7	74	18	102	21	80,3	64,5	24	44
75	Samoa (Ocidental)	56,1	70,0	73	25	101	30	78,4	65,5	..	130
76	Arábia Saudita	53,9	71,6	118	21	185	27	81,2	73,4	..	23
77	Ucrânia	70,1	66,1	22	14	27	18	76,4	46,6	13	35
78	Líbano	66,4	71,9	45	27	54	31	81,7	73,0	100	150
79	Cazaquistão	63,2	63,2	..	63	..	73	71,9	48,0	50	210
80	Arménia	70,8	71,4	..	29	..	32	81,7	66,4	9	55
81	China	63,2	71,5	85	26	120	31	81,3	74,2	51	56
82	Peru	55,5	69,8	115	24	178	29	77,1	68,1	190	410
83	Equador	58,8	74,2	87	23	140	26	82,6	72,7	80	130
84	Filipinas	58,1	70,2	56	26	90	34	78,6	70,1	170	200
85	Granada	..	..	..	18	..	21	..	..	1	..
86	Jordânia	56,5	71,2	77	23	107	27	77,7	71,6	41	41
87	Tunísia	55,6	73,1	135	21	201	25	84,9	75,7	69	120
88	São Vicente e Granadinas	61,6	71,0	..	18	..	22	81,3	70,3	93	..
89	Suriname	64,0	69,0	..	30	..	39	77,3	63,1	150	110
90	Fiji	60,6	67,8	50	16	61	20	72,2	62,0	38	75
91	Paraguai	65,9	70,9	58	21	78	24	79,8	71,3	180	170
92	Turquia	57,0	68,6	150	28	201	32	77,9	67,3	130	70
93	Sri Lanca	63,1	73,9	65	12	100	14	85,6	76,1	92	92
94	República Dominicana	59,7	67,1	91	27	127	32	75,1	60,8	180	150
95	Belize	67,6	71,9	..	32	..	39	80,9	71,7	140	140
96	Irão, Rep. Islâmica do	55,2	70,2	122	32	191	38	79,2	71,7	37	76
97	Geórgia	68,2	70,5	..	41	..	45	83,0	66,3	52	32
98	Maldivas	51,4	66,3	157	35	255	46	67,5	67,8	140	110
99	Azerbaijão	65,6	66,9	..	75	..	90	76,0	60,3	25	94
100	Territórios Ocupados da Palestina	56,6	72,4	..	22	..	24	81,4	75,0	..	100
101	El Salvador	58,2	70,7	111	24	162	28	77,7	67,3	170	150
102	Argélia	54,5	71,0	143	35	220	40	78,4	75,2	120	140
103	Guiana	60,0	62,9	..	48	..	64	65,7	54,2	190	170
104	Jamaica	69,0	70,7	49	17	64	20	73,4	67,9	110	87
105	Turquemenistão	59,2	62,4	..	80	..	103	69,8	52,1	14	31
106	Cabo Verde	57,5	70,2	..	27	..	36	79,8	67,7	76	150

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
107 República Árabe Síria	57,4	73,2	90	15	128	16	83,2	76,3	65	160
108 Indonésia	49,2	66,5	104	30	172	38	72,1	63,8	310	230
109 Vietname	50,3	70,4	55	17	87	23	78,4	71,0	170	130
110 Quirguizistão	61,2	66,8	104	58	130	68	76,0	58,6	44	110
111 Egipto	52,1	69,6	157	26	235	36	79,3	69,3	84	84
112 Nicarágua	55,2	69,5	113	31	165	38	74,9	66,1	83	230
113 Usbequistão	63,6	66,5	83	57	101	69	72,9	59,9	34	24
114 Moldávia, República da	64,8	67,5	46	23	61	28	74,3	56,5	44	36
115 Bolívia	46,7	63,9	147	54	243	69	68,0	60,0	230	420
116 Mongólia	53,8	63,9	..	41	..	52	67,6	57,9	99	110
117 Honduras	53,9	67,6	116	31	170	41	70,1	63,5	110	110
118 Guatemala	53,7	67,1	115	33	168	45	73,5	59,7	150	240
119 Vanuatu	54,0	68,4	107	32	155	40	75,2	67,6	68	32
120 Guiné Equatorial	40,5	43,5	..	122	..	204	33,0	30,6	..	880
121 África do Sul	53,7	49,0	..	54	..	67	38,1	28,9	150	230
122 Tajiquistão	60,9	63,5	..	91	..	93	69,4	59,3	45	100
123 Marrocos	52,9	69,5	119	38	184	43	78,9	70,3	230	220
124 Gabão	48,7	54,6	..	60	..	91	48,9	45,6	520	420
125 Namíbia	53,9	48,6	85	47	135	63	36,7	31,6	270	300
126 Índia	50,3	63,1	127	62	202	85	67,4	59,2	540	540
127 São Tomé e Príncipe	56,5	62,9	..	75	..	118	68,6	63,1	100	..
128 Ilhas Salomão	55,6	62,2	71	34	99	56	62,0	59,0	550	130
129 Camboja	40,3	56,0	..	97	..	141	61,5	45,0	440	450
130 Mianmar	49,2	60,1	122	76	179	106	63,5	52,7	230	360
131 Botsuana	56,1	36,6	99	84	142	116	16,5	13,1	330	100
132 Comores	48,9	63,0	159	52	215	70	66,5	57,8	520	480
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	40,4	54,5	145	65	218	83	53,1	47,8	530	650
134 Paquistão	51,9	62,9	120	80	181	101	65,6	62,7	530	500
135 Butão	41,5	62,7	156	67	267	80	65,3	60,2	260	420
136 Gana	49,9	56,7	111	68	186	112	52,9	50,4	210	540
137 Bangladeche	45,2	62,6	145	56	239	77	63,7	59,3	380	380
138 Nepal	44,0	61,4	165	59	250	76	61,0	57,9	540	740
139 Papuásia-Nova Guiné	44,7	55,1	106	68	147	93	46,6	41,5	370	300
140 Congo	54,9	51,9	100	81	160	108	43,5	38,6	..	510
141 Sudão	45,1	56,3	104	63	172	91	55,4	49,6	550	590
142 Timor-Leste	40,0	55,2	..	64	..	80	52,7	47,3	..	660
143 Madagáscar	44,9	55,3	109	76	180	123	54,1	48,7	470	550
144 Camarões	45,7	45,8	127	87	215	149	36,1	33,1	430	730
145 Uganda	51,1	46,8	100	80	170	138	34,4	32,9	510	880
146 Suazilândia	49,6	33,0	132	108	196	156	12,0	9,3	230	370
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	49,8	54,2	128	78	216	140	53,8	45,2	480	570
148 Djibuti	44,4	52,7	..	101	..	126	48,1	42,9	74	730
149 Lesoto	49,8	36,7	128	61	190	82	18,6	11,6	..	550
150 Iémen	39,9	60,3	202	82	303	111	61,0	54,9	370	570
151 Zimbabué	55,6	37,2	86	79	138	129	15,5	15,7	700	1.100
152 Quénia	53,6	47,0	96	79	156	120	31,8	35,0	410	1.000
153 Mauritânia	43,4	52,5	151	78	250	125	50,7	44,5	750	1.000
154 Haiti	48,5	51,5	148	74	221	117	41,3	38,2	520	680
155 Gâmbia	38,0	55,5	183	89	319	122	54,3	48,7	730	540
156 Senegal	40,1	55,6	164	78	279	137	54,6	49,4	560	690
157 Eritreia	44,3	53,5	143	52	237	82	45,5	35,9	1.000	630
158 Ruanda	44,6	43,6	124	118	209	203	35,5	29,6	1.100	1.400
159 Nigéria	42,8	43,3	140	101	265	197	33,2	31,6	..	800

QUADRO 10 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem do IDH	Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [d]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2004	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	ODM Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2004	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Feminino 2000-05 [d]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] (% do coorte) Masculino 2000-05 [d]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Refere-se a [b] 1990-2004 [e]	ODM Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos) Ajustado [c] 2000
160 Guiné	39,3	53,6	197	101	345	155	52,6	49,1	530	740
161 Angola	37,9	40,7	180	154	300	260	33,0	27,8	..	1.700
162 Tanzânia, Rep. U. da	49,5	46,0	129	78	218	126	35,8	33,4	580	1.500
163 Benim	47,0	53,8	149	90	252	152	52,9	48,4	500	850
164 Costa do Marfim	49,8	46,0	158	117	239	194	38,5	34,8	600	690
165 Zâmbia	50,2	37,4	109	102	181	182	18,5	20,0	730	750
166 Malawi	41,8	39,6	189	110	330	175	24,5	23,2	1.100	1.800
167 Congo, Rep. Dem.	46,0	43,1	148	129	245	205	34,4	30,8	1.300	990
168 Moçambique	40,7	41,9	168	104	278	152	30,5	26,7	410	1.000
169 Burundi	44,1	43,5	138	114	233	190	33,1	29,7	..	1.000
170 Etiópia	43,5	47,6	160	110	239	166	40,7	36,6	870	850
171 Chade	40,6	43,6	..	117	..	200	35,1	31,2	830	1.100
172 República Centro-Africana	43,5	39,4	145	115	238	193	24,5	21,9	1.100	1.100
173 Guiné-Bissau	36,5	44,6	..	126	..	203	38,8	33,2	910	1.100
174 Burquina Faso	43,8	47,4	166	97	295	192	41,7	37,9	480	1.000
175 Mali	38,0	47,8	225	121	400	219	44,8	40,8	580	1.200
176 Serra Leoa	35,4	40,6	206	165	363	283	36,2	30,7	1.800	2.000
177 Níger	38,4	44,3	197	152	330	259	40,2	37,8	590	1.600
Países em desenvolvimento	55,6	64,9	109	57	166	83	69,6	62,3	..	..
Países menos desenvolvidos	44,5	52,0	148	94	240	147	47,9	43,5	..	..
Países Árabes	52,1	66,9	132	38	202	51	73,3	66,3	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	60,5	70,4	84	28	122	34	79,2	71,3	..	..
América Latina e Caraíbas	61,1	71,7	86	26	123	31	79,7	68,2	..	..
Ásia do Sul	50,1	63,2	128	62	203	84	67,1	60,0	..	..
África Subsariana	45,8	46,1	144	103	243	174	37,0	33,8	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	69,0	68,1	37	22	46	26	78,8	55,4	..	..
OCDE	70,3	77,6	41	10	52	12	88,4	79,6	..	..
OCDE de rendimento elevado	71,6	78,8	22	5	27	6	89,9	81,8	..	..
Desenvolvimento humano elevado	70,6	77,7	34	9	42	10	88,7	79,6	..	..
Desenvolvimento humano médio	57,4	66,9	103	45	156	60	73,5	64,5	..	..
Desenvolvimento humano baixo	44,4	45,6	151	106	254	178	36,7	34,0	..	..
Rendimento elevado	71,5	78,6	24	6	30	7	89,7	81,6	..	..
Rendimento médio	62,0	70,0	87	27	126	34	78,7	68,4	..	..
Rendimento baixo	48,9	58,3	129	77	206	117	58,5	52,6	..	..
Mundo	59,9	67,0	97	51	146	75	73,1	64,5	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se à probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos, vezes 100.

b Dados declarados pelas autoridades nacionais.

c Dados ajustados com base nas revisões realizadas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização Mundial de Saúde (OMS) e Fundo das Nações Unidas para a População, para considerar os problemas bem documentados de sub-registo e má classificação.

d Os dados referem-se a estimativas para o período indicado.

e Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Colunas 1, 2, 7 e 8: ONU 2005b.

Colunas 3-6 e 10: ONU 2005c, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e OMS

Coluna 9: UNICEF 2005.

QUADRO 11

... para adquirirem conhecimentos ...

Compromisso com a educação: despesa pública

	Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
	Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
Ordem do IDH	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	7,1	7,7	14,6	..	38,3 [c]	29,4 [d]	26,9	35,8 [d]	16,5	31,5 [d]
2 Islândia	..	8,0	..	..	..	41,9 [d]	..	33,7 [d]	..	16,2 [d]
3 Austrália	4,9	4,8	14,8	..	..	34,7 [d]	..	38,8 [d]	..	24,5 [d]
4 Irlanda	5,0	4,3	9,7	..	37,5	32,6 [d]	40,1	35,1 [d]	20,6	26,8 [d]
5 Suécia	7,1	7,0	13,8	..	47,7	..	19,6	..	13,2	..
6 Canadá	6,5	5,2	14,2	..	..	..	..	..	..	34,4 [d]
7 Japão	..	3,7	..	..	..	..	..	..	..	..
8 Estados Unidos	5,1	5,9	12,3	..	..	..	..	..	..	..
9 Suíça	5,3	5,4	18,8	..	49,5	34,3	25,7	38,7	19,4	24,0
10 Países Baixos	5,6	5,3	14,3	..	22,6	34,9	36,9	39,7	31,8	25,3
11 Finlândia	6,5	6,5	11,9	..	..	26,2 [d]	..	40,5 [d]	..	33,3 [d]
12 Luxemburgo	3,0	..	10,8	..	..	..	..	..	..	..
13 Bélgica	5,0	6,2	..	..	23,6 [c]	..	41,7	..	16,4	..
14 Áustria	5,5	5,5	7,6	..	23,9	27,4	46,2	45,9	19,8	22,5
15 Dinamarca	6,9	8,4	11,8	..	..	30,5	..	34,8	..	32,8
16 França	5,6	6,0	..	..	26,4	31,9	40,4	49,5	13,8	17,2
17 Itália	3,0	4,9	..	..	34,5	34,5	61,8	46,5	..	18,1
18 Reino Unido	4,8	5,5	..	11,5 [d]	29,7	..	43,8	..	19,6	..
19 Espanha	4,3	4,5	..	..	29,4	37,5	44,8	42,8	16,1	19,7
20 Nova Zelândia	6,1	6,9	..	15,1	30,5	28,1 [d]	25,3	41,7 [d]	37,4	24,5 [d]
21 Alemanha	..	4,8	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	2,8	4,7	17,4	23,3	..	25,0	..	34,9	..	31,6
23 Israel	6,5	7,3	11,4	13,7	..	45,2	..	30,1	..	17,1
24 Grécia	2,3	4,3	..	..	33,7	29,0 [d]	45,3	36,8 [d]	19,6	29,9 [d]
25 Singapura	3,1	..	18,2	..	..	..	..	..	..	..
26 República da Coreia	3,8	4,6	25,6	16,1	44,5	35,6 [d]	38,6	40,8 [d]	7,2	14,7 [d]
27 Eslovénia	4,8	6,0	16,1	..	43,3	..	37,0	..	17,0	..
28 Portugal	4,6	5,9	..	..	42,9	37,9	35,1	42,2	15,0	16,1
29 Chipre	3,7	7,4	11,6	..	38,8	36,7	49,7	51,3	3,9	12,0
30 República Checa	..	4,6	..	..	..	26,0	..	51,3	..	19,5
31 Barbados	7,8	7,3	22,2	17,3	..	31,9 [d]	..	31,0	..	34,4
32 Malta	4,4	4,6	8,5	..	23,0 [c]	31,6	40,1	47,9	19,0	20,0
33 Koweit	4,8	8,2	3,4	17,4	..	30,4	..	37,5	..	31,0
34 Estado do Brunei Darussalam	3,5	..	..	..	22,4	..	29,6	..	2,0	..
35 Hungria	6,1	6,0	7,8	..	55,4	31,5 [d]	24,6	41,6 [d]	14,9	18,9 [d]
36 Argentina	3,3	3,5	..	14,6	..	43,2 [d]	..	39,2 [d]	..	17,6 [d]
37 Polónia	5,2	5,8	14,6	12,8	36,5 [c]	40,5 [d]	..	39,1 [d]	..	18,4 [d]
38 Chile	2,5	3,7	10,0	18,5	..	49,8	..	39,1	..	11,1
39 Barém	3,9	..	12,8	..	..	..	..	..	..	..
40 Estónia	..	5,7	..	..	..	32,2	..	40,2	..	20,9
41 Lituânia	5,5	5,2	20,6	..	..	..	..	..	..	23,1
42 Eslováquia	5,6	4,4	..	..	..	26,8 [d]	..	50,7 [d]	..	18,8 [d]
43 Uruguai	2,5	2,2	16,6	7,9	36,4 [c]	..	29,3	..	24,4	..
44 Croácia	5,5	4,5	..	10,0	..	32,4 [d]	..	46,2 [d]	..	19,3
45 Letónia	4,1	5,4	16,9	..	..	..	..	..	..	..
46 Catar	3,5	..	..	..	..	..	..	..	..	..
47 Seicheles	6,5	5,4 [d]	11,6	..	..	39,8 [d]	..	30,0 [d]	..	18,3 [d]
48 Costa Rica	3,4	4,9	21,8	18,5	38,2	65,7	21,6	34,3	36,1	..
49 Emirados Árabes Unidos	1,9	1,6 [d]	15,0	22,5 [d]	..	45,2 [d]	..	50,6 [d]	..	2,6 [d]
50 Cuba	9,7	..	10,8	19,4	27,1	41,0	37,2	35,6	15,2	20,6
51 São Cristóvão e Nevis	2,7	4,4 [d]	11,6	12,7	42,7	42,1	56,2	36,5	..	..
52 Baamas	3,7	..	16,3	..	..	..	..	..	..	..
53 México	3,8	5,8	15,3	..	39,4	49,2	27,6	28,6	16,7	19,6

QUADRO 11 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
		Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
54	Bulgária	5,4	4,2	..	..	70,0	38,2 [d]	..	47,2 [d]	13,8	14,3 [d]
55	Tonga	..	4,8	..	13,5	..	59,1 [c]	..	26,5	..	..
56	Omã	3,4	4,6 [d]	15,8	26,1 [d]	52,3 [c]	43,4 [c, d]	39,7	38,6 [d]	6,6	9,6 [d]
57	Trindade e Tobago	4,1	4,3 [d]	12,4	..	..	..	..	..	..	..
58	Panamá	4,6	3,9 [d]	18,9	8,9 [d]	35,9 [c]	..	22,4	..	20,2	..
59	Antígua e Barbuda	..	3,8	..	..	..	31,9	..	34,8	..	7,0
60	Roménia	3,5	3,6	..	..	..	23,2 [d]	..	47,1 [d]	..	17,3 [d]
61	Malásia	5,1	8,0	18,0	28,0	34,0 [c]	29,3 [d]	34,9	33,2 [d]	19,9	36,5 [d]
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	3,8	4,7	11,8	15,7	37,7	31,4	36,4	40,2	16,6	14,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	3,6	3,7	..	12,3	..	..	..	..	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	3,4	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bielorrússia	5,7	5,8	..	13,0	37,7 [c]	..	..	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	..	4,1	..	10,9	..	..	..	..	..	..
70	Colômbia	2,4	4,9	14,3	11,7	..	42,2	..	29,1	..	12,9
71	Santa Lúcia	..	5,0	..	..	48,1 [c]	47,7	..	33,2	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	4,5	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
73	Albânia	..	2,8 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Tailândia	3,1	4,2	20,0	40,0 [e]	56,2	..	21,6	..	14,6	..
75	Samoa (Ocidental)	..	4,3 [d]	..	13,7 [d]	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	5,8	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	6,2	4,6	18,9	18,3	..	..	..	..	..	..
78	Líbano	..	2,6	..	12,7	..	..	..	..	..	26,4
79	Cazaquistão	3,9	2,4	19,1	..	..	..	..	..	..	..
80	Arménia	..	3,2 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
81	China	2,2	..	12,7	..	..	..	..	..	..	..
82	Peru	2,8	3,0	..	17,1	..	44,1	..	28,4	..	15,0
83	Equador	3,4	..	17,5	..	..	..	..	..	..	..
84	Filipinas	3,0	3,2	10,5	17,2	..	59,5 [d]	..	24,6 [d]	..	13,7 [d]
85	Granada	4,9	5,2	11,9	12,9	..	40,8 [d]	..	34,7 [d]	..	11,1 [d]
86	Jordânia	8,0	..	19,1	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunísia	6,0	8,1	14,3	..	..	36,7 [c, d]	..	43,9 [d]	..	19,4
88	São Vicente e Granadinas	5,9	11,1	13,8	20,3	64,1	47,1	31,7	17,4	..	..
89	Suriname	..	..	..	..	59,0 [c]	..	15,2	..	9,1	..
90	Fiji	5,1	6,4	..	20,0	..	40,3	..	33,5	..	16,3
91	Paraguai	1,9	4,3	10,3	10,8	..	54,6	..	28,3	..	16,9
92	Turquia	2,4	3,7	..	..	59,2 [c]	..	29,2	..	-	..
93	Sri Lanca	3,2	..	8,4	..	..	..	..	..	..	..
94	República Dominicana	..	1,1	..	6,3	..	66,5	..	10,6	..	..
95	Belize	4,6	5,1	18,5	18,1	60,3 [c]	55,3	..	28,2	..	13,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	4,1	4,8	22,4	17,9	..	24,7	..	35,5	..	14,5
97	Geórgia	..	2,9	..	13,1	..	..	..	..	..	..
98	Maldivas	7,0	8,1 [d]	16,0 [d]	..	..	..	..	..	..	..
99	Azerbaijão	7,7	3,3 [d]	24,7	19,2	..	25,3 [d]	..	52,6 [d]	..	5,7
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	1,8	2,8 [d]	15,2	20,0	..	60,0 [d]	..	23,6 [d]	..	7,0
102	Argélia	5,1	..	22,0	..	..	..	..	..	..	..
103	Guiana	2,2	5,5	6,5	18,4	..	55,9	..	23,0	..	4,1
104	Jamaica	4,5	4,9	12,8	9,5	37,4	36,9 [d]	33,2	42,6 [d]	21,1	19,5 [d]
105	Turquemenistão	3,9	..	19,7	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	3,6	7,3	19,9	20,7	..	44,2 [c]	..	26,3	..	11,6

QUADRO 11

Ordem do IDH	Despesa pública de educação: Em % do PIB 1991	Em % do PIB 2002-04 [b]	Em % da despesa pública total 1991	Em % da despesa pública total 2002-04 [b]	Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis): Pré-primária e primária 1991	Pré-primária e primária 2002-04 [b]	Secundário 1991	Secundário 2002-04 [b]	Superior 1991	Superior 2002-04 [b]
107 República Árabe Síria	3,9	..	14,2	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésia	1,0	0,9	..	9,0 [d]	..	39,3 [d]	..	41,6 [d]	..	19,2 [d]
109 Vietname	1,8	..	9,7	..	..	..	..	..	..	..
110 Quirguizistão	6,0	4,4 [d]	22,7	..	..	22,6 [d]	..	45,6 [d]	..	18,7
111 Egipto	3,9	..	..	..	..	..	..	..	..	..
112 Nicarágua	3,4	3,1 [d]	12,1	15,0	..	..	..	..	..	..
113 Usbequistão	9,4	..	17,8	..	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	5,3	4,9 [d]	21,6	21,4	..	37,4 [d]	..	52,0 [d]	..	10,6
115 Bolívia	2,4	6,4 [d]	..	18,1	..	49,3	..	25,3	..	22,6
116 Mongólia	11,5	5,6	22,7	..	..	43,3	..	31,9	..	19,4
117 Honduras	3,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..
118 Guatemala	1,3	..	13,0	..	..	..	..	..	..	..
119 Vanuatu	4,6	9,6	18,8	..	..	..	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	..	0,6 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
121 África do Sul	5,9	5,4	..	18,1	75,6 [c]	40,5	..	36,1	21,5	13,9
122 Tajiquistão	..	2,8	24,4	16,9	..	29,5 [d]	..	49,7 [d]	..	5,6
123 Marrocos	5,0	6,3	26,3	27,8	35,0 [c]	40,5 [c]	48,7	44,5	16,3	14,7
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namíbia	7,9	7,2	..	..	..	..	..	..	..	..
126 Índia	3,7	3,3	12,2	10,7	..	..	..	..	..	..
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	3,8	..	7,9	..	56,5	..	29,8	..	13,7	..
129 Camboja	..	2,0	..	..	..	..	..	..	..	..
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botsuana	6,2	..	17,0	..	..	..	..	..	..	..
132 Comores	..	3,9	..	24,1	..	..	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	2,3	..	11,0 [d]	..	58,5	..	23,9	..	9,8
134 Paquistão	2,6	2,0	7,4	..	..	..	..	..	..	..
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	..	..	..	..	..	39,2 [e]	..	37,4 [e]	..	18,0 [e]
137 Bangladeche	1,5	2,2	10,3	15,5	..	39,0 [c]	..	49,5	..	11,5
138 Nepal	2,0	3,4	8,5	14,9	..	53,4 [d]	..	27,5	..	12,4
139 Papuásia-Nova Guiné	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
140 Congo	7,4	3,2 [d]	..	..	..	41,1 [d]	..	30,6 [d]	..	26,5 [d]
141 Sudão	6,0	..	2,8	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	2,5	3,3	..	18,2	..	..	..	..	..	..
144 Camarões	3,2	3,8	19,6	17,2	..	..	..	..	..	10,9
145 Uganda	1,5	5,2 [d]	11,5	18,3 [d]	..	61,9 [c, d]	..	19,9 [d]	..	12,1 [d]
146 Suazilândia	5,8	6,2	19,5	..	31,1 [c]	37,7 [d]	..	28,0 [d]	..	26,6
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	..	2,6	..	13,6	..	..	..	..	..	17,3
148 Djibuti	3,5	6,1	11,1	20,5	53,4 [c]	..	21,1	..	13,9	..
149 Lesoto	6,2	9,0 [d]	12,2	..	..	50,8 [c, d]	..	25,6 [d]	..	19,7 [d]
150 Iémen	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
151 Zimbabué	7,7	..	..	..	54,1 [c]	..	28,6	..	-	..
152 Quénia	6,7	7,0	17,0	29,2	49,1 [c]	64,1	..	25,2	..	10,8
153 Mauritânia	4,6	3,4 [d]	13,9	..	..	54,3 [c]	..	32,6	..	4,3
154 Haiti	1,4	..	20,0	..	53,1	..	19,0	..	9,1	..
155 Gâmbia	3,8	1,9 [d]	14,6	8,9	41,6 [c]	..	21,2	..	17,8	..
156 Senegal	3,9	4,0	26,9	..	43,0 [c]	44,7	..	15,6	..	22,9
157 Eritreia	..	3,8	..	..	..	32,5 [c]	..	14,7	..	31,2
158 Ruanda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
159 Nigéria	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..	

QUADRO 11 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública de educação				Despesa pública de educação por nível [a] (% de todos os níveis)					
		Em % do PIB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]	1991	2002-04 [b]
160	Guiné	2,0	..	25,7	..	..	..	..	..	..	
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzânia, Rep. U. da	2,8	..	11,4	..	..	..	..	..	..	..
163	Benim	..	3,3 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
164	Costa do Marfim	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
165	Zâmbia	2,8	2,8	7,1	14,8	..	63,5 [c]	..	13,4	..	18,2
166	Malawi	3,2	6,0	11,1	..	44,7 [c]	62,7 [c]	..	10,2	..	..
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
169	Burundi	3,5	5,2	17,7	13,0	43,0 [c]	44,4	28,1	31,7	27,2	23,9
170	Etiópia	3,4	4,6 [d]	9,4	..	53,9	..	28,1	..	..	..
171	Chade	1,6	..	..	..	47,1	..	20,9	..	8,2	..
172	República Centro-Africana	2,2	..	..	..	54,5 [c]	..	16,7	..	23,7	..
173	Guiné-Bissau	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
174	Burquina Faso	2,6	..	..	..	..	..	..	..	..	..
175	Mali	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
176	Serra Leoa	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
177	Níger	3,3	2,3	18,6	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Devido a limitações nos dados e a mudanças na metodologia, as comparações da despesa de educação, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver www.uis.unesco.org.

a As despesas por nível podem não somar 100% devido aos arredondamentos ou à omissão das categorias 'despesas na educação pós-secundária' e 'despesas não afectadas por nível'.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

c Os dados referem-se a despesa do ensino primário.

d Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem estimativas nacionais disponíveis.

e Os dados referem-se a 2005.

FONTES

Colunas 1-5 e 7-10: Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

Coluna 6: calculada com base nos dados da despesa pública de educação nos níveis pré-primário e primário do Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

QUADRO 12

... para adquirirem conhecimentos ...

Literacia e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	..	..	..	..	100	99	88	96	101	100	17
2 Islândia	..	..	..	..	101 [g]	99 [g]	..	86 [g]	..	100 [h]	17
3 Austrália	..	..	..	..	99	96	79 [g]	85 [g]	99	86 [g]	23
4 Irlanda	..	..	..	..	90	96	80	87	101	100	23 [i]
5 Suécia	..	..	..	..	100	99	85	98	102	..	30
6 Canadá	..	..	..	..	98	99 [g, j]	89	94 [k]	97	..	20 [i]
7 Japão	..	..	..	..	100	100	97	100 [g]	100	..	20
8 Estados Unidos	..	..	..	..	97	92	85	90	..	..	..
9 Suíça	..	..	..	..	84	94	80	83	..	..	..
10 Países Baixos	..	..	..	..	95	99	84	89	..	100	16
11 Finlândia	..	..	..	..	98 [g]	99	93	94	101	100	38
12 Luxemburgo	..	..	..	..	..	91	..	79	..	92 [g, h]	..
13 Bélgica	..	..	..	..	96	99	87	97 [g, l]	91	..	21
14 Áustria	..	..	..	..	88 [g]	..	..	..	..	..	25
15 Dinamarca	..	..	..	..	98	100	87	92	94	100 [m]	19
16 França	..	..	..	..	101	99	..	96	96	98 [k]	..
17 Itália	97,7	98,4	99,8	99,8	103 [g]	99	..	92	..	96 [j]	24
18 Reino Unido	..	..	..	..	100 [g]	99	81	95	..	..	..
19 Espanha	96,3	..	99,6	..	103	99	..	97	..	..	31
20 Nova Zelândia	..	..	..	..	98	99	85	95	..	..	19
21 Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	98,2	..	..	93 [n]	..	78 [n]	101	100	30 [i, n]
23 Israel	91,4	97,1	98,7	99,8	92 [g]	98	..	89	..	100	30
24 Grécia	94,9	96,0	99,5	98,9	95	99	83	87	101	..	32
25 Singapura	88,8	92,5	99,0	99,5	..	..	..	..	..	..	..
26 República da Coreia	..	..	99,8	..	104	100	86	88	99	100	41
27 Eslovénia	99,6	..	99,8	..	96 [g]	98	..	95	..	..	22
28 Portugal	87,2	..	99,5	..	98	99	..	82 [l]	..	..	29
29 Chipre	94,3	96,8	99,7	99,8	87	96 [n]	69	93 [n]	101	99	17
30 República Checa	..	..	..	..	87 [g]	..	..	..	..	98	30
31 Barbados	99,4	..	99,8	..	80 [g]	97	..	95	..	97	..
32 Malta	88,4	87,9 [o]	97,5	96,0 [o]	97	94	78	88	103	99 [h]	15
33 Koweit	76,7	93,3	87,5	99,7	49 [g]	86 [g]	..	78 [g, h]	..	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	85,5	92,7	97,9	98,9	92	..	71	..	..	93 [m]	8
35 Hungria	99,1	..	99,7	..	91	89	75	91 [g]	98	..	19
36 Argentina	95,7	97,2	98,2	98,9	..	99 [l]	..	79	..	84 [h]	19
37 Polónia	99,6	..	99,8	..	97	97	76	90	98	100	20
38 Chile	94,0	95,7	98,1	99,0	89	..	55	..	92	99	29
39 Barém	82,1	86,5	95,6	97,0	99	97	85	90	89	100	21
40 Estónia	99,8	99,8	99,8	99,8	100 [g]	94	..	90	..	99	22
41 Lituânia	99,3	99,6	99,8	99,7	..	89	..	93	..	..	26
42 Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	26
43 Uruguai	96,5	..	98,7	..	91	..	..	..	97	88 [h]	..
44 Croácia	96,9	98,1	99,6	99,6	79	87 [l]	63 [g]	85 [l]	..	..	24
45 Letónia	99,8	99,7	99,8	99,8	92 [g]	..	..	..	..	..	17
46 Catar	77,0	89,0	90,3	95,9	89	95	70	87	64	..	19
47 Seicheles	..	91,8	..	99,1	..	96 [n]	..	93 [n]	93	99 [h]	..
48 Costa Rica	93,9	94,9	97,4	97,6	87	..	38	..	84	92 [g]	23
49 Emirados Árabes Unidos	71,0	..	84,7	..	103	71	60	62	80	95	..
50 Cuba	95,1	99,8	99,3	100,0	93	96	70	87	92	98	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	94 [n]	..	98 [n]	..	87 [m]	..
52 Baamas	..	..	96,5	..	90 [g]	84	..	74	84	..	..
53 México	87,3	91,0	95,2	97,6	98	98	44	64	80	93	33

QUADRO 12 Literacia e escolarização

Ordem do IDH		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
54	Bulgária	97,2	98,2	99,4	98,2	86	95	63	88	91	..	27
55	Tonga	..	98,9 [o]	..	99,3 [o]	..	96 [j]	..	68 [g]	..	92 [m]	..
56	Omã	54,7	81,4	85,6	97,3	69	78	..	75	97	98	14
57	Trindade e Tobago	96,8	..	99,6	..	91	92 [n]	..	72 [g]	..	100 [n]	..
58	Panamá	89,0	91,9	95,3	96,1	..	98	..	64	..	84 [g]	21
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	97,1	97,3	99,3	97,8	81 [g]	92	..	81	..	..	26
61	Malásia	80,7	88,7	94,8	97,2	..	93 [l]	..	76 [l]	97	98 [h]	40
62	Bósnia e Herzegovina	..	96,7	..	99,8	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	79,8	84,4	91,1	94,5	91	95	..	80 [g]	97	99 [j]	26
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	68,1	..	91,0	..	96 [g]	..	..	..	..	..	31
65	Federação da Rússia	99,2	99,4	99,8	99,7	99 [g]	91 [g]	..	..	..	..	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	..	96,1	..	98,7	94	92	..	81 [g, h]	..	..	..
67	Bielorrússia	99,5	99,6 [o]	99,8	99,8 [o]	86 [g]	90	..	87	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	..	..	88 [n]	..	90 [g]	75	84	..
69	Brasil	82,0	88,6	91,8	96,8	85	93 [l]	17	76 [l]	73	..	16
70	Colômbia	88,4	92,8	94,9	98,0	69	83	34	55 [g]	76	77 [g]	32
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	95 [g]	98	..	71 [g]	96	90	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	88,9	93,0	96,0	97,2	87	92	18	61	86	91	..
73	Albânia	77,0	98,7	94,8	99,4	95 [g]	96 [l]	..	74 [l]	..	..	11
74	Tailândia	92,4	92,6	98,1	98,0	76 [g]	..	..	..	..	..	..
75	Samoa (Ocidental)	98,0	..	99,0	..	..	90 [g]	..	66 [g]	..	94 [m]	14
76	Arábia Saudita	66,2	79,4	85,4	95,9	59	59 [h]	31	52 [g]	83	94	14
77	Ucrânia	99,4	99,4	99,8	99,8	80 [g]	82	..	84	..	..	..
78	Líbano	80,3	..	92,1	..	73 [g]	93	..	..	..	98	26
79	Cazaquistão	98,8	99,5 [o]	99,8	99,8 [o]	89 [g]	93	..	92	..	..	..
80	Arménia	97,5	99,4	99,5	99,8	..	94	..	89	..	..	7 [i]
81	China	78,3	90,9	95,3	98,9	97	..	..	..	86	..	..
82	Peru	85,5	87,7	94,5	96,8	..	97	..	69	..	90	..
83	Equador	87,6	91,0	95,5	96,4	98 [g]	98 [g]	..	52	..	76 [g]	..
84	Filipinas	91,7	92,6	97,3	95,1	96 [g]	94	..	61	..	75	25
85	Granada	..	..	..	..	..	84 [n]	..	78 [g]	..	79 [h]	..
86	Jordânia	81,5	89,9	96,7	99,1	94	91	..	81	..	99	27
87	Tunísia	59,1	74,3	84,1	94,3	94	97	..	67 [g, h]	86	97	..
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	94 [g]	..	62	..	88 [g, h]	..
89	Suriname	..	89,6	..	94,9	81 [g]	92 [g, l]	..	63 [g, l]	..	..	19
90	Fiji	88,6	..	97,8	..	..	96	..	83 [g]	87	99	..
91	Paraguai	90,3	..	95,6	..	94	..	26	..	74	82 [h]	..
92	Turquia	77,9	87,4	92,7	95,6	89	89 [g]	42	..	98	95 [g]	..
93	Sri Lanca	88,7	90,7	95,1	95,6	..	97 [g]	..	..	92	..	..
94	República Dominicana	79,4	87,0	87,5	94,2	57 [g]	86	..	49 [g]	..	59	..
95	Belize	89,1	..	96,0	..	94 [g]	95	31	71 [g]	67	91 [m]	9 [i]
96	Irão, Rep. Islâmica do	63,2	77,0	86,3	..	92 [g]	89	..	78	90	88 [h]	38
97	Geórgia	..	..	..	..	97 [g]	93	..	81	..	..	28
98	Maldivas	94,8	96,3	98,1	98,2	..	90 [h]	..	51 [g, h]	..	..	..
99	Azerbaijão	..	98,8 [o]	..	99,9 [o]	89	84	..	77	..	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	92,4	..	99,0	..	86	..	89	..	..	18
101	El Salvador	72,4	..	83,8	..	..	92 [g]	..	48 [g, l]	58	73 [g]	23
102	Argélia	52,9	69,9	77,3	90,1	89	97	53	66 [g]	95	96	18 [i]
103	Guiana	97,2	..	99,8	..	89	..	67	..	..	64 [g, j]	22
104	Jamaica	82,2	79,9 [o, p]	91,2	..	96	91	64	79	..	90 [h]	..
105	Turquemenistão	..	98,8 [o]	..	99,8 [o]	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	63,8	..	81,5	..	91 [g]	92	..	55	..	91	..

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
107 República Árabe Síria	64,8	79,6	79,9	92,2	91	95 [h]	43	58	96	92 [j]	..
108 Indonésia	79,5	90,4	95,0	98,7	97	94	39	57	84	92	..
109 Vietname	90,4	90,3 [o]	94,1	93,9 [o]	90 [g]	93 [g, h]	..	65 [g, h]	..	87 [g, h]	..
110 Quirguizistão	..	98,7 [o]	..	99,7 [o]	92 [g]	90	..	..	..	..	14
111 Egipto	47,1	71,4	61,3	84,9	84 [g]	95 [g]	..	79 [g, h]	..	99 [g]	..
112 Nicarágua	62,7	76,7	68,2	86,2	73	88	..	41	44	59 [g]	..
113 Usbequistão	98,7	..	99,6	..	78 [g]	..	..	..	..	..	..
114 Moldávia, República da	97,5	98,4	99,8	99,5	89 [g]	86 [n]	..	77 [n]	..	..	..
115 Bolívia	78,1	86,7	92,6	97,3	..	95 [g]	..	74 [g]	..	86 [g]	..
116 Mongólia	97,8	97,8	98,9	97,7	90 [g]	84	..	82	..	..	24
117 Honduras	68,1	80,0	79,7	88,9	89 [g]	91	21	..	..	..	23
118 Guatemala	61,0	69,1	73,4	82,2	..	93	..	34 [g]	..	78 [g]	19 [i]
119 Vanuatu	..	74,0 [o]	..	..	..	94	17	39 [g]	..	72 [k]	..
120 Guiné Equatorial	73,3	87,0	92,7	94,9	91 [g]	85 [h]	..	24 [g, j]	..	33 [g, j]	..
121 África do Sul	81,2	82,4 [o]	88,5	93,9 [o]	90	89 [l]	45	62 [g, m]	..	84 [h]	19
122 Tajiquistão	98,2	99,5	99,8	99,8	77 [g]	97	..	79	..	..	..
123 Marrocos	38,7	52,3	55,3	70,5	56	86	..	35 [g, l]	75	76	18
124 Gabão	..	..	..	..	85 [g]	77 [g, j]	..	..	..	69 [g, h]	..
125 Namíbia	74,9	85,0	87,4	92,3	..	74 [l]	..	37 [l]	62	88 [g, h]	12
126 Índia	49,3	61,0	64,3	76,4	..	90 [g]	..	..	..	79	22
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	98	..	26	..	66	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	80	..	26 [g, l]	88	..	..
129 Camboja	62,0	73,6	73,5	83,4	69 [g]	98	..	26 [g]	..	60	19
130 Mianmar	80,7	89,9	88,2	94,5	98 [g]	87	..	37	..	69	42
131 Botsuana	68,1	81,2	83,3	94,0	83	82 [g]	35	61 [g]	84	91 [g]	19
132 Comores	53,8	..	56,7	..	57 [g]	55 [m, n]	..	..	..	63	11
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	56,5	68,7	70,1	78,5	63 [g]	84	..	37	..	63	11 [i]
134 Paquistão	35,4	49,9	47,4	65,5	33 [g]	66 [n]	..	..	..	70 [q]	..
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	91 [m]	..
136 Gana	58,5	57,9	81,8	70,7	54 [g]	58	..	36 [g]	80	63 [h]	26
137 Bangladeche	34,2	..	42,0	..	..	94 [n]	..	48 [l]	..	65	13
138 Nepal	30,4	48,6	46,6	70,1	..	78 [l, n]	..	..	51	67 [g]	..
139 Papuásia-Nova Guiné	56,6	57,3	68,6	66,7	..	..	..	..	69	68 [g, h]	..
140 Congo	67,1	..	92,5	..	79 [g]	..	..	..	60	66 [h]	11 [i]
141 Sudão	45,8	60,9 [r]	65,0	77,2 [r]	40 [g]	43 [g, m]	..	..	94	92	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	20 [g, j]	..	..	..
143 Madagáscar	58,0	70,7	72,2	70,2	64 [g]	89	..	11 [g, k]	21	57	20
144 Camarões	57,9	67,9	81,1	..	74 [g]	..	..	..	..	64 [g, h]	23 [n]
145 Uganda	56,1	66,8	70,1	76,6	..	..	..	15	36	64 [j]	..
146 Suazilândia	71,6	79,6	85,1	88,4	77 [g]	77 [l]	31	29 [l]	77	77 [h]	9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147 Togo	44,2	53,2	63,5	74,4	64	79	15	22 [g, m]	48	76	..
148 Djibuti	..	..	73,2	..	29	33	..	19 [g]	87	88 [g, j]	22
149 Lesoto	78,0	82,2	87,2	..	71	86	15	23	66	63	6 [i]
150 Iémen	32,7	..	50,0	..	51 [g]	75 [g]	..	34 [g, m]	..	73 [g]	..
151 Zimbabué	80,7	..	93,9	..	..	82 [l]	..	34 [l]	76	70 [g, h]	..
152 Quénia	70,8	73,6	89,8	80,3	..	76	..	40 [g]	77	75 [n]	29
153 Mauritânia	34,8	51,2	45,8	61,3	35 [g]	74	..	14 [g]	75	82	10 [g]
154 Haiti	39,7	..	54,8	..	22	..	..	..	..	..	..
155 Gâmbia	..	..	42,2	..	48 [g]	75 [g]	..	45 [g]	..	..	21
156 Senegal	28,4	39,3	40,1	49,1	43 [g]	66	..	15	85	78	..
157 Eritreia	..	..	60,9	..	16 [g]	48	..	24	..	80	37
158 Ruanda	53,3	64,9	72,7	77,6	66	73	7	..	60	46	..
159 Nigéria	48,7	..	73,6	..	58 [g]	60 [g]	..	27 [g]	89	36	..

QUADRO 12 Literacia e escolarização

Ordem do IDH	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 1990	2004	ODM Taxa de literacia de jovens [a] (% 15-24 anos) 1990	2004	ODM Taxa de escolarização primária líquida [b] (%) 1991 [e]	2004 [e]	Taxa de escolarização secundária líquida [b, c] (%) 1991 [e]	2004 [e]	ODM Crianças que atingem o 5.º ano [d] (em % de estudantes do 1.º ano) 1991 [e]	2003 [e]	Estudantes do superior em ciências, engenharia, indústria e construção (em % dos estudantes de ensino superior) 1999-2004 [e, f]
160 Guiné	..	29,5	..	46,6	27 [g]	64	..	21 [g]	59	82	34
161 Angola	..	67,4	..	72,2	50 [g]	..	..	..	..	..	18
162 Tanzânia, Rep. U. da	62,9	69,4	83,1	78,4	49	86	..	..	81 [g]	88	..
163 Benim	26,4	34,7	40,4	45,3	41 [g]	83	..	17 [g, j]	55	69	25
164 Costa do Marfim	38,5	48,7	52,6	60,7	45	56 [l, n]	..	20 [g, h]	73	88 [g, m]	..
165 Zâmbia	68,2	68,0 [o]	81,2	69,5 [o]	..	80	..	24 [g]	..	98 [j]	..
166 Malawi	51,8	64,1 [o]	63,2	76,0 [o]	48	95	..	25	64	44 [j]	33
167 Congo, Rep. Dem.	47,5	67,2	68,9	70,4	54	..	..	..	55	..	..
168 Moçambique	33,5	..	48,8	..	43	71	..	4	34	49 [j]	24
169 Burundi	37,0	59,3	51,6	73,3	53 [g]	57	..	..	62	63	10 [i]
170 Etiópia	28,6	..	43,0	..	22 [g]	46	..	25 [g]	18	..	19
171 Chade	27,7	25,7	48,0	37,6	35 [g]	57 [g, l]	..	11 [g, l]	51 [g]	46 [g]	..
172 República Centro-Africana	33,2	48,6	52,1	58,5	52	..	..	..	23	..	..
173 Guiné-Bissau	..	..	44,1	..	38 [g]	45 [g, j]	..	9 [g, j]	..	..	..
174 Burquina Faso	..	21,8	..	31,2	29	40	..	10 [g]	70	76	..
175 Mali	18,8	19,0 [o]	27,6	24,2 [o]	21 [g]	46	5 [g]	..	70 [g]	79	..
176 Serra Leoa	..	35,1	..	47,6	43 [g]	..	..	..	..	..	8
177 Níger	11,4	28,7	17,0	36,5	22	39	5	7	62	74	..
Países em desenvolvimento	68,8	78,9	83,0	87,4	..	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	52,4	63,7	66,9	71,9	..	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	49,8	69,9	66,4	85,3	..	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	79,7	90,7	95,0	97,8	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	85,6	90,2	93,3	96,7	..	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	49,1	60,9	62,7	75,1	..	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	55,5	63,3	70,7	71,1	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	98,7	99,2	99,7	99,6	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	71,2	80,5	84,2	88,9	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	48,1	57,9	65,1	65,9	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	81,0	89,9	93,5	96,9	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	51,6	62,3	65,9	75,2	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados para 1990 referem-se a estimativas produzidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO baseados em dados anteriores a 1990; os dados para 2004 referem-se a estimativas nacionais de alfabetização a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações entre países e no tempo devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org/.

b A taxa de escolarização líquida é o rácio entre as crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização líquidas que excedem os 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.

c As taxas de escolarização são baseadas na nova Classificação Internacional Tipo de Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997) e por isso podem não ser exactamente comparáveis com as dos anos anteriores.

d As taxas são calculadas com base nas taxas de sobrevivência, que podem por vezes exceder 100% devido a flutuações nas matrículas.Quando esses resultados são publicados devem ser interpretados como um país com uma taxa de sobrevivência que se aproxima dos 100%.

e Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO.

f Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

g Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se ao ano escolar 2002.

i Os valores devem ser tratados com precaução porque o número relatado de alunos matriculados na categoria «desconhecido ou não especificado» representa mais de 10% do total das matrículas.

j Os dados referem-se ao ano escolar 2001.

k Os dados referem-se ao ano escolar 1999.

l Os dados referem-se ao ano escolar 2003.

m Os dados referem-se ao ano escolar 2000.

n Estimativas nacionais.

o Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

p Os dados baseiam-se numa avaliação de alfabetização.

q Os dados referem-se ao ano escolar 2004.

r As estimativas são baseadas principalmente em informações do Norte do Sudão.

FONTES

Colunas 1-4: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 5-10: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Coluna 11: Instituto de Estatística da UNESCO 2006d.

QUADRO 13

... para adquirirem conhecimentos ...

Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1 Noruega	503	669	46	861	7	390	..	52,6	1,7	4.587
2 Islândia	512	652	39	998	0	772	14	5,8	3,1	6.807
3 Austrália	456	541	11	818	6	646	26	23,6	1,6	3.670
4 Irlanda	280	496	7	929	0	265	80	54,2	1,1	2.674
5 Suécia	683	708	54	1.034	6	756	275	384,0	4,0	5.416
6 Canadá	550	..	21	469	4	626	35	94,5	1,9	3.597
7 Japão	441	460	7	716	(.)	587	874	122,7	3,1	5.287
8 Estados Unidos	545	606	21	617	8	630	281	178,2	2,6	4.484
9 Suíça	587	710	19	849	6	474	..	..	2,6	3.601
10 Países Baixos	464	483	5	910	3	614	116	259,2	1,8	2.482
11 Finlândia	535	453	52	954	4	629	222	162,3	3,5	7.992
12 Luxemburgo	481	..	2	..	0	597	..	355,7	1,8	4.301
13 Bélgica	393	456	4	876	(.)	403	..	..	2,3	3.478
14 Áustria	418	460	10	978	1	477	95	20,9	2,2	2.968
15 Dinamarca	566	643	29	956	1	696	28	..	2,5	5.016
16 França	495	561	5	738	1	414	156	84,1	2,2	3.213
17 Itália	394	451	5	1.090	(.)	501	..	13,3	1,2	1.213
18 Reino Unido	441	563	19	1.021	1	628	64	202,1	1,9	2.706
19 Espanha	325	416	1	905	(.)	336	39	11,4	1,1	2.195
20 Nova Zelândia	426	443	16	745	0	788	..	24,7	1,2	3.405
21 Alemanha	401	661	3	864	1	500	156	61,7	2,5	3.261
22 Hong Kong, China (RAE)	434	549	23	1.184	0	506	5	49,5 [c]	0,6	1.564
23 Israel	349	441	3	1.057	1	471	..	74,7	4,9	1.613
24 Grécia	389	466	0	999	0	177	29	2,9	0,6	1.413
25 Singapura	346	440	17	910	0	571	75	52,4	2,2	4.745
26 República da Coreia	310	542	2	761	(.)	657	738	37,6	2,6	3.187
27 Eslovénia	211	..	0	951	0	476	115	6,0	1,5	2.543
28 Portugal	240	404	1	981	0	281	10	3,9	0,9	1.949
29 Chipre	361	507	5	776	0	361	..	21,4	0,3	563
30 República Checa	157	338	0	1.054	0	470	29	5,6	1,3	1.594
31 Barbados	281	505	0	744	0	558	..	8,6	..	..
32 Malta	356	..	0	..	0	750	..	(.)	0,3	694
33 Koweit	156	202	10	813	0	244	..	0,0	0,2	69
34 Estado do Brunei Darussalam	136	..	7	..	0	153	..	..	..	274
35 Hungria	96	354	(.)	863	0	267	15	54,5	0,9	1.472
36 Argentina	93	227	(.)	352	0	133	..	1,5	0,4	720
37 Polónia	86	..	0	605	0	236	20	0,7	0,6	1.581
38 Chile	66	206	1	593	0	267	..	3,0	0,6	444
39 Barém	191	268	10	908	0	213	..	..	..	..
40 Estónia	204	329	0	931	0	497	4	3,0	0,8	2.523
41 Lituânia	211	239	0	996	0	282	18	0,2	0,7	2.136
42 Eslováquia	135	232	0	794	0	423	7	9,2 [c]	0,6	1.984
43 Uruguai	134	291	0	174	0	198	1	0,0	0,3	366
44 Croácia	172	425	(.)	640	0	293	6	8,9	1,1	1.296
45 Letónia	232	273	0	664	0	350	38	3,5	0,4	1.434
46 Catar	197	246	8	631	0	212	..	..	..	..
47 Seicheles	124	253	0	589	0	239	..	..	..	19
48 Costa Rica	92	316	0	217	0	235	..	0,1	0,4	368
49 Emirados Árabes Unidos	224	275	19	853	0	321	..	..	..	..
50 Cuba	32	68	0	7	0	13	4	..	0,6	537
51 São Cristóvão e Nevis	231	532	0	213	0	..	..	..	..	..
52 Baamas	274	439	8	584	0	292	..	0,0 [c]	..	..
53 México	64	174	1	370	0	135	2	0,9	0,4	268

QUADRO 13 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH		ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
54	Bulgária	250	357	0	609	0	283	11	0,9	0,5	1.263
55	Tonga	46	..	0	..	0	29	..	..	..	..
56	Omã	57	95	1	318	0	97	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	136	247	0	498	0	123	..	..	0,1	399
58	Panamá	90	118	0	270	0	94	..	0,0	0,3	97
59	Antígua e Barbuda	254	474	0	674	0	250	..	..	..	..
60	Roménia	102	202	0	471	0	208	43	0,4	0,4	976
61	Malásia	89	179	5	587	0	397	..	0,8 [c]	0,7	299
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	0	..	0	58	(.)	..	..	..
63	Maurícia	53	287	2	413	0	146	..	0,1	0,4	201
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	51	..	0	..	0	36	..	0,0	..	361
65	Federação da Rússia	140	..	0	517	0	111	133	1,6	1,3	3.319
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	150	308	0	..	0	78	11	1,5	0,3	..
67	Bielorrússia	154	329	0	249	0	163	76	0,2	0,6	1.871
68	Domínica	161	293	0	585	0	259	..	..	..	..
69	Brasil	63	230	(.)	357	0	120	..	0,6	1,0	344
70	Colômbia	69	195	0	232	0	80	..	0,2	0,2	109
71	Santa Lúcia	127	..	0	568	0	336	..	..	..	483
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	75	128	(.)	322	0	89	..	0,0	0,3	236
73	Albânia	12	90	0	64	0	24	..	1,7 [c]	..	..
74	Tailândia	24	107	1	430	0	109	..	0,2	0,2	286
75	Samoa (Ocidental)	25	..	0	..	0	33	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	75	154	1	383	0	66	..	0,0	..	..
77	Ucrânia	135	256	0	289	0	79	..	0,9	1,2	1.774
78	Líbano	144	178	0	251	0	169	..	..	..	..
79	Cazaquistão	82	167	0	184	0	27	..	(.)	0,2	629
80	Arménia	158	192	0	67	0	50	48	..	0,3	1.537
81	China	6	241	(.)	258	0	73	..	0,2	1,3	663
82	Peru	26	74	(.)	148	0	117	(.)	0,1	0,1	226
83	Equador	48	124	0	348	0	48	..	0,0	0,1	50
84	Filipinas	10	42	0	404	0	54	(.)	0,1	..	..
85	Granada	162	309	2	410	0	76	..	..	..	..
86	Jordânia	78	113	(.)	293	0	110	..	..	..	1.927
87	Tunísia	37	121	(.)	359	0	84	..	1,8	0,6	1.013
88	São Vicente e Granadinas	120	161	0	481	0	68	..	..	0,2	179
89	Suriname	91	182	0	477	0	67	..	..	..	..
90	Fiji	59	..	0	..	0	73	..	..	..	..
91	Paraguai	27	50	0	294	0	25	..	32,2	0,1	79
92	Turquia	122	267	1	484	0	142	..	0,0	0,7	341
93	Sri Lanca	7	51	(.)	114	0	14	..	..	..	..
94	República Dominicana	48	107	(.)	289	0	91	..	0,0	..	..
95	Belize	92	119	0	346	0	124	..	0,0	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	40	..	0	64	0	82	18	..	..	467
97	Geórgia	99	151	0	186	0	39	..	1,7	0,3	2.600
98	Maldivas	29	98	0	353	0	59	..	20,4	..	..
99	Azerbaijão	87	118	0	215	0	49	..	..	0,3	1.236
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	102	0	278	0	46	..	..	..	..
101	El Salvador	24	131	0	271	0	87	..	(.)	..	47
102	Argélia	32	71	(.)	145	0	26	1	..	..	..
103	Guiana	22	137	0	192	0	193	..	44,9	..	..
104	Jamaica	44	189	0	832	0	403	..	3,7	0,1	..
105	Turquemenistão	60	..	0	..	0	8	..	..	..	..
106	Cabo Verde	23	148	0	133	0	50	..	0,2 [c]	..	127

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
107 República Árabe Síria	39	143	0	126	0	43	..	..	..	29
108 Indonésia	6	46	(.)	138	0	67	..	1,0	..	..
109 Vietname	1	70	0	60	0	71	..	..	..	..
110 Quirguizistão	71	..	0	59	0	52	..	0,9	0,2	406
111 Egipto	29	130	(.)	105	0	54	..	1,4	0,2	..
112 Nicarágua	12	40	0	137	0	23	..	0,0	(.)	44
113 Usbequistão	68	..	0	21	0	34	3	..	..	..
114 Moldávia, República da	106	205	0	187	0	96	57	0,5	..	172
115 Bolívia	27	69	0	200	0	39	..	0,2	0,3	120
116 Mongólia	32	..	0	..	0	80	32	..	0,3	681
117 Honduras	18	53	0	100	0	32	..	0,0	(.)	78
118 Guatemala	21	92	(.)	258	0	61	..	(.)	..	..
119 Vanuatu	17	33	0	51	0	36	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	4	..	0	113	0	10	..	..	..	..
121 África do Sul	94	..	(.)	428	0	78	..	1,0	0,8	307
122 Tajiquistão	45	..	0	..	0	1	2	0,2	..	..
123 Marrocos	17	44	(.)	313	0	117	..	0,5	0,6	782
124 Gabão	22	28	0	359	0	29	..	..	..	..
125 Namíbia	38	64	0	142	0	37	..	0,0 [c]	..	..
126 Índia	6	41	0	44	0	32	1	(.) [c]	0,8	119
127 São Tomé e Príncipe	19	..	0	..	0	131	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	15	..	0	..	0	6	..	..	..	..
129 Camboja	(.)	..	0	..	0	3	..	..	..	..
130 Mianmar	2	8	0	2	0	1	..	0,0 [c]	..	..
131 Botsuana	18	77	0	319	0	34	..	1,9 [c]	..	..
132 Comores	8	..	0	..	0	14	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	2	13	0	35	0	4	..	..	..	..
134 Paquistão	8	30	(.)	33	0	13	..	0,1	0,2	86
135 Butão	3	33	0	20	0	22	..	..	..	..
136 Gana	3	14	0	78	0	17	..	0,0	..	..
137 Bangladeche	2	6	0	31	0	2	..	(.)	..	..
138 Nepal	3	15	0	7	0	7	..	..	0,7	59
139 Papuásia-Nova Guiné	7	12	0	7	0	29	..	..	..	..
140 Congo	6	4	0	99	0	9	..	..	..	30
141 Sudão	2	29	0	30	0	32	..	..	0,3	263
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	3	..	0	18	0	5	(.)	0,1 [c]	0,1	15
144 Camarões	3	7	0	96	0	10	..	..	..	..
145 Uganda	2	3	0	42	0	7	..	0,2	0,8	24
146 Suazilândia	18	..	0	101	0	32	..	(.)	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	3	..	0	..	0	37	..	0,0 [c]	..	..
148 Djibuti	10	14	0	..	0	12	..	..	..	..
149 Lesoto	8	21	0	88	0	24	..	9,5	(.)	42
150 Iémen	10	39	0	53	0	9	..	..	..	..
151 Zimbabué	12	25	0	31	0	63	..	..	..	..
152 Quénia	7	9	0	76	0	45	..	0,5	..	..
153 Mauritânia	3	..	0	175	0	5	..	..	..	..
154 Haiti	7	17	0	48	0	59	..	0,0 [c]	..	..
155 Gâmbia	7	..	0	118	0	33	..	..	..	..
156 Senegal	6	..	0	90	0	42	..	0,0 [c]	..	..
157 Eritreia	..	9	0	5	0	12	..	..	..	..
158 Ruanda	1	3	0	16	0	4	..	0,0	..	..
159 Nigéria	3	8	0	71	0	14	..	..	..	..

QUADRO 13 Tecnologia: difusão e criação

Ordem do IDH	ODM Linhas telefónicas principais [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Assinantes de telemóveis [a] (por 1.000 pessoas) 1990	2004	ODM Utilizadores de internet (por 1.000 pessoas) 1990	2004	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 2004	Receitas de *royalties* e direitos de licença (dólares EUA por pessoa) 2004	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (% do PIB) 2000-03 [b]	Investigadores em I&D (por milhão de pessoas) 1990-2003 [b]
160 Guiné	2	..	0	..	0	5	..	0,0	..	251
161 Angola	7	6	0	48	0	11	..	14,6	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	3	..	0	44	0	9	..	..	..	..
163 Benim	3	9	0	..	0	12	..	(.) [c]	..	..
164 Costa do Marfim	6	13	0	86	0	17	..	0,0	..	..
165 Zâmbia	8	8	0	26	0	20	..	..	..	51
166 Malawi	3	7	0	18	0	4	..	..	..	..
167 Congo, Rep. Dem.	1	(.)	0	37	0	..	..	..	..	..
168 Moçambique	4	..	0	36	0	7	..	(.)	..	..
169 Burundi	1	..	0	..	0	3	..	0,0 [c]	..	..
170 Etiópia	2	..	0	3	0	2	..	(.)	..	..
171 Chade	1	1	0	13	0	6	..	..	..	..
172 República Centro-Africana	2	3	0	15	0	2	..	..	..	..
173 Guiné-Bissau	6	..	0	..	0	17	..	..	..	..
174 Burquina Faso	2	6	0	31	0	4	..	..	..	17
175 Mali	1	6	0	30	0	4	..	0,0 [c]	..	..
176 Serra Leoa	3	5	0	22	0	2	..	0,2	..	..
177 Níger	1	2	0	11	0	2	..	..	..	..
Países em desenvolvimento	21	122	(.)	175	(.)	64	..	0,7	1,1	416
Países menos desenvolvidos	3	9	0	28	0	8	..	0,4	..	..
Países Árabes	34	91	(.)	169	0	55	..	0,4	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	18	199	(.)	262	(.)	91	..	1,3	1,7	740
América Latina e Caraíbas	61	179	(.)	319	0	115	..	1,0	0,6	306
Ásia do Sul	7	35	(.)	42	0	29	..	(.)	0,7	132
África Subsariana	10	..	(.)	77	0	19	..	0,5	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	125	..	(.)	455	0	139	75	2,5	1,0	2.204
OCDE	390	491	10	714	3	484	266	92,4	2,5	3.108
OCDE de rendimento elevado	462	551	12	770	3	563	318	115,6	2,5	3.748
Desenvolvimento humano elevado	369	469	10	703	2	470	250	85,1	2,5	2.968
Desenvolvimento humano médio	24	128	(.)	184	0	59	..	0,3	0,9	523
Desenvolvimento humano baixo	4	9	0	45	0	15	..	0,5	..	..
Rendimento elevado	450	536	12	766	3	545	..	109,3	2,5	3.702
Rendimento médio	40	192	(.)	294	0	92	..	0,8	0,9	772
Rendimento baixo	6	30	(.)	42	0	24	..	(.)	0,7	..
Mundo	98	190	2	276	1	138	..	17,3	2,4	1.153

NOTAS

a Linhas principais de telefones e assinantes de telemóveis formam, em conjunto, um indicador do 8º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio; ver Índice dos Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

c Os dados referem-se a 2003.

FONTES

Colunas 1-6, 9 e 10: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Coluna 7: Calculada com base em dados de patentes concedidas de OMPI 2006 e em dados da população de ONU 2005b.

Coluna 8: Calculada com base em dados de receitas de royalties e direitos de Banco Mundial 2006 e em dados da população de ONU 2005b.

QUADRO 14

Desempenho económico

Ordem do IDH		PIB: Mil milhões de dólares EUA 2004	PIB: Mil milhões de dólares PPC 2004	PIB per capita: Dólares EUA 2004	PIB per capita: Dólares PPC 2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1975-2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1990-2004	PIB per capita: Valor mais elevado entre 1975-2004 (PPP US$)	PIB per capita: Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2004	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2003-04
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	250,1	176,5	54.465	38.454	2,6	2,5	38.454	2004	2,2	0,5
2	Islândia	12,2	9,7	41.893	33.051	1,7	2,0	33.051	2004	3,2	2,8
3	Austrália	637,3	610,0	31.690	30.331	2,1	2,5	30.747	1997	2,4	2,3
4	Irlanda	181,6	158,0	44.644	38.827	5,2	7,3	38.827	2004	2,8	2,2
5	Suécia	346,4	265,6	38.525	29.541	1,7	1,8	29.541	2004	1,7	0,4
6	Canadá	978,0	999,6	30.586	31.263	1,6	2,1	31.263	2004	1,9	1,8
7	Japão	4.622,8	3.737,3	36.182	29.251	2,3	0,8	29.251	2004	0,3	(.)
8	Estados Unidos	11.711,8	11.651,1 [a]	39.883	39.676 [a]	2,0	1,9	39.676	2004	2,6	2,7
9	Suíça	357,5	244,1	48.385	33.040	1,0	0,2	34.304	2002	1,3	0,8
10	Países Baixos	579,0	517,6	35.560	31.789	1,9	2,1	31.899	2002	2,6	1,3
11	Finlândia	185,9	156,6	35.562	29.951	2,0	2,2	29.951	2004	1,6	0,2
12	Luxemburgo	31,9	31,7	70.295	69.961	4,1	5,4	69.961	2004	2,0	2,2
13	Bélgica	352,3	324,1	33.807	31.096	1,8	1,7	31.096	2004	1,9	2,1
14	Áustria	292,3	263,8	35.766	32.276	2,1	2,0	32.276	2004	2,0	2,1
15	Dinamarca	241,4	172,5	44.673	31.914	1,6	1,7	31.914	2004	2,2	1,2
16	França	2.046,6	1.769,2	33.896	29.300	1,8	1,7	29.300	2004	1,6	2,1
17	Itália	1.677,8	1.622,4	29.143	28.180	2,0	1,3	28.180	2004	3,2	2,2
18	Reino Unido	2.124,4	1.845,2	35.485	30.821	2,1	2,2	30.821	2004	2,7	3,0
19	Espanha	1.039,9	1.069,3	24.360	25.047	2,2	2,3	25.047	2004	3,4	3,0
20	Nova Zelândia	98,9	95,1	24.364	23.413	1,2	2,1	23.413	2004	1,9	2,3
21	Alemanha	2.740,6	2.335,5	33.212	28.303	2,1	1,5	28.303	2004	1,7	1,7
22	Hong Kong, China (RAE)	163,0	212,1	23.684	30.822	4,1	2,0	30.822	2004	3,0	-0,4
23	Israel	116,9	165,7	17.194	24.382	1,9	1,6	25.959	2000	7,1	-0,4
24	Grécia	205,2	245,5	18.560	22.205	1,2	2,6	22.205	2004	6,8	2,9
25	Singapura	106,8	119,1	25.191	28.077	4,7	3,8	28.077	2004	1,3	1,7
26	República da Coreia	679,7	985,6	14.136	20.499	6,0	4,5	20.499	2004	4,4	3,6
27	Eslovénia	32,2	41,8	16.115	20.939	..	3,6	20.939 [b]	2004	9,7	3,6
28	Portugal	167,7	206,1	15.970	19.629	2,7	2,1	20.117	2001	3,9	2,4
29	Chipre	15,4	18,8	18.668	22.805	4,5	3,0	22.805	2004	3,3	2,3
30	República Checa	107,0	198,3	10.475	19.408	..	2,7	19.408 [b]	2004	5,6	2,8
31	Barbados	2,8	..	10.401	..	..	..	..	..	2,2	1,4
32	Malta	5,3	7,6	13.256	18.879	4,6	3,6	19.864	2000	2,8	2,8
33	Koweit	55,7	47,7 [c]	22.654	19.384 [c]	-0,8	-0,4	30.205 [b]	1975	1,8	1,2
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	100,7	169,9	9.962	16.814	1,4	3,1	16.814	2004	15,9	6,8
36	Argentina	153,0	510,3	3.988	13.298	0,4	1,3	14.097	1998	7,1	4,4
37	Polónia	242,3	495,4	6.346	12.974	..	4,0	12.974 [b]	2004	17,5	3,6
38	Chile	94,1	175,3	5.836	10.874	3,9	3,7	10.874	2004	6,7	1,1
39	Barém	11,0	14,9	15.384	20.758	1,2	2,2	20.758 [b]	2004	0,4	..
40	Estónia	11,2	19,6	8.331	14.555	2,1	4,3	14.555 [b]	2004	13,3	3,0
41	Lituânia	22,3	45,0	6.480	13.107	..	1,4	13.107 [b]	2004	16,7	1,2
42	Eslováquia	41,1	78,7	7.635	14.623	0,9	2,7	14.623 [b]	2004	8,1	7,5
43	Uruguai	13,2	32,4	3.842	9.421	1,1	0,8	10.126	1998	23,9	9,2
44	Croácia	34,3	54,2	7.724	12.191	..	2,5	12.191 [b]	2004	19,7	2,1
45	Letónia	13,6	27,0	5.868	11.653	0,3	2,8	11.653	2004	17,0	6,2
46	Catar	20,4 [d]	..	27.857 [d]	..	..	..	..	..	2,6	6,8
47	Seicheles	0,7	1,4	8.411	16.652	2,8	2,1	19.539	2000	2,5	3,8
48	Costa Rica	18,5	40,3 [c]	4.349	9.481 [c]	1,3	2,5	9.820	1999	13,7	12,3
49	Emirados Árabes Unidos	104,2	103,9 [c]	24.121	24.056 [c]	-2,8	-0,5	48.529	1975	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	0,4	0,6 [d]	8.447	12.702 [d]	5,6	4,0	12.702 [b]	2003	3,1	2,3
52	Baamas	5,3 [d]	5,5 [e]	16.728 [d]	17.843 [e]	1,0	0,2	18.726 [b]	1989	2,0	0,5
53	México	676,5	1.017,5	6.518	9.803	0,9	1,3	9.843	2000	15,7	4,7

QUADRO 14 Desempenho económico

Ordem do IDH		PIB		PIB per capita		PIB per capita				Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
		Mil milhões de dólares EUA	Mil milhões de dólares PPC	Dólares EUA	Dólares PPC	Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado entre 1975-2004	Ano do valor mais elevado		
		2004	2004	2004	2004	1975-2004	1990-2004	(PPP US$)		1990-2004	2003-04
54	Bulgária	24,1	62,7	3.109	8.078	0,6	0,7	8.078 [b]	2004	75,1	6,3
55	Tonga	0,2	0,8 [c]	2.084	7.870 [c]	2,0	2,1	7.870 [b]	2004	4,8	11,0
56	Omã	24,3	38,7	9.584	15.259	2,3	1,9	15.259	2004	0,1	0,4
57	Trindade e Tobago	12,5	15,9	9.640	12.182	0,3	3,3	12.182	2004	5,1	3,7
58	Panamá	13,7	23,1	4.325	7.278	1,1	2,2	7.278	2004	1,1	0,4
59	Antígua e Barbuda	0,9	1,0	10.794	12.586	3,9	1,5	12.586 [b]	2004	..	..
60	Roménia	73,2	183,9	3.374	8.480	..	1,4	8.480 [b]	2004	72,3	11,9
61	Malásia	118,3	255,8	4.753	10.276	4,1	3,5	10.276	2004	3,0	1,5
62	Bósnia e Herzegovina	8,5	27,5	2.183	7.032	..	12,0	7.032 [b]	2004	..	..
63	Maurícia	6,0	14,8	4.889	12.027	4,4	3,9	12.027 [b]	2004	6,3	4,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	29,1	..	5.073	..	..	..	..	..	1,9	-2,2
65	Federação da Rússia	581,4	1.424,4	4.042	9.902	-1,2	-0,6	11.407 [b]	1989	59,4	10,9
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	5,4	13,4	2.637	6.610	..	-0,4	7.607 [b]	1990	6,3	-0,4
67	Bielorrússia	22,9	68,5	2.330	6.970	..	1,6	6.970 [b]	2004	163,7	18,1
68	Domínica	0,3	0,4	3.794	5.643	3,4	1,4	6.454 [b]	2000	1,6	2,3
69	Brasil	604,0	1.507,1	3.284	8.195	0,7	1,2	8.195	2004	98,3	6,6
70	Colômbia	97,7	325,9 [c]	2.176	7.256 [c]	1,4	0,5	7.256	2004	16,1	5,9
71	Santa Lúcia	0,8	1,0	4.663	6.324	3,7	0,4	6.324 [b]	2004	2,5	4,7
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	110,1	157,9	4.214	6.043	-0,9	-1,2	8.255	1977	39,3	21,8
73	Albânia	7,6	15,5	2.439	4.978	1,3	4,8	4.978 [b]	2004	17,3	2,3
74	Tailândia	161,7	515,3	2.539	8.090	5,0	2,6	8.090	2004	3,9	2,8
75	Samoa (Ocidental)	0,4	1,0	2.042	5.613	1,5	4,9	5.640 [b]	2002	3,8	16,3
76	Arábia Saudita	250,6	331,1 [c]	10.462	13.825 [c]	-2,3	-0,1	25.314	1977	0,5	0,3
77	Ucrânia	64,8	303,4	1.366	6.394	-4,5	-3,2	9.959 [b]	1989	73,3	9,0
78	Líbano	21,8	20,7	6.149	5.837	5,0	3,7	5.837 [b]	2004	..	..
79	Cazaquistão	40,7	111,6	2.717	7.440	..	1,7	7.440 [b]	2004	33,6	6,9
80	Arménia	3,1	12,4	1.017	4.101	..	2,7	4.101 [b]	2004	31,4	8,1
81	China	1.931,7	7.642,3 [f]	1.490	5.896 [f]	8,4	8,9	5.896	2004	5,5	4,0
82	Peru	68,6	156,5	2.490	5.678	-0,5	2,1	5.999	1981	16,6	3,7
83	Equador	30,3	51,7	2.322	3.963	0,3	0,2	3.963	2004	36,0	2,7
84	Filipinas	84,6	376,6	1.036	4.614	(.)	0,9	4.689	1982	6,7	6,0
85	Granada	0,4	0,8	4.135	8.021	2,9	3,1	8.241 [b]	2003	2,0	..
86	Jordânia	11,5	25,5	2.117	4.688	0,5	0,5	5.339	1987	2,8	3,4
87	Tunísia	28,2	77,2	2.838	7.768	2,3	3,2	7.768	2004	3,8	3,6
88	São Vicente e Granadinas	0,4	0,8	3.412	6.398	3,5	1,6	6.398	2004	1,8	2,9
89	Suriname	1,1	..	2.484	..	..	..	..	..	67,7	..
90	Fiji	2,6	5,1	3.125	6.066	1,0	1,4	6.066 [b]	2004	3,1	2,8
91	Paraguai	7,3	29,0 [c]	1.220	4.813 [c]	0,4	-0,8	5.670	1981	11,5	4,3
92	Turquia	302,8	556,1	4.221	7.753	1,8	1,6	7.753	2004	68,4	8,6
93	Sri Lanca	20,1	85,2	1.033	4.390	3,3	3,8	4.390	2004	9,5	7,6
94	República Dominicana	18,7	65,3 [c]	2.130	7.449 [c]	2,3	4,2	7.449	2004	9,8	51,5
95	Belize	1,1	1,9	3.870	6.747	3,2	2,6	6.895	2002	1,7	3,1
96	Irão, Rep. Islâmica do	163,4	504,2	2.439	7.525	-0,1	2,3	8.679	1976	22,0	14,8
97	Geórgia	5,2	12,8	1.151	2.844	-4,2	-1,0	6.514	1985	13,9	5,7
98	Maldivas	0,8	..	2.345	..	..	..	..	..	4,6	6,4
99	Azerbaijão	8,5	34,5	1.026	4.153	..	5,5	4.153 [b]	2004	76,8	6,7
100	Territórios Ocupados da Palestina	3,5 [d]	..	1.026 [d]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	15,8	34,1 [c]	2.340	5.041 [c]	0,2	1,8	5.544	1978	6,2	4,5
102	Argélia	84,6	213,7 [c]	2.616	6.603 [c]	0,1	0,9	6.603	2004	11,6	3,6
103	Guiana	0,8	3,3 [c]	1.047	4.439 [c]	0,8	1,5	4.624	1997	5,6	4,7
104	Jamaica	8,9	11,0	3.352	4.163	0,6	-0,1	4.270	1991	17,3	13,6
105	Turquemenistão	6,2	20,9 [g]	1.294	4.584 [g]	..	-4,4	6.585 [b]	1988	..	..
106	Cabo Verde	0,9	2,8 [c]	1.915	5.727 [c]	3,0	3,5	5.727 [b]	2004	4,2	-1,9

QUADRO 14

Ordem do IDH		PIB		PIB per capita		PIB per capita				Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
		Mil milhões de dólares EUA	Mil milhões de dólares PPC	Dólares EUA	Dólares PPC	Taxa de crescimento anual (%)		Valor mais elevado entre 1975-2004	Ano do valor mais elevado		
		2004	2004	2004	2004	1975-2004	1990-2004	(PPP US$)		1990-2004	2003-04
107	República Árabe Síria	24,0	67,1	1.293	3.610	1,1	1,5	3.772	1998	4,9	..
108	Indonésia	257,6	785,2	1.184	3.609	4,1	1,8	3.609	2004	13,5	6,2
109	Vietname	45,2	225,5	550	2.745	5,6	5,5	2.745 [b]	2004	3,0	7,8
110	Quirguizistão	2,2	9,9	433	1.935	-2,3	-1,3	2.658 [b]	1990	14,7	4,1
111	Egipto	78,8	305,9	1.085	4.211	2,6	2,5	4.211	2004	6,8	11,3
112	Nicarágua	4,6	19,5 [c]	847	3.634 [c]	-2,3	0,1	7.429	1977	20,4	8,4
113	Usbequistão	12,0	49,0	456	1.869	..	1,3	1.869 [b]	2004	..	..
114	Moldávia, República da	2,6	7,3	615	1.729	-6,1	-5,3	4.168 [b]	1989	17,0	12,5
115	Bolívia	8,8	24,5	974	2.720	(.)	1,2	2.763	1977	6,6	4,4
116	Mongólia	1,6	5,2	641	2.056	0,9	2,4	2.056 [b]	2004	26,3	8,2
117	Honduras	7,4	20,3 [c]	1.046	2.876 [c]	0,2	0,2	2.933	1979	15,7	8,1
118	Guatemala	27,5	53,0 [c]	2.233	4.313 [c]	0,4	1,3	4.327	2002	8,8	7,4
119	Vanuatu	0,3	0,6 [c]	1.526	3.051 [c]	-0,2	-0,2	3.978 [b]	1984	2,7	1,4
120	Guiné Equatorial	3,2	9,4 [c, g]	6.572	20.510 [c, g]	17,0	30,4	20.510 [b]	2001	..	..
121	África do Sul	212,8	509,3 [c]	4.675	11.192 [c]	-0,5	0,6	12.038	1981	7,7	1,4
122	Tajiquistão	2,1	7,7	322	1.202	-6,8	-4,8	2.851 [b]	1988	..	..
123	Marrocos	50,0	128,5	1.678	4.309	1,4	1,1	4.309	2004	2,9	1,0
124	Gabão	7,2	9,0	5.306	6.623	-1,1	-0,1	12.107	1976	3,3	0,4
125	Namíbia	5,7	14,9 [c]	2.843	7.418 [c]	-0,8	1,3	8.939 [b]	1980	..	4,1
126	Índia	691,2	3.389,7 [c]	640	3.139 [c]	3,4	4,0	3.139	2004	7,5	3,8
127	São Tomé e Príncipe	0,1	..	407	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	0,3	0,8 [c]	554	1.814 [c]	1,0	-2,7	2.778	1996	9,8	7,1
129	Camboja	4,9	33,4 [c]	354	2.423 [c]	..	5,0	2.423 [b]	2004	4,0	3,9
130	Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..	25,7	4,5
131	Botsuana	9,0	17,6	5.073	9.945	5,7	4,2	9.945	2004	9,4	6,9
132	Comores	0,4	1,1 [c]	623	1.943 [c]	-0,7	-0,5	2.263 [b]	1985	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	2,5	11,3	423	1.954	3,6	4,2	1.954 [b]	2004	29,0	10,5
134	Paquistão	96,1	338,4	632	2.225	2,9	1,6	2.225	2004	7,7	7,4
135	Butão	0,7	..	751	..	..	..	..	..	7,3	4,6
136	Gana	8,9	48,5 [c]	409	2.240 [c]	0,6	1,9	2.240	2004	26,3	12,6
137	Bangladeche	56,6	260,4	406	1.870	1,7	2,5	1.870	2004	4,9	3,2
138	Nepal	6,7	39,6	252	1.490	2,0	2,1	1.490	2004	7,0	2,8
139	Papuásia-Nova Guiné	3,9	14,7 [c]	677	2.543 [c]	0,6	0,5	2.891	1994	10,3	2,1
140	Congo	4,3	3,8	1.118	978	1,2	-0,2	1.355	1996	6,7	2,4
141	Sudão	21,1	69,2 [c]	594	1.949 [c]	1,6	3,4	1.949	2004	46,1	8,5
142	Timor-Leste	0,3	..	367	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	4,4	15,5	241	857	-1,6	-1,1	1.356	1975	15,1	13,8
144	Camarões	14,4	34,9	897	2.174	-0,6	0,5	2.913	1986	5,5	..
145	Uganda	6,8	41,1 [c]	245	1.478 [c]	2,5	3,5	1.478 [b]	2004	7,4	3,3
146	Suazilândia	2,4	6,3	2.140	5.638	2,1	2,1	5.638	2004	9,2	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147	Togo	2,1	9,2 [c]	344	1.536 [c]	-1,1	(.)	2.218	1980	6,1	0,4
148	Djibuti	0,7	1,6 [c]	851	1.993 [c]	..	-1,9	2.413 [b]	1995	..	..
149	Lesoto	1,3	4,7 [c]	730	2.619 [c]	4,7	4,5	2.619	2004	8,7	..
150	Iémen	12,8	17,9	631	879	..	1,7	879 [b]	2004	20,8	..
151	Zimbabué	4,7	26,7	363	2.065	-0,3	-1,9	3.224	1998	36,1	..
152	Quénia	16,1	38,1	481	1.140	(.)	-0,6	1.247	1990	12,0	11,6
153	Mauritânia	1,5	5,8 [c]	515	1.940 [c]	0,2	1,2	1.967	2001	5,6	10,4
154	Haiti	3,5	15,7 [c, d]	420	1.892 [c, d]	-2,3	-2,2	3.423	1980	19,7	22,8
155	Gâmbia	0,4	2,9 [c]	281	1.991 [c]	(.)	0,2	2.137	1986	4,8	14,2
156	Senegal	7,8	19,5	683	1.713	-0,1	0,9	1.725	1976	3,9	0,5
157	Eritreia	0,9	4,1 [c]	219	977 [c]	..	0,6	1.246 [b]	1997	..	..
158	Ruanda	1,8	11,2 [c]	208	1.263 [c]	-0,4	-0,1	1.451	1983	11,7	12,0
159	Nigéria	72,1	148,6	560	1.154	0,2	0,8	1.154	2004	24,5	15,0

QUADRO 14 Desempenho económico

Ordem do IDH	PIB: Mil milhões de dólares EUA 2004	PIB: Mil milhões de dólares PPC 2004	PIB per capita: Dólares EUA 2004	PIB per capita: Dólares PPC 2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1975-2004	PIB per capita: Taxa de crescimento anual (%) 1990-2004	PIB per capita: Valor mais elevado entre 1975-2004 (PPP US$)	PIB per capita: Ano do valor mais elevado	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2004	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2003-04
160 Guiné	3,9	20,1	421	2.180	0,7	1,0	2.197 [b]	2002	..	..
161 Angola	19,5	33,8 [c]	1.258	2.180 [c]	-0,7	-1,2	2.764 [b]	1992	446,2	37,3
162 Tanzânia, Rep. U. da	10,9	25,4	288	674	0,8	1,1	674 [b]	2004	14,9	(.)
163 Benim	4,1	8,9	498	1.091	0,4	1,4	1.099	2003	6,0	0,9
164 Costa do Marfim	15,5	27,7	866	1.551	-2,1	-1,1	2.977	1978	5,6	1,4
165 Zâmbia	5,4	10,8	471	943	-2,0	-1,1	1.557	1976	42,4	18,0
166 Malawi	1,9	8,1	149	646	-0,4	0,9	733	1979	29,7	11,4
167 Congo, Rep. Dem.	6,6	39,4 [c]	119	705 [c]	-4,8	-6,0	2.469	1975	496,4	4,1
168 Moçambique	6,1	24,0 [c]	313	1.237 [c]	2,6	4,2	1.237 [b]	2004	23,4	12,7
169 Burundi	0,7	4,9 [c]	90	677 [c]	-0,8	-2,5	933	1991	13,9	12,6
170 Etiópia	8,0	52,9 [c]	114	756 [c]	-0,2	1,5	776 [b]	1983	4,0	3,3
171 Chade	4,2	19,7 [c]	447	2.090 [c]	0,7	2,1	2.090	2004	5,6	-5,4
172 República Centro-Africana	1,3	4,4 [c]	328	1.094 [c]	-1,5	-0,6	1.761	1977	4,1	-2,1
173 Guiné-Bissau	0,3	1,1 [c]	182	722 [c]	-0,3	-2,6	1.106	1997	22,1	0,9
174 Burquina Faso	4,8	15,0 [c]	376	1.169 [c]	0,9	1,3	1.169	2004	4,3	-0,4
175 Mali	4,9	13,1	371	998	0,2	2,5	998	2004	4,0	-3,1
176 Serra Leoa	1,1	3,0	202	561	-3,1	-5,5	1.151	1982	20,9	14,2
177 Níger	3,1	10,5 [c]	228	779 [c]	-1,8	-0,7	1.322	1979	4,6	0,3
Países em desenvolvimento	8.346,5 T	24.127,9 T	1.685	4.775	2,4	3,0	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	257,3 T	990,7 T	355	1.350	0,6	1,6	..	..	..	..
Países Árabes	852,2 T	1.755,0 T	3.054	5.680	0,3	1,3	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	3.608,4 T	11.327,5 T	1.921	5.872	6,1	5,8	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	2.028,0 T	4.350,2 T	3.755	7.964	0,6	1,1	..	..	..	..
Ásia do Sul	1.041,3 T	4.650,6 T	697	3.072	2,5	3,3	..	..	..	..
África Subsariana	498,5 T	1.327,5 T	731	1.946	-0,6	0,3	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	1.499,1 T	3.545,0 T	3.722	8.802	..	0,9	..	..	..	..
OCDE	33.031,8 T	32.007,9 T	28.453	27.571	2,0	1,8	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	31.561,5 T	29.492,0 T	34.249	32.003	2,2	1,9	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	34.046,5 T	33.777,4 T	26.999	26.568	2,0	1,8	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	6.520,2 T	21.564,7 T	1.494	4.901	2,2	2,9	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	227,8 T	630,0 T	402	1.113	-0,7	0,2	..	..	..	..
Rendimento elevado	32.590,4 T	30.746,4 T	33.266	31.331	2,1	1,8	..	..	..	..
Rendimento médio	7.155,3 T	20.386,4 T	2.388	6.756	2,0	2,8	..	..	..	..
Rendimento baixo	1.236,6 T	5.381,4 T	538	2.297	2,0	2,7	..	..	..	..
Mundo	40.850,4 T	55.970,3 T	6.588	8.833	1,4	1,4	..	..	..	..

NOTAS

a Em teoria, o valor do PIB dos Estados Unidos da América em dólares PPC deveria ser igual ao seu valor em dólares EUA, mas problemas práticos que se levantam no cálculo do PIB em dólares PPC impedem isso.
b Os dados referem-se a um período mais curto do que o indicado.
c As estimativas são baseadas em regressões.
d Os dados referem-se a 2003.
e Os dados referem-se a 2002.
f As estimativas são baseadas numa comparação bilateral entre a China e os Estados Unidos (Ruoen e Kai. 1995).
g Os dados referem-se a 2001.

FONTES

Colunas 1-4: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
Colunas 5 e 6: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando o método dos mínimos quadrados.
Colunas 7 e 8: baseadas em séries temporais do PIB per capita (dólares PPC) do Banco Mundial 2006.
Colunas 9 e 10: calculadas com base em dados do índice de preços do consumidor do Banco Mundial 2006.

QUADRO 15

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO									
1	Noruega	2000 [c]	3,9	9,6	37,2	23,4	6,1	3,9	25,8
2	Islândia	..	..	..	..	..	..	..	..
3	Austrália	1994 [c]	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
4	Irlanda	2000 [c]	2,9	7,4	42,0	27,2	9,4	5,6	34,3
5	Suécia	2000 [c]	3,6	9,1	36,6	22,2	6,2	4,0	25,0
6	Canadá	2000 [c]	2,6	7,2	39,9	24,8	9,4	5,5	32,6
7	Japão	1993 [c]	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
8	Estados Unidos	2000 [c]	1,9	5,4	45,8	29,9	15,9	8,4	40,8
9	Suíça	2000 [c]	2,9	7,6	41,3	25,9	9,0	5,5	33,7
10	Países Baixos	1999 [c]	2,5	7,6	38,7	22,9	9,2	5,1	30,9
11	Finlândia	2000 [c]	4,0	9,6	36,7	22,6	5,6	3,8	26,9
12	Luxemburgo	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Bélgica	2000 [c]	3,4	8,5	41,4	28,1	8,2	4,9	33,0
14	Áustria	2000 [c]	3,3	8,6	37,8	23,0	6,9	4,4	29,1
15	Dinamarca	1997 [c]	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
16	França	1995 [c]	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
17	Itália	2000 [c]	2,3	6,5	42,0	26,8	11,6	6,5	36,0
18	Reino Unido	1999 [c]	2,1	6,1	44,0	28,5	13,8	7,2	36,0
19	Espanha	2000 [c]	2,6	7,0	42,0	26,6	10,3	6,0	34,7
20	Nova Zelândia	1997 [c]	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
21	Alemanha	2000 [c]	3,2	8,5	36,9	22,1	6,9	4,3	28,3
22	Hong Kong, China (RAE)	1996 [c]	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
23	Israel	2001 [c]	2,1	5,7	44,9	28,8	13,4	7,9	39,2
24	Grécia	2000 [c]	2,5	6,7	41,5	26,0	10,2	6,2	34,3
25	Singapura	1998 [c]	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
26	República da Coreia	1998 [c]	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
27	Eslovénia	1998-99 [c]	3,6	9,1	35,7	21,4	5,9	3,9	28,4
28	Portugal	1997 [c]	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
29	Chipre	..	..	..	..	..	..	..	..
30	República Checa	1996 [c]	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
31	Barbados	..	..	..	..	..	..	..	..
32	Malta	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweit	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	2002 [d]	4,0	9,5	36,5	22,2	5,5	3,8	26,9
36	Argentina	2003 [c, e]	1,1	3,2	56,8	39,6	34,5	17,6	52,8
37	Polónia	2002 [d]	3,1	7,5	42,2	27,0	8,8	5,6	34,5
38	Chile	2000 [c]	1,2	3,3	62,2	47,0	40,6	18,7	57,1
39	Barém	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	2003 [d]	2,5	6,7	42,8	27,6	10,8	6,4	35,8
41	Lituânia	2003 [d]	2,7	6,8	43,2	27,7	10,4	6,3	36,0
42	Eslováquia	1996 [c]	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
43	Uruguai	2003 [c, e]	1,9	5,0	50,5	34,0	17,9	10,2	44,9
44	Croácia	2001 [d]	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
45	Letónia	2003 [d]	2,5	6,6	44,7	29,1	11,6	6,8	37,7
46	Catar	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	2001 [c]	1,3	3,9	54,8	38,4	30,0	14,2	49,9
49	Emirados Árabes Unidos	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	..	..	..	..	..	..	..	..
53	México	2002 [d]	1,6	4,3	55,1	39,4	24,6	12,8	49,5

QUADRO 15

Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%)				Medidas de desigualdade		
			10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
54	Bulgária	2003 [d]	3,4	8,7	38,3	23,9	7,0	4,4	29,2
55	Tonga	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Omã	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	1992 [c]	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
58	Panamá	2002 [c]	0,8	2,5	60,3	43,6	54,7	23,9	56,4
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	2003 [d]	3,3	8,1	39,2	24,4	7,5	4,9	31,0
61	Malásia	1997 [c]	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
62	Bósnia e Herzegovina	2001 [d]	3,9	9,5	35,8	21,4	5,4	3,8	26,2
63	Maurícia	..	..	..	..	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO									
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	2002 [d]	2,4	6,1	46,6	30,6	12,7	7,6	39,9
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	2003 [d]	2,4	6,1	45,5	29,6	12,5	7,5	39,0
67	Bielorrússia	2002 [d]	3,4	8,5	38,3	23,5	6,9	4,5	29,7
68	Domínica	..	..	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	2003 [c]	0,8	2,6	62,1	45,8	57,8	23,7	58,0
70	Colômbia	2003 [c]	0,7	2,5	62,7	46,9	63,8	25,3	58,6
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2000 [c]	1,6	4,7	49,3	32,8	20,4	10,6	44,1
73	Albânia	2002 [d]	3,8	9,1	37,4	22,4	5,9	4,1	28,2
74	Tailândia	2002 [d]	2,7	6,3	49,0	33,4	12,6	7,7	42,0
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	2003 [d]	3,9	9,2	37,5	23,0	5,9	4,1	28,1
78	Líbano	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Cazaquistão	2003 [d]	3,0	7,4	41,5	25,9	8,5	5,6	33,9
80	Arménia	2003 [d]	3,6	8,5	42,8	29,0	8,0	5,0	33,8
81	China	2001 [d]	1,8	4,7	50,0	33,1	18,4	10,7	44,7
82	Peru	2002 [c]	1,1	3,2	58,7	43,2	40,5	18,6	54,6
83	Equador	1998 [d]	0,9	3,3	58,0	41,6	44,9	17,3	43,7
84	Filipinas	2000 [d]	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
85	Granada	..	..	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	2002-03 [d]	2,7	6,7	46,3	30,6	11,3	6,9	38,8
87	Tunísia	2000 [d]	2,3	6,0	47,3	31,5	13,4	7,9	39,8
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fiji	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguai	2002 [c]	0,6	2,2	61,3	45,4	73,4	27,8	57,8
92	Turquia	2003 [d]	2,0	5,3	49,7	34,1	16,8	9,3	43,6
93	Sri Lanca	1999-00 [d]	3,4	8,3	42,2	27,8	8,1	5,1	33,2
94	República Dominicana	2003 [c]	1,4	3,9	56,8	41,3	30,0	14,4	51,7
95	Belize	..	..	..	..	..	..	..	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	1998 [d]	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
97	Geórgia	2003 [d]	2,0	5,6	46,4	30,3	15,4	8,3	40,4
98	Maldivas	..	..	..	..	..	..	..	..
99	Azerbaijão	2002 [d]	5,4	12,2	31,1	18,0	3,3	2,6	19,0
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	2002 [c]	0,7	2,7	55,9	38,8	57,5	20,9	52,4
102	Argélia	1995 [d]	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
103	Guiana	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaica	2000 [d]	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
105	Turquemenistão	1998 [d]	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
106	Cabo Verde	..	..	..	..	..	..	..	..

QUADRO 15

Ordem do IDH	Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
107 República Árabe Síria	..	..	..	..	..	..	..	..
108 Indonésia	2002 [d]	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	34,3
109 Vietname	2002 [d]	3,2	7,5	45,4	29,9	9,4	6,0	37,0
110 Quirguizistão	2003 [d]	3,8	8,9	39,4	24,3	6,4	4,4	30,3
111 Egipto	1999-00 [d]	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
112 Nicarágua	2001 [d]	2,2	5,6	49,3	33,8	15,5	8,8	43,1
113 Usbequistão	2000 [d]	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
114 Moldávia, República da	2003 [d]	3,2	7,8	41,4	26,4	8,2	5,3	33,2
115 Bolívia	2002 [c]	0,3	1,5	63,0	47,2	168,1	42,3	60,1
116 Mongólia	1998 [d]	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	30,3
117 Honduras	2003 [c]	1,2	3,4	58,3	42,2	34,2	17,2	53,8
118 Guatemala	2002 [c]	0,9	2,9	59,5	43,4	48,2	20,3	55,1
119 Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..
120 Guiné Equatorial	..	..	..	..	..	..	..	..
121 África do Sul	2000 [d]	1,4	3,5	62,2	44,7	33,1	17,9	57,8
122 Tajiquistão	2003 [d]	3,3	7,9	40,8	25,6	7,8	5,2	32,6
123 Marrocos	1998-99 [d]	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
124 Gabão	..	..	..	..	..	..	..	..
125 Namíbia	1993 [c]	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	74,3
126 Índia	1999-00 [d]	3,9	8,9	43,3	28,5	7,3	4,9	32,5
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	..	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	..	..	..	..
129 Camboja	1997 [d]	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
130 Mianmar	..	..	..	..	..	..	..	..
131 Botsuana	1993 [d]	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
132 Comores	..	..	..	..	..	..	..	..
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	2002 [d]	3,4	8,1	43,3	28,5	8,3	5,4	34,6
134 Paquistão	2002 [d]	4,0	9,3	40,3	26,3	6,5	4,3	30,6
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	1998-99 [d]	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	40,8
137 Bangladeche	2000 [d]	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
138 Nepal	2003-04 [d]	2,6	6,0	54,6	40,6	15,8	9,1	47,2
139 Papuásia-Nova Guiné	1996 [d]	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..
141 Sudão	..	..	..	..	..	..	..	..
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	2001 [d]	1,9	4,9	53,5	36,6	19,2	11,0	47,5
144 Camarões	2001 [d]	2,3	5,6	50,9	35,4	15,7	9,1	44,6
145 Uganda	1999 [d]	2,3	5,9	49,7	34,9	14,9	8,4	43,0
146 Suazilândia	1994 [c]	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147 Togo	..	..	..	..	..	..	..	..
148 Djibuti	..	..	..	..	..	..	..	..
149 Lesoto	1995 [d]	0,5	1,5	66,5	48,3	105,0	44,2	63,2
150 Iémen	1998 [d]	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
151 Zimbabué	1995 [d]	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	50,1
152 Quénia	1997 [d]	2,5	6,0	49,1	33,9	13,6	8,2	42,5
153 Mauritânia	2000 [d]	2,5	6,2	45,7	29,5	12,0	7,4	39,0
154 Haiti	2001 [c]	0,7	2,4	63,4	47,7	71,7	26,6	59,2
155 Gâmbia	1998 [d]	1,8	4,8	53,4	37,0	20,2	11,2	50,2
156 Senegal	1995 [d]	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
157 Eritreia	..	..	..	..	..	..	..	..
158 Ruanda	1983-85 [d]	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
159 Nigéria	2003 [d]	1,9	5,0	49,2	33,2	17,8	9,7	43,7

QUADRO 15 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem do IDH		Ano do inquérito	ODM Parcela do rendimento ou consumo (%) 10% mais pobres	20% mais pobres	20% mais ricos	10% mais ricos	Medidas de desigualdade 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
160	Guiné	1994 [d]	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
161	Angola	..	..	..	..	..	..	..	..
162	Tanzânia, Rep. U. da	2000-01 [d]	2,9	7,3	42,4	26,9	9,2	5,8	34,6
163	Benim	2003 [d]	3,1	7,4	44,5	29,0	9,4	6,0	36,5
164	Costa do Marfim	2002 [d]	2,0	5,2	50,7	34,0	16,6	9,7	44,6
165	Zâmbia	2002-03 [d]	2,4	6,1	48,8	33,7	13,9	8,0	42,1
166	Malawi	1997 [d]	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	..	..	..	..	..	..
168	Moçambique	1996-97 [d]	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
169	Burundi	1998 [d]	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	42,4
170	Etiópia	1999-00 [d]	3,9	9,1	39,4	25,5	6,6	4,3	30,0
171	Chade	..	..	..	..	..	..	..	..
172	República Centro-Africana	1993 [d]	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
173	Guiné-Bissau	1993 [d]	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
174	Burquina Faso	2003 [d]	2,8	6,9	47,2	32,2	11,6	6,9	39,5
175	Mali	1994 [d]	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
176	Serra Leoa	1989 [d]	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9
177	Níger	1995 [d]	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5

NOTAS

Como os inquéritos familiares subjacentes diferem no método e no tipo de dados recolhidos, os dados sobre distribuição não são exactamente comparáveis entre países.

a Os dados mostram o rácio entre a parte do rendimento ou consumo do grupo mais rico e a do grupo mais pobre. Devido aos arredondamentos, os resultados podem diferir dos rácios calculados com as parcelas do rendimento, ou consumo das colunas 2-5.

b Um valor igual a 0 representa a igualdade perfeita e um valor igual a 100 a desigualdade perfeita.

c Os dados referem-se a parcelas de rendimento por percentis de população, ordenadas por rendimento per capita.

d Os dados referem-se a parcelas de consumo por percentis de população, ordenadas por consumo per capita.

e Os dados referem-se apenas a zonas urbanas.

FONTES

Colunas 1-5 e 8: Banco Mundial 2006.

Colunas 6 e 7: Calculadas com base em dados sobre o rendimento ou consumo do Banco Mundial 2006.

QUADRO 16

Estrutura do comércio

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	34	30	40	44	67	77	32	19	12	18	130
2	Islândia	33	43	35	37	91	82	8	17	10	6	..
3	Austrália	17	21 [b]	17	18 [b]	71	58	26	25	12	14	96
4	Irlanda	52	65	57	80	26	10	70	86	41	34	94
5	Suécia	29	38	30	46	16	14	83	81	13	17	98
6	Canadá	26	34 [b]	26	38 [b]	36	35	59	60	14	14	99
7	Japão	9	10 [b]	10	12 [b]	3	3	96	93	24	24	116
8	Estados Unidos	11	14 [b]	10	10 [b]	21	14	75	82	34	32	112
9	Suíça	34	37 [b]	36	44 [b]	6	7	94	93	12	22	..
10	Países Baixos	51	60	54	65	37	30	59	70	16	29	99
11	Finlândia	24	32	23	37	17	16	83	83	8	21	99
12	Luxemburgo	100	125	104	146	..	13	..	86	..	10	..
13	Bélgica	69	81	71	84	19	18	77	81	..	8	..
14	Áustria	37	46	38	51	12	15	88	84	8	12	..
15	Dinamarca	31	38	36	43	35	31	60	66	15	20	110
16	França	23	26	21	26	23	17	77	83	16	19	..
17	Itália	20	26	20	27	11	11	88	88	8	8	132
18	Reino Unido	27	28	24	25	19	18	79	76	24	24	99
19	Espanha	20	29	16	26	24	21	75	77	6	7	121
20	Nova Zelândia	27	29 [b]	27	29 [b]	72	65	26	31	10	14	121
21	Alemanha	25	33	25	38	10	9	89	84	11	17	112
22	Hong Kong, China (RAE)	124	184	132	193	7	3	92	96	..	32	99
23	Israel	45	49	35	44	13	5	87	94	10	19	118
24	Grécia	28	29	18	21	46	38	54	59	2	11	79
25	Singapura	..	..	..	..	27	13	72	84	40	59	70
26	República da Coreia	29	40	28	44	6	8	94	92	18	33	75
27	Eslovénia	79	61	91	60	..	10	..	90	..	6	..
28	Portugal	39	38	33	31	19	15	80	85	4	9	..
29	Chipre	57	..	52	..	42	35	58	65	8	22	..
30	República Checa	43	72	45	72	..	10	..	90	..	13	..
31	Barbados	52	54 [b]	49	49 [b]	55	47	43	52	..	15	..
32	Malta	99	83	85	76	7	9	93	90	44	58	..
33	Koweit	58	33	45	60	94	..	6	..	3	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	..	..	97	88 [b]	3	12 [b]	..	5 [b]	..
35	Hungria	29	68	31	64	35	11	63	88	..	29	84
36	Argentina	5	18	10	25	71	70	29	29	..	8	103
37	Polónia	22	41	29	39	..	19	..	81	..	3	459
38	Chile	31	30	35	36	87	86	11	13	5	5	47
39	Barém	95	64	116	82	54	90	45	10	..	3	..
40	Estónia	..	86	..	78	..	22	..	77	..	14	..
41	Lituânia	61	61	52	54	..	42	..	58	..	5	..
42	Eslováquia	36	79	27	77	..	14	..	86	..	5	..
43	Uruguai	18	28	24	30	61	68	39	32	..	2	77
44	Croácia	..	56	..	47	..	27	..	72	..	13	..
45	Letónia	49	60	48	44	..	36	..	61	..	5	..
46	Catar	..	..	..	..	82	87	18	13	..	1	..
47	Seicheles	67	96	62	94	74	93	26	6	..	10	..
48	Costa Rica	41	49	35	46	66	37	27	63	..	37	125
49	Emirados Árabes Unidos	41	65	66	82	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	83	63	52	50	..	18 [b]	..	82 [b]	..	1 [b]	..
52	Baamas	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
53	México	20	32	19	30	56	20	43	80	8	21	32

QUADRO 16 Estrutura do comércio

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
54	Bulgária	37	69	33	58	..	33	..	62	..	4	..
55	Tonga	65	..	34	..	..	..	24	..	..	..	..
56	Omã	28	43	47	57	94	87	5	12	2	1	..
57	Trindade e Tobago	29	48	45	60	73	65 [b]	27	35 [b]	..	1 [b]	..
58	Panamá	79	65	87	63	78	90	21	10	..	2	81
59	Antígua e Barbuda	87	69 [c]	89	61 [c]	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	26	46	17	37	26	17	73	82	2	3	..
61	Malásia	72	100	75	121	46	23	54	76	38	55	138
62	Bósnia e Herzegovina	..	55	..	26	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	71	56	64	56	34	28	66	71	1	4	96
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	31	36 [c]	40	47 [c]	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	18	22	18	35	..	62	..	21	..	9	..
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	36	61	26	40	..	23	..	77	..	1	..
67	Bielorrússia	44	74	46	68	..	39	..	60	..	3	..
68	Domínica	81	61	55	48	65	42	35	58	..	8	..
69	Brasil	7	13	8	18	47	46	52	54	7	12	149
70	Colômbia	15	22	21	21	74	62	25	38	..	6	83
71	Santa Lúcia	84	69 [b]	73	56 [b]	68	71	32	28	..	20	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	20	20	39	36	90	88	10	12	4	3	70
73	Albânia	23	43	15	21	..	18	..	82	..	1	..
74	Tailândia	42	66	34	71	36	22 [b]	63	75 [b]	21	30 [b]	61
75	Samoa (Ocidental)	..	48	..	26	90	23	10	77	..	(.)	..
76	Arábia Saudita	32	25	41	53	92	88 [c]	8	12 [c]	..	2 [c]	..
77	Ucrânia	29	54	28	61	..	32 [c]	..	67 [c]	..	5 [c]	..
78	Líbano	100	41	18	21	..	31 [b]	..	68 [b]	..	2 [b]	..
79	Cazaquistão	..	46	..	55	..	84	..	16	..	2	..
80	Arménia	46	53	35	39	..	38	..	62	..	1	..
81	China	16	31	19	34	27	8	72	91	..	30	78
82	Peru	14	18	16	21	82	80	18	20	..	2	45
83	Equador	32	29	33	27	98	91	2	9	(.)	7	51
84	Filipinas	33	51	28	52	31	10	38	55	..	64	84
85	Granada	63	71 [b]	42	(.)	66	54 [b]	34	46 [b]	..	5 [b]	..
86	Jordânia	93	80	62	48	44	28	56	72	7	5	99
87	Tunísia	51	48	44	45	31	22	69	78	2	5	80
88	São Vicente e Granadinas	77	66	66	43	..	81	..	19	..	8	..
89	Suriname	44	64 [b]	42	28 [b]	26	..	74	..	..	..	..
90	Fiji	67	..	62	..	64	55	35	45	12	1	..
91	Paraguai	39	37	33	36	..	87	10	13	(.)	7	164 [b]
92	Turquia	18	35	13	29	32	15	68	85	1	2	94
93	Sri Lanca	38	45	29	36	42	26	54	74	1	1	119
94	República Dominicana	44	49	34	50	..	..	..	..	..	..	54
95	Belize	60	65 [b]	62	52 [b]	..	86 [b]	15	13 [b]	..	3 [b]	..
96	Irão, Rep. Islâmica do	24	30	22	32	..	91 [b]	..	9 [b]	..	2 [b]	..
97	Geórgia	46	47	40	31	..	63	..	37	..	38	..
98	Maldivas	64	83	24	95	..	74	..	26	..	1	..
99	Azerbaijão	39	74	44	50	..	89	..	10	..	2	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	49 [b]	..	10 [b]	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	31	44	19	27	62	40	38	60	..	4	97
102	Argélia	25	26	23	40	97	98	3	2	..	1	75
103	Guiana	80	106	63	96	..	70	..	30	..	(.)	..
104	Jamaica	52	58	48	41	30	35 [c]	70	65 [c]	..	(.) [c]	..
105	Turquemenistão	..	57	..	66	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	44	64	13	31	..	..	..	88 [b]	..	..	91

Ordem do IDH		Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Importações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
107	República Árabe Síria	28	34	28	35	64	87	36	11	..	1	..
108	Indonésia	24	27	25	31	65	44	35	56	1	16	..
109	Vietname	45	74	36	66	..	46 [b]	..	53 [b]	..	6 [b]	..
110	Quirguizistão	50	53	29	43	..	57	..	43	..	2 [b]	..
111	Egipto	33	29	20	29	57	64	42	31	..	1	50
112	Nicarágua	46	54	25	26	92	89	8	11	..	6	56
113	Usbequistão	48	33	29	40	..	..	..	..	..	..	..
114	Moldávia, República da	51	82	48	51	..	64	..	36	..	4	..
115	Bolívia	24	26	23	31	95	86	5	14	..	9	58
116	Mongólia	53	87	24	75	..	62 [b]	..	38 [b]	..	(.) [b]	..
117	Honduras	40	54 [b]	36	37 [b]	91	73 [b]	9	27 [b]	..	2 [b]	79
118	Guatemala	25	32	21	18	76	58	24	42	..	7	70
119	Vanuatu	77	..	49	..	..	..	13	..	20	..	..
120	Guiné Equatorial	70	..	32	..	..	..	..	..	..	..	..
121	África do Sul	19	27	24	27	..	42	..	58	..	6	95
122	Tajiquistão	35	65	28	46	..	..	..	..	..	..	..
123	Marrocos	32	39	26	33	48	31	52	69	..	10	109
124	Gabão	31	40	46	61	..	93	..	7	..	15	41
125	Namíbia	67	45	52	46	..	58 [b]	..	41 [b]	..	3 [b]	87
126	Índia	9	23	7	19	28	26	70	73	2	5	106
127	São Tomé e Príncipe	72	95	14	39	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	73	44 [b]	47	42 [b]	..	..	..	..	..	..	..
129	Camboja	13	76	6	65	..	3	..	97	..	(.)	..
130	Mianmar	5	..	3	..	..	..	..	..	..	..	..
131	Botsuana	50	32	55	40	..	..	..	..	..	..	110
132	Comores	35	31	14	16	..	..	..	..	..	..	52
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	25	42	12	29	..	..	..	..	..	..	..
134	Paquistão	23	15	16	16	21	15	79	85	(.)	1	65
135	Butão	32	43 [c]	28	22 [c]	..	..	..	..	..	..	..
136	Gana	26	54	17	35	..	85 [b]	..	14 [b]	..	4 [b]	59
137	Bangladeche	14	21	6	15	..	10	77	90	(.)	(.)	64
138	Nepal	22	31	11	17	..	26 [b]	83	74 [b]	..	(.) [b]	..
139	Papuásia-Nova Guiné	49	60 [b]	41	71 [b]	89	94 [b]	10	6 [b]	..	39 [b]	..
140	Congo	46	57	54	84	..	..	..	..	..	..	125
141	Sudão	..	21	..	18	..	98 [b]	..	2 [b]	..	(.) [b]	..
142	Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	28	48	17	32	85	76	14	22	8	1	99
144	Camarões	17	26	20	26	91	95	9	5	3	1	140
145	Uganda	19	28	7	14	..	85	..	15	..	13	..
146	Suazilândia	87	92	75	84	..	23 [c]	..	76 [c]	..	1 [c]	94
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	45	47	33	34	89	53	9	47	..	(.)	25
148	Djibuti	..	..	..	..	44	..	8	..	..	..	..
149	Lesoto	122	105	17	48	..	..	..	..	..	..	69
150	Iémen	20	34	14	25	..	97	..	3	..	13	..
151	Zimbabué	23	44	23	36	68	72	31	28	2	1	123
152	Quénia	31	32	26	26	70	79	30	21	4	3	91
153	Mauritânia	61	70	46	29	..	..	..	..	..	..	131
154	Haiti	20	47 [b]	18	16 [b]	15	..	85	..	14	..	39
155	Gâmbia	72	52	60	42	..	73 [b]	..	27 [b]	..	3 [b]	63
156	Senegal	30	40	25	28	77	61	23	39	..	6	60
157	Eritreia	..	86	..	13	..	..	..	..	..	..	..
158	Ruanda	14	27	6	10	..	90 [b]	..	10 [b]	..	25 [b]	156
159	Nigéria	29	37	43	55	..	98 [b]	..	2 [b]	..	2 [b]	68

QUADRO 16 Estrutura do comércio

Ordem do IDH	Importações de bens e serviços (% do PIB) 1990	2004	Exportações de bens e serviços (% do PIB) 1990	2004	Exportações primárias (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Exportações manufacturadas (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Exportações de alta tecnologia (% das exportações de mercadorias) 1990	2004	Termos de comércio (1980=100) [a] 2004
160 Guiné	31	23	31	21	..	75 [c]	..	25 [c]	..	(.) [c]	..
161 Angola	21	55	39	71	100	..	(.)	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	37	29	13	19	..	80	..	20	..	2	..
163 Benim	26	26	14	15	..	91 [c]	..	9 [c]	..	2 [c]	108
164 Costa do Marfim	27	38	32	48	..	78 [b]	..	20 [b]	..	8 [b]	60
165 Zâmbia	37	27	36	20	..	90	..	10	..	1	53
166 Malawi	33	49	24	27	93	84	7	16	4	2	50
167 Congo, Rep. Dem.	29	22 [c]	30	19 [c]	..	..	..	..	..	..	112
168 Moçambique	36	38	8	30	..	96 [c]	..	3 [c]	..	9 [c]	39
169 Burundi	28	25	8	9	..	95	..	5	..	6	36
170 Etiópia	12	40	8	19	..	89 [b]	..	11 [b]	..	(.) [b]	..
171 Chade	28	36	13	52	..	..	..	..	..	..	93
172 República Centro-Africana	28	16	15	11	..	63 [b]	..	37 [b]	..	(.) [b]	38
173 Guiné-Bissau	37	49	10	35	..	..	..	..	..	..	75
174 Burquina Faso	24	23	11	9	..	92	..	8	..	10	150
175 Mali	34	36	17	28	..	..	2	..	..	..	97 [b]
176 Serra Leoa	24	39	22	23	..	..	..	7 [c]	..	31 [c]	..
177 Níger	22	26	15	16	..	91 [b]	..	8 [b]	..	3 [b]	57
Países em desenvolvimento	24	36	25	39	38	22	59	74	..	24	..
Países menos desenvolvidos	22	32	13	23	84	66	..	..	..	..	..
Países Árabes	38	36	38	48	73	75	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	33	52	34	56	23	11	73	86	..	33	..
América Latina e Caraíbas	15	23	17	26	65	46	36	56	7	13	..
Ásia do Sul	13	23	11	21	27	24	71	76	..	4	..
África Subsariana	26	34	27	33	73	70	..	32 [b]	..	4	..
Europa Central, Oriental e CEI	28	44	29	46	32	13	..	55	..	10	..
OCDE	18 [b]	22 [b]	17	21 [b]	20	17	77	80	18	18	..
OCDE de rendimento elevado	18 [b]	21 [b]	17	20 [b]	19	17	78	80	19	18	..
Desenvolvimento humano elevado	19 [b]	23 [b]	19	23 [b]	20	17	76	80	18	19	..
Desenvolvimento humano médio	19	29	19	31	49	25	50	60	..	17	..
Desenvolvimento humano baixo	29	37	27	36	74	71	..	8 [b]	..	3	..
Rendimento elevado	19 [b]	22 [b]	18	22 [b]	19	16	77	80	18	19	..
Rendimento médio	21	32	22	35	53	26	50	64	..	20	..
Rendimento baixo	17	27	13	24	38	30	..	50 [b]	..	4	..
Mundo	19 [b]	24 [b]	19	24 [b]	23	18	72	77	18	19	..

NOTAS

a O rácio entre o índice de preços de exportação e o índice de preços de importação é medido em relação ao ano base de 1980. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações subiu em relação ao preço das importações.

b Os dados referem-se a 2003.

c Os dados referem-se a 2002.

FONTES

Colunas 1-10: Banco Mundial 2006; baseado em dados da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Coluna 11: calculada com base em dados dos termos de comércio do Banco Mundial 2006.

QUADRO 17

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Responsabilidades dos países ricos: ajuda

Ordem do IDH	ODM Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada — Total [a] (milhões de dól. EUA) 2004	Em % do RNB 1990 [d]	Em % do RNB 2004	APD per capita do país doador (dólares EUA 2004) 1990	APD per capita do país doador (dólares EUA 2004) 2004	ODM APD para os países menos desenvolvidos [b] (% do total) 1990	ODM APD para os países menos desenvolvidos [b] (% do total) 2004	ODM APD para serviços sociais básicos [c] (% do total afectável por sector) 1995/96 [e]	ODM APD para serviços sociais básicos [c] (% do total afectável por sector) 2003/04 [e]	ODM APD bilateral não vinculativa (% do total) 1990	ODM APD bilateral não vinculativa (% do total) 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	2.199	1,17	0,87	396	477	44	38	10,7	18,0	61	100
3 Austrália	1.460	0,34	0,25	70	73	18	24	5,9	15,8	33	77
4 Irlanda	607	0,16	0,39	26	152	37	53	0,5	28,9	..	100
5 Suécia	2.722	0,91	0,78	257	302	39	28	14,2	16,0	87	87
6 Canadá	2.599	0,44	0,27	103	81	30	27	8,9	29,0	47	57
7 Japão	8.922	0,31	0,19	94	70	19	19	2,0	5,4	89	94
8 Estados Unidos	19.705	0,21	0,17	61	67	22	23	19,0	19,1	..	..
9 Suíça	1.545	0,32	0,41	149	210	43	26	6,5	8,4	78	97
10 Países Baixos	4.204	0,92	0,73	244	258	33	35	11,7	18,1	56	87
11 Finlândia	680	0,65	0,37	174	130	38	25	8,9	15,3	31	..
12 Luxemburgo	236	0,21	0,83	101	524	39	37	..	20,7	..	..
13 Bélgica	1.463	0,46	0,41	120	141	41	44	9,2	14,7	..	93
14 Áustria	678	0,11	0,23	28	83	63	25	2,6	12,6	32	52
15 Dinamarca	2.037	0,94	0,85	305	377	39	36	13,1	23,6	..	89
16 França	8.473	0,60	0,41	160	137	33	37	..	10,0	64	94
17 Itália	2.462	0,31	0,15	75	43	41	32	7,3	18,4	22	..
18 Reino Unido	7.883	0,27	0,36	70	131	32	38	24,4	31,8	..	100
19 Espanha	2.437	0,20	0,24	33	56	20	17	8,3	13,8	..	68
20 Nova Zelândia	212	0,23	0,23	41	52	19	31	1,7	19,1	100	81
21 Alemanha	7.534	0,42	0,28	124	91	28	31	8,8	12,7	62	92
24 Grécia	465	..	0,23	..	42	..	14	19,3	20,6	..	23
28 Portugal	1.031	0,24	0,63	25	100	70	85	4,2	2,8	..	99
CAD	79.553 T	0,33	0,26	91	91	29	30	8,1	16,0	..	..

NOTAS

Este quadro apresenta os dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

a Algumas regiões e países não membros da CAD também fornecem APD. De acordo com OCCE-CAD 2006b, a APD líquida desembolsada em 2004 pela República Checa, Hungria, Islândia, Israel, Coreia, Koweit, Polónia, Arábia Saudita, República da Eslováquia, Turquia, Emirados Árabes Unidos e outros pequenos doadores totalizou 3.741 milhões de dólares. A China também fornece ajuda mas não revela o montante.

b Inclui fluxos multilaterais imputados que têm em conta as contribuições através de organizações multilaterais. Estas são calculadas utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado.

c Os dados referem-se à parcela da APD para afectação sectorial; excluem cooperação técnica e custos administrativos.

d Os dados de cada país (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não-APD.

e Os dados referem-se à media dos anos indicados.

FONTES

Todas as colunas: OCDE-CAD 2006a.

QUADRO 18

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos) Total (milhões dól. EUA) 2004	Per capita (dól. EUA) 2004	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2004	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 1990	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 2004	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 1990	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 2004	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 1990	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 2004	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 1990	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
22	Hong Kong, China (RAE)	7,0 [d]	1,0 [d]	0,1	(.) [d]	..	20,9	..	..	..	..	..	..
23	Israel	478,9 [d]	72,6 [d]	2,6	0,4 [d]	0,3	1,4	..	..	..	..	..	..
25	Singapura	9,2 [d]	2,2 [d]	(.)	(.) [d]	15,1	15,0	..	..	..	..	..	..
26	República da Coreia	-67,6 [d]	-1,4 [d]	(.)	(.) [d]	0,3	1,2	..	..	..	..	..	..
27	Eslovénia	62,2 [d]	31,6 [d]	..	0,2 [d]	..	2,6	..	..	..	..	..	..
29	Chipre	60,0 [d]	72,6 [d]	0,7	0,4 [d]	2,3	7,2	..	..	..	..	..	..
30	República Checa	279,8 [d]	27,4 [d]	(.)	0,3 [d]	0,2	4,2	..	2,6	..	7,8	..	3,0
31	Barbados	29,1	108,2	0,2	1,0	0,6	1,8	-0,8	-0,4	8,2	3,1	14,6	5,5
32	Malta	6,2 [d]	15,5 [d]	0,2	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
33	Koweit	2,6 [d]	1,0 [d]	(.)	(.) [d]	0,0	(.)	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	0,8 [d]	2,1 [d]	..	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	302,7 [d]	29,9 [d]	0,2	0,3 [d]	1,9	4,6	-1,4	12,3	12,8	17,0	33,4	4,9
36	Argentina	91,2	2,4	0,1	0,1	1,3	2,7	-1,5	-1,0	4,4	8,1	34,7	18,8
37	Polónia	1.524,8 [d]	39,5 [d]	2,2	0,6 [d]	0,2	5,2	(.)	2,1	1,6	14,3	4,4	4,9
38	Chile	49,1	3,0	0,3	0,1	2,2	8,1	5,1	0,4	9,1	10,2	18,1	4,1
39	Barém	103,9	145,1	3,2	0,9	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	136,4 [d]	102,2 [d]	..	1,2 [d]	..	9,3	..	23,2	..	12,9	..	0,7
41	Lituânia	252,2 [d]	73,3 [d]	..	1,1 [d]	..	3,5	..	5,8	..	7,9	..	6,3
42	Eslováquia	235,2 [d]	43,5 [d]	(.)	0,6 [d]	..	2,7	..	2,6	..	12,3	..	6,9 [e]
43	Uruguai	22,0	6,4	0,6	0,2	0,4	2,4	-2,1	-2,3	10,6	11,7	35,2	31,6
44	Croácia	120,8	26,6	..	0,4	..	3,6	..	11,4	..	15,4	..	8,7
45	Letónia	164,6 [d]	71,0 [d]	..	1,2 [d]	..	5,1	..	12,2	..	10,1	..	5,8
46	Catar	2,4 [d]	3,1 [d]	(.)	.. [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	10,3	129,4	9,8	1,5	5,4	5,3	-1,7	9,5	5,9	7,4	7,8	7,8
48	Costa Rica	13,5	3,2	4,0	0,1	2,9	3,4	-2,5	0,2	8,8	3,7	22,0	6,5
49	Emirados Árabes Unidos	5,7 [d]	1,3 [d]	(.)	(.) [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
50	Cuba	90,5	8,0	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	-0,1	-2,6	5,1	(.)	30,8	15,5	-0,3	-2,3	1,9	11,8	3,4	24,5 [f]
52	Baamas	4,8 [d]	15,0 [d]	0,1	.. [d]	-0,6	3,6 [e]	..	..	..	..	..	..
53	México	121,1	1,1	0,1	(.)	1,0	2,6	2,7	-0,6	4,3	7,6	18,3	11,9
54	Bulgária	622,4 [d]	80,0 [d]	0,1	2,6 [d]	(.)	8,3	..	4,4	..	10,2	18,6	11,2
55	Tonga	19,3	188,9	26,2	9,1	0,2	0,0	-0,1	0,0	1,7	1,4	3,4	5,8 [f]
56	Omã	54,9	21,7	0,5	0,2	1,2	-0,1	-3,4	0,5	6,3	4,1	12,0	3,2
57	Trindade e Tobago	-0,8	-0,6	0,4	(.)	2,2	8,0	-3,5	-1,2	8,9	3,2	15,6	3,3 [e]
58	Panamá	37,7	11,9	1,9	0,3	2,6	7,4	-0,1	5,7	6,5	10,2	4,1	11,2
59	Antígua e Barbuda	1,7	20,5	1,2	0,2	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	915,7 [d]	42,0 [d]	0,6	1,3 [d]	(.)	7,4	(.)	5,6	(.)	6,5	0,0	8,4
61	Malásia	289,5	11,6	1,1	0,2	5,3	3,9	-4,2	3,7	9,8	7,8	10,6	4,7 [e]
62	Bósnia e Herzegovina	671,0	171,6	..	7,9	..	7,2	..	0,5	..	2,1	..	4,2
63	Maurícia	37,9	30,8	3,7	0,6	1,7	0,2	1,9	-0,3	6,5	4,3	7,3	5,4
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
64	Jamahira Árabe Líbia	17,6 [d]	3,1 [d]	0,1	0,1 [d]	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	1.313,1 [d]	9,1 [d]	(.)	0,2 [d]	..	2,1	..	1,9	..	3,6	..	6,1
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	248,4	122,3	..	4,6	..	2,9	..	0,8	..	4,6	..	6,5
67	Bielorrússia	46,2 [d]	4,7 [d]	..	0,2 [d]	..	0,7	..	-0,3	..	1,4	..	1,5
68	Domínica	29,2	372,1	11,9	10,8	7,8	6,8	-0,3	0,0	3,5	6,8	6,0	9,1 [f]
69	Brasil	285,1	1,6	(.)	(.)	0,2	3,0	-0,1	-0,4	1,8	8,9	18,5	23,2
70	Colômbia	509,0	11,3	0,2	0,5	1,2	3,1	-0,4	-1,2	9,7	7,9	34,5	18,5
71	Santa Lúcia	-21,5	-134,8	3,1	-2,8	11,3	14,6	-0,2	-0,1	1,6	3,5	2,1	5,5 [f]
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	48,6	1,8	0,2	(.)	1,0	1,4	-1,2	0,6	10,6	6,0	19,6	10,5
73	Albânia	362,5	116,5	0,5	4,8	0,0	5,6	..	0,4	..	1,0	0,9	3,8 [e]
74	Tailândia	-1,8	(.)	0,9	(.)	2,9	0,9	2,3	0,3	6,2	7,7	11,4	4,1
75	Samoa (Ocidental)	30,8	167,4	42,6	8,2	0,0	0,1	0,0	0,0	4,9	5,6	10,6	..

Ordem do IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos)				Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB)		Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB)		ODM Serviço da dívida total			
		Total (milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB						Em % do PIB		Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
		2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
76	Arábia Saudita	32,3	1,3	(.)	(.)	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	360,1 [d]	7,7 [d]	0,4	0,6 [d]	..	2,6	..	5,1	..	6,6	..	4,8
78	Líbano	264,8	74,8	8,9	1,2	0,2	1,3	0,2	11,9	3,5	20,0	..	..
79	Cazaquistão	265,0	17,9	..	0,7	..	10,1	..	20,0	..	21,5	..	3,8
80	Arménia	254,1	84,0	..	8,3	0,2	7,1	..	(.)	..	3,5	..	7,4
81	China	1.661,1	1,3	0,6	0,1	1,0	2,8	1,3	1,0	2,0	1,2	10,6	1,2
82	Peru	487,4	17,7	1,5	0,7	0,2	2,6	0,1	1,8	1,8	4,0	7,3	16,3
83	Equador	160,5	12,3	1,6	0,5	1,2	3,8	0,6	2,0	10,5	12,3	31,0	21,8
84	Filipinas	462,8	5,7	2,9	0,5	1,2	0,6	0,2	2,4	8,1	13,7	25,6	16,0
85	Granada	15,4	150,4	6,3	3,5	5,9	9,7	0,1	8,6	1,5	6,7	3,1	15,3 [f]
86	Jordânia	581,4	104,5	22,1	5,0	0,9	5,4	5,3	-1,2	15,6	6,1	22,1	10,4
87	Tunísia	327,7	32,8	3,2	1,2	0,6	2,1	-1,6	1,6	11,6	7,2	25,6	13,8
88	São Vicente e Granadinas	10,5	88,3	7,8	2,6	4,0	13,8	0,0	6,0	2,2	5,2	3,1	6,7 [f]
89	Suriname	23,9	53,5	15,5	2,2	..	..	..	..	..	..	..	..
90	Fiji	63,9	76,0	3,8	2,4	6,9	-0,4	-1,2	-0,1	7,9	0,6	9,0	..
91	Paraguai	0,3	(.)	1,1	(.)	1,5	1,3	-0,2	-1,8	6,2	6,8	11,5	9,5
92	Turquia	257,0	3,6	0,8	0,1	0,5	0,9	0,8	3,1	4,9	11,2	29,9	19,5
93	Sri Lanca	519,1	25,2	9,1	2,6	0,5	1,2	0,1	-0,3	4,8	3,8	14,8	8,8
94	República Dominicana	86,9	9,9	1,4	0,5	1,9	3,5	(.)	2,2	3,3	4,0	10,7	7,4
95	Belize	7,4	27,9	7,4	0,7	4,1	11,7	0,5	-5,2	4,4	30,4	7,0	64,2
96	Irão, Rep. Islâmica do	189,4	2,8	0,1	0,1	-0,3	0,3	(.)	0,4	0,5	1,2	1,3	..
97	Geórgia	315,4	69,8	..	6,1	..	9,6	..	1,2	..	4,2	..	10,7
98	Maldivas	27,9	87,0	9,8	3,7	2,8	2,0	0,5	2,6	4,1	4,3	4,0	4,5
99	Azerbaijão	175,6	21,0	..	2,1	..	41,7	..	1,4	..	2,8	..	3,2
100	Territórios Ocupados da Palestina	1.136,4	316,8	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	211,5	31,3	7,2	1,3	(.)	2,9	0,1	1,6	4,3	3,9	18,2	12,5
102	Argélia	312,6	9,7	0,2	0,4	0,1	1,0	-0,7	-0,6	14,2	6,8	63,7	..
103	Guiana	144,6	192,7	42,6	18,4	2,0	3,8	-4,1	-0,1	74,5	6,2	..	5,9 [g, h]
104	Jamaica	75,4	28,6	5,9	0,9	3,0	6,8	-1,0	7,9	14,4	9,4	27,0	19,0
105	Turquemenistão	37,2	7,8	..	0,6	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	139,8	282,4	31,8	14,7	0,1	2,2	(.)	-0,5	1,7	2,7	8,9	6,7 [e]
107	República Árabe Síria	110,2	5,9	5,6	0,5	0,6	1,1	-0,1	(.)	9,7	1,4	20,3	2,5
108	Indonésia	84,1	0,4	1,5	(.)	1,0	0,4	1,6	0,5	8,7	7,9	25,6	12,7
109	Vietname	1.830,3	22,0	2,9	4,0	2,8	3,6	0,0	(.)	2,7	1,7	..	5,9 [f]
110	Quirguizistão	258,2	49,6	..	11,7	..	3,5	..	-2,4	..	7,3	..	6,2
111	Egipto	1.457,7	20,1	12,6	1,8	1,7	1,6	-0,2	-0,3	7,1	2,9	23,7	6,8
112	Nicarágua	1.232,4	229,2	32,9	27,1	0,1	5,5	2,0	0,6	1,6	2,8	2,3	4,6 [g, h]
113	Usbequistão	245,5	9,4	..	2,1	..	1,2	..	-1,3	..	7,1	..	..
114	Moldávia, República da	117,9	28,0	..	4,5	..	3,1	..	-1,2	..	9,6	..	7,4
115	Bolívia	766,6	85,1	11,2	8,7	0,6	1,3	-0,5	(.)	7,9	5,9	33,5	12,6 [g, h]
116	Mongólia	261,9	100,2	..	16,2	..	5,8	..	(.)	..	2,5	0,3	2,8
117	Honduras	641,7	91,0	14,7	8,7	1,4	4,0	1,0	2,2	12,8	4,5	33,0	6,5 [g, h]
118	Guatemala	218,4	17,8	2,6	0,8	0,6	0,6	-0,1	1,3	3,0	2,0	12,6	10,2
119	Vanuatu	37,8	182,2	33,0	11,9	8,6	6,9	-0,1	0,0	1,6	1,1	1,6	1,2 [e]
120	Guiné Equatorial	29,7	60,3	46,0	0,9	8,3	51,4	0,0	0,0	3,9	0,2	11,5	..
121	África do Sul	617,3	13,1	..	0,3	-0,1	0,3	..	3,4	..	1,8	0,0	2,4
122	Tajiquistão	240,9	37,5	..	11,6	..	13,1	..	-1,2	..	4,9	..	5,9
123	Marrocos	705,9	22,8	4,1	1,4	0,6	1,5	1,2	(.)	7,0	6,0	27,9	15,2
124	Gabão	37,8	27,7	2,2	0,5	1,2	4,5	0,5	-0,3	3,0	3,1	4,8	10,8 [e]
125	Namíbia	179,1	89,1	5,2	3,1	..	..	..	..	..	..	..	..
126	Índia	691,2	0,6	0,4	0,1	0,1	0,8	0,5	1,8	2,6	2,8	29,3	19,5 [e]
127	São Tomé e Príncipe	33,4	218,5	95,0	53,7	0,0	86,7	-0,2	0,0	4,9	15,4	28,7	11,6 [f, g, i]
128	Ilhas Salomão	122,2	262,3	21,7	47,3	4,7	-1,9	-1,5	-3,0	5,5	6,4	11,3	..
129	Camboja	478,3	34,7	3,7	9,8	..	2,7	0,0	0,0	2,7	0,6	..	0,8

QUADRO 18 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem do IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos) Total (milhões dól. EUA) 2004	Per capita (dól. EUA) 2004	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2004	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 1990	Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB) 2004	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 1990	Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB) 2004	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 1990	ODM Serviço da dívida total Em % do PIB 2004	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 1990	ODM Serviço da dívida total Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior 2004
130 Mianmar	121,1	2,4	..	..	..	..	..	..	..	..	18,2	3,3 [g, j]
131 Botsuana	39,0	22,1	3,9	0,4	2,5	0,5	-0,5	0,1	2,8	0,5	4,3	1,2 [e]
132 Comores	24,5	31,5	17,3	6,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,4	0,9	2,5	.. [g, j]
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	269,6	46,5	17,4	11,0	0,7	0,7	0,0	0,0	1,1	2,2	8,5	.. [g, j]
134 Paquistão	1.421,0	9,2	2,8	1,5	0,6	1,2	-0,2	0,2	4,8	4,5	22,9	22,8
135 Butão	78,0	36,9	16,5	11,6	0,6	0,1	-0,9	0,0	1,8	1,8	..	..
136 Gana	1.357,6	62,7	9,6	15,3	0,3	1,6	-0,4	0,3	6,2	2,7	36,0	5,6 [g, h]
137 Bangladeche	1.404,1	10,1	7,0	2,5	(.)	0,8	0,2	(.)	2,5	1,2	34,8	6,9
138 Nepal	427,3	16,1	11,7	6,4	0,2	0,0	-0,4	(.)	1,9	1,7	15,2	8,9
139 Papuásia-Nova Guiné	266,3	46,1	12,8	6,8	4,8	0,7	1,5	-5,5	17,2	12,1	18,4	..
140 Congo	116,0	29,9	7,8	2,7	0,8	0,0	-3,6	0,0	19,0	8,1	32,2	14,7 [e, g, i]
141 Sudão	882,3	24,8	6,2	4,2	-0,2	7,2	0,0	0,3	0,4	1,5	4,8	8,1 [g, j]
142 Timor-Leste	152,8	172,2	..	45,1	..	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	1.235,8	68,2	12,9	28,3	0,7	1,0	-0,5	(.)	7,2	1,8	44,4	4,4 [e, g, h]
144 Camarões	761,5	47,5	4,0	5,3	-1,0	(.)	-0,1	0,2	4,6	4,5	13,1	7,1 [g, i]
145 Uganda	1.159,0	41,7	15,5	17,0	-0,1	3,3	0,4	0,1	3,4	1,5	78,6	10,0 [g, h]
146 Suazilândia	116,5	112,7	6,1	4,9	3,4	2,9	-0,5	0,7	5,3	1,8	5,6	1,7
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147 Togo	61,4	10,3	16,0	3,0	1,1	2,9	0,3	0,1	5,3	1,0	11,5	2,1 [e, g, j]
148 Djibuti	64,1	82,3	46,4	9,7	(.)	5,0	-0,1	0,0	3,6	2,7	..	..
149 Lesoto	102,1	56,8	23,0	7,8	2,8	9,4	(.)	-0,7	3,8	4,0	4,2	4,6
150 Iémen	251,9	12,4	8,4	2,0	-2,7	1,1	3,3	0,0	3,5	1,7	7,1	4,3
151 Zimbabué	186,5	14,4	3,9	4,0	-0,1	1,3	1,1	0,2	5,4	2,0	19,4	..
152 Quénia	635,1	19,0	13,8	3,9	0,7	0,3	0,8	-0,7	9,2	2,3	28,6	7,7
153 Mauritânia	179,8	60,3	23,3	11,7	0,7	19,6	-0,1	(.)	14,3	3,7	28,8	9,6 [g, h]
154 Haiti	242,7	28,9	5,9	6,9	0,3	0,2	0,0	0,0	1,2	3,8	9,0	10,7 [e]
155 Gâmbia	62,8	42,5	31,3	15,1	4,5	14,5	-2,4	0,0	11,9	8,1	21,8	23,2 [g, i]
156 Senegal	1.051,5	92,4	14,4	13,5	1,0	0,9	-0,2	1,2	5,7	4,3	18,3	7,6 [e, g, h]
157 Eritreia	259,5	61,3	..	28,1	..	3,2	..	0,0	..	2,1	..	..
158 Ruanda	467,5	52,6	11,3	25,3	0,3	0,4	-0,1	0,0	0,8	1,3	10,7	9,8 [g, h]
159 Nigéria	573,4	4,5	0,9	0,8	2,1	2,6	-0,4	-0,2	11,7	3,3	22,3	8,8
160 Guiné	279,3	30,3	10,4	7,2	0,6	2,6	-0,7	0,0	6,0	4,4	19,6	7,5 [g, i]
161 Angola	1.144,1	73,9	2,6	5,9	-3,3	7,4	5,6	6,6	3,2	10,5	7,1	14,8
162 Tanzânia, Rep. U. da	1.746,0	46,4	27,5	16,1	(.)	2,3	0,1	(.)	4,2	1,1	31,3	6,4 [g, h]
163 Benim	378,0	46,2	14,5	9,3	3,4	1,5	(.)	(.)	2,1	1,6	9,2	7,6 [e, g, h]
164 Costa do Marfim	153,6	8,6	6,4	1,0	0,4	1,1	0,1	-0,9	11,7	3,5	19,1	4,8 [g, k]
165 Zâmbia	1.081,0	94,2	14,6	20,0	6,2	6,2	-0,3	-0,4	6,1	7,9	14,5	18,2 [g, h]
166 Malawi	476,1	37,8	26,8	25,3	1,2	0,9	0,1	-0,1	7,1	3,2	28,0	13,5 [f, g, i]
167 Congo, Rep. Dem.	1.815,0	32,5	9,6	27,4	-0,2	0,0	-0,1	-0,1	3,7	1,8	..	4,8 [g, i]
168 Moçambique	1.228,4	63,2	40,7	20,2	0,4	4,0	1,0	-0,4	3,2	1,4	17,3	3,2 [g, h]
169 Burundi	350,7	48,2	23,3	53,4	0,1	0,5	-0,5	-0,7	3,7	13,4	41,7	119,4 [e, g, i]
170 Etiópia	1.823,1	24,1	11,8	22,8	0,1	6,8	-0,7	0,9	2,7	1,2	37,6	6,3 [g, h]
171 Chade	318,9	33,8	18,0	7,6	0,5	11,3	(.)	0,0	0,7	1,1	3,8	1,8 [g, i]
172 República Centro-Africana	104,5	26,2	16,8	8,0	0,1	-1,0	(.)	-0,3	2,0	1,4	12,5	.. [g, j]
173 Guiné-Bissau	76,2	49,5	52,7	27,2	0,8	1,8	(.)	0,0	3,4	16,0	22,1	5,5 [e, g, i]
174 Burquina Faso	610,0	47,6	10,6	12,6	(.)	0,7	(.)	0,0	1,1	1,2	7,8	9,1 [g, h]
175 Mali	567,4	43,2	19,9	11,7	0,2	3,7	(.)	(.)	2,8	2,1	14,7	6,4 [e, g, h]
176 Serra Leoa	359,7	67,4	9,4	33,4	4,9	2,4	0,6	0,0	3,3	2,5	10,1	10,2 [g, i]
177 Níger	536,1	39,7	16,0	17,4	1,7	0,0	0,4	-0,2	4,0	1,6	6,6	4,6 [e, g, h]

QUADRO 18

	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida [a] (desembolsos líquidos)				Entr. líquidas de invest. directo estrangeiro [b] (% do PIB)		Outros fluxos privados [b, c] (% do PIB)		ODM Serviço da dívida total			
	Total (milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB						Em % do PIB		Em % das export. de bens, serviços e rendimento líquido do exterior	
Ordem do IDH	2004	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004	1990	2004
Países em desenvolvimento	53.287,0 T	10,5	1,4	0,5	0,9	2,7	0,5	0,7	4,4	4,9	15,6	7,0
Países menos desenvolvidos	24.755,6 T	33,4	12,0	9,6	0,3	3,8	0,5	0,6	3,1	2,6	16,8	8,7
Países Árabes	11.163,2 T	35,9	2,7	0,6	0,5	1,5	..	..	..	..	21,3	8,5
Ásia Oriental e Pacífico	6.490,1 T	3,3	0,7	0,2	1,7	3,4	..	..	..	..	9,9	2,6
América Latina e Caraíbas	5.635,4 T	10,3	0,4	0,3	0,8	3,0	0,5	-0,2	4,0	7,8	20,6	14,6
Ásia do Sul	6.947,8 T	4,5	1,1	0,5	(.)	0,7	0,3	1,3	2,3	2,6	22,8	14,7
África Subsariana	22.733,6 T	33,0	..	..	0,4	2,0	..	..	..	..	10,5	5,8
Europa Central, Oriental e CEI	10.697,9 T	26,4	..	..	..	4,0	..	..	..	..	..	..
OCDE	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,3	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,5	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	31.704,9 T	7,2	1,1	0,4	0,6	2,1	0,5	0,9	4,1	4,4	..	..
Desenvolvimento humano baixo	17.186,5 T	30,1	9,8	7,5	0,6	2,9	0,5	0,4	6,6	3,5	19,4	8,8
Rendimento elevado	.. T	..	..	..	1,0	1,4	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	29.785,7 T	9,8	0,8	0,3	0,8	2,8	0,5	1,0	4,6	6,0	..	..
Rendimento baixo	33.954,4 T	14,4	4,0	2,5	0,4	1,4	0,3	1,0	3,8	2,8	22,2	9,7
Mundo	64.470,0 T	11,7	..	..	1,0	1,6	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Este quadro apresenta dados para países incluídos nas Partes I e II da lista de beneficiários de ajuda da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) (OCDE 2006e). O denominador utilizado convencionalmente para comparar a ajuda pública ao desenvolvimento e o serviço da dívida total com a dimensão da economia é o RNB e não o PIB (ver Definições de termos estatísticos). Contudo, o PIB é utilizado aqui para permitir comparações ao longo do quadro. Com poucas excepções, os denominadores produzem resultados semelhantes.

a As receitas da APD são os fluxos APD totais líquidos dos países da CAD, bem como da República Checa, Hungria, Islândia, Israel, República da Coreia, Koweit, Polónia, Arábia Saudita, República da Eslováquia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, outros pequenos doadores, incluindo Estónia, Letónia e Lituânia e as principais concessões das organizações multilaterais. Um valor negativo indica que os reembolsos de empréstimos APD excedem o valor de APD recebidos.

b Um valor negativo indica que a saída de capitais do país excede a entrada.

c Outros fluxos privados compreendem fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida, fluxos de carteira criadores de dívida e empréstimos bancários e relacionados com o comércio.

d Os dados referem-se a ajuda oficial.

e Os dados referem-se a 2003.

f Os dados referem-se a 2002.

g Países incluídos na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE).

h Ponto de conclusão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

i Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa PPAE.

j País a ser considerado no quadro da Iniciativa PPAE.

k Ponto de decisão alcançado no quadro da Iniciativa original PPAE mas não no quadro da Iniciativa PPAE.

FONTES

Colunas 1-4: OCDE-CAD 2006C.

Colunas 5 e 6: Banco Mundial 2006; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Colunas 7 e 8: calculadas com base em dados do investimento de carteira, dos empréstimos bancários e relacionados com o comércio e em dados do PIB do Banco Mundial 2006.

Colunas 9 e 10: calculado com base em dados do serviço da dívida total e do PIB, do Banco Mundial 2006.

Colunas 11 e 12: ONU 2006c, com base num trabalho conjunto do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

QUADRO 19

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	8,6	7,1	7,7	2,9	2,0	..	..
2 Islândia	8,8	..	8,0	0,0	0,0	..	..
3 Austrália	6,4	4,9	4,8	2,1	1,9	..	..
4 Irlanda	5,8	5,0	4,3	1,2	0,7	..	..
5 Suécia	8,0	7,1	7,0	2,6	1,6	..	..
6 Canadá	6,9	6,5	5,2	2,0	1,1	..	..
7 Japão	6,4	..	3,7	0,9	1,0	..	..
8 Estados Unidos	6,8	5,1	5,9	5,3	4,0	..	..
9 Suíça	6,7	5,3	5,4	1,8	1,0	..	..
10 Países Baixos	6,1	5,6	5,3	2,5	1,7	..	..
11 Finlândia	5,7	6,5	6,5	1,6	1,2	..	..
12 Luxemburgo	6,2	3,0	..	0,9	0,9	..	..
13 Bélgica	6,3	5,0	6,2	2,4	1,3	..	..
14 Áustria	5,1	5,5	5,5	1,0	0,8	..	..
15 Dinamarca	7,5	6,9	8,4	2,0	1,5	..	..
16 França	7,7	5,6	6,0	3,4	2,6	..	..
17 Itália	6,3	3,0	4,9	2,1	2,0	..	..
18 Reino Unido	6,9	4,8	5,5	3,9	2,8	..	..
19 Espanha	5,5	4,3	4,5	1,8	1,1	..	..
20 Nova Zelândia	6,3	6,1	6,9	1,8	1,0	..	..
21 Alemanha	8,7	..	4,8	2,8 [e]	1,4	..	..
22 Hong Kong, China (RAE)	..	2,8	4,7	..	..	..	..
23 Israel	6,1	6,5	7,3	12,4	8,7	..	..
24 Grécia	5,1	2,3	4,3	4,5	4,2	..	..
25 Singapura	1,6	3,1	..	4,9	4,7	..	..
26 República da Coreia	2,8	3,8	4,6	3,7	2,4	..	..
27 Eslovénia	6,7	4,8	6,0	..	1,6	..	..
28 Portugal	6,7	4,6	5,9	2,7	2,3	..	..
29 Chipre	3,1	3,7	7,4	5,0	1,5	..	..
30 República Checa	6,8	..	4,6	..	1,8	..	7,8
31 Barbados	4,8	7,8	7,3	0,8	..	8,2	3,1
32 Malta	7,4	4,4	4,6	0,9	0,8	..	..
33 Koweit	2,7	4,8	8,2	48,5	7,9	..	..
34 Estado do Brunei Darussalam	2,8	3,5	..	..	..	..	..
35 Hungria	6,1	6,1	6,0	2,8	1,5	12,8	17,0
36 Argentina	4,3	3,3	3,5	1,2	1,1	4,4	8,1
37 Polónia	4,5	5,2	5,8	2,8	2,0	1,6	14,3
38 Chile	3,0	2,5	3,7	4,3	3,9	9,1	10,2
39 Barém	2,8	3,9	..	5,1	4,4	..	..
40 Estónia	4,1	..	5,7	0,0	1,8	..	12,9
41 Lituânia	5,0	5,5	5,2	..	1,7	..	7,9
42 Eslováquia	5,2	5,6	4,4	..	1,7	..	12,3
43 Uruguai	2,7	2,5	2,2	3,1	1,2	10,6	11,7
44 Croácia	6,5	5,5	4,5	..	1,7	..	15,4
45 Letónia	3,3	4,1	5,4	..	1,7	..	10,1
46 Catar	2,0	3,5	..	..	..	..	..
47 Seicheles	4,3	6,5	5,4 [f]	4,0	2,3	5,9	7,4
48 Costa Rica	5,8	3,4	4,9	0,0	0,0	8,8	3,7
49 Emirados Árabes Unidos	2,5	1,9	1,6 [f]	6,2	2,4	..	..
50 Cuba	6,3	9,7	..	..	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	3,4	2,7	4,4 [f]	..	..	1,9	11,8
52 Baamas	3,0	3,7	..	0,6	0,7	..	..
53 México	2,9	3,8	5,8	0,4	0,4	4,3	7,6

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
54 Bulgária	4,1	5,4	4,2	3,5	2,4	..	10,2
55 Tonga	5,5	..	4,8	..	..	1,7	1,4
56 Omã	2,7	3,4	4,6 [f]	16,5	12,0	6,3	4,1
57 Trindade e Tobago	1,5	4,1	4,3 [f]	..	..	8,9	3,2
58 Panamá	5,0	4,6	3,9 [f]	1,3	0,0	6,5	10,2
59 Antígua e Barbuda	3,2	..	3,8	..	..	..	..
60 Roménia	3,8	3,5	3,6	4,6	2,1	(.)	6,5
61 Malásia	2,2	5,1	8,0	2,6	2,3	9,8	7,8
62 Bósnia e Herzegovina	4,8	..	..	..	2,5	..	2,1
63 Maurícia	2,2	3,8	4,7	0,3	0,2	6,5	4,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64 Jamahira Árabe Líbia	2,6	..	..	..	2,0	..	..
65 Federação da Rússia	3,3	3,6	3,7	12,3	3,9	..	3,6
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	6,0	..	3,4	..	2,6	..	4,6
67 Bielorrússia	3,9	5,7	5,8	..	1,4	..	1,4
68 Domínica	4,5	..	..	..	..	3,5	6,8
69 Brasil	3,4	..	4,1	2,5	1,5	1,8	8,9
70 Colômbia	6,4	2,4	4,9	2,2	3,8	9,7	7,9
71 Santa Lúcia	3,4	..	5,0	..	..	1,6	3,5
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	2,0	4,5	..	..	1,2	10,6	6,0
73 Albânia	2,7	..	2,8 [f]	5,9	1,2	..	1,0
74 Tailândia	2,0	3,1	4,2	2,6	1,2	6,2	7,7
75 Samoa (Ocidental)	4,3	..	4,3 [f]	..	..	4,9	5,6
76 Arábia Saudita	3,0	5,8	..	15,6	8,3	..	..
77 Ucrânia	3,8	6,2	4,6	..	2,6	..	6,6
78 Líbano	3,0	..	2,6	7,6	3,8	3,5	20,0
79 Cazaquistão	2,0	3,9	2,4	..	1,0	..	21,5
80 Arménia	1,2	..	3,2 [f]	..	2,6	..	3,5
81 China	2,0	2,2	..	2,7	2,4	2,0	1,2
82 Peru	2,1	2,8	3,0	0,1	1,2	1,8	4,0
83 Equador	2,0	3,4	..	1,9	2,4	10,5	12,3
84 Filipinas	1,4	3,0	3,2	1,4	0,9	8,1	13,7
85 Granada	4,9	4,9	5,2	..	..	1,5	6,7
86 Jordânia	4,2	8,0	..	9,9	8,2	15,6	6,1
87 Tunísia	2,5	6,0	8,1	2,0	1,5	11,6	7,2
88 São Vicente e Granadinas	4,1	5,9	11,1	..	..	2,2	5,2
89 Suriname	3,6	..	..	..	..	..	..
90 Fiji	2,3	5,1	6,4	2,3	1,2	7,9	0,6
91 Paraguai	2,3	1,9	4,3	1,0	0,7	6,2	6,8
92 Turquia	5,4	2,4	3,7	3,5	3,1	4,9	11,2
93 Sri Lanca	1,6	3,2	..	2,1	2,8	4,8	3,8
94 República Dominicana	2,3	..	1,1	0,6	0,5	3,3	4,0
95 Belize	2,2	4,6	5,1	1,2	..	4,4	30,4
96 Irão, Rep. Islâmica do	3,1	4,1	4,8	2,9	4,5	0,5	1,2
97 Geórgia	1,0	..	2,9	..	1,4	..	4,2
98 Maldivas	5,5	7,0	8,1 [f]	..	..	4,1	4,3
99 Azerbaijão	0,9	7,7	3,3 [f]	..	1,8	..	2,8
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..
101 El Salvador	3,7	1,8	2,8 [f]	2,0	0,7	4,3	3,9
102 Argélia	3,3	5,1	..	1,5	3,4	14,2	6,8
103 Guiana	4,0	2,2	5,5	0,9	..	74,5	6,2
104 Jamaica	2,7	4,5	4,9	0,6	0,7	14,4	9,4
105 Turquemenistão	2,6	3,9	..	..	..	..	..
106 Cabo Verde	3,4	3,6	7,3	0,0	0,7	1,7	2,7

QUADRO 19

Prioridades na despesa pública

Ordem do IDH		Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
107	República Árabe Síria	2,5	3,9	..	6,9	6,6	9,7	1,4
108	Indonésia	1,1	1,0	0,9	1,8	1,1	8,7	7,9
109	Vietname	1,5	1,8	..	7,9	..	2,7	1,7
110	Quirguizistão	2,2	6,0	4,4 [f]	..	2,9	..	7,3
111	Egipto	2,5	3,9	..	4,5	2,8	7,1	2,9
112	Nicarágua	3,7	3,4	3,1 [f]	10,6	0,7	1,6	2,8
113	Usbequistão	2,4	9,4	..	..	..	..	7,1
114	Moldávia, República da	3,9	5,3	4,9 [f]	..	0,4	..	9,6
115	Bolívia	4,3	2,4	6,4 [f]	2,4	2,0	7,9	5,9
116	Mongólia	4,3	11,5	5,6	5,7	2,0	..	2,5
117	Honduras	4,0	3,8	..	..	0,7	12,8	4,5
118	Guatemala	2,1	1,3	..	1,5	0,4	3,0	2,0
119	Vanuatu	2,9	4,6	9,6	..	..	1,6	1,1
120	Guiné Equatorial	1,0	..	0,6 [f]	..	..	3,9	0,2
121	África do Sul	3,2	5,9	5,4	3,8	1,4	..	1,8
122	Tajiquistão	0,9	..	2,8	..	2,2	..	4,9
123	Marrocos	1,7	5,0	6,3	4,1	4,5	7,0	6,0
124	Gabão	2,9	..	..	..	1,7	3,0	3,1
125	Namíbia	4,5	7,9	7,2	..	3,1	..	..
126	Índia	1,2	3,7	3,3	3,2	3,0	2,6	2,8
127	São Tomé e Príncipe	7,2	..	..	..	..	4,9	15,4
128	Ilhas Salomão	4,5	3,8	..	..	..	5,5	6,4
129	Camboja	2,1	..	2,0	3,1	2,2	2,7	0,6
130	Mianmar	0,5	..	..	3,4	..	..	..
131	Botsuana	3,3	6,2	..	4,1	3,8	2,8	0,5
132	Comores	1,5	..	3,9	..	..	0,4	0,9
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1,2	..	2,3	..	..	1,1	2,2
134	Paquistão	0,7	2,6	2,0	5,8	3,4	4,8	4,5
135	Butão	2,6	..	..	..	..	1,8	1,8
136	Gana	1,4	..	..	0,4	0,8	6,2	2,7
137	Bangladeche	1,1	1,5	2,2	1,0	1,2	2,5	1,2
138	Nepal	1,5	2,0	3,4	0,9	1,7	1,9	1,7
139	Papuásia-Nova Guiné	3,0	..	..	2,1	0,6	17,2	12,1
140	Congo	1,3	7,4	3,2 [f]	..	..	19,0	8,1
141	Sudão	1,9	6,0	..	3,5	0,0	0,4	1,5
142	Timor-Leste	7,3	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	1,7	2,5	3,3	1,2	..	7,2	1,8
144	Camarões	1,2	3,2	3,8	1,5	1,4	4,6	4,5
145	Uganda	2,2	1,5	5,2 [f]	3,1	2,3	3,4	1,5
146	Suazilândia	3,3	5,8	6,2	1,9	..	5,3	1,8
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147	Togo	1,4	..	2,6	3,1	1,6	5,3	1,0
148	Djibuti	3,8	3,5	6,1	5,9	..	3,6	2,7
149	Lesoto	4,1	6,2	9,0 [f]	4,5	2,3	3,8	4,0
150	Iémen	2,2	..	..	7,9	6,3	3,5	1,7
151	Zimbabué	2,8	7,7	..	4,4	..	5,4	2,0
152	Quénia	1,7	6,7	7,0	2,9	1,6	9,2	2,3
153	Mauritânia	3,2	4,6	3,4 [f]	3,8	1,4	14,3	3,7
154	Haiti	2,9	1,4	..	0,1	..	1,2	3,8
155	Gâmbia	3,2	3,8	1,9 [f]	1,2	0,4	11,9	8,1
156	Senegal	2,1	3,9	4,0	2,0	1,4	5,7	4,3
157	Eritreia	2,0	..	3,8	..	..	..	2,1
158	Ruanda	1,6	..	..	3,7	2,2	0,8	1,3
159	Nigéria	1,3	0,9	..	0,9	1,0	11,7	3,3

Ordem do IDH	Despesa pública com saúde (% do PIB) 2003-04 [c]	Despesa pública com educação (% do PIB) 1991 [d]	Despesa pública com educação (% do PIB) 2002-04 [c]	Despesa militar [a] (% do PIB) 1990	Despesa militar [a] (% do PIB) 2004	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 1990	Serviço da dívida total [b] (% do PIB) 2004
160 Guiné	0,9	2,0	..	..	..	6,0	4,4
161 Angola	2,4	..	..	2,7	4,2	3,2	10,5
162 Tanzânia, Rep. U. da	2,4	2,8	..	..	1,1	4,2	1,1
163 Benim	1,9	..	3,3 [f]	1,8	..	2,1	1,6
164 Costa do Marfim	1,0	..	..	1,3	..	11,7	3,5
165 Zâmbia	2,8	2,8	2,8	3,7	..	6,1	7,9
166 Malawi	3,3	3,2	6,0	1,3	..	7,1	3,2
167 Congo, Rep. Dem.	0,7	..	..	..	3,0	3,7	1,8
168 Moçambique	2,9	..	..	5,9	1,3	3,2	1,4
169 Burundi	0,7	3,5	5,2	3,4	6,3	3,7	13,4
170 Etiópia	3,4	3,4	4,6 [f]	8,5	..	2,7	1,2
171 Chade	2,6	1,6	..	..	1,0	0,7	1,1
172 República Centro-Africana	1,5	2,2	..	..	1,2	2,0	1,4
173 Guiné-Bissau	2,6	..	..	..	..	3,4	16,0
174 Burquina Faso	2,6	2,6	..	3,0	1,3	1,1	1,2
175 Mali	2,8	..	..	2,1	1,9	2,8	2,1
176 Serra Leoa	2,0	..	..	1,4	1,2	3,3	2,5
177 Níger	2,5	3,3	2,3	..	1,1	4,0	1,6

NOTAS

a Devido a várias limitações nos dados, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver SIPRI 2006a.

b Para os agregados, ver quadro 18.

c Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

d Os dados podem não ser comparáveis entre países devido a diferenças nos métodos de recolha dos dados.

e Os dados referem-se à República Federal da Alemanha antes da reunificação.

f Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, quando não existem dados nacionais disponíveis.

FONTES

Coluna 1: calculado com base em dados da despesa pública em saúde da OMS 2006b.

Colunas 2 e 3: Instituto de Estatística da UNESCO 2006b.

Colunas 4 e 5: SIPRI. 2006c.

Colunas 6 e 7: calculadas com base nos dados do PIB e serviço de dívida total do Banco Mundial 2006.

QUADRO 20

... terem acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno ...

Desemprego nos países da OCDE

			ODM					
		Taxa de Desemprego			Taxa de desemprego jovem			
	Pessoas desempregadas (milhares)	Total (% da população activa)	Média anual (% da população activa)	Feminina (% da taxa masculina)	Total (% da população activa com 15-24 anos) [a]	Feminina (% da taxa masculina)	Desemprego de longa duração (% do desemprego total)	
							Mulheres	Homens
Ordem do IDH	2005	2005	1995-2005	2005	2005	2005	2005	2005
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1 Noruega	111,2	4,6	4,1	91	12,0	92	8,5	10,4
2 Islândia	4,2	2,5	3,1	99	7,2	70	14,0 [b]	8,8 [b]
3 Austrália	535,0	5,1	6,9	106	10,8	95	14,9	20,2
4 Irlanda	86,4	4,3	6,8	82	8,3	80	21,1	42,4
5 Suécia	252,4	5,6	5,9	100	26,2	104	16,4 [b]	20,9 [b]
6 Canadá	1.175,8	6,8	8,0	91	12,4	75	9,1	10,1
7 Japão	2.902,0	4,4	4,4	94	8,7	74	22,6	40,3
8 Estados Unidos	7.598,8	5,1	5,1	100	11,3	82	10,8	12,6
9 Suíça	179,2	4,1	3,4	131	8,8	108	40,4	37,1
10 Países Baixos	539,5	6,2	4,5	99	9,7	91	35,0	44,7
11 Finlândia	225,0	8,6	10,8	105	19,9	93	21,9	27,9
12 Luxemburgo	9,8	4,6	3,3	167	13,7	138	20,3	33,6
13 Bélgica	387,4	8,4	8,3	122	19,9	93	52,7	50,4
14 Áustria	252,7	5,8	5,4	118	7,8	83	26,5 [b]	28,6 [b]
15 Dinamarca	142,3	4,9	5,1	133	7,9	159	22,7	29,7
16 França	2.742,2	10,0	10,4	121	22,8	115	43,2	41,8
17 Itália	1.858,0	7,7	10,2	162	24,0	128	53,8	50,5
18 Reino Unido	1.438,7	4,8	6,0	82	11,8	75	16,9	26,2
19 Espanha	1.895,0	9,1	12,9	172	19,7	140	36,0	28,2
20 Nova Zelândia	77,3	3,6	5,6	117	9,4	108	6,2	12,6
21 Alemanha	3.987,2	9,3	8,0	96	14,2	88	54,4	53,8
24 Grécia	492,0	10,6	10,7	259	25,3	199	59,6	43,1
26 República da Coreia	891,3	3,8	3,9	86	10,2	73	0,4	1,0
28 Portugal	412,0	7,5	5,8	129	16,1	140	49,9	47,1
30 República Checa	412,7	8,0	7,0	151	19,3	99	54,2	52,9
35 Hungria	296,1	7,1	7,4	107	19,4	97	44,2	47,9
37 Polónia	3.020,2	17,8	15,6	115	37,8	107	53,1	51,3
42 Eslováquia	432,6	16,4	15,8	112	29,9	93	67,4	68,7
53 México	1.575,2	3,6	3,1	105	6,6	121	2,6	2,3
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
92 Turquia	2.526,4	10,0	8,2	101	19,3	100	47,4	36,9
OCDE	36.458,5 T	6,5	6,6	108	13,3	94	33,0	32,9

NOTAS

a O intervalo de idades pode ser dos 16-24 anos em alguns países.

b Os dados referem-se a 2004.

FONTES

Colunas 1-3 e 5: OCDE 2006a.

Colunas 4 e 6: calculadas com base em dados das taxas de desemprego masculino e feminino de OCDE 2006c.

Colunas 7 e 8: OCDE 2006b.

QUADRO 21

... enquanto os preservam para as gerações futuras ...

Energia e ambiente

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
1	Noruega	6,1[c, d]	22.400[c]	25.295[c]	4,5	6,8	8,2[e]	9,9[e]	0,2[e]	●	●	●	●
2	Islândia	0,0	13.838	29.412	3,1	2,5	8,2	7,6	(.)	❍	●	●	●
3	Austrália	7,1	6.599	11.446	3,6	4,8	13,9	18,0	1,4		●	❍	●
4	Irlanda	1,0	3.106	6.660	4,2	9,3	7,7	10,3	0,2	●	●	●	●
5	Suécia	20,4	11.700	16.603	3,7	4,6	8,6	5,9	0,2	●	●	●	●
6	Canadá	4,3	14.243	18.329	2,5	3,4	17,2	17,9	2,3	❍	●	●	●
7	Japão	1,2	4.944	8.212	5,7	6,5	7,9	9,7	4,9	●	●	●	●
8	Estados Unidos	3,1	10.336	14.057	2,8	4,5	20,1[f]	19,8[f]	23,0[f]		●	❍	❍
9	Suíça	5,8[g]	5.878[g]	8.701[g]	7,8	8,1	6,5	5,6	0,2	●	●	●	●
10	Países Baixos	1,4	4.560	7.026	4,2	5,8	10,9	8,7	0,6	●	●	●	●
11	Finlândia	22,0	8.372	17.111	3,2	3,7	11,9	13,0	0,3	●	●	●	●
12	Luxemburgo	1,2	10.879	16.348	2,4	6,5	29,1	22,0	(.)	●	●	●	●
13	Bélgica	1,5	5.177	8.791	4,0	4,9	13,3	8,3	0,3	●	●	●	●
14	Áustria	13,2	4.988	8.527	6,1	7,2	6,9	8,6	0,3	●	●	●	●
15	Dinamarca	11,8	5.059	7.138	5,2	7,5	12,3	10,1	0,2	●	●	●	●
16	França	4,6[h]	4.633[h]	8.319[h]	4,9	5,9	9,0[h]	6,2[h]	1,5[h]	●	●	●	●
17	Itália	1,8[i]	3.364[i]	5.943[i]	7,4	8,2	6,6[i]	7,7[i]	1,8[i]	●	●	●	●
18	Reino Unido	0,6	5.022	6.755	4,8	7,1	10,5	9,4	2,2	●	●	●	●
19	Espanha	3,7	2.906	6.325	7,4	7,0	5,3	7,3	1,2	●	●	●	●
20	Nova Zelândia	4,5	7.270	10.453	5,0	4,8	5,6	8,8	0,1	●	●	●	●
21	Alemanha	2,7	..	7.258	3,7	6,1	..	9,8	3,2	●	●	●	●
22	Hong Kong, China (RAE)	0,4[d]	2.449	6.103	11,1	10,9	3,3	5,5	0,2				
23	Israel	0,0	3.187	6.843	7,0	7,1	5,6	10,6	0,3		●	●	●
24	Grécia	3,9	2.413	5.497	8,7	7,3	5,4	8,7	0,4	●	●	●	●
25	Singapura	0,2	2.836	8.087	3,9	4,5	12,5	11,3	0,2		●	●	●
26	República da Coreia	1,8[d]	1.051	7.338	4,5	4,2	3,3	9,6	1,8	❍	●	●	●
27	Eslovénia	7,5	..	7.109	..	5,2	..	7,8	0,1	●	●	●	●
28	Portugal	12,8	1.750	4.770	10,1	7,2	2,8	5,6	0,2	●	●	●	●
29	Chipre	1,1	1.692	5.656	5,7	6,3	5,2	8,9	(.)	●	●	●	●
30	República Checa	3,0	..	6.567	..	3,9	..	11,4	0,5	●	●	●	●
31	Barbados	6,3	1.333	3.226	..	..	2,7	4,4	(.)	●	●	●	●
32	Malta	0,0	1.627	5.632	6,7	7,7	3,1	6,2	(.)		●	●	●
33	Koweit	0,0[j]	6.849	16.379	1,8	1,8	19,7[j]	31,1[j]	0,3[j]		●	●	●
34	Estado do Brunei Darussalam	1,1	2.430	9.133	..	..	35,6	12,7	(.)				
35	Hungria	5,0	2.920	4.051	3,7	5,6	7,7	5,7	0,2	●	●	●	●
36	Argentina	4,1	1.413	2.543	7,9	7,2	3,8	3,4	0,5	❍	●	●	●
37	Polónia	5,7	3.419	3.702	..	4,6	12,8	7,9	1,2	●	●	●	●
38	Chile	11,5	1.054	3.092	5,4	5,9	2,5	3,7	0,2	❍	●	●	●
39	Barém	..	4.784	11.274	1,6	1,8	22,6	31,0	0,1		●	●	●
40	Estónia	17,1	..	6.094	..	3,4	..	13,6	0,1	●	●	●	●
41	Lituânia	13,0	..	3.453	..	4,3	..	3,7	0,1	●	●	●	●
42	Eslováquia	2,2	..	5.377	..	3,7	..	7,0	0,1	●	●	●	●
43	Uruguai	23,1	1.163	2.310	8,5	10,5	2,0	1,3	(.)	❍	●	●	●
44	Croácia	6,2	..	3.733	..	5,6	..	5,3	0,1	●	●	❍	●
45	Letónia	46,5	..	2.835	..	5,3	..	2,9	(.)	●	●	●	●
46	Catar	0,0	10.616	19.374	..	..	57,2	63,1	0,2		●	●	●
47	Seicheles	..	794	2.716[d]	..	..	1,5	6,9	(.)	●	●	●	●
48	Costa Rica	29,6	964	1.764	10,2	9,9	1,1	1,5	(.)	❍	●	●	●
49	Emirados Árabes Unidos	0,0	6.204	15.878	6,5	2,2	36,4	33,6	0,5		●	●	●
50	Cuba	17,7	1.029	1.407	..	..	3,2	2,3	0,1	●	●	●	●
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	3.256	..	..	..	3,0	(.)	●	●		●
52	Baamas	..	4.062	6.700	..	..	38,1	6,0	(.)	●	●	●	●
53	México	13,0	999	2.108	5,5	5,6	4,2	4,0	1,7	●	●	●	●

QUADRO 21 Energia e ambiente

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo)		ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas)		ODM Emissões de dióxido de carbono Parcela do total mundial[b] (%)	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
		2003	1980	2003	1980	2003	1980	2003	2003				
54	Bulgária	6,5	4.371	4.735	1,6	2,8	8,5	5,6	0,2	●	●	●	●
55	Tonga	0,0[d]	109	356[d]	..	..	0,4	1,1	(.)	●	●		●
56	Omã	0,0	847	3.817	8,5	2,8	5,0	12,9	0,1	●	●	●	●
57	Trindade e Tobago	0,6	1.900	4.925	2,7	1,2	15,4	22,1	0,1	●	●	●	●
58	Panamá	28,5	930	1.733	7,3	7,6	1,8	1,9	(.)	●	●	●	●
59	Antígua e Barbuda	..	984	1.603[d]	..	..	2,2	5,0	(.)	●	●	●	●
60	Roménia	12,4	3.061	2.441	..	4,0	8,7	4,2	0,4	●	●	●	●
61	Malásia	6,5[d]	740	3.196	4,5	3,9	2,0	6,4	0,6	●	●	●	●
62	Bósnia e Herzegovina	7,9	..	2.636	..	5,3	..	4,9	0,1		●		●
63	Maurícia	25,5	482	1.683	..	..	0,6	2,6	(.)	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO													
64	Jamahira Árabe Líbia	1,7	1.588	3.347	..	..	8,9	8,9	0,2	●	●		●
65	Federação da Rússia	2,7	..	6.303	..	1,9	..	10,3	5,9		●	●	●
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	9,7	..	3.794	..	..	..	5,2	(.)	●	●	●	●
67	Bielorrússia	5,5	..	3.388	..	2,2	..	6,4	0,2	●	●	●	●
68	Domínica	..	149	1.243[d]	..	..	0,5	1,8	(.)	●	●	●	●
69	Brasil	29,1	1.145	2.246	7,5	6,9	1,5	1,6	1,2	●	●	●	●
70	Colômbia	15,8	726	1.045	7,4	10,1	1,4	1,3	0,2	●	●	●	●
71	Santa Lúcia	..	504	1.851[d]	..	..	0,9	2,1	(.)	●	●	●	●
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	2,5	2.379	3.510	2,9	2,3	5,8	5,6	0,6	●	●	●	●
73	Albânia	6,3	1.204	1.743	..	6,4	1,8	1,0	(.)	●	●	●	●
74	Tailândia	17,7	340	1.896[d]	5,1	5,0	0,9	3,9	1,0	●	●	●	●
75	Samoa (Ocidental)	..	252	613[d]	..	..	0,6	0,8	(.)	●	●	●	●
76	Arábia Saudita	(.)[j]	1.969	6.749	6,6	2,2	17,3[j]	13,0[j]	1,2[j]		●	●	●
77	Ucrânia	1,6	..	3.683	..	1,9	..	6,6	1,3	●	●	●	●
78	Líbano	0,4	1.056	2.829	..	3,0	2,3	5,4	0,1		●		●
79	Cazaquistão	0,2	..	4.114	..	1,9	..	10,7	0,6		●	❍	●
80	Arménia	1,1	..	1.375	..	5,2	..	1,1	(.)	●	●	●	●
81	China	4,6	307	1.440	1,3	4,5	1,5	3,2	16,5	●	●	●	●
82	Peru	24,7	579	868	7,9	11,3	1,4	1,0	0,1	●	●	●	●
83	Equador	18,7	423	950	5,2	4,9	1,7	1,8	0,1	●	●	●	●
84	Filipinas	33,2	373	655	9,8	7,8	0,8	1,0	0,3	❍	●	●	●
85	Granada	0,0	281	1.628	..	..	0,5	2,2	(.)	●	●	●	●
86	Jordânia	1,3	366	1.524	5,5	4,0	2,1	3,2	0,1	●	●	●	●
87	Tunísia	8,6	434	1.200	6,9	8,1	1,5	2,1	0,1	●	●	●	●
88	São Vicente e Granadinas	..	276	940[d]	..	..	0,4	1,6	(.)	●	●	●	●
89	Suriname	3,3	4.442	3.537	..	..	6,7	5,1	(.)		●		●
90	Fiji	36,0[d]	489	627[d]	..	..	1,2	1,3	(.)	●	●	●	●
91	Paraguai	55,0	233	1.113	7,3	6,4	0,5	0,7	(.)	●	●	●	●
92	Turquia	9,1	554	1.979	5,9	6,0	1,7	3,1	0,9	●	●		●
93	Sri Lanca	60,4	113	407	5,8	8,8	0,2	0,5	(.)	●	●	●	●
94	República Dominicana	26,9	582	1.532	6,5	7,4	1,1	2,5	0,1	●	●	●	●
95	Belize	25,0[d]	370	708[d]	..	..	1,3	3,0	(.)	●	●	●	●
96	Irão, Rep. Islâmica do	0,7	570	2.304	4,9	3,2	3,0	5,6	1,5	●	●	●	●
97	Geórgia	23,9	..	1.566	..	4,1	..	0,8	(.)		●	●	●
98	Maldivas	0,0	25	490	..	..	0,3	1,4	(.)	●	●	●	●
99	Azerbaijão	0,0	..	2.815	..	2,3	..	3,5	0,1	●	●	●	●
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..	..				
101	El Salvador	46,3	336	663	7,6	6,9	0,5	1,0	(.)	●	●	●	●
102	Argélia	6,4	381	929	8,5	5,6	3,5	5,1	0,7	●	●	●	●
103	Guiana	43,6	545	1.172[d]	..	..	2,3	2,2	(.)		●	●	●
104	Jamaica	17,0	834	2.696	2,9	2,5	4,0	4,1	(.)	❍	●	●	●
105	Turquemenistão	0,0	..	1.999	..	..	..	9,2	0,2		●	●	●
106	Cabo Verde	0,0[d]	55	100[d]	..	..	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●

Ordem do IDH		Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
107	República Árabe Síria	0,0	433	1.683	4,7	3,4	2,2	2,7	0,2	●	●	●	●
108	Indonésia	15,9	94	498	3,9	4,3	0,6	1,4	1,2	●	●	●	●
109	Vietname	23,3	78	503[d]	..	4,4	0,3	0,9	0,3	●	●	●	●
110	Quirguizistão	0,0	..	2.417	..	3,2	..	1,0	(.)	●	●	●	●
111	Egipto	9,4[d]	433	1.340[d]	6,4	5,1	1,0	2,0	0,6	●	●	●	●
112	Nicarágua	69,3	363	492	8,7	5,5	0,7	0,7	(.)	●	●	●	●
113	Usbequistão	0,0	..	1.890	..	0,8	..	4,8	0,5		●	●	●
114	Moldávia, República da	2,1	..	1.900	..	1,9	..	1,7	(.)	●	●	●	●
115	Bolívia	18,8	292	481	5,4	4,9	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
116	Mongólia	2,2	1.119	1.273	..	..	4,1	3,1	(.)	●	●	●	●
117	Honduras	63,6	259	694	5,0	4,9	0,6	0,9	(.)	❍	●	●	●
118	Guatemala	72,1	245	501	7,0	6,5	0,6	0,9	(.)	●	●	●	●
119	Vanuatu	50,0[d]	171	208[d]	..	..	0,5	0,4	(.)		●	●	●
120	Guiné Equatorial	57,1	83	51[d]	..	..	0,3	0,3	(.)		●	●	●
121	África do Sul	11,6[k]	3.181[k]	4.595[k]	4,5	3,9	7,2	7,8	1,4	●	●	●	●
122	Tajiquistão	..	..	2.645	..	2,1	..	0,7	(.)	●	●		●
123	Marrocos	6,1	254	649	11,3	10,2	0,8	1,2	0,2	❍	●	●	●
124	Gabão	65,8	766	1.229	3,5	4,9	8,9	0,9	(.)		●		●
125	Namíbia	..[l]	..[l]	..[l]	..	9,9	..	1,2	(.)	●	●	●	●
126	Índia	19,8	173	594	3,3	5,3	0,5	1,2	5,1	●	●	●	●
127	São Tomé e Príncipe	..	96	102[d]	..	..	0,4	0,6	(.)		●		●
128	Ilhas Salomão	50,0[d]	93	69[d]	..	..	0,4	0,4	(.)	●	●	●	●
129	Camboja	92,2	15	9[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	●	●	●	●
130	Mianmar	83,9	44	126	..	..	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
131	Botsuana	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,9	2,3	(.)	●	●	●	●
132	Comores	..	26	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)		●		●
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	78,4	68	135[d]	..	..	0,1	0,2	(.)	●	●	●	●
134	Paquistão	23,5	176	493	3,5	4,2	0,4	0,8	0,5	❍	●	●	●
135	Butão	87,8	17	218[d]	..	..	(.)	0,2	(.)	●	●	●	●
136	Gana	84,7	450	285	4,8	5,0	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
137	Bangladeche	51,5	30	145	10,8	10,4	0,1	0,3	0,1	●	●	●	●
138	Nepal	93,2	17	91	2,7	4,0	(.)	0,1	(.)	❍	●	●	●
139	Papuásia-Nova Guiné	62,2	406	251[d]	..	..	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
140	Congo	69,0	98	206	1,6	3,3	0,2	0,4	(.)	●	●		●
141	Sudão	86,5	47	101	2,5	3,7	0,2	0,3	(.)	●	●	●	●
142	Timor-Leste	..	..	301[d]	..	..	..	0,2	(.)				
143	Madagáscar	81,9	49	50[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	●	●	●	●
144	Camarões	86,3	168	226	5,3	4,6	0,4	0,2	(.)	●	●	●	●
145	Uganda	93,5	28	59[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
146	Suazilândia	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	0,8	0,9	(.)	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO													
147	Togo	84,4	74	91	6,4	3,2	0,2	0,4	(.)	●	●	●	●
148	Djibuti	..	416	455[d]	..	..	0,9	0,5	(.)	●	●	●	●
149	Lesoto	..[l]	..[l]	..[l]	..	..	..	..	..	●	●	●	●
150	Iémen	4,0	..	212	..	2,8	..	0,9	0,1	●	●	●	●
151	Zimbabué	67,2	1.020	998	2,8	2,6	1,3	0,9	(.)	●	●		●
152	Quénia	83,1	109	154	1,8	2,1	0,4	0,3	(.)	●	●	●	●
153	Mauritânia	35,8[d]	60	60[d]	..	..	0,4	0,9	(.)	●	●	●	●
154	Haiti	79,5	58	61	8,2	6,4	0,1	0,2	(.)	❍	●	●	●
155	Gâmbia	66,7	70	101[d]	..	..	0,2	0,2	(.)	●	●	●	●
156	Senegal	70,9	115	192[d]	4,3	5,2	0,6	0,4	(.)	●	●	●	●
157	Eritreia	85,2	..	62	..	..	..	0,2	(.)	●	●	●	●
158	Ruanda	84,7	32	39[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
159	Nigéria	82,9	108	162	1,3	1,3	1,0	0,4	0,2	●	●	●	●

QUADRO 21 Energia e ambiente

Ordem do IDH	Consumo de combustível tradicional (% das necessidades totais de energia) 2003	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora) 1980	2003	ODM PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC 2000 por kg de equiv. de petróleo) 1980	2003	ODM Emissões de dióxido de carbono Per capita (toneladas métricas) 1980	2003	Parcela do total mundial[b] (%) 2003	Ratificação de tratados ambientais[a] Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas	Convenção sobre a Diversidade Biológica
160 Guiné	87,1	85	89[d]	..	..	0,2	0,1	(.)	❍	●	●	●
161 Angola	74,4	214	178	..	3,1	0,7	0,6	(.)		●		●
162 Tanzânia, Rep. U. da	94,4	41	78	..	1,3	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
163 Benim	81,3	37	82	2,4	3,5	0,1	0,3	(.)	●	●	●	●
164 Costa do Marfim	75,5	220	209	5,2	3,8	0,7	0,3	(.)		●		●
165 Zâmbia	87,2	1.125	631	1,5	1,4	0,6	0,2	(.)	●	●	●	●
166 Malawi	82,9	66	77[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	❍	●	●	●
167 Congo, Rep. Dem.	97,2	161	86	6,0	2,1	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
168 Moçambique	90,9	364	399	1,0	2,5	0,3	0,1	(.)	●	●	●	●
169 Burundi	95,7	12	23[d]	..	..	(.)	(.)	(.)		●	●	●
170 Etiópia	96,5	..	33	..	2,1	(.)	0,1	(.)	●	●	●	●
171 Chade	98,6	10	11[d]	..	..	(.)	(.)	(.)	❍	●		●
172 República Centro-Africana	83,3	29	35[d]	..	..	(.)	0,1	(.)	❍	●		●
173 Guiné-Bissau	50,0	18	45[d]	..	..	0,2	0,2	(.)		●	●	●
174 Burquina Faso	83,3	16	32[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
175 Mali	86,7	15	38[d]	..	..	0,1	(.)	(.)	●	●	●	●
176 Serra Leoa	91,2	62	49[d]	..	..	0,2	0,1	(.)		●		●
177 Níger	85,6	..	40[d]	..	..	0,1	0,1	(.)	●	●	●	●
Países em desenvolvimento	26,3	388	1.157	3,7	4,7	1,3	2,2	42,7	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	78,3	83	114	..	3,8	0,1	0,2	0,5	..	..	..	..
Países Árabes	16,9	626	1.977	5,8	3,5	3,2	4,4	4,8	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	11,4	329	1.418	2,1	4,6	1,4	2,9	22,5	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	23,3	1.019	1.932	6,4	6,2	2,4	2,4	5,2	..	..	..	..
Ásia do Sul	24,8	171	598	3,8	5,0	0,5	1,2	7,2	..	..	..	..
África Subsariana	81,2	434	522	3,2	2,7	1,0	0,8	2,1	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	4,1	3.284	3.432	..	2,5	10,1	6,2	12,2	..	..	..	..
OCDE	4,6	5.761	8.777	3,9	5,3	10,9	11,2	51,1	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	3,2	6.698	10.483	3,8	5,3	12,1	13,1	46,5	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	4,9	5.532	8.502	3,9	5,2	10,7	11,1	54,7	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	18,4	341	1.100	3,5	4,2	1,2	2,1	43,7	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	83,7	162	165	2,2	1,9	0,4	0,2	0,6	..	..	..	..
Rendimento elevado	3,1	6.559	10.331	3,9	5,2	12,2	13,1	49,7	..	..	..	..
Rendimento médio	10,5	615	1.593	3,7	4,2	2,1	3,1	42,7	..	..	..	..
Rendimento baixo	44,0	174	414	3,2	4,2	0,5	0,8	7,6	..	..	..	..
Mundo	21,7[m]	1.573	2.490	3,8	4,7	3,4	3,7	100,0	..	..	..	..

● Ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou sucessão.
❍ Assinatura

NOTAS

a A informação é a partir de 28 de Agosto de 2006. O Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica foi assinado em Cartagena em 2000; a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas em Nova Iorque em 1992; o Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas em Quioto em 1997 e a Convenção sobre Diversidade Biológica no Rio de Janeiro em 1992.

b Os dados referem-se às emissões totais mundiais de dióxido de carbono não incluindo as emissões nos totais nacionais, tais como as provenientes de contentores de combustível e da oxidação de produtos hidrocarbonetos não combustíveis, e as emissões dos países não apresentados nos principais quadros de indicadores. Estas emissões perfazem aproximadamente 0,2% do total mundial. Assim, as percentagens indicadas para os países individuais neste quadro não perfazem 100%.

c Inclui as Ilhas de Svalbard e Jan Mayen.

d Os dados são estimativas realizadas pelo Departamenteo de Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatística, das Nações Unidas.

e Dados provisórios.

f Baseados em dados de gás natural.

g Inclui o Listenstaine.

h Inclui o Mónaco.

i Inclui São Marino.

j Incluindo parte da Zona Neutra.

k Os dados referem-se à União Aduaneira Sul-Africana, que inclui o Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

l Incluído nos dados da África do Sul.

m Os dados referem-se ao grupo de ONU 2006a.

FONTES

Coluna 1: calculada com base em dados do consumo de combustível tradicional e das necessidades totais de energia de ONU 2006a.

Colunas 2 e 3: ONU 2006f.

Colunas 4 e 5: Banco Mundial 2006, baseado em dados da Agência Internacional de Energia.

Colunas 6-8: ONU 2006c, baseado em dados do Centro de Análise e Informação sobre Dióxido de Carbono (CDIAC).

Colunas 9-12: ONU 2006d.

QUADRO 22

... protegendo a segurança pessoal ...

Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO										
1	Noruega	..	43	0	83	9	13	(.)	26	70
2	Islândia	..	0	0	..	..	0	0	0	..
3	Austrália	..	65	0	147	396	50	(.)	53	75
4	Irlanda	..	7	0	0	4	..	..	10	73
5	Suécia	..	75	0	95	104	592	2	28	43
6	Canadá	..	147	0	339	112	365	2	62	75
7	Japão	..	2	0	877	250	0	0	260	107
8	Estados Unidos	..	379	1	415	387	7.101	30	1.546	72
9	Suíça	..	48	0	93	144	74	(.)	4	20
10	Países Baixos	..	118	0	46	129	840	2	53	50
11	Finlândia	..	12	0	159	77	22	(.)	28	77
12	Luxemburgo	..	2	0	0	0	..	..	1	129
13	Bélgica	..	15	0	16	0	173	(.)	37	40
14	Áustria	..	21	0	23	21	3	(.)	40	73
15	Dinamarca	..	44	0	127	78	2	(.)	21	71
16	França	..	137	0	43	3	2.399	9	255	55
17	Itália	..	21	0	315	224	827	2	191	50
18	Reino Unido	..	293	0	633	94	791	4	217	65
19	Espanha	..	5	0	363	281	113	1	147	46
20	Nova Zelândia	..	5	0	7	8	0	(.)	9	73
21	Alemanha	..	700	0	252	216	1.855	6	285	60
22	Hong Kong, China (RAE)	..	2	0	..	..	..	..	..	..
23	Israel	150-300 [f]	1	1	265	1.422	160	2	168	118
24	Grécia	..	2	0	870	1.114	0	(.)	164	81
25	Singapura	..	0	0	237	423	3	(.)	73	133
26	República da Coreia	..	0	0	1.674	544	38	(.)	688	115
27	Eslovénia	..	0	0	19	2	..	..	7	..
28	Portugal	..	0	0	18	406	0	0	45	62
29	Chipre	210	1	0	33	0	0	0	10	100
30	República Checa	..	2	4	0	630	10	(.)	22	11
31	Barbados	..	..	0	..	..	..	..	1	61
32	Malta	..	2	0	0	18	0	(.)	2	250
33	Koweit	..	2	0	631	55	0	0	16	133
34	Estado do Brunei Darussalam	..	..	0	0	0	..	..	7	171
35	Hungria	..	8	4	24	12	70	(.)	32	30
36	Argentina	..	3	1	70	67	0	(.)	71	66
37	Polónia	..	5	20	125	96	124	(.)	142	45
38	Chile	..	1	1	468	456	0	(.)	78	77
39	Barém	..	0	0	49	0	0	(.)	11	393
40	Estónia	..	0	1	18	10	0	0	5	..
41	Lituânia	..	1	1	4	9	0	(.)	14	..
42	Eslováquia	..	0	1	220	0	0	(.)	20	..
43	Uruguai	..	0	0	8	18	0	0	24	75
44	Croácia	5	3	119	22	0	0	0	21	..
45	Letónia	..	0	2	16	7	0	0	5	..
46	Catar	..	0	0	11	0	0	0	12	200
47	Seicheles	..	..	0	0	0	..	..	(.)	17
48	Costa Rica	..	11	0	0	0	..	..	0	..
49	Emirados Árabes Unidos	..	0	0	426	2.381	10	(.)	51	119
50	Cuba	..	1	19	0	0	..	..	49	30
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	0	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	..	..	0	0	0	..	..	1	172
53	México	10-12	3	2	45	35	..	..	193	149

QUADRO 22 Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
54	Bulgária	..	4	4	0	158	0	(.)	51	34
55	Tonga	..	..	0	0	0	..	..	..	..
56	Omã	..	0	0	157	98	0	0	42	144
57	Trindade e Tobago	..	..	0	0	0	..	..	3	143
58	Panamá	..	2	0	0	0	..	..	0	0
59	Antígua e Barbuda	..	..	0	..	..	..	..	(.)	170
60	Roménia	..	2	11	0	579	17	(.)	97	51
61	Malásia	..	34	0	898	467	0	0	110	100
62	Bósnia e Herzegovina	183	11	110	0	0	0	(.)	12	..
63	Maurícia	..	0	0	0	0	..	..	0	0
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO										
64	Jamahira Árabe Líbia	..	12	2	0	0	0	(.)	76	104
65	Federação da Rússia	265	2	103	40	0	5.771	31	1.027	19
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1	1	9	0	0	..	..	11	..
67	Bielorrússia	..	1	9	0	0	0	1	73	..
68	Domínica	..	..	0	..	..	..	..	..	..
69	Brasil	..	3	0	237	142	62	(.)	287	104
70	Colômbia	1.706-3.663 [g]	0	60	37	11	..	..	207	313
71	Santa Lúcia	..	..	0	..	..	..	..	..	..
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	..	0	3	0	7	0	(.)	82	167
73	Albânia	..	0	13	24	31	..	..	22	54
74	Tailândia	..	117	0	558	98	0	(.)	307	130
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	..	241	0	975	470	36	(.)	200	320
77	Ucrânia	..	2	84	..	..	188	2	188	..
78	Líbano	68-600	1	18	34	1	0	(.)	72	414
79	Cazaquistão	..	7	4	99	68	0	(.)	66	..
80	Arménia	8	220	14	49	0	..	..	48	..
81	China	..	299	124	523	2.697	129	2	2.255	58
82	Peru	60	1	5	32	368	0	(.)	80	63
83	Equador	..	10	1	10	33	..	..	47	111
84	Filipinas	60	0	0	36	38	..	..	106	92
85	Granada	..	..	0	..	..	..	..	..	..
86	Jordânia	..	1	2	19	23	15	(.)	101	144
87	Tunísia	..	0	3	42	156	..	..	35	100
88	São Vicente e Granadinas	..	..	0	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	..	0	0	0	0	..	..	2	100
90	Fiji	..	..	1	12	0	..	..	4	148
91	Paraguai	..	0	0	0	1	..	..	10	69
92	Turquia	356-1.000+	2	170	1.562	746	28	(.)	515	82
93	Sri Lanca	325	0	108	49	8	..	..	111	514
94	República Dominicana	..	..	0	0	0	..	..	25	113
95	Belize	..	1	0	0	0	..	..	1	167
96	Irão, Rep. Islâmica do	..	716	99	373	403	0	(.)	545	89
97	Geórgia	240	2	7	0	0	0	(.)	11	..
98	Maldivas	..	..	0	0	0	..	..	..	..
99	Azerbaijão	558	3	234	0	0	..	..	67	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	21-50 [h]	0	350	1	0	..	..	0	..
101	El Salvador	..	0	4	3	0	..	..	16	38
102	Argélia	1.000 [i]	94	12	346	149	..	..	138	81
103	Guiana	..	..	0	0	0	..	..	1	15
104	Jamaica	..	..	0	0	0	..	..	3	143
105	Turquemenistão	..	12	1	0	0	..	..	26	..
106	Cabo Verde	..	..	0	0	0	..	..	1	13

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações (milhões de dólares) 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
107	República Árabe Síria	305	26	16	43	0	0	0	308	77
108	Indonésia	342-600	0	34	339	19	8	(.)	302	109
109	Vietname	..	2	357	270	291	..	..	455	44
110	Quirguizistão	..	3	3	0	3	0	(.)	13	..
111	Egipto	..	89	6	1.700	596	0	(.)	469	105
112	Nicarágua	..	0	1	0	0	0	0	14	22
113	Usbequistão	3	44	8	0	0	0	1	55	..
114	Moldávia, República da	..	0	12	6	0	4	(.)	7	..
115	Bolívia	..	1	0	1	9	..	..	33	120
116	Mongólia	..	0	1	..	..	..	..	9	27
117	Honduras	..	0	1	0	0	..	..	12	72
118	Guatemala	242	0	3	3	0	..	..	29	91
119	Vanuatu	..	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Guiné Equatorial	..	0	0	0	0	..	..	1	45
121	África do Sul	..	30	0	38	606	39	(.)	56	53
122	Tajiquistão	..	1	55	0	0	..	..	8	..
123	Marrocos	..	0	3	30	32	..	..	201	135
124	Gabão	..	9	0	0	0	..	..	5	208
125	Namíbia	..	5	1	4	0	..	..	9	..
126	Índia	600	139	16	943	1.471	0	(.)	1.325	105
127	São Tomé e Príncipe	..	0	0	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	..	..	0	0	0	..	..	..	..
129	Camboja	..	0	18	0	0	0	0	124	354
130	Mianmar	540 [f]	0	165	216	20	..	..	376	202
131	Botsuana	..	3	0	7	0	..	..	9	225
132	Comores	..	0	0	..	..	..	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	..	0	24	0	0	..	..	29	54
134	Paquistão	20 [f]	1.085	30	316	161	9	(.)	619	128
135	Butão	..	..	107	0	0	..	..	..	..
136	Gana	..	54	18	0	0	..	..	7	46
137	Bangladeche	500	21	7	121	27	..	..	126	138
138	Nepal	100-200	126	2	1	0	..	..	69	276
139	Papuásia-Nova Guiné	..	10	0	0	0	..	..	3	94
140	Congo	100-147	66	24	0	0	..	..	10	115
141	Sudão	5.355	147	693	3	0	..	..	105	186
142	Timor-Leste	..	0	0	..	..	..	..	1	..
143	Madagáscar	..	0	0	0	0	..	..	14	66
144	Camarões	..	52	9	0	0	..	..	23	315
145	Uganda	1.740 [f]	257	34	38	0	..	..	45	225
146	Suazilândia	..	1	0	0	0	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147	Togo	3	9	51	3	0	..	..	9	250
148	Djibuti	..	10	1	3	0	..	..	10	333
149	Lesoto	..	0	0	0	0	..	..	2	100
150	Iémen	..	82	1	124	289	..	..	67	105
151	Zimbabué	570	14	11	0	0	..	..	29	71
152	Quénia	382	251	5	0	25	..	..	24	175
153	Mauritânia	..	1	32	1	0	..	..	16	188
154	Haiti	..	0	14	..	..	..	..	0	0
155	Gâmbia	..	7	2	0	0	..	..	1	160
156	Senegal	64	21	9	2	0	..	..	14	139
157	Eritreia	51	4	144	3	276	0	0	202	..
158	Ruanda	..	45	100	0	0	..	..	51	981
159	Nigéria	..	9	22	2	0	0	0	79	84

QUADRO 22

Refugiados e armamentos

Ordem do IDH		Pessoas deslocadas internamente [a] (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de asilo (milhares) 2005 [e]	Refugiados: Por país de origem [c] (milhares) 2005 [e]	Transferências de armas convencionais [b] (preços de 1990): Importações (milhões de dólares) 1995	Importações 2005	Exportações: Milhões de dólares 2005	Exportações: Parcela [d] (%) 2001-05	Forças armadas totais: Milhares 2006	Forças armadas totais: Índice (1985=100) 2006
160	Guiné	82	64	6	0	0	..	..	10	101
161	Angola	62	14	216	1	22	0	(.)	108	218
162	Tanzânia, Rep. U. da	..	549	2	0	0	..	..	27	67
163	Benim	..	30	0	0	0	..	..	5	111
164	Costa do Marfim	800 [f]	42	18	2	0	..	..	17	129
165	Zâmbia	..	156	0	0	0	0	0	15	93
166	Malawi	..	4	0	0	0	0	0	5	94
167	Congo, Rep. Dem.	1.664	204	431	0	14	..	..	65	135
168	Moçambique	..	2	0	0	0	..	..	11	70
169	Burundi	117	21	439	0	0	..	..	51	981
170	Etiópia	150-265	101	65	0	0	..	..	183	84
171	Chade	55-65	275	48	1	0	..	..	30	246
172	República Centro-Africana	..	25	43	0	0	..	..	3	130
173	Guiné-Bissau	..	8	1	0	0	..	..	9	105
174	Burquina Faso	..	1	1	0	19	..	..	11	275
175	Mali	..	11	1	0	0	..	..	7	143
176	Serra Leoa	..	60	40	15	0	..	..	13	419
177	Níger	..	0	1	0	0	..	..	5	227
Países em desenvolvimento		..	5.761	..	..	..	..	..	13.909 T	89
Países menos desenvolvidos		..	2.265	..	..	..	..	..	1.862 T	159
Países Árabes		..	755	..	..	..	..	..	2.141 T	79
Ásia Oriental e Pacífico		..	464	..	..	..	..	..	5.955 T	80
América Latina e Caraíbas		..	37	..	..	..	..	..	1.269 T	94
Ásia do Sul		..	2.087	..	..	..	..	..	2.822 T	111
África Subsariana		..	2.415	..	..	..	..	..	1.197 T	142
Europa Central, Oriental e CEI		..	482	..	..	..	..	..	2.115 T	32
OCDE		..	2.161	..	..	..	..	..	5.094 T	70
OCDE de rendimento elevado		..	2.141	..	..	..	..	..	4.170 T	71
Desenvolvimento humano elevado		..	2.240	..	..	..	..	..	5.520 T	71
Desenvolvimento humano médio		..	3.919	..	..	..	..	..	11.637 T	69
Desenvolvimento humano baixo		..	2.020	..	..	..	..	..	1.079 T	151
Rendimento elevado		..	2.390	..	..	..	..	..	4.728 T	76
Rendimento médio		..	1.984	..	..	..	..	..	9.402 T	58
Rendimento baixo		..	4.013	..	..	..	..	..	5.546 T	111
Mundo		23.700 T	8.387 T	..	21.085 T [j]	21.965 T [j]	21.961 T [j]	..	19.676 T	72

NOTAS

a Refere-se a estimativas mantidas pelo Internal Displacement Monitoring Centre baseadas em várias fontes. As estimativas estão associadas a níveis elevados de incerteza.

b Os dados são de 10 de Maio de 2006 e constituem indicadores de tendências, que são indicadores apenas do volume das transferências internacionais de armas e não do seu valor financeiro actual. Os relatórios de transferência de armas publicados fornecem informação parcial, porque nem todas as transferências estão totalmente relatadas. As estimativas apresentadas são conservadoras e podem subavaliar as transferências reais de armas convencionais.

c O país de origem de muitos refugiados não está disponível ou não foi relatado. Estes dados podem, portanto, estar subestimados.

d Calculado utilizando os totais de 2001-05 para todos os países e actores não estatais com exportações das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2006b.

e Os dados referem-se ao final de 2005, salvo indicação em contrário.

f As estimativas excluem certas partes do país ou alguns grupos de pessoas deslocadas internamente.

g As estimativas mais baixas foram acumuladas desde 1994. Os valores mais elevados foram acumulados desde 1985.

h As estimativas mais baixas incluem apenas pessoas deslocadas internamente, expulsas principalmente por demolições de habitação desde 2000. Os valores mais elevados foram acumulados desde 1967.

i Valores acumulados desde 1992.

j Os dados referem-se ao volume total de transferências de armas e incluem todos os países e actores não estatais com transferências das principais armas convencionais, tal como definido em SIPRI 2006a.

FONTES

Coluna 1: Internal Displacement Monitoring Centre. 2006.
Colunas 2 e 3: UNHCR 2006.
Colunas 4-6: SIPRI 2006b.
Coluna 7: calculada com base em dados sobre transferência de armas de SIPRI 2006b.
Coluna 8: IISS 2006.
Coluna 9: calculada com base em dados sobre as forças armadas de IISS 2006.

QUADRO 23

... protegendo a segurança pessoal ...

Vítimas da criminalidade

		Pessoas vítimas de criminalidade [a] (% do total)					
	Ano [b]	Crimes totais [c]	Crimes de propriedade [d]	Roubo	Agressão sexual [e]	Agressão	Suborno (corrupção) [f]
NACIONAL							
Austrália	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Áustria	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Bélgica	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canadá	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Dinamarca	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
England and Wales	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlândia	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
França	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Itália	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	..
Japão	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(.)
Malta	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Países Baixos	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nova Zelândia	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	..
Northern Irlanda	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Polónia	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Scotland	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	..
Eslovénia	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suécia	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suíça	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2 [g]
Estados Unidos	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
CAPITAL							
Assunção (Paraguai)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bacu (Azerbaijão)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pequim (China)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	..
Bichkek (Quirguizistão)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogotá (Colômbia)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Eslováquia)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucareste (Roménia)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapeste (Hungria)	1999	32,1	15,6	1,8	0,9	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentina)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Cairo (Egipto)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	..
Dar es Salaam (Tanzânia, Rep. U. da)	1991	..	23,1	8,2	6,1	1,7	..
Gaborone (Botsuana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Jacarta (Indonésia)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Joanesburgo (África do Sul)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Campala (Uganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ucrânia)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolívia)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manila (Filipinas)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Maputo (Moçambique)	2001	40,6	29,3	7,6	2,2	3,2	30,5
Minsk (Bielorrússia)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscovo (Federação da Rússia)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Bombaim (Índia)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
Nova Deli (Índia)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Praga (República Checa)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Letónia)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brasil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1
São José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macedónia, ant. Rep. jugosl. da)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sófia (Bulgária)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Tallin (Estónia)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbilissi (Geórgia)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6

QUADRO 23 Vítimas da criminalidade

		Pessoas vítimas de criminalidade [a] (% do total)					
	Ano [b]	Crimes totais [c]	Crimes de propriedade [d]	Roubo	Agressão sexual [e]	Agressão	Suborno (corrupção) [f]
Tirana (Albânia)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunes (Tunísia)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	..
Ulan Bator (Mongólia)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituânia)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croácia)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

NOTAS

a Os dados referem-se à vitimização, como vem relatado no Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

b Os inquéritos foram realizados em 1992, 1995, 1996-97 e 2000-01. Os dados referem-se ao ano anterior ao do inquérito.

c Os dados referem-se às pessoas vitimadas por um ou mais dos 11 crimes registados no inquérito: roubo, assalto de casas, tentativa de assalto, roubo de carros, vandalismo de carros, roubo de bicicletas, assalto sexual, roubo com carro, roubo de propriedade pessoal, assalto e ameaça, e roubo de motocicletas ou bicicletas motorizadas.

d Inclui roubo de carros, roubo com carros, assalto de casas com entrada e tentativa de assalto.

e Os dados referem-se apenas à população feminina.

f Os dados referem-se às pessoas a quem foram pedidas, ou que se espera que paguem, um suborno por um funcionário do Estado.

g Os dados referem-se a 1995.

FONTE

Os dados referem-se a 1995.: UNODC 2004.

QUADRO 24

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Ordem	Valor	Esperança de vida à nascença (anos) 2004 Mulheres	Homens	Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004 Mulheres	Homens	Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b] Mulheres	Homens	Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004 Mulheres	Homens	Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1 Noruega	1	0,962	82,0	77,1	.. [e]	.. [e]	105	96	33.034	43.950	0
2 Islândia	2	0,958	82,7	79,0	.. [e]	.. [e]	102 [f]	91 [f]	27.496	38.603	0
3 Austrália	3	0,956	83,0	77,9	.. [e]	.. [e]	114	112	24.966	35.832	0
4 Irlanda	4	0,951	80,5	75,4	.. [e]	.. [e]	101	97	26.160	51.633	0
5 Suécia	5	0,949	82,5	78,1	.. [e]	.. [e]	102	91	26.408	32.724	0
6 Canadá	7	0,947	82,6	77,6	.. [e]	.. [e]	96 [f, g]	90 [f, g]	24.277 [h]	38.374 [h]	-1
7 Japão	13	0,942	85,6	78,6	.. [e]	.. [e]	84	86	18.130	40.885	-5
8 Estados Unidos	8	0,946	80,2	74,8	.. [e]	.. [e]	97	89	30.581 [h]	49.075 [h]	1
9 Suíça	10	0,944	83,4	77,8	.. [e]	.. [e]	83	88	25.314	41.258	0
10 Países Baixos	9	0,945	81,2	75,8	.. [e]	.. [e]	98	99	24.652	39.035	2
11 Finlândia	11	0,943	81,9	75,3	.. [e]	.. [e]	104	97	24.862	35.263	1
12 Luxemburgo	6	0,949	81,6	75,3	.. [e]	.. [e]	89 [i]	88 [i]	45.938 [j]	94.696 [j]	1
13 Bélgica	12	0,943	82,1	75,9	.. [e]	.. [e]	96	93	24.123	38.338	1
14 Áustria	17	0,937	82,0	76,2	.. [e]	.. [e]	92	90	20.032	45.095	-3
15 Dinamarca	15	0,940	79,6	75,0	.. [e]	.. [e]	106	97	27.048	36.882	0
16 França	14	0,940	83,1	76,0	.. [e]	.. [e]	95	91	23.015	35.922	2
17 Itália	18	0,934	83,2	77,1	98,0 [e]	98,8 [e]	92	87	18.070 [h]	38.902 [h]	-1
18 Reino Unido	16	0,938	80,8	76,2	.. [e]	.. [e]	96 [f]	90 [f]	24.448	37.506	2
19 Espanha	19	0,933	83,3	76,0	.. [e]	.. [e]	99	93	16.751 [h]	33.648 [h]	0
20 Nova Zelândia	20	0,932	81,5	77,0	.. [e]	.. [e]	105	95	19.264	27.711	0
21 Alemanha	21	0,928	81,7	75,9	.. [e]	.. [e]	88 [f]	89 [f]	20.851	36.114	0
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	84,8	78,9	..	..	74	79	20.637	42.166	..
23 Israel	22	0,925	82,0	77,8	95,9	98,5	92	87	19.165 [h]	29.714 [h]	0
24 Grécia	23	0,917	81,0	75,7	94,2 [e]	97,8 [e]	96	91	15.728	28.837	0
25 Singapura	..	..	80,8	77,0	88,6	96,6	..	..	18.905	37.125	..
26 República da Coreia	25	0,905	80,9	73,7	.. [e]	.. [e]	88	101	12.912	28.036	-1
27 Eslovénia	24	0,908	80,2	72,9	.. [e]	.. [e]	100	91	15.992 [h]	26.129 [h]	1
28 Portugal	26	0,902	80,8	74,1	.. [e]	.. [e]	93	86	14.635	24.971	0
29 Chipre	27	0,900	81,2	76,2	95,1	98,6	79	78	17.012	28.891	0
30 República Checa	28	0,881	78,9	72,5	.. [e]	.. [e]	82	81	13.141	26.017	0
31 Barbados	..	..	78,6	71,7	..	..	94 [g]	84 [g]	..	..	..
32 Malta	29	0,869	80,9	76,1	89,2 [k]	86,4 [k]	81	82	12.226	25.644	0
33 Koweit	31	0,864	79,7	75,4	91,0	94,4	79 [f]	69 [f]	9.623 [h]	25.847 [h]	-1
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	79,1	74,5	90,2	95,2	78 [f]	76 [f]	..	..	..
35 Hungria	30	0,867	77,1	68,9	.. [e]	.. [e]	90	85	13.311	20.666	1
36 Argentina	32	0,859	78,4	70,9	97,2	97,2	94 [g]	85 [g]	9.258 [h]	17.518 [h]	0
37 Polónia	33	0,859	78,6	70,5	.. [e]	.. [e]	90	82	9.746 [h]	16.400 [h]	0
38 Chile	37	0,850	81,1	75,1	95,6	95,8	80	82	6.134 [h]	15.715 [h]	-3
39 Barém	38	0,849	76,0	73,2	83,6	88,6	89 [f]	82 [f]	9.654	29.107	-3
40 Estónia	34	0,856	77,2	65,8	99,8 [e]	99,8 [e]	98	86	11.377 [h]	18.285 [h]	2
41 Lituânia	35	0,856	78,0	66,9	99,6 [e]	99,6 [e]	96	87	10.839	15.699	2
42 Eslováquia	36	0,853	78,1	70,3	.. [e]	.. [e]	78	75	10.856 [h]	18.617 [h]	2
43 Uruguai	39	0,847	79,2	71,9	.. [l]	.. [m]	95 [f, g]	84 [f, g]	6.764 [h]	12.240 [h]	0
44 Croácia	40	0,844	78,6	71,6	97,1	99,3	75 [g]	72 [g]	9.872	14.690	0
45 Letónia	41	0,843	77,2	66,1	99,7 [e]	99,8 [e]	97	84	9.530	14.171	0
46 Catar	..	..	76,2	71,4	88,6	89,1	82	71	..	..	..
47 Seicheles	..	..	..	..	92,3	91,4	82	77	..	..	..
48 Costa Rica	42	0,831	80,8	76,0	95,1	94,7	69 [f, g]	67 [f, g]	5.969	12.878	0
49 Emirados Árabes Unidos	43	0,829	81,1	76,7	.. [l]	.. [m]	68 [f, g]	54 [f, g]	7.630 [h]	31.788 [h]	0
50 Cuba	..	..	79,5	75,8	99,8 [e]	99,8 [e]	81 [g]	79 [g]	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	81	78	..	..	..
52 Baamas	..	..	73,4	67,1	..	..	66 [f]	65 [f]	14.414 [h]	20.459 [h]	..
53 México	45	0,812	77,8	72,8	89,6	92,4	76	75	5.594	14.202	-1

QUADRO 24 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
	Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
54 Bulgária	44	0,814	75,8	69,1	97,7	98,7	81	81	6.406	9.855	1
55 Tonga	46	0,809	73,7	71,1	99,0 [k]	98,8 [k]	81 [f]	79 [f]	5.026 [h]	10.606 [h]	0
56 Omã	57	0,785	76,0	73,1	73,5	86,8	68 [f]	69 [f]	4.273 [h]	23.676 [h]	-10
57 Trindade e Tobago	48	0,805	72,8	67,0	.. [l]	.. [m]	68	66	7.766 [h]	16.711 [h]	0
58 Panamá	47	0,806	77,6	72,5	91,2	92,5	83	76	5.219	9.300	2
59 Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60 Roménia	49	0,804	75,2	68,0	96,3	98,4	77	73	6.723	10.325	1
61 Malásia	51	0,795	75,8	71,1	85,4	92,0	76 [g]	70 [g]	5.391	15.015	0
62 Bósnia e Herzegovina	..	..	77,0	71,5	94,4	99,0	..	..	5.568 [h]	8.582 [h]	..
63 Maurícia	53	0,792	75,8	69,0	80,5	88,4	74 [f]	75 [f]	6.948 [h]	17.173 [h]	-1
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64 Jamahira Árabe Líbia	..	..	76,4	71,8	..	..	98 [f, g]	91 [f, g]	..	..	..
65 Federação da Rússia	50	0,795	72,0	58,9	99,2 [e]	99,7 [e]	92 [f]	84 [f]	7.735 [h]	12.401 [h]	3
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	54	0,791	76,5	71,5	94,1	98,2	71	69	4.286 [h]	8.943 [h]	0
67 Bielorrússia	52	0,793	74,1	62,5	99,4 [e, k]	99,8 [e, k]	90	86	5.510 [h]	8.632 [h]	3
68 Domínica	..	..	..	..	..	..	84	81	..	..	..
69 Brasil	55	0,789	74,8	67,0	88,8	88,4	88 [g]	84 [g]	6.004	10.447	1
70 Colômbia	56	0,787	75,6	69,6	92,7	92,9	74	71	5.356	9.202	1
71 Santa Lúcia	..	..	74,1	71,0	..	..	80	72	4.308 [h]	8.399 [h]	..
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	60	0,780	76,1	70,2	92,7	93,3	76 [f, g]	73 [f, g]	4.083 [h]	7.982 [h]	-2
73 Albânia	59	0,780	76,9	71,1	98,3	99,2	67 [g]	69 [g]	3.487 [h]	6.492 [h]	0
74 Tailândia	58	0,781	74,0	66,7	90,5	94,9	74	73	6.036	10.214	2
75 Samoa (Ocidental)	63	0,770	73,9	67,5	.. [l]	.. [m]	76 [f]	72 [f]	3.046 [h]	7.980 [h]	-2
76 Arábia Saudita	72	0,744	74,2	70,3	69,3	87,1	58 [f]	59 [f]	3.486 [h]	22.617 [h]	-10
77 Ucrânia	62	0,771	72,4	60,1	99,2 [e]	99,7 [e]	87	83	4.535	8.583	1
78 Líbano	..	..	74,4	70,1	..	..	85	82	2.786 [h]	9.011 [h]	..
79 Cazaquistão	61	0,772	69,1	58,0	99,3 [e, k]	99,8 [e, k]	93	89	5.799	9.222	3
80 Arménia	65	0,765	74,8	68,1	99,2 [e]	99,7 [e]	77	71	3.222 [h]	5.105 [h]	0
81 China	64	0,765	73,7	70,2	86,5	95,1	70 [f]	71 [f]	4.561 [h]	7.159 [h]	2
82 Peru	67	0,759	72,9	67,8	82,1	93,5	88 [f]	85 [f]	3.294	8.036	0
83 Equador	..	..	77,5	71,6	89,7	92,3	..	..	2.796 [h]	5.123 [h]	..
84 Filipinas	66	0,761	72,8	68,6	92,7	92,5	84	79	3.449	5.763	2
85 Granada	..	..	..	..	..	..	75 [f]	71 [f]	..	..	..
86 Jordânia	69	0,747	73,2	70,2	84,7	95,1	80	78	2.143	7.038	0
87 Tunísia	73	0,744	75,6	71,4	65,3	83,4	77 [f]	74 [f]	3.421 [h]	12.046 [h]	-3
88 São Vicente e Granadinas	..	..	74,1	68,5	..	..	67	68	4.300 [h]	8.513 [h]	..
89 Suriname	..	..	72,7	66,1	87,2	92,0	77 [f, g]	68 [f, g]	..	..	..
90 Fiji	..	..	70,3	65,9	..	..	76 [f]	74 [f]	3.921 [h]	8.142 [h]	..
91 Paraguai	..	..	73,5	68,9	..	..	70 [f, g]	69 [f, g]	2.789	6.806	..
92 Turquia	71	0,745	71,3	66,6	79,6	95,3	63	75	4.038	11.408	0
93 Sri Lanca	68	0,749	77,0	71,7	89,1	92,3	64 [f, g]	63 [f, g]	2.561	6.158	4
94 República Dominicana	70	0,745	71,3	64,1	87,2	86,8	78 [f]	70 [f]	4.376 [h]	10.461 [h]	3
95 Belize	..	..	74,4	69,5	..	..	81	81	3.760 [h]	9.674 [h]	..
96 Irão, Rep. Islâmica do	74	0,736	72,3	69,2	70,4	83,5	70 [f]	74 [f]	4.122 [h]	10.830 [h]	0
97 Geórgia	..	..	74,4	66,6	..	..	76	75	1.561	4.273	..
98 Maldivas	..	..	66,6	67,4	96,4	96,2	69 [f]	68 [f]	..	..	..
99 Azerbaijão	75	0,733	70,6	63,3	98,2 [k]	99,5 [k]	67	69	3.262 [h]	5.096 [h]	0
100 Territórios Ocupados da Palestina	..	..	74,2	71,1	88,0	96,7	83 [f]	80 [f]	..	..	..
101 El Salvador	76	0,725	74,1	68,0	.. [l]	.. [m]	69 [f]	70 [f]	3.077	7.074	0
102 Argélia	79	0,713	72,7	70,1	60,1	79,6	73	73	3.259 [h]	9.888 [h]	-2
103 Guiana	..	..	66,7	60,6	..	..	78 [f, g]	78 [f, g]	2.615 [h]	6.375 [h]	..
104 Jamaica	77	0,721	72,5	69,0	85,9 [k]	74,1 [k]	79 [f]	75 [f]	3.027 [h]	5.327 [h]	1
105 Turquemenistão	..	..	66,9	58,4	98,3 [k]	99,3 [k]	..	..	3.425 [h]	5.385 [h]	..
106 Cabo Verde	78	0,714	73,5	67,3	.. [l]	.. [m]	67	67	3.045 [h]	8.641 [h]	1

Ordem do IDH	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
	Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
107 República Árabe Síria	82	0,702	75,4	71,8	73,6	86,0	60 [f]	65 [f]	1.794 [h]	5.402 [h]	-2
108 Indonésia	81	0,704	69,2	65,3	86,8	94,0	67	70	2.257 [h]	4.963 [h]	0
109 Vietname	80	0,708	72,9	68,8	86,9 [k]	93,9 [k]	61 [f]	65 [f]	2.271 [h]	3.220 [h]	2
110 Quirguizistão	83	0,701	71,3	62,9	98,1 [k]	99,3 [k]	80	77	1.422 [h]	2.464 [h]	0
111 Egipto	..	..	72,4	68,0	59,4	83,0	..	..	1.588	6.817	..
112 Nicarágua	88	0,684	72,4	67,6	76,6	76,8	71 [f]	69 [f]	1.747 [h]	5.524 [h]	-4
113 Usbequistão	84	0,694	69,9	63,4	.. [l]	.. [m]	72 [f]	75 [f]	1.398 [h]	2.346 [h]	1
114 Moldávia, República da	85	0,692	71,7	64,4	97,7	99,1	73	68	1.349 [h]	2.143 [h]	1
115 Bolívia	86	0,687	66,5	62,3	80,7	93,1	83 [f]	89 [f]	1.983 [h]	3.462 [h]	1
116 Mongólia	87	0,685	66,5	62,5	97,5	98,0	83	72	1.379 [h]	2.730 [h]	1
117 Honduras	89	0,676	70,2	66,1	80,2	79,8	74 [f]	68 [f]	1.771 [h]	3.964 [h]	0
118 Guatemala	90	0,659	71,3	63,9	63,3	75,4	63 [f]	69 [f]	2.130 [h]	6.604 [h]	0
119 Vanuatu	..	..	70,9	67,2	..	..	61 [f]	66 [f]	2.468 [h]	3.612 [h]	..
120 Guiné Equatorial	93	0,639	43,3	42,3	80,5	93,4	52 [f, g]	64 [f, g]	11.491 [h]	26.967 [h]	-2
121 África do Sul	92	0,646	48,2	45,7	80,9 [k]	84,1 [k]	77 [g]	76 [g]	7.014 [h]	15.521 [h]	0
122 Tajiquistão	91	0,648	66,4	61,2	99,2 [e]	99,7 [e]	65	77	876 [h]	1.530 [h]	2
123 Marrocos	95	0,615	72,2	67,8	39,6	65,7	54	62	1.742 [h]	6.907 [h]	-1
124 Gabão	..	..	54,7	53,4	..	..	68 [f, g]	72 [f, g]	4.814 [h]	8.449 [h]	..
125 Namíbia	94	0,622	47,5	46,8	83,5	86,8	69 [g]	66 [g]	5.416 [h]	9.455 [h]	1
126 Índia	96	0,591	65,3	62,1	47,8	73,4	58 [f]	66 [f]	1.471 [h]	4.723 [h]	0
127 São Tomé e Príncipe	..	..	64,2	62,1	..	..	63	64	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	63,3	61,9	..	..	45 [f, g]	49 [f, g]	1.202 [h]	2.387 [h]	..
129 Camboja	97	0,578	60,1	52,7	64,1	84,7	55 [f, g]	65 [f, g]	2.077 [h]	2.793 [h]	0
130 Mianmar	..	..	63,5	57,8	86,4	93,9	50 [f]	48 [f]	..	..	..
131 Botsuana	98	0,555	34,8	34,9	81,8	80,4	72 [f]	69 [f]	5.322	14.738	0
132 Comores	99	0,550	65,8	61,5	.. [l]	.. [m]	42 [f]	50 [f]	1.306 [h]	2.576 [h]	0
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	100	0,545	56,3	53,8	60,9	77,0	55	66	1.328 [h]	2.579 [h]	0
134 Paquistão	105	0,513	63,6	63,2	36,0	63,0	32	44	977 [h]	3.403 [h]	-4
135 Butão	..	..	64,6	62,2	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	101	0,528	57,4	56,5	49,8	66,4	44 [f]	50 [f]	1.860 [h]	2.611 [h]	1
137 Bangladeche	102	0,524	64,2	62,5	.. [l]	.. [m]	58 [g]	56 [g]	1.170 [h]	2.540 [h]	1
138 Nepal	106	0,513	62,4	61,6	34,9	62,7	52 [g]	62 [g]	995 [h]	1.993 [h]	-2
139 Papuásia-Nova Guiné	103	0,521	56,3	55,2	50,9	63,4	38 [f, g]	43 [f, g]	2.127 [h]	2.934 [h]	2
140 Congo	104	0,519	53,5	51,0	.. [l]	.. [m]	49 [f]	55 [f]	652 [h]	1.310 [h]	2
141 Sudão	110	0,492	58,0	55,1	51,8 [n]	71,1 [n]	34 [f]	39 [f]	778 [h]	3.105 [h]	-3
142 Timor-Leste	..	..	57,1	54,9	..	..	..	..	..	..	..
143 Madagáscar	107	0,507	56,9	54,3	65,3	76,5	55 [f]	58 [f]	704 [h]	1.012 [h]	1
144 Camarões	109	0,497	46,2	45,1	59,8	77,0	56 [f]	69 [f]	1.435 [h]	2.921 [h]	0
145 Uganda	108	0,498	48,8	47,9	57,7	76,8	65	67	1.216 [h]	1.741 [h]	2
146 Suazilândia	114	0,479	31,3	31,3	78,3	80,9	57 [f, g]	59 [f, g]	2.576	8.936	-3
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO											
147 Togo	116	0,476	56,4	52,6	38,5	68,7	46 [f]	64 [f]	927 [h]	2.159 [h]	-4
148 Djibuti	..	..	54,1	51,8	..	..	21	27	1.305 [h]	2.681 [h]	..
149 Lesoto	112	0,486	36,2	34,0	90,3	73,7	66 [f]	65 [f]	1.848 [h]	3.506 [h]	1
150 Iémen	117	0,462	62,4	59,7	.. [l]	.. [m]	42 [f]	68 [f]	397 [h]	1.346 [h]	-3
151 Zimbabué	113	0,483	36,0	37,2	.. [l]	.. [m]	51 [f, g]	54 [f, g]	1.527 [h]	2.613 [h]	2
152 Quénia	111	0,487	46,5	48,5	70,2	77,7	58 [f]	62 [f]	1.037	1.242	5
153 Mauritânia	115	0,478	54,7	51,5	43,4	59,5	44	47	1.295 [h]	2.601 [h]	2
154 Haiti	..	..	52,7	51,3	..	..	..	..	1.283 [h]	2.465 [h]	..
155 Gâmbia	..	..	57,5	54,7	..	..	50 [f]	51 [f]	1.378 [h]	2.615 [h]	..
156 Senegal	118	0,451	57,2	54,8	29,2	51,1	36 [f]	41 [f]	1.200 [h]	2.243 [h]	0
157 Eritreia	..	..	56,1	52,3	..	..	29	41	557	1.414	..
158 Ruanda	119	0,449	45,8	42,6	59,8	71,4	52	52	1.083 [h]	1.454 [h]	0
159 Nigéria	120	0,443	43,5	43,2	.. [l]	.. [m]	50 [f]	60 [f]	669 [h]	1.628 [h]	0

QUADRO 24

Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem do IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2004		Taxa de literacia de adultos [a] (% 15 anos e mais) 2004		Taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior (%) 2004 [b]		Rendimento auferido estimado [c] (dólares PPC) 2004		Ordem do IDH menos ordem do IDG [d]
		Ordem	Valor	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	
160	Guiné	121	0,434	54,2	53,6	18,1	42,6	35	49	1.764 [h]	2.576 [h]	0
161	Angola	122	0,431	42,5	39,6	54,2	82,9	24 [f, g]	28 [f, g]	1.670 [h]	2.706 [h]	0
162	Tanzânia, Rep. U. da	123	0,426	46,2	45,6	62,2	77,5	47 [f]	49 [f]	569 [h]	781 [h]	0
163	Benim	124	0,412	55,0	53,5	23,3	47,9	41 [f]	58 [f]	702 [h]	1.475 [h]	0
164	Costa do Marfim	125	0,401	46,7	45,2	38,6	60,8	32 [f, g]	47 [f, g]	749 [h]	2.324 [h]	0
165	Zâmbia	126	0,396	37,1	38,2	59,8 [k]	76,3 [k]	52 [f]	56 [f]	670 [h]	1.216 [h]	0
166	Malawi	127	0,394	39,6	40,0	54,0 [k]	74,9 [k]	64 [f]	65 [f]	547 [h]	747 [h]	0
167	Congo, Rep. Dem.	130	0,378	44,5	42,5	54,1	80,9	24 [f, g]	30 [f, g]	482 [h]	931 [h]	-2
168	Moçambique	128	0,387	42,3	41,0	.. [l]	.. [m]	44	53	1.110 [h]	1.372 [h]	1
169	Burundi	129	0,380	44,9	43,0	52,2	67,3	32	40	594 [h]	765 [h]	1
170	Etiópia	..	..	48,8	46,8	..	..	30	42	570 [h]	944 [h]	..
171	Chade	131	0,350	44,7	42,6	12,8	40,8	25 [f]	44 [f]	1.644 [h]	2.545 [h]	0
172	República Centro-Africana	132	0,336	39,8	38,4	33,5	64,8	23 [f, g]	36 [f, g]	836 [h]	1.367 [h]	0
173	Guiné-Bissau	..	..	46,2	43,4	..	..	29 [f, g]	45 [f, g]	487 [h]	963 [h]	..
174	Burquina Faso	133	0,335	48,6	47,2	15,2	29,4	23 [f]	30 [f]	930 [h]	1.405 [h]	0
175	Mali	134	0,329	48,7	47,4	11,9 [k]	26,7 [k]	30 [f]	40 [f]	800 [h]	1.197 [h]	0
176	Serra Leoa	135	0,317	42,4	39,6	24,4	46,9	55 [f]	75 [f]	353 [h]	775 [h]	0
177	Níger	136	0,292	44,7	44,6	15,1	42,9	18	25	560 [h]	989 [h]	0

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos e inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

b Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução.

c Devido à falta de dados sobre o rendimento desagregado por sexos, os rendimentos auferidos femininos e masculinos foram estimados, de forma grosseira, com base nos dados do rácio entre salários não agrícolas femininos e masculinos, das parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, da população total feminina e masculina e do PIB per capita em dólares PPC dos EUA (ver Nota técnica 1). As estimativas são baseadas em dados do ano mais recente disponível entre 1991-2004, salvo indicação em contrário.

d As posições do IDH utilizadas nesta coluna são recalculadas para o universo dos 136 países com valores IDG. Um valor positivo indica que a ordenação IDG é melhor do que a do IDH; e um valor negativo indica o contrário.

e Com o fim de calcular o IDG, foi aplicado um valor de 99.0%.

f Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

g Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

h Os dados referem-se a um ano diferente do indicado.

i Statec 2006.

j Com o fim de calcular o IDG, foi aplicado um valor de 40.000 dólares (PPC).

k Os dados referem-se ao ano mais recente entre 1995-99.

l Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2005, baseadas em informações desactualizadas de censos ou inquéritos e devem ser interpretadas com precaução: Bangladeche 33,1, Cabo Verde 70,8, Comores 49,7, Congo 80,8, El Salvador 78,8, Moçambique 35,6, Nigéria 64,2, Samoa (Ocidental) 98,4, Trindade e Tobago 98,3, Emirados Árabes Unidos 82,7, Uruguai 98,4, Usbequistão 99,1 e lémen 33,4 e Zimbabué 86,3.

m Na ausência de dados recentes, as estimativas são do Instituto de Estatística da UNESCO 2005, baseadas em informações desactualizadas de censos ou inquéritos e devem ser interpretadas com precaução: Bangladeche 52,7, Cabo Verde 86,6, Comores 63,9, Congo 91,2, El Salvador 83,6, Moçambique 65,7, Nigéria 96,9, Samoa (Ocidental) 98,9, Trindade e Tobago 99,2, Emirados Árabes Unidos 76,8, Uruguai 97,5, Usbequistão 99,6 e lémen 72,5 e Zimbabué 93,8.

n Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores IDG da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-10; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Colunas 3 e 4: ONU 2005a, salvo indicação em contrário.

Colunas 5 e 6: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a, salvo indicação em contrário.

Colunas 7 e 8: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c, salvo indicação em contrário.

Colunas 9 e 10: salvo indicação em contrário, são calculadas com base nos dados do PIB per capita (dólares PPC) e da população de World Bank 2006; dados sobre salários da OIT 2006b; dados sobre população economicamente activa da OIT 2005a.

Coluna 11: calculada com base nas posições IDH recalculadas e nas posições do IDG da coluna 1.

Posições IDG para 136 países

1 Noruega
2 Islândia
3 Austrália
4 Irlanda
5 Suécia
6 Luxemburgo
7 Canadá
8 Estados Unidos
9 Países Baixos
10 Suíça
11 Finlândia
12 Bélgica
13 Japão
14 França
15 Dinamarca
16 Reino Unido
17 Áustria
18 Itália
19 Espanha
20 Nova Zelândia
21 Alemanha
22 Israel
23 Grécia
24 Eslovénia
25 Coreia, Rep. da
26 Portugal
27 Chipre
28 República Checa
29 Malta
30 Hungria
31 Koweit
32 Argentina
33 Polónia
34 Estónia
35 Lituânia
36 Eslováquia
37 Chile
38 Barém
39 Uruguai
40 Croácia
41 Letónia
42 Costa Rica
43 Emirados Árabes Unidos
44 Bulgária
45 México
46 Tonga
47 Panamá
48 Trindade e Tobago
49 Roménia
50 Federação da Rússia
51 Malásia
52 Bielorrússia
53 Maurícia
54 Macedónia, antiga República jugoslava da
55 Brasil
56 Colômbia
57 Omã
58 Tailândia
59 Albânia
60 Venezuela, Rep. Bolivariana
61 Cazaquistão
62 Ucrânia
63 Samoa (Ocidental)
64 China
65 Arménia
66 Filipinas
67 Peru
68 Sri Lanca
69 Jordânia
70 Rep. Dominicana
71 Turquia
72 Arábia Saudita
73 Tunísia
74 Irão, Rep. Islâmica do
75 Azerbaijão
76 El Salvador
77 Jamaica
78 Cabo Verde
79 Argélia
80 Vietname
81 Indonésia
82 República, Árabe Síria
83 Quirguizistão
84 Usbequistão
85 Moldávia, República da
86 Bolívia
87 Mongólia
88 Nicarágua
89 Honduras
90 Guatemala
91 Tajiquistão
92 África do Sul
93 Guiné Equatorial
94 Namíbia
95 Marrocos
96 Índia
97 Camboja
98 Botsuana
99 Comores
100 Laos, República Dem. Popular do
101 Gana
102 Bangladeche
103 Papuásia-Nova Guiné
104 Congo
105 Paquistão
106 Nepal
107 Madagáscar
108 Uganda
109 Camarões
110 Sudão
111 Quénia
112 Lesoto
113 Zimbabué
114 Suazilândia
115 Mauritânia
116 Togo
117 Iémen
118 Senegal
119 Ruanda
120 Nigéria
121 Guiné
122 Angola
123 Tanzânia, República U. da
124 Benim
125 Costa do Marfim
126 Zâmbia
127 Malawi
128 Moçambique
129 Burundi
130 Congo, República Dem.
131 Chade
132 República Centro-Africana
133 Burquina Faso
134 Mali
135 Serra Leoa
136 Níger

QUADRO 25

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO						
1 Noruega	1	0,932	37,9	29	50	0,75
2 Islândia	3	0,866	33,3	29	55	0,71
3 Austrália	8	0,833	28,3	37	55	0,70
4 Irlanda	17	0,753	14,2	29	51	0,51
5 Suécia	2	0,883	45,3	31	51	0,81
6 Canadá	11	0,810	24,3	36	56	0,63
7 Japão	42	0,557	10,7	10	46	0,44
8 Estados Unidos	12	0,808	15,0	42	55	0,62
9 Suíça	14	0,797	24,8	27	46	0,61
10 Países Baixos	7	0,844	34,2	26	48	0,63
11 Finlândia	6	0,853	37,5	28	54	0,71
12 Luxemburgo	..	..	23,3	..	..	0,49
13 Bélgica	5	0,855	35,7	30	48	0,63
14 Áustria	10	0,815	32,2	28	46	0,44
15 Dinamarca	4	0,861	36,9	25	52	0,73
16 França	..	..	13,9	..	..	0,64
17 Itália	24	0,653	16,1	21	45	0,46
18 Reino Unido	16	0,755	18,5	33	46	0,65
19 Espanha	15	0,776	30,5	32	47	0,50
20 Nova Zelândia	13	0,797	32,2	36	52	0,70
21 Alemanha	9	0,816	30,5	35	50	0,58
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	27	40	0,49
23 Israel	23	0,656	14,2	29	54	0,64
24 Grécia	29	0,614	13,0	27	49	0,55
25 Singapura	18	0,707	18,9	26	45	0,51
26 República da Coreia	53	0,502	13,4	7	38	0,46
27 Eslovénia	32	0,603	10,8	34	57	0,61
28 Portugal	20	0,681	21,3	32	52	0,59
29 Chipre	38	0,584	14,3	15	45	0,59
30 República Checa	28	0,615	15,7	28	52	0,51
31 Barbados	..	..	17,6	43	52	..
32 Malta	58	0,493	9,2	16	39	0,48
33 Koweit	..	..	1,5	..	..	0,37
34 Estado do Brunei Darussalam	..	..	.. [d]	..	..	..
35 Hungria	41	0,560	10,4	34	61	0,64
36 Argentina	19	0,697	36,5	25	55	0,53
37 Polónia	30	0,610	19,1	34	61	0,59
38 Chile	52	0,506	12,7	24	52	0,39
39 Barém	..	..	7,5	..	..	0,33
40 Estónia	31	0,608	18,8	35	67	0,62
41 Lituânia	25	0,635	22,0	42	68	0,69
42 Eslováquia	34	0,599	16,7	32	61	0,58
43 Uruguai	50	0,513	10,8	35	53	0,55
44 Croácia	33	0,602	21,7	23	52	0,67
45 Letónia	27	0,621	21,0	42	64	0,67
46 Catar	..	..	0,0	..	..	..
47 Seicheles	..	..	29,4	..	..	..
48 Costa Rica	21	0,675	38,6	26	40	0,46
49 Emirados Árabes Unidos	70	0,353	0,0	8	25	0,24
50 Cuba	..	..	36,0	..	..	..
51 São Cristóvão e Nevis	..	..	0,0	..	..	..
52 Baamas	..	..	26,8	40	..	0,70
53 México	35	0,597	25,0	25	42	0,39

QUADRO 25

Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
54	Bulgária	37	0,595	22,1	33	61	0,65
55	Tonga	..	..	3,3	..	..	0,47
56	Omã	..	..	7,8	..	..	0,18
57	Trindade e Tobago	22	0,660	25,4	38	54	0,46
58	Panamá	40	0,568	16,7	39	51	0,56
59	Antígua e Barbuda	..	..	13,9	..	..	..
60	Roménia	59	0,492	10,7	29	57	0,65
61	Malásia	55	0,500	13,1	23	40	0,36
62	Bósnia e Herzegovina	..	..	12,3	..	..	0,65
63	Maurícia	..	..	17,1	..	..	0,40
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO							
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	4,7	..	..	..
65	Federação da Rússia	62	0,482	8,0	38	64	0,62
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	43	0,554	19,2	28	53	0,48
67	Bielorrússia	..	..	29,8	..	..	0,64
68	Domínica	..	..	12,9	..	..	..
69	Brasil	61	0,486	9,1	34	53	0,57
70	Colômbia	51	0,506	10,8 [e]	38	50	0,58
71	Santa Lúcia	..	..	17,2	..	..	0,51
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	46	0,532	18,0	27	61	0,51
73	Albânia	..	..	7,1	..	..	0,54
74	Tailândia	60	0,486	10,7	28	53	0,59
75	Samoa (Ocidental)	..	..	4,1	..	..	0,38
76	Arábia Saudita	74	0,242	0,0	31	6	0,15
77	Ucrânia	63	0,455	7,1	43	60	0,53
78	Líbano	..	..	4,7	..	..	0,31
79	Cazaquistão	..	..	8,6	..	..	0,63
80	Arménia	..	..	5,3	..	..	0,63
81	China	..	..	20,3	..	..	0,64
82	Peru	39	0,580	29,0	19	44	0,41
83	Equador	49	0,524	16,0	34	49	0,55
84	Filipinas	45	0,533	15,8	58	61	0,60
85	Granada	..	..	28,6	..	..	..
86	Jordânia	..	..	7,9	..	..	0,30
87	Tunísia	..	..	19,3	..	..	0,28
88	São Vicente e Granadinas	..	..	18,2	..	..	0,51
89	Suriname	..	..	25,5	28	51	..
90	Fiji	..	..	11,7	..	..	0,48
91	Paraguai	..	..	9,6	..	..	0,41
92	Turquia	72	0,289	4,4	7	31	0,35
93	Sri Lanca	69	0,372	4,9	21	46	0,42
94	República Dominicana	..	..	15,4 [e]	..	50	0,42
95	Belize	57	0,495	11,9	31	52	0,39
96	Irão, Rep. Islâmica do	71	0,326	4,1	13	33	0,38
97	Geórgia	64	0,407	9,4	26	63	0,37
98	Maldivas	..	..	12,0	15	40	..
99	Azerbaijão	..	..	12,3	..	..	0,64
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	11	35	..
101	El Salvador	48	0,529	16,7	33	45	0,43
102	Argélia	..	..	5,3	..	..	0,33
103	Guiana	..	..	30,8	..	..	0,41
104	Jamaica	..	..	13,6	..	..	0,57
105	Turquemenistão	..	..	16,0	..	..	0,64
106	Cabo Verde	..	..	15,3	..	..	0,35

Ordem do IDH	Medida de participação segundo o género (MPG)		Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
	Ordem	Valor	(% do total)	(% do total)	(% do total)	
107 República Árabe Síria	..	..	12,0	..	..	0,33
108 Indonésia	..	..	11,3	..	..	0,45
109 Vietname	..	..	27,3	..	..	0,71
110 Quirguizistão	..	..	0,0	..	..	0,58
111 Egipto	73	0,262	3,8	9	30	0,23
112 Nicarágua	..	..	20,7	..	..	0,32
113 Usbequistão	..	..	16,4	..	..	0,60
114 Moldávia, República da	44	0,544	21,8	39	66	0,63
115 Bolívia	56	0,499	14,6	36	40	0,57
116 Mongólia	65	0,388	6,6	30	66	0,51
117 Honduras	47	0,530	23,4	22	36	0,45
118 Guatemala	..	..	8,2	..	..	0,32
119 Vanuatu	..	..	3,8	..	..	0,68
120 Guiné Equatorial	..	..	18,0	..	..	0,43
121 África do Sul	..	..	32,8 [f]	..	..	0,45
122 Tajiquistão	..	..	19,6	..	..	0,57
123 Marrocos	..	..	6,4	..	..	0,25
124 Gabão	..	..	11,9	..	..	0,57
125 Namíbia	26	0,623	26,9	30	55	0,57
126 Índia	..	..	9,2	..	..	0,31
127 São Tomé e Príncipe	..	..	7,3	..	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	0,0	..	..	0,50
129 Camboja	68	0,373	11,4	14	33	0,74
130 Mianmar	..	..	.. [g]	..	..	..
131 Botsuana	54	0,501	11,1	31	53	0,36
132 Comores	..	..	3,0	..	..	0,51
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	..	..	22,9	..	..	0,52
134 Paquistão	66	0,377	20,4	2	26	0,29
135 Butão	..	..	9,3	..	..	..
136 Gana	..	..	10,9	..	..	0,71
137 Bangladeche	67	0,374	14,8 [h]	23	12	0,46
138 Nepal	..	..	6,7	..	..	0,50
139 Papuásia-Nova Guiné	..	..	0,9	..	..	0,73
140 Congo	..	..	10,1	..	..	0,50
141 Sudão	..	..	13,6	..	..	0,25
142 Timor-Leste	..	..	25,3 [i]	..	..	..
143 Madagáscar	..	..	8,4	..	..	0,70
144 Camarões	..	..	8,9	..	..	0,49
145 Uganda	..	..	28,8	..	..	0,70
146 Suazilândia	..	..	16,8	..	..	0,29
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO						
147 Togo	..	..	8,6	..	..	0,43
148 Djibuti	..	..	10,8	..	..	0,49
149 Lesoto	..	..	17,0	..	..	0,53
150 Iémen	75	0,128	0,7	4	15	0,30
151 Zimbabué	..	..	20,8	..	..	0,58
152 Quénia	..	..	7,3	..	..	0,83
153 Mauritânia	..	..	.. [j]	..	..	0,50
154 Haiti	..	..	6,2	..	..	0,52
155 Gâmbia	..	..	13,2	..	..	0,53
156 Senegal	..	..	19,2	..	..	0,53
157 Eritreia	..	..	22,0	..	..	0,39
158 Ruanda	..	..	45,3	..	..	0,74
159 Nigéria	..	..	5,8	..	..	0,41

QUADRO 25 Medida de participação segundo o género

Ordem do IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos parlamentares ocupados por mulheres [a] (% do total)	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras [b] (% do total)	Trabalhadoras especializadas e técnicas [b] (% do total)	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino [c]
160	Guiné	..	..	19,3	..	..	0,68
161	Angola	..	..	15,0	..	..	0,62
162	Tanzânia, Rep. U. da	36	0,597	30,4	49	32	0,73
163	Benim	..	..	7,2	..	..	0,48
164	Costa do Marfim	..	..	8,5	..	..	0,32
165	Zâmbia	..	..	12,7	..	..	0,55
166	Malawi	..	..	13,6	..	..	0,73
167	Congo, Rep. Dem.	..	..	10,2	..	..	0,52
168	Moçambique	..	..	34,8	..	..	0,81
169	Burundi	..	..	31,7	..	..	0,78
170	Etiópia	..	..	21,4	..	..	0,60
171	Chade	..	..	6,5	..	..	0,65
172	República Centro-Africana	..	..	10,5	..	..	0,61
173	Guiné-Bissau	..	..	14,0	..	..	0,51
174	Burquina Faso	..	..	11,7	..	..	0,66
175	Mali	..	..	10,2	..	..	0,67
176	Serra Leoa	..	..	14,5	..	..	0,45
177	Níger	..	..	12,4	..	..	0,57

NOTAS

a Os dados são a partir de 31 de Maio de 2006. Onde existem câmaras alta e baixa, os dados referem-se à média ponderada da parcela dos assentos das mulheres em ambas as câmaras.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível entre 1992-2004. As estimativas para os países que implementaram a recente Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88) não são exactamente comparáveis com as dos países que utilizaram a classificação anterior (CITO-68).

c Calculado com base em dados das colunas 9 e 10 da tabela 24. As estimativas são baseadas em dados do ano mais recente disponível entre 1991-2004.

d Actualmente não tem um parlamento.

e Os dados são a partir de 1 de Março de 2005.

f Não incluem os 36 deputados rotativos especiais da câmara alta, designados numa base ad hoc. As percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos 54 assentos permanentes.

g O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado, nem autorizado a reunir, e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.

h Em 2004, o número de assentos no parlamento aumentou de 300 para 345, com os adicionais 45 assentos reservados para mulheres e preenchidos em Setembro e Outubro de 2005.

i O objectivo das eleições realizadas a 30 de Agosto de 2001 foi a eleição dos membros da Assembleia Constituinte de Timor-Leste. A Assembleia transformou-se em Parlamento Nacional a 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem novas eleições.

j O Parlamento da Mauritânia foi suspenso no seguimento de um golpe de Estado em Agosto de 2005.

FONTES

Coluna 1: determinada com base nos valores MPG da coluna 2.

Coluna 2: calculada com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver Nota técnica 1.

Coluna 3: calculada com base nos dados dos assentos parlamentares de IPU 2006a, 2006C.

Colunas 4 e 5: calculadas com base em dados ocupacionais da OIT 2006b.

Coluna 6: calculada com base nos dados das colunas 9-10 do quadro 24.

QUADRO 26

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH		Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
		Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO											
1	Noruega	..	..	..	..	99	1,00	97	1,01	98	1,54
2	Islândia	..	..	..	..	98 [g]	0,98 [g]	88 [g]	1,04 [g]	79 [g]	1,78 [g]
3	Austrália	..	..	..	..	96	1,01	86 [g]	1,01 [g]	80	1,23
4	Irlanda	..	..	..	..	96	1,00	89	1,06	66	1,28
5	Suécia	..	..	..	..	99	1,00	100	1,03	102	1,55
6	Canadá	..	..	..	..	100 [g, h]	1,00 [g, h]	94 [i]	0,99 [i]	70 [j]	1,36 [j]
7	Japão	..	..	..	..	100	1,00	100 [g, k]	1,01 [g, k]	51	0,89
8	Estados Unidos	..	..	..	..	91	0,96	91	1,02	96	1,39
9	Suíça	..	..	..	..	94	1,00	80	0,93	42	0,80
10	Países Baixos	..	..	..	..	98	0,99	90	1,01	62	1,08
11	Finlândia	..	..	..	..	99	1,00	94	1,01	98	1,20
12	Luxemburgo	..	..	..	..	91	1,00	82	1,07	13 [g]	1,18 [g]
13	Bélgica	..	..	..	..	99	1,00	97 [g, l]	1,01 [g, l]	69	1,21
14	Áustria	..	..	..	..	..	..	..	..	54	1,19
15	Dinamarca	..	..	..	..	100	1,00	94	1,03	87	1,42
16	França	..	..	..	..	99	1,00	97	1,02	63	1,28
17	Itália	98,0	99	99,8	100	99	1,00	93	1,02	72	1,34
18	Reino Unido	..	..	..	..	99	1,00	97	1,03	70	1,37
19	Espanha	..	..	..	..	99	0,99	99	1,04	72	1,22
20	Nova Zelândia	..	..	..	..	99	1,00	96	1,03	74	1,41
21	Alemanha	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
22	Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	90 [m]	0,95 [m]	77 [m]	0,97 [m]	32	0,97
23	Israel	95,9	97	99,6	100	98	1,01	89	1,00	65	1,33
24	Grécia	94,2	96	99,0	100	99	0,99	88	1,04	86	1,17
25	Singapura	88,6	92	99,6	100	..	..	..	..	..	..
26	República da Coreia	..	..	..	..	99	0,99	88	1,00	67	0,61
27	Eslovénia	..	..	..	..	98	1,00	95	1,00	86	1,38
28	Portugal	..	..	..	..	99	0,99	87 [l]	1,11 [l]	65	1,32
29	Chipre	95,1	96	99,8	100	96 [m]	1,00 [m]	95 [m]	1,03 [m]	36 [m]	0,98 [m]
30	República Checa	..	..	..	..	..	..	..	..	45	1,10
31	Barbados	..	..	..	..	97	0,99	98	1,05	54 [h]	2,47 [h]
32	Malta	89,2 [n]	103 [n]	97,8 [n]	104 [n]	94	1,00	90	1,06	30	1,33
33	Koweit	91,0	96	99,8	100	87 [g]	1,03 [g]	80 [g, j]	1,05 [g, j]	33 [g]	2,72 [g]
34	Estado do Brunei Darussalam	90,2	95	98,9	100	..	..	..	..	17 [g]	1,74 [g]
35	Hungria	..	..	..	..	88	0,99	90 [g]	0,99 [g]	70	1,40
36	Argentina	97,2	100	99,1	100	98 [l]	0,99 [l]	82 [l]	1,07 [l]	77 [l]	1,51 [l]
37	Polónia	..	..	..	..	98	1,00	92	1,03	72	1,41
38	Chile	95,6	100	99,2	100	..	..	..	..	42	0,95
39	Barém	83,6	94	97,3	100	97	1,01	93	1,07	45 [g]	1,84 [g]
40	Estónia	99,8	100	99,8	100	94	1,00	91	1,03	82	1,68
41	Lituânia	99,6	100	99,7	100	89	1,00	93	1,01	89	1,55
42	Eslováquia	..	..	..	..	..	..	..	..	40	1,22
43	Uruguai	..	..	..	..	..	..	..	..	53 [g, l]	2,04 [g, l]
44	Croácia	97,1	98	99,7	100	87 [l]	0,99 [l]	86 [l]	1,02 [l]	42 [l]	1,19 [l]
45	Letónia	99,7	100	99,8	100	..	..	..	..	94	1,72
46	Catar	88,6	99	97,5	103	94	0,99	86	0,98	34	3,67
47	Seicheles	92,3	101	99,4	101	97 [m]	1,01 [m]	96 [m]	1,07 [m]	..	..
48	Costa Rica	95,1	100	98,0	101	..	..	..	..	28	1,26
49	Emirados Árabes Unidos	..	..	..	..	70	0,97	64	1,06	40 [g, l]	3,24 [g, l]
50	Cuba	99,8	100	100,0	100	95	0,97	87	1,02	38 [l]	1,34 [l]
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	98 [m]	1,08 [m]	97 [m]	0,97 [m]	..	..
52	Baamas	..	..	..	..	85	1,02	78	1,12	..	..
53	México	89,6	97	97,6	100	98	1,00	65	1,03	23	0,98

QUADRO 26

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH		Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
		Taxa femin. (% 15 anos e mais)	Taxa femin. em % da taxa mascul.	Taxa femin. (% 15-24 anos)	Taxa femin. em % da taxa mascul.	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]	Taxa feminina (%)	Rácio feminino/ masculino [e]
		2004	2004	2004	2004	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]	2004 [f]
54	Bulgária	97,7	99	98,1	100	95	0,99	87	0,98	44	1,16
55	Tonga	99,0 [n]	100 [n]	99,4 [n]	100 [n]	89 [i]	0,97 [i]	75 [g]	1,23 [g]	8 [g]	1,67 [g]
56	Omã	73,5	85	96,7	99	79	1,02	75	1,01	15	1,38
57	Trindade e Tobago	..	..	..	..	92 [m]	0,99 [m]	74 [g]	1,06 [g]	13	1,27
58	Panamá	91,2	99	95,6	99	98	0,99	67	1,10	57	1,59
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	96,3	98	97,8	100	92	0,99	82	1,03	45	1,26
61	Malásia	85,4	93	97,3	100	93 [l]	1,00 [l]	81 [l]	1,14 [l]	38 [l]	1,41 [l]
62	Bósnia e Herzegovina	94,4	95	99,8	100	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	80,5	91	95,4	102	96	1,02	80 [g]	1,00 [g]	20	1,39
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO											
64	Jamahira Árabe Líbia	..	..	..	..	..	..	..	..	59 [g, l]	1,09 [g, l]
65	Federação da Rússia	99,2	100	99,8	100	92 [g]	1,01 [g]	..	..	79 [g]	1,36 [g]
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	94,1	96	98,5	99	92	1,00	80 [g, j]	0,97 [g, j]	33	1,39
67	Bielorrússia	99,4 [n]	100 [n]	99,8 [n]	100 [n]	88 [g]	0,97 [g]	88 [g]	1,01 [g]	71	1,39
68	Domínica	..	..	..	..	88 [m]	1,01 [m]	92 [g]	1,03 [g]	..	..
69	Brasil	88,8	100	97,9	102	..	..	78 [l]	1,07 [l]	25 [l]	1,32 [l]
70	Colômbia	92,7	100	98,4	101	84	1,01	58 [g]	1,11 [g]	28	1,09
71	Santa Lúcia	..	..	..	..	96	0,97	74 [g]	1,09 [g]	22	3,43
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	92,7	99	98,1	102	92	1,01	66	1,15	41 [g, l]	1,07 [g, l]
73	Albânia	98,3	99	99,5	100	95 [l]	0,99 [l]	73 [l]	0,98 [l]	20 [l]	1,57 [l]
74	Tailândia	90,5	95	97,8	100	..	..	..	..	44	1,17
75	Samoa (Ocidental)	..	..	..	..	91 [g]	1,00 [g]	70 [g]	1,14 [g]	7 [g, h]	0,94 [g, h]
76	Arábia Saudita	69,3	80	93,7	96	57 [j]	0,92 [j]	51 [g]	0,96 [g]	33	1,50
77	Ucrânia	99,2	99	99,8	100	82 [m]	1,00 [m]	84 [m]	1,00 [m]	71 [m]	1,19 [m]
78	Líbano	..	..	..	..	93	0,99	..	..	50	1,12
79	Cazaquistão	99,3 [n]	100 [n]	99,9 [n]	100 [n]	92	0,99	92	0,99	56	1,38
80	Arménia	99,2	99	99,9	100	96	1,04	90	1,03	29	1,21
81	China	86,5	91	98,5	99	..	..	..	..	17 [g]	0,84 [g]
82	Peru	82,1	88	95,7	98	97	1,00	69	1,00	34 [g]	1,03 [g]
83	Equador	89,7	97	96,5	100	98 [g]	1,01 [g]	53	1,01	..	..
84	Filipinas	92,7	100	95,7	101	95	1,02	67	1,20	32	1,28
85	Granada	..	..	..	..	84 [m]	0,99 [m]	82 [g]	1,10 [g]	..	..
86	Jordânia	84,7	89	98,9	100	92	1,02	82	1,02	41	1,10
87	Tunísia	65,3	78	92,2	96	98	1,00	69 [g, j]	1,04 [g, j]	33	1,36
88	São Vicente e Granadinas	..	..	..	..	93 [g]	0,97 [g]	63	1,02	..	..
89	Suriname	87,2	95	94,1	98	96 [g, l]	1,07 [g, l]	74 [g, l]	1,38 [g, l]	15 [j]	1,62 [j]
90	Fiji	..	..	..	..	96	0,99	85 [g]	1,06 [g]	17	1,20
91	Paraguai	..	..	..	..	..	..	..	..	28 [g, l]	1,37 [g, l]
92	Turquia	79,6	84	93,3	95	87 [g]	0,95 [g]	..	..	24	0,73
93	Sri Lanca	89,1	97	96,1	101	98 [g, l]	1,00 [g, l]	..	..	..	..
94	República Dominicana	87,2	100	95,4	103	87	1,02	54 [g]	1,21 [g]	41 [g]	1,64 [g]
95	Belize	..	..	..	..	96	1,01	73 [g]	1,05 [g]	4	2,47
96	Irão, Rep. Islâmica do	70,4	84	..	..	88	0,99	76	0,94	24	1,10
97	Geórgia	..	..	..	..	93	0,99	81	1,00	42	1,03
98	Maldivas	96,4	100	98,3	100	90 [j]	1,01 [j]	55 [g, j]	1,15 [g, j]	(.) [g]	3,00 [g]
99	Azerbaijão	98,2 [n]	99 [n]	99,9 [n]	100 [n]	83	0,98	76	0,98	14	0,87
100	Territórios Ocupados da Palestina	88,0	91	98,8	100	86	1,00	92	1,05	39	1,03
101	El Salvador	..	..	..	..	93 [g]	1,00 [g]	49 [g, l]	1,03 [g, l]	20	1,22
102	Argélia	60,1	76	86,1	92	95	0,98	68 [g]	1,05 [g]	20	1,09
103	Guiana	..	..	..	..	..	..	..	..	12	1,94
104	Jamaica	85,9 [n]	116 [n]	..	..	91	1,01	81	1,03	26 [g, l]	2,29 [g, l]
105	Turquemenistão	98,3 [n]	99 [n]	99,8 [n]	100 [n]	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	..	..	..	..	91	0,99	58	1,12	6	1,09

Ordem do IDH	Literacia de adultos [a]		Literacia de jovens [a]	ODM	Escolarização primária líquida [b, c]	ODM	Escolarização secundária líquida [b, c]	ODM	Escolarização superior bruta [c, d]	ODM
	Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
107 República Árabe Síria	73,6	86	90,2	96	92 [j]	0,95 [j]	56	0,93	..	..
108 Indonésia	86,8	92	98,5	100	93	0,98	57	0,99	15	0,79
109 Vietname	86,9 [n]	93 [n]	93,6 [n]	99 [n]	92 [g, h]	0,94 [g, h]	..	..	9 [g]	0,77 [g]
110 Quirguizistão	98,1 [n]	99 [n]	99,7 [n]	100 [n]	90	0,99	..	..	43	1,19
111 Egipto	59,4	71	78,9	88	94 [g]	0,97 [g]	77 [g, j]	0,94 [g, j]	..	..
112 Nicarágua	76,6	100	88,8	106	87	0,99	43	1,13	19 [g, l]	1,11 [g, l]
113 Usbequistão	..	..	..	..	..	..	..	..	14 [g]	0,79 [g]
114 Moldávia, República da	97,7	99	99,5	100	86 [m]	0,99 [m]	79 [m]	1,04 [m]	43 [m]	1,36 [m]
115 Bolívia	80,7	87	96,1	98	96 [g]	1,01 [g]	73 [g]	0,99 [g]	..	..
116 Mongólia	97,5	100	98,4	101	85	1,01	88	1,14	49	1,64
117 Honduras	80,2	101	90,9	105	92	1,02	..	..	20 [g]	1,46 [g]
118 Guatemala	63,3	84	78,4	91	91	0,95	32 [g]	0,92 [g]	8 [g, l]	0,72 [g, l]
119 Vanuatu	..	..	..	..	93	0,98	36 [g]	0,86 [g]	4 [g]	0,57 [g]
120 Guiné Equatorial	80,5	86	94,9	100	78 [j]	0,85 [j]	18 [g, h]	0,59 [g, h]	2 [k]	0,43 [k]
121 África do Sul	80,9 [n]	96 [n]	94,3 [n]	101 [n]	89 [l]	1,01 [l]	65 [g, k]	1,12 [g, k]	17 [l]	1,17 [l]
122 Tajiquistão	99,2	100	99,8	100	95	0,96	73	0,85	8	0,33
123 Marrocos	39,6	60	60,5	75	83	0,94	32 [g, l]	0,86 [g, l]	10	0,87
124 Gabão	..	..	..	..	77 [g, h]	0,99 [g, h]	..	..	5 [i]	0,53 [i]
125 Namíbia	83,5	96	93,5	103	77 [l]	1,08 [l]	43 [l]	1,35 [l]	7 [l]	1,14 [l]
126 Índia	47,8	65	67,7	80	87 [g]	0,94 [g]	..	..	9	0,66
127 São Tomé e Príncipe	..	..	..	..	98	0,99	27	1,08	..	..
128 Ilhas Salomão	..	..	..	..	79	0,99	24 [g, l]	0,86 [g, l]	..	..
129 Camboja	64,1	76	78,9	90	96	0,96	22 [g]	0,73 [g]	2	0,45
130 Mianmar	86,4	92	93,4	98	87	1,01	36	0,95	15 [g, h]	1,77 [g, h]
131 Botsuana	81,8	102	95,6	104	83 [g]	1,03 [g]	64 [g]	1,11 [g]	6	0,85
132 Comores	..	..	..	..	51 [k, m]	0,85 [k, m]	..	..	2 [g]	0,77 [g]
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	60,9	79	74,7	90	82	0,94	34	0,85	5	0,63
134 Paquistão	36,0	57	54,7	72	56 [m]	0,73 [m]	..	..	3	0,80
135 Butão	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
136 Gana	49,8	75	65,5	86	58 [g]	1,01 [g]	33 [g]	0,86 [g]	2	0,48
137 Bangladeche	..	..	..	..	95 [m]	1,03 [m]	51 [l]	1,11 [l]	4 [l]	0,50 [l]
138 Nepal	34,9	56	60,1	75	73 [l, m]	0,87 [l, m]	..	..	3	0,41
139 Papuásia-Nova Guiné	50,9	80	64,1	93	..	..	..	..	2 [g, i]	0,56 [g, i]
140 Congo	..	..	..	..	..	..	..	..	1 [g, l]	0,18 [g, l]
141 Sudão	51,8	73	71,4	84	39 [g, k]	0,83 [g, k]	..	..	6 [g, k]	0,92 [g, k]
142 Timor-Leste	..	..	..	..	..	..	..	..	12 [j, m]	1,48 [j, m]
143 Madagáscar	65,3	85	68,2	94	89	1,00	11 [g, i]	1,03 [g, i]	2	0,89
144 Camarões	59,8	78	..	..	..	..	..	..	4 [g]	0,63 [g]
145 Uganda	57,7	75	71,2	86	..	..	14	0,90	3	0,62
146 Suazilândia	78,3	97	89,8	103	77 [l]	1,01 [l]	32 [l]	1,24 [l]	5	1,08
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO										
147 Togo	38,5	56	63,6	76	72	0,85	14 [g, k]	0,48 [g, k]	1 [g, h]	0,20 [g, h]
148 Djibuti	..	..	..	..	29	0,80	15 [g]	0,70 [g]	1	0,82
149 Lesoto	90,3	123	..	..	89	1,06	28	1,54	3 [l]	1,50 [l]
150 Iémen	..	..	..	..	63 [g]	0,73 [g]	21 [g, k]	0,46 [g, k]	5	0,38
151 Zimbabué	..	..	..	..	82 [l]	1,01 [l]	33 [l]	0,93 [l]	3 [l]	0,62 [l]
152 Quénia	70,2	90	80,7	101	77	1,00	40 [g]	1,01 [g]	2	0,61
153 Mauritânia	43,4	73	55,5	82	74	0,99	13 [g]	0,82 [g]	2	0,30
154 Haiti	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
155 Gâmbia	..	..	..	..	77 [g]	1,06 [g]	41 [g]	0,83 [g]	1	0,26
156 Senegal	29,2	57	41,0	70	65	0,95	13	0,72	..	..
157 Eritreia	..	..	..	..	44	0,85	18	0,63	(.)	0,15
158 Ruanda	59,8	84	76,9	98	75	1,05	..	..	2	0,62
159 Nigéria	..	..	..	..	57 [g]	0,89 [g]	25 [g]	0,83 [g]	7	0,55

QUADRO 26

Desigualdade de género na educação

Ordem do IDH	Literacia de adultos [a]		ODM Literacia de jovens [a]		ODM Escolarização primária líquida [b, c]		ODM Escolarização secundária líquida [b, c]		ODM Escolarização superior bruta [c, d]	
	Taxa femin. (% 15 anos e mais) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa femin. (% 15-24 anos) 2004	Taxa femin. em % da taxa mascul. 2004	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]	Taxa feminina (%) 2004 [f]	Rácio feminino/ masculino [e] 2004 [f]
160 Guiné	18,1	43	33,7	57	58	0,84	14 [g]	0,51 [g]	1	0,19
161 Angola	54,2	65	63,2	75	..	..	..	..	1 [g, l]	0,70 [g, l]
162 Tanzânia, Rep. U. da	62,2	80	76,2	94	85	0,98	..	..	1	0,41
163 Benim	23,3	49	33,2	56	72	0,78	11 [g, h]	0,49 [g, h]	1 [g, h]	0,25 [g, h]
164 Costa do Marfim	38,6	63	52,1	74	50 [l, m]	0,80 [l, m]	15 [g, j]	0,57 [g, j]	3 [i]	0,36 [i]
165 Zâmbia	59,8 [n]	78 [n]	66,2 [n]	91 [n]	80	1,00	21 [g]	0,78 [g]	2 [g, k]	0,47 [g, k]
166 Malawi	54,0 [n]	72 [n]	70,7 [n]	86 [n]	98	1,05	23	0,86	(.)	0,60
167 Congo, Rep. Dem.	54,1	67	63,1	81	..	..	..	..	..	..
168 Moçambique	..	..	..	..	67	0,90	4	0,78	1	0,44
169 Burundi	52,2	78	70,4	92	54	0,89	..	..	1	0,38
170 Etiópia	..	..	..	..	44	0,89	19 [g]	0,61 [g]	1	0,35
171 Chade	12,8	31	23,2	42	46 [g, l]	0,68 [g, l]	5 [g, l]	0,33 [g, l]	(.) [g, h]	0,14 [g, h]
172 República Centro-Africana	33,5	52	46,9	67	..	..	..	..	1 [k]	0,19 [k]
173 Guiné-Bissau	..	..	..	..	38 [g, h]	0,71 [g, h]	6 [g, h]	0,55 [g, h]	(.) [g, h]	0,17 [g, h]
174 Burquina Faso	15,2	52	24,8	65	35	0,77	8 [g]	0,68 [g]	1 [g]	0,31 [g]
175 Mali	11,9 [n]	44 [n]	16,9 [n]	52 [n]	43	0,85	..	..	1	0,46
176 Serra Leoa	24,4	52	37,2	63	..	..	..	..	1 [g, j]	0,39 [g, j]
177 Níger	15,1	35	23,2	44	32	0,71	5	0,67	(.)	0,36
Países em desenvolvimento	71,7	84	83,0	92	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	50,4	72	61,6	82	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	59,7	74	80,4	89	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	89,5	98	97,1	101	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	47,7	66	65,3	79	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	53,2	76	64,0	86	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	98,7	99	99,6	100	..	..	..	..	..	..
OCDE	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	74,4	86	85,6	93	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	46,1	70	57,5	82	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	86,4	93	96,2	99	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	50,2	69	66,6	82	..	..	..	..	..	..
Mundo	74,4	86	84,2	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

a Os dados referem-se a estimativas nacionais de alfabetização produzidas a partir de censos ou inquéritos realizados entre 2000 e 2005, salvo indicação em contrário. Devido a diferenças de metodologia e de oportunidade dos dados primários, as comparações no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para mais pormenores, ver www.uis.unesco.org.

b A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados.

c Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Para pormenores, ver www.uis.unesco.org. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

d A escolarização superior é geralmente calculada como uma taxa bruta.

e Calculado como o rácio entre as taxas de escolarização feminina e masculina.

f Em 2006, o Instituto de Estatística da UNESCO alterou a sua convenção relativamente à citação do ano de referência dos dados e indicadores da educação para o ano de calendário no qual termina o ano académico ou financeiro. Os dados que anteriormente eram listados para 2003/04, por exemplo, agora são listados para 2004.

g Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura.

h Os dados referem-se ao ano escolar de 2001.

i Os dados referem-se ao ano escolar de 1999.

j Os dados referem-se ao ano escolar de 2002.

k Os dados referem-se ao ano escolar de 2000.

l Os dados referem-se ao ano escolar de 2003.

m Estimativa nacional.

n Os dados referem-se a um ano entre 1995 e 1999.

FONTES

Colunas 1 e 3: Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Coluna 2: calculada com base em dados das taxas de alfabetização de adultos do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Coluna 4: calculada com base em dados das taxas de alfabetização de jovens do Instituto de Estatística da UNESCO 2006a.

Colunas 5, 7 e 9: Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

Colunas 6, 8 e 10: calculadas com base em dados das taxas de escolarização líquida do Instituto de Estatística da UNESCO 2006c.

QUADRO 27

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO												
1	Noruega	63,1	111	87	2	6	9	33	88	58	43	57
2	Islândia	70,9	105	87	3	12	10	33	85	54	50	50
3	Austrália	56,1	108	79	3	6	10	30	87	64	59	41
4	Irlanda	51,9	146	72	2	11	14	39	83	50	53	47
5	Suécia	58,8	93	87	1	3	11	36	88	61	55	55
6	Canadá	60,2	104	83	2	4	11	33	87	64	66	34
7	Japão	48,5	97	65	5	5	21	37	73	57	80	20
8	Estados Unidos	59,6	105	81	1	3	12	32	87	65	64	36
9	Suíça	60,1	115	79	3	5	13	36	84	59	62	38
10	Países Baixos	55,8	128	76	2	4	9	31	86	64	79	21
11	Finlândia	56,9	98	86	4	7	14	40	82	53	36	55
12	Luxemburgo	44,1	122	68	..	..	..	..	..	..	..	..
13	Bélgica	43,4	119	72	1	3	10	36	82	58	85	15
14	Áustria	49,3	114	75	6	5	14	43	80	52	68	32
15	Dinamarca	59,4	96	84	2	5	14	36	85	59	86	14
16	França	48,2	105	79	1	2	13	34	86	64	..	..
17	Itália	37,0	103	61	5	6	20	39	75	55	54	46
18	Reino Unido	55,0	104	79	1	2	11	36	88	62	60	40
19	Espanha	44,2	130	65	5	8	15	42	81	51	64	36
20	Nova Zelândia	59,8	112	81	6	12	12	32	82	56	68	32
21	Alemanha	50,4	114	76	2	3	18	44	80	52	76	24
22	Hong Kong, China (RAE)	52,9	112	74	(.)	(.)	10	27	90	73	86	14
23	Israel	49,7	121	84	..	..	..	..	..	..	71	29
24	Grécia	42,7	119	66	18	15	12	30	70	56	68	32
25	Singapura	50,8	101	66	(.)	(.)	18	31	81	69	76	24
26	República da Coreia	50,1	106	68	12	9	19	34	70	57	89	11
27	Eslovénia	53,4	99	80	10	10	29	46	61	43	58	42
28	Portugal	55,2	112	79	14	12	23	44	63	44	65	35
29	Chipre	53,0	111	74	4	5	13	31	83	58	81	19
30	República Checa	51,7	85	76	3	6	28	50	68	44	74	26
31	Barbados	64,6	109	83	4	5	10	29	63	49	..	..
32	Malta	32,5	153	47	1	3	21	36	78	61	..	..
33	Koweit	48,0	138	56	..	..	..	..	..	..	..	..
34	Estado do Brunei Darussalam	44,3	99	56	..	..	..	..	..	..	..	..
35	Hungria	42,1	91	73	4	9	26	42	71	49	71	29
36	Argentina	52,2	136	68	(.)	1	12	30	87	69	60	40
37	Polónia	47,9	84	78	19	19	18	40	63	40	60	40
38	Chile	36,4	113	51	..	..	..	..	..	..	54	46
39	Barém	29,2	104	33	..	..	..	..	..	..	..	..
40	Estónia	52,2	81	80	4	10	23	42	73	48	50	50
41	Lituânia	51,8	87	81	12	20	21	34	67	45	62	38
42	Eslováquia	51,9	87	76	4	8	26	48	71	44	74	26
43	Uruguai	55,7	122	71	2	6	14	32	85	62	64	37
44	Croácia	44,7	96	74	15	16	21	37	63	47	73	27
45	Letónia	49,1	78	77	12	18	16	35	72	47	56	45
46	Catar	35,7	121	40	..	..	..	..	..	..	..	..
47	Seicheles	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
48	Costa Rica	43,7	133	54	4	22	15	27	80	51	50	50
49	Emirados Árabes Unidos	37,4	149	41	(.)	9	14	36	86	55	..	..
50	Cuba	43,8	112	59	..	..	..	..	..	..	..	..
51	São Cristóvão e Nevis	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
52	Baamas	64,5	105	91	1	6	5	24	93	69	..	..
53	México	39,9	115	49	6	24	22	28	72	48	51	49

QUADRO 27

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
54	Bulgária	41,9	70	79	..	..	..	..	..	..	65	35
55	Tonga	46,3	126	62	..	..	..	..	..	..	..	..
56	Omã	21,9	145	27	..	..	..	..	..	..	..	..
57	Trindade e Tobago	46,6	112	61	3	11	13	36	84	53	72	28
58	Panamá	49,9	129	63	6	29	10	20	85	51	42	58
59	Antígua e Barbuda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
60	Roménia	50,7	95	80	45	40	22	30	33	30	70	30
61	Malásia	46,1	105	56	14	21	29	34	57	45	71	29
62	Bósnia e Herzegovina	57,9	96	85	..	..	..	..	..	..	..	..
63	Maurícia	42,2	101	53	13	15	43	39	45	46	75	25
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO												
64	Jamahira Árabe Líbia	30,8	161	39	..	..	..	..	..	..	..	..
65	Federação da Rússia	54,3	90	80	8	15	23	36	69	49	7	22
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	40,9	85	63	..	..	..	..	..	..	..	..
67	Bielorrússia	52,5	87	82	..	..	..	..	..	..	..	..
68	Domínica	..	..	..	14	31	10	24	72	40	51	49
69	Brasil	56,3	127	70	16	24	10	27	74	49	55	45
70	Colômbia	60,5	133	75	7	33	17	19	76	48	60	40
71	Santa Lúcia	53,4	113	67	16	27	14	24	71	49	68	32
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	55,9	148	67	2	15	12	28	86	57	..	..
73	Albânia	49,4	85	69	..	..	..	..	..	..	..	..
74	Tailândia	65,4	87	81	48	50	17	20	35	30	64	36
75	Samoa (Ocidental)	39,6	101	51	..	..	..	..	..	..	..	..
76	Arábia Saudita	17,3	116	22	..	..	..	..	..	..	..	..
77	Ucrânia	49,9	87	79	17	22	22	39	55	33	50	50
78	Líbano	31,7	100	40	..	..	..	..	..	..	..	..
79	Cazaquistão	65,0	106	87	..	..	..	..	..	..	54	46
80	Arménia	48,1	67	79	..	..	..	..	..	..	..	..
81	China	69,2	95	84	..	..	..	..	..	..	..	..
82	Peru	58,2	124	71	6	11	10	24	84	65	66	34
83	Equador	58,9	181	72	4	10	16	30	79	60	67	33
84	Filipinas	53,8	114	65	25	45	12	18	63	37	56	44
85	Granada	..	..	..	10	17	12	32	77	46	..	..
86	Jordânia	27,0	153	35	..	..	..	..	..	..	..	..
87	Tunísia	27,9	134	37	..	..	..	..	..	..	..	..
88	São Vicente e Granadinas	53,5	120	67	..	..	..	..	..	..	..	..
89	Suriname	33,1	91	52	2	8	1	22	97	64	45	55
90	Fiji	51,4	105	63	..	..	..	..	..	..	..	..
91	Paraguai	64,2	124	76	20	39	10	21	69	40	..	..
92	Turquia	27,8	81	36	56	24	15	28	29	48	67	33
93	Sri Lanca	35,0	78	45	49	38	22	23	27	37	70	30
94	República Dominicana	45,5	125	55	2	21	17	26	81	53	23	77
95	Belize	42,4	133	52	6	37	12	19	81	44	32	68
96	Irão, Rep. Islâmica do	37,2	173	50	..	..	..	..	..	..	46	54
97	Geórgia	51,1	74	67	53	53	6	12	41	35	65	35
98	Maldivas	46,1	229	64	5	18	24	16	39	55	57	43
99	Azerbaijão	59,6	94	81	43	37	7	14	50	49	..	..
100	Territórios Ocupados da Palestina	10,3	112	15	26	9	11	32	62	58	52	48
101	El Salvador	46,7	92	61	4	34	22	25	74	42	41	59
102	Argélia	34,8	154	44	..	..	..	..	..	..	29	71
103	Guiana	43,3	119	53	..	..	..	..	..	..	..	..
104	Jamaica	54,8	84	73	10	30	9	26	81	45	77	23
105	Turquemenistão	60,4	94	83	..	..	..	..	..	..	..	..
106	Cabo Verde	34,1	82	44	..	..	..	..	..	..	..	..

Ordem do IDH		Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
					Agricultura		Indústria		Serviços			
		Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
107	República Árabe Síria	38,0	133	44	..	..	..	..	..	..	..	..
108	Indonésia	50,7	101	60	..	..	..	..	..	..	..	..
109	Vietname	72,4	98	93	..	..	..	..	..	..	71	29
110	Quirguizistão	55,1	94	74	53	52	8	14	38	34	65	35
111	Egipto	20,1	76	28	39	27	7	25	54	48	40	60
112	Nicarágua	35,5	100	41	..	..	..	..	..	..	..	..
113	Usbequistão	56,2	94	78	..	..	..	..	..	..	..	..
114	Moldávia, República da	56,6	92	81	50	52	10	18	40	31	75	25
115	Bolívia	62,1	128	74	3	6	14	39	82	55	63	37
116	Mongólia	53,9	97	66	..	..	..	..	..	..	70	30
117	Honduras	52,2	156	59	..	..	..	..	..	..	25	75
118	Guatemala	33,7	115	41	18	50	23	18	56	27	39	61
119	Vanuatu	79,3	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
120	Guiné Equatorial	50,5	105	56	..	..	..	..	..	..	..	..
121	África do Sul	46,4	85	59	9	12	14	33	75	50	62	38
122	Tajiquistão	46,5	89	74	..	..	..	..	..	..	..	..
123	Marrocos	26,7	109	33	6	6	40	32	54	63	19	81
124	Gabão	61,5	99	75	..	..	..	..	..	..	..	..
125	Namíbia	47,0	96	74	29	33	7	17	63	49	59	41
126	Índia	34,0	94	41	..	..	..	..	..	..	..	..
127	São Tomé e Príncipe	29,6	80	40	..	..	..	..	..	..	..	..
128	Ilhas Salomão	54,4	97	66	..	..	..	..	..	..	..	..
129	Camboja	74,4	96	93	..	..	..	..	..	..	64	36
130	Mianmar	68,2	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
131	Botsuana	45,7	80	67	17	22	14	26	67	51	36	64
132	Comores	57,8	92	66	..	..	..	..	..	..	..	..
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	54,0	101	67	..	..	..	..	..	..	..	..
134	Paquistão	32,0	115	38	73	44	9	20	18	36	33	67
135	Butão	44,3	127	55	..	..	..	..	..	..	..	..
136	Gana	70,5	92	94	..	..	..	..	..	..	..	..
137	Bangladeche	52,9	84	61	77	53	9	11	12	30	58	42
138	Nepal	49,7	103	63	..	..	..	..	..	..	..	..
139	Papuásia-Nova Guiné	71,8	100	97	..	..	..	..	..	..	..	..
140	Congo	56,4	98	65	..	..	..	..	..	..	..	..
141	Sudão	23,7	86	33	..	..	..	..	..	..	..	..
142	Timor-Leste	53,5	107	66	..	..	..	..	..	..	..	..
143	Madagáscar	78,9	100	92	..	..	..	..	..	..	63	37
144	Camarões	51,8	93	64	..	..	..	..	..	..	73	27
145	Uganda	79,7	99	92	..	..	..	..	..	..	..	..
146	Suazilândia	31,5	83	43	..	..	..	..	..	..	..	..
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO												
147	Togo	50,5	94	56	..	..	..	..	..	..	..	..
148	Djibuti	53,1	95	64	..	..	..	..	..	..	..	..
149	Lesoto	46,3	82	64	..	..	..	..	..	..	..	..
150	Iémen	29,4	107	39	88	43	3	14	9	43	26	74
151	Zimbabué	64,2	92	77	..	..	..	..	..	..	..	..
152	Quénia	69,3	93	78	16	20	10	23	75	57	..	..
153	Mauritânia	54,3	97	65	..	..	..	..	..	..	..	..
154	Haiti	55,2	96	67	37	63	6	15	57	23	..	..
155	Gâmbia	59,3	95	69	..	..	..	..	..	..	..	..
156	Senegal	56,5	92	68	..	..	..	..	..	..	..	..
157	Eritreia	58,2	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
158	Ruanda	80,4	94	95	..	..	..	..	..	..	53	47
159	Nigéria	45,6	95	54	2	4	11	30	87	67	..	..

QUADRO 27

Desigualdade de género na actividade económica

Ordem do IDH	Actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica [a] (%)						Contribuição de trabalhadores familiares (%)	
				Agricultura		Indústria		Serviços			
	Taxa (%) 2004	Índice (1990=100) 2004	Em % da taxa masculina 2004	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2003 [b]	Homens 1995-2003 [b]	Mulheres 1995-2004 [b]	Homens 1995-2004 [b]
160 Guiné	79,4	100	90	..	..	..	..	..	..	..	..
161 Angola	73,8	100	81	..	..	..	..	..	..	..	..
162 Tanzânia, Rep. U. da	86,0	97	95	..	..	..	..	..	..	..	..
163 Benim	54,0	93	63	..	..	..	..	..	..	..	..
164 Costa do Marfim	39,0	90	44	..	..	..	..	..	..	..	..
165 Zâmbia	66,1	100	73	..	..	..	..	..	..	..	..
166 Malawi	85,2	100	95	..	..	..	..	..	..	43	57
167 Congo, Rep. Dem.	61,2	101	68	..	..	..	..	..	..	..	..
168 Moçambique	84,7	96	102	..	..	..	..	..	..	..	..
169 Burundi	91,8	101	99	..	..	..	..	..	..	..	..
170 Etiópia	70,9	98	79	..	..	..	..	..	..	59	41
171 Chade	65,5	102	84	..	..	..	..	..	..	..	..
172 República Centro-Africana	70,4	99	79	..	..	..	..	..	..	..	..
173 Guiné-Bissau	60,9	105	66	..	..	..	..	..	..	..	..
174 Burquina Faso	77,6	101	87	..	..	..	..	..	..	..	..
175 Mali	72,4	100	85	..	..	..	..	..	..	..	..
176 Serra Leoa	56,0	105	60	..	..	..	..	..	..	..	..
177 Níger	71,2	101	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Países em desenvolvimento	52,4	97	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Países menos desenvolvidos	61,8	95	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Países Árabes	26,4	105	34	..	..	..	..	..	..	..	..
Ásia Oriental e Pacífico	65,4	96	79	..	..	..	..	..	..	..	..
América Latina e Caraíbas	51,4	125	64	..	..	..	..	..	..	..	..
Ásia do Sul	36,0	96	44	..	..	..	..	..	..	..	..
África Subsariana	63,0	96	73	..	..	..	..	..	..	..	..
Europa Central, Oriental e CEI	52,4	89	79	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE	50,1	104	71	..	..	..	..	..	..	..	..
OCDE de rendimento elevado	52,7	106	75	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano elevado	50,8	105	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano médio	52,3	95	65	..	..	..	..	..	..	..	..
Desenvolvimento humano baixo	62,6	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento elevado	52,0	106	74	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento médio	57,1	97	72	..	..	..	..	..	..	..	..
Rendimento baixo	45,7	96	55	..	..	..	..	..	..	..	..
Mundo	52,5	98	67	..	..	..	..	..	..	..	..

NOTAS

Devido a limitações nos dados, as comparações de estatísticas do trabalho no tempo e entre países devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver OIT 2005a, 2005b, 2006b.

a As parcelas percentuais do emprego por actividade económica podem não somar 100 devido aos arredondamentos ou à omissão de actividades não classificadas.

b Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

FONTES

Coluna 1: OIT 2005a.

Colunas 2 e 3: calculadas com base em dados das taxas de população economicamente activa da OIT 2005a.

Colunas 4-9: OIT 2005b.

Colunas 10 e 11: calculadas com base em dados dos trabalhadores que contribuem para a família da OIT 2006b.

QUADRO 28

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Género, trabalho e afectação do tempo

	Ano [a]	Tempo de trabalho total (horas e minutos por dia)		Tempo de trabalho feminino (% do masculino)	Afectação do tempo (%)					
					Tempo de trabalho total		Tempo gasto por mulheres		Tempo gasto por homens	
		Mulheres	Homens		Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis	Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis	Actividades de mercado [b]	Actividades não mercantis
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO SELECCIONADOS										
ÁREAS URBANAS										
Colômbia	1983	6h 39m	5h 56m	112	49	51	24	76	77	23
Indonésia	1992	6h 38m	6h 6m	109	60	40	35	65	86	14
Quénia	1986	9h 50m	9h 32m	103	46	54	41	59	79	21
Nepal	1978	9h 39m	9h 14m	105	58	42	25	75	67	33
Uruguai [c]	2002	7h 20m	6h 56m	115	49	51	33	67	68	32
Venezuela, Rep. Bolivariana	1983	7h 20m	6h 56m	106	59	41	30	70	87	13
ÁREAS RURAIS										
Bangladeche	1990	9h 5m	8h 16m	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	11h 18m	9h 39m	117	59	41	37	63	84	16
Quénia	1988	11h 16m	8h 20m	135	56	44	42	58	76	24
Nepal	1978	10h 41m	9h 7m	117	56	44	46	54	67	33
Terras altas	1978	11h 32m	9h 46m	118	59	41	52	48	66	34
Montanhas	1978	10h 49m	8h 54m	122	56	44	48	52	65	35
Encostas rurais	1978	9h 43m	8h 40m	112	52	48	37	63	70	30
Filipinas	1975-77	9h 6m	7h 32m	121	73	27	29	71	84	16
NACIONAL										
Benim [c]	1998	7h 55m	5h 30m	144	69	31	59	41	81	19
Índia [d]	2000	7h 37m	6h 31m	117	61	39	35	65	92	8
Madagáscar [c]	2001	7h 15m	6h 24m	113	68	32	51	49	67	33
Maurícia [c]	2003	6h 33m	6h 9m	107	54	46	30	70	80	20
Mongólia [d]	2000	9h 5m	8h 21m	109	61	39	49	51	75	25
África do Sul [d]	2000	5h 32m	4h 33m	122	51	49	35	65	70	30
PAÍSES DA OCDE SELECCIONADOS [e]										
Austrália	1997	7h 15m	6h 58m	104	46	54	30	70	62	38
Áustria [f]	1992	7h 18m	6h 33m	111	49	51	31	69	71	29
Canadá	1998	7h 0m	7h 9m	98	53	47	41	59	65	35
Dinamarca [f]	1987	7h 29m	7h 38m	98	68	32	58	42	79	21
Finlândia [f]	1987-88	7h 10m	6h 50m	105	51	49	39	61	64	36
França	1999	6h 31m	6h 3m	108	46	54	33	67	60	40
Alemanha [f]	1991-92	7h 20m	7h 21m	100	44	56	30	70	61	39
Hungria	1999	7h 12m	7h 25m	97	51	49	41	59	60	40
Israel [f]	1991-92	6h 15m	6h 17m	99	51	49	29	71	74	26
Itália [f]	1988-89	7h 50m	6h 7m	128	45	55	22	78	77	23
Japão	1996	6h 33m	6h 3m	108	66	34	43	57	93	7
República da Coreia	1999	7h 11m	6h 13m	116	64	36	45	55	88	12
Letónia	1996	8h 55m	8h 1m	111	46	54	35	65	58	42
México [c]	2002	8h 10m	6h 25m	127	46	54	23	77	78	22
Países Baixos	1995	5h 8m	5h 15m	98	48	52	27	73	69	31
Nova Zelândia	1999	7h 0m	6h 57m	101	46	54	32	68	60	40
Noruega [f]	1990-91	7h 25m	6h 52m	108	50	50	38	62	64	36
Reino Unido [f]	1985	6h 53m	6h 51m	100	51	49	37	63	68	32
Estados Unidos [f]	1985	7h 33m	7h 8m	106	50	50	37	63	63	37

NOTAS

Os dados são estimativas baseadas em inquéritos sobre o uso do tempo disponível a tempo da publicação. Os dados sobre o uso do tempo também foram recolhidos noutros países, incluindo Chade, Cuba, República Dominicana, Equador, República Democrática Popular do Laos, Mali, Marrocos, Nicarágua, Nigéria, Omã, Tailândia e Vietname.

a Os inquéritos realizados antes de 1993 não são exactamente comparáveis com os realizados em anos posteriores.

b Referem-se a actividades de produção orientadas para o mercado, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993.

c Charmes 2006.

d As classificações das actividades mercantis e não mercantis não são estritamente baseadas no Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, pelo que as comparações entre países e áreas devem ser feitas com precaução.

e Inclui Israel e Letónia, embora não sejam países da OCDE.

f Goldshmidt-Clermont, e Pagnossin Aligisakis 1995.

FONTES

Todas as colunas: Para áreas urbanas e rurais de países em desenvolvimento seleccionados, Harvey 1995; para estudos nacionais de países em desenvolvimento seleccionados, ONU 2002; para países da OCDE e Letónia, Harvey 2001, salvo indicação em contrário.

QUADRO 29

... e alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Participação política das mulheres

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
					Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado
	De votar	De se candidatar às eleições		2005	1990	2006	2006
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO							
1 Noruega	1913	1907, 1913	1911 A	44,4	36	37,9	—
2 Islândia	1915, 1920	1915, 1920	1922 E	27,3	21	33,3	—
3 Austrália	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	20,0	6	24,7	35,5
4 Irlanda	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	21,4	8	13,3	16,7
5 Suécia	1919, 1921	1919, 1921	1921 E	52,4	38	45,3	—
6 Canadá	1917, 1960	1920, 1960	1921 E	23,1	13	20,8	35,0
7 Japão	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	12,5	1	9,0	14,0
8 Estados Unidos	1920, 1965	1788 [d]	1917 E	14,3	7	15,2	14,0
9 Suíça	1971	1971	1971 E	14,3	14	25,0	23,9
10 Países Baixos	1919	1917	1918 E	36,0	21	36,7	29,3
11 Finlândia	1906	1906	1907 E	47,1	32	37,5	—
12 Luxemburgo	1919	1919	1919 E	14,3	13	23,3	—
13 Bélgica	1919, 1948	1921	1921 A	21,4	9	34,7	38,0
14 Áustria	1918	1918	1919 E	35,3	12	33,9	27,4
15 Dinamarca	1915	1915	1918 E	33,3	31	36,9	—
16 França	1944	1944	1945 E	17,6	7	12,2	16,9
17 Itália	1945	1945	1946 E	8,3	13	17,3	13,7
18 Reino Unido	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	28,6	6	19,7	17,5
19 Espanha	1931	1931	1931 E	50,0	15	36,0	23,2
20 Nova Zelândia	1893	1919	1933 E	23,1	14	32,2	—
21 Alemanha	1918	1918	1919 E	46,2	..	31,8	18,8
22 Hong Kong, China (RAE)	..	..	..	..	..	..	..
23 Israel	1948	1948	1949 E	16,7	7	14,2	—
24 Grécia	1952	1952	1952 E	5,6	7	13,0	—
25 Singapura	1947	1947	1963 E	0	5	18,9	—
26 República da Coreia	1948	1948	1948 E	5,6	2	13,4	—
27 Eslovénia	1946	1946	1992 E [e]	6,3	..	12,2	7,5
28 Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E+A	16,7	8	21,3	—
29 Chipre	1960	1960	1963 E	0	2	14,3	—
30 República Checa	1920	1920	1992 E [e]	11,1	..	17,0	12,3
31 Barbados	1950	1950	1966 A	29,4	4	13,3	23,8
32 Malta	1947	1947	1966 E	15,4	3	9,2	—
33 Koweit	2005	2005	2005 A	0	..	1,5	—
34 Estado do Brunei Darussalam	—	—	—	9,1	.. [f]	.. [f]	.. [f]
35 Hungria	1918, 1945	1918, 1945	1945 E	11,8	21	10,4	—
36 Argentina	1947	1947	1951 E	8,3	6	35,0	41,7
37 Polónia	1918	1918	1919 E	5,9	14	20,4	13,0
38 Chile	1949	1949	1951 E	16,7	..	15,0	5,3
39 Barém	1973, 2002	1973, 2002	2002 A	8,7	..	0,0	15,0
40 Estónia	1918	1918	1919 E	15,4	..	18,8	—
41 Lituânia	1919	1919	1920 A	15,4	..	22,0	—
42 Eslováquia	1920	1920	1992 E [e]	0	..	16,7	—
43 Uruguai	1932	1932	1942 E	0	6	11,1	9,7
44 Croácia	1945	1945	1992 E [e]	33,3	..	21,7	—
45 Letónia	1918	1918	..	23,5	..	21,0	—
46 Catar	2003 [g]	..	..	7,7	..	0,0	—
47 Seicheles	1948	1948	1976 E+A	12,5	16	29,4	—
48 Costa Rica	1949	1949	1953 E	25,0	11	38,6	—
49 Emirados Árabes Unidos	—	—	—	5,6	0	0,0	—
50 Cuba	1934	1934	1940 E	16,2	34	36,0	—
51 São Cristóvão e Nevis	1951	1951	1984 E	0	7	0,0	—
52 Baamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 A	26,7	4	20,0	43,8
53 México	1947	1953	1952 A	9,4	12	25,8	21,9

Ordem do IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
		De votar	De se candidatar às eleições		2005	Câmara baixa ou única 1990	Câmara baixa ou única 2006	Câmara alta ou senado 2006
54	Bulgária	1937, 1945	1945	1945 E	23,8	21	22,1	—
55	Tonga	1960	1960	1993 E	..	0	3,3	—
56	Omã	1994, 2003	1994, 2003	..	10,0	..	2,4	15,5
57	Trindade e Tobago	1946	1946	1962 E+A	18,2	17	19,4	32,3
58	Panamá	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	14,3	8	16,7	—
59	Antígua e Barbuda	1951	1951	1984 A	15,4	0	10,5	17,6
60	Roménia	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	12,5	34	11,2	9,5
61	Malásia	1957	1957	1959 E	9,1	5	9,1	25,7
62	Bósnia e Herzegovina	1946	1946	1990 E [e]	11,1	..	16,7	0,0
63	Maurícia	1956	1956	1975 E	8,0	7	17,1	—
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64	Jamahira Árabe Líbia	1964	1964	..	..	..	4,7	—
65	Federação da Rússia	1918	1918	1993 E [e]	0	..	9,8	3,4
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	1946	1946	1990 E [e]	16,7	..	19,2	—
67	Bielorrússia	1919	1919	1990 E [e]	10,0	..	29,1	31,0
68	Domínica	1951	1951	1980 E	0	10	12,9	—
69	Brasil	1932	1932	1933 E	11,4	5	8,6	12,3
70	Colômbia	1954	1954	1954 A	35,7	5	12,0 [h]	8,8 [h]
71	Santa Lúcia	1951	1951	1979 A	8,3	0	5,6	36,4
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	1946	1946	1948 E	13,6	10	18,0	—
73	Albânia	1920	1920	1945 E	5,3	29	7,1	—
74	Tailândia	1932	1932	1947 A	7,7	3	10,8	10,5
75	Samoa (Ocidental)	1948, 1990	1948, 1990	1976 A	7,7	0	4,1	—
76	Arábia Saudita	—	—	—	0	..	0,0	—
77	Ucrânia	1919	1919	1990 E [e]	5,6	..	7,1	—
78	Líbano	1952	1952	1963	6,9	0	4,7	—
79	Cazaquistão	1924, 1993	1924, 1993	1990 E [e]	17,6	..	10,4	5,1
80	Arménia	1918	1918	1990 E [e]	0	36	5,3	—
81	China	1949	1949	1954 E	6,3	21	20,3	—
82	Peru	1955	1955	1956 E	11,8	6	29	—
83	Equador	1929	1929	1956 E	14,3	5	16,0	—
84	Filipinas	1937	1937	1941 E	25,0	9	15,7	16,7
85	Granada	1951	1951	1976 E+A	40,0	..	26,7	30,8
86	Jordânia	1974	1974	1989 A	10,7	0	5,5	12,7
87	Tunísia	1959	1959	1959 E	7,1	4	22,8	13,4
88	São Vicente e Granadinas	1951	1951	1979 E	20,0	10	18,2	—
89	Suriname	1948	1948	1963 E	11,8	8	25,5	—
90	Fiji	1963	1963	1970 A	9,1	..	11,3	12,5
91	Paraguai	1961	1961	1963 E	30,8	6	10,0	8,9
92	Turquia	1930	1934	1935 A	4,3	1	4,4	—
93	Sri Lanca	1931	1931	1947 E	10,3	5	4,9	—
94	República Dominicana	1942	1942	1942 E	14,3	8	17,3 [h]	6,3 [h]
95	Belize	1954	1954	1984 E+A	6,3	0	6,7	25,0
96	Irão, Rep. Islâmica do	1963	1963	1963 E+A	6,7	2	4,1	—
97	Geórgia	1918, 1921	1918, 1921	1992 E [e]	22,2	..	9,4	—
98	Maldivas	1932	1932	1979 E	11,8	6	12,0	—
99	Azerbaijão	1918	1918	1990 E [e]	15,0	..	12,3	—
100	Territórios Ocupados da Palestina	..	..	..	..	..	..	..
101	El Salvador	1939	1961	1961 E	35,3	12	16,7	—
102	Argélia	1944, 1962	1962	1962 A	10,5	2	6,2	2,8
103	Guiana	1953	1945	1953 E	22,2	37	30,8	—
104	Jamaica	1944	1944	1944 E	17,6	5	11,7	19,0
105	Turquemenistão	1927	1927	1990 E [e]	9,5	26	16,0	—
106	Cabo Verde	1975	1975	1975 E	18,8	12	15,3	—

QUADRO 29 Participação política das mulheres

Ordem do IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
		De votar	De se candidatar às eleições		2005	Câmara baixa ou única 1990	Câmara baixa ou única 2006	Câmara alta ou senado 2006
107	República Árabe Síria	1949, 1953	1953	1973 E	6,3	9	12,0	—
108	Indonésia	1945	1945	1950 A	10,8	12	11,3	—
109	Vietname	1946	1946	1946 E	11,5	18	27,3	—
110	Quirguizistão	1918	1918	1990 E [e]	12,5	..	0,0	—
111	Egipto	1956	1956	1957 E	5,9	4	2,0	6,8
112	Nicarágua	1955	1955	1972 E	14,3	15	20,7	—
113	Usbequistão	1938	1938	1990 E [e]	3,6	..	17,5	15,0
114	Moldávia, República da	1924, 1993	1924, 1993	1990 E	11,1	..	21,8	—
115	Bolívia	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	6,7	9	16,9	3,7
116	Mongólia	1924	1924	1951 E	5,9	25	6,6	—
117	Honduras	1955	1955	1957 E	14,3	10	23,4	—
118	Guatemala	1946	1946, 1965	1956 E	25,0	7	8,2	—
119	Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	8,3	4	3,8	—
120	Guiné Equatorial	1963	1963	1968 E	4,5	13	18,0	—
121	África do Sul	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	41,4	3	32,8	33,3 [i]
122	Tajiquistão	1924	1924	1990 E [e]	3,1	..	17,5	23,5
123	Marrocos	1963	1963	1993 E	5,9	0	10,8	1,1
124	Gabão	1956	1956	1961 E	11,8	13	9,2	15,4
125	Namíbia	1989	1989	1989 E	19,0	7	26,9	26,9
126	Índia	1935, 1950	1935, 1950	1952 E	3,4	5	8,3	11,2
127	São Tomé e Príncipe	1975	1975	1975 E	14,3	12	7,3	—
128	Ilhas Salomão	1974	1974	1993 E	0	0	0,0	—
129	Camboja	1955	1955	1958 E	7,1	..	9,8	14,8
130	Mianmar	1935	1946	1947 E	..	.. [j]	.. [j]	.. [j]
131	Botsuana	1965	1965	1979 E	26,7	5	11,1	—
132	Comores	1956	1956	1993 E	..	0	3,0	—
133	Laos, Rep. Dem. Popular do	1958	1958	1958 E	0	6	22,9	—
134	Paquistão	1935, 1947	1935, 1947	1973 E [e]	5,6	10	21,3	17,0
135	Butão	1953	1953	1975 E	0	2	9,3	—
136	Gana	1954	1954	1960	11,8	..	10,9	—
137	Bangladeche	1935, 1972	1935, 1972	1973 E	8,3	10	14,8 [k]	—
138	Nepal	1951	1951	1952 A	7,4	6	5,9	16,7
139	Papuásia-Nova Guiné	1964	1963	1977 E	..	0	0,9	—
140	Congo	1947, 1961	1963	1963 E	14,7	14	8,5	13,3
141	Sudão	1964	1964	1964 E	2,6	..	14,7	4,0
142	Timor-Leste	..	..	..	22,2	..	25,3 [l]	—
143	Madagáscar	1959	1959	1965 E	5,9	7	6,9	11,1
144	Camarões	1946	1946	1960 E	11,1	14	8,9	—
145	Uganda	1962	1962	1962 E	23,4	12	28,8 [m]	—
146	Suazilândia	1968	1968	1972 E+A	13,3	4	10,8	30,0
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO								
147	Togo	1945	1945	1961 E	20,0	5	8,6	—
148	Djibuti	1946	1986	2003 E	5,3	0	10,8	—
149	Lesoto	1965	1965	1965 A	27,8	..	11,7	36,4
150	Iémen	1967, 1970	1967, 1970	1990 E [e]	2,9	4	0,3	1,8
151	Zimbabué	1919, 1957	1919, 1978	1980 E+A	14,7	11	16,0	31,8
152	Quénia	1919, 1963	1919, 1963	1969 E+A	10,3	1	7,3	—
153	Mauritânia	1961	1961	1975 E	9,1	..	.. [n]	.. [n]
154	Haiti	1957	1957	1961 E	25,0	..	4,0 [m]	13,8
155	Gâmbia	1960	1960	1982 E	20,0	8	13,2	—
156	Senegal	1945	1945	1963 E	20,6	13	19,2	—
157	Eritreia	1955	1955	1994 E	17,6	..	22,0	—
158	Ruanda	1961	1961	1981 E	35,7	17	48,8	34,6
159	Nigéria	1958	1958	..	10,0	..	6,4	3,7

Ordem do IDH	Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (A) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (% do total) [b]	ODM Assentos no parlamento ocupados por mulheres (% do total) [c]		
					Câmara baixa ou única		Câmara alta ou senado
	De votar	De se candidatar às eleições		2005	1990	2006	2006
160 Guiné	1958	1958	1963 E	15,4	..	19,3	—
161 Angola	1975	1975	1980 E	5,7	15	15,0	—
162 Tanzânia, Rep. U. da	1959	1959	..	15,4	..	30,4	—
163 Benim	1956	1956	1979 E	19,0	3	7,2	—
164 Costa do Marfim	1952	1952	1965 E	17,1	6	8,5	—
165 Zâmbia	1962	1962	1964 E+A	25,0	7	12,7	—
166 Malawi	1961	1961	1964 E	14,3	10	13,6	—
167 Congo, Rep. Dem.	1967	1970	1970 E	12,5	5	12,0	2,5
168 Moçambique	1975	1975	1977 E	13,0	16	34,8	—
169 Burundi	1961	1961	1982 E	10,7	..	30,5	34,7
170 Etiópia	1955	1955	1957 E	5,9	..	21,9	18,8
171 Chade	1958	1958	1962 E	11,5	..	6,5	—
172 República Centro-Africana	1986	1986	1987 E	10,0	4	10,5	—
173 Guiné-Bissau	1977	1977	1972 A	37,5	20	14,0	—
174 Burquina Faso	1958	1958	1978 E	14,8	..	11,7	—
175 Mali	1956	1956	1959 E	18,5	..	10,2	—
176 Serra Leoa	1961	1961	..	13,0	..	14,5	—
177 Níger	1948	1948	1989 E	23,1	5	12,4	—
OUTROS [o]							
Afeganistão	1963	1963	1965 E	10,0	4	27,3	22,5
Andorra	1970	1973	1993 E	33,3	..	28,6	—
Iraque	1980	1980	1980 E	18,8	11	25,5	—
Quiribati	1967	1967	1990 E	0	0	4,8	—
Coreia, República da	1946	1946	1948 E	..	21	20,1	—
Libéria	1946	1946	..	13,6	..	12,5	16,7
Listenstaine	1984	1984	1986 E	20,0	4	24,0	—
Ilhas Marshall	1979	1979	1991 E	0	..	3,0	—
Micronésia, Est. Fed.	1979	1979	..	..	..	0,0	—
Mónaco	1962	1962	1963 E	0	11	20,8	—
Montenegro	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,5	—
Nauru	1968	1968	1986 E	0	6	0,0	—
Palau	1979	1979	..	12,5	..	0,0	0,0
São Marino	1959	1973	1974 E	12,5	12	16,7	—
Serbia	.. [p]	.. [p]	..	..	..	12,0	—
Somália	1956	1956	1979 E	..	4	7,8	—
Tuvalu	1967	1967	1989 E	0	8	0,0	—

NOTAS

a Os dados referem-se ao ano em que foi reconhecido o direito de votar, ou de se candidatar às eleições, numa base universal e igual. Onde são apresentados dois anos, o primeiro refere-se ao primeiro reconhecimento parcial do direito de votar, ou de candidatar às eleições. Em alguns países concedeu-se às mulheres o direito de votar ou de se candidatarem às eleições antes de obterem estes direitos para as eleições nacionais. Os dados relativos aos direitos locais de eleição não estão incluídos neste quadro.

b Os dados são de 1 de Janeiro de 2005. O total inclui vice-primeiros-ministros e ministros. Os primeiros-ministros também estão incluídos quando detêm pastas ministeriais. Vice-presidentes e directores de departamentos ou agências de nível ministerial também estão incluídos quando exercem uma função ministerial na estrutura governamental.

c Os dados são de 31 de Maio de 2006, salvo indicação contrária. A percentagem foi calculada tomando como referência o número total de assentos então ocupados no parlamento.

d Não há informação disponível sobre o ano em que as mulheres receberam de candidatar às eleições. Contudo, a constituição não menciona o género em relação a este direito.

e Refere-se ao ano em que foram eleitas mulheres para o sistema parlamentar corrente.

f Brunei Darussalam não tem actualmente um parlamento.

g De acordo com a nova constituição aprovada em 2003, as mulheres têm direito de voto. Até à data ainda não foram realizadas eleições.

h Os dados são de 1 de Março de 2005.

i Os dados não incluem os 36 delegados rotativos especiais designados numa base ad hoc. As percentagens apresentadas foram, por conseguinte, calculadas com base nos 54 lugares permanentes.

j O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio.

k Em 2004 o número de assentos no parlamento subiu de 300 para 345, com 45 assentos adicionais reservados às mulheres e ocupados em Setembro e Outubro de 2005.

l As eleições foram realizadas em 30 de Agosto de 2001 para eleger os membros da Assembleia Constituinte. A Assembleia tornou-se o Parlamento Nacional em 20 de Maio de 2002, data em que o país se tornou independente, sem a realização de novas eleições.

m UIP 2006a.

n O Parlamento foi suspenso a seguir a um golpe de estado em Agosto de 2005.

o Os Estados-Membros das Nações Unidas não estão incluídos nos quadros de indicadores.

p A Sérvia e Montenegro estão separados em dois estados independentes desde Junho de 2006. As mulheres receberam o direito de votar e de candidatar às eleições em 1946, quando a Sérvia e Montenegro faziam parte da antiga Jugoslávia.

FONTES

Colunas 1-3: UIP 2006b.
Coluna 4: UIP 2005.
Coluna 5: ONU 2006 baseada nos dados da União Interparlamentar.
Colunas 6 e 7: UIP 2006c.

QUADRO 30

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1	Noruega	●	●	●	●	●	●	●
2	Islândia	●	●	●	●	●	●	●
3	Austrália	●	●	●	●	●	●	●
4	Irlanda	●	●	●	●	●	●	●
5	Suécia	●	●	●	●	●	●	●
6	Canadá	●	●	●	●	●	●	●
7	Japão		●	●	●	●	●	●
8	Estados Unidos	●	●	●	❍	❍	●	❍
9	Suíça	●	●	●	●	●	●	●
10	Países Baixos	●	●	●	●	●	●	●
11	Finlândia	●	●	●	●	●	●	●
12	Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●
13	Bélgica	●	●	●	●	●	●	●
14	Áustria	●	●	●	●	●	●	●
15	Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●
16	França	●	●	●	●	●	●	●
17	Itália	●	●	●	●	●	●	●
18	Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●
19	Espanha	●	●	●	●	●	●	●
20	Nova Zelândia	●	●	●	●	●	●	●
21	Alemanha	●	●	●	●	●	●	●
23	Israel	●	●	●	●	●	●	●
24	Grécia	●	●	●	●	●	●	●
25	Singapura	●				●		●
26	República da Coreia	●	●	●	●	●	●	●
27	Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●
28	Portugal	●	●	●	●	●	●	●
29	Chipre	●	●	●	●	●	●	●
30	República Checa	●	●	●	●	●	●	●
31	Barbados	●	●	●	●	●		●
32	Malta		●	●	●	●	●	●
33	Koweit	●	●	●	●	●	●	●
34	Estado do Brunei Darussalam					●		●
35	Hungria	●	●	●	●	●	●	●
36	Argentina	●	●	●	●	●	●	●
37	Polónia	●	●	●	●	●	●	●
38	Chile	●	●	●	●	●	●	●
39	Barém	●	●			●	●	●
40	Estónia	●	●	●	●	●	●	●
41	Lituânia	●	●	●	●	●	●	●
42	Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●
43	Uruguai	●	●	●	●	●	●	●
44	Croácia	●	●	●	●	●	●	●
45	Letónia	●	●	●	●	●	●	●
46	Catar		●				●	●
47	Seicheles	●	●	●	●	●	●	●
48	Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●
49	Emirados Árabes Unidos	●	●			●		●
50	Cuba	●	●			●	●	●
51	São Cristóvão e Nevis					●		●
52	Baamas	●	●			●		●
53	México	●	●	●	●	●	●	●
54	Bulgária	●	●	●	●	●	●	●

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
55	Tonga	●	●					●
56	Omã		●			●		●
57	Trindade e Tobago	●	●	●	●	●		●
58	Panamá	●	●	●	●	●	●	●
59	Antígua e Barbuda	●	●			●	●	●
60	Roménia	●	●	●	●	●	●	●
61	Malásia	●				●		●
62	Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●
63	Maurícia		●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64	Jamahira Árabe Líbia	●	●	●	●	●	●	●
65	Federação da Rússia	●	●	●	●	●	●	●
66	Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	●	●	●	●	●	●	●
67	Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●
68	Domínica			●	●	●		●
69	Brasil	●	●	●	●	●	●	●
70	Colômbia	●	●	●	●	●	●	●
71	Santa Lúcia		●			●		●
72	Venezuela, Rep. Bolivariana	●	●	●	●	●	●	●
73	Albânia	●	●	●	●	●	●	●
74	Tailândia		●	●	●	●		●
75	Samoa (Ocidental)					●		●
76	Arábia Saudita	●	●			●	●	●
77	Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●
78	Líbano	●	●	●	●	●	●	●
79	Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●
80	Arménia	●	●	●	●	●	●	●
81	China	●	●	◐	●	●	●	●
82	Peru	●	●	●	●	●	●	●
83	Equador	●	●	●	●	●	●	●
84	Filipinas	●	●	●	●	●	●	●
85	Granada		◐	●	●	●		●
86	Jordânia	●	●	●	●	●	●	●
87	Tunísia	●	●	●	●	●	●	●
88	São Vicente e Granadinas	●	●	●	●	●	●	●
89	Suriname		●	●	●	●		●
90	Fiji	●	●			●		●
91	Paraguai	●	●	●	●	●	●	●
92	Turquia	●	●	●	●	●	●	●
93	Sri Lanca	●	●	●	●	●	●	●
94	República Dominicana	◐	●	●	●	●	◐	●
95	Belize	●	●	●	◐	●	●	●
96	Irão, Rep. Islâmica do	●	●	●	●			●
97	Geórgia	●	●	●	●	●	●	●
98	Maldivas	●	●			●	●	●
99	Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●
101	El Salvador	●	●	●	●	●	●	●
102	Argélia	●	●	●	●	●	●	●
103	Guiana		●	●	●	●	●	●
104	Jamaica	●	●	●	●	●		●
105	Turquemenistão		●	●	●	●	●	●
106	Cabo Verde		●	●	●	●	●	●
107	República Árabe Síria	●	●	●	●	●	●	●
108	Indonésia		●	●	●	●	●	●

QUADRO 30 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem do IDH	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
109 Vietname	●	●	●	●	●		●
110 Quirguizistão	●	●	●	●	●	●	●
111 Egipto	●	●	●	●	●	●	●
112 Nicarágua	●	●	●	●	●	●	●
113 Usbequistão	●	●	●	●	●	●	●
114 Moldávia, República da	●	●	●	●	●	●	●
115 Bolívia	●	●	●	●	●	●	●
116 Mongólia	●	●	●	●	●	●	●
117 Honduras	●	●	●	●	●	●	●
118 Guatemala	●	●	●	●	●	●	●
119 Vanuatu					●		●
120 Guiné Equatorial		●	●	●	●	●	●
121 África do Sul	●	●	●	❍	●	●	●
122 Tajiquistão		●	●	●	●	●	●
123 Marrocos	●	●	●	●	●	●	●
124 Gabão	●	●	●	●	●	●	●
125 Namíbia	●	●	●	●	●	●	●
126 Índia	●	●	●	●	●	❍	●
127 São Tomé e Príncipe		❍	❍	❍	●	❍	●
128 Ilhas Salomão		●		●	●		●
129 Camboja	●	●	●	●	●	●	●
130 Mianmar	●				●		●
131 Botsuana		●	●		●	●	●
132 Comores	●	●			●	❍	●
133 Laos, Rep. Dem. Popular do	●	●	❍	❍	●		●
134 Paquistão	●	●		❍	●		●
135 Butão		❍			●		●
136 Gana	●	●	●	●	●	●	●
137 Bangladeche	●	●	●	●	●	●	●
138 Nepal	●	●	●	●	●	●	●
139 Papuásia-Nova Guiné	●	●			●		●
140 Congo		●	●	●	●	●	●
141 Sudão	●	●	●	●		❍	●
142 Timor-Leste		●	●	●	●	●	●
143 Madagáscar		●	●	●	●	●	●
144 Camarões		●	●	●	●	●	●
145 Uganda	●	●	●	●	●	●	●
146 Suazilândia		●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO							
147 Togo	●	●	●	●	●	●	●
148 Djibuti		❍	●	●	●	●	●
149 Lesoto	●	●	●	●	●	●	●
150 Iémen	●	●	●	●	●	●	●
151 Zimbabué	●	●	●	●	●		●
152 Quénia		●	●	●	●	●	●
153 Mauritânia		●	●	●	●	●	●
154 Haiti	●	●	●		●		●
155 Gâmbia	●	●	●	●	●	❍	●
156 Senegal	●	●	●	●	●	●	●
157 Eritreia		●	●	●	●		●
158 Ruanda	●	●	●	●	●		●
159 Nigéria		●	●	●	●	●	●
160 Guiné	●	●	●	●	●	●	●
161 Angola			●	●	●		●

QUADRO 30

Ordem do IDH		Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio 1948	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres 1979	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
162	Tanzânia, Rep. U. da	●	●	●	●	●		●
163	Benim		●	●	●	●	●	●
164	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●
165	Zâmbia		●	●	●	●	●	●
166	Malawi		●	●	●	●	●	●
167	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●
168	Moçambique	●	●	●		●	●	●
169	Burundi	●	●	●	●	●	●	●
170	Etiópia	●	●	●	●	●	●	●
171	Chade		●	●	●	●	●	●
172	República Centro-Africana		●	●	●	●		●
173	Guiné-Bissau		❍	❍	●	●	❍	●
174	Burquina Faso	●	●	●	●	●	●	●
175	Mali	●	●	●	●	●	●	●
176	Serra Leoa		●	●	●	●	●	●
177	Níger		●	●	●	●	●	●
OUTROS [a]								
	Afeganistão	●	●	●	●	●	●	●
	Andorra		❍	❍		●	❍	●
	Iraque	●	●	●	●	●		●
	Quiribati					●		●
	Coreia, República da	●		●	●	●		●
	Libéria	●	●	●	●	●	●	●
	Listenstaine	●	●	●	●	●	●	●
	Ilhas Marshall					●		●
	Micronésia, Est. Fed.					●		●
	Mónaco	●	●	●	●	●	●	●
	Montenegro [c]	❍						
	Nauru		❍	❍			❍	●
	Palau							●
	São Marino		●	●	●	●	❍	●
	Serbia [c]	●	●	●	●	●	●	●
	Somália		●	●	●		●	❍
	Tuvalu					●		●
Total de estados participantes [b]		**138**	**170**	**156**	**153**	**183**	**141**	**192**
Assinaturas ainda não conseguidas de ratificação		**2**	**7**	**6**	**6**	**1**	**10**	**2**

● Ratificação, adesão ou sucessão.
❍ Assinatura não seguida de ratificação

NOTAS

O quadro inclui os estados que assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos. A informação é de 28 de Agosto de 2006.

a Estes são os países ou área que, para além dos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos um dos sete instrumentos de direitos humanos.

b Refere-se à ratificação, adesão ou sucessão.

c a sequência da separação, em Junho de 2006, da Sérvia e do Montenegro em dois estados independentes, todos os actos do tratado (tais como, ratificação ou assinatura) continuam em vigor na República da Sérvia. Salvo indicação em contrário, até 28 de Agosto de 2006 o Secretário Geral das Nações Unidas não tinha recebido qualquer notificação da República do Montenegro relativamente aos tratados indicados no presente quadro.

FONTES

Todas as colunas: ONU 2006d.

QUADRO 31

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

Estatuto das Convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO								
1 Noruega	●	●	●	●	●	●	●	●
2 Islândia	●	●	●	●	●	●	●	●
3 Austrália	●	●	●	●	●	●		
4 Irlanda	●	●	●	●	●	●	●	●
5 Suécia	●	●	●	●	●	●	●	●
6 Canadá	●			●	●	●		●
7 Japão	●	●	●		●		●	●
8 Estados Unidos				●				●
9 Suíça	●	●	●	●	●	●	●	●
10 Países Baixos	●	●	●	●	●	●	●	●
11 Finlândia	●	●	●	●	●	●	●	●
12 Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●	●
13 Bélgica	●	●	●	●	●	●	●	●
14 Áustria	●	●	●	●	●	●	●	●
15 Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●	●
16 França	●	●	●	●	●	●	●	●
17 Itália	●	●	●	●	●	●	●	●
18 Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●	●
19 Espanha	●	●	●	●	●	●	●	●
20 Nova Zelândia		●	●	●	●	●		●
21 Alemanha	●	●	●	●	●	●	●	●
23 Israel	●	●	●	●	●	●	●	●
24 Grécia	●	●	●	●	●	●	●	●
25 Singapura		●	●	▼	●		●	●
26 República da Coreia					●	●	●	●
27 Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●	●
28 Portugal	●	●	●	●	●	●	●	●
29 Chipre	●	●	●	●	●	●	●	●
30 República Checa	●	●	●	●	●	●		●
31 Barbados	●	●	●	●	●	●	●	●
32 Malta	●	●	●	●	●	●	●	●
33 Koweit	●		●	●		●	●	●
34 Estado do Brunei Darussalam								
35 Hungria	●	●	●	●	●	●	●	●
36 Argentina	●	●	●	●	●	●	●	●
37 Polónia	●	●	●	●	●	●	●	●
38 Chile	●	●	●	●	●	●	●	●
39 Barém			●	●		●		●
40 Estónia	●	●	●	●	●	●		●
41 Lituânia	●	●	●	●	●	●	●	●
42 Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●	●
43 Uruguai	●	●	●	●	●	●	●	●
44 Croácia	●	●	●	●	●	●	●	●
45 Letónia	●	●	●	●	●	●	●	●
46 Catar			●			●	●	●
47 Seicheles	●	●	●	●	●	●	●	●
48 Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●	●
49 Emirados Árabes Unidos			●	●	●	●	●	●
50 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	
51 São Cristóvão e Nevis	●	●	●	●	●	●	●	●
52 Baamas	●	●	●	●	●	●	●	●
53 México	●		●	●	●	●		●
54 Bulgária	●	●	●	●	●	●	●	●

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
55 Tonga								
56 Omã			●	●			●	●
57 Trindade e Tobago	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Panamá	●	●	●	●	●	●	●	●
59 Antígua e Barbuda	●	●	●	●	●	●	●	●
60 Roménia	●	●	●	●	●	●	●	●
61 Malásia		●	●	♦	●		●	●
62 Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●	●
63 Maurícia	●	●	●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO								
64 Jamahira Árabe Líbia	●	●	●	●	●	●	●	●
65 Federação da Rússia	●	●	●	●	●	●	●	●
66 Macedónia, antiga Rep. jugoslava da	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Domínica	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Brasil		●	●	●	●	●	●	●
70 Colômbia	●	●	●	●	●	●	●	●
71 Santa Lúcia	●	●	●	●	●	●		●
72 Venezuela, Rep. Bolivariana	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Albânia	●	●	●	●	●	●	●	●
74 Tailândia			●	●	●		●	●
75 Samoa (Ocidental)								
76 Arábia Saudita			●	●	●	●		●
77 Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●	●
78 Líbano		●	●	●	●	●	●	●
79 Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
80 Arménia	●	●	●	●	●	●	●	●
81 China					●	●	●	●
82 Peru	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Equador	●	●	●	●	●	●	●	●
84 Filipinas	●	●	●	●	●	●	●	●
85 Granada	●	●	●	●	●	●	●	●
86 Jordânia		●	●	●	●	●	●	●
87 Tunísia	●	●	●	●	●	●	●	●
88 São Vicente e Granadinas	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Suriname	●	●	●	●				●
90 Fiji	●	●	●	●	●	●	●	●
91 Paraguai	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Turquia	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Sri Lanca	●	●	●	●	●	●	●	●
94 República Dominicana	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Irão, Rep. Islâmica do			●	●	●	●		●
97 Geórgia	●	●	●	●	●	●	●	●
98 Maldivas								
99 Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●	●
101 El Salvador			●	●	●	●	●	●
102 Argélia	●	●	●	●	●	●	●	●
103 Guiana	●	●	●	●	●	●	●	●
104 Jamaica	●	●	●	●	●	●	●	●
105 Turquemenistão	●	●	●	●	●	●		
106 Cabo Verde	●	●	●	●	●	●		●
107 República Árabe Síria	●	●	●	●	●	●	●	●
108 Indonésia	●	●	●	●	●	●	●	●

QUADRO 31 Estatuto das Convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem do IDH		Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
		Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
109	Vietname					●	●	●	●
110	Quirguizistão	●	●	●	●	●	●	●	●
111	Egipto	●	●	●	●	●	●	●	●
112	Nicarágua	●	●	●	●	●	●	●	●
113	Usbequistão		●	●	●	●	●		
114	Moldávia, República da	●	●	●	●	●	●	●	●
115	Bolívia	●	●	●	●	●	●	●	●
116	Mongólia	●	●	●	●	●	●	●	●
117	Honduras	●	●	●	●	●	●	●	●
118	Guatemala	●	●	●	●	●	●	●	●
119	Vanuatu					●	●		
120	Guiné Equatorial	●	●	●	●	●	●	●	●
121	África do Sul	●	●	●	●	●	●	●	●
122	Tajiquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
123	Marrocos		●	●	●	●	●	●	●
124	Gabão	●	●	●	●	●	●		●
125	Namíbia	●	●	●	●		●	●	●
126	Índia			●	●	●	●		
127	São Tomé e Príncipe	●	●	●	●	●	●	●	●
128	Ilhas Salomão			●					
129	Camboja	●	●	●	●	●	●	●	●
130	Mianmar	●		●					
131	Botsuana	●	●	●	●	●	●	●	●
132	Comores	●	●	●	●	●	●	●	●
133	Laos, Rep. Dem. Popular do			●				●	●
134	Paquistão	●	●	●	●	●	●	●	●
135	Butão								
136	Gana	●	●	●	●	●	●		●
137	Bangladeche	●	●	●	●	●	●		●
138	Nepal		●	●		●	●	●	●
139	Papuásia-Nova Guiné	●	●	●	●	●	●	●	●
140	Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
141	Sudão		●	●	●	●	●	●	●
142	Timor-Leste								
143	Madagáscar	●	●	●		●	●	●	●
144	Camarões	●	●	●	●	●	●	●	●
145	Uganda	●	●	●	●	●	●	●	●
146	Suazilândia	●	●	●	●	●	●	●	●
DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO									
147	Togo	●	●	●	●	●	●	●	●
148	Djibuti	●	●	●	●	●	●	●	●
149	Lesoto	●	●	●	●	●	●	●	●
150	Iémen	●	●	●	●	●	●	●	●
151	Zimbabué	●	●	●	●	●	●	●	●
152	Quénia		●	●	●	●	●	●	●
153	Mauritânia	●	●	●	●	●	●	●	●
154	Haiti	●	●	●	●	●	●		
155	Gâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
156	Senegal	●	●	●	●	●	●	●	●
157	Eritreia	●	●	●	●	●	●	●	
158	Ruanda	●	●	●	●	●	●	●	●
159	Nigéria	●	●	●	●	●	●	●	●
160	Guiné	●	●	●	●	●	●	●	●
161	Angola	●	●	●	●	●	●	●	●

QUADRO 31

Ordem do IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e obrigatório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
162 Tanzânia, Rep. U. da	●	●	●	●	●	●	●	●
163 Benim	●	●	●	●	●	●	●	●
164 Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●	●	●
165 Zâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
166 Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
167 Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●	●
168 Moçambique	●	●	●	●	●	●	●	●
169 Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
170 Etiópia	●	●	●	●	●	●	●	●
171 Chade	●	●	●	●	●	●	●	●
172 República Centro-Africana	●	●	●	●	●	●	●	●
173 Guiné-Bissau		●	●	●	●	●		
174 Burquina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
175 Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
176 Serra Leoa	●	●	●	●	●	●		
177 Níger	●	●	●	●	●	●	●	●
OUTROS [i]								
Afeganistão				●	●	●		
Iraque		●	●	●	●	●	●	●
Quiribati	●	●	●	●				
Libéria	●	●	●	●		●		●
Montenegro [j]								
São Marino	●	●	●	●	●	●	●	●
Sérvia [j]	●	●	●	●	●	●	●	●
Somália			●	●		●		
Ratificações totais	**145**	**154**	**169**	**163**	**163**	**165**	**147**	**161**

● Convenção ratificada.
▼ Convenção denunciada.

NOTAS

O quadro inclui países membros das Nações Unidas. A informação é de 28 de Agosto de 2006.

a Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (1948).
b Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Colectiva (1949).
c Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930).
d Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957).
e Convenção sobre a Igualdade de Remuneração (1951).
f Convenção sobre a Discriminação em matéria de Emprego e Profissão (1958).
g Convenção sobre a Idade Mínima (1973).
h Convenção sobre as Formas Mais Abusivas de Trabalho Infantil (1999).
i Países ou áreas que, para além dos 177 países ou áreas incluídos nos principais quadros de indicadores, assinaram ou ratificaram pelo menos uma das oito convenções sobre direitos do trabalho.
j Na sequência da separação, em Junho de 2006, da Sérvia e do Montenegro em dois estados independentes, todas as convenções ratificadas pela Sérvia-Montenegro continuam em vigor na República da Sérvia. Até 28 de Agosto de 2006, a OIT não tinha recebido qualquer notificação da República do Montenegro relativamente às convenções indicadas no presente quadro.

FONTES

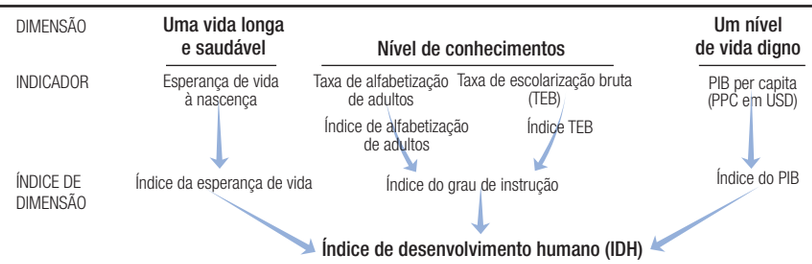
Todas as colunas: OIT 2006a.

NOTA TÉCNICA 1

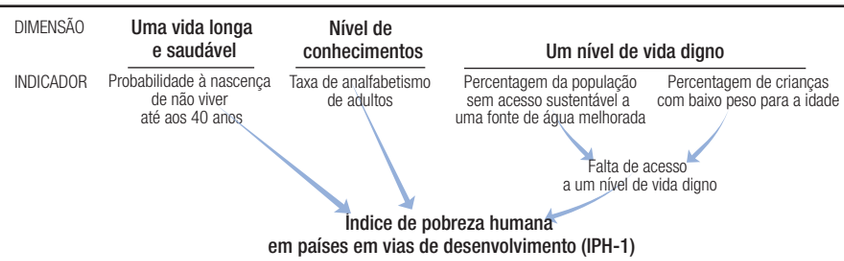
Cálculo dos índices de desenvolvimento humano

Os diagramas que se seguem resumem o modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando as suas semelhanças e diferenças. O texto das páginas que se seguem fornece uma explicação pormenorizada.

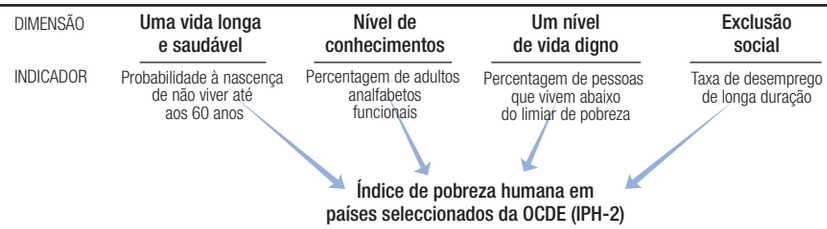
IDH



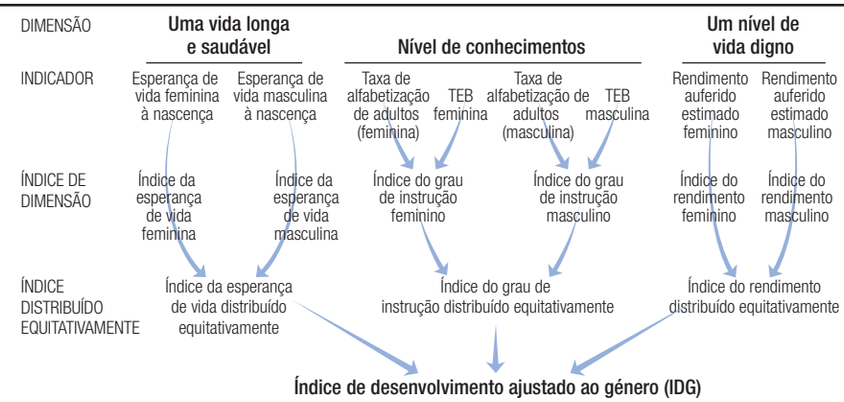
IPH-1



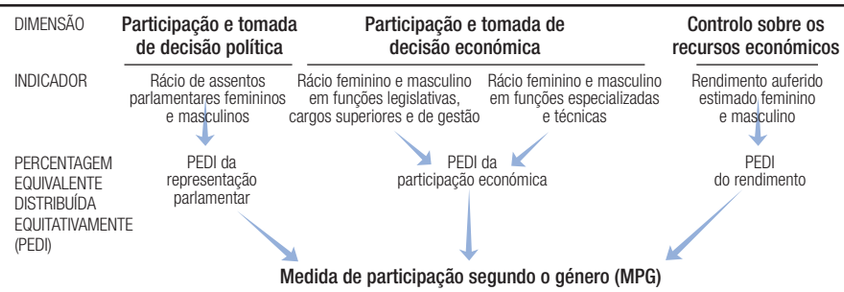
IPH-2



IDG



MPG

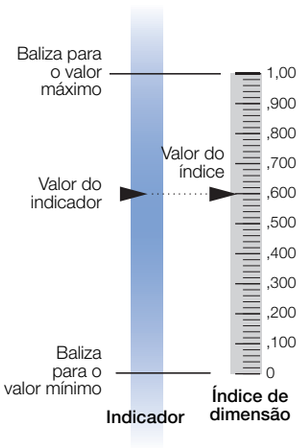


O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH consiste numa medida que resume os diversos índices de desenvolvimento humano. Mede os progressos registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano.

- Uma vida longa e saudável, medida através da esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido através do PIB per capita (PPC em USD).

Antes de se chegar ao IDH propriamente dito, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes índices – índices de esperança de vida, de grau de instrução e de PIB — são seleccionados valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.



O desempenho em cada dimensão é expresso em termos de valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

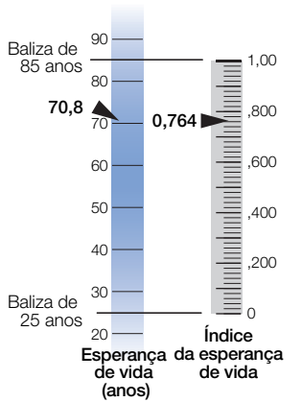
O IDH é, então, calculado como uma média simples dos vários índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o método de cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (PPC em USD)	40.000	100

Método de cálculo do IDH

Este exemplo de cálculo do IDH utiliza dados relativos ao Brasil.



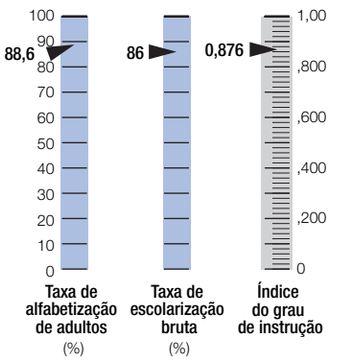
1. Cálculo do índice da esperança de vida

O índice da esperança de vida mede os progressos relativos de um país em termos de esperança de vida à nascença. No caso do Brasil, com um valor observado de 70,8 anos em 2004, o índice da esperança de vida é 0,764.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{70{,}8 - 25}{85 - 25} = \mathbf{0{,}764}$$

2. Cálculo do índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução mede os progressos relativos de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente, estes dois índices são combinados para se obter o índice do grau de instrução, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. No caso do Brasil, com uma taxa de alfabetização de adultos de 88,6% em 2004 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 86% em 2004, o índice da educação é 0,876.



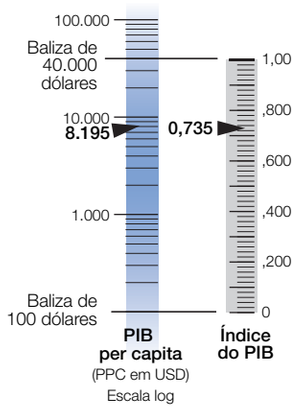
$$\text{Índice de alfabetização de adultos} = \frac{88{,}6 - 0}{100 - 0} = 0{,}886$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{86 - 0}{100 - 0} = 0{,}857$$

$$\text{Índice do grau de instrução} = 2/3\ (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3\ (\text{índice de escolarização bruta})$$
$$= 2/3\ (0{,}886) + 1/3\ (0{,}857) = \mathbf{0{,}876}$$

3. Cálculo do índice do PIB

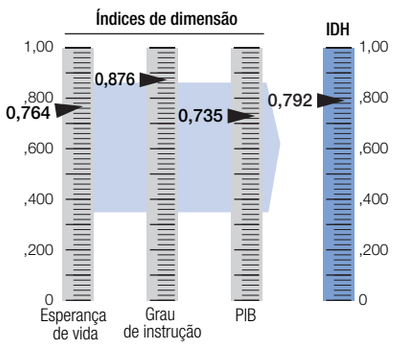
O índice do PIB é calculado com base no PIB per capita ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento entra como substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimentos. O rendimento é ajustado porque, para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Sendo assim, utiliza-se o logaritmo do rendimento. No caso do Brasil, com um PIB per capita de 8.195 (PPC em USD) em 2004, o índice do PIB é 0,735.



$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(8.195) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = \mathbf{0{,}735}$$

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, torna-se muito fácil determinar o IDH. Ele corresponde à média simples dos três índices de dimensão.



$$\text{IDH} = 1/3\ (\text{Índice da esperança de vida}) + 1/3\ (\text{índice do grau de instrução}) + 1/3\ (\text{índice do PIB})$$
$$= 1/3\ (0{,}764) + 1/3\ (0{,}876) + 1/3\ (0{,}735) = \mathbf{0{,}792}$$

O índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento

Enquanto o IDH mede os progressos médios alcançados, o IPH-1 mede o grau de *privação* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano contempladas no IDH:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medido através da probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno — falta de acesso a meios económicos de subsistência, medida através da média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

A fórmula de cálculo do IPH-1 é obtida de forma mais directa do que a do cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

De início, a medida da privação ou falta de acesso a um nível de vida digno também incluía um indicador do grau de acesso aos serviços de saúde. Mas como não dispomos de dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde nos últimos anos, o grau de privação de um nível de vida digno é medido, no presente Relatório, através de dois, e não três indicadores — a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com baixo peso para a idade.

O índice de pobreza humana (IPH-2) em países seleccionados da OCDE

O IPH-2 mede o grau de privação nas mesmas dimensões que o IPH-1, e também contempla a exclusão social. Reflecte, assim, o grau de privação em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável — grau de vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida através da probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Nível de conhecimentos — exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida através da percentagem de adultos (idades entre 16 e 65 anos) funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno — medido através da percentagem de pessoas que vivem abaixo do limiar de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado).
- Exclusão social — medida através da taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida do grau de privação de um nível de vida digno.
O grau de privação de um nível de vida digno é medido através de uma média não ponderada de dois indicadores.

$$\text{Média não ponderada} = 1/2\ (\text{população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada}) + 1/2\ (\text{crianças com baixo peso para a idade})$$

Exemplo de cálculo: Namíbia
População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 13%
Crianças com baixo peso para a idade = 24%

$$\text{Média não ponderada} = 1/2\ (13) + 1/2\ (24) = 18{,}5\%$$

2. Cálculo do IPH-1
A fórmula de cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{HPI-1} = [1/3\ (P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)
P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos
P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com baixo peso para a idade
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Namíbia
$P_1 = 45{,}4\%$
$P_2 = 15{,}0\%$
$P_3 = 18{,}5\%$

$$\text{HPI-1} = [1/3\ (45{,}4^3 + 15{,}0^3 + 18{,}5^3)]^{1/3} = \mathbf{32{,}5}$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula de cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{HPI-2} = [1/4\ (P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha} + P_4^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)
P_2 = Adultos funcionalmente analfabetos
P_3 = População abaixo da linha de pobreza por falta de rendimento (50% do rendimento disponível familiar médio ajustado)
P_4 = Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Austrália
$P_1 = 7{,}7\%$
$P_2 = 17{,}0\%$
$P_3 = 14{,}3\%$
$P_4 = 0{,}9\%$

$$\text{HPI-2} = [1/4\ (7{,}7^3 + 17{,}0^3 + 14{,}3^3 + 0{,}9^3)]^{1/3} = \mathbf{12{,}8}$$

Porquê $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e do IPH-2

O valor de α tem um impacto importante no valor do IPH 1. Se $\alpha = 1$, o IPH corresponde à média das suas dimensões. Quando α cresce, atribui-se maior peso à dimensão em que houver maior privação. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que o grau de privação é máxima (no caso da Namíbia, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 49,4 equivalente à probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para conferir um peso adicional, embora não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IPH, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective», e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice do desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede os progressos médios, o IDG ajusta os progressos médios, com o objectivo de reflectir as desigualdades entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Nível de conhecimentos, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD).

O cálculo do IDG envolve três patamares. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor efectivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de progressos registados entre homens e mulheres. O índice daí resultante, designado como índice distribuído equitativamente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice distribuído equitativamente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede o grau de aversão à desigualdade. No IDG, $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral passa a ser:

$$\text{Índice distribuído equitativamente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos equitativamente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (PPC em USD)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida das mulheres são de mais cinco anos, tendo em consideração que elas vivem, em média, mais anos.

Cálculo do IDG

Este exemplo do cálculo do IDG utiliza dados relativos à Tailândia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído equitativamente
O primeiro passo consiste em calcular separadamente os índices relativos aos progressos registados em termos de esperança de vida feminina e masculina, utilizando para tal a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO
Esperança de vida: 74,0 years

MASCULINO
Esperança de vida: 66,7 years

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{74{,}0 - 27{,}5}{87{,}5 - 27{,}5} = 0{,}776 \qquad \text{Índice da esperança de vida} = \frac{66{,}7 - 22{,}5}{82{,}5 - 22{,}5} = 0{,}737$$

A seguir, combinam-se os índices feminino e masculino para obter o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, utilizando para tal a fórmula geral dos índices distribuídos equitativamente.

FEMININO
Parcela da população: 0,509
Índice da esperança de vida: 0,776

MASCULINO
Parcela da população: 0,491
Índice da esperança de vida: 0,737

$$\text{Índice da esperança de vida distribuído equitativamente} = \{[0{,}509\ (0{,}776^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}737^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}756}$$

2. Cálculo do índice do grau de instrução distribuído equitativamente
Primeiro, são calculados separadamente, para mulheres e para homens, os índices da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. O cálculo destes índices é feito directamente, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO
Taxa de alfabetização de adultos: 90,5%
Índice de alfabetização de adultos: 0,905
Taxa de escolarização bruta: 74,0%
Índice de escolarização bruta: 0,740

MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 94,9%
Índice de alfabetização de adultos: 0,949
Taxa de escolarização bruta: 73,4%
Índice de escolarização bruta: 0,734

Segundo, é calculado separadamente, para mulheres e para homens, o índice do grau de instrução, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta.

$$\text{Índice do grau de instrução} = 2/3\ (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3\ (\text{índice de escolarização bruta})$$
$$\text{Índice do grau de instrução feminina} = 2/3\ (0{,}905) + 1/3\ (0{,}740) = 0{,}850$$
$$\text{Índice do grau de instrução masculina} = 2/3\ (0{,}949) + 1/3\ (0{,}734) = 0{,}877$$

Finalmente, os índices do grau de instrução femininos e masculinos são combinados com o objectivo de se obter o índice do grau de instrução distribuído equitativamente.

FEMININO
Parcela da população: 0,509
Índice do grau de instrução: 0,850

MASCULINO
Parcela da população: 0,491
Índice do grau de instrução: 0,877

$$\text{Índice do grau de instrução distribuído equitativamente } \{[0{,}509\ (0{,}850^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}877^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}863}$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído equitativamente
Primeiro, são estimados os rendimentos auferidos (PPC em USD) feminino e masculino (para mais pormenores sobre o cálculo, ver adenda a esta nota técnica). Depois, é calculado o índice do rendimento para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado com base no logaritmo do rendimento auferido estimado (PPC em USD).

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(\text{valor efectivo}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 6.036

MASCULINO
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 10.214

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{\log(6.036) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}684 \qquad \text{Índice do rendimento} = \frac{\log(10.214) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}772$$

O cálculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados com o objectivo de se obter o índice do rendimento distribuído equitativamente.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,509	Parcela da população: 0,491
Índice do rendimento: 0,684	Índice do rendimento: 0,772

Índice do rendimento distribuído equitativamente = $\{[0{,}509\ (0{,}684^{-1})] + [0{,}491\ (0{,}772^{-1})]\}^{-1}$ = **0,725**

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é feito directamente. Consiste, simplesmente, na média não ponderada dos três índices componentes - o índice da esperança de vida distribuído equitativamente, o índice do grau de instrução distribuído equitativamente e o índice do rendimento distribuído equitativamente.

IDG = 1/3 (índice da esperança de vida) + 1/3 (índice do grau de instrução) + 1/3 (índice de rendimento)
= 1/3 (0,756) + 1/3 (0,863) + 1/3 (0,725) = **0,781**

Porquê $\epsilon = 2$ no cálculo do IDG

O valor de ε corresponde à dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior for o valor, mais penalizada será a sociedade pela existência de desigualdades.

Se $\epsilon = 0$, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ε cresce para infinito, atribui-se cada vez maior peso ao grupo que registe menor grau de progressos.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (bem como na MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género no capítulo dos progressos obtidos.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen «Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement»; e de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen «UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review» e a nota técnica do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* (ver lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

Concentrando-se mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, a MPG contempla a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Capacidade de participação e de tomada de decisão política, medida pelas parcelas percentuais dos assentos parlamentares ocupados por mulheres e por homens.
- Capacidade de participação e de tomada de decisão económica, medida através de dois indicadores — as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão e as parcelas percentuais de mulheres e homens em funções especializadas e técnicas.
- Controlo sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (PPC em USD).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída equitativamente (PEDI), como uma média ponderada da população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede o grau de aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG) $\epsilon = 2$, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

Para efeitos de medição da participação e da tomada de decisão política e económica, a PEDI é, então, indexada através da sua divisão por 50. Motivo desta indexação: numa sociedade ideal, que promova a igualdade do poder de ambos os sexos, as variáveis MPG serão equivalentes a 50% — ou seja, a parcela das mulheres será igual à dos homens para cada variável em análise.

De acordo com a fórmula acima, a PEDI não é definida sempre que o valor de um índice masculino ou feminino for igual a zero. Contudo, quando o índice tende para zero, o limite da PEDI é zero. Sendo assim, nestes casos, o valor da PEDI é fixado em zero.

Finalmente, a MPG é calculada como média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

Este exemplo do cálculo da MPG utiliza dados relativos à Argentina.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar
A PEDI da representação parlamentar mede o grau de capacitação relativa das mulheres em função da sua participação política. A PEDI é calculada a partir das parcelas feminina e masculina da população, e do rácio dos assentos parlamentares de mulheres e homens, de acordo com a fórmula geral.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcela parlamentar: 36,5%	Parcela parlamentar: 63,5%

$$\text{PEDI indexada da representação parlamentar} = \{[0{,}511\ (36{,}5^{-1})] + [0{,}489\ (63{,}5^{-1})]\}^{-1} = 46{,}07$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$\text{PEDI indexada da representação parlamentar} = \frac{46{,}07}{50} = \mathbf{0{,}921}$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica
Se recorrermos a esta fórmula geral, poderemos calcular uma PEDI para o rácio de mulheres e homens em funções legislativas, cargos superiores e de gestão, e uma outra para o rácio de mulheres e de homens em funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas determina a PEDI relativa à participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 25,4%	Parcelas percentuais em funções legislativas, cargos superiores e de gestão: 74,6%
Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 54,7%	Parcelas percentuais em funções especializadas e técnicas: 45,3%

$$\text{PEDI das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \{[0{,}511\ (25{,}4^{-1})] + [0{,}489\ (74{,}6^{-1})]\}^{-1} = 37{,}46$$

$$\text{PEDI indexada das funções legislativas, cargos superiores e de gestão} = \frac{37{,}46}{50} = 0{,}749$$

$$\text{PEDI das funções especializadas e técnicas} = \{[0{,}511\ (54{,}7^{-1})] + [0{,}489\ (45{,}3^{-1})]\}^{-1} = 49{,}67$$

$$\text{PEDI indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{49{,}67}{50} = 0{,}993$$

As duas PEDI indexadas são repartidas de forma proporcional a fim de se obter o cálculo da PEDI da participação económica:

$$\text{PEDI de participação económica} = \frac{0{,}749 + 0{,}993}{2} = \mathbf{0{,}871}$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento
O rendimento auferido (PPC em USD) é estimado separadamente para mulheres e homens, e em seguida, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. No entanto, para a MPG, o rendimento indexado baseia-se em valores não ajustados, e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para mais pormenores sobre a estimativa do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,511	Parcela da população: 0,489
Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 9.258	Rendimento auferido estimado (PPC em USD): 17.518
$\text{Índice de rendimento} = \frac{9.258 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}230$	$\text{Índice de rendimento} = \frac{17.518 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}437$

Os índices feminino e masculino são, por fim, combinados para se obter o índice distribuído equitativamente.

$$\text{PEDI do rendimento} = \{[0{,}511\ (0{,}230^{-1})] + [0{,}489\ (0{,}437^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}299}$$

4. Cálculo da MPG
Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é feita directamente. Corresponde a uma média simples dos três índices PEDI.

$$\text{MPG} = \frac{0{,}921 + 0{,}871 + 0{,}299}{3} = \mathbf{0{,}697}$$

ADENDA À NOTA TÉCNICA 1

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar de se reconhecer a importância dos dados relativos ao rendimento desagregado ajustado ao género, não existe ainda uma medição directa destes factores. Procedeu-se, assim, a uma estimativa bruta dos rendimentos auferidos por mulheres e homens para efeitos do presente Relatório.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como recurso destinado ao consumo ou como ganho dos indivíduos. Enquanto medida de consumo, é difícil proceder à sua desagregação entre homens e mulheres, porque os dois sexos partilham os recursos no âmbito familiar. Pelo contrário, os ganhos já são separáveis, dado que os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade de cada indivíduo para obter rendimentos. É utilizada no IDG para detectar as disparidades entre homens e mulheres em termos de controlo dos recursos e, na MPG, para avaliar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver a obra de Sudhir Anand e Amartya Sen's «Gender Inequality in Human Development» e, no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*, capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos femininos e masculinos (PPC em USD) são estimados a partir dos dados que se seguem:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População total feminina e masculina.
- PIB per capita (PPC em USD).

Símbolos

W_f / W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
EA_f = parcela feminina da população economicamente activa
EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
S_f = parcela feminina da remuneração salarial
Y = PIB total (PPC em USD)
N_f = população feminina total
N_m = população masculina total
Y_f = rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD)
Y_m rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos baseados em dados que constam nesta nota técnica poderão produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimativa dos rendimentos auferidos femininos e masculinos

Este exemplo da estimativa dos rendimentos auferidos, feminino e masculino, utiliza dados de 2004 relativos aos Países Baixos.

1. Cálculo do PIB total (PPC em USD).
O PIB total (PPC em USD) é calculado através da multiplicação da população total pelo PIB per capita (PPC em USD).

População total: 16.282 (milhares)
GDP per capita (PPC em USD): 31.789
PIB total (PPC em USD) = 16.282 (31.789) = 517.386.944 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial
Como escasseiam dados relativos a salários nos sectores rural e informal, o Relatório recorreu aos salários não agrícolas, e presumiu que o rácio entre salários femininos e salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada a partir do rácio entre os salários não agrícola feminino e masculino, e das parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Sempre que não se encontram disponíveis dados sobre o rácio salarial, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,815
Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 44,0%
Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 56,0%

Parcela feminina da remuneração salarial $(S_f) = \dfrac{W_f/W_m\,(EA_f)}{[W_f/W_m\,(EA_f)] + EA_m} = \dfrac{0{,}815\ (44{,}0)}{[0{,}815\ (44{,}0)] + 56{,}0} = \mathbf{0{,}391}$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (PPC em USD).
Uma conclusão há que retirar: a parcela feminina da remuneração salarial é equivalente à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0,391
PIB total (PPC em USD) (Y) = 517.586.944 (milhares)
População feminina (N_f) = 8.202 (milhares)

Rendimento auferido feminino estimado (PPC em USD) $(Y_f) = \dfrac{S_f\,(Y)}{N_f} = \dfrac{0{,}391\ (517.586.944)}{8.202} = \mathbf{24.652}$

População masculina (N_m) = 8.080 (milhares)

Rendimento auferido masculino estimado (PPC em USD) $(Y_m) = \dfrac{Y - S_f\,(Y)}{N_m} = \dfrac{517.586.944 - [0{,}391\ (517.586.944)]}{8.080} = \mathbf{39.035}$

Literatura escolhida

Anand, Sudhir, e Amartya Sen. 1994. "Human Development Index: Methodology and Measurement.» Occasional Paper 12. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. *(IDH)*

———. 1995. "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement." Occasional Paper 19. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque. *(IDG, MPG)*

———. 1997. "Concepts of Human Development and Poverty: A Multi-dimensional Perspective.» In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. Nova Iorque. *(IPH-1, IPH-2)*

Bardhan, Kalpana, e Stephan Klasen. 1999. "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review." *World Development* 27 (6): 985–1010. *(IDG,MPG)*

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento 1995. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*. Nova Iorque: Oxford University Press. Notas técnicas 1 e 2 e capítulo 3. *(IDG, MPG)*

———. 1997. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica 1 e capítulo 1. *(IPH-1, IPH-2)*

———. 1999. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999*. Nova Iorque: Oxford University Press. Nota técnica. *(IDH, IDG)*

NOTA TÉCNICA 2

Um índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimentos

O índice de desenvolvimento humano (IDH) fornece uma panorâmica abrangente das médias nacionais relativas a três importantes indicadores do bem-estar humano (ver *Nota Técnica 1*). Mas não contempla as variações registadas nas médias relacionadas com a desigualdade. O Relatório deste ano apresenta, pela primeira vez, um IDH por quintis de rendimentos. Esta nova medida, cujo objectivo consiste em abordar um aspecto fundamental do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, estimular o debate público, denuncia a existência de grandes desigualdades entre ricos e pobres em muitos países.

O IDH por quintis de rendimentos apresenta separadamente o desempenho de rendimentos por quintil em 14 países. A metodologia utilizada encontra-se explicada de forma detalhada num documento de apoio preparado para o Relatório deste ano (Grimm e outros 2006). Esta nota técnica faz um breve sumário.

Metodologia

A estruturação do IDH por quintis de rendimentos obedece às mesmas regras do IDH padrão. Para se obter o cálculo dos índices de três dimensões — saúde, grau de instrução e rendimento — por quintil do rendimento foram utilizados dados relativos à esperança de vida, população escolar, alfabetização e rendimento per capita, recolhidos através de sondagens realizadas em lares domésticos.

Os dados para o índice são obtidos de diversas fontes. Nos países em vias de desenvolvimento, os inquéritos de rendimento familiar são utilizados para calcular os índices de educação e do produto interno bruto (PIB) para cada quintil, e as Sondagens Demográficas e Sanitárias são utilizadas para calcular o índice de esperança média de vida. Dado que estes dois conjuntos de informação não abrangem as mesmas famílias, os dados dos referidos inquéritos são relacionados entre si através de um cruzamento do rendimento por família e das Sondagens Demográficas e Sanitárias, recorrendo-se para o efeito a variáveis contidas nos dois conjuntos de inquéritos. A correlação existente entre o rendimento familiar per capita e um conjunto de características comuns às famílias e que são visíveis em ambos os inquéritos, é objecto de uma estimativa e, depois, utilizada com o objectivo de chegar a um substituto do rendimento familiar nas Sondagens Demográficas e Sanitárias. Entre estas características incluem-se a estrutura familiar, o grau de instrução e a idade do cabeça de casal, a área de residência, as características da habitação e os gostos.

Relativamente aos dois países desenvolvidos que figuram no estudo, a Finlândia e os Estados Unidos, os dados sobre o PIB e o grau de instrução foram obtidos através do Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo, e os dados sobre os rendimentos e a esperança de vida foram extraídos de trabalhos empíricos entretanto publicados.

Os dados utilizados na estruturação do índice foram obtidos como se segue.

Esperança de vida

Os cálculos baseiam-se em dados relativos à mortalidade infantil, recolhidos através das Sondagens Demográficas e Sanitárias. A mortalidade infantil é, comprovadamente, um substituto fiável dos padrões de mortalidade geral e, consequentemente, da esperança de vida. As taxas de mortalidade infantil por cada quintil de rendimento são aplicadas às tabelas de mortalidade de Ledermann (uma ferramenta que serve para estimar a esperança de vida com base na relação histórica entre a esperança de vida e a mortalidade infantil).

O índice do grau de instrução

O índice do grau de instrução baseia-se em dados relativos à alfabetização de adultos e à taxa de escolarização. Os dados relativos à alfabetização de adultos podem ser directamente extraídos dos inquéritos sobre rendimentos do agregado para cada quintil de rendimento. Para calcular o índice de escolarização

O trabalho sobre o índice de desenvolvimento humano por grupos de rendimento foi levado a cabo por Michael Grimm, Kenneth Harttgen, Stephan Klasen e Mark Misselhorn, com colaborações de Teresa Munzi e Tim Smeeding da equipa do Estudo de Rendimentos do Luxemburgo.

bruta por cada quintil, é preciso apurar primeiro o rácio de escolarização bruta combinada para cada quintil. São considerados para o efeito todos os indivíduos com idades compreendidas entre os 5 e 23 anos e que frequentam a escola ou universidade, geral ou vocacional. O índice de escolarização bruta por cada quintil é, então, calculado a partir dos mesmos valores mínimos e máximos utilizados no cálculo do IDH padrão.

Índice do PIB

O índice do PIB é calculado a partir da variável de rendimento estabelecida no inquérito aos rendimentos familiares. Em abstracto, e devido à margem de erro da medição, o rendimento médio per capita calculado a partir dos inquéritos ao rendimento familiar poderá diferir bastante do PIB per capita que consta das estatísticas nacionais utilizadas para calcular o índice PIB do IDH padrão. Com o objectivo de eliminar as diferenças nos índices de preços nacionais, o rendimento familiar per capita calculado através dos inquéritos ao rendimento familiar encontra-se expresso em termos de paridade do poder de compra (PPC) em dólares americanos, para o que são utilizados factores de conversão baseados nas informações sobre preços retiradas dos últimos inquéritos do Programa Comparativo Internacional fornecido pelo Banco Mundial. Este rendimento per capita é, então, redimensionado, recorrendo-se para o efeito ao rácio entre a variável de rendimento familiar e o PIB per capita expresso em PPC (extraído do IDH padrão).

Finalmente, estes dados são redimensionados para a mesma proporção referida no IDH padrão do ano em questão. O IDH ajustado aos rendimentos é então calculado de acordo com a fórmula padrão (ver *Nota Técnica 1*):

$$\frac{\text{Índice da esperança de vida} + \text{índice de grau de instrução} + \text{índice do PIB}}{3} = \text{Índice de desenvolvimento humano}$$

Este cálculo é efectuado para cada quintil.

Temas para debate

O modelo do IDH por quintis de rendimentos fornece uma perspectiva simples, intuitiva e transparente da medição de importantes disparidades de desenvolvimento humano em cada país. Constitui um útil indicador abrangente que permite identificar as desigualdades de rendimento e outras, ainda maiores, no que respeita às oportunidades relacionadas com a saúde e a instrução. No entanto, o recurso ao modelo do IDH com o intuito de examinar desigualdades nacionais suscita uma série de problemas de concepção e de metodologia.

Comecemos por analisar a relação entre o rendimento e os restantes indicadores. O IDH por quintis de rendimento determina a medida do rendimento anual, que sofre flutuações consideráveis resultantes de situações de ruptura e da evolução registada ao longo da vida. Se nos limitarmos a ter em conta a média anual dos rendimentos de uma família, por exemplo, do quintil mais pobre, corremos o risco de mascarar grandes alterações dinâmicas que venham a registar-se com o passar do tempo. Isto acarreta problemas metodológicos adicionais, entre outros motivos, porque se estabelecermos uma ligação entre resultados mais estáveis ao nível da saúde e da instrução e rendimentos flutuantes, poderemos desvirtuar os resultados.

A fiabilidade dos dados recolhidos nos inquéritos familiares apresenta um outro conjunto de problemas. Decidimos abordar aqui estes problemas pelas pretensas simplificações a que fizemos referência atrás e que são explicadas em detalhe em Grimm e outros (2006). Mas colocarmos no mesmo saco os inquéritos demográficos e sanitários e os inquéritos aos rendimentos familiares é uma opção inerentemente problemática, sendo possíveis outras abordagens. Nos países desenvolvidos, a fiabilidade dos dados constitui um problema menos imediato. Mas as comparações entre países continuam a revelar-se difíceis. No caso da Finlândia e dos EUA, a avaliação da esperança de vida a partir dos grupos de rendimento é baseada em dados do início dos anos 90. No entanto, a escassez de dados faz com que a medida dos rendimentos difira da utilizada para as outras duas componentes. Além disso, o Estudo sobre os Rendimentos do Luxemburgo não contém informação sobre a taxa de escolarização, que tem de ser, como tal, substituída por dados relativos aos resultados.

Existe ainda uma última preocupação relacionada com a dimensão das desigualdades. Em termos proporcionais, as diferenças entre ricos e pobres são muito maiores no capítulo dos rendimentos do que no capítulo da saúde e da educação. As pequenas diferenças na saúde e na educação podem, no entanto, ser igualmente importantes do ponto de vista do desenvolvimento humano e deverão, por isso, ser objecto de maior ponderação no IDH por quintis de rendimentos do que são actualmente. Trata-se de assuntos metodológicos mais vastos, inerentes a este

NOTA TÉCNICA 3

Medição do risco na falta de acesso à água e ao saneamento básico

O problema do acesso à água e ao saneamento básico constitui uma questão de vida ou de morte. Mas quais serão os parâmetros de risco associados à sua falta? Se atendermos à dimensão da incidência de doenças e de mortes associadas a este problema, esta questão tem sido, surpreendentemente, negligenciada.

O Capítulo 1 dá-nos conta dos resultados de um trabalho de investigação levado a cabo sobre os riscos associados à falta de acesso à água e ao saneamento básico. Esta abordagem inspirou-se em técnicas analíticas utilizadas em pesquisas médicas e económicas para examinar a relação existente entre, por um lado, o comportamento ou o tratamento, e por outro, os resultados obtidos em termos de saúde. Ela concentrou-se na associação entre o acesso a determinadas infra-estruturas de água e saneamento e as alterações sentidas ao nível do risco de doença ou morte prematura. Para sermos mais específicos, este trabalho contempla o modo como o acesso à água e ao saneamento básico interfere com o risco de mortalidade neonatal (0 a 1 mês) e pós-neonatal (1 a 12 meses), bem como com o risco de diarreia, a maior causa de mortalidade infantil associada à água.

Dados

Os dados utilizados na pesquisa foram extraídos de Sondagens Demográficas e Sanitárias que recolhem informação sobre um grande número de variáveis socioeconómicas a nível individual, de lares domésticos e a nível comunitário, e que são normalmente realizadas de cinco em cinco anos, por forma a permitir uma comparação ao longo do tempo. Cada amostra destas sondagens é constituída por grupos de 5.000 a 30.000 famílias. As amostras não têm concepção longitudinal, mas são representativas a nível nacional, urbano e rural. Embora as Sondagens Demográficas e Sanitárias se concentrem, principalmente, em mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos, também recolhem dados relativos a diversos indicadores demográficos para todos os membros do agregado, incluindo as crianças.

Na base deste conjunto de dados estão 22 inquéritos realizados em 18 países (quadro 1). Foram utilizados, na maior parte dos casos, inquéritos realizados em, ou a partir de 2000, por forma a incluir a mais recente informação disponível. Para a presente análise, as crianças foram a principal unidade de pesquisa.

Metodologia

A metodologia segue uma abordagem em duas fases. Primeiro, os elementos que influenciam as probabilidades de sobrevivência em diferentes fases da vida foram identificados, destrinçando os efeitos de características individuais, familiares e comunitárias que contribuem para a mortalidade e a doença. No caso da mortalidade neonatal, a variável principal foi definida como um indicador separado, com dois valores: zero quando a criança está viva e um quando a criança morreu durante o primeiro mês de vida. No caso da diarreia, recorreu-se a uma abordagem de resultados separados, em que o valor de um indica um episódio de diarreia durante as duas semanas an-

Quadro 1 **Cobertura dos países**

País	Ano	Tamanho da amostra
Bangladeche	1999-2000	6.368
Benim	2001	5.349
Camarões	2004	8.125
Egipto	1995 2000	12.135 11.467
Etiópia	2000	10.873
Gabão	2000	4.405
Gana	2003	3.844
Guatemala	1998-99	4.943
Haiti	2000	6.685
Indonésia	2002-03	16.206
Mali	2001	13.097
Marrocos	2003-04	6.180
Nepal	2001	6.931
Nicarágua	2001	6.986
Peru	1996 2000	17.549 13.697
Uganda	2000-01	7.113
Vietname	1997 2002	1.775 1.317
Zâmbia	2001-02	6.877
Zimbabué	1999	3.643

teriores à entrevista. Procedeu-se, seguidamente, à estimativa de um modelo logit em ambos os casos (caixa 1).

Para uma estimativa do impacto produzido por elementos específicos na sobrevivência pós-neonatal, recorreu-se a um modelo e a uma variável de resultados diferentes. Foram incluídas no estudo todas as crianças com mais de um mês de vida, tendo a variável de resultados indicado a ocorrência de mortes entre o 2.º e o 11.º mês de vida. Foi, então, utilizado um modelo de riscos proporcionais de Cox para fazer a estimativa das hipóteses de sobrevivência.

Foi utilizado, em todas as fases do estudo, um conjunto de variáveis de controlo destinadas a identificar os efeitos provocados por características específicas. Entre as variáveis de controlo incluem-se variáveis individuais (tais como o sexo da criança, intervalos de nascimento e se a criança era amamentada), variáveis familiares (tais como o tipo de habitação, educação da mãe, meios de fortuna da família medidos por um índice de posse de bens) e variáveis relacionadas com a comunidade em se insere (por exemplo, urbana ou rural, área de residência, e por aí em diante). Foi, então, realizada uma análise de regressão com o objectivo de isolar os riscos específicos associados a cada tipo de instalação de água e saneamento, usando como cenário de referência a ausência de infra-estruturas de água e saneamento.

Normalmente, as posses das famílias são medidas por um índice de posse de bens padrão, que inclui veículos e televisões, bem como o acesso à água e ao saneamento básico. Atendendo a que o principal interesse deste estudo reside no efeito produzido pelas infra-estruturas de água e saneamento sobre as condições de saúde, foi constituído um índice de património que excluía essas variáveis. De acordo com procedimentos padrão, foram incluídos oito bens domésticos para calcular a primeira componente principal, que foi posteriormente utilizada para criar um índice padronizado. Este índice foi utilizado na divisão das famílias em quintis de riqueza.

Finalmente, procedeu-se à verificação da solidez da pesquisa. Nomeadamente, recorreu-se ao alargamento do estudo da mortalidade, através de uma equivalência de resultados em função de tendências, a fim de verificar a endogeneidade da variável de resultado ou das características não observadas que podem ser associadas aos problemas de acesso à água e ao saneamento.

A maior parte dos resultados são mostrados e debatidos no capítulo 1. Para mais detalhes, consultar os documentos de apoio preparados para o Relatório deste ano por Fuentes, Pfütze e Seck.[1]

Nota

1 Fuentes, Pfütze e Seck 2006a, 2006b.

Caixa 1 Modelo técnico para medição do risco

Foram utilizados dois métodos estatísticos para definir o risco inerente ao acesso à água e ao saneamento básico.

Para a mortalidade neonatal e a incidência de diarreia, foi utilizado um modelo logit padrão. As estimativas de logit são utilizadas sempre que a variável de resultado tem dois valores possíveis (deste modo, os logits são frequentemente designados como modelos binários). Os dois resultados possíveis são rotulados como fracassos ($Y = 0$) ou êxitos ($Y = 1$).

Os parâmetros nas estimativas logit podem ser interpretados como tratando-se de uma alteração no grau de probabilidade associada a um aumento de variáveis independentes na unidade. Os parâmetros daí resultantes mostram, deste modo, a alteração na probabilidade de o evento condicionar as características do indivíduo, das famílias e comunitárias.

Formalmente, é suposto que a variável dependente Y_i do modelo logit siga uma condicional de distribuição de Bernoulli no vector da variável explicativa $\boldsymbol{X}_i$. A probabilidade de sucesso é expressa como

$$P(Y_i = 1 \,|\, x_i) = \Lambda(x_i\beta) \text{ and } P(Y_i = 0 \,|\, x_i) = 1 - \Lambda(x_i\beta)$$

com $\Lambda(z) = (1 + \exp^{-z})^{-1}$, sendo a função de distribuição cumulativa do modelo logístico.

A densidade condicional pode ser expressa como

$$f(y_i \,|\, x_i) = \Lambda(x_i\beta)^{y_i}[1 - \Lambda(x_i\beta)]^{1-y_i}.$$

A função de verosimilhança logarítmica torna-se

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^{n} \log f(y_i \,|\, x_i) = \sum_{y_i=1} \log \Lambda(x_i\beta) + \sum_{y_i=0} \log[1 - \Lambda(x_i\beta)].$$

A estimativa de verosimilhança máxima $\hat{\beta}$ de β é o valor que maximiza a função logarítmica de verosimilhança $l(\beta)$.

Relativamente aos factores determinantes na mortalidade pós-neonatal, torna-se necessário um enquadramento de estimativa mais elaborado, devido aos problemas de observações censuradas. Os dados utilizados não contêm informações obtidas em todo o período da análise e de todas as crianças. Por exemplo, o caso de uma criança de quatro meses à data da entrevista e que morre aos cinco meses, não ficará registado no inquérito como tratando-se de um óbito; esta característica origina uma tendenciosidade que deve ser corrigida. Uma maneira de resolver este problema consiste em limitar a amostra a crianças que tenham, pelo menos, 12 meses à data da entrevista. No entanto, com isto eliminar-se-ia um número considerável de observações. Em vez disso, foi utilizado um modelo de risco que assume as questões relacionadas com a censura. Tendo em conta o grande volume de literatura existente sobre mortalidade, foi aplicado um modelo de risco proporcional de Cox. Este modelo consiste numa estimativa semi-paramétrica, dado que a taxa de risco subjacente não é moldada por nenhuma forma funcional. Este modelo só tem um requisito estrutural obrigatório: o efeito das covariadas na taxa de risco relativa deve ser constante durante o período observado.

Formalmente, a função de risco (condicional) do modelo de Cox, com um vector k-dimensional de covariadas ($\boldsymbol{X}$) , pode ser expressa como

$$\lambda(t \,|\, X) = \lambda_0(t)\exp(\beta' X) ,$$

onde $\beta' = (\beta_1, \beta_2, ..., \beta_k)'$ é o vector de parâmetros (alteração proporcional na função de risco) e $\lambda_0(t)$ é a linha de base da função de risco.

Os parâmetros β' podem ser estimados sem estimativa $\lambda_0(t)$, utilizando para tal a verosimilhança máxima. Se i denota o índice de insucesso ordenado por t_i $i = (1, 2, ..., N)$, d_i o número de observações que falham em t_i, D_i o conjunto de observações em t_i e R_i o conjunto de risco, a função logarítmica de verosimilhança parcial pode ser expressa em

$$l(\beta) = \sum_{i=1}^{N} d_i[\beta' X_i - \ln \sum_{j \in R_i} \exp(\beta' X_j)].$$

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens não realizadas em estabelecimentos. Ver *Actividades não mercantis e Tempo de trabalho total*.

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, de forma a incluir a manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa, preparação de refeições e arrumação), a administração e compras para a própria família; os cuidados prestados a crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços à comunidade. Ver *Actividades de mercado e Tempo de trabalho total*.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), com a particularidade de que os países receptores não se qualificam como receptores de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países receptores do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e Oriental, nações da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançado. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida Desembolso de empréstimos efectuados em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros do CAD para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista de destinatários de ajuda do CAD. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) não ligada APD bilateral de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser adquiridos, total e livremente, em praticamente todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (ADP)* líquida e as classificações para os países menos desenvolvidos.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida aos serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações de vida básicas para jovens e adultos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo de doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas para a população e saúde reprodutiva (política populacional e gestão administrativa, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo VIH/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se estiver orientada para a diminuição da pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) per capita do país doador Ajuda pública ao desenvolvimento concedida por um determinado país dividida pela sua população total. Ver *Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida*.

Alfabetização de adultos, taxa de Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa de Percentagem da população entre os 15 e os 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura para a idade, crianças menores de cinco anos com pouca Inclui raquitismo moderado e grave, definido como mais de dois desvios padrões abaixo da altura mediana para a idade da população de referência.

Analfabetas, pessoas que são funcionalmente Parcela da população adulta (16-65 anos) com resultados de nível 1 na escala de literacia em prosa do Inquérito Internacional à Literacia dos Adultos. A maioria das tarefas a este nível exige que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima à informação dada nas instruções.

Analfabetismo de adultos, taxa de Calculada como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de*.

Armas convencionais, transferências Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor (excluindo assim as armas capturadas ou obtidas junto de desertores), de armas com fins militares destinadas às forças armadas, paramilitares ou agências de serviços secretos de outro país. Inclui os principais sistemas ou armas convencionais, divididos em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados e sistemas de orientação e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas de

pequeno porte, elementos de apoio, componentes e tecnologia componente e artilharia naval de calibre inferior a 100 milímetros).

Assentos parlamentares ocupados por mulheres Refere-se a assentos ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única ou numa câmara alta ou senado, conforme aplicável.

Ciências, matemática e engenharia, estudantes do ensino superior de Parcela de estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências da computação; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; cursos de comércio, artesanato e indústria; e agricultura, silvicultura e pescas. Ver *Educação, níveis de*.

Combustível tradicional, consumo de Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais.

Contraceptivos, taxa de prevalência de Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre os 15 e os 49 anos, que utilizam, ou cujos parceiros utilizam, algum método de contracepção, quer moderno, quer tradicional.

Crianças com menos de cinco anos com diarreia recebendo reidratação oral e alimentação continuada Percentagem de crianças (0-4 anos) com diarreia nas duas últimas semanas anteriores ao inquérito, que receberam quer terapia de reidratação oral (soluções de reidratação oral ou líquidos caseiros recomendados), quer líquidos em maior quantidade e alimentação continuada.

Crianças que atingem o 5º ano Percentagem de crianças que inicia o ensino primário e que acabam por atingir o 5º ano (4º ano se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método da coorte reconstruída, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes relativos a dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vítimas de Percentagem da população que entende que foi vítima de determinado tipo de crime no ano anterior, com base nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas de Criminalidade.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de determinada idade que não têm emprego remunerado ou não são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e que tomaram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou tornarem-se trabalhadores independentes.

Desemprego de longa duração Desemprego com uma duração de 12 meses ou mais. Ver *Desemprego*.

Desemprego jovem, taxa de Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. Ver *Desemprego*.

Desemprego, taxa de Número de desempregados dividido pelo número de pessoas da população activa (empregados e desempregados). Ver *Desemprego e População activa (força de trabalho)*.

Educação, despesa pública com a Inclui as depesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e aquisição de equipamento pesado ou veículos) e as despesas correntes. Ver *Educação, despesa pública corrente com a*.

Educação, despesa pública corrente com a Gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte, incluindo despesas como salários e regalias dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e material de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens.

Educação, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Ver *Alfabetização de adultos, taxa de e Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de*. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Educação, níveis de A educação é classificada como pré-escolar, primária, secundária ou superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE). A *educação pré-escolar* (CITE, nível 0) é dada em escolas como jardins-de-infância e creches e destina-se a crianças sem idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. A *educação primária* (CITE, nível 1) fornece os elementos básicos de educação em estabelecimentos como escolas primárias e elementares. A *educação secundária* (CITE, níveis 2 e 3) baseia-se em pelo menos quatro anos de instrução prévia no primeiro nível e oferece instrução geral ou especializada, ou ambas, em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas ou profissionais. A *educação superior* (CITE, níveis 5-7) diz respeito à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação e escolas profissionais superiores – exigindo como condição mínima de admissão a conclusão bem sucedida da educação do segundo nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita de Refere-se à produção bruta, em termos per capita, incluindo o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores que sejam considerados partes integrantes das estações. Inclui também a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombagem, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões antropogénicas (de origem humana) de dióxido de carbono, provenientes da combustão de combustíveis fósseis, queima de gases residuais e produção de cimento. As emissões são calculadas com base em dados relativos ao consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, queima de gases residuais e produção de cimento.

Emprego feminino por actividade económica Emprego feminino na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema da Classificação Internacional Tipo da Indústria (CITI) (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às

actividades de mineração, exploração de pedreiras, produção, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. Serviços refere-se ao comércio grossista e retalhista; restaurantes e hotéis; transporte, armazenamento e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços às empresas; e serviços comunitários, sociais e pessoais.

Energia utilizada, PIB por unidade de Rácio entre o PIB (PPC em USD em 2000) e a energia comercial utilizada, medida em quilogramas de equivalente de petróleo. Este rácio oferece uma medida da eficiência energética através da apresentação de estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente às entradas físicas (unidades de utilização de energia). Ver *PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra)*.

Escolarização bruta combinada das escolas primárias, secundárias e superiores, taxa de Número de estudantes matriculados nos níveis de ensino primário, secundário e superior, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para os três níveis. Ver *Educação, níveis de e Escolarização, taxa bruta de*.

Escolarização, taxa bruta de Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. A taxa bruta de escolarização pode ser superior a 100% devido à repetição de anos e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para aquele grau de ensino. Ver *Educação, níveis de*.

Escolarização, taxa líquida de Número de estudantes matriculados num nível de educação com idade escolar oficial para aquele nível, em percentagem da população com idade escolar oficial para aquele nível. Ver *Educação, níveis de*.

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade predominantes no momento do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Esperança de vida, índice da Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma elevada intensidade de investigação e desenvolvimento. Abrange produtos de alta tecnologia como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Exportações de bens manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações de bens primários Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional de forma a incluir exportações de bens alimentares, matérias-primas agrícolas, combustíveis, minérios e metais.

Fluxos privados, outros Categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida (a soma de capitais do país, certificados de depósito e compras directas de acções por parte de investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (emissão de obrigações adquiridas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma Parcela da população com acesso razoável a qualquer um dos seguintes tipos de abastecimento de água potável: água canalizada, fontanários públicos, furos de captação de água, poços escavados cobertos, nascentes protegidas e recolha de águas pluviais. Acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e por dia a partir de uma fonte localizada no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Fonte de água melhorada, população sem acesso sustentável a uma Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada. Fontes não melhoradas incluem vendedores, água engarrafada, camiões-cisterna, nascentes e poços descobertos. Ver *Fonte de água melhorada, população com acesso sustentável a uma*.

Forças armadas, total Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, de comando, administrativas e de apoio. Também abrange forças paramilitares como a polícia, o pessoal dos serviços alfandegários e a guarda fronteiriça, quando têm formação em tácticas militares.

Importações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços, tais como serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoais e governamentais. Exclui os rendimentos do trabalho e da propriedade e os pagamentos de transferências.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede o progresso médio nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Um índice composto que mede o progresso médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e

saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de Gini Mede o desvio da distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos ou famílias, num determinado país, face a uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como percentagem da área máxima abaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados de elevado rendimento da OCDE Um índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – e que capta ainda a exclusão social. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Índice de preços no consumidor, variação média anual no Reflecte variações no custo de aquisição de um cabaz de bens e serviços para o consumidor médio, que podem ser fixas ou variar em determinados intervalos.

Instalações sanitárias melhoradas, população com acesso a Percentagem da população com acesso a instalações adequadas de eliminação de excrementos, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a uma fossa séptica, uma latrina com autoclismo, uma latrina simples com fossa ou uma latrina com fossa aperfeiçoada e arejada. Um sistema de eliminação de excrementos é considerado adequado se for privado ou partilhado (mas não público) e se prevenir de forma eficaz o contacto humano, animal ou de insectos com os excrementos.

Investigação e desenvolvimento, despesas em Despesas correntes e de capital (incluindo despesas fixas) em actividades criativas e sistemáticas com o intuito de aumentar a reserva de conhecimento. Incluem investigação fundamental e aplicada e trabalhos de desenvolvimento experimental conducentes a novos dispositivos, produtos ou processos.

Investigadores em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, envolvidas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). A maioria destas actividades exige a conclusão do ensino superior.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de Fluxos líquidos de investimento para aquisição de uma participação permanente na gestão (10% ou mais das acções com direito de voto) de uma empresa que opere numa economia distinta da do investidor. É a soma do capital social, reinvestimento de lucros e outros capitais de longo e de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras Parcela de mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações com interesses específicos, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos, e directoras gerais.

Limiar da pobreza de rendimentos, população abaixo do Percentagem da população que vive abaixo do limiar de pobreza especificado:

- 1 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 USD, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 USD por dia — a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 USD, a preços internacionais de 1993), ajustados à paridade do poder de compra.
- 4 USD por dia — a preços internacionais de 1990, ajustados à paridade do poder de compra.
- 11 USD por dia (por pessoa numa família de três) — a preços internacionais de 1994, ajustados à paridade do poder de compra.
- Limiar de pobreza nacional — o limiar de pobreza considerado pelas autoridades como apropriado para o país. As estimativas nacionais baseiam-se nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, com base nos inquéritos às famílias.
- 50% do rendimento médio — 50% do rendimento médio familiar disponível ajustado. Ver *PPC (paridade do poder de compra)*.

Linhas telefónicas principais Linhas telefónicas que ligam o equipamento dos clientes à rede telefónica pública fixa.

Malária, prevenção da (crianças menores de cinco anos) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem com mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, tratamento da (em crianças menores de cinco anos com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que se encontravam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e às quais foram administrados medicamentos antimaláricos.

Médicos Inclui os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo ensino, investigação e prática clínica).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade do género em três dimensões básicas do poder – participação e tomada de decisão económica, participação política e tomada de decisão e poder sobre recursos económicos. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

Militar, despesa Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros ministérios no recrutamento e formação de pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais e equipamentos militares. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente cinco anos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa de A probabilidade de morte entre o nascimento e exactamente um ano de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa ajustada de Taxa de mortalidade materna ajustada de forma a dar resposta a problemas bem documentados de lacunas de notificação e de má classificação das mortes maternas, assim como a estimativas para países que não dispõem de dados. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mortalidade materna, taxa de Número anual de óbitos de mulheres devido a causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa declarada de Taxa de mortalidade materna declarada pelas autoridades nacionais. Ver *Mortalidade materna, taxa de*.

Mulheres no governo a nível ministerial Inclui vice-primeiras-ministras e ministras. Consideraram-se também primeiras-ministras as que detinham pastas ministeriais. Foram também incluídas vice-presidentes e chefes de departamentos ou agências a nível ministerial quando em exercício de uma função ministerial na estrutura governamental.

Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados Percentagem de partos assistidos por profissionais (incluindo médicos, enfermeiras e parteiras) preparados para fornecer os necessários cuidados, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, parto e período pós-parto; para conduzirem partos sem assistência; e prestarem cuidados aos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se a documentos emitidos por um gabinete público que descrevem uma invenção e criam uma situação legal em que a invenção patenteada normalmente pode ser explorada (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado ou com a sua autorização. A protecção das invenções é limitada geralmente a 20 anos a partir da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Peso à nascença, crianças com baixo Percentagem de crianças que nasce com um peso inferior a 2.500 gramas.

Peso para a idade, crianças menores de cinco anos com baixo Inclui insuficiência de peso moderada, definida como mais de dois desvios padrão abaixo do peso mediano para a idade da população de referência, e insuficiência de peso grave, definida como mais de três desvios padrão abaixo do peso mediano.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas ou grupos de pessoas que foram forçados ou obrigados a fugir ou deixar as suas casas ou locais de residência habitual, particularmente, como consequência ou a fim de evitar as consequências de conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou desastres naturais ou causados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional internacionalmente reconhecida.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para satisfazer as suas necessidades energéticas mínimas.

PIB (em USD) Produto interno bruto convertido em dólares americanos através da taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente elevada, da taxa efectivamente utilizada nas transacções em divisa estrangeira e em produtos comercializados. Ver *PIB (produto interno bruto)*.

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios) não incluídos na valorização da produção. É calculado sem incluir as deduções da depreciação do capital físico ou do esgotamento e deterioração dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados.

PIB per capita (em USD) Produto interno bruto em dólares americanos dividido pela população média do ano. Ver *PIB (em USD) e População total*.

PIB per capita (PPC em USD) Produto interno bruto (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos) dividido pela população média do ano. Ver *PIB (produto interno bruto), PPC (paridade do poder de compra) e População total*.

PIB per capita, taxa de crescimento anual do Taxa de crescimento anual (mínimos quadrados) calculada a partir do PIB per capita a preços constantes, em moeda local.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se no produto interno bruto per capita (em termos de paridade do poder de compra em USD; ver PPC). Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice, ver *Nota técnica 1*.

População activa (força de trabalho) Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam num emprego remunerado, exerciam uma ocupação ou um trabalho independente ou tinham um emprego mas não estavam a trabalhar) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma determinada idade que, durante o período em referência, estavam sem trabalho, normalmente disponíveis para trabalhar e à procura de trabalho).

População total Refere-se à população real, que inclui toda a população presente numa dada região, num dado momento.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com os critérios utilizados por cada país, conforme notificado à ONU. Ver *População total*.

População, taxa de crescimento anual da Refere-se à taxa de crescimento média anual exponencial no período indicado. Ver *População total*.

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa PPAE, sem novas condicionantes políticas.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado (PPAE), com um percurso conhecido de bom desempenho no quadro de programas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no âmbito da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a encetar reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade do poder de compra) Uma taxa de câmbio que leva em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e dos rendimentos reais. À taxa de PPC em USD (como se usa neste Relatório), 1 USD PPC tem o mesmo poder de compra na economia nacional que 1 USD tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não sobreviver até uma idade específica Calculada como 1 menos a probabilidade de sobreviver até uma idade específica para uma dada coorte. Ver *Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de sobreviver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões predominantes das taxas de mortalidade específicas à idade.

Projecção da variação média Projecções da população efectuadas pela Divisão da População das Nações Unidas, assumindo a trajectória média da fertilidade e níveis normais de mortalidade e de migração internacional. Cada pressuposto implica tendências projectadas dos níveis de fertilidade, mortalidade e migração líquida que dependem das características demográficas específicas e das políticas relevantes de cada país ou grupo de países. Por outro lado, inclui-se na projecção o impacto do VIH/SIDA para os países altamente afectados pela epidemia do VIH/SIDA. A Divisão de População das Nações Unidas também publica projecções com variações baixas e elevadas. Para mais informações, ver http://esa.un.org/unpp/assumptions.html.

Propriedade segura, famílias com acesso a Famílias que detêm ou estão em vias de adquirir as suas habitações, que alugam por sua conta ou que se encontram abrangidas por regimes de habitação social ou de sub-arrendamento.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado solicitou um pedido de asilo mas ainda não recebeu resposta ou está registado como candidato a asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do Cálculo aproximado, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, populações feminina e masculina totais e PIB per capita (em termos de paridade do poder de compra em dólares americanos; ver *PPC*). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver *Nota técnica 1*.

Rendimento auferido, estimativa do rácio feminino-masculino do Rácio entre as estimativas do rendimento auferido feminino e do rendimento auferido masculino. Ver *Rendimento auferido (PPC em USD), estimativa do*.

Rendimento ou consumo, parcelas de Parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decis e quintis, com base em inquéritos nacionais às famílias ao longo de vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis de desigualdade entre pobres e ricos mais baixos do que os inquéritos sobre o rendimento, já que as pessoas pobres consomem, normalmente, uma parte maior do seu rendimento. Como os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser efectuadas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia, acrescida de quaisquer impostos sobre o produto (à excepção de subsídios), não incluídos na valorização da produção, mais as receitas líquidas do rendimento primário (remuneração de empregados e rendimentos de propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois da soma de todos os produtos finais e da subtracção de todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares americanos correntes, convertidos utilizando o método *Atlas do Banco Mundial*.

Royalties e direitos de licença, receitas de Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos e não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, direitos de autor, de *franchising* e processos industriais) e pela utilização, através de acordos de licença, de originais de protótipos produzidos (tais como filmes e manuscritos). Os dados baseiam-se na balança de pagamentos.

Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a Soma das despesas pública e privada de saúde (em termos de paridade do poder de compra em USD), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a prestação de serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. Ver *Saúde, despesa privada de; Saúde, despesa pública de; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Saúde, despesa privada de Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações sem fins lucrativos que servem as famílias e pagamentos directos de serviços por empresas privadas. Somada à despesa pública de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa pública de*.

Saúde, despesa pública de Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local) empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e de organizações não governamentais) e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Somada à despesa privada de saúde, perfaz a despesa total de saúde. Ver *Saúde, despesa per capita (PPC em USD) com a e Saúde, despesa privada de*.

Serviço da dívida total Soma dos principais reembolsos e juros pagos efectivamente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de superior a um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Tabagismo entre adultos, prevalência do Percentagem de homens e mulheres que fumam cigarros.

Taxa de actividade económica feminina Parcela da população feminina com 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços.

Taxa de fertilidade total Número de filhos que cada mulher teria se vivesse até ao final do seu período de fertilidade e desse à luz em cada idade, de acordo com as taxas de fertilidade predominantes na idade específica.

Taxa de mortalidade de menores de cinco anos Ver *Mortalidade de menores de cinco anos, taxa de*.

Taxa de mortalidade infantil Ver *Mortalidade infantil, taxa de*.

Telemóveis, assinantes (também referidos como assinantes de telefones celulares móveis) Assinantes de um serviço telefónico público móvel e automático, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades de mercado e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. Ver *Actividades de mercado e Actividades não mercantis*.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços de exportações e o índice de preços de importações, medido relativamente a um ano base. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações aumentou relativamente ao preço das importações.

Trabalhador familiar, contribuição do Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE) de 1993, como uma pessoa que trabalha sem remuneração numa empresa económica dirigida por um familiar que vive no mesmo lar.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Profissões (CITP-88), incluindo profissionais no domínio da física, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais de ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tratados ambientais, ratificação de Após assinar um tratado, um país deve ratificá-lo, geralmente com a aprovação do seu parlamento. Este processo não só implica uma declaração de interesse, expressa pela assinatura, mas também a transposição dos princípios e obrigações do tratado para a legislação nacional.

Tuberculose, casos curados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, curados com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, casos detectados com base em DOTS Percentagem da estimativa de novos casos de infecção por tuberculose, detectados (diagnosticados num determinado período) com base em DOTS, a estratégia de controlo da tuberculose recomendada internacionalmente.

Tuberculose, prevalência de casos de Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial de Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco Percentagem de homens e mulheres que dizem ter usado um preservativo na última vez em que tiveram relações sexuais com um parceiro extraconjugal, ou não coabitante, nos últimos 12 meses.

Utilizadores da Internet Pessoas com acesso à rede mundial.

Vacinação, crianças de um ano efectivamente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou a tuberculose.

VIH, prevalência do Percentagem de pessoas entre os 15 e os 49 anos infectadas com o VIH.

Referências estatísticas

Banco Mundial. 2003. *World Development Indicators 2003.* CD-ROM. Washington, D.C.

———. 2005. *World Development Indicators 2005.* CD-ROM. Washington, D.C.

———. 2006. *World Development Indicators 2006.* CD-ROM. Washington, D.C.

Centro de Monitorização das Deslocações Internas. 2006. «Global Statistics.» Genebra. [www.internal-displacement.org]. Consultado em Maio de 2006.

Charmes, Jacques. 2006. Correspondence on time use. Junho. Paris.

Fuentes, Ricardo, Tobias Pfütze, e Papa Seck. 2006. «Does Access to Water and Sanitation Affect Child Survival? A Five Country Analysis.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2006. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

———. 2006b. «A Logistic Analysis of Diarrhea Incidence and Access to Water and Sanitation». Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 2006. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Goldshmidt-Clermont, Luisella, e Elisabetta Pagnossin Aligisakis. 1995. «Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Grimm, M., K. Harttgen, S. Klasen e M. Misselhorn. 2006. «A Human Development Index by Income Groups.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Gwatkin, Davidson, Shea Rutstein, Kiersten Johnson, Eldaw Abdalla Suliman, Adam Wagstaff, e Agbessi Amouzou. 2005. Socioeconomic Differences in Health, Nutrition, and Population. Second edition. Washington, D.C.: Banco Mundial.**Harvey, Andrew S. 1995**. «Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 1995. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

———. 2001. «National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.» Documento de apoio para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Heston, Alan, Robert Summers, e Bettina Aten. 2001. Correspondence on data from the Penn World Table 6.0. Março. Filadélfia, Pensilvânia.

———. 2002. «Penn World Tables Version 6.1.» University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Filadélfia. [http://pwt.econ.upenn.edu/]. Consultado em Março de 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2005. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Brasília. [http://www.ibge.gov.br/home/estatística/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/sintesepnad2004.pdf]. Consultado em Agosto de 2006.

IIEE (Instituto Internacional de Estudos Estratégicos). 2006. *The Military Balance 2005–2006*. Londres: Routledge, Taylor and Francis Group.

Kennedy, John F. 1962. Observações em Pueblo, Colorado, 17 de Agosto. *The Public Papers of the President of the United States.* Washington, D.C.: National Archives and Records Administration.

LIS (Luxembourg Income Study). 2006. «Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.» Luxemburgo. [www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. Consultado em Maio de 2006.

Milanovic, Branko. 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. Março. Banco Mundial, Washington, D.C.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) 2006a. Correspondence on employment rates. Maio. Paris.

———. 2006b. Correspondence on long-term unemployment rates. Maio. Paris.

———. 2006c. Correspondence on unemployment rates. Maio. Paris.

OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) e Statistics Canada. 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the IALS.* Paris.

———. 2005. *Learning a Living by Earning Skills: First Results of the Adult Literacy and Life Skills Survey.* Paris.

OCDE-CAD (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento). 2006a. Correspondence on official development assistance disbursed. Maio. Paris.

———. 2006b. DAC Journal: Development Cooperation 2006 Report. Paris.

———. 2006c. *DAC Online.* Database. Paris.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2005a. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1980–2020.* Fifth edition, revision 2. Database. Genebra.

———. 2005b. *Key Indicators of the Labour Market.* Fourth edition. CD-ROM. Genebra. [www.ilo.org/kilm/]. Consultado em Abril de 2006.

———. 2006a. *Database on International Labour Standards (ILOLEX).* Genebra. [www.ilo.org/ilolex/english/docs/declworld.htm]. Consultado em Agosto de 2006.

———. 2006b. *LABORSTA Database. Genebra.* [http://laborsta.ilo.org]. Consultado em Abril de 2006.

OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). 2006 «Patents Granted by Office (1985 to 2004).» Genebra. [htto://wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/source/granted_national_table.csv]. Consultado em Maio de 2006.

OMS (Organização Mundial de Saúde). 2006a. «Core Health Indicators.» Genebra. [www3.who.int/whosis/core/core_select.cfm]. June 2006.

———. 2006b. Correspondence on health expenditure. Maio. Genebra.

———. 2006c. *World Health Statistics 2006.* Genebra.

———. **2006d.** *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2006.* Genebra. [www.who.int/tb/publications/global_report/en/index.html]. Consultado em Julho de 2006.

ONU (Nações Unidas). 2002. Correspondence on time use surveys. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais. Divisão de Estatísticas. Fevereiro. Nova Iorque.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2006a. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford, U.K.: Oxford University Press.

Smeeding, Timothy M. 1997. "Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study." Background paper for *Human Development Report 1997.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

———. **2005a.** Correspondence on life expectancy at birth. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Março. Nova Iorque.

———. **2005b.** *World Population Prospects 1950–2050: The 2004 Revision.* Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006a.** Correspondence on traditional fuel use. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.

———. **2006b.** Correspondence on urban population. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006c.** Millennium Indicators Database. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas, Nova Iorque. [http://mdgs.un.org]. Consultado em Junho de 2006.

———. **2006d.** «Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General.» Nova Iorque. [http://untreaty.un.org]. Consultado em Maio de 2006.

———. **2006e.** *World Urbanization Prospects: The 2005 Revision.* Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão da População. Nova Iorque.

———. **2006f.** Correspondence on energy consumption. Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais, Divisão de Estatísticas. Março. Nova Iorque.

ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA). 2006. Correspondence on HIV prevalence. Maio. Genebra.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2005a. *Bosnia and Herzegovina Human Development Report 2005.* Sarajevo.

———. **2005b.** *Ethnic and Cultural Diversity: Citizenship in a Plural State.* National Human Development Report for Guatemala. Cidade da Guatemala.

———. **2005c.** *Linking Industrialization with Human Development.* National Human Development Report for Kenya. Nairobi.

———. **2005d.** *Towards Human Development with Equity.* National Human Development Report for China. Pequim.

Ruoen, Ren, e Chen Kai. 1995. «China's GDP in U.S. Dollars Based on Purchasing Power Parity.» Policy Research Working Paper 1415. Banco Mundial, Washington, D.C.

SIPRI (Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Estocolmo). 2006a. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmaments and International Security.* Oxford: Oxford University Press.

———. **2006b.** *Correspondence on arms transfers. Março. Estocolmo.*

———. **2006c.** *Correspondence on military expenditure data. Maio. Estocolmo.*

Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom.* Nova Iorque: Oxford University Press.

Smeeding, Timothy M. 1997. «Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxembourg Income Study.» Documento de apoio para o *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1997. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, Nova Iorque.

Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater, e Gary Burtless. 2000. «United States Poverty in a Cross-National Context.» In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty.* New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Statec. 2006. Correspondence on gross enrolment ratio for Luxembourg. Maio. Luxemburgo.

UIP (União Interparlamentar). 2005. Correspondence on women in government at the ministerial level. Março. Genebra.

———. **2006a.** Correspondence on women in national parliaments. Maio. Genebra.

———. **2006b.** Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first woman was elected or appointed to parliament. Julho. Genebra.

———. **2006c.** *Parline Database.* Geneva. [www.ipu.org]. Consultado em Maio de 2006.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). 1997. «International Standard Classification of Education 1997.» Paris. [www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/isced/ISCED_A.pdf]. Consultado em Maio de 2006.

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), Instituto de Estatísticas. 1999. *Statistical Yearbook.* Montreal.

———. **2003.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.

———. **2005.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Março. Montreal.

———. **2006a.** Correspondence on adult and youth literacy rates. Abril. Montreal.

———. **2006b.** Correspondence on education expenditure data. Maio. Montreal.

———. **2006c.** Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. Maio. Montreal.

———. **2006d.** Correspondence on students in science, engineering, manufacturing and construction. Maio. Montreal.

UNHCR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2006. Correspondence on refugees by country of asylum and country of origin. Maio. Genebra.

UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância). 2004. *State of the World's Children 2005.* Nova Iorque.

———. **2005.** *State of the World's Children 2006.* Nova Iorque.

UNODC (Gabinete das Nações Unidas para a Droga e a Criminalidade). 2004. Correspondence on data on crime victims. Março. Viena.

UN-OHRLLS (Gabinete das Nações Unidas do Alto Representante para os Países Menos Avançados, os Países em Desenvolvimento sem Litoral e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento). 2006. «List of Least Developed Countries.» [www.un.org/special-rep/ohrlls/ldc/list.htm]. Consultado em Junho de 2006.

Classificação dos países

Países nos agregados do desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano elevado (IDH 0,800 e superior)

Alemanha
Antígua e Barbuda
Argentina
Austrália
Áustria
Baamas
Barbados
Barém
Bélgica
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Canadá
Catar
Chile
Chipre
Coreia, República da
Costa Rica
Croácia
Cuba
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Estado do Brunei Darussalam
Estados Unidos
Estónia
Finlândia
França
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Hungria
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Koweit
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malásia
Malta
Maurícia
México
Noruega
Nova Zelândia
Omã
Países Baixos
Panamá
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Roménia
São Cristóvão e Nevis
Seicheles
Singapura
Suécia
Suíça
Tonga
Trindade e Tobago
Uruguai
(63 países ou áreas)

Desenvolvimento humano médio (IDH 0,500-0,799)

África do Sul
Albânia
Arábia Saudita
Argélia
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Botsuana
Brasil
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Cazaquistão
China
Colômbia
Comores
Congo
Domínica
Egipto
El Salvador
Equador
Federação da Rússia
Fiji
Filipinas
Gabão
Gana
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Líbano
Macedónia, antiga República jugoslava da
Madagáscar
Maldivas
Marrocos
Mianmar
Moldávia, República da
Mongólia
Namíbia
Nepal
Nicarágua
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Paraguai
Peru
Quirguizistão
República Árabe Síria
República Dominicana
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Sri Lanca
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tajiquistão
Territórios Ocupados da Palestina
Timor-Leste
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uganda
Usbequistão
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
Vietname
(83 países ou áreas)

Desenvolvimento humano baixo (IDH abaixo de 0,500)

Angola
Benim
Burquina Faso
Burundi
Chade
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Lesoto
Malawi
Mali
Mauritânia
Moçambique
Níger
Nigéria
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Tanzânia, Rep. U. da
Togo
Zâmbia
Zimbabué
(31 países ou áreas)

Nota: Os seguintes países membros das Nações Unidas não estão incluídos nos grupos de desenvolvimento humano porque não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Estados Federados da Micronésia, Ilhas Marshall, Iraque, Libéria, Listenstaine, Mónaco, Montenegro, Nauru, Palau, Quiribati, República Democrática da Coreia, São Marino, Sérvia, Somália e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento

Rendimento elevado (RNB per capita de 10,066 dólares ou mais em 2004)

Alemanha
Andorra
Arábia Saudita
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Bélgica
Canadá
Catar
Chipre
Coreia, República da
Dinamarca
Emirados Árabes Unidos
Eslovénia
Espanha
Estado do Brunei Darussalam
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Irlanda
Islândia
Israel
Itália
Japão
Koweit
Listenstaine
Luxemburgo
Malta
Mónaco
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Portugal
Reino Unido
São Marino
Singapura
Suécia
Suíça
(41 países ou áreas)

Rendimento médio (RNB per capita de 826-10,065 dólares em 2004)

África do Sul
Albânia
Angola
Antígua e Barbuda
Argélia
Argentina
Arménia
Azerbaijão
Barbados
Belize
Bielorrússia
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botsuana
Brasil
Bulgária
Cabo Verde
Cazaquistão
Chile
China
Colômbia
Costa Rica
Croácia
Cuba
Djibuti
Domínica
Egipto
El Salvador
Equador
Eslováquia
Estónia
Federação da Rússia
Fiji
Filipinas
Gabão
Geórgia
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné Equatorial
Honduras
Hungria
Ilhas Marshall
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Letónia
Líbano
Lituânia
Macedónia, antiga República jugoslava da
Malásia
Maldivas
Marianas do Norte
Marrocos
Maurícia
México
Micronésia, Est. Fed.
Montenegro [a]
Namíbia
Omã
Palau
Panamá
Paraguai
Peru
Polónia
Quiribati
República Árabe Síria
República Checa
República Dominicana
Roménia
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Seicheles
Sérvia [a]
Sri Lanca
Suazilândia
Suriname
Tailândia
Territórios Ocupados da Palestina
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquemenistão
Turquia
Ucrânia
Uruguai
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
(93 países ou áreas)

Rendimento baixo (RNB per capita de 825 dólares ou menos em 2004)

Afeganistão
Bangladeche
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Camarões
Camboja
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Índia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Moldávia, República da
Mongólia
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Quénia
Quirguizistão
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tajiquistão
Tanzânia, Rep. U. da
Timor-Leste
Togo
Uganda
Usbequistão
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(59 países ou áreas)

Nota: Os grupos de rendimento utilizam a classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2005) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Estes incluem os seguintes países ou áreas que não são países membros das Nações Unidas e não estão, por isso, incluídos nos quadros do IDH: rendimento elevado, Antilhas Neerlandesas, Aruba, Bermudas, Gronelândia, Guam, Ilha de Man, Ilhas Caimão, Ilhas Faroé, Ilhas Virgens Americanas, Macau, China (RAE), Nova Caledónia, Polinésia Francesa e Porto Rico; rendimento médio, Samoa Americana. Estes países ou areas estão incluídos nos grupos por nível de rendimento. Os países membros das Nações Unidas, Nauru e Tuvalu, não estão incluídos devido à falta de dados.

a A classificação de rendimento e os grupos baseado na mesma referem-se à Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afeganistão
África do Sul
Angola
Antígua e Barbuda
Arábia Saudita
Argélia
Argentina
Baamas
Bangladeche
Barbados
Barém
Belize
Benim
Bolívia
Botsuana
Brasil
Burquina Faso
Burundi
Butão
Cabo Verde
Camarões
Camboja
Catar
Chade
Chile
China
Chipre
Colômbia
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Coreia, Rep. da
Coreia, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Costa Rica
Cuba
Djibuti
Domínica
Egipto
El Salvador
Emirados Árabes Unidos
Equador
Eritreia
Estado do Brunei Darussalam
Etiópia
Fiji
Filipinas
Gabão
Gâmbia
Gana
Granada
Guatemala
Guiana
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Honduras
Hong Kong, China (RAE)
Iémen
Ilhas Marshall
Ilhas Salomão
Índia
Indonésia
Irão, Rep. Islâmica do
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jamaica
Jordânia
Koweit
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Líbano
Libéria
Madagáscar
Malásia
Malawi
Maldivas
Mali
Marrocos
Maurícia
Mauritânia
México
Mianmar
Micronésia, Est. Fed.
Moçambique
Mongólia
Namíbia
Nauru
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Omã
Palau
Panamá
Papuásia-Nova Guiné
Paquistão
Paraguai
Peru
Quénia
Quiribati
República Árabe Síria
República Centro-Africana
República Dominicana
Ruanda
Samoa (Ocidental)
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Tomé e Príncipe
São Vicente e Granadinas
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Singapura
Somália
Sri Lanca
Suazilândia
Sudão
Suriname
Tailândia
Tanzânia, Rep. U. da
Territórios Ocupados da Palestina
Timor-Leste
Togo
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquia
Tuvalu
Uganda
Uruguai
Vanuatu
Venezuela, Rep. Bolivariana
Vietname
Zâmbia
Zimbabué
(137 países ou áreas)

Países menos desenvolvidos [a]

Afeganistão
Angola
Bangladeche
Benim
Burquina Faso
Burundi
Butão
Cabo Verde
Camboja
Chade
Comores
Congo, Rep. Dem.
Djibuti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Haiti
Iémen
Ilhas Salomão
Laos, Rep. Dem. Popular do
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Maldivas
Mali
Mauritânia
Mianmar
Moçambique
Nepal
Níger
Quiribati
República Centro-Africana
Ruanda
Samoa (Ocidental)
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Somália
Sudão
Tanzânia, Rep. U. da
Timor-Leste
Togo
Tuvalu
Uganda
Vanuatu
Zâmbia
(50 países ou áreas)

Europa Central e Oriental e a Comunidade de Estados Independentes (CEI)

Albânia
Arménia
Azerbaijão
Bielorrússia
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Cazaquistão
Croácia
Eslováquia
Eslovénia
Estónia
Federação da Rússia
Geórgia
Hungria
Letónia
Lituânia
Macedónia, antiga República jugoslava da
Moldávia, República da
Montenegro [b]
Polónia
Quirguizistão
República Checa
Roménia
Sérvia [b]
Tajiquistão
Turquemenistão
Ucrânia
Usbequistão
(28 países ou áreas)

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia, República da
Dinamarca
Eslováquia
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Hungria
Irlanda
Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
México
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Polónia
Portugal
Reino Unido
República Checa
Suécia
Suíça
Turquia
(30 países ou áreas)

Países OCDE de rendimento elevado

Alemanha
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Coreia, República da
Dinamarca
Espanha
Estados Unidos
Finlândia
França
Grécia
Irlanda
Islândia
Itália
Japão
Luxemburgo
Noruega
Nova Zelândia
Países Baixos
Portugal
Reino Unido
Suécia
Suíça
(24 países ou áreas)

a Classificação das Nações Unidas baseada em UN-OHRLLS 2006.
b Os grupos regionais baseiam-se em dados para a Sérvia e Montenegro antes da sua separação em dois estados independentes em Junho de 2006.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

Países Árabes
Arábia Saudita
Argélia
Barém
Catar
Djibuti
Egipto
Emirados Árabes Unidos
Iémen
Iraque
Jamahira Árabe Líbia
Jordânia
Koweit
Líbano
Marrocos
Omã
República Árabe Síria
Somália
Sudão
Territórios Ocupados da Palestina
Tunísia
(20 países ou áreas)

Ásia Oriental e Pacífico
Camboja
China
Coreia, Rep. da
Coreia, Rep. Dem.
Estado do Brunei Darussalam
Fiji
Filipinas
Hong Kong, China (RAE)
Ilhas Marshall
Ilhas Salomão
Indonésia
Laos, Rep. Dem. Popular do
Malásia
Mianmar
Micronésia, Est. Fed.
Mongólia
Nauru
Palau
Papuásia-Nova Guiné
Quiribati
Samoa (Ocidental)
Singapura
Tailândia
Timor-Leste
Tonga
Tuvalu
Vanuatu
Vietname
(28 países ou áreas)

Ásia do Sul
Afeganistão
Bangladeche
Butão
Índia
Irão, Rep. Islâmica do
Maldivas
Nepal
Paquistão
Sri Lanca
(9 países ou áreas)

América Latina e Caraíbas
Antígua e Barbuda
Argentina
Baamas
Barbados
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Domínica
El Salvador
Equador
Granada
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicarágua
Panamá
Paraguai
Peru
República Dominicana
Santa Lúcia
São Cristóvão e Nevis
São Vicente e Granadinas
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela, Rep. Bolivariana
(33 países ou áreas)

Europa do Sul
Chipre
Turquia
(2 países ou áreas)

África Subsariana
África do Sul
Angola
Benim
Botsuana
Burquina Faso
Burundi
Cabo Verde
Camarões
Chade
Comores
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné Equatorial
Guiné-Bissau
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Maurícia
Mauritânia
Moçambique
Namíbia
Níger
Nigéria
Quénia
República Centro-Africana
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Seicheles
Senegal
Serra Leoa
Suazilândia
Tanzânia, Rep. U. da
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(45 países ou áreas)

Índice dos indicadores

Quadro de indicadores	Indicador
	A
1, 1a, 12	Alfabetização de adultos, taxa de
24, 26	feminina
26	feminina em % da masculina
24	masculina
12	Alfabetização de jovens, taxa de
26	feminina
26	feminina em % da masculina
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsadal
17	em % do RNB
17	per capita do país doador
17	para serviços sociais básicos
17	para os países menos desenvolvidos
17	total
17	bilateral não ligada
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)
18	em % do PIB
18	per capita
18	total
7	Altura para a idade, crianças com pouca
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
4	Analfabetas, pessoas que são funcionalmente
3	Analfabetismo de adultos, taxa de
29	Ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	Ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
	Armas convencionais, transferências de
	exportações
22	parcela
22	total
22	importações, total
25	Assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado

Quadro de indicadores	Indicador
	C
12	Ciências, engenharia, indústria e construção, estudantes do ensino superior de
12	Crianças que atingem o 5º ano
21	Combustível tradicional, consumo del
16	Comércio, condições de
6	Contraceptivos, taxa de prevalência de
	Criminalidade, pessoas vítimas de
23	agressão
23	suborno (corrupção)
23	crimes de propriedade
23	roubo
23	agressão sexual
23	total
	D
4	Desemprego de longa duração
20	homens
20	mulheres
	Desemprego, taxa de
21	média anual
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	jovem
20	feminina em % da taxa masculina
20	total
	Direitos fundamentais do trabalho, estatuto das convenções sobre
31	Abolição do trabalho infantil
31	Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação
31	Eliminação de trabalho forçado e obrigatório
31	Liberdade de associação e negociação colectiva
	Dívida total, serviço da
18	em % das exportações de bens, serviços e rendimentos líquidos do exterior
18, 19	em % do PIB

Quadro de indicadores	Indicador
	E
	Educação, despesa pública de
11, 19	em % do PIB
11	em % da despesa pública total
11	pré-escolar e primária
11	secundária
11	superior
1	Educação, índice da
21	Electricidade, consumo per capita de
	Emissões de dióxido de carbono
21	per capita
21	parcela do total mundial
	Emprego por actividade económica
	agricultura
27	homens
27	mulheres
	indústria
27	homens
27	mulheres
	serviços
27	homens
27	mulheres
21	Energia utilizada, PIB por unidade de
	Escolarização bruta, taxa de
1, 1a	combinada das escolas primárias, secundárias e superiores
24	feminina
24	masculina
	superior
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
	Escolarização, taxa líquida de
1a, 12	primária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
12	secundária
26	rácio feminino
26	rácio feminino/masculino
1, 1a, 10	Esperança de vida à nascença
24	feminina
24	masculina
1	Esperança de vida, índice da
	Exportações
16	de alta tecnologia
16	de bens e serviços
16	de bens manufacturados
16	de bens primários

Quadro de indicadores	Indicador
	F
18	Fluxos privados, outros
	Fonte de água melhorada
1a, 7	população com acesso sustentável a uma
3	população sem acesso sustentável a uma
	Forças armadas
22	índice
22	total
	I
16	Importações de bens e serviços
	Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)
24	ordem IDH menos a ordem do GDI
24	valor e ordem
	Índice de desenvolvimento humano (IDH)
1	ordem do PIB per capita menos ordem IDH
2	tendências, desde 1975
1	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-1)
3	ordem menos ordem pobreza de rendimento
3	valor e ordem
	Índice de pobreza humana (IPH-2)
4	ordem menos ordem pobreza de rendimento
4	valor e ordem
14	Índice de preços no consumidor, variação média anual do
	Instrumentos internacionais de direitos humanos, estatuto dos principais
30	Convenção contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
30	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
30	Convenção sobre os Direitos da Criança
30	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
30	Convenção Internacional para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
30	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
	Investigação e desenvolvimento (I&D)
13	despesas
13	investigadores
18	Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos de
	L
25	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
13	Linhas telefónicas principais

Quadro de indicadores	Indicador
	M
	Malária, casos de
9	prevenção da (crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida)
9	tratamento da (crianças menores de cinco anos com febre tratadas com medicamentos antimaláricos)
6	Médicos
	Medida de participação segundo o género (MPG)
25	valor e ordem
19	Militar, despesa
10	Mortalidade infantil, taxa de
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
	Mortalidade materna, taxa de
10	ajustada
10	declarada
29	Mulheres no governo a nível ministerial
	Mulheres, participação económica e política das
25	legisladoras, funcionárias superiores e gestoras
25	trabalhadoras especializadas e técnicas
25	assentos parlamentares ocupados por mulheres
29	câmara baixa ou única
29	câmara alta ou senado
29	mulheres no governo a nível ministerial
29	ano da eleição ou nomeação da primeira mulher para o parlamento
29	ano em que as mulheres receberam o direito de se candidatarem às eleições
29	ano em que as mulheres receberam o direito de voto
	P
6	Partos assistidos por profissionais de saúde qualificados
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Patentes concedidas a residentes
7	Peso à nascença, crianças com baixo
3, 7	Peso para a idade, crianças com baixo
20	Pessoas desempregadas
22	Pessoas deslocadas internamente
1a, 7	Pessoas subalimentadas
1	PIB, índice do
	PIB per capita
14	taxa de crescimento anual
14	em USD
1, 1a, 14	PPC em USD
14	valor mais elevado no período 1975-2004
14	ano do valor mais elevado
	PIB total
14	PPC em mil milhões de USD
14	em mil milhões de USD
	População
5	com 65 anos ou mais
5	taxa de crescimento anual
1a, 5	total
5	com menos de 15 anos
5	urbana
	Pobreza de rendimentos
3	população que vive com menos de 1 USD por dia
3	população que vive com menos de 2 USD por dia
4	população que vive com menos de 4 USD por dia
4	população que vive com menos de 11 USD por dia
4	população que vive com menos de 50% do rendimento médio
3	população que vive abaixo do limiar de pobreza nacional
	R
	Refugiados
22	por país de asilo
22	por país de origem
6	Reidratação oral e alimentação continuada, crianças com diarreia que recebem
	Rendimento auferido, estimativa de
24	feminino
24	masculino
25	rácio feminino/masculino
	Rendimento, medidas de desigualdade de
15	Índice de Gini
15	rácio do rendimento, 10% mais ricos/10% mais pobres
15	rácio do rendimento, 20% mais ricos/20% mais pobres
	Rendimento ou consumo, parcelas de
15	10% mais pobres
15	20% mais pobres
15	10% mais ricos
15	20% mais ricos
13	*Royalties* e direitos de licença, receitas de
	S
7	Saneamento melhorado, população com acesso a sustentável a
	Saúde, despesa com a
6	per capita
6	privada
6, 19	pública
	Sobrevivência
3	probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos
4	probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos

Quadro de indicadores	Indicador
	probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos
10	feminina
10	masculina

T

	Tabagismo entre adultos, prevalência de
9	homens
9	mulheres
27	Taxa de actividade económica feminina
27	em % da taxa masculina
27	índice
1a, 5	Taxa de fertilidade total
1a, 10	Taxa de mortalidade de menores de cinco anos
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
13	Telemóveis, assinantes de
	Tempo de trabalho
	homens
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	total
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
	mulheres
28	em % das masculinas
28	actividades de mercado
28	actividades não mercantis
28	total
	Trabalhador familiar, contribuição do
27	homens
27	mulheres
25	Trabalhadoras especializadas e técnicas
	Tratados ambientais, ratificação de
21	Protocolo de Cartagena sobre a Segurança Biológica
21	Convenção sobre a Diversidade Biológica
21	Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
21	Protocolo de Quioto da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas
	Tuberculose, casos de
9	curados com base em DOTS
9	detectados com base em DOTS
9	total

U

	Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco, taxa de
9	homens
9	mulheres
13	Utilizadores da Internet

V

	Vacinadas, crianças de um ano
6	contra o sarampo
6	contra a tuberculose
8	20% mais pobres
8	20% mais ricos
1a, 9	VIH, prevalência do
29	Voto, ano em que as mulheres receberam o direito de

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Objectivo 1 Erradicar a pobreza extrema e a fome		
Meta 1 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população com rendimento inferior a 1 dólar por dia	1. Percentagem da população com menos de 1 dólar (PPC) por dia 2. Rácio do hiato da pobreza (incidência x dimensão da pobreza) 3. Parcela do quintil mais pobre em termos de consumo nacional	3 15
Meta 2 Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a percentagem da população atingida pela fome	4. Prevalência de crianças menores de cinco anos com peso insuficiente 5. Percentagem da população abaixo do limiar mínimo de consumo de energia dietética	3, 7 1a [a], 7 [a]
Objectivo 2 Atingir o ensino primário universal		
Meta 3 Assegurar que, até 2015, as crianças de todo o mundo, rapazes e raparigas, poderão concluir um ciclo completo de ensino primário	6. Taxa de escolarização líquida no ensino primário 7. Percentagem de alunos do 1º ano que atingirão o 5º ano 8. Taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos	1a, 12 12 12
Objectivo 3 Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres		
Meta 4 Eliminar as disparidades de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015	9. Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e superior 10. Rácio entre mulheres e homens alfabetizados, entre os 15 e os 24 anos 11. Percentagem de mulheres assalariadas no sector não agrícola [b] 12. Percentagem de assentos ocupados por mulheres nos parlamentos nacionais	26 [c] 26 [d] 29
Objectivo 4 Reduzir a mortalidade infantil		
Meta 5 Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos	13. Taxa de mortalidade de menores de cinco anos 14. Taxa de mortalidade infantil 15. Percentagem de crianças de 1 ano vacinadas contra o sarampo	1a, 10 10 6
Objectivo 5 Melhorar a saúde materna		
Meta 6 Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna	16. Taxa de mortalidade materna 17. Percentagem de partos assistidos por profissionais de saúde qualificados	10 6
Objectivo 6 Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças		
Meta 7 Interromper a propagação do VIH/SIDA até 2015, e começar a inverter o grau de incidência da doença	18. Prevalência do VIH em mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos [e] 19. Taxa de utilização de preservativos sobre a taxa de prevalência de contraceptivos 19a. Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco 19b. Percentagem de indivíduos entre os 15 e os 24 anos com informação correcta e exaustiva sobre o VIH/SIDA 19c. Taxa de prevalência de contraceptivos 20. Rácio entre a frequência escolar de orfãos e de não orfãos, entre os 10 e os 14 anos	 9 6
Meta 8 Interromper a propagação de malária e de outras doenças graves até 2015, e começar a inverter a sua taxa de incidência	21. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à malária 22. Percentagem da população em áreas de risco de malária que usa medidas eficazes de prevenção e tratamento desta doença 23. Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose 24. Proporção de casos de tuberculose detectados e curados através de tratamento directo de curto prazo (DOTS)	 9 [f] 9 [g] 9
Objectivo 7 Assegurar a sustentabilidade ambiental		
Meta 9 Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a perda de recursos ambientais	25. Percentagem de área terrestre coberta por florestas 26. Rácio da área protegida destinada à conservação da diversidade biológica à superfície 27. Consumo de energia (kg de equivalente ao petróleo) por 1 dólar do PIB (PPC) 28. Emissões de dióxido de carbono per capita e consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. PDO) 29. Percentagem da população que utiliza combustíveis sólidos	 21 [h] 21 [i]
Meta 10 Reduzir para metade, até 2015, a percentagem da população privada de acesso sustentável a água potável e saneamento	30. Percentagem da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, urbana e rural 31. Percentagem da população com acesso a saneamento melhorado, urbano e rural	1a [j], 7 [j] 7 [k]

(continua na pág. seguinte)

Índice dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nos quadros dos indicadores

(continuação)

Objectivos e metas da Declaração do Milénio	Indicadores de medição da evolução	Quadro de indicadores
Meta 11 Atingir, até 2020, uma melhoria significativa na qualidade de vida de, pelo menos, 100 milhões de habitantes de bairros degradados	32. Percentagem de famílias com garantia de acesso a uma habitação segura	
Objectivo 8 Desenvolver uma parceria mundial para o desenvolvimento		
Meta 12 Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, regulamentado, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso para a boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza — tanto a nível nacional como internacional	*Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)* 33. APD líquida, total e para os países menos desenvolvidos, com base numa percentagem do rendimento nacional bruto (RNB) dos doadores da OCDE/CAD 34. Percentagem da APD bilateral total atribuível sectorialmente pelos doadores da OCDE/CAD, destinada a serviços sociais básicos (ensino básico, cuidados de saúde primários, alimentação, água potável e saneamento)	17 [l] 17
Meta 13 Atender às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui: acesso livre de tarifas e de quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; reforço do programa de alívio da dívida dos PPAE e cancelamento da dívida bilateral pública; e uma APD mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza	35. Percentagem da APD bilateral não ligada concedida pelos doadores da OCDE/CAD 36. APD recebida nos países interiores proporcional aos respectivos rendimentos nacionais brutos 37. APD recebida nos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento, proporcionalmente aos respectivos rendimentos nacionais brutos.	17
Meta 14 Atender às necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento	*Acesso ao mercado* 38. Percentagem do total de importações de países desenvolvidos (em quantitativo e excluindo armamento) provenientes de países em vias de desenvolvimento e países menos desenvolvidos, admitidos livres de direitos	
Meta 15 Lidar com os problemas da dívida dos países em vias de desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais, de forma a tornar a dívida sustentável a longo prazo	39. Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas, têxteis e vestuário provenientes dos países em vias de desenvolvimento 40. Apoio agrícola estimado nos países da OCDE em proporção dos seus produtos nacionais brutos 41. Percentagem da APD fornecida para ajuda à capacitação comercial *Sustentabilidade da dívida* 42. Número total de países que atingiram os seus pontos de decisão PPAE e número dos que alcançaram os seus pontos de conclusão PPAE (cumulativo) 43. Alívio da dívida comprometido no quadro da Iniciativa da Dívida PPAE 44. Serviço da dívida percentual sobre as exportações de bens e serviços	18
Meta 16 Desenvolver e implementar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo, em cooperação com os países em vias de desenvolvimento	45. Taxa de desemprego de jovens entre os 15 e os 24 anos, por género e total	20 [m]
Meta 17 Garantir o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em vias de desenvolvimento, em cooperação com empresas farmacêuticas	46. Percentagem da população com acesso sustentável a medicamentos essenciais, a preços comportáveis	
Meta 18 Promover o acesso aos benefícios das novas tecnologias, em particular as de informação e comunicação, em cooperação com o sector privado	47. Linhas telefónicas e assinantes de telemóveis por 100 pessoas 48a. Computadores pessoais em uso por 100 pessoas 48b. Utilizadores de Internet por 100 pessoas	13 [n] 13

a Os quadros 1a e 7 apresentam este indicador associado a pessoas subalimentadas, em termos de percentagem da população total.
b O quadro 27 inclui dados do emprego feminino por actividade económica.
c O quadro apresenta a taxa de escolarização feminina (líquida ou bruta), em termos de percentagem da taxa masculina dos níveis de ensino primário, secundário e superior, considerados separadamente.
d O quadro apresenta os dados da taxa de alfabetização feminina jovem, em termos de percentagem da taxa masculina.
e Os quadros 1a e 9 apresentam a prevalência de VIH entre pessoas dos 15 aos 49 anos.
f O quadro inclui dados sobre crianças menores de cinco anos com mosquiteiros tratados com insecticida e sobre crianças menores de cinco anos com febre tratada com medicamentos antimaláricos.
g O quadro inclui dados de casos de tuberculose por 100.000 pessoas.
h O quadro apresenta este indicador como PIB por unidade de energia utilizada (dólares PPC de 2000 por kg de equivalente em petróleo).
i O quadro inclui dados sobre emissões de dióxido de carbono per capita.
j Os quadros 1a e 7 incluem dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada.
k O quadro inclui dados combinados sobre as populações urbana e rural com acesso sustentável a saneamento melhorado.
l O quadro inclui dados sobre a ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em países menos desenvolvidos, em termos de percentagem da APD total.
m O quadro inclui dados sobre a taxa total de desemprego dos 15 aos 24 anos e sobre a taxa feminina em termos de percentagem da taxa masculina, apenas para os países da OCDE.
n O quadro apresenta as linhas telefónicas e os assinantes de telemóveis, considerados separadamente.